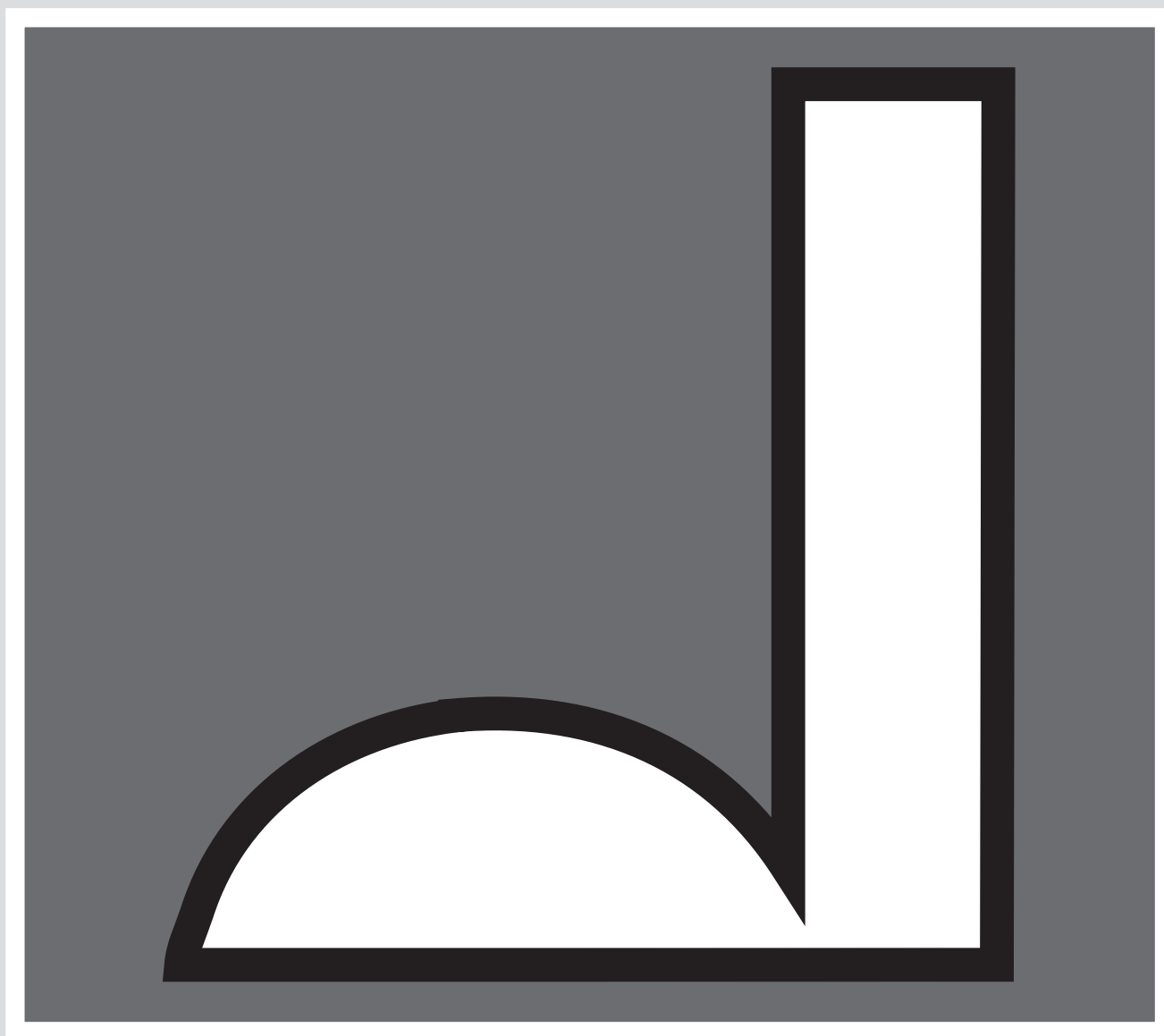




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ATAS DE COMISSÕES

ANO LXI - SUP. "B" AO Nº 154 - SÁBADO 02 DE SETEMBRO DE 2006 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente

Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente

Antero Paes de Barros – PSDB-MT

1º Secretário

Efraim Morais – PFL-PB

2º Secretário

João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário

Paulo Octávio – PFL-DF

4º Secretário

Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário

1ª - Serys Slhessarenko – PT-MT

2º - Papaléo Paes – PSDB-AP

3º - Alvaro Dias – PSDB-PR

4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB/PRB)- 19	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32
<p style="text-align: center;">LÍDER EM EXERCÍCIO Wellington Salgado de Oliveira ⁽²⁾</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Wellington Salgado de Oliveira Garibaldi Alves Filho Gilberto Mestrinho Geovani Borges Amir Lando Ramez Tebet</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">LÍDER EM EXERCÍCIO DO PMDB – 20 Wellington Salgado de Oliveira ⁽²⁾</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Luiz Otávio Valdir Raupp Alberto Silva</p>	<p style="text-align: center;">LÍDER Ideli Salvatti – PT</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PRB– 2 Marcelo Crivella</p>	<p style="text-align: center;">LÍDER Alvaro Dias– PSDB</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Juvêncio da Fonseca - PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres - PFL</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres - PFL César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago) ⁽¹⁾</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p style="text-align: center;">LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Peres ⁽³⁾</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p>	<p style="text-align: center;">LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO P-SOL – 1 Heloisa Helena</p>	<p style="text-align: center;">LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO GOVERNO (vago) Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)</p>
EXPEDIENTE		
<p style="text-align: center;">Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES		
1.1 – Comissão de Assuntos Sociais		
15ª Reunião extraordinária, realizada em 24 de maio de 2006.....	5	13ª Reunião extraordinária, realizada em 2 de maio de 2006..... 301
16ª Reunião extraordinária, realizada em 30 de maio de 2006.....	25	14ª Reunião extraordinária, realizada em 9 de maio de 2006..... 306
17ª Reunião extraordinária, realizada em 31 de maio de 2006.....	50	15ª Reunião extraordinária, realizada em 16 de maio de 2006..... 315
18ª Reunião extraordinária, realizada em 7 de junho de 2006.....	61	16ª Reunião extraordinária, realizada em 23 de maio de 2006..... 328
19ª Reunião extraordinária, realizada em 21 de junho de 2006.....	75	17ª Reunião extraordinária, realizada em 30 de maio de 2006 (Em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais) 342
2ª Reunião da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, realizada em 8 de junho de 2006.....	79	18ª Reunião extraordinária, realizada em 31 de maio de 2006..... 367
1.2 – Comissão de Educação		19ª Reunião extraordinária, realizada em 31 de maio de 2006 (Em conjunto com a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social)..... 371
1ª Reunião extraordinária, realizada em 7 de março de 2006.....	101	20ª Reunião extraordinária, realizada em 6 de junho de 2006..... 393
2ª Reunião extraordinária, realizada em 9 de março de 2006.....	117	21ª Reunião extraordinária, realizada em 20 de junho de 2006..... 410
3ª Reunião extraordinária, realizada em 14 de março de 2006.....	132	22ª Reunião ordinária, realizada em 28 de junho de 2006..... 435
4ª Reunião extraordinária, realizada em 15 de março de 2006 (Em conjunto com a Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais).....	146	23ª Reunião extraordinária, realizada em 4 de julho de 2006..... 447
5ª Reunião extraordinária, realizada em 21 de março de 2006.....	171	24ª Reunião extraordinária, realizada em 11 de julho de 2006..... 468
6ª Reunião extraordinária, realizada em 28 de março de 2006.....	188	25ª Reunião extraordinária, realizada em 11 de julho de 2006..... 473
7ª Reunião extraordinária, realizada em 4 de abril de 2006.....	199	26ª Reunião ordinária, realizada em 12 de julho de 2006 (Em conjunto com a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social)..... 489
8ª Reunião extraordinária, realizada em 5 de abril de 2006.....	215	1ª Reunião ordinária, realizada em 17 de maio de 2006 (Em conjunto com a Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia) 512
9ª Reunião extraordinária, realizada em 11 de abril de 2006 (Em conjunto com a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura).....	230	2ª Reunião ordinária, realizada em 24 de maio de 2006..... 532
10ª Reunião extraordinária, realizada em 18 de abril de 2006.....	259	3ª Reunião ordinária, realizada em 31 de maio de 2006 (Em conjunto com a Comissão de Educação) 534
11ª Reunião extraordinária, realizada em 19 de abril de 2006.....	275	4ª Reunião ordinária, realizada em 12 de julho de 2006..... 555
12ª Reunião extraordinária, realizada em 25 de abril de 2006.....	292	

5ª Reunião ordinária, realizada em 12 de julho de 2006 (Em conjunto com a Comissão de Educação)	557	Assuntos Sociais, de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Assuntos Econômicos)	703
1ª Reunião extraordinária, realizada em 9 de maio de 2006.....	580	8ª Reunião extraordinária, realizada em 2 de maio de 2006 (Em conjunto com as Comissões de Assuntos Sociais e de Desenvolvimento Regional e Turismo)	752
2ª Reunião ordinária, realizada em 17 de maio de 2006 (Em conjunto com a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social) .	581	9ª Reunião extraordinária, realizada em 16 de maio de 2006 (Em conjunto com as Comissões de Assuntos Sociais e de Desenvolvimento Regional e Turismo)	776
1.3 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle		10ª Reunião extraordinária, realizada em 23 de maio de 2006.....	806
7ª Reunião extraordinária, realizada em 31 de maio de 2006.....	602	11ª Reunião extraordinária, realizada em 30 de maio de 2006.....	815
8ª Reunião ordinária, realizada em 6 de junho de 2006.....	637	12ª Reunião extraordinária, realizada em 6 de junho de 2006.....	825
1.4 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa		13ª Reunião extraordinária, realizada em 20 de junho de 2006.....	837
13ª Reunião extraordinária, realizada em 26 de outubro de 2005	641	1.7 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	
14ª Reunião extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2005.....	649	28ª Reunião extraordinária, realizada em 5 de outubro de 2005	849
17ª Reunião extraordinária, realizada em 15 de dezembro de 2005.....	664	36ª Reunião extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2005.....	861
1.5 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional		37ª Reunião extraordinária, realizada em 24 de novembro de 2005.....	865
14ª Reunião extraordinária, realizada em 1º de junho de 2006.....	670	38ª Reunião extraordinária, realizada em 30 de novembro de 2005.....	876
15ª Reunião extraordinária, realizada em 8 de junho de 2006.....	679	39ª Reunião extraordinária, realizada em 7 de dezembro de 2005.....	897
16ª Reunião extraordinária, realizada em 21 de junho de 2006.....	695	8ª Reunião extraordinária, realizada em 31 de maio de 2006.....	923
1.6 – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura		10ª Reunião extraordinária, realizada em 7 de junho de 2006.....	932
7ª Reunião extraordinária, realizada em 25 de abril de 2006 (Em conjunto com as Comissões de			

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da Décima Quinta Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 24 de maio de 2006, quarta-feira, às 9h30min.

Às dez horas e trinta e três minutos, do dia vinte e quatro de maio de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador **ANTÔNIO CARLOS VALADARES**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **MARCO MACIEL, JONAS PINHEIRO, FLEXA RIBEIRO, LEONEL PAVAN, LÚCIA VÂNIA, LUIZ PONTES, MÃO SANTA, SÉRGIO CABRAL, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, FLÁVIO ARNS, PAULO PAIM, AUGUSTO BOTELHO, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, WELLINGTON SALGADO, PEDRO SIMON E ÍRIS DE ARAÚJO**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senador Antônio Carlos Valadares declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Às onze horas e treze minutos o Senador Geraldo Mesquita Junior assume a presidência. Às onze horas e vinte e quatro minutos o Senador Antônio Carlos Valadares reassume os trabalhos. Passa-se à apreciação dos projetos. **ITEM 1 – TRAMITAM EM CONJUNTO OS PROJETOS – PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 99, DE 2003**, “Dispõe sobre os exames preventivos de acuidade visual e auditiva nos estabelecimentos públicos de ensino fundamental”. **Autor** Deputado Cláudio Cajado. **PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 99, DE 2003**, “Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de exames para identificação de hemoglobinopatias, hipotireoidismo e fenilcetonúria em recém-nascidos”. **Autor** – Deputado Eduardo Jorge. **PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 64, DE 2004**, “Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado Emissões Evocadas Otoacústicas”. **Autor** – Deputado Inácio Arruda. **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, DE 2003**, “Altera o artigo 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente”. **Autor** – Senador Sérgio Zambiasi. **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 504, DE 2003**, “Altera o artigo 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar obrigatória a triagem auditiva neonatal em todo o País”. **Autor** – Senador Paulo Paim. **PROJETO DE LEI Nº 80, DE 2004**, “Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) para tornar obrigatório o oferecimento de exame e tratamento audiológicos na rede de serviços do Sistema Único de Saúde”. **Autor** – Senador Edison Lobão. **Relator**

– Senador Papaléo Paes. **Parecer** – Pela rejeição dos Projetos de Lei da Câmara nº 52, de 2003 e nº 64, de 2004; e dos Projetos de Lei do Senado nº 237 e 504, de 2003, e nº 80, de 2004 e pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2003, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado** – Concedido vista coletiva. **ITEM 2 – EMENDA Nº 02 – PLENÁRIO OFERECIDA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2005**, “Altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para estender aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o piso salarial mínimo”. **Autor da Emenda** – Senador Arthur Virgílio. **Relator da Emenda** – Senador Paulo Paim. **Parecer** – Favorável. **Resultado** – Aprovado com uma Subemenda do Relator. **ITEM 03 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 139, DE 2003**, “Dispõe sobre o exercício da profissão de ortoptista”. **Autor** – Senador Paulo Paim. **Relator** – Senador Flávio Arns. **Parecer** – Favorável na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado** – Aprovado o Substitutivo, por 12 votos sim, a matéria vai a turno Suplementar (art.282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal). **ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 170, DE 2005**, “Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para disciplinar a correção dos benefícios previdenciários”. **Autor** – Senador Paulo Paim. **Relator** “ad hoc” – Senador Mão Santa. **Parecer** – Favorável. **Resultado** – Aprovado por 12 votos sim. **ITEM 12 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 154, DE 2004**, “Concede incentivos às médias, pequenas e microempresas para a criação de novos empregos”. **Autor** – Senador Marcos Guerra. **Relator** – Senador Marco Maciel. **Parecer** – Contrário. **Resultado** – Rejeitado o Projeto por 11 votos não. **ITEM 07 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 10, DE 2006**, “Altera os arts. 32 e 80 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o acesso do empregado às informações relativas ao recolhimento de suas contribuições ao INSS, e dá outras providências”. **Autor** – Senador Cristovam Buarque. **Relator** – Senador Eduardo Azeredo. **Parecer** – Favorável. **Resultado** – Aprovado por 13 votos sim. **EXTRA – PAUTA ITEM 17 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 82, DE 2003**, “Modifica o Artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho e Acrescenta –se o § 3º, concedendo Adicional de Periculosidade aos Carteiros”. **Autor** – Senador Paulo Paim. **Relator** – Senador Mão Santa. **Parecer** – Favorável, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado** – Aprovado o Substitutivo por 11 votos sim. A matéria vai a turno Suplementar (art. 282 combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal). **ITEM 09 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 20, DE 2005**, “Altera o inciso II do art. 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, de forma

a eliminar a obrigatoriedade de renovação, a cada três anos, do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social para fins de isenção previdenciária”. **Autor** – Senador Flávio Arns. **Relator** – Senador Eduardo Azeredo. **Parecer** – Favorável ao projeto e pela rejeição das emendas apresentadas. **Resultado** – Aprovado o Projeto com uma emenda do Relator por 10 votos sim.

ITEM 14 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, DE 2004, “Altera a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, para tornar obrigatória a colocação de tampa plástica protetora nas bebidas embaladas em latas de alumínio ou outro material”. **Autor** – Senador Eduardo Azeredo. **Relator** – Senador Sérgio Guerra. **Parecer** – Favorável na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado** – Lido o relatório pelo Senador Leonel Pavan, a votação foi adiada. **ITEM 16 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 529, DE 2003**, “Altera o parágrafo único do artigo 39 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência social e dá outras providências, no que concerne ao salário-maternidade devido à seguridade especial”. **Autora** – Senadora Serys Slhessarenko. **Relator** “ad hoc” – Senador Jonas Pinheiro. **Parecer** – Favorável. **Resultado** – Aprovado por 12 votos sim. Os demais itens da Pauta 4, 5, 6, 8, 11 e 13 foram adiados. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores – Papaléo Paes, Paulo Paim, Flávio Arns, Augusto Botelho, Mão Santa, Geraldo Mesquita Júnior, Marco Maciel, Eduardo Azeredo, Leonel Pavan, Jonas Pinheiro e Wellington Salgado. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Antônio Carlos Valadares, e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com o registro da estenotipia informatizada. – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Havendo número legal, declaro aberta a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Item 1 da pauta. Decisão não terminativa, Projeto de Lei da Câmara nº 52 de 2003, dispõe sobre os exames preventivos da acuidade visual e auditiva nos estabelecimentos públicos de ensino fundamental. O autor é o Deputado Cláudio Cajado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Um minuto, após a leitura dos Projetos que estão apensados.

Projeto de Lei da Câmara nº 99 de 2003, que dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de exames para identificação de hemoglobinopatias em recém-nascidos. Autor é o Deputado Eduardo Jorge.

Projeto de Lei da Câmara nº 64 de 2004, dispõe sobre a obrigatoriedade da realização do exame denominado Emissões Evocadas Otoacústicas, autor Deputado Inácio Arruda.

Projeto de Lei do Senado nº 237 de 2003, que altera o Art. 10 da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 90, que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente. O autor é o Senador Sérgio Zambiasi.

E o Projeto de Lei do Senado nº 504 de 2003, que altera o Art. da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente para tornar obrigatória a triagem auditiva neonatal em todo o País, Senador Paulo Paim é o seu autor.

Então, vamos ao Projeto de Lei do Senado nº 80 de 2004, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, para tornar obrigatório o oferecimento de exame e tratamento audiológicos na rede de serviços do Sistema Único de Saúde. Tem como autor o Senador Edison Lobão.

Concedo a palavra ao nobre Relator Senador Papaléo Paes cujo Parecer...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Item 1, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Cujo Parecer é favorável à matéria na forma de substitutivo que apresenta.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Sr. Presidente, como relatado por V.Exª., os Projetos em apreciação eles propõem a obrigatoriedade de realização de exames destinados a diagnosticar fibroses císticas ou ucovicirose, hemoglobinopatias, fenilcetonúria e hipotireoidismo. São doenças que se manifestam já ao nascimento ou nos primeiros anos de vida. Propõe também a realização de exames destinados a detecção de deficiência auditiva em recém-nascidos em crianças em idade pré-escolar.

Um dos Projetos, já que temos vários, o PLC 52 de 2003 propõe a realização de exames de acuidade auditiva e visual nos alunos de estabelecimentos públicos de ensino fundamental. A Emenda a ele apresentada propõe estender mais exames aos alunos nos estabelecimentos públicos de ensino médio. Ou seja, o que seria de ensino fundamental, passa, acrescenta ensino médio.

O PLC 99 de 2003 tem caráter mais abrangente. Além de determinar a realização de exame para diag-

nóstico hemoglobinopatias, fenilcetonúria e hipotireoidismo em recém-nascidos, torna obrigatória a promoção de programa de registro com toda a assistência integral aos portadores dessas doenças. As ações propostas são de inegável mérito, pois se destinam a detectar e tratar precocemente doença que podem acarretar sérios distúrbios a saúde. A Constituição Federal determina, no seu Art. 24, inciso XII, que compete a União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre Previdência Social e proteção e defesa da saúde.

Ademais, a Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 90, também chamada de Lei Orgânica da Saúde, definir os princípios a serem obedecidos pelo Sistema Único de Saúde na assistência. Entre eles, estão a universalidade de acesso aos serviços e ações de saúde a integralidade da assistência.

Portanto, as ações propostas visam tornar obrigatória a observância a esses princípios em relação à atenção a saúde dos recém-nascidos das crianças na idade de pré-escolar e escolar.

O Estatuto da Criança e do Adolescente determina que os hospitais e demais estabelecimentos de atenção a saúde as gestantes públicos e particulares são obrigados a proceder o exame, visando ao diagnóstico e terapêutico da anormalidade no metabolismo do recém-nascido. Determina ainda que é assegurado atendimento médico à criança e ao adolescente pelo SUS, garantindo o acesso universal igualitário as ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde. E que o SUS promoverá programas de assistência médica, odontológica para a prevenção das enfermidades que originariamente afetam a população infantil, e campanhas de educação sanitária para pais e educadores e alunos.

Portanto, realizar o exame proposto pelos Projetos e apreciação, nada mais é do que cumprir o que manda a Carta Magna, a Lei Orgânica da Saúde e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Então, Sr. Presidente, nós temos a complementação dessa análise e vou para o voto. Então, pelo que foi exposto aqui, que todos têm o nosso Parecer, o voto é pela rejeição dos Projetos de Lei da Câmara nº 52 de 2003, nº 64 de 2004 e dos Projetos de Lei do Senado 237 e 504 de 2003 e nº 80 de 2004. E as emendas a eles apresentadas pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 99, 2003 que contempla todas essas necessidades que nós somos favoráveis. Isso na forma do seguinte. Projeto de Lei da Câmara nº 99. Então, está aqui o Projeto de Lei da Câmara que nós somos favoráveis pela aprovação, rejeitando os demais, logicamente, já que esse Projeto atende todos os direitos, atende todos os

deveres do Estado e as obrigações do poder público para atender essa faixa etária muito importante, onde o diagnóstico precoce é fundamental para uma boa saúde desse cidadão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Em discussão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Paulo Paim, com a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Esse Projeto, sem sombra de dúvida, é uma brilhante iniciativa de uma série de Deputados. Eu disse brilhante não é por ser um deles, eu sou apenas um dos que tentou contribuir nessa área. E há também toda uma iniciativa montada já, junto ao Ministro da Saúde conforme documentos que eu aqui recebi. Se o Deputado Papaléo Paes concordasse, Deputado, para que a gente pudesse conversar um pouco mais pela abrangência dos Projetos. Aqui engloba Projeto do ex-Deputado Eduardo Jorge, que é um especialista nessa área, Deputado Inácio Arruda, Senador Sérgio Zambiasi e desse Senador. Se V.Ex^a. coordenasse, nós pediríamos vista por uma Sessão para darmos uma olhada na no conjunto da obra e com certeza caminharíamos para a próxima reunião da nossa Comissão para a aprovação para a gente conversar um pouco com todos os autores.

Eu sei que a obra de V.Ex^a., por ser médico e da área, é da maior qualidade. Agora, eu faço esse apelo a V.Ex^a. Se V.Ex^a. concordar.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Concordo plenamente com V.Ex^a., já que o Projeto que V.Ex^a. apresentou é um Projeto exatamente que é incluído aqui, a abrangência.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – E V.Ex^a. acaba dando um Parecer favorável parcial.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Pois é. Agora, o que eu lamento muito é que a técnica legislativa nos obrigue...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Não permite.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – ... a usar termos como rejeição principalmente. Não é rejeição. É que esse Projeto, esse 99, ele incorpora todos os outros Projetos.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – E eu quero ir além.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Esse termo grosseiro.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Se V.Ex.^a me permitir, eu quero ir além, inclusive esse, se eu não me engano, é o mais antigo. O nº 99 de 2003, então tem até uma visão de procedência. Por isso que eu atendo que está correto o seu Parecer em relação ao Projeto que vai encabeçar o seu substitutivo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Olha, Senador, eu estou de acordo e considero, então, logicamente com a permissão do Presidente, a sua solicitação de vista como muito lógica, muito coerente e muito prudente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente, só como sugestão também.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Pois não Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu até queria sugerir, porque além do que o Senador Paulo Paim já comentou adequadamente, porque eu diria que é um Projeto assim de fundamental importância, por um conjunto de fatores que envolvem a saúde da população. E se fosse possível, eu penso assim até talvez não uma Sessão, como o Senador Paulo Paim falou, mas assim que a gente pudesse até talvez ter uma discussão de trabalho em relação, não propriamente a Audiência Pública, porque aí já complicaria muito, mas uma coisa de trabalho. Porque, por exemplo, no Art. 3º, aconselhamento genético aos casais. Isto eu diria que é fundamental termos na rede do SUS, especialmente aos portadores do traço falciforme, aí eu já ficaria um pouco na dúvida porque especialmente para esse grupo de pessoas que também precisam, mas tem muita gente que precisa ter uma orientação, um aconselhamento genético em relação a problemas que estejam acontecendo, e é um anseio no Brasil que isso esteja assim regulamentado, disciplinado na rede do SUS. Inclusive, existe um grupo de trabalho envolvido nesse sentido através do Conselho Nacional de Aconselhamento Genético, da parte de genética do Ministro da Saúde e também de outras entidades. Por exemplo, a gestante portadora da anemia falciforme deverá receber acompanhamento especializado, inclusive na assistência ao parto. Eu concordo que ela deva receber. Mas, por exemplo, tem outras dificuldades de saúde que também devem receber. Por exemplo, fenilcetonúria, hipotireoidismo, quer dizer, como está essa situação.

Eu acho que se a gente tivesse a oportunidade só de fazer uma reunião de trabalho, concordados pelo Senador Papaléo Paes que é Presidente da Subcomissão Permanente de Saúde, eu acho que nós poderíamos, talvez, sugerir algumas coisas, se fosse possível, lógico. Porque eu acho assim esse Projeto

de uma importância extraordinária para a saúde da população. E aí alguns pequenos ajustes, eu acho que a abrangência poderia ser melhor ainda e com resultados que a sociedade está esperando.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu acredito o Senador Flávio Arns e também o Senador Paulo Paim tem toda a razão em se tratando de um Projeto que mereceu a sugestão de vários Parlamentares, Deputados Federais, inclusive aqui no Senado, é necessário que haja um maior debate, um entendimento, para que cheguemos a um consenso e a matéria aperfeiçoada possa vir a ser votada oportunamente. Concedo a palavra, pela ordem, Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Eu apenas gostaria de reafirmar que realmente essa é uma Casa de discussão, a gente tem que discutir mais. Mas em relação a esse termo rejeição, que a gente bota sempre um atritozinho e o próprio Senador acha ruim rejeitar. Mas é a técnica legislativa que obriga rejeitar. Mas no caso os dois estão querendo uma discussão maior. Eu creio que eu estudei bem esse Projeto, já está há várias Sessões aqui, e eu estudei essa solução do Papaléo Paes e ele acrescentou fibrose cística entre as doenças que tem que ser pesquisadas. Essas doenças genéticas que são detectadas por aquele exame do pezinho, principalmente, elas são doenças que detectadas a tempo permitem que a pessoa tenha uma vida normal. Muitas dessas como o hipotireoidismo, tornam a pessoa totalmente dependente da família, ele vive uma pessoa totalmente dependente.

Agora, uma semana só de discussão a mais não vai demorar. Realmente, tudo isso que nós estamos fazendo aqui, uma legislação, está incluído no SUS, no Sistema Único de Saúde, na nossa Constituição. Só que nós estamos esclarecendo mais, porque em alguns Estados os governos não se mexem para poder prestar essa assistência que está na Constituição. As sugestões de anemia falciforme, Senador Flávio Arns, já são atendidas pela gestante de alto risco no Ministério da Saúde. Então, que se a gente especificar mais... Ela já tem um atendimento especial, só que em alguns locais a gestante de alto risco não foi atendida, ainda.

Então, nós todos como Senadores e como Parlamentares, membros que participamos do Governo, influenciamos o Governo dos nossos Estados, nós temos que trabalhar para que todos os recursos disponíveis sejam implantados nos Estados, sem considerar que muitos dos Estados não aplicam o que manda a lei, que foi relatado pelo nosso ilustre Presidente, Antônio Carlos Valadares que a lei do SUS.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – A 29.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – A Lei Constitucional 29. Essa lei manda que se aplique um percentual do que se fatura do recurso dos Estados e dos Municípios da União em saúde. A maioria, eu acho que... A última vez que eu vi, a maioria dos Estados não estava respeitando isso. Muitos Estados não tem nem o Fundo Estadual de Saúde e Fundo Municipal de Saúde. Que são coisas que existem desde a implantação do Sistema Único de Saúde. Nós estamos evoluindo com isso nós temos que ver coisas que estão para trás, que não estão sendo respeitadas pelos governantes do País.

Muito obrigado Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – O Senador Mão Santa também deseja proferir a sua opinião.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Senador Antônio Carlos Valadares, eu acho que nós temos é que conscientizar quem for Governo, obedecer a Constituição. Senador Antônio Carlos Valadares, V.Ex^a. que é um legislador por vocação. Então, a Constituição prevê isso tudinho. A saúde é um direito de todos, e um dever e obrigação do Governo. Isso daí é justamente, eu acho que na hora que tivermos o serviço básico, que são maternidades funcionando com orientação científica prevê todos esses exames. O que falta mesmo são investimentos sérios nessa medicina especializada. O Brasil cresceu muito em saúde, mas esse Projeto de médico de família, de tal maneira que houve um... Isso a Inglaterra já abandonou. Isso houve na Inglaterra e eles virão que foi uma desgraça, porque estava acabando o especialista, o pediatra, foi um retrocesso.

Então, na hora que nós tivermos esse modelo próprio da valorização do serviço de saúde, hospitalares, toda a maternidade bem orientada cientificamente prevê quando necessário esses exames.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Então concedida vista aos Senadores, vista coletiva não é, para uma reunião informal onde será decidida a redação final. [interrupção no áudio]

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Cumprimentar a V.Ex^a. pela decisão e o Deputado Papaléo Paes que já o Ministério de Educação e também o Conselho Brasileiro de Oftalmologistas se dispõem a colaborar nessa reunião para contribuir com idéias, enfim, mas para aprovar o Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Muito bem. Antes de passarmos ao Item 2, eu gostaria de esclarecer aos

membros dessa Comissão de que em face de possíveis novos pedidos de vista, ou divergências que possam ocasionar a derrubada de algum Projeto nessa Comissão, nós vamos colocar em votação apenas os itens considerados não polêmicos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Como Senador? Exato. O Item 10 está aqui na lista dos que podem ser votados sem nenhuma divergência. Conseqüentemente, obtendo um consenso aqui é importante para não se criar problemas para os autores dos Projetos. [interrupção no áudio]

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Ortóptica, também eu acho que está bem consensuado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – O Item 2 é não terminativo. O autor da Emenda é o Senador Arthur Virgílio que tem como Relator o Senador Paulo Paim que altera a Lei 4.950 de 22 de abril de 1966, para estender aos técnicos de nível médio regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia o piso salarial mínimo. V.Ex^a. o Senador Paulo Paim é o Relator.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Nesse, nós construímos o seguinte entendimento – Eu acho que, embora a boa vontade e a assessoria que nós alertou o Governo e os companheiros aqui presentes, do nobre líder Arthur Virgílio, mas quando ele fixa o valor do piso numa lei, isso criará um problema para o futuro, porque fica engessado ali praticamente o valor. Então, nós estamos concordando em aprovar a Emenda, desde que se refira ao técnico correspondente se não me engano é os químicos, mas excluindo o valor. A redação do reajuste e o valor do piso dos técnicos, fica assegurado. Eu acato de forma parcial. Inclui a categoria, mas exclui o valor que nele fixa. É só uma Emenda que estão está em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Para conhecimento é uma Emenda de Plenário apresentada pelo Senador Arthur Virgílio. O que é que diz a Emenda? Acrescenta o Art. 7, A o seguinte – O piso salarial devido aos técnicos de nível médio regularmente inscritos nos cursos regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, e nos Conselhos Regionais de Química, corresponderá a um valor mínimo mensal de um mil, cento e cinquenta e cinco reais a partir de 1º de abril de 2006.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu reconheço os técnicos na área química, mas retiro essa segunda parte. Daí nós podemos aprovar...

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – E o Parágrafo Único diz, a partir de 1º de abril de 2006 o valor do piso salarial fixado, corresponderá a 66% do valor fixado para os profissionais...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Isso já estava no Projeto original. Isso é que seja mantido.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – A então a sua opinião...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – É retirar o valor que engessa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Que engessa, um mil, cento e cinquenta e cinco. Exatamente. Então, o seu Parecer é nesse sentido.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Favorável.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Só incluir a categoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Só incluir a categoria. Então os Senadores que aprovam o Parecer do Senador Paulo Paim permaneçam como se encontram. Aprovado então o Item nº 2, suprimindo o valor da Emenda apresentada pelo Senador Arthur Virgílio.

Agora, passemos ao Item 10... Qual é o Item? Então, vamos ao Item 3 que é decisão terminativa. É ortoptista.

Dispõe sobre o exercício da profissão de ortoptista e tem como autor o Senador Paulo Paim, parabeno V.Ex^a. por essa iniciativa, é uma Projeto que está sendo esperado dentro de uma expectativa muito favorável. O Senador Flávio Arns é o Relator. Uma observação. No dia 30 de junho de 2004, foi concedida vista ao Senador Tião Viana que devolveu a matéria sem nenhuma manifestação. Já no dia 4 de maio deste ano, o relatório foi lido pelo Senador Eduardo Azeredo e adiada a votação. Eu pediria, então, ao nobre Relator, Senador Flávio Arns que fizesse um resumo, uma síntese para avivar a memória dos participantes, dos integrantes dessa Comissão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Este é o Projeto de Lei de autoria do Senador Paulo Paim que dispõe sobre o exercício da profissão de ortoptista e o relatório é favorável na forma do substitutivo. O relatório, inclusive, já foi lido em outra reunião, naquela reunião pelo Senador Eduardo Azeredo que estava como Relator *ad hoc*. Eu quero dizer que tivemos uma Audiência Pública sobre este assunto nessa Comissão, fizemos inúmeras reuniões com Conselho de Ortopatia, com Conselho de Oftalmologia, com o Conselho

de Medicina, com o Conselho de Estrabismo e o texto a que se chegou, fruto deste amplo debate, discussão, convergiu para um consenso, felizmente. Então, todos esses Conselhos, essas áreas mencionadas, depois de inúmeras reuniões, concordaram com o texto que estamos apresentando como substitutivo. Assinarem, inclusive, um documento para que não houvesse dúvidas nesse sentido, e reflete também o que as duas áreas, particularmente da ortóptica que trabalha nesta área de saúde para a contribuição em termos de trabalho para a correção dos problemas, óculos sensorio-motores em termos de visão, também concorda com a área, os médicos também concordam.

Então, eu creio que foi um trabalho interessante de bastante debate, bastante discussão e se chegou a esse consenso em termos do substitutivo. Razão pela qual, eu peço o apoio dos demais Senadores e Senadoras desta Comissão, para encaminharmos o assunto e que terá uma tramitação, imagino, muito mais rápida na Câmara dos Deputados pelo fato de já ter havido aqui dentro do Senado Federal esse diálogo intenso com os setores todos.

Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, eu quero mais fazer uma homenagem ao nosso Relator, Senador Flávio Arns. Esse Projeto a possibilidade dele ser aprovado, devido à disputa que acabou se criando entre os oftalmologistas e os ortoptistas, eu diria que ele estava destinado a ser, inclusive, recusado pelo Senado. Mas o Senador Flávio Arns, como sempre, com muita perseverança, com muito otimismo, fez, eu acho umas 20, 30 reuniões com todos os setores, até que construiu essa redação que sem sombra de dúvida, deu uma outra vida ao Projeto.

E por isso que hoje ele pode ser aprovado por unanimidade, por todos os profissionais que atuam nessa área. Eu diria, Senador Flávio Arns, se permitir, a exemplo do Estatuto da Pessoa com Deficiência a grande obra desse Projeto foi de V.Ex^a. como do Estatuto da Pessoa com Deficiência V.Ex^a. será o grande mestre, depois que ele for aprovado, seja quando for. Era só isso, Sr. Presidente, uma homenagem ao Senador Flávio Arns pela obra que ele conseguiu construir.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu gostaria de frisar, enaltecer mais uma vez o autor e também o Relator. Aliás, o Relator é muito feliz na sua proposição, no seu Parecer quando afirma o seguinte – Atualmente no Brasil, em virtude da falta de uma legislação regulamentadora, o mercado de ortóptica se encontra

invadido por amadores e curiosos, pessoas de nível médio com noções primárias de ciência ou apenas interessadas ou atraídas pela atividade, além daqueles mal-intencionados que comprometem o seu exercício com mercantilismo e aventura.

Os verdadeiros ortoptistas, aqueles com graduação superior em curso reconhecido pelo Conselho Federal de Educação e os que detêm título oficial, exercendo com a profissão com competência, correção e zelo, estão injustamente igualados aos referidos curiosos, sem garantias legais para o exercício profissional, garantias essas idênticas de tantos outros trabalhadores na área da saúde. E que lhes permita um exercício digno com segurança e respeitabilidade na sua profissão.

Portanto, parabéns ao Relator que reconheceu a importância da atividade ortóptica e também o perigo que isso poderia representar para a população, de um modo geral, de pessoas curiosas, levadas pelo mercantilismo, pela aventura que se dispõe a exercer essa atividade sem o amparo legal. E também sem o conhecimento científico para o exercício de atividade tão importante na área da saúde do Brasil.

Portanto, felicito o nobre Senador Paulo Paim, como sempre um grande projetista do bem, um grande projetista do bem no Senado Federal e também da Câmara dos Deputados de onde veio com uma larga folha de exercícios prestados em nosso País.

Os Srs. Senadores que aprovam, digo melhor, vai ser... Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Paulo Paim, o autor.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Com o substitutivo do Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Geraldo Mesquita. O Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Aprovado. Então, por unanimidade.

Passemos, então, eu Item 10. Como o Senador Rodolpho Tourinho se encontra na Comissão de Justiça, onde ele é Relator de outras matérias, S.Ex^a. me pediu para designar um Relator *ad hoc* para esse Projeto de Lei do Senado nº 170 de 2005. E eu pediria ao Senador Mão Santa que verificasse aí o Item 10. E com muita honra eu designo V.Ex^a. como Relator *ad hoc*.

O Projeto modifica o Art. 193 da Consolidação das leis do Trabalho, concedendo adicional de periculosidade aos eletricitários. Tem como autor, como eu disse, o projetista-mor do Senado Federal, o nosso Senador Paulo Paim. E passo a palavra, então, ao nobre Senador Mão Santa para, em nome do Senador Rodolpho Tourinho, como Relator *ad hoc*, proferir o relatório de S.Ex^a.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Relator do Senador Rodolpho Tourinho. Esta Comissão recebe a incumbência de analisar em caráter terminativo o Projeto de Lei do Senado nº 170 de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim. A iniciativa prevê a inclusão dos eletricitários entre os beneficiários do adicional de periculosidade, promovendo modificação do Art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452 de 1º de maio de 43. O autor, na defesa de sua tese, afirma a ocorrência de um silêncio inexplicável do legislador em relação à atividade dos eletricitários quando desenvolvida em condições de risco a integridade física. O tema, segundo ele, só tem sido abordado quando o adicional de periculosidade é debatido com o envolvimento de outras categorias profissionais de caráter perigoso. Ainda nos termos da justificativa apresentada, são poucas as atividades que apresentam índices iguais de acidentes, inclusive fatais, como relevam as estatísticas do próprio Ministério do Trabalho.

Destaca-se também que os eletricitários lidam permanentemente com fios de alta tensão no conceito de instalações defeituosas na montagem de instalações de redes e tarefa correlatas. Estando no âmbito de suas atividades expostos a perigo intensivo.

No prazo regimental, não foram apresentadas Emendas. Análise – a matéria em análise, concessão de adicional e periculosidade aos eletricitários pertencem

ce ao ramo do Direito do Trabalho, disposições sobre esse tema não tem restrição de iniciativa nos termos do Art. 61 da Constituição Federal. Ademais, compete ao Congresso Nacional legislar sobre o assunto, conforme previsão do Art. 48 da mesma Carta. Em princípio, portanto, não há impedimentos constitucionais, formais a aprovação da proposta.

Ainda mais, a legislação infraconstitucional pode dispor sobre as obrigações da empresa em relação ao trabalho e definir as atividades perigosas, sendo esses objetivos da proposição, fica afastado uma possível inconstitucionalidade material. Foram respeitados, além disso, os pressupostos de juridicidade e regimentalidade, observadas as normas que registrem a boa técnica legislativa.

No mérito, embora haja norma isolada tratando do mesmo tema, Decreto 93.412, 14 de outubro de 1982 é importante que o adicional de periculosidade seja introduzido na Consolidação das Leis de Trabalho. Trata-se da base de todo o Direito Trabalhista e é nela que os juristas vão buscar a solução dos litígios entre empregados e empregadores. Ela é um conjunto harmônico, de regras que paira acima de todos os dispositivos isolados e é também a base da interpretação do Direito do Trabalho.

Concordamos plenamente com os termos em que a proposição está justificada e expressa. O autor da iniciativa possui uma preocupação histórica com os Direitos Trabalhistas e realizam esforço memorável para que os direitos sociais, em geral, sejam registrados no ordenamento jurídico, adquirindo amplitude eficaz.

Sendo assim, queremos agregar a nossa força em prol da aprovação do Projeto.

Voto – Em face desses argumentos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 160 de 2005, pelos seus méritos em nosso entendimento, ele merece a consideração e a aprovação dessa sala, desta Casa. Pronto. Esse Paulo Paim é danado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – O Item dez, nota dez. Senador Paulo Paim deseja falar?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, na verdade, isso aqui não inova nada, porque existe um Decreto Legislativo que vai na mesma linha. Só que o anseio dessa categoria que não estava contemplado na CLT, que ele estivesse aqui na CLT com esse direito. Por isso que traz ônus para ninguém e consagra um direito de quem trabalha em área considerada de alto risco.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – E de fato, nós sabemos o risco que correm os eletricitários no trabalho edificante que eles realizam nos Estados, nos Muni-

cípios, nas empresas. Nós sabemos o perigo a que eles estão expostos. Alguns amigos eu já perdi em trabalhos perigosos de realização de serviço, principalmente em serviço de alta tensão. Por isso eu elogio mais uma vez o trabalho de V.Ex^a. Os Senadores que aprovam vão ter que aprovar nominalmente. Senador Jonas Pinheiro...

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sim. Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Com o Relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Marco Maciel. Senador Geraldo Mesquita e Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Ele está ali preocupado com a...

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Eu quero declarar o meu voto com o Relator e com o Senador Pedro Simon.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Ele é candidato a Presidente da República. Foi assim que V.Ex^a. se referiu? Foi uma indireta ou uma direta?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – [risos] Diretíssima.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – [risos] Está certo. Então, aprovado por unanimidade o Item 10, Projeto da autoria do Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – [interrupção no áudio] ...De justiça, eu queria agradecer ao Senador Rodolpho Tourinho que foi a fundo na legislação fez um longo estudo, e o Senador Mão Santa que aqui o substituiu. Então, eu agradeço a ambos e a toda a Comissão, especialmente a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Olha, o Item 12 trata de quê? É o Projeto de Lei nº 154 que concede incentivos às médias, pequenas e microempresas para a criação de novos empregos. O Senador Marcos Guerra e o Relator e o Senador Marco Maciel. A proposição obteve o Parecer contrário da Comissão de Assuntos Econômicos. Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel para proferir o seu relatório.

Item 12. Eu pediria ao Senador Geraldo Mesquita que presidisse a Sessão dessa Comissão, porque eu tenho que ir na Comissão de Justiça, onde há uma matéria do nosso interesse, do interesse dessa Comissão.

[Troca de presidência]

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente, *ad hoc* ilustre Senador Geraldo Mesquita, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores. Sr. Presidente, o Parecer que eu vou proferir diz respeito a um Projeto de Lei do Senado nº 154 de 2004, que concede incentivos às médias, pequenas e microempresas para a criação de novos empregos. Trata-se de um Projeto de autoria do nobre Senador Marcos Guerra a quem conheço, aliás, de longas datas. E tem por objetivo de todo saudável de criar novos postos de trabalho, mediante a concessão de subvenções econômicas às médias, pequenas e microempresas.

O Art. 2º da proposição estipula que tais subvenções são concedidas por no máximo, 24 meses para cada novo vínculo empregatício, desde que o empregador mantenha número médio de empregados, igual ou superior, ao estoque de empregos existentes no mês anterior e ao início da vigência da lei, excluídos do cálculo os contratos ou os contratados com subvenção e os participantes de programas congêneres.

A tipificação das subvenções está expresso no Art. 3º, o texto prevê que será concedido isenção da contribuição para financiamento da seguridade social, COFINS, incidente sobre a folha de salário dos contratados sobre a proteção da lei. Será permitida a dedução das despesas geradas na criação de novos postos, no imposto de renda devido limitada a 10% do respectivo tributo.

No prazo regimental, não foram apresentadas Emendas. A matéria foi apreciada pela CAE onde foi aprovado o Parecer do Relator pela rejeição do Projeto. Vem então o referido PLS para a Comissão de Assuntos Sociais em caráter terminativo.

Análise – No que concerne à constitucionalidade, juridicidade e a regimentalidade, não há vícios que prejudiquem o Projeto. No entanto, vemos falhas na adequação financeira orçamentária da proposição.

O Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que se dá através de uma Lei Complementar e responsável por grandes avanços que conseguimos produzir no sentido da estabilidade econômica do País, talvez tenha sido a Lei de Responsabilidade Fiscal, depois do Plano Real, a lei mais importante que nós aprovamos para garantir essa estabilidade econômica do País tão reclamada, ao lado, lógico da estabilidade política, estabilidade democrática, a Lei de Responsabilidade Fiscal, friso mais uma vez, exige que a concessão, a ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária, da qual decorre renúncia de Receita, esteja acompanhada a estimativa do valor da renúncia [inaudível] que deva iniciar a sua vigência e nos dois seguintes, e cumpra pelo menos uma das seguintes condições. Demonstração de que a renúncia foi considerada, na estimativa da receita da Lei Orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais.

Segundo – Indicação das medidas de compensação no mesmo período que está sendo mencionado, por meio do aumento de receita.

O Projeto de Lei não apresenta qualquer previsão acerca do valor da renúncia fiscal decorrente das subvenções econômicas concedidas, desde ajustes fiscais, que possam gerar desequilíbrio orçamentário, não pode se admitido sem prévia avaliação do impacto financeiro que o incentivo terá às finanças públicas. Com relação ao mérito, não obstante, a nobre intenção de incentivar a criação de empregos, entendemos que a maneira proposta não é a mais adequada. Podem acontecer situações em que as empresas contratariam de qualquer forma, em consequência do aumento da demanda dos seus produtos. E, no entanto, devido ao texto legal resultante da proposição em pauta, acabem se beneficiando da subvenção gerando um custo desnecessário para o Estado. Além disso, a fiscalização existente talvez não seja suficiente para coibir a de manobra por outra subsidiada.

Por fim, cabe informar que vigoram as Leis nº 10.748 de 2003 e 10.940 de 2004, que dispõe sobre o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para Jovens, PNPE. Esses diplomas legais, incentiva o emprego nas empresas, sendo que os critérios estabelecidos são mais justos do ponto de vista social que os constantes do Projeto de Lei ora sob apreciação nessa Casa. Isso porque, além de incentivarem o emprego no âmbito do grupo etário mais necessitado

de inclusão social, portanto, de apoio governamental, os jovens incluiu o critério renda na seleção dos candidatos ao primeiro emprego.

Daí porque, Sr. Presidente, em que pese o apreço e a consideração que eu tenho pelo nobre Senador Marcos Guerra, somos pela rejeição do referido Projeto de Lei, e dizer que de alguma forma, nós estamos aqui também reproduzindo já um debate ocorrido na Comissão de Assuntos Econômicos quando a matéria lá foi adequadamente apreciada. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, e é, portanto, o meu Parecer.

SR. PRESIDENTE GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o Projeto. Quero esclarecer as Sr^{as}. e aos Srs. Senadores que o voto “não”. quem vota com o Relator Senador Marco Maciel, vota “não”. E quem é favorável ao Projeto, portanto contrário ao Relator, o voto é “sim”. Então, em votação o Projeto, terminativo. Vamos colher os votos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente, não poderia... Habitualmente a gente vota com o Relator ou contra o Relator. Quem estiver votando com o Relator, vota “sim”, isso significa rejeitar o Projeto. Porque o voto do Relator é contra o Projeto. Então, voto “sim” com o Relator, rejeitando o Projeto. Votando “não” ao Relator significaria... Está certo? Melhor até dizer com o Relator, ou contra o Relator. [risos]

SR. PRESIDENTE GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Combinado. Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Senador Jonas.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Senador Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Senador Marco Maciel é voto conhecido. Rejeitado, portanto, o Projeto.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Presidente.

SR. PRESIDENTE GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Com o palavra o Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Eu pediria que nós pudéssemos voltar na pauta aí nos Itens 7 e 9, pelo menos, o Item 8 estaria fora, o 8 teria novas...

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Do vocacionado legislador Paulo Paim sobre os carteiros que estão aqui.

SR. PRESIDENTE GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Item 7, Senador Azeredo. Deixa eu passar aqui ao titular, Senador Antônio Carlos Valadares.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Obrigado Senador Geraldo Mesquita. Algum perguntou sobre o Item Extra Pauta?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Não, eu pedi primeiro que voltasse ao Item 7 e 9.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – E eu solicitei depois...

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Quem pediu primeiro?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Ele. Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Há número para votação. Há *quorum*, então para que sejam tomadas decisões importantes. Então, eu sugiro aos Srs. Senadores que permaneçam no Plenário até a votação pelo menos de duas outras matérias. A dos Correios e a do Senador Eduardo Azeredo que será a próxima. Qual é o Item, Senador?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – É o Item 7, é o primeiro deles, e os Itens 7 e o 9. Eu sou Relator do 7, 8 e 9. O 8 nós...

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Vamos fazer seguinte, nós votamos o Item 7, em seguida passamos a dos nos Correios e voltamos ao 9.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– Está bom, pode ser. Senador Flávio Arns vamos no 9, primeiro?

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Me dá o Item 7, por favor.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– O 7 é um Projeto do Senador Cristovam Buarque.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Está aqui Senador Eduardo. É o Item 7 é o Projeto de Lei do Senado nº 10 de 2006, que altera os Arts. 32 e 80 da Lei 8.212 de 24 de julho de 1991 para dispor sobre o acesso do empregado as informações relativas ao recolhimento de suas contribuições ao INSS e dá outras providências. Autor é o Senador Cristovam Buarque. O Relator é o Senador Eduardo Azeredo, a quem concedo a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– Então, Sr. Presidente, a proposta em discussão não acrescenta nenhuma nova obrigação para as empresas, ela apenas busca dar transparência ao adimplemento da obrigação tributária primária. Qual seja? O pagamento regular, intempestivo das contribuições devidas ao assegurado social, pelo empregado e pelo empregador.

Atualmente temos apenas a consignação no contracheque do empregado no valor da sua contribuição social que é deduzido do valor bruto do seu salário, pois a obrigação de arrecadar é da empresa. Assim no caso do empregador, além do pagamento da sua contribuição social, conforme previsto nos artigos da lei, compete também arrecadar contribuição social devida pelo empregado. A infração, a primeira obrigação, ou seja, o pagamento pelo empregador constituiu crime de sonegação de contribuição previdenciária. E a infração, a segunda obrigação que é a arrecadar a contribuição devida pelo empregado consiste em crime de apropriação indébita. A implementação da medida prevista nessa proposição terá o condão de inibir ainda mais a prática dos crimes antes referidos, que infelizmente alcança índices alarmantes. Ou seja, as empresas informam no contracheque quanto que estariam pagando ao INSS da contribuição do empregado, mas na verdade, não recolhem.

Portanto, essa alteração ela determina ainda também ao INSS fornecimento das empresas aos seus segurados das informações correspondentes ao recolhimento das contribuições sociais, o que está

restrito atualmente apenas às empresas e aos contribuintes individuais. A disposição até parece ser óbvia, mas se faz necessária para que o INSS se modernize e garanta aos seus segurados o exercício pleno da cidadania, principalmente com o fornecimento de certidão das contribuições sociais por ele adimplidas e indispensável para o acesso aos benefícios previdenciários. O voto é pela aprovação do Projeto no sentido de que ela torna mais transparente a contribuição ao INSS, dando garantia ao empregado de que ela foi realmente paga.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passemos a votação nominal. Senador Flávio Arns como vota V.Ex^a., o Item nº 7?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Eduardo Azeredo voto conhecido, o Relator. Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR)
– Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – E o Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Jonas deixou consignado o seu voto, então aprovado por unanimidade o Projeto, o Item 7.

Eu gostaria de informar a esta Comissão que há um Projeto Extra Pauta. Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 82 de 2003. Modifica o Art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho e acrescenta o § 3º, concedendo o adicional de periculosidade aos carteiros. O autor é o Senador Paulo Paim. Eu desejo saber de S.Ex^a. o autor e também do Relator se há um consenso em torno dessa matéria. Há número para votar.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Se V.Ex^a. deseja que seja colocado em votação.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu quero ser muito transparente como eu sempre sou. Estão aqui inclusive as lideranças dos carteiros, estão todos aqui. O Projeto é de minha autoria que assegura a eles o mesmo princípio daquele direito que nós asseguramos já estava no Decreto-Lei aos eletricitários. Eu conversava com a liderança dos carteiros se havia efetivamente um entendimento entre todo o setor e sobre o tema. Eles me alertaram que já haviam conversado e que havia um entendimento. Eu fui procurado aqui há poucos minutos e o Senador Flávio Arns, também, que parece que há uma divergência quanto a redação final. Eu naturalmente como autor do Projeto e o Relator é o Senador Mão Santa, sou a favor do Projeto e, inclusive, respeitando as alterações feitas pelo Relator. Agora, eu não sei como a gente pode analisar essa questão buscando esse entendimento...

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Paulo Paim, eu sugiro que esse relatório seja lido para um maior entendimento dos membros da Comissão...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Para ver se há divergência ou não...

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – ...E na hora da discussão vamos encontrar, quem sabe, a solução para possíveis divergências que sejam encontradas. Inclusive, o pedido de vista, se for o caso. Algum Senador poderá pedir vista para na próxima Sessão ser o Projeto colocado em votação.

Concedo a palavra ao nobre e eminente Senador Mão Santa para proferir o seu relatório.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Recebemos para análise nesta Comissão em caráter terminativo, iniciativa do Senador Paulo Paim que modifica

o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho e acrescenta-lhe o § 3º para conceder adicional de periculosidade aos carteiros. O Projeto altera o *caput* do citado o artigo celetista, incluindo entre as atividades perigosas o trabalho de condições de risco a integridade física do trabalhador. Atualmente, o conceito legal de atividade perigosa, compreendem as que impliquem contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado.

Essa alteração objetiva em última instância, conceder esse adicional aos carteiros, razão pela qual é acrescido § 3º ao Art. 193 da CLT nesse sentido. Em sua justificativa o autor da iniciativa salienta que os carteiros trabalham em condições perigosa, pois são freqüentes os casos de atropelamento, ataque de cães, acidentes na hora de subir e descer de ônibus, quedas e torções, devido às condições geográficas adversas, fazendo com os carteiros, atravessassem rios e florestas para entregar a correspondência nos mais longínquos Municípios desse País. Eu acrescentaria que o filme “O Carteiro” de Pablo Neruda que descreve a grandiosa atividade deles. O texto justificador afirma ainda que, dada a imprescindibilidade da atividade dos carteiros, conceder-lhe adicional de periculosidade é dotá-los de condições dignas de trabalho. Não foram oferecidas Emendas ao Projeto.

Análise – A concessão de adicional de periculosidade aos carteiros insere no campo do Direito do Trabalho. Norma com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum prevista no Art. 61 da Constituição Federal, cabendo ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre o tema nos termos do Art. 48 da mesma Carta.

Observado esses pressupostos, o Projeto não apresenta vícios de inconstitucionalidade e nem ilegalidade. Também não detectamos aspectos regimentais que impeçam a regular tramitação da matéria.

Quanto ao mérito – Firmamos atendimento favorável à aprovação da proposta. Trata-se de contemplar uma categoria profissional que goza da confiança e respeito da população, justamente porque se submete às condições de trabalho adversas, para bem realizar suas atribuições entregando as correspondências e encomendas dentro de prazos razoáveis nos endereços indicados.

É notório que o trabalho em vias públicas envolve perigos e risco à saúde e exige do profissional uma atenção redobrada, e os carteiros cumprem praticamente toda a sua jornada de trabalho nessas condições, tráfego intenso e lugares ermos, cães de guarda e chuva ou sol escaldante. Muito embora a compensação não seja o ideal nos casos de desgast

tes a integridade física de uma pessoa decorrente da insalubridade, da periculosidade. Ela serve, ao menos, para diminuir os impactos negativo das condições adversas do trabalho.

Sabemos que o correto seria a prevenção e a eliminação das condições insalubres ou perigosas, mas a concessão de um adicional permite que o profissional viva numa condição financeira e psicológica melhor, com impacto positivo sobre a sua saúde.

Do ponto de vista técnico, entretanto, consideramos necessário alterar a redação do texto para tornar mais claro e objetivo da iniciativa. Nesse sentido, apresentamos proposta de substitutivo que altera o **caput** do previsto no Art. 193 da CLT, dando nova redação a expressão em condição de risco a integridade física do trabalhador ou exercidas em condições de risco a integridade física do trabalhador em função da circulação, correspondência ou no momento, no exercício da profissão de carteiro. Suprimimos por desnecessário o § 3º.

Voto – em Razão do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 82 de 2003 com o seguinte substitutivo – Nº 82 substitutivo de 2003. Altera o Art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho aprovada no Decreto-Lei 5.452 de 1º de maio de 43 para conceder adicional de periculosidade aos carteiros e dá outras providências. O Congresso Nacional decreta Art. 1º o **caput** do Art. 193 da Constituição das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto 5.452 de 1º de maio de 43, passa a vigorar com a seguinte redação. Artigo 193 – “São consideradas atividades operações perigosas na forma da reconvenção aprovada pelo Ministério do Trabalho e de Emprego aquelas que sejam exercidas em contato permanente com inflamáveis, explosivos ou exercida em condições de risco a integridade física do trabalhador em decorrência da circulação em vias públicas, com os perigos a elas inerentes para a entrega de correspondência ou encomenda no exercício da profissão do carteiro. Essa lei entra em vigor na data da sua publicação”. Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Em discussão. Senador Leonel Pavan deseja se pronunciar?

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Eu tenho certeza que nem ninguém vai discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – É em discussão.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Em discussão. Sr. Presidente, primeiro eu quero cumprimentar o autor do Projeto, o Senador Paulo Paim, como sempre, Paulo Paim criando Projetos que venha trazer benefícios sociais para a sociedade brasileira. Principalmente daquelas mais desassistidas, as mais

longínquas dos direitos e cumprimentar aqui o Senador Mão Santa pelo brilhante relatório apresentado. Eu recebi dezenas e dezenas de correspondências do Brasil inteiro e também do meu Estado de Santa Catarina, pedindo apoio a esse Projeto. Nós temos tantos Projetos aqui que, às vezes, não tem a devida importância. Tem importância por uma minoria, por um segmento, de repente, que nem é um segmento tão prejudicado. E olha que rodam alguns Projetos aqui nessa Casa de interesse apenas, às vezes, eleitoreiro para um setor A ou um setor B porque o Senador ou o Deputado está ligado a aquela área. Mas os carteiros é uma das profissões mais antigas do mundo. É uma das mais, talvez, das mais importantes do mundo é o carteiro. Quando se recebe uma correspondência errada, coitado do carteiro. Quando demora a correspondência a chegar, coitado do carteiro, quando chega pontualmente, não se existe o devido elogio, ou louvor que é digno do carteiro. Além daquilo dos problemas que ele sofre, o Mão Santa citou aqui que muitas vezes eles enfrentam os *pit bull*, os *pit bull*, enfrenta. E ofensas, às vezes, de quem recebe a própria carta por estar sendo incomodado. Eu acho que é um Projeto de grande importância social e vem principalmente reconhecer uma das categorias, uma das profissões mais antigas do mundo, do mundo. O carteiro merece o respeito de todo o Congresso Nacional.

Este é um dos grandes Projetos, de grande alcance social e de direito, e reconhecimento. Eis aqui em função dessas CPIs dos Correios, eles sofrem horrores, Senador Mão Santa, em função desses problemas todos ocorridos nos Correios, o carteiro quando vai entregar uma carta, é ofendido, às vezes. Não tem nenhuma culpa, nada a ver, mas só por estar nos Correios, acaba sendo ofendido, e calado, ouve e vai embora. E com vergonha de tudo isso que ocorreu até agora, estar manchando a instituição da qual ele representa com muito orgulho.

Então, eu quero aqui parabenizar o autor do Projeto, o Relator e deixar o meu apoio irrestrito, total e faremos tudo que for possível. Se é que, às vezes, tem que fazer o *lobby* para aprovar um Projeto, a conversa no *tête-à-tête*, forçar, compor, negociar. Este é um Projeto que merece total apoio. Por isso, quero cumprimentar os carteiros pelo trabalho que desenvolvem. E espero que seja aprovado o mais breve possível e que o sancione. Parabéns.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Presidente, pela ordem Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Pela ordem, Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, há um movimento do qual legítimo, eu entendo, porque isso implica em gastos junto a companhia dos Correios e Telégrafos, mas aqui atendendo o apelo dos carteiros e discutindo aqui, esse é uma tema ainda que poderá, se assim entender o Governo, ser discutidos no Plenário e nós naturalmente vamos discutir a recuperação financeira.

Havia até um movimento até para o pedido de vista, nós fizemos um apelo aqui e todos os setores acabaram concordando, que não houvesse o pedido de vista, que a gente votasse e se for necessário, como foi o caso, e na época eu tive uma posição diferente do fator [inaudível] a gente profunda o debate no Plenário, e torcendo para que ele seja aprovado com o maior rapidez possível.

Então, nesse sentido, Sr. Presidente, é que nós... Os setores que até pensaram em pedir vista, concordam em não pedir vista, numa homenagem inclusive aos carteiros que estou aí, e sabendo que essa votação se dará no Plenário e ainda na Câmara dos Deputados.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Temos um turno suplementar, tendo em vista que houve em substitutivo. Então, na próxima Sessão estaremos votando.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Muito bem lembrado por V.Ex^a. é bom que os carteiros saibam que ainda tem uma outra votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Tem outra votação na próxima semana. Se não houver recurso a matéria irá diretamente a Câmara dos Deputados sem necessidade de passar em Plenário, só irá a Plenário do Senado se houver recurso, assinado por 10% dos Srs. Senadores.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Flávio Arns. Concedo a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu até quero lembrar que esse debate naturalmente envolve a EMPRESA DE CORREIOS E TELEGRÁFOS através de uma parcela importante, significativa dos funcionários que são os carteiros e envolve também a opinião do executivo que através do Ministério do Trabalho e Emprego, inclusive a representação do Ministério está aqui presente. Como existe um segundo terno de votação ainda na Comissão, eu até sugeriria, Senador Paulo Paim, que o próprio Ministério do Trabalho e emprego, junto com a liderança, entre esse primeiro e segundo turno, para não haver assim a demora na

aprovação do Projeto, que houvesse essa interlocução, esse diálogo, essa busca do entendimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Flávio Arns, no segundo turno é possível, é plausível um entendimento e apresentação de Emendas pelo próprio Relator ou por alguns dos Srs. Senadores.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Exatamente. E é este apelo que eu faço. O Senador Paulo Paim como autor concorda também, que isso seja feito, Senador Mão Santa também, que isso aconteça entre esses dois turnos de votação. Porque assim também haverá agilidade na apreciação da matéria. Agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Na verdade, Senador Paulo Paim, aqui nessa Comissão pode haver até divergências até do próprio Presidente, dos Senadores. Nesse caso, da minha parte não há nenhuma divergência, mas outros Projetos onde eu divergia, eu coloquei em votação. A nossa obrigação aqui é acelerar o andamento de todas as matérias, mesmo porque o Plenário do nosso Senado ficará órfão se as Comissões não trabalharem, não se dedicarem a aprovação, a deliberação de matérias que são da iniciativa de Senadores e Deputados.

Então, essa Comissão cumpre o seu papel, independentemente do desejo desse ou daquele Senador, mesmo do Governo ou da oposição que determinada matéria fique na gaveta. Não há nenhuma... Até hoje não recebemos nenhuma pressão nesse sentido, seja da oposição, seja do Governo. Pelo contrário, as divergências são decididas ou no voto ou através de pedido de vista para a alteração, modificação e aperfeiçoamento de todos os Projetos oriundos do Poder Legislativo e também do Poder Executivo.

Portanto, passemos a votação nominal. Como vota o Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – O Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – O autor já, não pode votar porque... Mas a presença de V.Ex^a. vale para o *quorum*. Senador Mão Santa, voto conhecido. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Geraldo Mesquita. Senador Pedro Simon. Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – O Projeto é aprovado assim por unanimidade, no primeiro turno, o turno suplementar será na próxima quarta-feira com o Senador Leonel Pavan. O Senador Leonel Pavan já se pronunciou e fez um belíssimo discurso sobre a matéria, parabeno V.Ex^a. Com o Relator o Senador Leonel Pavan.

Portanto, meus parabéns aos carteiros pelo reconhecimento de sua atividade por parte dos Senadores desta Comissão. No segundo turno suplementar, na próxima semana, teremos a definição da matéria. Caso ela seja aprovada irá diretamente para a Câmara dos Deputados, se não houver recurso para o Plenário. Portanto, minhas solicitações a todos aqueles que contribuíram para a facilitar o andamento dessa matéria. [interrupção no áudio] o Senador Eduardo Azeredo pediu a prioridade para o Item 9. V.Ex^a. é o Relator do Item 9, Senador? Então, V.Ex^a. tem a palavra e anuncie a matéria.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Trata-se de um Projeto do Senador Flávio Arns que ele visa eliminar a obrigatoriedade da renovação a cada três anos do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social para fins de isenção previdenciária. O Projeto tramitou e, entretanto, existem propostas no sentido de que, ao invés, de acabar com a exigência dessa renovação, que nós fizéssemos a exigência a cada cinco anos.

Então, é uma Emenda que eu estou apresentando, Emenda do Relator, na verdade, na minha linha do Senador Romeu Tuma. Ou seja, ao invés de acabarmos com a exigência de renovação a três anos, passamos a exigência de renovação para cada cinco anos. É importante porque hoje é muito burocrático para essas entidades de assistência social, algumas delas são pobres, então é importante que ainda haja essa renovação. O voto é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – O Pedro Simon está se retirando, mas já colocou consignado seu voto favorável para o Projeto que V.Ex^a. está relatando.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Exatamente. Então, só resumindo é isso. Nós vamos ter ao invés de cada três anos as Entidades Beneficentes de Assistência Social tem que renovar o certificado a cada cinco anos, conforme o Projeto do Senador Flávio Arns, e a busca de um entendimento para que essas entidades possam se beneficiar da isenção do INSS.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Em discussão. Senador Flávio Arns com a palavra V.Ex^a.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu concordo com a Emenda que o Senador Eduardo Azeredo está colocando. Senador Eduardo Azeredo conhece bem a situação das entidades sociais, assim como a Senadora Lúcia Vânia que já foi Secretária Nacional de Assistência Social. Eu quero lembrar que a lei do certificado de fins filantrópicos é de 91. Depois de 19, foram criados os Conselhos Estaduais, Municipais, Nacional de Assistência Social. Então, é uma outra realidade, hoje comparado com a realidade de 91. As entidades todas, anualmente, têm que fazer o relatório para o Conselho Nacional de Assistência Social. Você tem isenção de INSS, todo o ano tem que fazer o relatório das atividades do ano anterior e a programação para o futuro em relação ao CNAS.

Então, haveria condições de termos um outro sistema de fiscalização que não fosse a cada três anos, botar toda a papelada de novo para renovar o certificado de fins filantrópicos. Mas houve uma resistência muito grande nesse sentido com receio de perder esse controle. Então, melhor do que ser a cada três anos é ser a cada cinco anos. O que vai evitar as filas enormes que têm para renovação deste documento junto ao Conselho Nacional de Assistência Social. E, além disso, nada impede que no meio tempo haja mecanismo, como já existem hoje em dia, através dos Conselhos Municipais, dos relatórios, dos processos de fiscalização, haver o acompanhamento do trabalho que a entidade faz.

Então, eu creio, realmente, que a Emenda que o Senador Eduardo Azeredo apresenta vai contribuir e muito para a desburocratização, para a agilização e para uma vida mais tranquila para as entidades, creches, idosos, meninos de ruas, pessoas com deficiência que fazem um serviço, na verdade, até em substituição ao poder público.

Obrigado Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, passemos a votação nominal. Em primeiro lugar, nós votaremos o

Projeto junto com a Emenda do Senador. O Senador Flávio Arns já favorável. O Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Eduardo Azeredo é voto conhecido. Senador Leonel Pavan. Senador Leonel Pavan, como vota V.Ex^a.?

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – E Pedro Simon que deixou o voto aqui consignado de forma favorável. Senador Jonas Pinheiro. Eu quero, Senador Wellington Salgado, mudando de um pólo a outro, mudando de assunto. Eu queria felicitar o Estado de Minas Gerais pelo fato de além das imediações do Rio São Francisco ter um grande volume de gás, para nesse momento em que também o Senador Eduardo Azeredo, o grande volume de gás que foi descoberto por uma empresa de Engenharia e que está sendo objeto de licitação, já foi feita a licitação. Várias empresas participaram dessa licitação e nós teremos mais de um trilhão de metros cúbicos, ou seja, segundo as infor-

mações do jornal de Minas Gerais, nós teremos uma auto-suficiência ali por volta de 60 anos em matéria de gás. Portanto, a natureza foi bastante generosa com o Estado de Minas Gerais, não só com os minérios, agora também com a produção de gás que, dentro de dois anos, teremos esse volume enorme para abastecer o mercado interno.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, com o detalhe que é na região norte de Minas, que é a região mais pobre do Estado. Vai trazer atividade econômica, vai trazer empregos com a região que mais precisa que é o norte de Minas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Foi uma grande notícia que eu li ontem no Plenário do Senado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Isso também vai muito bem, não é Senador Azeredo, porque realmente o Evo Morales agora vai ter que abrir o olho com Minas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Exatamente, vai pensar duas vezes antes de fazer besteira.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – ... O norte de Minas da SUDENE. Eles estão ricos.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Ai o Senador Mão Santa para sobrar um pouquinho para o Piauí, depois de tanto dinheiro, de tantos recursos que será arrecadados de *royalties*, quem sabe Minas poderá abrir mão, lá para o nosso Piauí, o nosso Sergipe. [risos]

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, eu não sei se a reunião está indo para os finalmente. Eu tenho um Extra Pauta ainda que eu gostaria de colocar, mas é o amplo... O amplo, total, geral, irrestrito acordo. Se V.Ex^a. me permitir que eu possa no momento adequado, colocar o que é que eu estou propondo de Extra Pauta. Pode ser agora?

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Pode ser agora.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, bem rápido. Todos sabem aqui a minha luta pelo fim do fator previdenciário. E por uma iniciativa dessa Comissão e proposta por mim, nós aqui aprovamos o Requerimento de Urgência do fator para o Plenário. Acontece que a Comissão de Economia também encaminhou para que o fator previdenciário seja debatido naquela Comissão, mediante uma Audiência Pública. E eu fiz um longo diálogo com os setores do Governo e outros setores aqui do congresso e eles entendem que se nós fizermos o debate na Comissão de Economia como ele está sendo proposto, e lá eu tenho

certeza que ele será aprovado, ele irá direto para a Câmara. Mediante esse fato, é que nós poderíamos, então, abrir mão do Requerimento de Urgência que tínhamos encaminhado nessa Comissão. Essa é a proposta. E isso é o fruto de um amplo acordo que no meu entendimento pode contribuir para que o fator previdenciário seja debatido. O Senador Mão Santa é o Relator, e assim aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Nós vamos votar o Item 14 e depois do 16.

O Item 14 é o Projeto de Lei do Senado nº 16 de 2004, que altera a Lei nº 8.918 de 14 de julho de 94, para tornar obrigatória a colocação de tampa plástica protetora nas bebidas embaladas em latas de alumínio ou outro metal. Tem como autor o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Sérgio Guerra, Senador Azeredo, é o Relator. Eu pediria ao nobre Senador Leonel Pavan, se V.Ex^a. puder, ficaria muito agradecido que fosse o Relator *ad hoc* do Item nº 14. É o Projeto do Senador Eduardo Azeredo. É o Item 14.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, é um prazer enorme ser o Relator *ad hoc*, o Relator é o Sérgio Guerra. O Projeto de Lei do Senado nº 16 de 2004, de autoria do Senador Eduardo Azeredo altera a lei nº 8.918 de 14 de julho de 1994, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas. Um dispositivo do Art. 4º, A do *caput* 2, parágrafo... Acrescentando a lei, tornando obrigatória a colocação de uma tampa plástica protetora sobre a abertura de latinhas de bebidas. A vigência dessa disposição seria após 24 meses da data de publicação da lei em que o Projeto se transformar. A medida justificada como forma de prevenir o consumo de bebidas diretamente da lata. A transmissão de doenças causadas pela contaminação daquelas embalagens por insetos e roedores durante o transporte e o armazenamento do produto. A proposição vem em apreciação dessa Comissão em caráter terminativo, não tendo recebido Emendas.

Análise – A justificação do Projeto cita especificamente a leptospirose e a contaminação por coliformes fecais, estafilococos, é isso mesmo? E salmonelas, como os riscos que se pretende reduzir com a instituição da referida proteção. Tem que proteger mesmo disso, né? Em qualquer desses casos, o risco é meramente teórico, se não vejamos. A leptospirose é uma doença infecciosa, transmitida pelo contato de pele ou mucosas com águas, terra ou vegetação contaminados com a urina de animais infectados, contato direto com a urina desses animais e eventualmente por ingestão de alimentos contaminados com a urina de ratos infectados.

Não há registro de transmissão de que leptospirose por bebida ou pela contaminação de suas embalagens. A grande ênfase dada pelas autoridades sanitárias, com vistas ao controle desse dano, consiste na prevenção dessa doença em situação de enchentes quando é bastante provável o contato de pessoas com água e terra contaminada por fezes e urina de animais contaminados.

Denúncias feitas pela imprensa da contaminação de recipientes onde são depositadas bebidas para gelar, em barracas de praia, deve-ser realmente há coliformes fecais e estafilococos e salmonelas, e decorre do armazenamento nesse recipiente de embalagens de bebidas não limpas, e principalmente da colocação e o retirar das embalagens com as mãos sujas.

De qualquer forma, o risco de transmissão desses agentes da área externa da embalagem com a bebida, o seu consumidor é também teórico. Não são conhecidos resultados de investigação epidemiológica que indique que o risco é real e o quantifiquem.

Por fim, doenças transmitidas por insetos para embalagens de bebidas e depois para usuário que se serve dela na própria embalagem, constitui também um risco teórico e difícil de mensurar. A literatura médica registra a transmissão de febre tifóide por moscas, isto é, a contaminação de alimentos por salmonelas, carregadas por patas de moscas, vindo a se multiplicar aí e a causar doença. Quando esses alimentos são ingeridos, tampas de bebidas, especialmente as metálicas. No entanto não seria substrato de quadro para essa proliferação, na ausência de matéria orgânica, essencial ao processo.

É importante lembrar que o risco de contaminação e ingestão é, até o momento teórico, uma vez que não existe resultados de investigação epidemiológica que relacione a ocorrência de doenças infecciosas com ingestão de bebidas em lata.

De acordo com o Parecer técnico da Agência Nacional da Vigilância Sanitária, a ANVISA, se conclui que a área de atuação de alimentos da ANVISA está focada primordialmente na implementação e fiscalização das boas práticas de fabricação nos estabelecimentos produtores de alimentos e bebidas, conforme preconizam a Portaria 326 de 30 de 97 e a Resolução nº 275 de 21 de outubro de 2002. Dessa forma a Agência de Vigilância Sanitária considera que as práticas corretas de armazenamento dos alimentos, assim como o controle integrado de pragas, são eficientes para prevenir a contaminação de embalagens. Não existem estudos científicos que comprovem a ocorrência de doenças transmitidas por meio de embalagens de refrigerantes ou cervejas em especial, a leptospirose.

Ante o exposto, a ANVISA tem o Parecer que a obrigatoriedade de uma frase de advertência seria uma medida menos restritiva e mais eficaz na prevenção do risco presumido pelo autor do PL em razão a exigência proposta. Quanto à constitucionalidade do Projeto, há que se considerar que ainda que a legislação sobre essa matéria, proteção e defesa da saúde seja da competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, é previsto, inclusive na Constituição, que no âmbito da legislação concorrente a competência da UNIÃO limitar-se-á a estabelecer normas gerais. No caso, o Projeto determina uma disposição específica que melhor seria se fosse deixado para a regulação infralegal da matéria.

Em relação à juridicidade é cabível o mesmo argumento, especialmente a se considerar que uma tal disposição, atribuição ao Poder Executivo para fixar um regulamento, as disposições específicas e referentes a bebidas, encontra-se exatamente no Art. 11 da lei alterada pelo Projeto em tela.

Voto – Em vista o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto da Lei do Senado 16 de 2004 em forma do seguinte – Projeto de Lei do Senado... Altera... Sr. Presidente, aqui tem... O Congresso Nacional altera a Lei 8.918 de 14 julho de 1994, para tornar obrigatória a colocação de advertência nas embalagens de bebidas. O Congresso Nacional decreta.

Art. 1º – A Lei 8.918 de 14 de julho de 1994, passa a vigorar acrescida a seguinte Art. A, Art. 8º, A, as embalagens de bebidas deverão ter impressa advertência – “Mantenha limpa”. É isso? É boa essa.

Art 2º – Essa lei entra em vigor após 180 dias da data da sua publicação. E tem botar um fiscal para ver se eles vão manter limpa. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Tendo em vista que é do nosso interesse mantermos o *quorum*, eu pediria ao Senador Jonas Pinheiro que proferisse o relatório do próximo Item, que é o Item 16, e nós faremos em bloco a votação, logo após a leitura do Parecer do Item 16.

Os Senadores que aprovam essa sugestão da presidência permaneçam como se encontram. Aprovado? Então, vamos ao Senador Jonas Pinheiro para o seu relatório.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, esse Projeto é de autoria da Senadora Serys Slhessarenko e a Relatora é a Senadora Maria do Carmo Alves. Trata-se de proposições que pretende assegurar a concessão de salário maternidade no valor de um salário mínimo para as seguradas especiais, desde que ela comprove o exercício da atividade rural ainda que de forma descontínua nos dez meses imediatamente

anterior a data do parto ou do atestado médico que recomendou o afastamento da atividade rural.

A proposição pretende assegurar tratamento isonômico entre as seguradas contribuinte individual, especial e facultativa, especialmente no que concerne ao critério para a concessão de salário maternidade a assegurada especial.

Nesse caso, o prazo de exercício da atividade rural, a ser comprovada pelas seguradas especiais, é reduzida de 12 para 10 meses.

Portanto, o Projeto é exatamente isso. É dar um tratamento especial as demais seguradas especiais, particularmente às trabalhadoras rurais. Atende-se como salário maternidade de um salário mínimo e reduz o prazo de comprovação de 12 meses para 10 meses.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, é um Projeto importante, atende às trabalhadoras rurais e pelo relatório da Senadora Maria do Carmo Alves, com os argumentos que expõe na sua análise, opina pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 529 de 2003, com a seguinte Emenda. Desse Art. 2º do Projeto de Lei do Senado 529 a seguinte redação, acrescentando-se ainda o Art. 3º. As despesas decorrentes da redução do prazo de comprovação da atividade rural para a concessão desse benefício, ocorrerão a conta das dotações própria do orçamento da União. E o Art. 3, essa lei entra em vigor no primeiro dia do exercício financeiro seguinte a da sua publicação.

Portanto, é esse aqui o Parecer da eminente Senadora Maria do Carmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Lido o relatório pelo Senador Jonas Pinheiro da Senadora Maria do Carmo, nós vamos votar em bloco até para dar maior velocidade as votações nessa Comissão. O primeiro-

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente. Me permite só...

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Pois não, Senador Eduardo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Só dar uma explicação rápida sobre o Item 14 que na época que eu propus o Projeto, a intenção era que se colocasse uma tampa plástica sobre as latas de refrigerantes, cervejas e assim por diante, a exemplo do que acontece, inclusive, lá na Itália. Na Itália tem alguns refrigerantes que fazem assim. Depois disso o que acontece é que as indústrias brasileiras já passaram a fazer, não em cada lata, mas estão vendendo as latas num pacote de seis latas, e essas seis latas realmente, sob um plástico que já protege contra a limpeza. De maneira que o relatório do Senador Sérgio Guerra

não atende exatamente o que eu propunha. O que eu propunha é que cada lata individualmente tivesse essa proteção de plástico. Mas considerando que já o grupo de seis já está tendo essa proteção e a proposta dele é de que então tenha uma mensagem de manter limpa sempre, e outros assuntos que ele coloca de que não haveria ainda nenhuma comprovação do mal. Que os médicos sabem do risco que existe.

De maneira que eu quero dizer que eu concordo com o relatório do Senador Sérgio Guerra de maneira que o objetivo permanece o mesmo. É que haja um cuidado maior com as latas de refrigerante e de cerveja na hora da sua ingestão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sem dúvida que essa proteção vai ajudar a saúde da população. A leptospirose tem ocorrido muito por causa dessa falta de cuidado, de uma proteção, de algo que possa evitar a ocorrência de doença infecto-contagiosa, causando até mortes em todo o Brasil.

Portanto, louvo a iniciativa de V.Ex^a., é um homem atual, um homem de visão e que eu acho que o Brasil é um País que se desenvolve a cada dia, e tem um consumo extraordinária de cerveja e de refrigerante, crianças que não são devidamente orientadas poderão, após tirar a tampa do refrigerante, ingerir a bebida sem qualquer limpeza. Isso pode ocorrer uma doença e causar a morte em pessoas inocentes.

Portanto, em primeiro lugar vamos votar o Projeto de Lei do Senado nº 16, que torna obrigatória a colocação de tampa plástica protetora nas bebidas embaladas em latas de alumínio ou outro metal.

O Parecer foi lido pelo Senador Leonel Pavan e da autoria do Senador Sérgio Guerra. Como houve um substitutivo essa matéria vai ter um turno suplementar na próxima reunião. Como vota o Senador...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, me permite só para ficar claro que no substitutivo essa obrigação não foi mantida, ficou só a mensagem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Manter limpa. Exatamente. Só ficou a mensagem.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, pela ordem, é que... Sr. Presidente, ele acatou só a mensagem. Sr. Presidente, é que em função...

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Então, veja Senador Leonel Pavan, e a advertência do Senador Paulo Paim é procedente. É o que diz a Emenda que foi apresentada, a Emenda substitutiva. As embalagens de bebidas deverão ter impressa a advertência, “Mantenha limpa”,

não existe na realidade nenhuma proteção. Vamos supor que a pessoa não tenha o cuidado de ler ou não saiba ler, ainda tem analfabetos no Brasil. Pode ingerir uma bebida e pegar uma doença.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – A minha intenção não era essa. A minha intenção era que tivesse uma tampa individual em cada...

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – V.Ex^a. foi o autor da matéria. V.Ex^a. discorda do substitutivo. Então, das duas uma. Ou V.Ex^a. vota com o substitutivo ou vota contra o substitutivo e quem sabe o voto é V.Ex^a. pode pedir um votem separado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, talvez para ajudar...

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Leonel Pavan que foi o Relator *ad hoc*, em primeiro lugar, depois eu concedo a palavra a V.Ex^a.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – É o seguinte, pelo relatório aí por mim lido, consta que não existe um número bastante significativo de pessoas que tenham ocorrido um número excessivo de mortes. Não há comprovação de que alguém tenha morrido em função desta questão de ter pegado essa doença por ter ingerido bebida numa lata.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – A leptospirose por falta de limpeza pode ocorrer... O rato pode ali deixar a urina...

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Mas o que diz aí é que não há um número excessivo e que pode onerar o preço, porque é um outro produto que vai ser colocado em cima de cada bebida e acaba onerando o preço da bebida. O que sugere o Relator, por mim lido, é que só coloque a frase “Mantenha limpa”, daqui a pouco vai vir uma lei para vir em braile. [risos] Porque...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Talvez seja melhor...

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Leonel Pavan, desculpe interromper V.Ex^a... O Senador Sérgio Guerra que não compareceu a essa Sessão, ele é suplente, mas é o Relator da matéria. Então, ele pediu, aqui a nossa assessoria, que se possível, nós pudéssemos adiar a votação dessa matéria para encontrarmos uma solução definitiva. Eu quero saber se V.Ex^a. está de acordo.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Claro. Porque o Projeto é bom, a idéia é boa, é excelente. E ANVISA que sugeriu o Parecer aí. Que teve um contato com a ANVISA.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Pelo que eu estou entendendo é que o Senador Sérgio Guerra se baseou no Parecer da ANVISA, e eu estava dizendo que realmente hoje, pelo menos o bloco de seis da garrafinha de seis latinhas, já é protegida por plástico, mas não atende ao que eu estava querendo. Veja bem, se nós formos lembrar um pouquinho, estou lembrando lá do nordeste do Senador Mão Santa, as latas de castanha de caju, elas vem na lata e em cima delas tem uma tampinha de plástico.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Tem um plástico cobrindo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Então, eu não acho nenhum absurdo que tivemos essa tampa de plástico.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – E o plástico é muito barato.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Vamos retirar. Eu vou conversar novamente com o Senador Sérgio Guerra...

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – E pessoalmente sou mais favorável ao Projeto de V.Ex^a. De manter como está. A sua redação.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Vamos retirar para poder conversar com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Me desculpe, Senador Sérgio Guerra, ali, vamos dizer, atende aos interesses do Ministério da Indústria e Comércio que é contra. Os empresários acham que isso pode encarecer o produto, mas se aumentar o custo e proteger a vida do cidadão é melhor proteger a vida do cidadão, mesmo aumentando o custo.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Jonas.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Eu acho que já tenho uma solução para isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Pois não. Eu agradeço a V.Ex^a.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – É só tomar cerveja cristal que ela já vem...

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Ela é limpa não é? Boa idéia, boa idéia é o 51. Concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)

– Justamente o que o Senador Jonas colocou é que já existem algumas cervejas, segundo tenho um Assessor ao lado aqui, que já vem com essa proteção e aí compete a quem vai consumir se tem interesse ou não tomar um produto que tem essa proteção. Por isso ele vai pagar um pouco mais caro. Entendeu Senador Azeredo? Hoje até mesmo você vê que os produtos que não usam agrotóxico são um pouco mais caro no mercado, porque é a opção de cada um. Você paga pelo que deseja consumir. Eu acho que isso, Senador Azeredo, não vai trazer grande problema não, e eu acho um fator importante essa proteçãozinha, como do caju, como V.Ex^a. colocou, para cada unidade. Eu acho isso importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Paim vamos colocar em votação o Item 16, tendo em vista que ficou adiado o Item 14.

O Item 16 trata-se de alterar o Parágrafo Único do Art. 39 da Lei 8.213 que dispõe sobre os Planos de Benefício da Previdência Social no que concerne ao salário-maternidade devido à assegurada especial. Senadora Serys é a autora, a Relatora é a Senadora Maria do Carmo com o Parecer favorável. Como vota o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Wellington, como vota V.Ex^a.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu sei. É o dezesseis.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – O da garrafa nós adiamos. O da lata, nós adiamos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – ... Sobre a colocação do Item 16, que o Senador Jonas fez um comentário comigo aqui rapidamente, mas eu vou votar com o Relator, Senador Jonas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Jonas voto conhecido. Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Eduardo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Leonel Pavan.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Geraldo Mesquita com o Relator. Aprovado o Projeto do Item 16. Com não há mais matéria a ser tratada nessa Sessão. Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Eu queria só, antes de encerrar registrar aqui, o Senador Flávio Arns está exatamente apresentando um requerimento nesse sentido, os cumprimentos da nossa Subcomissão de Assuntos das Pessoas com Deficiência, e eu peço que também seja também nessa Comissão, os cumprimentos a Rede Bandeirantes de Televisão, que nesse último domingo fez um programa de várias horas de apoio as APAEs de todo o Brasil, conseguindo arrecadar realmente mais e dois milhões de reais, e mostrando o sucesso das atividades das APAEs em vários pontos do Brasil.

Então, seria apenas registrar o cumprimento a TV Bandeirantes.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu também quero me associar à manifestação do Senador Eduardo Azeredo que é Presidente da Subcomissão Permanente para Assuntos da Pessoa com Deficiência dessa Comissão de Assuntos Sociais, e dizer que foi um programa, uma iniciativa, não só um programa, uma iniciativa extraordinária da Rede Bandeirantes de Televisão.

Começou no sábado à noite com um programa de uma hora, permaneceu à tarde de domingo e até o começo da noite de domingo, e até diria um espaço curto de tempo pela arrecadação que teve de mais de dois milhões de reais. Mas, mais importante até do que a arrecadação, foi o debate, a discussão, a sensibilização a conscientização sobre a pessoa com deficiência na programação que se chamou “APAE em ação”. São mais de duas mil APAEs no Brasil, inclusive, houve uma reportagem com a APAE de Belo Horizonte, a Heloisa Azeredo, esposa do Senador, é Presidente da APAE de Belo Horizonte. Mostrando casas, lares, residências, para diferentes níveis de pessoas com deficiência mental. Uma iniciativa bonita, extraordinária, faz também teste do pezinho, profissionalização.

Eu quero dar os parabéns pela Rede Bandeirantes pelo belo trabalho, e estaremos pela Subcomissão, apresentando um requerimento para tornar oficial esse elogio do Senado para a rede de televisão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu quero também me congratular com V.Ex^a., Senador Eduardo Azeredo, pelo trabalho que vem fazendo, naturalmente com pessoas da sua família, a sua esposa, V.Ex^a. foi o Governador e teve esse espírito de visão de um trabalho dedicado, voltado para o social. E como Senador, tem sido essa tônica, tanto aqui nessa Comissão como no Plenário. E também parabenizar, felicitar a Rede Bandeirante, por essa iniciativa louvável e reconhecer a importância do apoio e de assistência ao deficiente físico em todo o Brasil.

Meus parabéns, portanto, a esta grande emissora que merece o nosso respeito, que merece a nossa simpatia e acima de tudo a nossa solidariedade ao trabalho tão edificante, merecedor dos elogios de todos os brasileiros.

Encerrada essa Sessão, convocada uma outra para a próxima quarta-feira no mesmo horário de hoje, ou seja, a partir das 9h30.

Sessão encerrada às 12h23min.

Ata da Décima Sexta Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais em conjunto com a 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada no dia 30 de maio de 2006, terça-feira, às 10 horas.

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia trinta de maio de dois mil e seis, na Sala de reuniões da Comissão de Educação, sob a presidência do Senhor Senador **JUVÊNCIO DA FONSECA**, Presidente Eventual, com a presença dos (as) Senadores (as) **MARCO MACIEL, MARIA DO CARMO ALVES, FLEXA RIBEIRO, LEONEL PAVAN, LÚCIA VÂNIA, NEY SUASSUNA, VALDIR RAUPP, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, FLÁVIO ARNS, IDELI SALVATTI, MARCELO CRIVELLA, PAULO PAIM, JOSÉ JORGE, ROMEU TUMA, WELLINGTON SALGADO, JOSÉ MARANHÃO, ÍRIS DE ARAÚJO, MAGNO MALTA E FÁTIMA CLEIDE**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão, justificando a sua ausência o Senador Augusto Botelho. Estavam também presentes na reunião os Senadores **GILVAM BORGES E AELTON FREITAS**. O Presidente Eventual, Senador Juvêncio da Fonseca registra a presença das Senhoras Senadoras Serys Slhessarenko (PT/MT) e Heloisa Helena (Pso/AL), não membros das Comissões; do Deputado Federal Osmar Terra (PMDB/Rs), Deputada Estadual Iraê Lucena (PMDB/PB); Senho-

ra Ivete Simon, esposa do Senador Pedro Simon; Senhora Ana Paula Gonçalves, Secretária especial de Políticas para Mulheres, representante da Ministra Nilcéia Freire, Doutora Regina Orth, Presidente da Associação Brasileira de Estudos sobre o Bebê e Professora Ledja Austrilino, Diretora do Escritório ULBRA em Brasília. Havendo número regimental o Senador Juvêncio da Fonseca, Presidente eventual, declara aberto o trabalho, submetendo-se a dispensa de leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 08– CAS, de 2006, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que tem como objetivo instruir o Projeto de Lei do Senado nº 340 de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que “Institui a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância”. Comparecem à Audiência Pública, como convidados, o Doutor Laurista Corrêa Filho, Pediatra e Neonatologista, com o tema – A Importância da Perinatalidade na prevenção da Violência; o Doutor Salvador Célia, Psiquiatra e Presidente da Federação Latino-Americana de Psiquiatria da Infância, Família e Profissões Afins – FLAPIA, com o tema – Apego, Resiliência e Prevenção da Violência e o Doutor Antônio Marcio Lisboa, Pediatra e Professor Titular de Pediatria da Universidade de Brasília – UNB, com o tema – Prevenção da Violência. Após a apresentação dos convidados, fazem uso da palavra os Senhores Senadores Pedro Simon, Fátima Cleide, Sérgio Zambiasi e Heloísa Helena. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e sete minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Antônio Carlos Valadares, e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

SR. PRESIDENTE JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Há número legal. Dou por aberta a 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação em conjunto com a 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

A Reunião de hoje está destinada a uma Audiência Pública. Requerimento da ilustre Senadora Patrícia Saboya Gomes e da ilustre Senadora Fátima Cleide, para análise do Projeto de autoria do Senador Pedro Simon para instruir o Projeto do Senador Pedro Simon de nº 340 de 2005, que institui a Semana Nacional de Prevenção da Violência da Primeira Infância.

Os convidados para essa Audiência Pública são – O Dr. Laurista Corrêa filho, Pediatra e Neonatologista com o tema “Importância da Perinatalidade na Prevenção da Violência”.

Dois. Dr. Salvador Célia, Psiquiatra e Presidente da Federação Latino-Americana de Psiquiatria da Infância, Família e Profissões Afins. Tema – “Apego, resiliência e prevenção da violência”.

Três. Dr. Antônio Márcio Lisboa, Pediatra e Professor Titular de Pediatria da Universidade de Brasília, tema – “Prevenção da violência”.

Antes de conceder a palavra a cada um dos palestrantes, eu gostaria de agradecer a presença entre nós do Deputado Osmar Terra do PMDB do Rio Grande do Sul, da Deputada Estadual Iraê Lucena do PMDB da Paraíba. E também a representante da Ministra Nilcéia Freire, Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, Srª. Ana Paula Gonçalves. Nós agradecemos a presença de todos os Senhores.

O Projeto de autoria do Senador Pedro Simon que está chegando a nossa reunião, é que instituiu a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância, a ser celebrada anualmente entre os dias 12 e 18 de outubro, com o objetivo de conscientizar a população brasileira sobre a importância do período entre zero e seis anos, para a formação de um cidadão mais apto à convivência social e a cultura da paz.

Antes de nós passarmos ainda a palavra aos convidados, nós gostaríamos de justificar a ausência da escritora novelista Glória Peres e a atriz Marisa Orth, que estariam presentes aqui hoje, nesta reunião. Justificaram que não puderam estar presentes, e inclusive a atriz Marisa Orth nos encaminhou uma justificativa onde ela se expressa em pequeno trecho da seguinte maneira. “Como se pode ver no Projeto de Lei não se trata só de mais uma seqüela da nossa má distribuição de renda e conseqüentes mazelas da educação que nos levam um quadro por vezes catastrófico e muitas vezes irreversível na formação dos nossos futuros representantes. Mesmo nas camadas ditas mais favorecidas e supostamente mais informadas, encontram-se inúmeros casos de violência à integridade dos menores”. E ainda queremos dar ciência que amanhã teremos também uma Audiência Pública, o tema é “A música no contexto nacional”. Autoria do Requerimento Senador Sérgio Cabral. Onde serão ouvidos, Fernanda Abreu, cantora e compositora, Egeu Lau Simas(F), Coordenador da Rede Social da Música, Sidnei Bonfim de Jesus, Presidente dos Sindicatos dos Músicos da Bahia, Alexandre Rés de Negreiro, Mestre em Etnomusicologia e Cristina Gomes Saraiva, Coordenadora do Núcleo Independente de Música do Rio de Janeiro, Ricardo Bren, compositor e arranjador.

Amanhã Audiência Pública aqui na Comissão. Confirmaram as presenças para assistir a Audiência Pública, os cantores Gabriel o pensador, Cláudio Nucky, Fernanda Abreu, expositora, Leni Andrade, Léia Pinheiro, Alaíde Costa e Celso Viáfara e o cantor Ivan Lins.

Com a palavra, inicialmente o nosso convidado Dr. Laurista Corrêa Filho, Pediatra e Neonatologista com o tema, “A importância da perinatalidade na prevenção da violência”. Nós teremos um prazo Dr. Laurista de 20 minutos para que possamos ter tempo de ouvir os demais palestrantes. Com a palavra Dr. Laurista.

DR. LAURISTA CORRÊA FILHO – Bom-dia a todos. Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer o convite e participar dessa importante reunião, e relembrar um pouco do que para nós, há uma certa confusão, as pessoas que lêem, é a importância da primeira infância, ou seja, de zero a seis que para nós já não é mais de zero a seis, porque a vida começa um pouco antes como a gente vai ver e que todos sabem.

Então, é a importância desse período da vida na prevenção da violência.

Então, nos últimos 20, 25 anos, o que nós vimos? Uma profusão de publicações e se a gente fosse colocar aqui, nós íamos passar o dia todo vendo essas publicações que se referem às pesquisas que foram efetuadas.

SR. PRESIDENTE JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Dr. Laurista, eu avisei no início que o Presidente é Virginiano. Detalhista. [risos]

DR. LAURISTA CORRÊA FILHO – Mas o microfone é baiano. Vamos repetir porque estão gravando.

Então, nós falávamos que o importante é saber a importância da primeira infância, ou seja, de zero a seis e que para nós e para a maioria das pessoas que estão nesse campo estudando é antes do zero. O zero, porque primeiro na gramática o zero não existe. E para nós também a vida começa antes do nascimento.

Então, nós dizíamos que a importância dessa fase da vida na prevenção da violência. E não a violência que muitos confundem a violência nessa faixa etária.

Então, uma vez esclarecido isso, nós então falávamos de a profusão que houve no final do Século 20 das publicações que eram frutos das pesquisas. Como vocês sabem, as pesquisas são realizadas e demoram muito tempo. Esse é um dos livros mais importantes sobre a vida fetal, o desenvolvimento fetal é um grupo da Inglaterra, da França e dos Estados Unidos que fala, praticamente, tudo que acontece antes do nascimento.

Então, essas pesquisas, quando são passíveis de serem feitas em humanos, são feitas em humanos como todos sabem, e as que não são, são nos outros mamíferos que são os nossos outros irmãos.

Então, houve essa profusão no final do século XX e veio nos esclarecer.

Bom, o artista, ele vai sempre, tem a maior sensibilidade, ele vai sempre na frente às vezes do cientista. Esse quadro é um quadro de um artista de Brasília, que é a Juliana, e que ela está, todo mundo pode ver, você tem o homem que comeu um pedacinho da maçã passou ao pominho de Adão e a mulher. E os dois já estão pensando em uma energia muito importante que é um bebê. Aqui ela simbolizou como o tal, a energia, o símbolo do tal.

Então, a vida começa aí, antes mesmo da concepção. Já está na cabeça das pessoas ou não. Normalmente, esse é o esquema, quando se fala de mortalidade, sobretudo, na infância.

Então, é o esquema que é dividido, que é aceito pela Organização Mundial da Saúde a respeito da divisão.

Então, você tem a mortalidade fetal, depois a perinatal, que nos interessa, essa fase da vida, oficialmente, é um período que vai da 22ª semana até os primeiros sete dias de vida. Quando se fala nesses aspectos psicoafetivos e que se fala na primeira infância, essa parte do perinatal já não é bem nesse esquema. Considera-se e as pessoas que tem maior estudo, o Prof. Philip Maze(F) da França que escreveu o livro “Psiquiatria Perinatal” com outros colaboradores, ele disse que vai da concepção até os 18 meses.

Então, essa é a faixa da perinatalidade.

A tecnologia vem nos ajudar. Então, além dos artistas que nós vamos ver aqui muitos participam nessa nossa evolução a ultra-sonografia. Que isso aqui ainda é uma ultra-sonografia fetal e um pouco antiga. Mas que a gente já pode ver.

Então, nós começamos a visualizar este ser, este bebê humano já na sua evolução. Aí, vocês viram, da última semana a “Veja”, o fotógrafo Lennart Nilson que fotografou o feto dentro do útero e toda a evolução desde o espermatozóide, o óvulo, com a tecnologia ajudando um pouco mais a gente compreender.

Bom, o que é muito importante que a gente saiba nessas pesquisas é que o cérebro humano, nós vamos ver todos, bebê humano em qualquer lugar do mundo, ele nasce com cem bilhões de neurônios que são produzidos na maior parte, antes da 20ª semana de gestação. Para relembrar a gestação tem em torno de 40 semanas. Então, na metade da gestação o cérebro já está, nós temos uns cem bilhões. Estão achando que é um pouquinho mais, que o homem talvez tenha um pouquinho mais, por isso que ele é mais neurótico, mas quase todos os neurônios já concluíram a sua migração antes do nascimento.

Então, esse é a preparo do bebê para a grande jornada que ele vai ter. Porque ele migra, ele está num patamar que ele vai ter que subir para o córtex. Uma vez nos locais definitivos, especializam-se. Frequentemente se associam a outros neurônios parecidos para formar uma rede, isso é muito importante. Esses circuitos têm um papel crucial que vai permitir e contornar esses possessos cognitivos e as diversas funções.

Bom, então essa construção, ela tem início na quinta semana de gestação. Para vocês lembrarem, quatro semanas, um mês, então o bebê está menor, o embrião ainda está menor do que uma unha. E nós já temos o início essa gestação. A produção de neurônios atinge seu máximo entre 12^a e 16^a semana, ou seja, quatro meses. Quando a mamãe já está percebendo os movimentos, esse bebê já está atingindo o máximo da produção de neurônios. O ritmo de produção de neurônios é em torno de cinco mil por segundo. Tudo isso para a gente vê, para a gente perceber um pouco mais a importância desse período da vida. O peso do cérebro do recém-nascido de termo, que chegou no seu termo, tem em média 330 gramas. Então o cérebro do bebê humano, ele nasce pronto, mas inacabado. Quem vai acabar esse cérebro é toda a carga genética que ele tem e esse ambiente que ele vai encontrar. No adulto, 1.400 gramas, ou seja, o aumento de quatro vezes, porque vão ter as comunicações entre os neurônios, são as sinapses que todos vocês sabem. Elas vão se conectar.

Então, situam-se entre as três causas principais de debilidade mental e distúrbios do desenvolvimento. As grávidas que consomem cocaína, o feto não consegue eliminá-la, acumula mais do que a mãe. No feto normal, o local de migração final, é cuidadosamente programado geneticamente para formar camadas sucessivas do córtex. Há uma perturbação nessa programação devido a cocaína e muitos neurônios drogados, eles se enganam de camada. Invés de ele chegar aquele ponto que ele deveria chegar, ele não chega. No Brasil, não há estudos sobre o fato. Nos Estados Unidos, nas grandes cidades, 15% das mulheres grávidas utilizam cocaína. O alcoolismo fetal universalmente, então que ocorre em todo o mundo, não é um fenômeno raro, isso nós sabemos. Programa de detecção precoce no pré-natal, rede social de apoio, prevenção para gestações posteriores evitar a culpabilidade excessiva da mãe. Essa rede que teria que funcionar.

De 20 a 40 semanas, de vida intra-uterina, a maior parte dos neurônios é formada e já está no local apropriado.

Então, até a metade da gestação essa é a formação. E a partir da 20^a semana, até o termo, ela já

está todo prontinho. O desenvolvimento, crescimento e diferenciação ocorrem após o nascimento. A minha dinização, que seria assim, a capa que vem... A célula nervosa que vai encapar, digamos assim, ela começa antes do nascimento, sobretudo, ao nível do sistema estato-acústico e as raízes motoras.

Cada neurônio, ele recebe de mil a dez mil sinapses, vai se conectar com outros neurônios. Quer dizer, em um centímetro de córtex, nós temos cem mil neurônios e um bilhão de sinapses para vocês verem o que isso vai acontecer. E o que sabia-se das pesquisas anteriores, o que o pessoal sabia até antes dessa reunião que originou esse livro que é o “Repensando o cérebro”, o que se sabia? Como um cérebro se desenvolve, depende dos genes com os quais se nasce, esse era o pensamento antigo. O pensamento novo, como um cérebro desenvolve depende de uma complexa interação entre os genes com os quais se nascem e as experiências que se tem. Vamos ver a importância disso, onde vai gerar, onde estão as raízes da violência. As experiências que se tem, antes dos três anos de idade, exerce um impacto limitado no desenvolvimento posterior do cérebro. Não, o novo. As experiências iniciais ajudam a formar a arquitetura cerebral e na natureza, e extensão das capacidades adultas. Uma relação segura, com um cuidado principal, cria um contexto favorável para o desenvolvimento e aprendizado iniciais. O pensamento novo, as interações iniciais não apenas criam um contexto, elas afetam diretamente a forma como o cérebro se desenvolve. O desenvolvimento cerebral é linear, a capacidade do cérebro aprender, a mudar aumenta de modo regular a medida que um bebê progride em direção a idade adulta. O desenvolvimento cerebral não é linear. Há períodos preciosos que são chamados janelas para adquirir diferentes tipos de conhecimentos e habilidades que é justamente nessa formação do cérebro de zero a seis anos.

E mais ainda, esses 152 cientistas que se reuniram em Chicago 1996 puderam fazer o [inaudível] e a densidade da sinapse ao nascer, veja, pouquíssimas sinapses. Seis anos de idade, a quantidade de sinapses. Depois chega com dez anos, há uma poda. Esses são os circuitos neuronais que se formam. Que se tiverem um bom início, esses primeiros seis anos, sem falar já na vida uterina, nós vamos ter uma pessoa que está se desenvolvendo normalmente, um cérebro sadio.

Então, 20 semanas de gestação, nós estamos na metade, o cérebro está pronto. Peso do cérebro – 100 gramas. Ao nascimento 400 gramas, 330, 400 gramas, em torno disso. Veja, 18 meses, um ano e meio, 800 gramas. Já tem o dobro do nascimento devido aquelas sinapses, aquelas conexões que nós tivemos. Com

três anos, 1.100 gramas, depois de três anos até a fase adulta apenas 300 gramas. É para ver o quê? A importância desse período.

Então, a organização do cérebro ela é única e pessoal, o resultado reflete as alterações constantes após a concepção entre herança genética e ambiente. Há a possibilidade de ser beneficiado ou vítima.

Então, vai ser uma pessoa sadia e vai transmitir coisas boas ou vai ser um marginal. A competência dos bebês. O bebê tem seis minutos de vida, ele está pronto já para interagir. Ele nasce pronto para interagir, porque ele tem um treinamento intra-uterino. O bebê, tem um pouco de luz, mas dá para ver o olhar o bebê logo após o nascimento já está mamando no seio e ele olhando esse olhar sedutor que permitiu que os bebês nosso morressem mais, que o ser humano deixasse de morrer, porque era comido ou pelos próprios pais ou a tribo que estivesse ao lado. Esse olhar é o olhar, não é olhar visão, porque ele vê pouco, mas é o olhar sortilégio, é o olhar que seduz é o olhar que permitiu o ser humano não morrer mais.

Aqui, então, ele é capaz, ele é competente, ele está olhando e está imitando, ele imita. Agora, temos que apagar um pouco a luz. Nessa mesma reunião de Chicago, então, foram apresentadas...

SR. PRESIDENTE JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Doutor, nós temos um probleminha de iluminação para a Câmara.

DR. LAURISTA CORRÊA FILHO – Para o pessoal acreditar, mas dá para ver alguma coisa aí. Essa é uma tomografia, uma Emissão de Pósitron, é a PET. O Comitê Internacional tem a permissão de fazer as pesquisas em órfãos num orfanato da Romênia.

Então, olha o cérebro que ele pode ver com a Tomografia com a Emissão de Pósitron. Aqui é um cérebro normal e aqui nós vemos. O que está em vermelho e amarelo, tem ótima atividade. A gente sabe que os globos frontais e temporais têm muito a ver com as nossas emoções.

Então, a gente vê no cérebro normal muito vermelho e amarelo. E olha aqui um cérebro de uma criança que não tem interação que foi privada dessa interação ou foi malfeita.

Então, nós vimos o buraco, é praticamente um buraco negro, é isso que nós vemos o desenvolvimento anormal.

Bom, aqui para citar, num estudo finlandês, 11 mil mulheres grávidas em 1966, no sexto ou sétimo mês de gravidez. Se a gravidez era desejada, fora de área ou mal desejada ou indesejada. O risco de aparecimento, 11 mil mulheres. E o aparecimento de esquizofrenia, significava um índice mais alto entre bebês nascidos das mães do grupo de gravidez indesejada.

A esquizofrenia, como sabem, é um dano na capacidade de amar. A personalidade está separada do seu ambiente. Esse outro estudo de Jacob e Bitchman(F) os cuidados obstétrico e predisposição da prole ao suicídio em adultos. Estudo do registro de parto de 412 casos forenses vítimas de suicídio. Comparação com 2.901 controles, que é muito, né? Mais de sete vezes. Suicídios que envolviam asfixia, fortemente associado com asfixia no parto. Suicídios através de meios violentos, associados com parte difíceis do ponto de vista mecânico. Antecedentes de 200 viciados em opiáceos nascidos em Estocolmo entre 45 e 1966, e não viciados como controles. Se a mãe recebeu determinados analgésicos durante o trabalho de parto, a criança com maiores riscos de se tornar viciada em drogas na adolescência. Lee Salquin(F) em 85, Universidade de Nova Iorque, antecedentes de 52 vítimas de suicídios em adolescentes, antes de completarem os 20 anos. Comparados com 104 controles, um dos principais fatores de risco para se cometer suicídio na adolescência, criança que teve que ser ressuscitada ao nascimento. Mais estudo, da universidade de Los Angeles, 4.629 sujeitos masculinos nascidos no mesmo hospital, em Copenhague, principal fator de risco para se tornar um criminoso violento aos 18 anos, associação de complicações no parto e, o mais importante, separação precoce ou rejeição pela mãe. Separação e a rejeição precoce, isso sozinho, por si só, não era um fator de risco. Joufre(F) estudou muito esse tipo de acontecimento, relação entre ligação fraca. Ligação fraca é o vínculo, esse apego que se faz no início da vida, nesses primeiros seis anos, para não falar no vínculo pré-natal.

Então, ligação fraca e violência. Cuidadores principais estavam emocionalmente indisponíveis nos primeiros anos de vida. Mais problemas de conduta na infância e da adolescência. Em todas as culturas, onde a ligação foi estudada, a ligação bloqueadora da ansiedade que resulta persistente falta de responsabilidade da falta do cuidador principal, pode efetivamente tornar uma criança propensa à violência. Experiências precoces de trauma ou abuso no útero ou após o nascimento, podemos interferir no desenvolvimento das áreas subcortical e límbicas do cérebro, é onde está a informação que vai ser tratada, extrema ansiedade e depressão de estabelecer ligações saudáveis com os outros.

O fato de uma criança estabelecer ligações seguras depende da qualidade de cuidado que recebe. Crianças que sofrem abuso ou negligência provavelmente não desenvolverão uma ligação segura com os seus cuidadores. Tanto a qualidade do cuidador quanto a segurança da ligação vai exercer uma influência na

posterior capacidade da criança para a empatia e o controle emocional e comportamental. Ashley Montagu escreveu o livro “Tocar”. É um calhamaço. Ele falou, “A necessidade primordial do recém-nascido é a necessidade de amar, não apenas ser amado, mas de ser capaz de amar”.

Esse gráfico é modificado pelo Prof. Vital Lidonê(F) que é um educador, e que foi modificado. A Maria Helena que trabalhou nessa área de educação da primeira infância, mostra o IBGE de 2000, exatamente, o que acontece a essa disparidade no atendimento. O atendimento quando, ao nascimento, a parte de saúde é quase que 100%, um pouquinho mais de 90%, porque os partos são institucionalizados, e a educação é zero. Eles só vão se encontrar lá pelo quinto, para o sexto ano a educação e a saúde. O que nos leva o quê? A chamar de oportunidade perdida, as oportunidades que foram perdidas em todos aqui da reunião entre a educação e a saúde, que poderia trazer uma parceria muito grande para a gente trabalhar com os jovens, com os jovens na escola para que isso não acontecesse.

Para citar figuras contemporâneas, Dalai Lama, que muito interessado no desenvolvimento também da humanidade, ele falou, “Mesmo nossa estrutura corporal parece projetada não para a luta, mas para o abraço, olhemos para as nossas mãos, se fossem destinadas para golpear parece-me que seriam duras como cascos e o que é mais importante, [soa a campanha] de acordo com a ciência médica, as semanas imediatamente posteriores ao nosso nascimento – talvez ele tenha feito o curso – são cruciais para o nosso desenvolvimento, porque o cérebro cresce com muita rapidez e durante esse período o contato físico com a nossa mãe ou outra pessoa é um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento saudável do cérebro. Isso demonstra que, mesmo em termos físicos, somos beneficiados pelo afeto dos outros”.

Então, ele deu uma aula de tudo isso que nós falamos, ele já tinha sacado. Essa é a imagem que vocês conhecem da internet, é abandono, essa é uma criança que está na fase que nós estamos dizendo. E aqui eu não preciso falar mais nada.

Essa experiência das duas irmãs que foram criadas, as meninas, por lobos e a amá-la e [inaudível], uma prova do desamparo do bebê quando a experiência adequada falha. Não houve experiência de cuidados, então, depois que elas foram para a civilização, por religiosos, elas vieram a morrer.

Então, uma grande parte a sentido da nossa luta para assegurar qualidade do desenvolvimento de todos é a prevenção. É isso que nós não estamos vendo, é a prevenção. Esse investimento. E para lembrar o [inau-

dível], antes deixar este mundo, devemos estar certo de haveremos tentado de melhorá-lo. E para lembrar a Gabriela Mistral, poetiza chilena, que foi o prêmio Nobel de literatura de 45. “Nós cometemos muitos erros e muitas faltas, mas o nosso pior crime é abandonar as crianças, negligenciando a fonte da vida. Muita das coisas de que necessitamos podem esperar. A criança não pode. A cada instante, seus ossos estão sendo formados, seu sangue está sendo produzido, seus sentidos desenvolvidos, a ela não podemos responder, amanhã, seu nome é hoje”.

Muito obrigado.

[Palmas]

SR. PRESIDENTE JUVÊNCIO DA FONSECA

(PSDB-MS) – Gostaria de registrar a presença do autor do Projeto, ilustre Senador Pedro Simon entre nós. O Projeto importante, eu vi por esse primeiro tema que foi desenvolvido, que nós não tínhamos muita noção sobre isso, não é Pedro?

Com a palavra o Dr. Salvador Célia, Psiquiatra e Presidente da Federação Latino-Americano de Psiquiatria da Infância, Família e Profissões Afins. Tema – “Apego, resiliência e prevenção da violência”. Os 20 minutos, o tema é... Eu vi que o Dr. Laurista foi rápido, foi uma máquina para falar. E é tão importante esse tema que a Mesa, com toda a tranquilidade, disse que teremos tolerância até para fazer um fecho mais tranquilo, mais próprio se desejar o palestrante.

DR. SALVADOR CÉLIA – Muito bom-dia. Estou muito honrado de estar aqui nessa Casa hoje, acompanhando um Projeto de um político que eu preso muito, Senador Pedro Simon, meu amigo, e que me deu a chance, durante o Governo dele, acompanhá-lo num Projeto social, chamado Projeto Vida, do qual ele foi o seu grande idealizador político, enquanto a gente colaborou num atendimento, vamos dizer, da parte mais dos estudos em que a gente conhece do ponto de vista de psiquiatria da infância e da adolescência e de bebês, e ser Professor que muito me honra da Universidade Luterana do Brasil em Canoas, do curso de medicina desses que se fundou em 1996.

Agradeço a todos aqui nessa Comissão. Nossa amiga Lisli, Laurista, todos aqui de Brasília que com seus cursos aqui em Brasília também colaboraram muito para a minha formação que iniciou, vamos dizer, há algum tempo e há 20 anos que eu venho nesse trabalho com a parte da primeira infância.

Bom, o Laurista me introduziu muito dos temas que iremos falar aqui, que seria o apego, depois eu vou falar em resiliência, vou falar em empatia e vou falar da violência. Na verdade, a violência para mim é um problema de saúde pública. Ela deixou de ser endêmica, ele é epidêmica, e cheia de focos, e nós temos

que atender os focos. Tal como, Simon, fizemos lá na zona norte em Porto Alegre no nosso Projeto Vida, revitalizando a fábrica Cerâmica Cordeiro arrebitada que começava no bebê e terminava no idoso.

Então, nós temos que atacar esses focos da violência. E quero lembrar aqui que o Laurista citou, e eu vou citar alguns autores, gente, como Rods(F), estudando pessoas criminosas e depois aquele pessoal também em Lewis(F) que estudou aqueles meninos lá em Columbine, que mataram seus colegas e tudo, todos referem em seus estudos, na sua infância, maus tratos. Referem negligências, referem violências físicas, emocionais, abusos sexuais com a tendência de se perpetuar, esse é o nosso grande problema. Quem foi violentado tem 80% de chances de repetir o que se levou na vida.

Então, eu me filio a todos que pensam na Teoria do Apego que eu vou tentar explicitar mais para vocês que é a Teoria dos Vínculos. Eu entendo como muitos que é quem vai para a violência vai por aquilo que aprendeu ou por aquilo que lhe faltou. Alguma coisa que me roubaram, que me tiraram, eu, criança, eu vou em busca de alguma coisa, atendo muito por aí essas minhas carências que são as teorias, principalmente do apego. E para entender apego, nós temos que pensar em interação, como disse o Laurista, uma interação recíproca entre a parte do gene e a parte do meio ambiente. Na verdade, pelos estudos que se vê de adotados, enfim, os mais variados estudos, se vê que muito depende da cultura, e aí está a importância dessa Casa porque tudo disse, como disse Nelson Mandela, “Precisa-se de uma comunidade para se educar uma criança”, e melhor que vocês, ninguém. E vou citar exemplos para vocês, porque há anos atrás quando eu apresentei isso num Congresso de Psiquiatria aqui em Brasília, colocava que bebês, estudados em Chicago, e estudado nos Estados Unidos, em áreas de muito risco, de muita violência, medidos o cortisol, que é o hormônio do estresse, as mães apavoradas transmitiu para os seus bebês, porque corria bala naqueles lugares, se media o cortisol medindo as gotículas de saliva dos bebês. O que se viu? Se viu que o cortisol era muito alto. Quando tiveram Prefeitos, como em Nova Iorque, como Prefeitos de Chicago que mudaram esses bairros medindo o cortisol desses bebês, o que foi visto? Diminuiu o estresse e diminuindo o estresse facilita que os neurônios que se falou, que as sinapses ocorram. E tem a ver com vocês quando eu dei aqui em Brasília, na psiquiatria aqui, numa uma jornada comunitária riram, tenham fé nos políticos, pois é, nós precisamos ter fé em vocês. Essa que é a grande verdade, porque aí nós vamos falar do que eu quero falar, da resiliência.

Então, o gene que, às vezes, vem pré-determinado, ele pode mudar, reparem bem, ele muda porque ele vem com uma força, o genótipo, mas a fenótipo muda por causa da cultura, da ação cultural que nós exercemos. Aqui está a nossa responsabilidade como cidadãos.

Então, essa interação é muito importante, ela é recíproca não só de um lado, é dos dois lados, entre o gene, a biologia e entre o que nós estamos vivendo. O que é que cuida da gente? Quem cuida da gente? Pois essa interação, gente, é algo fundamental e se viu por um grande pesquisador chamado John Bowlby, um Psicanalista que modificou muito as teorias analíticas que ele tinha, que ele aprendeu com Freud, esse grande pensador, e ele veio com a idéia buscando nos animais, viu Simon? Foi buscar lá nos gansos, foi buscar lá com a Halow(F) quando estudou os macacos. Ele viu que Lorans(F) olhavam os gansos saindo da mamãe ganso e que ele viu que o grasnar deles, ele começou a imitar a mãe e caminhar que nem ela e os gansos saíam correndo, não atrás da mãe, mas atrás dele. E ele viu que muita das coisas desses vínculos que a gente vem biologicamente programado para uma figura, se vem programado para a busca de uma figura, ele foi buscar nos animais, isso nos mamíferos. E ele notou, então, que a gente vem programado para se comunicar. E a gente, para se comunicar, vai depender de quem está do outro lado da linha, quem é o meu cuidador.

Então, a gente vem até para defender a espécie, meio que, está meio que preparado para isso. Eu vou buscar um relacionamento. Isso é extintivo, é biológico e eu tenho que encontrar no ambiente esse cuidador. Aí está a mágica de tudo, nós temos que pensar nos cuidadores.

Bom, nesse cuidado dessa interação do cuidador com o bebê, o bebê fotografa o que está ocorrendo, o bebê põe para dentro do cérebro dele esse tipo de interação que é internalizado para dentro dele, tipo fotografias e funciona tipo um modelo bio-cibernético, como eu estou falando para vocês a minha pressão arterial está aqui, o meu pulso, meus movimentos respiratórios estão ocorrendo sem eu ter cuidado, a mesma coisa é essa interação da mãe com o bebê, e o bebê com a mãe, ou do cuidador, já a gente diz a mãe, vai ser muito importante porque eu vou fotografar e vou colocar para dentro de mim, vai ser as minhas referências. Nada melhor do que um cuidador sensível, nada melhor do que uma mãe que tenha sensibilidade, nada melhor que uma mãe que saiba segurar o bebê, que saiba tocar o bebê, que saiba pegar o bebê, que toque é fantástico. A gente vai a Índia que é parecido com o Brasil, e aqueles bebês desnutridos não estão

tão maus como os do Brasil, porque tem a shantala lá, e nós vamos começar num Município que eu adoro, que é Canela, um trabalho com as escolas públicas de Canela, usando shantala em todas as creches. Lá, os bebês da Índia são massageados com óleo mesmo com todas as dificuldades e os bebês conseguem assim mesmo se desenvolver melhor.

Então, eu vou internalizar as minhas imagens e vão ser modelos operantes internos do meu cérebro. Porque com oito meses a minha memória está desenvolvida. E eu vou poder saber quem é o meu cuidador, quem não é o meu cuidador. E aquelas experiências que eu tive, vou me preparar para ser autônomo ou ser independente, porque eu não posso ser simbiótico toda a vida da minha mãe. Eu não posso ter um País também simbiotizado, parasitário que tudo o Governo me dá. Eu tenho que ter autonomia, me depedizar, que nem os bebês precisam se depedizar. Mas isso só ocorre se tiver no cuidador essa figura emocional, essa figura que vai me colocar para dentro de mim, ela vai todas essas imagens. Essa mãe, a sensibilidade materna é fundamental, a sensibilidade do cuidador. Olha que importância da cuidadora da babá, olha que importância da cuidadora da creche, porque aí que eu vou levar para o resto da vida como eu vou me referendar. Se eu vou ser seguro ou vou ser inseguro. E aí se vendo isso, se viu que a mãe contingente é a mãe que decodifica os sinais do bebê, ela sabe quando o bebê chora por fome, ela sabe quando o bebê chora por manhã, ela sabe quando o bebê chora também por dor. Ela, enfim, sabe quando o bebê sorri e isso é muito importante, porque, quando eu bebê noto que a minha mãe me entendeu e a minha mãe também me entende, e ela me entendendo eu vou fazer nascer em mim a coisa que os criminosos não tem, falta de empatia. Eles não têm empatia, eles precisam de empatia, porque eu só vou me sentir no outro se o outro olhar para mim. “O espelho da mãe é o rosto do bebê”, disse Winnicott. Quem é essa mãe? E se ela está deprimida, como é que esse bebê, e aí está outro problema de saúde pública, que na carta de Canela, que nós trabalhamos lá na Semana do Bebê, já na nossa sétima, colocamos com a Deputada Maria do Rosário, grande incentivadora desse encontro Parlamentar, que a depressão pós-parto é algo muito grave, que eu vou conversar depois, que é um problema que leva também a vários problemas, inclusive, demais uso nas crianças, de Ritalina, estimulantes cerebrais que são usados demais no Brasil e em outros Países, porque o bebê está procurando uma mãe, uma pele psíquico-social, e ele fica então agitado porque nunca olharam direito para ele, e ele também poderá então serpositor, poderá ficar violento e desenvolver a violência em

função dessa depressão pós-parto. Se essa mãe foi então foi contingente, se essa mãe me entendeu, faz nascer em mim, bebê, uma função reflexiva. Isso diz Peter [inaudível] que trabalha na Teoria do Apego. O que é que é essa função reflexiva? Nasce da interação profunda com a minha mãe e antes eu dizia, Simon, eu penso, logo existo, não é assim. Eu só existo se eu penso, que a minha mãe pensa que eu penso.

Então, eu penso, logo existo, não é assim. Eu penso que tu pensas, eu penso que a minha mãe pensa que eu penso. Então, eu sou um ser pensante, eu existo. Eu só posso existir se o outro acredita em mim. Tem que haver uma interação se não eu sou um egocêntrico, eu sou egoísta, não saio disso. E aí então eu aprofundo a empatia e isso faltou para essas pessoas que sofreram todas as negligências, todos os abandonos. Essa função reflexiva, essa teoria de eu poder ler a mente dos outros, de eu me meter nos outros e sentir o que os outros estão sentindo. É esse ao nosso problema, é melhorar essas condições de vida para se diminuir, então, essa violência.

Então, essa empatia que nos criminosos que muitas pessoas não têm, nós precisamos cada vez mais prepará-lo e isso nasce da interação mãe bebê, ou cuidador bebê.

Descobriu-se que algumas pessoas, por maiores dificuldades que tiveram, isso é muito importante para nós todos porque traz uma mensagem de esperança, conseguem, e aí está um trabalho feito por Emilie Wener(F) no Havaí, que ela teve uma satisfação que eu gostaria de ter tido na vida, seguir uma cultura de 700 pessoas, 44 anos já, e ela conseguiu ver com a equipe da universidade acompanhar essas famílias. O que aconteceu com esses bebês, 44 anos depois já casados, adultos, pessoas que estão na vida afora? E viu que dessas 700 famílias, 200 pessoas viviam em níveis muito desestruturados, tinham tudo, famílias desestruturadas, negligência, alcoolismo, pobreza com todas suas coisas se circundam a pobreza, e viu que 88 pessoas viviam muito bem, mas não eram super heróis, nem super girls. Eram pessoas bem adaptadas na vida. Não era saúde mental ainda, mas eram pessoas bem adaptadas, que conseguiram vencer o estresse da vida. Quer dizer, eu tenho um problema que nem uma gincana, eu passo a etapa, em vez de cair eu vou para frente. E aí ela cunhou o termo junto com o Prof. Hater(F) lá na Inglaterra, resiliência, resiliência vem de resilir, vão lá no Aurélio. Quando eu tenho uma bola de borracha, uma bola tênis, eu aperto essa bola de borracha o estresse é forte. Quando eu solto, ela volta ao normal, ela tem flexibilidade. Cuidem. Metaforicamente falando dos seres humanos, algumas pessoas têm a possibilidade de apesar de passar todos esses

estresses, de se adaptarem a vida. Quem são esses resilientes? Aí é que está a história. Aí que vem a função nossa de cidadãos e vocês que nos dirigem no Governo, porque isso depende de muita política.

Temos que favorecer a resiliência, isso vocês têm que saber. Não é só resistir, é ter condições de adaptabilidade. São pessoas que poderiam ter e tiveram até pais separados, mas tiveram um vínculo com um deles. O vínculo. São pessoas que tiveram pelo menos um avô talvez, um cuidador muito bom, que tiveram escolas, que sabiam oferecer. Escolas abertas que nós precisamos abrir. O centro vida, Simon, que tu fizestes, aquilo precisa abrir sábado e domingo, Simon. Esse pessoal ainda não entendeu. Parece que, às vezes, não abre. Porque ali as pessoas vão buscar visibilidade como disse o Jimmy Stein(F), vão buscar pertinência a alguma coisa da arte, da cultura, do esporte, da cidadania, vão ter um grupo. Os resilientes gostam de estar grupo, gente, gostam de viver em grupos. E vou ter também auto-estima.

Então, os resilientes têm uma outra coisa importante além de estar em grupo. Eles têm fé. Os resilientes acreditam em religião, os resilientes acreditam em políticos, olha a responsabilidade de vocês, porque a gente tem ter fé em alguma coisa e tem esperança. Não dá para nascer com lesão cerebral grave para ser resiliente, tem que nascer mais ou menos predisposto, mas temos que encontrar o ambiente. E aí, a resiliência não é mágica, depende de como nós organizamos essa cultura.

Então, eu me refiro a gente desenvolver essa cultura do apego, porque essa cultura do apego que é a cultura do vínculo, quando eu tenho boas relações, boas interações com os meus cuidadores, na hora dos riscos, na hora do perigo eu vou me lembrar que ela vai estar do meu lado, eu vou me lembrar do que eu recebi e se eu não recebi talvez eu vou ter uma psicopatologia no futuro que vai depender muito do meu problema de saúde mental, muito das minhas dificuldades no futuro, pelas carências que me deram.

Então, muito vai se jogar no início da vida, não só pelas sinapses para eu ser inteligente ou não, mas se eu vou ser um cidadão de bem ou um cidadão de mal, ou se eu vou ser um sofredor ou vou ser um cidadão melhor. Quando eu coloco para dentro essas boas relações, isso me prepara para enfrentar a vida. Eu tenho um apego seguro. Pois não é que os resilientes, por terem tido essas, encontrar no meio ambiente certas considerações e certas qualidades tenham um apego seguro.

Então, nós temos uma relação muito forte entre o apego, que eu costumo dizer, metaforicamente falando, que é uma vacina porque é a criação de um

anticorpo não rejeitante, porque entrou para dentro de mim as relações da vida e eu me sinto mais forte, me sinto mais empático, eu me sinto com capacidade de enfrentar a vida. E esse apego me leva para a vida e, provavelmente, me leva também para eu não ter o problema de doença mental.

Muito da minha personalidade, gente, vai depender de como eu formei nos meus três primeiros anos. E aí um problema é transmitido, Senador Paim, que é lá da minha terra. É transmitido de geração em geração. Muitas vezes eu estou fazendo o que o meu pai me fez ou que o meu avô me fez. 80% das pessoas transmitem esse tal de apego, que é fundamental, mas 20% nós podemos mudar isso. E isso são culturas. E aí a gente começou, então, a trabalhar muito de como mudar essa coisa e formar uma sociedade de maiores vínculos. Não parasitários, vínculos que levam autonomia, porque diz o Prof. Brasido que quantas vezes estive entre nós – “A meta do apego é a desapego, é a autonomia e indepenização para a gente não ser um parasita”. E isso serve para o Governo, isso serve para a gente não ser só monitorado pelo Governo, nós temos que ser pessoas criativas.

A partir daí me preocupei, desde os anos 80, em levar para as políticas públicas. Esses conhecimentos que foram passados para a gente, os franceses, os americanos, os ingleses, passar para as políticas públicas isso, porque estão ali as coisas para mudar a sociedade, até porque me interessa, porque eu vivo nessa sociedade. E dentro das coisas mais importantes que eu penso que consegui fazer, foram a capacitação das pessoas.

Comecei lá no Governo do Estado do Rio Grande do Sul em 1980 fazendo um Projeto que foi chamado o Grupo do Perfume, o grupo da perfumaria. Reparem só, viu Deputado Osmar, o Senhor que tem um belo Projeto, lá. Iam 30 Psicológicos, Pediatras e tudo, para discutir comigo o que nós íamos fazer nos postos de saúde de Porto Alegre, na grande Porto Alegre para atender mães e bebês, o pessoal dizia – “Olha aí ele é um Psiquiatra sério, mas as mulheres lá não querem trabalhar no posto de saúde, estão fugindo para fazer essas frescurinhas de trabalhar mães e bebês”. Quem sabe não tem mais esse problema do grupo do perfume. E aí começamos em 1983 a trabalhar isso e publicar os primeiros trabalhos e fomos adiante. E tivemos a oportunidade, então, de trabalhar com Pediatras, o que me dei conta, como Laurista, o Prof. Márcio Lisboa, essas referências nacionais, que o Pediatra é o primeiro agente de saúde mental, eu pensava isso. E aí comecei a trabalhar o Pediatra. Mas o que é que tinha com o Pediatra? Por exemplo, *British Medical Journal* é uma revista muito importante na nossa área, e ele traz

um editorial sobre depressão pós-parto. 300 mães e seus bebês, no Reino Unido, foram consultar os Pediatras [soa a campainha]. 300 mães e bebês foram fazer suas consultas naturais, pois foram visto que 88 delas tinham depressão materna com grandes problemas para os bebês. Sabe quantos foram diagnosticados? 39, Osmar, só 39 Pediatras mataram essa. Porque não foi ensinado para eles. Me dei conta que não adiantava só trabalhar Pediatra e a ULBRA me ofereceu a oportunidade de no curso de medicina, em vez ver o cadáver, começar ao lado, lá na sua cidade, Paim, em Canoas, lá na Vila União nós estamos trabalhando, comecei lá na Vila Ipê em Porto Alegre. Nós fomos para lá e começamos a fazer visita domiciliar com os estudantes de medicina, que logo ao entrar na maternidade, eles recebem uma mãe e um bebê. E levam um choque. Eles dizem para mim – “Salvador, nós estamos indo de avental branco por causa dos traficantes, por causa de todos os problemas”. É verdade, mas na verdade o que assusta o estudante é que eles se encontram com o bebê, e o bebê que eles foram. Passa o filme, que bebê que eles foram quando pequenos?

Então, precisa muita supervisão. Imediatamente são Agentes de Saúde, fazem visita domiciliar semanal. Além de ajudarem a comunidade, sabe o que é que aconteceu? O bebê, o nosso grande professor da faculdade de medicina, humanizou os Médicos, ele é o professor da empatia, o bebê. Não dá para passar por um bebê sem passar todas essas emoções, todos esse conflitos. O bebê é fantástico.

Então, ele ajuda os estudantes de medicina. E aí fomos adiante seguindo a Senadora Hillary Clinton, nós vimos então que numa das conferências da Casa Branca, o Prof. Brasido lançou a idéia de que porque não o dia da vacina fazer um Projeto de olhar mães e bebês? Tomei meus estudantes de medicina junto com o Prof. Odon Cavalcanti, grande colaborador, fomos para Canela que nascem 700 bebês nessa cidade da 38 mil pessoas por ano e começamos a fazer um teste, que hoje a UNICEF, breve vai lançar, para cuidadores, para pais, para professores, para educadores, para ver como está a interação mãe e bebê. Pedimos cinco minutos para ver a mãe e o bebê na hora da vacina. Porque no dia da vacina o pessoal lá na vai por doença, vai para buscar vida. E aí nós olhamos como é que a mãe se relaciona com o bebê, como ela fala com bebê, como ela segura o bebê. E damos um xerox. “Se você, mamãe, não cantava com o bebê, cante. Se não massageava, massageie. Se você não falava, fale”. E quando o bebê tem alguma tendência, na interação mãe bebê, custa dez centavos esse xerox, elas põem junto com a carteira da criança no dia da vacina. O que é que acontece? Elas seguem isso e muitos dos

pequenos problemas de falta de estimulação dos bebês, as mães não tinham informação. Elas começam a fazer isso.

Fruto disso nasce então a idéia... Porque Canela, Simon me conheceu lá trabalhando em Festival de Teatro Comunitário e viu que eu trabalhava no Governo dele, junto com o Prof. Apel(F) da Secretaria de Cultura e criamos lá o Festival de Teatro de Canela, que melhorou muito a auto-estima da cidade, porque Gramado, essa bela cidade, tem o Festival de Cinema. Canela tem o seu Festival de Teatro, Festival de Boneco, e ele me levou para o Governo dele parar trabalhar um Projeto do Bebê ao Velho, talvez porque tinha filhos adolescentes, na época.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – [pronunciamento fora do microfone] ... A vila, com o pessoal da vila fazendo teatro.

DR. SALVADOR CÉLIA – Exatamente. Vimos que na vila, então tinham 16 grupos de Canela nas vilas lá fazendo teatro, então ele me levou para lá e deu o Projeto para a gente desenvolver o Projeto na vila.

Bom, aí nos demos conta que em Canela tínhamos um jeito de trabalhar. Levamos esses bebês para os Agentes de Saúde quando havia tendências nos problemas de interação, e foi crescendo a idéia. E aí junto com o Governo Municipal de Canela, junto com a Rádio Clube de Canela, a rádio é fundamental no interior, gente. Junto com o Jornal de Canela, junto com Lions, Rotary, associações comunitárias. Criamos um Projeto para sensibilizar a comunidade como disse nosso Mandela, “Necessita de uma comunidade para criar uma criança”, e criamos a Semana do Bebê.

A Semana do Bebê de Canela é um ato para sensibilizar a comunidade, informar pais, trabalhar a comunidade durante uma semana para se sensibilizar aos primeiros cuidados. O bebê que nasce sempre no terceiro fim de semana, terceiro domingo depois do dia das mães, à meia noite começa a Semana do Bebê. O primeiro bebê que nasce, ele é o Prefeito da cidade, e recebe a chave da cidade como um modelo, porque os Prefeitos são bem tratados, então o bebê tem que ter mordomia para mostrar que todos os bebês de Canela precisam ter esse trabalho. Pelo trabalho lá dos Pediatras, de todo o pessoal dos Agentes de Saúde, a mortalidade infantil baixou bem, está em nove agora, baixou bem. Lá se trabalha muito bem lá naquela cidade, tanto em educação e creche. E lá nós trabalhamos então as fotos dos bebês, quando não tem possibilidade de ter uma foto o bebê, os fotógrafos profissionais, junto os Agentes de Saúde mandam uma cartinha, eles tiram a foto e colocam nas vitrines. Se faz a escolha das melhores redações e a Câmara Legislativa dá o troféu Semana do Bebê. Fazemos oficinas, levamos

outras Faculdades da ULBRA a trabalhar em Canela, nos bairros, nas igrejas e com a população que trabalha em Canela com isso. E, no momento, há dois anos, junto com a Deputada Maria do Rosário, criamos lá o encontro Parlamentar, onde fizemos a carta de Canela, que já se encontra aqui, onde colocamos lá a necessidade de se prevenir muito bem a depressão pós-parto e melhorar muito a creche.

Bom, se faz um cenário internacional que muito meu amigo Laurista, com meus colegas franceses que ele sempre traz, tem ido lá, e colegas que mostram os seus trabalhos e concluímos com a Semana do Bebê.

Eu queria passar as fotos desse ano para mostrar para vocês o que nós fizemos. Simon, convidamos o pai do Zezé di Camargo e Luciano. Sr. Francisco e a D^a. Helena. A D^a. Helena adoeceu. O filme “Os Dois Filhos de Francisco” é maravilhoso. Exemplo de fé de um pai, de uma mãe que segurou a barra, de resiliência. Ali o nosso diretor Luciano Moreira da faculdade de medicina, Semana do Bebê, família com amor onde tudo começa. Simon, o filme passou em todos os colégios de Canela e foram discutidos. Levaram cinema humanista para discutir, isso é saúde mental também bem integrado. Foram feito mais de três mil redações que os professores do Rotary Clube cuidaram. O Lions cuida das fotos, e se escolheram as melhores redações.

Sr. Francisco que chegou lá com um bebê. Ele é um exemplo, quem conhece esse filme, o filme mais visto no Brasil até hoje, de resiliência e de fé.

Então, se debateu muito o filme, lá. Aqui o Seminário Internacional, ele dando depoimento, dizendo assim, dizia para o filho – ou a bola ou a viola, não tem outro jeito. Quer dizer, realmente ele tinha fé nos filhos, e ele saía a telefonar, põe aí “É o amor”. Você se lembra do filme, esse filme é maravilhoso. A nossa Vice-Prefeita, a passeata dos bebês com ele puxando o carrinho. Estava frio no domingo. E aqui uma estátua da nossa querida escultora Arminda Lopes. Um ponto para solidificar, para simbolizar aquilo que nós queremos dizer assim – “Como é que vamos proteger a violência?”. Vamos tirar a violência pelo direito à infância. As pessoas, os bebês têm que ter o direito à infância, precisam ter uma mãe com o pré-natal, não como está só ali quatro vezes por semana. Tem que ter seis vezes. Não é isso, que tipo de pré-natal nós estamos fazendo com essas mulheres? Será que essas mulheres conseguem falar com seus pré-natalistas? Nós temos que ter o parto mais a humanizado, a presença do pai, as doulas que acompanham as mães. O aleitamento materno é muito necessário. Claro que é. Mas não pode ser intrusivo. Os avós, nós temos muito ainda, os avós japoneses, alemães, italiano, portuque-

ses, cada vez a família está mais desestruturada, mas nós temos que buscar o papel dos avós e nós temos que então fazer creches de bom nível, como disse a Sociedade Americana de Pediatria, no máximo para um três ou quatro bebês, com bom educadores para que sejam internalizado lá dentro dos bebês. Certamente nós vamos diminuir algo que a Brooke Shields nesse livro maravilhoso, “Depois do parto, a dor” diz – “A depressão pós-parto... – que diz – eu achava que não ia ter isso”. A depressão pós-parto leva os bebês a terem problemas de hiperatividade, déficit de atenção, problemas agressivos e, às vezes, os bebês são escolhidos pelas mães para serem antidepressivos. Isso é muita coisa para um bebê. Eu diria que, se nós estudarmos a capacitação das pessoas, mobilizarmos a comunidade, reforçar as competências familiares, com faz a UNICEF, mínimas coisas que os pais fazem, temos que reforçar, informar a comunidade. E cabe então a vocês os políticos fazer esse grande mutirão, porque as políticas públicas dependem muito de vocês, para a gente pelo menos tornar a violência endêmica e não tão epidêmica. É na cultura do apego, é na cultura do vínculo que a gente forma um cidadão mais saudável ou menos saudável. Muito obrigado.

[Palmas]

SR. PRESIDENTE JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Obrigado Dr. Salvador pela brilhante palestra. Eu ainda registro a presença da D^a. Regina Orth, Presidente da Associação Brasileira de Estudos sobre o Bebê e também da D^a. Ivete Simon, esposa do nosso Senador Pedro Simon.

Eu gostaria também de ainda dizer sobre a Deputada Estadual Iraê Lucena do PMDB da Paraíba, de que ela tem um Projeto já, realmente foi votado e aprovado lá na Assembléia de Prevenção da Violência com Investimento na Primeira Infância, já sancionado pelo Governador.

Passamos a palavra ao ilustre palestrante Dr. Antônio Márcio Lisboa, Pediatra e Professor Titular de Pediatria da Universidade de Brasília. Tema – “Prevenção da violência”.

DR. ANTÔNIO MÁRCIO LISBOA – Eu queria, em primeiro lugar, agradecer o convite e dizer a vocês que há 20 anos eu esperava falar num seminário desse tipo. E aconteceu uma coisa muito interessante, porque eu fui convidado para vir aqui hoje e, no dia 9, eu vou coordenar um Fórum sobre este tema que está sendo tratado, onde nós teremos 10 conferencistas, inclusive Juiz, Advogados, Assistentes Sociais discutindo prevenção a violência.

A primeira vez que me despertou um interesse pela violência foi lendo um livro que foi do meu pai que era Médico e lá falava sobre a proteção na infância.

Eu comecei a ler o livro que tinha PH, Y, dois LL e era muito atual. E uma das frases que tinha nesse livro era assim – “Por que é que será que as autoridades, os governantes, os políticos que sabem que a criança abandonada de hoje será o malfeitor de amanhã, não fazem nada para prevenir e existência da delinquência?” Eu fui ler a data, 1914, Franco Vaz. E ele diz nesse livro isso que vocês ouviram, não atualizado assim, ele escrevia isso nesse trabalho em 1914. E o que é que fizeram? Não fizeram nada, nada do que ele recomendava, nada. Para não dizer que não foi feito nada, fizeram ao contrário do que ele dizia. Porque ele dizia naquela época nesse artigo, “Não prendam as crianças, porque prender crianças é a forma de formar demônios que são soltos nas ruas”. Se ele escreveria naquela época. E eu como Pediatra há 55 anos, nunca entendi resolver problema com punição. Punição, prisão que existe é para afastar os criminosos para que nós tenhamos tranquilidade. Não é resolver nada. No dia 9, vou lançar o livro que eu queria lançar hoje, mas há um atraso que é a “Prevenção a primeira infância e as raízes da violência”. Porque aí que nós temos que atuar.

Eu quero projetar o primeiro. E eu tenho uma... Eu acho que violência é prevenível. Agora existe uma confusão muito grande do Governo entre combate e prevenção. Combater a violência é um problema do judiciário e dos órgãos de segurança. Prevenção de violência é um problema pediátrico, tem que ter Pediatra, Assistente Social, Educador, Psicólogo, não é um problema...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone]

DR. ANTÔNIO MÁRCIO LISBOA – Psiquiatra da infância também, lógico. Não é problema de justiça, não é problema nada, é problema nosso. E o que mais me angustia nesses 20 anos depois que eu fiz esse trabalho, é que todo os seminários que são feitos sobre “prevenção”, entre aspas, de violência, nenhum desses que previne a violência é convidado. Sempre tem Juiz, juizado da infância, assistente social, mas nós que sabemos como é que vamos resolver o problema nunca somos ouvidos. E eu vou mostrar a vocês, por quê?

Então, é o seguinte, como sabe, agora está na onda o celular, é o celular tem que fechar. Não sabe prevenção. Então o que está sendo feito é o seguinte. Chegou até dizer o seguinte. Programa de combate à violência, iluminação está lá dentro. Tem tudo, vocês vêem o que já está sendo feito as coisas. Delegacia da Mulher, Delegacia da Criança, Conselho titular não sei de quê, Conselho titular do outro. E vem escritório de Defensoria, Conselhos Municipais de Prevenção da

Violência, conscientização da população que já está absolutamente conscientizado, todo mundo está apavorado com a violência. Não preciso dizer que mais a violência é um problema, é uma epidemia, é um negócio horrível, porque todo mundo sente isso, todo mundo já teve um parente, um amigo que foi assaltado, que foi morto.

Então, vem isso tudo. A polícia, aumento do efetivo. Quer dizer, uma das coisas que a gente vê mais é o seguinte, mesmo a sociedade acha, tem que por polícia na rua. Vocês podem por quantos vocês quiserem, quantos. Pode por polícia que quiser, porque polícia não resolve, porque nós estamos fabricando delinquentes. E vocês vão ver a fábrica de delinquente que tem que acabar. Nós estamos fabricando bandido, nós estamos fabricando indivíduo sem moral, é indivíduo sem princípios, sem valores. E aí então vem a polícia, vem e põe e reequipa, não, sai o programa de combate... 1.500 ambulâncias, têm essas últimas ambulâncias já estão dando problema. Vem ambulância e vem carro da polícia, motocicleta e põe cachorro. Combater pobreza e desigualdade como se o pobre fosse também a causa de banditismo. O pobre é o que mais sofre, porque se o pobre não fosse honesto, descia a Rocinha na Barra na Tijuca, e acabava com a Barra da Tijuca. Eles não descem, porque eles são honestos e eles sofrem muito mais do que a gente.

Desigualdade social ser causa de violência? Nunca. Não é causa de violência. É o fator predisponente, não determinante. Não é um fator determinante. Pobreza não é determinante. E existe uma confusão entre fator determinante e predisponente. Determinante é aquele principal, é o quê? É o vírus da pólio que existia, é o determinante. Predisponente aí vem tudo, quem é que encontrou com outra pessoa com pólio e tal. Inventaram a vacina, acabou a pólio há 10 anos no Brasil.

O seguinte, destruir brinquedos parciais, Meu Deus! Eu matei um número grande de meninos, matei índio quando era criança, tinha dois revólveres de espoleta, tinha metralhadoras, todos os meus amigos andavam armados até os dentes, nenhum virou bandido. Eu não conheço nenhum que virou ladrão, nem bandido e nem nada. Brinquedo não tem nada. O que tem... O problema não é o brinquedo. É quem está com a mão no revólver. Esse que é o perigoso.

Então, diz o seguinte, o Senador Pedro Simon perguntaria, o Senhor teria mais medo de uma bomba atômica na mão do São Francisco ou de uma navalha na mão de um bandido? Não é? Porque o São Francisco não vai jogar a bomba, o bandido com a navalha ele faz um estrago muito grande. O problema não é do revólver, o problema é de quem tem o revólver.

Então, tira o revólver todo e diz – “Pelo menos, as crianças não morrem de acidente em casa”. É, mas a criança morre muito mais de beber remédio do pai e da mãe do que de revólver em casa, por exemplo. Desarmar a população, combater a impunidade que é difícilimo. Por quê? Porque os corruptos estão aumentando em progressão geométrica e nós estamos tentando resolver esse problema com mecanismo e progressão aritmética.

Então, cada vez mais tem corrupto. O jornal de hoje e de ontem, toda a página tem um corrupto, tem um corrupto ali dentro. Combater o narcotráfico, já hoje, essa reunião nossa da semana que vem, quase faliu, porque eu queria fazer uma reunião para prevenir a violência e lá o nosso, eu sou da Academia Brasileira de Pediatria, e lá o Presidente disse o seguinte – “Lisboa, isso aí não adianta nada, acabamos com o narcotráfico que acabou com o problema da violência no País”. Meu Deus, nós estamos conversando hoje aqui e vamos conversar dia 9, não é acabar o narcotráfico é acabar com pessoas que traficam drogas, é acabar com pessoas que se drogam. É isso que se trata essa reunião aqui e a reunião da semana que vem. E vai lá contrabando de armas, distribuir cartilhas e aí vem uma coisa... Eu sou da época que foi criado o SAN no Rio de Janeiro em 1948. Eu passava pelo SAN para dar plantão, aquilo lá em 48 era uma fábrica de criminosos. Todo mundo dizia que o egresso do SAN é o grande bandido, naquela época. Aí vem FUNABEM, FEBEM, CAJE e aquele negócio todo, e sempre enchendo mais e sem lugar. Depois vem construir penitenciária de segurança máxima.

Quer dizer, nós temos que resolver o problema o seguinte – Os criminosos estão aumentando, mais cadeia. Porque é que pára de fabricar criminoso? Porque eu não consigo entender isso. Agora, o problema, meus amigos, que as causas que deram a violência são conhecidas. Elas são conhecidas pelos Pediatras, pelos Psicológicos, vocês viram aqui dois conferencistas falando sobre isso. A gente conhece, porque é que a gente não tem a oportunidade de dizer como é que nós vamos parar de fabricar em vez de fazer penitenciária à vontade? Os planos de combate a violência, coisa interessante, devia chamar, planos de promoção da violência. Porque existe uma relação direta em cada plano que sai, aumenta a violência, outro plano... “Pôxa, vai sair um novo?”.

Então, nós estamos perdidos, vai sair um plano novo que vai acabar tudo. No outro dia a violência dobrou. É só vocês conferirem. Aqui em Brasília, nós tivemos três ou quatro. A violência hoje está muito pior do que antes do primeiro.

Então, o resultado disso, vocês estão vendo. As pessoas estão em pânico, inseguras, impotentes, acudadas, aprendendo a usar armas ou recebendo lição de defesa pessoal. A mídia relata um crescente episódio de violência. Nas capitais mais de metade da população já foi vítima de algum tipo de violência. A polícia instrui a população a se defender. Cartilhas à vontade. Quando você entrar no carro, como você se faz. Quando você entrar no banheiro público, como é que se faz. Quando você chegou no caixa eletrônico, o que você faz. Tudo assim, como se nós fossemos responsáveis. Quer dizer, hoje, eu sou responsável pela minha segurança, porque ninguém pode resolver o meu problema. Fazendas são invadidas, mata o fazendeiro, mata o operário, e o futebol, mata uma porção de gente, a torcida mata, cresce o número de empresas de segurança, aumenta a violência doméstica, aumenta a corrupção, roubo, assalto, seqüestro, homicídio... Isto com todos os planos que fizeram de combate a violência nesse País. Está tudo muito pior.

A polícia temida pela população, principalmente pelos pobres, aumenta o número de corruptos, inclusive entre Parlamentares, governantes e magistrados e policiais. As pessoas se defendem construindo quartéis em casa, grades, muros, contratam segurança, instalam equipamento eletrônicos, usa o carro blindado, helicóptero, os presídios e centros de recuperação estão superlotados, fuga todo o dia e rebelião todos os dias.

Embora paradoxal, quanto mais Plano de Combate à Violência implantado mais o problema piora. Por quê? Os Planos de Combate à Violência não visam prevenir os desvios de conduta da personalidade, do caráter responsável pelo menos do número de delinquentes, e sim combater os crimes, usando para isso medidas punitivas e restritivas, enchendo os presídios e tentando “recuperar”, entre aspas, portadores de grave distúrbio de conduta, boa parte recuperáveis.

Então, aí vocês têm no centro, o errado é o do centro, é o camarada que está ali. No dia que vocês apertarem muito e protegerem muito os bancos, eles vão roubar carro forte. No dia que o carro forte ficar difícil, eles vão ser traficantes. No dia que vocês... Vão roubar vocês. No dia que a coisa apertar mais... Porque o que está errado é o do meio, é aquele ali, aquele é que mata, aquele é que estupra, aquele que é narcotraficante e aqui ele está mal formado, aqui ele está doente e nisso nós não nos preocupamos.

Fatores determinantes, causa do comportamento anti-social, gestação não desejada, isso já foi falado aqui. Na França tem um serviço só para entender gestantes que não querem os filhos. Eu sou Pediatra há 55 anos. Quando nasce uma criança que a famí-

lia não quer, pobre ou rico, vai começar a vida mal. A criança que nasce, já foi falado aqui antes, o bebê que não é querido, não é amado começou uma história, começou o primeiro passo para a violência. Ambiente familiar, os pais e mãe, o exemplo do pai, exemplo da mãe, se o pai é violento aí perpetua a violência. Pai violento, filho violento, neto violento, vocês perpetuam o ciclo da violência.

Lar desestruturado, falta de limites, disciplina e valores. Falta de valores é uma coisa importantíssima, eu estava até comentando que, quando eu fiz o meu curso primário, eu primeiro, os valores são dados em casa depois na escola. Quando eu fiz o meu curso primário, tinha um livrinho que chamava-se “Compêndio de Civilidade”, que todo mundo tinha que aprender. Como é que trata o seu professor, como é que trata a sua pátria, a bandeira desse País. Bandeira hoje tem gente põe até para fazer cueca. Isso aí é um absurdo. É uma coisa que não poderia acontecer nunca. Nós cantávamos o Hino Nacional todo o início do estudo pela manhã. Quer dizer, e tínhamos esse ensino de valores nas escolas. Hoje eu me pergunto, será que creche e escola maternal está ensinando valor para a criança? E valores não se aprendem. Ser honesto é ensinado, tem forma de ensinar, tem forma. Quando nós falamos com um filho da gente que trouxe o troco errado e ficou feliz. Meu filho, isso está errado, isso é desonesto, você tem que devolver o dinheiro. Quando nós estamos fazendo isso, nós estamos ensinando valores. Valores têm que ser ensinado na escola, princípios têm que ser ensinado na escola. Porque se não o que a gente vê hoje, o aluno chega mete o pé em cima da mesa para falar com o professor. Como é que é isso? Os professores têm medo de ir para a aula? Agora estão pondo equipamento para identificar se o aluno entra de revólver, igual aeroporto. Já tem escola que faz isso e tem escola que os professores recusam a ir com medo de apanhar dos alunos.

A baixa auto-estima é outra coisa, também. Isso de falar para o filho você é incapaz, você é burro, você... Tem que dizer a família que isso aí prejudica demais a auto-estima e que grande parte dos delinquentes tem a sua auto-estima baixa.

Privação materna. Bowlby acha que como causa isolada, a privação materna é a mais importante nos genes da delinquência, privação materna. Falta de mãe. Porque foi dito aqui antes, porque tem um vínculo, o apego, a criança que não tem apego com a mãe, com a família, não tem apego com ninguém.

Então, quando você vê um criminoso aí falar na televisão assim – vocês viram a insensibilidade dele, chegou lá e disse – “Matei mesmo. Matei meu pai, podia matar a minha mãe, é porque vocês chegaram na

hora e não matei...”. E fica assim todo mundo. “Como? Matou o pai?” Aquele não era pai dele, não. Aquele gerou. Aquele era um cara que tinha na casa dele que nunca teve vínculo de amor, nem nada.

Então, o vínculo é uma coisa importantíssima. O apego é importantíssimo, a mãe é importantíssima. E nós estamos separando muito a mãe da criança, inclusive com o ir a creche muito precoce.

Então, falam assim – “Ah, mas não pode... A mãe trabalha”. Eu sei, mas nós temos que mudar as creches. As creches têm que saber que a importância do bebê para a sociedade não sabe que o período mais crítico de formação do ser humano vai da concepção aos seis anos. E seis anos, vocês todos nesta sala, a sua personalidade todos aqui foi formado até os seis anos. Vocês são hoje o que eram com seis anos.

Então, ou as providências são tomadas antes de seis anos ou o corrupto está formado com seis anos. E aí vem os fatores predisponentes. Aí miséria, desigualdade social, tráfico, armas e aí são coisas predisponente. Se ele já tem a semente da violência dentro da cabeça, se ele já tem a violência, aí é só deixar entrar os predisponentes que ele vai virar um bandidinho. Agora, se ele não tem, por exemplo, a televisão, “Ah, mas a televisão...”. Ontem mesmo me perguntaram – “O senhor não acha que a televisão é um fator que aumenta a violência?”. “Não”. Determinante, não, porque o sujeito mal formado, a criança bem formada, estruturada pode ver a violência que quiser na televisão, ele não faz nada. Agora, esse que tem a semente da violência, que foi... Mas quando você tem a semente da violência que foi uma criança que foi maltratada, não tem apego e não tem nada, a televisão é extremamente perigosa, porque esses são os suscetíveis aos programas de televisão. Fatores entediantes – Droga, álcool, arma, emoções, raiva e prazer. A semente da violência é implantada na criança antes dos seis anos. Último, acho que é o último. Não podia também dizer como é que nós devíamos atuar. Que dizer isso tudo e não dar a nossa idéia de como a gente preveniria, primeira coisa paternidade responsável. Vocês vêem que não está escrito nem planejamento familiar, nem controle de natalidade. Paternidade responsável é se você quer o filho e se não quiser o filho, tem que ter algum organismo, alguma coisa que convença as mães da importância dessa criança ser amada quando ela nascer. Assistência pré-natal para que no pré-natal isso tudo que a gente falou de apegos, tudo que foi falado aqui, a importância da mãe coçar a barriguinha e dizer meu filho e não sei o quê... E o pezinho dele aqui, o pezinho... Isso é extremamente importante, tem que ser falado no pré-natal. Agora, chega lá mede a barriga, a Senhora está com a pressão normal. Não é só isso. Nós temos que no pré-natal [soa a campanha] também.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Não se incomoda com o tempo, não, até onde o Senhor achar...

DR. ANTÔNIO MÁRCIO LISBOA – Tá. [risos] Mas eu já estou acabando. [risos] Amamentação por quê? Eu costumo dizer, a amamentação se não tivesse nenhum valor, tem um que é fazer com que mãe e filho fiquem juntos. É o apego. Quer dizer, aí não tem jeito. Ela pode mandar outra pessoa dar a mamadeira, a mamadeira é outra pessoa. Aí não, nessa hora ela tem que ficar junto com o filho. Esse nesse junto, olha o menino, o menino olha ela, a troca de olhar e aí vocês têm a instalação do apego essencial para que esse indivíduo tenha sensibilidade, tenha amigos, tenha relação com os outros. Porque sem apego ele vai se relacionar mal com todo mundo.

Prevenção da separação mãe e filho, isso aí é importantíssimo. Agora, aí vocês vêem a doação que vem lá baixo, o lar substituto, mas aí é a adoção. Vocês vêem que os Pediatras, as crianças ficavam junto com as mães, depois passaram a ficar no berçário e a mamar de três em três horas. Os Pediatras chegaram a conclusão que essa separação pequeninha das mães, era nocivo para o desenvolvimento emocional de algumas criança, não eram todas.

Então, o que aconteceu? Aí voltamos todos a mandar a mãe... Nasce e fica com a mãe. Por que nocivo? Como é que nós podemos aceitar a criança no local esperando a doação três meses, quatro meses, se nós sabemos que a formação do vínculo disso tudo, é importante no sentido de nós não termos a delinquência? Como é que é isso? Não pode. A doação tem que ser feito o seguinte. No outro dia tem que ter mãe, tem que ter família. Agora, “Ah, mas vai vender o rim, vai vender o cérebro, vai vender o pescoço”. “Adotou, mas nós vamos visitar a Senhora todo o dia. Vai levar, mas a Senhora não vai ficar livre da gente”. Tem que haver uma observância, uma vigilância, uma supervisão dos meninos que foram adotados. E outras, às vezes, falo assim – O filho adotado tem uma coisa que... Dentro desse livro que eu escrevo, que a coisa que eu acho mais estranha é que tem pais adotivos que gostam tanto dos filhos que eles ficam parecidos com as crianças. Eu tenho uma porção de criança adotada que fica igual o pai, a menina fica igual a mãe.

Então, eu costumo dizer – “Será que o amor faz até mudar a fisionomia do outro?” Porque fica parecido.

Lar substituto é outro ponto importante. Lar substituto, violência doméstica, a criança não pode ficar na família. Aqui tem um capítulo nesse livro, só sobre violência doméstica o que faz com as crianças. Tem que tirar, tem que dar uma família para essa criança. São

os lares substitutos, onde ele tem que ficar e levar uma vida de família, ele não pode ficar apanhando. Porque se não ele vai ser um violento amanhã.

Pais – O exemplo dos pais. A atenção, o amor, segurança... Isso aí foi falado aqui também. Os Médicos, desde Descartes, Descartes decapitou a pessoa. Para ele, daqui para cima, são outros Médicos, são os Psiquiatras, Psicólogos, daqui para baixo é o Médico.

Então, o que está acontecendo? É que a saúde física do Brasil, de todo mundo vai muito bem, os transplantes, a tecnologia, a mortalidade infantil caiu, 9 aqui. Estava no meu tempo de recém-formado estava em 100, 120, caiu muito. E a saúde mental? Está abaixo. Porque nenhum Médico entende nada, ou praticamente nada de saúde mental. Se um perguntar a um Pediatra, “Meu filho vive agarrado na minha saia o dia inteiro”, nasceu o irmãozinho, o Pediatra não sabe orientar. Ele fica só perguntando, “Ele está com diarreia? Está com febre?” Ele não sabe orientar, mesmo. Um filho birrento, ele não sabe, nesse nível. “Meu filho está me mordendo o que eu faço?”. “Ah, não sei a Senhora vá um psicólogo”. Pôxa, tenha paciência, porque quem está na linha de frente é o Pediatra, não é o Psicólogo. Ele tem que saber isso, lá na linha de frente por causa da saúde mental da família.

Família e escolas – Limites, disciplina, valores e auto-estima. Isso é essencial para nós termos uma personalidade sadia. Outro ponto é lazer, brincar. Hoje a criança rica, ainda mais a rica, ela vai para a aula de inglês... Tem uma pessoa que virou para mim num almoço, até foi uma pessoa que foi uma alta figura, importante aqui em Brasília, estava no Rio, e falou assim – “O Senhor é Pediatra?”. “Sou”. “Eu tenho uma netinha que está numa experiência pedagógica muito boa”. “Ah, sim, qual?”. “Ela está aprendendo inglês com oito meses”. E falou assim – “O que o Senhor acha?”. Eu falei – “General, eu tenho muita pena dela”. Uma criança de oito meses aprendendo inglês, General, tenha paciência.

DR. SALVADOR CÉLIA – Se o Senhor me permitir, eu queria dizer o seguinte, surgiu aí nos Estados Unidos por essas redes de televisão, TV para bebês, que se descobriu que 68% das crianças até os quatro cinco anos fica em casa vendo TV. Pois surgiu TV para bebês, não para pais, para os bebês passar o tempo, muito bom tu colocar. Brincar não se fala mais, não se brinca. TV para bebês olha onde nós chegamos, Senador.

[Risos]

DR. ANTÔNIO MÁRCIO LISBOA – Mas a brincadeira acabou. Então, o menino sai de casa vai para o inglês, vai para a natação, vai para o jiu-jitsu e vamos para o consultório pedir fortificante, porque o menino

está ficando muito cansado. Eu falei assim – “Mas vem cá, a Senhora está dizendo que tem esse problema, mas ele trabalha o dia inteiro”. “Não, Senhor”. “Ele pediu pelo judô?”. “Não, eu achei bom para ele. Ele pediu para ir à nataçã? Não ele pediu para estudar inglês com três anos?”. “Não”. “Então, minha Senhora, deixe ele brincar, esse cara não precisa de fortificante coisa nenhuma, ele tem que brincar, ouviu?” E a brincadeira, os brinquedos que são as coisas mais importantes na vida de uma criança estão sendo jogados para o lixo. E isso também fabrica delinquentes.

Cumprimento pelo Governo que preceitua o Art. 207, isso é o mais importante. Aquilo lá tem uma coisinha escrita assim, com prioridade. Vocês me desculpem, mas os Bancos nesse País tem muito mais prioridade do que a criança, lamentavelmente. E aí nós vamos, o que vocês quiserem, mas a nossa criança... E outra coisa muito interessante nessa minha vida de 55 anos, com todo o tipo de pessoa desde Ministro, o problema é que na apresentação pública...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone]

DR. ANTÔNIO MÁRCIO LISBOA – Eu tenho 80, quase 80. [risos] Mas aí, em público a criança é prioridade. Se nós fizermos uma reunião aqui agora de Deputado, Senador, Político, Médico e Advogado e falar assim – “Vou fazer esse trabalho para a criança, a semana da criança e vou dedicar dez milhões de reais”. Todo mundo bate palma, “Isso mesmo, isso mesmo”. Sai daqui entra na casa do lado. Eu vim buscar os dez milhões. “O que, Lisboa, dez milhões? Você está pensando que a gente...”. “Mas o Senhor não disse...?”. “Não, aquilo eu tive que dizer, você sabe como eu ia falar na frente de todo mundo, aquele montão, mil pessoa, o Senhor acha que não dava dez milhões”. “Mas então não vai ter nada?”. “Não, nós vamos ver aqui uns cinqüenta mil a gente consegue”. [risos]

Então, esse último é muito importante para que a criança tenha com prioridade, tudo aquilo que a Constituição Federal diz. Eu acho que foi o último. Obrigado.

[Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Eu acho que todos nós estamos pensando que estamos vivendo um momento precioso de uma Audiência Pública no Senado Federal. E que está sendo passado para o Brasil todo. Eu registro mais a presença da Prof^a. Ledja Austrilino Diretora do Escritório ULBRA em Brasília.

Bom, vamos passar as considerações dos Srs. Senadores e Senadoras. Primeiramente seria autora do Requerimento, mas parece que trocou com o autor do Projeto. Cedeu para que o autor do Projeto, o

Senador Pedro Simon, fizesse suas considerações, perguntas... Eu acho que nós devíamos, o autor e a requerente fazem as colocações e se tiver alguma pergunta respondem. Depois de três em três a gente faz o trabalho de resposta.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Primeiro lugar, muito obrigado. Eu quero dizer que vou sair entusiasmado daqui, não a ponto de dar cinqüenta milhões ou cinqüenta mil, porque eu não teria condições [risos]. Eu quero trazer, eu acho que é obrigação minha, dois exemplos que eu vivi com o Dr. Salvador Célia. O Dr. Salvador Célia é uma pessoa fantástica, vale a pena fazer uma visita a Canela, uma cidade turística do Rio Grande do Sul e ver o que ele fez. O que ele fez num bairro que era considerado o bairro mais violentos, o mais radical, o pior bairro de Canela, e ele educou aquelas crianças, criou um grupo de teatro e hoje eles têm um grupo de teatro de primeira grandeza. O índice de violência do bairro é zero. Ele criou em Porto Alegre, ele foi o homem da idéia da tudo. Tinha uma fábrica enorme, um monstro de uma fábrica que tinha falido, e ele chegou lá e fez uma proposta que no início que eu achei maluca, mas depois era sensacional. A idéia dele, imagine se os Senhores, se a gente fizesse isso nos grandes bairros, nas grandes cidades de Porto Alegre. Ali na zona norte, que era a zona mais abandonada, a mais esquecida, ele fundou uma escola de vida. É uma enorme área onde tem o pré-natal, tem as crianças estudando, tem as Senhoras discutindo, o Clube de Senhoras, o Clube dos Idosos, tem um local da delegacia, onde ali eles tiram a carteira de identidade, a certidão de nascimento, todos os negócios necessários. Tem ali todos os atendimentos que ali ele aprende a ser cidadão, ele aprende da conviver, tem escola de música, tem escola de teatro, tem escola de dança, tem CTG. Tudo que se possa imaginar, ali é uma cidade em miniatura preparando o cidadão para viver na sociedade.

Olha, é uma coisa tão espetacular que eu fico doente quando eu não vejo as pessoas, o Governo não entenderem a importância de levar uma coisa dessas a visto. A importância de ver, eu falo com essas pessoas que convivem ali, que vivem ali é outra gente. Eles discutem o destino dele, eles são donos deles. Eles debatem se querem a escola, se querem isso, se querem aquilo, as modificações, porque eles sabem o que é querer. Eles discutem as relações entre pai e filho, o que é que é, o que é que não é, porque eles aprendem. É uma coisa interessante, eu volto a repetir, é um local onde se reproduz ali toda a vida do bairro, só que ali eles aprendem a fazer as coisas como devem ser feitas. Olha, é sensacional.

E eu quero lembrar uma experiência do Dr. Salvador que eu nunca vou esquecer na minha vida, que eu nunca imaginei que era possível. A minha mulher estava grávida e de repente na nossa amizade, ele chegou e começou a conversar com a minha mulher. “Você tem que conversar com o teu filho”. “Mas como conversar com o meu filho?”. “Conversa com o teu filho, põe amor na tua barriga, gesticula e diz – Oi Pedrinho, como é que tu vai? Tu está bem? A mamãe está aqui contigo”. Aí a Ivete diz; “Parece meio bobo...”. E falou. Falou todos os dias e foi falando. Eu tenho o filme que nós fizemos, nasceu o Pedrinho, quantas horas depois?

DR. SALVADOR CÉLIA – Duas horas só depois [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Exatamente. Lá no FÊMINA.

DR. SALVADOR CÉLIA – [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – É porque eu não tinha dinheiro também para ir ao outro. [risos] Chegamos lá, vem o Pedrinho... Eu peguei no colo, não é? Eu estou com ele no colo, estou conversando com ele assim, ele está prestando atenção, daqui a pouco vira para mim e a Ivete deitada no quarto. Começa a falar – Oi Pedrinho, é a mamãe, eu estou aqui querido, como é que tu vai? O filho da mãe se vira os olhos e olha para a Ivete assim. Olha, parece impossível, mas eu vi. Mas vira os olhos assim e vira para a mãe, porque a mãe estava repetindo o que dizia para ele quando ele estava no ventre. Prova que é uma grande verdade isso que ele está falando.

Mas eu quero felicitar os Senhores. Eu acho que se a gente realmente levasse adiante essa questão. Eu acho que é uma questão que hoje, recém, hoje está sendo levada a sério é a questão da criança exatamente do zero a seis anos. Repare que se tem uma pessoa que tratou melhor da educação no Brasil, apaixonada pela educação, vamos fazer justiça, foi o Dr. Brizola. O Dr. Brizola quando foi Governador no Rio Grande fez 5.500 escolas. Quando foi Governador duas vezes no Rio de Janeiro criou inclusive o CIEPs é um espetáculo em termos de educação, mas se esqueceu da criança. A escola começava quando a criança chegava no primeiro ano. E eu falei uma vez com Darcy Ribeiro e o Darcy Ribeiro parou para pensar e disse “Mas, como é que nós nunca...?”. “Olha, eu tenho um amigo meu, o Salvador Célia que diz assim – Que o Projeto é espetacular, mas tem um erro mortal. Que não aborda a criança no início da idade”. E ele parou e disse – “Mas como é que eu não pensei nisso? Que coisa absurda”. Que eu aprendi a ver e a minha vida eu tenho acompanhado isso ao longo de tempo que, realmente, como os Senhores disseram, é o cérebro, é

toda a criança que se faz até seis anos. E hoje o cara começa a receber a merenda escolar com seis anos. Até os seis anos, se come, se não come, o é que é, o que não é, não se toma conhecimento. Recém agora está se começando a entender a importância e o significado dessa idade pré-escolar.

Eu acho meu Presidente, que se essa semana que se está propondo fosse feita, mas que fosse aprofundada, não fosse... Teórica, que isso é feito tantas vezes, tantas vezes, mas se a gente, nós com Executivo fizéssemos com consequências objetiva, “Nós vamos querer isso, mais isso, mais isso”, e tirássemos essas consequências da reunião seria uma grande coisa.

Muito obrigado e meus cumprimentos aos Senhores.

[Soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Com a palavra... Ah sim, pois não o Dr. Salvador quer fazer.

DR. SALVADOR CÉLIA – Eu só queria agradecer essas comovidas e sinceras palavras do Simon, com um certo exagero dele. Realmente, foi um grande tempo junto, muito feliz, e me lembro quando o Darci nos visitou lá no Vida, contigo, e disse – “É a reencarnação da preocupação humanística”. Foi uma coisa muito bonita que ele te disse. “A reencarnação da preocupação humanística”. E queria te dizer que lá em Canela, o grande fenômeno que talvez eu tenha ajudado por ter Estado em Cuba, por ter Estado na China, ter passado em alguns países, foi ver que aquela comunidade se movimentava e tem um grande líder lá que o Prof. Constantino Orsolin que fez aquele bairro e o que eu pude fazer foi mostrar a eles, quer dizer, trazer o que tinha em Canela para mostrar que em Canela as coisas aconteciam, quando então o Guarneri se emocionou e viu tudo aquilo. Quer dizer, mérito deles. E o meu mérito foi pôr esse pessoal na visibilidade que eles mereciam. Muito obrigado Simon pelas tuas palavras carinhosas.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – O Requerimento desse audiência é de autoria da ilustre Senadora Patrícia Saboya Gomes e da Senadora Fátima Cleide. Eu recebi telefonema da Senadora Patrícia, é impossível ela estar aqui presente nesse momento. Compromissos fortes que ela tem fora, mas nós temos a co-autora do Requerimento que é a ilustre Senadora Fátima Cleide que tem a palavra.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – E até porque a Senadora Fátima Cleide sabe que a Senadora Patrícia adotou uma menininha uma fofa a Beatriz, que está doentinha, e ela está lá como mãezinha da Beatriz. [risos]

DR. SALVADOR CÉLIA – Senadora até me adianta o que os autores dizem de preocupação materna primária.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL)

– Com certeza. Essencial.

DR. SALVADOR CÉLIA – Ela tem que estar totalmente envolvida, enlouquecida como toda a mãe quando tem isso, o Márcio Lisboa falou, que até quando um bebê tem algum problema, se nasce mal ou se morre, ela pode até ficar psicótica. Então realmente ela está tendo aquela coisa maravilhosa que é preocupação materna primária.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL)

– Com certeza, desculpe Fátima.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – O

Presidente Senador Juvêncio, Senadora Heloísa que se anteciparam a justificativa que eu iria colocar em função da ausência da Senadora Patrícia Saboya que comigo é co-autora do Requerimento. Eu quero agradecer a presença de todos em nome também da Senadora Patrícia. Como disse a Senadora Heloísa está cuidando da Maria Beatriz nesse momento também que anda adoentadinha, e mais do que isso ela também tem o direito, que nós devemos reconhecer, de estar com a filha nesse momento como um direito de licenciamento, que infelizmente nós ainda não temos os documentos que regem a nossa vida aqui no Senado Federal, no Congresso Nacional. Inclusive, fiquei sabendo há pouco tempo que não temos sequer o direito de licença maternidade, mulheres Parlamentares. Precisamos ainda, isso mostra já tem a partida da situação da Jandira Feghali. Mas nós temos várias situações para resolver aqui no Congresso Nacional. Inclusive, com relação à vida das mulheres Parlamentares.

Mas quero parabenizar os nossos expositores. Como disse o Senador Juvêncio, é uma aula que graças a Deus está sendo transmitida para o Brasil, e que eu espero que a TV Senado repita várias vezes, porque de fato contribui muito enquanto nós não temos ainda as políticas públicas comprometidas de fato. A aula que vocês deram aqui contribuirá e muito para que as pessoas possam ter a compreensão da necessidade de termos, não apenas as políticas públicas, mas também o envolvimento da família nesse período de vida que é a primeira infância, para que a gente continue forjando hoje, os nossos marginais de amanhã.

Quero parabenizar também o Senador Pedro Simon. Eu acho que é indiscutível a necessidade de aprovarmos com urgência o relatório da Senadora Patrícia Saboya na Comissão de Educação que é favorável a este Projeto, uma vez que a importância dele

é que ele trata, não apenas de instituir uma semana, mas que nesta semana se possa desenvolver ações de conscientização de toda a população com relação aos necessários cuidados na primeira infância.

Eu, junto com a Senadora Patrícia, pude participar ativamente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou a questão da violência sexual entre crianças e adolescentes, e esse trabalho que foi um trabalho muito difícil até do ponto de vista emocional porque nós, a maioria mulheres, mães, avós tivemos e pudemos constatar o que já conhecíamos em tese que é a naturalização da violência praticada contra a criança nesse País. E essa naturalização ela acaba ceifando vidas de crianças e quando não, no mínimo, ceifa, leva a expectativa de uma vida plena e feliz. E isso, nos colocou também a responsabilidade de aprontarmos Projetos de Leis que visam punir essa violência. Mas é muito importante que a gente não trate apenas a punição, como disse o Dr. Antônio Márcio Lisboa, mas que a gente também previna, e prevenir no meu entendimento é, e tenho certeza que no entendimento da Senadora Patrícia Saboya também, investir com recursos financeiros fortemente em educação. E investir principalmente e tenham como sou uma pessoa que vem do Movimento Sindical desta base, da educação básica, eu sempre comprei algumas polêmicas, porque eu entendo que deveríamos valorizar e capacitar muito melhor as pessoas que atendem na primeira infância. Tanto valorizado o ponto de vista da capacitação, quanto do ponto de vista da valorização profissional, mesmo em termos de salário.

Nós invertermos a lógica que o professor da universidade que fez pós-graduação, que fez mestrado, pós-doutorado e etc., seja mais bem pago. Mas nós precisamos pagar melhor e trabalhar, capacitar, habilitar melhor cada vez mais os profissionais. Porque hoje o que nós temos na grande maioria do País com nomes de creches, não passam de depósito de crianças. Eu sempre que posso, dou o meu testemunho de pude ter a felicidade de ter esse atendimento de uma creche pública, de qualidade, mas que infelizmente hoje não existe mais no meu Estado. Era uma creche que foi construída no momento em que o Estado passou de território para a condição de Estado, tinha recursos financeiros e naquela creche você tinha todo um quadro de profissionais Pediatras, Assistente Social, Enfermeiras qualificadas, todas as atendentes extremamente qualificadas e cada uma atendendo no máximo quatro crianças. [soa a campanha]

Então, isto mostra para a gente que não é impossível, basta ter vontade política. Por isso eu acredito que nós precisamos urgentemente, não só aprovar o Projeto do Senador Pedro Simon, como também o Projeto, o

PLS 281 de 2005 da Senadora Patrícia Saboya, que cria o Programa Empresa Cidadã, valorizando assim as empresas que incentivem a amamentação e a licença maternidade por 60 dias, aliás, por mais 60 dias.

Então, eu queria aqui dizer que é importante também que nós nos debrucemos para nesse momento, destravar a nossa pauta. Eu sei que tem cinco Medidas Provisórias atrapalhando as votações, mas que a gente possa fazer um esforço conjunto. E eu acho que isso é o que o Dr. Salvador Célia coloca para a gente é que essa responsabilidade é política. E a esperança que o povo tem em nós, nos clama também para que a gente possa o mais rápido possível, desobstruir essa pauta das Medidas Provisórias e votar um Projeto que eu considero de fundamental importância, que pode não ser a salvação da lavoura, mas que vai dar um passo significativo no sentido do compromisso das políticas públicas que é o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação Básica que prevê recursos ainda que parques. Mas a nossa esperança é que eles vão aumentando a cada ano. Melhor ter do que não ter nada, que é o FUNDEB.

Então, eu acredito que com o FUNDEB, com a ampliação da licença maternidade, com esse Projeto, nós com certeza teremos daqui a algumas décadas, né? Nós não podemos... Se houvesse isso acontecido há décadas atrás, nós não teríamos a realidade que temos de violência e de necessidade de construção de presídio como temos hoje. Eu concordo plenamente com o Senhor. Eu acredito que é o investimento na educação básica, na primeira infância, na educação da primeira infância concomitante, com também investimento na área da saúde, no pré-natal, nós poderemos transformar essa realidade social de violência, numa realidade social de paz.

Muito obrigada pela presença dos Senhores. Eu quero parabenizar também a Deputada Iraê Lucena por ter sido uma pessoa que teve a coragem e a ousadia de apresentar um Projeto dessa natureza na Assembléia Legislativa da Paraíba e que já conseguiu transformá-lo em lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Com a palavra o Senador Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Presidente Juvêncio da Fonseca, o nosso querido Dr. Salvador Célia, grande alegria em tê-lo aqui conosco e ouvindo seus relatos e suas experiências. O Rio Grande do Sul conhece intensamente o trabalho que o Dr. Célia faz. E a visibilidade que essa experiência de Canela está tendo é uma coisa absolutamente fantástica.

Eu não pude ouvir o Dr. Laurista, mas acompanhei o final do depoimento do Dr. Salvador Célia e acom-

panhei com muita alegria, com muito entusiasmo, com muita emoção a palestra do Dr. Lisboa. E conhecido e com inúmeros conceitos que a gente vem recolhendo no decorrer do tempo.

Nós estamos num tempo de quebras de conceitos, na realidade. Esses novos Projetos aqui apresentados, o Projeto da Senadora Heloísa Helena que chegou a criar até algumas preocupações, porque afinal começa a responsabilizar mais o Estado como instituição na proteção a criança, ele inicialmente provocou reações de alguns Executivos, como é natural. Porque o primeiro olhar, Dr. Lisboa, é aquela história, o orçamento, é sempre assim. A primeira reação do Executivo, ela é voltada para o orçamento. Como é que eu vou fazer para pagar? Ainda bem como o Simon foi Governador, Dr. Célia, ele não assustou com o orçamento da Vida Centro Humanístico que o Projeto do Dr. Célia nessa fábrica é enorme, que tem na zona norte de Porto Alegre, não sei quantos hectares.

DR. SALVADOR CÉLIA – Eu acho que são 16 hectares, 32 mil metros quadrados reconstruídos.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Bom dá para imaginar o que é um investimento destes bancado pelo Estado.

DR. SALVADOR CÉLIA – E aquilo iria ser uma prisão.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Deveria ser... Poderia ter sido uma prisão.

DR. SALVADOR CÉLIA – Poderia ter sido uma prisão.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Então, vejam só. E ainda bem que o Simon, então Governador, não assustou-se com as consequências orçamentárias. Porque se ele tivesse sido tímido, medroso ou coisa assim, o Vida que mudou completamente o conceito de relacionamento humano com uma das áreas mais... Com maior densidade demográfica de Porto Alegre, que é a zona norte, não teria aquele Centro de Referência que hoje o nome do Projeto que nasceu da cabeça privilegiada do Dr. Célia é Vida Centro Humanístico, para ter exatamente a dimensão.

Aliás, eu estou tentando interpretar um pouco aqui algumas coisas do Dr. Osmar Terra, Secretário da Saúde do Rio Grande do Sul, idealizador do Projeto, Primeira Infância Melhor, que infelizmente desprotegido do nosso Regimento não pode manifestar-se. O que nós lamentamos profundamente. Ele poderia estar aqui na condição de convidado e utilizar do espaço como convidado para relatar essa experiência gaúcha, um Programa em que a adesão é espontânea das Prefeituras. Um Projeto de parceria do Governo do Estado do Rio Grande do Sul com as Prefeituras, e tem 220 Prefeituras parceiras, incluindo já 50 mil bebês que

recebem, Dr. Lisboa, em casa, a visita semanal dos Assistentes Sociais, então, daqueles parceiros que vão acompanhar, exatamente como o Senhor sugeriu aqui, a evolução do bebê, a evolução da criança.

Eu acho que é um Projeto realmente desafiador, não é uma coisa muito simples, porque é uma atenção especial que o Estado passa a dar e a expectativa é atingir [soa a campainha] 100 mil crianças lá no Estado.

Quer dizer, é um Projeto realmente grande que de repente pode atender a um conceito que a ONU estabelece e que está anotado, não foi por mim, da Unesco, perdão, da Unesco, que diz que se a guerra nasce na mente dos homens, é na mente dos homens que devem ser erguidas as defesas da paz. E outro ponto abordado aqui que eu concordo plenamente, refere-se a uma questão que eu venho defendendo intensamente aqui nessa Casa que é a paternidade responsável. E acho que até então há muito conceitos e muitos preconceitos com relação a participação do homem na paternidade responsável. E discute-se muito a questão da mulher, mas o homem tem que ser incluído nessa discussão urgentemente. E dar meios e dar acesso, que tipo de meio, Dr. Célia? Informação. A informação é a maior ferramenta para a gente superar esses tipos de preconceitos.

DR. SALVADOR CÉLIA – E tu que é da rádio sabe muito bem, né?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Eu sei o que é isso. A informação, ela é fundamental. Nós vamos exatamente trabalhando esses conceitos através da informação nos veículos de comunicação que são parceiros, são os primeiros parceiros nesses programas. Nas escolas como tema, deveria constar como matéria quase que obrigatória esse tipo de informação para que a criança pudesse até levar para casa esse debate com seus pais.

Eu acho que a questão da paternidade responsável, ela é fundamental. Nós temos levantamento que impressionam de ter um milhão de jovens que anualmente geralmente um milhão de crianças, meninas de 12, 13 anos de idade, mães precoces que trocam a sua infância pela maternidade. Isso é extremamente sério. Quando uma criança de 12, às vezes, 11, 10 anos de idade ela troca a sua infância pela maternidade. Isso é uma questão de alta relevância, é onde a ação do Estado, ela é extremamente importante e ela nem sempre está presente. Por isso a importância de uma Audiência Pública, Senador Juvêncio da Fonseca, com essas características que traz a público e permite que a gente possa debater e buscar, enfim, soluções práticas para essas questões.

Mas eu fico nesse aspecto. O aspecto da paternidade responsável, que ainda é vítima de muitos preconceitos especialmente com relação ao homem. Porque a mulher tem dentro de si a natureza da maternidade. Desde a mais tenra idade, ela já com a boneca, ela é mãe. O homem não.

Então, nós temos que ir...

DR. SALVADOR CÉLIA – Senador, nós estamos estudando hoje que existe depressão paterna. Os novos estudos estão mostrando que se a mulher vai de 20 a 23 em cada 100, os pais fazem 10% mais ou menos dos pais.

Então, nós temos que nos preocupar muito com isso que está chamando a atenção, do papel do pai e atender o pai.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Atender o pai. Eu acho que é muito importante oferecer um tipo de orientação para que o homem que ainda tem um aspecto muito machista na discussão, para que ele se incorpore nessa discussão como parceiro, e não como adversário, não como sujeito que não pode ouvir, ou não pode discutir, ou não tem sensibilidade para discutir essa questão. Eu acho muito relevante, quero parabenizar aos nossos palestrantes aqui que vieram nos trazer lições que vamos levar para as nossas vidas. E eu tenho certeza que a imprensa, TV Senado, vai saber reproduzir este momento com a intensidade necessária para que esse debate se estenda e levar até lá, onde muitas vezes essa discussão fica sufocada. Eu estou realmente muito contente com isso, não estou fazendo algumas, estou apenas estendendo um comentário sobre as experiências do nosso cotidiano.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Obrigado, Senador. Eu passo a palavra a Senadora Heloísa Helena a última inscrita até o presente momento.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Desculpe, Presidente.

Bom, primeiro, claro é até redundância eu tentar elogiar o Senador Pedro Simon, porque sabem todos o carinho e o afeto, respeito que por ele tenho, e saldar, de uma forma muito especial, tanto a Senadora Patrícia como a Senadora Fátima Cleide que propuseram essa Audiência Pública. Porque, às vezes, o Parlamento estabelece requerimentos para audiências públicas para obstaculizar a votação de determinadas matérias. No caso das Senadoras e da Comissão quando assim decidiu, é muito mais para dar visibilidade ao debate, para trazer profissionais, representantes de entidades sociais, militantes dessa causa para ao dar visibilidade ao tema, de fato fazer a aprovação do Projeto do Senador Pedro Simon não por um artificialismo, não

pela legalidade qualquer. Mas dando visibilidade, sensibilizando a sociedade, trazendo as pessoas para a reflexão de um tema que é usado politicamente. Nunca ninguém verá uma personalidade política, da direita ou da esquerda, honesto ou desonesto, dizendo que não tem compromisso com criança. Nunca ninguém verá. É por isso, nunca, porque o pior dos bandidos, o mais delinqüente o mais vigarista, quando ele tiver fazendo um comício ou fazendo um programa, ele vai se comprometer com a criança. E isso até torna o debate, dá ao debate um tom de vulgaridade que ele não merece ter pela importância que tem.

Então, a questão da criança que a gente fala de zero a seis anos, mas que do ponto de vista das conexões neurológicas, do desenvolvimento do córtex cerebral que vai até dez anos, mas já que nós estamos tratando aqui dessa partezinha tão especial da vida de uma pessoa, tão especial, que eu digo sempre que algumas pessoas vivenciam a dor, a miséria, a pobreza na infância e de alguma forma consegue superar na vida adulta. Mas são poucas e como eu digo sempre, essas poucas não são abençoadas por Deus, até porque Deus jamais escolheria uma ou outra isoladamente para abençoar pelo amor e plenitude que tem por todas. Mas uma ou outra, por uma circunstância da vida, acaba se salvando, acaba se destacando, acaba ocupando instâncias importantes com visibilidade pública, mas as cicatrizes que lá ficam na alma, no coração de uma dessas crianças, dificilmente eles conseguem ao longo da vida superar.

E o que eu acho mais grave é porque, nós estamos num momento da realidade brasileira que, ao mesmo tempo que a gente diz, o Estado Brasileiro tem que adotar as suas crianças e seus jovens antes que o narcotráfico a prostituição os arraste para a marginalidade como último refúgio, porque arrasta mesmo. Eu não tive a oportunidade de aqui estar presente, porque eu estava fazendo um outro trabalho, mas ouvindo as outras duas outras exposições e só peguei a de Dr. Antônio aqui presente, mas ao mesmo tempo em que nós temos que ter as políticas públicas para adotar as nossas crianças antes que o narcotráfico os adote. Porque não são todas as crianças pobres, a gente sabe disso. Até porque existem crianças pobres, mães pobres que disputam com o narcotráfico e com a marginalidade que é uma coisa das mais belas que se pode ver. Elas seguram lá os seus menininhos e é o narcotráfico puxando, é o crime organizado puxando, ela vai brigar na rua e está lá segurando o seu menino, porque se todas as nossas crianças pobres, lvette, já tivessem sido arrastadas, nós estávamos numa situação impressionante. E sabemos todos nós que é quem faz a desova dos grandes estoques de pasta

base de cocaína, aqui não tem intestino de pobre favelado, de estômago de pobre favelado com o saquinho de cocaína que pudesse dar conta das desova dos grandes estoques como faz no Brasil. Porque quem tem iate, avião para transportar pasta base de cocaína, quem tem laboratório para manipular a matéria-prima e que fabrica droga sintética, é gente grande poderosa. E que usam os pobres e que usam as meninhas e menininhos exatamente como o Zambiasi disse. [soa a campanha]

Só para concluir Senador Juvêncio. O menino e a menina antes de ser a Maria, o José, o Pedro, a Heloísa, quem quer que seja, o menino e a menina, ele vira avião, estica, olheiro, falcão. E o pior é que é tanta coisa. Uma atrás da outra, como o Dr. Antônio dizia dos jornais, que uma semana ficamos todos nós emocionados vendo lá o vídeo “Falcão”. Aí todo mundo se preocupa com as crianças, aí diz – “Ah, quando eu vi aquele menino dizendo que quando queria crescer queria ser bandido...”. Claro. Porque o bandido é o que dá a segurança para ele. Se o Estado brasileiro não dá segurança para a menina e para o menino quem dá a segurança é o poderoso de lá. Aí, numa semana ficam todos nós emocionados, querendo que o menino e a menina tenha arte, cultura, esporte, brinquedos, lazer, a possibilidade de ser criança antes de ser adulto, porque não são crianças, não são. Porque a inicialmente sexual, a iniciação as drogas, a iniciação a violência aprende não é com um revólverzinho de brinquedo, aprende com um revólver de fato, porque ter o revólver de fato, saber manipular um revólver é o que dá o respeito, até para as meninas que começam a olhar os menininhos que são olheiros, e falcões e estica, muito mais com mais ternura para eles, porque é a vida que está lá estabilizada.

Então, na mesma, nós mesmo, a mesma sociedade que se emociona uma semana diante do vídeo “Falcão”, quando é um mês depois, quando está um maldito “mar de sangue” em São Paulo pela mais absoluta ineficácia, ineficiência, insensibilidade em relação à questão da segurança pública e da violência, aí vai dizer – “Tem que ter pena de morte, tem que botar o menino, mesmo que seja pequeninho, tem que baixar a faixa etária, e entra com tudo para dizer que tem que matar, tem que ter pena de morte, tem que encarcerar.

Então, como nós da área da segurança pública, eu não acredito mais que o debate da área da segurança pública, ele pode ser só o tratamento das causas isoladamente. Eu acho que hoje a matriz conceitual para qualquer Projeto sério de segurança pública, não demagógico, que tenham ações concretas a curto, a

médio e a longo prazo, mas com metas definidas porque senão... Nada me irrita mais quando diz – “São 500 anos de opressão”. Eu digo, “Eu sei meu filho, mas se a gente não fizer nada, daqui a 100 os outros vão estar dizendo... ‘são 600 anos de opressão, são 700 anos de opressão’”.

Então, eu acho que hoje tem que ter ao mesmo tempo o tratamento das causas e a repressão dos efeitos. E até a recuperação dos adultos, que quando a gente fala de acolher, da família acolher a menininha e o menininho, hoje existem tantas mulheres e homens que as relações, já tiram tudo dele, tiraram da afetividade dele, tiraram do coração dele, tiraram muita coisa dele, também. Muitas vezes a gente pega... Quem é voluntário e trabalha com criança de rua, pega um menino na rua que está lá se esfaqueando, leva no pronto-socorro para dar os pontos, depois pega uma briga com o menino e leva ele para casa. Quando ele chega em casa, Simon, aí está lá – Que não tem o colchão porque é dentro da lama, os ratos disputando espaço com ele, o pai ou o padrasto ou o quinto pai da casa alcoolizado, a mãe alcoolizada também.

Então, nós temos que, ao mesmo tempo também, [soa a campainha] mesmo quem está lá no presídio, imagina se o Estado Brasileiro não trata, não acolhe também o homem e a mulher que está no presídio, num País onde se tem a ousadia de um chefe do crime organizado chamar o que é de fato, chamar o presídio da faculdade, porque quem comete o crime é encarcerado, não conforme o crime que cometeu ou o grau de periculosidade, é encarcerado conforme a facção que pertence. Aí o pobre que chega lá, roubou besteira, está lá com os filhos em casa morrendo de fome, não pertence a facção nenhuma, quando ele chega lá... Bom, se ele não pertence a facção nenhuma fica em qualquer lado. Como o Estado não o protege dele ser estuprado todo o dia, violentado todo o dia, ele vai pedir a proteção da facção criminosa e aí a facção criminosa cobra dele dessas coisas, também.

Então, é só um problema a mais, eu estou falando isso, mas do mesmo jeito de...

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Seria interessante que a Senhora abreviasse a conclusão.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Concluiu. Tá. Apesar de todo esse quadro gravíssimo que se encontra, e certamente muitas pessoas que acreditam no fatalismo do fim da história, certamente ao ouvir as propostas que aqui foram colocadas, ou que qualquer um de nós aqui coloque, certamente alguém vai dizer – “Mas, isso é impossível. Ora, como é que vai fazer pré-natal? Como é que vai cuidar da criança...”.

Então, cada vez que a gente decreta que a vida, a dignidade, o amor em plenitude é impossível, mas ela se torna impossível. Então, é por isso que eu acho muito importante que nós que estamos aqui, acreditamos que é possível, acreditamos. Alguns de nós acredita muito mais, porque quem consegue acreditar até em algo que não pode ser tocado e localizado geograficamente com certeza tem muito mais fé.

Então, eu só queria parabenizar a todos os expositores, a minha querida companheira, amiga, a Senadora Patrícia Saboya, a nossa querida Senadora Fátima Cleide de uma forma muito especial, o Senador Pedro Simon. Quero saldar também o Deputado lá do Rio Grande do Sul, que é outro preocupado com isso, eu já peguei muito material, o Senador Zambiasi já deu material dele, é outro preocupado com essa história. Essa questão tão importante da infância. E todos nós que somos mães. Eu tive uma dupla sorte, que eu fui mãe e ainda fui mãe de leite, coisa de gente mesmo do interior que ainda amamenteei [soa a campainha] uma menininha também e outras crianças, também.

Então, eu acho que é muito importante isso e é importante também deixar claro, Simon, meu querido Senador Pedro Simon, que todas as alternativas que aqui foram propostas, mesmo aquelas que aparentemente lidam com uma complexa subjetividade humana, ou com ações concretas e eficazes, elas podem ser feitas. Isso que é importante. Aqui todos nós sonhamos, pensamos no futuro, temos concepções ideológicas diferentes, mas todas as ações que aqui foram propostas, elas são possíveis de serem feitas. Elas já foram experimentadas. Tenho que dizer isso, porque senão o povo não acredita mais em nada. Elas já foram experimentadas, elas são propostas concretas, ágeis, eficazes. Tem um impacto financeiro insignificante diante do impacto social que se pode fazer. Porque se o Estado brasileiro se reduzisse 0,0002% a taxa de juros, nós poderíamos garantir escola integral de qualidade para todas as crianças até 17 anos. Crianças e adolescentes, imagine quando nós estamos tratando de zero a seis anos.

Então, eu quero parabenizar. Me desculpe ter me estendido, Senador Juvêncio, mas eu quero parabenizar a todas as exposições que foram feitas e de uma forma muito especial ao meu querido Senador Pedro Simon por uma proposição tão importante como essa.

Então, eu tenho certeza que nós estamos aqui todas cheias de muitas coisas para fazer, mas tanto a Senadora Lucia Vânia como a Senadora Maria do Carmo, estávamos aqui... A Deputada, estamos aqui todas comentando e tratamos desse tema 500 vezes. A Senadora Lucia Vânia deve estar rouca de tanto falar sobre essa questão também no Plenário.

Então, é só realmente saldar e parabenizar com entusiasmo essas exposições que foram feitas.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Obrigado, Senadora. Nós vamos... Porque não houve nenhuma pergunta, nós vamos dar uma rodada final de cinco minutos para as considerações finais. E invertendo um pouco a ordem. Nós começamos com o Prof. Laurista, vamos começar agora com o Dr. Antônio.

DR. ANTÔNIO MÁRCIO LISBOA – Primeiro lugar, geralmente quem assiste as reuniões é quem não precisa. Quer dizer, só vem quem tem interesse. Agora, infelizmente quem deveria estar presente, porque são aqueles que tem o poder, o mandam, esses não vão. Mas isso eu tenho a impressão que é na área médica, é em qualquer área que existe, não é na área Parlamentar. E eu acho que a gente tem que lutar. Eu estou com quase 80 anos e estou aqui com vocês. Estou lançando... Já lancei 10 livros e vou lançar esse que sobre “A primeira infância e as raízes da violência” que são coisas que a Senhora falou, que o Senador falou, que o Senhor falou, várias pessoas falaram, porque esse tema tem adoção que é um capítulo, tem o apego que é outro capítulo, tem coisas que serviria para a gente ficar aqui 15 dias discutindo cada item desse.

Agora, uma outra coisa que a Senhora falou. Eu lembro que teve um governante de Brasília, eu era Pediatra dos filhos, e eu falei isso tudo, tem uns 15, 20 anos, tem muito tempo. E eu falei sobre... “Quem sabe a gente não começaria um Programa...”, e apresentei esse paternidade, isso igualzinho aí o da adoção. Ele virou para mim e disse assim – “Lisboa, esse programa seu vai levar uns dez anos”. Eu falei, “Não fulano, você está muito enganado”. “Você acha que menos?”. “Não, eu estou fazendo uma proposta de 30 anos para a gente começar no seu Governo. Mas vai melhorar daqui a 30 anos, é isso que eu acho”. E outra, que a gente tem que ver, vai na polícia, “Vamos punir e corrigir a banda podre”. Muito difícil, quase impossível. O bandido fardado, o Médico bandido, o bandido togado, o Parlamentar bandido, esses todos têm... O bandido, bandido, vocês têm que imaginar que todos são da mesma fonte. Todos eles são indivíduos, uma personalidade mal formada com distúrbio de comportamento que é feito até os seis anos. E independe de quem é.

“Então, vamos corrigir os policiais”. Não, tem que corrigir aquela criança que vai ser policial, porque se não ela vai aumentar a banda podre. Outro ponto aqui que também foi muito falado, três aviões a jato desses modernos pagam a imunização das crianças do mundo inteiro. Custo de três aviões a jato.

Então, tem três Países que fazem mil aviões a jato e tem Países pobres que não tem dinheiro para

fazer vacina. E aqui no Brasil o que é que houve? Houve um governo que resolveu fazer as vacinas e há 10 anos nós estamos sem paralisia. Houve uma decisão política. Agora, vão tirar dinheiro dos hospitais e vão comprar vacina. E o que é que acontece na área social? Mesma coisa da saúde. Não tem dinheiro para a prevenção, tem dinheiro para curar. E tem dinheiro para quem? Para esse que está preso aí criminoso, que gasta mil e setecentos, dois mil reais por mês. Eu soube até que tem um CAJE aqui em Brasília que estão pagando cinco mil reais por cada menino preso, para cuidar desse menino. E, meus amigos, resolver o problema do adolescente infrator chama-se UTI social. Ela custa dez vezes mais caro do que qualquer UTI para cuidar de gente com infarto, qualquer coisas que vocês pensam, recém-nascido, doente, nem nada. Porque UTI social é pegar a cabeça de um menino de 13, 15 anos que já matou alguém, já roubou 20 vezes e fazer esse indivíduo passar a ser um cara honesto. Isso é um negócio muito difícil. Não é nessas jaulas que tem aí de criança e que vão recuperar. [soa a campanha].

E por último é um Projeto que vem falado, isso eu já escrevi nos jornais, já escrevi vários capítulos, baixar a idade das crianças de 18 para 16, isso é a maior loucura que pode ser pensada. Porque os reformatórios não cabem mais gente, nem nada. Quer dizer, eles vão pegar e botar lá dentro para as faculdades, para eles se transformarem de pequenos bandidos em grandes bandidos. Então nunca. Baixar a idade [inaudível] é a última coisa que a gente deve estar pensando. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Com a palavra o Prof. Laurista Corrêa filho.

DR. LAURISTA CORRÊA FILHO – Obrigado. Bem, eu acho que durante toda a nossa vida como Pediatras, e agora que a gente está participando, já participamos muito graças também ao entusiasmo do Dr. Lisboa nos imbuiu de ir salvar fisicamente as crianças e depois de taticamente 91, 92 nós passamos a tentar salvar, não só fisicamente, mas tentar salvar a saúde mental dessas crianças.

Nós queremos crer que na maioria das vezes o que nós temos visto, como condição de tratamento, de cuidados, os maus cuidados são feito por pessoas que não tem conhecimento. Nós temos que ter toda a certeza que, às vezes, as pessoas que são mal cuidadas não têm o conhecimento. Felizmente, nesse nosso século que nós estamos tendo a oportunidade de ter todos esses conhecimentos que foram aqui mostrados, não dá mais para nós escondermos as coisas. E enquanto o Estado, enquanto nós que somos os cuidadores, que

deveríamos ser os facilitadores deste meio, nós não podemos mais falhar. Esse conhecimento está disponível, infelizmente, nem todos vão a procura desses conhecimentos, e uma das coisas que a gente vê e com muita dor no coração são as oportunidades perdidas que nós vimos aqui. As oportunidades perdidas e as experiências bem sucedidas que o Prof. Salvador Célia nos falou aqui. Essa é uma experiência simplesmente num dia de vacinação observar como aquela mãe vem, esse trabalho que é feito por lá em Canela, isso é uma experiência bem sucedida e que tem que ser imitada por muitos. Por que não há essa divulgação?

Então, é um conhecimento que não foi passado, essa etapa, a etapa mais importante da vida, que começa na concepção que nós vimos aqui hoje. Essa etapa da vida intra-uterina que nós descobrimos há pouco tempo graças a tecnologia, graças ao estudo das pessoas que nós vimos que tem um tempo. Nós sabemos que a violência, ela não é decretada por um gene, o nosso irmão, o nosso próximo, ele não vem carimbado que vai ser violento. Essa construção é feita dentro do útero e nesses primeiros seis anos.

Então, nós sabemos hoje as causas, as raízes da violência. E já foi dito aqui, estamos querendo construir cada vez mais presídios. Vocês têm mais acesso saber quanto custa, se é quinze, se é vinte milhões quanto custa um presídio. E quanto custa uma creche bem feita? Com tudo que se sabe hoje e que o Deputado Osmar Terra teve a oportunidade de trazer quando trabalhou com a comunidade solidária, o Prof. Huber Montanhê(F), uma das pessoas que mais entende de desenvolvimento infantil da França. E hoje quando ele vem ao Brasil, ele pergunta – “E a comunidade solidária o que é virou?”. Eu digo, “Acabou”. “Eu não acredito. Eu não acredito.”, ele passou horas, deu o dele, mas diz que nós temos que tentar sempre. Então esses nossos irmãos que nós vemos na nossa frente e que não tiveram a oportunidade, que eles não morreram no primeiro ano de vida, não morreram no segundo, porque gravidez não desejada, talvez o quinto, sexto ou o sétimo filho, que o marido estuprou a própria mulher, ele passou uma vida intra-uterina difícil e continuou sem ter uma gestação extra-uterina, ele é um sobrevivente. Ele tem nome, Fernandinho Beira-mar, Elias Maluco, eles não vieram carimbados, eles não vieram com o carimbo do seu gene o que eles iam ser. Mas quantos não virão? É muito difícil. Já foi falado aqui em números. A Senadora Heloísa Helena falou quanto custa, todos vocês sabem quanto custa. [soa a campainha] E a prevenção e a intervenção quanto mais precoce hoje nós sabemos que é esta interação que às vezes, não custa nada em dinheiro, custa em quê? Passar o conhecimento, a formação das pessoas.

Então, isso é muito importante. E esse bebê é tão importante que nós estamos aqui hoje a Presidente da Associação Brasileira de Estudos sobre o Bebê, a Dr. Regina Orth, e que nós temos trabalhado assiduamente com todas as dificuldades, porque não vendemos remédio, nós tratamos de saúde, uma saúde diferente, que é a prevenção. Só que com todas as dificuldades para fazer uma reunião, mas nós temos que continuar, porque nós não temos laboratórios, não temos patrocínio. E muito pouco o Estado tem feito, quando tem condições de fazer, com o mínimo que é possível. Sabemos da dificuldade da gravidez da adolescência. Porque é que estamos com uma média? E média é falácia. 23%, lugares tem 30% e a tendência é aumentar. E qual é a faixa etária? De 14 e 19, mas crianças. Essa é a gravidez desejada? Quantos milhões nascem, no Brasil, 3 a 3 milhões e meio de habitantes, um Uruguai por ano. Dessas gravidez se puser 20% são 700 mil crianças que nascem de gravidez na adolescência. O que vão ser essas crianças? Nós podemos imaginar. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Com a palavra o Dr. Salvador Célia.

DR. SALVADOR CÉLIA – Bom, eu estou muito emocionado, sensibilizado por ter tido essa escuta de vocês e sei que isso vai ao Brasil essa responsabilidade, como disse o Márcio, lamentavelmente quem está aqui já acredita nisso. Mas pelo menos talvez a gente tenha colaborado, porque vocês não podem estudar essas coisas que a gente estuda, vocês não tem tempo. E é falha nossa não saber divulgar.

Então, muitos políticos não fizeram coisas, porque nós não nos abrimos. Nós não saímos da universidade, nós não saímos para trazer essas coisas para vocês, para vocês levarem adiante. Eu diria assim de tudo isso – Todos os bebês têm direito a uma cultura. E a criação dessa cultura antiviência passa pela estruturação do apego, aquilo que eu falei do vínculo do bebê poder ter bons cuidadores, olha a nossa responsabilidade. Porém, isso precisa tempo, precisa de uma conscientização e o Deputado Osmar Terra com o seu belo Projeto, nos trouxe recentemente um Prêmio Nobel de Economia, que veio falar sobre educação infantil, sobre bebês. E ele disse que cada dólar gasto com um bebê, salva oito depois na vida adulta. E quando eu disse para o Simon que me convidou, eu disse – “Nos custa quarenta dólares – era um dólar, um real uma criança em vida – quanto paga a FEBEM?”. “Quatrocentos”. E eu perguntei para ele – “E tu recupera? Nós temos que acabar com a FEBEM”. “Tu é louco?”. Eu disse, “Vou botar fogo na FEBEM”, um dia disse para ele. “Ah, tu é louco, tu é psiquiatra”. Quer dizer, tem que acreditar nisso aí, tem que acreditar.

Então, isso precisa de uma conscientização, como a gente vem trabalhando. São sete anos em Canela, eu acho que aos poucos a comunidade começa... Cada Governo Municipal, cada vez mais tem colaborado, a Vice-Prefeita, o Prefeito tem sido extraordinário, e eu diria, então, assim que é dessa mobilização pela informação, vocês precisam ter informação, também. O povo precisa ter informação. E eu disse, com 10 centavos no dia da vacina, muitas mães que tinham bebês com uma certa dificuldade, não cantavam, não tocavam, não massageavam o bebê, com um xerox, cumprimentando ela no dia da vida, que é levar o filho a vacina, os bebês vêm todo arrumadinho. Cuidem disso no Brasil. Também em Canela, as pessoas levam, foi muito bacana isso, porque aí não vai pela doença, vai pela saúde e a gente pode descobrir alguns problemas que estariam ocorrendo.

Eu diria então que para isso tudo me vem o direito a maternagem. Sim. Lá em Canela a gente na Semana do Bebê, uma proposta do Dr. Odon, nós levamos, viu Simon? Nas escolas de Canela, nós vimos cada vez na Semana do Bebê, 2.500 adolescentes, nós tiramos o professor, porque o professor é muito careta, eles não gostam de sair da sala de aula. E nós colocamos estudantes de medicina, porque são adolescentes que nem eles, para não dar aula, viu Senador Zambiasi? Para conversar com eles. Oficina de sexualidade. Andava em 26% lá, o problema da adolescência, 26%. Está em 22. Não por causa da Semana do Bebê, porque a comunidade de Canela, a Secretaria de Saúde de Canela, a Secretaria de Educação trabalham muito, e nós somos só sensibilizadores disso tudo.

Então, o direito a maternagem, a mulher, nesse momento, principalmente o primeiro filho, já não me refiro mais nem só a mãe, viu Senadora Heloísa? A mãe adolescente tem uma nova posição, muda a identidade, a pessoa deixa de ser filha para ser mãe. Isso não acontece assim no mais, deixa a gente muito transparente, por isso que a transparência deixa muito vulnerável, isso que o Simon disse que a mulher dele fazia isso, conversava, tocava, ele também conversou com o filho, porque ele não contou isso, o filho por ele falar, quando olhou quando veio a voz masculina, porque os bebês primeiro reconhecem mais a voz feminina porque é mais aguda, olhou para ele, aí foi sensacional. Era uma voz... E também tem tudo isso.

Então, lá, vamos dizer assim, a gente está vendo que o adolescente podendo falar com os estudantes, ficou muito melhor. O estudante de medicina com os outros estudantes.

Então, esse pré-natal todo, que não só da mãe adolescente, que pode ser seis, oito vezes, se a mãe não mostrar... Porque, na verdade, nesse momento do

pré-natal, a mãe vai falar não só do futuro bebê, vai falar do bebê que ela foi. Ela está muito vulnerável e vai depender da relação que ela teve com a mãe dela.

Então, ela vai falar, ela está transparente, ela vai falar do bebê diz a Monique Bydlowski uma francesa que o Laurista trouxe aqui, vai falar do bebê que ela foi, da criança que ela foi.

Então, o pré-natal é fundamental até para descobrir lá a depressão pós-parto. Nós temos que chegar na depressão pós-parto lá no pré-natal.

Então, nós temos que mostrar para aos pré-natalistas, às enfermeiras que trabalham com o pré-natal que isso tem que mudar. E nós temos que agradecer a Lady Di, porque a Lady Di foi para a televisão e disse – “Eu não queria tocar nos meus filhos, eu queria sumir, não sei o que fazer com os meus filhos”. Aí o pessoal do Reino Unido foi estudar escalas de depressão pós-parto que nós conhecemos bem.

Então, esse direito a maternagem nesse momento, o direito a paternagem, o direito a paternidade que nós temos cada vez que descobrir, o direito a ter um parto sem cesária. Lá em Porto Alegre não é diferente de outros lugares. As camadas que têm mais apoio social e econômico é 78% o parto lá, Senadora Heloísa. É uma combinação dos Ginecologistas com as mães. Isso não pode ser assim. Nós temos que redescobrir essa coisa do nascimento, do parto e o direito a infância. Não querer que os bebês, por a gente saber que são inteligentes, estudem inglês, francês essa hora. Tem tempo para isso. Não fazer também com que os bebês sejam negligenciados, eles têm o direito de brincar, de ter a infância, e aí a violência provavelmente vai diminuir só que isso precisa criar uma cultura. E essa cultura que o Mandela nos disse, precisa ser uma comunidade, tem que passar para a comunidade. E isso é a própria comunidade se tornando agente terapêutico, isso é que eu espero.

Quando eu passei qual *slide* da estátua... Eu vou lembrar uma outra coisa que nós fizemos numa outra Semana do Bebê, nós passamos “Tiros em Columbine”, aquele famoso filme do Mike Moore, aqueles meninos que sofreram todos os problemas, mataram outros meninos, Senador, todos tinham tido uma infância muito terrível. Pois existe uma cidade nos Estados Unidos o Littel Rock que tem um avião bombardeio que todos os caras, alguns vão lá tirar foto para mostrar... Esse foi um avião que na noite de 23 de dezembro de 1972 mais matou vietnamitas e as pessoas tiram fotos. Nos veio a idéia de passar o filme “Tiros em Columbine” para mostrar o antídoto, que é investir nos bebês, na paz, e aí nós fizemos a estátua da mãe e do bebê. Um bebê bem recebido, um bebê bem acolhido, um bebê que tem essa maternagem, que tem essa mãe

sensível, um cuidador quando não tem essa mãe, que tem o avô, tem avó. Eu pude visitar a China. Se não fossem os avós, Senadora, a China não estaria sobrevivendo. Os avós salvaram e nós temos nôno, a nôna, ôma, opa... Nós temos japoneses. A depressão pós-parto no Japão tem menos prevalência porque a mãe está ao lado da mãe, a avó está ao lado da mãe... Já em Tóquio está ficando muito ocidentalizado. Já os índices já cresceram.

Então, eu queria dizer o seguinte – Que nós temos que fazer a cultura da paz e a paz é o antídoto da violência, e isso eu me lembro do Sr. Francisco Camargo quando ele cheira o bebê e tira foto do bebê. Quando ele conta assim e mostra que ser pobre, como vocês falaram aqui, como o Márcio Lisboa falou, não está na pobreza, a pobreza é só um fator que pode piorar, é a desestruturação da família, mas existem muitos vínculos. E ele mostrou que precisa ter fé e esperança, e no Brasil nós perdemos a fé e a esperança e vocês que estão aqui têm que fazer nós recuperarmos, conhecendo essas coisas que nós dissemos para vocês, o que vocês sabiam e mais um pouco, vocês têm que fazer com que a gente acredite em vocês, os políticos. Porque é um povo sem fé, um povo sem esperança, como diz o nosso Sr. Francisco Camargo, ele sempre acreditou e deu esperança, e ele é o pai da resiliência, o Sr. Francisco Camargo que foi apoiado pela D^a. Helena Camargo. Porque quem viu o filme sabe, quando aquele empresário levou os filhos, ela dizia – “Eu quero os meus filhos de volta, porque aí teve família”, e “Família com amor, onde tudo começa”, foi o tema da Semana do Bebê.

Então, é como diz o Sr. Francisco Camargo – “É o apego?” E diria o Bowlby, eu diria, “É o amor”. É o amor. Obrigada.

[Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Senador Pedro Simon, veja que o seu Projeto trouxe para nós aqui no Senado Federal, um momento muito rico. E que traz para nós a certeza de que não vamos perder a esperança. Que tem pessoas como aqueles aqui desfilaram com seus temas. Temas preciosos de orientação para a família brasileira, e eu tiro alguma coisa, rapidamente, mas tiro alguma coisa. Por exemplo, é triste ver a afirmativa que foi feita aqui de que o celular é um símbolo hoje da violência invertidamente os valores realmente das razões dessa violência. Foi assim uma figura muito importante colocada. E que faz a gente pensar na criança.

Eu colocaria também a questão que foi colocada aqui, do paternalismo do Estado através de assistencialismo, sem desenvolvimento e que o povo precisa e tem responsabilidade. Foi também uma afirmativa

muito importante, mas o que nos preocupa muito, professores, é o contingenciamento de recursos para a saúde e para a educação, principalmente, nesse País. É triste ver que os recursos que são colocados nesta área são tratados igualzinho às outras áreas. Contingenciamento.

Mas, palestra como essa que faz com que a gente encha o coração de referências éticas. Referência ética da família e da sociedade que é a que nós precisamos tanto. E isso nós assimilamos com o Projeto como esse do nosso querido Senador Pedro Simon, pelas palavras dos Senhores que nós agradecemos muito. Acho que a família brasileira ganhou muito hoje com essa Audiência Pública.

E eu declaro essa audiência encerrada. [Palmas]

Sessão encerrada às 13h7min

Ata da Décima Sétima Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 31 de maio de 2006, quarta-feira, às 9h30min.

Às dez horas e trinta minutos, do dia trinta e um de maio de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador **ANTÔNIO CARLOS VALADARES**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **MARCO MACIEL, MARIA DO CARMO ALVES, RODOLPHO TOURINHO, FLEXA RIBEIRO, LÚCIA VÂNIA, ROMERO JUCÁ, VALDIR RAUPP, SÉRGIO CABRAL, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, FLÁVIO ARNS, IDELI SALVATI, MARCELO CRIVELLA, PAULO PAIM, HERÁCLITO FORTES, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, SÉRGIO GUERRA, WELLINGTON SALGADO, ANTONIO JOÃO E EDUARDO SUPLICY**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão, justificando a ausência o Senador Augusto Botelho. O Senador Antônio Carlos Valadares declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Às dez horas e quarenta e cinco minutos a pedido do Senador Paulo Paim a reunião foi suspensa, para que os Senadores pudessem tirar uma foto com os carteiros presentes na reunião. Às dez horas e quarenta e sete minutos o Senador Antônio Carlos Valadares reabre os trabalhos. Passa-se à apreciação dos projetos. **ITEM 01 – TRAMITAM EM CONJUNTO OS PROJETOS – PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 99, DE 2003**, “Dispõe sobre os exames preventivos de acuidade visual e auditiva nos estabelecimentos públicos de ensino fundamental”. **Autor** Deputado Cláudio Cajado. **PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 99, DE 2003**, “Dispõe sobre a obrigatoriedade da

realização de exames para identificação de hemoglobinopatias, hipotireoidismo e fenilcetonúria em recém-nascidos”. **Autor** – Deputado Eduardo Jorge. **PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 64, DE 2004**, “Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado Emissões Evocadas Otoacústicas”. **Autor** – Deputado Inácio Arruda. **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, DE 2003**, “Altera o artigo 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente”. **Autor** – Senador Sérgio Zambiasi. **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 504, DE 2003**, “Altera o artigo 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar obrigatória a triagem auditiva neonatal em todo o País”. **Autor** – Senador Paulo Paim. **PROJETO DE LEI Nº 80, DE 2004**, “Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) para tornar obrigatório o oferecimento de exame e tratamento audiológicos na rede de serviços do Sistema Único de Saúde”. **Autor** – Senador Edison Lobão. **Relator** – Senador Papaléo Paes. **Parecer** – Pela rejeição dos Projetos de Lei da Câmara nº 52, de 2003 e nº 64, de 2004; e dos Projetos de Lei do Senado nº 237 e 504, de 2003, e nº 80, de 2004 e pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2003, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado** – Retirado de pauta a pedido do relator para reexame. O Senador Paulo Paim propõe que a apreciação do item 03 fosse feita antes do item 02, proposta aceita. **ITEM 03 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 82, DE 2003**, “Modifica o artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho e acrescenta-se o § 3º, concedendo adicional de periculosidade aos carteiros”. **Autor** – Senador Paulo Paim. **Relator** – Senador Mão Santa. **Resultado** – Não tendo sido oferecidas emendas em turno Suplementar, a Emenda nº01 – CAS (Substitutivo), foi definitivamente adotada, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 02 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 139, DE 2003**, “Dispõe sobre o exercício da profissão de ortoptista”. **Autor** – Senador Paulo Paim. **Relator** – Senador Flávio Arns. **Resultado** – Não tendo sido oferecidas emendas em turno Suplementar, a Emenda nº01 – CAS (Substitutivo), foi definitivamente adotada, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 04 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 381, DE 2003**, “Dispõe sobre a obrigatoriedade de exibição de relação de medicamentos divulgada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e dá outras providências”. **Autora** – Senadora Fátima Cleide. **Relator** “ad hoc” – Senador Flexa Ribeiro. **Parecer** – Contrário. **Resultado** – Concedido

vista ao Senador Flávio Arns. **ITEM 06 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, DE 2004**, “Altera a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, para tornar obrigatória a colocação de tampa plástica protetora nas bebidas embaladas em latas de alumínio ou outro metal”. **Autor** – Senador Eduardo Azeredo. **Relator** – Senador Sérgio Guerra. **Parecer** – Favorável na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado** – Aprovada com 11 votos sim, a Emenda nº 01 – CAS (Substitutivo) a matéria vai a turno suplementar (Art. 282 combinado com o art. 92 RISF). **ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 469, DE 2003**, “Acrescenta inciso ao artigo 157 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5452, de 1º de maio de 1943. (Evitar, nos trabalhos a céu aberto em áreas restritas, públicas ou privadas, e nas vias públicas, a execução de atividades que exponham o empregado a condições climáticas adversas prejudiciais à saúde ou com acentuado risco de acidentes)”. **Autor** – Senador Marcelo Crivella. **Relator** – Senador Flávio Arns. **Parecer** – Pelo arquivamento da matéria. **Resultado** – Arquivado com 11 votos sim. **ITEM 12 – TRAMINTAM EM CONJUNTO OS PROJETOS – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 116, DE 2003**, “Dá nova redação ao artigo 134 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto – Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, para alterar o critério de concessão de férias, e dá outras providências”. **Autor** – Senador Sérgio Zambiasi. **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, DE 2005**, “Revoga o §2º do art. 134 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto – Lei nº 5.425, de 1º de maio de 1943. (extingue a proibição de concessão do parcelamento de férias aos trabalhadores menores de 18 (dezoito) e maiores de 50 (cinquenta) anos de idade)”. **Autor** – Senador César Borges. **Relator** – Senador Flexa Ribeiro. **Parecer** – Contrário ao PLS nº 88, de 2005 e favorável ao PLS nº 116, de 2003 na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado** – Aprovada com 12 votos sim, a Emenda nº 01 – CAS (Substitutivo) a matéria vai a turno suplementar (Art. 282 combinado com o art.92 RISF). **EXTRA – PAUTA ITEM 13 – REQUERIMENTO Nº 25, DE 2006**, “Requer nos termos regimentais a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência, com a presença da Sra. Andréa Schwarz, consultora para projetos ligados à qualidade de vida e inclusão social das pessoas com necessidades especiais.” **Autor** – Senador Eduardo Azeredo. **Resultado** – Aprovado. Os demais itens da Pauta 5, 7, 8, 9 e 11 foram adiados. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores – Paulo Paim, Geraldo Mesquita Júnior, Flávio Arns, Flexa Ribeiro, Sérgio

Guerra e Eduardo Azeredo. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Antônio Carlos Valadares, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro da estenotipia informatizada. – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

SR. PRESIDENTE ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Havendo número legal declaro aberta a presente Sessão, que é a 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Fica retirado da Pauta o Item número 1, referente aos Projetos de Lei da Câmara número 52/2003, 99/2003 e 64/2004, e os Projetos de Lei do Senado números 237/2003, 504/2003 e 80/2004 a pedido do Relator Senador Paoléo Paes para reexame.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente eu posso pedir uma?

SR. PRESIDENTE ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – [inaudível] A maioria deles têm que viajar. Pedir se os Senadores podiam – já que em turno suplementar – nós votarmos o item 3 que foi votado por unanimidade na última Sessão.

SR. PRESIDENTE ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Paulo Paim, o item 3 é uma decisão não terminativa, que se encontra tramitando em turno suplementar, como não foram oferecidas Emendas até esta fase, que é a fase de discussão, a Emenda nº 1-CAS, substitutiva, oferecida ao PLS 82, é definitivamente adotada nos termos do Art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. Se V. Exª. quiser se pronunciar, fazer algum pronunciamento, eu concedo a palavra a V. Exª., mas desde já, de acordo com mecanismos regimentais, dispositivos regimentais, a matéria já foi adotada nos termos do Art. 284.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, de forma muito rápida. Eu sei que o Senador Geraldo Mesquita também precisa fazer uso da palavra. Eu queria mais é cumprimentar V. Exª. pela forma que encaminhou, como esse, tantos outros Projetos que beneficiam milhares e milhares, eu poderia dizer

os outros somados, milhões de trabalhadores no país. E cumprimentar os carteiros pelo movimento que fizeram mediante à aprovação desse Projeto. Então, parabéns aos carteiros por essa votação em segundo turno e parabéns à V. Exª. pelo fato ora encaminhado. Se eu puder, Sr. Presidente dar a palavra ao Senador Mesquita.

SR. PRESIDENTE ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Geraldo Mesquita. Concedo a palavra a V. Exª.

SENADOR GERALDO MESQUITA (PMDB-AC) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores Parlamentares. É rapidamente também. Eu não me manifestei por ocasião da tramitação em primeiro turno do Projeto e me reservei para fazê-lo nessa oportunidade para dizer uma coisa muito simples – Paira sempre, acima de um Projeto desse, Senador Paim, o receio de alguns – não meu – de que Projetos dessa natureza trazem ônus para o Estado, para o Governo, para a empresa, e fico pensando. Eu já disse, por mais de uma oportunidade que aqui nessa Casa, durante três anos e pouco, eu vi muito pouca iniciativa, no sentido de se priorizar, de se observar com atenção os interesses dos trabalhadores brasileiros.

No mais das vezes, o que tramita nessa Casa e com certa facilidade, o que é aprovado são medidas que beneficiam o grande capital, as grandes corporações, interesses por vezes até escusos. Desde menino que eu me habituei a observar com muito respeito duas categorias profissionais, sem demérito das demais – Eram os carteiros, que a gente observava sua passagem, a sua chegada, a entrega da carta, o pedido de um copo d'água, o calor, o trabalho insano.

E, aqueles que, inclusive, já tiveram sua categoria extinta, aqueles servidores da SUCAM, pessoal patriótico que se embrenhavam dentro das matas, principalmente ali na Amazônia. Eu, desde menino aprendi a respeitar essas duas categorias. Eu acho que isso aqui nada mais é do que um pequeníssimo reconhecimento, uma pequeníssima retribuição pelo grande esforço, pela dedicação, pela seriedade. Essa que é uma empresa, em que pese, os desmandos de algumas de suas administrações superiores, mas, na base, a categoria de profissionais de trabalhadores. É a empresa que orgulha os brasileiros, empresa de Correios e Telégrafos que sempre foi e continua sendo.

Eu acho que é daqueles Projetos, e eu repito as palavras do Senador Paim pela condução que o Senador Antônio Carlos Valadares deu à tramitação desse Projeto para chegarmos agora com sucesso, a aprovação dele em segundo turno. E só tenho que parabenizar a Direção dessa Comissão, e particularmente os carteiros, como também a iniciativa do

Senador Paim, que mais uma vez coloca perante o Senado Federal a sua sensibilidade, o seu compromisso ferrado, sob pena, inclusive, de ser chamado de demagogo.

Paim, tem gente aí que não expressa isso, mas por de trás das bombas – “Não, o Senador Paim está com demagogia!” Está, não! Está reconhecendo direito de trabalhadores sempre ameaçados. Está pairando no ar novamente a ameaça de uma nova reforma Previdenciária, por incrível que pareça, que trará preocupação novamente à categoria e aos trabalhadores brasileiros. Porque são reformas como essas que, quando tramitam nessa Casa, o que conseguem fazer é retirar direitos dos trabalhadores, privilegiar grupos econômicos, o que nós não podemos admitir. Então, parabéns Senadores Paim, parabéns Senador Antônio Carlos Valadares e parabéns, sobretudo, aos carteiros que conseguem uma coisa muito pequenininha, e tem gente fazendo alarde com relação a isso – “Olha! É preocupante. Vai impactar”. Vai nada! Coisa nenhuma! Vamos reconhecer os direitos e atribuir aos carteiros desse país algo pelo qual eles lutam há muito tempo.

SR. PRESIDENTE ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Através deste Projeto de autoria do Senador Paulo Paim, que teve como Relator o Senador Mão Santa, os carteiros passarão a ter um adicional de periculosidade. Na verdade, a proposição [palmas] altera o Art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho, e a redação dada pelo eminente Senador Mão Santa é do seguinte teor, Art. 193 – “São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e do Emprego, aquelas que sejam exercidas em contato permanente com inflamáveis e explosivos ou exercidas em condições de risco à integridade física do trabalhador em decorrência da circulação em vias públicas com os perigos a elas inerentes para a entrega de correspondência ou encomenda no exercício da profissão de carteiro”.

Essa redação final proposta pelo Senador Mão Santa em substituição ao dispositivo colocado no Projeto inicial da autoria do Senador Paulo Paim. Sendo assim, tratando-se de matéria terminativa, se não houver recurso, ela irá diretamente para a Câmara dos Deputados, onde deverá ser apreciada em última instância, mas havendo recurso a matéria irá diretamente para o Plenário do Senado Federal. Eu aproveito o ensejo para reconhecer a importância e a relevância da atividade de carteiro no Brasil. É, realmente, uma atividade nobre, mas também carregada de riscos na circulação por vias públicas, no manuseio de cartas que podem conter explosivos, enfim, é uma atividade, como eu disse, nobre, entretanto, inerente ao perigo que pode

causar o manuseio de cartas, de correspondências e também a sua atividade permanente no campo, no encontro de casas onde tem cães perigosos.

Enfim, eu acho que o Senado Federal está fazendo justiça reconhecendo não apenas um mérito, mas também dando oportunidade ao carteiro de obter o benefício da periculosidade. Meus parabéns ao autor, ao Relator e a todos os carteiros do Brasil.

Projeto de Lei do Senado número de 139/2003, Decisão Terminativa que dispõe sobre o exercício da profissão de Ortopista. Relator, Senador Flávio Arns. Autor Senador Paulo Paim. Parecer favorável. A Presidência esclarece que na última Reunião de 24 de maio de 2006, foi aprovada a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), não foram apresentadas Emendas no turno suplementar. Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, que é o Relator.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores. Este Projeto nº 139 de 2003, Projeto de Lei do Senado é de autoria, também, do Senador Paulo Paim, e que eu tive a honra de relatar, e como eu já disse na semana passada o substitutivo foi fruto, assim, de um debate intenso com as partes envolvidas com Conselho Nacional de Ortopia, Conselho Nacional de Oftalmologia, de Estrabismo, Conselho Federal de Medicina, tivemos Audiência Pública nesta Comissão a respeito deste tema, e felizmente ao final desses encontros, e debates e encaminhamentos, pudemos chegar a um encaminhamento consensual, que é, realmente, o substitutivo apresentado ao Projeto de Lei, inclusive, este substitutivo assinado por todas as entidades, neste esforço que foi feito, dizendo que todos estão de acordo.

Naturalmente, eu sempre penso que apesar de muitas vezes nós aprovarmos leis aqui, que são consensuais, à medida em que o tempo vai passando, a experiência vai se aprofundando, tudo, como a LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, também foi aprovada por consenso e depois de alguns anos, nós vamos vendo que há coisas a serem aprimoradas em função da experiência. Mas então, é o encaminhamento, foi aprovado na semana passada, o substitutivo. E eu acho que está tudo em ordem, assim, para ser encaminhado, tenho a impressão que não vai haver recurso para o Plenário, e vai para a Câmara dos Deputados e lá também, a tramitação, certamente, será bem mais rápida, fruto desse trabalho que o Senado fez de apaziguar os ânimos de uma certa maneira, mas convergir as idéias, principalmente para o bem-estar da população.

SR. PRESIDENTE ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Como não foram ofereci-

das as Emendas ao referido Projeto na discussão suplementar... A Emenda nº 1-CAS, substitutivo, oferecida ao PLS 139/2003 é definitivamente adotada nos termos do art. 284, do Regimento Interno do Senado. Sendo assim, a matéria vai à Secretaria Geral da Mesa.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Pois não, Senador.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Se me permitir. São duas questões. Tem umas 100 pessoas aí fora, que queriam muito tirar uma foto com o senhor, eu fiquei encarregado de ser o embaixador, aqui, dessa foto.

SR. PRESIDENTE ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – É um prazer. É uma alegria muito grande.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Se o senhor puder... Nem que eu tenha que...

SR. PRESIDENTE ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agora, se V. Ex^a. tiver no meio dessa foto.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Ah! Então, vamos ter que suspender a Sessão, e nós todos ir lá.

SR. PRESIDENTE ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu e todos os outros.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Quem sabe a gente vai lá... Vamos lá!

SR. PRESIDENTE ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu suspendo por 5 minutos para tirarmos a foto com os carteiros aqui representados.

Sessão suspensa às 10h46min.

Sessão reaberta às 10h47min.

SR. PRESIDENTE ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Reabrindo a Sessão, eu gostaria de anunciar para a discussão em decisão terminativa o Projeto de Lei do Senado nº 381/2003, que dispõe sobre a obrigatoriedade de exibição de relação de medicamentos divulgados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ANVISA e dá outras providências. Tem como autora a Senadora Fátima Cleide, e o Senador Mão Santa é o Relator. Mas eu designo com muito prazer o Senador Flexa Ribeiro, para, na qualidade de Relator *ad hoc*, proferir o seu relatório. O item nº 4.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Antônio Carlos Valadares e Srs. Senadores. O Relator, Senador Mão Santa, que com muita honra faço a leitura do seu relatório, como relator *ad hoc*. O Projeto de Lei do Senado 381/2003, de autoria da Senadora Fátima Cleide. Tem por objetivo determinar a obrigatoriedade de exibição em local visível aos consumidores nas farmácias e drogarias e outros esta-

belecimentos que dispensem medicamentos da relação de medicamentos que agravam a saúde. E que tenham sido submetidos penalidades de apreensão, suspensão e inutilização nos últimos 24 meses. A elaboração da referida relação seria de competência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ANVISA.

Análise – O Sistema Nacional de Vigilância Sanitária foi criada pela Lei 9.782 de 26 de janeiro de 1999, e é compreendido como o conjunto de ações executado por instituições da Administração Pública direta e indireta da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, no exercício de atividades de regulação, normatização, controle e fiscalização na área de Vigilância Sanitária.

A Vigilância Sanitária tem por finalidade promover a proteção da saúde pública, da saúde da população por intermédio do controle de fiscalização da produção e da comercialização de produtos e serviços, inclusive, dos ambientes dos processos dos insumos e das tecnologias a eles relacionados.

A ANVISA dispõe sua estrutura organizacional de sua unidade farmacovigilância, que tem por missão proceder a detecção, a variação, compressão e prevenção dos efeitos adversos ou quaisquer problemas relacionados a medicamentos. A referida unidade de farmacovigilância da ANVISA possui um centro nacional de monitorização de medicamentos, que tanto recebe as notificações compulsórias e voluntárias sobre os efeitos adversos e outros problemas relacionados a medicamentos, como bem assim, expede informações desse teor aos profissionais de saúde e órgãos de Vigilância Sanitária dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Desta maneira existe um Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, coordenado pelo Ministério da Saúde e pela ANVISA e que também, fazem parte os Órgãos de Vigilância Sanitária dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Aos primeiros competem a coordenação geral, normatização de âmbito nacional e a definição das diretrizes gerais a serem seguidas na dinâmica do sistema. Aos Órgãos Sanitários Estaduais do Distrito Federal compete, principalmente, a execução do controle sanitário e da fiscalização da produção, distribuição e comercialização de medicamentos em seus respectivos territórios. São esses órgãos encarregados de retirarem dos pontos de vendas, farmácias e drogarias, os medicamentos impróprios ao consumo ou que causem, agravam a saúde, como quer o Projeto de Lei do Senado 381/2003. Assim é nosso entendimento, que a Lei Federal não deveria tratar dessa matéria, pois quer seja, se encontra, devidamente, regulamentada na normatização nas esferas legal e infralegal. A ação do parlamento seria mais produtiva, se encaminhada no sentido de exercer, efetivamente, a fiscalização das ações do Poder

Executivo, quanto à proteção da saúde da população em geral. Dado outro, o aumento da dotação orçamentária destinada às ações dessa natureza, também se mostrariam mais úteis.

Esta é a análise, Sr. Presidente. Vamos ao Voto.

Em vista das considerações acima, somos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 381/2003. Este é o voto do nobre Relator, Senador Mão Santa.

SR. PRESIDENTE ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Em discussão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senado Flávio Arns, com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O Senador Flexa Ribeiro leu o relatório, Parecer do Senador Mão Santa, como Relator *ad hoc*, mas quero dizer que a pedido do Ministério da Saúde, a ANVISA, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, está preparando uma nota técnica sobre esse Projeto. Então, eu acharia de bom alvitre, aguardarmos um pouco mais, já que o Parecer é contrário, para vermos, assim, analisarmos o teor dessa nota técnica, a realidade aí no nosso país, e ver o que é que pode ser feito. Então, nesse sentido, Sr. Presidente, eu pediria vistas do presente Projeto.

SR. PRESIDENTE ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Concedida as vistas a V. Ex^a. pelo prazo regimental, passamos ao item 6 cujo Relator aqui se encontra, Senador Sérgio Guerra.

Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 16/2004, altera a Lei nº 8.918 de 14 de julho de 1994, para tornar obrigatória a colocação de tampa plástica protetora nas bebidas embaladas em latas de alumínio ou outro metal. O autor é o Senador Eduardo Azeredo e tem como Relator, o nobre Senador, pelo Estado de Pernambuco, Senador Sérgio Guerra.

É favorável na forma do Substitutivo que apresenta. A Presidência informa que na Reunião do dia 24, foi lido o relatório pelo Senador Leonel Pavan, e a sua votação foi adiada. Inclusive, através de um pedido justo e legítimo do seu Relator, o Senador Sérgio Guerra, a quem concedo a palavra neste instante.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, essa matéria está conosco já há um bom tempo e, tratando-se de matéria que tem significação pública, apelo popular, de outro lado, que tem origem no Projeto do Senador Eduardo Azeredo, que é uma pessoa de elevada qualidade, nós fizemos um esforço de informação sobre o assunto.

Eu próprio, na minha vida civil, antes de tratar dessa questão ou de procurar me aprofundar nela, a minha sensibilidade era na Direção de considerá-la

sensata, mas, na verdade, eu estava contaminado, no bom sentido, por um argumento estético e não por um argumento sensato. Seguramente, a aparência de uma lata com invólucro de uma tampa adicional de plástico, ela causa uma excelente impressão, seguramente, um diferencial de mercado. Produto que tenha essa aparência, seguramente, ele vai prevalecer na concorrência sobre produtos que não tenha essa aparência.

Eu sou uma pessoa muito, muito... Não como o Senador Eduardo. Porque o Senador Eduardo é o maior colecionador mundial de latas, de tampas, não sei se os companheiros sabem disso, mas entre as muitas aventuras do Senador Eduardo, há uma, ele é o maior colecionador mundial de tampas, tampinhas de garrafa, não necessariamente de tampas de latas, mas seguramente ele tem uma visão um pouco obsessiva sobre esse assunto, porque nenhum de nós pensou em ser colecionador de tampas, só ele.

Mas o fato concreto é que, eu fiz algumas reflexões, conversei com gente do setor. E efetivamente, do ponto de vista industrial, essa é uma complicação. Segundo, eu fui me informar sobre, antes de outras considerações, eu fui me informar sobre a prática desse tipo de agregado em outros países, é mínima, insignificante. Terá alguma participação na produção italiana, mas também mínima, mas nenhuma participação em países desenvolvidos com elevado grau de renda, outra capacidade de consumo, outra dimensão de mercado, outra complexidade mercadológica, mas principalmente com outra capacidade econômica na população.

Países mais desenvolvidos, eles têm diferenciais relevantes, do ponto de vista da proteção do consumidor, da qualidade do produto e da capacidade de prever, de prover providências contra potenciais riscos havido à saúde.

Nós vivemos num país que, eu não digo que é uma anarquia, porque é um exagero, posso até afirmar que somos uma democracia, mas no nosso país, a capacidade de defesa do cidadão é mínima, não conseguimos desenvolver, como era o caso e necessário no cidadão, a noção de que a sociedade civil tem os seus próprios direitos, que ela é capaz de reivindicar para si mesma, a sua proteção, a sua cidadania, afirmação das suas necessidades de contribuições básicas para o funcionamento do aparelho social. Nós não nos defendemos, somos consumidores que por hábito não se defendem e a permissividade é extrema. Há uma série imensa de desequilíbrios nisso, que afetam de maneira muito forte a ecologia, o meio ambiente, de alguma forma também afetam a saúde. Os trabalhos de Vigilância Sanitária, nós todos sabemos, são mínimos, são insuficientes diante do grande problema sa-

nitário do país que é múltiplo, a começar, porque não temos saneamento. Há cidades que nós conhecemos bem no Nordeste, que... Metrôpoles como Recife tem 30% dela saneada.

Então, nós estamos numa grande confusão, no meio de um enorme problema socioeconômico, isso é apenas um detalhe que na minha cabeça não tem relevância do ponto de vista da sociedade, nem da população. Muito mais publicitário do que real. Compreendo as preocupações do Senador Azeredo, mas a matéria é, no mínimo, polêmica. Não há nenhuma garantia para muitos de que ela... Afirmação desse conceito, dessa proteção, tenha muito a ver com a melhoria das constituições de defesa da população, do ponto de vista da saúde.

Eu peguei alguns relatórios, que estão comigo, instituições qualificadas que tive acesso, e que não confirmam de maneira nenhuma a isso. Ao contrário, as superfícies de lata, elas são muito mais limpas do que as superfícies escuras, protegidas, a própria embalagem de plástico, ela facilita, ela permite a infiltração de água e inibe a luz e facilita também que riscos sejam produzidos à saúde pública. Eu, sinceramente, não vejo praticidade nessa iniciativa. Os argumentos técnicos estão aqui aliados no relatório.

Há alguns argumentos contrários, a matéria é bastante complexa, mas não faz sentido estabelecer uma exigência dessa num país como esse, com um padrão de renda que ele tem, com incremento de custo e com nenhuma representatividade do ponto de vista da saúde. Eu penso que nós vamos desorganizar um sistema de produção, vamos criar dificuldades que a produção brasileira e ao emprego e vamos, rigorosamente, estabelecer uma solução ineficiente para um problema inexistente. Um luxo intelectual que eu reconheço, aceito, longe de mim a idéia de contestar qualquer ponto de vista do Senador Eduardo, não teria a menor chance de vitória. Mas o fato concreto é que, do ponto de vista público, do ponto de vista do país, isso é mais uma excentricidade do que uma solução.

SR. PRESIDENTE ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu passo a palavra, então, ao autor.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– Sr. Presidente, Srs. Senadores...

SR. PRESIDENTE ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – E certamente não se considere excêntrico, mas o Projeto foi considerado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– [risos] Eu agradeço as referências do Senador Sérgio Guerra, e alguns argumentos são, realmente, pertinentes. Na última Reunião, eu já disse que depois da apresentação do Projeto, as empresas passaram

a, pelo menos no atacado, vender as latas já embaladas em plástico, mas aí num plástico maior para um conjunto de 6, 12 latas ao invés de ser individual, isso já é de alguma maneira, já protege pelo menos na venda de atacado.

Na hora da venda de varejo, quando se retira as latas desse invólucro protetor, é claro que o risco permanece, mas eu acato o Parecer do Senador Sérgio Guerra, na expectativa de que, pelo menos do ponto de vista do alerta, que haja uma vigilância sanitária maior, e também, aguardando que possa haver uma mudança tecnologia na forma de abrir as latas, para não ter que ter a questão do dedo sujo entrar dentro da lata.

SR. PRESIDENTE ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Em primeiro lugar, também, eu quero me associar às palavras do Senador Sérgio Guerra, quando ele se refere ao Senador Eduardo Azeredo, em termos da qualidade do trabalho que o Senador Eduardo Azeredo faz nesta Casa, em Minas Gerais, e eu diria, assim, é uma pessoa de mais alta qualidade e competência que o Brasil pode oferecer para a sociedade. Então, é uma honra sempre discutir as idéias e as iniciativas do Senador Eduardo Azeredo.

Eu quero dizer que esta iniciativa, realmente, é uma preocupação para toda a sociedade, quantas vezes que todos nós discutimos sobre essa questão das latas, sujeira que está em cima da lata, como é que isto pode ser evitado, o mal que isto pode causar, o prejuízo que isto pode causar à saúde, o problema de ratos, de urina, de fezes, barata e tudo mais.

No relatório do Senador Sérgio Guerra estão Pareceres, pontos de vista da ANVISA, sobre como que isto poderia afetar à saúde, quer dizer, até no sentido de não haver indicações de que isto possa afetar de alguma maneira a saúde.

As argumentações do Senador Sérgio Guerra são muito pertinentes, também, fazendo essa comparação com que acontece em outros países. Vendo assim, há pouca utilização dessa questão de uma tampa plástica, em termos das latinhas de cerveja, de refrigerante ou algo assim.

Na semana passada até foi levantada aquela questão da latinha da castanha de caju, que temos a coisa laminada e o plástico em cima. Mas eu até acho que mesmo aquilo, por ser uma tampa plástica bastante superficial em termos da lata, mesmo que tomássemos uma cerveja ou um refrigerante diretamente da lata, aquilo não seria suficiente, me parece para impedir eventual sujeira.

Então, eu realmente fico, também, com prazer, com o Parecer do meu Presidente, que é Presidente

da Comissão de Agricultura de Reforma Agrária, onde eu tenho o privilégio de vice-presidir a Comissão com o Senador Sérgio Guerra. Eu acho que o aspecto de alertar, “mantenha limpa”, quer dizer colocar impresso isto. “Mantenha limpa”. Eu acho que já é um alertar suficiente, bom, para que a pessoa que vai pegar a latinha, sempre se lembre, uma conscientização também, pegue a latinha, dá uma lavada e veja bem antes de colocar uma lata que, naturalmente, colocar uma lata, que sabe lá por onde passou, diretamente na boca pode trazer problemas. Então “mantenha limpa”, “lave”, eu acho que é algo adequado, bom, atende a preocupação, e também, outras preocupações que já vem sendo, assim, implantadas como o Senador Eduardo Azeredo colocou, quer dizer, invólucros com pacotes, embalagens para seis latas, para uma dúzia de latas, tudo isso ajuda. Então, me parece que o Substitutivo está bastante adequado.

SR. PRESIDENTE ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Antônio Carlos Valadares, já muito foi dito, eu só quero aqui parabenizar o autor do processo, Senador Eduardo Azeredo e o Relator Senador Sérgio Guerra. O autor pela sua preocupação permanente em zelar pela sociedade brasileira no item Saúde. Acho que essa preocupação, que ele trouxe no bojo do seu Projeto, propondo que as embalagens de refrigerantes e de cerveja, líquidos em latas, sejam protegidas com plástico para evitar a contaminação através da inconveniência do manuseio na comercialização.

E o Senador Sérgio Guerra, no seu relatório, ele, ao detalhar as dificuldades que adviriam dessa proposta na reestruturação do setor industrial, ele propõe o Substitutivo que atende em parte as preocupações do autor, Senador Eduardo Azeredo, quando ele propõe se colocar uma advertência sobre a tampa, para que aquele objeto seja mantido limpo. Isso faz com que a pessoa ao manusear a lata, antes de usá-la, possa fazer uma limpeza para que não haja a transmissão de doenças através da gestão do líquido.

Então, eu quero aqui parabenizar o autor Senador Eduardo Azeredo e parabenizar o Relator, que encontrou no seu Substitutivo uma forma de atender a preocupação inicial do autor, Senador Eduardo Azeredo e, trazendo com isso uma advertência ao usuário para que ele, realmente, faça a higiene do objeto antes da sua ingestão. E parabenizar aqui o Senador Eduardo Azeredo, que também, não sabia da informação passada pelo Senador Sérgio Guerra, que ele é o campeão mundial, como colecionador de tampinhas de garrafa. Eu acho que já pode entrar no *Guinness Book* pelo Senado Brasileiro.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):[risos] Nada disso. Senador. Não sou campeão mundial coisa nenhuma. Na verdade, uma vez eu fui ao Amazonas e lá tem uma quantidade enorme de tipos de guaraná, eu levei para os meus filhos, as tampinhas de guaraná, para mostrar para eles os tipos de guaraná. Então, na verdade, é mais um pequeno hobby de coleção de lembranças da água, da cerveja, do refrigerante que tem em cada lugar, então, acaba sendo interessante a coleção, sim. Mas não é o maior número, aqui no Brasil tem gente que tem um número bem maior.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Presidente. Apenas para informar o Presidente Valadares, que eu próprio já vi. O Senador Azeredo, tem uma coleção de milhares de tampas, e a explicação é que é ecológica, porque ele tira esse material da natureza. Segundo, econômica, porque não lhe custa um tostão. Senador Azeredo, é notoriamente uma pessoa moderada em gastos. De maneira que é uma grande coleção por um custo mínimo.

SR. PRESIDENTE ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Enquanto há outras pessoas, não é Senador Sérgio Guerra? Que colecionam as rolhas de cortiça de vinho, vinhos caros, e torna até um enfeite dentro de casa.

Olha, eu acho que esta sugestão do Senador Sérgio Guerra de colocar um aviso “mantenha limpa”. As embalagens de bebidas deverão ter impressa a advertência “Mantenha Limpa”. É realmente uma sugestão exequível, de acordo com a sua argumentação, isso poderia causar até, o aumento do preço do produto.

Entretanto, esse Projeto poderia ser acrescentado, até como uma sugestão ao nobre Relator, ao invés de tornar obrigatório a colocação de tampas plásticas, se colocassem como recomendação às empresas que, dependendo da situação do produto da forma como ele é distribuído à população, forma como ele é fabricado, que se recomenda que se coloque tampa, mas não plástica, eu já vi tampa de alumínio, eu já vi tampa de papel laminado e já vi tampa de plástico. Então, sem se referir especificamente à tampa de plástico, se colocaria um dispositivo aqui, recomendando as empresas produtoras de bebidas, que dependendo da situação, pudessem colocar uma tampa protetora para prevenir possível, contaminação. Então, não sendo, dessa forma, obrigatória, mas recomendando. É uma sugestão que eu colocaria aí, ao nobre Relator. V. Ex^a. aceita essa...? Então, preparar a redação para que ainda nessa Sessão, nós possamos votar o Substitutivo do Senador Sérgio Guerra, com essa sugestão da Presidência.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Estou de pleno acordo. Eu acho que vai acabar, realmente, como o Senador Sérgio Guerra colocou, acaba sendo um diferencial de marca. Estão, fazendo a propaganda aqui, o Suco Mais, coloca essa tampa em algumas das suas latas, coloca uma tampa, um papel aluminizado. E agora, essa solução da Itália não, ela já é uma tampa de plástico, mas não é o plástico da lata de caju não, é uma plástico prensa-do sobre a tampa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – E sobre outra lata também. Sobre outro tipo de lata.

SR. PRESIDENTE ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Então, esse dispositivo Art. 8ªA, poderia ficar com a redação sugerida pelo nobre Relator e com esta outra sugestão recomendando às empresas que colocassem, como recomendação, recomendando que pudessem colocar uma tampa, mas sem especificar o tipo de tampa. Porque senão nós estaríamos aí restringindo o tipo de tampa a ser colocada no produto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Enquanto se providencia a redação, nós passamos, pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu pediria a V. Exª., se possível, uma alteração de pauta, inversão de pauta, para que nós pudéssemos relatar o Projeto de nº 12 da pauta, de autoria dos Senadores Sergio Zambiasi e César Borges, que eu sou o Relator, em que a Comissão de Meio Ambiente, que tem uma Audiência Pública sobre os projetos de manejo do Oeste do Pará.

SR. PRESIDENTE ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – V. Exª. será atendido. Antes porém, vamos à decisão terminativa, Projeto de Lei do Senado nº 469/2003 que acrescenta o Inciso do art. 157 da CLT, aprovado pelo Decreto de Lei nº 5.452, 1º de maio de 1943 – Evitar nos trabalhos a céu aberto, em áreas restritas públicas, ou privadas e nas vias públicas, a execução de atividades que exponham o empregado a condições climáticas adversas, prejudiciais à saúde, com acentuado riscos de acidentes. Senador Marcelo Crivella é o autor. O Relator é o Senador Flávio Arns, o Parecer é pelo arquivamento da matéria.

Concedo a palavra a S.Exa. o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – É o Projeto de Lei nº 469 de 2003, de autoria, como já foi dito, do Senador Marcelo Crivella. A iniciativa pretende determinar aos empregadores que evite nos trabalhos a céu aberto, execução de atividades que

expõem empregado a condições adversas e climas prejudiciais a saúde com acentuado risco de acidentes. O autor afirma necessidade de humanizar a prestação de trabalho a céu aberto, e para tal pretende oferecer proteção e compensar mediante a inclusão dessa modalidade de trabalho, no quadro de atividades perigosas. Os trabalhadores de transporte de passageiros e pequenas cargas, ou encomendas em motocicletas, ciclomotores, triciclos ou similares, denominados “motoboys”.

Ainda segundo eles as estatística são alarmantes em relação aos acidentes fatais, em São Paulo, dois profissionais desse ramo morrem a cada 24 horas. Os riscos ficariam agravados em certas condições. Disse, esta macabra estatística, mostra-se virtualmente preponderante, nos dias intempéries, quando asfalto úmido ou coberto por camadas de óleo e lama, torna-se escorregadio e imprestável para o tráfego de motocicletas.

A matéria em análise, proteção ao trabalhador em caso de Periculosidade, pertence, como a gente sabe, ao ramo do direito do trabalho, disposições sobre esse tema não tem restrição de iniciativa, nos termos do Art. 61 da Constituição Federal e compete ao Congresso Nacional legislar sobre este assunto, conforme previsão do Art. 48 da mesma carta. Foram ainda respeitados os pressupostos de juridicidade e regimentalidade. Em princípio, portanto, não há impedimentos constitucionais, formais, à aprovação da proposta.

A legislação infraconstitucional pode expor sobre as obrigações das empresas em relação ao trabalho e definir atividades perigosas. Sendo esses os objetivos da proposição, fica afastado uma possível inconstitucionalidade material.

Quanto ao mérito e a técnica legislativa, entretanto, temos algumas restrições a considerar. Em primeiro lugar, o texto previsto para o Inciso V, a ser acrescido no Art. 157 da CLT, possui uma redação de difícil eficácia. Ele determina que cabe às empresas evitar nos trabalhos a céu aberto, em áreas restritas, públicas ou privadas e nas vias públicas, a execução de atividades que expõem o empregado a condições climáticas adversas prejudiciais à saúde ou com acentuado riscos de acidentes. O termo “evitar” não tem caráter impositivo, já a falta de definição clara de quais seriam as condições climáticas adversas prejudiciais à saúde, ou com acentuado risco de acidentes, torna o dispositivo apenas programático ou de mera orientação aos empregadores. Não há clareza na norma, e os riscos e as condições climáticas podem ser muito variáveis, em função do tipo de trabalho e do local de sua realização. Assim, fica difícil definir os limites do legal ou do ilegal nessas atividades.

Na sequência, a mudança prevista, o Art. 2º, a proposição prevê a inclusão no quadro das atividades perigosas, a que se refere o Art. 913 da CLT, do transporte de passageiros e de pequenas cargas ou encomendas feitas em motocicletas, ciclomotores, triciclos e similares. Inicialmente há, certamente, um equívoco no dispositivo que pretenderia se referir ao Art. 193 da CLT, que trata da questão das atividades ou operações perigosas.

De outra parte, da forma como está redigido o dispositivo, ele pode ser entendido como inconstitucional, por imiscuir-se a atividade própria do Poder Executivo, qual seja, a elaboração de quadros e atividades perigosas, que é o referido Art. da CLT, remete à função da regulamentação das leis privativa daquele Órgão.

Ademais uma proposta de concessão de periculosidade ao trabalhador, que atua no transporte de passageiros e de pequenas cargas ou encomendas, feitos em motocicletas, ciclomotores, triciclos ou similares, suscitam debate mais aprofundado, por haver outras categorias profissionais que também estão sujeitos as condições de trabalho com periculosidade assemelhada e que não fazem jus ao benefício.

Por essas razões, Sr. Presidente, Srs. Senadores, em face desses alguns e dessas razões opinamos pelo arquivamento da matéria. É o Parecer, Sr. Presidente. O relatório, análise e o voto.

SR. PRESIDENTE ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Não havendo quem queira mais discutir, encerro a discussão. Esse Projeto, o Parecer é pelo arquivamento.

Tratam-se de matéria terminativa, o voto será nominal. Senador Flexa Ribeiro. Como vota?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Sérgio Guerra e Senador Eduardo Azeredo e os demais Senadores deixaram aqui consignados os seus votos.

O Projeto, então, por decisão da Comissão, por 11 votos, será arquivado.

Senador Sérgio Guerra, nobre Relator do item 6. A sugestão foi aceita por V. Exª., eu agradeço e a redação que foi trazida à Mesa tem o seguinte teor – Aproveito o Substitutivo de V. Exª., que a Lei nº 8.918 de 14 de julho de 1994 passa a vigorar acrescido do seguinte Art. 8ºA. Art. 8ºA – As embalagens de bebidas, deverão ter impressa a advertência “mantenha

limpa”, recomendando-se o uso de material protetor, para que não se repita a palavra “embalagem”. Recomendando-se o uso de material protetor, naturalmente está implícito nas embalagens.

Vamos então, submeter o Substitutivo à votação.

Senador Sérgio Guerra voto conhecido, Senador Flávio Arns, Senador Flexa Ribeiro, os demais Senadores deixaram os seus votos consignados.

Aprovado, então, o substitutivo do Senador Sérgio Guerra, por 11 votos.

Como último item, atendendo ao pedido do Senador Flexa Ribeiro, o item 12, é o Projeto de Lei do Senado nº 116/2003, dá nova redação ao art. 134 da ação de Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943, para alterar o critério de concessão de férias e dá outras providências. Senador Sérgio Zambiasi é o autor.

Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 88/2005, que revoga o § 2º do Art. 134 da CLT, aprovado pelo Decreto nº 5.452 de 1º de maio de 1943, extingue a proibição de concessão de parcelamento de férias aos trabalhadores menores de 18 anos e maiores 50 anos de idade. Senador César Borges é o autor. O Relator é o Senador Flexa Ribeiro. Com o Parecer contrário ao PLS nº 88 de 2005 e favorável ao PLS nº 116 de 2003, na forma do Substitutivo que apresenta.

Concedo a palavra a V. Exª. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Senador Antônio Carlos Valadares, Presidente da CAE, Srs. Senadores. É submetido ao exame dessa Comissão em caráter terminativo o Projeto de Lei do Senado nº 116/2003, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 88/2005.

O PLS nº 116/2003 permite o desdobramento das férias em até 3 etapas, assegurando-se que cada período seja de no mínimo 10 dias de duração, mediante acordo escrito individual ou coletivo. Possibilita, ainda, que aos menores de 18 anos e aos maiores de 50 anos de idade, o parcelamento das férias em 3 períodos, condicionando também, a acordo escrito individual ou coletivo.

Já o PLS 88/2005, ao revogar o § 2º, do art. 134 da CLT, passa a permitir, sem qualquer restrição, a concessão do parcelamento de férias aos trabalhadores menores de 18 anos e maiores de 50 anos de idade. Aos Projetos, no prazo regimental, não foram apresentadas Emendas.

Análise, Sr. Presidente. Como se sabe, atualmente na concessão de férias é ato exclusivo do empregador, não necessitando, portanto, de pedido ou anuência

de empregado. As férias deverão ser concedidas nos 12 meses que se seguem à sua aquisição em um só período, salvo nos casos excepcionais. Aos menores de 18 anos e maiores de 50 anos, as férias serão concedidas sempre de uma só vez, sem a possibilidade de seu fracionamento. As legislações regulamentadoras das condições do trabalho de diversos países, em sintonia com as transformações da nossa época, flexibilizam suas normas para permitir o parcelamento do gozo de férias. Quase todas as convenções internacionais de trabalho contêm formas de flexibilização quanto a sua aplicação. É o caso da convenção nº 132 da OIT, revista em 1970, e ratificada pelo Brasil, em 23 de setembro de 1998. Nela admite-se em seu Art. 8º, o fracionamento do período de férias anuais remuneradas sem qualquer restituição aos menores de 18 e maiores de 50 anos.

Não encontramos entre os estudiosos do Direito do Trabalho, a razão porque o nosso Legislador vedou ao menor de 18 e ao maior de 50 anos, o parcelamento do gozo de férias. O indicativo de tal rigidez, todavia, pode estar relacionada à idade com que as pessoas começavam a trabalhar e a expectativa de vida na época da edição da lei. Como se sabe, até o advento da Constituição de 88, permitia-se o trabalho do menor a partir dos 12 anos de idade, certamente, a ele se dispensou um tratamento diferenciado. Já a averbação de parcelamento de férias ao maior de 50 anos de idade, pode ter a sua explicação na baixa expectativa de vida dos brasileiros, gerando dessa maneira um tratamento especial para esses trabalhadores.

A alteração proposta pelo PLS 116/2003, em nosso ordenamento jurídico, referente às relações de trabalho, é perfeitamente admissível. Ela atende os legítimos interesses do empregador, ao mesmo tempo que respeita os direitos fundamentais e inalienáveis do trabalhador e, no caso, o atinente às férias.

Por outro lado a proposição ao introduzir flexibilização de norma trabalhista, objetivando a sua adequação à realidade presente, observa o princípio de proteção ao trabalhador e torna os seus efeitos menos onerosos para o patrão, sem ocasionar prejuízo ou impor excessivos sacrifícios aos trabalhadores menores de 18 e maiores de 50 anos.

Já em relação à regra proposta, tanto pelo PLS 88/2005, no que diz respeito ao parcelamento das férias, temos uma restrição a fazer ao parcelamento das férias dos empregados menores de 18 anos de idade, além de permanecer uma exceção, entendendo que só possa ser permitido mediante acordo escrito individual ou coletivo, desde que os menores estejam devidamente assistidos por seus responsáveis.

Vamos ao Voto, Sr. Presidente.

Com base nas razões acima expostas, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 88/2005, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 116/2003, na forma do seguinte Substitutivo – Projeto de Lei do Senado nº 116. Substitutivo de 2003 – dá nova redação ao Art. 134 da Consolidação das Leis do Trabalho, CLT. Aprovada pelo Decreto Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, para alterar o critério da concessão de férias e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta – Art. 1º. – O Art. 134, da Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 134 – As férias serão concedidas por atos do empregador em um só período, nos 12 meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito. § 1º – Mediante acordo escrito individual ou coletivo, as férias poderão ser concedidas em 3 períodos, que não poderão ser inferiores a 10 dias corridos. § 2º – Aos menores de 18 anos, as férias serão, sempre, concedidas de uma só vez, e excepcionalmente em três períodos, mediante acordo escrito individual ou coletivo, desde que assistidos pelos seus responsáveis legais. Art. 2º – esta lei entra em vigor na data de sua publicação”.

Este é o Voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, V. Exª. deseja discutir, Senador...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Em 30 segundos, para manifestar a minha concordância com o Projeto e com o Relatório do Senador Flexa Ribeiro, um Relatório bem elaborado, no sentido de que, realmente, numa época como essa, em que a gente busca ter uma flexibilização das regras de trabalho, a proibição de parcelamento de férias, parece uma questão, realmente, esdrúxula, de maneira que é muito adequado que possamos permitir que haja esse parcelamento na vida moderna. As pessoas às vezes não conseguem ficar um mês todo fora, e seria melhor poder ter, às vezes, um parcelamento. Então, em seis meses, sai dez dias, mais seis meses, sai os outros dez ou sai os vinte, de maneira que é uma questão que vem no sentido de liberalizar as relações de trabalho dentro do país.

SR. PRESIDENTE ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Na verdade, o Senador Flexa Ribeiro, como Relator, ele aprovou no seu Parecer o Projeto da autoria do nobre Senador Sérgio Zambiasi. Não é?

Na forma do Substitutivo apresentado. Então, Senador Flexa Ribeiro, voto conhecido. Senador Flávio Arns, Senador Eduardo Azeredo, sim. E os demais Senadores com seus votos já consignados. Aprovado, por 12 votos sim.

Então, há um requerimento como matéria final desta Sessão, da autoria do Senador Eduardo Azeredo, pedindo a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência. V. Ex^a. é o Presidente, não é? Com a presença da Sra. Andréa Schwarz, Consultora para projetos ligados à qualidade de vida e inclusão social das pessoas com necessidades especiais.

Senadores e Senadoras que aprovam permanecem como se encontram. Aprovado o requerimento do Senador Eduardo Azeredo. Portanto, determino à Secretaria da Comissão a convidar a Sra. Andréa Schwarz, Consultora para projetos ligados à qualidade de vida para se fazer presente à Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência.

Encerrada essa Sessão. Convocada a outra, para a próxima quarta-feira, no mesmo horário.

Sessão encerrada às 11h31min.

Ata da Décima Oitava Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 7 de junho de 2006, quarta-feira, às 9h30min.

Às dez horas e cinquenta e cinco minutos, do dia sete de junho de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador **ANTÔNIO CARLOS VALADARES**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **JONAS PINHEIRO, FLEXA RIBEIRO, LUIZ PONTES, ROMERO JUCÁ, VALDIR RAUPP, MÃO SANTA, GERALDO MESQUITA JUNIOR, FLÁVIO ARNS, IDELI SALVATTI, MARCELO CRIVELLA, PATRICIA SABOYA GOMES, AUGUSTO BOTELHO, HERÁCLITO FORTES, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, SÉRGIO GUERRA, ANTONIO JOÃO E EDUARDO SUPPLY**, e também o Senador **JOÃO TENÓRIO**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senador Antônio Carlos Valadares declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senador Antônio Carlos Valadares comunica que no dia 21 de junho, às nove horas e trinta minutos, ocorrerá a solenidade de aposição dos retratos da Senadora Lucia Vânia e do Senador Romero Jucá, na galeria de ex-presidentes da Comissão de Assuntos Sociais. Passa-se ao item 13 extra-pauta que diz respeito à Mensagem (SF) nº160, de 2006 que submete ao Senado Federal a indicação do Sr. José Leônicio de Andrade Feitosa para ser reconduzido ao cargo

de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. O Senador Antonio Carlos Valadares designa o Senador Eduardo Azeredo para conduzir o indicado Sr. José Leônicio de Andrade Feitosa para ocupar seu lugar à mesa. O Senador comunica que o indicado Sr. José Leônicio de Andrade Feitosa terá no decorrer do debate, trinta minutos para a sua exposição, e os Senadores que desejarem fazer alguma pergunta, cinco minutos. Encontra-se presente também nessa comissão o Dr. Fausto Pereira dos Santos, Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. O Senador Antônio Carlos Valadares concede a palavra, em primeiro lugar, ao Senador Sérgio Guerra, para proferir o seu relatório. Após a leitura do relatório feita pelo Senador Sérgio Guerra, o Sr. José Leônicio de Andrade Feitosa faz sua exposição. Às onze horas e quarenta minutos o Senador Sérgio Guerra assume a presidência. O Senador Sérgio Guerra convida os Senadores Augusto Botelho e Flexa Ribeiro para serem os escrutinadores da votação. Às onze horas e quarenta e seis minutos o Senador Antônio Carlos Valadares reassume os trabalhos. **EXTRA-PAUTA ITEM 13 – MENSAGEM (SF) Nº160, DE 2006** “Submete à apreciação do Senado federal o nome do Senhor José Leônicio de Andrade Feitosa para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.” **Autoria** – Presidência da República. **Relator** – Senador Sérgio Guerra. **Parecer** – A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação. **Resultado** – Aprovado o nome do Sr. José Leônicio de Andrade Feitosa, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, com 12 votos sim, nenhum voto não e nenhuma abstenção. **EXTRA-PAUTA ITEM 11 – REQUERIMENTO DE URGÊNCIA**, “Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a urgência para a mensagem (SF) nº160, de 2006”. **Autor** – Senador Augusto Botelho. **Resultado** – Aprovado. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, DE 2004**, “Altera a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, para tornar obrigatória à colocação de tampa plástica protetora nas bebidas embaladas em latas de alumínio ou outro metal”. **Autor** – Senador Eduardo Azeredo. **Relator** – Senador Sérgio Guerra. **Resultado** – Não tendo sido oferecidas emendas em turno Suplementar, a Emenda nº01-CAS (Substitutivo) foi definitivamente adotada, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 116, DE 2003**, “Dá nova redação ao artigo 134 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, para alterar o critério de concessão de férias, e dá outras providências”. **Autor** – Senador Sérgio Zambiasi;

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, DE 2005,

“Revoga o § 2º do art. 134 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Extingue a proibição de concessão do parcelamento de férias aos trabalhadores menores de 18 (dezoito) e maiores de 50 (cinquenta anos de idade)”. **Autor** – Senador César Borges. **Relator** – Senador Flexa Ribeiro.

Resultado – Não tendo sido oferecidas emendas em turno Suplementar, a Emenda nº01 – CAS (Substitutivo) ao PLS nº 116 de 2003 foi definitivamente adotada, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **EXTRA-PAUTA ITEM 12 -REQUERIMENTO**

Nº 26, DE 2006, “Com o fundamento no disposto no Art. 58, § 2.º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do Regimento Interno da Casa, requer a realização de Audiência Pública com vistas a tratar das questões atinentes a “Pagamento de Precatórios”, para o dia 23 de junho de 2006, às 14:00 horas.

Autor – Senador Paulo Paim. **Resultado** – Aprovado.

ITEM 14 – “Altera a Lei nº 10.507, de 10 de julho de 2002, que cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde, para dispor que a sua contratação, quando efetivada mediante vínculo indireto, observará o regime da Consolidação das Leis do Trabalho”. **Autor** – Senador Papaléo Paes; **TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 41, DE 2006** “Dispõe sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, na forma do § 5º do art. 198 da Constituição Federal.” **Autor** – Senador Rodolpho Tourinho. **Relatora** – Senadora Lúcia Vânia. **Parecer** – Favorável ao PLS nº41, de 2006, na forma da emenda nº 01 – CCJ, com a subemenda que apresenta e pela rejeição do PLS nº106 de 2005. **Resultado** – Concedido vista ao Senador Eduardo Azeredo e à Senadora Ideli Salvatti. Os demais itens da Pauta 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 foram adiados. Às onze horas e cinquenta e nove minutos o Senador Valdir Raupp assume os trabalhos. Às doze horas e dois minutos o Senador Antônio Carlos Valadares reassume a presidência da mesa. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores – Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo, Flexa Ribeiro, Augusto Botelho, Mão Santa, Flávio Arns, Lúcia Vânia, Romeu Tuma e Heráclito Fortes. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e dezoito minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Antônio Carlos Valadares, e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com o registro da estenotipia informatizada. – Senador

Antônio Carlos Valadares, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa de leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Os Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. Eu gostaria de lembrar a todos que no próximo dia 21 de junho, às 9h30, teremos aqui na Comissão a solenidade de aposição dos retratos da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Romero Jucá na galeria de ex-Presidentes da Comissão de Assuntos Sociais. Em breve a Relações Públicas, a nossa Comissão, a Secretária estará enviando convite a todos.

Eu proponho à Comissão que iniciemos pelo Item Extrapauta, que diz respeito à Mensagem nº 160/2006, que submete ao Senado Federal a indicação do Sr. José Leônicio de Andrade Feitosa para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar, ANS. Tenho a satisfação para de designar o Senador Eduardo Azeredo para conduzir o nosso candidato, Sr. José Leônicio de Andrade Feitosa, para ocupar o seu lugar à Mesa, aqui à nossa direita.

Antes de iniciarmos esta Audiência, gostaria de registrar que o indicado, Sr. José Leônicio, no decorrer do debate, terá 30 minutos para a sua exposição. Esperamos que não use tanto tempo. E os Senadores que desejarem fazer alguma pergunta, terão cinco minutos.

Encontra-se presente nesta Comissão, participando do debate, e nós o recebemos com muita honra e alegria, o Dr. Fausto Pereira dos Santos, Presidente da ANS, e também, ao nosso lado, do lado esquerdo, o Senador Sérgio Guerra, que é o Relator da matéria, o Relator da indicação do Diretor, Dr. Leônicio.

Então, eu concedo, em primeiro lugar, a palavra ao indicado, digo melhor, em primeiro lugar é o Senador Sérgio Guerra, que é o Relator. V.Exª. fará a leitura do relatório e, logo em seguida, passaremos à discussão.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Srs. Diretores da ANS aqui presentes, meus Senhores e minhas Senhoras, Srs. Senadores, primeiro eu quero agradecer ao Presidente Antônio Carlos Valadares a indicação para relatar essa escolha de hoje.

Seguramente, a Agência Nacional de Saúde é uma instituição de grande importância para o País e muito importante para a população brasileira. E é importante registrar que a agência tem se conduzido de forma extremamente equilibrada e terá confirmado neste mandato, de uma maneira especial, a sua ca-

pacidade de liderança sobre um setor que tem grande repercussão social e grandes obstáculos e dificuldades para serem superados.

O Dr. Leôncio já estava nessa Diretoria e é reconhecimento unânime o seu papel positivo, construtivo. Portanto, para mim, é um motivo de satisfação relatar a sua indicação de hoje.

Passo a ler o relatório. Com base no art. 52, inciso III, alínea “F” da Constituição Federal e de conformidade com os termos do art. 6º da Lei 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado o nome do Sr. José Leôncio de Andrade Feitosa para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar, ANS, encaminhando, para tanto, Mensagem nº 160/2006, Mensagem 426, de 29/05/2006 na origem, na qual está incluído o *curriculum vitae* do indicado.

O Dr. José Leôncio é Médico graduado pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense, no ano de 1974. Exerceu o cargo de Médico-Cirurgião Cardiovascular no Hospital da Lagoa, do Ministério da Saúde, desde 1976, tendo ocupado a Chefia do Serviço de Cirurgia Cardiovascular desse hospital, no período de 1988 até 1992. Também foi Médico-Cirurgião Cardiovascular no Hospital Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, do Ministério de Educação, desde 1985, tendo exercido a Chefia do Serviço de Cirurgia Cardiorráxica desse hospital, no período de 1977 a 1998, foi Sub-Secretário de Saúde do Estado do Rio de Janeiro entre 1999 e 2000, na gestão do Governador Garotinho, ocupando o cargo de Secretário de Estado da Saúde daquele Estado, entre abril e dezembro de 2003.

Desde 2003 até o presente momento ocupa o cargo de Diretor da Diretoria de Desenvolvimento Setorial da Agência Nacional de Saúde Suplementar, cargo para cuja recondução é indicado.

O Dr. José Leôncio é membro da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Estado do Rio de Janeiro e das Sociedades Brasileiras de Cardiologia e de Cirurgia Cardiovascular, tendo ocupado a função de Vice-Presidente desta última no biênio 2002/2003.

Foi, ademais, Presidente da Associação dos Cirurgiões Cardiovasculares do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, nos anos de 2000 e 2001. É autor de mais de duas centenas de trabalhos científicos publicados em periódicos médicos ou apresentados a congressos e conferências médicas e de saúde pública.

Nos últimos anos tem participado de vários eventos nacionais e internacionais na área de regulação e gestão de planos de saúde e de assistência à saúde.

Em face do histórico pessoal e profissional apresentado, entendemos dispor a Comissão de elementos necessários para deliberar sobre a recondução do Sr. José Leôncio de Andrade Feitosa ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Seu currículo, que vai anexado nesse relatório, é absolutamente convincente, do ponto de vista técnico. Tem sido orientação do Senado, de uma maneira geral, mas também dos partidos de oposição, sempre aprovar indicações cujo conteúdo técnico seja suficiente e a especificidade de cada currículo atenda às demandas do conjunto da atividade para a qual a pessoa é indicada.

Eu penso que, no caso do Dr. Leôncio, não apenas o seu currículo, não apenas a sua vida profissional, mas também a forma como já vem conduzindo na agência e o reconhecimento da qualidade dessa sua atuação, são absolutamente convincentes. Então, o nosso parecer é pela aprovação da sua indicação pela Comissão de Assuntos Sociais.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Srs. Senadores ao tempo em que felicito o nobre Relator, o eminente Senador Sérgio Guerra, pela precisão, objetividade e justiça ao apreciar a personalidade técnica, administrativa e política do indicado, Dr. Leôncio, concedo ao futuro, aliás, já Diretor, ao Diretor, que o Governo pleiteia a sua recondução, Dr. Leôncio, pelo tempo regimental, a palavra para que V.S.^a profira sua palestra e dê as explicações necessárias sobre as atividades desenvolvidas pela ANS, mais de perto, na Diretoria dirigida por V.S.^a.

SR. JOSÉ LEÔNCIO DE ANDRADE FEITOSA – Exm.^o Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Antonio Carlos Valadares, Sr. Senador Sérgio Guerra, Relator, que muito nos honra ao fazer o relatório deste pleito, demais Senadores, Sr. Presidente da Agência Nacional de Saúde, Dr. Fausto, demais autoridades, amigos e amigas. A pedido e, na verdade, o Presidente da Comissão não pede, ordena, e pela minha origem de Cirurgião, eu vou ser realmente rápido, porque é necessário e o tempo dos Senhores, eu imagino qual seja nesse momento a importância que é cada minuto do tempo de um Senador da República. Portanto, eu vou apresentar brevemente a evolução e a maturação da agência neste período desses últimos anos.

A agência é fundação recente, em sexto ano de vida, e foi uma atitude absolutamente necessária para a regulação deste espaço econômico e assistencial e aqui nós vamos ver o porquê, a importância da criação desta agência.

O beneficiário de plano de saúde privado. Aqui nós estamos avaliando, observando a evolução do número

de beneficiários, de pessoas portadoras de plano de saúde privado, quer seja em autogestão, quer seja pela Unimed, em medicina de grupo, qualquer das modalidades. Portanto, em 2001, existiam 35 milhões e 800 mil pessoas portadoras, cadastradas como beneficiários do plano de saúde. Ao longo desse período, até 2005, houve um aumento substantivo de três milhões para planos odontológicos e três milhões e quinhentos para planos puramente médico-assistenciais com ou sem odontologia. Portanto, de 35 milhões, houve um salto para 42 milhões e 400 mil pessoas que hoje têm direito à chamada saúde suplementar.

Esta é a questão dos planos antigos e os planos novos, que muito atormenta principalmente os portadores dos planos antigos. Em dezembro de 2000 a proporção de planos novos era de 30% apenas. E esta posição teve um salto para 64%, hoje, em março de 2006, esta percentagem representa um volume de pessoas de 16 milhões e 700 mil pessoas que estão sob a cobertura da lei que regula os planos de saúde.

A questão da receita, a questão econômico-financeira, que é importante. A missão, a obrigação da agência é garantir que o contrato seja cumprido, garantir a qualidade da assistência médica e também garantir com que haja um equilíbrio econômico-financeiro do mercado. E neste sentido é que nós estamos trabalhando, nessas duas pontas principais. A receita total, em 2001, desse setor da economia, era de vinte e dois bilhões, em 2005, houve um salto para trinta e oito bilhões de reais. Portanto, é um setor importante também no que se refere a volume de recursos, a número de empregos no Brasil. As receitas cresceram, portanto, 71%, não porque houve reajuste nesse valor, evidentemente, mas porque houve agregação, houve aumento do número de beneficiários, o que, somado aos reajustes, dá esse aumento de receita. Se nós pegarmos o IPCA desses últimos quatro, cinco anos e calcularmos com o volume de recursos, ele vai dar mais ou menos igual, não houve diferença. Hoje nós estamos equilibrados. Houve um período em que havia um desequilíbrio contrário às operadoras, onde havia reajustes um pouco mais baixos do que o IPCA, mas isso foi corrigido e hoje está equilibrado.

Aqui, no referente às despesas que, em 2001, era dezessete mil daquele montante de receita e, em 2005, dos trinta e oito bilhões, trinta bilhões é de gasto assistencial. É importante notar, naquele quadro de cima, percentagem de despesa sobre receita, o equilíbrio ideal para o mercado é em torno de 75% dessas despesas com assistência médico-hospitalar e odontológica, e ela chegou a 80 em 2003, tocando um alarme, um sinal amarelo de que a situação poderia ficar ruim, não só para as operadoras, como para quem tem um

plano de saúde também, porque não adianta quebrar uma operadora, porque a pessoa fica sem suporte. E ela está num declínio lento, porém bastante razoável, já estando em 78.7% dos gastos, portanto inferior ao ano de 2003.

O número de operadoras, a agência tem, com muito rigor, examinado as operadoras que não cumprem o seu papel, que não cumprem os seus contratos, e elas são... Nós registramos... Cancelamos os registros, fechamos, entramos com liquidação extra-judicial, então é um conjunto de mecanismos, porque nós cerramos a porta dessas operadoras que não trabalham com a dignidade necessária para o setor saúde.

Transferência de carteira de planos novos, operadoras e beneficiários. Isso aqui é o volume de pessoas que passam de uma operadora que nós fechamos, encerramos, cancelamos o registro para outras operadoras.

O amadurecimento da agência. Nós trabalhávamos com em torno de um milhão e meio de dados por mês. Hoje, nós trabalhamos com dez milhões de dados por mês. Em 2003, a confiabilidade desses dados era de apenas 68%. Hoje, nós trabalhamos com 87% de acerto e confiabilidade dos dados que recebemos.

A questão do ressarcimento, que é uma questão importante, nós temos nos debruçado, dedicado muito tempo, esforço para isso. É uma questão que envolve Poder Judiciário, envolve o Supremo Tribunal, porém a agência tem estado muito firme nessa cobrança, apesar do efetivamente recebido ser baixo, mas é uma coisa importante e que é necessário que esta Casa, o Congresso Nacional também venha mais tarde a definir melhor esse quadro.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Presidente, só quadro anterior, eu tenho uma dúvida. Poderia voltar ao quadro anterior?

SR. JOSÉ LEÔNCIO DE ANDRADE FEITOSA

– Volta, por favor, ao quadro de ressarcimento.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Essa questão aí era só setenta milhões é que as operadoras pagaram ao SUS? Só isso?

SR. JOSÉ LEÔNCIO DE ANDRADE FEITOSA

– Isso. Só isso. O sistema, Senador, nós cruzamos todo mês, com o SUS, com as internações do SUS, nós recebemos onze mil pessoas que têm plano de saúde e que utilizaram o Sistema Único de Saúde. Desses, nós notificamos as operadoras a que eles são ligados. Alguns são homônimos, alguns são de planos antigos que não têm direito àquela cobertura que ele usou no SUS. E uma parte a nossa cobrança é devida. É aquele segundo quadro. De 779 beneficiários, apenas 332 mil tinham condições de ser legal de nós cobrarmos. Aí a operadora pode entrar, em

primeira instância, com a questão administrativa na agência, nós deferimos ou indeferimos, ele tem uma segunda instância, ainda administrativa, e depois tem a questão judicial. Portanto, é um caminho longo, que nós só conseguimos receber, tem recurso em depósito judicial em algumas operadoras, ultimamente eles estão pedindo parcelamento. Há uma perspectiva desse número aumentar bastante neste ano, esse número dessa receita, porque eles passaram a entender que o ressarcimento é real, é necessário é justo para o sistema público.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– E essa relação é feita independentemente do beneficiário dizer que tem o plano de saúde. Na verdade, independe?

SR. JOSÉ LEÔNCIO DE ANDRADE FEITOSA

– Independe.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Independe. O cruzamento é que está checando essa informação, porque poucos são aqueles que falam que têm o plano de saúde, não é isso?

SR. JOSÉ LEÔNCIO DE ANDRADE FEITOSA

– Muito pouco. Nós cruzamos o banco do DATASUS, do SUS, com os nossos bancos de dados. Todo mês.

A forma que nós fazemos com esse recurso arrecadado do ressarcimento. 25 desses, repartidos, portanto, daqueles setenta e um, sessenta e seis milhões, vinte e cinco milhões foram para o Fundo Nacional de Saúde, para a rede contratada, seis milhões, hospitais próprios, sessenta e sete, universitário, três milhões. Portanto, ali está o que foi feito desses recursos arrecadados do ressarcimento ao SUS, que é aquela orientação, uma orientação legal, não é de autodenominação da agência. Eu espero ter sido breve e agradeço a atenção de todos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Estou aqui com a lista de inscrição. Eu concedo a palavra, em primeiro lugar, ao Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr. José Leônicio, na verdade, eu queria completar só aquela questão ali, porque me parece que esse é um ponto bem nervágico aí no sistema. Ou seja, os prontos socorros, os atendimentos de pronto atendimento, todos eles evidentemente fazem o atendimento de todos, sem essa questão da pessoa mostrar que tem um plano de saúde. E o número ali é muito baixo, 20% só de ressarcimento, quer dizer, o que é que a agência pode fazer para aumentar esse recebimento, quer dizer, evidentemente que já deve ter entendimentos com a Direção da associação das prestadoras de

serviço, mas realmente é muito pequeno, preocupa muito essa questão, ou seja, o poder público que está sendo prejudicado nessa maneira que está.

SR. JOSÉ LEÔNCIO DE ANDRADE FEITOSA

– A questão ela tem um lado cultural também, Senador Eduardo. Primeiro, quando foi instituída a Agência Nacional de Saúde, a regulação desse mercado, a resistência foi muito grande do setor, muito grande. E depois houve um entendimento. No entanto, no que se refere ao ressarcimento, havia uma ADIN no Supremo, que foi julgada em 2002, agosto de 2002, salvo engano, onde o Supremo, não em mérito, mas ainda em liminar, entende que o ressarcimento é constitucional e, a partir daí, começou a negociação de convencimento com as operadoras. Porém, as dificuldades são muito grandes, porque, depois de três etapas administrativas, ainda tem a questão judicial, que o Senhor que pode durar dois, cinco, oito ou dez anos. O fato importante é que há uma curva de melhora nessa cobrança e há uma curva de aceitação melhor do ressarcimento por parte do mercado. Frente ao número de pedidos de parcelamento que nós temos aceitado neste primeiro semestre deste ano. Portanto, concordo com o Senhor, é um número ainda é pequeno, pelo montante, mas é uma questão difícil.

Nós estamos, nesse momento, tentando mudar a metodologia do ressarcimento, porque ela é muito cartorial e permite isso aí. Nós estamos fazendo uma discussão longa com o CONAS, CONASEM e vamos fazer com as empresas, para simplificar e convencer o setor que é necessário esse pagamento, que é uso do setor público pelo setor privado e que é preciso pagar aquilo. Portanto, há uma perspectiva de que haja melhor, conforme com Senhor está solicitando.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– E a questão das anuidades, dos reajustes de anuidades, o Senhor considera que já está hoje num patamar sem maiores reclamações, ou as reclamações continuam grandes?

SR. JOSÉ LEÔNCIO DE ANDRADE FEITOSA

– Reclamação do empresário, ele reclama, e o consumidor também reclama. E nós ficamos nesse meio, buscando o equilíbrio. E o equilíbrio é dado pelo exame do que ocorreu nesses últimos cinco anos. Hoje o setor está razoavelmente bem equilibrado, as operadoras têm um conjunto de obrigações para com o seu beneficiário de qualidade de serviços, de quantidade de serviços. E há um início de recuperação da questão econômico-financeira das operadoras. É bom que seja dito também que existe um número muito grande de operadoras em atividade, são 1.720, e há informações, há opiniões

de que esse mercado brasileiro não suporta mais do que 550 operadoras. Portanto, nós estamos também trabalhando nesse sentido.

Mas, tem questões regionais que são fundamentais. Tem uma operadora pequena no interior do Acre ou do Amapá que, mesmo ela não estando tão bem como deveria estar, é difícil para a agência entrar com muito rigor. Mas o momento é um momento de equilíbrio econômico financeiro e de melhoria do atendimento por parte das operadoras.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Flexa Ribeiro, com a palavra V.Ex^a.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sr. Presidente, Senador Antônio Carlos Valadares, Relator, Senador Sérgio Guerra, Dr. José Leôncio Feitosa, Diretor da ANS. Eu queria fazer duas arguições, Dr. Leôncio, em cima de um artigo, uma entrevista, melhor dizendo, do Dr. Pinotti, ex-Deputado Federal e Secretário de Saúde do Município de São Paulo, é Deputado Federal e Secretário de Saúde do Município de São Paulo. Dr. Pinotti diz, tem dois aspectos da entrevista dele aqui, que a Agência Nacional de Saúde Suplementar, ANS, fez em favor das operadoras de plano de saúde, logo no início deste Governo, estimulando os 18 milhões de brasileiros que adquiriram seus planos de saúde antes de 1999 a assinarem um novo contrato e pagarem, desde logo, de 15 a 25% a mais na sua mensalidade, e caíram todos na armadilha das faixas etárias que até os 59 anos de idade aumentarão em seis vezes essa mensalidade.

O cidadão jovem, que pagava trezentos reais por mês pelo seu plano, ao atingir 59 anos, pagará mil e oitocentos reais, além dos aumentos da migração. Com um teto de aposentaria de dois mil e quatrocentos reais, ele não terá outra saída, será obrigado a abandonar o plano, no momento em que mais precisar dele.

A propaganda da ANS, usando recursos públicos, omitiu esses fatos, quando teria a obrigação de esclarecê-los. Eles eram relevantes para os usuários. E mais, deveria dizer também que quem assinou o plano de saúde antes de 1999, se não está coberto pelos benefícios da Lei 9.656, tem um contrato juridicamente perfeito, amparado pelo Estatuto do Consumidor e por toda a jurisprudência formada por centenas de processos de pessoas que reclamaram da limitação do tempo de internação ou exclusão de determinadas doenças, contrariamente ao que determina a Constituição e que foram corrigidos pela Lei 9.656.

Os planos, portanto, mesmo os anteriores a 1999, diferentemente do que dizia a propaganda, estão legalmente protegidos. PROCON, IDEC e PROTEST estão aí para ajudar os usuários.

E uma outra questão que ele levanta também aqui na entrevista, ele diz que, na realidade, existem hoje três grandes prejudicados na questão dos planos de saúde, usuários, trabalhadores da saúde e hospitais prestadores de serviço. Todos em crise, sem organização e recursos suficientes para exercer pressão. E a quem o Governo Federal socorre através do BNDES e BANCO DO BRASIL, com vultosos empréstimos e juros subsidiados? Planos e operadoras, possuidoras de fortes *lobbys* poupados e protegidos pela Agência Nacional de Saúde, autora da proposta de empréstimo e preocupada muito mais com a saúde financeira dos planos e pouco com a saúde dos usuários.

Eu queria que V.S.^a pudesse fazer comentários sobre esses dois tópicos da entrevista do Deputado e Secretário de Saúde, Dr. José Aristodemo Pinotti.

SR. JOSÉ LEÔNCIO DE ANDRADE FEITOSA – Senador, há um pequeno equívoco do Deputado Pinotti, quando ele comenta as ações da agência e quando comenta o que é que significa um ato juridicamente perfeito. Aonde nós vamos chegar no juridicamente perfeito? O que a agência tentou lá atrás, em 2003, era trazer o conjunto de pessoas que estavam na modalidade do plano antigo, sem a cobertura da lei, sem a obrigatoriedade da lei, para um “mundo novo”. E não era um obrigatório, era opcional. O que nós obrigamos foi – As operadoras teriam que dar as opções para quem queria se adaptar, sair do mundo velho, que era um mundo caótico, onde as pessoas tinham direito de dois dias de CTI, tinham direito a uma consulta por mês, alguns não tinham direito a ficar mais do que 15 dias no hospital, uns podiam fazer cirurgia, outros não podiam fazer outra cirurgia. E nós queríamos trazer isso em conjunto, e pessoas para a proteção da lei. Essa foi a ação da agência, meritória, com algum sucesso. Não tivesse sucesso integral, mas tivemos algum sucesso. Um conjunto grande de pessoas entraram para o “mundo novo”.

Para entrar no chamado “mundo novo”, com garantia e um número muito maior de coberturas para a sua saúde, tem que pagar um pouco mais. Isso não existe. Se o indivíduo não tinha direito a CTI, se não tinha direito a cirurgia cardíaca, não tinha direito a ortopedia, ao ele ingressar no “mundo novo”, ele passa a ter direito a tudo isso. E é importante que ele pagasse um pouco mais sobre isso, isso é normal.

O chamado “ato juridicamente perfeito”, na verdade, ele é juridicamente perfeito na visão da justiça, mas, na visão social, ele é imperfeito, porque ele protege os planos antigos onde tem cláusulas “lacanianas”, tem regras contrárias às pessoas portadoras. Portanto,

ele, de perfeito, no aspecto jurídico, tem tudo. No aspecto social, humanitário, ele não tem nada. Desculpa, Senador, mas tem mais alguma questão?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sobre a questão que ele levanta aqui dos empréstimos propostos pela ANS às operadoras, em detrimento aos usuários.

SR. JOSÉ LEÔNCIO DE ANDRADE FEITOSA – A ANS nunca e jamais propôs empréstimo a nenhuma operadora. No meu entender, jamais deveria fazer isso. Esta é a chamada economia de mercado. As operadoras elas estão no mercado. É o risco do mercado. O que houve, e está havendo, é um estudo da possibilidade do BNDES avaliar a questão da operadora, sendo que o foco maior são os prestadores, que é realmente que está com maior dificuldade, são as clínicas, são os hospitais, esses estão devendo ao INSS. E é preciso que o Governo olhe um pouco para esse lado. Isso dos prestadores é verdade, isso é necessário que haja um aporte, não uma doação, nem o PROER.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Mas um suporte aos operadores, porque é a isso que o Dr. Pinotti se refere na entrevista.

SR. JOSÉ LEÔNCIO DE ANDRADE FEITOSA – Aos prestadores de serviço? Claro, sem dúvida alguma.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Augusto Botelho também deseja fazer alguma apreciação. Com a palavra V.Ex^a.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Dr. Leônicio, aquele quadro do dinheiro recuperado do SUS, o Senhor botou a distribuição para várias entidades. É distribuído para a entidade que executou o serviço ou é distribuído aleatoriamente?

SR. JOSÉ LEÔNCIO DE ANDRADE FEITOSA – É para a entidade que prestou o serviço, para o hospital que prestou o serviço.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Era só esse esclarecimento que eu queria.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – O Senador Mão Santa, Senador do Piauí, e um emérito Médico daquele Estado, deseja também dar uma palavra.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Senador Antônio Carlos Valadares, Senadores. Dr. Leônicio, minhas palavras são de apoio. Primeiro, porque a medicina me toca muito, eu acho a ciência médica a mais humana das ciências e o médico um benfeitor da humanidade. Eu acho que é coisa de Deus. O “cão” atentou e eu entrei nesse negócio de política. Mas, primeiro o respeito a isso, que eu digo à cidade

de Sobral onde o Senhor nasceu, cidade de uma medicina evoluída e avançada e que representa, e V.Ex^a. viveu lá até quantos anos de idade?

SR. JOSÉ LEÔNCIO DE ANDRADE FEITOSA – Saí jovem. Saí de lá aos dez anos de idade.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Lá tem uma Santa Casa de Misericórdia, modelo. E eu tenho uns 30 anos de Santa Casa de Misericórdia. Fiz residência com o Prof. Mariano de Andrade, no Hospital dos Servidores do Estado. Vi nascer a cardiovascular, vi nascer, ajudei, naquele tempo Cirurgião Geral a fazia.

Mas, o que eu quero dizer é o seguinte. Eu tenho muito respeito aos Médicos, e eu muito respeito mesmo. E V.Ex^a. está aí, eu acho que Deus coloca os homens nos lugares certos. Outro dia, eu ouvi uma besteira, o Lula diz muita besteira. Aqui ele diz “Cansa menos fazer uma hora de esteira do que ler um livro, uma página de um livro”. Aí é lamentável.

Mas a medicina do País está muito conturbada. Se de um lado expandiu o PSF, a medicina pública não oferece mais nada, do ponto de vista resolutivo. Eu digo porque eu vivo e acompanho, e eu fiz cirurgia até a véspera de assumir o Governo do Piauí.

Então, eu quero dizer que eu encontro os colegas, e converso com os colegas, e nenhum faz mais cirurgia pelo SUS. Eu fiz muito. Muito, muito. As tabelas eram rosas, eu nunca fui mercenário, fui Cirurgião de Santa Casa, mas eram, agora está ridícula. Uma consulta é 12 reais, isso significa dizer que um Médico, para ganhar cinco mil reais, ele tinha que dar mais de cem consultas por dia. E Clínica Médica é difícil, é complicado para a gente chegar ao diagnóstico. Até no tempo que nós estudamos, somos da mesma época, até este tipo de Médico que sabe tudo e resolve pouco, que sabe pouco, como nós, e resolve muito e os Psiquiatras, que não convém.

Mas então o que eu tenho visto é o seguinte. Não tem mais, não. Eu encontro colegas. Próstata, eu operei muito, fazia cirurgia-geral. Não faz, porque não compensa. Tem procedimentos anestésicos do SUS a seis reais, a nove uma anestesia, então esses braços não fazem, o Anestesista não pode, é mais barato do que uma graxa, eu paguei no corte do meu cabelo vinte reais.

Então, isso aí hoje a salvação seriam esses planos, porque não estão fazendo. No meu tempo se fazia. As tabelas eram justas, não eram aqueles USs, eram atualizadas, viviam bem.

Toda a minha vida eu saía da Santa Casa do Piauí, na minha cidade, e tirava 40 dias de férias. Eram 30, saía cinco antes, voltava, passava um mês no Rio auxiliando cirurgia, e ia comprar livro envern-

zado, Atheneu Livraria. Hoje não dá. Os Médicos hoje do INPS não dá nem para chegar ali no Tianguá, no Ceará, onde eu moro no Piauí. Não dá, então as tabelas estão ridículas e a salvação de fazer uma medicina resolutiva são esses planos de saúde. Médico nenhum está operando mais pelo INPS. Eu operei muito. Então, isso aí tem, e o Senhor está aí com a sua experiência, e eu vi, e é uma experiência pública também em serviço de saúde, a gente tem que estar atento e zelar, porque a medicina pública é hoje uma farsa. Ganhou no PSF, está tão ridículo, Dr. Leôncio, que colegas brilhantes, Cirurgiões como V.Ex^a, que viveram comigo, estão debandando para o PSF, porque ele ganha mais dinheiro no PSF do que fazendo uma atividade cirúrgica, operando próstata e tal.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – V.Ex^a. está falando pelo SUS, não é? Tabelas defasadas.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – É. Tem consulta a dois reais, anestesia a seis reais. Qual o Anestesia que vai se deslocar para ganhar seis reais, e está todo mundo aí. V.Ex^a. vê que já tem 40 milhões. É o que está se avançando na medicina resolutiva. Então, nós temos que ter muita sabedoria de conviver com isso. Eu vejo a saída e quero dizer aqui, entusiasmado com V.Ex^a, um homem de alto gabarito, experimentado, e eu sei o sofrimento, o currículo de V.Ex^a. é extraordinário, e um homem do Nordeste, sofrido, a exemplo daquele Dr. Guarani, que foi um extraordinário Cirurgião da sua cidade, o Dr. Guarani.

Então, é isso. Nós saímos daqui conscientes que V.Ex^a. vai, com a sua inteligência, com a sua vivência, salvaguardar esses planos de saúde. Eu sei que a medicina não está melhor, não. Eu quero lhe dizer, porque eu fui Médico de Santa Casa, e está pior. Naquele tempo, vamos dizer, não é que queira ganhar, mas está ridículo hoje.

Atentar bem, Antonio Carlos Valadares. Quanto ganha um Juiz, um Desembargador, um Ministro? Eu, que sou aposentado como Cirurgião-Geral, da Previdência, é dois mil reais. Deus me protegeu e deu aqui. Isso aqui é uma moleza, diante do que nós trabalhávamos. Teve uns que disse que isso é melhor do que o céu, porque para o céu tem que morrer, e aqui a gente fica vivo.

Mas também, eu quero dizer, tem o lado negativo. Eu, quando andava de branco na Santa Casa, entrando, eu era muito mais orgulhoso e hoje eu estou vergonhosamente, e eu recebi um prêmio recente. Lá em São Paulo, a Fundação Ulysses Guimarães, eu sou do partido dele. Então, me homenagearam, e num hotel daqueles, muita gente e outros Deputados Federais. Na hora de agradecer, eu agradei e fui aplaudido, isso

é raro hoje no Brasil. Aí os Federais disseram, “Olha, o Mão Santa já falou por nós todos porque eles estava com medo de ser vaiado”. Muitos deles me disseram que têm vergonha de colocar o nosso broche. Esse é o momento que vivemos e a medicina, então, eu vejo no Médico aquela figura humana, responsável, vamos dizer. Então, a saída para todos nós é esse sistema de saúde.

Eu sei, eu tinha um Secretário de Saúde, lógico que ele era Médico, que ele me dizia o seguinte, é muita experiência, eu fui Secretário de Saúde também, ele dizia o seguinte – “Mão Santa, eu só sei que uma pessoa é rica do Piauí quando ele adoece, porque ninguém pode pagar a saúde”. Olha, eu respondo no Tribunal de Contas ainda, Guerra, vou lhe dizer por quê. Sabe o Alberto Silva aqui, o Senador, ele era Governador, ele tem um irmão Médico honrado, está no céu, aliás, ele ganhou a Prefeitura. E ele teve uma doença muito grave, um câncer, foi para São Paulo. Um filho dele chorou, porque o botariam para fora se não tivesse o depósito. Um homem com setenta e tantos anos, duas vezes Prefeito, e ganhou honrado e honesto. Aí eu mandei pagar tudo, e ainda hoje respondo no Tribunal de Contas que não poderia. Aí eu fui lá e disseram – “Mas por que é que você não botou outra coisa?”; “Eu estaria mentindo, eu mandei foi pagar a conta mesmo”. Então, um Médico, para você ver como estão vivendo hoje. Irmão aí do Dr. Alberto Silva, não foi posto para fora, porque eu era Governador e assumi. E ainda hoje eu sou chamado para justificar, porque o Senhor sabe como é isso.

Então, eu quero lhe dizer, ele está no céu, me ganharam a eleição, era melhor do que eu, era mais lido, era honrado, era até o meu adversário, mas dez anos Prefeito e tudo, esse é o resultado dos Médicos hoje. Você vê Médicos de 70, 80 anos dando plantão, por necessidade. É uma aposentaria ridícula, esses homens da Justiça aqui só fazem lei boa para eles. Quanto ganha, você viu que o Jobim pressionou e se agachou a essa vergonha da Câmara para pagarem vinte e sete mil reais, e os Médicos é isso. Então, V.Ex^a. tem que salvaguardar e ver isso. Essas são as minhas palavras, aplausos aí pela sua, e desejar muito êxito nas suas funções.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Concedo a palavra agora ao Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só quero fazer duas observações. A primeira, em relação ao que foi dito quanto à atividade política e, como muitas pessoas fazem esse debate pelo Brasil, eu quero só enfatizar que a política, eu diria que é algo maravilhoso, extraordinário, pela política se pode transformar a rea-

lidade, construir dignidade, construir respeito, construir cidadania, termos leis justas adequadas, fiscalizarmos as atividades que vêm sendo desenvolvidas, sermos uma porta, um contato da sociedade com o Poder Legislativo, que é o grande objetivo de um mandato. Então, isso é bonito, é necessário, a população tem que se envolver nisso tudo e tem que ver a beleza desse trabalho. E para que a população se conscientize que não é pela vaia, não é pelo nojo à política, como muitas pessoas falam, “tenho nojo da política, por isso não vou me meter na política”, essas pessoas que falam isso podem ter a certeza que se essas pessoas não se meterem na política, aqueles que não têm nojo vão, certamente, se meter na política. Então, é algo assim que deve ser resgatado, recuperado, enfatizado, particularmente nesse ano eleitoral. É essencial esse envolvimento.

Então, eu penso assim que nós temos que nos orgulhar do que fazemos e temos que, na verdade, fazer com que o político, a política, o político masculino, o político feminino, para não dizer a política, para que essas pessoas possam ter um trabalho melhor. Então, eu diria que é dos mais dignos, dos mais necessários, e a população tem que perceber isso, apesar de todas as confusões que possam acontecer. Então, eu tenho assim uma... Aliás, como toda a profissão, é digna e honrada, desde que bem exercida. Mas eu também quero, Dr. José Leôncio de Andrade Feitosa, eu estava lendo o seu currículo e, naturalmente, a formação toda de V.S.^a. está na área cardiovascular e inclusive como Cirurgião, como chefe de serviço, uma área fundamental, e eu pensava até na hora “espero não procurá-lo nenhum dia aí, porque... [risos]. Mas, de qualquer forma, é extraordinário que tenhamos bons profissionais nessa área para atender bem a população.

Currículo, sem dúvida, de muita atuação na área, de muita experiência, com muitos trabalhos, 250 trabalhos científicos apresentados e/ou publicados. Uma atuação já, pelos últimos 30 anos, em serviços públicos e eu, da minha parte, e já com o trabalho inclusive na Agência Nacional de Saúde Suplementar, porque V.S.^a. está sendo re conduzido ao cargo, o que podemos desejar é que realmente o trabalho seja bom, porque na saúde complementar temos um outro orçamento de saúde. Isto é algo que a gente tem que pensar no Brasil. O orçamento do Ministério de Saúde eu acho que é de trinta e poucos bilhões, trinta e cinco bilhões, por aí. E os planos de saúde também manejam um recurso de aproximadamente trinta e cinco bilhões, ou seja, setenta bilhões para a área da saúde. O que é um grande dilema, porque, quando as pessoas falam também que se paga 40% de impostos, e essa carga tributária tem que ser revista, mas, além da carga tribu-

tária, ainda tem os serviços, que têm que ser adquiridos pela população para que muitas vezes a sua cidadania e dignidade possam também acontecer.

Mas, temos que ter um sistema de saúde, que, aliás, em muitos aspectos, é exemplar, particularmente quando se trata de especialidades. Mas, infelizmente, tem que se melhorar, e muito, quando se trata do cotidiano, do diário, atender a pessoa no dia-a-dia, aquela pessoa que precisa de um exame imediato, de um atendimento ou coisa semelhante. Mas eu almejo que V.S.^a. faça um bom trabalho, dialogue muito com os outros Diretores, mas que V.S.^a. assim como os outros Diretores, dialoguem muito com a sociedade para que, juntos, possam achar os caminhos mais adequados para os desafios que o Brasil enfrenta nessa área. Quero desejar felicidades. Obrigado.

[Troca de Presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Algum Senador deseja argüir ao Dr. Leôncio? Então, está encerrada a discussão. Eu quero, o Senador Augusto Botelho e o Senador Flexa Ribeiro estão convidados aqui para fazer a apuração dos votos. Foram apurados 12 votos, todos favoráveis. A indicação, portanto, foi aprovada por unanimidade [palmas]. Vai assumir a Presidência o Senador Valadares.

[Troca de Presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Dr. José Leôncio, o resultado já foi anunciado pelo Relator que provisoriamente estava, com muita alegria para mim, presidindo esta Sessão, eu quero aproveitar o ensejo para felicitar a V.Ex.^a. por essa indicação, unânime, dos membros desta Comissão, o que significa dizer que todos nós reconhecemos os seus méritos, o seu valor profissional, o seu passado, que dignifica, sem dúvida alguma, esta Comissão em votar a sua indicação, a indicação do Presidente da República que, mais uma vez, o reconduz com a função que V.S.^a. exercitou com muita coragem, com muito destemor e, acima de tudo, com muita dignidade. Então, ao tempo em que felicito também o Dr. Fausto Pereira dos Santos, Presidente da instituição e os demais Diretores, eu desejo sucesso nessa sua nova empreitada e que consiga realizar em favor da saúde do Brasil aquilo que todos nós desejamos. Mas, antes de passar a outras matérias, eu gostaria de saber do Dr. Leôncio quais as faixas da população, de segurados da saúde complementar, que podem ser atendidas, as faixas em função de contribuições, a partir de que contribuição o cidadão ou cidadã brasileira poderá ter o benefício do atendimento da saúde suplementar.

SR. JOSÉ LEÔNIO DE ANDRADE FEITOSA

– Sr. Presidente, o produto, porque é chamado produto, ou seja, um plano com certas características, que pode ser simplesmente o plano ambulatorial ou odontológico até um plano com direito aos hospitais “top de linha” do País e do exterior, tem uma variação muito grande. É importante frisar, com a questão do Estatuto do Idoso, porque nós estancamos e o próprio estatuto determina, estanca-se aos 59 anos, o que antigamente não era. Avançando a idade, se cobrava muito mais. Hoje, não há mais reajuste por faixa etária acima de 59 anos. Os preços variam muito por conta disso. Você pode comprar um ambulatorial puro por cinquenta reais e comprar o plano que dá direito ao Einstein, em São Paulo, o John Hopkins, em Maryland, por três mil, quatro mil reais mensais. Há uma variação muito grande.

Eu queria só aproveitar o segundo para falar do SUS para o meu querido amigo e Cirurgião, Senador Mão Santa. Senador, o SUS honra muito a gente e realmente ele tem alguns percalços, tem alguns problemas. Mas é um sistema que é invejado em vários locais do mundo. Agora, a tabela é uma tabela que não dignifica o ato do Médico e nem da saúde. Os salários são salários que não dignificam. É preciso recuperar isso.

Agora, o Sistema Único de Saúde, que nós estamos tentando trabalhar junto com o Sistema de Saúde Suplementar, fazer a interação é importante. E discordar do Senhor num ponto. O Senado Federal ele honra o nosso País, ele representa bem a nossa sociedade. Eu sei que o Senhor também honra o seu Estado e honra a cadeira que o Senhor tem aqui no Senado. E eu queria aproveitar, Presidente, para agradecer aos Senadores todos o voto e a confiança que depositaram no nosso nome, e continuamos trabalhando e à disposição dos Senhores lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – V.Sa. se referiu ao SUS, de fato, o Sistema Único de Saúde tem suas dificuldades, seus percalços. Há uma tabela defasada para Médicos e para os demais profissionais da saúde. Mas, no que se refere, por exemplo, à concessão de medicamentos, determinados medicamentos, por exemplo, para Aids e outras doenças graves, tuberculose, enfim, há uma facilidade, há uma profusão da concessão desses medicamentos. Entretanto, apesar do esforço que foi realizado por todos nós, não só a Câmara dos Deputados, que passou sete anos discutindo a PEC que se transformou na Emenda 29, e aqui no Senado eu fui o Relator, na Câmara demorou quase sete anos, aqui no Senado demorou seis meses e nós conseguimos aprová-la, praticamente por unanimidade, só dois

Senadores votaram contra, na esperança que tínhamos de que, com os recursos arrecadados através de contribuições como a CPMF, nós esperávamos que o sistema estivesse funcionando melhor, que houvesse uma universalização, que houvesse uma municipalização mais rápida, e isso ainda não aconteceu. Mas, no momento em que todos os Municípios tiverem a identidade com a saúde e puderem gerir esses recursos que são direcionados, e não apenas os Estados, que escolhem, e infelizmente ainda existe hoje, os Estados, para transferir AIHs para os hospitais, eles escolhem pela sigla política e partidária. Ainda há isso no Brasil. No momento em que houver uma descentralização maior, isso vai acabar, e os Prefeitos Municipais, juntamente com as instituições ligadas à saúde, poderão prestar um serviço melhor através do SUS aos mais pobres. Portanto, eu quero, mais uma vez, enfatizar a palestra de V.Ex^a. e desejar sucesso no seu trabalho ao lado de todos os seus companheiros na ANS.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Sr. Presidente, eu queria fazer um Requerimento para que tramitasse com urgência essa indicação, para chegar logo lá no Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Então V.Ex^a... Eu imediatamente coloco em votação o Requerimento. Os Senadores e as Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Com esse Requerimento aprovado, em caráter de urgência, imediatamente a matéria irá a Plenário.

Nós temos aqui apenas dois itens, de decisão terminativa, Srs. Senadores, e apenas há uma exigência de leitura, já que se trata de turno suplementar.

Projeto de Lei do Senado nº 16/2004, que altera a Lei 8.918, de 14 de julho de 94, para tornar obrigatória a colocação de tampa plástica protetora das bebidas embaladas em latas de alumínio ou outro metal. Esse projeto é de autoria do Senador Eduardo Azeredo e teve como Relator o Senador Sérgio Guerra, que aceitou sugestões, além de apresentar um substitutivo, aceitou sugestões. Eu gostaria que a Secretária me desse aqui a redação final, como é que ficou a proposta final do Senador Sérgio Guerra, Relator da matéria.

O relatório final terminou com um substitutivo, da autoria do Senador Sérgio Guerra. O art. 8º “A” da Lei nº 8.918, de 14 de julho de 94, passa a vigor acrescido do seguinte artigo – “As embalagens de bebidas deverão ter impressa a advertência ‘mantenha limpa’, recomendando-se, para evitar a contaminação do produto, o uso do material protetor. Esta lei entra em vigor após cento e oitenta dias da data de sua publicação”. Se não houver recurso, esta matéria irá diretamente à Câmara dos Deputados.

E outro item, decisão terminativa. O Projeto de Lei do Senado nº 116/2003, que dá nova redação ao art. 134 da Consolidação das Leis do Trabalho, para alterar o critério de concessão de férias, e dá outras providências. Senador Sérgio Zambiasi.

O Projeto de Lei do Senado nº 88/2005 teve como Relator o Senador Flexa Ribeiro, com parecer contrário, na forma do substitutivo que apresenta. O parecer é contrário ao PLS nº 88 de 2005 e favorável ao PLS nº 116 de 2003. A Presidência esclarece que, na última reunião do dia 31 de maio, foi aprovada a Emenda nº 01-CAS (Substitutivo). Não foram apresentadas Emendas no turno suplementar. Sendo assim, a matéria está em discussão. Não havendo quem queira discutir, e não sendo oferecidas Emendas na discussão, é definitivamente adotada, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

Tem um Requerimento do Senador Paim, que pede a realização de Audiência, com vistas a tratar das questões atinentes ao pagamento de precatórios, para o dia 23 de junho de 2006. E é véspera de São João lá em Sergipe, lá no Nordeste, em Pernambuco, então, dificilmente eu estarei aqui, mas vamos colocar em votação, porque outro Senador poderá estar presidindo a Sessão. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados os nomes que constam em relação anexa. São várias autoridades que foram convidadas. Eu submeto à votação o Requerimento. Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o Requerimento do Senador Paulo Paim. Senadora Lúcia Vânia tem alguma questão de ordem a fazer.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu gostaria de saber sobre o Projeto de Lei do Senado nº 41 de 2006, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho. Se nós não poderíamos, pelo menos, ler e discutir, os Senadores que aqui estão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Atendendo a V.Ex^a, eu poderia permitir a leitura, de vez que se trata de um Requerimento solicitado pela própria Relatora do projeto. E além do mais, por se tratar de uma classe que merece o nosso total respeito, que são os Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias. Passemos então à leitura, não iremos votar, porque, de forma clara, no Plenário não há quorum e, se colocarmos em votação, a matéria poderá ser prejudicada. Passemos então à discussão da matéria. E concedo a palavra a V.Ex^a, como Relatora, para fazer a leitura do parecer.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – O Projeto de Lei do Senado nº 41/2006, de autoria do

eminente Senador Rodolpho Tourinho, objetiva regulamentar, de acordo com o disposto no § 5º do art. 198 da Constituição as atividades dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate a Endemias, fixando o seu regime jurídico.

Por força da aprovação em Plenário do Requerimento nº 341/2006, a proposição tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 106/2005 que tem como autor o nobre Senador Papaléo Paes. Este projeto tem por finalidade alterar a Lei nº 10.507, de 10 de julho de 2002, que cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde, para dispor que a sua contratação, quando efetivada através de vínculo indireto, deverá observar o regime estabelecido na Consolidação das Leis do Trabalho. Apreciados na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, as proposições receberam parecer, também de nossa autoria, que propugnou pela aprovação do PLS nº 41/2006, na forma do substitutivo contido na Emenda nº 01, apresentada pelo Senador Rodolpho Tourinho, com o objetivo de aperfeiçoar sua proposição, e pela rejeição do PLS nº 106/2005.

Após o exame pela CCJ, a matéria chega a esta Comissão de Assuntos Sociais, onde será decidida em caráter terminativo, ressaltando-se que, no prazo regimental, não foram apresentadas outras Emendas além daquela acima mencionada.

Análise. O Projeto de Lei do Senado 41/2006 destina-se a cumprir o mandamento expresso no § 5º do art. 198 da Lei Maior, no sentido de fixar o regime jurídico dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate a Endemias, e regulamentar as suas atividades.

O Projeto de Lei do Senado nº 106/2005, por sua vez, tem menor amplitude, alterando um dispositivo da Lei 10.507, de 2002, que cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde. A maior amplitude do Projeto de Lei do Senado nº 41/2006 determinou sua precedência na tramitação em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 106/2005, a teor do disposto no art. 260, inciso II, alínea “B” do Regimento Interno do Senado Federal. O projeto regula, de forma apropriada, as inovações trazidas à Constituição pela Emenda Constitucional nº 51/2003 relativas aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate Endemias.

O substitutivo apresentado pelo próprio autor, Senador Rodolpho Tourinho, introduz pontos de relevante interesse dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate a Endemias, com a explicitação de que as suas atividades são exercidas em ambientes insalubres e de que se aplicam as garantias especiais previstas no art. 247 da Constituição, nas hipóteses de demissão. Além disso, incluiu artigo proibindo a contratação temporária, por excepcional interesse público,

de servidores, ou utilização de contratos de gestão de trabalho para o exercício de funções de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate a Endemias, excetuando-se o caso de surto endêmico declarado pela autoridade competente.

Assim sendo, em nosso parecer aprovado na CCJ, asseveramos a constitucionalidade e a juridicidade do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 41/2006, tanto quanto a sua conformação ao Regimento Interno do Senado Federal e a adequação técnica legislativa.

O Projeto de Lei do Senado nº 106/2005 tem escopo mais reduzido, propondo a alteração de um dispositivo da Lei 10.507, de 2002, que cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde para determinar que a sua contratação, quando efetivada através de vínculo indireto, deverá observar o regime estabelecido na Consolidação das Leis de Trabalho. No entanto, a apresentação desse projeto se deu antes da edição da Emenda Constitucional nº 51/2006, que estabeleceu novas regras para a contratação desses profissionais. A referida Emenda estabeleceu, em seu art. 2º, que os Agentes somente poderão ser contratados diretamente pelos Estados, Distrito Federal e Municípios. A superveniência dessa inovação constitucional na matéria resultou em prejuízo ao Projeto de Lei do Senado nº 106/2005, razão pela qual posicionamo-nos pelo arquivamento e pela perda do projeto. Sr. Presidente, eu pediria um pouco de silêncio, porque esse projeto é um projeto que precisa ser bem explicitado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – [soa a campainha] Silêncio, para ouvirmos a Relatora.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Quanto a mérito, reiteramos a inestimável importância do PLS nº 41/2006, por regulamentar, de forma adequada, a atuação dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate a Endemias.

É preciso salientar que a situação precária dos vínculos funcionais destes profissionais constituiu o principal óbice ao aprimoramento e à definitiva consolidação dos programas em que eles atuam, em especial o programa da família, cujo potencial para produzir significativa melhora na saúde dos brasileiros de menor renda vem se concretizando a cada ano desde a sua implementação.

Solicitamos, contudo, a necessidade de fazer pequena modificação no texto do *caput* do art. 2º do substitutivo tendo em vista o fato de alguns gestores estaduais do Sistema Único de Saúde estarem interpretando que o termo “Locais” presente naquele dispositivo delega somente para Municípios a responsabilidade de admitir os Agentes Comunitários de Saúde e

os Agentes de Combate a Endemias. Por esta razão, apresentamos neste parecer uma Subemenda com este objetivo.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 41/2006, na forma da Emenda nº 01-CCJ, com a Subemenda abaixo apresentada, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 106/2005. A Subemenda apenas excluiu o art. 2º de PLS nº 41/2006 a expressão “pelos gestores locais do Sistema Único de Saúde, SUS”. É essa a nossa posição, Sr. Presidente, somos pela aprovação do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Em discussão.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Apenas para, sempre entusiasmado com as relatorias da Senadora Lúcia Vânia, interessada principalmente nos menos favorecidos pela sorte, acho que o Senador Rodolpho Tourinho em boa hora apresenta esse projeto, até porque, Senadora, eu tenho acompanhado um pouco essa luta daqueles que trabalham, não só nessa assistência à família, o Agente Comunitário de Saúde, como também de Combate às Endemias. E elas vêm crescendo nesses últimos anos. A Senhora vê que há algumas regiões do País que são assustadoras o repentino reaparecimento de determinadas doenças que se espalham com muita virulência, inclusive algumas já até não mais identificadas. Porque, provavelmente, a mutação dos vírus transformaram, o Senador Mão Santa sabe mais que eu, mas meu filho é Médico, a gente se acautela, às vezes, quando vai a um hospital, tem que sair logo, porque a mutação do vírus fica muito mais forte, e o combate fica muito mais difícil.

Mas o Agente Comunitário de Saúde tem uma força vital na economia dos gastos da saúde pública. Por quê? eu tenho alguns amigos no Hospital das Clínicas, Senador, que eles acham que tem que criar grupos especiais para determinados tipos de doenças, em que não precisa repetidamente serem internados em hospitais. Um grupo comunitário ou com universalidade de atuação, Médico, Enfermeiro e tal, por telefone, às vezes, por comunicação, por visita a residências, traria enormes economias, porque se sabe que a internação é caríssima. E esses tipos de doenças endêmicas só pode-se socorrer no hospital, porque não há prevenção, não há acultramento de combate à doença, não há o trabalho comunitário para que se alcance isso, então, eu queria cumprimentar V.Exª., Senador Rodolpho Tourinho, e dizer que vem em boa hora, numa

hora de crise de algumas endemias que têm atacado o País, mesmo na região Norte do País eu tenho visto pela televisão, com alguma amargura, mortes desnecessárias, principalmente de crianças.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Antônio Carlos Valadares, quero aqui me associar ao nobre Senador Romeu Tuma e parabenizar, mais uma vez, o brilhante parecer da Relatora, Senadora Lúcia Vânia, e parabenizar também os autores do projeto, tanto o do Senador Papaléo, que foi prejudicado, como pelo do Senador Rodolpho Tourinho.

É importante essa possibilidade de chamamento de contratação dos Agentes Comunitários de Saúde como também do Combate às Endemias, porque a forma de concurso, como poderia estar sujeito, dificultava em muito a contratação para um programa exitoso, que é o Programa de Saúde da Família que, com a formação dos PSF, há a necessidade de ter a contratação desses Agentes comunitários como também dos Agentes para a questão das endemias que são, na maioria das suas vezes, necessário o acompanhamento e de uma ação emergencial no momento em que ela eclode.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Permita um aparte, Senador? Desculpe, Senadora. Desculpe, Presidente. Mas eu me lembro que, quando criança, Senadora, sempre vinha um Agente de Saúde e atrás da porta tinha uma anotação, quando era febre amarela e tudo, para acompanhar que ela não se desenvolvesse. Então, isso tem 50 anos, e alguns Governos foram-se passando e atualmente a gente não vê mais isso. Então, acha que o SUS vai resolver todos os problemas de saúde, não vai não. Não tem capacidade financeira para poder atender. Então essas fiscalizações que iam nas casas, ver se tinha ou não, e anotavam atrás da porta, e eu me lembro que, quando eu era garoto, eles vinham, de roupa amarela, para poder verificar se estava tudo em ordem, a limpeza e tudo, e anotavam a presença deles lá.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Importante essas ações de saúde preventivas, porque o SUS, na realidade, com uma ação muito mais curativa, ele fica sobrecarregado, então há a necessidade de que essas ações se façam de forma preventiva, para que a doença não chegue a atingir as pessoas. Eu quero, como disse então, parabenizar a Relatora e parabenizar os autores do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu pediria aos nobres Senadores que desejam participar da discussão, que

o fizessem pelo tempo regimental, cinco minutos para cada um, porque eu mesmo terei que ir a outra Comissão, eu sou da Comissão de Justiça, e ainda não dei lá o meu comparecimento. Eu gostaria de comparecer à Comissão de Justiça. Eu combinei com a Senadora Lúcia Vânia, Relatora desta matéria, de que nesta Sessão nós faríamos a discussão e, na próxima Sessão, nós continuaríamos a discussão, porque muitos Senadores, que deveriam estar presentes nesta Sessão, não se fizeram presente, porque estão em outras Comissões. Então, nós daríamos a palavra a todos os Senadores que quisessem usar dessa prerrogativa e, na outra Sessão, nós continuaríamos a discussão, após o que entraremos em votação. Concedo a palavra, portanto, ao Senador Heráclito Fortes.

HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Na realidade, V.Ex^a. já prestou o esclarecimento que eu queria, que é sobre exatamente esse processo de votação. Mas, Senador Tuma, não vamos no enganar, nem procurar “tapar o sol com a peneira”, o Brasil todo nos assiste. O Governo não tem interesse de votar esta matéria, nós vamos ter dificuldade, a verdade é essa, Sr. Presidente, por mais boa vontade que V.Ex^a. tenha...

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Na verdade, se depender de mim, essa matéria será votada. Eu sou o Presidente e jamais engavetamos nenhuma matéria aqui.

HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu sei disso, V.Ex^a. está cumprindo o seu papel.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Matérias até que contrariam a orientação do Governo, e eu tenho que cumprir o Regimento.

HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Ex^a. está agindo cumprindo o Regimento, o que é uma característica de V.Ex^a., com a maior lealdade com os companheiros. Mas, de antemão, eu não quero enganar o País, eu não quero enganar as classes atingidas por este assunto. O Governo não tem interesse na sua votação. Vamos ser claro e aguardar a discussão, a votação na próxima semana para se ver se nós estamos certos ou não. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Heráclito, no que toca à minha responsabilidade, é o seguinte. Essa matéria não constava na pauta, é uma matéria extrapauta, o que significa dizer que se eu tivesse recebido, eu sou da base aliada, mas sou Presidente da Comissão, uma orientação em contrário, quem sabe, eu iria até pensar, se colocaria extrapauta ou não, mas eu não recebi, e posso afiançar V.Ex^a., nenhuma orientação, nenhum pedido do Governo para criar dificuldades ao

andamento normal desta matéria. Tanto que na próxima semana, estaremos aqui votando, se Deus quiser.

HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, o Governo sabe com quem lida, conhece muito bem V.Ex^a. que, apesar de ser de base do Governo, é um coerente e independente. Ele age de outra maneira, retirando da sua base de Plenário, que é subjetiva e, se nós não ficarmos atentos e não avisarmos esse tipo de manobra, vai acontecer o que aconteceu ontem com aquele Bruno Maranhão, com a faixa colocando culpa na oposição pelo fato de não ter se votado no Orçamento, quando, na realidade, a oposição tentou desesperadamente que a votação do Orçamento fosse realizada. Não era realizada, porque o Governo não queria, e V.Ex^a. sabe que Governo é maioria aqui. Eu estou tendo cuidado...

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Depende da Casa. E da conjuntura.

HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – E da causa. Eu estou tendo esse cuidado aqui apenas para que fique claro que a oposição acha da maior justiça, acha da maior oportunidade votar esta matéria. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Veja, nós estamos sendo filmados nacionalmente. E eu acho que, independente da situação, a Câmara dos Deputados, o Governo realmente tem maioria. Mas no Senado não tem maioria, apesar de que a oposição muito tem contribuído com a aprovação de várias matérias, e eu tenho que reconhecer de público isso. Mas, a maioria o Governo não tem aqui no Senado, não. Temos que dizer a realidade.

HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Nós temos maioria eventualmente em algumas Comissões, mas no Plenário, como é o caso, por exemplo, do Orçamento, V.Ex^a. sabe que a oposição não tem força para barrar quando o Governo quer. Tanto é que quando o Governo resolveu seus problemas internos e as suas dúvidas e quis votar, votou, com o “rolo compressor” da maneira que achou bem.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, eu só queria elogiar V.Ex^a. pela dignidade com que tem conduzido e hoje, especialmente, pelo artigo publicado pelo nosso querido Deputado Delfim Neto, colocando Sergipe no primeiro lugar como IDH, o que representa que o Senhor, como ex-Governador deve ter trabalhado bem para melhorar a saúde e o bem-estar da sociedade sergipana.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – V.Ex^a. sempre gentil com o Estado de Sergipe e com os seus companhei-

ros lá de Sergipe. Na verdade, Sergipe hoje dispõe de índice *per capita* o mais elevado do País, e o IDH um dos maiores. Aracaju tem hoje também uma cidade de qualidade de vida superior a muitos Estados do Sul do País, significando dizer que as administrações do Município de Aracaju e as administrações dos Governadores cuidaram do social, cuidaram do desenvolvimento do Estado. Agradeço pela minha parte. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Esse projeto de autoria do Senador Tourinho, e relatório da Senadora Lúcia Vânia, me parece um projeto realmente importante e de interesse público. No entanto, eu gostaria de pedir vistas até a próxima semana.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – V.Ex^a. deseja pedir vistas?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Bom, se V.Ex^a. pede vistas, significa dizer que não está totalmente de acordo com esta matéria.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Eu quero analisar um pouco mais, para o voto da coalizão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – V.Ex^a. quer analisar um pouco mais. Logicamente que o Regimento Interno lhe confere esse direito.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Perfeitamente. Muito obrigado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Exatamente. Se a copa não prejudicar [risos], nem o feriado da quinta-feira, não há dúvidas de que a nós poderemos colocar em votação. E aí, como o Senador Heráclito Fortes falou, o Governo vai demonstrar o seu interesse ou desinteresse em torno dessa matéria.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Aí nós colocamos em votação. Votamos na próxima reunião que houver.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Então, concedo vistas, pelo Regimento, ao Senador Eduardo Azeredo.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer as palavras do Senador Romeu Tuma, a sua sensibilidade ao analisar a importância deste projeto. Agradecer ao Senador Eduardo Azeredo que, aproveitando essa oportunidade, vai analisar mais profundamente o projeto, e

agradecer a V.Ex^a. pelo seu espírito público, pela seu desprendimento e inclusive pela sua independência. Em nenhum momento, eu sou testemunha, V.Ex^a. fez qualquer reserva a respeito deste projeto ou de colocar este projeto em votação. Pelo contrário, como eu entreguei o parecer ontem, V.Ex^a. foi muito gentil em colocar hoje e me permitir inclusive que lesse o relatório. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço a V.Ex^a. Está encerrada presente Reunião, convocada uma outra para a próxima semana, no horário regimental.

Sessão encerrada às 12h18min.

Ata da Décima Nona Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 21 de junho de 2006, quarta-feira, às 9h30min.

Às dez horas e trinta e cinco minutos, do dia vinte e um de junho de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador **ANTÔNIO CARLOS VALADARES**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **RODOLPHO TOURINHO, LÚCIA VÂNIA, LUIZ PONTES, ROMERO JUCÁ, GERALDO MESQUITA JUNIOR, FLÁVIO ARNS, PAULO PAIM, AUGUSTO BOTELHO, HERÁCLITO FORTES, EDUARDO AZEREDO, SÉRGIO GUERRA E WELLINGTON SALGADO**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senador Antônio Carlos Valadares declara aberta a reunião da Comissão, iniciando com a solenidade de aposição dos retratos dos Senadores Romero Jucá e Lúcia Vânia na galeria de ex-Presidentes da Comissão. O Senador Antônio Carlos Valadares passa a palavra para a mestre de cerimônia que conduz a solenidade. O Senador Antônio Carlos Valadares convida a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Romero Jucá para realizarem o descerramento dos retratos e é encerrada a solenidade. Em seguida, dando continuidade à reunião, o Senador Antonio Carlos Valadares propõe a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação dos projetos. **EXTRA-PAUTA ITEM 11 – REQUERIMENTO Nº 27, DE 2006** “Requer aditamento ao Requerimento nº10 de 2006, referente à Audiência Pública para instruir o PLS nº 25, de 2002, que dispõe sobre o Ato Médico, com os seguintes convidados” – Ministro de Estado da Saúde, Sr. Agenor Álvares; Presidente do Conselho Nacional de Saúde CONASS, Sr. Jurandi Frutuoso – Secretário de Saúde do Estado do Ceará; Presidente do Conselho Federal de Medicina, Sr. Édson Oliveira Andrade; Conselho Federal de Nutricionistas, Sra. Rosane Maria Nascimento”. **Autora** – Senadora Lúcia

Vânia. **Resultado** – Aprovado. **EXTRA-PAUTA ITEM 12 – REQUERIMENTO Nº 28, DE 2006** “Com fundamento no disposto no Art. 58, §2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II do Regimento Interno desta Casa, requer a realização de Audiência Pública, conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos, para o dia 06 de Julho de 2006 às 14:00horas, com vistas a tratar das questões atinentes ao “Fator Previdenciário”, à luz do PLS 296/2003, devendo ser convidados as entidades representativas de empregados”. **Autor** – Senador Paulo Paim. **Resultado** – Aprovado. Os demais itens da Pauta 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 foram adiados. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores – Romero Jucá, Lúcia Vânia e Paulo Paim. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às onze horas e quatro minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Antônio Carlos Valadares, e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com o registro da estenotipia informatizada. – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

SR. PRESIDENTE ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Declaro aberta a 19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa ordinária da 52ª Legislatura que se destina em primeira parte, à Cerimônia de aposição dos retratos do Senador Romero Jucá e da Senadora Lúcia Vânia, na galeria de ex-Presidentes desta Comissão. Já se encontram nesta Comissão, os homenageados. Ao nosso lado direito a Senadora Lúcia Vânia, ao nosso lado esquerdo o Senador Romero Jucá. À minha esquerda, realmente. Então, eu passo a palavra ao Cerimonial para dar início à solenidade.

CERIMONIAL – Excelentíssimas senhoras e Srs. Senadores, senhoras e senhores, bom dia. Damos início à solenidade de descerramento dos retratos do Exmº. Sr. Senador Romero Jucá e da Exmª. Sra. Senadora Lúcia Vânia, na galeria dos ex-presidentes da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.

O Senador Romero Jucá, Economista, pós-graduado em Engenharia Econômica pela UNICAP, foi Governador do território federal de Roraima, Secretário de Habitação do Governo Federal, Presidente desta Comissão e Ministro do Estado da Previdência Social no atual Governo. No período que exerceu a Presidência desta Comissão, foram aprovados, entre outras proposições, Projeto de Lei que dispõe sobre a gestão de Recursos Humanos das agências reguladoras e regimento da Previdência complementar. Em 2003, o Senador Romero Jucá deixou a Presidência da Comissão de Assuntos Sociais do Senado,

ocasião em que tomou posse como Presidente desta Comissão, a Exm^a. Sra. Senadora Lúcia Vânia.

A Senadora Lúcia Vânia, Jornalista, primeira mulher goiana a ocupar uma vaga no Senado Federal e primeira Senadora a presidir a Comissão de Assuntos Sociais, esteve à frente desta Comissão, no período de 2003 a fevereiro de 2005, concentrando esforços no sentido de dar maior transparência aos trabalhos realizados no âmbito da Comissão. Neste período, apreciou 40 projetos dos quais se destacam – A política Nacional de Biossegurança, atividades que envolvem os organismos geneticamente modificados e a reestruturação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança.

O projeto que prevê penalidades para o trabalho escravo, de autoria do Senador Tasso Jereissati. Ressalta-se ainda, durante a sua gestão, como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, a criação das Subcomissões, Permanentes do Idoso, do Meio Ambiente e das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais. Neste momento, temos a honra de ouvir o Exm^o. Sr. Senador Romero Jucá, ex-Presidente desta Comissão.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Exm^o. Sr. Presidente Antônio Carlos Valadares, Senadora Lúcia Vânia, Srs. e Sras. Senadoras.

Eu quero, em rápidas palavras, primeiro agradecer a homenagem e a oportunidade de poder constar na galeria de Presidentes da Comissão de Assuntos Sociais. Para mim foi uma honra e uma condição de trabalho muito importante, poder ter sido Presidente da Comissão de Assuntos Sociais e poder, como membro efetivo à várias Legislaturas dessa Comissão, poder acompanhar o crescimento dessa Comissão e o tipo de papel preponderante que ela vem ao longo dos anos assumindo. Sem dúvida nenhuma, num país como o Brasil, a Comissão de Assuntos Sociais tem um papel tão ou mais importante do que, por exemplo, a Comissão de Assuntos Econômicos.

É bem verdade, que sempre se deu o enfoque de mais preponderância aos assuntos econômicos, mas sem dúvida nenhuma, o que melhora as condições da população são as ações sociais, principalmente, quando a gente tem uma população tão pobre, uma população com uma condição de base que precisa ser melhorada. Então, a Comissão tem ao longo desses anos, aprovado matérias importantes, nós temos tomado posições, a Comissão tem agido e tem se comportado, independente de questões partidárias, acima das questões partidárias e está ao interesse do país, estão as matérias e as proposições que nós temos votado, e portanto, é um prazer muito grande fazer parte dessa galeria e continuar como membro efetivo a fazer parte da Comissão de Assuntos Sociais.

Eu tenho certeza que o Brasil avançou nos programas sociais. Hoje, alguns programas sociais brasileiros são modelo internacional e nós temos condições de aprimorar ainda mais, nós temos um desafio pela frente, que é resgatar a cidadania e a qualidade de vida de milhões de brasileiros. E aqui, na Comissão de Assuntos Sociais, nós temos dado uma colaboração para que isso ocorra.

Então, eu quero parabenizar a todos os membros da Comissão, ao Presidente Antônio Carlos Valadares, dizer que para mim, foi uma honra ser sucedido pela Senadora Lúcia Vânia, eu assumi a Comissão, por uma indicação do PSDB, assumi como Presidente de Comissão, designado pelo PSDB, no momento em que me desliguei do PSDB.

Tinha mandato de dois anos poderia ter continuado como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, mas entendi que deveria entregar o cargo para que, exatamente, para que o PSDB pudesse continuar tendo na proporcionalidade, o espaço definido nesse entendimento. E ao ser sucedido pela Senadora Lúcia Vânia, eu diria que a Comissão ganhou com a substituição. Ela fez um trabalho enorme, um trabalho maravilhoso, um trabalho muito importante. Ela que já vinha com toda uma bagagem, toda uma história, toda uma tradição, toda uma ação política e administrativa nesse setor, pode dar um dinamismo muito grande à Comissão, e portanto, foi uma satisfação ter dividido esse período de dois anos da Comissão de Assuntos Sociais.

Eu tenho certeza que o Presidente Antônio Carlos Valadares, está continuando no mesmo ritmo de trabalho e que nós vamos aprofundar as ações sociais no país, ainda mais. Muito obrigado.

MÔNICA FREITAS – Convidamos para fazer uso da palavra, a Exm^a. Sra. Senadora Lúcia Vânia, ex-Presidente desta Comissão.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Bom dia a todos. Cumprimento o Presidente da Comissão, Senador Valadares, cumprimento o Senador Romero Jucá, todos os Senadores aqui presentes, membros desta Comissão.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a homenagem que nos é prestada neste momento. Agradecer, também ao Senador Romero Jucá, às palavras amáveis, que ele se referiu a mim, e dizer que, realmente, eu peguei uma Comissão já organizada e com dinamismo que é próprio do Senador, nós pudemos tocar a Comissão, sem nenhuma interrupção.

Mas eu quero dizer que para mim foi uma honra muito grande ter recebido essa missão do meu partido, PSDB, e quero nessa oportunidade agradecer o

líder Arthur Virgílio, por ter me confiado uma missão tão importante, principalmente, para o nosso partido, que tem um compromisso social, intenso, com a população brasileira.

E durante o período que nós pudemos presidir essa Comissão, nós procuramos democratizar as informações, estabelecemos convênios com a biblioteca, tivemos o apoio de toda a Consultoria e Assessoria da Casa, esse convênio da biblioteca nos permitiu colocar os livros da área social à disposição da sociedade, através de um link com a Comissão, tivemos também, por parte da biblioteca do Senado, o apoio no sentido de municiar os Srs. Parlamentares, Srs. Senadores, para os debates que se travaram aqui.

Tivemos a oportunidade de trazer para a Comissão o debate da Reforma da Previdência, graças ao apoio que sempre tivemos do Presidente dessa Casa, Senador Renan Calheiros, e anteriormente pelo Senador José Sarney. Trouxemos, também, para cá, um grande debate em torno da questão da biossegurança. Tivemos a oportunidade, através dessa Comissão de fazer a negociação para a aprovação das células tronco, fizemos aqui várias.. Aprovamos vários projetos que beneficiaram, principalmente, a população mais carentes, tivemos a oportunidade de contar com a presença do Senador Flávio Arns, na questão da pessoa portadora de deficiência, tivemos a oportunidade de contar com o Senador Sérgio Cabral, na questão do idoso, e aqui conseguimos discutir e aprovar o Estatuto do Idoso, tivemos a oportunidade de contar com o apoio da Senadora Patrícia Saboya, na questão da criança e do adolescente, e através deste trabalho pudemos, também, por inspiração e debate nessa Comissão, criar a CPI de combate à prostituição infantil e o abuso sexual de crianças e adolescentes. Portanto, tivemos a oportunidade de trazer para essa Comissão, de focar nessa Comissão, todos aqueles assuntos que são do interesse da sociedade e louvamos, como disse aqui o Senador Romero Jucá, porque essa Comissão, era uma Comissão que até então, ela vinha sendo presidida por Senadores que tiveram maior empenho, como hoje presidida pelo nosso Senador Antônio Carlos Valadares, mas é uma Comissão de difícil orientação, uma vez que existe uma tradição, uma cultura no Senado da República, muito voltado para os assuntos econômicos, e acho que essa Legislatura, inovou ao puxar essa discussão para as questões sociais.

Portanto, foi um prazer enorme poder contar com o apoio do meu Vice-Presidente, Senador Papaléo Paes, que foi o meu consultor, meu companheiro nas horas difíceis de debates, de contraditório intenso, que se formou aqui nessa Comissão, mas nós podemos,

realmente, superar as dificuldades no ano eleitoral. Conseguimos aprovar aqui, cerca de quase 50 projetos, tudo isso com o apoio de todo o pessoal.

Quero agradecer aos Assessores da liderança do Governo, à nossa amiga que dá trabalho, mas que em todo caso ela é uma atenta responsável pela condução dos trabalhos do Governo.

Quero agradecer ao líder Mercadante, que foi durante o período muito delicado comigo, me ajudando e entendendo que muitas vezes nós precisávamos aprovar projetos que, às vezes, o Governo não tinha interesse naquele momento, mas que nós conseguimos através da habilidade do líder do Governo, essa aprovação.

Portanto, eu quero desejar ao Presidente atual, à Vice-Presidente Patrícia Saboya, muito sucesso na condução dessa Comissão, e o Senador Valadares tem dado uma força muito grande, tem procurado também, incrementar o debate na área social e tem conseguido bons resultados. Conseguiu o Senador Valadares, reduzir o número de Parlamentares, estabelecendo um *quorum* menor, o que veio facilitar a instalação da Comissão, toda semana e avançamos em vários outros aspectos, inclusive, administrativo, de controle, de transparência, tudo isso graças ao empenho do Senador Valadares. Portanto, quero deixar aqui a todos, os meus agradecimentos aos Srs. Senadores que tiveram sempre presentes comigo, foram parceiros, companheiros, e quero deixar esses agradecimentos aos Assessores, à Comissão, à Gisele, que hoje comanda toda uma equipe de técnicos que têm sido muito dedicados. Portanto, deixo meu abraço, meu carinho e meus agradecimentos, Sr. Presidente.

CERIMONIAL – Neste momento ouviremos o Exm^o. Sr. Senador Antônio Carlos Valadares, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

SR. PRESIDENTE ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Srs. Senadores, Sras. Senadoras. É uma alegria muito grande estar presente a essa solenidade de aposição dos retratos de dois grandes Senadores que edificaram pelo seu trabalho o Senado Federal, não apenas na Comissão de Assuntos Sociais, mas no plenário e nas demais Comissões. O Senador Romero Jucá e a Senadora Lúcia Vânia.

Uma solenidade como esta não poderia deixar de ser feita, de ser executada, de vez que esta Comissão tem um papel importante a desempenhar na área social. Ela tem atribuições específicas, cuidando e se preocupando com a saúde da população brasileira, com a geração de emprego e renda, com a regulamentação das profissões, enfim, uma gama de serviços e de atividades que têm que ser exercidas com a maior transparência, com a maior eficiência.

Nós poderíamos colocar os retratos sem essa solenidade, não teríamos feito justiça e legitimando o trabalho que ambos fizeram quando presidiram esta Comissão. O Senador Jucá, ele pontifica, acima de tudo nesta Casa, pelo equilíbrio, levantamento e grande poder de articulação. Com bastante equilíbrio ele consegue retirar leite de pedras, porque não é fácil fazer uma articulação política numa Casa onde existem 81 Senadores, todos da maior importância nos seus Estados, ex-Governadores, ex-Secretários de Estado, ex-Prefeitos, ex-Ministros e até ex-Presidentes da República, todos com todo o direito de exercerem com eficiência, com legitimidade função tão nobilitante que é de Senador da República e de Senadora da República. E ele consegue, seja, como vice-líder do Governo, seja como líder do Governo, fazer tratativas de modo a que, mesmo o Governo em determinados momentos, não contando com a maioria, aprovar projetos importantes para o Brasil, numa prova da eficiência do seu trabalho, do bom relacionamento que ele tem com os seus colegas e com as suas colegas. E também da consideração que todos os partidos políticos e do respeito, que todos nós temos ao Senador Romero Jucá. Realmente, é um cavalheiro, um homem incapaz de uma grosseria com o seu colega, um homem paciente, e preocupado com o fortalecimento da democracia e o prestígio do Senado Federal.

Senadora Lúcia Vânia, que também exerceu a Presidência desta Comissão, deixou marcada a sua passagem, aliás, numa tradição que sempre marcou a sua vida política, a sua vida pública de mais de 25 anos, sempre devotada à solução dos problemas sociais do Brasil.

Estamos, como disse o Senador Romero Jucá, nós vivemos num país pobre e desigual, onde muitas distorções têm que ser corrigidas. A área econômica é importante, sem dúvida alguma, que o país crescendo, nós poderemos resolver com maior celeridade, os problemas que mais atormentam a população mais pobre, mas não podemos colocar num segundo plano, a preocupação com o social.

O social que gera trabalho, no sentido de colocar todos os jovens no mercado de trabalho, são milhões e milhões de brasileiros que anualmente saem das faculdades à procura de um emprego, e portanto, essa preocupação tem que ser fundamental.

E aqui nesta Comissão, é como uma das suas atividades é a geração de emprego e renda, é a regulamentação das profissões e além disso, a Senadora Lúcia Vânia, é uma pessoa preocupada com a saúde da população. Tanto que ela foi designada Relatora do ato médico, que devido a ser um projeto polêmico, S.Ex^a. age com muita moderação, com muito equilíbrio, consultando a todos os segmentos voltados para

a saúde, para que saia um projeto consentâneo, pelo menos com o desejo da maioria do setor de saúde, do setor médico do Brasil, envolvendo os vários segmentos da saúde do nosso país.

Portanto, a Comissão de Assuntos Sociais, e também tem, como atividade específica, voltar-se para os problemas da saúde, ela exerce um papel preponderante entre as Comissões existentes no Senado Federal, uma vez que a saúde no país, apesar dos esforços que têm sido desenvolvidos pelos Parlamentares, já que a PEC da saúde passou por aqui depois de ter tramitado sete anos na Câmara dos Deputados, passou aqui apenas seis meses no Senado Federal. Uma prova, evidente, de que há uma diferenciação, sem querer atingir a Câmara dos Deputados, no que diz respeito à velocidade com que as matérias andam no Senado Federal. Em seis meses eu fui Relator nessa matéria, e nós conseguimos aprovar a chamada Emenda 29, que trata do financiamento público da saúde do Brasil. E essa Comissão tem como fim específico, dentre outros, cuidar da saúde.

E a Senadora Lúcia Vânia, é uma das mais lutas, para que a saúde no Brasil seja distribuída de forma equitativa, igualitária, fortalecendo os Estados, os Municípios com a descentralização, porque a Constituição fala na descentralização e infelizmente isso ainda não aconteceu, mas temos certeza absoluta que dentro em pouco, todos os Municípios estarão em condições técnicas e administrativas para gerirem seus problemas de saúde, sem a necessidade de repasses dos Estados, muitos dos quais não fazem adequadamente, em virtude até de problemas políticos e partidários, e com isso quem sofre é a população mais pobre.

Portanto, para mim é uma alegria muito grande, tenho certeza que todos os Senadores e Senadoras que aqui se encontram, fazer essa homenagem merecida, traduzindo assim, o apreço que nós temos ao Senador Romero Jucá e à Senadora Lúcia Vânia, por tudo que fizeram por esta Comissão, pelo Brasil e pelo Senado Federal.

Meus parabéns ao Senador Romero Jucá e as minhas felicitações à Senadora Lúcia Vânia. Muito obrigado pela presença de todos.

[Palmas].

CERIMONIAL – Senhoras e senhores, neste momento, o Exm^o. Sr. Senador Antônio Carlos Valadares irá descerrar os retratos do Exm^{os}. Senhores Senadores Romero Jucá e Lúcia Vânia, na galeria de ex-Presidentes desta Comissão de Assuntos Sociais.

Agradecemos a presença de todos e tenham um bom dia.

Sessão suspensa às 10h59min.

Sessão reaberta às 11h.

SR. PRESIDENTE ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Senadores e Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu proponho aos Srs. Senadores, encerrar essa Sessão. Antes do seu encerramento, aprovar alguns requerimentos da autoria dos Srs. Senadores, uma vez que dentro em pouco, o Senado Federal estará prestando uma homenagem ao ex-Governador Leonel Brizola, um dos grandes homens públicos do Brasil, que valeu o seu trabalho, pela coerência, pela coragem e testemunho em defender a nação brasileira, sempre em defesa, por exemplo, do monopólio do petróleo, da educação, trabalhou pela Previdência, enfim, foi um homem que, sobretudo, marcou a sua presença na política do Brasil, pela sua coerência. Podemos até, num ou outro ponto, discordarmos do ex-Deputado, ex-Governador Leonel Brizola, mas ele manteve-se até o fim de forma coerente, o que significa, um exemplo e um padrão de político para o nosso País.

V. Ex^a deseja falar, após a leitura do requerimento.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Meu presente vai ser cumprimentar, falar de V. Ex^a. Eu acho que o ex-Governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, hoje são dois anos de sua morte, V. Ex^a. faz uma homenagem aqui, ao suspender os trabalhos no dia de hoje, pelo menos, para que todos os Senadores possam ir ao plenário, prestar a sua homenagem ao grande Leonel Brizola, que para mim, foi o maior político da nossa geração.

SR. PRESIDENTE ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Tenho certeza que V. Ex^a. estará lá na Tribuna, fazendo sua homenagem...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Estarei lá, fazendo minha homenagem a ele.

SR. PRESIDENTE ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): ...ao seu conterrâneo que honra o Brasil.

Tem um requerimento da Senadora Lúcia Vânia, que requer o aditamento ao requerimento nº 10 de 2006, referente à Audiência Pública para instruir o PLS 25 de 2002, que dispõe sobre o ato médico. Então, além das pessoas que já foram ouvidas, a Senadora propõe que sejam ouvidos o Ministro de Estado da Saúde, o Presidente do Conselho Nacional da Saúde, o Presidente do Conselho Federal de Medicina e o Presidente do Conselho Federal de Nutricionistas. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

O Senador Paulo Paim, também apresenta requerimento com fundamento no Artigo 58, § 2º. do Inciso II da Constituição Federal, que requer a realização de Audiência Pública, conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos, para no dia 7 de julho de 2006.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente. Houve um equívoco, já resolvido na Comissão de Assuntos Econômicos, seria no dia 6, que é uma quinta-feira.

SR. PRESIDENTE ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Dia 6? Não tem jogo do Brasil? Dia 6, ainda estamos na copa, termina no dia 9.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Então, vamos aprovar como está...

SR. PRESIDENTE ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Dia 6, não é? O dia 7 é dia de quê?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – É uma sexta-feira. Daí alguns Senadores pediram para mim, que é um assunto tão importante, e eu concordei com eles, trazer para quinta, para se fazer esse debate.

SR. PRESIDENTE ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Se houver algum contratempo, ainda há jeito de mudar a data. Então fica para o dia 6 de julho de 2006, às 14h00, com vistas a tratar das questões atinentes ao fator previdenciário, à luz do PLS 296 de 2003, devendo ser convidadas as entidades representativas dos empregados. E há uma lista extensa de mais de 30 pessoas.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Inclusive, do Ministério da Previdência. É fundamental o Ministério da Previdência.

SR. PRESIDENTE ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Os Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Está encerrada esta Reunião, convocada a outra para a próxima quarta-feira, a partir das 09h30.

Sessão Encerrada às 11h4min.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ata da Segunda Reunião da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com deficiência da 4ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 8 de junho de 2006, quinta-feira, às 10 horas.

Às dez horas e quarenta minutos, do dia oito de junho de dois mil e seis, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a Presidência do Senhor Senador Augusto Botelho, reúne-se a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, com a presença dos Senhores Senadores **EDUARDO AZEREDO, PATRICIA**

SABOYA GOMES E AUGUSTO BOTELHO. Também compareceu à reunião o Senador **ROMEU TUMA.** Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. O Senador Augusto Botelho declara aberto os trabalhos, submetendo a dispensa de leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Inicia – se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 25– CAS, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que “requer nos termos regimentais a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente de assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência, com a presença da Sr. Andréa Schwarz, consultora para projetos ligados à qualidade de vida e inclusão social das pessoas com necessidades especiais”, com o tema “Inclusão socioeconômica de Pessoa com Deficiência”. O Senador Augusto Botelho convida para compor a mesa os convidados – A Sra. Andréa Schwarz – Consultora para projetos ligados à qualidade de vida e inclusão social das pessoas com necessidades especiais, e o Sr. Jaques Haber, também consultor e um dos diretores da empresa “i-social”. Às dez horas e quarenta e dois minutos o Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Subcomissão, assume os trabalhos. Às onze horas e vinte e nove minutos a Senadora Patrícia Saboya Gomes assume a Presidência da mesa, e concede a palavra para as pessoas que quiseram se manifestar. Usaram a palavra os senhores – Aires, da Assessoria do Senador Flávio Arns, Deise da Rosa, da Taquigrafia do Senado, Ivanilde, da Assessoria do Senador Flávio Arns, Mônica Freitas, da Presidência do Senado Federal, Naiá, Representante da Associação da Defesa dos Direitos Civis e do Consumidor, Manuel, da Subsecretaria do Pessoal Inativo do Senado Federal, Simone Vieira, Diretora da Biblioteca do Senado Federal, Cristina, da Assessoria do Senador Eduardo Azeredo, Magneli, do Instituto Profissionalizante para Portadores de Deficiência, Jean Ferreira dos Santos, do Instituto Legislativo Brasileiro do Senado Federal, Roberto, do Senado Federal. Em seguida, os palestrantes fizeram suas considerações finais. Andréa Schwarz. Fez uso da palavra o Senador – Romeu Tuma. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Eduardo Azeredo, e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **Eduardo Azeredo**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer como se acham. Aprovada a Ata.

Convido a Srª Andréa Schwarz e seu marido Sr. Jacques Aber, a tomar lugar à Mesa para dar início a sua Palestra. O tema vai ser – “Inclusão Socioeconômica de Pessoa com Deficiência”. Senador Eduardo, bem-vindo. Passo a Presidência ao Senador Eduardo Azeredo.

[Troca de Presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Dando prosseguimento, portanto, aos trabalhos, já com a presença da Srª. Andréa Schwarz, nós vamos iniciar esta Audiência Pública com a apresentação sobre... Pela Consultora, dos Projetos ligados à qualidade de vida e inclusão social das pessoas com necessidades especiais. A Palestra denomina-se “Inclusão Socioeconômica de Pessoa com Deficiência”. Agradeço ao Senador Augusto Botelho. E, então, passo a palavra aos nossos dois palestrantes, a Andréa e o Jacques Aber.

SR. JACQUES ABER – Bom. Bom dia a todos. Agradeço a presença. A gente vai falar, hoje, um pouquinho, vai traçar um panorama geral da inclusão socioeconômica de pessoas com deficiência.

O que a gente vai trazer para vocês, hoje, já são informações super atualizadas, novas, que, provenientes de uma pesquisa grande, em nível Brasil, que estamos fazendo, em parceria com a FEBRABAN, que é a Federação Brasileira dos Bancos. A gente vai traçar um panorama social, econômico e cultural das pessoas com deficiência no nosso País. Eu e a Andréa Schwarz, nós somos Sócios-Diretores da i-Social. Por favor, próximo... Pode falar.

SRA. ANDRÉA SCHWARZ – Bom dia a todos. Está ligado? Agora está. A i-Social, acho que, não sei se todo mundo tem conhecimento, é uma Consultoria focada em inclusão socioeconômica de pessoas com deficiência, onde a gente atua em grandes empresas de São Paulo. Nosso foco é, realmente, empresas privadas, onde a gente quer transformar, enfim, a questão da inclusão econômica de pessoas com deficiência.

Então, a gente atua em três focos principais. Programa de inclusão no mercado de trabalho, programa de Consultoria e atendimento a clientes com neces-

sidades especiais e projetos de responsabilidade social, como vocês puderam ver ontem, um deles, é a exposição e imagens da exclusão. O que a gente quis trazer, para vocês, foi algo novo. Algo que vocês não têm, enfim, algo que não é todo mundo que ainda tem o conhecimento, que é conhecer um pouquinho mais dessa população.

Por quê? Porque, quando a gente fala em atuar, em pensar em um programa de inclusão social para essas pessoas, a gente tem que saber quem é esse público, de quem a gente está falando. E quando eu busquei isso no Censo, tinham poucas informações. Então, a gente, juntamente com a FEBRABAN, decidiu contratar uma pesquisa e conhecer, assim, quem, realmente, são as pessoas com deficiência, qual seu potencial de consumo, quantas são, economicamente ativas? A gente não tinha nenhum... Quantas estão preparadas para o mercado de trabalho? A gente não tinha nenhuma dessas informações, a gente foi atrás, então, a gente vai trazer para vocês, em primeira mão, o que significa cada um desses dados que a gente buscou, como resultado.

SR. JACQUES ABER – Eu vou ficar de pé. A gente vai alternando, eu e a Andréa. Acho que fica mais fácil da gente ir mostrando aqui, no slide. Então, é exatamente como eu falei, é a questão social, legal e mercadológica da inclusão de pessoas com deficiência. Por favor, próximo slide.

Vamos começar pela questão social. Esses dados... Acho que já é de conhecimento de todos, a gente tem, mais ou menos, quase 25 milhões de pessoas com deficiência, hoje, no nosso País, de acordo com o Censo do IBGE, em 2000. Acredita-se que, hoje, esse número já seja mais elevado. Estamos em 2006. E a gente acredita que seja, já, em torno de 27, 28 milhões de pessoas com deficiência, hoje, já no nosso País.

A distribuição do percentual dos tipos de deficiência, a gente pode ver aqui, a maior parte, é composta por pessoas com deficiência visual, não totalmente cegas, mas também, grande parte, com sub-visão, uma perda gradual de visão. Por favor.

E aqui, a gente tem um dado bastante alarmante. É um número que só vem crescendo, mês a mês. Em função da nossa violência urbana, em função de acidentes de trânsito, de armas de fogo, a gente tem um incremento nesse número de, em média, oito mil brasileiros por mês adquirem uma nova, uma deficiência. Então, nós vivemos, hoje, infelizmente, uma guerra civil não declarada. A qualquer momento estamos sujeitos a adquirir uma deficiência. E a gente vê que esse número vai crescendo em progressão geométrica. A gente não tem uma retração desse número. Esse número só aumenta cada vez mais.

E aqui, aqui já são dados bem importantes. Se referem ao nível de qualificação desse público com deficiência. Se a gente somar essas três primeiras colunas a gente chega a quase 80%, dessa população, com um nível de qualificação muito baixo, com menos de oito anos de estudo. Isso significa menos do que o 2º grau completo. Isso, talvez, seja uma das maiores dificuldades que nós, como Consultores, que atuamos em grandes empresas, que tentam cumprir a Lei de Cotas, enfrentam, no momento de incluir essas pessoas no mercado de trabalho. Porque são pessoas que estão menos qualificadas do que a média. E elas precisam de um investimento sério em educação.

E aqui, a gente começa a traçar um pouquinho mais, um perfil sócio econômico dessas pessoas. A gente pode ver que quase 50% das pessoas com deficiência, que foram apuradas pelo Censo, são chefes de família. Então, têm mulher, têm filhos, levam uma vida normal, como todos, têm contas para pagar, têm renda. Elas se concentram, principalmente, nas regiões Sudeste e Nordeste. Praticamente metade delas são moradores de cidades, grandes cidades com mais de 100 mil habitantes. Aquele dado que eu falei, quase 80%, tem baixa escolaridade, até sete anos de estudo. É bem distribuída entre homens e mulheres, casados e solteiros, a maior parte é católica e possuem, a maior faixa de concentração, estão com idade entre 25 e 44 anos ou mais de 60. Próximo slide.

E aqui, a gente já começa a ver dados mais ligados a... Dados mais econômicos dessa população. Quase 50% dessa população que eu falei, de quase 25 milhões de pessoas, são economicamente ativas. Então, estão em idade para trabalhar, porque se você pegar 25 milhões e começar a decupar isso, a gente começa a filtrar e começa a perceber que – São todas essas pessoas que podem entrar no mercado de trabalho? Não. Tem pessoas que são crianças, nessa população, tem pessoas que são idosas, tem pessoas que estão aposentadas por invalidez.

Então, você tem, por exemplo, 12% dessa população ela é aposentada por invalidez. Isso, não sei se vocês sabem, mas impede, a inclusão dessas pessoas no mercado de trabalho. A partir do momento que você se declara inválido para o trabalho, você não pode ser registrado no regime CLT. Um dado bastante alarmante que a gente vê – Quase 63% ganham até um salário mínimo. É uma renda ainda muito baixa para essa população. E a gente tem mais ou menos, em média, 575 mil trabalhadores formais, já, no nosso País. Esse número vem crescendo. A gente vai mostrar para vocês. Mas ainda é muito baixo. Próximo slide.

SRA. ANDRÉA SCHWARZ – Porque, na verdade, o que a gente está tentando mostrar para vocês é

– Como é que a gente enxerga que acontece a inclusão social de pessoas com deficiência. A gente acredita que a gente tem que encarar-la sobre três vertentes – Uma questão social, que o Jacques mostrou para vocês, são pessoas que, realmente, ficaram excluídas da sociedade, são pessoas que, realmente, em grande parte delas, em uma grande concentração, estão aposentados por invalidez, enfim, a gente tem uma Lei de Cotas onde as pessoas estão começando a abrir mão de sua aposentadoria para voltar a ser economicamente ativas.

A gente tem uma população com baixa escolaridade, que é preocupante. Mas, também, a gente tem essa questão, essa questão social do nosso País. É uma população gigantesca. Agora, tem a questão legal, que também faz parte dessa inclusão. A gente tem uma série de leis que favorecem essa inclusão. Acho que a principal delas é a Lei de Cotas. Eu acho essa lei muito importante. Eu acredito que ela veio para somar.

Enfim, não tinha uma fiscalização pesada, como hoje em São Paulo tem. Acredito que aqui em Brasília também está tendo. Enfim, as DRTs, o Ministério Público do Trabalho, estão indo atrás das empresas, estão cobrando se essas pessoas estão empregadas ou não, se as pessoas estão entrando no mercado de trabalho e estão mostrando, para a sociedade, que elas são consumidoras. Eu lembro que quando eu comecei a trabalhar com inclusão social, eu falava sobre consumidor com deficiência, eu mostrava, eu sou consumidora, eu compro roupa, eu uso celular, eu como, os empresários olhavam para mim e falavam – Nossa, eu preciso de um sanitário adaptado para circular no seu estabelecimento, preciso de uma rampa. Mas deficiente vai ao banheiro? Deficiente come? Enfim.

A gente vê que, com essa Lei de Cotas, o que está começando a movimentar? As pessoas estão ficando com dinheiro no bolso e estão sendo consumidoras. Elas começam a aparecer na sociedade, a gente começa a ver essas pessoas mais freqüentemente, enfim, com mais freqüência em shoppings, enfim, nas ruas. E isso é muito importante. Então, isso se deu, realmente, graças à legislação que a gente tem. Pode passar, por favor.

A gente tem, aí, o panorama das principais legislações, hoje, no Brasil. A gente tem aí o Decreto, o último, 5296, que vem regulamentar a Lei de Acessibilidade e Atendimento Prioritário para essas pessoas. Agora o que falta, realmente, é como cumprir essa lei, como fazer com que a sociedade cumpra essas leis e que essas leis sejam adaptadas para a nossa realidade. Enfim, a principal delas, acho, que é a questão da Lei de Cotas, onde a gente tem que as empresas cumpram, enfim,

uma certa percentagem de pessoas com deficiência. Mas a maioria das pessoas com deficiência não estão qualificadas. Então, a gente tem que prever, como em outros Países, como na Espanha, onde as empresas que investem em capacitação conseguem e tem um tempo maior para estar inserindo, contratando, essas pessoas. Então, o que falta, realmente, é adequar, um pouco, essa legislação para realidade do nosso País, da questão social das pessoas com deficiência. Pode passar, por favor.

E a gente fala, um pouquinho, da questão mercadológica dessa inclusão. Enfim, a gente tem aí, são nove milhões de pessoas em idade economicamente ativa para entrar no mercado de trabalho. Apenas um milhão, dessas pessoas, estão trabalhando onde, nos Estados Unidos, em Países mais avançados, 30% dessa população já trabalha, ou seja, teve um avanço na contratação,, mas ainda pouca gente que está trabalhando no mercado formal. Isso é preocupante, realmente. A gente vê ainda que pessoas com deficiência recebem baixo salário, não possuem condições de segurança de trabalho. Então, ainda tem muito que se evoluir nisso. Em torno de 2001... Oi?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Na Palestra anterior, vocês falavam em 47% do pessoal empregado. Aí está só 11...

SRA. ANDRÉA SCHWARZ – Empregada,, mas não com carteira assinada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – ... na atividade econômica. Esse 11 só de carteira assinada?

SRA. ANDRÉA SCHWARZ – Esse 11 é só de...

SR. JACQUES ABER – Quando a gente fala que... Aquele 47,5%, na verdade, são pessoas que já têm algum tipo de rendimento. Não formalmente empregadas. Então, pode ser informalmente, ele pode ter um negócio próprio. Ele pode fazer alguma atividade que não seja necessariamente CLT.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Então, na verdade, essa informação aí, terminando o trabalho, teria que que colocar, não é, com carteira assinada. Tá bom?

SR. JACQUES ABER – Tá. Na verdade, o que a gente percebe? A gente lida com várias empresas, principalmente lá em São Paulo, multinacionais. E a gente percebe que existe uma grande vontade de incluir essas pessoas no mercado de trabalho. A gente percebe que essa inclusão é muito difícil, do ponto de vista sócio cultural. Por quê? A gente vive um momento de transformação. A gente, quando a gente fala de inclusão de pessoas com deficiência, não significa só ter boa vontade e contratar essas pessoas. A gente precisa, por exemplo, adequar o nosso espaço físico,

adequar a nossa questão 'atitudinal', a nossa questão cultural, a gente precisa separar, preparar gestores, liderança das empresas e preparar, também, pessoas com deficiência.

O grande problema que a gente descobre aqui, é que as pessoas com deficiência também precisam ser preparadas. Elas também precisam se capacitar para entrar no mercado de trabalho. Porque a gente vê, por exemplo, empresas que contratam pessoas com deficiência e, depois de cinco ou seis anos, você olha para trás, elas estão no mesmo lugar, estão estagnadas. Por quê? Porque não têm a possibilidade de subir na carreira, de ter uma perspectiva de crescimento. Então, a gente começa a ver aqui, de 2001 para 2005, a gente teve um crescimento, no número de contratações de pessoas com deficiência, de mais de 5.000%. É um número ótimo,, mas ele ainda é muito baixo. Em comparação com o ano anterior, as contratações de pessoas com deficiência cresceram mais de cinco vezes.

A gente vem num crescente de evolução. Até o primeiro semestre de 2005 já haviam 30.278 pessoas com deficiência trabalhando. Isso em São Paulo. E 3.698 empresas contratando. Porém, só no Estado de São Paulo, nós temos 7.453 empresas que devem cumprir as cotas. E mais de 130 mil vagas a serem preenchidas. Ou seja, se todas as empresas cumprissem a cota, a gente teria uma demanda, uma oferta de vagas de mais de 130 mil vagas. A gente tem um pouco mais de 30 mil pessoas já empregadas. Então, mesmo a gente vendo que estamos evoluindo, também temos um longo caminho a percorrer.

Desse total, 57% das empresas, que correspondem a 70% dos postos de trabalho disponíveis, se encontram em apenas... Estão concentradas em 18 grandes cidades, principalmente São Paulo. Então, aqui é um gráfico onde nós conseguimos enxergar esse movimento de evolução. Em 2001, por exemplo, nós tínhamos 601 pessoas empregadas, com deficiência. E apenas 12 empresas contratando. Hoje, já, em 2005, que são os dados mais recentes, nós temos já mais de 35 mil pessoas, com deficiência, empregadas e mais de quatro mil empresas contratando. Não necessariamente que estão cumprindo a cota, mas, que já estão em movimentos de contratação, de inclusão de pessoas no mercado de trabalho.

Isso a gente já falou. É mais um gráfico para a gente ver, comparar, a taxa de desemprego entre a população com deficiência e a população sem deficiência.

E aqui, é um estudo, que nós fizemos nessa pesquisa, onde a gente pegou, por exemplo, a população, mais ou menos, economicamente ativa aqui... É aque-

le público alvo que mais entra nas empresas, que são pessoas de 20 a 34 anos, essa faixa amarela, a gente pode enxergar, é o público alvo, são as pessoas que estão entrando no mercado de trabalho. A gente cruzou idade com grau de instrução. E a gente comparou isso com o número de vagas disponíveis no Brasil, é uma média mais ou menos, é um número aproximado de quantas vagas a Lei de Cotas geraria no nosso País? Se você pegar todas as empresas, que têm 100 ou mais funcionários, a gente chega a um número, aproximado, de 518 mil vagas no mercado de trabalho.

Esse número ele é novo, ele é inédito. A gente ainda ficava muito no 'achismo', achando que a gente não sabia exatamente quantas vagas essa Lei de Cotas poderia gerar. E a gente chegou nesse número aproximado de 518 mil vagas. Mas a gente começa a perceber que, pela falta de qualificação desse público, a gente começa a ter dificuldades de incluir essas pessoas. Por quê? Se você somar essa faixa amarela que são pessoas de 20 a 34 anos, de oito anos mínimos de instrução, de grau de instrução, que significa segundo grau completo. Por exemplo, para um Banco já é uma exigência muito baixa, você ter um 2º Grau completo. Você tem que ter, pelo menos, um nível universitário para entrar numa grande empresa. Mas, se você somar isso, você tem 228 mil pessoas; daqueles 25 milhões de pessoas, a gente filtrou isso. E chega a 228 mil pessoas preparadas para entrar no mercado de trabalho contra 518 mil vagas. São, mais ou menos, duas vagas para cada pessoa. Ou até um pouquinho mais.

E aí a gente começa a perceber, nessa faixa azul, que a gente tem um grande potencial de pessoas que estão chegando no mercado de trabalho. Pessoas mais jovens e pessoas que, também, tem um grande de instrução ainda baixo,, mas que são compatíveis com as suas idades,, mas que é, nesse público, que talvez esteja a grande solução do problema de preenchimento de cotas. Por quê? Esse público está chegando no mercado de trabalho. Essa é a hora de capacitar esse público. Essa é a hora de dar instrução para essas pessoas. Por quê? A gente tem um milhão e meio de pessoas com deficiência que estão chegando. Daqui há dois, três, quatro, cinco, seis anos elas estão vindo para o mercado de trabalho. E elas precisam ser capacitadas. Por quê? A situação hoje, atual, provavelmente, essas 228 mil pessoas, grande parte delas, já está empregada. Lembra que a gente falou? Só em São Paulo a gente tem quase 40 mil pessoas empregadas CLT. A gente tem grande parte desse público e hoje a gente vê isso nas empresas, as pessoas que têm deficiência e que têm qualificação, elas estão sendo disputadas, hoje, no mercado de trabalho.

Então, você vê empresas, que a gente chama em Recursos Humanos, de *hunting*, que é você estar caçando pessoas com deficiência em outras empresas. Você não está incluindo pessoas que estavam fora do mercado de trabalho. Você está buscando pessoas, que já estão empregadas em empresas, oferecendo um salário um pouco maior e você está fazendo esse rodízio entre essas pessoas que já estão qualificadas, já estão inseridas no mercado de trabalho, enquanto a grande parte da população, com deficiência, não têm um grau de instrução suficiente para entrar no mercado de trabalho. Ou, quando a empresa coloca, não consegue fazer com que essa pessoa cresça a médio ou longo prazo.

Então, a gente também tem um problema não só em incluir, mas, depois de incluir, a gente tem um problema, também, de fazer com que essa pessoa evolua. Então, aqui a gente, essa pesquisa da FEBRABAN, a gente separou em três grandes partes. Uma parte qualitativa, onde a gente tira essas conclusões que nós fizemos, *focus group* que chama e a gente conversou com grupos de pessoas com diferentes tipos de deficiência. O que a gente viu? Existe uma rejeição do rótulo de super-homem. Não existe essa história de que a pessoa com deficiência ela é melhor do que... Isso opiniões deles próprios.

Eles não são melhores do que ninguém ou do que uma pessoa que não tenha deficiência. Eles enxergam que a deficiência é um problema, como, é uma dificuldade, como muitas outras e que, assim como uma pessoa sem deficiência pode ter um problema na vida, uma dificuldade, você tem essa capacidade normal, como ser humano, de superar isso. Não significa você ter uma deficiência que você pode ser considerado uma pessoa melhor ou um super-homem.

SRA. ANDRÉA SCHWARZ – É engraçado que eles, até nos *focus group*, eles mencionaram assim – “Eu não gosto quando, no mercado de trabalho, meu gestor vira para mim e fala – “Nossa tem um deficiente que ele é ótimo, ele é o mais eficaz, é o mais pontual, o mais...” O que está acontecendo? Esse rótulo de super-mulher, de super-homem, a pessoa com deficiência quer ser encarada como qualquer outro profissional, como qualquer outra pessoa, então eles frisaram isso bem nesses *focus group*.

Eles, também, acreditam que a deficiência não atribui nenhuma diferenciação daquela já evidente, então é óbvio, a Andréa usa cadeira de rodas, mas só é só isso, as pessoas são desprovidas de informações sobre como se relacionar com pessoas com deficiência.

Ainda é uma questão, realmente, um paradigma, a ser quebrado, as pessoas têm medo de se relacionar

com o diferente. A falta de informação gera tratamento inadequado. Então, eu não sei como tratar ele... Então ou eu vou, enfim, tratar com assistencialismo, enfim, ou com super cuidado, paternalismo. Então, eles acham, ainda, que a falta de informação gera esse tratamento inadequado.

SR. JACQUES ABER – E, só desculpa te interromper. Mas aí eu acho que está a grande questão. Porque muita gente fala em preconceito, mas até nós, pela nossa vivência, a gente não enxerga preconceito, a gente enxerga falta de informação. No momento em que você está disposto a incluir essas pessoas, você começa a perceber que as pessoas são desprovidas de informação. E informação é a chave de tudo. Quando a gente fala de pessoas com deficiência, a gente tem que, mais do que acesso físico, pensar em informação, em educação, em informação. Não só para as pessoas com deficiência, mas também, para a sociedade em geral.

Aqui, por exemplo, a gente está fazendo esse diagnóstico aqui no Senado e a gente percebe que existe boa vontade, existem pessoas preparadas, pessoas que estão, realmente, dispostas a fazer. Então, não é que a rampa não exista porque as pessoas não querem. Mas, simplesmente, porque elas estão indo em busca da informação adequada, para conseguir fazer com que as reformas físicas aconteçam. Estrutura física é consequência de você ter a informação. Porque que, de repente, Brasília não foi projetada pensando no desenho universal, pensando num acesso para todos? Porque naquela época, na década de 50, não se pensava nessa questão do desenho universal. Então, todos os prédios, as ruas; a cidade foi planejada sem contemplar essa questão do acesso para todos. Então, isso a gente começa a perceber que, hoje, um empreendimento, um prédio comercial, um Shopping Center não é mais construído sem acessibilidade.

Então, a gente percebe, assim, para você adaptar uma estrutura já existente, que foi concebida sem essa informação, é mais difícil do que você fazer um novo projeto totalmente acessível, tá? E a gente percebe que a inclusão é um processo bi-direcional, ele é da sociedade para a pessoa com deficiência. Mas ele, também, é da pessoa com deficiência para a sociedade. Enquanto nós vamos em busca de informações, a pessoa com deficiência ela, também, tem que fornecer essas informações para a gente.

Então, aqui a gente já começa a tirar algumas conclusões. A Lei de Cotas, a 8.213 de 91, ela promoveu, realmente, um crescimento acelerado do mercado de trabalho para pessoas com deficiência. Porém, a formação e a qualificação do segmento beneficiado pela lei é fator inibidor. Por mais que a gente perceba, mais uma

vez, que as pessoas, as empresas, estão dispostas a contratar, a gente esbarra nesse fator que é a falta de qualificação. No cenário atual, a oferta de posições é maior do que a disponibilidade de pessoas com deficiência. Aquele quadro que eu mostrei para vocês. Existe um potencial de um milhão e meio de pessoas com deficiência, que estão chegando no mercado de trabalho e que a gente tem que cuidar para que eles sejam qualificados, para que eles tenham igualdade de oportunidades. Próximo.

E a própria retenção, desse empregado com deficiência, exige uma melhor qualificação. Não adianta a gente incluir, simplesmente por incluir, e deixar a pessoa segmentada, isolada e formar guetos dentro das empresas. A pessoa tem que ter essa capacidade de, também, poder evoluir e competir, de igual para igual, com os outros funcionários sem deficiência. Então, existe essa necessidade de investimentos em educação. Isso, talvez, seja a grande chave para a inclusão – a educação. Sendo esta a única possibilidade de crescimento desse índice de emprego. O que a gente percebe é que a gente chegou a um momento em que a gente está um pouco estagnada. A gente tenta incluir, mas a gente não consegue encontrar pessoas qualificadas, para poderem estar entrando no mercado de trabalho e agregando o valor à empresa.

Não adianta a gente só colocar a pessoa. A pessoa tem que ser. Ela também tem que agregar valor para a empresa. Como qualquer outro funcionário. E esse universo, de pessoas com deficiência, simplesmente ele reflete de forma mais agravada, o que acontece, em termos de educação, no nosso País. As pessoas, no geral, são, possuem um nível baixo de qualificação no nosso País. Mas, mesmo assim, a gente comparando o universo de pessoas com deficiência e pessoas sem deficiência, a gente tem um nível mais baixo ainda, num universo de PCDs. E a inclusão depende, muito, dessa educação. A gente percebe que boa vontade já existe. A gente já está com esse assunto em evidência. As pessoas estão dispostas a incluir, as pessoas com deficiência estão dispostas a trabalhar. Mas, enquanto não for investido em educação, a gente vai esbarrar nesse problema, de falta de qualificação. A gente encerra por aqui. Fica à disposição de perguntas. E agradece a presença de todos.

[Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Passamos à fase de algumas informações adicionais. Consulto o Senador Augusto Botelho, se quer usar da palavra.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Os senhores, eu vi que é um grupo novo. Começou há pouco tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – O Augusto é Médico.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Sou Médico, é. E realmente, eu, por exemplo, eu não tinha, sou médico e convivo, tenho parentes deficientes. E tenho pessoas... E participo das Associações, lá de Roraima, ajudei a fundar algumas. Mas eu, realmente, não tinha, assim, sentido, ainda, a inadaptação da pessoa também é uma dificuldade, que vocês relataram, muito bem, aí. E, graças a Deus, no meu Estado, nós já estamos evoluindo para essas pessoas, todas, estudarem, os deficientes em escolas, como todos os alunos, para incluir, realmente, essas pessoas.

Então, estamos tendo muita dificuldade, porque nós temos poucas pessoas capacitadas para lidar com o problema. Porque tem que ter uma pessoa, depois os outros... No futuro, eu espero que todos os professores recebam treinamento adequado para lidar com deficientes. Não precisa todo mundo saber usar libras, mas, que pelo menos, boa parte da escola entenda um pouco disso. E eu achava, em todos os trabalhos que eu tenho lido sobre deficientes, geralmente são 10% das populações. Eu estranhei que o nosso percentual aqui aumentou um pouco. Temos 180 milhões, para ter 25 milhões, está fora do padrão.

SR. JACQUES ABER – 14,5%.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – 14,5% no Brasil. Vocês incluíram as pessoas com deficiência visual grave, não é? Todos os tipos de deficiência. Mas...

SR. JACQUES ABER – Por exemplo, o senhor, que usa óculos, não está incluído nessa população. Só está incluído, nessa população, pessoas que, mesmo com algum tipo de assistência, como por exemplo, o caso da Andréa, ela usa uma cadeira de rodas, é uma ajuda técnica.

Como é que se fala? Uma ajuda técnica. Numa cadeira de rodas, ela ainda tem essa dificuldade de locomoção. Então, por exemplo, quem usa óculos não está incluído ali, é só pessoas com algum tipo de deficiência, realmente alguma dificuldade de enxergar.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Realmente, eu sempre tenho lido que, 10% da população, em geral, tem alguma deficiência que limite ela na sua capacidade, de que tenha necessidade especial.

SRA. ANDRÉA SCHWARZ – São dados do IBGE.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Dados do IBGE, 10%.

SRA. ANDRÉA SCHWARZ – Não, 14,5%. São dados do IBGE. Agora, o que a gente não pode confundir é que é assim – O que é considerado deficiente

te, para o IBGE, não necessariamente é considerado para a Lei de Cotas. A gente teve o Decreto 5296 que redefiniu o que era, a questão da deficiência, para Lei de Cotas.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR)

– Certo.

SRA. ANDRÉA SCHWARZ – Até em função que as empresas contratavam pessoas com deficiência leve, que é, realmente, uma grande dificuldade para enxergar, escutar, se locomover, continuava em casa. Veio o Decreto 5296, redefiniu a questão da deficiência e trouxe, para o mercado de trabalho, a questão das deficiências mais severas.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR)

Acho que o IBGE considera qualquer falta de um membro, alguma coisa, é uma deficiência. É isso mesmo.

SRA. ANDRÉA SCHWARZ – Isso a gente vê muito, em discussão, que, realmente, a gente tem que unificar. O que é deficiente? O que é considerado deficiente nesse País? Porque, no IBGE, está incluso que as pessoas idosas também, que vão perdendo, enfim, que tenha alguma dificuldade, um pouco, de enxergar.

Então, o que é considerado deficiente? Então a gente tem, com toda essa pesquisa realmente, mapear. Por isso que a gente fala da população economicamente ativa, das pessoas com deficiência, para a Lei de Cotas, que era difícil distinguir quanto desses 14,5% faziam parte da Lei de Cotas, dessas deficiências.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR)

– Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Andréa, eu teria uma questão só. Em termos, essa é uma Subcomissão da Comissão de Assuntos Sociais. Do ponto de vista da legislação, é sabido que o Brasil tem uma legislação avançada, podemos ver aí na apresentação. O que o se conclui é que, na verdade, existe a necessidade de um treinamento maior, de um preparo maior das pessoas com deficiência, para poderem conseguir um emprego. Além, evidentemente, de que muitas empresas ainda não estão conscientizadas.

Mas, pelo que se deduz, na verdade, haveria uma super oferta de vagas, para as pessoas não estão devidamente qualificadas. Do ponto de vista legislativo, teria alguma sugestão adicional que vocês poderiam fazer, deixar para nós aí, que nós pudéssemos avançar, um pouco mais, na legislação?

SRA. ANDRÉA SCHWARZ – Eu acredito assim. Que a gente tem que estudar, com um pouquinho mais de carinho, a Lei de Cotas para a nossa realidade. Ela é bem ampla, ela é bem genérica e eu acho que ela não está contemplando a realidade social do nosso

País em relação, principalmente, à qualificação. Então, o que eu vejo, que é muito... Que é mais do que as pessoas... Elas até estão entrando no mercado de trabalho, mas uma preocupação maior do que achar essas pessoas qualificadas é a continuidade delas no mercado de trabalho.

Ver um deficiente estagnado numa posição, eu acho isso muito triste. O que eu quero é que ele cresça como qualquer outra pessoa dentro de uma empresa. E sem a qualificação não vai acontecer. Então o que eu vejo muito, para contribuir, é que, de repente, de repente, a gente poderia usar o exemplo da Espanha. Que são empresas que investem em capacitação. Então, vamos supor. Eu vou capacitar. Eu tenho uma cota de quatro mil pessoas para serem, três mil pessoas para entrar na minha empresa, de acordo com a Lei de Cotas. Eu tenho essa cota suspensa a partir do momento que eu começo a capacitar três mil pessoas. Eu invisto em capacitação. Porque senão as pessoas vão... Elas tem que... Para elas não receberem multa, elas vão colocando as pessoas, vão deixando as pessoas nos cargos mais baixos e não promovem a inclusão social dessas pessoas.

SR. JACQUES ABER – Só acrescentar. Na verdade, a gente tem uma Lei de Cotas que ela é muito genérica. Então, você tem empresas com realidades diferentes, mas que a Lei de Cotas se aplica, a Lei de Cotas se aplica de uma maneira única para qualquer empresa. Então você pega uma empresa que ofereça cargos que tem risco. E que a gente não pode preencher com pessoas com deficiência. Como é que a gente faz para, por exemplo, com uma Companhia Aérea, que metade dos seus cargos são compostos por aeronautas? E que são cargos que tem normas, por exemplo, do DAC, em que a pessoa não pode nem subir resfriada num avião para trabalhar.

Então, você tem uma população, que significa, por exemplo, numa companhia que tenha oito mil funcionários, quatro mil deles são aeronautas. E, quando a empresa cresce, você não cresce na sua base administrativa, você cresce em mais aeronaves, mais tripulação e a cota pelo que a lei, como a lei está hoje, ela, a cota só aumenta. E você começa a se ver numa situação em que você não consegue cumprir essa cota. Então, além desse problema da qualificação, a gente vê, também, um problema de que a lei ainda, eu acho ela muito genérica. Ela não prevê as diferentes realidades das empresas. Então, são duas sugestões aqui. Investir em qualificação e você, enquanto você investe em qualificação você tem uma cota, ou reduzida ou você tem uma fiscalização paralisada, em detrimento de um investimento em qualificação. E você tem, também, a questão de você prever as diferentes realidades das empresas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Obrigado. Eu queria... Só um instantinho. Ainda ontem, eu estava recebendo um e-mail, lá de Minas, que mostra um pouco isso, a necessidade da gente detalhar um pouco mais a questão da Lei de Cotas.

É um rapaz, que disse que ele se candidatou para soldado e, para soldado, ele foi inabilitado porque é surdo de um ouvido. Mas, na hora que ele foi se candidatar, pela Lei de Cotas, num outro emprego, disseram não. Com um ouvido só você não é considerado deficiente. Então não pode se candidatar à cota.

Essas são situações que ainda acontecem, realmente. Mas, [inaudível] antes de se passar a palavra a [inaudível] queria passar a palavra ao Senador Tuma, que chegou, tá?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Acredito que sua pergunta seria muito mais simpática do que a minha palavra.

[Risos]

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Até pela presença, que as senhoras e os senhores trazem a esta Casa, demonstram a qualificação do interesse em se resolver esse problema que, além de ser um problema social, é, praticamente, de todos os brasileiros. Esta situação eu vivi com muito mais intensidade, Presidente, quando eu fui 1º Secretário desta Casa.

E havia uma, não diria, não é, praticamente, uma indiferença às pessoas que têm deficiência física, não é. É um costume de se ignorar ou, pelo menos, à época, se ignorava demais as pessoas, a não ser que tivesse alguém na família. Então todo mundo ficava muito angustiado e tratava como um coitado. Desculpa. Como um coitado. Então o que a gente começou a pensar, aqui dentro do Senado, é como dar um acesso permanente àqueles que gostariam de estar aqui presentes, participando com a gente, assistindo, ouvindo. Então, nós fomos tentando corrigir alguns fatos.

Eu tive a menina do... Que é deficiente visual, a Taís, esteve comigo, nós fizemos o Projeto, eu fui Autor do Projeto do cão-guia, lutamos muito. Porque há aqueles que acham que o cão não pode entrar onde o homem entra. Só que eles não chegavam a compreender que o cão era a visão do deficiente visual. E que ele tinha uma educação especial para aquela conduta. Então nós conseguimos a aprovação, praticamente, por unanimidade, aqui. E houve uma simpatia geral. E os acessos também. Eu estive... Tinha, aqui, a repórter Solange, que é do Senado, ela hoje, ela está especificamente, tem as jovens aqui que estão sempre colaborando. Até ontem, no coquetel, foi falado sobre isto. Ela me levou num posto de gasolina aqui, numa dessas vias aí...

Eu faço uma confusão, já estou a 20 anos em Brasília, faço uma confusão desgraçada. Tem que consertar o cérebro de alguns Senadores aqui.

Mas eu fui num posto de gasolina e tinha um elevador próprio para deficiente físico que tenha dificuldade de locomoção para ir ao banheiro, para poder ver um produto, qualquer coisa. E é especial para atendimento para deficiente físico com dificuldade de locomoção. Então o que eu fiz? Imediatamente, a direção da Casa, como 1º Secretário, propor a instalação de elevadores ou aqueles condutores de cadeira de roda e que pode se acoplar ao corrimão que ele subiria. E realmente deram continuidade e eu fiquei feliz que o elevador está aí.

Então, eu acho que a gente tem que começar a pensar que o deficiente físico é igual à gente. Eu, quando estive no Japão, os senhores verifiquem que tem um tempão, falei com a senhora, que, para atravessar a rua, tem um corredor em que vai se pisando, sentindo o caminhar no sentido correto do semáforo, porque a sensibilidade do deficiente visual, pelo tato, é muito superior ao nosso, muito superior ao nosso. Então, ele caminhando por aquela, ele chega no semáforo e o semáforo ele só pode atravessar quando o sinal eletrônico de som, ele ouve e sabe que pode atravessar sem precisar da ajuda de ninguém.

E eu ainda estou aqui numa esperança que um dia eu encontre um semáforo e um caminho igual a esse. Tentei ser Prefeito de São Paulo e a minha, o meu programa, era primeiro ver as necessidades dos deficientes visuais, porque eu vejo às vezes, cenas da televisão em que um cidadão que tem que se deslocar na cadeira de rodas, já vi quebrando a guia para mostrar o desespero de não poder ter acesso. Nós temos só, aqui, uma sala com acesso de cadeira de roda. Quando nós conversávamos ontem, anteontem, eu fui ver as outras. Porque que não tem? Porque que só uma sala tem a possibilidade da ladeirinha e as outras têm degrau? Até a gente, que tem mais de 70 anos, pode cair também, não é Senadora?

[Risos]

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senadora Patrícia é um amor de mulher aqui, que luta por todos os menos favorecidos, em qualquer área que se diga, a respeito da necessidade da presença de alguém que faça isso. Eu me sinto muito feliz...

[Palmas]

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Um pouco emocionado... Porque eu acho que eu tenho que agradecer a Deus por ter me dado a oportunidade de participar, ainda com vida, de reuniões como essa, Presidente. Eu acho que Deus é vibrante, presente e consegue nos guiar para o caminho em que todos

somos iguais perante ele. Pouco importa se não enxerga, se não ouve, se não consegue andar. Porque a pessoa que tem essas deficiências quer se sentir igual aos outros. Ela não quer ser penalizada com uma assistência permanente como se ela nada representasse na nossa vida.

Então, hoje todos nós sabemos que se cada um dar um pouquinho, vai somar muito pelos poucos que precisam. Então, na 1ª Secretaria eu lutei. A gráfica sabe aqui, a nossa bibliotecária está presente. Todas as reuniões de exposições de livros que a gente participa no Brasil inteiro, Senador, como 1º Secretário, agora eu vou quando convidado. Como 1º Secretário eu ia por prazer e por desejo. E sempre lançamos as coleções de livro em braile para os cegos terem conhecimento dos direitos e da legislação vigente. Constituição, direitos individuais, proteção ao consumidor, tudo isso uma coleção que foi entregue.

Lutamos hoje para tentar. E eu fiz um apelo ao Governo, que eu não tenho conhecimento da edição de livros didáticos para essas crianças cegas, que às vezes têm uma ou outra ONG que faz isso, com muita dificuldade. Então, quando se distribui livros tem que ter uma classificação para os deficientes visuais para que eles possam ter uma educação igual a qualquer criança. Então, a nossa luta é uma luta que vale a pena. E com certeza seremos vencedores.

Desculpa...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG) – Muito obrigado.

[Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG) – Quero agradecer ao Senador Romeu Tuma. E, realmente, ele sempre se mostrou muito disponível, sempre muito prestativo e pronto a buscar ações, no sentido das pessoas com deficiência. A sua atuação, como 1º Secretário dessa Casa, assim o foi, o Senado tem, realmente, mostrado, dado o exemplo, da busca da adaptação de suas instalações, da melhoria da legislação. E, seguramente, o Senador Romeu Tuma é um dos baluartes dessa luta pelas pessoas com deficiência.

Eu quero registrar a presença da Senadora Patrícia Gomes, que também é uma pessoa que já tem toda uma vida voltada para a luta social, não só das pessoas com deficiência, mas também das crianças, adolescentes. E foi realmente uma CPI que a Patrícia foi a Presidente, eu fui tirar uma de ser Vice-Presidente, foi uma CPI que deu certo, ela deu resultados, foi uma CPI que gerou uma série de novas leis. Ainda algumas faltam ser aprovadas na Câmara, não é?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador, eu sinto pena, os canalhas foram absolvidos pela Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG) – É verdade.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Isto é que a gente não pode aceitar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG) – É verdade. O Senador Romeu Tuma está se referindo à CPI...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Desculpa, só. A CPI da Senadora...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG) – Da exploração sexual de crianças e adolescentes.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – ... indicou e ontem ainda, fiz um discurso, que a Senadora me apoiou, de não considerarem mais crime hediondo... A progressão àqueles que praticam atos de violência sexual contra menores. Duas crianças de seis e de oito anos, com habeas-corpus, deu a possibilidade dele ter progressão. Quer dizer, a legislação, a sensibilidade do juiz, vocês tem que mexer com eles.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG) – As leis que nós já aprovamos aqui no Senado elas, na verdade, aumentam as penas, são mais claras nessa questão. E ainda faltam ser aprovadas na Câmara. Mas eu vou pedir licença, também, que eu tenho que ainda presidir a Comissão de Relações Exteriores, são três Embaixadores para serem aprovados.

Vou pedir ao Senador Augusto Botelho que assumira a Presidência e, depois, também para ouvir, também, a Senadora Patrícia e vocês todos aqui presentes também poderão se manifestar, a Ivanise(F) já tem os inscritos. Muito obrigado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu também tenho que ir.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG) – Eu volto quando terminar lá.

[Troca de Presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Eu sou apenas suplente nessa Comissão. Eu venho mesmo porque tenho interesse. A Senadora Patrícia tem uma causa muito nobre porque ela chegou atrasada aqui hoje. Com certeza, ela é a mãe mais nova aqui nessa Casa. Foi a bebê dela que fez ela chegar um pouco atrasada aqui, com certeza. Por isso eu peço desculpa logo antecipadamente e peço que ela assuma a Presidência. Porque ela é Vice-Presidente da Comissão. Eu sou apenas suplente.

[Troca de Presidência]

SRA. PRESIDENTA SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PPS-CE) – Obrigada. Bem, eu queria, em primeiro lugar, agradecer, novamente, a delicadeza desses Senadores, dos homens aqui dessa Comissão, que têm tido um carinho muito especial comigo e eu acho que isso é que têm nos ajudado no trabalho de enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes. É aquilo que têm nos ajudado a lutar por uma pauta em que, aqueles que são hoje excluídos da nossa sociedade, possam, realmente, conquistar um lugar e o seu direito.

E essa luta, eu tenho dito sempre, pelos menos favorecidos, pelos excluídos da sociedade, eu acho que é uma missão. Não é nem política. Eu acho que é missão que cada um de nós têm, uma bandeira, uma vocação e uma paixão. Eu acho que essas coisas só acontecem de verdade e a gente só consegue ver resultados, quando nós conseguimos juntar homens e mulheres de boa-fé, que acreditam que, realmente, valem a pena esses debates, que vale a pena essa discussão, que vale a pena lutar pela inclusão, não só das nossas crianças, certamente dos portadores de necessidades e deficientes, de tantas outras categorias, de tantas outras pessoas, na nossa sociedade, que esperam, através da nossa voz e do nosso coração, algo que possa transformar a sociedade por uns dias melhores, uma sociedade mais justa, uma sociedade em que as pessoas têm o direito de ser feliz.

Eu acho que é isso, hoje, que a gente faz aqui. Lutar pelos direitos daqueles que, infelizmente, ainda não tem, na prática, no dia-a-dia e na realidade, esses direitos garantidos.

Eu acho que a dívida do nosso País é muito grande para com todas essas pessoas. Claro que cada um de nós, Senadores, têm uma vocação para uma determinada área. Eu tenho me dedicado, ao longo da minha vida, à questão das políticas sociais, porque acredito que é a saída que nós vamos poder encontrar, no nosso País, para incluir essas pessoas.

O Senador Romeu Tuma é uma pessoa de uma delicadeza e de uma sensibilidade que comove a todos nós nesta Casa. É um policial, é um homem que combate, que luta,, mas que têm carinho, uma sensibilidade e um coração que, certamente, comove a todos nós como, certamente, o Senador Augusto Botelho que tem sido um querido, uma pessoa muito querida, nessa luta toda, me ajudou muito também nas causas importantes da nossa CPI, o Presidente dessa Comissão, dessa Subcomissão, Senador Eduardo Azeredo, que foi meu vice-Presidente da CPI da exploração sexual.

E eu aproveito, mesmo não sendo essa ocasião, talvez, para tratar desses assuntos, mas para fazer uma referência sobre aquilo que disse o Senador Romeu

Tuma, porque fiz dessa batalha, uma luta permanente de vigília, em relação a essas crianças que, hoje, são vítimas, no nosso País, dessa chaga, dessa doença que têm transformado a vida dessas crianças e desses adolescentes num verdadeiro caos. Eu passei mais de um ano, visitei 22 Estados brasileiros, ouvimos muitas pessoas, crianças, famílias, fizemos uma nova legislação, que há mais de um ano está parada na Câmara dos Deputados sem ser votada. Isso tem prejudicado a atuação nossa, também, no combate no enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes. E infelizmente, dia 18 de maio, que foi o Dia Nacional do Enfrentamento da Violência Sexual, eu acordei com uma notícia muito triste, de que as pessoas, que tinham sido condenadas a mais de 60 anos em São Paulo, Vereadores, comerciantes, pessoas influentes numa determinada região de São Paulo, tinham sido libertadas porque, apesar de terem recebido uma pena de mais de 60 anos, ficaram reduzindo estas penas e, com um ano e meio mais ou menos, cumprindo a pena e hoje estão todos livres, passeando pelas ruas dessa cidade e encarando aquelas crianças que eles roubaram a sua vida e a sua infância. E isso é muito triste, muito lamentável.

E eu no dia desse, Dia Nacional do Enfrentamento da Violência Sexual, eu tive uma solenidade no Palácio e eu dizia que eu sempre fui uma pessoa muito otimista, sempre procurei ter fé, muita esperança, de que as coisas podem mudar. Mas naquele dia eu estava muito triste. Eu não tinha nada para comemorar. Porque eu acho que, enquanto não se encarar isso com muita responsabilidade, com muito desejo, com muita determinação, nós não conseguiremos mudar esse quadro.

Então eu queria, nesse momento, apenas agradecer, dizer da honra e do privilégio de poder estar aqui participando dessa Comissão, infelizmente nos últimos meses eu não tenho vindo muito à Comissão de Assuntos Sociais, não é, Gisele, eu adotei uma criança, uma filhinha, estou aqui lutando pela minha licença maternidade, ela tem apenas um ano de idade. Estou voltando a ser mãe depois de 17 anos. Então, é uma novidade na minha vida de novo. E eu tenho me dedicado muito a essa criança. Até porque só posso falar das outras se eu puder cuidar bem das minhas, primeiro.

Então eu queria pedir desculpas por não estar participando tanto dessa Comissão nos últimos meses. Mas dizer da imensa alegria de poder hoje estar aqui com pessoas tão especiais, com pessoas que tem tido um papel fundamental na transformação dessa realidade que ainda é tão doída e de tantas coisas que nós precisamos avançar. É claro

que a gente tem que comemorar aquilo que a gente consegue no dia-a-dia. Há um esforço hoje muito maior, eu acho que na comunidade como um todo e da sociedade, para entender essas necessidades, para mostrar a importância de se incluir essas crianças, principalmente as nossas crianças e os nossos jovens. Eu tenho tido, também, logo que eu cheguei aqui, tido a oportunidade de conversar com várias pessoas que se especializaram, que procuram estudar, de que forma, qual é a melhor forma de se incluir as pessoas que têm algum tipo de deficiência, principalmente nas escolas.

Eu acho que essa é uma luta de todas as pessoas. Eu, quando percebo, quando eu vejo que tem uma criança com tantas deficiências, mas que ela está sentada na sua escolinha, que ela está sendo, recebendo carinho, uma solidariedade das outras pessoas, a gente já comemora como um passo importante e uma vitória excepcional.

Eu, quando viajava ficava pensando assim, meu Deus porque eu vejo, aqui nos Estados Unidos, às vezes, quando levei um filho meu para uma Disney, uma coisa, pensava assim, porque nos Estados Unidos tem tantas pessoas deficientes e no Brasil a gente não vê tantas pessoas assim. Mas é porque, nos Estados Unidos, eles não escondem as suas crianças. Eu acho que eles chegaram a um ponto de que merecem o respeito e a inclusão dessas crianças.

E eu acho que, no Brasil, a gente começa a mudar essa mentalidade. Eu tenho um testemunho meu que me emociona muito e eu vou encerrar, com esse testemunho, pedindo licença a essa pessoa para falar no nome dela, até fazendo uma homenagem. Minha filha nasceu no dia 19 de novembro de 1983. Minha primeira filha. E, ao lado do quarto da maternidade, nasceu o meu sobrinho, o Helinho(F). No dia 18 de novembro. Um dia antes. Com dez meses ele teve uma meningite. E essa meningite quase levou ele à morte. E foi um drama muito grande na nossa família. Ainda mais eu, porque a relação que eu tenho com essa prima é uma relação de irmã. E eu nunca vi, na minha vida, tanta coragem, tanta determinação, como eu vi nessa prima, a Silvana. E hoje o Helinho é um menino que tem 22 anos, da idade da minha filha, que participa de tudo, que dirige, que não sabe talvez algumas coisas,, mas a força e a determinação foram tão grandes que vale a pena lutar.

E hoje cada vez que eu vejo o Helinho(F), eu vejo, ainda me emociona muito, porque ele é a pessoa mais carinhosa que eu conheço, é a pessoa mais delicada que eu conheço, tem uma sensibilidade enorme. É um menino maravilhoso. Já tem uma namorada. Está, praticamente, casado. E foi a força e a determinação

da mãe dele, que ia nas escolas que rejeitavam seu filho, que ele teve seqüelas com a meningite, ia em diversas escolas e não aceitava que ele continuasse excluído da nossa sociedade. E hoje ele é esse menino maravilhoso, é um exemplo para todos nós. Então, é esse exemplo que eu tenho, dentro da minha família, dentro da minha Casa, que me faz acreditar nessa causa e que é possível mudar tudo isso. E nós estamos aqui para isso.

Então, contem com a nossa voz, com o nosso carinho, com a nossa determinação e com a nossa paixão, para que a gente possa transformar essa realidade e, se Deus quiser, em breve, viver dias muito melhores onde todos, realmente, possam ter o seu direito e o seu lugar na nossa sociedade. É isso que eu penso, é isso que eu sonho e é isso que eu quero. Sejam muito bem-vindos aqui hoje. Obrigada.

[Palmas]

Nós vamos abrir, agora, as inscrições para que as pessoas possam participar. Então eu pediria, apenas, que a pessoa pudesse dizer o seu nome, se identificar, para que a gente pudesse anotar, estamos, aqui, sendo transmitidos pela TV Senado. E que cada um, por favor, só levante o dedo. E digam seu nome e, em seguida possa fazer... A gente vai dar um tempo razoável. A gente vai ver qual é esse tempo necessário para que cada um possa se expressar. Pois não.

SR. AIRES – Bom dia. O meu nome é Aires. Eu trabalho com o Senador Flávio Arns. Eu sou uma pessoa com deficiência, enfim, fico muito feliz de ver o trabalho que a Casa está fazendo, as duas Comissões que existem, estão fazendo um trabalho muito bonito. Não é? Mas nós, que temos deficiência, a gente precisa de emprego. A gente precisa de acessibilidade,, mas precisa de emprego. Não é? E somos profissionais como outros quaisquer. Eu gostaria até de fazer um convite aos Senadores, que eles contratassem, como seus assessores parlamentares, pessoas com deficiência. Eu tenho certeza que os senhores seriam muito bem atendidos pelos profissionais da mais alta qualificação e, até, nem tanto, porque como a colega falou, o deficiente não é o super-homem. E a Lei de Cotas, ela é muito injusta quanto a isso.

Quando o mercado vai buscar um profissional ele quer maximizar seus lucros. Então, lógico, ele vai preferir uma pessoa com deficiência que lhe dê muito retorno. Entendeu? Entretanto, há aqueles, entre nós, que precisam ser supervisionados, que precisam ser acompanhados e que devem trabalhar. É a responsabilidade social do empresário nesse caso. Não é? Talvez aí fosse o aprimoramento da lei. Não é mesmo? No meu caso é mais fácil, para mim, trabalhar; basta um local

de trabalho. Mas e uma pessoa cega? Uma pessoa surda como fica, entendeu? Eu agradeço aos Senadores e esse convite para que os senhores contratem, com seus colegas, vamos contratar pessoas com deficiência nas Assessorias parlamentares. Agradeço.

[Palmas]

SRA. DEISE DA ROSA – Bom dia. Meu nome é Deise da Rosa. Eu sou taquígrafa, aqui no Senado. Eu convivo com essa situação há quase nove anos. Meu filho sofreu um acidente, ficou tetra e está numa cadeira de rodas. Embora isso tudo que as pessoas têm falado aqui, o eu vejo mais, assim, [interrupção do áudio] porque tem muita instituição, tem o SARE e tudo,, mas é... Porque a lei tem o habeas-corpus, que é a liberdade de ir e vir e o deficiente, ele não tem a condição especial para sair de casa e ir naquele lugar.

Eu acho que deveria ter um meio de transporte para a pessoa, por exemplo, próprio para deficiente. Porque tem o deficiente cego, tem o de cadeira de rodas. Inclusive, eu estou até me candidatando, para ver se eu consigo alguma coisa, para começar a mudar esse País.

Está acabando o respeito. Eu acho que, como você falou, nós trabalhamos muito em apanhamento. Então, querendo ou não, a gente vira muito política, também. Por exemplo, a impunidade, ela está, assim, gritante. Meu neto de dois anos sabe a diferença do bem e do mal. Porque que uma criança de oito anos que mata, a pessoa que mata ela não devia ter liberdade condicional.

Eu estou fazendo o 5º Semestre de Direito; então, eu estou sabendo bastante coisa porque a lei permite, essa lei ela está caótica. Sabe? Ela já vem de muitos anos. Ela vem lá daquela época de Roma. Nós estamos no ano 2000.

E as coisas têm que ser mudadas. Sabe? E a deficiência, ela tem que ser olhada com carinho. Porque tem a deficiência da pessoa que é normal e ela sofre aquilo e todo mundo que está ao seu redor sofre de alguma forma. Porque eu, como mãe, claro, que uma mãe vai lutar pelo filho. Mas a gente sofre muito mais por saber, não saber nem como lidar com a situação quando ocorre. Então, é um abalo mental, estrutural, é total na família. Na sociedade também.

Quer dizer, têm pessoas que não se comovem com nada, o respeito no País está acabando. Nós temos que resgatar, principalmente, o respeito. A cidadania está aí e as pessoas não têm respeito. Está acabando. E se eu fosse falar eu ia falar a manhã inteira. Eu vou deixar a oportunidade de outro. Agradeço. E estou à disposição na taquigrafia. Obrigada.

SRA. PRESIDENTA SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PPS-CE) – Obrigada, Deise.

[Palmas]

SRA. PRESIDENTA SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PPS-CE) – Pois não.

SRA. IVANILDE – Meu nome é Ivanilde. Eu sou da Assessoria do Senador Flávio Arns. Eu gostaria de retomar a questão do trabalho. Analisando as colocações de vocês, vocês trouxeram dados bastante interessantes. E quando, até o Senador Azeredo colocou, o que deve ser mudado? Como o Senador Flávio está relatando o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a gente tem procurado ouvir muito, temos recebido muitas sugestões. E uma é que, na Lei de Cotas, por exemplo, seja diminuído o número de... Por exemplo, a lei, hoje, ela fala de empresa acima de 100 empregados, porque parece que até já existe uma pesquisa que empresas com menos funcionários, elas têm absorvido maior número de pessoas com deficiência, ou melhor, têm cumprido mais a lei. Vocês têm observado isso no trabalho de vocês? Isso seria significativo? Na verdade seria mais uma sugestão.

SR. JACQUES ABER – Na verdade não, o nosso foco de trabalho não é empresas menores do que 100 funcionários, até porque a lei não determina isso. A gente percebe... Não tenho esses dados. Mas a gente percebe que existem, sim, empresas com menos de 100 funcionários que têm pessoas com deficiência. A nossa própria empresa tem várias pessoas com deficiência e não tem 100 funcionários. Mas eu acho que o grande problema não é... É a questão do emprego, lógico,, mas eu acho que a gente vive hoje... As pessoas com deficiência, hoje, têm uma série de deficiências. Até desculpe pelo termo,, mas não é só a questão do emprego. O emprego é um problema que está lá numa ponta e você tem a outra ponta, você tem toda uma trajetória, histórico-cultural, que desfavorece essa população. De repente você cria uma Lei de Cotas, que eu acho que é ótima, super bem-vinda, super favorável,, mas você não resolve, com isso, todos os problemas que vêm de uma história de exclusão. Como a gente falou, a gente pode até colocar as pessoas, existe muito, um grau muito grande, de responsabilidade sócio-empresarial, a gente percebe isso, porque a gente lida com grandes empresas, empresas que estão, realmente, dispostas a contratar. Mas você contrata uma pessoa, mesmo que ela não tenha qualificação, você contrata ela. O que você faz com ela depois dessa contratação?

SRA. ANDRÉA SCHWARZ – Ela mesma fica desmotivada.

SRA. IVANILDE – Deslocada.

SRA. ANDRÉA SCHWARZ – É impressionante quando a gente vê, quando conversa com uma pessoa com deficiência.

“Há quanto tempo você está aqui?”

“10 anos na empresa.”

“Está satisfeita?”

“Não.”

“Porque?”

“Porque não cresci.”

“O que você fez para crescer?”

“Nada.”

Também tem aquele outro, enfim, isso que eu falei. A pessoa com deficiência é uma pessoa como qualquer outra,, mas ela precisa de oportunidade. E a oportunidade está na educação. Se a gente não pensar... Então eu acho que a gente poderia, de repente, deixar nossa contribuição, para a gente repensar, um pouco, a Lei de Cotas. Como a gente pode pegar essa lei e favorecer a educação dessas pessoas? Como a Espanha está fazendo. Então, realmente, tentar fazer com que os empresários invistam em capacitação, invistam em formação, não é capacitação curta, é formação dessa população. E que eles, com isso, eles começam a ter – “Tá bom, estou investindo em 300 pessoas, a minha fiscalização está suspensa, por um determinado “x”, até essa pessoa ser empregada”.

SR. JACQUES ABER – O que vale mais, na verdade? Você dar uma oportunidade de emprego que, a longo prazo, isso não se sustenta, ou você preparar a pessoa para que ela possa concorrer, numa dinâmica de grupo, numa empresa. Ela concorre em igualdade de oportunidades. A Andréa, por exemplo, ela ficou, adquiriu uma deficiência depois que ela já era formada. Então, ela teve todo um histórico que ela se formou, ela se capacitou nas melhores universidades, ela tem uma... Ela hoje, como profissional, ela encontra emprego em qualquer lugar. Mas e aquela pessoa que, realmente, é menos favorecida, é mais desfavorecida e que depende de transporte público e que depende de uma escola pública, de professores que não estão preparados, de colegas de trabalho, de classe, que, também, não sabem lidar, crianças que não sabem lidar com a diferença. Então, essa pessoa com deficiência ela, realmente, hoje, ela precisa muito mais de uma educação e educação, a gente fala formação básica mesmo. Ingresso nas universidades.

Eu, por exemplo, estudei no Mackenzie e lá, todas as classes, você precisa ultrapassar degraus para chegar. E é uma Universidade que já existe há mais de um século, é uma Universidade super reconhecida. E você não tem acesso para pessoas com deficiência. Então eu acho assim. A gente tem que, primeiro, olhar para a outra ponta. Aonde começa tudo? A questão do emprego, talvez, é o final do processo. É muito válido isso porque você, tendo a obrigação, as empresas tendo a obrigação de contratar, elas realmente se

movem. Mas eu acho que uma empresa que investe em qualificação, em formação, ela também tem que ser beneficiada. Ela também tem que...

De repente, a gente tem que começar a pensar o que vale mais? Você dar um emprego por dar, porque você tem uma cota a cumprir ou você, realmente, pensar na outra ponta do processo e investir em educação; porque esse investimento é até maior, esse investimento de você formar, pegar aquela população que a gente mostrou de um e meio milhão de pessoas com deficiência que estão chegando no mercado de trabalho e você investir nelas para que, quando chegar a hora, de ela entrar no mercado de trabalho, ela consiga, ela não entre na empresa porque existe uma cota,, mas ela entra na empresa porque ela é capacitada. Ela se esforçou durante anos e anos, ela se formou, ela escolheu o que ela queria fazer. E ela está concorrendo, não importa se ela tem deficiência, se não tem deficiência, ela está concorrendo de igual para igual.

Lógico que eu, ainda a minha opinião, é mantermos a Lei de Cotas porque o nosso País necessita de uma transformação cultural, isso não acontece do dia para a noite. Mas eu acho que é importante a gente também reconhecer investimentos que são feitos em educação ou até investimentos, por exemplo, que são feitos em campanhas de conscientização, porque a imagem da pessoa com deficiência ainda ela é muito distorcida. Então você, de repente, pegar uma grande emissora de TV que investe em campanhas de sensibilização, de conscientização, de reafirmação de potenciais, isso também tem que ser considerado. Então, eu acho é que isso que a nossa lei é um pouco falha ainda, ela já chegou, mas eu acho que ela precisa de aperfeiçoamento.

SRA. MÔNICA FREITAS – Meu nome é Mônica Freitas. Eu trabalho com o Senador Renan Calheiros, na Presidência do Senado e, em outubro do ano passado, organizamos, eu e a minha equipe de trabalho, a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, aqui no Senado, que aconteceu no Salão Negro. E temos todo o apoio do Senador Renan Calheiros e, na época, o Senador Renan Calheiros determinou ao nosso grupo de trabalho e ao Diretor-Geral do Senado, que fosse cumprida a Lei de Cotas, aqui no Senado, para os estagiários e terceirizados. E nós não conseguimos cumprir, nos estagiários, nem para os terceirizados, por falta de qualificação.

Eu queria contar essa experiência aqui, que eu acho muito válida, que eu acho que a Lei de Cotas, obviamente, tem que ser cumprida, enfim, tem que ser melhorada,, mas sem educação, sem investimento na educação, a gente não vai chegar a lugar nenhum. Nós mandamos, temos aqui um núcleo, que coordena os

estagiários do Senado. E aí esse núcleo procurou as universidades conveniadas e não conseguiu ninguém. Nenhum estudante que pudesse preencher.

Aí nós fomos pessoalmente, cinco funcionários, nos dividimos e fomos às Universidades, falar com os Diretores. E, numa tentativa, sim, realmente árdua, de – “Olha, nós temos emprego, temos vagas e vocês têm que nos ajudar. É impossível que não tenha nenhum estudante com deficiência aqui.” E conseguimos 12. E, enfim, aqui o setor de estágios contratou os 12.

O único lugar que eles podiam trabalhar, aqui dentro do Senado, era numa Secretaria que foi recentemente criada e que está preparada, fisicamente, para recebê-los, que é a 0800. Que a Diretora na época, quando fez a construção das instalações, exigiu que fossem, que fossem adaptados. Então, tem 12, aliás, seis baias. Baias, que a gente chama, totalmente preparadas para receber pessoas com deficiência. E esses 12 estudantes chegaram, enfim, era o 0800, era o que recebe as ligações, “Alô Senado”, então, muitos, assim. Tinha uma que, a Taís, que ela não conseguia mexer a mão, ela só escreve, tem uma letra linda, enfim, aí foi difícil, eu e a Diretora, lá do 0800, a Ana Lúcia, foi, até assim, um trabalho impressionante, louvável.

Um dia ela chegou na minha sala chorando – “Mônica eu não sei o que fazer, entendeu? Imagina só, nós recebemos os 12 estudantes, eles todos são de famílias de classe A, são extremamente, assim, mimados, porque eles só conseguiram chegar na universidade com o apoio total da família e a família então vem buscar, vem levar, vem, enfim, eles são estudantes privilegiados e nós os recebemos e eles, imagina o universo da minha Secretaria tendo que receber 12 pessoas. Nós não estávamos preparados para isso e todos nós, assim, tivemos que nos adaptar, porque eles chegaram, eu preciso ir ao banheiro, eu quero um copo d’água, daí parou todo mundo e, enfim.”

Então, essa, eu queria contar essa experiência que, hoje em dia, está, graças a Deus, ótimo, eles estão muito bem aqui no Senado. A Ana Lúcia e a equipe dela, conseguiram encaixá-los, cada um numa especialidade, cada um está conseguindo, realmente, acrescentar. E, enfim, é isso que acho que tem que mudar. É a educação.

SRA. PRESIDENTA SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PPS-CE) – Isso mesmo. Obrigada Mônica.

SRA. ANDRÉA SCHWARZ – Dá para fazer um comentário? O que a Mônica falou é muito importante. Porque não é só a pessoa com deficiência que tem que se preparar para entrar no emprego, a empresa também tem que se preparar; então, a gente viu que assim, colocaram 12 pessoas com deficiência e agora

o que o eu faço? Isso também contribui para a exclusão. O medo do novo, do diferente. Então, preparar, conscientizar, a população interna nossa antes da chegada de uma população com deficiência, também é capacitação. Também, então a educação corporativa ela é vital para inclusão social também.

SRA. PRESIDENTA SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PPS-CE) – Obrigada, Andréa. Primeiro você.

SRA. NAIÁ(F) – Meu nome é Naiá(F), estou representando a ADEC, Associação da Defesa dos Direitos Civis e do Consumidor. Sou psicóloga e convivo com a questão da dificuldade. Não da deficiência em si. Eu trabalhei, muito tempo, com pessoas dependentes químicas que apresentam outros tipos de dificuldade. Mas eu aprendi a enxergar a deficiência como uma dificuldade que a pessoa tem que lidar, entre tantas que a gente tem na vida. E eu acredito e respondendo à pergunta, inclusive, do Senador, sobre as sugestões de leis, eu me lembrei da minha época de escola, que tinha uma disciplina chamada Educação Moral e Cívica, que nunca serviu para muita coisa na minha educação.

Mas, porque não adaptar essa disciplina e retomar essa disciplina como uma educação para a cidadania, favorecendo a inclusão de pessoas deficientes, ministrando essa disciplina para que essa, a deficiência, não seja enxergada de uma forma, com estranheza, pelas crianças, para que passe a fazer parte da rotina. E assim, as pessoas consigam lidar com a deficiência, enxergar as necessidades e as capacidades, as dificuldades de cada deficiente, especificamente. Porque não é a deficiência em geral. Cada pessoa tem a sua dificuldade específica.

Eu tive a sorte de estudar, fazer faculdade, com uma deficiente visual, que me ensinou muito sobre deficiência. A gente não tinha material didático adaptado para ela. Então nós nos cotizávamos na sala, algumas pessoas, quando iam estudar, normalmente, já estudavam em voz alta, liam os textos em voz alta e passaram, simplesmente, a gravar os seus estudos, passavam para ela, isso facilitou com que ela conseguisse concluir a Universidade, a graduação.

Outras pessoas faziam resumos dos textos, faziam resumos por escrito no computador, passavam para ela que ela tinha um programa de leitura no computador com geração de voz. Então, foi possível, para ela, estar participando daquilo, sem que a gente precisasse mimá-la, olhá-la como uma questão de super proteção, mas vendo as necessidades dela, a capacidade de cada um de contribuir para essas necessidades e não, e nunca a estranheza mesmo e ver o quanto ela era capaz de muita coisa. Porque ela participava de

igual para igual de todas as discussões. Ela me levou a conhecer a LARAMARA, INSTITUTO LARAMARA, em São Paulo. E ela me conduziu até lá. Foi uma experiência muito bacana porque combinamos de nos encontrar numa estação de metrô, descemos da estação e ela foi me conduzindo até lá. Ela simplesmente foi, pegou no meu braço e fomos, ela falava, vamos virar aqui, atravessar a rua que eu me localizo melhor do outro lado. Num certo momento ela falou, chegamos. E eu conversando com ela, estava distraída, não me dei conta do caminho. Quando ela falou chegamos, olhei, a gente estava do lado da porta.

Então, esse tipo de experiência favoreceu, tanto na minha atividade profissional, quanto na minha vida pessoal, enxergar a deficiência com uma naturalidade. É mais uma das dificuldades da vida. Como os meus pacientes com dependência química, têm dificuldade de lidar com abstinência, com o controle da compulsão, como eu tenho as minhas dificuldades de relacionamento, como qualquer pessoa tem suas próprias dificuldades e as suas capacidades.

SRA. ANDRÉA SCHWARZ – Eu vejo seu discurso muito positivo e eu vejo que você teve a oportunidade de conviver. Se todas as escolas pudessem abrir vagas, se nossos filhos pudessem estudar com pessoas com deficiência, a gente não precisaria de nada de educação corporativa porque seria muito comum conviver, eu sei a necessidade de uma deficiência visual, eu sei a necessidade de uma deficiência física. E eu estou grávida. E tem um amigo meu que teve, cadeirante, teve um filho agora, há pouco tempo e o menino foi para a escola e todo mundo foi comentar assim, teu pai, ele não anda. O menino virou para a classe e falou, meu pai não anda, ele voa.

[Risos]

SRA. PRESIDENTA SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PPS-CE) – Que lindo.

SRA. ANDRÉA SCHWARZ – Eu achei isso muito bonito. Até fiquei emocionada por que é muito bonito. E aí, conviver com o diferente, ter oportunidade, isso é muito bacana, daí a gente não precisa mais de fazer campanha de conscientização, desde o começo a gente poder conviver com a diferença. E saber valorizar a ela. Eu acho muito bacana. Eu estou muito bem impressionada com o Senado, saindo daqui muito feliz, estou levando todas as campanhas, vou mostrar isso em São Paulo, porque eu acho que vocês começaram. Isso é muito importante. Vocês saíram do papel e começaram para a ação. Isso eu valorizo muito.

[Palmas]

SR. MANUEL – Meu nome é Manuel. Trabalho na Subsecretaria de Pessoal Inativo, sou Chefe do Serviço de Aposentadoria desta Casa. Dou graças a Deus,

porque Deus ter me dado a graça de ingressar nessa Casa, no quadro de pessoal, no ano de 92, num concurso, onde o Senhor me deu a Graça que eu passei em segundo lugar e para mim é motivo de muito orgulho. E eu quero apenas ratificar e endossar o que o nosso colega Aires falou, porque eu como faço parte do quadro de pessoal dessa Casa, fico bastante feliz, contente, por ver a Casa se mobilizando nesse sentido, em adequar os órgãos, os setores, às condições do portador de necessidades especiais.

Eu sou portador de deficiência física. Eu me acidentei no ano de 76. Fui vítima de um disparo de arma de fogo. Sou filho de uma família muito humilde. Muito pobre, materialmente falando. Mas dou graças a Deus que eu sempre encarei a vida com a realidade e nunca achei... Até hoje dou graças a Deus, falo sem nenhum medo de errar. Nunca me deparei com nenhuma situação que eu não pudesse superar. Ando de muleta há trinta anos e sou casado, pai de três filhos. Tenho uma família maravilhosa, graças a Deus. E o que eu queria acrescentar, Senadora, a vocês, parlamentares, é o seguinte.

Eu sei que o Governo já tem dado a sua participação, mas, pela nossa realidade, que a gente vê aí fora, eu viajo bastante aí nos interiores, nas roças e eu tenho me deparado com situações, que eu confesso a todos vocês, eu fico muito sensibilizado com situações que nós vemos aí fora. Eu conheço famílias, moças, rapazes, crianças, estão se arrastando no chão, porque não têm condições de comprar uma cadeira de rodas, por mais barato que seja, salvo engano, a cadeira de rodas mais barata está em torno de 600 e poucos reais. É muito dinheiro para uma família.

E eu viajo, tem alguns colegas que também viajam comigo, eu faço questão de viajar, eu vou a Padre Bernardo, eu ando bastante e eu queria pedir a vocês, parlamentares, que pudessem fazer alguma coisa no sentido, um Projeto de Lei, que o Governo pudesse dar um incentivo maior na compra desses aparelhos, porque tudo, para o deficiente, Senadora, é caro. Uma tala, uma perna mecânica, uma cadeira de rodas, um par de muletas, uma muleta dessa que eu uso, bengala, muleta canadense, a mais, vamos dizer, a mais baratinha, a mais ruim, a mais fajuta, custa na faixa de 90 reais. Graças a Deus, eu posso comprar, mas 90 reais, para muita gente aí fora, Senadora, é muito dinheiro.

Então, eu queria deixar registrada essa parte aqui. Eu tenho andado bastante. Eu gosto de fazer visitas, aquilo que Deus nos dá a graça de fazer, de poder ajudar, da gente poder dar a nossa contribuição. Mas é muito pouca pela realidade, por aqueles que necessitam. E nessa parte, Senadora, é de fazer

dó. Aqui em Padre Bernardo, eu fiz uma visita agora, tem recentemente, então, uma mocinha lá, está com o pezinho todo virado, uma lá que está, ela se arrasta no chão, põe uma chinela havaiana na mão, outra no joelho, precisava tanto de uma cadeira de rodas,, mas realmente, não tem condições. Eu gostaria de deixar registrada essa parte. É só isso.

SRA. PRESIDENTA SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PPS-CE) – Obrigada, Manuel.

SRA. SIMONE VIEIRA – Bom dia. Primeiro eu gostaria de parabenizar a Andréa e Jacques, sou Simone Vieira, da Biblioteca do Senado. Nós estamos, aqui, ouvindo o testemunho de várias pessoas, citando a palavra educação, formação e educação. Uma das funções de qualquer biblioteca é, exatamente, de dar apoio à educação. E ouvimos e vimos, por escrito, a frase, que tomei a liberdade de anotar, para poder citar aqui. “A inclusão digital é solução muito valorizada para a inclusão social.” Aqui no nosso País nós temos certa idéia de que o uso do computador, que o uso da Internet, é uma coisa sofisticada, para a classe A. Essa visão do nosso País é uma visão discriminadora, de uma forma geral.

Porque, de fato, o uso da informação digital, em qualquer outro País, ela é usada para dar apoio à todo e qualquer tipo de deficiência e, inclusive, no apoio à alfabetização. Porque razão o uso de computador e acesso à Internet, no nosso País, é encarado como algo de sofisticado, eu até hoje não consegui entender. Quando a experiência mostra que ela é fator de apoio e, sim, de inclusão social, de inclusão na educação. Então, algumas coisas, na Biblioteca do Senado, a gente vem trabalhando e pretendemos mostrar, hoje à tarde, o nosso projeto de inclusão digital, por inclusão social. E, nesse trabalho que nós estamos fazendo já há algum tempo, nós verificamos e aí sugestão do Estatuto da Pessoa com Deficiência é que, em vários Países, a questão do direito autoral de publicação digital é muito flexível.

Ou seja, se eu vou a uma editora e hoje basicamente os livros são todos editados não em fotolito, mas em formato eletrônico. E essa editora, eu digo para esse editor, olha eu tenho uma associação, eu tenho uma biblioteca que dá apoio ao deficiente, eu precisaria do seu arquivo para colocar esse arquivo digital no meu acervo da biblioteca digital e, assim, qualquer pessoa pode ser acesso a essa informação pela leitura ou através do sintetizador de voz que fará a leitura para essa pessoa que tem necessidade especial.

A legislação brasileira de direito autoral fala, rapidamente, sobre essa questão. Mas se nós não estimularmos as editoras a dar a ela algum apoio, ou que ela seja, de alguma forma, obrigada a ceder o acervo

dela, em formato eletrônico, às bibliotecas, porque uma coisa é você ter o depósito legal para a biblioteca nacional, onde a biblioteca nacional pega o acervo impresso. Mas e o acervo eletrônico, que vai servir para a formação da educação, que vai servir para tudo isso que nós estamos falando? Isso não foi pensado. Isso não está previsto em nenhum lugar. Então, se nós pensamos e a idéia da inclusão social passa pela educação e educação passa pelo livro e pela biblioteca, nós temos que pensar essas três coisas numa forma unificada. E isso não está previsto em nenhum lugar nesse País. Nem a questão do acesso à informação pela Internet e acesso a informação pela Internet não é só a coisa ruim, tem muita coisa boa e aí o livro eletrônico, a versão digital, a história, o livro falado, tudo isso, hoje, pode estar disponível em formato eletrônico. É uma sugestão que eu faço em nome dos bibliotecários, não em nome da Biblioteca do Senado,, mas isso é um desejo de todos os bibliotecários na nossa área que isso fique registrado para ser analisada a questão do direito autoral de livros eletrônicos.

SRA. PRESIDENTA SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PPS-CE) – Obrigada, Simone. É uma sugestão, eu acho, que muito importante e que nós Senadores, evidentemente, depois de uma conversa, acho que podemos aprofundar um pouco mais e, quem sabe, através de um Projeto, alguma coisa desse tipo, essa proposta, exatamente, que possa vir para essa Subcomissão e, talvez, um Projeto que seja de todos os Senadores dessa Comissão, ganharia um pouco mais de força. Então eu agradeço muito a sugestão, Simone. Pois não.

SRA. CRISTINA – Obrigada, Senadora. Rapidamente, meu nome é Cristina, eu trabalho com o Senador Eduardo Azeredo, eu gostaria apenas de sacramentar, fazer um apelo, enfim, a todos os Senadores, a esta Comissão, para que se interessem pelo trabalho inovador, que está sendo feito agora, de valorização da pessoa com deficiência. Eu não poderia deixar de citar que toda essa Reunião que nós estamos tendo aqui não só agora, como no ano passado, em outubro, que tivemos o primeiro evento, foi idéia da Dona Verônica Calheiros, como pessoa sensível que é, sempre querendo que o Senado, apenas não cumpra a legislação,, mas também que avance nesse sentido. O que pôde ser implementado, na prática, através da criação da Comissão da Pessoa com Deficiência, pela Mônica do cerimonial. Então faço esse apelo para que o trabalho não se perca, enfim, para que ele dê continuidade com o apoio de todos os Senadores. Muito obrigada.

SRA. PRESIDENTA SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PPS-CE) – Obrigada também.

SRA. MAGNELI – Então. Meu nome é Magnely, eu sou filiada ao ICP, que é um... Sou Magneli, um nome grego bem diferente, bem-parecido comigo, bem diferente. Então, eu sou portadora de deficiência física, eu tive poliomielite com um ano de idade, andei de cadeira de rodas até meus 11, fiz 25 cirurgias e, graças a Deus, saí da cadeira de rodas. Não sei até quando,, mas que eu estou fora, eu estou.

[Risos]

SRA. MAGNELY – Então, eu parablenizo pela iniciativa de vocês. Realmente, nós estamos clamando o apelo de todo o Governo para que volte para esta classe, que é a dos portadores de deficiência. Brasília é uma cidade muito nova e eu acho que, agora, que a gente tem que implantar, enraizar, em Brasília, a questão da inclusão social. Então, eu parablenizo a todos aqui e quero reivindicar algumas coisas. O Instituto, ICP tem uma fábrica de cadeira de rodas e que essa fábrica, eu acho que o Governo deveria dar uma força para que essas cadeiras de roda saiam da nossa fábrica. Porque não o SUS investir na nossa fábrica de cadeira de rodas, que são feitas pelos portadores de deficiência? Então nós é que sabemos o que é que precisa, o que precisa ser feito, onde tem que ser mudado, onde tem que botar mais um parafuso. Então nós temos isso lá. E eu não sei como vocês fariam para que o SUS não repasse dinheiro para fora,, mas invista no que temos aqui dentro. É uma forma...

SRA. PRESIDENTA SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PPS-CE) – É uma fábrica? Qual é o nome?

SRA. MAGNELY – De cadeiras de roda, é ICP, Instituto Profissionalizante de Portadores de Deficiência. É um Instituto grande. Nós somos sete mil filiados e fazemos um trabalho muito bonito lá dentro que seria interessante que o Governo ajudasse a gente no que for possível. Outra coisa que eu gostaria de falar, faço minhas as palavras da Andréa, é a questão social. Eu acho que nós crescemos muito nessa questão de colocar rampa, ganhamos a vaga para o portador. Então, foi assim uma glória para nós. Só que sem a questão cultural, sem conscientizar a população que tem que respeitar a essas vagas, que tem que ser respeitada a rampa,, mas que a rampa precisa de critérios.

Porque não adianta você colocar uma rampa muito íngreme porque eu que uso uma bengala não consigo subir. Então eu preciso de ajuda. Então eu acho que tem que vir junto, à estrutura, todo um critério, toda uma informação cultural, a população tem que estar consciente desse espaço. Então tem que ser feito todo um trabalho fechado para que isso não venha a nos trazer problemas, que é o que já está nos trazendo. Eu já estou vista, lá no Ministério, como – “Olha a mu-

lher que vai trazer multa para gente.” Porque eu faço questão de chamar o DETRAN para multar. Então na hora que eu chego lá o povo tudo corre de mim. É uma coisa impressionante. Não é isso que eu quero.

(Risos)

SRA. MAGNELY – Então é um problema para nós. Outra questão é a questão da acessibilidade. Nós estamos trabalhando, dentro do ICP, para que a gente consiga colocar nossos portadores de deficiência no mercado de trabalho. Então nós temos “n” casos de pessoas que nós conseguimos colocar no mercado de trabalho e que desistiram por não ter acesso ao transporte público, porque a cadeira de rodas não entra no ônibus ou então não consegue colocar ele lá dentro, ou a portadora de deficiência cai do ônibus que foi o meu caso, viu Andréa, eu estava grávida de sete meses. Na hora que eu subi no ônibus, o motorista arrancou e eu caí e daí me deu um sangramento, acabei ganhando um neném de seis meses, graças a Deus, perfeito, lindo e maravilhoso. Essa questão da acessibilidade a gente tem que trabalhar muito em cima disso. E, para finalizar a minha fala, é importante que o Governo, também, invista na capacitação dos portadores de deficiência. Os portadores de deficiência não são pessoas empacotadoras, não são pessoas que estão ali somente para fazer um café, para tirar uma cópia, passar um fax. São pessoas capazes de fazer qualquer serviço. São minhas palavras. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTA SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PPS-CE) – Obrigada. Bom, eu vou passar então a palavra ao Senador Augusto Botelho. Só para gente organizar. Depois, tem mais alguém que deseje falar? Mais uma pessoa, eu passo a palavra ao Senador Augusto Botelho para que a gente possa encerrar a Sessão.

SR. JEAN FERREIRA DOS SANTOS – Bom dia. Eu gostaria de cumprimentar aos Senadores, Senadora e agradecer, também, a presença da Andréa e do Jacques. E diz...

SRA. PRESIDENTA SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PPS-CE) – Qual seu nome?

SR. JEAN FERREIRA DOS SANTOS – Jean Ferreira dos Santos. Trabalho no ILB, Instituto Legislativo do Senado e queria falar com relação ao que a Andréa falou, que os portadores, e etc., que trabalham há tantos anos, estou aqui no Senado há 17 anos e estou muito feliz, porque também fiz por onde, comecei na empresa de limpeza e, atualmente, estou num trabalho administrativo que nem a Andréa falou, você está há quantos anos aqui, estou aqui há tantos anos e está aqui, está tipo A, porque não foi para B e C e, com relação ao que ela falou, sempre fiz por onde. Progredi na minha área funcional, já trabalhei em di-

versas frentes de trabalho aqui no Senado e dizer que estou muito feliz, pela Administração do Senado estar vendo, lutando por essa parte, que nos vem beneficiar, os nossos portadores de deficiência. Eu sou portador de pólio, adquiri com 3 anos de idade e também nunca me foi nenhuma dificuldade na área funcional. Queria dizer que estou muito feliz com essa frente de trabalho da Administração do Senado. Estar olhando por esse espaço físico que vem nos beneficiar. E falo por mim, que também não tenho tanta dificuldade no acesso, a diversas partes do Senado e, também, por... Vendo, também, pelo lado dos outros portadores. Certo? Obrigado, Senadora.

SRA. PRESIDENTA SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PPS-CE) – Obrigada também Jean. Nosso último inscrito.

SR. ROBERTO – Bom dia a todos.

SRA. PRESIDENTA SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PPS-CE) – Bom dia.

SR. ROBERTO – À Mesa e aos colegas aqui. Meu nome é Roberto. Eu trabalho aqui na Casa há 22 anos. E enfrento, na minha família, um problema de deficiência. Não é deficiência física aparente, como a maioria das pessoas, que buscam um espaço no mercado de trabalho, a deficiência visual, a física, mesmo. É uma deficiência psíquica. No Projeto eu não verifiquei, não consegui identificar a possível limitação à idade para que esse tipo de deficiente possa conseguir um espaço no mercado de trabalho. E também não vi se há a possibilidade dele se inserir com a limitação psíquica. Ele passa por tratamentos de remédios controlados, não consegue, é o meu irmão, não consegue estar num local sob pressão. Então, é uma deficiência e eu gostaria que vocês pudessem falar sobre essa questão da inserção desse tipo de pessoa no mercado de trabalho. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTA SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PPS-CE) – Obrigado também, Roberto. Eu vou passar à Andréa ou ao Jacques para responder à perguntas.

SRA. ANDRÉA SCHWARZ – Na verdade, a inclusão da pessoa com deficiência mental no trabalho de mercado, é uma inclusão que a gente ainda vê que tem que ser muito aprimorada. Tanto na questão, da preparação dessas pessoas para estar entrando no mundo corporativo, como, no mundo corporativo, ele é realmente veloz, ele é pressão, enfim, e preparação desse mundo para estar recebendo esse profissional, eu acho que a gente tem muito a evoluir, a Lei de Cotas, ela contempla essa população para o mercado de trabalho, mas acredito que ainda tem que haver uma preparação maior por parte dos empresários e por parte das ONGs que cuidam dessas pessoas, para

estar conseguindo que realmente elas consigam ter uma oportunidade adequada à sua necessidade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Me permita acrescentar só um dado. Existe uma entidade, subordinada ao GDF, ali no Riacho Fundo, que cuida desse tipo de pessoas. Eles estão tentando contatos, com órgãos públicos e empresários, para tentar colocar no meio de trabalho as pessoas das quais eles tratam. Então, eu sugeriria à senhora, ao Sr. Jacques, quem sabe um contato com aquela entidade, é um Centro de Assistência ao Deficiente, para ir, de repente, encontrar as pessoas que tivessem melhor condição de acessar o mercado de trabalho e vocês abrirem as portas para que eles possam estar ali. Apenas uma sugestão. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTA SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PPS-CE) – Muito obrigado, Roberto. Eu vou passar, primeiro, ao Jacques, então, para fazer as considerações finais. Depois à Andréa, ao Senador Augusto Botelho para que a gente possa encerrar essa nossa Audiência. Pois não, Jacques.

SR. JACQUES ABER – Bom... Em primeiro lugar, eu também fico muito feliz em ver que existem pessoas, Senadores, muito envolvidos com essa causa, parabéns aos senhores, senhoras, parabéns a todos os Senadores que conversamos durante essa nossa estada aqui em Brasília. E às pessoas, também, presentes aqui, que contribuíram bastante para essa nossa discussão. E, principalmente, aos servidores do Senado que estão envolvidos nas Subcomissões de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência. São contribuições super válidas para que nós consigamos, gradualmente, incluir, cada vez mais pessoas com deficiência. Minhas considerações finais são em função de que nós já avançamos bastante nessa questão, acho que há 30 anos atrás, por exemplo, se compararmos com atualmente, nós temos um Brasil muito mais inclusivo. Nós temos um País muito mais inclusivo, agora nós temos que pensar nos próximos 30 anos.

A gente percebe que o nosso País, em termos de legislação, ele é um dos Países mais preparados, mesmo em comparação com Países de primeiro mundo, Países mais desenvolvidos, nós estamos bem preparados, em termos de legislação, alguns ajustes precisam ser feitos conforme mencionamos aqui. Porém, acho que o nosso esforço agora, maior, é em fazer com que essa legislação, realmente, ela saia do papel e vá para a prática. No momento em que ela começa a entrar na prática, a gente começa a perceber uma série de questões que não havíamos pensado anteriormente. E eu acho que é nesse momento que nós temos que tirar os dados, tirar exemplos positivos.

Eu vou dar, falar aqui que, na verdade, têm certas posturas que a gente vê que são muito críticas. A gente tem que tentar olhar a coisa pelo, isso eu aprendi muito com as pessoas com deficiência. A gente tem sempre, na vida, dificuldades e a gente tende a olhar mais para as dificuldades do que para as soluções. A gente tem que começar a perceber que toda a questão ela tem dois lados, o lado positivo e o lado negativo. Até onde caminhamos até agora e até onde podemos caminhar daqui para frente. Então, a gente percebe que, realmente, existem questões a serem trabalhadas, mas, eu deixo aqui o meu registro, de que eu estou satisfeito com o País que nós temos hoje, com o nível de inclusão que conquistamos. Mas eu trago a minha contribuição para que nós possamos melhorar, cada vez mais. Obrigado.

SRA. PRESIDENTA SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PPS-CE) – Obrigada também, Jacques. E agora Andréa.

SRA. ANDRÉA SCHWARZ – Eu vou ser bem breve, já falei bastante, falo muito mesmo. Mas eu acho que um País mais justo é aquele que sabe conviver com as suas diferenças.

Se cada um de nós sair daqui com essa frase na cabeça a gente realmente vai promover inclusão social de uma forma que ela tem que ser, natural. Obrigada a todos.

SRA. PRESIDENTA SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PPS-CE) – Obrigada também, Andréa. Com a palavra o Senador Augusto Botelho, que deveria estar aqui presidindo essa Sessão, mas me deu o privilégio de presidir.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Sou apenas suplente da Comissão,, mas participativo bem ativamente, porque tenho muitas Comissões, também.. Gostaria de parabenizar os dois, a Andréa e o Jacques, pelo trabalho que apresentaram, que chamaram a minha atenção para duas coisas. Primeiro, a posição do próprio deficiente de não se adaptar. E segundo, uma coisa que, graças a Deus no meu Estado, eu talvez tenha facilidade de conviver com as pessoas deficientes, porque primeiro, meu pai era médico e era o único médico, numa cidade de 25 mil habitantes. Eu tive dois colegas de ginásio seqüelados de pólio, o Aires e o Benjamin, um, o Aires, virou professor, faleceu esse ano, o Benjamin era locutor do cinema e hoje é radialista lá em Roraima.

São meus amigos mesmo, assim, de convivência. E outros mais também que, outros viraram pecuaristas,, mas era seqüela de pólio, nesse tempo não havia muito acidente. Eu trabalho há trinta anos na emergência, 32 anos, estou há 3 anos afastado,

emergência do Pronto Socorro e acompanhei muitas seqüelas de acidente e de violência. Lá no meu Estado, arma de fogo, que é o principal causador de seqüelas graves raquimedulares, é o transporte, é a motocicleta e o carro.

Bom, agora uma coisa que ficou bem patente, que eu gostaria de chamar a atenção das pessoas que estão ouvindo a Rádio Senado, a TV Senado, é que as pessoas, os familiares das pessoas portadoras deficientes, nas pequenas cidades, têm que cobrar das Prefeituras, das escolas. No meu Estado felizmente, graças a Deus, as pessoas com deficiência freqüentam a escola normal, escola normal, que fala, escola normal, regular, exato, regular, na maioria, na maioria das escolas. E, nas outras cidades, tem que cobrar.

Quanto ao problema da cadeira de rodas que foi citado aqui, o SUS, é dever de o Estado fornecer a cadeira de rodas. Se as Prefeituras, se o Prefeito deixar de ficar comprando carro novo para seus parentes, fazendo obras superfaturadas, vai sobrar dinheiro para comprar cadeira de rodas. Então o cidadão tem que cobrar. É inclusão social do cidadão, da cidadania. Então, eu acho que eu vou e pedir também que cobre e leve os filhos para as escolas. Lá no meu Estado a gente talvez esteja mais na frente, graças a Deus, disso aí, não estou fazendo farol não, realmente é. Eles são mais organizados, todos estão organizados, lutando pelos seus direitos. E nós temos até missas regulares com libras, graças a Deus, numa comunidade, lá em Roraima, me orgulho quando digo isso e participo dessas atividades, como cidadão.

E acho que, fico feliz também de ver o Senado; quando cheguei no Senado não tinha nem grade naquele Plenário, vai cair uma pessoa, falei para o Carreiro, logo depois ele botou aquela grade, teve que subir aquele cidadão para pular, para botar aquela grade e quando vi acesso também às pessoas com deficiência, aqui na nossa Casa e fico feliz que a Comissão está agindo, está sendo um exemplo para o País, um exemplo das administrações das Prefeituras, das empresas. Quanto, por exemplo, a obrigatoriedade de incluir as empresas de menos de 100 funcionários na obrigatoriedade de contratação, eu acho que vocês estão fazendo o caminho certo, que é da educação das pessoas, que os próprios empresários tem necessidade de fazer isso, sentem necessidade.

Porque é normal. Nós todos somos iguais. Não existe diferença. Um não é melhor do que o outro por isso ou por aquilo. O mérito de cada um, depende do seu estudo, capacidade de estudar e se é família, todo

deficiente, minha experiência de médico, no caso dos Down, todos que evoluíram mais foram os que tiveram mães mais dedicadas, que encaram a coisa com mais naturalidade. Eu tenho uma amiga que tem uma criança com uma deficiência gravíssima, que nós nunca tínhamos visto,, mas ele é um menino totalmente tranqüilo, alegre, feliz, não enxerga,, mas, sabe, tinha também, deficiências fisionômicas,, mas ele é um menino muito bacana. Porque desde de pequenininho levava a ele em todos os lugares, minha amiga, um pouco mais nova do que eu e ele está incluído na sociedade. Simpático, tem namorada, tem tudo. Né?

Então, eu acho que assim, nós somos todos iguais e vocês não podem parar esse serviço, esse trabalho de vocês não. Continuem firme, lutem, agora vai chegar mais um membro na família, espero que seja mais um para lutar também, que seja educado dentro dos parâmetros que vocês têm. E espero que todos, no Brasil, tenham oportunidade de conseguir melhorar a sua vida. Todos, não só os deficientes, todos. Nós temos lugares onde existem pessoas que tem 18 anos e que não sabem ler e escrever. Vocês avançaram bastante, a organização é que faz a gente crescer. Eu não sabia que existia uma entidade tipo essa de vocês e fiquei feliz, tenho certeza que recolheram muitos frutos vocês e os que virão depois da gente também. Muito obrigado.

[Palmas]

SRA. PRESIDENTA SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PPS-CE) – Muito obrigada, Senador Augusto Botelho, eu vou encerrar a Sessão em função do Senador Eduardo Azeredo estar em outra Comissão presidindo outra Comissão. Mas gostaria de agradecer antes à Andréa, agradecer ao Jacques pelas informações que aqui trouxeram, pelo estímulo através das suas palavras, que trouxeram para cada um de nós Senadores.

Não desanimem porque essa Comissão tem outros Senadores, mas, infelizmente, hoje é um dia de corre-corre, tem várias Comissões funcionando, essa Comissão ela é formada pelo Senador Eduardo Azeredo, pelo Senador Papaléo Paes, pelo Senador Flávio Arns, que infelizmente não pôde hoje estar aqui, por mim. E nós temos também os suplentes que é a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Demóstenes Torres, o Senador Mão Santa, o Senador Paulo Paim e o Senador Augusto Botelho que tem participado de todos esses encontros e essas reuniões.

Queria só encerrar, dizendo que nós temos, como função, como responsabilidade, obrigação, servir de interlocução entre a sociedade e o Poder Público. Nós temos, como responsabilidade, a forma-

tação de Projetos que possam, aqui, ser discutidos e, a partir desses Projetos, a gente possa melhorar a condição de vida das pessoas. Evidentemente, que só a lei, por si só, não basta porque, se for uma lei que não tiver força, se for uma lei que sair, apenas, da imaginação, da cabeça ou da vontade de cada um de nós, essa lei pode permanecer morta. E não é isso que nos interessa. Por isso, esses debates, por isso essa Comissão, por isso à disposição e eu quero aqui, elogiar o Senador Eduardo Azeredo, que tem feito assim, de forma obstinada, essa luta pelos direitos das pessoas com deficiência. E isso é muito importante e serve de exemplo, não é Senador Augusto Botelho, para cada um de nós, porque a cada dia a gente aprende mais um pouco.

O que é preciso não só a lei, mas uma transformação cultural na nossa sociedade. Para que as pessoas comecem a levar a sério, para que as pessoas não permitam mais as discriminações e os preconceitos que existem. Que a escola seja um espaço de todos que se respeitem as diferenças que existem entre cada um de nós, cada um de nós mesmo aquele que não usa uma muleta, que não usa uma cadeira de rodas, que não tem um problema de visão tem algum tipo de deficiência. Eu tenho, o Senador tem e cada um de nós que aqui está, quem está nos ouvindo, quem está nos assistindo, também tem algum tipo de deficiência.

Nós não somos perfeitos. Nós somos seres humanos e cada um com os seus problemas, com as suas dificuldades. Mas se nós formos capazes de compreender isso e ter um novo olhar, um olhar que liberte as pessoas, um lugar que dê esse espaço a cada uma das pessoas, nós seremos, sim, capazes de transformar essa realidade ainda tão sofrida que discrimina tantas pessoas, que ainda impõe tantas dificuldades e tantas limitações na vida de cada uma das pessoas que luta, que como diz na minha terra, no Ceará, que peleja todos os dias para melhorar sua condição de vida, para que sejam incluídos na escola, para que sejam incluídos no trabalho digno, não com lamentações, não com pena, não com uma super proteção, como aqui foi dito,, mas que encare cada uma dessas pessoas com um potencial que precisam, apenas, de oportunidades. É o que eu falo, todos os dias, para nossas crianças, das crianças, dos jovens e dos nossos filhos.

Quando a gente assiste um documentário como aquele, que provavelmente muitos assistiram, do MV Bill Falcão, que mostra crianças com cinco, seis, oito anos de idade, com uma arma na mão, já sem se importar se vão morrer ou se vão viver, porque perderam

a esperança, perderam o vínculo com suas famílias, perderam a esperança de qualquer coisa e os ídolos acabam sendo os bandidos, os marginais, porque ali é que eles encontram um certo acolhimento, porque não tiveram em casa, porque não tiveram na família, porque não tiveram na sociedade, porque não tiveram no Estado e acabam procurando e enveredando por esses caminhos, que é o caminho que a gente escuta, da prostituição, o caminho das drogas, o caminho do crime e a gente não pode penalizar essas pessoas, mais uma vez.

Não é um discurso que eu faço da boca para fora, porque é bonito se defender criança. É porque eu realmente acredito, tenho a convicção, a certeza e não vou parar de dizer isso que, se nós formos capazes, se o Governo Brasileiro, se os Governos Estaduais, Municipais, se nós parlamentares, se a sociedade souber e cobrar os seus direitos, nós podemos mudar as coisas, incluir as nossas crianças nas escolas, as crianças que têm algum tipo de deficiência, é algo, eu diria, revolucionário, transformador, eu vi aquele garotinho, eu me esqueci o nome, que ganhou as Olimpíadas, a solidariedade dos colegas da classe, da sala de aula, que ajudavam, aqui, como foi dado um testemunho dos alunos que ajudavam uma universitária que não podia enxergar, era cega.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [inaudível] na sala dele. E ele chegava em casa todo mordido com as costas. Eu dizia a ele – “André, faça alguma coisa”. “Mãe, eu não posso fazer, porque ele tem problema”. Eu falei – “Mas a professora tem que tomar uma atitude. Você está todo roxo!” Eram manchas, mordidas e essas coisas. O menino não tem noção da força, então tem que ter também cuidado.

SRA. PRESIDENTA SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PPS-CE) – A escola também tem que estar preparada. Isso0 que eu digo. Não só, evidentemente, os portadores, aquelas pessoas que tem uma deficiência, mas, evidentemente, toda a sociedade, todas as empresas, todas as escolas têm, também, que estar preparadas para receber as pessoas. E assim dar apenas a oportunidade que é o que falta. A oportunidade para que as pessoas possam ser incluídas, também, na nossa sociedade. Eu, como faço parte dessa Comissão, eu tenho uma sugestão, também, dentre tantas outras que, aqui, foram dadas, importantes e que eu acho que essa Comissão tem que se debruçar sobre elas, que a gente, sobre todas essas discussões e essas sugestões, para que a gente possa, aqui, ver de que forma nós podemos colaborar com o Legislativo e aqui no Senado.

Eu acho que o Senado tem dado uma grande contribuição, no que diz respeito à questão do debate, da discussão e de alguns avanços importantes, sob a direção do Presidente Renan Calheiros, que tem tido esse esforço, tem tido esse novo olhar e essa nova visão sobre essas questões. Mas, também, aqui, eu recebo da minha Assessoria, uma relação de Projetos de Leis que existem aqui no Senado, que estão tramitando, alguns que estão parados, outros que começaram a discussão. São Projetos que tratam da questão da deficiência física, Projetos da deficiência visual, da deficiência auditiva, são vários Projetos.

Eu sugiro, talvez, que essa Subcomissão pudesse consolidar, fazer a consolidação e o exame de todas essas propostas que estão tramitando no Senado e que, aqui, a gente, através desse exame, possa dar prioridade, evidentemente, que de acordo com a discussão, com aqueles que têm interesse por essa causa e que essa Comissão possa fazer essa consolidação e, quem sabe, pedir urgência na tramitação, ou aprimoramento dessas sugestões, aqui, através dessa Subcomissão permanente.

No mais eu quero agradecer a participação, a presença, o entusiasmo, principalmente dos servidores do Senado, dos funcionários, dos Assessores do Senado que fazem isso. Não porque é a sua função, mas porque se engajaram, porque acreditam nessa causa, porque querem dar, aqui, a sua contribuição para isso. Para mim isso é um exemplo muito bonito e eu fico muito orgulhosa da nossa Casa ter pessoas que têm tanta sensibilidade e um coração tão bonito, tão grande que cabem tantas e tantas coisas. Não só a causa dos deficientes,, mas eu e tantos outros Senadores, que estamos, diariamente, perturbando os nossos servidores, funcionários e pedindo, enfim, que tem uma dedicação tão especial para com todas as pessoas que são excluídas da nossa sociedade, para aqueles que não tem vez e que não tem voz, muitas vezes.

Então, muito obrigado a todos, em nome do Senador Eduardo Azeredo, eu quero agradecer a presença de todos aqui hoje, desejando que em breve a gente possa novamente se encontrar e, quem sabe, ter mais boas notícias para dar a cada um de vocês que aqui está e há tantos outros que não podem estar aqui, que estão nos ouvindo ou mesmo aqueles que não estão nos ouvindo,, mas que a gente possa encontrar uma forma de chegar até eles. Muito obrigado a todos e um bom dia.

[Palmas]

Sessão encerrada às 12h38min.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 1ª Reunião Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 7 de março de 2006

Às onze horas e vinte e cinco minutos do dia sete de março de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Gerson Camata e com a presença dos Senhores Senadores José Jorge, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Teotônio Vilela Filho, Geraldo Mesquita, Leonel Pavan, Wellington Salgado de Oliveira, Valdir Raupp, Sérgio Cabral, Aelton Freitas, Paulo Paim, Fátima Cleide, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Cristovam Buarque, Marco Maciel, Romeu Tuma, Juvêncio da Fonseca, Garibaldi Alves Filho, Gilvam Borges, Luiz Otávio e João Ribeiro reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Marcelo Crivella, Maguito Vilela, José Maranhão, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho e Mozarildo Cavalcanti. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata registra a presença, para acompanhar a reunião, do Deputado Babá (PSol/PA). Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência submete a deliberação do plenário a preferência para iniciar a deliberação pela pauta de Projetos de Decretos Legislativo, o que é aprovado. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da Pauta de Projetos de Decretos Legislativos. **Item 01 – Projeto de Decreto Legislativo nº 529, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Liga de Proteção à Maternidade e à Infância de Cariré a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cariré, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 02 – Projeto de Decreto Legislativo nº 506, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Rainha das Quedas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Geraldo Mesquita e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 03 – Projeto de Decreto Legislativo nº 530, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Catarinense de Difusão Educativa e Cultural “Jerônimo Coelho” para explorar serviço de

radiodifusão de sons e imagens na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Geraldo Mesquita, e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 04 – Projeto de Decreto Legislativo nº 528, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Selvirriense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Selvíria, Estado de Mato Grosso do Sul”. O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 05 – Projeto de Decreto Legislativo nº 524, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Lindoeste a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lindoeste, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 06 – Projeto de Decreto Legislativo nº 521, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Projeto Vida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igaratinga, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 07 – Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Liberalista de Itapiranga a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapiranga, Estado do Amazonas”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Saturnino e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 08 – Projeto de Decreto Legislativo nº 509, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Castanho Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Careiro, Estado do Amazonas”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Saturnino e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 09 – Projeto de Decreto Legislativo nº 525, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Jeremoabo FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jeremoabo, Estado da Bahia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 10 – Projeto de Decreto Legislativo nº 533, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Barrochense Cultural Comunitária (ABACUC) a

executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Rocha, Estado da Bahia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 11 – Projeto de Decreto Legislativo nº 520, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Boa Sorte – Rádio e Televisão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araguaína, Estado do Tocantins”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado, por quinze (15) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. **Item 12 – Projeto de Decreto Legislativo nº 527, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores e Entidades Comunitárias de Figueirópolis – Tocantins a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Figueirópolis, Estado do Tocantins”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 13 – Projeto de Decreto Legislativo nº 523, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Flexeiras – AL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Flexeiras, Estado de Alagoas”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Teotônio Vilela Filho e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 14 – Projeto de Decreto Legislativo nº 059, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Costa Dourada para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belém, Estado do Pará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 15 – Projeto de Decreto Legislativo nº 540, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores de Cachoeira Dourada – GO e Distritos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira Dourada, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 16 – Projeto de Decreto Legislativo nº 548, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Serrado Verdes de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Simão, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Ju-

vêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 17 – Projeto de Decreto Legislativo nº 558, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educacional e Cultural das Águas Quentes para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 18 – Projeto de Decreto Legislativo nº 560, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Arnóbio Abreu para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Assú, Estado do Rio Grande do Norte”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. Finda a deliberação da Pauta de Projetos de Decretos Legislativos, a Presidência inicia a apreciação da pauta de Projetos de Lei – **Item 01 – Projeto de Lei do Senado nº 218, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho que, “Altera a redação do artigo 40 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para vedar a cessão ou transferência de atletas profissionais para o exterior nas condições que especifica”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 02 – Projeto de Lei do Senado nº 462, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Senador José Jorge que, “Altera o § 1º e o inciso I do § 4º do Artigo 80 da Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996 e dá outras providências. (Para regulamentar a educação à distância)”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, na forma do substitutivo oferecido. A matéria será submetida a turno suplementar segundo o que preceitua o artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 03 – Projeto de Lei do Senado nº 359, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Papaléo Paes que, “Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para elevar o percentual da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais e similares destinado ao fomento das práticas desportivas”. O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o parecer pela rejeição é aprovado. **Item 04 – Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marco Maciel que, “Dispõe sobre as ações de publicidade da administração pública”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o parecer é pela rejeição. É concedida vista ao Senador Geraldo Mesquita, pelo prazo regimental de cinco (5) dias. **Item 05 – Projeto de Lei**

da **Câmara nº 127, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Neyde Aparecida que, “Altera o art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, incluindo, para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, definição de funções de magistério”. O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o parecer favorável é aprovado. Nesse momento, o Senhor Senador Sérgio Zambiasi requer, oralmente, a inclusão extra-pauta, de Requerimento, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 01 – Requerimento de Urgência nº 010, de 2006-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 127 de 2005, que ‘altera o art. 67 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, incluindo, para os efeitos do disposto no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, definição de funções de magistério’”. O requerimento é aprovado. Antes da apreciação do item 06 a Presidência submete o voto dos itens 08 e 09 por se tratarem de matéria conexa. **Item 08 – Requerimento nº 007, 2006 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim que, “Com fundamento no disposto no art. 58, § 2.º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, do Regimento Interno da casa, requeiro a realização de Audiência Pública, nesta Comissão, com vistas a instruir o PLS 274/2003 e discutir a PEC 24/2005 com reflexos nos Programas do MEC na área do “Ensino Profissionalizante”. para tanto, gostaríamos que fossem convidados o Ministro de Estado da Educação – Fernando Haddad, o Secretário Executivo do MEC – Jairo Jorge, o Coordenador do Ensino Profissionalizante do Mec – Elieser Pacheco e outros a serem definidos pela própria comissão”. O requerimento é aprovado. **Item 09 – Requerimento nº 008, 2006 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim que, “Requeiro, na melhor forma do direito, a realização de um seminário, na cidade de Canoas/RS, desta Comissão, conjuntamente com a Câmara dos Deputados e Ministério da Educação, discutir a implantação de um Centro de Educação Federal Tecnológica naquela localidade, à luz do PLS 274/2003 e PEC 24/2005, no dia 20 de março de 2006, às 10:00 horas. requerendo, ainda, a indicação dos Parlamentares que Representarão esta Comissão no evento, convidado o Ministro de Estado da Educação – Fernando Haddad, o Secretário Executivo do MEC – Jairo Jorge, o Coordenador do Ensino Profissionalizante do MEC – Elieser Pacheco, Prefeito de Canoas/RS, Presidente do Sindicato Patronal da Indústria e Comércio de Canoas/RS, Sindicato de Professores e outros a serem definidos pela própria Co-

missão”. O requerimento é aprovado. **Item 06 – Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim que, “Institui o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador – FUNDEP, e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o parecer é pelo sobrestamento do projeto, até deliberação da PEC nº 24, de 2005. A matéria está com a tramitação sobrestada na Comissão em virtude da aprovação dos itens 08 e 09. **Item 07 – Requerimento de Sobrestamento**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca que, “Com arrimo no inciso I do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), e considerando a relevância da proposição para a implementação de políticas públicas consistentes e duradouras na área de Educação Profissional e qualificação do trabalhador, solicito o sobrestamento dos estudos em torno do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2003, até que haja decisão desta casa legislativa em face da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 24, de 2005, eu cria o fundo de desenvolvimento da educação profissional e modifica os arts. 159, 239 e 240 da Constituição Federal, para estabelecer nova distribuição dos recursos federais de que tratam aqueles dispositivos”. A matéria está com a tramitação sobrestada na Comissão em virtude da aprovação do item 08. **Item 10 – Requerimento de Informação nº 009, 2006 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira que, “Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, reiterando os termos contidos no Requerimento nº 971, de 2005, aprovado nesta Casa do Poder Legislativo, cujas respostas trazidas pelo requerido junto à Comissão de Educação não se prestam a atender o solicitado. assim que, não havendo o nobre Ministro se desincumbido do encargo, faz-se necessário reiterar o pedido, para o fim de obter as informações”. O requerimento é aprovado. Nesse momento, o Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira requer, oralmente, a inclusão extra-pauta, de Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 02 – Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 070, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados que, “Inscreve o nome de Alberto Santos Dumont, o Pai da Aviação, no Livro dos Heróis da Pátria”. O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o parecer favorável é aprovado. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta

Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e trinta e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no **Diário do Senado Federal**. – Senador **Gerson Camata**, Presidente da Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, da 40ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, realizada em 7 de março de 2006, terça-feira, às 11h25. Nós temos uma pauta relativamente extensa sobre projetos de radiodifusão. O item nº 1 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 529 de 2005, que aprova o ato que autoriza a Liga de Proteção à Maternidade e à Infância de Cariré a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cariré, no Estado do Ceará. O Relator é o Senador Reginaldo Duarte, que acaba de deixar o Senado, já que Luiz Pontes, o titular, assumiu o seu mandato. Não estando, portanto, S.Exª presente, designo o Senador Cristovam Buarque, como Relator *ad hoc* do item nº 1, relativo à Liga de Proteção à Maternidade e à Infância da cidade de Cariré, Estado do Ceará. Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque, para proceder o seu relatório.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, esta Comissão recebe para exame, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 529/2005, da Câmara dos Deputados, que tem a destinação de aprovar o ato que autoriza a Liga de Proteção à Maternidade e à Infância de Cariré a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cariré. Na análise, Sr. Presidente, conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, cumpre à Comissão obviamente opinar acerca de proposições que versam da comunicação. A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União. Consta-se também que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, não havendo, pois, objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto da técnica legislativa, observa-se que o projeto esta em perfeita consonância com os dispositivos das leis complementares que regem o assunto. O exame documentação que acompanha o PDS não evidenciou a violação das formalidades estabelecidas na Lei 9612/1988. Com essas constatações, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS não evidenciou violação à legislação pertinen-

te, não havendo reparos quanto ao aspecto de constitucionalidade jurídica e técnica, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Liga de Proteção à Maternidade e à Infância de Cariré a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Cariré, no Estado do Ceará.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O parecer apresentado por S.Exª o Sr. Senador Cristovam Buarque é favorável. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, a discussão está encerrada, passamos para o próximo item, que trata, item nº 4, Projeto de Decreto Legislativo 528 de 2005. Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Selvirriense a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Selvíria, Estado Mato Grosso do Sul. Autoria do Poder Executivo. O Relator é S.Exª o Senador Juvêncio da Fonseca, que tem a palavra para proferir o seu relatório.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Presidente, a Associação Cultural Comunitária Selvirriense, lá da cidade de Selvíria, em Mato Grosso do Sul, é ativa e a rádio comunitária sob a sua titulação, tenho absoluta certeza que estará prestando um grande serviço social à comunidade. O projeto atendeu a todos os requisitos legais e nós somos favoráveis à sua aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O parecer apresentado pelo Senador Juvêncio da Fonseca é favorável à rádio da cidade de Selvíria, Estado de Mato Grosso do Sul. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, encerrada a discussão, a votação será realizada oportunamente. O item nº 5. Projeto de Decreto Legislativo 524 de 2005. Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Lindoeste a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lindoeste, Estado do Paraná. Autoria do Poder Executivo e o Relator é S.Exª o Senador Flávio Arns, que tem a palavra para proferir o seu relatório.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O parecer, Sr. Presidente, é favorável para que a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Lindoeste, no oeste do Estado do Paraná, possa executar serviço de radiodifusão comunitária naquele Município. É o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O parecer apresentado pelo Senador Flávio Arns é favorável à rádio na cidade de Lindoeste, Estado do Paraná. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, encerrada a discussão, a votação será feita oportunamente. Item nº 6. Projeto de Decreto Legislativo 521 de 2005. Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Projeto Vida a execu-

tar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igaratinga, Estado de Minas Gerais. Autoria do Poder Executivo e o Relator é S.Ex^a o Senador Wellington Salgado de Oliveira, que tem a palavra para proferir o seu relatório.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, tendo em vista a nossa pauta, hoje bem extensa, vou direto ao voto. Tendo em vista que o exame de documentação que acompanha a PDS nº 521/2005, não evidenciou violação da legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Projeto Vida a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Igaratinga, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O parecer apresentado pelo Senador Wellington Salgado de Oliveira é favorável à instalação da rádio comunitária na cidade de Igaratinga, no Estado de Minas Gerais. Os Srs. Senadores que pretendam discutir, se apresentem. Não tendo quem queira discutir, a matéria vai a votação oportunamente. O item nº 7 e o item nº 8 têm como Relator o Senador Gilberto Mestrinho. Estando S.Ex^a ausente, a Mesa designa Relator *ad hoc* o Senador Saturnino Braga, que vai proferir o seu relatório sobre o item nº 7, que trata do serviço de radiodifusão comunitária da cidade de Itapiranga, no Estado do Amazonas e também do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada na cidade de Careiro, Estado do Amazonas. Com a palavra S.Ex^a o Senador Saturnino Braga, para proferir os seus relatórios.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Sr. Presidente Srs. Senadores, a documentação relativa ao serviço de radiodifusão comunitária da cidade de Itapiranga, no Estado do Amazonas atende perfeitamente a todos os requisitos, razão pela qual, não havendo nenhuma razão de injuridicidade ou inconstitucionalidade, o nosso voto é favorável ao projeto em pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O relatório apresentado por S.Ex^a o Senador Saturnino Braga é favorável à instalação ou os relatórios apresentados são favoráveis à instalação das rádios comunitárias na cidade de Itapiranga e da rádio FM, em Frequência Modulada, na cidade de Careiro, Estado do Amazonas. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, a votação será realizada oportunamente. O item nº 9 e o item nº 10 têm como Relator o Senador César Borges o item nº 9 é apro-

va o ato que outorga a permissão à rádio Jeremoabo FM Limitada para explorar o serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada da cidade de Jeremoabo, no Estado da Bahia e o item nº 10 aprova o ato que autoriza a Associação Barrochense Cultural Comunitária, ABACUC, a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Rocha, Estado da Bahia. O Senador Aelton Freitas é designado o Relator *ad hoc*, já que não se encontra presente o Senador César Borges, Relator dos mesmos. Com a palavra o Senador Aelton Freitas, para proferir os seus relatórios.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Sr. Presidente, Senador Gerson Camata, Sras. e Srs. Senadores, opinamos pela aprovação do ato que outorga a permissão da rádio Jeremoabo FM Limitada para a explorar o serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada na cidade de Jeremoabo. Da mesma forma, Sr. Presidente, somos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Barrochense Cultural Comunitária a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Rocha, também no Estado Bahia.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Os relatórios apresentados por S.Ex^a o Senador Aelton Freitas são favoráveis às duas emissoras. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, a discussão está encerrada, a votação será realizada oportunamente. Temos agora dois projetos também de permissões de emissoras de rádio. Primeiro. Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Boa Sorte de Rádio e Televisão Limitada para explorar o serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada na cidade Araguaína, Estado de Tocantins. E a segunda, que aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores e Entidades Comunitárias de Figueirópolis, Tocantins a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Figueirópolis, Estado de Tocantins. De ambos é Relator o Senador João Ribeiro, que não está presente, deverá ser designado Relator *ad hoc* pela Mesa, o Senador Wellington Salgado, que tem a palavra para proferir os seus relatórios.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, para mim é uma honra muito grande relatar o voto do ilustre Senador João Ribeiro. Com certeza, o voto é para o bem das suas cidades aqui, a cidade de Boa Sorte. Vamos ao primeiro, que é o parecer relativo à Boa Sorte Rádio e Televisão, na cidade de Araguaína, Estado de Tocantins. Tendo em vista que o exame de documentação que acompanha o PDS 520/2005 não contraria as formalidades estabelecidas na Resolução nº 39/1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entida-

de Boa Sorte Rádio e Televisão Limitada atendeu aos demais requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da permissão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário na Câmara dos Deputados. Com a seguinte emenda da redação. Dê-se ao art. 1º, do PDS 520/2005, a seguinte redação. “Fica aprovado o ato que se refere à Portaria 191, de 17 de abril de 1995, que renova por 10 anos, a partir de 15 de março de 1995 a permissão outorgada à Boa Sorte Rádio e Televisão e Limitada, originariamente Radiodifusão e Comunicação ABC Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora com Frequência Modulada na cidade de Araguaína, no Estado de Tocantins. Este é o voto do ilustre Senador João Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Os votos apresentados por S.Exª o Senador Wellington Salgado são favoráveis, com emendas.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Falta agora o item 12, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Com a palavra S.Exª o Senador Wellington Salgado, para proferir o relatório relativo ao item nº 12.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Esse é que o que autoriza a Associação de Moradores e de Entidades Comunitárias da Cidade de Figueirópolis, Tocantins a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Figueirópolis, Estado de Tocantins. Vamos ao voto do ilustre Senador João Ribeiro. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 527/2005 não evidenciou violação da legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação de Moradores e Entidades Comunitárias de Figueirópolis, Tocantins a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Figueirópolis, Estado de Tocantins, na forma do Projeto do Decreto Legislativo originário na Câmara dos Deputados. São esses os votos do ilustre Senador João Ribeiro, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O voto apresentado pelo Senador Wellington Salgado é favorável. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, encerrada a discussão. A votação será realizada oportunamente. Item 13. Trata-se do projeto que aprova a autorização da Associação dos Amigos de Portal do Alvorada Flexeiras, em Alagoas a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Flexeiras, Estado de Alagoas. Autoria do

Poder Executivo. O Relator é S.Exª o Senador Teotônio Vilela Filho, que tem a palavra para proferir o seu relatório.

SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB-AL) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, tendo em vista, Sr. Presidente, que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 523 de 2005 não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação dos Amigos do Portal do Alvorada, no Município de Flexeiras, nas Alagoas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Flexeiras, no Estado de Alagoas, repetindo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O parecer apresentado por S.Exª o Senador Teotônio Vilela Filho é favorável à instalação da radiodifusão comunitária na cidade de Flexeiras, Estado de Alagoas. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, a discussão está encerrada. A votação será realizada oportunamente. O item nº 14. Aprova o ato para outorga a permissão à Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Costa Dourada a executar serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada na cidade de Belém, Estado do Pará. A autoria é do Poder Executivo e o Relator é o Senador Gilvam Borges, que não está presente. A Mesa designa o Senador Flávio Arns Relator *ad hoc* do presente projeto. Com a palavra S.Exª o Senador Flávio Arns, para proferir o seu relatório.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O parecer, Sr. Presidente, é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Parecer favorável do Senador Flávio Arns. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, encerrada a discussão. A votação será realizada oportunamente. Item nº 15, nº 16 e nº 17. Trata-se do ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores de Cachoeira Dourada, Goiás a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira Dourada, permissão para a Sociedade Cerrado Verdes Mares explorar serviços de Frequência Modulada em São Simão, Estado de Goiás e concessão à Fundação Educacional e Cultural de Águas Quentes para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens em Caldas Novas, Estado de Goiás. A Relatora é a Senadora Lucia Vânia, que não está presente. A Mesa designa Relator *ad hoc* o Senador Juvêncio da Fonseca, que tem a palavra para proferir os seus relatórios.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Presidente esta Relatoria *ad hoc* acompanha os três brilhantes pareceres da Senadora Lucia Vânia, pedindo a aprovação do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O relatório apresentado pelo Senador Juvêncio da Fonseca é favorável. Em discussão os relatórios. Não tendo quem queira discuti-los, encerrada a discussão. A votação será realizada oportunamente. O item nº 18. Aprova o ato que outorga a permissão à Fundação Arnóbio Abreu para executar serviço de radiodifusão sonora em Freqüência Modulada na cidade de Açú, no Estado do Rio Grande do Norte. O Relator é o Senador Garibaldi Alves Filho, que se encontra na Comissão de Orçamento. A Mesa designa a Senadora Maria do Carmo Relatora *ad hoc* do presente projeto. Com a palavra S.Ex^a a Senadora Maria do Carmo, para proferir o seu relatório.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (PFL-SE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o voto é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Em discussão o parecer apresentado pela Senadora Maria do Carmo. Não tendo quem queira discutir, a discussão está encerrada. A votação será realizada oportunamente. Item nº 2 e item nº 3. São de autoria do Poder Executivo. O primeiro. Concessão da Rádio Rainha das Quedas para explorar o serviço de radiodifusão sonora em Onda Média na cidade de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina e também radiodifusão de sons e imagens na cidade de Florianópolis, Santa Catarina. O Relator é o Senador Leonel Pavan. Não estando presente, a Mesa designa o Senador Geraldo Mesquita para relatar os dois projetos. Com a palavra, S.Ex^a.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/PARTIDO-AC) – Sr. Presidente, o Projeto de Decreto Legislativo nº 506 que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Rainha das Quedas para explorar o serviço de radiodifusão sonora em Onda Média na cidade de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina recebeu parecer favorável do ilustre Senador Leonel Pavan. E o Projeto de Decreto Legislativo nº 530 de 2005 que aprova o ato que outorga a concessão à Fundação Catarinense de Difusão Educativa e Cultural Jerônimo Coelho, também para explorar o mesmo serviço, recebeu, da mesma forma, parecer favorável do Senador Leonel Pavan.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Os Relatórios apresentados por S.Ex^a o Senador Geraldo Mesquita são favoráveis. Em discussão. Não tendo quem queira discuti-los, vamos

realizar a votação, que será nominal, pois tratam-se de projetos terminativos.

(Procede-se à votação nominal)

As matérias foram aprovadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Há onze emendas apresentadas. Se alguém tem alguma objeção a apresentar contra elas, elas serão aprovadas automaticamente e aprovadas também as emendas. A pauta dos projetos em tramitação tem o item nº 1. O Relator está ausente. Nós então vamos tirá-lo de pauta até que o Relator se apresente. O item dois é o Senador Valdir Raupp, também sai de pauta até que S.Ex^a se apresente. O item nº 3. É o Projeto de Lei do Senado 359. Altera a Lei 9615, de 25 março de 98, para elevar o percentual de arrecadação bruta dos concursos de prognósticos de loterias federais e similares, destinado ao fomento das práticas esportivas. A autoria é do Senador Papaléo Paes, o Relator é o Senador Wellington Salgado de Oliveira, cujo parecer é pela rejeição. S.Ex^a tem a palavra, para apresentar o seu relatório. A Mesa quer observar que na reunião do dia 13 de dezembro foi concedida vista ao Senador Eduardo Azeredo, que não apresentou manifestação por escrito. Portanto, com a palavra, S.Ex^a, o Senador Wellington Salgado, informando também que a matéria é terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, eu vou ler todo o meu parecer, porque eu acho que essa é uma matéria de suma importância. Então, eu não vou simplesmente ao voto, queria fazer um esclarecimento, uma análise e, também, ver relatório. Vamos a ele. “Em exame nesta Comissão, o Projeto de Lei do Senado, PLS nº 359/2005, de autoria do Senador Papaléo Paes, que dá nova redação ao art. 56, da Lei nº 9615, de 24 de março de 1998, com o intuito de ampliar a parcela da receita de concursos de prognósticos de loterias federais destinada ao fomento do esporte nacional, inciso VI, e ainda, modificar os patamares de rateio desses recursos entre os Comitês Olímpicos e paraolimpíada brasileiros. De acordo com as novas regras, a parcela de arrecadação bruta dos concursos de prognósticos, loterias federais e similares, sujeita à autorização federal, vinculada ao fomento de praticas desportivas formais e não formais, fica elevado de dois para dois e meio, sendo divididas entre os Comitês Olímpicos e pára olímpico a razão de 80% para o Comitê Olímpico e 20% para o comitê pára-olímpico, respectivamente, em lugares dos 85 e 15 estabelecidos na norma vigente. Nos termos do art. 2º, a lei entra em vigor na data da sua publicação. Para justificar a proposição, o autor

relembra o potencial dos atletas brasileiros corroborado pelos bons resultados obtidos nos últimos jogos olímpicos e paraolimpíada. Para ele a iniciativa embute importante mecanismo de financiamento de desporto nacional, sem qualquer prejuízo aos atuais níveis de distribuição de recursos definidos na Lei 9615/98. Encaminhada à manifestação desta Comissão, a proposição não recebeu emendas”. Análise. A participação crescente de atletas brasileiros em jogos olímpicos e paraolimpíada, aliada à melhoria do desempenho de nossas equipes nesses eventos desportivos, constituiu, inequivocamente, forte estímulo para financiamento oficial de práticas desportivas, a reforçar assim a prescrição do art. 217, da Constituição Federal, segundo o qual o Estado brasileiro deve fomentar a desporto nacional. O recorde de medalhas na pára-olimpíada de 2002, tendo como consequência a melhor posição do País em *ranking* mundial, tem sido atribuída, em grande parte, ao novo modelo de financiamento desse segmento desportivo. As alterações havidas na Lei 9615/98, por intermédio da Lei 10264, de 16 de julho de 2001, proporcionaram aporte significativo de recursos aos esportes praticados pelas pessoas com deficiência. Para muitas entidades, o destaque brasileiro em competições internacionais é indicativo de o quanto bem empregados têm sido os recursos carreados ao fomento do setor. Relativamente à proposição em análise é de ressaltar que a situação ora abrangida redundava em matéria, cuja análise e deliberação encontra-se em curso na Câmara federal. Notadamente está sendo objeto de regulação, em projeto do enviado pelo Governo e que já resultou aprova-lo pela Câmara dos Deputados. Não obstante a louvável preocupação do nobre Senador com a alocação de recursos de maior montante ao fomento de práticas desportivas, de modo a dar efetivo cumprimento ao disposto no art. 217, da Constituição Federal, não resta dúvida que aguardar a chegada ao Senado Federal do projeto acima citado, por ser aquele de maior abrangência, contemplando a proposta ora intentada, parece ser a alternativa que se justifica pelo princípio de economia processual, uma vez que dita iniciativa poderia perder o seu objeto de regulação, de modo que, a prosperar a iniciativa a solução se consubstanciaria inócua. Voto. Diante do exposto, Sr. Presidente, nosso voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 359/2005.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O parecer apresentado por S.Ex.^a, o Senador Wellington Salgado, é pela rejeição. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, a matéria vai à votação, que é simbólica. Os que estão favoráveis à rejeição, mantenham-se como estão. Rejeitado o projeto.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Pela Ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Pela Ordem, Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, infelizmente ou felizmente, eu sou Relator da Comissão Mista, composta por 11 Senadores e Deputados que estão debatendo uma nova política para o salário mínimo e para os aposentados e pensionistas. E nesse momento há dois depoimentos, um dos prefeitos e outro dos representantes dos servidores nas prefeituras e eu teria que ir na Comissão e, se V.Ex.^a entender, eu quero fazer um pedido, se dá para a gente votar o item oito e nove, são simplesmente dois requerimentos. Um requerimento para que realize aqui uma audiência pública para discutir o ensino profissionalizante. E outro, que é complementar, é um seminário sobre o mesmo tema, que seria realizado lá no Rio Grande do Sul. Como entendo que não é polêmico, eu faço um apelo aos Senadores e Deputados, se puderem dar o voto favorável e eu poder ouvir lá os depoentes sobre esse tema.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Submeto ao Plenário, porque é extra pauta, a inversão da pauta, para que possam ser votados os os requerimentos, por solicitação do Senador Paulo Paim. Itens 8 e 9. Os Senadores que concordam com a inversão da pauta, mantenham-se como estão. Invertida a pauta. Em votação o requerimento do item nº 8. Os que são favoráveis, mantenham-se como estão. Aprovado. O item nº 9. Os favoráveis, mantenham-se como estão. Aprovados os dois requerimentos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, poderíamos, já incluir o item 10.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – A Sessão relativa ao item 8 será realizada na próxima quinta-feira e a do item 9 será marcada oportunamente, mas possivelmente já estará aqui, no dia 20 de março de 2006, às 10h da manhã. O item nº 10, do Senador Wellington Salgado, como se trata também de um requerimento, é um pedido de informação, ele pede inversão de pauta para votação do item nº 10. O Plenário concorda com a inversão de pauta? Os que concordam, mantenham-se como estão. Invertida a pauta para votação do item nº 10. Com a palavra, o autor do requerimento.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, mais uma vez, eu reitero ao Ministro da Educação....

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Agora é o Valdir Raupp.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Que responda às perguntas feitas e aprovado aqui nesta Comissão. Porque, na verdade, foi mandada para ele uma série de perguntas e ele respondeu tudo ao contrário. A gente pergunta de que cor é a maçã, ele fala – “Não, a banana é amarela”. Quer dizer, não tem nada a ver. Então, eu estou reforçando, e queria falar, Sr. Presidente, se as respostas não vierem sobre o assunto ao qual as perguntas foram feitas, o requerimento foi aprovado, porque aí nós vamos ver se aprova para o Ministro vir até aqui com os seus auxiliares para responder às perguntas, porque, não é possível, se uma Comissão que obedece a legislação e pede as informações e o Ministro, por não querer dar, manda no último dia antes daquela semana, daquele recesso que nós tivemos e que não teve recesso, teve a convocação, a resposta no último dia, e agora não responde nada do que foi perguntado, não é possível isso, porque aqui só tem pessoas que, o mais bobinho, é suplente, não é? Então, quer dizer, se o Ministro não responder, eu vou pedir, eu vou meter um requerimento para ver se ele vem para responder aqui na Comissão, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Em votação o requerimento apresentado pelo Senador Wellington Salgado. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, em votação. Os que são contra, se manifestem. Aprovado o requerimento. Nós temos ainda, voltando para Projeto de Lei do Senado. O item nº 6. Instituiu o Fundo de Desenvolvimento de Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador, prejudicada a sua tramitação, sobrestada.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Presidente, eu solicito vista ao projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Solicitado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Vistas do projeto... Do item 6.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Do item seis, solicitada vista-

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Não, ele não vai porque foi aprovado o requerimento adiando para a audiência pública. Portanto, parou a tramitação, até que seja realizada a audiência pública. Voltamos então para o item nº 1 e o item nº 2. O item nº 1, altera a redação do art. 40, da Lei 9615, de 24 de março de 1988, para vedar a cessão ou a transferência de atletas profissionais para o exterior, nas condições em que especifica. O Senador

Rodolpho Tourinho é o autor, o Relator é o Senador Valdir Raupp, que tem a palavra, para proferir o seu relatório. Este projeto é terminativo nesta Comissão.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 218/2004, de autoria do eminente Senador Rodolpho Tourinho, que altera a Lei 9615, de 24 de março de 1998, visando a instituir norma que vede a cessão ou transferência de atletas profissionais para o exterior, nas condições que especifica. Em 20 de outubro deste ano o presente projeto foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável da Senadora Íris de Araújo, cabendo agora a esta Comissão deliberar sobre a supracitada matéria. A alteração proposta visa a acrescentar parágrafo ao art. 40, da supracitada Lei, determinando que fica proibida a cessão ou transferência de atletas para entidade desportiva estrangeira inscrito em qualquer campeonato em andamento. Contanto que seja reconhecido pela Confederação Brasileira de Futebol, a CBF. Não foram apresentadas emendas ao projeto. Deve-se destacar que a lei a ser alterada, conhecida como “Lei Pelé”, diz respeito essencialmente às normas relacionadas ao futebol, esporte que se constituiu em traço cultural básico de nossa sociedade, o que lhe garante enorme importância. O eminente Senador Rodolpho Tourinho enfatiza na justificção de sua proposta que o reconhecimento internacional dos atletas nacionais, nos últimos vinte anos, tem resultado em um grande êxodo dos principais jogadores para os países em que se pratica o esporte, possuidores de mercados mais atraentes, do ponto de vista econômico. Tal situação, característica da própria globalização da economia, é inevitável. A saída de jogadores dos principais clubes durante a fase em que os campeonatos ainda estão em andamento, tem prejudicado de maneira bastante forte a qualidade das competições, bem como, o interesse dos torcedores. Ora, após a inscrição de um jogador em um campeonato, fixam-se as regras para que o mesmo possa desenvolver-se em condições de atratividade e competitividade. Assim, existe um prejuízo efetivo à qualidade das competições, quando os jogadores são negociados antes do encerramento das competições das quais participam. Não podemos deixar de destacar que todo o marco regulatório do futebol brasileiro tem sido modificado nos últimos anos, como consequência das investigações conduzidas pelo Congresso Nacional durante os anos de 2000 e 2001. Particularmente, pela chamada CPI do Futebol, do Senado Federal, a qual foi presidida pelo eminente Senador Álvaro Dias. Assim como, subproduto direto dessas investigações, foram feitas uma série de modificações na “Lei Pelé” que

garantiram maior estabilidade aos clubes de futebol, ao mesmo tempo em que a implementação do Estatuto do Torcedor significou um avanço na qualidade das competições futebolísticas nacionais. Do ponto de vista específico do interesse desta Comissão, é importante destacar que a manutenção dos atletas jovens em competições nacionais constitui-se em estímulo para o aprimoramento do esporte, influenciando novos atletas. Desta maneira, observa-se que a proposição sob análise, inegavelmente, apresenta inúmeros pontos positivos que contribuirão para a melhoria da qualidade das competições nacionais e o respeito ao interesse dos torcedores. O voto. Portanto, diante do relevante mérito da proposição em análise e, não existindo óbice de natureza regimental, legal ou constitucional, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 218/2004, nos termos em que foi apresentado. Este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O parecer apresentado por S.Ex^a o Senador Valdir Raupp é favorável à aprovação do projeto do ilustre Senador Rodolpho Tourinho. Este projeto é muito importante, ele só tem um artigo, mas ele modifica o parágrafo do art. 40, da “Lei Pelé”, que diz o seguinte – “É vedada a cessão ou a transferência para entidade de prática desportiva estrangeira de atleta profissional que esteja inscrito em qualquer campeonato em andamento, reconhecido pela Confederação Brasileira de Futebol”. Em discussão. Os Senadores que são favoráveis... Nós vamos fazer a votação, que é nominal, porque o projeto é terminativo. Alguém deseja discutir? Em votação.

(Procede-se à votação nominal)

A matéria foi aprovada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O projeto foi aprovado. Será feita a comunicação à Mesa. O item nº 2. Também altera o § 1º e o inciso I, do § 4º, do art. 80, da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e dá outras providências. Regulamenta a educação à distância. A autoria é do Senador José Jorge, o Relator é o Senador Valdir Raupp. Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta na próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos disposto do art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Na reunião do dia 5 de outubro de 2004 foi concedida vista coletiva, no dia 11 de maio de 2005 foi realizada audiência pública para instruir o projeto. Com a palavra S.Ex^a, o Senador Valdir Raupp, para proferir o seu relatório. O item nº 2.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado, PLS 462 de 2003, de autoria do Senador José Jorge, altera o § 1º e o inciso I, do § 4º, do art. 80, da Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. São duas as alterações propostas pelo PLS em exame. Primeiro. O credenciamento de instituições para oferta de educação à distância passa a poder ser delgado aos sistemas de ensino pelo Ministro da Educação, MEC, deixando o credenciamento, deste modo, de ser feito, exclusivamente, pela União. Segundo. É incluída no tratamento diferenciado da educação à distância, a redução de custos de transmissão em todos os meios de comunicação que sejam executados e explorados mediante permissão ou concessão do poder público e não apenas como prevê a LDB em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Em sua justificação o autor alega que a proposição visa a sanar conflito existente entre as normas legais e regulamentam o credenciamento das instituições que atuam na oferta de cursos de educação à distância. Assim, enquanto a LDB reservaria apenas para a União o poder de credenciar essas instituições, os Decretos de nº 2.494 de 1998 e nº 2.561/1998, bem como a Portaria do Ministério da Educação nº 301/98 delegam essa prerrogativa para os sistemas de ensino. Quanto à segunda alteração, o Senador justifica que pretende atender à concessão do tratamento diferenciado aos mais modernos instrumentos tecnológicos de informação e comunicação passíveis de outorga, de permissão ou de autorização de prestação de serviços públicos a terceiros. O PLS nº 462/2003, que será apreciado em caráter terminativo por esta Comissão, não recebeu emendas. Da análise, Sr. Presidente. A educação à distância é um percurso de reconhecida importância, por sua capacidade de atender a grandes contingentes de alunos, de forma mais efetiva que o ensino presencial. Além disso, propicia aos educandos a oportunidade de mais rápida atualização de seus conhecimentos. O PLS em questão alega que a centralização do credenciamento das instituições para a oferta da educação à distância tornaria inviável o funcionamento desse sistema, tornando-se em grave óbice para a implantação dos programas de educação à distância em nosso País. No entanto, o legislador reconheceu a validade do envolvimento dos demais sistemas de ensino na educação à distância, ao dispor no § 3º, do art. 80, que cria normas para produção, controle e avaliação de programas de educação à distância e a autorização para a sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e in-

tegração entre os diferentes sistemas. Além disso, ao regulamentar a matéria, o Poder Executivo delegou aos sistemas de ensino o poder de credenciamento no que diz respeito à oferta de cursos de educação à distância dirigidos à educação de jovens e adultos, ao ensino médio e a educação profissional de nível técnico, como dispõem os artigos 8º e 12º do mencionado Decreto nº 2494 de 1998. Eu acho que eu já posso ir direto ao voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – V.Exª é Senhor do seu voto, portanto pode ir...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Reconhecimento da matéria, porque é um pouco extensa e tem outros projetos ainda para serem relatados.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Inclusive o relatório de V.Exª, se V.Exª se recorda, foi lido na época do pedido de vista. V.Exª. pode prosseguir.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – É verdade. Já tinha sido lida. Então, diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 462/2003, na forma do substitutivo a seguir apresentado. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O voto apresentado por S.Exª o Senador Valdir Raupp é favorável, na forma de substitutivo oferecido. Em discussão. Com a palavra o Senador Wellington Salgado, para discutir.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, essa questão do ensino à distância. O ensino à distância, na verdade, ele é uma metodologia. Por quê? Porque o ensino à distância, você tem três maneiras de o ensino ser centrado. Ou no aluno, ou nos mestres, ou nos meios. O ensino à distância é o ensino em que ele é centrado nos meios. E eu me lembro que eu fui doutorando em ensino à distância na UNED, Universidade de Nacional de Educação à Distância, na Espanha, onde todos os espanhóis falavam para mim “O Brasil é um País feito para o ensino à distância, porque é a um País continental”. Agora, estão tentando regulamentar um ensino à distância de tudo quanto é maneira, mas, por que isso? Se o ensino à distância é meramente uma metodologia, ele não é um curso de ensino à distância, ele é uma metodologia de ensino à distância. Então, uma universidade que tem autonomia acadêmica, pelo art. 207, e, se ele tem autonomia acadêmica, por que é que uma universidade que tem que se sujeitar, outra vez, a uma aprovação pelo poder público, para poder fazer ensino à distância? Isso é uma coisa, simplesmente, absoluta. Se fosse criar uma universidade de ensino à distância, tudo bem. Mas aprovar... Qualquer

universidade do País hoje, que queira fazer ensino à distância, tem que se sujeitar ao MEC, ao Conselho. E aí, o que acontecesse? Aí começa o jogo de interesse, interesse financeiro. Algumas entram com o pedido, não anda o pedido, e outras andam mais rápido. E quem sai na frente... É igual a futebol, quem corre, recebe. Então, quem está na frente, está recebendo. E as outras ficam segurando, fazendo análise. Agora, por quê, se a Constituição dá direito a toda universidade de ter autonomia acadêmica? O que é que é autonomia acadêmica? O ensino à distância é metodologia, não é forma de ensino, é um ensino baseado nos meios. O que é que são os meios? Televisão, rádio, módulos de ensino, fita cassete, a medida de que daqui a uns dias vai ser até um *iPod*. Porque nós estamos caminhando para isso, daqui a uns dias ninguém vai à universidade mais, vai ficar em casa, e vai lá só fazer uma tutoria, que chamamos assim. Não vai ser chamado nem mais de tutor, vai ser chamado de facilitador, porque ele vai facilitar o aprendizado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Facilitar é pegar um diploma sem estudar.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não. Não é pegar um diploma sem estudar. Isso aí é um pouco mais lá atrás, Senador [risos]. Hoje já está muito mais. A gente tem o que a gente chama de educação permanente. Eu me lembro que quando a minha mãe aprovou em uma universidade, um conselheiro falou assim “Eu só acredito no ensino ‘olho no olho’”. Hoje você pode ter “olho no olho”, mas, na televisão. Você pode escutar e apreender. E, tenho certeza, Sr. Presidente, o Senhor que é um homem que tem um conteúdo que a todo o momento mostra, o Senhor não apreendeu tudo com “olho no olho”. [risos]. É ou não é? O Senhor sabe tudo do Espírito Santo. Até o petróleo, agora, que o Senhor, ao invés de cavar na vertical, está cavando para o lado [risos] para pegar lá onde está a bacia de Campos. Entendeu? [risos]. Ele inventou uma sonda, no Espírito Santo, que cava para baixo e para o lado [risos]. A bacia de Campos está sendo sugada. [risos]. Mas, entendeu, Sr. Presidente? Eu queria deixar bem clara essa manifestação minha, porque, em algum momento nós vamos ter que discutir esse assunto. Ensino à distância... Não é. É metodologia. É metodologia. Não é uma maneira de... Ter que ter aprovado. Se o MEC for avaliar, eu sou a favor. O MEC tem que ver é se aquela metodologia está sendo usada dentro dos padrões de qualidade do MEC. Eu não sou contra, não. O MEC tem que avaliar sempre. Agora, toda hora que aparecer alguma coisa nova, a gente vai ter que...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – A União?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – A União. Aqui já está havendo até uma melhoria, Sr. Presidente, porque a União autoriza. Agora é que ela está botando para o MEC. E, um dia tem que deixar a universidade criar, e vá lá avaliar o MEC. Essa era só a minha colocação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Obrigado a V.Ex^a., Senador Wellington Salgado. Com a palavra, para discutir, o Senador Geraldo Mesquita. Depois, o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/PARTIDO-AC) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Razão, assiste mesmo ao Senador Wellington. Agora, eu creio que o importante no projeto do Senador José Jorge, Senador Wellington, e o foco principal do projeto, porque o § 1º, que foi objeto da sua consideração, eu creio que ele apenas reproduz o que deve, certamente, estar na legislação porque, o objetivo principal, quero crer, do Senador José Jorge, terá sido o de reduzir, estabelecer a redução do custo de transmissão em canais comerciais, como está aqui no inciso I, do substitutivo do Senador Raupp, eu acho que o objetivo principal do Senador José Jorge foi esse, porque a parte que disciplina, regulamenta a educação à distância, que foi objeto da sua consideração, da sua crítica, creio que reproduz o que está na legislação e não deve ter sido a preocupação principal do Senador José Jorge. Portanto, eu vejo como meritório o projeto, interessante, no que diz respeito, exatamente, a esse aspecto peculiar. O da redução do custo da transmissão em veículos de comunicação comerciais autorizados, concedidos ou permitidos pelo poder público. Portanto, eu, desde já, declino aqui meu voto, favorável ao projeto. Claro, com a concordância em face de suas considerações, que eu acho justas e relevantes.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Eu queria advertir que nós estamos votando o substitutivo. À semana próxima, à próxima Sessão, vamos votar o turno suplementar, e ainda cabem emendas para o turno suplementar. O próximo inscrito é o Senador Cristovam Buarque, mas, V.Ex^a., quer, Pela Ordem, a palavra, Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – É só porque eu fiz uma colocação, Sr. Senador, pelo seguinte. É que eu sou... Eu fico... Me manifesto contrário a todo esse tipo de normas que estão sendo criadas. Eu acho que o MEC... O MEC, para mim, eu acho que está sendo Ministério mais atrasado deste País. Porque, hoje o Brasil... Tudo está caminhando tão rápido, e a educação é tão rápida, a todo o momento estão criando-se tantas regras, isso muda tanto e, parece que quem senta na

quela cadeira, quer mudar sempre. Aliás, a questão... Essa manifestação minha, porque o que eu acho que o ensino à distância tem que ser. Se está dizendo na Constituição que qualquer universidade, aprovada pelo MEC, se ela tem autonomia acadêmica, ela tem o direito de exercer a metodologia da maneira que quiser. Outra coisa é a questão, tem que obedecer a carga horária, tem que obedecer a carga horária. Agora se a ela vai ser dada segunda, quarta e sexta, é problema da universidade. Não pode é formar com menos carga horária do que a legislação manda. Às vezes alguém fala assim “Não, é porque é faculdade de final de semana”. Mas, espera aí, se ela dá a carga horária, não pode é a pessoa ir lá no final de semana e se formar no mesmo prazo que o outro. Isso não existe. Agora, a carga horária tem que ser, é da lei. Ele pode ficar lá o dia inteiro, ser avaliado, por quê? Porque ele não tem disponibilidade de horário. Ele trabalha no poder público, dá aula em cidade interior. Toda hora o Governo cria um método novo, para poder melhorar esses professores. Agora está sendo criado também pelo Ministério. Agora, parar com esse negócio de normas. A gente não aguenta mais. Eu estou com saudade do Senador Cristovam...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – [risos].

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu estou falando sério, Senador.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ministro.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ministro é o Cristovam, quando estava no Ministério, o Senador. Eu sinto saudade do Senhor. Porque o Senhor deixava as coisas fluírem normalmente, e ia ajeitando, dentro da legislação. E hoje não. Hoje se cria a norma, começa a se pensar, parece que “bateu um negócio na cabeça, vou fazer isso, vou fazer aquilo...”, e começa. Um grupo, com todo o respeito aos paulistas, mas é um grupo paulista que está atuando, e acha que está tudo certinho, quando, na verdade...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Tem um gaúcho também?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [risos].

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O gaúcho já saiu. Vai voltar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O Ministro, ele é gaúcho? Mas é formado na USP.

SENADOR GERALDO MESQUITA JUNIOR (PSOL-AC) – [risos]. Não, eu repito, Senador Wellington, eu concordo, inclusive, com a sua crítica. A normatização exacerbada ela é prejudicial, inclusive. Agora, eu me ateno aqui ao foco principal do projeto do Senador José Jorge, que é exatamente o da redução do custo para a transmissão em canais comerciais dos cursos à distância, que eu acho absolutamente meritório. Quanto à sua consideração e observação, mais uma vez eu digo, concordo *ipsis litteris* com sua crítica, porque a normatização exacerbada ela, ao invés de contribuir e ajudar, ela inclusive atrapalha, como V.Ex^a. falou aqui com precisão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Com a palavra, para discutir, S.Ex^a o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Sr. Presidente, eu creio que o assunto, que foi trazido pelo Senador Wellington, é muito pertinente. Eu não vou dizer que o MEC é o Ministério mais atrasado, mas o Brasil é o País mais atrasado dos países de porte médio, em relação ao ensino à distância, sem dúvida alguma. Estamos atrás de todos. E esse é o futuro porque, é como disse o Senador, é um instrumento. O ensino à distância é apenas um quadro negro, que chega na casa das pessoas e que permite dinâmica nas imagens, através de programação visual. É isso. Mas há um preconceito. Um desses dias eu fui a um debate e os alunos da UNE, o aluno representante, depois do discurso, ele fez dois gritos “Abaixo a taxa de juros” e “Abaixo o ensino à distância”. Por uma deformação de achar que isso vai tirar emprego de professores. Ao contrário, talvez precise de mais professores. Agora, por trás do vídeo, e um professor de um outro tipo, uma outra geração de professor, capaz de saber que o trabalho não é mais artesanal, ele e o aluno. Vai ser ele, o analista de sistema, o programador visual... É uma profissão... Vai surgir um professor novo, não mais artesanal, como o do meu tempo. Então, ele tem toda a razão, regulamentar demais isso, atrapalha. Agora, o Senador Geraldo tem razão também. Eu acho que o projeto do José Jorge visa a regular a transmissão, ou seja, barateando o custo com a transmissão, não visa a regulamentar o ensino. Eu não sei, esse artigo aqui que ele colocou, se repete o que já está, ou muda. Mas, o substituto, eu quero parabenizar o Senador Raupp, eu acho extremamente positivo, pertinente. Agora, eu queria aproveitar e dizer que está na hora da gente fazer uma audiência sobre o ensino à distância, para valer, aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Esse projeto foi feito no ano passado.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Mas a gente está precisando ver os resultados disso. Circular aqui os resultados para a gente tomar conhecimento disso, porque é um tema que ou a gente entra ou a gente fica para trás.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Eu vou emitir aqui uma opinião, eu não sei se posso, mas, há poucos dias eu vi num noticiário do SBT, em São Paulo, eu acho que muitos viram aqui, uma salinha, uma televisão em cima de um caixote e pegaram lá funcionando uma faculdade e aí o repórter perguntou – “Quantos alunos tem”? A menina falou – “Uns duzentos”. Ele falou – “Mas aqui nesta sala só cabe uns dez”. Ela disse – “Não, uns vêm, outros não vêm”. Quer dizer... Mas, a faculdade está aonde? A faculdade está lá em Roraima. Quer dizer, é um negócio que precisa ter uma regulamentação, porque senão daqui a pouco, uma coisa tão importante, e o Cristovam disse bem, com tanto futuro vai acabar se tornando uma fábrica de diplomas.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Presidente, me permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Com a palavra V.Ex^a.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Veja bem, ela disse que o uns vêm e outros não vêm. Eu acho que o que ela deveria dizer é “Uns vêm hoje e outros vêm amanhã”. Essa é a vantagem do ensino à distância, você liberta o aluno das amarras, da cadeia, da carga horária definida pelo professor. Você assiste na hora que quer, agora, na hora de receber um diploma, tem que passar por algum exame. Tem que passar algum exame que diga “Ele apreendeu ou ele não apreendeu”, isso é que tem que ser bem regulamentado, a exigência da comprovação do aprendizado. Mas, o fato de não estar um dia e estar outro, essa é uma das vantagens, por isso, é democrático, chega aonde não está a universidade presencial, sem obrigar o aluno a se mudar para a grande cidade e liberta, dele assistir aula quando ele quer e não quando o professor determina.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Continua em discussão. Pela terceira vez, para discutir, o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Pois é. É apaixonante esse tema, e eu fiz um doutorado em ensino à distância, na Espanha, então é por isso que eu me manifesto. E tem uma frase, só falando com o Senador Cristovam, que logo assim que eu estava fazendo o meu doutorado, eu co-

mecei, que eu fiz engenharia também, comecei a fazer umas contas de quando custava para a universidade federal o aluno presencial e quando custava o ensino à distância e, na conta que eu fiz, eu provava que o ensino à distância era mais caro, por quê? Porque eu fazia o cálculo em cinco anos de formatura. Aí o meu professor falou para mim assim – “Desde quando os cinco anos é o tempo certo para aquele aluno? Por que é que você calcula para cinco anos? O tempo certo é o tempo dele. Esse aluno pode ter uma família, pode ter um filho, ele começou solteiro, depois casou, arrumou emprego. O tempo ao tempo dele”. Acabou com todos os meus cálculos, Senador.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)

– Além disso, Senador, desculpe eu interromper, mas esse custo...

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Senador Cristovam Buarque com a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)

– Esse custo é maior, no começo, mas quando você coloca milhões para fazer o curso, aí dilui o curso. Agora, no começo é mais caro e vai exigir mais professores e outros profissionais.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O relatório do Senador Valdir Raupp continua em discussão. Não tendo mais quem queira discuti-lo. Em votação, que é nominal, por se tratar de projeto terminativo. Senadora Maria do Carmo, como vota?

(Procede-se à votação nominal)

A matéria foi aprovada.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Projeto aprovado. Será feita a comunicação à Mesa. A matéria poderá ser votada em turno suplementar na próxima Sessão. Senador Juvêncio da Fonseca. Desculpe, Senador Juvêncio da Fonseca. O item nº 3. Já foi votado e rejeitado. Item nº 4. Não terminativo. Dispõe sobre as ações de publicidade na administração pública. O autor é o Senador Marco Maciel. O Relator é o Senador Valdir Raupp, cujo relatório é pela rejeição. Matéria terminativa na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, não terminativo nesta Comissão. Com palavra o Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, como o relatório é pela rejeição, eu vou ler apenas o voto. Creio que é de conhecimento já de todas as Sras. e Srs. Senadores, ante ao exposto, somos pela rejeição do Projeto de

Lei do Senado nº 262/2005, por padecer de vício de inconstitucionalidade.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/PARTIDO-AC) – Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O relatório apresentado pelo Senador Valdir Raupp é pela rejeição. Para discutir, o Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/PARTIDO-AC) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

O projeto de autoria do eminente Senador Marco Maciel procura tocar num assunto que hoje é tormentoso. Publicidade na administração pública hoje passou a ser praticamente sinônimo de propaganda e, não raro, dos gestores dos recursos públicos. É necessário que esse assunto seja rigorosamente tratado, disciplinado para que os excessos, os abusos sejam coibidos, com base numa legislação rigorosa. Eu tenho, por coincidência, Sr. Presidente, um projeto que vai na mesma direção, no sentido também de disciplinar esse assunto e, por essa razão, eu me permito um pedido de vista para tentar colher desse projeto aquilo que, coincidentemente, é tratado no meu projeto, ou o contrário. Para talvez, quem sabe, conciliar os termos dos dois projetos para que eventualmente a tramitação dos mesmos possa ocorrer simultaneamente. Portanto, eu faço aqui um pedido de vista do projeto relatado pelo Senador Valdir Raupp, de autoria do Senador Marco Maciel.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Concedido o pedido de vista do Senador Geraldo Mesquita. Suspensa a tramitação do projeto até que S.Ex^a apresente relatório sobre o mesmo, no prazo regimental. Item nº 5. É um Projeto de Lei da Câmara. Altera o art. 67, da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, incluindo para os efeitos do disposto do § 5º, do art. 40 e no § 8º, do art. 201 da Constituição Federal, definições de funções de magistério. A autora é a Deputada Neide Aparecida e o Relator é o Senador Sérgio Zambiasi, que tem a palavra para proferir o seu relatório.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado, Presidente Gerson Camata. A presente proposição dispõe que as funções de magistério abrangem o exercício da docência, bem como outras atividades ligadas intimamente à vida da escola e ao seu funcionamento integral, como o assessoramento pedagógico e a direção de unidade escolar. E aqui tem um aspecto que eu considero de altíssima relevância, porque o projeto de lei visa a dar aos profissionais do magistério o direito à aposentaria especial, prevista no referido dispositivo constitucional. Eu quero dizer que recebi centenas de manifestações, de e-mails, telefonemas contatos pessoais das mais diversas regiões do País

pedindo celeridade na análise do projeto. E foi o que nós fizemos. Eu quero registrar aqui a pareceria da Senadora Fátima Cleide neste sentido também e, especialmente, o trabalho da consultoria, a quem nós solicitamos, esta celeridade foi dada, na análise. Então, este apoio da consultoria foi fundamental para que nós pudéssemos examinar hoje este projeto. E na sua análise, rapidamente, considerando que as pessoas que exercem funções de magistério podem ser tipificadas como sendo aquelas que atuam no âmbito educativo, segundo a Resolução nº 3, de 8 de outubro de 97, do Conselho Nacional de Educação, que fixa diretrizes para os novos planos de carreira e de remuneração para o magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios. Ficou estabelecido que, tanto os profissionais que exercem a docência, como os que oferecem o suporte pedagógico direto às atividades de direção ou à administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educação educacional são membros integrantes da carreira do magistério nos sistemas de ensino público. A experiência docente de, pelo menos, dois anos é tida como pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, seja ela adquirida em qualquer nível ou sistema de ensino público ou privado, como informa o § 1º, do art. 3º da citada resolução do Conselho Nacional de Educação, que ainda dispõe sobre o exercício da docência na carreira do magistério, deixando claro o atendimento de que a docência é um subconjunto de tal carreira. A resolução esclarece que as demais atividades ou funções de magistério exigem a graduação em pedagogia, ou pós-graduação, de conformidade com a LDB. Finalmente, a resolução abre mesmo a possibilidade de instalação de um fundo de aposentaria para o magistério com vencimentos integrais. Um ponto de vista explorado em outra ocasião chama a atenção para a isonomia. Pessoas na mesma atividade fim, tratadas de forma diferenciada, tornam problemáticas as relações dentro da instituição em que realizam atividades igualmente importantes e necessárias. Na base dessa discriminação está a ignorância de quais são as atividades específicas realizadas por um supervisor, um coordenador, um administrador. A existência da escola, se não houver isonomia, é algo que beira a impraticabilidade. Julgamos que a proposição é meritória, pelo exposto e por atender aos anseios, Sr. Presidente, de mais de um milhão de servidores no Brasil, que se empenham em dar aos brasileiros uma educação digna. No que se refere aos aspectos de juridicidade, constitucionalidade e técnica legislativa, não há reparos a fazer à proposição em tela. E quero também registrar aqui o trabalho, lá na Câmara, do Deputado Mendes Ribeiro Filho, que apresentou,

à época, projeto no mesmo sentido, que tramitou em conjunto com o projeto da Deputada Neide Aparecida e que vimos aprovado lá e que agora espero receber esse mesmo voto aqui na Comissão de Educação do Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O relatório apresentado por S.Ex^a o Senador Sérgio Zambiasi é favorável ao importante projeto que está tramitando aqui na Comissão. A Presidência da Comissão também recebeu inúmeras mensagens, e-mails, telegramas e pedidos pela aprovação e pela celeridade da aprovação. Em discussão o projeto. Senadora Fátima Cleide, para discutir.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Sr. Presidente, apenas para parabenizar desta Comissão pelo atendimento a esta reivindicação desse setor tão importante para a educação brasileira, que encontra-se penalizado neste momento. Na realidade, o projeto da Deputada Neide Aparecida visa a incluir diretores de escola, o pessoal que trabalha no assessoramento pedagógico, na coordenação pedagógica das escolas, para efeitos de aposentadoria especial. E também parabenizar o Senador Sergio Zambiasi, que foi um parceiro fundamental para que a gente pudesse estar aqui hoje, com esta celeridade, já aprovando, eu tenho certeza que os nossos pares aqui também votarão pela aprovação deste projeto. E já pedi também a todos que colaborarem para que na CCJ a gente tanto tenha a celeridade, quanto à aprovação para que a gente possa devolver a esta parcela dos trabalhadores em educação no nosso País a possibilidade de ter a aposentadoria especial.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Senadora Fátima Cleide, tenho certeza de que na CCJ.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Senador Sérgio Zambiasi com a palavra.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado, Presidente Gerson Camata. Terá a mesma sensibilidade o Senador Antônio Carlos Magalhães que teve o nosso Presidente Gerson Camata, que incluiu na pauta e imediatamente atendeu à solicitação que foi feita ao júri e a todos aqui, para que nós tivéssemos hoje esse projeto em pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Estão inscritos o Senador Geraldo Mesquita e o Senador Flávio Arns, para a discussão. Senador Geraldo Mesquita com a palavra.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/PARTIDO-AC) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu creio que a extrema sensibilidade do Senador Zambiasi colheu aquilo que há de mais importante e fundamental, Senadora Fátima Cleide, nesse projeto,

que é o sentimento de justiça por aqueles que, eventualmente se afastando do exercício, digamos, da docência propriamente dito, assume uma responsabilidade de dirigir uma escola, se não concedermos a eles o mesmo benefício que ele teria, quando na docência, nós estaríamos cometendo uma injustiça inclusive e punindo um cidadão ou uma cidadã que traz a sua experiência, talvez, administrativa para enriquecer o processo pedagógico de um centro de ensino. Portanto, eu parabeno Senador Zambiasi, o esforço sempre constante e presente da Senadora Fátima Cleide aqui em advogar essas grandes causas da educação nessa Casa e, mais uma vez, declino aqui, desde logo, o meu voto favorável à aprovação do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Continua em discussão. Para discutir, o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLAVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente, também quero externar o meu voto favorável a esta matéria, compartilho do ponto de vista de que este é um anseio, uma expectativa de centenas de milhares de professores, educadores no Brasil. Muitos problemas surgiram nas escolas por este Brasil afora, em função do processo inclusive eleitoral que se estabeleceu nas escolas públicas para que o professor escolhido pelos seus pares e pela comunidade escolar exercesse a direção da escola, isso prejudicaria toda a carreira, prejudicaria a aposentaria e, nada mais justo, eu penso, do que aquilo que a este projeto de lei está estabelecendo. Que funções de magistério possam ser consideradas as funções de docência, de direção e de assessoramento pedagógico de dentro da escola. São todos profissionais da educação, são educadores e esse projeto de lei realmente pode corrigir um grave problema, o projeto de lei é importante, necessário e, felizmente, está sendo aprovado por esta Comissão e que esta Comissão se empenhe, como já houve o apelo, junto à Comissão de Constituição e Justiça, pela celeridade da aprovação. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Continua em discussão. Não tendo mais quem queira discutir, o projeto vai a votação. Os que são favoráveis, permaneçam como estão. A Presidência quer cumprimentar o Relator Sérgio Zambiasi pelo esforço e a rapidez com que apresentou o seu relatório atendendo a tantas solicitações que a Comissão recebeu. Cumprimentos a V.Ex^a. Com a palavra S.Ex^a o Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado, Sr. Presidente. Isso acontece também pela sensibilidade do Presidente Gerson Camata, da assessoria, do júri e de todos, que também foram muito importantes, da consultoria da Casa, que entenderam a relevância

do projeto, que atende a, realmente, milhares de educadores em todo o País. E aproveito, Sr. Presidente, para solicitar urgência na sua tramitação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Em votação o pedido de urgência para a tramitação do projeto direto para o Plenário. O requerimento será apresentado por escrito, oportunamente, mas... Em discussão...

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Já apresentei, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Está aqui o requerimento. Aprovado. A Mesa registra presença do Deputado Babá, do PSOL do Pará, que está aqui na nossa Comissão. Com muito prazer, Deputado. Então, o projeto não irá à CCJ, irá agora direto para o Plenário com o pedido de urgência aprovado. Urgência solicitada pelo Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Mais uma vez, em nome de tantos, nós só temos a agradecer, Presidente Gerson Camata.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Com a palavra, Pela Ordem, o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, eu queria uma inclusão extra pauta do Projeto da Lei do Senado nº 70/2003 que inscreve o nome do Alberto Santos Dumont, pai da aviação, no livro de Heróis da Pátria.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Requerimento do Senador Wellington Salgado. Em discussão. Os que são favoráveis, permaneçam como estão. Aprovado o requerimento. Entra em discussão para... Esse projeto foi aprovado aqui e foi para a Câmara e a Câmara fez lá uma mudança, no lugar de colocar o nome Alberto Santos Dumont, o título que ele... De Capitão... Como é que é? Marechal do Ar. Uma emenda talvez até de redação, mas, de qualquer maneira, em discussão agora o projeto. Com palavra o Relator Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Rapidamente, Sr. Presidente, já pela colocação que V.Ex^a. fez, eu vou só ler a análise, que é pequena. Entende a Câmara dos Deputados conforme o parecer examinado pela Comissão de Educação e Cultura que a Ementa e o art. 1º, do PLS nº 70/2003 deve conter referência expressa à patente de Alberto Santos Dumont, a exemplo da Lei 7243, de 6 novembro de 84, cujo art. 1º dispõe sobre a concessão de título de patrono da Aeronáutica brasileira ao celebre inventor, referindo-se a ele como “Marechal do Ar”. A nosso ver, as emendas em comento agregam valor ao escopo do projeto de lei, o que lhe confere

oportunidade de pertinência. Nesse sentido, votamos pela aprovação das Emendas 1 e 2 da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 70/2003.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Em discussão o parecer do Senador Wellington Salgado sobre as modificações introduzidas no projeto da Câmara. Não tendo quem queira discutir, em votação. Os que são contrários manifestem-se. Aprovadas as Emendas. Aprovado o relatório. Srs. Senadores e Sras. Senadoras, a Presidência quer agradecer aos Senadores e Senadoras que aqui estiveram nesta Sessão. Senadora Maria do Carmo Alves, Senador Teotônio Vilela filho, Senador Geraldo Mesquita, Senador Leonel Pavan, Senador Wellington Salgado de Oliveira, Senador Valdir Raupp, Aelton de Freitas, Paulo Paim, Senadora Fátima Cleide, Senador Flávio Arns, Senador Roberto Saturnino, Senador Sérgio Zambiasi, Senador Cristovam Buarque, Senador Marco Maciel, Senador Juvêncio da Fonseca, Senador Garibaldi Alves e Senador Gilvam Borges que, com sua participação, abrilhantaram a realização de mais esta Sessão da Comissão de Educação. Esgotadas as matérias, quinta-feira nós temos uma audiência pública, às 10h00, aqui, solicitada por requerimento do Senador Paulo Paim. Está encerrada a presente Reunião. Obrigado a todos.

Sessão encerrada às 12h37min.

Ata da 2ª Reunião Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 9 de março de 2006.

Audiência Pública

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia nove de março de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Augusto Botelho, Vice-Presidente no exercício da Presidência e com a presença dos Senhores Senadores José Jorge, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Geraldo Mesquita, Leonel Pavan, Wellington Salgado de Oliveira, Valdir Raupp, Gerson Camata, Paulo Paim, Flávio Arns, Mozarildo Cavalcanti, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Juvêncio da Fonseca e Delcídio Amaral reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Marcelo Crivella, Teotônio Vilela Filho, Maguito Vilela, Sérgio Cabral, José Maranhão, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Fátima Cleide, Ideli Salvatti e Roberto Saturnino. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Augusto Botelho, registra a presença, para acompanhar a audiência pública das seguintes personalidades – o Ex-Senador Eurípedes Camargo; Deputada Maria do Rosário (PT/RS); Senhora

Jaqueline Moll, Coordenadora de Políticas da Educação Profissional e Tecnológica do MEC; Senhor Getúlio Marques Ferreira, Coordenador Geral de Orçamento, Planejamento e Gestão do MEC; Senhor José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores e Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI e o Senhor José Carlos Perret Schulte, Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Augusto Botelho, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 007-CE, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, que tem como objetivo instruir o Projeto de Lei do Senado nº 274 de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que “Institui o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador – FUNDEP, e dá outras providências” e discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 024 de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que “Altera os arts. 159, 239 e 240 da Constituição Federal e acrescenta o art. 214-a a seu texto, para dispor sobre o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional”. Comparece à Audiência Pública o Senhor Eliezer Pacheco, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação; a Senhora Maria da Glória Santos Laia, Membro do Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica – CONCEFET e Diretora Geral do Centro Federal de Educação Tecnológica – Ouro Preto/MG e o Excelentíssimo Senhor Deputado Alex Canziani, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Educação Profissional. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, autor do Requerimento, Geraldo Mesquita e Valdir Raupp. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Augusto Botelho, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e quatro minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**. – **Senador Augusto Botelho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Havendo número regimental declaro aberta a Segunda Reunião Extraordinária da 4ª Sessão

Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, a realizar-se em nove de março de 2006, às dez horas. Trata-se de audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado número 274/2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que institui o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador, FUNDEP e dá outras providências. E discutir a Proposta de Emenda à Constituição número 024/2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera os artigos 159, 239 e 240 da Constituição Federal, e acrescenta o artigo 214 A, a seu texto para dispor sobre o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional. A autoria do requerimento, Senador Paulo Paim, relatoria do PLS, Senador Juvêncio da Fonseca, relatoria do PLC 24 na CCJ, Senador Juvêncio da Fonseca. Peço ao Secretário da Comissão que encaminhe as autoridades à mesa. Convido o Vice-Presidente da Comissão para assumir os trabalhos. Senador Augusto Botelho.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Vamos começar pela ordem aqui do requerimento, cada orador terá quinze minutos para fazer a sua exposição. Quando faltar um minuto a companhia toca automaticamente não é a gente que toca não. Depois da exposição dos três a gente vai abrir as perguntas, os questionamentos. Com a palavra, sr. Eliezer Pacheco, Secretário da Educação Profissional e Tecnológico do Ministério da Educação.

SR. ELIEZER PACHECO – Não tenho prática parlamentar. Quero saudar o Vice-Presidente da Comissão de Educação, Senador Augusto Botelho, Deputado Alex Canziani, que preside a Frente Parlamentar de defesa da educação profissional, Maria da Glória que representa aqui o Conselho dos Dirigentes dos CEFETs, mais a equipe técnica da secretaria que nos acompanha, Senador Paim, que nos fez o convite, Senador Sérgio Zambiasi, nossos conterrâneos, Senador Valdir Raupp, demais parlamentares que nos honram com a sua companhia nesse momento. Gostaria de dizer que a educação profissional tecnológica, ela tem sido decisiva em todos aqueles países que trilharam o caminho do desenvolvimento sustentável, sem exceção. Não é, portanto, o Estado que queira desenvolver uma teoria pedagógica a respeito do assunto, poderia se fazer também, mas se trata simplesmente de se reportar a todos os exemplos bem sucedidos de políticas de desenvolvimento. E todas elas tiveram como uma das bases centrais o investimento na educação profissional tecnológica. Especialmente nos dias atuais dada a evolução técnico científica que exige da mão-de-obra não só uma alta qualificação, mas também o aperfeiçoamento, a qualificação permanente para acompanhar as mudanças vertiginosas que normalmente ocorrem na área da ciência e da tecnologia.

Vou citar rapidamente um exemplo, porque é aqui do nosso país e do nosso Estado, Senador Paim, que é daquela região, Senador Zambiasi conhece muito bem. É o caso de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul. Aquela região responde por 90% da produção de vinho no país, portanto, uma presença extremamente importante na economia daquela região. Nós temos, em Bento Gonçalves, o único curso superior no Brasil de vinicultura e enologia no CEFET, pertencente portanto a rede federal de educação profissional tecnológica. Certamente a presença desse curso médio e superior nessa área, ela é uma das razões fundamentais do acentuado desenvolvimento que aquela região vem tendo nessa área. Porque é uma atividade que exige uma mão-de-obra com uma certa sofisticação, certa formação, além do aspecto social que são cursos de 100% de empregabilidade. Isso é há disputa das empresas em torno daqueles jovens que ali concluem o seus cursos tanto o ensino médio como o ensino superior na área tecnológica. Isso em todas as áreas, está aqui à minha direita a professora Maria da Glória que é Diretora do CEFET de Ouro Preto aonde também há uma empregabilidade acentuada é e agora com a expansão para Congonhas e outras regiões também se verifica a importância que essas escolas têm para aquela região. Nosso Governo está desenvolvendo, a partir dos últimos meses um programa extremamente ousado e até acelerado, diria, da expansão da rede profissional tecnológica. Muitos poderiam perguntar por que é que esse programa está se desenvolvendo no último ano de mandato? E é importante que se esclareça que havia uma legislação que nos impedia a expansão da rede profissional. Foi uma iniciativa do Governo anterior cujo mérito não nos cabe debater aqui. Evidentemente, que entendeu por bem aprovar uma legislação que dizia que a rede federal poderia até construir escolas desde que as entregasse à iniciativa privada, a rede estadual ou redes municipais. Nós sabemos, permanente, com a escola, que a escola tecnológica, técnica, é uma escola que exige investimento, uma escola de manutenção onerosa e que nossos municípios, com raríssimas e honrosas exceções não têm condições de manter uma escola dessas e os Estados também passam os nossos dias, de modo geral, uma situação não muito confortável na área financeira. Isso trouxe então uma estagnação enorme. Nós temos, nós temos na rede federal atualmente 142 unidades contando os CEFETs, as suas unidades centralizadas, as agrotécnicas e as escolas técnicas vinculadas às Universidades, que também estão na área da política da SETEC, que é a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Depois de uma tramitação no Congresso Nacional razoavelmen-

te rápida, até de dezoito meses, nós conseguimos mudar essa legislação, vê-la sancionada pelo sr. Presidente da República e aí imediatamente desencadeando num programa que já tínhamos, evidentemente, elaborado que trata-se, inicialmente, da construção de quarenta e duas novas escolas através de um PL que libertou cinquenta e sete milhões para essas escolas, já aprovado, empenhado. Portanto sem nenhum problema da ordem financeira. E agora, recentemente, nós conseguimos incluir nessa relação inicial de quarenta e duas escolas mais dezoito escolas que são ainda do PROEP, e que as mantenedoras têm dificuldade de mantê-las. E que, portanto, serão federalizadas, portanto, ampliando-se o número das 42 iniciais para 60. O que fará com que a rede federal passe das 142 para 202 escolas, em torno de 200 escolas, pode ser que ocorra alguma dificuldade em alguma dessas. Então passaremos até o final desse ano, até o final desse ano das 142 para algo em torno de 200 escolas da rede profissional tecnológica. Isso é um avanço extraordinário nessa área da educação profissional e tecnológica. Embora não seja da rede federal, é importante que se faça um registro aqui também de um fato que eu considero que é histórico na área da educação profissional e tecnológica que é a conclusão. Até o final desse ano, eu posso até me enganar no número exato, o professor Getúlio Marques Ferreira, que me assessora, talvez possa me ajudar, mas se não me engano, nós vamos estar concluindo duzentas e setenta e quatro escolas no PROEP, é isso o Getúlio? Duzentas e setenta e quatro escolas do PROEP. Aquele financiamento do Banco Mundial que enfrentou sérios problemas, em razão do que o Banco suspendeu novos convênios, agora estamos retomando, porque o Governo, o Banco percebeu uma seriedade no trato desse financiamento e então, portanto, estamos encaminhando a segunda carta consulta para 2007 em diante. Mas nós conseguimos recuperar essas escolas, grande parte delas, com sérios problemas de gestão e estaremos concluindo duzentas e setenta e quatro novas escolas. Dessas é que têm dezoito que os gestores estão com dificuldade em manter, então nós vamos repassá-las para a rede federal. Perfazendo esse número portanto de sessenta novas escolas. Pois bem. A grande questão da educação profissional brasileira, assim como é da educação básica no país é que, como é do superior também, é a questão dos financiamentos. Essa é a grande questão. Aliás, para qualquer política pública, evidentemente, que a questão chave é a questão do financiamento, senão não passa de uma boa idéia, de bons propósitos, não é? Hoje, a educação profissional e tecnológica, ela, ela se mantém basicamente com recursos do orçamento

que são notoriamente escassos, evidentemente. E as emendas parlamentares, essas são as grandes fontes que nós temos, não é. Teve o PROEP também enquanto vigeu, o PROEP também auxiliou bastante, e, mas nós não temos uma fonte permanente de financiamento que permita aos nossos gestores tanto da rede federal como das redes estaduais, que nós trabalhamos muito com as redes estaduais também, nós constituímos no último ano um conselho dos gestores das redes estaduais com os quais nós trabalhamos, sempre que trabalhamos com o CEFET, com o DETUF, com o NIAF, nós trabalhamos também com o Conselho dos Gestores Estaduais por termos consciência que a maioria das escolas estão nas redes estaduais, a grande maioria das escolas está na soma das várias unidades da federação. E que, portanto, tem uma política de educação profissional no país, nós temos que ter esse diálogo permanente com as redes estaduais e temos feito isso com sucesso, e com muito bons resultados através deste diálogo com diversos Estados. Portanto, a questão do financiamento da rede federal e das redes estaduais, mesmo das comunitárias é da maior importância. Nesse sentido, nós vimos com muito interesse a tramitação nesta Casa de um projeto do Senador Paim, estabelecendo o que ele chama no projeto de FUNDEP, que é o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional. Assim como estamos já encaminhando, aliás tramitando nessa Casa também o FUNDEB, que será algo decisivo para a educação básica nesse país. Então, a tramitação de um projeto, que evidentemente deverá ser discutido não só pelo conjunto do parlamento brasileiro, mas pela, pelas redes de educação profissional do país, seja rede estadual, seja a rede federal é da maior importância. Porque isso nos permitiria, permitiria aos gestores poder se planejar, coisa que hoje eles têm certa dificuldade de poder fazer um planejamento sabendo a origem. Uma origem definida dos seus recursos. Portanto, acho que não é, desculpa perguntar porque eu não conheço aqui a mecânica parlamentar. Não é o momento de discutir, acho que o mérito do projeto ainda, não é? Nesse momento nós apenas, acho que, manifestar a importância de nós termos um projeto que debata a questão do financiamento da educação profissional.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTE-LHO (PDT-RR) – Mas V.Exa. tem liberdade de traçar algumas opiniões sobre o mérito também.

SR. ELIEZER PACHECO – Está bem, está bem. Então, é, em primeiro lugar registrar a importância de nós constituirmos uma fonte de financiamento permanente para a educação profissional. Certamente a professora Maria da Glória que representa as escolas da rede federal, também se pronunciará sobre isso. E

nós fizemos já um primeiro contato com o projeto. É um projeto muito bom, muita coerência, bem elaborado. A sugestão que nós teríamos, Senador Paim é que em vez de buscar os recursos em outros fundos, como o FAT, por exemplo, que aí seria um fundo, buscar dinheiro do fundo, que nós fôssemos na fonte primária desses recursos. Na fonte que abastece o FAT, que abastece o próprio sistema S. Nós temos o FUST que é um outro fundo, e os fundos temporais de ciência e tecnologia que também existem. Então nós buscássemos a fonte desses recursos, não é. Então, porque senão nós teríamos que mexer também na legislação do FAT, por exemplo, estou citando o FAT aqui porque é o mais conhecido. Mas os outros, nós teríamos que mexer na legislação do FAT e certamente também nós teríamos uma disputa com o FAT, certamente, isso é inevitável. Sempre que se disputa recursos, se estabelece uma disputa muito pesada. Então a nossa sugestão, que isso tecnicamente é bastante fácil de fazer. É nós – Bom, de onde é que vai o recurso para o FAT? E nós buscássemos lá, antes de ir para o FAT. Onde é que vai o recurso do sistema S, e nós buscarmos não no sistema S, mas lá na fonte que abastece o sistema S, lá no fundo setorial de ciência e tecnologia, e nós buscássemos lá na fonte primária. Porque com isso nós evitamos um problema político com esses fundos que certamente também lutam por recursos e é justo que assim o façam, mas que nós taxássemos as fontes primárias desses recursos. Porque senão ficará um fundo, no caso o FUNDEP, buscando recursos num outro fundo que é o FAT, por exemplo. E aí me parece que, salvo melhor juízo, teríamos que alterar também a legislação do FAT, não é? Teríamos que alterar também a legislação do FAT. Então nos parece, Senador, salvo melhor juízo, que evidentemente nós não temos experiência em legislação, nada da atuação Legislativa, mas nos parece que, tecnicamente e politicamente é melhor. Isso não altera a estrutura...

[Soa a Campanha]

SR. ELIEZER PACHECO – Do projeto, não altera em absoluto a estrutura do projeto, apenas altera a fonte do recurso, não é? Em vez de eu buscar num outro fundo buscar nas fontes primárias que abastecem esses fundos. Mas de resto, a estrutura do projeto é muito boa, não é? É muito boa, não... Isso não chega a alterar a estrutura do projeto e, principalmente, é de uma grande importância no momento em que a educação profissional e tecnológica volta a assumir um protagonismo muito importante em nosso país. Ela, a expansão da rede federal foi incluída entre as metas da Presidência da República. Portanto aquelas metas que a presidência monitora diariamente e cobra dos seus responsáveis, não é? Saber como é que está,

como é que está andando. Então, esse projeto vem em muito boa hora. Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado, professor Eliezer Pacheco. Com a palavra agora por quinze minutos, a professora Maria Glória Santos Laia, membro do Conselho de Dirigentes dos Centros de Educação Tecnológica, CONFECET e Diretora Geral do Centro Federal de Educação Tecnológica de Ouro Preto, Minas Gerais. A senhora tem a palavra por quinze minutos que serão registrados no relógio da parede e a campainha toca automaticamente.

SRA. MARIA DA GLÓRIA SANTOS LAIA – Bom, gostaria de fazer a saudação ao Vice-Presidente da Comissão de Educação do Senado, ao nosso secretário, ao Deputado, Alex Canziani, aos senadores e deputados aqui presentes, e a nossa equipe também lá do MEC e as pessoas que vieram para essa audiência. Eu gostaria de me desculpar pela brevidade com que irei falar porque o nosso Presidente me pediu, o professor Sérgio Galdêncio, que eu o substituísse hoje em função de reunião do CONCEFET, os diretores estão reunidos hoje em João Pessoa. Mas eu gostaria de registrar como membro do CONCEFET e também como ex-aluna de escola técnica, professora do CEFET hoje na direção do CEFET, a grata satisfação com que nós vimos anunciar essa audiência em função de ser essa uma, um anseio da rede federal, da rede dos CEFETs com relação a esse fundo específico para as escolas, porque todo o investimento que se faz na educação é pouco devido a dimensão que o nosso país tem. Mas todo o investimento que é feito na rede federal ele ganha visibilidade e também na rede estadual, ele ganha visibilidade porque nós temos uma resposta à sociedade através das pessoas que se qualificam, que se profissionalizam e que se empregam de fato em todo o sistema produtivo no país. Nós temos, por exemplo, da nossa escola, a presença de ex-alunos nas grandes empresas do país e que estão decidindo os caminhos nossos, não é? Só para a gente ter uma idéia, cerca de 300 técnicos do CEFET Ouro Preto trabalham na PETROBRAS. Isso não é pouca coisa considerando o tamanho da escola e o tamanho do quadro que a escola dispõe. Então, se nós tivéssemos um fundo permanente de investimento para a educação profissional, certamente nós poderíamos oferecer muito mais à sociedade. É... também gostaria de, de registrar que nós acreditamos que não só a rede federal vai se beneficiar como também o sistema estadual e os segmentos comunitários, pois com essa ação nós podemos garantir a implantação do ensino integrado nas escolas que é uma proposta que nós defendemos e nós acreditamos porque nós

temos resultados positivos e concretos dessa modalidade de ensino. Então, nós falamos com conhecimento de causa e com muita convicção a respeito do ensino integrado e que, também foi uma conquista do, do Governo Federal e que nós aplaudimos e apoiamos integralmente. Deixa-me ver aqui, bom. É... também gostaria de registrar e concordar com o professor Eliezer com relação a expansão da rede federal, não é? Nós temos capacidade técnica, pedagógica para oferecer educação de qualidade e uma educação que tem resultado. Então só para deixar marcado que o CONCEFET está integralmente apoiando esse projeto. E nós vamos insistir na manutenção da escola pública gratuita e de qualidade, que é nisso que nós acreditamos. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Nós estamos na semana internacional da mulher, estamos, ontem foi o Dia Internacional da Mulher, nós aproveitamos para parabenizar a nossa expositora e dizer que as mulheres são rápidas porque elas usam melhor os neurônios do que os homens, isso é fisiologicamente comprovado, usam melhor. Agora, com a palavra, o Deputado Alex Canziani, Presidente da Frente Parlamentar de defesa da educação profissional.

SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI (PTB-PR) – “Não é a raça mais forte a que sobrevive nem a mais inteligente, é a que melhor se adapta a mudança”, Charles Darwin. Prezado Presidente, Vice-Presidente da Comissão nesse ato na Presidência da Comissão de Educação, Senador Augusto Botelho. O nosso companheiro também de Comissão de Orçamento, prezado professor Eliezer Pacheco, nosso competente secretário do MEC, professora Maria da Glória aqui representa o CONCEFET, prezados senadores aqui presentes, senhoras e senhores assessores, funcionários da Casa. Primeiro a nossa satisfação de poder estar aqui nessa manhã falando de um assunto que nós temos a maior satisfação e o maior carinho que é a questão da educação profissional. No mundo hoje globalizado que a única certeza que nós temos é que a mudança, ela é diária é de fundamental importância que nós vejamos que através da educação é que nós vamos melhorar nosso país. Pegamos, e as revistas têm feito, estudos têm sido realizados que todos os países desenvolvidos do mundo foram aqueles que exatamente fizeram da educação a sua mola mestra para alavancar o desenvolvimento do seu povo. E, sem dúvida, a educação profissional tem o papel fundamental. Ainda no último fim-de-semana, na capa da FOLHA DE SÃO PAULO se mostrava ali um estudo do IPEA, se não me falha a memória, que exatamente quem gera é... quem gera a oportunidade, quem gera melhor condição exatamente

é a questão do emprego, não é, comparado até com programas sociais. Então nós vemos que, sem dúvida alguma, é através da geração de empregos, através de geração de oportunidades que nós melhoraremos essa condição. E para isso a educação tem um papel fundamental, a educação profissional. Nós, e no ano de 2003, nós que acompanhamos o PROEP, o professor Eliezer falava do PROEP, um programa de quinhentos milhões de dólares que foi assinado no Governo anterior para a construção de escolas profissionalizantes no país. Um programa que, a bem da verdade, fez e está fazendo avanços importantes na educação profissional. E no ano de 2002 havia sido assinado, professor Getúlio, 104 escolas naquele ano de 2002. E no ano de 2003, Senador Botelho, o Governo entrando, vendo que não havia inclusive orçamento para poder dar vazão aquela quantidade de convênios que havia sido assinados no ano de 2002, o Governo acaba cancelando 104 convênios. E isso fez com que surgisse, no próprio Congresso Nacional, uma grande preocupação porque havia sido um compromisso que o Governo, independente de ser Governo A, B ou C, mas era o Governo brasileiro que havia assumido o compromisso com entidades, com governos estaduais e com a sociedade como um todo. E foi daí que surgiu uma idéia de alguns deputados, não é, o Deputado Colombo, o Deputado Daniel Almeida, nós e o próprio Senador Paim que desde o primeiro momento esteve perfilado junto conosco. Ele que nos representa inclusive aqui como coordenador da frente aqui no Senado Federal para que nós pudéssemos então arregimentar outros parlamentares que quisessem lutar pelo fortalecimento da educação profissional em nosso país. E tivemos uma grata surpresa pela adesão que nós tivemos, pelo apoio que nós tivemos inclusive para que nós pudéssemos estar é... fazendo esse trabalho. Tivemos um trabalho importante inclusive no próprio orçamento, de nós colocarmos um recurso no orçamento de 2004, conseguimos melhorar bem o orçamento que havia sido encaminhado pelo, pelo próprio MEC, que havia sido, que havia sido diminuído quando chegou aqui ao próprio, ao próprio Congresso. E nós, através de uma mobilização, uma série de ações que nós fizemos, conseguimos então uma melhora substancial nos recursos do PROEP. E, aliado a isso, nós fizemos uma série de ações também no sentido de podermos auxiliar a desenvolver a educação profissional em nosso país. Eu gostaria de citar algumas, alguns projetos que, hoje Leis, aquela Lei que o próprio professor Eliezer já falou a respeito, que é uma Lei, Senador Raupp, que permitiu a expansão da educação profissional no país, não é? O próprio Senado rapidamente aprovou quando chegou à Casa. Nós tínhamos uma demanda

muito grande como temos ainda hoje, e não existia a possibilidade, porque a legislação não permitia que nós tivéssemos então a criação de novas escolas no país tanto de CEFETs como também escolas agrotécnicas. E é importante frisar o papel fundamental que tem tido os CEFETs no Brasil. Eu que conheço muito especialmente o CEFET do Paraná, me orgulho até de ser um dos representantes do CEFET aqui na Câmara dos Deputados pelo trabalho que faz, pela competência, pela responsabilidade que tem na formação da nossa juventude e também em todo o Brasil nós sabemos da excelência que existe o CEFET. E essa Lei exatamente que nós aprovamos que vai permitir que nós tenhamos então novos, vinte e cinco novos CEFETs previstos aí para o nosso país. E, sem dúvida, vai atender uma gama muito grande de pessoas que buscam, através da educação profissional, a oportunidade de chegar ao emprego. E também uma outra Lei importante que nós aprovamos e, com certeza, será a primeira de outras que virão também, que foi a transformação do CEFET do Paraná, e aí me permitam os outros companheiros de outros CEFETs, o melhor CEFET do Brasil, não é? Na primeira Universidade Tecnológica Federal, não é?

[Risos]

SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI (PTB-PR)

– Na primeira Universidade Tecnológica Federal sendo, sem dúvida, um avanço importante também para a rede como um todo. E isso inclusive tem estimulado, nós temos acompanhado parlamentares, inclusive de outros Estados também indo ao próprio Governo, indo ao Ministério da Educação lutando também para que se transforme outros CEFETs também em Universidades Tecnológicas. E isso vai fazer com que haja, sem dúvida, uma melhoria contínua então dessas unidades em todo o nosso país. Então, esses dois projetos eu considero da maior importância. Eu, o ano passado, eu via o próprio Deputado Aldo, nosso Presidente da Câmara dizendo, relatando dos projetos importantes que haviam sido colocados, aprovados no ano passado. E, sem dúvida, esse foi um projeto da maior importância para o nosso país que foi aquele que permitiu a ampliação da rede federal. E agora nós temos alguns gargalos ainda, conversávamos há pouco inclusive antes de iniciamos esta sessão, nós tínhamos a questão dos cargos que nós tínhamos que criar para se viabilizar esses vinte e cinco novos CEFETs. Falamos inclusive, estive agora há pouco inclusive no Ministério do Planejamento. Falamos, essa Casa inclusive vai ter que aprovar a criação de cargos para que nós tenhamos professores e funcionários, assistentes para o funcionamento, e aí eu queria dizer inclusive para os senhores senadores aqui presentes, que é possível que essas escolas co-

mecem a funcionar senão todas mas pelo menos parte delas ainda nesse ano de 2006. E é importante que nós tenhamos isso. E para isso nós temos que ter a aprovação desses cargos. Nós falamos no Ministério do Planejamento. O Ministério do planejamento deve, em pouco tempo, estar encaminhando para a Casa Civil para que venha, acreditamos até numa Medida Provisória, temos que aprová-la rapidamente para que nós tenhamos tempo hábil então, para fazermos os concursos para poder tanto algumas unidades que ainda têm problema de quadro de pessoal. No nosso, no Estado do Paraná nós temos duas unidades tanto de Campo Mourão como Dois Vizinhos que não têm quadro pessoal. Como também para a expansão de vinte e cinco novas escolas em todo o nosso país. E uma outra questão fundamental que nós vemos é com relação a esse projeto que o Senador Paim apresenta que é a criação de um fundo que permita a continuidade então das escolas, não somente as escolas públicas mas também escolas como o PROEP viabilizou, escolas comunitárias. Uma iniciativa importante também porque nós temos segmentos organizados, temos regiões do país que, atendendo a sua particularidade, atendendo a sua necessidade de uma determinada região criou então, com o apoio do PROEP, escolas que atendem demandas muito específicas e com alta qualidade. E que nós temos que viabilizar também uma maneira que essa escola possa estar se desenvolvendo cada vez mais. Então eu vejo que a criação desse fundo tem um papel importante, sem dúvida alguma. Agora cabe realmente discutirmos de que maneira nós vamos viabilizar, da onde virão os recursos efetivamente para que nós tenhamos, vejo aqui uma das idéias seria a própria questão dos recursos do FAT. Eu que tive o privilégio de ter sido o Secretário do Trabalho no Paraná. Eu, muitas vezes, questionei até os cursos que se fazem com recursos do FAT, porque são cursos de pouca duração e que nem sempre dá a empregabilidade que nós queremos. Será que não seria melhor nós usarmos então, para que nós pudéssemos aplicar nessas escolas que dão qualidade e que, acima de tudo, vão dar uma condição melhor? E vejo preocupação também, volta e meio eu vejo projetos, Ah, nós vamos tirar do sistema S, para poder viabilizar esse fundo. O sistema S, é preciso que se deixe registrado aqui, tem um papel importante no país. Eu conheço a experiência do meu Estado, especificamente, mas também de outros Estados que eu já tive a oportunidade. Desenvolve também educação profissional com grande qualidade. Desenvolve um papel importante na formação da nossa juventude e nós temos que, realmente, ver, apesar da idéia ser muito boa, mas da onde que nós vamos viabilizar esses recursos então

para que nós tenhamos esse FUNDEP que é, sem dúvida alguma, uma das maiores necessidades que nós temos hoje na questão da educação profissional. Então, Senador Botelho, eu não vou usar todo o nosso tempo. Eu queria deixar só essas ponderações que nós estamos colocando. Durante o debate nós poderemos estar nos aprofundando em alguma das nossas colocações. Mas eu gostaria de deixar registrado aqui então os nossos cumprimentos ao Senado Federal, a Comissão de Educação, ao Senador Paim por essa iniciativa. E que todos nós juntos possamos cada vez mais viabilizar uma educação profissional de qualidade para os nossos cidadãos, uma educação podendo ser pública e gratuita como é importante, mas também tendo parceiros para que possa também desenvolver a educação profissional em nosso país. Eu agradeço a oportunidade. Parabéns a todos os presentes. E nós nos colocamos então à disposição para alguma dúvida que nós possamos, porventura, dirimir. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado, Deputado Alex Canziani. É, no início, o requerente é o primeiro a fazer a indagação, mas ele teve que defender um, e votar num projeto dele lá e já está voltando. Então eu passo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita para indagar.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (SEM PARTIDO-AC) – Caríssimo amigo e Presidente Senador Augusto Botelho, Deputado Canziani, Dr. Eliezer, professora Maria da Glória. Deputado, o senhor merece as minhas homenagens pelo simples fato de presidir uma Frente Parlamentar dessa. A homenagem eu estendo, eu gostaria de falar na ausência dele, porque eu sou um fã de carteirinha, mas ele está aí. A homenagem se estende ao Senador Paim, que é um guerreiro, não é, a pessoa que tem a clarividência de propor um projeto como um projeto ao qual o Dr. Eliezer se refere, não é? De instituição de um fundo que possa resolver a questão dramática de fato do financiamento de um segmento de educação e de formação tão importante como esse. Fiquei satisfeito de ouvir a doutora, professora Maria da Glória se revelar usuária do sistema. Foi aluna de um curso técnico. No final da década de 60, início da de 70 eu também fui, fui aluno da, da escola Evaldo Loide lá em Benfica no Rio. Fiz um curso de torneiro mecânico e vivi muito tempo da minha profissão, exerci, trabalhei e ganhava bem inclusive na época. Estava aqui conversando com um companheiro que sentou aqui do meu lado a pouco, compartilhando com ele uma preocupação, eu não sei se ocorre à professora Maria da Glória, mas a mim particularmente também sempre ocorreu. E eu fiquei satisfeito de ouvir o companheiro declinar ali nas

suas considerações também, é a questão do foco, da objetividade, não é? Eu estava dizendo para ele que ao chegar na escola onde eu fiz o meu curso, claro, tivemos lá noções básicas, teóricas. Você tem que, você tem que manipular com instrumentos, você tem que utilizar um paquímetro, você tem que saber cálculo, você tem que receber uma carga teórica. Agora, a minha preocupação, como a dele também é de que, talvez seja um assunto que a gente precise discutir, professor Eliezer, Dr. Eliezer. Pelo que me consta, a carga, a carga da maioria dos cursos é de três, quatro anos, é isso, professora? É? Me parece que, salvo engano, há uma carga excessiva, não é? Naquilo que não é parte da formação técnica propriamente dita. E isso faz com que os cursos técnicos, os CEFETs etc., se tornem quase como um concorrente do ensino médio tradicional. Eu não sei se essa percepção é compartilhada por vocês. A minha é, eu tenho essa percepção. Acho que deveríamos primar para que o foco fosse objetivado com mais precisão, não é? Para que, para que essa formação fosse, fosse compatível com a exigência no tempo, no espaço, na proporção de que o mercado...

[Soa a Campainha]

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (SEM PARTIDO-AC) – Requer e exige. O tempo está acabando. Eu queria me referir também, também a...

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – V.Exa. tem o tempo que for necessário.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (SEM PARTIDO) – Eu não me sentiria constrangido...

[Interrupção no Áudio]

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (SEM PARTIDO-AC) – De dar uma, uma entrada no FAT, não é? Não me sentaria constrangido de forma alguma, acho que o Senador Paim também não, sabe por quê? Porque não há nada mais compatível com o espírito, não é? O que é o FAT? É um Fundo de Assistência ao Trabalhador, não é, para a formação, capacitação, reciclagem etc. Acho até que, não é Senador Paim? Acho até que talvez estejamos sendo um pouco tímidos. Não se trata de ir lá tirar o dinheiro do FAT, mas envolver o FAT numa operação dessas. Envolver com mais entusiasmo inclusive.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Geraldo, se me permitir eu acho que esse tema é tão importante, e eu confesso que eu tive que dar uma corrida até a outra Comissão porque, e registrei lá porque eu sabia já a posição dos senadores que estão aqui, que estava em debate o fator previdenciário e nós conseguimos aprovar por unanimidade a mudança tão

esperada pelo conjunto do movimento sindical brasileiro e inúmeros setores do Governo também querem debater esse tema.

[Palmas]

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – E nesse momento que V.Exa. fala desse envolvimento do FAT eu, como Deputado Federal, eu fui um dos Deputados que articulou o seguro desemprego e a formulação do próprio FAT. Foram três considerados autores na época. E eu concordo com a tese de V.Exa., tanto que nós poderíamos, num outro momento, esse é o aparte que eu ia fazer a V.Exa.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (SEM PARTIDO-AC) – Mas não é minha não, é sua de tanto ouvir você falar isso.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – É trazer inclusive os representantes do FAT para uma discussão entre nós aqui, solidária, companheira; da importância que é o ensino profissional para a nossa juventude, para toda a nossa gente. E eu falava numa reunião com o Ministro interino na época Jairo Jorge e também Eliezer Pacheco, e estava presente também a Deputada Maria do Rosário, que esteve hoje inclusive na abertura dos trabalhos, de nós pensarmos inclusive naquele cidadão de mais de 45 anos que tem que se reciclar para poder voltar no mercado de trabalho porque está sendo discriminado. E as escolas técnicas podem ajudar inclusive nesse sentido...

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (SEM PARTIDO-AC) – Pode, com certeza.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – O Alex, que é o meu guru, inclusive aqui no Congresso é o Alex. Discuti muito com ele, quando ele criou a Frente Parlamentar, olha Alex, aqui no Senado eu sou coordenador, já me auto indiquei. Ele disse – Não, eu coordeno a Frente você fica sendo o nosso representante no Senado. Porque tenho acompanhado o trabalho também do Alex, e depois que o Eliezer Pacheco assumiu essa pasta, efetivamente avançamos muito essa coordenação. Por isso que esse debate que V.Exa. traz. Eu faço o aparte nesse momento porque acho importante nós convidarmos os coordenadores do FAT para esse debate, como é que poderíamos, numa sintonia, não é, muito bem orquestrado fazer com que o FAT também contribua, contribua para que, efetivamente, este fundo possa garantir a profissão com certeza para milhões de jovens e aqueles com mais de 45 que também são jovens. Eu sou o caso. Oh, eu, hein!

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (SEM PARTIDO-AC) – Para concluir, sr. Presidente. A minha preocupação vai nesses três pontos, a do financiamento é básica, como o Dr. Eliezer ressaltou.

Já aí encaminhado o assunto, bem encaminhado. A precisão no foco, na formação, não é? Profissional mesmo, técnica ali. Talvez, sei lá, dosar melhor essa carga, não é? E um outro ponto que eu reputo como fundamental, Senador Paim. Eu, eu tenho esse sistema, essas escolas, esse tipo de formação, eu acho que é um instrumento estratégico de desenvolvimento inclusive, Senador Paim, não é? Eu creio que a gente tem que introduzir aqui a questão da federação, não é? Por exemplo, no meu Estado a gente se recente de uma escola técnica federal até hoje, não existe uma, não é? Eu tenho aqui, no Senado, como vários senadores certamente devem ter também um projeto, e no nosso caso, autorizativo porque...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [manifestação fora do microfone]

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (SEM PARTIDO-AC) – Pois é, eu tenho um projeto autorizativo de instalação de uma escola técnica federal no nosso Estado. Eu assumo aqui publicamente inclusive um compromisso. O senhor se referiu as Emendas Parlamentares como fonte usualmente utilizada para o financiamento dessa atividade. Eu acho tão importante, não é, a instalação dessa escola no meu Estado, que eu aqui me comprometo publicamente com a integridade da minha Emenda Parlamentar se fosse o caso, não é? Eu coloco à disposição do Ministério. Agora desde que a gente tenha efetividade na utilização desses recursos para não acontecer o que acontece, que a gente coloca emendas para atividades também da mesma forma importantes e dos recursos que a gente sugeriu que fossem alocados no orçamento, Senador Paim, cerca de, pelo menos no meu caso, cerca de 80% dos recursos não foram sequer empenhados. Então, é uma temeridade. Eu assumo o compromisso público. Agora eu gostaria também do compromisso público do Ministério e do Governo, de que esse recurso seria integralmente utilizado.

SR. ELIEZER PACHECO – Senador pode ficar tranquilo porque a escola do Acre está assegurada já, no plano de expansão nós teremos uma escola no Acre. É na capital, Getúlio ou no interior? Na capital, escola técnica federal.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (SEM PARTIDO-AC) – Mas, é, qual o tipo de formação?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Pode, pode, diga aí.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (SEM PARTIDO-AC) – Mas... Dr. Eliezer, quais são os cursos que estão previstos para serem ministrados nessa escola? Qual é o foco da escola? Porque a que

eu propus no projeto, escola técnica federal compatível com a nossa realidade.

SR. ELIEZER PACHECO – Sim, claro.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (SEM PARTIDO-AC) – O Acre, nós temos atividades múltiplas ali principalmente voltadas para a pecuária, extrativismo ainda, a agroindústria, não é? Pesca, etc., produção de bens originários de produtos da floresta, não é? O foco da escola que eu imagino ali seria esse, de formação de profissionais que poderiam enriquecer o mercado, não é, nesses segmentos de atuação profissional e econômica, entendeu? Eu não, eu desconheço qual é o foco dessa escola que o senhor já tem certeza que será instalada.

SR. ELIEZER PACHECO – É, no plano de expansão nós contemplamos Estados que não tinham nenhuma escola da rede federal que no caso é o Acre, Amapá e Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal, por incrível que pareça, porque a escola agrícola daqui foi repassada para o Governo estadual, há anos atrás, década de 80. Nós estamos inclusive tentando que essa escola que vai ser criada aqui, a escola agrícola seja essa mesmo, em parceria com o Governo estadual não há nenhum problema. O grande mérito das escolas técnicas federais e os CEFETs é exatamente a profunda vinculação com as matrizes produtivas locais. Então essa, nós constituímos a escola, agora o perfil dos cursos é definido pela comunidade. Nós fomos para lá e vamos debater com as forças vivas da comunidade, os parlamentares, os sindicatos patronais de trabalhadores, o Governo do Estado, os governos municipais. É aí que nós definimos o perfil dos cursos. Portanto, são cursos que, não é o MEC que define, quem define os cursos que terão é a própria comunidade.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (SEM PARTIDO-AC) – [manifestação fora do microfone]

SR. ELIEZER PACHECO – Não, deve estar entrando agora no Congresso a criação dos cargos, não é, os recursos já existem e no seu Estado. Porque é importante que saiba, o seu Estado, como não tem nenhuma escola, nós criaremos uma autarquia, porque para efeito de agilidade o que é que nós fizemos nos demais Estados? Nós estamos criando o que nós chamamos de UNEDs, que é unidades centralizadas de educação. Então é uma unidade do CEFET. Na prática é uma escola autônoma, mas é até bom que ela se inicie sob a supervisão de um CEFET. Agora, no caso do Acre, Amapá e Mato Grosso e Distrito Federal não há nenhuma autarquia, porque a escola federal é uma autarquia assim como a Universidade. Então nós vamos remeter ao Congresso Nacional o projeto criando uma autarquia, uma escola técnica federal

de lá com a criação dos cargos, com os recursos, aí aquele processo de fazer concurso etc., e a definição dos cursos. A nossa idéia é que essas escolas estejam prontas até o final desse ano. Para iniciar em 2007. A 25, que o Deputado Alex Canziani se manifestou são escolas que se iniciarão agora em agosto. Mas que escolas são essas? São prédios que já existiam que nós retomamos, havia muitos prédios abandonados no país, de escolas inclusive, não é, PROEP etc. Então essas com pequenas reformas, adaptações, ou algumas dessas sem nada, essas nós estamos iniciando agora em agosto, as vinte e cinco. As demais, elas deverão ser construídas e concluídas até o final do ano. Mas, está no plano de expansão. A escola é uma escola técnica, uma escola técnica lá no Acre. E a sua emenda, certamente, é muito bem vinda. Embora haja verba do orçamento para isso, as emendas nos ajudam enormemente a aperfeiçoar, não é, a qualificação dessas escolas.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado. Senador Geraldo Mesquita é porque no Acre o senhor não tem escola técnica, mas as escolas técnicas fazem de acordo com as necessidades locais. Lá em Roraima, por exemplo, fizeram um curso de gestão de unidades de saúde, gestão de postos de saúde, de hospitais pequenos e tudo. Foi implantado, discutido com a comunidade e implantado o curso. E eu devo dizer com orgulho que desde que eu entrei aqui todo o ano eu coloco uma fatia da minha emenda individual para a nossa escola de lá. A qual eu tenho orgulho de dizer que minha filha estudou lá e minhas sobrinhas estudam lá. Com a palavra, o Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente Augusto Botelho, senhoras e senhores senadores, senhores convidados, Deputado, nobre Deputado Alex Canziani, grande batalhador, Presidente da Frente Parlamentar pelo ensino profissionalizante, Dr. Eliezer Pacheco, Dra. Maria da Glória. Queria, inicialmente, parabenizar o Senador Paulo Paim pela iniciativa do convite a essas autoridades para falar sobre o ensino profissionalizante no país, e dizer que o ensino técnico é tão importante quanto uma Faculdade. Eu diria às vezes até mais importante do que uma Faculdade particular. Porque você tem que pagar e o alunos às vezes não consegue pagar a Faculdade. E o nível salarial, quando um jovem se forma numa escola técnica, ele praticamente triplica. E quando você sai, quando o jovem sai da escola normal, no segundo grau, ele sai sem uma profissão, o que eu acho até um erro. Eu acho que as escolas públicas brasileiras deveriam ter um pós médio, após o final do segundo grau, pelo menos um ano para que o jovem saísse com

uma profissão, para ingressar no mercado de trabalho. A grande maioria sai sem nenhuma profissão, quando ele chega no mercado de trabalho, “você sabe fazer o quê? Eu não sei fazer nada. Eu tenho o segundo grau, mas não sei fazer nada”. E numa escola técnica ele aprende uma profissão. Lá em Rondônia, acho que nós temos duas escolas, tem uma em Colorado do Oeste muito boa, uma escola fantástica que atende o cone sul do Estado. E temos em Ariquemes uma escola técnica, mas da CEPLAC, eu não sei se ela está inserida nos CEFETs do MEC ou ela é separada porque quem, quem gere ela é a CEPLAC. Não é da rede, não é? Mas é uma escola técnica importante também lá em Ariquemes. E eu tenho um pleito, Dr. Eliezer, nós temos uma escola técnica de primeiro grau municipal, uma boa estrutura no município de Cacoal. É uma região central do Estado, de grande, produtora, uma região produtora agrícola e pecuária e essa escola tem feito um sucesso muito grande, mesmo sendo do primeiro grau. Não tem vaga, quer dizer, todo o ano a procura de vaga é muito grande assim como as federais também. Quer dizer, a demanda é muitíssimo maior do que a oferta. Se tivesse oferta de vaga, com certeza milhares de jovens estariam nas escolas técnicas em Rondônia que é um Estado altamente produtor. Então eu queria ver esse processo como é que está, se está incluído nesses vinte e cinco novos. Eu fiquei aqui já vendo essa escola de primeiro grau em Cacoal sendo transformada numa CEFET, numa escola técnica federal que seria muito importante para o meu Estado.

SR. ELIEZER PACHECO – Eu não sei se houve, essa demanda vai encaminhada?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Foi encaminhada no ano passado, o pleito para que ela fosse transformada numa escola técnica. Até porque pesa muito para a Prefeitura. Essa escola, ela pesa muito para a Prefeitura. E é de primeiro grau. Então teria que passar para segundo grau...

SR. ELIEZER PACHECO – Em Cacoal?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Cacoal, Rondônia, município de Cacoal, Rondônia.

SR. ELIEZER PACHECO – Não sei se tem...

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Eu tenho que defender Cacoal, Dr. Eliezer, porque eu há vinte e quatro anos fui Vereador dessa cidade, quer dizer, eu vi nascer Cacoal. Foi lá que eu comecei a minha carreira política, foi lá que eu cheguei, foi a cidade que me acolheu quando eu saí do Estado de Santa Catarina há trinta anos atrás e fui para Rondônia. Então é uma cidade importante do nosso Estado e essa escola, com certeza, não iria atender apenas a essa cidade, mas sim toda uma região, uma grande região chamada Zona da Mata no Estado de Rondônia. Então

eu faço aqui esse pleito e me coloco à disposição para ajudar no que for possível para todo o Brasil, porque eu acho que não é só o meu Estado que merece escolas e sim todo o Brasil. Obrigado.

SR. ELIEZER PACHECO – Estamos dispostos a conversar e ver como acolher. Eu não sei o Estado do Senador, eu não tenho a relação comigo, não sabia os senadores que estariam aqui. O Estado do Senador tem alguma escola nova de imediato ou não? Aonde?!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [manifestação fora do microfone]

SR. ELIEZER PACHECO – Na capital, sim, têm uma agrotécnica lá. Vai ter uma técnica na capital.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Realmente a nossa capital não tem ela, merece sim uma escola técnica, talvez não voltada para a área agrícola porque Porto Velho, o município de Porto Velho não é um município agrícola, não é.

SR. ELIEZER PACHECO – Não seria uma escola técnica.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Voltado para o comércio, para a indústria, vai receber agora alguns empreendimentos como as usinas do Madeira, são usinas hidrelétricas, talvez um curso técnico na área de...

SR. ELIEZER PACHECO – É, seria uma escola técnica na capital, não agrícola.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Não agrotécnica.

SR. ELIEZER PACHECO – Não agrotécnica, escola técnica mesmo.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – E essa de Cacoal seria agrotécnica.

SR. ELIEZER PACHECO – Sim, sim.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Seria, essa que eu estou pleiteando seria mais uma, porque nós só temos uma...

SR. ELIEZER PACHECO – Sim, porque é região agrícola.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – agrotécnica essa do cone sul do Estado. Essa central que seria Cacoal, seria agrotécnica. E em Porto Velho seria uma técnica.

SR. ELIEZER PACHECO – Eu vou lhe pedir, Senador, que o seu gabinete faça contato conosco posteriormente, para nós podermos dar andamento nisso aí, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Com a palavra o autor do requerimento, Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Excelentíssimo sr. Presidente em exercício da Comissão, Senador Augusto Botelho, posso me referir ao Eliezer Pacheco

como um companheiro lá do Estado do Rio Grande do Sul, secretário e que coordena o Ministério nessa área do ensino profissionalizante. Maria Glória Santos Laia, membros do Conselho dos Dirigentes dos CONCEFETs e o Deputado Alex Canziani que eu tenho acompanhado o seu trabalho nessa área, e tenha a certeza que eu fiz questão quando discutimos aqui na Comissão os convidados, que V.Exa., Deputado, estivesse aqui. V.Exa. tem sido um lutador. Quando eu cheguei aqui ao Senado, eu procurando áreas de atuação ainda, percebi que esse era um espaço importantíssimo e me socorri da Câmara e lá percebi que V.Exa. Faria, estava fazendo já um belíssimo trabalho. Mediante a esse fato é que me integrei a essa Frente Parlamentar em defesa do ensino profissionalizante. Quero também cumprimentar os senadores aqui presentes. Senador Pavan, que eu sei que é um entusiasta nesse assunto também que é o ensino profissional, Senador Mesquita Júnior, Senador Raupp e os senadores que aqui tiveram também que já se retiraram, Romeu Tuma e tantos outros, não é. Eu gostaria de dizer, em primeiro lugar, que de fato esse é um assunto que mexe com todos nós. Porque nesse momento quando a TV Senado com certeza vai transmitir esse debate para todo o Brasil, e as pessoas vão olhar com muito carinho essa audiência pública. Calculem os nossos jovens, ou mesmo o cidadão, como eu dizia, de mais de quarenta, quarenta e cinco anos, ou um pai de família – O meu filho vai cursar a educação. “O meu sonho é que ele chegue à Universidade”. Nós sabemos que não há Universidade pública gratuita para todos, é uma realidade num país de terceiro mundo. Muito bem, “nesse período todo que meu filho vai fazer seus estudos, como não seria bom”, essa é a pergunta que eu acho que ele está fazendo do lado de lá, olhando a televisão nesse momento – “Como seria bom, se ao mesmo tempo que ele percorresse esses anos da sua educação, antes de chegar na Universidade e que ele saísse já com uma profissão. Com capacidade de enfrentar o mercado de trabalho, conquistar seu espaço”. Eu às vezes digo, meu amigo Eliezer Pacheco, que o trabalho, para mim, chega a ser lazer. Pobre daquele cidadão que não sabe como é bom trabalhar. Como faz bem trabalhar. Como ficar ocioso, parado, não produzir, ficar dependendo do pai para o ônibus, para o lanche ou para comprar o livro quando ele está quase fazendo o vestibular. Nós podemos dar essa grande oportunidade para nossa juventude. Essa juventude infelizmente, em grande parte meio perdida ainda, procurando caminhos e muitas vezes ficando à mercê do narcotráfico. Meu amigo Eliezer Pacheco, V.Exa., o MEC, os senadores tenho certeza, Deputados, estão de parabéns por esse tema. Não porque a proposta do fundo tem a minha

parceria ou tem a parceria naturalmente de todos os deputados e senadores. Pelo mérito da proposta. Eu disse sempre, quando eu fui na primeira reunião e o Deputado Alex lembra. Eu tenho muito orgulho de dizer que eu sou filho do SENAI, como sou oriundo do movimento sindical. Foi lá no SENAI, no tempo que o SENAI era quatro anos, no início lá atrás era quatro anos você saia com a profissão e de lá eu saí com a profissão de ajustador, e ao mesmo tempo eu fazia o chamado ginásio. Lá atrás. E isso há muitos anos atrás. Claro que eu não vou aqui dizer a minha idade, mas vou dizer há muitos anos atrás. Como é bom ver que nós podemos ter inúmeras escolas técnicas profissionalizantes nesse país, eu não sei qual é o número previsto, mas eu acho que tendo um fundo.

[Soa a Campainha].

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – E o fundo caminha bem, pelo que eu vi o apoio que terá esse fundo aqui no Senado e também na Câmara dos deputados, com certeza e, naturalmente, no Executivo. Teremos milhares de escolas formando os nossos jovens, deixando eles aptos não só para ir para a Universidade, mas para estarem cursando já esse período e aprendendo a profissão que vai garantir o salário das suas vidas, inclusive para que eles possam ajudar as famílias. É nesse aspecto que eu vejo. Eu estou, claro, colocando muito mais o aspecto político e social, não estou entrando no debate técnico dos projetos. Por isso eu estou muito contente com essa audiência. Estou muito contente também, quero agradecer aqui a toda a equipe e o Presidente que não está aqui nesse momento, Gerson Camata, da Comissão de Educação não é Júlio? Que nós ajudaram muito agilizando para que essa audiência acontecesse rapidamente. Assim ganhando espaço para a votação do projeto. Agradeço ao MEC porque fui convidado a participar de uma audiência pública no Rio Grande do Sul, e aí conseguimos aprovar o requerimento na Comissão de Direitos Humanos pela importância do tema. E também aqui na Comissão de Educação. Nós estaremos lá na audiência pública de uma escola técnica para toda a região metropolitana que será em Canoas. E alguém poderia dizer – Não Canoas porque é tua cidade? Não, porque é um grande centro industrial da região metropolitana e aí é que está, por que não dar, não que seja o mérito, mas para ver que não há nenhuma conotação político partidária. O Prefeito lá, Senador Mesquita Júnior é do PSDB. Ganhou de nós lá, nós perdemos para ele. E é para lá que nós estamos levando a escola técnica profissionalizante da região metropolitana. E não é porque o Paim decidiu, porque o MEC decidiu. O MEC decidiu...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [Pronunciamento fora do microfone]

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Exatamente, estamos levando para Canoas pelo mérito que tem Canoas e a própria região metropolitana. E sei, pelas informações de V.Exa., Eliezer Pacheco, que teremos outras escolas. V.Exa. me listava ainda outro dia, no mínimo quatro, charqueadas...

SR. ELIEZER PACHECO – Charqueadas, audiência pública. Está convidado às 10 da manhã ...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Estarei lá com você com certeza.

SR. ELIEZER PACHECO – Dia 20 também. O Júlio Castihos, Passo Fundo e Canoas.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – E já existe em Pelotas?

SR. ELIEZER PACHECO – Existe em Pelotas, Alegrete, Agrotécnica e Sapucaia.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sapucaia. Eu cheguei a dizer outro dia.

SR. ELIEZER PACHECO – Senador sabe mais do que eu, São Vicente.

[Risos]

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – São Vicente. Senador Eurípedes, V.Exa. que veio também do movimento sindical e veja só a alegria de estar participando dessa reunião. Eu acho que é um primeiro passo que nós estamos dando aqui. O companheiro Schultz, que está aqui representando o movimento sindical na correria que foi. Ele veio aqui por dois motivos, claro que veio acompanhar o debate do fator previdenciário, que aprovamos. Mas também esse tema. Esse tema pela sua importância. E ele dizia que seria muito bom se nós fizéssemos uma audiência pública convidando o movimento sindical para debater esse tema, não é? Convidar os empresários, convidar, enfim, todos os setores da sociedade pela sua, os professores, os Prefeitos, os Governadores, enfim, uma grande cruzada nacional para assegurar à nossa juventude, e quando eu digo juventude quero dizer, repetir de novo, jovem para mim é jovem também de espírito, não é só o de dezoito, dezenove, dezessete, dezesseis. É são aqueles que têm mais de 45 anos e que gostariam também de aprender uma nova profissão. Então, o momento para mim é muito importante. E eu perguntaria, Deputado Alex Canziani, se assim me permitir, na peça orçamentária como é que está essa questão do ensino profissionalizante? Eu aqui no Senado encaminhei algumas emendas também nesse sentido. Mas sei que V.Exa. está acompanhando a fundo. Como é que estão os recursos? Independente desse debate do fundo que nós sabemos que não é fácil também a aprovação. É um debate que vai levar alguns meses,

não é? Não se aprova um projeto, e eu me preocupei tanto, Senador Mesquita Júnior, Senador Pavan e o meu companheiro Schultz, que apresentei um Projeto de Lei que autorizativo do fundo, mas apresentei também uma PEC. Se alguém alegar que o fundo é inconstitucional nós temos uma PEC também tramitando a todo o vapor, e com parceiro favorável lá do Relator, Juvêncio da Fonseca que só não está aqui, porque está numa audiência pública com o Ministro Ciro Gomes, nesse momento, cuidando de interesses do seu Estado. Então eu perguntaria ao Deputado Alex Canziani, como está esse debate, na sua visão, na peça orçamentária? Perguntaria ao Eliezer Pacheco se ele poderia dar uma projeção do número de escolas, pode até ter dito já na sua exposição, que o Governo pretende, nos próximos anos instalar em todo o país. E a Dra. Maria Glória, se pudesse me dizer os CONCE-FET, como é que estão vendo essa questão do fundo, essa parceria e se estamos caminhando bem? Era isso, três perguntas. Mas são mais perguntas ilustrativas e quero mais é cumprimentar o Augusto Botelho, o nosso Vice-Presidente e a todos os painelistas pelo tema. Esse tema nós vamos debatê-lo, se necessário, em todas as capitais. Eu se for convidado estarei lá prestigiando a iniciativa que é uma iniciativa do povo brasileiro. Meus parabéns ao MEC.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado, Senador Paim, vou passar a palavra ao Deputado Alex Canziani para responder e aproveitar e fazer as suas últimas considerações.

SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI (PTB-PR) – Perfeito, muito obrigado ao Senador Paim, também aos demais senadores, Senador Mesquita Júnior também pelas suas considerações. E nós temos acompanhado junto com o próprio pessoal do MEC a questão do orçamento. Eu, óbvio, e o próprio Senador Botelho que faz parte, nós estamos hoje com um problema até para a votação do próprio orçamento porque hoje nós temos que a Lei Kandir, nós precisamos de mais um bilhão e oitocentos para poder fechar o orçamento para que ele possa ser apreciado na Comissão depois chegar ao plenário. E, realmente, está com dificuldade inclusive essa aprovação. Agora, nós temos recursos esse ano tanto para o PROEP, para as obras do PROEP que estão em andamento. Nós aprovamos um crédito especial na, no final do ano passado de cinquenta e sete milhões destinado as novas escolas, aquelas vinte e cinco novas escolas que estão sendo viabilizadas através da expansão. E também, Senador Paim, a nossa preocupação agora, e nós falamos também com o Planejamento é com relação aos cargos, ter o montante de recursos ne-

cessários que nós temos para os cargos que serão criados agora para poder atender a essa expansão. E nós falávamos com o Planejamento ainda, dependendo de como vai, como vai ser essa discussão do orçamento ainda, nós pretendemos falar com o próprio Relator, o Deputado Carlito Merss, que por sinal é egresso do sistema, ele é professor, ele é professor lá do, de Santa Catarina, acho que é do CEFET lá. Ele é professor do CEFET e ele tem o maior interesse. Nos ajudou inclusive no ano passado quando era o Relator Setorial exatamente no PROEP, nos ajudou bastante. E hoje, como Relator Geral, ele tem uma visão muito favorável a esses recursos que nós estamos viabilizando para a educação profissional em nosso país. Então, pretendemos ainda, após o contato que nós tivemos com o Planejamento, ainda se houver alteração da própria receita que nós vamos ter que acredito, acabar fazendo para poder contemplar a Lei Kandir. Que a gente possa garantir de uma vez por todas a expansão do quadro para as novas unidades, e também para essas dezoito unidades de PROEPS que serão transformadas em escolas federais. Então é óbvio, não é o ideal, não é professor Eliezer, mas eu acredito que seja razoável para as demandas que nós temos aí para esse ano de 2006. Agora é fundamental que nós possamos aprovar o orçamento mais rápido possível. Agora, falei, e V.Exa. não estava porque estava na outra Comissão, mas eu deixei bem claro aqui o trabalho que V.Exa. tem feito pela educação profissional do país e muito especialmente aqui no Senado, desde que nós criamos a Frente Parlamentar V.Exa. tem sido um dos guerreiros para que a gente possa avançar nessas questões, e todos nós temos que agradecer pelo seu empenho, pela sua dedicação que tem tido aqui para nos ajudar, não é, nessa luta aqui pela educação profissional. Então eu agradeço. Agradeço aos senadores. Agradeço a oportunidade que o Senado nos dá de poder estar discutindo assunto da maior importância. Parabéns pelo projeto de V.Exa. ou pela emenda, não é, um dos dois que nós venhamos a aprovar no futuro. E, sem dúvida, a questão da manutenção da educação profissional passa por uma solução que, sem dúvida, pode ser essa questão desse fundo que V.Exa. propõe com tanta competência. Então muito obrigado Presidente. Obrigado Senador, e obrigado a todos que nos deram o privilégio de poder nos assistir.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTE-LHO (PDT-RR) – Com a palavra, o Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Bem rápido, só agradecer ao Deputado Alex pelas palavras sempre carinhosas, generosas com esse Senador, e dizer também da nossa satisfação da imprensa aqui

do Presidente da nova central sindical e também da confederação nacional dos trabalhadores da indústria, o companheiro Calixto, que fez questão, estando na Casa sabendo desse debate vir aqui para prestigiar. Ele também me dizia que ele também é oriundo de escola técnica. Como foi o Presidente Lula, como foi João Paulo de Molenvade, como foi Vicentinho, como foi Jair Meneguelli, enfim, nós podíamos lembrar no mínimo uns trinta nomes de deputados e Senadores, e homens do Executivo que tiveram o privilégio, eu diria, de na sua formação inicial passar por uma escola técnica.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTE-LHO (PDT-RR) – Bom, Senador Paim, muito obrigado. Com a palavra, Dr. Eliezer Pacheco.

SR. ELIEZER PACHECO – Bem, com relação a expansão, Senador, é um projeto, é um programa bastante ousado do Governo Federal. Até antes de falar na expansão, eu já me referi aqui, mas é importante que o senhor tenha conhecimento, nós conseguimos recuperar o PROEP que passava por sérios problemas tanto que o Banco Mundial suspendeu o programa. Apenas deu andamento aqueles que já estavam, enfim, encaminhados. E nós conseguimos recuperar grande parte dessas escolas e estaremos concluindo duzentas e setenta e quatro escolas até o final do ano pelo PROEP. Tanto que o BID nos procurou nos propondo um novo PROEP. Nós estamos encaminhando uma carta consulta que será uma política deixada para o próximo Governo, evidentemente. Mas é importante, seja quem for o Presidente e o Governo que haja uma política de financiamento. Então são do PROEP mais duzentas e setenta e quatro escolas serão concluídas. Dessas, dezoito mantenedoras, as mantenedoras têm dificuldades. Então o Presidente da República é um entusiasta da questão profissional, nos autorizou pessoalmente em uma audiência que tivemos com ele a federalizar essas dezoito escolas. Então, do projeto inicial de quarenta e duas para as quais foi aprovado um crédito de cinquenta e sete milhões no Congresso, nós estamos incluindo mais dezoito, chegaremos a sessenta. Deputado quando fala as vinte e cinco, são vinte e cinco que vão iniciar agora em agosto. Por que é que essas vão iniciar agora em agosto?! São prédios exatamente prontos que haviam abandonados pelo país todo. Por uma razão ou outra, ou PROEP, ou municípios que não têm dificuldade. Então esses nós pegamos pronto. Pronto, exatamente não, mas como lá no caso de charqueadas, prédios que com poucas adaptações nós conseguimos colocar em funcionamento.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Permite, falar em prédio. Existe uma descrição que me trouxeram do

Centro Vida em Porto Alegre de uma perspectiva de também lá uma escola técnica, é real?

SR. ELIEZER PACHECO – Seria uma maravilha, seria uma maravilha, nós estamos pensando nisso porque é um espaço imenso que está no mínimo subaproveitado. Então, o nosso plano de expansão é composto dessas vinte e cinco que já começarão no segundo semestre. Claro, evidentemente nós dependemos ainda da questão dos cargos, mas está tudo encaminhado, são políticas favoráveis, planejamento também. E as demais são escolas que estão iniciando do zero, digamos assim. Está um processo de licitação, todas elas estão em processo de licitação e pelo nosso cronograma nós pretendemos, em novembro o mais tardar estar com as escolas prontas, não só prédios, equipamentos, recursos humanos para iniciar o ano legislativo, portanto 2007. E agora estamos agregando essas 18, que essas são só os cargos e alguns equipamentos. Alguns precisam de equipamentos. Aliás, a maioria acho que precisa de equipamento. Mas essas os prédios estão prontos, essas 18 aí. Hoje nós temos cento e quarenta e duas escolas. É uma rede pequeníssima para um país da dimensão do Brasil. Para se ter uma idéia o Canadá tem 900 escolas para uma população que é muito menor do que a nossa. Isso eu estou tomando aí, inclusive as escolas técnicas vinculadas às Universidades, muitas vezes a gente esquece. As Universidades Federais nossas todas têm, agrotécnicas, escolas técnicas que também são da rede federal. Isso tudo somando dá cento e quarenta e duas escolas. Nós passaremos, com mais essas sessenta, até o final do ano a duzentas e duas escolas. É um salto fantástico, não é? Teremos uma ampliação, no primeiro ano, de algo em torno...

[Soa a Campanha].

SR. ELIEZER PACHECO – ... de dez mil matrículas na rede. No primeiro ano, claro, depois vai se agregando ano a ano, não é? Portanto, é um crescimento muito grande, muito superior a 30% tanto em matrículas como em número de instituições. Isso se deve principalmente ao fato que, na verdade, o grande entusiasta disso é o próprio Presidente da República. O próprio Presidente é o grande entusiasta disso, colocou na agenda do Governo e nós, na Secretaria estamos fazendo um trabalho todo também, como eu dizia, de dar protagonismo à rede. Porque num país como o nosso, de tradição escravagista, a rede federal que trata com o mundo do trabalho ainda é vista com preconceito, com preconceito. Importantes são universidades federais, o CEFET, quando na verdade o CEFET é no mínimo tão importante quanto a Universidade Federal, no mínimo. Não vou ter a pretensão de dizer que

é mais. Em algumas regiões até é. Certamente é. Mas ele é no mínimo, tão importante quanto a Universidade Federal. Mas essa não é a percepção da sociedade brasileira e em grande parte é pelo preconceito com relação a tudo aquilo que se relaciona com o mundo do trabalho. É considerado algo secundário. Em primeiro lugar está a grande especulação filosófica, acadêmica, que é um equívoco, é importante, evidentemente, extremamente importante, mas é tão importante quanto a formação técnica profissional e vice-versa. Então é um programa muito ousado esse do Governo, é um salto enorme, considerando que há mais de dez anos nós não tínhamos nenhum acréscimo na rede federal, não é? Então é um salto extraordinário que colocará a rede federal no centro da política educacional do Governo. Porque a rede federal, ela é importante não só pelo seu enraizamento no território nacional, mas pela sua qualidade. São as melhores escolas desse país, o ENEM mostrou agora. São as melhores escolas do país são a rede federal. Algumas privadas de excelência, que é o mito que as privadas são melhores. E algumas privadas, muito poucas, por sinal, que são melhores, não é? E a rede federal. Essas são as melhores escolas. O que demonstram que a escola pública pode ser, no mínimo, tão boa quanto a privada. Basta que lhe dêem condições, evidentemente. E a rede federal brasileira ela desponta. Aí eu estou incluindo os colégios militares, estou incluindo os colégios de aplicação, a escola de aplicação, a rede nossa, a rede federal. Essas são as, as escolas que como nós diríamos no Rio Grande do Sul dão de relho nas demais, não é, em termos de qualidade. O que demonstra que o ensino público pode ser de qualidade. Na prática nós estamos demonstrando isso, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado, professor Eliezer. Com a palavra agora a professora Maria da Glória para considerações finais.

SRA. MARIA DA GLÓRIA SANTOS LAIA – Bom, Senador os CEFETs já anseiam de há algum tempo um fundo específico para a educação profissional, exatamente pela possibilidade de nós podermos expandir a oferta de vagas para a comunidade nas quais nós estamos inseridos. Então nós já aguardávamos com bastante ansiedade essa iniciativa, essa ação e só gostaria de marcar, dando aqui uma satisfação ao Senador Mesquita quando o senhor menciona, V.Exa. menciona a questão do foco porque, na verdade, nós já sofremos uma redução drástica na carga horária das nossas, dos nossos cursos. Hoje a gente trabalha três anos considerando o ensino integrado, ou seja, o aluno faz o ensino médio e o técnico paralelamente. Integradamente porque nós trabalhamos com um cur-

riculo só. Então isso já é algo significativo se a gente considerar reduções aí de carga horária. Eu sofri, como professora de Desenho, eu trabalhava com 520 horas ao longo dos três anos, hoje nós trabalhamos com, perto de 200 horas e eu tenho que capacitar o aluno da mesma forma. Então eu vejo que hoje nós estamos fazendo ainda um trabalho bastante significativo considerando a realidade que nós enfrentamos. Por outro lado, a questão do fundo, ela vai nos possibilitar a capacitação dos docentes. Porque nós precisamos de nos qualificar diante da realidade tecnológica que nós temos aí, não é? Então é claro que eu tenho que usar a tecnologia, mas eu tenho que me capacitar para isso. Eu tenho que fazer pesquisa...

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (SEM PARTIDO-AC) – A senhora me permite um aparte?

SRA. MARIA DA GLÓRIA SANTOS LAIA – Pois não.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (SEM PARTIDO-AC) – Veja, eu não sou especialista no assunto, eu estou aqui de orelha, como se diz.

SRA. MARIA DA GLÓRIA SANTOS LAIA – Por isso que eu pedi perdão para contrapor.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (SEM PARTIDO-AC) – Não, o que é isso? Mas, quem sabe uma solução para isso e, sei lá, veja, o que, o que me parece é que, é que as escolas técnicas federais, elas como que, a senhora acabou de relatar.

SRA. MARIA DA GLÓRIA SANTOS LAIA – Hum-hum.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (SEM PARTIDO-AC) – Elas formam ao mesmo tempo o aluno, ele conclui o ensino médio na escola, não é? A minha preocupação com o foco, com a objetividade na formação técnica mesmo era, quem sabe, utilizarmos a rede de ensino médio, que basicamente é estadual, para essa formação privilegiando o espaço da escola técnica para a formação específica, para a formação objetiva ali. É nesse sentido que eu falo, entende? Eu não quero privar o cliente, o aluno da escola técnica, da sua formação de ensino médio básico. Eu imagino apenas que a gente poderia, olhe, veja bem, nós temos milhares de escolas de ensino médio. O professor Eliezer está aqui mencionando cifras, nós vamos chegar a duzentas e tantas escolas técnicas em todo o país. Quer dizer, é um espaço muito reduzido ainda que a gente precisava priorizar assim da forma mais absoluta possível, entende? Para a formação específica mesmo, entende? Quem sabe, as escolas técnicas federais não pudessem...

[Soa a Campainha]

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (SEM PARTIDO-AC) – Estabelecer convênio com a rede estadual de ensino médio, para esse tipo de formação. É a minha preocupação é essa. Eu posso estar absolutamente equivocado, não é? Mas o meu, a minha preocupação, meu objetivo era, era aproveitar assim de forma absoluta a formação técnica mesmo. Deixa eu relatar para a senhora. Olha, o curso que eu fiz de torneiro mecânico, no final da década de 60, início de 70, já era, Senador Paim, se não me engano, de nove meses, não foi igual ao que o senhor fez. Tivemos sim aquela, aquela introdução teórica de conceitos que a gente precisava deter, mas eu digo assim, quase que imediatamente nós fomos para o torno, como se diz, entende? Aplicar aquele precário conhecimento que colhemos ali.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Mesquita...

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (SEM PARTIDO-AC) – Agora, logicamente trazendo o conhecimento teórico de outra formação. É nesse sentido que eu falo, entendeu?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Se me permitir, eu quero que fique registrado, Senador Augusto Botelho, nos anais da Casa eu citei Lula, João Molenade, sei lá o que, Paim, sicrano e não citei, e fiquei satisfeitiíssimo em saber também que o Senador Mesquita Júnior também fez o curso profissionalizante como torneiro, e hoje é Senador da República e tem todo um trajeto no Senado que orgulha a todos nós. Eu quero dar mais esse destaque de V.Exa, Senador Mesquita Júnior como é importante o ensino profissionalizante. Pode ver que inúmeros senadores e Deputados passaram, como este das suas vidas, por uma escola como o Senador Mesquita passou. Era esse só o aparte.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado, Senador. Bom, continua com a palavra a professora Maria da Glória.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (SEM PARTIDO-AC) – Peço desculpas acabei interrompendo a manifestação da Dra. Maria da Glória.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Essa é uma Casa democrática.

SRA. MARIA DA GLÓRIA SANTOS LAIA – é interessante porque a gente tem que apresentar, não é, a educação profissional como ela está acontecendo e eu agradeço a oportunidade de estar aqui representando nosso Presidente, professor Sérgio Galdêncio para apoiar a tão esperada, não é? A viabilização do fundo da educação profissional. E, com certeza, tendo esse fundo nós poderemos ampliar a parceria com os Estados que já acontece com alguns CEFETs. Ela só

não é maior porque nós hoje não temos condição, nós estamos na nossa capacidade máxima. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTE-LHO (PDT-RR) – Muito obrigado professora Maria da Glória. Realmente, para quebrar o jejum de escola técnica no país, é muito bom a gente fazer 60 escolas nesse ano. Espero que nós três aqui tenhamos mais quatro anos de mandato possamos lutar para a gente ultrapassar as mil escolas nos próximos quatro anos nesse país. Escola técnica. Como tem pouca gente, mas tem gente preparada para, para lecionar e para trabalhar, só não tem oportunidade de trabalho e local para trabalhar. Nós temos certeza que a escola técnica, eu tenho convicção disso, é um dos caminhos para a gente fazer a mudança que esse país tanto reclama e tanto precisa, para diminuir essa vergonhosa diferença entre os mais ricos e os mais pobres desse país. Eu agradeço a presença do professor Eliezer Pacheco, em nome da nossa Comissão de Educação, da secretária de educação tecnológica do Ministério da Educação, da professora Maria da Glória Laia, do CONCEFET e do Deputado, Presidente da Frente Parlamentar de defesa do ensino profissional, Deputado Alex Canziani. E aproveito para dizer que o nosso querido Senador Paulo Paim encaminhou uma correspondência dizendo que é o coordenador desta frente aqui nesta Casa, agradeço também...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – No Senado. Sob a liderança maior do Alex.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTE-LHO (PDT-RR) – Da Sra. Jaqueline Mol, Coordenadora das Políticas de Educação Profissional do MEC, da Deputada Maria do Rosário do PT do Rio Grande do Sul, do Getúlio Marques Ferreira, Coordenador Geral de orçamento e planejamento do MEC, do sr. José Calixto Ramos, Presidente da nova Central de Sindicato dos Trabalhadores e do sr. José Castro Perret, Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio. E também agradecemos ao Presidente Lula por estar dando essa oportunidade para os brasileiros estudarem e melhorarem de vida com essas sessenta escolas técnicas no Brasil. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 12h4min.

Ata da 3ª Reunião Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 14 de março de 2006.

Às onze horas e onze minutos do dia quatorze de março de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Gerson Camata e com a presença dos Senhores Senadores Jorge Bornhausen, José Jorge, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Geraldo Mesquita, Wellington Salgado de Oliveira, Valdir Raupp, José Maranhão, Paulo Paim, Fá-

tima Cleide, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Mozarildo Cavalcanti, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Cristovam Buarque, Marco Maciel, Romeu Tuma, Eduardo Azevedo, Gilvam Borges, Mão Santa, Delcídio Amaral e João Ribeiro reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Marcelo Crivella, Teotônio Vilela Filho, Leonel Pavan, Maguito Vilela, Sérgio Cabral, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas e Roberto Saturnino. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência submete a deliberação do plenário a preferência para iniciar a deliberação pela pauta de Decretos Legislativos, o que é aprovado. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da Pauta de Projetos de Decretos Legislativos. **Item 01 – Projeto de Decreto Legislativo nº 053, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Acultural de Galiléia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Galiléia, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 02 – Projeto de Decreto Legislativo nº 058, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa de Radiodifusão de Sapucaí Mirim a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapucaí Mirim, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 03 – Projeto de Decreto Legislativo nº 068, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Cristália a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cristália, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 04 – Projeto de Decreto Legislativo nº 075, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação dos Trabalhadores de Guimarães (ATG) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guimarães, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 05 – Projeto de Decreto Legislativo nº 600, de 2002**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Lider Comunicações Ltda., para explorar

serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Brasília, Estado do Acre”. O relator designado é o Senador Geraldo Mesquita Júnior e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 06 – Projeto de Decreto Legislativo nº 187, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Líder Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Branco, Estado do Acre”. O relator designado é o Senador Geraldo Mesquita Júnior e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 07 – Projeto de Decreto Legislativo nº 550, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Louvores ao Rei Integração Comunitária a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 08 – Projeto de Decreto Legislativo nº 078, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mundo Novo, Estado do Mato Grosso do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 09 – Projeto de Decreto Legislativo nº 542, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores ‘Rádio Comunitária Sentinela das Águas’ – ‘Amorosa’ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Umuarama, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 10 – Projeto de Decreto Legislativo nº 556, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação, Cultura e Desenvolvimento a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 11 – Projeto de Decreto Legislativo nº 046, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária da Vila Rural Vereador Sebastião Vieira de Araújo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Inajá, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 12 – Projeto de Decreto Legislativo nº 051, de 2006**, de caráter terminativo, de au-

toria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à FM Lagoa Azul Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campina da Lagoa, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 13 – Projeto de Decreto Legislativo nº 079, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Mateus a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Mateus do Sul, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 14 – Projeto de Decreto Legislativo nº 091, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Marmeleiro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marmeleiro, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 15 – Projeto de Decreto Legislativo nº 077, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Espaço FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 16 – Projeto de Decreto Legislativo nº 545, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Tapiratibense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tapiratiba, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 17 – Projeto de Decreto Legislativo nº 552, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária Ágape de Ourinhos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ourinhos, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 18 – Projeto de Decreto Legislativo nº 066, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cásper Líbero para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 19 – Projeto de Decreto Legislativo nº 553, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que

autoriza o Clube de Mães ‘Madre Madalena’ da Comunidade Senhor dos Passos – COMASP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Malacacheta, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 20 – Projeto de Decreto Legislativo nº 069, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Comunicação Viva-Voz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Limeira do Oeste, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis.

Item 21 – Projeto de Decreto Legislativo nº 544, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Assistência ao Homem do Campo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caxias, Estado do Maranhão”. O relator designado é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis.

Item 22 – Projeto de Decreto Legislativo nº 549, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Ação Social Mirandense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miranda do Norte, Estado do Maranhão”. O relator designado é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis.

Item 23 – Projeto de Decreto Legislativo nº 538, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Sucesso Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vargem Alegre, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis.

Item 24 – Projeto de Decreto Legislativo nº 539, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a ACAC – Associação Comunitária de Apoio à Cidadania a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarará, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis.

Item 25 – Projeto de Decreto Legislativo nº 546, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Itaberaí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaberaí, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis.

Item 26 – Projeto de Decreto Legis-

lativo nº 547, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Serrado Verdes de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Crixás, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Finda a deliberação da Pauta de Projetos de Decretos Legislativos, a Presidência inicia a apreciação da pauta de Projetos de Lei – **Item 01 – Projeto de Lei do Senado nº 033, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp que, “Altera e acrescenta parágrafos ao artigo 2º da Lei nº 9424, de 24 de dezembro de 1996 (Dispõe sobre a aplicação e distribuição dos recursos do FUNDEF para erradicação do analfabetismo, a manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério)”. O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. A matéria é retirada de pauta, atendendo a solicitação do relator. **Item 02 – Substitutivo (Turno Suplementar)**, de autoria do Senador Valdir Raupp ao **Projeto de Lei do Senado nº 462, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Senador José Jorge que, “Altera o § 1º e o inciso I do § 4º do Artigo 80 da Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996 e dá outras providências. (Para regulamentar a educação à distância)”. O substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 06 – Indicação nº 001, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Tiao Viana que, “Sugere à Comissão de Educação debater a Regra 5 – ‘O Árbitro’ – do jogo de futebol de campo”. O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o parecer favorável, apresentando requerimento reiterando os nomes apresentados para a realização da primeira audiência pública é aprovado. **Requerimento nº 011, de 2006 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira que, “Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a realização de Audiências Públicas na Comissão de Educação (CE), com o propósito de debater a regra 5 – ‘O Árbitro’ – do jogo de futebol de campo, conforme disposto na Indicação nº 1, de 2005, para o que solicito sejam convidadas as seguintes personalidades – 1) Sr. Agnelo Queiroz, Ministro dos Esportes 2) Sr. Ricardo Teixeira, Presidente da Confederação Brasileira de Futebol – CBF 3) Sr. Edson Rezende, Presidente da Comissão de Arbitragem da CBF 4) Re-

presentante da Fédération Internationale de Football Association – FIFA 4) Sr. Arnaldo César Coelho, Comentarista de Arbitragem da Rede Globo de Televisão 5) Sr. José de Assis Aragão, Presidente da Associação Nacional dos Árbitros de Futebol – ANAF 6) Sr. Fábio Koff, Presidente do Clube dos Treze e 7) Sr. Juca Kfourri, Jornalista”, atendendo a sugestão do Senador Romeu Tuma, aprovada por unanimidade pelo Plenário. O requerimento é aprovado. **Item 08 – Projeto de Lei do Senado nº 377, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti que, “Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sua conservação e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o parecer pela prejudicialidade é aprovado. Nesse momento, os Senhores Senadores Gilvam Borges e Gerson Camata requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta, de Projeto de Decreto Legislativo, Requerimento de Urgência e Aditamento de Requerimento, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 01 – Projeto de Decreto Legislativo nº 119, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural e Assistencial Água Viva para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Macapá, Estado do Amapá”. O relator designado é o Senador Gilvam Borges e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 02 – Requerimento de Urgência nº 012, de 2006 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Sérgio Cabral e Gerson Camata que, “Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência, para o Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2005, que ‘prorroga até o exercício fiscal de 2016, inclusive, o prazo de que trata o disposto no art. 1º da lei nº 8.685, de 1993, que cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual e dá outras providências’”. O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 03 – Aditamento nº 02 ao Requerimento nº 006, de 2006 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Gerson Camata e Garibaldi Alves Filho que, requer “... nos termos regimentais, que sejam convidados os Senhores Paulo Roberto Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios; João Guerino Balesstrassi, Prefeito do Município de Colatina – ES e Selma Maquiné, Consultora em Educação; para a realização da 2ª Audiência Pública a ser realizada por esta Comissão para discutir a PEC nº 415, de 2005 (FUNDEB), em conjunto com a Subcomissão permanente de Assuntos Municipais”. O requerimento é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias da pauta – **Item 03 – Projeto de Lei**

do Senado nº 187, de 2005; Item 04 – Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2005; Item 05 – Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2005, Item 07 – Projeto de Lei da Câmara nº 037, de 2005 e Item 09 – Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2005. Antes de finalizar a reunião, a Presidência faz o comunicado que se segue – **Comunicado** – “Comunico aos Senhores Senadores o recebimento da correspondência do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Adylson Motta, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do Processo TC 002.623/2005-8, bem como do relatório de Auditoria e do Relatório e do Voto que fundamentaram a deliberação. Os Senadores que desejarem uma cópia da resposta deverão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A Matéria vai ao arquivo”. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e onze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no **Diário do Senado Federal**. – Senador **Gerson Camata**, Presidente da Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GÉRSO CAMATA (PMDB-ES) – Declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, que está sendo realizada nesse dia 14 de março às 11h11. A Presidência propõe a aprovação da Ata e a dispensa da sua leitura. Não tendo quem se pronuncie contra. Aprovada a Ata e junto com a dispensa de sua leitura.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GÉRSO CAMATA (PMDB-ES) – Nós vamos então partir para a pauta...

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GÉRSO CAMATA (PMDB-ES):...referente às Permissões de Emissoras de Rádio e Televisão. Senador Edison Lobão, pela ordem.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Como eu tenho que fazer uma viagem dentro de 40 minutos, pediria a V.Exª. e o aos companheiros da Comissão que me permitisse relatar os dois projetos dos quais estou incumbido, a fim de que possa cumprir esse meu compromisso.

SR. PRESIDENTE SENADOR GÉRSO CAMATA (PMDB-ES) – A Presidência submete ao Plenário o pedido de inversão de pauta do Senador Edison Lobão. Não tendo ninguém se pronunciado. Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PT-DF)

– Primeiro não é contra, totalmente a favor, mas eu queria também que já, de imediato, para simplificar tudo, eu queria pedir mais tempo para analisar o parecer que eu devo fazer. Eu já tenho pronto o parecer, mas com o FUNDEB, eu creio que se exige um estudo melhor, porque trata de retirar dinheiro do FUNDEF para Alfabetização de Adultos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GÉRSON CAMATA (PMDB-ES) – Logo a seguir entraremos em outra pauta e aí a gente propõe. O Senador Edison Lobão é Relator dos itens números 21 e 22. O 21, aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO HOMEM DO CAMPO a executar o serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Caxias no Estado do Maranhão e o item 22 aprova o ato que autoriza a AÇÃO SOCIAL MIRANDENSE a executar um serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Miranda do Norte, no Estado do Maranhão. Com a palavra o Senador Edison Lobão para proferir os seus Relatórios. Com a palavra V.Ex^a., Senador Edison Lobão para proferir os seus Relatórios.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Sr. Presidente, quanto ao item 21, que diz respeito à autorização para instalar a emissora que pertence à ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO HOMEM DO CAMPO, na cidade de Caxias, devo declarar que tendo em vista que o exame da documentação que o acompanha o PDS 544/2005 não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GÉRSON CAMATA (PMDB-ES) – Os Relatórios apresentados pelo Senador Edison Lobão são favoráveis aos itens 21 e 22. Em discussão. Não tendo quem queria discutir, o projeto vai à votação oportunamente. Itens números 1, 2, 3, 4, o Relator é o Senador Wellington Salgado. O primeiro aprova o ato que autoriza ASSOCIAÇÃO CULTURAL DA GALILÉIA a executar o serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade da Galiléia, Estado de Minas Gerais. Item 2, aprova o ato, que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA DE RADIODIFUSÃO DE SAPUCAÍ MIRIM a executar o serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Sapucaí Mirim, no Estado de Minas Gerais. Item 3, aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE CRISTÁLIA a executar o serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Cristália, Estado de Minas Gerais. E o item número 4, que aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DE GUIMARÂNIA a executar o serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Guimarães,

no Estado de Minas Gerais. Com a palavra o Senador Wellington Salgado...

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GÉRSON CAMATA (PMDB-ES) – A proferir seu Relatório. Pela ordem, Senador Gilvam.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Presidente, eu peço a gentileza de V.Ex^a. e da Mesa para a inclusão extrapauta do PDL 119, que trata sobre a Fundação Cultural e Assistencial Água Viva, extrapauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR GÉRSON CAMATA (PMDB-ES) – V.Ex^a. será atendido assim que o Senador Wellington Salgado proferir os seus Relatórios. Com a palavra S.Ex^a., Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, temos aqui o item 1 de caráter terminativo que aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL DA GALILÉIA a executar serviços gerais de Difusão na cidade de Galiléia, no Estado de Minas Gerais. Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no Artigo 102/4 cumpre à Comissão de Indicação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, Radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão. Permissão e autorização para serviço de Radiodifusão sonora de sons e imagem, incumbida de pronunciar-se, também, sobre a constitucionalidade e juridicidade técnico-legislativa das proposições.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sobre exame, atende aos requisitos Constitucionais, formais, relativos à competência legislativa da União e atribuições do Congresso Nacional nos termos do art. 49, 12 e 223 da Constituição, constando-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da lei maior, nada havendo, pois a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sobre o aspecto de técnico-legislativo observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar número 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS número 53/2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na lei número 9612 de 1998. O meu voto, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 53/2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, não havendo reparos quanto ao aspecto de Constitucionalidade, Juridicidade e técnico-legislativo, opinamos pela aprovação do ato que autoriza à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GALILÉIA a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Galiléia, Estado de Minas Gerais.

Na forma do projeto, Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Esse é o meu voto, Sr. Presidente. Quanto ao item 2 que outorga, que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA DE RADIODIFUSÃO DE SAPUCAÍ MIRIM a executar serviços de Radiodifusão Comunitária na cidade de Sapucaí Mirim, no Estado de Minas Gerais, o nosso voto, tendo em vista o exame de documentação que acompanha o PDS número 58/2006 não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparo quanto aos aspectos constitucionais de juridicidade e técnico-legislativo, opinamos também pela aprovação do ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA DE RADIODIFUSÃO DE SAPUCAÍ MIRIM a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Sapucaí Mirim, no Estado de Minas Gerais na forma do projeto, Decreto Legislativo Ordinário da Câmara dos Deputados.

Quanto ao item número 3, que aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE CRISTÁLIA, a executar o serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Cristália, Estado de Minas Gerais. O nosso voto, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS número 68/2006 não evidenciou violação da legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos de Constitucionalidade e Juridicidade técnico-legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE CRISTÁLIA a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Cristália, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto, Decreto Legislativo Ordinário na Câmara dos Deputados. Esse é o voto, Sr. Presidente.

Vamos agora ao item 4. É o que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE TRABALHADORES DE GUIMARÂNIA a executar o serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Guimarães, Estado de Minas Gerais. O nosso voto, Sr. Presidente, é também pela aprovação, visto que não evidenciou violação da legislação pertinente, não havendo reparos contra os aspectos da Constitucionalidade, Juridicidade e técnicos legislativos. Opinamos pela aprovação. Esses são os nossos votos, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GÉRSO CAMATA (PMDB-ES) – O Senador Wellington Salgado de Oliveira apresenta voto favorável à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GALILÉIA, à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO DE SAPUCAÍ MIRIM, à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE CRISTÁLIA e à ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DE GUIMARÂNIA. Votos favoráveis às emissoras comunitárias naquelas cidades. Os Senadores que pre-

tendem discutir se apresentem. Não tendo quem queira discutir a matéria será votada oportunamente.

Em votação, no Plenário, o requerimento de inclusão extrapauta do parecer de autoria do Senador Gilvam Borges, número 119/2006, referente àquele PDS, que autoriza o ato que outorga a permissão à FUNDAÇÃO CULTURAL E ASSISTENCIAL ÁGUA VIVA para executar serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada na cidade de Macapá, Estado do Amapá. O Relator é S.Ex.^a, o Senador Gilvam Borges que tem a palavra para proferir o seu Relatório.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Sr. Presidente, Senhoras e Srs. Senadores, o Amapá é brindado pela oportunidade de mais um veículo de comunicação da FUNDAÇÃO CULTURAL E ASSISTENCIAL ÁGUA VIVA. Eu quero, antes de ler o meu parecer, parabenizar o Deputado Valdenor Guedes e toda a Diretoria desta instituição, desta Fundação Cultural, pelo grande trabalho realizado e chegando finalmente à conclusão de um processo que durou mais de três anos. Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o projeto de Decreto Legislativo PDS número 119/2006 de número 1945/2005, na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO CULTURAL E ASSISTENCIAL ÁGUA VIVA para executar serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada com fins exclusivamente educativos na cidade de Macapá, Estado do Amapá. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223 do inciso III, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável que levou ao seu deferimento. O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados. Que seguiu o parecer favorável de seu Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa. O projeto foi considerado jurídico, constitucional, e vazado em boa técnica legislativa. Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, inciso IV cumpre a Comissão de Educação opinar acerca de propósitos que versem sobre Comunicação, Imprensa, Radiodifusão, Televisão, Outorga e Renovação de Concessão, Permissão e Autorização para Serviço de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens. Incumbindo-lhe também pronunciar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições. Devido à sua especificidade, os canais de Radiodifusão Educativa

são reservados à exploração da União, Estados, Municípios, Universidades e Fundações constituídas no Brasil com finalidade educativa. Conforme preceitua o art. 14 do Decreto de Lei número 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei de número 4117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações. Não se aplicam à Radiodifusão Educativa as exigências da resolução do Senado Federal de número 39/92 que dispõe sobre as Formalidades e Critérios para a Apreciação dos Atos de Outorga e Renovação de Concessões e Permissões do Serviço de Radiodifusão Sonora de Sons e Imagens. A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional sendo o projeto do Decreto Legislativo o instrumento adequado conforme preceitua o art. 203 inciso II do Regimento Interno do Senado Federal.

Tendo em vista, Sr. Presidente, Senhoras e Srs. Senadores, que o exame da documentação que acompanha o PDS de número 119/2006 não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a permissão à FUNDAÇÃO CULTURAL E ASSISTENCIAL ÁGUA VIVA para executar serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Macapá, Estado do Amapá, na forma do projeto de Decreto Legislativo, originário da Câmara dos Deputados. Portanto o nosso parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR GÉRSON CAMATA (PMDB-ES) – O ilustre Senador Gilvam Borges apresenta parecer favorável à permissão para a FUNDAÇÃO CULTURAL E ASSISTENCIAL ÁGUA VIVA executar serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada na cidade de Macapá, Estado do Amapá. Em discussão o parecer de S.Ex^a. o Senador Gilvam Borges. Senador Wellington Salgado para discutir.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Eu queria parabenizar o Senador Gilvam Borges, porque realmente ele sabe o quanto é importante, ele vem discutindo bastante na Comissão. Estava aguardando essa Relatoria, para que ele relatasse esse processo, pediu, inclusive extrapauta, porque ele sabe da importância dessa Rádio para o Estado do Amapá, na cidade de Macapá. Então, eu queria só demonstrar para todos que estão vendo na televisão o quanto o Senador lutou por essa rádio, pegou o processo, veio a extrapauta e sabe o quanto é importante uma rádio educativa numa cidade tão distante das grandes capitais, para passar o conhecimento. A função da rádio educativa é essa. Então, eu queria só parabenizar o Senador pelo trabalho de poder levar

mais um instrumento de diversificação, de poder soltar o saber por várias áreas que só tem acesso mesmo através de rádio.

SR. PRESIDENTE SENADOR GÉRSON CAMATA (PMDB-ES) – Senador Romeu Tuma, com a palavra para discutir.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu queria também concordar com o nosso Senador, sobre a postura do Senador Gilvam Borges. Há muito tempo nessa Comissão, Senador, se faz o resumo na apresentação dos Relatórios com respeito às Radiodifusões, em razão do grande número que se aprova praticamente toda a semana. São milhares que se encontram em depósito no Senado e o Senado tem corrido atrás, porque é uma, é um desejo permanente dos proprietários, os requerentes Estados e municípios, quando são rádios ou TVs educativas em conseguirem. E V.Ex^a. traz aqui uma importância, um pronunciamento completo sobre o Relatório. Para que o povo do Amapá possa sentir o significado do que representa essa rádio que V.Ex^a. pede a aprovação. Eu estou de acordo com o seu Relatório, e queria cumprimenta-lo por este fôlego. Porque nós já perdemos o fôlego aqui, Senador Gilvam. O Senhor vê! Precisa trazer aquele negócio que dá fôlego para nós, o Senhor prometeu trazer [risos]. Então, o Senhor prometeu trazer, Presidente Camata, ele prometeu trazer e não traz, então ele tem fôlego e domina a gente.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Na próxima semana o Beletol(F) chega.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sem perder a elegância no pronunciamento. Parabéns, Senador!

SR. PRESIDENTE SENADOR GÉRSON CAMATA (PMDB-ES) – Encerrada a discussão, não tendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão, a votação será feita oportunamente. Os itens 5 e 6. O item 5 aprova o ato que outorga a concessão à LÍDER COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar o serviço da Radiodifusão Sonora em Onda Média, na cidade de Brasília, no Estado do Acre e o item 6, aprova o ato que outorga a concessão à LÍDER COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço da Radiodifusão Sonora em Onda Média, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre. De ambas, o Relator é o ilustre Senador Geraldo Mesquita Júnior, agora do PMDB e que tem a palavra para proferir os seus Relatórios.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Sr. Presidente, Senhoras e Srs. Senadores. Rádio no meu Estado ainda é um dos principais meios de comunicação, com certeza. É uma das principais estradas que nós temos naquela região. Nesse sentido, no momento em que se aprecia o ato que

outorga concessão a um grupo, LÍDER COMUNICAÇÕES LTDA., para explorar o serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, tanto na cidade de Brasília como em Rio Branco. O nosso parecer, Senador, não poderia deixar de ser pela aprovação, dado como eu disse, o relevante serviço que presta uma estação de rádio naquela região de mata densa. Repito, rádio no meu Estado é uma estrada importante, não é? Para que as pessoas se comuniquem, para que as pessoas travem conhecimento com o que ocorre no Estado e no mundo. Portanto nos dois projetos o meu parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR GÉRSON CAMATA (PMDB-ES) – O ilustre Senador Geraldo Mesquita apresenta parecer favorável à concessão de onda média a cidade de Brasília e da cidade de Rio Branco, no Estado do Acre. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, o projeto irá à votação oportunamente. Os itens de número 9 até número 14 tem como Relator S.Ex.^a. o ilustre Senador Flávio Arns. O item número 9, trata-se da concessão da ASSOCIAÇÃO DE MORADORES RÁDIO COMUNITÁRIA SENTINELA DAS ÁGUAS, em Amorosa, Umuarama. O item 10, para a cidade Reserva do Iguaçu, também no Paraná. O item 11 para a cidade de Inajá, no Paraná. Item número 12, a cidade de Campina da Lagoa. Item número 13, a cidade de São Matheus do Sul e item número 14, cidade de Marmeleiro, todas no Estado do Paraná. Com a palavra S.Ex.^a., o Senador Flávio Arns para proferir os seus Relatórios.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente, os Relatórios dos itens 9 a 14 da pauta, e já lidos por V.Ex.^a., o Relatório em relação a todos eles é com voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR GÉRSON CAMATA (PMDB-ES) – O voto apresentado por S.Ex.^a., o ilustre Senador Flávio Arns é favorável às concessões de emissoras do itens anunciados. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, a discussão está encerrada. A votação será feita oportunamente. Os itens 15, 16, 17 e 18 têm como Relator o ilustre Senador Romeu Tuma. O item 15 aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA ESPAÇO para executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Pindamonhangaba. O item 16, o mesmo para a RÁDIO COMUNITÁRIA TAPIRATIBA. O item número 17, para Ourinhos. O item número 18, Ondas Curtas, na cidade de São Paulo para a FUNDAÇÃO CÁSPER LÍBERO. Com a palavra S.Ex.^a. o Senador Romeu Tuma para proferir os seus Relatórios.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, como V.Ex.^a. citou, as ementas a respeito das rádios citadas e todas elas apresentaram de acordo

com a exigência legal, os documentos compatíveis com o pedido de aprovação, pergunto a V.Ex.^a. se posso concordar com a leitura de V.Ex.^a. e dar todas como aprovadas?

SR. PRESIDENTE SENADOR GÉRSON CAMATA (PMDB-ES) – Os Relatórios apresentados por S.Ex.^a. o Senador Romeu Tuma são favoráveis às emissoras anunciadas. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, a votação será efetuada oportuna e nominalmente. Os itens números 7 e 8 tem como Relator o Senador Juvêncio da Fonseca. Não estando S.Ex.^a. presente, ele solicita ao Senador Marco Maciel que profira o Relatório como Relator *ad hoc*. O item 7 autoriza a ASSOCIAÇÃO LOUVORES AO REI-INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Campo Grande. E o item número 8, Onda Média na cidade de Mundo Novo, Estado de Mato Grosso do Sul. Com a palavra S.Ex.^a., o Senador Marco Maciel para proferir os Relatórios.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente, nobre Senador Gerson Camata, Senhoras e Srs. Senadores. O item 6, perdão, o item 7 autoriza a ASSOCIAÇÃO LOUVORES AO REI INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Campo Grande, que, aliás, vem a ser a capital, no Estado do Estado de Mato Grosso do Sul. O meu parecer é favorável, posto que a matéria atende a todas as prescrições legais e, portanto, encerro a minha manifestação com relação ao item 7. Com relação ao item oitavo, eu quero dizer que o ato outorga concessão à empresa de RÁDIO DIFUSÃO PANTANEIRA LTDA. para explorar difusão sonora Onda Média, na cidade de Mundo Novo, também no Estado do Mato Grosso do Sul. A matéria está devidamente instruída razão pela qual o meu parecer também é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR GÉRSON CAMATA (PMDB-ES) – Os Relatórios apresentados pelo ilustre Senador Marco Maciel são favoráveis aos itens anunciados. Em discussão os Relatórios. Não tendo quem queira discutir, a matéria vai a votação oportunamente. Itens 23 e 24. O 23 aprova o ato que outorga a permissão à RÁDIO E TV SUCESSO para explorar o serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada na cidade de Vargem Alegre, cidade de Minas. E o item 24 aprova o ato que autoriza à ACAC-ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO À CIDADANIA a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Guarará, Estado de Minas. O Relator o Senador Aelton Freitas que não podendo comparecer solicita ao Senador Wellington Salgado que relate como Relator *ad hoc*. Com a palavra S.Ex.^a. o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Sr. Presidente, eu tinha aqui, estava assim realmente pelo resumo feito pelo Senador Romeu Tuma nas rádios anteriores, mas como se trata de rádio de Minas Gerais, eu não posso fazer resumo. Eu quero ler o Relatório por inteiro do Senador Aelton. Mas, de qualquer maneira, Senador Romeu Tuma, o seu poder de síntese, eu fiquei muito assim, perplexo. E gostei muito.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Graças ao Presidente que se encarregou de ler o resumo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Bom, tendo em vista que trata-se do item 23 da pauta, Sr. Presidente, que aprova o ato de outorga e permissão à RÁDIO E TV SUCESSO LTDA. para explorar serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na cidade de Vargem Alegre, Estado de Minas Gerais. O voto do Senador Aelton Freitas, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 538/2005 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na resolução número 39/1992 do Senado Federal e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade e juridicidade técnica-legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a permissão à RÁDIO E TV SUCESSO LTDA. para explorar serviço de Radiodifusão Sonora e Frequência Modulada na cidade de Vargem Alegre, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto Decreto Legislativo Ordinário da Câmara dos Deputados.

Quanto ao item 24, Sr. Presidente, trata-se do ato que autoriza à ACAC-ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO À CIDADANIA a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Guarará, Estado de Minas Gerais. O voto do Senador Aelton, ao qual eu acompanho, tendo em vista que o exame de documentação que acompanha o PDS 539/2005, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto ao aspecto de constitucionalidade, juridicidade e técnico-legislativo, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a ACAC– Associação Comunitária de Apoio à Cidadania a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Guarará, Estado de Minas Gerais. Na forma do projeto de Decreto Legislativo Ordinário, da Câmara dos Deputados. Esses são os nossos votos, Senador Aelton, ao qual eu acompanho, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GÉRSO CAMATA (PMDB-ES) – Os Relatórios apresentados pelo S.Ex^a., o Senador Wellington Salgado, são favoráveis. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, encerrada a discussão. A votação será feita oportunamente. Os itens 25 e 26 tem como Relator o Senador Maguito Vilela que, não podendo comparecer, solicita ao Se-

nador Augusto Botelho que apresente Relatório como Relator *ad hoc*. O 25 aprova o voto que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE ITABERAÍ a executar serviço naquela cidade do Estado de Goiás. E o item 26 autoriza a Radiodifusão Sonora e Frequência Modulada na cidade de Crixás, também Estado de Goiás. Com a palavra S.Ex^a., o Senador Augusto Botelho para proferir os seus Relatórios.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDS-RR) – Sr. Presidente, o projeto do Decreto Legislativo 546/2005, aprova ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE ITABERAÍ a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Itaberaí, Estado de Goiás.

SR. PRESIDENTE SENADOR GÉRSO CAMATA (PMDB-ES) – Qual o item?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDS-RR) – De autoria do Senador Maguito Vilela e com parecer favorável do Senador Aelton Freitas. A Relatoria do Senador Maguito Vilela. E o meu parecer é favorável de acordo com o Relator Maguito Vilela. O item 26, o projeto legislativo 457/2005 aprova ato que outorga a permissão à SOCIEDADE CERRADO VERDE DE COMUNICAÇÃO LTDA. a explorar serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada na cidade de Crixás, Estado de Goiás. Relatoria do Senador Maguito Vilela, com parecer favorável. Eu, como Relator *ad hoc* mantenho o parecer do Senador Maguito Vilela. São os dois Relatórios aprovando os itens 26 e 25.

SR. PRESIDENTE SENADOR GÉRSO CAMATA (PMDB-ES) – Os Relatórios apresentados por S.Ex^{as}., o Senador Augusto Botelho são favoráveis aos itens 25 e 26 anunciados. Em discussão o Relatório. Não tendo quem queira discutir, encerrada a discussão, a votação será efetuada oportunamente. Os itens de número 20, número 19. Itens números 19 e 20 têm como Relator o Senador Eduardo Azeredo. O 19 aprova o ato que autoriza o CLUBE DE MÃES MADRE MADALENA, da Comunidade Senhor dos Passos a executar serviço de Radiodifusão Comunitária em Malacacheta, Estado de Minas Gerais e declara para o item número 20 que autoriza o serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Limeira do Oeste, naquele mesmo Estado. Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo para proferir os seus Relatórios.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, trata-se como V.Ex^a. já mencionou, de Rádio Comunitária na cidade de Malacacheta, em Minas Gerais, que é uma cidade de muito progresso no momento, e o Relatório é favorável autorizando o CLUBE DE MÃES MADRE MADALENA, na Comunidade Senhor dos Passos, COMASP a ter esse serviço. Relatório favorável.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador Eduardo Azeredo, desculpa, onde fica a cidade de Malacacheta? É a primeira vez que eu ouço. Diz que tem 800 cidades, o Estado de Minas?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Minas tem 853, Senador, Malacacheta fica perto da Teófilo Ottoni.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É uma região bem conhecida.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sim. É a região do Mucuri.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É para ele aprender a geografia de Minas aqui.[risos]. Desculpe.

SR. PRESIDENTE SENADOR GÉRSO CAMATA (PMDB-ES) – Tem até aeroporto lá, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR GÉRSO CAMATA (PMDB-ES) – Os Relatórios no item de número 20 V.Ex^a., também Senador Eduardo é o Relator. E com a palavra V.Ex^a., para proferir o seu Relatório. Trata-se da Associação Comunitária da cidade de Limeira do Oeste, no Estado de Minas Gerais.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Nos mudamos agora então da região do Mucuri para ponta do Triângulo Mineiro. Então Limeira do Oeste fica já na divisa de Minas e o projeto autoriza a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO VIVA VOZ a executar o serviço de Radiodifusão Comunitária, de maneira que da mesma forma não há nenhum óbice e o Relatório é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR GÉRSO CAMATA (PMDB-ES) – Apresentado o Relatório favorável, em discussão o Relatório. Em discussão. Não tendo quem queira discutir a discussão está encerrada. Vamos então a votação conjunta dos projetos relatados até agora, que deverá ser nominal, pois os mesmos são terminativos.

(Procede-se à votação nominal)

As matérias foram aprovadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR GÉRSO CAMATA (PMDB-ES) – Os projetos foram aprovados. Nós vamos passar então para a pauta própria da Comissão de Educação, mas antes temos dois requerimentos para serem apresentados. Trata-se o primeiro, de um requerimento que adicta na Audiência Pública de amanhã, a presença do Dr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios e da Senhora Selma Maquiné, Consultora em Educação, a fim de discorrer sobre o FUNDEF se suas implicações nos municípios brasileiros. O Prefeito de Colatina e o Senador Cristovam Buarque já são convidados. Em votação

o requerimento. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, em votação. Aprovado o requerimento. A Audiência Pública será realizada amanhã, quarta-feira, às 10 horas. Bem, na pauta da Comissão nós temos então o item número 1, cujo autor é o Senador Valdir Raupp e Relator é o Senador Cristovam Buarque. O Senador Cristovam Buarque deseja apresentar algum requerimento em relação a esse, o item número 1, do qual ele é Relator? Com a palavra S.Ex^a.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PT-DF) – Sr. Presidente, o Relatório está pronto, favorável, mas diante dessa discussão do FUNDEF tendo em vista que projeto cuida do FUNDEF, o próprio Senador Raupp conversando comigo percebeu de que a gente precisa de mais algum tempo para estudar isso. Eu quero ter mais tempo e o próprio Senador Raupp também, chegou a conclusão até que talvez esse projeto possa até ser retirado. Nesse sentido eu prefiro adiar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GÉRSO CAMATA (PMDB-ES) – Então concedida na retirada para exame o adiamento da discussão do item número 1 da pauta, conforme o requerimento do Senador Cristovam Buarque. Com a palavra o Senador Valdir Raupp autor do projeto.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, eu concordo completamente com o pedido de adiamento do Senador Cristovam Buarque, até porque eu entendo que esse projeto tenha ficado prejudicado depois do envio do FUNDEF à Câmara dos Deputados e o Senado. Eu queria aproveitar esse momento para fazer um protesto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GÉRSO CAMATA (PMDB-ES) – Por favor.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Por que o FUNDEF não passa pela Comissão de Educação? Por que o FUNDEF vai para a Comissão de Constituição e Justiça e não passa para ser discutido aqui na Comissão de Educação? Então esse, eu fui convencido pelo Governo a ficar adiando, a pedir o adiamento desse projeto até ele se tornar prejudicado, achando que o FUNDEF viria para essa Comissão para ser discutido aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR GÉRSO CAMATA (PMDB-ES) – É o nosso Regimento Interno, PEC, que só passa na CCJ. Item número 2, substitutivo ao Projeto de Lei do Senado, 462 de 2003, turno suplementar. Altera o § 1º, inciso I do § 4º do art. 80, da lei 9394 de 20 de dezembro de 96 e dá outras providências, para regulamentar a educação à distância. A autoria do substitutivo, Senador Valdir Raupp. Autoria do PLS, Senador José Jorge. Observação – não sendo oferecidas emendas ao projeto até o fim da discussão, a matéria será dada como definitivamente adotada pela

Comissão, segundo o que preceitua o art. 282, combinado com art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. O parecer é o PNS 46203 de autoria do Valdir Raupp, favorável ao projeto na forma do substitutivo oferecido, foi aprovado na reunião aqui realizada, no dia 7/3 deste ano. Não foram oferecidas emendas em discussão. Não tendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Em votação. Não precisa votar, o projeto já está aprovado.

Item número 3. O item número 3, o Relator é o Senador Marco Maciel. Trata-se do Projeto de Lei do Senado de autoria do Senador, aliás, o autor é o Senador Marco Maciel, o Relator é o Senador Demóstenes Torres, que não está presente, então fica adiada a sua votação. Ele institui o ano de 2008 como o ano nacional de Machado de Assis. Item número 4, não está presente o Senador Gilberto Mestrinho. O item número 4, que institui o Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas, de autoria do Senador Paulo Paim, também fica adiado. Fica adiado por igual motivo o Projeto de Lei que altera a Legislação Tributária Federal para incluir estabelecimentos de ensino médio entre as pessoas jurídicas, passíveis de adesão ao SISTEMA INTEGRADO DO IMPOSTO E CONTRIBUIÇÕES DE MICRO EMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-SIMPLES e dá outras providências. O autor é o Senador Ney Suassuna. Não estando presente o Senador Gilberto Mestrinho, a matéria que terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos não é votada nesse momento. O item número 6 tem como autor o Senador Tião Viana. Sugere à Comissão de Educação debater a regra 5, o Árbitro do jogo de futebol de campo. O Relator é o autor Senador Tião Viana, o Relator é o Senador Wellington Salgado de Oliveira. O parecer do Senador é favorável, ele tem a palavra para apresentar o seu Relatório.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, em exame a indicação número 1 de 2005, de autoria do Senador Tião Viana que sugere que essa Comissão estude e debata por meio de Audiência Pública a alteração da regra número 5, o árbitro do jogo de futebol de campo, uma das 17 regras instituídas sobre áreas da International Football Association Board, entidade especializada da Federação Internacional de Futebol Association, FIFA. A indicação é motivada por proposta no sentido de que se inclua dentre as possibilidades de modificação nas decisões do árbitro, a participação de uma junta de árbitros presente ao campo de jogo, que julgaria recurso interposto pelo capitão do time que se sentisse prejudicado, nas seguintes hipóteses – penalidade máxima, expulsão do jogador e invalidação de gol. A sugerida junta de árbitros seria composta por 3 membros e se

valeria dos meios tecnológicos disponíveis para embasar sua decisão. Ademais, a junta deveria decidir em prazo não superior a 3 minutos e a modificação na decisão do árbitro só será cabível se o jogo não tiver sido reiniciado. Na justificativa, o autor reconhece as dificuldades envolvidas para qualquer mudança nas regras de futebol. Reconhece também as graves repercussões associadas a descumprimento unilateral dessas regras, bem como a convicção de que o sucesso mundial do futebol decorre de sua estabilidade e simplicidade. Assim sugere o autor da proposição que essa Comissão promova o debate do tema em audiências públicas, com os seguintes especialistas – Senhor Agnelo Queiróz, Ministro de Esportes, Senhor Ricardo Teixeira, Presidente da Confederação Brasileira de Futebol, Senhor Edson Rezende, Presidente da Comissão de Arbitragem da CBF, um representante da FIFA, Senhor Arnaldo César Coelho, comentarista de arbitragem da Rede Globo de Televisão, Senhor José Assis Aragão, Presidente da Associação Nacional de Árbitros de Futebol-ANAF, Fábio Koff, Presidente do Clube dos 13. Face ao exposto, Sr. Presidente, nós somos pela aprovação da indicação, ao mesmo tempo em que apresentamos requerimentos reiterando o nome dos apresentados na Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR GÉRSO CAMATA (PMDB-ES) – Preferencialmente deve entrar em discussão o requerimento e logo a seguir então, o projeto, porque o parecer é pelo requerimento de V.S^a.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, eu...

SR. PRESIDENTE SENADOR GÉRSO CAMATA (PMDB-ES) – Em discussão o requerimento apresentado pelo Senador Wellington Salgado. Não tendo quem queira discutir encerrada a discussão...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu queira.

SR. PRESIDENTE SENADOR GÉRSO CAMATA (PMDB-ES) – Senador Romeu Tuma para discutir.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Apenas para dizer que é bem elaborado o Relatório do Senador Wellington, mas eu conversei com ele da possibilidade de convocarmos, convidarmos conjuntamente com os nomes indicados, de um Jornalista, Juca Kfourri que é um comentarista bastante ácido, sobre alguns problemas, principalmente nessa parte de arbitragem. Se o Senador concordar eu gostaria que fosse incluído, mediante aprovação, e a inclusão de Juca Kfourri.

SR. PRESIDENTE SENADOR GÉRSO CAMATA (PMDB-ES) – Emenda do Senador Romeu Tuma solicita a inclusão do comentarista esportivo Juca Kfourri.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Inclusão aceita, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GÉRSO CAMATA (PMDB-ES) – O Sr. Relator aceita, Sr. Presidente, em votação o parecer, em discussão o parecer. Não tendo mais quem queira discutir está encerrada a discussão, em votação. Que é simbólica, não tendo ninguém se pronunciado contra, aprovado também o requerimento. O item número 7 fica adiado, não estando presente o Senador Demóstenes Torres. O Senador Flávio Arns está presente, ele é o Relator do item número 8, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sua conservação e dá outras providências. Com a palavra o Senador Flávio Arns para proferir o seu Relatório.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Pois não, Sr. Presidente, eu passo à leitura da análise do projeto que guarda estreita similaridade com o texto do PLS 306/95, de autoria da Senadora Marina Silva já aprovada por esta Casa, na forma do substitutivo oferecido pelo Senador Osmar Dias e que por ora tramita na Câmara dos Deputados como PL 4842/98. Pode ser observada a similaridade em termos do conteúdo das proposições e da estrutura do Projeto de Lei. Os 59 Artigos, assentados em 8 títulos do PLS 377/2003, segue a mesma lógica estrutural dos 59 Artigos do PL 4842/98, PLS 306/95 na origem. Igualmente organizados em 8 títulos e denominados – Título 1, Disposições Preliminares; Título 2, Definições de Termos. Título 3, Atribuições Institucionais; Título 4, Acesso a Recurso Genético Incito e em condições Excito, Título 5, Proteção do Conhecimento Tradicional Associada a Recursos Genéticos; Título 6, Transferência de Tecnologia; Título 7, Infrações e Sanções Administrativas e Penais. Título 8, Disposições Finais. Quanto ao mérito primeiramente ressalta do PLS 377/2003 não apresenta definições de termos empregados ao longo do texto e que são imprescindíveis para o entendimento da matéria, como por exemplo, os conceitos de conhecimento tradicional, comunidade local, erosão genética e provedores de conhecimento tradicional de recursos genéticos.

Há ainda a dificuldade de não se identificar referências expressas às comunidades locais e as populações indígenas. Embora persistam Artigos dedicados exclusivamente à proteção dos direitos dessas comunidades e populações, o texto que se apresenta prestigia em menor escala que o texto já aprovado no Senado, em face da Convenção sobre diversidade biológica aprovada no Brasil pelo Decreto Legislativo número 2, de 3 de fevereiro de 94. A Convenção reconhece explicitamente a estreita e tradicional dependência de recursos biológicos de muitas comunidades locais e populações indígenas. Com estilos de vida

tradicionais. E que é desejável repartir eqüitativamente os benefícios derivados da utilização do conhecimento tradicional, de inovações e de práticas relevantes, a conservação da diversidade biológica e a utilização sustentável de seus componentes a par dos aspectos e méritos acima comentados, o Artigo 10 do projeto poderia vir a suscitar arguição de inconstitucionalidade ao determinar que o Governo Federal estruturará, no âmbito da administração direta o órgão que desempenhará as funções de autoridade responsável pela execução da Política Nacional de Acesso e pela autorização e acompanhamento das Atividades de Acesso. O dispositivo incorreria em vício de iniciativa, uma vez que por força da alínea “e” do inciso II do art. 61 da Constituição Federal, observado o disposto no art. 8º inciso VI, são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre criação de órgãos da administração pública. Como argumento do Fundo PLS análise propõe disciplina para matéria já examinada por esta Casa, do Congresso Nacional. PLS número 306/95 denominado PL número 4842/1998 na Câmara dos Deputados. Muito embora o PL números 4842/98 e apensados ainda aguardem exame, o país já dispõe de instrumento legal que regulamenta a matéria. Trata-se da Medida Provisória 2186-16 de 23 de agosto de 2001, número 2052, de 29 de julho de 2000 no edição original. A qual entre outras providências dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para a sua conservação e utilização. Dado que a Medida Provisória anterior à promulgação da emenda constitucional número 32/2001 a norma continuará em vigor até que seja explicitamente revogada ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional.

O grande desafio a respeito da regulamentação do tema está em colocar em debate os projetos de leis já existentes, de forma a garantir o aperfeiçoamento da matéria pelo Parlamento e aprovação de uma norma contemporânea, que efetivamente permita a exploração racional dos recursos genéticos e a proteção da diversidade biológica do país. Nessa perspectiva afirmamos entendimento que o PLS em análise pode ser declarado prejudicado em função de pré-julgamento da matéria pelo Plenário da Casa, em deliberação anterior, conforme assento o inciso II do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal. Ante o exposto, votamos pela recomendação, apesar do mérito do projeto, da iniciativa importante também do Senador Mozarildo Cavalcanti, mas por ter havido deliberação anterior do Senado Federal em relação à mesma matéria e pela similaridade naturalmente, porque o debate foi feito

por toda a sociedade dos dois projetos de lei, votamos pela recomendação da declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado número 377/2003 nos termos do art. 334, inciso II do Regimento do Senado Federal. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GÉRSON CAMATA (PMDB-ES) – O Senhor ilustre Senador Flávio Arns representa Relatório pela prejudicialidade do projeto pelos motivos que expõe. Em discussão o Relatório. Para discutir, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu queria só cumprimentar o Senador Flávio Arns e o autor Mozarildo Cavalcanti pela importância e pelo tema apaixonante que traz hoje à esta Comissão, o item 8 que é sobre o acesso ao patrimônio genético e sua conservação e outras, e outros meios importantes de manutenção da diversidade biológica. Eu acho, Senador Flávio Arns, V.Ex^a. levanta um ponto aqui que às vezes a gente vai à Tribuna, o Senador Marco Maciel também, sobre a importância de se tirar da prateleira as medidas provisórias que dormem há vários anos.

E aqui V.Ex^a. diz que precisa ser rejeitado ou confirmada para que realmente se possa dar vigência ao que a Emenda Constitucional 32 já propõe. Há, então, uma Medida Provisória “pendurada”, que se contrapõe. Então hoje nós sabemos que a diversidade biológica, ela tem um fator internacional de grande importância. Nós temos que preservá-la a qualquer preço e acho que o Senador Arns traz e nós não podemos nos paralisar apenas da discussão da prejudicialidade desse pleito, mas que o Senador Arns continue a procurar eliminar todos os obstáculos que possam dar essa garantia, Senador Marco Maciel e Senador Arns, parabéns pelo tema.

SR. PRESIDENTE SENADOR GÉRSON CAMATA (PMDB-ES) – A Presidência então declara prejudicialidade do projeto e submete a declaração de prejudicialidade a voto. Não tendo quem vote contra, fica decretada a prejudicialidade da matéria de acordo com o Relatório do Senador Flávio Arns. A Presidência queria, já que se trata de um projeto sobre o patrimônio genético, como o Presidente da Comissão, porque aqui está também a Comissão de Ciência e Tecnologia, ter uma palavra de repúdio à violência daquele ato da via campesina que reuniu 2 mil pessoas e infelizmente duas mil mulheres, para destruir um patrimônio genético de 20 anos. Da ARACRUZ CELULOSE no Rio Grande do Sul. Foi o ato mais bárbaro que eu presenciei na minha vida de 42 anos de política. E um crime continuado, porque para se reunir ônibus, para transportar duas mil pessoas. Foi um crime continuado, foi preparado, foram alugados os ônibus, foi gasto dinheiro público para praticar um crime.

E há uma coisa ética que nós temos que colocar um dia em discussão aqui, porque a imprensa também é nesta Comissão. Se “eu sou um jornalista, eu sei que vai ser cometido um crime, eu devo filmar o crime ou avisar que vai ser cometido um crime”? “Eu sou um jornalista. Sei que uma pessoa vai ser assassinada eu devo evitar o homicídio ou assassinato ou devo filmar a morte daquela pessoa?”. É um debate ético muito interessante que precisa vir à tona, depois daqueles episódios da charges de Maomé, depois dessas coisas éticas que a comunidade européia começa a discutir e que nós brasileiros nessa Comissão temos um dia que começar a discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR GÉRSON CAMATA (PMDB-ES) – Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Eu quero apenas concordar plenamente. V.Ex^a. traz aqui um assunto polêmico, mas que nós não podemos deixar de abordar, eu acho que é importante...

SR. PRESIDENTE SENADOR GÉRSON CAMATA (PMDB-ES) – Ciência e Tecnologia nessa Comissão...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Exatamente, a Ciência e Tecnologia dessa Comissão e é lamentável o que nós vimos aí, todo o Brasil pode ver, é um ato de barbárie mesmo, que não pode passar sem uma reação forte. E a questão que V.Ex^a. coloca, também, da discussão sobre o papel aí realmente ético da imprensa, nesse caso, também é importante que seja discutido.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDS-RR) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GÉRSON CAMATA (PMDB-ES) – Senador Augusto Botelho com a palavra.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDS-RR) – É para me solidarizar com V.Ex^a. e dizer que apoio integralmente a sua posição de repúdio e dizer que um ato desse prejudica inclusive o meio ambiente, porque as espécies que estão sendo estudadas e discutidas, são espécies que exigiram menos aplicação de inseticidas, que exigiram menos espaço e que produzirão mais. Quer dizer, são 20 anos de trabalho e de investimento que são jogados fora por uma atitude radical, tipo aquela que faz morrer as pessoas por causa da charge de Maomé. Então, a idéia de V.Ex^a. de fazer uma discussão sobre o aspecto ético de você saber do crime e em vez de comunicar para evitar o crime, ficar para filmar o crime. Nós devemos cobrar da imprensa uma definição disso. E podemos discutir com eles também uma conduta para, porque as pessoas sabiam que isso ia acontecer, muitas pessoas sabiam. E deixaram que acontecesse. Nós não podemos...

SR. PRESIDENTE SENADOR GÉRSO CAMATA (PMDB-ES) – Continuar deliberando. Senador Flávio Arns, com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente, também quero ser solidário com a posição externada por V.Ex^a. e pelos Senadores também, Augusto Botelho e Eduardo Azeredo e também quero dizer que nada, não existe argumento que possa justificar o que aconteceu. E é uma, são procedimentos, metodologias que têm que ser completamente ultrapassadas em nosso país. É uma violência, um atentado contra a lei e as pessoas têm que ser punidas em função daquilo que aconteceu. Eu diria que é um caso de polícia, é um caso de polícia. Então tem que se deixar muito claro isso. Em relação a este episódio concordo também amplamente com a posição de V.Ex^a. na questão de discutirmos a ética na comunicação. Agora, pelo que eu me lembre, em relação a este episódio específico, pelo menos as filmagens que eu vi foram posteriores ao fato, e as filmagens permitiram, inclusive, descrever como que o fato tinha acontecido. Através do depoimento das impressões de pessoas que tinham participado do ato. Então, nesse sentido, até eu diria, que até a filmagem acabou colaborando para a compreensão do episódio lamentável.

Mas de qualquer forma eu considero essencial, porque também já vi em outros episódios, outras filmagens, em que exista a filmagem anterior ao processo criminoso. Então nesse sentido, “a autoridade não deveria ser avisada?”. É um debate também tem que ser feito. Mas quero ser solidário também com os pontos de vista externados e isso merece de todos nós também uma posição, como V.Ex^a. liderou em termos também de externar o ponto de vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR GÉRSO CAMATA (PMDB-ES) – A Mesa ainda informa que a ARACRUZ CELULOSE, há 22 anos decodificou o código genético do eucalipto. O Brasil foi pioneiro em clonagem de eucalipto. Enquanto da Suécia, de onde vieram os primeiros capitais da ARACRUZ CELULOSE, que hoje é uma empresa brasileira, uma árvore de eucalipto demora de 20 a 40 anos para crescer, no Brasil de 4 a 5 anos para o corte e para a celulose, graças ao desenvolvimento da clonagem. E dizer que a ARACRUZ CELULOSE gratuitamente forneceu à Secretaria de Agricultura do Estado do Espírito Santo a clonagem do café robusta, que transformou o Espírito Santo no maior produtor mundial de café robusta. Essa tecnologia depois foi remetida para Rondônia que hoje é o segundo produtor mundial de café robusta. Graças a um trabalho de alta tecnologia da ARACRUZ CELULOSE, fornecido de graça, gratuitamente aos produtores agrícolas do Espírito Santo, de Rondônia. E, depois

do Espírito Santo para o Vietnã, que agrônomos capixabas levaram esse processo para lá, transformando o Vietnã no segundo produtor de café robusta depois do Estado do Espírito Santo.

Então, a alta tecnologia para a eucalipto foi para o café e hoje a clonagem é muito comum na área vegetal. De modo que, quando se destrói um patrimônio desse se destrói um pouco do futuro de cada brasileiro e até das esperanças de cada brasileiro. Muito Obrigado pelo apoio! Mas nós temos que votar aqui um requerimento de urgência para o projeto da Lei do Audiovisual. Se não for aprovado esse ano, acaba. E no dia que acabar a Lei do Audiovisual, acaba o cinema brasileiro!

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Só pela ordem...

SR. PRESIDENTE SENADOR GÉRSO CAMATA (PMDB-ES) – Senador Flávio Arns...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu não me lembro de que o voto em relação ao item número 8 tenha sido...

SR. PRESIDENTE SENADOR GÉRSO CAMATA (PMDB-ES) – Foi. Porque de acordo com o Regimento Interno o Presidente então declara a prejudicialidade e submete a palavra dele ao Plenário, que foi aprovada.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Está bem, me desculpe pela intervenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR GÉRSO CAMATA (PMDB-ES) – Pedindo urgência para a votação em Plenário da mudança do art. 336 inciso II da Lei número 8685 que é o Artigo Primeiro da Lei do Audiovisual. Se não for votada até junho, acabou a lei do Audiovisual e acabou o cinema brasileiro. Em votação. Não tendo quem se pronuncie contra para o Plenário o pedido.

Bem, a Mesa ainda tem mais um comunicado. Recebemos correspondência do Tribunal de Contas da União encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo TC-02, do Relatório de Autoria e do Relatório do Voto que fundamentaram a deliberação. Essa matéria vai para o arquivo e está à disposição dos Srs. Senadores. Quem desejar cópia, a Secretaria fornece. E ainda nós vamos realizar a pedido e requerimento do Senador Paulo Paim um Seminário sobre Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador e também sobre o FUNDEB, a ser realizado ainda na cidade de Canoas, no Rio Grande do Sul no próximo dia 20. Todos os Senadores, membros da Comissão estão convidados.

A Mesa quer agradecer a presença dos Senadores Jorge Bornhausen, Maria do Carmo Alves, Senador Edison Lobão, Geraldo Mesquita, Wellington Salgado de Oliveira, José Maranhão, Valdir Raupp, Paulo Paim,

Fátima Cleide, Flávio Arns, Mozarildo Cavalcante, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Cristovam Buarque, Marco Maciel, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Gilvam Borges e Flávio Arns que colaboraram com as suas presenças, suas palavras para o brilhantismo desta reunião. Declaro encerrada a reunião convidando para a próxima Extraordinária amanhã às 10 horas sobre um debate sobre o FUNDEB. Muito obrigado e vamos para amanhã então às 10 horas.

Sessão encerrada às 12h11min.

Ata da 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e 1ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 15 de março de 2006.

Audiência Pública (Conjunta)

Às dez horas e quarenta e sete minutos do dia quinze de março de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Gerson Camata e com a presença dos Senhores Senadores José Jorge, Geraldo Mesquita, Wellington Salgado de Oliveira, Sérgio Cabral, José Maranhão, Paulo Paim, Fátima Cleide, Roberto Saturnino, Augusto Botelho, Cristovam Buarque, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Delcídio Amaral reúne-se a Comissão de Educação e Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Marcelo Crivella, Maguito Vilela, Leonel Pavan, Maguito Vilela, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Mozarildo Cavalcanti, Sérgio Zambiasi, Heráclito Fortes, Sérgio Guerra, Mão Santa, Ana Júlia Carepa, Siba Machado, Ney Suassuna e Teotônio Vilela Filho, que justifica a ausência. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, registra a presença, para acompanhar a audiência pública, das seguintes personalidades – Senador Pedro Simon (PMDB/RS) e Senador João Batista Mota (PSDB/ES); Prefeito Antônio Pimentel Pereira, do Município de Governador Magabeira/BA, Diretor Tesoureiro da União dos Municípios da Bahia – UPB; Prefeito João Abadio Oliveira e Silva, do Município de Pequiizeiro/TO, Presidente da Associação Tocantinense de Municípios – ATM; Prefeito Fernando Lobato, do Município de Santa Cruz do Arari/PA, Presidente da Federação das Associações dos Municípios do Estado do Pará – FAMEP; Prefeito Reinaldo Falcão, do Município de Água Branca/AL, Vice-Presidente da Associação dos

Municípios Alagoanos – AMA; Prefeito Mauri de Barros Heinrich, do Município de Ibirubá/RS, Presidente da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul – FAMURS; Prefeito Luiz Lázaro Sorvos, do Município de Nova Olímpia/PR, Presidente da Associação dos Municípios do Paraná; Prefeito Anísio Soares, do Município de Governador Celso Ramos/SC, Presidente da Federação Catarinense de Municípios – FECAM/SC; Prefeito Josuel Vicente, do Município de Pombos/PE, Presidente da Associação de Municípios de Pernambuco – AMUPE; Prefeito Celso Cota Neto, do Município de Mariana/MG, Presidente da Associação Mineira de Municípios – AMM; Prefeito Carlos Vicente, do Município de Lagoa de Itanhanga/PE; Prefeito Roberto Gadelha, do Município de Goiana/PE; Antônio de O. Resende Filho, Diretor da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul – ASSOMASUL; Silvana Cunha, Representante da Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará – APRECE. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 006, 2006-CE, de autoria do Senador Cristovam Buarque, ao Aditamento nº 001, ao Requerimento nº 006, 2006-CE, de autoria do Senador Romeu Tuma e ao Aditamento nº 002 ao Requerimento nº 006, 2006-CE, de autoria do Senador Gerson Camata e Garibaldi Alves Filho e que tem como objetivo discutir a proposta de emenda à Constituição Federal – PEC nº 009, de 2006, que “Dá nova redação aos art. 23, 30, 206 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta § 5º ao art. 211 da Constituição Federal (Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB)”. Comparece à Audiência Pública o Senhor Paulo Roberto Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios; Senhor João Guerino Balesstrassi, Presidente da Associação dos Municípios do Espírito Santo – AMUNES; e o Excelentíssimo Senhor Senador Cristovam Buarque, membro da Comissão de Educação e Senhora Selma Maquiné, Consultora em Educação da Confederação Nacional de Municípios. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores José Jorge, relator da matéria, Fátima Cleide, Lúcia Vânia, Eduardo Azeredo e Pedro Simon (não membro da Comissão). O Senhor Presidente, Senador Gerson

Camata, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**. – Senador **Gerson Camata**, Presidente da Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e a 1ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, que está sendo realizada nesta quarta-feira, no horário de dez horas. Essa sessão é uma Audiência Pública que tem por objetivo discutir a proposta de Emenda à Constituição Federal, PEC 009 de 2006, que dá nova redação aos arts. 23, 30, 206 e 212 da Constituição Federal, e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e acrescenta o § 5º ao art. 211 da Constituição Federal. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEF. Autoria dos requerimentos e dos aditamentos – Srs. Cristovam Buarque, Romeu Tuma, Garibaldi Alves e Gerson Camata.

Estão convidados hoje para essa Audiência Pública, o Dr. Paulo Roberto Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, que eu convido que tome assento aqui na Mesa Deliberativa, aqui à minha esquerda, dos trabalhos aqui à minha esquerda; João Guerino Balestrassi, Presidente da Associação dos Municípios do Espírito Santo – a AMUNES, é Prefeito da cidade de Colatina, importante cidade do Norte do Espírito Santo, situado às margens do Rio Doce, de um lado e de outro; Senador Cristovam Buarque, Senador da República, ex-Ministro da Educação, está presidindo aqui uma sessão sobre salário mínimo, daqui a pouquinho estará aqui; e a Doutora Selma Maquiné, consultora em Educação da Confederação Nacional dos Municípios, uma técnica da área que eu convido também para tomar assento aqui à esquerda.

Aberto os trabalhos, registro também a presença do Senador Geraldo Mesquita Roberto Saturnino e do Senador José Jorge, que é o Relator da matéria na Comissão de Justiça, onde a matéria está tramitando.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Pela ordem, Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sr. Presidente, antes de V. Exª iniciar essa reunião, em que nós estamos aqui discutindo essa emenda do FUNDEB, eu gostaria de esclarecer, na realidade, que como é uma Emenda Constitucional, aqui no Senado, a Emenda Constitucional tramita, todas as Emendas Constitucionais tramitam na Comissão de Constituição e Justiça e depois vão direto para o Plenário. Por isso que nós estamos fazendo Audiências Públicas na Comissão de Constituição e Justiça e algumas Audiências Públicas aqui na Comissão da Educação. Por exemplo, o próprio Ministério da Educação, a Audiência Pública dele foi aqui na Comissão da Educação. Com outras pessoas nós fizemos Audiência Pública na Comissão de Constituição e Justiça, e nós estamos querendo inclusive encerrar as Audiências Públicas essa semana, mais tardar na outra semana. E há um caso do Sr. Paulo Roberto Ziulkoski, que na realidade ele estaria também aprovado para fazer Audiência Pública amanhã na Comissão de Constituição e Justiça.

Então eu conversei agora com o Presidente Antônio Carlos Magalhães e nós combinamos que, já que o senhor veio hoje aqui, o senhor fará a sua Audiência Pública aqui e, terminada as audiências, o material será encaminhado formalmente à Comissão de Constituição e Justiça, não só o de V. Sª, mas também dos outros, e do Ministro, para que eu possa levar em conta na elaboração do relatório e para que faça parte do Relatório. Com isso, nós economizamos, não tem sentido uma mesma pessoa falar sobre o mesmo assunto dois dias seguidos em duas Comissões diferentes. Então era essa a questão de ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Eu agradeço a V. Exª, Senador José Jorge. A nossa intenção, nós estamos até com consultoria aqui, à proporção que for avançando a Audiência nós já vamos redigindo Emendas que vão ser encaminhadas a V. Exª, hoje ainda, no final dessa reunião. É uma coisa bem prática, uma coisa bem prática, bem objetiva.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Então, inicialmente com a palavra, o Dr. Paulo Roberto Ziulkoski, que é o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios para sua exposição pelo prazo de dez minutos.

SR. PAULO ROBERTO ZIULKOSKI – Muito bom dia a todos os senhores, Exmos. Srs. Senadores, Senadoras, ilustre Senador Camata, Presidente da Comissão de Educação, Prefeito de Colatina, o Guerino, saudando ele, eu saúdo aos demais Presidentes das Associações Estaduais, que são vários Estados aqui

presentes, Minas Gerias, Pará, Alagoas, Pernambuco, Tocantins, Rio Grande do Sul, Bahia, Santa Catarina, que eu vejo aqui, eu não sei se citei todos, mas me congratular com todos e agradecer pela presença. E pela oportunidade de estar nos ouvindo aqui, Presidente, sobre esse importante assunto que é o FUNDEB.

Felizmente o nosso ilustre Relator se encontra presente, eu acho que é importante, eu não sei se vai poder acompanhar todo o trabalho nessa data, mas é importante e agradecemos a sua presença aqui.

Nós vamos fazer uma transparência em nome dos Municípios e, desde imediato, a gente, convém ressaltar, Senadores, que se tem que ouvir logicamente todas as áreas envolvidas. Agora, os Municípios, os Prefeitos, através da entidade da Confederação, nessa oportunidade estão trazendo a posição do Município, porque entendemos, com o devido respeito, e eu acho que todos têm que ser ouvidos democraticamente, mas normalmente é o Prefeito que fala ou as suas entidades pelo Município, respeitando todos os demais, por isso é que às vezes até há entendimentos diferentes um do outro. Nós vamos trazer uma posição que é quase unânime dentro do movimento municipal.

Bom, aqui estão as entidades estaduais, portanto, representativa do conjunto dos Prefeitos do Brasil. Nós, como eu já disse, vamos iniciar, ser bem rápido, porque a gente sabe do trabalho do Senadores e até também para tentar objetivar. O assunto é polêmico e o Prefeito Guerino também vai intervir e eventualmente a Dra. Selma também.

Bem, então nós vamos iniciar fazendo as nossas colocações, talvez uma já sendo repetitiva, mas é importante colocar. Eu pediria então que o Augusto acionasse logo.

Financiamento da Educação no Brasil. Precisa se considerar duas questões na nossa avaliação. Uma que é a questão interna entre os Estados e os Municípios e a outra entre os Municípios. Porque a questão do FUNDEB, na nossa avaliação, soa muito como, talvez querendo comparar, por analogia, uma reforma tributária, porque ela redistribui recursos e de uma maneira muito aguda. Então eu acho que isso é um assunto que o Senado, eu tenho certeza, irá avaliar no devido tempo, a Comissão, enfim, de Constituição, o Relator e o próprio Plenário. Então nós estamos trazendo isso para suscitar esse debate. E a necessidade de maior participação da União no financiamento da Educação Básica como condição das desigualdades regionais que têm no País. Porque hoje no debate te do FUNDEB o que se coloca? Uma questão muito mais política do que a avaliação da Educação. Se coloca assim – mas o Governo anterior colocava quanto na Educação e quanto nós estamos colocando ou vamos colocar? E

não é isso que a gente quer, eu acho. Nós temos que olhar a Educação, lógico, analisando a história, mas especialmente daqui para o futuro. E esses 10% previstos, nós vamos mostrar aqui, por parte da União, não satisfazem, na nossa avaliação, o financiamento para a envergadura do projeto que está sendo discutido por catorze anos.

Consenso. Agora, o que nós entendemos que pode ser um consenso? É a oportuna e necessária extensão do financiamento para toda a Educação Básica, quer dizer, atualmente o FUNDEF, que termina agora, é só fundamental. Isso vai pegar o Ensino Infantil e o Ensino Médio também. Então eu acho que tem que ter essa discussão, ela é oportuna como idéia. Maior participação da União no financiamento, como já foi dito aqui, e preservação dos recursos alocados ao Ensino Fundamental para busca da melhoria da qualidade, e que nós vamos desdobrar posteriormente. Quer dizer, isso tem que ter a manutenção ou até um incremento na nossa avaliação que é a parte que compete aos Estados e Municípios fazer.

Divergências. Forma de atingirmos esses consensos – um ou três fundos, ou quatro ou cinco fundos? Ao final nós vamos propor aqui a nossa posição como uma das possibilidades. Então isso é um assunto que está muito em discussão.

Eu estou sendo rápido para poder propiciar um debate ou chegar a uma conclusão, senão vamos analisar muito tecnicamente e não é o que interessa, pelo menos nesse momento.

Educação Infantil. Veja bem – Educação Infantil, é lógico que é dos quatro meses até cinco anos agora, até seis, porque agora houve alteração. Nos próximos anos, esses seis anos irá para o Ensino Fundamental. Nós temos quatro milhões e novecentas mil crianças atendidas, sendo que quatro milhões na Pré-Escola. A Pré-Escola é quatro e cinco anos, dentro do Ensino Infantil, e oitocentas e sessenta mil nas creches. 21% da população atendida. Bom, a população de zero a cinco anos, quantos são? Vinte e três milhões de crianças. Nós estamos ali com aqueles 21% atendidos até agora. Meta do Plano Nacional de Educação – atingir 50% da população em 2010. Isso é meta que está estabelecida.

Panorama da Educação Básica. Agora o Ensino Fundamental, específico Fundamental. Nós temos hoje trinta e um milhões de crianças atendidas. 97% da população, quer dizer, está praticamente atendido e universalizado o Ensino Fundamental quanto ao ingresso na escola. A meta do programa nacional está sendo cumprida, já atingiu-se essa meta. Bom, agora o problema. É a qualidade que temos que discutir, não descapitalizar, ou seja, o financiamento da Educação

Fundamental por esse problema que nós estamos colocando.

Panorama da Educação Básica. Agora toda ela, no Ensino Médio. Quanto alunos tem? Sete milhões de jovens atendidos, 7,7. Portanto, 49% da população que potencialmente poderia ser atingida. Meta – universalização. Curiosidade – 83% dos jovens de quinze a dezessete anos, que deveriam estar no Ensino Médio, estão na escola – e aí que é um dado importante. Estão na escola 83%. Entretanto, 5,3 milhões ainda estão no Ensino Fundamental – e é aí que está o problema. Aí é que reside o problema, quer dizer, nós temos 83%, até dezessete anos, na escola. Agora 5,3 milhões, na idade de quinze a dezessete, que deveriam estar no Ensino Médio, ainda estão no Ensino Fundamental. Ele está atrasado.

Agora o panorama ainda da Educação Básica. Educação de Jovens e Adultos, que é o EJA. Quatro milhões e meio de pessoas atendidas. Veja bem – 11,5% da população atendida. Olha esse número. Aí que entra o problema do Fundo Único do FUNDEB. Nós temos só 11,5%, portanto, existem cerca de quarenta milhões de brasileiros fora da idade escolar que não concluíram o Ensino Fundamental e Médio. Todos potencialmente alunos. Esse é o potencial exclusivo e de repercussão federativa importantíssima de conflito federativo. Quer dizer, e nós temos que olhar esses números, essa questão que é fundamental para nós. Portanto, eu repito esses números porque eles são muito eloquentes nessa direção.

Qual é a nossa preocupação, dos Municípios? É outro aspecto ainda, que é o ensino profissionalizante. O Nível Médio, tecnicamente, tem demanda imensurável. Não tem como medir, uma vez que qualquer brasileiro que concluir o Ensino Fundamental pode ser aluno potencial. Então essa é uma questão que também tem que olhar porque não está na Emenda do FUNDEB, pelo que me consta, a questão do Ensino Profissionalizante, mas na lei, no anteprojeto que foi e que nós já tivemos acesso, e aí nós temos que trabalhar com a realidade, que o anteprojeto prevê a inclusão, inclusive, de que forma? Eu não sei se seria constitucional ou não, mas está a previsão, isso vai ser discutido depois lá. Então isso é uma preocupação que nós queremos deixar para os Senadores.

Diagnóstico. Ao colocarmos todos esses alunos no mesmo fundo a balança vai pesar para o lado dos Estados que têm potencialmente um número maior de alunos fora da escola, principalmente EJA e profissionalizante, drenando recursos dos Municípios. Essa questão gera um conflito federativo quase que intransponível.

Diagnóstico ainda. Para darmos a dimensão desse conflito verificamos que hoje os Estados transferem para os Municípios, pelo atual FUNDEF, cerca de sete bilhões.

Como é a composição do Ensino Fundamental hoje? Tem trinta e um milhões de alunos. Quando entrou em vigor o FUNDEF [soa a campainha], em 1998, em 1997 foi no Pará, o primeiro ano, quer dizer, nós, os Municípios, tínhamos 40% dos alunos do Ensino Fundamental e os Governadores 60%. Hoje inverteu-se. Nós temos 60% e os Governadores 40%. Por isso, como ele financia onde está o aluno matriculado, está no Município, só que o problema nosso é o transporte escolar, porque nós transportamos o aluno do colégio do Estado e não recebemos isso, que é um recurso muito grande que nós gastamos. Transportamos e quem recebe o dinheiro é o Governador. Então, não é bem aquilo ali, mas hoje em termos de vigência do FUNDEF, que está terminando, seriam sete bilhões.

Com o FUNDEB agora, com o Fundo Único, considerando todos os alunos com peso igual, nós estamos iniciando esse estudo, lógico que vamos mostrar aqui, eu não sei se está na transparência, o depoimento do Ministro Palocci na Comissão Especial da Câmara, onde ele atribui pesos para as diferentes instâncias. E isto não sou eu que estou dizendo, é o Ministro da Fazenda, uma pessoa que está discutindo e todo mundo sabe do poder do Ministério da Fazenda e como que vai ser essa construção. E lá está se atribuindo peso 0,6 para creche, 0,8 para a Pré-Escola, 1,0 para o Fundamental, 1,2 no Ensino Médio e 1,3 no Especial. Isto é o que aparece lá, não fomos nós que inventamos, está lá. Como está lá no anteprojeto as outras questões. Então os pesos propostos são oriundos de uma conta de chegada para zerar a transferência dos recursos do Estado para os Municípios. E aumentar a perda para sete bilhões?

Quer dizer, então essas questões, nós estamos, lógico, trazendo, apenas suscitando, para que os Senadores possam avaliar, porque nós temos muita esperança no Senado. Os Municípios estão muito esperançosos que o Senado, que está aqui fora daquela situação toda, pelo menos formalmente daquela questão toda da Câmara, se vota um projeto desta envergadura, numa conjuntura que nós estamos vivendo na Câmara e que os senhores sabem, então eu acho que o Senado, que é a Casa da Federação, ela vai ter condições, o Senado vai ter condições de não votar isso, e fizemos um apelo aos Srs. Senadores, que este é um projeto de uma magnitude que não seja votado de forma corrida, porque alguém quer, porque nós temos que avaliar isso com profundidade. É muito sério. Fizemos um apelo aqui para os Senadores, para com

mais tempo, mais vagar, porque é de muita responsabilidade. Você por catorze anos, vai envolver cinqüenta milhões de brasileiros, quase cinqüenta bilhões de financiamento e não pode ser uma coisa atropelada e na base do...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Não vai ser, Prefeito, não vai ser nada atropelado. Vai ser o mais rápido possível, mas nós vamos examinar todos os aspectos. Realmente houve essa pressão de que se aprovasse aqui em vinte e quatro horas, mas nós reagimos, como os Relatores, mais os Senadores, e a coisa vai ser feita o mais rápido possível, agora sem atropelar nada que o Senado responsabilmente deve fazer.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É por isso que o senhor está aqui inclusive.

SR. PAULO ROBERTO ZIULKOSKI – Certo, obrigado Senador.

Continuando. Questionamento dos critérios que serão adotados pelos pesos diferenciados para os alunos de cada etapa. Ah, já foi.

Questionamentos – Como melhorar a qualidade de Ensino Fundamental com menos recursos? Essa é a grande pergunta, porque o nível de repetência está se aguçando cada vez mais. Nos últimos três anos aumentou a repetência. Por isso é aquilo que nós mostramos lá inicialmente. Nós temos 83% de quinze a dezessete anos na escola, só que cinco milhões e trezentos mil alunos, nessa idade, estão ainda no Ensino Fundamental, que tem que ser solucionado.

Como assegurar, em um Fundo Único, que não haja migração dos recursos, já minguados do Ensino Fundamental, para outras etapas do ensino, que potencialmente são exclusivas? É justo que a União fique com mais de 60% da carga tributária nacional e aporte apenas 10% a partir do quinto ano da Educação Básica?

E veja bem – aqui eu tenho um comentário rápido a fazer, quer dizer, é a questão do FUNDEF atual. A União descumpriu a Lei 9.424, art. 6º. Nós estamos ingressando em juízo, mais de quatrocentos Municípios. Na Bahia, já ganhamos na Justiça Federal. O Tribunal de Contas mandou isso. Isso é crime de responsabilidade, houve um desvio que vem lá do Governo anterior e que se perpetua. São vinte e cinco bilhões que foram desviados do Ensino Fundamental.

Imaginem, os Sr. Congressistas que, com a maior responsabilidade, fazem uma Emenda Constitucional, e essa Emenda, me desculpem, é colocada no lixo! Porque não se tem recurso! Então não tem que ter lei ou a lei tem que ser cumprida, porque isso é dinheiro que seguramente se tivesse fluído para o Ensino Fundamental, os Governadores, os Prefeitos teriam me-

lhorado a qualidade do ensino. A União não cumpriu a sua parte! Isto é um crime com a Educação, com o Fundamental.

Agora, como que nós vamos, me desculpe a expressão, como que vamos confiar no Executivo Federal, que não cumpriu até agora, será que vai cumprir o restante?

Que mecanismos nós vamos colocar, os Srs. Senadores poderão colocar para que – me desculpa essa forma assim mais pesada de colocar, mais de frente, mas essa é a realidade e nós estamos nos remetendo para isso. E aí a União que fica com 61%, quer colocar quatro bi e meio em quatro anos, começar a colocar. Quer dizer, e mais – tem um freio na Emenda Constitucional que foi colocado, que só 30% desses quatro bi e meio saem dos 18% que a União é obrigada a gastar em Educação. Aí nós perguntamos – e o restante vai sair de onde? Nós vamos ter uma nova Lei Kandir? Para cada orçamento está se discutindo de onde sai dinheiro, já que o Salário Educação se evoluiu lá, não pode computar. Mas e os outros programas existentes hoje, será que eles não vão ser extintos? Os apoios, os demais, quer dizer, então essa questão toda é que temos que buscar.

Fontes de recursos para complementação. E a Lei de Responsabilidade, como que fica? Veja bem, Srs. Senadores – a União está criando uma nova despesa de caráter continuado e não está apontando a fonte de recursos. Está lá, previsto no art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Qualquer um que trabalhe com orçamento, com responsabilidade, tem que olhar. É uma despesa que está surgindo, aonde que está isso aí?

Será aumentada a carga tributária? Serão retirados recursos da Saúde, das Áreas Sociais ou da Infra-Estrutura? Como é que nós vamos fazer, aonde é que estão esses recursos, aonde é que está indicado? E se me mexermos nas contribuições da União? Eu acho que aí é a saída que os Senadores poderão ter e nós vamos propor depois, é colocar no FUNDEB recursos lá da contribuição que não é partilhado, e que é aonde aumentou a carga tributária, e ter que mexer, seja parcelado ou não vamos ter que fazer essa briga.

Piso Nacional Salarial. Nós somos a favor de um piso para os professores, tem que ter. Mas ele fere de morte a autonomia dos Estados e Municípios que não pode ser retirada nem mesmo por uma Emenda à Constituição. De eficácia duvidosa, pois irá se fixar o piso num patamar abaixo do praticado na Região Sul e Sudeste ou num além da capacidade de pagamento da Região Norte e Nordeste. Como que vai ter esse piso no Piauí se é o mesmo de São Paulo? Como é que nós vamos equacionar? Então eu acho que tem

mecanismos. Eu sei que os Senadores terão, o nosso Relator está acompanhando e vai ter uma proposta.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Mas esse piso não está em discussão na Emenda. Ele será discutido numa lei posteriormente. E esse Piso Salarial Nacional inclusive já consta da Constituição, quer dizer, na realidade isso não está se discutindo agora. Isso será discutido a posteriori.

SR. PAULO ROBERTO ZIULKOSKI – Está bem.

Trava na oferta de matrícula. A PEC impede que os alunos matriculados no Ensino Médio da Rede Municipal contem para o recebimento dos recursos. Lógico, que pela LDB e pela Constituição prioritariamente o Ensino Médio é dos Governadores. Nem os da Educação Infantil para os Estados, ou seja, os Municípios poderiam financiar o Ensino Médio, mas não ofertá-lo.

Se o foco é na matrícula, como dizem os que defendem o Fundo Único, não importando onde ela está, os Municípios e os Estados deveriam poder ofertar qualquer nível de ensino e todos os alunos do Ensino Básico de qualquer rede deveriam contar para receber da aplicação dos recursos, porque tem muito mais potencial de alunos lá no Ensino Médio do que no Ensino Infantil.

Divisão do FUNDEB. Bom, aí nós vamos já finalizando, encaminhando algumas questões que nós não vamos detalhar mais, mas para propor, vamos dizer assim, deixar pelo menos como uma proposta inicial, não é terminativa, é apenas um indicativo. Nós estamos propondo quatro fundos, que poderia ter cinco até, até cinco fundos. Por quê? Nós entendemos que a creche – e não há de esquecer que a Senadora Heloísa Helena entrou com uma Emenda Constitucional, o Senado já aprovou e está na Câmara, tornando obrigatório, universal e gratuito o Ensino Infantil, portanto, as creches também. Então o que acontece? Isto vai dar um problema seriíssimo lá para os Municípios, porque sendo obrigatório não tem como fugir do Promotor, que tem que executar a lei, e o Prefeito normalmente é fiscalizado, ele é fiscalizado e tem que executar, cumprir a lei. Mas aí agora, com essa possibilidade de dar um peso 0,6 para a creche, quando já entregamos aos senhores, inclusive, um estudo que nós fizemos com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul em todo o Brasil mostrando o custo do aluno na creche, que é de 43% a mais do que no Ensino Médio, e estão dando um peso, pelo menos o que está sendo discutido, de 1,2 para o Ensino Médio e 0,6 para a creche, como é que nós vamos gerenciar? Como que um Prefeito do interior vai buscar uma criança no interior lá do seu

Município, até na cidade, e colocar na creche? Qual o recurso que ele tem?

Quer dizer, nós queremos, eu acho que o projeto é bom, nós temos que considerar, agora nós precisamos do financiamento e precisamos que o Senado nos ajude a achar essa solução, que os Prefeitos já estão fazendo e querem fazer. Só que aí então estaríamos fazendo assim, apenas como idéia, ter um fundo infantil, do Ensino Infantil, com dinheiro dos Municípios, complementado por aquele último ali, que seria um Fundo que a União teria, de onde teria os recursos, e depois colocado em cada um dos fundos. Quer dizer, isso é uma idéia, é uma idéia apenas para ser melhor avaliada.

Do Fundamental, como é hoje o FUNDEF, aprimorando. Do médio com recursos dos Governadores, complementado pela União. Aliás, já é hoje, o “FUNDEBINHO” já existe e existe o FUNDEF. O “FUNDEBINHO” que eu acho que ofertou mais recursos para os Estados....

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PAULO ROBERTO ZIULKOSKI – Como? Quatrocentos e setenta milhões para complementar os Governadores, que a gente não está contra, eu acho que tinha que ter mesmo, até mais, porque houve uma demanda muito grande, estão sufocados os Governadores, mas já tem, tem o FUNDEF que o Governo eu acho que botou menos do que no “FUNDEBINHO”, trezentos e cinquenta milhões. Veja como é que nós estamos trabalhando. Então seria um do Ensino Infantil, um do Ensino Fundamental, um do Ensino Médio e um da União. Agora, poderia se desdobrar e as creches ter um fundo especial, inclusive com dinheiro da Assistência Social e da Saúde, integrado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Como seria esse da União?

SR. PAULO ROBERTO ZIULKOSKI – Esse da União seria um fundo... No caso se hoje fosse quatro bi e meio, só que ao invés de ir para um Fundo Único ele seria aí, de acordo com a lei a ser construída, seria dirigido, porque aí terminaria a questão do conflito federativo, nós não estaríamos... cada um cumprindo pela LDB, a sua competência, de preferência pelos seus alunos, que tem que ofertar, e não estaríamos transferindo recursos. Os Municípios não têm como transferir esses recursos porque nós vamos desqualificar o Ensino Fundamental. E se colocar, na minha avaliação, aí é uma questão pessoal que eu coloco, nós vamos, com esse projeto, um Fundo Único, eu não tenho nenhuma dúvida, e veja bem – nós, hoje, estamos gastando 4,52 do PIB em Educação no País, e nós estamos trinta anos atrás do Chile. Eu tenho a

intuição, com esse projeto, continuando como está, o Chile gasta 7,5 e a maioria dos Países que gastam com Educação aplicam nesse montante. Nós vamos ficar cem anos atrás do Chile daqui a quinze anos ou vinte. Isso eu estou falando por intuição, eu estou pensando assim. E aí, lá na hora de administrar, eu, como Prefeito, como é que eu vou administrar se eu tenho obrigatoriedade, por exemplo, com a creche. Eu tenho que atender a creche. Não tem, porque o orçamento é um só dentro do Município. Será que nós não vamos desqualificar o Ensino Fundamental que já é sofrível na sua qualidade?

Então eu acho que esse projeto é importante, o Presidente Lula assumiu, eu acho que a concepção do FUNDEB é boa, eu já disse, mas queremos discutir a questão do financiamento. Não é dizer que não interessa. Interessa para nós a parte da Educação no País, mas nós é que vamos ter, em última instância, que estar financiando e assumindo essas responsabilidades. Então seria isso aí.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – E também, Prefeito, só para acrescentar, no fundo no fundo isso é um projeto de financiamento.

SR. PAULO ROBERTO ZIULKOSKI – Exatamente.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – A ênfase do projeto é de financiamento, não é no processo educacional.

SR. PAULO ROBERTO ZIULKOSKI – Aliás, Senador, inclusive é importante o senhor colocar, que parece às vezes que a gente está querendo defender só a parte fiscal e financeira. Não é isso. É que nós vamos ter que fazer, nós queremos melhorar a Educação. Como que vai melhorar a qualidade do ensino sem recursos? Como vamos fazer isso?

Então, complementação para os Estados seria 1/3 dos recursos da complementação federal, daquele fundo da União destinado aos Estados, veja bem, porque todos receberiam 1/3, inclusive aqueles que precisam de mais recursos como é o Nordeste, e os outros 2/3 iriam de acordo com a média que estiver abaixo da média nacional, porque isso teria uma legitimidade, na nossa avaliação, um pouco mais abrangente. A gente respeita aqueles que acham que não deva ser, mas estamos trazendo uma questão para reflexão.

Aplicação da subdivisão dos recursos de quinze para vinte, mas retirando, vejam Senadores, mantendo os atuais no FUNDEF, por que? O que estão colocando? Veja bem o ITR. Sabe quanto a União cobrou de ITR no ano passado? Duzentos e setenta milhões de reais. A parte dos Municípios é a metade, cento e trinta milhões. 20% de cento e trinta milhões é vinte e seis milhões. Num financiamento de quase cinquenta

bilhões. Quer dizer, por que colocar o ITR nessa situação? O ITCD, que seria o Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doações que os Governadores cobram é quase igual ao ITR, e o IPVA que é um pouco mais. Mas estava incluído ali, originariamente, a retenção no Imposto de Renda. E aí a pedido, acredito que dos Governadores, foi retirado já na Câmara, que é aonde teria o grande valor incrementado do financiamento do FUNDEB.

Então, nós estamos propondo que se permaneçam com os 20%, mais com os atuais cinco impostos, que são mais fáceis de fiscalizar e estão definidos.

Definição das fontes de recursos destinados pelo fundo federal que proverá a complementação da União. Isso daqui é importante. De onde vai sair o dinheiro da União. Porque se não disser, eu não tenho nenhuma dúvida que será mais uma Lei Kandir. A cada ano o orçamento vai ter que dizer aonde que está o dinheiro, que estão colocando só 30% dos dezoito. Então eu acho que isso os Senadores terão condições de reparar.

Não contabilização das matrículas do EJA. Nós queremos que o EJA fique fora do Fundo Único ou dos fundos ou se crie um fundo especial, porque ele é um programa, e ele é potencial, é explosivo, ele tem que continuar existindo nos termos, talvez, atuais já, com algum melhoramento, enfim, mas não pode estar ali dentro, estar recebendo os recursos. “FUNDEBINHO”, está ali o valor, e do FUNDEF.

Então eu acho que isso são questões para reflexão, eu não sei se tem mais algum ponto. Piso salarial, estabelecimento de diretrizes e critérios nacionais, mas respeitando a autonomia de Estados e Municípios para poder na lei compatibilizar essa questão.

Eu não sei se tem mais algum ponto ou não, eu acho que encerro aí.

Então rapidamente, Senadores, desculpe a gente correr, teria várias questões a agregar, mas queria agradecer a oportunidade, aos Prefeitos que estão aqui de todo o País, os seus Líderes estão aqui conosco hoje, acompanhando, já falei aqui na maioria dos Estados, nós estamos trazendo isso para os Senadores para reflexão e fazendo um apelo ao Senado. Eu acho que o Senado tem condições, eu tenho certeza, que os Senadores, no seu grau muito mais de independência, autonomia, e representam a Federação, poderão discutir esse projeto. E acho que ele não precisa ser tão apurado. Se entrar em vigor no ano que vem vai entrar, se não se prorrogue, como já está lá o atual FUNDEF mais um período, e se construa um grande Projeto para a Educação Básica no País. Eu acho que não é uma conjuntura de mensalão, não é uma conjuntura de superávit primário de 6% que vai nos permitir discutir um projeto desse tamanho. E nós, Municípios,

estamos fazendo, dentro do possível, a nossa parte, e queremos assumir, eu acho que o projeto que o Governo mandou é importante, o Presidente Lula tomou a iniciativa para o grande debate, só que nós temos que discutir essas partes aqui e estamos trazendo isso modestamente como contribuição e vamos agradecer a oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – A Presidência agradece ao Dr. Paulo Roberto Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, a exposição que ele fez. Ele se prolongou um pouquinho porque a Assessora, a Dr^a Selma Maquiné, cedeu o tempo, cinco minutos do tempo dela, ela não vai falar, ela passou o tempo para o Presidente da Associação. A Presidência queria também registrar a presença do Senador Garibaldi Alves Filho. Ele é o Presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais aqui da Comissão de Educação, a que esse assunto está nesse momento muito ligado. E também registrar a presença do Senador João Batista Motta, Senador Pedro Simon, Senador Geraldo Mesquita, Senador Roberto Saturnino e o Relator do FUNDEB, Senador José Jorge.

O Presidente da Comissão de Justiça mandou avisar aqui, Senador, que já que V. Ex^a está aqui como Relator, ele suspende a Audiência Pública de amanhã e transforma essa na última Audiência Pública, que passa a ser conjunta, sobre o assunto que melhora... que faz com que as coisas fiquem mais objetivas. Senador Pedro Simon, pela ordem.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Mas eu achava que o depoimento de hoje é tão importante que poderia ter sido feita uma reunião conjunta também.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Mas ele está pedindo para mandar toda a taquigrafia daqui para lá.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Na realidade a gente só ficou sabendo dessa reunião hoje, aliás, ontem, e como era na mesma hora da reunião da Comissão de Constituição e Justiça, que tem uma série de coisas para serem votadas, nós não pudemos cancelar a de lá. Então eu, como Relator, vim para cá e ficou combinado que a gente mandaria os depoimentos para lá. E, se for necessário, depois que eu analisar, a gente faz outra Audiência lá. Foi cancelada amanhã, mas não quer dizer que não possa ser realizada outro dia, se necessário.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Eu achei que o Dr. Paulo iria falar lá na...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Ele disse que ia falar com o senhor.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Eu estou vendo muita gente que está debatendo lá e...

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Ele fica aí, amanhã está à disposição de V. Ex^a.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – À minha disposição não.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Da Comissão.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – É que muitos Parlamentares, que estão todo dia debatendo lá, não estão aqui.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – É verdade.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Tem um grupo lá que está apaixonadamente debatendo essa matéria e esse grupo não está aqui. É só essa argumentação que eu quero fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Muito obrigado a V. Ex^a.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Eu vou falar depois com o Presidente Antônio Carlos fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O Senador Cristovam Buarque é um dos autores do requerimento e também vai fazer uma exposição aqui na qualidade não só de um Senador muito dedicado da Educação, mas de ex-Ministro da Educação.

Eu vou pedir permissão ao Senador Cristovam Buarque para que o Prefeito, Presidente da AMUNES do Espírito Santo, que está do lado dos Prefeitos, faça uma ligeira exposição também. Mas eu queria registrar, como Presidente, a presença do Prefeito Antônio Pimentel Pereira, de Governador Mangabeira, na Bahia, ele é Diretor Tesoureiro da União dos Municípios da Bahia. O Prefeito João Abadi Oliveira e Silva, de Pequizeiro, Tocantins, Presidente da Associação Tocantinense de Municípios. O Prefeito Fernando Lobato, de Santa Cruz do Arari, Presidente da Federação das Associações dos Municípios do Estado do Pará. O Prefeito Reinaldo Falcão, de Água Branca, Vice-Presidente da Associação dos Municípios de Alagoas. O Prefeito Mauri de Barros Heinrich, Município de Ibirubá, Rio Grande do Sul, Presidente da Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul. Prefeito Lázaro Sorvos, Município de Nova Olímpia, Presidente da Associação dos Municípios do Paraná. Prefeito Anísio Soares, de Governador Celso Ramos, Presidente da Federação Catarinense de Municípios. Prefeito Josuel Vicente, de Pombos, Pernambuco, Presidente da Associação dos Municípios de Pernambuco. Prefeito Celso Cota Neto, de Mariana, Minas Geras, Presidente da Associação dos Municípios de Minas. Prefeito Carlos Vicente, Município de Lagoa do Itanhagá, Pernambuco. Prefeito Roberto Gadelha, Município

de Goiana, Pernambuco. Antônio Rezende Filho, Diretor da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul. Silvana Cunha, representante da Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará. E o Senador Pedro Simon e o Senador João Batista da Motta, a quem eu já me referi. Então eu vou pedir permissão ao Senador Cristovam Buarque para que João Guerino Balestrassi, Presidente da Associação dos Municípios do Espírito Santo, faça então agora a exposição. Com a palavra S. Ex^a.

SR. JOÃO GUERINO BALESTRASSI – Bom dia a todos. Eu quero cumprimentar o Senador Gerson Camata, o Senador Garibaldi, Cristovam, demais Senadores, cumprimentando o Senador Motta eu quero cumprimentar todos os Senadores, o nosso Presidente, o Paulo Ziulkoski, a Selma Couto, os colegas Prefeitos e Presidentes de Associações. Eu quero agradecer essa reunião e dizer que a questão tributária no Brasil leva todos os Municípios ou 90% dos Municípios praticamente a viverem de repasses constitucionais. São o FPM, o critério de ICMS, a forma como é distribuído nos Municípios é muito injusta.

No caso específico do Espírito Santo nós vamos ter praticamente dez Municípios viáveis e sessenta e oito Municípios completamente inviáveis e quebrados, e os Municípios que tendem a crescer, os Estados que tendem a crescer, tendem a provocar cada vez mais essa distorção e, devido a isso, praticamente as máquinas públicas, principalmente municipais, elas possuem muitos vícios, que a Lei de Responsabilidade Fiscal tem nos forçado a corrigir de uma forma até às vezes brutal, grotesca, porque não temos tempo hábil para corrigir os vícios herdados. E, além disso, nós temos os vícios dos programas, os vícios estruturais que vêm de cima para baixo.

O PACS/PSF, que agora está sendo feito alguma coisa para corrigir, tem provocado nos Municípios uma grande distorção, tanto na questão salarial dos Agentes, dos Médicos, mas principalmente na sua regularização, já que nós não temos uma... não foi transformada em Lei isso e não temos uma garantia disso funcionar definitivamente.

E nós temos também a questão, por exemplo, do Bolsa-Família, que passa-se para os Municípios esses recursos e nós temos que fiscalizar e nós não temos a garantia e o financiamento desse acompanhamento. Então nós temos os vícios das administrações públicas e nós temos os vícios dos programas, e aí a grande nossa preocupação com a questão do FUNDEB – será que nós vamos conseguira manter, estruturar, termos recursos para financiar a Educação, a Educação Infantil, a Pré-Escola, o Ensino Fundamental, já que no projeto, as informações que nós chegamos é que mais

uma vez nós vamos repassar recursos para os Estados e os Municípios vão ficar cada vez mais deprimidos. E são tão deprimidos que nós estamos ficando com os velhos e as crianças, principalmente nos Municípios que não têm capacidade de investimento, que são a maioria dos Municípios.

Então a minha alerta é nesse sentido. O Presidente de nossa Associação, da Confederação, Paulo Ziulkoski, foi muito feliz na sua apresentação e a proposta da CNM é a nossa proposta e gostaríamos que os Senadores olhassem com muito carinho. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – A Presidência agradece a exposição do Prefeito Guerino Balestrassi, Presidentes da Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo. O próximo expositor, que também é um dos autores do requerimento e foi incluído na pauta por um requerimento da Presidência, é o Senador Cristovam Buarque, que tem a palavra para a sua exposição.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores participantes da mesa, minhas senhoras e meus senhores. Eu vou tratar não apenas do FUNDEB especificamente. Mas eu vou tratar, sobretudo, da oportunidade perdida que representa esse momento. O FUNDEB tem problemas, e eu vou levantar alguns, mas para mim o mais grave não está dentro dele. Está no fato dele ser visto isoladamente, fora do contexto geral da Educação. O Dr. Paulo levantou aqui alguma coisa que eu queria repetir – dentro de alguns anos estaremos décadas atrás do Chile, como já estamos hoje anos atrás dele. Mas já estamos do México, da Turquia. Em 1970 nós estávamos iguais à Coréia; hoje a gente não vai alcançar a Coréia.

Eu queria, portanto, iniciar sobre as necessidades da Educação e não diretamente sobre o FUNDEB. Eu quero dizer que quando o Governo Lula assumiu, definiu-se uma lista de metas. Sem metas não adianta o FUNDEB. Eu não quero tomar muito tempo, mas são trinta e uma metas que foram definidas. Como, por exemplo, 100% das crianças até onze anos de idade na escola até 2006. Nada irresponsável, nada mágico, nada por milagre, tudo com o tempo. 100% até dezessete em 2010. Abolir o trabalho infantil até 2006. Eu quero dizer que eu defendi até 2004, em dois anos seria possível, mas prevaleceu o conservadorismo. A substituição infantil, em 2006. O Brasil estar alfabetizado de adultos até 2006, quatro anos, e no primeiro ano mostrou-se que isso é possível indo além da meta prevista. Toda criança alfabetizada até os dez anos. Em nenhum lugar do mundo, País com a renda do Brasil, tem essa meta. Pegamos o Plano de Governo e trans-

formamos em metas concretas. Essa é uma meta que mostra o atraso do Brasil. Na verdade a meta deveria ser até oito anos de idade, mas isso íamos deixar para 2010. 90% das crianças até 2010 concluindo a quarta série. 80% concluindo o Ensino Médio, a oitava. 80% concluindo o Ensino Médio em 2015. Veja que nada é irresponsável.

E por aí vai diversos objetos. Toda escola de Ensino Fundamental em horário integral até 2010. Toda escola de Ensino Médio em horário integral até 2015. Um novo ensino profissionalizante, que seria dentro do próprio Ensino Médio. A matrícula garantida a toda a criança na escola a partir dos quatro anos. Está no programa, foi uma promessa do Governo Lula. Toda criança terá uma vaga na escola mais próxima da sua casa no dia em que fizer quatro anos. Claro que as pessoas dizem – e o dinheiro? Num primeiro momento tira-se a criança da calçada e põe dentro, transforma-se necessidade em demanda, porque necessidade ninguém atende, demanda sim. Apoio nutricional e assistência pedagógica a todas as crianças de zero a três.

Nesse ponto ficamos para trás da proposta da Senadora Heloísa Helena, que defende creche. Que não vai ser cumprida imediatamente, como disse o Dr. Paulo, mas cria uma demanda. Todo professor com formação adequada. Um programa de valorização e formação. O salário médio do professor duplicado até 2007, o salário médio. Isso não quer dizer que é o salário de todos, porque alguns já estão bem acima da média. O piso salarial a ser definido, se imaginava em 2003. O FUNDEB queria se criar em 2004. Veja que o FUNDEB é parte de um projeto, não é um projeto. O sistema brasileiro de formação do professor implantado. Toda escola recuperada nas suas instalações físicas, com prédio de boa qualidade até 2010.

Eu quero lembrar que das cento e oitenta mil escolas públicas do Brasil, trinta mil não tem luz, vinte mil não tem banheiro. A professora e os meninos vão em casa ou em algum mato por perto. Eu não estou falando nem das outras coisas da Educação. Toda a escola com equipamento moderno em 2010. Um projeto para a Universidade Brasileira até o fim de 2003. Autonomia das Universidades. O PAE, PAE era um Programa de Apoio Educacional que virou o PROUNE, mas com uma diferença – o projeto elaborado em 2003 previa que todo aluno que recebesse a bolsa para estudar numa Universidade particular, teria que se alfabetizador de adultos. Então a gente juntava a abolição do analfabetismo com o apoio aos jovens nas Universidades. A criação de um sistema de hospitais recuperado. A Universidade com vagas ociosas preenchidas. A criação da Universidade Aberta, que o projeto ficou pronto, chamado Darcy Ribeiro. É aí é

uma meta – toda desigualdade de renda, de classe, de gênero, de religião, de raça, deficiência física, abolida até 2015. Não é modesto esse projeto, essas metas, mas não são absurdas.

Agora, isso não é possível nos ombros dos pobres Prefeitos por duas razões – nem eles têm dinheiro e são muito desiguais. Brasília tem uma renda per capita de vinte mil reais. Axixá, no Maranhão, de quinhentos e sessenta. Como é que a gente pode ter escolas iguais lá e cá sendo Municipal. E com um detalhe – em Brasília, onde é a maior renda per capita, aqui a Educação já é Federal. Aqui quem paga os Professores é o Governo Federal. Quando eu fui Governador, pela primeira vez se colocou dinheiro de recursos do Distrito Federal na Educação. E depois se retirou. É o Governo Federal quem paga aqui. O Governo Federal tem que contribuir mais e, sobretudo, nas cidades pobres.

A outra coisa que eu quero dizer é o seguinte – o problema da Educação não é só dinheiro. Eu até diria não é sobretudo dinheiro. É dinheiro, sim, mas não é sobretudo. É, sobretudo medidas práticas, administrativas e pedagógicas. Se chovesse dinheiro nas escolas, elas melhorariam pouco. Só melhorarão um pouco se a chuva de dinheiro for canalizada corretamente através de metas, medidas práticas administrativas e pedagógicas. Quais são essas? Que em 2003 o Governo Lula começou. O problema de certificação Federal do Professor.

Esse programa, eu quero lembrar, visava algo fundamental – tentar definir um piso de formação. Porque um piso de salário, sem um piso de formação, não melhora a Educação. Um pobre País da América Central chamado Honduras dobrou o salário do professor e não mudou nada na qualidade da Educação. Porque dobrou o salário sem dobrar a qualidade, sem dobrar a dedicação. Esse programa começou em 2003. A gente faria um exame nacional federal para os dois milhões de Professores e os que passassem teriam o salário pago pela União. Começamos de um a quarta série. Depois a formação e piso nacional de salário. O piso nacional é fundamental. Agora tinha que ser financiado pelo Governo Federal.

Depois, aquele item três que seria o grande salto, que é a implantação do horário integral, com professor bem remunerado e escolas bem equipadas. Isso daí, vocês lembram, era até 2015. Mas nós começamos em vinte e nove cidades. Escolhemos vinte e nove cidades pequenas, dez mil habitantes, uma delas só tinha cinco escolas e dissemos – vamos derrubar essas cinco escolas e construir outras. Vamos equipar. E começamos. Em dois anos teria feito isso nesses vinte e nove cidades. Com esse exemplo, ninguém segurava mais. E ficou dinheiro no orçamento em 2004 para

novas cento e cinquenta e cinco cidades. A idéia era duzentas e cinquenta cidades em 2005, trezentos em 2006, e aí se faria até 2015. A execução do Brasil alfabetizado. O Ensino Fundamental ampliado para nove anos que o Governo finalmente trouxe, felizmente, e eu sei do peso que gera, mas é fundamental. A garantia de vaga para criança aos quatro anos. A obrigatoriedade e gratuidade do Ensino Médio, não de imediato, ia ser um ano a mais por ano. Um aumento no valor da bolsa escola, mas sem transformá-la em Bolsa-Família e sem tirar a sua administração do Ministério da Educação. Porque ao tirar da Educação e botar na assistência social, chamado desenvolvimento social, perde a nitidez educacional. Não tem como levar a sério a fiscalização se é um problema assistencial. Um programa de biblioteca, recuperação dos equipamentos, aumento, implantação da Mala do Livro, tudo isso é o que dá o eixo.

Agora vamos para o FUNDEB. Em 2003 se fez o programa do FUNDEB que foi entregue na casa civil e que tinha essa característica – eram sessenta e três bilhões a mais para atender os quarenta e oito milhões já no primeiro ano. Essa é uma diferença do projeto inicial. Não se previa só no quarto ano você atender. Era de imediato. Eu devo reconhecer que esse programa aí aumentava a contribuição dos Municípios. Ao invés dos doze da proposta aprovada, a PEC, era quinze bilhões, mas em compensação, desde o primeiro ano, eram quatro bilhões e meio que a gente tinha já do Governo Federal. Veja que o fundamental aí é o valor per capita. O valor per capita é mil e trezentos. Mil e duzentos é na PEC. O pronto MEC repetia e, em 2006, a gente vai ter o projeto da PEC, mesmo assim com valor per capita inferior em mil reais.

No outro, a gente coloca a contribuição da União ao FUNDEB. Porque a gente esquece o seguinte – tanto o FUNDEF como o FUNDEB, que o Governo Federal do Fernando Henrique Cardoso e do Lula colocam como projeto nacional, é um projeto dos Municípios e dos Estados. A contribuição da União é muito pequena. A lei obriga os Municípios a aplicarem mais dos seus recursos e obriga parte dos recursos que recebem das transferências da União serem canalizados para a Educação, o que é ótimo para a Educação, mas o peso é muito forte. Na proposta em 2003 já começava em 4,5 bilhões.

Na da PEC começa com nove até chegar no quarto ano, que vai ser em 2010. Você vê que a contribuição, como é pequena. Mesmo no ano de 2003, noventa e três reais era a contribuição, do primeiro ano ao último. Na contribuição da PEC começa com cinquenta e três e vai até noventa e três. É claro que não é esse o dinheiro que chega ao aluno, porque como o

número de alunos é menor, então começa com mais, mas eu fiz aí a per capita do total de alunos, que é o que interessa para a gente ver a contribuição.

E aí vale a pena comparar com o FUNDEF, que é a preocupação que a gente tem. O FUNDEF, a contribuição dos Estados e Municípios, é de trinta e dois bilhões. A complementação da União foi de trezentos e noventa e cinco milhões. Não cumprimos, Governo Federal nenhum, desde Fernando Henrique, não cumpre. Deveria ser novecentos milhões, se não me engano, e estamos com trezentos, com, quatrocentos. É menos da metade. E isso é uma coisa que precisa colocar na reforma da PEC, a proibição de que esse dinheiro seja contingenciado, porque é contingenciado todo ano. E a luta foi grande. Eu me lembro de uma carta muito mal criada que eu fiz ao Ministro Palocci dizendo da vergonha que eu tinha de ver uma promessa nossa, de cumprir a lei que Fernando Henrique não cumpria, a gente não cumpriu.

Agora, veja então – na contribuição da União, a contribuição dos Estados é de mil reais. A da União de oitenta e nove. Se você colocasse aí para alunos da Universidade, você ia ver que subiria a contribuição da União, se não me engano, para cinco ou seis mil reais. E eu não defendo tirar dinheiro da Universidade, que ainda é pouco. Mas também não defendo... a reforma da Universidade vem com um artigo que diz – que a União só poderá aplicar no Ensino Básico, no máximo, 25% na Educação Básica. Vem o art. 41 que diz isso. É até imoral impedir o Governo Federal de aplicar menos de 75% nas Universidades, ou seja, no máximo 25%.

Se amanhã a gente conseguir, fora do FUNDEB, aumentar um bilhão para a Educação, setecentos e cinquenta milhões vão para as cinquenta e duas ou cinquenta e quatro Universidades. Só duzentos e cinquenta que vão para os quarenta milhões de crianças. Ou seja, setecentos e cinquenta bilhões vão para quinhentos mil estudantes. Então, colocando isso, eu quero dizer, primeiro, que ninguém pode ser contra o FUNDEB, ninguém pode ser contra dinheiro para a Educação, ninguém.

Agora, não podemos perder a oportunidade. Eu temo e a propaganda que o Governo vem fazendo na televisão demonstra isso, eu temo que a gente passe a imagem de que estamos resolvendo o problema da Educação. A propaganda que o Governo está fazendo na televisão, eu não sei se já viram, passa a idéia de que com o FUNDEB nós vamos virar uma Coréia. Isso é absolutamente falso, porque é pouco dinheiro, porque é nos ombros dos Prefeitos e porque não vem acompanhado do conjunto de um projeto que eu venho chamar de Federalização da Educação. Não é

tirar o gerenciamento das Prefeituras, porque eu não acredito em centralização gerencial. Ao contrário – os Prefeitos ficarão contra quando eu disser que eu sou favor da descentralização, tão radical, que eu acho que deveríamos até ter escola dirigida pelos pais e pelos Professores. Agora, seguindo padrões nacionais, Axi-xá ter o mesmo padrão de Brasília, padrão mínimo, aqui pode ser mais, mas o padrão mínimo. O padrão de salário e formação. O padrão de equipamentos e edificações e o padrão do conteúdo. Toda criança tem que aprender a ler aos oito anos, salvo aquelas que têm dificuldades especiais. Para isso a gente precisa de duas coisas – uma é uma Lei de Responsabilidade Educacional. Trabalhar com metas e não com dinheiro. Nós criamos uma distorção com a Lei Calmon. Hoje o bom Prefeito é o que gasta muito em Educação, mesmo que faça pouco. Se a gente dissesse que a obrigação do Prefeito é fazer muito, mesmo que gastando pouco, a gente iria conseguir até maravilhas de redução de gastos. O importante é fazer mais, não gastar mais. Pervertemos, Senador Simon. É claro que é preciso manter a Lei Calmon, sem dúvida alguma, mas é preciso definir metas. Não existem metas para cumprir a responsabilidade fiscal? Vamos definir metas para cumprir a responsabilidade educacional. Tem ali uma meta para erradicar o analfabetismo em quatro anos, então cada ano tem que ser 25% a menos, mas não pode ser só dos Prefeitos, tem que ser dos Governadores, do Presidente, das famílias também e da mídia. A mídia tem que entrar no processo de responsabilidade Federal da Educação. E para fazer isso ele precisa de mais recursos. Quatro bilhões seria agora, mas ele precisa chegar a vinte bilhões da União até 2007, 2008. E isso não é muito.

Quando a gente compara com um trilhão e setecentos bilhões do PIB hoje, que vai crescer, quando a gente compara com setecentos milhões de renda que a gente tem hoje. Quando a gente compara com os gastos. E eu não vou ficar só nos gastos dos juros que todo mundo fala, porque a gente não sabe se tem força para vencer os bancos, se eles não quebrarão a gente. Mas se você analisa os outros gastos, a gente gasta sessenta bilhões com pessoas da minha idade, aposentadas. Eu não sou aposentado, mas poderia ser. Cento e sessenta bilhões, e quatro é o que eu proponho aqui para as crianças na Educação Básica. Eu não estou propondo tirar dos aposentados, mas tem que descobrir de onde tirar dinheiro. Se a gente fizer isso a gente pode recuperar o tempo perdido.

Em 1970 nós estávamos na frente da Coréia, que tinha saído a pouco de uma Guerra Civil terrível. A gente estava igual à Espanha, a Irlanda. A gente estava na frente da Turquia, da Grécia. Hoje a gente está

atrás de todos esses, mas muito atrás. Há dez anos atrás a gente estava na frente do México. Estamos atrás. Em cinco anos vamos ficar atrás da Colômbia, com a guerra civil que a Colômbia tem. A gente não pode continuar assim e não basta só dinheiro. É preciso metas concretas e uma linha de ação.

Eu citei algumas, como essa federalização, e um pouquinho mais de dinheiro que o FUNDEF. Eu não acho que seja tanto mais não, e não ficar nas costas dos Prefeitos e dos Governadores, porque aí não vamos cumprir. E para concluir sobre uma coisa bem específica. Gostei de ver ontem e hoje também trazer o programa dos três fundos. A proposta de 2003 do FUNDEB que eu elaborei não tinha os três fundos. Foi uma falha nossa. Colocar tudo junto vai levar, necessariamente, a quem estiver mais força de pressão, pegar o dinheiro.

Então o Ensino Médio, que hoje precisa de dinheiro, pela força dos jovens estudantes, pela força que eles têm junto aos Parlamentares, vai tirar dinheiro do Ensino Fundamental. E, se você tem um bom Ensino Fundamental, o médio termina ficando bom. Mas, se você tem um Ensino Médio bom, o fundamental não fica bom. Mesma coisa da Universidade. Uma boa Universidade não muda a Educação Básica. Agora uma boa Educação Básica revoluciona a Universidade. Então eu acho que a gente vai ter que fazer as mudanças dos fundos. Não se pode deixar que se tire dinheiro de um setor para outro. Temos que definir com base de custo per capita, razoável para cada um, e aí fazermos com que esse dinheiro não se mova, se não vai ficar o sabor das pressões conjunturais, como foi o PROUNE. O PROUNE visava todo aluno beneficiado ser alfabetizador de adultos, mas eles fizeram pressão, porque têm força os universitários, e o Governo tirou esse condicionante do aluno ser alfabetizador. Eles apenas recebem o benefício.

Além disso, fizeram dando incentivos fiscais às Universidades, mas não precisava, porque com o dinheiro que se gastava da alfabetização dava para pagar os jovens, as suas faculdades, com o mesmo dinheiro. A gente juntava dois problemas e resolvia como se fosse um só, como duas solidões quando se encontram e se anulam – se alguém pagar obviamente o lanche, se alguém pagar o café, se alguém pagar o restaurante. A gente ia pagar um restaurante só e ia servir para a alfabetização e para a matrícula e mensalidade dos alunos do Ensino Médio.

Então, eu acho que a gente merece... a Educação merece a gente ser mais cuidadoso e aprovar o FUNDEB sem perder a grande oportunidade que o Presidente Lula está dando. Ele está dizendo – nós queremos mudar. Ele está até dando na televisão

que estamos mudando. É uma oportunidade que a gente está tendo, não vamos jogar fora essa oportunidade. Vamos fazer com cuidado, mas vamos fazer de forma ampla. Mesmo que não aumente os recursos, fazer vinculações que permitam ter um impacto que o dinheiro não terá. E para fechar eu lembro – o FUNDEF, que eu fui um dos que apoiei bastante, foi um bom projeto, mas não mudou a Educação como a gente devia e esperava em dez anos. Vai acontecer o mesmo com o FUNDEB se não vier acompanhado de algumas medidas adicionais e de um pouco mais de recursos da União.

É isso, Sr. Presidente, que eu tinha para colocar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – A Presidência cumprimenta o Senador Cristovam Buarque, pela sua excelente exposição, e agradece também a sua presença como expositor. A Presidência comunica que estão abertas as inscrições para aqueles que desejam participar dos debates. Já está inscrito o Senador José Jorge, que foi para a Comissão de Justiça, onde está ocorrendo a votação, a Senadora Fátima Cleide já está inscrita e está se inscrevendo agora o Senador Pedro Simon e a Senadora Lúcia Vânia também se escreve agora. Com a palavra, a segunda inscrita, a Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Bom dia, Sr. Presidente, bom dia a todos os nossos convidados aqui, Senador Cristovam, nós já estivemos hoje de manhã na audiência sobre o Projeto de lei que queria a empresa cidadã, também o Senador Garibaldi, para ampliar a licença maternidade para cento e oitenta dias, junto com a Senadora Patrícia, que não está nesse momento aqui porque está lá na Audiência Pública, e isto demonstra o nosso compromisso, o compromisso de todos nós aqui de discutirmos melhoria de qualidade de vida para as nossas crianças e é fundamental termos esse compromisso também com a discussão da Educação, porque não há como ter qualidade de vida para as nossas crianças se não passar pela Educação.

E eu fico muito feliz de ver hoje tantas entidades, aqui representadas, discutindo o financiamento da Educação. Há um tempo atrás eu me lembro, na época em que estava em discussão o FUNDEF, o financiamento do Ensino Fundamental, nós nos sentíamos muito isolados enquanto trabalhadores em Educação. Naquele momento eu estava na Direção Nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e, infelizmente, nós não conseguíamos encontrar parceiros. No movimento social, sim, mas na representação da sociedade, com relação ao poder público nós não conseguíamos encontrar tantos parceiros assim. Se ti-

véssemos, quem sabe, naquela época, feito com maior profundidade essa discussão sobre o financiamento da Educação, quem sabe hoje já estaríamos muito mais avançados na distribuição dos recursos [soa a campanha]. Mas eu quero aqui dizer, Sr. Presidente, eu quero dizer que tenho receio. Eu acho que o Senado precisa discutir, a Câmara discutiu profundamente, foram mais de cem reuniões, teleconferência, seminários, realizados durante o processo de discussão do FUNDEB e aí que começa lá no ano de 2003.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – V. Exª me permite passar a Presidência para o Senador Garibaldi Alves por alguns minutos, que eu tenho uma audiência.

[Troca de Presidência]

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Pois não, muito prazer, Senador Garibaldi na Presidência. Então, retomando, eu gostaria de dizer que foram muitas audiências realizadas pelo Governo, muitos seminários, muitas teleconferências, enfim, possibilitando a participação da sociedade, né, de representação dos diversos seguimentos da sociedade nessa discussão. E eu creio que a nós, do Senado, neste momento, cabe fazer com que a gente contribua para que as mudanças de fato aconteçam. Eu acho que o Governo não está errado em propagar que está fazendo a mudança, afinal de contas foi feita a discussão, enviou o projeto para cá e eu penso que nós não podemos mais demorar tanto. Eu acredito que aqui todos são favoráveis à idéia do FUNDEB. E aquilo que está se colocando, neste momento, de argumentações com relação ao número de fundos, da gradatividade, ao problema da creche, o quanto que vai ficar para cada Município, o valor per capita, enfim, eu acho que a definição de números ocorrerá quando da discussão da regulamentação da lei. Essa discussão irá continuar. Nós ainda teremos muito o que discutir.

Agora eu penso que com a realização dessa audiência a gente fecha um ciclo aqui no Senado e nós temos que imediatamente, eu penso dessa forma, imediatamente aprovar o FUNDEB, porque a sociedade brasileira espera isso, as nossas crianças esperam isso, as mães que têm filhos necessitando de creche esperam por isso ansiosamente. E eu posso dizer aqui que sou uma pessoa feliz, eu sou uma pessoa de sorte, porque como pobre, como trabalhadora, como mulher da classe trabalhadora, eu tive a sorte de poder colocar meus filhos numa creche pública que realmente era uma creche. Tinha berçário, tinha lactário, tinha sala de amamentação, tinha Pedagogos, tinha Assistentes Sociais, Enfermeiros, Médicos naquela creche. Mas isso foi há um tempo, que já se vão mais de vinte

anos, e era uma única dentro de um Estado. E eu tive a sorte, então eu posso como mãe, como trabalhadora em Educação, dar esse testemunho aqui do quanto é importante as mães terem essa assistência.

Agora, se a gente deixar para daqui... que esse fundo aconteça em 2010, as mães que têm crianças hoje na faixa de dois, três anos, já não precisarão mais. Então o meu receio é de que a gente... se demore aqui discutindo e de certa forma protelando a aprovação desta medida que é de suma importância para a sociedade brasileira, que está atrasada. Nós deveríamos ter, o Governo ter encaminhado este projeto em 2003 para o Congresso, e nós já deveríamos ter aprovado a mais tempo. Agora cada dia que passa são recursos que deixam de entrar nos cofres públicos para atender a esta parcela da sociedade que amanhã já não terá mais três anos, terá quatro, que não terá mais sete anos, terá dez. O senhor entende, Senador Cristovam? Então a minha preocupação é essa. Eu acho que a gente tem tempo para discutir na regulamentação. Nós com certeza... eu quero me colocar aqui contrária a essa idéia dos vários fundos, e aí lembrando um pouco do que a gente aprendeu com Piaget, eu acho que não dá para compartimentalizar o ser em caixinhas. Então aqui, no Ensino Infantil, é o Município. Aqui, no Ensino Médio, é o Estado.

Enfim, eu acho que a gente tem que ver o ser como um todo, seguindo a lição do grande pedagogo que foi Piaget, e também aplicar isso na hora de discutir recursos. Eu penso que o Fundo Único, ele colabora para que a gente possa ter maior flexibilidade na gestão dos recursos. Eu fui contra o FUNDEF, mas com o tempo me convenci de que a gente pode, através da socialização dos recursos, atender melhor. E com a regulamentação, com certeza deverão ser previstas todas as situações, e a partir disto, a definição dos investimentos por nível de ensino será garantida.

Então eu gostaria só de colocar aqui mais uma vez que eu acho necessário que a gente, com esta audiência, ouvindo desta feita as entidades do nível municipal, possamos, já com a aquiescência do nosso Relator, tentarmos aprovar ainda em março o FUNDEB. É isto que espera o movimento social que defende creche, é isso que esperam os trabalhadores em Educação, é isso que esperam as mães brasileiras e é isso que esperamos todos nós que temos compromisso de verdade com a melhoria da qualidade de vida das pessoas para hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Eu agradeço a colocação da Senadora Fátima Cleide. Como ela não fez pergunta eu concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente. É impressionante a complexidade que envolve o Congresso Nacional quando se trata de uma matéria delicada. Em frente e construindo, aparando as arestas e chegando a uma conclusão que seja a média de pensamento, a gente vai complicando, complicando, complicando e termina ficando nessa pergunta – está aqui a nobre Senadora, com toda razão, defende uma tese de que deve ser urgente, esse projeto está parado, e tem outros Senadores que também, com inteira razão, que dizem que um projeto dessa importância, que deveria ser realmente votado há muito tempo, não foi votado, não temos que votar correndo para fazer equívocos que não se justificam que sejam feitos.

Eu esperava muito e espero, gostei muito do depoimento do Presidente da Associação dos Municípios, o companheiro Paulo Roberto Ziulkoski, porque ele vem acompanhando isso há muito tempo e a sua entidade vem debatendo, discutindo há muito tempo essa matéria. E vem discutindo com o Governo do Estado essa matéria. E ele levanta isso daí, que é um argumento que a mim me deixa aterrorizado. Que ela não deixa claro como vai ser esse fundo e o que caberá a cada um, ao Estado, ao Município e ao Governo Federal. Fazer, como disse S. Ex^a, o Governo do Estado criará no futuro e dará no futuro, a cada ano, verba “X” destinada, é o que aconteceu no Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul está filiado praticamente por uma razão muito simples – que é um bilhão que nós temos direito a receber do fundo das exportações, que as exportações não pagam mais e, não pagando mais, o Governo se responsabilizou de devolver, a cada fim do ano dar esse ressarcimento ao Estado, esse ano não deu nada. No ano passado não deu nada. De um bilhão ele dá vinte, trinta, quarenta, cinquenta milhões. Então quebrou o Estado. Quebrou o Estado por uma razão muito simples, quer dizer, nós arrecadávamos um bilhão das exportações que eram feitas para fora.

O Governo, numa decisão que eu creio inteligente, achou que nós poderíamos exportar assim imposto, porque a concorrência no mundo hoje é muito grande, então o negócio é exportar, exportar a qualquer preço e o Estado aqui depois era compensado pela União naquilo que deixava de receber. Não recebe e o Estado do Rio Grande do Sul, e não é só o Rio Grande do Sul, outros Estados, estão numa situação falimentar, e se tu analisar a conta vai ver que o bilhão que está faltando é esse bilhão que não entra por causa da lei Kandir. É o que o Dr. Paulo chama atenção e que o que eu quero fazer mais ou menos isso com relação a esse assunto, principalmente com relação aos Municípios. E vai quebrar, não vai ter condições, porque é uma verba tão intensa e num valor tão enorme que

não vamos chegar a nada, quer dizer, não vamos chegar a lugar nenhum.

Então eu acho, quer dizer, o que a gente sente, que está aqui nesse projeto, eu acho que essa é a questão mais importante, é o que há em toda a orientação do Governo Federal. E não é desse Governo, é desse Governo, é do Governo anterior, é a prática do Governo Federal, que nós estamos caminhando para cada dia que passa fazer a concentração do Governo Federal. O dinheiro fica nas mãos do Governo Federal, embora o Governo Federal seja o que gaste pior, o que gaste com mais irresponsabilidade, é o que sai mais caro os gastos feitos.

Eu estou vendo agora uma coisa fantástica, quer dizer – é um ato espetacular, é uma notícia da maior importância – a Petrobrás vai fazer os petroleiros da Petrobrás. Invés de importar os petroleiros nós vamos fabricar quarenta petroleiros. Então é uma grande notícia. Vamos ver agora os petroleiros que nós vamos fabricar, vão pagar o dobro do que importava. Quer dizer, é feito aqui, gente nossa, garantida aqui com toda a produção, está saindo o dobro daqueles que nós importávamos. Quer dizer, essa é a realidade do Governo Federal, é a realidade do poder público Federal, é dolorosamente uma triste realidade.

Então esse Governo, a não ser na Constituinte, a não ser na Constituinte quando efetivamente... aumentou um pouquinho para os Municípios, aumentou alguma coisa para os Estados, mas de lá para cá tudo aquilo que foi consentido a nível de vantagem ao Município e ao Governo dos Estados, desapareceu. Porque o Governo faz imoralmente o que fez quando criou o imposto sobre cheque, quer dizer, as verbas são criadas, duplicaram a arrecadação da União, e duplicaram exatamente aquelas arrecadações que não repartem nem com o Estado e nem com o Município. Então é uma situação que é dramática. Qual é o número de Municípios hoje que vivem só da remessa federal, que praticamente não tem nada com que pode sobreviver? Eu vejo isso e me assusto quando eu vejo no Rio Grande do Sul, que é um Estado em que os Municípios sempre tinham uma tradição de projeto, de desenvolvimento e de vantagens, e hoje nós temos uma série enorme de Municípios que vivem numa miserabilidade total.

Então eu acho que o primeiro item a ser analisado, nesse contexto, é de quem vai dar o dinheiro. E é o Governo Federal que está concordando e que está apresentando um projeto, que é importante, eu acho que é o aumento de um ano é importante, não podemos dizer que um ano a mais não é significativo. Olhar para as criança até os quatro, cinco anos, eu acho que nós perdemos muito tempo não olhando. Eu vejo que

até o Brizola, quando criou as escolas dele, espetaculares, ele não olhou para as crianças, quer dizer, ele começou das crianças que começavam no primeiro ano, as creches não eram uma realidade. E hoje o que a gente sente, hoje o que a gente sabe, é que uma criança dos zero aos quatro anos é que forma o cérebro dele, é que forma a capacidade criativa, quem vai ser. Depois ela pode melhorar, pode aperfeiçoar, mas aquele que tem a fome e a miséria deixou... impediu que o cérebro desenvolvesse na criança, nunca mais ela vai recuperar.

Então eu acho que olhar para essas crianças é fundamental, é o que tem de tremendamente importante e eu acho certo que os Municípios, os Estados e a União criem projeto no sentido de dar força total a isso, mas temos que ver a parte financeira. E lamentavelmente aqui, mais uma vez, a tese é uma só – a tese é o dinheiro ficar na União e o Prefeito vem aqui pedir esmola e o Governo Estadual vem aqui pedir esmola. Quer dizer, nós não saímos dessa tese, nós não conseguimos até hoje sair dessa tese, não saíram do Governo Fernando Henrique, não saíram nos governos anteriores, não saiu no Governo Sarney e não saiu no Governo Lula dessa tese, quer dizer, o ganho dinheiro na mão do Governo. Cada Prefeito que quer fazer uma administração razoável, dos quatro anos que ele é Prefeito, pelo menos um ano ele fica esmolando entre a capital da República e a capital do Estado, e o Prefeito e o Governador hoje é uma pessoa que perdeu a credibilidade, não pode levantar a voz, porque ele é um cidadão que vive das migalhas de favores e da caridade por parte do Governo Federal.

O Dr. Paulo e a sua entidade já fizeram dois congressos espetaculares, eu acho que foram os dois maiores congressos de Prefeitos que o Brasil já assistiu, cerca de três, quatro, sei lá quantos mil Prefeitos estiveram presentes, foi um debate sensacional. Eu achei pela primeira vez ao contrário, quer dizer, os Governos anteriores recebiam aqui no Congresso como ante Governo Federal, não iam, não davam bola, não davam satisfação. O Lula, foi ele, o seu Ministro da Fazenda, foi todo mundo, foi uma festa espetacular, aí se comprometeram – “não, agora 1% vai para o Município”, quer dizer, 1% da montanha de dinheiro que a União tem, nós vamos pegar 1% e vamos dar para o Município, e com isso, desse 1% que é 1% da União, significaria equacionar positivamente a questão dos Municípios. Foi resolvido, foi definitivo, foi jurado, foi batido palma, foi cantado o Hino Nacional, beijaram o Lula de tudo quanto era jeito, carregaram no colo e até agora não aconteceu nada.

Quer dizer, até agora foi empurrando para lá, empurrando para cá e não aconteceu nada. Um negócio

que era para ser amanhã. Eu saí lá daquela reunião dizendo – “amanhã está no Congresso o projeto para dar criar e dar 1%”. Então eu acho que é razoável, eu entendo, quer dizer, lá no Rio Grande do Sul a questão que foi colocada, a imprensa colocou, é uma situação muito delicada – de um lado uns Deputados votaram a favor da criação do FUNDEB. Votaram e, graças a Deus, foi fenomenal, foi formidável, tinham que ter votado, não podiam votar contrário.

De outro lado uns Parlamentares votaram contra. E aí foram cobrar as contas e falou – “eu votei contra porque, falando com o Prefeito, ele me disse que quebrar aqui, não vai dar conta”. Então eu quero que seja esclarecida essa matéria e o que estamos fazendo aqui é exatamente isso. A Associação dos Municípios, com a responsabilidade que elas têm, com a importância que têm, nós temos que colocar essa situação dos Municípios e isso eu acho que, senhor Relator, que é da maior importância, quer dizer, nós no Senado temos que fazer aquilo que a Câmara não fez, é colocar aqui a situação dos Municípios e ver o que eles estão dizendo? Estão dizendo que vão quebrar e colocar aqui a representação do Governo Federal.

Eu não voto uma lei para criar uma nova Lei Kandir, quer dizer, votar um negócio, criar um negócio para cada ano nós estivermos aqui, como agora resolveram tirar as emendas dos Deputados e não sei o que, levamos de dezembro até agora para conseguir sobrar tostão daqui, tostão de lá, para botar a Lei Kandir que o Governo Federal, no orçamento para esse ano, não mandou uma verba, não mandou um centavo com relação à Lei Kandir, não mandou um centavo, e agora estão brigando até agora, os Parlamentares, para tentar conseguir um fundo para conseguir fazer frente, dar alguma coisa para compensação da Lei Kandir. Da maneira com que vai ser feita no ano que vem vai ser a mesma coisa com relação a esse fundo, quer dizer, vão ficar pedindo esmola? Eu acho que teria que ser uma coisa clara, o Governo Federal ter coragem de dizer – “vai ser tanto e já assumo o compromisso de que tanto vai estar na lei destinada a isso”. Eu acho que é por aí. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Como S. Ex^a não fez uma pergunta eu considero finalizada a sua exposição. Pela ordem de inscrição, o Senador Jose Jorge estava inscrito antes da Senadora Lúcia Vânia. Eu peço permissão à Senadora Lúcia Vânia e concedo a palavra ao Relator da matéria na Comissão de Justiça, Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Eu agradeço a V. Ex^a, agradeço à Senadora Lúcia Vânia, mesmo porque nós vamos ter a CPI dos Bingos. Eu aqui me divido entre Educação e Ribeirão Preto. São as

minhas duas oficialidades agora. Eu gostaria primeiro de agradecer ao Prefeito, ele levantou uma série de pontos que eu considero polêmicos da emenda, nem todos eu concordo com ele, mas na verdade eu quero dizer a ele que todos esses pontos que ele levantou serão analisados e nós deveremos concluir alguma questão em relação a ele. Eu vou levantar alguns pontos aqui para, de certa maneira, o Prefeito pudesse complementar, eu agradeço também ao outro Prefeito e, infelizmente, eu não assisti a parte do Senador Cristovam, mas nós estamos juntos aqui, nos formamos juntos praticamente, nos desconhecemos há mais de quarenta anos, então o que ele pensa eu sei tão bem quanto ele mesmo [risos].

Não sei o que ele pensa, não evidentemente que eu quero dizer que sei mais ou menos que ele. Eu estou apenas dizendo que eu ouço muito os seus discursos, nós estamos nas mesmas Comissões e... [tumulto]... lá de Pernambuco. Nós formamos juntos praticamente. Ele se formou em 68 e eu em 67, os dois em Engenharia Mecânica, na mesma Faculdade, então a gente andava sempre junto. Bom, a primeira questão é em relação à lei. Realmente essa Emenda Constitucional, ela prevê uma Lei de Regulamentação. E como muita coisa ficou para a lei, pelo menos até agora têm muitas coisas que foram colocadas na lei, mesmo porque, aqui, por exemplo, tudo aquilo que está em disputa, a gente disse – “não, vamos deixar para a lei”. Aí vai passando tudo para a lei e aí, no fim, a lei vai ser uma lei muito difícil de aprovar.

Por outro lado também a lei, ela mexe também com as finanças estaduais e municipais. Então, na verdade, uma primeira questão a verificar é se a lei era para ser uma Lei Comum ou uma Lei Complementar, enquanto o Prefeito falou e que eu também tenho as minhas dúvidas e nós devemos tentar analisar isso para dar estabilidade àquelas regras que a lei incluir, porque principalmente essa questão do coeficiente, essa vai ser a grande divergência que são os coeficientes, porque o coeficiente que valer para Ensino Fundamental, para o Ensino Médio, para a Educação Infantil e para a creche, é esse o principal fator da distribuição dos recursos. E nós temos que garantir essa discussão entre um fundo ou mais fundos. Realmente é uma discussão pertinente eu acho também. Por que? Porque nós temos que garantir de alguma maneira, sendo com um fundo só ou três fundos, nós temos que garantir que os recursos municipais alocados no tal fundo, se for um só, eles sejam aplicados ou no ensino fundamental médio, ou no Ensino Fundamental ou na Educação Infantil, e vice-versa para os do Estado, que devem ser aplicados ou no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio, de tal maneira que a gente possa garantir que

não vai haver uma drenagem de recursos de um nível estatal, vamos supor, um de nível de Estado, Município, Estado principalmente, para outro que não seja para a sua responsabilidade em nível educacional. Então eu acho que o Prefeito tem razão nessa preocupação e ela já está anotada, já existia inclusive.

Em relação à questão da garantia do Ensino Fundamental, uma pergunta que eu queria fazer ao Prefeito, é o seguinte – na verdade a emenda tem um artigo que diz lá, um dos últimos artigos, que diz o seguinte – que na realidade fica garantido o mínimo... o médio aplicado para o Ensino Fundamental. Agora isso é uma garantia muito pequena. Por quê? Porque a maioria dos Estados e Municípios, eles não aplicam o mínimo. Têm Estados que aplicam mais do que o mínimo. A maioria do Sul, Sudeste, etc., não aplicam o mínimo, mesmo porque o FUNDEF, atualmente, na prática ele só está transferindo recursos para dois Estados, que é Pará e Maranhão. Dois outros recebem uma ninharia e o restante não recebem nada. Portanto, eles aplicam mais que o mínimo. E é preciso que nós demos uma garantia porque, no Ensino Fundamental, dentro da preocupação que o Prefeito disse, se tenha a garantia de que, pelo menos, o Ensino Fundamental receba, em cada Estado e Município, aquilo que ele já vinha recebendo e, evidentemente, tem que encontrar alguma forma de correção, se não, daqui há catorze anos, não há esse dinheiro. Eu então gostaria de ouvir a opinião do Prefeito sobre isso.

Em terceiro, é essa questão da implementação. O sistema que foi colocado para implementação desse fundo, ele é um pouco, no mínimo, confuso, porque o fundo, ele vai ser incrementado, tanto no ponto de vista de recursos quanto no ponto de vista do número de alunos que... porque esse fundo, para aqueles, vamos supor, principalmente os telespectadores da TV Senado que estão nos ouvindo, no fundo entra dinheiro de acordo com as receitas dos Estados e Municípios e sai de acordo com o número de alunos. Então, na verdade, houve uma estrutura que pouco a pouco vai entrando mais dinheiro, porque o percentual do FUNDEF de Estados e Municípios era de 15%, aumentou para 20% e aumentaram alguns impostos, que não eram incluídos no FUNDEF, que como o Prefeito explicou não são impostos de monta, mas aumentou, o que vai fazer com que, na realidade, vai aparecer um pouco mais de recursos. Bom, então o que se fez? Se colocou esse recurso entrando paulatinamente. Entraram mais ou menos 25% a mais em cada ano e também os alunos entraram 25% a mais. Ora, então o que vai acontecer? Como os Estados e Municípios já têm os alunos, então no primeiro, segundo, terceiro, quarto ano, os Estados e Municípios vão ficar com

a seguinte situação – tem aluno que ele paga pelo fundo e tem aluno que ele não paga pelo fundo. Essa é uma situação assim complicada e que eu não vejo assim maiores vantagens. E outra coisa – para daqui há cinco anos.

Ora, aqui no Brasil, não estamos na Suécia e nem na Holanda, em que cinco anos é como se fosse seis meses aqui. Cinco anos aqui é muito tempo, quer dizer, ninguém sabe o que vai acontecer daqui há cinco anos. Por exemplo, o Governo, o Presidente Lula, ele está no seu quarto ano e mesmo que ele seja reeleito – que eu espero que não seja -, mas mesmo que ele seja reeleito ele terá só mais quatro anos, e o fundo só será implantado daqui a cinco anos nessa velocidade e de uma maneira um pouco complexa. Então eu gostaria de saber a opinião do Prefeito se não é melhor se nós implantássemos esse fundo já de uma vez com os alunos que já estão na rede, mesmo que nós tivéssemos um prazo maior para começar, digamos assim.

Em relação à questão de um ou mais fundos eu também concordo com o Prefeito, até eu, inclusive, antes de ser Relator, eu era a favor de mais de um fundo. Agora, como Relator, evidentemente a minha posição fica mais neutra, porque eu tenho que ouvir, esse projeto já veio da Câmara, etc. e etc.. Mas eu acho que nós temos que criar pelo menos alguns mecanismos, como eu já expliquei, que mesmo que seja um fundo só ele projeta a colocação específica de cada um dos níveis. Em relação à questão de recursos, na verdade os Municípios, eles são obrigados a aplicar 25% dos recursos em Educação, dos quais atualmente eles colocam 15% no FUNDEF e 10% eles podem aplicar, ou de acordo com a LDB, eles podem aplicar ou no FUNDEF ou na Educação Infantil ou no Ensino Fundamental. Essa é a regra atual, e o Plano Nacional de Educação pede que esse 10% seja aplicado na Educação Infantil. Na realidade ele, agora, vai aplicar 20% no FUNDEF. Portanto, vão sobrar 5% para que as Prefeituras possam aplicar em Educação.

Na realidade eu gostaria de saber a opinião do Prefeito sobre esses 5%, como é que eles... as Prefeituras acham que eles possam ser melhor utilizados? Então eu diria, Sr. Presidente, que na realidade o Prefeito trouxe uma série de abordagens que nós vamos analisar, e ele pode ficar tranquilo que apesar das pressões na realidade para que a coisa seja feita o mais rápido possível – agora mesmo a líder veio falar comigo, querendo, mas eu, na realidade, tenho o desejo de fazer o mais rápido possível, mas evidentemente que eu vou ter que conversar com os líderes, com os outros Senadores, etc., para que possamos dar uma solução que possa ser aprovada, mas que

seja uma solução boa para o País. Infelizmente esse FUNDEB, ele é muito mais complicado que o FUNDEF. Eu fui Relator do FUNDEF, e o FUNDEF, nós tivemos muitas dificuldades para aprovar também – inclusive na época o PT votou contra o FUNDEF, todo mundo sabe disso, como quase votaram contra a Constituição, nós somos uma oposição mais *soft*, mas na realidade ele votou contra o FUNDEF, nós tivemos dificuldades, era uma Emenda Constitucional, mas ele é mais simples que o FUNDEB, porque é um nível só de ensino, é a responsabilidade dos três níveis de Estado, quer dizer, esse é muito mais complexo e aparentemente na Câmara, como o Prefeito disse, com essa confusão que está havendo na Câmara, as coisas na Câmara nunca estão sendo muito bem elaboradas. Infelizmente. Eu fui Deputado dezesseis anos, me orgulho muito, mas eu acho que com a complicação que esta lá os detalhes não estão sendo vistos. Até dou um exemplo da Emenda da Verticalização, que aqui no Senado quando foi aprovado, foi em 2002, aí saiu – “ela vale para a eleição de 2002”. Pois não é que na Câmara aprovaram a emenda dizendo – “vale para a eleição de 2002”. Ontem, o mês passado, para o senhor ver como que as coisas estão. Então são coisas que não se prestam muita atenção nos detalhes. Então acontecem muitas questões como essas no FUNDEB e nós aqui temos a obrigação de examinar. Então eram essas as questões que eu levantaria para o Prefeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Com a palavra, para as suas respostas, o Dr. Paulo Roberto Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios.

SR. PAULO ROBERTO ZIULKOSKI – Apenas tentando ser breve, embora que não tenha feita pergunta a Senadora Cleide, a forma que ela nos colocou nos pareceu assim que nós deveríamos então, com o devido respeito, extinguir a LDB ou parte da LDB e da própria Constituição, porque exatamente o que faz a LDB e a Constituição é definir competências. Então por isso que tem que haver essa forma de construção de financiamento. Como é que nós vamos misturar tudo num fundo só quando o Brasil é uma Federação, o Município tem autonomia, pela sua Carta Constitucional em vigor, tem que ser respeitado como os Estados e a União, mas tem que ser construído de uma forma harmônica. Então me parece assim, com o devido respeito, um equívoco. Eu acho que pelo contrário – falta no Brasil é regular o art. 23 da Constituição que são aqueles que definem realmente as competências e cada um cumprir com as suas competências. Porque hoje estoura tudo nos Prefeitos porque os outros Entes não cumprem aqueles que são as suas competências.

Eu vou tentar ser rápido aqui, ilustre Relator. A questão da regulamentação, da Lei de Regulamentação, exatamente isso é o que mais nos preocupa. Se a Constituição hoje, no FUNDEF, determina que o Governo, por exemplo, tenha que repassar a média nacional, está lá na Lei 9424, e não cumpre, como é que nós vamos agora ficar tudo remetendo tudo para uma Lei Ordinária? Isso é outra coisa que tem que chamar a atenção. A Constituição normalmente é regulada por Lei Complementar. E aí o quorum é um. Isso é importante para nós, que fosse por Lei Complementar, porque o quorum seria mais qualificado, não seria tão fácil, e sempre o Executivo tem a sua base de sustentação. Nos temos que saber que isso foi, é e provavelmente será assim. Então é mais simples aprovar uma Lei Ordinária, de acordo com os interesses de quem está eventualmente no Governo, do que uma Lei Complementar que qualifica mais.

Então nós entenderíamos que deveria ser por Lei Complementar. E também não tudo para a Lei Complementar. Tem que ficar já na Constituição muitas garantias, porque a prática da história nos remete para uma situação de quase insustentabilidade em função do não cumprimento por parte da União daquilo que fica determinado na lei. Então eu acho que é uma questão que tem que ser ponderada. Bom, a garantia do mínimo fundamental. O senhor coloca, como nós tínhamos levantado, exatamente a gente percebe que o Relator está muito preocupado e nós também. Porque só com três fundos é que nós vamos poder garantir, três ou quatro, porque com um fundo só não tem como garantir, porque vai ter peso na lei depois, na Lei Complementar ou Ordinária, vão ter os pesos, e se tem muito mais crianças ou jovens entrando no Ensino Médio ou até na Pré-Escola, no Ensino Infantil, mesmo que o peso seja menor, o que não estamos concordando, mas vai migrar recursos para essas duas outras áreas. Uma é competência do Governo Estadual e outra do Município, e vai enfraquecer a base, aonde vai incidir o percentual do Ensino Fundamental. Então não tem como garantir num Fundo Único, valor. Pode botar o peso um hoje, mas vai depender, como tudo é um fundo só, vai depender do número de alunos que vão estar sendo redistribuídos por esse fundo.

Assim, sucintamente aqui, conversando. Então eu acho que é fundamental também. Quanto à questão da implementação, realmente é confuso, o senhor colocou, e para nós também em parte é. Quer dizer, nós temos que... queremos dizer que por parte pelo menos aqui, lógico que eu não consultei toda a liderança, mas poderia dizer, que para nós não teria maiores problemas a implementação imediata do FUNDEB. Eu acho que não teria grandes impactos já que nós esta-

mos arcando com isso daí. Agora teria apenas que ter talvez, como foi o FUNDEF, aí um ano para poder as estruturas se adequarem a essa nova situação, mas não precisa esse prazo tão longo assim de vir incrementando valores por parte da União. Os Municípios até fariam mais esse esforço, eu acredito, para tentar viabilizar essa situação. Agora logicamente que eu não consultei todos os Presidentes ou os Prefeitos, mas poderia, antecipadamente, dizer que nós concordáramos com essa situação.

Quanto à questão dos 20%, Senador, realmente é preocupante, porque hoje a Emenda Constitucional 29 determina 15% para a saúde, 20% para o FUNDEB, no caso se aprovado, parcelamento das dívidas, 7% ou 8% para a Câmara, 1% para o PASEP, parcelamento de dívidas da previdência. Nós não temos mais...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – É para um computador de Secretário de Finanças.

SR. PAULO ROBERTO ZIULKOSKI – Exatamente. Então Senador, fica difícil. Eu acho que tem que ter programas, eu concordo com o Senador Cristovam, que foi muito feliz nas suas colocações, não é só dinheiro, e nós Municípios é que temos condições de provar que não é só dinheiro, porque o que nós temos feito são verdadeiros milagres para poder implementar essas questões todas. O dinheiro é importante, mas se não tiver sido acompanhados de uma série de outras condutas, inclusive o controle popular dos Conselhos que tem que efetivamente existir de uma maneira mais efetiva, mas isso é difícil.

Agora eu diria, Senador, que esses 5% tem um pouquinho de margem maior, porque não está aqui no FUNDEB a arrecadação própria dos Municípios e alguns outros recursos que eventualmente ao programa são transferidos. Isso teria um pouquinho mais de margem ainda porque entraria... se sabe que o ISS, o IPTU e o ITBI, que são os impostos que nós cobramos, mas também seria bom salientar para os Senadores o seguinte – da carga tributária nacional que é 37% hoje, 36%, já num PIB aí de dois trilhões de reais, se aproxima disso daí, quer dizer, quanto que os Municípios cobram, qual é a sua autonomia? É 4,5% só. Nós só temos autonomia de cobrar 4,5%. A média mundial é 17%, mas a construção nacional nos possibilita só cobrar 4,5%, e se os senhores desdobrarem esses 4,5%, os senhores vão ver que quatro cidades do Brasil, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Curitiba, arrecadam quase 40% do total dos cinco mil quinhentos e sessenta e dois Municípios, e se pegar as seis cidades seguintes nós vamos chegar a 97% da arrecadação nacional própria nessas seis cidades, e cinco mil e quinhentos Municípios arrecadam 2% ou 3%, porque não tem base de cobrança. São Municípios

de predominância rural, e o senhor é do Nordeste e conhece mais do que todos nós essa realidade, então nós não temos autonomia de cobrar.

Então isso é outra questão que não veio à baila na discussão do FUNDEB. Estão colocando o ITR e o FPM, que é a maior arrecadação dos Municípios médios e pequenos, não que não tem como arrecadar, e estão deixando fora grandes arrecadações de grandes cidades. Por isso que houve, na construção do FUNDEB, inicialmente, numa instância que foi formada dentro do Ministério da Educação, onde através de um Decreto foram lá convocados ou fazem parte do Conselho lá o Movimento Sem Terra, os Trabalhadores na Educação e a UNDINI. Quer dizer, tudo bem, eu acho que o Governo optou, é legítimo, não estou contestando. Eu só estou mostrando que nós, os Prefeitos, estamos em outra discussão também, e aí entra aquela questão de quem está dando depoimento. E há decisões políticas no meio de tudo isso aí, muito política que nos surpreende muito, porque isso é um projeto de catorze anos. Então essa é questão assim, sucintamente, eu não sei se respondemos, mas gostaríamos de colocar. E o valor mínimo nacional não garante o volume de recursos para o Ensino Fundamental.

Então eu acho que isso é importante lembrar. E para garantir o montante dos recursos fundamental só é possível com três ou quatro fundos. Então, como nós estamos insistindo nos três ou quatro fundos, é que aí é uma intuição e uma posição política mais nossa assim, não é nada... com o devido respeito a todos. Nós entendemos que o FUNDEB, desde o início, ele vem sendo construído com um apoio muito forte dos Governos Estaduais e de algumas grandes cidades, junto com o Governo Federal. Nós precisamos olhar o Brasil em seu conjunto, independente dessa visão. Então é isso que brevemente queríamos responder.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – A Presidência consulta o Senador José Jorge se ele tem alguma outra pergunta a fazer.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Não, eu acho que o Prefeito esclareceu e os demais pontos que ele falou serão levados em conta. Eu agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O Senador Cristovam Buarque, se tiver alguma resposta para o Senador José Jorge, por favor.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu queria, sobre a colocação da Senadora Cleide, lembrar o seguinte – eu estou de acordo que não devemos quebrar a formação de uma pessoa ao longo da sua vida. Ela tem que ser vista de uma maneira integral, mas politicamente há uma segmentação das

pessoas. Começa essa segmentação das crianças filhas de classe média e rica que estão na escola pública e tem uma formação diferente. Em segundo tem sim uma segmentação de acordo com o poder político de cada grupo. A Universidade, por exemplo, ela consegue mais recursos não apenas porque ela precisa mais, porque precisa, é o ensino mais difícil, mas porque tem dez, quinze sindicatos mobilizados, usam gravatas, entram no Gabinete dos Ministros, conseguem audiência. O Ensino Básico não consegue essa força e, dentro do Ensino Básico, o Ensino Médio pode ter mais força do que o Ensino Fundamental na hora de apropriar-se desses recursos, e isso fará com que a gente termine desprezando o Ensino Fundamental.

Na verdade, a gente deveria começar até pelas crianças logo, garantir primeiro as crianças. A Senadora Heloísa Helena, pelo menos nas conversas com ela, ela usa uma expressão que eu acho muito bonita e interessante, ela diz – “é preciso que o Governo adote uma geração de crianças”. É bonito isso. Se o Governo adotasse uma geração de crianças, não precisava adotar a seguinte, porque a seguinte estaria emancipada. Então esse é um ponto. O outro é sobre o prazo. Eu quero dizer que eu concordo plenamente que a gente não pode demorar na aprovação. Então, vamos marcar um prazo para aprovar isso. A senhora disse março, pode ser março, seja 15 de abril, que seja. Agora vamos trabalhar duro nesse período para fazer os aperfeiçoamentos que forem necessários. E finalmente sobre isso, da espera, eu quero dizer – da mesma maneira que não podemos deixar as mães [soa a campainha] e as crianças esperando a aprovação dessa Lei, o Governo deveria antecipar os quatro bilhões e meio para já, ao invés de jogar para 2010, porque as crianças e as mães não podem ficar esperando esse dinheiro. Ou então, ir mais longe – eu apresentei uma das Emendas criando uma subvinculação de 2% dos impostos até 2022, que é o Segundo Centenário da Independência.

Se a gente reservasse esse dinheiro daria 5,3 bilhões, que iria para um fundo. Eu até imaginei o “Fundo Independência”, porque é nesse dia que a gente vai estar independente realmente, porque a independência não é feita por Soldados, nem Marechais, é feita por Professores e Mestres. Não é feito na rua gritando “Independência ou Morte”, é feito dentro das escolas, dando dever de casa para os meninos. Então se a gente se juntasse... agora não pode ser uma coisa só do Governo, tem que ser uma coisa com o apoio de todos, inclusive da oposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – A próxima Senadora inscrita é a Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VALE (PSDB-GO) – Sr. Presidente, senhores...

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Senadora Fátima Cleide se reinscreve, Senadora Lúcia Vânia com a palavra.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu gostaria de cumprimentar os expositores e dizer da nossa satisfação em recebê-los aqui. Embora eu não tenha assistido a exposição do Dr. Paulo Ziulkoski, eu concordo com o que foi levantado aqui, através do Relator Geral, com suas posições, como também concordo com a exposição do Senador Cristovam Buarque, que eu ouvi aqui, aliás eu acho que o seu ponto de vista em relação a análise, ao diagnóstico da situação foi uma coisa fantástica, aliás não é de agora isso, ele vem defendendo isso com muita veemência e com muita propriedade, porque é uma pessoa que tem não só os conceitos adequados como também a prática, que eu acho que isso é fundamental e ele é sempre muito ouvido por todos nós que defendemos a área social pela sua competência, pela sua seriedade e responsabilidade. Mas eu gostaria de colocar aqui os pontos com os quais também nós nos deparamos, não só através da matéria encaminhada para o Governo, como também os estudos feitos pela Confederação Nacional dos Municípios, que por sinal é um estudo maravilhoso, que nós não tivemos inclusive condições de levantar esses dados aqui na consultoria e V. S^a colaborou muito com a gente porque pudemos ter acesso a alguns dados que a gente questionava muito. Embora entendamos que a amostra seja uma amostra relativamente pequena, a gente gostaria de ter uma amostra um pouco mais robusta. Nos preocupa também a questão que foi colocada aqui, fontes de recursos. A gente não percebe, não sabe, e eu lido com orçamento e me estranha, porque no Projeto de Lei [soa a campainha] está lá a destinação do Governo de dois bilhões de reais, e no orçamento que foi votado ontem, a disponibilidade são quinhentos milhões de reais. Então isso é uma preocupação.

Foi colocada aqui pelo Senador Pedro Simon a questão da Lei Kandir, que todo ano temos que sair com o pires na mão, e me parece que o projeto tem uma intenção e a realidade vista, dentro do orçamento, é outra. Então é preciso... eu chamaria a atenção do Relator, eu estou com ele aqui todo dia, para que ele ligasse o projeto ao orçamento que foi votado ontem à noite, porque há uma discrepância aí inteira que a gente não consegue entender. Mesmo porque a Lei Orçamentária encaminhada ao Governo veio sem provisões de recursos para a Lei Kandir, para o reajuste da tabela de Imposto de Renda de 8%, para o salário mínimo de trezentos cinquenta, porque a matéria en-

caminhada... a Lei Orçamentária encaminhada pelo Governo foi de trezentos e vinte e um, e a Lei Kandir também veio sem provisão e também o FUNDEF... o FUNDEB, sem provisão.

O Relator, com todo esforço, teve que buscar uma receita de quinze bilhões de reais. E depois a gente assiste a imprensa e mesmo alguns setores do Governo dizer que nós estamos inventando receita, porque na verdade o que se mandou para cá é uma receita irreal, impossível. São projetos, programas que estamos votando aqui e que, de fato, quando a gente vai analisar o orçamento, eles não correspondem aos projetos e às intenções colocadas pela divulgação, pelo marketing.

O segundo aspecto que eu colocaria é a defesa dos três fundos. Eu acho que isso é fundamental, já colocamos aqui em outras Audiências Públicas, eu acho que a demanda pelo Ensino Fundamental, aliás, pelo Ensino Médio e a creche é uma demanda muito forte, ela vai prejudicar se ficar dessa forma, mesmo com a emenda que foi colocada na Câmara pela Professora Raquel Teixeira, que é uma Emenda que ela representa em nome do PSDB, mas eu acho até que alivia um pouco, mas eu acho que não é suficiente porque nós não temos um piso único para cada modalidade. Eu acho que isso foi muito bem colocado, tanto pelo Doutor Ziulkoski como pelo Professor Cristovam Buarque. Também me chamou a atenção um estudo da Confederação o peso por modalidade, que foi colocado que é um peso 1, enquanto o Governo se apresenta com um peso 0,6, e um estudo da Confederação mostra um valor muito além das creches e um valor também muito além do que o Governo previu para o ensino especial. São duas coisas, dois gargalos muito importantes.

Outra coisa que a gente sente é a questão da responsabilização, porque foi colocado aqui as obrigações do Governo Federal de fazer o repasse e que até hoje, mesmo com o FUNDEF, não foi repassado. Eu acho que a gente não tem que ficar criticando o passado, é olhar para o futuro e, por isso mesmo, nós fizemos uma Emenda responsabilizando as autoridades que não cumprirem o projeto baseado no art. 85, incisos V e VII da Constituição Federal, que exige essa responsabilização. Então eu concordo perfeitamente também com o Senador Cristovam quando ele coloca a questão da Lei de Responsabilidade Educacional. Eu sou autora hoje aqui de um projeto de Lei de Responsabilidade Social que envolve não só a Educação, como a saúde, a assistência, enfim, toda a área social com metas definidas e um índice regional, um índice para medir os tetos, as metas que queremos atingir e podemos atingir de acordo com a possibilidade de

cada Município, possibilidade de desenvolvimento de cada Município.

Eu acho que essa lei é extremamente importante e ela vem a ajudar a penalizar, a ter argumentos e dados para penalizar as autoridades que não cumprem o projeto. Para isso eu apresentei uma Emenda penalizando, eu quero trabalhar para que ela seja atendida, porque ela vem em resposta à nossa preocupação. Apresentei outras Emendas também no sentido de definir melhor o que sejam trabalhadores da Educação. Eu acho que não está muito claro, eu acho que as definições de cada atribuição tem que ser muito clara para que a gente possa ter condições de cobrar. Por fim, eu gostaria de colocar aqui a questão colocada aqui pela Senadora Fátima Cleide da urgência do projeto. Eu concordo que esse projeto não é um projeto para ficar indefinidamente debatendo. Eu sei que nós estamos um pouco exigentes, enfim, em esmiuçar esse projeto em função de que é um projeto complexo, como foi colocado aqui pelo Relator, e que demanda uma discussão mais profunda, mas eu acho que também essa discussão tem que ter um limite de tempo, não pode ser indefinida.

E outra questão que eu gostaria de colocar é a questão da creche, já também levantada aqui pela Senadora Fátima Cleide e pelo Senador Pedro Simon, que a gente entende a importância dessa modalidade de Educação e principalmente a importância dela estar vinculada à Educação, para deixar que as creches sejam aquele depósito sem nenhuma preocupação pedagógica, então é fundamental que ela seja implantada, mas concordo de que nada adianta simplesmente nós fazermos um discurso bonito, que a criança precisa de uma alimentação adequada de zero a dois anos, porque do contrário ela estará um comprometimento cognitivo a partir daí, não adianta o discurso se não tem o recurso.

E eu gostaria, então, de perguntar ao Presidente da Confederação dos Municípios, que na hipótese dos três fundos separados, haveria possibilidade, quantos Municípios teriam possibilidade de implementar as creches com o apoio desse projeto, do valor estabelecido nesse projeto, pelo Governo Federal? Se todos teriam, se haveria necessidade de uma complementação maior do que aquela proposta, que eu acredito que seja, porque eu fiz um estudo... eu analisei o estudo, enquanto o Governo está trabalhando com um valor bem abaixo, num valor aí eu não me lembro bem a média do Governo, mas eu me lembro que os Municípios estão trabalhando com per capita aí na ordem de dois mil e alguma coisa, que eu acho também um pouco elevado, mas eu gostaria de uma explica-

ção em relação às creches, especificamente. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Dr. Paulo Roberto Ziulkoski, para a resposta.

SR. PAULO ROBERTO ZIULKOSKI – Senadora, eu vou tentar ser breve. A pergunta das creches ela é muito complexa de responder assim de imediato. Nós teríamos que avaliar melhor, até para não cometer uma irregularidade ou uma análise equivocada. Mas eu diria, a princípio, que a questão da creche, a senhora como cidadã, como Senadora, sabe bem o que é que custa uma criança na creche. Não tem limite esse custo, aí é que está, não teríamos assim como dizer qual o mínimo, mas no momento, vamos dizer, vamos pegar a PEC que foi aprovada no Senado tornando obrigatório e gratuito e público as creches. Aí pela LDB a competência prioritária é nossa, que é o Ensino Infantil. Aí nós perguntaríamos – com o valor que está sendo discutido nós teríamos condições de implementar as creches? Nós temos hoje, não chega a um milhão de crianças em creches, se não me engano ali, que é um número que nós apontamos, e a demanda é muito grande.

E o problema todo que nós temos é o seguinte – nós não estamos nos furtando, e queremos ser parceiros, para implementar exatamente, adotar e partir para efetivamente colocar a creche em todo o País. Agora quanto precisaria para isso? O estudo que nós fizemos, foi uma Universidade Federal que fez, e fez amostragem em todo o Brasil. É lógico que ela é uma amostragem pequena, mas talvez seja a única. Eu não vi nenhuma outra, nem do Ministério ou qualquer Órgão que nos dissesse. É um estudo feito por uma Universidade, com o mínimo de parte científica na apuração e são dados reais, são mais de duzentas escolas avaliadas, tem em várias partes do País. Então ali mostra que o custo com uma criança é 42% maior do que o Ensino Médio, o custo para manter. Agora nas transparências do Ministro Palocci aparece lá que na lei depois, que tudo está sendo na nova lei, e aí quando nós afirmamos isso e alguém no contesta o próprio Ministério diz – onde está isso? O Ministro diz que o peso 0,6 para a creche e 1,2 para o Ensino Médio, quando teria que ser o inverso na nossa avaliação. Então isso tem que ser discutido e avaliado.

Agora [soa a campanha] toda a questão no Brasil que se para é uma questão de fiscalização. O FUNDEF atual não é cumprido, a União não cumpre e eu não vi ninguém preso, nem condenado e nem processado. Agora o Prefeito lá do interior do Piauí, que eventualmente pegou e não gastou 60% no Professor, gastou 55%, mas os outros 5% foi para a merenda,

a CGU vai lá, levanta e coloca na Internet e diz, através de um sorteio de bingo que eles fazem, e diz que o Município descumpriu o FUNDEF. Isso é que eles têm feito na prática. Agora os trinta e cinco bilhões do FUNDEF, isto não é notícia, isso não é para fiscalizar. Aliás o mensalão está mostrando tudo isso aí. Com o devido respeito, eu acho que a CGU cumpre um papel, mas por que é que isso tudo isso não veio e não foi fiscalizado? No Município tem um controle interno, o Prefeito sofre um controle interno. A CGU é controle interno de quem? Da União, pela Constituição está ali. Tem que fiscalizar os recursos, mas tem que fiscalizar tudo. E esse dinheiro é um grande engano, esse dinheiro é de Estado e Município. A União botou trezentos milhões, mas nós botamos trinta e dois milhões. Quer dizer, propaganda enganosa do Governo dizer que o FUNDEF é dinheiro da União. Isso está em tudo que é jornal. Quer dizer, os Prefeitos estão constantemente colocados nisso. Agora a creche passa a ser obrigatória. O Senador Cristovam, a gente sabe o que é que move o Senador, espírito mais nobre em tentar colocar, agora nós temos que saber o dia-a-dia, o cotidiano do Prefeito. Eu fui Prefeito de um pequeno Município, inclusive eu recebi uma carta do então Ministro da Educação, eu devo dizer que para nós foi uma alegria, cento e vinte e três Municípios no Brasil estavam com 100% das crianças na escola, e o meu Município era um dos cento e vinte três. Eu recebi uma carta na época do Ministro. Nós podemos fazer isso, não sou mais que ninguém, mas estamos fazendo a nossa parte, combatendo a evasão escolar.

Agora, o problema no Brasil é de fiscalização. Esse é o grande problema. A lei existe é não é cumprida. No pequeno é fácil cumprir, no negro, nas minorias, no Município, agora na Federação não é cumprida. Não precisa ser cumprida. Quantos Governadores e ex-Governadores têm processos no STJ? Quem é que é processado? Agora quem indica Procuradores Gerais, quem indica Ministros do Supremo, quem indica tudo? Agora o Prefeito tem o direito de escolher o Promotor? E nem queremos, por isso é que nós somos mais fiscalizados, e queremos ser fiscalizados. Por isso que os Municípios são os que melhor gestam esse País e por isso que nós queremos assumir também. Agora o Promotor, não tem nenhuma dúvida, alguém vai instar o Promotor e ele vai dizer – “busca aquela criança de cinco meses e coloca na creche”. Ou alguém tem dúvida que não vai exigir que em três horas, aquela criança que está com fome, com qualquer coisa, que o Prefeito vai ter que cumprir isso? Agora isso é feito com o Governador, com o Ministro, com alguém? Não é feito. Então

nós queremos assumir, mas queremos o recurso. E vamos construir.

Agora, hoje é preciso dizer que não há condições mínimas de colocar imediatamente isso. Tem que ter um projeto a longo prazo, como disse o Senador Cristovam, para poder colocar, e queremos saber os valores. E não adianta colocar para a lei, porque a lei depois... vem o rolo do Governo que estiver aí no dia, eu não sei se vai ser esse ou se vai ser outro que vai entrar, talvez o outro que entra seja pior ainda do que esse que está aí nesse sentido, quer dizer, isso a história nos mostra como que é feito esses rolos, esses rolos assim no sentido compressores de aprovar o que está aqui dentro. O Senado está discutindo o FUNDED há quanto tempo? Há um mês? Quer dizer, será que está atrasado, tem que votar amanhã, não tem que ser melhor avaliado? Tem que ser por que tão rápido assim se nem o dinheiro está lá no orçamento como a V. S^a coloca? Onde é que está o dinheiro para o ano que vem? Não tem de novo. Se entrar em vigor o FUNDEB tem lá quinhentos milhões. Aonde é que está o resto? Então nós não teríamos, a princípio, como assumir as creches no momento, a não ser que se crie esse direito, essa obrigação, mas se diga o prazo e a forma de onde vai vir o dinheiro.

Eu não tenho nenhuma dúvida que muitos que estão numa posição hoje daqui há um ano talvez estejam em outra posição em função de uma lei que está sendo votada aqui no Senado, pelo menos, de uma maneira eu diria quase que açodada, com o devido respeito. Eu acho que os Senadores têm que ter mais tempo e discutir melhor o projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Complementando aqui, se a Senadora, me permite, essa interferência hoje dos Procuradores e Juízes está muito mais pesada. Há pouco tempo, no Espírito Santo, o Estado tinha um convênio com a Prefeitura de pagar os merendeiros, as merendeiras das escolas.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – As merendeiras na maioria.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – As merendeiras, as que fazem a refeição escolar. Pois bem, então elas eram de escolas estaduais, mas a Prefeitura fez lá um convênio que o Estado repassava o recurso para o Município e o Município fazia o pagamento. O Estado ficou três meses sem repassar o recurso. E o Prefeito, sem o recurso para pagar as merendeiras. O Prefeito consultou o Tribunal de Contas se ele podia, com recursos da Prefeitura, pagar. Não podia, o Tribunal de Contas respondeu a ele que não. O Procurador entrou contra o Prefeito e determinou que pagasse em vinte e quatro horas. O

Prefeito estava impedido pelo Tribunal de Contas de pagar. O Juiz decretou a prisão do Prefeito e eu tive que ficar com ele escondido aqui cinco dias para poder levantar. Quer dizer, se ele pagasse o Tribunal de Contas o pegava. Se ele não pagasse, o Juiz o prendia. Então é muito difícil ser Prefeito numa condição dessas. Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu gostaria de dizer que eu acho... eu concordo com o professor Cristovam quando ele coloca a necessidade do País adotar uma geração de crianças, principalmente nessa faixa de zero a dois anos. Isso é fundamental. Não adianta eu colocar no papel bonito o que tem que fazer se não tem o recurso. E é muito triste a gente ver um orçamento que destina um bilhão de reais para eventos turísticos e deixa de... de... qualquer Emenda relativa à criança e adolescente, se a gente ganha um milhão, já é uma quista enorme. Então não que eu desmereço o turismo. Eu acho que é importante, mas eu acho que a gente tem que ter prioridades, e a Educação das crianças eu acho que é fundamental para que esse País possa realmente ser um País mais justo. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Em primeiro lugar eu quero colocar aqui a minha concordância plena com a Senadora Lúcia Vânia. Nós temos sido “sofressoras” juntas, né, nessa questão de buscar mais recursos para as ações que dizem respeito aos cuidados das nossas crianças e adolescentes, e é realmente lamentável a gente ver que geralmente as ações que visam grandes obras levam dez, quinze vezes mais recursos do que a grande obra, que é cuidar da criança e do que ela necessita.

Mas eu gostaria de falar, Senador Cristovam, eu concordo com o senhor, posso ter me expressado mal, mas a segmentação prevista na LDB, ela diz respeito às competências com relação aos níveis de ensino. Mas eu continuo achando que o Fundo Único, ele é uma possibilidade muito grande de articular melhor a gestão dos recursos nos diversos níveis, porque, tudo bem, há a competência entre os níveis, de repente um Estado tem mais alunos matriculados no Ensino Médio, haverá uma tendência para esse recurso ir para lá, mas se esse dinheiro tiver compartimentalizado, vai ficar mais difícil ainda, porque você pode ter muito dinheiro para o Ensino Médio e não ter nada para a creche, entendeu, e vai ficar desse jeito, então, porque não vão vai vir de lá para cá, e se você tem um único fundo, quem vai decidir para aonde que vai o recurso, conforme a diferenciação, a necessidade, é o gestor. São os sistemas que estão ali. Eu acho que essa arti-

culação, ela fica muito melhor, a possibilidade é muito maior com o Fundo Único.

E com relação à questão do tempo, eu não sei se é porque... nós que discutimos financiamento da Educação há muito tempo, nós já acumulamos bastante [soa a campainha], talvez seja essa a diferença e aí vai de cada um, né Senador Cristovam, depende da área de atuação, mas a gente que está há muitos anos discutindo financiamento da Educação, eu creio que seja natural que a gente esteja, sabe, ansioso por aprovar esse projeto, porque para as Prefeituras eu acho que também seria interessante. Embora tenha essa discussão de que o orçamento ainda não está aprovado, mas se nós estivéssemos a aprovação do FUNDEB a partir de 1º de janeiro de 2006, nós saltaríamos de trezentos e poucos milhões de investimentos da União no Ensino Fundamental, em 2005, para já dois bilhões, em 2006, na Educação Básica.

Então eu acho que é recurso, é um pouco mais. Por mais que ainda não seja os quatro bilhões e meio que nós gostaríamos de ter já no primeiro ano, já é algum recurso que entra a mais. Então a nossa ansiedade não é outra coisa se não atender aos reclames, àquilo que realmente a Educação Básica precisa. E eu devo lhes dizer que conheço bem o chão da escola, eu conheço bem como trabalhadora em Educação que sou. Eu estou Senadora da República, mas sou, com muito orgulho e com muita honra, trabalhadora em Educação. E conheço a cozinha, conheço a secretaria, a biblioteca, aqueles depósitos de revistas velhas que dizem... que chamam de bibliotecas das escolas públicas, eu conheço. Eu conheço a sala de aula também.

Então, por isso mesmo, nós que conhecemos o chão da escola pública brasileira, estamos ansiosos e cobrando do Senado Federal pressa na aprovação desse projeto, porque nós queremos para agora. Sonhar nós já sonhamos a vida inteira, agora nós queremos realizar alguma coisa. E nós entendemos que aquilo que não foi feito em mil e quinhentos anos neste país, fica muito difícil fazer do dia para a noite, por mais que tenhamos determinação política, por mais que tenhamos compromisso político.

Eu acho que, gradativamente, nós estamos dando saltos na história da Educação brasileira, na história do financiamento público da Educação brasileira. Fizemos com o FUNDEF. Agora chegou a hora da gente dar outro significativo passo que é o FUNDEB. Então por que adiar mais se nós ainda teremos tempo o suficiente para regulamentarmos esta lei?

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Paulo Roberto Ziulkoski.

SR. PAULO ROBERTO ZIULKOSKI – Nós concordamos, Senadora, inclusive queremos dizer que

a nossa posição é exatamente fortalecendo a que a senhora coloca. Nós precisamos de um financiamento para a Educação. É isso que nós estamos discutindo. Financiamento, mas para poder executar tudo. Aque-la demanda que a senhora conhece lá da cozinha, é exatamente.....

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Mas o senhor concorda que, como gestor público e Prefeito que o senhor foi por várias vezes, naturalmente o senhor não pode responder a todas as demandas nos anos em que o senhor foi Prefeito e...

SR. PAULO ROBERTO ZIULKOSKI – Sim, exato.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – O senhor está de parabéns por ter colocado todas as criança na escola, mas a qualidade talvez que o senhor gostaria de dar não foi possível em função dos recursos. Então o senhor foi gradativamente colocando.

SR. PAULO ROBERTO ZIULKOSKI – Está certo, e é por isso, Senadora, lógico que é uma questão de enfoque, a gente sabe que quanto mais antes for aprovado é melhor, nós concordamos, é dinheiro que poderá entrar, isso vai em todas essas instâncias. Nós queremos ter cautela é porque isso é um projeto de catorze anos e talvez esses dois bi no início possa ser melhor, porque nós temos que lutar contra o Ministério da Fazenda que não quer liberar mais recursos. Então.....

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Aí o senhor tem uma parceira.

SR. PAULO ROBERTO ZIULKOSKI – Eu sei que a senhora luta também, então nós estamos querendo... quando nós estamos propondo os três fundos, Senadora, é exatamente para garantir esses dinheiros, porque se não da forma que vai ser construído, ele vai migrar e vai faltar recursos exatamente para creche ou vice-versa. Então essa é a pequena diferença que nós temos. Agora, estamos no mesmo caminho. Estamos elogiando o projeto do Governo, eu acho que ele é um projeto, na sua concepção, que deve existir, ninguém aqui é contra, tem consenso, mas o que nós estamos queremos é bater um pouco nessa muralha, que é Brasília. Essa muralha que tem aí estabelecida e que não abre mão de nada, de nenhum centavo. Quer dizer, parece que botar dois bilhões e meio é muito dinheiro, mas nós vamos botar quarenta e quatro bilhões. E nós temos 14,5%, Senadora, da arrecadação nacional, e os Governadores têm 25%. E nós vamos bancar, lógico, porque é da nossa competência, agora nós queremos que a União mexa, como se diz, no seu baio de dinheiro e coloque um pouco disso para a Educação, adote essas crianças conosco, que é o seu trabalho e que é o nosso, e a gente sabe a luta

interna que tem no próprio Governo, na sua base, discutindo essas questões. Então nós queremos agregar mais recursos e discutir um pouquinho melhor. Não há divergência quanto à implantação já em janeiro até do ano que vem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu passo a palavra ao último orador inscrito, o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, senhores expositores, Senadora Fátima. Olha, eu tenho procurado mais ouvir do que falar nessas diversas Audiências Públicas sobre o FUNDEF. E confesso que continuo muito indefinido ainda em relação ao atual projeto. Quer dizer, não há dúvida de que o objetivo é o meritório, o objetivo todos nós estamos de acordo, mas especialmente nessa última audiência que tivemos na semana passada, essa questão de realmente ter um fundo só ou três fundos, nos deixou bem divididos, eu diria assim. O temor é de que com um fundo só realmente haja um prejuízo ao que se objetiva.

De maneira que eu queria aqui colocar um pouco esse dilema e como que nós podemos aqui no Senado realmente melhorar o projeto, colocar o projeto, que ele seja bem positivo, que não seja um projeto que fique apenas nas intenções, porque nós já tivemos iniciativas anteriores, como aquela questão de piso salarial, que acabou não vigorando, houve um compromisso, mas poucos cumpriram, e essa questão agora do FUNDEB, quer dizer, nós temos tido um aumento muito significativo na demanda do Ensino Médio, em todo o Brasil, que é uma coisa extremamente positiva. E, por outro lado, a noção de que a Educação Infantil é uma parte fundamental da Educação tem crescido. Não existe mais aquela questão que era mais Jardim de Infância, não é mais isso. É um conceito mais de aprendizado mesmo, que já faz parte. Eu queria perguntar exatamente ao Ziulkoski, se ele teria essa, como que a Prefeitura, essas Prefeituras poderiam reagir a essa questão no sentido de ter uma garantia maior se for um fundo só, como é que nós poderíamos ter esse complemento? Se forem três fundos, se isso seria uma garantia realmente de que os três [soa a campainha], tanto a Infantil, quanto o Ensino Médio, seriam devidamente atendidos.

Eu fico muito à vontade para falar sobre esse assunto porque, tanto como Prefeito, na época de Belo Horizonte, nós chegamos a investir 30%, 35%, não era 25%, a Lei Orgânica de Belo Horizonte exige 30%, e no caso do Governo do Estado foi até muito mais, no Governo de Minas nós chegamos a aplicar 45%, que foi o investimento gasto com Educação, muito fruto de que eu cumpri a palavra colocando o piso salarial que

tinha sido acordado, e isso elevou bastante o gasto com a Educação. Então o meu compromisso com a Educação, portanto, é indiscutível, e o que eu quero é poder ter uma maneira concreta de que esse projeto do FUNDEB seja efetivo e surta os efeitos que nós queremos nele.

SR. PAULO ROBERTO ZIULKOSKI – Senador, nós, na nossa exposição inicial, nós estamos sugerindo exatamente para os Prefeitos ficarem mais resguardados, os Prefeitos não, os Municípios, as Prefeituras, nós optamos pela proposta dos três fundos, porque o Fundo Único não dá essa garantia para nós. E nós, através dos três fundos, entendemos que isso respeitaria mais a questão federativa das competências e o dinheiro iria para aonde tem que ir conforme a determinação da lei que os senhores, no Congresso, elaborarem.

Então o Fundo Único, na nossa avaliação, é altamente prejudicial para as Prefeituras, não só para as suas Finanças, como para a própria Educação, porque vai desqualificar, no nosso entendimento, a falta de recursos no Ensino Fundamental. Vai migrar ou até para a creche ou para o Ensino Médio. Então entendemos que os três fundos seria a solução melhor e os Prefeitos teriam mais condições, os Municípios, de cumprir a nova legislação e o FUNDEB. É nessa linha que nós queríamos abordar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu consulto se algum dos que estão na Mesa querem fazer uso da palavra ainda. Não havendo, eu quero encerrar a sessão, dizendo que aqui algumas coisas a gente tem como... Primeiro, é importante aprovar um fundo que traga mais recursos para a Educação. Segundo – eu creio que ficou claro de que não vale a pena perder a oportunidade de aprovar um projeto melhor concebido, se possível...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Senador, só interrompendo. Agora nós temos que trabalhar em cima de coisas reais. Eu assisti ontem à noite um anúncio do Governo dizendo que o Governo Federal está colocando quatro bilhões a mais. Isso eu assisti ontem à noite, mas isso é propaganda enganosa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Não é só isso. Da maneira como aparenta, dá a impressão que esses quatro bilhões, se fossem verdadeiros, iriam mudar a realidade da Educação, e não mudarão.

SR. PAULO ROBERTO ZIULKOSKI – Só para agregar um dado que é surpreendente, nós fizemos todo um levantamento no Ministério da Fazenda e no Tesouro Nacional, através de suas prestação de contas, que são obrigatórias, e em 2004, Senador, os Municípios do Brasil que detêm 14,5% do bolo tributário, aplicaram em

Educação quase vinte e cinco bilhões de reais, e a União, que detém 61%, aplicou quinze bilhões em Educação. O senhor imagina, esse dado é surpreendente. Enquanto a União, que diz que a Educação é prioritária, coloca quinze bilhões, os Municípios que têm 14, colocaram vinte e cinco bilhões aproximadamente. Quer dizer, isso é um dado eloqüente que mostra que a União não está interessada, no nosso atendimento, e isso vem já de Governos anteriores, em privilegiar a Educação Brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Agora uma pergunta – esses quinze bilhões, cinco a seis são de livro, transporte e material didático, é isso?

SR. PAULO ROBERTO ZIULKOSKI – Aí para desdobrar, eu não saberia dizer agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – E os outros, na verdade, não é dinheiro novo do Governo. É dinheiro dos Fundos de Participação que o Governo Federal é obrigado a transferir e que, através do FUNDEF, obriga que os Municípios e Estados usem para Educação. Dinheiro novo mesmo só tem livro, material didático e transporte, e os trezentos e noventa a quatrocentos milhões do FUNDEF. E um pouco de dinheiro que vem do BIRD, de outros Fundos, para a construção e equipamentos.

SR. PAULO ROBERTO ZIULKOSKI – E só para complementar, a Comissão de Justiça acabou de aprovar hoje, por exemplo, uma coisa que é importante para nós, ou seja, aprovou um projeto do Senador Osmar Dias que destina, é lógico que é uma PEC traumática, mas que destina 10% das contribuições para os Municípios. Se isso ocorrer seriam 25% no mínimo para a Educação, seriam 15% para a Saúde, porque esse dinheiro não iria de outra forma. Então isso é importante que o Senado começa a olhar e resgatar aquilo que ao longo dos anos ocorreu, quer dizer, a concentração cada vez mais nas mãos da União. E aquela nossa proposta, só para reavivar, eu acho que o Senado poderia colocar, como já é parte da merenda hoje, sai da COFINS, eu acho que poderia, para complementar, porque aí o Governo arrecada mesmo, é colocar no financiamento da FUNDEB vinculação lá nas contribuições. E queríamos agradecer a oportunidade, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Então eu dou por encerrada essa sessão que vem querer contribuir para a aprovação de um fundo que de fato ajude a mudar a Educação Básica no Brasil. Está encerrada a sessão, agradecendo a todas as entidades que participaram e a outras pessoas também.

Sessão encerrada às 13h2min.

Ata da 5ª Reunião Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 21 de março de 2006.

Às onze horas e vinte e dois minutos do dia vinte e um de março de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Gerson Camata e com a presença dos Senhores Senadores José Jorge, Edison Lobão, Marcelo Crivella, Leonel Pavan, Wellington Salgado de Oliveira, Valdir Raupp, Sérgio Cabral, José Maranhão, Ney Suassuna, Paulo Paim, Flávio Arns, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Jonas Pinheiro, César Borges, Cristovam Buarque, Marco Maciel, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Gilvam Borges, Mão Santa, Luiz Otávio, Fernando Bezerra, Delcídio Amaral, Antônio Carlos Valadares, Patrícia Saboya Gomes e João Ribeiro reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Maria do Carmo Alves, Juvêncio da Fonseca, Maguito Vilela, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Mozarildo Cavalcanti e Teotônio Vilela Filho, que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, registra a presença, para acompanhar a reunião, do Jornalista Rogério Nogueira, ex-Secretário da Fazenda do Estado do Espírito Santo e ex-Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas Brasileiros – FENAJ e dos índios Pataxós, do sul do Estado da Bahia. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência submete a deliberação do plenário a preferência para iniciar a deliberação pela pauta de Decretos Legislativos, o que é aprovado. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da Pauta. **Item 01 – Projeto de Decreto Legislativo nº 095, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação – ASCCOM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salto da Divisa, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 02 – Projeto de Decreto Legislativo nº 096, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Alverengense Cultural Comunitária de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alverenga, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 03 – Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2006**, de

caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Cultura de Brasília de Minas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasília de Minas, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 04 – Projeto de Decreto Legislativo nº 093, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Nossa Senhora da Penha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gameleira, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 05 – Projeto de Decreto Legislativo nº 531, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural e Educacional ‘Convenção de Itu’ para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Itu, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 06 – Projeto de Decreto Legislativo nº 080, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Rodovia FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Taquarivaí, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 07 – Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Panorama FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Panorama, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 08 – Projeto de Decreto Legislativo nº 094, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores Águas Cantantes de Ivaté, Denominada ‘AMACI’, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ivaté, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 09 – Projeto de Decreto Legislativo nº 098, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Novos Caminhos de Munhoz de Mello – Paraná a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Munhoz de Mello, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 10 – Projeto de Decreto Legislativo nº**

099, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Bragadense, Denominada ‘ACCB’ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pato Bragado, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 11 – Projeto de Decreto Legislativo nº 101, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Tuneiras do Oeste a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 12 – Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente das Crianças Carentes e Abandonadas de Bandeirantes a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 13 – Projeto de Decreto Legislativo nº 085, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Relógio Federal Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado é o Senador Roberto Saturnino e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 14 – Projeto de Decreto Legislativo nº 097, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Monte Verde a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camanducaia, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 15 – Projeto de Decreto Legislativo nº 100, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Heliodora – ACHÉ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Heliodora, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 16 – Projeto de Decreto Legislativo nº 048, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio de Lagoa do Barro do Piauí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa do Barro do Piauí, Estado do Piauí”. O relator designado é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por dezessete

(17) votos favoráveis. **Item 17 – Projeto de Decreto Legislativo nº 055, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Piripiri– ASCORAPI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piripiri, Estado do Piauí”. O relator designado é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 18 – Projeto de Decreto Legislativo nº 555, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Sociedade dos Amigos de Magalhães de Almeida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Magalhães de Almeida, Estado do Maranhão”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Jonas Pinheiro e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 19 – Projeto de Decreto Legislativo nº 557, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação ‘Comunidade Irmãos Unidos’ de Governador Archer a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Governador Archer, Estado do Maranhão”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Jonas Pinheiro e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 20 – Projeto de Decreto Legislativo nº 082, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Alternativa do Novo Horizonte – ACANH a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macapá, Estado de Amapá”. O relator designado é o Senador Gilvam Borges e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 21 – Projeto de Decreto Legislativo nº 073, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Artística Virtulino Antônio Mairink – Jovens Unidos de Iguaba Grande a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iguaba Grande, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Saturnino e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 22 – Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Integração Comunitária de São João do Tigre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Tigre, Estado da Paraíba”. O relator designado, ad hoc, é o Senador José Maranhão e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 23 – Projeto de Decreto Legislativo nº 076, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores de Cacimba de Areia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cacimba de Areia, Estado da

Paraíba”. O relator designado, ad hoc, é o Senador José Maranhão e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 24 – Projeto de Decreto Legislativo nº 054, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Serrado Verdes de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itajá, Estado de Goiás”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Patrícia Saboya Gomes e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 25 – Projeto de Decreto Legislativo nº 559, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Sócio Cultural São Romão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fernando Pedroza, Estado do Rio Grande do Norte”. O relator designado é o Senador Fernando Bezerra e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 26 – Projeto de Decreto Legislativo nº 541, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Maranata a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guamaré, Estado do Rio Grande do Norte”. O relator designado é o Senador Fernando Bezerra e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 27 – Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário Lagoanovense – ADESCOL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte”. O relator designado é o Senador Fernando Bezerra e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 28 – Projeto de Decreto Legislativo nº 086, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária Dinâmica de Ponte Branca FM – 91.5 a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ponte Branca, Estado do Mato Grosso”. O relator designado é o Senador Jonas Pinheiro e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 29 – Projeto de Decreto Legislativo nº 056, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Menores Carentes de Ibiapina – CE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiapina, Estado do Ceará”. A relatora designada é a Senadora Patrícia Saboya Gomes e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 30 – Projeto de Decreto Legislativo nº 130, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação

Ulysses Guimarães para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 31 – Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Jucurutu/RN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Jucurutu, Estado do Rio Grande do Norte”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 32 – Projeto de Decreto Legislativo nº 065, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza o Centro de Assistência Social de Palestina José Nogueira de Melo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palestina, Estado de Alagoas”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. Neste momento o Senhor Senador Eduardo Azeredo pede a palavra para solicitar a Comissão providências no sentido de agilizar a tramitação do PDS 563/03 que “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural de Belo Horizonte para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais”, que está aguardando relatório do eminente Senhor Senador Paulo Otávio, Quarto Secretário da Mesa Diretora do Senado Federal, sobre requerimento de informação de autoria desta Comissão aprovado em 21/06/05. O Senhor Presidente submete ao plenário a sugestão de oficiar ao relator na Mesa Diretora para que a mesma agilize o tramite da matéria, o que é aprovado. Finda a deliberação da Pauta de Projetos de Decretos Legislativos, a Presidência inicia a apreciação da pauta de Projetos de Lei – **Item 02 – Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Augusto Botelho que, “Altera a Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993, que dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais, e dá outras providências”. O relator designado é o Senador José Maranhão e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 03 – Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho que, “Confere ao Ministério Público a função institucional de resguardar o futebol como patrimônio cultural brasileiro”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o parecer favorável, com a emenda nº 01-CE é aprovado. **Item 04 – Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Gerson Camata que,

“Confere isenção do pagamento de foro e taxas de ocupação, relativos aos terrenos de marinha e acrescidos, aos templos de qualquer culto e às instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o parecer favorável, na forma do substitutivo oferecido é aprovado. **Item 05 – Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella que, “Dispõe acerca da veiculação de advertência sobre consumo e escassez de água nas hipóteses que discrimina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o parecer favorável, na forma do substitutivo oferecido é aprovado. **Item 07 – Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim que, “Institui o Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Nesse momento, o Senhor Senador Leonel Pavan requer, oralmente, a inclusão extra-pauta, de Requerimento, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 01 – Requerimento nº 013, de 2006 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Leonel Pavan, Arthur Virgílio e José Jorge que, “Requeiro, nos termos regimentais e constitucionais, que seja convidado o Senhor Antônio Grassi, Presidente da FUNARTE para, em audiência pública, prestar esclarecimentos aos Senadores desta Comissão sobre as denúncias de uso de seu e-mail funcional para propagar a chamada lista de furnas”. Neste momento o Senhor Senador José Jorge, pede a palavra para sugerir a inclusão do nome da Senhora Ana Hollanda, Diretora do Centro da Música do Ministério da Cultura – Cemus, para participar da audiência pública, o que é aprovado por unanimidade. O requerimento é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias da pauta – **Item 01 – Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2003; Item 06 – Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2005; Item 08 – Projeto de Lei da Câmara nº 037, de 2005; Item 09 – Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2005 e Item 10 – Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2005**. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e quarenta e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no **Diário do Senado Federal**. – Senador **Gerson Camata**, Presidente da Comissão de Educação.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Declaro aberta a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura. Está sendo realizada nesta terça-feira, dia 21 de março, às 11 horas e 22 minutos.

Submeto ao Plenário a dispensa da leitura da Ata sessão anterior e sua conseqüente aprovação. Não tendo quem se manifeste contra, aprovada a Ata.

Vamos para a pauta das Emissoras de Rádio e Televisão, Emissoras Comunitárias, os Itens nº 1, nº 2 e o nº 3, os Relatores ainda não estão presentes.

O Item nº 4; o Projeto de Decreto Legislativo nº 093/2006 aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Nossa Senhora da Penha, a executar o serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Gameleira, no Estado de Pernambuco. Autoria do Poder Executivo, o Relator é o Senador Marco Maciel. S. Exª. tem a palavra para proferir o seu Relatório.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o ato cuja ementa a ela já se referiu o Presidente Gerson Camata, autoriza a Associação Comunitária Nossa Senhora da Penha, executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Gameleira, na Zona da Mata do Estado do Pernambuco. Meu Parecer, Sr. Presidente, é Favorável.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O Relatório apresentado por S. Exª., o Senador Marco Maciel é Favorável ao ato que autoriza a Associação Comunitária Nossa Senhora da Penha, a executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Gameleira, Estado de Pernambuco. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, o Projeto irá, oportunamente, à votação.

Itens nºs 5, 6 e 7, os Relatores não estão presentes, passamos ao Item 8; Projeto de Decreto Legislativo 94/2006, aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores Águas Cantantes de Ivaté, denominada A Massa, executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Ivaté, Estado do Paraná. Autoria do Poder Executivo, Relator Senador Flávio Arns que tem a palavra para proferir o seu Relatório.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente, os Pareceres em relação aos Itens 8, 9, 10, 11 e 12; o 8 se referindo à cidade de Ivaté, o 9 à cidade de Munhoz de Melo, também no Estado do Paraná, o Item 10, Pato Bragado, Associação Comunitária Cultural Bragadense, denominada CCB e, também, o Parecer do Item 11, para a cidade de Tuneiras do Oeste e o Item 12, para a cidade de Bandeirantes, no Estado do Paraná, os Pareceres, em relação a todos esses Itens, são Favoráveis.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – S. Exª. o Senador Flávio Arns apresenta Parecer Favorável

às rádios comunitárias das cidades de Ivaté, Munhoz de Melo, Pato Bragado, Tuneiras do Oeste e Bandeirantes. A executar serviço de radiodifusão naquelas cidades. Em discussão os Pareceres. Não tendo quem queira discutir, encerrada a discussão, os Projetos irão à votação oportunamente.

O Item nº 14 tem, como Relator, S. Exª. o Senador Eduardo Azeredo aprova, aliás é Item nº 14, nº 15; 14 e 15.

O 14, autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento Cultural de Monte Verde, no Estado de Minas, para executar serviços de rádio comunitária em Camanducaia e, também, para executar serviços de rádio comunitária na cidade de Heliadora, também no Estado de Minas. Com a palavra S. Exª., o Senador Eduardo Azeredo para apresentar os seus Relatórios.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, Senhores Senadores, Senadoras, o Parecer, tanto do caso de Monte Verde, quanto do caso de Heliadora, os Pareceres são Favoráveis. Eu quero salientar que Monte Verde é uma cidade, é uma estância serrana de Minas Gerais que é a Campos do Jordão de 20 anos atrás, de maneira que é muito bom que Monte Verde possa ter a sua rádio comunitária. Lá na cidade de Camanducaia, Monte Verde é um distrito de Camanducaia e também a Heliadora, que se situa, também, no sul de Minas, uma pequena cidade. São duas rádios que vão ajudar no progresso das respectivas cidades.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Os Relatórios apresentados por S. Exª. o Senador Eduardo Azeredo são Favoráveis, em discussão. Não tendo quem queira discutir, a votação, a discussão está encerrada e a votação será feita oportunamente.

Itens 16 e 17; o Item 16 aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Rádio de Lagoa do Barro, do Piauí, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa do Barro, no Piauí e aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Piripiri, Ascorapi, a executar a serviço de rádio difusão comunitária na cidade de Piripiri, Estado do Piauí. É Relator S. Exª. o Senador Mão Santa que tem a palavra para apresentar os seus Relatórios.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Sr. Presidente Camata, o voto do 16, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 48/2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio de Lagoa do Barro, do Piauí, a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa do

Barro do Piauí, Estado, da forma no Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara de Deputados. E o 17; o 17, trata-se da importante cidade do Piauí, de Piripiri, em Caráter Terminativo sobre o Projeto nº 55/2006, da Câmara de Deputados, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Piripiri, Ascorapi, a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Piripiri, do Estado do Piauí. Voto – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 55/2006, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária da Radiodifusão de Piripiri, a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Piripiri, do Estado do Piauí na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara de Deputados.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Os Relatórios apresentados por S. Ex^a., o Senador Mão Santa são Favoráveis. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, discussão está encerrada e a votação será feita oportunamente.

Item 20, Projeto de Decreto Legislativo 082/2006, aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Alternativa de Novo Horizonte a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macapá, Estado do Amapá. Autoria do Poder Executivo e o Relator é S. Ex^a. o Senador Sr. Gilvam Borges, que tem a palavra para proferir o seu Relatório.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, chega a essa Casa e agora passo a ler o meu Relatório. Chega a essa Comissão para exame, em Caráter Terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo PDS nº 82/2006, nº 1930/2005, na Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato que autoriza a Associação de Comunicação Alternativa do Novo Horizonte, a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Macapá, Estado do Amapá.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de Mensagem Presidencial nos termos do art. 49, Inciso II combinado com o art. 223, Inciso III, ambos da Constituição Federal. A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento. Referido Projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o Parecer Favorável de seu Relator na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania daquela Casa.

O Projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa. Vai a minha aná-

lise, Sr. Presidente. Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, Inciso IV, cumpre, à Comissão de Educação, opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação e imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se, também, sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições. O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei 9612 de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto de nº 2615 de junho de 1998. A proposição oriunda da Câmara dos Deputados destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional.

Nos termos dos arts. 49, Inciso XII e 223 da Constituição, consta que o referido Projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante a sua constitucionalidade material sobre o aspecto da técnica legislativa. Observa-se que o Projeto está em perfeita consonância com o disposto na lei em que o Projeto está assentado, da Lei Complementar nº 95 de 26 de fevereiro de 98. O exame da documentação que acompanha o PDS de nº 82/2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei de nº 9612/98. Vai o voto, Sr. Presidente.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O voto apresentado por S. Ex^a., o Senador Gilvam Borges, é Favorável.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 82/2006, não evidenciou violação da legislação pertinente e, não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação de Comunicação Alternativa do Novo Horizonte a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macapá, Estado do Amapá, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Pela aprovação, Sr. Presidente.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Em discussão o Parecer apresentado por S. Ex^a., o Senador Gilvam Borges. Não tendo quem queira discutir, encerrada a discussão, a matéria será votada oportunamente.

Itens 25, 26 e 27, serviços de radiodifusão comunitária em Fernando Pedrosa, Guamaré e na cidade de Lagoa Nova, todas no Estado do Rio Grande do

Norte. É Relator S. Ex^a. o Senador Fernando Bezerra que tem a palavra para proferir os seus Relatórios.

SENADOR FERNANDO BEZERRA (PTB-RN)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Sr. Presidente, se me permite, eu serei breve, até porque o Parecer está distribuído e, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha a todos os Projetos, não evidenciou nenhuma violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto ao aspecto de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação dos três Projetos, para cidade de Guamaré, para a cidade de Lagoa Nova e para a cidade de Fernando Pedrosa.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Os Relatórios apresentados por S. Ex^a., o Senador Fernando Bezerra são Favoráveis. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, encerrada a discussão. A votação será realizada oportunamente.

O Item nº 28, Projeto 086/2006 aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária Dinâmica de Ponte Branca, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso. Autoria do Poder Executivo. O Relator é S. Ex^a. o Senador Jonas Pinheiro, que tem a palavra para proferir o seu Relatório.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. O voto. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 86/2006 não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto ao aspecto de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária Dinâmica de Ponte Branca a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Parecer apresentado por S. Ex^a., o Senador Jonas Pinheiro é Favorável, em discussão. Não tendo quem queira discutir encerrada a discussão, votação no momento oportuno.

Item 29, Projeto de Decreto Legislativo 056/2006 aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Menores Carentes de Ibiapina, Ceará a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiapina, Estado do Ceará. Autoria do Poder Executivo. A Relatora é S. Ex^a. a Senadora Patrícia Saboya Gomes que tem a palavra para proferir o seu Relatório.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Sr. Presidente, nosso Parecer é pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária dos Me-

nores Carentes de Ibiapina, no Ceará, o meu Estado, a executar serviços de radiodifusão comunitária, nesta mesma cidade de Ibiapina, no Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Eu queria, apenas, mandar um abraço a todos os meus conterrâneos desta cidade maravilhosa, tão querida, de Ibiapina, na Serra de Ibiapina, mandando um abraço a todos e desejando boa sorte nesta nova rádio comunitária.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – E, graças a V. Ex^a., agora tem uma rádio comunitária, para falar bem de Ibiapina, com V. Ex^a. para continuar.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Obrigada.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O Parecer é Favorável, em discussão. Não tendo quem queira discutir, encerrada a discussão, será votado oportunamente. Itens 5, 6 e 7, referentes a rádios comunitárias da cidade de Panorama, Taquarivaí e Itu, Estado de São Paulo; o Relator é S. Ex^a. o Senador Romeu Tuma que tem a palavra para proferir os seus Relatórios. Com a palavra S. Ex^a.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, Senhores Senadores. O Relatório faz referência à autorização que outorga concessão à Fundação Cultural, Educacional, Comercial de Itu. Presidente, eu só gostaria de dar uma explicação sobre esse Relatório, que o nosso... o Júlio tem ciência, que ele ficou sustado em razão de uma representação do Prefeito da cidade de Itu. Em que havia, ilegalmente, o funcionamento da rádio; nós pedimos uma investigação e informações mais claras do Ministério das Comunicações e a rádio que está em funcionamento, segundo a explicação do próprio Ministério, é outra rádio que funciona na cidade de Itu e esse é um problema, sem dúvida nenhuma, da Anatel e dos órgãos que fiscalizam o funcionamento. Então, esse aqui nós concluímos pelo voto favorável à Rádio Convenção de Itu. Então, é o Item 5. Então, só queria dar essa explicação pela demora em que ficou para eu apresentar o Relatório, que achava que, diante de uma denúncia formal, não poderia enviar, a esse Plenário, para aprovação, sem que se soubesse, realmente, o que estava havendo. Então isso, agora sim com todos os documentos apresentados e com a apreciação da Câmara, favorável, nós também damos o nosso voto favorável.

O Senhor quer que eu já fale sobre o Item 6?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Exatamente, Itens 6 e 7, Excelência e quero cumprimentar, a Presidência cumprimenta a V. Ex^a. pelo cuidado com que agiu, com a ética com que agiu, como é de costume de V. Ex^a..

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Muito obrigado, Presidente. Aqui é o Item 6 é a Associação Movimento Comunitário Rádio Rodovia FM. Todos os documentos foram apresentados, é na cidade de Taquarivaí, Estado de São Paulo e também somos Favoráveis à sua aprovação. Esse é o Item 6.

O Item 7 faz referência à Associação Comunitária Panorama FM, a executar serviços de radiodifusão na cidade de Panorama, Estado de São Paulo, também com todos os documentos comprobatórios da legalidade do ato, somos por sua aprovação.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Os Relatórios apresentados por S. Ex^a. o Senador Romeu Tuma são Favoráveis. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, encerrada a discussão, a votação será realizada oportunamente.

A Mesa, diante do comparecimento do Senador Wellington Salgado de Oliveira, a mesa retorna os Projetos, aos Itens 1, 2, 3 da pauta relativos à cidade de Salto da Divisa, à cidade de Alvarenga e à cidade de Brasília de Minas, as três cidades localizadas no Estado de Minas Gerais, autoria do Poder Executivo e o Relator é o Senador Wellington Salgado de Oliveira que tem a palavra para proferir os seus Relatórios.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senhores Senadores componentes dessa Comissão.

O Item 1 trata do ato que aprova, aliás, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação, AS-COM, a executar o serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Salto da Divisa, Estado de Minas Gerais. Eu vou ler os três Itens, Sr. Presidente, já que os Relatórios, praticamente, são idênticos. O Item 2 da pauta é o que aprova o ato, o ato que autoriza a Associação Alvarenguense Cultural Comunitária de Radiodifusão, a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alvarenga, Estado de Minas Gerais. E o Item 3 é o que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Brasília de Minas a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasília de Minas, Estado de Minas Gerais. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 107/2006 não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação dos três atos de autorização na forma do Projeto do Decreto Legislativo da Câmara dos Deputados, Sr. Presidente.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Os Relatórios apresentados por S. Ex^a. o Senador Wellington Salgado de Oliveira são Favoráveis. Em discussão, não tendo... Pela ordem o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Apenas queria me manifestar, também, favoravelmente são três cidades de Minas Gerais relatadas pelo meu colega Wellington Salgado e todas as três são importantes para o progresso das cidades. São na divisa com a Bahia, Alvarenga, no Rio Doce.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O Senador Wellington Salgado com a palavra, o Relator.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O Senador Azeredo ele, sempre que tem algumas cidades, como Minas tem 853 Municípios e o Senador Azeredo já foi o Governador, um grande Governador, então tem algumas cidades que realmente a localização, eu pouco, me perco um pouquinho, aí sempre o Senador vai ali e diz, exatamente, onde está localizada a cidade pela sua experiência, ele já percorreu o Estado inteiro e conhece todas as cidades.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Ação conjunta, ação conjunta.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – É um geógrafo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – 853 Municípios não é brincadeira não, Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Dizer que o Wellington está aprendendo aqui é xaropada porque este cara sabe mais que todos nós.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Realmente tem algumas cidades, Sr. Presidente que, de vez em quando, eu até pergunto, outro dia... pergunto ao ex-governador e Senador Azeredo, onde está bem localizada essa cidade. Ele sempre sabe de cabeça, porque realmente ele deve ter percorrido o Estado inteiro, então não há porque não tirar essa duvidazinha.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Ele anda consultando o Google também. O Google-map. Encerrada a discussão, em votação, a votação será realizada oportunamente.

Nós vamos, agora, então, para o Item 13, aprova o ato que renova a concessão da tradicionalíssima e queridíssima Rádio Relógio Federal, a explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado de Rio de Janeiro. Com a autoria do Poder Executivo e o Relator é S. Ex^a. o Senador Roberto Saturnino, com a palavra para pronunciar o seu Relatório.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Sr. Presidente, efetivamente trata-se de uma emissora tra-

dicionálissima e queridíssima como V. Ex^a. muito bem salientou. E o exame da documentação revela que o preenchimento de todas as formalidades estabelecidas em lei e não havendo nenhuma violação e nenhum aspecto contrário à juridicidade e a constitucionalidade, estando em perfeita técnica toda a proposição e tendo a emissora as características que V. Ex^a. muito bem ressaltou, nosso Parecer é Favorável.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – A Presidência queria, ilustre Senador Roberto Saturnino pedir a V. Ex^a., em nome do Senador Sérgio Cabral, que relatasse, também, o Item 21 que autoriza a rádio de Iguaba Grande, executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iguaba Grande, Estado do Rio de Janeiro. Item 21, V. Ex^a. é designado Relator *ad hoc*.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Sim, Sr. Presidente, o Item 21, que aprecia o ato destinado a autorizar a Associação Artística Virtulino Antônio Mairynk(F), Jovens Unidos de Iguaba Grande, a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iguaba Grande, no Estado do Rio de Janeiro. Trata-se, também, de uma proposição que vem com a sua documentação corretamente completa, não evidenciando nenhuma violação de legislação pertinente e, por conseguinte, o nosso voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Os Relatórios apresentados por S. Ex^a. o Senador Roberto Saturnino são Favoráveis. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, em votação; a votação será realizada oportunamente.

Itens 18 e 19. O 18, autoriza a Sociedade Amigos de Magalhães de Almeida, a executar o serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Magalhães de Almeida, no Estado de Maranhão e o Item 19 na cidade de Governador Archer, também no Maranhão. O Relator é o Senador Edison Lobão que está solicitando ao Senador Jonas Pinheiro que, na qualidade de Relator *ad hoc*, pronuncie o seu Relatório sobre os dois Itens.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Eis aqui o Parecer do eminente Senador Edison Lobão, tanto para a Sociedade dos Amigos de Magalhães de Almeida, a executar serviços de radiodifusão comunitária, na cidade de Magalhães de Almeida, Estado do Maranhão, bem como a Associação Comunidade Irmãos Unidos, do Governador Archer, também executar serviço de rádio comunicação comunitária. Tendo em vista que o exame das documentações que acompanham o PDS 557 e o PDS 555, não evidenciaram violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos

de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza essas duas rádios comunitárias, no Estado de Maranhão, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Este é o meu Parecer.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Os votos apresentados pelo ilustre Senador Jonas Pinheiro são Favoráveis. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, encerrada a discussão. A votação será realizada oportunamente.

Os Itens de nº 22 e 23 tem como Relator o Senador Ney Suassuna, que solicita a Presidência que designe Relator *ad hoc*, S. Ex^a. o Senador José Maranhão que está presente e que vai proferir os Relatórios referentes às rádios comunitárias de São João do Tigre e Cacimba de Areia, no Estado da Paraíba. Com a palavra, sua S. Ex^a. o Senador José Maranhão.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Relatório da Comissão de Educação, em Caráter Terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 105/2006, 1863/2005 na Câmara dos Deputados, que aprovou o ato que autoriza a Associação de Integração Comunitária de São João do Tigre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Tigre, no Estado da Paraíba. Relatório. Chega a essa Comissão para exame em Caráter Terminativo o Projeto de Decreto Legislativo nº 105/2006, 1863/2005 na Câmara dos Deputados, destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação de Integração Comunitária de São João do Tigre, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Tigre, Estado da Paraíba.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de Mensagem Presidencial nos termos do art. 49, Inciso XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal. A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

Voto. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 105/2006, não evidenciou a violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação de Integração Comunitária de São João do Tigre, a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade São João do Tigre, Estado da Paraíba, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. É o Parecer, Sr. Presidente.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Os Pareceres apresentados por S. Ex^a. o Senador José Maranhão são Favoráveis. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, encerrada a discussão. A votação será feita oportunamente.

O Item 24 aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Serrado Verdes de Comunicações, a explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Itajá, Estado de Goiás. O Relator é o Senador Maguito Vilela; não estando presente ele solicita à Mesa que designe como Relatora *ad hoc* a ilustre Senadora Patrícia Saboya que tem a palavra para pronunciar o seu Relatório.

SENADORA SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Sr. Presidente, o Parecer do Senador Maguito Vilela é pela aprovação do ato que outorga permissão à Sociedade Serrado Verdes de Comunicações Limitada, para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Itajá, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Portanto é pela aprovação.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O Relatório apresentado por S. Ex^a. a Senadora Patrícia Saboya é Favorável. Em discussão o Relatório. Não tendo quem queira discutir, a discussão está encerrada. A votação será feita oportunamente.

Os últimos dois Itens e, a seguir, a votação nominal para todos esses Projetos que são Terminativos.

Trata-se do Item 30, radiodifusão sonora na cidade de Apodi, no Rio Grande do Norte e na cidade de Jucurutu, também no Estado do Rio Grande do Norte. O Senador Garibaldi Alves Filho que solicita que, na sua ausência, seja designado Relator *ad hoc* o ilustre Senador Mão Santa. Ele tem a palavra para proferir o Relatório.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-GO) – Senador Camata, o Senador Garibaldi Alves Filho, que é o Relator procedeu o seguinte voto. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 130/2006 não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Ulysses Guimarães para exercer serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário na Câmara dos Deputados.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Os Relatórios apresentados por S. Ex^a. o Senador Mão Santa são Favoráveis.

SENADOR FERNANDO BEZERRA (PTB-RN)

– Para discutir, Sr. Presidente.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) –

Para discutir, Senador Fernando Bezerra.

SENADOR FERNANDO BEZERRA (PTB-RN)

– Não, apenas para louvar a iniciativa e o Parecer do Senador Garibaldi, isto me dá muita alegria. A cidade de Apodi é uma cidade muito importante do Rio Grande do Norte como também o é Jucurutu, se somam a esses três Pareceres que eu emiti Favoráveis, eu quero cumprimentar o povo de Apodi e o povo de Jucurutu, por ter, agora, uma emissora que vai prestar serviços à comunidade.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O

Senador Fernando Bezerra também apóia o Relatório Favorável apresentado pelo Senador Garibaldi Alves e pelo Relator *ad hoc* Senador Mão Santa referente às rádios Jucurutu e Apodi. Em discussão. Encerrada a discussão, a votação será efetuada oportunamente. Último Item, a seguir a votação nominal. V. Ex^a. tem a palavra agora para relatar a rádio comunitária de Jucurutu, Senador Mão Santa. Desculpe, depois é o seu.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-GO) – Traduziremos, agora o voto do Senador Garibaldi Alves Filho

que foi o Relator da solicitação que autoriza a Associação Comunitária Comunicações e Cultura Jucurutu, Rio Grande do Norte a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jucurutu, no Rio Grande do Norte. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 110/2006 não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Jucurutu, Rio Grande do Norte, a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Jucurutu, Estado do Rio Grande do Norte na forma do Projeto do Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O

segundo Relatório apresentado por S. Ex^a. o Senador Mão Santa, também é Favorável à rádio comunitária de Jucurutu, no Estado do Rio Grande do Norte. Em discussão. Não tendo quem queira discutir encerrada a discussão. A votação será realizada oportunamente.

Item 32 é o último, trata-se do ato que aprova o Centro de Assistência Social Palestina, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palestina, Estado de Alagoas. O Relator é Senador Teotonio Vilela Filho que solicita ao Senador Leonel Pavan que apresente como Relator *ad hoc*, o seu Relatório. Com a palavra S. Ex^a.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, para mim é uma alegria muito grande poder ser o Relator *ad hoc* desse Projeto, que o Relator original do Projeto é o nosso grande Senador Teotônio Vilela Filho. Teotônio Vilela Filho é um dos homens públicos mais honrados deste Congresso e que representa muito bem Alagoas, o seu Estado de Alagoas. Quero aqui ler o voto de Teotônio Vilela Filho. Teotônio Vilela Filho diz que o Projeto não encontra reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, por isso Teotônio Vilela Filho aprova a concessão de uma rádio do Centro de Assistência Social de Palestina José Nogueira de Mello, da cidade Palestina, do Estado de Alagoas. Parabéns ao Senador Teotônio Vilela Filho por essa Relatoria. Aprovação corretíssima Sr. Presidente.

SENADOR FERNANDO BEZERRA (PTB-RN) – Presidente fiquei confuso...

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Relatório Favorável, com a palavra, pela ordem, Senador Fernando Bezerra.

SENADOR FERNANDO BEZERRA (PTB-RN) – Eu fiquei confuso se a rádio Palestina ou a rádio Teotônio Vilela Filho. Mas eu voto nos dois.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Presidente, é devido o grande amor que Teotônio Vilela Filho tem pelo Estado de Alagoas e pelo município de Palestina, ele aprovou a concessão dessa rádio.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Estou desconfiado que tem eleição esse ano, em discussão.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – V. Ex^a. permite uma palavra.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Senador Romeu Tuma

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu acho que, com esse movimento internacional de taxarem, indiscriminadamente, todos aqueles que tem origem muçulmana de terroristas, nós temos que fazer uma separação. E o Presidente Renan, Senadora Patrícia, teve a delicadeza de, na última reunião do Dia Internacional da Mulher, convidar, para participar da Mesa, da primeira dama da Palestina, da esposa do Embaixador, que ontem compareceu a essa Casa para homenagear a Senadora Serys Slhessarenko. Então eu peço desculpas, num momento desses, que se aprova uma rádio para Palestina, eu aproveito para homenagear a Senadora Serys e, também, a esposa do Embaixador da Palestina, nessa hora de dificuldade que o país atravessa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [00:40:10] – E a Senadora Patrícia, também.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – E a Senadora Patrícia, também, óbvio.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ela, eu homenageio a todo minuto, aí.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Com todos os méritos. Encerrada a discussão. Agora nós vamos à votação de todos os Itens.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [00:40:23] – Sr. Presidente, a votação se dará, a votação em globo, não é? Todos os...

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Todos os Itens, exatamente. Relatados com o voto Favorável. Senador Ney Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Eu quero pedir desculpas de não estar aqui no relato e agradecer os dois Relatores *ad hoc* que fizeram o relato dos dois Projetos que eram da minha competência, porque estava na Comissão de Ética, aqui ao lado e era um assunto extremamente chato. O Senador Tuma ainda pode sair. Eu não podia sair senão caía o *quorum*.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Já terminou lá?

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Terminou. Então eram estas as desculpas eu queria apresentar a V. Ex^a..

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Então V. Ex^a. será chamado à votação nesse minuto.

(Procede-se à votação nominal)

As matérias foram aprovadas.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Os Projetos foram todos aprovados por unanimidade. À Mesa para a comunicação à Presidência da República e à Mesa do Senado.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Pela ordem Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Não, Sr. Presidente, antes de reiniciar as votações de outros Projetos, eu gostaria de colocar aqui uma questão, em relação ao Requerimento que eu fiz a essa Comissão, para que nós ouvíssemos o Presidente da PETROBRAS, Senhor Gabrielli, sobre uma campanha publicitária da auto-suficiência de petróleo.

Tem surgido uma série de críticas na imprensa, o Tribunal de Contas já tomou uma decisão baseado, inclusive, em Requerimento que eu tinha feito antes, dizendo que os contratos com as empresas de publicidade são irregulares e a PETROBRAS, hoje, lançou uma Nota Oficial publicada em todo o Brasil que eu gostaria de ler aqui, antes de fazer a pergunta. “Por

que a PETROBRAS vai lançar uma campanha sobre auto-suficiência? A produção de petróleo pela PETROBRAS vai ultrapassar o consumo nacional integrando o Brasil ao pequeno grupo de países industrializados com total independência energética. Para mostrar aos brasileiros a importância desse acontecimento, sonhado desde 53, quando a PETROBRAS foi criada, estamos preparando campanha informativa. Entretanto, diante de algumas informações infundadas veiculadas pelo Jornal do Brasil e pela Gazeta Mercantil, a PETROBRAS sente-se na obrigação de apresentar à opinião pública um esclarecimento, que se segue, sobre a auto-suficiência". É curto Sr. Presidente. "Um dos grandes trunfos do Brasil é exatamente chegar a esta posição, em um momento que a diferença entre a produção de petróleo e a demanda global é muito pequena, o que provoca turbulência constante do mercado e a elevação do preço". Essa frase é inócua, difícil de entender até. "Com a auto-suficiência, o consumidor brasileiro terá a segurança do abastecimento do petróleo, uma vez que o Brasil ficará, praticamente, imune a eventuais colapsos internacionais. Com isso o país terá condições de analisar, com mais tranquilidade, os fatores externos que influenciam os preços dos combustíveis. A auto-suficiência se torna ainda mais relevante quando lembramos que o petróleo não é apenas uma fonte de energia, mas está na composição de quase todos os itens, produtos petroquímicos, etc.

Para garantir a sustentabilidade da nossa independência a PETROBRAS vai investir, em 2010, cerca de 110 bilhões, até 2010, em atividades gerando mais de 40 mil empregos no país. Para além de 2010, a PETROBRAS já dispõe de blocos exploratórios em terrenos no mar, nas bacias sedimentárias brasileiras, onde certamente serão localizadas novas importantes descobertas. Vamos comemorar juntos a chegada da autonomia energética do Brasil, mas não vamos prometer ajustes irresponsáveis nos preços". Que era que o jornal dizia. Com o noticiário desta semana. "A direção da PETROBRAS, com a sua excepcional força de trabalho, cuja capacitação profissional é reconhecida em todo o mundo, pode afirmar, hoje, que a conquista da auto-suficiência vai permitir ao povo brasileiro, dizer ainda mais orgulhoso – O petróleo é nosso".

Então, Sr. Presidente, a PETROBRAS gastou milhares ou milhões de reais publicando esta nota em todos os jornais brasileiros. No entanto, nós temos um Requerimento, eu pediria só um pouco de atenção, [soa a campainha] Senador Ney Suassuna, meu Líder. Na realidade, a PETROBRAS gastou milhões de reais publicando esta nota em todos os jornais brasileiros. No entanto, nós temos um Requerimento aqui, que a mais de um mês foi aprovado, inclusive

por unanimidade por toda essa Comissão, para que o Presidente da PETROBRAS viesse aqui para explicar a campanha da auto-suficiência. Essa campanha, ela está sob suspeição, primeiro porque foi feita pelo publicitário Duda Mendonça, que na verdade, já está, comprovadamente, cometeu irregularidades na campanha do Presidente Lula, recebendo 10 milhões de reais no exterior. Semana passada, esse mesmo publicitário, veio aqui na CPI e se recusou, baseado numa liminar, a não responder nenhuma pergunta. Pois ele é um dos líderes da elaboração dessa campanha. Tem essa primeira suspeição. Segundo, as notícias que aparecem no jornal dizem sempre que a idéia é fazer, transformar essa campanha da auto-suficiência, numa campanha política de promoção pessoal do Presidente Lula e do Governo.

Então, na realidade, nós não queremos impedir a campanha. O que nós queremos, o Tribunal de Contas já disse que os contratos são irregulares. Mas o que nós queremos, é exatamente ouvir o Presidente da PETROBRAS, para que ele venha aqui e explique como é a campanha, mostre ao Senado Federal como é a campanha. Quer dizer, isso não ofende ninguém, isso é uma coisa assim, que está dentro do papel do nosso trabalho como Senadores, de membros da Comissão de Educação e Comunicação e, também, dentro do trabalho da PETROBRAS. Que a PETROBRAS é uma empresa muito grande, está num mercado difícil, eu já fui Presidente do Conselho da PETROBRAS e reconheço que a PETROBRAS não pode seguir aquela Lei de Licitação igual a uma empresa pequena, é uma empresa internacional, ela tem que ter outras regras. Mas para ela ter outras regras, é preciso que a Diretoria da PETROBRAS esteja disposta a dar explicação de tudo aquilo que fez. Então, a recusa do Presidente da PETROBRAS de comparecer a essa Comissão é um fato grave, mesmo porque ele quer vir aqui quando a campanha já tiver ido ao ar.

Então, eu pediria a V. Ex^a., Sr. Presidente, que tomasse as providências, no sentido de que ele possa vir. Ou amanhã, no mais tardar na próxima semana para que a gente possa discutir com ele, ninguém vai matar ele, ninguém vai bater, ele vai ser muito bem tratado. Muito melhor do que quando a gente era, em Governos anteriores, que vinha aqui. Quer dizer não há nenhum problema, a gente só quer saber como é essa campanha, mesmo porque ele disse que a campanha vai entrar, também, nas escolas. Então, nós somos uma Comissão de Educação, uma Comissão de Comunicação do Senado Federal. Não custa nada o Presidente da PETROBRAS vir aqui e explicar essa campanha, como já foi aprovado há mais de um mês. Era só isso.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – A secretaria da Comissão já entrou em contato com o próprio Presidente da PETROBRAS. Ele disse que não mandaria um representante, porque ele quer vir pessoalmente aqui e o fará dentro de quinze dias. Como já se passaram cinco, na próxima semana, possivelmente, ele poderá já estar aqui. Se ele não vier na terça-feira, a gente marca uma Sessão Extraordinária para ouvi-lo na quarta ou na quinta-feira.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Muito obrigado.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Muito obrigado Senador José Jorge.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Pela ordem, Presidente.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) –

Pela ordem, S. Ex^a. o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a sua interferência com relação à tramitação de uma matéria que diz respeito a uma geradora de TV de Ouro Preto, Minas Gerais, que foi encaminhada para essa Comissão em 03 de setembro de 2003. Existia, realmente, uma dúvida em relação à Universidade Federal de Ouro Preto, que também quer ter um canal educativo na cidade, mas isso já foi até resolvido, porque um outro canal foi destinado para a TV Educativa de Ouro Preto. Mas este caso específico, da Fundação Cultural de Belo Horizonte, que tinha um canal funcionando há mais de dez anos em Ouro Preto e o canal foi suspenso agora. A ANATEL fechou o canal e, na verdade, se esse Projeto tivesse sido pelo menos discutido, não haveria essa interrupção que houve lá. Eu até considero que, realmente, entre duas Fundações se tenha uma Universidade Federal é razoável que a Universidade Federal, é correto que ela tenha prioridade. Mas isso já foi resolvido. A Universidade Federal já recebeu um outro canal. Agora é possível ter dois canais funcionando. Mas o que não podemos concordar, é que o Projeto fique parado. Ele está parado, está em outras palavras, engavetado, realmente, desde esse período de setembro de 2003 e foi, a última movimentação foi em junho, em que foi pedido, foi feito pedido de informações ao Ministério e esse pedido de informações está paralisado no Plenário até hoje.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – A Mesa, a Presidência vai solicitar que seja designado um Relator, lá no Plenário, solicitar ao Presidente do Senado para que o Processo possa ter seguimento normal.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– O segmento normal.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Segmento normal que já deveria ter tido. Obrigado a V. Ex^a.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Presidente.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Com a Palavra o Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Eu fui designado aqui Relator *ad hoc* desse Projeto de Autoria do Senador Paulo Paim, o item 7, que declara o dia 7, Dia Nacional de Lutas dos Povos Indígenas e, como tem representante dos povos indígenas, ele deve estar cansado, esperando esse Projeto, se nós pudéssemos inverter a pauta e eu pudesse fazer o Relatório.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Então, a Mesa submete ao Plenário o pedido de inversão de ordem na pauta. Não tendo ninguém contra fica aprovada a inversão. A Mesa saúda os representantes das tribos Pataxós, do sul da Bahia, que se encontram aqui para assistir a votação do Projeto que cria o Dia Nacional da Luta dos Povos Indígenas, Projeto de autoria do Senador Paulo Paim.

O Senador Gilberto Mestrinho que solicitou, pediu, que seja designado Relator o Senador Valdir Raupp que não se passaram duas Sessões, mas a pedido do Relator, eu, então, designo o Senador Valdir Raupp, Relator. Com a palavra S. Ex^a. para proferir o seu Relatório.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Obrigado, Presidente.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Presidente, pela ordem.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – A votação será nominal, a Mesa já advertiu.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Dentro dessa preocupação, Presidente, acho que eu e outros Parlamentares temos compromissos, nos próximos minutos, então dentro da possibilidade, Senador Valdir, se nós pudéssemos apressar a Relatoria e de maneira que todos nós pudéssemos já deixar nosso voto Favorável essa oportuna proposta do Senador Paim.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente é com muito prazer que relato *ad hoc* esse Projeto do Senador Paulo Paim e com Relatório do Senador Gilberto Mestrinho, pedido, aqui, que vá direto ao voto, mas eu vou ler apenas o início do Relatório – “Em conformidade com as disposições do art. 102, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, vem ao exame dessa Comissão e decisão de Caráter Terminativo o Projeto de Lei do Senado nº 342/2005, de autoria do Senador Paulo Paim, a proposição institui o Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas”. Vamos ao voto. Em razão do exposto opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 342/ 2005. Parecer Favorável, Sr. Presidente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Presidente como Autor, eu abro mão da palavra para votar, a forma de homenagear os povos indígenas e Sepé Tiarajú.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Em votação, então, a votação nominal do Projeto Terminativo.

(Procede-se à votação nominal)

A matéria foi aprovada.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O Projeto foi aprovado. Cumprimentos ao Autor e ao Relator e aos representantes das tribos Pataxós que estão aqui. [palmas]

Bem, vamos, então, para o Item, agora de número 2, Projeto...

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente. Pela ordem.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Pela ordem, Senador Leonel Pavan.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Eu pediria se V. Ex^a. assim permitir, a inversão de pauta do Projeto 176 e do Projeto 231, um de sua Autoria e outro da Autoria do Senador Marcelo Crivella.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Se V. Ex^a. me permite eu coloco então para o Plenário, o Plenário pelo que eu vejo aprova, mas eu pediria permissão a V. Ex^a., antes, o Item Terminativo nº 2, porque esse é Terminativo nós temos *quorum* para votar.

O Senador José Maranhão fará um Relatório, também, rápido porque todos os Senadores já tem sob suas mesas as cópias do seu Relatório. É o Projeto de Lei do Senado 160/2004, logo a seguir o de V. Ex^a., Senador. Altera a Lei 8620 de 30 de junho de 93 que dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências. Senador Augusto Botelho é o Autor, Senador José Maranhão é o Relator, tem a palavra para pronunciar o seu Relatório.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB) – Presidente, Senhoras, Senadores. O Relatório ao Projeto de Lei PLS 160/2004, de Autoria do Senador Augusto Botelho. Insere o Município de Boa Vista, no Estado de Roraima, na relação constante no art. 2º da Lei 8670/93, o qual dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais. Na justificativa, o Autor enfatiza a característica e a importância da economia agrícola de Boa Vista, que necessita de mão-de-obra especializada e qualificada, para atuar no setor e promover o desenvolvimento da região. Análise. O Brasil possui terras férteis em abundância e a sua população dá provas concretas de sua grande capacidade de trabalho. No entanto, o percentual, o potencial de desenvolvimento nacional permanece,

em grande parte, comprometido pela escassez da formação educacional e profissional adequada. Conforme aponta o Autor do Projeto em sua justificação, Boa Vista é o principal pólo irradiador do desenvolvimento de Roraima.

Desse modo, a criação de uma Escola Agrotécnica Federal no Município beneficiará todo o Estado. Essa Escola, sustenta ainda o Autor do PLS, deve disseminar o uso de novas tecnologias, instituir uma visão inovadora de produção e trabalho, bem como ajudar os trabalhadores e produtores rurais a aumentar a sua renda, a ocupar nichos de mercado e deixar de lado a economia da subsistência e o abandono da terra. Como se pode perceber, é grande o alcance social da iniciativa, o que nos leva a acolher a idéia e a criação de nova Escola Agrotécnica Federal. O voto. Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 160/2004. É o Relatório, Sr. Presidente.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Relatório apresentado por Senador José Maranhão é Favorável ao Projeto do Senador Augusto Botelho. Em discussão. Senador Augusto Botelho abre mão da palavra para que a votação se efetue de imediato. A votação então é nominal.

(Procede-se à votação nominal)

A matéria foi aprovada.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Projeto foi aprovado por unanimidade, parabéns ao seu Autor e ao seu Relator. Senador Luiz Otavio, que acaba de chegar, meu Presidente lá da Comissão.

SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Voto sempre com V. Ex^a. e com o Relator.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Obrigado a V. Ex^a., unanimidade garantida. Atendendo ao Requerimento do Senador Leonel Pavan. Item 4, confere isenção do pagamento de foro e taxas de ocupação relativos aos terrenos de marinha acrescidos aos templos de qualquer culto e às instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos. O Autor, modéstia à parte, é, aqui, o Presidente da Comissão, o Relator é o Senador Leonel Pavan que tem a palavra para proferir o seu Relatório.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, esse Projeto é de sua autoria, Senador Gerson Camata e visa conferir isenção de pagamento de foro e taxas de ocupação relativo aos terrenos de marinha e seus acrescidos, aos templos de qualquer culto e às instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos. Eu tive a honra de ser escolhido para relatar esse brilhante Projeto. O PLS, originalmente distribuído à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, CCJ e à Comissão de

Assuntos Econômicos, CAI, em Decisão Terminativa dessa última, foi encaminhada, primeiramente, a essa Comissão, por força de Requerimento do Autor, aprovado em Plenário, findo o prazo regimental, o Projeto do Sr. Presidente não recebeu emendas. Os terrenos de marinha e seus acrescidos submetem-se ao regime patrimonial de enfiteuse, nome jurídico, acho que aforamento, quer dizer isso, em que o domínio útil do terreno pode ser transferido a terceiros, mantendo-se a propriedade direta da União, mediante pagamento de foro. Nos casos de terrenos ocupados sem correspondente aforamento, é cobrada a taxa de ocupação. Na justificação do PLS, o Autor destaca que a cobrança de foro ou taxa de ocupação dos templos, erigidos em terrenos de marinha e seus acrescidos, revela descompasso com o arcabouço constitucional vigente, uma vez que a Carta Magna lhes concede imunidade tributária, como irradiação do princípio da liberdade de crença e prática religiosa.

Ressalta, também, a relevância social dessas instituições que, muitas vezes, complementam a ação estatal em áreas fundamentais, como a educação, a saúde, a cultura e a assistência social. Da mesma forma, a justificação do Projeto sublinha que, no tocante às instituições educacionais e assistenciais sem fins lucrativos, tratam-se de entidades que atendem ao interesse público primário, atuando de maneira complementar ao Estado. Isso embasaria a isenção proposta da cobrança de foro ou taxa de ocupação. Ainda que a justificação do nobre Autor seja irrepreensível no que se refere à relevância social das instituições a serem beneficiadas com o Projeto, a lei dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação dos bens imóveis da União, Lei nº 9636 de 1998, em seu art. 18, estabelece o seguinte – Art. 18. A critério do Poder Executivo poderão ser cedidos, gratuitamente ou em condições especiais, sob qualquer dos regimes previstos no Decreto Lei nº 9760 de 1946, imóveis da União a – Estados, Municípios e entidades sem fins lucrativos de caráter educacional, cultural ou de assistência social. Vê-se assim, que a legislação já prevê a possibilidade de isenção de cobrança das entidades educacionais e assistenciais, sem fins lucrativos, no que se refere à ocupação e o aforamento de terrenos de marinha e acrescidos.

A Portaria nº 144/2001 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao qual se subordina a SPU, regulamenta e detalha os procedimentos para cessão de imóveis da União de forma gratuita ou sob condições especiais para essas entidades. Vale ressaltar que a legislação vigente tem maior amplitude que o PLS em análise, pois se refere não somente aos terrenos de marinha e acrescidos, mas aos bens imó-

veis da União em geral. A Portaria que regulamenta o tema, além disso, busca assegurar que as entidades beneficiadas, de fato atuem de maneira complementar ao Estado na medida em que exige, para a cessão, manifestação Favorável dos órgãos públicos afetos à área de atuação das instituições requerentes, bem como especifica as ações que tais entidades devem realizar para se beneficiarem do instituto. Dessa forma, parece-nos desnecessário incluir no PLS 231/2005 as instituições de caráter educacional de assistência social, já contempladas na legislação em vigor, de maneira mais adequada.

Quanto à isenção da cobrança de foro e taxa de ocupação para os templos religiosos de qualquer culto, caberá à CCJ e à CAE, analisar mais detidamente o assunto e proferir Parecer a respeito. Em vista do exposto, julgamos conveniente apresentar Proposta Substitutiva, excluindo da proposição as instituições de educação e de assistência social, nos moldes expostos a seguir. Voto. Tendo em conta a legislação vigente, opinamos, Sr. Presidente, pela aprovação de seu Projeto do Senado, Projeto de Lei do Senado 281/2005 na forma do seguinte – Projeto de Lei do Senado 281, Substitutivo. Confere isenção do pagamento de foro e taxa de ocupação, relativo aos terrenos de marinha e acrescidos, aos templos de qualquer culto.

O Congresso Nacional decreta – Art. 1º. São isentos do pagamento de foro e taxas de ocupação referentes a terrenos de marinha e seus acrescidos, os templos de qualquer culto. § Único – Para os efeitos dessa lei entende-se como templo de qualquer culto, aquelas edificações destinadas à celebração de quaisquer formas racionalmente possíveis de manifestação organizada de religiosidade. Art. 2º, Presidente. A entidade titular do benefício deverá requerê-lo anualmente, na pessoa de seu representante legal, perante a Secretaria do Patrimônio da União, SPU, da respectiva circunscrição. § Único. O Requerimento que à concessão do benefício, deverá ser instruído com documentos que comprovem tratar-se, o requerente, de entidade caracterizada como templo de qualquer culto. Art. 3º. Essa lei entra em vigor na publicação. Sr. Presidente, o voto de Aprovação, parabéns pelo Projeto.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Voto apresentado pelo ilustre Senador Leonel Pavan é Favorável ao Projeto. Em discussão, não tendo quem queira discutir, em votação. Votação simbólica. Projeto aprovado. Queria fazer uma observação sobre isso. O Congresso Nacional aprovou, no ano passado, uma emenda transferindo as ilhas oceânicas, Sedes de Município, para os Municípios. E a Emenda Constitucional não está sendo cumprida. No Espírito Santo, o chefe do SP diz que não vai cumprir a Emenda, não; que ele

não gostou da Emenda. O Promotor, agora Procurador Federal, pediu a prisão dele por não cumprimento de Emenda Constitucional. Agora ele diz que ele vai cumprir, mas do jeito que ele achar interessante. Então, nós temos que criar aqui uma Comissão para ver o que se aprova aqui.

Há poucos dias nós vimos aí, nos jornais, um juiz que disse que não gostou da Lei dos Crimes Hediondos, não, que ele não vai cumprir. Eu também não gostei da Lei do Imposto de Renda mas sou obrigado a cumprir. Então se cada um cumprir a lei só em que interessa a ele, o que vai acontecer? Tem que ter um órgão que fixe os paradigmas das leis para se cumprir às leis, todas devem ser cumpridas e não cumprir do jeito que eu quero que cumpra a lei. Então tem o Poder Judiciário para regular essas questões; acho que nós temos que começar a tomar alguma providência; tem uma Comissão, própria, do Senado, para zelar pelo cumprimento da legislação que está sendo votada, precisamos de uma Emenda Constitucional. Era a observação que eu queria fazer. Item nº 5.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente. Eu poderia pedir ao Senador Leonel Pavan...

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Pela ordem o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Se permitisse eu fazer o 3, porque ele costuma ler por inteiro...

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – É mais ou menos um milagre.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E eu tenho que votar no Orçamento.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Exatamente. Então S. Ex^a. vai ser o Relator. Senador Wellington Salgado, pela ordem.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Não, Sr. Presidente, com essa colocação, com essa colocação ...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É só um minuto, meu.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente. Ele está querendo inverter a pauta, aí...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu tenho que ir, senão cai o quorum lá, já ligaram. Senão, eu...

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Sr. Presidente, rapidamente, o Senhor me deu a palavra, para dizer que eu concordo plenamente com essa colocação de V. Ex^a.. Inclusive tem alguns Ministérios, como o próprio Ministério da Educação, que não cumpre decisão judicial. Uma série de decisões estão no Ministério e ele simplesmente interpreta da maneira que lhe convém, não cumpre decisão judicial que é mandada pelo juiz ou pelo Supremo, pelo STJ.

Ele, simplesmente, não cumpre. Você tem quase que pedir a prisão, do Ministro que aí está acima, porque quem cuida é a Assessoria Jurídica, para poder cumprir uma decisão. Então isso vem acontecendo. Acho que enquanto não tivermos algo, conforme V. Ex^a. colocou, que seja forte e que cobre do Judiciário, agora nós temos, se o Magistrado não cumprir, você pode denunciar ao Conselho de Magistrados, se o Procurador não cumprir tem o Conselho, também, de Procuradores e, isso, eles vão ter que cumprir, esse Conselho tem força, só isso, Sr. Presidente.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Inversão solicitada pelo Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não é inversão. É seguir a seqüência. Eu só estava pedindo licença...

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Havia já uma inversão, me desculpem, uma inversão aprovada, do Senador Leonel Pavan.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu só pediria licença, porque estão chamando lá...

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Não tem problema. É que já havia uma inversão aprovada. Mas se V. Ex^a....

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – ...eu peço desculpas...

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – S. Ex^a. para relatar o Item nº 5, Senador Leonel Pavan. Ele concordou.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, eu não concordei; eu pedi licença, senão, deixo para outro dia.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Ah, V. Ex^a. solicita a inversão?

[tumulto]

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A volta à seqüência, porque eu tenho o nº 3.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Ah, voltando. Mas é que a inversão solicitada.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Porque senão cai o *quorum*, lá, estão ligando sem parar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [01:11:02] – Sr. Presidente, nós invertemos o que foi invertido e voltamos à posição inicial.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Vamos fazer o contrário agora, inversão, novamente, para o Romeu Tuma.

[tumulto]

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O Ministério Público tem a função institucional de resguardar o futebol como patrimônio cultural brasileiro. Senador Rodolpho Tourinho é o Autor. Senador Romeu Tuma é o Relator. Com a palavra S. Ex^a.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, a importância desse Projeto em que o Senador Rodolpho Tourinho confere ao Ministério Público a função institucional de resguardar o futebol, como patrimônio cultural. Na justificativa, o Senador invoca o art. 129, Inciso III, da Constituição, em que incumbe ao Ministério Público proteger o patrimônio público e social. O nosso Projeto como vai ser apreciado na Comissão de Constituição e Justiça, a parte constitucional, nós apenas fizemos uma emenda no art. 25, art. 1º e o art. 25 de forma que somos Favoráveis com essa emenda é o nosso Relatório.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O Relatório apresentado pelo Senador Romeu Tuma é Favorável ao Projeto do Senador Rodolpho Tourinho. A votação... em discussão, não tendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Em votação. Os contra se manifestem. Aprovado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Agradeço, Senador Leonel Pavan.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Voltamos ao Item nº 5 cujo Relator é o Senador Leonel Pavan e o Autor é o Senador Marcelo Crivella. Antes hora V. Exª. inicie seu Relatório, eu queria registrar aqui a presença do ilustre Jornalista capixaba, Rogério Nogueira, que é um dos... ex-Secretário da Fazenda do Espírito Santo, ex-Correspondente do Estado de São Paulo no Espírito Santo e Presidente da FENAJ, Federação Nacional dos Jornalistas Brasileiros. S. Exª. faz uma visita aqui à Comissão e a gente registra, com muito prazer, a sua presença aqui. Com a palavra o Senador Leonel Pavan para proferir seu Relatório.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, eu vou resumir, aqui, o voto, o Projeto é importante, o Projeto é do Senador Marcelo Crivella e, mais uma vez, eu estou relatando o Projeto do Senador Marcelo Crivella. O Projeto. Ante o exposto opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 176/2005, na forma do seguinte – Projeto de Lei do Senado nº 176, Substitutivo, de 2005, obriga, nas hipóteses que especifica, a vinculação de mensagem de advertência sobre o risco de escassez e de incentivo ao consumo moderado de água. O Congresso Nacional decreta – Art. 1º. Os equipamentos e produtos de limpeza e de higiene pessoal, bem como suas embalagens, sempre que destinado ao uso associado ao consumo de água e desde que possível, conterão mensagem de advertência sobre o risco de escassez e de incentivo ao consumo moderado de água. § 1º. As mensagens a que se refere o *caput* serão exigidas em local e com dimensões que permitam fácil identificação e leitura. A descrição a que refere esse art. estende-se às propagandas dos equipamentos e pro-

duto de limpeza e de higiene pessoal. Art. 2º. Essa lei entra em vigor um ano após a sua publicação. Sr. Presidente, esse é o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PMR-RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Em Com a palavra o Autor do Projeto.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PMR-RJ) – Sr. Presidente, apenas para dizer a V. Exª. e agradecer o Relatório insubstituível do Senador Leonel Pavan, da importância que é, para o nosso país e para o mundo, tomarmos medidas, agora, que possam ajudar a conscientizar as pessoas de que a água não é um bem infinito. Como o petróleo, pode acabar. Agora mesmo, nós estamos discutindo aí, essas bases militares dos Estados Unidos no Paraguai. Porque que está todo mundo preocupado? Principalmente no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná. Porque ali tem o maior aquífero da América Latina, o Guarani. Do mundo, maior aquífero do mundo. Então esse Projeto, Sr. Presidente, vem exatamente nesse sentido, de a gente conscientizar as pessoas, cada vez que forem usar um produto, lembrar que é preciso ter consciência no uso da água. Senão vai faltar e a falta da água trará tragédias. E o Dia Mundial da Água é amanhã, não é? Então, mais uma vez, V. Exª. foi feliz, porque com o voto... com o Projeto Substitutivo e o voto Favorável, aperfeiçoando o Projeto, acaba celebrando, de maneira legislativa, o Dia Mundial da Água. Sr. Presidente, eu fico muito agradecido ao Senador Pavan e peço aos nossos companheiros que votemos favoravelmente ao substitutivo dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Em Continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Senhores Senadores que concordam com o Parecer do Senador Leonel Pavan, em relação ao Projeto de Lei do Senado 176, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Em Pela ordem, último.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, primeiro, mais uma vez, eu quero cumprimentar o Senador Marcelo Crivella por esses Projetos que trarão, sem dúvida alguma, melhores condições de vida à população brasileira e, por que não, do mundo. Mas, Sr. Presidente, eu estou apresentando Requerimento aqui que diz – “Requeiro, nos termos

regimentais e constitucionais, que seja convidado o Sr. Antônio Grassi, Presidente da FUNARTE, para, em Audiência Pública, prestar esclarecimentos, aos Senadores dessa Comissão, sobre a denúncia de uso de seu e-mail funcional para propagar a chamada 'Lista de Furnas'. A FUNARTE é uma Fundação do Governo Federal, ligado ao Ministério de Cultura e, atualmente, presidida pelo ator Antônio Grassi. Ele usou equipamentos do Governo juntamente com a Senhora... e teve origem de Ana de Hollanda, Diretora da CEMUS, Centro de Música da FUNARTE. A Diretora teve o cuidado de enviar a citada Lista, usando seu e-mail pessoal, às 23 horas e 19 minutos, do dia 8 de fevereiro passado. Ela, aparentemente, mandou as informações para uma lista de funcionários da própria Fundação.

Como as denúncias contidas na 'Lista de Furnas' comprometem uma grande parcela de Parlamentares e, por conseqüência, o nome do Congresso Nacional, requeiro a presença do Sr. Antônio Grassi, Presidente da FUNARTE, para prestar esclarecimento a esta Comissão. O Senador José Jorge, inclusive, pediu para que também fosse convidada aqui, a Senhora Ana de Hollanda, Diretora do CEMUS. Mas será feito um novo Requerimento, é possível? É possível acrescentar? Então queria, Sr. Presidente, pedir para que também fosse acrescida a esse Requerimento também a Senhora, origem para que seja acrescida, aliás, a Senhora Ana de Hollanda, Diretora do CEMUS, além do Sr. Antônio Grassi. Esse é o Requerimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Eu estou agoniado, porque tenho que defender meus destaques na Comissão de Orçamento. Se eu demorar mais aqui, eu perco e meu Estado perde o recurso. Em votação o Requerimento. Eu só gostaria que fosse votado...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente. Só em votação ou pode falar alguma coisa? Como é que funciona?

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Poder falar, é um direito de V. Ex^a. falar. Mas eu gostaria que V. Ex^a. fosse breve porque eu tenho que defender destaques do meu Estado na Comissão de Orçamento.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Pelo Estado eu vou ser bem breve. E pelo Senhor. Veja bem, Sr. Presidente, eu estou achando estranha esta colocação, ilustre amigo, Excelência Leonel Pavan, porque eu conheço o Sr. Grassi e, se alguma coisa aconteceu, eu tenho certeza que ele não tinha conhecimento desse material. Conheço bem o Grassi, tá? Não acredito que ele seja

capaz de fazer isso que está sendo discutido. Tenho certeza que V. Ex^a. também pesquisou antes e tenho a certeza que foi encaminhado em determinado ponto de terminal, digamos assim.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Eu fiz o Requerimento porque foi designado o Artur Virgílio e José Jorge, dois líderes encabeçaram o Requerimento e me pediram para que eu fizesse a devida leitura e eu também assinei já que compromete aí, inúmeros Parlamentares, a Lista se tornou pública e, com certeza ele, que é uma pessoa seria, uma pessoa que merece o nosso respeito, poderá vir aqui dizer como é que surgiu essa Lista. Na verdade aqui está, também, envolvida Ana de Hollanda. Não sei se V. Ex^a. a conhece.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não eu não conheço. Eu conheço só o Grassi.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Por isso que é importante que os dois venham aqui e esclareçam a Comissão.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Claro que eu vou apoiar o que V. Ex^a. está pedindo, tenho certeza de que o Grassi virá aqui e vai esclarecer esse mal entendido, porque ele não é um homem de ficar mandando e-mail desse tipo. Tenho certeza disso, porque o conheço pessoalmente. De qualquer maneira, eu apoio o pedido, Sr. Presidente, mas um pedido para esclarecer que ele não tem nada haver com isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Devo esclarecer que isso é um convite, é convite. Que está escrita aqui a palavra convite. Em votação. Senadores forem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado. Declaro encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 12h43min.

Ata da 6ª Reunião Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 28 de março de 2006.

Às onze horas e vinte minutos do dia vinte e oito de março de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Gerson Camata e com a presença dos Senhores Senadores Demóstenes Torres, José Jorge, Edison Lobão, Juvêncio da Fonseca, Leonel Pavan, Wellington Salgado de Oliveira, Valdir Raupp, Sérgio Cabral, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Paulo Paim, Fátima Cleide, Flávio Arns, Mozarildo Cavalcanti, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, César Borges, Marco Maciel, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Luiz Otávio, Fernando Bezerra, Delcídio Amaral e João Ribeiro, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jorge

Bornhausen, Maria do Carmo Alves, Marcelo Crivella, Maguito Vilela, José Maranhão, Ney Suassuna, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino e Teotônio Vilela Filho, que justifica a ausência. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, registra a presença, para acompanhar a reunião, do Deputado Eduardo Sciarra (PFL/PR). Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência submete a deliberação do plenário a inversão da pauta, para iniciar as votações pelos Projetos de Decretos Legislativos, o que é aprovado. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da Pauta. **Item 07 – Projeto de Decreto Legislativo nº 072, de 1999**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Emisoras do Litoral Paulista Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caraguatatuba, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 08 – Projeto de Decreto Legislativo nº 070, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Mirantense (ASCOM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mirante da Serra, Estado de Rondônia”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 09 – Projeto de Decreto Legislativo nº 526, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão a Bispo Guaporé Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Canavieiras, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador César Borges e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 10 – Projeto de Decreto Legislativo nº 554, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária Cultural de Nova Ibiá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Ibiá, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador César Borges e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 11 – Projeto de Decreto Legislativo nº 047, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação do Movimento Voluntário de Ação Cultural, Comunitária e Recreativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pilão Arcado, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador César Borges e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 12**

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 049, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão ao Grupo Monte Alegre de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Várzea da Roça, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador César Borges e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 13 – Projeto de Decreto Legislativo nº 052, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Zabelê FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Remanso, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador César Borges e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 14 – Projeto de Decreto Legislativo nº 067, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação do Bairro Santo Antônio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz da Vitória, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador César Borges e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 15 – Projeto de Decreto Legislativo nº 148, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Proteção e Preservação do Vale do Apodi a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 16 – Projeto de Decreto Legislativo nº 092, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária Migrantes São Felipe – ARCOMISF a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Felipe D’Oeste, Estado de Rondônia”. A relatora designada é a Senadora Fátima Cleide e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Finda a deliberação da Pauta de Projetos de Decretos Legislativos, a Presidência retorna ao início da pauta – **Item 02 – Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marco Maciel que, “Institui o ano de 2008 como ‘Ano Nacional Machado de Assis’”. O relator designado, ad hoc, é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 03 – Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Ney Suassuna que, “Altera a legislação tributária federal para incluir os estabelecimentos de ensino médio entre as pessoas jurídicas passíveis de adesão ao Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, e

dá outras providências”. O relator designado é o Senador Gilberto Mestrinho e o parecer é favorável. É concedida vista a Senadora Fátima Cleide, pelo prazo regimental de cinco (5) dias. **Item 04 – Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marco Maciel que, “Dispõe sobre as ações de publicidade da administração pública”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o parecer é pela rejeição. O projeto é retirado de pauta atendendo a solicitação do relator, para reexame da matéria. **Item 05 – Projeto de Lei da Câmara nº 037, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Luiz Carlos Hauly que, “Dá nova redação ao parágrafo único, renumerado com § 1º, e acrescenta § 2º ao art. 25 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC e dá outras providências”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o parecer pela rejeição é aprovado. **Item 06 – Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Octávio que, “Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública, com vistas a fomentar as atividades esportivas, culturais e de lazer, por meio da fixação de condições especiais para a alienação de imóveis de propriedade pública”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o parecer pela rejeição é aprovado. Neste momento o Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira pede a palavra, e em resposta as indagações trazidas a este plenário na reunião anterior pelo Senhor Senador Eduardo Azeredo, faz a leitura de documento, dando explicações sobre a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 563/03, que esta aguardando parecer na Mesa Diretora do Senado ao Requerimento de Informação aprovado na Comissão em 21/06/2005. Concluída a deliberação dos projetos, fica adiada, em virtude da ausência do relator a seguinte matéria da pauta – **Item 01 – Projeto de Lei do Senado nº 397, de 2003**. Antes de finalizar a reunião, a Presidência faz os comunicados que se seguem – **Comunicado 01** – “Comunico aos Senhores Senadores o recebimento da correspondência do Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União, Excelentíssimo Senhor Ministro Walton Alencar Rodrigues, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do Processo TC 017.170/2004-9, sobre o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ). Os Senadores que desejarem uma cópia deverão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A Matéria vai ao arquivo”. **Comunicado 02** – “Comunico aos Senhores

Senadores o recebimento da correspondência do Ministro da Educação, Excelentíssimo Senhor Ministro Fernando Haddad, encaminhando resposta ao Requerimento de Informação nº 1.404/05, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, solicitando informações a respeito das reuniões do Conselho Nacional de Educação, desde a nomeação do Sr. Nelson Maculan Filho, Secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação. Os Senadores que desejarem uma cópia deverão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A Matéria vai ao arquivo”. **Comunicado 03** – Ofício nº 021/2006 “De acordo com o art. 89, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, indico para ser reconduzido aos quadros da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social do Senado Federal, na vaga de titular do PMDB, o nome do Excelentíssimo Senhor Senador Geraldo Mesquita – PMDB/AC”. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no **Diário do Senado Federal**. – Senador **Gerson Camata**, Presidente da Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Havendo quórum declaro aberta a presente Sessão. Trata-se da 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Está sendo realizada as 11h20 do dia 28 de Março, uma terça-feira. Eu vou submeter ao Plenário, com a permissão do Plenário, três requerimentos – a dispensa da leitura da Ata, a aprovação da mesma Ata e a inversão da pauta a partir do item 7 que trata das concessões de emissora de rádio e televisão. Não tendo quem se manifeste contra, os requerimentos são aprovados. Então entra em discussão o item 7. Não estando presente o seu Relator entra o item 8. O item 8 trata de projeto de decreto legislativo 070 de 2006. Aprova o ato que autoriza a associação comunitária Mirantense a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miranda da Serra, Estado de Rondônia. O autor é o Poder Executivo e o Relator é o Senador Valdir Raupp que tem a palavra para proferir o seu relatório. Com a palavra S. Ex^a.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, a Rádio Mirantense de Miranda da Serra é a única emissora dessa cidade e com certeza irá prestar um grande serviço àquela comunidade. Somos pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O relatório apresentado por S.Ex^a. Senador Valdir Raupp é favorável à concessão. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, encerrada a discussão. A votação será feita oportunamente.

Item número 9, 10, 11, 12, 13, e 14 tem como Relator S.Ex^a. o Senador César Borges do Estado da Bahia.

O item 9 – permissão para a Bispo Guaporé Radiodifusão para a cidade de Canavieiras, depois para a Cidade de Nova Ibiá, Cidade de Pilão do Arcado, Cidade de Várzea da Roça, Cidade de Remanso e Cidade de Santa Cruz da Vitória, todas do Estado da Bahia. Com a palavra S.Ex^a., o Senador César Borges, para proferir os seus relatórios.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Gerson Camata, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores. Sr. Presidente, apenas por uma questão de economia de tempo processual, eu diria a V.Ex^a. que o voto de todos esses relatos é favorável, porque a documentação que acompanha todos os projetos não evidenciou a violação de qualquer formalidade estabelecida na Resolução de 39 de 92 do Senado, e não havendo quantos aspectos de constitucionalidade, jurisdição e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação. Então, é assim, com relação à Cidade de Canavieiras a permissão a Bispo Guaporé Radiodifusão Ltda. Também, com relação à Cidade Nova Ibiá para a Associação de Comunicação Comunitária Cultural de Nova Ibiá; Cidade de Pilão Arcado para a Associação do Movimento Voluntário de Ação Cultural Comunitária e Recreativa; à Cidade de Várzea da Roça que é o Grupo Monte Alegre de Radiodifusão Ltda.; à Cidade de Remanso, que é a Rádio Comunitária Zabelê FM; à Cidade de Santa Cruz da Vitória o Estado da Bahia que a Rádio da Associação do Bairro Santo Antônio a executar o serviço de radiodifusão. Então, são esses os projetos que me cabe relatar, dizendo que essas rádios, com certeza, servirão, e muito, ao desenvolvimento dessas comunidades, servindo a comunidade como um todo em suas necessidades, e servindo também como caixa de ressonância dos reclames, das necessidades do cidadão dessas cidades. Portanto eu solicito, Sr. Presidente, que tenha o apoio dos meus pares nessa Comissão para a aprovação desses projetos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Os relatórios apresentados por S.Ex^a. o Senador César Borges são favoráveis aos projetos por ele relatados. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, encerrada a discussão. A votação será feita oportunamente.

Em votação o item nº 16 – Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo que aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária Migrante São Felipe a executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de São Felipe do Oeste, Estado de Rondônia. Autoria do Poder Executivo e a Relatora é a Senadora Fátima Cleide, que tem a palavra para proferir o seu relatório.

SRA. SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO)

– Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 92 de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, somos pela aprovação do ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária Migrante São Felipe a executar serviços de radiodifusão comunitária na Cidade de São Felipe do Oeste no Estado de Rondônia, na forma do Projeto Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O relatório apresentado por S.Ex^a. Senadora Fátima Cleide é favorável. Em discussão o relatório. Não tendo quem queira discutir, encerrada a discussão. A votação será feita oportunamente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Pela ordem Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Na reunião passada, foi colocada uma questão contra uma TV UniBH de Ouro Preto, Minas Gerais, pelo meu ilustre amigo Senador Azeredo. Tinha sido lacrado. Eu pedi informações rapidamente ao Ministério e queria, nesse momento, colocar pela ordem, pela devida presença do quórum nessa Comissão, onde foi colocada a explanação do que aconteceu realmente, porque o Hélio Costa sendo um mineiro que inclusive defende assustadoramente Minas em qualquer briga, eu pedia explicações para ele... Se o Senhor me desse autorização para ler o que veio para mim do Ministério.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Logo a seguir da votação dos processos de Rádios, porque nós ainda temos duas emissoras...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – OK, OK, Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – ...terá a palavra para o seu requerimento.

O item nº 7 aprova o ato que renova a concessão da Rádio Emissoras do Litoral Paulista, para ex-

plorar um serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Caraguatatuba, Estado de São Paulo. A autoria do Poder Executivo, o Senador Romeu Tuma é o Relator. Estando S.Ex^a. ausente, ele solicita ao Senador Marco Maciel que profira o seu relatório em seu nome.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente, Senador Gerson Camata, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o meu parecer, Sr. Presidente, é a favor da aprovação do ato que renova a concessão da Rádio Emissoras do Litoral Paulista Ltda. para explorar serviço da radiodifusão sonora em andamento na cidade de Caraguatatuba, no Estado de São Paulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Relatório apresentado por S.Ex^a. Senador Marco Maciel é favorável. Em discussão – Não tendo quem queira discutir, encerrada a discussão. A votação será feita oportunamente.

O item nº 15 – Aprova o ato que autoriza a Associação de Proteção e Preservação do Vale do Apodi a executar serviços de radiodifusão comunitária na Cidade de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte. O autor é o Poder Executivo, o Relator é o Senador Fernando Bezerra. Estando ausente, ele solicita ao Senador Edison Lobão que profira o relatório em seu nome. Com a palavra o Relator *ad hoc* Senador Edison Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Sr. Presidente, não havendo nada de irregular, nem de inconstitucional nesta proposição, o meu relatório como Relator *ad hoc* é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O relatório apresentado por S.Ex^a. o Senador Edison Lobão é favorável. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, encerrada a discussão. A votação será feita oportunamente.

Nós vamos então agora proceder a votação nominal desses projetos terminativos que acabamos de ouvir os relatórios e de discutir.

(Procede-se à votação nominal)

As matérias foram aprovadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Os projetos foram aprovados e será feita a comunicação à Mesa. Senador Valdir Raupp vota também com os Relatores. Peço que registre o voto de S.Ex^a. Senador Wellington Salgado pela ordem.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PL-MT) – Eu gostaria de ler o esclarecimento quanto a essa questão da TV UniBH em Ouro Preto, Sr. Presidente, que foi lacrada pela ANATEL – “O Ministério das Comunicações recebeu denúncia de uso irregular contra a emissora de Ouro Preto, Minas Gerais, TV UniBH. Constantemente o Ministério recebe

inúmeras denúncias e as repassa a ANATEL, entidade responsável pela fiscalização. A ANATEL apurou que havia um link entre o estúdio e a retransmissora, o que não é permitido legalmente a um canal de RTV, ou seja, de retransmissão. Portanto, no dia 9 de março, a ANATEL lacrou o link da TV UniBH Inconfidentes, assim como faz com todas as entidades que prestam serviço sem qualquer autorização. Independente da origem da denúncia, mesmo que seja anônima, a ANATEL tem a obrigação legal de fiscalizar e não permitir que a entidade de retransmissoras mistas, conforme a legislação em vigor, utilize um link entre o estúdio da emissora e sua torre de transmissão. Por isso a ANATEL lacrou o link e emitiu o respectivo Auto de Infração. No ano de 2002, a entidade fez um pedido para transformar a emissora de Retransmissora Mista para Estação Geradora, no entanto esse procedimento não foi autorizado pelo Congresso Nacional. Sendo assim a entidade não pode operar como geradora. O Projeto Decreto Legislativo sobre a autorização da UniBH para se tornar geradora de programa no Município de Ouro Preto está tramitando no Senado Federal desde 3 de Março de 2003, PDS 563 de 2003. O laudo técnico da ANATEL esclarece que o motivo da determinação da interrupção do serviço, foi o uso não autorizado de rádiofrequência, no caso o link, conforme determina o art. 183 da lei 9472 de 18 de julho de 1997, bem como os artigos 7980 do RUER [10:29:8]. Outro fato constatado pela ANATEL, foi utilização do equipamento sem a devida certificação homologação, que é uma infração prevista no art. 55, V, alínea “b”, do art. 62, resolução 242 de 30 de novembro de 2000”. Portanto, Sr. Presidente, foi essa a razão que a ANATEL lacrou a rádio. Eu tenho certeza que o Ministro Hélio Costa, sendo um bom mineiro e sempre defendendo as causas de Minas Gerais, até com rigor assustador, terá o maior carinho em tratar dessa tramitação e cuidar, assim que chegue essa autorização daqui do Senado, para transformar essa TV em geradora.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – A Mesa tomará as providências solicitadas por V.Ex^a.

Item nº 1 – Projeto de Lei do Senado 397, dispõe sobre o registro dos Circos perante o Ministério da Cultura e sobre as medidas de proteção aos...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – ...circenses e dá outras providências. Pela ordem, Senador José...

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Pela ordem, Sr. Presidente, antes de iniciar, discutir esse projeto, eu queria registrar apenas o seguinte – nós,

desde o dia, se não me engano, 6 de fevereiro e hoje nós já estamos em 27 de março, que nós aprovamos aqui, por unanimidade, um convite ao Presidente da PETROBRAS, e também aprovamos na Comissão de Infra-Estrutura, para que ele falasse especificamente sobre os problemas gerais da PETROBRAS e, especificamente, sobre a questão da Auto-Suficiência e da Campanha da Auto-Suficiência que ele vai realizar. O Presidente da PETROBRAS até agora não se dignou a vir aqui. Provavelmente ele é muito ocupado. Mas em compensação ele teve tempo de ser garoto propaganda do programa eleitoral do PT. Então ele tem tempo para ser garoto propaganda do programa eleitoral do PT, é um direito dele se ele quer fazer, agora não tem tempo para vir aqui na Comissão de Educação de Infra-Estrutura para falar sobre os assuntos da sua empresa. Tudo bem, nós aguardamos, eu já falei ontem com o Senador Tião Viana, com a Senadora Ideli Salvatti. Há uma série de questões lá na PETROBRAS que precisam ser esclarecidas, inclusive o contrato da GDK, que é aquela empresa que deu o Land Rover do Silvinho. Há a questão da campanha, que todos sabem, foi feita por... como é que chama? Por Duda Mendonça. Então, tem muita coisa assim para ser investigado, Sr. Presidente. Então, eu quero dizer aqui, espero ter apoio dos colegas, que se até quarta-feira da semana que vem, o Presidente da PETROBRAS não vier a essa Comissão, eu vou iniciar coleta de assinaturas para fazer uma CPI para que nós investiguemos essas irregularidades, e espero contar com o apoio de todos. Porque na CPI, nós podemos convocá-lo. Se ele não vier, aí... ele tem que vir “em vara” como se chama. Já que aqui ele não respeita a Comissão nem o Senado, ele é um Presidente da PETROBRAS que... o Senador Dutra veio aqui, se não me engano, duas ou três vezes no Senado. Ele aparentemente nunca veio aqui e está convocado, convidado, porque nós não vamos convocar, ele não veio. Então se ele não vier até quarta-feira, eu espero a colaboração de V.Ex^a. e dos demais colegas para que nós possamos fazer uma CPI, aí quem sabe ele não vem. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Aprovado o requerimento de V.Ex^a., a Mesa responde. Foi enviado o convite ao Presidente, por duas vezes. Ele declinou do primeiro convite dizendo que tinha alguns compromissos, e nós então dissemos que ele marcasse a data, e ele marcou. Só que ele, hoje, manda um ofício que nem na data, que ele mesmo marcou, ele poderá vir. V.Ex^a. sabe que a Comissão não pode convocá-lo, mas pode convidá-lo. E nós vamos reiterar e remeter a ele, determino aqui à Secretaria.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Mas a CPI pode, a CPI pode convocá-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Se até quarta-feira ele não vier, a CPI o convocará.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Senador César Borges com a palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Ainda com relação a este mesmo assunto, eu queria sugerir ao Senador José Jorge, que na verdade iniciasse desde já a coleta de assinaturas para convocar a CPI com relação à aplicação de recursos da PETROBRAS, em particular, o desvio da função precípua da empresa, que é lesiva aos interesses nacionais e aos acionistas. Porque a PETROBRAS tem usado e abusado de aplicar recursos, da empresa, até para ajudar campanhas eleitorais, para fazer uma publicidade, toda ela convocação eleitoreira, que não diz interesse do país e dos seus acionistas. Eu acho que já passamos do momento de solicitar uma CPI sobre as atitudes da PETROBRAS. Inclusive o Tribunal de Contas da União está obrigando o Presidente da empresa à devolução de recursos. Demonstrando que houve beneficiamento a algumas empresas privadas, e houve superfaturamento de obras. Isso foi noticiado em toda a imprensa nacional, o posicionamento do Tribunal de Contas da União, exigindo do Presidente inclusive, devolução de muitos recursos – superfaturamento em 28 milhões de dólares em uma plataforma – então, eu acho, que dentro das nossas responsabilidades, a responsabilidade do Senado Federal, está a convocação de uma CPI com relação à PETROBRAS, que independe da vinda dele ou não a esta Comissão. É esse ponto, Senador José Jorge, que eu queria destacar. Eu acho que não precisa, necessariamente, que ele venha ou não. É preciso que abra uma CPI, que o Tribunal de Contas já fez esse tipo de diagnóstico, e cabe a nós, aqui no Senado, investigarmos profundamente a malversação de recursos dessa importante estatal brasileira. Era isso aí, Sr. Presidente, muito obrigado.

SENADOR FERNANDO BEZERRA (PTB-RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Senador Fernando Bezerra, com a palavra, pela ordem.

SENADOR FERNANDO BEZERRA (PTB-RN) – Sr. Presidente, eu, infelizmente não estava aqui no momento em que como Relator do Projeto Legislativo que autoriza o funcionamento de uma emissora de rádio em Apodi, eu quero agradecer ao Senador Lobão

por ter me substituído como o Relator, e queria cumprimentar o povo de Apodi, sobretudo o seu Prefeito, Dr. Pinheiro, por essa conquista do povo daquele Município do Rio Grande do Norte. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – A Mesa também apresenta os seus cumprimentos ao Prefeito dessa importante cidade do seu Estado, por essa conquista, e o Senador Edison Lobão – exatamente – substituiu V.Ex^a. como Relator *ad hoc*, com relatório também favorável redigido por V.Ex^a.

O item 1, nós estávamos anunciando aqui, que o relatório está ausente. Nós temos aqui inúmeros representantes das casas circenses brasileiras, que são bem-vindas aqui na Comissão, e eu queria, então, dizer que nós estamos deixando por último, aguardando que o Relator, que está em viagem, possa chegar para apresentar o seu relatório.

Então, passamos para o item nº 2. O item número 2 é... o Demostenes Torres está ausente. Então ele pediu para aguardar, porque ele está presidindo, aqui do lado, a Comissão de Ética.

O item nº 3 – é o Projeto de Lei do Senado 291. Altera a Legislação Tributária Federal, para incluir os estabelecimentos de Ensino Médio entre as pessoas jurídicas passíveis de adesão ao sistema integrado do imposto de contribuições de microempresa das empresas de pequeno porte SIMPLES, e dá outras providências. O Autor é o Senador Ney Suassuna e o Relator é o ilustre Senador Gilberto Mestrinho, que tem a palavra para proferir o seu relatório. Com a palavra S.Ex^a.

SENADOR GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras. É submetida a esta Comissão o projeto do Senador Ney Suassuna, que procura incluir entre os institutos privados do Ensino Médio, entre as pessoas jurídicas beneficiárias de adesão ao sistema integrados imposto de contribuições das microempresas e das empresas de pequeno porte. Instituído por meio da Lei 9.317 de 96. De acordo com a seguinte proposição, o estabelecimento de Ensino Médio são incluídos no Inciso II do §, art. 1º da lei 10334 de 2000 juntamente com o estabelecimento ensino fundamental, passando assim a fazer jus a adesão ao SIMPLES. Projeto expõe toda as razões de atender ao seu objetivo e as empresas têm recorrido ao Poder Judiciário, motivado, sobretudo, por reduções que chegam 50% da carga tributária a elas impostas. Há no Congresso diversas iniciativas buscando atingir esse objetivo. O que se refere a facilitar, criar condições ou criar estímulos na Educação, deve ter o apoio de todos sempre, já que as medidas tomadas em relação à Educação, não atingem e nem

o tem atingido os objetivos, daí o atraso que estamos vivendo no processo de desenvolvimento econômico e social. Em face disso o Parecer, é pela equidade de tratamento fiscal começadas por agentes econômicos... requisitos para acesso na medida do SIMPLES, inexistindo razões para que um segmento da Educação Básica seja discriminado. Em face disso o Parecer é favorável ao projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O Relator representado por S.Ex^a., o Senador Gilberto Mestrinho, é favorável ao Projeto de Lei que inclui as escolas no SIMPLES, e dá outras providências. Em discussão o projeto. Senadora Fátima Cleide, inscrita, com a palavra para discutir.

SRA. SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Sr. Presidente, eu gostaria de discutir um pouco mais o projeto e ter um pouco mais de conhecimento sobre ele. Então, nesse momento, eu gostaria de pedir vistas para que a gente pudesse ter mais conhecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Pedido de vista da Senadora Fátima Cleide atendido. O projeto fica suspenso na pauta, por 5 dias ou por 5 Sessões.

O item de nº 2. Trata-se... ah, Valdir Raupp, chegou.

Item nº 4, Projeto de Lei do Senado nº 282 de 2005. Dispõe sobre as ações de publicidade da Administração Pública. O autor é o Senador Marco Maciel, o Relator o Senador Valdir Raupp. Na reunião do dia 7 foi concedida vista ao Senador Geraldo Mesquita que não apresentou manifestação por escrito. A matéria é terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Senador Valdir Raupp com a palavra para proferir o seu relatório.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a compreensão de V.Ex^a. e dos nobres pares para retirar de pauta para que o Geraldo pediu, o Senador Geraldo Mesquita, que ainda não foi possível ele apresentar os seus argumentos para a modificação do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O pedido de vista encerrou o prazo, só se pedir reexame.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Então eu peço para reexame.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Submeto ao Plenário, ninguém contra, concedido o reexame.

Item nº 2. O Senador Demostenes Torres não está presente. Trata-se do Projeto de Lei do Senado que institui o ano de 2008 como o Ano Nacional Machado de Assis. O autor é o Senador Marco Maciel, Relator é o Senador José Jorge, que é Relator *ad hoc*, já que

o Senador Demostenes Torres não está presente e a matéria constou da pauta das reuniões do dia 14 e do dia 21. Com a palavra para relatar o item nº 2, o Senador José Jorge.

SR. RELATOR AD HOC SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Deixa eu achar aqui. Qual é a página aí? Já achei. Da Comissão de Educação em caráter terminativo, sobre o Projeto de Lei do Senado 187 de 2005, que institui o ano de 2008 como Ano Nacional Machado de Assis. Relator – Senador Demóstenes Torres. Relatório – Venho à Comissão de Educação em sede de edição terminativa, Projeto de Lei do Senado número 187 de 2005, de autoria do Senador Marco Maciel, que institui o ano de 2008 como o Ano Nacional Machado de Assis, em homenagem ao centenário de sua morte. Em sua justificação, o Senador enfatiza a importância do escritor Machado de Assis e a necessidade de homenageá-lo no ano de centenário de sua morte. Não fora apresentado Emendas ao projeto. Análise – Eu posso, talvez, pedir ao Senador...

[24:16:5] [corte no áudio]

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – ...ao nobre Senador José Jorge, dizer de fato que o Senador Demostenes Torres fez um bem estudado e competente Parecer de mais de 30 laudas, então, talvez até por economia processual seja, talvez, conveniente que V.Ex^a. só leia, talvez, as conclusões e o voto.

SR. RELATOR AD HOC SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Certo. Na realidade há uma, há uma análise bastante ampla. E depois da análise existe o voto. Diante do exposto o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 187 de 2005. Então, portanto, Sr. Presidente, elogiando o trabalho do Senador Demostenes Torres, que fez uma ampla análise da obra de Machado de Assis e de sua importância para o país, eu gostaria de dizer que o meu Parecer é favorável, e eu acho que no debate o Presidente Marco Maciel poderá também dar uma justificativa do projeto. Então – favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O relatório apresentado pelo Senador José Jorge é favorável. Em discussão. Com a palavra o autor do projeto, Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, eu gostaria trazer apenas algumas achegas às colocações feitas no alentado Parecer que ofereceu o nobre Senador Demostenes Torres, que não se encontra presente por se encontrar, nesse momento, presidindo a Comissão de Ética do Senado Federal. E sem querer me alongar, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que a razão pela qual apresentei a referida propulsão, prende-se ao fato de ser o ano de 2008, aquele que registra o centenário do falecimento de Machado de Assis. Que foi, certamente, um escri-

tor que deu um grande impulso à literatura brasileira. Não somente pela sua enorme produção intelectual em vários campos da atividade literária, mas também pelo trabalho que ele realizou criando condições para que se estabelecesse ao lado de outros intelectuais, a Academia Brasileira de Letras, mas também pela ação pouco conhecida, que ele cumpriu também como analista político. É de Machado de Assis, entre muitas suas obras, o trabalho chamado O Velho Senado. Ele comparecia com frequência às Sessões do Senado, ficava na galeria, e transformava as suas observações em artigos que publicava no jornal, e isso fez com que também, por esse caminho, ele desse uma contribuição ao conhecimento, ao melhor conhecimento da política brasileira. Não somente do Império, ele foi monarquista como é reconhecido, como é dito e reconhecido, mas também durante o início do período republicano. Ele era um escritor que tinha, como disse certa feita, instinto de nacionalidade, ele tinha instinto de nacionalidade, ele pensava o Brasil, seu povo, suas instituições. E projetou, e muito, o Brasil que àquela ocasião ainda não tinha, não possuía escritores de reconhecimento internacional. E por momento em que se celebra o centenário de sua morte, ocorrida, portanto, em 1908, é um instante para que nós reflitamos sobre as questões culturais brasileiras, e de modo mais geral, sobre questões ligadas à cultura brasileira, inclusive as relativas à Educação, Ciência e Tecnologia. Por isso apresentei a propulsão e o Senador Demostenes Torres fez um excelente e competente voto, que espero seja acolhido pelos demais membros da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Continua em discussão o projeto de autoria do Senador Marco Maciel que instituiu o ano de 2008 como o Ano Machado de Assis. Não tendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Em votação – A votação é nominal, projeto terminativo.

(Procede-se à votação nominal)

A matéria foi aprovada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Aprovado. Aprovado o projeto, a comunicação será feita à Mesa da Casa.

O item nº 5. Eu queria dizer que o Presidente da PETROBRAS nos telefonou aqui há pouco, através da Senadora Fátima Cleide, dizendo que ele gostaria de ter vindo hoje, mas foi, foi convidado pelo Presidente da República a inaugurar um Pólo Petroquímico no Rio de Janeiro e não pôde, mas que ele quer vir, deseja vir e virá aqui à Comissão. Nós vamos marcar agora com ele, vamos telefonar ainda depois dessa Sessão. Senador Wellington Salgado, pela ordem. Ah, não, Senador José Jorge.

SR. SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – É só pra dizer o seguinte – Nós já demos o prazo, se não me engano o meu requerimento é de que dia?

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – É bem antigo... uns trinta dias.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – 6 de fevereiro. Eu na realidade eu vou aguardar até quarta-feira. Se ele puder vir, tudo bem, nós receberemos aqui, nós receberemos a qualquer dia. Se ele não quiser vir eu vou começar a recolher as assinaturas.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – 7/2, o requerimento de V.Exa.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – 7/2. Hoje é 27/3... Então nós já temos mais de 40 dias e não tem justificativa para que ele não venha aqui. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Item nº 5. Projeto não terminativo. Lei da Câmara 037 de 2005. Dá nova redação ao parágrafo único remunerado com o § 1º e acrescenta § 2º. Ao art. 25 da Lei 8313 de 23 de dezembro de 1991, que restabelece princípios da Lei 7505 de 2 de julho de 1986, e institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura, PRONAC, e dá outras providências. O autor é o Deputado Luiz Carlos Hauly, o Senador Demostenes Torres seria o Relator, mas a matéria como já constou da pauta das reuniões dos dias 14 e 21, a Mesa nomeia o Senador Juvêncio da Fonseca o Relator *ad hoc*. Com a palavra S.Exª.

SR. RELATOR AD HOC SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Sr. Presidente, honrosamente substituindo o Senador Demostenes Torres, que é o Relator desse projeto, eu leio o relatório. O Projeto de Lei da Câmara nº 37 de 2005, de autoria do Deputado Luiz Carlos Hauly, altera a redação do parágrafo único do art. 25 da Lei 8313 de 91. A alteração proposta ao § 1º, promove o ajuste de redação requerido pela inclusão do novo § 2º, e neste se estipula a obrigatoriedade de apresentação em pequenas e médias cidades dos espetáculos de artes cênicas beneficiados com os incentivos fiscais facultados pela Lei Rouanet como forma de promover a difusão cultural. Ao considerar a difusão das artes cênicas pelas cidades do interior do país, tão carentes de acesso a essa modalidade de expressão artística, o mérito da proposição parece inquestionável. No entanto a obrigatoriedade prevista no Projeto de Lei criará certamente mais um obstáculo de difícil superação para a já sacrificada Área das Artes Cênicas. Não haverá recursos para o cumprimento da exigência proposta. Sejam oriundos do orçamento da união, sejam provenientes do patrocínio de empresas. Sem o necessário subsídio as companhias teatrais, às voltas com os seus orçamentos deficitários, sequer poderiam pensar em arcar com esse ônus. Não

é difícil vaticinar que ao cumprir o que exige o Projeto de Lei, as referidas companhias estariam fardadas à falência e à extinção. Nesse sentido, pelas razões expostas, entendo que a aprovação em análise, apesar de sua benéfica intenção inicial, não contribui para a desejável consolidação das artes cênicas brasileiras. Voto do Senador Demostenes Torres – pelo exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2005, e do 5239, de 2001, na origem. Esse é o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Parecer apresentado por S.Exª., o Senador Juvêncio da Fonseca, é pela rejeição do projeto. Parecer que foi redigido pelo Senador Demostenes Torres e S.Exª. como Relator *ad hoc*, consente e apóia o dito Parecer pela rejeição. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, encerrada a discussão. O projeto vai à votação. Os contrários se manifestem. Rejeitado. Contrários ao relatório, é claro.

Item nº 6, Projeto de Lei do Senado 105 de 2005. Altera a Lei 8666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos de administração pública, com vistas a fomentar as atividades esportivas culturais e de lazer, por meio da fixação de condições especiais, para alienação de imóveis de propriedade pública. O autor é o Senador Paulo Otávio, o Senador Demostenes Torres não pode comparecer, está presidindo a Comissão de Ética, designado Relator *ad hoc* o Senador Wellington Salgado, já que a matéria constou da pauta das reuniões do dia 14 e 21. Essa matéria é terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Com a palavra o Senador Wellington Salgado, o Relator *ad hoc*.

SR. RELATOR AD HOC SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de ler completamente a análise feita pelo projeto pelo Senador Demostenes, visto que é uma atitude importante esse relatório e essa análise. Vamos lá, o projeto em exame manifesta intenção de incentivar o desenvolvimento das atividades esportivas culturais e de lazer. Para tanto institui dispositivo ilegal que oferece condições especiais de acesso a imóveis públicos por parte de entidades civis sem fins lucrativos, para que elas promovam tais atividades em benefício de comunidade carente ou grupo de trabalhadores. O autor do projeto em sua justificação, aduz a argumentação que a legislação vigente que impõe a exigência de licitação pelo critério da melhor oferta para a alienação de imóveis públicos, é fonte de iniquidade, ao tratar igualitariamente situações em si desiguais. Dessa forma, entidades como clubes esportivos e sindicatos, associações e organizações não-governamentais seriam levados a concorrer em condições desvantajosas

com empresas privadas, para ter acesso a imóveis de propriedade pública. Por esse raciocínio, a obrigatoriedade de estabelecimento de licitação do tipo maior oferta para a alienação de imóveis públicos, estaria muitas vezes impedindo a administração pública de promover o uso socialmente adequado desses bens. O projeto em análise traria uma contribuição nesse sentido, auxiliando o cumprimento dos mandamentos constitucionais que determinam a responsabilidade do Estado ao fomento de atividades culturais, esportivas e de lazer. Não obstante, o seu louvável propósito cumpre-nos apontar os pontos frágeis da argumentação expedida. A exigência de que a alienação de imóvel de propriedade pública seria efetuada por meio de licitação que consagra a melhor oferta para a administração, tem precisamente o objetivo de fazer com que o interesse público seja colocado em primeiro plano, nesse processo. É uma norma que visa garantir que os benefícios da alienação de bens de patrimônio comum de todos revertam-se integralmente em favor da sociedade. A aceitação de outra proposta, que não é a mais vantajosa para o Estado, corresponderia a uma irresponsável dilapidação do patrimônio público, em flagrante a afronta ao bem comum, subvertendo o princípio de supremacia ao interesse público sobre o privado, o próprio art. 17 da Lei 8666 de 1993, ao qual o projeto em exame pretende acrescentar dispositivos, faz referência em seu caput ao devido trato a ser dado a coisa pública. Estabelecendo, que a alienação de bens de administração pública, é subordinada à existência de interesse público, devidamente justificado. E será precedida de avaliação. A legislação concernente, a alienação dos imóveis públicos, portanto, já traz em si disposição afinada com a preocupação de atender ao interesse público, que corresponde à adequação social desse processo. É de se lembrar ainda, que os imóveis públicos alienados ao serem incorporados ao patrimônio de particulares, não deixam de estar sujeitos ao cumprimento de sua função social, mesmo que esses particulares desenvolvam atividades com intenção de lucro. Para os imóveis urbanos, o respeito a essa função social decorre do cumprimento das disposições firmadas pelo Poder Público no plano diretor de ordenamento territorial. Não se justifica, portanto, a inquietação quanto à possibilidade para a legislação atual, para a alienação de imóveis públicos, não promova o uso adequado desses bens, pelo contrário, ela tem o objetivo de assegurar que esse processo beneficie o erário, que dessa forma terá mais recursos para a consecução dos objetivos constitucionais do Poder Público. Inclusive, quanto ao acesso de toda a população aos bens culturais e às atividades de lazer e esporte. Ademais, o Projeto de Lei do Senado 105

de 2005 incorre em uma impropriedade de técnica legislativa, ao pretender introduzir uma determinação com referência aos institutos da permissão e da concessão de uso de bens públicos, é um dispositivo legal dedicado a fixar regras para alienação desses bens. De fato, a permissão e a concessão de uso dizem respeito à modalidades de utilização de bens públicos pelo particular, não havendo transferência de título de propriedade. O domínio sobre os bens nesse instituto permanecem no âmbito do direito da administração. Pelos particulares meramente é acesso a sua posse em caráter precário. Alienação não é configurada nesses casos como se depreende da determinação esculpida no inciso IV do art. 6 da Lei 8666 de 93, que determina o termo alienação para fins de diploma legal como toda a transferência de domínio de bens a terceiros. Voto. Referente aos argumentos aduzidos concernentes ao mérito e à técnica legislativa, eu voto pela rejeição do projeto do Senado nº 105 de 2005.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Voto apresentado por S.Ex^a., Senador Wellington Salgado é pela rejeição do projeto. Em discussão. Senador Romeu Tuma com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu até para fortalecer o Relator *ad hoc*, o Relator Demostenes Torres, há um problema sério em São Paulo, Senador, que é a área usada pelo Círculo Militar de São Paulo, aonde uma área vazia foi concedida para fins sociais, e foram construídas várias modalidades de esporte, piscina, quadras de... todo aquela mega de esportes, houve investimentos permanentes, eu acho que deve ter mais de 30 anos este trabalho, e agora a Prefeitura pediu a desocupação, segundo a alegação de falta de cumprimento de determinadas contrapartidas, que teriam principalmente o atendimento àquelas crianças de rua e outras coisas. Então, eu sou membro do Círculo Militar, desde a sua fundação, quase, mas estamos fazendo um apelo para o Prefeito José Serra, que reveja, mas há uma forma dessas Sessões. Então eu acho que o Relator tem razão. Eu acho que a gente tem que concordar, porque qualquer modificação trará aquilo que é bom para a Prefeitura ou para o Governo, V. Exa. foi Governador e sabe, tem que fazer imposições para... tem que ter a contrapartida do interesse público. Então, o relatório está perfeito, eu peço venia aí para intervir, mas ser favorável a V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Então o relatório é pela rejeição. Em discussão. Não tendo ninguém querendo discutir, encerrada a discussão. Em votação o terminativo na Comissão de Justiça. Rejeitado o projeto.

O item 1, o Relator não chegou até o momento, eu não posso designar um Relator *ad hoc*, eu vejo que

os nossos atores, artistas, proprietários de circos no Brasil, vieram todos para cá na esperança da aprovação. Eu quero garantir a eles que, na próxima Sessão ele será também o item nº 1, com a presença do Relator para que ele seja relatado aqui, e seja atendida a aspiração e o desejo dos Senhores.

A Mesa comunica ao Srs. Senadores o recebimento de correspondência do Ministro da Educação, encaminhando resposta do requerimento de informação de autoria do Senador Wellington Salgado, solicitando informações a respeito das reuniões do Conselho Nacional de Educação, desde a nomeação do Dr. Nelson Maculan Filho, Secretário de Ensino Superior. Os Senadores que desejarem uma cópia deverão se dirigir à Secretaria dessa Comissão. A matéria vai ao arquivo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Senador Wellington Salgado pela ordem.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Olha, eu dei uma olhada aqui nessa frequência. Segundo aqui o Sr. Paulo Renato, Sr. Nelson Maculan não faltou a uma reunião do Conselho. Quem assina? É o Ministro que assina mandando para cá, por favor, Sr. Presidente? É o Ministro Fernando Haddad?

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Sua Excelência, o Sr. Ministro.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Veja bem, Sr. Presidente, eu tenho certeza, tenho certeza, e vou chamar alguns Conselheiros se na próxima reunião não ver se houve algum erro com relação a isso. Eu vou meter um ofício, chamando os Conselheiros que estão saindo, para ver se o Sr. Nelson estava em todas as reuniões, porque a informação que eu tenho é que ele não estava. E o que é pior, que aqui ele está presente em todas! Então, se até a próxima reunião não vier uma correção, eu vou pedir ofício chamando os Conselheiros para conferir isso aqui. Porque por muito menos, por muito menos, mentira já deu coisa pior aqui no Senado. Por muito menos. Então já pedi, veio essa informação, tá bom, Sr. Presidente, para mim eu estou satisfeito, vou esperar até a próxima reunião, se não aparecer o esclarecimento quanto a isso, eu vou pedir o ofício, que venham aqui os Conselheiros para ver se o Sr. Nelson estava presente nas reuniões.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Permite um aparte, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Senador Romeu Tuma com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Só porque se pode ficar sustado esse ofício aguardando a compreensão...

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – É um comunicado, já mandei arquivar.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Arquivar... porque ficou a dúvida com que levantou o Senador.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Eu vou pegar, Senador Tuma, eu vou ficar dessa maneira, semana que vem, se não vier um esclarecimento melhor sobre isso, eu vou pegar outro ofício e vou chamar aqui os Conselheiros que estão saindo do Conselho, para ver se estava realmente presente em todas as reuniões do conselho, o Sr. Nelson Maculan. Porque o pessoal tem que aprender, que aqui no Senado, você pode até responder o que não é satisfatório, mas tem que falar a verdade. Aqui você tem que assumir a responsabilidade sobre os seus atos. Já deu coisa pior, recente. Por muito menos. Eu, inclusive, Senador Tuma, eu fui, estava na Comissão, fui Presidente da Caixa Econômica, e lá eu fui iludido. Eu vou manifestar hoje na CPI dos Bingos isso. Por que mentiram para mim.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Nós estávamos juntos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Não. O Senhor foi na Polícia Federal, estou falando na Caixa Econômica. Mentiram pra mim, Senador. Mentiram para mim. Eu defendo esse Governo, o Senhor sabe disso. Gosto do Presidente Lula, como ele foi iludido eu também fui. Eu fui lá, vi todas as facilidades e mentiram para mim lá, vou colocar na CPI dos Bingos essa posição hoje.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ao prevalecer a mentira o país será destruído.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Viu, Sr. Presidente, só isso. Não vou polemizar mais, vou esperar para ver.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – A Mesa aguarda o requerimento de V.Exa.

A Mesa comunica também um recebimento de correspondência do Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União. O Ministro Walton Alencar encaminhando cópia de acórdão proferido nos autos do processo TC 017, sobre o Centro Federal de Educação Tecnológica, Celso Suckow, na CEFET – Rio de Janeiro. Os Senadores que desejarem uma cópia poderão se dirigir à Secretaria dessa Comissão. A matéria vai ao arquivo.

De acordo com o art. 89 do Regimento Interno do Senado Federal indico para ser reconduzido aos qua-

dros da Subcomissão Permanente de Cinema Teatro e Comunicação Social, na vaga de titular do PMDB, o Senador Geraldo Mesquita.

Antes de encerrar, a Mesa quer agradecer aos Senadores José Jorge, Edison Lobão, Juvêncio da Fonseca, Leonel Pavan, Wellington Salgado de Oliveira, Valdir Raupp, Gilberto Mestrinho, Fátima Cleide, Eduardo Azeredo, Romeu Tuma, Marco Maciel e César Borges a presença nesta reunião, com a qual contribuíram com suas palavras, seus apartes e seus relatórios. A Mesa agradece a presença de todos, e declara encerrada a reunião convocando a próxima para terça-feira da semana que vem, às 11 horas. Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 12h7min.

Ata da 7ª Reunião Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 4 de abril de 2006.

Às onze horas e dezenove minutos do dia quatro de abril de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Gerson Camata e com a presença dos Senhores Senadores José Jorge, Maria do Carmo Alves, Juvêncio da Fonseca, Leonel Pavan, Wellington Salgado de Oliveira, Valdir Raupp, Gilberto Mestrinho, Paulo Paim, Fátima Cleide, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Jonas Pinheiro, César Borges, Cristovam Buarque, Marco Maciel, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Gilvam Borges, Geraldo Mesquita, Luiz Otávio e Delcídio Amaral, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Edison Lobão, Marcelo Crivella, Maguito Vilela, José Maranhão, Ney Suassuna, Aelton Freitas, Roberto Saturnino e Mozarildo Cavalcanti. Justificam a ausência os Senadores Teotônio Vilela Filho e Sérgio Cabral. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, registra a presença, para acompanhar a reunião, da Família Zanchettini (Circo Zanchettini); Família Stevanovich (Lê Cirque); Família Portugal (Circo Storil); Família Araújo (Circo Camaleão); Família Portugal (Circo Portugal); Família Soares (Circo Mundial); Família Stevanovich (Circo Rússia); Família Zanchettini (Circo Torriccele); Família Neves (Circo Roither); Senhor José Clementino de Oliveira, Diretor da Escola Nacional de Circo, Fundação Nacional de Artes – Ministério da Cultura e do Ator Marcos Frola, (Gran Circo Popular do Brasil). O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência submete a deliberação da pauta de Projetos Decretos Legislativos,

o que é aprovado. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da Pauta. **Item 01 – Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Beneficente Cultural Cidade dos Sonhos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Alto, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 02 – Projeto de Decreto Legislativo nº 135, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cidade de Mairinque a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mairinque, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 03 – Projeto de Decreto Legislativo nº 149, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Professor Falcão – FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Toritama, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 04 – Projeto de Decreto Legislativo nº 151, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Barros Cassal – ASCOBAC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barros Cassal, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 05 – Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Syria de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boa Vista do Buricá, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 06 – Projeto de Decreto Legislativo nº 117, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Thesaleia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Gama, Distrito Federal”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilberto Mestrinho e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 07 – Projeto de Decreto Legislativo nº 170, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de De-

envolvimento Artístico e Cultural de Humaitá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Humaitá, Estado do Amazonas”. O relator designado é o Senador Gilberto Mestrinho e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 08 – Projeto de Decreto Legislativo nº 144, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Alternativa FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Corda, Estado do Maranhão”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Geraldo Mesquita e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 09 – Projeto de Decreto Legislativo nº 169, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Alto Alegre do Pindaré – ARCAP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Alto Alegre do Pindaré, Estado Maranhão”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Geraldo Mesquita e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 10 – Projeto de Decreto Legislativo nº 112, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Carapebus Livre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Carapebus, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado é o Senador Sérgio Cabral e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 11 – Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Nova FM Anastácio Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Anastácio, Estado do Mato Grosso do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Geraldo Mesquita e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 12 – Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Rui Barbosa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso”. O relator designado é o Senador Jonas Pinheiro e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 13 – Projeto de Decreto Legislativo nº 178, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Educativa FM de Cuiabá – MT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso”. O relator designado é o Senador Jonas Pinheiro e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 14 – Projeto de Decreto Legislativo nº 081, de**

2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Ubaitaba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ubaitaba, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador César Borges e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 15 – Projeto de Decreto Legislativo nº 089, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação do Desenvolvimento Cultural e Comunitário dos Produtores Rurais de Piritiba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piritiba, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador César Borges e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 16 – Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Empresa Rádio Clube de Salvador Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Salvador, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador César Borges e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 17 – Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Trans Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabuna, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador César Borges e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 18 – Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Rio Una – ARDRU a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Valença, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador César Borges e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 19 – Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Curaçaense Comunitária de Rádio e Difusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curaçá, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador César Borges e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 20 – Projeto de Decreto Legislativo nº 154, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Jerusalém de Radiodifusão e Ação Social – Jerusalém a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pé de Serra, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador César Borges e o projeto é apro-

vado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 21 – Projeto de Decreto Legislativo nº 156, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Oceânica FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Morro do Chapéu, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador César Borges e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Finda a deliberação da Pauta de Projetos de Decretos Legislativos, a Presidência inicia a apreciação da pauta de Projetos de Lei – **Item 01 – Projeto de Lei do Senado nº 397, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Álvaro Dias que, “Dispõe sobre o registro dos circos perante o Ministério da Cultura e sobre as medidas de proteção aos animais circenses e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, na forma do substitutivo oferecido. O Senhor Senador Leonel Pavan, que na discussão da matéria apresentou uma (1) emenda ao substitutivo, que recebeu parecer oral, pela rejeição, solicita a retirada da emenda. A matéria será submetida a turno suplementar segundo o que preceitua o artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 02 – Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Ney Suassuna que, “Altera a legislação tributária federal para incluir os estabelecimentos de ensino médio entre as pessoas jurídicas passíveis de adesão ao Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Gilberto Mestrinho e o parecer é favorável. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, informa aos Senhores Senadores que em virtude de apresentação de Requerimento de Tramitação Conjunta, apresentado em Plenário pela Senadora Fátima Cleide, o Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2005, não poderá ser deliberado. **Item 03 – Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho que, “Altera a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, que autoriza modalidade de concurso de prognósticos da Loteria Federal regida pelo Decreto-lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, para tornar obrigatória a divulgação de informações que especifica”. O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o parecer favorável, com a emenda nº 01-CE é aprovado. **Item 04 – Projeto de Lei da Câmara nº 099, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Daniel Almeida e outros Deputados que, “Institui o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa”. O re-

lator designado é o Senador Gilberto Mestrinho e o parecer favorável é aprovado. **Item 06 – Projeto de Lei da Câmara nº 007, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado José Priante que, “Denomina ‘Aeroporto de Santarém – Pará – Maestro Wilson Fonseca’ o aeroporto da cidade de Santarém – PA”. O relator designado é o Senador Luiz Otávio e o parecer favorável é aprovado. Nesse momento, o Senhor Senador Geraldo Mesquita requer, oralmente, a inclusão extra-pauta, de Projeto de Decreto Legislativo, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item Único – Projeto de Decreto Legislativo nº 175, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Costa Dourada para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Branco, Estado do Acre”. O relator designado é o Senador Geraldo Mesquita e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Fica adiada, em virtude da ausência do relator a seguinte matéria da pauta – **Item 05 – Projeto de Lei da Câmara nº 014, de 2006**. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e quarenta e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Gerson Camata**, Presidente da Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Invocando a proteção de Deus declaro aberta a Sessão que está sendo realizada nesse dia 14 de março às 11 horas 19 minutos e submeto ao Plenário a dispensa da leitura da Ata e sua consequente aprovação. Não tendo quem se pronuncie contra, dispensada e aprovada a Ata. Senador Geraldo Mesquita, pela ordem.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Presidente, pela ordem. Queria solicitar a V. Ex^a. a inclusão, extrapauta, do Projeto de Decreto Legislativo nº 175, que aprova o ato que outorga a permissão à Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Costa Dourada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Requerimento do Senador Geraldo Mesquita submetido ao Plenário. Não tendo ninguém contra, aprovado.

Essa é a 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da

52ª Legislatura, está sendo realizada nesse 04 de abril, numa terça-feira, às 11 horas e 19 minutos.

Nós temos uma pauta um pouco extensa das Emissoras, de Decreto Legislativo, Emissoras de Rádio e Televisão. O Item número 1 e o Item número 2 têm, como Relator, o Senador Romeu Tuma. O número 1 aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Beneficente Cultural Cidade dos Sonhos, a executar um serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Alto, Estado de São Paulo e o número 2 aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cidade de Mairinque a executar um serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mairinque, também no Estado de São Paulo.

Com a palavra S. Ex^a., o Senador Romeu Tuma, para proferir os seus Relatórios.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, essa Comissão está a analisar Projeto de Decreto Legislativo 121 da Câmara dos Deputados 1949, que aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Beneficente Cultural Cidade dos Sonhos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Alto, no meu Estado.

Toda a documentação, realmente, foi apresentada e analisada pelos órgãos competentes e, também, pela Câmara Federal com o voto favorável. De forma que, diante do exposto, informo a V. Ex^a. que também concluo o meu Relatório pela autorização da aprovação do serviço de radiodifusão de Monte Alto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Os Relatórios apresentados por S. Ex^a. Sr. Senador Romeu Tuma são favoráveis.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Falta o 2.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O número 2, com a palavra V. Ex^a. para proferir o Relatório.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pediram para demorar um pouquinho para ter mais número aí, mas é interessante a gente falar das cidades da nossa terra e aqui é de Mairinque. Mairinque, também é uma cidade próxima a São Paulo, uma cidade quase de veraneio, Senador. Então, ela tem uma projeção importante no meu Estado e são Rádios Comunitárias.

Eu tenho visto aqui, Presidente, as milhares de Rádios Comunitárias que têm vindo para aprovação desta Comissão. Eu não sei se há uma superposição de rádios, tão alto é o número e se a Agência tem condições de fiscalizar, até que ponto, porque tem a limitação da Rádio Comunitária e elas podem, realmente, ultrapassar.

Não é o caso dessas porque elas preencheram todos os requisitos, é melhor que as clandestinas que

estão por aí, quer dizer. Submete à apreciação do Executivo, do Legislativo, da Câmara e do Senado e apresentam todos os documentos pertinentes à exigência legal. Então também essa Rádio Comunitária de Mairinque, nós opinamos pela aprovação desse ato que autoriza executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mairinque do meu Estado de São Paulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O Relatório apresentado pelo Senador Romeu Tuma é favorável ao Item que autoriza a instalação de uma emissora de Rádio comunitária na cidade de Mairinque no Estado de São Paulo. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, o Projeto será votado oportunamente.

Item nº 7. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo 170/2006. Ele aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Humaitá a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Humaitá no Estado do Amazonas. A autoria é do Poder Executivo, o Relator é o Senador Gilberto Mestrinho que tem a palavra para proferir o seu Relatório. Com a palavra S. Ex^a..

SENADOR GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Sr. Presidente, Senhores Senadores, vem atrás a essa Comissão, o Projeto que autoriza a instalação de uma Rádio Comunitária na cidade de Humaitá, interior do Amazonas, em favor de propriedade da Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Humaitá. O Projeto cumpriu todas as exigências legais, segundo atesta o próprio Ministério e está em condições de ser aprovado. Por isso o voto é favorável.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador Mestrinho, para discutir se V. Ex^a....

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma para discutir.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu queria pedir licença a V. Ex^a., Senador Marco Maciel, Senador Jonas, Senador Geraldo, é uma coisa impressionante o que a gente aprende percorrendo a Amazônia, o Estado do Amazonas. Nós, que vivemos numa distância muito grande do Estado do Amazonas, achamos que é só selva, floresta, índio e discussão de exploradores de madeira, exploradores de borracha, não existindo constitucionalmente nenhuma cidade, nada que organize a sociedade local.

Eu andei por lá, Senador Marco Maciel, é impressionante o desenvolvimento de cidades que saem de Manaus, atravessam o rio, aquelas estradas asfaltadas que o Senador Mestrinho, como Governador, teve o cuidado de levar o progresso, conhecimento e esta

rádio fala em desenvolvimento da cultura e da arte. Quer dizer, objetivando lá em Humaitá, que é uma cidade do interior do Amazonas, eu percorri várias delas e digo, com sinceridade, a toda Nação, que o Estado do Amazonas é um Estado organizado, com cidades bem formadas, com produtividade e nós temos que, realmente, ver o Amazonas não como um Estado explorado, mas sim que tem que se ter investimento para ter progresso aquilo o que já começou a se desenvolver a alguns anos através de Mestrinho, de Amazonino e tantos outros governantes que por lá passaram, filhos do Amazonas.

Então, peço desculpa por estar nesse aparte, mas é por uma alegria imensa que eu tenho de ter pisado com o pé na terra do Amazonas.

SENADOR GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Senador Tuma, eu fico muito agradecido às palavras de V. Ex^a., especialmente por se tratar de Humaitá. Humaitá é uma cidade do Madeira que era chamada a terra dos Governadores. Álvaro Maia governou o Amazonas vinte e tantos anos, era filho de Humaitá. Pery Coelho, governador do Amazonas duas vezes, filho de Humaitá. Almino Affonso, brilhante Parlamentar, filho de Humaitá. Adalberto Vale que foi Parlamentar, mas foi grande empresário, filho de Humaitá. Humaitá tinha, na época, uma das maiores bibliotecas do Brasil no passado remoto.

Então, depois veio, com a queda da borracha, veio a crise total e aquelas cidades do interior entraram, também, em dificuldades. Mas agora, de uns anos para cá, tem havido, com a Zona Franca, um ressurgimento, desenvolvimento, ligação de estradas. Infelizmente a estrada BR-390 do Governo Federal foi uma estrada perdida, não foi recuperada, há uma enganação muito grande, todo Ministro promete fazer e não faz. O próprio atual Ministro, que é do Amazonas, que deixou o Ministério, prometeu fazer a estrada e não fez nenhum metro da estrada. Mas apesar de tudo isso o interior do Amazonas tem crescido bem. Muito obrigado pelo aparte de V. Ex^a..

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu que agradeço e cumprimento V. Ex^a. pelo belo Governo que fez.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, a discussão está encerrada a votação será realizada oportunamente.

Item nº 4 e Item nº 5. O Item nº 4 aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Barros Cassal a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barros Cassal, Estado do Rio Grande do Sul. E o Item nº 5 aprova ato que outorga permissão ao Sistema Síría de Comunicações para explorar o

serviço da área de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boa Vista do Buricá, também no Estado do Rio Grande do Sul. Os Projetos são de autoria do Poder Executivo e o Relator de ambos é o Senador Sérgio Zambiasi, que tem a palavra para proferir o seu Relatório.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Posso proferir ambos os Relatórios, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Ambos os Relatórios a disposição de V. Ex^a., como V. Ex^a. desejar.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado, Presidente Gerson Camata. Item 4, Terminativo, Projeto de Decreto Legislativo 151/2006, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Barros Cassal, a ASCOBAC, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barros Cassal, Estado Rio Grande do Sul. Autoria – Poder Executivo. Parecer é favorável, Sr. Presidente.

E o Item 5, também Terminativo, Projeto do Decreto Legislativo 166/2006. Aprova o ato que outorga a permissão ao Sistema Síría de Comunicações Ltda, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boa Vista do Buricá, Estado do Rio Grande do Sul. Autoria – Poder Executivo. Nosso Parecer também é favorável, Presidente Gerson Camata.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Os Relatórios apresentados pelo Senador Sérgio Zambiasi são favoráveis e estão em discussão. Não tendo quem queira discutir, encerrada a discussão. A votação será feita oportunamente.

Item nº 12. aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Rui Barbosa a executar um serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terra Nova do Norte, Estado do Mato Grosso. E o Item 13. aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Educativa FM de Cuiabá a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso. Ambos os Projetos são de autoria do Poder Legislativo e o Relator, também de ambos, é o Senador Jonas Pinheiro, que tem a palavra para proferir o seu Relatório.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, Terra Nova do Norte é um Município à margem da BR-163 que demanda Cuiabá à Santarém, dista 700 quilômetros de Cuiabá. É uma terra que foi, que nasceu com uma colonização, através de uma colonização de uma Cooperativa que para lá foram levadas 914 famílias de gaúchos da região de Nonoai. Tinha uma desavença com os índios da região e o Governo do Rio Grande do Sul, então, pediu para o INCRA uma parte daquelas terras e para

lá foram levadas 914 famílias. Virou Município, é um Município hoje que tem um potencial extraordinário e lá formou-se esta Associação Cultural para instalar esta emissora de rádio Rui Barbosa.

Por isso toda a documentação que acompanha esse PDS 137 não indiciou violação da legislação pertinente e não havendo reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade e juridicidade e técnicas legislativas, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Rui Barbosa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário na Câmara dos Deputados.

E a segunda emissora que eu tenho a honra de relatar é o Movimento Comunitário Rádio Educativa FM de Cuiabá, que também tem todos seus documentos em dia e nada fere a técnica legislativa, ela é condicional, podendo, portanto, exercer o serviço de radiodifusão comunitária na capital do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Portanto, Sr. Presidente, em ambos os casos, pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Os Relatórios apresentados por S. Ex^a., o Senador Jonas Pinheiro, são favoráveis. Em discussão ambos. Não tendo quem queira discutir, a discussão está encerrada. A votação se dará oportunamente.

Os itens de nº 14 até o nº 21, todos de autoria do Poder Executivo e têm como Relator o Senador César Borges, que tem a palavra para proferir os seus Relatórios.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente. O Item 14 é aquele que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Ubaitaba a executar serviços de radiodifusão comunitária nessa cidade, Ubaitaba, no meu querido Estado da Bahia.

O Item 15 é o Decreto Legislativo 89, que autoriza a Associação do Desenvolvimento Cultural e Comunitário dos Produtores Rurais de Piritiba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piritiba, no Estado da Bahia.

O Item 16 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 102 que aprova o ato que renova a concessão outorgada à empresa Radioclube de Salvador Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, de onda média, na cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia.

O Item 17 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 111/2006 que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Trans Radiodifusão Ltda. para explorar o

serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Itabuna, lá no Estado da Bahia.

O Item 18 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 116/2006 que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Rio Una a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Valença, Estado da Bahia.

O Item 19 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 122/2006 que aprova o ato que autoriza a Associação Curaçaense Comunitária de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curaçá, no Estado da Bahia.

O Item 20 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 154, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Jerusalém de Radiodifusão e Ação Social, Jerusalém, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pé de Serra, no Estado da Bahia.

O Item 21 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 156/2006 que aprova o ato que outorga a permissão à Rádio Oceânica FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Morro do Chapéu, no Estado da Bahia.

Para todos esses Decretos Legislativos que eu acabo de enumerar, Sr. Presidente, o nosso voto é que, tendo em vista o exame da documentação que acompanha cada um desses Decretos Legislativos, se evidencia que não há qualquer violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39/1992, Senado Federal. E não há reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa. Por isso opinamos pela aprovação desses atos. Faço aqui, de forma um conjunto apenas, por uma questão de economia processual, Sr. Presidente. Esse é o nosso voto, pela aprovação desses Decretos Legislativos abaixo relacionados, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Os Parecer apresentados pelo Senador César Borges são favoráveis à aprovação dos Decretos Legislativos das emissoras que ele citou. Em discussão os Pareceres. Não tendo quem queira discutir, os mesmos serão votados oportunamente. Queríamos solicitar, talvez, a presença porque nós temos ainda duas votações de caráter Terminativo ainda nessa Sessão.

O Item nº 03 aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Professor Falcão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Toritama, Estado de Pernambuco. O Relator é o Senador José Jorge, que estando, nesse momento, presente na CPI dos Correios, solicita ao Senador Marco Maciel que seja indicado o Relator *ad hoc*, com a palavra S. Ex^a..

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Nobre Presidente Gerson Camata, Sr^{as}. e Srs. Senadores. O presente Decreto Legislativo, o presente Projeto de Decreto Legislativo nº 149 aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Professor Falcão FM, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Toritama, uma das mais desenvolvidas cidades do agreste Pernambucano e um grande pólo têxtil de Pernambuco.

Então meu Parecer, Sr. Presidente, secundando, como Relator *ad hoc*, secundando o Parecer do Senador José Jorge é pela aprovação do referido Projeto de Decreto Legislativo, vez que ele atendeu a todas as exigências constitucionais, legais e regimentais.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O Parecer apresentado pelo ilustre Senador Marco Maciel é favorável ao Projeto. Em discussão o Parecer, não tendo quem queira discutir, encerrada a discussão, a votação será feita oportunamente.

O Item 8 e o Item 9, o primeiro, autoriza a Associação Rádio Alternativa FM... um momento, ainda, que eu dei um salto, aqui, peço desculpas ao Plenário.

O Item 6 estava na frente, claro. Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Thesaleia para o serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Gama aqui no Distrito Federal.

O Senador, é o Senador Cristovam Buarque é o Relator, não estando presente, a Presidência indica Relator *ad hoc* o Senador Gilberto Mestrinho que tem a palavra para proferir o seu Relatório.

SENADOR GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Sr. Presidente, Senhores Senadores. Como Relator *ad hoc*, eu levo ao conhecimento do Plenário que chega a esta Comissão, para exame, em caráter Terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo 117/2006 oriundo da Câmara dos Deputados destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Thesaleia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gama, Distrito Federal.

O ato foi submetido à aprovação do Congresso Nacional por meio de Mensagem Presidencial na forma da Constituição. A exposição de motivos do Ministro das Comunicações, a questão foi instruída conforme documentos, estando ciente, o que levou ao seu deferimento. O Projeto foi aprovado pela Comissão Especial da Câmara de Deputados de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática e vem agora ao Senado Federal, ou seja, da sua competência fazer o exame final. A documentação que acompanha o documento, o PDS 117/2006, não evidenciou a violação das formalidades estabelecidas na Lei 9612/98.

Em face disso e estando, totalmente, regular e de acordo com as normas regimentais o voto do Relator Senador Cristovam Buarque é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O Relatório apresentado pelo Relator *ad hoc* Senador Gilberto Mestrinho é favorável à aprovação. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, encerrada a discussão. A votação será feita oportunamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Pela ordem, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É que a CPI dos Bingos está com ato muito importante de acareação. De forma que foi pedido para permanecer aqui para dar número para votação. Eu pergunto se daria, porque também tem o do circo, que há um pedido imenso para que a gente aprove o Projeto, não queria me afastar desta obrigatoriedade e pergunto à V. Ex^a. se vai demorar muito, eu voltaria depois.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – São dois Projetos e nós já entramos e o Relator do Projeto do circo já está a caminho, mas é rápido.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Desculpe a insistência.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Então o Item 8 e 9 o Relator é o Senador Edison Lobão. Não estando presente, a Mesa designa Relator o Senador Geraldo Mesquita. Com a palavra S. Ex^a. para proferir seus Relatórios.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, os dois Projetos... O primeiro, que autoriza a Associação da Rádio Alternativa FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Barra do Corda, no Estado de Maranhão, do Senador Edison Lobão e o que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Alto Alegre do Pindaré, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Alegre de Pindaré, no mesmo Estado, receberam Pareceres favoráveis do Senador Edison Lobão e o meu vai no mesmo sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Os Pareceres apresentados pelo Senador Geraldo Mesquita são favoráveis. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, encerrada a discussão. O Projeto será votado oportunamente.

O Item último, que é Terminativo, o Item nº 11 aprova o ato que outorga a concessão à Rádio Nova FM Anastácia Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade de Anastácia, Estado do Mato Grosso do Sul.

O Relator é o Senador Delcídio Amaral, não estando presente a Mesa designa Relator *ad hoc* o Senador Juvêncio da Fonseca. Com a palavra S. Ex^a. para proferir o seu Relatório.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Presidente, o Projeto de Decreto Legislativo atendeu a todas as formalidades legais, razão porque o nosso voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O Relatório apresentado por S. Ex^a. Senador Juvêncio da Fonseca é favorável. Em discussão. Não tendo quem queira discutir o Projeto, encerrada a discussão. O Projeto será votado agora.

O Item nº 10. O Senador Sérgio Cabral é o Relator. Não estando S. Ex^a. presente, designo o Senador Geraldo Mesquita para relatar o Item de nº 10.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo 112, Sr. Presidente, que aprovado, autoriza a Associação Comunitária Carapebus Livre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carapebus no Estado do Rio de Janeiro. O nosso Parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Em discussão o Parecer. Não tendo quem queira discutir, o Parecer, a discussão está encerrada e vamos proceder então a votação de todos os itens.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Senador, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Senador Geraldo Mesquita com a palavra, pela ordem.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Eu solicitei a inclusão extrapauta do Decreto Legislativo 175.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – A Mesa pede desculpas a V. Ex^a., houve assentimento do Plenário. Trata-se do ato que outorga a permissão à Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Costa Dourada para executar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.

Com a palavra S. Ex^a. Senador Geraldo Mesquita para proferir o seu Relatório extrapauta.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – De fato, Sr. Presidente, o Decreto Legislativo nº 175 que aprova o ato que outorga a permissão a Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Costa Dourada para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre e o que me chamou a atenção e atraiu, para solicitar a inclusão extrapauta do Projeto é a finalidade da rádio, já falei, aqui, várias

vezes que rádio, o Senador Tuma, inclusive, ressaltou a importância da rádio na Amazônia, eu costumo sempre dizer que rádio na Amazônia, particularmente no meu Estado é uma estrada de comunicação entre as pessoas e isso é de fundamental, mais ainda pelo fato de que essa, em particular, a sua finalidade é de prestar serviço exclusivamente educativo. Então nosso Parecer é favorável para sua aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Em discussão o Parecer apresentado pelo Senador Geraldo Mesquita. Não tendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Vamos proceder, então, à votação dos itens que foram relatados até agora, Decreto Legislativo, com a necessidade da votação nominal.

(Procede-se à votação nominal)

As matérias foram aprovadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Senador Juvêncio da Fonseca já foi chamado e já votou. Já, então, aprovados os Decretos Legislativos que foram relatados anteriormente.

Passamos, então, na pauta dos Projetos de Decretos Legislativos, ao Item nº 01, cujo Relator é o Senador Flávio Arns. Dispõe sobre o registro dos circos perante o Ministério da Cultura e sobre as medidas de proteção aos animais circenses e dá outras providências. O Autor é o Senador Álvaro Dias e o Senador Flávio Arns é o Relator. Sendo aprovado o Substitutivo, a matéria será incluída em pauta, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria constou na pauta da reunião do último dia 28 e estão presentes, aqui, inúmeros artistas circenses da família Zanghettine(F), família Stevanowich, família Portugal, família Araújo, família Portugal, do Circo Portugal, família Soares, do Circo Mundial, família Stevanowich do circo Rússia, Zanghettine(F) do Circo Torricelli e a família Devos(F) do Circo Roite(F)

Com a palavra S. Ex^a. o Relator, para proferir o seu Relatório, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço, Sr. Presidente, cumprimento, também, todas as pessoas representantes da família circense que estão presentes nessa reunião da Comissão de Educação.

E, em função da natureza do Projeto, eu leio não só a análise, mas também, se V. Ex^a. me permite, o Relatório. O Projeto de Lei do Senado nº 397/2003 que dispõe sobre o registro dos circos perante o Ministério da Cultura e sobre as medidas de proteção aos animais circenses a dá outras providências, foi distribuído à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão Terminativa, a esta Comissão de Educação.

Depois de aprovado na Casa, na forma de Substitutivo, cabe à Comissão de Educação, nessa oportunidade, pronunciar-se sobre a matéria. A proposição estabelece que o circo constitui um dos componentes do patrimônio cultural brasileiro, nos termos do art. 216 da Constituição Federal.

Em seu art. 2º estipula que o uso da denominação Circo dependerá do registro do espetáculo perante o Ministério da Cultura e somente será concedido aos empreendimentos que compreendam, o mínimo de 50% de atividade circense.

O art. 3º prevê que a Certidão relativa a esse registro constituirá documento hábil para instalação e apresentação de espetáculos circenses, obedecidas as legislações estaduais e municipais.

Pelo art. 4º, os circos ficam obrigados a manter a saúde, a segurança de seus animais, não permitindo que sejam mal tratados e deverão adotar procedimentos capazes de evitar que os animais coloquem em risco a integridade física dos cidadãos. Determina-se, ainda, que os animais existentes nos circos sejam registrados no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis, Ibama, cabendo ao órgão federal realizar vistoria e exigir exames de sanidade dos animais, conforme disposto na legislação referente à matéria. Para o atendimento dessa exigência, os circos deverão manter livro específico, rubricado pelo Ibama, no qual serão registrados aquisições, nascimentos, transferências e óbitos de animais. Esse livro ficará a disposição do Poder Público como elemento imprescindível para as atividades de fiscalização.

Segundo previsto no art. 6º, os animais dos circos, mediante autorização do Poder Público local, poderão ficar expostos à visitação pública em local e horários pré-estabelecidos desde que acompanhados por um tratador. O Projeto estipula, ainda, que as dimensões das estruturas destinadas ao transporte e à exposição desses animais deverão atender a requisitos mínimos de espaço, sanidade, segurança de cada espécie.

Conforme estabelecido no art. 8º, os circos poderão, mediante autorização prévia do Ibama, promover a venda de seus animais, quando pertencentes à fauna exótica, não sendo permitida, todavia, a alienação de espécimes da fauna autóctone. Excepcionalmente, mediante a autorização prévia do Ibama, o excedente de animais da fauna autóctone que, comprovadamente, tiveram nascido nas instalações do circo, poderá ser objeto de venda ou permuta, com instituições afins do País e do exterior.

A saída desses animais do território nacional, segundo o art. 9º, dependerá de autorização especial do Ibama e a entrada de circos estrangeiros no País fica condicionada ao cumprimento das exigências estabelecidas no Projeto.

Na justificação que acompanha o PLS 397/2003, o Autor do Projeto manifesta-se contra as dificuldades enfrentadas atualmente pelos circos que, frequentemente, ficam na dependência de intervenção do Poder Judiciário para que possam instalar-se e apresentar seus espetáculos. Julga, o autor, que, em nosso País, o circo constitui expressão artística e cultural de grande relevância, especialmente para a população das pequenas cidades.

Por esse motivo entende que definir o circo como parte integrante do patrimônio cultural brasileiro e determinar sua inscrição como tal no Ministério da Cultura, reduzirá as barreiras muitas vezes impostas ao funcionamento dos circos por autoridades estaduais e municipais.

Por fim, o autor chama a atenção para o fato de que o Projeto busca regularizar a situação dos animais existentes nos circos instituindo padrões e procedimentos a serem observados por essas instituições, de modo a permitir que a apresentação desses animais se faça com segurança para eles e para os espectadores.

O Substitutivo ao PLS em exame, aprovado na Comissão de Assuntos Sociais, manteve o conteúdo essencial da proposição original. Dentre as alterações introduzidas por aquela Comissão, duas merecem destaque. A inclusão de uma definição de circo de modo a evitar o emprego desse termo para empreendimentos cujas atividades não guardam qualquer relação com a atividade circense tradicional e a determinação de que os animais dos circos só poderão ser mantidos por essas instituições, expostos ao público e transportados, se observadas as condições definidas na regulamentação da lei. Tal regulamentação, necessariamente, observará disposições emanadas da autoridade ambiental competente.

No prazo regimental não foram oferecidas Emendas à proposição. Análise – Na realidade brasileira o circo sempre constituiu forma tradicional e importante de lazer, especialmente para a população mais humilde. Por isso mesmo ele sempre teve papel significativo na construção da cultura popular do País, representando componente essencial do nosso folclore. Assegurar a sobrevivência do circo insere-se, portanto, de modo legítimo, entre as atividades que devem ser desenvolvidas em defesa de nossas raízes culturais. Tal esforço soma-se, ainda mais urgente, em face do avanço avassalador das modernas formas de lazer associadas aos meios de comunicação de massa.

No contexto de uma cultura globalizada que vai, progressivamente, descaracterizando as culturas nacionais. Concordamos, também, com a visão de que os circos tradicionais têm tido sua sobrevivência ameaçada por toda a sorte de dificuldades. Dentre as quais

duas devem ser destacadas. A primeira, representada pelas limitações, às vezes excessivas, que parcela do Poder Público tem posto ao funcionamento da atividade circense, especialmente no caso dos pequenos circos de estrutura familiar. A segunda é representada por empreendimentos que, embora exerçam atividades que guardam pouca relação com a atividade circense tradicional, ainda assim adota a denominação 'Circos'. E, com fundamento, passam a usufruir de benefícios destinados pelo Poder Público ao segmento do circo.

No tocante ao emprego de animais da fauna silvestre brasileira e exótica, pelos circos, julgamos que ele não deve ser impedido de forma indiscriminada, com base em casos isolados de maus tratos sofridos por esses animais, em acidentes eventuais, por eles causados a espectadores de circos. Entendemos que cabe, sim, ao Poder Público preencher uma lacuna existente na legislação, regulamentando a maneira correta da presença de animais da fauna silvestre brasileira e exótica na atividade circense, em conformidade com critérios definidos pelos órgãos competentes. Acreditamos ser plenamente viável o emprego, pelos circos, de animais silvestres da fauna brasileira e da fauna exótica de modo compatível com a observância das normas relativas à proteção ao meio ambiente e à fauna e a prevenção de maus-tratos aos animais.

Entendemos que todas essas questões relativas ao mérito da matéria receberam tratamento adequado no Substitutivo aprovado pela Casa que, inclusive, corrigiu disposições do Projeto original que se revestiam de inconstitucionalidade, tais como a que atribuía ao Ministério da Cultura a obrigação de proceder ao registro dos circos algo que, evidentemente, configurava a invasão das competências privativas do Poder Executivo. Ao determinar a observância de padrões estabelecidos pela autoridade ambiental competente, o Substitutivo atende às exigências constitucionais relativas à proteção ambiental, conforme disposto no art. 225 da Carta Magna, bem como está em consonância com a Lei 6938 de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a política nacional do meio ambiente e com a Lei 9605 de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas de atividades lesivas ao meio ambiente. Julgamos, todavia, que alterações ainda devem ser feitas no Substitutivo aprovado pela CAS. Quais sejam? Nova redação à Ementa e compreensão nos art. 6º e 7º, desculpe, dos animais da fauna silvestre brasileira e da fauna exótica.

À luz do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 397/2003 na forma do Substitutivo que se segue. Na Ementa – Dispõe sobre o registro dos circos perante o Poder Público Federal,

somente, e o emprego de animais da fauna silvestre brasileira e exótica, na atividade circense. E os art. 6º e 7º. O art. 6º – Os animais da fauna silvestre brasileira exótica, mantidos pelos circos ainda que não utilizados nos espetáculos circenses, deverão ser registrados no órgão ambiental competente e somente poderão ser mantidos expostos ao público e transportados, sob condições definidas na regulamentação desta lei. Art. 7º – Mediante permissão da autoridade ambiental competente os circos poderão proceder a venda ou permuta de seus espécimes da fauna silvestre brasileira exótica, com instituições congêneres do País e do exterior.

Esse é o Relatório e o Parecer, Sr. Presidente, favorável com a apresentação do Substitutivo com as mudanças já lidas. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O Relatório apresentado por S. Exª. o Senador Flávio Arns é favorável ao Projeto com Substitutivo que apresenta e que acabou de ser lido.

O Projeto está em discussão. Antes de iniciar a discussão a Presidência anuncia, também, a presença, aqui, do ator Marcos Frota que é do Gran Circo Popular do Brasil e que mantém uma instituição cultural e assistencial São Francisco de Assis de que a Universidade Circense, em parceria com o Ministério do Turismo e o Ministério da Cultura. O Projeto está em discussão. Senador...

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Há uma Emenda do Senador Leonel Pavan e que tem então a palavra para defender a sua Emenda.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – O Projeto de Lei nº 397 é uma Emenda, Projeto de Lei do Senado 397/2003 é uma Emenda nossa que diz – Suprima-se do art. 5º do Substitutivo aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais, o Projeto de Lei do Senado nº 397.

A expressão 'atendidas as legislações estaduais e municipais'. A justificativa – Entendemos que a expressão referida nessa Emenda é redundante, portanto desnecessária. A Constituição Federal já estabelece, em seu art. 24, a competência legislativa concorrente da União, dos Estados e dos Municípios sobre meio ambiente e sobre a cultura.

Eu queria, além dessa Emenda, que já foi acordada pelas partes, Sr. Presidente, cumprimentar, aqui, o Autor do Projeto, o Senador Álvaro Dias e o Relator Senador Flávio Arns, primeiro, pela visão cultural que estão tendo, pelo compromisso cultural que estão tendo com esses artistas, muitas vezes esquecidos pela

sociedade brasileira. É uma atividade que o mundo inteiro curte há milhares e milhares de anos. E ainda estão em atividade, estão passando por dificuldades, mas sempre tentando manter essa cultura viva que, às vezes, é esquecida pelos Poderes Públicos. E muitas vezes esquecida, principalmente, por aqueles que não curtem mais as apresentações circenses que, no passado, foi o grande motivador do entretenimento, do lazer, do tempo de curtição, dos jovens, era a atividade circense. E hoje quase não se fala mais. E então, quero cumprimentar o Relatório do Flávio e do Projeto do Senador Álvaro.

Eu queria apenas deixar um parêntese aqui. Eu sou de Ponte Serrada, interior de Santa Catarina, cidade pequena e nós, a nossa maior alegria, quando éramos jovens, assim como era o de vocês também, de todos nós, é quando se anunciava que um circo iria chegar na cidade. A motivação, a alegria, o comentário na cidade, era a chegada do circo. Parecia que a cidade passava a viver um novo momento quando chegava o circo. E hoje passa despercebido e, muitos, não dão o valor. E, muitas vezes, são criticados pela própria mídia, por causa dos animais, muitas vezes são criticados. É preciso resgatar tudo isso.

É preciso valorizar a atividade circense. Por isso quero deixar aqui, não apenas o meu voto favorável, mas o meu apoio incondicional a esses artistas que procuram, de toda forma, ainda tentar sobreviver, apesar dos pesares. E que os nossos filhos, nossos netos, quando encontram um circo, a primeira coisa que pedem é a oportunidade, o direito, de poder, pelo menos, assistir, pelo menos um dia, as apresentações desses artistas valorosos e que, às vezes, sequer são reconhecidos pelo Poder Público. Tem meu apoio, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Com a palavra Senador Flávio Arns, o Relator da matéria, para apresentar o Parecer sobre a Emenda do Senador Leonel Pavan.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu prestei muita atenção, também, como de hábito, aliás, na argumentação do Senador Leonel Pavan e quero dizer o seguinte – Que já consta do Substitutivo, inclusive, da Senadora Maria do Carmo, a expressão ‘atendidas as legislações estaduais e municipais’, porque nós, eu acho que essa é uma precaução que se tem que ter.

O que esse Projeto está colocando é que o registro dos circos e a utilização de animais; o registro do circo deve acontecer e a utilização de animais deve acontecer de acordo com normas estabelecidas pelo órgão próprio do meio ambiente, que seria o Ibama. Agora, esse circo chega lá em Balneário Camboriú, por exemplo. Pode acontecer de haver uma legislação municipal que diga, ‘olha aqui, no Município, pode fa-

zer o circo aqui, mas não pode fazer o circo naquele outro local, nós temos uma norma complementar de segurança, aqui no Município, eventualmente’. Ou, por exemplo, nós temos o caso lá da febre aftosa no Paraná, por exemplo. Nesse momento, existe uma legislação estadual que impede a circulação, inclusive, de animais, uma determinação estadual, então eu diria assim, nós estamos, nós... qual é o objetivo desse Projeto? Objetivo desse Projeto é fazer com que haja o registro do circo, um, e depois, também, a utilização das normas como esses animais, que o circo utiliza, vão ser registrados. Não é verdade?

Então, normas específicas para tudo isto. Agora, no momento em que o circo chega num determinado Município, o Município tem uma legislação lá, específica, para apresentação de espetáculos, até de qualquer natureza. Então, o circo, naturalmente, teria que se adequar como outros espetáculos também que teriam que se adequar àquelas determinações locais e municipais. Porque senão o art. ficaria só assim, ‘A certidão de registro será expedida pelo órgão federal competente, conforme disposto no art. 4º dessa Lei e constitui documento hábil para a instalação de circos e apresentação de espetáculos circenses’. Eu diria, constitui documento hábil; acabou a discussão e a gente, eu diria assim, nós não levaríamos em consideração eventuais discussões que tenham ocorrido no contexto estadual e no contexto municipal e que são relevantes também. Eu acho que daria, por um lado, pode dificultar, porque na verdade, a partir dessa lei e com a regulamentação do Ibama, nós não teríamos a discussão sobre a utilização de animais e não teríamos mais a discussão sobre o que é circo, a definição de circo. Agora, lá no Município, sempre tem que haver um Processo de entendimento e negociação para a instalação do circo porque pode, eventualmente, lá no Município, ter alguma legislação, no Estado, em função dos fatos que eu levantei e cuja... Mas nem o Município e nem o Estado vai discutir a questão do animal e nem do conceito de circo, porque isso será do definido nesta Lei.

Então, eu acho que é uma precaução, sabe, Senador Leonel Pavan, então, eu me sentiria assim muito mais tranquilo diante dessa linha de raciocínio de manter, com todo o respeito a V. Ex^a., que a quem eu respeito muito e cujo Estado também eu respeito muito, mas eu, se V. Ex^a. me permite, eu rejeitaria a presente Emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O Parecer apresentado por S. Ex^a., Senador Flávio Arns é contra a Emenda, pela rejeição da Emenda apresentada pelo Senador Leonel Pavan. Em discussão o Parecer. Não tendo quem queira discutir

encerrada a discussão da Emenda. Em discussão. O Projeto continua em discussão. Não tendo quem queira discutir... Senador Eduardo Azeredo para discutir.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MB)

– Não é bem discutir, apenas manifestar, também, a concordância com esse Projeto, ele vem, exatamente, trazer uma proteção dos artistas brasileiros e ao mesmo tempo, também, uma proteção para a fauna, de maneira que o Projeto é muito interessante que seja aprovado por todos nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Senador Marco Maciel para discutir.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente, também serei breve, assim como fez o Senador Eduardo Azeredo, para dizer que concordo com a referida proposição, assim como com o Parecer do nobre Relator, o Senador Flávio Arns.

E acho que esse Projeto dá uma contribuição ao bom exercício da atividade circense, que é uma atividade fundamental no campo do entretenimento, para toda a comunidade brasileira da criança ao adulto, ao idoso.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Encerrada a discussão.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Senador Juvêncio da Fonseca, com a palavra para discutir.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Eu acho que nós temos que ter uma preocupação não só de aprovar esse Projeto, mas, também, que a regulamentação da utilização de animais, em circo, ela se faça da maneira mais criteriosa possível em respeito, justamente, à fauna não só exótica como nacional também, porque é difícil crer que o circo possa ser tão atrativo quando, às vezes, os atos contra os animais possam chocar as crianças, chocar a população, etc.

Portanto importantíssimo o Projeto, vamos votar favorável, inclusive sou favorável ao Projeto com a exclusão da Emenda. Acho que a Emenda, quando fala que é concorrência, que a concorrente, é uma competência legislativa concorrente da União, dos Estados e dos Municípios, retirar Estados e Municípios significa fragilizar as normas municipais e estaduais. E dificultar, inclusive, a aplicação dessas normas que dá a impressão que nós fizemos, aqui, uma legislação só para o registro nacional. Portanto eu sou favorável ao Projeto e parabéns ao Autor e ao Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Então a Presidência encerra a

discussão e vai colocar em votação o Projeto. Senador Flávio Arns, pela ordem. Senador Leonel Pavan, pela ordem.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Eu quero dizer que aqui tem o Autor é do PSDB e o Relator é do PT. Pelo menos quando o Projeto é de interesse cultural, social, não tem coro partidário e os dois são do Paraná. E eu, casualmente, do vizinho, Estado de Santa Catarina, da bela e Santa Catarina, estava propondo essa Emenda, depois de uma conversa com o Senador Álvaro Dias, e a Emenda era para tentar ajudar. Não queríamos que fosse reprovado, mas como parece que vai ser reprovado, [risos] vai ser reprovado, seria melhor retirar a Emenda, para que essa rejeição, não ficasse a rejeição contra um ato. Então, ele vai ser reprovado e a palavra “reprovado” não fica bem, quando o objetivo, aqui, é atender os artistas, atender a atividade circense. E aí reprovou, aí dá a impressão que alguém é contra. Aqui ninguém é contra ninguém. Como eu não gostaria de ver uma Emenda minha reprovada, que achava eu que iria trazer benefício, prefiro retirar a Emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Gesto elegante de V. Ex^a., Senador Leonel Pavan. Continua em discussão. Não tendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão. Em votação. O Projeto é Terminativo, a votação é nominal.

(Procede-se à votação nominal)

A matéria foi aprovada.

[Palmas]

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, pela ordem, se permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Pela ordem, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu pediria desculpas a V. Ex^a. por não ter participado da discussão sobre o Projeto do Senador Flávio Arns sobre o circo. Eu queria só relatar um fato da importância desse Projeto, Senador Arns, porque o meu primeiro serviço na cidade de Tejuapá, Presidente, foi vistoria de um circo como Delegado de Polícia. E eu fui, cidade pequena Tejuapá, lá no interior de São Paulo, perto de Registro, então, primeiro ato, como Delegado de Polícia, é vistoriar o circo e o escrivão dizia que eu tinha que indeferir o pedido de registro de funcionamento, porque a lona estava rasgada. Então não tinha segurança. Eu chamei o dono do circo, é claro, começou a chorar porque, praticamente, falta de dinheiro e tal e aí eu perguntei a ele – “Tem jeito de consertar a lona?” Ele falou – “Tem, precisa costurar, custa ‘x’”. Aí eu dei, do meu bolso, para que ele pudesse reformar, fiz a nova

vistoria e ele fez o circo funcionar. E era histórico o problema do circo, começaram há dezenas, centenas de séculos o circo e o trabalho e agora nesse 'Os Falcões do Tráfico', a única coisa forte que me marcou, Senador Arns, é o menino que diz que a mãe prometeu levá-lo ao circo e não tinha conseguido levá-lo. E ele está se recuperando, porque tem a promessa de ser artista de circo. É isso que queria dizer da importância desse reconhecimento.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Se V. Ex^a. me permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Senador Flávio Arns com a palavra, também, pela ordem.

[Palmas]

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu já havia saudado, antes, os representantes, vamos dizer assim, da família circense que estão aqui presentes e mesmo aqueles que não puderam vir a Brasília, mas quero, na Comissão de Educação, dirigir um cumprimento especial ao Marcos Frota, que está aqui presente, não só pela atividade circense, mas, também, pela luta dele a favor da construção da cidadania, por um conjunto de pessoas e, particularmente, para pessoa com deficiência. A última novela da Globo foi essencial, eu diria, para sensibilização e conscientização da sociedade, não só em relação ao deficiente visual, mas em relação ao conjunto de pessoas com deficiência. E eu quero destacar que a atuação dele não é só na novela, já vem de muito antes e ele já se colocou a disposição, de todos os Estados, para contribuir nessa questão da sensibilização e conscientização das pessoas a respeito da construção da cidadania de 25 milhões de brasileiros.

Então, quero saudar a todos e, de uma maneira especial, o ator Marcos Frota.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – A Mesa se solidariza com as manifestações de V. Ex^a. e as acompanha. A Mesa queria, Senador Valdir Raupp, Wellington Salgado e Maria do Carmo já registraram voto favorável, também, em Ata. Senador Valdir Raupp também pela ordem.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Eu queria, também, consignar meu voto favorável, Sr. Presidente, ao brilhante Relatório do Senador Flávio Arns a esse Projeto tão importante para a classe de artistas do nosso País.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O Senador Gilvam Borges também colocou em Ata o seu voto favorável ao Projeto. Senador Wellington Salgado, pela ordem com a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Queria consignar meu voto favorável, com os Relatores, também.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Senador Wellington Salgado também consigna seu voto favorável.

Item nº 02 da pauta, não vai à discussão porque a Senadora Fátima Cleide, que havia pedido vista, solicitou uma tramitação conjunta, apresentada em Plenário. O Projeto de Lei do Senado 291/2005 não poderá ser deliberado.

O Item nº 03, altera a Lei 6717, de 12 de novembro de 79, que autoriza modalidade de concurso de prognósticos da Loteria Federal regida pelo Decreto-Lei 204, de 27 de fevereiro de 1967, para tornar obrigatória a divulgação de informações que especifica. O Autor é o Senador Rodolpho Tourinho, o Relator é S. Ex^a. o Senador Juvêncio da Fonseca que é favorável com Emenda oferecida.

Com a palavra, S. Ex^a. o Senador Juvêncio da Fonseca, para apresentar o seu Relatório. O Relatório está sendo distribuído nesse momento porque houve uma mudança de última hora no mesmo. Senador Juvêncio da Fonseca com a palavra.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores. Eu vou me deter, um pouco, na análise do Projeto, porque reputamos de grande importância esse Projeto de autoria do eminente Senador Tourinho sempre atento às questões que envolvem o povo brasileiro. Ele ofereceu esse Projeto com bastante inteligência, com preocupação dos sorteios da Caixa Econômica Federal. O PLS acrescenta os incisos I e II e o Parágrafo Único, ao art. 3º da Lei 6717/79; esse dispositivo determina que as loterias serão reguladas por ato do Ministro de Estado da Fazenda que deve dispor, obrigatoriamente, sobre a realização do concurso, a fixação dos prêmios, o valor unitário das apostas e o limite das despesas com o custeio e a manutenção dos serviços.

Sr. Presidente, eu vou me ater ao Relatório mesmo porque o povo brasileiro inteiro faz apostas dos números da lotaria da Caixa Econômica Federal, razão porque, é de extrema importância que a população tome conhecimento sobre esse Projeto.

De acordo com a alteração proposta, o ato do Ministro de Estado da Fazenda deverá, também, estabelecer a obrigatoriedade de divulgação das seguintes informações. a) Resultados do sorteio, valor dos prêmios e a quantidade de ganhadores por Estado. b) Percentuais de rateio...

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – [soa a campainha] Queria solicitar um pouco de silêncio que há um Relatório sendo lido aqui na Comissão, por favor.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – ...da arrecadação bruta de cada concurso e respectivos repasses a todos beneficiários legais, inclusive os referentes ao custeio e manutenção dos serviços e impostos. c) Valores dos prêmios prescritos e correspondente destinação. d) Valores acumulados e estimativa de prêmio para o próximo concurso. e) Agenda dos próximos sorteios para o período de pelo menos um mês.

Ainda, segundo o Projeto, essas informações com inserção dos percentuais de rateio da arrecadação de cada concurso e dos repasses aos beneficiários constantes do Item 'b' acima, deverão ser publicadas, em jornais de grande circulação, grande circulação local e nacional, em programas locais de rádio e televisão, bem como no *site* da Caixa Econômica Federal, na Internet.

Na justificação, o Autor destaca a importância da divulgação das informações especificadas para o acompanhamento dos jogos lotéricos. Lembra, ainda, que a ausência, dessas informações, acarreta dificuldades para o perfeito entendimento e encaminhamento de diversas proposições, em tramitação no Congresso Nacional, relativamente à destinação dos recursos provenientes das loterias administradas pela Caixa Econômica.

Análise – As populares loterias de números mobilizam milhões de apostadores em todo o País e proporcionam recursos da maior relevância para diversas áreas de interesse desta Comissão, dentre elas destacam-se os recursos destinados à educação, em particular ao Fundo de Financiamento ao Estudante da Educação Superior, FIES, ao esporte, na forma de recurso destinado ao Ministério do Esporte e aos Comitês Olímpicos e Para-olímpico Brasileiro. E a cultura, com as verbas direcionadas ao Fundo Nacional de Cultura. Várias das informações especificadas no Projeto já são regularmente disponibilizadas na página da Caixa Econômica, na Internet e divulgada nos meios de comunicação de ampla circulação.

Entretanto, a legislação que rege esse tipo de concurso de prognósticos não dispõe sobre a obrigatoriedade da sua divulgação. Julgamos, portanto, que a proposição é meritória, pois pode preencher essa lacuna e contribuir para a maior transparência de serviços, de diversos aspectos relevantes aos concursos de prognósticos de que trata. Contudo, consideramos que o formato adotado pelo PLS, impingiria custos muito elevados, para a Caixa Econômica Federal, na medida em que sua aprovação implicaria na divulgação de praticamente todas as informações relativas às loterias em vários meios de comunicação oficiais e não oficiais.

Para minimizar, por exemplo, um sorteio feito teria que publicar em todas as televisões pagas e não pagas no País, nas rádios, jornais, o que demandaria um custo muito alto. Para minimizar esses custos que onerariam os encargos administrativos dos concursos, mas no mesmo tempo garantir a transparência desejada, propomos alterar a redação do Parágrafo Único a ser acrescido ao art. 3º da Lei 6.717. Com a nova redação proposta, a divulgação, Sr. Presidente, de todas informações previstas no PLS, seria feitas por meio da página da Caixa Econômica Federal na Internet e, adicionalmente, a divulgação dos resultados dos sorteios, dos valores dos prêmios e da quantidade de ganhadores por Estado seria feito pelo sistema Radiobrás. Com a transmissão, em tempo real, dos sorteios. Portanto, a transmissão em tempo real seria só do sorteio, não seria das outras informações.

Eu retirei, com a retificação do meu Relatório, o que eu teria acrescentado, que esses sorteios seriam realizados na sede da Caixa Econômica Federal em Brasília. O que não é bom, porque a Caixa Econômica Federal pode fazer sorteio em qualquer Estado do País, no Amazonas, Mato Grosso do Sul e nós tiramos, portanto, a expressão 'realizados na sede da Caixa Econômica Federal' para facilitar mais ainda a mobilização do povo brasileiro em diversos sorteios regionais.

O voto é pela aprovação do PLS 310/2005 com a seguinte Emenda, que visa aprimorar a iniciativa. Dê-se ao Parágrafo Único do art. 3º da Lei 6.717, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado 310, a seguinte redação – Art. 3º, Parágrafo Único – 'A divulgação de todas as informações de que trata o Inciso II, deverá ser feita no *site* da Caixa Econômica Federal, na Internet, devendo ser divulgadas, também, as informações de que trata a alínea 'a' do mesmo Inciso, pelo sistema Radiobrás, com transmissão em tempo real do sorteio' Esse é o nosso Parecer, Sr. Presidente, pela aprovação do Projeto com a Emenda apresentada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O voto do Relator Senador Juvêncio da Fonseca é a favor do Projeto com a Emenda que apresenta. Está em discussão a matéria, é Terminativa lá na Comissão de Assuntos Econômicos, portanto Não-Terminativa na Comissão de Educação. Em discussão, não tendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Senador Gilberto Mestrinho com a palavra para discutir.

SENADOR GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, apenas uma reflexão; já imaginaram quanto a Loteria Federal tira dos Municípios do País, do povo pobre especialmente, por dia, por semana, por mês e que não volta para lá nunca mais.

Isso tudo mostra que a Loteria Federal, os jogos da loteria, são fatores de empobrecimento dos Municípios brasileiros, especialmente os pobres. Porque, pela lei das probabilidades, só aqueles que jogam mais é que ganham, por isso a Loteria Federal só sai para São Paulo, Rio de Janeiro ou Minas Gerais. Então, o Brasil todo sustenta isso. Os povos do Brasil sustentam isso e enriquecem os Estados ricos. Eu queria apenas refletir sobre isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Então, continua em discussão, não tendo mais queira discutir o Projeto vai a votação com a Emenda apresentada pelo Senador Juvêncio da Fonseca. Senador Marco Maciel para discutir.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Presidente, eu apenas gostaria de fazer um ‘achego’ à manifestação do Governador e Senador Gilberto Mestrinho, que, em última análise, é uma discussão sobre o problema do jogo no Brasil e...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Exatamente. O jogo bancado pelo Poder Público de modo especial pelo seu braço político, o governo. Então, isso é um assunto que merece reflexão porque eu sempre fico pensando que eu não conheço nenhum País do mundo que se tenha desenvolvido com jogo. Eu já conheço muitos Países que foram mal sucedidos com experiência no campo do jogo. Mas não conheço nenhum que tenha conseguido crescer, se desenvolver com o jogo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Mônaco?

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Aí não vou considerar um País. Ali está, o Mônaco.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – É uma pedra, né?

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Exatamente, é uma. Um tipo protetorado ali perto dos Pireneus e, praticamente, eu não classificaria ali como uma nação, um Estado Nacional. E, ainda assim, eu perguntaria se essa seria a causa do seu aparente sucesso.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Encerrada a discussão. Em votação, os contrários se manifestem. Aprovado o Parecer com a Emenda.

Item nº 04, Não Terminativo, instituiu o Dia Nacional do Combate à Intolerância Religiosa. Bom Projeto, hein? Do Deputado Daniel Almeida e outros Deputados, o Relator é Senador Gilberto Mestrinho, a quem concedo a palavra para apresentar o seu Relatório. Na página 89.

SENADOR GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara nº 99/2005, de autoria do Deputado Daniel Almeida e outros, propõe que seja instituído o Dia Nacional do Combate da Intolerância Religiosa. E teve Parecer das Comissões específicas da Câmara pela aprovação.

Na justificação do Projeto, o Autor envolve o princípio da igualdade de todos perante a lei. Inclusive no que diz respeito à inviolabilidade da consciência e de crença pelo qual é assegurado o livre exercício de culto religioso permitido, na forma da lei, a proteção de local de culto e liturgia.

Ao instituir o Dia Nacional do Combate à Intolerância Religiosa estaríamos dando o exemplo de que no Brasil existe, efetivamente, a liberdade de crença e análise. Tem sido uma praxe e têm dias de celebrações no Brasil e, assim, a intolerância religiosa é um preconceito que prejudica muito o convívio da sociedade como um todo.

Nós vivemos há pouco tempo, nós estamos vendo o que está acontecendo no mundo, especialmente com as charges sobre Maomé. Hoje, maometanos e islâmicos não aceitam a representação gráfica ou fotográfica de Maomé, da figura de Maomé e, por isso, têm sido, havido atos de terrorismo, de vingança e atos terríveis em vários Países da Europa e no próprio Oriente. Isso mostra que a intolerância que existe em relação a determinadas pessoas que não aceitam a liberdade religiosa, a liberdade da busca da transcendência pelo homem.

Assim, eu digo como todos aqueles que seguiram. Aqueles que dizem marxistas, que dizem que são ateus, graças a Deus. Por isso, o Parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O Parecer apresentado por S. Ex^a. o Senador Gilberto Mestrinho é favorável ao Projeto que institui o Dia Nacional do Combate à Intolerância Religiosa. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Em votação, os contrários se manifestem, aprovado o Projeto de Lei.

A Relatora do Projeto seguinte, que é o Item número 06, institui o ano, o dia, o Item nº 05, o Dia Nacional dos Museus é a Senadora Roseana Sarney, ela não está presente, fica adiada a votação.

Item nº 06, Não Terminativo, é um Projeto que denomina o aeroporto de Santarém, no Pará, como Aeroporto Maestro Wilson Fonseca. O Autor é o Deputado José Priante e o Relator é o Senador Luiz Otavio que tem a palavra para proferir o seu Relatório.

SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Sr. Presidente, Senhores Senadores, Senhora Senadora, Senadora Maria do Carmo Alves. O Relatório desse

Projeto, na verdade, ele é oriundo de duas proposições apensadas, de autoria dos deputados José Priante do PMDB do Estado do Pará e do Deputado Nilson Pinto que é do PSDB do Pará. O Projeto de Lei da Câmara nº 7/2006 que almeja denominar o aeroporto de Santarém, Maestro Wilson Fonseca, aeroporto da cidade de Santarém, no Estado do Pará.

Lembram, os autores, dos Projetos iniciais, ambos apresentados em 2002, que o Município de Santarém considerado o mais importante para a economia da região do Baixo Amazonas, constitui, também, um celeiro de talentos artísticos que orgulham a região do Tapajós e todo o povo paraense. Desses destacados talentos é o Maestro Wilson Fonseca, que a proposição sobre exame pretende homenagear, em reconhecimento, não apenas ao legado de mais de 1000 obras entre hinos, músicas sacras, composições de jazz, canções populares, obras sinfônicas e mesmo uma ópera de temática amazônica, mas também o seu relevante trabalho social na formação de jovens músicos, muitos deles crianças e adolescentes em situação de carência.

Examinado na Câmara de origem, na Casa de origem, pelas Comissões de Viação, de Transporte, de Educação e Cultura, Constituição e Justiça e Cidadania, o Projeto foi trazido à deliberação do Senado. Constitui verdadeiro privilégio a prerrogativa de relatar o presente Projeto. Nascido em novembro de 1912, falecido os 89 anos, o Maestro Isoca foi um dos mais profícuos e criativos compositores do Estado do Pará.

E, velando-se aos mais consagrados nomes da música brasileira, tendo a par de sua longa e produtiva atividade musical, legado, também, relevante, os trabalhos como historiador, professor, poeta e memorialista. Nada mais justo, portanto, que homenagem proposta, dar ao aeroporto de Santarém, como é conhecida cidade de Santarém, a Pérola do Tapajós, o nome do seu mais ilustre filho, significa reconhecer a relevância da obra deixada pelo Maestro Wilson Fonseca e, simbolicamente, permitir aos [inaudível] que travem conhecimento com sua rica produção cultural. Plenamente justificada no mérito a proposição, nos aspectos formais, igualmente atende as exigências que a condicionam.

Eu tenho certeza que essa homenagem que o Senado Federal e o Congresso Nacional prestará a Santarém, ao Pará, com certeza dar o nome do aeroporto de Santarém Maestro Wilson Fonseca ajuda a formar a mentalidade e a promover, principalmente às crianças e aos adolescentes, Sr. Presidente, da forma que é muito comum, todos que chegam à Santarém, Santarém é um grande pólo turístico da Amazônia.

Vindos de Manaus e procedentes de Belém, os navios de turistas, em torno de 90, 100 navios/ano

aportam em Santarém. Lá temos Alter do Chão uma ilha onde os turistas ficam bastante motivados a praticar esportes náuticos, ecologia, meio ambiente e o povo paraense, o povo de Santarém, também, na forma de receber os turistas, tem a oportunidade de ver realmente essa questão da música porque o trabalho que eles fazem, eles sempre se apresentam em todos os eventos, Santarém tem uma orquestra sinfônica, a banda de música, inicialmente, foi um trabalho que hoje nós temos uma orquestra de crianças e adolescentes que realmente produz a condição de... na formação dessas crianças, deles adolescentes, principalmente, no que se refere à música.

E eles têm tido, inclusive, tido oportunidades porque a tradição da família de Santarém, dos santarenos, é de que seus filhos vão estudar fora, vão, principalmente, na questão da escola de música, que temos, também, em Belém do Pará, uma escola de música de nível superior, que pode e deve trabalhar de conjunto, como faz com essa orquestra de Santarém, a orquestra do Maestro Isoca.

Então é realmente é, até, um momento assim de sempre, de muita lembrança, de reconhecimento e de trabalho do povo do Pará, em especial de Santarém, que me deixa, realmente, satisfeito de poder relatar esse Projeto, de falar desse compositor, que também foi um historiador, um pesquisador do folclore regional, que contribuiu para resgatar e difundir a arte e a cultura popular do Tapajós, do Pará e da Amazônia. Fundador da primeira orquestra sinfônica, como eu disse, Wilson Fonseca, a primeira e a única em toda a região do Baixo Amazonas. O Maestro ajudou a formar jovens músicos, levando cidadania para centenas de crianças e adolescentes carentes, porém talentosos. Era o que eu tinha a dizer, o Parecer é Favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Parecer apresentado pelo Senador Luiz Otavio é favorável ao Projeto que denomina o aeroporto de Santarém do Pará, Maestro Wilson Fonseca, o aeroporto da cidade de Santarém. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, encerrada a discussão. O Projeto está em votação. Os contrários se manifestem. Não ocorrendo manifestação o Projeto foi acolhido por unanimidade.

A Mesa queria fazer dois comunicados. Na próxima quarta-feira estará aqui em Audiência Pública, solicitada pelo Senador José Jorge, o presidente da Petrobrás que vai explicar a campanha publicitária da auto-suficiência do petróleo que a Petrobrás está realizando atualmente. E amanhã nós teremos uma Audiência Pública para instruir a votação do Projeto que dispõe sobre o exercício da profissão de Publicitário, Projeto muito interessante, que está tramitando aqui.

O Autor do requerimento é o Senador Leonel Pavan. Estarão aqui amanhã João Firme de Oliveira membro da Associação Riograndense de Propaganda. José Roberto Whitaker Penteado, diretor de assuntos corporativos da Escola Superior de Propaganda. André Porto Alegre, Presidente da Associação dos Profissionais de Propaganda. Júlia Chequer, Coordenadora da Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social, ENECOS. E Adílson Leão Flores, presidente da Associação Brasileira de Propaganda, amanhã às dez horas, nessa Audiência, que eu gostaria de estar aqui, os nossos companheiros, presentes a ela.

A Mesa quer, também, agradecer aos ilustres Senadores Maria do Carmo Alves, Juvêncio da Fonseca, Leonel Pavan, Wellington Salgado de Oliveira, Valdir Raupp, Gilberto Mestrinho, Flávio Arns, Sérgio Zambiasi e Augusto Botelho. Jonas Pinheiro, César Borges, Marco Maciel, Romeu Tuma e Eduardo Azeredo. Gilvam Borges e Geraldo Mesquita que estiveram presentes durante essa reunião e que abrilhantaram com as suas opiniões, seus apartes e suas palavras o andamento desta reunião. Agradecendo a todos, a Mesa encerra esta reunião convocando uma próxima extraordinária, Audiência Pública amanhã, às dez horas. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 12h42min.

Ata da 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 5 de abril de 2006.

Audiência Pública

Às dez horas e dezenove minutos do dia cinco de abril de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Gerson Camata e com a presença dos Senhores Senadores Leonel Pavan, Wellington Salgado de Oliveira, Aelton Freitas, Flávio Arns, Cristovam Buarque, Eduardo Azeredo, João Batista Mota, Delcídio Amaral e João Ribeiro, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Marcelo Crivella, Juvêncio da Fonseca, Maguito Vilela, Valdir Raupp, José Maranhão, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Paulo Paim, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Mozarildo Cavalcanti, Sérgio Zambiasi e Augusto Botelho. Justificam a ausência os Senadores Teotônio Vilela Filho e Sérgio Cabral. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública, das seguintes personalidades, Senhor Humberto Alves Mendes, Vice-Presidente da Federação Nacional das Agências de Propaganda – FENAPRO; Senhor Ricardo Rodrigues Pereira, Diretor de

Relações Governamentais da Federação Nacional das Agências de Propaganda – FENAPRO e o Ex-Senador e Ex-governador pelo Estado do Espírito Santo, Doutor Elcio Alvarez. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 034, 2005-CE, de autoria do Senador Leonel Pavan e que tem como objetivo instruir o Projeto de Lei do Senado nº 030, de 2004, de autoria do Senador Leonel Pavan, que “Dispõe sobre o exercício da profissão de Publicitário e dá outras providências”. Comparece à Audiência Pública o Senhor José Roberto Whitaker Penteado, Diretor de Assuntos Corporativos da Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM; Senhor André Porto Alegre, Presidente da Associação dos Profissionais de Propaganda – APP e o Senhor Danilo Silvestre, Membro da Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social – ENECOS. O Senhor João Firme de Oliveira, membro da Associação Riograndense de Propaganda – ARP, convidado para a audiência, justifica a ausência e encaminha estudo técnico sobre o Projeto, que será anexado ao mesmo, atendendo a determinação do Senhor Presidente da Comissão. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Leonel Pavan, autor do requerimento e autor do projeto, Sérgio Zambiasi, Eduardo Azeredo e Wellington Salgado de Oliveira. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às onze horas e quarenta e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**. – Senador **Gerson Camata**, Presidente da Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Declaro aberta a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, está sendo realizada nesse 05 de abril, às dez horas e dezenove minutos. O objetivo dessa Sessão Extraordinária é uma audiência pública, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado, nº 30 de 2004, que dispõe sobre o exercício da profissão de Publicitário e dá outras providências. O autor do requerimento e do Projeto de Lei do Se-

nado é o Senador Leonel Pavan, o Relator do projeto é o Senador Sérgio Cabral. Foram convidados para essa reunião, e eu os convido para tomarem parte na Mesa, o Dr. José Roberto Whitaker Penteado, Diretor de Assuntos Corporativos da Escola Superior de Propaganda e Marketing, ESPM, Dr. André Porto Alegre, Presidente da Associação dos Profissionais de Propaganda, APP, o Danilo Silvestre, Membro da Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social, ENECOS, e Adilson Leão Flores Xavier, Presidente da Associação Brasileira de Propaganda, ABP.

Estou convidando os Ilustres Expositores para comparecerem, então, até à Mesa, para que nós possamos então começar esta audiência pública. Eu registro a presença do autor do Projeto, Senador Leonel Pavan e do Senador Sérgio Zambiasi, que também é nosso companheiro e ligado à televisão, a rádio e à Propaganda de massa. Iniciada então a sessão, o nosso primeiro expositor é o Dr. José Roberto Whitaker Penteado, que eu convido para sentar-se aqui a minha direita, para que nós possamos então começar as exposições. O tempo inicial da exposição são dez minutos, podendo ser prorrogado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Dez?

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – É, podendo ser prorrogado, não é rígido, tão rígido, não. Então, inicialmente com a palavra, o Dr. José Roberto Whitaker Penteado, Diretor de Assuntos Corporativos da Escola Superior de Propaganda e Marketing, ESPM, para sua exposição.

SR. JOSÉ ROBERTO WITHAKER PENTEADO – Muito bom dia a todos. A nossa escola, ela completa este ano, cinquenta e cinco anos de atividade, é a mais antiga escola do país, uma das mais antigas e tradicionais em todo o mundo e eu, embora não esteja ligado à escola durante tanto tempo, mas já estou suficiente para ter acompanhado a sua evolução. Estou há trinta anos ligado à ESPM, onde iniciei como Professor. Eu devo dizer também, inicialmente, que a ESPM é contra a regulamentação da profissão e nós devemos, principalmente aos nossos alunos, uma explicação muito boa a respeito desta posição, e é por isso que eu então estou fazendo esse pequeno histórico, até porque entre os defensores da regulamentação, há alguns companheiros e amigos, e as razões para regulamentação, evidentemente, algumas delas, são muito respeitáveis.

Entretanto, quando a ESPM, que não era ESPM, mas sim, Escola de Propaganda do MASP, o Museu de Artes de São Paulo, e o seu curso eram de seis meses, e era um curso livre, a atividade da propaganda era exercida em três, no que a gente chamava de tripé, em três áreas, os anunciantes, as agências e

os veículos de comunicação, isso há exatos cinquenta e cinco anos, e assim tinha sido desde o advento da televisão, em 1950, e do rádio, em 22, que aqui no Brasil, não sei se sabem, a Publicidade era proibida, quando surgiu o rádio, e só foi permitida dez anos mais tarde, em 1932, quando se iniciou aquela belíssima era do rádio, que é da nossa infância já, nós que passamos dos cinquenta anos, que marcou tanto as nossas vidas, com as belíssimas Publicidades radiofônicas, que foi onde o Brasil primeiro manifestou esse seu talento criativo.

Ocorre que, de lá para cá, houve uma modificação extraordinária no mercado de trabalho para as pessoas que estudam na nossa escola, em outros cursos de Comunicação, e outros cursos de Publicidade, nós mesmos, na ESPM, nos vimos praticamente obrigados a abrir cursos de Administração, porque cedo, e nos anos 70, 1971, mais exatamente, a nossa escola passou a chamar-se Escola Superior de Propaganda e Marketing, em virtude desta atividade, o marketing, ser a atividade guarda-chuva, a atividade que engloba a Publicidade. Mas recentemente abrimos, no Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, cursos de Designer, nós consideramos que o Designer, a criação de embalagens, o desenvolvimento dos aspectos, aspectos práticos, dos aspectos econômicos dos produtos e dos serviços, tem a ver com a nossa atividade.

Isso então nos leva, nos levou a constatar também, nos últimos anos, que das centenas de alunos formados pela ESPM, hoje nos três Estados onde ela opera, não chega a 20% o número dos que optam por trabalhar em agências de Propaganda, e eu até diria que seriam mais os profissionais que optariam pela agência de Propaganda, mas o mercado de agências encolheu. Encolheu na proporção em que o mercado profissional, em propaganda e marketing ele se expandiu de uma forma explosiva.

Bom, eu trouxe aqui uma relação que está num livro que foi editado pela nossa escola e eu sou o co-autor, junto com o Professor Francisco Gracioso, uma página que reproduz uma breve descrição do mercado profissional de propaganda e marketing, e vocês poderão ver nessa lista, que eu deixarei, inclusive, para constar do material de referência, para os Senhores que estão trabalhando nessa regulamentação, que hoje seria uma leitura absolutamente tediosa, chata, todas as atividades, todas as empresas que atuam em áreas que tem a ver com a Publicidade, com o marketing.

Só para citar algumas delas, nós temos aqui, na área de marketing, empresas de marketing direto, de data base marketing, de mala direta, consultorias, marketing cultural, marketing editorial, esportivo, marketing público, pesquisas, as empresas de propaganda e

Publicidade, tradicionais, as empresas que se ocupam de promoção e merchandising, eventos e convenções, organização de eventos, hotéis, hospedagem, iluminação, sonorização, fornecedores na área de promoção e merchandising, que passam por assuntos como brindes, comunicação visual, displays, letreiros, luminosos, a área de comunicação visual, com Designer, ilustração, fotografias, banco de imagens, impressão etc etc etc, toda a imensa área da computação gráfica, da editoração eletrônica, e que agora, com essa fantástica realidade que se chama Internet, então multiplicou-se. E a coisa vai por aí afora, a tal ponto, que nós, na ESPM, estamos contemplando, seriamente, entrar na área da tecnologia da comunicação.

Quando nós olhamos, literalmente, milhares, talvez milhões de atividades profissionais, ligadas a alguma coisa chamada Internet, nós percebemos que o profissional, talvez mais qualificado, a lidar de uma forma competente, com todas essas atividades que tem a tem a ver comunicação da Internet, seria um profissional de jornalismo, sem dúvida, seria também um profissional da área de Publicidade, um profissional da área de marketing. E nós não sabemos até que ponto, o próprio jornalismo, na sua atividade hoje, multifacetada, na multiplicação dos meios de comunicação eletrônica, não se aproximaria bastante do trabalho que nós desenvolvemos. Um dos projetos que nós temos é justamente que a ESPM, que nós esperamos que venha a ser uma Universidade, tenha atividades na área do jornalismo eletrônico.

Em vista disso, a nossa posição, portanto, é contrária a uma regulamentação, que embora, óbvia e evidentemente bem intencionada, com propósitos extremamente elogiáveis, ao se prestar à leitura, consulta dos seus artigos, do seu conteúdo nos parece...[soa a campanha]...extremamente limitativa à atividade dos profissionais que são formados pela nossa escola. É o que eu tinha a dizer, nesse momento e eu me guardaria das demais informações quando houvesse perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Feita a exposição do Dr. José Roberto Withaker Penteado, nós temos então, as perguntas vão ficar então para o final, depois que forem feitas todas as exposições, os Srs. Senadores que desejarem fazer perguntas ou exposições paralelas, poderão se inscrever. O segundo Expositor é o Dr. André Porto Alegre, Presidente de Associação dos Profissionais de Propaganda, a APP, com ele a palavra, para a sua exposição, por dez minutos, podendo ser prorrogado.

SR. ANDRÉ PORTO ALEGRE – Obrigado, Senador Camata, antes de mais nada, gostaria de agradecer muito o convite, em nome da Associação dos

Profissionais de Propaganda, uma entidade com setenta anos de vida, que poucas pessoas sabem que os Publicitários são organizados, organicamente, desde 1937, através da Associação Brasileira de Propaganda e da Associação Paulista de Propaganda, que se transformou em Associação dos Profissionais de Propaganda.

Gostaria de agradecer a presença do Senador Zambiasi, meu conterrâneo, do Senador Pavan, que é o autor, do Senador Eduardo Azeredo, do Professor Penteado, e do Danilo, que representa os alunos de Comunicação. Acho que é uma belíssima oportunidade, e eu preparei uma exposição simples, Senador Camata, mas que eu acho que é bastante significativa. Essa é uma frase do Márcio Moreira, o Márcio Moreira é um dos principais Publicitários, é um Publicitário brasileiro, radicado nos Estados Unidos há muitos anos, e Vice Chairman da McCann World Group, que é uma das maiores agências do mundo, ligadas ao Grupo Interpub(F). Que o futuro será como costumava ser, o futuro efetivamente não será como costumava ser, principalmente na nossa área. Por favor, pode passar o slide? Nós tivemos um Presidente na APP, o Sr. Roberto Santos, que deu uma entrevista, ele foi Presidente entre 45 e 46, ele deu uma entrevista em 1973 à revista de Propaganda, onde ele fala o seguinte – “Ao término do nosso mandato, a APP tinha cerca de duzentos sócios, uma sede bem montada, uma excelente biblioteca, um jornal, chamado Propaganda, editado mensalmente, sala de aula, e o que é mais importante, instalado e funcionando, o primeiro curso de Propaganda do Brasil. E eu me refiro a isso com muito orgulho”, afirma Roberto Santos, “porque São Paulo é o pioneiro no ensino publicitário no Brasil. Não era uma escola de nível superior, mas serviu de estímulo à fundação da Escola Superior de Propaganda, quatro anos depois.

A iniciativa do curso se baseava em uma necessidade da realidade. Todos nós, Publicitários, nos sentimos responsáveis pelas verbas que nos eram entregues, para assessoramento técnico, e nós, na verdade, não tínhamos condições de oferecer um assessoramento completo. Havia muita boa vontade, mas na época, muito pouco conhecimento. A grande dúvida era esta – “Estamos acertando ou errando? O curso que atendia essa necessidade” explica Roberto Santos. Tinha a duração de um ano, dividido em dois períodos, e começou com cento e quarenta e cinco alunos, para a inscrição, exigia-se diploma ginasial. Através de rigorosas seleções, formamos, ao fim, vinte e dois profissionais bastante capazes, com base em cursos norte-americanos e argentinos, estabelecemos um currículo de três meses de ensinamento de caráter

geral, e seis meses de especialização. Curiosamente, essa iniciativa não foi muito bem compreendida na época, por alguns dos nossos colegas, e no fim daquele ano de 46, houve uma nervosa assembléia na APP, Associação Paulista de Propaganda, na qual era acusado ser traidor da categoria, de forma a traí-los ao formar profissionais que iriam concorrer com eles. Felizmente, os poucos, o bom senso retornou, e os mesmos colegas, que estavam alarmados com o curso, reconheceram a grande necessidade do ensino técnico no Brasil”.

O que eu quero dizer com isso, o que o Roberto Santos fala? É que na realidade a gente tem sempre muita dificuldade de entender o que é novo, o que é novo fica complicado, regulamentar profissão de propaganda é uma atitude, eu acho que inclusive, corajosa, sob o ponto de vista de proposição, do Senador Pavan, porque é difícil para nós entendermos mesmo o que significa essa regulamentação, como foi difícil para nós entendermos, em 46, o que significava ter o embrião da Escola Superior, porque, na realidade, formava-se profissionais para concorrerem com os profissionais que estavam exercendo a profissão. Por favor, se puder passar o próximo slide. Eu acho que o primeiro curso de Propaganda no Brasil, em 1946, e o Projeto de Lei do Senado, 030 de 2004, do Senador Pavan, tem em comum a promoção de uma inclusão social.

Nós vamos apresentar alguns números agora, porque eu tenho o privilégio de já estar incluído socialmente no mercado publicitário, eu, o Professor Penteado, mas o Danilo não. O Danilo não está incluído ainda, o Danilo não está incluído em um negócio que movimentou no ano de 2005, vinte e um bilhões de reais, sendo que 17.7, aí está faltando até o ponto sete, foi de investimento em mídia. O Danilo não está incluído num negócio que significa 1.05% do PIB brasileiro. Se nós calcularmos que a construção civil é alguma coisa na ordem de 13% no Brasil inteiro, nós devemos considerar que a Propaganda é uma atividade que movimenta recursos interessantíssimos. A atividade da Comunicação Publicitária, a qual o Professor Penteado fez referência, com essa abrangência toda, movimenta trinta e sete bilhões.

Por favor, o próximo slide. São doze mil e oitocentas agências no Brasil, mas, curiosamente, o CENP, presidido pelo Petrônio, que esteve na primeira audiência pública, Presidente do CENP, que é o Conselho Executivo de Normas Padrão, só reconhece quatro mil. Quatro mil agências brasileiras podem, por exemplo, concorrer as contas públicas, podem concorrer nas licitações públicas, as outras oito mil e oitocentas agências não podem, porque não fazem parte do CENP, então, além do Danilo, que não é incluído socialmente, nós

temos oito e mil e oitocentas agências que não são incluídas socialmente também. 55% dessas agências, se nós continuássemos esse processo de inclusão social, fica na região Sudeste, e para alarme dos Senhores, 1/3 delas, ou mais do que 1/3 delas, mil, quinhentas e cinquenta e duas, no Estado de São Paulo. E aí nós temos aqui, até presente, desculpa se me falha, quatro Senadores que não são do Estado de São Paulo, quer dizer, a inclusão social. Essas quatro mil agências de propaganda empregam sessenta e cinco mil trabalhadores diretos, agora, o negócio da Comunicação, como bem fez referência o Professor Penteado, emprega mais de trezentos mil trabalhadores, entre fornecedores, veículos e anunciantes.

Por favor, o próximo slide. O Danilo faz parte hoje de um contingente de cento e setenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e seis alunos matriculados regularmente nos cursos de Comunicação Social, é um universo bastante grande, dava um Maracanã bem lotado, inclusive no gramado. 1/3 desses nossos companheiros são matriculados na habilitação de Publicidade e propaganda, aproximadamente sessenta mil alunos, espalhados em trezentos e noventa e seis cursos existentes no Brasil. Vou repetir, eventualmente os Senhores, trezentos e noventa e seis cursos de Propaganda existentes no Brasil.

Um dia desses, eu fui dar uma palestra em Cuiabá, nós temos cinco faculdades de Propaganda, é uma baita responsabilidade ser Presidente de uma Associação de Profissionais da Propaganda, que em Cuiabá tem cinco faculdades de Propaganda, com um trabalho exemplar, Senador Camata, um trabalho exemplar, porque encara a regionalização como uma forma de prover, de atender a essa demanda, quer dizer, a questão da regionalização. Por favor, o próximo slide, rapidamente. São sete mil profissionais por ano, o que seria uma renovação sobre o ponto de vista das agências, de 10% do pessoal ocupado. É mais ou menos como se, anualmente, eu dissesse para 10% dos profissionais das agências de Propaganda, das agências, saírem para darem lugar aos novos profissionais. E tem números aí que são interessantes, por exemplo, sete mil profissionais por ano, é 22% do pessoal ocupado em emissoras de rádio, da qual o Senador Zambiasi, durante muitos anos, teve um convívio diário, não sei se ainda tem até hoje, mas eu, quando morava em Porto Alegre, era seu ouvinte.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Quando era pequenininho.

SR. ANDRÉ PORTO ALEGRE – Quando era pequenininho...[risos] ...22% do pessoal ocupado, total, em rádio, isso significa 16% do pessoal ocupado em televisão, 5% do pessoal ocupado em jornais, re-

vistas e publicações, o que eu quero dizer com isso? Eu quero dizer com isso, de que existe uma baita de uma responsabilidade, por parte dos profissionais de Propaganda, e que a regulamentação é um assunto que tem que ser discutido, debatido, e a Associação dos Profissionais de Propaganda, de antemão, apóia e é favorável à regulamentação. Eu acho que o projeto do Senador Pavan, e é por isso que nós estamos aqui presentes, ele ainda pode sofrer melhorias, tenho certeza que o Senador concorda com isso, ajustes, etc e tal, mas, conceitualmente, que é o que nós temos que discutir aqui, conceitualmente, nós somos absolutamente favoráveis, porque nós estamos falando desse universo.

Por favor, o próximo slide. Eu acho também que era interessante a gente falar que a escola, representada aqui, no caso dos alunos, nós temos aqui a escola sob o ponto de vista [soa a campainha] Eu posso continuar, Senador? Obrigado. A escola representada tanto... o corpo docente e corpo discente estão aqui, eu costumo dizer que há um desprezo recíproco. Eu acho que a escola despreza o mercado e o mercado despreza a escola. O mercado despreza por desconhecimento, desconhece por completo, desconhece por completo, profissionais de agência de propaganda visitam as escolas, mas não vem às escolas, visitam, e a escola, claro, com raríssimas e honrosas exceções, e nós temos aqui a Escola Superior de Propaganda e Marketing, mas de uma maneira geral, padecem de ausência de postura crítica.

Por favor, o próximo slide. Por exemplo, o mercado desconhece por completo que a estrutura, e deveria conhecer, até para criticar, porque eu já vi diversos profissionais aí, cantados em verso e prosa, falando mal das escolas de Propaganda, e eu vou restringir à questão da Propaganda, porque, com todo respeito, tenho uma opinião diferente do Professor Penteado, não acho que nós estamos dentro da questão do marketing, não considero isso, porque senão também consideraria que Medicina, Odontologia, Farmácia, Química e Biomédica estava tudo dentro da mesma área e não funciona assim. Eu acho que a Propaganda é um negócio sim, tem um modelo de negócio a ser preservado, e é esse modelo de negócio que nós estamos aqui defendendo. E o mercado desconhece a estrutura curricular, com as matérias obrigatórias, de habilitação, as eletivas e o estágio profissional e que carga que elas ocupam? Nós fizemos uma pesquisa com os profissionais de Propaganda da APP.

Se você puder passar o próximo slide, por favor. Por exemplo, esses 20%, eles dizem respeito a referências da Propaganda, quase que um processo de iniciação na Propaganda, fundamental para formação

profissional. No próximo slide, esses 45%, demandam esse tempo, demanda a questão sobre pesquisa, planejamento, mídia e criação, que no caso de escolas antenadas com as novas tendências, como é o caso da Escola Superior, hoje ela agrega, dentro desse guarda-chuva, inclusive outras temáticas.

No caso da formação complementar, que é o próximo, por favor, é uma oportunidade para desenvolvimento de estudos e reconhecimento dos aspectos regionais, ora, Senhores, com trezentos e noventa e seis cursos de propaganda espalhados pelo Brasil, a regulamentação passa, obrigatoriamente, pela valorização de aspectos regionais. Em Cuiabá, a gente pode verificar isso, eu não sou mato-grossense, mas fiquei impressionado com o trabalho desenvolvido lá, e é nessa hora que o mercado tem que reconhecer que as escolas significam isso, quer dizer, a valorização dos aspectos, dos aspectos regionais, senão nós vamos continuar sendo uma atividade cabeçuda, nós não somos uma atividade de São Paulo.

E no próximo, último, a experiência profissional, que aí é uma abordagem profissionalizante, agências experimentais, projetos, etc e tal. O próximo slide, por favor. A escola, na realidade, quando eu falo de postura crítica, eu falo que a escola é um contra ponto necessário, a escola deve fomentar uma postura crítica, a escola deve e pode exercitar o contraditório, e a escola precisa ser vista e não visitada, algo que eu já falei por aqui. Para mim impressiona muito, que nenhuma das trezentas e novecentos seis escolas de Propaganda, Senador Camata, quando dessa questão toda sobre Propaganda, os Senhores ao de convir comigo, nós todos sabemos o quanto o assunto teve em voga nos últimos tempos, a questão da Propaganda, etc, não vi nenhuma escola desenvolver uma postura, ou vir à público manifestar repúdio ou fazer alguma consideração sobre os acontecimentos recentes, e eu acredito que a escola é necessária, o ambiente acadêmico é necessário para isso, no próximo...

Na realidade aqui, o que a gente fala, é que nós aprendemos a nos alto regulamentar, então, quando o Senador Pavan e quando o Senado, na realidade, faz um Projeto de Lei, 030 de 2004, propondo isso, o mercado se assusta um pouco, por que como que nós, que aprendemos e a nos alto regulamentar, que temos associações que datam de 1937, ficamos vulneráveis a um Projeto de Lei que vai nos regulamentar, que história é essa? E eu acho que essa é uma história que a gente tem que encarar com muito bons olhos, porque esse mercado que, em 37 fundou a Associação dos Profissionais de Propaganda e a Associação Brasileira de Propaganda, que em 80 fundou o Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária, no sentido da questão ética, e que

em 98 fundou o Conselho Executivo de Normas Padrão, sobre o ponto de vista da remuneração, tem dificuldades de discutir custo da Propaganda, ou os Senhores tem alguma dúvida que nós temos dificuldade de discutir custo de Propaganda? Temos dificuldade de discutir remuneração, temos dificuldade de discutir modelos de negócio, temos dificuldade de discutir novas tecnologias, ou seja, é uma atividade profissional que está precisando, exatamente, Senador Pavan, dessa oxigenação e desse debate, e que esse debate venha a público.

O próximo, por favor. Eu acho que, eu só coloquei e eu já estou terminando, essa é a última fala, eu só tomei a liberdade, Senador, de copiar, porque as posições contrárias sempre vão colocar que nós estamos tentando fazer uma reserva de mercado, eu faço um contra ponto sobre isso. Hoje a regulamentação, através do projeto 030 de 2004, que deve ser aprimorado sim, significa inclusão social e não reserva de mercado, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – A Presidência quer registrar também aqui a presença do Dr. Humberto Alves Mendes, Vice-Presidente Executivo da FENAPRA, Federação Nacional das Agências de Propaganda, queria convidá-lo para participar da Mesa aqui conosco e quero, pela ordem, dar a palavra para ao Senador Sérgio Zambiasi, que vai ter que se retirar, por compromisso que ele assumiu anteriormente, Com a palavra. V. Ex^a.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Eu quero agradecer o Presidente Camata, sua gentileza, sua generosidade em abrir essa exceção para explicar inclusive minha ausência, dizer que acompanhei com atenção o Dr. Penteado, agora o André, conterrâneo, e que com posições opostas, mas muito interessantes, eu acho que o bom do projeto do Pavan é exatamente isso, trazer aqui, trazer a público a questão, a audiência pública tem este... nos oportuniza conhecer bem os lados, depois então que a gente possa tomar a melhor decisão.

Eu tenho que me afastar para uma audiência Ministro Dulci, para tratar de um assunto pertinente, inclusive porque vou falar da Voz do Brasil, que de alguma maneira mexe também com todo o mercado. Eu defendo a flexibilização do horário e não a obrigatoriedade das dezenove horas. Esse assunto, finalmente, também começou a ser debatido aqui no Congresso, um projeto que eu apresentei em 2003, demorou um pouco para começar a andar, mas agora, gradativamente, ele começa a ser discutido e essa discussão que me entusiasma bastante. O que vai acontecer ali adiante eu não sei, mas eu já me motivo inclusive a falar com a Presidência da República sobre o assunto, que parece que começou também a acolher a questão, peço desculpas, André...

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Só um aparte.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Pavan.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Antes que V.Ex^a se retire, o Zambiasi é um profissional da área da Comunicação e sabe da importância do projeto. Mas hoje aqui, realmente, São Paulo está em desvantagem, nós temos dois gaúchos e dois mineiros, eu com o título de cidadão catarinense. Depois da explanação do André, diz aqui que o Wellington falou o seguinte – “Mas Pavan, mas olha, fala sem parar”, disse assim que quando existe conhecimento e certeza naquilo que fala, as coisas fluem tranquilamente, e os gaúchos são bem claros [risos], dessa forma, fala com naturalidade [risos].

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado Pavan, também ao Presidente, André, lamento não poder ficar até o final, para acompanhar todas as posições, eu tenho a minha convicção, os projetos que aqui são apresentados, eles democraticamente permitem esses debates, isso eu acho que é como um diamante que vai sendo lapidado, até chegar ao formato adequado, que atenda a todos os lados ou que não atenda ninguém, que é até melhor [risos] porque aí talvez até no coletivo, que é o fundamental. Eu desejo sorte e fico à disposição de ambos, seja lá do estudante, seja ali da escola, que está em Porto Alegre, também muito bem, por sinal, já com um destaque muito grande, a escola de Porto Alegre, muito respeitada, e o pessoal da Propaganda do Sul, também muito bem organizado e muito respeitado lá pela sua conduta sempre ética, democrática, esforçada, no sentido de termos sempre o melhor, em termos de Propaganda, Publicidade para todos nós, eu falo do que eu conheço, do que eu sei lá do meu Estado. Obrigado, com licença, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – A Mesa registra também a presença do Dr. Ricardo Pereira, Diretor de Relações Governamentais da Federação Nacional das Agências de Propaganda. Com a palavra agora, para a sua exposição, o Danilo Silvestre, ele é Membro da Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social, ENESCOS. Com a palavra.

SR. DANILO SILVESTRE – Bom dia a todos, primeiro agradecer o convite, para a ENECOS poder estar representada aqui. Primeiro deixar claro assim que esse debate sobre a regulamentação da Publicidade dentro da Executiva, ele é um debate ainda recente, então, acredito até que a minha exposição nem vai ser longa assim, porque ainda está muito em discussão dentro da própria

Executiva, vou acabar falando mais algumas coisas que a gente conseguiu chegar a alguma conclusão.

Primeiramente, a Executiva, ela vê esse projeto, de certa forma, com bons olhos, porque a regulamentação, a forma de regulamentar a Publicidade, acaba conseguindo fazer com que essa atividade se torne mais profissional, o que a gente quer dizer com isso? Hoje a gente sabe que dentro das agências muitas pessoas trabalham como freelancers, outros sem carteira assinada, sem garantia de trabalho, sem garantias trabalhistas, e a gente vê esse projeto como uma forma de que pode ajudar a deixar essa atividade mais profissional, nesse ponto assim. No entanto, como já foi mencionado aqui, a questão da Publicidade, ela está inserida num âmbito mais geral, que é o marketing, e também dentro da Comunicação Social, ela é uma das habilitações, e a gente, na hora de debater isso, a gente se ateve muito ao Projeto de Lei, ou seja, a gente acabou discutindo muito o que está escrito dentro do projeto. A gente tem algumas preocupações, como de que os projetos que regulamentem as profissões de comunicação, não acabem com outras formas de comunicação, como comunicações alternativas, comunicações comunitárias, a gente tem uma preocupação de que no futuro possa acabar podendo fazer, exercer a atividade de Comunicação, apenas quem seja diplomado, a gente tem essa preocupação, espero que isso não aconteça, essa é a nossa posição, só quem tem diploma possa exercer as atividades de Comunicação.

Ao debater sobre a questão, que aqui no projeto fala quais seriam as funções que deveriam ser exercidas pelos Publicitários, a gente chegou à conclusão de que na verdade essas funções são mais restritas ao universo das agências assim, das agências publicitárias e ainda assim, dentro das agências também, ela possibilita assim uma amplitude maior, porque dentro da agência, a gente tem a questão da criação, da mídia, da produção, do planejamento, do atendimento, e a gente vê que, por exemplo, na questão da produção, que entra o caso de fotografia, que entra o caso de filmagem, a gente vê que podem exercer essas atividades, não apenas pessoas formadas em Publicidade, mas tem o caso de quem estuda desenho industrial, que estuda questão de Designer de marketing, de embalagens, que poderiam exercer. Tem a questão de quem faz, quem cursa curso de Comunicação, como áudio visual e curso de multimeios também, que podem vim exercer funções na área de produção, de produção de filmes, de produção de esportes, de rádio, de produções para a Internet também, de cursos de artes plásticas também e também tem a questão de cursos técnicos, como por exemplo, vou falar o caso de Brasília, que

é onde eu conheço um pouco mais. A gente tem um curso, por exemplo, de Designer gráfico no SENAC, que é um curso de um ano e meio, e que a gente sabe que essas pessoas saem de lá capacitadas a fazer um bom trabalho de Publicidade, porque ele não vai apenas aprender, nesses cursos técnicos, eles não aprendem apenas mexer na ferramenta, eles tem uma visão um pouco mais aprofundada, na questão no caso desse de Designer, eles vêem a questão sobre estética, eles vêem questão sobre Designer, sobre artes plásticas, tem uma visão um pouco mais aprofundada, apesar de ser curso técnico.

Essa é uma preocupação assim, talvez a função de Publicidade que a gente restringiu, mais no universo das agências, pode também ser feitas por outras pessoas habilitadas, assim, a gente considera a regulamentação boa, mas não pode também, como o próprio André falou, ser apenas algo para ser reserva de mercado, ou seja, a gente tem que saber quais outras áreas também que estão conectadas à área da Publicidade, essa área da Comunicação, para que possa ser feito de uma forma correta, sem ser excludente com quem realmente está inserido.

Outra questão que a gente discutiu um pouco também foi a questão do estágio. Aqui no projeto diz sobre o estágio de um ano obrigatório e nesse caso a ENECOS se coloca totalmente contrária à essa questão do estágio ser obrigatório, a gente acredita que o estágio não deve ser obrigatório, por quê? Porque dentro das Universidades, que a maioria são faculdades particulares, os cursos são das faculdades particulares, muitas pessoas, mesmo assim, precisam trabalhar durante o dia, para poder sobreviver, e também poder pagar a faculdade, o curso que eles estudam a noite, ou seja, aí a gente se pergunta – tá, ele vai ter que fazer o estágio de um ano. Muitas vezes, a gente sabe que existem estágios não remunerados, ele vai ter que largar o emprego para poder fazer o estágio, ele não teria como se manter na faculdade, nem mesmo como sobreviver. Ou seja, a gente se coloca contra por esses motivos assim, e também porque dentro das nossas discussões, a gente não conseguiu ver, de forma mais clara assim, qual seria o papel do estágio assim, nessa formação do Publicitário. A gente não conseguiu ver isso de forma tão clara assim, mas a questão de ser contra é principalmente por causa disso assim e além do quê, a questão do estágio, traz algumas outras dúvidas para a gente que, o estágio, no caso, aqui fala que vai ser disciplinado em um regulamento.

A gente gostaria de saber qual seria esse regulamento, se ele já existe, se não existe, a gente teve essa dúvida. A gente também gostaria de saber se o estágio, ele pode ser uma disciplina da faculdade, como

estágio obrigatório, alguma coisa assim, a gente ficou nessa questão e também se a questão das empresas juniores, que tem várias faculdades, como no caso da UNB, tem a dois, nove, meia, que é uma agência júnior, tem a Matriz, que é uma agência Júnior da Universidade Católica, daqui de Brasília, a gente gostaria de saber se agência Junior também contaria como estágio ou não, a gente ficou, teve algumas dúvidas assim, sobre essa questão. Mas a gente se coloca contra a obrigatoriedade, principalmente por causa das questões de que muitas pessoas precisam trabalhar durante do dia, para poder pagar a faculdade e que vislumbrem, fazendo a faculdade, talvez uma troca de profissão, quando formado, ou então, de repente, se trabalha no local, um remanejamento para alguma outra área da empresa, algumas coisas assim. Então, a gente se coloca contra a questão do diploma, do diploma não, desculpa, do estágio.

E, por fim, assim que, foi a última questão assim que a gente discuti e que chegou a alguma conclusão, é a questão de como será as pessoas que já estão no mercado assim, para poderem serem absorvidas. Aqui, no Projeto de Lei, consta que até noventa dias após a publicação vai poder obter registro, quem já trabalhou vinte e quatro meses consecutivos ou trinta e seis meses intercalados. A gente, na verdade, prefere se posicionar a favor de quem tiver com registro na carteira de trabalho, e que até a data da promulgação da lei, possa se tornar Publicitário, por quê? Porque a pessoa pode ter acabado de entrar no mercado, tem competência, mas, sei lá, ter sete meses, dez meses, às vezes até um ano de experiência e ela acaba ficando fora, ela acaba tendo que ficar fora da atividade, porque ela ainda não tem o tempo que é exigido por lei. E a gente também colocou essa questão sobre o registro na carteira de trabalho...

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Desculpe a interrupção, um pouquinho.

SR. DANILO SILVESTRE – Tudo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Eu queria registrar a presença do ex-Senador, ex-Líder do Governo e ex-Ministro da Defesa, primeiro Ministro da Defesa do Brasil, Senador Elcio Álvares e do Senador João Batista Motta. Muito obrigado, pode prosseguir.

SR. DANILO SILVESTRE – E, a gente também vai assim, na defesa que se tenha o registro da carteira de trabalho, para que se possa também efetivar a contratação de vários profissionais que trabalham como freelancers, às vezes sem nenhum contrato de prestação de serviços, nenhum contrato firmado, a gente se posiciona assim, com isso, para que possa

incentivar também a contratação desses profissionais, que na verdade, estão assim à margem do mercado, porque muitas vezes eles prestam serviços sem um contrato [soa a campainha], sem nenhum tipo de registro, e por isso essa nossa oposição assim.

No caso, o que a gente tem como posições assim realmente tomadas, são essas assim e também deixar claro que o debate vai continuar dentro da Executiva, caso a gente tenha novas propostas, a gente procura o Senador, através da Assessoria dele, diretamente por ele, procura a Comissão de Educação também e trás novas propostas, coisas assim, para poder aprimorar o projeto, ver de que forma a gente consegue caminhar. Era só isso mesmo, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Muito bem, o autor do requerimento, aliás, é essa é a segunda audiência que nós fazemos sobre esse projeto, segunda audiência pública. O autor desse requerimento é o Senador Leonel Pavan, pelo regimento interno, a preferência para os questionamentos, para as perguntas, é exatamente do autor do requerimento, que no caso é também o autor do projeto. Com a palavra então, o Senador Leonel Pavan.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Senhor Presidente, Srs. Expositores, na verdade eu gostaria é de tirar dúvidas do projeto e aprimorar o projeto. Deu para sentir que o Danilo tem prós e contras no projeto, o Penteado já é contra totalmente e também o André, mostra que tem que fazer alguns ajustes. O que nós requeríamos, nesse projeto, e atendendo a reivindicação de estudantes, inclusive, e de Publicitários, é que nós pudéssemos, pelo menos, regulamentar a profissão. É dar condições para que eles possam desenvolver seus trabalhos com garantia, até para justificar o tempo de estudo e de profissão que tem. É indiscutível que o setor é de extrema importância para qualquer função, seja privado ou pública, atende todas as áreas, todas as áreas, e está um pouco perdida entre diversos setores.

Eu queria, de repente, que houvesse o debate entre os Expositores, se fosse possível, Camata, se fosse possível, e nós encaminhassem quais os ajustes que temos fazer, podia aproveitar, o André encaminhasse aonde é que devemos melhorar o projeto, o próprio Danilo, onde temos que melhorar o projeto e que o Penteado também, se for totalmente contra, porque o projeto não vai trazer benefício nenhum, não vai ser de utilidade, não terá realmente nenhum benefício, então, não haveria motivo porque, sugestão.

E o meu projeto, eu gostaria de não retirá-lo e vou defendê-lo, para que ele seja aprovado, aqui, e depois que seja regulamentado pelo Presidente, que tem um item na Constituição, um artigo da Constituição que diz

que regulamentação de profissão é exclusivamente do Presidente, do Ministério do Trabalho e do Presidente. Só que o Congresso Nacional, tanto a Câmara Federal como o Senado, e digo a você que tem que rever esse item da Constituição, nós temos a obrigação de ser o portador das necessidades, dos reclamos, das angústias, tanto das coisas ruins e coisas boas, nós somos o portador da aflição da população brasileira, e essa é a nossa missão aqui. Nós somos os representantes do povo e quanto falo povo, engloba qualquer tipo de profissão no País, e a Constituição parece que fica restrita ao desejo do Presidente. Ele que cria, é do Executivo, o Projeto de Lei. Mas nós criando o projeto aqui, pode o Presidente sancionar ou vetar.

Há poucos dias eu aprovei um Projeto de Lei criando a profissão de turismólogo, aliás, fui o relator aqui. Começou na Câmara Federal, e já defendi isso há muito tempo, passou na Câmara, passou no Senado, com aprovação do Ministério do Turismo e quando chegou no Presidente, vetou, vetou, não teve uma discussão, mas era apenas por desejo pessoal de sua equipe, vetou. Tudo aquilo que foi discutido aqui não valeu nada. Anos e anos se passaram, dezenas de debates, de audiências públicas, tivemos até uma vídeo-conferência, com a apresentação de todos os Estados do Brasil, e não valeu nada, não serviu para nada. Vamos derrubar o veto, com certeza. Nós poderemos aqui, de repente, até estarmos perdendo tempo, e pode ter o veto do Presidente e depois sancionarem o veto, aliás, o Senado ainda, o Congresso, manter o veto do Presidente. Mas se eles vetarem [soa a campainha] nós podemos derrubar o veto. O que eu queria...

A importância da Propaganda, aliás, de tudo, tudo é Propaganda, até que o André quando falava, ele falava de um estilo, porque a televisão está... o Brasil inteiro vai assistir, e falava justamente, a forma como se portava, era uma mídia... uma mídia, é a colocação, trazer o slide aqui, para nos mostrar, já mostra que, através dali, tenta nos convencer e convencer os outros. É uma forma de propaganda. Tudo isso tem que ser reconhecido. Eu queria apenas pedir a colaboração dos demais, eu não sou um profissional da área, nem tenho empresa de Publicidade, nada, não sou Publicitário, mas a minha vida, como empresário e como homem público, preciso muito do Publicitário, e em função disso que me procuraram, e apenas que vocês nos ajudassem a construir um projeto que atenda a todos. O meu projeto, não quer dizer que tem que ser único, que não tem que sofrer reparos, e esses reparos, eu queria que vocês nos ajudassem a construir. Aqui a Comissão do Senado, a Comissão Técnica do Senado preparou o projeto e estudaram muito, mas tudo pode ser mudado, aperfeiçoado. Por

isso gostaria que vocês nos ajudassem a tirar as dúvidas existentes e pudéssemos aperfeiçoar esse nosso projeto, para trazer uma garantia de um futuro melhor, principalmente aos Publicitários. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Para o seu posicionamento, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Senhor Presidente, Srs. Senadores, Srs. Expositores, eu queria trazer apenas uma preocupação que eu tenho visto às vezes, com relação a, eu diria assim, a multiplicação de profissões nessa área. Nós tínhamos, anteriormente, apenas um curso, um curso de Comunicação que englobava tudo, Comunicação, Propaganda, Publicidade, tudo. Hoje nós estamos tendo uma divisão muito grande e você tem curso... daqui a pouco tem curso de operador de vídeo tape, curso de operador de sei lá o que, e isso acaba fazendo que os formandos tenham um caminho mais estreito, porque se eles se formam em Comunicação, no sentido mais amplo, ele depois pode ter uma especialização em várias das áreas que compõem. Mas não é isso que está acontecendo, as faculdades estão fazendo uma divisão e aí é que é o meu temor. Você tem hoje cursos, todos eles, a pretexto, dizerem que são cursos mais especializados, na verdade, eles estreitam o futuro dos profissionais. Então, essa que queria colocar, essa questão, para a discussão dos Senhores Expositores.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Só um aparte, só um aparte, Azeredo, é o seguinte, antigamente era só Medicina, Médico, não era assim? Depois, no lugar da saúde só tinha a profissão, depois surgiu Dentista, Cardiologista, assim por diante.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Não, Cardiologista continua, tem que formar em Medicina primeiro, depois que ele formou em Medicina, é que ele faz a especialização lá na frente. O que houve de divisão, apenas Medicina Veterinária e a Odontologia, só as três, são três profissões, e talvez Fisioterapia também.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Radiologista né?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Agora você tem que fazer Medicina para ser Radiologista.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sim, mas você tem que fazer Medicina primeiro, depois de fazer Medicina que você vai fazer diversas especializações, o Direito também, você faz Direito, depois é que você faz a especialização, então essa que é a preocupação que tenho.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Mas há um ramo, por exemplo, da Medicina com a Engenharia que já se confundem. Há

um ramo da Engenharia agora, que é uma Engenharia aplicada à Biomedicina, ele é um Engenheiro Eletrônico, ele trabalha na área de respiradores, na área de alguns órgãos artificiais, então a Medicina com a Engenharia, muitos Engenheiros vão estudar um pouco de Medicina, e Médicos que tem fazer um pouco de Engenharia. Em algumas Sessões, setores da Medicina, o Médico hoje tem que ser um Engenheiro de primeira qualidade, para lidar com aqueles equipamentos, porque a tecnologia, então, elas começam a se fundir.

Eu, por exemplo, observo aqui que a discordância, desculpe, Dr. José Roberto Penteado vai dizer, a discordância dele é que só pode ser Publicitário aquele que fez Escola Superior de Propaganda, eu acho que aquele que fez Designer, ele, na verdade, vai desenhar o produto, ele já um Publicitário, o Jornalista, que depois vai dar forma ao noticiário da televisão, como entra a propaganda no noticiário da televisão, vai avaliar os meios de divulgação, ele pode ser um Publicitário, acho que essa abertura aí que vai ser o grande debate disso. Senador Eduardo Azeredo, pela ordem.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Presidente, evidentemente que eu acompanho a sociedade, a evolução dela como um todo, eu sei que a tendência, você tem as especializações, e elas vão surgindo, cada vez mais. O que estou defendendo é que se respeite a questão básica, para benefício dos próprios profissionais, que você tenha uma formação básica, depois você tenha a especialização, num segundo momento, quer dizer, nós tivemos também um boom dos cursos de pós-graduação, os cursos de extensão. Eu mesmo me formei já em Mecânica, depois Engenharia Econômica, depois fiz Análise de Sistemas e virei Político, isso tudo a vida vai levando.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Em qual setor...

[Risos]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Fizesse Comunicação e, Presidente...

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Em qual graduação está definida a questão da Publicidade, onde se encontra a Publicidade, em qual setor da Comunicação? É importante saber.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Comunicação Social. Está junto com Propaganda, marketing, o analismo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Bem, então agora, para as respostas, Primeiro, está escrito Sebastião. Senador Wellington Salgado de Oliveira, por favor.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu queria aqui, na verdade, fazer uma colocação da evolução que vem acontecendo

com a educação ao longo dos tempos. Porque, eu vejo sempre que há um debate, colocam-se gráficos e dizem – “olha, existe um monte de faculdades particulares”, eu não poderia deixar de defender o meu ramo, estou aqui, eu tenho que defender. Na verdade, aconteceu, vem acontecendo com o Ministério da Educação, uma grande evolução. Antigamente você tinha algo que eles chamavam de currículo mínimo. Para você ter uma profissão, o Governo te obrigava a você ter aquelas disciplinas, todas certinhas. Houve uma evolução, hoje o Governo já chama, que você tem que ter nos cursos, é chamada diretrizes curriculares. A direção que está caminhando é que tem que ter um tronco, e ali você tem as variações, como você falou, a questão do Mato Grosso, a questão do Sul, você começa a ter as variações dessa região.

Agora, tem uma série de problemas, você vê, a colocação do Danilo, o Danilo, ele já quer, todo mundo reclama que a Universidade só dá a parte teórica, e o Danilo não quer mais a parte prática, ou quer, de alguma maneira, que você não tenha a parte prática e consiga o diploma, quando, na verdade, o que é esse chamado estágio? É a vivência da teoria na prática, você ainda sendo avaliado pelo sistema. Quer dizer, é uma coisa muito importante. Será que o que você aprende na sala de aula, você, ao entrar no mercado, você aplica e ao você discordar ou não ser bem aceito, você vai voltar para quem, para discutir? Tem que ser na sala de aula, com o Professor que vai te orientar, essa é a função do estágio, entendeu, Danilo? Claro que tem todo esse problema que você colocou, a gente sabe que hoje todo mundo está querendo ter, acho que nós temos duas grandes vontades na nossa sociedade, é o diploma e a casa própria. Esse é o grande sonho de todo brasileiro, ter a casa própria e ter o diploma. A família tem pais, às vezes, que não tem curso superior, e sonha em ter o filho com curso superior. Isso é uma questão da nossa sociedade, o anseio, a vontade de ter, e isso a gente não vai mudar nem tão cedo.

Então o que aconteceu? Aconteceu que as classes, como o Senador Azeredo colocou, tivemos um boom no curso de pós-graduação, cria-se imediatamente a pós-graduação, mas na verdade, é a procura do saber e do conhecimento, como vai se batizar isso? Pode se batizar como Curso de Especialização, é o que nós chamamos de educação permanente, está todo mundo sempre procurando alguma coisa, porque, se eu apreender algo mais, pela teoria do capital humano, eu vou valer um pouco mais do que o meu amigo que não se adaptou, não adquiriu conhecimento. E assim funciona a sociedade, quando mais você aprende, mais você diz que está mais valorizado, você sobe o seu valor de mercado e vai, e as coisas vão acontecendo.

Então, é difícil para uma Instituição de Ensino, acompanhar essa velocidade do mercado. Problemas que eu vejo, Presidente Camata, antigamente a gente não tinha que ter para um curso de Comunicação, computadores de última geração, hoje tem que ter, se você não tiver, você não tem a chamada qualidade, e isso é mais uma despesa para a faculdade, mas tem que ter, porque o mercado exige isso. As Universidades, as Instituições de Ensino estão sempre correndo atrás, tentando, e é muito difícil, com a velocidade do mercado, nós formarmos um profissional para uma demanda que o mercado vai ter, nós seríamos visionários, isso é impossível de ser, entendeu, André? Eu vi que você coloca bem, mas é uma dificuldade, ser Gestor de uma Instituição de Ensino é uma coisa difícil. O paradigma de eficiência, eficácia, relevante, atividade, é uma coisa muito difícil, você tem que administrar em função do que está acontecendo no momento, isso é o mercado.

Agora, o que tem melhorado muito, tem. Agora cada vez mais que as Instituições melhoram, mais o mercado exige, e uma coisa que é intangível, não consegue se pegar, é chamada qualidade de ensino. Qualidade, para mim, é a diferença do que você espera ver e o que você encontra [soa a campanha]... se você esperava ver algo e encontra melhor do que você esperava, você tem alta qualidade, se você encontra algo pior que do que você esperava, você tem baixa qualidade. Só que ela é intangível, então todo mundo, há todo momento, inventa um padrão de definição do que é qualidade, qual é a qualidade que tem que ser mensurada, uma coisa difícil. Então nós temos que ter um pouco de paciência e tem que exigir, não só das Universidades, mas também do Ministério, porque o Ministério que vai lá te avaliar.

É um absurdo, Senador Camata, vou até falar um pouquinho mais, você mandar alguém do Sul ou alguém do Sudeste, avaliar uma faculdade de Comunicação do Ceará, você pode, tem que ter uma sensibilidade muito grande para esses avaliadores, porque é outra realidade. O país é um país continental, é um país continental. Você não tem como, quer dizer, você tem que ter sim, mas muita gente da região, para poder fazer uma boa avaliação, é isso que queria colocar, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Bem, então agora vou passar para os Expositores. Primeiro para o Dr. José Roberto Penteado. Mas interessante o seu comentário, Senador, interessante. Nós aqui também, às vezes, não conseguimos acompanhar. Lembra-se que nós fizemos, naquela época, não tem muito tempo, o melhor Código de Comunicações, o Código Brasileiro de Comunicações,

talvez um dos melhores do mundo. E depois fizemos o Código Brasileiro, não, a Lei Geral de Telecomunicações. Separou, imagem de televisão e rádio de comunicação, pessoa a pessoa, ponta a ponta.

Agora eu vi a TV digital, já penetra, a TV na área da legislação, da Lei Geral de Telecomunicações. Quer dizer, quando é que nós íamos prever, há quatro, cinco anos atrás que, as duas tecnologias, iam uma invadir a área da outra? Vão ter que rever a lei, e por isso eu digo que muitas vezes, não é o melhor negócio do mundo fazer a lei, a lei às vezes pode engessar, é melhor fazer um Decreto, fazer uma Portaria, quando a tecnologia assenta, aí faz a lei e regulamenta. Mas, com a palavra, então, o Dr. José Roberto Withaker Penteado.

SR. JOSÉ ROBERTO WITHAKER PENTEADO

– Eu queria iniciar dizendo ao Senador Pavan, que quando fiz o meu curso de Ciência Política, IUPERG, me pareceu muito atraente uma definição de democracia, que dizia o seguinte – é o regime onde prevalece a vontade da maioria, mas são respeitados os direitos das minorias. Ora, nós somos, como já disse, contra a regulamentação, mas nós não deixaremos de desempenhar a nossa tarefa, a nossa função cívica, de colaborar com a lei, caso ela seja aprovada. Então, evidentemente, a nossa posição é de que não deveria haver regulamentação, mas, em havendo tal regulamentação, eu coloco publicamente a Escola às ordens da Comissão, teremos muita satisfação em colaborar no aperfeiçoamento do texto. E foi bom até o Senhor mencionar essa questão, até por uma questão de, vamos dizer, de um certo recato, eu não tinha feito algumas observações a respeito do texto da lei. E caso ela passe de fato, existem alguns aspectos que deveriam ser verificados. Por exemplo, quando aqui no início da lei, a soma das atividades artísticas e técnicas, essa é uma questão complicada porque nós observamos que as agências de Publicidade são um pequeno segmento da profissão hoje em dia.

E mesmo nesse pequeno segmento, nosso Presidente, Professor Francisco Gracioso, que trabalhou muitos anos em agência de propaganda, me fez aqui uma observação, ele tinha sido convidado inicialmente, não pôde comparecer, me designou para representar a Escola, mas ele fez uma observação aqui interessante, que trabalham numa agência de Propaganda, pessoas com formação em Administração de Empresas, e visão comercial para administrar as contas do cliente. Há também Psicólogos e Sociólogos, encarregados das pesquisas de criação, dos estudos de mercado, etc. Na criação propriamente dita, não se podem dispensar os profissionais com cursos de Designer, Belas Artes ou Comunicação Visual. A produção gráfica e eletrônica, existem profissionais com formação em fotografia, cine-

ma, TV etc. Não vejo como seria possível obrigar toda essa vasta gama de profissionais a ter um diploma em Comunicação Social. Nós temos aqui, na descrição de funções, por exemplo, diversas funções que não existem mais, como, por exemplo, *past-up*, que aliás, é um errinho que a gente vê comumente nas agências, ser escrito sem o “e”, é *past*, de colar. Não existe, sequer, o layout mais montado, como era no tempo que eu comecei a trabalhar em Propaganda, então esse trabalho que era feito com cola e tudo mais, ele não existe. Mesma coisa é a função de *layout man*... que me recorda, curiosamente, algo que eu pensei quando vinha lendo uma das exigências dessa lei, que eu confesso que me surpreendeu extraordinariamente, e que é a apresentação de prova de nacionalidade brasileira. Nós somos, acredito, todas as atividades profissionais do Brasil, nós somos tributários da colaboração de muitos estrangeiros. Rapidamente na Propaganda, nós temos o nosso, fizemos aí um levantamento da história da Propaganda no Brasil e temos, tivemos franceses como Jean Avilan (F), Ilustrador de Monteiro Lobato, alemães, como Fritz Lessin, o próprio Oto Cherby (F), que foi Presidente da nossa Escola, era austríaco, o americano Robert Merick (F), os espanhóis, Petis (F), Aragossa (F), que são da DPZ, e até a suíça, Magee e Morderdorf (F), que ainda se encontra em atividade. De qualquer forma, sem, digamos querer entrar agora em muito detalhe, viu Senador, nós estamos inteiramente à sua disposição, para fazer recomendações específicas no texto da lei, à medida que o trabalho prossiga.

Queria fazer uma observação também, que tem a ver com o Senador Wellington, e que se, eu entendo bem [soa a campainha] está na área educacional, e eu estou vindo de uma reunião ontem, da Associação Brasileira das Mantenedoras do Ensino Superior, e muito nos honrou na ESPM, termos sido convidados, há alguns meses atrás, para colaborar com eles num projeto de auto-regulamentação das Entidades de Ensino, algo que eu vejo como uma grande evolução na nossa sociedade, porque de fato, quer nos parecer que menos regulamentação centralizada e mais auto-regulamentação, é uma prova de progresso, não é? Finalmente, a colocação aqui do companheiro, do colega, o futuro colega, atual estudante, Danilo, ela chama a atenção para alguns aspectos muito importantes, inclusive da própria visão do ensino. Nós somos um país marcado pelo bacharelismo. Parece, e eu já tive experiências, porque já lidei com ensino técnico, existe um traço cultural, na nossa sociedade, de que as pessoas todas devem ter os seus canudos de papel, devem ter um título qualquer. Ora, se isso não era verdade no passado, se isso não é verdade hoje, será muito menos verdadeiro no mundo de amanhã.

Eu convidaria, vejo que os Senhores que estão aqui presentes são interessados, tem interesse nesse assunto da Educação, há uma revista, que eu reputo uma das melhores publicações do jornalismo mundial hoje, que é o *The Economist*, da Inglaterra, e eles editam, periodicamente, estudos sobre um determinado setor.

Em setembro do ano passado, foi publicado um excelente estudo, que foi levado inclusive à discussão pela ABMES e ao MEC, sobre o regime universitário internacional, onde, entre as vinte melhores Instituições de Ensino, há uma predominância, Ensino Superior, há uma predominância nítida e devastadora, eu diria, dos Estados Unidos, a Europa está muito mal representada e entre essas vinte, há uma Instituição oriental, que é a Universidade do Japão. A Instituição brasileira melhor colocada entre as universidades mundiais, se não me falha a memória, está no 155º lugar, e é a USP, de São Paulo. Mas o teor desse estudo, que eu acho importante, é que não existe, hoje mais, uma universidade, não existe mais aquela coisa de alguém, faz o estudo, se diploma numa profissão, está pronto.

Nós ouvimos, aqui mesmo, a respeito da Medicina, nenhum Médico mais pode fazer o seu curso e praticar a Medicina, imagine alguém que se formou há vinte anos, se não se atualizou, como ele estará lidando com a realidade? O segmento que mais se desenvolve na educação mundial, viu Senador, e nós da ESPM estamos examinando esse mercado, porque é uma coisa importante, é o de alunos de mais de vinte e dois anos. Existe uma Instituição, educação permanente, existe uma Instituição nos Estados Unidos que é, chama-se Phoenix University, é a que mais cresce e os alunos são todos maiores de vinte dois anos. Então, eu acho que, embora seja um anseio, eu sei que o Senador Pavan é de Santa Catarina, não sei até que ponto meu amigo Eloy Simões, não terá participado e encorajado o Senhor nessa tarefa da regulamentação, ele é um velho companheiro, uma pessoa muito ligada, enfim, muito desejosa de que exista a regulamentação, justamente para essa função da inclusão social que o André mencionou.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – O
Eloy é favorável.

SR. JOSÉ ROBERTO WITHAKER PENTEADO
– É favorável, claro, ele é meu amigo, eu adoro o Eloy, o André também é favorável, é meu amigo, eu só contra, é a beleza da Democracia. Mas enfim, o que nós deveríamos nos preocupar, é que a regulamentação de uma profissão, não sirva de obstáculo ao nosso desenvolvimento, de obstáculo ao progresso, justamente por fechar portas, por complicar as coisas, por burocratizar áreas que não necessitam disso. Acho que essa deve-

ria ser a principal preocupação dos Legisladores que estão trabalhando nessa matéria, está claro para nós da Escola, a intenção positiva com que esse trabalho está sendo feito, e, eu então, faria essa observação a respeito da educação permanente, da educação continuada, como uma exigência atual, do mundo moderno, e que vai ser cada vez mais assim. Então, todas as tentativas, todas as leis que forem promulgadas, no sentido de regulamentar atividades profissionais, devam levar isso em consideração. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Queria lembrar o Pavan, eu acompanhei aqui, desde muitos anos atrás, a regulamentação da profissão de Radialista, e aconteceram coisas interessantes. Num determinado momento, o Cabineiro do elevador da estação de rádio veio aqui, ele queria ser classificado como Radialista e na época [inaudível 01:11:39], e depois o Jornalismo. Quando nós fizemos aqui a Lei do Jornalismo, eu era Deputado na época, apareceu um programa na televisão. O Repórter de televisão, ele vai para a rua, o *Cameraman* é um Jornalismo, o Iluminador, na época tinha um Iluminador, ele vai para a rua, ele tem que entrar onde entra o *Cameraman*, a Repórter ou o Repórter. Esse também é um Jornalista, aí apareceu o Operador da Mesa de Corte do jornal, ele também quis ser Jornalista, só que as vezes é um rodízio, não é sempre o mesmo Operador, aí colocaram todos os Operadores de Mesa de Corte de televisão, também, se quiserem, podiam ser Jornalista. Então é muito difícil de administrar e acontece com toda a regulamentação, mas chegou-se a um ponto comum. André Porto Alegre, com as suas considerações.

SR. ANDRÉ PORTO ALEGRE – Obrigado, Presidente Camata, antes de mais nada, eu gostaria de dizer, o meu sobrenome é Porto Alegre, eu sou gaúcho sim, mas estou radicado em São Paulo há muitos anos, não quero que haja confusão, sou gaúcho de Porto Alegre.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone]

SR. ANDRÉ PORTO ALEGRE – Perdi ou não perdi? Não perdi, então está bom, ainda bem, a minha mãe fica contente, Senador [risos]. Senador Pavan, nós já fizemos, eu não sei se isso é possível, Presidente, mas nós já gostaríamos de passar para a Presidência da Mesa, o trabalho que foi feito, está certo, se é possível, ou para o Senador Pavan, o trabalho que foi feito pela Associação dos Profissionais de Propaganda, exatamente para estar colaborando com esse processo, aqui está todas as nossas considerações, no sentido de colaboração, junto ao seu projeto...

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Pavan, estão me dizendo aqui que tem que ir para a Mesa, para anexado e processado, depois vai para a Mesa.

SR. ANDRÉ PORTO ALEGRE – Certo então, esse é um trabalho que foi desenvolvido pela Diretoria atual da Associação dos Profissionais de Propaganda, que tem o sentido de estar colaborando então, e estamos também a inteira disposição. Senador Azevedo comentou sobre uma coisa que nos preocupa muito, Senador, que é exatamente essa questão, e aí eu acho que é um tema um pouco mais amplo do que o que está discutido aqui, acho que o tema, que o Fórum é esse mesmo, sobre essa questão da estar criando especificações, cada vez mais detalhadas e transformando muitas vezes os cursos superiores em cursos profissionalizantes.

O Ministério da Educação, na gestão do Dr. Paulo Renato, fez um trabalho interessante sobre cursos técnicos, no qual nós fomos convidados também a participar, que acho que muitas das competências hoje, que se transformam, infelizmente, em cursos superiores, só um adendo à sua colocação, eu acho que poderiam quer contempladas na formação de cursos técnicos, etc e tal, que acho que até uma necessidade. O Senador Salgado fez uma... eu queria dizer que eu tenho total consciência da responsabilidade e das dificuldades que significam hoje estar a frente de uma Instituição de Ensino no Brasil e das demandas constantes que elas significam também.

Eu só acho, Senador Salgado, que no caso específico das trezentas e noventa e seis faculdades de Propaganda, da habilitação, quer dizer, o curso de Comunicação Social, Habilitação, Propaganda, especificamente, Publicidade e Propaganda, eu acho que nós... Eu gostaria que os corpos docentes e dissentes tivessem um pouco mais exacerbados, um pouco mais estimuladas essas discussões que hoje fazem parte do dia a dia, quer dizer, elas estão no jornal, inclusive, nos jornais brasileiros, eu vejo, eu sinto um pouco falta dessa postura crítica, da universidade, da academia como um local, um Fórum adequado para discussão, foi nesse sentido, eu sei que as demandas instrumentais e ferramentais de uma universidade são bastante grandes, mas eu gostaria de estar estimulando.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Permita um aparte, por favor, André.

SR. ANDRÉ PORTO ALEGRE – Claro, por favor.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Veja bem, a questão, eu também sou a favor, eu acho que uma universidade tem que ter

senso crítico, discussão, daí as coisas caminham, mas o problema é que a matéria-prima, o aluno que está vindo, ele não está preocupado com isso, você está me entendendo? Então nós temos duas dificuldades, primeiro que o aluno não desperta esse senso crítico no professor, e o segundo é que nós temos que trabalhar para o professor fazer com o aluno tenha esse senso crítico, porque o aluno hoje está pensando que ele vem para a universidade, pega um canudo e consegue um emprego e algumas universidades passaram isso para a mídia, universidade para o trabalho, universidade para isso, e todo mundo começou a acreditar nisso, não importa a qualidade do meu diploma, se eu tiver um diploma, eu consigo um trabalho.

É isso que nós estamos vivenciando, então, eu sempre digo o seguinte, vai levar uns cinco anos, porque até essa geração se formar, vê que pega qualquer diploma, chega no mercado e consegue, talvez até mais, aí vai passar para o filho – “não filho, você tem que estudar numa boa Instituição, para poder ter um diploma que valha no mercado que você vai competir”, quer dizer, isso que está falando eu concordo, mas a dificuldade de fazer nascer esse senso crítico, você, você já nasceu assim, talvez na família que você tenha sido criado, eles discutiram, sempre discutiam bastante isso, então você cresceu assim, agora, passar para toda família isso, porque todo mundo fala assim, você tem filho, você tem que estudar para ter emprego.

SR. ANDRÉ PORTO ALEGRE – É verdade, exatamente. E eu fico muito contente, Professor Penteado, porque, eu acho que mesmo com a posição contrária, Senador Pavan, a colaboração que a Escola Superior pode dar num projeto como esse, eu acho que esse apoio, essa declaração, de que caso o projeto tenha continuidade e prospere, o auxílio que a Escola Superior de Propaganda e Marketing pode dar ao projeto e o aval que isso significa, é importantíssimo. Eu acho que a gente tem que considerar muito, Professor Penteado, a sua colaboração, a do professor Francisco Gracioso também, mesmo contrários. Ajuda já é muito bem vinda, só falar para o Dr. Júlio Linhares, está ali como decreto, Dr. Júlio, só pelo fato, exatamente pela observação que o Senador Pavan fez, por conta de ser um decreto presidencial, está certo, mas muda só nesse sentido, é isso, Presidente Camata, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Senador Wellington Salgado pediu autorização para sair, vai à CPI. Agora o Danilo Silvestre, que representa a UNECOS, para suas considerações.

SR. DANILO SILVESTRE – Obrigado. Bom, sobre a questão que o Senador Leonel Pavan, falou sobre sugestões para melhorar o projeto, construir um pro-

jeto que atenda a todos, a gente vai levar à discussão, vai levar ao acúmulo daqui e como falei, a gente vai buscar trazer nossas propostas, trazer mais posições, que, como o próprio Presidente Senador Gerson Camata falou, tem a questão da TV digital, que a gente está muito envolvido nesse debate, a gente acabou concentrando um pouco mais sobre a discussão da TV digital, do que nessa questão aqui, que a TV digital a gente já vem discutindo há um pouco mais de tempo, há mais de um ano, dois anos, esse daqui a gente começou a discutir um pouco depois, assim, a gente vai buscar maior discussão, tudo, para poder aprimorar, trazer novas propostas, novas posições, que contemplem, que ajudem a melhorar esse projeto. E quanto à questão que o Senador Azeredo colocou que, os cursos estreitam o futuro dos profissionais, acho que foi meio como que a gente colocou aqui, da questão de que, existem várias atividades ligadas, vários profissionais ligados a atividade da Propaganda, como Produtores de áudio visual, Designer, entre outras coisas que já foram colocadas aqui. E a gente vê assim que a Comunicação realmente deveria ser algo mais amplo, não tanto segmentado como é hoje.

E quando ele fala da questão da formação básica, acho que isso deve talvez estar mais na discussão sobre o projeto de reforma universitária do que nessa questão da regulamentação, na verdade. O Senador Wellington Salgado falou sobre a questão da qualidade de ensino, que é difícil de ser mensurado, a gente concorda com isso, a gente tem uma postura também de que em avaliações, devem ser levadas em conta a questão das regionalidades, inclusive, não só nas avaliações que o MEC manda pessoas para avaliar, mas também na avaliação dos estudantes, na questão de ensinar eles, a gente tem uma postura que as regionalidades devem ser levadas em conta também e sobre a questão de alunos sem senso crítico, a gente acha que a faculdade, a gente acredita que a faculdade é um local de estímulo, a esse senso crítico de corpo dissente, dos estudantes, a gente acredita que é muito necessário assim.

E quanto à questão do estágio, a nossa posição é muito por causa da questão dos estudantes que tem que trabalhar para poder se manter na faculdade, porque a gente sabe que estudar na faculdade particular hoje é complicado, porque as mensalidades são altas, a gente tem essa consciência, de que é complicado e por isso até que fiz outros questionamentos, de qual seria o regulamento a que o estágio estaria submetido, de se poderia ser uma matéria na faculdade, uma matéria obrigatória na faculdade, como existem em alguns cursos, pelo que eu sei, mais na área da saúde que existem estágios obrigatórios de Nutrição, de

Psicologia, de Medicina, existem assim, queria saber se, no caso, esse estágio também poderia ser assim, e também a questão das empresas juniores, que eu gostaria de saber se elas se enquadrariam como estágio, se enquadrariam como atividade já profissional mesmo assim ou como algo mais de questão de aprendizado, seria algo que a gente também tem essa dúvida.

E outra coisa que talvez não se enquadre muito aqui, mas a gente acha que falta dentro das faculdades, até para melhorar a postura crítica, é a questão do tripé, que a gente considera do tripé universitário, que é ensino, pesquisa e extensão. A gente acha que, a gente vê que dentro das faculdades, tanto públicas como particulares, ficam devendo muito assim, aí vem a questão exatamente do que o próprio Senador Wellington falou, de que, inclusive, nas propagandas passa – “Ah, vem faça a faculdade, tal, você já vai sair pronto para o mercado, você vai ter o currículo de peso”, é tudo é muito relacionado, vem, assiste a aula e vai para mercado que você vai estar preparado. A gente acredita que a formação do senso crítico passa mais do que pela sala de aula, a gente acredita que passa muito por esse tripé de ensino, pesquisa e extensão, assim, para poder ter uma crítica mais séria, a questão do mercado, a questão de como se regular, de como se faz a profissão e como se faz a comunicação, no caso seria mais ou menos isso assim, e seria mais ou menos isso mesmo assim que a gente teria a dizer.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Só para poder responder

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Senador Leonel Pavan, pela ordem.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Assim que tivermos todos os dados aí, assim que tivermos todos os dados, que estão nos fornecendo agora, o André, o José Roberto e você mesmo, nos encaminhar, nós vamos fazer um estudo mais profundo, e esse debate vai ter continuidade, não vai terminar por aqui não. Queremos fazer sancionar um projeto amplo e democrático, mas que atenda a todos, então, com certeza, nós vamos discutir melhor ainda, aí repassaremos a você as mudanças do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Muito bem, aí bate numa outra questão, Pavan e Senhores Expositores, é o problema do poder de resolatividade do Congresso Nacional, nós estamos demorando as vezes para responder a demanda que a sociedade pede da gente. No caso, do estágio onde o Danilo colocou ali. Há três anos, passou aqui, eu fui o Relator de um projeto regulamentando o estágio, garantindo certos direitos para o estudante, garantindo direitos, e há três anos está tramitando por

aqui, obstáculo de um lado, cria problema do outro, e aí fica o estudante desprotegido também, porque não há um regulamento para isso. Agora, nós estamos enfrentando outro problema, o Penteado, é o problema, por exemplo, de um marco regulatório do saneamento básico, o Brasil não tem. E por isso estamos atrasados trinta anos com relação aos outros países da América do Sul, em matéria de saneamento básico. Cada um real investido em saneamento básico economiza cinco reais nos postos de saúde do Brasil.

Pois bem, não tendo marco regulatório, estou acompanhando agora fatos que estão ocorrendo no meu Estado. Por exemplo, no Espírito Santo, houve um investimento enorme em financiamento do Banco Mundial, se construíram redes de esgotos na grande Vitória. Agora, um Prefeito conseguiu no Juiz, que diz que ninguém é obrigado a ligar o seu esgoto na rede, então joga dentro do rio, uma rede com tratamento e tal. E num outro município, aprovaram uma lei, os Vereadores agora, dizendo que não se pode cobrar a taxa de esgoto, então, o Banco Mundial não financia mais no Brasil, porque, como não há certeza do retorno, como que vai financiar uma atividade que depois ninguém é obrigado a ligar, o sujeito joga o esgoto lá dentro do rio mesmo, tendo a rede. Esse marco regulatório está tramitando, vai para lá, volta, quatro, cinco anos, não se aprova o marco regulatório. Vamos perder mais muitos anos na matéria tão importante como essa, que é do saneamento básico.

Então, às vezes, o Congresso Nacional precisa, cada vez mais, estudar maneiras dele ser mais rápido nas respostas que ele deve dar nas demandas que a sociedade brasileira faz. E aí eu vou citar outra coisa, que parece até um despropósito, nós reclamamos aqui das Medidas Provisórias. A maioria delas é pedida ao Presidente por nós. O próprio Parlamentar vai lá – “Presidente, por lei vai demorar uns oito anos, vamos fazer logo uma Medida Provisória”, e aí tem que fazer a Medida Provisória. Suplementações de verbas estão sendo feitas por Medidas Provisórias, então essas coisas todas precisam ser objeto de uma profunda reforma, uma profunda reflexão para o Congresso Nacional. Agora, para absolver Deputado de Valerioduto é uma rapidez extraordinária, e dançar também.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Aca-basse definindo aqui no final, uma profunda reforma, quem sabe incluir também a reforma do setor de divulgação de Propaganda, de Marketing, criar um projeto único, um novo projeto mais amplo. Que a Reforma do Judiciário, Reforma Política, de repente criar ali um conjunto para acabar com essas emendas, com esses remendos, a colcha de retalhos. Também surgir aí, por parte dos profissionais, um projeto único que

englobe todo o setor de Propaganda, é possível que isso possa ser desenvolvido. Quem sabe a iniciativa parta de vocês mesmo, possa partir de vocês mesmo, uma reforma também nesse setor de Propaganda, de Marketing, de Mídia, enfim, para que não tenha todos esses remendos. Quando a questão é para interesse pessoal, as coisas andam mais rápidas, Camata, a parte dele, determinados grupos, as coisas são mais rápidas, vou lá, converso com o Ministro, o Presidente, e vem a Medida Provisória, resolve. Quando o interesse é amplo, geral, tem que a surgir daqui, do Senado Federal ou da Câmara Federal, aí passam-se anos e anos e as coisas não acontecem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Antes de encerrar, a Mesa agradece a presença de todos e registra que, convidado para essa audiência pública, o Dr. Airton José da Rocha, Presidente da Associação Riograndense de Propaganda, designou seu representante, Dr. João Filho de Oliveira, que mandou um documento sobre o assunto, que vai ser encaminhado à Secretaria, anexado aos autos e remetido depois ao Relator. A Mesa agradece ao Danilo Silvestre, ao Penteado, e André Porto Alegre, Vice-Presidente da Associação Brasileira das Agências de Propaganda. Declaro encerrada a reunião. Obrigado.

Sessão encerrada às 11h47min.

Ata da 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 11 de abril de 2006.

Audiência Pública Conjunta

Às dez horas e dezoito minutos do dia onze de abril de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Gerson Camata e com a presença dos Senhores Senadores José Jorge, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Juvêncio da Fonseca, Valdir Raupp, Sérgio Cabral, Ney Suassuna, Aelton Freitas, Paulo Paim, Fátima Cleide, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Jonas Pinheiro, César Borges, Marcos Maciel, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Gilvam Borges, Geraldo Mesquita, Mão Santa, Luiz Otávio, Aloizio Mercadante, Antônio Carlos Valadares, Rodolpho Tourinho, Serys Slhessarenko, Siba Machado, Antônio Carlos Magalhães e Flexa Ribeiro, e reúnem-se a Comissão de Educação e a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Marcelo

Crivella, Leonel Pavan, Wellington Salgado de Oliveira, Maguito Vilela, José Maranhão, Gilberto Mestrinho, Heráclito Fortes, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Alberto Silva, Delcídio Amaral, Magno Malta. Justificam a ausência os Senadores Teotônio Vilela Filho, Cristovam Buarque e Mozarildo Cavalcanti. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Senador Eduardo Suplicy (PT/SP), não membro das Comissões; Deputados Federais Luciano Zica (PT/SP); Luiz Alberto (PT/BA); Luiz Bassuma (PT/BA); Zezéu Ribeiro (PT/BA) e o Ex-Senador Eurípedes Camargo. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos Nº 005, de 2006 – CE, e Nº 003, de 2006 – CI, de autoria do Senador José Jorge e o Requerimento nº 010, de 2006 – CI, de autoria do Senador Heráclito Fortes e que tem como objetivo debater sobre a auto-suficiência Brasileira de Petróleo. Comparece à Audiência Pública o Senhor José Sérgio Gabrielli de Azevedo, Presidente da Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRÁS. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros das Comissões. Usam da palavra os Senhores Senadores José Jorge, autor do requerimento, Valdir Raupp, César Borges, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Rodolpho Tourinho, Serys Slhessarenko, Sérgio Cabral, Eduardo Azeredo, Flávio Arns, Antônio Carlos Valadares, Eduardo Suplicy, Augusto Botelho e Paulo Paim. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**. – Senador **Gerson Camata**, Presidente da Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Declaro aberta a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Infra-Estrutura da 4ª sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, que está sendo realizado neste 11 de abril de 2006, às 10 horas e 18 minutos. Trata-se de uma Sessão Extraordinária destinada à Audiência Pública para um de-

bate sobre a auto-suficiência brasileira de petróleo. O Requerimento é de autoria do Senador José Jorge e do Senador Heráclito Fortes. A Mesa submete-se ao Plenário dois Requerimentos – A dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior e sua aprovação. Não tendo quem se manifeste contra. Aprovados ambos os Requerimentos.

A Presidência solicita ao Senador Aloísio Mercante que introduza o nosso ilustre convidado Dr. José Sérgio Gabrielli, digníssimo Presidente da PETROBRÁS, até a Mesa do Plenário. Aberta a Sessão, e com a presença do nosso ilustre convidado, de acordo com o Regimento Interno, a Mesa e a Presidência concedem ao Dr. José Sérgio Gabrielli, o tempo de 30 minutos para a sua exposição. Seguindo-se depois as perguntas daqueles que se inscreverem, sendo que o primeiro inscrito é o autor do Requerimento, o Senador José Jorge. As inscrições já estão abertas, a lista vai circular nesse momento. Com a palavra o Sr. Presidente, Dr. José Sérgio Gabrielli, da PETROBRÁS.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO

– Exm^{os}. Senadores da República, Deputados, Senhores presentes nessa Sessão. É com muito orgulho que eu recebi o convite para vir a essa Sessão falar sobre a auto-suficiência do petróleo. Nós consideramos que este é o motivo de orgulho para o povo brasileiro, o motivo de orgulho para a Nação brasileira e é motivo de orgulho para o futuro desse País. Minha apresentação tentará abordar o significado da auto-suficiência, e a campanha da auto-suficiência. E, evidentemente, que após isso estaremos disponíveis para responder as questões.

Vamos começar pelo conceito de auto-suficiência. A auto-suficiência é um conceito que nós estamos utilizando para caracterizar a situação em que nós teremos a quantidade de petróleo produzida no País necessária para o refino no País. O País usa querosene de aviação, usa GLP, usa gasolina, usa óleo diesel, usa lubrificante, mas para produzir isso é preciso ter petróleo, álcool, mas nós não produzimos álcool. Do ponto de vista do petróleo, nós precisamos de um petróleo para refinar e para produzir esses derivados que são usados no mercado brasileiro.

Então, em termos numéricos, a demanda brasileira hoje está em torno de 1,8 milhões de barris/dia. A nossa capacidade de refino, hoje, é acima de 1,9 milhões de barris/dia. E nossa produção de petróleo estará, neste ano de 2006, em torno de um milhão e oitocentos, um milhão e novecentos, barris/dia. Portanto, na média deste ano nós produziremos um volume de produção de petróleo que é suficiente para atender a demanda brasileira de petróleo. Mas qual o significado disso? Esta é um pouco a história da produção

da PETROBRÁS. Se nós olharmos, a PETROBRÁS começou com uma produção em 1954 que era 2,7 mil barris/dia. Hoje nós estamos produzindo 1,8 e chegaremos a 1,9 milhões de barris/dia em 2006. Há uma clara evolução ao longo do tempo de crescimento. Durante um certo momento nós ficamos com a produção relativamente estável, esta era a produção predominantemente em terra, esse salto de produção aqui ocorre com a expansão da produção da Bacia de Campos, estes saltos aqui ocorrem, portanto, quando entram em operação os grandes sistemas de produção da Bacia de Campos, as grandes plataformas de produção da Bacia de Campos.

Esta é a nossa meta para atingir. Em 2010 nós estamos prevendo uma produção no Brasil de 2,3 milhões de barris/dia, até 2010. Portanto, nós sairemos nos atuais, do ano de 2006, em torno de um e novecentos para 2,3 milhões de barris em 2010 nos próximos quatro anos. Qual o significado disso para o sistema de operações na PETROBRÁS? Este gráfico mostra uma situação em que nós tínhamos uma produção de petróleo que estava em 2000 em um milhão, duzentos e setenta e um, nós atingimos em 2006, 2007, um milhão e novecentos.

Portanto, igualamos a demanda nacional. Quer dizer, a demanda é a carga processada no Brasil que é essa linha verde. Portanto, aqui em 2006 nós atingimos o equilíbrio entre a produção nacional e a demanda nacional. E em 2010 nós estaremos produzindo 2,3 para uma demanda nacional de um e novecentos, um oitocentos e noventa e cinco. Portanto, nós estamos vislumbrando aqui uma possibilidade de exportações bastante elevadas a partir do Brasil, porque estaremos produzindo um volume de petróleo muito maior do que necessitamos para as nossas refinarias, em 2010. Evidentemente que esta efetiva exportação vai depender do que nós chamamos de flexibilidade operacional. O que é que é a flexibilidade operacional? Na verdade, nós temos a produção de um petróleo que é de diferente tipos, predominantemente de um petróleo pesado no Brasil. Esse petróleo pesado no Brasil, ele é processado em nossas refinarias, nossas refinarias produzem os derivados que são predominantemente derivados leves, e hoje 80% do petróleo utilizado em nossas refinarias é pesado, é brasileiro. Fortemente pesado. Nós pretendemos estar utilizando em 2010, 90% do nosso petróleo de petróleo pesado. Petróleo brasileiro.

Portanto, nós continuaremos importando petróleo leve para misturar com o nosso petróleo pesado para viabilizar, otimizar a utilização de nossas refinarias de forma a produzir os derivados necessários para o mercado brasileiro. Evidentemente que os preços

dos diferentes derivados têm dinâmicas distintas e, portanto, a otimização dessa carteira de produtos de nossas refinarias depende de duas coisas. Depende da quantidade e do tipo de petróleo produzido, e depende da capacidade de processamento de petróleo pesado da refinaria, que é o que nós chamamos de unidade de conversão. Portanto, nós devemos aumentar o investimento nas nossas refinarias, para tornar nossas refinarias mais capazes e processar petróleo pesado e produzindo os derivados necessários para nós.

Por outro lado, se nós observarmos o final dessa curva aqui, nós temos a curva vermelha. Essa curva vermelha mostra o comportamento do mercado de derivado no Brasil. O mercado de derivados no Brasil vinha declinando até 2003. A partir de 2003 o mercado de derivados muda de inclinação e volta a crescer. Essa é a compra de derivados pelo mercado brasileiro. A nossa projeção para 2010 coloca que a demanda de derivados brasileira será um pouco superior à capacidade de refino até 2010. Por isso, nós estamos programando para 2011, o início da produção da refinaria de Pernambuco. Que não está nessa refino, aqui.

Portanto, em 2011, nós estaremos introduzindo uma nova refinaria em Pernambuco para produzir e processar 200 mil barris de petróleo por dia. Essa refinaria que entra em operação está prevista para entrar em 2011 e irá utilizar, portanto, parte do petróleo pesado que nós estamos produzindo, principalmente o diesel para o nordeste que é uma necessidade da região e do Brasil.

Além disso, em 2011 também, nós estamos prevendo a entrada em operação do complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, que é uma unidade também nova que irá processar em 2011, 150 mil barris de petróleo pesado e é uma refinaria petroquímica que irá produzir diretamente propeno e eteno, fornecendo matérias-primas fundamentais para a petroquímica brasileira sem necessitar utilizar as matérias-primas atuais que nós temos falta, que é a nafta e o gás natural. Portanto, nós estamos viabilizando com esse plano, em 2011, um aumento de demanda de petróleo pesado no Brasil, em torno, adicional do Brasil de petróleo pesado de 200 mil barris em Pernambuco de 150 mil barris no complexo petroquímico. Portanto, aumentando a demanda de petróleo pesado de 350 mil barris/dia em 2011. Além disso, hoje a situação de crescimento, esse crescimento de demanda previsto está na hipótese de um crescimento médio anual de PIB brasileiro de 4%. Que reflete-se no crescimento da demanda de derivados em torno de 2,6% dada a elasticidade-renda da demanda de derivados no Brasil.

Qual é o significado da auto-suficiência? A principal contribuição da auto-suficiência é garantir o for-

necimento de um energético fundamental para o desenvolvimento brasileiro. Essa é uma situação muito rara entre os diversos países do mundo. Poucos países do mundo têm uma situação de produzir o energético fundamental da sua movimentação, de pessoas e cargas, produzir a quantidade necessária para este energético dentro do País. No momento em que o mundo enfrenta, crescentemente, uma escassez desse energético. No momento em que o mundo enfrenta crescentemente dificuldades de acesso a esse energético. No momento em que o mundo, para viabilizar acesso a essas fontes, utiliza mecanismos muito difíceis de serem generalizados, via força política, militar, via reservas financeiras extraordinárias, via potência acumulada da economia nacional, nós vamos mostrar que a maior parte dos grandes consumidores do mundo enfrentam problema diverso do Brasil, porque enfrentam uma não suficiência plena no fornecimento desse derivado. E para isso a garantia do fornecimento se torna um elemento fundamental na visualização do futuro energético desses países.

Qual é o significado imediato que nós temos? Nós temos uma reversão completa da balança comercial no Brasil. O petróleo no Brasil teve um impacto gigantesco sobre a balança comercial brasileira em todo o momento de crise no petróleo nos últimos 30, 40 anos. Desde 1970. Esses dados de 2004, 2005 mostram um pouco a tendência do que acontecerá. Nós saímos em 2004 nós tivemos um déficit na balança comercial de petróleo e derivado de 3,1 bilhões de dólares. Esse é o déficit da PETROBRAS.

Então, a PETROBRAS contribuiu negativamente no déficit comercial 2004, via exportação e importação de petróleo e derivados, de 3,1 bilhão de dólares. Em 2005, esses 3,1 bilhões de dólares, praticamente desapareceu. Virou 132 milhões de dólares. Em 2006 nós vamos transformar esse déficit num superávit em torno de três bilhões de dólares, já em 2006. Em 2010 essa contribuição será ainda maior. Portanto, longe de ser um problema de geração de necessidade e utilização de divisas externas para garantir o suprimento de petróleo, nós teremos condições de produção nacional que diminui a necessidade das compras externas de petróleo. Isso não quer dizer que o mercado de trabalho brasileiro possa se descolar do mercado internacional de derivados. O mercado brasileiro é um mercado aberto, esse é um mercado aberto, e, portanto, manter os preços nacionais por muito tempo, diferentes do mercado internacional de derivados, vai provocar ou a entrada de novos produtos via importações, ou a compra desses produtos no Brasil para aumentar as exportações para o exterior.

Portanto, no longo prazo é impossível numa economia aberta manter descolados os preços dos preços domésticos dos preços internacionais. Mesmo que haja produção no País da matéria-prima fundamental desse produto. Isso acontece com o petróleo, como com todos os produtos em que haja livre fluxo de produtos entre os países.

Aqui é um pouco, mostrar a situação dos Estados Unidos, por exemplo, os Estados Unidos são o maior mercado de derivados de petróleo do mundo. A situação nos Estados Unidos hoje é que os Estados Unidos tem 58 milhões de barris/dia, 58% de consumo baseado em importações. Porque a produção americana é 57,9% do consumo americano.

Então, objetivamente a tendência até 2025 é que a dependência dos Estados Unidos, do petróleo importado, tenda a aumentar. Os Estados Unidos terá... A previsão do Departamento de Energia americano é de que em 2025, 70% da produção de petróleo será importada para atender o consumo americano. Isso nos Estados Unidos.

Se nós olharmos a China, que é outro grande País consumidor de petróleo do mundo, a China sai de uma situação de superávit comercial de petróleo em 1995 para se tornar numa grande importadora de petróleo do mundo. 2004 nós temos... Essa é a importação de petróleo na China e exportação de petróleo na China. Portanto, a China se tornou um grande importador de petróleo no mundo. A dificuldade de viabilizar isto no longo prazo, de acesso e garantia de suprimento é bastante elevado, e o impacto que isso tem sobre o mercado internacional de petróleo é bastante grande.

Se nós olharmos as reservas mundiais, de onde vem esse petróleo para atender essa demanda crescente dos Estados Unidos, da Europa, da China e do Japão. Hoje, as reservas mundiais nós temos cerca de 727 bilhões de barris de reservas provadas no Oriente Médio. A Europa, América Central e do Sul e a África, têm mais ou menos reservas em torno de 100 bilhões de barris. Portanto, em termos de condição de substituição dessa produção, eles estão mais ou menos em termos iguais, porém, em termos de geopolítica, de instabilidade da oferta, evidentemente que o Oriente Médio tem hoje, por razões históricas, políticas e sociais, uma instabilidade de garantia de fornecimento dessa matéria-prima fundamental para o desenvolvimento mundial, bastante intensa. No entanto, a natureza colocou no Oriente Médio a maior parte das reservas de petróleo. Não cuidar das garantias de fontes de suprimentos alternativos e não cuidar de garantias de suprimentos, é se colocar mais vulnerável as flutuações que ocorrem no Oriente Médio.

Do ponto de vista dos preços nacionais. Como eu disse, nós temos que manter uma certa relação entre os preços domésticos e o os preços internacionais. Esse gráfico mostra de dezembro de 2003 a dezembro de 2005, como se dá esse comportamento dos preços. Essa curva azul é o preço médio de referência do Brasil. O que é que significa isso? Isso aqui é uma média dos preços de derivados vendidos pela PETROBRAS ao mercado brasileiro, ponderados pelos volumes vendidos no Brasil, transformados em dólar pela taxa de câmbio corrente.

Então, se nós olharmos essa curva azul, nós vamos ver que essa curva azul ela tem uma flutuação bem menor do que essa curva vermelha. O que é que essa curva vermelha representa? Representa a mesma composição de produtos que nós vendemos no mercado brasileiro, na hipótese que nós fôssemos iguais ao Golfo do México nos Estados Unidos.

Então, a curva vermelha representa os volumes vendidos no Brasil ponderados pelos preços vendidos no Golfo do México. O que é que nós observamos? Que há uma flutuação muito maior na curva vermelha em relação à curva azul. No entanto, as tendências são semelhantes e em certos momentos há coincidências do preço internacional com o preço brasileiro. Com isso, nós estamos dizendo que no Brasil, dado a flutuação do mercado internacional, e dada o tamanho do produtor brasileiro, é possível suavizar as flutuações dos preços internacionais nos seus impactos sobre os preços brasileiros. Evidentemente que, aumentando a auto-suficiência, garantindo auto-suficiência na produção de petróleo, essa suavização pode ser ainda maior do que vem sendo. Porém, não é possível descolar inteiramente num longo prazo um preço do outro. A curva verde representa o preço do petróleo Brent. Esse petróleo Brent é um petróleo leve, de referência, não é o petróleo que nós produzimos, ele é um petróleo que tem um preço muito maior – e nós vamos ver mais adiante – do que o petróleo que nós produzimos, porque é um petróleo leve, é um petróleo de maior qualidade, e que há diferencial entre petróleo leve e pesado, tem aumentado de forma significativa nos últimos tempos.

Quando e como será alcançado a auto-suficiência? Como nós estamos dizendo, a auto-suficiência será alcançada em 2006. O que é que vai ser o ponto de alcance da auto-suficiência? A entrada em operação da P-50. A P-50 é uma plataforma que está para entrar em operação ainda no mês de abril, provavelmente, e esta plataforma vai aumentar a produção brasileira de 180 mil barris/dia. Portanto, vai aumentar em cerca de 10 a 11% a produção brasileira de petróleo. Com a entrada em operação da P-50 nós garantimos que

vamos atingir no ano de 2006 uma média de produção equivalente à produção de 1910 barris/dia, superando a demanda, portanto, prevista de 1,85 e 1,9 milhões de barris/dia.

Porém, isso não é apenas agora que nós vamos garantir a auto-suficiência. A auto-suficiência tem que ser sustentável. Ela para ser sustentável, ela tem que ser acompanhada de um Programa de Investimentos de introdução em operação de novas plataformas de produção. A indústria de petróleo, diferentemente de outros tipos de indústria, ela dá saltos. Ela não segue continuamente o aumento de produção. Você faz um investimento num determinado sistema de produção, isso dá um salto no volume de produção, porque você tem que produzir a capacidade plena, porque se não produzir a capacidade plena, não se justificam os custos, que os custos fixos são muito grandes e, portanto, você tem que entrar com capacidade plena. Uma vez que você entra com a capacidade plena você dá um salto na produção.

Por outro lado, do ponto de vista geológico, a produção atinge um pico em cada canto e declina a partir de um determinado momento e você vai investir em tecnologia para diminuir a taxa de declínio e, portanto, aumentar a taxa de recuperação dos campos. É assim que você viabiliza a continuidade do crescimento da produção. Com a entrada de novas operações e aumentando a taxa de recuperação dos campos existentes. Isso exige investimentos tanto na recuperação e manejo de reservatórios de campos maduros quanto na introdução de novos sistemas de produção que vão dar saltos nesse volume de produção.

Hoje nós estamos prevendo até 2010 uma entrada em operação, diversos, sistemas de produção bastante robustos, que garantirão essa auto-suficiência por muitos anos no País.

Quais as conseqüências disso? Como eu disse, nós teremos uma economia mais forte, geração de mais emprego, uma vez que nós teremos uma atividade econômica mais estável, teremos mais estabilidade tanto no crescimento econômico quanto na balança comercial brasileira, teremos fortemente segurança energética porque nós teremos fornecimento estável e garantido sob nosso controle de um elemento energético fundamental, sem precisar estar necessariamente estar submetido a crises potenciais de fornecimento energético externo, a soberania para decidir o ritmo de exploração que nós queremos e sustentabilidade para dada essa visão de longo prazo, permitir intervenções em investimentos em alternativas e novas fontes de energia para viabilizar modificações substantivas na matriz energética brasileira.

Além disso, evidentemente como indústria de petróleo é uma indústria fortemente pagadora de impostos, *royalties* e participações especiais, isso vai dar fortalecimento bastante intenso no volume de *royalties* e participações especiais, que pagaremos as diversas instâncias do Governo Brasileiro através do recolhimento à Agência Nacional de Petróleo dos *royalties* e participações.

Do ponto de vista do mercado interno, portanto, nós vamos ter uma menor volatilidade em preços internos e uma garantia de fornecimento físico do produto para o mercado brasileiro. As flutuações desse mercado, portanto, serão suavizadas nos seus impactos no mercado brasileiro. Dificilmente nós poderemos isolar o mercado brasileiro do mercado internacional, a não ser que nós pretendêssemos fazer do País uma autarquia em relação ao mundo, que não é o caso e, portanto, nós vamos ter apenas a condição de suavizar os impactos internacionais sobre o mercado brasileiro. E evidentemente que do ponto de vista do colapso de curto prazo de emergências de fornecimento de combustíveis, nós estamos absolutamente garantidos pela produção nacional.

Do ponto de vista de percepção global de risco, de percepção de perspectiva de crescimento do País e da PETROBRAS, a garantia desse fornecimento e viabilização de mecanismos para sustentar esse fornecimento no longo prazo, melhora a percepção de risco da companhia e do País, melhorando, portanto, as possibilidades de acesso ao mercado de financiamentos, e, portanto, alavancando a capacidade de ampliar ainda mais os investimentos feitos para manter o crescimento da atividade e a sustentação da auto-suficiência no País.

Como garantir a sustentação? Como eu disse, nós temos, de um lado, manter o Programa de Investimentos, de outro garantir a melhoria do manejo dos reservatórios, porém, é necessário ter reservas. É preciso encontrar reservas no futuro para continuar esse crescimento. Porque, dada a situação atual, nós sabemos que os campos vão declinar. Portanto, é necessário introduzir novos campos, novas gerações de áreas produtoras. Portanto, ter um portfólio exploratório, ter áreas onde nós possamos vir a descobrir petróleo é um elemento fundamental num horizonte mais longo de sustentabilidade de auto-suficiência no País. Então, nós precisamos ampliar a base de exploração da atividade petrolífera para viabilizar novas descobertas de forma a incorporar a essa capacidade de produção, novas áreas e continuar o crescimento que é o nosso objetivo de longo prazo, e não apenas de uma auto-suficiência pontual.

Para isso, nós temos, portanto, investimentos já realizados na história da PETROBRAS. De 1954 para hoje, investimentos realizados de duzentos e sete bilhões de dólares. Esses investimentos vêm crescendo ultimamente. A previsão que nós temos de investimentos agora de 2006 e 2010 vai levar a um investimento médio em torno de onze bilhões de dólares por ano. Nós estamos, portanto, vendo um aumento do volume de investimentos. Esses investimentos cinza são investimentos nominais, e os investimentos vermelhos são os nominais adicionados da atualização pelo índice/preço americano.

Portanto, nós temos hoje já investidos ao longo da vida da PETROBRAS, 207 bilhões de dólares. E estamos prevendo no nosso plano de 2005 a 2010 investir 56 bilhões a mais até 2010.

Esse é o plano de investimentos. Então nós temos prevendo de 2006 a 2010, 56,4 bilhões de dólares de investimento. 87% desse investimento vão ser feitos no Brasil. E 13% desse investimento fora do Brasil. Em termos de segmento de negócios, 60% do investimento, 34,1 bilhões de dólares, nós estamos prevendo alocá-lo na exploração e produção de petróleo. Portanto, a maior parte de investimentos serão alocados para a exploração e produção de petróleo. Evidentemente que o petróleo vai ser, como nós não somos diferentemente da maior parte das empresas do mundo de petróleo, nós não somos uma empresa predominantemente exportadora de petróleo, nós somos uma empresa que temos a grande parte de nossa produção usada pela nossa refinaria no Brasil e vendida no mercado brasileiro, portanto, 85% de nossa receita vêm do mercado brasileiro, e vai continuar vindo do mercado brasileiro, nós temos que ampliar, também, os nossos investimentos no abastecimento. Aqui no abastecimento nós temos refinarias, logística e petroquímica em separado. Refinaria e logística, principalmente.

Na petroquímica nós estamos também aumentando o nosso investimento em torno de 4% para a petroquímica e estamos com 6,7 bilhões de dólares alocados para o crescimento na área de gás e energia. Aqui é o investimento só na área de distribuição e na área de utilização do gás. Porque dentro da exploração e produção, dentro desses 34,1 bilhões, nós temos um volume significativo de recursos voltados para aumentar a expansão da produção de gás no Brasil.

Do ponto de vista das áreas futuras da PETROBRAS, do ponto de vista da utilização de áreas para garantir a auto-sustentação da produção de petróleo no longo prazo. Aqui nós estamos com os BIDs, com os leilões realizados pela ANP de 2005, 2004, 2003, 2002, 2001, 2000 e 1999, e nós vamos ver que claramente nós tivemos uma mudança bastante significativa

no perfil de áreas de exploração da PETROBRAS. Nós vínhamos num perfil de redução de áreas... Aqui são quilômetros quadrados de exploração e ampliamos fortemente as áreas de exploração nos últimos anos, o que garante, no longo prazo, a possibilidade de descobertas de novas fronteiras de produção no País.

Hoje nós temos blocos exploratórios que vão da Bacia de Pelotas à Foz do Amazonas. Nós temos, portanto, hoje uma diversificação bastante grande das áreas de exploração, ainda em fase exploratórias, [soa a campanha] Não temos ainda descobertas, e viabilizaremos a partir deste ano o crescimento da produção no Espírito Santo e a partir do ano de 2008 a produção também na bacia de Santos.

Bom, aí são os projetos todos. Vamos adiante.

Aqui são alguns projetos que entrarão em 2006. P-50 com a produção de 180 mil barris. A P-34 está prevista para junho de 2006 com a produção de 60 mil barris/dia, Golfinho que é do Espírito Santo com a produção de 100 mil barris/dia e Piranema que é em Sergipe, com a produção de óleo leve de alta qualidade de 20 mil barris/dia este ano.

Além disso, nós teremos em 2007 a entrada em operação de mais 100 mil, 280 mil, 380 mil, 460, 560 mil barris/dia, com este sistema de produção. O Módulo 2 de Golfinho, P-52, o Módulo de Espadarte e a P-54. Em 2008 entramos com a P-51 e a P-53 mais trezentos e sessenta mil. Em 2009 com frade, mais 100 mil, em 2010 com SPCO Módulo 3, P-57, P-55 e o projeto complementar de Albacora, portanto mais 360, 380, 460, 560 mil barris. Portanto, a capacidade de produção está prevista, todos esses projetos estão em construção ou em contratação até 2010.

Bom, esse aqui é a situação de 2010. Como é que ficará o fluxo de produtos no mercado brasileiro em 2010? Nossa produção brasileira será de 2,3 milhões de barris. Desse, 2,3 nós estamos pretendendo utilizar 1,7 nas nossas refinarias. Esses 1,7 serão misturados com óleos importados de 159, portanto, a carga processada em nossas refinarias será em torno de 1869. O consumo de derivados no Brasil será em torno de 2,60. Nós estaremos importando 191 mil barris de derivados, portanto, a importação total será em torno de 350 mil barris em 2010. E nossas vendas internacionais do Brasil, nós estamos pretendendo exportações de 522 mais 339 mil barris de produção internacional da PETROBRAS, o que vai fazer com que a PETROBRAS esteja vendendo no mercado internacional cerca de 860 mil barris/dia em 2010.

Bom, para comunicar isso para a população, para diversificar e celebrar o orgulho que é ter alcançado isso, nós estamos com a campanha institucional de divulgação desses resultados, de divulgação desse tipo

de situação. A situação, hoje, a PETROBRAS gasta, em termos do faturamento dela, de propaganda, 0,26% em 1999; 0,25% em 2000; 0,23% em 2001; 0,13% em 2002; 0,17% em 2003; 0,20% em 2004; não tem aí, mas nós temos em 2005, 0,16% do faturamento em propaganda. Portanto, absolutamente dentro de qualquer perspectiva de análise técnica, absolutamente padrão para empresas do tamanho da PETROBRAS.

Em termos de valor de marca, ou seja, em termos de reconhecimento do valor da marca da PETROBRAS, em termos de valor econômico da marca, há uma pesquisa mundial feita pela INTERBRAND, e essa marca no Brasil, a PETROBRAS foi a marca que mais cresceu nesse período em termos de valor até 2004, crescendo 94% em termos de valor de marca, comparada com a SADIA, com a BANCO REAL, BRAHMA, com o BANCO DO BRASIL, SKOL, ITAÚ, ANTARCTICA, UNIBANCO, BRADESCO e EMBRAER. Portanto, em termos de marca o resultado de publicidade da companhia foi bastante significativo.

Em termos do valor da marca, a avaliação em termos numéricos é que a marca da PETROBRAS tem um valor milhão de dólares saindo de uma situação de valor em 2002 de duzentos e oitenta e seis milhões de dólares, portanto, agregando valor à empresa que hoje é importante chamar atenção, tem 60% do seu capital em mãos privadas.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Mas vocês vão vender a marca?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO

– A PETROBRAS tem 60% do seu capital em mãos privadas, 40% em Nova York. O Governo tem 37% do valor da empresa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – A exposição não pode ser interrompida. V.Ex^a. está inscrito como o primeiro a perguntar.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO

– Bom, por que comemorar? É um marco histórico para a companhia e para o País, é semelhante às comemorações dos 50 anos da PETROBRAS, é uma oportunidade de reforço na identificação da população brasileira com a PETROBRAS e é uma fidelização de todos os seguidores da marca da PETROBRAS. Portanto, tem todos os sentidos em fazer uma campanha por um fato que em si é extraordinário e é motivo de profundo orgulho do povo brasileiro e que para a PETROBRAS é extremamente importante que reflète o esforço de 53 anos, portanto, coroa um conjunto de atividades e de sucessos dessa empresa, reconhecido por todos os brasileiros, reconhecidos pelos acionistas da PETROBRAS, reconhecido por toda a sociedade brasileira.

O Estado atual da campanha, nós estamos em elaboração ao plano de mídia. As peças gráficas estão em pré-produção, os filmes estão em pré-produção, serão utilizados brasileiros comuns, com personagens, integrantes da força de trabalho, não teremos personagens e nem participação de nenhuma personalidade na nossa campanha publicitária da auto-suficiência. Auto-suficiência vai destacar o povo brasileiro, vai destacar a capacitação técnica e os petroleiros, e não tem, portanto, nem participação de autoridades, personalidades, nem personagens na nossa publicidade.

Nós estamos dividindo a campanha em quatro momentos. O momento um, que é o momento de preparação, que é o momento onde nós vamos discutir o significado de petróleo na vida moderna. Mostrando que o petróleo apesar de ser fortemente associado com gasolina e diesel, ele não é só isso. Ele, hoje, envolve um conjunto de bens e é importante na cadeia produtiva de conjunto de bens do País. Na semana de divulgação do início da produção da P-50, nós vamos destacar a conquista, o resultado do esforço empreendido nesses 50 anos da PETROBRAS e os benefícios da auto-suficiência. Depois disso, nós vamos avançar em campanha, que é o momento 2, dos benefícios da auto-suficiência para o Brasil e para os brasileiros. E no momento 3, nas áreas de atuação da própria PETROBRAS.

No momento 1, portanto, o foco é o petróleo. A abordagem é fortemente didática, que é tentar fazer o destaque da importância do petróleo na vida de todos. A idéia é valorizar o petróleo como maior fonte de energia e matéria-prima no mundo hoje, e o enfoque vai aproximar o grande público da auto-suficiência. Portanto, vai tentar mostrar que o petróleo não se resume apenas à gasolina e diesel.

Na semana D, é mostrar que chegamos a um divisor de águas. A partir desse momento nós passamos a ter uma situação nova onde passamos a enfrentar uma situação do mercado e uma situação da produção distinta do que éramos antes da auto-suficiência. Este essencialmente é um momento de destacar o orgulho do Brasil de ser um dos poucos países auto-suficientes do mundo, que é uma vitória do Brasil, da PETROBRAS e, sobretudo, do povo brasileiro.

Na semana seguinte nós vamos trabalhar sobre alguns conceitos importantes sobre País mais forte, economia mais forte, mais emprego, mais estabilidade para o País, segurança energética, soberania, sustentabilidade para investir novas fontes de energia. Objetivamente a PETROBRAS foi criada por esses objetivos, tem inauguração na P-50 como elemento importante, investimentos em pesquisa [soa a campanha], novas tecnologias de treinamento e, portanto, isso.

O momento 3 são os benefícios, o orgulho, e aqueles elementos que já mencionei. O desdobramento é destacar os impactos sociais e ambientais, e a PETROBRAS se orgulha de ser cada vez mais socialmente responsável.

Então, os termos sinteticamente, a importância do petróleo na vida das pessoas, o País forte, e se orgulha de chegar à auto-suficiência. A mídia usada vão ser praticamente todos os instrumentos de mídia. Portanto, com isso, eu encerro.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Srs. Senadores, a Mesa quer primeiro registrar aqui membros da Comissão, a presença dos Senadores José Jorge, autor do Requerimento, Valdir Raupp, Aelton Freitas, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi Augusto Botelho, Vice-Presidente da Comissão de Educação, César Borges, Eduardo Azeredo, e Geraldo Mesquita. Não membros da Comissão que estão presentes, nós vamos registrar. Registramos membros da Educação, agora vou registrar da Infra-Estrutura. Senador Rodolpho Tourinho, Senadora Serys Slhessarenko, Senador Antônio Carlos Magalhães, Senador Sibá Machado, e Senadora Ana Júlia Carepa, Senador Aelton Freitas. E também registrar aqui a presença dos Deputados Federais, Luiz Bassuma, e Luiz Alberto, e também do que acaba de chegar, Deputado Federal Zezéu Ribeiro. Estão aqui presentes participando dessa reunião. O Senador Heráclito Fortes, o Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, solicita que se comunique é que ele está num voo que está atrasado e possivelmente não poderá chegar a tempo. Embora nós o aguardemos aqui.

A Mesa queria ainda comunicar que eu vou fazer um apelo para que a gente cumpra o Regimento Interno. Cumprindo o regimento, todos terão oportunidade de fazer suas inquições e todos terão a oportunidade de ouvir as respostas. O regimento diz o seguinte – “Os membros da Comissão poderão, terminada a leitura, interpelar o orador exclusivamente sobre a exposição lida, pelo prazo nunca superior de três minutos. E a resposta será também de três minutos.” Se nós conseguirmos será uma importante meta para nós.

E eu queria também dizer que o Presidente da PETROBRAS, finda a exposição que ele veio fazer sobre a campanha da auto-suficiência, ele se dispõe também a responder perguntas sobre o gás. Já nos comunicou lá da Mesa, que é um assunto também muito atual. Para inquições estão inscritos – Primeiro, o autor do Requerimento que é o Senador José Jorge, depois o Senador Valdir Raupp, e depois o Senador César Borges. A Senadora Ideli Salvatti, o Senador Roberto Saturnino, o Senador Rodolpho Tourinho, Senadora Serys Slhessarenko, o Senador Eduardo Azeredo, o

Senador Sibá Machado e a Senadora Ana Júlia Carepa. Todos esses estão inscritos. E o Senador Augusto Botelho, que se inscreve agora, também.

Então, inicialmente com a palavra, solicitando, vamos fazer um esforço para que a gente possa cumprir o regimento, com a palavra o Senador José Jorge, autor do Requerimento.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sr. Presidente, realmente é um tempo muito curto, inclusive eu como autor do regimento...

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Não é a Mesa que está fazendo o tempo, é o regimento interno.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Eu gostaria de dizer, em primeiro, lamentar que tenha demorado tanto para que nós tivéssemos aqui a presença do Presidente Gabrielli. Nós fizemos o Requerimento desde fevereiro, sempre todo o esforço, só agora, depois de muita luta, temos aqui a presença do Presidente, que eu acho que na realidade o Senado mereceria ter essa explicação mais cedo. Segundo lugar eu gostaria de saber, primeiro, vou perguntar bem rápido, qual o critério de auto-suficiência? Porque aparentemente existe o critério de valor de produção e o critério financeiro. Pelo critério de valor de produção, desde o início do ano, quando a produção já era de um milhão, oitocentos e cinquenta e sete milhões de barris, 1,857 milhões de barris, nós já tínhamos atingido a auto-suficiência, e, portanto, era uma coisa já prevista, há anos pelos planos da PETROBRAS que em 2005, 2006 essa auto-suficiência seria atingida. Então eu gostaria de saber qual o critério, para que não fique dando a impressão de que isso foi obra de A, B ou C. Isso é uma obra de continuidade de anos e anos, inclusive, em outras épocas se fez muito mais, a produção aumentou muito mais do que agora nesses três anos.

Em segundo lugar, eu gostaria de perguntar sobre a questão da campanha sem si, porque na realidade... Primeiro, porque essa campanha foi feita pelo Publicitário Duda Mendonça. Se Duda Mendonça não servia para o Palácio, que reincidiu o contrato dele, por que a PETROBRAS, quando terminou o contrato dele, renovou, ele é réu confesso num crime grave, receber dez milhões de reais do PT no exterior. E, em segundo lugar, o próprio Tribunal de Contas da União já disse que não poderia mais ser renovado porque já ultrapassou os 25%. Primeiro por que isso. Segundo, por que uma campanha tão cara? Auto-suficiência é importante, mas a economia também é importante. A PETROBRAS tem aumentado, V.S.^a, colocou aí os dados [soa a campanha] relativos ao faturamento da PETROBRAS. Mas acontece que o faturamento da PETROBRAS tem aumentado muito por conta do preço do petróleo. Mas a

campanha publicitária deveria acompanhar na mesma proporção. Se a gente olhar aqui, por exemplo, no ano de 2002, nesse período 99/2002, tem uma média de cem milhões por ano. O ano de 2004 já foi 216, praticamente o dobro. E o 2005, V.S^a. não colocou, não sei porquê, porque o balanço da PETROBRAS já foi publicado, foi de 220 milhões.

Portanto, em três anos mais que dobrou o valor da PETROBRAS em gasto da propaganda. Em relação ao faturamento, como o preço do petróleo aumentou, esses itens intermediários deveriam ser usados para economizar. Quanto custa a campanha, e se não vai haver uso político dessa campanha. Porque estão deixando para fazer a campanha exatamente nos dois últimos meses antes da eleição. V.Ex^a. é militante de um partido político, inclusive, apareceu no programa nacional do partido fazendo propaganda, portanto, é um direito que assiste a V.Ex^a, mas também é um direito nosso desconfiar daí em diante, de como a PETROBRAS vai ser utilizada na campanha eleitoral. Então, essa seria a segunda pergunta. A terceira, em relação à questão da GDK. Segundo o relatório técnico do Tribunal de Contas, que fez tanto trabalho envolvendo a empreiteira GDK conclui que o contrato exibia graves e inaceitáveis e inúmeras irregularidades. No trabalho os auditores recomendaram a retenção de dezessete milhões de dólares que a PETROBRAS ainda deve à GDK, que medida estatal está tomando para regularizar essa contratação ilegal? Quem são as pessoas envolvidas no ilícito e que participação teve o ex-dirigente Silvio Pereira que recebeu a tal caminhonete nesses gastos?

E por último, eu gostaria que V.S^a. também dissesse alguma coisa no final sobre essa questão da Bolívia. V.S^a. já está se comprometendo, mas teria muitas outras perguntas, mas infelizmente tem a questão do Gás Eno, que o Senador Tourinho já está junto de mim, vai perguntar, mas como eu sou do nordeste também eu gostaria de saber como está o Gás Eno, porque nós estamos auto-suficientes, mas em compensação nós estamos sem gás por conta dessa questão da Bolívia e mesmo por conta de que nós produzimos realmente pouco gás em relação à nossa demanda.

Então eu gostaria também de saber um pouco sobre essa questão de gás e por que também uma campanha tão cara? 37 milhões, 40 milhões de reais para gastar numa campanha, para nós aqui principalmente da Comissão de Educação, parece um dinheiro exagerado, quando existe tantas necessidades no País que poderiam ser melhor atendidas com esse dinheiro.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – A Presidência concedeu um pouquinho, um minuto a mais ao Senador José Jorge, porque ele é autor do Requerimento e agradecer a ele a maneira como ele

rapidamente pôde resumir as suas perguntas. Com a palavra o Sr. Presidente José Sérgio Gabrielli, Presidente da PETROBRAS.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO

– Excelentíssimo Senador José Jorge, é verdade que a nossa produção atingiu pontualmente um milhão, oitocentos e cinquenta mil barris/dia. Por que é que nós não lançamos então assumindo que é auto-suficiente? Porque sem a entrada da operação da P-50, nós temos programas de manutenção previstos que vão reduzir essa produção a menos da auto-suficiência.

Então, como nós não podemos ter uma auto-suficiência que vai variando a cada mês, nós precisamos ter um volume de produção garantido que vai garantir na média do ano, a auto-suficiência.

Então, a razão absolutamente técnica por que é que nós anunciamos apesar de pontualmente nós estarmos com a produção maior. Mas como temos campos que vão entrar em manutenção e que vão reduzir a produção, nós precisaríamos ter nova produção adicional para garantir a média nacional acima de mil oitocentos e cinquenta.

Em relação à campanha realizada que está sendo feita pelas três agências, não está sendo feita apenas pela de Duda Mendonça, nós iniciamos um processo licitatório para contratação de nova publicidade, e nesse processo, que é um processo longo, nós tivemos a necessidade de fazer um aditamento para a necessidade da campanha este ano.

Então, objetivamente nós estamos com um aditamento no contrato que é absolutamente legal, porque poderíamos fazer por mais tempo, fizemos apenas de um ano, para viabilizar e garantir a continuidade do trabalho nesse tempo. A PETROBRAS não é um Tribunal. A PETROBRAS não é a justiça, a PETROBRAS não pode julgar.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – E o Palácio do Planalto, é?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO

– A PETROBRAS não é, portanto, capaz, não tem capacidade jurídica de julgar. Ela tem que julgar, sim, a competência dos seus fornecedores, e até hoje a competência do fornecedor Duda Mendonça não foi questionada. O julgamento das ilegalidades possível ou não dele, é função das diversas instâncias de julgamento adequadas que existem no País.

Em relação às afirmações que o Exm^o. Senador faz em relação ao TCU, eu queria insistir enfaticamente que são formulações preliminares, antes da ouvida do contraditório da PETROBRAS, o Tribunal de Contas ainda não se opinou, finalmente. [soa a campainha] Existem, portanto, discussões sobre isso. Depois eu me reservo a falar sobre isso.

Em relação ao preço da campanha, na verdade, o preço da campanha eu só queria chamar atenção que dada a situação do mercado brasileiro, o PETROBRAS, apesar de ser a maior empresa brasileira, sem sombra de dúvida, não é a empresa que mais usa publicidade. No ano de 2004 foi a 7ª empresa em anúncio, perdendo para as CASAS BAHIA, UNILEVER, GENERAL MOTORS, VIVO, BANCO DO BRASIL, e PÃO DE AÇÚCAR. Em 2005 passamos para 19º lugar perdendo para CASAS BAHIA, UNILEVER, GENERAL MOTORS, grupo PÃO DE AÇÚCAR, VIVO, FIAT, TIM, LIDERANÇA, FORD, BANCO DO BRASIL, CLARO, SKY, VOLKSWAGEN, CVC, CAIXA ECONÔMICA, INSINUANTE, PONTO FRIO.

Portanto nós não estamos gastando nada de extraordinário. E mais do que isso, Exmº. Senador, com certeza, do passado a PETROBRAS gastou muito mais em outras campanhas. Particularmente na campanha da crise energética que nós vivemos. Nós gastamos muito mais naquele momento em campanha publicitária para o Governo do que hoje nós estamos gastando. Gastamos naquela época trinta milhões de reais que hoje equivale a 45 milhões de reais. Nós ainda não temos isso feito porque estamos em processo de produção e montagem de programa.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – V.Exª. terá depois dois minutos para a réplica.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – E sobre a GDK? Bom, na realidade isso está ficando um debate difícil de operar. Em primeiro lugar, em relação a questão do publicitário Duda Mendonça, o que V.Sª. não fez na PETROBRAS, o Planalto fez. O Planalto não cancelou o contrato dele, mas também não renovou. Então, são critérios diferentes para julgar a mesma coisa. Porque o publicitário Duda Mendonça, ele não foi julgado mas deu uma declaração pública de que teria recebido dinheiro no exterior para fazer a campanha eleitoral do PT.

Então, só isso já bastaria para ele não trabalhar para o Governo. Ele poderia trabalhar para uma empresa privada qualquer, mas não para uma empresa que é governada pelo partido do qual ele recebeu dinheiro.

Em segundo lugar, em relação à questão do custo do valor do contrato, os contratos poderão ser aditados em até 25%. Isso é normal. Pelo que o Tribunal de Contas investigou, esse contrato foi aditado em muito mais do que 25%, portanto, é uma irregularidade que não está concluída, mas já poderia ter sido evitada. [soa a campanha]

Em terceiro, eu gostaria que V.Sª. encerrasse, talvez, falando sobre a questão da GDK que eu falei, mas não foi citada.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) –

Com a palavra, o Sr. Presidente, no minuto que o Senador José Jorge abriu mão dele.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO

– Bom, existe uma divergência entre várias divergências de interpretação de lei entre a PETROBRAS e o TCU. Uma delas refere-se aos contratos de publicidade, que é antiga. Essa divergência não é nova, o TCU tem a mesma posição, na época que o Exmº. Senador José Jorge era membro do Conselho de Administração da PETROBRAS, sabe que a mesma situação foi levantada, e, portanto, essa divergência sobre TCU, sobre renovação de contratos e aditivos de contratos, é antiga, não é nova, não é particularmente dessa situação. O Senador conhece isso porque ele estava no Conselho de Administração da PETROBRAS quando sofreu o mesmo tipo de acusação do TCU.

Além disso, do ponto de vista da GDK, a PETROBRAS tomou todas as medidas necessárias para responder ao TCU. Nós não temos ainda uma posição final do TCU sobre essa questão. Nós respondemos no dia 23 de janeiro de 2006 com um contraditório de oitenta páginas. Os elementos iniciais levantados pelo TCU envolvem uma série de interpretações, ao nosso ver, equivocadas em vários aspectos. Portanto enquanto nós não tivermos um posicionamento final do TCU, nós não podemos tomar providências em relação à GDK.

Em relação ao que a GDK fez com quem quer que seja, não compete a PETROBRAS também julgar isso. Isso é um problema entre a GDK e as pessoas que eventualmente foram beneficiadas por ele. Na medida em que a PETROBRAS tem tranquilidade dos seus procedimentos internos, o que a GDK fez com outras pessoas é um problema entre a GDK e essas pessoas. PETROBRAS não tem que se manifestar sobre isso.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) –

Segundo inscrito é o Senador Valdir Raupp, e logo a seguir o Senador Borges. Dentro do regimento, V. Exª. tem três minutos para as suas perguntas. Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr.

Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, Sr. José Gabrielli Presidente da PETROBRAS, realmente a PETROBRAS é orgulho do Brasil, do povo brasileiro. Acho que juntamente com a nossa querida seleção brasileira. Mas, Sr. Presidente, tenho observado que a PETROBRAS tem lançado Editais de concursos públicos para diversas áreas. Qual o impacto dessa medida no que se refere à mão-de-obra terceirizada?

Segundo – Hoje discute-se muito a participação de empresas em ações de responsabilidade social. Como tem sido a atuação da PETROBRAS na área de responsabilidade social?

Terceiro – O petróleo do Brasil ainda é muito caro, comparado a outros países. Com a auto-suficiência e os lucros recordes que a PETROBRAS tem obtido, eu pergunto se os preços podem baixar. Já conseguimos a auto-suficiência em petróleo. Por que não buscar a auto-suficiência em gás? Eu vejo que nós temos uma instabilidade terrível na questão do gás, principalmente o gás vindo da Bolívia. Do Gasbol. E por último, Sr. Presidente, eu vou aqui economizar tempo, eu quero falar sobre o gasoduto Urucu/Porto Velho. Porque os investimentos 2006-2010 vão somar 56,4 bilhões. Nós vamos precisar menos de dois bilhões para fazer um gasoduto que vai ter uma economia de um milhão e meio de litros de diesel por dia. Porque o gás é 50, 60% mais barato do que o diesel. Você vai diminuir a poluição, talvez baixe o custo da energia, e a CCC vai gastar na Amazônia esse ano 4,6 bilhões de reais. Só a CCC construiria o gasoduto de Guari/Manaus e de Urucu/Porto Velho. Então essas perguntas que eu faço ao Presidente. Muito obrigado.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) –

Com a palavra o Sr. Presidente da PETROBRAS, Dr. Sérgio Gabrielli.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO –

Exm^o. Senador Valdir Raupp, a PETROBRAS tem esse Programa de Investimentos dada a situação financeira da PETROBRAS hoje, dada as condições de acesso ao mercado internacional, ela não tem limitações para viabilizar esse Programa de Investimento em termos de recursos financeiros. Nós conseguimos gerar com nossas atividades financeiras, o suficiente para financiar esse investimento. No entanto, nós temos uma restrição. Essa restrição está impessoal. Nós não conseguiremos com o quadro atual de pessoas que nós temos na empresa, viabilizar esse Programa de Investimento. Nós precisamos ampliar o quadro de pessoal da companhia. Nós estamos prevendo contratações em torno de 9.500 pessoas até 2008, via concursos. Porque com isso nós teremos recuperando um período que levamos 10 anos sem contratação, portanto, nós temos aí um hiato, na idade, na distribuição etária da nossa força de trabalho, porque 10 anos levamos praticamente sem contratação. As contratações começaram em 2001, não começaram recentemente, começaram em 2001. Nós estamos acelerando essas contratações, porque para viabilizar esse Programa de Investimento é absolutamente fundamental que nós incorporemos nova força de trabalho na empresa.

Além disso, como esse programa é um programa que tem um forte conteúdo nacional, isso tem um impacto enorme sobre a indústria brasileira. Também a indústria brasileira de fornecedores vai precisar contratar mão-de-obra. Vai precisar treinar mão-de-obra. E

a PETROBRAS, junto com o Governo Brasileiro, está participando ativamente de um programa chamado Programa de Mobilização de Indústria Nacional do Petróleo, que vai treinar até 2008 cerca de 77 mil pessoas para as atividades fornecedoras da PETROBRAS para viabilizar esse programa.

Portanto, o programa de concursos é um programa que tem todo sentido, dado o Programa de Investimentos que nós temos.

Em relação à responsabilidade social, a PETROBRAS se orgulha muito de ter na sua estratégia três pilares fundamentais. De um lado, tem que ser uma empresa de crescimento, uma empresa sustentável, portanto de responsabilidade, e de outro ser uma empresa com responsabilidade social fundamental. Em relação ao gasoduto Urucu/Porto Velho, que acho que a resposta direta interessa ao Senador, no projeto original do Urucu Porto Velho a PETROBRAS é parceira, é sócia de grupos privados na região e dada a situação de licença ambiental que foi definida, nós precisamos agora terminar o arranjo societário, porque o gasoduto não será o gasoduto só da PETROBRAS. Isso está sendo encaminhado, estamos em processo de negociação sobre isso.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) –

Terceiro inscrito, Senador César Borges... Ah, V.Ex^a. tem três minutos.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) –

Faltou a resposta do preço do petróleo. Por que não baixa o preço do petróleo se auto-suficiente e lucros recordes?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO

– O problema do preço do petróleo tem dois aspectos que são importantes de chamar a atenção. Um eu já mencionei, o preço do petróleo não pode descolar do preço internacional, porque se ficar muito acima do preço internacional por muito tempo, isso vai trazer um crescente, exportação acima no mercado brasileiro e importação. Vai provocar importação de produtos para o Brasil. Se ficar muito abaixo do preço internacional no mercado brasileiro, como é um mercado aberto, muitos vão comprar da PETROBRAS e exportar. Portanto, no longo prazo não é possível descolar o preço nacional do preço internacional pelo lado comercial. Por outro lado, do ponto de vista dos investimentos, nós, para fazermos sonda, para fazer produção, nós precisamos de sonda, nós precisamos de sísmica, nós precisamos de uma série de conjunto de bens e serviços que são em dólar. Que são não só dolarizados, como são atrelados ao preço internacional de petróleo. Nós temos hoje doze bilhões de dólares de dívida. Nós hoje, a PETROBRAS é uma empresa que tem hoje uma situação financeira bastante tranquila.

No entanto é uma empresa que vai continuar acessando o mercado internacional para captar recursos para viabilizar seus investimentos. Isso envolve desembolsos em dólar, e muitas vezes, o custo está associado ao preço de petróleo.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O próximo inscrito é o Senador César Borges e depois a Senadora Ideli Salvatti. Com a palavra o Senador César Borges para as perguntas que pretende fazer.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente da PETROBRAS, Dr. José Sérgio Gabrielli, a minha pergunta inicial é – Por que no atual Governo o desempenho da PETROBRAS no aumento da produção de petróleo foi tão pífio? Ao fazer essa campanha publicitária sobre a auto-suficiência, sem sombra de dúvida, há um aproveitamento político. O Presidente Lula quer se apropriar de um mérito que não é dele. A auto-suficiência é uma conquista que orgulha os brasileiros, é bem verdade, mas está longe de ser uma conquista do atual Governo. Quando Vargas concebeu a campanha “o petróleo é nosso”, mas foi no governo, inclusive no governo passado que demorou oito anos que de fato se concretizou, seu gráfico mostrou isso. Assumiu àquela época o Governo passado, do Presidente Fernando Henrique com a produção de 668 mil barris/dia, e entregou ao Governo Lula com a extraordinária produção de um milhão e meio barris/dia, representando aumento de 125% da produção em oito anos. Numa média de crescimento anual de 11%. Agora, durante o Governo Lula, a produção foi aumentada de 1690 mil barris, média de 2005, o que representa um crescimento realmente pífio de 12,7 em três anos, uma média anual de quatro anos. Será que isso será dito nessa campanha publicitária? Será que será feita justiça ao que realmente levou a PETROBRAS a alcançar a sua auto-suficiência, o Brasil, auto-suficiência de petróleo? Ou será meramente uma campanha visando política? Porque nos leva a crer que nós poderíamos ter, inclusive, alcançado se o atual Governo mantivesse o ritmo do governo passado, essa auto-suficiência há mais tempo. Daí concluir que a PETROBRAS atrasou, Srs. Senadores, intencionalmente [soa a campainha] essa conquista para coincidir com o ano eleitoral. Agora, a imprensa noticiou recentemente que 50 milhões, é o que está dito, que V.Ex^a. precisa confirmar aqui, é o que será gasto para divulgar a auto-suficiência nessa campanha já contratada ao publicitário Duda Mendonça que nós conhecemos tudo que o que pesa sobre Duda Mendonça apesar de V.S^a. se isentar de que não é julgador, não é tudo mais, mas o que nós acreditamos é que Duda Mendonça teve esse contrato para fazer como ele fez na CPMI dos Correios. Ficar calado. É o pagamento pelo seu silêncio. Ele vai ganhar 50 milhões

para produzir. Outro fato, veja, V.S^a. fez um sofisma sobre o gasto de propaganda da PETROBRAS. Percentualmente. Acontece que – como disse o Senador José Jorge – que o faturamento tem crescido.

Então, no ano de 2004, foi para o gasto de duzentos e dezesseis milhões, a PETROBRAS. O que supõe que 2005 esteja chegando a trezentos milhões de reais/ano. Agora, eu quero dizer mais a V.S^a. A PETROBRAS usou muito desse dinheiro politicamente na campanha eleitoral de 2004 de Prefeitos. E fez isso no meu Estado da Bahia. Patrocinando, inclusive, festa de Município, de emancipação de Município. E as notícias que nós temos de recursos da PETROBRAS for utilizar até para calçar e pavimentar ruas, porque estão embutidos em outros contratos, inclusive, nesse famoso contrato da GDK, onde o Tribunal de Contas da União aponta um superfaturamento de vinte e três milhões de dólares. Lamentavelmente, é isso que nós sabemos. Como nós sabemos que V.S^a. tem um compromisso partidário muito forte com o PT, faz parte do aparelhamento do Estado, de uma empresa tão importante, internacional como é a PETROBRAS, sem ter conhecimento específico da área de petróleo, sem fazer parte do quadro, foi simplesmente indicado de forma partidária. Então essas suposições nós temos todo o direito de ter e eu gostaria que V.S^a. pudesse esclarecer aqui.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Com a palavra o Sr. Presidente da PETROBRAS, Sr. José Sérgio Gabrielli.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – V.Ex^a. não tem obrigação de saber como funciona a indústria de petróleo. Evidentemente. Mas como eu mencionei aqui, a indústria de petróleo funcional por saltos. O que aconteceu no período de comparação, nós não queremos fazer essa comparação, porque achamos que não é adequado fazer essa comparação com o período de oito anos a nós. Mas o que aconteceu, é que duas grandes plataformas, a P-43 e a P-48 e a P-50, que deveriam estar prontas, no Governo anterior não ficaram prontas.

Então, objetivamente se elas não entraram em operação, a produção no ano seguinte vai cair. Até que elas entrem em operação. Quando nós assumimos a Diretoria da PETROBRAS, essa gestão atual iniciada pelo Presidente José Eduardo Dutra em 2003, nós encontramos essa situação na mão. Nós tínhamos uma situação herdada de uma produção parada de crescimento, porque não tinha possibilidade de crescer com a produção da P-43, P-48 feitas pela KBR, que é uma empresa internacional do Vice-Presidente dos Estados Unidos, nós entramos com um processo de negociação intensíssimo com eles para viabilizar a entrada de ope-

ração da P-43 e a P-48. Conseguimos colocar a P-43 e P-48 em operação. Vamos colocar a P-50 agora. Foi por isso que tivemos em 2004 um problema.

Porém, em 2005 nós crescemos 13% da nossa produção. Só em 2005. Em 2006 com certeza, nós vamos crescer muito mais, porque conseguimos recuperar o que foi atrasado no período anterior. Além disso, o período anterior nos deixou com um portfólio exploratório, áreas de exploração declinantes. Nós tivemos queda da atividade produtiva, o que ameaçava o futuro da PETROBRAS. Nós revertemos isso, ampliamos nossa presença nos leilões, e ampliamos a capacidade do futuro da PETROBRAS.

Então, objetivamente teve diferença também disso. Nós não queremos entrar nesse debate, mas estamos dispostos a entrar. Do ponto de vista, em relação ao Sr. Duda Mendonça, o Senador conhece muito bem o Duda Mendonça, [soa a campainha] foi publicitário do Senador por muito tempo. Do Senador Antônio Carlos Magalhães.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – V.Ex^a. comprove isso! V.S^a. está dizendo uma mentira, uma inverdade. Comprove isso! Ele não tem direito de mentir aqui.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – V.Ex^a. terá dois minutos de réplica, depois. V.Ex^a. terá réplica. Prossiga com a palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Eu publicitário? V.Ex^a. tem a responsabilidade de dizer a verdade.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – A situação do publicitário Duda Mendonça, na questão política, não é o nosso problema. Nós, enquanto PETROBRAS, estamos analisando a empresa de publicidade que presta nosso serviço, do ponto de vista técnico. E do ponto de vista técnico não há contestação à capacidade técnica dele. Enquanto não for provado o compromisso dele e o problema da impossibilidade legal de fazer esse serviço, não tem porquê a gente julgar, nós não somos julgadores. Nós temos compromisso com nossos acionistas, inclusive o Governo Brasileiro, que querem um bom serviço prestado à PETROBRAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Senador César Borges, dois minutos de réplica.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, o que nós sabemos é que o Sr. Duda Mendonça foi publicitário e conselheiro do Presidente da República Presidente até pouco tempo. O Presidente não fazia nada, não dava um espirro sem consultar Duda Mendonça, e todos os contratos do Duda Mendonça com a Presidência da República foram cancela-

dos. PETROBRAS, não. Eu volto a dizer. É pagamento pelo silêncio do Sr. Duda Mendonça. Inclusive, eu tenho informações que não foram concorrências feitas, na verdade. Como disse aqui V.Ex^a. foram aditados esses contratos. Poderiam ter sido feita concorrência. Mas não foram. Então, nego peremptoriamente essa sua afirmativa que ele tenha sido publicitário meu. Eu acredito e posso falar pelo Senador Antônio Carlos Magalhães, de forma nenhuma. Agora, lamento que V.S^a. venha desacordar dos números que aqui eu citei. Eu citei que a produção no governo passado cresceu 125%. Neste Governo apenas 12,7. Uma média anual de 4%. [soa a campainha] E se atrasaram a construção das plataformas se deve muito sobre a política populista, inclusive, danosa e onerosa à PETROBRAS, que foi praticada pelo Presidente Lula. Que procurou fazer demagogia em cima de uma estatal que tem acionistas privados. Dizendo – Vamos fazer aqui dentro que atrasou a construção dessas plataformas. Foi isso que atrasou. Mas seu gráfico, nada melhor demonstra de como o crescimento aconteceu no Governo passado, e nesse Governo se estabilizou a produção. Aqui está. Aqui está o crescimento do ano de 1998 ao ano de 2002, como cresceu, e como ficou estabilizado...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Isso já vem crescendo há muito. Agora cresceu de forma, eu diria, quase exponencial nos últimos quatro anos de 98 a 2002, e estagnou no seu Governo, por conta de medidas incorretas. Porque essa é uma estatal nacional, de interesse estratégico nacional, com a atuação internacional, e que lamentavelmente tem sido utilizado politicamente pelo aparelhamento [soa a campainha] que o Partido dos Trabalhadores tem feito do Governo e das estatais.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Próxima inscrita, Senadora Ideli Salvatti tem a palavra para suas inquirições e os inscritos a seguir são o Roberto Saturnino e o Senador Rodolpho Tourinho. Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, o requerimento para esta Audiência Pública, apresentado nas duas Comissões, tinha como objetivo discutir a auto-suficiência em petróleo, e também a questão da campanha publicitária. Os requerimentos eram pouco diferenciados de uma Comissão para outra. Em primeiro lugar, nós apresentamos à Mesa do Senado, o requerimento para a realização de uma Sessão Especial no dia 03 de maio, para comemorar a auto-suficiência brasileira em petróleo. E seria importante registrar que este requerimento que nós encabeçamos teve o apoio do Senador Arthur Virgílio,

do Senador Agripino, do Senador Ney Suassuna, do Senador Mercadante, enquanto líderes. Além disso, teve o apoio do Senador José Sarney e do Senador Marco Maciel, pelo período que estiveram também no comando do executivo nacional e que, portanto, tem o entendimento da importância da auto-suficiência brasileira. Além disso, outros Senadores também fizeram o apoio, como o Senador Pedro Simon, Senador Tião Viana, e o Senador Saturnino Braga. Que é uma demonstração inequívoca de que a auto-suficiência brasileira em petróleo é uma questão de Estado. É uma questão do Estado Brasileiro. É uma questão que todos os que defendem o Estado Brasileiro, todos os que entendem que a energia é algo estratégico e, portanto, como política de Estado, deve ser trabalhada neste entendimento, que eu acho que [soa a campanha] teve um corte muito claro quando na década de 50 tivemos a campanha do “petróleo é nosso”, e isto é algo político, estratégico para qualquer País, e quando se trabalha a auto-suficiência também está se trabalhando na linha estratégica de que não é possível ter soberania se nós não temos como ingrediente a auto-suficiência energética, inclusive a diversificação, que acho que é algo que nós temos em andamento no País quando apostamos na questão do biodiesel, quando apostamos na questão da retomada do programa do álcool, quando desencilhamos toda uma série de empecilhos para que aproximadamente 40 usinas elétricas no País pudessem deslanchar que isso é uma política adotada pelo Governo Lula de forma muito clara, é essa política estratégica de Estado, e não de Governo. [soa a campanha] Por isso que eu queria até poder fazer o meu questionamento ao Dr. Gabrielli exatamente sob essa visão estratégica de política de Estado. No corredor, o Senhor veio me dizendo que a sua vinda no dia 03 de maio para a audiência vai ser na sequência de um Prêmio Internacional que, inclusive, a PETROBRAS estará recebendo pelo reconhecimento da...

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Senadora, a Presidência vai pedir que V.Ex^a., a exemplo dos demais colegas, cumpra o regimento interno, 30 segundos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Já estou terminando a minha segunda pergunta. A importância desse reconhecimento da tecnologia da PETROBRAS em águas profundas, o quanto que impactou o fato das plataformas, a decisão política de tê-las determinado que no máximo possível fosse feita com tecnologia nacional, dentro desta visão estratégica de Estado, que eu tenho o entendimento que tem a questão da auto-suficiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Com a palavra o Sr. Presidente da PETROBRAS, Dr. José Sérgio Gabrielli para as respostas.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Senadora Ideli Salvatti, realmente a PETROBRAS ela tem hoje um reconhecimento mundial de ser uma das melhores, se não a melhor empresa na produção de águas profundas do mundo. Nós hoje estamos perfurando no Golfo do México, nos Estados Unidos, poços a 11 quilômetros de profundidade. Estamos aqui na bacia de Santos a cinco mil metros de profundidade.

Então, portanto, nós temos hoje uma capacidade de produzir em lâmina d’água e de perfurar em laminais d’água acima de 2.500, 3.000 metros, reconhecida no mundo inteiro. Portanto, essa é uma questão tecnológica importante de competitividade da PETROBRAS e posicionamento da empresa no mundo. Do ponto de vista do Estado, da estratégia do Estado de viabilizar o acesso a um energético fundamental para o crescimento, a capacitação da indústria e da sua cadeia produtiva é fundamental. Porque se nós tivéssemos de fazer a produção de petróleo baseado só e exclusivamente em fornecedores estrangeiros, nós continuaríamos vulneráveis em um outro nível da cadeia produtiva. Portanto, também aumentar o conteúdo nacional e fazer com que as conquistas tecnológicas e a capacitação para tratar da possibilidade de produzir petróleo seja dividida com outros produtores nacionais, é garantia também de longo prazo de soberania e de estratégia e sustentação de crescimento a longo prazo.

Evidentemente que se os custos fossem completamente distintos, nós estaríamos equivocados. Se o Senador César Borges estivesse correto, de que a política de conteúdo nacional fosse uma política de aumentar custos, evidentemente que isso não é sustentável no longo prazo. Mas a prática dos últimos três anos, que não se aplica a P-43, P-48, Senador, [soa a campanha] foram solicitadas pela KBR estrangeira que fez uma licitação internacional e uma delas foi construída no Brasil, porque foram preços melhores, a outra foi feita em Cingapura, a P-51 e P-52 que estão sendo feitas no Brasil, estão sendo feitas a custos menores do que outras plataformas que estão sendo feitas nesse momento no Golfo do México e na África, do mesmo tamanho.

Então, a política de aumentar o conteúdo nacional, ao invés de aumentar o custo, diminuiu o custo. É uma política estrategicamente importante para garantir a sustentação de longo prazo na produção de petróleo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Senadora Ideli Salvatti, um minuto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, é que eu havia já solicitado ao Dr. Gabrielli a possibilidade de perguntar a respeito da questão do gás. Na sexta-feira passada, o Fórum Industrial Sul se reuniu em Santa Catarina, juntando o setor empresarial do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná. E cinco questões foram levantadas. Nem sei se é o caso de ter as respostas aqui, mas que pelo menos nós pudéssemos ter uma alternativa de conversação com a PETROBRAS, é isto que eu estou sendo porta-voz em nome do Fórum industrial Sul.

Primeiro – Alternativas de fornecimento de gás. Porque o sul do País é totalmente dependente do gás boliviano; A questão das tarifas. Equiparação das tarifas entre o gás nacional e o importado tendo em vista que isso é um diferencial, acaba tendo um diferencial de preço para o sul do País significativo; A questão da lei do gás, a aprovação da lei do gás que está tramitando aqui, não está na sua prerrogativa, está na nossa; [soa a campainha] a ampliação do Gasbol com traçados a serem definidos que possam amenizar a situação nossa lá no sul do País, e a conclusão da obra do gasoduto Uruguaiana/Porto Alegre.

Essas são as cinco questões levantadas pelo Fórum Industrial Sul, reunido sexta-feira em Florianópolis, que eu sou porta-voz no sentido de poder ter atendimento ou equacionamento dessas questões junto a PETROBRAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O próximo inscrito, Senadora é o Senador Roberto Saturnino, a seguir o Senador Rodolpho Tourinho, e depois a Senadora Serys. Com a palavra o Senador Roberto Saturnino.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Dr. Gabrielli, antes de tudo quero cumprimentar V.Ex^a. pela clareza da sua exposição, respostas e pela densidade das informações que nos traz. Eu só queria recordar o que foi a história do Brasil nos últimos 50, 60 anos. Eu acompanhei, vivi este período, e me lembro perfeitamente bem de que a história deste País se coincidia com a história das crises cambiais, o Brasil sempre a braços com as crises cambiais que restringiam as suas possibilidades de desenvolvimento, bibliotecas foram escritas sobre este assunto, e a ligação dessas crises cambiais com a incapacidade do Brasil de produzir petróleo e com o crescimento das importações que acompanhava o crescimento da renda e do produto brasileiro.

Então, quem viveu isso e quem se lembra do pessimismo em relação ao petróleo, das acusações que foram feitas ao grande estadista brasileiro Getúlio Vargas quando da proposta da criação da PETROBRAS, acusações desse tipo de que era desperdício de di-

nheiro que o Brasil não tinha mesmo petróleo. Quem viveu tudo isso entende a razão de ser desta campanha da auto-suficiência, a importância histórica na história deste País está o cumprimento desta meta, que foi meta de muitos períodos. É uma meta de Nação brasileira, é uma meta de Estado, não é uma meta de Governo. Por conseguinte está na hora de comemorar mesmo, e comemorar de uma forma mais competente possível e acredito que a PETROBRAS vá fazer isso. Eu só me permito fazer uma observação que o Senhor disse que não haverá nenhum personagem presente nesta campanha. Eu acho que seria de justiça [soa a campainha] que o personagem Getúlio Vargas aparecesse nessa campanha, porque foi o estadista brasileiro que teve esta visão, esta intuição, esta sensibilidade.

Mas, agora, eu queria que V.Ex^a. me dissesse no minuto que me resta, algo a respeito da localização desta refinaria petroquímica no Estado do Rio, que nós, a minha expectativa é que ela se localizasse em Itaguaí, no Porto de Sepetiba que vai ser maior porto da América do Sul, inevitavelmente pelas suas condições físicas, mas a escolha de Itaboraí... Sei que é um projeto para a economia do meu Estado de capacidade de alavancagem maior do que qualquer outro que jamais foi feito maior até que a própria, não digo que a própria siderúrgica nacional no momento em que foi feito, porque naquele momento a siderúrgica foi alavancadora da economia brasileira, mas agora o Estado do Rio, depois de chegar ao fundo do poço na sua economia, revivendo as etapas anteriores, acredita muito e aposta muito nessa refinaria. E houve a grande discussão e acabou sendo [soa a campainha] escolhida a localização de Itaboraí que não estava nas previsões daqueles que polemizavam sobre o assunto. Eu queria uma palavra de V.S^a. a respeito disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Com a palavra o Dr. José Sérgio Gabrielli.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Bom, em primeiro lugar eu queria aproveitar aqui a sugestão do Exm^o. Senador Antônio Carlos Magalhães a lembrar que a prospecção em tecnologias de águas profundas é muito antiga na PETROBRAS, ela é resultado de um longo período que vem de muito tempo. É verdade que não é uma coisa recente, é uma coisa que se acumula ao longo do tempo. Em relação às questões da Senadora Ideli Salvatti, eu vou tentar concentrar... Tenho pouco tempo a responder também ao Senador Saturnino, vou tentar me concentrar numa resposta sobre a situação atual, e algumas dificuldades que nós temos na indústria de tomasse.

Hoje nós estamos vivendo uma situação emergencial de um duto, um oleoduto que foi rompido por

uma chuva na região do Chaco na Bolívia. Esse oleoduto transporta condensado que é líquido que vem junto com o gás, na medida em que nós não podemos escoar o líquido nós não podemos produzir o gás. Portanto, nós tivemos que ter uma redução da produção de gás na Bolívia. Isso impacta o transporte de gás para o Brasil. Nós tentamos minimizar o impacto geral desse efeito de redução de gás no Brasil tentando absolver no âmbito interno da PETROBRAS o maior impacto possível dessa redução de produção, e, ao mesmo tempo, intervir lá na Bolívia para recuperar um duto alternativo mais antigo da TRANSREDES para viabilizar a recuperação no curto prazo desse acidente. O trabalho final vai levar 30 dias.

No entanto nós temos hoje praticamente uma certeza bastante grande de que os impactos sobre o mercado brasileiro serão praticamente nulos, fora dos impactos sobre a PETROBRAS. Nós podemos evidentemente que temos que ter a cautela técnica necessária para terminar a avaliação da rapidez da recuperação do duto lá na Bolívia, [soa a campanha] Mas podemos dizer, com certeza, que os impactos serão mínimos possíveis. Em relação a Itaguaí, Itaboraí e Campos, nós fizemos uma avaliação das diversas áreas de localização. Isso é um complexo extremamente estruturador, é um complexo que tem uma capacidade de crescimento muito grande, nós tínhamos que analisar os impactos ambientais e a possibilidade de expansão fora de áreas urbanas. Itaboraí é um Município fortemente rural e que na área e na configuração existente é o Município que mais permite expansão da sua atividade porque não tem áreas urbanas concentradas. E é próximo de São Gonçalo que tem uma população grande e que poderá permitir também a instalação de alguma infraestrutura para a instalação de mão-de-obra.

Então, a escolha foi uma escolha em função da perspectiva de expansão estrutura do complexo no Estado do Rio de Janeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – V.Ex^a. tem dois minutos.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu só queria aproveitar também em complemento ao que o Dr. Gabrielli disse, todo o processo de liderança da economia brasileira a partir da auto-suficiência vai coincidir com um outro processo, uma acumulação de efeitos benéficos resultantes da vocação brasileira para a produção de combustíveis renováveis no momento histórico em que o mundo vai viver a escassez de petróleo de uma forma aguda nos próximos 20, 30 anos. E a perspectiva que se abre para o Brasil, exatamente a partir da sua estabilidade em termos de produção de petróleo, da garantia das estabilidades da auto-suficiência poder avançar, ampliar e investir na produção

de combustíveis de base agrícola, é fundamental. É da maior importância. E eu queria também um breve comentário sobre a participação da PETROBRAS nessa produção de biocombustíveis. [soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O próximo Senador inscrito é o Senador Rodolpho Tourinho, em seguida a Senadora Serys. Acabam de se inscrever também o Senador Sérgio Cabral e o Senador Eduardo Suplicy. E a Presidência registra a presença do Senador Marco Maciel. Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho que é o próximo inscrito.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA)

– Sr. Presidente Gerson Camata, Sr. Presidente da PETROBRAS, a primeira coisa eu gostaria de discordar de V.S^a. em relação à questão da PETROBRAS, do Governo anterior e dessa em relação aos blocos de exploração que V.S^a. afirmou quando, na minha avaliação, tinha menos blocos. Mas a medida que nós devemos ter é quilômetro quadrado, e não bloco. Que a área de quilômetro quadrado é que você efetivamente verifica e vai ter uma condição muito maior de exploração.

Então, a situação não é bem essa que V.S^a. colocou. É só para consertar. A outra questão é que eu acho que nós estamos nesse momento frente a uma constatação que é se transformar um fato operacional num feito histórico. Eu acho que é importante do ponto de vista da história isso. Agora, é um fato operacional já previsto antes, e eu queria aqui, até para fazer justiça aos técnicos da PETROBRAS, para fazer justiça à grande empresa que é a PETROBRAS, dizer que o grande responsável no fundo pela auto-suficiência, hoje, que a gente tem e vai ter, mas já anunciada desde 99, 2000, é efetivamente a quebra do monopólio do petróleo. A partir de 1997, e o Senhor pode verificar nos gráficos aí existentes, é que efetivamente se teve um grande crescimento da PETROBRAS, até pelas parcerias que ela fez com o mercado. Porque se sair de uma produção de 838 mil barris em 97, para essa produção anunciada em 2006 de um milhão e novecentos. É exatamente nesse período é que houve o grande crescimento de produção.

Eu queria dizer também que essa sensação que fica em relação a essa propaganda, nós estamos um pouco escaldados. Em relação ao FUNDEB [soa a campanha], por exemplo, a propaganda do Governo, é que o Programa já existe, já está em funcionamento, e o Governo já estaria colocando quatro bilhões de reais, o que não é verdade. Escaldados também em relação ao “Programa Luz no Campo”, que o “Luz Para Todos”, realmente levou energia para os brasileiros, para dois milhões de brasileiros quando o “Luz no Campo” levou para três milhões de brasileiros.

Então, por tudo isso, e por essas razões técnicas e por esse fato de estar se transformando esse fato operacional previsto antes num feito histórico, e de se saber que se leva pelo menos cinco anos entre a descoberta de um campo até colocá-lo em operação é que nós colocamos isso, que nesse momento, desconfiança, inclusive, em relação a essa propaganda e poderíamos discutir mais tecnicamente, mas já não temos tempo, e creio também que V.S^a. falará sobre o gás depois. Eu quero colocar logo, teria, Sr. Presidente, questões em relação ao gás.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Com a palavra o Sr. Presidente da PETROBRAS.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Senador Tourinho, na verdade, nós tivemos redução de números de blocos e de quilômetros quadrados. Não só de quilômetros quadrados. As duas coisas nós tivemos redução. Que era uma política claramente adotada no período da PETROBRAS não disputar os leilões da ANP para viabilizar a entrada de novos concorrentes internacionais. Então é uma política perfeitamente justa e legítima. Eu não concordo, mas foi uma política adotada nesse período que levou a uma redução das áreas.

Quando nós assumimos a direção da PETROBRAS, nós revertermos a política e resolvemos participar ativamente dos leilões da ANP para viabilizar o futuro com áreas exploratórias, porque a indústria de petróleo só cresce. Ou descobrindo novos petróleos ou comprando. Nós achamos que temos uma situação excepcional entre as empresas de petróleo porque temos capacidade de crescer com apenas o crescimento orgânico de nossas áreas produtivas. Eu, *data venia*, e pedindo... Me colocando claramente como simples cidadão frente ao Senador, eu queria desacordar da idéia de que atingiu a auto-suficiência da produção de petróleo é apenas um simples fato operacional. Os fatos operacionais são importantes em si. Porque são fatos operacionais que leva à produção. Mas, além disso, é um fato histórico, sim, Senador. É um fato histórico porque não somente nós vamos atingir num ponto a produção, mas estamos garantindo que num horizonte visível, nós tenhamos condição de garantir a sustentação da produção necessária para o País por muito tempo, incluindo a possibilidade de descobrir novas áreas, porque estamos investindo fortemente na exploração de novas áreas. É um fato histórico, sim, é uma mudança de situação substantiva da PETROBRAS em relação ao mercado brasileiro e em relação à sua capacidade de expansão no mundo.

Então, objetivamente é uma situação bastante distinta. Em relação à publicidade e propaganda [soa

a campanha], nós estamos fazendo uma campanha institucional, e vamos fazer uma campanha institucional sobre o orgulho de ter atingido essa situação. A PETROBRAS no passado já foi envolvida numa série de outras campanhas governamentais. Várias outras campanhas governamentais. No passado, no Governo anterior. Várias campanhas governamentais foram feitas com recursos da PETROBRAS, que não eram necessariamente campanhas diretamente associadas à PETROBRAS. No entanto a PETROBRAS participou, e por isso está respondendo no TCU, inclusive.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMD-ES) – Com a palavra, por dois minutos, para a réplica o Senador Rodolpho Tourinho.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA)

– Eu quero, Sr. Presidente, eu não falei num simples fato, eu falei num fato operacional. Eu não qualifiquei de simples fato, como uma coisa corriqueira. Qualifiquei que é uma coisa operacional. Que vem de entrada de produção de decisões tomadas de investimentos feitos. E não falei num fato histórico, eu falei num feito histórico. É um pouco de diferença nisso. Mas, enfim, é só para colocar isso e em relação a questão, eu insisto outra vez na questão de que você tem hoje uma área maior, em relação ao que deve ser feito. Acho que a PETROBRAS deve entrar. Numa me opus em momento nenhum que a PETROBRAS entrasse. Acho que é correto que ela entre nos leilões da ANP. E acho que a única forma de termos essa exploração. O que me preocupa até hoje em relação a isso é que a PETROBRAS deixou de fazer por lei, até a pesquisa geológica a ANP também não está fazendo. Esse futuro para frente é que eu tenho um certo receio. Mas eram essas as colocações em relação a esse ponto. Mas queria por fim também, colocar essa questão do gás, porque o ano passado foi quando eu decidi, Presidente, de encaminhar [soa a campanha] o meu projeto de gás, exatamente quando começou a crise na Bolívia. E o que eu temia foi o que aconteceu hoje. Primeiro, choveu. Quer dizer, por chuva, a gente justificaria até um possível problema. Agora, o problema na Bolívia não é a chuva, foi que aí os companheiros lá de Morales, interditaram a estrada e impediram a recuperação do gasoduto ou do que foi danificado.

Então, foi naquele momento que eu efetivamente achei que tinha que encaminhar o projeto, sobretudo para que pudesse atrair investimento privado, mais investimento privado que viesse a se somar com os da PETROBRAS para que no futuro nós ficássemos nessa dependência que nós temos hoje que mais de 50% do consumo vem da Bolívia. Eu gostaria também de saber em relação a isso, e também de saber de V.S^a. recebeu aquilo que eu encaminhei pelo Senador Aloisio

zio Mercadante, porque entendo que aquela posição praticamente resolve toda a questão [soa a campainha] que existe em relação aos investimentos atuais e eu não recebi nenhuma resposta. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Dois minutos para o Presidente da PETROBRAS, Dr. José Sérgio Gabrielli.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Em relação ao gás, Senador, Exm^o. Sr. Senador Rodolpho Tourinho, ele tem uma preocupação que é compartilhada com a PETROBRAS. Nós temos um problema de infra-estrutura na distribuição de gás no País. Isso precisa realmente ter um investimento e viabilizar a expansão da infra-estrutura de produção e de distribuição. A PETROBRAS está alocando na bacia de Santos, só na bacia de Santos até 2015, dezoito bilhões de dólares para viabilizar a produção de gás no Brasil. Mas no pico da produção da bacia de Santos, nós vamos estar produzindo 30 milhões de metros cúbicos por dia. No pico da produção. Nós estamos intensificando o máximo possível a produção de Manati para acelerar o máximo possível a produção de Manati, mas Manati vai produzir no pico seis milhões de metros cúbicos ao dia. Nós estamos intensificando todas as atividades na exploração das áreas de gás no nordeste brasileiro, mas o crescimento previsto é pequeno. Infelizmente, ainda não descobrimos o gás suficiente no Brasil para isso. [soa a campainha] Então temos que depender do gás boliviano. Na Bolívia nós estamos tentando o máximo possível viabilizar um ambiente regulatório possível para a garantia de suprimento de longo prazo para o País, que vai representar num horizonte visível cerca de 30% do afeta brasileiro.

Em relação ao bloqueio que ocorreu nas estradas, Senador Tourinho, não foram os apoiadores do Governo, na verdade, foi uma disputa local na realidade de opositores ao Governo disputando a fronteira do Estado, e na medida em que o Governo entrevistou o problema foi resolvido e nossa equipe já está na área trabalhando.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone]

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – O projeto nós recebemos, nós estamos avaliando. Evidentemente que tivemos um conjunto de questões agora que nos levaram, mas vamos voltar a procurar o Senador para continuar aquela profícua discussão

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone]

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – ...O conteúdo, Senador, é muito profundo e muito forte, muito importante, muito impactante.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – 15 segundos.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – [pronunciamento fora do microfone] ...três ou quatro páginas, inclusive marcadas em amarelo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Nós temos a próxima inscrita que é a Senadora Serys Slhessarenko. Mas eu queria antes registrar a presença do Deputado Luciano Zica que participa aqui dessa reunião conosco. A inscrição do Senador Flávio Arns, e o Senador Heráclito Fortes me pede que comunique é que a reunião da Comissão de Infra-Estrutura que estava marcada para hoje às 14h00 foi transferida para terça-feira dia 18 de abril às 10 horas, com a mesma pauta que estava marcada para hoje. Estão inscritos também o Senador Sérgio Cabral e Eduardo Suplicy e agora o Senador Flávio Arns. A próxima inscrita então, é a Senadora... Eu queria solicitar ao Senador Augusto Botelho que assumisse temporariamente a Presidência, porque eu tenho que cumprir um compromisso rápido e retornarei, mas eu concedo a palavra para as suas perguntas a Senadora Serys Slhessarenko. E o Senador Antônio Carlos Magalhães está se retirando para participar da Reunião da Comissão de Orçamento. Muito obrigado pela sua presença. Com a palavra então a Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^a. Senadora, nosso Presidente da PETROBRAS que muito nos orgulha, eu queria começar pedindo desculpas porque nosso entra e sai está por conta da reunião de que está acontecendo no Congresso na tentativa de buscarmos a aprovação do orçamento. Eu só queria, antes de fazer duas ou três questões, esclarecer aqui ao meu querido Senador Tourinho, apesar das divergências políticas, nós somos amigos, dizer que o FUNDEB ainda não está em ação por responsabilidade nossa. Porque o Presidente Lula já mandou para cá fazer tempo. Mas ele tem mais que anunciar para ver se a gente resolve aprovar. Eu gostaria, Sr. Presidente, de fazer algumas colocações. Como eu sou Presidente da Frente Mista do Desenvolvimento Sustentável do Congresso, que o Senhor nos explicasse rapidamente que o tempo é pouco, o que é que significa auto-suficiência sustentável. Isso é uma coisa que eu tenho dificuldade. E talvez a outra questão que eu vou colocar, o Senhor já tenha até respondido. Claro que a questão dos combustíveis nos inquieta, mas também nos enche de orgulho por conta de termos a PETROBRAS e o seu desempenho e tudo mais. Sem comentários. É tudo *top* de linha. Eu diria. Mas eu sei que já foi bastante questionado, mas eu, inclu-

sive, em alguns momentos estive fora desse recinto, como estão as negociações levadas em efeito com o Governo da Bolívia. Falo isso, os Senhores até já devem até saber porque. Como Senadora por Mato Grosso, e juntamente com a comunidade mato-grossense, temos a grande e constante preocupação em garantir a fábrica de fertilizantes para Mato Grosso, para nossa Cuiabá. [soa a campainha] E sabemos que, para isso, para termos essa fábrica de fertilizantes o gás boliviano se constitui num insumo fundamental. Então seriam mais ou menos essas questões. O que é auto-suficiência sustentável até para que eu possa me movimentar mais na minha Comissão, nesse sentido, e também parabenizar a PETROBRAS por ter assumido o selo da questão de gênero. Parabéns para a PETROBRAS. Para a mulher brasileira é da maior importância, da maior relevância. E também como Coordenadora da bancada feminina e como Presidente do Ano Internacional da Mulher Latino-americana e Caribenha, nos orgulhamos muito da PETROBRAS por este feito também. Muito obrigada.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Com a palavra o Presidente da PETROBRAS, José Sérgio, por três minutos para a resposta.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Exm^a. Senadora Serys, começando pelo desenvolvimento da auto-suficiência sustentável, nós estamos chamando a auto-suficiência sustentável a possibilidade de continuar produzindo um volume que é necessário para atender o crescimento da demanda brasileira. E isso significa garantir que nós vamos estar introduzindo novas áreas de produção no longo do tempo, que vai substituir a área que deixou de produzir e vamos também intensificar o nosso investimento, a nossa atividade no manejo das áreas subseqüentes, para viabilizar a recuperação do petróleo existente e descoberto.

Então, sustentável é sustentável no sentido de que a demanda vai crescer e que nós vamos garantir que a produção vai crescer ao longo do tempo. Mas sustentável também quer dizer que nós, do ponto de vista da demanda, nós também estamos atuando e eu vou aproveitar para responder a pergunta do Senador Roberto Saturnino, a questão do biodiesel e do biocombustíveis, o Brasil tem uma característica no mercado de consumo de derivados que é praticamente única no mundo. Nós temos 25% da gasolina do Brasil misturada com álcool. Álcool anidro. Além disso, todos os postos de gasolina brasileira têm pelo menos uma bomba de álcool hidratado. E temos 75% dos carros novos saindo das fábricas brasileiras, carros *flex fuel*.

Isso significa, portanto, que nós temos um energético de origem agrícola que ocupa uma parcela significativa no mercado de gasolina brasileira.

No mercado de diesel, o programa do Governo de biodiesel vai também crescer como oferta adicional de um energético que vem de fontes renováveis, e não de fontes exauríveis, como o caso do petróleo.

Então, o hoje a PETROBRAS é a grande compradora de biodiesel no País, nós estamos avançando na montagem de plantas, iniciaremos produção de biodiesel em 2007, e estamos investindo [soa a campainha] fortemente na tecnologia para isso. Sobre a Bolívia depois eu falo quando falar no gás.

As negociações com a Bolívia nós tivemos um período de certa paralização das negociações com a Bolívia. Essas negociações retomaram e nesse momento nós estamos com acordo de confidencialidade com Governo boliviano para não fazer essa negociação via estruturas públicas. Os diversos organismos serão informados no momento que as negociações se concluírem.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT)

– V.Ex^a. meus dois minutinhos.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – V.Ex^a. tem dois minutos.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT)

– Dentro das suas colocações, Sr. Presidente, companheiro Gabrielli, seria mais ou menos o manejo, a questão da auto-suficiência sustentável seria o manejo que a gente em outras áreas luta e briga também. Essa questão do biodiesel, que o Senhor colocou, que a partir do ano de 2007, a PETROBRAS vai estar entrando... Que Mato Grosso, eu faço essa pergunta porque Mato Grosso o biodiesel está começando a ser significativamente estimulado. Mas lá está uma discussão terrível. Nesse final de semana ainda fui abordada por várias pessoas que estão começando a produzir, já tem gente com fábricas, tem gente plantando de mamona, estão fazendo do babaçu o biodiesel, também, que é uma árvore nativa que é uma coisa interessante, mas a questão do preço, etc, como se assegurar a comercialização e a [soa a campainha] não diferença... Agora me falta o termo, e eu não sou da área, no sentido da questão do valor do biodiesel não ser tão diferenciado. Porque segundo o que me foi colocado é um desestímulo total para a questão do biodiesel, porque pagam impostos altíssimos e não tem disputa de mercado. Eu não entendo dessa área. Eu gostaria que o Senhor me pudesse dar explicação sobre o biodiesel, fundamentalmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Mais um minuto.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO

– O biodiesel tem a seguinte situação. Há leilões que são feitos pela ANP, Agência Nacional de Petróleo, periodicamente compra de biodiesel. A PETROBRAS e REFAPE têm comprado 100% da produção brasileira de biodiesel. Então nós compramos biodiesel no leilão. O preço do biodiesel no último leilão foi em torno 1,85 reais por litro, que é um pouco acima do preço do diesel normal.

Então, portanto nós estamos comprando biodiesel acima do preço do diesel, e não abaixo do preço. Agora, o biodiesel tem alguns problemas tecnológicos ainda que precisam ser resolvidos. Particularmente precisa ter uma especificação estável na produção de biodiesel, porque na medida que ele vai ser não um produto vegetal, mas um combustível, ele precisa atender especificações constantes. Isso exige um certo investimento tecnológico que ainda não tem uma clareza muito grande. A PETROBRAS vai iniciar três plantas ou quatro plantas de produção em 2007 produzindo biodiesel, também.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Na ausência dos quatro inscritos. O próximo Senador com a palavra é o Senador Sérgio Cabral. V.Ex^a. tem três minutos.

SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Senador Botelho, Presidente Gabrielli, vou tentar ser o mais objetivo possível. O anúncio da refinaria em nosso Estado, creio que é consequência natural da estratégia da empresa, da naturalidade de um processo de um Estado que produz 85% do petróleo brasileiro e que houve o engajamento político de todos os agentes do nosso Estado nessa luta pela refinaria. A campanha “A Refinaria é Nossa” que iniciou-se em 2003, a meu ver, teve um papel importante junto com a própria decisão estratégica da empresa PETROBRAS e do Governo Brasileiro no anúncio da refinaria em nosso Estado. E ela é muito bem-vinda em Itaboraí. A minha pergunta específica é o seguinte – Não houve até agora nenhuma ação concreta por parte da PETROBRAS, por exemplo, na compra de terreno na definição objetiva de terreno para a refinaria. A Governadora do Estado, inclusive, ofereceu a disposição do Estado em desapropriar e facilitar a ação e parceria com a PETROBRAS. Eu gostaria de saber de V.Ex^a. em que pé anda isso. Segundo, eu me lembro, Presidente Gabrielli, fui a uma audiência com o Presidente Lula, acompanhando a Governadora, junto com a então Ministra Dilma, então Ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff, e os então Ministros José Dirceu e Palocci com o Presidente da República e lá foi discutido o tema refinaria e se discutiu a possibilidade da PETROBRAS estar comprando refinarias no exterior. E o Presidente Lula

respondeu enfaticamente que isso não tinha o menor cabimento, [soa a campainha] que refinaria tinha que ser construída no Brasil, pelo valor agregado, pela importância econômica e porque o Governo Brasileiro é o principal acionista da empresa, e que não tem o menor cabimento. Nós sabemos que a PETROBRAS comprou recentemente parte de uma refinaria, se não me engano no Texas, está em análise compra de refinaria em Portugal, outra refinaria nos Estados Unidos. Eu queria saber o que é que mudou na voz do representante, do principal acionista da empresa, que é o Governo Brasileiro, o seu titular o Presidente da República para os dias de hoje.

Segundo ponto, é uma questão que volta de um litígio de alguns anos atrás e que me parece que a PETROBRAS já foi notificada e a ANP também pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, sobre o Campo de Marlin, sobre o problema da participação especial. Há anos atrás a PETROBRAS teve que reconhecer operações de custos financeiros eu não diria maquiagem, mas operações que o Estado do Rio de Janeiro entendeu que estava sendo lesado na sua receita em participação especial. Isso tem quatro, cinco anos. Agora, a nossa análise, os nossos técnicos do Estado é que a PETROBRAS nos deve cerca de oitocentos milhões de reais no Campo de Marlin em operações de gestão financeira na área da participação especial. Eu não sei se V.S^a. tem conhecimento dessa interpretação, e de que maneira está agindo por falar em ANP, nós tivemos recentemente, há cerca de três meses, a vinda do Diretor-Geral da ANP aqui, do ex-Deputado Aroldo Lima. E nos confessou a sua apreensão que é da própria Agência Nacional de Petróleo com a carência de recursos. E lamentando que a receita dos leilões que devia em parte significativa para a ANP para pesquisas geológicas, enfim, para investigações científicas da maior importância não estavam indo, e ficavam no tesouro brasileiro. Então eu queria saber a visão de V.S^a. sobre essa distorção do caminho do dinheiro dos leilões que deveria estar na ANP e se encontra no tesouro. E por último, uma [soa a campainha] observação de um projeto, Presidente, que eu apresentei a essa Casa e que está tramitando que me foi inspirado por técnicos da Secretaria do Direito Econômico do Governo Brasileiro relativo a um dos cartórios que ainda existem nesse País que é o gás de cozinha. Nós temos poucas empresas, e a PETROBRAS acabou de adquirir há pouco tempo uma dessas companhias. É um verdadeiro cartório e algo absolutamente que eu diria quase que medieval essa situação da relação do lar brasileiro com o gás de cozinha. Eu apresentei um projeto...

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Senador, 30 segundos para encerrar.

SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Eu apresentei um projeto inspirado em outros países de primeiro mundo civilizados, a permissão do cidadão com o seu gás de cozinha, com o seu botijão de gás de cozinha, ir a um determinado posto de abastecimento e abastecer o seu botijão de acordo com a sua necessidade, como se faz com o automóvel, como se faz com outros tipos de... Não tem cabimento do Brasil ficar nas mãos, o povo brasileiro ficar nas mãos de sete, oito empresa que dominam esse mercado de maneira cartorial pagando 32 reais um botijão de 13 quilos, quando nós sabemos que há tecnologia absolutamente suficiente para nós estabelecermos essa opção, essa possibilidade do povo brasileiro abastecer o seu botijão com dois quilos, com três quilos, com quatro quilos, sistemas de segurança, há formas no primeiro mundo e que a PETROBRAS que é uma empresa de primeiro mundo, aqui eu me orgulho e tenho a satisfação de vê-la instalada na nossa cidade do Rio de Janeiro com grandes técnicos, grandes partes dos seus técnicos e profissionais do Rio de Janeiro, tem condições absoluta de estabelecer e normatizar isso junto [soa a campanha] com outros órgãos do Governo Brasileiro para que se democratize esse acesso que é um verdadeiro cartório que massacra a população brasileira, V.S.^a, sabe que muitas famílias brasileiras chegam no meio do mês sem condições de reabastecer seus botijões porque ou é 32 reais ou não é nada e acabam utilizando outros mecanismos que levam até a insegurança de vários lares brasileiros. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado, Senador. Com a palavra o Presidente Sérgio Gabrielli por três minutos.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Exm.^o. Senador Sérgio Cabral, não sei se vou conseguir responder todas as questões em três minutos, mas em relação ao complexo petroquímico do Rio de Janeiro, nós fizemos como eu mencionei em outro momento um estudo de localização e localizamos lá em Itaboraí. Esse é um que está previsto iniciar a produção em 2011, tem uma fase de integração tecnológica e definição de projeto básico, conceitual. Então, por mais que eu entenda a angústia do Senador, as nossas necessidades estão sendo encaminhadas adequadamente, as negociações estão feitas adequadamente com o grau de sigilo que é absolutamente necessário ser feita para não criar maiores problemas na área que nós estamos pensando.

Do ponto de vista da ação do Governo do Rio de Janeiro em relação ao complexo petroquímico,

nós temos dito insistentemente que é um complexo extremamente estruturante e importante que precisa da parceria de todos. Nós estamos sentindo que pode estar havendo uma certa mudança de opinião no âmbito do Governo do Rio de Janeiro em relação à PETROBRAS, porque o Governo do Rio de Janeiro nos últimos meses tem adotado uma série de medidas, antes do anúncio do complexo petroquímico, uma série de medidas que são medidas, ao nosso ver, inadequadas para uma relação com o contribuinte, apesar da PETROBRAS ser um grande contribuinte do Estado do Rio de Janeiro, há uma fiscalização especialmente voltada para a PETROBRAS, há uma mudança de regras que afetam não somente a PETROBRAS, mas os investidores do Rio de Janeiro, então nós estamos preocupados com essas mudanças. Em relação a essa cobrança particularmente do Projeto Marlin, é uma cobrança que nós a consideramos que é uma cobrança que pode ser questionada e nós vamos questionar essa cobrança na medida do possível. Nós não vamos aceitar um pagamento só porque a visão do Governo é essa. Em relação...

SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – V.S.^a, sabe que há anos atrás houve a mesma situação-

[Soa a Campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Senador Sérgio Cabral, V.Ex.^a, vai dispor de três minutos de réplica depois. Aguarde um pouquinho.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Em relação a refinarias, essa também é uma das mudanças que decorre da auto-suficiência. Na medida em que nós estamos auto-suficientes, e nós estamos vivendo uma diferenciação crescente do preço do petróleo pesado em relação ao petróleo leve, isso já chegou a atingir em alguns momentos, 19 dólares por barril, produzir o derivado, adiciona valor enormemente ao nosso produto. Nós estamos com planejamento de aumentar a capacidade de produção brasileira, complexo petroquímico é um deles que vai usar o petróleo pesado para produzir propeno e eteno, ou a refinaria do nordeste é outro que vai usar petróleo pesado para produzir principalmente diesel, e também como nós vamos ter excedentes para exportar, é melhor que nós processemos isso no exterior, vendendo a matéria-prima que tem um custo de logística menor do que os derivados que precisariam de diferentes navios para serem transportados, e portanto viabilizando a expansão internacional.

A situação anterior em que nós não tínhamos a auto-suficiência. Uma situação anterior que nós não tínhamos previsão de expansão da capacidade de refino

Brasileiro levaria, claro, a não se fazer uma aquisição no exterior. Mas a situação posterior à auto-suficiência permite, portanto, que a gente se expanda no refino internacional. Nos bônus de exploração, nós pagamos a ANP. O destino disso aí é um problema da Fazenda e do Ministério da Fazenda. Mas a PETROBRAS paga. O ano passado, inclusive, pagou antes do prazo.

SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Gás de cozinha.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO

– Em relação ao gás de cozinha nós temos uma situação um pouco mais complexa do que outros países do mundo. México, se não me engano, nós não temos nenhum mercado do mundo que tenha a dimensão do GLP que o mercado brasileiro tem. O GLP brasileiro é muito grande. Do ponto de vista da PETROBRAS, ela tem uma parcela muito pequena do preço final do produto. O GLP que sai de nossas refinarias ele tem um preço que está desde 2003, nós não alteramos o preço desde de 2003. E a partir daí você tem uma cadeia de fornecedores que é muito complexa e muito grande que vai desde o atacadista ao retalhista, ao pequeno distribuidor dos bairros populares, ao sujeito que transporta. Então é uma cadeia muito complexa. Nessa cadeia, o Senhor tem razão, o ficar preso a um botijão de marca pode claramente criar algumas dificuldades de competição. Não há dúvida disso. Porém, por outro lado, dá também uma certa possibilidade de identificar responsáveis numa cadeia complexa. É um problema que temos que tratar. A PETROBRAS adquiriu a AGIPE, que hoje tem cerca de 22% mercado de distribuição no atacado, nós não chegamos à ponta, então, portanto, nós estamos também trabalhando com a possibilidade de fazer mais competição no mercado de gás liquefeito de petróleo.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – V.Ex^a. tem dois minutos, Senador.

SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Obrigado. Em relação ao ponto do litígio, eu sou absolutamente favorável a uma boa relação do Estado do Rio de Janeiro com a PETROBRAS. É uma boa relação natural. Agora, é evidente que o Estado tem o direito e o dever, aliás, porque julga seu direito. E V.S.^a. sabe, concordou comigo que alguns anos atrás houve essa mesma situação e o Estado do Rio de Janeiro foi vitorioso. Eu penso que em relação a esse ponto nós seremos vitoriosos outra vez. E eu lamento. Acho que a PETROBRAS podia em vez de entrar no campo do litígio, abrir o canal do diálogo e chegarmos ao entendimento.

A segunda questão, em relação à refinaria no exterior, eu acho o seguinte, quer dizer, então privatiza a PETROBRAS, quer dizer, se nós temos uma lógica

estratégica de Estado, quer dizer, do ponto de vista do acionista privado, [soa a campainha] essa é uma lógica razoável. Agora, do ponto de vista de Poder Público, se o grande acionista da PETROBRAS é o Poder Público, e a meu ver tem que continuar sendo, o Estado há que se ter uma visão maior do que a própria visão do negócio. E acho que a PETROBRAS é e sempre melhor exportar derivados do que exportar petróleo.

O terceiro ponto é a questão do gás de cozinha. Presidente, essa é uma situação, volto a dizer, absolutamente quase que escravocrata, medieval. Quando V.S.^a. se refere à cadeia complexa e chega ao distribuidor, eu botaria até o traficante de drogas que em regiões metropolitanas brasileiras, operam e dominam isso. Eu não consigo compreender porque é que o cidadão com postos de abastecimentos não podem pegar o seu botijão e reabastecer os quilos que deseja. Isso não entra na minha cabeça. Isso é verdadeiramente um cartório que tem que acabar. Eu acho que um Governo democrático, um Governo com o pensamento social, um governo que se propõe a mudar as coisas. Não é possível que continuemos com essa lógica. É uma lógica econômica perversa quando o povo brasileiro...

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – V.Ex^a. tem mais um minuto para responder.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO

– Eu concordo, agora, o traficante na ponta não vai mudar se ele tiver acesso ao botijão, não. Esse é o ponto.

SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Muda. Muda, porque a dona de casa fica aguardando a passagem do caminhão, e usando uma expressão bem popular e carioca, “é bola ou bulica”. Não tem como... ou compra o de 13kg ou não tem nada em casa. Aí usa o álcool, aí usa a lenha. V.S.^a. sabe que muitos lares brasileiros optam pelo álcool. Com danos terríveis, com acidentes terríveis... Ou com a lenha.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Senador Cabral. Próximo Senador inscrito é o Senador Eduardo Suplicy. V.Ex^a. tem três minutos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, José Sérgio Gabrielli da PETROBRAS, acredito que a exposição que V.S.^a. faz aqui hoje sobre a promoção que será feita, a publicidade que será feita em termos da PETROBRAS ter atingido a auto-suficiência no Brasil, do petróleo, é caracterizada por dados de transparência muito importantes, inclusive, aqui relatando que não há caracterização de personagens e tudo que poderiam estar preocupando, digamos, os Senadores da oposição com

respeito ao que é que é que PETROBRAS faria desta publicidade. Noto, também, que na tabela aqui contida, a relação propaganda e faturamento, nos anos 2003 e 2004, há uma proporção em média menor de gastos em relação ao faturamento do que era realizado nos anos 99 a 2002. Então era, por exemplo, 99 0,26%, 25, 23; em 2003, 0,17; 2004 0,20%. Agradeço se puder atualizar os dados, não sei se já o fez, para 2005 e 06, previsão. 016 em 2005 e 2006 aproximadamente, ainda não tem. Mas, portanto, é uma evolução saudável e o cumprimento dessa direção.

Pelo que está aqui exposto, eu fiquei pensando num paralelo quando o astronauta Marcos Pontes expôs ali a sua experiência que teve enorme repercussão no Brasil, sobretudo, [soa a campainha] para as crianças, os jovens, como um despertar para a vontade dos jovens ter também a curiosidade científica do experimento, e tudo. Acho que isso só envolveu um benefício de extraordinária valia. Então aqueles como o próprio meu amigo Presidente Enio Candotti que falou – “Ah, mas será que dez milhões não foi demais nesse gasto?”. Eu acho que de alguma maneira se justifica. Eu tenho a impressão – que não vi ainda a qualidade da publicidade – mas quem sabe tem um caráter muito positivo no sentido de sensibilizar os brasileiros para algo que é um patrimônio de toda a nacionalidade. Com respeito à questão da Bolívia, eu agradeceria se puder nos informar que tipo de diálogo vem mantendo a PETROBRAS, a sua direção ali na Bolívia relativamente às experiências que a própria PETROBRAS, outros países do mundo e a Bolívia vêm tendo no que diz respeito à utilização dos *royalties* decorrentes da exploração de hidrocarbonetos, de petróleo e de gás e assim por diante. Uma vez que eles aumentaram a taxação mais os *royalties*, em cerca de 50% do faturamento pelo que pude compreender.

Em que medida o diálogo sobre a utilização disso, a experiência da PETROBRAS e tudo, vem sendo objeto de consideração. Eu imagino que na medida em que a PETROBRAS, que nós mesmos pudermos dialogar com os bolivianos a respeito, é possível que isso contribua até para melhor aceitação de um entendimento. Eu próprio, Presidente José Sérgio Gabrielli, vou encaminhar às mãos de V.S^a. aqui está o meu último livro, “Renda básica de cidadania – A resposta dada pelo vento”, que contém ao final uma carta minha ao Presidente Evo Morales, que entreguei a ele pessoalmente quando estive no Brasil uma semana antes de sua posse, em 13 de janeiro último, sugerindo a ele [soa a campainha] que venha a utilizar o modelo semelhante ao do fundo permanente do Alasca sobre o qual eu já tive oportunidade de dialogar com V.S^a, mas aqui lhe dou o exemplar e como tramita no Senado um

projeto para instituir um fundo Brasil de cidadania que guarda relação com aquele, não precisa agora, mas eu agradeceria se a PETROBRAS, com a sua equipe puder especialmente com o Economista José Sergio Gabrielli dialogar, refletir a respeito desse projeto que tramita, já foi aprovado em duas Comissões no Senado Federal. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – V.Ex^a. tem a palavra por três minutos, Sérgio Gabrielli.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Exm^o. Senador Eduardo Suplicy, entre as muitas qualidades do Senador, eu queria destacar a persistência que ele é um defensor da renda básica e da renda mínima. Há muitos anos que eu conheço o Senador e que ele vem persistentemente batalhando por essa coisa tão importante que é para a distribuição de renda do País, para a melhoria da situação dos mais pobres. Portanto, o Senador sabe da minha simpatia pelas idéias do Senador em relação a isso. Simpatia pessoal do problema.

Em relação às negociações com a Bolívia, nós estamos hoje... Talvez seja importante chamar atenção de como funciona o mercado na Bolívia para a informação dos excelentíssimos Srs. Senadores. Na Bolívia nós temos uma situação que é... A PETROBRAS, foi nos campos que nós produzimos gás. Nós fomos descobridores do gás. Nós fomos impedidos de entrar nas reservas conhecidas da Bolívia, na época, porque nós não éramos uma empresa *investment grade*. Entre as empresas que eram *investment grade* nessa época estava a ERON. A ERON foi permitida a ter acesso a produção na Bolívia e nós não. Nós então compramos áreas de exploração e descobrimos gás na Bolívia. Foi resultado da nossa atividade de exploração na Bolívia. E nós descobrimos gás na Bolívia. Começamos a produzir o gás na Bolívia. A estrutura da Bolívia é de produtores de gás, onde existem vários produtores, a PETROBRAS é uma delas, REPSOL é outra, a TOTAL é outra, a PANAMÉRICA é outra. Têm vários produtores de gás na Bolívia. A produção de gás na Bolívia é vendida a YPFB que é a empresa que era estatal e virou privada, mas tem o monopólio da comercialização do gás. Essa empresa YPFB vende o gás para o Brasil. [soa a campainha] Que é comprado também pela PETROBRAS.

Então, conseqüentemente você tem um conjunto de atores aí em diferentes situações. No Brasil a distribuição do gás é monopólio das distribuidoras estaduais. A PETROBRAS participa de algumas delas. Não participa, por exemplo, da de São Paulo, que é a maior de todas. As negociações com a Bolívia, portanto, envolve um conjunto de questões sobre um conjunto de

atividades do complexo da cadeia de gás na Bolívia. A lei que mudou a tributação mudou a tributação sobre a produção de gás. Não sobre a comercialização de gás. E essa discussão sobre *royalties* e participações sobre a produção de gás é anterior ao Governo do Presidente Ivo Morales. Essa lei foi passada antes do Governo Evo Morales. O que o Governo Evo Morales está fazendo é fazer o Decreto regulamentador da implantação dessa lei. E aí nós temos várias Mesas de Discussão que estão em andamento e que infelizmente eu não posso entrar em maiores detalhes sobre essas negociações nesse momento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Muito obrigado. Só quero me colocar à disposição, como o faço na minha Carta ao Presidente Evo Morales, no último capítulo, V.Ex^a. poderá ver a cópia da Carta que eu me coloco à disposição do Governo da Bolívia, do Parlamento, ele já sinalizaram que vão me convidar para estar lá falando no Congresso boliviano. Esteve aqui recentemente um Senador boliviano que disse que vai convidar-me, mas eu quero fazê-lo de uma maneira entrosada com a PETROBRAS, dialogando com a direção da PETROBRAS. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTE-LHO (PDT-RR) – O próximo orador inscrito, Senador Flávio Arns tem a palavra por três minutos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Quero, em primeiro lugar, cumprimentar V.S^a., Dr. José Sergio Gabrielli, e na sua pessoa cumprimentar todos os técnicos, todos os profissionais da PETROBRAS que vem se dedicando tanto a essa área estratégica fundamental e também para o Brasil e também na conquista, sem dúvida, de um feito histórico e não como V.S^a. já enfatizou, simplesmente um fato operacional. V.S^a. disse, é um feito histórico, e nesse sentido nós, no Brasil, temos que reconhecer também essa auto-suficiência que o Brasil vem experimentando e vai experimentar. Isto tem que ser comemorado. Eu acho que na verdade, às vezes as pessoas indagam... É que todos nós temos que pensar que estamos governando o Brasil neste momento. E tudo que fazemos neste momento é fruto do esforço, da dedicação, do trabalho de um conjunto de pessoas no decorrer da vida. Também para a auto-suficiência. Assim como para o FUNDEB, a que o Senador Rodolpho Tourinho se referiu agora há pouco, e também é fruto da experiência do FUNDEF, a experiência acumulada pôde levar esse Governo a avançar mais ainda estabelecendo o FUNDEB. Mas, em função da auto-suficiência do petróleo, eu gostaria de indagar a V.Ex^a. sobre três coisas – A primeira delas, e as pessoas todas questionam, eu próprio me questiono tantas vezes, em termos dos benefícios que a auto-suficiência pode gerar para o povo brasileiro.

Então, no sentido das pessoas que tem carro, a primeira pergunta que eu faço, por que é que o combustível no Brasil ainda é tão caro? Eu ainda me arriscaria a dizer mais caro que nos Estados Unidos, porque o galão [soa a campainha] vendido lá certamente... Não sei se já chega aos cinco dólares, mas aqui no Brasil, onde um litro do combustível está acima de um dólar. Por que é que esse combustível está tão caro em nosso País se nós estamos chegando na auto-suficiência? Eu sei que existe uma série de explicações, mas para o povo, eu diria, nenhuma explicação convence.

O segundo aspecto – O povo não está conseguindo chegar ao trabalho pegando o transporte coletivo, porque o transporte coletivo está muito caro, e o componente combustível é a dificuldade maior para o trabalhador chegar ao trabalho. E é um debate intenso que acontece nas Prefeituras, nas capitais, nos Estados. Então, como nós estamos chegando num ponto de auto-suficiência, em termos de petróleo, e o resultado, benefício disso, não está chegando ao trabalhador que se utiliza do transporte coletivo e como é que a PETROBRAS vê esta questão, também.

E o terceiro fato é mais para uma reflexão, porque quando nós pensamos nos percentuais que a PETROBRAS vem despendendo para campanhas de publicidade, como o Senador Suplicy enfatizou, isso até diminuiu no decorrer dos últimos anos. Percentualmente aumentou o valor, mas diminuiu percentualmente em termos de participação no faturamento. Mas, de qualquer forma, eu acho que o Poder Público, a empresa pública, devem se questionar sempre, a gente não vê esse questionamento, porque nós temos, por exemplo, milhões de pessoas que não tem casa, não tem saneamento, não tem acesso a direitos fundamentais, e nós vemos os poderes públicos ainda gastando um dinheiro exagerado, extraordinário em propaganda, seja o Município, Estado, Governo Federal, as empresas, que se houvesse um pacto, vamos dizer, nesse sentido, poderíamos talvez resolver o problema da habitação e do saneamento no Brasil. Só se todos os que exercem funções públicas, na verdade, chegasse a um ponto de dizer, “Em vez de fazer propaganda, vamos construir as casas e fazer o saneamento”, porque daí o povo vai, inclusive, consumir mais combustível na sequência.

Então são as três indagações que faço a V.S^a. parabenizando V.S^a. pela fala, pela apresentação, pelos dados, pela segurança, e fazendo assim o favor de transmitir realmente a toda a equipe da PETROBRAS e a todos nós brasileiros que nas últimas décadas chegamos a esta auto-suficiência. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Com a palavra, por três minutos, Sr. Sérgio Gabrielli.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Exm^o. Senador Flávio Arns, eu vou tentar responder pelo final. Começar pela publicidade. Volto a insistir que a PETROBRAS não é apenas uma empresa pública do Governo. O Governo brasileiro, a União, tem 37% do capital da PETROBRAS. Mais de dois terços do capital da PETROBRAS está na mão de 300 mil acionistas privados brasileiros, 40% de detentores de depósitos na bolsa de Nova York. Portanto, ela não é uma empresa apenas do Governo Brasileiro.

Então, ela é uma empresa que tem que prestar contas e tem que valorizar a sua marca e tem que valorizar... Por isso que ela tem que gastar em publicidade. Ela não pode ser excessiva no dispêndio em publicidade. Evidente que se nós gostaríamos, eu como cidadão individual, gostaria o máximo possível de alocar os recursos para enfrentar os maiores problemas do povo brasileiro. Mas a PETROBRAS em Constituição tem o objetivo que é produzir petróleo, que é ter rentabilidade com responsabilidade social, e destina um volume significativo para a atividade social dela. Mas ela não pode deixar de fazer a publicidade. Porque faz parte do negócio da valorização da marca e ela tem, inclusive, é um caso extremamente de sucesso na marca da PETROBRAS.

Em relação ao diesel, eu também gostaria de chamar atenção, que nós não vamos ser auto-suficientes de diesel nesse horizonte que estamos dizendo. Nós vamos continuar importando diesel. O diesel é um derivado leve. A capacidade de produção de diesel nosso, será inferior à demanda brasileira de diesel. Porque no processo produtivo dos derivados, existe uma certa proporção dos derivados que não está sob o controle do gestor da refinaria. Depende do tipo do petróleo que está sendo usado e dos equipamentos existentes e das unidades existentes na refinaria que se chama tecnicamente do grau de complexidade da refinaria. [soa a campainha] Então, portanto, nós vamos ser importadores de diesel. Nós não vamos ser produtores mais do que necessário para o mercado brasileiro de diesel. Mesmo na auto-suficiência.

Em relação aos preços de gasolina e derivados, se nós compararmos os preços de refinaria da PETROBRAS com os preços internacionais, na refinaria, nós estamos abaixo em certos momentos e em níveis com preços internacionais em outros momentos. A diferença de preços da bomba, que o Senador corretamente identifica, decorre da diferença da estrutura tributária. Dos dois e quarenta, dois e cinquenta reais do preço de bomba, o preço de refinaria é 0,50. O res-

to é imposto. É margem de distribuição. Portanto, não é da PETROBRAS essa diferenciação de preço entre o mercado brasileiro e o mercado internacional. Particularmente o mercado americano, onde o volume de tributação é muito baixo.

Então, o problema da diferenciação de preço na bomba, também, tem a ver com a estrutura tributária do derivado de petróleo nos Estados Unidos e no Brasil. Se nós compararmos com os preços europeus que a estrutura tributária é semelhante à brasileira, nós vamos estar mais ou menos no mesmo nível dos preços europeus.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Com a palavra o Senador Flávio Arns por dois minutos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu gostaria só que V.S^a. então fizesse o comparativo do preço da gasolina, no caso, já que eu mencionei os carros também, em termos de refinaria, comparando o Brasil com os Estados Unidos. Porque os Estados Unidos, por exemplo, de acordo com as informações que nós tivemos hoje na apresentação de V.S^a, ele produz somente 30% do que consome. Ou seja, ele está importando o barril a quase setenta dólares o barril que é a cotação de hoje. Então eu fico imaginando qual é a vantagem para o povo brasileiro, além da questão de soberania, geração de emprego, qual é a vantagem para o povo brasileiro de termos auto-suficiência?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Nós temos esse gráfico na nossa apresentação, Senador, que mostra que entre junho de setembro de 2005 o preço nos Estados Unidos era em termos de barril equivalente dos derivados era de [soa a campainha] 73,2 dólares por barril. O preço no Brasil era de 60,26 entre junho e setembro. Agora em dezembro de 2005, o preço de derivados médios nos Estados Unidos era de 74,05 para o barril equivalente e no Brasil de 68,9 barril equivalente. Isso não é só gasolina, são todos os derivados que a PETROBRAS vende na refinaria.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Praticamente a mesma coisa, então. 74 a 68?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – 74 a 68,9 e em junho e setembro 73 a 60,2. Os preços brasileiros são menores. Treze dólares a menos do que nos Estados Unidos na refinaria.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Treze dólares a menos, mas lá eles importam 70% do que consomem.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Mas aí é a refinaria. A diferença de refinaria. No preço do petróleo bruto, a diferença também está aqui. Nesse outro gráfico, no quarto trimestre de 2005, o petróleo bruto, Brent, que é um petróleo leve, o preço médio do petró-

leo leve era 52,7 dólares por barril, no mercado internacional e no mercado brasileiro o preço de venda do nosso petróleo que é um petróleo de baixa qualidade, e tem um desconto, era de 46,05.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu acho que fica muito difícil para todos nós, Sr. Presidente, só para encerrar, me desculpa até por estar tomando o tempo, mas eu acho que esta é uma discussão que eu diria que deve continuar, porque ao mesmo tempo em que a gente festeja a auto-suficiência, e é importante, a gente pode entender num conjunto de fatores, mas infelizmente a gente vê que isto não vem atingindo as necessidades do povo, o dia-a-dia, o cotidiano, procurando tornar a vida do povo brasileiro um pouco mais tranqüila, com menos gastos, ajudar as Prefeituras. Eu acho que nós tínhamos que nos deter mais neste debate. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Com a palavra, o próximo Senador inscrito, Senador Antônio Carlos Valadares. V.Ex^a. tem três minutos.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente, Sr. Presidente da PETROBRAS, Dr. José Sérgio Gabrielli, Sr^{as}. e Srs. Senadores, primeiro lugar eu gostaria de dizer do meu orgulho pelo Brasil estar inaugurando uma nova fase, conquistando a sua auto-suficiência em petróleo. Quem vivenciou a história do Brasil, quem participou dos eventos “o petróleo é nosso”, podem muito bem aquilatar o que representa para o nosso País a auto-suficiência, que significa a garantia para o consumidor do fornecimento e a distribuição de bens incomensuráveis como o óleo diesel, a gasolina, etc. E estamos então desmentindo com mais de 50 anos depois, o famoso Relatório Link, aquele americano que dizia que o Brasil era inviável em matéria de produção de petróleo. Mas depois veio Lobato que confirmou que o Brasil era um grande poço de petróleo, e em seguida veio em 3 de outubro de 1953 a sanção da Lei de 2004 que criou a PETROBRAS e estabeleceu o monopólio no Governo de Getúlio Vargas, e por uma coincidência muito infeliz V.Ex^a. que é baiano, cujo território civil, o primeiro palco da produção de petróleo na Presidência da PETROBRAS, nos dá essa alegria de comemarmos juntos essa auto-suficiência. É uma coincidência histórica que vale a pena registrar aqui nesta hora.

Também eu gostaria de dizer que me sinto muito alegre, porque o Estado do Sergipe, que é o menor Estado da Federação, está contribuindo para o aumento da auto-suficiência de petróleo. O conseguimos este limite que perseguimos há tantos anos [soa a campainha] O poço de petróleo de Piranema que foi anunciado pelo Vice-Presidente, companheiro e amigo José Eduardo

Dutra, ex-Senador da República, que vai produzir este ano 20 mil barris por dia. Em agosto já estará funcionando, no segundo semestre. Então para mim é uma alegria muito grande poder anunciar que esse poço de 20 mil barris por dia no Estado de Sergipe, vai transformar também o nosso Estado num grande produtor de petróleo ao lado do Estado de Alagoas. Eu gostaria de também falar a V.Ex^a., se o Presidente me permitir, já que meu tempo já foi tocado, que eu recebendo aqui informações do Dr. Armando Trípole, meu querido amigo da PETROBRAS, Assessor da PETROBRAS, grande conhecedor das questões petrolíferas do Brasil. Eu fui perguntar a ele sobre a questão do aproveitamento do gás de Urucu. Lá um grande manancial, em plena selva Amazônica, e que a PETROBRAS está empenhada a entregar, dentre em pouco, um gasoduto de mais ou menos 500 quilômetros de extensão até Manaus para substituir ali um produto que é muito poluente, que é o óleo combustível, pelo gás natural. E em seguida nós teremos o gasoduto de Porto Velho. Esse gasoduto de seiscentos quilômetros de extensão.

Então, eu gostaria que V.Ex^a. me informasse porque a preocupação nossa também é a preocupação de todos os brasileiros, é a auto-suficiência na produção de gás natural. Porque aí nós iríamos resolver muitos problemas. Logicamente que é uma região localizada, mas aí iríamos economizar mais de cinco bilhões de dólares segundo informações. Quando esse gasoduto será entregue, Urucu/Manaus, e quando será iniciada a obra de Urucu/Porto Velho. Nós sabemos que o Meio Ambiente demorou mais ou menos oito anos, não foi por culpa da PETROBRAS como alguns acusam. E agora a PETROBRAS já dispõe da autorização do próprio IBAMA para a realização dessas obras [soa a campainha] fundamentais para a economia regional que tem repercussão na economia nacional, sem dúvida alguma.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Com a palavra Sr. Sérgio Gabrielli por três minutos.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Exm^o. Senador Valadares, claro que como baiano eu fico também muito orgulhoso pelo fato de Sergipe estar começando a produzir um volume desse de óleo, de excelente qualidade, que vai ser feito até o final desse ano.

Então, é o orgulho para os baianos e para os sergipanos, também. Em relação a Manaus, e norte, nós temos uma produção de petróleo em Urucu, temos um gasoduto que vai de Urucu a Guari, que é um gasoduto de 300 quilômetros, precisamos fazer mais cerca de 400 quilômetros, menos, talvez, do que isso, não tenho o número exato, até Manaus. Nós estamos vivendo uma situação em que a indústria de construção

de gasodutos no País está superaquecida. Também até pela demanda que a PETROBRAS vem fazendo.

Então, nós temos hoje vários gasodutos em andamento, nós temos uma previsão de seis bilhões de dólares em construção de gasodutos até 2009, 2010, e, portanto, tem uma demanda muito aquecida de gasodutos. Este gasoduto Urucu/Manaus vem passando por um processo sucessivo de Licitações, a última, inclusive, Licitação que nós fizemos nós suspendemos o preço excessivo, estamos em fase final, um processo licitatório agora, que espero nos próximos dias nós concluamos esse processo licitatório. Isso significa, portanto, que tendo processo licitatório, os contratos assinados e as obras começarão o mais breve possível. Nós estamos em fase final do processo licitatório do gasoduto Guari/Manaus.

Em relação ao gasoduto Urucu/Porto Velho, essa é uma situação um pouco distinta da primeira. A licença ambiental foi liberada recentemente. O gasoduto é um gasoduto em parceria entre a PETROBRAS e sócios privados. Nós precisamos resolver ainda alguns problemas [soa a campainha] na sociedade entre a PETROBRAS e os sócios privados em termos de quem vai assumir os riscos, quem vai bancar a obra. Portanto, não é um problema no caso de Urucu/Porto Velho, de Licitação, mas é um problema de quem vai bancar o trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – V.Ex.^a, tem dois minutos, Senador.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Por último eu gostaria de perguntar a V.S.^a, que diante dessa crise, não digo crise, mas possibilidade de vir acontecer uma crise séria entre a Bolívia e o Brasil, notadamente com as empresas produtoras de petróleo e gás ali na Bolívia, se há a possibilidade de o Brasil, num amanhã, com as prospecções que já foram feitas, as explorações que já foram feitas há possibilidade do Brasil dispensar a dependência externa da distribuição do gás natural, que nós sabemos vem contribuindo para o barateamento do preço do transporte, principalmente os táxi, etc. E também eu gostaria de saber se há possibilidade de num acordo internacional [soa a campainha] fazermos um grande gasoduto envolvendo, por exemplo, Uruguai e Paraguai, Brasil, Argentina, Venezuela, o próprio Chile, e através desse consórcio internacional nós trazermos gás não apenas da Bolívia, mas também da Venezuela que é uma grande produtora de gás. São as duas perguntas por último que faço a V.S.^a.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Do ponto de vista do futuro, nós estamos analisando todas as possibilidades. Nós visualizamos uma possível situação na América do Sul onde nós tenhamos grandes redes de

gasodutos, ligando a Venezuela, a Bolívia, o Brasil, o Peru, a Argentina, que são os grandes produtores de gás da América do Sul, mas isso é uma estrutura de longo prazo. No horizonte que nós temos hoje, analisando as reservas que nós temos no Brasil, os volumes descobertos no Brasil e os desafios que temos que superar para a construção desse gasoduto para a Venezuela, nós não podemos dispensar o gás da Bolívia. A não ser que a situação na Bolívia se torne tão grave que viabilize a implantação de estrutura de gás natural liquefeito – GNL, que é uma estrutura hoje que corresponde aproximadamente a 13% do mercado mundial de gás que tem forte base de sustentação de produção no Qatar, lá no Oriente Médio, que tem um volume de gás bastante significativo, e que via concentração e compressão do gás, ele pode se transformar em líquido, é transportado por navios e é regaseificado na porta de entrada. Esse é um projeto caro, que tem um custo muito elevado, mas que se tornasse absolutamente uma crise incontornável é uma alternativa possível, porém, bastante cara para a expansão de outras fontes de fornecimento de gás no País.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Senador, se quiser tem um minuto, Senador. Senador Eduardo Azeredo, penúltimo orador.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, Sr. Presidente José Sérgio Gabrielli, eu participei lá em Belo Horizonte da abertura do encontro do BID, e foi com muita preocupação que eu vi a fala do Presidente Evo Morales. Ele usou a expressão “estão saqueando nossos recursos naturais”, por oito vezes no seu discurso. Oito vezes ele falou em saquear os recursos. Quem está saqueando os recursos naturais me pareceu muito claro que seria a PETROBRAS, no caso uma delas que poderia estar saqueando esses recursos naturais. Então esse é o primeiro ponto. É um ponto que preocupa muito, sim. Me parece que com o estilo do Presidente Morales, com esse entusiasmo inicial dele, ele está querendo realmente... Pode parecer paradoxal que o Governo do Presidente Lula que sempre usou, às vezes, alguns desses termos, agora tenha contra si esse tipo de termo usado no caso aí a PETROBRAS sendo a imperialista, no caso que está sendo colocado.

A segunda questão, diz respeito ao que o Senhor já falou a questão do gasoduto Guari/Manaus, não é propriamente da minha preocupação, mas é do líder do nosso partido, Artur Virgílio, que não está aqui hoje, e é a questão de quando que esse gasoduto vai sair.

Eu tive que me ausentar para ir lá na presidência do Senado, no encontro dos Governadores, a respeito da questão do orçamento, da Lei Kandir, e o Relator

Carlito Merss me mostrou até um informe da PETROBRAS dizendo que tem problemas com valores da Licitação e que estaria na fase final. Só se tiver uma previsão maior... Mas aí entra também a nossa preocupação em relação à lei do gás. O Senador Rodolpho Tourinho é o autor, eu sou o Relator aqui e o Governo acabou mandando uma outra Lei do Gás. E aí, quer dizer, o objetivo qual é que é da Lei do Gás? É aumentar a oferta de gás no Brasil, que nós possamos ter uma concorrência que seja positiva em benefício da população, [soa a campanha] e estamos encontrando realmente algumas resistências, algumas delas da própria PETROBRAS em relação a essa abertura do mercado do gás. E me parece que esse seria o caminho. Até perguntaria se o Senhor teria alguma notícia da questão do gás no norte de Minas Gerais. Aí já é uma questão particular. No norte de Minas existe algum afloramento de gás, a ANP chegou a fazer uma Licitação, mas depois disso eu não tenho mais notícia. Seria de repente uma grande solução.

Basicamente são esses os pontos que eu queria colocar, e o último só, o patrocínio da PETROBRAS para o Flamengo, qual é que é o valor e se teve processo licitatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Dr. Sérgio Gabrielli tem a palavra por três minutos.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Exm^o. Senador Eduardo Azeredo, eu vou ficar devendo a informação sobre o Flamengo. Mas depois eu peço ao pessoal para informar.

[risos]

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Nada contra. Acho que é normal que patrocine os esportes, sim. Eu concordo. Mas, é apenas porque que fique claro que nesse caso a PETROBRAS realmente faz diretamente o patrocínio, não tem licitação e é um o preço razoável.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Em relação ao São Francisco, a região do São Francisco, que é a região... A Bacia do São Francisco chamada, região nova, entrou no leilão ANP, a PETROBRAS foi a grande compradora desses lotes e estamos... Nós temos sete anos para fazer atividades exploratórias e vamos fazer num ritmo que nós considerarmos mais adequado para acelerar a produção de gás. Mas nós estamos dentro dos cronogramas previstos. Não há nada de atraso em relação à exploração, lá. Uma vez que nós temos um conjunto de problemas de exploração e temos limitação hoje no volume de sondas exploratórias tanto em terra como em mar. Em relação a Bolívia, o Senador assistiu o Presidente Evo Morales, e eu me encontrei

com ele, me reuni com ele lá em Belo Horizonte também, na prazerosa cidade de Belo Horizonte.

Na verdade, o que nós combinamos foi que as negociações se retomariam, porque há objetivamente interesses comuns entre quem produz o gás e que não tem aonde colocar o gás, e quem demanda do gás e precisa do gás vindo. Portanto, há bases objetivas de encontrarmos o caminho. É preciso que nós sentemos, estamos sentando em Mesas de Negociação, e façamos essa discussão no âmbito da negociação. E não no âmbito da imprensa e da opinião pública, porque nesse momento [soa a campanha] Isso só faz atrapalhar um pouco mais o problema do que alcançar a solução, que é o nosso objetivo.

Em relação à Lei do Gás, nós temos talvez, evidentemente que estamos interessados em avançar no marco regulatório da Lei de Gás. O nosso objetivo é também objetivo do Senador Rodolpho Tourinho, que é viabilizar a possibilidade de atrair mais investimentos para a Lei do Gás, só que nós tínhamos diferenças da forma de alcançar isso. E nós apresentamos as diferenças, apresentamos nossos comentários ao Projeto de Lei do Senador, ele já nos apresentou a visão dele sobre os nossos comentários e vamos continuar nesse processo de discussão e diálogo, que é profícuo e que é positivo para o País.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – V.Ex^a. tem a palavra por dois minutos.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Essa questão da Bolívia, só uma informação adicional, a PETROBRAS ela paga *royalties* à Bolívia ou ela tem um contrato especial de aluguel? Como é que funciona o sistema?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – A situação na Bolívia. Existe uma lei que foi aprovada pelo Governo anterior e não pelo Governo atual, que diz que a propriedade das jazidas de gás, até a boca do poço é do Estado boliviano. Como vai se transformar isso em fato concreto, e qual é o grau de concessão que vai ocorrer, isso vai ser regulamentado por Decreto. Portanto, não está ainda em vigor porque não está ainda regulamentado. Isso é semelhante à situação brasileira. As jazidas de petróleo no Brasil e gás pertencem ao Estado brasileiro que faz uma concessão através dos leilões, e as concessões são feitas a quem quiser explorar o petróleo no País.

Então, uma das discussões importante é como definir esse processo de acesso à produção boliviana. Esse é um dos pontos em debate com o Governo boliviano. [soa a campanha] Aí, tem impostos. Tem impostos e participações especiais que foram aumentadas na faixa de produção. Como eu disse anteriormente,

o produtor na Bolívia vende a produção a YPFB que tem o monopólio do País de compra do gás dentro da Bolívia. E que vende esse gás para exportação e para mercado interno.

Então, nessa faixa de comercialização e de venda não tem alteração tributária. A tributação alterou-se na etapa de produção do gás.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado. Bom, eu vou lhe fazer uma pergunta agora, apesar de estar aqui na Presidência. Eu sou do Estado de Roraima. Lá a gente atravessa... A capital está 200 quilômetros da fronteira com a Venezuela, País com o qual nós temos 800 quilômetros de fronteira e 800 quilômetros com a Guiana. Nós temos uma cunha entrando entre esses dois países. A 300 quilômetros da fronteira com a Venezuela, a gente começa a ver as bombas de petróleo explorando petróleo, e na Guiana EXXON explorou na margem do Rio Itacutu que faz fronteira com a Guiana e achou petróleo também. Eu gostaria de saber por que é que a PETROBRAS ainda não foi em Roraima para dizer – “Tem petróleo aqui”, e começar extrair petróleo. De repente nós temos petróleo leve, lá em Roraima.

A pergunta é uma pergunta pessoal como a do Senador Eduardo Azeredo. Outra questão em relação ao preço da gasolina nos postos que é que o Senador Flávio Arns falou em relação ao dólar, que o dólar realmente baixou e a gasolina manteve o preço. Na nossa fronteira com a Venezuela nós compramos 10 a 11 litros de gasolina com o preço de um litro lá em Roraima. Lá em Roraima é 2,90 a gasolina. É mais cara do Brasil. E eu gostaria de saber isso, por que é que a PETROBRAS ainda não se meteu lá, ou licitou, fez o que tinha que fazer para começar a dar uma perspectiva de criar emprego para o nosso Estado. Antes de encerrar eu passo a palavra para o Senador Paim para ele fazer a pergunta e responder em bloco.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Dr. Sérgio passou para mim, não foi nada combinado, e não é nenhuma pergunta é só nesse momento fazer uma saudação a V.Ex^a., pelo trabalho que a nossa PETROBRAS vem fazendo sobre a nossa liderança, e dizer da minha alegria quando estava havendo um processo de negociação entre BRASKEM e PETROBRAS, que envolvia o pólo petroquímico do Rio Grande do Sul, eu convoquei uma Audiência Pública e de imediato V.Ex^a. mandou aqui um representante e naquela oportunidade ele afirmava que não estava nada feito, encaminhado e resolvido, e no fim a resolução tomada pela PETROBRAS foi de alto nível e atendeu os interesses, no meu entendimento, do Rio Grande do Sul, Pólo Petroquímico de Triunfo e também do Brasil. Então, mais é isso.

E também dizer a V.Ex^a., quando V.Ex^a. faz a exposição, eu vi algumas preocupações aqui de alguns Senadores, que isso poderia ser um instrumento de dar visibilidade política para o Presidente Lula. Eu tenho uma frase que eu uso no longo da minha vida. “A César o que é de César”. Aquilo que está dando certo, está indo bem... Graças a Deus que a PETROBRAS pode mostrar aquele quadro de auto-suficiência. Muito bem. Isso é mérito de quem está na direção da PETROBRAS independente de quem seja o Governo.

Então, por esse motivo, mais do que nunca, eu quero dizer que ninguém se preocupe, que ninguém fará uso político da nossa PETROBRAS. Agora, que está sendo bem dirigido é bom para todos nós, é bom para o País, independentemente do Governo. Se o PIB vai mal, por exemplo, a crítica é feita ao Governo. É até legítima a crítica. Agora, aquilo que vai bem, vamos dar mérito, também, àqueles que estão conduzindo o País principalmente na área de V.Ex^a.

Por isso que eu faço essa rápida consideração pelo carinho que todos nós temos pela nossa PETROBRAS. Era isso, e parabéns pelo seu trabalho e toda a sua equipe.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado, Senador Paim. O Presidente José Gabrielli tem três minutos para responder e fazer as considerações finais pelo tempo que ele achar necessário.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Exm^o. Senador Augusto Botelho, Senador Paim, primeiro gostaria de agradecer as palavras bondosas do Senador Paim. Em relação ao comentário do Senador Botelho, eu não sei se vou ser certo ou errado, mas eu imagino que nos leilões da ANP, Roraima não foi colocada ainda como área exploratória. A PETROBRAS não pode por livre e espontânea vontade sair explorando petróleo em qualquer lugar desse País. Nós temos que adquirir a concessão para a exploração. E isso é feito nos leilões da ANP. Não é PETROBRAS que faz isso, é a ANP que faz isso. Em relação ao preço da gasolina na Venezuela, que afeta tanto as nossas áreas de fronteiras, eu queria chamar atenção dos brasileiros e particularmente do Exm^o. Senador, que a PDVSA vende no mercado interno apenas 15% da produção dela. 85% da produção são para o mercado americano e mercado europeu. Por isso que a PDVSA tem condições de no mercado interno ter um preço que é descolado do preço internacional. Porque na exportação, que é a principal fonte de receita da PDVSA, ela faz via mercado internacional. Não é o caso da PETROBRAS. A PETROBRAS, diferentemente da maior parte das empresas de petróleo, é uma empresa fortemente voltada para o mercado doméstico. Nós produzimos

para o mercado brasileiro. O nosso compromisso é com o mercado brasileiro. E daí que nós tiramos 85% da nossa receita. E, portanto, é por isso, que nós não podemos descolar esse preço do preço internacional sob pena de não poder continuar produzindo ao longo do tempo. Ou seja, é possível durante um certo tempo, mas não para pagar os enormes custos para sustentar essa produção ao longo do tempo.

Me desculpe, Senador, eu queria agradecer a oportunidade, espero que tenha esclarecido a maior parte das questões, evidentemente que algumas questões não consegui esclarecer, mas continuamos abertos e dispostos ao Senado Brasileiro, essa Casa de representação do Estado brasileiro que é muito importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTE-LHO (PDT-RR) – Em nome da Presidência da Comissão de Educação e infra-estrutura nós agradecemos a presença do Dr. Sérgio Gabrielli, Presidente da PETROBRAS, e comunicamos que a Comissão de Infra-Estrutura adiou a reunião agendada para hoje às 14 horas para terça-feira, dia 18, às 10 horas da manhã. Declaro encerrada a Sessão. E declaro também que os roraimistas se orgulham da PETROBRAS e dos trabalhadores da PETROBRAS. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 13h7min.

Ata da 10ª Reunião Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 18 de abril de 2006.

Às onze horas e trinta e seis minutos do dia dezoito de abril de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Juvêncio da Fonseca, Presidente Eventual, e com a presença dos Senhores Senadores Demóstenes Torres, José Jorge, Maria do Carmo Alves, Marcelo Crivella, Leonel Pavan, Valdir Raupp, Gerson Camata, Sérgio Cabral, Aelton Freitas, Paulo Paim, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Augusto Botelho, César Borges, Marco Maciel, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Geraldo Mesquita, Mão Santa, Luiz Otávio, Antônio Carlos Valadares, Patrícia Saboya Gomes e João Ribeiro, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Jorge Bornhausen, Edison Lobão, Teotônio Vilela Filho, Wellington Salgado de Oliveira, Maguito Vilela, José Maranhão, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho e Mozarildo Cavalcanti. Justificam a ausência os Senadores Flávio Arns, Sérgio Zambiasi e Mozarildo Cavalcanti. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual, Senador Juvêncio da Fonseca, registra a presença, para acompanhar a reunião, dos Senadores, Álvaro Dias e Heloisa Helena, não mem-

bro da Comissão. O Senhor Senador Juvêncio da Fonseca, Presidente Eventual, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência submete a deliberação do plenário a preferência para iniciar a deliberação pela pauta de Decretos Legislativos, o que é aprovado. Nesse momento, a Senhora Senadora Patrícia Saboya Gomes requer, oralmente, a inclusão extra-pauta, de Projeto de Decreto Legislativo, o que é aprovado. Dando continuidade, inicia-se a deliberação da Pauta. **Item 01 – Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Amigos de Jesus – ACAJE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Unaí, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 02 – Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação, Cultura e Meio Ambiente de Araponga a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araponga, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 03 – Projeto de Decreto Legislativo nº 168, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro Vila Santa Branca – Sintonia FM 91,1 a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão das Neves, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 04 – Projeto de Decreto Legislativo nº 171, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Civil Filantrópica ‘Asilo Vila do Sol’ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 05 – Projeto de Decreto Legislativo nº 186, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Atalaia de Bagé a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 06 – Projeto de Decreto Legislativo nº 118, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que

autoriza a Associação Rádio Comunitária Cidade Verão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Terezinha de Itaipu, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Geraldo Mesquita e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 07 – Projeto de Decreto Legislativo nº 145, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Educacional Dom Pedro Felipak para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ibaiti, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Geraldo Mesquita e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 08 – Projeto de Decreto Legislativo nº 152, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ibema a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibema, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Geraldo Mesquita e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 09 – Projeto de Decreto Legislativo nº 160, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Pérola D’Oeste a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pérola D’Oeste, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Geraldo Mesquita e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 10 – Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Diamante do Norte a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Diamante do Norte, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Geraldo Mesquita e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 11 – Projeto de Decreto Legislativo nº 143, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social ‘Liberdade’ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipuã, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 12 – Projeto de Decreto Legislativo nº 150, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Comunicação Alternativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é

aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 13 – Projeto de Decreto Legislativo nº 180, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Agenda – FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaú, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 14 – Projeto de Decreto Legislativo nº 163, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação da Região Norte a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 15 – Projeto de Decreto Legislativo nº 177, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Artístico e Cultural de São Gonçalo do Sapucaí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo do Sapucaí, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 16 – Projeto de Decreto Legislativo nº 045, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos da Rádio Comunitária de Jacinto Machado – SC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jacinto Machado, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 17 – Projeto de Decreto Legislativo nº 057, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Paroquial Senhor Bom Jesus de Amparo Social e Cristão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Irineópolis, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 18 – Projeto de Decreto Legislativo nº 084, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Raio de Luz Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guaraçaba, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 19 – Projeto de Decreto Legislativo nº 142, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza o Educandário Batista de Porto Velho – EBPV a executar serviço de radiodifusão comu-

nitária na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis.

Item 20 – Projeto de Decreto Legislativo nº 184, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Paranaitense para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranaíta, Estado de Mato Grosso”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis.

Item 21 – Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação ‘Marechal Rondon’ de Campinópolis – MT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinópolis, Estado do Mato Grosso”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis.

Item 22 – Projeto de Decreto Legislativo nº 140, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária Varzea do Curral a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Filadélfia, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador César Borges e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis.

Item 23 – Projeto de Decreto Legislativo nº 146, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Atalaia de Comunicação e Cultura a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caculé, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador César Borges e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis.

Item 24 – Projeto de Decreto Legislativo nº 147, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Diamantina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morro do Chapéu, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador César Borges e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis.

Item 25 – Projeto de Decreto Legislativo nº 155, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Moradores e Pequenos Produtores de Rio do Antônio – ACOMPPRA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio do Antônio, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador César Borges e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis.

Item 26 – Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação

Comunitária Cultura e Educação de Doverlândia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Doverlândia, Estado de Goiás”. A relatora designada é a Senadora Lúcia Vânia e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis.

Item 27 – Projeto de Decreto Legislativo nº 162, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Integração Comunitária de Orizona – AICO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Orizona, Estado de Goiás”. A relatora designada é a Senadora Lúcia Vânia e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis.

Item 28 – Projeto de Decreto Legislativo nº 193, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão a Fundação Educativa e Cultural Goiás Vivo – FUNGOV para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Lúcia Vânia e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis.

Item 29 – Projeto de Decreto Legislativo nº 072, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à S.M. – Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo”. O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis.

Item 30 – Projeto de Decreto Legislativo nº 138, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rui Baromeu para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colatina, Estado do Espírito Santo”. O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis.

Finda a deliberação da Pauta de Projetos de Decretos Legislativos inicia-se a apreciação da pauta de Projetos de Lei. Nesse momento a Senadora Fátima Cleide solicita a inversão de pauta para que se delibere primeiramente o Item n.º 08, o que é aprovado.

Item 08 – Requerimento nº 014, 2006-CE, de caráter não terminativo, de autoria das Senadoras Patrícia Saboya Gomes e Fátima Cleide que, requer “..., nos termos do art. 93, do Regimento Interno, que seja realizada audiência pública da Comissão de Educação em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais com o objetivo de discutir a prevenção da violência com investimento na primeira infância e para instruir o PLS nº 340, de 2005, que ‘Institui a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância’ para a realização da audiência pública, os temas a serem abordados e os respectivos expositores deverão ser os seguintes – Dr.

Laurista Corrêa Filho, Pediatra e Neonatologista – tema – A Importância da Perinatalidade na Prevenção da Violência. – Dr. Salvador Célio, Psiquiatra e Professor Titular de Psiquiatria da Ulbra (Canoas, RS) e Presidente da Federação Latino-Americana de Psiquiatria da Infância, Família e Profissões Afins (FLAPIA); tema – Apego, Resiliência e Prevenção da Violência. – Dr. Antônio Márcio Lisboa, Pediatra e Professor – Titular de Pediatria da Universidade de Brasília; tema – Prevenção da Violência”. O requerimento é aprovado. **Item 02 – Projeto de Lei da Câmara nº 002, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Ricardo Barros que, “Altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. (Inclui as normas técnicas como obras protegidas pela lei dos direitos autorais)”. O relator designado é o Senador Roberto Saturnino e o parecer favorável é aprovado. **Item 03 – Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marco Maciel que, “Dispõe sobre as ações de publicidade da administração pública”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o parecer é pela rejeição. O projeto é retirado de pauta, atendendo a solicitação do relator. **Item 04 – Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Aloizio Mercadante que, “Institui o ‘Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil’ e dá outras providências”. A relatora designada é a Senadora Lúcia Vânia e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 01 e 02-CE, aprovadas por quatorze (14) votos. **Item 05 – Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim que, “Inscreve o nome de Sepé Tiarajú no Livro dos Heróis da Pátria”. A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item Único – Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação José Possidônio Peixoto para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Caucaia, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Antônio Carlos Valadares e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias da pauta – **Item 01 – Substitutivo**, de autoria do Senador Flávio Arns, **(Turno Suplementar)** ao **Projeto de Lei do Senado nº 397, de 2003**, **Item 06 – Projeto de Lei da Câmara nº 014, de 2006** e **Item 07 – Projeto de Lei da Câmara nº 003, de 2006**. O Senhor Senador Juvêncio da Fonseca, Presidente Eventual, determina que as Notas Taquigráficas sejam

anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e cinquenta minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no **Diário do Senado Federal**. – Senador **Juvêncio da Fonseca**, Presidente Eventual da Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Srs. Senadores. Há número legal. A 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura realizada hoje 18 de abril de 2006. Eu submeto à apreciação dos Srs. Senadores a dispensa da leitura da Ata anterior. Quem estiver de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado. Srs. Senadores submeto também a apreciação dos Senhores a preferência para apreciação dos Projetos e Decretos Legislativo e em seguida seriam os outros itens Projeto de Lei. Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos dar preferência aos Projetos de Decreto Legislativo daqueles que estão presentes. Itens 16, 17 e 18. Relator Senador Leonel Pavan. O item 16 aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos da Rádio Comunitária de Jacinto Machado, Santa Catarina, a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Jacinto Machado, Estado de Santa Catarina.

O item 17 é que autoriza a Associação Paroquial Senhor Bom Jesus do Amparo Social e Cristão a executar serviços de Radiodifusão Comunitária na cidade de Irineópolis no Estado de Santa Catarina.

O item 18. Aprovada o ato que renova a permissão outorgada à Rádio de Luz Ltda. para explorar serviços de Radiodifusão Sonora em frequência modulada na cidade de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina. Com a palavra o Relator Senador Leonel Pavan para apreciar esse Projeto de Decreto Legislativo.

SR. RELATOR SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, eu quero aqui dizer que para mim é uma alegria poder relatar e dar o voto favorável ao projeto que aprova, que autoriza a Associação Paroquial Senhor Bom Jesus de Amparo Social e Cristão a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Irineópolis. Nós somos favoráveis a este projeto. Da mesma forma também o nosso voto é favorável, porque encontra amparo legal que renova a permissão e outorga a rádio Raio de Luz Ltda. para explorar serviço de Radiodifusão sonora e frequência modulada na cidade de Guaraciaba no meu Estado de Santa Catarina. E também o meu voto é pela aprovação que autoriza a Associa-

ção dos Amigos da Rádio Comunitária da cidade de Jacinto Machado para executar serviços de Radiodifusão Comunitária.

Por isso, Sr. Presidente, somos favorável a esses três projetos da cidade de Jacinto Machado de Guariaciaba. E também da cidade de Irineópolis, favorável por seu projeto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Todos os pareceres foram favoráveis. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, será colocado em votação oportunamente nessa Sessão. Item nº 19. Aprova. É o Projeto de Decreto Legislativo nº 142 de 2006, que aprova o ato que autoriza o Educandário Batista de Porto Velho – EDPV, a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Porto Velho no Estado de Rondônia. Relator Senador Valdir Raupp, com a palavra.

SR. RELATOR SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, tendo em vista que é uma entidade séria e que presta relevantes serviços à comunidade de Porto Velho, nós somos pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – O parecer é favorável. Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Item aprovado, não. Feita a discussão nós colocaremos em aprovação oportunamente ainda nesta reunião. Itens 22, 23, 24 e 25. 22... Todos do Relator Senador César Borges. Item 22. Projeto de Decreto Legislativo nº 140 de 2006, que aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária Várzea do Curral a executar serviços de Radiodifusão Comunitária na cidade de Filadélfia, Estado da Bahia. Item 23. Projeto de Decreto Legislativo nº 146 de 2006, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Atalaia de Comunicação e Cultura, a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Caculé, Estado da Bahia. E Projeto de Decreto Legislativo nº 47 de 2006, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Diamantina a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Morro do Chapéu, Estado da Bahia. E Projeto Decreto Legislativo nº 155 de 2006, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de moradores e pequenos produtores de Rio do Antônio. A compra, a executar serviço Radiodifusão Comunitária na cidade de Rio do Antônio, Estado da Bahia. Todos os Projetos de Decreto Legislativo com Relatoria do Senador César Borges. Com a palavra.

SR. RELATOR SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, conforme V.Ex^a. já se pronunciou, são quatro Decretos Legislativos. O de nº 140 que autoriza a Associação de Difusão Comunitária Várzea do Curral a executar serviço de Radiodifusão

Comunitária na cidade de Filadélfia, no meu querido Estado da Bahia, Sr. Presidente. E também o Decreto Legislativo 146 autoriza a Associação Comunitária Atalaia de Comunicação e Cultura a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Caculé, também meu querido Estado da Bahia.

O Decreto Legislativo 147 autoriza a Associação Comunitária Diamantina a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Morro do Chapéu, no Estado da Bahia. Uma importante cidade da Chapada Diamantina. E também o Decreto Legislativo 155 de 2006 aprova o ato que autoriza Associação Comunitária de moradores, de pequenos produtores de Rio do Antônio. A compra a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade do mesmo nome. Cidade de Rio do Antônio. Em todos esses Decretos Legislativos, Sr. Presidente, o exame da documentação que os acompanham não evidencia qualquer violação à legislação pertinente. E não há também reparos quanto ao aspecto de constitucionalidade e juridicidade técnico legislativo. Por isso, Sr. Presidente, aprovamos pela aprovação de todos os citados Decretos Legislativos. Esse é o relato, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Os pareceres são favoráveis. Em discussão. Não havendo quem queira discutir será colocado em votação oportunamente. Senadora Patrícia...

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS-CE) – Presidente, só um minutinho “pela ordem”, eu ia pedir para incluir o PDS 196 de 2006 na pauta, se V.Ex^a...

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – O Requerimento da Senadora Patrícia Gomes submetido à apreciação do Plenário. Em discussão. Não havendo quem queira discutir em aprovação. Aprovado. Será votado oportunamente.

Eu tenho a honra de dar a palavra após enunciado dos dois projetos ao nosso Presidente da Comissão de Educação Senador Gerson Camata, que eu estou substituindo eventualmente. São os itens 28 e 29.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Eu vou solicitar a V.Ex^a. que continue na Presidência que nós estamos lá na Comissão de Infra-estrutura com a votação dos novos diretores da ANEEL, da Agência Nacional de Energia Elétrica e da Agência Nacional de Petróleo. De modo que eu vou fazer um relato e vou ter que voltar lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Ok.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Depois retorno aqui. Mas agradeço a V.Ex^a. pela condução da presente Sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Primeiro projeto é o projeto da Câmara do Legislativo nº 193 de 2006. Ou melhor, Projeto de Decreto Legislativo 72 de 2006, que aprova o ato que outorga concessão a SM Comunicações Ltda. para explorar serviços de Radiodifusão sonora em onda média na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo. E outro é o Projeto de Decreto Legislativo nº 138 de 2006, que aprova o ato que outorga a permissão à Fundação Rui Baromeu para executar o serviço de Radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colatina, Estado do Espírito Santo. Com a palavra o Senador Gerson Camata, Relator.

SR. RELATOR SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente, a cidade de Vila Velha foi a primeira capital do Estado do Espírito Santo e hoje é a cidade mais populosa. Ela é mais populosa, inclusive, do que a capital Vitória. E a cidade de Colatina é praticamente uma capital econômica do Norte do Espírito Santo. E deve o seu nome à D^a. Colatina que era esposa do Coronel Xandoca. Um homem que durante algum tempo fez uma revolução no Estado e proclamou Colatina, capital do Estado do Espírito Santo, Coronel Xenócrates Calmon.

O relatório de ambos, Sr. Presidente, é favorável ao acatamento por essa Comissão das duas mensagens presidenciais. Obrigado a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir será colocado em votação oportunamente. Itens 11, 12 e 13. 11, 12 e 13. Relator Senador Romeu Tuma. O item 11 Projeto de Decreto Legislativo nº 143 que aprova o ato que autoriza a associação de Desenvolvimento Artístico Cultural e Social Liberdade, a executar serviços de Radiodifusão Comunitária na cidade de Ipuã, no Estado de São Paulo.

Item 12. Projeto de Decreto Legislativo nº 150 de 2006. Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de comunicação alternativa a executar serviços de Radiodifusão Comunitária na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo. E o Projeto de Decreto Legislativo nº 180 que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária a Agenda FM a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Jaú, Estado de São Paulo. Com a palavra o Senador Romeu Tuma Relator.

SR. RELATOR SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, com o anjo da guarda ao seu lado eu acho que essa Sessão vai ser um sucesso, com esse anjo da guarda sob a sua cabeça aí. Quisera eu estar com esse anjo da guarda nas minhas costas. Olha,

olha, por favor... dá uma olhadinha no anjo da guarda aí ao seu lado. É. Com esse anjo da guarda eu tenho sucesso absoluto. Esse, esse...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É melhor que a camiseta do PSOL.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Grande anjo da guarda. Não é Gabriel. Como é que chama Heloísa?

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Arcanjo Miguel, o chefe dos anjos celestiais. O mais humilde dos anjos que derrubou Lúcifer. Desculpe Senador Juvêncio.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Obrigando. Sr. Presidente, a rádio comunitária da cidade de Itapuã no Estado de São Paulo apresentou toda a documentação necessária, a sua aprovação. Esse é o nosso relatório. A outra, o item 12. Associação Cultural de Comunicação Alternativa, na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo. Da mesma forma apresentou toda a documentação necessária e opinamos pela sua aprovação.

O item 13. A Associação Comunitária Agenda FM também apresentou toda a documentação necessária. Portanto, também opinamos por sua aprovação. Eu acho que são os três itens designados por V.Ex^a. para que fizesse a leitura. Então, favorável os três.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir. A votação será feita oportunamente. Item...

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Pela ordem a Senadora Heloísa Helena.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Sr. Presidente, sabem todos que regimentalmente como eu não sou membro da Comissão de Educação, infelizmente em função das motivações políticas eu não pude ficar membro de nenhuma Comissão. Assim sendo nem posso apresentar as Emendas, nem posso também pedir para apresentar Requerimento para adiamento da discussão. Entretanto, eu conversei, inclusive, com o autor da matéria, o Senador Álvaro Dias, com o Senador Paim, também, o Senador Flávio Arns não se encontra hoje aqui que é o Relator da matéria. E eu queria muito fazer um apelo para que ela fosse retirada de pauta. Primeiro eu quero dizer... É a que trata sobre a regulamentação dos circos. Eu quero deixar absolutamente claro, o respeito que eu tenho por essa atividade, tenho muito respeito pelos circos. Talvez tenha sido, Senador Juvêncio, uma das únicas brincadeiras ou possibilidades de divertimento

que nós crianças pobres da cidade do interior tenhamos tido a opção de ter. Tenho muito respeito pelo circo. Fico, inclusive, bastante nervosa quando tentam desqualificar o Congresso Nacional. E às vezes dizem – “Ah, os Parlamentares são uns palhaços. O Congresso é um circo”. Eu até digo. Respeitem o circo. Respeitem os profissionais do riso. Eu digo isso a todo o tempo porque não é justo você tentar desqualificar acabando desqualificando uma atividade, até a atividade do palhaço que é uma atividade tão linda. Carequinha morreu há poucos dias. Deixou ausência nos nossos corações, nas nossas infâncias. Eu sei de tudo isso, portanto, eu fiz essa discussão inicial para dizer o quanto eu respeito essa atividade.

Entretanto, tem uma questão que é muito especial, também, para todos nós. Eu tenho certeza que muitos, alguns profissionais que lidam no circo, eles respeitam os animais. Eu sei disso. Mas a gente sabe também que existem muitos problemas de maus-tratos em relação a esses animais. Existem problemas gravíssimos, gravíssimos que realmente quem de alguma forma acompanha esse setor sabe o que é que significa isso. Que vai desde não só a privação da liberdade, a privação da água, da alimentação, choques elétricos, chicotadas, garras arrancadas. Existem coisas muito graves. E para que a gente não faça a generalização, eu acho que seria muito importante se nós pudéssemos adiar essa discussão até para que alguns elementos que estavam, inclusive, no relatório original do Senador Álvaro Dias, ele pudesse ser discutido. Eu estou fazendo um apelo, volto a repetir, eu sei que regimentalmente não poderia fazê-lo porque não sou membro. Mas se isso não é discutido aqui eu poderia solicitar ao Senador Paulo Paim para comigo assinar uma Emenda ou ao invés de ser terminativo aqui iria ao Plenário do mesmo jeito, porque alguns Senadores acabariam assinando também o Requerimento para que fosse ao Plenário.

Então, para que a gente tenha uma semana eu sei que tem muitos dias de discussão, eu sei que talvez algumas entidades deversem ter feito a discussão antes dele já estar aqui no caráter terminativo. Mas, mesmo assim, é o apelo que eu faço no sentido de que ele saia de pauta para que o Relator possa, inclusive, estar aqui, e a gente possa discutir tanto a questão da fiscalização ou regras de transição que possam ser incorporadas em relação aos animais e em relação ao circo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senadora, a Senhora permite um aparte, Senadora.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL)
– Pois não, querido Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Romeu Tuma aqui nas costas. [risos]

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL)
– Oi, meu anjo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sou seu anjo da guarda, hoje.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL)
– [risos] Pois não, Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas Presidente, eu acho que é um apelo justo e correto. Eu também sou apaixonado pelo circo, já contei a história do meu primeiro serviço que foi vistoriar um circo. E tenho acompanhado nos hospitais, o trabalho dessa equipe que vai levar alegria às crianças com nariz de palhaço. E pausam praticamente 50% da cura daqueles que tem o sofrimento como dia-a-dia da sua vida. Eu me lembro da discussão da Relatoria do caso, Senador, do caso dos rodeios em que o mau-trato aos animais era uma constante.

Então, houve uma regra de exigências que tinham um comportamento sempre acompanhado não só do veterinário, mas com a responsabilidade criminal dos que cuidam dos animais, também. Não sei, Senadora Heloísa, se isso teria alguma avalia para o que V.Ex^a. está falando, para a gente discutir os aspectos de regra de comportamento. É claro que as crianças gostam de animais e vê o leão, o elefante e não vão contar história. Senta que o elefante é manso, porque essa história não sei se pega aqui. Mas eu acho que a gente podia discutir, sim, um pouco mais só se... Aprovar o circo, isso é irreversível, mas se houver uso do animal, algumas regras de comportamento para que não haja sofrimento descrito pela Senadora Heloísa Helena.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Eu gostaria de decidir sobre o Requerimento da Senadora Heloísa Helena. Senadora, eu acho que todo e qualquer Senador tem o direito de usar a palavra nas Comissões. E V.Ex^a. foi sempre bem-vinda porque é democrata, é uma pessoa que está sempre colaborando intensamente para o trabalho do Senado Federal. Nós estamos nesse instante aqui em processo de discussão e votação dos Projetos de Decreto Legislativo. Vamos apreciar o seu pedido que é o primeiro item da pauta seguinte, é justamente esse projeto.

Então, na devida oportunidade, sem truncar aqui o nosso trabalho de discussão e votação dos Projetos de Decreto Legislativo, comprometo com V.Ex^a. em colocar em primeiro lugar porque isso está na pauta em nº 1. E como está aqui presente o autor e pode ser que até chegue já o Relator também, fica mais fácil para decidir.

Portanto, vamos continuar na votação dos nossos PDS. Item 26 e 27. Relatora Senadora Lúcia Vânia. O item 26 é o Projeto de Decreto Legislativo 123 de 2006, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural e Educação de Doverlândia, a executar serviços de Radiodifusão Comunitária na cidade de Doverlândia, Estado de Goiás. E o Projeto Decreto Legislativo nº 162 que aprova o ato que autoriza a Associação da Integração Comunitária de Orizona – AICO, a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Orizona, Estado de Goiás. Com a palavra a Relatora, ilustre Senadora, Lúcia Vânia.

SRA. RELATORA SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores. Sr. Presidente, é com muito prazer que relato este projeto que é de interesse da cidade de Doverlândia no Extremo Sudoeste do Estado de Goiás. Essa rádio sem dúvida nenhuma virá trazer grandes benefícios para a comunidade. Portanto, o motivo da nossa alegria em poder relatar e poder fazer com que esse processo tramite e possa dar oportunidade ao Município de Doverlândia para se comunicar com toda a comunidade.

Opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária Cultura e Educação de Doverlândia, a executar serviço de Radiodifusão Comunitária daquela cidade, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Pela mesma forma opinamos pela aprovação, também, da rádio do Município de Orizona também no Sudeste do Estado, uma região também que virá ser beneficiada com essa aprovação. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente. E não havendo reparos contra os aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação tanto do Município do ato que autoriza Associação Comunitária Cultura e Educação de Doverlândia como a de Orizona.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Os pareceres são favoráveis. Em discussão. Não havendo quem queira discutir será votado oportunamente. Item números... Voltamos ao item 1 da pauta. Itens 1, 2, 3, 4. Relator Senador Wellington Salgado de Oliveira. Na sua ausência designo a Relator *ad hoc*, o ilustre Senador Aelton Freitas. Itens 1, 2, 3 e 4.

SR. RELATOR AD HOC SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Sr. Presidente, somos pela aprovação do item 1 que autoriza Associação Comunitária Amigos de Jesus, ACAJE a executar serviços de Radiodifusão Comunitária na cidade de Unaí, Minas Gerais na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário

da Câmara. Somos também favorável ao item 2 e opinamos pela aprovação do ato que autoriza Associação Comunitária Cultural Meio Ambiente Araponga, a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Araponga, também, no Estado de Minas Gerais. Da mesma forma com o item 3 opinamos pela aprovação do ato que autoriza A Associação Comunitária de Radiodifusão do bairro Vila Santa Branca sintonia 91.1, a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Ribeirão das Neves na Grande BH.

E por último, opinamos também pela aprovação do ato que autoriza a Associação Civil Filantrópica Asilo Vila do Sol, a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Patos de Minas, no Alto Paranaíba, no Estado de Minas Gerais, pela formação do Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Todos os pareceres são favoráveis. Em discussão. Não havendo quem queira discutir a votação será oportunamente. Item nº 5. Projeto de Decreto Legislativo nº 186, que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Atalaia de Bagé, a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul. Relator Senador Sérgio Zambiasi. Não estando presente nomeamos Relator *ad hoc*, o ilustre Senador Paulo Paim.

SR. RELATOR AD HOC SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, como temos diversos projetos terminativos, eu vou direto ao voto. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o Projeto 186 de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Atalaia de Bagé, a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul, de forma, na forma do Projeto do Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Pareceres são favoráveis. Em discussão. Não havendo quem queira discutir a votação será feita oportunamente. Estando presente o ilustre Senador Eduardo Azeredo, Relator dos itens 14 e 15, passamos à sua aprovação. O Projeto de Decreto Legislativo 163 de 2006, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação da Região Norte, a executar o serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. E o Projeto de Decreto Legislativo 177 de 2006, que aprova o ato que autoriza Associação Comunitária de Radiodifusão Artístico e Cultural

de São Gonçalo do Sapucaí, a executar serviços de Radiodifusão Comunitária na cidade de São Gonçalo do Sapucaí, Estado de Minas Gerais. Com a palavra o Relator, ilustre Senador Eduardo Azeredo.

SR. RELATOR SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, Senador Juvêncio da Fonseca, Srs. Senadores e Senadoras, o item 14 refere-se à Rádio Comunitária na Região Norte de Belo Horizonte e o item 15, na cidade de São Gonçalo de Sapucaí localizado no Sul de Minas. Ambos os pareceres são favoráveis considerando que os aspectos legais foram devidamente observados e, portanto, eu peço aprovação para os itens 14 e 15.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Os pareceres são favoráveis. Em discussão. Não havendo quem queira discutir a aprovação será feita oportunamente. Itens 6, 7, 8, 9 e 10. Projeto de Decreto Legislativo nº 118 de 2006, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária da cidade de Verão, a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Santa Terezinha de Itaipu, Estado do Paraná. Projeto Decreto Legislativo nº 145 de 2006 que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Educacional Dom Pedro Felipak, para explorar serviço de Radiodifusão sonora em onde média na cidade de Ibaiti, Estado do Paraná. E Projeto Decreto Legislativo 152 de 2006, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ibema, a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Ibema, Estado do Paraná. O Projeto de Decreto Legislativo 160 de 2006, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Pérola do Oeste, a executar o serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Pérola do Oeste, Estado do Paraná. E Projeto Decreto Legislativo 179 que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de diamante do Norte, a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade Diamante do Norte, Estado do Paraná. O Senador Flávio Arns é o Relator. Como não se encontra presente nomeamos Relator *ad hoc* o ilustre Senador Geraldo Mesquita.

SR. RELATOR AD HOC SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, é com muito prazer que assumo posto de Relator *ad hoc*, substituindo o correto Senador Flávio Arns acerca de cinco Projetos de Decreto Legislativo.

O primeiro, nº 118, que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Cidade Verão a executar serviços de Radiodifusão Comunitária na cidade de Santa Teresina de Itaipu, Estado do Paraná, o Decreto Legislativo nº 145, que da mesma forma aprova um

ato que renova a concessão da Fundação Educacional Dom Pedro Felipak para explorar serviço Radiodifusão sonora na cidade de Ibaiti, Estado do Paraná. O Decreto Legislativo nº 152, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária do Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ibema a executar serviços de Radiodifusão Comunitária na cidade de Ibema, no mesmo Estado. O Projeto de Decreto Legislativo nº 160 que aprova o ato que autoriza Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Pérola do Oeste, a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Pérola do Oeste, no mesmo Estado. E por último Projeto de Decreto Legislativo nº 179, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Diamante do Norte, a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade Diamante do Norte no Estado do Paraná. [soa a campainha]

Sr. Presidente, todos os cinco Projetos de Decretos Legislativos receberam parecer favorável do ilustre Senador Flávio Arns e desse Relator *ad hoc*.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Os pareceres são favoráveis. Em discussão. Não havendo quem queira discutir a votação será feita oportunamente.

Itens 22 e 21. Projeto Decreto Legislativo 184, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Paranaense para o Desenvolvimento Artístico e Cultural, a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Paranaíba, Estado de Mato Grosso. E Projeto de Decreto Legislativo nº 190 que aprova o ato que autoriza a Associação Marechal Rondon de Campinópolis, Mato Grosso a executar serviços de Radiodifusão Comunitária na cidade de Campinópolis, Estado de Mato Grosso. Relator Senador Jonas Pinheiro. Nomeio o Senador, Relator *ad hoc* o Senador Romeu Tuma.

SR. RELATOR AD HOC SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Senador Jonas Pinheiro. A primeira é da Associação Comunitária Paranaense para o Desenvolvimento Artístico Cultural na cidade de Paranaíba. Estou certo? Não sei se é essa a pronúncia mesmo. Estado de Mato Grosso. Apresentou toda a documentação exigida. E ele concorda com a aprovação do ato. O item 21 também do Senador Jonas Pinheiro Relator, Associação Marechal Rondon de Campinópolis, Mato Grosso, a executar serviço de Radiodifusão Comunitária também voto favorável, visto apresentação de toda a documentação exigida. São os dois itens, Presidente. 20 e 21. Favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Os pareceres são favoráveis. Em discussão. Não havendo quem queira discutir votação será feita imediatamente. Último item dos PDS.

É o item de nº 28. Projeto Decreto Legislativo 193, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Goiás Vivo – FUNGOV para executar serviço de Radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás. Relator Senador Maguito Vilela. Nomeio a Senadora Lúcia Vânia como Relatora *ad hoc*. Com a palavra.

SRA. RELATORA AD HOC SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores. Não havendo nenhum impedimento somos pela aprovação do projeto que outorga a permissão à Fundação Educativa Cultural de Goiás Vivo – FUNGOV para executar serviços de Radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caldas Novas no Estado de Goiás. Portanto, somos pela sua aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir a votação será feita em seguida. Existe um item requerido pela Senadora Patrícia Gomes, Extra Pauta já aprovada, que eu submeto à discussão e aprovação do Plenário.

Projeto de Decreto Legislativo 196 de 2006, aprova o ato que outorga a concessão à Fundação José Possidônio Peixoto para executar serviços de Radiodifusão de sons e imagens na cidade de Caucaia, Estado do Ceará. Ah, sim. Não estando presente a Senadora Patrícia, nomeio o Senador Antônio Carlos Valadares, Relator *ad hoc* com a palavra.

SR. RELATOR AD HOC SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Com prazer, Sr. Presidente que eu vou cumprir essa missão. Trata-se o projeto que aprova ato que outorga concessão à Fundação José Possidônio Peixoto para executar serviços de Radiodifusão de sons e imagens com fins exclusivamente educativos na cidade de Caucaia, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial nos termos do art. 4912 combinado com o art. 223, § 3º ambos da Constituição Federal.

Sr. Presidente, na análise que faz a nobre Relatora ela conclui com voto favorável, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 196 de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos da Constitucionalidade, da juridicidade e técnicas legislativas, opinamos, diz a nobre Senadora, pela aprovação do ato que outorga a concessão à Fundação José Possidônio Peixoto para executar serviços de Radiodifusão de sons e imagens com fins exclusivamente educativos na cidade de Caucaia, Estado do Ceará na forma do Projeto de Decreto Legislativo Ordinário da Câmara dos Deputados.

É o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – O parecer é favorável. Em discussão. Não havendo quem queira discutir será votado imediatamente. Vamos votar todos os Projetos de Decreto Legislativo nominalmente. Senadora Maria do Carmo Alves.

(Procede-se à votação nominal)

As matérias foram aprovadas.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – A Emenda. Vamos passar... O ilustre Presidente Senador Gerson Camata diz que vai estar desde o início dizendo que vai para a outra Sessão e que é para a gente continuar presidindo. E continua na mesma afirmativa. Eu tenho o maior prazer que isso aconteça que é muita honra para mim. Mas eu acho que o Presidente... Portanto, consulto V.Ex^a. a Presidência está à disposição.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Sr. Presidente, eu queria apenas dizer. Eu estou acompanhando ali a votação dos indicados da ANEEL. Eu queria que V.Ex^a. se pudesse prosseguisse na Presidência. Eu vou lá e retorno aqui. Mas eu queria deixar consignado o meu voto contra o Requerimento da Senadora Heloísa Helena. Apenas isso. Obrigado.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Eu gostaria de ordenar os trabalhos. Gostaria de ordenar os trabalhos. Não vamos fazer discussões paralelas sem nenhuma objetividade. Item...

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Pela ordem. Pela ordem Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Item 1 da pauta.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Pela ordem...

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Pela ordem, Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Sr. Presidente, é que nós da Frente Parlamentar em defesa da criança e adolescente temos uma atividade agora às 13h30 e estamos todos envolvidos com essa atividade que é o lançamento da “Campanha Parlamentares da esperança – Seu voto é pela infância”. E nós temos um Requerimento assinado por mim e pela Senadora Patrícia Saboya, que eu gostaria de pedir inversão de

pauta para que nós apreciássemos e pudéssemos ir organizar o ato que é o Requerimento que pede uma audiência, pedindo Audiência Pública para analisar um projeto de autoria do Senador Pedro Simon.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – O Requerimento da Senadora Fátima Cleide sobre inversão de pauta.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Isso. Inversão de pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Está no item 8.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Isso. Item 8.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – E nós estamos começando com o item 1. Eu submeto à apreciação do Plenário. Aqueles que estão de acordo com o Requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado. Então com a palavra o Requerimento 1º, requer a realização de Audiência Pública com o objetivo de discutir a prevenção da violência com investimento na primeira infância, para instruir o PLS nº 340 de 2005, que institui a semana nacional de prevenção da violência da primeira infância. Com a palavra a Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Sr. Presidente, eu quero agradecer em primeiro lugar a V.Ex^ª. e a todos os Senadores, as Senadoras aqui presentes, pela oportunidade de votarmos esse requerimento neste momento. Eu acredito que é muito importante a votação, a aprovação deste requerimento até para que a gente possa já iniciar na Comissão de Educação o nosso compromisso com a campanha que está sendo lançada, hoje, dia 18, “Parlamentares pela esperança seu voto pela infância” e que possamos votar até o dia 18 de maio, Dia Nacional do combate à violência cometida contra crianças e adolescentes, todas as matérias legislativas que se encontram de certa forma paradas, paralisadas no Congresso Nacional. Essa campanha ela tem o objetivo de sensibilizar Parlamentares tanto Federais como Estaduais, para que a gente faça o mais brevemente possível a aprovação de projetos [soa a campainha], como já falei, que se encontram nas diversas casas deste País e que digam respeito à questão do combate à violência contra a criança.

E esse projeto do Senador Pedro Simon ele é importantíssimo. Não apenas porque cria, porque instituiu a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância. Mas também porque traz à tona, à baila, essa discussão. Então nós gostaríamos de ver realizado mais rapidamente possível essa audiência e peço desde já o voto favorável de todos os nossos pares.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Bom. Encaminhado o requerimento submeto a apreciação do Plenário. Aqueles que estão de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado. Item nº 1 da pauta.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Com a palavra Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, eu fui procurado para apresentar duas Emendas como membro dessa Comissão. Uma pela Senadora Heloísa Helena que eu entendo que tem toda a procedência e que vai de encontro, inclusive, à redação original do projeto do Senador Álvaro Dias, que nós, Senadora Heloísa Helena, inclusive, fizemos uma homenagem a ele pela importância do projeto que regulamenta o trabalho nos circos.

E fui também procurado pelos profissionais de circo, eles dizem que há uma competição entre o art. 3º e o 5º. Um diz que essa lei é de caráter nacional. E o art. 5º, logo abaixo, diz que desde que não fira a Lei Municipal ou Estadual. Mediante o fato e o Relator não estando presente, eu conversei inclusive aqui com o autor de nós em vez de apresentarmos as Emendas, porque senão fizermos esse encaminhamento e suspender a votação essas Emendas serão apresentadas ao Plenário. Daí o que é que vai acontecer no Plenário? O projeto ficará em discussão, volta para cá, para uma nova discussão. Seria, eu diria de bom alvitre, como dizem os juristas, que nós não votássemos, apresentássemos as duas Emendas para o Senador Flávio Arns, e na próxima semana votássemos a matéria e até quem sabe com um compromisso de não recorrer ao Plenário. Todos ganhariam. Ninguém é contra a regulamentar a situação do nosso circo. Até pela paixão, pelo carinho que nós temos pelo circo. E por isso eu faço esse apelo...

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Pela ordem.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – É um apelo que eu faço. Entendo que a Senadora Heloísa Helena concorda, o Senador Flávio Arns concorda, que não está aqui presente nesse momento, e o autor que é o Senador Álvaro Dias. Que a gente não votasse hoje. Podemos dialogar com... Nem apresentamos as Emendas. E vamos conversar com o Relator da matéria. Seria isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Eu gostaria antes de dar a palavra, dizer o seguinte – O projeto é importantíssimo. É necessário que haja apreciação desse projeto

o quanto antes. Mas ele tem que ser elaborado obviamente de acordo com as necessidades que nós temos para bem administrar a questão do circo deste País. Eu acho o seguinte – De imediato não estando presente o Relator, isso é uma praxe das Comissões, que a gente adie, a gente adie a discussão e a aprovação desse projeto a próxima... Deixa eu terminar, Excelência, eu termino e dou a palavra para V.Ex^a. Um minutinho só.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Eu não interrompi. Maior respeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Nem eu quero aqui interromper V.Ex^a. Você é grande. Só a sua presença faz-se presente. Então eu acho que nós devemos não atender diretamente ao Requerimento. Atender ao regimento. Vão estar aqui o Relator. Então seria muito bom que a gente adiasse para que o Relator estivesse presente. E para que se consume, que eu acho que importante, está aqui o autor o ilustre Senador Álvaro Dias, que ele informasse à Mesa se está de acordo, também, com essa decisão, que aí nós acabamos com a discussão hoje. Não há porquê discutir esse assunto aqui hoje e vamos jogar para a próxima reunião, para ampla discussão desse projeto. Com a palavra o Senador Álvaro Dias.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Pois não.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – É que eu pedi para falar porque depois do seu parecer fica difícil questionar, até porque o Senador Juvêncio da Fonseca tem não apenas o poder de liderar muitas votações, mas de conduzir o voto. E eu quero também acompanhá-lo. E na mesma forma do nosso grande líder o Álvaro Dias. Eu pedi para falar antes até para dar a minha opinião.

Primeiro. Quero dar aqui meu voto favorável, que eu não estava presente na hora que foi votado os projetos das rádios. Estava dando entrevista. Quero deixar aqui meu voto favorável.

Segundo. Sobre a questão dos circos. Nós não podemos generalizar. Essa questão que alguém está maltratando animais. O que precisa é fiscalizar. É fiscalizar.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Senador Pavan, eu posso dar uma palavra? Nós já adiamos a discussão para a próxima reunião. Se for abrir a discussão aqui nós vamos ficar interminavelmente discutindo isso fora de hora. Eu faço apelo a V.Ex^a. que conclua seu raciocínio.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Eu sou contrário à mudar. Eu acho que vão ser prejudicados os circos se transferir a votação. É a minha opinião. Eu quero dar a minha opinião.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Senador Heloísa Helena, eu gostaria de conduzir os trabalhos.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Não. Pela ordem. Eu vou pedir o “pela ordem”...

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – A palavra está com o Senador Pavan. A palavra está com o Senador Pavan.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Eu estou pedindo pela ordem sobre o andamento dos trabalhos. Está bem. Depois eu solicito a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Depois eu passo a V.Ex^a. Eu estou sentindo o seguinte – Está fácil a solução aqui desse problema, fácil demais, mas eu tenho a impressão que estão desejando tumultuar o projeto, o processo da tramitação normal desse projeto. É preciso que haja regimentalidade e bom senso. Não é de bom senso discutir isso aqui hoje. Tanto assim que acatamos de maneira indireta a proposta da Senadora Heloísa Helena, acatamos a proposta do Senador Paim, vamos querer acatar isso que é importante. Quero ouvir o autor, o autor. Por isso que eu estou dizendo a V.Ex^a...

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Vai ter a votação ou não?

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Não tem...

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Não tem a votação. Com a palavra o Senador Álvaro Dias, autor do projeto.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Mas, na minha opinião, eu tenho o direito de opinar. Eu quero dizer que os circos vão correr riscos sérios. Quanto mais prorrogar a votação, vão correr riscos de futuramente terem os animais em apresentações de shows. Eu não consigo ver circo sem apresentações dos animais. Eu não consigo ver. Agora, a minha opinião, se quanto mais prorrogar, quanto mais deixar para votar a frente, poderão ser prejudicados. Hoje tem uma pessoa contra. Podem ter duas, podem ter três, podem ter dez, podem ter vinte, e aqui as coisas funcionam muito sob pressão aqui nessa Casa. Eu estou dando apenas a minha opinião pessoal. Eu não permitiria que fosse prorrogado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Com a palavra. Agradecemos as palavras o Senador Leonel Pavan e com a palavra

Senador Álvaro Dias, autor do projeto para falar justamente sobre o Requerimento e a decisão da Mesa.

SR. RELATOR SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente Juvêncio da Fonseca, primeiro eu quero agradecer a boa intenção do Senador Leonel Pavan. Na verdade ele está preocupado com os expedientes protelatórios que são costumeiros no Congresso Nacional, retardando a tramitação dos projetos. Mas neste caso, Senador Pavan, eu creio que nós vamos evitar exatamente o expediente protelatório, porque se nós não acordarmos aqui, não chegarmos a um consenso aqui, esse projeto irá ao Plenário do Senado. No Plenário receberá Emendas. Recebendo Emendas retornará às Comissões. Então nós reiniciaremos todo o processo e prorrogaremos a discussão.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero concordar com a proposta da Senadora Heloísa Helena, já que considero também importante o restabelecimento do art. 5º do projeto original. Houve a exclusão do art. 5º que tinha essa preocupação de zelar pelo bom trato dos animais. O IBAMA com a responsabilidade de fiscalizar. Desta forma nós vamos evitar que alguns poucos picaretas comprometam a reputação dos extraordinários profissionais do circo que oferecem, principalmente, como disse a Senadora Heloísa Helena, a população pobre, essa alternativa indispensável de lazer.

Aliás, os animais existem nos circos antes que eu tivesse nascido, Sr. Presidente. E houve quem interpretasse o nosso projeto de outra forma, como se nós tivéssemos instituindo a presença dos animais nos circos do País. Eles são já uma legenda. É uma atividade secular.

Enfim, Sr. Presidente, nós concordamos com que se adie a deliberação do projeto até para que ele possa ser aprimorado com a reinclusão do art. 5º da proposta original e também com a proposta de Emenda do Senador Paim que cuida de estabelecer uma única legislação para evitar aí determinadas contradições em alguns Estados e Municípios.

Dessa forma, Sr. Presidente, eu apenas pediria que realmente na próxima semana inevitavelmente ocorra a deliberação desse projeto para atender a preocupação do Senador Leonel Pavan.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Há adiada a discussão e votação do item 1 para a semana que vem. E será... Nosso Presidente está aqui. E naturalmente o colocaremos no item nº 1, se possível da próxima semana, para que tenha tramitação rápida. E que as Emendas cheguem à Comissão o quanto antes

para a gente poder elaborar um trabalho que seja... há tempo para todos fazerem um bom trabalho.

SR. RELATOR SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, também apenas pedindo, fazer um apelo para que fiquemos restritos a isso que foi acertado, duas Emendas com dois objetivos pontuais de melhorar o projeto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Com a palavra Senadora Heloísa Helena que pediu pela ordem.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Só para deixar registrado. Até porque na próxima reunião dessa Comissão, eu venho para fazer a discussão sobre o tema. Regimentalmente eu virei para fazer a discussão sobre o tema depois que todos os titulares falarem, depois que todos os suplentes falarem eu virei para fazer a discussão como possibilita e manda o Regimento como sou Senadora e poderei fazê-lo. Sem votar, sem poder apresentar Emenda, mas virei para fazer a discussão. E é para deixar só absolutamente claro que a suspensão da votação, hoje, se deu, embora eu tenha feito um apelo, conversado com o Senador Álvaro Dias e com o Senador Paulo Paim, o adiamento se deu por uma questão regimental. O Relator aqui não está para avaliar as Emendas apresentadas pelo Senador Paim. Portanto, não existe apelo, embora eu até feito um apelo, não significa que o Presidente, independente de ser o Senador Juvêncio ou o Senador Camata, obrigatoriamente pelo regimento adiarão a votação. Porque duas Emendas apresentadas, o Relator presente aqui não está. Portanto, terá o direito de fazê-lo. Quando eu apelei pelo adiamento é porque por não ter conversado com o Senador Flávio Arns. E acho que é respeitoso de um Senador, antes de apresentar formalmente a Emenda, tentar convencer o Relator a acatar. Se ele não acata, então nós fazemos o direito que temos e apresentamos as Emendas.

Então, o apelo foi só no sentido já que nós não tínhamos tido as condições objetivas de falar com o Senador que está num compromisso muito importante no seu Estado, não foi, não se pôde localizá-lo. Só nesse sentido. Mas o adiamento se deu porque regimentalmente, Senador Pavan, obrigatoriamente o regimento manda que seja adiado já que as Emendas foram apresentadas. Sim. É só isso que eu estou dizendo, porque ninguém quer tumultuar nada. Todo mundo tem todo o direito de apresentar pontos favoráveis ou não, a discussão não será feita agora. Portanto, eu virei discutir normalmente na próxima reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Com a palavra o Senador Gerson Camata, pela ordem.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – V.Ex^ª. Senadora será sempre bem-vinda. Na próxima, na outra, em todas as reuniões. Eu acho, eu queria sugerir ao Paim e à Senadora, colocar nessa Emenda do IBAMA prazo para o IBAMA. O problema do IBAMA é que se você requerer uma licença, até o dia dele dar o elefante, o leão, morreu tudo. Eles demoram 40 anos. Vai faltar energia. No ano 2012 não haverá energia elétrica no Brasil. Porque o IBAMA... Já se sabe hoje. Não é profecia não. Porque o IBAMA não permite. O Senador Motta está lá com a CPI do não pode. Quer fazer usina de álcool. Não pode. Quer fazer a rodovia. Não pode. Quer fazer a ponte. Ele especifica item por item. Não pode. Quer fazer tudo não pode. Tem 48 itens na CPI do não pode. Quer fazer espetáculo de circo. Não pode.

Então, ontem em Santos aonde há uma tentativa de recuperação do Porto de Santos que interessa ao Brasil inteiro, tramitando há 11 anos no IBAMA, há 11 anos. E o IBAMA não diz nem sim, nem não, o Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Aldo Rebelo, sugeriu que os Procuradores assumam certas posições e digam se o IBAMA não responder dentro de tanto tempo a resposta é sim. As pessoas, os investidores... Então imagina o circo. Só tem a delegacia do IBAMA nas capitais. O circo viaja mil quilômetros, vai lá pedir uma licença ao IBAMA, para um espetáculo daqui a 15 dias. O IBAMA demora quinze meses para dar licença. Os bichos já morreram.

Então, tem que botar prazo para o IBAMA. Aliás, tudo deveria ter prazo no Brasil, inclusive essa Comissão para votar rapidamente esse projeto.

[palmas]

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Pela ordem, Presidente. Pela ordem, pela ordem Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Não é permitido manifestação do Plenário. Pela ordem Senador Leonel Pavan. Esse assunto já acabou.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Para esclarecimento sobre a nossa Senadora...

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Mas eu não vou...

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – A Heloísa Helena é uma das Senadoras, uma das Senadoras de maior responsabilidade social desse Congresso. Nós sabemos que ela é uma pessoa preocupada com o social, com as pessoas que às vezes não tem oportunidade. Eu não estou questionando, em momento

algum aqui, o pedido da retirada do projeto dela, até porque eu não sabia. Ora, eu disse aqui ao Senador Paim e aos demais se ficar protelando poderão ser prejudicados. E quero dizer mais uma vez à Senadora Heloísa Helena. A sua intenção é boa apesar de não pertencer, mas pode porque é Senadora em qualquer lugar participar. E a sua presença sempre traz motivação e discussão mais acalorada. É o seguinte. Pode participar. Agora, a retirada, transferir a votação do projeto para outro dia, poderá ser novamente feito depois, depois, depois e aí o Camata vai ter razão.

Eu estou preocupado, Heloísa Helena, eu não estou questionando o seu... Eu estou preocupado é com esse que vem de longe, vem de Santa Catarina, vem do Paraná, vem do Rio de Janeiro... Gastam um dinheiro. Vem aqui e não vota. Vem de novo. Gasta e não vota. É a preocupação. Eles estão fazendo não um *lobby* com o dinheiro, *lobby* com cultura. Então eu queria... Estou preocupado justamente... Mas, respeito a sua opinião... É como se dirigistes ao meu nome, eu não questionei antes o seu pedido. Apenas quero justificar.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Item 2 da pauta. Esse assunto acho que já está superado, encerrado. Item 2 da pauta. Projeto de Lei da Câmara nº 2/2006. Altera o inciso XIII do *caput* do art. 7º, da Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 98. Inclui as normas técnicas como obras protegidas pela Lei dos Direitos Autorais, autoria Deputado Ricardo Barros, Relatoria Senador Roberto Saturnino, com a palavra.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Sr. Presidente Sr^ªs. e Srs. Senadores. O Projeto de Lei da Câmara em pauta tem por objetivo incluir as produções da associação brasileira de normas técnicas, a ABNT, entre as normas protegidas pela Lei 9.610 de 98, que é a Lei do Direito Autoral.

Para tanto, propõe alterar o inciso XIII do art. 7º daquele diploma legal. A iniciativa não recebeu Emendas no Senado. E... [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Eu gostaria que a gente ouvisse o Relator.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Em consonância, Sr. Presidente, e como que alega o autor da proposição, vislumbra-se que efetivamente as obras produzidas pela ABNT estão dentro do espírito da Lei de Direito Autoral, qual seja, o de constituírem criação intelectual. Acrescente-se, a propósito, que a autoridade técnica e intelectual da ABNT, provém de sua capacidade de elaboração, pois conta com a cooperação de 12 mil técnicos das mais variadas especialidades trabalhando diariamente. Bem como 53

comitês brasileiros de normatização espalhados por várias regiões do País. Esse aparato, por sua vez, gera despesas que precisam ser cobertas pelo direito exclusivo de explorar suas obras como titular do Direito Autoral assegurados pelos artigos 28 e 29 da Lei 9.610 de 98. Não se justifica, pois a exclusão das normas técnicas elaboradas pela ABNT no rol em que figuram coletâneas ou compilações, antologias, enciclopédias, dicionários, bases de dados e outras obras, que por sua seleção, organização ou disposição do seu conteúdo, constituam uma criação intelectual conforme figura no inciso XIII do art. 7º da Lei do Direito Autoral.

Por seu mérito, somos pela aprovação do PLC nº 2 de 2006 da Câmara dos Deputados, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – O parecer do ilustre Senador Roberto Saturnino é pela aprovação do PLC nº 2 de 2006. Em discussão. Não havendo quem queira discutir em votação. Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado. Item nº 3. Projeto de Lei do Senado nº 282 de 2005, dispõe sobre as ações de publicidade da administração pública, autoria ilustre Senador Marco Maciel, Relatoria Senador Valdir Raupp, parecer pela rejeição. Na reunião do dia 7 de março, foi concedida vista ao Senador Geraldo Mesquita que não apresentou manifestação por escrito. A matéria constou da pauta da reunião do dia 28 de março de 2006. A matéria é terminativa na Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania. Com a palavra o ilustre Relator Senador Valdir Raupp.

SR. RELATOR SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, eu ainda não recebi as Emendas do colega que pediu vistas. Eu pedi a retirada de pauta para reexame e esperar que venha as contribuições para aprimoramento do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Submeto à apreciação do Plenário a retirada de pauta. Autoria do Relator que se encontra. Os que estão de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado. Item nº 4 retirar de pauta e entra na próxima reunião. Item nº 4. Projeto de Lei do Senado nº 382 de 2005, institui o “Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil” e dá outras providências. Autoria Senador Aloízio Mercadante. Relatoria Senadora Lúcia Vânia, parecer favorável com as Emendas oferecidas. Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as Emendas. Com a palavra a ilustre Senadora Lúcia Vânia, Relatora.

SRA. RELATORA SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores. Esse projeto como foi lido por V.Exª., Sr. Presidente, institui o “Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil” e dá outras providências. É um projeto de autoria do

Senador Aloízio Mercadante e estabelece que a última quarta-feira de novembro como Dia Nacional de combate ao câncer infantil. Define a última quarta-feira como sendo a data comemorativa. Estabelece os objetivos dessa data, que seja estimular ações educativas e preventivas relacionada ao câncer infantil. Promover debates e outros eventos sobre as políticas públicas de atenção integral às crianças com câncer. Apoiar as atividades em prol dessas crianças, difundir os avanços técnico-científicos, relacionado ao câncer infantil.

Portanto, como os Senhores podem, podem observar é um projeto meritório e em vista do exposto o meu voto é pela aprovação desse projeto nº 382 de 2005, com as seguintes Emendas. Emenda nº 1. Desse... O art. 1ª do PLS nº 382 de 2005, a seguinte redação. “Fica instituído o Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil que será celebrada anualmente no dia 23 de novembro”. Emenda nº 2. Desse ao art. 3º do PLS nº 382 de 2005 a seguinte redação. Art. 3º. “Essa lei entrará em vigor na data de sua publicação”. Era o que tinha a relatar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Em discussão o parecer. Não havendo quem queira... Com a palavra o Senador Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente. É votação nominal?

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Votação nominal.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – E tem quorum?

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Eu pergunto se V.Exª. está pedindo verificação de quorum ou não?

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Não. Eu não peço verificação de quorum.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Muito bem. A votação é nominal. Vamos votar primeiro o projeto depois as Emendas. Senadora Maria do Carmo – “Como o Relator”; Senador Leonel Pavan; Senador Valdir Raupp – “Como o Relator”; Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Senador Roberto Saturnino.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Aprovado. Senador Eduardo Azeredo – “Sim”. Votação das Emendas. Eu indago do Plenário se também aprovam as Emendas assim como aprovaram o projeto? O Plenário não se manifesta. Aprovada as Emendas. Item nº 5. Projeto de Lei do Senado nº 421 de 2005, inscreve o nome de Sepé Tiaraju no livro dos Heróis da Pátria. Autoria Senador Paulo Paim. Relatoria Senadora Maria do Carmo Alves. Parecer favorável. Com a palavra o Relator.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (PFL-SE) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores. O Projeto de Lei do Senado de autoria do Senador Paulo Paim estabelece a inscrição do nome de Sepé...

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – O som está baixo.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (PFL-SE) – Do livro dos Heróis da Pátria que se encontra no Panteón da Liberdade e da Democracia em Brasília. Na justificação o autor ressalta os feitos heróicos do índio Guarani na luta pela sua terra. Em exame na Comissão de Educação em decisão terminativa, o projeto não recebeu Emendas. Da análise, sem dúvida o índio Guarani é um símbolo na luta pela liberdade. Grande líder do seu povo, lutou até a morte para defender o direito de permanecer em sua terra. Sepé Tiaraju é hoje uma lenda para os nossos indígenas e os de toda a América Latina. Simboliza o ideal de liberdade, de dignidade, de bravura tão preciosos para os índios e exemplares para todos os cidadãos.

Portanto, por sua história de luta em defesa do povo indígena o nome merece constar no livro dos heróis da pátria que se encontra no Panteón da Liberdade e da Democracia onde já foram inscritos outras figuras emblemáticas da nossa história, tais como Zumbi dos Palmares e Tiradentes.

Portanto o meu voto diante do exposto examinado o mérito e por não haver óbice de natureza constitucional, jurídica ou de técnica legislativa, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado de nº 421 de 2005.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Em discussão com a palavra o Senador Paulo Paim, autor do projeto.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Agradecer a Senadora Maria do Carmo, pelo brilhante relatório que fez, onde ela estudou, de fato, a história de Sepé Tiaraju e com certeza ele vai estar no livro dos Heróis da Pátria. Vai ser o primeiro índio que vai ser consagrado a estar no Panteón da Liberdade e da Democracia no Brasil. Ele morreu em 7 de fevereiro, há 250 anos atrás numa peleia no Rio Grande do Sul em defesa da pátria, contra portugueses

e espanhóis. Inclusive, logo depois que ele tombou, 1500 índios foram assassinados pelos invasores.

Por isso, mais do que nunca, sendo amanhã o Dia Nacional do Índio, 19 de abril, eu acho que a Comissão de Educação que V.Ex^a., inclusive, tem sido lutador sobre esse tema. Me lembro quando V.Ex^a. presidia a Comissão de Direitos Humanos, onde o eixo do debate era a questão do índio.

Por isso eu acho que é um momento importante na Comissão de Educação, Senador Juvêncio, que V.Ex^a. na Presidência a gente possa homenagear Sepé Tiaraju e por uma questão de justiça. Eu quero dizer que o Deputado Marco Maia lá na Câmara, também, apresentou esse projeto. Espero que ele aprove lá e que os dois se encontrem e a gente possa consagrar o mais rápido possível essa homenagem a Nação indígena especificamente aqui Sepé Tiaraju. Meus cumprimentos ao brilhante relatório da Senadora Maria do Carmo Alves.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Senador Paulo Paim, o projeto de V.Ex^a. é oportuno. Nós estamos vivendo um instante nesse País em que está aflorando a discussão a respeito do indígena brasileiro, tão abandonado e tão usado. Usado inclusive por ONGs e por instituições do Poder Público e o índio, na verdade, não tem recebido ainda na altura que nós estamos vivendo hoje, o tratamento que ele tem que receber.

Falam tanto que o índio é sagrado, mas na verdade não estão deixando chegar no índio as benesses que a própria União, que as próprias ONGs, as entidades internacionais remetem, inclusive, para que o índio tenha uma qualidade de vida, tenha sua preservação cultural e isso não acontece.

Portanto, o projeto de V.Ex^a. é oportunismo, até para alertar através desse simbolismo, que o índio é uma figura central na nossa atividade política e nossa atividade cultural. E parabéns pelo projeto e parabéns pela Relatoria da Senadora.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Continua em discussão. Não havendo quem queira discutir em Votação Nominal.

(Procede-se à votação nominal)

A matéria foi aprovada.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Os dois últimos itens os Senadores não estão presentes. Portanto, deixamos para a próxima reunião, sendo que... O item 8 também não foi votado. Já foi votado o item 8.

Esgotada a nossa agenda está encerrada a presente reunião. Agradecendo a todos os Senadores que deram sustentação a esse trabalho.

Sessão encerrada às 12h50min.

Ata da 11ª Reunião Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 19 de abril de 2006.

Audiência Pública

Às dez horas e quarenta e seis minutos do dia dezoito de abril de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Leonel Pavan, Presidente Eventual, e com a presença dos Senhores Senadores Jorge Bornhausen, José Jorge, Edison Lobão, Valdir Raupp, Aelton Freitas, Paulo Paim, Flávio Arns, Roberto Saturnino, Jonas Pinheiro, Romeu Tuma e Geraldo Mesquita reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Maria do Carmo Alves, Marcelo Crivella, Teotônio Vilela Filho, Juvêncio da Fonseca, Wellington Salgado de Oliveira, Maguito Vilela, Sérgio Cabral, José Maranhão, Ney Suassuna, Gilberto Messtrinho, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho e Mozarildo Cavalcanti, que justifica a ausência. O Senhor Presidente Eventual, Senador Leonel Pavan registra a presença, para acompanhar a audiência pública da Senhora Maria Cecília Diniz Nogueira, Diretora da Cooperação Institucional da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual, Senador Leonel Pavan, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 030-CE, de 2005, de autoria do Senhor Senador Roberto Saturnino, que tem como objetivo instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 040 de 2005, de autoria do Deputado Wilson Santos, que “Altera a redação do inciso VI do art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (Acrescenta ao princípio da gratuidade do ensino público a vedação da cobrança de contribuição e taxas de qualquer natureza)”. Comparecem à Audiência Pública o Senhor Ronaldo Tadeu Pena, Representante da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação – MEC e Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; o Senhor Kleber Salgado Bandeira, Coordenador do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE e o Senhor Paulo Speller, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES e Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Roberto Saturnino, autor do

Requerimento, Geraldo Mesquita, Paulo Paim e Flávio Arns. O Senhor Senador Leonel Pavan, Presidente Eventual, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e trinta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**. – Senador **Leonel Pavan**, Presidente Eventual da Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, 52ª Legislatura a realizar-se nesse dia 19 de abril de 2006, nessa quarta-feira. O objetivo dessa Audiência Pública é instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 40 de 2005, que altera a redação do inciso VI do art. 3º da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Acrescenta ao princípio da gratuidade do ensino público a vedação da cobrança de contribuição e taxas de qualquer natureza. A autoria do Requerimento é o Senador Roberto Saturnino e o Relator do projeto é o Senador Geraldo Mesquita, com a presença dos dois nobres Senadores na Comissão.

Os convidados para essa Audiência Pública são – Ronaldo Tadeu Pena, que é o representante da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação; Reitor, Kleber Salgado Bandeira, Coordenador do Fórum Nacional de Prós-Reitores de Assuntos Comunitários Estudantis; Sara de Castro Cândido, Vice-Presidente da União Nacional de Estudantes, a UNE. A Sara confirmou a presença, e disse que logo, logo estará aqui. Então vamos também aguardar a presença da Vice-Presidente da União Nacional dos Estudantes, Sara de Castro Cândido; Paulo Speller, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. Essa Audiência Pública está sendo televisionada pela TV Senado, o Brasil inteiro acompanhará a Audiência Pública, inclusive tem a Comissão de Justiça que também está passando ao vivo, mas caso não esteja ao vivo, às 2h da tarde e à noite passará essa Audiência Pública pela importância que tem. E os estudantes do Brasil inteiro, as instituições estão acompanhando esta audiência.

Eu queria convidar para falar, primeiro o autor do Requerimento, o Senador Roberto Saturnino. É bom dizer o seguinte, cada expositor vai falar 10 minutos, terá 10 minutos do seu tempo para expor a sua opi-

não. E após a exposição de cada um, serão feitas as perguntas. Mas se o Senador autor do Requerimento quiser usar a palavra, tem o direito. Senador Roberto Saturnino.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Sr. Presidente, eu, naturalmente agradeço...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Apesar que V.Exa. está como primeiro inscrito.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu só quero esclarecer que essa audiência foi solicitada porque na ocasião em que foi feito o Relatório sobre o projeto, foram suscitadas muitas dúvidas, e pedidos de esclarecimentos sobre o significado efetivo do projeto em si e o que resultaria se ele fosse aprovado para, digamos assim, o processo de custeio do ensino universitário brasileiro. De forma que foi uma solicitação para esclarecer dúvidas levantadas durante o processo de relato do projeto em pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Se o Relator quiser também fazer uma breve exposição, antes de ouvirmos os convidados, eu passaria a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Obrigado, Presidente. Mas comungo com a idéia e a preocupação do Senador Saturnino. A idéia era essa mesma, ouvir, já que o projeto provocou polêmica, e é bom que provoque. Para isso estão aqui o Paulo Speller e outras autoridades do ensino público superior, para que a gente possa aclarar, tirar dúvidas e dar um formato final a essa questão. Eu me satisfaria no momento de ouvir as autoridades e os convidados que estão aqui para que a gente possa dar curso à nossa audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Bom, além do Senador Geraldo Mesquita e do Roberto Saturnino também temos a presença do Senador Paulo Paim. Quando faltar um minuto para terminar o prazo, a campainha toca automaticamente. Não é a Mesa. Se for necessário ampliar o tempo, nós iremos também atender. O primeiro convidado a usar seus 10 minutos é Ronaldo Tadeu Pena, que representa a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

SR. RONALDO TADEU PENA – Bom dia a todos. É um grande prazer estar aqui representando o Secretário Nelson Maculan. Eu sou também Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, e fui convidado para ele em função de impedimentos de agenda para comparecer e representá-lo. É claro que vou falar também com o viés de Reitor que sou.

Então, eu começo agradecendo muito o Senador Roberto Saturnino pela oportunidade de discutir um pro-

jeto de Lei que terá um impacto muito grande na vida das universidades federais, se aprovado da forma em que se encontra. E a gente sabe que o mundo ideal deveria prover educação para todos, trabalho para todos, e condições dignas de vida para todos. Mas o mundo real não é este. E nós temos claro o preceito constitucional do direito à educação gratuita, o Estado deve prover, e na medida do possível, acho que o sistema de universidades públicas federais faz bem o que consegue fazer dentro das suas limitações orçamentárias e limitações aí da ordem que todos conhecem. O MEC, através do Secretário de Educação Superior, encontra-se também preocupado com a aprovação dessa lei por ver as consequências que ela terá no sistema público federal.

Eu gostaria de dividir, vamos dizer assim, essa intervenção, na questão da não cobrança de nada do graduado e depois a não cobrança também de nada, de nenhuma taxa, de nenhuma contribuição do aluno de graduação. No que se refere ao graduado, eu vejo esse projeto, ele simplesmente vai eliminar o que a gente chama de pós-graduação lato sensu. Por que é que elimina a pós-graduação lato sensu? A pós-graduação lato sensu trata especialmente dos cursos de especialização. E o stricto sensu trata dos cursos de Mestrado e Doutorado. Então o Mestrado e o Doutorado são cursos onde o aluno tem os mesmos direitos do aluno de graduação. Ou seja, ele não paga, ele está preocupado com o avanço da ciência, o avanço da tecnologia, o avanço do conhecimento na área dele. O curso de especialização é um curso, normalmente a gente poderia dizer, voltado para uma evolução do profissional no mercado.

Então, por exemplo, o dentista que resolve fazer uma especialização em ortodontia. Claro que isso vai permitir que ele, sendo especialista, possa cobrar de maneira diferenciada de seus clientes. Ou um engenheiro que uma empresa quer avançar a sua produção de alguma forma e quer que seus engenheiros tenham uma volta à universidade para receberem uma especialização numa área específica que vai permitir que aquela empresa produza melhor e, portanto, se insira no mercado de maneira melhor. Ora, as universidades gastam com isso. Os professores normalmente trabalham à noite e fins de semana para esse tipo de curso. Até porque os profissionais não podem trabalhar em horário normal. Isso é pago. Ora, se não for pago, não tem como prover. Não tem como a universidade gastar para formar engenheiro para a Fiat. Não tem como a universidade gastar para dar uma especialização de ortodontista para um dentista, isto tem custo. Os professores não vão aceitar trabalhar à noite, trabalhar no fim de semana para fazer alguma coisa que, digamos, está além das atribuições dele de formação e de avanço da ciência e do conhecimento.

Então, as universidades, eu acredito, sairiam desse seguimento. Isso beneficiaria, obviamente, as universidades e as escolas privadas que gravitam em torno das universidades públicas. Porque se a Universidade Federal de Minas Gerais, por exemplo, não dá um curso de ortodontista, qualquer uma das dez lá de Belo Horizonte vai dar. Certamente, inclusive, com o problema até de buscar professores nossos que farão isso. Nós não vamos vigiar o Professor no fim de semana, à noite, ou coisas desse tipo. Então acho que esse é um problema, e é um problema de uma escala claramente, a meu ver, de certa forma, privatista, quer dizer, vai melhorar a coisa para quem está na exploração do ensino como mercadoria.

Bom, o outro lado, é o lado da questão da graduação. Quer dizer, na graduação, o que acontece é que o projeto como se encontra significará uma impossibilidade de inclusão. Que é uma luta de todos, de muito tempo. Inclusão não se faz apenas com cotas ou outros mecanismos, inclusão se faz com mecanismos de permanência. E o estudante vai permanecer se ele tiver bolsa, se for pobre, se tiver bolsa, moradia, alimentação, se tiver auxílio para comprar seus livros. E isso as universidades fazem com taxas que elas cobram de quem pode pagar. Quem não pode pagar, não paga, ao contrário, recebe, isso é assim, acho que em todas as universidades que tem taxas.

Então, obviamente, aí eu vou dar o meu exemplo para fechar a minha fala, quer dizer, no caso da Universidade Federal de Minas Gerais, nós temos uma fundação de amparo ao carente. Essa fundação se chama Mendes Pimentel. Essa fundação foi criada em 1929 pelo primeiro Reitor da universidade. Era a Universidade de Minas Gerais, Reitor Mendes Pimentel. Ele criou uma fundação para quê? Para amparar o estudante carente. Como amparar o estudante carente? Cobrando do estudante que pode pagar. Na época não existia o senso. Era uma universidade pública estadual. E não existia o senso de não cobrar. Podia cobrar. Mas ele cobrava e levava o dinheiro para assistência ao carente. Sempre foi assim. A nossa fundação é dois anos mais nova do que a nossa universidade. Fundação de amparo ao carente. Ela só faz amparo ao carente, não faz outra coisa. Cuida dos restaurantes, cuida das moradias. Presta conta ao Conselho Universitário, sempre prestou, e tem o seu orçamento aprovado pelo Conselho Universitário e tem regras muito claras de prestar contas ao Ministério Público, e também auditorias que são feitas lá. Eu vou mostrar ali alguns programas... Ali tem uma definição do que é a fundação, ela é criada pelo Conselho Universitário, é subordinada ao Conselho Universitário e é vinculada à Universidade Federal tendo sido criada em 1929. A nossa universidade é de 1927. E a missão dela é essa.

Então, além das bolsas diretamente ao carente, ela tem programas de alimentação, programas habitacionais, vou mostrar as nossas moradias, acesso ao livro, os livros para os carentes são repassados, vendidos com 5% abaixo do custo, e aos não carentes com 20% abaixo do preço de capa, e exatamente as taxas é que pagam isso aí. Assistência à saúde. Todo carente nosso tem assistência integral à saúde, tanto a saúde bucal como a saúde corporal de modo geral. Assistência psicológica, assistência psiquiátrica. Temos financiamentos, o estudante às vezes precisa comprar um livro, custa R\$ 100,00, é financiado em seis meses sem juros para ele. Ele paga exatamente a mesma coisa. Programas culturais são feitos para eles.

Então ali, por exemplo, uma questão da assistência alimentar, quer dizer, em 2005 foram servidas 942.934 refeições. O valor 75 centavos, é uma refeição de qualidade, de qualidade, realmente, balanceada e tal. Quem não pode paga 75 centavos, mas ele tem uma bolsa. E quem pode paga R\$ 2,50. Aí a assistência socioeducacional número de bolsas em 2005 3.975 bolsas. Aí é moradia. Quer dizer, é um prédio, como se vê, de muita qualidade. E no total 542 locais com quartos individuais [soa a campainha] em apartamentos para seis estudantes. Aí é uma outra moradia recém-inaugurada. Essa é a moradia de Montes Claros. Aqui eu queria dizer, essa moradia de Montes Claros fica dentro do campus. Porque nós temos um curso técnico, e Montes Claros está na boca do Vale do Jequitinhonha, quer dizer, é nordeste brasileiro, IDH muito baixo. Aí moram 45 meninos. Esses meninos, se cortar todas as taxas, alguém tem que dizer a eles que eles não podem morar lá mais. Não tem jeito, ou então ter dinheiro no orçamento para isso que eu acho muito difícil. Aí são programas culturais, aí é o acesso ao livro, financiamentos a óculos, lentes de contato, material escolar, seminários. Temos também um programa de arrendamento de instrumentos, por exemplo, para estudantes de odontologia, empresta-se um kit e ele devolve quando forma. Isso tem custo também. Aí a assistência à saúde física, bucal e psicológica, atendimento 16.647 isso em 2005. Atendimento à rede conveniada 9.131.

Então, eu agradeço a oportunidade. Eu quis dar um exemplo do que é que esse tipo de taxa que só quem pode é que paga, quem não pode recebe. E é uma coisa de solidariedade daqueles que podem com seus colegas que estarão afastados do ensino superior, a menos que as universidades recebam orçamento para essa finalidade, o que não acontece hoje, o MEC não tem condições de fazer. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Bom, cumprimentá-lo por ter sido rigoro-

so no tempo. O próximo a usar a palavra é o Sr. Kleber Salgado Bandeira, Coordenador do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, da FONAPRACE. Representa a FONAPRACE. Coordenador do Fórum Nacional.

SR. KLEBER SALGADO BANDEIRA – Bom, Senhores componentes da Mesa, Srs. Senadores, meus senhores, minhas senhoras, eu sou Coordenador de Assistência Estudantil da Universidade Federal da Paraíba, e represento aqui nessa audiência o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assistência Estudantil. O nosso fórum trabalha diretamente com o aluno, ele é direcionado ao aluno de baixa renda.

Então, essas taxas, por menor que elas sejam, em todas as universidades públicas federais são revertidas para a assistência estudantil.

Então, nós fizemos uma pesquisa porque nós sabemos que dentro das universidades públicas federais, a pesquisa que nós fizemos em 2004 agora, do perfil socioeconômico dos nossos estudantes, nós temos 65% dos nossos estudantes nas universidades públicas federais são alunos de baixa renda.

Então, esses alunos, dentro das nossas universidades, eles não pagam absolutamente nada. São 65% que pertencem da classe B2, C, D e E. Que vai do salário de 2.007 a 1.669, salário familiar. A B1 vai de 1.804 a... A B1, A2 e A1, de 2.804 a 7.793 acima.

Então, o nosso foco realmente trabalhamos com o aluno de baixa renda. Nesse projeto, o que nos preocupa é exatamente a quebra dessa situação das residências, dos restaurantes universitários, das bolsas, dos programas de saúde por quê? Nós não temos especificamente no nosso orçamento, no orçamento das universidades, nós não temos especificamente uma rubrica para trabalhar com assistência estudantil. Todo esse dinheiro, toda a parte financeira é tirada da parte de custeio das universidades e dessas taxas, por menores que elas sejam, mas elas têm uma representação muito grande com relação a isso. Para se ter uma idéia, nos restaurantes universitários, então nós temos aí em torno de 30% dos nossos alunos, eles frequentam restaurantes universitários. Alunos de baixa renda. Essas taxas que algumas universidades cobram são opcionais, representam a taxa como o [inaudível] Reitor falou para alunos que não são considerados baixa renda. Eles passam por um cadastramento com um serviço social das nossas universidades.

Outro problema grande que nos preocupa atualmente, as cotas, a inclusão social qualquer que seja, por quê? Vêm alunos aí de baixa renda. E esses alunos de baixa renda vão chegar lá e nós não podemos nos preocupar só com a entrada. Nós temos que nos preocupar com a permanência e a saída do aluno. Até

porque, os Senhores reitores estão aqui, na matriz da ANDIFES um dos parâmetros é o tempo de permanência do aluno. Se o aluno demora, por que é que ele demora? Porque ele vai ter que trabalhar, ele vai ter que se manter. Porque só dar a entrada, a comida e mesmo a residência que são poucos, só 2,6% das nossas universidades tem residência. Não é por nada, não, é porque não tem dinheiro para construir residência. 2,6 é muito pouco.

Nós temos 12 mil na última pesquisa, eu estou fazendo uma que deve ser publicada em maio agora, no dia 3, estou fazendo uma dos novos residentes, mas na passada, do ano passado nós tínhamos 12 mil residentes nas [inaudível], é muito pouco. Nós temos uma demanda, que se tivesse de mais de 20 mil, uma demanda reprimida, então esses alunos fecham o curso. E são aqueles cursos que realmente eles precisam, tipo de licenciatura, física, odontologia, nós temos alunos com problema em odontologia, por exemplo, é um curso considerado caro. Temos também as bolsas de permanência. Porque essa bolsa que a gente falou, as universidades dão bolsa para aqueles alunos se manterem. Nós temos 44% dos nossos alunos de baixa renda que recebe bolsa tipo 120 reais que ainda mandam dinheiro para casa, porque lá na fazendinha, lá no sítio, como a gente diz no nordeste, ele tem um pai, uma mãe, tangendo o seu “burrinho” lá, trabalhando. Então, tem esse tipo de aluno, 44% ajuda a família de uma maneira ou outra das bolsas que recebe dentro da universidade.

Então, isso é um fato preocupante. Temos o programa de saúde. Vocês sabem que a saúde de hoje é complicada. Os nossos hospitais universitários atendem de uma maneira geral, mas não atendem as urgências, não atendem os internamentos porque são hospitais escola, nós não podemos transformar nossos hospitais para atendimento geral.

Então, tudo isso, outro programa na nossa pesquisa agora de 2004, 85% dos nossos estudantes sentiram falta da parte de esporte. Onde está o esporte? Está na diminuição de drogas, no envolvimento social.

Então, 85%. E nós não temos uns programas adequados nas nossas universidades para o esporte por quê? A manutenção das nossas quadras, a manutenção das nossas piscinas, as nossas pistas, o material esportivo, todos os Senhores sabem que são demandas financeiras, e tudo isso, por mais carente que nós trabalhamos, a nossa universidade, essa ajuda-se um pouco dessa taxa. Por isso que nós achamos que foi de grande importância a iniciativa do Senador Roberto Saturnino aqui de todos os Senhores que estão aqui presentes no Senado porque nós não tivemos essa oportunidade de discutir na Câmara e ficamos assus-

tados. Soubemos na quarta-feira, por isso nós não nos preparamos melhor na quarta-feira e ontem à noite é que nós confirmamos isso aqui. Então o nosso apelo é que realmente, apelamos o nosso Relator, depois de ouvir e tirar suas conclusões nas discussões, esse projeto se realmente for aprovado vai nos prejudicar e muito o aluno de baixa renda, por incrível que pareça. Não é o aluno de alta renda, não, que ele vai continuar lá na dele, ele tem o computador, ele tem a biblioteca particular... Também tem a parte da biblioteca que é muito importante, 92% dos nossos estudantes, esse foi um dado muito bom, procuram as bibliotecas, as instituições para diretamente procura de livro para o seu curso. E as nossas bibliotecas estão também passando por uma série de necessidades.

Então, aqui fica o nosso agradecimento, em nome do FONAPRACE, o nosso fórum, e esperamos que os Srs. Senadores, dentro de uma discussão bem ampla e democrática cheguem a uma boa conclusão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Nós queremos também agradecer pelo rigoroso contorno do tempo. Não chegou a usar todo tempo que tinha direito. Eu queria agradecer a presença aqui da Diretora da Universidade Federal de Minas Gerais, Maria Cecília Diniz Nogueira. O próximo a usar a palavra é o Sr. Paulo Speller, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das instituições Federais de Ensino Superior, também Reitor. O Vice-Presidente da União Nacional dos Estudantes, a UNE, não compareceu.

Então, enquanto ela não vem aqui para defender os estudantes, vou passar ao Sr. Paulo Speller. O Senhor tem 10 minutos.

SR. PAULO SPELLER – Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Senadores, minhas senhoras, meus senhores. Eu queria agradecer o convite que foi feito à ANDIFES, a nossa Associação de Reitores das Universidades Federais, e trazer aqui uma pequena contribuição a esta audiência que me parece da mais alta relevância. Eu queria cumprimentar o Senador Saturnino que solicitou esta audiência, Senador Geraldo que é o Relator desse importantíssimo Projeto de Lei, Senador Paim, que tem colocado as suas preocupações em relação à Educação. Nós temos assistido e acompanhado o Senador que está aqui presente também.

Enfim, nós temos verificado uma atenção muito especial do Senado para as questões da Educação que, por vezes, são levadas a uma discussão mais acelerada na Câmara dos Deputados, mas que tem a oportunidade de um amadurecimento, digamos, de um estudo mais aprofundado aqui no Senado. Como é o caso agora. Nós observamos que há uma tendência

no mundo contemporâneo de implantação do ensino pago. É uma tendência que se observa e é verdade que isso tem acontecido. Países aonde tradicionalmente o ensino gratuito vem sendo colocado como Austrália, até o Canadá, considerado um dos países de IDH mais alto do mundo, paulatinamente estão introduzindo o ensino pago nas suas universidades públicas. Ao lado disso, há um processo de universalização de acesso ao ensino superior. Então, o que se verifica é que uma expansão das universidades nesses países, majoritariamente públicas, o gasto ou o investimento, como o Presidente Lula sempre lembra, é investimento que se faz na educação superior, ele aumenta e com isso busca-se essa contribuição, evidentemente, que em cada um desses países buscando, levando, construindo mecanismos para que aqueles estudantes carentes sejam isentos destas mensalidades ou anuidades cobradas dos estudantes.

No nosso País, felizmente, nós temos a consciência e a nossa Constituição consagra isso de que o ensino público de qualidade e gratuito é fundamental e estratégico para a construção de uma Nação, até porque no nosso País, muito tardiamente criamos as nossas universidades e ainda em número muito pequeno, muito insuficiente, nós atendemos ainda apenas a pouco mais de 10% dos jovens adultos de 18 a 24 anos. E nesse sentido, nós temos lutado, nós reitores na ANDIFES, assim como os movimentos sociais, de uma forma geral, e o Congresso Nacional, o Senado, tem se pautado por essa priorização, da construção de mecanismos, de ações de inclusão social que permitam exatamente o que nós estamos discutindo aqui. Como abrir as portas das nossas universidades e, principalmente, das universidades federais, para que mais jovens possam estudar numa universidade de qualidade como muitos de nós tivemos essa oportunidade.

Nesse sentido, eu queria até resgatar aqui uma experiência que vivi, e coincidentemente vivi com o Senador Geraldo Mesquita, fomos contemporâneos na década de 60 na Universidade de Brasília, se não me engano, o Senador fazia o curso de arquitetura, e eu fazia o curso de psicologia. E nós nos beneficiamos enormemente, e talvez tenha sido até, Senador, fundamental para nós e tantos dos nossos colegas daquela época a moradia do Centro Olímpico precária, naquela época, eram barracões de madeira ainda, o restaurante universitário do Sr. Aldo que era o responsável naquela época, as bolsas que nós recebíamos, quer dizer, tudo isso foi fundamental para que nós, como dizia o meu colega aqui, não só ingressássemos, mas permanecêssemos, e no tempo hábil concluíssemos nossos cursos e hoje somos profissionais, quer dizer, cada um de nós e tantos de nós que passamos pelas

universidades públicas brasileiras, federais, em particular, tivemos acesso à assistência estudantil, pudemos chegar ao Senado, a uma Reitoria, e a tantas outras situações profissionais exatamente porque tivemos esta oportunidade.

De maneira que eu veria, Srs. Senadores, a situação do nosso País num patamar um pouco diferenciado de países como eu mencionava, Austrália, Nova Zelândia, Canadá e outros, que tendam hoje a abrir e a colocar o ensino pago numa outra situação enquanto que o Brasil ainda está num patamar muito inicial. Nós entramos muito tardiamente nesse processo. E aí é que nós encontramos iniciativas das universidades federais ao esforço muito grande dos reitores e suas equipes para buscar esses mecanismos de permanência dos estudantes que nós estamos recebendo em número cada vez maior.

O Governo Federal e com a nossa participação ativa está implementando um programa de expansão das universidades federais, são mais de 40 novos campings, são 10 universidades federais novas, sobretudo, numa perspectiva de interiorização dessas universidades de qualidade, porque não se trata apenas do acesso, mas são as universidades melhor avaliadas no País que nós estamos levando a todas as regiões, e, sobretudo, ao interior do nosso País. De maneira que nós precisamos de mecanismos e, sobretudo de recursos para que a assistência estudantil que foi um dos pontos mais polêmicos e mais colocados como prioritários no debate da reforma universitária que não havia sido contemplado inicialmente, de que houvesse ali a garantia de recursos para a assistência estudantil.

Então, de uma forma geral, todas as universidades, eu não quero falar da minha universidade em particular, que é a Universidade Federal de Mato Grosso, aliás, vejo outra coincidência, o autor do projeto é justamente o Deputado Wilson Santos que é o Prefeito da minha cidade de Cuiabá quando era Deputado apresentou esse projeto com a melhor das intenções, com certeza, de preservar o ensino gratuito, que nós estamos preservando. Até porque essas pequenas taxas que são cobradas desde o vestibular até a expedição do diploma, apenas para dar uma idéia, a expedição de um diploma na UFMT custa vinte reais, é um valor simbólico, digamos assim, mas em todas estas situações aqueles estudantes que não podem pagar, efetivamente, não pagam. Então há mecanismos de isenção, aproximadamente 1/3 dos nossos candidatos ao vestibular não pagam uma taxa que também não é tão alta de 85 reais, mas de todas as maneiras há mecanismos de isenção para absolutamente todas as taxas. E é graças a essas taxas que nós, a exemplo da UFMG, em praticamente todas as universidades fede-

rais, mantemos programas de bolsas de permanência, temos restaurantes universitários subsidiados e moradias estudantis no campus ou fora do campus, muitas vezes até são casas ou edifícios alugados porque a universidade não tem como construir essas moradias estudantis. E isso tudo é mantido, é custeado exatamente por essas taxas quase sempre simbólicas, mas que no seu conjunto acabam representando um montante suficiente para a manutenção desses programas de assistência estudantil. De maneira que eu quero aqui trazer essa preocupação. Coincidentemente o Conselho pleno da ANDIFES está reunido hoje. Ontem tivemos a reunião do diretório nacional, tivemos a oportunidade de discutir com representações de todas as regiões do País, e os reitores me solicitaram que viesse aqui trazer essa preocupação e pedindo a compreensão dos Srs. Senadores, sobretudo, do Relator, Senador Geraldo Mesquita, que conhece a problemática, vivemos essa problemática enquanto estudantes da UNB na década de 60, mas, Senador, a situação hoje talvez seja até maior. [soa a campainha] Porque naquela época eram pouquíssimas universidades. A população estudantil era muito pequena, e hoje a tendência é de crescimento. Se são 10%, com certeza, com programa de expansão das universidades federais isso vai crescer e nós vamos precisar de mais recursos para a assistência estudantil e é exatamente dessas simbólicas taxas que nós estamos retirando os recursos para que isso seja suficiente. Eu queria, portanto, agradecer essa oportunidade e trazer aqui essa preocupação dos reitores das universidades federais para que a LDB seja mantida, no que diz respeito à gratuidade nos termos em que se encontra aprovada, contando com a compreensão dos Srs. Senadores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Nós temos quatro inscritos. O primeiro a usar o seu tempo para fazer sua exposição e perguntas é o autor do Requerimento, Senador Roberto Saturnino. Logo após o Relator do projeto, o Senador Geraldo Mesquita. Depois Senador Paulo Paim, e também o nosso Senador Aelton Freitas. Com a palavra o Senador Roberto Saturnino.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Bom, Sr. Presidente, Srs. Convidados, eu vou fazer algumas perguntas indistintamente a qualquer um dos convidados. Acho que qualquer um estaria em condição de responder, mas uns respondam e outros complementam. Eu desejaria informações a respeito dessa cobrança no seguinte teor. Quer dizer, em primeiro lugar, que taxas são essas? O Reitor Paulo Speller falou na inscrição de vestibular e expedição de diploma. Há algum outro tipo de taxa, por exemplo, de matrícula, ou de matrícula a cada ano, enfim que taxas são essas?

Segundo lugar, uma idéia, o Reitor Speller também falou que são quantias praticamente simbólicas que não afetam, digamos, o orçamento familiar daqueles que pagam, mas se fosse possível dar um exemplo mais de valor dessas taxas em outras universidades, aqueles que, pelo menos, estão aqui três reitores. E para a gente ter uma idéia de cotejo dessas taxas com, digamos, as mensalidades cobradas nas universidades particulares. Em terceiro, essas taxas são cobradas há quanto tempo? Quer dizer, isso já tem uma tradição, uma longa história de cobrança? Quarto – Essas taxas, o produto dessas taxas é todo ele aplicado em assistência social, do tipo que nos foi mostrado aqui? Ou ainda cobre esses custos e uma parte dela ainda vai para, digamos, ajudar o custeio, [soa a campainha] enfim das atividades normais docentes das universidades? E elas cobrem todo o gasto social ou ainda é preciso mais recursos via orçamento para complementar o gasto social? Enfim, são essas perguntas a respeito das taxas. Agora, a respeito daquela outra receita que se referiu o Professor Ronaldo Tadeu, que é dos cursos de especialização. Quer dizer, essa receita dos cursos de especialização elas cobrem o custo apenas desses cursos ou elas ainda produzem algo que pode ajudar o financiamento dos cursos normais de graduação e os de pós-graduação que são curriculares? Eram essas as informações que eu desejaria obter.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Ronaldo Tadeu Pena, com a palavra.

SR. RONALDO TADEU PENA – Começando com a segunda pergunta que foi específica, os cursos de especialização, a receita deles, elas cobrem toda a despesa do curso, todo o custo do curso, inclusive, remuneração dos docentes que deles participam. Mas tudo com toda espécie de verificação não só da qualidade pelas câmaras departamentais, colegiados e tal, como também da utilização do recurso que é prestado contra as congregações das escolas e tal. No caso da UFMG, existe uma Resolução lá, chamada Resolução 10/95 de total conhecimento do TCU que já cita essa Resolução até em outros pareceres, até de outras universidades, quando analisa outras universidades, nós temos essa Resolução que prevê que o resultado do curso...

Quer dizer, você paga o custo e ainda fica uma margem. Essa margem corresponde a 5% do total que vai para o departamento que realiza o curso. Você socializa o nível do departamento. No mínimo 5% vai para a unidade acadêmica que realiza o curso. E 2% do estudo total vai para socializar o nível da universidade toda, vai para a Reitoria. Isso tudo no mínimo. Então isso é uma coisa que acaba trazendo também outros recursos para a universidade e obviamente de

pessoas que podem pagar. Sempre a lógica é essa. Quem não pode pagar, não paga. Então esses cursos têm que ter gratuidade [soa a campainha] para, no mínimo, 10% dos seus inscritos.

Bom, a outra pergunta, eu não sei, soou o alarme. A outra pergunta, isso varia. Talvez nós três temos que falar sobre a outra pergunta porque varia de universidade para universidade. No caso da UFMG, nós temos essas taxas realmente simbólicas, como disse o Professor Speller, para a emissão de diploma, emissão de certificados, 2,50, 5 reais... Eu nem sei exatamente os valores, mas nada acima de 20 reais, seria talvez um diploma. Então isso nós temos na UFMG, isso vai para a assistência. A taxa do vestibular, o excedente ele é integralmente, no caso da UFMG, usado na moradia. Então aqueles prédios que o Senhor viu foram construídos por essa taxa. O orçamento da universidade nem vê esse recurso. Ele vai direto para a nossa fundação, que é uma fundação, como eu disse, de 1929. Ela existe desde 1929. E por isso então construímos. E agora, inclusive, acabamos de ganhar uma doação do Prefeito de Montes Claros um terreno onde estamos iniciando uma moradia lá. Não sei se o Senhor notou, a moradia de Montes Claros é bem pobrezinha, é mais antiga. Então nós ganhamos esse terreno e vamos construir lá com esse excedente do vestibular somente.

Agora, a UFMG tem uma contribuição ao fundo de bolsas. Isso não são todas as universidades. No caso da UFMG, o estudante que pode no ato da matrícula, a gente separa muito. Não é uma taxa de matrícula no sentido estrito, porque o dinheiro não entra no caixa da UFMG. O dinheiro vai direto do Banco para a Fundação Universitária Mendes Pimentel. Então, existe essa taxa que no momento eu peguei aqui o valor, é 179,02 reais; isso é para o semestre. Agora, o aluno que não pode, não paga. Aquele aluno que pode pagar, então paga esse valor que vai atender a todos aqueles programas. É bom que se diga. Essa taxa é entendida na Universidade Federal de Minas Gerais como uma solidariedade daqueles que podem para aqueles que não podem. Isso desde 1929. E está, inclusive, inscrita no nosso estatuto.

Então, o Reitor não tem o direito, não tem o poder de suprimir essa taxa, a menos que haja uma lei superior que determine isso.

Então, é uma coisa que existe lá desde o tempo, como eu disse antes, que se podia cobrar. A UFMG cobrava, mas colocava o dinheiro, na época, UMG para a assistência.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Quem fixa o valor dessa taxa, é o Conselho Universitário?

SR. RONALDO TADEU PENA – É o Conselho Universitário. Ela tem um crescimento de acordo com o índice calculado pela nossa faculdade de Ciências Econômicas.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – E essa cobrança é de muito tempo?

SR. RONALDO TADEU PENA – Desde 1929. Eu fui aluno lá e paguei isso de 66 a 70. E nós temos vários e muitos professores, que se não fosse... A gente chama FUNPE, se não fosse a FUNPE não teriam condições de fazer o seu curso.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Eu perguntaria se o Sr. Paulo Speller também quer...

SR. PAULO SPELLER – Acho que está contemplado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – O próximo a fazer sua exposição e perguntas, o Relator do projeto, Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ilustres convidados, não tomem ambos como qualquer tratamento discriminatório, mas eu queria aqui me dirigir ao companheiro Paulo Speller e lembrar aqui aos Srs. Senadores que o Dr. Paulo Speller foi realmente meu companheiro, meu contemporâneo de escola aqui em Brasília, na década de 60. Eu, na condição de comandante, ele na condição de líder e um elemento de linha de frente do movimento estudantil aqui em Brasília, substituiu, inclusive, o companheiro Honestino Guimarães na presidência da nossa representação estudantil. Bravo. Causava terror milicada, e essa audiência, quando nada, e quando nada eu me refiro se nada para mim particularmente eu pudesse tirar de proveito, eu teria aqui a satisfação de reencontrá-lo, o Paulo Speller, a quem eu vou morrer tributando a ele todo o meu respeito. Eu, ao receber esse projeto, eu verifiquei e me preocupei tão somente em corrigir uma... Eu não diria uma impropriedade do autor já referida aqui pelo Dr. Paulo Speller, mas [soa a campainha] um tratamento discriminatório. Porque no projeto ele usa expressão de graduado, graduando, terminologia aplicada e adequada a quem frequenta curso superior. Eu apenas me preocupei em retirar essa terminologia, e aplicar o princípio que ele propõe ao ensino público em geral. Porque para corrigir esse tratamento discriminatório. Mas essa audiência, é para isso que nós realizamos audiências aqui nesta Casa, para espancar dúvidas, tirar a limpo questões ainda obscuras. Ela, para mim, também está sendo extremamente útil.

Eu vou dizer uma coisa aqui forte, e não quero ser grosseiro com ninguém. Não se aplica a ninguém

em particular, mas esta audiência, eu temo que ela tenha mostrado e reforçado para mim a idéia da falência do ensino público brasileiro. E da falácia da gratuidade do ensino. O Dr. Paulo Speller citou um fato aqui que é verdade. Nós que acompanhamos e temos a obrigação de acompanhar o que acontece no mundo, até para fazer análise comparativa com o que ocorre no nosso País. É verdade. Há uma tendência mundial de que o ensino se torne cada vez mais, digamos assim, o ônus daqueles que freqüentam escola, seja superior ou não. Mas eu diria o seguinte, Paulo Speller, essa tendência tem ocorrido e vem ocorrendo em países que já superaram em grande parte e por vezes até totalmente, numa questão que ainda nos engolfa, nos sufoca no nosso País. Esses países aonde o ensino pago vem se tornando cada dia mais uma evidência maior, eles superaram os níveis de pobreza e de miséria, Paulo, que nós ainda vivemos no nosso País de forma vergonhosa. E eu creio que só por essa razão, e eu creio que nós deveríamos partir, e eu acho que você poderia nos ajudar bastante, retroagindo à análise de como esse processo vem ocorrendo nesses países. Porque eu tenho certeza absoluta que lá atrás eles estiveram envolvidos numa operação de gratuidade de ensino e de investimento pesado e maciço no ensino público para transformar o ensino nos seus países em algo fundamental. Eu creio que nós estamos ainda nessa fase, Paulo. Nós precisamos de investimento público maciço ainda. Eu não quero aqui fazer proselitismo. Eu que sempre, desde a primeira vez que o Presidente Lula foi candidato, que eu acompanho o Presidente Lula, torcia para que ele fosse eleito, jamais me iludi achando que, quando ele assumiu agora em 2003, que ele faria uma verdadeira revolução no nosso País. Nunca esperei isso. Até porque as condições objetivas não apontavam para isso. Mas eu esperava que no Governo dele basicamente duas coisas fossem feitas e duas providências fossem adotadas. Uma verdadeira revolução sim, Paulo. Mas em dois setores, em dois campos do nosso País. Na Educação, e uma verdadeira Reforma Agrária nesse País. Eu apostava que nós fizéssemos, pelo menos, isso.

O Dr. Ronaldo, em certa altura do seu depoimento, pronunciamento, se referiu ao fato de que é necessário que aqueles que podem mais, de alguma forma, direta ou indireta, custeiem a vida na instituição de ensino daqueles que são carentes ou não podem. Eu diria, Dr. Ronaldo, que essa tarefa não é do aluno. A Constituição não discrimina. A Constituição quando trata da gratuidade do ensino não discrimina. Aqueles que podem, podem pagar. Ela na diz isso. Então nós não podemos dizer. Porque essa é a tarefa da sociedade. A sociedade já recolhe tributo e uma carga

pesadíssima. O País, o nosso País, talvez seja o País que impõe ao contribuinte, ao brasileiro uma das mais pesadas cargas tributárias que se tem notícia. Essa é uma tarefa da sociedade. Cabe ao Poder Público, cabe ao Estado eleger prioridades. E no nosso País, ensino não é prioridade. A questão é essa. A universidade, por exemplo, poderia ao invés de cobrar taxas dos alunos, vender serviços, vender tecnologia, vender ciência, vender serviços. E não se vê isso acontecer no nosso País. Não se vê isso acontecer. Não atribuo qualquer resquício de culpa a V.S^a. que dirigem instituições superiores e fundações. Não se trata disso. O sistema é que induz, o sistema é que coloca V.Sas, e as instituições, e os alunos, e o povo brasileiro numa camisa de força. Quando nós falamos, talvez não haja recurso orçamentário para isso, essa é a camisa de força. Camisa de força que... Olha, a universidade da minha terra, Dr. Paulo, por vezes, atrasa o pagamento de conta de luz, de conta de água.

Então, é de fato, uma falácia esse negócio do ensino público gratuito. Ou a gente acaba logo com essa lorota...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Senador Geraldo Mesquita, eu queria que V.Ex^a. pudesse concluir em função já do tempo.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Vou concluir, Senador Pavan. Nós vivemos num País, por exemplo, que... Os Governos de uma maneira geral, não é só Presidente Lula que advoga isso, não. Um País onde os governos tentam... Olha que coisa absurda. Tentam convencer a União Européia a reduzir subsídio da agricultura. Ora, nós deveríamos é estabelecer subsídio aqui no nosso País e não tentar fazer com que os de lá diminuam seus subsídios, ou reduzam. É um absurdo um negócio desses.

Então, para concluir, posso voltar outra vez, mas eu diria que, Dr. Paulo Speller, nós talvez um dia cheguemos lá, nessa tendência do ensino pago. Eu acho que não é a hora. Porque nós precisamos primeiramente no nosso País superar esses níveis perversos de miséria, de pobreza, e só se faz isso quando o Estado é o principal indutor de um processo desses. O Estado do nosso País tem que ser o principal indutor desse processo. O papel dele é esse. Do contrário, nós acabamos com essa lorota toda, essa falácia, ensino público, porque dentro das instituições, nos intestinos, nós praticamos exatamente outra coisa. Eu não estou pregando aqui que se inviabilize as instituições. Não se trata disso. Mas ao sermos... Ao que os preceitos constitucionais, precisamos pregá-los, do contrário, emendemos a Constituição e fazemos uma tentativa de trilharmos esse caminho das privatizações, do ensino pago, etc, e vamos ver onde é que nós vamos

chegar. Eu fico por aqui. O Senador Pavan já está me puxando a orelha, mas eu me reservo o direito de em outra oportunidade poder participar mais uma vez do debate. Desculpa, Senador Pavan, pela extensão do tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Senador Geraldo Mesquita, nós poderíamos ficar aqui muito mais tempo ouvindo a sua explanação. Uma rica explanação. É apenas para organizarmos o tempo. Mas poderemos... Não temos desculpa, V.Exa. é que os grandes líderes aqui do nosso Senado, o Sr. Paulo Speller quer fazer uma explanação, uma resposta.

SR. PAULO SPELLER – Bem, primeiro eu queria agradecer os elogios aí do Senador, Geraldo, na época, a nossa história no movimento estudantil. E queria fazer um reconhecimento também. Veja bem, nós hoje vivemos uma situação no nosso País, e eu quero me referir aqui ao Governo Federal, ao Governo Lula, em que nós estamos caminhando na direção que o Senador aponta. Efetivamente, nós passamos muitos anos. Eu ainda fui Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso durante dois anos do Governo anterior, e tive a oportunidade de vivenciar uma situação em que nós tivemos imensas dificuldades na manutenção. Não vou nem falar em expansão, porque não houve nenhuma expansão das universidades federais no Governo anterior.

Então, o que se observa, materialmente falando, é que há um esforço muito grande do atual Governo Federal que se traduz, por um lado, como eu mencionava, na criação de novos campings, são mais de 40 campings, 10 universidades federais, apenas para dar um exemplo. Nós vivemos há duas semanas uma situação inusitada na nossa universidade, no campus de Cuiabá. Nós abrimos agora 130 vagas para concursos públicos de Professor. Isso nunca aconteceu naquela universidade. Foi um movimento... Tivemos que fazer num domingo, inclusive, as provas para não atrapalhar as aulas. Parecia um dia de vestibular. Nós tivemos mais de 700 inscritos candidatos do Brasil inteiro, doutores querendo participar desse processo. Antes nós tínhamos uma vaga, duas vagas, três vagas. Quer dizer, você abrir 130 vagas de uma vez, nós recebemos para esse processo de expansão [soa a campanha] mais de 20 milhões de reais. É inacreditável. Se você pega os anos anteriores. Para a construção de um campus novo em Sinop que é na região norte mato-grossense do Estado, desbravamento a partir da década de 70, onde estamos criando seis cursos novos em áreas estratégicas para a região, como Engenharia Florestal, Agronomia, Enfermagem e outros tantos. Estamos consolidando o campus de

Rondonópolis na região sul, que hoje é a região mais rica e produtora do Estado e estamos consolidando o campus do Médio Araguaia na divisa com o Estado de Goiás, criando lá dois cursos novos, também voltados para aquela realidade – Engenharia Agrícola e Enfermagem. De maneira que há um crescimento efetivo que não havia antes, o orçamento crescia para baixo, se é que se pode usar essa figura, diminuía o orçamento a cada ano. Hoje nós estamos vivenciando uma situação de crescimento do orçamento da ordem de 30% no nosso custeio.

Então, recuperar esse tempo perdido por um lado e ao mesmo tempo crescer e expandir, está aqui o Professor João Monlevade que hoje é consultor aqui no Senado, foi Professor da nossa universidade, vivenciou e contribuiu para esse problema durante muitos anos, Mato Grosso e a Amazônia brasileira tem desafios que são absolutamente difíceis de serem imaginados por quem não vivencia naquela região. Eu tenho atividades no Mato Grosso a 1200 quilômetros que eu, às vezes, levo dois, três dias para chegar lá. Porque você tem que usar voadeira no rio, você atola na estrada. É uma situação de construção de um processo no Estado de Mato Grosso e no Amazonas como um todo. No Amazonas e no Pará você tem até situações mais difíceis e, com certeza, no seu Estado, o Acre, que tem imensas dificuldades e desafios. De maneira que eu vejo esse processo como um processo de desafio. Ou seja, nós estamos crescendo, o Governo está investindo, efetivamente, mas precisamos reconhecer, não é suficiente. E nesse não ser suficiente, é aonde nós temos buscado os Reitores, situações como esta.

Então, são pequenas situações de contribuições simbólicas, realmente são simbólicas, os valores que foram mencionados aqui são representativos do País como um todo, e quem não pode pagar não paga, efetivamente. De maneira que isso está garantindo a permanência de uma parcela considerável desses estudantes que não têm como se manter na universidade, e então com a moradia, com a bolsa, com o RU, hoje nós temos um restaurante bandejão que custa um real. E para aquele que não pode pagar nada recebe uma bolsa, ou seja, não paga nada. Tem a alimentação, almoço e jantar, inclusive, aos sábados gratuitos. Então é uma questão de sobrevivência. Porque nós colocamos hoje aproximadamente 15% do nosso orçamento, correspondente a 15% com essa arrecadação para esse imenso programa que eu tenho aproximadamente, numa população de 17 mil estudantes, eu tenho cerca de mil estudantes recebendo bolsa e outros tantos tendo acesso ao restaurante universitário e uma parcela

um pouco menor ao acesso à moradia estudantil. Então, é uma situação de desafios, nós estamos crescendo, o Governo está investindo, mas ainda falta alguma coisa.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) –

Me dá uma parte? É porque o Senador Geraldo falou sobre subsídio. Eu também sou favorável ao subsídio e com a cobrança dessas taxas, as universidades estão subsidiando os alunos que necessitam. Quer dizer, subsídios indiretos, como restaurantes, moradia e saúde; e subsídio direto como bolsa permanência. Quer dizer, é um subsídio importante e fundamental para esses alunos. Agora, de onde tirar os recursos? A solução encontrada foi a taxa para quem pode pagar.

SR. PAULO SPELLER – A propósito, Senador, nós tivemos há três semanas uma audiência, como disse o Fernando Haddad da Educação, colocamos para ele essa situação que o Senador Geraldo Mesquita menciona, e ele atendeu ao nosso pedido de instituir um programa de bolsas permanência com recurso orçamentário do MEC, já este ano deve estar sendo anunciado nos próximos dias para as universidades federais. É preciso avançar e enfrentar o desafio do dia-a-dia que é o que nós lá na ponta da universidade vivenciamos no dia-a-dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Para fazer suas exposições, grande Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Tirando o grande, o Paim está aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Além de grande no tamanho, é um Senador respeitado e temido pela oposição.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Quero aqui primeiro cumprimentar o autor do projeto, o Deputado Wilson Santos, porque se não é o projeto dele, nós não temos este debate. É um debate bonito, grandioso, e eu diria, generoso. E cumprimentar aqui o Geraldo Mesquita Júnior que apresenta o seu Relatório, e o nosso Senador Saturnino que provoca Audiência Pública, presidida aqui também pelo nosso querido Senador Leonel Pavan. Essa questão da Educação mexe com todos nós. Todos nós sabemos que o sucesso de um povo, enfim, de gerações e gerações de qualquer País passa pela Educação. E claro que nós todos gostaríamos, Senador Aelton Freitas, aqui do lado, Senador Flávio Arns, passou aqui o Senador Edison Lobão, Jonas Pinheiro, mostrando a importância dessa Audiência Pública. E claro que como seria bom se nós pudéssemos dizer – Ensino livre, público e gratuito para todo o povo brasileiro. E quem sabe nós pudéssemos dizer, pelo menos, para 70% do povo brasileiro. E quando eu me refiro a 70% do

povo brasileiro, eu trato tanto do tema salário mínimo, tem 70% do povo brasileiro que a renda não ultrapassa dois salários mínimos. E esses, com certeza, não chegam na universidade. Não chegam. A não ser que haja políticas de inclusão. Políticas de cotas. Políticas que apontem caminhos que nós, que somos, querendo ou não, País de terceiro mundo. Temos dificuldades enormes no campo da Educação.

Eu recebi casualmente ontem no meu gabinete, o Reitor da Universidade de Brasília. [soa a campainha], o Dr. Timóteo. E ele me disse o seguinte – Há verbas para a expansão da universidade para as cidades satélites, o que é muito bom, que não fique só aqui no Plano. E ele me dizia que ele tem uma dificuldade enorme da universidade que vai ter agora em Planaltina de 20 professores. Precisa de estrutura. Eu estou entendendo o esforço enorme que está sendo feito. E o Senador Geraldo Mesquita Júnior, eu sei que a intenção dele é das mais nobres como é a minha. Mas eu vou ser coerente com o projeto que eu apresentei quando era Deputado.

E a pergunta que eu faço – Qual o critério que os Senhores adotam, não só do valor dessa cobrança simbólica, mas de quem pode pagar e quem não pode pagar. Porque para mim, filho de rico tem que pagar universidade mesmo. É um absurdo que é quem tem uma renda de 15, 20 mil reais o filho não paga a universidade. E aquele trabalhador que a renda dele é dois salários mínimos, que trabalha dia e noite para pagar universidade privada para o filho dele. E muitas vezes o filho se dedica da manhã à noite no trabalho e entrega tudo que a família recebe na faculdade privada à noite. Eu, às vezes, dou meu exemplo. Filho meu vai para particular. Eu posso pagar e tenho que pagar. É a única coisa que eu posso fazer como forma de contribuir. Mas claro que não quero chegar nesse extremo. Agora, quem puder pagar uma taxinha de solidariedade com aqueles que não podem pagar, por que não pagar? 20, 30, 40, 50, 100 reais. Por que não pagar? Eu sei que isso não é um discurso... Que a cúpula do movimento estudantil, e eu sou muito ligado com o movimento social, alguns podem não gostar, mas não querer pagar uma taxinha de 100 reais, sabendo que essa taxinha vai ajudar aqueles que não podem pagar, desde que haja um critério justo. Eu acho que o projeto é bom para o debate. E o Senador Geraldo Mesquita ajuda quando faz esse pronunciamento belíssimo aqui da importância do ensino livre, público e gratuito. Eu que aposto muito, inclusive, no ensino profissionalizante, porque eu acho que se você está lá na base sem sair de lá com uma profissão, eu já estou pensando que ele, pelo menos vai ter dinheiro para exercer um emprego decente e até para pagar

a sua universidade. Porque a concorrência é desleal com o filho do pobre em relação ao rico e em relação à universidade pública federal. Amigos meus, pobres e ricos, pobres filho na particular. Rico, amigos meu também, na federal. E não estou aqui fazendo crítica a ninguém. Mas esse é o mundo real. E é em cima desse mundo real que eu tenho que olhar para o horizonte. Claro que eu gostaria muito que ninguém pagasse. Mas aqui entre nós, quem pode pagar, até como um gesto generoso, quem olha para os pobres, isso aí até pensando aí, uma visão maior de [inaudível] pegando o lado espiritual da grandeza, teria que pagar. Por isso que eu quero concluir só dizendo a vocês que... Meus parabéns pela audiência.

Meu amigo Relator sabe do carinho e eu sei que a sua proposta é ensino livre, público e gratuito para todos. Mas o mundo real que nós todos vivemos, do chão das ruas, das favelas, enfim, das fábricas, das construções é que obriga nós darmos esse depoimento aqui. E quero dizer, Senador Geraldo Mesquita Júnior, V.Ex^a. sabe que eu sou um admirador seu. V.Ex^a. está em todas as frentes de luta aqui no Congresso em defesa daquilo que nós acreditamos. E este debate, V.Ex^a. procurou aqui fazer que não houvesse discriminação. Mas a história da discriminação... E quero terminar aqui, Senador, eu sei que o meu tempo passou, é algo que tem que merecer um debate. Como é que nós defendemos políticas de cotas para negros e pobres que não paguem nada? Alguém tem que pagar. Mesmo se a arrecadação dos tributos, impostos da sociedade vai para uma caixa comum e é redistribuída. É assim em tese. Alguém paga, e quem tem que pagar são aqueles que foram aquinhoados pela vida, e que podem fazer estágio no exterior, podem começar entrar no mercado de trabalho depois dos 25, 30 anos, com cursos de especialização nas melhores universidades do mundo. Esses teriam que dar sua contribuição de uma forma ou de outra. Por isso que a pergunta que eu faço, não tão radical quanto o projeto que eu apresentei na Câmara dos Deputados, onde eu dizia o seguinte – Para entrar na universidade pública federal, declaração de Imposto de Renda na mão por quê? Se provar lá que o camaráda recebe 20 mil reais por mês, só como exemplo, não é justo. Que ele não pague a universidade. Não é justo. Eu não entrei em detalhes no projeto, mas eu fiz com que a declaração do Imposto de Renda seria um bom instrumento para nós fazermos com que os pobres, efetivamente, tenham acesso à universidade. E termino dizendo, parabéns pela Audiência Pública, Senador Mesquita Júnior, Senador Pavan, todos os Senadores que organizaram aqui, o nosso Senador Saturnino, e a intenção do projeto original. Eu acho que é muito bom que nós tenhamos debates como esse para permitir que

nós votemos com muita consciência na hora de deliberar não só essa proposta e outras que, com certeza, vão ser debatidas aqui na nossa Casa. Muito obrigado, desculpe o tempo. Foi só uma pergunta que eu fiz.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Para responder a sua pergunta, eu vou pedir ao Sr. Kleber Salgado Madeira que não teve nenhum questionamento até agora. Mas dizer ao Senador Paim que não basta exigir a declaração de Imposto de Renda do estudante, tem que exigir do pai.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – O projeto que eu apresentei não é do estudante. O estudante normalmente não tem. É do pai.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Os filhinhos de papai é que se beneficiam, não é o estudante. De preferência da família. Essa é uma luta nossa de muito tempo, dentro do que nós falamos que parte das universidades públicas parecem depósitos de carros importados. Chegam a trocar de carro anualmente, estudantes que não têm necessidade nenhuma de ter ensino gratuito. Não tem. Todo mundo deveria receber essa oportunidade, mas não podem tirar a vaga daqueles que não tem mínimas condições. Se me permite, Sr. Kleber, eu queria pedir ao Flávio se ele quer fazer uma exposição, de repente poderá ser feita neste mesmo termo, nós conhecemos a luta do Senador Flávio, e aqui estão os Senadores que sempre se portaram dessa forma. Lutando por aqueles que às vezes são excluídos dos benefícios públicos.

Então, com a palavra o Senador Flávio.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente, caros expositores também. Eu só lamento, em primeiro lugar, de não ter participado de toda a audiência, porque como já foi enfatizado, é um tema importante, necessário para o debate, reflexão. Nós, realmente, observarmos o que vem acontecendo na instituição de ensino superior em função dessas propostas, ou que vem sendo feito, como é que a taxa vem sendo cobrada, como é que os critérios são estabelecidos. Eu diria que isso é fundamental. É importante, como já foi mencionado pelo Dr. Paulo, essa visão do MEC de não só se preocupar como Senadores e Senadoras e Parlamentares, e a sociedade vem se preocupando com a questão do acesso à instituição de ensino superior, através do estabelecimento de cotas, por exemplo, ou seja, para o ensino... Para os alunos oriundos do ensino público, ou pessoas que tenham também o acesso em função do estatuto da igualdade racial, pessoas com deficiência, mas que seja garantida também a permanência desse aluno, porque nós temos observado através de trabalhos dos meios de comunicação como é difícil a pessoa que teve a condição de ter o acesso e não poder permanecer na instituição.

Então a questão da bolsa permanência, eu diria, é algo fundamental. Nós deveríamos, na verdade, debater bastante essas situações todas para vermos quais os caminhos que podem ser seguidos também nessa direção. Mas eu diria que há um esforço para democratização da instituição de ensino superior pública bastante intensa no nosso País. Basta ver os esforços todos que foram feitos no decorrer dos últimos anos para que as pessoas em condição econômica não privilegiada tivessem acesso a isso tudo. A essa possibilidade de participação numa instituição federal ou numa instituição pública estadual ou de outra natureza também. Então, é um debate interessante, necessário, e eu acho que nós temos que nos debruçar sobre isto. Eu só faria uma pergunta, que é algo que me intriga sempre muito, e não está propriamente relacionada a essa questão da ajuda, ou da contribuição que o aluno de uma instituição esteja pagando e que acabe assim contribuindo, beneficiando os programas sociais da instituição, mas eu olho lá o meu Estado, o Paraná. O Paraná sempre primou muito no decorrer dos anos para ter uma rede de instituições de ensino superior público, estaduais, forte no Estado do Paraná. E certamente um valor apreciável do orçamento do Estado vai para esta direção. É perto de um bilhão de reais que o Estado do Paraná despende com instituições de ensino superior estaduais.

Então, naturalmente, tem o seu mérito, porque as instituições ajudaram a formar a população, se constituíram centros de pesquisa, de ensino, referência das regiões tem contribuído para o desenvolvimento regional, sem dúvida alguma também, ajudar a manter a pessoa nas várias regiões do Paraná, em vez de se deslocarem para a capital ou para outro centro para procurarem uma instituição de ensino superior em cidades maiores, em pólos populacionais maiores. Mas o Paraná despende um bilhão de reais. Eu, inclusive já fiz o levantamento de quanto que o Governo Federal despende com os Estados para a manutenção do ensino superior público federal nos Estados. E o que nós observamos é uma discrepância extraordinária entre os Estados. Eu sei que, por exemplo, o Paraná despende um bilhão, recebe em termos de Governo Federal para manutenção da Universidade Federal do Paraná, por exemplo, 500 milhões, e o Rio Grande do Sul, nada contra o Rio Grande do Sul, que bom que o Rio Grande do Sul tem essa possibilidade, mas recebe do Governo Federal cerca de um bilhão e meio para o ensino superior. Ou seja, recebe um bilhão a mais do que o Estado do Paraná por ano. Quer dizer, é um valor, vamos dizer, ótimo para o Rio Grande do Sul.

Não tenho absolutamente nada contra o fato do Rio Grande do Sul estar recebendo. Mas outros Es-

tados também recebem. E nós podemos imaginar a diferença que isto causa na economia do Estado, por exemplo, você receber um bilhão a mais por ano para a manutenção e o desenvolvimento das instituições de ensino superior, este um bilhão vai gerar emprego, vai gerar renda, vai gerar uma dinamização da economia, o Estado que estaria gastando um bilhão poderia estar gastando esse um bilhão no ensino fundamental, no ensino médio, na infra-estrutura, numa série de coisas. Então eu diria que o sistema de distribuição de recursos no Brasil para as instituições de ensino superior, olhando este quadro, eu diria que me parece que não segue qualquer critério objetivo que não seja o critério objetivo da presença política, da força política de um determinado Estado junto ao Governo Federal. O que eu diria que... Reforçando novamente, nada contra os Estados que recebem mais, porque nós temos que ter mais recursos, inclusive, para o ensino superior, mas isso eu diria um atentado contra o pacto federativo, onde os Estados têm direitos iguais também de desenvolverem.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Flávio Arns, me permite uma parte, como V.Exa. citou o Rio Grande do Sul, acho que é uma questão também dos dirigentes do Estado ver as prioridades, porque eu percebo que independente do Governo, o Rio Grande do Sul tem sido um dos mais discriminados, se esse termo é correto usar nesse debate, em matéria de recursos. Mas, por outro lado também, os dirigentes do Rio Grande do Sul, independente dos governos, dos Governadores e das bancadas federais anuais, claro que trabalham muito na linha do debate da Educação. Mas esse é um debate da distribuição como se falava do pacto federativo. E nesse aspecto o Rio Grande do Sul fica entre os cinco Estados que menos recebe recursos da União.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Bom, eu até não tenho o levantamento em termos de recursos da União, mas eu tenho o levantamento dos recursos em termos de instituições de ensino superior federais. E o Rio Grande do Sul recebe. É um dos mais bem aquinhoados, se me permite dizer, do Brasil, inclusive mais do que Santa Catarina, muito mais do que o Paraná, e não tenho nada contra. Não é uma guerra que se estabeleça contra o Rio Grande do Sul. Eu digo ótimo. Que bom.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Posso participar um pouco neste debate com uma parte. Eu acho, Senador, que esse critério, não conheço detalhes...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Eu só pediria que fosse mais objetivo para nós podermos continuar.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ)

– Deve ter alguma ligação com o número de alunos matriculados e com a população. É que o Rio de Janeiro, por exemplo, deve receber mais do que o Rio Grande do Sul. Mas deve haver alguma proporcionalidade não só com a população, mas com a população matriculada nas universidades federais. Agora, é claro que isso tem uma história. E como o Rio de Janeiro tem um processo de desenvolvimento mais antigo do que o Paraná e o Rio Grande do Sul também, o Paraná, provavelmente, ficou ao longo da história com o número de matriculados menor e por isso recebe menos. Imagino que haja uma proporcionalidade com o número de estudantes.

[Tumulto]

SR. PRESIDENTE SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Eu queria passar um minuto para o Geraldo Mesquita...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Só uma frase. Dizendo que é o número de universidades. Ele falava de lá e eu ouvi aqui, que o Rio Grande do Sul tem um número muito maior de universidades que o Paraná.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Eu vou dar um minuto para o Senador Geraldo Mesquita, dois grandes Senadores, o Geraldo Mesquita um minuto para depois o Flávio para encerrar para podermos...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Antes só do Senador Geraldo Mesquita também participar só fazendo o aparte, eu só queria dizer que eu sei perfeitamente que existem mais universidades, mas esse que é o questionamento que eu faço. Nós temos que discutir isso. Por que é que o Mato Grosso não tem 10 universidades ou camping?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Eu queria sugerir uma outra Audiência Pública e debatermos por que é que Santa Catarina só tem uma universidade.

[Risos]

SR. RONALDO TADEU PENA – Eu queria entrar neste debate apenas para dizer, porque eu não vou colocar aqui o montante dos repasses para o Acre, porque eu não estou autorizado pela universidade para revelar a sua condição de indigente.

Então, por isso que eu me reservo o direito de não colocar o volume de repasse para a Universidade Federal do Acre, participando desse debate. É só para esclarecer esse ponto.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só quero para concluir, Sr. Presidente, dizer o seguinte, que na minha ótica, e eu gostaria que o Dr. Paulo e o Dr. Ronaldo me contradissem, no caso, mas eu diria

que não existe qualquer critério que eu saiba, que eu conheça, objetivo para dizer que para o Estado do Acre, as pessoas vão receber cem reais por habitante/ano para o ensino superior, e em outro Estado, que não o Rio Grande do Sul, mas qualquer outro Estado, o Estado receba quinhentos reais/ano por habitante para o desenvolvimento do ensino superior público gratuito e federal. E eu diria, na minha ótica, que isto, com esse critério, nós estamos lesando muitos Estados e a população desses Estados no direito à educação por falta de um critério que não seja o critério da presença política desses Estados em Brasília e que pela força conseguem mais... Pela força política conseguem mais recursos quando num critério de justiça, bastante lembrado no debate aqui também, deveríamos pensar em termos de desenvolvimento, de justiça, de critérios regionais e um conjunto de aspectos debatidos com a sociedade. Então, a minha pergunta é – Existe algum critério ou não?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Bom, primeiro o seguinte, nós estamos discutindo aqui a questão das taxas nas universidades. Mas foi levantado um novo assunto pelo Senador Flávio que faz com que nós possamos, de repente, aqui provocar uma nova discussão aqui na Comissão de Educação, quais os critérios que o Governo Federal adota para que algum Estado tenha 10 universidades, outras oito, e a minha Santa Catarina 40 anos atrás instalaram uma, e até hoje nada. Aliás, eu ouvi do Ministro da Educação aqui dizendo que não é prioridade instalar mais uma em Santa Catarina. Mas esse é outro debate que nós teremos que fazer futuramente. Eu queria passar a palavra aqui aos expositores que ao mesmo tempo já fizessem as considerações finais. As respostas podem ser de todos, se houver alguma novidade, ter lembrado alguma questão que não foi dito antes, mas que ao mesmo tempo já fizessem as considerações finais e fôssemos até mais objetivos porque já é meio-dia e já passa do meio-dia.

SR. KLEBER SALGADO BANDEIRA – Respondendo diretamente a pergunta do Senador Paulo Paim, com relação aos critérios. Os critérios de taxa são discutidos pelos Conselhos, Conselho Curador, CONSEP que é de Ensino Superior e Pesquisa e pelo CONSUN que é o Conselho maior da universidade. Então essas taxas são discutidas. Esses conselhos com diretores de censo, com pró-Reitores e com a representação de funcionários e estudantes.

Então, essas taxas para cada universidade são discutidas nesse Conselho. Com relação diretamente aos critérios para que esses alunos sejam de baixa renda. Por exemplo, o critério, os alunos são cadastrados nos setores das coordenações dos projetos de

assuntos estudantis, fazem as inscrições, passam por um cadastro com as assistentes sociais. Uma entrevista diretamente com ele, onde, nessa entrevista eles apresentam documentação de renda familiar, quando não é, se é agricultor traz o documento do INCRA, se é lá do interior do Ceará, por exemplo, e está na Paraíba, um juiz vai dar uma declaração que o cara é desempregado, quem tem Imposto de Renda traz a declaração de Imposto de Renda, quem não tem traz a declaração negativa de Imposto de renda, porque tem CPF e aí dá negativa do Imposto de Renda, a renda familiar leva-se em consideração o número da família que passa com aquela renda. Se é o salário mínimo, tem três irmãos, dois ou um. Se é desquitado judicialmente tem que trazer um documento. Porque é normal – “Ah, hoje eu estou desquitado, meu pai abandonou minha mãe”. Faz parte do jogo da Assistência Social, e traz os custos e gastos normais de uma família – água, luz, alimentação; já tem um padrão, mas água, luz, telefone, se tem carro, se tem bens móveis e imóveis.

Então, nessa parte, esses alunos que são beneficiados com esses programas de assistência estudantil eles passam por isso. Nós que trabalhamos na assistência estudantil, nós sempre lembramos o seguinte, no nosso FONAPRACE, no nosso Fórum nós dizemos que para a assistência estudantil não tem custo. [soa a campainha] O Governo não gasta com assistência estudantil, ele tem um investimento. Porque na hora que ele está jogando aquele dinheiro, futuramente com a permanência normal, com a saída do aluno, ele está entregando à sociedade um bom pesquisador, um bom profissional. Então isso é investimento. É o sentido. Quando o aluno não sai, aí sim, quando ele passa mais tempo, aí ele passa exatamente a custar mais. Então é isso aí. Com relação ao magnífico Reitor Paulo falou, a expansão, por exemplo, agora nós temos cuidado, a Paraíba está tendo expansão pela Universidade Federal da Paraíba que é nossa com camping, com 12 cursos, lá no nosso projeto já veio dentro do projeto que foi aprovado, já tem a construção de um restaurante universitário, a construção de uma residência, porque nós estamos preocupados, Senador, com essa parte da permanência. Isso não só é entrar, é exatamente permanecer no tempo normal e sair. E para finalizar, nós agradecemos. Eu acho que foi muito proveitoso, estamos à disposição. Todas as perguntas e todas as intervenções foram maravilhosas, tem a questão de fundo que nós sabemos, realmente falta orçamento para a Educação, o Paulo está aí, o Geraldo foi muito feliz, e todas as universidades sem nem perguntar, todas elas devem água, luz e telefone sem nenhum problema. Quando não deve atrasa, pelo menos, três meses. Com a privatização de algumas

idades em alguns Estados piorou porque os caras são privados ou vai ou ameaça cortar. Então piorou. Mas todas elas estão na mesma situação. Mais uma vez, ao Senador Pavan, Santa Catarina é um grande Estado, mas acho que a expansão é válida para todos os Estados. Conheço muito bem através da assistência estudantil, a situação do norte é muito complicada, mais do que o nordeste, mas nós temos que lutar e discutir essa causa que é justa e nessa linha. Que bom se todos nós tivéssemos ensino público, gratuito e de qualidade. Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Eu, antes de passar a palavra ao Reitor Paulo Speller, antes do debate que houve aqui, não tinha ninguém da oposição, somente o Geraldo, [inaudível] debate, Senadores do Governo. Veio mais para cá, foi mais para lá, menos aqui, menos ali. Imagine nós do PSDB o que estamos pensando do Governo em relação a recursos que devem ser enviados ou que não estão sendo enviados para os Estados. De modo que todos estamos preocupados, inclusive da base do Governo, preocupados, cobrando do próprio Governo que atenda as universidades públicas ou do Paraná ou do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro, de qualquer lugar. Mostra aqui que os Senadores, independente de cores partidárias, estão lutando por melhores dias aos estudantes do nosso País. Quero passar aqui ao Paulo Speller para fazer suas considerações finais.

SR. PAULO SPELLER – Eu queria, mais uma vez, agradecer o convite, colocar a ANDIFES à disposição dos Srs. Senadores para os novos debates que já foram vislumbrados aqui e dizer da nossa satisfação pelo fato de que aqui no Senado Educação é uma prioridade independentemente dos partidos políticos, como colocou o Presidente desta Audiência Pública. E, efetivamente, não há, ou não havia, Senador, critérios para a distribuição de recursos. Santa Catarina tem uma universidade, o Acre só tem uma, Mato Grosso só tem uma, alguns Estados tem mais, outros tem menos, e me parece que nós começamos a caminhar na direção do estabelecimento desses critérios quando o Governo traz o programa de expansão exatamente para quê? Para levar universidade pública federal gratuita aonde ela não existe, aonde ela não chegava. O caso do Paraná, nós tivemos recentemente a criação da universidade tecnológica, a primeira do País, do Paraná, que foi, na verdade, a transformação do CEFET numa universidade. Então já temos ali duas universidades, talvez até precisemos mais. E até São Paulo, onde as estaduais também cumprem um papel semelhante ou até maior do que no Paraná, foi criada mais uma universidade porque a presença das federais lá é muito tímida. Foi criada a Universidade Federal do ABC. Mas também nós temos outras situações como no Amazônia em que uma universidade que é o caso típico não dá

conta daquela imensidão. Mato Grosso tem quase um milhão de quilômetros quadrados. Então eu tenho que dar conta de um Estado e com custo muito mais alto de deslocamento, de tempo, de pessoal, de desgaste dos veículos que rapidamente estão inutilizados, mas isso não é considerado, por exemplo, na distribuição dos recursos [soa a campainha] em relação à universidade muitas vezes instalada na capital. O que praticamente deixa de existir agora.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – V.Ex.^a, só me permite uma parte. Eu também, durante algum tempo, sempre pensei em termos de número de instituições de ensino superior. Eu, na verdade, parei de pensar nesse sentido porque nós podemos perfeitamente ter uma universidade com diversos campus no Estado o que seria o mesmo, até mais barato e mais coerente, na minha opinião, com essa idéia de contenção de gastos e uma dinamização dos recursos. Por isso que eu mudei o critério quando fizemos o levantamento dos recursos federais que vão para os Estados. Nós pegamos um critério, número de habitantes, poderia ser outro critério, número de habitantes e recursos que vão para o Estado. E nesse sentido que existem as distorções ainda gritantes em termos de Estados bem aquinhoados e Estados menos aquinhoados.

SR. PAULO SPELLER – É verdade. Mas com certeza é um assunto que merece discussão. Eu só queria fechar minhas considerações finais, Senador, fazendo um apelo a esta Comissão. Eu concordo inteiramente com o parecer do Senador Geraldo Mesquita, acho que ele tem toda razão, e o que ele coloca ali é uma situação ideal. O ideal seria que nós tivéssemos recursos para dar conta de todas essas demandas e, sobretudo da questão básica que nós colocamos aqui, que é a permanência do estudante carente na universidade.

Então, qualquer decisão que se tome, tem que ter um sentido de progressividade. É claro que a proibição repentina das taxas causaria uma comoção nas nossas universidades que seria algo que nós não desejamos, e os Senhores também.

Então, qualquer decisão que ela tivesse ou o sentido da progressividade ou o sentido até da negociação do aumento do orçamento das universidades para aquilo que hoje nós já captamos através das taxas e das contribuições que são cobradas. Quer dizer, como já está sendo sugerido aqui, de repente, até uma continuidade desta audiência com outras questões que foram aqui levantadas, até se pensar para o orçamento do próximo ano, uma discussão maior sobre essa questão para ver se não é o caso de se contemplar não num ano só, mas ao longo de vários anos, e isso está pensado para a reforma cujo projeto em algum momento vai chegar ao Congresso que é a questão da assistência estudantil receba uma priorização grande

para que nós possamos dar conta do que estamos fazendo, e mais do que isso, crescermos mais e podermos incluir ainda mais. Porque, realmente, 10% é muito pouco. Nós estamos atrás da Bolívia, atrás da Colômbia e atrás de muitos países da América Latina com situação econômica... Mais é uma questão que vem de muitos anos. Então era esse o apelo que eu queria fazer para concluir. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Para as suas considerações finais, o Reitor da Universidade de Minas Gerais, Ronaldo Tadeu Pena.

SR. RONALDO TADEU PENA – Eu queria falar três coisas antes de me despedir e rapidamente. Primeiro assegurar aos senhores que, como foi dito, que é feito na Paraíba o mesmo é feito em Minas Gerais e certamente o mesmo é feito em Mato Grosso. Os critérios de carências são justos. Nós usamos assistentes sociais para fazer essa análise. Essa análise considera a família, considera todas as circunstâncias e realmente os carentes são os carentes mesmo. Não há dúvida quanto a isso. A segunda coisa que eu queria também dizer, talvez um pouco fora do assunto, mas primeiro aí da discussão do Projeto de Lei, mas é que a distribuição de recursos não pode ser feita uma fotografia, porque se o Senhor faz uma fotografia da situação atual, você vai olhar o momento, e nós temos que olhar a história.

Então, o que acontece é que na hora que o recurso é distribuído, dentro do MEC, não existe Rio Grande do Sul e Paraná. Existe Universidade de Santa Maria e Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tem uma outra lá perto de Pelotas, e Universidade do Paraná e CEFET Paraná, e Universidade Federal de Minas Gerais e mais 11. Minas tem 12. Agora, o que acontece é que isso vem de uma história. O que aconteceu é que naturalmente cada universidade que se cria, se cria nesta Casa aqui, se cria pelo Congresso Nacional.

Então, claro, os políticos, acredito eu, de cada Estado, ao longo do tempo, trabalharam no sentido de que tivesse uma Escola de Engenharia Federal de Itajubá, EFEL. Hoje é uma universidade, mas foi uma escola de engenharia até 10 anos atrás.

Então, esse crescimento no caso de Minas é notável. Um Estado com um nível abaixo, claro de São Paulo, e tal, mas tem 12 instituições. E, finalmente, eu queria realçar uma coisa. Todos nós na discussão ficamos muito firmes na questão da permanência do estudante que eu acho que é primordial, realmente que é no que se refere ao projeto o que atinge os estudantes de graduação. Isso realmente, para nós, seria um desastre. Talvez isso sugerido pelo Reitor Speller fosse o caminho, se criasse a rubrica assistência estudantil e que ela fosse crescendo. Não, agora não precisa mesmo. Então, tudo bem. Mas agora isso é muito

complicado fazer. Mas nós esquecemos um outro lado, praticamente não discutimos, que é a pós-graduação, que é o pessoal graduado. Nesse caso, quer dizer, é uma injustiça ao contrário. Você não cobra daquela pessoa que vai se beneficiar. Quer dizer, é uma espécie de privatização. No momento em que uma empresa vai a uma universidade, consegue um curso, digamos, para os seus engenheiros, vai melhorar o seu produto, vai poder faturar mais, e não paga por isso, não paga o custo disso. E o Projeto de Lei está prevendo que não pagaria. Então, eu acho que essa é uma questão grave. Eu termino, realmente aqui como Reitor, não como representante, mas usando a minha posição de Reitor, de realmente pedir aos Senhores uma consideração muito cuidadosa desta questão pelo impacto que terá naqueles jovens que estão lá hoje. Eles que estão lá hoje se beneficiando disso.

Então, se retirar e se valer a partir da retirada nós temos que ir lá e dizer a essas pessoas – Você tem que sair da moradia ou então pagar o custo dela, ou coisa desse tipo. Então, seria uma coisa dramática para os nossos jovens pobres que estão lá sustentados por esses recursos.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Senador Pavan, Pela Ordem. Eu queria deixar aqui a título de sugestão. V.Ex^a. acolheu e certamente dará praticidade à idéia de discutirmos aqui o assunto levantado pelo Senador Arns, ou seja, a distribuição de recursos entre as universidades. Eu queria deixar também como sugestão para um tema a ser tratado por esta Comissão, uma questão que eu levantei aqui e acabei não provocando nenhuma resposta dos ilustres convidados, ou seja, as universidades têm ou não têm mecanismos que permitam que elas vendam o serviço de tecnologia, etc? Até hoje eu não tenho isso claro. Eu soube lá na universidade do meu Estado de forma precária, que as universidades não têm mecanismos que permitam que elas possam praticar esse tipo de atividade, além da acadêmica. Então, eu queria deixar aqui como tema. E para concluir, Senador Pavan, queria me dirigir, inclusive, ao meu querido amigo Senador Paim, dizer que de forma alguma eu discordo dele. Veja, eu tenho um conhecimento precaríssimo, Paim, do marxismo, por exemplo. Mas eu me recordo que, mesmo na sua base, o marxismo já prevê que numa sociedade justa, socialista a expressão... O Paulo que me corrija, de cada um segundo suas possibilidades. E a cada um segundo sua necessidade.

Então, desde lá.

Então, não poderia ser contrária à idéia de que quem pode mais tem que contribuir mais. Agora, eu só discuto com você onde isso se opera? Para mim, isso tem que se operar na base. Por exemplo, na cobrança do tributo. Quem pode mais paga mais. Eu estou me lixando para quem ganha. Entendeu, Paim? Acho

que o Congresso tem fugido ao debate, por exemplo, da instituição do tributo sobre as grandes fortunas. Eu diria nem grandes, eu diria fortunas, essa seria uma fonte preciosa, por exemplo, para o custeio das universidades, para o fomento da ciência e da tecnologia no nosso País. Eu discuto apenas de que forma isso deva ser cobrado. Acho que no varejo, Paim, creio que não é a melhor alternativa. Acho que a alternativa consistente é na raiz da coisa. Quem pode mais paga mais tributo. E a sociedade decide de que forma esse tributo será aplicado. Você poderá me convencer do contrário num futuro próximo. Mas estou convencido disso. A sociedade que decida. O problema é que a nossa sociedade não decide acerca das prioridades. Para mim Educação e Reforma Agrária é prioridade neste País. Mas a sociedade elegendo governos, etc, não decide dessa forma. A questão é só essa.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Senador...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Presidente, só uma frase, eu não vou falar. Eu quero dizer que não há nenhuma discordância. Somos parceiros, caminhamos juntos, votamos juntos, defendemos juntos. Esse aqui é parceiro de todas as lutas. Só deixar esta frase, porque eu sei que ele concorda. Mas enquanto esse mundo ideal não vem, da tributação das grandes fortunas, nós, no momento, vamos caminhando da forma que podemos. E eu sei que V.Ex^a. concorda comigo, eu entendi sua mensagem. Só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Eu fico pensando como é a situação de um Presidente de uma Comissão. Fica nervoso aqui. Quando estou ali, o Presidente me corta. Toda vida não me deixa falar. Eu acho que eu sou excessivamente democrático e queria que todos continuassem falando. Porque o tema é importante. Começou-se uma questão e já passou para outra. A Educação é um tema que tem sido discutido permanentemente. Eu queria colocar aqui ao Sr. Paulo Speller que esta Comissão há mais de um ano vem discutindo a reforma do ensino superior, há mais de um ano. Já houve quatro Audiências Públicas aqui. E nós vamos continuar discutindo. Esse assunto de hoje... Agora vamos começar uma nova discussão, que é para discutirmos qual é a forma que o Governo está escolhendo para beneficiar o Estado A ou o Estado B, se são os Estados com menores necessidades, ou porque tem mais condições econômicas, ou porque tem mais habitante, ou porque é maior, ou porque é aonde necessita realmente investir. Porque o IDH, o IDS é baixo, tem que fazer uma avaliação melhor. Também queria dizer aos nobres palestrantes, aos expositores, que o caso de Minas Gerais é quase que uma exceção, casas, prédios, apartamentos, alimentação a setenta e cinco centavos, subsidiar o material escolar sem juros, seis

meses. Isso não é em todo o Brasil, é quase que uma exceção, e que se todos os Estados tivessem esse caminho, com certeza, não estaríamos aqui debatendo as taxas. Porque o que está se oferecendo ali é digno de elogio e merece nossos cumprimentos.

Queria também colocar aqui, está ocorrendo hoje em muitos lugares do Brasil, cidades estão construindo universidades Municipais. Em Santa Catarina o Município de São José, quando o Prefeito lá Fernando Elias era Vereador, foi Secretário de Educação tem essa sensibilidade, é do meu partido, do PSDB, ele criou a universidade municipal que pode ser seguido por diversos outros Municípios do Brasil. Tem a estadual. A estadual que é o DESC fez parcerias com os Municípios, no caso quando eu era Prefeito em Balneário Camboriú e lá instalou uma unidade. Está indo muito bem, obrigado, ao DESC. Em diversos outros Municípios de Santa Catarina. A própria UFSC que também quer agora implantar unidades em diversos lugares do Estado. Infelizmente, até agora somente para os professores, infelizmente. Mas ela pode ser ampliada e está restrita a professores que estão aí buscando pós-graduação. Mas está sendo ampliada. Mas estamos avançando. Os Prefeitos estão mais sensibilizados, os Governadores, os Senadores, os Deputados. Nós estamos avançando muito nessa área. Já foi bem pior no passado.

Então, por isso aqui quero cumprimentar a todos, eu tinha até uma pergunta a fazer aqui e não fiz, é se essas taxas são suficientes para manter... Qual é o valor das taxas? Mas eu não quero entrar nesse assunto porque eu defendo o ensino gratuito em todos os níveis. Mas eu quero cumprimentar a todos. Esse debate que parecia que seria morno, porque nós já estamos há mais de duas horas debatendo todo mundo querendo colocar mais...

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Isso é mérito da Presidência da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Eu quero morrer de enfarte aqui. Eu quero agradecer a todos os convidados, às pessoas que estão aqui presentes acompanhando este trabalho, e leve para os seus Estados a certeza que esta Comissão tão bem aqui coordenada pelo Júlio e pelos demais membros desta Comissão. O Júlio é quem coordena os trabalhos todos. Esta Comissão está cumprindo o seu papel com muita responsabilidade. E nós vamos ter, sem dúvida alguma, vamos colher muitos frutos em função daquilo que estamos realizando nesta Legisatura. Parabéns a vocês e agradeço aí por ter atendido o pedido dos Senadores, tanto do Senador Saturnino que fez o Requerimento, como o Geraldo Mesquita como Relator. Muito obrigado e um abraço a todos.

Sessão encerrada às 12h38min.

Ata da 12ª Reunião Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 25 de abril de 2006

Às onze horas e oito minutos do dia vinte e cinco de abril de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Gerson Camata e com a presença dos Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Juvêncio da Fonseca, Leonel Pavan, Wellington Salgado de Oliveira, Valdir Raupp, Sérgio Cabral, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Paulo Paim, Flávio Arns, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Roseana Sarney, Marco Maciel, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Garibaldi Alves Filho, Gilvam Borges, Luiz Otávio, Delcídio Amaral, Antônio Carlos Valadares e João Ribeiro, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Marcelo Crivella, Teotônio Vilela Filho, Maguito Vilela, José Maranhão, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino e Mozarildo Cavalcanti, que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência submete a deliberação do plenário a preferência para iniciar a deliberação pela pauta de Decretos Legislativos, o que é aprovado. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da Pauta. **Item 01 – Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Vida Nova a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Franca, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 02 – Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Ernesto Benedito de Camargo para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cotia, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 03 – Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Penha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 04 – Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova

o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária Rádio Liberdade FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 05 – Projeto de Decreto Legislativo nº 165, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Nova Campo Largo Rádio e Televisão Educativa para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lapa, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 06 – Projeto de Decreto Legislativo nº 174, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Master FM LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Engenheiro Beltrão, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 07 – Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Cruzeiro do Oeste a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 08 – Projeto de Decreto Legislativo nº 182, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Itaguaí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaguaí, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 09 – Projeto de Decreto Legislativo nº 187, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Santa Fé a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Fé, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 10 – Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Niteroiense de Arte, Cidadania e Comunicação Popgoiaba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Wellington Salgado de Oli-

veira e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 11 – Projeto de Decreto Legislativo nº 063, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão ao Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bela Cruz, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Garibaldi Alves Filho e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 12 – Projeto de Decreto Legislativo nº 543, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Vicente de Paulo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Moraujo, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Garibaldi Alves Filho e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 13 – Projeto de Decreto Legislativo nº 551, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação dos Comunicadores de Maracanaú – ASCOMAR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maracanaú, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Garibaldi Alves Filho e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 14 – Projeto de Decreto Legislativo nº 050, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente e Social de Nova Floresta a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguaribe, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Garibaldi Alves Filho e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 15 – Projeto de Decreto Legislativo nº 074, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Vale do Groaíras – ACVG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Groaíras, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 16 – Projeto de Decreto Legislativo nº 083, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão do Vale do Curu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís do Curu, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 17 – Projeto de Decreto Legislativo nº 090, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Progresso e Cidadania de Monsenhor Tabosa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monsenhor Tabosa, Estado do

Ceará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 18 – Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza o Instituto de Radiodifusão Comunitária de Pacujá – CEARÁ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacujá, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. Finda a deliberação da Pauta de Projetos de Decretos Legislativos e inicia a apreciação da pauta de Projetos de Lei – **Item 02 – Projeto de Lei do Senado nº 031, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Gerson Camata que, “Dispõe sobre a inclusão da letra do Hino Nacional Brasileiro nas contracapas de cadernos e livros”. O relator designado é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 04 – Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marco Maciel que, “Dispõe sobre as ações de publicidade da administração pública”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o parecer é pela rejeição. O projeto é retirado de pauta, atendendo a solicitação do relator. **Item 05 – Projeto de Lei da Câmara nº 014, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado André Costa que, “Institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus”. A relatora designada é a Senadora Roseana Sarney e o parecer favorável é aprovado. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Gerson Camata passa a Presidência ao Senhor Senador Juvêncio da Fonseca para relatar o seguinte item – **Item 06 – Projeto de Lei da Câmara nº 003, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Sandes Júnior que, “Institui o Dia do Radialista”. O relator designado é o Senador Gerson Camata e o parecer favorável é aprovado. Reassume a Presidência o Senador Gerson Camata. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias da pauta – **Item 01 – Projeto de Lei do Senado nº 001, de 2004**, **Item 03 – Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2005** e **Item 07 – Projeto de Lei da Câmara nº 009, de 2006**. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e quarenta e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no **Diário do Senado Federal**. – Senador **Gerson Camata**, Presidente da Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, que está sendo realizada neste 25 de abril de 2006, uma terça-feira, às 11h08.

Nós temos na pauta hoje alguns Projetos de Decreto Legislativo referentes às emissoras de rádio. E nós vamos começar, então, pelo Item nº 3, cujo Relator é o ilustre Senador Leonel Pavan, que está presente. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo 115/2006, que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Penha a executar o serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina. A autoria é do Poder Executivo e o Relator é o Senador Leonel Pavan, que tem a palavra para proferir o seu relatório.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, primeiro dizer que para mim é uma alegria relatar esse projeto. Penha, que é a cidade aonde é a sede de um dos maiores parques do mundo, Beto Carreiro; Beto Carreiro é localizado na cidade de Penha e é próximo da cidade de Balneário Camboriú; Está a 15 minutos apenas de Itajaí, um porto pesqueiro; Navegantes, que ora é um porto internacional, 5 quilômetros do aeroporto de Navegantes, aeroporto internacional do maior centro pesqueiro do Sul do Brasil – Itajaí, Balneário Camboriú e a sede de Beto Carreiro. Então, eu quero dizer que para mim é uma honra relatar esse projeto. E que sou pela aprovação desta emissora para a cidade de Penha.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O relatório apresentado pelo Senador Pavan é favorável ao Projeto de Decreto Legislativo. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, a votação será efetuada oportunamente.

Projeto de Decreto Legislativo 183/2006. Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Cultural Comunitária Rádio Liberdade FM a executar o serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina. A autoria é do Poder Executivo, o Relator é o Senador Leonel Pavan, que tem a palavra para proferir o relatório. Com a palavra V.Exª, Sr. Senador.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, da mesma forma, este projeto de São Bento do Sul me permite aqui fazer um pequeno comentário sobre São Bento do Sul. É da região norte de Santa Catarina, uma região do setor moveleiro, e que estão passando por sérias dificuldades inclusive, em função do câmbio, prejudicando a exportação de móveis, e São Bento é uma cidade de grande importância para a economia de Santa Catarina e do Brasil. A Associação

Beneficente e Cultural Comunitária Rádio Liberdade FM vem trazer, com toda certeza, mais condições de informar aos habitantes daquele Município. Por isso, Sr. Presidente, eu quero dizer que sou favorável a este projeto, sou pela aprovação da instalação da rádio da Associação Beneficente e Cultural Comunitária Rádio Liberdade FM de São Bento do Sul.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O relatório apresentado por S.Exª. o Senador Leonel Pavan é favorável. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, encerrada a discussão. A votação se dará oportunamente.

Nós voltamos, então, ao Item 1 e Item 2.

O Item 1. Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Vida Nova a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Franca, Estado de São Paulo. A autoria é do Poder Executivo. O Relator é o Senador Romeu Tuma que, não estando presente, a Mesa designa Relator *ad hoc* o Senador Edison Lobão.

Ao mesmo tempo, o Projeto de Decreto Legislativo 191/2006. Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Ernesto Benedito de Camargo para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cotia, Estado de São Paulo. Não estando presente o Relator Romeu Tuma, a Mesa também designa o Senador Edison Lobão Relator *ad hoc* do mesmo projeto.

Com a palavra, o Senador Edison Lobão, para proferir os seus relatórios.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Sr. Presidente, os projetos mencionados por V.Exª. têm uma documentação que não evidenciou nenhuma violação da legislação pertinente. Em consequência, eu me manifesto pela aprovação dos dois Itens, 1 e 2.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Relatórios apresentados pelo Senador Edison Lobão são favoráveis. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Passa-se a votação oportunamente.

Item nº 5. Projeto de Decreto Legislativo 165. Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Nova Campo Largo Rádio e Televisão Educativa para executar serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada na cidade da Lapa, Estado do Paraná. O Relator é o Senador Flávio Arns. Não estando S.Exª. presente, a Mesa designa o Senador Juvêncio da Fonseca Relator *ad hoc*. Com a palavra, o Senador Juvêncio da Fonseca, para proferir o seu relatório.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Presidente, o projeto atendeu todos os requisitos legais. Nosso parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Também a Mesa designa o Senador Juvêncio da Fonseca Relator do Item Nº 6. Que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Master para executar serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, na cidade de Engenheiro Beltrão, Estado do Paraná.

V.Ex^a. com a palavra, para proferir o seu relatório.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Presidente, também esse projeto atendeu todos os requisitos legais. O nosso parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – A Mesa ainda designa V.Ex^a. Relator dos Itens 7, 8 e 9, cujo Relator também é o Senador Flávio Arns, que não está presente.

Com a palavra V.Ex^a., para proferir os relatórios.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Presidente, o projeto dos Itens 7, 8 e 9 também cumpriram todas as regras legais. Nosso parecer é favorável pela sua aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Em discussão os relatórios apresentados por S.Ex^a. o Senador Juvêncio da Fonseca. Não tendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Votamos oportunamente.

Senador Flávio Arns acaba de chegar, mas, o seu projeto já havia sido relatado. Mas, eu queria que V.Ex^a. tomasse assento, já que foram relatados, com relatório favorável, pelo Senador Juvêncio da Fonseca.

Senador Flávio Arns, foram relatados aqui, e a Mesa anunciou que V.Ex^a. é o Relator, a Televisão Educativa, na cidade de Lapa, no Estado do Paraná, a rádio de Frequência Modulada, de Engenheiro Beltrão, a Cruzeiro do Oeste, da cidade de Itaguajé e também de Santa Fé, no Estado do Paraná. O Relator Juvêncio da Fonseca, relatando como Relator *ad hoc* de V.Ex^a. acolheu os votos favoráveis que V.Ex^a. já havia apresentado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu agradeço ao Senador Juvêncio da Fonseca. Foram muito bem relatados, sem dúvida alguma, com a participação de S.Ex^a. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O Item nº 10. Aprova o ato que autoriza a Associação Niteroiense de Arte, Cidadania e Comunicação Pop Goiaba a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro. A autoria é do Poder Executivo. O Relator é o Senador Roberto Sartunino. Não estando S.Ex^a. presente, a Mesa designa Relator *ad hoc* o

Senado Wellington Salgado. Trata-se do Item nº 10, das emissoras de rádio e televisão e as respectivas concessões.

Com a palavra, o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu vou direto ao voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 113/2006 não evidenciou violação da legislação pertinente, não havendo reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Niteroiense de Arte, Cidadania e Comunicação Pop Goiaba a executar o serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, na forma do Projeto de Decreto-Lei, originário na Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, esse nome é muito sugestivo, Sr. Presidente, Senador Gerson Camata. O Senhor vê que aqui a Associação Niteroiense de Arte, Cidadania e Comunicação Pop Goiaba, e em Niterói quem nasce parece que é Papa Goiaba, não é isso? É em Campos que é, ou no antigo Estado do Rio de Janeiro?

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Não, eu acho que Campos eram conhecidos como os campos dos Goitacazes.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Papa Goiaba?

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Papa Goiaba. Lá tem muita goiaba-da cascão.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – [Risos]. Então, é um nome bem sugestivo.

Então, diante disso, o voto é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – É uma rádio saborosa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – [Risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O relatório apresentado pelo Senador Wellington Salgado, em substituição ao Senador Roberto Sartunino, é favorável. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, encerrada a discussão. A votação será feita oportunamente.

Os itens a seguir – O Item 11. Aprova o ato que outorga concessão ao Sistema de Comunicação Terra do Sol para explorar serviço de radiodifusão sonora em Onda Média, na cidade de Bela Cruz, Estado do Ceará, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Vicente de Paulo a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Moraújo, Estado do Ceará.

O Item 13, que aprova o ato que autoriza a Associação dos Comunicadores que Maracanaú, ASCOMAR, a executar o serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Maracanaú, Estado do Ceará.

Terão como Relator o Senador Garibaldi Alves. Já que não está presente a Relatora Patrícia Saboya Gomes. O Senador Garibaldi Alves será o Relator *ad hoc* por não estar presente a Senadora Patrícia Saboya.

Com a palavra V.Ex^a., Senador Garibaldi Alves, para proferir o relatório de V.Ex^a. [Risos].

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, de acordo com o anúncio de V.Ex^a., os Itens 11, 12, 13 e 14, com relação à autorização para funcionamento da Rádio Terra do Sol, no Município de Bela Cruz, Estado do Ceará, a Rádio São Vicente de Paulo, no Estado do Ceará, Município de Moraújo, a Rádio Maracanaú, no Município do mesmo nome e o Item 14, na cidade de Jaguaribe, a Associação Comunitária de Nova Floresta, todos eles atenderam os requisitos legais, daí porque o meu parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Os pareceres apresentados pelo Senador Garibaldi Alves, em substituição à Relatora Patrícia Saboya Gomes, são favoráveis aos quatro itens apresentados. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, encerrada a discussão. A votação se dará oportunamente.

Os Itens de nº 13, 14, 15, 16, 17 e 18 também têm como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes. Não estando S.Ex^a. presente, a Mesa designa Relator *ad hoc* o Senador Aelton Freitas.

Com a palavra, S.Ex^a., para proferir... Aliás, é o Item 15, 16, 17 e 18, com o perdão do meu erro aqui.

Senador Aelton Freitas, o Senhor com a palavra, como Relator *ad hoc*.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Sr. Presidente, Senador Gerson Camata, os Itens 15 ao 18 atenderam os requisitos legislativos. Nós votamos favorável pelos quatro itens, o 15, o 16, o 17 e o 18.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O Item nº 15 trata-se da Rádio Comunitária de Groaíras, Estado do Ceará. O 16, a Rádio Comunitária de São Luís do Curu, Estado do Ceará. O 17, Monsenhor Tabosa, Estado do Ceará. E o Item nº 18, a cidade de Pacujá, Estado do Ceará.

Eu estou apenas colocando para depois a Ata, à emissão da Ata não ocorrer algum engano.

Então, em discussão os relatórios apresentados pelo Senador Aelton Freitas, que são favoráveis. Não

tendo quem queira discutir, em votação esses quatro itens e todos os demais itens relatados. A chamada tem que ser nominal, os projetos são terminativos.

(Procede-se à votação nominal)

As matérias foram aprovadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Os projetos foram aprovados e será dirigida comunicação à Presidência do Senado Federal.

Passamos agora para a pauta normal dos projetos da Comissão de Educação.

O Item nº 1. Trata-se do Projeto de Lei do Senado que dispõe sobre o percentual de vagas semigratuitas em cursos de graduação de instituições privadas de educação superior.

O Senador Sérgio Zambiasi não está presente, o Relator, fica adiada a apreciação da matéria.

Item nº 2. Projeto terminativo de Lei do Senado. Dispõe sobre a inclusão de letra do Hino Nacional Brasileiro nas contracapas de cadernos e livros. O Relator é o Senador João Ribeiro. O Senador João Ribeiro deverá comparecer. Por enquanto, fica adiado.

Item nº 3. Altera a Lei 10.098, para incluir o acesso de portadores de deficiência visual à Bíblia em Braille. Senador Francisco Pereira é o autor. A Senadora Lúcia Vânia não está presente, embora tenha relatado pela rejeição.

O Item nº 4. O Senador Valdir Raupp está presente. Trata-se de Projeto de Lei do Senado. Que dispõe sobre ações de publicidade da Administração Pública. O autor é o Senador Marco Maciel, o Relator é o Senador Valdir Raupp, que tem a palavra para proferir o seu relatório.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, eu vou pedir mais uma vez, o Senador Geraldo Mesquita me pediu, em consideração também ao autor, o Senador Marco Maciel, porque eles estão apresentando algumas sugestões de modificação do projeto, então eu peço, mais uma vez, já abusando da paciência de V.Ex^a., a retirada de pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Eu devolvo para o Plenário. O Plenário concordando, não havendo objeção, está retirado de pauta.

Item nº 5. Não terminativo. Projeto de Lei da Câmara 14/2006. Instituiu ao ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus. O autor é o Deputado André Costa, a Relatora é a Senadora Roseana Sarney, que tem a palavra para proferir o seu relatório.

SENADORA ROSEANA SARNEY (PFL-MA) – Obrigada, Sr. Presidente.

O Projeto de Lei da Câmara nº 14/2006, de autoria do Deputado André Costa, instituiu 2006 como o Ano Nacional dos Museus. Portanto, não sobram dúvidas quanto ao mérito da proposição em análise. Como ressalta a própria justificação, os museus têm o papel relevante de desempenhar a preservação e a difusão do patrimônio histórico e cultural de uma determinada Nação, assim como o desenvolvimento cultural, científico e educativo dos Países, de seus povos. A instituição de 2006 como Ano Nacional dos Museus certamente contribuirá para atrair tanto a atenção do Estado e da sociedade para com as carências e potencialidades do setor, quanto o desejo de conhecimento e interação do cidadão com os signos de sua identidade. Portanto, o meu voto, pelo exposto, é favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 14, e votamos pela sua aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O relatório apresentado pela Senadora Roseana Sarney é favorável ao Projeto de Lei da Câmara, de autoria do Deputado André Costa, que instituiu o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus. Em discussão o parecer. Não tendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Em votação. Os que são contra se manifestem, os favoráveis fiquem como se encontram. Aprovado o projeto.

O Item 2. Nós votamos, com a presença agora do Senador João Ribeiro, que acaba de chegar. Dispõe sobre a inclusão da letra do Hino Nacional Brasileiro nas contra-capas de cadernos e livros. O projeto é aqui da minha autoria, o Relator é o Senador João Ribeiro, que tem o parecer favorável, a Mesa já agradece pelo parecer.

Com a palavra V.Ex^a., Senador João Ribeiro, para proferir o seu relatório.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, primeiro eu quero apenas explicar que eu estou aqui na Comissão ao lado, onde tem um debate muito importante a respeito da VARIG, de várias Comissões que estão ali, quatro comissões que estão ali reunidas. Por isso é que eu pedi que me avisasse na hora que o projeto fosse entrar, que eu viria, até porque eu tenho o maior respeito pelo nosso Presidente Camata. Respeito, amizade e admiração.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Obrigado a V.Ex^a.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Vamos ao relatório, Sr. Presidente.

O Projeto de Lei do Senado, PLS, nº 31/2006, de autoria do Senador Gerson Camata, determina que os cadernos escolares e os livros didáticos, produzidos e adquiridos com recursos da União tenham impressos em sua contra-capa a letra do Hino Nacional.

Em exame na Comissão de Educação do Senado Federal, para decisão terminativa, o projeto não recebeu emendas.

Análise. O inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal dispõe que à Comissão de Educação compete opinar a respeito de proposições que versem sobre normas gerais da educação, da cultura, do ensino e dos esportes. Neste sentido, é pertinente e oportuno o exame pela Comissão de Educação do PLS nº 31/2006.

As mudanças verificadas nos códigos de comportamento social, a partir das últimas décadas do século XX, são indiscutíveis. O processo de globalização é um dos principais responsáveis pela rápida e incorporação de novos hábitos. Um dos hábitos constantes, constatados no acelerado e amplo processo de aprendizado das crianças no nosso tempo é o da convivência com símbolos pátrios, fundamental na formação de qualquer cidadão.

O projeto em exame resgata essa convivência dos alunos com o Hino Nacional Brasileiro, uma vez que determina a sua impressão na contracapa dos cadernos escolares e dos livros didáticos produzidos e adquiridos a expensas de recursos públicos.

Entendemos que o respeito e a reverência aos símbolos pátrios constituem valores a serem aprendidos e exercitados desde a mais tenra idade.

Por essa razão, a proposição em comento ostenta o mérito de propiciar aos alunos que manuseiam esses livros didáticos e cadernos escolares a convivência com a letra do Hino Nacional Brasileiro, fator preponderante para a incorporação dos valores referidos.

Ao estabelecer que a regra incida tão somente sobre os produtos didáticos financiados pela União, o projeto se resguarda em relação a eventual arguição de afronta ao princípio constitucional da livre iniciativa, a propósito o edital de convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas a serem incluídas no guia de livros didáticos de 1^a a 4^a série do Programa Nacional de Livros Didáticos para o ano de 2007, PNLD 2007, determina as condições e a especificação do chamado “livro do aluno”. No item 2.1.1.3, onde se caracteriza a quarta capa, o primeiro tópico relaciona a transcrição da letra do Hino Nacional como uma das condições referidas, o que referenda a pertinência e oportunidade deste Projeto de Lei.

Voto, Sr. Presidente. Pelo exposto, analisando o mérito, e não encontrando óbices de natureza constitucional, jurídica e de técnica legislativa, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 31/2006.

Sr. Presidente, eu quero, ao encerrar o meu relatório, cumprimentar V.Ex^a. pela feliz iniciativa de tomar

essa providência, até porque é natural que a gente veja, não somente os alunos de 1ª a 4ª série, mas até alunos de 2º grau, que, se você colocar para cantar o Hino Nacional, é capaz que alguns não dão conta de cantar. E eu acho que essa questão de pátria, isso que V.Exª. coloca aqui no projeto, eu acho que é extremamente salutar, é muito importante para a vida, o amor à pátria, coisa que o brasileiro precisa ter cada vez mais, não só pelo futebol, mas, por tudo aquilo que é relacionado com a nossa pátria.

Então, cumprimento V.Exª. por este projeto, que parece muito simples, mas, de uma importância, de um alcance muito grande para o nosso País. Meus parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Obrigado a V.Exª. Em discussão o projeto. Não tendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Em votação. Tem que ser nominal.

Esse projeto me foi, Senador João Ribeiro, sugerido até pela Internet, alguém que me mandou uma notinha, eu devia até ter posto o nome da pessoa aqui, oportunamente eu vou colocar. E agora, o Senado italiano, porque a Itália concede cidadania aos descendentes, está com um Projeto de Lei, que, na hora de tirar o passaporte italiano, se o indivíduo não cantar o hino da Itália, não pode ter direito ao passaporte. De forma que o pessoal vai ter que começar a decorar o hino italiano, porque eles não admitem que haja italianos que não saibam cantar o hino do seu País.

(Procede-se à votação nominal)

A matéria foi aprovada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Muito obrigado. O projeto foi aprovado, será feita a comunicação à Mesa do Senado.

O item, o único que tem o Relator presente, é o Item nº 06, que é um Projeto de Lei da Câmara, que instituiu o dia do Radialista.

Como eu sou o Relator, eu queria pedir ao Senador Juvêncio da Fonseca que assumisse a Presidência, para que eu pudesse relatar.

[Troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Assumindo a Presidência, honrosamente cedida pelo eminente Senador Gerson Camata, vamos colocar em discussão e votação o Projeto de Lei da Câmara nº 3/2006, que instituiu o dia do Radialista. Autoria – Deputado Sandes Júnior; Relatoria – Senador Gerson Camata.

A matéria constou da pauta da reunião do dia 18 de abril deste ano. Com a palavra, o eminente Relator.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) –

Ilustre Presidente, eu até antes de relatar, esse projeto tem origem lá na Câmara dos Deputados e é de autoria do Presidente da Câmara, o Deputado Aldo Rebelo. E trata-se, até eu queria registrar, ontem, no Espírito Santo, um Radialista famoso, Rubens, faleceu num acidente de trânsito, em Macaé, no Estado do Rio de Janeiro.

E aqui, então, ao apresentar os pêsames aos Radialistas do Espírito Santo, pela morte desse ilustre Radialista, eu quero relatar em homenagem a ele esse projeto.

Então, é um projeto da Câmara, do Deputado Sandes Júnior, o Aldo Rabelo foi quem mandou para cá, porque o grande problema dos projetos, eu sempre gosto de citar o nome, porque nunca se cita quase o nome do autor do projeto. Quando vai para a Câmara, o nome do autor some aí, que eu nem achei. E quando vem para cá também, o nome do Deputado desaparece.

Então, é de autoria do Deputado Sandes Júnior. Propõe o dia do Radialista. Estabelece dia 7 de novembro para comemorá-lo, em homenagem à data natalícia do compositor-músico-Radialista Ari Barroso. Na Câmara dos Deputados, a proposição foi aprovada pela Comissão de Educação e Cultura e pela Comissão de Constituição e Justiça.

É importante se homenagear o Radialista profissional, tão presente na vida de milhões de brasileiros, que, muitas vezes, o consideram como amigo e companheiro de todas as horas.

Da mesma forma, é justa a homenagem a Ari Barroso, grande lenda na nossa cultura, que ajudou a popularizar o rádio e torná-lo o meio de comunicação mais importante para a difusão e preservação da cultura nacional.

No que se refere a aspectos de constitucionalidade, de juridicidade e de boa técnica legislativa, não há reparos a fazer.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do projeto.

É este o relatório, Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – O parecer é favorável. Em discussão o projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, desculpe. Posso fazer só um comentário? Se possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Pois não. Com a palavra, o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu queria deixar bem claro, porque inclusive o autor, que é o Sandes Júnior, eu o conheço, é Deputado Federal pelo Estado de Goiás, fez toda uma carreira ligada ao rádio, como também no início da sua... Hoje não, porque o Senador Camata hoje é um grande Senador que já faz história no Espírito Santo, e verdade seja dita, mas também começou a sua carreira como Radialista. E o rádio é algo, Senador Camata, que ele dá a mensagem imediatamente. O que acontece, falou, distribuiu.

Então, eu só queria deixar bem claro também aqui a minha colocação de que o Deputado Sandes Júnior também é do ramo, digamos assim, e foi inclusive candidato a prefeito em Goiânia, não conseguiu êxito, porém foi um forte candidato. Eu só queria fazer essa colocação.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Com a palavra, o Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Sr. Presidente, em rápidas palavras, também eu quero cumprimentar o Deputado Sandes Júnior, que é meu amigo, eu que já fui Deputado Estadual em Goiás, em 1986 e 1987, e sou goiano de nascimento. Portanto, tenho um relacionamento muito bom com o Sandes Júnior e com jornalistas do Tocantins, do Estado de Goiás e do Brasil inteiro. Acho que é uma parte da imprensa muito importante no Brasil. Eu até... Inclusive tem um Deputado Federal lá no meu Estado, que é do meu partido, PL, o Deputado Maurício Rabelo, para ver a importância do rádio e do locutor, sobretudo. Do jornalista, do locutor de rádio. Ele se elegeria naquele momento pelo Tocantins, por Brasília, por Goiás, pelo Maranhão, pelo Mato Grosso, por qualquer Estado, alguns desses Estados do Norte, Deputado Federal, em função do trabalho bom que ele fez no rádio, na Rádio Nacional de Brasília.

Então, a minha admiração o meu respeito ao dia do Radialista e realmente aquilo que o Senador Wellington disse, ele que tem uma das maiores faculdades de Goiás, um dos melhores homens, que investe pesado na educação brasileira, a quem quero também neste momento render minha homenagem, pelas palavras que ele proferiu a respeito do Sandes Júnior, que é um líder importantíssimo que Goiás sempre elege, manda para o Congresso Nacional, e o Radialista realmente merece toda essa homenagem, porque ele informa muito bem a população brasileira, sobretudo, aqueles que acordam cedo, os programas da madrugada, da noite, enfim, é uma informação muito importante que eles prestam e que eles informam a vários setores da sociedade.

Então, meus cumprimentos pelo projeto e pelo relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Continua em discussão. Não havendo quem queira discutir...

E, antes de passar para a aprovação, não deixo de também fazer uma referência aos Radialistas do Brasil. Eles todo o dia comemoram o dia de alguém. É o Dia do Médico, é do Dia do Professor, fazem aquela festa, se comunica, e entram na intimidade da sociedade. E, a partir da sanção, aliás, da aprovação desse projeto, os Radialistas poderão comemorar, efusivamente, o dia do Radialista. Este profissional, que entra na intimidade da nossa casa, faz parte da nossa vida, faz parte da nossa cultura, da nossa gente e, mercedamente, com a aprovação desse projeto, com a relatoria do Senador Gerson Camata e autoria do Deputado Sandes Júnior, fazemos esta homenagem e essa justiça a todos os Radialistas do Brasil.

Em votação. Os Srs. Senadores que estão de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado. Por unanimidade.

Passo a Presidência ao Senador Gerson Camata. Retorno a Presidência.

[Troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria fazer um apelo aos membros da Comissão que têm projetos a relatar que se pudessem remetê-los para a Secretaria da Comissão, porque nós já estamos com a pauta praticamente vazia, sem quase matérias para a Sessão da semana que vem, o que prova que a nossa Comissão cumpre à risca os seus deveres constitucionais e legislativos.

E queria também ressaltar que domingo passado foi o Dia Mundial do Livro e o Dia Mundial do Direito Autoral, duas importantes datas. É que no dia 23 de abril é a data de morte de Cervantes e Shakespeare, e foi escolhido, então, pela Unesco, como data simbólica para a literatura universal, homenageando o livro e seus autores. O Diretor-Geral da Unesco, Koichiro Matsuura, destacou que as obras literárias, falando por ocasião, falando no domingo, “São, ao mesmo tempo, mercadorias e obras intelectuais, artigos industriais e fragmentos do patrimônio imaterial da humanidade”. Bela frase dele.

Pela pertinência das comemorações, eu queria relembrar aqui os presentes que o direito autoral é um ramo da legislação que dá proteção aos interesses morais e econômicos do criador, concedendo-lhe o direito de propriedade e de exploração sobre os seus originais. O direito autoral também considera as necessidades

da sociedade de usufruir de um amplo acesso ao conhecimento da informação e que deve ser reiterado e relembrado nessa época de tanta pirataria de livros, de discos, de DVDs, de filmes.

Senador Flávio Arns, com a palavra, pela ordem.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Desculpe, é sobre um outro assunto, mas eu queria também me associar a V.Ex^a. nos comentários que V.Ex^a. acabou de fazer, pertinentes e importantes, e gostaria de destacar também, Senador Sergio Camata, que eu fui procurado pelo Dr. Ari Mergulhão Filho, que é oficial de ciência e tecnologia da Unesco, na condição inclusive de Presidente da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia desta Comissão de Educação.

E o Dr. Mergulhão, ele fez assim uma discussão no sentido de que no dia 10 de novembro deste ano vai ser comemorado, e todo o ano é comemorado, o Dia Mundial da Ciência, pela paz e pelo desenvolvimento.

Então, é um enfoque muito importante, necessário, o Dia Mundial da Ciência, pela paz e pelo desenvolvimento. Já foi comemorado no ano passado, este ano há toda uma programação no sentido de se comemorar, a Unesco vai entrar em contato com a Comissão de Educação e com os membros.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Vamos convidar o Dr. Mergulhão a vir aqui fazer uma exposição de 10 minutos sobre a data.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Pois é. Eu acho que isso é importante. Ele até pediu para todos nós ajudarmos a abrir caminhos no sentido de divulgação, de ênfase para esse evento, ou pronunciamentos no Senado, no Plenário também, Audiências, Sessão Solene, o que for necessário. E eles inclusive vão desenvolver aqui para os alunos do Distrito Federal um concurso de monografia e desenho, para os alunos do Ensino Fundamental, com o tema “O Brasil no espaço, qual a importância da ciência e da tecnologia espaciais para o desenvolvimento nacional”.

Então, eu gostaria só de relatar isto para esta Comissão, para os membros da Subcomissão, e combinando até com V.Ex^a. no sentido de ele talvez numa das próximas reuniões, até ter algum espaço para explicar, então, as iniciativas que vêm sendo tomadas para esse dia 10 de novembro. Agradeço a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – A Mesa se congratula também com V.Ex^a. por lembrar a data, e encarrega V.Ex^a., como Presidente da Subcomissão, para já para entrar em contato, para fazermos aqui uma Sessão Es-

pecial em homenagem à data, com uma exposição do Dr. Mergulhão sobre o assunto e de outros que venham a ser convidados também. Eu queria que V.Ex^a. propusesse, então, um requerimento formalizado sobre isso.

Senador Marco Maciel, pela ordem.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Já que V.Ex^a. falou com oportunidade sobre o problema de pauta da Comissão, eu gostaria de dizer que já solicitei, e estou esperando apenas o cumprimento das formalidades regimentais, que sejam apensados os diferentes projetos que dispõem sobre propaganda de fumo, álcool etc para que eu possa fazer um parecer englobando todas as proposições, evitando-se assim uma repetição de relatórios sobre assuntos que são semelhantes ou correlatos. E, tão logo a questão seja resolvida, eu gostaria de já antecipar a V.Ex^a. que vou, além do parecer, sugerir que seja também feita uma ou talvez duas Audiências Públicas, tendo em vista a complexidade das matérias que são tratadas nas referidas proposições.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – A Mesa informa a V.Ex^a. que houve um requerimento que levou os projetos todos para a Comissão de Assuntos Sociais, de modo que está zerada a tramitação, e de lá é que eles deverão retornar aqui para a Comissão. Certamente, um requerimento habilmente protelatório, que fez com que a tramitação fosse zerada. São sete projetos que tratam do assunto. E nós vimos, pela exposição que fez aqui o representante do Ministério da Saúde, aliás, um cobra no assunto, que há necessidade de uma regulamentação rápida do problema da propaganda de bebida alcoólica no País. A exposição muito nítida, clara, dos problemas que a sociedade, principalmente a juventude, agora enfrentam diante da propaganda desenfreada de bebidas alcoólicas e tal. Esse projeto devia tramitar com tanta rapidez, mas sofreu esse embargo de gaveta, como se diz no Judiciário, e voltou lá para a Comissão de Assuntos Sociais.

Bem, a Mesa quer então agradecer aos Senadores José Jorge, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Juvêncio do Fonseca, Leonel Pavan, Wellington Salgado de Oliveira, Valdir Raupp, Aelton Freitas, Flávio Arns, Roseana Sarney, Marco Maciel, Garibaldi Alves Filho e João Ribeiro, que durante esta reunião contribuíram com suas idéias, sua palavra, seus relatórios, para que a reunião se saísse bem. Eu quero agradecer a todos, e declaro encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 11h49min.

Ata da 13ª Reunião Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 2 de maio de 2006

Às onze horas e quarenta minutos do dia dois de maio de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Augusto Botelho, Vice-Presidente no exercício da Presidência e com a presença dos Senhores Senadores Edison Lobão, Maria do Carmo Alves, Marcelo Crivella, Juvêncio da Fonseca, Leonel Pavan, Wellington Salgado de Oliveira, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Paulo Paim, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Sérgio Zambiasi, César Borges, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Gilvam Borges, Geraldo Mesquita, Antônio Carlos Valadares e João Ribeiro, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Maguito Vilela, Gerson Camata, Sérgio Cabral, José Maranhão, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Fátima Cleide, Roberto Saturnino e Mozarildo Cavalcanti, que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Senador Augusto Botelho, Vice-Presidente no exercício da Presidência, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência submete a deliberação do plenário a inversão da pauta, para iniciar as votações pelos Projetos de Decretos Legislativos, o que é aprovado. **Item 07 – Projeto de Decreto Legislativo nº 087, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão ‘Novo Horizonte de Virgíno-ópolis’ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Virgíno-ópolis, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Geraldo Mesquita e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 08 – Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Bias Fortes – MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Bias Fortes, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Geraldo Mesquita e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 09 – Projeto de Decreto Legislativo nº 164, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio e Difusão de Conceição dos Ouros a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição dos Ouros, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Geraldo Mesquita e o projeto é aprovado por

quinze (15) votos favoráveis. **Item 10 – Projeto de Decreto Legislativo nº 167, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rosa de Saron – ACRS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Felixlândia, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Geraldo Mesquita e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 11 – Projeto de Decreto Legislativo nº 472, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 12 – Projeto de Decreto Legislativo nº 480, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Difusão Cultural de Timbó a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 13 – Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Assistência aos Menores Carentes de Barra do Mendes – Bahia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Mendes, Estado da Bahia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 14 – Projeto de Decreto Legislativo nº 159, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária de Brejo do Cruz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejo do Cruz, Estado da Paraíba”. O relator designado é o Senador Ney Suassuna e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 15 – Projeto de Decreto Legislativo nº 129, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olinda, Estado do Ceará”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 16 – Projeto de Decreto Legislativo nº 136, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Senhora Santana da Comunidade de Jati a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jati, Estado do Ceará”. A

relatora designada, ad hoc, é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 17 – Projeto de Decreto Legislativo nº 161, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Assistencial dos Moradores da Boa Vista a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cascavel, Estado do Ceará”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. A Presidência retorna ao início da pauta. **Item 01 – Projeto de Lei do Senado nº 001, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim que, “Dispõe sobre percentual de vagas semigratuitas em cursos de graduação de instituições privadas de educação superior”. O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 01, 02 e 03-CE, aprovadas por quinze (15) votos. **Item 02 – Projeto de Lei da Câmara nº 029, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria da Presidência da República que, “Acresce e altera dispositivos da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo (disponibiliza um canal reservado ao Poder Executivo Federal, na área de prestação de serviços das operadoras de TV a Cabo)”. A relatora designada é a Senadora Fátima Cleide e o parecer é favorável. Neste momento, o Senhor Senador Juvêncio da Fonseca apresenta, para inclusão Extrapauta, requerimento de sua autoria e do Senhor Senador Jorge Bornhausen, propondo a realização de Audiência Pública para instrução do projeto, o que é aprovado. **Extrapauta, Item Único – Requerimento nº 015, de 2006-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Jorge Bornhausen e Juvêncio da Fonseca que, “Nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito dessa Comissão de Educação, com o propósito de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2005, que ‘Acresce e altera dispositivos da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o serviço de TV a Cabo (disponibiliza um canal reservado ao poder executivo federal, na área de prestação de serviços das operadoras de TV a Cabo)’, com a presença dos seguintes convidados – 1. Dr. Chistopher Torto – Presidente da Associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA; 2. Drª Leila Loria – Presidente da Associação das Operadoras Independentes de TV por Assinatura – NEO TV; 3. Dr. José Inácio Pizani – Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT; 4. Dr. Eugênio Bucc – Presi-

dente da Empresa Brasileira de Comunicação – RADIOBRAS”. O requerimento é aprovado. A matéria fica sobrestada na Comissão até a realização da Audiência Pública. O Senhor Presidente, Senador Augusto Botelho, Vice-Presidente no exercício da Presidência passa a Presidência ao Senhor Senador Juvêncio da Fonseca para relatar o seguinte item – **Item 05 – Projeto de Lei da Câmara nº 009, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Lobbe Neto que, “Institui o Dia Nacional do Biomédico”. o relator designado é o Senador Augusto Botelho e o parecer favorável é aprovado. Reassume a Presidência o Senador Augusto Botelho. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias da pauta – **Item 03 – Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2005, Item 04 – Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2005 e Item 06 – Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2005**. O Senhor Senador Augusto Botelho, Vice-Presidente no exercício da Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Declaro aberta a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, terça-feira, dia 2 de maio.

Uma sugestão do Senador Ney Suassuna é de requerer uma inversão de pauta, porque ele vai ser Relator de um outro projeto aqui nessa Comissão ao lado. Gostaria de colocar em votação a inversão de pauta para começar pelo item dele, item nº 14. Os Senadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

O Senador Ney Suassuna com a palavra para relatar o item 14, a seguir, Senadora Ideli SALVATTI para relatar o item 11 e 12.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Nobre Presidente, muito obrigado pela inversão. Srªs. e Srs. Senadores, o projeto sobre o qual eu exaro parecer, é o projeto da Comissão de Educação de caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 159/2006, nº 1.816/2005 da Câmara dos Deputados, que aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária de Brejo do Cruz, na Paraíba, a executar serviço de rádio difusão comunitária naquela cidade.

O projeto, Sr. Presidente, passou por todos os trâmites e foi relatado tecnicamente favorável por todos os técnicos que o analisaram. Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, item quarto, cumpre a Comissão de Educação opinar acerca das proposições que versem sobre comunicação. Por essa razão, estando tudo em ordem, eu exarei o seguinte voto – tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 159/2006 não evidenciou violação da Legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa – opinamos pela aprovação, que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária de Brejo do Cruz a executar serviço de rádio difusão comunitária na cidade de Brejo do Cruz, Estado da Paraíba, na forma do Projeto de Decreto Legislativo, originário na Câmara dos Deputados. Esse é o parecer, Sr. Presidente, parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTE-LHO (PDT-RR) – Em discussão o parecer do Senador Ney Suassuna. Não havendo quem queira discutir, votaremos todos os itens, em bloco, após a Relatoria.

Com a palavra a próxima Relatora, a Senadora Ideli SALVATTI, para relatar o item 11 e 12.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, o item nº 11 é o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura a exercer o serviço de rádio difusão comunitária na cidade de Lajes, Estado de Santa Catarina. E da mesma forma que o Relator que me precedeu, o Senador Ney Suassuna, o nosso voto também é favorável, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS está totalmente de acordo com a Legislação. Portanto, o nosso voto é pela aprovação do ato. Posso fazer já o de nº 12?

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Pode fazer todos, Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – O item nº 12 é o que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Difusão Cultural de Timbó a executar serviço de rádio difusão comunitária na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina. E o exame da documentação, que também acompanha o PDS 480, também está totalmente de acordo, conforme a Legislação em vigor, e nós somos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária da cidade de Timbó.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado Senadora, em discussão os itens nº 11 e 12 relatados pela Senadora Ideli SALVATTI. Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão, passamos aos próximos itens.

Próxima Relatora a Senadora Maria do Carmo para relatar *ad hoc* pela Senadora Patrícia Saboya. Itens 15 e 17. 14, 15 e 17. Não, 14 é do Suassuna. 15, 16 e 17. Três itens, Senadora.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (PFL-SE) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o item 15 que aprova o ato que autoriza a Fundação Casa Grande Memorial do Homem Cariri a executar serviço de rádio difusão comunitária na cidade de Nova Olinda, Estado do Ceará. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o presente PDS de 2006 não evidenciou violação da Legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Fundação Casa Grande Memorial do Homem Cariri a executar serviço de rádio difusão comunitária na cidade de Nova Olinda, no Estado do Ceará.

Item 16. O item 16 trata do ato que aprova, do ato que autoriza, a Associação Comunitária Senhora Santana, da comunidade de Jati, a executar serviço de rádio difusão comunitária na cidade de Jati, no Estado do Ceará. E tendo em vista que o exame da documentação que acompanha a matéria não evidenciou violação da Legislação pertinente e não havendo reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Item 17, Senadora Maria do Carmo.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (PFL-SE) – O item 17 que autoriza a Associação Assistencial dos Moradores de Boa Vista a executar serviço rádio difusão comunitária na cidade de Cascavel, Estado do Ceará. A matéria, a documentação foi examinada, não evidenciou violação de Legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnicas legislativas, opinamos pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado, Senadora Maria do Carmo. Os itens 15, 16 e 17 estão em discussão. Não havendo quem queira discutir, passamos para o próximo item. Senador Juvêncio da Fonseca, Relator *ad hoc* pelo Senador César Borges, item 13. A seguir, Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Presidente, o item 13 é o Projeto de Decreto Legislativo 192/2006 que aprova o ato que autoriza a Associação de Assistência aos Menores Carentes de Barra do Mendes, Bahia, a executar serviço de rádio difusão comunitária na cidade de

Barra do Mendes, Estado da Bahia. A Relatoria é do eminente Senador César Borges favorável à aprovação do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado, Senador. Em discussão o projeto relatado pelo Senador Juvêncio da Fonseca. Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Próximo Relator, Senador Geraldo Mesquita, vai relatar *ad hoc* pelo Senador Aelton Freitas os itens 7, 8, 9 e 10. Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o Projeto de Decreto Legislativo nº 87, é o item 7, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio Difusão Novo Horizonte, de Virgínpolis, a executar serviço de rádio difusão comunitária na cidade de Virgínpolis, no grande Estado de Minas Gerais.

O item 8 é relativo ao Projeto de Decreto Legislativo nº 120 que aprova o ato que autoriza a Associação do Desenvolvimento Comunitário de Bias Fortes, no mesmo Estado, a executar serviço de rádio difusão comunitária na cidade de Bias Fortes.

O item 9, Projeto de Decreto Legislativo nº 164, da mesma forma, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio Difusão de Conceição dos Ouros a executar serviço de rádio difusão comunitária na cidade de Conceição dos Ouros, no mesmo Estado de Minas Gerais.

E, por último, o item 10 é relativo ao Projeto de Decreto Legislativo nº 167 que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rosa de Saron a executar serviço de rádio difusão comunitária na cidade de Felixlândia, no Estado de Minas Gerais. Os quatro Projeto de Decreto Legislativo tem parecer favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado, Senador Geraldo Mesquita. Em discussão o parecer favorável apresentado pelo Senador Geraldo Mesquita aos itens 7, 8, 9 e 10. Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão. Relatados todos os projetos passamos agora para a votação nominal.

(Procede-se à votação nominal)

As matérias foram aprovadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Aprovados todos os projetos. Muito obrigado, Senadores.

Passamos agora a pauta dos Projetos de Lei não terminativos. Senador Juvêncio da Fonseca, eu peço V.Ex.^a. para assumir aqui, porque eu sou

o Relator de um item não terminativo. V.Ex.^a. assumir a Presidência. Senador Zambiasi também tem o item 1.

Senador Sérgio Zambiasi pode relatar o item 1, também, V.Ex.^a.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado, Presidente Augusto Botelho. Agradeço a sua gentileza e relato o item 1 da pauta, Projeto de Lei do Senado 1/2004, autoria do Senador Paulo Paim, cujo intento maior é garantir o ingresso e a permanência na educação superior de um número significativo de estudantes de origem humilde, estimado pelo autor em quase meio milhão.

A proposição assenta-se, pois, em critério geral de condição sócio-econômica, de modo que a concessão de abatimento na mensalidade ou anuidade escolar beneficia apenas estudantes que comprovem renda familiar *per capita* máxima de um salário mínimo e meio. De plano, é possível ele estimar em relação ao faturamento das instituições uma queda de receita da ordem de 9%; entretanto, a medida gera expectativa de recuperação de receita correspondente a 6% da arrecadação potencial das escolas, mediante supressão da inadimplência, o que mitiga o ônus imputado da gratuidade parcial a elas imputado.

Ademais, conforme dados do censo da educação superior dos últimos anos, a disponibilidade de vagas nas instituições privadas de ensino superior não parece empecilho no preenchimento nos moldes previstos no Projeto de Lei do Senado 1/2004. Afinal, a ociosidade apurada em face dos números oferecidos em editais de processos seletivos, que era de 43% em 2003, tem sido noticiada em torno de 50% no ano em curso. Importa ressaltar que esses números são agregados, não refletindo a realidade individual de cursos e escolas. Fosse o contrário, teríamos uma constatação indiscutível de que a proposição não combinaria qualquer encargo às instituições.

No que concerne à relevância social, a medida tem um mérito de criar oportunidades de acesso à educação superior, para jovens que não dispõem de meios materiais para arcar com o pagamento integral da anuidade escolar cobrada nas instituições privadas. A proposição tem uma contribuição importante para a elevação de matrículas no ensino superior, que constituiu meta do plano nacional de educação, segundo a qual, deveremos ter matriculado no ensino superior, até 2011, pelo menos 30% dos nossos jovens com idade entre 18 e 24 anos. Por enquanto, ainda não chegamos a 10%.

Por fim, no que respeita a constitucionalidade da matéria, aliamo-nos com a opinião já exarada em relatório da lavra do Senador Marco Maciel, segundo a

qual a medida deve voltar-se para as instituições que gozem de benefício fiscal e permitir, ainda, flexibilidade nos percentuais de desconto para facilitar o gerenciamento acadêmico e financeiro. Para não prejudicar a efetividade da norma em exame e impor ônus insuportável às instituições deve-se ressaltar, no projeto, o cômputo de bolsas já previstas em Lei, a exemplo das concedidas à conta do Programa Universidade para Todos, para fins da apuração dos 15%.

A proposição tem como escopo, portanto, criar esses mecanismos. Esse Relator manifestou-se favoravelmente à aprovação da proposta, com a apresentação de duas emendas já inseridas no projeto e, portanto, por todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 1/2004, de autoria do Senador Paulo Paim, com as duas emendas já referidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Em discussão o projeto relatado pelo Senador Sérgio Zambiasi.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, apenas rapidamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – A nossa opinião favorável e louvando a iniciativa do Senador Paulo Paim e o parecer do Senador Sérgio Zambiasi, no entendimento de que, tendo em vista o tempo elevado que nós ficamos com a evolução da oferta do ensino público gratuito na rede federal, no terceiro grau, nós tivemos uma evolução, como não poderia deixar de ser, não existe vácuo. A necessidade de formação de terceiro grau é muito grande na sociedade brasileira e nós tivemos, durante um período mais recente, uma evolução muito significativa da matrícula na rede privada de ensino superior.

Todos nós sabemos da demanda que nós temos, porque a parcela significativa da população não tem as menores condições de pagar o preço das mensalidades da universidade privada brasileira. Portanto, quando nós temos agora uma retomada, novamente as universidades, sendo várias universidades, sendo criadas, expandidas, desmembradas; também, o procedimento do Programa Universidade Para Todos que já possibilitou a entrada, nestas universidades, mediante a contrapartida do benefício fiscal, de mais de 200 mil alunos. Sendo que neste caso dos 200 mil alunos, nós temos um número significativo vinculado à questão das cotas. Desses 200 mil alunos, 40 mil alunos do PROUNI são afros-descendentes. Então, é o maior volume de alunos deste segmento da população que tem, pela primeira vez, acesso, de forma mais significativa, acesso ao ensino superior. Portanto, nós só

podemos aprovar todo e qualquer projeto que venha na linha de possibilitar que, em troca do benefício fiscal, se garanta efetivamente matrícula com abatimento, com desconto, com bolsa, para a nossa significativa massa de jovens que precisam, efetivamente, alçar ao ensino superior.

Então, queríamos aprovar e apoiar o projeto do Senador Paulo Paim e a Relatoria do Senador Zambiasi.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado, Senadora. Não havendo mais quem queira discutir, passamos para a votação do projeto. Votação nominal.

(Procede-se à votação nominal)

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Pergunto aos Senhores Senadores se mantêm o voto favorável também para as emendas.

A matéria foi aprovada com as emendas oferecidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Aprovado. Passamos agora para o item 2.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Presidente, Pela Ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Pois, não. Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Eu queria apenas registrar, que eu estava participando da Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, o voto favorável às rádios comunitárias já mencionadas anteriormente aqui, nas cidades mineiras de Virgíniópolis, Bias Fortes, Conceição dos Ouros e Felixlândia.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – V.Ex^a. será atendido conforme o Regimento, Senador.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador, se me permitir, eu só queria agradecer o relatório do Senador Zambiasi e do voto de todos os Srs. Senadores e Senadoras, por esse projeto que vai na linha do PROUNI. E aí a gente, na caminhada, vai construindo a redação final, com certeza, entre Câmara e Senado. Agradecer a todos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Obrigado Senador Paulo Paim.

O item 2 é o Projeto de Lei nº 029 que acresce e altera dispositivos da Lei 8.937, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre os serviços de TV a cabo; disponibiliza um canal reservado ao Poder Executivo Federal na área de prestação de serviços de operadoras de TV a cabo e TV. O Senador Juvêncio da Fonseca quer a palavra.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Pela Ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Tem a palavra, Pela Ordem.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Há um requerimento assinado pelo Senador Jorge Bornhausen e por mim subscrito, solicitando uma Audiência Pública com a presença dos seguintes convidados – Dr. Christopher Torto, Presidente da Associação Brasileira da TV por Assinatura; Dr^a. Leila Loria, Presidente da Associação dos Operadores Independentes de TV por assinatura; Dr. José Inácio Pizani, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, ABERT; e o Dr. Eugênio Bucci, Presidente da Empresa Brasileira de Comunicação, RADIOBRÁS. Este é o requerimento nosso, para esta Audiência Pública, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado, Senador. O requerimento apresentado pelo Senador Jorge Bornhausen e pelo Senador Juvêncio da Fonseca está em votação. Os Senadores que concordam, permaneçam como estão. É aprovado o regimento.

Esclareço que a matéria fica sobrestada até a realização dessa Audiência Pública.

Passamos agora para o item... Eu vou passar a Presidência para o Senador Juvêncio da Fonseca, porque eu sou o Relator do próximo item, que é não terminativo.

[Troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Projeto de Lei da Câmara nº 9/2006, institui o Dia Nacional do Biomédico. Autoria do Deputado Lobbe Neto, Relatoria Senador Augusto Botelho, com o parecer favorável a quem dispenso a palavra nesse instante.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado, Senador. A proposição em tela compõe-se em dois artigos, sendo o último uma cláusula de vigência, que determina que a lei em que o projeto se transformar, entrará em vigor a partir da sua data de publicação. Acabo de registrar que o projeto em tela foi aprovado pela Câmara dos Deputados pelas Comissões de Educação e Cultura e de Constituição e Justiça e Cidadania.

Nesta Casa veio a Comissão de Educação e deverá ser analisado quanto à constitucionalidade de juridicidade.

Da análise – não há reparos a serem feitos na proposição no que concerne à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria. A iniciativa do Parlamentar confirma-se ao texto no *caput* do art. 62 da

Constituição Federal, portanto, formalmente ajusta-se à Constituição. Quanto à técnica legislativa, a proposição obedece aos preceitos da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 98. Quanto ao mérito, trata-se de iniciativa válida que tem o objetivo de homenagear os funcionários Biomédicos, numa data de grande significado para eles, pois foi em 20 de novembro que o Supremo Tribunal Federal exarou decisão que permitiu que a profissão fosse regulamentada no país. Ficam assim caracterizadas a relevância, a propriedade e a oportunidade do PLC nº 9/2006.

Em vista do exposto, o voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 9/2006. É este o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Em discussão o relatório do Senador Augusto Botelho. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passo a Presidência, novamente, ao ilustre Senador Augusto Botelho.

[Troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado Sr. Senador Juvêncio da Fonseca por essa oportunidade de relatar o meu projeto e também para a gente concluir os nossos trabalhos.

Não havendo *quorum* em virtude de haver simultaneamente várias... Aliás, não havendo Relatores, porque nós tínhamos quatro audiências simultâneas aí, agora, quatro reuniões de comissões – inclusive uma audiência da VARIG – nós vamos declarar encerrada a Reunião e agradecer a presença de todos que compareceram e contribuíram para que os projetos fossem aprovados. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 12h7min.

Ata da 14ª Reunião Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 9 de maio de 2006

Às onze horas e vinte e dois minutos do dia nove de maio de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Augusto Botelho, Vice-Presidente no exercício da Presidência e com a presença dos Senhores Senadores Jorge Bornhausen, Maria do Carmo Alves, Leonel Pavan, Valdir Raupp, Sérgio Cabral, Gilberto Mestrinho, Paulo Paim, Fátima Cleide, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Sérgio Zambiasi, Cristovam Buarque, Marco Maciel, Lúcia Vânia, Gilvam Borges, Geraldo Mesquita, Mão Santa, Romero Jucá, Antônio Carlos Valadares e João Ribeiro, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de

comparecer os Senhores Senadores, Demóstenes Torres, José Jorge, Edison Lobão, Marcelo Crivella, José Maranhão, Ney Suassuna, Aelton Freitas, Roberto Saturnino e Mozarildo Cavalcanti. Justificam a ausência os Senhores Senadores Juvêncio da Fonseca e Wellington Salgado de Oliveira. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Senador Augusto Botelho, Vice-Presidente no exercício da Presidência, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência submete a deliberação do plenário a inversão da pauta, para iniciar as votações pelos Projetos de Decretos Legislativos, o que é aprovado. **Item 08 – Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Mercosul de Difusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedro Osório, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 09 – Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO MARAJÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Rosário do Sul, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 10 – Projeto de Decreto Legislativo nº 534, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora de Taió Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Taió, Estado de Santa Catarina”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 11 – Projeto de Decreto Legislativo nº 188, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária João Kominek a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 12 – Projeto de Decreto Legislativo nº 173, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Pequii Esporte Clube – PEC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pequii, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 13 – Projeto de Decreto Legislativo nº 194,**

de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Centro de Borda da Mata a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Borda da Mata, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 14 – Projeto de Decreto Legislativo nº 172, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação e Educação de Marco a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marco, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 15 – Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Rádio FM Serrote Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ubajara, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. A Presidência retorna ao início da pauta. **Item 01 – Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Romero Jucá que, “Altera a Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, que regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o parecer é favorável. O projeto é retirado de pauta, atendendo a solicitação do relator. **Item 02 – Projeto de Lei do Senado nº 049, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Edison Lobão que, “Denomina ‘Aeroporto de Jacarepaguá – Roberto Marinho’ o Aeroporto de Jacarepaguá, localizado na cidade do Rio de Janeiro (RJ)”. O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 01 e 02-CE, aprovadas por quatorze (14) votos. **Item 03 – Projeto de Lei do Senado nº 023, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Papaléo Paes que, “Autoriza o Poder Executivo a criar campi avançados da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) nos Municípios de Santana, Oiapoque, Laranjal do Jarí e Amapá, no Estado do Amapá”. O relator designado é o Senador Antônio Carlos Valadares e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 04 – Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim que, “Define o crime de veiculação de informações que induzam ou incitem a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional,

na rede Internet, ou em outras redes destinadas ao acesso público”. O relator designado é o Senador Antônio Carlos Valadares e o parecer favorável, na forma do substitutivo oferecido é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias da pauta – **Item 05 – Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2005, Item 06 – Projeto de Lei da Câmara nº 025, de 2006 e Item 07 – Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2005.** Antes de finalizar a reunião, a Presidência faz os comunicados que se seguem – **Comunicado 01** – Ofício CE nº 052/06 “De acordo com o art. 89, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, indico para ser reconduzido aos quadros da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social do Senado Federal, na primeira vaga de suplente do PMDB, o nome do Excelentíssimo Senhor Senador Gilvam Borges – PMDB/AP”. **Comunicado 02** – “Comunico aos Senhores Senadores o recebimento da correspondência do Vice-Presidente, no exercício da Presidência, do Tribunal de Contas da União, Ministro Walton Alencar Rodrigues, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do Processo TC 005.628/2004-0, sobre pedido de reexame interposto pela ANCINE relativo à auditoria naquela Agência. Os Senadores que desejarem uma cópia deverão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A Matéria vai ao arquivo”. **Comunicado 03** – “Comunico aos Senhores Senadores o recebimento da correspondência do Vice-Presidente, no exercício da Presidência, do Tribunal de Contas da União, Ministro Walton Alencar Rodrigues, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do Processo TC 006.997/2005-6, sobre Relatório de Auditoria Operacional no Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas – Cefet-Pelotas/RS. Os Senadores que desejarem uma cópia deverão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A Matéria vai ao arquivo”. O Senhor Senador Augusto Botelho, Vice-Presidente no exercício da Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e quatro minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no **Diário do Senado Federal**. – Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Havendo número regimental declaro aberta a 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sr^{as}. e Srs. Senadores que concordam com a aprovação da Ata permaneçam como se encontram. Aprovada. Será publicada no Diário Oficial do Senado Federal a Ata.

Solicito ainda a inversão de pauta para, como de praxe, começarmos com as deliberações sobre os projetos de decreto legislativos das rádios. Em votação a inversão de pauta. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. Aprovada a inversão de pauta.

Primeiro Relator, o Senador Paulo Paim, vai relatar o Projeto de Decreto Legislativo 141 e 189, itens 8 e 9 da pauta.

Com a palavra S.Ex^a., o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, todos estão de posse do relatório, eu vou direto ao voto. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 141 de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Mercosul de Divisão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedro Osório, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do projeto do decreto legislativo, originário da Câmara dos Deputados.

O próximo voto, Sr. Presidente. Voto – Tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDS 189 de 2006, também não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução 139 de 1992 do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão da Rádio Marajá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Rosário do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Era isso Sr. Presidente, os dois votos.

SR. PRESIDENTE AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Com o Parecer favorável do Senador Paulo Paim, em discussão. Não havendo quem queira discutir, passamos para o próximo item. Itens 10 e 11 cuja relatora a Senadora Ideli Salvatti... Projeto deliberativo 534 de 2005 que aprova a radiodifusão sonora comunitária de onda média na cidade de Taió no Estado de Santa Catarina. Projeto de Decreto Legislativo 188 que aprova o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaiópolis no Estado de Santa Catarina. Com a palavra a Sr^a. Relatora Ideli Salvatti para relatar os itens 10 e 11.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, primeiro o item 10 como V.Ex^a. já explicitou é para que nós possamos aprovar o projeto de decreto legislativo que renova a concessão da rádio educadora de Taió. É uma rádio que já funciona para esses serviços em Santa Catarina no Município de Taió, e toda a documentação que acompanha o PDS está de acordo com as formalidades estabelecidas e, portanto o nosso voto é pela aprovação. E da mesma forma o item 11 da pauta é o que trata do projeto de decreto legislativo para aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária João Kominek a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaiópolis também no Estado de Santa Catarina, e o nosso Parecer também, a documentação que acompanha está totalmente adequada, de acordo com a legislação vigente, portanto, nós somos pela aprovação do ato que autoriza também a Associação Comunitária João Kominek a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaiópolis.

SR. PRESIDENTE AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado, Senadora. Os Pareceres favoráveis aos Decretos Legislativos 534 e 188 da Senadora Ideli Salvatti, se encontram em discussão. Não havendo quem queira discutir, aguardamos para votar finalmente.

Passamos para o próximo item, é o Projeto de Decreto Legislativo 173 e o Projeto de Decreto Legislativo 194 que a Relatoria é do Senador Aelton Freitas e designando o Senador Sérgio Zambiasi como o Relator *ad hoc* dos dois projetos.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Presidente Augusto Botelho, Projeto de Decreto Legislativo 173 de 2006, que autoriza a Pequis Esporte Clube a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pequi, Estado de Minas Gerais. E o item 13, Projeto de Decreto Legislativo 194 de 2006, que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Centro de Borda da Mata a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Borda da Mata, Estado de Minas Gerais. Ambos os votos do Relator titular Senador Aelton Freitas são pela aprovação.

SR. PRESIDENTE AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado, Senador Zambiasi. Em discussão. Os projetos de Decreto Legislativo 173 e 194, com o Parecer favorável do Senador Sérgio Zambiasi. Não havendo quem queira discutir, passamos para o próximo item. Item 14 e item 15, Projeto de Decreto Legislativo 172 e Projeto de Decreto Legislativo 185, ambos de 2006 no Estado do Ceará, a Relatora a Senadora Patrícia Saboya não estando presente, designo o *ad hoc* o Senador Flávio Arns para relatar os dois projetos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O Projeto de Decreto Legislativo 172 aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação e Educação de Marco a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marco, Estado do Ceará. E o Projeto de Decreto Legislativo 185 aprova o ato que outorga concessão à rádio em Serrote, aliás, a Rádio FM Serrote Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ubajara Estado do Ceará. Os Pareceres em relação aos dois projetos são favoráveis, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns. Em discussão o Parecer favorável do Senador Flávio Arns dos itens 14 e 15. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam... Não havendo quem queira discutir, passamos agora para a votação nominal de todos os decretos legislativos. Do item 8 até o item 15.

(Procede-se à votação nominal)

As matérias foram aprovadas.

Aprovado por unanimidade.

Passamos agora para os itens do projeto de lei.

Item 1, Projeto de Lei do Senado nº 315 de 2005 que altera a Lei 5.250 de 9 de fevereiro de 1967, que regula a liberdade de manifestação do pensamento e informação. Autoria Senador Romero Jucá, Relatoria Senador Marco Maciel. A matéria terminativa na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Com a palavra S.Ex^a., o Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, eu estou com o Parecer pronto. Todavia, tendo em vista a complexidade da matéria, eu gostaria de pedir a V.Ex^a. para que fosse a matéria retirada de pauta para que eu possa fazer o reexame das questões suscitadas e me comprometo a trazer oportunamente para a consideração da Comissão.

SR. PRESIDENTE AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Atendendo à solicitação de S.Ex^a. o Senador Marco Maciel, a matéria está retirada de pauta.

Passamos ao item 2, projeto terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 0449 de 2006. Denomina Aeroporto de Jacarepaguá Roberto Marinho, o Aeroporto de Jacarepaguá localizado na cidade de Rio de Janeiro. Autoria – Senador Edison Lobão, Relatoria – o Senador Cristovam Buarque, Parecer favorável com as Emendas oferecidas. Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as Emendas. Com a palavra a S.Ex^a., o Senador Relator Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, e Sras. Senadoras, o

projeto do Senador Edison Lobão dá o nome Roberto Marinho ao aeroporto da cidade de Jacarepaguá no Rio de Janeiro. Do ponto de vista da análise desse processo, constitucional, não há nada a obstar ao projeto, pois a nossa carta magna determina que a competência para legislar sobre transporte e trânsito é da União. O Congresso Nacional tem a atribuição legislativa sobre a matéria contida no projeto em análise conforme o disposto no art. 48. Ademais, não há reserva sobre a matéria, conforme o art. 61 podendo ela ser exercida por qualquer dos Parlamentares de ambas as Casas. O Senador Edison Lobão tomou então a iniciativa com amparo na Lei 6.682 de 27 de agosto de 1979, que dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais no plano nacional de viação.

O Ministério da Defesa informou por meio de Ofício 2798 que não vislumbra óbices à aprovação do projeto em análise. Em relação à técnica legislativa, o projeto está redigido de acordo com as diretrizes fixadas na Lei Complementar nº 95/98. E quanto ao mérito, não cabe dúvida da estatura importância do Jornalista Roberto Marinho para o País. As organizações GLOBO, por ele criada, geram uma programação de qualidade que chega a televisões do mundo inteiro. A GLOBO hoje é um dos símbolos do Brasil como a VARIG. E nada mais justo do que a atribuição do nome de um aeroporto ao Jornalista Roberto Marinho. Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 49 de 2006, de autoria do Senador Edison Lobão. A Emenda que foi apresentada é que se dê a Emenda ao Projeto de Lei a seguinte redação, denomina “Aeroporto de Jacarepaguá/RJ Roberto Marinho”, o aeroporto de Jacarepaguá localizado na cidade do Rio de Janeiro. E a Emenda, outra desce ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 49 de 2006 a seguinte redação.

O Aeroporto de Jacarepaguá localizado na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro passe a denominar-se Aeroporto Jacarepaguá/Rio de Janeiro Roberto Marinho. Então, são duas propostas de duas redações, ambas as propostas defendendo o projeto. Esse é o Parecer, e essas são as Emendas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Bom, o projeto relatado pelo Senador Cristovam Buarque está em discussão. Os Senhores que quiserem discutir se manifestem. Não havendo quem queira se manifestar, passamos à votação do projeto terminativo nominal.

(Procede-se à votação nominal)

A matéria foi aprovada.

SR. PRESIDENTE AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Pergunto aos Srs. Senadores se mantenho o voto em relação às Emendas? Os Senhores que concordam... Com a palavra o Senador.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Após, eu quero um “pela ordem”, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Aprovado, então a Emenda. Concedo a palavra ao Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente, V.Ex^a. é um dos eminentes membros da Comissão de Assuntos Sociais e sabe que amanhã às 9h30 está sendo convocada uma Reunião Extraordinária dessa Comissão para aprovar várias matérias, inclusive uma matéria cujo autor, cujo Relator é o Senador Flávio Arns e o autor é o Senador Paulo Paim que trata, Senador Paulo Paim, da profissão de ortoptista que foi objeto de apreciação pela... Como muitos dos membros dessa Comissão de Educação também são membros proeminentes da Comissão de Assuntos Sociais, eu aproveito o ensejo para convocar todos os companheiros para amanhã às 9h30. Agradeço a V.Ex^a. essa oportunidade.

SR. PRESIDENTE AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado, Senador. Tenho certeza que todos estarão.

Próximo item, item 3 terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 023/2006. Autoriza o Poder Executivo a criar campi avançados da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, nos Municípios de Santana, Oiapoque, Laranjal do Jarí e Amapá no Estado do Amapá. Autoria do Senador Papaléo Paes, Relatoria do Senador Antônio Carlos Valadares com o Parecer favorável. Com a palavra a S.Ex^a. o Relator o Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Para abreviar a leitura da matéria, passamos logo à análise já que V.Ex^a. se referiu ao seu objetivo principal.

O Brasil vem experimentando nos últimos anos crescimento acelerado da demanda por educação superior. Nível de essencial para o desenvolvimento do País e para a inserção profissional dos jovens. Mas ainda estamos longe de alcançar uma cobertura na educação superior que condiga com o nosso patamar socioeconômico e nossas aspirações nacionais. O Plano Nacional de Educação aponta que a porcentagem de jovens brasileiros de 18 a 24 anos matriculados na educação superior em 2001 era de menos de 12% em contraste com 40% na Argentina e 20,6% no Chile. Para mencionar apenas nossos vizinhos latino-americanos. A meta do PNE é chegar a 30% dessa cobertura nessa

faixa etária o final de sua vigência até 2001. Para essa expansão, é inegável a necessidade de crescimento da rede pública federal de ensino superior, especialmente nas regiões mais remotas e menos desenvolvidas do País, a instalação de campi avançados na UNIFAP como propõe o PLS, da autoria do Senador Papaléo Paes parece-nos, portanto uma medida de mérito indiscutível. A prioridade para a criação de cursos na área de saúde, conforme estabelece o projeto também se reveste da maior relevância. Essa medida ao possibilitar a formação de profissionais para atuar junto à população do Amapá, propiciará o desenvolvimento de atividade de extensão e parcerias com os órgãos locais de saúde contribuindo para a melhoria das condições de vida naquela região.

No que se refere aos aspectos constitucionais e formais, a proposição encontra-se em conformidade com as normas vigentes, inclusive no que se refere à técnica legislativa nos termos da Lei Complementar nº 95/98. Cabe lembrar que esse trata de projeto autorizativo, e sua juridicidade tem livre trânsito no Senado, conforme interpretação do Parecer nº 527/1998 da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania dessa Casa. O voto, Sr. Presidente, pelo exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 23/2006 de autoria do eminente Senador Papaléo Paes. É o Parecer, Sr. Presidente, salvo melhor juízo.

SR. PRESIDENTE AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado Senador. Parecer favorável do Senador. Em discussão, com a palavra o Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras. Senador Antônio Carlos Valadares com a sua aguçada sensibilidade, percebeu que esse é um dos caminhos que propicia a quem mora no interior, como a gente chama, nos Municípios mais distantes. Eu quero inclusive registrar a presença aqui de dois companheiros que atuam comigo, um no Município de Cruzeiro do Sul, o Shirliam(F) está aqui assistindo essa audiência. E o Antônio Maria que me ajuda no Município de Xapuri. Antônio Maria, inclusive é o usuário de uma proposição como essa, já que frequenta um curso superior no Município de Xapuri graças a uma iniciativa como essa promovida pela Universidade Federal do Acre.

Então, eu quero aqui ressaltar a grande importância, principalmente porque com iniciativa dessa natureza, os habitantes dos Municípios mais distantes, afastados das capitais têm a oportunidade, a perspectiva de continuar frequentando um estabelecimento de ensino dessa feita superior, aprimorando a sua formação e ampliando os horizontes e as perspectivas para

se localizar bem no mercado de trabalho. Então, é um projeto de grande relevância exatamente por isso, porque abre perspectiva para quem muito tempo esteve alijado. Tem pessoas, Senador, o Senhor sabe disso, a gente anda lá pelo interior até antigamente. “Olha, eu acabei o segundo grau e não tenho mais nada o que fazer aqui”. Então, com essa iniciativa, esses jovens que concluem o segundo grau podem continuar estudando, fazendo um curso de pedagogia, de filosofia, de história, de geografia e ampliando os seus horizontes e aumentando em grande proporção a sua possibilidade de se colocar no mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

Parabéns ao Senador Antônio Carlos Valadares pela sensibilidade com que se houve na Relatoria desse projeto.

SR. PRESIDENTE AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado, Senador. Com a palavra o Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu sou Relator de uma outra matéria. Qual é o item?

SR. PRESIDENTE AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – A próxima é não terminativa e V.Ex.^a. é o Relator. Continua em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, vamos colocar a matéria em votação. Votação nominal.

(Procede-se à votação nominal)

A matéria foi aprovada.

SR. PRESIDENTE AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Aprovado por unanimidade.

Passamos agora ao último item com o voto do Relator. O Item 4... Item 4. Não é o último não, falta...

Item 4 não terminativo, Projeto de Lei da Câmara nº 337 de 2003, define o crime de veiculação de informações que induzam ou incitem a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência sexual na rede de internet ou outras redes destinadas ao acesso público. Autoria do Senador Paulo Paim, Relatoria do Senador Antônio Carlos Valadares. Parecer favorável na forma do substitutivo oferecido, matéria terminativa na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania. Com a palavra a S.Ex.^a., o Relator Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Venho a esta Comissão para parecer o Projeto de Lei do Senado nº 337/2003 da autoria do Senador Paulo Paim. A proposição tem como objetivo precípua à tipificação de novo crime, consistente na veiculação de informações que induzem ou incitem a discriminação, o preconceito de raça, cor ou etnia, religião ou procedência nacional na rede de internet e

outras redes destinadas ao acesso público. O projeto também cuida de estabelecer que o Juiz possa, antes mesmo do inquérito policial, determinar a interdição das respectivas mensagens ou páginas ouvir do Ministério Público ou a pedido deste. A inovação legislativa se dá por meio de acréscimo do art. 20 A, a Lei nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989 que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

Inicialmente o projeto foi distribuído unicamente a Comissão de Justiça e Cidadania para a decisão terminativa. Em virtude da promulgação da Resolução nº de 22 de fevereiro de 2005, retificou-se a distribuição da matéria, de forma a compreender também a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa que passou a ter a decisão terminativa. Mediante a aprovação do requerimento nº 1.249/2005 de autoria do Senador Gerson Camata, o projeto foi encaminhado para o exame deste colegiado. Posteriormente retornará a CCJ e seguirá para a CDH, a qual caberá a decisão em caráter terminativo.

Por derradeiro, cumpre observar que não foram apresentadas emendas ao projeto. A proposição em exame tem um inegável mérito de enfrentar problema de crescente gravidade, consistente na veiculação de mensagem de discriminação de raça, cor, etnia, religião, ou procedência nacional na internet.

Nesse sentido, com o objetivo de criminalizar a conduta, procura definir novo tipo penal a ser inserido na Lei nº 7.716 de 1989. A redação do art. 20 da citada lei, contudo, em termos abertos permite que nela se enquadrem os atos de discriminação praticados por qualquer meio, inclusive, às redes de computadores. É possível ainda cogitada a aplicação da qualificadora constante do § 2º do mesmo dispositivo, que comina pena maior aos atos praticados por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza. Tal enquadramento é sustentado pelo Ministério Público do Distrito Federal e territórios em caso pioneiro, que busca condenar o usuário do *site* de relacionamento Orkut pela veiculação de mensagens racistas. Em tal hipótese a pena cominada à reclusão de dois a cinco anos e multa seria superior àquela prevista no projeto de reclusão de um a três anos e multa. É de reconhecer, todavia que a noção de que a internet é um meio de comunicação social é recente em nosso ordenamento jurídico. Somente com a Emenda Constitucional nº 36 de 2002. Integraram-se os meios de comunicação social eletrônica e independentemente da tecnologia utilizada ao capítulo da comunicação social da lei magna.

Nesse sentido, mostra-se pertinente aperfeiçoar o texto da norma vigente de forma a não deixar dúvidas quanto a sua aplicabilidade aos atos de discrimi-

nação praticados por meio de internet ou da internet ou de qualquer outra rede de computadores de acesso público.

Para tanto, contudo, não se mostra necessária à criação de um novo tipo penal, basta que se altere a redação do § 2º do art. 20 da Lei nº 7.716 de 1989, de forma a explicitar o objetivo colimado. Ademais se aceitasse a solução proposta no PLS nº 337/2003, estar-se-ia a estabelecer tratamento favorecido aos crimes praticados pela internet que teriam pena mais branda do que aqueles perpetrados por intermédio dos demais meios de comunicação. Cumpre também ressaltar que a providência prevista no Parágrafo Único do art. 20 A, que o projeto pretende inserir na Lei 7.716 de 1989, pode ser acrescida ao rol já previsto no § 3º do art. 20 da citada lei.

Nesse diapasão entendemos que o projeto merece o referendo desse colegiado na forma da proposição substitutiva que apresentamos e para tanto pedimos a licença e autorização do nobre e grande autor dessa matéria, o Senador Paulo Paim, um dos grandes propositores de projetos no Senado Federal.

Eu proponho Senador Paulo Paim, um substitutivo sem tirar o mérito da iniciativa de V.Exª.. Dispõe sobre a prática de crime de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia ou religião ou procedência nacional por intermédio da internet ou de outras redes de computadores de acesso público.

O Congresso Nacional decreta, art. 1 os § 2º e § 3º do art. 20 da Lei nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989, passam a vigorar com a seguinte redação. Art. 20, § 2º. Se qualquer dos crimes previstos no *caput* for cometido por intermédio dos meios de comunicação social de publicação de qualquer natureza da rede de internet ou de qualquer outra rede de computadores destinados ao acesso público, pena a reclusão de dois a cinco anos e multa. E no inciso III a interdição das respectivas mensagens ou página de informação da rede de internet outra rede de computadores destinada ao acesso público. Está lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sr. Presidente, esse é o Parecer.

SR. PRESIDENTE AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado, Senador. Em discussão o projeto. O Parecer do Senador Antônio Carlos Valadares. Com a palavra Senador Paulo Paim. Autor do projeto.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – O projeto não é terminativo, vai para mais duas Comissões, eu quero cumprimentar o Senador Valadares que, como sempre, estudou a matéria com profundidade. Nós temos assistido o próprio Ministério Público fazendo um belíssimo trabalho quanto à forma preconceituosa, racista, nazista como infelizmente na internet se faz

propaganda preconceituosa como dizia e o Orkut infelizmente um deles tem sido usado nesse sentido.

Por isso que o Parecer do Relator, quando ele apresenta seu substituo, ele amplia, ele melhora a qualidade da idéia original por nós apresentada. Por isso que eu não tenho nada... Ao contrário, eu diria até, eu só tenho que homenagear aqui o Relator pelo substitutivo que apresenta que melhora a redação principal por nós apresentada.

SR. PRESIDENTE AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Continua em discussão. Senadora Zambiasi com a palavra.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Sr. Presidente, é só para complementar o Relatório do Senador Valadares e a manifestação do Senador Paim.

Hoje, Senador Paim, a imprensa gaúcha especialmente a Zero Hora, ela publica uma reportagem em que uma editora, baseada lá no bairro de Santo Antônio faz apologia ao nazismo, ao holocausto com publicações, inclusive, *sites* hospedados em outros Países e manipulados por um jovem, se não me engano, catarinense, também utilizando-se exatamente destas publicações, desta editora denunciada segue nessa mesma vertente. E nós entendemos que o seu projeto vem em boa hora, que é uma maneira de superar essa situação de ofensa às etnias, que nós temos que definitivamente estabelecer alguns parâmetros padrões para que os responsáveis sejam punidos. Então, o projeto vem em boa hora, tanto que em reportagem de hoje da Zero Hora, tem uma denúncia muito grave revelando uma editora, uma publicadora em Porto Alegre editando livros do gênero.

SR. PRESIDENTE AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado, Senador Zambiasi.

Bom, continua em discussão. Essa matéria é terminativa na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, só para reafirmar. Não havendo quem queira discutir, vamos à votação. Sr^{as}. e Srs. Senadores que concordam com o Parecer do Senador Antônio Carlos Valadares permaneçam como se encontram. Aprovado por unanimidade. Com a palavra o Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Dizer que essa matéria é terminativa na CDH e não na Comissão de...

SR. PRESIDENTE AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Constituição e Justiça?

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – A CCJ e depois a CDH.

SR. PRESIDENTE AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Bom, eu estou lendo o que estava escrito. Então, vamos fazer a correção.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Vai passar na CDH e é terminativa na CCJ, não é isso?

SR. PRESIDENTE AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Certo. Então, vamos ao item 6. Fica adiado pela ausência do Relator.

Item 5 também pela ausência do Relator.

Item 7, último item da pauta. Projeto de Lei não terminativo do Senado nº 296/2005. Dispõe sobre a obrigatoriedade de constar no rótulo das embalagens do óleo comestível advertência sobre a destinação correta do produto após o uso. Autoria do Senador Valmir Amaral, Relatoria do Senador Mão Santa com o Parecer pela rejeição. Observação nº 1, a matéria constou na pauta da reunião dia 2 de maio. Nº 2. Matéria terminativa na Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle. Com a palavra a S.Ex^a., o Relator da matéria, o Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Relatório – o Projeto de Lei do Senado 296/2005 de autoria do Senador Valmir Amaral, propõe que os rótulos, as embalagens de óleo comestível informem obrigatoriamente sobre a conveniência de acondicionar o produto usado, em garrafas plásticas fechadas e destiná-las ao lixo orgânico. Na hipótese de descumprimento da norma, os fabricantes importadores de óleos comestíveis ficam sujeitos a sanções administrativas. De conformidade com às normas regimentais a matéria foi distribuída a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, CMA, para apreciação em decisão terminativa.

Entretanto, em virtude da aprovação do requerimento de autoria do Senador Gerson Camata será examinada pela Comissão de Educação. Análise – O Parlamentar, autor do PLS 296 de 2005 ao submeter a essa Casa legislativa motivou-se pela louvável preocupação quanto ao destino ambientalmente adequado dos óleos comestíveis e usados. Não obstante, o tema tão importante qual seja a proteção do meio ambiente julgamos essencial acrescentar algumas considerações com o intuito de promover uma reflexão mais profunda sobre a pertinência da medida sugerida pelo Projeto de Lei.

Preliminarmente, cumpre ressaltar que a promulgação da resolução do Senado Federal de 2005, altera a denominação e as atribuições das Comissões Permanentes. Cabe a CMA, nos termos do art. 102, a análise do mérito das matérias atinentes à proteção do meio ambiente, sobretudo, no que concerne ao controle da poluição e conservação dos recursos hídricos.

No entanto, ainda que a análise do PLS 296 de 2005 afasta as competências específicas da Comissão de Educação, entendemos por bem registrar alguns aspectos que certamente serão examinados de forma mais profunda pela Comissão de mérito, que nos leva a considerar a solução preconizada pelo projeto. Salvo melhor juízo, pouco factível.

Embora também reconheçamos que o despejo do óleo comestível usados em lugares inapropriados possa onerar a operação das estações de tratamento de esgoto ou causar contaminação dos recursos hídricos, uma vez que aproximadamente 50% dos Municípios brasileiros não tem coleta de esgoto e somente 20% possui coleta e tratamento, segundo dados do IBGE. O acondicionamento do material em garrafa plástica para posterior despejo do lixo orgânico, poderá igualmente trazer problemas indesejáveis, em nada constituindo para a melhoria da qualidade ambiental.

Em primeiro lugar, observamos que durante o processo de coleta domiciliar, o lixo orgânico, as garrafas plásticas contendo óleo residual seriam prensadas pelos caminhões coletores o que resultaria na inevitável mistura do óleo com o restante do lixo. Considerando que cerca de 65% dos óleos dos Municípios nacionais, direcionam o lixo orgânico para lixões, aterro sanitário, o óleo acabaria por ser arrastado pelas águas pluviais indo da mesma forma contaminar os córregos. Além disso, o acúmulo do material plástico nos lixões e nos aterros sanitários constitui significativo fator de degradação ambiental, uma vez que essa categoria de resíduo é de difícil degradação. Não pode ser transformada em adubo e se queimado libera gases tóxicos.

A melhor alternativa para solucionar o problema prescinde, a nosso ver, de norma legal específica e passa por uma implantação de programas voluntários de coleta seletiva e reciclagem dos óleos comestíveis residuais, procedimento que, aliás, já vem sendo adotado com sucesso, sobretudo, em estabelecimentos comerciais que geram quantidade significativa do produto.

Por outro lado, convém lembrar que as edificações residenciais e os estabelecimentos comerciais que processam alimentos e estão obrigados a instalar caixas de gorduras e limpá-las periodicamente com a finalidade de separar da água servida proveniente das pias da cozinha os produtos oleosos que não devem ser lançados na rede coletora do esgoto.

Assim, com fundamento dos argumentos específicos não se identifica vantagem, do ponto de vista ambiental, em promover o descarte de óleos comestíveis usados de forma recomendada. Não havendo,

portanto, porque impor a indústria alimentícia mais um encargo cujo efeito financeiro de certa via, será transferido para a sociedade. Tendo em vista o exposto, votamos pela rejeição.

SR. PRESIDENTE AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado Senador Mão Santa. Em discussão o Parecer pela rejeição do Senador Mão Santa do PLS 296 de 2005. Srs. Senadores, ninguém querendo discutir, vamos passar para a votação. Srs. Senadores que concordam com o Parecer do Senador Mão Santa permaneçam como se encontram. Aprovado pela rejeição. Passamos agora para os comunicados.

De acordo com o Art. 89, inciso IV do Regimento Interno do Senado Federal, estamos designando para a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social do Senado Federal na primeira vaga do PMDB, o Exm^o. Senador Gilvam Borges. Há dois comunicados aqui. Comunico aos Srs. Senadores o recebimento de correspondência do Vice-Presidente em exercício da presidência do Tribunal de Contas da União, o Ministro Walton Alencar Rodrigues, encaminhada cópia do acórdão proferido nos autos do processo TC 005.628/2004.0 sobre o pedido de reexame em posto pela ANCINE relativa à auditoria naquela agência. Os Srs. Senadores que desejarem uma cópia deverão se dirigir a Secretaria dessa Comissão. A matéria vai ao arquivo.

Comunico aos Srs. Senadores o recebimento da correspondência do Vice-Presidente no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, o Ministro Walton Alencar Rodrigues, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do processo TC 006997/2005-6 sobre o Relatório de Auditoria Operacional no Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, CEFET, Pelotas, Rio Grande do Sul. Os Srs. Senadores que desejarem uma cópia deverão se dirigir a Secretaria dessa Comissão. A matéria vai a arquivo.

Antes de encerrar gostaria de convocar para logo após a essa reunião a Subcomissão de Ciência e Tecnologia para discutir um item apenas. Único.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu até, Sr. Presidente, faço um apelo para que os membros da Subcomissão de Ciência e Tecnologia permaneçam por mais cinco minutos, que é só um requerimento para ser aprovado.

SR. PRESIDENTE AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Convidando o Senador Flávio Arns para vir para cá, declaro encerrada a reunião da Comissão de Educação. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 12h4min.

Ata da 15ª Reunião Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 16 de maio de 2006

Às onze horas e trinta minutos do dia dezesseis de maio de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Augusto Botelho, Vice-Presidente no exercício da Presidência e com a presença dos Senhores Senadores Jorge Bornhausen, José Jorge, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Juvêncio da Fonseca, Leonel Pavan, Wellington Salgado de Oliveira, Íris de Araújo, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Sérgio Zambiasi, César Borges, Cristovam Buarque, Marco Maciel, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Garibaldi Alves Filho, Geraldo Mesquita, Luiz Otávio, Antônio Carlos Valadares, Patrícia Saboya Gomes e João Ribeiro, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Demóstenes Torres, Marcelo Crivella, Gilvam Borges, Valdir Raupp, Sérgio Cabral, José Maranhão, Aelton Freitas, Paulo Paim, Fátima Cleide, Roberto Saturnino e Mozarildo Cavalcanti. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Senador Augusto Botelho, Vice-Presidente no exercício da Presidência, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da Pauta. **Item 02 – Projeto de Lei do Senado nº 003, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque que, “Inclui o inciso X ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar vaga na escola pública mais próxima de sua residência a toda criança a partir dos quatro anos de idade”. O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 01 e 02-CE, aprovadas por quinze (15) votos. Prosseguindo, a Presidência submete a deliberação do plenário a inversão da pauta, para continuar as votações pelos Projetos de Decretos Legislativos, o que é aprovado. **Item 07 – Projeto de Decreto Legislativo nº 234, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Candelariense – ACOMCAN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Candelária, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 08 – Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Pró-Saúde de Feijó/AC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Feijó, Estado do Acre”. O relator designado é o Senador Ge-

raldo Mesquita Júnior e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. **Item 09 – Projeto de Decreto Legislativo nº 236, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Mirandiba FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mirandiba, Estado de Pernambuco”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 10 – Projeto de Decreto Legislativo nº 226, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Canal Vinte e Um para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cascavel, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Geraldo Mesquita Júnior e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 11 – Projeto de Decreto Legislativo nº 215, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Santanense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Deserto, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 12 – Projeto de Decreto Legislativo nº 219, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Mantiqueira – ASCOBEM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 13 – Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Pedro do Rosário a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedro do Rosário, Estado do Maranhão”. O relator designado é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 14 – Projeto de Decreto Legislativo nº 240, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Fundação Deoclécio Mendes do Amaral a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasileira, Estado do Piauí”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Íris de Araújo e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 15 – Projeto de Decreto Legislativo nº 233, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cajazeiras FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequên-

ência modulada na cidade de Queimadas, Estado da Paraíba”.O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 16 – Projeto de Decreto Legislativo nº 261, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Rádio Comunitária ‘Voz Das Rocas’ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte”.O relator designado, ad hoc, é o Senador Garibaldi Alves Filho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 17 – Projeto de Decreto Legislativo nº 227, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Continental Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Mirassol D’Oeste, Estado de Mato Grosso”.A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Neste momento, os Senhores Senadores Valdir Raupp e Garibaldi Alves Filho requerem, oralmente, pela ordem, a inclusão extra-pauta de Projetos de Decretos Legislativos nºs 249/06, 245/06, 256/06 e 268/06, o que é aprovado. **Extrapauta, Item 01 – Projeto de Decreto Legislativo nº 249, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Tiradentes Ltda., para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, incorporando ao texto final emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Extrapauta, Item 02 – Projeto de Decreto Legislativo nº 245, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza o Clube de Mães e Idosos Maria Izabel de Medeiros a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte”.O relator designado é o Senador Garibaldi Alves Filho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Extrapauta, Item 03 – Projeto de Decreto Legislativo nº 256, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa São Gonçalo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gonçalo do Amarante, Estado do Rio Grande do Norte”.O relator designado é o Senador Garibaldi Alves Filho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Extrapauta, Item 04 – Projeto de Decreto Legislativo nº 268, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação José Fernandes de Melo para executar

serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pau dos Ferros, Estado do Rio Grande do Norte”.O relator designado é o Senador Garibaldi Alves Filho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. A Presidência retorna ao início da pauta. **Item 03 – Projeto de Lei do Senado nº 076, de 2000**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Renan Calheiros, que “Define e tipifica os delitos informáticos, e dá outras providências”, tramitando em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2000**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, que “Estabelece nova pena aos crimes cometidos com a utilização de meios de tecnologia de informação e telecomunicações”, tramitando em conjunto com o **Projeto de Lei da Câmara nº 089, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Luiz Piauhyllino, que “Altera o Decreto-Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal e a Lei nº 9296, de 24 de julho de 1996, e dá outras providências. (Dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática, e suas penalidades, dispondo que o acesso de terceiros, não autorizados pelos respectivos interessados, a informações privadas mantidas em redes de computadores, dependerá de prévia autorização judicial)”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o parecer é favorável ao PLS 076/00, com o substitutivo oferecido e pela prejudicialidade dos PLS 137/00 e PLC 089/03, que tramitam em conjunto. É concedido vista ao Senador Edison Lobão, pelo prazo regimental de cinco (05) dias úteis. **Item 04 – Projeto de Lei do Senado nº 222, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Hélio Costa que, “Altera a Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002 e a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre alterações societárias das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens”. O relator designado é o Senador Edison Lobão e o parecer favorável, rejeitando as três (03) emendas oferecidas pelo Senhor Senador Geraldo Mesquita é aprovado. **Item 05 – Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Maurício Rabelo e outros Deputados que, “Institui o ano de 2006 como o Ano da Juventude”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Íris de Araújo e o parecer favorável é aprovado. **Item 06 – Projeto de Lei da Câmara nº 025, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Celso Russomanno que, “Declara o sociólogo Florestan Fernandes patrono da Sociologia brasileira.”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o parecer favorável é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias da pauta – **Item 01 – Substitutivo, (Turno Suplementar)**, de autoria do Senador Flávio Arns ao **Projeto de Lei do Senado nº 397, de**

2003. Antes de finalizar a reunião, a Presidência faz os comunicados que se seguem – **Comunicado 01** – Ofício CE nº 056/06 “De acordo com o art. 89, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, indico para compor os quadros da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social do Senado Federal, na terceira vaga de suplente do PMDB, o nome da Excelentíssima Senhora Senadora Íris de Araújo – PMDB/GO”. **Comunicado 02** – Ofício CE nº 057/06 “De acordo com o art. 89, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, indico para compor os quadros da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia do Senado Federal, na segunda vaga de titular do Bloco da Minoria (PFL e PSDB), o nome do Excelentíssimo Senhor Senador Jonas Pinheiro – PFL/MT e na primeira vaga da titularidade do PMDB, o nome do Excelentíssimo Senhor Senador Mão Santa – PMDB/PI”. O Senhor Senador Augusto Botelho, Vice-Presidente no exercício da Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e trinta e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no **Diário do Senado Federal**. – Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Declaro aberta a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Solicito aos Srs. Senadores a dispensa da leitura da Ata e aprovação. Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovada a Ata.

Submeto também à Comissão, a inversão de pauta para começarmos pelos PDLs. Fale, Senador.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Pois, não.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Seriam os Decretos Legislativos?

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Isso, os PDLs.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Eu tenho dificuldade.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – As rádios, V. Ex^{as.}, vai relatar as rádios?

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Não. Eu só tenho a Relatoria do Item nº 2, da pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Certo.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Se pudesse sair da frente o Item nº 2, e passar depois para os PDLs, para mim me facilitaria muito o trabalho em outras Comissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Se V. Ex^a, fizer um relatório bem sucinto nós vamos começar, então, pelo Item nº 2.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, uma questão de ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Pois não, Senador.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Eu queria pedir, se possível, se pudesse entrar na pauta extra, extrapauta, o PDS nº 249, que é da Rádio Tira-dentes Ltda. Já foi apresentada à Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Ok. Eu vou pedir para a Secretaria providenciar para V. Ex^a

Então, vamos começar... Mesmo assim o Item nº 1, o Relator não se encontra presente, o Senador Flávio Arns.

Passemos para o item nº 2, Senador Juvêncio da Fonseca. Projeto de Lei do Senado, nº 03, de 2006. “Inclui o inciso X, ao Art. 4º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar vaga na escola pública mais próxima de sua residência a toda criança a partir dos quatro anos de idade”.

Com a palavra o autor Senador Cristovam Buarque, Relator Senador Juvêncio da Fonseca. Serão realizadas duas votações nominais, uma para o Projeto e outra para a Emenda. Com a palavra o Sr. Relator Juvêncio da Fonseca.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Presidente, chega a esta Comissão em caráter Terminativo, o PLS nº 03 de 2006, de autoria do Senador Cristovam Buarque. Senador, que está sempre presente nas questões da educação do povo brasileiro e das nossas crianças, com um trabalho muito especial e que nos faz com que a educação realmente seja vista como uma das prioridades, ou melhor, a prioridade maior desse país. Parabéns pelo seu Projeto. Na justificação.

Aliás, o Projeto ele inclui o inciso X, ao Art. 4º, da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 96, que é LDB, para assegurar vaga na escola pública mais próxima da sua residência, a toda a criança que complete quatro anos de idade.

Quanto aos efeitos pedagógicos, não resta a menor dúvida da procedência da medida comprovada pela diferenciação dos níveis de aprendizagem, entre as crianças que tiveram a oportunidade de serem escolarizadas precocemente e as que entram na escola somente no momento da alfabetização. O Projeto diz textualmente – “Vaga na escola pública mais próxima da sua residência e a partir do dia em que a criança completar quatro anos de idade”.

Quanto à segunda expressão “a partir do dia que completar quatro anos de idade”, não cabe reparos, pois, os sistemas públicos estão atentos a prever a vaga e matricular a criança desde o primeiro dia letivo do ano em que a criança completar os quatro anos. O dispositivo induzirá, inclusive, medidas mais racionais de planejamento educacional.

Quanto à primeira, ou seja, “vaga na escola pública mais próxima”, julgamos conveniente ponderar que a redação pode se prestar a equívoco, como que forçando uma escola de Ensino Fundamental, Médio ou até Superior por ser a pública mais próxima a receber de forma esdrúxula e inadequada, a criança para uma etapa da educação básica que esta escola não oferece.

VOTO.

Pelo exposto, o nosso Voto é favorável ao PLS nº 03, de 2006, com a seguinte emenda – Emenda – “Substitua-se no inciso X, do Art. 4º, da Lei 9.394 de 1996, nos termos do PLS nº 03 de 2006, a expressão, “escola pública”, por “escola pública de educação infantil”.

Esse é o nosso Voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BO-TELHO (PDT-RR) – Obrigado, Senador. Em discussão o Projeto.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque, autor da proposição.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Parecer corrige o que poderia ser de fato uma falha no Projeto como eu elaborei, porque como o Relator diz, se a gente deixasse na escola mais próxima da casa, o pai poderia levar a uma escola de Ensino Superior e jogar sua criança lá, ou de Ensino Médio ou de Ensino Fundamental.

Entretanto, a correção feita de que a escola de Ensino Infantil, na Educação Infantil mais próxima da casa pode fazer o Projeto irrelevante, porque hoje a gente sabe que essas escolas são muito distantes. Nós sabemos que sem entrar na escola aos quatro anos, a criança tende a não aproveitar corretamente. O que eu quero com esse Projeto é transformar uma necessidade em uma demanda. Dar o direito à pessoa de reivindicar. É como o Projeto que a Senadora

Heloísa Helena fez para creches. Não vai criar creche imediatamente, mas criou o direito do pai e da mãe reivindicarem isso.

Eu queria propor que nós levássemos em conta a sugestão do Relator de colocar a Escola Pública de Educação Infantil, mas com um detalhe – “E também de Ensino Fundamental”, porque aí forçaríamos a Escola de Ensino Fundamental a se adaptar e ter Educação Infantil. Porque se a criança chega aos quatro anos, ninguém não vai colocar junto com a de seis anos que está na 1ª série. Ao mesmo tempo que evita a falha que estaria ao dizer – “Escola Pública”, apenas.

A falha que estaria entre um Ensino Médio e uma Universidade, embora sinceramente, dificilmente nesses lugares onde vai ser preciso essa lei ser executada vai ter escola de Ensino Médio ou vai ter Universidade, com muita força terá uma Escola de Ensino Fundamental.

Então, eu proponho e peço para escutar o Relator, por que não deixar “na escola pública mais perto de sua casa com Educação Infantil ou com Ensino Fundamental”, aí a gente elimina a possibilidade de escola média, elimina a possibilidade de Ensino Superior e deixa a obrigação da escola que tem Ensino Fundamental, se adaptar para ter também Educação Infantil.

Esse é o meu apelo, Sr. Relator e Srs. Senadores, que aprovemos isso criando, transformando uma necessidade que têm essas crianças em uma demanda que as pessoas têm, porque nós sabemos que no Brasil o que é necessidade não é levado em conta, o que é demanda é possível ser levado em conta.

Então, a minha sugestão é que se coloque “escola pública com Educação Infantil ou com Educação Fundamental”.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BO-TELHO (PDT-RR) – Com a palavra o Relator.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Presidente, eu compreendo perfeitamente a pretensão justa do Senador Cristovam Buarque, mas eu tenho um receio Senador Cristovam, é que essa lei se torne inócua, justamente naquelas anexas áreas onde só tem o Ensino Fundamental não tem o Ensino Infantil.

Então, você vai ter uma lei que não vai ser aplicada, uma lei que não vai ser aproveitada, porque não é por que tem o Ensino Fundamental e essa lei, que já se abre uma sala de Educação Infantil. Porque teria que ter uma autorização para a Educação Infantil, uma série de providências que tornaria assim a execução e a aplicação dessa Legislação, sem nenhum efeito. A minha preocupação é essa, porque uma das coisas mais negativas que nós temos no Congresso, é fazer leis que não possam

ser aplicadas imediatamente e tornarem-se inócuas no tempo. Portanto, eu ainda ficaria com o meu Parecer.

Ainda ficaria por esta razão, sabendo perfeitamente que a pretensão de V. Ex^a, o seu gesto é muito justo, porque as crianças precisam dessa Educação Infantil. Essa Educação Infantil, essa alfabetização antecipada, melhora muito a capacidade das crianças para assimilar, inclusive, as lições do Ensino fundamental, mas eu ainda ficaria compreendendo o gesto de V. Ex^a, eu ainda ficaria com o meu Parecer. E faria um adendo, Sr. Presidente à minha Emenda, porque ela não está também, modificando a Ementa do Projeto.

Eu faria um acréscimo à minha Emenda, porque a minha Emenda não está modificando a Ementa da proposta do Projeto. Seria então – “Vaga na Escola Pública de Educação Infantil mais próxima da sua residência a toda criança a partir dos quatro anos de idade”. É a minha proposta.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Fale, Senador.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Eu queria apenas fazer um comentário favorável ao Projeto, na certeza de que evidentemente, se a criança puder estudar próximo a sua casa nós teremos menos custo de transporte, mais segurança e tudo o que está envolvido, inclusive na questão do planejamento. Até aí eu me permito até fazer uma propaganda aqui. A cidade de Belo Horizonte já desde os anos 90, ela já faz a alocação das crianças na rede escolar pública, através do sistema de geoprocessamento.

Quer dizer, nós temos todo um processo informatizado que faz com que as crianças já sejam matriculadas na escola mais próxima da sua cidade. Isso é um instrumento de planejamento que está ao alcance da maioria das nossas Prefeituras de cidades de maior parte, que evidente uma lei como essa vai induzir a um planejamento como esse, a utilização de instrumentos modernos de planejamento como o geoprocessamento, para colocar a crianças mais próximas da sua casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Obrigado, Senador Azeredo. Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação com a Emenda de Redação proposta pelo Senador Juvêncio da Fonseca. Pode falar, Senador.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –

Eu conversei antes com o Senador Juvêncio e realmente eu até entendi, mas depois me veio a preocupação – por isso que eu pedi a palavra – de que pode ficar inócuas assim, porque na “Escola com a Educação Infantil mais próxima da casa”, vai ser muito longe. A gente não vai induzir o Estado a aumentar a oferta das vagas.

O Estado vai dizer – “Já tem essa vaga, basta você tomar dois ônibus com seu menino de quatro anos ou sua menina”. Ao colocar o direito, mesmo numa escola de Ensino Fundamental, a gente vai forçar o Governo a criar a sala, como o senhor disse, de Educação Infantil. É a maneira de forçar, de criar uma pressão que não vai ser de repente, vai levar aos poucos, até porque muita gente não vai tomar conhecimento.

Então, eu quero insistir mais uma vez, nessa idéia de colocar que seja “Na escola de Educação Infantil”, que foi um ponto que o Relator trouxe e que melhorou meu Projeto, mas deixar também a possibilidade de que em caso, “Que a escola mais perto seja de Educação Fundamental, o Estado vai ter que oferecer condições de ter Educação Infantil naquela escola”.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Senador Juvêncio, não quer re-examinar? Ou vocês não querem discutir novamente os dois? Para a gente não votar.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Eu não tenho dúvidas, eu acho que ficou aqui a minha ressalva. Se algum dia eu vir uma escola essa Legislação, diante de uma situação de fato em que ela se torne inócuas, eu fiz a minha ressalva aqui na hora da votação, mas concordo com a proposta feita pelo Senador Cristovam Buarque.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) –

Então, nós vamos votar primeiro o Projeto e depois as emendas, e o senhor diz como é que vai ficar, finalmente, a sua Emenda. Em votação o Projeto.

(Procede-se à votação nominal)

A matéria foi aprovada.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Aprovado o Projeto. A Emenda com a redação final, que foi inserida pelo Senador Juvêncio da Fonseca. Eu gostaria que o Senador lesse, como é que vai ficar ao final para o pessoal votar a Emenda.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Presidente, a nossa proposta é a seguinte, substitua-se o inciso X, do Art. 4º, da Lei 9.394 de 1996, nos termos de PLC nº 03 de 2006, a expressão “escola pública”, por “Escola Pública de Educação Infantil ou de Ensino Fundamental”.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Em votação a proposta do Senador Juvêncio da Fonseca.

(Procede-se à votação nominal)

A matéria foi aprovada.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Aprovadas as Emendas e o Projeto.

Vamos passar agora para os PDSs, porque senão a gente perde a oportunidade do prazo de Comissão.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Pois não, senhor Senador.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, eu gostaria de contar com a compreensão de V. Ex^a, para que V. Ex^a, fizesse a inclusão extrapauta, do processo que aprova a permissão à Fundação Educativa São Gonçalo, para executar serviços de radiodifusão no Rio Grande do Norte, que autoriza o Clube de Mães e Idosos Maria Isabel de Medeiros, no Rio Grande do Norte e a Fundação José Fernandes de Melo, em Pau dos Ferros no Estado do Rio Grande do Norte. É para a inclusão na pauta extra.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Senador, eu vou submeter a inclusão de pauta extra. Serão votados no final a sua e a do Senador Valdir Raupp. Vamos, agora, relatar... Ainda não, ele fez uma confusão aqui na minha cabeça, vou submeter a aprovação os requerimentos do Senador Valdir e do Senador Garibaldi Alves.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Vamos solicitar aos Senadores a inversão de pauta para a gente votar os PDSs. Os Senadores que concordam com a inversão de pauta para votar os PDSs, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, Relator do Item nº 08. Com a palavra, Senador.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sra. Senadora Iris, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 213, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Pró-Saúde de Feijó, Município do Acre, a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na Cidade de Feijó, no Estado do Acre”. Nosso Parecer é favorável, com a Emenda que apenas ajusta o período de validade da outorga para dez anos. O Parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado, Senador. Em discussão o Parecer do Senador Geraldo Mesquita. Não havendo quem queira discutir, a votação será no final em bloco.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo, para relatar o Item nº 12.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Mantiqueira, ASCOBEM, a realizar serviço de Radiodifusão Comunitária na Cidade de Belo Horizonte”.

Todos os aspectos legais são pertinentes e estão corretos, de maneira que o Parecer é favorável à Associação Comunitária Beneficente Mantiqueira de Belo Horizonte.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Em discussão o relatório do Senador Eduardo Azeredo, não havendo quem queira discutir passemos para o próximo item.

O próximo Item é o Senador Edison Lobão, vai relatar o Item nº 13, páginas 200 a 206.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Sr. Presidente, “trata-se de autorização solicitada pela Associação Comunitária de Comunicação de Pedro do Rosário, para instalação de uma emissora de Radiodifusão Comunitária”.

Nada há em contrário, no sentido de que todos os pressupostos legais foram atendidos, portanto, opino pela aprovação do Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Em discussão, o relatório do Senador Edison Lobão, não havendo quem queira discutir. Aprovado. Passemos para a próxima votação em bloco, no final.

Eu solicito ao Senador Raupp, que relate o Item nº 07, página 152, Relator *ad hoc*, pelo Senador Sérgio Zambiasi. O próximo Relator, será o Senador Cristovam Buarque, Item nº 9º, no lugar do Senador Marco Maciel. Projeto de Decreto Legislativo, nº 234 de 2006.

Com a palavra, Senador Valdir Raupp.

SR. RELATOR AD HOC SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – O relatório do Senador Sérgio Zambiasi, eu relato *ad hoc* com muito prazer. É favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Senador Valdir Raupp, deu Parecer favorável, a autorização da Associação Comunitária Candelariense, a executar serviços de Radiofusão Comunitária na Cidade de Candelária, Estado do Rio Grande do Sul. Parecer favorável.

Em discussão o Parecer do Senador Valdir Raupp. Não havendo quem queira discutir passemos para o próximo Item. Senador Cristovam Buarque, Relator *ad hoc*, do Item nº 09, em lugar do Senador Marco Maciel, Projeto de Decreto Legislativo, nº 236 de 2006.

SR. RELATOR AD HOC SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, “trata-se da permissão para a Rádio Mirandiba FM Ltda., explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Mirandiba, no querido Estado de Pernambuco”.

O Parecer do Senador Marco Maciel é favorável, e eu subscrevo essa posição dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Em discussão, o Parecer do Senador Marco Maciel com o Relator *ad hoc*, Senador Cristovam Buarque. Não havendo quem queira discutir passemos para o próximo Item. Item nº 10, o Relator seria o Senador Flávio Arns, designo o Relator *ad hoc*, Senador Geraldo Mesquita, para relatar o Projeto de Decreto Legislativo nº 226 de 2006, “Ato que outorga a permissão à Fundação Canal Vinte e Um, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná”.

Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita.

SR. RELATOR AD HOC SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Sr. Presidente, Sra. Senadora, Srs. Senadores, de fato trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 226, “Que aprova o ato que outorga a permissão à Fundação Canal Vinte e Um, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Cascavel, Estado do Eminent Senador Flávio Arns, que ofereceu Parecer favorável, o qual eu ratifico integralmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Em discussão, o Relatório do Senador Geraldo Mesquita Júnior. Não havendo quem queira discutir passemos para o próximo Item. O próximo Item, será o Item nº 11, o Relator seria o Senador Wellington Salgado Oliveira de Minas Gerais, designo Relator o Senador Eduardo Azeredo, para relatar *ad hoc*.

O Item nº 11, é o Projeto de Decreto Legislativo nº 215 de 2006, “Aprova ato que autoriza a Associação Comunitária Santanense a executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Santana do Deserto, no Estado de Minas Gerais”.

Com a palavra o Relator.

SR. RELATOR AD HOC SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, o Relatório é favorável da lavra do Senador Wellington Salgado, autorizando a Associação Comunitária Santanense a executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Santana do Deserto, na Região da Zona da Mata de Minas Gerais”.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Em discussão o relatório do Senador Eduardo Azeredo. Próximo Item, Item nº 14, o Relator seria o Senador Mão Santa. Eu designo Relator *ad hoc*, Senadora Iris de Araújo. Item nº 14, “Aprova ato que autoriza a Fundação Deoclécio Mendes do Amaral, a executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Brasileira, Estado do Piauí”, Projeto de Decreto Legislativo nº 240 de 2006.

Com a palavra a Relatora.

SRA. RELATORA AD HOC SENADORA IRIS DE ARAÚJO (PMDB-GO) – Sr. Presidente, tendo em

vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 240 de 2006, não evidenciou violação da Legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, jurisdição e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que “Autoriza a Fundação Deoclécio Mendes do Amaral a executar serviço de radiodifusão comunitária da Cidade de Brasileira, Estado do Piauí, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – O seu Parecer?

SRA. RELATORA AD HOC SENADORA IRIS DE ARAÚJO (PMDB-GO) – Favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Favorável. O Parecer da Senadora Iris Araújo é favorável. Em discussão o Parecer, não havendo quem queira discutir passemos para o próximo Item. Item nº 15, Projeto de Decreto Legislativo nº 233 de 2006. “Aprova ato que outorga permissão à Rádio Cajazeiras FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Queimadas, Estado da Paraíba”.

Com a palavra o Senador Marco Maciel, Relator *ad hoc*.

SR. RELATOR AD HOC SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, Sras. E Srs. Senadores, o ato que aprova o Decreto Legislativo nº 233 de 2006, e autoriza permissão à Rádio Cajazeiras FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em alta frequência na Cidade de Queimadas, na Paraíba tem o meu Parecer favorável, visto que ele preencheu todas as exigências legais previstas na Legislação e no Regimento Interno da Casa.

O meu Parecer, portanto, é pela aprovação Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel. Em discussão o Parecer do Senador Marco Maciel, não havendo quem queira discutir, passemos para o Item nº 16 da pauta. Designo Relator *ad hoc*, Senador Garibaldi Alves Filho, no lugar do Senador Fernando Bezerra, é o Projeto de Decreto Legislativo nº 261 de 2006, “que aprova ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Rádio Comunitária Voz das Rocas, a executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte”.

Com a palavra sua S. Ex^a., Senador Garibaldi Alves Filho.

SR. RELATOR AD HOC SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, qual é a página, por favor?

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Página 224.

SR. RELATOR AD HOC SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Item 16. Sr. Presidente, o meu Parecer é favorável ao “Ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Rádio Comunitária Voz das Rocas, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natal”. Parecer como Relator *ad hoc*. Relator original, Senador Fernando Bezerra.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado, Senador Garibaldi. Em discussão o Parecer favorável do Senador Garibaldi Alves Filho. Não havendo quem queira discutir, passemos para o próximo Item.

Designo Relatora *ad hoc*, a Senadora Maria do Carmo Alves. É o Item 17, cujo Relator seria o Senador Jonas Pinheiro. “Projeto de Decreto de Legislativo nº 227 de 2006, aprova ato que outorga a permissão a Continental Comunicações Ltda., para explorar serviços de rádio difusão sonora em frequência modulada, na cidade de Mirassol D’Oeste, no Estado do Mato Grosso”.

Com a palavra a Senadora Maria do Carmo Alves.

SRA. RELATORA AD HOC SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (PFL-SE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, como Relatora *ad hoc*, a documentação que acompanha o PDS nº 227, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39 de 92, do Senado Federal”.

Não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, jurisdição e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do referido PDS.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado, Senadora. Parecer favorável da Senadora Maria do Carmo Alves, em discussão. Não havendo quem queira discutir, passemos para os próximos itens.

Esses itens foram itens da pauta, agora itens extrapauta, por requerimento do Senador Valdir Raupp e do Senador Garibaldi Alves Filho. Senador Valdir Raupp – “PDS 249 de 2006, aprova ato que outorga concessão a Rádio Tiradentes Ltda., para executar serviço rádio difusão de sons e imagens na cidade de Porto Velho em Rondônia”.

Com a palavra S. Ex^a., o Senador Valdir Raupp, para relatar.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Obrigado Sr. Presidente, Sras e Srs Senadores, vamos direto ao Voto. Tendo em vista que o exame da docu-

mentação que acompanha o PDS nº 249 de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39 de 1992, do Senado Federal.

E, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, jurisdição e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a concessão à Rádio Tiradentes Ltda., para explorar serviços de rádio difusão de sons e imagens na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, na forma do Projeto e Decreto Legislativo, originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte Emenda de Redação, Sr. Presidente. “Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 03 de novembro de 2005, que outorga concessão a Rádio a Tiradentes Ltda., para explorar pelo prazo de 15 anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia”.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Em discussão o Relatório do Senador Valdir Raupp. Não havendo quem queira discutir, passemos para o próximo Item, extrapauta.

Requerimento do Senador Garibaldi Alves Filho, é o “Projeto de Decreto Legislativo nº 256 de 2006, outorga a permissão à Fundação Educativa de São Gonçalo”. Projeto de Decreto Legislativo nº 245 de 2006, “Que autoriza o Clube das Mães Idosas Maria Isabel Medeiros”. Projeto de Decreto Legislativo nº 268, “Que outorga a permissão a Fundação José Fernandes de Melo”. Todos eles no Estado do Rio Grande do Norte.

Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho, para relatar.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, o PDS 268, tem como objetivo Sr. Presidente, aprovar o funcionamento da Fundação José Fernandes de Melo, para executar serviço de radiodifusão em Pau dos Ferros, no Rio Grande do Norte.

Todas as formalidades legais foram preenchidas, opinamos pela aprovação. Sr. Presidente, o PDS de número 245 de 2006, destinado a aprovar o ato que autoriza o Clube de Mãe de Idosos, Maria Isabel de Medeiros a executar serviços de radiodifusão, também preencheu todas as formalidades legais, daí porque nós opinamos pela sua aprovação.

Assim, como Sr. Presidente, a Fundação Educativa São Gonçalo, para executar serviços de radiodifusão trata-se do PDS 268, São Gonçalo, é o Clube de Mães Maria Isabel de Medeiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – 245, Maria Isabel de Medeiros.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – 245, Maria Isabel de Medeiros, em Natal.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Isso.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – 268, Fundação José Fernandes de Melo, em Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Certo.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E 256, Fundação Educativa São Gonçalo, São Gonçalo do Amarante.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito bem, Senador.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Todos eles preencheram às formalidades legais, Sr. Presidente. Daí, o nosso Parecer pela aprovação de cada um deles.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado, Senador. Em discussão o Parecer favorável do Senador Garibaldi Alves Filho, em relação aos três Projetos relatados. Não havendo quem queira discutir passamos para a votação de todos os Decretos Legislativos -

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, pela ordem. Poderia pedir um favor a V. Ex^a? Eu sei que é depois, é inversão, para eu poder ler o Item nº 8, que eu preciso ir para a CCJ, que está se discutindo o procedimento na área de segurança que eu não gostaria de perder, mas em respeito a Comissão eu compareci aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Senador, assim que houver a votação eu coloco o requerimento em votação.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Em votação todos os Projetos de Decreto Legislativo que foram relatados, e depois nós vamos pedir os votos para as Emendas, porque há dois Projetos com duas emendas.

(Procede-se à votação nominal)

As matérias foram aprovadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Aprovados os Projetos. Pergunto aos Srs. Senadores se mantêm o voto em relação às duas Emendas apresentadas. Aprovadas.

Coloco em votação, agora, o requerimento de inversão da pauta do Senador Romeu Tuma. Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Com a palavra o Senador Romeu Tuma, para relatar o Item nº 06.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – 08.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Projeto de Lei da Câmara de nº 25 de 2006, “Declara o sociólogo Florestan Fernandes patrono da Sociologia Brasileira”. Autor Deputado Celso Russomanno, Relator Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, eu vou rápido na exposição, porque o Projeto já se encontra sobre a bancada de todos os senhores Senadores. É uma homenagem que se presta a um sociólogo que participou da História Contemporânea do país, é um Projeto do Deputado Celso Russomanno de São Paulo.

Eu acredito que nós prestaríamos uma grande homenagem a Sociologia e ao Professor Florestan Fernandes, por ter sido um dos fundadores da Escola de Sociologia, de forma que nós fazemos uma exposição de toda a história do Professor Florestan Fernandes, inclusive, graduado em 43, pela USP e Mestre e Doutorado em 47 e 51, de forma que tem um currículo maravilhoso nessa área e sempre foi um homem voltado para o bem-estar do cidadão.

Então, eu pediria o voto pela aprovação desta homenagem de ser Patrono da Sociologia Brasileira, o Sociólogo Florestan Fernandes.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Em votação o Parecer do Senador Romeu Tuma. Os Senadores que concordam com o Parecer permaneçam como se encontram. Aprovado o Item nº 6, Projeto de Lei da Câmara nº 025. O próximo Relator, Item nº 03, da pauta Senador Eduardo Azeredo. “Projeto de Lei do Senado nº 07 de 2000, tramita em conjunto com o PLS 13700 e o PLC 089 de 2003. “Define e tipifica delitos de informática e dá outras providências”.

Com a palavra S. Ex^a. o Relator, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, que Senador Augusto Botelho, Srs. Senadores e Senadoras .

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, eu pretendo solicitar vistas desse Projeto, de modo que não sei se isso já dispensaria o Parecer do Relator, ou o Relator poderia pelo menos resumir o seu Parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – O Regimento, é que após a leitura V. Ex^a, pedirá vistas.

Então, o Senador pode resumir a leitura dele.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Eu vou tentar resumir, apesar de que, na verdade, Senador, o Projeto é realmente complexo, eu vou precisar fazer um pouco mais da exposição sobre ele. Chega a essa Comissão para Parecer, Projeto de Lei

da Câmara nº 89 e Projeto de Lei do Senado nº 137 e 76, todos referentes a crimes na área de informática. Tramitam em conjunto em atendimento ao requerimento nº 847 de 2005, Senador Renan Calheiros.

Em decorrência do requerimento nº 848 de 2005, foi extinta a urgência na tramitação do PLC nº 89 de 2005, que havia sido declarada em decorrência de aprovação do requerimento nº 599 de 2005, aqui nesta Comissão. Esse Projeto de Lei do Senado pede o Caráter Terminativo nas Comissões. O PLC nº 137 de 2000, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, consiste em apenas um artigo, além da cláusula de vigência e visa aumentar em até o triplo, as penas previstas para os crimes contra a pessoa, o patrimônio, a propriedade material ou intelectual, os costumes, a criança e o adolescente, na hipótese de tais crimes serem cometidos por meio da utilização da tecnologia da informação em telecomunicações.

O PLS 76, de autoria do Senador Renan Calheiros, do ano de 2000, apresenta tipificações de delitos cometidos com uso de computadores e atribui-lhes às respectivas penas, sem, entretanto, alterar o Código Penal. Classifica os crimes cibernéticos em sete categorias – Contra a inviolabilidade de dados e sua comunicação; contra a propriedade e patrimônio; contra a honra e a vida privada; contra a vida e a integridade física das pessoas; contra o patrimônio fiscal; contra a moral pública e opção sexual e contra a segurança nacional.

Tramitou em conjunto com o PLS nº 137 de 2000, por força da aprovação do requerimento nº 466 de 2000, de autoria do Senador Roberto Freire, por versarem sobre a mesma matéria. O PLC nº 89 de 2003, de iniciativa do Deputado Luiz Piauhyllino, altera o Decreto Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1941, o Código Penal, e a Lei nº 9.296 de 24 de julho de 96. Resulta do trabalho do grupo de juristas que aperfeiçoou o PLC nº 1.713 de 96, de autoria do Deputado Cássio Cunha Lima, hoje Governador da Paraíba, arquivado em decorrência do término da Legislatura.

As alterações propostas visam criar os seguintes tipos penais, cometidos contra o sistema de computador e por meio de computador – Acesso indevido a meio eletrônico, manipulação indevida de informação eletrônica, pornografia infantil, difusão de vídeos eletrônicos e falsificação de telefone celular, ou meio de acesso ao sistema informático. Além dessas modificações, o referido Projeto acrescenta o termo “Telecomunicação” ao tipo penal de atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública e ao de interrupção ou perturbação de serviço telegráfico ou telefônico. Estende a definição de dano do Art. 163, para incluir “elementos de informática”.

Equiparar o cartão de crédito a documento particular, no tipo de falsificação de documento particular.

Define meios eletrônicos, sistema informatizado para efeitos penais, e permite a interceptação do fluxo de informações em sistema de informática ou telemática, mesmo para crimes punidos apenas com detenção.

Tendo estado à disposição dos Srs. Senadores o PLC nº 89 de 2003, não recebeu Emendas.

Na análise Sr. Presidente e Srs. Senadores que está disponível, eu vou tentar então ser mais rápido um pouco.

Eu quero ainda salientar apenas a importância do Projeto como esse, na verdade, nós aprovamos o Projeto do Deputado Luiz Piauhyllino aqui, e depois, houve esse pedido de apensamento do Senador Renan Calheiros.

A minha opinião inicial, era de que nós aprovássemos o Projeto do Deputado Piauhyllino, que ia para sanção e depois faríamos um segundo Projeto, como se fosse uma espécie de uma Emenda Paralela, como ficou conhecida aqui a Emenda da Previdência.

Entretanto, houve esta apensação e chegamos então, a uma revisão da oposição e, fazendo, agora um substitutivo. Esse substitutivo ele procura trazer até a data de hoje o que é conhecido.

Evidentemente, que o Projeto daqui alguns anos vai ter que ser novamente alterado, porque a tecnologia é modificada a cada dia, a cada momento.

Por outro lado é fundamental que nós tenhamos rapidez, porque o tipo de problema que tem acontecido tem aumentado e os Juízes não tem hoje essa tipificação necessária, para julgar os crimes de informática. Eu posso listar aqui, por exemplo, que há evidência de ligação entre o chamado *cyber crime* e o financiamento do terrorismo internacional.

Existe um crescimento muito grande desses crimes cibernéticos, que passaram a gerar mais lucros até mesmo que o tráfico de drogas. De acordo com a pesquisa realizada pela firma de Consultoria Americana Computer Economic, em 2004 as perdas totais chegam a 18 milhões de dólares com a taxa de crescimento anual próxima de 35%.

A sociedade clama por medidas eficazes no combate ao crime cibernético. Não é mais possível que divergências hermenêuticas acerca da possível aplicabilidade das nossas normas jurídicas a esse tipo de conduta, continue a impedir a punição de condutas extremamente nocivas ao país.

A imprensa nacional destaca recentemente que alguns internautas já começam a fazer Justiça pelas próprias mãos, contra usuários pedófilos ou terroristas do sítio ORKUT denunciando-os ao provedor.

O ORKUT, o Serviço da Multinacional Americana GOOGLE, imediatamente retira àqueles usuários do sistema, mas não consegue detectar e impedir a sua reinclusão, face à liberalidade e não liberdade. Registre-se, que é inerente a rede mundial de computadores.

Estabelece-se assim, um ciclo vicioso da denúncia e da punição responsável, mas esse ciclo tem como resposta novo ciclo vicioso, com reinício dos delitos por novos usuários não identificados, tudo isso, sem que se perceba um fim próximo.

Aqui nós temos então, as explicações sobre o PLS nº 137, que demonstra a idêntica preocupação dos Projetos que o acompanham. Aqui, o PLC nº 89, esse do Deputado Piauhyllino, ele define nove condutas delituosas por meio de acesso ao sistema eletrônico. Ou seja – 1. O acesso indevido a meios eletrônicos. 2. A manipulação indevida de informação eletrônica. 3. O dano eletrônico. 4. A pornografia infantil. 5. Atentado contra segurança de serviço de utilidade pública. 6. A interrupção ou perturbação de serviço telegráfico e telefônico. 7. A falsificação de cartão de crédito. 8. A falsificação de telefone celular. 9. A divulgação de informações pessoais ou de empresas.

A partir da página cinco, nós temos cada um desses tipos com a sua devida análise, inclusive, algumas Emendas que foram apresentadas, na época, pelo Senador Hélio Costa, hoje Ministro das Comunicações, uma delas inclusive acatada aqui, que trata da definição e tipificação da fraude eletrônica conhecida como *fishing*, ou seja, incluindo também no Código Penal.

Temos ainda a fraude eletrônica com a melhor descrição no Art. 180, ainda mais à frente, às questões mais de nomenclatura em relação aos dispositivos de comunicação, quais são os dispositivos de comunicação. Quais são os sistemas informatizados.

Com relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto, ele tipifica de forma mais severa a pornografia infantil, de maneira que aqui não há necessidade de modificar essa parte, já que o Estatuto da Criança e do Adolescente já é mais eficaz.

A visão ampla que se tem dos crimes de informática é o grande mérito desse Projeto inovador, proposto pelo Eminentíssimo Senador Renan Calheiros, Presidente desta Casa, PLC nº 76, que afigura-se como um Projeto mais abrangente entre todos que nós colocamos aqui na análise.

No Código de Projeto do Senador Renan Calheiros, os crimes de informática estão divididos em – 1. Crimes contra a inviolabilidade de dados e sua comunicação. 2. Contra a propriedade e patrimônio. 3. Contra a honra e a vida privada. 4. Contra a vida e

integridade física das pessoas. 5. Contra o patrimônio fiscal. 6. Contra a moral pública e opção sexual. 7. Contra a segurança nacional.

Temos então a definição de todas as penalidades, a cada um dos itens, dos artigos que estão mencionados e que são modificados, já que existe a disposição do Senador Edison Lobão de pedir vistas, eu queria então passar já a parte final do Voto, Sr. Presidente, no sentido de que eu estou propondo diante do exposto, e considerando a pertinência e a importância da solução proposta, somos pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 137 de 2000, e Projeto de Lei da Câmara nº 89 de 2003.

E, aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 76, na forma do substitutivo que apresento a partir da página 15, ou seja, definindo todos os tipos de crimes eletrônicos desses mais novos, onde estão a atuação dos *hackers*, realmente inclusive com o roubo de informações, através do sistema de *fishing*. A questão ligada a clonagem de celular, a clonagem de cartão de crédito.

A questão ligada à falsificação de documentos, com as pessoas fazendo, na verdade, um scanner da assinatura e de dados e a apondo em outros documentos isso tem acontecido. Ainda ontem, em conversava lá em Belo Horizonte com o Desembargador, e ele me dizia que ele pessoalmente foi vítima desse tipo de crime. A pessoa escaneou a sua assinatura e a pôs num talão de cheque em branco, e foi descontado um cheque num valor maior. Quer dizer, você rouba um talão de cheque em branco, depois escaneia a assinatura e coloca no cheque.

Infelizmente, o que tem acontecido de originalidade, de criatividade na área da informática, que é a minha área profissional, é lamentável. As pessoas estão utilizando mal a comunicação, de maneira que é urgente que nós aprovemos um Projeto que coloque a tipificação desses crimes de maneira mais adequada, a penalização devida.

Nós vimos recentemente também listas falsificadas sendo feitas, isso tudo atentando contra o bom nome das pessoas, num processo portanto, de difamação – também, está previsto nesse Projeto – na imagem das pessoas. Portanto, não é um assunto simples como eu disse, ele vai exigir eu estou aberto, como Relator, a novas modificações se assim vierem, mas eu quero dizer da importância que nós temos, porque esse crime eletrônico tem aumentado, os danos, muitos de nós já tivemos telefones clonados, cartão de crédito clonados.

Então, é importante que possamos dar à Justiça condições mais claras dentro do Código Penal, de punição àqueles que utilizam mal as novas tecnologias da informação.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

Com a palavra Edison Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Sr. Presidente, é exatamente em razão da relevância desta matéria, da sua importância transcendental e acho que ela foi bem examinada pelo Relator, que entende da profundamente da questão, é que eu peço vista, no sentido de fazer um reexame rápido de tudo quanto ali se contém, para verificar se se tem mais alguma sugestão, alguma contribuição a acrescentar ao valioso trabalho do Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado, Senador Edison Lobão.

Concedida vistas à V. Ex^a, Senador Azeredo. Nesta Casa nós lhe respeitamos pelo seu conhecimento e pelo seu interesse pela informática. Graças a Deus o senhor está aqui para contribuir, para fazer uma Legislação adequada, a mais adequada possível. É claro que novos crimes vão surgindo sempre, porque o homem está sempre assim.

Então, nós agradecemos e passemos agora ao novo Item, cujo Relator é o Senador Edison Lobão. É o Projeto de Lei nº 222 de 2005, do Senado que altera a Lei 10.610, de 20 de dezembro de 2002, e a Lei 4.117, de 27 de agosto de 1.962, para dispor sobre alterações societárias das empresas jornalísticas e de rádio e difusão sonoras e de sons e de imagens”.

O autor é o Senador Hélio Costa, o Relator o Senador Edison Lobão.

O Parecer favorável, rejeitando as três Emendas oferecidas. Observação 1. Na reunião do dia 30 de agosto, foi concedida vista coletiva. Observação 2. No dia 13 de setembro de 2005, o Senador Roberto Saturnino apresenta declaração de voto. Observação 3. No dia 14 de dezembro de 2005, o Senador Geraldo Mesquita ofereceu três Emendas. Observação 4. A matéria constou da pauta da reunião, do dia 16 de maio. Observação 5. Matéria Terminativa na Comissão de Constituição Justiça e Cidadania.

A gente vê que o Projeto é um processo complexo pelas coisas que estão ocorrendo.

Com a palavra S. Ex^a. o Relator, Edison Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Sr. Presidente, de autoria do nosso colega Senador Hélio Costa, hoje Ministro das Comunicações, o Projeto visa reduzir a intervenção estatal, sobre a vida societária das empresas jornalísticas e de radiodifusão.

A Lei nº 10.610 de 2002, regula a participação de capital estrangeiro em empresas jornalísticas de radiodifusão, conforme determina os §§ 1º e 4º do Art. 222 da Constituição Federal.

A Lei 4.217 de 62 é o marco regulatório ainda vigente para o segmento de radiodifusão. Se aprovada neste Colegiado, a matéria será remetida ainda à Comissão de Constituição e Justiça em caráter Terminativo. Durante a discussão do Projeto perante esta Comissão, foram apresentadas três Emendas pelo Senador Geraldo Mesquita.

Como justificação de sua iniciativa legislativa, o autor afirma que os controles estabelecidos sobre a vida societária das empresas prestadoras de serviço de radiodifusão são desnecessários, mais do que isso revelam-se prejudiciais às atividades, pois que inibidores do investimento em serviço de tamanha relevância social. Afirma ainda, que pelo fato de o número de emissoras ter aumentado expressivamente desde a edição do marco regulatório da atividade da radiodifusão, tornou-se inviável para o Estado fiscalizá-la adequadamente, sugerindo a irracionalidade da norma em vigor.

Com efeito, os diversos diplomas legais que regem a atividade jornalística de radiodifusão no Brasil, impõe o excesso de procedimentos administrativos ineficazes quanto ao propósito, pois não se traduzem em efetiva fiscalização e controle por parte do poder concedente. Considerando que a captação de recursos do Sistema Financeiro Nacional tem-se mostrado por demais arriscada, devido às altas taxas de juros mantidas pelo Governo, resta aos grupos nacionais buscar recursos na forma de reorganizações societárias.

Tal tarefa, contudo, é especialmente dificultada pelos excessos e ineficientes controles burocráticos, ainda em prática. Tal realidade ressalta a conveniência e a oportunidade do Projeto em exame que tem como fim último, incentivar o investimento no setor de radiodifusão por meio de um sistema regulatório mais simples e eficaz.

O Projeto de Lei nº 222 de 2005, teve o cuidado, como bem registra o autor em sua defesa, de preservar situações em que o Estado deva tomar conhecimento e anuir previamente como condição de validade do ato.

Durante a discussão do Projeto, foram apresentadas pelo Senador Geraldo Mesquita três Emendas, cujos conteúdos podem ser assim resumidos –

Emenda nº 1. Suprime o Art. 2º do PLS nº 222, que visa alterar o Art. 3º, da Lei 10.610 de 2002.

Emenda nº 2. Altera a redação do Art. 3º de mesmo Projeto, que pretende modificar o Art. 38 da Lei 4.117 de 62.

Emenda nº 3, que suprime os artigos 5º e 6º, do PLS nº 222 de 2005.

Sr. Presidente, considerando que não entendemos pertinentes as modificações propostas pelas Emendas, conforme os argumentos ora expendidos, inferimos pela aprovação do Projeto em sua formulação original.

Diante do exposto, o Voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 222 de 2005, rejeitando assim às três Emendas oferecidas, pelo Eminentíssimo Senador Geraldo Mesquita.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado, Senador Edison Lobão.

O Projeto está aberto para a discussão.

Não havendo quem queira discutir, vamos botar em votação.

As Sr^{as.} e Srs. Senadores que concordam com o Parecer do Senador Edison Lobão, permaneçam como se encontram. Aprovado. Próximo Item, Item nº 05, Projeto de Lei da Câmara nº 127 de 2005, “Institui o ano de 2006 como o Ano da Juventude”, autoria do Deputado Maurício Rabelo e outros Deputados, Relatoria da Senadora Lúcia Vânia. A matéria constou em pauta das reuniões do dia 12 de maio e 9 de maio, designo a Senadora Iris Araújo, para relatar *ad hoc*.

SRA. RELATORA AD HOC SENADORA IRIS DE ARAÚJO (PMDB-GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores aqui presentes, o Projeto de Lei da Câmara de nº 137, é um Projeto que eu considero oportuníssimo e não só cumprimento o autor, Deputado Rebelo, como a Relatora Senadora Lúcia Vânia, numa rápida leitura que eu fiz aqui do Voto da Senadora, achei brilhante. Mas eu gostaria de acrescentar, eu concordo plenamente, mas eu gostaria de acrescentar algo mais a respeito desse Projeto.

Segundo os dados da IBGE o Brasil tinha em 2002, 48 milhões de jovens, já o Relatório de Fundo de Participação das Organizações das Nações Unidas em 2003, coloca o país em 5º lugar no mundo, com o maior percentual de jovens da nossa população. Esses dados por si só, eles justificam a necessidade de promover práticas políticas, que ensejem programas a médio e longo prazo voltados para esses 51 milhões de brasileiros, entre 15 a 29 anos, e que corresponde a 30% da nossa população.

Eu acho que nós não podemos medir esforços Sr. Presidente, no sentido de estarmos priorizando Projetos como esse, apoiando esses Projetos. E não só nesse aspecto, nós temos que levar em consideração que propostas, como a erradicação do analfabetismo, a universalização do ensino médio, bolsas de

estudo e financiamento aos jovens carentes, incentivo ao empreendedorismo juvenil, aumento da cobertura do Programa Primeiro Emprego do Governo Federal, atividades preventivas da área na saúde, estímulo à práticas esportivas, incentivo à práticas culturais e garantia de inclusão digital, com instalação de computadores nas escolas e universidades, são reivindicações legítimas dessa juventude que merece todo o nosso carinho e todo o nosso apreço, até porque nós temos que ter políticas públicas capazes de tirar essa juventude dessa situação de inércia, de uma certa forma até alienada do que está acontecendo no nosso país.

Então, eu considero oportuna. O Voto é favorável.

Diante do exposto, da Senadora Lúcia Vânia é logicamente do autor da proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado, Senadora Iris.

Em discussão o Parecer favorável da Senadora Iris Araújo.

Não havendo quem queira discutir, colocaremos em votação.

As Sr^{as.} e Srs. Senadores que concordam com o Parecer da Senadora, permaneçam como se encontram. Aprovado, o PLC nº 137 de 2005, que institui o ano de 2006, como o Ano da Juventude.

Sr^{as.} e Srs. Senadores, nós temos só uma comunicação, é que amanhã às 10h00, nesta sala, haverá reunião da Sub-Comissão de Cinema Teatro Comunicação Social e Sub-Comissão de Ciência e Tecnologia, uma reunião conjunta amanhã, para discutir a “Pirataria da Indústria Audiovisual”.

Eu agradeço a presença de todos os Srs. Senadores. Tem mais dois comunicados, de acordo com o Regimento Interno do Senado, eu indico para os quadros da Sub-Comissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação do Senado Federal, na terceira vaga de suplente do PMDB, o nome da Excelentíssima Senadora Iris de Araújo, PMDB/Goiás.

De acordo com o Regimento Interno, indico para compor os quadros da Sub-Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal, na segunda vaga do titular do Bloco da minoria, PFL e PSDB, o nome do Excelentíssimo Sr Senador Jonas Pinheiro, PFL/Mato Grosso do Sul. E na primeira vaga do PMDB, o nome do Excelentíssimo Senador Mão Santa, do Piauí. É isso.

Declaro encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 12h33min.

Ata da 16ª Reunião Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 23 de maio de 2006

Às onze horas e trinta e um minutos do dia vinte e três de maio de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Juvêncio da Fonseca e com a presença dos Senhores Senadores Jorge Bornhausen, José Jorge, Marcos Guerra, Leonel Pavan, Wellington Salgado de Oliveira, Íris de Araújo, Sérgio Cabral, Ney Suassuna, Gilberto Messtrinho, Aelton Freitas, Paulo Paim, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Jonas Pinheiros, César Borges, Marco Maciel, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Geraldo Mesquita, Mão Santa, Luiz Otávio, Antônio João e Antônio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Demóstenes Torres, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Marcelo Crivella, Gilvam Borges, Valdir Raupp, José Maranhão, Fátima Cleide, Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho, que justifica a ausência. O Senhor Presidente Eventual, Senador Juvêncio da Fonseca, registra a presença, para acompanhar a reunião, da Senadora Heloisa Helena, não membro da Comissão. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Senador Juvêncio da Fonseca, Presidente Eventual, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência submete a deliberação do Plenário a preferência para iniciar a deliberação pela pauta de Decretos Legislativos, o que é aprovado. **Item 01 – Projeto de Decreto Legislativo nº 264, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Rádio Provisão FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 02 – Projeto de Decreto Legislativo nº 265, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Radiofônica.Com Marketing Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Cristo, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 03 – Projeto de Decreto Legislativo nº 247, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Ecológica e Cultural de Godoy Moreira – Paraná a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Godoy Moreira, Es-

tado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 04 – Projeto de Decreto Legislativo nº 259, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Marilena a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marilena, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 05 – Projeto de Decreto Legislativo nº 257, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Artística e Cultural de Campo Florido a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Florido, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Geraldo Mesquita Júnior e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 06 – Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Diamantina FM de Governador Edison Lobão – Maranhão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Governador Edison Lobão, Estado do Maranhão”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 07 – Projeto de Decreto Legislativo nº 218, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Nossa Senhora da Conceição a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canindé do São Francisco, Estado de Sergipe”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Lúcia Vânia e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 08 – Projeto de Decreto Legislativo nº 222, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza o Centro Comunitário Sócio Cultural de Barra dos Coqueiros a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Lúcia Vânia e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 09 – Projeto de Decreto Legislativo nº 511, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária João Carlos Zoby a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João, Estado de Pernambuco”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 10 – Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a As-

sociação de Moradores da Cohab Massangano – Petrolina (PE) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 11 – Projeto de Decreto Legislativo nº 271, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Moxotó a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Inajá, Estado de Pernambuco”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 12 – Projeto de Decreto Legislativo nº 248, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Educativa e Desportiva de Bonfinópolis de Minas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bonfinópolis de Minas, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 13 – Projeto de Decreto Legislativo nº 266, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Bela Vista – ABBV a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cláudio, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 14 – Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Jitaúna a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jitaúna, Estado da Bahia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Jonas Pinheiro e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 15 – Projeto de Decreto Legislativo nº 254, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Evangélica Cristã para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vera Cruz, Estado da Bahia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Jonas Pinheiro e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 16 – Projeto de Decreto Legislativo nº 221, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Serrado Verdes de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caiapônia, Estado de Goiás.” A relatora designada é a Senadora Lúcia Vânia e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 17 – Projeto de Decreto Legislativo nº 223, de 2006**, de caráter ter-

minativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural ‘Sebastião Cândido Rios’ de Trindade-Goiás a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Trindade, Estado de Goiás”. A relatora designada é a Senadora Lúcia Vânia e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 18 – Projeto de Decreto Legislativo nº 267, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à G. C. Comunicação S/C Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belém, Estado do Pará”. O relator designado é o Senador Luiz Otávio e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 19 – Projeto de Decreto Legislativo nº 216, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Locutores Aperibeenses – ACCLA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aperibé, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 20 – Projeto de Decreto Legislativo nº 250, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada a Empreendimento de Radiodifusão Embalo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaocara, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Neste momento, o Senhor Senador Ney Suassuna requer, oralmente, pela ordem, a inclusão extra– pauta de Projeto de Decreto Legislativo nº 291/06, que é aprovado. **Extrapauta, Item Único – Projeto de Decreto Legislativo nº 291, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Miracatu Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sonora em frequência modulada na cidade de Salinópolis, Estado do Pará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Ney Suassuna e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. Finda a deliberação da Pauta de Projetos de Decretos Legislativos inicia-se a apreciação da pauta de Projetos de Lei. **Item 01 – Substitutivo (Turno Suplementar)** – de autoria do Senador Flávio Arns ao **Projeto de Lei do Senado nº 397, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Álvaro Dias, que “Dispõe sobre o registro dos circos perante o Ministério da Cultura e sobre as medidas de proteção aos animais circenses e dá outras providências”. O substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segun-

do o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 02 – Projeto de Lei do Senado nº 076, de 2000**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Renan Calheiros, que “Define e tipifica os delitos informáticos, e dá outras providências”, tramitando em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2000**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, que “Estabelece nova pena aos crimes cometidos com a utilização de meios de tecnologia de informação e telecomunicações”, tramitando em conjunto com o **Projeto de Lei da Câmara nº 089, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Luiz Piauhyllino, que “Altera o Decreto-Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal e a Lei nº 9296, de 24 de julho de 1996, e dá outras providências. (Dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática, e suas penalidades, dispondo que o acesso de terceiros, não autorizados pelos respectivos interessados, a informações privadas mantidas em redes de computadores, dependerá de prévia autorização judicial)”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o parecer é favorável aos PLS 076/00 e 137/00 e ao PLC 089/03, que tramitam em conjunto, na forma do substitutivo oferecido. É concedida nova vista coletiva, em virtude de alteração no parecer, pelo prazo regimental de cinco (05) dias úteis. O Senhor Presidente Eventual, Senador Juvêncio da Fonseca passa a Presidência ao Senhor Senador Roberto Saturnino, para dar continuidade dos trabalhos, uma vez que necessita ausentar-se em virtude de compromissos oficiais. **Item 03 – Projeto de Lei do Senado nº 060, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque que, “Institui o Programa de Incentivo à Conclusão da Educação Básica – ‘Poupança Escola’ e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, incorporando ao texto final emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. O Senhor Presidente, Senador Roberto Saturnino, Presidente Eventual, passa a Presidência ao Senhor Senador Gilberto Mestrinho para relatar o seguinte item – **Item 05 – Projeto de Lei do Senado nº 386, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Sibá Machado que, “Altera dispositivos da Lei nº 9.993, de 2000, quanto à destinação regional dos recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e pela exploração de recursos minerais para o setor de ciência e tecnologia”. O relator designado é o Senador Roberto Saturnino e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. A matéria é retirada de pauta, atendendo a solicitação do relator, para reexa-

me da matéria. Dando prosseguimento a deliberação da pauta, o Senhor Senador Roberto Saturnino, reassume a Presidência. **Item 08 – Projeto de Lei do Senado nº 072, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon que, “Fixa critérios para a divulgação de resultados de pesquisa de opinião pública”. O relator designado é o Senador Gilberto Mestrinho e o parecer pela rejeição é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias da pauta – **Item 04 – Projeto de Lei do Senado nº 021, de 2006**, **Item 06 – Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2004** e **Item 07 – Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2005**. O Senhor Senador Roberto Saturnino, Presidente Eventual, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas quarenta e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no **Diário do Senado Federal**. – Senador **Juvêncio Da Fonseca**, Presidente Eventual da Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Há número regimental. 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Realizada em 23 de maio de 2006.

Proponho aos Srs. Senadores a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, por constar já... E ser do conhecimento de V.S.as. Quem tiver de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Proponho também a inversão da pauta. Primeiro, que se aprecie os Projetos de Decretos Legislativos das concessões de radiodifusão. E logo após a pauta dos demais Projetos. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Projeto de Decreto Legislativo nº 264 de 2006, aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Rádio Provisão FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco. Autoria – Poder Executivo. Relatoria – Senador Marco Maciel, com a palavra.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Ilustre Senador Presidente Juvêncio Dias, Sr.as. e Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Da Fonseca.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Ops, Juvêncio da Fonseca. Aliás, teve Juvêncio Dias, do Pará, no Senado, não sei se V.Ex.a. se lembra. Por isso que me veio um ato falho com relação há 20 anos atrás.

Mas, Senador Juvêncio da Fonseca, eu quero em rápidas palavras, além de retificar a minha incorreção com relação ao nome de V.Ex^a., dizer que o Projeto de Decreto Legislativo nº 264, que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Rádio Provisão FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caruaru, Pernambuco, tem o meu Parecer favorável, já que a matéria foi adequadamente instruída e comprovada a sua constitucionalidade, juridicidade e legalidade. É o meu Parecer. Quero transmitir a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, a votação será feita nessa Sessão oportunamente.

Projeto de Decreto Legislativo 265 de 2006. Aprova o ato que outorga a permissão à Radiofônica Com Marketing Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Santo Cristo, Estado do Rio Grande do Sul. Relator, Senador Sérgio Zambiasi com a palavra.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Presidente, Senador Juvêncio da Fonseca, chega a esta Comissão o Projeto em caráter terminativo sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 265 de 2006, que aprova o ato que outorga a Radiofônica Com Marketing Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Santo Cristo, Estado do Rio Grande do Sul. Consta-se que o referido Projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior nada havendo, pois a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Portanto o Parecer é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, votação oportuna nessa Sessão.

Projeto de Decreto Legislativo 247 de 2006. Aprova o ato que autoriza a Associação Ecológica e Cultural de Godoy Moreira, Paraná, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Godoy Moreira, no Estado do Paraná. Relator Senador Flávio Arns, com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O Parecer, Sr. Presidente, em relação a este PDL é favorável bem como ao Item nº 4...

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – É que V.Ex^a. pode também relatar.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Projeto de Decreto Legislativo nº 259 que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Marilena a executar serviço de radiodifusão comunitária na ci-

dade de Marilena, Estado do Paraná. Os pareceres em relação aos dois Projetos de Decretos Legislativos são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, votação em seguida.

Item 16 e 17. Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Cerrados Verdes de Comunicações Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caiapônia, Estado de Goiás. Relatora Senadora Lúcia Vânia.

Também o Projeto de Decreto Legislativo nº 223 de 2006, que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Sebastião Cândido Rios de Trindade-Goiás a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Trindade, no Estado de Goiás. Relatora Senadora Lúcia Vânia, com a palavra.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as}. Senadores. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 221 de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidos na Resolução 39 de 1992 do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade técnica Legislativa opinamos pela aprovação do ato de outorga à permissão à sociedade Serrados Verdes de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caiapônia, Estado de Goiás, na forma do Projeto do Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

A mesma situação se dá ao Item 17, e opinamos pela aprovação, em função de toda a documentação estar regularizada, e a Associação Cultural Sebastião Cândido Rios de Trindade, de Goiás está autorizada a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Trindade, Estado de Goiás, na forma do Projeto do Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação, que será feita logo em seguida.

Projeto do Decreto Legislativo nº 257 de 2006. Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Artística e Cultural de Campo Florido a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Florido, Estado de Minas Gerais. Relator Senador Wellington Salgado. Não estando presente nomeamos o Senador Geraldo Mesquita. Relator *ad hoc*. Com a palavra.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Sr. Presidente, o Relator Wellington

Salgado ofereceu Parecer favorável ao ato que aprova e autoriza a Associação Comunitária Artística e Cultural de Campo Florido a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Florido, no grande Estado de Minas Gerais. E o nosso Parecer, da mesma forma, ratificando do Senador Wellington, é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação, que será feita posteriormente.

Projeto Item 6. Projeto de Decreto Legislativo 244 de 2006. Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Diamantina FM, de Governador Edison Lobão, Maranhão, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Governador Edison Lobão, Estado do Maranhão. Relator seria o Senador Edison Lobão. Vou designar o Senador Marco Maciel como Relator *ad hoc*.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente, Senador Juvêncio da Fonseca, Sr^{as}. e Srs. Senadores. O Parecer relativo ao Projeto de Decreto Legislativo nº 244 de 2006, que autoriza a Rádio Comunitária Diamantina FM de Governador Edison Lobão, Maranhão, a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade que tem o nome também de Governador Edison Lobão, Estado do Maranhão, como todo mundo sabe, é favorável, Sr. Presidente, visto que a proposição de acordo com o exame técnico feito, atendeu a todos os requisitos estabelecidos na Constituição e nas leis. É o meu Parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, a votação será feita em seguida. Senador Marco Maciel, V.Ex^a, podia relatar os itens 9, 10 e 11 cujo Relator é o Senador José Jorge.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, V.Ex^a, que é um homem culto, quem nasce na cidade de Edison Lobão chama-se como?

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – “Edison lobinho”. [Risos] Está em todos os lugares ao mesmo tempo.

Então, o Item 10, Senador, aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores da COHAB Massangano, Petrolina-PE, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Petrolina, no Estado de Pernambuco.

O Projeto Decreto Legislativo 271 Item 11, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Moxotó a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Inajá, Estado de Pernambuco. Item 11. Relator *ad hoc*, Senador Marco Maciel em lugar do Senador José Jorge.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente, ilustre Senador Juvêncio da Fonseca, os Projetos de Decreto Legislativo 511 de 2005 que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária João Carlos Zoby a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João, Estado de Pernambuco, tem de minha parte Parecer favorável como Relator *ad hoc*.

E o mesmo ocorre, Sr. Presidente, com relação ao ato que autoriza a Associação de Moradores da COHAB Massangano, Petrolina-PE, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 241 de 2006, e finalmente, o Projeto de Decreto Legislativo 271 de 2006, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Moxotó a realizar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Inajá, Estado de Pernambuco, também tem o meu Parecer favorável.

Na realidade, as três proposições, de acordo com informações obtidas nos respectivos processos, as proposições satisfizeram todas as exigências constitucionais e legais para que pudesse merecer a nossa aprovação. Daí porque os nossos Pareceres são favoráveis, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir a votação será feita em seguida.

Item 7 e 8. Projeto do Decreto Legislativo 218 de 2006, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Nossa Senhora da Conceição a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Canindé do São Francisco, Estado de Sergipe.

E o Item oito é o Projeto de Decreto Legislativo nº 222 que aprova o ato que autoriza o Centro Comunitário Sócio Cultural de Barra dos Coqueiros a executar o serviço de radiodifusão comunitária da cidade de Barra dos Coqueiros, Estado do Sergipe. Relatora a Senadora Maria do Carmo, não estando presente, nomeamos a Senadora Lúcia Vânia como Relatora *ad hoc*.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores. O Relatório da Senadora Maria do Carmo não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade juridicidade técnica legislativa, opinou pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária Nossa Senhora da Conceição, a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canindé do São Francisco, do Estado do Sergipe na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Então, a Relatora Maria do Carmo opina pela aprovação desse Projeto, bem como pela aprovação do ato que autoriza o Centro Comunitário Sócio Cultural de Barra dos Coqueiros a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra dos Coqueiros, Estado e Sergipe, na forma do Projeto Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, a votação será feita em seguida.

Item 12 e Item 13. Item 12. Projeto de Decreto Legislativo nº 248 de 2006, que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Educativa e Desportiva de Bonfinópolis de Minas, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bonfinópolis de Minas, Estado de Minas Gerais.

E também Projeto de Decreto Legislativo 266 de 2006, aprova ato que autoriza Associação Beneficente Bela Vista – ABBV a executar serviço de radiodifusão na cidade de Cláudio, Estado de Minas Gerais. Ambos os Projetos Relator, o Senador Eduardo Azeredo. Não estando presente, nomeamos a Senadora Ideli Salvatti como Relatora *ad hoc*. Com a palavra.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Então Flávio Arns como Relator *ad hoc*.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente, os pareceres em relação aos itens 12 e 13 da pauta e lidos a instantes por V.Ex^a. são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Em discussão, não havendo quem queira discutir, a votação será feita logo em seguida.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, eu ia ter a honra de relatar o do Senador Luiz Otavio, com a presença dele saiu-me à obrigação e estará muito melhor representado pelo próprio.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Todos nós gostaríamos muito de ser muito prestigiados pelo Senador Luiz Otavio. Eu me sinto honrado aqui com a presença dele. Nosso Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Itens 14 e 15. Projeto de Decreto Legislativo 239 de 2006 aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Jitaúna a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jitaúna, no Estado da Bahia, e também o Projeto de Decreto Legislativo 254 de 2006, que aprova o ato que outorga a permissão da Fundação Evangélica Cristã para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade

de Vera Cruz, Estado da Bahia. Ambos Relator Senador César Borges. Não estando presente, nomeamos o Senador Jonas Pinheiro como Relator *ad hoc*.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o eminente Senador César Borges proferiu o seu Parecer a favor da autorização para funcionamento da rádio comunitária, da Associação Comunitária de Jitaúna, no Estado de Minas Gerais, bem como para a Rádio Evangélica Cristã também no Estado da Bahia. Analisando todos os procedimentos que regem o assunto, não há nada de contradiz o apoio à aprovação dessas duas emissoras.

Portanto, Sr. Presidente, pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, a aprovação será feita imediatamente.

Projeto do Decreto Legislativo nº 267 no Item 18. Aprova o ato que outorga a permissão à G.C. Comunicação Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belém, Estado do Pará. Relatoria é o ilustre Senador Luiz Otavio, aqui presente.

SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Rapidamente eu quero agradecer a atenção do meu amigo, meu irmão, o Senador Juvêncio da Fonseca. O Geraldo Mesquita, inclusive, também acena com a cabeça, pela oportunidade de estarmos aqui juntos. Eu é que sou honrado em vir aqui relatar esse Projeto e o Parecer é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, a votação será feita em seguida.

Item 19 e 20. Projeto de Decreto Legislativo nº 216 de 2006, aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Locutores, Aperibeenses – ACCLA, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aperibé, Estado do Rio de Janeiro, e também um Projeto de Decreto Legislativo 250 de 2006 que é o Item 20 que aprova o ato que renova a permissão outorgada a Empreendimento de Radiodifusão Embalo Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaocara, Estado do Rio de Janeiro. Ambos, Relator Senador Marcelo Crivella. Na sua ausência nomeamos o Senador Sérgio Zambiasi como Relator *ad hoc*.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Pois não, Presidente Juvêncio da Fonseca.

Projeto de Decreto Legislativo 2006 que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Locutores, Aperibeenses, ACCLA, a executar

serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aperibé, Estado do Rio de Janeiro, e Projeto de Decreto Legislativo 250, 2006 aprova o ato que renova a permissão outorgada a Empreendimento de Radiodifusão e Embalo Ltda para explorar o serviço de radiodifusão sonora de frequência modulada na cidade de Itaocara, Estado do Rio de Janeiro. Ambos do Senador, Relatoria do Senador Marcelo Crivella e em ambos o Parecer é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir a votação será feita em seguida.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Pela ordem, Senador Ney Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Eu queria pedir a V.Ex^a. para incluir o Projeto de Decreto Legislativo de nº 291 de 2006, 2.121 de 2006 na Câmara dos Deputados que aprova o ato que outorga a permissão à empresa de Radiodifusão Miracatu Ltda, no Estado do Pará, nas cidades de Salinópolis. O Relator é o nobre Senador Luiz Otavio que teve que se ausentar por alguns minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – O Requerimento do Senador Ney Suassuna submeto à apreciação do Plenário. Aqueles que concordam com Extra Pauta, incluindo este Projeto permaneçam como se encontram. Aprovado.

Com a palavra o Relator, *ad hoc*, Senador Ney Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Nobre Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o Relatório do Senador Luiz Otavio diz que em caráter terminativo o Projeto 291 de 2006, 2.121 de 2006 na Câmara dos Deputados que aprova o ato de outorga e permissão à empresa de Radiodifusão Miracatu Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de frequência modulada na cidade de Salinópolis, Estado do Pará. O Projeto cumpriu toda a boa norma legislativa, passou pela Câmara dos Deputados, foi aprovado, passou pela Comissão de Constituição da Câmara dos Deputados, foi aprovado, chega a esse Senado e, de acordo com a lei está todo regular. Por isso o Relatório é favorável à concessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, a votação será feita em seguida, globalmente, de todos os Projetos de Decreto Legislativo.

(Procede-se à votação nominal)

As matérias foram aprovadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Todos aprovados por unanimidade. Vou colocar em discussão votação o Item 1 da pauta.

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 397 de 2003, dispõe sobre o registro dos circos perante o Ministério da Cultura e sobre as medidas de proteção aos animais circenses e dá outras providências. Turno suplementar. Autoria do substitutivo Senador Flávio Arns. Autoria do PLS 397/03, Senador Alvaro Dias. Relatoria Senador Flávio Arns. O Parecer foi favorável. O Parecer ao PLS 397/03 de autoria do Senador Flávio Arns, favorável ao Projeto da forma do substitutivo oferecido foi aprovado na reunião anterior do dia 4 de abril. Não sendo oferecidas Emendas ao Projeto até o final da discussão, a matéria será dada como definitivamente aprovada, adotada pela Comissão, segundo o que preceitua o Art. 282 combinado com o Art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Não há Emendas. Matéria aprovada.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Com a palavra o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu quero só fazer algumas observações em relação ao Projeto. Quer dizer, já está aprovado, mas eu acho que são importantes as observações.

O Projeto, na verdade, trata de dois assuntos – A regulamentação do circo como patrimônio cultural, e também a utilização de animais em circos. Os dois assuntos poderiam, na verdade, vir em Projetos diferentes. Houve problemas na discussão desse Projeto, porque os dois assuntos faziam parte do mesmo Projeto. Há uma unanimidade, eu diria, em relação ao aspecto de valorização da atividade circense, de registro dessa atividade, de valorização, de acesso a recursos, e assim por diante. E existe uma grande discussão, eu diria, nada consensual naturalmente, em relação à utilização de animais em circos. E eu fui procurado nesse sentido como Relator desta Comissão por entidades que representavam por um lado os circos e por outro lado por entidades que representavam a parte ambiental dos animais utilizados em circos. Basicamente da parte dos ambientalistas em termos de dois aspectos. A parte de não mais utilização dos animais em circo, pelo menos ter um período de transição em que algumas entidades apontavam três anos, cinco anos, eu até comentava que fosse para a geração de animais que estivesse em circos, mas não se chegou a um denominador comum em relação a isto. Eu fiz reuniões com o IBAMA, fiz reu-

niões com Parlamentares, fiz reuniões com Assessoria Legislativa aqui do Senado e não chegamos a um denominador comum.

E outro aspecto é em relação exigências vinculadas aos maus-tratos que podem estar acontecendo, em relação não a todos, mas em relação a animais dos circos. Inclusive, com argumentação de que o projeto original do Senador Alvaro Dias especificaria, assim, aspectos importantes em relação à forma de se coibir esses maus-tratos a animais.

Nós discutimos, nós lemos, hoje de manhã ainda fiz a discussão e o debate, e mesmo vendo e com o todo mérito para o Senador Alvaro Dias, com quem inclusive eu tenho amizade pessoal por ser lá do Paraná também, há vários aspectos que teriam, de acordo com orientações, de ser vistos de maneira mais adequada, mais particularizada.

Por exemplo, ou ter o médico veterinário, ter exigências de que anualmente, ou de períodos em períodos, eu nem saberia dizer de quanto em quanto tempo, o médico veterinário teria que dizer de tanto em tanto tempo, tem que ter o laudo do médico veterinário, esse laudo tem que fazer parte do processo e tudo isso. Mas a Assessoria, inclusive, disse que isso está muito mais para a regulamentação da lei do que propriamente para artigos da lei, porque a parte de animais exóticos de outros Países, cada animal tem uma exigência, uma demanda. São 500 animais que estão em circos no Brasil, de acordo com dados do IBAMA.

Então, a argumentação é no sentido de que o Art. 6º, os animais ainda que não utilizados, deverão ser registrados no órgão ambiental competente. E somente poderão ser mantidos, expostos ao público e transportados sob condições definidas na regulamentação desta lei.

Então, só poderão ser mantidos, expostos ao público e transportados sob condições definidas na regulamentação desta lei. Ou seja, o órgão ambiental próprio vai ter que dizer se é com o médico veterinário, se é mensal, semestral, anual, espaços, e tudo mais que for necessário para que o animal seja mantido, exposto ao público e transportado.

Então, nesse sentido, Sr. Presidente, até eu quero justificar, porque se fosse perguntar a minha opinião, também, eu também diria que teríamos que ter nesta geração de animais, no meu ponto de vista, não mais ser utilizados nos circos, somente esta geração atual, mas sob normas rígidas, adequadas para que esses animais e essas pessoas que tratam desses animais, que são proprietários desses animais se sujeitem a regras bem definidas para que esses animais sejam bem tratados.

Então, esse artigo na regulamentação da lei eu acho que poderia adotar todo o aspecto já mencionado pelo Projeto do Senador Alvaro Dias, mas acrescentar outros aspectos ainda em relação à particularidade de cada espécie.

Então, eu penso que neste sentido o debate vai continuar, o Projeto vai para a Câmara dos Deputados, e o debate, sem dúvida, vai continuar a respeito desse assunto.

Obrigado, Sr. Presidente.

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Com a palavra a Senadora Heloisa Helena.

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL)

– Eu sei, Sr. Presidente, que até pelo fato de não ser membro dessa Comissão, nem titular e nem suplente, e até pelo fato de ter votado, eu só estou pedindo a palavra para fazer uma brevíssima consideração sobre esse Projeto.

Eu reconheço o esforço que foi feito pelo Senador Flávio Arns, pelo Senador Alvaro Dias no sentido de tentar alterar o Projeto. Eu não tenho dúvida, e tenho certeza, que nenhuma pessoa, se não estivesse agindo por má-fé também não teria dúvida do respeito que eu tenho pelo trabalho do circo, aliás, um dos documentos que eu mais guardo com delicadeza, com carinho foi um documento que eu recebi há dois anos e meio atrás quando numa polêmica que eu peguei no meu antigo partido, e eu disse que só não dizia que era uma palhaçada pelo respeito e carinho que eu tinha pelos profissionais do circo. E faço até sempre questão de registrar isso no Plenário quando às vezes de uma forma desqualificada e pejorativa, tenta-se atribuir o papel do circo ou o papel dos palhaços, a uma atitude deplorável, abominável, vinculada à corrupção, à safadeza política.

Então, eu tenho o maior carinho, o maior respeito pelos profissionais do circo, pela atividade.

Se eu tivesse movida por qualquer sentido oportunista, eu jamais viria a essa Comissão para fazer esse debate, até porque eu não tenho dúvida que quem tem peso são os donos do circo. Não tenho dúvida disso. Para mim, eu entrar numa disputa de um Projeto para defender meia dúzia de entidades, se é que meia dúzia de entidades têm, que nem se organizaram suficiente para tratar desse tema. Eu, quando vim até aqui, é porque eu deixo claro o respeito que tenho pelos trabalhadores do circo, Senador Juvêncio. É uma atividade que sem dúvida foi talvez na minha infância, a única atividade que tenha alegrado a minha vida como menina do interior. Todos nós dizíamos

que a única coisa que a gente podia sonhar ser... Não era nunca sonhar ser Doutor, muito menos Senador, nada. Era ser trapezista de circo, brincar de circo, fazer aquelas piruetas no circo.

Então, estar aqui para defender a questão dos animais dos circos, é porque eu tenho convicção disso. Eu sei, não tenho dúvida que existem pessoas, Senador Juvêncio, que sequer poderiam ter um animal doméstico em casa. Eu sei disso. Eu sei que existem pessoas que promovem tantos maus-tratos a um pequeno vira-lata em casa ou a um *pit bull*, transformam esses animais em verdadeiros assassinos quando nada na sua índole de assassino tem.

Então, são pessoas que nem condições objetivas teriam de fazer. Eu sei disso também, sei que tem as questões relacionadas aos zoológicos, eu sei disso também. Agora, acho que se nós tivéssemos condição de ter incorporado dentro desse Projeto os mecanismos de fiscalização do IBAMA, é muito estranho que o próprio IBAMA – e aí é um apelo que eu irei farei a eles também – que eles não se predisponham a fazer essa fiscalização, quando os próprios donos de circo aceitavam que o IBAMA fizesse a fiscalização em relação aos maus-tratos. Claro que existem animais que são bem tratados. Mas existem animais que são muito maltratados, também.

Então, não é justo a generalização perversa e não é justo que o IBAMA não disponibilize condições objetivas para fazer a fiscalização dos maus-tratos, para ver se tem animais que estão tendo as presas arrancadas, as unhas arrancadas, submetidos a torturar e maus-tratos para o aprendizado. Um País como o Brasil que só na Amazônia tem 30% da fauna do planeta Terra, não é possível. Então, realmente não tem condições para fazer obviamente nada. Então, tem que reestruturar esse órgão para fazê-lo.

Do mesmo jeito os pequenos animais, a nova geração. Se a gente não pode fazer uma regra de transição para tipo daqui a seis anos não ter mais os animais no circo, pelo menos os filhotes dos animais que nascerem em circo que eles pudessem ser entregues. O IBAMA também dizer que não tem nem condição de tomar conta de leão, que vai ter que mandar para a África, isso é uma incompetência, realmente. Uma incompetência que é algo inimaginável. Dizer que não pode tomar conta nem dos leões que têm. Não é possível uma coisa dessa. Imagine dos novos filhotes que poderiam nascer nos animais. Que nós pudéssemos pelo menos uma regra de transição.

Então eu reconheço o esforço que foi feito pela Comissão, por V.Ex.^a, Senador Juvêncio, pelo Senador Flávio Arns, e nós estaremos lutando para que seja incorporado. Aquilo que não pôde ser incorporado

agora, nós vamos discutir se vai para o Plenário, se as alterações serão feitas na Câmara, para que tenham mecanismos de maior fiscalização. A generalização perversa é covarde e é perversa, dizer que todos promovem maus-tratos. Não é isso que acontece. Tem uma concepção também de que não deveria ter os animais nos circos que fossem as trabalhadoras, os trabalhadores, a beleza dos trapézios e tantas outras coisas mais, mas só para deixar aqui registrado que a minha defesa é uma por uma questão de convicção e que eu espero que essas alterações possam ser feitas. Ou no Plenário ou na Câmara iremos discutir.

Eu também queria agradecer também ao Senador Paim, que o fato de eu não ser membro da Comissão, ele também disponibilizou a possibilidade dele, como membro, assumir as alterações. Mas o Senador Flávio Arns também deixou claro, fez um esforço, não tinha possibilidade de incorporar, e que nós agora possamos incorporar ou no Plenário, ou na Câmara dos Deputados. Mas só para deixar aqui registrado a minha convicção em relação ao tema.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – O último orador inscrito, Senador Wellington Salgado. Com o seguinte esclarecimento – A matéria vencida já está aprovada e nós temos uma pauta cheia aqui para dar conta. Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Diante da colocação do Presidente, sobrou pouquinho tempo para mim. Então, veja bem, Sr. Presidente, eu só queria colocar o seguinte – A primeira vez que eu vi um animal foi no circo. Um animal tipo leão, um tigre, eu era muito pobre à época, meu pai trabalhava e eu não tinha condições de ir ao zoológico e nem a cidade que eu morava tinha um zoológico. Então essa é a grande questão. As pessoas vão poder ver esses animais com o circo que vai circular. Agora, nós estamos criando tanto, quer dizer, já foi criado porque já está aprovado o nosso debate realmente é uma mera manifestação, por que o que é que acontece? Já que está sendo criado... O circo que ele se locomove, cada vez que entrar no Estado ou no outro vai ter a estar sujeito à legislação vigente. Vai aparecer o órgão do meio ambiente local, vai criar uma série de situações difíceis para aquele trabalho originário do circo.

Senadora, no fundo, no fundo, vai. Agora, a incoerência que eu vejo é o seguinte – Alguém faz lei para o índio não caçar? Para não matar onça? Existe lei? Porque o índio ele vive disso. Mas quem é que vai fiscalizar o índio no meio da floresta? O índio vive naquele *habitat*, ele mata onça, ele mata macaco, mata o que precisa para sobreviver origi-

nariamente. Agora, só que no circo não pode tratar bem o animal e treinar o animal para levar para diferentes cidades.

Está se criando uma série de dificuldades para que essas pessoas possam exercer a profissão que inclusive, Sr. Presidente, o Prefeito de Juiz de Fora, o Prefeito Benjani, chegou a Juiz de Fora por um circo, e lá ficou pequenininho, casou, cresceu e hoje é Prefeito da cidade. Da cidade de Juiz de Fora. Foi Deputado...

Então, venha bem, olha o que é o circo acabou fazendo – Levando alguém que foi Prefeito de uma cidade que ele não era nascido lá. Ele era nascido na cidade de São Gonçalo. Mesma cidade de Carequinha.

Agora, o que é que nós estamos criando? Estamos criando uma série de dificuldades para esses profissionais do ramo com trabalho, levar alegria, levar o conhecimento de um tigre, de uma onça, de um elefante. Primeira vez que vi o elefante foi no circo. Elefante, mesmo, não de desenho animado, nem foto, nem filme.

Então, Sr. Presidente, é uma mera manifestação de desagrado. Eu acho que nós estamos criando uma série de dificuldades aqui para que o circo possa continuar fazendo o que faz antes de nós nascermos, antes do meu avô nascer, antes do meu tataravô nascer, fazendo o trabalhinho dele. Nós criamos aqui, já está aprovado, o Senhor até já falou que eu tempo tinha que ser rápido, porque realmente é um debate que na verdade... São sons jogados [Risos], mas fica aqui a minha manifestação de desagrado e lamento não ter participado desse debate sobre essa questão e ter colocado naquele momento anterior a minha posição contrária a essa lei que nós aprovamos já aqui nessa Casa, Presidente. Obrigado pelo tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Eu que agradeço, Senador Wellington.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente, eu gostaria também de fazer uma intervenção, secundando aquilo que disse a Senadora Heloisa Helena, e posteriormente o Senador Wellington Salgado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Com a palavra o Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Bom, eu gostaria de dizer que, embora as manifestações dos dois oradores a quem me reporte, não fossem totalmente coincidentes, não posso deixar de dizer que vi com simpatia aquilo que disse a Senadora Heloisa Helena, na hora que sugeriu que se estabelecesse uma regra de graduação, para que pudéssemos ir adaptando essa questão à realidade social.

Segundo lugar, quando o Senador Wellington Salgado colocou aqui a questão de que viu pela primeira vez um animal no circo, eu tinha antes pensado até dizer o seguinte, que, com isso, ele estava de alguma forma, mostrando que o circo tem uma atividade educativa também. Social educativa. Porque a pessoa vai primeiro em um ambiente comunitário, que é o circo, e segundo porque ele começa a ver animais exóticos. Às vezes não, não porque não integram a fauna brasileira, como é o caso de elefantes e agora leões que...

Bom, e depois ele começa também a tomar conhecimento de uma série de outras atividades que enriquece o universo da criança. Então, daí porque eu considero uma atividade que não pode ser desprestigiada, deve ser uma atividade que tem que ser estimulada. E mesmo porque também tem o componente social. Ela oferece... Ela ensina o aparecimento de artistas, oferece direta e indiretamente empregos, e daí porque eu também sou de Parecer, se entendi bem a manifestação da Senadora Heloisa Helena, que nós devíamos ter uma preocupação com relação a esses temas. Eu não quero com isso deixar de me proclamar aqui o esforço do Senador Flávio Arns, que é um competente Senador, uma pessoa proba e competente, mas eu não gostaria também de deixar de dizer que eu vejo com preocupação essa questão. E eu me preocupo até mais do que isso com, às vezes, pretórias de leis que nós temos no Brasil. Entendeu?

Tem um ditado latino que diz assim – [pronunciamento em latim]. Quer dizer, quando você tem muita lei, você corrompe os costumes. Que ninguém pode cumprir tanto as leis, não é? E acho que nós começamos a se imiscuir em problemas, estabelecendo através de lei, o que é mais grave. Porque a lei, uma vez o [inaudível] disse que a lei tem um sentido de mestra, que ela interfere diretamente na atividade social.

Então, se nós fazemos estruturas através de leis a gente começa a limitar um pouco atividades que são importantes na sociedade e gerando também uma certa perplexidade na sociedade.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Item dois, que são três Projetos que tramitam em conjunto.

Projeto de Lei do Senado nº 076 de 2000, define e tipifica os delitos informáticos, e dá outras providências. Autoria Senador Renan Calheiros, Relatoria Senador Eduardo Azeredo. Parecer favorável aos PLS 76 e 137 e ao PL 089 que tramita em conjunto na forma do substitutivo que oferece a reunião do dia 16 do 5, foi concedida vistas ao Senador Edison Lobão que não apresentou manifestação por inscrito.

Outro Projeto de Lei do Senado 137 de 2000, que estabelece nova pena aos crimes cometidos com

a utilização de meios de tecnologia de informação e telecomunicações. Autoria Senador Leomar Quintanilha. Relatoria também Eduardo Azeredo. A reunião do dia 16 do 05 foi concedida vista ao Senador Edison Lobão que não apresentou manifestação por escrito.

E por último, o Projeto de Lei da Câmara nº 89, que altera o Decreto-Lei de 2848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e a Lei nº 9296 de 24 de julho de 1996. E dá outras providências. Dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática e suas penalidades, dispondo que o acesso de terceiros, não autorizado pelos respectivos interessados, as informações privadas mantidas em redes de computadores, dependerá de prévia autorização judicial. Autoria Deputado Luiz Piauhyllino, Relatoria Senador Eduardo Azeredo. Também na reunião do dia 16 do 5 foi concedida vista ao Senador Edison Lobão que não apresentou manifestação por escrito. O Parecer é favorável, que é apresentado pelo Senador Eduardo Azeredo, com o substitutivo aos três Projetos.

Eu, antes Senador Eduardo Azeredo, antes de transmitir a palavra a V.Ex^a., eu tenho que deixar a Presidência em razão de estar sendo chamado ali na CPI dos Bingos por questão de *quorum*. E vou transmitir a Presidência ao Senador Roberto Saturnino. Se puder colaborar conosco aqui na apreciação desses três Projetos em conjunto.

E vou deixar aqui uma preocupação são três Projetos – Dois oriundos do Senado e um oriundo da Câmara Federal. Versando sobre este assunto da informática, mas Projetos complexos, bastante complexos. E diz o nosso regimento interno que tem precedência o Projeto que vem da Câmara Federal. Eu já fui, inclusive, tive frustração com o Projeto meu anterior e correndo em conjunto com outro, em que o meu foi preterido, rejeitado em razão do Regimento Interno, e aproveitado que teve precedência, e muito embora falando que meu Projeto foi rejeitado, ele foi inteiramente aproveitado. Para aqueles que acompanham o trabalho legislativo nosso diz assim – “Por que é que seu Projeto foi rejeitado?” Mas não foi. Nesse caso aqui são três Projetos – Um da Câmara e dois do Senado. Eu tenho a impressão que nós temos que rever o regimento, analisar melhor isso. Não é você aproveitar um Projeto e rejeitar os dois demais. Mas sim, aprovar no critério da precedência o Projeto que tem precedência, acatando as demais proposições dos demais Projetos. Ficaria mais elegante, mais litúrgico para nós e não teria a palavra rejeição. Isso traz para o conceito público do trabalho do Senador, do Parlamentar, uma negatividade que não é boa para todos nós.

Portanto, com esta informação, eu gostaria que depois, no Relatório, dando a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, que ele pudesse abordar este assunto.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ)

– Eu queria só uma informação, pela ordem, antes até de atender o apelo de V.Ex^a., mas é porque eu me lembro de nós analisarmos aqui nesta Comissão, há coisa de um ano, um Projeto de Lei sobre crimes na área de informática, e durante a discussão aqui esta Comissão havia optado por aprovar o Projeto da Câmara para não demorar mais na aprovação de um dispositivo que estava... Quer dizer, o País está incorrendo em prejuízos gravíssimos, por crimes cometidos que estão sem legislação.

Então, nós optamos, eu me lembro, de aprovar o Projeto como veio da Câmara, para termos uma legislação sem prejuízo de outras elaborações subsequentes que fossem aperfeiçoando o sistema. Agora, quer dizer, estou vendo este mesmo Projeto da Câmara e fiquei confuso.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Eu também estou tão confuso, Senador, que eu gostaria de pedir vistas desse processo. Para que em uma semana nós nos juntemos e discutamos ele.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Presidente, eu quero só explicar. Na verdade, o Projeto foi aprovado aqui em setembro do ano passado, praticamente, é Projeto do Deputado Piauhyllino. Foi exatamente nessa linha, que aprovasse o Projeto e depois fazíamos o segundo Projeto complementar.

Entretanto, quando chegou ao Plenário, houve um Requerimento de apensamento do Projeto a um Projeto do Senador Renan Calheiros. Por força desse apensamento é que o Projeto voltou para a Comissão. Já que voltou, já que parou, não foi possível aquela linha de conduta que eu também defendia, é que o Projeto voltou.

Então agora eu estou apresentando um substitutivo que engloba na verdade, o Projeto do Deputado Piauhyllino, o Senador Renan, e também o Projeto do Leomar Quintanilha.

Quer dizer, está mais completo. Eu diria que o Projeto hoje está melhor do que o Projeto que veio da Câmara. Estou acatando, inclusive, Emendas do Senador Hélio Costa, hoje Ministro, então estou fazendo um Projeto que é mais completo. E daí do ponto de vista regimental essa questão de que estou acatando os três. Na verdade eu não estou rejeitando, não tem nada... Os três Projetos são pedaços de cada um que está sendo...

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu entendo. Mas ele teria que voltar à Câmara, é claro.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Sim, terá que voltar à Câmara. Deve voltar. Agora, com o compromisso de que o próprio Senador Renan Calheiros disse que pediria ao Presidente da Câmara maior rapidez. Eu fui ainda esse fim de semana a um congresso na sexta-feira, sobre essa questão de segurança da informação e existe toda uma demanda por uma aprovação rápida desse Projeto. Depois daqui ele ainda vai à Comissão de Constituição e Justiça.

Agora, essa questão regimental eu considero que é de menos importância, porque é apenas a questão também da própria... O chefe da consultoria já disse que desde que haja a aprovação dos doutos Senadores, não teria problema maior. O fato de nós estarmos acatando os três Projetos na forma de um substitutivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Eu gostaria de esclarecer o seguinte, quando você tem três Projetos tramitando em conjunto e que pelo critério da precedência em que diz o Regimento Interno, você aprova um e acata os demais, não pode rejeição dos outros. Essa rejeição dos outros Projetos que são aproveitados parcialmente é que deixa para o Parlamentar uma situação negativa que não merece.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Eu estava lendo, Sr. Presidente, aqui, o Parecer da própria consultoria diz assim – “Duas soluções podiam ser apresentadas para o caso em exame. A primeira delas pela aprovação de um dos Projetos e pela rejeição dos demais, nos termos do substitutivo. A segunda pela aprovação de um dos Projetos e pelo acatamento parcial de sugestões contidas nos demais, nos termos substitutivo apresentado”. Mas a prioridade seria da Câmara.

Por essa razão, eu estou meio confuso e com o todo respeito que eu tenho pelo Senador Azeredo, eu queria pedir vistas do processo apenas para a gente dar um entendimento. Sentaria eu, o Saturnino e o próprio Senador Azeredo e na próxima semana nós teríamos uma coisa menos problemática de entendimento. Não estou dizendo que o entendimento de V.Ex^a. não esteja correto. Pelo contrário, talvez eu não tenha a capacidade de entender toda a engenharia Legislativa que V.Ex^a. fez. Por isso eu queria pedir um tempinho para a gente deixar mais clara isso.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– O Projeto tem ainda turno suplementar. Será que não seria o caso aprovar e depois aguardar?

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Nesse caso, não.

Bom, vista concedida. Eu peço ao Senador Saturnino que me substitua aqui para eu ir à CPI dos Bingos. Vista coletiva que tem mais de dois.

[Troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Vamos ao Item 3 da pauta.

Projeto de Lei do Senado nº 60 de 2004, que institui o Programa de Incentivo à Conclusão da Educação Básica – Poupança Escola, e dá outras providências. Autoria do Senador Cristovam Buarque e o Relator é o Senador Eduardo Azeredo, a quem concedo a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, trata-se de um Projeto de Lei autorizativa, delegando ao Poder Executivo a instituição do Fundo Educação Básica – FIEB, destinado a financiar o Programa de Incentivo à Conclusão da Educação Básica, Poupança Escola. Esse fundo se constitui em mais um fundo de participação financeira da União para executar suas políticas educacionais. Sua sugestão caberá ao Ministério da Educação, e terá a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL como agente operadora e administradora dos seus ativos e passivos. As fontes de recursos financeiros desse FIEB, serão – Recursos de dotação orçamentária específicas, rendimento de aplicações, depósitos espontâneos e de doações, e outras receitas patrimoniais e financeiras.

Ainda lembrando que a Comissão de Constituição e Justiça já se manifestou pela aprovação do Projeto, através da sua constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica Legislativa. Na Comissão de Assuntos Econômicos também recebeu Parecer favorável e agora cabendo à Comissão de Educação o exame de mérito.

As despesas desse fundo, do FIEB, se concentrarão nos saques efetuados pelos beneficiários da Poupança Escola, abrangendo também débitos administrativos com a CAIXA e com autoridades fiscais. A Poupança Escola beneficiará todos os alunos matriculados no ensino fundamental e médio, de famílias carentes, nos termos do Programa Bolsa Família. De forma gradativa, permitindo três saques durante o percurso escolar. O primeiro após a matrícula na 5ª série do ensino fundamental, o segundo na série inicial do ensino médio e o terceiro após a conclusão da educação básica.

Para alimentar o pecúlio de cada estudante ser-lhe-á destinado um crédito individualizado e nominal, após comprovação de seu aproveitamento escolar e matrícula na série ou ciclo subsequente, em valor a ser definido por ato do Poder Executivo. Justificando sua iniciativa, o autor, Senador Cristovam Buarque, pondera-se crescente dificuldade dos filhos das classes populares ingressar no mercado de trabalho, mormente sem a qualificação profissional requerida que contrasta com as modestas disponibilidades financeiras das

famílias. Daí a necessidade de intervenção do Estado para garantir e incentivar a permanência das crianças e adolescentes na escola, até a conclusão do ensino médio, quando o estudante já atingiu a idade de 18 anos ou dela aproxima.

A Poupança Escola seria, portanto um complemento eficaz e individualizado à Bolsa Família. Eu quero ainda deixar claro aqui quem é beneficiado nesses Projetos. Não são os estudantes de classes altas e classes médias, que em sua maioria optam por cursar o ensino fundamental e médio em escolas privadas, e tem como principal motivação, acesso educação superior em carreiras de prestígio.

Não são também os estudantes de classe média baixa ou mesmo de classes populares, que atualmente já conseguem, a maioria dentro da escola pública municipal e estadual, concluir o ensino médio e se habilitar para a continuação dos estudos ou para o mercado de trabalho. Estamos tratando do extrato mais desfavorecido. Aqueles que são enquadrados no Programa Bolsa Família, cujos filhos na maioria das vezes não concluem mesmo o ensino fundamental, e são destinadas a vultuar a demanda da modalidade de educação de jovens e adultos, nas etapas do ensino fundamental e médio. Qualquer investimento financeiro educativo nessas crianças, que se estima serem aproximadamente 10 milhões, realizado no momento de sua escolarização regular, é preferível às atuais alternativas de evasão, de subemprego precoce, desvio para a criminalidade, de desemprego marginal.

Programas como da Alimentação Escolar e do Bolsa Família, têm contribuído para manter as crianças e adolescentes pobres nas escolas públicas. São programas de sobrevivência, com os quais teremos que conviver enquanto o Brasil não superar as abissais diferenças na distribuição de renda.

Este Programa Poupança Escola tem, entretanto, duas forças próprias que podem contribuir com mais eficácia para a permanência e sucesso na aprendizagem dos alunos.

A primeira é do benefício individualizado. É inegável o reforço na auto-estima do pequeno cidadão que provoca o fato de ele saber que na CAIXA ECONÔMICA existe uma conta em seu nome próprio, cujo saldo cresce mensalmente e na qual ninguém pode mexer, salvo ele próprio, à medida que avança nos estudos.

A segunda é a perspectiva que se abre para essas crianças e adolescentes sem futuro, principalmente se o benefício for de valor crescente, o estudante pobre saberá que ao terminar o ensino médio, além de um certificado escolar ele ganhará uma pequena loteria – foi o termo utilizado pelo Senador Cristovam – porque bem lhe poderá servir para a construção

e realização de sonhos hoje impossíveis. Temos conhecimento que já se ensaiaram em escolas públicas iniciativas semelhantes. No caso do Distrito Federal e em todo o sistema de ensino, por algum tempo o próprio Senador Cristovam Buarque, como Governador, implantou a Poupança Escola. Entretanto, só uma Lei Federal que cria e consolida uma política de Estado de longo alcance no tempo, poderá dar frutos no esforço de garantir a educação básica de qualidade para todos os brasileiros.

Quanto aos aspectos formais, observamos a necessidade de adaptar um dos dispositivos do Projeto, a duração do ensino fundamental de nove anos, e a flexibilidade curricular do ensino médio, bem como a de explicitar que serão somente beneficiários do Programa Poupança Escola os alunos matriculados em escolas públicas.

Finalmente, ao aprovarmos esse Projeto, em decisão terminativa nesta Casa, estamos conscientes que seu caráter autorizativo, ou seja, de um proposição que aplinará o caminho para o Poder Executivo transformar o seu conteúdo em realidade.

Pelo exposto, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, o nosso voto é favorável ao PLS nº 60 do Senador Cristovam Buarque com as Emendas acrescentadas que aí estão. Ou seja, que os saques dos valores creditados aos beneficiários serão liberados 50% do saldo após a conclusão da 5ª série ou ciclo correspondente do ensino fundamental, comprovada a matrícula do estudante na série ou ciclos subsequentes, e os outros 50% após a conclusão do ensino fundamental, comprovada a matrícula do estudante no ensino médio. E ainda que 100% do saldo na cota individual, será após a conclusão do ensino médio, se ele não for sacado nas opções anteriores.

Como se vê, Sr. Presidente, é um Projeto novo, autorizativo, criando o incentivo financeiro para que o aluno complete o ensino básico, através da chamada Poupança Escola. Eu acredito que o Projeto é de grande interesse, grande alcance social, ele atinge uma classe menos favorecida, e além do que hoje já é um motivo de continuidade do estudo que é que é lamentavelmente essa questão da educação, não deveria ser assim, mas é uma forma que os alunos vão à escola para também se alimentarem, nós teríamos um incentivo adicional que é o incentivo financeiro de uma poupança a qual o aluno estaria se credenciando desde que concluindo o ensino básico.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Em discussão o Parecer favorável do Relator o Senador Azeredo. O Senador Paulo Paim quer discutir. Com a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, eu vou fazer uma consideração muito rápida. O FIEB, ele cria, na verdade, um Fundo para a Educação Básica, mas vinculado a Poupança Escola. Sr. Presidente, pena que o Senador Juvêncio da Fonseca não está aqui. Eu gostaria que ele estivesse na Presidência. Por que isso? Eu tenho um Projeto na mesma linha, autorizativo que dá oportunidade ao Governo investir mais em escolas profissionalizantes. Há uma resistência enorme para votar esse Projeto. Eu não entendo o porquê. Por que é que eu estou usando esse argumento? Porque esse meu Projeto, que não é o caso aqui, está aí já... Eu diria, alguns anos. E não votam. E é só o autorizativo. Por isso que eu quero defender o Projeto do Senador Cristovam. O que é que é um Projeto autorizativo? É uma idéia boa que o Legislativo encaminha ao Executivo, ele vai aplicar se quiser ou não.

Então, não vejo porque essa resistência tão grande a alguns Projetos. E eu quero aqui então dar com muita convicção o meu voto no Projeto do Senador Cristovam, que é apenas autorizativo. O Governo vai ver se é possível ou não, se vai adotar ou não. Mas faço um apelo ao Senador Juvêncio da Fonseca, que é o Relator do meu Projeto, para que ele possa dar o mesmo Parecer, que de forma brilhante aqui, deu o Senador Eduardo Azeredo.

Parabéns, Senador Eduardo Azeredo, eu tenho certeza que o Senador Juvêncio, que é companheiro nosso, vai se inspirar no argumento de V.Ex^a. e dar o mesmo Parecer que eu sei que vai ser aprovado por unanimidade. Era isso, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador Paim, a Mesa transmitirá o apelo de V.Ex^a. ao Senador Juvêncio.

E se nenhum dos Srs. Senadores mais deseja discutir eu vou proceder a votação que terá que ser nominal. Trata-se de um Projeto terminativo.

(Procede-se à votação nominal)

A matéria foi aprovada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Muito bem. Então, o Projeto está aprovado por unanimidade. E indago aos Senadores presentes se mantêm os respectivos votos para as Emendas apresentadas pelo Relator. Se todos mantêm, estão também aprovadas as Emendas.

E vamos, então, ao Item 4. É o Projeto de Lei do Senado nº 21. O autor é o Senador Juvêncio e o Relator é o Senador Mozarildo. Ambos ausentes, razão pela qual tiramos de pauta para... Deixamos para a próxima reunião. O Item nº 5, eu sou o Relator, e eu

preciso passar a Presidência, porque eu sou o Relator. Senador Paulo Paim... Senador Gilberto Mestrinho... Não, Senador Paulo Paim.

[Troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Com a palavra o Senador Roberto Saturnino, nobre Relator.

Item cinco, não terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 386 de 2005, altera o dispositivo da Lei 9.993 de 2000, quanto à destinação regional dos recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e pela exploração de recursos minerais para a suficiência em tecnologia. O autor Senador Sibá Machado e o Relator é o Senador Roberto Saturnino, cujo Parecer é favorável.

Com a palavra o nobre Senador.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se de um Projeto muito importante e muito interessante a meu juízo, razão pela qual o meu Parecer é favorável.

Entretanto, recebi, Sr. Presidente, um apelo por parte da liderança do Governo para que fosse retirado da pauta desta reunião e recolocado na próxima semana em razão de certas dúvidas levantadas pelo Ministério da Fazenda e pelo Ministério da Infra-estrutura, e eu, obviamente, em se tratando de um Projeto tão importante, eu concordo com o pedido de prazo e peço a V.Ex^a. que retire de pauta e o recoloque na próxima semana.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Não havendo oposição do Plenário, está retirado de pauta. Não estando presente o autor e Relator do Projeto do Item 6 e do Item 7, eu convido o Senador agora, Paulo Paim a assumir a Presidência que... Saturnino, Senador Saturnino, que eu sou Relator do último.

[Risos]

[Troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – O Item 8 da pauta não terminativo. O Projeto de Lei do Senado nº 72 de 2005, que fixa critérios para a divulgação de resultados de pesquisa de opinião pública. É um Projeto de autoria do Senador Pedro Simon cujo Relator é o Senador Gilberto Mestrinho, a quem concedo a palavra.

SENADOR GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras. O Projeto do Senador Pedro Simon trata especificamente da questão de divulgação de pesquisas. Pesquisas de modo geral. Ele não especifica se são pesquisas eleitorais ou pesquisas de natureza econômico-social.

Então, em face disso, dado que as pesquisas eleitorais já estão regulamentadas em lei, em decisões do Tribunal Superior Eleitoral e Supremo Tribunal Federal, não cabe mais acrescentar nenhuma alteração, já que esse Projeto está aquém do que prevê a lei.

E quanto às pesquisas econômicas e sociais, o Governo não pode, não tem direito de interferir nas pesquisas da atividade comercial, atividade industrial, porque isso diz de respeito à atividade privada. Em face disso, nós somos pela rejeição do Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Parecer do Senador Mestrinho é pela rejeição e está em discussão. Se nenhum dos Srs. Senadores desejarem discutir, eu coloco em votação. Os Srs. Senadores que concordam com o Parecer do Relator pela rejeição permaneçam como se encontram. Aprovado o Parecer do Relator. Rejeitado o Projeto. Não havendo mais qualquer assunto a tratar, cumprindo toda a nossa pauta, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 12h41min.

Ata da 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 30 de maio de 2006

Audiência Pública Conjunta

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia trinta de maio de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Juvêncio da Fonseca, Presidente Eventual, e com a presença dos Senhores Senadores José Jorge, Maria do Carmo Alves, Marcelo Crivella, Marcos Guerra, Leonel Pavan, Wellington Salgado de Oliveira, Gilvam Borges, Valdir Raupp, Íris de Araújo, Sérgio Cabral, José Maranhão, Ney Suassuna, Aelton Freitas, Paulo Paim, Fátima Cleide, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Sérgio Zambiasi, Marco Maciel, Romeu Tuma, Lúcia Vânia, Geraldo Mesquita, Antônio Carlos Valadares, Magno Malta e Flexa Ribeiro, reúnem-se a Comissão de Educação e a Comissão de Assuntos Sociais. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Edison Lobão, Gilberto Mestrinho, Roberto Saturnino, Jonas Pinheiro, Rodolpho Tourinho, Luiz Pontes, Romero Jucá, Mão Santa e Patrícia Saboya Gomes. Justificam a ausência os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Boteelho. O Senhor Presidente Eventual, Senador Juvêncio da Fonseca registra a presença, para acompanhar a audiência pública das Senhoras Senadoras Serys Shessarenko (PT/MT) e Heloísa Helena (Psol/AL), não

membros das Comissões; do Deputado Federal Osmar Terra (PMDB/RS); da Deputada Estadual Iraê Lucena (PMDB/PB); Senhora Ivete Simon, esposa do Senhor Senador Pedro Simon; Senhora Ana Paula Gonçalves, Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, representante da Ministra Nilcéia Freire, Doutora Regina Orth, Presidente da Associação Brasileira de Estudos sobre o Bebê e Professora Ledja Austrilino, Diretora do Escritório da ULBRA em Brasília. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual, Senador Juvêncio da Fonseca, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 014-CE, de 2006, de autoria das Senhoras Senadoras Patrícia Saboya Gomes e Fátima Cleide, que tem como objetivo instruir o Projeto de Lei do Senado nº 340 de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que “Institui a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância”. Comparecem à Audiência Pública o Doutor Laurista Corrêa Filho, Pediatra e Neonatologista, com o tema – A Importância da Perinatalidade na Prevenção da Violência; o Doutor Salvador Célia, Psiquiatra e Presidente da Federação Latino-Americana de Psiquiatria da Infância, Família e Profissões Afins – FLAPIA, com o tema – Apego, Resiliência e Prevenção da Violência e o Doutor Antônio Márcio Lisboa, Pediatra e Professor Titular de Pediatria da Universidade de Brasília – UNB, com o tema – Prevenção da Violência. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Pedro Simon, autor do Projeto; Fátima Cleide, autora do requerimento, Sérgio Zambiasi e Heloísa Helena. O Senhor Senador Juvêncio da Fonseca, Presidente Eventual, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**. – Senador **Juvêncio da Fonseca**, Presidente Eventual da Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Há número legal. Dou por aberta a 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação em conjunto com a 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

A Reunião de hoje está destinada a uma Audiência Pública. Requerimento da ilustre Senadora Patrícia Saboya Gomes e da ilustre Senadora Fátima Cleide, para análise do Projeto de autoria do Senador Pedro Simon. Instruir o Projeto do Senador Pedro Simon de nº 340 de 2005, que institui a Semana Nacional de Prevenção da Violência da Primeira Infância.

Os convidados para essa Audiência Pública são – O Dr. Laurista Corrêa filho, Pediatra e Neonatologista com o tema “Importância da Perinatalidade na Prevenção da Violência”.

Dois. Dr. Salvador Célia, Psiquiatra e Presidente da Federação Latino-Americana de Psiquiatria da Infância, Família e Profissões Afins. Tema – “Apego, resiliência e prevenção da violência”.

Três. Dr. Antônio Márcio Lisboa, Pediatra e Professor Titular de Pediatria da Universidade de Brasília, tema – “Prevenção da violência”.

Antes de conceder a palavra a cada um dos palestrantes, eu gostaria de agradecer a presença entre nós do Deputado Osmar Terra do PMDB do Rio Grande do Sul, da Deputada Estadual Iraê Lucena do PMDB da Paraíba. E também a representante da Ministra Nilcéia Freire, Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, Sr^a. Ana Paula Gonçalves. Nós agradecemos a presença de todos os Senhores.

O Projeto de autoria do Senador Pedro Simon que está chegando a nossa reunião, é que instituiu a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância, a ser celebrada anualmente entre os dias 12 e 18 de outubro, com o objetivo de conscientizar a população brasileira sobre a importância do período entre zero e seis anos, para a formação de um cidadão mais apto à convivência social e a cultura da paz.

Antes de nós passarmos ainda a palavra aos convidados, nós gostaríamos de justificar, não justificar, mas que estariam presentes aqui hoje, nesta reunião, a escritora novelista Glória Peres e a atriz Marisa Orth. Justificaram que não puderam estar presentes, e inclusive a atriz Marisa Orth nos encaminhou uma justificativa onde ela se expressa em pequeno trecho da seguinte maneira. “Como se pode ver no Projeto de Lei não se trata só de mais uma seqüela da nossa má distribuição de renda e conseqüentes mazelas da educação que nos levam um quadro por vezes catastrófico e muitas vezes irreversível na formação dos nossos futuros representantes. Mesmo nas camadas ditas mais favorecidas e supostamente mais informadas, encontram-se inúmeros casos de violência à integridade dos menores”. E ainda queremos dar ciência que amanhã teremos também uma Audiência Pública, o tema é “A música no contexto nacional”. Autoria do Requerimento Senador Sérgio Cabral. Onde serão ouvidos, Fernan-

da Abreu, cantora e compositora, Egeu Lau Simas(F), Coordenador da Rede Social da Música, Sidnei Bonfim de Jesus, Presidente dos Sindicatos dos Músicos da Bahia, Alexandre Rés de Negreiro, Mestre em Etnomusicologia e Cristina Gomes Saraiva, Coordenadora do Núcleo Independente de Música do Rio de Janeiro, Ricardo Bren, compositor e arranjador.

Amanhã Audiência Pública aqui na Comissão. Confirmar as presenças para assistir a Audiência Pública, os cantores Gabriel o pensador, Cláudio Nucky, Fernanda Abreu, expositora, Leni Andrade, Léia Pinheiro, Alaíde Costa e Celso Viáfara e o cantor Ivan Lins.

Com a palavra, inicialmente do nosso convidado Dr. Laurista Corrêa Filho, Pediatra e Neonatologista com o tema, “A importância da perinatalidade na prevenção da violência”. Nós teremos um prazo Dr. Laurista de 20 minutos para que possamos ter tempo de ouvir os demais palestrantes. Com a palavra Dr. Laurista.

DR. LAURISTA CORRÊA FILHO – Bom-dia a todos. Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer o convite e participar dessa importante reunião, e relembrar um pouco do que para nós, há uma certa confusão, as pessoas que lêem, é a importância da primeira infância, ou seja, de zero a seis que para nós já não é mais de zero a seis, porque a vida começa um pouco antes como a gente vai ver e que todos sabem.

Então, é a importância desse período da vida na prevenção da violência.

Então, nos últimos 20, 25 anos, o que nós vimos? Uma profusão de publicações e se a gente fosse colocar aqui, nós íamos passar o dia todo vendo essas publicações que se referem às pesquisas que foram efetuadas.

SR. PRESIDENTE JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Dr. Laurista, eu avisei no início que o Presidente é Virginiano. Detalhista. [Risos]

DR. LAURISTA CORRÊA FILHO – Mas o microfone é baiano. Vamos repetir porque estão gravando.

Então, nós falávamos que o importante é saber a importância da primeira infância, ou seja, de zero a seis e que para nós e para a maioria das pessoas que estão nesse campo estudando é antes do zero. O zero, porque primeiro na gramática o zero não existe. E para nós também a vida começa antes do nascimento.

Então, nós dizíamos que a importância dessa fase da vida na prevenção da violência. E não a violência que muitos confundem a violência nessa faixa etária.

Então, uma vez esclarecido isso, nós então falávamos de a profusão que houve no final do Século 20 das publicações que eram frutos das pesquisas. Como vocês sabem, as pesquisas são realizadas e demoram muito tempo. Esse é um dos livros mais importantes sobre a vida fetal, o desenvolvimento fetal é

um grupo da Inglaterra, da França e dos Estados Unidos que fala, praticamente, tudo que acontece antes do nascimento.

Então, essas pesquisas, quando são passíveis de serem feitas em humanos, são feitas em humanos como todos sabem, e as que não são, são nos outros mamíferos que são os nossos outros irmãos.

Então, houve essa profusão no final do século XX e veio nos esclarecer.

Bom, o artista, ele vai sempre, tem a maior sensibilidade, ele vai sempre na frente às vezes do cientista. Esse quadro é um quadro de um artista de Brasília, que é a Juliana, e que ela está, todo mundo pode ver, você tem o homem que comeu um pedacinho da maçã passou ao pominho de Adão e a mulher. E os dois já estão pensando em uma energia muito importante que é um bebê. Aqui ela simbolizou como o tal, a energia, o símbolo do tal.

Então, a vida começa aí, antes mesmo da concepção. Já está na cabeça das pessoas ou não. Normalmente, esse é o esquema, quando se fala de mortalidade, sobretudo, na infância.

Então, é o esquema que é dividido, que é aceito pela Organização Mundial da Saúde a respeito da divisão.

Então, você tem a mortalidade fetal, depois a perinatal, que nos interessa, essa fase da vida, oficialmente, é um período que vai da 22ª semana até os primeiros sete dias de vida. Quando se fala nesses aspectos psicoafetivos e que se fala na primeira infância, essa parte do perinatal já não é bem nesse esquema. Considera-se e as pessoas que tem maior estudo, o Prof. Philip Maze(F) da França que escreveu o livro “Psiquiatria Perinatal” com outros colaboradores, ele disse que vai da concepção até os 18 meses.

Então, essa é a faixa da perinatalidade.

A tecnologia vem nos ajudar. Então, além dos artistas que nós vamos ver aqui muitos participam nessa nossa evolução a ultra-sonografia. Que isso aqui ainda é uma ultra-sonografia fetal e um pouco antiga. Mas que a gente já pode ver.

Então, nós começamos a visualizar este ser, este bebê humano já na sua evolução. Aí, vocês viram, da última semana a “Veja”, o fotógrafo Lennart Nilson que fotografou o feto dentro do útero e toda a evolução desde o espermatozoide, o óvulo, com a tecnologia ajudando um pouco mais a gente compreender.

Bom, o que é muito importante que a gente saiba nessas pesquisas é que o cérebro humano, nós vamos ver todos, bebê humano em qualquer lugar do mundo, ele nasce com cem bilhões de neurônios que são produzidos na maior parte, antes da 20ª semana de gestação. Para relembrar a gestação tem em torno de

40 semanas. Então, na metade da gestação o cérebro já está, nós temos uns cem bilhões. Estão achando que é um pouquinho mais, que o homem talvez tenha um pouquinho mais, por isso que ele é mais neurótico, mas quase todos os neurônios já concluíram a sua migração antes do nascimento.

Então, esse é a preparo do bebê para a grande jornada que ele vai ter. Porque ele migra, ele está num patamar que ele vai ter que subir para o córtex. Uma vez nos locais definitivos, especializam-se. Frequentemente se associam a outros neurônios parecidos para formar uma rede, isso é muito importante. Esses circuitos têm um papel crucial que vai permitir e contornar esses possessos cognitivos e as diversas funções.

Bom, então essa construção, ela tem início na quinta semana de gestação. Para vocês lembrarem, quatro semanas, um mês, então o bebê está menor, o embrião ainda está menor do que uma unha. E nós já temos o início dessa gestação. A produção de neurônios atinge seu máximo entre 12ª e 16ª semana, ou seja, quatro meses. Quando a mamãe já está percebendo os movimentos, esse bebê já está atingindo o máximo da produção de neurônios. O ritmo de produção de neurônios é em torno de cinco mil por segundo. Tudo isso para a gente vê, para a gente perceber um pouco mais a importância desse período da vida. O peso do cérebro do recém-nascido de termo, que chegou no seu termo, tem em média 330 gramas. Então o cérebro do bebê humano, ele nasce pronto, mas inacabado. Quem vai acabar esse cérebro é toda a carga genética que ele tem e esse ambiente que ele vai encontrar. No adulto, 1.400 gramas, ou seja, o aumento de quatro vezes, porque vão ter as comunicações entre os neurônios, são as sinapses que todos vocês sabem. Elas vão se conectar.

Então, situam-se entre as três causas principais de debilidade mental e distúrbios do desenvolvimento. As grávidas que consomem cocaína, o feto não consegue eliminá-la, acumula mais do que a mãe. No feto normal, o local de migração final, é cuidadosamente programado geneticamente para formar camadas sucessivas do córtex. Há uma perturbação nessa programação devido a cocaína e muitos neurônios drogados, eles se enganam de camada. Invés de ele chegar aquele ponto que ele deveria chegar, ele não chega. No Brasil, não há estudos sobre o fato. Nos Estados Unidos, nas grandes cidades, 15% das mulheres grávidas utilizam cocaína. O alcoolismo fetal universalmente, então que ocorre em todo o mundo, não é um fenômeno raro, isso nós sabemos. Programa de detecção precoce no pré-natal, rede social de apoio, prevenção para gestações posteriores evitar a culpabilidade excessiva da mãe. Essa rede que teria que funcionar.

De 20 a 40 semanas, de vida intra-uterina, a maior parte dos neurônios é formada e já está no local apropriado.

Então, até a metade da gestação essa é a formação. E a partir da 20ª semana, até o termo, ela já está todo prontinho. O desenvolvimento, crescimento e diferenciação ocorrem após o nascimento. A minha dinização, que seria assim, a capa que vem... A célula nervosa que vai encapar, digamos assim, ela começa antes do nascimento, sobretudo, ao nível do sistema estado-acústico e as raízes motoras.

Cada neurônio, ele recebe de mil a dez mil sinapses, vai se conectar com outros neurônios. Quer dizer, em um centímetro de córtex, nós temos cem mil neurônios e um bilhão de sinapses para vocês verem o que isso vai acontecer. E o que sabia-se das pesquisas anteriores, o que o pessoal sabia até antes dessa reunião que originou esse livro que é o “Repensando o cérebro”, o que se sabia? Como um cérebro se desenvolve, depende dos genes com os quais se nasce, esse era o pensamento antigo. O pensamento novo, como um cérebro desenvolve depende de uma complexa interação entre os genes com os quais se nascem e as experiências que se tem. Vamos ver a importância disso, onde vai gerar, onde estão as raízes da violência. As experiências que se tem, antes dos três anos de idade, exerce um impacto limitado no desenvolvimento posterior do cérebro. Não, o novo. As experiências iniciais ajudam a formar a arquitetura cerebral e na natureza, e extensão das capacidades adultas. Uma relação segura, com um cuidado principal, cria um contexto favorável para o desenvolvimento e aprendizado iniciais. O pensamento novo, as interações iniciais não apenas criam um contexto, elas afetam diretamente a forma como o cérebro se desenvolve. O desenvolvimento cerebral é linear, a capacidade do cérebro aprender, a mudar aumenta de modo regular a medida que um bebê progride em direção a idade adulta. O desenvolvimento cerebral não é linear. Há períodos preciosos que são chamados janelas para adquirir diferentes tipos de conhecimentos e habilidades que é justamente nessa formação do cérebro de zero a seis anos.

E mais ainda, esses 152 cientistas que se reuniram em Chicago 1996 puderam fazer o [inaudível] e a densidade da sinapse ao nascer, veja, pouquíssimas sinapses. Seis anos de idade, a quantidade de sinapses. Depois chega com dez anos, há uma poda. Esses são os circuitos neuronais que se formam. Que se tiverem um bom início, esses primeiros seis anos, sem falar já na vida uterina, nós vamos ter uma pessoa que está se desenvolvendo normalmente, um cérebro sadio.

Então, 20 semanas de gestação, nós estamos na metade, o cérebro está pronto. Peso do cérebro – 100 gramas. Ao nascimento 400 gramas, 330, 400 gramas, em torno disso. Veja, 18 meses, um ano e meio, 800 gramas. Já tem o dobro do nascimento devido aquelas sinapses, aquelas conexões que nós tivemos. Com três anos, 1.100 gramas, depois de três anos até a fase adulta apenas 300 gramas. É para ver o quê? A importância desse período.

Então, a organização do cérebro ela é única e pessoal, o resultado reflete as alterações constantes após a concepção entre herança genética e ambiente. Há a possibilidade de ser beneficiado ou vítima.

Então, vai ser uma pessoa sadia e vai transmitir coisas boas ou vai ser um marginal. A competência dos bebês. O bebê tem seis minutos de vida, ele está pronto já para interagir. Ele nasce pronto para interagir, porque ele tem um treinamento intra-uterino. O bebê, tem um pouco de luz, mas dá para ver o olhar o bebê logo após o nascimento já está mamando no seio e ele olhando esse olhar sedutor que permitiu que os bebês nosso morressem mais, que o ser humano deixasse de morrer, porque era comida ou pelos próprios pais ou a tribo que estivesse ao lado. Esse olhar é o olhar, não é olhar visão, porque ele vê pouco, mas é o olhar sortilégio, é o olhar que seduz é o olhar que permitiu o ser humano não morrer mais.

Aqui, então, ele é capaz, ele é competente, ele está olhando e está imitando, ele imita. Agora, temos que apagar um pouco a luz. Nessa mesma reunião de Chicago, então, foram apresentadas...

SR. PRESIDENTE JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Doutor, nós temos um probleminha de iluminação para a Câmara.

DR. LAURISTA CORRÊA FILHO – Para o pessoal acreditar, mas dá para ver alguma coisa aí. Essa é uma tomografia, uma Emissão de Pósitron, é a PET. O Comitê Internacional tem a permissão de fazer as pesquisas em órfãos num orfanato da Romênia.

Então, olha o cérebro que ele pode ver com a Tomografia com a Emissão de Pósitron. Aqui é um cérebro normal e aqui nós vemos. O que está em vermelho e amarelo, tem ótima atividade. A gente sabe que os globos frontais e temporais têm muito a ver com as nossas emoções.

Então, a gente vê no cérebro normal muito vermelho e amarelo. E olha aqui um cérebro de uma criança que não tem interação que foi privada dessa interação ou foi malfeita.

Então, nós vimos o buraco, é praticamente um buraco negro, é isso que nós vemos o desenvolvimento anormal.

Bom, aqui para citar, num estudo finlandês, 11 mil mulheres grávidas em 1966, no sexto ou sétimo mês de gravidez. Se a gravidez era desejada, fora de área ou mal desejada ou indesejada. O risco de aparecimento, 11 mil mulheres. E o aparecimento de esquizofrenia, significava um índice mais alto entre bebês nascidos das mães do grupo de gravidez indesejada. A esquizofrenia, como sabem, é um dano na capacidade de amar. A personalidade está separada do seu ambiente. Esse outro estudo de Jacob e Bitchman(F) os cuidados obstétrico e predisposição da prole ao suicídio em adultos. Estudo do registro de parto de 412 casos forenses vítimas de suicídio. Comparação com 2.901 controles, que é muito, né? Mais de sete vezes. Suicídios que envolviam asfixia, fortemente associado com asfixia no parto. Suicídios através de meios violentos, associados com parte difíceis do ponto de vista mecânico. Antecedentes de 200 viciados em opiatos nascidos em Estocolmo entre 45 e 1966, e não viciados como controles. Se a mãe recebeu determinados analgésicos durante o trabalho de parto, a criança com maiores riscos de se tornar viciada em drogas na adolescência. Lee Salquin(F) em 85, Universidade de Nova Iorque, antecedentes de 52 vítimas de suicídios em adolescentes, antes de completarem os 20 anos. Comparados com 104 controles, um dos principais fatores de risco para se cometer suicídio na adolescência, criança que teve que ser ressuscitada ao nascimento. Mais estudo, da universidade de Los Angeles, 4.629 sujeitos masculinos nascidos no mesmo hospital, em Copenhagen, principal fator de risco para se tornar um criminoso violento aos 18 anos, associação de complicações no parto e, o mais importante, separação precoce ou rejeição pela mãe. Separação e a rejeição precoce, isso sozinho, por si só, não era um fator de risco. Joufre(F) estudou muito esse tipo de acontecimento, relação entre ligação fraca. Ligação fraca é o vínculo, esse apego que se faz no início da vida, nesses primeiros seis anos, para não falar no vínculo pré-natal.

Então, ligação fraca e violência. Cuidadores principais estavam emocionalmente indisponíveis nos primeiros anos de vida. Mais problemas de conduta na infância e da adolescência. Em todas as culturas, onde a ligação foi estudada, a ligação bloqueadora da ansiedade que resulta persistente falta de responsabilidade da falta do cuidador principal, pode efetivamente tornar uma criança propensa à violência. Experiências precoces de trauma ou abuso no útero ou após o nascimento, podemos interferir no desenvolvimento das áreas subcortical e límbicas do cérebro, é onde está a informação que vai ser tratada, extrema ansiedade e depressão de estabelecer ligações saudáveis com os outros.

O fato de uma criança estabelecer ligações seguras depende da qualidade de cuidado que recebe. Crianças que sofrem abuso ou negligência provavelmente não desenvolverão uma ligação segura com os seus cuidadores. Tanto a qualidade do cuidador quanto a segurança da ligação vai exercer uma influência na posterior capacidade da criança para a empatia e o controle emocional e comportamental. Ashley Montagu escreveu o livro “Tocar”. É um calhamaço. Ele falou, “A necessidade primordial do recém-nascido é a necessidade de amar, não apenas ser amado, mas de ser capaz de amar”.

Esse gráfico é modificado pelo Prof. Vital Lidonê(F) que é um educador, e que foi modificado. A Maria Helena que trabalhou nessa área de educação da primeira infância, mostra o IBGE de 2000, exatamente, o que acontece a essa disparidade no atendimento. O atendimento quando, ao nascimento, a parte de saúde é quase que 100%, um pouquinho mais de 90%, porque os partos são institucionalizados, e a educação é zero. Eles só vão se encontrar lá pelo quinto, para o sexto ano a educação e a saúde. O que nos leva a quê? A chamar de oportunidade perdida, as oportunidades que foram perdidas em todos aqui da reunião entre a educação e a saúde, que poderia trazer uma parceria muito grande para a gente trabalhar com os jovens, com os jovens na escola para que isso não acontecesse.

Para citar figuras contemporâneas, Dalai Lama, que muito interessado no desenvolvimento também da humanidade, ele falou, “Mesmo nossa estrutura corporal parece projetada não para a luta, mas para o abraço, olhemos para as nossas mãos, se fossem destinadas para golpear parece-me que seriam duras como cascos e o que é mais importante, [soa a campainha] de acordo com a ciência médica, as semanas imediatamente posteriores ao nosso nascimento – talvez ele tenha feito o curso – são cruciais para o nosso desenvolvimento, porque o cérebro cresce com muita rapidez e durante esse período o contato físico com a nossa mãe ou outra pessoa é um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento saudável do cérebro. Isso demonstra que, mesmo em termos físicos, somos beneficiados pelo afeto dos outros”.

Então, ele deu uma aula de tudo isso que nós falamos, ele já tinha sacado. Essa é a imagem que vocês conhecem da internet, é abandono, essa é uma criança que está na fase que nós estamos dizendo. E aqui eu não preciso falar mais nada.

Essa experiência das duas irmãs que foram criadas, as meninas, por lobos e a amá-la e [inaudível], uma prova do desamparo do bebê quando a experiên-

cia adequada falha. Não houve experiência de cuidados, então, depois que elas foram para a civilização, por religiosos, elas vieram a morrer.

Então, uma grande parte a sentido da nossa luta para assegurar qualidade do desenvolvimento de todos é a prevenção. É isso que nós não estamos vendo, é a prevenção. Esse investimento. E para lembrar o [inaudível], antes deixar este mundo, devemos estar certo de haveremos tentado de melhorá-lo. E para lembrar a Gabriela Mistral, poetiza chilena, que foi o premio Nobel de literatura de 45. “Nós cometemos muitos erros e muitas faltas, mas o nosso pior crime é abandonar as crianças, negligenciando a fonte da vida. Muita das coisas de que necessitamos podem esperar. A criança não pode. A cada instante, seus ossos está sendo formados, seu sangue está sendo produzido, seus sentidos desenvolvidos, a ela não podemos responder, amanhã, seu nome é hoje”.

Muito obrigado.

[Palmas]

SR. PRESIDENTE JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Gostaria de registrar a presença do autor do Projeto, ilustre Senador Pedro Simon entre nós. O Projeto importante, eu vi por esse primeiro tema que foi desenvolvido, que nós não tínhamos muita noção sobre isso, não é Pedro?

Com a palavra o Dr. Salvador Célia, Psiquiatra e Presidente da Federação Latino-Americano de Psiquiatria da Infância, Família e Profissões Afins. Tema – “Apego, resiliência e prevenção da violência”. Os 20 minutos, o tema é... Eu vi que o Dr. Laurista foi rápido, foi uma máquina para falar. E é tão importante esse tema que a Mesa, com toda a tranquilidade, disse que teremos tolerância até para fazer um fecho mais tranquilo, mais próprio se desejar o palestrante.

DR. SALVADOR CÉLIA – Muito bom-dia. Estou muito honrado de estar aqui nessa Casa hoje, acompanhando um Projeto de um político que eu preso muito, Senador Pedro Simon, meu amigo, e que me deu a chance, durante o Governo dele, acompanhá-lo num Projeto social, chamado Projeto Vida, do qual ele foi o seu grande idealizador político, enquanto a gente colaborou num atendimento, vamos dizer, da parte mais dos estudos em que a gente conhece do ponto de vista de psiquiatria da infância e da adolescência e de bebês, e ser Professor que muito me honra da Universidade Luterana do Brasil em Canoas, do curso de medicina desses que se fundou em 1996.

Agradeço a todos aqui nessa Comissão. Nossa amiga Lisli, Laurista, todos aqui de Brasília que com seus cursos aqui em Brasília também colaboraram muito para a minha formação que iniciou, vamos di-

zer, há algum tempo e há 20 anos que eu venho nesse trabalho com a parte da primeira infância.

Bom, o Laurista me introduziu muito dos temas que iremos falar aqui, que seria o apego, depois eu vou falar em resiliência, vou falar em empatia e vou falar da violência. Na verdade, a violência para mim é um problema de saúde pública. Ela deixou de ser endêmica, ele é epidêmica, e cheia de focos, e nós temos que atender os focos. Tal como, Simon, fizemos lá na zona norte em Porto Alegre no nosso Projeto Vida, revitalizando a fábrica Cerâmica Cordeiro arrebitada que começava no bebê e terminava no idoso.

Então, nós temos que atacar esses focos da violência. E quero lembrar aqui que o Laurista citou, e eu vou citar alguns autores, gente, como Rods(F), estudando pessoas criminosas e depois aquele pessoal também em Lewis(F) que estudou aqueles meninos lá em Columbine, que mataram seus colegas e tudo, todos referem em seus estudos, na sua infância, maus tratos. Referem negligências, referem violências físicas, emocionais, abusos sexuais com a tendência de se perpetuar, esse é o nosso grande problema. Quem foi violentado tem 80% de chances de repetir o que se levou na vida.

Então, eu me filio a todos que pensam na Teoria do Apego que eu vou tentar explicitar mais para vocês que é a Teoria dos Vínculos. Eu entendo como muitos que é quem vai para a violência vai por aquilo que aprendeu ou por aquilo que lhe faltou. Alguma coisa que me roubaram, que me tiraram, eu, criança, eu vou em busca de alguma coisa, atendo muito por aí essas minhas carências que são as teorias, principalmente do apego. E para entender apego, nós temos que pensar em interação, como disse o Laurista, uma interação recíproca entre a parte do gene e a parte do meio ambiente. Na verdade, pelos estudos que se vê de adotados, enfim, os mais variados estudos, se vê que muito depende da cultura, e aí está a importância dessa Casa porque tudo disse, como disse Nelson Mandela, “Precisa-se de uma comunidade para se educar uma criança”, e melhor que vocês, ninguém. E vou citar exemplos para vocês, porque há anos atrás quando eu apresentei isso num Congresso de Psiquiatria aqui em Brasília, colocava que bebês, estudados em Chicago, e estudado nos Estados Unidos, em áreas de muito risco, de muita violência, medidos o cortisol, que é o hormônio do estresse, as mães apavoradas transmitiu para os seus bebês, porque corria bala naqueles lugares, se media o cortisol medindo as gotículas de saliva dos bebês. O que se viu? Se viu que o cortisol era muito alto. Quando tiveram Prefeitos, como em Nova Iorque, como Prefeitos de Chicago que mudaram esses bairros medindo o cortisol desses bebês, o que

foi visto? Diminuiu o estresse e diminuindo o estresse facilita que os neurônios que se falou, que as sinapses ocorram. E tem a ver com vocês quando eu dei aqui em Brasília, na psiquiatria aqui, numa uma jornada comunitária riram, tenham fé nos políticos, pois é, nós precisamos ter fé em vocês. Essa que é a grande verdade, porque aí nós vamos falar do que eu quero falar, da resiliência.

Então, o gene que, às vezes, vem pré-determinado, ele pode mudar, reparem bem, ele muda porque ele vem com uma força, o genótipo, mas a fenótipo muda por causa da cultura, da ação cultural que nós exercemos. Aqui está a nossa responsabilidade como cidadãos.

Então, essa interação é muito importante, ela é recíproca não só de um lado, é dos dois lados, entre o gene, a biologia e entre o que nós estamos vivendo. O que é que cuida da gente? Quem cuida da gente? Pois essa interação, gente, é algo fundamental e se viu por um grande pesquisador chamado John Bowlby, um Psicanalista que modificou muito as teorias analíticas que ele tinha, que ele aprendeu com Freud, esse grande pensador, e ele veio com a idéia buscando nos animais, viu Simon? Foi buscar lá nos gansos, foi buscar lá com a Halow(F) quando estudou os macacos. Ele viu que Lorans(F) olhavam os gansos saindo da mamãe ganso e que ele viu que o grasnar deles, ele começou a imitar a mãe e caminhar que nem ela e os gansos saíam correndo, não atrás da mãe, mas atrás dele. E ele viu que muita das coisas desses vínculos que a gente vem biologicamente programado para uma figura, se vem programado para a busca de uma figura, ele foi buscar nos animais, isso nos mamíferos. E ele notou, então, que a gente vem programado para se comunicar. E a gente, para se comunicar, vai depender de quem está do outro lado da linha, quem é o meu cuidador.

Então, a gente vem até para defender a espécie, meio que, está meio que preparado para isso. Eu vou buscar um relacionamento. Isso é extintivo, é biológico e eu tenho que encontrar no ambiente esse cuidador. Aí está a mágica de tudo, nós temos que pensar nos cuidadores.

Bom, nesse cuidado dessa interação do cuidador com o bebê, o bebê fotografa o que está ocorrendo, o bebê põe para dentro do cérebro dele esse tipo de interação que é internalizado para dentro dele, tipo fotografias e funciona tipo um modelo bio-cibernético, como eu estou falando para vocês a minha pressão arterial está aqui, o meu pulso, meus movimentos respiratórios estão ocorrendo sem eu ter cuidado, a mesma coisa é essa interação da mãe com o bebê, e o bebê com a mãe, ou do cuidador, já a gente diz a

mãe, vai ser muito importante porque eu vou fotografar e vou colocar para dentro de mim, vai ser as minhas referências. Nada melhor do que um cuidador sensível, nada melhor do que uma mãe que tenha sensibilidade, nada melhor que uma mãe que saiba segurar o bebê, que saiba tocar o bebê, que saiba pegar o bebê, que toque é fantástico. A gente vai a Índia que é parecido com o Brasil, e aqueles bebês desnutridos não estão tão maus como os do Brasil, porque tem a shantala lá, e nós vamos começar num Município que eu adoro, que é Canela, um trabalho com as escolas públicas de Canela, usando shantala em todas as creches. Lá, os bebês da Índia são massageados com óleo mesmo com todas as dificuldades e os bebês conseguem assim mesmo se desenvolver melhor.

Então, eu vou internalizar as minhas imagens e vão ser modelos operantes internos do meu cérebro. Porque com oito meses a minha memória está desenvolvida. E eu vou poder saber quem é o meu cuidador, quem não é o meu cuidador. E aquelas experiências que eu tive, vou me preparar para ser autônomo ou ser independente, porque eu não posso ser simbiótico toda a vida da minha mãe. Eu não posso ter um País também simbiotizado, parasitário que tudo o Governo me dá. Eu tenho que ter autonomia, me depedizar, que nem os bebês precisam se depedizar. Mas isso só ocorre se tiver no cuidador essa figura emocional, essa figura que vai me colocar para dentro de mim, ela vai todas essas imagens. Essa mãe, a sensibilidade materna é fundamental, a sensibilidade do cuidador. Olha que importância da cuidadora da babá, olha que importância da cuidadora da creche, porque aí que eu vou levar para o resto da vida como eu vou me referendar. Se eu vou ser seguro ou vou ser inseguro. E aí se vendo isso, se viu que a mãe contingente é a mãe que decodifica os sinais do bebê, ela sabe quando o bebê chora por fome, ela sabe quando o bebê chora por manhã, ela sabe quando o bebê chora também por dor. Ela, enfim, sabe quando o bebê sorri e isso é muito importante, porque, quando eu bebê noto que a minha mãe me entendeu e a minha mãe também me entende, e ela me entendendo eu vou fazer nascer em mim a coisa que os criminosos não tem, falta de empatia. Eles não têm empatia, eles precisam de empatia, porque eu só vou me sentir no outro se o outro olhar para mim. “O espelho da mãe é o rosto do bebê”, disse Winnicott. Quem é essa mãe? E se ela está deprimida, como é que esse bebê, e aí está outro problema de saúde pública, que na carta de Canela, que nós trabalhamos lá na Semana do Bebê, já na nossa sétima, colocamos com a Deputada Maria do Rosário, grande incentivadora desse encontro Parlamentar, que a depressão pós-parto é algo muito grave, que eu vou

conversar depois, que é um problema que leva também a vários problemas, inclusive, demais uso nas crianças, de Ritalina, estimulantes cerebrais que são usados demais no Brasil e em outros Países, porque o bebê está procurando uma mãe, uma pele psíquico-social, e ele fica então agitado porque nunca olharam direito para ele, e ele também poderá então serpositor, poderá ficar violento e desenvolver a violência em função dessa depressão pós-parto. Se essa mãe foi então foi contingente, se essa mãe me entendeu, faz nascer em mim, bebê, uma função reflexiva. Isso diz Peter [inaudível] que trabalha na Teoria do Apego. O que é que é essa função reflexiva? Nasce da interação profunda com a minha mãe e antes eu dizia, Simon, eu penso, logo existo, não é assim. Eu só existo se eu penso, que a minha mãe pensa que eu penso.

Então, eu penso, logo existo, não é assim. Eu penso que tu pensas, eu penso que a minha mãe pensa que eu penso. Então, eu sou um ser pensante, eu existo. Eu só posso existir se o outro acredita em mim. Tem que haver uma interação se não eu sou um egocêntrico, eu sou egoísta, não saio disso. E aí então eu aprofundo a empatia e isso faltou para essas pessoas que sofreram todas as negligências, todos os abandonos. Essa função reflexiva, essa teoria de eu poder ler a mente dos outros, de eu me meter nos outros e sentir o que os outros estão sentindo. É esse ao nosso problema, é melhorar essas condições de vida para se diminuir, então, essa violência.

Então, essa empatia que nos criminosos que muitas pessoas não têm, nós precisamos cada vez mais prepará-lo e isso nasce da interação mãe bebê, ou cuidador bebê.

Descobriu-se que algumas pessoas, por maiores dificuldades que tiveram, isso é muito importante para nós todos porque traz uma mensagem de esperança, conseguem, e aí está um trabalho feito por Emilie Wener(F) no Havaí, que ela teve uma satisfação que eu gostaria de ter tido na vida, seguir uma cultura de 700 pessoas, 44 anos já, e ela conseguiu ver com a equipe da universidade acompanhar essas famílias. O que aconteceu com esses bebês, 44 anos depois já casados, adultos, pessoas que estão na vida afora? E viu que dessas 700 famílias, 200 pessoas viviam em níveis muito desestruturados, tinham tudo, famílias desestruturadas, negligência, alcoolismo, pobreza com todas suas coisas se circundam a pobreza, e viu que 88 pessoas viviam muito bem, mas não eram super heróis, nem super girls. Eram pessoas bem adaptadas na vida. Não era saúde mental ainda, mas eram pessoas bem adaptadas, que conseguiram vencer o estresse da vida. Quer dizer, eu tenho um problema que nem uma gincana, eu passo a etapa, em vez de cair eu vou

para frente. E aí ela cunhou o termo junto com o Prof. Hater(F) lá na Inglaterra, resiliência, resiliência vem de resilir, vão lá no Aurélio. Quando eu tenho uma bola de borracha, uma bola tênis, eu aperto essa bola de borracha o estresse é forte. Quando eu solto, ela volta ao normal, ela tem flexibilidade. Cuidem. Metaforicamente falando dos seres humanos, algumas pessoas têm a possibilidade de apesar de passar todos esses estresses, de se adaptarem a vida. Quem são esses resilientes? Aí é que está a história. Aí que vem a função nossa de cidadãos e vocês que nos dirigem no Governo, porque isso depende de muita política.

Temos que favorecer a resiliência, isso vocês têm que saber. Não é só resistir, é ter condições de adaptabilidade. São pessoas que poderiam ter e tiveram até pais separados, mas tiveram um vínculo com um deles. O vínculo. São pessoas que tiveram pelo menos um avô talvez, um cuidador muito bom, que tiveram escolas, que sabiam oferecer. Escolas abertas que nós precisamos abrir. O centro vida, Simon, que tu fizestes, aquilo precisa abrir sábado e domingo, Simon. Esse pessoal ainda não entendeu. Parece que, às vezes, não abre. Porque ali as pessoas vão buscar visibilidade como disse o Jimmy Stein(F), vão buscar pertinência a alguma coisa da arte, da cultura, do esporte, da cidadania, vão ter um grupo. Os resilientes gostam de estar grupo, gente, gostam de viver em grupos. E vou ter também auto-estima.

Então, os resilientes têm uma outra coisa importante além de estar em grupo. Eles têm fé. Os resilientes acreditam em religião, os resilientes acreditam em políticos, olha a responsabilidade de vocês, porque a gente tem ter fé em alguma coisa e tem esperança. Não dá para nascer com lesão cerebral grave para ser resiliente, tem que nascer mais ou menos predisposto, mas temos que encontrar o ambiente. E aí, a resiliência não é mágica, depende de como nós organizamos essa cultura.

Então, eu me refiro a gente desenvolver essa cultura do apego, porque essa cultura do apego que é a cultura do vínculo, quando eu tenho boas relações, boas interações com os meus cuidadores, na hora dos riscos, na hora do perigo eu vou me lembrar que ela vai estar do meu lado, eu vou me lembrar do que eu recebi e se eu não recebi talvez eu vou ter uma psicopatologia no futuro que vai depender muito do meu problema de saúde mental, muito das minhas dificuldades no futuro, pelas carências que me deram.

Então, muito vai se jogar no início da vida, não só pelas sinapses para eu ser inteligente ou não, mas se eu vou ser um cidadão de bem ou um cidadão de mal, ou se eu vou ser um sofredor ou vou ser um cidadão melhor. Quando eu coloco para dentro essas

boas relações, isso me prepara para enfrentar a vida. Eu tenho um apego seguro. Pois não é que os resilientes, por terem tido essas, encontrar no meio ambiente certas considerações e certas qualidades tenham um apego seguro.

Então, nós temos uma relação muito forte entre o apego, que eu costumo dizer, metaforicamente falando, que é uma vacina porque é a criação de um anticorpo não rejeitante, porque entrou para dentro de mim as relações da vida e eu me sinto mais forte, me sinto mais empático, eu me sinto com capacidade de enfrentar a vida. E esse apego me leva para a vida e, provavelmente, me leva também para eu não ter o problema de doença mental.

Muito da minha personalidade, gente, vai depender de como eu formei nos meus três primeiros anos. E aí um problema é transmitido, Senador Paim, que é lá da minha terra. É transmitido de geração em geração. Muitas vezes eu estou fazendo o que o meu pai me fez ou que o meu avô me fez. 80% das pessoas transmitem esse tal de apego, que é fundamental, mas 20% nós podemos mudar isso. E isso são culturas. E aí a gente começou, então, a trabalhar muito de como mudar essa coisa e formar uma sociedade de maiores vínculos. Não parasitários, vínculos que levam autonomia, porque diz o Prof. Brasido que quantas vezes esteve entre nós – “A meta do apego é a desapego, é a autonomia e independização para a gente não ser um parasita”. E isso serve para o Governo, isso serve para a gente não ser só monitorado pelo Governo, nós temos que ser pessoas criativas.

A partir daí me preocupei, desde os anos 80, em levar para as políticas públicas. Esses conhecimentos que foram passados para a gente, os franceses, os americanos, os ingleses, passar para as políticas públicas isso, porque estão ali as coisas para mudar a sociedade, até porque me interessa, porque eu vivo nessa sociedade. E dentro das coisas mais importantes que eu penso que consegui fazer, foram a capacitação das pessoas.

Comecei lá no Governo do Estado do Rio Grande do Sul em 1980 fazendo um Projeto que foi chamado o Grupo do Perfume, o grupo da perfumaria. Reparem só, viu Deputado Osmar, o Senhor que tem um belo Projeto, lá. Iam 30 Psicológicos, Pediatras e tudo, para discutir comigo o que nós íamos fazer nos postos de saúde de Porto Alegre, na grande Porto Alegre para atender mães e bebês, o pessoal dizia – “Olha aí ele é um Psiquiatra sério, mas as mulheres lá não querem trabalhar no posto de saúde, estão fugindo para fazer essas frescurinhas de trabalhar mães e bebês”. Quem sabe não tem mais esse problema do grupo do perfume. E aí começamos em 1983 a trabalhar isso

e publicar os primeiros trabalhos e fomos adiante. E tivemos a oportunidade, então, de trabalhar com Pediatras, o que me dei conta, como Laurista, o Prof. Márcio Lisboa, essas referências nacionais, que o Pediatra é o primeiro agente de saúde mental, eu pensava isso. E aí comecei a trabalhar o Pediatra. Mas o que é que tinha com o Pediatra? Por exemplo, *British Medical Journal* é uma revista muito importante na nossa área, e ele traz um editorial sobre depressão pós-parto. 300 mães e seus bebês, no Reino Unido, foram consultar os Pediatras [soa a campainha]. 300 mães e bebês foram fazer suas consultas naturais, pois foram visto que 88 delas tinham depressão materna com grandes problemas para os bebês. Sabe quantos foram diagnosticados? 39, Osmar, só 39 Pediatras mataram essa. Porque não foi ensinado para eles. Me dei conta que não adiantava só trabalhar Pediatra e a ULBRA me ofereceu a oportunidade de no curso de medicina, em vez ver o cadáver, começar ao lado, lá na sua cidade, Paim, em Canoas, lá na Vila União nós estamos trabalhando, comecei lá na Vila Ipê em Porto Alegre. Nós fomos para lá e começamos a fazer visita domiciliar com os estudantes de medicina, que logo ao entrar na maternidade, eles recebem uma mãe e um bebê. E levam um choque. Eles dizem para mim – “Salvador, nós estamos indo de avental branco por causa dos traficantes, por causa de todos os problemas”. É verdade, mas na verdade o que assusta o estudante é que eles se encontram com o bebê, e o bebê que eles foram. Passa o filme, que bebê que eles foram quando pequenos?

Então, precisa muita supervisão. Imediatamente são Agentes de Saúde, fazem visita domiciliar semanal. Além de ajudarem a comunidade, sabe o que é que aconteceu? O bebê, o nosso grande professor da faculdade de medicina, humanizou os Médicos, ele é o professor da empatia, o bebê. Não dá para passar por um bebê sem passar todas essas emoções, todos esse conflitos. O bebê é fantástico.

Então, ele ajuda os estudantes de medicina. E aí fomos adiante seguindo a Senadora Hillary Clinton, nós vimos então que numa das conferências da Casa Branca, o Prof. Brasido lançou a idéia de que porque não o dia da vacina fazer um Projeto de olhar mães e bebês? Tomei meus estudantes de medicina junto com o Prof. Odon Cavalcanti, grande colaborador, fomos para Canela que nascem 700 bebês nessa cidade da 38 mil pessoas por ano e começamos a fazer um teste, que hoje a UNICEF, breve vai lançar, para cuidadores, para pais, para professores, para educadores, para ver como está a interação mãe e bebê. Pedimos cinco minutos para ver a mãe e o bebê na hora da vacina. Porque no dia da vacina o pessoal lá na vai por doença, vai para buscar vida. E aí nós olhamos como

é que a mãe se relaciona com o bebê, como ela fala com bebê, como ela segura o bebê. E damos um xerox. “Se você, mamãe, não cantava com o bebê, cante. Se não massageava, massageie. Se você não falava, fale”. E quando o bebê tem alguma tendência, na interação mãe bebê, custa dez centavos esse xerox, elas põem junto com a carteira da criança no dia da vacina. O que é que acontece? Elas seguem isso e muitos dos pequenos problemas de falta de estimulação dos bebês, as mães não tinham informação. Elas começam a fazer isso.

Fruto disso nasce então a idéia... Porque Canela, Simon me conheceu lá trabalhando em Festival de Teatro Comunitário e viu que eu trabalhava no Governo dele, junto com o Prof. Apel(F) da Secretaria de Cultura e criamos lá o Festival de Teatro de Canela, que melhorou muito a auto-estima da cidade, porque Gramado, essa bela cidade, tem o Festival de Cinema. Canela tem o seu Festival de Teatro, Festival de Boneco, e ele me levou para o Governo dele parar trabalhar um Projeto do Bebê ao Velho, talvez porque tinha filhos adolescentes, na época.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – [pronunciamento fora do microfone] ... A vila, com o pessoal da vila fazendo teatro.

DR. SALVADOR CÉLIA – Exatamente. Vimos que na vila, então tinham 16 grupos de Canela nas vilas lá fazendo teatro, então ele me levou para lá e deu o Projeto para a gente desenvolver o Projeto na vila.

Bom, aí nos demos conta que em Canela tínhamos um jeito de trabalhar. Levamos esses bebês para os Agentes de Saúde quando havia tendências nos problemas de interação, e foi crescendo a idéia. E aí junto com o Governo Municipal de Canela, junto com a Rádio Clube de Canela, a rádio é fundamental no interior, gente. Junto com o Jornal de Canela, junto com Lions, Rotary, associações comunitárias. Criamos um Projeto para sensibilizar a comunidade como disse nosso Mandela, “Necessita de uma comunidade para criar uma criança”, e criamos a Semana do Bebê.

A Semana do Bebê de Canela é um ato para sensibilizar a comunidade, informar pais, trabalhar a comunidade durante uma semana para se sensibilizar aos primeiros cuidados. O bebê que nasce sempre no terceiro fim de semana, terceiro domingo depois do dia das mães, à meia noite começa a Semana do Bebê. O primeiro bebê que nasce, ele é o Prefeito da cidade, e recebe a chave da cidade como um modelo, porque os Prefeitos são bem tratados, então o bebê tem que ter mordomia para mostrar que todos os bebês de Canela precisam ter esse trabalho. Pelo trabalho lá dos Pediatras, de todo o pessoal dos Agentes de Saúde, a mortalidade infantil baixou bem, está em nove agora,

baixou bem. Lá se trabalha muito bem lá naquela cidade, tanto em educação e creche. E lá nós trabalhamos então as fotos dos bebês, quando não tem possibilidade de ter uma foto o bebê, os fotógrafos profissionais, junto os Agentes de Saúde mandam uma cartinha, eles tiram a foto e colocam nas vitrines. Se faz a escolha das melhores redações e a Câmara Legislativa dá o troféu Semana do Bebê. Fazemos oficinas, levamos outras Faculdades da ULBRA a trabalhar em Canela, nos bairros, nas igrejas e com a população que trabalha em Canela com isso. E, no momento, há dois anos, junto com a Deputada Maria do Rosário, criamos lá o encontro Parlamentar, onde fizemos a carta de Canela, que já se encontra aqui, onde colocamos lá a necessidade de se prevenir muito bem a depressão pós-parto e melhorar muito a creche.

Bom, se faz um cenário internacional que muito meu amigo Laurista, com meus colegas franceses que ele sempre traz, tem ido lá, e colegas que mostram os seus trabalhos e concluímos com a Semana do Bebê.

Eu queria passar as fotos desse ano para mostrar para vocês o que nós fizemos. Simon, convidamos o pai do Zezé di Camargo e Luciano. Sr. Francisco e a D^a. Helena. A D^a. Helena adoeceu. O filme “Os Dois Filhos de Francisco” é maravilhoso. Exemplo de fé de um pai, de uma mãe que segurou a barra, de resiliência. Ali o nosso diretor Luciano Moreira da faculdade de medicina, Semana do Bebê, família com amor onde tudo começa. Simon, o filme passou em todos os colégios de Canela e foram discutidos. Levaram cinema humanista para discutir, isso é saúde mental também bem integrado. Foram feitos mais de três mil redações que os professores do Rotary Clube cuidaram. O Lions cuida das fotos, e se escolheram as melhores redações.

Sr. Francisco que chegou lá com um bebê. Ele é um exemplo, quem conhece esse filme, o filme mais visto no Brasil até hoje, de resiliência e de fé.

Então, se debateu muito o filme, lá. Aqui o Seminário Internacional, ele dando depoimento, dizendo assim, dizia para o filho – ou a bola ou a viola, não tem outro jeito. Quer dizer, realmente ele tinha fé nos filhos, e ele saía a telefonar, põe aí “É o amor”. Você se lembra do filme, esse filme é maravilhoso. A nossa Vice-Prefeita, a passeata dos bebês com ele puxando o carrinho. Estava frio no domingo. E aqui uma estátua da nossa querida escultora Arminda Lopes. Um ponto para solidificar, para simbolizar aquilo que nós queremos dizer assim – “Como é que vamos proteger a violência?”. Vamos tirar a violência pelo direito à infância. As pessoas, os bebês têm que ter o direito à infância, precisam ter uma mãe com o pré-natal, não como está só ali quatro vezes por semana. Tem que

ter seis vezes. Não é isso, que tipo de pré-natal nós estamos fazendo com essas mulheres? Será que essas mulheres conseguem falar com seus pré-natalistas? Nós temos que ter o parto mais a humanizado, a presença do pai, as doulas que acompanham as mães. O aleitamento materno é muito necessário. Claro que é. Mas não pode ser intrusivo. Os avós, nós temos muito ainda, os avós japoneses, alemães, italiano, portugueses, cada vez a família está mais desestruturada, mas nós temos que buscar o papel dos avós e nós temos que então fazer creches de bom nível, como disse a Sociedade Americana de Pediatria, no máximo para um três ou quatro bebês, com bom educadores para que sejam internalizado lá dentro dos bebês. Certamente nós vamos diminuir algo que a Brooke Shields nesse livro maravilhoso, “Depois do parto, a dor” diz – “A depressão pós-parto... – que diz – eu achava que não ia ter isso”. A depressão pós-parto leva os bebês a terem problemas de hiperatividade, déficit de atenção, problemas agressivos e, às vezes, os bebês são escolhidos pelas mães para serem antidepressivos. Isso é muita coisa para um bebê. Eu diria que, se nós estudarmos a capacitação das pessoas, mobilizarmos a comunidade, reforçar as competências familiares, com faz a UNICEF, mínimas coisas que os pais fazem, temos que reforçar, informar a comunidade. E cabe então a vocês os políticos fazer esse grande mutirão, porque as políticas públicas dependem muito de vocês, para a gente pelo menos tornar a violência endêmica e não tão epidêmica. É na cultura do apego, é na cultura do vínculo que a gente forma um cidadão mais saudável ou menos saudável. Muito obrigado.

[Palmas]

SR. PRESIDENTE JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Obrigado Dr. Salvador pela brilhante palestra. Eu ainda registro a presença da D^a. Regina Orth, Presidente da Associação Brasileira de Estudos sobre o Bebê e também da D^a. Ivete Simon, esposa do nosso Senador Pedro Simon.

Eu gostaria também de ainda dizer sobre a Deputada Estadual Iraê Lucena do PMDB da Paraíba, de que ela tem um Projeto já, realmente foi votado e aprovado lá na Assembléia de Prevenção da Violência com Investimento na Primeira Infância, já sancionado pelo Governador.

Passamos a palavra a ilustre palestrante Dr. Antônio Márcio Lisboa, Pediatra e Professor Titular de Pediatria da Universidade de Brasília. Tema – “Prevenção da violência”.

DR. ANTÔNIO MÁRCIO LISBOA – Eu queria, em primeiro lugar, agradecer o convite e dizer a vocês que há 20 anos eu esperava falar num seminário desse tipo. E aconteceu uma coisa muito interessante, porque

eu fui convidado para vir aqui hoje e, no dia 9, eu vou coordenar um Fórum sobre este tema que está sendo tratado, onde nós teremos 10 conferencistas, inclusive Juiz, Advogados, Assistentes Sociais discutindo prevenção a violência.

A primeira vez que me despertou um interesse pela violência foi lendo um livro que foi do meu pai que era Médico e lá falava sobre a proteção na infância. Eu comecei a ler o livro que tinha PH, Y, dois LL e era muito atual. E uma das frases que tinha nesse livro era assim – “Por que é que será que as autoridades, os governantes, os políticos que sabem que a criança abandonada de hoje será o malfeitor de amanhã, não fazem nada para prevenir e existência da delinquência?” Eu fui ler a data, 1914, Franco Vaz. E ele diz nesse livro isso que vocês ouviram, não atualizado assim, ele escrevia isso nesse trabalho em 1914. E o que é que fizeram? Não fizeram nada, nada do que ele recomendava, nada. Para não dizer que não foi feito nada, fizeram ao contrário do que ele dizia. Porque ele dizia naquela época nesse artigo, “Não prendam as crianças, porque prender crianças é a forma de formar demônios que são soltos nas ruas”. Se ele escreveria naquela época. E eu como Pediatra há 55 anos, nunca entendi resolver problema com punição. Punição, prisão que existe é para afastar os criminosos para que nós tenhamos tranquilidade. Não é resolver nada. No dia 9, vou lançar o livro que eu queria lançar hoje, mas há um atraso que é a “Prevenção a primeira infância e as raízes da violência”. Porque aí que nós temos que atuar.

Eu quero projetar o primeiro. E eu tenho uma... Eu acho que violência é prevenível. Agora existe uma confusão muito grande do Governo entre combate e prevenção. Combater a violência é um problema do judiciário e dos órgãos de segurança. Prevenção de violência é um problema pediátrico, tem que ter Pediatra, Assistente Social, Educador, Psicólogo, não é um problema

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone]

DR. ANTÔNIO MÁRCIO LISBOA – Psiquiatra da infância também, lógico. Não é problema de justiça, não é problema nada, é problema nosso. E o que mais me angustia nesses 20 anos depois que eu fiz esse trabalho, é que todo os seminários que são feitos sobre “prevenção”, entre aspas, de violência, nenhum desses que previne a violência é convidado. Sempre tem Juiz, juizado da infância, assistente social, mas nós que sabemos como é que vamos resolver o problema nunca somos ouvidos. E eu vou mostrar a vocês, por quê?

Então, é o seguinte, como sabe, agora está na onda o celular, é o celular tem que fechar. Não sabe prevenção. Então o que está sendo feito é o seguinte. Chegou até dizer o seguinte. Programa de combate à violência, iluminação está lá dentro. Tem tudo, vocês vêem o que já está sendo feito as coisas. Delegacia da Mulher, Delegacia da Criança, Conselho titular não sei de quê, Conselho titular do outro. E vem escritório de Defensoria, Conselhos Municipais de Prevenção da Violência, conscientização da população que já está absolutamente conscientizado, todo mundo está apavorado com a violência. Não preciso dizer que mais a violência é um problema, é uma epidemia, é um negócio horrível, porque todo mundo sente isso, todo mundo já teve um parente, um amigo que foi assaltado, que foi morto.

Então, vem isso tudo. A polícia, aumento do efetivo. Quer dizer, uma das coisas que a gente vê mais é o seguinte, mesmo a sociedade acha, tem que por polícia na rua. Vocês podem por quantos vocês quiserem, quantos. Pode por polícia que quiser, porque polícia não resolve, porque nós estamos fabricando delinquentes. E vocês vão ver a fábrica de delinquente que tem que acabar. Nós estamos fabricando bandido, nós estamos fabricando indivíduo sem moral, é indivíduo sem princípios, sem valores. E aí então vem a polícia, vem e põe e reequipa, não, sai o programa de combate... 1.500 ambulâncias, têm essas últimas ambulâncias já estão dando problema. Vem ambulância e vem carro da polícia, motocicleta e põe cachorro. Combater pobreza e desigualdade como se o pobre fosse também a causa de banditismo. O pobre é o que mais sofre, porque se o pobre não fosse honesto, descia a Rocinha na Barra na Tijuca, e acabava com a Barra da Tijuca. Eles não descem, porque eles são honestos e eles sofrem muito mais do que a gente.

Desigualdade social ser causa de violência? Nunca. Não é causa de violência. É o fator predisponente, não determinante. Não é um fator determinante. Pobreza não é determinante. E existe uma confusão entre fator determinante e predisponente. Determinante é aquele principal, é o quê? É o vírus da pólio que existia, é o determinante. Predisponente aí vem tudo, quem é que encontrou com outra pessoa com pólio e tal. Inventaram a vacina, acabou a pólio há 10 anos no Brasil.

O seguinte, destruir brinquedos parciais, Meu Deus! Eu matei um número grande de meninos, matei índio quando era criança, tinha dois revólveres de espoleta, tinha metralhadoras, todos os meus amigos andavam armados até os dentes, nenhum virou bandido. Eu não conheço nenhum que virou ladrão, nem bandido e nem nada. Brinquedo não tem nada. O que tem... O problema não é o brinquedo. É quem está com a mão no revólver. Esse que é o perigoso.

Então, diz o seguinte, o Senador Pedro Simon perguntaria, o Senhor teria mais medo de uma bomba atômica na mão do São Francisco ou de uma navalha na mão de um bandido? Não é? Porque o São Francisco não vai jogar a bomba, o bandido com a navalha ele faz um estrago muito grande. O problema não é do revólver, o problema é de quem tem o revolver.

Então, tira o revolver todo e diz – “Pelo menos, as crianças não morrem de acidente em casa”. É, mas a criança morre muito mais de beber remédio do pai e da mãe do que de revólver em casa, por exemplo. Desarmar a população, combater a impunidade que é difícilimo. Por quê? Porque os corruptos estão aumentando em progressão geométrica e nós estamos tentando resolver esse problema com mecanismo e progressão aritmética.

Então, cada vez mais tem corrupto. O jornal de hoje e de ontem, toda a página tem um corrupto, tem um corrupto ali dentro. Combater o narcotráfico, já hoje, essa reunião nossa da semana que vem, quase faliu, porque eu queria fazer uma reunião para prevenir a violência e lá o nosso, eu sou da Academia Brasileira de Pediatria, e lá o Presidente disse o seguinte – “Lisboa, isso aí não adianta nada, acabamos com o narcotráfico que acabou com o problema da violência no País”. Meu Deus, nós estamos conversando hoje aqui e vamos conversar dia 9, não é acabar o narcotráfico é acabar com pessoas que traficam drogas, é acabar com pessoas que se drogam. É isso que se trata essa reunião aqui e a reunião da semana que vem. E vai lá contrabando de armas, distribuir cartilhas e aí vem uma coisa... Eu sou da época que foi criado o SAN no Rio de Janeiro em 1948. Eu passava pelo SAN para dar plantão, aquilo lá em 48 era uma fábrica de criminosos. Todo mundo dizia que o egresso do SAN é o grande bandido, naquela época. Aí vem FUNABEM, FEBEM, CAJE e aquele negócio todo, e sempre enchendo mais e sem lugar. Depois vem construir penitenciária de segurança máxima.

Quer dizer, nós temos que resolver o problema o seguinte – Os criminosos estão aumentando, mais cadeia. Porque é que pára de fabricar criminoso? Porque eu não consigo entender isso. Agora, o problema, meus amigos, que as causas que deram a violência são conhecidas. Elas são conhecidas pelos Pediatras, pelos Psicológicos, vocês viram aqui dois conferencistas falando sobre isso. A gente conhece, porque é que a gente não tem a oportunidade de dizer como é que nós vamos parar de fabricar em vez de fazer penitenciária à vontade? Os planos de combate a violência, coisa interessante, devia chamar, planos de promoção da violência. Porque existe uma relação direta em cada plano que sai, aumenta a violência, outro plano... “Pôxa, vai sair um novo?”.

Então, nós estamos perdidos, vai sair um plano novo que vai acabar tudo. No outro dia a violência dobrou. É só vocês conferirem. Aqui em Brasília, nós tivemos três ou quatro. A violência hoje está muito pior do que antes do primeiro.

Então, o resultado disso, vocês estão vendo. As pessoas estão em pânico, inseguras, impotentes, acudadas, aprendendo a usar armas ou recebendo lição de defesa pessoal. A mídia relata um crescente episódio de violência. Nas capitais mais de metade da população já foi vítima de algum tipo de violência. A polícia instrui a população a se defender. Cartilhas à vontade. Quando você entrar no carro, como você se faz. Quando você entrar no banheiro público, como é que se faz. Quando você chegou no caixa eletrônico, o que você faz. Tudo assim, como se nós fossemos responsáveis. Quer dizer, hoje, eu sou responsável pela minha segurança, porque ninguém pode resolver o meu problema. Fazendas são invadidas, mata o fazendeiro, mata o operário, e o futebol, mata uma porção de gente, a torcida mata, cresce o número de empresas de segurança, aumenta a violência doméstica, aumenta a corrupção, roubo, assalto, seqüestro, homicídio... Isto com todos os planos que fizeram de combate a violência nesse País. Está tudo muito pior.

A polícia temida pela população, principalmente pelos pobres, aumenta o número de corruptos, inclusive entre Parlamentares, governantes e magistrados e policiais. As pessoas se defendem construindo quartéis em casa, grades, muros, contratam segurança, instalam equipamento eletrônico, usa o carro blindado, helicóptero, os presídios e centros de recuperação estão superlotados, fuga todo o dia e rebelião todos os dias.

Embora paradoxal, quanto mais Plano de Combate à Violência implantado mais o problema piora. Por quê? Os Planos de Combate à Violência não visam prevenir os desvios de conduta da personalidade, do caráter responsável pelo menos do número de delinquentes, e sim combater os crimes, usando para isso medidas punitivas e restritivas, enchendo os presídios e tentando “recuperar”, entre aspas, portadores de grave distúrbio de conduta, boa parte recuperáveis.

Então, aí vocês têm no centro, o errado é o do centro, é o camarada que está ali. No dia que vocês apertarem muito e protegerem muito os bancos, eles vão roubar carro forte. No dia que o carro forte ficar difícil, eles vão ser traficantes. No dia que vocês... Vão roubar vocês. No dia que a coisa apertar mais... Porque o que está errado é o do meio, é aquele ali, aquele é que mata, aquele é que estupra, aquele que é narco-trafficante e aqui ele está mal formado, aqui ele está doente e nisso nós não nos preocupamos.

Fatores determinantes, causa do comportamento anti-social, gestação não desejada, isso já foi falado aqui. Na França tem um serviço só para entender gestantes que não querem os filhos. Eu sou Pediatra há 55 anos. Quando nasce uma criança que a família não quer, pobre ou rico, vai começar a vida mal. A criança que nasce, já foi falado aqui antes, o bebê que não é querido, não é amado começou uma história, começou o primeiro passo para a violência. Ambiente familiar, os pais e mãe, o exemplo do pai, exemplo da mãe, se o pai é violento aí perpetua a violência. Pai violento, filho violento, neto violento, vocês perpetuam o ciclo da violência.

Lar desestruturado, falta de limites, disciplina e valores. Falta de valores é uma coisa importantíssima, eu estava até comentando que, quando eu fiz o meu curso primário, eu primeiro, os valores são dados em casa depois na escola. Quando eu fiz o meu curso primário, tinha um livrinho que chamava-se “Compêndio de Civilidade”, que todo mundo tinha que aprender. Como é que trata o seu professor, como é que trata a sua pátria, a bandeira desse País. Bandeira hoje tem gente põe até para fazer cueca. Isso aí é um absurdo. É uma coisa que não poderia acontecer nunca. Nós cantávamos o Hino Nacional todo o início do estudo pela manhã. Quer dizer, e tínhamos esse ensino de valores nas escolas. Hoje eu me pergunto, será que creche e escola maternal está ensinando valor para a criança? E valores não se aprendem. Ser honesto é ensinado, tem forma de ensinar, tem forma. Quando nós falamos com um filho da gente que trouxe o troco errado e ficou feliz. Meu filho, isso está errado, isso é desonesto, você tem que devolver o dinheiro. Quando nós estamos fazendo isso, nós estamos ensinando valores. Valores têm que ser ensinado na escola, princípios têm que ser ensinado na escola. Porque se não o que a gente vê hoje, o aluno chega mete o pé em cima da mesa para falar com o professor. Como é que é isso? Os professores têm medo de ir para a aula? Agora estão pondo equipamento para identificar se o aluno entra de revólver, igual aeroporto. Já tem escola que faz isso e tem escola que os professores recusam a ir com medo de apanhar dos alunos.

A baixa auto-estima é outra coisa, também. Isso de falar para o filho você é incapaz, você é burro, você... Tem que dizer a família que isso aí prejudica demais a auto-estima e que grande parte dos delinquentes tem a sua auto-estima baixa.

Privação materna. Bowlby acha que como causa isolada, a privação materna é a mais importante nos genes da delinquência, privação materna. Falta de mãe. Porque foi dito aqui antes, porque tem um

vínculo, o apego, a criança que não tem apego com a mãe, com a família, não tem apego com ninguém.

Então, quando você vê um criminoso aí falar na televisão assim – vocês viram a insensibilidade dele, chegou lá e disse – “Matei mesmo. Matei meu pai, podia matar a minha mãe, é porque vocês chegaram na hora e não matei...”. E fica assim todo mundo. “Como? Matou o pai?” Aquele não era pai dele, não. Aquele gerou. Aquele era um cara que tinha na casa dele que nunca teve vínculo de amor, nem nada.

Então, o vínculo é uma coisa importantíssima. O apego é importantíssimo, a mãe é importantíssima. E nós estamos separando muito a mãe da criança, inclusive com o ir a creche muito precoce.

Então, falam assim – “Ah, mas não pode... A mãe trabalha”. Eu sei, mas nós temos que mudar as creches. As creches têm que saber que a importância do bebê para a sociedade não sabe que o período mais crítico de formação do ser humano vai da concepção aos seis anos. E seis anos, vocês todos nesta sala, a sua personalidade todos aqui foi formado até os seis anos. Vocês são hoje o que eram com seis anos.

Então, ou as providências são tomadas antes de seis anos ou o corrupto está formado com seis anos. E aí vem os fatores predisponentes. Aí miséria, desigualdade social, tráfico, armas e aí são coisas predisponente. Se ele já tem a semente da violência dentro da cabeça, se ele já tem a violência, aí é só deixar entrar os predisponentes que ele vai virar um bandidinho. Agora, se ele não tem, por exemplo, a televisão, “Ah, mas a televisão...”. Ontem mesmo me perguntaram – “O senhor não acha que a televisão é um fator que aumenta a violência?”. “Não”. Determinante, não, porque o sujeito mal formado, a criança bem formada, estruturada pode ver a violência que quiser na televisão, ele não faz nada. Agora, esse que tem a semente da violência, que foi... Mas quando você tem a semente da violência que foi uma criança que foi maltratada, não tem apego e não tem nada, a televisão é extremamente perigosa, porque esses são os suscetíveis aos programas de televisão. Fatores entediantes – Droga, álcool, arma, emoções, raiva e prazer. A semente da violência é implantada na criança antes dos seis anos. Último, acho que é o último. Não podia também dizer como é que nós devíamos atuar. Que dizer isso tudo e não dar a nossa idéia de como a gente preveniria, primeira coisa paternidade responsável. Vocês vêem que não está escrito nem planejamento familiar, nem controle de natalidade. Paternidade responsável é se você quer o filho e se não quiser o filho, tem que ter algum organismo, alguma coisa que convença

as mães da importância dessa criança ser amada quando ela nascer. Assistência pré-natal para que no pré-natal isso tudo que a gente falou de apegos, tudo que foi falado aqui, a importância da mãe coçar a barriguinha e dizer meu filho e não sei o quê... E o pezinho dele aqui, o pezinho... Isso é extremamente importante, tem que ser falado no pré-natal. Agora, chega lá mede a barriga, a Senhora está com a pressão normal. Não é só isso. Nós temos que no pré-natal [soa a campainha] também.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Não se incomoda com o tempo, não, até onde o Senhor achar...

DR. ANTÔNIO MÁRCIO LISBOA – Tá. [Risos] Mas eu já estou acabando. [Risos] Amamentação por quê? Eu costumo dizer, a amamentação se não tivesse nenhum valor, tem um que é fazer com que mãe e filho fiquem juntos. É o apego. Quer dizer, aí não tem jeito. Ela pode mandar outra pessoa dar a mamadeira, a mamadeira é outra pessoa. Aí não, nessa hora ela tem que ficar junto com o filho. Esse nesse junto, olha o menino, o menino olha ela, a troca de olhar e aí vocês têm a instalação do apego essencial para que esse indivíduo tenha sensibilidade, tenha amigos, tenha relação com os outros. Porque sem apego ele vai se relacionar mal com todo mundo.

Prevenção da separação mãe e filho, isso aí é importantíssimo. Agora, aí vocês vêem a doação que vem lá baixo, o lar substituto, mas aí é a adoção. Vocês vêem que os Pediatras, as crianças ficavam junto com as mães, depois passaram a ficar no berçário e a mamar de três em três horas. Os Pediatras chegaram a conclusão que essa separação pequenininha das mães, era nocivo para o desenvolvimento emocional de algumas crianças, não eram todas.

Então, o que aconteceu? Aí voltamos todos a mandar a mãe... Nasce e fica com a mãe. Por que nocivo? Como é que nós podemos aceitar a criança no local esperando a doação três meses, quatro meses, se nós sabemos que a formação do vínculo disso tudo, é importante no sentido de nós não termos a delinquência? Como é que é isso? Não pode. A doação tem que ser feito o seguinte. No outro dia tem que ter mãe, tem que ter família. Agora, “Ah, mas vai vender o rim, vai vender o cérebro, vai vender o pescoço”. “Adotou, mas nós vamos visitar a Senhora todo o dia. Vai levar, mas a Senhora não vai ficar livre da gente”. Tem que haver uma observância, uma vigilância, uma supervisão dos meninos que foram adotados. E outras, às vezes, falo assim – O filho adotado tem uma coisa que... Dentro desse livro que eu escrevo, que a coisa que eu acho mais estranha é que tem pais adotivos que gostam tanto dos filhos

que eles ficam parecidos com as crianças. Eu tenho uma porção de criança adotada que fica igual o pai, a menina fica igual a mãe.

Então, eu costumo dizer – “Será que o amor faz até mudar a fisionomia do outro?” Porque fica parecido.

Lar substituto é outro ponto importante. Lar substituto, violência doméstica, a criança não pode ficar na família. Aqui tem um capítulo nesse livro, só sobre violência doméstica o que faz com as crianças. Tem que tirar, tem que dar uma família para essa criança. São os lares substitutos, onde ele tem que ficar e levar uma vida de família, ele não pode ficar apanhando. Porque se não ele vai ser um violento amanhã.

Pais – O exemplo dos pais. A atenção, o amor, segurança... Isso aí foi falado aqui também. Os Médicos, desde Descartes, Descartes decapitou a pessoa. Para ele, daqui para acima, são outros Médicos, são os Psiquiatras, Psicólogos, daqui para baixo é o Médico.

Então, o que está acontecendo? É que a saúde física do Brasil, de todo mundo vai muito bem, os transplantes, a tecnologia, a mortalidade infantil caiu, 9 aqui. Estava no meu tempo de recém-formado estava em 100, 120, caiu muito. E a saúde mental? Está abaixo. Porque nenhum Médico entende nada, ou praticamente nada de saúde mental. Se um perguntar a um Pediatra, “Meu filho vive agarrado na minha saia o dia inteiro”, nasceu o irmãozinho, o Pediatra não sabe orientar. Ele fica só perguntando, “Ele está com diarreia? Está com febre?” Ele não sabe orientar, mesmo. Um filho birrento, ele não sabe, nesse nível. “Meu filho está me mordendo o que eu faço?”. “Ah, não sei a Senhora vá um psicólogo”. Pôxa, tenha paciência, porque quem está na linha de frente é o Pediatra, não é o Psicólogo. Ele tem que saber isso, lá na linha de frente por causa da saúde mental da família.

Família e escolas – Limites, disciplina, valores e auto-estima. Isso é essencial para nós termos uma personalidade sadia. Outro ponto é lazer, brincar. Hoje a criança rica, ainda mais a rica, ela vai para a aula de inglês... Tem uma pessoa que virou para mim num almoço, até foi uma pessoa que foi uma alta figura, importante aqui em Brasília, estava no Rio, e falou assim – “O Senhor é Pediatra?”. “Sou”. “Eu tenho uma netinha que está numa experiência pedagógica muito boa”. “Ah, sim, qual?”. “Ela está aprendendo inglês com oito meses”. E falou assim – “O que o Senhor acha?”. Eu falei – “General, eu tenho muita pena dela”. Uma criança de oito meses aprendendo inglês, General, tenha paciência.

DR. SALVADOR CÉLIA – Se o Senhor me permitir, eu queria dizer o seguinte, surgiu aí nos Estados Unidos por essas redes de televisão, TV para bebês,

que se descobriu que 68% das crianças até os quatro cinco anos fica em casa vendo TV. Pois surgiu TV para bebês, não para pais, para os bebês passar o tempo, muito bom tu colocar. Brincar não se fala mais, não se brinca. TV para bebês olha onde nós chegamos, Senador.

[Risos]

DR. ANTÔNIO MÁRCIO LISBOA – Mas a brincadeira acabou. Então, o menino sai de casa vai para o inglês, vai para a natação, vai para o jiu-jitsu e vamos para o consultório pedir fortificante, porque o menino está ficando muito cansado. Eu falei assim – “Mas vem cá, a Senhora está dizendo que tem esse problema, mas ele trabalha o dia inteiro”. “Não, Senhor”. “Ele pediu pelo judô?”. “Não, eu achei bom para ele. Ele pediu para ir à natação? Não ele pediu para estudar inglês com três anos?”. “Não”. “Então, minha Senhora, deixe ele brincar, esse cara não precisa de fortificante coisa nenhuma, ele tem que brincar, ouviu?” E a brincadeira, os brinquedos que são as coisas mais importantes na vida de uma criança estão sendo jogados para o lixo. E isso também fabrica delinquentes.

Cumprimento pelo Governo que preceitua o Art. 207, isso é o mais importante. Aquilo lá tem uma coisinha escrita assim, com prioridade. Vocês me desculpem, mas os Bancos nesse País tem muito mais prioridade do que a criança, lamentavelmente. E aí nós vamos, o que vocês quiserem, mas a nossa criança... E outra coisa muito interessante nessa minha vida de 55 anos, com todo o tipo de pessoa desde Ministro, o problema é que na apresentação pública...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone]

DR. ANTÔNIO MÁRCIO LISBOA – Eu tenho 80, quase 80. [Risos] Mas aí, em público a criança é prioridade. Se nós fizemos uma reunião aqui agora de Deputado, Senador, Político, Médico e Advogado e falar assim – “Vou fazer esse trabalho para a criança, a semana da criança e vou dedicar dez milhões de reais”. Todo mundo bate palma, “Isso mesmo, isso mesmo”. Sai daqui entra na casa do lado. Eu vim buscar os dez milhões. “O que, Lisboa, dez milhões? Você está pensando que a gente...”. “Mas o Senhor não disse...?”. “Não, aquilo eu tive que dizer, você sabe como eu ia falar na frente de todo mundo, aquele montão, mil pessoa, o Senhor acha que não dava dez milhões”. “Mas então não vai ter nada?”. “Não, nós vamos ver aqui uns cinquenta mil a gente consegue”. [Risos]

Então, esse último é muito importante para que a criança tenha com prioridade, tudo aquilo que a Constituição Federal diz. Eu acho que foi o último. Obrigada.

[Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Eu acho que todos nós estamos pensando que estamos vivendo um momento precioso de uma Audiência Pública no Senado Federal. E que está sendo passado para o Brasil todo. Eu registro mais a presença da Prof^a. Ledja Austrilino Diretora do Escritório ULBRA em Brasília.

Bom, vamos passar as considerações dos Srs. Senadores e Senadoras. Primeiramente seria autora do Requerimento, mas parece que trocou com o autor do Projeto. Cedeu para que o autor do Projeto, o Senador Pedro Simon, fizesse suas considerações, perguntas... Eu acho que nós devíamos, o autor e a requerente fazem as colocações e se tiver alguma pergunta respondem. Depois de três em três a gente faz o trabalho de resposta.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Primeiro lugar, muito obrigado. Eu quero dizer que vou sair entusiasmado daqui, não a ponto de dar cinquenta milhões ou cinquenta mil, porque eu não teria condições [Risos]. Eu quero trazer, eu acho que é obrigação minha, dois exemplos que eu vivi com o Dr. Salvador Célia. O Dr. Salvador Célia é uma pessoa fantástica, vale a pena fazer uma visita a Canela, uma cidade turística do Rio Grande do Sul e ver o que ele fez. O que ele fez num bairro que era considerado o bairro mais violentos, o mais radical, o pior bairro de Canela, e ele educou aquelas crianças, criou um grupo de teatro e hoje eles têm um grupo de teatro de primeira grandeza. O índice de violência do bairro é zero. Ele criou em Porto Alegre, ele foi o homem da idéia da tudo. Tinha uma fábrica enorme, um monstro de uma fábrica que tinha falido, e ele chegou lá e fez uma proposta que no início que eu achei maluca, mas depois era sensacional. A idéia dele, imagine se os Senhores, se a gente fizesse isso nos grandes bairros, nas grandes cidades de Porto Alegre. Ali na zona norte, que era a zona mais abandonada, a mais esquecida, ele fundou uma escola de vida. É uma enorme área onde tem o pré-natal, tem as crianças estudando, tem as Senhoras discutindo, o Clube de Senhoras, o Clube dos Idosos, tem um local da delegacia, onde ali eles tiram a carteira de identidade, a certidão de nascimento, todos os negócios necessários. Tem ali todos os atendimentos que ali ele aprende a ser cidadão, ele aprende da conviver, tem escola de música, tem escola de teatro, tem escola de dança, tem CTG. Tudo que se possa imaginar, ali é uma cidade em miniatura preparando o cidadão para viver na sociedade.

Olha, é uma coisa tão espetacular que eu fico doente quando eu não vejo as pessoas, o Governo não entenderem a importância de levar uma coisa dessas a visto. A importância de ver, eu falo com essas pes-

soas que convivem ali, que vivem ali é outra gente. Eles discutem o destino dele, eles são donos deles. Eles debatem se querem a escola, se querem isso, se querem aquilo, as modificações, porque eles sabem o que é querer. Eles discutem as relações entre pai e filho, o que é que é, o que é que não é, porque eles aprendem. É uma coisa interessante, eu volto a repetir, é um local onde se reproduz ali toda a vida do bairro, só que ali eles aprendem a fazer as coisas como devem ser feitas. Olha, é sensacional.

E eu quero lembrar uma experiência do Dr. Salvador que eu nunca vou esquecer na minha vida, que eu nunca imaginei que era possível. A minha mulher estava grávida e de repente na nossa amizade, ele chegou e começou a conversar com a minha mulher. “Você tem que conversar com o teu filho”. “Mas como conversar com o meu filho?”. “Conversa com o teu filho, põe amor na tua barriga, gesticula e diz – Oi Pedrinho, como é que tu vai? Tu está bem? A mamãe está aqui contigo”. Aí a Ivete diz; “Parece meio bobo...”. E falou. Falou todos os dias e foi falando. Eu tenho o filme que nós fizemos, nasceu o Pedrinho, quantas horas depois?

DR. SALVADOR CÉLIA – Duas horas só depois [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Exatamente. Lá no FÊMINA.

DR. SALVADOR CÉLIA – [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – É porque eu não tinha dinheiro também para ir ao outro. [Risos] Chegamos lá, vem o Pedrinho... Eu peguei no colo, não é? Eu estou com ele no colo, estou conversando com ele assim, ele está prestando atenção, daqui a pouco vira para mim e a Ivete deitada no quarto. Começa a falar – Oi Pedrinho, é a mamãe, eu estou aqui querido, como é que tu vai? O filho da mãe se vira os olhos e olha para a Ivete assim. Olha, parece impossível, mas eu vi. Mas vira os olhos assim e vira para a mãe, porque a mãe estava repetindo o que dizia para ele quando ele estava no ventre. Prova que é uma grande verdade isso que ele está falando.

Mas eu quero felicitar os Senhores. Eu acho que se a gente realmente levasse adiante essa questão. Eu acho que é uma questão que hoje, recém, hoje está sendo levada a séria é a questão da criança exatamente do zero a seis anos. Repare que se tem uma pessoa que tratou melhor da educação no Brasil, apaixonada pela educação, vamos fazer justiça, foi o Dr. Brizola. O Dr. Brizola quando foi Governador no Rio Grande fez 5.500 escolas. Quando foi Governador duas vezes no Rio de Janeiro criou inclusive o CIEPs é um espetáculo em termos de educação, mas se esqueceu da criança. A escola começava quando a criança che-

gava no primeiro ano. E eu falei uma vez com Darcy Ribeiro e o Darcy Ribeiro parou para pensar e disse “Mas, como é que nós nunca...?”. “Olha, eu tenho um amigo meu, o Salvador Célia que diz assim – Que o Projeto é espetacular, mas tem um erro mortal. Que não aborda a criança no início da idade’. E ele parou e disse – “Mas como é que eu não pensei nisso? Que coisa absurda”. Que eu aprendi a ver e a minha vida eu tenho acompanhado isso ao longo de tempo que, realmente, como os Senhores disseram, é o cérebro, é toda a criança que se faz até seis anos. E hoje o cara começa a receber a merenda escolar com seis anos. Até os seis anos, se come, se não come, o é que é, o que não é, não se toma conhecimento. Recém agora está se começando a entender a importância e o significado dessa idade pré-escolar.

Eu acho meu Presidente, que se essa semana que se está propondo fosse feita, mas que fosse aprofundada, não fosse... Teórica, que isso é feito tantas vezes, tantas vezes, mas se a gente, nós com Executivo fizéssemos com conseqüências objetiva, “Nós vamos querer isso, mais isso, mais isso”, e tirássemos essas conseqüências da reunião seria uma grande coisa.

Muito obrigado e meus cumprimentos aos Senhores.

[Soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Com a palavra... Ah sim, pois não o Dr. Salvador quer fazer.

DR. SALVADOR CÉLIA – Eu só queria agradecer essas comovidas e sinceras palavras do Simon, com um certo exagero dele. Realmente, foi um grande tempo junto, muito feliz, e me lembro quando o Darci nos visitou lá no Vida, contigo, e disse – “É a reencarnação da preocupação humanística”. Foi uma coisa muito bonita que ele te disse. “A reencarnação da preocupação humanística”. E queria te dizer que lá em Canela, o grande fenômeno que talvez eu tenha ajudado por ter Estado em Cuba, por ter Estado na China, ter passado em alguns países, foi ver que aquela comunidade se movimentava e tem um grande líder lá que o Prof. Constantino Orsolin que fez aquele bairro e o que eu pude fazer foi mostrar a eles, quer dizer, trazer o que tinha em Canela para mostrar que em Canela as coisas aconteciam, quando então o Guarneri se emocionou e viu tudo aquilo. Quer dizer, mérito deles. E o meu mérito foi pôr esse pessoal na visibilidade que eles mereciam. Muito obrigado Simon pelas tuas palavras carinhosas.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – O Requerimento desse audiência é de autoria da ilustre Senadora Patrícia Sa-

boya Gomes e da Senadora Fátima Cleide. Eu recebi telefonema da Senadora Patrícia, é impossível ela estar aqui presente nesse momento. Compromissos fortes que ela tem fora, mas nós temos a co-autora do Requerimento que é a ilustre Senadora Fátima Cleide que tem a palavra.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL)

– E até porque a Senadora Fátima Cleide sabe que a Senadora Patrícia adotou uma menininha uma fofa a Beatriz, que está doentinha, e ela está lá como mãe-zinha da Beatriz. [Risos]

DR. SALVADOR CÉLIA – Senadora até me adianta o que os autores dizem de preocupação materna primária.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL)

– Com certeza. Essencial.

DR. SALVADOR CÉLIA – Ela tem que está totalmente envolvida, enlouquecida como toda a mãe quando tem isso, o Márcio Lisboa falou, que até quando um bebê tem algum problema, se nasce mal ou se morre, ela pode até ficar psicótica. Então realmente ela está tendo aquela coisa maravilhosa que é preocupação materna primária.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL)

– Com certeza, desculpe Fátima.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – O Presidente Senador Juvêncio, Senadora Heloísa que se anteciparam a justificativa que eu iria colocar em função da ausência da Senadora Patrícia Saboya que comigo é co-autora do Requerimento. Eu quero agradecer a presença de todos em nome também da Senadora Patrícia. Como disse a Senadora Heloísa está cuidando da Maria Beatriz nesse momento também que anda adoentadinha, e mais do que isso ela também tem o direito, que nós devemos reconhecer, de estar com a filha nesse momento como um direito de licenciamento, que infelizmente nós ainda não temos os documentos que regem a nossa vida aqui no Senado Federal, no Congresso Nacional. Inclusive, fiquei sabendo há pouco tempo que não temos sequer o direito de licença maternidade, mulheres Parlamentares. Precisamos ainda, isso mostra já tem a partida da situação da Jandira Feghali. Mas nós temos várias situações para resolver aqui no Congresso Nacional. Inclusive, com relação à vida das mulheres Parlamentares.

Mas quero parabenizar os nossos expositores. Como disse o Senador Juvêncio, é uma aula que graças a Deus está sendo transmitida para o Brasil, e que eu espero que a TV Senado repita várias vezes, porque de fato contribui muito enquanto nós não temos ainda as políticas públicas comprometidas de fato. A aula que vocês deram aqui contribuirá e muito para que as pessoas possam ter a compreensão da necessidade

de termos, não apenas as políticas públicas, mas também o envolvimento da família nesse período de vida que é a primeira infância, para que a gente continue forjando hoje, os nossos marginais de amanhã.

Quero parabenizar também o Senador Pedro Simon. Eu acho que é discutível a necessidade de aprovarmos com urgência o relatório da Senadora Patrícia Saboya na Comissão de Educação que é favorável a este Projeto, uma vez que a importância dele é que ele trata, não apenas de instituir uma semana, mas que nesta semana se possa desenvolver ações de conscientização de toda a população com relação aos necessários cuidados na primeira infância.

Eu, junto com a Senadora Patrícia, pude participar ativamente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou a questão da violência sexual entre crianças e adolescentes, e esse trabalho que foi um trabalho muito difícil até do ponto de vista emocional porque nós, a maioria mulheres, mães, avós tivemos e pudemos constatar o que já conhecíamos em tese que é a naturalização da violência praticada contra a criança nesse País. E essa naturalização ela acaba ceifando vidas de crianças e quando não, no mínimo, ceifa, leva a expectativa de uma vida plena e feliz. E isso, nos colocou também a responsabilidade de aprontarmos Projetos de Leis que visam punir essa violência. Mas é muito importante que a gente não trate apenas a punição, como disse o Dr. Antônio Márcio Lisboa, mas que a gente também previna, e prevenir no meu entendimento é, e tenho certeza que no entendimento da Senadora Patrícia Saboya também, investir com recursos financeiros fortemente em educação. E investir principalmente e tenham como sou uma pessoa que vem do Movimento Sindical desta base, da educação básica, eu sempre comprei algumas polêmicas, porque eu entendo que deveríamos valorizar e capacitar muito melhor as pessoas que atendem na primeira infância. Tanto valorizado o ponto de vista da capacitação, quanto do ponto de vista da valorização profissional, mesmo em termos de salário.

Nós invertermos a lógica que o professor da universidade que fez pós-graduação, que fez mestrado, pós-doutorado e etc., seja mais bem pago. Mas nós precisamos pagar melhor e trabalhar, capacitar, habilitar melhor cada vez mais os profissionais. Porque hoje o que nós temos na grande maioria do País com nomes de creches, não passam de depósito de crianças. Eu sempre que posso, dou o meu testemunho de pude ter a felicidade de ter esse atendimento de uma creche pública, de qualidade, mas que infelizmente hoje não existe mais no meu Estado. Era uma creche que foi construída no momento em que o Estado passou de território para a condição de Estado, tinha recur-

sos financeiros e naquela creche você tinha todo um quadro de profissionais Pediatras, Assistente Social, Enfermeiras qualificadas, todas as atendentes extremamente qualificadas e cada uma entendendo no máximo quatro crianças. [soa a campainha]

Então, isto mostra para a gente que não é impossível, basta ter vontade política. Por isso eu acredito que nós precisamos urgentemente, não só aprovar o Projeto do Senador Pedro Simon, como também o Projeto, o PLS 281 de 2005 da Senadora Patrícia Saboya, que cria o Programa Empresa Cidadã, valorizando assim as empresas que incentivem a amamentação e a licença maternidade por 60 dias, aliás, por mais 60 dias.

Então, eu queria aqui dizer que é importante também que nós nos debrucemos para nesse momento, destravar a nossa pauta. Eu sei que tem cinco Medidas Provisórias atrapalhando as votações, mas que a gente possa fazer um esforço conjunto. E eu acho que isso é o que o Dr. Salvador Célia coloca para a gente é que essa responsabilidade é política. E a esperança que o povo tem em nós, nos clama também para que a gente possa o mais rápido possível, desobstruir essa pauta das Medidas Provisórias e votar um Projeto que eu considero de fundamental importância, que pode não ser a salvação da lavoura, mas que vai dar um passo significativo no sentido do compromisso das políticas públicas que é o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação Básica que prevê recursos ainda que parques. Mas a nossa esperança é que eles vão aumentando a cada ano. Melhor ter do que não ter nada, que é a FUNDEB.

Então, eu acredito que com o FUNDEB, com a ampliação da licença maternidade, com esse Projeto, nós com certeza teremos daqui a algumas décadas, né? Nós não podemos... Se houvesse isso acontecido há décadas atrás, nós não teríamos a realidade que temos de violência e de necessidade de construção de presídio como temos hoje. Eu concordo plenamente com o Senhor. Eu acredito que é o investimento na educação básica, na primeira infância, na educação da primeira infância concomitante, com também investimento na área da saúde, no pré-natal, nós poderemos transformar essa realidade social de violência, numa realidade social de paz.

Muito obrigada pela presença dos Senhores. Eu quero parabenizar também a Deputada Iraê Lucena por ter sido uma pessoa que teve a coragem e a ousadia de apresentar um Projeto dessa natureza na Assembléia Legislativa da Paraíba e que já conseguiu transformá-lo em lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Com a palavra o Senador Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Presidente Juvêncio da Fonseca, o nosso querido Dr. Salvador Célia, grande alegria em tê-lo aqui conosco e ouvindo seus relatos e suas experiências. O Rio Grande do Sul conhece intensamente o trabalho que o Dr. Célia faz. E a visibilidade que essa experiência de Canela está tendo é uma coisa absolutamente fantástica.

Eu não pude ouvir o Dr. Laurista, mas acompanhei final do depoimento do Dr. Salvador Célia e acompanhei com muita alegria, com muito entusiasmo, com muita emoção a palestra do Dr. Lisboa. E conhecido e com inúmeros conceitos que a gente vem recolhendo no decorrer do tempo.

Nós estamos num tempo de quebras de conceitos, na realidade. Esses novos Projetos aqui apresentados, o Projeto da Senadora Heloísa Helena que chegou a criar até algumas preocupações, porque afinal começa a responsabilizar mais o Estado como instituição na proteção a criança, ele inicialmente provocou reações de alguns Executivos, como é natural. Porque o primeiro olhar, Dr. Lisboa, é aquela história, o orçamento, é sempre assim. A primeira reação do Executivo, ela é voltada para o orçamento. Como é que eu vou fazer para pagar? Ainda bem como o Simon foi Governador, Dr. Célia, ele não assustou com o orçamento da Vida Centro Humanístico que o Projeto do Dr. Célia nessa fábrica é enorme, que tem na zona norte de Porto Alegre, não sei quantos hectares.

DR. SALVADOR CÉLIA – Eu acho que são 16 hectares, 32 mil metros quadrados reconstruídos.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Bom dá para imaginar o que é um investimento destes bancado pelo Estado.

DR. SALVADOR CÉLIA – E aquilo iria ser uma prisão.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Deveria ser... Poderia ter sido uma prisão.

DR. SALVADOR CÉLIA – Poderia ter sido uma prisão.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Então, vejam só. E ainda bem que o Simon, então Governador, não assustou-se com as consequências orçamentárias. Porque se ele tivesse sido tímido, medroso ou coisa assim, o Vida que mudou completamente o conceito de relacionamento humano com uma das áreas mais... Com maior densidade demográfica de Porto Alegre, que é a zona norte, não teria aquele Centro de Referência que hoje o nome do Projeto que nasceu da cabeça privilegiada do Dr. Célia é Vida Centro Humanístico, para ter exatamente a dimensão.

Aliás, eu estou tentando interpretar um pouco aqui algumas coisas do Dr. Osmar Terra, Secretário da Saúde do Rio Grande do Sul, idealizador do Projeto,

Primeira Infância Melhor, que infelizmente desprotegido do nosso Regimento não pode manifestar-se. O que nós lamentamos profundamente. Ele poderia estar aqui na condição de convidado e utilizar do espaço como convidado para relatar essa experiência gaúcha, um Programa em que a adesão é espontânea das Prefeituras. Um Projeto de parceria do Governo do Estado do Rio Grande do Sul com as Prefeituras, e tem 220 Prefeituras parceiras, incluindo já 50 mil bebês que recebem, Dr. Lisboa, em casa, a visita semanal dos Assistentes Sociais, então, daqueles parceiros que vão acompanhar, exatamente como o Senhor sugeriu aqui, a evolução do bebê, a evolução da criança.

Eu acho que é um Projeto realmente desafiador, não é uma coisa muito simples, porque é uma atenção especial que o Estado passa a dar e a expectativa é atingir [soa a campainha] 100 mil crianças lá no Estado.

Quer dizer, é um Projeto realmente grande que de repente pode atender a um conceito que a ONU estabelece e que está anotado, não foi por mim, da Unesco, perdão, da Unesco, que diz que se a guerra nasce na mente dos homens, é na mente dos homens que devem ser erguidas as defesas da paz. E outro ponto abordado aqui que eu concordo plenamente, refere-se a uma questão que eu venho defendendo intensamente aqui nessa Casa que é a paternidade responsável. E acho que até então há muito conceitos e muitos preconceitos com relação a participação do homem na paternidade responsável. E discute-se muito a questão da mulher, mas o homem tem que ser incluído nessa discussão urgentemente. E dar meios e dar acesso, que tipo de meio, Dr. Célia? Informação. A informação é a maior ferramenta para a gente superar esses tipos de preconceitos.

DR. SALVADOR CÉLIA – E tu que é da rádio sabe muito bem, né?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Eu sei o que é isso. A informação ela é fundamental. Nós vamos exatamente trabalhando esses conceitos através da informação nos veículos de comunicação que são parceiros, são os primeiros parceiros nesses programas. Nas escolas como tema, deveria constar como matéria quase que obrigatória esse tipo de informação para que a criança pudesse até levar para casa esse debate com seus pais.

Eu acho que a questão da paternidade responsável, ela é fundamental. Nós temos levantamento que impressionam de ter um milhão de jovens que anualmente geralmente um milhão de crianças, meninas de 12, 13 anos de idade, mães precoces que trocam a sua infância pela maternidade. Isso é extremamente sério. Quando uma criança de 12, às vezes, 11, 10

anos de idade ela troca a sua infância pela maternidade. Isso é uma questão de alta relevância, é onde a ação do Estado, ela é extremamente importante e ela nem sempre está presente. Por isso a importância de uma Audiência Pública, Senador Juvêncio da Fonseca, com essas características que traz a público e permite que a gente possa debater e buscar, enfim, soluções práticas para essas questões.

Mas eu fico nesse aspecto. O aspecto da paternidade responsável, que ainda é vítima de muitos preconceitos especialmente com relação ao homem. Porque a mulher tem dentro de si a natureza da maternidade. Desde a mais tenra idade, ela já com a boneca, ela é mãe. O homem não.

Então, nós temos que ir...

DR. SALVADOR CÉLIA – Senador, nós estamos estudando hoje que existe depressão paterna. Os novos estudos estão mostrando que se a mulheres vai de 20 a 23 em cada 100, os pais fazem 10% mais ou menos dos pais.

Então, nós temos que nos preocupar muito com isso que está chamando a atenção, do papel do pai e atender o pai.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Atender o pai. Eu acho que é muito importante oferecer um tipo de orientação para que o homem que ainda tem um aspecto muito machista na discussão, para que ele se incorpore nessa discussão como parceiro, e não como adversário, não como sujeito que não pode ouvir, ou não pode discutir, ou não tem sensibilidade para discutir essa questão. Eu acho muito relevante, quero parabenizar aos nossos palestrantes aqui que vieram nos trazer lições que vamos levar para as nossas vidas. E eu tenho certeza que a imprensa, TV Senado, vai saber reproduzir este momento com a intensidade necessária para que esse debate se estenda e levar até lá, onde muitas vezes essa discussão fica sufocada. Eu estou realmente muito contente com isso, não estou fazendo algumas, estou apenas estendendo um comentário sobre as experiências do nosso cotidiano.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Obrigado, Senador. Eu passo a palavra a Senadora Heloísa Helena a última inscrita até o presente momento.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Desculpe, Presidente.

Bom, primeiro, claro é até redundância eu tentar elogiar o Senador Pedro Simon, porque sabem todos o carinho e o afeto, respeito que por ele tenho, e saldar, de uma forma muito especial, tanto a Senadora Patrícia como a Senadora Fátima Cleide que propuseram essa Audiência Pública. Porque, às vezes, o Parlamen-

to estabelece requerimentos para audiências públicas para obstaculizar a votação de determinadas matérias. No caso das Senadoras e da Comissão quando assim decidiu, é muito mais para dar visibilidade ao debate, para trazer profissionais, representantes de entidades sociais, militantes dessa causa para ao dar visibilidade ao tema, de fato fazer a aprovação do Projeto do Senador Pedro Simon não por um artificialismo, não pela legalidade qualquer. Mas dando visibilidade, sensibilizando a sociedade, trazendo as pessoas para a reflexão de um tema que é usado politicamente. Nunca ninguém verá uma personalidade política, da direita ou da esquerda, honesto ou desonesto, dizendo que não tem compromisso com criança. Nunca ninguém verá. É por isso, nunca, porque o pior dos bandidos, o mais delinqüente o mais vigarista, quando ele tiver fazendo um comício ou fazendo um programa, ele vai se comprometer com a criança. E isso até torna o debate, dá ao debate um tom de vulgaridade que ele não merece ter pela importância que tem.

Então, a questão da criança que a gente fala de zero a seis anos, mas que do ponto de vista das conexões neurológicas, do desenvolvimento do córtex cerebral que vai até dez anos, mas já que nós estamos tratando aqui dessa partezinha tão especial da vida de uma pessoa, tão especial, que eu digo sempre que algumas pessoas vivenciam a dor, a miséria, a pobreza na infância e de alguma forma consegue superar na vida adulta. Mas são poucas e como eu digo sempre, essas poucas não são abençoadas por Deus, até porque Deus jamais escolheria uma ou outra isoladamente para abençoar pelo amor e plenitude que tem por todas. Mas uma ou outra, por uma circunstância da vida, acaba se salvando, acaba se destacando, acaba ocupando instâncias importantes com visibilidade pública, mas as cicatrizes que lá ficam na alma, no coração de uma dessas crianças, dificilmente eles conseguem ao longo da vida superar.

E o que eu acho mais grave é porque, nós estamos num momento da realidade brasileira que, ao mesmo tempo que a gente diz, o Estado Brasileiro tem que adotar as suas crianças e seus jovens antes que o narcotráfico a prostituição os arraste para a marginalidade como último refúgio, porque arrasta mesmo. Eu não tive a oportunidade de aqui estar presente, porque eu estava fazendo um outro trabalho, mas ouvindo as outras duas outras exposições e só peguei a de Dr. Antônio aqui presente, mas ao mesmo tempo em que nós temos que ter as políticas públicas para adotar as nossas crianças antes que o narcotráfico os adote. Porque não são todas as crianças pobres, a gente sabe disso. Até porque existem crianças pobres, mães pobres que disputam com o narcotráfico e com a marginalidade que

é uma coisa das mais belas que se pode ver. Elas seguram lá os seus menininhos e é o narcotráfico puxando, é o crime organizado puxando, ela vai brigar na rua e está lá segurando o seu menininho, porque se todas as nossas crianças pobres, Ivete, já tivessem sido arrastadas, nós estávamos numa situação impressionante. E sabemos todos nós que é quem faz a desova dos grandes estoques de pasta base de cocaína, aqui não tem intestino de pobre favelado, de estômago de pobre favelado com o saquinho de cocaína que pudesse dar conta das desova dos grandes estoques como faz no Brasil. Porque quem tem iate, avião para transportar pasta base de cocaína, quem tem laboratório para manipular a matéria-prima e que fabrica droga sintética, é gente grande poderosa. E que usam os pobres e que usam as meninas e menininhos exatamente como o Zambiasi disse. [soa a campainha]

Só para concluir Senador Juvêncio. O menininho e a menina antes de ser a Maria, o José, o Pedro, a Heloísa, quem quer que seja, o menininho e a menina, ele vira avião, estica, olheiro, falcão. E o pior é que é tanta coisa. Uma atrás da outra, como o Dr. Antônio dizia dos jornais, que uma semana ficamos todos nós emocionados vendo lá o vídeo “Falcão”. Aí todo mundo se preocupa com as crianças, aí diz – “Ah, quando eu vi aquele menininho dizendo que quando queria crescer queria ser bandido...”. Claro. Porque o bandido é o que dá a segurança para ele. Se o Estado brasileiro não dá segurança para a menina e para o menininho quem dá a segurança é o poderoso de lá. Aí, numa semana ficam todos nós emocionados, querendo que o menininho e a menina tenha arte, cultura, esporte, brinquedos, lazer, a possibilidade de ser criança antes de ser adulto, porque não são crianças, não são. Porque a inicialmente sexual, a iniciação as drogas, a iniciação a violência aprende não é com um revolverzinho de brinquedo, aprende com um revólver de fato, porque ter o revólver de fato, saber manipular um revólver é o que dá o respeito, até para as meninas que começam a olhar os menininhos que são olheiros, e falcões e estica, muito mais com mais ternura para eles, porque é a vida que está lá estabilizada.

Então, na mesma, nós mesmo, a mesma sociedade que se emociona uma semana diante do vídeo “Falcão”, quando é um mês depois, quando está um maldito “mar de sangue” em São Paulo pela mais absoluta ineficácia, ineficiência, insensibilidade em relação à questão da segurança pública e da violência, aí vai dizer – “Tem que ter pena de morte, tem que botar o menino, mesmo que seja pequenininho, tem que baixar a faixa etária, e entra com tudo para dizer que tem que matar, tem que ter pena de morte, tem que encarcerar.

Então, como nós da área da segurança pública, eu não acredito mais que o debate da área da segurança pública, ele pode ser só o tratamento das causas isoladamente. Eu acho que hoje a matriz conceitual para qualquer Projeto sério de segurança pública, não demagógico, que tenham ações concretas a curto, a médio e a longo prazo, mas com metas definidas porque senão... Nada me irrita mais quando diz – “São 500 anos de opressão”. Eu digo, “Eu sei meu filho, mas se a gente não fizer nada, daqui a 100 os outros vão estar dizendo... ‘são 600 anos de opressão, são 700 anos de opressão’”.

Então, eu acho que hoje tem que ter ao mesmo tempo o tratamento das causas e a repressão dos efeitos. E até a recuperação dos adultos, que quando a gente fala de acolher, da família acolher a menina e o menininho, hoje existem tantas mulheres e homens que as relações, já tiram tudo dele, tiraram da afetividade dele, tiraram do coração dele, tiraram muita coisa dele, também. Muitas vezes a gente pega... Quem é voluntário e trabalha com criança de rua, pega um menino na rua que está lá se esfaqueando, leva no pronto-socorro para dar os pontos, depois pega uma briga com o menino e leva ele para casa. Quando ele chega em casa, Simon, aí está lá – Que não tem o colchão porque é dentro da lama, os ratos disputando espaço com ele, o pai ou o padrasto ou o quinto pai da casa alcoolizado, a mãe alcoolizada também.

Então, nós temos que, ao mesmo tempo também, [soa a campainha] mesmo quem está lá no presídio, imagina se o Estado Brasileiro não trata, não acolhe também o homem e a mulher que está no presídio, num País onde se tem a ousadia de um chefe do crime organizado chamar o que é de fato, chamar o presídio da faculdade, porque quem comete o crime é encarcerado, não conforme o crime que cometeu ou o grau de periculosidade, é encarcerado conforme a facção que pertence. Aí o pobre que chega lá, roubou besteira, está lá com os filhos em casa morrendo de fome, não pertence a facção nenhuma, quando ele chega lá... Bom, se ele não pertence a facção nenhuma fica em qualquer lado. Como o Estado não o protege dele ser estuprado todo o dia, violentado todo o dia, ele vai pedir a proteção da facção criminosa e aí a facção criminosa cobra dele dessas coisas, também.

Então, é só um problema a mais, eu estou falando isso, mas do mesmo jeito de...

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Seria interessante que a Senhora abreviasse a conclusão.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Concluisse. Tá. Apesar de todo esse quadro gravíssimo que se encontra, e certamente muitas pessoas

que acreditam no fatalismo do fim da história, certamente ao ouvir as propostas que aqui foram colocadas, ou que qualquer um de nós aqui coloque, certamente alguém vai dizer – “Mas, isso é impossível. Ora, como é que vai fazer pré-natal? Como é que vai cuidar da criança...”.

Então, cada vez que a gente decreta que a vida, a dignidade, o amor em plenitude é impossível, mas ela se torna impossível. Então, é por isso que eu acho muito importante que nós que estamos aqui, acreditamos que é possível, acreditamos. Alguns de nós acredita muito mais, porque quem consegue acreditar até em algo que não pode ser tocado e localizado geograficamente com certeza tem muito mais fé.

Então, eu só queria parabenizar a todos os expositores, a minha querida companheira, amiga, a Senadora Patrícia Saboya, a nossa querida Senadora Fátima Cleide de uma forma muito especial, o Senador Pedro Simon. Quero saldar também o Deputado lá do Rio Grande do Sul, que é outro preocupado com isso, eu já peguei muito material, o Senador Zambiasi já deu material dele, é outro preocupado com essa história. Essa questão tão importante da infância. E todos nós que somos mães. Eu tive uma dupla sorte, que eu fui mãe e ainda fui mãe de leite, coisa de gente mesmo do interior que ainda amamenteei [soa a campainha] uma menininha também e outras crianças, também.

Então, eu acho que é muito importante isso e é importante também deixar claro, Simon, meu querido Senador Pedro Simon, que todas as alternativas que aqui foram propostas, mesmo aquelas que aparentemente lidam com uma complexa subjetividade humana, ou com ações concretas e eficazes, elas podem ser feitas. Isso que é importante. Aqui todos nós sonhamos, pensamos no futuro, temos concepções ideológicas diferentes, mas todas as ações que aqui foram propostas, elas são possíveis de serem feitas. Elas já foram experimentadas. Tenho que dizer isso, porque senão o povo não acredita mais em nada. Elas já foram experimentadas, elas são propostas concretas, ágeis, eficazes. Tem um impacto financeiro insignificante diante do impacto social que se pode fazer. Porque se o Estado brasileiro se reduzisse 0,0002% a taxa de juros, nós poderíamos garantir escola integral de qualidade para todas as crianças até 17 anos. Crianças e adolescentes, imagine quando nós estamos tratando de zero a seis anos.

Então, eu quero parabenizar. Me desculpe ter me estendido, Senador Juvêncio, mas eu quero parabenizar a todas as exposições que foram feitas e de uma forma muito especial ao meu querido Senador Pedro Simon por uma proposição tão importante como essa.

Então, eu tenho certeza que nós estamos aqui todas cheias de muitas coisas para fazer, mas tanto a Senadora Lucia Vânia como a Senadora Maria do Carmo, estávamos aqui... A Deputada, estamos aqui todas comentando e tratamos desse tema 500 vezes. A Senadora Lucia Vânia deve estar rouca de tanto falar sobre essa questão também no Plenário.

Então, é só realmente saldar e parabenizar com entusiasmo essas exposições que foram feitas.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Obrigado, Senadora. Nós vamos... Porque não houve nenhuma pergunta, nós vamos dar uma rodada final de cinco minutos para as considerações finais. E invertendo um pouco a ordem. Nós começamos com o Prof. Laurista, vamos começar agora com o Dr. Antônio.

DR. ANTÔNIO MÁRCIO LISBOA – Primeiro lugar, geralmente quem assiste as reuniões é quem não precisa. Quer dizer, só vem quem tem interesse. Agora, infelizmente quem deveria estar presente, porque são aqueles que tem o poder, o mandam, esses não vão. Mas isso eu tenho a impressão que é na área médica, é em qualquer área que existe, não é na área Parlamentar. E eu acho que a gente tem que lutar. Eu estou com quase 80 anos e estou aqui com vocês. Estou lançando... Já lancei 10 livros e vou lançar esse que sobre “A primeira infância e as raízes da violência” que são coisas que a Senhora falou, que o Senador falou, que o Senhor falou, várias pessoas falaram, porque esse tema tem adoção que é um capítulo, tem o apego que é outro capítulo, tem coisas que serviria para a gente ficar aqui 15 dias discutindo cada item desse.

Agora, uma outra coisa que a Senhora falou. Eu lembro que teve um governante de Brasília, eu era Pediatra dos filhos, e eu falei isso tudo, tem uns 15, 20 anos, tem muito tempo. E eu falei sobre... “Quem sabe a gente não começaria um Programa...”, e apresentei esse paternidade, isso igualzinho aí o da adoção. Ele virou para mim e disse assim – “Lisboa, esse programa seu vai levar uns dez anos”. Eu falei, “Não fulano, você está muito enganado”. “Você acha que menos?”. “Não, eu estou fazendo uma proposta de 30 anos para a gente começar no seu Governo. Mas vai melhorar daqui a 30 anos, é isso que eu acho”. E outra, que a gente tem que ver, vai na polícia, “Vamos punir e corrigir a banda podre”. Muito difícil, quase impossível. O bandido fardado, o Médico bandido, o bandido togado, o Parlamentar bandido, esses todos têm... O bandido, bandido, vocês têm que imaginar que todos são da mesma fonte. Todos eles são indivíduos, uma personalidade mal formada com distúrbio de comportamento que é feito até os seis anos. E independe de quem é.

“Então, vamos corrigir os policiais”. Não, tem que corrigir aquela criança que vai ser policial, porque se não ela vai aumentar a banda podre. Outro ponto aqui que também foi muito falado, três aviões a jato desses modernos pagam a imunização das crianças do mundo inteiro. Custo de três aviões a jato.

Então, tem três Países que fazem mil aviões a jato e tem Países pobres que não tem dinheiro para fazer vacina. E aqui no Brasil o que é que houve? Houve um governo que resolveu fazer as vacinas e há 10 anos nós estamos sem paralisia. Houve uma decisão política. Agora, vão tirar dinheiro dos hospitais e vão comprar vacina. E o que é que acontece na área social? Mesma coisa da saúde. Não tem dinheiro para a prevenção, tem dinheiro para curar. E tem dinheiro para quem? Para esse que está preso aí criminoso, que gasta mil e setecentos, dois mil reais por mês. Eu soube até que tem um CAJE aqui em Brasília que estão pagando cinco mil reais por cada menino preso, para cuidar desse menino. E, meus amigos, resolver o problema do adolescente infrator chama-se UTI social. Ela custa dez vezes mais caro do que qualquer UTI para cuidar de gente com infarto, qualquer coisas que vocês pensam, recém-nascido, doente, nem nada. Porque UTI social é pegar a cabeça de um menino de 13, 15 anos que já matou alguém, já roubou 20 vezes e fazer esse indivíduo passar a ser um cara honesto. Isso é um negócio muito difícil. Não é nessas jaulas que tem aí de criança e que vão recuperar. [soa a campanha].

E por último é um Projeto que vem falado, isso eu já escrevi nos jornais, já escrevi vários capítulos, baixar a idade das crianças de 18 para 16, isso é a maior loucura que pode ser pensada. Porque os reformatórios não cabem mais gente, nem nada. Quer dizer, eles vão pegar e botar lá dentro para as faculdades, para eles se transformarem de pequenos bandidos em grandes bandidos. Então nunca. Baixar a idade [inaudível] é a última coisa que a gente deve estar pensando. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Com a palavra o Prof. Laurista Corrêa filho.

DR. LAURISTA CORRÊA FILHO – Obrigado. Bem, eu acho que durante toda a nossa vida como Pediatras, e agora que a gente está participando, já participamos muito graças também ao entusiasmo do Dr. Lisboa nos imbuí de ir salvar fisicamente as crianças e depois de taticamente 91, 92 nós passamos a tentar salvar, não só fisicamente, mas tentar salvar a saúde mental dessas crianças.

Nós queremos crer que na maioria das vezes o que nós temos visto, como condição de tratamento, de

cuidados, os maus cuidados são feito por pessoas que não tem conhecimento. Nós temos que ter toda a certeza que, às vezes, as pessoas que são mal cuidadas não têm o conhecimento. Felizmente, nesse nosso século que nós estamos tendo a oportunidade de ter todos esses conhecimentos que foram aqui mostrados, não dá mais para nós escondermos as coisas. E enquanto o Estado, enquanto nós que somos os cuidadores, que deveríamos ser os facilitadores deste meio, nós não podemos mais falhar. Esse conhecimento está disponível, infelizmente, nem todos vão a procura desses conhecimentos, e uma das coisas que a gente vê e com muita dor no coração são as oportunidades perdidas que nós vimos aqui. As oportunidades perdidas e as experiências bem sucedidas que o Prof. Salvador Célia nos falou aqui. Essa é uma experiência simplesmente num dia de vacinação observar como aquela mãe vem, esse trabalho que é feito por lá em Canela, isso é uma experiência bem sucedida e que tem que ser imitada por muitos. Por que não há essa divulgação?

Então, é um conhecimento que não foi passado, essa etapa, a etapa mais importante da vida, que começa na concepção que nós vimos aqui hoje. Essa etapa da vida intra-uterina que nós descobrimos há pouco tempo graças a tecnologia, graças ao estudo das pessoas que nós vimos que tem um tempo. Nós sabemos que a violência, ela não é decretada por um gene, o nosso irmão, o nosso próximo, ele não vem carimbado que vai ser violento. Essa construção é feita dentro do útero e nesses primeiros seis anos.

Então, nós sabemos hoje as causas, as raízes da violência. E já foi dito aqui, estamos querendo construir cada vez mais presídios. Vocês têm mais acesso saber quanto custa, se é quinze, se é vinte milhões quanto custa um presídio. E quanto custa uma creche bem feita? Com tudo que se sabe hoje e que o Deputado Osmar Terra teve a oportunidade de trazer quando trabalhou com a comunidade solidária, o Prof. Huber Montanhê(F), uma das pessoas que mais entende de desenvolvimento infantil da França. E hoje quando ele vem ao Brasil, ele pergunta – “E a comunidade solidária o que é virou?”. Eu digo, “Acabou”. “Eu não acredito. Eu não acredito.”, ele passou horas, deu o dele, mas diz que nós temos que tentar sempre. Então esses nossos irmãos que nós vemos na nossa frente e que não tiveram a oportunidade, que eles não morreram no primeiro ano de vida, não morreram no segundo, porque gravidez não desejada, talvez o quinto, sexto ou o sétimo filho, que o marido estuprou a própria mulher, ele passou uma vida intra-uterina difícil e continuou sem ter uma gestação extra-uterina, ele é um sobrevivente. Ele tem nome, Fernandinho Beira-mar, Elias Maluco, eles não vieram carimbados, eles não vieram com o

carimbo do seu gene o que eles iam ser. Mas quantos não virão? É muito difícil. Já foi falado aqui em números. A Senadora Heloísa Helena falou quanto custa, todos vocês sabem quanto custa. [soa a campainha] E a prevenção e a intervenção quanto mais precoce hoje nós sabemos que é esta interação que às vezes, não custa nada em dinheiro, custa em quê? Passar o conhecimento, a formação das pessoas.

Então, isso é muito importante. E esse bebê é tão importante que nós estamos aqui hoje a Presidente da Associação Brasileira de Estudos sobre o Bebê, a Dr. Regina Orth, e que nós temos trabalhado assiduamente com todas as dificuldades, porque não vendemos remédio, nós tratamos de saúde, uma saúde diferente, que é a prevenção. Só que com todas as dificuldades para fazer uma reunião, mas nós temos que continuar, porque nós não temos laboratórios, não temos patrocínio. E muito pouco o Estado tem feito, quando tem condições de fazer, com o mínimo que é possível. Sabemos da dificuldade da gravidez da adolescência. Porque é que estamos com uma média? E média é falácia. 23%, lugares tem 30% e a tendência é aumentar. E qual é a faixa etária? De 14 e 19, mas crianças. Essa é a gravidez desejada? Quantos milhões nascem, no Brasil, 3 a 3 milhões e meio de habitantes, um Uruguai por ano. Dessas gravidez se puser 20% são 700 mil crianças que nascem de gravidez na adolescência. O que vão ser essas crianças? Nós podemos imaginar. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Com a palavra o Dr. Salvador Célia.

DR. SALVADOR CÉLIA – Bom, eu estou muito emocionado, sensibilizado por ter tido essa escuta de vocês e sei que isso vai ao Brasil essa responsabilidade, como disse o Márcio, lamentavelmente quem está aqui já acredita nisso. Mas pelo menos talvez a gente tenha colaborado, porque vocês não podem estudar essas coisas que a gente estuda, vocês não tem tempo. E é falha nossa não saber divulgar.

Então, muitos políticos não fizeram coisas, porque nós não nos abrimos. Nós não saímos da universidade, nós não saímos para trazer essas coisas para vocês, para vocês levarem adiante. Eu diria assim de tudo isso – Todos os bebês têm direito a uma cultura. E a criação dessa cultura antiviência passa pela estruturação do apego, aquilo que eu falei do vínculo do bebê poder ter bons cuidadores, olha a nossa responsabilidade. Porém, isso precisa tempo, precisa de uma conscientização e o Deputado Osmar Terra com o seu belo Projeto, nos trouxe recentemente um Prêmio Nobel de Economia, que veio falar sobre educação infantil, sobre bebês. E ele disse que cada dólar gasto com um bebê, salva

oito depois na vida adulta. E quando eu disse para o Simon que me convidou, eu disse – “Nos custa quarenta dólares – era um dólar, um real uma criança em vida – quanto paga a FEBEM?”. “Quatrocentos”. E eu perguntei para ele – “E tu recupera? Nós temos que acabar com a FEBEM”. “Tu é louco?”. Eu disse, “Vou botar fogo na FEBEM”, um dia disse para ele. “Ah, tu é louco, tu é psiquiatra”. Quer dizer, tem que acreditar nisso aí, tem que acreditar.

Então, isso precisa de uma conscientização, como a gente vem trabalhando. São sete anos em Canela, eu acho que aos poucos a comunidade começa... Cada Governo Municipal, cada vez mais tem colaborado, a Vice-Prefeita, o Prefeito tem sido extraordinário, e eu diria, então, assim que é dessa mobilização pela informação, vocês precisam ter informação, também. O povo precisa ter informação. E eu disse, com 10 centavos no dia da vacina, muitas mães que tinham bebês com uma certa dificuldade, não cantavam, não tocavam, não massageavam o bebê, com um xerox, cumprimentando ela no dia da vida, que é levar o filho a vacina, os bebês vêm todo arrumadinho. Cuidem disso no Brasil. Também em Canela, as pessoas levam, foi muito bacana isso, porque aí não vai pela doença, vai pela saúde e a gente pode descobrir alguns problemas que estariam ocorrendo.

Eu diria então que para isso tudo me vem o direito a maternagem. Sim. Lá em Canela a gente na Semana do Bebê, uma proposta do Dr. Odon, nós levamos, viu Simon? Nas escolas de Canela, nós vimos cada vez na Semana do Bebê, 2.500 adolescentes, nós tiramos o professor, porque o professor é muito careta, eles não gostam de sair da sala de aula. E nós colocamos estudantes de medicina, porque são adolescentes que nem eles, para não dar aula, viu Senador Zambiasi? Para conversar com eles. Oficina de sexualidade. Andava em 26% lá, o problema da adolescência, 26%. Está em 22. Não por causa da Semana do Bebê, porque a comunidade de Canela, a Secretaria de Saúde de Canela, a Secretaria de Educação trabalham muito, e nós somos só sensibilizadores disso tudo.

Então, o direito a maternagem, a mulher, nesse momento, principalmente o primeiro filho, já não me refiro mais nem só a mãe, viu Senadora Heloísa? A mãe adolescente tem uma nova posição, muda a identidade, a pessoa deixa de ser filha para ser mãe. Isso não acontece assim no mais, deixa a gente muito transparente, por isso que a transparência deixa muito vulnerável, isso que o Simon disse que a mulher dele fazia isso, conversava, tocava, ele também conversou com o filho, porque ele não contou isso, o filho por ele falar, quando olhou quando veio a voz masculina, porque os bebês primeiro reco-

nhecem mais a voz feminina porque é mais aguda, olhou para ele, aí foi sensacional. Era uma voz... E também tem tudo isso.

Então, lá, vamos dizer assim, a gente está vendo que o adolescente podendo falar com os estudantes, ficou muito melhor. O estudante de medicina com os outros estudantes.

Então, esse pré-natal todo, que não só da mãe adolescente, que pode ser seis, oito vezes, se a mãe não mostrar... Porque, na verdade, nesse momento do pré-natal, a mãe vai falar não só do futuro bebê, vai falar do bebê que ela foi. Ela está muito vulnerável e vai depender da relação que ela teve com a mãe dela.

Então, ela vai falar, ela está transparente, ela vai falar do bebê diz a Monique Bydlowski uma francesa que o Laurista trouxe aqui, vai falar do bebê que ela foi, da criança que ela foi.

Então, o pré-natal é fundamental até para descobrir lá a depressão pós-parto. Nós temos que chegar na depressão pós-parto lá no pré-natal.

Então, nós temos que mostrar para aos pré-natalistas, às enfermeiras que trabalham com o pré-natal que isso tem que mudar. E nós temos que agradecer a Lady Di, porque a Lady Di foi para a televisão e disse – “Eu não queria tocar nos meus filhos, eu queria sumir, não sei o que fazer com os meus filhos”. Aí o pessoal do Reino Unido foi estudar escalas de depressão pós-parto que nós conhecemos bem.

Então, esse direito a maternagem nesse momento, o direito a paternagem, o direito a paternidade que nós temos cada vez que descobrir, o direito a ter um parto sem cesária. Lá em Porto Alegre não é diferente de outros lugares. As camadas que têm mais apoio social e econômico é 78% o parto lá, Senadora Heloísa. É uma combinação dos Ginecologistas com as mães. Isso não pode ser assim. Nós temos que redescobrir essa coisa do nascimento, do parto e o direito a infância. Não querer que os bebês, por a gente saber que são inteligentes, estudem inglês, francês essa hora. Tem tempo para isso. Não fazer também com que os bebês sejam negligenciados, eles têm o direito de brincar, de ter a infância, e aí a violência provavelmente vai diminuir só que isso precisa criar uma cultura. E essa cultura que o Mandela nos disse, precisa ser uma comunidade, tem que passar para a comunidade. E isso é a própria comunidade se tornando agente terapêutico, isso é que eu espero.

Quando eu passei qual *slide* da estátua... Eu vou lembrar uma outra coisa que nós fizemos numa outra Semana do Bebê, nós passamos “Tiros em Columbine”, aquele famoso filme do Mike Moore, aqueles meninos que sofreram todos os problemas, mataram outros meninos, Senador, todos tinham tido uma infância muito

terrível. Pois existe uma cidade nos Estados Unidos o Littel Rock que tem um avião bombardeio que todos os caras, alguns vão lá tirar foto para mostrar... Esse foi um avião que na noite de 23 de dezembro de 1972 mais matou vietnamitas e as pessoas tiram fotos. Nos veio a idéia de passar o filme “Tiros em Columbine” para mostrar o antídoto, que é investir nos bebês, na paz, e aí nós fizemos a estátua da mãe e do bebê. Um bebê bem recebido, um bebê bem acolhido, um bebê que tem essa maternagem, que tem essa mãe sensível, um cuidador quando não tem essa mãe, que tem o avô, tem avó. Eu pude visitar a China. Se não fossem os avós, Senadora, a China não estaria sobrevivendo. Os avós salvaram e nós temos nôno, a nôna, ôma, opa... Nós temos japoneses. A depressão pós-parto no Japão tem menos prevalência porque a mãe está ao lado da mãe, a avó está ao lado da mãe... Já em Tóquio está ficando muito ocidentalizado. Já os índices já cresceram.

Então, eu queria dizer o seguinte – Que nós temos que fazer a cultura da paz e a paz é o antídoto da violência, e isso eu me lembro do Sr. Francisco Camargo quando ele cheira o bebê e tira foto do bebê. Quando ele conta assim e mostra que ser pobre, como vocês falaram aqui, como o Márcio Lisboa falou, não está na pobreza, a pobreza é só um fator que pode piorar, é a desestruturação da família, mas existem muitos vínculos. E ele mostrou que precisa ter fé e esperança, e no Brasil nós perdemos a fé e a esperança e vocês que estão aqui têm que fazer nós recuperarmos, conhecendo essas coisas que nós dissemos para vocês, o que vocês sabiam e mais um pouco, vocês têm que fazer com que a gente acredite em vocês, os políticos. Porque é um povo sem fé, um povo sem esperança, como diz o nosso Sr. Francisco Camargo, ele sempre acreditou e deu esperança, e ele é o pai da resiliência, o Sr. Francisco Camargo que foi apoiado pela D^a. Helena Camargo. Porque quem viu o filme sabe, quando aquele empresário levou os filhos, ela dizia – “Eu quero os meus filhos de volta, porque aí teve família”, e “Família com amor, onde tudo começa”, foi o tema da Semana do Bebê.

Então, é como diz o Sr. Francisco Camargo – “É o apego?” E diria o Bowlby, eu diria, “É o amor”. É o amor. Obrigada.

[Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Senador Pedro Simon, veja que o seu Projeto trouxe para nós aqui no Senado Federal, um momento muito rico. E que traz para nós a certeza de que não vamos perder a esperança. Que tem pessoas como aqueles aqui desfilaram com seus temas. Temas preciosos de orientação para a família

brasileira, e eu tiro alguma coisa, rapidamente, mas tiro alguma coisa. Por exemplo, é triste ver a afirmativa que foi feita aqui de que o celular é um símbolo hoje da violência invertidamente os valores realmente das razões dessa violência. Foi assim uma figura muito importante colocada. E que faz a gente pensar na criança.

Eu colocaria também a questão que foi colocada aqui, do paternalismo do Estado através de assistencialismo, sem desenvolvimento e que o povo precisa e tem responsabilidade. Foi também uma afirmativa muito importante, mas o que nos preocupa muito, professores, é o contingenciamento de recursos para a saúde e para a educação, principalmente, nesse País. É triste ver que os recursos que são colocados nesta área são tratados igualzinho às outras áreas. Contingenciamento.

Mas, palestra como essa que faz com que a gente encha o coração de referências éticas. Referência ética da família e da sociedade que é a que nós precisamos tanto. E isso nós assimilamos com o Projeto como esse do nosso querido Senador Pedro Simon, pelas palavras dos Senhores que nós agradecemos muito. Acho que a família brasileira ganhou muito hoje com essa Audiência Pública.

E eu declaro essa audiência encerrada. [Palmas]

Sessão encerrada às 13h7min

Ata da 18ª Reunião Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 31 de maio de 2006

Às dez horas e seis minutos do dia trinta e um de maio de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Sérgio Zambiasi, Presidente Eventual e com a presença dos Senhores Senadores Jorge Bornhausen, José Jorge, Maria do Carmo Alves, Marcelo Crivella, Marcos Guerra, Juvêncio da Fonseca, Leonel Pavan, Wellington Salgado de Oliveira, Íris de Araújo, Sérgio Cabral, Aelton Freitas, Paulo Paim, Fátima Cleide, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, César Borges, Marco Maciel, Romeu Tuma, Lúcia Vânia, Geraldo Mesquita, Luiz Otávio e Antônio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Demóstenes Torres, Edison Lobão, Gilvam Borges, Valdir Raupp, José Maranhão, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho. Justificam a ausência os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho. O Senhor Presidente Eventual, Senador Sérgio Zambiasi, registra a presença, para acompanhar a reunião, da Senadora Heloisa Helena (PSol/AL), não membro da Comissão. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Senador Sérgio Zambiasi, Presi-

dente Eventual, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Antes de inicializar a reunião, a Presidência faz o comunicado que se segue – **Comunicado** – “Comunico, com pesar, o falecimento do Jornalista Daniel Herz, membro do Conselho de Comunicação Social, um dos fundadores do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC, batalhador incansável pela democratização das comunicações”. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da pauta. **Item 01 – Projeto de Lei da Câmara nº 047, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Francisco Dornelles, que “Dispõe sobre a prorrogação de incentivos fiscais para aplicação em fundos destinados ao desenvolvimento da indústria cinematográfica, alterando a Medida Provisória nº 2.228, de 6 de setembro de 2001”. O relator designado é o Senador Sérgio Cabral e o parecer favorável é aprovado. **Item 02 – Requerimento nº 016-CE, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Roberto Saturnino que, requer “... nos termos dos incisos II e XI do art. 90 e I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiências Públicas (sendo a primeira em conjunto com a Comissão de Educação), no âmbito da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, destinadas a debater os institutos da meia-entrada e da gratuidade para diversas categorias e setores em produções e espetáculos culturais e para os respectivos Projetos de Lei que versam sobre estes temas, em tramitação no Senado Federal”. O requerimento é aprovado. **Item 03 – Requerimento nº 017-CE, de 2006 e nº 001-CECTCS, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Cabral que, requer “... nos termos dispostos nos incisos II, V, IX e XI do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiências Públicas, (sendo a primeira em conjunto com a Comissão de Educação), no âmbito da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social destinada a discutir os problemas relacionados ao Setor Musical Brasileiro”. O requerimento é aprovado. **Item 04 – Requerimento nº 018-CE, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Cabral que, requer “... nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão da música no escopo da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, instalada no âmbito da Comissão de Educação, que adotará a denominação de Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social”. O requerimento é aprovado. O Senhor Senador Sérgio Zambiasi, Presidente Eventual, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a

devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas e vinte e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no **Diário do Senado Federal**. – Senador **Sérgio Zambiasi**, Presidente Eventual da Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIA-SI (PTB-RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, neste 31 de maio de 2006, quarta-feira, horário de 10 horas da manhã.

Abro esta Reunião com um pesaroso dever de comunicar o falecimento do Jornalista Daniel Hertz, membro do Conselho de Comunicação Social, e um dos fundadores do Fórum Nacional pela democratização da comunicação.

Daniel Hertz sempre foi um batalhador incansável, realmente, pela democratização das comunicações. Vinha de uma doença que se agravou muito nas últimas semanas, e, infelizmente, ontem tivemos a perda deste incansável lutador na área de comunicação o Jornalista Daniel Hertz.

Deixo aqui registrado o sentimento de pesar da Comissão de Educação.

Passamos, imediatamente, ao Item nº 01 da pauta não terminativo. O Projeto de Lei da Câmara 47 de 2006 dispõe sobre a prorrogação de incentivos fiscais para a aplicação em fundos destinados ao desenvolvimento da indústria cinematográfica alterando a Medida Provisória 2228 de 6 de setembro de 2001. Autor Deputado Francisco Dornelles, Relatoria Senador Sérgio Cabral a quem passamos a palavra.

SR. RELATOR SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Obrigado, Presidente Senador Sérgio Zambiasi.

Quero também me associar a nossa manifestação de pesar pela morte do Jornalista Daniel Hertz. E passar a ler o relatório do projeto do eminente Deputado Federal, ex-Ministro da Fazenda Francisco Dornelles que vem ao encontro exatamente da preocupação desta Comissão com a indústria do áudio visual.

Nesta Comissão nós aprovamos há alguns meses um projeto de minha autoria na mesma direção da renovação da Lei do Áudio Visual e que se encontra, lamentavelmente, no Plenário do Senado por um Requerimento, a meu ver, equivocado de última hora, feito pela Senadora Ana Júlia e aguardando a desobstrução da pauta para então entrar em votação.

No entanto, o Ministro Francisco Dornelles com a mesma sensibilidade foi ao encontro desse desejo

da indústria cinematográfica e apresentou um projeto na mesma direção, aprovado na Câmara e que nos resta aqui no Senado analisá-lo e votá-lo.

Não há óbice constitucional ou legal à aprovação do projeto, Sr. Presidente. No mérito trata-se de iniciativa que merece todos os aplausos. A indústria cinematográfica é de enorme importância para o desenvolvimento cultural do Brasil e um dos elementos de incremento da identidade cultural de qualquer povo.

A indústria cinematográfica brasileira necessita para competir com a indústria de Países desenvolvidos, em especial, a norte-americana de incentivo do Estado, sob pena de por falta de verba não se poder viabilizar produções cinematográficas à altura da criatividade da competência dos profissionais de cinemas brasileiros.

Esses incentivos acabam por incrementar a economia brasileira na área de cultura, trazendo mais investimentos na área da cultura e promovendo o desenvolvimento educacional do País.

Antes de proferir o meu voto, Sr. Presidente, eu acho que com respeito ao Autor vale, inclusive, citar a sua justificação tratando isso ele, não só de um Deputado Francisco Dornelles vinculado à indústria cinematográfica, há muitos anos o Deputado se preocupa com esse tema, como um eminente conhecedor da política tributária brasileira, da legislação tributária brasileira.

Segundo o Deputado Dornelles, a aprovação desse Projeto de Lei não implica redução de receita da União no exercício de 2006, tendo em vista tratar-se de incentivo fiscal, na verdade 2007, que já existe e que, portanto, estará computado no orçamento do referido exercício.

Quanto aos exercícios subsequentes bastará que se considere a evolução vegetativa das estimativas do exercício anterior com base no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como nas correspondentes memórias de cálculo que serão enviadas pelo Poder Executivo.

Sr. Presidente, o meu voto é inteiramente favorável a esse Projeto, pois a indústria cinematográfica brasileira se desenvolveu após um período crítico com o Governo Collor exatamente com a Lei do Audiovisual de 1993 que no seu art. 1º previa o incentivo fiscal e o seu término de vigência no ano de 2006, 13 anos depois. O que estamos fazendo aqui é prorrogar, no caso do Deputado Dornelles por mais cinco anos, no nosso caso seriam por mais 10 anos, é o Projeto que tramita que está no Plenário do Senado Federal. Esse já aprovado na Câmara é uma proposta por mais cinco anos, já é um avanço. O que não pode é a indústria cinematográfica brasileira ficar insegura.

Nós sabemos que a maturação para a produção de um filme de longa metragem é da ordem de dois, três anos. Então não tem cabimento nós chegarmos, como estamos chegando ao último dia de maio sem a garantia dos produtores, dos empresários, dos artistas, da manutenção da permanência do art. 1º da Lei do Audiovisual que hoje, volto a dizer, ela é essencial para a sobrevivência do cinema brasileiro, e não há País do mundo que tenha uma indústria cinematográfica forte que não tenha políticas de incentivo de apoio à sua indústria cinematográfica local. Por isso, Sr. Presidente, o meu voto é absolutamente favorável ao Projeto de Lei do Deputado Francisco Dornelles.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Sérgio falou, tem que prevalecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado. O Senador Tuma acaba de colocar aqui ao nosso Conselho. O Relator Senador Sérgio Cabral vem ao encontro seguramente das expectativas aqui da Comissão com relação a esta proposta.

Coloco em discussão. Coloco em votação, votação simbólica. Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram, está aprovado.

Vamos ao segundo Item da pauta não terminativo, Requerimento o Senador Roberto Saturnino. Requer nos termos dos Incisos 2º e 11º do art. 90 e 1º do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal a realização de Audiências Públicas sendo a primeira em conjunto com a Comissão de Educação no âmbito da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, e Comunicação Social destinadas a debater os institutos da meia entrada e da gratuidade para diversas categorias e setores em produções e espetáculos culturais e para os respectivos Projetos de Lei que versam sobre esses temas em tramitação no Senado Federal.

Com a palavra o Autor do Requerimento, Senador Roberto Saturnino.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, desde que nós realizamos aqui na Comissão aquela Audiência Pública com os representantes do teatro que enfatizaram muito as perdas de receita que estavam ocorrendo com as formas de abuso do instituto da meia entrada, desde aquele momento que essa preocupação me alertou para a idéia de discutir esse assunto aqui nesta Comissão, porque se trata e depois também os exibidores de cinema da mesma forma, enfim, todos aqueles que dependem de receitas de apresentações teatrais, cinematográficas ou musicais, se queixam de práticas

de abuso na concessão dessas meias entradas e que precisariam estar sendo, de alguma forma, reprimidas ou fiscalizadas com mais eficácia, com mais rigor.

Há iniciativas no Congresso orientadas para esta finalidade. E nesse sentido eu apresentei esse Requerimento para que nós discutamos esse problema aqui de uma forma democrática, aberta. É um temo polêmico, porque a meia entrada tem, obviamente, muitos benefícios de natureza social e mesmo de natureza de acesso e de ampliação das audiências e dos públicos assistentes, mas, por outro lado, quando esse instituto ultrapassa certos limites e se cometem abusos, o prejuízo cai sobre os produtores desse espetáculo, de modo que eu acho que nós devíamos discutir isso com toda franqueza, com toda abertura democraticamente como é da praxe desta Comissão, esta é a razão da apresentação do meu Requerimento.

SR. RELATOR SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Sr. Presidente, para discutir a matéria eu começo pelo fim das observações do Senador Saturnino. É da praxe da Casa discutir as matérias, é da praxe da Casa abrir o debate.

Creio que há projetos tramitando no Congresso Nacional que possam ser abusivos. Sou oriundo do setor cultural, tenho uma família vinculada ao setor cultural, creio que há preocupações pertinentes de setores do empresariado ligado a essa área. Agora, vamos ter cuidado porque falo como autor de leis, não de projetos, de leis do meu Estado que incentivaram que segmentos da população pudessem ter acesso a bens culturais. Hoje V.Exª vai ao Rio de Janeiro a qualquer sala de exibição de cinema e V.Exª irá ver uma quantidade significativa de cidadãos da terceira idade pagando meia entrada nos cinemas do Rio de Janeiro.

Eu me lembro que quando apresentei este Projeto de Lei como Deputado Estadual do Rio de Janeiro, os donos de salas de exibição foram ao meu encontro dizer que eu ia quebrar os cinemas do Rio de Janeiro. Eu disse a eles que era um equívoco porque são raras as sessões onde há primeiro – 100% das poltronas ocupadas, e segundo que os idosos teriam condições de ocupar poltronas em horários ociosos e que aquela sessão em que a poltrona está vazia é irrecuperável, que é muito melhor ter um cidadão da terceira idade a ocupando, pagando meia entrada. Hoje estão todos satisfeitos. As salas de exibição, duvido que haja um exibidor... Claro, ele gostaria de receber o valor inteiro do ticket, mas está lá o público da terceira idade que não freqüentava cinema e que passou a freqüentar. A mesma coisa em relação aos teatros, quando eu apresentei o Projeto de Lei garantindo a meia entrada nos

teatros para os idosos foi à mesma reclamação. Hoje, Sr. Presidente, eu posso garantir a V.Ex^a e V.Ex^a ouviu nessa Comissão na audiência do teatro, se não fosse o público da terceira idade os teatros do Rio de Janeiro estavam vazios. Hoje, o que garante a demanda fundamental dos teatros do Rio de Janeiro é da terceira idade. Nós criamos novas platéias.

Então, evidente que a gente não pode... Concorde que há projetos que estão tramitando aí absolutamente ridículos, projetos que falam – o sujeito que tem a orelha esquerda maior que a direita ganha meia entrada, o sujeito que tem problema, enfim, no estômago ganha meia entrada, isso tudo é demagogia. Agora, o que nós fizemos em relação ao idoso é a política que se conhece nos Países de primeiro mundo, a política se conhece nos Países de primeiro mundo. Então, é importante chamar a atenção para discutirmos, como tenho certeza, é o interesse do Senador Saturnino, que é um homem comprometido com as causas populares, mas que a gente não permita que aproveitadores, nem o Senador Saturnino e nem eu, mas aproveitadores possam aproveitar esse tema para fazer campanha contra vitórias e conquistas. É muito importante verificar que os cinemas dão meia entrada para os estudantes e para os idosos porque isso existe em qualquer lugar do mundo, como também nos teatros para os nossos idosos e estudantes, isso é uma garantia de civilidade.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu queria um aparte, mas não consegui, quem sabe o Presidente me deixe falar uma palavrinha.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – O Senador Tuma está com a palavra.

SR. RELATOR SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Eu não tinha visto, perdão, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, não, é porque...

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – É que o Senador Cabral estava tão entusiasmado e defendendo o seu ponto de vista que estava com toda atenção voltada para o tema.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Algumas coisas que V.Ex^a colocou, Senador Saturnino, V.Ex^a falou que a terceira idade é um novo público, eu não concordo, eu acho que o projeto de V.Ex^a a virtude é levar de volta um público que ao meu tempo ia ao cinema, ao teatro e perdeu as condições financeiras pela aposentadoria, então ele vai de volta e cria um novo costume que estava se perdendo, não há mais cinema pelo País, só os shoppings é que construíram algumas salas pequenas e começam a trazer de volta a cultura do cinema, do teatro

e tudo isso, e não dá para falar em educação aqui, todo mundo fica discutindo que a violência está na razão direta da falta de educação cultural, e não dá para a cultural andar separado dos projetos de educação, eu acho que isso tem uma importância vital. Nós temos que eliminar esses projetos demagogos, estudo besta que é para fazer média em qualquer canto e rejeitá-los de pronto, mas aqueles que façam com que a educação possa caminhar ao lado da cultura, sem dúvida, eu acho que nós vamos trazer alguns benefícios à sociedade, não só pelo lazer, o prazer, o desenvolvimento cultural, mas diminuir... Pode ter certeza, eu assino embaixo, Senador, a violência cai.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Muito bem, e nós entendemos que o Requerimento do Senador Saturnino vem nessa direção, trazer esses projetos para cá, para que sejam amplamente discutidos, inclusive, estes que derivam para o lado da demagogia sejam eliminados aqui já na Comissão pareceres contrários.

Eu acho que ele é importante que de uma vez a gente reúna todos e se faça uma análise criteriosa de todos e os que têm as intenções, realmente, apoiar os segmentos terão a nossa aprovação e os demais serão, obviamente, rejeitados.

Vamos colocar em votação o Requerimento. Os Senadores e Senadoras que concordam, permaneçam como se encontram, está aprovado.

Item nº 03 da pauta não terminativo. Requerimento, Autor Senador Sérgio Cabral requeridos nos termos dispostos nos Incisos II, V, IXI e XI do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiências Públicas sendo a primeira em conjunto com a Comissão de Educação no âmbito da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social destinada a discutir os problemas relacionados ao setor musical brasileiro.

O Requerimento foi aprovado na Subcomissão Permanente de Cinema, teatro e Comunicação social, uma reunião de 24 de maio.

Com a palavra o Autor do Requerimento o Senador Sérgio Cabral.

SR. RELATOR SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Na verdade, Sr. Presidente, é o que nós queremos, apenas estamos agora consagrando legalmente uma vitória da nossa Subcomissão e que, certamente, os Srs. Senadores irão confirmar de trazer para o debate da nossa Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social a música brasileira, um dos maiores bens culturais desse País, um dos maiores cartões postais de brasilidade no exterior, um dos maiores orgulhos do povo brasileiro

é a nossa música, pela sua qualidade, pela sua diversidade e dentro do debate da música, exatamente discutir desde pirataria, passando por temas como música na grade curricular da educação brasileira, direitos autorais, direitos trabalhistas dos músicos brasileiro, enfim, uma série de temas que serão incluídos como nós conseguimos com o teatro, recentemente, e com o cinema há alguns anos. Portanto, eu fico muito feliz de apresentar e de receber o apoio e o entusiasmo dos Senadores para incluir a música. Teremos daqui a pouco, inclusive, um debate da Comissão de Educação com a Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social com artistas brasileiros, cantores, compositores, músicos brasileiros para discutir esse tema.

Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado, Senador Sérgio Cabral. Está em discussão o Requerimento. Em votação o Requerimento, Senhoras e Senhores que concordam permaneçam como se encontram. Está aprovado o Item nº 03 da pauta.

Vamos, imediatamente, ao Item nº 04 da pauta, último Item da ordem do dia de hoje não terminativo, Requerimento também da autoria do Senador Sérgio Cabral que requer nos termos do Regimento Interno do Senado Federal a inclusão da música no escopo da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social instalada no âmbito na Comissão de Educação que adotará a denominação de Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Com a palavra o seu Autor.

SR. RELATOR SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – É exatamente isso, Sr. Presidente, o Requerimento anterior era o debate e esse Requerimento subsequente é já aprovar e comemorar a inclusão da música no Congresso Nacional, no Senado Federal para que ela possa ter o *status* que ela merece no Parlamento Brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Em discussão. Em votação. Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram, está aprovado o Requerimento do Senador Sérgio Cabral.

Concluída a pauta da ordem do dia de hoje, encerramos a presente Reunião da Comissão de Educação e convidamos para a próxima reunião, imediatamente, que reunirá a Subcomissão Permanente de Cinema, teatro e Comunicação Social da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Está encerrada a presente Reunião.

Sessão encerrada às 10h27min.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Ata da 19ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação e 3ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 31 de maio de 2006

Audiência Pública Conjunta

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia trinta e um de maio de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Sérgio Cabral, Presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, e com a presença dos Senhores Senadores José Jorge, Marcelo Crivella, Marcos Guerra, Wellington Salgado de Oliveira,, Íris de Araújo, Sérgio Cabral, Aelton Freitas, Paulo Paim, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Cristovam Buarque, Marco Maciel, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Geraldo Mesquita Júnior, Romero Jucá, Antônio João, Antônio Carlos Valadares e Magno Malta reúnem-se a Comissão de Educação e a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Juvêncio da Fonseca, Leonel Pavan, Gilvam Borges, Valdir Raupp, José Maranhão, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho e Fátima Cleide. Justificam a ausência os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho. O Senhor Presidente Senador Sérgio Cabral registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública da Senhora Senadora Heloísa Helena (PSol/AL), não membro da Comissão e da Subcomissão e do Deputado Federal Chico Alencar (PSol/RJ); Gabriel Pensador, cantor; Cláudio Nucci, cantor e compositor; Rênio Quintas, Associação de Músicos do DF e Entorno; Carlos Zimbher e Luis Felipe Gama, Cooperativa de Músicos de São Paulo; Carlos de Andrade, Presidente da Associação Brasileira de Música Independente – ABMI; Deborah Cheyne, Presidente do Sindicato de Músicos do Rio de Janeiro; Manoel Neto, Vice-Presidente da Associação dos Compositores do Paraná; Zezé Freitas, Coordenadora do Fórum de Músicos de São Paulo; Filó Machado, Cantor e Compositor; Dalmo Mota, Músico e Compositor; Felipe Radicetti, Compositor – Núcleo Independente de Músicos; Goya, Cantor, Compositor Coordenador do Espaço Cultural da Câmara dos Deputados; Alexandra Capone, Representante

do Fórum de Música do Distrito Federal, Magali Kleber, Associação Brasileira de Educação Musical – ABEM. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Sérgio Cabral, submete à Comissão e a Subcomissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 001-CECTCS, de 2006 e nº 017-CE, de 2006, de autoria do Senhor Senador Sérgio Cabral, que tem como objetivo discutir “A Música no Contexto Nacional”. Comparecem à Audiência Pública a Senhora Fernanda Abreu, Cantora e Compositora; o Senhor Egeu Laus Simas, Coordenador da Rede Social da Música, com o tema – Inclusão Social; Senhor Sidnei Bonfim de Jesus; Presidente do Sindicato de Músicos da Bahia; com o tema – Questão Trabalhista; Senhor Alexandre Hees de Negreiros, Mestre em Etnomusicologia; com o tema, Direito Autoral; Senhora Cristina Gomes Saraiva, Coordenadora do Núcleo Independente de Música do Rio de Janeiro, com o tema – Difusão e o Senhor Ricardo Breim, Compositor e Arranjador, com o tema – Educação Musical. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Roberto Saturnino, Íris de Araújo, Wellington Salgado de Oliveira, Geraldo Mesquita Júnior, Magno Malta, Cristovam Buarque e José Jorge. O Senhor Senador Sérgio Cabral, Presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e quarenta e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**. – Senador **Sérgio Cabral**, Presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social – Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Declaro aberta a 19ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação e 3ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada hoje, 31 de maio, às 10h37.

A Audiência Pública hoje o assunto é “A música no contexto nacional”. O Requerimento é de minha autoria. Nós temos como convidados Fernanda Abreu, Cantora e Compositora, Egeu Laus Simas, Coordenador da Rede Social da Música, Sidnei Bonfim de Jesus, Presidente do Sindicato de Músicos da Bahia, Alexandre Negreiros, Mestre em Etnomusicologia, Cristina Gomes Saraiva, Coordenadora do Núcleo Independente de Música do Rio de Janeiro, e Ricardo Breim, Compositor e Arranjador.

Antes de iniciarmos a Audiência Pública, eu gostaria de fazer um brevíssimo relato das atividades e atuação desta Comissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. É a primeira Subcomissão Permanente criada no âmbito do Senado Federal, com marcante atuação política e Legislativa. Nesse Fórum, discutiu-se com êxito a criação de uma agência reguladora para a indústria cinematográfica brasileira, hoje denominada ANCINE, Agência Nacional de Cinema, incluindo aí a luta para o seu forte político, institucional e econômico, bem como a ampliação do seu escopo de atuação, sendo aprovadas, nos anos de 2002 e 2003, duas Emendas alocadas ao Orçamento da União no valor de dois e oito milhões de reais, respectivamente, para o fomento, a distribuição e comercialização de obras cinematográficas e videofonográficas. Debateremos a Lei do Audiovisual, com a realização de várias Audiências Públicas para discutir o aperfeiçoamento do marco regulatório para os setores de exibição, distribuição, infra-estrutura técnica e produção. Esse último culminando com a apresentação de um Projeto de Lei, de minha autoria, que prorroga o art. 1º da Lei do Audiovisual por mais 10 anos. Esse artigo é a essência da lei, que foi o que garantiu o renascimento do cinema brasileiro de 1993 para cá. Recentemente iniciamos o debate sobre a pirataria no audiovisual, onde já estamos preparando as alterações necessárias na Legislação.

Esta Subcomissão foi o primeiro colegiado, ainda no ano de 2000, a discutir a implantação da TV Digital no País, e também a primeira a questionar a não aplicação dos recursos do Fundo de Universalização das Telecomunicações, o FUST. No ano de 2004, iniciamos encontros que determinaram, em 2005, a inserção do teatro nos temas de nossa Subcomissão, destacando duas ações – A aprovação de uma Emenda no valor de trinta milhões de reais alocados no Orçamento da União destinada à Fundação Nacional de Arte, a FUNARTE, para o setor do teatro e da dança, sendo a primeira vez que o Legislativo aprova uma Emenda nesse sentido, beneficiando o teatro e a dança e a conclusão de um anteprojeto em parceria com o teatro para elaboração de uma lei geral para a dramaturgia

brasileira, em fase de elaboração final, está previsto para meados de junho a apresentação de um Projeto de Lei para incluir as entidades voltadas para a educação e pesquisa na Lei Rouanet. E finalmente, no dia de hoje, incluímos a vigorosa indústria musical brasileira, onde eu tenho certeza que faremos uma profíqua parceria incorpora parceria entre os agentes, os criadores, os produtores do setor musical brasileiro e o Congresso Nacional.

Então, eu fico muito feliz de ter sido o autor do Requerimento para esta Audiência Pública, que está sendo registrada pela TV Senado, pela Rádio Senado e pelos registros oficiais do Senado, com a presença dos nossos Senadores e, ao mesmo tempo, a inclusão da Música na Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social.

Cada expositor terá 10 minutos para fazer a sua exposição. A primeira expositora é a Cantora e Compositora Fernanda Abreu.

SRA. FERNANDA ABREU – Bom dia. Agente está muito feliz porque a gente conseguiu incluir a Música aqui na Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social, isso é muito importante para a gente. Os Músicos estão mobilizados, a gente já vem há dois anos trabalhando em todas as questões estruturais da música. A gente quando fala em música no Brasil parece que é uma grande indústria, parece que está tudo resolvido, e tem muitas coisas que a gente tem que discutir, aprofundar e se debruçar nas questões da Música e dos Músicos.

Então, para a gente, a gente entende que a música, a cultura brasileira, especialmente a música, que é uma representação muito forte artística e cultural no Brasil, a gente acha que ela faz parte da construção dessa identidade brasileira. A gente entende que o Brasil ainda está nessa construção, o que é ser brasileiro, a gente se pergunta isso o tempo todo. E a música vem responder, em muitos momentos, isso para a gente. A gente tem aí mil pesquisas, e uma pesquisa importante que houve no SEBRAE, “O que é a cara do Brasil”, feita no exterior, 65% das pessoas responderam “A música brasileira é a cara do Brasil”. Então, a música ainda é, eu acho, no Brasil, o que orgulha o brasileiro, o que ele se identifica. Mas, não está tão lindo assim. As coisas na Música não são tão maravilhosas para a gente.

Então, a gente tem questões estruturais na música. A gente tem que discutir educação musical, a gente acha que, pelo menos, conversar e aprofundar essa questão da possibilidade da inclusão da Música no currículo escolar, a volta da Música no currículo escolar. Não só para as pessoas que é querem ser Músicos, mas a Música, estudar mú-

sica é importante para inteligência, para ser um brasileiro mais inteligente, mais culto, mais musical, mais politizado, eu acho que a música é consciência também.

Então, a gente tem questões como educação musical, divisão interna e externa, que é uma questão importante para a gente, a gente tem direito autoral, a gente tem a música como inclusão social, que eu acho que no Brasil hoje é fundamental, a gente vive num País onde a gente tem muitos excluídos, muitas favelas, muitas periferias, um povo excluído, eu acho, totalmente, a gente vê aí, acabamos de ver situações conflitantes e difíceis em São Paulo. A gente vive no Rio de Janeiro e sabe que a situação é bem complicada. A gente não vai resolver o problema de desigualdade social com a música, mas a gente é uma alternativa real. A Música, a gente tem projetos importantes e vitoriosos, como por exemplo o Afroreggae, que tem 12 anos, não é uma coisa que tem um, dois anos.

Então a gente quer aprofundar essa discussão, a gente quer aprofundar um pouco mais na música como indústria mesmo. Discutir impostos, discutir isenção, discutir pequenos selos, a relação com a indústria, com as MAYDIERS(F). A gente tem uma série de questões que são importantes, e que eu acho que os nossos palestrantes aqui vão colocar um pouquinho e passar por alto assim, mas eu acho que é muito importante para a gente, foi muito importante mesmo para a gente vocês terem abraçado a Música dentro da Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social, eu acho que a gente vai fazer um trabalho incrível com vocês, eu acho que a gente vai melhorar o Brasil e acho que a gente vai sair daqui com alternativas muito importantes para todos os outros setores da cultura também, a gente vai discutir coisas que eu acho que vão ser muito importantes não só para a música corporativa, mas eu acho que isso vai gerar outras possibilidades.

Então, é isso. Queria agradecer imensamente, fiquei muito feliz, obrigada. Obrigada vocês Senadores, e é isso aí. Muito obrigada. [Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Agradeço a exposição dessa artista de sucesso, e comprometida e engajada, que é a Fernanda Abreu. O próximo expositor é o Coordenador da Rede Social da Música, o Egeu Laus Simas, e o tema é inclusão social. Na verdade, a Fernanda fez uma introdução muito positiva e analisando uma série de pontos dessa agenda da Subcomissão com o setor musical, passando desde a questão da educação, a questão da inclusão social e a questões do negócio Música, do setor corporativo e, de certa maneira, os demais palestrantes irão abordar temas apontados pela Fernanda. O Egeu vai falar sobre inclusão social.

SR. EGEU LAUS SIMAS – Bom dia a todos.

Antes de mais nada, mais uma vez agradecer à Comissão de Educação do Senado pela sensibilidade de perceber a Música como uma questão estratégica no Brasil de hoje, num mundo globalizado e, em especial, ao Senador Sérgio Cabral Filho, ao ter apresentado a proposta de inclusão da Música na Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social.

Eu tenho reservas com a palavra inclusão social. Incluir quem e incluir onde? Talvez uma palavra melhor para essas populações, que as ONGs e a Rede Social da Música está trabalhando, fosse “expressão social”. Talvez mais do que inclusão, eles precisam se exprimir.

Eu prefiro tratar o tema como música e cidadania. E começo com uma brincadeirinha, parafraseando John Kennedy, “Não pergunte o que o Brasil pode fazer pelo Músico, pergunte o que o Músico pode fazer pelo Brasil”, que é o moti das entidades que trabalham nessa direção. Eu diria que talvez a necessidade maior, nesse momento, é que se rompa um paradigma que diz que inovação e desenvolvimento num País está fundado no que se chamou de hélice tripla, onde você tem numa das pontas o Governo, numa segunda ponta as empresas, a iniciativa privada, e numa terceira ponta a universidade. A gente começa a perceber que talvez seja necessário mais uma ponta para construir uma hélice social, e ela é, sem dúvida, a inclusão da sociedade civil organizada nessa discussão, principalmente, em duas questões básicas, que são urgência das transformações e continuidade.

A gente sabe como é difícil para o Governo e também para a Universidade tratar das questões com a urgência necessária. Continuidade, nós sabemos também que o Governo, pela excessiva politização partidária que acontece, acaba muitas das vezes jogando fora tudo que foi construído de quatro em quatro anos. A sociedade civil organizada tem condições de perceber e cobrar continuidade e urgência, porque ela sabe onde o calo dói. Ela pode, portanto, exigir comprometimentos, pode cobrar realizações e pode acompanhar. Não significa retirar o papel do Governo, enfim, o papel que ele realmente tem que exercer, mas sim, a sociedade civil estar junto, acompanhando o que acontece.

E, nessa direção, as Organizações Não-Governamentais sem fins lucrativos têm cada vez mais um papel importante. Índices recolhidos recentemente dizem que são 25 mil no Brasil. Se a gente computar sindicatos e outras associações esse número chegaria a 50 mil. As Organizações Não-Governamentais empregam mais do que o serviço público federal hoje. E se computar todo o espectro, eles movimentam 5%

do PIB nacional. Isso é mais do que a grande maioria dos Estados brasileiros. E no movimento dessas ONGs cresce a percepção da cultura e da arte como ferramentas estratégicas de transformação.

Num mundo globalizado, automóveis vão ser iguais em qualquer lugar do mundo. Vai sobrar para cada País a sua arte e a cultura como identidade. E nessa escolha de arte e cultura como transformador social, no Brasil, a música é, sem dúvida, a grande ferramenta. Coloque um jovem tocando violão numa esquina qualquer, de qualquer cidade do Brasil, imediatamente se forma um grupo. A atração que isso exerce é fundamental, e ela tem que ser utilizada para que se construa cidadania.

Não vamos nem falar nas pesquisas recentes, que colocam a música como tendo poder transformador na saúde. Por exemplo, uma pesquisa realizada em Frankfurt, durante quatro anos, concluiu que cantar reforça o sistema imunológico. Nós vamos deixar as questões médicas de lado.

Vamos falar, no Brasil, de duas pesquisas feitas recentemente, uma no final de 2005, pela Agência OGILVY, de São Paulo, que levantou os seguintes números – Foi perguntado ao povo brasileiro de que mais ele se orgulhava no Brasil. 65% das pessoas, na média, significa que entre os jovens isso foi muito maior, 65% das pessoas declararam que o que dá orgulho no Brasil é a Música. E esse índice tem mais valor quando a gente percebe que o segundo colocado, com 45% dos votos, foi o futebol. Um pouquinho mais abaixo, com 41, você tem outros esportes. Sem dúvida pelo trabalho de marketing realizado pelo vôlei e o basquete nos últimos anos. E muito mais abaixo, com 25%, a agricultura, evidente que foi antes dessa quebradeira geral que aconteceu agora. [Risos] Então, se percebe que Música está no topo da auto-estima nacional.

Uma outra pesquisa realizada pelo SEBRAE, em 2002, no seu texto, eu vou pedir licença para ler, diz o seguinte. A pesquisa chama-se “A cara brasileira”, realizada pelo SEBRAE para se tentar encontrar fatores que pudessem compor uma imagem brasileira para o exterior. E diz o seguinte, uma frase rápida – “A música brasileira constituirá a maior e melhor contribuição brasileira ao mundo no Século XXI”. Essa pesquisa foi coordenada pelo Sociólogo italiano Domenico di Massi. Mas a Música tem poder de transformação, inclusive em questões urbanísticas. É o caso, por exemplo, da revitalização do Bairro da Lapa, no Rio de Janeiro, completamente decadente, e que em três, quatro anos modificou totalmente, em cima, basicamente, [soa a campainha] de duas músicas.

Eu gostaria, então, de comentar rapidamente sobre um exemplo de uma das entidades que trabalha com

a Rede Social da Música. Chama-se Instituto Tocando em Você, da Tijuca. Foi levado ao Instituto Tocando em Você, na Tijuca, 27 jovens que não conseguiam se alfabetizar, com idades de 9 a 14 anos. Significa que alguns tinham dois anos de tentativa de alfabetização e outros tinham sete anos de tentativa de alfabetização. O trabalho do Instituto Tocando em Você, em nove meses, fez com que 22 desses jovens passassem para o terceiro ano, terceira série primária, como se dizia antigamente, e cinco deles para a segunda série. Todo esse trabalho foi feito com música.

Então, acreditamos na Música como transformadora, Música na transformação econômica, social e humana – Econômica, gerando renda e trabalho; Social, gerando cidadania; Humana, gerando felicidade.

E, para finalizar, então, lanço mão de duas estrofes fora de ordem, que vocês vão reconhecer. “Para um coração mesquinho, contra a solidão agreste, Luiz Gonzaga é tiro certo, Pixinguinha inconteste. Tome Noel, Cartola, Orestes, Caetano e João Gilberto. Nessas tortuosas trilhas a viola me redime. Creia, ilustre cavaleiro, contra fel, moléstia, crime, use Dorival Caymmi, e vá de Jackson do Pandeiro”. Obrigado. [Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Muito bom, Egeu. Registrar algumas presenças. Zezé Freitas, Coordenadora do Fórum de Músicos de São Paulo, Manoel Neto, Vice-Presidente da Associação de Compositores do Paraná, Déborah Cheyne, Presidente do Sindicato de Músicos do Rio de Janeiro, Carlos de Andrade, Presidente da Associação Brasileira de Música Independente, Carlos Zimba(F) e Luis Felipe Gama, Cooperativa de Músicos de São Paulo, Rênio(F) Quintas, Associação de Músicos do Distrito Federal e Entorno, Compositor e Cantor Cláudio Nucci, Compositor e Cantor Gabriel Pensador. Com a palavra o Presidente do Sindicato de Músicos da Bahia, Sidnei Bonfim de Jesus.

SR. SIDNEI BONFIM DE JESUS – Bom dia a todos. Eu vou falar sobre a relação do trabalhador Músico com a sociedade como um todo. Para iniciar essa nossa fala, é necessário que todos vocês, no caso, passem a enxergar o Músico profissional como um profissional gerador de emprego, renda, que geram também impostos para a nossa Nação. Uma categoria diferenciada, mas uma categoria profissional. Para a gente tentar ser bastante pragmático, bastante sucinto, eu vou pincelar alguns pontos aqui. O que falta, na nossa visão, é políticas públicas afirmativas, para facilitar o nosso exercício, visto até o que aconteceu ontem num seminário que aconteceu na Câmara, o Ministério da Indústria e Comércio não se fazer presente e informar que “A música não tem nada a ver com o Ministério da Indústria e Comércio”. É uma situação um tanto...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone]

SR. SIDNEI BONFIM DE JESUS – [Risos] Mas a música tem tudo a ver. Nós exportamos a cultura para o mundo inteiro. Eu vou fazer algumas observações que são necessárias de serem feitas. Entendemos que a criação da Lei 3.857, a lei que criou a Ordem dos Músicos, foi um grande avanço para a nossa categoria. Mas, precisamos atualizar essa lei. Tem algumas mudanças no panorama musical como a música eletrônica que, independente de gosto, é uma realidade que nós precisamos discutir e, de uma maneira consensual, incluir também... Ter essa inclusão da música eletrônica, ou do profissional da música eletrônica, nessa lei. Nós precisamos também discutir a proteção no caso dos Músicos nacionais, das vagas, no caso, essa invasão de Músicos estrangeiros nas Orquestras, como no caso da OSESP, da Orquestra de Manaus também, precisa ser discutido e através da legislação a gente proteger isso. A questão da OMB, que já tem algumas propostas interessantes. Algumas esquizofrênicas, como a extinção, isso não nos interessa. Mas, no caso, uma mudança estrutural na OMB é necessário, a gente tem que também buscar essa discussão.

Em síntese, a música gera divisas e, no caso, a sociedade só consegue nos ver como artistas. Não. Nós somos empreendedores, nós somos geradores de impostos e rendas, e muitos impostos não são arrecadados por conta da informalidade. Vamos dizer assim, eu falo pela Bahia porque eu conheço, o PIB da cultura na Bahia é 5%. 85% do exercício da profissão na Bahia é feito na forma da informalidade, da ilegalidade. Então, é preocupante isso. Isso tem que ser discutido, isso tem que ser modificado, para que a Música, no caso, conquiste o seu espaço. Porque, se a gente passar a ver Música como negócio, eu acho que já é um início. E, mais uma vez, também agradecer aqui a inclusão da Música nessa Subcomissão. Acho que já é um grande avanço também. Para finalizar. Valeu. [Palmas]

SRA. FERNANDA ABREU – Queria dar um aparte em relação a essa questão trabalhista, que é o seguinte. É muito importante que a gente realmente adapte uma lei trabalhista para os Músicos. Ser Músico é totalmente diferente de ser qualquer outro profissional, sei lá, operário. As nossas leis não podem ser CLT. Não dá. Músico toca com vários artistas. Músico, não tem um contrato assinado com um porque tem exatamente essa gama. Ele não é um Músico, por exemplo, “Eu sou Cantor e tenho uma banda, minha banda não é exclusiva minha”. Então como é que faz? Faz um contrato com eles? Mas eles têm que tocar com outros”. Então, isso é muito complicado.

E a outra coisa que eu queria registrar é a questão da OMB. A OMB, a gente precisa de eleições diretas na OMB. A OMB é um entulho autoritário. A OMB, as pessoas que estão no poder da OMB, estão há no poder há 44 anos. Então, isso eu acho que já diz muita coisa. E a primeira coisa que eu acho que a gente tem que rapidamente tentar resolver é Ordem dos Músicos do Brasil. [Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Obrigado, Sydney. Obrigado, Fernanda. Vamos ouvir... O sistema aqui é a exposição e, depois, o debate com os Senadores. Vamos ouvir o Alexandre Negreiros, que é Mestre em Etnomusicologia, e o tema é direito autoral.

SR. ALEXANDRE HEES DE NEGREIROS – Bom dia. O que eu fiz, na medida em que o nosso tempo ia ser bem curto e a idéia é tentar trazer algum tema relevante, algum debate relevante para a área dos direitos autorais, eu acabei de terminar uma tese de Mestrado em que eu mergulhei fundo no assunto ECAD e gestão coletiva de direitos no Brasil. E é um assunto que está tão em tela, e com os Srs. Senadores, a partir desses Projetos de Lei que têm sido votados, e eu trouxe aqui, eu quis destacar, para mostrar para vocês, o retrocesso que foi a nossa Lei de 98, num determinado ponto específico. Em 73, quando o ECAD foi criado, junto com o ECAD foi criado um órgão chamado CNDA, que era um órgão que, com todos os defeitos de sua primeira implementação, parece que registraram-se fatos alheios ao perfeito convívio entre as partes que utilizam da música para o seu benefício, não só o profissional como os usuários de música.

Então, o CNDA cumpria uma função que, atualmente, no mundo inteiro, algum órgão governamental ou ligado ao Governo central, ao poder central, das nações exercem sob os seus sistemas de gestão coletiva de direitos autorais. Eu tive o trabalho de ir no *site* da OMPI, que é o órgão da ONU relacionado à propriedade intelectual, e fiz o *download* de todas as legislações que haviam disponíveis. Eles ainda estavam fazendo o *upload* de algumas, estavam traduzindo algumas para o inglês, porque eles disponibilizam todas em inglês, francês e algumas em espanhol também.

Eu trouxe aqui uma seqüência de 60 pequenos trechos das legislações onde fica evidenciado, onde é inequívoco a importância do controle. Leia-se bem, o direito autoral é um direito privado, um direito que compete ao autor, embora haja uma interpretação de que esse direito é também um direito difuso, ou seja, existe o interesse público sobre o direito autoral.

A organização da gestão coletiva ela parte de uma organização em de um sistema em que se cria um órgão pela impossibilidade, pela inviabilidade de

uma gestão pessoal de cada Compositor em negociar os seus preços nas “N” emissoras que existem num determinado País para que sua música possa ser aproveitada. Ele não é capaz de estar no Acre, em Belém, enfim, no Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo, negociando os preços da sua utilização. Então, para isso, cria-se esse órgão gestor. Esse órgão gestor, ele então exerce uma função que é de interesse público, que é de organizar essa relação entre os autores e a utilização de suas obras. Essa atividade acaba sendo nada mais do que uma gestão financeira. E essa gestão financeira de um dinheiro que não é dessa entidade, ela está ali administrando dinheiro de autores, por isso elas cobram uma taxa. Agora, essa gestão precisa ser, quer dizer, para o nosso setor, para o setor da Música, ela é fundamental. Porque as nossas convenções internacionais consagraram direitos. Direitos autorais, que se reportam ao autor, direitos conexos, que se reportam aos intérpretes e aos produtores e outros direitos, direitos fonomecânicos, direitos... Que precisam ser administrados de forma coletiva.

O direito que pode ser administrado diretamente você vai lá e negocia. Quando alguém me contrata para fazer uma trilha, ele me paga e eu então cedo para ele os meus direitos de sincronização, e para isso eu recebo aquele cachê, depois, quando ele vai exibir publicamente, ele, o ECAD, que detém essa incumbência legal de arrecadar todos os direitos no território nacional, vai arrecadar os direitos de execução pública e vai criar critérios para distribuir, para que esse dinheiro chegue a mim, porque a música é minha, e está sendo ali administrada.

Quando há interferências nesse processo, quando você tem um sistema autoral que cobra de uma academia de ginástica um determinado valor e sequer pede a ela a informação de que músicas estão sendo executadas ali dentro, você quebra a formação da cultura do direito autoral. Qual é a cultura do direito autoral? É o dono da academia ter a certeza de que aquele dinheiro que ele pagou ali vai chegar no autor da música que ele colocou para o aluno dele fazer ginástica. Então, esse vínculo, quando ele é quebrado, quando ele não está claro, ele interrompe a formação de uma cultura, e o nosso sistema reclama, com muita pertinência, que não temos essa cultura, que o Estado não colabora como deveria, que, na verdade, existe uma certa vista grossa em relação às contribuições autorais.

Então, o que eu quis trazer aqui é uma demonstração de como podemos avançar num ponto que talvez não seja simples, porque a criação desse órgão exigirá estudos complexos. A gente precisaria ter alguma forma de interferência do sistema estatal, do Poder Público,

nessa relação. Tanto na formação de preços, como na autorização de funcionamento dessa sociedade.

Eu vou passar rapidamente, porque a gente não vai ter condições de analisar todos, mas eu trouxe aqui, em ordem alfabética, vários trechos de legislações. Então aqui, em primeiro lugar, não está dando para ver direito, mas a Albânia coloca que o sistema de gestão autoral dela precisa ser aprovado pelo Ministério da Cultura. A sociedade autoral precisa da aprovação do Ministério da Cultura e do Ministro, pessoalmente. No Estado de Andorra, que é aquele País pequeno na Europa, há uma determinação de que exista na lei uma supervisão da sociedade autoral de direitos coletivos, que precisará fornecer ao Governo os seus dados financeiros. Na Armênia, você tem, o Governo da Armênia é que determinará o montante mínimo da remuneração autoral.

Quer dizer, a gente está sempre aqui no Brasil discutindo a pertinência ou não desse controle. Há uma séria tendência do nosso Governo em admitir a gestão livre do direito autoral, como funciona, se não me engano, apenas nos Estados Unidos, e mesmo assim, nos Estados Unidos submete-se o controle ao COPYRIGHT BODY, que é um sistema... A gente vai chegar lá. Ou seja, o sistema absolutamente livre, ele praticamente só existe no Brasil e na Rússia. A Rússia, que teve a sua sociedade de gestão autoral recentemente expulsa da SISAC. SISAC, que é o órgão que administra todas as sociedades autorais do mundo. Enfim, a Rússia é essa conhecida não respeitadora de direitos autorais que todos temos conhecimento. A Armênia também tem o seu Governo determinando preços. No Azerbaijão nós temos um *Executive Body* no Governo, que determinará então os limites da sua sociedade de autor.

Vocês vejam que há maiores e menores graus de interferência, porém, sempre, sempre, eu repito aqui, eu quero fornecer essas leis para os Senhores, eu imagino que os Senhores já tenham acesso, mas eu fiz esse destaque porque é que é fundamental que possamos compreender a importância dessa gestão, dessa supervisão.

Eu, pessoalmente, acredito que o sistema de gestão autoral não difere muito de um sistema de consórcios, por exemplo, que têm administração do Banco Central. Que se reporta ao Banco Central regularmente. Eu não estou exatamente propondo isso, mas que haja, no mínimo, algum tipo de supervisão. Por quê? Porque há interesses diversos nessa regulação de preços, nas isenções e nas não isenções, nas músicas que se que se reportam mais importantes do que outras. Em vários Países do mundo há uma figura chamada música séria, para música de concerto,

a música clássica é considerada música séria, e isso confere a ela... Enfim, eu não quero trazer exatamente essa escala de valores para o Brasil, até porque aqui a gente tem outros valores que podem ser... Enfim, esse equilíbrio é completamente nosso, a gente não tem que aqui buscar um equilíbrio que seja de um País vizinho. A gente não tem que comparar a música [soa a campainha] que é feita no Paraná com a música que é feita no Rio. Enfim, não passamos da letra “A”, [Risos] não cheguei a “Z”, porque afinal eram muitas, mas eu tenho aqui à disposição dos Senhores, caso queiram entender como é que no mundo inteiro nós regulamos, o mundo regula as suas sociedades de gestão autoral, menos o Brasil. Menos o Brasil. E talvez esse problema com os exibidores de cinema possa ser consequência disso. Obrigado. [Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Agradeço ao Alexandre, e creio que essa legislação comparada é super interessante, e creio que esse tema do direito autoral, você aponta um viés muito interessante que é a presença do Estado regulando, acompanhando. Em todo o mundo é assim e no Brasil há essa ausência. Uma espécie de [pronunciamento em língua estrangeira] num setor que o Estado tem que estar presente, não direta, mas indiretamente, fiscalizando.

SR. ALEXANDRE HEES DE NEGREIROS – Só um aparte rápido, a Suíça, que esse “bastião” da livre iniciativa, determina preço, o Governo determina os valores das retribuições. Então, quanto vai pagar ao cinema é determinado pelo Governo.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Presidente. Serginho.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Senador Geraldo.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Eu queria sugerir, e fazer um apelo aqui ao Alexandre para que ele, primeiro traduza, condense e forneça pelo menos uma cópia desse material para a Comissão, porque essa Comissão, sob a Presidência do Senador Cabral, vai mergulhar de cabeça na questão do resgate da música, da valorização da música popular brasileira e tudo o mais que precisa ser feito. Então, é um material importante para que a gente possa se atualizar sobre a legislação aí comparada.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Obrigado, Senador Geraldo Mesquita. Obrigado, Alexandre. A quinta expositora é a Cristina Gomes Saraiva, Coordenadora do Núcleo Independente de Música do Rio de Janeiro, e o tema é difusão.

SRA. CRISTINA GOMES SARAIVA – Antes de começar aqui a falar, eu gostaria de consultar aqui o Senador Sérgio Cabral se eu poderia conceder um

aparte ao Gabriel Pensador, porque ele precisa pegar um avião daqui a pouco, e então não vai poder ficar até o final, e ele gostaria de dar uma palavra.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Só se for cantando, Gabriel. [Risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Por favor, Gabriel.

SRA. FERNANDA ABREU – Cuidado com o Gabriel cantando, gente. [Risos]

SR. GABRIEL CONTINO (GABRIEL O PENSADOR) – Bom dia. Na verdade, eu queria só dizer que a gente está aqui falando em nome de muitos Músicos, como o Sidnei falou. São muitas pessoas desconhecidas, não tiveram o espaço que a gente conquistou como artista, não são Presidentes do Sindicato, não são nada, mas estão aí fazendo música, e muitos que estão começando a fazer, ou que cantam ou que tocam um instrumento ou que compõem.

Então, Sidnei, eu não sabia ontem desse detalhe do Ministério da Indústria e Comércio. Realmente é um detalhe marcante, porque a gente teve a exposição dos dados numéricos sobre o que a música gera de recursos para o Brasil, e também do que é investido pela Lei Rouanet, vários números que depois provavelmente vocês também vão ter aqui expostos, e só a exportação de instrumentos do Brasil é enorme. Então, a gente sabe que é uma atividade que gera muito emprego.

A gente vê hoje em dia ONGs fazendo trabalhos com vários estilos musicais, hip-hop, samba, vários, música clássica, e tirando os jovens da criminalidade mesmo. A gente vê isso todo dia, constata, não é pela TV, a gente conhece pessoas, até artistas que cantam hoje, que já estiveram envolvidos com o crime.

Então, não só os que aparecem, mas também vários compositores, como o Alexandre estava colocando, a gente tem uma dificuldade de retribuir aos Compositores.

Então, na verdade, eu queria só fazer um comentário sobre a importância social da música, que a gente já sabe, todo mundo já sabe, desde a época da ditadura, o quanto a música foi importante também para assegurar, ou para tentar trazer de volta aí hoje, para assegurar a democracia e a liberdade de expressão. Tudo isso que a música também ajuda a manter ou a criar. Porque a gente não tem 100% ainda. Mas eu acho que é um mercado, é um negócio, mas também tem essa importância que acho que vale mais ainda, a gente lembrar de quanto que ela pode fazer bem às pessoas, ao indivíduo e ao coletivo. É mais ou menos isso, ontem eu falei com mais calma, mas lembrando desse lado também, porque eu faço música, e a gente

faz com muito amor. Na verdade, a gente faz acreditando muito nisso. [Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Obrigado, Gabriel, e você tem toda razão, a Fernanda abordou, antes de você chegar, a questão da inclusão da Música na grade curricular, na educação no Brasil, e ela abordou muito bem, quer dizer, não para formar artistas, apenas, mas para formar cidadãos, e o quanto a música é fundamental para a formação da cidadania. E tivemos isso no passado já, e isso foi perdido ao longo dos anos. A Cristina Gomes Saraiva, Coordenadora do Núcleo Independente de Música do Rio de Janeiro. O tema é difusão.

SRA. CRISTINA GOMES SARAIVA – Inicialmente, bom dia a todos, é um enorme prazer, eu considero que a gente está vivendo, a gente tem a impressão, nós Músicos, de estarmos vivendo um momento histórico da nossa mobilização. O Músico, historicamente, é uma categoria um pouco mais desmobilizada...

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Cristina, você me permite só um aparte? Para eu registrar a presença do Filó Machado, Cantor e Compositor, o Dalmo Mota, Músico e Compositor, Felipe Radiosete(F), Compositor do Núcleo Independente de Músicos, o Góia(F), Cantor e Compositor e Coordenador do Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, Alexandra Capone, representante do Fórum de Música do Distrito Federal, e a Magali Kleber, da Associação Brasil de Educação Musical.

SRA. CRISTINA GOMES SARAIVA – Bom, então, a gente vem se organizando mais recentemente, mas, já tem uns dois anos, muito seriamente, inclusive em nível nacional.

Eu às vezes vou fazer algumas entrevistas e me perguntam quais são as reivindicações dos Músicos, e eu respondo que a gente tem uma primeira grande reivindicação, que é incluir a música na pauta do País. A gente criou essa ilusão que a Música, pela sua possibilidade de se resolver no mercado, porque de fato a Música tem potencial para se resolver no mercado, não se fazer necessário uma política pública para a música. E o que a gente viu é que esse [pronunciamento em língua estrangeira] acabou que gerou conseqüências muito graves para a música brasileira.

O meu tema hoje aqui é difusão, então é uma questão extremamente complexa, e talvez seja um dos mais sérios gargalos da música brasileira. O que acontece? Existem estatísticas que dão conta que as grandes gravadoras, as MAYDIERS(F), são responsáveis por 18% da produção nacional. Esses 18% ocupam 96% do espaço de radiodifusão no País e, conseqüentemente, o número semelhante nas prateleiras das lojas para venda. E olha que isso é uma estatística muito oti-

mista, porque é uma estatística que dá conta apenas da indústria, dos selos. A gente não está falando aqui do artista independente, o auto-produtor. Porque hoje, ao lado dos pequenos selos e pequenas gravadoras, existe um sem número de artistas independentes e o que acontece, na realidade, é que a música brasileira não está chegando ao brasileiro.

Quer dizer, através de um sistema conhecido popularmente como “jabá”, que é o pagamento às rádios para execução das músicas que, na verdade, já vem se transformando, pagamento primeiro para o Programador, depois para o Diretor, agora já assume uma forma comercial mesmo, de espaço publicitário, então, tem nuances aí, mas, de qualquer forma, o grave, o muito grave é que há uma monopolização desses meios de comunicação, e apenas essas grandes gravadoras impõem artistas e músicas, e massificam isso de Norte a Sul do País. Então, a gente pega o rádio, a gente vai virando lá o *dial*, e em qualquer momento você escuta a mesma música, do Rio Grande do Sul à Amazônia, a mesma música em várias rádios. E o que é mais incrível, a mesma música executada várias vezes ao dia na mesma rádio. A gente fica pensando – Mas por quê? Não existem outras músicas para serem veiculadas? Porque apenas essa música? E não é preciso muito para perceber que isso é um desastre para a diversidade musical brasileira. Isso é um desastre para a cultura brasileira. A gente tem hoje um cenário em que a enorme maioria da música que é produzida no País ela não chega ao público.

Então, a música é um produto sonoro. Se ela não toca em lugar nenhum, ela não existe. Então, o que é que acontece? A maior parte da música brasileira, 96%, para fazer o inverso da estatística, simplesmente não existe para o público brasileiro, para o brasileiro. É uma situação muito grave, que tem reflexos não apenas na questão da diversidade, da própria cultura nacional, mas com relação ao próprio artista, à sobrevivência do artista. Quer dizer, hoje o Músico luta com muita dificuldade para sobreviver. Porque simplesmente não tem espaço, e se não tem espaço na rádio, ele não existe, e se não existe, ele não toca, ele não vende disco, se ele faz um show ninguém vai assistir, porque ninguém conhece, é um ilustre desconhecido. E eu lembro que cada Músico que vai fazer um show, que trabalha, ele emprega, é o Produtor, é o Instrumentista, é o Assessor de Imprensa, enfim, tem toda uma cadeia aí que gira em torno do artista, e isso acaba sendo reduzidíssimo a pouquíssimos grandes artistas, que são aqueles que têm acesso aos meios de radiodifusão e que conseguem uma projeção maior.

Então, é um situação grave, muito grave, que vai requerer, sem dúvida, em algum momento, algum tipo

de regulação aí dessas rádios. A gente sabe que não é simples, não é uma questão simples, está tramitando na Câmara um Projeto de Lei para criminalizar o “jabá”, que é um Projeto de Lei fundamental, mas a gente sabe que não é suficiente. Na verdade, a gente tem que levar essa discussão para a sociedade. A sociedade tem que discutir a questão da importância fundamental da diversidade. A gente tem que entender e fazer, de repente, um pacto com as rádios, houve uma proposta de criar um selo de “rádio amiga da diversidade”, eu não sei, a gente tem que levar essa discussão para dentro das Comissões de Cultura e de Música, levar essa discussão para dentro da Comissão de Comunicação, que aqui no Senado é junto, e eu acho ótimo, porque às vezes fica uma Comissão de Comunicação e se discute só o ponto de vista tecnológico, sem discutir a questão da Comunicação Social, a função social da comunicação como, aliás, reza aí o art. 221 da Constituição.

Então, eu sei que a gente tem pouco tempo aqui, é só para deixar um apelo para em um outro momento a gente aprofundar essa questão, mas para realmente chamar a atenção dos Senadores, das pessoas presentes, da importância fundamental da gente preservar essa enorme riqueza que é a música brasileira em toda a sua diversidade. Obrigada. [Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Ótimo. E para lembrar o que a Cristina falou em relação a termos na mesma Comissão, a Comunicação Social e, a partir de agora com a aprovação do meu projeto, da Música, tivemos recentemente um confronto entre Cinema e Música aqui nesta Comissão, e que parou no Plenário. Onde a questão do direito autoral foi...

SRA. CRISTINA GOMES SARAIVA – O Senhor não vai querer levantar essa polêmica agora [Risos].

Não, eu não quero trazer, não... [Risos]

SRA. FERNANDA ABREU – Nós estamos chegando agora. Agora vai chegar a outra parte interessada. [Risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Quero dizer que fiquei ao lado da Música e conseguimos impedir no Plenário porque, aliás, não foi o Cinema, não, na verdade, não é um pleito da indústria cinematográfica, não, é um pleito dos exibidores. Especificamente, dos exibidores. E absolutamente equivocado, não ouvi nenhum Diretor de Cinema, não ouvi nenhum Ator, não ouvi nenhum Produtor solicitar isso. Isso foi solicitado pelos donos das salas de exibição que, para resolverem seus problemas administrativos e econômicos, queriam punir o direito autoral brasileiro. Mas, conseguimos impedir.

SRA. FERNANDA ABREU – Muito bem. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Como diriam os espanhóis na Guerra Civil, “no passará” [Risos]. Vamos ouvir o último orador inscrito, pela ordem determinada pelos próprios convidados, que é o Ricardo Breim, Compositor e Arranjador, e o tema que ele vai abordar é educação musical.

SR. RICARDO BREIM – Bom dia. Eu gostaria de falar um pouco a respeito do papel da música na formação do indivíduo e, já de cara, fazer uma distinção. Porque, quando a gente pensa no papel da Música na formação, dá para a gente pensar pelo viés da atividade, quer dizer, a Música pode ser incluída na educação como atividade e favorecer a inclusão social, favorecer de várias maneiras a aprendizagem dos alunos, a formação. Mas, não é isso que eu vou abordar aqui. Porque o interesse aqui na minha fala é a música enquanto conhecimento humano, a contribuição que ela pode dar para qualquer pessoa quando é incluída como conhecimento, junto com todos os outros que costumam fazer parte é parte do currículo das escolas brasileiras.

Para isso, eu queria começar lendo um pequeno trecho aqui de um texto que eu tinha escrito. “Hoje os educadores dizem que, num mundo em constante mudança como o que vivemos, a educação não sabe mais para que futuro está preparando seus alunos. Diante disso, nós Músicos educadores gostaríamos de dizer que talvez seja tempo de propormos um novo modelo para a formação do indivíduo. Um ser humano mais sensível para escutar e compreender de maneira mais profunda o mundo em que vive. Um indivíduo mais capaz de usar com sabedoria os seus conhecimentos. Um indivíduo que possa buscar dentro de si as respostas que há tanto tempo, ao longo da história do Ocidente, vem procurando em vão do lado de fora. A música tem muito a contribuir nesse sentido”.

Então, eu queria explicar um pouco da natureza do conhecimento em música, para dar uma idéia dessa contribuição possível. A própria Filosofia diz que a gente tem basicamente dois processos de construção de conhecimento. Pelo pensamento e pelo sentimento. O pensamento está ligado à palavra, quer dizer, todas as culturas construíram as suas línguas utilizando uma percepção que recorta o mundo natural e vai estruturando, vai dando nome às coisas, e a gente sabe a preciosidade que é a gente poder pensar a partir dessas palavras que vão sendo construídas.

Bom, a fala é uma linguagem sonora. A gente utiliza som para fazer isso. E o que eu queria mostrar para vocês é a música, sendo também uma linguagem sonora, como é que ela pode funcionar de uma maneira complementar em relação à fala. A gente verifica que o som, a gente sabe da Física, da acústica, que o

som tem quatro parâmetros. Altura, duração, timbre e intensidade. A fala organiza quantitativamente, além de organizar qualitativamente, ela organiza quantitativamente dois desses parâmetros, que são o timbre e a intensidade. Por exemplo, o timbre é o que faz a gente extinguir as consoantes, as vogais. É por esse parâmetro, e sem isso, você não tem língua. E a intensidade é o assento tônico. Por exemplo, se eu falo “tônico”, quer dizer uma coisa, e se eu falo “tonico”, quer dizer outra coisa. Então, a gente até graficamente qualifica isso para poder... Ou seja, isso quer dizer que a gente organiza quantitativamente esses dois parâmetros. Os outros dois, a duração dos sons e a altura, a altura seria mais grave, mais agudo, quem organiza quantitativamente é a música.

O que é que significa isso? Quando a gente fala, a gente tem duas dimensões na fala, que é a dimensão do conteúdo e da expressão. O conteúdo é o que se diz. Por exemplo, eu estou aqui falando para vocês de algumas idéias, talvez amanhã vocês se lembrem de algumas idéias de uma outra maneira. Eu mesmo posso repetir essas idéias de outras maneiras, mas o que fica é a idéia. A entonação, a música da minha fala é que traduz o meu sentimento. Por exemplo, eu estou nervoso para falar, por exemplo, então a minha fala de certa maneira, a entonação, a sonoridade dela traduz isso, quer dizer, traduz sentimento. Mas, a fala não dá conta disso. Quer dizer, se a gente pegar o dicionário, as palavras que existem para qualificar as nuances de sentimentos são pouquíssimas. A gente está alegre, pode estar alegre todos os dias, mas existem tantas maneiras de estar alegre, e não existem palavras para descrever isso. A música consegue lidar com essas nuances. Porque o que precisa é para poder qualificar isso é justamente lidar quantitativamente com esses dois parâmetros que estão faltando.

Isso é só um dado, quer dizer, na verdade, eu poderia trazer mil outras reflexões para mostrar a importância que a música pode ter como conhecimento. É interessante, porque a gente tem toda uma história da civilização ocidental que privilegiou o pensamento. Quer dizer, na verdade, o grande golpe de misericórdia nisso veio com Freud, quando falou que a gente tem um inconsciente, ou seja, a gente não se governa.

Então, eu posso dar um testemunho pessoal para vocês de que a gente consegue lidar com nuances do inconsciente, e ter um aprendizado, uma integração de conhecimentos que contribui para tudo que a gente possa fazer na vida, qualquer que seja a atividade humana, através da música.

Então, com base nessa idéia do pensamento e sentimento, eu queria ler mais um trecho aqui. “Consideramos que o momento em que vivemos constitui

uma oportunidade histórica de oferecer aos alunos a possibilidade de construir conhecimento a partir do sentimento, para integrá-la com o pensamento e adquirir sensibilidade e sabedoria, uma palavra que simplesmente sumiu das nossas propostas pedagógicas”.

Eu digo que é uma oportunidade histórica, porque o que a gente está defendendo não é uma volta da música às escolas da maneira como já foi. Esse conhecimento que a música pode representar nunca esteve na educação. E ele precisa ser buscado, precisa que hajam iniciativas para a gente colocar os Músicos, os pensadores, para conversar e definir isso, como vou falar um pouco mais para a frente aqui. “Experiências e pesquisas realizadas, principalmente na segunda metade do Século XX, mostram que a música, se aprendida e utilizada em condições muito específicas, nos permite integrar competências musicais, lingüísticas, corporais, [soa a campainha] espaciais, de raciocínio lógico, percepção de si próprio, percepção do outro. Em outras palavras, isso significa que, por meio da música, é possível integrar tudo aquilo que o Projeto Zero da Universidade de Harvard define como inteligências. Nenhuma disciplina do currículo da escola brasileira oferece tal possibilidade de integração entre conhecimentos”.

Bom, eu queria finalizar minha fala deixando uma proposta aqui, já que não há tempo para desenvolver muito. A gente tem várias iniciativas, quer dizer, na última década, com leis e parâmetros educacionais que já abriram uma brecha para a música na educação brasileira. Mas tem muitas coisas para ser feitas. Eu acho que a gente precisa de um amplo programa de educação musical, um programa nacional de educação musical.

E tem uma questão específica que eu queria destacar. Por exemplo, quando você pega uma área como a Matemática, ela está toda organizada, quer dizer, um sujeito que vai prestar vestibular sabe o que é que se espera dele, e aí, essa definição é que permite que a gente equacione tudo que vai ser ensinado desde bebê, quase. Desde as crianças mais novas.

Para música, isso inexistente. A gente precisa definir isso, o que é que é esse conhecimento em música, e a minha proposta seria que a gente pensasse, tivesse como referência a criação, já que a legislação recentemente passou a prever um espaço para isso, de um ensino médio profissionalizante de música, um curso de ensino médio profissionalizante de música, porque isso está definido na legislação brasileira para a faixa etária de 15 a 23 anos de idade, e essa faixa de idade é uma faixa onde é possível a gente considerar, da maneira mais ampla possível, o que a gente considera um conhecimento profundo e amplo de música. Defi-

nindo, aí a gente passaria poder definir para as idades mais novas e também poder repensar o ensino nas universidades, que vivem reclamando que têm que dar conta da formação. Porque os alunos entram sem uma suficiente formação em música. Então, essa é a minha proposta. [Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Agradeço ao Ricardo a exposição. Abrindo para os Srs. Senadores, o primeiro Senador inscrito, Senador Roberto Saturnino Braga, do PT do Rio de Janeiro, e que presidiu muito bem essa Subcomissão Permanente. Estão inscritos o Senador Saturnino, a Senadora Iris, o Senador Wellington e o Senador Geraldo.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Sr. Presidente, Senhores convidados, depoentes, muito importante essa nossa... Quer dizer, inicia a presença da Música aqui nas preocupações da nossa Comissão, o que é extremamente importante e indispensável realmente, dada a sua importância no quadro geral da cultura e da comunicação no País. E todos sabemos e vimos aqui, referências muito importantes a respeito das virtudes da música, nos seus diferentes aspectos. Normalmente é muito mencionada a questão da música na formação da identidade, na formação da auto-estima do País, na formação da projeção da imagem do País no exterior. Tudo isso é muito importante. Normalmente é mencionado a sua função na geração de emprego e de renda, o que também é muito importante, enfim, na inclusão, na vida social de muitas pessoas, especialmente nas camadas mais carentes, que dificilmente encontram outros caminhos de participação na sociedade que não pela forma da música ou de alguma outra forma de arte. Mas hoje a gente escutou mais virtudes ainda, quer dizer, a influência sobre a saúde, “quem canta melhora a sua saúde”, e isso [Risos], quer dizer, isso tem uma...

Quer dizer, há ditados, há provérbios antigos, “quem canta seus males espanta”, essa coisa toda. Mas é evidente, basta mencionar para a gente sentir. No momento em que foi mencionado, acho que foi a Fernanda que falou, eu já me senti, eu disse “É isso mesmo, a minha saúde melhora a cada vez que eu cantarolava uma melodia”. [Risos] Bem, e na formação da cidadania, até da felicidade, eu acho que foi o Egeu que se referiu, tudo isso é importante. Mas a Fernanda também se referiu à formação da inteligência do ser humano. E, aliás, foi muito ressaltado pelo Ricardo, essa importância da inclusão da música no currículo escolar. O que existia antigamente, no meu tempo de primeiro grau e segundo grau a gente estudava música e cantava e tinha...

Bem, agora, essa observação, essa constatação é muito antiga. Isso tem dois mil e quinhentos anos. Platão, na sua República, quando ele descreve a sociedade ideal, na imaginação dele [Risos], incluía música, obrigatoriamente, a música e a matemática como formadoras do intelecto. E Platão não era um homem que cultivasse os sentimentos, ele cultivava a filosofia, o pensamento, e é claro que a música, no tocante ao sentimento, ainda é muito mais importante. Mas a música também ela produz um aumento das ligações cerebrais ou qualquer coisa assim. O fato é que aumenta a inteligência do ser humano. Isso já era observado pelos gregos. Então, é importante.

Eu agora fico pensando aqui na responsabilidade nossa, que é eminentemente legislativa, de produzir propostas legislativas no sentido, por exemplo, de incorporar a música no currículo escolar, respeitando e observando o que disse o Ricardo a respeito da forma, que a forma antiga não é a ideal, nós precisamos atentar para a forma de inclusão e de cultivo da música no currículo escolar. O que falou o Alexandre sobre a necessidade da supervisão do Estado na legislação, na coleta dos direitos autorais, da distribuição [soa a campainha] de direitos autorais. Quer dizer, tudo isso passa a ser responsabilidade nossa. Assim como disse a Cristina, quer dizer, proteger a diversidade, enfim, encontrar formas também de restringir o tanto quanto possível essa prática do “jabá”.

Quer dizer, essa Audiência nos inocula responsabilidades de pensar e de propor e de consultar, sempre e constantemente, vocês a respeito de proposições legislativas que possam propiciar o desenvolvimento da música brasileira, que já é bem desenvolvida, porém, ainda pode galgar outros patamares, porque talento não falta em termos musicais ao povo brasileiro para produzir essa forma de arte.

De modo que eu acho que foi muito importante e congratulo-me com o Presidente, Sérgio Cabral, e com todos que estiveram aqui, e acho que esse dia de hoje vai produzir frutos em termos de proposições e de continuação desse debate. [Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Obrigado, Senador Saturnino Braga. Eu queria inclusive, Senador Saturnino, que nós podemos estabelecer com a Música o mesmo padrão de relacionamento que estabelecemos com o Cinema lá atrás, V.Ex^a.. já como Senador, em que muita coisa foi produzida a partir dessa relação, do ponto de vista da legislação, e a mesma coisa em relação ao Teatro e à Dança, e que eles propuseram uma Emenda, nós absorvemos a Emenda e é a primeira vez que o Orçamento da União terá uma Emenda de uma Comissão do Senado, aliás, aprovada na íntegra, o Antônio Gras-

si comemorava comigo semana passada, de trinta milhões de reais para a FUNARTE, para o Teatro e para Dança. E pedimos a eles, como disse no início da Sessão, que elaborassem um anteprojeto para um projeto de incentivo fiscal na área do teatro brasileiro, como é a lei do audiovisual. E acho que na Música podemos seguir dessa mesma maneira. Quer dizer, nós temos aqui uma Comissão de Legislação Participativa, mas não há necessidade. A própria Subcomissão recebe os anteprojetos propostos pelo setor musical, e que nós possamos com isso apresentar aqui projetos, ou quando for de vício de iniciativa, quer dizer, em que o Congresso não pode apresentar mas que cabe exclusivamente ao Executivo, promovemos aqui Audiências Públicas e trazemos o Executivo para debater esses anteprojetos propostos pelo setor.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu só queria acrescentar, Presidente, que a explicação de que essa Comissão nasceu efetivamente muito voltada para o Cinema, voltada principalmente para o Cinema. Porque o Cinema brasileiro, que tinha tido um ponto de auge no tempo da EMBRAFILME, ele despencou e caiu praticamente a zero no início desse século. Então, a Comissão, demandada pelo setor Cinema, sentiu-se responsável pela criação e pelo trabalho, pela audiência voltada para o Cinema e o Cinema hoje se reconstruiu e está outra vez numa fase boa, embora sempre tenha que merecer atenção, de forma que aí nós começamos a abrir para outros setores culturais que também merecem atenção e precisam da atenção legislativa.

Agora, só uma palavrinha a respeito do que, quer dizer, a Fernanda, em aparte ao Sidnei, disse uma coisa muito verdadeira, que é o seguinte. A relação trabalhista, do trabalhador da música com o artista, é uma relação diferente do trabalhador comercial ou industrial com o seu empresário. Então, ela tem especificidades. Assim também, a relação Música e Cinema tem especificidades que precisam ser consideradas. Então, nós hoje não vamos debater esse assunto Cinema/Música porque realmente o objetivo da reunião é outro. Mas nós podemos tratar deste assunto e do Projeto De Lei que está em votação considerando isso, que é preciso encontrar meios de conciliar duas formas artísticas extremamente importantes, extremamente importantes no Brasil, porque o Cinema brasileiro também é uma... E encontrar fórmulas, enfim, de atender às justas... A justiça de ambos os lados. Parece que o Sidnei queria...

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Sidnei, por favor.

SR. SIDNEI BONFIM DE JESUS – É só um pequeno aparte. Já existem modelos de contratações

eventuais, que não são cumpridos. Nós precisamos de outros métodos, outros modelos, mas já existem, que não são da formal contratação através da carteira e tal.

Tem também outros pontos que nos preocupam, até nessa questão agora como a possível reforma sindical, no caso. Nós somos uma categoria diferenciada, a quebra da unicidade vai reduzir sindicatos ao extermínio. Temos que ter esse cuidado também. Então, tudo que for tratado relacionado à Música, vamos dizer, à arte em geral, realmente tem que ser tratado de maneira diferenciada. Mas já existe, só para lhe dar essa informação, já existem algumas Portarias Ministeriais que nos permitem fazer contratações eventuais. Mas, infelizmente, isso também não acontece no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Com a palavra a Senadora Iris de Araújo, do PMDB de Goiás.

SENADORA IRIS DE ARAÚJO (PMDB-GO) – Sr. Presidente, Senhores convidados, a nossa satisfação aqui, os Senadores presentes, membros da Subcomissão de Cinema, primeiro Cinema, não é, Senador Saturnino Braga? E, felizmente, já evoluindo para Teatro, e agora Música, que eu considero, à primeira vista aqui nós presentes nesse momento, eu ouvi de alguns aqui, eu acho que a política tem muito a ver com a Música. Demais, bastante até. Se nós levarmos em consideração que grandes movimentos políticos neste País foram principalmente alicerçados, e no período dos “anos de chumbo”, quando a liberdade de expressão ela foi absolutamente tolhida, nós tínhamos apenas um canal, que eram os Músicos, e naquela época, nos anos 60, os Grandes Festivais de Música, que nos trouxeram inclusive novidades expressivas que se transformaram em ícones da música brasileira. Então, eu considero, e eu costumo dizer também, Senador, que se nós políticos cantássemos ao invés de falarmos, como nós falamos nos palanques ou nos púlpitos, acho que nós prestaríamos um serviço muito... [Risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Senadora Iris, agora seremos obrigados.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Agora não é proibido cantar, não.

Mas eu ia chegar aí [Risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Seremos obrigados a cantar. [Risos]

SENADORA IRIS DE ARAÚJO (PMDB-GO) – Exatamente. [Risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Eu sou desafinado, e vou perder todas as eleições. [Risos]

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ)

– Viu, Presidente? Não é proibido cantar, não. Se ela quiser pode cantar. Suplicy já cantou, Ideli... [Risos]

SENADORA IRIS DE ARAÚJO (PMDB-GO)

– É. Mas precisa saber. Depois, o que eu considero, e aí está o Senador Magno Malta, que é uma exceção, é um cantor aqui dentro do Senado, ele é político e é cantor também. Então, ele tem uma vantagem muito grande sobre nós todos.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Negativo. [Risos]

SENADORA IRIS DE ARAÚJO (PMDB-GO)

– [Risos] E a música eu considero que mesmo se nós quiséssemos, aí chegou ao ponto que eu queria chegar, agora com a proibição de “showmício”, candidato vai ter que dar “tratos à bola” para saber como se apresentar, porque, de uma certa forma, nós temos que ser artistas também, o Senhor sabe disso. Em determinado momento nós temos que ser artistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – E como somos!

SENADORA IRIS DE ARAÚJO (PMDB-GO) – E como somos! Então, o que eu queria colocar é a importância da música para nós, fazendo um passeio por tudo que foi dito aqui, quando o Egeu colocou a música como fator de educação. Tanto economicamente como socialmente e humanamente. É importantíssimo que nós políticos, e aqui com a presença de vocês, eu acho que nós temos apenas que ouvir, e as leis devem ser feitas a partir da opinião do artista. Vocês é que devem dizer exatamente aquilo que é importante, aquilo que deve ser feito para que nós transformemos, logicamente, em leis. Para serem cumpridas. É bom levar em conta isso aí.

A questão do Sidnei, quando ele coloca a proteção aos Músicos nacionais. Eu estive agora, Sidnei, há três meses, em Boston. Eu fiquei muito impressionada porque eu pensei que até que tivesse uma semana de música brasileira, porque todos os lugares [soa a campanha] que eu frequentei em Boston, desde o metrô até shoppings centers, restaurantes, era só música brasileira. E eu fiquei muito feliz. Então, aquela história da auto-estima que você colocou, vai lá para cima. De repente, a gente não está sendo lembrado para nada, mas a nossa música está sendo tocada no mundo. No mundo. Então, você tem toda razão ao fazer a sua colocação.

A Fernanda. Quando você coloca a questão da Ordem dos Músicos do Brasil, que há 40 anos tem a mesma direção, nossa! Já está passando da hora da eleição direta. Mas passando já muito. Já passou. Então, eu concordo com você.

A questão de se colocar a música na grade curricular. O Senador Saturnino acabou de dizer aqui que na nossa época, na nossa geração, nós aprendíamos música na escola. Depois isso passou. Incluir a música na pauta política do Brasil, gente. Não é só [Risos] nos momentos, vamos dizer, de necessidade em que se cria um fato excepcional como foi criado nas “Diretas já”. Eu tenho na minha cabeça até hoje a “música do Tancredo”, que é do Milton Nascimento, Coração de Estudante. Quem não acompanhou naquele período terrível da doença do Tancredo e depois da morte do Tancredo? Ficou na minha cabeça, como ficou simbolicamente na cabeça de muita gente.

Eu quero dizer que eu tenho uma visão assim mais poética, mesmo sendo uma política, eu acho que o político também tem que ter essa visão poética daquilo que ele faz, daquilo que ele propõe. Porque, só assim ele terá condições de restabelecer esse vínculo que, de uma certa forma, está perdido. No momento atual perdeu-se essa referência e esse vínculo, e que nós poderíamos restaurar...

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Senadora, por favor, conclua. Desculpe.

SENADORA IRIS DE ARAÚJO (PMDB-GO)

– Está tão bom o assunto. [Risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Eu sei, Senadora, mas há outros inscritos. [Risos]

SENADORA IRIS DE ARAÚJO (PMDB-GO)

– Não posso falar mais nem um pouquinho, não é? Eu quero só cumprimentá-los pela presença e dizer que eu tenho o maior orgulho de fazer parte desta Subcomissão. Muito obrigada. [Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Obrigado, Senadora Iris. Com a palavra o Senador Wellington Salgado de Oliveira, do PMDB de Minas Gerais, no que pese ser um eminente carioca. [Risos]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Acho que já perdi uns votos aí, Senador. [Risos] Eu não, o meu titular, que é o Hélio Costa.

Senador Sérgio Cabral, Senadores, Senadoras, demais componentes da Mesa, eu vivi uma experiência muito interessante, não sei se vocês conheceram uma rádio no rio chamada Rádio Mania. E nessa época eu quis fazer uma rádio totalmente anárquica, digamos assim. E sendo uma rádio anárquica, ela começou a tocar pessoas que não tocavam antes na rádio. Por exemplo, uma grande cantora como a Leci Brandão, que não tocava na rádio naquele momento, e no entanto é uma grande Compositora, grande Can-

tora, nós passamos e criamos um programa chamado “Universidade do Samba”. E a Leci passou a cantar, a selecionar música, a levar convidados. E o que é que acontece? Dois meses depois, a Leci não aparecia mais, porque estava cheia de shows e o pastelão que a gente comia, que a mãe dela fazia para nós comer-mos não tinha mais. Hoje tem o conjunto Revelação, outro conjunto também que começou a tocar e de repente foi embora também. Jorge Aragão, mesma coisa, comia pizza com a gente lá, não tinha show, e o Jorge Aragão está aí, e é esse Músico maravilhoso que todos nós conhecemos.

Então, essa questão de que realmente se tocar o grande artista ele vai parecer e vai fazer sucesso, quer dizer, o difícil é você dar a selecionada e saber quem é bom, para poder tocar, porque se você tocar todo mundo não adianta. Eu estou muito ligado ao ramo de comunicação, e não tem uma lógica, porque nunca o ECAD perguntou “O que é que você toca? Quem são os artistas que você toca?” Porque de repente criar, hoje com a questão da informática, você poderia muito bem entrar todo dia com a programação que você tem para a sua rádio, jogava lá e você sabia qual era o Compositor e o Cantor que ia tocar e aí você vai criando um acúmulo, no final do mês imprime e vê quem é que tocou e divide o bolo. Uma coisa simples de lógica para organizar. Estou falando nas rádios, não estou falando em shows. E sempre ele não tinha isso. O que é que o ECAD fazia? “É tanto”. Entendeu? “É tanto que vai se cobrar e é tanto que vai se pagar”. Talvez ele leve em conta a posição no IBOPE, que é uma variável que ele utiliza.

Quer dizer, para a era de hoje isso já está passado. Acho que nós temos condições na área da informática, os veículos de comunicação como evoluíram também, para poder solucionar esse problema. Mas isso não vai vir do ECAD. Isso vai ter que ir dos artistas para o ECAD. Os artistas têm que se organizar para poder levar isso para o ECAD. Porque realmente o ECAD também tem um trabalho muito difícil. Imaginem a quantidade de shows que existem, e bailes, por exemplo, estava aqui o nosso amigo Gabriel Pensador, a Fernandinha também, devem fazer uma série de shows nos finais de semana, imaginem o ECAD ir atrás procurando tudo isso. É difícil também para o ECAD.

Então, eu acho que essa questão tem que ser pensada por vocês, tem que ser organizada por vocês, para poder ver se divide esse bolo da melhor maneira possível. [soa a campainha] Realmente, quando a gente está falando passa rapidinho, não é Sérgio? Eu estou correndo, rapaz, mas que coisa! [Risos]

Bom, a minha colocação é só essa. E queria parabenizar o Senador Sérgio Cabral, que realmente

tem lutado muito pela questão até cultural, não vou falar só de Música, Cinema e Teatro, e falar que essa classe, Senador Sérgio Cabral, precisa de pequenas coisas, coisinhas pequenas que de repente faltam e você faz. Eu vejo, a Carla Camurati filmou lá “O Mistério de Irma Vap”, e nós temos lá o teatro de onde era a BLOCH, e estava acabado, aí nós demos uma reformada rapidinho, e a Carla filmou tudo lá, quer dizer, e saiu bem o filme, e não precisava de tanto, não foi cobrado nem nada, mas ela trabalhou, ela ajeitou lá com o Ney Latorraca e tudo e filmou e fez sucesso. Está fazendo sucesso o filme. Quer dizer, pequenas coisinhas que precisa. É só dar uma força.

Agora, eu acho que vocês têm que se organizar um pouco mais, viu, Senador? Já encerrando, porque esse olhar seu eu já conheço, o meu tempo já acabou. Quando ele olha por cima dos óculos, está na hora de encerrar [Risos]. Só isso que eu queria colocar, e parabenizar o Sérgio, eu que realmente se você vier, e eu acho que vai ser o Governador do Rio de Janeiro, eu acho que você pode realmente mudar um pouco a cara do Rio de Janeiro, com todo esse carinho seu dedicado à questão cultural do Rio de Janeiro. Parabéns por essa colocação. [Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Obrigado, Senador. Vamos ouvir o Senador Geraldo Mesquita, do PMDB do Acre.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Meu caro Presidente, Senador Sérgio Cabral.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Só uma observação. Enquanto o Senador Wellington se pronunciava e a Senadora Iris, alguns debatedores gostariam de fazer observações. Eu pedi a eles para, ao final... Para ser mais objetivo, os Senadores comentam e, ao final, cada um faz a sua exposição final.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Me desculpe, Serginho [Risos]. Senadora Iris, caros colegas Senadores, ilustres convidados, eu começo a minha fala sugerindo que a gente mude inclusive o teor desse materialzinho que vocês trazem aí no peito. Porque acho que há um equívoco no que vocês estão propondo, com todo o respeito. Me desculpem a sinceridade. “Vamos incluir a Música na pauta do País”. A Música já é pauta neste Brasil desde que Brasil é Brasil. Dos brasileiros.

Agora, eu acho que a gente deveria adotar o seguinte, vamos por a música na pauta dos políticos deste País, daqueles que decidem as políticas públicas. Aí sim, aí eu concordo com vocês. Mas a Música já é pauta deste Brasil há muito tempo. Ai de nós se não fosse. Sabe por que? Deixa eu exemplificar isso

para vocês, com toda clareza. Nesse final de semana passado, na minha terra, eu sou do Acre, eu fui participar do aniversário de um grande amigo, Osmarino Amâncio, companheiro do Chico Mendes, que já morreu. Lá na reserva. Ele é seringueiro até hoje, mora numa reserva chamada Chico Mendes. Andei de cavalo, andei a pé, para chegar lá onde ele está. E vocês sabem qual era o ponto alto do aniversário? Um forrozinho daqueles assim da melhor qualidade com sanfoneiro, com zabumbeiro. Quer dizer, a música no centro da confraternização, do encontro das pessoas, que estão ali dentro da mata. É o que você vê ali na Tijuca, é o que você vê lá dentro da mata é a música. Então, é por isso que eu digo, a música está na pauta do povo brasileiro, faz é tempo. Não está é na cabeça de quem decide as políticas públicas neste País. E aí eu concordo com vocês.

Educação, Ricardo, quando o menino é pequeno, ou a menina, a gente pergunta assim – “O que é que você quer ser quando crescer? E ele – “Olha, eu quero ser Engenheiro, quero ser Médico e tal”. Dificilmente você vê alguém dizer que quer ser Músico. [soa a campainha] Sabe por quê? Porque a lógica de como a coisa está construída, nisso você tem razão, a lógica é aquela, existe a Matemática, existe a Física, existe a Geografia, não sei mais o que. Aquilo tudo conduz para que a formação se direcione para essas opções que as pessoas têm na vida. A música deve, e deveria estar incluída não no ensino médio, mas desde o início, desde lá do jardim de infância. Com essa característica formal também. Para que, daqui a pouco, quando você perguntar “Você quer ser o quê?”; “Eu quero ser Músico”. E aí a pessoa já tem, digamos, todo um aparato institucional voltado para aquilo, para a formação.

Então, eu acho que esse encontro promovido por iniciativa do Senador Sérgio Cabral, que é um apaixonado pelos temas que dizem respeito à cultura brasileira, eu acredito sempre no fato concreto, na ação. Eu acredito muito na ação. Isso aqui é uma ação. Nós estamos executando. Tomara que outras se sucedam. É assim que a gente provoca, é assim que surgiu, por exemplo, o que o Sérgio acabou de se referir, pela primeira vez uma Emenda contemplando o setor de Teatro e da Dança, foi acolhida no Orçamento Geral da União, trinta milhões de reais, pela primeira vez. Foi graças a ações como essas que a gente está executando aqui nesse momento. Isso aqui pode ser um primeiro passo para a gente examinar regulamentação, examinar financiamentos, examinar educação musical. Nós estamos na Casa que formula e aprova a legislação. Quem sabe, na sucessão dos nossos encontros a gente não avance bastante nesse sentido.

Nesse nosso País, olha, estamos precisando de menos Big Brother e mais festivais de música, por exemplo. [Palmas] Antigamente, quantos e quantos artistas não surgiram neste País através dos festivais de músicas? Eu lembro de música da década de 60, o Júlio disse que o Ivan Lins vinha hoje aqui, eu lembro de música do Ivan Lins sendo lançada em festival de música.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Ele esteve ontem aqui, inclusive com o Presidente Renan, junto com a Fernanda, agradecendo exatamente o fato de hoje.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – O que seria “A Banda” se não fosse um festival de música? Acredito que seria uma música... Mas será? Sem aquele festival. O que seria tudo aquilo que aconteceu nos festivais de música neste País? Acho que a gente precisa mesmo de menos Big Brother, mais festivais de música.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Senador, por favor, conclua.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Pois não. Serginho, para concluir, eu digo o seguinte, eu já morei, viu Sérgio? Eu já morei na tua terra, no final da década de 60, princípio de 70, morei ali, Zona Norte, Bom Sucesso, morei no Morro do Jacarezinho, trabalhava lá em Vicente Carvalho. O que eu freqüentava era aquilo ali. De noite, a paz ainda, aqueles bares por ali. O que a gente vê da música popular brasileira é só a ponta do *ice berg*. Porque o que existe de protótipo de Cartola, de... É uma coisa assim emocionante, o que a gente vê de manifestação musical nas noites, e não é só no Rio não, qualquer cidade do Brasil que você visita, o que você vê de manifestação musical que não é acolhida pela indústria fonográfica é uma barbaridade. É um patrimônio enorme que nós estamos desperdiçando, jogando fora. Como ele disse, talvez a expressão lá do representante do Ministério da Indústria e Comércio seja sincera mesmo. Eles não enxergam a coisa dessa forma. O que isso poderia gerar de divisas para o País, de mercado interno, inclusive. De mercado interno, de produção de instrumento musical, a discografia, de uma maneira geral, no nosso País, como seria rica, se essa indústria fonográfica nossa, que é burra mesmo, esse negócio do “jabá” que a Cristina fala, eles ganhariam infinitamente mais se privilegiassem a qualidade, se privilegiassem a boa música mesmo. Porque os seus patrocinadores, o termômetro para os seus patrocinadores, é claro que a audiência crescería uma barbaridade. E eles atrairiam financiamento para as suas rádios dos seus patrocinadores e não do “jabá”. Esse é o caminho mais adequado.

Então, parabéns pela iniciativa, Serginho, mais uma vez. Eu quero que o pessoal saia daqui, a Fernanda, a Cristina, todos vocês saiam daqui com a certeza de que esta Casa que, eu digo isso com pesar, digo isso com constrangimento mesmo, esta Casa que vez por outra tenta se auto-avacalhar, o Congresso Nacional como um todo, mas que tem muitas iniciativas, tem muitas pessoas nesta Casa, como na outra, que trabalham em prol da cultura brasileira, que trabalham em prol de se promover o que há de melhor neste País, em que pese o esforço do Congresso Nacional, por vezes, de se auto-avacalhar. Então, é necessário que a gente persevere nesse caminho, que a gente estreite cada vez mais os laços. Porque é aqui que a gente vem discutir um assunto dessa natureza. Então, a gente precisa pegar isso com “unhas e dentes” e transformar isso em ações concretas. Desculpa, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Imagina, é um prazer. Obrigado. [Palmas] Penúltimo orador inscrito é o Senador Magno Malta, do PL do Espírito Santo.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Senador Sérgio Cabral, quero cumprimentar a Mesa e me desculpar, porque aqui tudo acontece ao mesmo tempo, dez, onze horas todas as Comissões, e todo mundo faz parte de todas, então, você precisa ser onisciente, onipresente e participar de tudo e, como eu estava numa Comissão debatendo um tema muito importante para o Brasil, e que sou muito afeito a ele, e de igual modo o Sérgio é afeito à cultura, eu sou afeito ao tema de que estou vindo do debate, e eu não pude realmente ouvir as considerações todas que foram feitas por todos os Senhores e reputo que tenham sido uma importância muito grande. Depois eu vou ouvir, porque a Sessão está sendo gravada, vai ser repetida, e eu vou pedir a fita, como costume fazer, também para poder fazer um DVD e ver em casa, ouvir e tal, do que foi tratado aqui.

Eu sou Músico também, e o segmento onde eu faço música é uma grande realidade já hoje no Brasil, embora alguns não queiram reconhecer, mas é uma grande realidade, que é o segmento *gospel* que tem uma realidade no mundo inteiro hoje, respeitado no mundo inteiro. E aqui já é uma grande realidade também. E, de igual modo, nós sofremos as mesmas coisas, temos as mesmas queixas do ECAD, somos piratados do mesmo jeito. E eu tenho meus sonhos, e tento fazer uma luta, quem sabe, até diferenciada do que o pessoal pensa sobre pirataria. Eu não acompanhei o debate aqui, mas gostaria de dizer que algumas coisas eu acho que deveria acontecer. Pelo menos a princípio imagino, com relação à Lei Rouanet, Senador Sérgio, eu penso que precisávamos buscar um meca-

nismo, e V.Ex^a. que é da Comissão e eu tenho alguma coisa escrita já sobre isso, poderia passar a V.Ex^a..., no sentido de que o Governo entrasse na discussão com esta Subcomissão, V.Ex^a. fizesse a discussão com o Governo, com os Senadores que fazem parte da Subcomissão, infelizmente eu não faço, é meu meio, mas não faço, até porque estou em outros debates, de que a Lei Rouanet pudesse ser estendida, que até a escola pública pudesse ter acesso a ela. Onde tem uma escola pública, tem um empresário lá que faz vassoura, e que podia muito bem atender à escola, com a Lei Rouanet, para que ela pudesse comprar instrumentos para escola, ter instrumentos na escola.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Deixa eu lhe dizer, nós estamos nesse momento debatendo isso na Subcomissão, há um projeto tramitando, inclusive nessa direção da ampliação da Lei Rouanet para beneficiar escolas de formação do setor cultural. Formação e pesquisa no setor cultural.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Até um centro comunitário, onde se aglomera gente, onde tem talento em volta, onde alguém... E dentro disso, eu estou oficiando ao chamado Banco do Povo, que até hoje só vi patrocinando o futebol de areia, o Brasil tem uns troços meio errados. Por exemplo, o tetra campeão do mundo de boxe chama-se Acélino Popó. Este não é o País do Boxe. O País do boxe é México, é Panamá, é Cuba, Estados Unidos. O único tetra do mundo é brasileiro. E não tem nenhum patrocínio do País dele. [soa a campainha] Só consegue ter uma casa para morar porque foi lá for tomar murro na cara, porque se dependesse do patrocínio aqui ele não ia ter nada. Agora, o futebol de areia tem o Banco do Povo.

Eu estou oficiando ao Banco do povo, pedindo uma audiência no sentido de que... Porque o art. 63 da Constituição nos proíbe de legislar sobre matéria tributária. Então, isso tem que vir de lá para cá. Para que exista uma linha de crédito no Banco do Povo para o Músico brasileiro que toca na noite. Você vai num lugar e você o cara tocando com um violão remendado com Durepox, por que o cara não tem condição de tocar. O teclado dele não tem case. Ele chega com uma bolsa puxando um teclado e põe no fundo do carro. E é o sustento do Músico, da família dele. Para que o Músico brasileiro tenha uma linha de crédito, um Músico profissional, de igual modo o taxista pode comprar o táxi dele sem imposto. Sem imposto. Você queria falar? Mas não estou errado não, não é? Eu acho que.

SRA. FERNANDA ABREU – Isso quando a OMB não vai lá naquele Músico de noite e impede ele de tocar por porque ele não está pagando a mensalidade.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Não, e chega falando coisa absurda, “Cadê o contrato?” O cara – “Que contrato, o cara está me dando ‘cem conto’ para tocar aqui até 4h da manhã”. Qual é o contrato? Mas é verdade isso. Para que o Banco do Povo, Senador Sérgio Cabral, e aí o Senhor tem um grande aliado, que é o Senador Saturnino, que é do partido do Governo e pode ajudá-lo, porque V.Ex^a. sistematicamente vota contra o Governo, o diálogo fica meio difícil. Mas eu estou oficiando ao Banco do Povo, Senador Saturnino, e posso lhe mandar a cópia, no sentido de que haja uma discussão nesse sentido, e rápida, para que o Músico brasileiro, exista uma linha de crédito para atender o Músico brasileiro. O Músico profissional. E aí entro naquela questão da nossa Ordem dos Músicos do Brasil, que realmente ela precisa ser revista e rapidamente. Nós precisamos ter um voto aberto lá. E agora você vê político pedindo voto aberto [Risos]. Porque todo mundo nos leva contra a parede, e eu acho isso muito invocado, pelo seguinte, porque todo mundo quer que a gente vote aberto.

Esses dias recebi uma carta lá do Padre lá da minha cidade pedindo para eu lutar para acabar com essa imoralidade. Mas, só se elege Papa com voto secreto. Eu sou Batista. Na minha Convenção Batista, o Presidente é eleito com voto secreto. E esse me manda carta pedindo para acabar com o voto secreto aqui. Em todo lugar o voto é secreto. Então, eu estou pedindo um voto aberto na Ordem dos Músicos, para a gente mudar, até porque, quem ama a Ordem dos Músicos, se aqueles que lá estão há 40 anos, amam tanto a instituição, a entidade, será uma prova de amor oxigená-la, de desprendimento nesse momento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Aqui quem está pedindo voto aberto sou eu agora. Eu sou imprensado para pedir voto na imprensa, “São imorais, são indecentes, fecham o voto para fazer safadeza e tal”.

O último assunto que eu queria colocar é sobre a pirataria. Para mim, tudo que está fazendo é balela. Quando o pessoal foi chamado para vir aqui queimar quatro caminhões de CD pirata, eu tinha uma informação, até pela luta de combate ao narcotráfico, criei muita identificação, de que aqueles quatro caminhões eram “boi de piranha”. Estava perto do natal, o pessoal precisava colocar 150 caminhões vindos do Paraguai de CD pirata de artistas brasileiros em São Paulo. Porque estava perto do natal, para ir embora para o Brasil. E deram quatro de “boi de piranha” para a polícia ir na direção dos quatro, e eles passaram com os 150, e passaram. Aí os artistas vieram, filmou quebrando o

CD e tal. Não muda nada. Isso não muda nada. É um tipo de imagem e de fato que não vai mudar nada.

A proposta que eu tenho é a seguinte, Senador Sérgio Cabral. É que o produto do artista brasileiro, o CD e o DVD do artista brasileiro, de igual modo livro e jornal, seja considerado produto cultural, e tire-se todos os impostos [Palmas]. Esse é o momento de nós combatermos a pirataria. Porque você vai ter um CD e um DVD de qualidade que vai chegar barato para o consumidor. E aí, entre um DVD e um CD de oito reais e um pirata de um, o cara vai comprar o de oito. É a única maneira. O resto é falácia, é tudo conversa. Mas nessa questão ainda me sinto como João Batista, como a voz que clama no deserto. Estou falando só nessa questão.

E aí passo a V.Ex^a. isso, para a Subcomissão. Me lembro que lá na inauguração da UNIMAR, em São Paulo, lá na Universal, do Sr. Martins, no dia da inauguração, eu falei sobre isso, ecoaram-se as palmas também, e aí você começa a fazer contato com o artista, com todo mundo que estava lá, que ficaram empolgados, e ninguém tem tempo para nada. Ninguém quer nada, para ajudar a formular. Porque, para isso, tecnicamente, você tem que preparar um projeto porque mexe em tributo, e vir com um projeto pronto, um anteprojeto, para mostrar que a classe está organizada, que sabe fazer e quer fazer, para levar para o Ministro da Fazenda, para o Ministro do Planejamento, audiência com o Presidente Lula que é um nordestino que ama música também, e que deve ter seus interesses de ajudar a cultura brasileira. Levar para ele, e tenho certeza que quem está tendo a coragem de dar o aumento que ele está dando agora, de treze bilhões, que vai pesar na folha de pagamento do País, quando Economistas estão fazendo mil considerações, eu acho que esse tipo de imposto, de tributo, tirado do produto do artista brasileiro. Do artista brasileiro. Porque a lei tem que dizer o seguinte. Que o artista estrangeiro terá o mesmo benefício no momento em que a pátria dele der o mesmo benefício ao artista brasileiro. Só dessa forma. Aí eu sei que nós vamos combater a pirataria, de fato.

Eu quero passar a V.Ex^a., quero dar a minha contribuição, porque estou contribuindo é para mim também. Até porque tenho uma instituição de recuperação de drogados, que só consigo sustentar porque sou Senador e faço 10 shows por mês. Então, eu gostaria de ver todas essas questões resolvidas, e me colocar à disposição de V.Ex^a., desculpe se versei sobre qualquer coisa que não foi versado hoje aqui, mas eu acho que, mais do que qualquer outra coisa, nós precisamos também ter um trato mais aprofundado com o nosso chamado ECAD, eu acho que tem coisas escabrosas

que precisam ser averiguadas, coisas que precisam ser trazidas à luz, explicações a serem dadas, e que não serão dadas se não tiver um processo investigativo extremamente sério, para se revelar, e que esse processo investigativo fique na mão de quem é do meio, de quem é do ramo, para poder, de fato, trazer à luz aquilo que está no escuro no ECAD, e que cria angústia no coração de todo artista brasileiro, quando fala em ECAD é coisa de arrepiar o cabelo para todos nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Obrigado, Senador Malta. Acho que V.Ex^a. trouxe temas importantíssimos. A questão de uma política fiscal tributária, inteligente para esse produto cultural que é o CD e a maneira de combater a pirataria. Nós estamos discutindo isso aqui, houve uma audiência sobre esse tema na Comissão duas semanas atrás. A nossa Subcomissão com a Subcomissão de Ciência e Tecnologia. A questão dos direitos autorais tem sido assunto nessa Subcomissão. Duas retificações. Eu não voto sistematicamente contra o Governo, em hipótese alguma. Quando o projeto é bom, eu voto favorável e quando é ruim, eu... O bom de não ter.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Eu usei a palavra sistemática? Então, eu retiro. V.Ex^a. dá apoio crítico ao Governo. Quando acha que é bom, é bom, quando acha que não é bom, não é bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Quando você não tem o temor de perder nenhum cargo no Governo, você pode votar com liberdade. E outra questão importante é o voto secreto e voto aberto. Eu que sou o autor do Projeto de Emenda Constitucional para acabar com o voto secreto, porque acho que é uma excrescência o voto secreto no Congresso Nacional. Mas isso é outra discussão também. Com a palavra o Senador Cristovam Buarque, pré-candidato à Presidência da República pelo PDT, o que nos honra muito, e Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bom dia a cada um e cada uma. Em primeiro lugar dizer da dificuldade que tenho toda vez que há Audiência aqui, Senador Malta, e temos artistas, porque é duro a gente falar diante de ídolos, ou representantes de ídolos. Sempre me deixa meio encabulado. Aqui a gente faz às vezes sobre Cinema, Teatro e, agora, de Música. Segundo, pedir desculpas de não estar aqui todo o tempo, eu até participei da convocação dessa Audiência porque eu presido a Comissão de Direitos Humanos, e estamos fazendo lá uma Audiência sobre o trabalho infantil, e eu tenho que voltar para lá. Mas, eu não poderia deixar de vir aqui, para dizer uma coisa e, antes, dizer outra. Eu apoio perfeitamente a proposta do Senador Magno Malta. Não tenha dúvida quem

precisa disso. Porque o direito autoral é a condição necessária para a produção da arte. Eu não digo nem para a sobrevivência do artista. É para nós. Quando a gente paga um direito autoral, nós estamos nos beneficiando. As pessoas esquecem que você só leva um sapato para casa pagando pelo sapato. Você só vai ter o trabalho de um artista se ele estiver não só vivendo, mas também, como diz um velho intelectual americano, sem estar preocupado em pagar a conta do telefone, porque ninguém faz poesia preocupado em pagar a conta do telefone por muito tempo. Pode fazer uma, duas, três.

Mas eu queria chamar a atenção, Presidente, de que não vale a pena a gente tentar resolver o problema apenas pelo lado deste. Como, por exemplo, o direito autoral. A gente tem é que ampliar no Brasil o gosto pela música. A gente tem é que ampliar o consumo de arte no Brasil. Não basta pegar o grupo que atualmente consome e dizer – “Vamos fazer com que paguem tanto ou paguem tanto”. Nós no Brasil temos a mania de querer resolver as coisas corporativamente por um grupo, sem pensar que, resolvendo, se amplia. Eu fico espantado como os donos de jornal brigam entre eles para ver quem vende mais jornal. Se fizessem uma campanha para acabar com o analfabetismo, multiplicava por dez o número de leitores e todos ganhavam. E aí eu quero dizer, e fazer um desafio para que vocês ajudem. Aí o lugar de ganhar adeptos à Música é a escola, desde pequenininho. A gente tem uma educação hoje que não põe Música não só da educação, mas também na educação do ouvido. Não só a educação para fazer música, porque essa exige um talento especial. Lamentavelmente, na minha família Deus concentrou todo o talento em um só, que foi o Chico, e deixou todos nós outros “Buarques” [Risos] sem nenhuma competência para o talento de fazer. Mas, pelo menos, ficamos com o gosto de ouvir.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Ainda tem a Miúcha e a Cristina.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – É verdade. Mas ali é da mesma familiazinha.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Do mesmo núcleo.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Do mesmo núcleo [Risos]. Pois bem. A gente precisa levar educação musical para as escolas. Mas, desde a primeira infância. Todo tipo de música. Levar artista para tocar, cantar, falar também de como é o trabalho do criador da música. Se não vincularmos à educação o trabalho de promoção da música, não vamos conseguir ter o resultado que a gente espera. E eu gostaria que vocês, que tem do nosso lado o apoio para as medidas imediatas para cuidar de vocês, que vocês aju-

dem aqueles que querem cuidar das crianças. Porque ali está o futuro consumidor de música, e respeitador dos direitos autorais. É isso que eu tinha para dizer, Sr. Presidente, e muito obrigado ao Senador José Jorge por deixar eu falar antes dele. [Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque, do PDT de Brasília, e que teve essa deferência vir aqui, se ausentando da Comissão que preside. De pernambucano para pernambucano, o pré-candidato a Vice-Presidente da República pelo PFL e PSDB, Senador José Jorge, do PFL de Pernambuco.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sr. Presidente, Senhoras e Senhores, como V.Ex^ª. sabe, Pernambuco é o único Estado que tem aqui cinco Senadores. Temos nós três, e ainda tem o Senador Cristovam e o Senador Romero Jucá.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – O Presidente também.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Aqui no Senado? O Presidente da República sim. Mas, esse saiu logo lá de Pernambuco, os outros não, Senador.

Eu gostaria de dizer o seguinte, na realidade, o que se acompanha quando nós olhamos... Principalmente quando a gente viaja para o exterior, quando a gente vê o conhecimento que as pessoas têm do Brasil, “ah, eu acho que em primeiro lugar é o futebol, e em segundo lugar é a música”. Realmente a música brasileira ela ocupa um espaço importante no cenário internacional, e também é um dos poucos Países em que, na realidade, ela resiste em relação à questão do espaço dentro do Brasil. Enquanto, por exemplo, a maioria dos Países eles ouvem em sua... Principalmente música americana, rock etc, aqui no Brasil não, se nós olharmos a lista de discos mais vendidos, sempre a maioria são músicas brasileiras. Coisa que já não acontece com o Cinema, e com outras manifestações culturais. Então, eu acho que na realidade é aquela história, nós temos que trabalhar mais naquilo em que nós somos melhores. Quer dizer, não tem sentido a gente querer ser bom em basquete. Vamos jogar basquete também, mas nós temos que trabalhar mais o futebol, que é onde nós temos mais oportunidade e, por coincidência, é o esporte mais importante praticamente em todo mundo, tirando os Estados Unidos.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – E é o melhor do boxe.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – O melhor do boxe, você quer o que o nosso lutador de boxe não leve murro na cara, e isso não existe. Todo lutador de boxe leva murro na cara. Isso faz parte da profissão. [Risos]

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Como qualquer lutador de boxe. Então, na realidade, nós verificamos isso. Quando eu viajo, eu sou amigo de João Donato, grande Compositor, uma vez estive com ele em Nova York e nós fomos a uma loja de discos, grande. Chegou lá, na loja de discos tem cinco, seis discos de João Donato para vender em Nova York. Mas às vezes você tem loja de disco em Recife que você não encontra um disco de João Donato, porque eles só se especializam em alguns poucos Músicos. Então, a gente verifica que há toda essa questão que, na realidade, eu acho que é positivo no momento em que essa Subcomissão vai tratar também da Música. Eu até acharia que deveria ter começado pela Música. Depois entrava o Cinema, entravam as outras instituições. [Palmas] Não que a Música seja mais importante que o cinema. Eu gosto muito de música mas de cinema também. Não é que a música seja uma manifestação cultural mais importante que o cinema, mas sem dúvida que para o Brasil ela é mais importante, porque nós temos essa possibilidade que eu acabei de citar.

Por outro lado, em relação a essa questão da pirataria, que é uma coisa gravíssima, eu também concordo que a única maneira de acabar a pirataria real é baixando o preço do não pirata. É a única maneira. Eu sempre dou um exemplo, lá em Pernambuco, quando eu era jovem, existia muito contrabando de uísque, porque as taxas de importação de uísque eram muito altas. Cada pessoa tinha assim o que hoje se chamaria, como tem *personal stylist* hoje, sei lá, tinha uma espécie de “personal contrabandista”. Quer dizer, era aquele contrabandista que vendia uísque para ele. E havia a discussão “o meu uísque é melhor do que o seu. O seu veio do Paraguai e o meu veio da Escócia”. Quer dizer, aquilo era uma coisa natural, todo mundo usava aquilo.

Hoje em dia, como o Governo diminuiu as taxas de importação de uísque, todo o uísque é comprado no supermercado. Ninguém compra mais uísque no contrabando porque não é vantagem econômica comprar no contrabando. Você inviabiliza o contrabando. Porque o contrabando também tem seus custos. Ele tem que pagar propina, ele perde de vez em quando, tem muitos intermediários etc. Então, na realidade, eu concordo que essa questão dos CDs piratas só tem uma maneira de combater [soa a campainha]. É diminuindo tudo que é imposto, as próprias gravadoras tentando diminuir ao máximo os custos e os próprios artistas recebendo também o menor que for possível receber para que nós inviabilizemos o CD pirata. E além de tudo, agora nós temos também a questão

da Internet. Hoje em dia, é muito possível as pessoas não só comprarem música na Internet como tirarem gratuitamente. Então, isso tudo tem que ser visto, e eu acho que a música e os artistas da música estão passando por um momento de transição com as novas tecnologias.

Então, por isso, Presidente, que eu gostaria de me solidarizar com a entrada da Música nessa Subcomissão. Porque realmente é uma questão que nós temos que discutir, porque vai depender de legislação. Porque nós temos aqui o poder de mudar a legislação. Mas para que nós possamos mudar bem a legislação, é preciso que a gente entenda do tema. E para entender do tema, a melhor maneira é realmente participar dessa Subcomissão. Então, eu quero dar a minha solidariedade a todos os artistas aqui presentes e dizer que eu acho que é um tema que a gente tem que discutir cada vez mais aqui, para que a gente possa viabilizar a música brasileira e os seus artistas. Muito obrigado. [Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Obrigado, Senador José Jorge. Antes de encerrar, eu vou conceder, rigorosamente, dois minutos a cada um, para as suas breves considerações. Dois, para chegarmos a uma tolerância. Exatamente. Por favor, Alexandre.

SR. ALEXANDRE HEES DE NEGREIROS – Antes que o Senador Magno Malta vá embora, eu gostaria de deixar oferecido a ele que temos muitos motivos aqui para conversar depois sobre o ECAD. Se você quiser, eu estou à disposição.

Eu queria primeiro falar sobre o que o Senador Saturnino falou a respeito da pequena crise do cinema que motivou essa criação da Subcomissão. Eu quero dizer que essa pirataria à qual o Senador também se referiu, e o candidato a Vice-Presidente também se referiu, ela também gerou na Música agora a nossa pequena crise. Então, essa reformulação global do setor eu acho que mais do que justifica essa inclusão.

Com relação a Cinema e Música, com todo aquele assunto que a gente havia falado, existe uma questão muito séria no nosso modelo autoral. O modelo brasileiro é um dos únicos no mundo que nega direitos a outras áreas. Quer dizer, eu sou da Música, mas eu estou aqui falando em nome dos outros detentores, dos roteiristas... Que haviam sido contemplados parcialmente pelo projeto da ANSINAT(F), que acabou tendo mil problemas e não foi aprovado. [soa a campainha]

Eu queria falar sobre o que a Senadora falou com relação às nossas demandas serem feitas a partir dos autores, a música tem que trazer as demandas, eu queria dizer que a falta de regulamentação do nosso ECAD gera uma questão muito grave. Das 12 socie-

dades que existem no Brasil, apenas seis têm direito a voz e voto. O que significa que há compositores que se sentem representados no ECAD, mas, de fato, não são. Quando houve a expulsão de quatro sociedades em 1999, criou-se em seguida a figura da sociedade autoral administrada. Essa sociedade autoral administrada nega direito a voto. Só detêm votos na Assembléia Geral do ECAD a metade das sociedades que existem ali dentro, sendo que uma delas tem a hegemonia há muitos anos. O que há de grave nisso é que há autores que desconhecem essa falta de representatividade, e se sentem contemplados, a lei outorgou ao ECAD essa exclusividade e esse autor não tem representação. Isso eu acho que é gravíssimo, eu acho que isso é uma questão de Estado, eu não sei se justifica uma CPI, principalmente pelas consequências que isso virá a ter para o próprio sistema. O sistema imediatamente reage a isso, não pagando direito autoral, então, isso pode ser muito grave. Agora, a regulamentação, a abordagem do Estado sobre o sistema de direitos autorais é urgente. Ela tem que ser muito bem pensada, para que seja feita sem os resquícios da ditadura, mas ela é urgente. A gente não pode esperar mais. Isso é fundamental. Obrigado. [Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Agradeço, Alexandre. Passamos aqui para o lado direito. Ricardo Breim, por favor. Dois minutos.

SR. RICARDO BREIM – Bom, em primeiro lugar eu queria fazer o esclarecimento de que aquela proposta de começar pelo ensino médio profissionalizante de Música é apenas para estabelecer uma referência, para depois escalonar desde propostas até para bebês. Para o ensino de Música, para os bebês poderem ter contato desde o início.

Outra coisa que eu queria colocar, uma idéia importante para isso, a idéia de música como linguagem, que eu acho que teria que ser adotada para um projeto como esse, pressupõe a gente superar todos esses rótulos que costumam aprisionar a música em determinados nixos. A própria oposição entre música popular e música erudita é uma coisa completamente superada. Isso não existe. Não existe música erudita/música popular. Existe Músico erudito/Músico popular. Músico erudito é aquele que tem o seu fazer [soa a campainha] bastante associado a conhecimentos, pesquisa, estudos. Muitas vezes a gente tem músicas, as chamadas músicas eruditas que vêm da Europa, foram feitas de uma forma muito mais na penada assim, do que muita música popular que a gente costuma rotular de música popular. Eu mesmo tenho uma experiência de ter levado sete anos para compor uma canção, mas que foi uma experiência maravilhosa, de sempre voltar, buscar,

pesquisar. Eu aprendi muita música, mais compondo essa canção que, executada, dura três minutos. Isso, para mim, é erudição. Mas, ela soa como no território das músicas populares. Então é isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Obrigado, Ricardo. [Palmas] Sidnei Bonfim, por favor.

SR. SIDNEI BONFIM DE JESUS – É só uma observação no que foi dito pelo Senador Magno Malta. Que ele falou a respeito da questão da OMB cobrar e tal. Aquela coisa da formalização. Eu, como Músico emergente, no caso. Não sou um Músico de notoriedade, eu não vislumbro nenhum tipo de modificação sem a formalização. Eu acho que a informalidade é um dos maiores problemas que nós temos até hoje. Porque, na verdade, o que nós precisamos é que o Governo entenda esse mercado, mapeie esse mercado para, a partir daí, fazer as modificações estruturais e emergenciais. Essa questão de “ah, eu recebo cem ou duzentos...” isso aí não é o importante. Cabe aos seus sindicatos negociarem, até com o próprio apoio político, pisos mínimos, que venham, na verdade, garantir uma dignidade para nós que exercemos a profissão. Agora, essa questão de dizer que não tem que haver OMB, não tem que haver formalização, isso aí seria um prejuízo, para quem é Músico profissional, imenso. Agora, as “Diretas já” tem que haver. Tem que abrir a “caixa-preta” da OMB. Agora, extinguir a formalização, isso aí é surreal. [Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Egeu, por favor.

SR. EGEU LAUS SIMAS – Eu gostaria de salientar que, embora em alguns setores a música já tenha desenvolvido as suas discussões e tenha até propostas a apresentar que podem muito rapidamente se transformar em leis, na questão da música e cidadania uma grande discussão ainda é necessária. E talvez essa Subcomissão possa nos ajudar a construir essa discussão. Porque ela é transversal, por exemplo, no Executivo, porque precisamos chamar Ministério das Cidades, precisamos chamar Ministério do Trabalho, precisamos chamar Ministério da Saúde, precisamos chamar Ministério do Desenvolvimento Social para discutir isso. O papel das universidades é fundamental. A Universidade Federal do Rio de Janeiro realiza um trabalho social na Favela da Maré fantástico, e esse trabalho precisa ser conhecido e precisa ser discutido. Precisamos chamar as empresas que tenham os seus departamentos de responsabilidade social para discutir esse assunto. Portanto, talvez essa Subcomissão possa abrigar uma grande discussão sobre música e cidadania. [Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Obrigado, Egeu. [soa a campanha] Cristina, por favor, considerações finais.

SRA. CRISTINA GOMES SARAIVA – Bom, na verdade, eu não queria fazer considerações finais sobre o meu tema específico, mas dar pequenos comentários sobre coisas que foram ditas aqui.

Então, com relação à questão da política tributária, da isenção fiscal, eu queria lembrar que, alguém citou, algum Senador, já não me lembro mais, que o Brasil escuta música brasileira, o que não é muito comum. E a partir de 1967, foi feita a isenção fiscal para as grandes gravadoras que investissem na produção nacional, de música brasileira. Esse pequeno ato de política pública foi responsável por talvez o grande *boom* da música brasileira, e que fez com que o Brasil passasse para o segundo lugar, em termos de País, no mundo, que ouvia a sua própria música. Em primeiro lugar, o Estados Unidos, o Brasil em segundo lugar, com uma margem de 75% de música nacional. Então, eu queria chamar atenção para a importância, sim, de uma política pública, porque isso foi fruto de uma política de Estado. [soa a campanha]

Eu queria fazer um comentário a respeito da questão da Senadora, sobre a questão da difusão externa, a gente teve ontem um seminário, e discutimos no seminário a questão da diplomacia cultural. Quer dizer, o Itamaraty teria um papel fundamental a desempenhar, que não desempenha, o Brasil é um País riquíssimo, do ponto de vista da música, e não utiliza dessa ferramenta para a colocação, projeção politicamente no mundo. A gente percebe, por exemplo, como os Estados Unidos, a importância que teve para os Estados Unidos a difusão no cinema americano, no rock, do *american way of live*(F), e a gente está aqui no Brasil desprezando um instrumento riquíssimo, um tesouro em termos de poder simbólico, de possibilidade de poder simbólico à colocação do País no exterior.

Então, acho que a gente tem uma série de coisas, não vai dar para falar de tudo que eu pretendia, eu queria dizer para o Senador que a música, não só na pauta, a música está nas veias do brasileiro, nas veias do Brasil. E que precisa entrar na pauta política do País, agora. É isso. [Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Obrigado, Cristina. E para encerrar, com a presença do Deputado Chico Alencar, acompanhando, o Senador Antônio Carlos Valadares, que chegou aí também e está acompanhando, Senador do PSB de Sergipe, o Deputado Chico Alencar, do PSOL do Rio de Janeiro.

Para encerrar esta grande Audiência Pública, eu queria já agradecer, e vou deixar ela que ela encer-

re mesmo, agradecer a profícua Audiência Pública, a produtiva Audiência Pública, festejando a entrada da Música na Subcomissão Permanente do Cinema, Do teatro e da Comunicação Social, a qualidade dos expositores, a qualidade da agenda proposta, e vamos dar continuidade a esses desafios. Fernanda Abreu, por favor.

SRA. FERNANDA ABREU – Eu queria agradecer, Senador Sérgio Cabral, pela sua iniciativa. Queria agradecer os Senadores, e fiquei muito feliz em ver que realmente existe uma sensibilidade aqui na Casa em relação à questão musical. A gente fica muito preocupado com isso, e queria agradecer especialmente ao Deputado Federal Chico Alencar, que ontem promoveu na Câmara Federal um seminário incrível naquela Casa.

Então, a gente, nós Músicos agora, a gente sabe que a Música é a trilha sonora de cada um. Desde que a gente nasce até a hora que a gente morre. Todos os momentos importantes da nossa vida. Todas as nossas felicidades, os nossos sofrimentos, todos os nossos momentos a música está presente. A música é a alma da gente. Então, isso a gente já sabe. O que a gente está agora é se organizando, e que a gente veio aqui para o Senado, a gente foi para a Câmara Federal é porque a gente precisa realmente discutir com profundidade todas essas questões. Quando vocês brincam [soa a campanha] que agora não pode ter mais show nos comícios e tal, “vamos lá e cantamos”, não dá para ir lá e cantar. Essa informalidade, isso é que sempre foi muito no Brasil, a intuição, a música, a informalidade. “Canta aí. Ah, agora canta aí”. Então, esse tipo de coisa para a gente, é importante a gente... Tem esse lado todo, o lúdico e bacana da festa, da celebração, mas é muito importante que a gente se debruce com profundidade nessas questões, porque eu acho que a Música e a cultura é um setor estratégico para qualquer País hoje no mundo, a gente tem que dar o real valor para a cultura, e eu agradeço, e fico muito feliz com as considerações de vocês, acredito, com o empenho que vocês terão, muitos aqui candidatos, muitos pessoas que eu acho que vão estar comprometidas aqui com as nossas questões da Música. E isso é muito importante para a gente, ouvir isso de vocês, e a gente vai estar aqui direto. Só queria avisar isso para vocês. Preparem-se. [Risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Música agora é permanente na Subcomissão.

SRA. FERNANDA ABREU – Muito obrigada a todos. [Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Obrigado. Está encerrada a Sessão. Sessão encerrada às 12h46min.

Ata da 20ª Reunião Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 6 de junho de 2006

Às onze horas e vinte e dois minutos do dia seis de junho de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Saturnino, Presidente Eventual e com a presença dos Senhores Senadores José Jorge, Edison Lobão, Marcelo Crivella, Marcos Guerra, Leonel Pavan, Valdir Raupp, Íris de Araújo, Sérgio Cabral, Ney Suassuna, Gilberto Mes-trinho, Aelton Freitas, Fátima Cleide, Flávio Arns, Ide-li Salvatti, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, César Borges, Cristovam Buarque, Marco Maciel, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, João Batista Motta, Geraldo Mesquita, Luiz Otávio, Antônio Carlos Valadares e João Ribeiro, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Maria do Carmo Alves, Juvêncio da Fonseca, Wellington Salgado de Oliveira, Gilvam Borges, José Maranhão, Mo-zarildo Cavalcanti, Augusto Botelho e Paulo Paim que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Senador Roberto Saturnino, Presidente Eventual, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência submete a deliberação do Plenário a preferência para iniciar a deliberação pela pauta de Decretos Legislativos, o que é aprovado. **Item 01 – Projeto de Decreto Legislativo nº 283, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Televisão Verdes Mares Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis. **Item 02 – Projeto de Decreto Legislativo nº 297, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Loteamento Bonanza II a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Moreno, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis. **Item 03 – Projeto de Decreto Legislativo nº 296, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Solidária de Comunicação Social Sepé Tiaraju a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sepé, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis. **Item 04 – Pro-**

jeto de Decreto Legislativo nº 235, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária Educativa Cultural Salzanense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Liberato Salzano, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis. Neste momento, o Senhor Presidente Eventual, Senador Roberto Saturnino passa a Presidência ao Senador Flávio Arns para relatar o seguinte item – **Item 05 – Projeto de Decreto Legislativo nº 303, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Serra da Tiririca FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado é o Senador Roberto Saturnino e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Reassume a Presidência o Senador Roberto Saturnino. **Item 06 – Projeto de Decreto Legislativo nº 287, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Portal do Paraná a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Londrina, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis. **Item 07 – Projeto de Decreto Legislativo nº 293, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Florestópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Florestópolis, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis. **Item 08 – Projeto de Decreto Legislativo nº 220, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de José Bonifácio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de José Bonifácio, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis. **Item 09 – Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Rádio Comunitária Associação Joni Braga Educação Arte & Cultura Rádio Nova Bofete – RNB – FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bofete, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis. **Item 10 – Projeto de Decreto Legislativo nº 262, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do

Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Guaraci a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaraci, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis. **Item 11 – Projeto de Decreto Legislativo nº 246, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico do Bairro da Capela a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis.

Item 12 – Projeto de Decreto Legislativo nº 284, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária 97 FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Turmalina, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 13 – Projeto de Decreto Legislativo nº 195, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária, Cultural e Educativa de Radiodifusão de Itumirim/MG – Acreditar a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itumirim, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis.

Item 14 – Projeto de Decreto Legislativo nº 228, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural José Onilson Lima para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Parambu, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Geraldo Mesquita e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis. **Item 15 – Projeto de Decreto Legislativo nº 237, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária José Joaquim da Silva de Vila Nova – Quixeré – Ceará a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixeré, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Geraldo Mesquita e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis.

Item 16 – Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Areia Branca – ACAB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibicuitinga, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Geraldo Mesquita e o projeto é aprovado por

dezoito (18) votos favoráveis. **Item 17 – Projeto de Decreto Legislativo nº 258, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Granja a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Granja, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Geraldo Mesquita e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis. **Item 18 – Projeto de Decreto Legislativo nº 260, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa Mestre Álvaro para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Viana, Estado do Espírito Santo”. O relator designado é o Senador João Batista Motta e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis. **Item 19 – Projeto de Decreto Legislativo nº 281, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação e Ação Social Comunitária de Baixo Guandu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baixo Guandu, Estado do Espírito Santo”. O relator designado é o Senador João Batista Motta e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis. **Item 20 – Projeto de Decreto Legislativo nº 269, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Serra Caiada a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Juscelino, atual Serra Caiada, Estado do Rio Grande do Norte”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis. **Item 21 – Projeto de Decreto Legislativo nº 1493, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à FM São Bento de Amontada Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pindoretama, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis. **Item 22 – Projeto de Decreto Legislativo nº 295, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Jataí, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis. Finda a deliberação da Pauta de Projetos de Decretos Legislativos inicia-se a apreciação da pauta de Projetos de Lei. **Item 01 – Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2002**, de caráter terminativo, de autoria do Senador José Agripino, que

“Altera a Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990, com vistas a estabelecer que o FAT financie estágio remunerado em empresas e universidades”, tramitando em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 052, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “Altera o artigo 2º da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990, visando estabelecer a utilização dos recursos do FAT para financiamento, por intermédio de sindicato de trabalhadores, de curso superior de graduação”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o parecer é favorável ao PLS 177/02, com as emendas oferecidas e pela rejeição ao PLS 052/03, que tramitam em conjunto. Atendendo a solicitação de um dos autores da proposição, o Senhor Senador José Agripino, que manifestou a intenção de estar presente a sessão deliberativa para discutir o projeto, o relator solicita a retirada da proposição, o que é aprovado. **Item 04 – Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque que, “Altera o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, para definir como crime de responsabilidade a aplicação indevida de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que impliquem na suspensão do oferecimento da merenda escolar”. O relator designado é o Senador José Jorge e o parecer favorável é aprovado. **Item 05 – Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Hélio Costa que, “Altera a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, com o objetivo de autorizar os estados e o Distrito Federal a deduzir, das parcelas pagas a título de amortização e encargos da dívida com a União, o montante por eles gasto em Educação Superior”. O relator designado é o Senador José Jorge e o parecer pela rejeição é aprovado. **Item 07 – Projeto de Lei do Senado nº 096, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Sérgio Guerra que, “Denomina ‘Rodovia Pintor Cícero Dias’ o trecho da rodovia BR-101 entre as cidades de Cabo de Santo Agostinho e Palmares, em Pernambuco”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. Finda a deliberação da Pauta de Projetos de Leis e dando prosseguimento à reunião o Senhor Senador Roberto Saturnino submete ao plenário a deliberação da Pauta-Extra, o que é aprovado. **Extrapauta – Item 01 – Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon que, “Institui a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Íris de Araújo e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, incorporando ao

texto final emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. **Pauta-Extra – Item 02 – Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Delcídio Amaral que, “Dispõe sobre a prestação dos serviços de correio eletrônico, por intermédio da rede mundial de computadores – Internet, e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o parecer favorável, com as emendas oferecidas é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias da pauta – **Item 02 – Projeto de Lei do Senado nº 021, de 2006, Item 03 – Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2004, Item 06 Projeto de Lei do Senado nº 094, de 2006 e Item 08 – Projeto de Lei da Câmara nº 024, de 2006**. O Senhor Senador Roberto Saturnino, Presidente Eventual, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas quarenta minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Roberto Saturnino**, Presidente Eventual da Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, realizada... Realizando-se em 06 de junho de 2006. Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior. Se todos os Senadores estão de acordo, fica dispensada.

E passamos à nossa pauta, iniciando pelos Projetos de Decreto Legislativo. O Item um aprova... Vamos começar pelos Relatores presentes, iniciando pelo Item três, Projeto de Decreto Legislativo nº 296/2006, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Solidária de Comunicação Social Sepé Tiaraju, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sepé, Estado do Rio Grande do Sul.

O Relator é o Senador Sérgio Zambiasi, a quem eu concedo a palavra.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado, Presidente, Senador Roberto Saturnino. O Projeto de Decreto Legislativo 296/2006 aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Solidária de Comunicação Social Sepé Tiaraju, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sepé, Estado do Rio Grande do Sul.. Autoria, Poder Executivo e o Parecer é favorável, Presidente Roberto Saturnino.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Em discussão o Parecer. Se nenhum dos Srs. Senadores deseja discutir, encerrada a discussão, para a votação posterior.

E vamos ao Item quatro, que é o Projeto de Decreto Legislativo nº 235, que aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária Educativa Cultural Salzanense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Liberato Salzano, Estado do Rio Grande do Sul.

O Relator é o Senador Paulo Paim. Não estando presente, peço ao Senador Zambiasi que faça o Relatório, como Relator *ad hoc*.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado, Presidente Saturnino. Com muita honra. O Senador Paulo Paim, em função de problema de saúde, está recebendo tratamento adequado e o Relatório do Projeto de Decreto Legislativo 235/2006, que aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária Educativa Cultural Salzanense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Liberato Salzano, Estado do Rio Grande do Sul, autoria Poder Executivo, Relator Senador Paulo Paim. O Senador deu o Parecer favorável ao Projeto aqui apresentado, Presidente Roberto Saturnino.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Parecer favorável. Em discussão. Se nenhum dos Srs. Senadores deseja discutir, encerrada a discussão, para a votação posterior.

Vou passar a Presidência, agora, ao Senador Flávio Arns, para que eu relate o Item seguinte.

[Troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradecendo a deferência do Senador Roberto Saturnino, passo a palavra ao próprio Senador, para relatar o Item nº cinco da pauta, que é o Projeto de Decreto Legislativo. Só esqueci meus óculos. Obrigado, sem os óculos, aí a gente já tem dificuldades.

Peço, então, ao Senador Roberto Saturnino para relatar o Projeto... O Item nº cinco da pauta, Projeto de Decreto Legislativo nº 303/2006, que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Serra da Tiririca FM, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Niterói, Estado de Rio de Janeiro. Com a palavra V. Ex^a.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Sr. Presidente, trata-se do ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Serra da Tiririca FM, a executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o Projeto de Decreto

Legislativo não evidenciou violação da legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade e juridicidade, opino pela aprovação do ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Serra da Tiririca FM, a executar os serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O Parecer é favorável. Está em discussão o Parecer do Senador Roberto Saturnino. Não havendo quem queira discutir, será votado posteriormente, junto com os demais itens da pauta. Passo, em seguida... Retorna, a Presidência, ao Senador Roberto Saturnino.

[troca de Presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Item seis, Projeto de Decreto Legislativo nº 287/2006 que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Portal do Paraná, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Londrina, Estado do Paraná.

O Relator é o Senador Flávio Arns a quem concedo a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O Parecer, Sr. Presidente, é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Em discussão, Parecer favorável. Se nenhum dos Srs. Senadores deseja discutir, encerrada a discussão, para a votação posterior.

Vamos ao Item sete. Projeto de Decreto Legislativo nº 293/2006, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Florestópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Florestópolis, Estado do Paraná.

O Relator é, outra vez, o Senador Flávio Arns a quem concedo a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O Relatório, também, Sr. Presidente, é favorável.

E quero destacar que esta rádio comunitária está, como mencionado por V. Ex^a, na cidade de Florestópolis, que é o berço da Pastoral da Criança no Brasil. Pastoral da Criança tem uma existência de 22 anos, vai completar 23 anos neste ano, está em, praticamente, todos os Municípios do Brasil. Já em vários Países do mundo e o berço da Pastoral da Criança é a cidade de Florestópolis, a cerca de 80 quilômetros de Londrina, escolhida, naquela ocasião, entre outras razões, pelo fato da mortalidade infantil ser muito alta naquela cidade, constituído, o Município, essencialmente, de trabalhos oriundos dos bóias frias.

Então, a partir de Florestópolis, que a Pastoral da Criança se disseminou pelo Brasil e pelo mundo.

Então, é um prazer relatar esse Projeto. A rádio comunitária e as pessoas da Pastoral da Criança estão envolvidas nessa rádio comunitária e o Parecer, com muito prazer, é favorável.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador Arns, permite um aparte?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sim, estou do lado de cá. Aqui.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sempre à minha esquerda.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Com prazer.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu queria pedir licença, a V. Ex^a, para prestar uma homenagem à Sr^a. Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Zilda Arns, minha tia.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Xará da minha mulher e as Zildas são de bom coração e boa alma. Pelo trabalho que ela desenvolve, com tanto carinho, sorriso permanente.

Eu nunca vi a Dona Zilda Arns com a cara fechada. Sempre um sorriso, disposta a trabalhar, por mais de uma vez indicada para o Prêmio Nobel da Paz. Eu acho que o Brasil deve insistir nisso, que a devoção que ela tem, em benefício das crianças, é invejável.

Eu acho que nós temos que aplaudi-la permanentemente e ter certeza de que ela traz, sempre, alguma coisa de esperança para melhorar a vida dessas crianças desamparadas. Então, queria, através de V. Ex^a, nesse seu Relatório, incorporar essa homenagem que V. Ex^a faz.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço a V. Ex^a e retransmitirei, a Dr^a. Zilda, as palavras que V. Ex^a acabou de pronunciar. É o Parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Parecer Favorável, em discussão. Se nenhum dos Srs. Senadores deseja discutir, encerrada a discussão, para a votação posterior.

Vamos ao Item nº 8. Projeto de Decreto Legislativo nº 220/2006, que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de José Bonifácio, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de José Bonifácio, Estado de São Paulo.

O Relator é o Senador Romeu Tuma, a quem concedo a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O número, Sr. Presidente, por favor?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Nº oito, nº oito.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Desculpa, Sr. Presidente. É um Projeto que vem da Câmara, que

aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de José Bonifácio, no Estado de São Paulo.

E todos os documentos, exigidos pela lei em vigor, foram colocados no processo, o que indica a necessidade de sua aprovação e é o nosso voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Parecer Favorável, em discussão. Se nenhum dos Srs. Senadores deseja discutir, encerrada a discussão, para votação posterior.

Vamos ao Item nove. Projeto de Decreto Legislativo nº 242, que aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Rádio Comunitária Associação Joni Braga, Educação Arte & Cultura Rádio Nova Bofeti FM, a executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Bofeti, Estado de São Paulo.

O Relator é o Senador Romeu Tuma a quem concedo a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Lida a ementa por V. Ex^a nós, pelo voto, nós somos pela aprovação do ato que autoriza essa Associação, uma cidade importante do interior de São Paulo, que é Bofeti.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Parecer Favorável. Em discussão. Se nenhum dos Srs. Senadores deseja discutir, encerrada a discussão, para votação posterior.

Vamos ao Item 10. Projeto de Decreto Legislativo nº 262, que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Guaraci, a executar serviço de radiodifusão comunitária da cidade de Guaraci, Estado de São Paulo.

Relator, o Senador Romeu Tuma, a quem concedo a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Também lida a ementa por V. Ex^a, nós somos pela aprovação, em razão da juntada da documentação exigida.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – O Parecer é favorável. Em discussão. Se nenhum dos Srs. Senadores deseja discutir, encerrada a discussão, para a votação posterior.

Vamos o Item 11, Projeto de Decreto Legislativo nº 246/2006, que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico do Bairro da Capela a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo.

Relator, novamente, é o Senador Romeu Tuma, com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Lida a ementa por V. Ex^a, a cidade de Vinhedo, onde tem as belas Festas do Figo e da Uva, nós somos pela aprovação do ato que autoriza o funcionamento dessa rádio.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Em discussão. Se nenhum dos Srs. Senadores deseja discutir, encerrada a discussão, para a votação posterior.

E vamos ao Item 18, cujo Relator está presente. É o Projeto de Decreto Legislativo nº 260/2006, que outorga permissão à Fundação Educativa Mestre Álvaro, para executar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Viana, Estado de Espírito Santo.

O Relator é o Senador João Batista Motta a quem concedo a palavra.

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB-ES) – Presidente, referido Projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o Parecer favorável de seu Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania daquela Casa. O Projeto foi considerado jurídico, constitucional, com embasamento em boa técnica legislativa. O voto, tendo em vista que o exame dos documentos que acompanham o PDS evidenciou violação dos pertinentes e não havendo reparos quanto ao aspecto de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Parecer favorável. Em discussão. Se nenhum dos Srs. Senadores desejarem discutir, encerrada a discussão, para votação posterior.

Vamos o Item 19. Projeto de Decreto Legislativo nº 281/2006 que autoriza a Associação Comunicação e Ação Social Comunitária do Bairro Guandu, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baixo Guandu, Estado de Espírito Santo.

O Relator é o Senador João Batista Motta, a quem concedo a palavra.

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB-ES) – Da mesma forma, Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica Legislativa, opinamos pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – O Parecer é favorável, em discussão. Se nenhum dos Srs. Senadores deseja discutir, encerrada a discussão, para votação posterior.

E voltamos ao Item um. Itens um e dois, que não foram ainda apreciados. Item um, Projeto de Decreto Legislativo nº 283/2006, que renova a permissão outorgada à Televisão Verdes Mares Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.

O Relator é o Senador Marco Maciel a quem concedo a palavra.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Senador Roberto Saturnino que preside esta Sessão, gostaria de informar que o meu Parecer é favorável ao ato que renova a permissão outorgada à Televisão Verdes Mares Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco. Já que a propulsão satisfaz todas as exigências, não somente legais e constitucionais mas, também, regimentais.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – O Parecer é favorável, em discussão. Se nenhum dos Srs. Senadores deseja discutir, encerrada a discussão para votação posterior.

Vamos ao Item dois.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente já de plano relatar também, não é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – É, o Item dois é o Projeto de Decreto Legislativo nº 297 que autoriza a Associação dos Moradores do Loteamento Bonanza II, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Moreno, Estado de Pernambuco.

O Relator é, outra vez, o Senador Marco Maciel, a quem concedo a palavra.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente, a exemplo do meu Parecer com relação ao Item um, o meu Parecer com relação ao Item dois é, igualmente, favorável, pelos mesmos argumentos, isto é, a matéria foi examinada e, quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade e observância de regras regimentais e, como foi considerado em condições de ser aprovado, meu Parecer não é outro senão de também assim referendar o exame feito pelos Assessores da Casa. Por isso, meu Parecer é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Parecer favorável, em discussão. Se nenhum dos Srs. Senadores deseja discutir, encerrada a discussão, para votação posterior.

Vamos ao Item 14, Projeto de Decreto Legislativo nº 228/2006 que outorga permissão a Fundação Educativa e Cultural José Onilson Lima, para executar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade Parambu, Estado do Ceará.

A Relatora, Senadora Patrícia Saboya Gomes, não estando presente, designo o Relator *ad hoc*, o Senador Geraldo Mesquita, a quem concedo a palavra.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, o Projeto de Decreto Legislativo nº 228 que aprova o ato que outorga à permissão a Fundação Educativa

e Cultural José Onilson Lima, a executar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Parambu, Estado Ceará, recebeu Parecer favorável da Senadora Patrícia e desse Relator *ad hoc*, igualmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado. Parecer favorável, em discussão. Se nenhum dos Srs. Senadores deseja discutir, encerrada a discussão, para votação posterior.

E vamos ao Item 15, que é o Projeto de Decreto Legislativo nº 237, que autoriza a Associação Comunitária José Joaquim da Silva, de Vila Nova, Quixeré, Ceará, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixeré, Estado Ceará.

Novamente o Relator a Senadora Patrícia Saboya Gomes e, não estando presente, designo Relator *ad hoc*, o Senador Geraldo Mesquita, com a palavra.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Igualmente, Sr. Presidente, o Projeto de Decreto Legislativo nº 237 recebeu Parecer favorável da Senadora Patrícia e é o mesmo Parecer desse Relator *ad hoc*.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado Senador. Em discussão o Parecer favorável. Se nenhum dos Srs. Senadores deseja discutir, encerrada a discussão, para votação posterior.

Item 16, Projeto de Decreto Legislativo nº 243 que autoriza a Associação Comunitária Areia Branca, ACAB, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibicuitinga, Estado do Ceará.

A Relatora Senadora Patrícia não estando presente, peço, novamente, ao Senador Geraldo Mesquita que funcione como *ad hoc*.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Sr. Presidente. Igualmente. Projeto de Decreto Legislativo nº 243 que autoriza o ato... Que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Areia Branca para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Ibicuitinga, Estado do Ceará recebeu Parecer favorável da Senadora Patrícia, o mesmo Parecer desse Relator *ad hoc*.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Encerrada a discussão para votação posterior.

Vamos ao Item 17 que aprova o Projeto de Decreto Legislativo 258 que autoriza a Associação Comunitária de Granja, a executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Granja, Estado Ceará.

Outra vez a Relatora Patrícia, não estando presente, peço ao Senador Geraldo Mesquita que funcione como Relator *ad hoc*.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Sr. Presidente, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo 258 que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Granja, a executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade que tem o mesmo nome, no Estado do Ceará, com Parecer favorável desse Relator *ad hoc*.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Em discussão o Parecer favorável. Se nenhum dos Srs. Senadores deseja discutir, encerrada a discussão, para votação posterior.

Vamos ao Item 13. Projeto de Decreto Legislativo nº 195/2006 que autoriza a Associação Comunitária, Cultural e Educativa de Radiodifusão de Itumirim, Minas Gerais, ACREDITAR, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itumirim, Estado Minas Gerais.

O Relator é o Senador Aelton Freitas, a quem concedo a palavra.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Sr. Presidente, Senador Roberto Saturnino, tendo em vista a documentação que acompanha o PDS 195/2006, por não ter evidenciado violação à legislação pertinente, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária, Cultural e Educativa de Radiodifusão de Itumirim, a executar serviço de radiodifusão comunitária naquela cidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – O Parecer é favorável, em discussão. Se ninguém deseja discutir, encerrada a discussão, para votação posterior.

Vamos ao Item 20, Projeto de Decreto Legislativo nº 269/2006 que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Serra Caiada, a executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Presidente Juscelino, atual Serra Caiada, Estado do Rio Grande do Norte.

O Relator Senador Garibaldi, não estando presente, designo, *ad hoc*, o Senador Leonel Pavan, com a palavra V. Ex^a.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, para mim é uma alegria relatar esse Projeto do Relator Senador Garibaldi Alves Filho, que é o Relator da Comissão, também, Comissão dos Bingos, da CPI dos Bingos.

O Senador Garibaldi Alves Filho deu Parecer favorável à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Serra Caiada a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Juscelino, atual Serra Caiada, Estado do Rio Grande do Norte. Por isso, Presidente, eu também sou favorável, como Relator *ad hoc*.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Parecer favorável do Relator *ad hoc*, Senador Leonel Pavan. Em discussão, Se nenhum dos Srs. Senadores deseja discutir, encerrada a discussão, para votação posterior.

Vamos ao Item 21, Projeto de Decreto Legislativo nº 1493/2004, Projeto antigo, aprova o ato que outorga permissão à FM São Bento de Amontada Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Pindoretama, Estado Ceará.

O Senador Demóstenes Torres, Relator, não estando presente, peço ao Senador Edison Lobão, que funcione como Relator *ad hoc*.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Sr. Presidente, o Parecer original do Senador Demostenes Torres é pela aprovação do ato que outorga permissão à FM São Bento de Amontada Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão sonora, de frequência modulada, na cidade de Pindoretama, no Estado Ceará. Toda a documentação está conforme as exigências legais e, portanto, eu também, como Relator *ad hoc*, aprovo o Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Parecer favorável, em discussão. Se ninguém deseja discutir, encerrada a discussão, para votação posterior.

Vamos ao Item 22, que é o Projeto de Decreto Legislativo nº 295/2006, que outorga concessão à Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Jataí, Estado de Goiás.

Senador Demostenes Torres não estando presente peço novamente, ao Senador Edison Lobão, que faça o Relatório, como Relator *ad hoc*.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Pelas mesmas razões, Sr. Presidente, o voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Em discussão, o voto favorável. Se nenhum dos Senadores deseja discutir, encerrada a discussão, para votação posterior.

E o último Item, vamos ao... É o Item 12, Projeto de Decreto Legislativo nº 284/2006 que autoriza a Rádio Comunitária 97 FM a executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Turmalina, Estado de Minas Gerais.

Senador Eduardo Azeredo, não estando presente, peço ao Senador Aelton Freitas que emita o Parecer, como Relator *ad hoc*.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Sr. Presidente, observando documentação que acompanha o PDS 284/2006, por não ter evidenciado violação à legislação pertinente, não havendo reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica

legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Rádio Comunitária 97 FM a executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Turmalina, no Estado de Minas Gerais.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Parecer Favorável, em discussão. Se nenhum dos Senadores desejarem discutir, encerrada a discussão, para votação posterior.

Vamos, então, realizar a votação nominal de todos os Projetos de emissoras de rádio, cuja discussão foi encerrada. Vou começar a chamada, Senador José Jorge. Senadora Maria do Carmo Alves. Senador Edison Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Com o voto dos Relatores Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador Marcos Guerra.

SENADOR MARCOS GUERRA (PSDB-ES) – Com o Relator, Marcos Guerra.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador Leonel Pavan.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador Valdir Raupp não está presente. Senador Gilberto Mestrinho. Senador Aelton Freitas.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador Sérgio Zambiasi também não está presente. Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente, com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador Geraldo Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador Luiz Otávio, Senador João Ribeiro, Senador João Batista Motta.

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB-ES) – Com os Relatores, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Aprovados todos os Projetos. Romeu Tuma, não chamei?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Com os Relatores, senão eu nego meu voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Bem, aprovados todas as autorizações por unanimidade.

Vamos à pauta de Projetos, o primeiro Item, cujo Relator está presente, é o Item sete.

Projeto de Lei do Senado, Terminativo, de nº 096/2006, que denomina Rodovia Pintor Cícero Dias o trecho da Rodovia BR-101 entre as cidades de Cabo de Santo Agostinho e Palmares, em Pernambuco. O Relator é o Senador Marco Maciel, a quem concedo a palavra.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente. Sr. Presidente, eu gostaria de ver, localizar, página 124. Página 124. Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, eu gostaria de dizer que a proposta do ilustre Senador Sérgio Guerra que propõe, através de Projeto de Lei, seja denominada Rodovia Pintor Cícero Dias, o trecho da BR-101 entre as cidades de Cabo de Santo Agostinho e Palmares, Pernambuco é, na minha opinião, uma proposta extremamente oportuna e importante. E a proposição chega à Comissão de Educação para, em caráter Terminativo, opinar sobre o assunto.

O Projeto dispõe-se em dois artigos, sendo que o primeiro dá nome ao trecho da rodovia expressa na ementa e o segundo é a sua cláusula de vigência. Na justificativa o Autor apresenta o resumo da trajetória do pintor pernambucano. Eu gostaria de lembrar que há um pequeno erro de grafia – O pintor falecido, faleceu, ele nasceu em 1897 e faleceu com mais de 100 anos, mas o que caracteriza a sua obra é um forte apelo telúrico.

Ele era da mata sul de Pernambuco, região da chamada monocultura do açúcar, posteriormente veio ao Recife, foi grande amigo de Gilberto Freire, era um pintor, talvez, da preferência de Gilberto Freire e, durante o Estado Novo, por divergências políticas no Brasil e, inclusive, com o Governo Vargas, ele migrou para a França. Lá teve um papel muito importante, não somente no campo de vista artístico cultural mas, também, sob ponto de vista político, porque ele era muito amigo do poeta Paul Elouard e, com ele, se associou na defesa da liberdade, inclusive permitindo a ilustração de poemas de Paul Elouard, que eram lançados através

de aviões, durante a 2ª Grande Guerra Mundial, estimulando a resistência francesa, estimulando a todos aqueles que se encontram contra o nazi-fascismo.

Ele foi reconhecido pelo Governo francês, tendo recebido, inclusive, a Ordem Nacional do Mérito da França e, a partir daí, ficou morando em Paris, praticamente os últimos 40 anos da sua vida, foram todos vividos em Paris.

Mas ele não perdeu, embora distante de Pernambuco e do Brasil, ele não perdeu a sua inspiração telúrica. Eu sempre penso que o ser humano ele é, essencialmente, um ser telúrico. Ele tem raízes na sua terra. Ele pode ter asas também, às vezes ele voa, vai para outro lugar, mas é importante lembrar que nunca consegue cortar, totalmente, as raízes. Daí porque a sua obra hoje, é uma obra consagrada e merecedora de grandes exposições.

Agora mesmo se realiza, em Curitiba, uma exposição de cerca de 200 obras dele, que está sendo visitada há mais de dois meses e é um grande sucesso pela riqueza pictórica que ele apresenta. Daí porque, Sr. Presidente, tendo em vista que a matéria satisfaz todas as exigências de constitucionalidade, legalidade, técnica legislativa e de regimentalidade, o meu Parecer é a favor da proposição e quero aproveitar, também, para estender os cumprimentos ao Senador Sérgio Guerra pela oportuna e justa iniciativa, no momento em que se celebra mais um aniversário de sua morte, da morte do ilustre pintor Cícero Dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Em discussão o Parecer do Senador Marco Maciel. Se nenhum dos Srs. Senadores deseja discutir, vamos passar à votação, que terá que ser nominal, porque se trata de Projeto Terminativo. Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sim

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senadora Maria do Carmo Alves. Senador Edison Lobão. Senador Marcos Guerra.

SENADOR MARCOS GUERRA (PSDB-ES) – Sim

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sim

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador Gilberto Mestrinho. Senador Aelton Freitas.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Sim, porque eu estava relatando.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-
TURNINO (PT-RJ)** – Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Com o Relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-
TURNINO (PT-RJ)** – Senadora Ideli Salvatti. Senador Sérgio Zambiasi. Senador César Borges. Senador Marco Maciel, voto conhecido. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Votar contra o Marco Maciel é pecado capital, Senador. É pecado mortal, quem sabe, corrigir.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-
TURNINO (PT-RJ)** – Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sim, com o Relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-
TURNINO (PT-RJ)** – Senador João Batista Motta.

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB-ES) – Sim, com o Relator, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-
TURNINO (PT-RJ)** – Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA (PMDB-AC) – Com o Relator, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-
TURNINO (PT-RJ)** – Senador Luiz Otavio. Senador João Ribeiro. Senador Leonel Pavan.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Com o Relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-
TURNINO (PT-RJ)** – Aprovado o projeto, por unanimidade.

Vamos ao Item quatro. Não terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 182/2005, que altera o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, para definir como crime de responsabilidade a aplicação indevida de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar, PNAE, que impliquem na suspensão do oferecimento da merenda escolar.

O Autor do Projeto é o Senador Cristovam Buarque e o Relator é o Senador José Jorge, a quem concedo a palavra.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores.

Relatório – O Projeto de Lei do Senado nº 182/2005 de iniciativa do Senador Cristovam Buarque tem, por objetivo, definir, como Crime de Responsabilidade, de Prefeitos e Vereadores, a aplicação indevida de recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, PINAE, com a falta de Prestação de Contas de recursos aplicados, no prazo e formas definidos pelas

normas do programa. Essa aplicação indevida, para caracterizar Crime de Responsabilidade, deve implicar a suspensão da oferta de merenda escolar.

Para tanto, o PLS altera o Decreto-Lei nº 201, de 17 de fevereiro de 67, que dispõe sobre a responsabilidade de Prefeitos e Vereadores. Caso estas mencionadas irregularidades ocorram, acrescenta o texto do Projeto, a inabilitação para o cargo ou função pública que se refere, § 2º do Art. 1º da lei em tela, será de oito anos.

O PLS intenta, que a lei a ser criada, entre em vigor na data de sua publicação. Em sua justificação o Autor do Projeto ressalta a relevância social do PINAE e a necessidade que o recurso repassado aos Municípios sejam aplicados adequadamente. A mudança sugerida permitirá que, segundo alega o autor, que em vez de punir a criança com a interrupção do fornecimento de merenda, puna-se a autoridade, com a suspensão de seu mandato e sua conseqüente inelegibilidade.

O PLS nº 182/2005 foi, originalmente, distribuído a Comissão de Constituição e Justiça, por força da aprovação do Requerimento nº 714/2005, de iniciativa do Senador Hélio Costa. A matéria foi encaminhada, também, para a Comissão de Educação. Após a sua apreciação o Projeto será enviado para a CCJ em decisão Terminativa. Não foram oferecidas Emendas à proposição.

Análise. Criada em 1955, sob a denominação de Campanha de Merenda Escolar, o Programa Nacional de Alimentação Escolar tem, por objetivo, atender as necessidades nutricionais dos alunos de instituições de ensino, públicas e filantrópicas, de educação infantil e de nível fundamental, durante a jornada na escola, contribuindo, assim, para o desenvolvimento físico e intelectual do estudante e, portanto, para a melhoria da aprendizagem e do rendimento escolar. A fundamentação constitucional do PINAE encontra-se, particularmente, no Inciso VII, do Art. 208, da Constituição Federal que prevê, como dever do Estado, o atendimento ao educando do ensino fundamental, em programas suplementares de material didático, escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Até 1993 o Programa é executado de forma centralizada; todavia, com a edição da Lei nº 8913/94, o PINAE passou a ser desenvolvido por meio de transferência de recursos aos Estados e Municípios, a quem compete proceder a complementação financeira para melhoraria do cardápio. Desde 99, a transferência passou a ser feita automaticamente, sem a necessidade de celebração de convênios quaisquer, ou outros instrumentos do gênero, o que propiciou maior agilidade ao Programa.

Nos anos seguintes, novos aperfeiçoamentos foram implementados na iniciativa. Assim, estabeleceu-se a obrigatoriedade que 70% dos recursos transferidos pela União, sejam aplicados, exclusivamente, em produtos básicos, a saber, semi-elaborados e *in natura*. Também foi determinado o respeito aos hábitos alimentares regionais e à produção agrícola do Município que contribui para fomentar o desenvolvimento da economia local.

Além disso, foi prevista a criação, em cada Município, do Conselho de Alimentação Escolar, como órgão deliberativo, fiscalizador e de Assessoramento, para a execução do Programa. Esses Conselhos são formados por membros da comunidade, professores, pais de alunos e representantes dos Poderes Executivo e Legislativo. O PINAE, atualmente, é regulado pela Medida Provisória nº 2178, de 24 de agosto de 2001, que incorporou as inovações efetuadas nos anos anteriores e operou novos aperfeiçoamentos na regulação da matéria.

Assim, a Medida Provisória prevê, em caso de irregularidade, a suspensão do repasse de recursos, dispõe sobre a Prestação de Contas do total de recursos recebidos pelo Programa e estabelece a obrigatoriedade de comunicação, pelo Conselho Nacional de Alimentação Escolar, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação, FDE, Órgão Federal responsável pela gestão do Programa, de toda a irregularidade detectada na aplicação de recursos.

Na verdade, a responsabilização do Prefeito, por irregularidade na aplicação de recursos do PINAE, já se faz possível, por meio de dois instrumentos legais – O próprio Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 67 e a Lei nº 8429 de 02 de junho de 92. Com efeito, o Art. 1º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 67, dispõe que são crimes de responsabilidade dos Prefeitos desviar e aplicar indevidamente, bens ou rendas públicas, em proveito próprio ou alheio, bem como deixar de prestar contas no ato da administração financeira do Município, conforme norma de legislação pertinente.

O Decreto-Lei em questão define esse crime como de ação pública, punido com pena de reclusão e detenção. Ademais, a condenação desse crime acarreta perda do cargo e inabilidade, pelo prazo de cinco anos, para cargo ou função pública, sem prejuízo da reparação civil do dano causado ao patrimônio público ou particular. Por sua vez, o Art. 12 da Lei nº 8429, de 02 de junho de 1992, prevê três modalidades de improbidade administrativa, nas quais poderiam ser enquadrados os Prefeitos que aplicassem, irregularmente, recursos do PINAE. São elas que dizem respeito aos:

Primeiro – Atos que importem em enriquecimento ilícito, Art. 9º.

Dois – Atos que causem prejuízo ao Erário, Art. 10º.

E três – Atos que atentem contra os princípios da administração pública. Art. 11.

As sanções pertinentes independem das penas e podem variar de acordo com a referida modalidade – Improbidade administrativa, a extensão do dano causado e com o proveito patrimonial, obtido pelo agente. Apesar da existência dessas prescrições legais, não vemos obstáculo, no que diz respeito ao mérito e à legislação educacional, para que se crie a figura, típica no Decreto-Lei nº 201/67, com o propósito do disposto sobre a responsabilidade dos Prefeitos quanto a procedimentos irregulares na aplicação de recursos do PINAE.

A medida vem reforçar a relevância do Programa para a complementação nutricional de nossas crianças para o [inaudível] da sua aprendizagem. Igualmente, não existe reserva no que tange às competências da Comissão da Educação. A que ser fixado em oito anos o prazo de inabilitação no exercício de cargo ou função pública, na hipótese de crime identificado pelo PLS em tela, ainda que todas as demais hipóteses de crime de responsabilidade, inclusive os mais graves, apenados com reclusão, restringem-se a inabilitação, pelo prazo de cinco anos.

Voto – Em virtude do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 182/2005. Sr. Presidente, antes de encerrar, como V. Exª viu aqui, pelo Relatório, nós temos, aqui, uma situação em que a punição para esses cargos já está, de certa maneira, prevista em outros dispositivos legais. O que o Senador Cristovam Buarque deseja é, exatamente, tornar explícita a punição nesse caso da merenda.

Eu acho que esse Projeto, ele não é Terminativo na Comissão de Educação, ele vai passar na Comissão de Constituição e Justiça. Então, quando chegar na Comissão de Justiça, aqui na Comissão de Educação, eu acho que não há nenhuma razão para nós não aprovarmos este Projeto, porque ele, de certa maneira, explicita essa punição, em relação à questão da merenda escolar, que é um dos Programas mais importantes de complementação para os alunos do ensino básico, de uma maneira geral.

Mas lá na Comissão de Constituição e Justiça, realmente, nós temos que examinar com mais detalhe, se realmente é necessário explicitar, principalmente com penalidade diferente. Eu, como sou membro de lá, eu me comprometo, também, a prestar atenção, quando ela chegar na Comissão de Constituição e Justiça, para que a gente pos-

sa examinar, não sob o ângulo da educação, mas sobre o ângulo da estrutura legal do País, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-TURNINO (PT-RJ) – Agradeço o cuidadoso Relatório do Senador José Jorge. Em discussão. Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu queria cumprimentar o alerta do Senador José Jorge, sempre cauteloso, um profundo conhecedor da área de educação. Mas Senador José Jorge, é um assunto tão importante a merenda escolar que, quando na atividade policial, eu tive que investigar alguns Diretores que enterravam a merenda escolar pelo vencimento, pela compra exagerada na distribuição.

Então, o alerta que V. Ex^a faz, de que a lei já prevê a punição, mas eu acho que aqui não é um *bis in idem*, é um alerta forte da responsabilidade criminal, além da impropriedade administrativa, também é responsabilidade criminal, porque é uma coisa muito séria, hoje, com a miséria e com a pobreza que grassa no País.

V. Ex^a será Vice-Presidente da República e sabe da importância que isso possa representar, não é só a cesta básica ou salário família não, a merenda escolar tem um valor imenso para população mais carente, porque algumas escolas, Senador José Jorge, V. Ex^a sabe, às vezes, oferece a merenda até para familiares dos alunos, pela necessidade em atender algumas regiões de miséria que grassa no País.

Tomara que o senhor, como o Vice-Presidente, dê fundamento a toda essa posição, que V. Ex^a conhece, profundamente, na área de educação. Parabéns, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-TURNINO (PT-RJ) – Continua em discussão, se nenhum dos senhores Senadores desejam discutir, vamos à votação. Os Srs. Senadores que aprovam o Parecer do Senador José Jorge, permaneçam como estão. Aprovado o Parecer e o Projeto. A matéria é Terminativa na Comissão de Constituição e Justiça, como ressaltou o Senador José Jorge no seu Relatório.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente. Uma questão de ordem aqui, o Senador Raupp.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-TURNINO (PT-RJ) – Pela ordem.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Eu sou Relator do Item um e o Autor é o Senador José Agripino e ele me pediu que gostaria de estar presente na discussão desse Projeto e logo, então, eu peço retirada de pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-TURNINO (PT-RJ) – Muito bem, fica retirado de pauta o Item um, a pedido do Relator e do próprio Autor do Projeto.

Vamos então ao Item cinco, que é o Projeto de Lei Senado nº 102/2005 que altera a Lei 9.496, de setembro de 97, com o objetivo de autorizar os Estados e o Distrito Federal a deduzir, das parcelas pagas a título de amortização e encargos da dívida com a União, o montante, por eles gasto, em educação superior.

O autor é o Senador Hélio Costa e o Relator é o Senador José Jorge. Essa matéria constou da pauta da Reunião do dia 23 de maio último e é matéria Terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a palavra o Relator, Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Obrigado, Presidente. O Projeto de Lei do Senado nº 102/2005, de autoria do nobre Senador Hélio Costa, destina-se a possibilitar que os Estados e o Distrito Federal descontem, das prestações mensais de encargos e amortização da dívida com a União, os montantes despendidos em educação superior, no mês imediatamente anterior, comprovados mediante Certidão, emitida pelos respectivos Tribunais de Contas.

Para tanto, o Projeto altera a Lei nº 9496/97, que trata da consolidação, assunção e refinanciamento, por parte da União, de diversas dívidas daqueles Entes Federados. Prevê, ainda, que a lei, em questões formais, que entrará em vigor no primeiro dia do exercício financeiro subsequente ao de sua publicação.

Na justificação, o Autor destaca a importância da educação superior como alavanca de desenvolvimento econômico e social, enfatizando a premência da expansão desse tipo de ensino pelo Poder Público. Ressalta que, com o abatimento previsto pelo Projeto, os Estados teriam incentivo para destinar significativo recurso à educação superior, aumentando o número de matrículas nos estabelecimentos estaduais existentes e possibilitando a criação de novas instituições de ensino, adaptadas às necessidades e especificidades locais.

Após análise nessa Comissão, o Projeto deverá ser apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão Terminativa.

Análise – A importância da educação superior para inserção profissional do jovem brasileiro, para o desenvolvimento do país, é inegável. Nesse sentido, os sistemas estaduais de educação superior estão cumprindo papel de maior relevância. As 65 escolas de ensino superior, mantidas pelos Governos estaduais e do Distrito Federal, em 21 unidades da Federação, detêm mais de 442 mil matrículas de graduação, cerca de 11,4 do total. É pouco menos que as cerca de 567 mil, das 83 instituições que são federais.

Entretanto, em que pese as boas intenções do PLS nº 102, julgamos que, por questão de mérito e vício de juridicidade, desaconselho sua aprovação por essa Comissão. Primeiramente, destaca-se que a Lei nº 9496/97, que a proposição pretende alterar, é o arcabouço jurídico dos contratos de refinamento das dívidas entre a União e a maioria dos Estados brasileiros, com exceção do Amapá e Tocantins. Por esse contrato, a União assumiu a dívida destes Entes Federados, passando a dever tal montante para o mercado.

O pagamento de encargos e amortização, pelos Estados, nesse contexto, afetam a dívida pública total. Eventuais descontos ou deduções, nesse pagamento, teriam importante efeito sobre o equilíbrio fiscal do País. O fato de um Projeto não estabelecer limites para deduções possíveis, é um agravante, nesse sentido. Ao possibilitar a dedução integral do gasto dos Estados em educação superior a proposição pode resultar em renúncia fiscal da União, bastante significativa.

Por exemplo, quando o orçamento das universidades estaduais paulistas para 2005, conforme divulgado na mídia, chegou a cerca de 3,2 bilhões, o montante global de [inaudível] pelo Estado, de 2004, considerando o limite de comprometimento da Receita, na Lei 9496, foi de 8,2 bilhões, ou seja, apenas as deduções dos gastos do Estado de São Paulo com educação superior, corresponderiam a diminuição de quase 40% do montante dos pagamentos recebidos pela União. Se considerados os gastos de todos os Estados, essa diminuição poderia chegar perto de 75%.

Para piorar, na ausência de critérios relativos a qualidade dos gastos e aos resultados esperados para os descontos previstos, o Projeto pode estimular o crescimento excessivo da despesa com a educação superior, sem gerar os efeitos desejados de aumento do número de vagas ou de instituições de ensino. Quer dizer, na realidade, o Projeto, ele retira o dinheiro da União que o Estado gasta, mas não obriga que o dinheiro que vai sobrar seja gasto em educação. Projeto é um pouco...

Para piorar, na ausência de critérios relativos à qualidade dos gastos e aos resultados esperados para os descontos previstos, o Projeto pode estimular o crescimento excessivo da despesa com a educação superior, sem gerar os efeitos desejados de aumento do número de vagas ou de instituição de ensino. A própria terminologia utilizada pela proposição, 'gasto em educação superior', é demasiada ampla e não condiz com a nomenclatura empregada pelo Art. 211 da LDB, que trata de Despesa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. A LDB, inclusive, especifica, nos seus Art. 70 e

71, o que pode e o que não pode ser considerado despesa de MDE, que é Manutenção de Desenvolvimento de Ensino, em todos os níveis educacionais.

Cabe lembrar ainda, que o Art. 202 da Constituição Federal, estabelece a vinculação de 25% da receita de impostos de Estados e Municípios, incluindo as transferências à MDE. Alguns Entes Federados levaram esse percentual em suas Constituições e legislações orgânicas.

Assim, ainda que o PLS nº 102/2005 torne-se norma legal, os Estados e Distrito Federal continuariam submetidos ao complemento do dispositivo constitucional e de suas legislações próprias, não havendo como obrigá-los a despendar recursos adicionais em MDE. Portanto, a proposição poderia gerar, em Estados que já mantém uma rede de educação superior dispendiosa, uma espécie de efeito de substituição, sem, de fato, incrementar o volume de recursos para o setor. Esta é a lógica do Projeto.

Outro aspecto negativo do Projeto é que ele estimula a cultura do endividamento e dá expectativa de ajuda federal aos devedores, fortalecendo a desigualdade regional. Os Estados mais endividados, particularmente São Paulo, que concentra mais de 45% do saldo devedor total, encontra-se entre os mais ricos e muitas vezes já possui sistema estadual de educação superior bastante desenvolvido. Nos termos da proposição, seriam justamente esses os Estados premiados com maiores possibilidades de abatimento mesmo que o déficit de atendimento indicasse maior necessidade de expansão do ensino superior em outros entes estaduais.

No que se refere à juridicidade, impinge-nos destacar que o PLS nº 102 contraria a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, embora tal análise esteja mais afeta à CAE, tendo em conta as suas competências regimentais e o caráter Terminativo de sua decisão sobre a aprovação em tela. O Art. 35 da LRF veda, expressamente, o refinanciamento, novação e postergação de dívida entre os Entes Federados. No modelo de refinanciamento adotado na Lei nº 9496/97 ao se limitar o pagamento das prestações a um percentual da Receita Líquida Real, passaram a ser gerados resíduos construídos pela diferença entre o valor efetivamente pago e aquele que deveria ser pago, para que a dívida fosse quitada no prazo de refinanciamento.

A própria lei, na época, 94 96, previa o prazo adicional de dez anos para pagamento do resíduo. Assim reduziu os pagamentos mensais, como quer o Projeto, significaria aumentar o resíduo a ser pago ao final do contrato representando, na prática, apenas uma postergação da dívida. Na realidade, se não pagava ago-

ra, tinha que pagar depois. A mesma LRF, no Art. 14, estabelece que qualquer renúncia de receita, com os descontos previstos pelo PLS, devem ser acompanhados de estimativa de impacto orçamentário financeiro para o exercício em que deve iniciar sua vigência e para os dois exercícios subsequentes. Adicionalmente, a renúncia de receita só pode ser implementada no caso que se demonstre que foram considerados, na estimativa de Receita da Legislação Orçamentária e que não afeta as metas de resultados fiscais na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Ou ainda caso não seja acompanhado de medidas de compensação, no caso aumento, o aumento de Receita. Esses requisitos também são cumpridos nesse PLS 102/2005.

Em suma, apesar de seus nobres objetivos, a proposição não assegura a ampliação da educação superior oferecida pelos Estados e Distrito Federal, fundamenta-se numa lógica perversa e iníqua de incentivos, bem como contraria a legislação hierarquicamente superior a Lei Ordinária que pretende transformar. Diante do exposto, sou pela rejeição do Projeto de Lei 102/2005.

Sr. Presidente, na realidade eu acho que o Relatório é auto-explicativo, a intenção é muito boa, mas os resultados seriam, a meu ver, negativos. Então, nosso Parecer é contrário. E eu lendo o meu Relatório, aqui, eu já estava me sentindo no Governo, Presidente. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-
TURNINO (PT-RJ)** – O Parecer do Relator é pela rejeição do projeto. Está em discussão.

Se nenhum dos Srs. Senadores deseja discutir, encerrada a discussão, vamos à votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o Parecer do Relator pela rejeição do Projeto, permaneçam como estão. Aprovado, o Relatório, rejeitado o Projeto.

Na nossa pauta Ordinária não há mais Projetos a apreciar, de vez que os Relatores respectivos, dos que faltam, não estão presentes. Eu submeto, então, à Comissão se passamos à pauta extra.

Se todos tiveram de acordo, vamos à pauta extra com dois Itens.

O primeiro, Terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 340/2005 que institui a Semana Nacional da Prevenção da Violência na Primeira Infância. O autor é o Senador Pedro Simon e a Relatora é a Senadora Patrícia Saboya Gomes que não está presente, porém explicitamente pediu que o Projeto fosse apreciado hoje e eu designo Relatora *ad hoc*, a pedido da própria Senadora Patrícia a Senadora Iris de Araújo. Observo que serão realizadas duas votações nominais, uma para o Projeto e outra para a Emenda. E que no dia 30 de maio último foi realizada Audiência Pública para instruir o respectivo Projeto.

Com a palavra a Senadora Iris Araújo, Relatora *ad hoc*.

SENADORA IRIS DE ARAÚJO (PMDB-GO)

– Sr. Presidente, Srs. Senadores, Ierei, aqui, a análise feita, com muita competência, pela nobre Senadora Patrícia Gomes.

No âmbito da prevenção e punição da violência contra menores de idade destacamos a Lei nº 8069/1990, o chamado Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre a proteção da criança e do adolescente contra qualquer forma de maus-tratos. É importante observar que o referido documento legal determina penalidades não apenas para aqueles que praticam ato violento mas, também pune aqueles que não o denunciam.

Destacamos, sobremaneira, o Art. 5º do referido estatuto que determina – “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão punindo, na forma da lei, qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.” Entretanto, a existência de legislação específica não implica, por si mesma, na solução de um problema social.

De acordo com as notificações dos pólos de prevenção instalados em diversos bairros paulistanos, pelo Laboratório de Estudos da Criança, LACRI, do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, em cada dez crianças brasileiras, três sofreram algum tipo de violência, dentro da própria casa. Só no ano de 2004, foram notificados 19.552 casos de violência domiciliar, física, sexual, psicológica, fatal e decorrente de negligência. Com os dados coletados, foi possível estabelecer, de forma clara, o aumento da violência tendo o número de casos notificados passado, de 1100, em 1996, para quase 20 mil/ano, em 2004.

Levantamento realizado pela Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Medicina, entre 1995 e 1998, no Hospital Vila Maria, revelou que mais de 60% dos casos de maus-tratos, identificados em internação de menores na instituição, envolviam crianças com menos de um ano e, que cerca de 30% das crianças, menores de 2 anos, que apresentam lesões, com fraturas e queimaduras, sofreram maus-tratos, na maioria das vezes, causados, espantosamente, pelos pais ou responsáveis.

Segundo o Ministério da Saúde, em 2002, as violências e acidentes juntos, constituem a segunda causa de óbito do quadro de mortalidade geral brasileira e atingem toda a infância e adolescência, uma vez que, nas idades de um a nove anos, 25% das mortes são devidas a essas causas e de 5 a 19 anos é a primeira causa, entre todas as mortes ocorridas nessa faixa etária.

Um dado, alarmante, é que os pais, vítimas de violência doméstica quando crianças, reproduzem, nos filhos, o mesmo quadro vitimizador. Para quebrar este círculo vicioso é necessária uma atuação vigorosa do Governo e da sociedade, tanto no tratamento dos agressores, quanto na prevenção e cuidados médicos às vítimas considerando, não apenas, os traumatismos físicos, mas também as seqüelas psicológicas decorrentes da violência.

Agora o voto. O Projeto de Lei do Senado nº 340/2005 apresenta inegável mérito e, embora atenda aos pressupostos de constitucionalidade e juridicidade e, para aperfeiçoar a técnica legislativa, recomendamos a sua aprovação, nos termos da seguinte Emenda – Dê-se, ao parágrafo único, do art. 1º, do PLS nº 340/2005, a seguinte redação – Parágrafo Único – Na Semana Nacional de Prevenção de Violência na Primeira Infância serão desenvolvidas atividades pelo setor público, juntamente com as entidades da sociedade civil, visando esclarecimento e conscientização da comunidade sobre as verdadeiras causas da violência e suas possíveis soluções. É esse o Relatório, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-
TURNINO (PT-RJ)** – O Parecer da Relatora é favorável com a Emenda que apresenta. Em discussão.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-
TURNINO (PT-RJ)** – Com a palavra o Senador Romeu Tuma, para discutir.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Apenas para levantar um problema aqui, Senadora Iris, Senadora Lúcia Vânia. Que a representatividade feminina no Legislativo, nesses últimos anos, tem trazido à discussão, está aí a Senadora Patrícia, a senhora, Senadora Lúcia, a Senadora Iris e, lendo aqui o espírito que deu iniciativa a esse Projeto, da Deputada Iraê Lucena, da Assembléia da Paraíba, então, tem um participação, na representação feminina no Congresso, que traz à baila essa violência que se encontra, principalmente, em casais desestruturados, que têm os filhos e não sabem como criar e levam, às vezes e muitas vezes, ao óbito. E, às vezes, a própria dificuldade de socorrê-las, não se tem conhecimento, Senadora.

Esse número que assustadoramente subiu mais de 1000%, provavelmente, foi por esse trabalho permanente da CPI, que a Senadora Patrícia presidiu e esse trabalho que a senhora tem feito aqui, no Congresso, estimulam a levar a criança, pelo menos para algum atendimento médico, porque eles preferem deixar que a morte leve, para não ter responsabilidade criminal. Então, eu acho que essa Semana seria importante,

Senadora Iris, porque ela traria a conscientização da sociedade, eu diria os vizinhos poderiam acompanhar, denunciar e salvar essas crianças de uma...

Já nascem com dificuldade da própria estrutura familiar e, ainda, casais que se embebedam, que realmente trazem, psicologicamente, defeitos na sua formação, sofrimentos terríveis, porque queimam as crianças, agredem com paulada, quer dizer é um negócio tão maquiavélico, que a gente não consegue entender como um pai, ou uma mãe, esta capacidade. Então, acho que é importante que se vote. Cumprimento a Senadora Patrícia, a Senadora Iris e a todas essas mulheres maravilhosas que ocupam o parlamento, hoje.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-
TURNINO (PT-RJ)** – Senadora Lúcia Vânia para discutir, ou pela ordem?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Para discutir.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-
TURNINO (PT-RJ)** – Para discutir.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Senhor Presidente, só um minutinho. Queria consignar meu voto favorável, porque eu tenho que relatar um projeto na Meio Ambiente, agora. Não dá não?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores. Eu tomei a palavra, Sr. Presidente, mais para agradecer a sensibilidade do Senador Romeu Tuma, em relação à presença feminina aqui, no Congresso Nacional. Eu tenho colocado isso, com muita veemência, em todos os encontros que eu tenho participado, da importância da mulher estar presente no parlamento, seja ele do Município, seja ele da Assembléia Legislativa ou da Câmara Federal ou do Senado da República.

Porque, na verdade existem fatos do cotidiano da família, que a mulher conhece profundamente e a presença dela, no Legislativo, dá um equilíbrio a esses problemas da família.

Portanto, é com muita alegria, que eu gostaria de revelar, de declarar aqui meu voto favorável, a esse Projeto, relatado pela Senadora Patrícia e, com muita competência, também, hoje, relatado pela Senadora Iris, como Relatora *ad hoc* nesse Processo. Portanto, cumprimento, cumprimento a todas as mulheres do Congresso Nacional, pelo trabalho que temos feito em favor da família brasileira.

SENADORA IRIS DE ARAÚJO (PMDB-GO) – Pela ordem, Sr. Presidente. Só um minutinho, Senhor Presidente. Eu não poderia de deixar de complementar, apenas para complementar, as palavras da Senadora Lúcia Vânia e, secundando o Senador Romeu Tuma, eu sei que os outros Senadores aqui querem votar,

mas eu não poderia deixar de me manifestar, dizendo Senadora Lúcia Vânia, que eu apenas assino embaixo de tudo aquilo que V. Ex^a acabou de colocar. É só isso, Senadora.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão.

Vamos votar o Projeto e a Emenda, a votação tem que ser nominal, porque se trata de Projeto Terminativo. Senador José Jorge. Senador Edison Lobão. Senador Marcos Guerra.

SENADOR MARCOS GUERRA (PSDB-ES) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senadora Íris de Araújo.

SENADORA IRIS DE ARAÚJO (PMDB-GO) – Sim

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Voto conhecido. Senador Ney Suassuna. Senador Gilberto Mestrinho. Senador Aelton Freitas. Senadora Fátima Cleide. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senadora Ideli Salvatti. Senador Sérgio Zambiasi. Senador Cristovam Buarque. Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sim
Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senadora Lúcia Vânia –

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – sim. Senador João Batista Motta.

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA PSDB-ES) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador Geraldo Mesquita. Senador Luiz Otavio.

Trata-se de Projeto aprovado, por unanimidade. Pergunto aos Srs. Senadores se mantêm o mesmo

voto para a Emenda? Se todos estão de acordo está aprovada, também, por unanimidade, a Emenda.

Vamos ao último Item da pauta, que é o Item dois da pauta extra, Projeto de Lei do Senado nº 279/2003, que dispõe sobre a prestação de serviço de correio eletrônico, por intermédio da rede mundial de computadores, Internet e dá outras providências.

Trata-se de um Projeto de autoria do Senador Delcídio Amaral e o Relator é o Senador Eduardo Azeredo, a quem concedo a palavra.

[Troca de presidência]

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras. Esse Projeto é da maior atualidade tendo em vista que ele busca fazer um cadastramento dos e-mails.

A iniciativa assinala um prazo de 90 dias, a partir da vigência da lei, para regularização das contas já existentes, sob pena de cancelamento. Estabelece, ainda, que o prestador de serviço de correio eletrônico, apresentarão, a uma autoridade competente, quando requisitado, extrato das comunicações eletrônicas realizadas por uma conta específica, por um período de tempo determinado, retroativo até dez anos da data da solicitação, informando destinatário ou remetente das mensagens, a data e a hora de seu envio ou recebimento e a identificação do computador ou terminal que efetuou acesso à conta de correio eletrônico.

É garantido o sigilo das referidas comunicações, em conformidade com a Constituição. A norma prevê, ainda, a violação de qualquer dispositivo da lei, implicará multa não inferior a 10 mil, incumbindo a ANATEL de fazer cumprir o que dispõe.

Passo direto à análise. Observando que, na justificção do Projeto, o Autor externa a preocupação com a possibilidade de correio eletrônico vir a ser usado, em larga escala, com fins criminosos e argumenta que, com a adoção do Projeto que se propõe, vai se evitar a repetição da ocorrência do problema acontecido com celulares pré-pagos, que sofreram uso abusivo por parte de criminosos.

Segundo ele, Senador Delcídio Amaral, o cadastro dos usuários ou titulares de contas de correio eletrônico, seria um meio simples de evitar o anonimato que acoberteria criminosos, por meio de registro dos dados desses titulares e das datas e horas em que as comunicações foram efetuadas, de forma semelhante ao registro das ligações telefônicas interurbanas. Aponta que fica garantido o sigilo das correspondências e apenas no caso do uso de e-mails para fins criminosos, a autoridade competente poderá usar as informações cadastradas, na forma da legislação em vigor, em suas investigações com o objetivo de determinar os autores do delito.

Nós realizamos, aqui no Congresso, no Senado, uma Audiência Pública, na Comissão de Educação, com a participação de membros do Comitê Gestor da Internet no Brasil, da Associação Brasileira de Provedores de Acesso à Rede Internet, também o representante da Associação Nacional de Telecomunicação, a ANATEL, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, a FAPESP, que é responsável pelo cadastramento dos sites e, também, do setor de Perícia de Informática do Instituto Nacional de Criminalística, da Polícia Federal, sendo considerada necessária, realmente a criação do cadastro detalhado dos titulares de contas de correio eletrônico.

Acolhendo ponderações que foram apresentadas aqui, eu estou oferecendo Emenda, instituindo celebração de convênio com Comitê Gestor da Internet, no Brasil, para uso pelos provedores de serviços da Internet, do compartilhamento de informações junto à Receita Federal e, também, tornando disponível o CPF e o Cadastro Nacional De Pessoas Jurídicas, o CNPJ, também junto ao Departamento Nacional de Registro de Comércio, tornando disponível o cadastro de empresas e seus respectivos titulares.

Ainda, também a previsão de acesso junto aos órgãos e autarquias que emitam documento de identidade, os órgãos estaduais e ao Banco Central. O prazo de 10 anos para retenção das informações, pelos prestadores de serviço de correio eletrônico, foi considerado demasiado, concluindo-se por fixá-lo em cinco anos mediante, também, uma Emenda que ofereço. O Projeto previa 10 anos, mas nessa Audiência Pública, se entendeu que 10 anos é muito, então seriam cinco anos para trás que o Projeto prevê que teriam que ser guardados os dados desses e-mails, do ponto de vista da autoria.

O extrato das comunicações eletrônicas realizadas por uma conta de correio eletrônico específica, a ser apresentado a autoridade competente, em obediência a mandato judicial, informaria o nome do remetente, o nome do destinatário, data e hora do envio ou recebimento da mensagem bem como a identificação do computador que efetuou o acesso, a conta de correio eletrônico.

Em conformidade com a Constituição Federal, seria garantido o sigilo do conteúdo das referidas comunicações, uma vez que o texto das mensagens não será armazenado. Deixar claro essa questão. O texto não será armazenado pelos prestadores de serviço de correio eletrônico, apenas a data, a origem para eventual verificação.

Outro ponto que mereceu ponderação dos representantes de entidades presentes à Audiência Pública, foi a ausência de referência aos locais públicos

de prestação de serviço Internet, empresas que oferecem serviços e equipamentos e sistemas para acesso. Exemplo de tais locais são cyber cafés, que cobram pelos serviços, os quiosques de propaganda, organizações governamentais, estações rodoviárias e ferroviárias, aeroportos, estações de metrô, estações de passageiros de transporte marítimo, shopping centers, hotéis, hospitais, escolas e eventos promocionais.

Mediante Emenda que ofereço, estes prestadores de serviço só poderão fazê-lo, mediante prévia identificação dos usuários, nos moldes do cadastro de titulares de contas, criado pelo Projeto de Lei. Diminui-se evidentemente, a velocidade de atendimento, mas ganha-se em segurança. É importante salientar que a maior parte do uso criminoso da Internet tem sido feito através, exatamente, do cyber cafés.

No que diz respeito à constitucionalidade, deve-se apontar que o Art. 6º, que atribui à ANATEL a competência de fazer cumprir as disposições apresentadas, vai de encontro ao Art. 2º e ao Art. 84, § 6º, letra “a”, ambos da Constituição Federal. Com efeito, o referido dispositivo atenta contra os Princípios da Separação dos Poderes e invade a competência privativa do Presidente da República, para dispor sobre a organização e funcionamento da administração federal.

Para sanar o vício de inconstitucionalidade, apresentei Emenda que suprime, portanto, essa competência da ANATEL. Para maior rigor, uma vez que se trata de matéria relativamente nova no ordenamento jurídico, o texto deveria conter a definição das expressões “Serviço de Correio Eletrônico” e “Provedor de Serviço de Correio Eletrônico”. Apresentamos a Emenda que supre esta lacuna, adaptando-se as definições acuradas constante do ato do 1º Secretário nº 26/2003, desta Casa.

Do ponto de vista técnico legislativo, para tornar presente a iniciativa, conforme a Lei Complementar 96, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação e alteração e consolidação das leis, há que indicar, no Art. 1º, o objeto da lei, além disso a auto referência, no texto da norma, deve ser gravada em maiúsculas. Aponta-se que as penas previstas para os casos de violação da lei, que se intenciona instituir, foram devidamente previstas no seu texto.

O voto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadoras. Diante do exposto, considerando a pertinência e a importância da solução proposta, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2279/2003, do Senador Delcídio Amaral, que dispõe sobre a prestação de serviços de correio eletrônico por intermédio da rede mundial de computadores, a Internet e dá outras providências, com as Emendas que estão listadas no material em poder dos Srs. Senadores e Senadoras.

Em resumo, o Projeto busca criar um cadastro para os e-mails. São várias as situações, eu pessoalmente, já tive uma situação dessas, em que eu procurei saber quem era o autor do e-mail ofensivo e não consegui obter, pela ausência de um cadastro como este. São várias situações já relatadas em publicações especializadas e na Audiência Pública que realizamos. É importante, portanto que, a exemplo do que aconteceu com os celulares pré-pagos, nós tenhamos, também, o cadastramento de quem são os usuários do e-mail, que é um serviço da maior importância atual, mas que vem tendo um mau uso e precisa, portanto, ser disciplinado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço ao Senador Eduardo Azeredo, pelo Relatório. Conclui pela aprovação com Emendas.

Está em discussão, então, a matéria. Senador Romeu Tuma com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Peço desculpas que hoje eu estou querendo discutir tudo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Por favor V. Ex^a sempre bem-vindo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas Senador Eduardo Azeredo, tem algo que, desde o último domingo... Senador Eduardo Azeredo. Senador Eduardo Azeredo desde domingo eu tenho ficado um pouco intranquilo com um estudo que, segundo foi publicado, matéria em jornal paulista, da possibilidade da Secretaria da Segurança Pública, vou falar com o Governador, que não faça isso, a venda de todos os arquivos da identificação criminal e civil do Estado de São Paulo, em troca da informatização do sistema.

Acho que isso é quebra, tranquilamente, da privacidade do cidadão. Como é que vai vender, para uma empresa privada, os antecedentes ou mesmo o endereço, nome, registro de identificação. E o que me chama atenção, que eu queria cumprimentar V. Ex^a e o Autor, é a cautela de prevenir a não divulgação dos dados. Há impedimento legal e está aqui no Relatório em dois destaques, citando artigo constitucional, o que me dá a tranquilidade que estou racionando certo sobre São Paulo.

Eu queria agradecer ao Senador Eduardo Azeredo por ter feito esses dois destaques que foram incorporados ao Projeto do Senador, Autor do Projeto e dizer que ele é perfeitamente aceito e deve ser aprovado, porque há um abuso, todo dia os Bancos, a Receita Federal, Senador, ontem ainda a Receita Federal difundiu outras informações que não envia, por e-mail, nenhum pedido da Receita e sempre por correspondência direta e a malandragem, dentro desse sistema, que não existe

uma fiscalização rigorosa, pelas próprias dificuldades que V. Ex^a apresentou, acho que esse Projeto vem em boa hora, bem relatado e que nós devemos aprová-lo, o mais rápido possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Continua em discussão a matéria das mais relevantes, atuais.

Agradeço a participação do Senador Romeu Tuma, sempre com intervenção das mais adequadas nos assuntos sendo debatidos no Senado Federal.

Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação a matéria, os Srs. Senadores que Sr^{as}. Senadoras que estiverem de acordo, já que é não Terminativa, permaneçam como estão. Aprovada a matéria.

Agradeço a participação de todos, enaltecendo a participação e os trabalhos desenvolvidos e declaro encerrada a presente Sessão. Obrigado.

Sessão encerrada às 12h40min.

Ata da 21ª Reunião Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 20 de junho de 2006

Às dez horas e cinquenta e dois minutos do dia vinte de junho de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Juvêncio da Fonseca e com a presença dos Senhores Senadores Jorge Bornhausen, José Jorge, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Marcos Guerra, Leonel Pavan, Wellington Salgado de Oliveira, Valdir Raupp, Íris de Araújo, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Paulo Paim, Fátima Cleide, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Geraldo Mesquita, Luiz Otávio, Antônio João, Antônio Carlos Valadares, Magno Malta e João Ribeiro, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Demóstenes Torres, Marcelo Crivella, Gilvam Borges, Sérgio Cabral, José Maranhão e Mozarildo Cavalcanti. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Senador Juvêncio da Fonseca, Presidente Eventual, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência submete a deliberação do Plenário a preferência para iniciar a deliberação pela pauta de Decretos Legislativos, o que é aprovado. **Item 01 – Projeto de Decreto Legislativo nº 274, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Sociedade Amigos dos Bairros Casa Grande I e II a executar serviço de radio-difusão comunitária na cidade de Francisco Morato,

Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por vinte (20) votos favoráveis. **Item 02 – Projeto de Decreto Legislativo nº 276, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Beneficente Comunitária de Caucaia do Alto – ACBC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cotia, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por vinte (20) votos favoráveis.

Item 03 – Projeto de Decreto Legislativo nº 280, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Jambeiro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jambeiro, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por vinte (20) votos favoráveis.

Item 04 – Projeto de Decreto Legislativo nº 302, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão a SBR Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Peabiru, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por vinte (20) votos favoráveis. **Item 05 – Projeto de Decreto Legislativo nº 315, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Estandarte do Imbaú a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Imbaú, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por vinte (20) votos favoráveis.

Item 06 – Projeto de Decreto Legislativo nº 298, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação dos Radialistas Comunitários do Paruá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia do Paruá, Estado do Maranhão”. O relator designado é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por vinte (20) votos favoráveis.

Item 07 – Projeto de Decreto Legislativo nº 273, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rede Jornal de Comunicação e Publicidade Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por vinte (20) votos favoráveis. **Item 08 – Projeto de Decreto Legislativo nº 277, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Difusora Colíder Ltda., para

explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marcelândia, Estado de Mato Grosso”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por vinte (20) votos favoráveis. **Item 09 – Projeto de Decreto Legislativo nº 286, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Sorriso a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sorriso, Estado de Mato Grosso”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por vinte (20) votos favoráveis. **Item 10 – Projeto de Decreto Legislativo nº 288, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Difusora Colíder Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guarantã do Norte, Estado do Mato Grosso”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por vinte (20) votos favoráveis. **Item 11 – Projeto de Decreto Legislativo nº 294, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Garças a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Garças, Estado de Mato Grosso”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por vinte (20) votos favoráveis. **Item 12 – Projeto de Decreto Legislativo nº 304, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de Regeneração (PI) Adere a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Regeneração, Estado do Piauí”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por dezenove (19) votos favoráveis. **Item 13 – Projeto de Decreto Legislativo nº 310, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Difusão Comunitária ‘Rádio Consciência Rural do Marajó – FM de São Sebastião da Boa Vista – Pará – ARCCRRURAL-DOMARAJÓ/FM” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião da Boa Vista, Estado do Pará”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Íris de Araújo e o projeto é aprovado por dezenove (19) votos favoráveis. **Item 14 – Projeto de Decreto Legislativo nº 312, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Miracatu Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Isabel do Pará, Estado do Pará”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Íris de Araújo e o pro-

jeto é aprovado por dezenove (19) votos favoráveis.

Item 15 – Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Radiodifusão Educativa Evangélica Congregacional de Boa Viagem para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boa Viagem, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Ney Suassuna e o projeto é aprovado por dezenove (19) votos favoráveis. **Item 16 – Projeto de Decreto Legislativo nº 492, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza o Instituto de Radiodifusão de Desenvolvimento Comunitário de Sobral a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobral, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Ney Suassuna e o projeto é aprovado por dezenove (19) votos favoráveis. **Item 17 – Projeto de Decreto Legislativo nº 088, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Paraíso de Camocim Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaguaribe, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Ney Suassuna e o projeto é aprovado por dezenove (19) votos favoráveis. **Item 18 – Projeto de Decreto Legislativo nº 251, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Caixitoré Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pentecoste, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Ney Suassuna e o projeto é aprovado por dezenove (19) votos favoráveis. **Item 19 – Projeto de Decreto Legislativo nº 263, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de São José a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Russas, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Ney Suassuna e o projeto é aprovado por dezenove (19) votos favoráveis. **Item 20 – Projeto de Decreto Legislativo nº 272, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão ao Sistema Lajes de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Acopiara, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Ney Suassuna e o projeto é aprovado por dezenove (19) votos favoráveis. Finda a deliberação da Pauta de Projetos de Decretos Legislativos inicia-se a apreciação da pauta de Projetos de Lei. **Item 01 – Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2002**, de caráter terminativo, de autoria do Senador

José Agripino, que “Altera a Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990, com vistas a estabelecer que o FAT financie estágio remunerado em empresas e universidades”, tramitando em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 052, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “Altera o artigo 2º da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990, visando estabelecer a utilização dos recursos do FAT para financiamento, por intermédio de sindicato de trabalhadores, de curso superior de graduação”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o parecer é favorável ao PLS 177/02, com as emendas oferecidas, e pela rejeição do PLS 052/03, que tramita em conjunto. É concedida vista coletiva, pelo prazo regimental de cinco (05) dias. **Item 02 – Projeto de Lei do Senado nº 021, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca que “Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre a divulgação das campanhas nacionais de vacinação pelas emissoras de rádio e televisão”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 03 – Projeto de Lei do Senado nº 076, de 2000**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Renan Calheiros, que “Define e tipifica os delitos informáticos, e dá outras providências”, tramitando em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2000**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, que “Estabelece nova pena aos crimes cometidos com a utilização de meios de tecnologia de informação e telecomunicações”, tramitando em conjunto com o **Projeto de Lei da Câmara nº 089, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Luiz Piauhyllino, que “Altera o Decreto-Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal e a Lei nº 9296, de 24 de julho de 1996, e dá outras providências. (Dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática, e suas penalidades, dispondo que o acesso de terceiros, não autorizados pelos respectivos interessados, a informações privadas mantidas em redes de computadores, dependerá de prévia autorização judicial)”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o parecer favorável ao PLS 076/00, incorporando parcialmente o PLS 137/00 e o PLC 089/03, que tramitam em conjunto, na forma do substitutivo oferecido é aprovado. **Item 04 – Projeto de Lei do Senado nº 094, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Roberto Saturnino que, “Institui o Dia Nacional de Defesa da Vida”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 05 – Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi que,

“Dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso dos dados pessoais e dá outras providências”. O relator designado, ad hoc é o Senador Romeu Tuma e o parecer favorável, com as emendas 01, 02 e 03-CE oferecidas, é aprovado. **Item 06 – Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Almeida Lima, que “Acrescenta o § 6º ao artigo 9º da Lei nº 9317, de 5 de dezembro de 1996, estendendo a opção pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) às pessoas jurídicas que especifica”, tramitando em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Leonel Pavan, que “Altera a Lei nº 9317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, incluindo como beneficiário da lei os representantes comerciais”, tramitando em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Ney Suassuna, que “Altera a legislação tributária federal para incluir os estabelecimentos de ensino médio entre as pessoas jurídicas passíveis de adesão ao Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o parecer é favorável ao PLS 129/03, na forma do substitutivo oferecido, que incorpora parcialmente os PLS 183/2003 e PLS 291/2005, que tramitam em conjunto. É concedida vista à Senadora Fátima Cleide, pelo prazo regimental de cinco (05) dias. **Item 07 – Projeto de Lei da Câmara nº 024, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Ivan Paixão que, “Denomina o trecho da BR – 235 entre a cidade de Aracaju e a divisa dos Estados de Sergipe e da Bahia ‘Rodovia Padre Pedro’”. A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o parecer favorável é aprovado. **Item 08 – Projeto de Lei do Senado nº 398, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella que, “Obriga os estabelecimentos que especifica a fornecerem informações nutricionais dos alimentos e bebidas preparados”. O relator designado é o Senador Ney Suassuna e o parecer favorável é aprovado. **Item 09 – Projeto de Lei da Câmara nº 031, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Chico Alencar que, “Institui o dia 2 de outubro como o Dia Nacional do Pacifismo Ativo e pelo Desarmamento”. O relator designado é o Senador Roberto Saturnino e o parecer favorável é aprovado. Neste momento, os Senhores Senadores Aelton Freitas e Garibaldi Alves Filho re-

querem, oralmente, pela ordem, a inclusão extra-pauta de Projetos de Decretos Legislativos nºs 224/06, 225/06, 279/06 e 324/06, o que é aprovado. **Extrapauta, Item 01 – Projeto de Decreto Legislativo nº 224, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária ‘Pérola do Triângulo’ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iturama, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por vinte (20) votos favoráveis. **Extrapauta, Item 02 – Projeto de Decreto Legislativo nº 225, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária, Cultural e Beneficente Hidro-FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Ponte, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por vinte (20) votos favoráveis. **Extrapauta, Item 03 – Projeto de Decreto Legislativo nº 279, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco de Sales, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por vinte (20) votos favoráveis. **Extrapauta, Item 04 – Projeto de Decreto Legislativo nº 324, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa ‘João Henrique Dantas’ para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carnaúba dos Dantas, Estado do Rio Grande do Norte”. O relator designado é o Senador Garibaldi Alves Filho e o projeto é aprovado por vinte (20) votos favoráveis. O Senhor Senador Juvêncio da Fonseca, Presidente Eventual, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e cinquenta e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Juvêncio da Fonseca**, Presidente Eventual da Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Há número regimental. 21ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizando-se hoje, dia 20 de junho de 2006. A Ata da

reunião passada está à disposição dos Srs. Senadores, da Mesa, razão por que peço a dispensa de sua leitura e a sua aprovação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos, inicialmente, tratar dos Projetos de Decreto Legislativo. Projeto de Decreto Legislativo 274, que aprova o ato que autoriza a Sociedade Amigos dos Bairros Casa Grande I e II a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Francisco Morato, Estado de São Paulo. E o Projeto de Decreto Legislativo 276, que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Beneficente Comunitária de Caucaia do Alto, ACBC, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cotia, no Estado de São Paulo. E o projeto Decreto Legislativo 280, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Jambeiro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jambeiro, Estado de São Paulo. Com a palavra o Relator dos três projetos, o ilustre Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Lido por V.Exª. as Ementas referentes aos Projetos de Decretos Legislativos encaminhados a esta Casa pela Câmara, onde foram aprovados e, examinados, preenchidos todos os requisitos exigidos por lei, somos favorável aos Projetos de Decreto 274, para Francisco Morato, 276, de Cotia e 280, de Jambeiro, todas no Estado de São Paulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Parecer favorável. Será submetido a apreciação, a votação do Plenário ao final de reunião. Projeto de Decreto Legislativo 298/2006, que aprova o ato que autoriza a Associação dos Radialistas Comunitários de Paruá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia do Paruá, Estado do Maranhão. Palavra ao ilustre Senador Edison Lobão, Relator.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Presidente, esta associação faz o seu pedido e cumpriu todas as exigências legais. Portanto, o parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Parecer favorável. Será submetido a aprovação no final da reunião. Projetos de Decreto Legislativo. Itens 7, 8, 9, 10 e 11. Relator é o ilustre Senador Jonas Pinheiro. Não estando presente, nomeio Relator *ad hoc*, o Senador Raupp. Projeto de Decreto Legislativo nº 273, que aprova o ato que outorga permissão à Rede Jornal de Comunicação e Publicidade LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, na cidade de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso. Proje-

to de Decreto Legislativo nº 277/2006, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Difusora Colíder LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, na cidade Marcelândia, Estado de Mato Grosso. Projeto de Decreto Legislativo nº 286/2006, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Sorriso a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sorriso, Estado de Mato Grosso. Projeto de Decreto Legislativo nº 288/2006, aprova o ato que outorga permissão à Rádio Difusora Colíder LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, na cidade de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso. Projeto de Decreto Legislativo nº 294/2006, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Garças a executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Alto Garças, Estado de Mato Grosso. Com a palavra o Relator *ad hoc*, Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, todos esses itens relatados pelo nobre Senador Jonas Pinheiro, e é com muito prazer que relato *ad hoc*, são todos pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – O parecer sendo favorável, em discussão. Não havendo discussão, aprovação ao final desta Sessão.

Próximo item. Itens 15 a 20. Relatora é a Senadora Patrícia Saboya Gomes. Não estando presente, nomeio Relator *ad hoc* o ilustre Senador Ney Suassuna. Projeto de Decreto Legislativo nº 270, aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Radiodifusão Educativa Evangélica Congregacional de Boa Viagem para executar serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, na cidade de Boa Viagem, Estado do Ceará. Projeto de Decreto Legislativo nº 492/2005, aprova o ato que autoriza o Instituto de Radiodifusão de Desenvolvimento Comunitário de Sobral a executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Sobral, Estado do Ceará. Projeto de Decreto Legislativo nº 88/2006, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Paraíso de Camuci LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, na cidade de Jaguaribe, Estado do Ceará. Projeto de Decreto Legislativo nº 251/2006, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Caxitoré LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, na cidade de Pentecoste, Estado do Ceará. Projeto de Decreto Legislativo 263, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de São José a executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Russas, Estado do Ceará. Projeto de Decreto Legislativo 272/2006, que aprova o ato que ou-

torga concessão ao Sistema Lajes de Comunicações LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em Onda Média, na cidade de Acopiara, Estado do Ceará. Com a palavra o Senador Ney Suassuna, que é o Relator *ad hoc*.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Posso fazer em conjunto, Presidente? Então, o projeto para radiodifusão comunitária na cidade de Sobral, Estado do Ceará, o projeto para radiodifusão sonora em Frequência Modulada na cidade de Jaguaribe, Estado do Ceará, o projeto para radiodifusão sonora em Frequência Modulada na cidade de Pentecoste, Estado do Ceará, o projeto para também radiodifusão comunitária na cidade de Russas, Estado do Ceará e, por último, o projeto para radiodifusão sonora em Onda Média na cidade de Acopiara, Estado do Ceará, todos esses projetos, Sr. Presidente, eles foram analisados com profundidade pela Senadora, que não encontrou nada que pudesse obstar, que pudesse bloquear essas autorizações. Por isso, tendo em vista o exame da documentação que acompanha cada projeto, que não se evidenciou violação da legislação pertinente e, como não há reparo em nenhum deles quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos, como Relator *ad hoc*, pela aprovação de todos os cinco projetos.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – O parecer é favorável. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, no final da Sessão haveremos de colocar em votação.

Projeto de Decreto Legislativo nº 302/2006, aprova o ato que outorga permissão à SBR Comunicação LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, na cidade de Peabiru, Estado do Paraná. Projeto de Decreto Legislativo nº 315/2006, que aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Estandarte do Imbaú a executar serviço radiodifusão comunitária na cidade de Imbaú, Estado do Paraná. Ambos os projetos, relatoria do Senador Flávio Arns. Não estando presente, nomeamos o Senador Eduardo Azeredo para Relator *ad hoc*. Com a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, é com prazer que eu relato esses dois projetos, que têm o Senador Flávio Arns como responsável. O primeiro, da SBR Comunicações, na cidade de Peabiru, no Paraná e, o segundo, também no Estado do Paraná, da Associação e Movimento Comunitário Estandarte de Imbaú. Todos os dois têm parecer favorável para as associações comunitárias e, portanto, terão a autorização a partir da aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Os pareceres são favoráveis. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, a votação é em seguida.

Terminamos a apreciação de todos os Projetos de Decreto Legislativo. Falta uma, o Item 12. Projeto de Decreto Legislativo nº 304, que aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de Regeneração-PI, ADERE, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Regeneração, Estado do Piauí. Relator *ad hoc* é o ilustre Senador Wellington Salgado, substituindo o Relator Mão Santa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, para mim é uma grande honra relatar *ad hoc* um relato do Senador Mão Santa, quem sempre defende o Piauí. Trata-se de projeto que aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de Regeneração a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Regeneração, Estado do Piauí. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 304/2006 não evidenciou violação de legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de Regeneração-PI, ADERE, a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Regeneração, Estado do Piauí, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. É esse o relatório do Senador do Piauí, Mão Santa, o qual eu nesse momento assino como relator *ad hoc*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Os pareceres são favoráveis. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, votação em seguida. Projeto de Decreto Legislativo nº 310/2006, aprova o ato que autoriza a Associação da Radiodifusão Comunitária Rádio Consciência Rural do Marajó FM, de São Sebastião da Boa Vista-PA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião da Boa Vista, Estado do Pará. Projeto de Decreto Legislativo nº 312/2006 que aprova o ato que outorga permissão à empresa de radiodifusão Miracatu LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, na cidade de Santa Isabel, Estado do Pará. Relator é o Senador Luiz Otávio. Não estando presente, nomeamos a ilustre Senadora Íris Araújo para relatar *ad hoc*.

SENADORA ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB-GO) – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadoras aqui presentes. Tendo em vista que o exame da documentação que

acompanha o PDS nº 310/2006 não evidenciou violação da legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Rádio Consciência Rural do Marajó FM de São Sebastião da Boa Vista-PA, ARCRC RURAL DO MARAJÓ FM, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião da Boa Vista, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Em seguida, o outro item, cujo Relator é o Senador Luiz Otávio, temos o voto aqui. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 312/2006 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39/1992 do Senado Federal e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à empresa de radiodifusão Miracatu LTDA para explorar o serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada na cidade de Santa Isabel do Pará, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Os pareceres são favoráveis. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, a votação será procedida em seguida.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Pela ordem, Senador Aelton Freitas.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Eu queria pedir a inclusão de três PLS que estão na extra-pauta para a gente também votar hoje. São três rádios comunitárias na minha região, no Triângulo Mineiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Requerimento recebido. E submeto à apreciação do Plenário. Quem estiver de acordo, permaneça como se encontra. Aprovado. Vamos submetê-lo já à discussão, para aprovação.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Sr. Presidente, posso partir para a leitura?

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – eu vou já enunciar já passo a palavra a V.Ex^a. O Projeto de Decreto Legislativo 224/2006, que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Pérola do Triângulo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iturama, Estado de Minas Gerais. Projeto de Decreto Legislativo 225/2006, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural e Benefi-

cente Hidro FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Ponte, Estado de Minas Gerais. Projeto de Decreto Legislativo 279/2006, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco de Sales, Estado de Minas Gerais. Com a palavra o ilustre Senador Aelton Freitas, Relator da matéria.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Sr. Presidente, Senador Juvêncio da Fonseca, Sras. e Srs. Senadores, agradeço muito a atenção de V.Ex^{as}., até porque, neste mesmo instante, está tendo a sabatina de um Diretor do DENIT e nós temos que participar na Comissão de Infra-Estrutura.

Mas, a primeira, Sr. Presidente, é a Rádio Pérola do Pontal, na minha querida cidade natal de Iturama, no Triângulo Mineiro, que eu tenho o maior prazer em relatar. Tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDS 224/2006 não ter evidenciado violação da legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Pérola do Triângulo Mineiro a executar serviço de radiodifusão comunitária na minha querida cidade de Iturama, no Estado de Minas Gerais.

A segunda, da mesma forma, não tendo nada que... Observando a documentação e não tendo nada que evidenciou violação na legislação, opinamos pela aprovação da Associação Comunitária Cultural Beneficente Hidro FM a executar serviço na linda cidade de Nova Ponte, no alto do Paranaíba, e opinamos também pela aprovação da Associação Comunitária Cultural de São Francisco de Sales a executar serviço de radiodifusão comunitária naquela cidade, também no querido Pontal do Triângulo Mineiro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Pareceres favoráveis. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em seguida será submetida a apreciação no Plenário. Vamos apreciar todos os projetos legislativos em globo. A votação só, e nominal. Senador Jorge Bornhausen.

SENADOR JORGE BORNHAUSEN (PFL-SC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Senador Edison Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Senadora Íris de Araújo.

SENADORA ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB-GO) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Senador Ney Suassuna?

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Senador Gilberto Mestrinho?

SENADOR GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Senador Aelton Freitas?

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Senador Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Senador Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sim. Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Senador Luiz Otávio. Senador Antônio João.

SENADOR ANTÔNIO JOÃO (PTB-MS) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Aprovado por unanimidade. Senador Zambiasi, que acabou de entrar.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Aprova. Com os relatores. Vamos passar para a pauta dos Projetos de Lei constantes da pauta.

Projeto de Lei do Senado nº 177/2002, tramitando em conjunto com o PLS 52/03. Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, com vistas a estabelecer que o FAT financie estágio remunerado em empresas

e universidades. Autoria – Senador José Agripino. Relatoria – Senador Valdir Raupp. Parecer favorável, com as Emendas oferecidas e pela rejeição do PLS 52/2003, que tramita em conjunto. Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outro para as Emendas. Com a palavra o Relator, Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado, PLS nº 177/2002, de iniciativa do Senador José Agripino Maia, tem por objetivo permitir que o Fundo de Amparo ao Trabalhador financie estágio remunerado em empresas e universidades, com duração de seis meses, renovável por uma vez.

Desse modo, o projeto acrescenta os art. 2º-A, 2º-B, 2º-C e 8º-A à Lei 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o programa de seguro desemprego, o abono salarial e institui o FAT.

A proposição cria bolsa de aperfeiçoamento profissional no valor de duzentos reais, reajustado anualmente, cujo financiamento por parte de FAT observará o seguinte. Será total, no caso de estágio em universidades, de 75%, no caso de estágio em micro de pequenas empresas, bem como em universidade privadas e de 50% em estágio para outros tipos de empresas.

O estágio, quando se der em universidade, deverá ser supervisionado por Professor qualificado e não poderá ocorrer em grande centro urbano.

Em qualquer caso, o estágio não cria vínculo empregatício, nem direitos previdenciários. Ademais, só tem direito a ele o trabalhador que não disponha de outro meio de subsistência.

É atribuída ao Conselho Deliberativo de Fundo de Amparo ao Trabalhador, CODEFAT, órgão tripartite responsável pela gestão do FAT, a competência para estabelecer, mediante resolução, as condições indispensáveis ao recebimento da bolsa, os limites de comprometimento dos recursos do fundo e os procedimentos operacionais básicos para o pagamento do benefício.

A entidade concedente do estágio apenas será habilitada quando a celebração do termo de compromisso com o estágio implicar acréscimo no número de empregados da empresa, estabelecimento ou universidade. Além disso, o número de estagiários não poderá ultrapassar 20% da média de empregados da unidade concedente do estágio nos seis meses anteriores à data do termo de compromisso.

Na justificação do seu projeto, o autor demonstra a existência de recursos para custear a bolsa de estágio e manifesta sua expectativa de que o decréscimo do número de desempregados contribua para a redução dos gastos com o pagamento do seguro desemprego.

Por sua vez, o PLS 52/2003, do Senador Sérgio Zambiasi, permite a utilização de recursos do FAT para financiamento por intermédio de sindicatos de trabalhadores de curso superior e de graduação. Desse modo, o projeto acrescenta parágrafo único no art 2º da Lei 7.998, de 1990, com a redação conferida pelas Leis 8.900, de 30 de junho de 1994 e 10.608, de 20 de dezembro de 2002, bem como pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de outubro de 2001.

Na justificação, o autor faz referência às elevadas taxas de desemprego que afligem os trabalhadores e afirma que seu projeto constituiu uma tentativa de amenizar o problema mediante a permissão que o FAT financie a qualificação profissional de trabalhador em curso universitário de graduação com a intermediação do respectivo sindicato e de acordo com normas estabelecidas pelo CODEFAT.

Os dois projetos pretendem que as leis a serem criadas entrem em vigor na data da sua respectiva publicação.

O PLS 177/2002 foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais e na Comissão de Assuntos Econômicos. Na primeira, recebeu Emenda de ajuste dos artigos da Lei 7.998, de 1990, a serem alterados.

Já o PLS 52/2003 foi objeto de parecer pela rejeição na CAE, não tendo sido distribuído para a CAS. Assim cabe a esta Comissão de Educação deliberar terminativamente sobre ambas as iniciativas, que não receberam Emendas.

Eu vou direto agora ao voto, porque a análise é muito extensa, Sr. Presidente, e iria cansar um pouco os nobres Senadores e atrasar a nossa Sessão.

Em vista do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 52/2003 e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 177/2002, acolhidas as três Emendas a seguir apresentadas.

Emenda 1. Dê-se a seguinte redação ao *caput* do art. 1º do Projeto de Lei do Senado 177/2002 – “O art. 1º da Lei 7.998, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar acrescido dos seguintes artigos – 2º-D, 2º-E, 2º-F e 8º-D.

Emenda nº 2. Dê-se ao *caput* do art. 2º-D, acrescido à Lei 7.998, de 11 de janeiro de 1990, pelo Projeto de Lei do Senado 177/2002 a seguinte redação. O art. 2º-D. Para efeito do disposto no inciso II do art. 2º dessa Lei, fica instituída a bolsa de aperfeiçoamento profissional, a ser parcialmente custeada pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador, FAT, destinada a financiar estágio de trabalhadores estudantes em empresas e universidades, observados os termos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e suas posteriores modificações.

Emenda 3. Dê-se ao inciso I do art. 2º-F, acrescido à Lei 7.998, de 11 de janeiro de 1990, pelo Projeto de Lei do Senado 177/2002, a seguinte redação – “art. 2º-F, I, os pré-requisitos para habilitação do trabalhador estudante, entre os quais que esteja regularmente matriculado nos cursos de instituições de ensino previstos em lei e esteja cadastrado no Sistema Nacional de Emprego, SINE, no Centro de Integração Empresa-Escola ou no Instituto Euvaldo Lodi, vinculado à Confederação Nacional da Indústria, CNI. Este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – O parecer é favorável, com Emendas que foram oferecidas. Em discussão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Não sei se o autor está presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Senador José Agripino. O José Agripino é o autor do projeto e Sérgio Zambiasi do outro projeto, que está presente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu conversaria então com o Senador Sérgio Zambiasi e também com Senador Agripino, se estivesse presente, na seguinte linha. Eu, para pedir vista de projeto, eu só faço em entendimento com os autores, senão não faço. Até porque esse critério é feito comigo também. Os representantes do Ministério do Trabalho me procuraram aqui agora me pediram que eu pedisse vista porque o projeto, como ele fixa alguns números, por exemplo, duzentos reais, ele pode engessar essa remuneração na perspectiva futura. Mas, em resumo, eles pedem, se eu entrasse em entendimento com o Relator e com os autores, para que a gente pudesse pedir vista, para eles dialogarem sobre o projeto. Não é ser contra o projeto, construir algumas mudanças. Por isso eu estou fazendo esse apelo aqui, se os autores e Relatores assim entenderem, que a gente peça vista por uma semana e, na semana que vem, votaríamos. Esse é o encaminhamento, quase que uma consulta que eu estou fazendo aos autores e Relatores.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, eu poderia talvez até endossar o pedido do Senador Paim, porque é um projeto que não pode ser rejeitado. Eu acho que ele tem um objetivo bastante importante, principalmente porque fala na profissionalização do trabalhador. Ao início da leitura dá a impressão que é qualquer universidade. Nós já temos uma série de projetos para universidades, estamos esquecendo

um pouco o primeiro grau e a profissionalização. Eu fiquei numa dúvida mesmo sobre a última Emenda e a outra que muda o art 2º-D.

Então, fica um pouco se contrapondo. Eu não sei se entendi bem, mas aqui obriga, o pré-requisito, estar matriculado. No outro não, ela abre a possibilidade de qualquer um que não tenha outro tipo de ganho possa se matricular numa escola profissionalizante. E aí em baixo vêm os pré-requisitos. Talvez uma vista pedida, para discutir, ela venha, Senador, a trazer um aperfeiçoamento para que o Governo não tenha que vetar e nós não tenhamos nenhuma hipótese de... Porque os dois autores merecem todo o nosso respeito, o nosso carinho, pela objetividade que sempre trabalharam nas Comissões, o Senador José Agripino e o Senador Sérgio Zambiasi.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Com a palavra o Eduardo Azeredo, pela ordem.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, eu quero, na verdade, defender o projeto do Senador José Agripino, em especial, porque o sistema de estágio é, na verdade, a grande porta de entrada para o trabalhador.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Senador, eu gostaria que V.Exª. me permitisse, superar o requerimento de pedido de vista. Se tiver pedido de vista, adia-se a discussão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Quero dizer que já votei a favor na Comissão anterior e aqui, com as Emendas apresentadas. O que eu apenas estou ponderando é um pedido de vista, por uma semana, eu devolvo, e vamos tentar construir um entendimento. Se não é possível, vota-se como está.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Mas, Senador, o Ministério já disse o que é que quer mudar?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – O que eles me pediram aqui, e agora, porque eles querem, nessa semana, conversar com os Relatores e com os autores, para ver se constroem um entendimento em relação, por exemplo, a esses duzentos reais que foram fixados.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Eu acho que vista coletiva, uma semana. Próxima semana, entra em pauta novamente, aí nós vamos estudar, vamos discutir a questão do mérito e votar. Então, vista concedida.

Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 21/2006, altera a Lei 4.117, de 27 de agosto de 62, para dispor sobre a divulgação das campanhas nacionais de vacinação pelas emissoras de rádio e televisão. Autoria

– Senador Juvêncio da Fonseca. Relatoria – Senador Mozarildo Cavalcanti. Como o Senador já não se fez presente por duas vezes, eu nomeio Relator *ad hoc*, o Senador Paulo Paim, para ler o relatório.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, o projeto de V.Exª., de pronto, já tem o meu voto favorável e por isso naturalmente fiquei até satisfeito de V.Exª. me indicar como Relator *ad hoc*, substituindo o nobre Relator, que fez um belíssimo trabalho, aprovando, na íntegra, o seu projeto, que terá também o voto do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Eu vou direto à análise. O Projeto de Lei de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, na análise, diz o seguinte. Primeiramente, é mister observar que no exame preliminar não fora observado nenhum vício de inconstitucionalidade formal ou material, ou ainda de técnica legislativa que impeça a aprovação do projeto.

No que tange ao mérito. Impede reconhecer que as campanhas nacionais de vacinação constituem instrumento de fundamental importância para a prevenção e erradicação de graves doenças em nosso território. Tais esforços, contudo, não lograrão os êxitos almejados caso não sejam amplamente divulgados. Por isso, tanto mostra-se imperioso os recursos aos meios de comunicação eletrônica de largo alcance, notadamente do rádio e televisão. Contudo, o custeio das despesas de publicidade envolvidas pode tornar tais iniciativas excessivamente onerosas.

Dessa forma, a divulgação pode se dar em escala inferior à necessária, comprometendo o alcance do objetivo primário, qual seja a eficácia da vacinação, da campanha. Ainda que se dê a divulgação requerida, os recursos nela expedidos certamente poderão ser utilizados em outras aplicações de saúde em benefício da sociedade.

É procedente, portanto, a sustentação do autor do projeto de que os ganhos que propiciará a sociedade superarão o ônus a ser suportado pelas emissoras de televisão que, ressalte-se, exploram tais serviços por delegação do Estado.

Por essa razão, somos levados a recomendar a esse colegiado a aprovação da proposição em tela.

Sr. Presidente, lendo o projeto, e quero sintetizar, porque eu vou relatar em seguida um projeto do Senador Saturnino, que vai na linha da defesa da vida. O seu projeto também é em defesa da vida. A vida não tem preço. Por isso, é com muita satisfação que dou o meu voto favorável para que a mídia nacional colabore na exposição, com a divulgação das campanhas de vacinação em massa para a nossa população. Cumprimento o Senador Juvêncio da Fonseca pela iniciativa, o Senador Mozarildo Cavalcante, que foi o Relator, pelo bri-

lhantismo do projeto. Resumo o projeto na seguinte frase. O projeto é em defesa da vida. Por isso, o parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Em discussão.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– Defendendo o projeto, na mesma linha do Senador Paim, Senador, o projeto de V.Ex^a. é um projeto realmente importante porque nós sabemos da importância que tem a vacinação na prevenção da saúde, das doenças de todo o País. Então, é importante, as televisões e rádios são concessões. Nós agora a pouco aprovávamos aqui concessões, então, nada mais justo do que, sendo concessão, que reserve realmente algum período da sua programação para as campanhas de vacinação.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Continua em discussão. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É para cumprimentá-lo, o Senhor e o Senador Paim, que leu o relatório, dando ênfase ao que seja mais importante, e V.Ex^a. faz referência só a radiodifusão, é isso, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Televisão e rádio.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Porque aqui fala em radiodifusão. Mas é todo o sistema de comunicação. Eu acho que isto é importante, e a gente tem acompanhado de perto essas vacinações, tem locais que até precisaria rádio comunitária, para que desse conhecimento a sociedade, pela importância, em defesa da vida, como fez a referência o Senador Paulo Paim. Mas o meu desejo é cumprimentar V.Ex^a. Por ser um bom Jurista, também é humanista.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Votação nominal.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, se eu pudesse ser o primeiro voto, porque eu tenho que ir ao lado ali votar, e eu volto aqui.

Então, o meu voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Senador Paulo Paim, favorável. Senador Demóstenes Torres. Jorge Bornhausen. José Jorge. Maria do Carmo. Edison Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Íris de Araújo.

SENADORA ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB-GO)
– Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Ney Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Gilberto Mestrinho.

SENADOR GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Aelton Freitas.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Paulo Paim já votou. Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– Sim. Com o autor e com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Luiz Otávio. Antônio João. João Ribeiro. Aprovado. Por unanimidade.

Item 3. Nós vamos pular, porque está havendo uma negociação no Item 3.

Item 4. O Senador Paim está votando e volta.

Item 5.

Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 129/2003. Tramitando em conjunto com o PLS 183/03 e PLS 291/05. Acrescenta o § 6 ao art. 9º da Lei 9.317, de 5 de dezembro de 1996, estendendo a opção pelo sistema integrado de pagamento de impostos e contribuições das micro empresas e das empresas de pequeno porte, SIMPLES, às pessoas jurídicas que especifica. Autoria – Senador Almeida Lima. Relatoria – Senador Wellington Salgado de Oliveira. Parecer favorável, na forma do substitutivo oferecido. E pela rejeição dos PLS 183/2003 e 291/2005, que tramitam em conjunto. Matéria terminativa na Assuntos Econômicos. Com a palavra o ilustre Relator, Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores. Em exame nesta Comissão, o Projeto de Lei do Senado PLS 129/2003, de autoria do Senador Almeida Lima, ao qual se encontram apensados o PLS nº 183/2003 e PLS 291/2005. O PLS 129/2003 acrescenta o § 6 ao art. 9º da Lei 9.317, de 1996, para estender a opção de regime de tributação do sistema integrado de impostos e contribuições das micro empresas e das empresas de pequeno porte, SIMPLES, às empresas jurídicas que desempenhem atividades de agências lotéricas, agências postais terceirizadas, agências de publicidade, escritórios de contabilidade, centros de formação de condutores de veículos, corretoras de seguros, escolas de educação infantil, ensino fundamental, profissional e de idiomas.

Na mesma linha, o PLS 183/2003, de autoria do Senador Leonel Pavan, faculta aos representantes comerciais constituídos como pessoa jurídica a opção pelo sistema de tributação em alusão.

Ampliando esse rol, o PLS 291/2005, de autoria do Senador Ney Suassuna, altera a Lei 10.034, de 2000, para permitir aos estabelecimentos privados de ensino médio a adesão ao SIMPLES. Além disso, pelo art. 2º desta proposição, a exclusão do SIMPLES, calcada em situação prevista no inciso III a XVIII do art. 9º de Lei 9.317, de 1996, passa a ter efeito a partir do mês subsequente àquele em que se der a respectiva decisão. Já o art. 3º, com o fim de assegurar observância à Lei Complementar nº 101/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, remete ao Poder Executivo a tarefa de estimar o valor da renúncia fiscal decorrente da medida e incluí-lo no demonstrativo de que cuida ao § 6º do art. 165 da Constituição Federal.

A vigência das normas, de acordo com as respectivas proposições, está prevista para a data de publicação da lei em que se transformarem.

Entre as razões apontadas nas justificativas dos projetos, destaca-se a preocupação com pequenos

empreendimentos geradores de emprego, cuja sobrevivência, ora ameaçada pela carga tributária a que estão submetidos, é importante econômica e socialmente e, portanto, desejável.

No prazo regimental, não foram oferecidas Emendas às proposições. Ressaltar, por fim, que os projetos em exames foram enviados a análise de mérito nesta Comissão, por força de Requerimento do Senador Gerson Camata, adstrito ao PLS nº 291/2005, ao qual juntaram-se, posteriormente, a pedido da Senadora Fátima Cleide, para tramitação conjunta, os Projetos de Lei do Senado 129 e 183, ambos de 2003.

Passamos à análise. Para melhor abalizamento das proposições, impõe-se registrar preliminarmente que o tratamento fiscal privilegiado conferido pelo SIMPLES visa, antes de tudo, a proveito econômico ou social, uma vez que esse regime de tributação tem na geração e formalização de empregos um dos seus pilares mais importantes.

Com efeito, tem se observado que, mesmo antes do advento do SIMPLES, muitas empresas de pequeno porte vinham recorrendo ao Poder Judiciário, motivadas, sobretudo, pela possibilidade de reduzir a carga tributária a ela imposta.

Em paralelo ao acionamento [inaudível] judicial, têm tramitado no Congresso Nacional iniciativas com escopo mais amplo, algumas das quais, como as mais recentes, com o claro intuito de assegurar acesso ao SIMPLES.

No contexto, a Lei 10.034, do ano de 2000, originária do Projeto de Lei 4.434, de 98, apresentado pela Câmara dos Deputados, assegurou às creches, pré-escolas e escolas de ensino fundamental a possibilidade de adesão ao SIMPLES.

Mais recentemente, por meio da Lei 10.684, de 2003, originária da Medida Provisória nº 107/2003, o SIMPLES foi estendido a agências lotéricas, agências postais terceirizadas e aos centros de formação de condutores de veículos. Essas pessoas jurídicas, como se vê, estavam contempladas no referente PLS 129/2003, juntamente com os escritórios de contabilidade e corretoras de seguros. Os últimos dois segmentos, mesmo incluídos no projeto de conversão da Medida Provisória 107/2003 em lei, não lograram aquiescência do Executivo, o veto presidencial foi confirmado pelo Legislativo em 28/05/2004. Cabe destacar que a [inaudível] de razões do veto acima foram listadas a inadequação da Lei da Responsabilidade Fiscal e a abertura da precedentes para que ocupantes de profissões regulamentadas usassem de artifícios capazes de desvirtuar o verdadeiro propósito do SIMPLES.

No tocante à primeira, o Senador Ney Suassuna indica, no PLS 291/2005, solução aceitável que aten-

de às três proposições. Qual seja, a de transferir para o Executivo o encargo de estimar a renúncia fiscal e adotar providências complementares a afetarem a legislação orçamentária.

Em relação a acesso indevido ao SIMPLES, o Executivo, por intermédio de órgãos apropriados, detém instrumentos operacionais e legais para ferir a eventual discrepância ou burla ao SIMPLES.

Assim, ao nosso ver, não subsistem as razões do veto do Executivo, motivo pelo qual o acesso dos escritórios de contabilidade e das corretoras de seguros pode ser novamente submetido àquele poder.

Deste modo, resta pendente de análise tão somente a situação das escolas profissionalizantes e de idiomas e das agências de publicidade, PLS nº 129/2003, das empresas de representação comercial, PLS 183/2003, e dos estabelecimentos de ensino médio.

No que respeita especificamente a instituições educativas, ponderamos que, em face da dificuldade orçamentária da União, deve ser conferida precedência à preocupação com a universalização da educação escolar básica.

Com efeito, no mérito, a extensão da opção pelo SIMPLES a escolas privadas de ensino médio pode contribuir com a consecução desse objetivo, mediante ampliação da oportunidade de acesso ao ensino regular.

Para corroborar esse entendimento, vale transcrever relatório da lavra do Senador José Jorge oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 50/2000, a respeito da extensão do SIMPLES às creches, pré-escolas e estabelecimentos de ensino fundamental, aspas, “Ora facultar a opção pelo SIMPLES aos estabelecimentos escolares privados não afetará, de forma alguma, os condicionamentos previstos pela Constituição e pelas leis educacionais, para que a iniciativa privada atue na área do ensino, disso se conclui que a extensão do SIMPLES a instituições de ensino de educação básica deve ampliar as oportunidades de acesso educacional, sem prejudicar a qualidade do ensino, desde que tenha continuidade o esforço das autoridades competentes de aprimorar o processo de controle de avaliação do ensino”.

No que respeita às escolas profissionalizantes e de idiomas, sem [inaudível] a sua relevância, é de suscitar a possibilidade de interferência com a legislação tributária específica das entidades de educação superior, uma vez que a profissionalização, inclusive no campo das línguas estrangeiras, ocorre maciçamente neste nível de ensino. Deste modo, parece oportuna para estudo mais acurado a sua exclusão do PLS nº 129/2003.

No que respeita às agências de publicidade, PLS nº 129/2003, e às empresas de representação comercial, valemo-nos das mesmas motivações que embasaram a extensão do regime tributário do SIMPLES àquelas empresas beneficiadas por força da Lei nº 10.684, de 2003, que promoveu a alteração da Lei 10.034, de 2000.

Por fim, quanto ao art. 2º do PLS nº 291, que atenua prejuízos de empresas incluídas no SIMPLES por meio de liminares não ratificadas, impõe-se destacar que a alteração favorece todos os empreendimentos em algum momento incluídos indevidamente no sistema. Dada a especificidade da renúncia que a medida pode representar, julgamos que ela deve ser objeto de análise judiciosa, especialmente por parte da Comissão de Assuntos Econômicos.

Cumprir informar, de todo o modo, que a Lei nº 11.196, de 2005, ao produzir alterações semelhantes no art. 15 da Lei 9.317, de 96, já contempla, em parte, a preocupação do Senador Ney Suassuna.

Por tudo isso, a despeito de factível redução de arrecadação, é de reconhecer que a iniciativa em exame no mínimo imprime equidade no tratamento fiscal dispensado ao conjunto de agentes econômicos que preencham os requisitos para acesso ao benefício do SIMPLES.

Eu queria ressaltar aqui, Sr. Presidente, que eu coloquei pela rejeição do PLS nº 183/2003 e 291/2005, mas, na verdade, é um acatamento parcial deste PLS.

Então, eu voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 129/2003, com acatamentos parciais do PLS 183, do Senador Leonel Pavan, e 291, de autoria do Senador Ney Suassuna.

Ficando dessa maneira. O Projeto de Lei 129/2003 [inaudível] – “Altera a legislação tributária federal para incluir os estabelecimentos de ensino médio entre as pessoas jurídicas passíveis de adesão ao sistema integrado de imposto e contribuição das micro empresas e empresas de pequeno porte, SIMPLES, e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta – art. 1º da Lei 10.034, de 30 de dezembro de 2000, e passe a vigorar com a seguinte redação – Ficam excetuadas da restrição de que trata o inciso XIII do art. 9º da Lei 9.317, de 5 de dezembro e 96, as pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às seguintes atividades – Estabelecimentos de ensino fundamental e médio, agências de publicidade, escritórios de serviços contábeis, corretoras de seguros e representantes comerciais, como assim o colocou Senador Leonel Pavan.

Art. 2º. o art. 15 da Lei 9.317, de 5 de dezembro de 96, passa a vigorar com a seguinte redação. A ex-

clusão do SIMPLES, nas condições de que tratam os art. 13 e 14 surtirá efeito a partir do mês subsequente àquele em que ocorrer a exclusão, ainda que de ofício, em virtude de constatação de situação excludente prevista nos incisos III e XVIII do art. 9º.

Art. 3º. O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto na Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará o Projeto de Lei Orçamentária, cuja representação se der após decorridos 60 dias de publicação da lei.

Parágrafo único. Os benefícios fiscais provenientes dessa lei só produzirão efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele que fora implementado no disposto do art. 3º.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

É este o nosso relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Eu gostaria, antes de passar a palavra ao Senador Ney Suassuna, de dizer o seguinte. Que nós estamos partindo para um procedimento muito importante nesta Casa, porque, regimentalmente, teria que aproveitar um e rejeitar os demais. Mas, há casos em que você aproveita alguns dispositivos de todos os projetos.

Então, a palavra rejeição é uma palavra que marca o projeto e marca, às vezes, a iniciativa do Senador. Portanto, a colocação de V.Exª. foi muito própria e muito oportuna. Vamos acatar o projeto, que é pela ordem de precedência na chegada a esta Casa, acatando as sugestões dos demais projetos. Sem falar em rejeição, para não dar essa marca de rejeição aos projetos. Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores. O Brasil é um País muito interessante. Quando se trata de prioridades, a educação nunca é prioritária. Eu lembro que de primeiro as escolas podiam fazer compensação do ISS e até de alguns impostos. Foi revogado essa possibilidade. O mais interessante é que os motéis pagam menos que as escolas. Os motéis pagam 2,5% e as escolas pagam 5% quando se refere a ISS. Agora, é interessante que todos falam muito bem da educação a toda hora e a todo o instante, mas uma pequena escola não pode ficar com a possibilidade de ser inserida no sistema.

Então, é por essa razão que nós apresentamos esse projeto. Para tentar contornar, tentar permitir que a educação tenha uma prioridade. E possam as peque-

nas escolas, que terminam sendo a maioria no País, ter também vez de se beneficiar da legislação que outros tipos de estabelecimento se beneficiam.

Eu fico surpreso, e nós que estamos em campanha a gente manda fazer pesquisa qualitativa e verifica que nunca educação é a prioridade da população, até porque não tem conhecimento do que faz a educação a uma pessoa, a um ser humano. As necessidades básicas de uma pessoa é alimentação, vestuário, habitação, saúde e educação. Mas, quando o cidadão tem a educação melhorada, nobre Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, ele melhora todos os padrões. Ele passa a se alimentar melhor, ele passa a ter noção de saúde e de higiene, e sabe que tem que lavar a mão antes de fazer a sua refeição, que não pode andar de pé descalço em lugar que possa se contaminar, enfim, a educação, que é prioritária neste País, nunca é prioritária nem na área de impostos. A área de impostos tem sido dura e essa é a razão da apresentação desse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Continua em discussão. Com a palavra a Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Sr. Presidente, eu gostaria inclusive de parabenizar o Senador Ney Suassuna pela apresentação desse projeto, pela sua preocupação com as pequenas escolas privadas deste País. Parabenizar também o Senador Wellington Salgado pelo parecer que oferece a esta Comissão e, mesmo assim, eu gostaria de pedir vistas, para uma análise mais profunda, uma vez que o Senador Wellington Salgado apresentou aqui um substitutivo e eu tenho algumas dúvidas, gostaria de analisá-lo mais profundamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Vista concedida. Passamos para o Item nº 4. Projeto de Lei do Senado nº 94/2006. Instituiu o Dia Nacional de Defesa da Vida. Autoria – Senador Roberto Saturnino. Relatoria – Senador Paulo Paim. Com a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, normalmente eu faço um comentário e não leio o relatório. Mas, como esse é bem curtinho, eu vou ler, porque eu acho que é mais rápido que o comentário que eu fria. Por isso, eu vou ler. [Risos]

O Projeto de Lei do Senado nº 94/2006, do Senador Roberto Saturnino, instituiu o dia 23 de julho como o Dia Nacional de Defesa da Vida. Anualmente, nessa data, diversas atividades deverão ser desenvolvidas pelo poder público no sentido de mobilizar a sociedade na defesa da vida e no combate à violência.

Em sua justificativa, o nobre autor, Senador Saturnino, relembra que em 23 de julho é que ocorreu a

chamada “Chacina da Candelária”, quando oito crianças e adolescentes de rua foram assassinados.

Desta forma, propõe o Senador, que esse dia seja escolhido para, em memória daquela tragédia e de todas as outras ocorridas recentemente, sirva para conscientizar a sociedade sobre a importância da erradicação da violência em nosso País.

Durante o prazo regimental, não foram apresentadas Emendas ao PLS nº 94/2006, que será apreciado nesta Comissão em caráter terminativo.

Análise, Sr. Presidente. É demais importante a instituição de um Dia Nacional em Defesa da Vida. O País vive momento de segurança, o medo diante da escalada da violência. Nesse momento se faz necessário um esforço conjunto de todos os segmentos de sociedade para trabalhar no combate a violência e na busca de soluções a favor da base.

Neste contexto, o Dia Nacional de Defesa da Vida, proposto pelo Projeto de Lei do Senador Saturnino, em análise, possui o mérito de estabelecer a oportunidade para a mobilização nacional necessária para resgatar a credibilidade nas instituições e restabelecer a justiça.

Com isso, Sr. Presidente, entendendo que os aspectos constitucionais, de juridicidade e de técnica legislativa, não há reparos a fazer, somos totalmente a favor da aprovação da íntegra, conforme instituiu o projeto do nobre Senador, e o nosso voto, então, ao PL 94 é pela aprovação.

E rendo aqui, mais uma vez, as minhas homenagens ao Senador Saturnino. E aí eu termino, Sr. Presidente, lamentando muito que ele não seja candidato ao Senado, por decisão do Rio de Janeiro e que ele, de forma solidária e num projeto coletivo, abriu mão. Se fosse candidato ao Senado, tenho certeza que ele voltaria para esta Casa. Esse projeto aqui em defesa da vida, eu quero dedicar ao autor, como um dos melhores Parlamentares, que pelo menos eu conheci no longo da minha vida, estou com 56 anos. Parabéns, Senador Saturnino.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Em discussão. Com a palavra o Senador Saturnino.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Sr. Presidente, Srs. Senadores. Eu, ouvindo o Senador Paim, fui tocado por emoção. As palavras de S.Ex^a. Em primeiro lugar, o próprio voto, o próprio relatório, as expressões utilizadas por S.Ex^a. me trocaram profundamente. E ao final do seu voto, essa referência que faz à minha pessoa, partindo justamente dele que, reciprocamente, é um dos Parlamentares, um dos Senadores que eu mais admiro nesta Casa, que tem uma história de vida pessoal e de vida política admirável. Isso, para

mim, é um motivo de uma satisfação, um orgulho justo muito especial. Muito especial. De forma que eu queria expressar esse meu sentimento, esse meu agradecimento ao Senador Paim e secundar as suas palavras no seu voto, na recomendação, aprovação desse projeto, que é um projeto mobilizador, Sr. Presidente, é um projeto simbólico, que tem como finalidade mobilizar a sociedade e as instituições como um todo, de vez que esse problema da violência ainda não encontrou solução, ainda continua a prosseguir numa seqüência de eventos, de atos, que são chocantes, muito especialmente no Rio de Janeiro. Atos que atingem, frequentemente, menores, meninos, meninas de condição pobre, como foi o caso da “Chacina da Candelária”, de condição muito pobre, de moradores de rua ou de preferência das mais pobres do rio, quase todos negros ou mestiços, com sangue negro muito forte, enfim, é uma situação que ainda não encontrou um encaminhamento convincente para mim e para todos os brasileiros em geral. De forma que esse projeto, transformado em lei, simbolicamente convocará, no dia 23 de julho, que é o dia da “Chacina da Candelária”, e neste próximo 23 de julho haverá no Rio de Janeiro um somatório de eventos durante toda uma semana, exatamente na linha de mobilização e de convocação da sociedade, porque a sociedade também tem responsabilidade, claro, o poder substância e as instituições são os responsáveis principais, mas, a sociedade também é, e ela também tem que se envolver no esforço de busca de soluções para o enfrentamento dessa gravíssimo problema da violência. De forma que eu, mais uma vez, agradeço muito, de coração, e retribuindo a admiração que tenho pelo Senador Paulo Paim, peço aos ilustres colegas o voto favorável a este projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Continua em discussão. Com a palavra o Senador Romeu Tuma. E depois, a Senador Fátima Cleide.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador Saturnino, Senador Paulo Paim, é claro que a gente se sensibiliza e até se emociona às vezes com alguns projetos que parecem inócuos, mas têm um valor imenso. Porque hoje nós estamos falando em criminalidade, porque eu divido, criminalidade e violência são dois fatores diferentes. Você luta contra a criminalidade através dos códigos e dos procedimentos legais para evitar ou para reprimir o crime organizado ou não. Agora, a violência é uma coisa que às vezes está inata no cidadão, e quando a criminalidade pratica a violência a coisa se agrava muito mais. Nós vimos esses últimos acontecimentos em São Paulo que nos trouxe uma profunda amargura, o assassinato indiscriminado de pessoas e de policiais a troco de nada, só para

mostrar quem era o mais forte. Uma barbárie. Então, vem numa hora exata. O Senador Saturnino traz um projeto importantíssimo, porque a sociedade tem que sentir que a violência não leva a nada. A violência no trânsito, a violência nas agressões às vezes por uma negociação malfeita ou uma compra de um produto. A violência nasce e, às vezes, resulta num crime.

Então, eu acho que é importante esse Dia de Defesa da Vida, que ela se prolongue pelo ano inteiro e em pregações permanentes para que a pessoa tenha cautela e não extrapole dos limites que a própria natureza que Deus lhe deu, da paciência, da esperança e de vencer através da palavra, da conversa, não precisa se aplicar a violência.

Então, eu insisto que a violência e a criminalidade se dividem e, quando se juntam, é um grande perigo. Parabéns, Senador Saturnino. Parabéns ao Senhor também por ter entendido prontamente a idéia do Senador Saturnino.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Com a palavra a Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Sr. Presidente, apenas para parabenizar a sensibilidade deste grande homem público que é o Senador Roberto Saturnino, parabenizar o Senador Paulo Paim pelo brilhante relatório que faz. E dizer que realmente pode parecer, como disse o Senador Romeu Tuma, um ato inócuo, mas, é dessa forma, chamando a atenção, convocando a sociedade para pensar formas e alternativas a postura violenta com que as pessoas se relacionam que a gente pode contribuir com uma sociedade de paz de verdade.

E quero parabenizar ao Senador Saturnino também pela lembrança que faz para justificar este dia. Nós temos várias chacinas ocorridas neste País onde os agentes da violência foram agentes públicos que deveriam prestar a segurança. Eu, neste momento, eu estou vivendo uma situação muito parecida no meu bairro, Sr. Senador, onde as pessoas se amedrontam. Quando antes nós nos sentíamos seguros com a presença de vários policiais no bairro, hoje as pessoas se sentem amedrontadas. Isso é o tipo de coisa que não pode acontecer. E a gente só muda isso conclamando a todos. Antes de incriminar, antes de virar as costas, chamar à responsabilidade.

Então, eu quero mais uma vez parabenizar Senador Saturnino, parabenizar o Senador Paulo Paim e votar, com muito prazer, neste projeto, favorável a este projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Continua em discussão. Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) –

Obrigado Presidente Juvêncio da Fonseca. Eu quero, inicialmente, parabenizar o autor do projeto, Senador Roberto Saturnino e o Relator, Senador Paulo Paim. Eu entendo que esta é uma proposta, uma idéia, Senador Paim, que ela deve, partindo daqui do Congresso Nacional, estender-se talvez a todas as cidades, todos os Municípios, virar lei municipal, virar lei estadual, concomitante com a data nacional, para que esta data possa ser debatida, esse tema, tema da paz, na realidade, é paz, o Saturnino ele trata da conscientização da relação de paz entre a cidadania. E acho que poderia evoluir então, Senador Saturnino, de uma iniciativa talvez aqui da Casa mesmo, encaminhando às Câmaras Municipais, às Assembléias Legislativas, para que este dia seja não apenas a data nacional, mas a data municipal e a data estadual, porque, então, nós criamos uma cadeia de responsabilidades, de solidariedade à proposta, para que este tema esteja dentro das salas de aula, dentro dos jornais de bairro, dos jornais das cidades, metropolitanos, dos jornais regionais, enfim, da imprensa, para que, então, o tema realmente ganhe a dimensão e a repercussão que ele merece. É por esta razão que eu achei importante a manifestação, e parabenizar realmente a brilhante iniciativa do nosso Senador Saturnino e a Relatoria do Senador Paulo Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Senador Antônio Carlos Valadares com a palavra.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Presidente Juvêncio da Fonseca, eu gostaria de me congratular com o autor desta matéria, Senador Saturnino, pela relevância de que ela se reveste, de vez que estamos vivendo um período de violência nunca visto na história, nos anais da história da Segurança Pública do Brasil.

Então, essa matéria está sendo discutida num período apropriado, quando todos os brasileiros estão preocupados com as ocorrências de São Paulo, do Rio de Janeiro e agora, mais recentemente, no Espírito Santo, que dizem “por A mais B” que algo deve ser feito não apenas em matéria de reestrutura das Secretarias de Segurança Pública, também no que diz respeito à conscientização da nossa sociedade. E este projeto atende a todos esses objetivos, de vez que previne, sem dúvida alguma, que fatos tristes que estão envergonhando a sociedade brasileira não voltem a acontecer ou se vierem a acontecer sejam coibidos pelo Estado brasileiro, que deve se armar de mecanismos jurídicos e também de mecanismos materiais para o combate ao crime, parta de onde partir.

Eu queria também aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, para dizer que no Estado de Sergipe recentemente tem acontecido. O Estado de Sergipe sempre foi um Estado pacífico, um Estado tranqüilo, mas, infelizmente, jovens têm sido assassinados no meio da rua, em bares, em casas e, recentemente, três ou quatro jovens foram assassinados e a suspeita recai sobre policiais. Infelizmente, está acontecendo também no Estado de Sergipe. Por isso, eu quero me congratular, não apenas com o autor da matéria, Senador Saturnino, como também com o seu Relator, pelo primor como escreveu o seu parecer, eplo brilhantismo que sempre atua aqui o Senador Paulo Paim. Agradeço a V.Ex^a., Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. É projeto terminativo. Mas, eu gostaria de fazer um pequeno comentário também sobre a esse projeto, elogiando a iniciativa. Mas, como era importante nesse momento que nós estamos vivendo, pegando carona aqui o que foi dito também pelo Senador Romeu Tuma, se nós também criássemos o dia da boa penitenciária, porque a vergonha que está na violência hoje está especificamente dentro das penitenciárias. Pela sua estrutura, pelo maltrato dos presos, a superlotação, os Agentes, que são verdadeiros heróis, que saem de casa e não sabem se voltam para casa, inclusive os detentos que são degolados dentro das penitenciárias. Degolados com o quê? Com instrumentos.

Então, a situação é por demais delicada, por demais séria. Nós ainda estamos relevando essa questão, não sei por quê. Mas a sociedade tinha que se indignar com tudo isso e fazer com que o Estado, seja federal ou seja estadual, assuma a sua responsabilidade pela boa penitenciária. Não é possível que aqueles que são presos, já são, a partir da sentença condenatória, condenados perpetuamente, se ficar na cadeia, a sofrer as piores situações, e a sociedade insegura lá fora porque a penitenciária é sempre na preferência das cidades, e a fuga em massa coloca em risco toda a sociedade. E os familiares, quando visitam os detentos, são vítimas, as próprias famílias são vítimas do seqüestro lá dentro e vítimas da violência lá dentro. Que País é esse? Que País é esse? Então, vamos pensar no dia da boa penitenciária.

Em votação. Votação nominal. José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Maria do Carmo Alves.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (PFL-SE) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Edison Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Marcos Guerra.

SENADOR MARCOS GUERRA (PSDB-ES) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Leonel Pavan.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Íris de Araújo.

SENADORA ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB-GO) – Cumprimentando o Relator e o autor da proposta, gostaria de, ao deixar meu voto, parafrasear os Beatles “Dê uma chance à paz”. O voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Ney Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Aelton Freitas.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Com o Senador Saturnino.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Roberto Saturnino. É o autor. Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Aprovado. Por unanimidade.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Pela ordem, Senador Roberto Saturnino.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu queria, primeiramente, expressar os meus agradecimentos a todos os colegas, nobres colegas que votaram favoravelmente, especialmente ao Relator, Senador Paim, e aos que se manifestaram, o Senador Tuma, Senadora Fátima Cleide, Senador Zambiasi e Antônio Carlos Valadares e pedir a V.Ex^a., à Presidência, que tome a providência sugerida pelo Senador Zambiasi, que eu achei extremamente oportuna e valiosa, de um envio de uma cópia do projeto aprovado, que foi aprovado terminativamente aqui, para as Assembléias estaduais.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Poderia usar a Interlegi, no sistema interligado que tem.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Excelente sugestão, porque faz parte do propósito do projeto, que é mobilizar.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – A Mesa aguarda um Requerimento nesse sentido, para a gente aprovar e poder encaminhar. Com a palavra o Senador Pavan, pela ordem.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, Juvêncio da Fonseca, não é sobre esse assunto, esse brilhante projeto que foi aprovado. Mas é sobre um projeto anterior, e eu queria apenas aqui justificar a minha ausência, um projeto que me interessa muito e que interessa muito à sociedade brasileira, principalmente aos representantes comerciais, em função de eu não ter sido, não por falha desta Comissão, ao contrário, não ter sido informado pela minha Assessoria,

que tinha este projeto em votação, eu acabei não estando na hora da votação, acabei estando ausente. E queria aqui cumprimentar e agradecer o Senador Wellington Salgado, que incluiu no seu parecer os representantes comerciais.

Sábado, num encontro muito grande em Santa Catarina, haviam lá mais de três, quatro mil representantes comerciais, além dos supermercadistas e outros setores de vendas, e eles nos pediram para que nós nos dedicássemos para que esse projeto fosse aprovado.

Não foi aprovado porque nobre Senadora, querida amiga Fátima Cleide pediu vistas. Mas, tenho certeza absoluta que, a partir do estudo profundo que ela irá fazer desse projeto, ela vai acatar também, vai dar o voto favorável a este projeto que é, sem sombra de dúvida, de grande importância para os representantes comerciais.

Todos nós sabemos que eles trabalham muitas vezes no seu escritório ou próprio carro, a cozinha de sua casa, a sala de sua casa. São pessoas que precisam de um apoio muito grande do Governo Federal. Nós temos aí milhares espalhados pelo Brasil. São as pessoas que têm contato direto com o consumidor. E eles agora começam a encontrar uma luz no fim do túnel, em virtude desse brilhante parecer e do acatamento por parte do nobre colega Wellington Salgado, e que, certamente, terá o apoio também da Senadora Fátima Cleide, que é uma pessoa que é uma pessoa comprometida com as classes desassistidas deste País e que também é a classe dos representantes comerciais. Agradeço a oportunidade para poder ainda justificar a minha ausência, mas, em tempo, cumprimentar aqueles que estão vendo esse projeto como uma grande saída para esse setor de vendas do nosso País. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Senador Leonel Pavan, esse projeto entra em pauta semana próxima. Sem falta.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Espero ser comunicado a tempo no meu gabinete para estar aqui presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Já está avisado V.Ex^a.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Eu estou falando... Eu sei. Eu estou dizendo o seguinte... Já está autorizado. Mas, eu só não vim porque eu não fui comunicado pelo meu gabinete deste projeto. E deixar registrado publicamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Recomendo que V.Ex^a. peça a seu gabinete para ler os expedientes da Comissão.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, é bronca pública. [Risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Item 5. Projeto de Lei do Senado 321. Dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso dos dados pessoais, e dá outras providências. Autoria – Senador Sérgio Zambiasi. Relatoria – Senador Fernando Bezerra. Como não se encontra presente, nomeio Relator *ad hoc* o Senador Romeu Tuma, e esclarecendo que a matéria constou da pauta das reuniões dos dias 23/05 e 6 de junho. Hoje é a terceira, como o autor está presente, terceira reunião em pauta, vamos nomear um Relator *ad hoc*, o ilustre Senador Romeu Tuma, com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o PLS 321/2004, que dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso de dados pessoais, e dá outras providências. Eu vou tentar ser mais resumido, como o Paim tem feito aqui, porque ele é longo e tem várias implicações. O projeto disciplina em 12 capítulos o tratamento de dados pessoais por entidades públicas e privadas, visando a assegurar o uso eficaz das informações sem que sejam violados direito e garantias fundamentais do titular de dados, em especial, a inviolabilidade de consciência e de crença, a proteção da vida privada, da intimidade, da honra e da imagem. Este é o objetivo principal do projeto do Senador Sérgio Zambiasi.

Então, ele descreve aqui no relatório, o Senador Fernando Bezerra, cada um dos capítulos do projeto. Eu diria assim. Na justificação do projeto, há pontos que a revolução tecnológica, no campo da informação, juntamente com a disseminação dos bancos de dados, públicos e privados, constituem potencial ameaça a preservação dos direitos da personalidade dos titulares de dados e, em especial, do direito à intimidade e à vida privada. Tal cenário justifica, em consequência, a necessidade de regulamentar a atividade de coleta, armazenamento e transmissão de dados pessoais.

Eu chamaria a atenção aqui, Senador Presidente e Srs. Senadores e Senadoras, Senador Sérgio Zambiasi, o que aconteceu recentemente em São Paulo, onde a Secretaria de Segurança Pública propôs terceirizar todos os dados de informativos de antecedentes para que fossem computadorizados ou informatizados por empresas terceirizadas. Em troca, elas poderíamos usar a seu serviço, o que é uma violência contra a individualidade de cada cidadão.

Então, eu acho que esse projeto do Senador Sérgio Zambiasi vem ao encontro desse projeto, talvez sem saber o que aconteceu em São Paulo. Então, o projeto já é bem antes.

Então, talvez aqueles que pensam informatizar para acabar o Governo dando um dado, porque já está tudo informado, passando a terceiros a possibilidade do uso, estão quebrando o sigilo individual de cada um de nós.

Então, houve reação, houve protesto, no qual me associei e fui à Tribuna para me referir a isso.

No que tange ao mérito da iniciativa, e cumpre mencionar que a proposição em análise destina-se a materializar no plano jurídico interno o compromisso firmado pelo Estado brasileiro por ocasião da assinatura da declaração de Santa Cruz de La Sierra, produzida durante a XIII Cimeira Iberoamericana de Chefes de Estado e de Governo, realizada na Bolívia em novembro de 2003, em que é expressamente reconhecida a importância de iniciativas regulatórias para a proteção de dados pessoais dos cidadãos dos Países da comunidade iberoamericana.

Eu acho que o voto é favorável, e tem uma Emenda que eu recebi agora e já posso dar o parecer se V.Ex^a. permitir. Já falei com o Senador Zambiasi e ele falou com o Senador Fernando Bezerra, que também concorda plenamente. São três Emendas que foram apresentadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Autoria de quem?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Autoria do Senador Sérgio Zambiasi, o próprio autor do projeto.

Então, com a concordância do Relator e minha também. Eu endosso totalmente estas três.

O Parágrafo único passa a ter a seguinte redação – “Reger-se-á por esta lei todo o tratamento de dados pessoais, qualquer que seja o mecanismo empregado, quando sua coleta, armazenamento ou utilização ocorrer em território nacional, em um local onde seja aplicada a lei brasileira...” Nas Embaixadas e serviços realizados por funcionários em instituições estrangeiras, mas que a lei brasileira tenha predominância. “... Por força de tratado ou convenção, ressalvados os efeitos da Lei 9.507, de 12 de novembro de 97, que regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do *habeas data*”. Se os Senhores não lembram, o *habeas data* foi criado para dar a oportunidade ao cidadão que ficava na dúvida sobre seus antecedentes ou não registrados em órgãos públicos que não tinham acesso, então o Governo criou o *habeas data*, aonde ele pode realmente requerer e ser fornecida a sua folha de antecedentes.

B. No art. 4º, suprimir o inciso IV, V e VI.

C. No art. 5º, inserir o inciso VI, com a seguinte redação – Art. 5º, VII. Para fins de segurança do Estado e da sociedade.

Então, nós somos favoráveis, são as três Emendas, que depois colocaremos como relação final do projeto. Esse o nosso relatório, pela aprovação do projeto, com as três Emendas apresentadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Com a palavra o autor do projeto, Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado Presidente, Senador Juvêncio da Fonseca. Agradecendo a análise e a apresentação do projeto e a Relatoria *ad hoc* promovida aqui pelo Senador Romeu Tuma, com sua sensibilidade e observação realmente de um fato, recente, ocorrido em São Paulo e que pode balizar a análise dessa proposta que está tramitando aqui nesta Casa desde 2004 e que em boa hora chega à análise aqui da Comissão.

Inclusive presidente, eu gostaria de ressaltar dois ou três aspectos aqui da própria justificação, esse projeto foi debatido intensamente, a partir exatamente da Cimeira de Santa Cruz de La Sierra, com as notícias e informações de lá. Posteriormente, eu tive a oportunidade de reunir-me com uma especialista em proteção de dados, Dra. Tenes Lins Berg(F), do Ministério Público do Rio Grande do Sul, que tem participado de todos os eventos nesse setor e que me apoiou e que me deu todo o apoio técnico e instrumentos, enfim, para a apresentação do projeto, e dizer que a Espanha, inclusive, já possui uma agência oficial de proteção de dados. O Governo espanhol tem uma agência reguladora de proteção de dados, tal a importância que este assunto é dado na União Européia.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, em seu art. 12, determina que ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio, ou na sua correspondência, nem ataques a sua honra e reputação. Mais do que nunca, a informação acerca da vida e dos hábitos das pessoas constitui um instrumento poderoso nas mãos de quem deseja lhes influenciar as convicções e os comportamentos, como consequência disso a intimidade e a vida privada vêm-se incessantemente invadidas com motivações várias, comerciais, políticas, científicas, ou mesmo criminosas.

Os dados traduzem aspectos da personalidade reveladores do comportamento, por isso o interesse das empresas privadas, Senador Tuma, em ter essas informações. São reveladores de comportamento e das preferências de uma pessoa, permitindo até mesmo traçar contornos psicológicos. Algumas dessas informações, denominadas dados sensíveis, Presidente, são de especial importância pela gravidade das consequências do seu uso indevido e, nesse âmbito, poderíamos incluir aqui as requerentes a ideologia,

raça, saúde e orientação sexual. Enfim, são algumas informações que eu gostaria de acrescentar ao relatório, justificando exatamente o pedido de aprovação do projeto, Senador Juvêncio da Fonseca, e agradecendo, mais uma vez, ao Senador Tuma por sua sensibilidade e pronto acolhimento, como Relator *ad hoc*. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Continua em discussão. Não havendo quem queira discutir.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu quero só usar a palavra para cumprimentar o meu colega gaúcho, Senador Zambiasi, pela iniciativa e o Senador Romeu Tuma, que foi o Relator *ad hoc*. Veja bem, Sr. Presidente, são 19 artigos. É um verdadeiro, eu diria, um verdadeiro “código” aqui, já que ficou na linha do projeto. Um verdadeiro “código” de proteção dos dados pessoais de cada um de nós e toma outras providências. Eu achei muito interessante, li aqui rapidamente, são 18 artigos... 19, publique-se essa lei. Nada em contrário. E conhecendo da onde veio e a seriedade e a responsabilidade que tem, pela sua prática, e eu o conheço há algumas décadas, não é, Senador Zambiasi? Eu não tenho nenhuma dúvida em dar meu parecer favorável, mediante a leitura rápida que aqui fez. Parabéns, Senador Zambiasi, parabéns, Senador Romeu Tuma pelo relatório aqui apresentado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. A votação é simbólica, porque o projeto não é terminativo aqui nesta Comissão, vai ser terminativo na Comissão de Constituição e Justiça. Os Srs. Senadores que estão de acordo com o projeto, permaneçam como se encontram. Aprovado por unanimidade. Parabéns, Senador Sérgio Zambiasi.

Quero agradecer a manifestação de todos, e com certeza estamos avançando, Presidente.

Vamos retornar ao Item 3 da pauta, que foi inclusive reformulado o parecer. É o Projeto de Lei do Senado 76/2000, tramitando em conjunto com os PLS 137/2000 e PLC 89/2003. Define e tipifica os delitos informativos, e dá outras providências. Autoria – Senador Renan Calheiros. Relatoria – Senador Eduardo Azeredo. Parecer... Houve uma mudança no parecer. Com a palavra o Relator, Senador Eduardo Azeredo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Presidente, V.Ex^a. permite? Só dizer que eu pedi vistas, que eu e

o Senador nos entendemos e que, diante do fato, ele fez tudo que foi possível, razão pela qual nenhuma objeção da nossa parte.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Pedido de vista?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Não, ele já pediu anteriormente e está dizendo que está de acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Já pediu? Entendi. Agora está tudo acertado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Sr. Presidente, exatamente esse projeto é um projeto complexo. Na verdade, ele data já do ano de 2000. Um projeto do Senador Renan Calheiros, também um projeto do Deputado Luiz Piauhyllino, que foi aprovado na Câmara dos Deputados, e também do Senador Leomar Quintanilha. Os três projetos estão sendo, na verdade, fundidos no substitutivo. Eu tive a oportunidade de buscar aperfeiçoá-lo, inclusive com a participação do Poder Executivo, do Gabinete de Segurança Institucional, do General Félix, também com a participação das Forças Armadas, da Marinha, da Aeronáutica e do Exército, modificando, através do art. 10, também o Código Penal Militar. Alterações foram feitas também na questão vinculada ao anonimato, para coibir o anonimato, nessas questões ligadas aos crimes de eletrônica. E relembro apenas que o projeto trata do acesso indevido a meio eletrônico, manipulação indevida de informação eletrônica, dano eletrônico, pornografia infantil, atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública, interrupção ou perturbação de serviço telegráfico e telefônico, falsificação de cartão de crédito, falsificação de telefone celular, divulgação de informações pessoais ou de empresas.

Essa é uma questão urgente que nós precisamos ter uma presença no Congresso Nacional. Tem, lamentavelmente, aumentado o número dos chamados crimes de informática, a falsificação, a adulteração, o uso de scanners, de maneira que eu considero que o projeto, que já teve a sua Relatoria lida aqui anteriormente, ele agora está mais completo ainda. Portanto, cumprimentando os autores, Senador Renan Calheiros, Senador Leomar Quintanilha e Deputado Luiz Piauhyllino.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – E a Mesa parabeniza a agilidade de V.Ex^a. como Relator, para compor todos os três projetos neste parecer, através de um substitutivo. Em discussão. Com a palavra Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Cumprimentar com toda força o Senador Eduardo Azeredo por ter entendido a urgência e a necessidade da aprovação desse projeto. Há uma década, Presidente, há

uma década, nós estamos lutando contra os crimes praticados na área de informática. Eles vêm crescendo em matéria de violência, principalmente no setor econômico.

Então, se não se regulamentar, não se punir exemplarmente, automaticamente... Hoje, Senador, veja a rede que se formou de suicídios, uma coisa talvez, não sei se isso alcança, mas é assustador. Faz um pacto no Japão, em outros Países que vai se espalhando pelo mundo. Além de que hoje você pode entrar na NASA e tirar as informações que precisa, como pode entrar num Banco de Hong Kong e sacar um dinheiro.

Então, são crimes graves que, se não for regulamentado, tiver um sistema de segurança, infelizmente, esse sistema terá que sumir da tecnologia moderna, porque o crime avança muito mais do que o uso propriamente dito da necessidade da urgência da matéria.

Então, eu quero cumprimentar os autores citados pelo Senador Eduardo Azeredo e a sensibilidade dele de poder somar todos os projetos nesse brilhante relatório que ele deu como um substitutivo e com rapidez incrível. Porque chegou aqui quentinho, viu Senador? Ainda estava quente [Risos] Parabéns, obrigado pela palavra, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Continua em discussão. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, quero rapidamente cumprimentar inclusive o Presidente da Casa, o Senador Renan Calheiros, que encaminhou inclusive um Requerimento, apresentou projeto nesse sentido, junto com o Senador Leomar Quintanilha, cumprimentar também o Deputado Luiz Piauhyllino, o Deputado Jacácio Cunha Lima, que tinha projeto também nesse sentido aqui relatado e, por fim, cumprimentar o Relator, que conseguiu fazer mais um “código” também, no meu entendimento. São 12 artigos, brilhante o trabalho do Relator. Eu acho que a questão da Internet aqui, e eu quero dar o maior destaque possível, também a forma como ele trabalhou aqui com os meios de comunicação, enfim, Senador Eduardo Azeredo, parabéns a V.Ex^a. Esse eu acho que é o projeto mais completo que trata do tema na Casa. Eu mesmo tive um projeto nesse sentido, mas, muito pequeno perto da grandeza do projeto de V.Ex^a. Por isso, Senador Eduardo Azeredo, eu voto nesse projeto, que combate as discriminações, que combate o preconceito. Infelizmente, cada vez mais, pela Internet, a gente vê as pessoas sendo agredidas, pela cor da pele, pela opção sexual, enfim, a questão das crianças que é alarmante o que está acontecendo. E aqui o nosso Senador Eduardo Azeredo trata, eu gosto desse termo, com brilhantis-

mo o tema, e com isso quem ganha, com certeza, é o Congresso Nacional e o País. Parabéns, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Com a palavra Senador Ney Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Eu queria parabenizar, como eu já tinha falado na vez passada, eu queria parabenizar o Relator, ele teve uma paciência de Jó. Ele procurou compor vários projetos, para fazer esse bonito trabalho que ele fez, e inclusive, mesmo quando nós estávamos discutindo quando do pedido de vista, era em relação à forma, em relação ao conteúdo já estava muito bom, mas era a forma. E ele encontrou uma forma ideal.

Então, eu queria elogiar o Senador Renan Calheiros, que foi um os autores e os demais autores e, principalmente, o Relator. E tenho certeza que, mais cedo ou mais tarde, nós vamos estar aqui fazendo alguma outra regulamentação na área da eletrônica. É impossível continuar, como está se continuando, com todo mundo sendo gravado a toda hora, a todo instante, é um verdadeiro carnaval, e aí projetos como o “Projeto Guardião” que são usados nos Estados para fazer até política, porque fica ouvindo a oposição, e isso até atenta contra a democracia e, mais cedo ou mais tarde, nós deveremos está voltando à balia, já numa outra área.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Continua em discussão. Senador Roberto Saturnino.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Sr. Presidente, só para cumprimentar o Relator pelo esplêndido, excelente trabalho que fez sobre um assunto de tamanha importância nesse projeto que é especialmente urgente para o nosso País. Cumprimentos ao Senador Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Que não é nominal, o projeto não é terminativo. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o parecer do Senador Eduardo Azeredo, que oferece o substitutivo ao PLS 76/2000, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 7. Projeto de Lei da Câmara 024/2006. Denomina o trecho da BR-235, entre a cidade de Aracaju e a divisa dos Estados de Sergipe e da Bahia, denomina de Rodovia Padre Pedro. Autoria – Deputado Ivan Paixão. Relatoria – Senadora Maria do Carmo Alves, a quem concedo a palavra.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (PFL-SE) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara de nº 24, submetido a apreciação desta Comissão, visa a denominar Rodovia Padre Pedro, o trecho da BR-235 entre a cidade de Aracaju e a divisa dos Estados de Sergipe e da Bahia.

O autor da proposição, Deputado Ivan Paixão, recorre à biografia do homenageado para justificar a iniciativa. O Padre Pedro, Professor de latim e filosofia, dedicou seus 93 anos de vida à causa dos desprotegidos material e afetivamente, sem jamais deixar uma pessoa carente entregue à sua própria sorte. O autor lembra ainda que o sentimento de admiração e respeito da população de Sergipe pela figura de Padre Pedro ficaram patentes em enquête realizada em 2000, quando ele recebeu 60% das indicações para a escolha do sergipano representativo do Séc. XX, superando a votação obtida por muitos políticos e intelectuais do Estado.

O presente PLC não contém vícios de iniciativa e apresenta-se em conformidade com os preceitos constitucionais e normas da boa técnica legislativa.

O projeto mostra-se, ainda, extremamente pertinente no que tange ao mérito pelo que se depreende da biografia de Padre Pedro e da grande admiração que lhe dedica o povo do seu Estado, que o elegeu o sergipano mais representativo do século XX.

Pelo exposto, conclui-se pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara de nº 24/2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que estão de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item nº 8. Não terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 398/2005. Que obriga os estabelecimentos que especifica a fornecerem informações nutricionais dos alimentos e bebidas preparados. Autoria – Senador Marcelo Crivella. Relatoria – Senador Ney Suassuna, com a palavra.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Senador Marcelo Crivella fez um projeto onde ele pede que todos os produtos, sejam bebidas, sejam produtos sólidos que sejam destinados a alimentação, tenham toda a especificação do que é que tem de conteúdo alimentício etc. Ele mostra inclusive dados estatísticos mostrando que os distúrbios nutricionais antigamente eram até por falta de que o alimento não fosse um alimento substancial ou bom, não tivesse os fatores energéticos necessários, mas que hoje até nós já estamos com uma preocupação muito diferente, que é o problema da obesidade, e que precisava, dessa

forma, ter a cada produto alimentício uma explicação da sua capacidade alimentícia, sua composição e assim por diante.

Inicialmente, nós entendemos que não existem aspectos educacionais relevantes no PLS para serem avaliados nesta Comissão de Educação. Nesse sentido, parece que a apreciação do mérito será apropriadamente analisado no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e da Comissão de Assuntos Sociais.

No entanto, eu acho que esses novos hábitos alimentares realmente são necessários no País, porque uma verdadeira epidemia obesidade tem ocorrido em todos os Países ocidentais. E, com efeito, o propósito do PLS 398/2005 diz respeito ao aspecto qualitativo da alimentação dos habitantes, visto que ele pretende proporcionar ao consumidor a informação necessária para que este esteja apto a exercer a sua escolha de ingestão de alimento e bebida.

Por último, julgamos válida e oportuna toda iniciativa com o intuito de prevenir problemas grave de saúde pública.

Por essa razão, eu me manifesto pela aprovação do projeto, mas, lembrando que a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle também devem se manifestar a respeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Obrigado pelo brilhante parecer, Senador Ney Suassuna. Em discussão o parecer. Com a palavra o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, eu queria rapidamente cumprimentar o autor, o Senador Marcelo Crivella, e o Relator, Senador Ney Suassuna, que faz uma análise detalhada da proposta do Senador Marcelo Crivella, recomenda que outras Comissões sejam ouvidas, mas, eu quero ficar no argumento do Relator, que eu achei muito interessante.

Eu, Sr. Presidente, fiquei uma semana afastado aqui do Congresso. Fiz uma bateria de exames. Resultado, o gasto que eu vou ter com os remédios recomendados, em torno de seiscentos reais. O que é que me dizem os Médicos, problema de coluna, coração, ácido úrico, enfim, tudo, o responsável é o excesso de peso. Ou seja, o excesso de peso, para mim hoje, como disse aqui o Relator, é quase que a doença do século. E aqui, pela forma do projeto apresentado pelo nobre autor Marcelo Crivella, ele quer, em resumo, que se diga o que é que eu estou bebendo, o que é que eu estou comendo, para, quem sabe, até nas escolas os alunos passem a se cuidar mais, porque essa tendência de engordar no brasileiro, e não é só no brasileiro, mas que o Brasil, conforme me disse ontem um

Médico, está entre os oito Países da maior tendência do mundo, ela tem que mudar a educação alimentar. E aqui, é nessa linha que propõe o Relator.

Por isso que eu quero cumprimentar o parecer do Relator, Ney Suassuna, e a iniciativa do Senador Marcelo Crivella, que são formas de nós combatermos a chamada doença do século, que é a nossa tendência, infelizmente, de engordar pelos maus hábitos, ou seja, uma reeducação alimentar passa por saber o que é que efetivamente nós estamos encomendo ou bebendo. Parabéns ao autor e ao Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Com a palavra o Senador Marcos guerra.

SENADOR MARCOS GUERRA (PSDB-ES) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu vou pela mesma linha do Senador Paulo Paim. Eu parabeno o autor, o Senador Marcelo Crivella, a forma com que também o Relator, Ney Suassuna, colocou a preocupação. Mas, chama a atenção, Sr. Presidente, por outro ponto importante. Devido à falta de informações em muitos alimentos, ou até mesmo bebidas, principalmente ingerida pelo jovem, do fator alergia.

É importante a gente colocar, eu já participei de vários eventos, principalmente festas, aonde os jovens consomem bebidas muitas vezes, eles, não recebendo as informações, muitas vezes é comum jovens passem mal durante eventos, por muitas vezes estar consumindo não só fruta, mas bebidas que são alérgicas, e com essa informação realmente, eu tenho certeza que casos como esse, com certeza, vão ser evitados. Os meus parabéns aqui ao autor e ao Relator, pela brilhante exposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Último item dos projetos de lei. Não terminativo. Projeto de Lei da Câmara nº 31/2006. Instituiu o dia 2 de outubro como Dia Nacional do Pacifismo Ativo e Pelo Desarmamento. Autoria – Deputado Chico Alencar. Relatoria – Senador Roberto Saturnino, que tem a palavra. Gostaria de registrar a presença do nosso Senador Augusto Botelho, que chega e que é o Vice-Presidente desta Comissão. Obrigado pela presença.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, trata-se de um projeto também simbólico, um projeto carregado de simbolismo, que foi apresentado pelo Deputado Chico Alencar no momento em que se discutia na Câmara aquela questão do desarmamento da sociedade civil, com o objetivo de propor um dia de reflexão sobre a violência no País. E

cita o Deputado na sua justificativa o exemplo da vida do Mahatma Gandhi, foi o líder da independência da Índia que conseguiu, enfim, de forma extraordinária, fazer, realizar o grande anseio da independência sem o disparo de nenhum tiro, e que legou ao mundo uma história do exercício do pacifismo ativo no âmbito da luta política. De forma que, na linha seguida por Ghandi, incluem-se líderes como Martin Luther King e Nelson Mandela que o preponente, o Deputado Chico Alencar, ressalta com muita propriedade. De forma, Sr. Presidente, que, tendo em vista os méritos do projeto e a importância desse simbolismo, eu emito parecer favorável, recomendando a aprovação do Projeto de Lei nº 31/2006, que instituiu o dia 2 de outubro como o Dia Nacional do Pacifismo Ativo e Pelo Desarmamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Parecer favorável. Em discussão. Senador Paulo Paim com a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, só para dizer que esse projeto, que vem da Câmara, teve como Relator o Senador Roberto Saturnino, que vai também na linha da paz, por isso foi muito bom a votação que fizemos antes em defesa da vida, de um projeto do Roberto Saturnino, e agora ele, como Relator, endossa uma outra iniciativa de um Deputado, que é o Deputado Chico Alencar, se eu não me engano, também do Rio de Janeiro. Então, parabéns a ambos pela iniciativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Com a palavra o Senador Garibaldi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, eu solicito a inclusão na pauta dos nossos trabalhos de hoje do Projeto de Decreto Legislativo nº 324/2006, que aprova o ato de permissão à Fundação Educativa João Henrique Dantas.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Submeto o Requerimento do ilustre Senador Garibaldi ao Plenário. Quem estiver de acordo, permaneça como se encontra. Aprovado. Entra em extrapauta Projeto de Decreto Legislativo nº 324/2006, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa João Henrique Dantas para executar serviço de radiodifusão sonora em Freqüência Modulada na cidade de Carnaúba dos Dantas, Estado do Rio Grande do Norte. Com a palavra o Relator, Senador Garibaldi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Obrigado, Sr. Presidente. Srs. Senadores, Sras. Senadoras, chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 324/2006, que aprova o ato que outorga a permissão à Fundação Educativa João Henrique Dantas.

Tendo em vista que o exame de documentação que acompanha o PDS não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Educativa João Henrique Dantas.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Em discussão. A votação é nominal. Vou colocar em votação, mas, antes de colocar em votação, eu gostaria de dizer aos Srs. Senadores, e parabenizando a todos, inclusive a todos os servidores aqui da Comissão e o nosso ilustre Secretário, que nós limpamos a pauta hoje, não deixamos nenhum projeto sem discussão e aprovação, e o que é mais importante, com esse quorum que nós estamos tendo aqui, elevadíssimo. A Comissão de Educação compre o seu papel, o trabalho é intenso e a participação dos Srs. Senadores e dos seus servidores é significativa. Parabéns para todos nós. Eu vou colocar em votação. Em votação. Ela é nominal. Senadores. José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Maria do Carmo.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (PFL-SE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Edison Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Marcos Guerra.

SENADOR MARCOS GUERRA (PSDB-ES) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Leonel Pavan.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Íris Araújo.

SENADORA ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB-GO) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Ney Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Aelton Freitas.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Roberto Saturnino.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Aprovado por unanimidade.

Com a palavra o Senador José Jorge, parece que tinha alguma colocação.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Eu gostaria, Sr. Presidente, de, ao mesmo tempo que me congratulo com V.Ex^a. e com os demais Senadores, por nós estarmos hoje cumprindo toda a nossa pauta e fazer um apelo, aproveitar esse momento, para ver se a gente consegue fazer mesma coisa no Plenário. Porque eu acho que no Plenário, com esse excesso de Medidas Provisórias, dá a impressão que a culpa é nossa, mas, na realidade, nós estamos com sete Medidas Provisórias fechando a pauta. É difícil votar sete Medidas Provisórias, porque sempre há Medidas Provisórias que são polêmicas, algumas que já estão inclusive em funcionamento, umas que não deram certo, enfim, é uma coisa muito polêmica, e está lá o FUNDEB.

Todo dia agora tem agora uma notícia no jornal, um editorial, dizendo que o FUNDEB tem que ser aprovado. E eu, como sou Relator do FUNDEB, eu fico preocupado, porque nós na Comissão de Constituição e Justiça, nós, desde o começo de maio, que nós aprovamos o FUNDEB, por um acordo de todos os partidos. Quer dizer, o projeto está pronto para ser votado, pronto para ser aprovado. Agora, infelizmente, não pode ser votado pelo excesso de Medidas Provisórias que o Governo edita, e cada vez edita mais, cada vez gosta mais.

Ontem eu fiquei feliz porque a Senadora Ideli, pela primeira vez, fez um discurso lá também preocupada com a aprovação do FUNDEB. O Presidente Lula fala, os jornais falam, mas, na verdade, é preciso que haja um esforço de todas as Lideranças, para que nós possamos abrir a pauta e votar o FUNDEB.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Pela ordem, o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Primeiro, dizer para o Senador José Jorge que eu também ontem falei e citei V.Ex^a., dizendo que o Relator, diversas vezes, tem vindo à Tribuna pedindo a aprovação do FUNDEB.

Mas, eu quero mais é entrar na linha agora do que falou V.Ex^a. Primeiro, cumprimentar V.Ex^a., Senador Juvêncio da Fonseca pelo trabalho que vem fazendo, o exercício eventual da Presidência. E cumprimentar também aqui o Presidente, que está sempre conosco, corre para todas as Comissões, um trabalho excelente. E quero, na figura do Júlio, cumprimentar toda a Comissão aqui os funcionários, Sr. Presidente, porque, sem sombra de dúvida, os funcionários desta

Comissão conseguem agradar a todos os Senadores independente do partido, pela forma gentil, carinhosa, respeitosa como nos tratam, inclusive no debate de cada projeto.

Então, está de parabéns esta Comissão, sem sombra de dúvida, olha que eu atuo muito muitas Comissões, respeito todos os funcionários, mas, ela é uma das, para não dizer somente uma, senão vai dar ciúmeira, exemplar, pela equipe de funcionários. Sr. Presidente, se me permite, foi marcada aqui uma Audiência Pública em Canoas, e essa equipe que está aqui à minha esquerda, o Júlio não foi, mas, a Dra. Égli foi, um trabalho excelente para todos os Senadores e Deputados que lá estiveram.

Então, esta Comissão está de parabéns, pela Mesa, que preside, e pelo corpo de funcionários. Eu tenho muita alegria de estar aqui nesta Comissão. Repito, é uma das melhores Comissões, e não somente a melhor, porque vai dar problema depois, que nós temos atuado aqui no nosso Congresso, no nosso Senado. Parabéns à Mesa e a toda a equipe.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Obrigado, Senador Paulo Paim. Fazendo referência às referências do Senador José Jorge, veja bem, Senador, que basta que nos deixe trabalhar. Se nos deixarem trabalhar a nossa eficiência é muito alta, é muito grande. Se lá no Plenário está ausente o Senador, apesar de [inaudível] a sua presença, é porque nós estamos quase que inativos, amarrados pelas Medidas Provisórias. Exclusivamente por isso. Mas, a capacidade de trabalho, a vontade, a presença é muito alta aqui no Senado. Exemplo é esta Comissão e as demais Comissões, que trabalham intensamente. A lembrança de V.Ex^a. foi ótima, porque deu também a oportunidade de dar esse exemplo aqui da Comissão de Educação e as outras, que estão presentes nesse processo, não falta quorum para as decisões e nós chegamos ao final da reunião à 1h da tarde, depois de quatro horas de trabalho, com uma frequência e com um quorum tão elevado. É a vontade de trabalhar. Vontade de dar de si alguma coisa e mostrar para o Brasil que o Senado está de pé. Muito obrigado. Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 12h52min.

Ata da 22ª Reunião Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 28 de junho de 2006

Às dez horas e cinquenta e seis minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Juvêncio da Fonseca e com a presença dos Senhores Senadores Edison Lobão, Maria do Carmo Alves, Mar-

cos Guerra, Leonel Pavan, Wellington Salgado de Oliveira, Valdir Raupp, Íris de Araújo, Sérgio Cabral, Ney Suassuna, Paulo Paim, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Jonas Pinheiro, César Borges, Cristovam Buarque, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, João Batista Motta, Luiz Otávio, Aloizio Mercadante e Antônio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Marcelo Crivella, Gilvam Borges, José Maranhão, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Fátima Cleide, Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Senador Juvêncio da Fonseca, Presidente Eventual, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência submete a deliberação do Plenário a preferência para iniciar a deliberação pela pauta de Decretos Legislativos, o que é aprovado.

Item 01 – Projeto de Decreto Legislativo nº 320, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Sertão FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibitimir, Estado de Pernambuco”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 02 – Projeto de Decreto Legislativo nº 318, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão a Colinas FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibiti, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis.

Item 03 – Projeto de Decreto Legislativo nº 306, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Transversal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salto de Pirapora, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 04 – Projeto de Decreto Legislativo nº 307, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão a Carmanhães & Ferreira – Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Martinópolis, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 05 – Projeto de Decreto Legislativo nº 309, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desen-

volvimento Cultural Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cajamar, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 06 – Projeto de Decreto Legislativo nº 305, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Asa Branca Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasília, Distrito Federal”. O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 07 – Projeto de Decreto Legislativo nº 323, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunidade Porciúncula a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porciúncula, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 08 – Projeto de Decreto Legislativo nº 275, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Vale das Esmeraldas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pontalina, Estado de Goiás”. A relatora designada é a Senadora Íris de Araújo e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 09 – Projeto de Decreto Legislativo nº 282, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Vale do Paranaíba Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campos Verdes, Estado de Goiás”. A relatora designada é a Senadora Íris de Araújo e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 10 – Projeto de Decreto Legislativo nº 289, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Britto Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Anicuns, Estado de Goiás”. A relatora designada é a Senadora Íris de Araújo e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 11 – Projeto de Decreto Legislativo nº 292, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Sociedade Serrado Verdes de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Minaçu, Estado de Goiás”. A relatora designada é a Senadora Íris de Araújo e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 12 – Projeto de Decreto Legislativo nº 214, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural

de Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de José Boiteux, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 13 – Projeto de Decreto Legislativo nº 238, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Universidade do Vale do Itajaí para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 14 – Projeto de Decreto Legislativo nº 290, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária Erval a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Erval Velho, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 15 – Projeto de Decreto Legislativo nº 299, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural União Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 16 – Projeto de Decreto Legislativo nº 319, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Integrada Conhecer a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís Gonzaga do Maranhão, Estado do Maranhão”. O relator designado é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 17 – Projeto de Decreto Legislativo nº 322, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Aurora FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caxias, Estado do Maranhão”. O relator designado é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 18 – Projeto de Decreto Legislativo nº 329, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Sociedade de Radiodifusão Comunitária de São Bento do Una a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bento do Una, Estado de Pernambuco”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 19 – Projeto de Decreto Legislativo nº 317, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão

à Fundação Virgínius da Gama e Melo para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba”. O relator designado é o Senador Ney Suassuna e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 20 – Projeto de Decreto Legislativo nº 332, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Alvorada Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Miguel do Guamá, Estado do Pará”. O relator designado é o Senador Luiz Otávio e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Finda a deliberação da Pauta de Projetos de Decretos Legislativos inicia-se a apreciação da pauta de Projetos de Lei. **Item 02 – Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim que “Institui o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador – FUNDEP, e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o parecer favorável, com as emendas 01, 02, 03 e 04 – CE, é aprovado. **Item 05 – Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Almeida Lima, que “Acrescenta o § 6º ao artigo 9º da Lei nº 9317, de 5 de dezembro de 1996, estendendo a opção pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) às pessoas jurídicas que especifica”, tramitando em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Leonel Pavan, que “Altera a Lei nº 9317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, incluindo como beneficiário da lei os representantes comerciais”, tramitando em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Ney Suassuna, que “Altera a legislação tributária federal para incluir os estabelecimentos de ensino médio entre as pessoas jurídicas passíveis de adesão ao Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o parecer favorável ao PLS 129/03, na forma do substitutivo oferecido, que incorpora parcialmente os PLS 183/2003 e PLS 291/2005, que tramitam em conjunto, é aprovado. **Item 06 – Projeto de Lei da Câmara nº 057, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Laura Carneiro que, “Dispõe sobre o Dia do Profissional de Educação Física”. O relator designado é

o Senador Sérgio Zambiasi e o parecer favorável é aprovado. **Item 07 – Projeto de Resolução do Senado nº 031, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko que, “Altera a Resolução nº 2, de 2001, que institui o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Edison Lobão e o parecer favorável, com a emenda 01-CE é aprovado. Neste momento, os Senhores Senadores Paulo Paim e Sérgio Zambiasi requerem, oralmente, pela ordem, a inclusão Extrapauta de Projetos de Lei da Câmara nº 043/06 e Projeto de Lei da Câmara nº 132/05, o que é aprovado. **Extrapauta, Item 01 – Projeto de Lei da Câmara nº 043, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Jamil Murad que, “Dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer favorável é aprovado. **Extrapauta, Item 02 – Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Cezar Schirmer que, “Regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o parecer favorável é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias da pauta – **Item 01 – Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2002, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 052, de 2003, Item 03 – Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2003, Item 04 – Projeto de Lei do Senado nº 069, de 2005, Item 08 – Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 e Item 09 – Projeto de Resolução do Senado nº 002, de 2005**. Antes de finalizar a reunião, a Presidência faz os comunicados que se seguem – **Comunicado 01** – “Comunico aos Senhores Senadores o recebimento da correspondência do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Adylson Motta, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do Processo TC 004.550/2004-0, bem como do Relatório e do Voto da Auditoria no Programa de Educação Profissional – PROEP e nas Instituições Federais de Educação Tecnológica – IFETS, que teve como finalidade avaliar, entre outros aspectos, o atendimento de estudantes de baixa renda. Os Senadores que desejarem uma cópia deverão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A Matéria vai ao arquivo”. **Comunicado 02** – Ofício CE nº 084/06 “De acordo com o art. 89, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, indico para compor os quadros da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social do Senado Federal, na segunda vaga de titular do Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB e PL), o nome do Excelentíssimo Senhor Senador

Magno Malta – PL/ES”. O Senhor Senador Juvêncio da Fonseca, Presidente Eventual, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e quarenta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Juvêncio da Fonseca**, Presidente Eventual da Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Há número regimental. Declaro aberta a 22ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, 28 de junho de 2006. Eu proponho aos presentes a dispensa da leitura da Ata. Que é do conhecimento de V.Exª. da reunião anterior e submeto a apreciação do Plenário. Quem estiver de acordo permaneça como se encontra. Aprovado.

Nós vamos iniciar o nosso trabalho com os PDS, ou seja, com os Projetos de Decreto Legislativo sobre rádios comunitárias. Nós vamos fazer a aprovação, ou melhor, a leitura, a discussão e a aprovação em globo no final.

Primeiro Projeto, Item 1, Senador...

Item 2, Projeto de Decreto Legislativo nº 318 de 2006 que aprova o ato que outorga permissão a Colinas FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibaíti, Estado do Paraná. Relator Senador Flávio Arns com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O Parecer, Sr. Presidente, é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, a aprovação será no final da reunião.

Projeto de Decreto Legislativo nº 306 de 2006, Item 3. Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Transversal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salto de Pirapora, Estado de São Paulo. Relator Senador Romeu Tuma, com a palavra. Ao mesmo tempo, Senador, existe mais dois Projetos que eu já leio e V.Exª. relata em globo.

Item 4, Projeto de Decreto Legislativo 307 de 2006, que aprova o ato que outorga a permissão a Carmanhães & Ferreira Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Martinópolis, Estado de São Paulo.

E Item 5. Projeto de Decreto Legislativo nº 309 de 2006 que aprova o ato que autoriza a Associação

Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cajamar, Estado de São Paulo. Relator Senador Romeu Tuma dos três Projetos de Decreto Legislativo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, o Item 3 faz referência à radiodifusão comunitária em Salto de Pirapora, preencheram todos os requisitos exigidos por lei, somos favorável a sua aprovação. O mesmo com a cidade de Martinópolis. Aqui eu pediria licença, Sr. Presidente, para matar uma saudade imensa. Praticamente, mais de 40 anos, Senador, eu fui à cidade de Martinópolis onde a minha senhora como professora ingressou como professora primária e de lá eu vim de trem e consegui convencê-la a casar comigo.

Então, essa saudade e essa minha homenagem à cidade de Martinópolis, eu pediria licença a V.Exª. para me referir, porque é uma coisa do fundo de alma do coração e que são passados quase meio século. Então, valeu a pena estar aqui hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Nada como a memória.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – É emocionante o que o Senador Romeu Tuma nos diz.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Em discussão.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Agora tem o Item 5, a cidade de Cajamar também preencheu todos os pré-requisitos e somos favoráveis a sua aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, a aprovação será no final da reunião.

Item nº 12 a 15, Relator, Senador Leonel Pavan.

Item 12, Projeto de Decreto Legislativo nº 214.

Item 13, Projeto de Decreto Legislativo nº 238.

Item 14, Projeto de Decreto Legislativo nº 290.

Item 15, Projeto de Decreto Legislativo nº 299.

Todos de 2006. Com a palavra o Relator Leonel Pavan.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Aqui são rádios comunitárias de José Boiteux, Santa Catarina; a Fundação Universidade de Vale do Itajaí da cidade de Itajaí e também a Associação Difusão Comunitária Erval, de Erval Velho, bem como também Associação Cultural União Comunitária de Joinville. Todas as quatro, Sr. Presidente, tem o meu Parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, a votação será no final da reunião.

Item nº 6. Projeto de Decreto Legislativo nº 305 que aprova o ato que outorga a permissão a Asa Branca Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasília, Distrito Federal. Relatoria, Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Sr. Presidente, Juvêncio da Fonseca, colegas, o Parecer da Comissão de Educação, caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo 305/2006 que aprova o ato que outorga a permissão a Asa Branca Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasília, Distrito Federal. O Parecer é pela aprovação do ato que outorga a permissão a Asa Branca Radiodifusão para tal serviço.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, a votação será no final da reunião.

Itens 16 e 17, eu proporia também, Senador Edison Lobão que é o Relator, que também relatasse... Então são os Itens 16 e 17, Projeto de Decreto Legislativo 309/2006 que aprova o ato que autoriza a Associação Integrada Conhecer a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís Gonzaga do Maranhão, Estado do Maranhão.

E Item 17. Projeto de Decreto Legislativo 322/2006, que aprova o ato que outorga a permissão à Aurora FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão em frequência modulada na cidade de Caxias, Estado do Maranhão. Relator, Senador Edison Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Sr. Presidente, no caso do Item 17, que outorga permissão à Aurora FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora de frequência modulada na cidade de Caxias, trata-se de um dos maiores Municípios do Estado do Maranhão, Caxias é uma cidade de grandes tradições e o Projeto foi elaborado dentro da melhor técnica. Portanto o meu Parecer é favorável.

O Item 16 diz respeito à autorização para a Associação Integrada Conhecer a executar serviço de radiodifusão comunitária na capital do meu Estado, aliás, na cidade de São Luís Gonzaga, no Estado do Maranhão. O Parecer é igualmente favorável em razão de estar a documentação perfeitamente legalizada.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, a votação será no final da reunião.

Item 19. Projeto de Decreto Legislativo 317/2006, que aprova o ato que outorga a concessão à Fundação Virgínius da Gama e Melo para executar serviço

de radiodifusão de sons e imagens na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba. Com a palavra o Senador Ney Suassuna, Relator.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o Item 19 aprova o ato que outorga a concessão a Fundação Virgínius da Gama e Melo para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba. O processo, Sr. Presidente, está completamente regular, não há nada que possa impedir o nosso Parecer favorável. Daí a nossa posição foi essa, Parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, a votação será no final da reunião.

Item nº 1. Projeto de Decreto Legislativo 320, aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Sertão FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibimirim, Estado de Pernambuco. O Relator é o Senador Marco Maciel, não estando presente, Senador Edison Lobão para Relator *ad hoc*.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Qual é o Item, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Item nº 1.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Sr. Presidente, o voto do Senador Marco Maciel é pela aprovação e eu referendo este voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, a votação será no final da reunião.

Item nº 7. Projeto de Decreto Legislativo 323/2006, que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunidade Porciúncula a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porciúncula, Estado do Rio de Janeiro. Relator, Roberto Saturnino, não estando presente, designo o Senador Eduardo Azeredo, Relator *ad hoc*.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, trata-se, como V.Ex^a. lembrou, de ato que autoriza a Rádio Comunidade Porciúncula, na cidade de Porciúncula no Estado do Rio de Janeiro. O Parecer é favorável, estando respeitados todos os preceitos previstos para essa autorização. Favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, a votação será no final da nossa reunião.

Item nº 20. Projeto de Decreto Legislativo nº 332/2006, que aprova o ato que outorga a permissão

a Rádio Alvorada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Miguel do Guamá Estado do Pará. Relator, Senador, o ilustre Senador Luiz Otávio com a palavra.

SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras, o Parecer é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, a votação será no final da nossa reunião.

Itens 8, 9, 10 e 11, Senadora Íris de Araújo é a Relatora.

Item nº 8, Projeto de Decreto Legislativo nº 275/2006, que aprova o ato que outorga a concessão à Rádio Vale das Esmeraldas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pontalina Estado de Goiás.

Item nº 9. Projeto de Decreto Legislativo nº 282/2006 aprova o ato que outorga a permissão a Rádio Vale do Paranaíba Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campos Verdes, Estado de Goiás.

Item nº 10. Projeto de Decreto Legislativo nº 289/2006 que aprova o ato que outorga a concessão a Rádio Britto Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Anicuns Estado de Goiás.

E Item nº 11. Projeto de Decreto Legislativo 292/2006, que aprova o ato que outorga a concessão a Sociedade Serrado Verdes de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Minaçu, Estado de Goiás. Relatora, Senadora Íris de Araújo com a palavra sobre esses itens – 8, 9, 10 e 11.

SENADORA ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB-GO) – Sr. Presidente, em relação ao primeiro Item, fazer a leitura do voto, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS, nº 275/2006 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39 com 1992 do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a concessão a Rádio Vale das Esmeraldas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pontalina Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Isso, em relação ao Item 8.

Em relação ao Item 9, o voto, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 282/2006 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39/1992 do Senado

Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão a Rádio Vale do Paranaíba Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada da cidade de Campos Verdes, Estado de Goiás na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

E o Item 10, da mesma forma, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 289/2006 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39/1992 o Senado Federal. E não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativas, opinamos pela aprovação o ato que outorga a concessão à rádio Britto Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Anicuns, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo, originário da Câmara dos Deputados.

O próximo diz respeito também, da mesma forma, Sociedade Serrado Verde de Comunicação Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Minaçu, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo, originário da Câmara dos Deputados.

E não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, nosso voto é favorável. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Em discussão, não havendo quem queira discutir, a votação será no final da nossa reunião.

Item nº 18. Projeto de Decreto Legislativo 329/2006, que aprova o ato que autoriza a Sociedade de Radiodifusão Comunitária de São Bento do Una a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bento do Una, Estado do Pernambuco. Nomeio Senador Romeu Tuma como Relator *ad hoc*.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, Srs. e Sr^{as}. Senadores, o Relator José Jorge elaborou o seu Relatório confirmando que foram cumpridas todas as exigências legais e deu Parecer favorável a aprovação do Projeto, cuja Emenda V.Ex^a. leu.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, a votação será feita em seguida. São 20 itens, vamos fazer a votação dos 20 itens nominal e em globo.

Votação. Senadores e Senadoras Maria do Carmo Alves.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (PFL-SE) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Edison Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Leonel Pavan.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Cristovam Buarque. Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – João Batista Motta.

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB-ES) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Íris de Araújo.

SENADORA ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB-GO) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sérgio Cabral.

SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Ney Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Luiz Otávio.

SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Acompanho a Senadora Maria do Carmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Roberto Saturnino.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – E Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Aprovados por unanimidade. Vamos iniciar a nossa pauta dos Projetos de lei.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Com a palavra o Senador Edison Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Eu preciso ir a Comissão de Relações Exteriores e de Justiça, eu pediria a V.Ex^a. então preferência para o Item nº 7 do qual eu sou Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Item nº 7. Senador Edison Lobão pede inversão de pauta.

Item nº 7. Se estiver de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item nº 7, não terminativo. Projeto de Resolução do Senado nº 31/2006 que altera a Resolução nº 2/2001 que institui o diploma de mulher-cidadã Bertha Lutz e dá outras providências. Autora, Senadora Serys Slhessarenko. Relatoria, eminente Senador Edison Lobão, com a palavra.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Sr. Presidente, a proposta tem por objetivo alterar os Arts. 2 e 3 de Resolução nº 2 de 2001 para permitir a realização de homenagem especial a uma mulher de destaque na vida nacional que não tenha sido indicada ao prêmio e

também para permitir que a entidade de abrangência local ou regional e Parlamentares, a exceção de Senadores, possam igualmente apresentar candidatos ao prêmio. Essas entidades que na Resolução original estão limitadas àquelas que desenvolvem atividades relacionadas à promoção e valorização da mulher, passam a ser no Projeto de Resolução genericamente entidades governamentais e não governamentais. Em face do exposto, não havendo qualquer óbice de natureza constitucional, jurídica e regimental e de técnica legislativa na proposição, somos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 31/2006, com a seguinte Emenda – ao Art. 2º, § 1º, durante a Sessão de que trata o *caput*, poderá ser prestada homenagem especial a uma mulher de destaque na vida nacional que não seja candidata, nem tenha sido agraciada com o diploma Bertha Lutz. É o Parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que estão de acordo com o Relator permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu pediria inversão de pauta também para o Item 5 para nós resolvermos logo, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Senador Wellington Salgado requer inversão de pauta do Item nº 5. Submeto à apreciação do Plenário. Quem estiver de acordo permaneça como se encontra. Aprovado. Com a palavra o Relator, ou melhor, antes de dar a palavra.

Item nº 5, Projeto de Lei do Senado nº 129/2003 tramando em conjunto com o PLS 183/2003 e PLS 29/2005, PLS 291/2005, que acrescenta o § 6º ao Art. 9º da Lei 9.317 de 5 de dezembro de 1996, estendendo a opção pelo sistema integrado de pagamento de impostos e contribuições das microempresas e das empresas de pequeno porte, SIMPLES, as pessoas jurídicas que especifica.

E o Projeto de Lei do Senado nº 183 e também Projeto de Lei 291/2005. O Parecer foi favorável na forma do substitutivo oferecido que incorpora parcialmente os PLS 183/2003 e 291/2005 que tramita em conjunto. Na reunião do dia 20 do 06 foi concedida vista a Senadora Fátima Cleide que não tem qualquer manifestação por escrito. A matéria é terminativa na

Comissão de Assuntos Econômicos. Com a palavra o Relator, Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, como eu já li na Sessão passada, eu queria simplesmente botar em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, eu queria ver com V.Exª. o Item 2. O Item 2, não terminativo que eu entendo que é fruto de um amplo acordo, inclusive eu conversei com o MEC para ver se V.Exª. poderia colocar em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Eu pediria ao Senador Sérgio Zambiasi que presidisse esta discussão que eu sou o Relator da matéria.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Item nº 2 da pauta, não terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 274/2003, instituiu o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador, FUNDEP, e dá outras providências. O autor é o Senador Paulo Paim, Relatoria é o Senador Juvêncio da Fonseca a quem passamos a palavra.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Presidente, em exame nessa Comissão o Projeto de Lei do Senado 274 de 2003 que intenta criar o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador, FUNDEP, para financiar programas de capacitação com o objetivo de geração e manutenção de emprego e renda. A Comissão de Educação compete, de acordo com o disposto no Art. 102 de Regimento Interno do Senado Federal opinar sobre normas gerais atinentes à educação, instituições educativas e formação e aperfeiçoamento de recursos humanos, entre outras matérias. Feita a análise do Projeto, esta Relatoria optou pelo seguinte voto – A visto do exposto e visando a aprimoração da proposição, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 274/2003 com as seguintes Emendas. A Ementa do Projeto de Lei do Senado 274 a seguinte redação – Autoriza a União a instituir o Fundo de Desenvolvimento de Ensino Profissional e de Qualificação do Trabalhador e dá outras providências. Nós pretendemos com essa Ementa transformar o Projeto em autorizativo.

Da mesma forma, são as demais Emendas que, nº 1, 2, 3, que é do conhecimento dos Srs. Senadores que está no nosso Relatório. É o que tínhamos a relatar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Deixamos a palavra para discussão. Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, de forma muito rápida. O Projeto é somente autorizativo, como outros que já aprovamos nessa Comissão. Nós realizamos uma Audiência Pública em Canoas com a presença do Ministro interino da educação, Jairo Jorge, com a presença do responsável pelo ensino profissionalizante no Governo que é o Sr Eliezer Pacheco, conversamos sobre esse tema ainda com o ex-Ministro Tarso Genro e depois com o Ministro Haddad.

Como o Projeto é autorizativo, apenas fortalece uma iniciativa que o Governo Lula está fazendo já com muita eficiência, que é fortalecer o ensino profissionalizante. Por isso tudo, Sr. Presidente, entendemos que não vai haver impedimento de nenhum Senador, de nenhuma Senadora e muito menos do Governo, é que eu apelo para o voto. E ainda dizendo que o Projeto vai para outra Comissão e que nós poderíamos aprofundar o debate sobre o tema. E, Sr. Presidente, eu gostaria muito ainda de cumprimentar o nosso Relator pela forma como conduziu esse debate. Senador Juvêncio da Fonseca teve todo o cuidado, conversou muito comigo, teve a preocupação de ver se não ia ferir o Sistema S, eu sempre digo que eu sou filho do SENAI, o Presidente Lula também, enfim, que é um ensino técnico, mas não vamos também agora interferir numa área que está dando certo. Todas as preocupações o Senador Juvêncio da Fonseca levantou e nós concordamos na íntegra, por isso que eu sou favorável pela aprovação e por todas as Emendas muito bem feitas, em sintonia com a idéia principal do Projeto, o nobre Senador, Relator, Senador Juvêncio da Fonseca.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Eu gostaria de acrescentar o seguinte – Louvar a atitude do Senador Paulo Paim, em primeiro, pela proposta feita do seu Projeto. E segundo a compreensão que foi de fundamental importância para o nosso Relatório, de que o Sistema S é importantíssimo para o País hoje e é um sistema, no meu entendimento, intocável pelo serviço que presta a nível nacional. E essa compreensão, Senador Paulo Paim, me revelou, mais uma vez, que V.Ex^a. é um homem de conciliação,

grandes propostas sociais, mas que também sabe recuar na hora certa quando, às vezes, um dos seus companheiros coloca, não uma radicalização contrária de alguma tese, mas coloca através do bom senso uma solução diferente. Parabéns pelo seu trabalho e obrigado por facilitar o relatório do Senador que... Muito obrigado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Senador Presidente, está aberto ainda para discussão?

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti para discussão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, eu gostaria de comentar um pouco o Projeto, mas mais até do que o Projeto, eu gostaria de comentar a retomada da expansão do ensino profissionalizante federal no Brasil. Eu tenho me dedicado, até como ação prioritária de mandato a essa questão lá em Santa Catarina e temos acompanhado todo o esforço a nível nacional para que o ensino profissionalizante federal possa novamente ter a prioridade, o aporte de recursos e o investimento necessário para que ele possa fazer frente a demanda que é cada vez maior da nossa juventude pelo acesso a educação profissionalizante, ao ensino profissionalizante.

É importante sempre ressaltar que nós tivemos um período recente bastante turbulento em relação a operacionalização da expansão principalmente do ensino profissionalizante federal, porque tivemos uma legislação que foi aprovada em 1998, portanto, no Governo anterior que só permitia a expansão, a abertura de novas unidades de ensino profissionalizante federal, se isso acontecesse segundo três possibilidades. Ou em parceria com Estados ou em parceria com as Prefeituras ou em parceria com a iniciativa privada. Com Estados e Prefeituras, eu não preciso aqui explicitar que a dificuldade sempre foi imensa, porque se Estados e Prefeituras já têm muita dificuldade de tocar o ensino fundamental, a educação infantil e ensino médio regular, como é que os Estados e as Prefeituras iriam aportar recursos para parceriar com a União, unidades de ensino profissionalizante?

Então, efetivamente, nós não tivemos de 98 até o ano passado, quando a lei foi revogada, que ela foi revogada aqui no Senado, Senador Paulo Paim, apenas em novembro do ano passado, nós não tivemos expansão pelas parcerias com Estados e Municípios. E com a iniciativa privada, eu quero dizer assim, que os exemplos, eu não sei em outros Estados, mas lá

em Santa Catarina os exemplos não são exemplos efetivos de ampliação garantindo gratuidade. Eu vou dar um exemplo concreto de algo que aconteceu em Santa Catarina que, aliás, tem uma visibilidade muito grande porque é uma unidade que foi construída na cabeceira da ponte, na entrada da ponte, vindo do continente antes de entrar na ilha em Florianópolis. Ali o terreno era da União, foi repassado para o Estado que depois repassou para uma fundação educacional. O prédio foi construído todinho com o financiamento dos recursos do MEC. Os equipamentos todos com os recursos do MEC. E naquela unidade funciona atualmente três salas de aula, são no máximo 150 alunos. Não é ensino profissionalizante médio, é universitário, quando o convênio exigia que fosse ensino médio, e os alunos que ali estudam pagam setecentos reais por mês para estudar numa unidade que foi todinha feita com dinheiro público, mas numa parceria com instituições privadas como previa a legislação.

O Ministério de Educação está retomando terreno, prédio, equipamentos. A partir agora do dia 15 de julho, a fundação vai realocar as três turmas que tem para as suas instalações. E ali, naquela unidade, nós vamos instalar a partir de agosto cursos do CEFET, do Sistema Federal de Ensino Tecnológico, 1.200 alunos absolutamente gratuito para capacitar em hotelaria, turismo e gastronomia a nossa juventude.

Então, eu quero dizer assim, é muito importante que nós tenhamos uma ampliação do financiamento do ensino profissionalizante. Eu acho que esse é o espírito do Projeto, que agora transformado em autorizativo move o Senador Paulo Paim. Agora, é de fundamental importância a gente discutir como é que foi montado, desmontado e agora precisa ser retomado o fortalecimento do ensino profissionalizante, federal, público e gratuito no nosso País. Santa Catarina a primeira escola técnica de Santa Catarina completa este ano 96 anos. Portanto, nós estamos muito próximos de completar um século do ensino profissionalizante federal no Estado de Santa Catarina. Só que, desde a primeira escola técnica até hoje, em 92 anos, foram criadas, construídas 13 escolas técnicas, três CEFETs em Santa Catarina – o de Florianópolis, o de São José e o de Jaraguá. E desde a derrubada da lei...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senadora Ideli Salvatti, permite um aparte? Apenas uma pequena contribuição.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pois não.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – No Rio Grande do Sul, nós tínhamos três. O Ministro correspondente teve na área e nós abrimos mais dez escolas técnicas nos últimos dois anos. Só essa contribuição.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Exatamente. Então, é assim, em Santa Catarina dos 96 anos do ensino técnico profissionalizante federal, em 92 foram construídas e foram colocadas em funcionamento três CEFETs, três escolas técnicas, Florianópolis, São José e Jaraguá. E nós estamos inaugurando agora nos próximos dias, o CEFET de Joinville que é a maior cidade industrial de Santa Catarina e não tinha escola técnica federal, o de Jaraguá que inclusive era para ter sido inaugurado com o Presidente Lula com o encurtamento da agenda na última sexta-feira não o foi, mas está prontinho lá para ser inaugurado. A partir de 15 de julho, nós vamos retomar a escola de gastronomia como eu já explicitar, com uma nova unidade de 1.200 e inicia a construção do quarto CEFET com previsão de inauguração até o final do ano em Araranguá.

Portanto, nós vamos estar em menos de quatro anos, mais do que dobrando aquilo que os Governos que nos antecederam, em 92 anos fizeram de ensino profissionalizante.

Então, eu tenho, assim, dito que é para o caso de Santa Catarina, é uma verdadeira revolução educacional, porque é um Estado que necessita muito, é um Estado que tem linha de ponta na área industrial, na agroindústria, vários setores catarinenses lideram setores estratégicos da produção brasileira. E, portanto, para nós ter alicerçado, fortalecido o ensino profissionalizante é uma demanda e uma necessidade imperiosa. Por isso, Senador Paulo Paim, eu parabeno pela iniciativa da proposta do fundo. Já sabemos que tem uma certa divergência no Governo, apoio do Ministro da Educação, uma certa resistência no Ministério de Fazenda. Nós precisamos, inclusive, discutir como é que fica na questão do FUNDEB ter um fundo em separado, porque no FUNDEB está previsto os recursos para o ensino profissionalizante também. Então, precisaríamos depois fazer uma adequação aí na questão da implantação do FUNDEB. Mas eu não posso deixar de parabenizar pela iniciativa e reforçar que efetivamente ensino profissionalizante é algo indiscutivelmente estratégico para um País que cada vez mais ocupa espaços no mundo, globalizado como nós temos atualmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Continua em discussão. Apenas

para registrar aqui, Senador Paulo Paim, Senadora Ideli, Senador Juvêncio, que assim como o Paim é filho do SENAI, eu também tive formação técnica, escola técnica de comércio, contabilidade, no tempo em que o Estado comprava vagas em escolas privadas e assim jovens pobres também podiam, uma escola privada com vaga comprada pelo Estado, pela União, ter uma formação profissional. Isso foi decisivo também na minha vida. Eu acho que retomar esse processo é sensível, inteligente e nós temos que reconhecer, realmente, o compromisso do Governo Lula em expandir a oportunidade de jovens, especialmente das periferias, adquirir um diploma profissional de formação secundária para encaminhar na sua vida. E depois, até fruto do seu próprio trabalho, conquistar o seu diploma universitário. É realmente muito importante.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Zambiasi, até para cumprimentar V.Ex^a, dizer que em Canoas, ainda esse ano, a escola técnica vai ser instalada lá. E eu cumprimento que o seu partido, por ser o lugar de Vice-Prefeito de cidade. Então V.Ex^a. ajudou muito nesse sentido e a escola técnica de Canoas já começa a funcionar esse ano, uma bela iniciativa em parceria da União, o MEC, meus cumprimentos ao MEC, e também a Prefeitura que é o Marcos Ronchetti que é o Prefeito e o seu partido assume lá claro a Vice-Presidência, desde o momento que ganharam a eleição.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Apenas para esclarecer que no dia 7 de março deste ano, o Senador Paulo Paim apresentou Requerimento de Audiência Pública e realização de seminário para instruir o Projeto no dia 9 de março. Foi realizado à Audiência Pública, assim como também no dia 20 foi realizado o seminário na cidade de Canoas, já registrado pelo Senador Paim e a matéria é terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos. Coloco em votação. Senadoras, Senadores que concordam com o Projeto permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Passo a presidência ao titular, Senador Juvêncio da Fonseca.

[Troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Item nº 6, Projeto de Lei da Câmara nº 57/2006, que dispõe sobre o Dia do Profissional de Educação Física. Autoria, Deputada Laura

Carneiro, Relator, o ilustre Senador Sérgio Zambiasi, com a palavra.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Sr. Presidente, Juvêncio da Fonseca, Projeto da Comissão de Educação Parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara 57 de 2006 que dispõe sobre o Dia do Profissional de Educação Física. Segundo o texto contido na justificativa da proposta, vez que a profissão está devidamente regulamentada, nada mais justo do que instituir uma homenagem a esses profissionais um dia nacional para a comemoração, e que esse dia seja o da aprovação da lei nessa Magna Casa.

O Projeto foi distribuído nessa Comissão de Educação, ressaltando que no Projeto regimental não foram apresentadas Emendas, na análise do Projeto, não se vislumbram óbices concernente aos aspectos de sua constitucionalidade e juridicidade, assim como não se verificaram falhas na técnica legislativa em sua redação. Quanto ao mérito, é inegável a relevância do papel exercido pelos profissionais de Educação Física. A sua formação permite-lhes contribuir decisivamente tanto para o bem-estar e a saúde da população, quanto para o desenvolvimento do desporto nacional, razão porque somos favoráveis à homenagem a estes profissionais, prestada por meio da proposição em análise. Pelos motivos apresentados, Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que estão de acordo com o Relator permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Palavra ao Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Presidente, na mesma linha do Projeto que foi aprovado, o Deputado Jamil Murad pediu para mim que se nós pudéssemos votássemos hoje sobre os metroviários, Projeto que dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como o Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários. Eu sou simplesmente o Relator, mas se eu pudesse, eu gostaria muito de atender o pedido do Deputado Jamil Murad, se V.Ex^a. pudesse colocar extrapauta. Já é reconhecido pelo Ministério do Trabalho e o Projeto só vem complementar algo que já existe por parte daquele Ministério.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Presidente, ainda...

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Ainda na linha da sua consideração de colocar análise do Projeto em extrapauta, estou propondo a possibilidade de incluirmos aqui o Projeto de Lei já aprovado na Câmara e esclarecendo sempre que aqui é não terminativo. O Projeto que regulamenta o exercício da profissão de supervisor educacional e dá outras providências.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Então são dois requerimentos de extrapauta. Normalmente o Regimento fala em 48 horas, mas não vamos ser tão rígidos assim. E principalmente porque nós estamos num período em que precisamos dinamizar bastante a nossa pauta. Eu então coloco, com esse Parecer quase que favorável, coloco a apreciação do Plenário o pedido feito. Dois requerimentos de extrapauta. Quem estiver de acordo permaneça como se encontram. Aprovado.

Primeiro o Projeto de extrapauta, nº 43 de 2006 que dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como o Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários. Autor, Deputado Jamil Murad. Relator, Senador Paulo Paim com a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, vou sintetizar. Vem a essa Comissão para exame o Projeto de Lei da Câmara nº 43, apresentado pelo Deputado Jamil Murad, aprovado pela Câmara dos Deputados, após manifestação favorável da Comissão de Educação e Cultura e também de Justiça e Cidadania da Casa. Destina o seu Projeto a estabelecer o dia 26 de outubro, como o Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários em homenagem a conquista do reconhecimento formal da categoria pelo Ministério do Trabalho ocorrido em 24 de outubro de 1979. Como vê, Sr. Presidente, não precisa ler todo o Relatório. E a análise que é tranqüila a votação do método.

Enfim, Sr. Presidente, então numa homenagem a todos os metroviários o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 43/2006 do Deputado Jamil Murad.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir em votação. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 2, extrapauta, Projeto de Lei da Câmara nº 132/2005, que regulamenta o exercício da profissão de supervisor educacional e dá outras providências. Autor, Deputado César Schirmer e Relator, ilustre Senador Sérgio Zambiasi, com a palavra.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado, Senador Juvêncio da Fonseca. Sua posição foi absolutamente democrática e isso eu acho importante nessa Casa, e especialmente na Comissão que trata de temas tão relevantes. E este Projeto, Senador, ele foi aprovado por unanimidade na Comissão de Assuntos Sociais, cujo Relator foi o Senador Wellington Salgado. Ele regulamenta o exercício da profissão de supervisor educacional e dá outras providências.

Então, é um reconhecimento, acho que é um avanço no próprio sistema, razão pela qual nós estamos propondo o voto pela aprovação do presente Projeto de Lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado o Relatório.

Nós esgotamos a nossa pauta com os Senadores presentes e gostaria de fazer aqui um comunicado.

Comunico aos Srs. Senadores o recebimento da correspondência do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Adilson Motta, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do processo TC, 4.550 de 2004, dígito 0, bem como do Relatório e do voto da auditoria do Programa de Educação Profissional, PROEP. E nas Instituições Federais de Educação Tecnológica, IFETs. Que teve como finalidade avaliar, entre outros aspectos o atendimento de estudantes de baixa renda. Os Senadores que desejarem uma cópia deverão se dirigir a Secretaria desta Comissão. A matéria vai ao arquivo.

Ofício do ilustre Senador Augusto Botelho. Sr. Presidente, de acordo com o Art. 89, inciso IV do Regimento Interno do Senado Federal, indico para compor o quadro da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social do Senado Federal, na segunda vaga de titular de bloco de apoio do Governo, PT, PSB e PL, o nome do Exmº. Sr. Senador Magno Malta. O Ofício é dirigido ao Senador Sérgio Cabral, Presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação. Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião. Obrigado.

Sessão encerrada às 11h48min.

Ata da 23ª Reunião Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 04 de julho de 2006

Às onze horas e trinta minutos do dia quatro de julho de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Sérgio Zambiasi e com a presença dos Senhores Senadores Jorge Bornhausen, José Jorge, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Marcelo Crivella, Marcos Guerra, Leonel Pavan, Wellington Salgado de Oliveira, Gilvam Borges, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Jonas Pinheiro, Cristovam Buarque, Marco Maciel, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Garibaldi Alves Filho, Luiz Otávio, Romero Jucá, Siba Machado e João Ribeiro, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Juvêncio da Fonseca, Íris de Araújo, Sérgio Cabral, José Maranhão, Fátima Cleide, Flávio Arns, Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho, que justifica a ausência. O Senhor Presidente Eventual, Senador Sérgio Zambiasi, registra a presença, para acompanhar a reunião, do Senador Pedro Simon (PMDB/RS), não membro da Comissão. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Senador Sérgio Zambiasi, Presidente Eventual, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência submete a deliberação do Plenário a preferência para iniciar a deliberação pela pauta de Projetos de Decretos Legislativos, o que é aprovado. **Item 01 – Projeto de Decreto Legislativo nº 331, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação para o Desenvolvimento Sustentável de Ribeira – ADS Ribeira a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeira, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 02 – Projeto de Decreto Legislativo nº 253, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Gazeta – Jornalista Francisco José Frantz para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 03 – Projeto de Decreto Legislativo nº 330, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema Paranaense de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modu-

lada na cidade de Londrina, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marcos Guerra e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 04 – Projeto de Decreto Legislativo nº 517, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Cultural e Comunitária Boas Novas de Ribeirão do Sul – SP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão do Sul, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 05 – Projeto de Decreto Legislativo nº 522, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arealva, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 06 – Projeto de Decreto Legislativo nº 532, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Amigos de Álvares Florence a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Álvares Florence, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 07 – Projeto de Decreto Legislativo nº 071, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Artística e Cultural de Ariranha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ariranha, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 08 – Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Vida Nova Educacional, Cultural e Comunicação Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Americana, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 09 – Projeto de Decreto Legislativo nº 158, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Portinari Comunitária de Cultura, Lazer e Comunicação de Brodowski a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brodowski, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 10 – Projeto de Decreto Legislativo nº 252, de 2006**, de

caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Pirajuí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pirajuí, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 11 – Projeto de Decreto Legislativo nº 278, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Apoio Social 22 de Outubro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rincão, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 12 – Projeto de Decreto Legislativo nº 325, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Aurora do Povo – FUNCAP para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aurora, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilvam Borges e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 13 – Projeto de Decreto Legislativo nº 326, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Cooperação e Desenvolvimento Cultural de Viçosa do Ceará a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viçosa do Ceará, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilvam Borges e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 14 – Projeto de Decreto Legislativo nº 327, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Jericoacoara Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jijoca de Jericoacoara, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilvam Borges e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 15 – Projeto de Decreto Legislativo nº 311, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão a Ecoacre Rádio, Jornal e Televisão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Walter, Estado do Acre”. O relator designado é o Senador Sibá Machado e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. Finda a deliberação da Pauta de Projetos de Decretos Legislativos inicia-se a apreciação da pauta de Projetos de Lei. **Item 01 – Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2002**, de caráter terminativo, de autoria do Senador José Agripino, que “Altera a Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990, com vistas a estabelecer que o FAT financie estágio remu-

nerado em empresas e universidades”, tramitando em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 052, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “Altera o artigo 2º da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990, visando estabelecer a utilização dos recursos do FAT para financiamento, por intermédio de sindicato de trabalhadores, de curso superior de graduação”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o parecer é favorável ao PLS 177/02, com as emendas oferecidas, e pela rejeição do PLS 052/03, que tramita em conjunto. A matéria é retirada de pauta, atendendo a solicitação do relator, para reexame do parecer. **Item 02 – Projeto de Lei do Senado nº 063, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon que “Institui, no ensino fundamental e médio, componente curricular dedicado ao desenvolvimento dos valores éticos e de cidadania”. O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas n.º 01, 02, 03, 04, 05 e 06-CE, aprovadas por 16 (dezesseis) votos. **Item 04 – Projeto de Lei do Senado nº 069, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Altera dispositivos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que ‘Institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC)’”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 05 – Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “Modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (Dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia)”. A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o parecer favorável, na forma do substitutivo oferecido, é aprovado. **Item 06 – Projeto de Resolução do Senado nº 002, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Heloísa Helena que, “Determina a interpretação para a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS das transmissões da TV Senado nos termos da Lei nº 10.436, de 2002”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o parecer favorável, com as emendas 01, 02, 03 e 04-CE oferecidas, incorporando, ainda, na emenda 02 a emenda oferecida pelo Senador Hélio Costa, é aprovado. **Item 07 – Projeto de Lei do Senado nº 075, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Gerson Camata que, “Denomina ‘Rodovia Engenheiro Fabiano Vivacqua’ o trecho da rodovia BR-482 entre o entroncamento com a BR-101, no Espírito Santo, e a divisa com Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos

favoráveis. Neste momento, os Senhores Senadores Paulo Paim e Luiz Otávio, requerem, oralmente, pela ordem, a inclusão Extrapauta do Projeto de Lei da Câmara nº 055/06 e o Projeto de Decreto Legislativo nº 338/06, o que é aprovado. Logo após, o Senhor Senador Aelton Freitas igualmente, requer, oralmente, a inclusão Extrapauta dos Projetos de Decretos Legislativos nºs 300, 313, 316 e 321 de 2006, o que é aprovado. **Extrapauta, Item 01 – Projeto de Lei da Câmara nº 055, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Enio Bacci que, “Denomina ‘Rodovia Governador Leonel de Moura Brizola’ o trecho da BR 386, compreendido entre as cidades de Canoas e Iraí, no Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer favorável é aprovado. **Extrapauta, Item 02 – Projeto de Decreto Legislativo nº 300, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Prestadora de Serviços da Comunidade de Perdizes a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Perdizes, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Extrapauta, Item 03 – Projeto de Decreto Legislativo nº 313, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de União de Minas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de União de Minas, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Extrapauta, Item 04 – Projeto de Decreto Legislativo nº 316, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Novo Horizonte FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Unaí, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Extrapauta, Item 05 – Projeto de Decreto Legislativo nº 321, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Araçuaí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araçuaí, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Extrapauta, Item 06 – Projeto de Decreto Legislativo nº 338, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Barcarena de Comunicação e Assistência Social para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência

modulada na cidade de Tucuruí, Estado do Pará”. O relator designado é o Senador Luiz Otávio e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. Fica adiada, em virtude da ausência do relator a seguinte matéria da pauta – **Item 03 – Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2003**. O Senhor Senador Sérgio Zambiasi, Presidente Eventual, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e dez minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Sérgio Zambiasi**, Presidente Eventual da Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIA-SI (PTB-RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura neste 4 de junho de 2006, terça-feira.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Felizmente, pela ordem, se V. Exª. permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIA-SI (PTB-RS) – Pela ordem, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu queria, Sr. Presidente, eu fiquei um pouco angustiado ontem, visto que a nossa Comissão é a principal na aprovação ou renovação de autorização para funcionamento de rádios e televisões. E eu vi que o Presidente da República recolheu 225 processos da Câmara, em razão de não preencherem os pré-requisitos exigidos para aprovação. Eu vejo aqui a cautela de Senadores em examinar a documentação. Quando vêm à leitura, praticamente já está composto todo o processo, porque a Secretaria e os meninos têm um trabalho eficiente. Então, eu deixo aqui, Senador Marco Maciel, o meu protesto pela retirada dos 220 processos da Câmara por razões de não preencherem os pré-requisitos para renovação, inclusive com inadimplência em vários setores da administração pública, previdenciária social e outros, que poderiam, talvez, fazer o Refis e o processo de parcelamento da dívida, porque como qualquer empresário tem que cumprir a legislação. Então, o Presidente disse que depende dele requisitar os documentos. Quem manda para cá? Quem manda o processo para Câmara Municipal? É o Ministério das Comunicações, depois de examiná-los. Então, se tivessem falhas, eles deveriam segurar e não remeter, e complementar o processo. Se chegou aqui, identificou a falha, é o Congresso que tem que mandar buscar, tem que pedir e exigir a complementação da documentação. Eu já tive casos idênticos aqui, que

ficamos exigindo quase um ano, você é testemunha disso. Então, eu só queria deixar aqui que nós não estamos, praticamente, sem observar e sem trabalhar e sem buscar as informações corretas para que se aprove ou não os pedidos de novo funcionamento ou renovação. Então, eu queria deixar claro à V. Ex^a, cumprimentar os funcionários dessa Comissão, a Direção, também, da Comissão pelo trabalho que vem exercendo, não deixando que a gente cometa nenhuma falha nesse sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Nós estamos registrando a sua manifestação, Senador Romeu Tuma, informando que temos aqui 40 projetos aguardando complementação de documentos, para só então serem colocados na pauta. Sem esta complementação eles não entram em pauta.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Tenho certeza que V. Ex^a e os outros que dirigem esta Comissão, sempre pautaram pela regra do cumprimento da ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – A Consultoria tem sido muito cuidadosa nesse sentido.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Aqui, quando a gente quer alguma coisa liga para o menino aqui – Como é que eu faço aqui?

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Isso nos deixa, realmente, tranquilos com relação a esse aspecto.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu chamo de menino porque eu estou velho.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Todos somos, de alguma maneira, meninos, Senador Romeu Tuma. Vamos passar imediatamente à Ordem do Dia. Submeto inicialmente a dispensa de leitura da ata da sessão anterior. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram, está aprovado. E passamos imediatamente à Ordem do Dia, que é a apresentação e votação de Projetos de Decreto Legislativos. Item 1º da Pauta, terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº 331/2006, aprova ato que autoriza Associação para o Desenvolvimento Sustentável de Ribeira – ADS Ribeira a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeira, Estado de São Paulo. Autoria do Poder Executivo, Relatoria Senador Romeu Tuma a quem passamos a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senhor Presidente, conforme a ementa lida por V. Ex^a, é a Associação para o Desenvolvimento Sustentável de Ribeira, a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeira, Estado de São Paulo. É uma região

pobre do Estado, no Vale do Ribeira, e é favorável ao parecer. Se V. Ex^a permitir, eu vou ler os outros que... Ah não, tem o Senador Paulo Paim depois.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passamos ao próximo Item, já que a votação será nominal terminativo ao final da apreciação dos Decretos. Nós vamos... Não há relatores presentes, vamos designar...

Item 15, Relator Presidente Senador Sibá Machado. Decreto Legislativo nº 311/2006. Aprova ato que outorga a transmissão a ECOACRE Rádio, Jornal e Televisão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Walter, Estado do Acre. Autoria do Poder Executivo. Relatoria do Senador Sibá Machado, a quem passamos a palavra.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Senhor Presidente, V. Ex^a me permite ir direto ao voto, uma vez que já é de conhecimento de todos? Voto, tendo em vista que há um exemplo da documentação que acompanha o PDS nº 311/2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39 de 92, do Senado Federal, e não havendo Reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, jurisdição e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a permissão à ECOACRE Rádio, Jornal e Televisão Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Walter, no Estado do Acre, na forma do Projeto de Decreto Legislativo, originário da Câmara dos Deputados. Este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado, Senador Sibá Machado. Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Votação terminativa ao final da apreciação dos Projetos. Como não há mais relatores presentes, designarei relatores *ad hoc*. Item 4º. Projeto de Decreto Legislativo nº 517/2005, aprova ato que autoriza a Associação de Difusão Cultural e Comunitária Boas Novas de Ribeirão Sul, São Paulo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Sul, Estado de São Paulo. Autoria do Poder Executivo. Relatoria Senador Aloizio Mercadante, designo Relator *ad hoc*, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador, cumprida todas as exigências legais e a ementa lida por V. Ex^a, o Senador Aloizio Mercadante deu parecer favorável, com o qual nós concordamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, a votação será ao final da apreciação dos Projetos. Item 5º. Projeto de Decreto

Legislativo nº 522/2005, aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arealva, Estado de São Paulo. Autoria do Poder Executivo. Relator Senador Aloizio Mercadante, designo *ad hoc* Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Da mesma forma, o Senador Aloizio Mercadante dá o parecer favorável em razão das informações e a documentação exigida pela Lei. Então falo favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, a votação será ao final da apreciação dos Projetos. Projeto Decreto de Legislativo nº 532/2005, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Amigos de Álvares Florence a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Álvares Florence, Estado de São Paulo. Autoria do Poder Executivo, Relatoria Senador Mercadante, designo o Relator *ad hoc* Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Preenchida as exigências legais, o Senador Aloizio Mercadante, com respeito à Rádio Comunitária Amigos de Álvares Florence, deu o seu parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Coloco em discussão, não havendo quem queira discutir. A votação será nominal ao final da apreciação dos Projetos.

Item 7º. Projeto de Decreto Legislativo nº 71/2006, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Artística e Cultural de Ariranha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ariranha, São Paulo. Autoria do Poder Executivo. Relatoria Senador Aloizio Mercadante. Relator *ad hoc* Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Senador Aloizio Mercadante, tendo em vista as exigências legais, deu parecer favorável ao serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ariranha, no Estado de São Paulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado, Senador Romeu Tuma. Não havendo quem queira discutir, vamos em frente então. A votação será ao final.

Item 8º. Projeto de Decreto Legislativo nº 153/2006, aprova ato que autoriza a Associação Vida Nova Educacional, Cultural e Comunicação Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Americana, Estado de São Paulo. Autoria do Poder Executivo. Relatoria Senador Aloizio Mercadante. Relator *ad hoc* Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador Aloizio Mercadante, examinando toda a documentação exigida, deu parecer favorável à Associação Vida Nova Educacional, Cultural e Comunicação Social a executar serviço de radiodifusão na cidade de Americana, Estado de São Paulo. É o parecer, senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado, Senador Romeu Tuma. Coloco em votação – SIC. Não havendo quem queira discutir, votação ao final da apreciação.

Item 9º. Projeto de Decreto Legislativo nº 158/2006, aprova o ato que autoriza a Associação Portinari Comunitária de Cultura, Lazer e Comunicação de Brodowski a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brodowski, Estado de São Paulo. Autoria Poder Executivo. Relatoria Senador Aloizio Mercadante. Relator *ad hoc* Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Da mesma forma o Senador Aloizio Mercadante, examinando a documentação exigida, deu parecer favorável para a Associação Portinari Comunitária de Cultura, Lazer e Comunicação de Brodowski, a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brodowski, Estado de São Paulo, e homenagem, agora, Saulo Ramos, que foi Advogado-Geral da União, trabalhou com o ex-Presidente José Sarney e é da cidade de Brodowski.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado, Senador Romeu Tuma. Votação será ao final da apreciação...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E Portinari também, que é um grande pintor da cidade de Brodowski.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passamos ao próximo Item.

Item 10. Projeto de Decreto Legislativo nº Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Pirajuí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pirajuí, Estado de São Paulo. Autoria Poder Executivo. Relator Senador Aloizio Mercadante. Relator *ad hoc* Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Com parecer favorável, Senador Aloizio Mercadante, após examinar toda a documentação exigida, autoriza a Associação Cultural Comunitária de Pirajuí ao serviço de radiodifusão na cidade de Pirajuí, Estado de São Paulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Coloco em discussão.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Este é o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Pois não, Senador Romeu Tuma. Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, a votação será ao final da apreciação.

Item 11. Terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº 278/2006, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Apoio Social 22 de Outubro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rincão, Estado de São Paulo. Autoria Poder Executivo. Relator Senador Aloizio Mercadante. Relator *ad hoc* Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Da mesma forma o Senador Mercadante, ao analisar toda a documentação, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Apoio Social 22 de Outubro a executar serviços de radiodifusão na cidade de Rincão, Estado de São Paulo. Com parecer favorável do Senador Aloizio Mercadante.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, votação terminativa nominal ao final da presente apreciação dos Projetos. Vamos agora ao Item nº 02 da Pauta.

Projeto de Decreto Legislativo nº 253/2006, aprova o ato que outorga concessão à Fundação Gazeta – Jornalista Francisco José Frantz para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. Autoria Poder Executivo. Relatoria Senador Paulo Paim, a quem passamos a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senhor Presidente, somos totalmente a favor dessa iniciativa. Este Projeto estava em minhas mãos já em torno de duas semanas, e é com satisfação que, nesse momento, eu dou o meu voto favorável. Com isso aprovamos, então, o ato que outorga a concessão à Fundação Gazeta – Jornalista Francisco José Frantz para executar serviço de radiodifusão de som e imagem na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. Pela aprovação, Sr. Presidente, favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado, Senador Paulo Paim. Parecer favorável pela aprovação. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, a votação será ao final da apreciação aos Projetos. Passamos ao Item nº 03 da Pauta. Projeto de Decreto Legislativo nº 330/2006, aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema Paranaense de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Londrina, Estado do Paraná. Autoria Poder Executivo. Relatoria Senador Flávio Arns, designo Relator *ad hoc* Senador Marcos Guerra.

SENADOR MARCOS GUERRA (PSDB-ES) – Senhor Presidente, eu peço a permissão para poder ler o voto relatado pelo Senador Flávio Arns. “Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 330 de 2006, não evidenciou violação na formalidade estabelecida na Resolução nº 39 de 92, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, jurisdição e de técnica legislativa, optamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada do Sistema Paranaense de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Londrina, Estado do Paraná”. Na forma do Decreto Legislativo, originário da Câmara dos Deputados, pela aprovação do Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado, Senador Marcos Guerra. Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, a votação será ao final da apreciação dos Projetos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Senhor Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Pela ordem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – No momento oportuno eu queria pedir à V. Ex^a a inclusão de quatro Itens logo após a Pauta, como extra Pauta. Obrigado Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Apreciaremos a sua solicitação logo após a apreciação da Ordem do Dia. Vamos ao Item 12. Projeto de Decreto Legislativo nº 325/2006. Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Aurora do Povo – Funcap para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aurora, Estado do Ceará. Autoria Poder Executivo. Relatoria Senadora Patrícia Saboya Gomes. Parecer favorável. Designo o Relator *ad hoc* Senador Gilvam Borges. Vou ler os três Itens, Senador Gilvam Borges, para apenas um parecer.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Com o pedido de V. Ex^a, nós faremos uma síntese para que seja agilizado e possamos atender a grande demanda que está retida aqui nessa Comissão. Senhor Presidente, a Senadora Patrícia Saboya me telefonou e me pediu que relatasse, pois está no Ministério. Mandando um grande abraço a toda essa comunidade da Fundação Cultural Aurora do Povo. Em seu relatório, que ela explana com muita segurança, atendendo todos os requisitos e dentro da tramitação, vindo do Poder Executivo, do Ministério das Comunicações, Casa Civil, Câmara dos Deputados, ela acompanhou e o seu voto é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, a votação será ao final da apreciação dos Projetos. Item 13. Terminativo Projeto de Decreto Legislativo nº 326/2006, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Cooperação e Desenvolvimento Cultural de Viçosa do Ceará a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viçosa do Ceará, Estado do Ceará. Autoria Poder Executivo. Relatoria Senadora Patrícia Saboya Gomes. Relator *ad hoc* Senador Gilvam Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – é sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 326 de 2006, nº 2.081 de 2005, já vindo da Câmara de Deputados, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária da Cooperação e Desenvolvimento Cultural de Viçosa do Ceará a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viçosa no Ceará, Estado do Ceará. Senadora Patrícia Saboya Gomes, da mesma forma, recomenda o voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação logo após a apreciação do último Item. Item 14. Terminativo Projeto de Decreto Legislativo nº 327/2006, aprova o ato que outorga a concessão à Rádio Jericoacoara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jijoca de Jericoacoara, Estado do Ceará. Autoria Poder Executivo. Relatoria Senadora Patrícia Saboya Gomes. Relator *ad hoc* Senador Gilvam Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Em caráter terminativo sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 327 de 2006, de nº 2.085 de 2005, da Câmara dos Deputados, que aprova o ato que outorga concessão à rádio Jericoacoara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jijoca de Jericoacoara, Estado do Ceará, os nomes são mais diferentes do que lá no Amapá. Senhor Presidente, a Senadora Patrícia Saboya Gomes, da mesma forma, por se encontrar em audiência nos Ministérios, recomenda e relatou de forma precisa a aprovação desta rádio. Recomendamos Jericoacoara, Estado do Ceará. Então, está aprovado. Eu realmente tenho dificuldade, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado, Senador Gilvam Borges. Estamos colocando também em votação também a concessão da rádio Jericoacoara da cidade de Jijoca de Jericoacoara, Estado do Ceará. Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, votaremos logo após a manifestação do Senador Aelton Freitas. Pela ordem, Senador Aelton Freitas.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Senhor Presidente, eu queria pedir a V. Ex^a a inclusão do PDL 300, 321, 313 e 316. São quatro rádios comunitária no Estado de Minas Gerais.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Coloco em votação o requerimento extra pauta do Senador Antônio Freitas. Senadoras e Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Está aprovado. PDL 300 de 2006.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – São extra pauta, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Extra pauta. Aprova o ato que autoriza a Associação Prestadora de Serviços da Comunidade de Perdizes a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Perdizes, Estado de Minas Gerais. PDL 313 de 2006, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de União de Minas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de União de Minas, Estado de Minas Gerais. PDL 316 de 2006, aprova o ato que outorga permissão à Rádio Novo Horizonte FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Unaí, Estado de Minas Gerais. E por último, PDL 321 de 2006, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Araçuaí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araçuaí, Estado de Minas Gerais. Com a palavra Senador Aelton Freitas, relator designado.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Senhor Presidente Senador Sérgio Zambiasi, senhoras e senhores Senadores. Tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDL nº 300 de 2006, por não ter evidenciado violação na Legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Prestadora de Serviços da Comunidade de Perdizes a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Perdizes, no Triângulo Mineiro, no alto Paranaíba. Da mesma forma, Sr. Presidente, o PDL de nº 321, onde nós opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araçuaí. Em terceiro plano, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de União de Minas, a minha terra natal, no Triângulo Mineiro, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de União de Minas no Triângulo Mineiro. E por último, o PDL nº 316, onde nós opinamos pela aprovação do ato que autoriza a permissão de Rádio Novo Horizonte

FM, Minas Gerais, a explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Unaí, no Noroeste de Minas Gerais.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, vamos colocar agora votação, em bloco, todos os Projetos de Decretos Legislativos apreciados até o presente momento. Coloco em votação. Votação nominal. Todos os projetos de Decreto Legislativo apreciados até o presente momento. Passamos à votação nominal. à chamada. Senador Jorge Bornhausen, Senador Edison Lobão, Senador Marcelo Crivella, Senador Marcos Guerra.

SENADOR MARCOS GUERRA (PSDB-ES) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Senador Leonel Pavan.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Senador Wellington Salgado. Senador Gilvam Borges. Senador Valdir Raupp. Senador Ney Suassuna. Senador Aelton Freitas.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Senador Paulo Paim. Senadora Ideli Salvatti. Senador Roberto Saturnino. Senador Cristovam Buarque. Senador Marco Maciel. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Senador Romero Jucá. Senador Sibá Machado. Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Eu voto sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Está registrado o seu voto sim. Aprovado por unanimidade. Aprovado todos os Projetos. Passamos agora à Pauta dos Projetos de Lei. Item 1º. Terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 177 de 2002, tramitando em conjunto com o PLS nº 52/2003. Altera a Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990, com vistas a estabelecer que o FAT financie

estágio remunerado a empresas e universidades. Autoria do Senador José Agripino. Relatoria do Senador Valdir Raupp.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Pela ordem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu gostaria que V. Exª atendesse uma solicitação de inclusão na Pauta do Projeto de Lei nº 338. Só isso. PDL, exatamente. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Estamos submetendo à apreciação. Senadores e Senadoras quem concordam permaneçam como se encontra. Está aprovado. Entrará ao final da reunião.

Continuando, então, a leitura do Item 1º dos Projetos de Lei a serem apreciados. O parecer do Item 1º é favorável com emendas oferecidas e pela rejeição do PLS 52/2003 que tramita em conjunto. Primeira observação – Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as emendas. Observação dois – A matéria consta na Pauta da Reunião do dia 28 do julho de 2006. Observação três – Na Reunião do dia 20 de junho de 2006 foi concedida vista coletiva e devolvido no dia 26 sem manifestação por escrito.

Passamos agora à palavra ao Relator do Projeto, Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Senhor Presidente, eu vou pedir mais uma vez a retirada de Pauta desse Projeto, porque ele está em reestudo para fazer algumas adaptações, algumas mudanças.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Por solicitação do Relator, estamos retirando de Pauta para que possa reexaminar a matéria. Está retirado de Pauta.

Por solicitação do Senador Luiz Otávio, aprovado nesta Reunião, estamos colocando em votação extra pauta o PDL 338 de 2006, que outorga permissão à Fundação Barcarena de Comunicação e Assistência Social para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tucuruí, Estado do Pará. Com a palavra, Relator Senador Luiz Otávio.

SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Parecer favorável, Sr. Presidente, pela aprovação desse Decreto Legislativo que aprova a Fundação Barcarena de Comunicação e Assistência Social de Tucuruí. Parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Solicito... Pergunto aos senhores senadores se mantém

o voto favorável já apresentado nos demais Itens dos PDLs já votados? Concordam, está aprovado.

Item nº 02 da Pauta. Terminativo, Projeto de Lei do Senado 63/2006, institui, no ensino fundamental e médio, componente curricular dedicado ao desenvolvimento dos valores éticos e de cidadania. Autoria Senador Pedro Simon. Relatoria Senador Cristovam Buarque. Parecer favorável na forma do substitutivo oferecido. Sendo aprovado o substitutivo a matéria será incluída em Pauta da próxima Reunião, para apreciação em Turno Suplementar nos termos do disposto do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. Com a palavra, o Relator do Projeto, Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)

– Senhor Presidente, é com muito prazer que eu apresento o parecer relativo a esse Projeto que institui, no ensino fundamental e médio, o componente curricular dedicado ao desenvolvimento dos valores éticos e de cidadania. Eu creio, até, que estamos chegando atrasados. Há muitos anos já deveríamos ter isso, mas graças ao Senador Pedro Simon, hoje eu posso apresentar esse Projeto que, pelo art. 2º da Proposição, nas Diretrizes norteadores do novo componente curricular, inclui, entre outras, presente na Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a defesa do pluralismo, a rejeição de qualquer forma de preconceito ou discriminação e o estímulo à ação comunitária. O art. 3º atribui aos sistemas de ensino a competência para decidir sobre a carga horária adequada ao estudo da temática, além de indicar atividades pedagógicas supostamente relevantes à formação ética dos alunos, tais como visitas, conferências e palestras. O art. 4º, por sua vez, presta-se a obrigar oferta do componente em trato nos cursos de formação de profissionais da educação, para o que atribui ao Conselho Nacional de Educação a incumbência de estabelecer diretrizes orientadoras dos currículos das diversas licenciaturas. E, por fim, no art. 5º, a proposição prevê a vigência da Lei a partir do ano subsequente da sua publicação. Segundo o autor, a medida já foi tentada anteriormente, mas acabou sendo arquivada sem análise de mérito. No entanto, ela remaneja-se atual e oportuna a comportar a justificativa original, uma vez que o tratamento diferenciado para uma formação verdadeiramente crítica e cidadã, pautada em valores éticos, é necessário para compor com a visão meramente instrumental da escola, atualmente concebida como centro de preparação, ora para o trabalho, ora como preparação para o Ensino Superior. Na análise, Sr. Presidente, e eu faço questão de ler, pela importância do assunto, o Item maior é assegurar aos alunos da educação básica a formação plena voltada para o exercício da cidadania, mediante a instituição,

no ensino médio e fundamental, do componente curricular específico para o desenvolvimento de valores éticos e democráticos. Como se sabe, a escolarização não constitui mero formatório dos programas oficiais de estudo, ela perpassa conteúdos, alcançando práticas e atitudes de todos os envolvidos com o processo educacional. Daí, a relevância da preparação dos profissionais da educação para que o entenda da formação cidadã seja concretizada ao longo da educação básica. Assim, para que o objetivo da proposição não padeça de redução ou desvirtuação, o autor sugere a inclusão do mesmo componente curricular como elemento básico de estudos futuros dos professores da educação básica. Com efeito, no que concerne à relevância social, a medida apresenta-se favorável à elevação da formação cidadã e a melhoria da qualidade de ensino como um todo, quer de professores, quer de alunos. Trata-se pois de preocupação contemplada já na Carta Magna e na própria LDB, a configurar-se como uma das grandes emergências dos dias atuais. No que respeita aos aspectos de constitucionalidade e de jurisdição, entende lembrar que a atribuição de incumbência ao Conselho Nacional de Educação, órgão da estrutura do Poder Executivo, refoge a competência do Executivo, sendo de bom alvitre a sua expulsão do PLS nº 63, ora em discussão. No mais, nada há a obstar ao prosseguimento do Projeto, uma vez que o Congresso Nacional, nos termos do art. 48 do caput, combinado com o art. 22, Inciso XXIV, Incluso 9 e Parágrafo 1º, todos da Constituição Federal, têm legitimidade para dispor sobre todas as matérias de competência da União. Por fim, no que concerne à técnica legislativa, impõe-se lembrar que o assunto da proposição encontra-se já disciplinado na Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Parece-nos, assim, que a edição de Lei extravagante, além de fragmentar a legislação educacional, nos coaduna com recomendações expostas na Lei Complementar nº 95, de fevereiro de 98. Ainda que comporte exceção para situações em que nova Lei se destine à complementar a Lei básica anterior, a matéria pode perfeitamente ser carreada à LDB, pelo que nós permitimos apresentarem emenda substitutiva com esse fim. Quero dizer, antes do voto de aprovação, que no momento que o Brasil atravessa, um Projeto de Lei como esse torna-se ainda mais pertinente e necessário. Nós precisamos combater todas as formas de mau práticas da cidadania já na primeira infância, já nos primeiros anos da educação de nossas crianças. Por isso, o parecer é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIA-SI (PTB-RS) – Coloco em discussão. Senador Pedro Simon, autor da matéria, autor do Projeto.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Essa é uma matéria, Sr. Presidente, que eu venho discutindo há muitos anos. Inclusive um dos meus projetos anteriores foi rejeitado, no mérito, nessa Comissão. Eu fico muito feliz e felicito o nobre Relator, o presidienciável, Senador Cristovam Buarque, porque ele aceita o Projeto e oferece uma redação mais enxuta, e tem razão, V. Ex^a, quando diz que hoje nós já temos a Lei de Diretrizes e Bases, não há porque fazer uma Lei fora, se nós podemos incluí-la na Lei de Diretrizes e Bases, eu acho isso perfeitamente de acordo. Quando eu debato esse Projeto, Sr. Presidente, que eu vejo que, na faculdade hoje, na universidade e no ensino secundário, não há uma preocupação com os princípios que considero importantes, que os valores de convívio social, a busca do bem comum, a ordem democrática, enfim os direitos e deveres do cidadãos, a defesa do pluralismo, a rejeição de qualquer forma de preconceito ou discriminação, o estímulo à ação comunitária, não há uma forma de debater, de discutir essas matérias. Você tem um estudo frio, o estudo da Lei, o estudo do aspecto jurídico, mas o debate, a análise, a discussão, a conscientização do jovem, lamentavelmente, não tem. Essa matéria foi muito mal vista, porque o regime da Ditadura criou duas matérias dessas – A Moral e Cívica, como é que é? Quais foram as matérias?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Educação Moral e Cívica.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Educação Moral e Cívica... Essas matérias, cada um tinha um coronel que dava essa aula. Eram umas aulas horríveis, porque eram umas aulas determinadas e explicando os atos do Regime Militar etc e tal. Na verdade, foi um período dramático aquele, ruim, triste. Então, quando eu apresentei o meu primeiro projeto, logo depois de terminado o Regime da Ditadura, foi exatamente para terminar com aquelas duas matérias, extinguir aquelas duas matérias, o que aconteceu. Mas, como eu quis apresentar, porque eu quero dizer, o fato de estar errado, o fato da orientação estar errada, não significa que não é importante debater essa matéria pelo lado certo. Se os militares colocaram a Moral e Cívica como matéria, não me lembro mais qual é o nome da outra, e orientava de uma maneira absurda. Tínhamos que tirar, e tiramos. Mas isso não significava que não era necessário orientar no sentido positivo a moral, a ética, o social, o coletivismo, a preocupação com a sociedade, isso é uma questão que não se entende porque não exista isso dentro da universidade e dentro do ensino secundário. Por isso eu apresentei o Projeto e vejo que ele é aceito por uma pessoa que realmente é o que de melhor tem

no Brasil hoje em termos de educação, que é o nobre Presidente Senador Cristovam Buarque – SIC. E se ele aceita, eu fico feliz. E a forma como ele aceita e eu acho que é correta. É verdade que eu especifico mais, eu sou mais... Como é que eu vou te dizer? Eu fico mais na minúcia e V. Ex^a fica no genérico. V. Ex^a está certo no genérico, é que eu tenho medo de que no Brasil o genérico fique genérico, e termine não entrando na questão. Agora, que o Projeto de V. Ex^a eu concordo, não há dúvida nenhuma que eu concorde, ele é absoluta necessário, que nós tenhamos matéria. Olha, Sr. Presidente, eu fui para a tribuna e pretendo voltar para analisar as páginas amarelas do autor da novela “Belíssima”, onde ele faz uma análise que eu fiquei boquiaberto, Presidente. Ele faz uma análise, ele mostra que a GLOBO, há muito tempo, faz pesquisas, praticamente diárias, das suas novelas. Os atores, o fulano, o que acha do fulano, do beltrano, isso para orientar o ator que, de acordo com isso, vai movimentando, vai alterando. Por isso que a gente vê, às vezes, na novela uma atriz ou um autor que parece muito bem, daqui a pouco vai esvaziando, esvaziando, é que ela não teve repercussão, e outros que começam simples, de repente... Mas, o que ele diz é o seguinte, o que chama a atenção dele é que as respostas que a sociedade está dando hoje são totalmente diferentes do que estava dando há cinco anos atrás! Não é muito tempo, cinco anos atrás! Hoje, na novela, tem lá, por exemplo, uma personagem, eu não sei os nomes, é uma mocinha, como é que se diz? Um mulherão e que tem um marido e o marido é um Pedro Simon, pacato, quieto e o outro cara, malandrão, fez de tudo e roubou a mulher dele. A opinião pública ficou de acordo com o cara que roubou. “O cara era um parádão, chato”! O cara que é sério, o cara que é honesto, o cara que é direito, é considerado chato. Eu estou falando a pesquisa de opinião pública feita pela GLOBO. Quer dizer, em cima disso e o que é mais importante, ele diz que nesse novo comportamento, nessa nova fórmula de ver a sociedade, dá muito em jogo, nesses últimos quatro anos... Essas coisas que acontecem na classe política. Esse negócio daqui, de lá e daqui a pouco ninguém é sério e daqui há pouco... Então, é uma desilusão! Quer dizer, o negócio é... Então, entre trabalhar, lutar... Fulano é um cara que está trabalhando, está lutando, está deixando a vida e o beltrano que se virou, deu volta, não sei o que, está rico, eles ficam com esse segundo. O primeiro é um... Isso é muito sério, Sr. Presidente. É sério demais, eu pretendo, e não sei se podia fazer hoje, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um convite ao escritor Silvio Abreu, para que ele venha na Comissão fazer um depoimento dele,

se ele quiser também, sobre os estudos e a análise que ele tem, que ele conseguiu, para nos dar uma explicação mais profunda do que ele afirmou. Posso fazer o requerimento, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – O Senador Pedro Simon não é membro da Comissão, mas...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu assino.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – O Senador Romeu Tuma já está subscrevendo o apanhamento e portanto será seguramente aprovado.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – é que pouco a pouco estão me excluindo de tudo, Sr. Presidente. O líder Senador Ney Suassuna eu não sei... Eu ainda sou do PMDB, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Sim, senhor Senador. O senhor aqui...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Eu estou sendo excluído e não sei aonde eu vou parar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Tem vaga do PMDB na Comissão, vamos sugerir ao líder para que possa...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O PRB também oferece uma vaga à V. Ex^a

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Indicá-lo, inclusive.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Acho vinda dele é muito importante, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Mas, a sua presença aqui é tão respeitada, tão querida, que, imediatamente, toda Comissão se dispôs a subscrever, Senador Cristovam Buarque, todos já dispuseram-se a subscrever a sua solicitação.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Nós vamos aprovar o Projeto agora e a vinda dele é interessante, porque é essa matéria. Concorde, comigo?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Concorde plenamente.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Ele vem falar sobre essa matéria, para mostrar como que está a sociedade e vem sobre dados científicos, é uma pesquisa e não é pesquisa eleitoral, não é pesquisa para ganhar dinheiro, não é pesquisa para nada, é pesquisa interna da GLOBO, para GLOBO ver como é que estão as coisas. Quer dizer, a GLOBO não está interessada com A, com B, com C, com ética, com moral, está interessada em vender mais, em ter mais audiência, em ter mais público. Então, eu acho-

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É a realidade.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – V. Ex^a me permite um aparte?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Pois não, claro.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Recentemente eu tive acesso aos dados de uma pesquisa feita na novela “Sonho de Amor” da RECORD. E ali havia um casal em que o cunhado se apaixonou... Desculpe... é, exatamente, o cunhado se apaixonou pela cunhada e, furtivamente, consegue roubá-la do irmão. É claro que isso, antes de ir ao ar, é exibido como laboratório para uma audiência predominantemente feminina, nesse caso. E foi com muita surpresa que nós... Que os diretores verificaram que 90% das mulheres acharam que era uma aventura viável e que o amor está acima de tudo e que, portanto, aquela cunhada, que cede aos encantos do cunhado, e que acaba depois causando uma briga fratricida, um assassinato o outro, são da vida, são coisas da vida. V. Ex^a toca num ponto extraordinário, porque essa decadência social que nós vivemos, moral, espiritual, nos afastando dos princípios de uma civilização cristã ocidental que embalou os nossos antepassados e que fez tudo o que nós temos hoje, realmente está ficando cada dia mais deteriorada. O projeto de V. Ex^a é excelente, tem todo o nosso apoio, eu acho que essa Comissão tem o dever de se debruçar sobre isso, porque se é o comportamento da maioria dos adultos, isso não deveria ser passado para os nossos jovens, para as nossas crianças como uma herança ou talvez uma obrigatoriedade de comportamento para as gerações futuras. Talvez, pelas armadilhas da vida, pelo alto desemprego, pela falta de perspectiva econômica, as pessoas tenham caído nesse tipo de... Quer dizer, de dar atenção às coisas, meu Deus do céu, tão aviltantes para os enlevos mais espirituais de um caráter humano. Acredito que V. Ex^a terá aqui uma audiência brilhante quando pudemos debater com os autores de novelas o que está acontecendo e até onde nós vamos nesse ritmo. Muito obrigado.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Eu agradeço muito e V. Ex^a tem especialidade e experiência nessa matéria. Eu agradeço muito, Sr. Presidente. Acho que nós, ao aprovarmos esse projeto, na forma que está sendo apresentada agora no substitutivo, com o qual eu concordo inteiramente, o único medo que eu tenho é dar uma olhadinha se não fica meio assim... Pudessem fazer inteiro? Quer dizer, o projeto está perfeito, só que V. Ex^a ficou técnico, muito técnico. Eu acho que se pudesse botar um pouquinho de... Botar mais a cobrança da parte moral. Então, eu aprovaria,

concordadamente, permitindo que o Senador Cristovam Buarque se achasse... Desse uma redaçãozinha que... Peço, então, a convocação do ilustre escritor a V. Ex^a, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado, Senador Pedro Simon. Parabéns pela apresentação do seu Projeto e o requerimento é unânime. Na sua sugestão é acolhida unanimemente pela Comissão e o convite ao autor Silvio Abreu será apreciado e votado na próxima Reunião e encaminhado a ele. Nós temos três Senadores inscritos. Senador Eduardo Azeredo, pois não.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG) – Apenas, quero encaminhar também favoravelmente ao Projeto, fazendo, entretanto, uma observação. Eu tenho sérias dúvidas em relação a quem veio primeiro – Se foi o ovo ou a galinha. Se é o autor da novela que tem razão em relação à sociedade ou se não foram os autores de novelas que influenciaram negativamente muitas sociedades. Realmente não é de hoje que as novelas vêm com estereótipos, vem com comportamentos que não são o comportamento da maioria da sociedade brasileira. Então eu, na verdade, a entrevistista... Eu tenho realmente muito essa dúvida. Eu acho que ele, na verdade, devia fazer uma reflexão para ver se no passado, não só nessa novela, autores de novela, como ele, não influenciaram para que houvesse essa deterioração grande dos costumes brasileiros. De maneira que eu quero encaminhar favoravelmente, eu acho que é muito necessário, o Senador Pedro Simon lembrou bem, ficou um certo preconceito quanto a esse assunto em virtude da origem, na época, do Regime Militar, mas é o momento de podermos voltar a refletir sobre os valores éticos fundamentais para se viver numa sociedade democrática como a sociedade brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Também inscrito para discutir o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador Pedro Simon, desculpe, mas a matéria, a época, era Moral e Cívica, que V. Ex^a se referiu. Era mais voltada para um patriotismo exacerbado que eles pregavam. Eu acho que o projeto de V. Ex^a vem trazer, praticamente, a cobertura de uma falha no ensino. Porque a ética e a cidadania se aprendem, acho, que do 1º Grau – SIC – para frente. O comportamento humano está... Como dizem aqui, que a prática do delito foi fora do exercício do mandato. Eu sempre fui contra, até nos relatórios que fazem, porque a ética, a dignidade e o respeito se aprendem desde a infância, ninguém muda depois de ser ou não Parlamentar. Então, o caráter é formado na juventude, na infância. Então, é importante esse

projeto. Por quê? Também quando o Senador Eduardo Azeredo faz referência às dúvidas que tem, eu acho que a importância desse convite que V. Ex^a levanta do Silvio Abreu, vai responder isso, porque ele se baseia nas pesquisas, é o pensamento da comunidade, que não aprendeu a ética na escola, que está praticamente vendo no dia-a-dia, vê “Malhação”, vê uma série de novelas que são o reflexo da sociedade naquele instante, não tem muita invenção do autor. Então, eu acho que a formação de uma nova...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Senador Romeu Tuma, um aparte, rapidamente?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pois não.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – é que o público que vai para laboratório não somos nós, são os consumidores. Os consumidores são jovens, são aqueles que compram produtos que vão ser anunciados no merchandising da novela. Por exemplo, uma COCA COLA que um artista vai tomar, um cigarro que ele vai fumar, uma roupa que ele vai vestir. O que interessa para eles no laboratório que fazem é o público consumidor. Portanto, as... Pois é, é econômica, é a questão econômica.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A questão é econômica.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Portanto, as pessoas que são mais vividas, e têm mais experiência, e sabem que essas armadilhas não dão em nada, elas acabam não sendo ouvidas.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A novela é uma indústria hoje. Ela vende o material que agrada a sociedade, senão ela não pode exportar. Tanto é que as televisões, quase todas, estão se dedicando à elaboração de programas de novela, para poder fazer uma concorrência mais ou menos equilibrada. Então, eu sou favorável a aprovação desse Projeto e também do requerimento, porque a gente pode conversar mais abertamente com o autor, e ele explicar essas pesquisas e tudo. Estou pronto a assinar o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado, Senador Romeu Tuma, Senador Marcelo Crivella. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Só quero complementar o Senador Pedro Simon, porque o projeto é tão bom, e estou preocupado com o quorum, que eu quero votar logo a favor do projeto do Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Vou votar já, depois a gente fala mais um pouco.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Então, para encerrar a discussão, Senador Cristovam Buarque uma pequena alteração

fazer, para que a nós possamos dar por concluída tanto a discussão quanto a votação terminativa.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)

– Sem querer tomar muito tempo, eu apenas quero lembrar por esse pequeno debate do Senador Pedro Simon, Senador Marcelo Crivella e Senador Eduardo Azeredo, de que a gente pode não saber, e o Senador Romeu Tuma, a gente pode não saber o que é que veio primeiro nessa decadência, que eu gostei da expressão forte do Senador Marcelo Crivella, essa decadência. Mas, é um fato que, o nosso comportamento, dos políticos, está ajudando nessa decadência, que a maneira como funciona a mídia ajuda também. Um está alimentando o outro, e volto a insistir – O que pode quebrar esse círculo perverso é a educação desde a primeira infância. Nesse sentido, o Projeto do Senador é tão bom que a minha primeira intenção, Senador, não fosse os consultores eu teria mantido, seria manter separado a LDB, para ter Lei Pedro Simon. Mas, vai ficar como sendo sua Lei, mesmo dentro de uma Lei maior. E eu quero dizer que a sua sugestão é pertinente e eu proponho a seguinte redação – O art. 2º, que eu coloquei como os conteúdos curriculares do estudo de ética e cidadania incluirão como diretrizes adicionais a defesa do pluralismo, a rejeição de qualquer forma de preconceito ou discriminação e o estímulo à ação comunitária, acrescentando que o componente curricular deve observar as seguintes diretrizes, e aí colocar como está no Projeto original do Senador – 1. Difusão de valores de convívio social e de respeito ao bem comum e à ordem democrática. 2.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – No art. 62, V. Exª fala no Parágrafo Único do art. 62...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)

– Também, mas a gente colocaria a discriminação. 2. O estudo dos direitos e deveres do cidadão, fundamental. 3. Defesa do pluralismo e rejeição de qualquer forma de preconceito. 4. Estímulo à ação comunitária. Nós incorporamos isso e vamos tirar as redundâncias que, por acaso, existam, como está lembrando o Senador Romeu Tuma. E, com isso, o nosso parecer é absolutamente favorável, defendendo a urgência que pediu o Senador Paulo Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Coloco, então, em votação o Projeto com alterações propostas pelo Relator. Votação nominal, o Projeto é Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 63 de 2006, institui, no ensino fundamental e médio, componente curricular dedicado ao desenvolvimento dos valores éticos e de cidadania. Autoria

Senador Pedro Simon. Relatoria Senador Cristovam Buarque. Em votação. Senador Marcelo Crivella. Senador Marcos Guerra. Senador Leonel Pavan. Senador Gilvam Borges. Senador Valdir Raupp. Senador Gilberto Mestrinho.

SENADOR GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Senador Aelton Freitas. Como vota o Senador Aelton Freitas?

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Com relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Senador Jonas Pinheiro. Senador Cristovam Buarque, voto conhecido.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Voto declarado. Senador Marco Maciel. Senador Romeu Tuma. Senador Marcos Guerra?

SENADOR MARCOS GUERRA (PSDB-ES) – Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Senador Eduardo Azeredo. Senador Garibaldi Alves Filho. Aprovado por unanimidade Projeto de Lei do Senado nº 63 de 2006, do Senador Pedro Simon, que institui, no ensino fundamental e médio, componente curricular destinado ao desenvolvimento dos valores éticos e de cidadania.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Só para eu esclarecer, se eu estivesse aqui teria votado favorável, Sr. Presidente, com certeza. Queria esclarecer isso, o meu voto era favorável.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. V. Exª permite?

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Não tenho nenhuma dúvida disso.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pela ordem, um segundo só.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Senador Romeu Tuma, pela ordem.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu queria aqui homenagear o Senador Paulo Paim por sua luta contra a discriminação racial, que teve um resultado maravilhoso, e ainda está tendo, durante a Copa, aonde os jogadores têm feito uma manifestação ética contra à discriminação racial, lendo texto e abrindo uma faixa.

Essa é uma luta permanente do Senador Paulo Paim nessa Casa e que nós aprendemos a respeitar. Então, tem tido bastante emoção a leitura dos jogadores e as faixas durante o início de cada jogo.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado pela sua manifestação, Senador Romeu Tuma. O Senador Paulo Paim, realmente, é um dos símbolos dessa grande luta pela igualdade racial. Parabéns, Senador Paulo Paim, parabéns. Eu quero apenas colocar...

SR. SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Senhor Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Que o Projeto de Lei do Senado nº 63, do Senador Pedro Simon, essa matéria será incluída em Pauta da próxima Reunião, para apreciação em Turno Suplementar nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. Vamos ao Item... Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Senhor Presidente, pela ordem. Senhor Presidente, eu queria fazer um apelo à V. Ex^a, para que nomeasse um relator *ad hoc* para o Projeto nº 4, e há um consentimento do Senador José Maranhão, para que a gente possa votar essa matéria antes do recesso parlamentar, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Por acordo e entendimento entre Autor e Relator e designado, nós já estamos nomeando o Senador *ad hoc*, Senador Paulo Paim. Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 69 de 2005, altera dispositivos da Lei nº 8.813, de 23 de dezembro de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC. Autoria Senador Marcelo Crivella. Relatoria Senador José Maranhão. Relator *ad hoc* designado pela Comissão Senador Paulo Paim, a quem passamos a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu quero, de forma muito resumida...

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Apenas uma observação, Senador Paulo Paim, que a matéria constou na Pauta da Reunião dia 28 de junho passado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu quero de forma muito tranqüila, simplificar meu relatório, elogiando o Senador José Maranhão, o Senador Marcelo Crivella, que é o autor do Projeto, e só leio um parágrafo – “Do ponto de vista antropológico, os rituais religiosos são indicadores da identidade cultural e contribuem, de maneira inegável, para a definição do perfil de nação. A partir dessa premissa, os ritos religiosos podem ser considerados manifestações culturais”. Ora, com esse

entendimento, eu quero dizer que o meu voto só poderia ser favorável ao programa que institui... A proposta que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura. Cumprimento aqui o Senador Marcelo Crivella pela amplitude, ele que tem uma visão, eu diria, quase que universal, porque ele pensa em todos os segmentos da cultura brasileira e de todas as religiões. É nesse aspecto que ele está propondo essa iniciativa, por isso o meu voto é favorável, acompanhando o relator principal, Senador José Maranhão.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado, Senador Paulo Paim. Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação. Votação nominal do Projeto de Lei do Senado nº 69/2005, de autoria Senador Marcelo Crivella. Relator *ad hoc* Senador Paulo Paim. Vamos à votação, Senador Marcelo Crivella, autor. Sim. Senador Marcos Guerra. Senador Marcos Guerra. Senador Leonel Pavam. Senador Gilvam Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Senador Gilberto Mestrinho. Senador Aelton Freitas.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Senador Marcos Guerra.

SENADOR MARCOS GUERRA (PSDB-ES) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Senador Jonas Pinheiro. Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Senador Marco Maciel. Senador Romeu Tuma. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Senador Garibaldi Alves Filho. Aprovado por unanimidade pela Comissão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senhor Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIAZI (PTB-RS) – Pela ordem, Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Bem rápido, Sr. Presidente. Eu tenho aqui um parecer, que eu sou Relator, que é do Deputado Enio Bacci, eu sei que V. Ex^a também entende que é positiva a iniciativa dele, que ele muda o nome da Estrada da Produção para Rodovia Governador Leonel de Moura Brizola, o trecho da BR – 386, compreendido entre as cidades de Canoas e Iraí, no Estado do Rio Grande do Sul. Aqui no parecer do Projeto original, ele disse que foi o próprio ex-Governador, falecido Leonel Brizola, que foi o que implementou a Estrada da Produção. Por isso que eu pediria à V. Ex^a, se pudesse botar em votação. Eu falei agora com o Deputado Enio Bacci, ele está no Rio Grande do Sul, ele fez um apelo em nome do PDT. Eu, como um petista, com uma história muito ligada à caminhada do Leonel Brizola, eu sei que o Senador Pedro Simon também tem, V. Ex^a também tem, eu pediria que a gente fizesse uma homenagem ao nosso ex-Governador, falecido Leonel Brizola, aprovando esse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Não há gaúcho que, de alguma maneira, não tenha algum tipo de relação de respeito, carinho e admiração com o nosso sempre Governador Leonel Brizola. Coloco em votação o requerimento do Senador Paulo Paim, para incluir em Pauta. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Está incluído na pauta. Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Como eu não sou da Comissão, eu faço questão de salientar que eu votaria favorável ao Projeto do Senador Marcelo Crivella. Acho sensacional, acho que foi um Projeto excepcional e votaria favorável. Realmente essa estrada foi construída pelo Dr. Brizola e é mais do que justo que se dê o nome do Dr. Brizola.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Estamos registrando em Ata a manifestação do nosso Senador Pedro Simon, a respeito de ambos os projetos. Obrigado, Senador Pedro Simon.

Item nº 06 da Pauta, não Terminativo. Projeto de Resolução do Senado nº 02/2005, determina a interpretação para a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, das transmissões da TV Senado nos termos da Lei nº 10.436, de 2002. Autoria Senadora Heloísa Helena. Relatoria Senador Aelton Freitas. Parecer favorável com 13 emendas oferecidas, acatando ainda emenda do Senador Hélio Costa. Observação nº 1 – Na Reunião do dia 26 de abril de 2005, foi concedida vista ao Senador Hélio Costa que apresentou uma emenda. Observação nº 2 – A matéria constou

da Pauta da Reunião do dia 28 de junho de 2006. Passamos agora a palavra ao Relator do Projeto, Senador Aelton Freitas.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Senhor Presidente, Senador Sérgio Zambiasi, senhoras e senhores Senadores. O Projeto de Resolução do Senado nº 02/2005, de autoria da nobre Senadora Heloísa Helena, visa introduzir a tradução para a Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS, nas transmissões pela TV Senado, Sessões de Plenárias e Reuniões de Comissões da Casa. Inicialmente, foi distribuído, como V. Ex^a já disse, à essa Comissão para a decisão terminativa. Nesta Comissão recebeu parecer favorável desse Relator, com uma emenda de redação. Após a leitura da matéria em Plenário, a Presidência da Casa tornou sem efeito o despacho inicial apostado à matéria, determinando o seu exame por este Colegiado e pela Comissão diretora. Em retorno à essa Comissão recebeu emenda, apresentada pelo Senador Hélio Costa, com o fito de flexibilizar a obrigação constante do Projeto, permitindo a opção entre a tradução para LIBRAS e a oferta de recursos *closed caption*. Em sua justificativa a Senadora Heloísa Helena afirma que a edição da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que reconheceu LIBRAS como um meio legal de comunicação e expressão, é um fato de relevância para assegurar a acessibilidade de pessoas surdas à informação. Em conformidade com as disposições do art. 102, Inciso IV, do Regimento Interno do Senado, vem em exame à Comissão de Educação, o PRS nº 02/2005. O Constituinte de 1988 manifestou notável diligência com a proteção de pessoas portadoras de deficiência e a sua integração à sociedade. Esse cuidado bem pode ser aquilatado pelos numerosos dispositivos existentes na Carta Magna sobre o assunto e pelas diversas esferas da vida social, que em tais dispositivos se ocupam. No capítulo de educação do art. 208, Inciso III, estabelece obrigatoriedade do atendimento educacional especializado a portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. O art. 227, Parágrafo 1º, Inciso II, prevê a criação de programas específicos para pessoas em comento, que incluam a prevenção e o atendimento especializado, além do treinamento para o trabalho e a convivência social. Por fim, Sr. Presidente, o art. 203, Inciso V, garante um benefício mensal de um salário mínimo aos portadores de deficiência que não possuam meios de prover a sua manutenção ou detê-la provida por sua família. No plano da legislação ordinária editou-se igualmente significado número de lei de proteção de pessoas portadoras de deficiência ou que promovem sua integração social. Resta evidente do exposto que a proposição em exame inscreve-se no contexto da legislação, que tem buscado

crescentemente oferecer condições de acessibilidade a portadores de deficiência. A par de sua contribuição, para integrá-lo social e intelectualmente, a iniciativa assume particular relevância em face da importância da TV Senado, como instrumento de fortalecimento da cidadania pátria. Por isso, manifesto pela aprovação do Projeto em análise e o necesse, contudo, de suas pequenas modificações. A primeira no seu art. 2º, a fim de corrigir a espécie normativa, que trata da cláusula de vigência. A segunda para estender o prazo assinalado para implementação da obrigação estabelecida em relação à LIBRAS, fazemos as correspondentes correções sob a forma de emenda oferecida ao fim do presente relatório. A análise da emenda. A TV Senado está comemorando dez anos de uma atuação que se destaca pela promoção da cidadania para todos os segmentos da sociedade brasileira. Dentre suas virtudes, sobressai a defesa das minorias, em particular dos portadores de deficiência. Assim, Sr. Presidente, não surpreende que ela já ofereça o recurso de *closed caption*, conhecido em português como legenda fechada, o qual consiste em exibir, na faixa inferior da tela, legenda escrita, explicitando o que está sendo transmitido em áudio. Já as LIBRAS, com quanto a presente inegáveis méritos, não alcança a totalidade dos deficientes auditivos. Grande parte desse grupo simplesmente não conhece a linguagem, de difícil aprendizado, que exige bastante tempo e dedicação para o seu domínio. Muitos problemas auditivos são adquiridos já tarde na vida em consequência de doenças, acidentes ou envelhecimento, e seus portadores não tiveram a oportunidade de se familiarizar com a linguagem de sinais. Ademais, como bem apontado na justificativa da emenda, a legenda fechada, ao contrário de LIBRAS, pode ser ativada e desativada conforme o desejo do espectador e não exige a inserção de janela ou tela. Sendo assim, Sr. Presidente, é oportuno e louvável a emenda sob análise. O fato da TV Senado já disponibilizar a legenda fechada não a torna prejudicada, pois com a sua aprovação oficiaremos a adoção desse recurso assegurando sua parenidade. Temos apenas breves considerações a fazer – Uma vez que existe a expressão correspondente em português, em vez de *closed caption*, devemos optar pela legenda fechada; além disso, como não se trata de emenda de lei vigente, não cabe inserção no termo NR ao final do texto modificado. Com isso, o nosso voto em razão do exposto e acolhendo o mérito da emenda apresentada pelo nobre Senador, hoje Ministro Hélio Costa, somos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 02/2005, com as seguintes emendas – Primeira, dá-se à emenda o Projeto de Resolução do Senado nº 02/2005 a seguinte redação – “Dispõe sobre a oferta

de condições de acessibilidade em transmissão da TV Senado”. Dê-se ao art. 1º do Projeto de Resolução do Senado nº 02/2005 a seguinte redação – “Art. 1º. As transmissões pela TV Senado das Sessões Plenárias e das Reuniões de Comissão do Senado Federal deverão ser realizadas com interpretação da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e com a oferta de recursos de legenda fechada”. Insira-se no seguinte artigo do Projeto de Resolução do Senado nº 02/2005 – “Art. 2º. A TV Senado implementará as medidas necessárias para pleno cumprimento da obrigação constante no art. 1º no prazo de 90 dias, a contar da data de sua publicação”. Resolução. Dá-se ao art. 2º do Projeto de Resolução do Senado a seguinte redação – “Art. 3º. Essa Resolução entra em vigor na data da sua publicação”. Desculpe a delonga, mas fazia-se necessário lê-la como um todo.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado, Senador Aelton Freitas. Está em discussão.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
– Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Senhor Presidente Senador Sérgio Zambiasi, senhores Senadores e Senadoras. Eu quero aqui também manifestar a minha concordância com o Projeto de autoria da Senadora Heloísa Helena, com o Relator Senador Aelton Freitas, meu conterrâneo de Minas Gerais. Sem dúvida, é importante que a TV Senado, que já tem uma audiência crescente, possa dar o exemplo com a utilização da Língua Brasileira de Sinais, a LIBRAS. A emenda que é acatada, ela, apesar de pertinente, pode levar a que nós não tenhamos a implantação da LIBRAS efetivamente. Ainda há pouco tempo, pela Comissão, pela Subcomissão das Pessoas Portadoras de Deficiência, da Comissão de Assuntos Sociais, da qual eu sou Presidente, nós pedimos a Presidência do Senado que contratasse permanentemente pessoas aqui que pudessem participar, inclusive, de Reuniões como essas ou de Audiências Públicas, com a utilização do sistema de LIBRAS. Então, eu voto favoravelmente, mas fazendo só a ressalva de que temo que acabe se usando só o *closed caption*, use só a legenda fechada, acabe não se usando o sistema de LIBRAS, porque é mais cômodo fazer dessa forma. Então, eu não sei. O Projeto do Senador Aelton Freitas está acatando a emenda, eu volto ao dizer, ela atende o objetivo maior que é da Senadora Heloísa Helena, mas deixa esse vazio. Quer dizer, na prática, eu não sei se a TV Senado vai colocar, porque ela terá duas opções e vai, talvez, optar pela mais simples, que é o *closed caption*.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Vamos anotar as suas observações, Senador Eduardo Azeredo. Seguramente, essa questão é também técnica e o grupo que dirige a TV Senado, juntamente com a Mesa, deverão discutir essa questão e essa observação que o Senador Eduardo Azeredo está fazendo. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – De forma muito rápida, cumprimentar o relatório do Senador Aelton Freitas e também a iniciativa da Senadora Heloísa Helena, porque aqui foi muito bem colocado de que a TV Senado tem que dar o exemplo, até porque tanto na Presidência do Senador José Sarney, como Renan Calheiros, o Senado tem sido um exemplo de atividades em relação à pessoa com deficiência. E, de fato, existe essa lacuna. A TV Senado tem que começar a atuar com o sistema de LIBRAS, como colocou aqui o Senador Eduardo Azeredo, permitindo que esses profissionais, que se formaram nessa área, possam também ser o instrumento de comunicação para as pessoas que, infelizmente, têm problemas principalmente de audição. Por isso tudo que a linguagem de sinal é fundamental. Quero cumprimentar a Senadora Heloísa Helena, Senador Renan Calheiros, também o Senador José Sarney pela forma como passaram a tratar esse tema Senado e, claro, o Senador Aelton Freitas que fez o relatório. Mas, eu acho que o alerta feito aqui pelo Senador Eduardo Azeredo, procede.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Sem dúvida nenhuma, Senador Paulo Paim, é sempre bom lembrar que hoje, grandes empresas estão treinando os seus funcionários para comunicar-se em LIBRAS com colegas. É algo realmente solidário, bonito e abre novos espaços para profissionais inclusive. Acredito que torna mais universal realmente a comunicação, que é tão importante. Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Senador Sérgio Zambiasi, apenas para concordar com V. Ex^a e parabenizar o Relator Senador Aelton Freitas e a Senadora Heloísa Helena por uma medida de tamanho alcance e relevância. Agora, eu acho, Senador Eduardo Azeredo, data vênua, que nós devíamos manter aberta as duas opções e vou explicar porque, Senador Marcos Guerra. Porque nós temos transmissões durante as 24 horas do dia. De tal maneira que podemos ter a LIBRAS durante o dia, mas a noite, na madrugada, podemos ter o *subtitles*, os *captions*, passando ali, para não obrigar que funcionários tenham que permanecer aqui em regime de 24 horas, o que seria até oneroso. Nos momentos de menor audiência, à noite, à madrugada, sábado, domingo, nós poderíamos então usar o sistema de legenda e durante o dia,

nas Sessões mais calorosas, durante os debates na Comissão ou no nosso Plenário, teríamos, sim, a LIBRAS para fazer essa tradução. Eu acho que foi esse o espírito do acatamento do nobre Senador Aelton Freitas, no sentido de que deixasse uma opção para que pudéssemos atender aos nossos especiais, aos nossos deficientes, de uma maneira ou de outra. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Com a palavra, então, o Relator da matéria Senador Aelton Freitas.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Senhor Presidente, como Relator, e por ter ouvido a nossa assessoria, que disse que o TSE, agora na decisão eleitoral, tinha optado pela LIBRAS e num segundo momento deixou facultativo – Ou um ou outra. Então, com a aquiescência de V. Ex^a e com a sugestão dos nobres pares, se puder deixar essas duas alternativas, quer dizer, fica com o que de melhor convir.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Perfeito. Entendemos que depois de toda essa discussão, esclarecemos também o posicionamento do Senador Eduardo Azeredo e vamos deixar a matéria já como ela está, foi devidamente examinada e discutida, é um projeto não terminativo. Nós encerramos, então, a discussão e vamos colocar em votação o parecer com as alterações do Relator. Senadoras e Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Vamos então ao Item 7 da Pauta. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 75/2006, denomina Rodovia Engenheiro Fabiano de Vivacqua o trecho da rodovia BR-482 entre o entroncamento com a BR-101, no Espírito Santo, e a divisa com Minas Gerais. Autor Senador Gerson Camata. Relatoria Senador Aelton Freitas, a quem passamos a palavra.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Senhor Presidente, Senador Sérgio Zambiasi, senhoras e senhores Senadores. Chega a essa Comissão para decisão em caráter terminativo, o Projeto de Lei nº 75 de autoria do nobre Senador Gerson Camata, que denomina a rodovia Engenheiro Fabiano Vivacqua o trecho da rodovia BR-482 entre o entroncamento com a BR-101, no Espírito Santo, e a divisa com Minas Gerais. Na justificação, o autor destaca a dedicação de Fabiano Vivacqua à construção da rodovia em nosso país. Nascido em 1930 e falecido em 2006, tornou-se engenheiro civil em 1954, e já em 1955 começou a trabalhar no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem do Espírito Santo. Em 1957 ingressou no extinto Departamento Nacional de Estrada de Rodagem – DNER, aonde viria a desenvolver a sua carreira que culminou na sua chegada à Diretoria Geral daquele

órgão. A escolha do trecho ferroviário em questão, Sr. Presidente, específico para a homenagem, deve-se ao fato de ter sido o Espírito Santo o Estado em que ele mais tempo atuou profissionalmente, além de atravessar a cidade natal e homenageando Cachoeira de Itapemirim. Na nossa análise, em se tratando da matéria sujeita à decisão terminativa, será analisado não só no mérito, mas também na constitucionalidade, juridicidade técnica legislativa do Projeto em tela. O Projeto em análise encontra-se em amparo na Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, e destaque que a rodovia, objeto da homenagem, não apresenta, no momento, nenhuma outra denominação além de sua nomenclatura oficial – BR-482. Em relação a técnica legislativa, o PLS nº 75 de 2006, foi elaborado em conformidade com as diretrizes fixadas na Lei Complementar nº 95 de 1988. O nosso voto, Sr. Presidente, diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e adequação à técnica legislativa nº 75 de 2006 por sua aprovação no tocante ao mérito.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Em discussão. Coloco em votação o Projeto de Lei Terminativo, com o parecer do Senador Aelton Freitas. Senador Marcelo Crivella. Senador Marcos Guerra.

SENADOR MARCOS GUERRA (PSDB-ES) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Senador Leonel Pavan. Senador Gilvam Borges. Senador Valdir Raupp. Senador Gilberto Messtrinho. Senador Aelton Freitas, Relator, voto conhecido. Senador Paulo Paim. Senador Jonas Pinheiro. Senador Cristovam Buarque. Senador Marco Maciel. Senador Romeu Tuma. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Senador Garibaldi Alves Filho. Está aprovado por unanimidade.

Último Item, extra pauta, a Requerimento do Senador Paulo Paim. Projeto de Lei da Câmara, autor Deputado Enio Bacci, denomina rodovia Leonel de Moura Brizola o trecho da BR-386 compreendido entre as cidades de Canoas e Iraí, no Estado do Rio Grande do Sul. Parecer favorável. Relator Senador Paulo Paim, com a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senhor Presidente, veio à Comissão de Educação o Projeto encaminhado na Câmara dos Deputados pelo Deputado Enio Bacci. Ele denomina, como rodovia Governador Leonel de Moura Brizola, o trecho da BR-386 compreendido entre as cidades de Canoas e Iraí, no Estado do Rio Grande do Sul. Relatório. Oriundo da Câmara dos

Deputados, o Projeto da Câmara nº 55/2006, pretende dar a rodovia federal BR-386 no trecho compreendido entre as cidades de Canoas e Iraí, no Estado do Rio Grande do Sul, o nome de rodovia Governador Leonel de Moura Brizola. Leonel de Moura Brizola, além de grande estadista e personalidade de relevo na história política do Brasil, homenageado teria sido, segundo a justificativa do Projeto, quem idealizou a construção da BR-386, que ficou conhecida no Rio Grande do Sul como a Estrada da Produção. à Comissão de Educação compete examinar a proposição quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, além de pronunciar sobre o mérito da iniciativa. Não foram oferecidas emendas ao projeto. Senhor Presidente, eu vou deixar de ler toda a análise, que são três páginas e vou me debruçar sobre o final, que eu entendo que o final é uma homenagem ao grande Leonel de Moura Brizola. Digo eu aqui no meu relatório, Sr. Presidente – “Pelas mãos de Sinhá Aninha, parteira, nasceu Itagiba”, porque esse era o nome de Leonel Brizola, quando ele nasce, “lá nos idos de 1922, em plena solidão dos pampas gaúchos. Entre a prosa da Alcides Maya e o tilintaque das adagas, dos maragatos e dos chimangos. Seu pai, de nome José, era federalista, dos quatro costados. Lutava em 93 na Revolução da Degola, ao lado do conselheiro Gaspar Silveira Martins. Por destino, o velho maragato, tomba em 1923 quando pelhava nas tropas do comandante do norte, que tinha o nome de Leonel Rocha. Sua mãe, dona Onívia, lhe ensinou as primeiras letras. A Revolução de 30 já era vista no horizonte e o menino, cada vez mais homens de calças curtas e pés descalços, empunhava uma espada de pau, e montado em seu flete de taquara, não se cansava de gritar, mediante as histórias da mãe, em relação ao vento minuano – Eu sou o capitão Leonel, daí surgiu o seu nome. E assim cresceu o piá comandante de si mesmo e das tropas de osso, que outrora era a diversão da gurizada. A infância de quem perdeu o pai muito cedo, muitas vezes é triste ou, na maioria das vezes, o é, mas a infância de quem um dia entrará para a história e fará com que homens, mulheres, jovens, velhos, negros, deficientes, índios e minorias discriminadas, como a maioria, chorem e tenham orgulho da pátria, da *patria mama*, é a coisa mais linda que Deus pôde criar”, daí nós lembramos de novo de Leonel Brizola. “Por certo, poucos foram os escolhidos pelo grande Pablo Neruda, ‘Ah, que saudados de Neruda’. Para mim, ele é um dos maiores poetas que a América Latina pariu e, sem dúvida, um dos maiores do mundo. Neruda também foi Ministro de Salvador Allende, no Chile, e escreveu um poema a Leonel de Moura Brizola”. Diz Neruda – “Novas ilhas, novos rios. Novos vulcões fazem do

continente uma nova geografia. Queremos nova agricultura. Queremos outras forças juvenis. Uma sociedade mais pura. Novos protagonistas da história, que agora está nascendo e que devemos e temos o dever de construir. Quem pode estar contra a vida? Celebramos, então, a chegada de Leonel Brizola no cenário da América, como uma deslumbrante encarnação de nossas esperanças. Estamos cansados da rotina da miséria, de ignorância e de injustiça econômica. Abramos o caminho para aquele que encarna hoje a possível construção do futuro”.

Senhor Presidente, para concluir, eu só vou aqui me reportar, na homenagem que fiz a Leonel Brizola no Plenário, eu disse que o mundo todo comentou o dia que o Brizola morreu e disse eu – “Para se ter uma idéia do que representava Leonel Brizola para a Esquerda, basta darmos uma pequena corrida nos principais jornais do mundo quando da sua morte. Sejam eles o espanhol *El País*; a Grã-Bretanha, o *Independent*; o diário londrino, *The Guardian*; nos Estados Unidos, o *The New York Times* ou mesmo o *Los Angeles Times* e, por fim, na França, o jornal *Le Monde* e o *Liberación*”. Qual era a síntese das manchetes dos jornais no dia em que Brizola morreu? Essa era a manchete – “Morre no Brasil o mais notável e popular líder da Esquerda, que ousou levantar a sua voz em defesa dos mais pobres entre os pobres”. Sendo assim, esta pequena homenagem é uma homenagem a esse grande homem e este patriota que, por certo, visto a análise da sua história, é mais do que merecedor. Por isso, Sr. Presidente, voto pelo Projeto de Lei da Câmara nº 55, que faz, na verdade, uma grande homenagem ao ex-Governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, Leonel de Moura Brizola.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Senador Paulo Paim, que faz uma brilhante defesa do Projeto de sua Relatoria e nos emociona colocando trechos da história deste grande líder gaúcho e brasileiro. Eu estava te ouvindo e lembrando, nós que convivemos, não digo pessoalmente, com o Brizola, mas o admirando à distância necessária, como se admira os líderes, lembrando que Brizola destacou-se por inúmeras ações no Brasil e, especialmente, no Rio Grande do Sul, pela Revolução, pelas escolas, mais de seis mil escolas no Rio Grande do Sul, numa delas eu estudei, seguramente V. Ex.^a também estudou, especialmente as escolas rurais, as pequeninas escolas lá na roça, lá na colônia. Pela sua visão desenvolvimentista propondo exatamente a Estrada da Produção, foi por suas mãos que iniciou-se uma das obras fundamentais para o desenvolvimento do Estado, ligando a região da produção à região celeiro, com a capital do Estado e as demais grandes

rodovias a BR-101 e a BR-116. Foi por sua iniciativa e por suas mãos que aconteceu essa espetacular obra, dessa rodovia, hoje popularmente conhecida como a Estrada da Produção, exatamente pela visão desenvolvimentista, e que agora merecidamente recebe o nome do seu idealizador Governador Leonel Brizola. Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Senhor Presidente, senhor Relator, senhores Senadores. Como Senador do Rio de Janeiro, não poderia deixar passar uma oportunidade como essa para homenagear o autor do Projeto, que é o Deputado Enio Bacci, PDT do Rio Grande do Sul.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Da cidade do Lajeado, por onde passa...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– A marcha.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – A margem, cortada pela rodovia que será Leonel Brizola.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– A marcha da produção. E ao Senador Paulo Paim, que hoje encarna, também, os mais belos ideais políticos desse povo gaúcho, que tantas coisas boas deu a esse país em todas as fases. O Governador Brizola, me permito chamar assim, porque foi Governador do meu Estado duas vezes, deixou lá no Rio, no Estado do Rio, mais de 500 CIEPs. O Centro Integrado de Educação que foi idealizado para ter escola em horário integral, onde as crianças pudessem tomar banho, almoçar, tomar café, jantar, ter o segundo turno, saírem para casa depois alimentadas e voltarem no dia seguinte para receberem uma formação que não ficasse nada atrás da melhor formação que um filho de família rica pudesse ter numa escola privada. Esse sonho do Leonel Brizola precisa ser resgatado no meu Estado. Em recentes reportagens, o jornal O GLOBO desafiou a eficiência do processo e, inclusive, evocou que R\$ 2,86 seria muito caro para se manter uma criança em horário integral, com duvidosos resultados em termos de efetividade na formação dessa criança. Fizeram, inclusive, alguns... Colocaram algumas reportagens de crianças que estudaram nos CIEPs e acabaram não se formando, nem sequer concluindo o 2º grau e algumas entraram pelo caminho do crime. Pois, então, eu aproveito esse momento em que nós homenageamos o Governador Brizola no Rio Grande do Sul, dando a ele um trecho de uma estrada, fazendo um apelo as lideranças políticas do meu Estado. Sou um dos candidatos ao próximo Governo, assumi esse compromisso publicamente, outros candidatos também o fizeram, mas todos deveríamos fazer – De

resgatar os CIEPs, de resgatar o projeto de horário integral para as nossas crianças e, seguramente, Senador Paulo Paim, os 117 mil furtos, que nós tivemos no ano passado no Estado do Rio de Janeiro, os 111 mil assaltos, as 79 mil lesões corporais dolosas, mais de 6 mil homicídios, porque não consideramos homicídios os 10 mil corpos encontrados ao relento no nosso Estado, demos como morte natural de população de rua e não sabemos se foi mesmo, 4,5 mil ônibus assaltados e mais de 1,3 mil mulheres estupradas. Leonel Brizola já lembrava, já sabia e já preconizava de que era a educação que poderia evitar tanto choro, tantas lágrimas, tanta tragédia num Estado tão bonito e tão próspero. Ah, se os CIEPs tivessem sido mantidos na sua concepção atual, ah se os CIEPs não fossem hoje 500, mas tivessem sido multiplicados, mil, dois mil, certamente não estaríamos amargando essas estatísticas. Perdoe-me por me delongar, Senador Zambiasi, mas é uma homenagem do fundo do meu coração, da minha alma, que faço a esse grande líder que é meio gaúcho, meio carioca, que morreu no Rio de Janeiro e ali foi velado no Palácio Guanabara, estive ao lado de sua filha, choramos juntos essa morte, essa perda, e acho que a maior homenagem que podemos fazer é novamente trazer esse projeto que tanta falta nos faz na sua concepção original, como o próprio Governador. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Senador Marcelo Crivella, lembrando a importância de Brizola, não apenas para o Rio Grande do Sul, mas para o Rio de Janeiro. Então, vamos considerá-lo em termos de Brasil, de América do Sul, pela figura de altíssima representatividade que o Brizola sempre teve. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG) – Presidente, também em meu nome, em nome do Senador Marcos Guerra, do nosso Partido PSDB, eu quero também concordar com essa homenagem, aprovar mais uma homenagem que se faz, na verdade, ao ex-Governador do Rio Grande do Sul, ex-Governador do Rio, Leonel Brizola, que foi, sem dúvida, um grande lutador pela democracia no Brasil. De maneira que também queremos aplaudir essa iniciativa e a aprovação desse Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Encerrada a votação – SIC. Em discussão. Nenhum Senador quer discutir, passamos, então, agora à votação. Senadoras e Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Está aprovado o Projeto.

Último Item da Pauta. Item 7º. Item 5º, perdão. Projeto de Lei da Câmara nº 118/2005, modifica o Inciso II, do caput do art. 44, da Lei nº 9.394, de 20 de

dezembro de 1996, dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em Seminários de filosofia ou teologia. Autoria do Deputado Wasny de Roure. Relatoria Senadora Maria do Carmo Alves. Parecer favorável na forma de substitutivo oferecido, observando que a matéria constou na Pauta da Reunião do dia 28 de junho de 2006. Com a palavra a Relatora Senadora Maria do Carmo Alves.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (PFL-SE) – Senhor Presidente, senhores Senadores. O Projeto de Lei da Câmara, de nº 118/2005, dispõe, como destaca a sua ementa, sobre o aproveitamento de matérias cursadas em Seminários de filosofia ou de teologia. Para tanto, altera o Inciso II, do artigo 44, da Lei nº 9.394 de 1996, conhecida como LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação. O art. 1º do PLC, ao conferir nova redação ao dispositivo da LDB, determina que os cursos de graduação também sejam abertos a candidatos que tenham concluído formação em filosofia ou teologia em Seminário, pelo período mínimo de dois anos, após a conclusão do ensino médio e a classificação em processo seletivo em cursos superiores correspondentes, devendo os conteúdos serem aprovados mediante a avaliação de banca examinadora especial. À matéria não foram apresentadas as emendas. O Decreto-Lei nº 1051 de 69, permitia que os portadores de Diplomas de cursos com duração mínima de 2 anos, realizados em seminários, faculdades teológicas ou instituições equivalentes, aproveitassem os estudos realizados nos cursos de licenciatura das faculdades de filosofia, ciências e letras, mediante exames especiais. Se aprovados nesses exames, os interessados poderiam matricular-se na faculdade, no caso de existência de vagas, independentemente da realização de vestibular. Essas normas foram revogadas pela LDB de 96, principalmente devido à exigência de que os candidatos aos cursos de graduação sejam classificados em processos seletivos, ao qual compete, segundo preceito constitucional, art. 206, oferecer condições isonômicas de acesso à educação superior. O PLC em exame, conforme destaca a sua ementa, e se pode depreender de sua justificção, intenta valorizar os estudos de teologia e filosofia feitos em seminários, mediante a possibilidade do seu aproveitamento em cursos correspondentes de graduação. Desse modo, cabe estranhar que, para buscar esse intento, o PLC tenha proposto a alteração do Inciso II, do artigo 44 da LDB, que dispõe sobre os requisitos para acesso aos cursos de graduação. Na verdade, nas letras A e B, sugeridas ao referido dispositivo legal, são previstas exatamente as mesmas condições de acesso aos cursos de graduação, que são aquelas atualmente vigentes. Os candidatos devem ter concluído o en-

sino médio e terem sido classificados em processo seletivo. Portanto, a inclusão do aproveitamento de estudos desse dispositivo da LDB precisa ser revista. Na verdade, a LDB, no que diz respeito ao aproveitamento de estudos na educação superior, contém apenas a norma disposta no artigo 47, que reza – Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos de acordo com as normas dos sistemas de ensino. Além disso, as instituições de ensino admitem correntemente o aproveitamento de créditos e disciplinas cursados no nível superior, nos casos de transferência de estabelecimento de ensino ou de mudanças de curso, se houver correspondência de conteúdo. No entanto, o PLC trata do aproveitamento no ensino superior de estudos realizados em cursos livres. Cabe, nesse caso, lembrar que existem diversas situações semelhantes que, em princípio, requerem tratamento similar. Assim, por exemplo, por que não admitir o aproveitamento de estudos feitos nos tão disseminados cursos livres de língua? Ainda mais forte seria a demanda para que estudos feitos em cursos técnicos, de nível médio, fossem aproveitados em cursos correspondentes de nível superior. A abertura dessas possibilidades, entretanto, traz o risco de que as instituições de ensino superior acabem sobrecarregadas pelas demandas de candidatos que desejam abreviar seus cursos de graduação. Mais arriscado ainda seria a transformação desse aproveitamento de estudos em simples mercadoria, devido à proliferação de cursos livres e de estabelecimentos de ensino superior, bem como o fato de que o Poder Público teria dificuldade de fiscalizar esse processo. Desse modo, deixemos que a questão seja mais amplamente debatida e decidida em outra circunstância. Limitemo-nos, assim, aos Seminários. Ao mesmo tempo, convém enfatizar a idéia de possibilidade e não de aproveitamento de conteúdos como sugere o PLC, afinal as instituições de ensino superior devem ter a prerrogativa de analisar o currículo de cada curso oferecido em Seminário e decidir pela equivalência ou não de estudos. Assim, manifestamos pelo acolhimento da proposta, embora sob a forma de substitutivo, que transfere a nova norma com pequenas alterações para as disposições gerais da LDB. Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara de nº 118/2005 na forma do substitutivo a seguir apresentado.

art. 1º. A Lei de nº 9.394, de dezembro de 96, passa a vigor acrescida do seguinte artigo – art. 86A. Os formados em curso de filosofia e teologia, com duração mínima de dois anos, realizado em seminário, podem

ter seus estudos aprovados, total ou parcialmente, em cursos de graduação correspondentes, mediante avaliação de banca examinadora especial e observado o disposto no art. 44. Este é o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Em discussão. Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Senhor Presidente, eu gostaria de parabenizar a Relatora, a Senadora Maria do Carmo Alves, nossa Senadora querida, porque esse Projeto acaba trazendo alento para muitos seminaristas, aliás, eu diria teólogos, pastores, padres e tantos outros religiosos que fazem cursos de duração de dois anos, e que mais tarde prestam vestibular para uma universidade com curso de teologia regular e aí têm dificuldades para o aproveitamento de suas matérias. Ora, o Projeto sana este problema. É claro que não ficarão livres de um exame, mas poderão, nesse exame, mostrar que têm conhecimento daquilo e abreviar o seu curso, que normalmente é de quatro anos, aproveitando dois anos já feitos em Seminário, e terminar o seu curso de graduação em dois anos.

Senadora Maria do Carmo Alves, V. Ex^a está de parabéns. Esse Projeto tem grande alcance e relevância, certamente será muito bem vindo por tantos ex-seminaristas, muitos da sua região, do Nordeste, onde esses Seminários mais curtos existem em grande quantidade, mas também no Centro-Oeste, também no Sudeste. V. Ex^a está de parabéns. O que nós, Sr. Presidente, precisamos fazer urgentemente aqui no Senado Federal e nessa Comissão, é tratar da nossa Audiência Pública para finalmente regularizarmos a profissão do teólogo, aquele presta serviços de consultoria, não só o que faz cultos em igrejas, mas que também presta consultoria a filmes, a teatros, à pessoas que estão fazendo pesquisas sobre o setor, a políticos, a também produtores teatrais, enfim a todos que querem se envolver com essa expressão da cultura humana que é a religião. Eles poderão prestar esse serviço porque conhecem profundamente todas as religiões, porque estudaram nos bancos escolares. Parabéns Senadora e já quero adiantar meu voto favorável ao relatório, voto com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado, Senador Marcelo Crivella. Continua em discussão. Não havendo mais interessados, vamos colocar em votação. Coloco em votação o Projeto. Senadoras e Senadores que concordam, permaneçam como se encontram, está aprovado. Não havendo mais matérias em Pauta, estamos encerrando a presente Sessão.

Sessão encerrada às 13h10min.

Ata da 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 11 de julho de 2006

Eleição do Presidente

Às dez horas e trinta e oito minutos do dia onze de julho de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Juvêncio da Fonseca e com a presença dos Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Edison Lobão, Leonel Pavan, Wellington Salgado de Oliveira, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Aelton Freitas, Paulo Paim, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Geraldo Mesquita e Luiz Otávio, reúne-se a Comissão de Educação. Assinam o livro de reunião, após o encerramento da votação, os senhores Senadores César Borges, Cristovam Buarque Marco Maciel e Garibaldi Alves Filho. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Maria do Carmo Alves, Marcelo Crivella, Marcos Guerra, Gilvam Borges, Íris de Araújo, Sérgio Cabral, José Maranhão, Gilberto Mestrinho e Fátima Cleide. Justificam a ausência os Senhores Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho. A presente reunião destina-se à eleição do novo Presidente da Comissão. Em virtude do então Presidente eleito, Senador Gerson Camata, assumir a Secretária de Estado de Desenvolvimento de Infra-Estrutura e dos Transportes do Estado do Espírito Santo. Distribuídas as cédulas e procedida à votação, o Senhor Senador Juvêncio da Fonseca, Presidente Eventual, convida os Senhores Senadores Ney Suassuna e Geraldo Mesquita para servirem como escrutinadores, sendo verificado o seguinte resultado – Para Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira, dezessete (17) votos. Prosseguindo, o Senhor Presidente Eventual, Senador Juvêncio da Fonseca, proclama eleito e empossado o Senador Wellington Salgado de Oliveira como Presidente da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores – Demóstenes Torres, Ney Suassuna, Paulo Paim, Roberto Saturnino, Romeu Tuma, e Geraldo Mesquita. Os Senhores Senadores Marco Maciel e Garibaldi Alves Filho usam da palavra e solicitam a inserção em Ata da manifestação de apoio e voto ao Presidente eleito. A seguir, o Senhor Presidente Eventual, Senador Juvêncio da Fonseca, passa a palavra ao Presidente recém empossado, Senador Wellington Salgado de Oliveira. Após o discurso o Presidente eleito, Senador Wellington Salgado de Oliveira, encerra a reunião às onze horas e seis minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão

de Educação, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Havendo número regimental declaro aberta a 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

A presente Reunião tem por finalidade a eleição do Presidente desta Comissão. Foi registrado até o presente momento a seguinte chapa – Para Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira, chapa única. Sobre a Mesa encontram-se à disposição dos Srs. Senadores, cédula de votação devidamente rubricadas pela presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para votação.

Eu gostaria de esclarecer aos Srs. Senadores que o Presidente dessa Comissão, o ilustre Senador Gerson Camata de brilhante passagem pela presidência dessa Comissão, solicitou licença e hoje ele presta serviço, como Secretário de Estado, no Estado de Espírito Santo.

O Senador Augusto Botelho que é o Vice-Presidente convocou justamente essa reunião para que se procedesse à eleição do novo Presidente dessa Comissão, ou melhor, e foi apresentada apenas uma chapa que é a do Senador Wellington Salgado de Oliveira, que reúne as condições partidárias, intelectuais e de experiência para o exercício desta função. Vamos...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)

– Pela ordem Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Com a palavra o Senador Demóstenes Torres. Antes que V. Exª use da palavra, eu gostaria o seguinte – Que já se encontra o livro aberto para votação, as cédulas já rubricadas e na medida que nós fomos discutindo a pauta, vamos fazendo a votação. Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)

– Sr. Presidente, apenas para parabenizar o novo Presidente da Comissão de Educação, Senador Wellington Salgado, que sem dúvida alguma tem muita experiência no ramo, e nesse período em que ficará à frente da presidência até o retorno do Senador Camata, com certeza, vai poder agilizar ainda mais os trabalhos dessa Comissão. Poderemos discutir temas relevantes para o País. Já me confidenciou o Senador que pretende incluir em pauta a chamada “Escola em Tempo Integral” que é a verdadeira revolução em todas as escolas de primeiro grau do País. E que isso, com certeza, vai

constituir uma agenda positiva, principalmente nesse período em que o Senado praticamente em recesso deverá sofrer todos os desgastes como acontece em qualquer eleição.

Daí porque parabenizo o nosso querido Senador. Espero que realmente os Projetos que ele têm em mente, especialmente essa discussão de tamanha relevância, ele possa implementar especialmente nesse período. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, cabe a liderança do partido à indicação dos candidatos a presidência das Comissões que cabem ao partido. E eu queria dizer V. Ex^a que nós fizemos a indicação do Senador Camata que foi e é um Senador brilhante.

O Senador Camata como bem disse V. Ex^a, ausentou-se para poder ser Secretário de Transporte do Espírito Santo. E nós ficamos com a Comissão que é do PMDB em mãos de outro partido, muito bem colocada por sinal, tanto por V. Ex^a quanto o Senador Botelho comandaram magistralmente. Mas infelizmente as normas e as pressões partidárias fizeram ter que fazer uma indicação e a indicação caiu magistralmente também na pessoa do Wellington Salgado, que teve a gentileza e a nobreza de dizer – “Senador Ney, eu queria dizer a V. Ex^a que vou ficar até o Senador Camata voltar. O Senador Camata voltando o senhor pede nova eleição porque eu me ausentarei”.

Então foi esse o compromisso. Eu liguei pessoalmente para o Senador Camata comuniquei a ele dessa posição e estou aqui exatamente exaltando não só o Senador Camata, mas principalmente o Senador Wellington Salgado que eu sei do seu brilhantismo. Em pouco tempo aqui no Senado ele conquistou corações e mentes de todos nós e nós estamos muitos felizes de que ele possa assumir esse cargo que é um cargo importante e que com toda a certeza ele brilhará como tem brilhado em todas as Comissões que ele tem participado e eu não tenho o poupado, tenho o botado em muitas Comissões. Ele tem, como todos vêem, o físico avantajado, a saúde boa, ele agüenta esse tranco facilmente.

Então, era isso que eu queria dizer e agradecer a todos os membros da Comissão por esse apoio e ao encerrar, louvar mais uma vez a atitude do Senador Wellington Salgado ao dizer – “Eu ficarei até o Senador Camata voltar”.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Senador, somente uma sugestão para o novo Pre-

sidente, em homenagem ao carecas dessa Casa que ele desbaste essa cabeleira incrível que ele ostenta, até para que não fique nos humilhando.

[Risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Vê o Senador Wellington Salgado que as reivindicações aqui são as mais complexas. Mais variadas, mais simples de serem atendidas. Muito simples.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sugiro que se coloque em votação, Presidente. Vamos colocar em votação.

[Risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Com a palavra o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente, eu também quero fazer minha as palavras já apresentadas aí pelos Senadores que me antecederam. Em primeiro lugar enaltecer o trabalho do Senador Camata, que realmente conduziu esta Comissão de uma maneira muito eficiente, boa, bem dialogada, uma pessoa de extrema respeitabilidade, companheirismo. E desejando, inclusive, que ele faça um bom mandato lá no Espírito Santo à frente da Secretaria de Transportes e sabendo também que o mandato dele iria até o final deste ano, começo do ano que vem, quando serão novas eleições nesta Comissão de Educação. E, ao mesmo tempo, parabenizar o companheiro, Senador Wellington Salgado que também se dedica muito a área da educação, que faça um bom mandato, que pense nas sugestões apresentadas em termos, assim, de isonomia, pelo menos na parte da cabeleira, [risos], do cabelo. Mas que faça um bom trabalho, que realmente conte com a gente, que a gente pense nos desafios que o Brasil enfrenta nessa área da educação, são tantos os desafios, ainda tantos avanços e tantos desafios. É algo permanente, seja no ensino profissional, agora na aprovação do FUNDEB, no Senado, retorna para a Câmara, implantação de um processo novo, ensino superior, PROUNI, e também no PROUNI a participação das universidades particulares, comunitárias, filantrópicas, na educação de jovens e adultos.

Eu penso que essa Comissão tem muito a oferecer para o Brasil, os debates tem que acontecer, as decisões têm que ser tomadas, e que se a gente pensa num Brasil diferente, melhor, mais desenvolvido e justo, isso passa pela nossa Comissão essencialmente que é a área da educação.

Então que faça um bom trabalho presidindo essa reunião, tem um apoio extraordinário num Senador brilhante dessa Casa, que o Senador Augusto Botelho, que é o Vice-Presidente dessa Comissão, e que

V.Ex^a, certamente contará com todos nós para que possamos em conjunto dialogar, pensar e conduzir um processo de maneira da qual todos nós nos orgulhemos. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Juvêncio da Fonseca, fiz questão de usar a palavra nesse momento para cumprimentar o Senador Wellington Salgado. Eu dizia hoje pela manhã a ele que o Senador Wellington Salgado quanto mais a gente convive com ele mais aprende com ele, inclusive a respeitá-lo pelas suas posições.

Tivemos o episódio, Sr. Presidente, sobre a política de cotas nas universidades. Eu quero elogiar a postura do Senador Wellington que não só dialogou comigo inúmeras vezes sobre o tema de forma respeitosa, um debate qualificado, do mais alto nível, apontando inclusive caminhos e chegou um ponto tal que eu mesmo estava quase que assinando o recurso que ele fez para o Plenário para que a gente conseguisse continuar debatendo o tema.

Então tenho certeza que o Senador Wellington conhece o tema da educação, eu diria, como poucas pessoas nesse País. E tenho certeza que o debate que aqui faremos também das ações afirmativas no seu conjunto que será presidido com ele, com certeza, a importância desse tema que o País todo hoje está debatendo. E que é muito bom. O ruim seria não debater, não construir alternativa de combate ao preconceito e às discriminações. Por isso eu estou muito feliz de poder nesse momento votar no Senador Wellington Salgado. Eu acho que a Comissão ganha, tenho certeza absoluta que ele fará um excelente mandato e digo que a Comissão está de parabéns. Vai ser muito importante esse período que é um período eleitoral, é um período de um recesso, queremos ou não, parcial, mas essa Comissão fará o seu papel com um amplo debate desse tema tão importante e o Senador Demóstenes aqui apontou já um caminho do qual eu assino embaixo, com certeza absoluta, que são as escolas com tempo integral para que efetivamente a nossa juventude já saia das escolas aprendendo não só o básico, mas também quem sabe os primeiros passos num rumo de uma profissão que ele possa, no amanhã ou depois, enfrentar com mais capacidade o próprio mercado de trabalho. Então parabéns a Comissão, em especial, parabéns ao nosso novo Presidente Senador Wellington Salgado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Com a palavra o ilustre Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Sr. Presidente, Senador Juvêncio da Fonseca, Sr^{as}. e Srs. Senadores, antes de mais nada registrar aqui o nosso respeito, a nossa consideração pela presidência enquanto utilizada pelo Senador Gerson Camata, um grande companheiro, por V. Ex^a que por tantas vezes aqui conduzindo os trabalhos, nos orientou no bom rumo, na solução e na equação dos temas aqui tratados.

Senador Suassuna menciona o fato aqui de que trata-se de um procedimento regimental, mas que no caso do Senador Wellington, pode ser até uma formalidade regimental, mas é aquelas que a gente adentra com absoluto prazer, Senador Wellington. V. Ex^a me chamou a atenção pelo seu desprendimento em assumir de pronto, como V. Ex^a mesmo, ao me cumprimentar, na hora que cheguei, me disse – “Olha, eu vou assumir um ‘mandato tampão’. Isso é uma coisa muito interessante no mundo em que se disputa avidamente o poder, V.Ex^a nos dá mais lição, como disse o Senador Paim de desprendimento de grandeza. E, portanto, é essa formalidade que de fato é uma formalidade, no caso de V.Ex^a, ela é exercida por todos nós e no meu caso, tenho certeza absoluta que pelos demais companheiros com enorme prazer. V. Ex^a que é homem também ligado a problemática da educação, creio que é uma peça sendo encaixada assim com propriedade, para que essa Comissão seja bem presidida, tenho certeza absoluta. V. Ex^a que tem mostrado a todos nós nessa Casa, desde que chegou, que não teme a polêmica, inclusive.

Eu já assisti V. Ex^a entrar, como a gente chama no futebol, em bola dividida aqui, que a prudência recomendaria inclusive que não entrasse, mas V. Ex^a com destemor, jamais temeu o debate, a discussão, a polêmica, o contraditório, e, portanto, tenho certeza absoluta que essa Comissão será muito bem presidida e conte com a nossa absoluta colaboração.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Antes de encerrar a palavra livre, eu gostaria de designar os escrutinadores, Senador Ney Suassuna e Geraldo Mesquita, que apurando os votos e em seguida a palavra ao Senador Saturnino Braga, inscrito. Senador Garibaldi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, eu solicito a minha inscrição para uma palavra rápida.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, as manifestações que nós aqui ouvimos não são cumprimentos de obrigações protocolares ou de manifestações de coleguismo. Não, Sr. Presidente. São expressões de reconhecimento pelo valor, tanto do Senador Gerson Camata que

nos deixa por um cumprimento também de um dever ao qual ele dedica a sua energia, a sua vida, como o reconhecimento também pelo Senador, pelo valor do Senador Wellington Salgado, que é uma pessoa dedicada à educação, uma pessoa que tem raízes no processo educacional brasileiro, que tem méritos já demonstrados, que tem personalidade, que tem caráter que expressa o seus pontos de vista com altivez e com independência.

Então essa Comissão realmente se sente no dever de expressar o reconhecimento pelo que foi o trabalho do Senador Gerson Camata e da confiança que temos no que será o trabalho do Senador Wellington Salgado. Razão pela qual eu não podia deixar também de me manifestar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Com a palavra o último Senador inscrito Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, eu quero na mesma linha nos pronunciamentos anteriores, dizer da minha satisfação por ter votado há pouco tempo, há poucos instantes no Senador Wellington Salgado. E votei por ver nele os méritos que todos nós vemos na sua dedicação pela educação, mas eu diria que não me dediquei apenas a ver a personalidade do Senador Wellington Salgado sobre esse ângulo, mas o que eu acho é que ele tem uma versatilidade, um poder de abranger na sua apreciação vários assuntos, vários temas e com absoluta segurança.

Por isso é que eu sou um eleitor, hoje, do Senador Wellington Salgado. Já que ele não pode ser o meu eleitor, eu sou o eleitor dele.

[Risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Não havendo mais quem queira usar da palavra, passo a palavra a Comissão de escrutinadores para o resultado, esperado resultado.

SENADOR GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB-AC) – 17 votos a favor da eleição do Senador Wellington Salgado para presidir a Comissão de Educação. Unanimidade total e absoluta. Do tamanho dele.

[Risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Bom, encerrada a votação e inclusive a apuração, eu gostaria também de acompanhar os nossos pares, dar as boas vindas ao ilustre Senador Wellington Salgado, e é um prazer imenso ter presidido essa Sessão que o elegeu Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal.

Sei que V.Ex^a vai aqui exercer um papel brilhante. E pelo que já mostrou no Plenário, pelo que já mostrou nas outras Comissões. E V. Ex^a é uma liderança

nova do Congresso Nacional que muito nos honra, e faz com que olhemos para sua conduta destemida, corajosa, lúcida, isso é muito importante para a pátria brasileira.

Portanto, convido com essas palavras V. Ex^a para assumir o comando dessa Comissão de Educação e querendo usar da palavra.

[Troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Srs. Senadores, meu líder Ney Suassuna aqui presente, primeiramente, eu queria agradecer a eleição e comunicar que se tivesse que cumprir o “mandato tampão” de uma Sessão apenas, eu teria o maior prazer na minha vida em ser Presidente dessa Comissão que fosse por apenas um dia. Porque, pelas palavras aqui colocadas, eu acho que eu aproveitei muito no Senado, porque eu vim direto para o Senado. Então o que eu aprendi de política, eu aprendi direto no Senado. E no Senado eu aprendi que as pessoas, que os Senadores têm pontos de vista diferentes, porém se respeitam e respeitam os Estados. E tenho visto até Senadores que têm posição da base de apoio do Governo, mas com posição totalmente contrária ao Governo, mas não abrem mão das suas idéias.

Eu conversava com o Senador Paim essa manhã. E o Senador Paim tem toda uma história e realmente, quando ele acredita, não importa quem está do outro lado, ele acredita naquelas idéias e vai até o fim.

Então eu, com certeza, Senador Paim, V. Ex^a é um grande exemplo para mim na área política e também como na vida.

Quanto ao Senador Geraldo Mesquita que falou da questão do comprometimento, realmente para mim, quem sabe que o Senador Camata é uma pessoa sensacional, um homem que tem uma história maravilhosa. Para mim substituído nesse período e, assim que ele voltar do trabalho dele no Espírito Santo renunciarei com a maior felicidade, porque realmente eu acho que eu tenho muito mais a aprender com o Senador Camata como Presidente, estando à frente e acompanhando essa Comissão, do que talvez até sentado aqui. Então terei a maior honra, ao voltar, que ele sente nessa cadeira.

Quanto ao Senador Saturnino com as colocações, quanto à questão de independência, é mais uma vez fruto do convívio com o Senado. É tudo aquilo que eu coloquei, olhando para o Senador Paim. O Senado é uma escola maravilhosa, tive a oportunidade de conviver com pessoas e homens públicos e homens que têm toda uma história e já chegam com a personalidade formada e acreditando. Eu costumo sempre sentar

no Senado, ficar na minha cadeirinha observando, muitas vezes nem o Senador que está falando, e sim os outros que estão observando, que é ali que você aprende bastante. É vendo o que os outros estão pensando sobre o debate que está acontecendo naquele momento. Isso para mim tem sido uma aula maravilhosa e muitas pessoas que não tenham essa oportunidade de ser um dos 81 Senadores desse País, realmente abençoado esse momento que eu estou vivendo aqui, o momento de ter chegado ao Senado.

Quanto ao Senador Ney Suassuna, meu líder que me indicou para esse momento, para esse mandato curto, porém que vai marcar o resto da minha vida, Senador Ney Suassuna, então conseqüentemente agradeço a V. Ex^a, o meu partido, um partido realmente que só em sentar-se à Mesa de discussão você já aprende bastante. Porque só o número de ex-Senadores, ex-Governadores, ex-Prefeitos que estão sentados naquela Mesa é uma honra muito grande estar presente.

O Senador Flávio Arns a quem falou de comprometimento com a educação, é uma pessoa quem eu sempre observo e sempre procuro absolver os conhecimentos e toda a sua calma, o seu bom coração e a sua ternura para observar tudo e falar calmamente ao final, embora às vezes as discussões estejam até bem forte. Então, é um ensinamento.

E o Senador Garibaldi Alves, eu não tenho nem palavras, Senador, porque realmente V. Ex^a me mostrou seu senso de justiça ao fazer o Relatório de uma CPI, onde o senhor realmente foi pela cabeça e pelo coração e pelas coisas que ali estava vendo, pelos documentos analisados. Não se deixou levar momento algum, por influência de A ou de B e votou com a consciência. E por sorte daquela CPI, por sorte do Presidente, V. Ex^a tem a consciência limpa. É um grande líder e para mim é orgulho muito grande ter participado daquela CPI, vê-lo atuar e receber essas palavras de carinho de V. Ex^a nesse momento.

Então para mim, senhores, é uma honra muito grande está aqui presente. É como eu disse. Se fosse simplesmente uma Sessão eu estaria aqui. E agradecer e espero e tenho certeza de que farei um grande trabalho, porque se eu fizer algo errado tenho certeza que algum Senador vai falar no meu ouvido – “Olha, Wellington vá por aqui”. E aí eu estou sempre bem aconselhado pela nata desse País. A verdade é essa. A nata pensante desse País.

Senador Juvêncio, a maior experiência, um homem que tem toda uma história linda também, um homem que está procurando novos caminhos, vamos sentir muita cidade de V. Ex^a, mas tenho certeza que vai voltar, é uma reorganização que V. Ex^a e como é uma

grande político, a gente tem analisar qual está sendo esse caminho que V. Ex^a está traçando. Então, muito obrigado pelas palavras, muito obrigado realmente por ter conduzido a Sessão em que eu estou sendo nomeado Presidente de uma Comissão... Um minutinho porque a gente tem sempre que ouvir aqui o... Claro. E agradecer as Sessões que o Senador Juvêncio presidiu nessa ausência, no período da ausência do nosso Presidente, também do Vice, e conduziu muito bem. O Senador Juvêncio, isso para mim que está sendo um momento super nervoso, o Senador Juvêncio com a sua experiência carrega tranquilamente.

Então, muito obrigado pela oportunidade. Eu acho que para mim são momentos que eu jamais pensaria na minha vida, porque realmente você vê a história acontecer. Eu fui criado numa casa onde no fundo era a escolinha que a minha mãe começou com o jardim de infância. E aí minha mãe fez jardim de infância, primeiro grau, segundo grau, faculdade isolada, faculdade integrada, universidades. Quer dizer, tem toda uma vida. É um momento muito importante, é um momento histórico na minha família e espero poder fazer um grande trabalho e muito obrigado pela confiança que V. Ex^{as}. depositaram na minha pessoa. Muito obrigado.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Nobre Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Marco Maciel, com a palavra.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Eu gostaria, ilustre Senador Wellington de Oliveira, de cumprimentá-lo pela sua eleição para presidir essa Comissão, e lamentar não poder ter participado, votando por desconhecer que haveria antes da Sessão uma Sessão destinada a eleger o Presidente.

Então, de toda maneira, eu quero cumprimentá-lo e desejar votos de êxito e dizer que V. Ex^a tem uma ligação muito funda com a questão da educação, como acabou de exemplificar inclusive com o testemunho de sua mãe, professora, e continua ligado a educação e tem, portanto, todas as condições de fazer um bonito trabalho à frente dessa importante Comissão do Senado Federal.

De mais a mais, eu quero dizer que V. Ex^a embora esteja há pouco tempo aqui no Senado, rapidamente se compenetrando das exigências de um mandato parlamentar e sobretudo, na Casa da Federação que é o Senado Federal, e vem realizando um excelente trabalho que todos reconhecem.

Daí, porque não posso deixar nessa ocasião de dar também um testemunho sobre o trabalho que V. Ex^a realiza como Senador e certamente vai realizar por mais razões ainda à frente dessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado Senador Marco Maciel. É impressionante como alguém que já foi tudo nesse País consegue demonstrar que... Depois de ter sido tudo nesse País, ainda consegue ter um coração tão doce e uma tranquilidade tão grande, o que demonstra que muitos pensam que o poder às vezes endurece o coração, mas o senhor realmente é a antítese de tudo que falam. E eu tive a oportunidade de ter convivido com V. Ex^a e vejo sempre esse carinho de V. Ex^a com toda a situação e essa calma também. Muito obrigado pelas palavras.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Eu que agradeço.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Pela ordem, o Sr. Senador.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Pela ordem, eu queria pedir V. Ex^a que esse Item nº 01 da pauta que é o 177 PL, eu queria fazer o Requerimento para que ele passasse pela Comissão de Economia. Nós votaríamos aqui normalmente e depois ele passaria pela Comissão de Economia.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador nós vamos encerrar essa Sessão e vamos abrir logo após, às 11h a outra Sessão que é que tem todos os Projetos de Lei.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Perdoe Excelência, eu achei que nós já estávamos já na outra Sessão. Culpa minha.

[Risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Diante de tudo, declaro encerrada a Sessão e convoco para a próxima Sessão daqui cinco minutos, às 11h.

Sessão encerrada às 11h6min.

Ata da 25ª Reunião Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 11 de julho de 2006

Às onze horas e dezessete minutos do dia onze de julho de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira e com a presença dos Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Edison Lobão, Marcos Guerra, Juvêncio da Fonseca, Leonel Pavan, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Paulo Paim, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, César Borges, Cristovam Buarque, Marco Maciel, Romeu

Tuma, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Garibaldi Alves Filho, Geraldo Mesquita, Luiz Otávio e Antônio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Maria do Carmo Alves, Marcelo Crivella, Gilvam Borges, Íris de Araújo, Sérgio Cabral, José Maranhão e Fátima Cleide. Justificam a ausência os Senhores Senadores Mozerildo Cavalcanti e Augusto Botelho. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência submete a deliberação do plenário a inversão da pauta, para iniciar as votações pelos Projetos de Decretos Legislativos, o que é aprovado. **Item 08 – Projeto de Decreto Legislativo nº 140, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Portugal Telecomunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por dezenove (19) votos favoráveis. **Item 09 – Projeto de Decreto Legislativo nº 334, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Camponovense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Novos, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por dezenove (19) votos favoráveis. **Item 10 – Projeto de Decreto Legislativo nº 064, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Rural de Concórdia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis. **Item 11 – Projeto de Decreto Legislativo nº 157, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Porto União a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis. **Item 12 – Projeto de Decreto Legislativo nº 333, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Amigos de Amontada – Ceará – ASCOAMA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amontada, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc,

é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por dezenove (19) votos favoráveis. A Presidência retorna ao início da pauta. **Item 01 – Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2002**, de caráter terminativo, de autoria do Senador José Agripino, que “Altera a Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990, com vistas a estabelecer que o FAT financie estágio remunerado em empresas e universidades”, tramitando em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 052, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “Altera o artigo 2º da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990, visando estabelecer a utilização dos recursos do FAT para financiamento, por intermédio de sindicato de trabalhadores, de curso superior de graduação”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o parecer é favorável ao PLS 177/02, com as emendas oferecidas, e pela rejeição do PLS 052/03, que tramita em conjunto. O Senador Ney Suassuna apresenta requerimento solicitando o encaminhamento da matéria para análise preliminar da Comissão de Assuntos Econômicos, o que é aprovado (**Extrapauta, Item 01 – Requerimento nº 019, 2006-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Ney Suassuna que, requer “..., nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2002 que, ‘Altera a Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990, com vistas a estabelecer que o FAT financie estágio remunerado em empresas e universidades’, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 052, de 2003, que ‘Altera o artigo 2º da Lei nº 2998, de 11 de janeiro de 1990, visando estabelecer a utilização dos recursos do FAT para financiamento, por intermédio e Sindicato de Trabalhadores, de curso superior de graduação’, seja encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos, para que esta se pronuncie sobre o mesmo”. O requerimento é aprovado. **Item 02 – Projeto de Lei do Senado nº 006, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque que “Altera a redação do inciso II do art. 4º, e do inciso VI do art. 10, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar o acesso de todos os interessados ao ensino médio público”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 03 – Projeto de Lei do Senado nº 088, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “Altera o § 4º do art. 7º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que instituiu o Programa Universidade para Todos (PROUNI), para dispor sobre a desvinculação dos cursos com desempenho insuficiente no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis. **Item 04 – Projeto de Lei**

do Senado nº 281, de 2003, de caráter terminativo, de autoria do Senador Efraim Morais, que “Institui a obrigação do ensino do Direito Internacional Humanitário nas escolas e academias militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01 e 02-CRE e as emendas nº 03-CE (relator) e 04, 05 e 06-CE (de autoria do Senador Gerson Camata), todas aprovadas em globo, por 15 (quinze) votos. **Item 05 – Projeto de Lei da Câmara nº 068, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Humberto Michiles, que “Institui o Dia da Amazônia”. O relator designado é o Senador Geraldo Mesquita e o parecer favorável é aprovado. **Item 07 – Aviso nº 008, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Presidente do Tribunal de Contas da União que, “Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 2.148/2005 -TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à Auditoria Operacional realizada no Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações – FUST, com o objetivo de verificar que dificuldades, limitações ou barreiras impedem a aplicação dos recursos desse fundo”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o parecer pelo conhecimento da matéria e pela solicitação de informações ao Tribunal de Contas da União, o que é aprovado. Neste momento, o Senador Romeu Tuma, requer, oralmente, que seja enviado ofício ao Senhor Ministro das Comunicações, Hélio Costa para conhecimento do parecer, com o que todos concordam. Dando prosseguimento a reunião, os Senhores Senadores Paulo Paim, Roberto Saturnino e Romeu Tuma requerem, oralmente, pela ordem, a inclusão Extrapauta de Requerimentos, o que é aprovado. **Extrapauta, Item 02 – Requerimento nº 020, 2006-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Romeu Tuma, Paulo Paim (subcreve o requerimento o Senador Pedro Simon) que, “Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública para discutir a importância, a participação e a influência da televisão na formação e na estruturação dos valores éticos, morais e de cidadania em nossa sociedade e, em especial, a influência desse meio de comunicação nas crianças e jovens. para tanto, gostaríamos que fosse convidado o escritor e autor de telenovelas, Senhor Sílvio de Abreu, sem o prejuízo de outras pessoas cujas participações esta Comissão entenda como apropriadas e oportunas para o debate”. O requerimento é aprovado. **Extrapauta, Item 03 – Requeri-**

mento nº 021, 2006-CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim que, “Com fundamento no disposto no art. 58, § 2.º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, do Regimento Interno da Casa, requeiro a realização de Audiência Pública, conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com vistas a tratar das Questões Raciais atinentes às ‘Ações Afirmativas’ com reflexos do Estatuto da Igualdade Racial – PL 6264/2005 e o PL 73/1999, a realizar-se no dia 03 de agosto de 2006, em duas partes – 1ª parte – iniciando-se às 10:00 horas com término às 12:00 horas – serão convidados o Ministro da Secretaria de Relações Institucionais **Tarso Genro**; o Ministro da Educação **Fernando Haddad** e a Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial **Matilde Ribeiro**; 2ª parte iniciando às 14:00 horas com término às 16:00 horas – serão convidados o Diretor de Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes – **Frei Davi**, Professor da Universidade de Brasília – **José Jorge de Carvalho**, Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Dr. **Peter Fry**; Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Dra. **Yvonne Maggi**. O requerimento é aprovado. **Extrapauta, Item 04 – Requerimento nº 022, 2006-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Roberto Saturnino que, requer “..., nos termos dispostos nos incisos II, V, IX e XI do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiências Públicas, no âmbito da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, sendo que a primeira em conjunto com a Comissão de Educação, destinadas a discutir o Projeto de Lei nº 7193, de 2006 que ‘Altera a destinação de receitas decorrentes da contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE, criada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, visando o financiamento de programas e projetos voltados para o desenvolvimento das atividades Audiovisuais; altera a Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, prorrogando e instituindo mecanismos de fomento à atividade Audiovisual, e dá outras providências”. O requerimento é aprovado. Fica adiada, em virtude da ausência do relator a seguinte matéria da pauta – **Item 06 – Projeto de Lei da Câmara nº 027, de 2006**. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e trinta e cinco minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata,

que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no **Diário do Senado Federal**. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Havendo número regimental declaro aberta a 25ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, 11 de julho de 2006.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, quem estiver de acordo permaneça como se encontra. Aprovado. Submeto à apreciação do Plenário a inversão da pauta para iniciarmos deliberação pelos Projetos do Decreto Legislativo, PDS. As Srªs. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. A votação será em globo no final.

Item nº 08 da pauta, autoria do Poder Executivo, Relatoria do Senador Leonel Pavan. Projeto do Decreto Legislativo nº 140/2005, aprova o ato que outorga a permissão à Portugal Telecomunicações Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada da cidade de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, nós não encontramos nada que impeça a liberação desta rádio para a cidade de Presidente Getúlio, por isso nós somos favoráveis ao Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão. Continua em discussão. Não havendo quem queira discutir a matéria será votada ao fim.

Item 09 da pauta. Projeto de Decreto Legislativo nº 334/2006, aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Camponovense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Novos, Estado de Santa Catarina. Autoria – Poder Executivo, Relatoria do Sr. Senador Leonel Pavan, com Parecer favorável.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a palavra o Relator.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Da mesma forma como demos o Parecer favorável para a permissão à Rádio Portugal e Telecomunicações, de Presidente Getúlio, nós também somos favoráveis a Rádio Associação Cultural Comunitária Camponovense, a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Novos. Não encontramos nada que prejudique a liberação desta emissora. Campos

Novos é uma região agrícola e também pecuária e esta rádio certamente, também terá um grande serviço social para aquele Município.

Por isso, Sr. Presidente, [soa a campainha] somos favoráveis a esta emissora comunitária para o Município de Campos Novos. Favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão, não havendo quem queira discutir a matéria, será votada ao final.

Item 10 da pauta, terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº 064/2006, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Rural de Concórdia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade da Concórdia, Estado de Santa Catarina. Autoria do Poder Executivo, Relatoria Senadora Ideli Salvatti. Por não estar presente designo o Relator *ad hoc* o Senador Leonel Pavan.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente Wellington Salgado, Concórdia, todo mundo conhece é a terra do Ministro Furlan. É uma das principais cidades da área agrícola e também de aves, da avicultura. Concórdia tem um potencial enorme e é uma cidade referência para o Brasil, de grande importância para a economia do nosso País, sede da Sadia. E a Rádio Rural presta um grande serviço a todos e a todas. É uma rádio super democrática atendendo todos os setores políticos, não interfere por questão partidárias, presta um grande serviço à sociedade. É uma honra, uma alegria eu ser o Relator *ad hoc* para que seja renovada a permissão para a Rádio Rural de Concórdia, Parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir a matéria será votada ao final.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Vão mandar umas mortadelas para nós aqui, lá de...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Item 11 da pauta, Projeto Decreto Legislativo nº 157/2006, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Porto União, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina. Autoria do Poder Executivo, Relatoria Senadora Ideli Salvatti. Nomeio Relator *ad hoc* o Senador que muito cuida de Santa Catarina que tenho um carinho especial, Senador Leonel Pavan.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Wellington eu queria aproveitar esse último Relatório meu, eu queria aproveitar e dizer o seguinte – V. Ex^a aqui que substitui o Ministro das Comunicações, o Hélio Costa, tem feito um trabalho brilhante aqui no

Senado Federal reconhecido por todos. Tipo assim mineiro que comeu pela beirada e foi indo e conquistou a simpatia de todos, devagarzinho, silenciosamente. Está fazendo um grande trabalho por Minas Gerais. E eu tenho alegria muito grande de na sua primeira reunião presidida pelo V. Ex^a eu ser o primeiro Relator dos Projetos. Como V. Ex^a vai ficar na história da Comissão de Educação do Senado Federal pelo brilhante trabalho que exerce aqui no Senado, eu também vou ficar na história, porque o primeiro... Na sua vida como Parlamentar. Porque o primeiro Projeto que eu relatei, aliás o primeiro Projeto relatada sobre a sua presidência foram meus. Então eu quero cumprimentá-lo, tenho por V. Ex^a uma profunda admiração e fico muito feliz em ter conquistado mais um amigo. Pessoa índole, uma pessoa capaz, uma pessoa inteligente e que eu fico orgulhoso de tê-lo hoje como amigo e como exemplar Parlamentar e exemplo para todos. Meus cumprimentos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador Pavan, um aparte, me permite, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Claro. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Também queria aproveitar e só cumprimentar V. Ex^a que engrandece esta Casa e esta Comissão com a sua eleição. Tive a oportunidade de votar, mas não estava presente na sua posse. Considero agora uma satisfação de foro íntimo pela amizade que imediatamente V. Ex^a tentou cultivar com todos colegas desta Casa, e realmente ela enaltece esse período tão difícil porque passa o Parlamento. E pediria ao Senador Pavan que programasse uma visita do Senador a Camboriú.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Wellington, Romeu Tuma, o Senador Romeu Tuma é uma pessoa fantástica, e eu gosto ainda mais dele porque ele gosta de Santa Catarina e Camboriú, de Balneário de Camboriú. Assim que V. Ex^a tiver a oportunidade de visitar o nosso Estado, uma das cidades que eu quero levá-lo para visitar é a minha cidade de Balneário de Camboriú. Cidade muito bonita e exemplo em educação para o Brasil.

Sr. Presidente relato o meu último Projeto, aliás relato o meu último Parecer de rádio que é o 4º, favorável a Associação Comunitária e Cultural de Porto União. Outra grande cidade do nosso Estado que passa por sérias dificuldades em função de câmbio, o setor moveleiro, é uma região que precisa de nosso apoio, do apoio do Governo Federal, dos Governos constituídos. Porto União é divisa com Paraná na região norte do nosso Estado. Então homenagem a cidade de Porto

União dando Parecer favorável a Associação Comunitária e Cultural Porto União, para executar serviço de radiodifusão comunitária naquela cidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão a matéria. Nada tendo a discutir a votação será feita ao final.

Só queria colocar Senador Romeu Tuma que eu senti falta realmente de V. Ex^a no momento que eu fui empossado como Presidente. V. Ex^a sabe o carinho que eu tenho por V. Ex^a o respeito e admiração.

Portanto, nesse momento eu, digamos assim, aquela falta que eu senti já não estou sentido mais, porque V. Ex^a está presente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Meu abraço carinhoso a V. Ex^a E sucesso na presidência.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado.

Último Item da pauta, da inversão da pauta. Projeto do Decreto Legislativo nº 333/2006, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Amigos de Amontada – Ceará – ASCOAMA, a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade da Amontada, Estado do Ceará. Autoria do Poder Executivo. Relatoria Senadora Patrícia Saboya. Nomeio como Relator *ad hoc*, Senador Juvêncio Fonseca. O homem que presidiu a minha posse. Muito obrigado, Senador.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Presidente é com muita alegria que substituindo a ilustre Senadora Patrícia Saboya Gomes, o meu Parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão. Não tendo ninguém a discutir. Botaremos todos os Projetos Decreto Legislativo em votação. Votação nominal. Senador Demóstenes Torres; Senador Edson Lobão; Senador Juvêncio da Fonseca, “sim”; Senador Leonel Pavan, “sim”; Senador Valdir Raupp, “sim”; Senador Ney Suassuna. Senador Aelton Freitas; Senador Paulo Paim, “sim”; Senador Flávio Arns, “sim”; Senador Sérgio Zambiasi; Senador Marco Maciel, “sim”; Senador Romeu Tuma, “sim”; Senador Garibaldi Alves. Senador Geraldo Mesquita, “sim”. Matéria aprovada por unanimidade.

Vamos agora ao Item 01 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº 177/2002, tramitando em junto com o PLS 5.203 altera a Lei 7.998 de 11 de janeiro de 1990, com vistas a estabelecer que o FAT financie estágio remunerado em empresa e universidade. Autoria do Senador José Agripino, Relatoria do Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a palavra o Sr. Senador.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – O nobre Senador Pavan está pedindo encarecidamente uma inversão de pauta para ele relatar o Item 03, que ele está precisando sair, se for de acordo com V. Ex^a e dos demais Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Pela ordem, Senador Leonel Pavan.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente. Referente ao Item 03 que para dispor sobre a desvinculação dos cursos com desempenho suficiente do Sistema Nacional de Avaliação e Educação Superior. Esse Projeto é do Senador Valdir Raupp e eu tive o prazer também de ser o Relator. É o Projeto de Lei do Senado PLS nº 88/2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Pavan só um minutinho que eu tenho que botar em votação o Requerimento de inversão de pauta. Em votação. Aprovada. Vamos agora, eu tenho que ler o Item 02.

É o Item 03. Projeto de Lei do Senado nº 088/2006, que altera o § 4º do art. 7º de Lei 11.096 de 13 de janeiro de 2005, que institui Programa Universidade para Todos (PROUNI), para dispor sobre a desvinculação de cursos com desempenhos insuficientes no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Autoria Senador Valdir Raupp. Relatoria Senador Leonel Pavan. Com a palavra o Senador.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Querido amigo Relator conforme alteração sugerida pelo PLS, o Ministério da Educação, o MEC, desvincular do PROUNI o curso considerado insuficiente pelo Sistema Educacional de Avaliação de Educação Superior, por duas avaliações executivas, caso isso ocorra não haverá prejuízo do estudante matriculado. Além disso as bolsas do estudos do curso desvinculado deverão nos processos seletivos seguinte ser redistribuídas proporcionalmente pelos demais cursos da instituição, respeitando o disposto no art. 5º da lei em questão, que trata dos critérios de adesão são PROUNI pelos estabelecimentos de ensino. Não foram oferecidas Emenda a proposição que tem caráter terminativo nessa Comissão.

Análise, Sr. Presidente – O PROUNI destina-se à concessão de bolsas de estudos para pagamento de encargos educacionais de curso de graduação e sequenciais de formação específica em instituições privadas de educação superior com ou sem fins lucrativos em troca de renúncia fiscal.

Podem ser, Sr. Presidente, beneficiados pelo Programa estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em estabelecimentos particulares na condição de bolsista integral. São concedida bolsas integrais e parciais as quais podem ser de 25% e de 50%. Para o recebimento de bolsas integrais. Os candidatos devem ter renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio. As parciais por sua vez destinam-se a estudantes com rendimento familiar per capita de até três salários mínimos. O Projeto diverge da legislação atual ao reduzir de três para dois, o número de avaliações insuficientes no âmbito dos SINAES, para desvinculação do curso do PROUNI. O tratamento conferidos ao alunos do curso desvinculados permanece o mesmo. Também é mantida a norma relativa a redistribuição proporcional das respectivas bolsas em favor dos demais custos da instituição. De fato o PROUNI tem permitido a significativa contingente de alunos de baixa renda a oportunidade e acesso a educação superior. Contudo, Sr. Presidente, o Programa vem sendo prejudicado pela inclusão de cursos de baixa qualidade.

Assim, foram beneficiadas por bolsas do PROUNI curso reprovados na avaliação do extinto Exame Nacional de Cursos conhecidos como “Provão”, assim como na primeira edição do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, um dos componentes dos SINAES.

Essa irregularidade vem sendo denunciada pela imprensa como apontou a justificação do Projeto. Segundo, O Globo de 8 de janeiro de 2006, 87 cursos sempre reprovados no “Provão” e no Enade participam do PROUNI com o total de 1.110 bolsas.

O MEC manifestou a disposição de acelerar a avaliação dos cursos participantes do PROUNI. Entretanto, se for considerado exigência de três reprovações consecutivas nos SINAES, para desvincular do PROUNI os cursos de baixa qualidade muitos deles continuarão a ser beneficiados pelo Programa nos próximos anos. Particularmente se for considerado que um dos critérios mais objetivos no SINAES que venham a ser a Enade, avalia as áreas de conhecimento a cada três anos.

Para conter esse abuso, Sr. Presidente, o PLS como indicado anteriormente reduz de três para dois o número de avaliações insuficientes para desvinculação do curso do PROUNI. A medida parece-nos adequada, pois o sinal emitido pela primeira avaliação negativa deve ser respondido pela instituição de ensino por medida adequadas para recuperação do curso sem a necessidade de uma terceira chance no caso da segunda avaliação insuficiente.

Por fim, Sr. Presidente, Srs. Senadores avaliamos que o PLS em exame não contem vício de constitucionalidade e de juridicidade. Ademais foi redigido conforme a boa técnica legislativa. Desse modo julgamos que a proposição merece ser transformada em lei.

O meu voto, Sr. Presidente. Em vista do exposto o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 88 do excelente Senador Valdir Raupp.

Sr. Presidente, Valdir Raupp já foi Governador, sabe da necessidade, sabe de quanto é importante esse Projeto, a imprensa tem chamado atenção, os estudantes têm reclamado referente a isso, essa situação, e acredito eu que o PROUNI e a sociedade vai ser beneficiada com esse Projeto elaborado, criado pelo Senador Valdir Raupp. Por sinal do seu partido, partido do PMDB do qual eu faço parte em uma chapa em Santa Catarina como candidato a Governador Luiz Henrique da Silveira. Parabéns a Valdir Raupp, este Projeto merece a aprovação dos Srs. Senadores. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão. Antes de colocar em votação eu queria só fazer uma observação. É que o PROUNI é criado, com certeza, em cima de uma idéia do Senador Paim e pelo nosso Ministro Fernando Haddad, e colocando como avaliação os SINAES o Senador Raupp foi muito feliz. Porque o SINAES é realmente algo bem avaliado e que merece toda credibilidade para que possa fazer um julgamento desse tipo. Senador Raupp está de parabéns. Senador Tuma, pela ordem.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador, V. Ex^a que é um *expert* na área de ensino, eu acho que é importante esse Projeto para dar a garantia àqueles que gozam da bolsa do PROUNI. Caso contrário eles ficariam impedidos com a reprovação do próprio Ministério da capacidade da escola em ensinar.

Então, V. Ex^a dá uma explicação bem objetiva, bastante clara e que leva os cumprimentos ao Senador Valdir Raupp pela iniciativa. Senador Marcos Maciel também é um *expert* em assunto de educação. Eu acho que hoje V. Ex^a assume a presidência numa hora exata e correta.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp, autor da matéria.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Depois da aprovação eu vou fazer isso antes. Agradecer aqui o brilhante Relatório do Pavan e a defesa enfática aqui que fez ao nosso Projeto, também as palavras do nobre Senador Romeu Tuma e de todos os Senadores que acreditam e esperam que vote favorável esse Projeto. Muito obrigado Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em votação nominal. Senador Edson Lobão; Senador Marcos Guerra, “sim”; Senador Juvêncio da Fonseca, “sim”; Senador Leonel Pavan.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Favorável, com muita honra.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Valdir Raupp. Autor não pode votar. Senador Ney Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Favorável Sr. Presidente e louvando a atitude do Relator e do autor.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Aelton Freitas. Senador Paulo Paim, “sim”; Senador Flávio Arns, “sim”; Senador Sérgio Zambiasi, “sim”; Senador Marco Maciel, “sim”; Senador Romeu Tuma, “sim”; Senador Eduardo Azeredo, “sim”; Senador Garibaldi Alves; Senador Geraldo Mesquita.

Aprovado por unanimidade. Vamos agora ao Item 01 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº 177/2002, tramitando em conjunto com o PLS 52/03. Altera a Lei nº 7.998 de 11 de janeiro de 1990, com vista a estabelecer que o FAT financie estágio remunerado em empresas e universidades. Autoria Senador José Agripino, Relatoria Senador Valdir Raupp. Com a palavra o Senador.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores. Eu já fiz esse Relatório há dias e que houve até aqui uma conclusão e foi retirado para fazer suas as correções. Então eu vou direto ao voto, tendo em vista ao tempo também, já é o Relatório bastante conhecido das Sr^{as}. e Srs. Senadores, até porque a análise é muito extensa.

Em vista do exposto o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 52/2003 e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 177/2002, acolhida as três Emendas a seguir apresentadas. É o voto, Sr. Presidente.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Pela ordem o Senador Ney Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente eu queria apresentar um Requerimento que diz o seguinte – Requeiro nos termos regimentais que o Projeto de Lei do Senado nº 77/2002, que altera a Lei 7.998 de 11 de janeiro de 1990, com vista a estabelecer que o FAT financie estágio remunerado em empresas e universidades, que tramita em conjunto

com o Projeto de Lei do Senado nº 052/2003, que altera o art. 2º da Lei de 7.998 de 11 de janeiro de 90, visando estabelecer autorização dos recursos do FAT para financiamento, por intermédio de sindicato e trabalhadores de curso superior de graduação, seja encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos após a votação nessa Comissão, para que ela também possa se pronunciar sobre o mesmo. Esse é o Requerimento que deixo sobre a Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão o Requerimento do Senador Ney Suassuna.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, só um detalhe, nós não teríamos que votar porque esse Requerimento faz referência a posterior votação desta Comissão para encaminhamento posterior se ele for aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – É que é caráter terminativo. Nós não poderemos mudar o caráter terminativo, tem que primeiro ir para cá e depois voltar, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Perfeito. É porque a citação é posterior a votação. Se aprovado vai.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Se aprovado aqui vai para a CAE.

Então vamos botar em votação o Requerimento do Senador Suassuna. Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado o Requerimento, Senador.

A matéria fica sobrestada nesta Comissão até a deliberação da CAE, Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Raupp.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Tem que voltar, vai primeiro a CAE para depois retornar? Porque aqui é terminativo. Desculpe, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Item 02 da pauta. Projeto de Lei do Senado, terminativo, nº 6/2006. Altera a redação do inciso II do art. 4º do inciso VI do art. 10 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 96, para assegurar o acesso de todos os interessados ao ensino médio público. Autoria Senador Cristovam Buarque, Relator Senador Marco Maciel. Com o palavra o Sr. Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente desta Comissão, Senador Wellington Oliveira, Sr^{as}. e Srs. Senadores, esta Comissão analisa agora, terminativa, o PLS nº 6/2006 de iniciativa do ilustre Senador Cristovam Buarque que altera a redação do inciso II do art. 4º e do inciso VI do art. 10 da Lei nº

9.394 de dezembro de 96, para assegurar o acesso de todos os interessados do ensino médio público. No art. 1º do PLS é feito uma adaptação do texto da lei a redação o art. 208 da Constituição Federal em vigor nos termos da Emenda nº 14 que é de 1996. O art. 2º que trata das atribuições dos Estados e do Distrito Federal é reiterada a prioridade da atuação deles no ensino fundamental e inserido o dispositivo do atendimento no ensino médio a todos que o demandarem.

Na justificação do autor da matéria são explicitados atuais problemas em detrimento da clientela do ensino médio, que cresce na medida em que aumenta a cada ano os concluintes do ensino fundamental.

Não foram, Sr. Presidente, oferecidas Emenda ao Projeto. Nós sabemos, e não convém aqui repetir, que o acesso à escola pública é a antiga aspiração de toda a sociedade. Isso desde o tempo da escola nova de Anísio Teixeira e que atividades que foram envolvidas naquela época na década de 30, mas que se prolongaram ao longo de todo o Séc. XX, através dos discípulos que Anísio Teixeira deixou, e tantos e tantas educadores, especialmente pedagogos, e também políticos com tanto empenho que defenderam também essa universalização do acesso ao ensino através da escola pública.

Não vou fazer aqui um histórico dessa questão, mas gostaria de dizer que quanto ao ensino médio ele sempre oscilou entre um preparatório para a educação superior e uma qualificação técnica profissional. De qualquer forma até o início da década do Séc. XX eram somente 500 mil os concluintes do então chamado, aspas, “ensino do 2º grau”, metade dos quais em escola privadas.

Os dados de 2004 são mais eloquentes. Terminaram o ensino médio quase 2 milhões de alunos, dos quais 300 mil em escolas particulares. O que mostrará o crescimento da oferta de vaga por parte da rede pública, o que é uma coisa extremamente positiva. Esses dados não incluem os que foram aprovados em exames supletivos que cresceram também em número e qualidade ou concluíram a modalidade de educação de jovens e adultos no nível médio.

Sabendo-se que cada corte de idade tem entre 3 milhões e 200, e 3 milhões e 400 adolescentes, e que a cada ano conclui o ensino fundamental quase 3 milhões de alunos, é razoável concluir que a grande maioria dos que demandam efetivamente matrícula no primeiro ano do ensino médio está sendo atendida, o que possibilita uma imediata adequação da legislação quanto ao aspecto da universalização.

Todavia, Sr. Presidente, eu gostaria de salientar esse ponto não seria o caso, entretanto, de ampliar a obrigatoriedade tal como prescrita e praticada no ensi-

no fundamental, e que não somente o Estado oferece obrigatoriamente as vagas, como as familiares obrigatoriamente matriculam os seus filhos.

Com efeito, mais de 4 milhões de adolescentes entre 15 e 18 anos que deveriam estar cursando o ensino médio, ainda andam a meio caminho no ensino fundamental ou foram precocemente – o que é uma lástima – excluídos da escola. Os dispositivos do PLS não somente aperfeiçoam a legislação como representam poderoso instrumento de inclusão de adolescentes e jovens, além de compatibilizar direitos e deveres frente ao novo modelo de financiamento a ser brevemente implantado através, inclusive, do FUNDEB.

Daí porque, Sr. Presidente, pelo exposto, meu voto é favorável à aprovação do PLS nº 6/2006, de autoria do nobre Senador Cristovam Buarque.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão, o Senador Romeu Tuma com a palavra. Para discutir.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente eu não me enganei quando disse que V. Exª e o Senador Marco Maciel são especialistas na área do ensino. Prestei atenção ao Relatório do Senador Marco Maciel e sei que veio de uma boa origem na área da educação que é o Senador Cristovam Buarque.

A universalização do 2º grau é uma expectativa importante Senador Marco Maciel. Eu acho que V. Exª bate bem nessa tecla, inclusive, pelos números que oferecem daqueles que se matriculam no 1º ano. O que dá um indicativo da facilidade da universalização para que todos tenham a oportunidade de fazer o 2º grau. Eu queria cumprimentar a V. Exª e dizer que meu voto é favorável, e com louvor, a expectativa de que isso realmente se viabilize.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Alguém mais? Continua em discussão a matéria. Não havendo quem mais queira discutir a matéria vai a votação nominal, visto que é terminativo.

Como vota Senador Edson Lobão? Sr. Senador Marcos Guerra, “sim”; Senador Juvêncio da Fonseca, “sim”; Senador Leonel Pavan, “sim”; Senador Valdir Raupp, “sim”; Senador Ney Suassuna; Senador Gilberto Mestrinho, “sim”; Senador Aelton Freitas; Senador Paulo Paim, “sim”; Senador Flávio Arns, “sim”; Senadora Ideli Salvatti, “sim”; Senador Roberto Saturnino; Senador Sérgio Zambiasi; Senador Marcos Maciel voto conhecido. Senador Romeu Tuma, “sim”; Senador Eduardo Azeredo; Senador Garibaldi Alves; Senador Geraldo Mesquita; Senador Antônio Carlos Valadares, “sim”. Matéria aprovada por unanimidade.

Vamos agora ao Item 04 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº 281/2003, que institui a obrigação do en-

sino do Direito Internacional Humanitário nas Escola e Academia do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. A autoria do Senador Efraim Morais, Relatoria do Senador Luiz Otávio, Parecer favorável com Emenda oferecida e acatando Emendas nº 01 e 02 do CRE, rejeitando as Emendas oferecidas pelo Senador Gerson Camata. Observação – Serão realizadas duas votações nominais. Uma para o Projeto e outra para a Emenda. Observação dois – Matéria constou na pauta da reunião do dia 28/06/06 e 4-7-06. Observação três – Foi concedida vista coletiva na reunião do dia 23-11-04, devolvida no dia 29-11-04, sem manifestação por escrito. Observação quarto – Senadores Gerson Camata no dia 16-8-05, apresentou três Emendas. Tendo em vista que é praxe desta Comissão na terceira Sessão colocar e se o Relator não estiver presente nomear Relator *ad hoc*. Nomeio como Relator *ad hoc* talvez a pessoas mais entendida nesse assunto que é o Senador Romeu Tuma. Com a palavra Relator.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Muito obrigado Presidente, e acho que... Não sei se V. Ex^a está correto que eu seja o mais entendido no assunto, mas eu me sinto tranquilo e agradecido a V. Ex^a que acabo de ser eleito Presidente da Subcomissão de Interesse das Forças Armadas, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Esse é um Projeto interessante sobre a mudança do currículo nas escolas militares, baseadas nas convenções internacionais que eu cito aqui a Convenção de Genebra I, Genebra II que é melhoria da sorte dos feridos e enfermos do exército em campanha, naufrágos das forças armadas no mar e Convenção de Genebra III, relativo ao tratamento dos prisioneiros de guerra. A IV, relativa à proteção no serviço em tempo de guerra, e os Protocolos 1 e 2 adicionais as Convenções em Genebra adotados pela Conferência Diplomática sobre a reafirmação do desenvolvimento do direito internacional humanitário aplicável aos conflitos armados.

Eu queria, Presidente, cumprimentar o Senador Efraim pela autoria do Projeto e a Relatoria do Senador Luiz Otávio que está passando apertado lá na CAE em razão de alguns Projetos que ele não pode abandonar a presidência. Mas para não ler todo o Parecer pediria licença a V. Ex^a Dizer que eu conversei com o Senador Efraim e essas Emendas são justificáveis, porque é um currículo especializado dentro das Forças Armadas que não são muito compactuados com o ensino normal na escola tradicional. Então, essas Emendas são adequação ao currículos militares sem perder de vista o Projeto. Portanto, a Relatoria o voto é favorável com aceitação ao qual eu subscrevo das Emenda do Senador Gerson Camata, tendo uma

já de Relatório que é desse o art. 4º PLS 281/2003, remunerando decorrência da Emenda nº 02 do CRE, que é para readaptar a Emenda apresentada a obrigatoriedade pela Comissão de Relações Exteriores. As outras três elas trazem a obrigatoriedade do ensino do direito internacional dos conflitos armados, eu chamaria atenção, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores para o que vem acontecer, Senador Geraldo. Acho que vem acontecendo ultimamente na guerra no Iraque e outros, em que soldados que estão sendo presos por violentar mulheres e uma série de outros fatos degradantes, algumas Forças Armadas praticado por às vezes por soldados que não tiveram a oportunidade de ter um ensinamento correto e acabam, às vezes, pagando com a vida pela condenação que recebem num regime especial quando é caso de guerra.

Então, eu sou favorável à aprovação com as Emendas apresentadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão o Parecer. Não havendo quem mais queira discutir. Vamos à votação, visto que é caráter terminativo. Parecer favorável com a Emenda do CRE, acatando também as três Emendas do Senador Gerson Camata. Vamos à votação. Edson Lobão, “sim”; Senador Marcos Guerra.

SENADOR MARCOS GUERRA (PSDB-ES) – Com o Relator e parabenizar a exposição do nosso Senador Romeu Tuma aqui que foi brilhante.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Senador Juvêncio da Fonseca.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Como sempre, por sinal é bom dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Senador Leonel Pavan.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Valdir Raupp; Senador Ney Suassuna; Senador Gilberto Mestrinho.

SENADOR GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Aelton Freitas. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Com o Relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Roberto Saturnino.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Mozarildo Cavalcanti; Senador Sérgio Zambiasi. Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Romeu Tuma. Conhecido, claro. Senador Eduardo Azeredo; Sr. Senador Garibaldi Alves; Senador Geraldo Mesquita; Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Aprovada por unanimidade. Srs. Senadores mantém o voto para as Emendas também? Mantido.

Vamos ao Item 05 da pauta. Institui o Dia da Amazonas. A autoria do Deputado Humberto Michiles, Relatoria do Sr. Senador Geraldo Mesquita. Com a palavra o Senador.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, encontra-se nessa Comissão para exames o Projeto de Lei nº 68/2005, que institui o Dia da Amazônia a ser comemorado anualmente em todo o território nacional no dia 5 de setembro. O Projeto é de autoria, como disse V. Ex^a do Deputado Humberto Michiles, e a proposição tramitou nas Comissões da Câmara logrando autorização em todas elas.

Segundo autor da proposta, o nobre Deputado Humberto Michiles, a escolha do dia 5 de setembro é uma homenagem a data em que foi criada por Dom Pedro II a província do Amazonas um dos maiores Estados da Região Amazônica. O Projeto, Senador Wellington, a propor uma data a ser comemorada em todo o País, como o Dia da Amazônia, objetiva é conscientizar a população sobre a importância daquela região e dos seus recursos, a urgência na conservação e no uso racional de todo esse patrimônio, tanto do ponto de vista quantitativo, como

qualitativo, de forma a garantir a sua plena utilização presentemente em relação às futuras gerações.

Com esse propósito o autor do Projeto justifica que os atributos fisiográficos e culturais da Amazonas, faz dela uma região singular pela diversidade biológica e etnológica. Dimensões essas que confere um dedicado e frágil equilíbrio ecológico em toda a região.

Argumenta, portanto, que o Dia da Amazonas instituído por essa proposição cria para todos nós brasileiros a oportunidade de refletir sobre todos esses aspectos e peculiaridades.

A Amazonas é uma preocupação constante e permanente de todos nós, mas uma data específica permite que todo esse acúmulo de preocupação tenha um canal de discussão, de conscientização de todos os brasileiros do que representa aquele vasta e tão bela região, não só do Brasil, mas como do planeta.

Desse modo ao adotar a medida que contribuiu para conscientização e educação ambiental, o Projeto veio ao encontro do mandamento constitucional. Inclusive, o art. 225, Sr. Presidente, disse que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem comum do povo essencial a sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Ressalta-se, ademais, que o Legislador Constitucional sabidamente, reconheceu a Floresta Amazônica Brasileira como patrimônio nacional, determinando que sua utilização deverá assegurar a preservação do meio ambiente, inclusive, quanto ao uso dos recursos naturais.

Eu ressalto sempre em relação à Região Amazônica que além de seus recursos que são naturais, portanto, milhões de pessoas ali vivem, Sr. Presidente, a nos chamar atenção para que a preservação do meio ambiente tenha como prioridade máxima a garantia da sobrevivência e vidas daquelas pessoas que ali vivem, cultivam, trabalham e preservam uma região tão importante como aquela.

Assim, quanto aos aspectos sobre os quais deve essa Comissão se manifestar, o Projeto em exame obedece aos preceitos constitucionais com respeito à competência legislativa da União, as atribuições do Congresso e legitimidade da iniciativa Parlamentar. Tendo em vista que a matéria preenche os requisitos já referidos, além do seu inequívoco mérito, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 68/2006. É o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão. Continua. A palavra está com o Senador Edson Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Sr. Presidente, este é um Projeto que tem apenas um artigo. Fica instituído o Dia da Amazonas que é o dia tal de setembro. O Relator chama-nos atenção para a importância da Amazonas Brasileira e para as suas dimensões gigantescas. A cada dia o mundo se preocupa mais com a Amazônia. De modo geral, mas sobretudo sobre a Amazônia Brasileira. Eu entendo que este Projeto será uma espécie de vigia a mais dos nossos interesses. Concorde integralmente com os argumentos do Senador Geraldo Mesquita apoiando a aprovação do Projeto. Acho que devemos ter todos esses cuidados que V. Ex^a se refere.

Cuidar do meio ambiente e preservar a qualquer custo a Amazonas Brasileira. Muito obrigado Sr. Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – A matéria continua em discussão. Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Também eu acho que só posso endossar o que disse o Senador Edison Lobão. Eu sou um apaixonado pela Região Amazônica, aonde por várias vezes lá estive a serviço, e quem trabalha na Amazonas acaba se apaixonando. Então eu acho que o Deputado Humberto Michiles, que é o autor do Projeto, teve o respaldo aqui do Senador Geraldo Mesquita que também é da região Amazônica para endossar essa data. E ele chama a atenção que a nossa Carta Magna sabiamente reconhece a Floresta Amazônica Brasileira como patrimônio nacional.

Então a soberania da Amazonas está na preservação e no amor que a sociedade pode ter por ela. Que essas ameaças internacionais sempre citadas em vários trabalhos que são feitos, trazem um pouco de preocupação. Então eu acho que nós podemos instituir esse dia da Amazonas e lembrar permanentemente sobre a importância dela na área da biologia, ou da biociência e de tudo que bio aí, para que V. Ex^a sabe melhor que eu. Eu acho que como o Relator concordo plenamente com a exposição que foi feita.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Continua em discussão a matéria. Não havendo quem mais queira discutir. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam a matéria continuam como estão. Projeto aprovado.

Passamos ao Item 06 da pauta. Está ausente o Relator. Vamos para o Item 07.

Item 07, não terminativo. Aviso nº 008/2006, encaminha ao Senado Federal cópia do acórdão nº 2.148/2005, do TCU (Plenário), bem como dos respec-

tivo Relatório e voto que o fundamentam, referente à auditoria operacional, realizada no Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicação – FUST, com o objetivo de verificar que dificuldades, limitações ou barreiras impedem à aplicação dos recursos desse Fundo. Autoria – Presidente do Tribunal de Contas da União. Relatoria – Senador Eduardo Azeredo. Parecer – Pelo conhecimento da matéria e pela solicitação de informação do Tribunal de Contas da União. Observação – Sendo aprovado o Parecer a matéria fica sobrestada na Comissão atendendo o que dispõe o art. 118, inciso II do Regimento Interno Senado Federal, combinado com o art. 71 inciso VII da Constituição Federal. Com a palavra o Senador Azeredo, a quem conhece maravilhosamente o Estado de Minas. Senador, com a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Obrigado Senador Wellington. Eu quero primeiro desejar muito sucesso na sua gestão como Presidente dessa Comissão, eleito que foi nesta data, para desempenhar a presidência da Comissão de Educação.

Mas Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, esse assunto é um assunto da maior importância, que já foi objeto de vários pronunciamentos em Plenário de vários Senadores. É a respeito do Fundo de Universalização do Serviço de Telecomunicação, o FUST. O FUST foi criado pela Lei 9.998 de agosto de 2000, como fonte de financiamento para o cumprimento de obrigações de universalizações do serviço de telecomunicação prestado em regime público. Seus recursos devem ser aplicados sempre de acordo com o Plano de Universalização devidamente aprovados, em Programas, Projeto e atividades que estejam em conformidade com objetivo previstos pela lei.

De acordo com a sistemática prevista no citado documento, cabe ao Ministério das Comunicações definir os Projetos, Programas e atividades a serem financiadas com recursos do fundo. As metas a serem atingidas devem estar previstas em plano específico aprovado por ato do Presidente da República. Em que pese as nobres intenções que orientaram a elaboração da tal disciplina legislativa os recursos do Fundo não encontram aplicação prática até o momento. O Relatório do TCU informa que em meados do ano passado o saldo acumulado pelo FUST ultrapassava 3 bilhões e 600 milhões de reais, que devem ser somados a uma expectativa da receita anual próximo a 600 milhões.

Portanto, hoje já estaremos com mais de 4 bilhões arrecadados pelo FUST.

Tais recursos que deveriam ser aplicados em Projeto de Inclusão Digital de alcance social, serviram tão-somente a compor o superávit primário das contas públicas. Antes de tal quadro atuou oportuna-

mente o TCU, a realizar auditoria operacional, com o objetivo de verificar os obstáculos a devida aplicação dos recursos do FUST. Com esse propósito a equipe de auditoria responsável pela execução dos trabalhos, debruçou-se há quatro questionamentos – O primeiro questionamento é se existem políticas públicas no âmbito do Ministério das Comunicações que possam orientar de forma efetiva a aplicação dos recursos do FUST. O segundo questionamento, se existem definição de quais Programas, Projetos e atividades poderão ser financiados com recursos do FUST. O terceiro, quais problemas acontecem na formulação no serviço de comunicações digitais que poderiam trazer sucesso na utilização desses recursos.

E por fim, quais são as dificuldades para a utilização dos recursos do FUST que justifique uma eventual alteração da legislação.

No que tange a primeira indagação, o Relatório aponta que não existem políticas, diretrizes ou prioridades, nem mesmo em Estado de discussão do Ministério das Comunicações, que possa orientar as aplicações dos recursos do FUST. Nesse sentido afirma que até o ano de 2003, a definição de prioridades foi superficial e genérica com descompasso entre os Programas definidos pelo Ministério e a Lei Orçamentária. O que revela a fragilidade as estratégias então adotadas para a utilização dos recursos dos FUST.

Nos anos seguintes o cenário não apresentou alteração do relevo. Apesar de ter feito consulta ao TCU a respeito dos impasses jurídicos que rondavam a utilização do FUST, o Ministério das Comunicações não tomou as devidas providências para a criação de uma política consistente de universalização.

Ressalta ainda o Relatório que a destinação quase que total dos recursos do Fundo a reserva de contingência, demonstra a falta de perspectiva atual para aplicação dos recursos.

A equipe de auditoria procurou identificar as causas da deficiente atuação no Ministério das Comunicações quanto ao tema em exame.

Nesse sentido foram apontados como possíveis motivos, a falta de um corpo técnico de assessoramento ministerial e as constantes mudanças no comando da pasta. Já são três Ministros em um intervalo de três anos. E a incapacidade daquele Ministério de manter interlocução com todos os núcleos de discussão de política de inclusão digital existente no Governo Federal sem orientação da Casa Civil.

Quanto ao segundo questionamento ao qual se dedicaram os técnicos do acordo de contas, constatou-se que não há uma política integrada, nem prioridade para as iniciativas de inclusão digital do Poder Executivo Federal.

O Relatório concluiu que a parcas e dispersas ações do Governo nessa área demonstram que o tema ainda não se tornou prioridade em nosso País. Essa opinião não é da oposição, não, é opinião do Tribunal de Contas da União. No que se refere a regulamentação dos serviços de comunicações digitais que poderia tornar viável à aplicação dos recursos do FUST em Projetos de provimentos de acesso a redes digitais de informação, o TCU concluiu que houve falha por parte da ANATEL, que tampouco obteve a devida orientação ministerial para a tarefa que lhe foi confiada.

Por fim, a equipe de auditoria defende que não há necessidade de alteração da atual disciplina legal do FUST para que os seus recursos venham a ser aplicados. As barreiras mais significativas, na verdade, decorrem de falta de priorização do Governo, falta de coordenação das Políticas de Inclusão Digital e de ações regulatórias concretas para definir a modalidade de serviços adequados.

Diante de tais considerações o Tribunal de Contas da União, exarou determinações ao Ministério das Comunicações e ANATEL e recomendações a Casa Civil da Presidência da República. Dentre as primeiras coube destacar a que ordena ao Ministério das Comunicações a formulação no prazo máximo de 180 dias das políticas e diretrizes e prioridades para a aplicação dos recursos do FUST, que deverão levar em conta os diversos aspectos arrolados no acórdão. Essa decisão foi tomada em dezembro do ano passado.

Apesar de não serem requeridas medidas legislativas, conforme recomenda o TCU, entendemos que a relevância do tema exige dessa Comissão o papel ativo no acompanhamento das medidas a serem tomadas pelo Poder Executivo, decorrente das determinações e recomendações constantes do acórdão em exame.

Dessa forma, considerando o prazo inicialmente fixado pelo TCU está exaurido 180 dias, terminado já agora no mês de junho, somos levados a propor que além de conhecido a matéria esse colegiado solicite acordo de contas com fulcro no art. 71, inciso VII da Constituição Federal, informações acerca do cumprimento pelo Ministério das Comunicações, pela ANATEL e pela Casa Civil, da decisão em comento.

Salientamos ainda que em função do disposto no art. 335, inciso II do Regimento Interno, o exame do expediente deverá ser sobrestado até que se tenham obtido as respostas a solicitação.

O voto, portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não tem nenhuma Senadora, é pelo conhecimento da matéria e pela solicitação ao Tribunal de Contas da União nos termos do art. 71, inciso VII da Constituição Federal de informações atinentes ao cumprimento por parte do Ministério das Comunicações, da Agência Na-

cional de Telecomunicação e da Casa Civil, das determinações e recomendações que lhes foram exaradas por aquela Corte por meio do acórdão nº 2.148/2005, do Plenário da 7 de dezembro de 2005, com prazo da 180 dia para o cumprimento das determinações.

Sr. Presidente, portanto é realmente preocupante o que está relatado aqui. Uma auditoria feita pelo Tribunal de Contas da União sobre a utilização do FUST, o Fundo de Universalização de Serviço de Telecomunicações que já tem cerca de 4 bilhões de reais arrecadados e até hoje esses recursos não têm sido devidamente utilizados para o que foram previstos, especialmente a chamada inclusão digital para que todos os estudantes brasileiros das escolas públicas possam ter acesso a computadores.

A falta desta devida utilização aumenta o fosso entre crianças que estudam em escolas particulares e crianças que estudam em escolas públicas. Daí a importância de que nós tenhamos realmente conhecimento dessa matéria, e possamos saber o que fez o Ministério das Comunicações após essa decisão do Tribunal de Contas da União.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão, com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu peço desculpa em estar intervindo em quase todos os procedimentos, mas a importância dessa Comissão a cada dia cresce, e agora com V. Ex^a na presidência suplanta toda expectativa. Mas eu queria, Senador, dizer que o Senador Eduardo Azeredo tem sido de uma importância vital, num estudo que vem sendo feito por ele nesta parte de inteligência artificial e principalmente na tecnologia de informática. Ele tem uma cautela muito grande, já apresentou Projeto, já se discutiu aqui.

Eu pediria, Senador, até por uma consideração especial, requereria que V. Ex^a mandasse uma cópia desse Relatório pela importância ao Ministro das Comunicações, o Senador Hélio, para que tome conhecimento da importância levantada pelo Senador Eduardo Azeredo e também que a Mesa se pronuncie requerendo as informações que foram solicitadas pelo Senador Eduardo Azeredo. Se precisar por escrito, eu acredito que o Sr. Senador concorde comigo com as proposições. Porque aqui eu vou levar comigo, Presidente, porque tem todo o Relatório do TCU. Eu acho difícil, só mesmo uma pessoa como o Senador Eduardo Azeredo que já estudou essa problemática poderia analisar mais de 240 itens da Relatoria do TCU.

Então eu gostaria de parabenizar o Senador Eduardo Azeredo e solicitar a V. Ex^a que o nosso colega que é seu amigo receba cópia desse Relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Romeu Tuma a Mesa tomará as atitudes após aprovação do aviso, segundo o art. 118, mas realmente, no meu primeiro dia Senador Azeredo, esse Requerimento eu posso encaminhar pela Mesa e levar em mãos direto para o Ministro.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Esclareço até. O Ministro está lá não tem tanto tempo assim, tem um ano. Na verdade, a não utilização do FUST vem a mais tempo, já vem desde o...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Uma discussão bem mineira para o Brasil inteiro. [Risos]

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Perfeitamente. E o objetivo é esse. É que possamos usar os quatro bilhões de reais.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ok, Senador. Continua em discussão o aviso, não tendo mais quem queira discutir. Em votação, os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como estão. Aprovado. Será encaminhados ao TCU.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Pela ordem, o Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente eu queria solicitar a V. Ex^a que se possível colocasse em votação um Requerimento de minha autoria, extrapauta, que visa trazer para esse foro e quero também repetindo aqui os argumentos do Senador Romeu Tuma, agora muito melhor sobre sua presidência devido V. Ex^a ser um estudioso nesse tema, com todo carinho e respeito e com a competência dos Senadores que o antecederam na presidência dos trabalhos.

O que é que é o Requerimento, Sr. Presidente? Eu não vou fazer a defesa. Visa simplesmente discutir as ações afirmativas. Daí eu explico o que é que é.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Submeto o Requerimento do Senador Paim, extrapauta, a votação. Os Senadores que concordam com o Requerimento permaneçam como estão. Aprovado o Requerimento. Com a palavra... Senador Saturnino, primeiro, por favor.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – E também tenho como objetivo o pedido de que V. Ex^a coloque em votação o Requerimento que apresentei pedindo Audiência Pública para discutir o novo Projeto que altera os dispositivos de incentivo a indústria cinematográfica brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Submeto também ao Plenário a inclusão extrapauta, também, do Requerimento do Senador Saturnino. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Tem um Requerimento meu Senador, aliás do Senador Pedro Simon endossado por mim, sobre a realização de Audiência Pública para discutir a participação e influência da televisão na formação, estruturação dos valores éticos em nossa sociedade, e o convite ao autor da novela *Silvio de Abreu*.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Submeto também a esta Comissão o Requerimento, extrapauta.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu até pediria. Esse Requerimento foi feito antes do final da novela. E a Bia Falcão, papel bem interpretado por Fernanda Montenegro teve a vantagem do criminoso, quer dizer, ela foi premiada em fugir para o exterior roubar o namorado jovem da sua quase irmã e ter todas as glórias com vários milhões de dólares que conseguiu surrupiar de uma empresa sem pagar os impostos, e mandou matar um monte de gente. E a Fernanda Montenegro numa entrevista recente, disse que ficou chocada com a pesquisa que muita gente aceitou a vantagem dela.

Então ela ficou chocada com alteração da uma parcela da sociedade que aceita os espertos como uma ação correta. Eu acho que a gente tem que rever, discutir. Eu pediria a V. Ex^a que pusesse em discussão, também.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Submeto o Requerimento extrapauta. Os Senadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Primeiro com a palavra o Senador Paulo Paim, o primeiro Requerimento.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sobre qual Requerimento? O meu ou do Senador Simon?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – De V. Ex^a

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente eu vou sintetizar aqui pela forma que foi redigida.

Com fundamento do disposto do art. 58, §2º, inciso II da Constituição Federal, combinada com art. 90, inciso II do Regimento Interno da Casa, requeiro a realização de Audiência Pública conjunta das Comissões de Assuntos Sociais, de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com vista a tratar das questões atinentes à questão racial, ações afirmativas, com reflexo nos Estatutos da Igualdade Racial, no caso de minha autoria, e do PL 73 de autoria da nobre Depu-

tada Nice Lobão. Por que isso, Sr. Presidente? Porque eu vejo que falamos tanto no PL 73, que ele tem um corte social, econômico e naturalmente também com o viés das cotas. E autoria é da Deputada Nice Lobão e muita gente fala do 73, mas não fala da autoria.

Eu sou contra a apropriação indébita. Então, eu quero dizer que o PL 73 que está sendo palco do debate a nível nacional é de autoria da Deputada Nice Lobão. Eu até entendo que como eu vou estar presente a Deputada também deveria ser convidada.

Para esse debate, Sr. Presidente, eu proponho dia 3 de agosto, vou sintetizar agora, com início às 10h da manhã com a presença do Ministro Tarso Genro, da Ministra Matilde Ribeiro e do Ministro Fernando Haddad.

Pela tarde, Sr. Presidente, já que o debate é cotas, o centro do debate as cotas, nós convidamos, já conversei com eles dois estudiosos, dois intelectuais do assunto a favor, e dois contra. Quero dizer que todos receberam o convite que eu fiz por telefone, Sr. Presidente, no primeiro momento, com muita satisfação, que é o Frei Davi e o professor da UNB, José Jorge de Carvalho.

Quero também aqui elogiar o Dr. Peter da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que me foi muito atencioso, tem uma posição contrária e disse que tem a maior satisfação de vir aqui debater o assunto. Como também a Dr^a. Ivone Maggi, que é também da Universidade Federal de Rio de Janeiro, tem posição contrária. São ambos preparadíssimo, quarto debatedores, eu entendo que esse é um debate da mais alta qualidade. Conversei com os quatro, os quatro concordam a vir e querem fazer o debate aqui.

Eu acho que quem ganha com isso é a sociedade brasileira, mediante um tema onde nós todos temos um único objetivo. Eu entendo que os quatro debatedores virão aqui com um único objetivo – Construir uma proposta que signifique efetivamente Política de Combate ao Preconceito e as Discriminações.

Por isso que eu faço apelo a V. Ex^a que coloque em votação, já que todos os convidados concordaram. E o mais importante de todos, Senador Wellington Salgado, é a boa vontade que eu percebi dos convidados. Todos querem vir aqui construir uma proposta e não simplesmente ser a favor ou contra a essa ou aquela posição. Era isso, e obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Paulo Paim permita só um comentário. Realmente V. Ex^a sempre trás assuntos interessantes e importantes para a sociedade. Eu me lembro claramente o dia que eu saí daqui da Comissão e dedicaram aqueles monte de índio vindo. Foi uma coisa que me marcou

tremendamente. V. Ex^a lá – “São meus índios que estão chegando para discutir”. Então é um momento que eu nunca mais esqueci e realmente, com certeza, eu vou submeter agora a Comissão. Em discussão ainda o Requerimento do Senador Paim. Submeto a votação. Pois não, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Apenas para dizer que o Senador Paim é um grande preocupado com as minorias. Eu não digo com as Minorias brancas do meu Cláudio, Governador de São Paulo, mas com todas as minorias que mais sofrem a discriminação.

Então eu acho que essa discussão tem uma importância vital nessa hora em que vai se decidir sobre o Projeto. Então eu gostaria que fosse para agosto na primeira Sessão de agosto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Teria a maior honra em presidir esse debate. Muito obrigado pela oportunidade, Senador. Com a palavra o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, eu só quero também me associar as palavras do Senador Romeu Tuma quanto ao conteúdo dos Projetos e Requerimentos que o Senador Paulo Paim faz, que é reconhecido no Brasil em termos dessa luta. Em termos dos idosos, das pessoas com deficiência, dos aposentados, do salário mínimo, da pessoa com deficiência e da igualdade racial. E fazer esse debate, eu considero assim muito importante. Eu acho que nem se trata de minoria no caso, porque é um grande contingente, até diria, que é uma maioria ou um equilíbrio, pelo menos, então é da mais fundamental importância necessidade no sentido da criação da justiça social que todos almejamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Então em discussão, continua? Ninguém mais quer discutir? Em votação. Os Srs. Senadores e Senadora que aprovam permaneçam como estão. Aprovado o Requerimento. Eu já queria colocar a data do dia 3.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu propus o mês de agosto devido a agenda deles, inclusive, foi a data que todos se prontificaram a vir.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Então a Mesa já coloca no dia 3 de agosto a data, Senador Paim.

O próximo Requerimento. Com a palavra o Senador Roberto Saturnino, autor do Requerimento.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Sr. Presidente trata-se de uma Audiência Pública para iniciar a discussão aqui da nova proposição governamental a respeito dos incentivos ao Desenvolvimento da

Indústria Cinematográfica Nacional, CONDECINE que foi criada pela Medida Provisória 2.228 de setembro de 2001, e que tem agora no Projeto de Lei 7.193/2006, alterações muito importantes, a maioria das quais dispondo de consenso mais alguns itens polêmicos e que necessita de uma discussão mais aprofundada, uma discussão detalhada, que é responsabilidade desta Comissão e muito particularmente da Subcomissão de Cinema, que tem se debruçado com o maior interesse sobre todos os assuntos que dizem respeito à Indústria Cinematográfica, e a razão do meu Requerimento é exatamente esta, Sr. Presidente, de iniciarmos já antecipadamente com toda a urgência a discussão desse importantíssimo Projeto. E eu sugiro também, se for possível, a data de 2 de agosto, tendo em vista que nesse dia vai se processar a exibição do filme “Zuzu Angel” aqui no auditório no Senado e com a presença de seu Diretor, do seu Produtor, e de vários autores. É um evento que vai chamar muita atenção sobre a atividade cinematográfica do País. Mas naturalmente se não for possível no dia 2, um outro dia não muito remoto tão próximo quanto possível para que essa discussão se processe em tempo hábil, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão, continua em discussão o Requerimento. Não tendo mais quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam com o Requerimento que permaneçam como se encontram. Aprovado, e Senador Saturnino está escolhida a data do dia 2 como a data do evento.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Uma questão da ordem, Sr. Presidente. Tem a Subcomissão de cinema, não tem?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – É em conjunto.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – É em conjunto. Desculpe, eu esqueci de mencionar. [Risos]

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Só porque eu estava perguntando até o Senador Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Terceiro Requerimento é do Senador Romeu Tuma. Com a palavra Romeu Tuma. Assinado também pelo Senador Paulo Paim e pelo Senador Pedro Simon.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu tenho a impressão que já expus o interesse ao convite ao Silvío de Abreu, em razão de toda essa mudança ética de comportamento, e não tenho mais nada para explicar e pediria ao Senador Paim que também é signatário.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão, com a palavra o Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – ...Palavras do Senador Romeu Tuma e também as palavras do Senador Simon. Ele não se encontra agora nessa Comissão, porque ela está presidindo na Comissão de Economia uma Audiência Pública que discute as relações comerciais e econômicas com a China, e pediu a mim que fizesse a defesa do Requerimento em nome dele e naturalmente em meu próprio nome.

Na verdade, o Senador Simon foi muito feliz quando ele propôs esse debate. Ele ficou muito preocupado quando as pesquisas de opinião pública, feita pela Rede Globo, apontavam que grande parte da população estava ao lado, digamos, do vilão e não do lado daquele que fazia o bem. Enfim, daquele que seria o herói da história nos termos, digamos, que recomenda a ética, moral e bons costumes na nossa vida.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Permite um aparte?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Pois não.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu não tenho costume de assistir às novelas de televisão, mas fui informado que o final da novela atendeu plenamente a esse setor que é o que parece majoritário, que queria privilegiar exatamente os atores que não consideram, os personagens que não consideram, enfim, as virtudes éticas como sendo os responsáveis pelo comportamento.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – O aparte do Senador Saturnino apenas enriquecer os principais argumentos usados pelo Senador Simon. É devido a isso que eu faço, então, declaro naturalmente o meu voto a favor, e também do Senador Simon, pela importância do tema. Eu acho que vai ser muito rico esse debate que vamos estabelecer com a presença do Silvio de Abreu.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador Paim só um detalhe que é importante para a análise que Senador Paim fez e o Senador Saturnino é que ainda não havia o final da novela e nem se tinha conhecimento da pesquisa. Então a previsão do Senador Pedro Simon tem um valor inestimável, porque ele já pressentiu o que poderia acontecer ao final da novela e todo mundo queria adivinhar e ninguém conseguiu. Ele conseguiu.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Então Senador, ele consegue pressentir o final da novela e também os Ministros que vão cair. [Risos]

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, eu estou contemplado com os apartes.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a palavra o Senador Marcos Guerra.

SENADOR MARCOS GUERRA (PSDB-ES) – Sr. Presidente, eu também quero me congratular com o autor do Requerimento. Realmente o autor dessa novela o Silvio de Abreu ele prestigiou os malfeitos. O final da novela me chamou atenção, porque não aqui falando da grande atriz que é a Fernanda Montenegro que é fantástica, mas o final da novela e durante também os capítulos, eu percebi que a autor ele premiou o lado errado que tanto aqui nesse Casa a gente repudia.

O País passa por momento difícil aonde as leis do País têm que julgar o mal comportamento das pessoas, e a novela realmente ela prestigiou, os atores que praticamente atos ilícitos na novela.

Então a vinda do autor que é importante, até porque ele vai ter a oportunidade de estar explicando para gente o porquê ele fez isso. Até porque a televisão brasileira ela tem sido um dos grandes incentivadores da população brasileira. Então, eu passo aqui a minha preocupação também com relação a esse Requerimento que foi apresentado aqui na Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Continua em discussão Sr. Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Eu já tinha manifestado também a preocupação mais ou menos na mesma linha que Marcos Guerra coloca aqui. Eu acho muito oportuno. Que possamos discutir, mas sem aquelas defesas que normalmente se colocam.

Ou seja, a televisão, e nós estamos numa Comissão de Educação, a televisão no Brasil ela não tem sido sempre positiva na questão da educação. Por vezes e várias vezes a televisão deseduca ao trazer realmente às vezes realidades de segmento da sociedade brasileira como se fossem a realidade do Brasil todo.

Então é importante que nessa Audiência Pública o autor da novela esteja também, eu diria, assim sem preconceito para receber críticas, porque é muito fácil dizer que a sociedade brasileira está se deteriorando, e é verdade, e dizer que essa culpa é nossa, é dos congressistas. Mas na verdade tem que se admitir também que a culpa é também em grande parte da própria televisão que por vez, eu volto a dizer, não sempre, mas por vezes ela deseduca, ao invés de educar.

Sempre que se fala – “Não, a televisão também é responsável”. Eles logo se recolhem, “Ah, estão dizendo que a culpa é da imprensa”. Tem sempre essa posição. Então é importante que seja uma audiência bem sincera, bem autêntica onde cada um possa assumir a sua parcela de culpa e possa buscar alterna-

tivas para que realmente não haja o que está acontecendo no Brasil e lamentavelmente, que é a questão ética ficando em segundo plano, a questão moral em segundo plano, a questão ligada a honestidade em segundo plano, isso tudo tem sido infelizmente, tem tido uma evolução alarmante no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Continua em discussão o Requerimento. Não havendo quem mais queira discutir. Em votação. Os Srs. Senadores e Senadoras que desejam aprovar continuam como estão. Aprovado.

Convoco para amanhã a Subcomissão de Cinema, Teatro e Música em conjunto com a Comissão de Educação, para a 26ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação e 6ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social e convocação para a 4ª Sessão Legislativa Ordinária, 52ª Legislatura, a realizar-se no dia 12 de julho de 2006, quarta-feira às 10h.

O assunto será – Questões Tributárias da Indústria Musical Brasileira. Autoria do Requerimento – Senador Sérgio Cabral. Convidados – Sr. Marcelo Barbosa Saintive, Secretário da Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE, do Ministério da Fazenda, Sr. Paulo Rosa, Diretor-Geral da Associação Brasileira de Produtoras de Discos, ABPD. Terceiro, Sr. Carlos Eduardo Cezar de Andrade Júnior, Presidente da Associação Brasileira de Música Independente – ABMI. Quarto convidado Alberto Bertolazzi, Presidente da Associação Nacional dos Pequenos e Médios Fabricantes de Instrumentos Musicais – ANFIM. E o quinto convidado o Sr. Edino Krieger, que é o maestro.

Nada mais a tratar. Para mim foi uma honra presidir uma Sessão com mentes tão férteis. Muito obrigado, e declaro encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 12h35min.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Ata da 26ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação e 5ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 12 de julho de 2006

Audiência Pública Conjunta

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia doze de julho de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob

a Presidência Eventual do Senhor Senador Roberto Saturnino e com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Marcos Guerra, Juvêncio da Fonseca, Valdir Raupp, Íris de Araújo, Ney Suassuna, Paulo Paim, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Sérgio Zambiasi, Marco Maciel, Romeu Tuma, Geraldo Mesquita Júnior, Luiz Otávio e Antônio João reúnem-se a Comissão de Educação e a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Leonel Pavan, Wellington Salgado de Oliveira, Gilvam Borges, Sérgio Cabral, José Maranhão, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas e Fátima Cleide. Justificam a ausência os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho. O Senhor Presidente Senador Roberto Saturnino registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública do Senhor João Moreira, Conselheiro da Associação Brasileira de Música Independente – ABMI; Senhora Eneida Soller, Diretora da Cooperativa de Música de São Paulo; Kleber Neto, Caio Paixão e Rudá Carvalho, componentes da Banda Jah Te Vi. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual, Senador Roberto Saturnino, submete à Comissão e a Subcomissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 001-CECTCS, de 2006 e nº 017-CE, de 2006, de autoria do Senhor Senador Sérgio Cabral, que tem como objetivo discutir “Questões Tributárias da Indústria Musical Brasileira”. Comparecem à Audiência Pública o Senhor Luis Felipe Radicetti Pereira, Coordenador do Grupo de Articulação Parlamentar Pró- Música; o Senhor Alberto Bertolazzi, Presidente da Associação Nacional dos Pequenos e Médios Fabricantes de Instrumentos Musicais – ANAFIM, Senhor Edino Krieger; Maestro e Senhor Carlos Eduardo Cezar de Andrade Júnior, Presidente da Associação Brasileira de Música Independente – ABMI. O Senhor Marcelo Barbosa Saintive, Secretário da Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE – Ministério da Fazenda, convidado para a audiência, justifica a ausência. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Sérgio Zambiasi, Geraldo Mesquita, Marcos Guerra, Romeu Tuma e Marco Maciel. O Senhor Senador Roberto Saturnino, Presidente Eventual, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presi-

dência encerra a reunião às doze horas e cinquenta e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**. – Senador **Roberto Saturnino**, Presidente Eventual da Comissão de Educação e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Havendo número regimental declarado aberta a nossa Sessão conjunta da Comissão de Educação e da Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, que é a 26ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, e a 5ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, da 4ª Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, realizando-se em 12 de julho, quarta-feira, dia de hoje.

A audiência se destina a debater questões tributárias da indústria musical brasileira. Equiparação do CD ao livro para fins de isenção, revisão da carga tributária para importação de instrumentos e equipamentos musicais, e criação como contrapartida pela desoneração fiscal de um Fundo de Fomento à Atividade Musical por meio de um percentual da receita da indústria fonográfica.

O autor do Requerimento foi o Senador Sérgio Cabral, que, por razões urgentes não pôde estar presente.

Os convidados cuja presença peço nessa Mesa, são o Sr. Carlos Eduardo Cezar de Andrade Júnior, Presidente da Associação Brasileira de Música Independente, Luis Felipe Radicetti Pereira, Coordenador do Grupo de Articulação Parlamentar – Pró-Música, Alberto Bertolazzi, Presidente da Associação Nacional de Pequenos e Médios Fabricantes de Instrumentos Musicais, e Edino Kriger, nosso maestro sobejamente conhecido da sociedade brasileira.

Peço que tomem assento à Mesa. Eu queria desejar... Desejo fazer dois registros. Primeiro, o registro de ausência que nós lamentamos. A ausência do representante da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, que só ontem respondeu que o assunto a ser tratado não seria mais da alçada deles, mas da Receita Federal, e tendo em vista o esgotamento do tempo, eles não puderam fazer a indicação da Receita Federal, e nós lamentamos. O Ministério da Fazenda nunca deixou de indicar representante nessas Audiências Públicas promovidas pelas diversas Comissões do Senado. E a outra ausência é

do Sr. Paulo Rosa da Associação Brasileira de Produtores de Discos, que somente ontem também avisou que por motivos alheios à sua vontade não poderia comparecer hoje à nossa Subcomissão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – O Senador Wellington Salgado, que é o Presidente da Comissão, que devia estar aqui presidindo, não pode também estar em razão de motivos de saúde, que não são graves, mas que impedem a sua presença aqui.

Bom, além de registrar as ausências lamentáveis, eu quero registrar as presenças, que são muito alvissareiras para nós. João Moreirão, Conselheiro da Associação Brasileira de Música Independente, e a Banda Já Te Vi, formada pelos jovens Cleber Neto, Caio Paixão e Rudar Carvalho. Assim como Eneida Soller, Diretora da Cooperativa de Música de São Paulo.

Presenças muito importantes e que nos reforça o prestígio dessa Audiência Pública de hoje. Obrigado. Quero agradecer especialmente aos jovens aqui presentes.

E vamos então iniciar os nossos depoimentos. Eu não sei se o... Ficou pronto aí o...?

Então, vamos começar com o Carlos Eduardo Cezar tem um problema técnico a resolver ainda, vamos começar com o depoimento do Sr. Luis Felipe Radicetti Pereira, coordenador do grupo de articulação Parlamentar Pró-Música.

SR. LUIS FELIPE RADICETTI PEREIRA – Bom, bom dia a todos os Srs. Senadores e pessoas presentes aqui. Eu tenho poucas palavras para falar sobre a importância desse encontro aqui, hoje. Mas, falando, procuro falar da parte dos músicos, que são aqueles que têm, que sofrem na pele os efeitos dos gargalos da atividade, e que são muitos.

Então, é da maior importância que possa se estabelecer essa discussão entre os pares da atividade, e que nós gostaríamos de colocar que há às vezes um senso comum em que a música pode se sustentar. Pode se auto-sustentar. Isso é verdade até um determinado ponto. O que nós encontramos na atividade musical hoje, é que existe um tipo de música que está realmente onipresente nos meios de comunicação de massa, e essa música alcança a sua plena realização sociológica, vamos dizer assim. Ela está presente e ela é conhecida através dos meios de comunicação de massa.

Existe uma enorme variedade, uma enorme diversidade dentro desse nosso País, do Brasil, que eu vou chamar de “brasis”, e que não tem acesso a esse sistema de comunicação de massa no Brasil. E acaba

sendo desconhecido da população, até mesmo da população de onde partiram essas expressões regionais múltiplas que tem em todo o Brasil.

Então, essa clivagem cultural que acaba acontecendo dentro da cultura brasileira, ela tem diversas raízes. Mas os seus resultados, as suas cicatrizes se fazem na própria dificuldade da própria atividade. Isso coloca uma enorme fatia, uma enorme proporção da atividade dos artistas no Brasil, sem a possibilidade de subsistirem do seu trabalho, da sua arte. A própria música acaba perdendo a possibilidade de ingressar na memória da cultura nacional. Ela vai se perdendo. Existe um prejuízo para a cultura nacional quando nós não conseguimos premiar a diversidade que esse próprio País é capaz de gerar.

Então, preocupa-nos, e, ao mesmo tempo, nos dá grande satisfação ver que nós podemos estar aqui hoje começando a falar sobre isso, dar início à abordagem desse assunto.

Então, por isso nós estamos aqui apoiando a pauta dessa Audiência Pública, porque, para nós, é muito importante que nós possamos dar para essa pauta as propostas da equiparação do CD ao livro, da revisão da carga tributária, e da criação de um fundo para reinvestimento na própria atividade. Esse Fundo é um Fundo que seria absolutamente necessário para que nós pudéssemos aumentar essa distribuição dos valores que a música pode gerar, e esse dinheiro, todos esses recursos que pudessem ser obtidos, viriam de um Fundo que seria recolhido exatamente das gravadoras, a partir do setor fonográfico, e como contrapartida a isenção proposta para a indústria fonográfica. E os músicos certamente gostariam de ter a participação na discussão da gestão desses Fundos para que a gente pudesse fazer da forma que o Brasil mais precisa. Ouvindo da parte dos músicos as suas necessidades para a gestão desse Fundo.

Existem algumas iniciativas que já estão em andamento, existe em tramitação um PL, que é o PL 3635 do Deputado Léo Alcântara, e que é uma Ementa que altera o inciso V do art. 1º da Lei 10.179/2001, e que destina recursos da dívida pública para investimentos em artes cênicas, plásticas e para a música popular e erudita. Nós achamos que essas iniciativas são importantes para trazer recursos para a atividade, e também gostaríamos de dizer que também falamos que gostaríamos de conversar aqui, inclusive com a presença da indústria dos instrumentos musicais, sobre o acesso do músico profissional aos instrumentos de excelência, ou acessórios para instrumentos de excelência que muitas das vezes são importados e os seus insumos também. Essa discussão é importante, porque apesar de nós conhecermos que a indústria

nacional tem avançado muito e tem tido um resultado e um desempenho extraordinário e que muitos músicos brasileiros utilizam já músicos de ponta, utilizam instrumentos nacionais, existe casos específicos em que nós precisamos discutir, caso a caso, para que a gente possa também permitir ao músico profissional que não consegue, que não tem a possibilidade de fazer dinheiro para poder adquirir um instrumento específico para a sua atividade para poder exercer melhor a sua atividade, quer dizer, um instrumento de excelência para que ele possa facilitar o acesso dele à compra desses instrumentos.

Então isso é um mapa complexo que nós gostaríamos de ouvir as colocações das indústrias também, mas nós também defendemos, além disso, que nós possamos estudar caso a caso para que possamos premiar aos casos em que a indústria nacional não tem como atender artisticamente esse a esse segmento de artista.

Então, eu quero também ratificar o que os músicos desejam muito, discutir todas essas questões do Grupo de Articulação Parlamentar Pró-Música, da qual faço eu parte, sou um dos coordenadores, estamos aqui apoiando essa pauta e queremos muito discutir isso, e queremos agradecer ao Senador Sérgio Cabral Filho e a todos aqui, aos funcionários, ao Júlio Linhares, a todos que nos convidaram para participar aqui nessa Audiência Pública, e que nós entendemos que os encontros regulares que estão se fazendo aqui sobre o assunto, é para nós tem a significação da sensibilidade com que a Casa tem recebido a música aqui. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado. Queremos agradecer ao Dr. Carlos Eduardo Cezar, e passar logo a palavra ao depoente Luiz Felipe Radicetti Pereira, que é o coordenador... Desculpe, eu queria agradecer ao Dr. Luiz Felipe e passar a palavra ao Alberto Bertolazzi, que é o Presidente da Associação Nacional de Pequenos e Médios Fabricantes de Instrumentos Musicais, Associação Nacional de Pequenos e Médios Fabricantes de Instrumentos Musicais, ANAFIM. Com a palavra o Dr. Bertolazzi.

SR. ALBERTO BERTOLAZZI – Bom dia. Antes de mais nada eu gostaria de agradecer o convite e explicar o porquê da nossa razão social dos pequenos e médios fabricantes de instrumentos musicais, porque infelizmente não temos nenhum grande fabricante de instrumentos musicais no Brasil. Têm maiores e menores, mas nenhum que a gente poderia enquadrar como grande fabricante de instrumentos musicais. E talvez isso-

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. ALBERTO BERTOLAZZI – Talvez uma das razões para isso acontecer seja, eu diria, histórica. O Brasil já teve, eu sempre digo, duas grandes oportunidades para ganhar uma fatia muito importante nesse mercado da música, da fabricação de instrumentos musicais. O primeiro com a Carmen Miranda, que nossa grande Embaixatriz, que ano que vem por sinal será celebrado cem anos do seu nascimento, e a segunda fase foi a bossa nova. Alguns fabricantes timidamente começaram a exportar violões naquela época e infelizmente, talvez não muito bem preparados, a qualidade do produto, uma série de problemas e não foram muito bem sucedidos.

Hoje nós temos uma terceira chance, uma terceira oportunidade, nós temos que agradecer muito à APECs(F). A APECs(F) realmente tem nos ajudado muito, tem ajudado muito à Associação ANAFIM, através de dois convênios, estamos em via de assinar o terceiro. Tem nos ajudado muito, apoiado, divulgando os instrumentos musicais em feiras no exterior, e também com o Projeto Comprador, trazendo grandes atacadistas do exterior para visitar as nossas fábricas, Projeto Imagem, trazendo grandes revistas do exterior. E estamos trabalhando para, quem sabe, a indústria nacional conseguiu lugar pela qualidade dos seus produtos que ela merece no mercado.

Um dos grandes problemas que é o tópico principal da discussão hoje, realmente é a parte tributária que afeta os instrumentos musicais. A maneira mais fácil para eu explicar isso, para quem não tem muita afinidade, experiência, imaginem vocês uma indústria que compra um pedaço de madeira e do outro lado sai um violão pronto. O que vai de mão-de-obra agregada e especializada, é um verdadeiro artesanato, é muito grande.

Então, quando a gente fala, quando a indústria de instrumentos musicais fala numa Reforma Tributária, não estamos nos referindo àquela reforma que todos almejam, que está sendo discutida aqui na Casa, no Senado, mas falando do caso específico. Como disse, o que a indústria fabricante de instrumentos musicais se credita de um ICM por comprar matéria-prima bruta, praticamente e o que ela paga no fim da cadeia produtiva é muito grande. Principalmente porque como disse é uma mão-de-obra extremamente especializada. Quer dizer, não se pode fazer um violão ou um saxofone, ou seja lá o que for com robôs, com máquinas, tem que ter realmente a mão humana até para afinar esse instrumento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone]

SR. ALBERTO BERTOLAZZI – Felizmente. E eu gostaria de chamar a atenção para os participantes dessa Comissão dessa Casa, porque a indústria de instrumentos musicais é uma grande usuária de mão-de-obra. Quer dizer... Ela realmente mereceria um apoio, porque ela usa mão-de-obra em abundância, muito mais proporcionalmente do que outros setores, eu diria. E mão-de-obra especializada cara. O outro ponto interessante sobre a tributação, por exemplo, seria que um é claro está ligado a outro. A questão do INSS, por ser uma mão-de-obra especializada e cara, nós temos alguns estudos e estão à disposição dessa Casa, nós pagamos proporcionalmente muito mais imposto do que a indústria automobilística. É claro que a nossa média de salário é muito mais alta do que essas outras indústrias que têm possibilidade, como disse, de usar robôs, enfim, uma linha de produção muito mais mecanizada, e em escala muito maior.

Na parte de tributos, seriam esses dois pontos que eu gostaria de ressaltar, chamar a atenção que a indústria de instrumentos musicais realmente é penalizada. Tem outro aspecto que não faz muito sentido para mim, se uma pessoa comprar um livro de música, uma partitura, ele não paga o ICM, porque é cultura. Então, não incide ICM nesse livro, nessa partitura. Mas na hora que ele compra um violão, um instrumento musical para tocar aquela música, aquela partitura, ele paga o ICM. Me parece que tem uma certa incoerência.

E eu gostaria de aproveitar, já que a Comissão é sobre Educação, fazer um apelo para o nosso Senador Saturnino, se caberia na agenda, discutir também a volta da música no ensino público.

Existem... Todo mundo sempre desconfiou, tinha uma idéia, mas hoje em dia, cientificamente é provado, estudos e na Associação nós temos “N” publicações, pesquisas Standford, com 5 mil crianças, por exemplo, 2.500 que tinham uma formação musical e 2.500 que tinham uma formação mais voltada para informática, *internet*, que o pai acha maravilhoso. “Meu filho navega na Internet”. Mas aqueles que tinham uma formação musical o aproveitamento na escola, principalmente nas matérias exatas, era muito, infinitamente maior do que as outras 2.500 crianças que navegavam maravilhosamente pela *internet*.

Como disse, não é só uma questão de cultura, é uma questão também de preparar a criança para um futuro, que tem uma mente mais desenvolvida. Tem uma frase do Charles Darwin que ele dizia que... Já depois de velho, quase no fim da vida, isso está na biografia dele, que ele dizia se tivesse ouvido meia hora de música por dia a mente dele estaria funcionando melhor naquela idade.

Então, esse é um ponto que eu gostaria de trazer para o Senador Saturnino, se ele achar por bem que cabe na agenda, eu gostaria de discutir. E o outro ponto que nós já estamos trocando uma idéia com o Sr. Felipe Radicetti, é o envolvimento dos músicos na divulgação do instrumento musical brasileiro. Quer dizer, não custa nada quando até fizemos esse apelo para o nosso Ministro Gilberto Gil e ele acolheu, quando ele estiver tocando no exterior, não custa nada, quer dizer, levantar o instrumento e falar – “Estou usando o instrumento musical feito no Brasil, com qualidade brasileira”. Isso ajudaria muito a divulgar a nossa imagem, tanto internamente, como no exterior.

De novidade, Senador, o que a ANAFIM também está fazendo, até para... É interessante a repercussão que nós tivemos no exterior, em duas feiras em Los Angeles e Frankfurt esse ano, nós estamos incentivando o uso da madeira certificada para a fabricação de instrumentos musicais. O nosso apelo é – Música é sensibilidade, é poesia. Vamos acordar. Nós estamos ajudando a destruir as florestas. Só vocês verem violino, violão, guitarra, piano, percussão, bateria, caixas acústica, todos esses instrumentos são grandes usuários de madeiras, e madeiras nobres. E ninguém ainda levantou essa bandeira, digamos, para tomar cuidado. Quer dizer, nós estamos ajudando a destruir as florestas.

Então, vamos usar a madeira certificada. Isso traria dois benefícios para nós, a indústria brasileira. Primeiro, mostrar para o mundo que nós brasileiros, estamos preocupados, sim, com a preservação das nossas florestas. E segundo, agrega valor ao nosso produto, ao nosso instrumento musical, que seria um diferencial como outros instrumentos musicais fabricados pelo mundo todo que até hoje não abraçaram essa causa, não levantaram essa bandeira. São esses os nossos pontos, Senador. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado. Eu que agradeço, Dr. Bertolazzi. E queria registrar e informar a V.S^a. que essa questão do ensino, da volta do ensino da música nas nossas escolas está na agenda desta Comissão, sim. Ainda recentemente tivemos discutindo, vamos voltar a discutir, porque, como disse muito bem o Dr. Bertolazzi, a música é importante não só para a formação cultural das pessoas, dos cidadãos, mas para o próprio desenvolvimento da mente do ser humano, a música propicia um desenvolvimento mais completo. Isso já era conhecido dos gregos da antiguidade há 2500 anos. Platão, na República, recomendava o ensino da música como sendo propiciador do desenvolvimento mental do ser humano junto com a matemática, junto com o desenvolvimento físico, também.

Quer dizer, a música há muito que é tida e reconhecida como... Agora mais do que nunca com os desenvolvimentos da ciência, enfim, da fisiologia cerebral, está sendo demonstrado que a música é reveladora de desenvolvimentos mentais que não acontecem sem a aplicação dos neurônios e de suas ligações nessa atividade humana tão importante e culturalmente, também. De modo que agradeço o Dr. Bertolazzi. Quero também informar que nós estamos sendo... Toda a Sessão está sendo gravada e passará na íntegra na TV Senado.

Eu vou passar agora a palavra ao maestro Edino Krieger. Ele representa a música do Brasil. Não representa nenhuma Associação. É um compositor brasileiro de mérito reconhecido. É muito... A gente sabe que é muito difícil estabelecer essa fronteira entre o que é música popular e música erudita, mas o fato é que essas designações existem, e são mais ou menos reconhecidas. E no campo da chamada música erudita Edino Krieger tem uma projeção maior aqui no cenário nacional, entre os compositores nacionais, é reconhecido como tal. Recentemente teve o seu nome incluído numa lista de 100 brasileiros geniais contemporâneos, de forma que é uma honra muito grande ter aqui o maestro Edino Krieger na nossa Mesa, e eu não posso também deixar de lembrar que foi meu Professor. Num certo momento da minha vida, eu estudei música, fiz o curso do conservatório e tomava aulas de harmonia e contraponto com quem? Meu amigo Edino Krieger que hoje é uma das grandes [risos] expressões da música brasileira contemporânea, e é muito importante a sua presença aqui, razão pela qual eu faço esse destaque, e passo a palavra ao nosso maestro Edino Krieger.

SR. EDINO KRIEGER – Muito obrigado, Senador Roberto Saturnino, meu velho amigo. Que antes de ser um brilhante político, ilustre Senador da República, ele foi um dos mais promissores talentos na área do canto no Brasil. Ele era realmente um jovem cantor de grande talento com a belíssima voz de barítono, e eu tive o privilégio, inclusive, de ter algumas canções minhas gravadas há mais de 50 anos na Rádio Ministério da Educação, naquela época. Enfim, é um grande prazer. Muito obrigado por suas palavras carinhosas que são, como sempre, exageradas.

Mas a minha presença aqui eu represento mais a área, digamos assim, a vertente da música clássica. Eu não gosto muito deste termo, dessa denominação de música erudita. Que é um termo um pouco pretensioso. Parece que o ouvinte para, digamos assim, usufruir dessa música tem que ter algum tipo de erudição. E isso, não é verdade, quer dizer, a audição é exatamente idêntica em qualquer vertente da música.

Eu queria falar, exatamente chamar a atenção, isso já começou a ser delineado aqui, para a magnitude do universo da música. É que geralmente a música ela é compartimentada. Então as pessoas têm uma noção muito precária, enfim, do volume, da importância da música enquanto linguagem de comunicação humana, através da linguagem artística, da importância que tem esse universo, e da magnitude desse universo que se sustenta em três pilotes básicos, que são a criação, quer dizer, é o ato de criar, de pensar, de imaginar, a fantasia do homem que cria canções, cria sinfonias.

O segundo componente seria exatamente daqueles que fazem, que transformam em realidade sonora aquelas idéias do criador da música, que são os intérpretes, que são os intermediários.

A música como geralmente as artes performáticas, ela necessita de um intérprete. Ela precisa de alguém, de um instrumentista, de um cantor, de uma orquestra, de um conjunto que dê forma real àquilo que foi apenas, digamos, uma criação mental. Então, esse é o segundo componente desse universo da música.

E o terceiro é exatamente o ouvinte, aquele a quem toda essa criação e toda essa reprodução do fenômeno musical, do evento musical se dirige. É ao ouvinte, porque a música é exatamente uma linguagem de comunicação, e no final desta linha está exatamente aquele que recebe essa mensagem, a mensagem estética, a mensagem da música. Esses três pilotes, eles existem a partir da criação e, dependendo, naturalmente, do tipo da idéia musical, em três vertentes, que são diversas, mas são integradas, que é a vertente da criação espontânea do músico popular, que é uma criação coletiva, inclusive, porque ela passa de um para outro e, no final, ela se estratifica numa forma de expressão que é uma expressão coletiva de um determinado grupo social, de uma determinada cultura, de uma determinada sociedade. É a música folclórica, que é, por sinal, aquela que define o perfil, as características mais importantes do ponto de vista da identidade sonora de um País, de uma cultura, de uma comunidade. É nesse momento, nesse fazer coletivo da música é que se estabelecem as linhas de identificação da nacionalidade através da linguagem sonora.

É, portanto, uma parte muito importante da produção, da criação musical.

E depois outra vertente é a chamada música popular urbana, que é feita por compositores individuais ou por duplas, geralmente em parceria com algum poeta, com letrista, etc., a música popular brasileira, que pode ser também instrumental, como o choro, que é também uma vertente importante. E essa vertente da criação musical é, na verdade, a única que consegue um status de produto de mercado. Essa, realmente,

pelo fato de ela ter um acesso muito mais fácil ao ouvinte, ela tem um consumo também muito maior. E isso levou, evidentemente, ao desenvolvimento industrial, inclusive, desse tipo de produção musical. Com a criação da indústria fonográfica, por exemplo, e de sua importância para a divulgação desse tipo de produto, através dos meios de comunicação de massa, como o rádio e a televisão.

E há uma terceira vertente, que é a chamada música clássica, que eu prefiro o nome de erudita, que é um pecadilho do nosso querido Mário de Andrade, que inventou essa história de que existe uma música erudita. Mas na verdade, eu acho que erudito é o professor que, enfim, analisa a música, que fala sobre a música. Não necessariamente o compositor. Não se pode chamar de erudita, digamos assim, uma música de quase de consumo de massa, como é a música de Chopin, como a música de Tchaikovsky. São músicas que tem, digamos assim, uma formatação diferente que requerem recursos de execução diversos, mais complexos. É uma música mais complexa na sua forma. A canção popular geralmente ela tem uma forma muito simples. Ela é uma estrofe refrão, quer dizer, é uma forma praticamente tradicional e estável. A música clássica não. A música clássica tem uma diversidade enorme de formas de maneiras de expressão, de conteúdos, etc.

Enfim, essas três vertentes, além dessas três vertentes, da criação, existe toda uma estrutura, um contingente de apoio à atividade musical, que são os professores que formam os instrumentistas, são os fabricantes de instrumentos. Aqui nós temos o representante exatamente das fábricas de instrumentos musicais. Enfim, há toda uma vasta quantidade de pessoas que estão engajadas no suporte a esta atividade, a atividade musical. Uma delas, evidentemente é a radiodifusão, que é um meio de comunicação de massa, e que através do qual, sobretudo, a música popular tem o principal veículo de difusão.

Diga-se de passagem, que na radiofonia brasileira, quer dizer, predomina a difusão da produção musical que é representada pelas grandes empresas multinacionais.

Normalmente é difícil a gente ouvir, a não ser emissoras oficiais, realmente a música brasileira. E por isso eu acho que o Congresso Nacional deve assumir o compromisso de estabelecer critérios e estabelecer uma legislação que garanta a participação efetivamente da música brasileira na radiodifusão do País, sobretudo, na radiodifusão comercial.

Enfim, esse grande universo, se nós computarmos também os ouvintes da radiodifusão como parte desse universo da música, nós vamos chegar à con-

clusão de que de todas as artes, de todas as formas de transmissão de cultura, a música é exatamente o universo de maior magnitude. Eu acredito que é inclusive superior ao próprio cinema, que é evidentemente uma arte também popular de consumo muito elevado. Mas a música ela praticamente atinge a toda a população de um País. Porque não existe nenhuma casa, por mais pobre que seja, que não tenha o seu rádio de pilha. Não tem a televisão. Certamente, há muitos lugares onde não há energia elétrica, não tem televisão. Então não assiste ao cinema. Mas, certamente, assiste, sim, e consome a música, porque a música, inclusive, é o componente mais importante da radiodifusão. Eu acredito que a radiodifusão consome, quer dizer, inclui, tem a participação de pelo menos 80% de música.

A música, enfim, é o universo com quem nós estamos em contato diariamente a cada momento.

Uma consideração muito importante a fazer é sobre o que representa a música em termos de economia. Está sendo realizado neste momento um estudo mais aprofundado sobre exatamente a economia da música. O que ela representa em termos de economia para um País. E realmente, se nós pararmos e pensarmos no volume de recursos com que a música trabalha, nós ficaríamos perplexos. E isso eu acho que justifica uma preocupação das casas legislativas do País com essa atividade. Ela precisa, realmente. Porque ela não pode ficar, simplesmente, todo esse volume de atividades musicais, não podem ficar simplesmente à mercê das leis de mercado. Em todo mundo a produção musical que não tem condições de ser auto-sustentável através do mercado, ela conta com subsídios do Poder Público.

Isso, em todos os grandes Países onde há um consumo e uma atividade musical fantástica, muito maior do que no Brasil, há uma participação efetiva do Poder Público através de políticas públicas de apoio à música.

O Senador Saturnino se referiu à importância da música na educação. Isso realmente é uma aspiração de todo o meio musical. Eu tenho participado de várias reuniões, de encontros de regentes de orquestras, de regentes de corais, de indústria musical, de instrumentos musicais, e todos são unânimes em dizer que é absolutamente indispensável que a música, que a educação musical [soa a campainha] retorne à...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – É um aviso. Não fui eu. É automático.

SR. EDINO KRIEGER – Retorne. Já existiu. É claro. E isso foi o grande trabalho de educador de Villa Lobos. Ele quando voltou da Europa, onde ele

viu a importância da música na formação do jovem, ele chegou ao Brasil e convenceu o Governo Vargas de criar aqui o Sistema de Educação Musical através do canto orfeônico, que ele chamava. E para isso foi criado, inclusive, naquela época, e daí a importância da participação do Poder Público, foi criado para Villa Lobos o Conservatório Nacional de Canto Orfeônico que se destinava exatamente a criar Recursos Humanos para que a música pudesse ser ensinada e divulgada na escola. Mais do que ensinar música à criança, eu acho que é importante permitir, fazer com que a criança vivencie a prática da linguagem musical. Porque já foi absolutamente comprovado, além desses benefícios que a prática da música faz traz para o jovem, para a criança, a capacidade que a música tem de inserção social. É impressionante. Há exemplos vitoriosos em vários Países em que eu conheci, estive lá, visitei a Venezuela, e vi o trabalho, por exemplo, o sistema que eles têm de orquestra jovens. É um sistema criado mais ou menos há 20 anos por um maestro que se tornou, foi tão importante que acabou se tornando o Ministro da Cultura da Venezuela. É um sistema de formação de musicalização do jovem através de instrumentos de orquestra. E tem um efeito multiplicador, de modo que a Venezuela hoje tem várias centenas de orquestras jovens. E esses jovens são procurados aonde? Exatamente na periferia, nas classes sociais mais carentes. E são, portanto, um processo, um instrumento de inserção social que afasta o jovem de caminhos que são perigosos, da marginalidade, do crime, da droga. Porque ele, com a vivência da música, ele vislumbra uma nova possibilidade de vida.

Então, eu acho que esta Casa faz muito bem em estar preocupada com esse universo da música e de buscar, inclusive, uma legislação apropriada para que esse universo tenha o seu suporte adequado.

Há necessidade de atualizar, de fazer uma revisão de legislações que já existem, por exemplo, a Lei da Ordem dos Músicos do Brasil, que precisa ser realmente repensada, precisa ser atualizada para que ela seja realmente mais eficiente, para que cumpra os objetivos para os quais foi criada. A chamada Lei Rouanet, que é preciso que também seja revisada, seja atualizada, para estabelecer critérios que privilegiem o músico e a música do País.

O Felipe Radicetti falou da importância da criação de um órgão, de um Fundo, que poderia ser uma agência de música equivalente a que já existe, digamos, para o audiovisual e para o cinema. A música é um universo que merece também um tipo de mecanismo que coordene, que possa ter uma finalidade consultiva, normativa e executiva de Políticas Públicas na área da música.

Enfim, era isso que eu gostaria de deixar como contribuição da nossa área da música clássica. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-TURNINO (PT-RJ) – Obrigado. Nós é que agradecemos, maestro Edino Krieger. Vou passar a palavra ao Dr. Carlos Cezar de Andrade, Presidente da Associação Brasileira de Música Independente.

Eu começaria perguntando ao Dr. Carlos, Associação Brasileira de música independente. É a associação independente ou é a música independente?

SR. CARLOS EDUARDO CEZAR DE ANDRADE JÚNIOR – É a música independente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-TURNINO (PT-RJ) – O que é a música independente?

SR. CARLOS EDUARDO CEZAR DE ANDRADE JÚNIOR – Esse é uma pergunta extremamente interessante, foi feita ontem pelo Diretor que nós acabamos de empossar. Ele falou – “Mas me diga uma coisa, música independente. O que é que isso tem da música como um todo?”. A música, ela é independente, ou melhor, nós nos qualificamos como produtores de música independente, porque nós propomos uma independência estética do que vocês hoje assumem como a música do Brasil exclusivamente, porque é o que está permeado nos meios de divulgação, que é o que vocês vêem todo dia. A gente costuma dizer que nós temos... O Felipe Radicetti inclusive mencionou. Nós temos aí uma quantidade de “brasis” dentro desse País continental aonde um estudo feito há algum tempo atrás, inclusive mencionado a mim pelo musicólogo Roberto Mendes, que disse o seguinte – “O Brasil tem 356 ritmos catalogados, e os Estados Unidos tem 30”. Essa é a diferença da latitude da nossa música para a música do resto do mundo. Nós somos antropófagos culturais. Nós canibalizamos as culturas, as religiões, e transformamo-las no que é a Raça Brasil. Eu, por exemplo, eu sou um católico apostólico romano, quatrocentão aqui, que ando com o patuá no bolso. Acredito em reencarnação e minha madrinha é lemanjá. [Risos]

Então, fica complicado o negócio. Está entendendo? Então, esse tipo de cultura é o que permeia justamente, eu acho, que a alma brasileira. E a independência de certas diretrizes predefinidas, por exemplo. Vocês entram numa loja de disco, e aí vocês têm rock, pop, funk, axé, música clássica, jazz. Agora, dentro do jazz... Eu, por exemplo, eu tenho uma gravadora de música instrumental brasileira. Lá fora ela é entendida como jazz. Aqui dentro fica complicado eu rotular o Sebastião Tapajós como um jazzista. Ou um Turíbio Santos quando interpreta uma música popular um ja-

zzista, porque eles não são jazzistas. Mas a música brasileira propõe tantas diversidades, tantas diversificações, que eu me permito milhões de subdivisões dentro dessa mesma vertente. Ou seja, eu independo dessa diretriz traçada pelo mercado que nós vemos aí que nós temos contato. Logicamente que ficaria extremamente mais fácil se você chegasse numa loja de disco e encontrasse meia dúzia de gôndolas e tivesse pouca coisa para escolher. Mas, infelizmente, o brasileiro é extremamente criativo, nós temos uma cultura, como eu disse, antropofágica, que pega, por exemplo, a música europeia, mistura com a música africana e a música indígena, e saem elementos como o samba, choro, como uma quantidade de ritmos que são exclusivamente nossos. E que, dentro deles, tem tantas outras variações.

Eu sempre pedi para o Lenine descrever as diferenças que existem dentro do maracatu. É o maracatu do baque solto, maracatu do baque variado. É tanto maracatu que eu me perco nesse negócio. Mas isso levou esse musicólogo a levantar esses 356 ritmos brasileiros. E que eu acredito que tenham muito mais por aí.

Bem, eu represento 113 gravadoras, e hoje nós crescemos a uma média de seis gravadoras por mês, associadas. A música é a arte das artes. Toda arte aspira ser música. Já dizia o Sófocles, e nos tempos idos. Não foi nem gravado e nem divulgado isso dessa maneira. Mas nós temos aqui a música como uma expressão mais vigorosa da nossa cultura.

Num estudo encomendado pelo Governo ao SEBRAE, sobre o que seria a percepção do mercado mundial às definições aos marcos de qualidade entendidos por eles nos produtos brasileiros, o que melhor definiria qualidade para nós, para a marca Brasil, é a música. Esse estudo foi encomendado a uma empresa italiana, chefiada por um estudioso do *marketing* cultural no mundo inteiro, que é o Domenico De Masi, e ele trouxe essa avaliação.

Numa recente pesquisa da Price Waterhouse sobre o mercado de entretenimento no mundo, a música apareceu como a forma, a expressão cultural do País que mais dá orgulho ao brasileiro. 65% dos brasileiros acham que a música do Brasil é emblemática para a qualidade do País. 46 acham que é o futebol.

Bem, logicamente, depois da última Copa isso deve ter diminuído radicalmente. Mas, com certeza, antes da Copa nós achávamos que tínhamos o melhor time do mundo. Mesmo assim, 46% acharam que o futebol demonstrava essa qualidade e lhes dava esse grau de orgulho. Ora, se 65% da nossa população tem orgulho da nossa música, por que não incentivá-la a crescer? Nós muitas vezes perdemos muito tempo

discutindo música de qualidade. Não existe música de qualidade. Toda música tem qualidade. Por quê? Porque ela é uma expressão legítima do povo. Existe algum movimento mais atual, mais consolidado do que o Movimento do Funk? Venha ele de onde vier, tenha ele a retórica que tiver. Ele é uma expressão absolutamente legítima de um segmento da sociedade. Então, nós não podemos desconhecer esse tipo de coisa. Nós não podemos criticar o axé. “Ah, não, mas o axé, boquinha da garrafa...”. Não interessa, isso é música brasileira. É interpretada por uma quantidade de pessoas da nossa sociedade, tem uma permeabilidade no universo social que vai desde o mais ilustrado ao menos ilustrado da nossa cadeia sociocultural. Logicamente que você tem aí uma série de escalonamentos dentro da música, dentro do universo musical brasileiro, e eu mais recentemente eu estou tendo inclusive esse período aqui, uma honra muito grande, que é de registrar duas obras do maestro Edino Krieger aqui com a participação do Turibio Santos, aquele belíssimo disco e uma orquestra com elementos da orquestra sinfônica brasileira. Foi uma gravação belíssima que nós fizemos na Sala Cecília Meireles, e que isso me leva justamente a uma das questões que eu gostaria de trazer a vocês, que é o seguinte – A música, quando registrada eletronicamente, ou seja, gravada, ela basicamente se fundamenta. Ou seja, você dá a ela a interpretação mais próxima à interpretação que o autor pretendeu daquela música. O que isso cria para as gerações futuras? Uma permissão de evoluir sobre aquele tema de uma maneira absolutamente definitiva e desprendida daquela primeira interpretação. Como é que a sociedade se relaciona, por exemplo, com a música clássica? Os intérpretes de música clássica buscam suas interpretações daquelas partituras para que elas se assemelhem ou se aproximem ao máximo ao que eles entendem por ser a intenção do compositor original. E isso, de uma certa forma, pelo fato de você não ter a gravação original lá atrás, não permite milhões de evoluções.

Então, se você escutar as milhões de gravações do Mozart, interpretação de obras de Mozart, lidas de suas partituras, você vai ver muito poucas variações ali no âmbito da interpretação propriamente dita. Por quê? Porque o intérprete não se dá permissão de elocubrar sobre aquele tema, uma vez que aquele tema não foi definitivamente registrado por seu criador. Eu, por exemplo, eu sou autor de Saigon, que é uma música que teve aí uma quantidade de leituras. Dentre essas leituras a interpretação original, do Cláudio Cartier, meu parceiro, nós tivemos a interpretação do Emílio Santiago, nós tivemos a interpretação da Leni Andrade e nós tivemos a interpretação de Beth Car-

valho que derivou essa música toda para o samba. E ela não foi criada como um samba. Mas a gravação original permitiu que uma artista do calibre da Beth conseguisse fazer essa transmutação e criar uma peça absolutamente maravilhosa, dentro de um determinado segmento que me deu a oportunidade de me comunicar com uma faixa da sociedade a qual talvez eu não tivesse o mesmo acesso.

Bem, mas tudo isso é lindo de morrer, teórico, excepcional. A gente está aqui para falar de uma coisa muito importante, que é a tributação sobre essas gravações, sobre esses registros.

Hoje nós temos os seguintes aspectos – *Power point* é um troço meio chato, então eu vou tentar passar rápido com isso aqui, para a gente falar de coisas mais interessantes.

O Brasil ouve e consome 80% de música brasileira. Detalhe, ele faz isso hoje, porque o Governo deste País teve ações que foram definitivas para esse crescimento. Em 1968 foi feito um convênio para que a indústria fonográfica pudesse utilizar 70% do seu ICMS devido para a geração de conteúdo nacional. Ou seja, o direito que o camarada pagava na época lá para o Frank Sinatra, para o Nat King Cole, revertia para música brasileira, para a criação de conteúdo nacional. Juntamente com isso, mais à frente um pouco durante a época da ditadura, veio uma Resolução do Governo que exigia 50% de execução de música nacional nas rádios. Hoje, essa execução, sem qualquer exigência do Governo, é 80%. Ou seja, existe uma aceitabilidade gigantesca do País com relação à música gravada, ou a nossa cultura enquanto registrada. O Brasil compra Brasil. O Brasil gosta do Brasil. Nós somos excelentes xenófonos. Exercitamos essa...

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-
TURNINO (PT-RJ)** – Em matéria de música.

**SR. CARLOS EDUARDO CEZAR DE ANDRADE
JÚNIOR** – Em matéria de... 99% das coisas que acontecem hoje no País. Para o senhor ter uma idéia, o art. 39, que é essa permissão que o Governo deu para que as distribuidoras multinacionais de filmes exibidos em televisão, as distribuidoras de TV a cabo, utilizassem o imposto devido quando da remessa dos valores ao exterior em produções nacionais, eu participo da ABPI-TV, que é uma outra associação que faz parte conosco com a BMI e com a ANAFIM desses Projetos de Exportação da APECs(F), ABPI-TV, é a Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão. Independentes, por quê? Porque eles estão independentes daquele esquema, daquela máquina de fazer produto dentro de casa, que é... Mãe do céu, que a GLOBO faz de uma maneira maravilhosa. Trouxe a televisão a um nível de qualidade, elevou o nível de qualidade da

nossa televisão a patamares internacionais. E graças justamente a esse início, a esse empreendedorismo das ORGANIZAÇÕES GLOBO, hoje nós temos uma televisão aberta de altíssima qualidade e um cabo que precisa correr atrás justamente dessa qualidade. E está correndo com sucesso. Por quê? Porque nós temos a cultura de fazer coisas com qualidade.

Então, esse art. 39 permitiu que, por exemplo, a HBO se parceirizasse com a O2 e com a Conspiração Filmes e criassem o Mandraque e Filhos do Carnaval. E o Mandraque não era exatamente o que eu achava assim de pouco de sexo demais na televisão, um pouco de violência demais na televisão para o momento atual. E eu liguei para o pessoal da HBO e falei. “Possa, vocês usaram dinheiro do Governo para...”. “Olha, vou dizer uma coisa, é primeiro lugar de audiência disparado. E daqui para frente, com ou sem esse dinheiro, nós vamos buscar investir mais em produções nacionais. Porque nós estamos vendo o retorno na nossa cara aqui”. Ou seja, o Brasil compra Brasil, o Brasil quer Brasil. Nós temos a capacidade, ou melhor, nós estamos tentando disseminar a filosofia do pensar global, mas agir local, e acho que é isso que nós estamos vendo com essas ações que o Governo têm para incentivo da produção cultural no País.

A Lei Rouanet permitiu uma quantidade de ações importantíssimas. Eu tive, por exemplo, o privilégio de com a Lei Rouanet, através da Lei Rouanet, poder restaurar, ou melhor, digitalizar o acervo de acetatos do Museu da Imagem e do Som que o maestro Edino Krieger era Presidente, e quando ele estava Presidente lá foi quem justamente aprovou essa parceria, esse acordo de colaboração, nós estamos entregando agora à população 5 mil acetatos digitalizados para consulta, quando antigamente, quando antes, a gente não tinha nem como ouvir esses discos. E leis como essa, Leis de Incentivo Cultural são definitivas para a perenização da cultura brasileira.

Bem, uma das coisas que eu mencionei inclusive é que a música como principal interlocutor de exportação da marca Brasil é resultado de um estudo, desse estudo do Domenico de Mais, encomendado pelo SEBRAE. Quando você quer vender sapato lá fora, faça-o com música brasileira. Por quê? Porque isso é um agregador de percepção de qualidade. Você quer vender cachaça lá fora, faça-o com música. Você quer vender petróleo lá fora, faça-o com música. E por acaso até fizeram mesmo, porque na comemoração dos 50 anos da PETROBRAS eu tive também o privilégio de gravar uma orquestra sinfônica, a Orquestra Pró-Música, PETROBRAS, interpretando uma obra sinfônica que era justamente o *jingle* [soa a campainha] dessa campanha. Vou tentar apressar isso aqui, então.

Existem, por dados da [inaudível] 1.495 gravadoras registradas no País. Logicamente que você tem muitas pessoas aí que se registraram como produtores fonográficos, fizeram seus discos, acabaram esses discos e nunca mais fizeram outra produção. Mas você tem 495 gravadoras ativas no País hoje. Na BMI, como disse, hoje tem 113 gravadoras associadas e seis novos sócios aparecem a cada mês querendo se registrar para participar desse esforço associativo, que é a Associação. ABPD é a Associação... Eu tive o privilégio também de dirigir ABPD durante algum tempo, é a Associação que congrega as grandes gravadoras, as fábricas do País, apesar de nós termos hoje também já duas fábricas associadas à BMI estão associada ABPD e à BMI, e eles têm estudos, ou encomendam estudos periódicos desse mercado. A BMI ainda está na sua infância, então nós estamos elaborando os nossos estudos, desenvolvendo nossos estudos para que nós possamos trazer a esse Plenário, a essa Casa aqui, com mais solidez números que realmente são impressionantes, números que sejam realmente balizáveis, inclusive, pela nossa querida Receita Federal, que não está presente aqui hoje.

Nas grandes gravadoras eles venderam 52 milhões de unidades esse ano, ou melhor, no ano de 2005. 75% disso foi música brasileira. As gravadoras independentes, na sua totalidade, estima-se que elas tenham vendido aproximadamente 50 milhões de unidades, com 97% de música brasileira. Porque a música independente, refere-se especificamente, ou melhor na sua grande maioria, a divulgação e ao registro e divulgação da música brasileira.

Fábricas por todo o País reportam em torno de 200 milhões de unidades fabricadas, onde nós estimamos que 112 milhões sejam produtos fonográficos. Você tem CDs-ROM, você tem aí uma série de outros produtos fabricados por essas indústrias aí no caso, que não são produtos fonográficos, não são exclusivamente produtos fonográficos. Todos têm música. Não se faz nada sem música. Não se faz cinema sem música, não se faz teatro sem música. A vida de vocês é permeada por música. Vocês são incapazes, por exemplo, de botar no seu telefone um troço que não seja música. Ou seja, alguma coisa batendo na cabeça de vocês. De vez em quando vocês botam no *vibracall*, mas vocês querem ter sempre uma relação muito mais próxima com o elemento musical.

Bem, vocês vêem hoje no mercado internacional, ou no mercado interno, a coisa crescendo da seguindo maneira, ou melhor, a música evoluindo para determinadas ramificações. Nós estamos falando de telefonia, *internet*, a rádio por assinatura, que vem aí, a TV por assinatura que já está presente, vocês recebem em

casa uma quantidade de canais de música. Mas isso hoje representa em termos de faturamento, por ainda estar um tanto quanto incipiente, menos de 1% da arrecadação fonográfica, ou melhor, da música gravada. Todavia, os direitos de execução no ECAD no ano de 2005 trouxeram um número 275 milhões de reais arrecadados junto aos usuários de música, da música não só a música mecânica, ou seja, a música que toca nos sistemas de som dos lugares, como também nas performances, nas apresentações de vários artistas. Mais ou menos, cem milhões de reais foram pagos a editoras por gravadoras em todo o Brasil. E esse dinheiro chegou aos seus autores, aos autores das músicas. Eu até ganhei um pedacinho disso aí também como compositor do Saigon. Shows e apresentações, por outro lado, tem um universo gigantesco. Para terem uma idéia, eu outro dia estava conversando com um Vice-Presidente de uma multinacional, ele estava falando “você imagina que essa gravadora hoje tem 94 empregados. Teve muito mais, hoje ela tem 94 empregados. O meu artista, ao qual eu estou te convidando para apresentação no Rio Centro, tem 300 empregados em sua empresa. Esse artista está faturando uma média de um milhão a um milhão e duzentos mil reais por semana com sua estrutura. Sendo que no carnaval esse artista emprega aproximadamente cinco mil pessoas”. Logicamente que essa eventualidade tem uma quantidade de componentes, aí no caso. Mas, se um artista tem condição de empregar essa quantidade de gente, vocês imaginem o que... Hoje vocês vêem aí uma quantidade de... Calcinha Preta, Banda Calypso... Mecanismos gigantesco de apresentação de shows. Tem pelo Brasil afora, estão independentes inclusive de gravadoras, de grandes gravadoras. A Banda Calypso é uma banda independente. Faz, fabrica seus próprios discos para vendê-los, e os vende para o povão, mesmo. A idéia deles é colocar isso a preços baratos, preços módicos para um grande público. O que é que nós precisamos fazer com isso? Nós precisamos botar essas pessoas, quer dizer, não digo especificamente a Banda Calypso, porque com certeza, dentro da empresa que se tornou a Banda Calypso, o procedimento é absolutamente formal e observador das leis, mas uma quantidade de outras... Outros músicos e gravadoras que estão começando, precisam ter a possibilidade de exercitar o negócio do disco sem o tamanho da carga tributária que hoje permeia o disco.

Por outro lado, nós temos perdido aí... Selos de gravação de áudio...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu vou pedir ao nosso convidado [risos] que eu estou vendo que a sua exposição não

chegou nem à metade. Vamos abreviar porque é preciso dar tempo aos nossos Senadores também.

SR. CARLOS EDUARDO CEZAR DE ANDRADE JÚNIOR – Vou fazer isso. Então, um dos elementos... Acho que vou passar para... Você passa para o *slide* sete, por favor. É antes disso.

Bem, só para dar uma informação, hoje a pirataria é 50% dessa indústria. 50% foi consumido por pirataria, dos negócios existentes no País. Dois bilhões de reais foi um número apurado pela ABPD em 2000. Esse ano foram seiscentos e cinquenta milhões de reais apurados por essa indústria. A carga tributária na indústria fonográfica incentiva hoje o produto informal e a pirataria. Porque a distância que nós temos aí do preço do produto pirata e do produto legal, logicamente que o pirata não pagam os custos de produção, nem nada disso, mas nós temos uma diferença, uma distância muito grande. Nós precisamos aproximar isso de maneira radical, para que nós possamos retornar ao Governo ou ao País a formalidade dos empregos que hoje são informais e estão ali na banca de camelô, na frente da loja de disco que está tentando sobreviver vendendo disco e pagando seus impostos. Se for a Ipanema, à Santa Efigênia em São Paulo, você tem a loja vendendo o produto ao preço normal com seus impostos e coisa tal, e o camelô na frente da porta vendendo o produto ilegal. É um caso de polícia? É, caso de Polícia, com certeza. Mas a diminuição dessas distâncias, desses disparates que nós temos hoje com certeza traria ao País um benefício infinitamente mais relevante do que os poucos reais que hoje estão sendo recolhidos por conta da carga tributária que para nós, é imensa. Para o País, hoje, pela diminuição dessa indústria está se tornando extremamente efêmero. Eu estou procurando uma informação que eu queria passar para vocês.

SENADOR GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB-AC) – Presidente, eu peço permissão para interromper. Carlos Eduardo, só para a gente aproveitar. Porque isso aí é uma questão relevante. Primeiro, eu fiquei surpreso com a sua fala muito entusiasmada. Mas eu temo que... Veja, se a gente comparar a indústria fonográfica com outras indústrias, por exemplo, há cinco, seis, dez anos atrás a gente comprava um computador por uma quantia absurda. Três, quatro, cinco mil reais. Hoje você compra um computador por setecentos reais, novecentos reais. E não houve essa coisa toda de redução tributária, não sei mais o que, nos outros segmentos industriais. Eu estou fazendo uma análise a grosso modo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu pediria ao Senador Geraldo, quando é uma pergunta oportuna, porque foi menciona-

do, mas se é uma pergunta geral. Eu pediria... porque o Senador Zambiasi está inscrito antes de V. Ex^a

SENADOR GERALDO MESQUISTA JÚNIOR (PMDB-AC) – Eu pediria inclusive que ele analisasse esse aspecto comparativamente com outras indústrias.

SR. CARLOS EDUARDO CEZAR DE ANDRADE JÚNIOR – A sua observação é absolutamente pertinente. Eu lhe respondo uma coisa de maneira muito simples.

SENADOR GERALDO MESQUISTA JÚNIOR (PMDB-AC) – Eu acho que a indústria fonográfica é muito concentrada e muito gulosa. A impressão que eu tenho é essa. Em grande parte ela produz, inclusive, a pirataria. Essa é uma impressão a grosso modo. Eu queria só que você comentasse esse aspecto.

SR. CARLOS EDUARDO CEZAR DE ANDRADE JÚNIOR – Lembre-se de uma coisa. Para que a sua máquina de novecentos reais funcione, ela precisa de um programa. Esse programa precisa ser criado. Isso é direito intelectual e propriedade intelectual. A não ser que o senhor pirateie isso, o senhor terá que pagar por ela. E um produto, por exemplo, como o *Microsoft Office*, custa aí no O&M mil, mil e duzentos reais. Custa mais caro que a máquina de novecentos reais. Mas sem ele, a sua máquina é preço de papel.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone]

SR. CARLOS EDUARDO CEZAR DE ANDRADE JÚNIOR – Os próprios *softwares* baratearam, com certeza. A própria música barateou imensamente também. Se o senhor imaginar que o disco no Brasil é talvez um dos mais baratos do mundo... É um monte de dinheiro. Você pagar trinta reais num disco, minha mãe do céu!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone]

SR. CARLOS EDUARDO CEZAR DE ANDRADE JÚNIOR – Exato. Era justamente o número que eu estava procurando aqui para o senhor. A Banda Calypso, ela achou a maneira de vender o disco dela, porque ela faz um show, vender o disco dela no show dela. Ela tem um grande show. Mas se o senhor imaginar que dos cinco ou seis mil pontos de venda que o País tinha há 10 anos atrás, ele perdeu 3.500 pontos, que foram 46 mil empregos jogados na lata do lixo por causa dessa pirataria. Aí eu lhe pergunto se valeu à pena alguma inércia do Governo com relação à coibição da pirataria. O que a sociedade ganhou ou ganha com a pirataria fonográfica? Absolutamente nada. Quem perde é a sociedade. Por quê? Porque hoje o senhor vê gente que de outra maneira estaria no tráfico ou estaria na bandidagem trabalhando com música, porque talento

não escolhe berço. Nós premiamos o livro aqui, justíssimamente porque afinal de contas a literatura tem que ser trabalhada ou premiada de todas as maneiras possíveis e imagináveis, porque é um esforço de disseminação cultural, absolutamente relevante, mas a música também é. E de muito mais permeabilidade na nossa sociedade. Se o senhor imaginar que não precisa saber ler para ouvir música. O senhor não precisa saber ler para fazer música. Nós temos aqui um maestro, acho que a expressão máxima da música, é um mastro... Principalmente um maestro autor, como é o caso do maestro Edino Krieger. Nós temos na outra ponta o Luiz Gonzaga. Em igual condição de respeitabilidade e reconhecimento nacional. É homem que com certeza não teve o mesmo acesso à cultura e à escola que teve o maestro, que teve um Chico Buarque. Ou seja, por que é que nós prestigiamos apenas um segmento? Será porque é que nós temos grandes companhias do outro lado? Pelo amor de Deus.

O senhor tem 495 gravadoras, como eu lhe mostrei. Quatro são grandes, são multinacionais. As outras 491 são brasileiras. Estão sendo penalizadas por causa dessas quatro? Não. Detalhe, essas quatro, por pior que se fale delas, jogue pedra, faça o escambau a quatro, em cima dessas companhias, essas companhias trouxeram para nós a evidência de gente como Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil, o nosso querido Ministro.

Então, pelo amor de Deus! Nós estamos jogando pedra em quem? Na nossa cultura? “Ah, mas nós somos gulosos?” Não. Não, somos gulosos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Aqui não há limitação de tempo. Nós podemos ficar aqui até às três da tarde. Agora, eu estou preocupado com o Senador Zambiasi e ele está inscrito, [risos] e ele possivelmente tem outras atribuições e outros compromissos a responder.

Então, por isso que eu estou pedindo ao Dr. Carlos para encerrar e a gente abrir o painel de indagações.

SR. CARLOS EDUARDO CEZAR DE ANDRADE JÚNIOR – Eu acho que fiz o meu ponto. Então eu queria me desculpar com a extensão da explanação. [Risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Não é problema de tempo nosso, é problema de tempo dos Senadores que tem outras...

SR. CARLOS EDUARDO CEZAR DE ANDRADE JÚNIOR – Mas, como o Senador falou isso é um assunto que me emociona realmente. Por ser músico, por ser proprietário de gravadora, por ser engenheiro de áudio, etc e tal, e por ser brasileiro, principalmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Claro, claro. Principalmente, também.

Então, vou agradecer ao Dr. Carlos Andrade e passar a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado, Presidente Saturnino. O tema realmente é envolvente. Não tem como negar. E ele é apaixonante. Mais que envolvente, o tema é apaixonante. Todas as questões aqui elas vêm acompanhadas de inúmeras interrogações, seja desde lá primeira manifestação do Dr. Felipe, com essa diversidade regional que é muito interessante, eu sou gaúcho, como o Senador Paim que está aqui conosco, e o senhor vinha falando da diversidade regional e nós dentro do Rio Grande do Sul nós temos a música campeira, a música missioneira, a música serrana, a música fronteiriça, porque nós temos fronteira com a Argentina e com o Uruguai. Os ritmos, nós temos seguramente boa parte destes trezentos e tantos ritmos dentro do Estado, exatamente pela identidade cultural local. O Brasil é um continente, e essa continentalidade nos dificulta ter uma identidade nacional como música. É muito difícil. Especialmente Estados que tenham culturalmente uma definição como é o sul do País, como é o norte-nordeste.

Quer dizer, isso é realmente muito interessante e é muito rico. Acho muito positivo, inclusive.

Então, lá... Eu cheguei a notar músicas de raízes, música galponeira, música gaúcho urbana, com grupos que tem jovens aqui, estão formando uma banda, e eu lembrei dos Engenheiros do Hawaii, por exemplo, de estudantes universitários lá no Estado viraram ícones nacionais do *rock*, lá atrás, corajosamente. E hoje tem inúmeras bandas que colocam um pouco do ritmo local associado a ritmos nacionais e internacionais, etc e tal.

Bom, o tema hoje, ele envolveria mais, digamos, alguma coisa mais técnica, porque o objetivo era trabalhar as questões tributárias da indústria musical brasileira. Infelizmente, Presidente Saturnino, nós não temos nenhum representante do Executivo aqui. O que eu quero registrar um lamento. Deveria estar aqui presente, porque senão fica aqui um lamento de todos nós. Daqui poderia talvez já surgir uma proposta para se encaminhar, digamos assim, estas questões relevantes que preocupam cada segmento. Seja lá indústria de instrumentos, sejam aqui os produtores musicais, fonográficos, falei agora com o Diretor do senhor F Discos que [risos] trabalha aqui na Casa e que pretende registrar-se proximamente. É uma pequena produtora aqui de Brasília, e me disse que como ele tem inúmeros. Quer dizer, além dos registrados nós temos talvez dezenas e mais outras centenas de produtores ainda não

registrados e independentes também, tentando abrir espaço para investir corajosamente na música, porque a música provoca muitas vezes esse certo romantismo. Às vezes o sujeito coloca a própria casa.

Eu lembro de uma situação que eu vivi com um amigo meu, no tempo do LP, no tempo do vinil, que ele se dedicou tanto à música, de tal maneira, e tinha um sonho tão grande que ele transformou a casa dele numa montanha de discos. Ele vendeu a casa para gravar discos. Achava que a vida dele estava ali. E um belo dia ele me convidou para visitá-lo numa casa alugada e ele me disse – “A minha casa está aqui nesse cantinho. Está aqui a minha casa”. Eu fiquei impressionadíssimo. Mas ele não desistiu, porque ele gostava. E ele fazia o que esses grupos fazem. Ele tentava vender esse produto em pequenos eventos dos quais ele participava. Mas aí ele enfrentava outra questão que aos poucos talvez vá se resolvendo, que se chama-se ECAD. Ele queria ter a liberdade de poder produzir um evento, mas aí o evento muitas vezes parava exatamente no ECAD. Os locais se disponham a oferecer para esse artista a disponibilidade de uma apresentação, mas travava na licença, legal, obviamente, não estou questionando a legalidade, mas a formatação, digamos, a impessoalidade da questão ECAD que talvez mereça também um capítulo à parte nessa discussão. Porque esses grupos, muitas vezes, não conseguem apresentar-se não por falta de incentivo, mas pela dificuldade de negociação com próprio ECAD, que é duro na negociação. Cobra por metro quadrado. Não importa quantas pessoas estão se apresentando. É tanto metros quadrados, tantas pessoas. [soa a campainha] Se tinha cem mil ou mil pessoas, tem um custo previsto. Quer dizer, é um tema realmente muito sério. Mas a minha manifestação aqui, é primeiro dizer que se lamenta a ausência do Executivo, porque acho que ao ouvir essas manifestações todas aqui, de parte do Congresso e da Subcomissão, não tenho dúvida nenhuma. Poderá até surgir algumas propostas, projetos que poderão ser apresentados e que depois, infelizmente, virá aqui o representante de lá dizendo – “Olha, tu vê esse Projeto é complicado. Vão tentar alterar, retira da pauta”. Quando já poderia estar sendo discutido aqui embrionicamente e chegar daqui a pouco lá ao Plenário já com um acordo já predefinido.

Então, essa questão eu queria deixar assim como registro de lamentar. Porque foram avisados a tempo. Dia 3 de julho foi enviado o convite e ontem, apenas, a informação de que não poderiam estar presentes, não dando sequer tempo de tentar uma segunda pessoa que pudesse contribuir aqui com uma possível negociação. E do outro lado também, eu comungo das preocupações do Geraldo, de um lado nós temos a questão

da pirataria que é seriíssima, realmente muito séria, e nós temos a pirataria da rua e nós temos a pirataria, digamos assim... Uma segunda pirataria, que é a própria *internet*, proporcionando que se baixem músicas e, com isto, eu não vou à loja comprar. E fecho o ponto. A questão de fechamento de pontos, ela é ampla. Não tem um culpado. Tem um processo. A facilidade, hoje, de poder gravar, até de... Muitas vezes o próprio estúdio está sendo dispensado, faz o estúdio em casa. A qualidade técnica hoje é tão grande que muitas vezes tu consegues produzir um disco na própria casa. E tu corriges eventuais falhas no computador. Quer dizer, tu apresentas um produto ali fora que faz uma maquiagem técnica e muitas vezes a banda é apenas um cidadão. Está na evolução.

Então, quando já questionou se tecnologicamente eu adquirir um computador há pouco tempo atrás e hoje adquiero por mil, nós estamos discutindo em nível nacional. A questão dos custos. O disco se torna muito caro. Ele se torna muito caro e ele encalha. Aí depois vai para o encalhe, daqui a seis meses, eu espero, seis meses, oito meses, porque a melodia ela é eterna. Eu gosto dessa música hoje, eu vou gostar o ano que vem, vou gostar daqui a 10 anos. Então o sujeito espera um pouquinho, ela deixa de ser executada, então o que estava trinta reais na semana passada, se eu esperar mais um mês vou comprar por dez. Acho que teria que haver de alguma maneira um tipo de equilíbrio para concorrer com essa pirataria. Um tipo de... Não sei. Um trabalho com as gravadoras, com os lojistas, e claro, com a mão do Governo presente, porque ela é fundamental nesse processo.

O Carlos referiu aqui com clareza que a música brasileira hoje está tão presente graças a ações governamentais. Eu concordo absolutamente. À proposta do Dr. Bertolazzi, trabalhando-se essa questão do instrumento brasileiro, que acho que tem também qualidade. Nós falamos tanto em instrumentos fabricados em outros Países, mas estamos avançando de maneira que já não está tão desequilibrado. É claro que tem eventuais situações que tu ainda busca uma tecnologia mais avançada. Mas eu acho que hoje nós já temos uma capacidade de competir de forma bastante razoável. E ouvindo o maestro, estou tendo o privilégio de conhecê-lo aqui, eu concordo com praticamente tudo que fala, e eu venho da área da comunicação e rádio dita popular. E por ser popular, ela nem sempre toca clássicos. Ela até toca clássicos, assim, por exemplo, quando o clássico se torna popular, que é o caso do CD lá do Rio de Janeiro... Como é que é o nome dele, meu Deus do Céu... Ele introduziu músicas de grandes maestros no seu bandolim, no seu...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Não. É mais popular.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Jorge Aragão.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Jorge Aragão. Ele conseguiu popularizar o clássico e fez com que músicas que dificilmente tocariam nas ditas rádios populares, fizessem o cotidiano dessas rádios.

Então, acho que esse casamento, essa possibilidade de tornar o clássico populares, ela é realmente muito interessante. Como o Carlos falou, quer dizer, de repente se critica uma melodia popular que cai no agrado e no consumo, mas quando um Jorge Aragão e outros conseguem puxar daquele clássico, que é fruto da erudição do seu autor, e que, portanto não tem, digamos assim, a abrangência que poderia ter, mas alguém com sensibilidade consegue então colocar um ritmo um pouco diferenciado e acrescentar não sei o que mais que consegue fazer com que caia nesse agrado, é algo extremamente importante. Mas eu quero dizer que acho que cada tema aqui mereceria uma audiência especial. Porque então a gente não estaria brigando pelo espaço de perguntar, pelo espaço de... Pela situação da gente estar sendo chamado na Comissão ao lado, no Gabinete, porque pessoas nos exigem a nossa presença. Então eu quero fazer esse registro. Na realidade, me estendi tanto com tantos comentários sobre cada convidado aqui, mas basicamente pela importância do evento, e por elementar que o Executivo não esteja aqui. Porque, seguramente, daqui a pouco mais vão surgir Projetos que atendam minimamente a expectativa de cada setor que está convidado aqui, e quando for debatido nas Comissões Técnicas Especializadas, então vem esse segmento dizer – “Olha, segura lá, coloca uma Emenda aqui para ver se não provoca um impacto econômico tão forte e coisas do gênero” quando já poderia se estar sendo discutido aqui agora com a presença dos setores representados. É isso, Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Pergunto se alguns dos convidados deseja comentar. Dr. Carlos.

SR. LUIS FELIPE RADICETTI PEREIRA – Senador Roberto, eu também gostaria de fazer uma complementação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Com a palavra o Dr. Felipe Radicetti.

SR. LUIS FELIPE RADICETTI PEREIRA – Obrigado. A minha complementação diz o seguinte, quer dizer, aguardando a exposição do maestro Edino e do

Carlos que expuseram mais detalhadamente essas questões que são pertinentes a esse encontro, e eu queria dizer o seguinte – Que nós queremos propor os desdobramentos, as ações para desdobramentos desse encontro dizendo o seguinte, quer dizer, o Grupo de Articulação Parlamentar da qual eu estou representando aqui hoje, propõe que nós possamos discutir essa isenção da carga tributária da equiparação tributária do CD ao livro, desde que nós possamos criar um Fundo de 5% da arrecadação financeira das gravadoras para esse Fundo de Investimento necessariamente dentro da atividade musical para que ele possa servir como um trampolim para nós relaxarmos os gargalos que estão afogando a atividade musical no País. É de extrema importância que nós possamos fazer isso. Acho até que essas ações e a gestão desse Fundo apontam num futuro de poder criar uma agência para a música, onde a gente possa através dessa agência ter maior representatividade do que a sociedade deseja para a sua música, para as suas músicas dentro desses “brasis” todos que nós temos e falamos aqui, e que nós possamos fazer... Que essa agência possa diminuir as distorções que o mercado naturalmente, pelo seu próprio procedimento, podem vir a trazer da qual eu acredito que é papel do Estado poder regulamentar essa atividade para que a gente possa diminuir essa distância, essas distorções que o mercado provoca, para que nós possamos ter a atividade musical que a própria sociedade deseja no futuro.

E finalmente, também, manifesto meu desapontamento de não ter a presença do Executivo aqui para nós podermos tratar de assunto que é tão pertinente a eles. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-
TURNINO (PT-RJ)** – Dr. Carlos.

**SR. CARLOS EDUARDO CEZAR DE ANDRADE
JÚNIOR** – Eu gostaria de fazer uma rápida observação com relação a esta questão que o senhor levantou, extremamente relevante com relação ao binômio *internet*, disponibilidade na *internet* versus liquidação dos pontos de venda, dos pontos físicos de venda. Agora o senhor vai ver o que é que é ação de Governo, por exemplo. Os senhores deram essa Casa e o Governo Brasileiro deu imunidade fiscal às publicações, aos livros. Correto? O livro é tão fácil de se “downloadar” da *internet* quanto à música. Talvez até mais. É um documento menos pesado até. Você imprime isso em qualquer loja que tenha um aparelho de xerox. Não precisa nem um gravador de CD. O senhor imagina que os pontos de venda de livro por causa da ação governamental, da imunidade fiscal e das facilidades fiscais que foram dadas não só ao produtor literário, como ao seu ponto de venda, porque abrir uma loja de

livro é infinitamente mais fácil hoje do que você abrir uma loja de disco. Tanto é que você hoje abre hoje lojas de livro para poder ter disco dentro dela. Esses pontos triplicaram sua presença no País. Sendo que a primeira coisa a ser pirateada na *internet* não foi a música, foi o livro.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Sim, mas ocorre que... Acho que agora houve um saudável debate. Ocorre que o livro me exige muito mais que a música.

Então, essa facilidade concedida ao livro ela tem uma razão. Nós não temos, por exemplo, feiras de música. Temos feiras de livro.

**SR. CARLOS EDUARDO CEZAR DE ANDRADE
JÚNIOR** – Desculpa. Em fevereiro a ABMI está, junto com o Ministério da Educação e o BNDES, promovendo em Recife a maior feira de música da América Latina. Existe uma feira aqui em Brasília chamada FMI já há três anos, e existe o Mercado Cultural, a Festa Nacional da Música, a Feira do Disco em Fortaleza.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Tem a Festa do Disco em Canelas, no Rio Grande do Sul, que foi reativada no ano passado. Mas aí é uma...

[soa a campainha]

**SR. CARLOS EDUARDO CEZAR DE ANDRADE
JÚNIOR** – É uma festa, uma comemoração. Uma celebração.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Não. É um encontro de artistas que discutem suas questões, inclusive não é aos finais de semana, ela acontece segundas, terças e quartas, durante a semana, para poder acolher o artista e discutir todas essas questões de forma absolutamente transparente. Mas o que estou dizendo é que ainda não se encontrou um formato para a música como tem para o livro. O livro tem feiras populares há 50 anos. Feira do Livro em Porto Alegre. Vai acontecer agora em outubro. 52 anos. Um milhão de pessoas em 15 dias circulando. Desde o sebo até o lançamento. Portanto, de absoluta acessibilidade.

Eu quis comentar que o disco ainda não se apercebeu que popularizar é ir para a feira. Senão acontece a popularização através da Feira do Paraguai. Senão acontece essa popularização.

Acho que as instituições, as entidades do setor deveriam pensar junto com os Prefeitos, junto com os Municípios que isso é uma questão local, a possibilidade de fazer, sim, com as gravadoras, com as produtoras, colocar seus artistas ali. E, enfim, de maneira que possa popularizar o acesso.

**SR. CARLOS EDUARDO CEZAR DE ANDRADE
JÚNIOR** – Senador, suas colocações são de relevância absoluta. Porque é justamente nisso que a ABMI trabalha junto com o Ministério da Cultura e o BNDES.

Música é fundamental para as estratégias de exportação do País, inclusive. Sensibilização do público externo, com relação ao conhecimento da nossa sociedade, da nossa cultura, e dos nossos costumes. Para o ser ter uma idéia, só a título de informação, por causa de ações coordenadas, Países como Suécia, tiveram num grupo chamado ABBA, mais retorno financeiro em suas exportações do que os retornos conseguidos com a Scania e a Volvo juntas na década de 70. Música. O senhor sabe qual é a diferença entre um País subdesenvolvido? País subdesenvolvido vende o que planta. O País mais desenvolvido vende o que produz. Agora, o País realmente inteligente vende o que pensa. E música é pensamento, é intelectualidade. Nós vendemos isso, nós divulgamos isso, produzimos isso, nós produzimos patentes para esses Países aos borbotões. Nós precisamos incentivar a disseminação dessas patentes. E não puni-las.

É isso que a presença aqui, a presença de toda essa bancada aqui hoje veio pleitear junto aos senhores, sensibilizá-los para que os senhores, com toda essa pertinência que o senhor levantou, Senador, o senhor foi de uma observância absoluta. O senhor tem real conhecimento do tema. Nós estamos observando justamente isso. Premiações. Não Prêmio Tim, mas um Prêmio da Academia Brasileira de Música, que é o que nós estamos discutindo hoje. Que é um prêmio do Brasil. Não é o prêmio da... Motorola, da Multishow. São excelentes, são maravilhosos, mas não pertencem à música, pertencem a esses promotores. Absolutamente relevantes. Nós só temos a agradecer a eles, mas nós precisamos de um prêmio Brasil de música. Nós precisamos de uma feira Brasil de música. Nós precisamos de festas Brasil de música, como a patrocinada pelo Governo do seu Estado, brilhantemente, que nós só temos a agradecer a esses esforços. E ao Fernando Vieira que é um gladiador nessa área.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu quero voltar a repetir que nós não temos problema de tempo. [risos] É só dar ensejo a que os outros Senadores também participem. Eu pergunto ao Senador Zambiasi se... E no entusiasmo do Senador Zambiasi também é compreensível e é louvável. Mas acontece que os outros também precisam participar.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Na verdade, essa discussão, Presidente Saturnino, motivou exatamente essa relação de comparação quando se coloca aqui a isenção e o porquê do livro ser tão competitivo hoje, e eu credito isso muito exatamente ao incentivo a essas feiras, à popularização, a forma, portanto da... Os livreiros competindo entre si livremente ali na praça, cada um com sua banca. Por que não cada gravadora com a sua banca, com o seu artista,

atraindo o público ali, e levando a conhecer esses lançamentos, esses novos artistas que muitas vezes não têm espaço de divulgação que não seja assim? O livro é a mesma coisa. Oportuniza a divulgação exatamente no momento que ele vai para a praça.

O livro quando ele sai da praça ele sai conquistando consumidores desde os pequeninos que sai das suas escolas estimulados por seus professores, seu pais, suas famílias que vão visitar a feira. O disco poderia fazer a mesma coisa. E, portanto, entrar fortemente nessa competição. É claro que as multinacionais têm muito pouco interesse nisso porque elas estão assentadas sobre braços muito fortes. Eu não falo em questão dessas multinacionais que estão aqui, contribuindo de alguma uma maneira, com algumas restrições. Eu falo da sua associação e de outras, para que possam, em parceria com os Governos do Estado, dos Municípios, levar e mostrar o artista. Ai tem essas discussões. Ai, por exemplo, vai entrar o ECAD. Para poder fazer esse evento vai ter que discutir. Como é que vai liberar a apresentação do artista? Veja que começa a entrar algumas complexidades que tem que ser discutidas. Mas acho que a popularização passa por isto, e passa por essas questões também de encontrar um formato, não sei se através de incentivo fiscal como para que o consumidor tenha maior acessibilidade. O disco é caro sim, ele pode ser mais caro lá fora, mas o sujeito lá fora ganha mais que o brasileiro. Não dá para comparar. Não tem essa história de dizer que nós temos o disco mais barato. Nós temos o menor salário.

Então, tem que ser compatível com o que o cidadão ganha. O poder aquisitivo. Nós estamos tratando... Olha, os padrões de aquisição do DVD ou do CD aqui, eles são internacionais. Tu vais numa loja de CD e diz assim – “Se o DVD for internacional tem um custo. Nacional tem outro”. Mas é muito pequena a diferença. Mas já estabelecem diferenças. Ora, traga para padrão de consumo brasileiro e nós vamos ter, com certeza, um consumo maior. Eu não vou me estender. [Risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – [risos] O Bertolazzi quer fazer um comentário. A sua intervenção.

SR. ALBERTO BERTOLAZZI – Rapidamente, Senador, eu acho que eu tenho uma coisa muito parecida com o seu amigo lá que vendeu a casa e transformou em disco, porque eu trabalhei 30 anos no mercado financeiro, fui fundador da primeira empresa de *leasing* no Brasil, em 1970, hoje em dia estou na música. Mas eu queria chamar a atenção para um ponto...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O senhor dança conforme a música.

[Risos]

SR. ALBERTO BERTOLAZZI – Mas eu continuo no mercado financeiro, porque eu fabrico gaita.

[Risos]

SR. ALBERTO BERTOLAZZI – É a única fábrica de gaita, fora o BANCO CENTRAL. Mas eu queria chamar a um ponto, dando continuidade ao que o Carlos estava mencionando sobre a pirataria, os fabricantes de instrumentos musicais também estão sofrendo uma concorrência muito desleal por importadoras, estão trazendo instrumentos musicais do exterior a um preço vil, que digamos, um violão não paga nem a tarraxa e a tinta que é usada. Isso é um ponto que também valeria a pena ser discutido, chamado a atenção das autoridades, no caso.

Eu digo o seguinte, se a uma indústria não tem condição de competir no mercado, que feche as portas e vá fazer outra coisa. Mas que a concorrência seja leal. Trazer um instrumento musical por um preço vil, para pagar menos imposto, perde todo mundo, fechamos postos de trabalho no Brasil, o Governo arrecada menos, e sai todo mundo prejudicado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SARTURNINO (PT-RJ) – Bem, vou passar a palavra ao Senador Marcos Guerra, estava inscrito também já faz muito tempo.

SENADOR MARCOS GUERRA (PSDB-ES) – Sr. Presidente, primeiro eu quero pedir desculpas que tive que me ausentar por 10 minutos. Mas eu não poderia deixar de retornar para dar meu depoimento com relação a essas reivindicações que acredito serem justas.

Uma coisa que me chamou atenção aqui na explanação do Sr. Alberto, em momento algum ele falou do micro e do autônomo. Daquele cantor autônomo, daquelas pessoas que fazem shows em festas de confraternizações, em bares. Em política não pode mais. Mas aqui no Senado eu sou um defensor do micro e do pequeno. Acredito que ele precisa de atenção, muito mais do que o grande. E aproveito e chamo a atenção também do nosso amigo Carlos, sobre... É que eu estou falando em pequenos. Vocês têm 1.495 gravadoras. Somente 113 gravadoras que são associadas a vocês. Eu, durante 20 anos na minha vida, eu representei segmentos.

Então, acho importante fazer uma mobilização para trazer mais associados. Acho importante essa vinda de vocês aqui, não só aqui, mas em outros locais aonde possa estar reivindicando benefícios para o setor, para trazer mais associados. As associações já são muito fortes. Quando você tem mais gente participando delas, ativamente, inclusive contribuindo com elas para dar um suporte à associação a nível estadual, a nível nacional. Essa é uma dica aqui como liderança de associações, que já fui no passado.

Quero colocar aqui, Sr. Presidente, a minha posição favorável quando se fala em redução tributária, a combate a pirataria. Eu estive olhando aqui, infelizmente eu não vi a transparência, mas eu abri aqui uma delas da carga tributária do disco. Eu percebo que ela é muito pequena a nível federal. Mas ela é muito grande a nível de Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SARTURNINO (PT-RJ) – A receita?

SENADOR MARCOS GUERRA (PSDB-ES) – Isso. É muito grande a nível de Estado. Então hoje nós temos políticos que estão se candidatando a Governo do Estado, eu venho de um Estado aonde o meu Governo Paulo Hartung, nós sentávamos com ele constantemente para discutir segmentos. Porque, muitas vezes, o imposto estadual é muito mais canibalístico do que o imposto federal.

Então, há necessidade de conversar também com os governos. Chamo o exemplo do meu Governo, do meu Estado, o Governador Paulo Hartung. Todos os segmentos capixabas, quando enfrentava uma dificuldade a gente procurava o nosso Governo e mostrava para ele, chamava ele para conversar, a gente colocava à disposição também um crescimento X do setor. Porque, muitas vezes, não é pagar o imposto mais alto, uma alíquota alta que você vai contribuir muito, não. Porque hoje é comum, você hoje quando você vai comprar alguma coisa, ou você vai contratar alguém para uma festa, a pessoa fala assim – “Se for com nota é tanto”.

Então, acaba o quê? Acaba que quem contrata, o contratante e o contratado acabam sonhando alguma coisa. [soa a campainha] Então eu chamo a atenção a nível de Estado, porque o Governo do Rio de Janeiro, eu tenho algumas informações que ele beneficiou alguns segmentos também com redução tributária, em alguns casos até zerou, que é o caso das confecções em alguns Estados. Um exemplo específico aqui. E tem outros segmentos.

Então, é importante essa associação também, eu não sei se ela é do Rio ou é nacional... Nacional. Mas chamar a atenção das delegacias de vocês do Rio, mas São Paulo também é a mesma coisa, outros Estados brasileiros, chamar a atenção da importância. Eu concordo com o nosso Senador Zambiasi, que equiparar o disco, o CD com o livro, acho que é cedo ainda, mas é um trabalho que nós temos que fazer, realmente, para a gente tirar um pouco esse tributo que realmente compromete ao crescimento desse setor. E muitas vezes, quando a gente chega... Aí eu volto para o Estado de novo. É comum lojas, às vezes, fazerem denúncias aos camelôs. Às vezes um camelô, ele não é o culpado por estar vendendo o CD. Porque

por trás de um camelô existe uma grande distribuidora. Às vezes o cara tem vinte, trinta, quarenta, cinquenta, cem, lojas de camelô concorrendo com a loja, e todas ali estão praticamente vendendo sem nota. Quer dizer, concorrendo desonestamente com a grande loja, com a grande rede.

Então, muitas vezes a associação também ela tem que fazer essas denúncias para inibir essa comercialização da pirataria. Porque o camelô, infelizmente, ele precisa do trabalho. Mas, por trás dele, tem alguém muito forte e muito grande, administrando aquelas lojas de camelô.

Então, às vezes, infelizmente, tem que partir, ter que ter uma fiscalização mais acirrada ao camelô para chegar até o distribuidor para poder inibir esse tipo de pirataria. É um comentário que eu queria fazer aqui. Quero mais uma vez me colocar à disposição de vocês. Eu acho que nós temos que lutar por uma redução de carga tributária, sim, principalmente para o micro e pequeno empresário. Ou até mesmo o autônomo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu vou passar ao Senador Geraldo Mesquita, e depois os nossos convidados farão seus comentários. Senador Geraldo Mesquita. Depois o Senador Tuma. Porque o Geraldo estava...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Lá na CPI... Aqui tem um sanguessuga diferenciado. Que são os impostos. Mas eu pediria licença, Senador Geraldo, porque tem uma votação também na CCJ e pediram muito à presença. E é por causa de som, de culto religioso. Então estão pedindo ali uma moderação nas exigências das posturas Municipais. Mas eu peço desculpas por não ter acompanhado o depoimento, mas o farei através das notas taquigráficas, que graças a Deus aqui não são pirateadas, não é Presidente?

Então, o Sérgio Zambiasi ele é um especialista, é radialista, é um homem que vive nesse meio, então ele tem condições de nos orientar nas discussões. O Senador Marcos é defensor da micro e pequena empresa e traz algumas coisas importantes. Acho que o CONFAZ, que talvez, Senador Marcos, o CONFAZ poderia discutir um pouco isso, que ele coordena a parte fazendária dos Estados. Porque quando há a isenção, se houver concorrência ou guerra fiscal, há uma dificuldade de imposição. Sei que alguns Governadores têm reduzido ainda fora da Reforma Tributária, que é uma das grandes preocupações do Congresso, e que não se consegue votar, mas eu não teria conflito entre o livro e o CD. É claro que o livro tem os livros didáticos, são importantes para a educação, para a distribuição nas escolas, e é importante para o Governo, que participa muito ativamente nessa distribuição.

Então, o interesse da isenção vem embutido nesse objetivo, que é da educação e da formação da nossa juventude. Mas eu incluiria hoje, da mesma forma, a música. A música é uma atração principalmente para os menos favorecidos. Essas crianças que vivem na rua quando se tem uma escola ou alguém que é profissional de música, e consegue reunir ou para dança, ou para um instrumento musical, gaita, ou sax, ou qualquer coisa, eu sinto até pelos meus netos. O meu neto, o segundo, desesperadamente queria um sax. Porque ele gosta de música. E é caríssimo. Quando eu vi é caríssimo. Eu estive... Não comprei. No Paraguai tem lojas especializadas só de instrumentos musicais.

Então, sacoleiro não compra só bugiganga. Tem instrumentos musicais também que praticamente vem isentos, feito na China, feito em vários lugares.

Então, a isenção de determinados produtos musicais, acho importante. Acho que poderia ter uma seleção daqueles que têm um alcance mais fácil da população menos favorecida, e o CD diminuiria muito a pirataria que tem mais de 60%. O senhor vai na 25 de março, eu vou toda sexta-feira almoçar. Hoje o marreteiro lá, que às vezes, é para ganhar o pão de cada dia, ele só tem a capa do CD. Ele não tem o CD, porque quando vier a apreensão, o rapa, ele leva. Então, não tem nada dentro. Quem quer comprar faz a encomenda... O senhor vê o que fizeram, até no avião do Lula botaram um CD pirata, que ele provavelmente não sabia disso.

Então, essa pirataria só pode acabar quando o imposto diminuir. Não tem jeito. Eu não sou um grande especialista em polícia, mas eu sei que o crime compensa quando aquilo que é legal é inacessível à sociedade menos favorecida como disse o Sérgio [soa a campainha] Desculpa, Presidente. Tenho ainda um segundo. Acho que a gente tem... Esse membro do Ministério da Fazenda, devia estar aqui hoje. Eu faria um apelo a V. Ex^a que mantivesse o convite e depois a convocação para que tudo que foi discutido aqui, seja apresentado, mesmo que ele sozinho nos possa responder esses questionamentos que foram levantados.

Quero cumprimentar e, principalmente, agradecer a presença. E ao Senador Sérgio, que fez este Requerimento. Até porque ele também é bastante envolvido nesta área dedicada ao lazer pela música, que é o que às vezes traz uma suavidade ao nosso estresse diário.

A gente pega hoje, o senhor que está aí na produção, um Ipod, e põe mil músicas, mil e quinhentas músicas através ou do sistema de computação, que temos alguns projetos que tentam fiscalizar, ou de outras formas que se grava mil e depois apaga e repõe. E um som maravilhoso, Senador.

Então a tecnologia avançou muito e nós estamos à reboque dela. Eu peço desculpas por ter passado um minuto, mas acho importante que a gente continue a lutar para estabelecer a possibilidade de acabar com o crime, que é estimulado pela agressividade dos impostos cobrados pelo Governo.

[palmas]

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-
TURNINO (PT-RJ)** – Eu vou passar ao Senador Ge-
raldo Mesquita, e depois a todos os convidados, para
uma resposta coletiva.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu pediria
licença para ir votar lá. Peço desculpas aí a...

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-
TURNINO (PT-RJ)** – Todo mundo compreende.

**SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR
(PMDB-AC)** – Bem, Sr. Presidente, prezado amigo
Senador Saturnino, ilustres amigos e convidados. Mais
uma vez o Senador Tuma foi assim no cerne da ques-
tão. Quando ele coloca lado a lado livro e disco, ele
nos remete para uma realidade inexorável. Eu creio
que essa questão toda... Senador, eu tenho... Eu sou
um dos primeiros a admitir que a carga tributária bra-
sileira, de uma maneira em geral, que incide inclusive
sobre o trabalho e o produto dos pequenos e médios,
principalmente, mas também dos grandes, a carga tri-
butária brasileira é uma coisa despropositada. Agora,
quando a gente pensa no mecanismo de redução de
carga tributária, de forma localizada e individualmente,
eu hoje vim aqui para estabelecer polêmica, viu Carlos
de Andrade? Porque eu fico muito preocupado. Veja, a
indústria automobilística já se beneficiou de reduções
de carga tributária, e, no entanto, o resultado foi com-
pletamente adverso daquele que se esperava. Sempre
foi. Reduzia-se carga tributária da indústria automobi-
lística e o carro aumentava de preço.

Então, eu fico muito preocupado com esse ne-
gócio. Eu acho que no Brasil a gente precisa, num
pacto social, reduzir a carga tributária de uma mane-
ira geral, de forma racional para que alcance todos os
segmentos produtivos da sociedade. Agora, assim de
forma localizada, eu acho que... Por exemplo, a propo-
situra do Felipe é uma coisa importante, que devemos
considerar. Por exemplo, um instrumento que não tem
similar no País e que é necessário para o fomento da
atividade cultural da música, da produção musical,
creio que ele deva merecer um tratamento diferen-
ciado. Porque, olha, música... Eu vou fazer aqui, eu vou
tocar... Para que vocês compreendam absolutamente
o que estou dizendo. Vou me referir aqui a um fato que
não tem aparentemente nada a ver, mas tem. O Sobral
Pinto, para defender o Carlos Prestes, ele se valeu da
Lei de Proteção aos Animais. Eu quero me valer desse

raciocínio, desse argumento para afirmar aqui que mú-
sica também é remédio. Música é remédio. É um santo
bálsamo para todos nós. Música é remédio.

Então, é comparativamente que se dê pelo menos
um tratamento que o Sobral Pinto deu lá na defesa do
Carlos Prestes. Nós importamos aí produtos que fa-
zem parte da indústria farmacêutica, que também tem
isenções ou tratamento diferenciado, tributário. Que
se faça o mesmo também com relação a instrumento.
Agora, fundamentalmente, Senador Saturnino, eu acho
que o Senador Sérgio Zambiasi falou aqui. O que está
havendo aqui é um processo. Quem é o culpado? Não
sei, é o desempregado, que procura um bico. Seja lá o
que for. É um processo de fato. A sensação que tenho,
[soa a campainha] com toda a sinceridade, é de que a
indústria fonográfica, instalada no nosso País, brasi-
leira ou não, eu creio que ela ainda não se sintonizou
com esse processo. A impressão que tenho. Eu acho
que, por exemplo, o Estado se mete muito em todas
as atividades. Acho que devia se meter menos. Mas
nesse campo, por exemplo, música e educação. Música
e educação formal, por exemplo. Não só o Estado se
afastou, mas como aqueles envolvidos na produção
musical se afastaram. Se afastaram das escolas. Qual
é a gravadora que cerca as escolas lá na tentativa de
sensibilizá-las...? Diga Carlos.

**SR. CARLOS EDUARDO CEZAR DE ANDRA-
DE JÚNIOR** – Temos uma pessoa presente aqui que
inclusive trabalha com Fundos de escola justamente
para poder desenvolver conteúdo cultural...

**SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR
(PMDB-AC)** – Pois é, mas é pontual. Isso é episódico
é pontual. Não existe essa cultura no nosso País. Não
existe... Esse processo não está em curso. Precisa-
mos retornar a ele. Precisamos introduzir, sim, música
nas escolas. Mas não aquela xaropada. É um negócio
profissional, um negócio que forme músicos, que for-
me profissionais para a música. E que construa isso
tudo. Porque, de repente, assim como o livro diz mais
a ver com a escola, diz mais a ver com a educação,
diz mais a ver com o ensino, daqui a pouco o disco vai
também dizer mais com relação à escola, mais com
relação ao ensino. E talvez a gente coloque o pé, ou
abra uma janela e grandes perspectivas para essa his-
tória da pirataria se tornar uma lenda. Daqui a pouco
isso não existe mais.

Eu não sei, eu tenho muita preocupação com
relação a isso. Eu acho que o caminho é a gente per-
severar no sentido de reintroduzir a música na escola
formal, no sistema de ensino. Desde o jardim primário,
fundamental, ensino médio, curso superior, seja onde
for. Enquanto o Estado, enquanto a indústria fonográfi-
ca, enquanto as pessoas que fazem parte da produção

musical nesse País não se envolverem num processo como esse, nós vamos viver essa situação por muito mais tempo. Reclamando aqui sempre da pirataria. Olha, eu até hoje não ouvi de forma consistente alguém me dizer qual é a origem da pirataria. O que está por detrás disso de forma consistente mesmo. O que é que precisaríamos fazer para removê-la. Eu não consegui ouvir ainda de forma... Diga Carlos.

SR. CARLOS EDUARDO CEZAR DE ANDRADE JÚNIOR – Eu tenho uma sugestão. Reprima-se o comprador. Da mesma maneira... É lógico, isso está no Código Penal brasileiro. Receptação de mercadoria roubada. É entendido pelo País que a propriedade intelectual é mercadoria sim, de fato. Se nós temos uma pessoa negociando esse produto roubado, e uma pessoa comprando esse produto roubado na outra ponta, consciente de que está comprando um produto roubado, que está comprando de um camelô, um produto sem marca, ou coisa do gênero, essa pessoa, ao ser reprimida, a exemplo da Itália, o ônus dessa exposição não valeria a economia que ele estaria fazendo nesse momento. E esse camelô que hoje serve a um contrabandista internacional... Quando eu estava na ABPD, a ABPD financia uma outra associação, que é a APDIF, que é a Associação Produtora de Direitos Fonográficos. Essa associação junta com o FBI, estourou no Paraguai duas fábricas de CD pirata, sendo que uma delas pertencia ao terrorista que explodiu a Embaixada de Israel em 1982.

Então, o senhor vê que é música financiando, a pirataria financiando o terrorismo internacional.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Carlos, eu quero fazer justiça, inclusive, aos organismos policiais. Eu nunca vi nenhuma cena fora do Brasil, pode até ter acontecido, eu não vi ainda na televisão, ou seja, lá onde for, cenas inclusive aqui em frente ao Congresso Nacional, seja lá onde for, em todos os lugares do País, eu já vi a polícia reunindo uma quantidade imensa de produtos apreendidos, fruto da pirataria e passando o trator por cima.

Então, acho que a gente deve fazer justiça à atuação dos organismos policiais. Porque, nesse ponto, dadas as suas limitações, eles são até eficientes. Agora, acho que também o problema não é só esse. O problema é aquele... Eu acho que é um processo, como falou o Zambiasi.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Vou apelar para a objetividade.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – É o processo. E, sinceramente, desculpa, não estou querendo ofender nem agredir ninguém, mas acho que a indústria fonográfica, ainda não se deu conta de que ela está no epicentro de um grande

processo que precisa soluções que não as convencionais adotadas até hoje, para que a gente supere essa grande dificuldade. Eu já falei demais, Senador, peço desculpas, inclusive.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu, antes de dar a palavra aos nossos convidados, pergunto ao Senador Marco Maciel se deseja fazer alguma intervenção.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Nobre Senado Saturnino Braga, eu quero iniciar minha intervenção cumprimentando a Comissão de Educação pela iniciativa de promover esta Audiência Pública. E, sobretudo, porque, óbvio, na medida que nós ouvimos as pessoas que vivem no setor, elas podem trazer informações extremamente importantes para o Governo, de modo geral, e para o legislativo de modo particular. Eu sempre tenho presente que toda vez antes de aprovar uma proposição fazemos audiências, melhora muito a qualidade do texto aprovado. Eu infelizmente somente agora pude chegar porque eu me encontrava na reunião de Comissão de Relações Exteriores, que é inclusive, a Comissão que V. Ex^a preside, mas que estava lá o Vice-Presidente, Senador Eduardo Azeredo. Mas eu apenas gostaria de limitar a minha intervenção a esse comentário, e dizer que foi muito boa essa iniciativa da Comissão de Educação, e espero que depois, examinando aquilo que foi não somente exposto pelos conhecedores da matéria, mas também pelo que foi debatido por parte dos Senadores, nós possamos ter uma boa direção com relação ao enfrentamento desse problema, que me parece que é um assunto de certa gravidade, tendo em vista o desenvolvimento que nós observamos no Brasil dessas ações que não podem deixar de ser consideradas ilícitas, como aqui foi lembrado.

Então essa é minha manifestação, e espero que com esse subsídio nós possamos dotar o País de um arsenal legislativo que consiga [inaudível] a essas práticas tão lesivas à nossa cultura e ao nosso desenvolvimento de modo geral.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado, Senador Marco Maciel. Então eu vou passar agora a palavra na ordem em que fizeram suas exposições, aos nossos convidados. Começando pelo Felipe Radicetti.

SR. LUIS FELIPE RADICETTI PEREIRA – Bem, eu quero novamente agradecer o convite para essa audiência, e quero dizer que o que eu falei aqui e que os colegas falaram, tem a intenção de promover o desafogamento dos gargalos da atividade musical. E que da nossa parte, a nossa proposta também de estudarmos a revisão da taxa de importação dos instrumentos musicais, não nos interessa de forma alguma trazer

qualquer tipo de constrangimento à indústria nacional, de forma alguma. Até porque há que se fazer justiça às conquistas e o espaço importante que a indústria de instrumentos musicais ocupa no Brasil hoje. Mas existem casos específicos que, certamente, nós podemos estudar, e que em muito poderiam colaborar para o desenvolvimento da arte brasileira, que é um consenso que é um orgulho nacional. E há muito que ela pode se desenvolver. Eu que eu quero dizer é que a música, no caso do Brasil, ela é tão voluptuosamente produzida por esse País, por esse povo, que ela é uma questão estratégia. A música tem que ser uma questão de Estado. A música é estratégia. Tanto o que ela significa para o exterior da imagem do Brasil que é também um reconhecimento em todo mundo de que a música brasileira é de altíssima qualidade. Mesmo as que nós percebemos aqui como as mais populares, são percebidas no exterior como música sofisticada.

Então, a percepção é muito positiva da música brasileira no exterior. E também assim como ela é aqui no Brasil. Ela é motivo de orgulho de todos os brasileiros. Então é para nós importante examinarmos os fatos que estão afogando a atividade, principalmente naquilo que atinge, o eu citei logo na minha primeira exposição. A diversidade da música do Brasil. É muito importante nós observamos porque a maior parte das músicas dos “brasis” não está presente na vida desses “brasis” que nós estamos aqui.

Então, eu quero agradecer a oportunidade. [soa a campainha] Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Passar a palavra ao Alberto Bertolazzi. Antes, uma indagação. Há algum conflito entre a isenção de imposto para importação de instrumentos musicais e um incentivo à fabricação brasileira. O Brasil produz saxofone, produz clarinetes, produz violino, enfim, uma “provocaçãozinha”.

SR. ALBERTO BERTOLAZZI – Honestamente a minha posição, Senador e da Associação, nós reconhecemos o que o Felipe está dizendo. Nós estamos investindo muito na melhoria de instrumentos musicais. Mas ainda nem todos os setores conseguiram atingir um grau que atenda a necessidade de alguns músicos. Isso nós aceitamos. E como disse há pouco, se você não tem condição de ser competitivo, ter um bom produto, um bom preço, mude de ramo. O que prejudica muito o setor é essa concorrência desleal de instrumentos que, por exemplo, vem do oriente. Já são baratos e vêm subfaturados. Vamos falar claramente o problema. É isso que nós não podemos admitir. E gostaríamos de contar com o apoio das autoridades para combater esse... Da mesma forma como ele estava falando em pirataria nós estamos falando de subfaturamento. Tem

instrumentos musicais que não paga a matéria-prima, a gente sabe disso. Nós estamos no mercado e sabemos disso. Então isso é uma grande verdade.

Vamos competir no que podemos em condições igual. Esse é o primeiro ponto. O segundo ponto, quando a gente fala em incentivos tributários para o mercado, vamos tentar quantificar isso. O mercado mundial de instrumentos musicais está na ordem de trinta bilhões de dólares. Sete bilhões e pouco nos Estados Unidos, uns dez na Europa, cinco e pouco no Japão, enfim, mercado mundial é trinta bilhões de dólares. No Brasil é cerca de quatrocentos milhões de reais. O que daria um dos menores per capita do mundo. Eu tento justificar isso, porque o brasileiro é muito criativo. O brasileiro consegue tocar até com uma caixinha de fósforo. Então vamos dar um desconto nessa estatística.

Então, o que representaria para o Governo um incentivo tributário, se o mercado é de quatrocentos milhões de reais, quanto que o mercado deve contribuir para os cofres da União ou dos Estados. Quarenta, cinquenta, sessenta milhões de reais? Eu acho que qualquer incentivo [soa a campainha] é tão pequeno, diminuiria tão pouco a arrecadação do Estado, que principalmente comparado com os benefícios que traria, como estamos dizendo há pouco, o setor de fabricantes de instrumentos musicais é setor que mais agrega mão-de-obra e mão-de-obra boa, mão-de-obra especializada, artesãos. Não vamos deixar acontecer o que aconteceu com o setor de brinquedos, por exemplo, que hoje em dia está sucateada a indústria. Grandes empresas com 12.500 empregados, hoje está tem 200 empregados.

Então, esse incentivo tributário, fiscal, seria tão pequeno para os cofres da União e dos Estados comparado com os benefícios que nós poderíamos ter. E só finalmente respondendo a pergunta do nobre Senador, as empresas têm procurado, sim, ajudar a música através de doação de instrumentos musicais. A minha empresa particularmente tem mais de 200 músicos que a gente apóia cedendo instrumentos musicais ou até pagando horas de gravação, estúdio e permitindo que eles gravem o primeiro CD.

Então, pelo menos empresa por empresa, digamos, talvez de uma forma organizada como poderia ser feito, mas o senhor pode ter certeza que a indústria da sua forma está apoiando os músicos, os [inaudível], digamos, inclusive com viagens para o exterior. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Esses quatrocentos milhões de reais, duzentos milhões de dólares é venda total de instrumentos nacionais e importados?

SR. ALBERTO BERTOLAZZI – Nacional e importado. Eu diria que 35% é importado. Pelo valor contábil.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Maestro Edino Krieger.

SR. EDINO KRIEGER – Eu saio daqui com a convicção de que esse encontro é realmente um momento muito importante. Porque se estabeleceu um primeiro contato que certamente não será o último, com esta Casa Legislativa, que é exatamente o Fórum adequado capaz de dar solução a uma série de problemas diversificados que fazem parte exatamente da problemática de todo o universo da música. Eu queria apenas pegar uma carona no que mencionou o Senador Romeu Tuma, sobre a importância da prática musical, da atividade musical, da criança, sobretudo, do jovem carente, do jovem quase que marginal da sociedade. E em como ele pode ser recuperado através da música. Eu citei aqui um exemplo da Venezuela, que faz um trabalho de musicalização através de instrumentos de orquestra, e que com isso formou centenas de orquestras jovens em todo o País que retiraram da marginalidade milhares de jovens venezuelanos.

Eu queria dizer que também no Brasil existem alguns núcleos de formação desse tipo, e o mais importante deles, que na verdade deveria servir de exemplo, de modelo para todo o resto do País, existe em Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro. Onde um maestro também iniciou há cerca de 15, 20 anos um trabalho de musicalização nas escolas públicas de Município com o apoio exclusivo da Prefeitura local. Da Prefeitura de Volta Redonda. E ele trabalha com cerca de... Permanentemente com cerca de quatro mil crianças. E organiza com essas crianças [soa a campainha] bandas sinfônicas, orquestra sinfônica, orquestra de corda, coro sinfônico. E as crianças realmente participam disso com alegria e são crianças exatamente da escola pública, grande parte delas de uma classe social bastante carente. Enfim, eu queria fazer esse registro, porque eu acho que é trabalho importante que se realiza nesse País.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Qual é o nome desse maestro?

SR. EDINO KRIEGER – Maestro Nicolau de Oliveira.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado, Edino Krieger. Vou passar, então, a palavra ao Carlos de Andrade.

SR. CARLOS EDUARDO CEZAR DE ANDRADE JÚNIOR – O cara que mais demora nessa Mesa aqui. Bem, a colocação é a seguinte. Todos os senhores são pessoas que... Ou melhor, expoentes do nosso legislativo. Nossa missão hoje aqui é sensibilizá-los com relação à nossa causa. Nós não viemos aqui trazendo números e estudos ou coisas que o valha. Mas esses estudos

estão sendo feitos para que nós possamos pleitear isso profissionalmente junto a vocês. Demonstrando como o que a situação atual dessas cargas tributárias afetam a nossa indústria, como ela cria hoje um desequilíbrio crasso, e o senhor mencionou, por exemplo, que o nosso Estado, o Estado do Rio de Janeiro, teria uma legislação diferenciada, inclusive para beneficiar esse segmento. Nós estamos morrendo de medo de utilizar essa legislação, esse benefício do ICMS porque não está compactuado com o CONFAZ. Então nós temos um problema de aceitar esse tipo de coisa, de trabalhar com isso, que é uma iniciativa muito louvável do Governo do Estado. Mas tradicionalmente depois o Governo volta lá e nos cobra todas as taxas retroativas. Isso simplesmente aniquila às nossas empresas. Este é o maior imposto de todos, o ICMS.

Então, só para colocar para o senhor uma questão, nós temos uma assimetria na indústria que é o seguinte – Uma fábrica foi à SUFRAMA, muito bem localizada em Manaus, e exercitou junto ao Poder Legislativo que permitisse uma série de economias de impostos, caso a distribuição do disco fosse feita através da fábrica, das fábricas [soa a campainha] localizadas em Manaus. Essas fábricas não têm, em sua missão, ou em sua operacionalidade, condição de atender aos não 1.495 que aquele é um número espúrio, mas 495 produtores fonográficos efetivos que existem hoje trabalhando. Principalmente meus 113 associados, que sim, representam uma enorme fatia dessa comunidade produtora fonográfica.

Então, o que acontece? Quem consegue se locupletar disso, são grandes gravadoras. Não apenas as multinacionais, mas gravadoras muito fortes que têm permeabilidade no mercado fonográfico, no mercado de distribuição do País. Ou seja, vendem para supermercados, vendem para as lojas americanas, coisas que, por exemplo, num disco regional vai atingir. Essa assimetria é desleal. A própria gravadora que hoje se beneficia disso, está ressentida desse tipo de operação. Porque, por exemplo, só para vocês terem uma idéia, a Universal, e Sony BMG conseguem trabalhar dessa maneira. Mas a Warner multinacional também não tem autorização de sua matriz para licenciar os discos dos fonogramas que é obrigatório que ela faça à fábrica para que ela consiga distribuir. Ou seja, isso nem dentro do universo multinacional é justificável. Então a gente precisa de legislação que equalize isso.

Outra coisa, o senhor colocou muito bem colocada a questão da volta ao ensino das escolas. Ora, uma das nossas propostas, justamente a proposta que foi elencada pelo nosso colega Felipe Radicetti, é que nós, com a isenção dos impostos, nós contribuimos para a sociedade hoje. Mas de maneira absolutamente rele-

vante. Que 5% da arrecadação, ou melhor, da venda, do resultado de venda, de comercialização do produto fonográfico, reverta para um Fundo para a educação musical na escola. Por quê? Porque hoje os senhores entram numa loja num supermercado, e pagam 50 reais numa garrafa de vinho que há dez anos atrás custava cinco reais. Mas por quê? Começaram a dizer que aquilo era uva Carbenet Suavignon e aí mostra lá o pedigree da uva. “Não, mas a uva quando ela é redonda assim, ela dá um gosto melhor. Quando você produz abaixo desse meridiano...” Ou seja, quando você educou o público com relação àquele produto, você ingressou valor. Nós precisamos, sim, Senador, ensinar o nosso público o valor do conteúdo. Porque nós não estamos falando de uma bolacha com um buraco no meio. Nós estamos falando do conteúdo musical. Que hoje tem o suporte no CD, teve no passado no LP, inclusive está sendo revivido hoje, e tem o seu suporte nos aparelhos celulares que tocam aí nas mesas dos senhores e tudo mais. Esses serão os suportes da música no futuro muito próximo hoje, eu diria. Já estão sendo, já representam significativamente fatias gorduchas do mercado fonográfico na Europa e nos Estados Unidos.

Então, o que eu queria colocar para os senhores é isso. Esse momento é um momento de sensibilização. Ou seja, nós estamos aqui tentando levantar a questão de que a música é tão importante... Olha, eu aplaudo os senhores pela inserção da legislação que premiou as publicações, os livros, dentro dessa seleção. É necessário que se faça, que se tenha esse carinho com a cultura e com a educação. Agora, tenham consciência de uma coisa, a música é o alicerce de tudo isso. Ela é básica e ela permeável em todas as camadas da sociedade. Coisa que a literatura não é.

Então, por favor, mantenham, idolatrem a literatura, coloquem ela no mais alto patamar possível. Mas façam a mesma coisa com a música. Ela merece e precisa. Senão ela morre. Ela hoje, o senhor está falando, Senador Marco Maciel, ele está numa Comissão de Comércio Exterior. Estaria falando numa Comissão de Comércio Exteriores. Política e Relações Exteriores. A música, e eu elenquei isso logo no início da minha apresentação, através do estudo SEBRAE, foi determinada como o fator de maior orgulho do brasileiro com relação à sua Pátria. É a melhor representante da qualidade do povo. E permeia qualquer ação que os senhores queiram fazer. Você quer levar o Brasil, quer expor o Brasil lá fora, exponha com música. Não exponha com mulata e futebol apenas. Vamos expor com música, vamos expor com coisas que têm real relevância cultural dentro da nossa história.

O Brasil é extremamente, como disse o Felipe, voluptuoso nessa questão, e nós precisamos justamente

beneficiar para que essa produção possa chegar aos alunos, amanhã. Chegar... Ou melhor, contemplar as micros e pequenas empresas que hoje estão achatadas por uma carga tributária desigual, inclusive. O que é mal para a sociedade. E ressaltar de que toda vez que o Governo legislou e participou conosco em ações que premiassem o mercado de música, eu não estou falando simplesmente do mercado fonográfico. Premiasse em si o mercado de música, da música, nós fomos vencedores. Nós fomos vencedores nos Estados Unidos com o Movimento da Bossa Nova quando o Itamaraty nos apoiou fortemente lá e hoje a nossa música recolhe direitos autorais até hoje. Nós fomos vencedores quando vocês aprovaram acordos tributários na área do ICMS através de convênio com o CONFAZ, nós fomos vencedores quando o Governo mandou que se tocasse 50% de música nas rádios brasileiras. Nós somos vencedores hoje através do art. 39 que vocês aprovaram para as distribuidoras de TV a cabo. Porque o que ganha é o País. Nós ganhamos formalidade, nós ganhamos mais empregos, nós ganhamos melhores condições.

O Governo investiu seis bilhões e meio no Recife para a geração de emprego na área da indústria agrícola, gerou quatro mil empregos, investiu cinquenta milhões de reais numa ação chamada Porto Digital que trabalha justamente na área de formação e desenvolvimento de *softwares* e esse tipo de cultura intelectual gerou três mil e quinhentos empregos, só que com um detalhe. O emprego do campo é de um ou dois salários mínimos. O emprego do Porto Digital é de dez salários mínimos.

Então, vamos prestigiar o pensamento, vamos prestigiar a intelectualidade. E por conta disso, vamos prestigiar a música. Porque ela é o alicerce de todas essas intelectualidades, e ela não procura berço. Ela é permeável por todas as camadas da sociedade. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-
TURNINO (PT-RJ)** – Bem, agradeço muito a todos os convidados, e acho que foi um encontro extremamente importante e motivador. Tanto a prova disso é o interesse dos Srs. Senadores, e quase que a obrigação do Presidente em de certa forma em algum momento cercear um debate que ganhava uma dimensão em que extrapolava, enfim, as nossas possibilidades de atendimento. [risos] De forma que eu quero manifestar o meu regozijo por ter participado e até presidido esse encontro. Agradecer muito a presença de todos os Senadores e dos nossos convidados, que enriqueceram enormemente o debate sobre esse tema tão importante, e declaro, então, encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 12h52min.

Ata da 1ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social e 2ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 17 de maio de 2006

Audiência Pública

Às dez horas e trinta minutos do dia dezesseite de maio de dois mil e seis, na sala de reuniões da comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Flávio Arns e com a presença dos Senhores Senadores Valdir Raupp, Geraldo Mesquita, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma e Augusto Botelho, reúnem-se a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social e a Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Marcelo Crivella, Leonel Pavan, Sérgio Cabral, Wellington Salgado de Oliveira, Roberto Saturnio, Aelton Freitas, Marco Maciel, Jonas Pinheiro e Lúcia Vânia. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, registra a presença, para acompanhar a audiência pública, do Senhor Gustavo Dahl, Presidente da Agência Nacional do Cinema – ANCINE. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, submete às Subcomissões a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nºs 004-CECTCS de 2005 e 001-CESCT, de autoria dos Senhores Senadores Romeu Tuma e Paulo Paim, que tem como objetivo tratar da Pirataria na Indústria do Audiovisual. Comparecem à Audiência Pública os Senhores Gustavo Starling Leonardos, Presidente da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual – ABPI; Alvacyr H. F. Resende, Consultor Jurídico da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos – ELETROS; Marcio Gonçalves, Diretor do Programa de Antipirataria da Motion Picture Association – MPA e Sérgio Torres, Assessor do Secretário Executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual do Ministério da Justiça. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros das Subcomissões Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social e Ciência e Tecnologia presentes. Usam da palavra os Senhores Senadores Romeu Tuma, autor do Requerimento, Sérgio Zambiasi e Augusto Botelho. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, solicita ao Senhor Sérgio Torres, (Representante do Ministério da Justiça), que encaminhe os estudos já realizados por este

ministério acerca das questões suscitadas no debate. A Presidência solicita a Secretaria o envio de ofício formalizando o pedido. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e trinta e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social e da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**. – Senador **Flávio Arns**, Presidente da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Esta é a 1ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social e 2ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, que tem por objetivo realizar a Audiência Pública com o tema PIRATARIA NA INDÚSTRIA DO AUDIOVISUAL. Autoria do Requerimento para a realização desta Audiência Pública é dos Senadores Romeu Tuma e Paulo Paim.

Com prazer recebemos os convidados para esta Audiência Pública. À minha direita o Dr. Gustavo Starling Leonardos que é Presidente da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual, ABPI. À minha esquerda o Dr. Márcio Gonçalves, que é Diretor do Programa de Antipirataria da Motion Picture Association, MPA. Também à minha esquerda o Dr. Sérgio Torres que é Assessor do Secretário Executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra Propriedade Intelectual do Ministério da Justiça.

Como já mencionado, a autoria do Requerimento para realização desta Audiência Pública é dos Senadores Romeu Tuma e também do Senador Paulo Paim, inclusive, a realização desta Audiência Pública mereceu por parte do Jornal Correio Braziliense do dia de hoje uma reportagem, uma abordagem bastante extensa e que está, inclusive, nas pastas dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras, bem como a Folha de São Paulo também mencionou a realização desta Audiência Pública.

Só gostaria de perguntar para a Assessoria se havia problema com o som anteriormente? Estava baixo? Então só para mencionar novamente, caso tenha ocorrido algum problema. Quero... Estava baixo.

Na minha direita o Dr. Gustavo Starling Leonardos, Presidente da Associação Brasileira de Propriedade

dade Intelectual, ABPI, à minha esquerda, repetindo novamente, os convidados, me desculpem só pela repetição, o Dr. Márcio Gonçalves, Diretor do Programa de Antipirataria da Motion Picture Association, MPA, Dr. Sérgio Torres, Assessor do Secretário Executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra Propriedade Intelectual do Ministério da Justiça. O assunto – Pirataria na Indústria do Audiovisual. Autoria do Requerimento Senadores Romeu Tuma e Paulo Paim.

Sejam muito bem-vindos e esperamos que esta Audiência Pública, bem como os desdobramentos da realização desta Sessão possam contribuir para o enfrentamento das dificuldades e dos desafios da área.

Eu quero mencionar aos senhores convidados que cada um disporá num primeiro momento de 15 minutos para apresentação e na sequência abriremos para questionamentos e comentários dos Srs. e Sras. Senadores.

Então, em primeiro lugar, com prazer, passo a palavra a V.S^a., Dr. Gustavo Starling Leonardos, Presidente da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual, ABPI. Com a palavra V.S^a.

SR. GUSTAVO STARLING LEONARDOS – Muito obrigado. Vou tentar resumir em 15 minutos. A ABPI, Associação Brasileira de Propriedade Intelectual é uma Associação sem fins lucrativos, foi fundada em 1963. Conta com seiscentos e sessenta e poucos associados, entre empresas, escritórios de Advocacia, outras associações que integram também a ABPI. E ela tem por objetivo o estudo da matéria e o desenvolvimento da doutrina, da jurisprudência e da legislação.

A ABPI nota com preocupação o crescimento desenfreado da economia informal no País. A tolerância para a informalidade incentiva a pirataria, a sonegação, o contrabando e o descaminho, levando à diminuição de ofertas de empregos transferidos para outros Países com conseqüente perda de divisas em moedas fortes. De fato, o ex-Presidente do Superior Tribunal de Justiça, o Ministro Edson Vidigal, divulgou estatísticas informando que grupos piratas impedem que um milhão e meio de pessoas tenham acesso ao mercado legal de trabalho. E são responsáveis pela sonegação algo entre 10 bilhões a 30 bilhões dependendo de como se efetue o cálculo em impostos a cada ano. Ademais, a Interpol há pouco tempo, reconhecendo que há um crescente elo entre esses grupos piratas e o crime organizado, criou no ano de 2002 um grupo de ação específico para os delitos contra a propriedade intelectual.

No Brasil uma investigação conjunta da polícia, do Ministério Público, em São Paulo, identificou esse mesmo fenômeno de ramificação da pirataria. Mostrou

que metade dos produtos comercializados pelos ambulantes, em pelo menos duas regiões de São Paulo, é falsificada, contrabandeada, ou fruto de roubo de carga. E verificou o envolvimento de quadrilhas de crime organizado, reportagem da Revista Veja.

O papel da ABPI no combate à pirataria, portanto, não poderia se limitar à divulgação de seus estudos sobre a matéria. A ABPI busca perante os Poderes Públicos aperfeiçoar regarantia dos instrumentos jurídicos direto ou indiretamente relacionados com a propriedade intelectual. Mas releva notar, em primeiro lugar, que 75% ou algo perto disso de toda pirataria no País é oriunda do exterior. Necessário, portanto, várias modificações legislativas em relação às alfândegas. Eu vou citar algumas delas aqui.

Primeiro em relação ao Decreto 4.543 de 2002 que regulamenta a administração das atividades aduaneiras e a fiscalização, controle e a tributação das operações do comércio exterior deveria ser modificado para, entre outras medidas, prever prazos mais longos para a efetivação de medidas judiciais em casos de violações a direitos de propriedade intelectual. Hoje em dia você tem dez dias para obter uma Liminar, senão o produto é liberado. Deveria obrigar a Receita a entregar os dados do importador, dados mínimos até para poder acionar esse importador. Hoje solicitamos esses dados à Receita Federal e dizem que não podem entregar o dado do contrabandista por causa do sigilo bancário.

Então, os clientes ficam em dúvida se devem acionar, ficam com medo de acionar a própria Receita. Deveria ser possível registrar perante as alfândegas informações sobre esses direitos como, por exemplo, o canal autorizado de internação dos produtos no País, vendo que aquelas marcas ou aqueles direitos autorais estão chegando ao País de outra fonte, que não aquela já esclarecida com o canal autorizado. Facilitaria a Receita Federal, a alfândega identificar, portanto, o que aquele carregamento deveria ser examinado. Mas talvez tenha um fator ainda mais grave em relação às alfândegas. A ex-Presidenta da Unafisco, Maria Lúcia Fattorelli Carneiro. Unafisco é o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita. Ela, criticando a Lei 10.833 de 2003, ressaltou – o mais gritante da Lei 10.833 de 2003 foi o seu Art. 77 do qual reproduzimos alguns trechos – A fiscalização aduaneira poderá ser ininterrupta, o que é quer dizer que eles não têm que funcionar ininterruptamente, porque ela pode funcionar ininterruptamente.

Então, há uma autorização legal para que seja interrompida a fiscalização. Esse Art. 77 ainda dispensa a Receita Federal de participar da visita a embarcações, ou seja, a noite continua ela... O contrabando

entra livremente no País e a Secretaria da Receita Federal não mais terá de realizar a inspeção prévia dos navios que chegam ao nosso território, oportunidade na qual se poderia verificar a consistência dos planos de carga, a existência dos documentos, a eventual periculosidade das cargas transportes não declarados ou a própria rota do navio, a fim de evitar o contrabando ou descaminho.

Como resultado da falta de pessoal, equipamentos obsoletos, por exemplo, scanners defeituosos que não permitem a visualização das cargas dentro dos contêineres e da edição de todas essas normas, hoje apenas 5% das exportações são fiscalizadas e o canal verde é adotado para 70, 93% das declarações de exportação, dependendo da região, ou seja, em média 80% das declarações de importações não são alvos de conferência, sendo liberadas automaticamente.

Depois, exemplificando o fato de que à noite o contrabando entra livremente no País, ela cita no seu artigo imposto aduaneiro de mundo novo.

Mato Grosso do Sul, fronteira com o Paraguai, fica perto do Paraná. Diz que esse posto aduaneiro somente funciona em determinado período do dia. Ele deveria fechar às 7h da noite, mas já fecha às 6h. Às 5h da tarde tem um posto de gasolina do outro lado da rua onde começa fazer a fila de caminhão. O Mundo Novo, Posto Leão da fronteira em Mato Grosso do Sul. À noite permanece apenas uma câmera de vídeo, diz ela, que por diversas vezes foi alvejada de tiros.

Recentemente o fiscal que ocupava o posto foi alvo de atentado. Também porque ele resolveu ficar à noite. Ficou sozinho à noite, foi alvo de atentado em seu carro, que foi alvejado por vários tiros, por milagre não lhe atingiram. Esse não é o único posto em reportagem publicada no Globo em novembro de 2005, relativa à operação batizada de Plata, foi a maior apreensão de produtos eletroeletrônicos já feita no País. O Delegado se explicava quando indagaram porque passava aquela quantidade de contrabando na fronteira com o Rio Grande do Sul. E ele dizia – “Existem seis postos de controle na fronteira, três deles funcionam só até as 18 horas. Eles esperam chegar esse horário – diz o Delegado, publicado no jornal – e atravessam. Uma explicação simples. Rio Grande do Sul.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone].

SR. GUSTAVO STARLING LEONARDOS – Aqui não está dizendo. Tem seis postos na fronteira, diz o Delegado, que três deles, ele não disse quais eram. Essa com o Uruguai.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Presidente, desculpe, eu estou interrompendo, mas acho muito interessante que se possa interagir com

o depoente até porque acrescenta, com certeza, eu sou gaúcho e me interessa essas informações. Na realidade o fenômeno de fronteira com o Sul é muito interessante. Nós temos mil quilômetros de fronteira seca com o Uruguai e, portanto, é quase impossível a fiscalização. É uma situação, realmente, complexa, não é mais séria que a questão da fronteira com o Paraguai, que não é seca, e ainda assim, pelos números que eu li das informações, elas são impressionantes, uma importação de 280 milhões de CDs e DVDs com um consumo de 23 milhões no Brasil. Quer dizer, o centro de abastecimento sul-americano é a importação, me parece legal, paraguaia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu agradeço ao Senador Sérgio Zambiasi, e até peço aos Srs. Senadores que quando houver alguma dúvida em relação só ao dado mencionado, que realmente possa haver esta interrupção, mas assim até fazendo comentários, eu pediria a gentileza para ficarem para depois para não haver uma quebra da sequência da apresentação.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – É que o tema é tão envolvente, Presidente, que às vezes a gente não contém a ansiedade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, eu quando... também o Dr. Gustavo está falando e comentando a gente fica de cabelo arrepiado só escutando o que ele vem relatando. Medidas que, sem dúvida, devem ser assim oficializadas por parte desta Subcomissão, destas Subcomissões para a Receita, para o Ministério, para as autoridades competentes para que tenhamos informações em relação àquilo que está sendo mencionado aqui na fala do Dr. Gustavo. Mas V.S.^a pode continuar.

SR. GUSTAVO STARLING LEONARDOS – Só um esclarecimento, então, quer dizer, esses postos de fronteiras, nós estamos falando de estradas asfaltadas, não é no meio do mato, ou tendo que atravessar rio, é estrada asfaltada onde faz fila de caminhão do outro lado na rua, em frente ao posto de fronteira e pode ser esburacada. Mas isso é o estado geral das estradas. Os próprios funcionários da Receita assistem a fila de caminhão se formando do outro lado do posto antes de irem embora.

Mas continuando. Há pouco tempo, só citando. Há pouco tempo um artigo publicado no Jornal do Comércio, de julho de 2005, relatava a apreensão de 800 mil CDs virgens ilegais no Porto de Suape no Recife. Mercadoria oriunda da China, havia também outras mercadorias. Mas dizia o fiscal que iria liberar aqueles CDs virgens que infringiam a patente da Philips que é detentora da tecnologia de gravação. Porque, segundo eles, não havia falsificação, e como o material não vio-

lava direito autoral, só violava a patente, que poderia resolver o problema pagando a taxa de licenciamento, ele ia doar, segundo ele, esses 800 mil CDs virgens para instituições públicas, 800 mil CDs virgens, mas isso acontece todo hora com DVD, CD.

O maior problema em relação ao audiovisual oriunda do exterior é a mídia virgem. Ela chega aqui subfaturada por contrabando, portanto, ajudando ao barateamento do produto pirata que é vendido no meio da rua. A gravação normalmente é feita aqui no País, mas como acabamos de ver, até os produtos eletroeletrônicos que fazem a gravação também vem por esse meio de contrabandos. A inefetividade da proteção legal pelo Poder Judiciário agrava esse quadro. Apesar da previsão legal até hoje... [soa a campanha]

Apesar da previsão legal até hoje ninguém cumpriu pena privativa de liberdade por violar exclusivamente direitos de propriedade intelectual. E as indenizações nesses casos, salvo honrosas exceções, são pífias. Realmente no Direito Penal o entendimento que a pena privativa de liberdade deve ser um último recurso autoriza a substituição da pena quando a mesma não for superior a quatro anos. Que é o caso do direito autoral. Marcas e patentes têm penas ainda inferiores. Além disso, são freqüentes os casos de prescrição da pretensão punitiva ou executória, o que também prejudica a eficácia dos procedimentos criminais. Assim devemos aguardar com cautela os resultados concretos da Lei 10.695 de 2003 que elevou para dois anos de reclusão a pena mínima por violação do direito do autor, mas manteve a pena máxima em quatro anos. A ABPI vem apoiando Projeto de Lei Kandir o 333 de 99 que aumenta as penas em relação à propriedade industrial, mas que até hoje já voltou do Senado para a Câmara, mas não foi aprovado. Existem vários outros projetos, inclusive, por iniciativa dos Deputados da CPI da Pirataria, também aumentando pena, tentando lidar com esse problema. E eu sou um dos membros do Conselho Nacional de Combate à Pirataria onde também nós estamos realizando um trabalho legislativo, amplo, tentando abordar todos esses aspectos, propondo mudanças no Código Penal, Processo Penal, Lei de Propriedade Industrial, Direito Autoral e de Informática.

A iniciativa privada já preparou um texto básico e estamos discutindo esse texto junto ao Governo. É claro que este é um grupo interministerial, as discussões levam mais tempo. Mas acredito que possamos chegar a algum consenso dentro do Ministério da Justiça e espero que em tempo hábil do Ministério da Justiça de submeter alguma proposta. Mas como o meu tempo já se esgotou, se não... O assunto é muito amplo, mas a ABPI fica à disposição de todos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR) – Gostaríamos também, como duas Subcomissões Permanentes da Comissão de Educação, que é a Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social e a Subcomissão de Ciência e Tecnologia, que V.S^a. pudesse depois deixar um documento também oficial, fruto desta Audiência Pública, para que os desdobramentos possam assim ser tomados também por estas Subcomissões para se averiguar, se investigar, se pedir informações em função dos fatos levantados por V.S^a.. Um documento que está sendo gravado, naturalmente, as pessoas do Brasil estão acompanhando pela TV Senado e depois na seqüência isto é reprisado também e todos poderão contribuir para que medidas sejam tomadas e estes problemas citados sejam ultrapassados na medida do possível. Agradeço então. O documento está sendo entregue e este servirá também, sem dúvida alguma, para os encaminhamentos que faremos na seqüência. Passo ao Sr. Secretário.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS)

– Presidente, eu prometo não interromper mais o depoimento. Eu sou bastante disciplinado, mas eu quero apenas aproveitar mais uma janelinha. Primeiro cumprimentando o Gustavo pelo depoimento que eu achei muito importante. Quero fazer o registro que está presente aqui o Jornalista Fernando Vieira, ele é da Rede Pampa de Comunicação do Rio Grande do Sul, um complexo de comunicação com jornais, rádio e televisão. E na próxima semana, segunda-feira da semana que vem ele, é o responsável pela reedição de um projeto chamado Festa do Disco que há uma época quando ainda não havia o problema da pirataria, apenas se copiava eventualmente uma aqui e outra ali fita k7 e o problema não era tão grave. Fez muito sucesso e está agora reeditando a segunda edição, o ano passado foi a primeira com apoio do Ministério da Justiça e do Governo Federal através do Ministério da Justiça, onde o tema principal da discussão é exatamente a pirataria. No ano passado já se fez uma ampla discussão e este ano, na semana que vem, lá em Canela, Rio Grande do Sul na Festa do Disco vai abordar intensamente esse tema porque se prevê a presença de inúmeros artistas que levam como principal assunto desta que é uma reunião que acontece exatamente durante a semana, segunda, terça e quarta-feira para que o artista possa estar presente, já que normalmente de quarta a quinta em diante ele está envolvido em suas apresentações, seus shows e atividades específicas. Eu queria fazer esse registro para mostrar que esse é um tema abrangente que envolve, obviamente, interesses em todo o Brasil e nós vemos um evento grande previsto para a próxima semana lá no Rio Grande do Sul, na cidade de Canela.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Muito bem. Agradeço ao Senador Sérgio Zambiasi, inclusive, dizendo que esta Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social, na sequência então será acrescentada, inclusive, a Área da Música também, e espera-se que isso aconteça até o final deste mês e discutir-se a pirataria não só no audiovisual, mas também nas iniciativas, como V.Ex^a mencionou, na Área da Música.

Eu quero também colocar que quando bate a campanha não é uma iniciativa do Presidente que está batendo a campanha para encerrar a fala, é uma campanha automática, então não se preocupem, não é indelicadeza da nossa parte, mas claro que a gente dá o tempo necessário para que a fala seja assim explicada e terminada com tranquilidade.

Em seguida, eu passo a palavra ao Dr. Márcio Gonçalves, Diretor do Programa de Antipirataria da Motion Picture Association, MPA. Com a palavra o Dr. Márcio.

SR. MÁRCIO GONÇALVES – Muito obrigado, Senadores. Então, antes de começar eu vou só tentar apresentar um pouco o que é que é a MPA e o que a gente faz, para a gente poder ter uma discussão sobre o assunto com um pouco mais de informação.

(Podemos passar para o próximo?)

Só agenda o que a gente é, o que a gente trabalha, como funciona a indústria cinematográfica e qual o problema da pirataria no Brasil e no mundo, como que ela funciona e o que é que a MPA está fazendo, o que é que o Governo está fazendo, especialmente, através da coordenação do Conselho Nacional de Combate à Pirataria que está aqui representado pelo Dr. Sérgio e que tem feito um trabalho que é exemplar no mundo inteiro. E ainda o que precisa ser feito para a gente tentar reverter a situação atual que, realmente, é bastante grave, apesar de todos os esforços que estão sendo feitos.

(Podemos passar para o próximo?)

Bom a MPA ela representa os estúdios de cinema, e aí eu elenquei alguns deles, DISNEY, MGM, PARAMOUNT, SONY, FOX, UNIVERSAL e WARNER. Uma associação que existe desde 1922 e desde o final da década de 50 está presente no Brasil. No Brasil o nosso escritório é em São Paulo, é o escritório regional para a América Latina.

Então, a partir do Brasil a gente coordena também o trabalho da MPA do México até a Terra do Fogo. E para dar um pouquinho da idéia do que é que é a indústria cinematográfica. Custo médio para produzir um filme é por volta de 100 milhões de dólares. Um em cada 10 filmes que são produzidos, somente um em cada 10 recuperam o investimento através das exibições, e

quatro de cada dez nunca recuperam, seja através da venda de DVD ou através do licenciamento para televisão, para televisão a cabo, ou por internet, nunca chegam a recuperar o investimento. Esse, realmente, é um grande desafio, especialmente hoje para o Brasil que tem uma indústria de produção local crescente e cada vez mais importante no cenário internacional. Mas é importante para a gente poder exemplificar o impacto da pirataria. E aí, só para entender um pouquinho como é que funciona a distribuição no segmento. Toda vez que um novo filme é criado, inicialmente ele é lançado em cinema.

Então, é a primeira forma de comercialização. Depois do cinema normalmente ele vai ser comercializado através de suportes físicos como DVD, VHS no passado, hoje, praticamente, DVD. Depois que foi comercializado em DVD e VHS ele vai ser comercializado através de TV a cabo e, finalmente TV aberta. E hoje a gente está vendo cada vez mais a internet como uma possibilidade de comercialização desse filme. Então dentro desse panorama aqueles 100 milhões de dólares em média que foi investido é o que vai dar o retorno. E como eu falei, quatro em cada 10 nunca chegam a ter esse retorno, mesmo no final dessa cadeia de distribuição.

E o que é a indústria no Brasil? O Brasil hoje é o maior mercado do setor audiovisual de produção de filme na América Latina e é o nono maior mercado do mundo. Dentro desse mercado a gente tem não só os associados da MPA, que eu citei anteriormente, mas a gente tem mais de duas mil salas de cinema espalhadas pelo Brasil, oito mil videolocadoras, duas mil lojas de varejo que comercializam os produtos que geram milhares de empregos diretos e indiretos. Hoje a gente não tem uma estatística atual sobre esses empregos, a gente está fazendo uma pesquisa, mas realmente são milhares de empregos diretos e indiretos que o setor gera no País através de toda essa cadeia de distribuição e produção, no mundo. E isso não é novidade para ninguém, mas é sempre importante a gente ressaltar, a pirataria não é um fenômeno brasileiro, é um fenômeno mundial.

Uma recente pesquisa que a MPA conduziu em 28 Países mostra que as perdas anuais no mundo inteiros ocasionadas pela pirataria chegam a mais de seis bilhões de dólares. A América Latina representa aí um pouco mais de 15% dessas perdas, e o Brasil é um dos Países, como eu falei, como é o maior mercado para região, é um dos Países mais afetados pela pirataria, as perdas chegam a ser 5,6 milhões de dólares.

Dentro dessa pesquisa a gente tentou analisar o que é que representa essas perdas em termos de formato, a maior parte das perdas hoje vem através da

comercialização de DVDs piratas que a gente encontra facilmente nos mercados piratas e nos camelôs aí nas ruas. Mas também tem uma crescente preocupação com a pirataria na internet, que muitas vezes é feita através do próprio *download* do filme, o que muitas vezes ainda pela penetração de banda larga no Brasil não é o problema maior, mas está começando e, muitas vezes, também pela comercialização de DVDs falsificados que são colocados à venda através da internet como em *sites* de leilão ou em *sites* mesmo de pirataria.

Os segmentos mais afetados aí, só para colocar um pouquinho o termo do setor, é o que a gente chama de *homevideo e theatrical* que são segmentos de comercialização de DVDs e de distribuição para salas de cinema.

E dentro dessa pesquisa a gente viu também que o principal consumidor de produto pirata é o público jovem e eu quis destacar isso porque parte das ações que o Conselho Nacional está desenvolvendo e o próprio setor privado também está tentando desenvolver são iniciativas para tentar convencer e educar esse segmento da população dos prejuízos que a pirataria causa para toda a sociedade.

Aqui eu me permiti copiar um slide da nossa matriz, está em inglês, mas eu vou explicar rapidamente como funciona a pirataria. Normalmente a pirataria começa quando um filme é lançado.

Então, por exemplo, amanhã vai ser o lançamento mundial de um filme que está sendo amplamente discutido que é o filme o Código da Vinci.

Então, o lançamento é mundial, Brasil, Estados Unidos, Europa, todos esses filmes vão sair amanhã nos cinemas. O que acontece normalmente é que alguém, principalmente, Canadá, Estados Unidos, muitas vezes também, entra numa sala de exibição com uma câmera, cada vez mais as câmeras têm uma qualidade melhor, conseguem filmar esse filme que ainda não existe num suporte, num DVD. Eles, a partir dessa primeira gravação que foi obtida de forma ilegal dentro de uma sala de cinema, ele cria um máster, coloca na internet, existem grupos de... A pirataria é um fenômeno organizado também. Existem grupos que são especializados em distribuir isso para *sites* de distribuição em várias regiões do mundo. Esses sites, esses grupos produzem as legendas para, no caso do Brasil, em Países onde o filme, normalmente, é visto dublado na Europa, Itália, França, por exemplo. Esses grupos fazem a dublagem do filme e a partir daí há uma pulverização para a produção do filme que depois é encontrado nas ruas das cidades que a gente visita.

Então, só para dar um exemplo, um caso que a gente conseguiu identificar e a gente consegue iden-

tificar a gravação porque tem algumas microfilmagens nos filmes, e a gente sabe o filme, para que sala foi distribuído, para que exibidor foi distribuído, a gente consegue identificar.

Em um caso que a gente pegou um filme que foi filmado nos Estados Unidos, ele foi encontrado em 38 Países com sete idiomas e 15 diferentes legendas em dois dias depois do lançamento mundial.

Aqui é só uma ilustração de uma operação que foi feita pelo grupo da MPA com as autoridades locais em Taiwan... um pouco mostrando o arsenal que o grupo tinha no momento da apreensão. E isso aqui eu acho que é importante realmente a gente destacar, já foi falado aqui e acho que o Dr. Sérgio talvez possa dar mais elementos. Mas realmente, a pirataria está extremamente ligada ao crime organizado, não só no Brasil e no mundo. A gente identifica muito dos insumos para produção de produto pirata aqui no Brasil, ou seja, os CDs virgens, os DVDs virgens e os queimadores, o que a gente chama de *burners* para copiar esses produtos, a maioria deles vem do sudeste asiático, Taiwan é um dos principais exportadores dessa matéria-prima. O que, na verdade, muitas vezes nem é crime exportar o CD virgem ou o DVD virgem, ou o queimador, o que acontece é que o pirata é um ser ganancioso. Então, muitas vezes ele exporta esse produto com declarações falsas, o importador traz esse produto, o preço médio de um CD virgem ou um DVD virgem gera em torno de 20, 30 centavos, ele importa com uma declaração falsa como se fosse um centavo, ou como se fosse isqueiro para pagar menos impostos. Então o fato do CD virgem poder ser utilizado para fins legais, para copiar arquivos, enfim... mas essas máfias utilizam mecanismos ilegais para trazer esses produtos que são grupos extremamente organizados.

E aí eu quis falar um pouquinho do Paraguai, que é um dos problemas que a gente tem visto como uma fonte de exportação de produto pirata em insumos para o Brasil. No ano passado, de importações legais declaradas para as autoridades paraguaias, o Paraguai importou 280 milhões de CDs e DVDs virgens. A gente não consegue saber o que é que entrou de contrabando, o que entrou de mercadoria que pode ter entrado como ursinho de pelúcia, ou isqueiro, enfim, outras mercadorias. E o mercado brasileiro de DVDs é de 23 milhões de unidades, quer dizer, dez vezes mais, por baixo, que está sendo importado, só importado legalmente pelo Paraguai sem falar de importação que chega no Brasil também, em contrabando que eventualmente também acontece no Brasil.

A Receita Federal tem feito um trabalho realmente impressionante na fronteira, a gente tem visto até a reação dos piratas, isso mostra que o trabalho tem

sido, realmente, exemplar. No ano passado foi quase 1000% de aumento nas apreensões na fronteira, é claro que ainda estamos longe de solucionar o problema, mas realmente são essas iniciativas que deixam a gente com esperança.

E eu quis citar um exemplo, realmente se a gente caminhar em Ciudad del Este a gente vê claramente que os grupos de distribuição dos produtos piratas são controlados por árabes ali, eles só falam em árabe, e a gente sabe que as importações, já pela identificação também dos documentos desses 280 milhões de CDs e DVDs que são importados. É controlada por grupos chineses.

E aí a MPA, a gente trabalha com a DEP(F) que é o nosso braço operacional aqui no Brasil e faz parte, tem um assento permanente dentro do Conselho Nacional de Combate à Pirataria, tenta levantar as informações, passar para as autoridades policiais e fazer com que as ações sejam realizadas e a UBV, que é a União Brasileira de Vídeo, que também representa as empresas brasileiras para a gente poder fazer ações educativas. No passado vocês devem ter visto toda a fita de vídeo, DVD tem um anúncio, alguma mensagem educativa sobre o tema para a gente tentar conscientizar e também os estudos de mercado.

Então, a gente trabalha em conjunto e em parceria para a gente tentar minimizar esse problema. A gente tem estratégias de curto, médio e longo prazo. Claro que todas elas estão interligadas, e a gente não pode fazer isso sozinho. A gente tem buscado apoio não só das autoridades, mas também de outros setores que também são afetados. A ABPI é um exemplo de coordenação muitas vezes dessas ações que os setores de propriedade intelectual têm trabalhado em conjunto.

Então, a gente tem um trabalho constante de repressão e de identificar as origens do produto pirata. Um trabalho de internet que também já está começando até em virtude dos números que a gente mostrou anteriormente. O apoio às autoridades é fundamental e aqui mais uma vez eu quero ressaltar o trabalho do Conselho Nacional de Combate à Pirataria. [soa a campanha]

Já existem alguns Conselhos Estaduais que também estão trabalhando bem. E em longo prazo a gente está começando fazer a partir de campanhas educativas para conscientizar a população e, obviamente, sempre o treinamento a autoridade, principalmente no segmento policial.

E para a gente finalizar, estamos quase acabando. Aqui é só um gráfico das operações dos inquéritos que a DEP(F), o nosso braço operacional faz. Tem mais de oito mil processos em andamento, em

matéria de pirataria de audiovisual, tem alguns casos de reincidência, tem mais de 460 casos de reincidência, e eu quis destacar isso porque é um dos desafios que a gente tem para a gente mudar essa situação. As prioridades e as dificuldades encontradas também não é nenhuma novidade. A pirataria tem mudado isso daí, especialmente através do trabalho do Conselho, mas ainda não é uma prioridade das nossas polícias. O Judiciário, muitas vezes é lento. Existe um desconhecimento técnico, existe o problema de corrupção, existem muitas vezes falta de estrutura dos Institutos de Criminalística, e às vezes a suspensão dos processos é feita sem nenhuma reparação de dano, o que gera uma sensação de impunidade pelos piratas. São algumas das dificuldades encontradas no dia-a-dia do combate à pirataria e que ajuda a gente a identificar quais são as propostas.

E aqui eu só quis destacar para chamar um pouco a atenção. A gente pegou esses dados do Alício WEB, são dados disponíveis ao público. Nos últimos dois anos foram importados mais de 218 milhões de CDs virgens e 145 milhões de DVDs virgens. Como eu falei, são alguns portos, só quatro portos que a gente elencou, pode ser que tenham produtos entrando por outros portos e a gente não está identificando contrabando e também os queimadores, os *burners*. Só em Santos 734 mil. É importante destacar isso aí porque realmente é preciso do apoio das autoridades para fazer um levantamento e fazer um trabalho de inteligência para ver quem são os grupos organizados que estão atuando nesse segmento.

E só para vocês terem uma idéia, o preço médio de uma unidade importada por Santos em DVD-R é 10 centavos, enquanto que o preço de custo de um DVD-R é 35 centavos de dólar, quer dizer, aí está claro que tem um subfaturamento e eles estão realmente tendo mais lucro do que já têm.

O que ainda precisa ser feito é um trabalho constante, temos que dar um apoio ao Conselho Nacional. Existe um plano de 99 ações, o Dr. Sérgio talvez fale sobre isso, mas tem alguns pontos que são essenciais nesse trabalho. A repressão aos mercados principais piratas, é inadmissível que a gente tenha na Av. Paulista em São Paulo, no *Stand Center* à luz do dia. Tem sido feitas muitas ações, é preciso que esse trabalho seja constante, temos que buscar as condenações, o apoio do Judiciário para a gente tirar essa percepção de sensação de impunidade que os piratas tem. Um maior controle nas fronteiras.

E aqui só para fazer um adendo ao comentário do Senador Zambiasi. Como a fiscalização na fronteira tem sido mais forte, na fronteira com o Paraguai tem sido mais

forte pela Receita, os piratas também são criativos e estão usando o Uruguai como uma nova forma de entrada.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Uruguaiana é na fronteira com Argentina.

SR. MÁRCIO GONÇALVES – Não, não, Uruguaiana é no camelódromo do Rio de Janeiro, ali, desculpe. É na fronteira com... Uruguai está sendo agora utilizada como porto de...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – A feira do Paraguai é em Brasília.

SR. MÁRCIO GONÇALVES – É, a feira do Paraguai em Brasília. Então são iniciativas que a gente precisa buscar para tentar minimizar o impacto. Então é isso e desculpa por tomar um pouco mais do tempo, mas eu me coloco à disposição para perguntas depois.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço ao Dr. Márcio Gonçalves. E passo, em seguida, a palavra ao Dr. Sérgio Torres que é Assessor do Secretário Executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a propriedade intelectual do Ministério da Justiça. Com a palavra V.S^a.

SR. SÉRGIO TORRES – Agradeço o convite, uma excelente oportunidade do Conselho mostrar o trabalho que vem desenvolvendo. O Conselho é um órgão misto, ele foi instalado em novembro de 2004 no âmbito do Ministério da Justiça atendendo uma indicação da CPI da Pirataria. É uma atitude governamental pioneira no mundo, ou uma das poucas que a gente tem notícia, onde o setor privado e o setor público trabalham juntos no combate à pirataria.

Pelo setor privado a gente tem representantes do setor de software, setor fonográfico, setor literário, do audiovisual, do fumo, bebidas e combustíveis, a Associação Brasileira de Propriedade Intelectual e agora recentemente também a Confederação Nacional das Indústrias.

Pelo setor público compõe o Conselho do Ministério da Justiça, o da Fazenda, das Relações Exteriores, Ciência e Tecnologia, Indústria e Comércio Exterior, Cultura, Trabalho e Emprego, além da Secretária Nacional de Segurança Pública, já que hoje a gente faz uma vinculação da pirataria com o problema de segurança pública por estar sendo operado por grandes máfias internacionais, principalmente. A Polícia Federal, a Rodoviária Federal e a Secretária da Receita Federal, além de também da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

A pirataria é uma grande ameaça ao Brasil, ela provoca uma enorme evasão fiscal, podendo chegar, segundo dados do Unafisco cerca de 30 bilhões de reais. Ela descapitaliza a indústria nacional porque ela

promove uma concorrência desleal. O preço praticado pelos piratas é extremamente danoso porque ele não respeita nenhum custo, tem somente aquele custo de copiar uma obra onde diversas... para compor aquela obra diversas pessoas trabalharam, ele simplesmente copia aquilo. Então isso gera uma grande descapitalização da indústria nacional. Causa desemprego pelo mesmo motivo, podendo chegar, segundo alguns cálculos a cerca de dois milhões de empregos. Afeta decisões de investimentos internos e externos, financia crimes de maior poder ofensivo como tráfico de armas, drogas e munições também. Enriquecimento e aumento de poder de máfias internacionais. Eles capitalizam muito rapidamente.

Segundo dados da Interpol a pirataria já movimenta hoje no mundo mais que o narcotráfico. Expõe o comércio exterior a perdas. Recentemente a gente teve aquele caso do SGP onde o Brasil ficou durante muito tempo ali podendo perder alguns, vamos dizer, concessões do Governo Americano que envolve uma pauta enorme de produtos de exportação, onde poderiam ter afetado as indústrias que passam ao largo da pirataria. Esse processo foi encerrado, embora o País ainda continue na lista de prioridades. Expõe a saúde do consumidor a riscos, são brinquedos com tintas tóxicas, produtos, enfim, remédios falsificados, produtos de beleza, enormidade de produtos que expõem a saúde do consumidor a um risco muito grande.

O Conselho, ele tem como uma das suas atribuições principais a elaboração de um plano nacional de combate à Pirataria. E o Conselho instalado em novembro de 2004, ele, logo em fevereiro de 2005, já numa grande reunião com todos os seus representantes titulares e suplentes, consensuou 99 ações de curto, médio e longo prazo para atacar o problema da pirataria. Esse plano está no nosso *site* na íntegra onde temos diversas ações totalmente consensuadas, nenhuma foi objeto de votação, todas tiveram 100% de acordos entre os representantes. Esse plano tem um tripé que tem de medidas educativas, repressivas e econômicas. É uma atitude que a gente acha bastante refinada de atacar o problema.

Com as medidas econômicas a gente pretende difundir a disciplina da propriedade intelectual, que até pouco tempo atrás constavam de poucos cursos de Direito. Defendemos que isso possa ser ampliado para diversos outros cursos superiores, bem como a conscientização do consumidor em relação aos malefícios causados por produtos piratas. As ações repressivas que têm por finalidade coordenar os órgãos de inteligência, e aí a gente pode botar tantos os órgãos públicos como também as empresas que também têm a sua inteligência e usar todo esse arcabouço para com

ações articuladas enfrentarmos essas máfias criminosas. As medidas econômicas que buscam aproximar o preço do produto original e do produto pirata. Um grande apelo que tem hoje o produto pirata é exatamente o seu diferencial de preço. E essa vertente do plano, ela busca exatamente isso, procurar diminuir esse diferencial para que o consumidor tenha uma alternativa de consumo legal.

Em 2005 o que mais foi desenvolvido foi a vertente repressiva, as apreensões de CDs e DVDs ilegais representaram mais do que o dobro do que foi apreendido em 2004. Mais de 33 milhões de mídias ilegais foram apreendidas. A Receita Federal superou a cifra de 600 milhões de reais em apreensões, um montante superior em 32% ao que foi feito em 2004.

Alguns exemplos de apreensões representativas – o Porto de Santos mais de quatro milhões de CDs e DVDs virgens, Porto de Itajaí mais de sete milhões de CDRs e DVDRs fabricados em *Taiwan e Hong Kong*, Porto de Vitória mais de 70 mil malas, 46 mil frasqueiras, 15 mil maletas do tipo executiva de uma famosa marca francesa, mais de sete mil e 800 mochilas, tudo isso em 56 contêineres, Porto de Suape apreensão de mais de 50 mil relógios, 10 mil bolsas de diversas marcas, além de 50 mil DVDs e 850 mil CDs virgens.

A Secretaria da Receita Federal também numa grande apreensão conseguiu pegar 204 milhões de luvas cirúrgicas que não tinham documentação fiscal e que também não tinham autorização da ANVISA, o que é realmente bastante preocupante. A Polícia Federal também atuando fortemente com a Receita Federal fez grandes operações no ano passado. Eu destaquei essa para a gente ver o montante e a abrangência desse crime no nosso País. A apreensão daquela organização comandada pelo Sr. Law King Chong, aquela feita na Rua do Bucolismo nº 81 em São Paulo. A Polícia Federal demorou meses para fazer a contagem do que estava naqueles depósitos. E aí nós temos alguns nºs levantados pela polícia. Mais de 80 toneladas de relógios e componentes, além dos 726 mil relógios que foram contados um a um, cerca de 18 milhões e 500 mil unidades de mídias de CDs e DVDs virgens, 141 mil caixas de produtos de beleza, 11.384 pares de calçados, mais de um milhão 335 mil óculos, 4.676 bolsas femininas, 11 mil peças de vestuário, 6.430 pares de tênis. Somente para o transporte de CDs e DVDs foram utilizados 36 caminhões baú, isso estima que para o restante das mercadorias sejam necessárias ainda outros 350, 450 caminhões.

A Polícia Rodoviária também que passou a trabalhar articuladamente com a Polícia Federal e com a Secretaria da Receita Federal no combate à pirataria cobrindo mais de 65 mil quilômetros de estrada, apre-

deu no ano passado mais de dois milhões de unidades de CDs e DVDs virgens. Em uma única apreensão em março deste ano pegou um milhão e 400 mil unidades de CDs e DVDs em Cuiabá, Mato Grosso.

E aí eu destaco também de algumas ações conjuntas, Secretaria da Receita Federal, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, operações cataratas, fronteira blindada, hidra, comboio nacional e sagitário. Só fazendo um pequeno destaque, é que antes da gente empreender essas operações houve aquela Operação Trânsito Livre onde vários policiais foram presos porque cooperaram, eram corruptos e cooperavam com as máfias criminosas. Primeiro fizemos uma limpeza na própria carne para depois irmos com essas outras operações. Volume de produtos ilegais apreendidos foi de 86% maior se comparado a 2004 somente em Foz do Iguaçu. Produtos de informática foram 138% a mais, mídias óticas gravadas 242% a mais. Isso eu estou me referindo somente na fronteira Foz do Iguaçu com Ciudad Del Este no ano passado. Mídias óticas virgens 265% a mais. A Operação Hidra deflagrada em diversos Estados brasileiros desmantelou uma das maiores quadrilhas de contrabando do País, foram presas 59 pessoas durante a operação. As apreensões de cigarros relacionadas a essas quadrilhas totalizaram cerca de quatro milhões, 150 maços de cigarros. Na Operação Comboio Nacional foram apreendidas cerca de 1.300 veículos, dos quais 641 ônibus, 612 carros, caminhões, carretas, todos transportando mercadorias ilegais. A Operação Sagitário atacou pontos emblemáticos de vendas de produtos piratas na cidade de São Paulo, como *Stand Center*, *Promo Center* e *Shopping* 25 de Março. Essa foi no final do ano passado, teve grande repercussão, em seguida durante essas operações o Ministério da Justiça chegou a ser procurado pelo Embaixador da China.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone].

SR. SÉRGIO TORRES – Aí falamos que vamos seguir em frente. Estamos atacando o crime. Aí a exemplo do que ocorria antes, a Operação Comboio Nacional, a gente tinha fila de ônibus que impedia completamente qualquer ação da Polícia Rodoviária. Era um quadro que muitos achavam como desolador e como se não tivesse mais solução para isso. Hoje não estamos mais desta forma. Ônibus que somente tinham algumas cadeiras e o resto era somente para... Verdadeiros contêineres sobre rodas somente para o transporte da mercadoria ilegal. Aí o pátio da Receita lotado de ônibus apreendidos. Aí algumas ações apreendidas em centros emblemáticos.

E a outra vertente do Conselho, a vertente educativa. O Conselho tem procurado levar a importância

de se respeitar a propriedade intelectual em todos os fóruns para os quais é convidado. Somente no ano passado participamos de mais de 30 seminários, entre eles aqueles que já foram aqui destacados pelo Senador Sérgio Zambiasi a Festa Nacional da Música, onde estivemos debatendo com diversos artistas o problema da pirataria. Diversos cursos de treinamento e capacitação de agentes públicos também foram realizados nos Estados com o apoio da DEP(F) e dos PROCONS. Destaque para o de Roraima, Espírito Santo, Mato Grosso, Maranhão, Goiás e Pernambuco, a semana que vem teremos também com a DEP(F) no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. E o Conselho também tem sempre atendido aos jornais, revistas, TV e rádio, dando diversas entrevistas para formadores de opinião para levar essa mensagem e difundir cada vez mais a importância de se respeitar a propriedade intelectual.

Alguns exemplos de campanha educativas que pretendemos implementar. Essa, a que está mais adiantada, a “Pirata, tô fora! Só uso original.” Uma campanha formulada por Sindi-Receita, o Sindicato dos Técnicos da Receita Federal com apoio institucional do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e com o apoio, principalmente, financeiro da CNI.

Somente uma frase do Ministro Márcio que destaca bem a importância da gente investir em campanhas educacionais. No caso da pirataria esse trabalho passa pela construção de uma consciência de repúdio aos produtos piratas, o que esta campanha mostra bem.

Aí alguns itens da Campanha “Pirata, tô fora! Só uso original”, iniciada já no carnaval somente na cidade de Salvador e agora deve se ampliar com apoio da CNI com um termo que estamos assinando já para essa semana um protocolo de intenções CNCP, CNI e Sindi-Receita.

Alguns outros itens da campanha. [Soa a campanha]

Essa foto é de um evento realizado em agosto no Ministério da Justiça, ela é bastante interessante que ela mostra os Três Poderes unidos para enfrentar o mesmo problema. Temos ali a Deputada Vanessa Grazziotin, o Ministro Márcio, o Presidente do CNCT, Luiz Paulo Barreto, o Ministro do STJ, Gilson Dipp e ela nos é bastante educativa exatamente por isso, são os Três Poderes dispostos a enfrentar esse problema.

Alguns itens da nossa amostra de produtos piratas que é bastante abrangente. Uma amostra permanente que nós temos no CNCP.

Nós temos um *site* do Conselho na página do Ministério onde também temos o “clique denúncia” a oportunidade onde todo cidadão pode apresentar denúncias sobre qualquer produto pirata que ela vai

ser encaminhada aos órgãos competentes, seja ao PROCON, seja a polícia, ela será encaminhada.

Aí a página do “clique denúncia”. E aí no dia três de dezembro, Dia Nacional de Combate à Pirataria, o evento realizado aqui em frente ao Congresso Nacional onde houve uma forte destruição de CDs e DVDs piratas. E as ações econômicas, que é aquela vertente, como já expliquei, que visa reduzir esse diferencial de preço entre produtos originais e produtos ilegais.

E aí temos alguns exemplos que merecem destaque. Esse da venda de CDs e DVDs originais em lojas de departamentos e supermercados ao preço de 8,90. Time de futebol com a matéria lançando linhas populares de camisetas a 20 reais. Um fabricante nacional de jogos de cartas a COPAG que lançou uma linha de baralhos a 1,50 e a isenção de impostos principalmente para componentes de informática, a MP do bem permitiu que a pirataria nessa área reduzisse bastante.

Um exemplo também significativo da Autocad onde ele oferece na troca de um software pirata por um original, um desconto significativo. O produto deixa de sair por mais de 5.800 dólares para 1.900 dólares, um exemplo bastante importante e que mostra como é importante de reduzir preço para enfrentar a pirataria. As nossas perspectivas para 2006, continuar fortemente com as ações repressivas, sempre investindo em ações articuladas da Polícia Federal com a Receita Federal e a Rodoviária Federal, destacando que a Rodoviária somente este ano já apreendeu mais de dois milhões de mídias ilegais [soa a campanha]. E supera o seu ano de 2004, a Receita Federal também nesses quatro primeiros meses mais mil veículos apreendidos principalmente em Foz do Iguaçu, transportando mercadorias ilegais que gerou que autoridades paraguaias nos procurasse também interessadas em que a fiscalização fosse arrefecida nessa área. Ações de caráter educativo que estamos alavancando nesse exercício nesse ano e também as medidas econômicas, buscando cada vez mais encorajar a indústria a lançar produtos populares e diminuir o diferencial de preços. Essa é uma frase que o Presidente usa muito, “acabou a era da pirataria romântica” porque antigamente a pirataria, ela se dava naquela forma de o cidadão ir ao Paraguai, buscava alguns produtos para revender aos amigos, aos colegas de trabalho acima da cota e hoje não, hoje a gente não tem mais esse tipo de comércio, hoje a gente tem um comércio em grande volume, operados realmente por grandes organizações. E somente com o apoio de todos, somente com a união de todos, não existe somente um lado para combater esse tipo de crime, somente todos podem... Somente o Brasil pode enfrentar a pirataria. Por enquanto eu fico por aqui, já extrapolei meu tempo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço ao Dr. Sérgio Torres. Passo em seguida a palavra ao Dr. Alvacyr Resende que já se encontra presente e é Consultor Jurídico da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos, ELETROS. Quero destacar também antes disso, Dr. Alvacyr, a presença do Dr. Gustavo Dahl que é Presidente da Agência Nacional de Cinema, ANCINE, seja muito bem vindo. Com a palavra o Dr. Alvacyr, que é a última pessoa a expor nessa Audiência Pública. Em seguida abrimos a palavra para os Srs. Senadores.

SR. ALVACYR H. F. RESENDE – Obrigado a todos, obrigado à Mesa, Senador. Em nome da ELETROS, a minha manifestação ela se faz em apoio a tudo que aqui foi exposto, obviamente decorrente da lesão à pátria que tudo isso aqui apresentado causa. Nós também como fabricantes de produtos eletro eletrônico de consumo, e aí nós estamos falando de geladeira, fogão, DVD, televisor, liquidificador, nós sofremos esse assédio econômico advindo de um mercado hoje internacional.

Eu quero colocar a vocês que, realmente esse mercado internacional é forte e ele trabalha de uma forma bastante agressiva. Não vamos aqui lançar a pecha de dizer que tudo vem da China, porque até há poucos dias eu estava num lançamento do livro de um Deputado que trabalhou na CPI da Pirataria e à minha frente tinha uma pessoa dizendo – “Não, na China se trabalha por um prato de comida”. Eu falei – “Você já esteve lá?” Lá tem técnica, tem tecnologia e tem gabarito, não é bem assim, nós estamos hoje socializando o pirata, porque a figura do pirata foi socializada. Ao meu tempo de estudante, isso que eu tenho aqui não é rinçagem não, é tempo mesmo, nós tínhamos o bando, depois surgiu a quadrilha, figura tipicamente do Código Penal Brasileiro, depois surgiu o crime organizado, que é a máfia, máfia italiana não usa japonês, máfia japonesa não usa italiana. E hoje nós temos as organizações criminosas que são extremamente eficientes com logísticas internacionais que grandes empresas transnacionais não as têm.

Então, quando aqui se colocou que amanhã começa o filme “Da Vinci” eu quero anunciar, já existe a cópia. Quisera eu ter trazido hoje, eu pedi para o meu pessoal comprar ontem que era justamente para trazer, isso já existe. O que se anunciou aqui deve ser combatido, porque isso é uma violência do direito autoral, isso é uma qualificação, que eu não consigo classificar, é muito forte. Mas eu acho que nós temos que retrabalhar o tema, e eu estou praticamente usando esta Mesa para lançar essa idéia.

Sou Advogado, durante muitos anos trabalhei com a situação prevista em lei e nós temos bastantes

leis nesse País, da busca e apreensão, da defesa da marca que deve continuar, mas nós temos que repensar o tema. Quando eu disse organização criminosa, nós temos que entender que essas pessoas hoje têm uma agilidade, uma facilidade incomensurável, e do lado de cá nós continuamos a adotar as mesmas posturas que dantes tínhamos.

Ora, pois, se nós trabalharmos com a inteligência, quando eu chamo de inteligência é uma central de inteligência, nós vamos ter obviamente um planejamento e uma ação mais eficaz. E isto por quê? O grande problema da mídia de áudio e vídeo que está aqui o que é? É a mídia virgem. Se eu tivesse aqui hoje nesse Plenário falando sobre direito autoral de edição de livro, eu ia sugerir ao pessoal que vá a Sepetiba dentro da área do Porto, onde estão lá quatro mil copiadoras de 600 mil cópias/hora de diversas marcas, inclusive, de uma que nem tem representatividade no Brasil, copiadoras essas analógicas que estão adentrando ao território nacional graças a uma preciosidade legislativa, não oriunda daqui desse Parlamento, mas do Executivo. Aonde até trouxe para fazer uma leitura rápida, se me permite, material usado, em tese nós não deveríamos permitir a entrada de material usado no País, que aqui afinal de contas não é lixo tecnológico que nós queremos, se somos um País com poucos recursos e outras coisas, muito que bem. Mas o que acontece? Existe uma norma administrativa que reza que você pode trazer equipamento usado e o mercado americano está lotado de equipamento analógico sendo trocado por digital, que talvez você não pague um dólar por equipamento, porque o pessoal quer se desvencilhar daquilo e ele está sendo trazido para cá. E aí diz aqui esse texto, que é uma pérola. Olha, Castro Alves iria chorar de remorso por não ter feito isso. Mas vamos ver aqui. Máquinas e equipamentos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O senhor acha poético?

SR. ALVACYR H. F. RESENDE – Não, eu só acho poético porque isso aqui eu só posso entender que foi uma poesia.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Porque para mim sangra o coração.

SR. ALVACYR H. F. RESENDE – Não, não, sangra, o Castro Alves ia sangrar.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. ALVACYR H. F. RESENDE – Então diz aqui – “Máquinas e equipamentos, aparelhos e instrumentos destinados à reconstrução no País por empresas”, olha que pérola, “que atendam às normas técnicas de padrão internacional”, eu não sei que empresa é essa, só conheço as multas. “E que após o processamento

atinjam estado tecnológico aqui não disponível e que tenha garantias idênticas ao análogo no exterior”.

Quer dizer quem tiver esse padrão tecnológico dentro do Brasil deve pedir um empréstimo no BNDES para instalar uma empresa, porque está superando as internacionais. E aí o que acontece? As autoridades administrativas não têm competência, estrutura ou o que seja para fiscalizar e o sujeito manda desembarcar aqui em Sepetiba mais de quatro mil equipamentos de cópia. A indústria de livro vai sofrer alguma consequência porque cada uma delas com seiscentas mil cópias/minuto, eu vou imprimir tudo. E analógica. Se for digital melhor a performance. Então eu entendo que este enfoque aqui ele serve para que a gente possa amadurecer a legislação. Eu até sugeriria que a gente antes de começar a trabalhar com qualquer texto, ou com esta intenção que fizéssemos sim um enxugamento da disponibilização legislativa que nós temos, porque o crime organizado, o que eu chamo agora de organização criminosa, ele se legaliza através de um ato como esse você legaliza a entrada no País desse equipamento e não adianta ir atrás da marca, porque o Juiz vai acabar dizendo que ele está legal, porque tem um documento da autoridade competente assim permitindo.

Então nós temos que fazer uma varredura interna para fazer uma limpeza nestas arestas que permitem a legalização do crime, que permitem com que essas ações venham. Nós temos que trabalhar com uma inteligência formatando uma conjugação dessa sociedade que aqui está representada para, efetivamente, diminuir sensivelmente as características que hoje existem. Se é a mídia virgem que gera toda essa situação, nós temos que ir atrás da mídia virgem, mas temos que ir atrás do *máster*, foi o que gerou a primeira cópia e, necessariamente não foi dentro do cinema, pelo que eu bem conheço, foi em outros lugares, e nós temos que ir atrás deles.

A Uruguaiana citada aqui como rua e eu vou citar como cidade, é porque hoje as zonas francas colocadas dentro do Uruguai permeiam a possibilidade de processamento dentro das regras do Mercosul e este é o motivo, não outro em que as organizações criminosas se legalizam, onde elas lá estando aplicam a famigerada regra 4060 que na realidade é nada, porque também lá não tem autoridade para fiscalizar com essa competência toda, e como esse material vai para o Brasil, o problema é da fiscalização do Brasil e isso atravessa as nossas fronteiras e vai gerar toda essa situação.

Esses equipamentos usados, eu estive na semana passada no Porto de Santos com o Sr. Maurício a pedido da Receita, onde nós identificamos essas torres

de computador com cinco ou seis gavetas para colocar CD já preparadas para duplicação, isso é óbvio, ninguém vai usar aquilo de outra forma que não seja essa. Então era um lote de 1600 torres sem nenhuma indicação, sem nenhuma marca e nós sabíamos o que é que era, só que aquele lote estava sendo trazido por 200 dólares; o lote inteiro, mas autorizado pela autoridade brasileira porque o sujeito disse que tinha tecnologia e competência superior a internacional. Quer dizer aonde vai desembocar isso? Vai desembocar contra os que aqui estão. Vai desembocar na duplicação de produto, vai desembocar nessa outra situação que é desconfortável, bem dito pelo Senador, sangra no coração e o País, terrivelmente.

Agora nós precisamos nos reorganizar, criarmos uma atuação de inteligência para dar subsídios à Receita, à Polícia Federal para que eles... Porque eles não entendem de CD, DVD. Eu não vou exigir que um policial entenda de A a Z. Eu tenho que sustentá-lo com informações fortes e precisa, senão pode sair besteira. Então este alcance é um alcance que nós temos que integrar mais na nossa sociedade. Os jovens são os maiores usuários inegavelmente. Preços, pode ser que esteja, mas eu acho que se nós tivermos um trabalho mais conjugado, nós vamos conseguir chegar a objetivos muito mais fortes, porque o que eu vejo hoje, já ouvi no passado, não vamos fazer CDs mais baratos, os DVDs. Eu vou lá perto da minha casa, nos supermercados, em alguns lugares e vejo mais barato, mas com títulos que, sinceramente, meus filhos nunca vão ver, os três patetas, não é para eles, eles querem a coisa de hoje. Então eu já trabalhei em gravadora, sei que quando você está com a música no catálogo, aquilo já pagou os direitos autorais, então lançar aquilo não adianta, não vai educar ninguém, o sujeito quer o “Da Vinci” que está saindo amanhã.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. ALVACYR H. F. RESENDE – Então eu temo que a gente em um dado momento possa desconsiderar essas situações, eu estou colocando aqui hoje para que a gente passe a considerá-las. Nós estamos lidando com uma coisa chamada organização criminosa. Porque no crime organizado interessa é o objeto que o crime trabalha.

Então, a máfia italiana, ela tem dedicação às situações de sexo, às situações de bares, às situações de jogo de cavalo, sei lá o que. Mas a organização criminosa não, ela não tem nacionalidade, ela não tem fronteira, o interesse dela é o lucro. Se hoje ele está comercializando pneu e amanhã DVD, o que interessa é o lucro. A Polícia Federal estourou aqui em Joaçaba um dos maiores *cybers* de contrabando há

um mês, mais ou menos, aonde ninguém da sociedade percebeu que Joaçaba, que eu não sei quanto tem de população, mas vamos dizer 20 mil habitantes. 100 mil? Era o maior posto de distribuição dos CORREIOS via Sedex, dois milhões de dólares/mês, quer dizer, nós temos que ter a inteligência trabalhando, gente, não tenho como dizer outra coisa, porque se nós não fizemos isso, este trabalho vai se perdurar sempre na mesma batida. Nós vamos encher uma rua de CD, achar um trator para passar em cima e achar que solucionamos o problema, não é esse mais o objeto. Nós temos que mudar esse conceito, nós temos que avançar, nós temos que criar a inteligência para combater essa criminalidade que hoje é internacional, que por internet. Está aí São Paulo, que por celular os caras comandam o que eles quiserem, é isso que nós estamos enfrentando. Vamos mudar o enfoque porque senão nós vamos nos desgastar bobamente. Todo o nosso esforço vai se perder e rios de dinheiro vai ser gastos. Então a minha palavra é combater este processo, chamando ele de contrabando pirata, que eu gosto de chamar organização criminoso, tem que ter um trabalho muito dedicado, muito específico, muito dirigido e lembrando, grandes escritórios hoje de Advocacia estão assessorando o crime. A legalização do crime é um fato notório e necessário porque eles necessitam de uma parte legal do negócio deles para poder fluir. Então a gente precisa tomar um pouco de cuidado para que a gente não seja pego a frente com um prejuízo muito maior do que estamos imaginando. Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço a participação do Dr. Alvacyr nesse primeiro momento, inclusive, na seqüência, eu pediria para que o Dr. Sérgio Torres, em função das observações do Dr. Alvacyr, também fizesse as colocações do que o Ministério da Justiça vem fazendo para os pontos levantados e a mesma coisa do Dr. Márcio para dizer se realmente o “Código da Vinci” já é possível ser obtido em contradição àquilo que você mencionou antes.

Muito bem, mas isso na seqüência, nas falas, porque agora nós vamos abrir a oportunidade para os Senadores, dando a palavra, em primeiro lugar, ao Senador Romeu Tuma, que é um dos autores junto com o Senador Paulo Paim do Requerimento para a realização desta Audiência Pública. Com a palavra V. Ex^a

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu peço desculpa, até porque não tive a oportunidade de ouvir a todos, em razão de estar sendo sabatinado na CCJ na nova Ministra para o Supremo Tribunal que, provavelmente, agora ao interpelá-la vou fazer alguma referência ao que aqui ouvi. Nós temos o diagnóstico,

doutor, nós sabemos praticamente o que vem acontecendo. Nós temos uma prioridade que eu acho que o próprio Ministério da Justiça... O senhor está no Ministério da Justiça. E os setores, principalmente, Polícia e Receita têm que combater de imediato que é a corrupção, ela é concorrente ao Serviço de Inteligência. Provavelmente a inteligência da corrupção ultrapassa com mais rapidez a informação, eu vi isto agora em São Paulo, claramente tudo que aconteceu, por mais que a gente queira aprender alguma coisa, mas a repetição de fatos que ocorrem há muito tempo. Então se o senhor remove alguém que é chefe de uma quadrilha para evitar um desdobramento de uma operação de vulto, a seqüência da substituição da chefia é imediata. Então não é uma organização pré... vamos chamar máfia, ela é uma organização subversiva, terrorista na área do crime. Então nós temos lutado muito, eu tenho acompanhado de perto, V.Ex^a falou na 25 de Março. A 25 de Março tem casos muito sérios. Eu ainda comprei uma camisa do Brasil por 75 reais com desconto e na esquina estava 15, uma pirata. É claro que a gente percebe a qualidade, não há dúvida sobre isto. Mas lá também, só que os pontos aonde a pirataria, o contrabando, infelizmente, sem acusar, vamos dizer, as comunidades que vieram para o Brasil, mas se ocuparam por chineses e coreanos. A 25 que era de árabes, José Paulino de judeus, são hoje de coreanos e de chineses. Por que é que eles se instalaram nesses pontos e só vendem contrabando? Criaram minishoppings para vender tudo que é ilegal, praticamente. A polícia vai e fecha e no dia seguinte a mercadoria é substituída sem prejuízo do intermediário. Quando o Governo acresce o imposto, eles diminuem, aumentam o desconto paralelo. Então hoje nós não temos mais comércio, doutor, nós temos indústria da pirataria.

Está aí o exemplo dessa mercadoria usada que vem para cá. Quem é que assina? É Portaria do Ministério da Fazenda?

SR. ALVACYR H. F. RESENDE – É Portaria da DECEX. Exemplo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Nós temos que por uma lei que impeça isso.

SR. ALVACYR H. F. RESENDE – É como eu sugeri, Senador, esta é uma que eu trouxe de exemplo. Eu tenho identificado e depois passo à Mesa, mas de 15 outras, dentre os órgãos todos nacionais.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu proporia que entrasse com Mandado na Justiça para impedir o cumprimento dessa medida, porque tem uma prática de crime por trás disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu peço a V.S^a. só que envie a esta Sub-

comissão ou na sua ótica, pelo menos, quais são os documentos que estão facilitando esse processo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E a gente propor aqui à Comissão, Presidente, que façam as leis correspondentes ao impedimento de que isto possa continuar dessa forma.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Se V. Ex^a até permite, o Ministério da Justiça, eu sei que vem trabalhando num conjunto de leis nessa área de combate à pirataria, que já enviasse a esta Subcomissão os estudos nesta área para que nós possamos examinar de imediato o que vem sendo estudado, pelo menos, no Ministério da Justiça. Nós vamos requerer isso na seqüência, já antecipando.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Dr. Sérgio, hoje nós estamos discutindo na CCJ medidas judiciais que possam abrandar a volúpia desses crimes que estão sendo praticados em São Paulo e deve se desdobrar para outros Estados. Houve críticas na área dos Advogados, porque claro o Advogado precisa de clientela. Se o senhor põe o cara na cadeia, 50% da pena que ele é condenado não tem mais recurso para impetrar. Então não é uma ação abafada, mas é fechar as portas, porque o Judiciário tem que se basear na legislação para por na rua um bandido perigoso. Então como é que a gente fecha essa porta? Com uma legislação mais dura, por quê? Porque não está beneficiando a sociedade, está trazendo um prejuízo muito grande.

Eu incluo tranqüilamente o tráfico de drogas e a pirataria como alimentadora do crime organizado. Eu não tenho dúvida sobre isto porque o investimento, Presidente, de quem faz o tráfico de drogas tem que ser diversificado. É falsificação de gasolina, é mistura de álcool, é mistura de outros componentes energéticos, é pirataria de TV, de vídeo, de tudo que possa existir com nome e marca internacional que custa uma fortuna para a publicidade de quem tem a empresa e indústria legalmente constituída. Então quando nós fizemos esse Requerimento, o Senador Paim e eu já era isso, era objetivar o que se pode fabricar em matéria legal para impedir a continuidade, porque nós estamos no topo da lista da pirataria no mundo. É uma vergonha para gente.

Por isso que eu disse que sangra o coração. Estamos no topo da lista, é inacreditável. A gente vê o combate, mas a corrupção por baixo, a violência. O senhor vai a Foz do Iguaçu, esse pessoal sacoleiro, não é esse o contrabando não, esses portos e aeroportos estão descendo milhares e milhares, e hoje já com as máquinas fabricando em território brasileiro. Qual é o posto de gasolina que tu não tem música caipira

fajutada? Qual é? Então, não adianta ficar prendendo cem, duzentos, quinhentos, mil; se a indústria não pára. Faz quantas por dia?

SR. ALVACYR H. F. RESENDE – Seiscentas mil cópias/minuto.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – No usado. Analógico. Seiscentas mil. A gente vê na 25 as banquinhas, hoje não tem mais o produto dentro, só tem a capa para não ter apreensão. Então o senhor vai lá e escolhe, eu não, mas quem for comprar, escolhe e o sujeito vai entregar, traz depois. Então já tem...

SR. ALVACYR H. F. RESENDE – Mas há pouco até foi dito aqui, é isso mesmo, Senador, essa rapidez com que de um dia para o outro os caras trazem. Se esses equipamentos que eu falei, que são copiadoras, fossem as reproduções torres que são as que estão apreendidas lá em Santos, quer dizer, o filme “Da Vinci” é um estouro a nível mundial, é ótimo porque no dia seguinte está tudo duplicado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então, não pode ser liberado e nem reexportado porque no momento, o sujeito quando tem apreensão pede a reexportação do produto.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Bom, eu queria um aparte. O senhor representa...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Só para efeitos da taquigrafia do Senador Sérgio Zambiasi e antes o Dr. Alvacyr que usou a palavra.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Veja bem, eu estou ouvindo e tentando imaginar alternativas. O Senhor representa os fabricantes de produtos eletroeletrônicos. Eu lembrei agora que a gente lê seguidamente anúncios – “DVD toca tudo”. Veja bem, a fábrica, a indústria contribui muito com isso. Quando nós vemos um anúncio nos jornais, quando a gente vê um anúncio na televisão de um DVD a 180, 190 reais e um dos chamarizes para a venda desse DVD é – “Toca tudo”.

SR. ALVACYR H. F. RESENDE – Primeiro esse “toca tudo” é a característica de leitura do produto.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Quer dizer que ele é indutivo. Ele induz o cidadão a pensar que se comprar esse DVD toca o pirata também e toca mesmo.

SR. ALVACYR H. F. RESENDE – Mas certamente que ele toca. Ele faz leitura. Ao contrário, o pirata nesses equipamentos ele destrói a ótica, o leitor ótico. Então até uma recomendação, se o senhor ler o manual, o senhor vai ver que tem uma recomendação – “Cuidado com DVD pirata”.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Eu quero dizer o seguinte que quando há um anúncio

desse dizendo que é um “DVD toca tudo”, o cidadão ao comprar o DVD ele imagina que toque o pirata.

SR. ALVACYR H. F. RESENDE – Mas toca, a leitura ótica, ela não faz ...

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – O toca tudo faz isto, alguns DVDs não tocam. Ele vem com uma garantia, ele vem com um selo. Então alguns DVDs não tocam tudo, tocam só o legal, outros tocam tudo isso mesmo, inclusive...

SR. ALVACYR H. F. RESENDE – O que o senhor está falando é zona de leitura, que é outro departamento.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Eu estou lhe dizendo que é uma forma também de indutiva, quer dizer, que a própria indústria tem um pouquinho de culpa nesse processo.

SR. ALVACYR H. F. RESENDE – Mas esses equipamentos não preocupam porque o custo deles é infinitamente maior do que por duzentos dólares as 1800 torres, 1400 torres que estão lá. Então, não são esses os indutores, os agentes causadores são esses que vêm nessa legislação estúpida.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone]

SR. ALVACYR H. F. RESENDE – Claro, mas todos são válidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu retorno a palavra ao Senador Romeu.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Para não abusar do tempo, eu acho que a gente tem que analisar todas as exposições que foram feitas, algumas que foram seguidas pelo nosso grande Secretário e fazermos uma reunião já administrativa de trabalho para buscarmos a legislação competente que realmente possa minimizar essa situação de dificuldade no controle e na repressão que está sendo feita, mas ela encontra muita dificuldade, até porque o número são operações esporádicas e não são permanentes, e não dá para fazer permanente. Então eu vejo a própria estrutura, quantas operações nós fizemos na região de Foz de Iguaçu, mas ela não pode ser permanente, se eu ponho dois, três policiais ali, ou um ou dois fiscais, eles só não atendem aquele que é quer pagar o imposto já estão ocupados...

E o Rio, ninguém fiscaliza o Rio, ninguém fiscaliza uma série de outras... Porque o bandido, o criminoso onde tem policiamento e já recebeu o alô – “Cuidado com a ponte”. Ele já sabe que a 10 quilômetros ele passa ser nem ser molestado. Então é uma estrutura bem organizada hoje, tem financiamento, tem muito dinheiro por trás disso. E eu acho que o Brasil está tendo um prejuízo enorme. Agora o que mais me preo-

cupa é o fato concreto dessas copiadoras usadas que a gente não deve aceitar. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Muito bem. Em função da fala do Senador Romeu Tuma, nós vamos, na sequência, solicitar ao Ministério da Justiça através do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos Contra a Propriedade Intelectual que remeta para esta Comissão de Educação e as Subcomissões que realiza essa Audiência Pública, da sistematização dos trabalhos, de propostas de Projeto de Lei e também os estudos que se relacionem, vamos dizer, não propriamente à legislação, mas à normatização através de Portarias, Decretos mencionados e que vamos receber os documentos e vamos também fazer essa análise para ver se isto está contribuindo para o processo de pirataria, para o favorecimento, eventualmente, da pirataria em nosso País.

Eu, em função das observações do Senador Tuma, eu diria o seguinte, vamos passar primeiro a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi para que daí as pessoas possam responder, o Senador Augusto Botelho, também fazemos as perguntas, os comentários e depois exista o reforço, provavelmente, de algum argumento usado pelo Senador Romeu Tuma por parte dos outros Senadores também.

Então passo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi do Rio Grande do Sul.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado, Presidente. Não sou de Uruguaiana, mas sou do Rio Grande do Sul, inclusive, Uruguaiana. E nós temos uma longa fronteira, uma fronteira de mil quilômetros com a Argentina, mas esta é uma fronteira, a divisão é o rio, rio Uruguai e, portanto, há uma pouco mais de dificuldade, temos mil quilômetros de fronteira com o Uruguai.

Então boa parte dessa fronteira é uma fronteira seca e, quer dizer, em muitos locais não se sabe se a propriedade está no Brasil ou no Uruguai, mas há uma certa facilidade. Mas eu, inclusive, acredito que o Uruguai não é um problema tão grave, nós temos no Brasil 17 mil quilômetros de fronteiras, de fronteiras muito menos guarnecidas, muito mais desguarnecida e muito menos fiscalizada do que as fronteiras do sul, à medida que nós estamos subindo, pegando o Paraguai e depois a Bolívia e aí para cima, a fiscalização é mínima.

Quem esteve, por exemplo, lá na Amazônia, quer dizer, o máximo que você encontra na nossa fronteira são alguns postos do Exército, postos avançados que tem multiplicado as responsabilidades, cuidar das nossas populações indígenas, especialmente, para que tenham condições mínimas de sobrevivência e etc. Então nós temos uma questão

realmente muito séria de fronteiras, eu acredito, e um detalhe que me chama atenção aqui muito, eu vejo aqui nesse levantamento do MPA que 41% dos consumidores dos produtos piratas são jovens de 16 a 24 anos de idade.

E aqui, mais uma vez, eu acredito que campanhas educativas não só na televisão, mas eu acho que seria tema do Ministério da Educação colocar dentro da sala de aula, pode até parecer um pouco romântico, mas eu acho que tratar esse tema como cidadania em sala de aula é uma coisa extremamente importante, vem ao encontro das propostas que se faz através da mídia seja lá da televisão, do rádio, do jornal, das revistas, mas também como tema de cidadania em sala de aula, porque se a criança receber esta orientação e esta informação ali nos seus primeiros anos de escola ela terá mais consciência, ela pode até errar, mas ela terá mais consciência e mais chance de acertar, porque é um número, realmente, que impressiona, 41% entre 16 e 24 anos de idade. Vamos considerar que hoje dos 12 em diante já são clientes potenciais, já 10, talvez, manipulam um computador com mais facilidade do que os de mais de 30.

Então, tem todos esses acessos, a internet é uma parceira desse processo também. Porque um tem uma cópia e transmite para o outro colega e por aí vai. Eu entendo que, realmente é um tema de cidadania, e como cidadania deve estar também como tema de sala de aula. O professor, a professora entre as suas múltiplas responsabilidades incluir também esta questão que é uma questão moderna, moderníssima. Mas eu acho que nós temos que nos adequar aos tempos, nos adaptar. Eu entendo que estas entidades e a própria Comissão deve sugerir ao Ministério da Educação, levantar esse tema como discussão.

E outra questão que me chamou atenção, que o Dr. Gustavo comentou e esta Lei 10.833 de 29 de dezembro de 2003 que realmente ela talvez até por falta de condições humanas, por falta de pessoal, onde ela permite uma fiscalização aduaneira ininterrupta em horários determinados [soa a campainha] ou eventual nos portos, aeroportos, pontos de fronteiras e recintos alfandegados, são os locais já fiscalizados. Eu procuro, de alguma maneira, e os locais não fiscalizados, não alfandegados que são talvez os grandes trajetos dessa questão da pirataria internacional, sem considerar a local. E apenas eu queria dizer que quando eu abordei a questão do “toca tudo” eu quis alertar que quando a fábrica sugere como mais uma alternativa o “toca tudo”, ela de, alguma maneira, está induzindo o consumo, quer dizer, essa expressão ela acaba de, alguma maneira, contribuindo para que o cidadão – “Toca tudo é bom, então eu posso até colocar um

piratinha e vai tocar também”. Quer dizer, você confunde. Às vezes essa conjugação de fatores contribui também para o consumo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Em todo caso a expressão “toca tudo” tem que servir como um documento nosso para perguntar para a indústria o que é quer dizer com “toca tudo”.

Passo a palavra ao Senador Augusto Botelho para as suas considerações e na sequência passaremos aos expositores para também os comentários decorrentes das observações e perguntas feitas.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Eu também não ouvi todas as exposições, peguei só parcialmente a do Sérgio e a do Dr. Alvacyr. É assim, realmente a propriedade intelectual é uma briga que nós temos que fazer e tudo, e a indústria por outro lado. Eu queria saber se essa diferença entre o pirata e o legal. Eu telefonei agora para saber o preço de um DVD de música pirata é de cinco reais e o preço médio de mercado é 8,75, mas aqueles DVDs, os mais antigos. E o do filme, o DVD é muito mais a diferença, é de 5 para 40 reais, 50 reais. Essa diferença toda é propriedade intelectual que é gasta em propaganda, ou como é que é que fica isso aí? Vai para os autores das músicas, os autores das invenções. Eu queria saber por que essa diferença é tão grande? Será que a indústria não tem um jeito de achatar um pouco mais isso para poder competir mais. Eu acho que o pirata vai achar outra forma de baixar mais o custo também quando houver. Porque a gente está chegando numa época do mundo que a gente não consegue, daqui a pouco vai ter forma de o próprio indivíduo montar um próprio aparelho em casa que consiga copiar qualquer coisa que ele quiser, logo, logo vai ter isso. E ninguém consegue segurar o desenvolvimento, a criatividade humana. Vê os *hackers* aí que toda vez que faz uma barreira, eles furam aquelas barreiras. E eu acho também que, discordo dessa importação de coisas usadas, ainda mais para competir mais com essa forma de ilegalidade de produção das coisas, mas eu acho que nós temos que trabalhar todos em conjunto, inclusive, a indústria e a gente e todo mundo para tentar baixar mais esse custo das coisas. Porque é lógico, principalmente os jovens, o jovem vai onde é mais barato, ele não está interessado, a única coisa que ele ainda admite gastar um pouco na marca é no vestuário, “eu quero o original”, quase todo jovem procura isso. E atualmente já não está muito assim, eles estão partindo para o pirata mesmo.

Então, nós que fazemos as leis, mas as pessoas que produzem os produtos, talvez tenham que reduzir um pouco, colocar... Não sei se essa diferença está na margem de lucro, se realmente os que produzem

as músicas, e os artistas recebem grande parte desse lucro ou fica só com a indústria. Eu li a palestra do MPA que a cada dez filmes só apenas quatro recuperam o investimento, aliás, quatro não recuperam o investimento e tudo.

Então, eu me preocupo assim, eu gostei de ver a idéia da indústria porque nós estamos partindo nesse sentido de conseguir achatar o custo mesmo, a forma, agora... Nós aqui no Brasil, realmente, a nossa propriedade intelectual é muito desprestigiada pelo próprio Estado, as nossas organizações que protegem e que registram as invenções estão com um quadro de trabalhadores reduzidos assim a metade do que era há dez anos, quer dizer, o mundo cresceu, as coisas cresceram e nós estamos indo para trás, nós temos que trabalhar nesse sentido também, proteger a indústria, mas proteger os nossos intelectuais, os nossos produtores de invenções também.

Então, eu queria saber por que é que essa diferença é tão grande e o que é que está sendo feito para diminuir isso aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço. E passo, então em primeiro lugar a palavra ao Dr. Gustavo Leonardos.

SR. GUSTAVO STARLING LEONARDOS – Eu acho que eu poderia afirmar que o grande diferencial é o custo Brasil, no caso de CDs, música 40% do custo é imposto que o pirata não paga.

Então, você pode reduzir quase a metade do preço se não fossem os impostos. Já começaria por aí. Ou talvez em relação a cinema, eu não sei qual o percentual exato dos impostos, mas deve ser por aí também, quase a metade do preço é imposto. O pirata não paga imposto. A mídia virgem entra através do contrabando no País, não paga nada. Então o custo da mídia para o CD e DVD legal é muito superior do que aquele que entra por contrabando e não paga nada. Esses são alguns fatores, é claro que na atividade legal você tem que ter um percentual de lucro em relação ao seu custo. Esse percentual de lucro na pirataria é muito maior, é muito maior porque o custo é muito inferior. Então percentualmente o lucro da pirataria é muito maior do que o lucro daqueles que estão na legalidade.

Agora, uma das vertentes do Conselho Nacional de Combate à Pirataria, eu até reclamei a última Medida, a 99, era exatamente discutir com o Governo essa redução de encargos. Eu me lembro do Rachid dizendo, eu acho que na única vez que ele foi à reunião que via com muito maus olhos essa redução porque tinha medo que isso virasse margem de lucro, mas é um dos principais fatores, é o custo Brasil. Se alguém quiser complementar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Passo a palavra ao Dr. Márcio Gonçalves.

SR. MÁRCIO GONÇALVES – Então tentar complementar isso aí tocar alguns pontos que foram abordados antes. No caso, realmente dos custos, realmente é impossível para qualquer indústria legalmente estabelecida competir, mas acho que todos os setores, não só o setor de audiovisual, o setor de música, de software e as empresas que compõem esses setores estão tentando buscar alternativas para chegar ao consumidor com preço acessível. No caso do setor audiovisual a gente ainda tem uma vantagem porque o consumidor consegue ter acesso ao produto através do aluguel, por exemplo, de uma locadora que custa o preço de um pirata, com cinco reais ele consegue alugar o filme. Agora, muitas vezes, ele não tem a paciência de esperar o filme sair na locadora porque o filme pirata sai muito antes de ser comercializado para a locadora. Mas só para dar um exemplo também, o Dr. Sérgio mencionou a MP do bem e eu não trabalho mais na área dos softwares, mas eu tenho a informação que através da MP do bem a pirataria que reduziu impostos para o setor de equipamentos de informática, a pirataria de softwares diminuiu 12%, só nos últimos seis meses em razão disso.

Então, realmente é uma das vertentes. Agora o pirata também não tem o custo de produção, não tem o risco do negócio, não tem que fazer o marketing, inclusive, ele se aproveita do marketing da indústria legalizada. Mas eu queria tocar dois outros pontos que foram levantados um é em relação à legislação, eu não sou especialista nisso. Mas eu acho que o Brasil tem, obviamente, algumas necessidades de legislação até porque a pirataria é ágil, então sempre haverá novas oportunidades para melhorar a legislação, mas eu acho que a gente tem boas leis, leis modernas, a gente precisa mais do que novas leis, talvez fazer com que as leis que já existam sejam melhoradas e aplicadas, que é o principal desafio, realmente que a gente tem. Agora sempre vai ter, e aí eu deixo para os especialistas falarem com mais propriedade, sempre vai ter alguma coisa para melhorá-lo.

Em relação à parte educativa, realmente é uma das questões fundamentais e a gente tem que trabalhar, é um trabalho de médio e longo prazo e a gente precisa, realmente conscientizar as pessoas dos prejuízos que a pirataria causa, não só porque alimenta o crime organizado, mas justamente por questão de cidadania. Qual é o País que a gente quer? Quer um País que essas gerações que estão na escola, que estão na universidade acabem virando comércio informal, ou que eles tenham um trabalho digno, bem remunerado e empresas que realmente produzem e

que geram riquezas para o País. E o último ponto que eu queria tocar que é em relação à forma como os piratas atuam.

O Dr. Alvacyr mencionou o caso do Código da Vinci já estar na rua, eu, realmente não duvido, espero que não esteja, com certeza a empresa produtora do filme, todos os envolvidos estão tomando todos os remédios para evitar que isso aconteça, porque se isso acontecer o prejuízo vai ser maior. Agora, eu não duvido que isso aconteça, porque como é máfia, é crime organizado, é possível que alguém tenha comprado essa matriz em algum lugar. Agora, tem dois pontos aí, um é que os piratas são realmente gananciosos e não tem nenhum compromisso com o cliente. A gente fez um alerta sobre esse filme, e a gente foi em alguns camelôs procurar esse filme e, realmente já tinha, só que quando a gente toca o CD, na verdade, é um documentário sobre o filme, não é o filme, é um documentário sobre o livro, enfim, são coisas que, efetivamente não é o filme, na verdade o pirata que ele está fazendo é uma pré-venda, ele está fazendo um *teaser* ali para o consumidor, o consumidor compra e como ele tem essa relação muito próxima, quando o cara chega em casa e vê que não é, no dia seguinte ele vai trocar, na sexta-feira seguramente o pirata vai ter, ou no sábado, o mais tardar. Mas a gente tem tentado evitar [soa a campainha] e trabalhar para evitar isso.

Agora, para citar um exemplo, no ano passado o filme mais visto, e o filme de maior sucesso de bilheteria e de venda de DVD no Brasil, foi um filme nacional que é o filme “Os Dois Filhos de Francisco” e esse foi um filme que realmente os piratas conseguiram roubar dentro do processo de produção antes do lançamento em cinema, apesar disso, o filme foi o filme mais visto no Brasil e foi o DVD mais vendido no ano passado. Agora, realmente causou enormes prejuízos para o associado que é o titular desse filme.

Então, a gente tem tomado todas as medidas, é claro que não é infalível, mas a gente está tentando evitar que isso aconteça.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Antes de passar a palavra para o Dr. Sérgio e na sequência o Dr. Alvacyr, quero só voltar a palavra, a pedido, ao Dr. Gustavo Leonardos para uma observação.

SR. GUSTAVO STARLING LEONARDOS – Obrigado. Eu peço desculpas, mas eu vou ter que me ausentar, porque eu tenho uma reunião no Superior Tribunal de Justiça daqui a pouco.

Só para comentar em relação à modificação da legislação, a lei hoje, por exemplo, prevê uma indenização, você não consegue obter a indenização porque ela é muito genérica, a lei prevê pena de prisão

até quatro anos, mas dentro da sistemática do Código Penal até quatro anos ninguém vai para a cadeia, a pena é suspensa como está, mas ninguém vai para a cadeia. Eu tive uma longa discussão sobre esse assunto com o Presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o Desembargador Sérgio Cavallieri, ele esclareceu – “A gente tem que aplicar a lei dentro da sistemática de toda legislação”. Essa lei hoje ela é insuficiente claramente. No Conselho Nacional de Combate à Pirataria nós estamos trabalhando numa proposta que veio dos membros da iniciativa privada que procura reformar alguns artigos do Código Penal, Processo Penal, Leis de Propriedade Industrial, direito autoral, software. Mas nós nem começamos a trabalhar ainda na reforma do Regulamento Aduaneiro nas Leis relativas às Alfândegas, que talvez seja um dos grandes problemas hoje. A gente estava falando aqui no início que hoje as alfândegas são autorizadas a interromper o seu trabalho por lei, está na lei, elas podem trabalhar ininterruptamente, o que é quer dizer que elas não precisam trabalhar ininterruptamente, e hoje vários postos de fronteiras abrem à noite. Em Foz do Iguaçu, na Veja dessa semana está dizendo que dos 40 fiscais ficam só dois à noite. Em outros postos não fica nenhum, até posto que tem estrada asfaltada para o Paraguai, seis horas da tarde não tem ninguém. Então é urgente uma reforma legislativa. Só queria deixar esse recado. Novamente, eu fico à disposição dos Senhores, me desculpem por eu ter que me ausentar, realmente agora, problemas de Advogado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço ao Dr. Gustavo Leonardos, entendemos V.S^a. já havia explicado anteriormente essa dificuldade e realmente depois dessa Audiência Pública várias iniciativas vão ser tomadas também a partir das exposições feitas, com a contribuição de todos os expositores, não depoentes, mas expositores. Agradeço a V.S^a. pela participação. Passo, em seguida, a palavra ao Dr. Sérgio Torres que é Assessor do Secretário Executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria do Ministério da Justiça.

SR. SÉRGIO TORRES – Com as alterações legislativas o Conselho tem um grupo de trabalho exatamente com essa finalidade para analisar e propor alterações de aperfeiçoamento. Como disse aqui o Dr. Márcio, a legislação brasileira ela é recente e é considerada até moderna na área de defesa à propriedade intelectual. Mas aperfeiçoamentos sempre são cabíveis. Foi um dos grupos mais disputados para se participar dentro do Conselho. Praticamente todos os membros queriam participar desse grupo. Os trabalhos avançam e assim que as discussões internas

estiverem concluídas elas serão encaminhadas como proposta para aperfeiçoamento da legislação.

Em relação à parte de custo no início da nossa reunião do planejamento estratégico, a gente ouvia basicamente a seguinte queixa do setor privado. Nós precisamos diminuir impostos, precisamos prender os camelôs que estão nas ruas e precisamos aumentar as penas. A pirataria é um crime complexo, atacar um crime complexo como a pirataria é ágil, articulado, operado por organizações criminosas fortes não é simplesmente prendendo camelôs ou diminuindo impostos. O que a gente tem feito nesse sentido? A inteligência da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária e da Receita trabalham priorizando a desarticulação da produção e da distribuição. A linha dorsal das organizações criminosas. A operação de camelôs, se a gente fosse prender mil camelôs hoje, amanhã teríamos outros mil na rua, porque é uma mão-de-obra que se repõe muito facilmente. É claro que a polícia continua fazendo esse serviço também junto às feiras até para poder educar a população, não deixar que isso se alastre como uma cultura legal, legalize a cultura da pirataria, vamos dizer assim. A parte de impostos, o que a gente tem dito para o setor privado? Propo-nham, o que vocês tem a nos propor? A gente pode encaminhar para a Receita.

O Conselho é um órgão consultivo, ele não delibera, ele não tem poder para definir carga tributária, mas ele pode encaminhar os estudos para a Receita Federal. Se for comprovado que uma redução da carga tributária que hoje em torno de CD de 40% poderia gerar um aumento da vendas e essa perda, digamos assim, unitária se compensaria no volume, isso plenamente possível de ser encaminhado e eu acho que é plenamente possível de ser também implantado porque a gente não tem até o presente momento, embora esse estudo já tenha sido solicitado a diversos setores. A carga tributária hoje de 40% reduziria, vamos dizer, em torno de 50% o preço de um CD, arredondando, vamos dizer assim. Ainda ficaria uma distância grande para o produto pirata. Ainda teremos um apelo muito grande para o produto pirata. É claro que a produção de um CD original tem músicos, temos arranjadotes, temos compositores, todo mundo precisa ser remunerado nessa cadeia, mas o que a gente percebe é que tirando alguns produtos do catálogo onde os preços, realmente são reduzidos, as empresas procuram de certa forma compensar essa perda do faturamento nos lançamentos e aí colocam preços muito elevados nos lançamentos que desencoraja a compra pelo consumidor.

A gente tem levantado a necessidade da se investir nesse consumidor, principalmente jovem, como

foi colocado aqui que é o principal consumidor dos produtos piratas, a necessidade de propor para ele alternativas de adquirir um CD legal, por exemplo, com desconto, não como tem o estudante para o cinema, mas um desconto que pudesse fidelizar o consumidor a compra de um produto legal. E diversas alternativas para se combater esse tipo de crime. Eu acho que um crime complexo exige medidas criativas, exige atitudes criativas para se combater.

A gente tem falado também na questão da janela que foi colocada aqui pelo Dr. Márcio, a janela entre cinema, DVD, locadoras, TV fechada e TV aberta. Essa janela embora tenha uma lógica de interesses dos exibidores, enfim, que não podem ser prejudicados, mas essa janela é campo fértil para a pirataria, porque ir ao cinema hoje não é uma diversão barata, não é um lazer barato, enfim, hoje os cinemas se concentram nos shoppings, você tem o custo do estacionamento, você tem o custo da pipoca, você tem uma série de... Que não é barato também, o ingresso não é barato. E se aquele consumidor quiser adquirir um produto legal, ele não tem alternativa no primeiro momento. O filme está saindo, está sendo lançado agora, O Código da Vinci, se alguém quiser assistir em casa só vai poder comprar o pirata, porque não tem o legal disponível. Então a pirataria encontra terreno fértil para se desenvolver. A gente entende que precisamos de muito mais criatividade para combater esse crime, não podemos ficar restritos ao discurso de redução de carga tributária... porque não é só isso. Eles são ágeis, eles são habilidosos e eles têm um terreno fértil pela frente, se a gente permitir eles vão ocupar.

O nosso próximo passo no Conselho agora são reuniões setoriais, a gente tem a vontade de, primeiramente, chamar logo o setor, por exemplo, de relógios que está sendo bastante afetado para discutir junto com eles, eles que têm inteligência também, tem as informações de inteligência para discutir com o Conselho junto com esses órgãos de repressão formas da gente melhor atacar o problema. A gente quer fazer isso setorialmente, fazer troca de informações, a gente tem que trabalhar juntos, não dá para trabalharmos separados, somente o trabalho de todos é que vai permitir a gente enfrentar a organização criminosa, poderosa como é a da pirataria que hoje, como já disse, movimenta mais recursos do que a do narcotráfico.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço a participação do Dr. Sérgio Torres e, inclusive, comentava com o Dr. Márcio durante a fala que, realmente já tem um acúmulo de reflexão, de conhecimento, de discussão e creio que seria extremamente útil para a área um entrosamento ainda maior com o Congresso Nacional, para que esta via de mão

dupla possa facilitar o trabalho, que possamos repercutir aqui dentro das Comissões, das Subcomissões tomando iniciativas enquanto esse trabalho está sendo feito, inclusive, esse trabalho junto às escolas, sugeridos, saber a opinião do Ministério da Justiça porque aqui é Comissão de Educação também, podemos já nos antecipar em certas coisas, naturalmente outros caminhos demandam estudos maiores, aprofundamentos, debates, mas à medida que o trabalho for sendo feito já fazermos os encaminhamentos possíveis de serem feitos pelo Congresso Nacional. Vamos nos aproximar bastante a partir disso aí. Mas quero parabenizar V.S^a., bem como o Dr. Márcio também, e o Dr. Alvacyr, o Dr. Gustavo pela apresentação.

Passo em seguida a palavra ao Dr. Alvacyr Resende.

SR. ALVACYR H. F. RESENDE – Para finalizar e encerrar o mais breve possível de fala. O que eu quis mostrar é que o segmento de produtos sofre com o mesmo processo que a propriedade industrial sofre. Eu acho que nós temos que mudar a ótica de encarar esse assunto. A legislação, ela tem que vir, talvez inovando, às vezes eliminando algumas leis que estão aqui, criam a possibilidade de legalidade pela organização criminosa, e até para que subsidie estudos e comprovações, que há pouco alguém colocou a redução dos impostos, também nesse aspecto nós temos que retrabalhar o tema para poder justificar perante às autoridades, porque na minha ótica se as empresas amanhã deixarem de existir por contingência da pirataria, a Receita não vai arrecadar nada. Então é uma contrapartida que tem que ser muito bem trabalhada porque não é só um mote emocional de que precisamos reduzir impostos, calma. Eu acho até que há exageros, há uma força muito grande de impostos, mas até para se fazer isso a gente tem que ter uma inteligência coletiva agregada de toda sociedade, porque senão, realmente, eles são muito mais rápidos, eles são muito mais eficientes e mais lucrativos.

Então eu quis mostrar isso, vamos criar uma nova etapa, não abandonando nenhuma das ações passadas que temos, porque elas são eficientes, estão calcadas em patamares legais e elas devem continuar, mas nós temos que também ser ágeis como a evolução desse pessoal todo que ocorreu até agora e vai ocorrer muito mais. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço a participação. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Era só para fazer uma observação em relação às organizações criminosas, como o Senhor falou, elas são ágeis, hábeis e nós é que temos que agir, inclusi-

ve, nesse problema de São Paulo, por exemplo, que o celular era a arma principal. Nós não temos ainda uma lei que permita desligar os celulares daquela região do presídio, por exemplo, porque nós temos que mudar isso, são coisas que têm que ser mudadas. O nosso Código Penal tem que ser modificado, até o processo, os senhores são Advogados e sabem muito bem disso. Eu estou aqui há três anos e meio e vejo falar isso há três anos e meio, e não vejo nada sendo feito nesse sentido. Então nós temos que mudar esse negócio, Senador, claro. O senhor que carrega a bandeira das causas sociais, que segura o mastro da bandeira, nós temos que mudar, porque geralmente somos todos nós que sofremos com isso, e as organizações, como ele fala, criminosas, são organizações mesmo, agora elas estão reagindo numa guerra diretamente com a polícia. Então nessa parte da propriedade intelectual e tudo é mais difícil de trabalhar.

Então nós estamos apanhando numa coisa bem óbvia, como essa dos prisioneiros com a polícia. Nós temos que lutar para... E tem que ser em conjunto. Nós todos que viemos para essa Casa aqui viemos aqui representando os senhores, no meu caso do meu Estado, ele no Estado dele, mas nós viemos representando os brasileiros e queremos modificar, e quem sabe, realmente onde o calo aperta são os senhores que estão lá com o sapato, não nós. Então as sugestões têm que ser encaminhadas, mandadas e essa nossa Comissão está à disposição para cooperar no que for possível para contribuir para diminuir essas injustiças. Os impostos do Brasil, realmente são exagerados, nós temos que partir para impostos mais aceitáveis como em todo mundo, e isso é uma coisa que nós não vamos conseguir mudar do dia para noite, mas dos 40% já estão sufocando todo mundo, nós temos que baixar isso nos próximos anos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O que o Senador Augusto Botelho colocou é de fundamental importância. Eu acho que esta Audiência Pública tem justamente por objetivo trazer as pessoas especialistas na área, para que estas pessoas especialistas na área sugiram, inclusive, para o Congresso Nacional, para o Executivo, mas particularmente aqui dentro do Senado Federal iniciativas que possam ser estudadas e se possíveis de serem levadas a cabo viabilizadas também pelo Congresso Nacional. Então nós gostaríamos que esta Audiência Pública fosse um momento desta caminhada, um momento importante onde possamos ter desdobramentos e um canal de discussão, de debate, de reflexão sobre estas situações todas. Então nós até já pedimos ao Dr. Alvacyr que ele até mencionou na fala que há um conjunto de fatores aí a serem examinados e que possivelmente contribuindo

do para o processo de pirataria que recebamos essa relação com argumentação e todos nós Senadores estamos à disposição para examinarmos isso para que se dê continuidade a estes processos. A mesma coisa do Dr. Sérgio Torres que também já sabermos no detalhe como é que os trabalhos no Ministério da Justiça, através do Conselho no Combate à Pirataria vem acontecendo para que possamos em termos de Projeto de Lei, de estudos a questão mesmo que o Dr. Alvacyr colocou em termos de... Quer dizer, que a gente sabe que é uma coisa complexa, mas a carga tributária e um fator que naturalmente tem que ser estudado e coisas mais ágeis, novas, como montar esse sistema de inteligência, aliás, os episódios ocorridos em São Paulo, em outros Estados mostraram claramente a necessidade de que setores de inteligência sejam fortalecidos em qualquer área em nosso País.

E a mesma coisa do Dr. Márcio Gonçalves, que também fez apresentação e tem tantas sugestões, inclusive, nas transparências já colocadas, nas projeções e com cópia aqui para a Comissão que já foram também colocadas. E da mesma forma o Dr. Gustavo Leonardos que também já deixou o documento inscrito. Mas de qualquer forma o Senador Augusto Botelho e todos os Senadores e Senadoras componentes das Subcomissões Permanentes, eu diria que a Audiência Pública tem que ser este momento de parada, de reflexão, de atenção, mas que não paremos nesta Audiência Pública, que até as pessoas que nos acompanham pelo Brasil através da TV Senado, da Rádio Senado, dos mecanismos, da Agência Senado, dos mecanismos, enfim, de comunicação do Senado, que se sintam totalmente livres porque certamente muitas pessoas no Brasil vêm pensando sobre esse tema e que sugiram, remetam informações, pontos de vistas para que possamos, na verdade, coordenar esses esforços e frutos dessas iniciativas termos uma melhoria do estado de coisas em nosso País nessa área que é essencial em termos da pirataria, dos crimes contra propriedade intelectual, no audiovisual, no livro, em todas as áreas, nos softwares também, na biopirataria que tivemos aí a conferência também internacional no Brasil, recentemente.

Então nesse sentido todo o esforço deve ser feito. Então agradeço a participação dos expositores que vieram a esta Audiência Pública que eu diria que foi importante, interessante e vendo como o assunto implica em possibilidades de desvio de recursos extraordinários de uma diminuição de um dos aspectos fundamentais em nosso País que é o emprego, que é a renda e no combate, eu diria. E todos enfatizaram isto, que é a complexidade do crime organizado e esta discussão, este debate deve levar, inclusive, a criação

de instrumentos, de metodologias e de trabalho para diminuição do crime organizado em nosso País. Até foi levantado que talvez as duas áreas mais abordadas por estas organizações criminosas esteja em relação a pirataria e em relação ao tráfico de drogas.

Então, é um problema extremamente sério e que merece de todos nós o esforço no sentido de melhorarmos a situação. Quero também comunicar aos Srs. Senadores que um representante da Unesco irá procurar os Srs. Senadores e Sras. Senadoras, membros da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia para tratar da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, ocasião em que se discutirá, entre outros assuntos, a importância do progresso científico e tecnológico para a sociedade.

Agradeço novamente a participação dos expositores, faço novamente o apelo para que todas as pessoas que acompanham essa Audiência Pública mandem sugestões, propostas, pensem sobre o tema e quero antecipar que haverá uma nova Audiência Pública sobre esse tema em que outras áreas serão convidadas para que esse debate, essa discussão e esse aprofundamento continuem.

Obrigado a todos. Está encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 12h39min.

Ata da 2ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 24 de maio de 2006

Às dez horas e trinta e oito minutos do dia vinte e quatro de maio de dois mil e seis, na sala de reuniões da comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Sérgio Cabral e com a presença dos Senhores Senadores Geraldo Mesquita, Roberto Saturnino, Íris de Araújo e Paulo Paim, reúne-se a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Demóstenes Torres, Marcelo Crivella, Leonel Pavan, Valdir Raupp, Wellington Salgado de Oliveira, Aelton Freitas e Sérgio Zambiasi. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Sérgio Cabral, submete à Subcomissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência submete a deliberação do plenário os seguintes itens – **Item 01 – Requerimento n.º 001, 2006-CECTCS**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que “Requer, nos termos dispostos nos incisos II, V, IX e XI do Artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiências Públicas, no âmbito da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social

e da Comissão de Educação, destinadas a discutir os problemas relacionados ao Setor Musical Brasileiro”. O requerimento é aprovado. **Item 02** – De autoria da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, que, “Submete à Subcomissão, expediente solicitando ao Ministro da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, a liberação dos Recursos Orçamentários no valor de 30 milhões de reais, aprovados na Comissão Mista de Orçamento, provenientes de Emenda de autoria desta Subcomissão destinada a ampliar os recursos da Funarte para os Setores de Teatro e Dança”. A matéria é aprovada. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às dez horas e quarenta e quatro minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**. – Senador **Sérgio Cabral**, Presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Declaro aberta a 2ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, que se realiza hoje, 24 de maio, quarta-feira, às 10h.

O primeiro item da pauta é um Requerimento não terminativo. É um Requerimento assinado por mim que requer, nos termos dos dispostos nos incisos II, V, IX e XI do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiências Públicas no âmbito da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social e da Comissão de Educação, a Comissão “Mãe”, destinadas a discutir os problemas relacionados ao setor musical brasileiro.

Srs. Senadores, este é um ponto que foi ventilado aqui na nossa Subcomissão e na Comissão “Mãe”, na Comissão de Educação, que é trazer também para o Senado Federal, depois de grandes conquistas na área do cinema, quando trouxemos o cinema para esta Casa, essa Casa que consagrou a Lei do Audiovisual, essa Casa que agora discute a renovação do art. 1º da Lei do Audiovisual, que é o ponto nevrálgico da lei que garantiu nesses últimos dez anos o renascimento do cinema brasileiro, que trouxe para cá a discussão, e depois, formalmente, a inclusão na Subcomissão permanente, do teatro brasileiro, com grandes Audiências Públicas que fizemos nessa Casa, com grandes artis-

tas que aqui compareceram, e que o segundo item da pauta é exatamente já a prova concreta do quanto que é importante trazer esses temas da cultura para o Senado, e nós vamos discutir exatamente trinta milhões de reais, aprovados, e que estão no Orçamento para 2006, para o teatro brasileiro. É a primeira vez que o Congresso Nacional aprova um valor dessa natureza para o teatro brasileiro.

E a música. A música brasileira é definitivamente o produto de exportação brasileiro mais importante, junto com o futebol, que é outra manifestação popular e junto com outros *commodities* como a soja, como o minério de ferro, mas tratando-se de gente, tratando-se de cultura, nós já temos as artes plásticas hoje do Brasil lá fora com competitividade, temos cinema, temos menos teatro, mas temos alguma coisa de teatro. Mas, música, música tem uma capilaridade no mundo inteiro, e um reconhecimento, consagrado há muitos e muitos anos, vem desde Carmem Miranda, desde os Oito Batutas com Donga, com Pixinguinha, com João da Baiana, fazendo sucesso em Paris, passando pela Bossa Nova. É a nossa música brasileira fazendo sempre grandes sucessos, ganhando prêmios, *Grammy* a cada ano. E a música necessita, apesar desse grande sucesso, de ter o amparo do Congresso Nacional, e foi isso o que aconteceu quando eu recebi aqui uma comissão de músicos, artistas, compositores, com uma série de demandas, que serão discutidas nessa Audiência Pública que eu estou solicitando e que eu conto com o apoio dos Srs. Senadores. Em votação o Requerimento. Os Senhores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Obrigado.

Segundo ponto da pauta é exatamente submeter à Comissão um expediente solicitando ao Ministro da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão a liberação dos recursos orçamentários no valor de trinta milhões de reais, aprovados na Comissão Mista de Orçamento, sem ter, e isso é muito importante, não foi reduzido em nenhum tostão os trinta milhões aprovados aqui na Subcomissão e depois na Comissão de Educação, provenientes da Emenda de autoria desta Subcomissão, destinada a ampliar os recursos da FUNARTE para os setores de teatro e dança. Em votação o Requerimento, que solicita a feitura de um documento a essas duas autoridades. Os Senhores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Mantidos os trinta milhões no orçamento, integrais. Mas agora temos que fazê-los sair do papel para o teatro e para a dança. Porque cultura...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Para o papel moeda.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Para o papel moeda. Exatamente. Porque,

tanto o teatro quanto a dança quanto a questão da Lei do Audiovisual, que nós estamos votando a renovação no art. 1º, você não faz uma peça de teatro, você não faz um espetáculo de dança, você não faz, muito menos, um cinema de uma hora para outra. Você necessita de tempo de maturação, de direção, de roteiro, de produção, de cenografia. Então, esse dinheiro, por exemplo, se chegar em setembro ou outubro de 2006, é difícil dele ser utilizado. O Júlio Linhares, Secretário da Comissão, nos informa que tem 400 projetos solicitando, demandando esse valor. Quer dizer, você vê que não é uma coisa concentrada. O que trinta milhões fazem para tantos agentes culturais.

Nada mais havendo tratar na ordem do dia, declaro encerrada a Sessão e convidando os Srs. Senadores para, na próxima quarta-feira, às 10h, termos aqui, já confirmada a presença de Fernanda Abreu, de Ivan Lins, de Alaíde Costa, e de grandes compositores e dirigentes musicais. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 10h44min.

Ata da 19ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação e 3ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 31 de maio de 2006

**Audiência Pública
Conjunta**

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia trinta e um de maio de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Sérgio Cabral, Presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, e com a presença dos Senhores Senadores José Jorge, Marcelo Crivella, Marcos Guerra, Wellington Salgado de Oliveira,, Íris de Araújo, Sérgio Cabral, Aelton Freitas, Paulo Paim, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Cristovam Buarque, Marco Maciel, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Geraldo Mesquita Júnior, Romero Jucá, Antônio João, Antônio Carlos Valadares e Magno Malta reúnem-se a Comissão de Educação e a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Juvêncio da Fonseca, Leonel Pavan, Gilvam Borges, Valdir Raupp, José Maranhão, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho e Fátima Cleide. Justificam a ausência os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho. O Senhor Presidente Senador Sérgio Cabral registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública da Senhora Senadora Heloísa Helena (PSol/AL), não

membro da Comissão e da Subcomissão e do Deputado Federal Chico Alencar (PSol/RJ); Gabriel Pensador, cantor; Cláudio Nucci, cantor e compositor; Rênio Quintas, Associação de Músicos do DF e Entorno; Carlos Zimbher e Luis Felipe Gama, Cooperativa de Músicos de São Paulo; Carlos de Andrade, Presidente da Associação Brasileira de Música Independente – ABMI; Deborah Cheyne, Presidente do Sindicato de Músicos do Rio de Janeiro; Manoel Neto, Vice-Presidente da Associação dos Compositores do Paraná; Zezé Freitas, Coordenadora do Fórum de Músicos de São Paulo; Filó Machado, Cantor e Compositor; Dalmo Mota, Músico e Compositor; Felipe Radicetti, Compositor – Núcleo Independente de Músicos; Goya, Cantor, Compositor Coordenador do Espaço Cultural da Câmara dos Deputados; Alexandra Capone, Representante do Fórum de Música do Distrito Federal, Magali Kleber, Associação Brasileira de Educação Musical – ABEM. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Sérgio Cabral, submete à Comissão e a Subcomissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 001-CECTCS, de 2006 e nº 017-CE, de 2006, de autoria do Senhor Senador Sérgio Cabral, que tem como objetivo discutir “A Música no Contexto Nacional”. Comparecem à Audiência Pública a Senhora Fernanda Abreu, Cantora e Compositora; o Senhor Egeu Laus Simas, Coordenador da Rede Social da Música, com o tema – Inclusão Social; Senhor Sidnei Bonfim de Jesus; Presidente do Sindicato de Músicos da Bahia; com o tema – Questão Trabalhista; Senhor Alexandre Hees de Negreiros, Mestre em Etnomusicologia; com o tema, Direito Autoral; Senhora Cristina Gomes Saraiwa, Coordenadora do Núcleo Independente de Música do Rio de Janeiro, com o tema – Difusão e o Senhor Ricardo Breim, Compositor e Arranjador, com o tema – Educação Musical. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Roberto Saturnino, Íris de Araújo, Wellington Salgado de Oliveira, Geraldo Mesquita Júnior, Magno Malta, Cristovam Buarque e José Jorge. O Senhor Senador Sérgio Cabral, Presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e quarenta e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão**

de Educação e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**. – Senador **Sérgio Cabral**, Presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. – Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Declaro aberta a 19ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação e 3ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada hoje, 31 de maio, às 10h37.

A Audiência Pública hoje o assunto é “A música no contexto nacional”. O Requerimento é de minha autoria. Nós temos como convidados Fernanda Abreu, Cantora e Compositora, Egeu Laus Simas, Coordenador da Rede Social da Música, Sidnei Bonfim de Jesus, Presidente do Sindicato de Músicos da Bahia, Alexandre Negreiros, Mestre em Etnomusicologia, Cristina Gomes saraiva, Coordenadora do Núcleo Independente de Música do Rio de Janeiro, e Ricardo Breim, Compositor e Arranjador.

Antes de iniciarmos a Audiência Pública, eu gostaria de fazer um brevíssimo relato das atividades e atuação desta Comissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. É a primeira Subcomissão Permanente criada no âmbito do Senado Federal, com marcante atuação política e Legislativa. Nesse Fórum, discutiu-se com êxito a criação de uma agência reguladora para a indústria cinematográfica brasileira, hoje denominada ANCINE, Agência Nacional de Cinema, incluindo aí a luta para o seu forte político, institucional e econômico, bem como a ampliação do seu escopo de atuação, sendo aprovadas, nos anos de 2002 e 2003, duas Emendas alocadas ao Orçamento da União no valor de dois e oito milhões de reais, respectivamente, para o fomento, a distribuição e comercialização de obras cinematográficas e videofonográficas. Debateremos a Lei do Audiovisual, com a realização de várias Audiências Públicas para discutir o aperfeiçoamento do marco regulatório para os setores de exibição, distribuição, infra-estrutura técnica e produção. Esse último culminando com a apresentação de um Projeto de Lei, de minha autoria, que prorroga o art. 1º da Lei do Audiovisual por mais 10 anos. Esse artigo é a essência da lei, que foi o que garantiu o renascimento do cinema brasileiro de 1993 para cá. Recentemente iniciamos o debate sobre a pi-

rataria no audiovisual, onde já estamos preparando as alterações necessárias na Legislação.

Esta Subcomissão foi o primeiro colegiado, ainda no ano de 2000, a discutir a implantação da TV Digital no País, e também a primeira a questionar a não aplicação dos recursos do Fundo de Universalização das Telecomunicações, o FUST. No ano de 2004, iniciamos encontros que determinaram, em 2005, a inserção do teatro nos temas de nossa Subcomissão, destacando duas ações – A aprovação de uma Emenda no valor de trinta milhões de reais alocados no Orçamento da União destinada à Fundação Nacional de Arte, a FUNARTE, para o setor do teatro e da dança, sendo a primeira vez que o Legislativo aprova uma Emenda nesse sentido, beneficiando o teatro e a dança e a conclusão de um anteprojeto em parceria com o teatro para elaboração de uma lei geral para a dramaturgia brasileira, em fase de elaboração final, está previsto para meados de junho a apresentação de um Projeto de Lei para incluir as entidades voltadas para a educação e pesquisa na Lei Rouanet. E finalmente, no dia de hoje, incluímos a vigorosa indústria musical brasileira, onde eu tenho certeza que faremos uma profíqua parceria incorpora parceria entre os agentes, os criadores, os produtores do setor musical brasileiro e o Congresso Nacional.

Então, eu fico muito feliz de ter sido o autor do Requerimento para esta Audiência Pública, que está sendo registrada pela TV Senado, pela Rádio Senado e pelos registros oficiais do Senado, com a presença dos nossos Senadores e, ao mesmo tempo, a inclusão da Música na Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social.

Cada expositor terá 10 minutos para fazer a sua exposição. A primeira expositora é a Cantora e Compositora Fernanda Abreu.

SRA. FERNANDA ABREU – Bom dia. Agente está muito feliz porque a gente conseguiu incluir a Música aqui na Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social, isso é muito importante para a gente. Os Músicos estão mobilizados, a gente já vem há dois anos trabalhando em todas as questões estruturais da música. A gente quando fala em música no Brasil parece que é uma grande indústria, parece que está tudo resolvido, e tem muitas coisas que a gente tem que discutir, aprofundar e se debruçar nas questões da Música e dos Músicos.

Então, para a gente, a gente entende que a música, a cultura brasileira, especialmente a música, que é uma representação muito forte artística e cultural no Brasil, a gente acha que ela faz parte da construção dessa identidade brasileira. A gente entende que o Brasil ainda está nessa construção, o que é ser brasileiro, a gente se pergunta isso o tempo todo. E a mú-

sica vem responder, em muitos momentos, isso para a gente. A gente tem aí mil pesquisas, e uma pesquisa importante que houve no SEBRAE, “O que é a cara do Brasil”, feita no exterior, 65% das pessoas responderam “A música brasileira é a cara do Brasil”. Então, a música ainda é, eu acho, no Brasil, o que orgulha o brasileiro, o que ele se identifica. Mas, não está tão lindo assim. As coisas na Música não são tão maravilhosas para a gente.

Então, a gente tem questões estruturais na música. A gente tem que discutir educação musical, a gente acha que, pelo menos, conversar e aprofundar essa questão da possibilidade da inclusão da Música no currículo escolar, a volta da Música no currículo escolar. Não só para as pessoas que é querer ser Músicos, mas a Música, estudar música é importante para inteligência, para ser um brasileiro mais inteligente, mais culto, mais musical, mais politizado, eu acho que a música é consciência também.

Então, a gente tem questões como educação musical, divisão interna e externa, que é uma questão importante para a gente, a gente tem direito autoral, a gente tem a música como inclusão social, que eu acho que no Brasil hoje é fundamental, a gente vive num País onde a gente tem muitos excluídos, muitas favelas, muitas periferias, um povo excluído, eu acho, totalmente, a gente vê aí, acabamos de ver situações conflitantes e difíceis em São Paulo. A gente vive no Rio de Janeiro e sabe que a situação é bem complicada. A gente não vai resolver o problema de desigualdade social com a música, mas a gente é uma alternativa real. A Música, a gente tem projetos importantes e vitoriosos, como por exemplo o Afroreggae, que tem 12 anos, não é uma coisa que tem um, dois anos.

Então a gente quer aprofundar essa discussão, a gente quer aprofundar um pouco mais na música como indústria mesmo. Discutir impostos, discutir isenção, discutir pequenos selos, a relação com a indústria, com as MAYDIERS(F). A gente tem uma série de questões que são importantes, e que eu acho que os nossos palestrantes aqui vão colocar um pouquinho e passar por alto assim, mas eu acho que é muito importante para a gente, foi muito importante mesmo para a gente vocês terem abraçado a Música dentro da Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social, eu acho que a gente vai fazer um trabalho incrível com vocês, eu acho que a gente vai melhorar o Brasil e acho que a gente vai sair daqui com alternativas muito importantes para todos os outros setores da cultura também, a gente vai discutir coisas que eu acho que vão ser muito importantes não só para a música corporativa, mas eu acho que isso vai gerar outras possibilidades.

Então, é isso. Queria agradecer imensamente, fiquei muito feliz, obrigada. Obrigada vocês Senadores, e é isso aí. Muito obrigada. [Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Agradeço a exposição dessa artista de sucesso, e comprometida e engajada, que é a Fernanda Abreu. O próximo expositor é o Coordenador da Rede Social da Música, o Egeu Laus Simas, e o tema é inclusão social. Na verdade, a Fernanda fez uma introdução muito positiva e analisando uma série de pontos dessa agenda da Subcomissão com o setor musical, passando desde a questão da educação, a questão da inclusão social e a questões do negócio Música, do setor corporativo e, de certa maneira, os demais palestrantes irão abordar temas apontados pela Fernanda. O Egeu vai falar sobre inclusão social.

SR. EGEU LAUS SIMAS – Bom dia a todos. Antes de mais nada, mais uma vez agradecer à Comissão de Educação do Senado pela sensibilidade de perceber a Música como uma questão estratégica no Brasil de hoje, num mundo globalizado e, em especial, ao Senador Sérgio Cabral Filho, ao ter apresentado a proposta de inclusão da Música na Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social.

Eu tenho reservas com a palavra inclusão social. Incluir quem e incluir onde? Talvez uma palavra melhor para essas populações, que as ONGs e a Rede Social da Música está trabalhando, fosse “expressão social”. Talvez mais do que inclusão, eles precisam se exprimir.

Eu prefiro tratar o tema como música e cidadania. E começo com uma brincadeira, parafraseando John Kennedy, “Não pergunte o que o Brasil pode fazer pelo Músico, pergunte o que o Músico pode fazer pelo Brasil”, que é o moti das entidades que trabalham nessa direção. Eu diria que talvez a necessidade maior, nesse momento, é que se rompa um paradigma que diz que inovação e desenvolvimento num País está fundado no que se chamou de hélice tripla, onde você tem numa das pontas o Governo, numa segunda ponta as empresas, a iniciativa privada, e numa terceira ponta a universidade. A gente começa a perceber que talvez seja necessário mais uma ponta para construir uma hélice social, e ela é, sem dúvida, a inclusão da sociedade civil organizada nessa discussão, principalmente, em duas questões básicas, que são urgência das transformações e continuidade.

A gente sabe como é difícil para o Governo e também para a Universidade tratar das questões com a urgência necessária. Continuidade, nós sabemos também que o Governo, pela excessiva politização partidária que acontece, acaba muitas das vezes jogando fora tudo que foi construído de quatro em qua-

tro anos. A sociedade civil organizada tem condições de perceber e cobrar continuidade e urgência, porque ela sabe onde o calo dói. Ela pode, portanto, exigir compromettimentos, pode cobrar realizações e pode acompanhar. Não significa retirar o papel do Governo, enfim, o papel que ele realmente tem que exercer, mas sim, a sociedade civil estar junto, acompanhando o que acontece.

E, nessa direção, as Organizações Não-Governamentais sem fins lucrativos têm cada vez mais um papel importante. Índices recolhidos recentemente dizem que são 25 mil no Brasil. Se a gente computar sindicatos e outras associações esse número chegaria a 50 mil. As Organizações Não-Governamentais empregam mais do que o serviço público federal hoje. E se computar todo o espectro, eles movimentam 5% do PIB nacional. Isso é mais do que a grande maioria dos Estados brasileiros. E no movimento dessas ONGs cresce a percepção da cultura e da arte como ferramentas estratégicas de transformação.

Num mundo globalizado, automóveis vão ser iguais em qualquer lugar do mundo. Vai sobrar para cada País a sua arte e a cultura como identidade. E nessa escolha de arte e cultura como transformador social, no Brasil, a música é, sem dúvida, a grande ferramenta. Coloque um jovem tocando violão numa esquina qualquer, de qualquer cidade do Brasil, imediatamente se forma um grupo. A atração que isso exerce é fundamental, e ela tem que ser utilizada para que se construa cidadania.

Não vamos nem falar nas pesquisas recentes, que colocam a música como tendo poder transformador na saúde. Por exemplo, uma pesquisa realizada em Frankfurt, durante quatro anos, concluiu que cantar reforça o sistema imunológico. Nós vamos deixar as questões médicas de lado.

Vamos falar, no Brasil, de duas pesquisas feitas recentemente, uma no final de 2005, pela Agência OGILVY, de São Paulo, que levantou os seguintes números – Foi perguntado ao povo brasileiro de que mais ele se orgulhava no Brasil. 65% das pessoas, na média, significa que entre os jovens isso foi muito maior, 65% das pessoas declararam que o que dá orgulho no Brasil é a Música. E esse índice tem mais valor quando a gente percebe que o segundo colocado, com 45% dos votos, foi o futebol. Um pouquinho mais abaixo, com 41, você tem outros esportes. Sem dúvida pelo trabalho de marketing realizado pelo vôlei e o basquete nos últimos anos. E muito mais abaixo, com 25%, a agricultura, evidente que foi antes dessa quebradeira geral que aconteceu agora. [risos] Então, se percebe que Música está no topo da auto-estima nacional.

Uma outra pesquisa realizada pelo SEBRAE, em 2002, no seu texto, eu vou pedir licença para ler, diz o seguinte. A pesquisa chama-se “A cara brasileira”, realizada pelo SEBRAE para se tentar encontrar fatores que pudessem compor uma imagem brasileira para o exterior. E diz o seguinte, uma frase rápida – “A música brasileira constituirá a maior e melhor contribuição brasileira ao mundo no Século XXI”. Essa pesquisa foi coordenada pelo Sociólogo italiano Domenico di Massi. Mas a Música tem poder de transformação, inclusive em questões urbanísticas. É o caso, por exemplo, da revitalização do Bairro da Lapa, no Rio de Janeiro, completamente decadente, e que em três, quatro anos modificou totalmente, em cima, basicamente, [soa a campainha] de duas músicas.

Eu gostaria, então, de comentar rapidamente sobre um exemplo de uma das entidades que trabalha com a Rede Social da Música. Chama-se Instituto Tocando em Você, da Tijuca. Foi levado ao Instituto Tocando em Você, na Tijuca, 27 jovens que não conseguiam se alfabetizar, com idades de 9 a 14 anos. Significa que alguns tinham dois anos de tentativa de alfabetização e outros tinham sete anos de tentativa de alfabetização. O trabalho do Instituto Tocando em Você, em nove meses, fez com que 22 desses jovens passassem para o terceiro ano, terceira série primária, como se dizia antigamente, e cinco deles para a segunda série. Todo esse trabalho foi feito com música.

Então, acreditamos na Música como transformadora, Música na transformação econômica, social e humana – Econômica, gerando renda e trabalho; Social, gerando cidadania; Humana, gerando felicidade.

E, para finalizar, então, lanço mão de duas estrofes fora de ordem, que vocês vão reconhecer. “Para um coração mesquinho, contra a solidão agreste, Luiz Gonzaga é tiro certo, Pixinguinha inconteste. Tome Noel, Cartola, Orestes, Caetano e João Gilberto. Nessas tortuosas trilhas a viola me redime. Cria, ilustre cavaleiro, contra fel, moléstia, crime, use Dorival Caymmi, e vá de Jackson do Pandeiro”. Obrigado. [Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Muito bom, Egeu. Registrar algumas presenças. Zezé Freitas, Coordenadora do Fórum de Músicos de São Paulo, Manoel Neto, Vice-Presidente da Associação de Compositores do Paraná, Déborah Cheyne, Presidente do Sindicato de Músicos do Rio de Janeiro, Carlos de Andrade, Presidente da Associação Brasileira de Música Independente, Carlos Zimba(F) e Luis Felipe Gama, Cooperativa de Músicos de São Paulo, Rênio(F) Quintas, Associação de Músicos do Distrito Federal e Entorno, Compositor e Cantor Cláudio Nucci, Compositor e Cantor Gabriel

Pensador. Com a palavra o Presidente do Sindicato de Músicos da Bahia, Sidnei Bonfim de Jesus.

SR. SIDNEI BONFIM DE JESUS – Bom dia a todos. Eu vou falar sobre a relação do trabalhador Músico com a sociedade como um todo. Para iniciar essa nossa fala, é necessário que todos vocês, no caso, passem a enxergar o Músico profissional como um profissional gerador de emprego, renda, que geram também impostos para a nossa Nação. Uma categoria diferenciada, mas uma categoria profissional. Para a gente tentar ser bastante pragmático, bastante sucinto, eu vou pincelar alguns pontos aqui. O que falta, na nossa visão, é políticas públicas afirmativas, para facilitar o nosso exercício, visto até o que aconteceu ontem num seminário que aconteceu na Câmara, o Ministério da Indústria e Comércio não se fazer presente e informar que “A música não tem nada a ver com o Ministério da Indústria e Comércio”. É uma situação um tanto...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [Pronunciamento fora do microfone]

SR. SIDNEI BONFIM DE JESUS – [risos] Mas a música tem tudo a ver. Nós exportamos a cultura para o mundo inteiro. Eu vou fazer algumas observações que são necessárias de serem feitas. Entendemos que a criação da Lei 3.857, a lei que criou a Ordem dos Músicos, foi um grande avanço para a nossa categoria. Mas, precisamos atualizar essa lei. Tem algumas mudanças no panorama musical como a música eletrônica que, independente de gosto, é uma realidade que nós precisamos discutir e, de uma maneira consensual, incluir também... Ter essa inclusão da música eletrônica, ou do profissional da música eletrônica, nessa lei. Nós precisamos também discutir a proteção no caso dos Músicos nacionais, das vagas, no caso, essa invasão de Músicos estrangeiros nas Orquestras, como no caso da OSESP, da Orquestra de Manaus também, precisa ser discutido e através da legislação a gente proteger isso. A questão da OMB, que já tem algumas propostas interessantes. Algumas esquizofrênicas, como a extinção, isso não nos interessa. Mas, no caso, uma mudança estrutural na OMB é necessário, a gente tem que também buscar essa discussão.

Em síntese, a música gera divisas e, no caso, a sociedade só consegue nos ver como artistas. Não. Nós somos empreendedores, nós somos geradores de impostos e rendas, e muitos impostos não são arrecadados por conta da informalidade. Vamos dizer assim, eu falo pela Bahia porque eu conheço, o PIB da cultura na Bahia é 5%. 85% do exercício da profissão na Bahia é feito na forma da informalidade, da ilegalidade. Então, é preocupante isso. Isso tem que ser discutido, isso tem que ser modificado, para que a Música, no caso, conquiste o seu espaço. Porque, se

a gente passar a ver Música como negócio, eu acho que já é um início. E, mais uma vez, também agradecer aqui a inclusão da Música nessa Subcomissão. Acho que já é um grande avanço também. Para finalizar. Valeu. [Palmas]

SRA. FERNANDA ABREU – Queria dar um aparte em relação a essa questão trabalhista, que é o seguinte. É muito importante que a gente realmente adapte uma lei trabalhista para os Músicos. Ser Músico é totalmente diferente de ser qualquer outro profissional, sei lá, operário. As nossas leis não podem ser CLT. Não dá. Músico toca com vários artistas. Músico, não tem um contrato assinado com um porque tem exatamente essa gama. Ele não é um Músico, por exemplo, “Eu sou Cantor e tenho uma banda, minha banda não é exclusiva minha”. Então como é que faz? Faz um contrato com eles? Mas eles têm que tocar com outros”. Então, isso é muito complicado.

E a outra coisa que eu queria registrar é a questão da OMB. A OMB, a gente precisa de eleições diretas na OMB. A OMB é um entulho autoritário. A OMB, as pessoas que estão no poder da OMB, estão há no poder há 44 anos. Então, isso eu acho que já diz muita coisa. E a primeira coisa que eu acho que a gente tem que rapidamente tentar resolver é Ordem dos Músicos do Brasil. [Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Obrigado, Sydney. Obrigado, Fernanda. Vamos ouvir... O sistema aqui é a exposição e, depois, o debate com os Senadores. Vamos ouvir o Alexandre Negreiros, que é Mestre em Etnomusicologia, e o tema é direito autoral.

SR. ALEXANDRE HEES DE NEGREIROS – Bom dia. O que eu fiz, na medida em que o nosso tempo ia ser bem curto e a idéia é tentar trazer algum tema relevante, algum debate relevante para a área dos direitos autorais, eu acabei de terminar uma tese de Mestrado em que eu mergulhei fundo no assunto ECAD e gestão coletiva de direitos no Brasil. E é um assunto que está tão em tela, e com os Srs. Senadores, a partir desses Projetos de Lei que têm sido votados, e eu trouxe aqui, eu quis destacar, para mostrar para vocês, o retrocesso que foi a nossa Lei de 98, num determinado ponto específico. Em 73, quando o ECAD foi criado, junto com o ECAD foi criado um órgão chamado CNDA, que era um órgão que, com todos os defeitos de sua primeira implementação, parece que registraram-se fatos alheios ao perfeito convívio entre as partes que utilizam da música para o seu benefício, não só o profissional como os usuários de música.

Então, o CNDA cumpria uma função que, atualmente, no mundo inteiro, algum órgão governamental ou ligado ao Governo central, ao poder central, das na-

ções exercem sob os seus sistemas de gestão coletiva de direitos autorais. Eu tive o trabalho de ir no *site* da OMPI, que é o órgão da ONU relacionado à propriedade intelectual, e fiz o *download* de todas as legislações que haviam disponíveis. Eles ainda estavam fazendo o *upload* de algumas, estavam traduzindo algumas para o inglês, porque eles disponibilizam todas em inglês, francês e algumas em espanhol também.

Eu trouxe aqui uma seqüência de 60 pequenos trechos das legislações onde fica evidenciado, onde é inequívoco a importância do controle. Leia-se bem, o direito autoral é um direito privado, um direito que compete ao autor, embora haja uma interpretação de que esse direito é também um direito difuso, ou seja, existe o interesse público sobre o direito autoral.

A organização da gestão coletiva ela parte de uma organização em de um sistema em que se cria um órgão pela impossibilidade, pela inviabilidade de uma gestão pessoal de cada Compositor em negociar os seus preços nas “N” emissoras que existem num determinado País para que sua música possa ser aproveitada. Ele não é capaz de estar no Acre, em Belém, enfim, no Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo, negociando os preços da sua utilização. Então, para isso, cria-se esse órgão gestor. Esse órgão gestor, ele então exerce uma função que é de interesse público, que é de organizar essa relação entre os autores e a utilização de suas obras. Essa atividade acaba sendo nada mais do que uma gestão financeira. E essa gestão financeira de um dinheiro que não é dessa entidade, ela está ali administrando dinheiro de autores, por isso elas cobram uma taxa. Agora, essa gestão precisa ser, quer dizer, para o nosso setor, para o setor da Música, ela é fundamental. Porque as nossas convenções internacionais consagraram direitos. Direitos autorais, que se reportam ao autor, direitos conexos, que se reportam aos intérpretes e aos produtores e outros direitos, direitos fonomecânicos, direitos... Que precisam ser administrados de forma coletiva.

O direito que pode ser administrado diretamente você vai lá e negocia. Quando alguém me contrata para fazer uma trilha, ele me paga e eu então cedo para ele os meus direitos de sincronização, e para isso eu recebo aquele cachê, depois, quando ele vai exibir publicamente, ele, o ECAD, que detém essa incumbência legal de arrecadar todos os direitos no território nacional, vai arrecadar os direitos de execução pública e vai criar critérios para distribuir, para que esse dinheiro chegue a mim, porque a música é minha, e está sendo ali administrada.

Quando há interferências nesse processo, quando você tem um sistema autoral que cobra de uma academia de ginástica um determinado valor e sequer pede

a ela a informação de que músicas estão sendo executadas ali dentro, você quebra a formação da cultura do direito autoral. Qual é a cultura do direito autoral? É o dono da academia ter a certeza de que aquele dinheiro que ele pagou ali vai chegar no autor da música que ele colocou para o aluno dele fazer ginástica. Então, esse vínculo, quando ele é quebrado, quando ele não está claro, ele interrompe a formação de uma cultura, e o nosso sistema reclama, com muita pertinência, que não temos essa cultura, que o Estado não colabora como deveria, que, na verdade, existe uma certa vista grossa em relação às contribuições autorais.

Então, o que eu quis trazer aqui é uma demonstração de como podemos avançar num ponto que talvez não seja simples, porque a criação desse órgão exigirá estudos complexos. A gente precisaria ter alguma forma de interferência do sistema estatal, do Poder Público, nessa relação. Tanto na formação de preços, como na autorização de funcionamento dessa sociedade.

Eu vou passar rapidamente, porque a gente não vai ter condições de analisar todos, mas eu trouxe aqui, em ordem alfabética, vários trechos de legislações. Então aqui, em primeiro lugar, não está dando para ver direito, mas a Albânia coloca que o sistema de gestão autoral dela precisa ser aprovado pelo Ministério da Cultura. A sociedade autoral precisa da aprovação do Ministério da Cultura e do Ministro, pessoalmente. No Estado de Andorra, que é aquele País pequeno na Europa, há uma determinação de que exista na lei uma supervisão da sociedade autoral de direitos coletivos, que precisará fornecer ao Governo os seus dados financeiros. Na Armênia, você tem, o Governo da Armênia é que determinará o montante mínimo da remuneração autoral.

Quer dizer, a gente está sempre aqui no Brasil discutindo a pertinência ou não desse controle. Há uma séria tendência do nosso Governo em admitir a gestão livre do direito autoral, como funciona, se não me engano, apenas nos Estados Unidos, e mesmo assim, nos Estados Unidos submete-se o controle ao COPYRIGHT BODY, que é um sistema... A gente vai chegar lá. Ou seja, o sistema absolutamente livre, ele praticamente só existe no Brasil e na Rússia. A Rússia, que teve a sua sociedade de gestão autoral recentemente expulsa da SISAC. SISAC, que é o órgão que administra todas as sociedades autorais do mundo. Enfim, a Rússia é essa conhecida não respeitadora de direitos autorais que todos temos conhecimento. A Armênia também tem o seu Governo determinando preços. No Azerbaijão nós temos um *Executive Body* no Governo, que determinará então os limites da sua sociedade de autor.

Vocês vejam que há maiores e menores graus de interferência, porém, sempre, sempre, eu repito aqui, eu quero fornecer essas leis para os Senhores, eu imagino que os Senhores já tenham acesso, mas eu fiz esse destaque porque é que é fundamental que possamos compreender a importância dessa gestão, dessa supervisão.

Eu, pessoalmente, acredito que o sistema de gestão autoral não difere muito de um sistema de consórcios, por exemplo, que têm administração do Banco Central. Que se reporta ao Banco Central regularmente. Eu não estou exatamente propondo isso, mas que haja, no mínimo, algum tipo de supervisão. Por quê? Porque há interesses diversos nessa regulação de preços, nas isenções e nas não isenções, nas músicas que se que se reportam mais importantes do que outras. Em vários Países do mundo há uma figura chamada música séria, para música de concerto, a música clássica é considerada música séria, e isso confere a ela... Enfim, eu não quero trazer exatamente essa escala de valores para o Brasil, até porque aqui a gente tem outros valores que podem ser... Enfim, esse equilíbrio é completamente nosso, a gente não tem que aqui buscar um equilíbrio que seja de um País vizinho. A gente não tem que comparar a música [soa a campainha] que é feita no Paraná com a música que é feita no Rio. Enfim, não passamos da letra “A”, [risos] não cheguei a “Z”, porque afinal eram muitas, mas eu tenho aqui à disposição dos Senhores, caso queiram entender como é que no mundo inteiro nós regulamos, o mundo regula as suas sociedades de gestão autoral, menos o Brasil. Menos o Brasil. E talvez esse problema com os exibidores de cinema possa ser consequência disso. Obrigado. [Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Agradeço ao Alexandre, e creio que essa legislação comparada é super interessante, e creio que esse tema do direito autoral, você aponta um viés muito interessante que é a presença do Estado regulando, acompanhando. Em todo o mundo é assim e no Brasil há essa ausência. Uma espécie de [pronunciamento em língua estrangeira] num setor que o Estado tem que estar presente, não direta, mas indiretamente, fiscalizando.

SR. ALEXANDRE HEES DE NEGREIROS – Só um aparte rápido, a Suíça, que esse “bastião” da livre iniciativa, determina preço, o Governo determina os valores das retribuições. Então, quanto vai pagar ao cinema é determinado pelo Governo.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Presidente. Serginho.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Senador Geraldo.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Eu queria sugerir, e fazer um apelo aqui ao Alexandre para que ele, primeiro traduza, condense e forneça pelo menos uma cópia desse material para a Comissão, porque essa Comissão, sob a Presidência do Senador Cabral, vai mergulhar de cabeça na questão do resgate da música, da valorização da música popular brasileira e tudo o mais que precisa ser feito. Então, é um material importante para que a gente possa se atualizar sobre a legislação aí comparada.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Obrigado, Senador Geraldo Mesquita. Obrigado, Alexandre. A quinta expositora é a Cristina Gomes Saraiva, Coordenadora do Núcleo Independente de Música do Rio de Janeiro, e o tema é difusão.

SRA. CRISTINA GOMES SARAIVA – Antes de começar aqui a falar, eu gostaria de consultar aqui o Senador Sérgio Cabral se eu poderia conceder um aparte ao Gabriel Pensador, porque ele precisa pegar um avião daqui a pouco, e então não vai poder ficar até o final, e ele gostaria de dar uma palavra.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Só se for cantando, Gabriel. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Por favor, Gabriel.

SRA. FERNANDA ABREU – Cuidado com o Gabriel cantando, gente. [risos]

SR. GABRIEL CONTINO (GABRIEL O PENSADOR) – Bom dia. Na verdade, eu queria só dizer que a gente está aqui falando em nome de muitos Músicos, como o Sidnei falou. São muitas pessoas desconhecidas, não tiveram o espaço que a gente conquistou como artista, não são Presidentes do Sindicato, não são nada, mas estão aí fazendo música, e muitos que estão começando a fazer, ou que cantam ou que tocam um instrumento ou que compõem.

Então, Sidnei, eu não sabia ontem desse detalhe do Ministério da Indústria e Comércio. Realmente é um detalhe marcante, porque a gente teve a exposição dos dados numéricos sobre o que a música gera de recursos para o Brasil, e também do que é investido pela Lei Rouaner, vários números que depois provavelmente vocês também vão ter aqui expostos, e só a exportação de instrumentos do Brasil é enorme. Então, a gente sabe que é uma atividade que gera muito emprego.

A gente vê hoje em dia ONGs fazendo trabalhos com vários estilos musicais, hip-hop, samba, vários, música clássica, e tirando os jovens da criminalidade mesmo. A gente vê isso todo dia, constata, não é pela TV, a gente conhece pessoas, até artistas que cantam hoje, que já estiveram envolvidos com o crime.

Então, não só os que aparecem, mas também vários compositores, como o Alexandre estava colocando, a gente tem uma dificuldade de retribuir aos Compositores.

Então, na verdade, eu queria só fazer um comentário sobre a importância social da música, que a gente já sabe, todo mundo já sabe, desde a época da ditadura, o quanto a música foi importante também para assegurar, ou para tentar trazer de volta aí hoje, para assegurar a democracia e a liberdade de expressão. Tudo isso que a música também ajuda a manter ou a criar. Porque a gente não tem 100% ainda. Mas eu acho que é um mercado, é um negócio, mas também tem essa importância que acho que vale mais ainda, a gente lembrar de quanto que ela pode fazer bem às pessoas, ao indivíduo e ao coletivo. É mais ou menos isso, ontem eu falei com mais calma, mas lembrando desse lado também, porque eu faço música, e a gente faz com muito amor. Na verdade, a gente faz acreditando muito nisso. [Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Obrigado, Gabriel, e você tem toda razão, a Fernanda abordou, antes de você chegar, a questão da inclusão da Música na grade curricular, na educação no Brasil, e ela abordou muito bem, quer dizer, não para formar artistas, apenas, mas para formar cidadãos, e o quanto a música é fundamental para a formação da cidadania. E tivemos isso no passado já, e isso foi perdido ao longo dos anos. A Cristina Gomes Saraiva, Coordenadora do Núcleo Independente de Música do Rio de Janeiro. O tema é difusão.

SRA. CRISTINA GOMES SARAIVA – Inicialmente, bom dia a todos, é um enorme prazer, eu considero que a gente está vivendo, a gente tem a impressão, nós Músicos, de estarmos vivendo um momento histórico da nossa mobilização. O Músico, historicamente, é uma categoria um pouco mais desmobilizada...

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Cristina, você me permite só um aparte? Para eu registrar a presença do Filó Machado, Cantor e Compositor, o Dalmo Mota, Músico e Compositor, Felipe Radiossete(F), Compositor do Núcleo Independente de Músicos, o Góia(F), Cantor e Compositor e Coordenador do Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, Alexandra Capone, representante do Fórum de Música do Distrito Federal, e a Magali Kleber, da Associação Brasil de Educação Musical.

SRA. CRISTINA GOMES SARAIVA – Bom, então, a gente vem se organizando mais recentemente, mas, já tem uns dois anos, muito seriamente, inclusive em nível nacional.

Eu às vezes vou fazer algumas entrevistas e me perguntam quais são as reivindicações dos Músicos,

e eu respondo que a gente tem uma primeira grande reivindicação, que é incluir a música na pauta do País. A gente criou essa ilusão que a Música, pela sua possibilidade de se resolver no mercado, porque de fato a Música tem potencial para se resolver no mercado, não se fazer necessário uma política pública para a música. E o que a gente viu é que esse [pronunciamento em língua estrangeira] acabou que gerou conseqüências muito graves para a música brasileira.

O meu tema hoje aqui é difusão, então é uma questão extremamente complexa, e talvez seja um dos mais sérios gargalos da música brasileira. O que acontece? Existem estatísticas que dão conta que as grandes gravadoras, as MAYDIERS(F), são responsáveis por 18% da produção nacional. Esses 18% ocupam 96% do espaço de radiodifusão no País e, conseqüentemente, o número semelhante nas prateleiras das lojas para venda. E olha que isso é uma estatística muito otimista, porque é uma estatística que dá conta apenas da indústria, dos selos. A gente não está falando aqui do artista independente, o auto-produtor. Porque hoje, ao lado dos pequenos selos e pequenas gravadoras, existe um sem número de artistas independentes e o que acontece, na realidade, é que a música brasileira não está chegando ao brasileiro.

Quer dizer, através de um sistema conhecido popularmente como “jabá”, que é o pagamento às rádios para execução das músicas que, na verdade, já vem se transformando, pagamento primeiro para o Programador, depois para o Diretor, agora já assume uma forma comercial mesmo, de espaço publicitário, então, tem nuances aí, mas, de qualquer forma, o grave, o muito grave é que há uma monopolização desses meios de comunicação, e apenas essas grandes gravadoras impõem artistas e músicas, e massificam isso de Norte a Sul do País. Então, a gente pega o rádio, a gente vai virando lá o *dial*, e em qualquer momento você escuta a mesma música, do Rio Grande do Sul à Amazônia, a mesma música em várias rádios. E o que é mais incrível, a mesma música executada várias vezes ao dia na mesma rádio. A gente fica pensando – Mas por quê? Não existem outras músicas para serem veiculadas? Porque apenas essa música? E não é preciso muito para perceber que isso é um desastre para a diversidade musical brasileira. Isso é um desastre para a cultura brasileira. A gente tem hoje um cenário em que a enorme maioria da música que é produzida no País ela não chega ao público.

Então, a música é um produto sonoro. Se ela não toca em lugar nenhum, ela não existe. Então, o que é que acontece? A maior parte da música brasileira, 96%, para fazer o inverso da estatística, simplesmente não existe para o público brasileiro, para o brasileiro. É

uma situação muito grave, que tem reflexos não apenas na questão da diversidade, da própria cultura nacional, mas com relação ao próprio artista, à sobrevivência do artista. Quer dizer, hoje o Músico luta com muita dificuldade para sobreviver. Porque simplesmente não tem espaço, e se não tem espaço na rádio, ele não existe, e se não existe, ele não toca, ele não vende disco, se ele faz um show ninguém vai assistir, porque ninguém conhece, é um ilustre desconhecido. E eu lembro que cada Músico que vai fazer um show, que trabalha, ele emprega, é o Produtor, é o Instrumentista, é o Assessor de Imprensa, enfim, tem toda uma cadeia aí que gira em torno do artista, e isso acaba sendo reduzidíssimo a pouquíssimos grandes artistas, que são aqueles que têm acesso aos meios de radiodifusão e que conseguem uma projeção maior.

Então, é um situação grave, muito grave, que vai requerer, sem dúvida, em algum momento, algum tipo de regulação aí dessas rádios. A gente sabe que não é simples, não é uma questão simples, está tramitando na Câmara um Projeto de Lei para criminalizar o “jabá”, que é um Projeto de Lei fundamental, mas a gente sabe que não é suficiente. Na verdade, a gente tem que levar essa discussão para a sociedade. A sociedade tem que discutir a questão da importância fundamental da diversidade. A gente tem que entender e fazer, de repente, um pacto com as rádios, houve uma proposta de criar um selo de “rádio amiga da diversidade”, eu não sei, a gente tem que levar essa discussão para dentro das Comissões de Cultura e de Música, levar essa discussão para dentro da Comissão de Comunicação, que aqui no Senado é junto, e eu acho ótimo, porque às vezes fica uma Comissão de Comunicação e se discute só o ponto de vista tecnológico, sem discutir a questão da Comunicação Social, a função social da comunicação como, aliás, reza aí o art. 221 da Constituição.

Então, eu sei que a gente tem pouco tempo aqui, é só para deixar um apelo para em um outro momento a gente aprofundar essa questão, mas para realmente chamar a atenção dos Senadores, das pessoas presentes, da importância fundamental da gente preservar essa enorme riqueza que é a música brasileira em toda a sua diversidade. Obrigada. [Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Ótimo. E para lembrar o que a Cristina falou em relação a termos na mesma Comissão, a Comunicação Social e, a partir de agora com a aprovação do meu projeto, da Música, tivemos recentemente um confronto entre Cinema e Música aqui nesta Comissão, e que parou no Plenário. Onde a questão do direito autoral foi...

SRA. CRISTINA GOMES SARAIVA – O Senhor não vai querer levantar essa polêmica agora [risos].

Não, eu não quero trazer, não... [Risos]

SRA. FERNANDA ABREU – Nós estamos chegando agora. Agora vai chegar a outra parte interessada. [Risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Quero dizer que fiquei ao lado da Música e conseguimos impedir no Plenário porque, aliás, não foi o Cinema, não, na verdade, não é um pleito da indústria cinematográfica, não, é um pleito dos exibidores. Especificamente, dos exibidores. E absolutamente equivocado, não ouvi nenhum Diretor de Cinema, não ouvi nenhum Ator, não ouvi nenhum Produtor solicitar isso. Isso foi solicitado pelos donos das salas de exibição que, para resolverem seus problemas administrativos e econômicos, queriam punir o direito autoral brasileiro. Mas, conseguimos impedir.

SRA. FERNANDA ABREU – Muito bem. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Como diriam os espanhóis na Guerra Civil, “no passará” [risos]. Vamos ouvir o último orador inscrito, pela ordem determinada pelos próprios convidados, que é o Ricardo Breim, Compositor e Arranjador, e o tema que ele vai abordar é educação musical.

SR. RICARDO BREIM – Bom dia. Eu gostaria de falar um pouco a respeito do papel da música na formação do indivíduo e, já de cara, fazer uma distinção. Porque, quando a gente pensa no papel da Música na formação, dá para a gente pensar pelo viés da atividade, quer dizer, a Música pode ser incluída na educação como atividade e favorecer a inclusão social, favorecer de várias maneiras a aprendizagem dos alunos, a formação. Mas, não é isso que eu vou abordar aqui. Porque o interesse aqui na minha fala é a música enquanto conhecimento humano, a contribuição que ela pode dar para qualquer pessoa quando é incluída como conhecimento, junto com todos os outros que costumam fazer parte é parte do currículo das escolas brasileiras.

Para isso, eu queria começar lendo um pequeno trecho aqui de um texto que eu tinha escrito. “Hoje os educadores dizem que, num mundo em constante mudança como o que vivemos, a educação não sabe mais para que futuro está preparando seus alunos. Diante disso, nós Músicos educadores gostaríamos de dizer que talvez seja tempo de propormos um novo modelo para a formação do indivíduo. Um ser humano mais sensível para escutar e compreender de maneira mais profunda o mundo em que vive. Um indivíduo mais capaz de usar com sabedoria os seus conhecimentos. Um indivíduo que possa buscar dentro de si

as respostas que há tanto tempo, ao longo da história do Ocidente, vem procurando em vão do lado de fora. A música tem muito a contribuir nesse sentido”.

Então, eu queria explicar um pouco da natureza do conhecimento em música, para dar uma idéia dessa contribuição possível. A própria Filosofia diz que a gente tem basicamente dois processos de construção de conhecimento. Pelo pensamento e pelo sentimento. O pensamento está ligado à palavra, quer dizer, todas as culturas construíram as suas línguas utilizando uma percepção que recorta o mundo natural e vai estruturando, vai dando nome às coisas, e a gente sabe a preciosidade que é a gente poder pensar a partir dessas palavras que vão sendo construídas.

Bom, a fala é uma linguagem sonora. A gente utiliza som para fazer isso. E o que eu queria mostrar para vocês é a música, sendo também uma linguagem sonora, como é que ela pode funcionar de uma maneira complementar em relação à fala. A gente verifica que o som, a gente sabe da Física, da acústica, que o som tem quatro parâmetros. Altura, duração, timbre e intensidade. A fala organiza quantitativamente, além de organizar qualitativamente, ela organiza quantitativamente dois desses parâmetros, que são o timbre e a intensidade. Por exemplo, o timbre é o que faz a gente extinguir as consoantes, as vogais. É por esse parâmetro, e sem isso, você não tem língua. E a intensidade é o assento tônico. Por exemplo, se eu falo “tônico”, quer dizer uma coisa, e se eu falo “tonico”, quer dizer outra coisa. Então, a gente até graficamente qualifica isso para poder... Ou seja, isso quer dizer que a gente organiza quantitativamente esses dois parâmetros. Os outros dois, a duração dos sons e a altura, a altura seria mais grave, mais agudo, quem organiza quantitativamente é a música.

O que é que significa isso? Quando a gente fala, a gente tem duas dimensões na fala, que é a dimensão do conteúdo e da expressão. O conteúdo é o que se diz. Por exemplo, eu estou aqui falando para vocês de algumas idéias, talvez amanhã vocês se lembrem de algumas idéias de uma outra maneira. Eu mesmo posso repetir essas idéias de outras maneiras, mas o que fica é a idéia. A entonação, a música da minha fala é que traduz o meu sentimento. Por exemplo, eu estou nervoso para falar, por exemplo, então a minha fala de certa maneira, a entonação, a sonoridade dela traduz isso, quer dizer, traduz sentimento. Mas, a fala não dá conta disso. Quer dizer, se a gente pegar o dicionário, as palavras que existem para qualificar as nuances de sentimentos são pouquíssimas. A gente está alegre, pode estar alegre todos os dias, mas existem tantas maneiras de estar alegre, e não existem palavras para descrever isso. A música consegue lidar com essas

nuances. Porque o que precisa é para poder qualificar isso é justamente lidar quantitativamente com esses dois parâmetros que estão faltando.

Isso é só um dado, quer dizer, na verdade, eu poderia trazer mil outras reflexões para mostrar a importância que a música pode ter como conhecimento. E é interessante, porque a gente tem toda uma história da civilização ocidental que privilegiou o pensamento. Quer dizer, na verdade, o grande golpe de misericórdia nisso veio com Freud, quando falou que a gente tem um inconsciente, ou seja, a gente não se governa.

Então, eu posso dar um testemunho pessoal para vocês de que a gente consegue lidar com nuances do inconsciente, e ter um aprendizado, uma integração de conhecimentos que contribui para tudo que a gente possa fazer na vida, qualquer que seja a atividade humana, através da música.

Então, com base nessa idéia do pensamento e sentimento, eu queria ler mais um trecho aqui. “Consideramos que o momento em que vivemos constitui uma oportunidade histórica de oferecer aos alunos a possibilidade de construir conhecimento a partir do sentimento, para integrá-la com o pensamento e adquirir sensibilidade e sabedoria, uma palavra que simplesmente sumiu das nossas propostas pedagógicas”.

Eu digo que é uma oportunidade histórica, porque o que a gente está defendendo não é uma volta da música às escolas da maneira como já foi. Esse conhecimento que a música pode representar nunca esteve na educação. E ele precisa ser buscado, precisa que hajam iniciativas para a gente colocar os Músicos, os pensadores, para conversar e definir isso, como vou falar um pouco mais para a frente aqui. “Experiências e pesquisas realizadas, principalmente na segunda metade do Século XX, mostram que a música, se aprendida e utilizada em condições muito específicas, nos permite integrar competências musicais, linguísticas, corporais, [soa a campainha] espaciais, de raciocínio lógico, percepção de si próprio, percepção do outro. Em outras palavras, isso significa que, por meio da música, é possível integrar tudo aquilo que o Projeto Zero da Universidade de Harvard define como inteligências. Nenhuma disciplina do currículo da escola brasileira oferece tal possibilidade de integração entre conhecimentos”.

Bom, eu queria finalizar minha fala deixando uma proposta aqui, já que não há tempo para desenvolver muito. A gente tem várias iniciativas, quer dizer, na última década, com leis e parâmetros educacionais que já abriram uma brecha para a música na educação brasileira. Mas tem muitas coisas para ser feitas. Eu acho que a gente precisa de um amplo programa de educação musical, um programa nacional de educação musical.

E tem uma questão específica que eu queria destacar. Por exemplo, quando você pega uma área como a Matemática, ela está toda organizada, quer dizer, um sujeito que vai prestar vestibular sabe o que é que se espera dele, e aí, essa definição é que permite que a gente equacione tudo que vai ser ensinado desde bebê, quase. Desde as crianças mais novas.

Para música, isso inexistente. A gente precisa definir isso, o que é que é esse conhecimento em música, e a minha proposta seria que a gente pensasse, tivesse como referência a criação, já que a legislação recentemente passou a prever um espaço para isso, de um ensino médio profissionalizante de música, um curso de ensino médio profissionalizante de música, porque isso está definido na legislação brasileira para a faixa etária de 15 a 23 anos de idade, e essa faixa de idade é uma faixa onde é possível a gente considerar, da maneira mais ampla possível, o que a gente considera um conhecimento profundo e amplo de música. Definindo, aí a gente passaria poder definir para as idades mais novas e também poder repensar o ensino nas universidades, que vivem reclamando que têm que dar conta da formação. Porque os alunos entram sem uma suficiente formação em música. Então, essa é a minha proposta. [Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Agradeço ao Ricardo a exposição. Abrindo para os Srs. Senadores, o primeiro Senador inscrito, Senador Roberto Saturnino Braga, do PT do Rio de Janeiro, e que presidiu muito bem essa Subcomissão Permanente. Estão inscritos o Senador Saturnino, a Senadora Iris, o Senador Wellington e o Senador Geraldo.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Sr. Presidente, Senhores convidados, depoentes, muito importante essa nossa... Quer dizer, inicia a presença da Música aqui nas preocupações da nossa Comissão, o que é extremamente importante e indispensável realmente, dada a sua importância no quadro geral da cultura e da comunicação no País. E todos sabemos e vimos aqui, referências muito importantes a respeito das virtudes da música, nos seus diferentes aspectos. Normalmente é muito mencionada a questão da música na formação da identidade, na formação da auto-estima do País, na formação da projeção da imagem do País no exterior. Tudo isso é muito importante. Normalmente é mencionado a sua função na geração de emprego e de renda, o que também é muito importante, enfim, na inclusão, na vida social de muitas pessoas, especialmente nas camadas mais carentes, que dificilmente encontram outros caminhos de participação na sociedade que não pela forma da música ou de alguma outra for-

ma de arte. Mas hoje a gente escutou mais virtudes ainda, quer dizer, a influência sobre a saúde, “quem canta melhora a sua saúde”, e isso [risos], quer dizer, isso tem uma...

Quer dizer, há ditados, há provérbios antigos, “quem canta seus males espanta”, essa coisa toda. Mas é evidente, basta mencionar para a gente sentir. No momento em que foi mencionado, acho que foi a Fernanda que falou, eu já me senti, eu disse “É isso mesmo, a minha saúde melhora a cada vez que eu cantarolo uma melodia”. [risos] Bem, e na formação da cidadania, até da felicidade, eu acho que foi o Egeu que se referiu, tudo isso é importante. Mas a Fernanda também se referiu à formação da inteligência do ser humano. E, aliás, foi muito ressaltado pelo Ricardo, essa importância da inclusão da música no currículo escolar. O que existia antigamente, no meu tempo de primeiro grau e segundo grau a gente estudava música e cantava e tinha...

Bem, agora, essa observação, essa constatação é muito antiga. Isso tem dois mil e quinhentos anos. Platão, na sua República, quando ele descreve a sociedade ideal, na imaginação dele [risos], incluía música, obrigatoriamente, a música e a matemática como formadoras do intelecto. E Platão não era um homem que cultivasse os sentimentos, ele cultivava a filosofia, o pensamento, e é claro que a música, no tocante ao sentimento, ainda é muito mais importante. Mas a música também ela produz um aumento das ligações cerebrais ou qualquer coisa assim. O fato é que aumenta a inteligência do ser humano. Isso já era observado pelos gregos. Então, é importante.

Eu agora fico pensando aqui na responsabilidade nossa, que é eminentemente legislativa, de produzir propostas legislativas no sentido, por exemplo, de incorporar a música no currículo escolar, respeitando e observando o que disse o Ricardo a respeito da forma, que a forma antiga não é a ideal, nós precisamos atentar para a forma de inclusão e de cultivo da música no currículo escolar. O que falou o Alexandre sobre a necessidade da supervisão do Estado na legislação, na coleta dos direitos autorais, da distribuição [soa a campainha] de direitos autorais. Quer dizer, tudo isso passa a ser responsabilidade nossa. Assim como disse a Cristina, quer dizer, proteger a diversidade, enfim, encontrar formas também de restringir o tanto quanto possível essa prática do “jabá”.

Quer dizer, essa Audiência nos inculca responsabilidades de pensar e de propor e de consultar, sempre e constantemente, vocês a respeito de proposições legislativas que possam propiciar o desenvolvimento da música brasileira, que já é

bem desenvolvida, porém, ainda pode galgar outros patamares, porque talento não falta em termos musicais ao povo brasileiro para produzir essa forma de arte.

De modo que eu acho que foi muito importante e congratulo-me com o Presidente, Sérgio Cabral, e com todos que estiveram aqui, e acho que esse dia de hoje vai produzir frutos em termos de proposições e de continuação desse debate. [Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Obrigado, Senador Saturnino Braga. Eu queria inclusive, Senador Saturnino, que nós podemos estabelecer com a Música o mesmo padrão de relacionamento que estabelecemos com o Cinema lá atrás, V. Ex^a. já como Senador, em que muita coisa foi produzida a partir dessa relação, do ponto de vista da legislação, e a mesma coisa em relação ao Teatro e à Dança, e que eles propuseram uma Emenda, nós absorvemos a Emenda e é a primeira vez que o Orçamento da União terá uma Emenda de uma Comissão do Senado, aliás, aprovada na íntegra, o Antônio Grassi comemorava comigo semana passada, de trinta milhões de reais para a FUNARTE, para o Teatro e para Dança. E pedimos a eles, como disse no início da Sessão, que elaborassem um anteprojeto para um projeto de incentivo fiscal na área do teatro brasileiro, como é a lei do audiovisual. E acho que na Música podemos seguir dessa mesma maneira. Quer dizer, nós temos aqui uma Comissão de Legislação Participativa, mas não há necessidade. A própria Subcomissão recebe os anteprojetos propostos pelo setor musical, e que nós possamos com isso apresentar aqui projetos, ou quando for de vício de iniciativa, quer dizer, em que o Congresso não pode apresentar mas que cabe exclusivamente ao Executivo, promovemos aqui Audiências Públicas e trazemos o Executivo para debater esses anteprojetos propostos pelo setor.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu só queria acrescentar, Presidente, que a explicação de que essa Comissão nasceu efetivamente muito voltada para o Cinema, voltada principalmente para o Cinema. Porque o Cinema brasileiro, que tinha tido um ponto de auge no tempo da EMBRAFILME, ele despencou e caiu praticamente a zero no início desse século. Então, a Comissão, demandada pelo setor Cinema, sentiu-se responsável pela criação e pelo trabalho, pela audiência voltada para o Cinema e o Cinema hoje se reconstruiu e está outra vez numa fase boa, embora sempre tenha que merecer atenção, de forma que aí nós começamos a abrir para outros setores culturais que também merecem atenção e precisam da atenção legislativa.

Agora, só uma palavrinha a respeito do que, quer dizer, a Fernanda, em aparte ao Sidnei, disse uma coisa muito verdadeira, que é o seguinte. A relação trabalhista, do trabalhador da música com o artista, é uma relação diferente do trabalhador comercial ou industrial com o seu empresário. Então, ela tem especificidades. Assim também, a relação Música e Cinema tem especificidades que precisam ser consideradas. Então, nós hoje não vamos debater esse assunto Cinema/Música porque realmente o objetivo da reunião é outro. Mas nós podemos tratar deste assunto e do Projeto De Lei que está em votação considerando isso, que é preciso encontrar meios de conciliar duas formas artísticas extremamente importantes, extremamente importantes no Brasil, porque o Cinema brasileiro também é uma... E encontrar fórmulas, enfim, de atender às justas... A justiça de ambos os lados. Parece que o Sidnei queria...

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Sidnei, por favor.

SR. SIDNEI BONFIM DE JESUS – É só um pequeno aparte. Já existem modelos de contratações eventuais, que não são cumpridos. Nós precisamos de outros métodos, outros modelos, mas já existem, que não são da formal contratação através da carteira e tal.

Tem também outros pontos que nos preocupam, até nessa questão agora como a possível reforma sindical, no caso. Nós somos uma categoria diferenciada, a quebra da unicidade vai reduzir sindicatos ao extermínio. Temos que ter esse cuidado também. Então, tudo que for tratado relacionado à Música, vamos dizer, à arte em geral, realmente tem que ser tratado de maneira diferenciada. Mas já existe, só para lhe dar essa informação, já existem algumas Portarias Ministeriais que nos permitem fazer contratações eventuais. Mas, infelizmente, isso também não acontece no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Com a palavra a Senadora Iris de Araújo, do PMDB de Goiás.

SENADORA IRIS DE ARAÚJO (PMDB-GO) – Sr. Presidente, Senhores convidados, a nossa satisfação aqui, os Senadores presentes, membros da Subcomissão de Cinema, primeiro Cinema, não é, Senador Saturnino Braga? E, felizmente, já evoluindo para Teatro, e agora Música, que eu considero, à primeira vista aqui nós presentes nesse momento, eu ouvi de alguns aqui, eu acho que a política tem muito a ver com a Música. Demais, bastante até. Se nós levarmos em consideração que grandes movimentos políticos neste País foram principalmente alicerçados, e no período dos “anos de chumbo”, quando a liberdade de expressão ela foi absolutamente tolhida, nós

tínhamos apenas um canal, que eram os Músicos, e naquela época, nos anos 60, os Grandes Festivais de Música, que nos trouxeram inclusive novidades expressivas que se transformaram em ícones da música brasileira. Então, eu considero, e eu costumo dizer também, Senador, que se nós políticos cantássemos ao invés de falarmos, como nós falamos nos palanques ou nos púlpitos, acho que nós prestaríamos um serviço muito... [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Senadora Iris, agora seremos obrigados.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ)

– Agora não é proibido cantar, não.

Mas eu ia chegar aí [Risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Seremos obrigados a cantar. [Risos]

SENADORA IRIS DE ARAÚJO (PMDB-GO)

– Exatamente. [Risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Eu sou desafinado, e vou perder todas as eleições. [Risos]

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ)

– Viu, Presidente? Não é proibido cantar, não. Se ela quiser pode cantar. Suplicy já cantou, Ideli... [risos]

SENADORA IRIS DE ARAÚJO (PMDB-GO)

– É. Mas precisa saber. Depois, o que eu considero, e aí está o Senador Magno Malta, que é uma exceção, é um cantor aqui dentro do Senado, ele é político e é cantor também. Então, ele tem uma vantagem muito grande sobre nós todos.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Negativo. [Risos]

SENADORA IRIS DE ARAÚJO (PMDB-GO)

– [risos] E a música eu considero que mesmo se nós quiséssemos, aí chegou ao ponto que eu queria chegar, agora com a proibição de “showmício”, candidato vai ter que dar “tratos à bola” para saber como se apresentar, porque, de uma certa forma, nós temos que ser artistas também, o Senhor sabe disso. Em determinado momento nós temos que ser artistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – E como somos!

SENADORA IRIS DE ARAÚJO (PMDB-GO) – E como somos! Então, o que eu queria colocar é a importância da música para nós, fazendo um passeio por tudo que foi dito aqui, quando o Egeu colocou a música como fator de educação. Tanto economicamente como socialmente e humanamente. É importantíssimo que nós políticos, e aqui com a presença de vocês, eu acho que nós temos apenas que ouvir, e as leis devem ser feitas a partir da opinião do artista. Vocês é que devem dizer exatamente aquilo que é importante,

aquilo que deve ser feito para que nós transformemos, logicamente, em leis. Para serem cumpridas. É bom levar em conta isso aí.

A questão do Sidnei, quando ele coloca a proteção aos Músicos nacionais. Eu estive agora, Sidnei, há três meses, em Boston. Eu fiquei muito impressionada porque eu pensei que até que tivesse uma semana de música brasileira, porque todos os lugares [soa a campainha] que eu freqüentei em Boston, desde o metrô até shoppings centers, restaurantes, era só música brasileira. E eu fiquei muito feliz. Então, aquela história da auto-estima que você colocou, vai lá para cima. De repente, a gente não está sendo lembrado para nada, mas a nossa música está sendo tocada no mundo. No mundo. Então, você tem toda razão ao fazer a sua colocação.

A Fernanda. Quando você coloca a questão da Ordem dos Músicos do Brasil, que há 40 anos tem a mesma direção, nossa! Já está passando da hora da eleição direta. Mas passando já muito. Já passou. Então, eu concordo com você.

A questão de se colocar a música na grade curricular. O Senador Saturnino acabou de dizer aqui que na nossa época, na nossa geração, nós aprendíamos música na escola. Depois isso passou. Incluir a música na pauta política do Brasil, gente. Não é só [risos] nos momentos, vamos dizer, de necessidade em que se cria um fato excepcional como foi criado nas “Diretas já”. Eu tenho na minha cabeça até hoje a “música do Tancredo”, que é do Milton Nascimento, Coração de Estudante. Quem não acompanhou naquele período terrível da doença do Tancredo e depois da morte do Tancredo? Ficou na minha cabeça, como ficou simbolicamente na cabeça de muita gente.

Eu quero dizer que eu tenho uma visão assim mais poética, mesmo sendo uma política, eu acho que o político também tem que ter essa visão poética daquilo que ele faz, daquilo que ele propõe. Porque, só assim ele terá condições de restabelecer esse vínculo que, de uma certa forma, está perdido. No momento atual perdeu-se essa referência e esse vínculo, e que nós poderíamos restaurar...

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Senadora, por favor, conclua. Desculpe.

SENADORA IRIS DE ARAÚJO (PMDB-GO) – Está tão bom o assunto. [Risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Eu sei, Senadora, mas há outros inscritos. [Risos]

SENADORA IRIS DE ARAÚJO (PMDB-GO) – Não posso falar mais nem um pouquinho, não é? Eu

quero só cumprimentá-los pela presença e dizer que eu tenho o maior orgulho de fazer parte desta Subcomissão. Muito obrigada. [Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Obrigado, Senadora Iris. Com a palavra o Senador Wellington Salgado de Oliveira, do PMDB de Minas Gerais, no que pese ser um eminente carioca. [Risos]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Acho que já perdi uns votos aí, Senador. [risos] Eu não, o meu titular, que é o Hélio Costa.

Senador Sérgio Cabral, Senadores, Senadoras, demais componentes da Mesa, eu vivi uma experiência muito interessante, não sei se vocês conheceram uma rádio no rio chamada Rádio Mania. E nessa época eu quis fazer uma rádio totalmente anárquica, digamos assim. E sendo uma rádio anárquica, ela começou a tocar pessoas que não tocavam antes na rádio. Por exemplo, uma grande cantora como a Leci Brandão, que não tocava na rádio naquele momento, e no entanto é uma grande Compositora, grande Cantora, nós passamos e criamos um programa chamado “Universidade do Samba”. E a Leci passou a cantar, a selecionar música, a levar convidados. E o que é que acontece? Dois meses depois, a Leci não aparecia mais, porque estava cheia de shows e o pastelão que a gente comia, que a mãe dela fazia para nós comer, não tinha mais. Hoje tem o conjunto Revelação, outro conjunto também que começou a tocar e de repente foi embora também. Jorge Aragão, mesma coisa, comia pizza com a gente lá, não tinha show, e o Jorge Aragão está aí, e é esse Músico maravilhoso que todos nós conhecemos.

Então, essa questão de que realmente se tocar o grande artista ele vai parecer e vai fazer sucesso, quer dizer, o difícil é você dar a selecionada e saber quem é bom, para poder tocar, porque se você tocar todo mundo não adianta. Eu estou muito ligado ao ramo de comunicação, e não tem uma lógica, porque nunca o ECAD perguntou “O que é que você toca? Quem são os artistas que você toca?” Porque de repente criar, hoje com a questão da informática, você poderia muito bem entrar todo dia com a programação que você tem para a sua rádio, jogava lá e você sabia qual era o Compositor e o Cantor que ia tocar e aí você vai criando um acúmulo, no final do mês imprime e vê quem é que tocou e divide o bolo. Uma coisa simples de lógica para organizar. Estou falando nas rádios, não estou falando em shows. E sempre ele não tinha isso. O que é que o ECAD fazia? “É tanto”. Entendeu? “É tanto que vai se cobrar e é tanto que vai se pagar”. Talvez ele leve em conta a posição no IBOPE, que é uma variável que ele utiliza.

Quer dizer, para a era de hoje isso já está passado. Acho que nós temos condições na área da informática, os veículos de comunicação como evoluíram também, para poder solucionar esse problema. Mas isso não vai vir do ECAD. Isso vai ter que ir dos artistas para o ECAD. Os artistas têm que se organizar para poder levar isso para o ECAD. Porque realmente o ECAD também tem um trabalho muito difícil. Imaginem a quantidade de shows que existem, e bailes, por exemplo, estava aqui o nosso amigo Gabriel Pensador, a Fernandinha também, devem fazer uma série de shows nos finais de semana, imaginem o ECAD ir atrás procurando tudo isso. É difícil também para o ECAD.

Então, eu acho que essa questão tem que ser pensada por vocês, tem que ser organizada por vocês, para poder ver se divide esse bolo da melhor maneira possível. [soa a campainha] Realmente, quando a gente está falando passa rapidinho, não é Sérgio? Eu estou correndo, rapaz, mas que coisa! [Risos]

Bom, a minha colocação é só essa. E queria parabenizar o Senador Sérgio Cabral, que realmente tem lutado muito pela questão até cultural, não vou falar só de Música, Cinema e Teatro, e falar que essa classe, Senador Sérgio Cabral, precisa de pequenas coisas, coisinhas pequenas que de repente faltam e você faz. Eu vejo, a Carla Camurati filmou lá “O Mistério de Irma Vap”, e nós temos lá o teatro de onde era a BLOCH, e estava acabado, aí nós demos uma reformada rapidinho, e a Carla filmou tudo lá, quer dizer, e saiu bem o filme, e não precisava de tanto, não foi cobrado nem nada, mas ela trabalhou, ela ajeitou lá com o Ney Latorraca e tudo e filmou e fez sucesso. Está fazendo sucesso o filme. Quer dizer, pequenas coisinhas que precisa. É só dar uma força.

Agora, eu acho que vocês têm que se organizar um pouco mais, viu, Senador? Já encerrando, porque esse olhar seu eu já conheço, o meu tempo já acabou. Quando ele olha por cima dos óculos, está na hora de encerrar [risos]. Só isso que eu queria colocar, e parabenizar o Sérgio, eu que realmente se você vier, e eu acho que vai ser o Governador do Rio de Janeiro, eu acho que você pode realmente mudar um pouco a cara do Rio de Janeiro, com todo esse carinho seu dedicado à questão cultural do Rio de Janeiro. Parabéns por essa colocação. [Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Obrigado, Senador. Vamos ouvir o Senador Geraldo Mesquita, do PMDB do Acre.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Meu caro Presidente, Senador Sérgio Cabral...

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Só uma observação. Enquanto o

Senador Wellington se pronunciava e a Senadora Iris, alguns debatedores gostariam de fazer observações. Eu pedi a eles para, ao final... Para ser mais objetivo, os Senadores comentam e, ao final, cada um faz a sua exposição final.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Me desculpe, Serginho [risos]. Senadora Iris, caros colegas Senadores, ilustres convidados, eu começo a minha fala sugerindo que a gente mude inclusive o teor desse materialzinho que vocês trazem aí no peito. Porque acho que há um equívoco no que vocês estão propondo, com todo o respeito. Me desculpem a sinceridade. “Vamos incluir a Música na pauta do País”. A Música já é pauta neste Brasil desde que Brasil é Brasil. Dos brasileiros.

Agora, eu acho que a gente deveria adotar o seguinte, vamos por a música na pauta dos políticos deste País, daqueles que decidem as políticas públicas. Aí sim, aí eu concordo com vocês. Mas a Música já é pauta deste Brasil há muito tempo. Ai de nós se não fosse. Sabe por que? Deixa eu exemplificar isso para vocês, com toda clareza. Nesse final de semana passado, na minha terra, eu sou do Acre, eu fui participar do aniversário de um grande amigo, Osmarino Amâncio, companheiro do Chico Mendes, que já morreu. Lá na reserva. Ele é seringueiro até hoje, mora numa reserva chamada Chico Mendes. Andei de cavalo, andei a pé, para chegar lá onde ele está. E vocês sabem qual era o ponto alto do aniversário? Um forrozinho daqueles assim da melhor qualidade com sanfoneiro, com zabumbeiro. Quer dizer, a música no centro da confraternização, do encontro das pessoas, que estão ali dentro da mata. É o que você vê ali na Tijuca, é o que você vê lá dentro da mata é a música. Então, é por isso que eu digo, a música está na pauta do povo brasileiro, faz é tempo. Não está é na cabeça de quem decide as políticas públicas neste País. E aí eu concordo com vocês.

Educação, Ricardo, quando o menino é pequeno, ou a menina, a gente pergunta assim – “O que é que você quer ser quando crescer? E ele – “Olha, eu quero ser Engenheiro, quero ser Médico e tal”. Dificilmente você vê alguém dizer que quer ser Músico. [soa a campanha] Sabe por quê? Porque a lógica de como a coisa está construída, nisso você tem razão, a lógica é aquela, existe a Matemática, existe a Física, existe a Geografia, não sei mais o que. Aquilo tudo conduz para que a formação se direcione para essas opções que as pessoas têm na vida. A música deve, e deveria estar incluída não no ensino médio, mas desde o início, desde lá do jardim de infância. Com essa característica formal também. Para que, daqui a pouco, quando você perguntar “Você quer ser o quê?”; “Eu quero ser Mú-

sico”. E aí a pessoa já tem, digamos, todo um aparato institucional voltado para aquilo, para a formação.

Então, eu acho que esse encontro promovido por iniciativa do Senador Sérgio Cabral, que é um apaixonado pelos temas que dizem respeito à cultura brasileira, eu acredito sempre no fato concreto, na ação. Eu acredito muito na ação. Isso aqui é uma ação. Nós estamos executando. Tomara que outras se sucedam. É assim que a gente provoca, é assim que surgiu, por exemplo, o que o Sérgio acabou de se referir, pela primeira vez uma Emenda contemplando o setor de Teatro e da Dança, foi acolhida no Orçamento Geral da União, trinta milhões de reais, pela primeira vez. Foi graças a ações como essas que a gente está executando aqui nesse momento. Isso aqui pode ser um primeiro passo para a gente examinar regulamentação, examinar financiamentos, examinar educação musical. Nós estamos na Casa que formula e aprova a legislação. Quem sabe, na sucessão dos nossos encontros a gente não avance bastante nesse sentido.

Nesse nosso País, olha, estamos precisando de menos Big Brother e mais festivais de música, por exemplo. [Palmas] Antigamente, quantos e quantos artistas não surgiram neste País através dos festivais de músicas? Eu lembro de música da década de 60, o Júlio disse que o Ivan Lins vinha hoje aqui, eu lembro de música do Ivan Lins sendo lançada em festival de música...

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Ele esteve ontem aqui, inclusive com o Presidente Renan, junto com a Fernanda, agradecendo exatamente o fato de hoje.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – O que seria “A Banda” se não fosse um festival de música? Acredito que seria uma música... Mas será? Sem aquele festival. O que seria tudo aquilo que aconteceu nos festivais de música neste País? Acho que a gente precisa mesmo de menos Big Brother, mais festivais de música...

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Senador, por favor, conclua.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Pois não. Serginho, para concluir, eu digo o seguinte, eu já morei, viu Sérgio? Eu já morei na tua terra, no final da década de 60, princípio de 70, morei ali, Zona Norte, Bom Sucesso, morei no Morro do Jacarezinho, trabalhava lá em Vicente Carvalho. O que eu freqüentava era aquilo ali. De noite, a paz ainda, aqueles bares por ali. O que a gente vê da música popular brasileira é só a ponta do *ice berg*. Porque o que existe de protótipo de Cartola, de... É uma coisa assim emocionante, o que a gente vê de manifestação musical nas noites, e não é só no Rio não, qualquer

cidade do Brasil que você visita, o que você vê de manifestação musical que não é acolhida pela indústria fonográfica é uma barbaridade. É um patrimônio enorme que nós estamos desperdiçando, jogando fora. Como ele disse, talvez a expressão lá do representante do Ministério da Indústria e Comércio seja sincera mesmo. Eles não enxergam a coisa dessa forma. O que isso poderia gerar de divisas para o País, de mercado interno, inclusive. De mercado interno, de produção de instrumento musical, a discografia, de uma maneira geral, no nosso País, como seria rica, se essa indústria fonográfica nossa, que é burra mesmo, esse negócio do “jabá” que a Cristina fala, eles ganhariam infinitamente mais se privilegiassem a qualidade, se privilegiassem a boa música mesmo. Porque os seus patrocinadores, o termômetro para os seus patrocinadores, é claro que a audiência crescerá uma barbaridade. E eles atrairiam financiamento para as suas rádios dos seus patrocinadores e não do “jabá”. Esse é o caminho mais adequado.

Então, parabéns pela iniciativa, Serginho, mais uma vez. Eu quero que o pessoal saia daqui, a Fernanda, a Cristina, todos vocês saiam daqui com a certeza de que esta Casa que, eu digo isso com pesar, digo isso com constrangimento mesmo, esta Casa que vez por outra tenta se auto-avacalhar, o Congresso Nacional como um todo, mas que tem muitas iniciativas, tem muitas pessoas nesta Casa, como na outra, que trabalham em prol da cultura brasileira, que trabalham em prol de se promover o que há de melhor neste País, em que pese o esforço do Congresso Nacional, por vezes, de se auto-avacalhar. Então, é necessário que a gente persevere nesse caminho, que a gente estreite cada vez mais os laços. Porque é aqui que a gente vem discutir um assunto dessa natureza. Então, a gente precisa pegar isso com “unhas e dentes” e transformar isso em ações concretas. Desculpa, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Imagina, é um prazer. Obrigado. [Palmas] Penúltimo orador inscrito é o Senador Magno Malta, do PL do Espírito Santo.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Senador Sérgio Cabral, quero cumprimentar a Mesa e me desculpar, porque aqui tudo acontece ao mesmo tempo, dez, onze horas todas as Comissões, e todo mundo faz parte de todas, então, você precisa ser onisciente, onipresente e participar de tudo e, como eu estava numa Comissão debatendo um tema muito importante para o Brasil, e que sou muito afeito a ele, e de igual modo o Sérgio é afeito à cultura, eu sou afeito ao tema de que estou vindo do debate, e eu não pude realmente ouvir as considerações todas que foram feitas por todos os Senhores e reputo que tenham sido uma im-

portância muito grande. Depois eu vou ouvir, porque a Sessão está sendo gravada, vai ser repetida, e eu vou pedir a fita, como costume fazer, também para poder fazer um DVD e ver em casa, ouvir e tal, do que foi tratado aqui.

Eu sou Músico também, e o segmento onde eu faço música é uma grande realidade já hoje no Brasil, embora alguns não queiram reconhecer, mas é uma grande realidade, que é o segmento *gospel* que tem uma realidade no mundo inteiro hoje, respeitado no mundo inteiro. E aqui já é uma grande realidade também. E, de igual modo, nós sofremos as mesmas coisas, temos as mesmas queixas do ECAD, somos piratados do mesmo jeito. E eu tenho meus sonhos, e tento fazer uma luta, quem sabe, até diferenciada do que o pessoal pensa sobre pirataria. Eu não acompanhei o debate aqui, mas gostaria de dizer que algumas coisas eu acho que deveria acontecer. Pelo menos a princípio imagino, com relação à Lei Rouanet, Senador Sérgio, eu penso que precisávamos buscar um mecanismo, e V. Ex^a que é da Comissão e eu tenho alguma coisa escrita já sobre isso, poderia passar a V. Ex^a., no sentido de que o Governo entrasse na discussão com esta Subcomissão, V. Ex^a fizesse a discussão com o Governo, com os Senadores que fazem parte da Subcomissão, infelizmente eu não faço, é meu meio, mas não faço, até porque estou em outros debates, de que a Lei Rouanet pudesse ser estendida, que até a escola pública pudesse ter acesso a ela. Onde tem uma escola pública, tem um empresário lá que faz vassoura, e que podia muito bem atender à escola, com a Lei Rouanet, para que ela pudesse comprar instrumentos para escola, ter instrumentos na escola.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Deixa eu lhe dizer, nós estamos nesse momento debatendo isso na Subcomissão, há um projeto tramitando, inclusive nessa direção da ampliação da Lei Rouanet para beneficiar escolas de formação do setor cultural. Formação e pesquisa no setor cultural.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Até um centro comunitário, onde se aglomera gente, onde tem talento em volta, onde alguém... E dentro disso, eu estou oficiando ao chamado Banco do Povo, que até hoje só vi patrocinando o futebol de areia, o Brasil tem uns troços meio errados. Por exemplo, o tetra campeão do mundo de boxe chama-se Acélino Popó. Este não é o País do Boxe. O País do boxe é México, é Panamá, é Cuba, Estados Unidos. O único tetra do mundo é brasileiro. E não tem nenhum patrocínio do País dele. [soa a campainha] Só consegue ter uma casa para morar porque foi lá for tomar murro na cara, porque

se dependesse do patrocínio aqui ele não ia ter nada. Agora, o futebol de areia tem o Banco do Povo.

Eu estou oficiando ao Banco do povo, pedindo uma audiência no sentido de que... Porque o art. 63 da Constituição nos proíbe de legislar sobre matéria tributária. Então, isso tem que vir de lá para cá. Para que exista uma linha de crédito no Banco do Povo para o Músico brasileiro que toca na noite. Você vai num lugar e você o cara tocando com um violão remendado com Durepox, por que o cara não tem condição de tocar. O teclado dele não tem *case*. Ele chega com uma bolsa puxando um teclado e põe no fundo do carro. E é o sustento do Músico, da família dele. Para que o Músico brasileiro tenha uma linha de crédito, um Músico profissional, de igual modo o taxista pode comprar o táxi dele sem imposto. Sem imposto. Você queria falar? Mas não estou errado não, não é? Eu acho que...

SRA. FERNANDA ABREU – Isso quando a OMB não vai lá naquele Músico de noite e impede ele de tocar por porque ele não está pagando a mensalidade.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Não, e chega falando coisa absurda, “Cadê o contrato?” O cara – “Que contrato, o cara está me dando ‘cem conto’ para tocar aqui até 4h da manhã”. Qual é o contrato? Mas é verdade isso. Para que o Banco do Povo, Senador Sérgio Cabral, e aí o Senhor tem um grande aliado, que é o Senador Saturnino, que é do partido do Governo e pode ajudá-lo, porque V. Ex^a sistematicamente vota contra o Governo, o diálogo fica meio difícil. Mas eu estou oficiando ao Banco do Povo, Senador Saturnino, e posso lhe mandar a cópia, no sentido de que haja uma discussão nesse sentido, e rápida, para que o Músico brasileiro, exista uma linha de crédito para atender o Músico brasileiro. O Músico profissional. E aí entro naquela questão da nossa Ordem dos Músicos do Brasil, que realmente ela precisa ser revista e rapidamente. Nós precisamos ter um voto aberto lá. E agora você vê político pedindo voto aberto [risos]. Porque todo mundo nos leva contra a parede, e eu acho isso muito invocado, pelo seguinte, porque todo mundo quer que a gente vote aberto.

Esses dias recebi uma carta lá do Padre lá da minha cidade pedindo para eu lutar para acabar com essa imoralidade. Mas, só se elege Papa com voto secreto. Eu sou Batista. Na minha Convenção Batista, o Presidente é eleito com voto secreto. E esse me manda carta pedindo para acabar com o voto secreto aqui. Em todo lugar o voto é secreto. Então, eu estou pedindo um voto aberto na Ordem dos Músicos, para a gente mudar, até porque, quem ama a Ordem dos Músicos, se aqueles que lá estão há 40 anos, amam tanto a instituição, a entidade, será uma prova de amor oxigená-la, de desprendimento nesse momento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Aqui quem está pedindo voto aberto sou eu agora. Eu sou imprensado para pedir voto na imprensa, “São imorais, são indecentes, fecham o voto para fazer safadeza e tal”.

O último assunto que eu queria colocar é sobre a pirataria. Para mim, tudo que está fazendo é balela. Quando o pessoal foi chamado para vir aqui queimar quatro caminhões de CD pirata, eu tinha uma informação, até pela luta de combate ao narcotráfico, criei muita identificação, de que aqueles quatro caminhões eram “boi de piranha”. Estava perto do natal, o pessoal precisava colocar 150 caminhões vindos do Paraguai de CD pirata de artistas brasileiros em São Paulo. Porque estava perto do natal, para ir embora para o Brasil. E deram quatro de “boi de piranha” para a polícia ir na direção dos quatro, e eles passaram com os 150, e passaram. Aí os artistas vieram, filmou quebrando o CD e tal. Não muda nada. Isso não muda nada. É um tipo de imagem e de fato que não vai mudar nada.

A proposta que eu tenho é a seguinte, Senador Sérgio Cabral. É que o produto do artista brasileiro, o CD e o DVD do artista brasileiro, de igual modo livro e jornal, seja considerado produto cultural, e tire-se todos os impostos [Palmas]. Esse é o momento de nós combatermos a pirataria. Porque você vai ter um CD e um DVD de qualidade que vai chegar barato para o consumidor. E aí, entre um DVD e um CD de oito reais e um pirata de um, o cara vai comprar o de oito. É a única maneira. O resto é falácia, é tudo conversa. Mas nessa questão ainda me sinto como João Batista, como a voz que clama no deserto. Estou falando só nessa questão.

E aí passo a V. Ex^a isso, para a Subcomissão. Me lembro que lá na inauguração da UNIMAR, em São Paulo, lá na Universal, do Sr. Martins, no dia da inauguração, eu falei sobre isso, ecoaram-se as palmas também, e aí você começa a fazer contato com o artista, com todo mundo que estava lá, que ficaram empolgados, e ninguém tem tempo para nada. Ninguém quer nada, para ajudar a formular. Porque, para isso, tecnicamente, você tem que preparar um projeto porque mexe em tributo, e vir com um projeto pronto, um anteprojeto, para mostrar que a classe está organizada, que sabe fazer e quer fazer, para levar para o Ministro da Fazenda, para o Ministro do Planejamento, audiência com o Presidente Lula que é um nordestino que ama música também, e que deve ter seus interesses de ajudar a cultura brasileira. Levar para ele, e tenho certeza que quem está tendo a coragem de dar o aumento que ele está dando agora, de treze bilhões, que vai pesar na folha de pagamento do País, quando

Economistas estão fazendo mil considerações, eu acho que esse tipo de imposto, de tributo, tirado do produto do artista brasileiro. Do artista brasileiro. Porque a lei tem que dizer o seguinte. Que o artista estrangeiro terá o mesmo benefício no momento em que a pátria dele der o mesmo benefício ao artista brasileiro. Só dessa forma. Aí eu sei que nós vamos combater a pirataria, de fato.

Eu quero passar a V. Ex^a, quero dar a minha contribuição, porque estou contribuindo é para mim também. Até porque tenho uma instituição de recuperação de drogados, que só consigo sustentar porque sou Senador e faço 10 shows por mês. Então, eu gostaria de ver todas essas questões resolvidas, e me colocar à disposição de V. Ex^a, desculpe se versei sobre qualquer coisa que não foi versado hoje aqui, mas eu acho que, mais do que qualquer outra coisa, nós precisamos também ter um trato mais aprofundado com o nosso chamado ECAD, eu acho que tem coisas escabrosas que precisam ser averiguadas, coisas que precisam ser trazidas à luz, explicações a serem dadas, e que não serão dadas se não tiver um processo investigativo extremamente sério, para se revelar, e que esse processo investigativo fique na mão de quem é do meio, de quem é do ramo, para poder, de fato, trazer à luz aquilo que está no escuro no ECAD, e que cria angústia no coração de todo artista brasileiro, quando fala em ECAD é coisa de arrepiar o cabelo para todos nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Obrigado, Senador Malta. Acho que V. Ex^a trouxe temas importantíssimos. A questão de uma política fiscal tributária, inteligente para esse produto cultural que é o CD e a maneira de combater a pirataria. Nós estamos discutindo isso aqui, houve uma audiência sobre esse tema na Comissão duas semanas atrás. A nossa Subcomissão com a Subcomissão de Ciência e Tecnologia. A questão dos direitos autorais tem sido assunto nessa Subcomissão. Duas retificações. Eu não voto sistematicamente contra o Governo, em hipótese alguma. Quando o projeto é bom, eu voto favorável e quando é ruim, eu... O bom de não ter...

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – Eu usei a palavra sistemática? Então, eu retiro. V. Ex^a dá apoio crítico ao Governo. Quando acha que é bom, é bom, quando acha que não é bom, não é bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Quando você não tem o temor de perder nenhum cargo no Governo, você pode votar com liberdade. E outra questão importante é o voto secreto e voto aberto. Eu que sou o autor do Projeto de Emenda Constitucional para acabar com o voto secreto, porque acho que é uma excrescência o voto secreto no Congresso Nacional. Mas isso é outra discussão

também. Com a palavra o Senador Cristovam Buarque, pré-candidato à Presidência da República pelo PDT, o que nos honra muito, e Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)

– Bom dia a cada um e cada uma. Em primeiro lugar dizer da dificuldade que tenho toda vez que há Audiência aqui, Senador Malta, e temos artistas, porque é duro a gente falar diante de ídolos, ou representantes de ídolos. Sempre me deixa meio encabulado. Aqui a gente faz às vezes sobre Cinema, Teatro e, agora, de Música. Segundo, pedir desculpas de não estar aqui todo o tempo, eu até participei da convocação dessa Audiência porque eu presido a Comissão de Direitos Humanos, e estamos fazendo lá uma Audiência sobre o trabalho infantil, e eu tenho que voltar para lá. Mas, eu não poderia deixar de vir aqui, para dizer uma coisa e, antes, dizer outra. Eu apoio perfeitamente a proposta do Senador Magno Malta. Não tenha dúvida quem precisa disso. Porque o direito autoral é a condição necessária para a produção da arte. Eu não digo nem para a sobrevivência do artista. É para nós. Quando a gente paga um direito autoral, nós estamos nos beneficiando. As pessoas esquecem que você só leva um sapato para casa pagando pelo sapato. Você só vai ter o trabalho de um artista se ele estiver não só vivendo, mas também, como diz um velho intelectual americano, sem estar preocupado em pagar a conta do telefone, porque ninguém faz poesia preocupado em pagar a conta do telefone por muito tempo. Pode fazer uma, duas, três.

Mas eu queria chamar a atenção, Presidente, de que não vale a pena a gente tentar resolver o problema apenas pelo lado deste. Como, por exemplo, o direito autoral. A gente tem é que ampliar no Brasil o gosto pela música. A gente tem é que ampliar o consumo de arte no Brasil. Não basta pegar o grupo que atualmente consome e dizer – “Vamos fazer com que paguem tanto ou paguem tanto”. Nós no Brasil temos a mania de querer resolver as coisas corporativamente por um grupo, sem pensar que, resolvendo, se amplia. Eu fico espantado como os donos de jornal brigam entre eles para ver quem vende mais jornal. Se fizessem uma campanha para acabar com o analfabetismo, multiplicava por dez o número de leitores e todos ganhavam. E aí eu quero dizer, e fazer um desafio para que vocês ajudem. Aí o lugar de ganhar adeptos à Música é a escola, desde pequenininho. A gente tem uma educação hoje que não põe Música não só da educação, mas também na educação do ouvido. Não só a educação para fazer música, porque essa exige um talento especial. Lamentavelmente, na minha família Deus concentrou todo o talento em um só, que foi o Chico,

e deixou todos nós outros “Buarques” [risos] sem nenhuma competência para o talento de fazer. Mas, pelo menos, ficamos com o gosto de ouvir.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Ainda tem a Miúcha e a Cristina.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – É verdade. Mas ali é da mesma familiazinha.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Do mesmo núcleo.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Do mesmo núcleo [risos]. Pois bem. A gente precisa levar educação musical para as escolas. Mas, desde a primeira infância. Todo tipo de música. Levar artista para tocar, cantar, falar também de como é o trabalho do criador da música. Se não vincularmos à educação o trabalho de promoção da música, não vamos conseguir ter o resultado que a gente espera. E eu gostaria que vocês, que tem do nosso lado o apoio para as medidas imediatas para cuidar de vocês, que vocês ajudem aqueles que querem cuidar das crianças. Porque ali está o futuro consumidor de música, e respeitador dos direitos autorais. É isso que eu tinha para dizer, Sr. Presidente, e muito obrigado ao Senador José Jorge por deixar eu falar antes dele. [Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque, do PDT de Brasília, e que teve essa deferência vir aqui, se ausentando da Comissão que preside. De pernambucano para pernambucano, o pré-candidato a Vice-Presidente da República pelo PFL e PSDB, Senador José Jorge, do PFL de Pernambuco.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sr. Presidente, Senhoras e Senhores, como V. Ex^a sabe, Pernambuco é o único Estado que tem aqui cinco Senadores. Temos nós três, e ainda tem o Senador Cristovam e o Senador Romero Jucá.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – O Presidente também.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Aqui no Senado? O Presidente da República sim. Mas, esse saiu logo lá de Pernambuco, os outros não, Senador.

Eu gostaria de dizer o seguinte, na realidade, o que se acompanha quando nós olhamos... Principalmente quando a gente viaja para o exterior, quando a gente vê o conhecimento que as pessoas têm do Brasil, “ah, eu acho que em primeiro lugar é o futebol, e em segundo lugar é a música”. Realmente a música brasileira ela ocupa um espaço importante no cenário internacional, e também é um dos poucos Países em que, na realidade, ela resiste em relação à questão do espaço dentro do Brasil. Enquanto, por exemplo, a maioria dos Países eles ouvem em sua... Principalmente música americana, rock etc, aqui no Brasil não, se

nós olharmos a lista de discos mais vendidos, sempre a maioria são músicas brasileiras. Coisa que já não acontece com o Cinema, e com outras manifestações culturais. Então, eu acho que na realidade é aquela história, nós temos que trabalhar mais naquilo em que nós somos melhores. Quer dizer, não tem sentido a gente querer ser bom em basquete. Vamos jogar basquete também, mas nós temos que trabalhar mais o futebol, que é onde nós temos mais oportunidade e, por coincidência, é o esporte mais importante praticamente em todo mundo, tirando os Estados Unidos.

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – E é o melhor do boxe.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – O melhor do boxe, você quer o que o nosso lutador de boxe não leve murro na cara, e isso não existe. Todo lutador de boxe leva murro na cara. Isso faz parte da profissão. [Risos]

SENADOR MAGNO MALTA (PL-ES) – [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Como qualquer lutador de boxe. Então, na realidade, nós verificamos isso. Quando eu viajo, eu sou amigo de João Donato, grande Compositor, uma vez estive com ele em Nova York e nós fomos a uma loja de discos, grande. Chegou lá, na loja de discos tem cinco, seis discos de João Donato para vender em Nova York. Mas às vezes você tem loja de disco em Recife que você não encontra um disco de João Donato, porque eles só se especializam em alguns poucos Músicos. Então, a gente verifica que há toda essa questão que, na realidade, eu acho que é positivo no momento em que essa Subcomissão vai tratar também da Música. Eu até acharia que deveria ter começado pela Música. Depois entrava o Cinema, entravam as outras instituições. [Palmas] Não que a Música seja mais importante que o cinema. Eu gosto muito de música mas de cinema também. Não é que a música seja uma manifestação cultural mais importante que o cinema, mas sem dúvida que para o Brasil ela é mais importante, porque nós temos essa possibilidade que eu acabei de citar.

Por outro lado, em relação a essa questão da pirataria, que é uma coisa gravíssima, eu também concordo que a única maneira de acabar a pirataria real é baixando o preço do não pirata. É a única maneira. Eu sempre dou um exemplo, lá em Pernambuco, quando eu era jovem, existia muito contrabando de uísque, porque as taxas de importação de uísque eram muito altas. Cada pessoa tinha assim o que hoje se chamaria, como tem *personal stylist* hoje, sei lá, tinha uma espécie de “personal contrabandista”. Quer dizer, era aquele contrabandista que vendia uísque para ele. E havia a discussão “o meu uísque é melhor do que o

seu. O seu veio do Paraguai e o meu veio da Escócia”. Quer dizer, aquilo era uma coisa natural, todo mundo usava aquilo.

Hoje em dia, como o Governo diminuiu as taxas de importação de uísque, todo o uísque é comprado no supermercado. Ninguém compra mais uísque no contrabando porque não é vantagem econômica comprar no contrabando. Você inviabiliza o contrabando. Porque o contrabando também tem seus custos. Ele tem que pagar propina, ele perde de vez em quando, tem muitos intermediários etc. Então, na realidade, eu concordo que essa questão dos CDs piratas só tem uma maneira de combater [soa a campainha]. É diminuindo tudo que é imposto, as próprias gravadoras tentando diminuir ao máximo os custos e os próprios artistas recebendo também o menor que for possível receber para que nós inviabilizemos o CD pirata. E além de tudo, agora nós temos também a questão da Internet. Hoje em dia, é muito possível as pessoas não só comprarem música na Internet como tirarem gratuitamente. Então, isso tudo tem que ser visto, e eu acho que a música e os artistas da música estão passando por um momento de transição com as novas tecnologias.

Então, por isso, Presidente, que eu gostaria de me solidarizar com a entrada da Música nessa Subcomissão. Porque realmente é uma questão que nós temos que discutir, porque vai depender de legislação. Porque nós temos aqui o poder de mudar a legislação. Mas para que nós possamos mudar bem a legislação, é preciso que a gente entenda do tema. E para entender do tema, a melhor maneira é realmente participar dessa Subcomissão. Então, eu quero dar a minha solidariedade a todos os artistas aqui presentes e dizer que eu acho que é um tema que a gente tem que discutir cada vez mais aqui, para que a gente possa viabilizar a música brasileira e os seus artistas. Muito obrigado. [Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Obrigado, Senador José Jorge. Antes de encerrar, eu vou conceder, rigorosamente, dois minutos a cada um, para as suas breves considerações. Dois, para chegarmos a uma tolerância. Exatamente. Por favor, Alexandre.

SR. ALEXANDRE HEES DE NEGREIROS – Antes que o Senador Magno Malta vá embora, eu gostaria de deixar oferecido a ele que temos muitos motivos aqui para conversar depois sobre o ECAD. Se você quiser, eu estou à disposição.

Eu queria primeiro falar sobre o que o Senador Saturnino falou a respeito da pequena crise do cinema que motivou essa criação da Subcomissão. Eu quero dizer que essa pirataria à qual o Senador também se

referiu, e o candidato a Vice-Presidente também se referiu, ela também gerou na Música agora a nossa pequena crise. Então, essa reformulação global do setor eu acho que mais do que justifica essa inclusão.

Com relação a Cinema e Música, com todo aquele assunto que a gente havia falado, existe uma questão muito séria no nosso modelo autoral. O modelo brasileiro é um dos únicos no mundo que nega direitos a outras áreas. Quer dizer, eu sou da Música, mas eu estou aqui falando em nome dos outros detentores, dos roteiristas... Que haviam sido contemplados parcialmente pelo projeto da ANSINAT(F), que acabou tendo mil problemas e não foi aprovado. [soa a campainha]

Eu queria falar sobre o que a Senadora falou com relação às nossas demandas serem feitas a partir dos autores, a música tem que trazer as demandas, eu queria dizer que a falta de regulamentação do nosso ECAD gera uma questão muito grave. Das 12 sociedades que existem no Brasil, apenas seis têm direito a voz e voto. O que significa que há compositores que se sentem representados no ECAD, mas, de fato, não são. Quando houve a expulsão de quatro sociedades em 1999, criou-se em seguida a figura da sociedade autoral administrada. Essa sociedade autoral administrada nega direito a voto. Só detêm votos na Assembléia Geral do ECAD a metade das sociedades que existem ali dentro, sendo que uma delas tem a hegemonia há muitos anos. O que há de grave nisso é que há autores que desconhecem essa falta de representatividade, e se sentem contemplados, a lei outorgou ao ECAD essa exclusividade e esse autor não tem representação. Isso eu acho que é gravíssimo, eu acho que isso é uma questão de Estado, eu não sei se justifica uma CPI, principalmente pelas consequências que isso virá a ter para o próprio sistema. O sistema imediatamente reage a isso, não pagando direito autoral, então, isso pode ser muito grave. Agora, a regulamentação, a abordagem do Estado sobre o sistema de direitos autorais é urgente. Ela tem que ser muito bem pensada, para que seja feita sem os resquícios da ditadura, mas ela é urgente. A gente não pode esperar mais. Isso é fundamental. Obrigado. [Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Agradeço, Alexandre. Passamos aqui para o lado direito. Ricardo Breim, por favor. Dois minutos.

SR. RICARDO BREIM – Bom, em primeiro lugar eu queria fazer o esclarecimento de que aquela proposta de começar pelo ensino médio profissionalizante de Música é apenas para estabelecer uma referência, para depois escalonar desde propostas até para bebês. Para o ensino de Música, para os bebês poderem ter contato desde o início.

Outra coisa que eu queria colocar, uma idéia importante para isso, a idéia de música como linguagem, que eu acho que teria que ser adotada para um projeto como esse, pressupõe a gente superar todos esses rótulos que costumam aprisionar a música em determinados nixos. A própria oposição entre música popular e música erudita é uma coisa completamente superada. Isso não existe. Não existe música erudita/música popular. Existe Músico erudito/Músico popular. Músico erudito é aquele que tem o seu fazer [soa a campainha] bastante associado a conhecimentos, pesquisa, estudos. Muitas vezes a gente tem músicas, as chamadas músicas eruditas que vêm da Europa, foram feitas de uma forma muito mais na penada assim, do que muita música popular que a gente costuma rotular de música popular. Eu mesmo tenho uma experiência de ter levado sete anos para compor uma canção, mas que foi uma experiência maravilhosa, de sempre voltar, buscar, pesquisar. Eu aprendi muita música, mais compondo essa canção que, executada, dura três minutos. Isso, para mim, é erudição. Mas, ela soa como no território das músicas populares. Então é isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Obrigado, Ricardo. [Palmas] Sidnei Bonfim, por favor.

SR. SIDNEI BONFIM DE JESUS – É só uma observação no que foi dito pelo Senador Magno Malta. Que ele falou a respeito da questão da OMB cobrar e tal. Aquela coisa da formalização. Eu, como Músico emergente, no caso. Não sou um Músico de notoriedade, eu não vislumbro nenhum tipo de modificação sem a formalização. Eu acho que a informalidade é um dos maiores problemas que nós temos até hoje. Porque, na verdade, o que nós precisamos é que o Governo entenda esse mercado, mapeie esse mercado para, a partir daí, fazer as modificações estruturais e emergenciais. Essa questão de “ah, eu recebo cem ou duzentos...” isso aí não é o importante. Cabe aos seus sindicatos negociarem, até com o próprio apoio político, pisos mínimos, que venham, na verdade, garantir uma dignidade para nós que exercemos a profissão. Agora, essa questão de dizer que não tem que haver OMB, não tem que haver formalização, isso aí seria um prejuízo, para quem é Músico profissional, imenso. Agora, as “Diretas já” tem que haver. Tem que abrir a “caixa-preta” da OMB. Agora, extinguir a formalização, isso aí é surreal. [Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Egeu, por favor.

SR. EGEU LAUS SIMAS – Eu gostaria de salientar que, embora em alguns setores a música já tenha desenvolvido as suas discussões e tenha até propostas a apresentar que podem muito rapidamente se

transformar em leis, na questão da música e cidadania uma grande discussão ainda é necessária. E talvez essa Subcomissão possa nos ajudar a construir essa discussão. Porque ela é transversal, por exemplo, no Executivo, porque precisamos chamar Ministério das Cidades, precisamos chamar Ministério do Trabalho, precisamos chamar Ministério da Saúde, precisamos chamar Ministério do Desenvolvimento Social para discutir isso. O papel das universidades é fundamental. A Universidade Federal do Rio de Janeiro realiza um trabalho social na Favela da Maré fantástico, e esse trabalho precisa ser conhecido e precisa ser discutido. Precisamos chamar as empresas que tenham os seus departamentos de responsabilidade social para discutir esse assunto. Portanto, talvez essa Subcomissão possa abrigar uma grande discussão sobre música e cidadania. [Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Obrigado, Egeu. [soa a campainha] Cristina, por favor, considerações finais.

SRA. CRISTINA GOMES SARAIVA – Bom, na verdade, eu não queria fazer considerações finais sobre o meu tema específico, mas dar pequenos comentários sobre coisas que foram ditas aqui.

Então, com relação à questão da política tributária, da isenção fiscal, eu queria lembrar que, alguém citou, algum Senador, já não me lembro mais, que o Brasil escuta música brasileira, o que não é muito comum. E a partir de 1967, foi feita a isenção fiscal para as grandes gravadoras que investissem na produção nacional, de música brasileira. Esse pequeno ato de política pública foi responsável por talvez o grande *boom* da música brasileira, e que fez com que o Brasil passasse para o segundo lugar, em termos de Países, no mundo, que ouvia a sua própria música. Em primeiro lugar, o Estados Unidos, o Brasil em segundo lugar, com uma margem de 75% de música nacional. Então, eu queria chamar atenção para a importância, sim, de uma política pública, porque isso foi fruto de uma política de Estado. [Soa a campainha]

Eu queria fazer um comentário a respeito da questão da Senadora, sobre a questão da difusão externa, a gente teve ontem um seminário, e discutimos no seminário a questão da diplomacia cultural. Quer dizer, o Itamaraty teria um papel fundamental a desempenhar, que não desempenha, o Brasil é um País riquíssimo, do ponto de vista da música, e não utiliza dessa ferramenta para a colocação, projeção politicamente no mundo. A gente percebe, por exemplo, como os Estados Unidos, a importância que teve para os Estados Unidos a difusão no cinema americano, no rock, do *american way of live*(F), e a gente

está aqui no Brasil desprezando um instrumento riquíssimo, um tesouro em termos de poder simbólico, de possibilidade de poder simbólico à colocação do País no exterior.

Então, acho que a gente tem uma série de coisas, não vai dar para falar de tudo que eu pretendia, eu queria dizer para o Senador que a música, não só na pauta, a música está nas veias do brasileiro, nas veias do Brasil. E que precisa entrar na pauta política do País, agora. É isso. [Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Obrigado, Cristina. E para encerrar, com a presença do Deputado Chico Alencar, acompanhando, o Senador Antônio Carlos Valadares, que chegou aí também e está acompanhando, Senador do PSB de Sergipe, o Deputado Chico Alencar, do PSOL do Rio de Janeiro.

Para encerrar esta grande Audiência Pública, eu queria já agradecer, e vou deixar ela que ela encerre mesmo, agradecer a profícua Audiência Pública, a produtiva Audiência Pública, festejando a entrada da Música na Subcomissão Permanente do Cinema, Do teatro e da Comunicação Social, a qualidade dos expositores, a qualidade da agenda proposta, e vamos dar continuidade a esses desafios. Fernanda Abreu, por favor.

SRA. FERNANDA ABREU – Eu queria agradecer, Senador Sérgio Cabral, pela sua iniciativa. Queria agradecer os Senadores, e fiquei muito feliz em ver que realmente existe uma sensibilidade aqui na Casa em relação à questão musical. A gente fica muito preocupado com isso, e queria agradecer especialmente ao Deputado Federal Chico Alencar, que ontem promoveu na Câmara Federal um seminário incrível na aquela Casa.

Então, a gente, nós Músicos agora, a gente sabe que a Música é a trilha sonora de cada um. Desde que a gente nasce até a hora que a gente morre. Todos os momentos importantes da nossa vida. Todas as nossas felicidades, os nossos sofrimentos, todos os nossos momentos a música está presente. A música é a alma da gente. Então, isso a gente já sabe. O que a gente está agora é se organizando, e que a gente veio aqui para o Senado, a gente foi para a Câmara Federal é porque a gente precisa realmente discutir com profundidade todas essas questões. Quando vocês brincam [soa a campainha] que agora não pode ter mais show nos comícios e tal, “vamos lá e cantamos”, não dá para ir lá e cantar. Essa informalidade, isso é que sempre foi muito no Brasil, a intuição, a música, a informalidade. “Canta aí. Ah, agora canta aí”. Então, esse tipo de coisa para a gente, é importante a gente... Tem esse lado todo, o lúdico e bacana da festa, da celebração,

mas é muito importante que a gente se debruce com profundidade nessas questões, porque eu acho que a Música e a cultura é um setor estratégico para qualquer País hoje no mundo, a gente tem que dar o real valor para a cultura, e eu agradeço, e fico muito feliz com as considerações de vocês, acredito, com o empenho que vocês terão, muitos aqui candidatos, muitas pessoas que eu acho que vão estar comprometidas aqui com as nossas questões da Música. E isso é muito importante para a gente, ouvir isso de vocês, e a gente vai estar aqui direto. Só queria avisar isso para vocês. Preparem-se. [Risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Música agora é permanente na Subcomissão.

SRA. FERNANDA ABREU – Muito obrigada a todos. [Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Obrigado. Está encerrada a Sessão. Sessão encerrada às 12h46min.

Ata da 4ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 12 de julho de 2006

Às dez horas e três minutos do dia doze de julho de dois mil e seis, na sala de reuniões da comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência Eventual do Senador Sérgio Zambiasi e com a presença dos Senhores Senadores Demóstenes Torres, Marcelo Crivella, Leonel Pavan, Valdir Raupp, Wellington Salgado de Oliveira, Geraldo Mesquita, Roberto Saturnino, Aelton Freitas, Romeu Tuma, Edison Lobão, Luiz Otávio, Paulo Paim e Flávio Arns, reúne-se a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Sérgio Cabral e Magno Malta. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual, Senador Sérgio Zambiasi, submete à Subcomissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência submete a deliberação do plenário os seguintes itens – **Item 01 – Requerimento nº 002, 2006-CECTCS**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que requer “..., nos termos dos incisos II e XI do art. 90 e I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiências Públicas (sendo a primeira em conjunto com a Comissão de Educação), no âmbito da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, destinadas a debater os Institutos da Meia-Entrada e da Gratuidade para diversas categorias e setores em produções e espetáculos culturais e

para os respectivos Projetos de Lei que versam sobre estes temas, em tramitação no Senado Federal”. O requerimento é aprovado. **Item 02 – Requerimento nº 002, 2006-CECTCS**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que requer “..., nos termos dispostos nos incisos II, V, IX e XI do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiências Públicas, no âmbito da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, sendo que a primeira em conjunto com a Comissão de Educação, destinadas a discutir o Projeto de Lei nº 7193, de 2006 que ‘Altera a destinação de receitas decorrentes da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE, criada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, visando o financiamento de programas e projetos voltados para o desenvolvimento das atividades audiovisuais; altera a Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, prorrogando e instituindo mecanismos de fomento à atividade audiovisual, e dá outras providências”. O requerimento é aprovado. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às dez horas e dez minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**. – Senador **Sérgio Zambiasi**, Presidente Eventual da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, nesse dia 12 de julho de 2006, quarta-feira.

Item 01 da pauta, Requerimento não terminativo. Requeiro nos termos dos incisos II e XI do art. 90 e 1º do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiências Públicas, (sendo a primeira em conjunto com a Comissão de Educação), no âmbito da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, destinados a debater os institutos da meia-entrada e da gratuidade para as diversas categorias e setores em produções e espetáculos culturais, e para os respectivos Projetos de Lei que versam sobre esses temas, em tramitação no Senado Federal. Autoria, Senador Roberto Saturnino. Observação

– Requerimento aprovado na Comissão de Educação, no dia 31 de maio de 2006. Com a palavra o autor do Requerimento, Senador Roberto Saturnino.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Sr. Presidente, trata-se de uma proposição para fazer essa audiência em Sessão conjunta da Comissão de Educação e da Subcomissão Especializada em Cinema e Teatro. Porque nós escutamos dos representantes das artes cênicas do teatro, tanto do cinema, que a alegação de que está havendo abusos muitos constantes e muito grandes em relação à meia-entrada e que é preciso disciplinar melhor esse instituto.

E por outro lado, tramita na Câmara Projetos de Lei nesse sentido. Então queremos uma Sessão para discutir, debater o assunto e instruir a Comissão a respeito desse tema.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Está em discussão. Não havendo ninguém inscrito para discutir, vamos colocar em votação. Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Está aprovado o Requerimento.

Item nº 02 da pauta, Requerimento não terminativo. Requer nos termos dispostos nos incisos II, V, IX e XI do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiências públicas no âmbito da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, sendo que a primeira em conjunto com a Comissão de Educação destinadas a discutir o Projeto de Lei 7.193/2006, que altera a destinação de receitas decorrentes da contribuição para o desenvolvimento da indústria cinematográfica nacional, CONDECINE, criada pela Medida Provisória 2.228-1 de 6 de setembro de 2001, visando o financiamento de Programas e Projetos voltados para o desenvolvimento das atividades audiovisuais. Altera a Lei 8.685 de 20 de julho de 1993, prorrogando e instituindo mecanismos de fomento a atividade audiovisual e dá outras providências. Autoria, Senador Roberto Saturnino. Observação – Requerimento aprovado na Comissão de Educação no dia 11 de julho de 2006. Com a palavra o autor do Requerimento. Senador Roberto Saturnino.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Sr. Presidente, da mesma forma, o intuito aqui é realizar essa audiência em conjunto com a Comissão de Educação e a Subcomissão de Cinema, tendo em vista a necessidade de nós anteciparmos a discussão desse Projeto que modifica todo o esquema de incentivo a indústria cinematográfica brasileira enviada pelo Governo e nós... Projeto esse que é de grande interesse para a Subcomissão e para a Comissão de Educação, requerendo a nossa atenção imediata para quando o Projeto, para acelerar a sua tramitação em benefício dessa indústria tão importante para nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Está em discussão. Palavra com o Senador Geraldo Mesquita para discutir.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Prezado Senador Zambiasi e caros colegas, como bem frisou o Senador Saturnino, esses dois Requerimentos já haviam sido aprovados na Comissão Educação com a necessária discussão, apenas aqui o registro da importância da participação e atuação do Senador Saturnino. A cultura brasileira lhe deve muito, Senador. É verdade, digo isso de coração. A cultura brasileira lhe deve muito. Com a sua preocupação, com a sua iniciativa sempre constante e presente no sentido de promover os meios para que cinema, teatro, música, nesse País, tenham o espaço que merece, possa vicejar e prosperar com a participação de todos, músicos, artistas brasileiros.

Portanto, apenas esse registro eu gostaria de fazer.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado, agradeço muito ao Senador. Trata-se de uma manifestação de coleguismo e de dois Senadores muito identificados no pensamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Eu acho que a manifestação do Senador Mesquita, ela é unânime com relação ao trabalho do Senador Saturnino nesta área tão sensível. Inclusive, o Júlio está lembrando que o Senador Saturnino foi Presidente da Subcomissão de Teatro e Cinema e fundador da nossa Subcomissão. Quer dizer, tem tudo a ver. E obviamente uma pessoa com essa sensibilidade, com esse grau de informação, tem uma importância especial aqui no debate desses temas que são realmente muito relevantes na área da cultura.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação. Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Está aprovado o Requerimento.

Vamos convocar para dentro desses cinco minutos a Reunião da Audiência Pública prevista para a pauta de hoje. Assuntos – Questões tributárias da indústria musical brasileira; equiparação do CD ao livro para fins lucrativos, a isenção; revisão da carga tributária para a importação de instrumentos e equipamentos musicais; criação como contrapartida pela desoneração fiscal de um fundo de fomento a atividade musical por meio de um percentual da receita da indústria fonográfica. Autor do Requerimento, Senador Sérgio Cabral.

Está encerrada a presente Sessão, agradeço a presença de todos, e convoco para a nova Sessão dentro de cinco minutos.

Sessão encerrada às 10h10min.

Ata da 26ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação e 5ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 12 de julho de 2006

Audiência Pública Conjunta

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia doze de julho de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Roberto Saturnino e com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Marcos Guerra, Juvêncio da Fonseca, Valdir Raupp, Íris de Araújo, Ney Suassuna, Paulo Paim, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Sérgio Zambiasi, Marco Maciel, Romeu Tuma, Geraldo Mesquita Júnior, Luiz Otávio e Antônio João reúnem-se a Comissão de Educação e a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Leonel Pavan, Wellington Salgado de Oliveira, Gilvam Borges, Sérgio Cabral, José Maranhão, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas e Fátima Cleide. Justificam a ausência os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho. O Senhor Presidente Senador Roberto Saturnino registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública do Senhor João Moreira, Conselheiro da Associação Brasileira da Música Independente – ABMI; Senhora Eneida Soller, Diretora da Cooperativa de Música de São Paulo; Kleber Neto, Caio Paixão e Rudá Carvalho, componentes da Banda Jah Te Vi. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual, Senador Roberto Saturnino, submete à Comissão e a Subcomissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 001-CECTCS, de 2006 e nº 017-CE, de 2006, de autoria do Senhor Senador Sérgio Cabral, que tem como objetivo discutir “Questões Tributárias da Indústria Musical Brasileira”. Comparecem à Audiência Pública o Senhor Luis Felipe Radicetti Pereira, Coordenador do Grupo de Articulação Parlamentar Pró- Música; o Senhor Alberto Bertolazzi, Presidente da Associação Nacional dos Pequenos e Médios Fabricantes de Instrumentos Musicais – ANAFIM, Senhor Edino Krieger; Maestro e Senhor Carlos Eduardo Cezar de Andrade Júnior, Presidente da Associação Brasileira da Música Independente – ABMI. O Senhor Marcelo Barbosa Saintive, Secretário da Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE

– Ministério da Fazenda, convidado para a audiência, justifica a ausência. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Sérgio Zambiasi, Geraldo Mesquita, Marcos Guerra, Romeu Tuma e Marco Maciel. O Senhor Senador Roberto Saturnino, Presidente Eventual, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e cinquenta e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**. – Senador **Roberto Saturnino**, Presidente Eventual da Comissão de Educação e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Havendo número regimental declarado aberta a nossa Sessão conjunta da Comissão de Educação e da Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, que é a 26ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, e a 5ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, da 4ª Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, realizando-se em 12 de julho, quarta-feira, dia de hoje.

A audiência se destina a debater questões tributárias da indústria musical brasileira. Equiparação do CD ao livro para fins de isenção, revisão da carga tributária para importação de instrumentos e equipamentos musicais, e criação como contrapartida pela desoneração fiscal de um Fundo de Fomento à Atividade Musical por meio de um percentual da receita da indústria fonográfica.

O autor do Requerimento foi o Senador Sérgio Cabral, que, por razões urgentes não pôde estar presente.

Os convidados cuja presença peço nessa Mesa, são o Sr. Carlos Eduardo Cezar de Andrade Júnior, Presidente da Associação Brasileira de Música Independente, Luis Felipe Radicetti Pereira, Coordenador do Grupo de Articulação Parlamentar – Pró-Música, Alberto Bertolazzi, Presidente da Associação Nacional de Pequenos e Médios Fabricantes de Instrumentos Musicais, e Edino Kriger, nosso maestro sobejamente conhecido da sociedade brasileira.

Peço que tomem assento à Mesa. Eu queria desejar... Desejo fazer dois registros. Primeiro, o registro de ausência que nós lamentamos. A ausência do representante da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, que só ontem respondeu que o assunto a ser tratado não seria mais da alçada deles, mas da Receita Federal, e tendo em vista o esgotamento do tempo, eles não puderam fazer a indicação da Receita Federal, e nós lamentamos. O Ministério da Fazenda nunca deixou de indicar representante nessas Audiências Públicas promovidas pelas diversas Comissões do Senado. E a outra ausência é do Sr. Paulo Rosa da Associação Brasileira de Produtores de Discos, que somente ontem também avisou que por motivos alheios à sua vontade não poderia comparecer hoje à nossa Subcomissão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – O Senador Wellington Salgado, que é o Presidente da Comissão, que devia estar aqui presidindo, não pode também estar em razão de motivos de saúde, que não são graves, mas que impedem a sua presença aqui.

Bom, além de registrar as ausências lamentáveis, eu quero registrar as presenças, que são muito alvissareiras para nós. João Moreirão, Conselheiro da Associação Brasileira de Música Independente, e a Banda Já Te Vi, formada pelos jovens Cleber Neto, Caio Paixão e Rudar Carvalho. Assim como Eneida Soller, Diretora da Cooperativa de Música de São Paulo.

Presenças muito importantes e que nos reforça o prestígio dessa Audiência Pública de hoje. Obrigado. Quero agradecer especialmente aos jovens aqui presentes.

E vamos então iniciar os nossos depoimentos. Eu não sei se o... Ficou pronto aí o...?

Então, vamos começar com o Carlos Eduardo Cezar tem um problema técnico a resolver ainda, vamos começar com o depoimento do Sr. Luis Felipe Radicetti Pereira, coordenador do grupo de articulação Parlamentar Pró-Música.

SR. LUIS FELIPE RADICETTI PEREIRA – Bom, bom dia a todos os Srs. Senadores e pessoas presentes aqui. Eu tenho poucas palavras para falar sobre a importância desse encontro aqui, hoje. Mas, falando, procuro falar da parte dos músicos, que são aqueles que têm, que sofrem na pele os efeitos dos gargalos da atividade, e que são muitos.

Então, é da maior importância que possa se estabelecer essa discussão entre os pares da atividade, e que nós gostaríamos de colocar que há às vezes um senso comum em que a música pode se sustentar.

Pode se auto-sustentar. Isso é verdade até um determinado ponto. O que nós encontramos na atividade musical hoje, é que existe um tipo de música que está realmente onipresente nos meios de comunicação de massa, e essa música alcança a sua plena realização sociológica, vamos dizer assim. Ela está presente e ela é conhecida através dos meios de comunicação de massa.

Existe uma enorme variedade, uma enorme diversidade dentro desse nosso País, do Brasil, que eu vou chamar de “brasis”, e que não tem acesso a esse sistema de comunicação de massa no Brasil. E acaba sendo desconhecido da população, até mesmo da população de onde partiram essas expressões regionais múltiplas que tem em todo o Brasil.

Então, essa clivagem cultural que acaba acontecendo dentro da cultura brasileira, ela tem diversas raízes. Mas os seus resultados, as suas cicatrizes se fazem na própria dificuldade da própria atividade. Isso coloca uma enorme fatia, uma enorme proporção da atividade dos artistas no Brasil, sem a possibilidade de subsistirem do seu trabalho, da sua arte. A própria música acaba perdendo a possibilidade de ingressar na memória da cultura nacional. Ela vai se perdendo. Existe um prejuízo para a cultura nacional quando nós não conseguimos premiar a diversidade que esse próprio País é capaz de gerar.

Então, preocupa-nos, e, ao mesmo tempo, nos dá grande satisfação ver que nós podemos estar aqui hoje começando a falar sobre isso, dar início à abordagem desse assunto.

Então, por isso nós estamos aqui apoiando a pauta dessa Audiência Pública, porque, para nós, é muito importante que nós possamos dar para essa pauta as propostas da equiparação do CD ao livro, da revisão da carga tributária, e da criação de um fundo para reinvestimento na própria atividade. Esse Fundo é um Fundo que seria absolutamente necessário para que nós pudéssemos aumentar essa distribuição dos valores que a música pode gerar, e esse dinheiro, todos esses recursos que pudessem ser obtidos, viriam de um Fundo que seria recolhido exatamente das gravadoras, a partir do setor fonográfico, e como contrapartida a isenção proposta para a indústria fonográfica. E os músicos certamente gostariam de ter a participação na discussão da gestão desses Fundos para que a gente pudesse fazer da forma que o Brasil mais precisa. Ouvindo da parte dos músicos as suas necessidades para a gestão desse Fundo.

Existem algumas iniciativas que já estão em andamento, existe em tramitação um PL, que é o PL 3635 do Deputado Léo Alcântara, e que é uma Ementa que altera o inciso V do art. 1º da Lei 10.179/2001, e que

destina recursos da dívida pública para investimentos em artes cênicas, plásticas e para a música popular e erudita. Nós achamos que essas iniciativas são importantes para trazer recursos para a atividade, e também gostaríamos de dizer que também falamos que gostaríamos de conversar aqui, inclusive com a presença da indústria dos instrumentos musicais, sobre o acesso do músico profissional aos instrumentos de excelência, ou acessórios para instrumentos de excelência que muitas das vezes são importados e os seus insumos também. Essa discussão é importante, porque apesar de nós conhecermos que a indústria nacional tem avançado muito e tem tido um resultado e um desempenho extraordinário e que muitos músicos brasileiros utilizam já músicos de ponta, utilizam instrumentos nacionais, existe casos específicos em que nós precisamos discutir, caso a caso, para que a gente possa também permitir ao músico profissional que não consegue, que não tem a possibilidade de fazer dinheiro para poder adquirir um instrumento específico para a sua atividade para poder exercer melhor a sua atividade, quer dizer, um instrumento de excelência para que ele possa facilitar o acesso dele à compra desses instrumentos.

Então isso é um mapa complexo que nós gostaríamos de ouvir as colocações das indústrias também, mas nós também defendemos, além disso, que nós possamos estudar caso a caso para que possamos premiar aos casos em que a indústria nacional não tem como atender artisticamente esse a esse segmento de artista.

Então, eu quero também ratificar o que os músicos desejam muito, discutir todas essas questões do Grupo de Articulação Parlamentar Pró-Música, da qual faço eu parte, sou um dos coordenadores, estamos aqui apoiando essa pauta e queremos muito discutir isso, e queremos agradecer ao Senador Sérgio Cabral Filho e a todos aqui, aos funcionários, ao Júlio Linhares, a todos que nos convidaram para participar aqui nessa Audiência Pública, e que nós entendemos que os encontros regulares que estão se fazendo aqui sobre o assunto, é para nós tem a significação da sensibilidade com que a Casa tem recebido a música aqui. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado. Queremos agradecer ao Dr. Carlos Eduardo Cezar, e passar logo a palavra ao depoente Luiz Felipe Radicetti Pereira, que é o coordenador... Desculpe, eu queria agradecer ao Dr. Luiz Felipe e passar a palavra ao Alberto Bertolazzi, que é o Presidente da Associação Nacional de Pequenos e Médios Fabricantes de Instrumentos Musicais, Associação Nacional de Pequenos e Médios Fabricantes de Instrumentos Musicais, ANAFIM. Com a palavra o Dr. Bertolazzi.

SR. ALBERTO BERTOLAZZI – Bom dia. Antes de mais nada eu gostaria de agradecer o convite e explicar o porquê da nossa razão social dos pequenos e médios fabricantes de instrumentos musicais, porque infelizmente não temos nenhum grande fabricante de instrumentos musicais no Brasil. Têm maiores e menores, mas nenhum que a gente poderia enquadrar como grande fabricante de instrumentos musicais. E talvez isso-

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-
TURNINO (PT-RJ)** – [pronunciamento fora do micro-
fone]

SR. ALBERTO BERTOLAZZI – Talvez uma das razões para isso acontecer seja, eu diria, histórica. O Brasil já teve, eu sempre digo, duas grandes oportunidades para ganhar uma fatia muito importante nesse mercado da música, da fabricação de instrumentos musicais. O primeiro com a Carmen Miranda, que nossa grande Embaixatriz, que ano que vem por sinal será celebrado cem anos do seu nascimento, e a segunda fase foi a bossa nova. Alguns fabricantes timidamente começaram a exportar violões naquela época e infelizmente, talvez não muito bem preparados, a qualidade do produto, uma série de problemas e não foram muito bem sucedidos.

Hoje nós temos uma terceira chance, uma terceira oportunidade, nós temos que agradecer muito à APECs(F). A APECs(F) realmente tem nos ajudado muito, tem ajudado muito à Associação ANAFIM, através de dois convênios, estamos em via de assinar o terceiro. Tem nos ajudado muito, apoiado, divulgando os instrumentos musicais em feiras no exterior, e também com o Projeto Comprador, trazendo grandes atacadistas do exterior para visitar as nossas fábricas, Projeto Imagem, trazendo grandes revistas do exterior. E estamos trabalhando para, quem sabe, a indústria nacional conseguiu lugar pela qualidade dos seus produtos que ela merece no mercado.

Um dos grandes problemas que é o tópico principal da discussão hoje, realmente é a parte tributária que afeta os instrumentos musicais. A maneira mais fácil para eu explicar isso, para quem não tem muita afinidade, experiência, imaginem vocês uma indústria que compra um pedaço de madeira e do outro lado sai um violão pronto. O que vai de mão-de-obra agregada e especializada, é um verdadeiro artesanato, é muito grande.

Então, quando a gente fala, quando a indústria de instrumentos musicais fala numa Reforma Tributária, não estamos nos referindo àquela reforma que todos almejam, que está sendo discutida aqui na Casa, no Senado, mas falando do caso específico. Como disse, o que a indústria fabricante de instrumentos musicais se credita de um ICM por comprar matéria-prima bruta,

praticamente e o que ela paga no fim da cadeia produtiva é muito grande. Principalmente porque como disse é uma mão-de-obra extremamente especializada. Quer dizer, não se pode fazer um violão ou um saxofone, ou seja lá o que for com robôs, com máquinas, tem que ter realmente a mão humana até para afinar esse instrumento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone]

SR. ALBERTO BERTOLAZZI – Felizmente. E eu gostaria de chamar a atenção para os participantes dessa Comissão dessa Casa, porque a indústria de instrumentos musicais é uma grande usuária de mão-de-obra. Quer dizer... Ela realmente mereceria um apoio, porque ela usa mão-de-obra em abundância, muito mais proporcionalmente do que outros setores, eu diria. E mão-de-obra especializada cara. O outro ponto interessante sobre a tributação, por exemplo, seria que um é claro está ligado a outro. A questão do INSS, por ser uma mão-de-obra especializada e cara, nós temos alguns estudos e estão à disposição dessa Casa, nós pagamos proporcionalmente muito mais imposto do que a indústria automobilística. É claro que a nossa média de salário é muito mais alta do que essas outras indústrias que têm possibilidade, como disse, de usar robôs, enfim, uma linha de produção muito mais mecanizada, e em escala muito maior.

Na parte de tributos, seriam esses dois pontos que eu gostaria de ressaltar, chamar a atenção que a indústria de instrumentos musicais realmente é penalizada. Tem outro aspecto que não faz muito sentido para mim, se uma pessoa comprar um livro de música, uma partitura, ele não paga o ICM, porque é cultura. Então, não incide ICM nesse livro, nessa partitura. Mas na hora que ele compra um violão, um instrumento musical para tocar aquela música, aquela partitura, ele paga o ICM. Me parece que tem uma certa incoerência.

E eu gostaria de aproveitar, já que a Comissão é sobre Educação, fazer um apelo para o nosso Senador Saturnino, se caberia na agenda, discutir também a volta da música no ensino público.

Existem... Todo mundo sempre desconfiou, tinha uma idéia, mas hoje em dia, cientificamente é provado, estudos e na Associação nós temos “N” publicações, pesquisas Standford, com 5 mil crianças, por exemplo, 2.500 que tinham uma formação musical e 2.500 que tinha uma formação mais voltada para informática, *internet*, que o pai acha maravilhoso. “Meu filho navega na Internet”. Mas aqueles que tinham uma formação musical o aproveitamento na escola, principalmente nas matérias exatas, era muito, infinitamente maior do que as outras 2.500 crianças que navegavam maravilhosamente pela *internet*.

Como disse, não é só uma questão de cultura, é uma questão também de preparar a criança para um futuro, que tem uma mente mais desenvolvida. Tem uma frase do Charles Darwin que ele dizia que... Já depois de velho, quase no fim da vida, isso está na biografia dele, que ele dizia se tivesse ouvido meia hora de música por dia a mente dele estaria funcionando melhor naquela idade.

Então, esse é um ponto que eu gostaria de trazer para o Senador Saturnino, se ele achar por bem que cabe na agenda, eu gostaria de discutir. E o outro ponto que nós já estamos trocando uma idéia com o Sr. Felipe Radicetti, é o envolvimento dos músicos na divulgação do instrumento musical brasileiro. Quer dizer, não custa nada quando até fizemos esse apelo para o nosso Ministro Gilberto Gil e ele acolheu, quando ele estiver tocando no exterior, não custa nada, quer dizer, levantar o instrumento e falar – “Estou usando o instrumento musical feito no Brasil, com qualidade brasileira”. Isso ajudaria muito a divulgar a nossa imagem, tanto internamente, como no exterior.

De novidade, Senador, o que a ANAFIM também está fazendo, até para... É interessante a repercussão que nós tivemos no exterior, em duas feiras em Los Angeles e Frankfurt esse ano, nós estamos incentivando o uso da madeira certificada para a fabricação de instrumentos musicais. O nosso apelo é – Música é sensibilidade, é poesia. Vamos acordar. Nós estamos ajudando a destruir as florestas. Só vocês verem violino, violão, guitarra, piano, percussão, bateria, caixas acústica, todos esses instrumentos são grandes usuários de madeiras, e madeiras nobres. E ninguém ainda levantou essa bandeira, digamos, para tomar cuidado. Quer dizer, nós estamos ajudando a destruir as florestas.

Então, vamos usar a madeira certificada. Isso traria dois benefícios para nós, a indústria brasileira. Primeiro, mostrar para o mundo que nós brasileiros, estamos preocupados, sim, com a preservação das nossas florestas. E segundo, agrega valor ao nosso produto, ao nosso instrumento musical, que seria um diferencial como outros instrumentos musicais fabricados pelo mundo todo que até hoje não abraçaram essa causa, não levantaram essa bandeira. São esses os nossos pontos, Senador. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado. Eu que agradeço, Dr. Bertolazzi. E queria registrar e informar a V.S.^a que essa questão do ensino, da volta do ensino da música nas nossas escolas está na agenda desta Comissão, sim. Ainda recentemente tivemos discutindo, vamos voltar a discutir, porque, como disse muito bem o Dr. Bertolazzi, a música é importante não só para a formação

cultural das pessoas, dos cidadãos, mas para o próprio desenvolvimento da mente do ser humano, a música propicia um desenvolvimento mais completo. Isso já era conhecido dos gregos da antiguidade há 2500 anos. Platão, na República, recomendava o ensino da música como sendo propiciador do desenvolvimento mental do ser humano junto com a matemática, junto com o desenvolvimento físico, também.

Quer dizer, a música há muito que é tida e reconhecida como... Agora mais do que nunca com os desenvolvimentos da ciência, enfim, da fisiologia cerebral, está sendo demonstrado que a música é reveladora de desenvolvimentos mentais que não acontecem sem a aplicação dos neurônios e de suas ligações nessa atividade humana tão importante e culturalmente, também. De modo que agradeço o Dr. Bertolazzi. Quero também informar que nós estamos sendo... Toda a Sessão está sendo gravada e passará na íntegra na TV Senado.

Eu vou passar agora a palavra ao maestro Edino Krieger. Ele representa a música do Brasil. Não representa nenhuma Associação. É um compositor brasileiro de mérito reconhecido. É muito... A gente sabe que é muito difícil estabelecer essa fronteira entre o que é música popular e música erudita, mas o fato é que essas designações existem, e são mais ou menos reconhecidas. E no campo da chamada música erudita Edino Krieger tem uma projeção maior aqui no cenário nacional, entre os compositores nacionais, é reconhecido como tal. Recentemente teve o seu nome incluído numa lista de 100 brasileiros geniais contemporâneos, de forma que é uma honra muito grande ter aqui o maestro Edino Krieger na nossa Mesa, e eu não posso também deixar de lembrar que foi meu Professor. Num certo momento da minha vida, eu estudei música, fiz o curso do conservatório e tomava aulas de harmonia e contraponto com quem? Meu amigo Edino Krieger que hoje é uma das grandes [risos] expressões da música brasileira contemporânea, e é muito importante a sua presença aqui, razão pela qual eu faço esse destaque, e passo a palavra ao nosso maestro Edino Krieger.

SR. EDINO KRIEGER – Muito obrigado, Senador Roberto Saturnino, meu velho amigo. Que antes de ser um brilhante político, ilustre Senador da República, ele foi um dos mais promissores talentos na área do canto no Brasil. Ele era realmente um jovem cantor de grande talento com a belíssima voz de barítono, e eu tive o privilégio, inclusive, de ter algumas canções minhas gravadas há mais de 50 anos na Rádio Ministério da Educação, naquela época. Enfim, é um grande prazer. Muito obrigado por suas palavras carinhosas que são, como sempre, exageradas.

Mas a minha presença aqui eu represento mais a área, digamos assim, a vertente da música clássica. Eu não gosto muito deste termo, dessa denominação de música erudita. Que é um termo um pouco pretensioso. Parece que o ouvinte para, digamos assim, usufruir dessa música tem que ter algum tipo de erudição. E isso, não é verdade, quer dizer, a audição é exatamente idêntica em qualquer vertente da música.

Eu queria falar, exatamente chamar a atenção, isso já começou a ser delineado aqui, para a magnitude do universo da música. É que geralmente a música ela é compartimentada. Então as pessoas têm uma noção muito precária, enfim, do volume, da importância da música enquanto linguagem de comunicação humana, através da linguagem artística, da importância que tem esse universo, e da magnitude desse universo que se sustenta em três pilotes básicos, que são a criação, quer dizer, é o ato de criar, de pensar, de imaginar, a fantasia do homem que cria canções, cria sinfonias.

O segundo componente seria exatamente daqueles que fazem, que transformam em realidade sonora aquelas idéias do criador da música, que são os intérpretes, que são os intermediários.

A música como geralmente as artes performáticas, ela necessita de um intérprete. Ela precisa de alguém, de um instrumentista, de um cantor, de uma orquestra, de um conjunto que dê forma real àquilo que foi apenas, digamos, uma criação mental. Então, esse é o segundo componente desse universo da música.

E o terceiro é exatamente o ouvinte, aquele a quem toda essa criação e toda essa reprodução do fenômeno musical, do evento musical se dirige. É ao ouvinte, porque a música é exatamente uma linguagem de comunicação, e no final desta linha está exatamente aquele que recebe essa mensagem, a mensagem estética, a mensagem da música. Esses três pilotes, eles existem a partir da criação e, dependendo, naturalmente, do tipo da idéia musical, em três vertentes, que são diversas, mas são integradas, que é a vertente da criação espontânea do músico popular, que é uma criação coletiva, inclusive, porque ela passa de um para outro e, no final, ela se estratifica numa forma de expressão que é uma expressão coletiva de um determinado grupo social, de uma determinada cultura, de uma determinada sociedade. É a música folclórica, que é, por sinal, aquela que define o perfil, as características mais importantes do ponto de vista da identidade sonora de um País, de uma cultura, de uma comunidade. É nesse momento, nesse fazer coletivo da música é que se estabelecem as linhas de identificação da nacionalidade através da linguagem sonora.

É, portanto, uma parte muito importante da produção, da criação musical.

E depois outra vertente é a chamada música popular urbana, que é feita por compositores individuais ou por duplas, geralmente em parceria com algum poeta, com letrista, etc., a música popular brasileira, que pode ser também instrumental, como o choro, que é também uma vertente importante. E essa vertente da criação musical é, na verdade, a única que consegue um status de produto de mercado. Essa, realmente, pelo fato de ela ter um acesso muito mais fácil ao ouvinte, ela tem um consumo também muito maior. E isso levou, evidentemente, ao desenvolvimento industrial, inclusive, desse tipo de produção musical. Com a criação da indústria fonográfica, por exemplo, e de sua importância para a divulgação desse tipo de produto, através dos meios de comunicação de massa, como o rádio e a televisão.

E há uma terceira vertente, que é a chamada música clássica, que eu prefiro o nome de erudita, que é um pecadilho do nosso querido Mário de Andrade, que inventou essa história de que existe uma música erudita. Mas na verdade, eu acho que erudito é o professor que, enfim, analisa a música, que fala sobre a música. Não necessariamente o compositor. Não se pode chamar de erudita, digamos assim, uma música de quase de consumo de massa, como é a música de Chopin, como a música de Tchaikovsky. São músicas que tem, digamos assim, uma formatação diferente que requerem recursos de execução diversos, mais complexos. É uma música mais complexa na sua forma. A canção popular geralmente ela tem uma forma muito simples. Ela é uma estrofe refrão, quer dizer, é uma forma praticamente tradicional e estável. A música clássica não. A música clássica tem uma diversidade enorme de formas de maneiras de expressão, de conteúdos, etc.

Enfim, essas três vertentes, além dessas três vertentes, da criação, existe toda uma estrutura, um contingente de apoio à atividade musical, que são os professores que formam os instrumentistas, são os fabricantes de instrumentos. Aqui nós temos o representante exatamente das fábricas de instrumentos musicais. Enfim, há toda uma vasta quantidade de pessoas que estão engajadas no suporte a esta atividade, a atividade musical. Uma delas, evidentemente é a radiodifusão, que é um meio de comunicação de massa, e que através do qual, sobretudo, a música popular tem o principal veículo de difusão.

Diga-se de passagem, que na radiofonia brasileira, quer dizer, predomina a difusão da produção musical que é representada pelas grandes empresas multinacionais.

Normalmente é difícil a gente ouvir, a não ser emissoras oficiais, realmente a música brasileira. E por

isso eu acho que o Congresso Nacional deve assumir o compromisso de estabelecer critérios e estabelecer uma legislação que garanta a participação efetivamente da música brasileira na radiodifusão do País, sobretudo, na radiodifusão comercial.

Enfim, esse grande universo, se nós computarmos também os ouvintes da radiodifusão como parte desse universo da música, nós vamos chegar à conclusão de que de todas as artes, de todas as formas de transmissão de cultura, a música é exatamente o universo de maior magnitude. Eu acredito que é inclusive superior ao próprio cinema, que é evidentemente uma arte também popular de consumo muito elevado. Mas a música ela praticamente atinge a toda a população de um País. Porque não existe nenhuma casa, por mais pobre que seja, que não tenha o seu rádio de pilha. Não tem a televisão. Certamente, há muitos lugares onde não há energia elétrica, não tem televisão. Então não assiste ao cinema. Mas, certamente, assiste, sim, e consome a música, porque a música, inclusive, é o componente mais importante da radiodifusão. Eu acredito que a radiodifusão consome, quer dizer, inclui, tem a participação de pelo menos 80% de música.

A música, enfim, é o universo com quem nós estamos em contato diariamente a cada momento.

Uma consideração muito importante a fazer é sobre o que representa a música em termos de economia. Está sendo realizado neste momento um estudo mais aprofundado sobre exatamente a economia da música. O que ela representa em termos de economia para um País. E realmente, se nós pararmos e pensarmos no volume de recursos com que a música trabalha, nós ficaríamos perplexos. E isso eu acho que justifica uma preocupação das casas legislativas do País com essa atividade. Ela precisa, realmente. Porque ela não pode ficar, simplesmente, todo esse volume de atividades musicais, não podem ficar simplesmente à mercê das leis de mercado. Em todo mundo a produção musical que não tem condições de ser auto-sustentável através do mercado, ela conta com subsídios do Poder Público.

Isso, em todos os grandes Países onde há um consumo e uma atividade musical fantástica, muito maior do que no Brasil, há uma participação efetiva do Poder Público através de políticas públicas de apoio à música.

O Senador Saturnino se referiu à importância da música na educação. Isso realmente é uma aspiração de todo o meio musical. Eu tenho participado de várias reuniões, de encontros de regentes de orquestras, de regentes de corais, de indústria musical, de instrumentos musicais, e todos são unânimes em dizer que é absolutamente indispensável que a música, que a educação musical [soa a campainha] retorne à...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – É um aviso. Não fui eu. É automático.

SR. EDINO KRIEGER – Retorne. Já existiu. É claro. E isso foi o grande trabalho de educador de Villa Lobos. Ele quando voltou da Europa, onde ele viu a importância da música na formação do jovem, ele chegou ao Brasil e convenceu o Governo Vargas de criar aqui o Sistema de Educação Musical através do canto orfeônico, que ele chamava. E para isso foi criado, inclusive, naquela época, e daí a importância da participação do Poder Público, foi criado para Villa Lobos o Conservatório Nacional de Canto Orfeônico que se destinava exatamente a criar Recursos Humanos para que a música pudesse ser ensinada e divulgada na escola. Mais do que ensinar música à criança, eu acho que é importante permitir, fazer com que a criança vivencie a prática da linguagem musical. Porque já foi absolutamente comprovado, além desses benefícios que a prática da música faz traz para o jovem, para a criança, a capacidade que a música tem de inserção social. É impressionante. Há exemplos vitoriosos em vários Países em que eu conheci, estive lá, visitei a Venezuela, e vi o trabalho, por exemplo, o sistema que eles têm de orquestra jovens. É um sistema criado mais ou menos há 20 anos por um maestro que se tornou, foi tão importante que acabou se tornando o Ministro da Cultura da Venezuela. É um sistema de formação de musicalização do jovem através de instrumentos de orquestra. E tem um efeito multiplicador, de modo que a Venezuela hoje tem várias centenas de orquestras jovens. E esses jovens são procurados aonde? Exatamente na periferia, nas classes sociais mais carentes. E são, portanto, um processo, um instrumento de inserção social que afasta o jovem de caminhos que são perigosos, da marginalidade, do crime, da droga. Porque ele, com a vivência da música, ele vislumbra uma nova possibilidade de vida.

Então, eu acho que esta Casa faz muito bem em estar preocupada com esse universo da música e de buscar, inclusive, uma legislação apropriada para que esse universo tenha o seu suporte adequado.

Há necessidade de atualizar, de fazer uma revisão de legislações que já existem, por exemplo, a Lei da Ordem dos Músicos do Brasil, que precisa ser realmente repensada, precisa ser atualizada para que ela seja realmente mais eficiente, para que cumpra os objetivos para os quais foi criada. A chamada Lei Rouanet, que é preciso que também seja revisada, seja atualizada, para estabelecer critérios que privilegiem o músico e a música do País.

O Felipe Radicetti falou da importância da criação de um órgão, de um Fundo, que poderia ser uma

agência de música equivalente a que já existe, digamos, para o audiovisual e para o cinema. A música é um universo que merece também um tipo de mecanismo que coordene, que possa ter uma finalidade consultiva, normativa e executiva de Políticas Públicas na área da música.

Enfim, era isso que eu gostaria de deixar como contribuição da nossa área da música clássica. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-
TURNINO (PT-RJ)** – Obrigado. Nós é que agradece-
mos, maestro Edino Krieger. Vou passar a palavra ao
Dr. Carlos Cezar de Andrade, Presidente da Associa-
ção Brasileira de Música Independente.

Eu começaria perguntando ao Dr. Carlos, Associa-
ção Brasileira de música independente. É a associação
independente ou é a música independente?

**SR. CARLOS EDUARDO CEZAR DE ANDRADE
JÚNIOR** – É a música independente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-
TURNINO (PT-RJ)** – O que é a música independen-
te?

**SR. CARLOS EDUARDO CEZAR DE ANDRA-
DE JÚNIOR** – Esse é uma pergunta extremamente
interessante, foi feita ontem pelo Diretor que nós aca-
bamos de empossar. Ele falou – “Mas me diga uma
coisa, música independente. O que é que isso tem da
música como um todo?”. A música, ela é independen-
te, ou melhor, nós nos qualificamos como produtores
de música independente, porque nós propomos uma
independência estética do que vocês hoje assumem
como a música do Brasil exclusivamente, porque é o
que está permeado nos meios de divulgação, que é o
que vocês vêem todo dia. A gente costuma dizer que
nós temos... O Felipe Radicetti inclusive mencionou.
Nós temos aí uma quantidade de “brasis” dentro des-
se País continental aonde um estudo feito há algum
tempo atrás, inclusive mencionado a mim pelo musi-
cólogo Roberto Mendes, que disse o seguinte – “O
Brasil tem 356 ritmos catalogados, e os Estados Uni-
dos tem 30”. Essa é a diferença da latitude da nossa
música para a música do resto do mundo. Nós somos
antropófagos culturais. Nós canibalizamos as cultu-
ras, as religiões, e transformamo-las no que é a Raça
Brasil. Eu, por exemplo, eu sou um católico apostólico
romano, quatrocentão aqui, que ando com o patuá no
bolso. Acredito em reencarnação e minha madrinha é
lemanjá. [Risos]

Então, fica complicado o negócio. Está entenden-
do? Então, esse tipo de cultura é o que permeia jus-
tamente, eu acho, que a alma brasileira. E a indepen-
dência de certas diretrizes predefinidas, por exemplo.
Vocês entram numa loja de disco, e aí vocês têm rock,

pop, funk, axé, música clássica, jazz. Agora, dentro
do jazz... Eu, por exemplo, eu tenho uma gravadora
de música instrumental brasileira. Lá fora ela é enten-
dida como jazz. Aqui dentro fica complicado eu rotular
o Sebastião Tapajós como um jazzista. Ou um Turíbio
Santos quando interpreta uma música popular um ja-
zzista, porque eles não são jazzistas. Mas a música
brasileira propõe tantas diversidades, tantas diversi-
ficações, que eu me permito milhões de subdivisões
dentro dessa mesma vertente. Ou seja, eu independo
dessa diretriz traçada pelo mercado que nós vemos
aí que nós temos contato. Logicamente que ficaria
extremamente mais fácil se você chegasse numa loja
de disco e encontrasse meia dúzia de gôndolas e ti-
vesse pouca coisa para escolher. Mas, infelizmente,
o brasileiro é extremamente criativo, nós temos uma
cultura, como eu disse, antropofágica, que pega, por
exemplo, a música européia, mistura com a música
africana e a música indígena, e saem elementos como
o samba, choro, como uma quantidade de ritmos que
são exclusivamente nossos. E que, dentro deles, tem
tantas outras variações.

Eu sempre pedi para o Lenine descrever as di-
ferenças que existem dentro do maracatu. É o ma-
racatu do baque solto, maracatu do baque variado. É
tanto maracatu que eu me perco nesse negócio. Mas
isso levou esse musicólogo a levantar esses 356 rit-
mos brasileiros. E que eu acredito que tenham muito
mais por aí.

Bem, eu represento 113 gravadoras, e hoje nós
crescemos a uma média de seis gravadoras por mês,
associadas. A música é a arte das artes. Toda arte
aspira ser música. Já dizia o Sófocles, e nos tempos
idos. Não foi nem gravado e nem divulgado isso des-
sa maneira. Mas nós temos aqui a música como uma
expressão mais vigorosa da nossa cultura.

Num estudo encomendado pelo Governo ao SE-
BRAE, sobre o que seria a percepção do mercado
mundial às definições aos marcos de qualidade enten-
didos por eles nos produtos brasileiros, o que melhor
definiria qualidade para nós, para a marca Brasil, é a
música. Esse estudo foi encomendado a uma empre-
sa italiana, chefiada por um estudioso do *marketing*
cultural no mundo inteiro, que é o Domenico De Masi,
e ele trouxe essa avaliação.

Numa recente pesquisa da Price Waterhouse so-
bre o mercado de entretenimento no mundo, a música
apareceu como a forma, a expressão cultural do País
que mais dá orgulho ao brasileiro. 65% dos brasileiros
acham que a música do Brasil é emblemática para a
qualidade do País. 46 acham que é o futebol.

Bem, logicamente, depois da última Copa isso
deve ter diminuído radicalmente. Mas, com certeza,

antes da Copa nós achávamos que tínhamos o melhor time do mundo. Mesmo assim, 46% acharam que o futebol demonstrava essa qualidade e lhes dava esse grau de orgulho. Ora, se 65% da nossa população tem orgulho da nossa música, por que não incentivá-la a crescer? Nós muitas vezes perdemos muito tempo discutindo música de qualidade. Não existe música de qualidade. Toda música tem qualidade. Por quê? Porque ela é uma expressão legítima do povo. Existe algum movimento mais atual, mais consolidado do que o Movimento do Funk? Venha ele de onde vier, tenha ele a retórica que tiver. Ele é uma expressão absolutamente legítima de um segmento da sociedade. Então, nós não podemos desconhecer esse tipo de coisa. Nós não podemos criticar o axé. “Ah, não, mas o axé, boquinha da garrafa...”. Não interessa, isso é música brasileira. É interpretada por uma quantidade de pessoas da nossa sociedade, tem uma permeabilidade no universo social que vai desde o mais ilustrado ao menos ilustrado da nossa cadeia sociocultural. Logicamente que você tem aí uma série de escalonamentos dentro da música, dentro do universo musical brasileiro, e eu mais recentemente eu estou tendo inclusive esse período aqui, uma honra muito grande, que é de registrar duas obras do maestro Edino Krieger aqui com a participação do Turíbio Santos, aquele belíssimo disco e uma orquestra com elementos da orquestra sinfônica brasileira. Foi uma gravação belíssima que nós fizemos na Sala Cecília Meireles, e que isso me leva justamente a uma das questões que eu gostaria de trazer a vocês, que é o seguinte – A música, quando registrada eletronicamente, ou seja, gravada, ela basicamente se fundamenta. Ou seja, você dá a ela a interpretação mais próxima à interpretação que o autor pretendeu daquela música. O que isso cria para as gerações futuras? Uma permissão de evoluir sobre aquele tema de uma maneira absolutamente definitiva e desprendida daquela primeira interpretação. Como é que a sociedade se relaciona, por exemplo, com a música clássica? Os intérpretes de música clássica buscam suas interpretações daquelas partituras para que elas se assemelhem ou se aproximem ao máximo ao que eles entendem por ser a intenção do compositor original. E isso, de uma certa forma, pelo fato de você não ter a gravação original lá atrás, não permite milhões de evoluções.

Então, se você escutar as milhões de gravações do Mozart, interpretação de obras de Mozart, lidas de suas partituras, você vai ver muito poucas variações ali no âmbito da interpretação propriamente dita. Por quê? Porque o intérprete não se dá permissão de elocubrar sobre aquele tema, uma vez que aquele tema não foi definitivamente registrado por seu criador. Eu,

por exemplo, eu sou autor de Saigon, que é uma música que teve aí uma quantidade de leituras. Dentre essas leituras a interpretação original, do Cláudio Cartier, meu parceiro, nós tivemos a interpretação do Emílio Santiago, nós tivemos a interpretação da Leni Andrade e nós tivemos a interpretação de Beth Carvalho que derivou essa música toda para o samba. E ela não foi criada como um samba. Mas a gravação original permitiu que uma artista do calibre da Beth conseguisse fazer essa transmutação e criar uma peça absolutamente maravilhosa, dentro de um determinado segmento que me deu a oportunidade de me comunicar com uma faixa da sociedade a qual talvez eu não tivesse o mesmo acesso.

Bem, mas tudo isso é lindo de morrer, teórico, excepcional. A gente está aqui para falar de uma coisa muito importante, que é a tributação sobre essas gravações, sobre esses registros.

Hoje nós temos os seguintes aspectos – *Power point* é um troço meio chato, então eu vou tentar passar rápido com isso aqui, para a gente falar de coisas mais interessantes.

O Brasil ouve e consome 80% de música brasileira. Detalhe, ele faz isso hoje, porque o Governo deste País teve ações que foram definitivas para esse crescimento. Em 1968 foi feito um convênio para que a indústria fonográfica pudesse utilizar 70% do seu ICMS devido para a geração de conteúdo nacional. Ou seja, o direito que o camarada pagava na época lá para o Frank Sinatra, para o Nat King Cole, revertia para música brasileira, para a criação de conteúdo nacional. Juntamente com isso, mais à frente um pouco durante a época da ditadura, veio uma Resolução do Governo que exigia 50% de execução de música nacional nas rádios. Hoje, essa execução, sem qualquer exigência do Governo, é 80%. Ou seja, existe uma aceitabilidade gigantesca do País com relação à música gravada, ou a nossa cultura enquanto registrada. O Brasil compra Brasil. O Brasil gosta do Brasil. Nós somos excelentes xenófobos. Exercitamos essa...

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-
TURNINO (PT-RJ)** – Em matéria de música.

**SR. CARLOS EDUARDO CEZAR DE ANDRADE
JÚNIOR** – Em matéria de... 99% das coisas que acontecem hoje no País. Para o senhor ter uma idéia, o art. 39, que é essa permissão que o Governo deu para que as distribuidoras multinacionais de filmes exibidos em televisão, as distribuidoras de TV a cabo, utilizassem o imposto devido quando da remessa dos valores ao exterior em produções nacionais, eu participo da ABPI-TV, que é uma outra associação que faz parte conosco com a BMI e com a ANAFIM desses Projetos de Exportação da APECs(F), ABPI-TV, é a Associação Brasileira

de Produtores Independentes de Televisão. Independentes, por quê? Porque eles estão independentes daquele esquema, daquela máquina de fazer produto dentro de casa, que é... Mãe do céu, que a GLOBO faz de uma maneira maravilhosa. Trouxe a televisão a um nível de qualidade, elevou o nível de qualidade da nossa televisão a patamares internacionais. E graças justamente a esse início, a esse empreendedorismo das ORGANIZAÇÕES GLOBO, hoje nós temos uma televisão aberta de altíssima qualidade e um cabo que precisa correr atrás justamente dessa qualidade. E está correndo com sucesso. Por quê? Porque nós temos a cultura de fazer coisas com qualidade.

Então, esse art. 39 permitiu que, por exemplo, a HBO se parceirizasse com a O2 e com a Conspiração Filmes e criassem o Mandraque e Filhos do Carnaval. E o Mandraque não era exatamente o que eu achava assim de pouco de sexo demais na televisão, um pouco de violência demais na televisão para o momento atual. E eu liguei para o pessoal da HBO e falei. “Possa, vocês usaram dinheiro do Governo para...”. “Olha, vou dizer uma coisa, é primeiro lugar de audiência disparado. E daqui para frente, com ou sem esse dinheiro, nós vamos buscar investir mais em produções nacionais. Porque nós estamos vendo o retorno na nossa cara aqui”. Ou seja, o Brasil compra Brasil, o Brasil quer Brasil. Nós temos a capacidade, ou melhor, nós estamos tentando disseminar a filosofia do pensar global, mas agir local, e acho que é isso que nós estamos vendo com essas ações que o Governo têm para incentivo da produção cultural no País.

A Lei Rouanet permitiu uma quantidade de ações importantíssimas. Eu tive, por exemplo, o privilégio de com a Lei Rouanet, através da Lei Rouanet, poder restaurar, ou melhor, digitalizar o acervo de acetatos do Museu da Imagem e do Som que o maestro Edino Krieger era Presidente, e quando ele estava Presidente lá foi quem justamente aprovou essa parceria, esse acordo de colaboração, nós estamos entregando agora à população 5 mil acetatos digitalizados para consulta, quando antigamente, quando antes, a gente não tinha nem como ouvir esses discos. E leis como essa, Leis de Incentivo Cultural são definitivas para a perenização da cultura brasileira.

Bem, uma das coisas que eu mencionei inclusive é que a música como principal interlocutor de exportação da marca Brasil é resultado de um estudo, desse estudo do Domenico de Mais, encomendado pelo SEBRAE. Quando você quer vender sapato lá fora, faça-o com música brasileira. Por quê? Porque isso é um agregador de percepção de qualidade. Você quer vender cachaça lá fora, faça-o com música. Você quer vender petróleo lá fora, faça-o com música. E por acaso

até fizeram mesmo, porque na comemoração dos 50 anos da PETROBRAS eu tive também o privilégio de gravar uma orquestra sinfônica, a Orquestra Pró-Música, PETROBRAS, interpretando uma obra sinfônica que era justamente o *jingle* [soa a campainha] dessa campanha. Vou tentar apressar isso aqui, então.

Existem, por dados da [inaudível] 1.495 gravadoras registradas no País. Logicamente que você tem muitas pessoas aí que se registraram como produtores fonográficos, fizeram seus discos, acabaram esses discos e nunca mais fizeram outra produção. Mas você tem 495 gravadoras ativas no País hoje. Na BMI, como disse, hoje tem 113 gravadoras associadas e seis novos sócios aparecem a cada mês querendo se registrar para participar desse esforço associativo, que é a Associação. ABPD é a Associação... Eu tive o privilégio também de dirigir ABPD durante algum tempo, é a Associação que congrega as grandes gravadoras, as fábricas do País, apesar de nós termos hoje também já duas fábricas associadas à BMI estão associada ABPD e à BMI, e eles têm estudos, ou encomendam estudos periódicos desse mercado. A BMI ainda está na sua infância, então nós estamos elaborando os nossos estudos, desenvolvendo nossos estudos para que nós possamos trazer a esse Plenário, a essa Casa aqui, com mais solidez números que realmente são impressionantes, números que sejam realmente balizáveis, inclusive, pela nossa querida Receita Federal, que não está presente aqui hoje.

Nas grandes gravadoras eles venderam 52 milhões de unidades esse ano, ou melhor, no ano de 2005. 75% disso foi música brasileira. As gravadoras independentes, na sua totalidade, estima-se que elas tenham vendido aproximadamente 50 milhões de unidades, com 97% de música brasileira. Porque a música independente, refere-se especificamente, ou melhor na sua grande maioria, a divulgação e ao registro e divulgação da música brasileira.

Fábricas por todo o País reportam em torno de 200 milhões de unidades fabricadas, onde nós estimamos que 112 milhões sejam produtos fonográficos. Você tem CDs-ROM, você tem aí uma série de outros produtos fabricados por essas indústrias aí no caso, que não são produtos fonográficos, não são exclusivamente produtos fonográficos. Todos têm música. Não se faz nada sem música. Não se faz cinema sem música, não se faz teatro sem música. A vida de vocês é permeada por música. Vocês são incapazes, por exemplo, de botar no seu telefone um troço que não seja música. Ou seja, alguma coisa batendo na cabeça de vocês. De vez em quando vocês botam no *vibracall*, mas vocês querem ter sempre uma relação muito mais próxima com o elemento musical.

Bem, vocês vêem hoje no mercado internacional, ou no mercado interno, a coisa crescendo da seguinte maneira, ou melhor, a música evoluindo para determinadas ramificações. Nós estamos falando de telefonia, *internet*, a rádio por assinatura, que vem aí, a TV por assinatura que já está presente, vocês recebem em casa uma quantidade de canais de música. Mas isso hoje representa em termos de faturamento, por ainda estar um tanto quanto incipiente, menos de 1% da arrecadação fonográfica, ou melhor, da música gravada. Todavia, os direitos de execução no ECAD no ano de 2005 trouxeram um número 275 milhões de reais arrecadados junto aos usuários de música, da música não só a música mecânica, ou seja, a música que toca nos sistemas de som dos lugares, como também nas performances, nas apresentações de vários artistas. Mais ou menos, cem milhões de reais foram pagos a editoras por gravadoras em todo o Brasil. E esse dinheiro chegou aos seus autores, aos autores das músicas. Eu até ganhei um pedacinho disso aí também como compositor do Saigon. Shows e apresentações, por outro lado, tem um universo gigantesco. Para terem uma idéia, eu outro dia estava conversando com um Vice-Presidente de uma multinacional, ele estava falando “você imagina que essa gravadora hoje tem 94 empregados. Teve muito mais, hoje ela tem 94 empregados. O meu artista, ao qual eu estou te convidando para apresentação no Rio Centro, tem 300 empregados em sua empresa. Esse artista está faturando uma média de um milhão a um milhão e duzentos mil reais por semana com sua estrutura. Sendo que no carnaval esse artista emprega aproximadamente cinco mil pessoas”. Logicamente que essa eventualidade tem uma quantidade de componentes, aí no caso. Mas, se um artista tem condição de empregar essa quantidade de gente, vocês imaginem o que... Hoje vocês vêem aí uma quantidade de... Calcinha Preta, Banda Calypso... Mecanismos gigantesco de apresentação de shows. Tem pelo Brasil afora, estão independentes inclusive de gravadoras, de grandes gravadoras. A Banda Calypso é uma banda independente. Faz, fabrica seus próprios discos para vendê-los, e os vende para o povão, mesmo. A idéia deles é colocar isso a preços baratos, preços módicos para um grande público. O que é que nós precisamos fazer com isso? Nós precisamos botar essas pessoas, quer dizer, não digo especificamente a Banda Calypso, porque com certeza, dentro da empresa que se tornou a Banda Calypso, o procedimento é absolutamente formal e observador das leis, mas uma quantidade de outras... Outros músicos e gravadoras que estão começando, precisam ter a possibilidade de exercitar o negócio do disco sem o tamanho da carga tributária que hoje permeia o disco.

Por outro lado, nós temos perdido aí... Selos de gravação de áudio...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-TURNINO (PT-RJ) – Eu vou pedir ao nosso convidado [risos] que eu estou vendo que a sua exposição não chegou nem à metade. Vamos abreviar porque é preciso dar tempo aos nossos Senadores também.

SR. CARLOS EDUARDO CEZAR DE ANDRADE JÚNIOR – Vou fazer isso. Então, um dos elementos... Acho que vou passar para... Você passa para o *slide* sete, por favor. É antes disso.

Bem, só para dar uma informação, hoje a pirataria é 50% dessa indústria. 50% foi consumido por pirataria, dos negócios existentes no País. Dois bilhões de reais foi um número apurado pela ABPD em 2000. Esse ano foram seiscentos e cinquenta milhões de reais apurados por essa indústria. A carga tributária na indústria fonográfica incentiva hoje o produto informal e a pirataria. Porque a distância que nós temos aí do preço do produto pirata e do produto legal, logicamente que o pirata não pagam os custos de produção, nem nada disso, mas nós temos uma diferença, uma distância muito grande. Nós precisamos aproximar isso de maneira radical, para que nós possamos retornar ao Governo ou ao País a formalidade dos empregos que hoje são informais e estão ali na banca de camelô, na frente da loja de disco que está tentando sobreviver vendendo disco e pagando seus impostos. Se for a Ipanema, à Santa Efigênia em São Paulo, você tem a loja vendendo o produto ao preço normal com seus impostos e coisa tal, e o camelô na frente da porta vendendo o produto ilegal. É um caso de polícia? É, caso de Polícia, com certeza. Mas a diminuição dessas distâncias, desses disparates que nós temos hoje com certeza traria ao País um benefício infinitamente mais relevante do que os poucos reais que hoje estão sendo recolhidos por conta da carga tributária que para nós, é imensa. Para o País, hoje, pela diminuição dessa indústria está se tornando extremamente efêmero. Eu estou procurando uma informação que eu queria passar para vocês.

SENADOR GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB-AC) – Presidente, eu peço permissão para interromper. Carlos Eduardo, só para a gente aproveitar. Porque isso aí é uma questão relevante. Primeiro, eu fiquei surpreso com a sua fala muito entusiasmada. Mas eu temo que... Veja, se a gente comparar a indústria fonográfica com outras indústrias, por exemplo, há cinco, seis, dez anos atrás a gente comprava um computador por uma quantia absurda. Três, quatro, cinco mil reais. Hoje você compra um computador por setecentos reais, novecentos reais. E não houve essa

coisa toda de redução tributária, não sei mais o que, nos outros segmentos industriais. Eu estou fazendo uma análise a grosso modo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu pediria ao Senador Geraldo, quando é uma pergunta oportuna, porque foi mencionado, mas se é uma pergunta geral. Eu pediria... porque o Senador Zambiasi está inscrito antes de V. Ex^a

SENADOR GERALDO MESQUISTA JUNIOR (PMDB-AC) – Eu pediria inclusive que ele analisasse esse aspecto comparativamente com outras indústrias.

SR. CARLOS EDUARDO CEZAR DE ANDRADE JÚNIOR – A sua observação é absolutamente pertinente. Eu lhe respondo uma coisa de maneira muito simples.

SENADOR GERALDO MESQUISTA JUNIOR (PMDB-AC) – Eu acho que a indústria fonográfica é muito concentrada e muito gulosa. A impressão que eu tenho é essa. Em grande parte ela produz, inclusive, a pirataria. Essa é uma impressão a grosso modo. Eu queria só que você comentasse esse aspecto.

SR. CARLOS EDUARDO CEZAR DE ANDRADE JÚNIOR – Lembre-se de uma coisa. Para que a sua máquina de novecentos reais funcione, ela precisa de um programa. Esse programa precisa ser criado. Isso é direito intelectual e propriedade intelectual. A não ser que o senhor pirateie isso, o senhor terá que pagar por ela. E um produto, por exemplo, como o *Microsoft Office*, custa aí no O&M mil, mil e duzentos reais. Custa mais caro que a máquina de novecentos reais. Mas sem ele, a sua máquina é preço de papel.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone]

SR. CARLOS EDUARDO CEZAR DE ANDRADE JÚNIOR – Os próprios *softwares* baratearam, com certeza. A própria música barateou imensamente também. Se o senhor imaginar que o disco no Brasil é talvez um dos mais baratos do mundo... É um monte de dinheiro. Você pagar trinta reais num disco, minha mãe do céu!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone]

SR. CARLOS EDUARDO CEZAR DE ANDRADE JÚNIOR – Exato. Era justamente o número que eu estava procurando aqui para o senhor. A Banda Calypso, ela achou a maneira de vender o disco dela, porque ela faz um show, vender o disco dela no show dela. Ela tem um grande show. Mas se o senhor imaginar que dos cinco ou seis mil pontos de venda que o País tinha há 10 anos atrás, ele perdeu 3.500 pontos, que foram 46 mil empregos jogados na lata do lixo por causa dessa pirataria. Aí eu lhe pergunto se valeu à pena alguma

inércia do Governo com relação à coibição da pirataria. O que a sociedade ganhou ou ganha com a pirataria fonográfica? Absolutamente nada. Quem perde é a sociedade. Por quê? Porque hoje o senhor vê gente que de outra maneira estaria no tráfico ou estaria na bandidagem trabalhando com música, porque talento não escolhe berço. Nós premiamos o livro aqui, justíssimamente porque afinal de contas a literatura tem que ser trabalhada ou premiada de todas as maneiras possíveis e imagináveis, porque é um esforço de disseminação cultural, absolutamente relevante, mas a música também é. E de muito mais permeabilidade na nossa sociedade. Se o senhor imaginar que não precisa saber ler para ouvir música. O senhor não precisa saber ler para fazer música. Nós temos aqui um maestro, acho que a expressão máxima da música, é um mastro... Principalmente um maestro autor, como é o caso do maestro Edino Krieger. Nós temos na outra ponta o Luiz Gonzaga. Em igual condição de respeitabilidade e reconhecimento nacional. É homem que com certeza não teve o mesmo acesso à cultura e à escola que teve o maestro, que teve um Chico Buarque. Ou seja, por que é que nós prestigiamos apenas um segmento? Será porque é que nós temos grandes companhias do outro lado? Pelo amor de Deus.

O senhor tem 495 gravadoras, como eu lhe mostrei. Quatro são grandes, são multinacionais. As outras 491 são brasileiras. Estão sendo penalizadas por causa dessas quatro? Não. Detalhe, essas quatro, por pior que se fale delas, jogue pedra, faça o escambau a quatro, em cima dessas companhias, essas companhias trouxeram para nós a evidência de gente como Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil, o nosso querido Ministro.

Então, pelo amor de Deus! Nós estamos jogando pedra em quem? Na nossa cultura? “Ah, mas nós somos gulosos?” Não. Não, somos gulosos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Aqui não há limitação de tempo. Nós podemos ficar aqui até às três da tarde. Agora, eu estou preocupado com o Senador Zambiasi e ele está inscrito, [risos] e ele possivelmente tem outras atribuições e outros compromissos a responder.

Então, por isso que eu estou pedindo ao Dr. Carlos para encerrar e a gente abrir o painel de indagações.

SR. CARLOS EDUARDO CEZAR DE ANDRADE JÚNIOR – Eu acho que fiz o meu ponto. Então eu queria me desculpar com a extensão da explanação. [Risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Não é problema de tempo nosso, é problema de tempo dos Senadores que tem outras...

SR. CARLOS EDUARDO CEZAR DE ANDRADE JÚNIOR – Mas, como o Senador falou isso é um assunto que me emociona realmente. Por ser músico, por ser proprietário de gravadora, por ser engenheiro de áudio, etc e tal, e por ser brasileiro, principalmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Claro, claro. Principalmente, também.

Então, vou agradecer ao Dr. Carlos Andrade e passar a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado, Presidente Saturnino. O tema realmente é envolvente. Não tem como negar. E ele é apaixonante. Mais que envolvente, o tema é apaixonante. Todas as questões aqui elas vêm acompanhadas de inúmeras interrogações, seja desde lá primeira manifestação do Dr. Felipe, com essa diversidade regional que é muito interessante, eu sou gaúcho, como o Senador Paim que está aqui conosco, e o senhor vinha falando da diversidade regional e nós dentro do Rio Grande do Sul nós temos a música campeira, a música missioneira, a música serrana, a música fronteiriça, porque nós temos fronteira com a Argentina e com o Uruguai. Os ritmos, nós temos seguramente boa parte destes trezentos e tantos ritmos dentro do Estado, exatamente pela identidade cultural local. O Brasil é um continente, e essa continentalidade nos dificulta ter uma identidade nacional como música. É muito difícil. Especialmente Estados que tenham culturalmente uma definição como é o sul do País, como é o norte-nordeste.

Quer dizer, isso é realmente muito interessante e é muito rico. Acho muito positivo, inclusive.

Então, lá... Eu cheguei a notar músicas de raízes, música galponeira, música gaúcho urbana, com grupos que tem jovens aqui, estão formando uma banda, e eu lembrei dos Engenheiros do Hawaii, por exemplo, de estudantes universitários lá no Estado viraram ícones nacionais do *rock*, lá atrás, corajosamente. E hoje tem inúmeras bandas que colocam um pouco do ritmo local associado a ritmos nacionais e internacionais, etc e tal.

Bom, o tema hoje, ele envolveria mais, digamos, alguma coisa mais técnica, porque o objetivo era trabalhar as questões tributárias da indústria musical brasileira. Infelizmente, Presidente Saturnino, nós não temos nenhum representante do Executivo aqui. O que eu quero registrar um lamento. Deveria estar aqui presente, porque senão fica aqui um lamento de todos nós. Daqui poderia talvez já surgir uma proposta para se encaminhar, digamos assim, estas questões relevantes que preocupam cada segmento. Seja lá indústria de instrumentos, sejam aqui os produtores musicais, fonográficos, falei agora com o Diretor do senhor F Dis-

cos que [risos] trabalha aqui na Casa e que pretende registrar-se proximamente. É uma pequena produtora aqui de Brasília, e me disse que como ele tem inúmeros. Quer dizer, além dos registrados nós temos talvez dezenas e mais outras centenas de produtores ainda não registrados e independentes também, tentando abrir espaço para investir corajosamente na música, porque a música provoca muitas vezes esse certo romantismo. Às vezes o sujeito coloca a própria casa.

Eu lembro de uma situação que eu vivi com um amigo meu, no tempo do LP, no tempo do vinil, que ele se dedicou tanto à música, de tal maneira, e tinha um sonho tão grande que ele transformou a casa dele numa montanha de discos. Ele vendeu a casa para gravar discos. Achava que a vida dele estava ali. E um belo dia ele me convidou para visitá-lo numa casa alugada e ele me disse – “A minha casa está aqui nesse cantinho. Está aqui a minha casa”. Eu fiquei impressionadíssimo. Mas ele não desistiu, porque ele gostava. E ele fazia o que esses grupos fazem. Ele tentava vender esse produto em pequenos eventos dos quais ele participava. Mas aí ele enfrentava outra questão que aos poucos talvez vá se resolvendo, que se chama-se ECAD. Ele queria ter a liberdade de poder produzir um evento, mas aí o evento muitas vezes parava exatamente no ECAD. Os locais se disponham a oferecer para esse artista a disponibilidade de uma apresentação, mas travava na licença, legal, obviamente, não estou questionando a legalidade, mas a formatação, digamos, a impessoalidade da questão ECAD que talvez mereça também um capítulo à parte nessa discussão. Porque esses grupos, muitas vezes, não conseguem apresentar-se não por falta de incentivo, mas pela dificuldade de negociação com próprio ECAD, que é duro na negociação. Cobra por metro quadrado. Não importa quantas pessoas estão se apresentando. É tanto metros quadrados, tantas pessoas. [soa a campainha] Se tinha cem mil ou mil pessoas, tem um custo previsto. Quer dizer, é um tema realmente muito sério. Mas a minha manifestação aqui, é primeiro dizer que se lamenta a ausência do Executivo, porque acho que ao ouvir essas manifestações todas aqui, de parte do Congresso e da Subcomissão, não tenho dúvida nenhuma. Poderá até surgir algumas propostas, projetos que poderão ser apresentados e que depois, infelizmente, virá aqui o representante de lá dizendo – “Olha, tu vê esse Projeto é complicado. Vão tentar alterar, retira da pauta”. Quando já poderia estar sendo discutido aqui embriariamente e chegar daqui a pouco lá ao Plenário já com um acordo já predefinido.

Então, essa questão eu queria deixar assim como registro de lamentar. Porque foram avisados a tempo. Dia 3 de julho foi enviado o convite e ontem, apenas, a

informação de que não poderiam estar presentes, não dando sequer tempo de tentar uma segunda pessoa que pudesse contribuir aqui com uma possível negociação. E do outro lado também, eu comungo das preocupações do Geraldo, de um lado nós temos a questão da pirataria que é seriíssima, realmente muito séria, e nós temos a pirataria da rua e nós temos a pirataria, digamos assim... Uma segunda pirataria, que é a própria *internet*, proporcionando que se baixem músicas e, com isto, eu não vou à loja comprar. E fecho o ponto. A questão de fechamento de pontos, ela é ampla. Não tem um culpado. Tem um processo. A facilidade, hoje, de poder gravar, até de... Muitas vezes o próprio estúdio está sendo dispensado, faz o estúdio em casa. A qualidade técnica hoje é tão grande que muitas vezes tu consegues produzir um disco na própria casa. E tu corriges eventuais falhas no computador. Quer dizer, tu apresentas um produto ali fora que faz uma maquiagem técnica e muitas vezes a banda é apenas um cidadão. Está na evolução.

Então, quando já questionou se tecnologicamente eu adquiri um computador há pouco tempo atrás e hoje adquiero por mil, nós estamos discutindo em nível nacional. A questão dos custos. O disco se torna muito caro. Ele se torna muito caro e ele encalha. Aí depois vai para o encalhe, daqui a seis meses, eu espero, seis meses, oito meses, porque a melodia ela é eterna. Eu gosto dessa música hoje, eu vou gostar o ano que vem, vou gostar daqui a 10 anos. Então o sujeito espera um pouquinho, ela deixa de ser executada, então o que estava trinta reais na semana passada, se eu esperar mais um mês vou comprar por dez. Acho que teria que haver de alguma maneira um tipo de equilíbrio para concorrer com essa pirataria. Um tipo de... Não sei. Um trabalho com as gravadoras, com os lojistas, e claro, com a mão do Governo presente, porque ela é fundamental nesse processo.

O Carlos referiu aqui com clareza que a música brasileira hoje está tão presente graças a ações governamentais. Eu concordo absolutamente. À proposta do Dr. Bertolazzi, trabalhando-se essa questão do instrumento brasileiro, que acho que tem também qualidade. Nós falamos tanto em instrumentos fabricados em outros Países, mas estamos avançando de maneira que já não está tão desequilibrado. É claro que tem eventuais situações que tu ainda busca uma tecnologia mais avançada. Mas eu acho que hoje nós já temos uma capacidade de competir de forma bastante razoável. E ouvindo o maestro, estou tendo o privilégio de conhecê-lo aqui, eu concordo com praticamente tudo que fala, e eu venho da área da comunicação e rádio dita popular. E por ser popular, ela nem sempre toca clássicos. Ela até toca clássicos, assim, por exemplo,

quando o clássico se torna popular, que é o caso do CD lá do Rio de Janeiro... Como é que é o nome dele, meu Deus do Céu... Ele introduziu músicas de grandes maestros no seu bandolim, no seu...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Não. É mais popular.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Jorge Aragão.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Jorge Aragão. Ele conseguiu popularizar o clássico e fez com que músicas que dificilmente tocariam nas ditas rádios populares, fizessem o cotidiano dessas rádios.

Então, acho que esse casamento, essa possibilidade de tornar o clássico populares, ela é realmente muito interessante. Como o Carlos falou, quer dizer, de repente se critica uma melodia popular que cai no agrado e no consumo, mas quando um Jorge Aragão e outros conseguem puxar daquele clássico, que é fruto da erudição do seu autor, e que, portanto não tem, digamos assim, a abrangência que poderia ter, mas alguém com sensibilidade consegue então colocar um ritmo um pouco diferenciado e acrescentar não sei o que mais que consegue fazer com que caia nesse agrado, é algo extremamente importante. Mas eu quero dizer que acho que cada tema aqui mereceria uma audiência especial. Porque então a gente não estaria brigando pelo espaço de perguntar, pelo espaço de... Pela situação da gente estar sendo chamado na Comissão ao lado, no Gabinete, porque pessoas nos exigem a nossa presença. Então eu quero fazer esse registro. Na realidade, me estendi tanto com tantos comentários sobre cada convidado aqui, mas basicamente pela importância do evento, e por elementar que o Executivo não esteja aqui. Porque, seguramente, daqui a pouco mais vão surgir Projetos que atendam minimamente a expectativa de cada setor que está convidado aqui, e quando for debatido nas Comissões Técnicas Especializadas, então vem esse segmento dizer – “Olha, segura lá, coloca uma Emenda aqui para ver se não provoca um impacto econômico tão forte e coisas do gênero” quando já poderia se estar sendo discutido aqui agora com a presença dos setores representados. É isso, Presidente. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-
TURNINO (PT-RJ)** – Pergunto se alguns dos convidados deseja comentar. Dr. Carlos.

SR. LUIS FELIPE RADICETTI PEREIRA – Senador Roberto, eu também gostaria de fazer uma complementação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Com a palavra o Dr. Felipe Radicetti.

SR. LUIS FELIPE RADICETTI PEREIRA – Obrigado. A minha complementação diz o seguinte, quer dizer, aguardando a exposição do maestro Edino e do Carlos que expuseram mais detalhadamente essas questões que são pertinentes a esse encontro, e eu queria dizer o seguinte – Que nós queremos propor os desdobramentos, as ações para desdobramentos desse encontro dizendo o seguinte, quer dizer, o Grupo de Articulação Parlamentar da qual eu estou representando aqui hoje, propõe que nós possamos discutir essa isenção da carga tributária da equiparação tributária do CD ao livro, desde que nós possamos criar um Fundo de 5% da arrecadação financeira das gravadoras para esse Fundo de Investimento necessariamente dentro da atividade musical para que ele possa servir como um trampolim para nós relaxarmos os gargalos que estão afogando a atividade musical no País. É de extrema importância que nós possamos fazer isso. Acho até que essas ações e a gestão desse Fundo apontam num futuro de poder criar uma agência para a música, onde a gente possa através dessa agência ter maior representatividade do que a sociedade deseja para a sua música, para as suas músicas dentro desses “brasis” todos que nós temos e falamos aqui, e que nós possamos fazer... Que essa agência possa diminuir as distorções que o mercado naturalmente, pelo seu próprio procedimento, podem vir a trazer da qual eu acredito que é papel do Estado poder regulamentar essa atividade para que a gente possa diminuir essa distância, essas distorções que o mercado provoca, para que nós possamos ter a atividade musical que a própria sociedade deseja no futuro.

E finalmente, também, manifesto meu desapontamento de não ter a presença do Executivo aqui para nós podermos tratar de assunto que é tão pertinente a eles. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Dr. Carlos.

SR. CARLOS EDUARDO CEZAR DE ANDRADE JÚNIOR – Eu gostaria de fazer uma rápida observação com relação a esta questão que o senhor levantou, extremamente relevante com relação ao binômio *internet*, disponibilidade na *internet* versus liquidação dos pontos de venda, dos pontos físicos de venda. Agora o senhor vai ver o que é que é ação de Governo, por exemplo. Os senhores deram essa Casa e o Governo Brasileiro deu imunidade fiscal às publicações, aos livros. Correto? O livro é tão fácil de se “downloadar” da *internet* quanto à música. Talvez até mais. É um documento menos pesado até. Você imprime isso em

qualquer loja que tenha um aparelho de xerox. Não precisa nem um gravador de CD. O senhor imagina que os pontos de venda de livro por causa da ação governamental, da imunidade fiscal e das facilidades fiscais que foram dadas não só ao produtor literário, como ao seu ponto de venda, porque abrir uma loja de livro é infinitamente mais fácil hoje do que você abrir uma loja de disco. Tanto é que você hoje abre hoje lojas de livro para poder ter disco dentro dela. Esses pontos triplicaram sua presença no País. Sendo que a primeira coisa a ser pirateada na *internet* não foi a música, foi o livro.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Sim, mas ocorre que... Acho que agora houve um saudável debate. Ocorre que o livro me exige muito mais que a música.

Então, essa facilidade concedida ao livro ela tem uma razão. Nós não temos, por exemplo, feiras de música. Temos feiras de livro.

SR. CARLOS EDUARDO CEZAR DE ANDRADE JÚNIOR – Desculpa. Em fevereiro a ABMI está, junto com o Ministério da Educação e o BNDES, promovendo em Recife a maior feira de música da América Latina. Existe uma feira aqui em Brasília chamada FMI já há três anos, e existe o Mercado Cultural, a Festa Nacional da Música, a Feira do Disco em Fortaleza.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Tem a Festa do Disco em Canelas, no Rio Grande do Sul, que foi reativada no ano passado. Mas aí é uma...

[soa a campainha]

SR. CARLOS EDUARDO CEZAR DE ANDRADE JÚNIOR – É uma festa, uma comemoração. Uma celebração.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Não. É um encontro de artistas que discutem suas questões, inclusive não é aos finais de semana, ela acontece segundas, terças e quartas, durante a semana, para poder acolher o artista e discutir todas essas questões de forma absolutamente transparente. Mas o que estou dizendo é que ainda não se encontrou um formato para a música como tem para o livro. O livro tem feiras populares há 50 anos. Feira do Livro em Porto Alegre. Vai acontecer agora em outubro. 52 anos. Um milhão de pessoas em 15 dias circulando. Desde o sebo até o lançamento. Portanto, de absoluta acessibilidade.

Eu quis comentar que o disco ainda não se apercebeu que popularizar é ir para a feira. Senão acontece a popularização através da Feira do Paraguai. Senão acontece essa popularização.

Acho que as instituições, as entidades do setor deveriam pensar junto com os Prefeitos, junto com os

Municípios que isso é uma questão local, a possibilidade de fazer, sim, com as gravadoras, com as produtoras, colocar seus artistas ali. E, enfim, de maneira que possa popularizar o acesso.

SR. CARLOS EDUARDO CEZAR DE ANDRADE JÚNIOR – Senador, suas colocações são de relevância absoluta. Porque é justamente nisso que a ABMI trabalha junto com o Ministério da Cultura e o BNDES. Música é fundamental para as estratégias de exportação do País, inclusive. Sensibilização do público externo, com relação ao conhecimento da nossa sociedade, da nossa cultura, e dos nossos costumes. Para o ser ter uma idéia, só a título de informação, por causa de ações coordenadas, Países como Suécia, tiveram num grupo chamado ABBA, mais retorno financeiro em suas exportações do que os retornos conseguidos com a Scania e a Volvo juntas na década de 70. Música. O senhor sabe qual é a diferença entre um País subdesenvolvido? País subdesenvolvido vende o que planta. O País mais desenvolvido vende o que produz. Agora, o País realmente inteligente vende o que pensa. E música é pensamento, é intelectualidade. Nós vendemos isso, nós divulgamos isso, produzimos isso, nós produzimos patentes para esses Países aos borbotões. Nós precisamos incentivar a disseminação dessas patentes. E não puni-las.

É isso que a presença aqui, a presença de toda essa bancada aqui hoje veio pleitear junto aos senhores, sensibilizá-los para que os senhores, com toda essa pertinência que o senhor levantou, Senador, o senhor foi de uma observância absoluta. O senhor tem real conhecimento do tema. Nós estamos observando justamente isso. Premiações. Não Prêmio Tim, mas um Prêmio da Academia Brasileira de Música, que é o que nós estamos discutindo hoje. Que é um prêmio do Brasil. Não é o prêmio da... Motorola, da Multishow. São excelentes, são maravilhosos, mas não pertencem à música, pertencem a esses promotores. Absolutamente relevantes. Nós só temos a agradecer a eles, mas nós precisamos de um prêmio Brasil de música. Nós precisamos de uma feira Brasil de música. Nós precisamos de festas Brasil de música, como a patrocinada pelo Governo do seu Estado, brilhantemente, que nós só temos a agradecer a esses esforços. E ao Fernando Vieira que é um gladiador nessa área.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu quero voltar a repetir que nós não temos problema de tempo. [risos] É só dar ensejo a que os outros Senadores também participem. Eu pergunto ao Senador Zambiasi se... E no entusiasmo do Senador Zambiasi também é compreensível e é louvável. Mas acontece que os outros também precisavam participar.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Na verdade, essa discussão, Presidente Saturnino, motivou exatamente essa relação de comparação quando se coloca aqui a isenção e o porquê do livro ser tão competitivo hoje, e eu credito isso muito exatamente ao incentivo a essas feiras, à popularização, a forma, portanto da... Os livreiros competindo entre si livremente ali na praça, cada um com sua banca. Por que não cada gravadora com a sua banca, com o seu artista, atraindo o público ali, e levando a conhecer esses lançamentos, esses novos artistas que muitas vezes não têm espaço de divulgação que não seja assim? O livro é a mesma coisa. Oportuniza a divulgação exatamente no momento que ele vai para a praça.

O livro quando ele sai da praça ele sai conquistando consumidores desde os pequeninos que sai das suas escolas estimulados por seus professores, seu pais, suas famílias que vão visitar a feira. O disco poderia fazer a mesma coisa. E, portanto, entrar fortemente nessa competição. É claro que as multinacionais têm muito pouco interesse nisso porque elas estão assentadas sobre braços muito fortes. Eu não falo em questão dessas multinacionais que estão aqui, contribuindo de alguma uma maneira, com algumas restrições. Eu falo da sua associação e de outras, para que possam, em parceria com os Governos do Estado, dos Municípios, levar e mostrar o artista. Aí tem essas discussões. Aí, por exemplo, vai entrar o ECAD. Para poder fazer esse evento vai ter que discutir. Como é que vai liberar a apresentação do artista? Veja que começa a entrar algumas complexidades que tem que ser discutidas. Mas acho que a popularização passa por isto, e passa por essas questões também de encontrar um formato, não sei se através de incentivo fiscal como para que o consumidor tenha maior acessibilidade. O disco é caro sim, ele pode ser mais caro lá fora, mas o sujeito lá fora ganha mais que o brasileiro. Não dá para comparar. Não tem essa história de dizer que nós temos o disco mais barato. Nós temos o menor salário.

Então, tem que ser compatível com o que o cidadão ganha. O poder aquisitivo. Nós estamos tratando... Olha, os padrões de aquisição do DVD ou do CD aqui, eles são internacionais. Tu vais numa loja de CD e diz assim – “Se o DVD for internacional tem um custo. Nacional tem outro”. Mas é muito pequena a diferença. Mas já estabelecem diferenças. Ora, traga para padrão de consumo brasileiro e nós vamos ter, com certeza, um consumo maior. Eu não vou me estender. [Risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – [risos] O Bertolazzi quer fazer um comentário. A sua intervenção.

SR. ALBERTO BERTOLAZZI – Rapidamente, Senador, eu acho que eu tenho uma coisa muito parecida com o seu amigo lá que vendeu a casa e transformou em disco, porque eu trabalhei 30 anos no mercado financeiro, fui fundador da primeira empresa de *leasing* no Brasil, em 1970, hoje em dia estou na música. Mas eu queria chamar a atenção para um ponto...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O senhor dança conforme a música.

[Risos]

SR. ALBERTO BERTOLAZZI – Mas eu continuo no mercado financeiro, porque eu fabrico gaita.

[Risos]

SR. ALBERTO BERTOLAZZI – É a única fábrica de gaita, fora o BANCO CENTRAL. Mas eu queria chamar a um ponto, dando continuidade ao que o Carlos estava mencionando sobre a pirataria, os fabricantes de instrumentos musicais também estão sofrendo uma concorrência muito desleal por importadoras, estão trazendo instrumentos musicais do exterior a um preço vil, que digamos, um violão não paga nem a tarraxa e a tinta que é usada. Isso é um ponto que também valeria a pena ser discutido, chamado a atenção das autoridades, no caso.

Eu digo o seguinte, se a uma indústria não tem condição de competir no mercado, que feche as portas e vá fazer outra coisa. Mas que a concorrência seja leal. Trazer um instrumento musical por um preço vil, para pagar menos imposto, perde todo mundo, fechamos postos de trabalho no Brasil, o Governo arrecada menos, e sai todo mundo prejudicado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-
TURNINO (PT-RJ)** – Bem, vou passar a palavra ao Senador Marcos Guerra, estava inscrito também já faz muito tempo.

SENADOR MARCOS GUERRA (PSDB-ES) – Sr. Presidente, primeiro eu quero pedir desculpas que tive que me ausentar por 10 minutos. Mas eu não poderia deixar de retornar para dar meu depoimento com relação a essas reivindicações que acredito serem justas.

Uma coisa que me chamou atenção aqui na explanação do Sr. Alberto, em momento algum ele falou do micro e do autônomo. Daquele cantor autônomo, daquelas pessoas que fazem shows em festas de confraternizações, em bares. Em política não pode mais. Mas aqui no Senado eu sou um defensor do micro e do pequeno. Acredito que ele precisa de atenção, muito mais do que o grande. E aproveito e chamo a atenção também do nosso amigo Carlos, sobre... É que eu estou falando em pequenos. Vocês têm 1.495 gravadoras. Somente 113 gravadoras que são associadas a vocês. Eu, durante 20 anos na minha vida, eu representei segmentos.

Então, acho importante fazer uma mobilização para trazer mais associados. Acho importante essa vinda de vocês aqui, não só aqui, mas em outros locais aonde possa estar reivindicando benefícios para o setor, para trazer mais associados. As associações já são muito fortes. Quando você tem mais gente participando delas, ativamente, inclusive contribuindo com elas para dar um suporte à associação a nível estadual, a nível nacional. Essa é uma dica aqui como liderança de associações, que já fui no passado.

Quero colocar aqui, Sr. Presidente, a minha posição favorável quando se fala em redução tributária, a combate a pirataria. Eu estive olhando aqui, infelizmente eu não vi a transparência, mas eu abri aqui uma delas da carga tributária do disco. Eu percebo que ela é muito pequena a nível federal. Mas ela é muito grande a nível de Estado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-
TURNINO (PT-RJ)** – A receita?

SENADOR MARCOS GUERRA (PSDB-ES) – Isso. É muito grande a nível de Estado. Então hoje nós temos políticos que estão se candidatando a Governo do Estado, eu venho de um Estado aonde o meu Governo Paulo Hartung, nós sentávamos com ele constantemente para discutir segmentos. Porque, muitas vezes, o imposto estadual é muito mais canibalístico do que o imposto federal.

Então, há necessidade de conversar também com os governos. Chamo o exemplo do meu Governo, do meu Estado, o Governador Paulo Hartung. Todos os segmentos capixabas, quando enfrentava uma dificuldade a gente procurava o nosso Governo e mostrava para ele, chamava ele para conversar, a gente colocava à disposição também um crescimento X do setor. Porque, muitas vezes, não é pagar o imposto mais alto, uma alíquota alta que você vai contribuir muito, não. Porque hoje é comum, você hoje quando você vai comprar alguma coisa, ou você vai contratar alguém para uma festa, a pessoa fala assim – “Se for com nota é tanto”.

Então, acaba o quê? Acaba que quem contrata, o contratante e o contratado acabam sonhando alguma coisa. [soa a campainha] Então eu chamo a atenção a nível de Estado, porque o Governo do Rio de Janeiro, eu tenho algumas informações que ele beneficiou alguns segmentos também com redução tributária, em alguns casos até zerou, que é o caso das confecções em alguns Estados. Um exemplo específico aqui. E tem outros segmentos.

Então, é importante essa associação também, eu não sei se ela é do Rio ou é nacional... Nacional. Mas chamar a atenção das delegacias de vocês do Rio, mas São Paulo também é a mesma coisa, outros

Estados brasileiros, chamar a atenção da importância. Eu concordo com o nosso Senador Zambiasi, que equiparar o disco, o CD com o livro, acho que é cedo ainda, mas é um trabalho que nós temos que fazer, realmente, para a gente tirar um pouco esse tributo que realmente compromete ao crescimento desse setor. E muitas vezes, quando a gente chega... Aí eu volto para o Estado de novo. É comum lojas, às vezes, fazerem denúncias aos camelôs. Às vezes um camelô, ele não é o culpado por estar vendendo o CD. Porque por trás de um camelô existe uma grande distribuidora. Às vezes o cara tem vinte, trinta, quarenta, cinquenta, cem, lojas de camelô concorrendo com a loja, e todas ali estão praticamente vendendo sem nota. Quer dizer, concorrendo desonestamente com a grande loja, com a grande rede.

Então, muitas vezes a associação também ela tem que fazer essas denúncias para inibir essa comercialização da pirataria. Porque o camelô, infelizmente, ele precisa do trabalho. Mas, por trás dele, tem alguém muito forte e muito grande, administrando aquelas lojas de camelô.

Então, às vezes, infelizmente, tem que partir, ter que ter uma fiscalização mais acirrada ao camelô para chegar até o distribuidor para poder inibir esse tipo de pirataria. É um comentário que eu queria fazer aqui. Quero mais uma vez me colocar à disposição de vocês. Eu acho que nós temos que lutar por uma redução de carga tributária, sim, principalmente para o micro e pequeno empresário. Ou até mesmo o autônomo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SARTURNINO (PT-RJ) – Eu vou passar ao Senador Geraldo Mesquita, e depois os nossos convidados farão seus comentários. Senador Geraldo Mesquita. Depois o Senador Tuma. Porque o Geraldo estava...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Lá na CPI... Aqui tem um sanguessuga diferenciado. Que são os impostos. Mas eu pediria licença, Senador Geraldo, porque tem uma votação também na CCJ e pediram muito à presença. E é por causa de som, de culto religioso. Então estão pedindo ali uma moderação nas exigências das posturas Municipais. Mas eu peço desculpas por não ter acompanhado o depoimento, mas o farei através das notas taquigráficas, que graças a Deus aqui não são pirateadas, não é Presidente?

Então, o Sérgio Zambiasi ele é um especialista, é radialista, é um homem que vive nesse meio, então ele tem condições de nos orientar nas discussões. O Senador Marcos é defensor da micro e pequena empresa e traz algumas coisas importantes. Acho que o CONFAZ, que talvez, Senador Marcos, o CONFAZ poderia discutir um pouco isso, que ele coordena a parte fazendária dos Estados. Porque quando há a isenção,

se houver concorrência ou guerra fiscal, há uma dificuldade de imposição. Sei que alguns Governadores têm reduzido ainda fora da Reforma Tributária, que é uma das grandes preocupações do Congresso, e que não se consegue votar, mas eu não teria conflito entre o livro e o CD. É claro que o livro tem os livros didáticos, são importantes para a educação, para a distribuição nas escolas, e é importante para o Governo, que participa muito ativamente nessa distribuição.

Então, o interesse da isenção vem embutido nesse objetivo, que é da educação e da formação da nossa juventude. Mas eu incluiria hoje, da mesma forma, a música. A música é uma atração principalmente para os menos favorecidos. Essas crianças que vivem na rua quando se tem uma escola ou alguém que é profissional de música, e consegue reunir ou para dança, ou para um instrumento musical, gaita, ou sax, ou qualquer coisa, eu sinto até pelos meus netos. O meu neto, o segundo, desesperadamente queria um sax. Porque ele gosta de música. E é caríssimo. Quando eu vi é caríssimo. Eu estive... Não comprei. No Paraguai tem lojas especializadas só de instrumentos musicais.

Então, sacoleiro não compra só bugiganga. Tem instrumentos musicais também que praticamente vem isentos, feito na China, feito em vários lugares.

Então, a isenção de determinados produtos musicais, acho importante. Acho que poderia ter uma seleção daqueles que têm um alcance mais fácil da população menos favorecida, e o CD diminuiria muito a pirataria que tem mais de 60%. O senhor vai na 25 de março, eu vou toda sexta-feira almoçar. Hoje o marreteiro lá, que às vezes, é para ganhar o pão de cada dia, ele só tem a capa do CD. Ele não tem o CD, porque quando vier a apreensão, o rapa, ele leva. Então, não tem nada dentro. Quem quer comprar faz a encomenda... O senhor vê o que fizeram, até no avião do Lula botaram um CD pirata, que ele provavelmente não sabia disso.

Então, essa pirataria só pode acabar quando o imposto diminuir. Não tem jeito. Eu não sou um grande especialista em polícia, mas eu sei que o crime compensa quando aquilo que é legal é inacessível à sociedade menos favorecida como disse o Sérgio [soa a campanha] Desculpa, Presidente. Tenho ainda um segundo. Acho que a gente tem... Esse membro do Ministério da Fazenda, devia estar aqui hoje. Eu faria um apelo a V. Ex^a que mantivesse o convite e depois a convocação para que tudo que foi discutido aqui, seja apresentado, mesmo que ele sozinho nos possa responder esses questionamentos que foram levantados.

Quero cumprimentar e, principalmente, agradecer a presença. E ao Senador Sérgio, que fez este Requerimento. Até porque ele também é bastante

envolvido nesta área dedicada ao lazer pela música, que é o que às vezes traz uma suavidade ao nosso estresse diário.

A gente pega hoje, o senhor que está aí na produção, um Ipod, e põe mil músicas, mil e quinhentas músicas através ou do sistema de computação, que temos alguns projetos que tentam fiscalizar, ou de outras formas que se grava mil e depois apaga e repõe. E um som maravilhoso, Senador.

Então a tecnologia avançou muito e nós estamos à reboque dela. Eu peço desculpas por ter passado um minuto, mas acho importante que a gente continue a lutar para estabelecer a possibilidade de acabar com o crime, que é estimulado pela agressividade dos impostos cobrados pelo Governo.

[Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu vou passar ao Senador Geraldo Mesquita, e depois a todos os convidados, para uma resposta coletiva.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu pediria licença para ir votar lá. Peço desculpas aí a...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Todo mundo compreende.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Bem, Sr. Presidente, prezado amigo Senador Saturnino, ilustres amigos e convidados. Mais uma vez o Senador Tuma foi assim no cerne da questão. Quando ele coloca lado a lado livro e disco, ele nos remete para uma realidade inexorável. Eu creio que essa questão toda... Senador, eu tenho... Eu sou um dos primeiros a admitir que a carga tributária brasileira, de uma maneira em geral, que incide inclusive sobre o trabalho e o produto dos pequenos e médios, principalmente, mas também dos grandes, a carga tributária brasileira é uma coisa despropositada. Agora, quando a gente pensa no mecanismo de redução de carga tributária, de forma localizada e individualmente, eu hoje vim aqui para estabelecer polêmica, viu Carlos de Andrade? Porque eu fico muito preocupado. Veja, a indústria automobilística já se beneficiou de reduções de carga tributária, e, no entanto, o resultado foi completamente adverso daquele que se esperava. Sempre foi. Reduzia-se carga tributária da indústria automobilística e o carro aumentava de preço.

Então, eu fico muito preocupado com esse negócio. Eu acho que no Brasil a gente precisa, num pacto social, reduzir a carga tributária de uma maneira geral, de forma racional para que alcance todos os segmentos produtivos da sociedade. Agora, assim de forma localizada, eu acho que... Por exemplo, a proposição do Felipe é uma coisa importante, que devemos considerar. Por exemplo, um instrumento que

não tem similar no País e que é necessário para o fomento da atividade cultural da música, da produção musical, creio que ele deva merecer um tratamento diferenciado. Porque, olha, música... Eu vou fazer aqui, eu vou tocar... Para que vocês compreendam absolutamente o que estou dizendo. Vou me referir aqui a um fato que não tem aparentemente nada a ver, mas tem. O Sobral Pinto, para defender o Carlos Prestes, ele se valeu da Lei de Proteção aos Animais. Eu quero me valer desse raciocínio, desse argumento para afirmar aqui que música também é remédio. Música é remédio. É um santo bálsamo para todos nós. Música é remédio.

Então, é comparativamente que se dê pelo menos um tratamento que o Sobral Pinto deu lá na defesa do Carlos Prestes. Nós importamos aí produtos que fazem parte da indústria farmacêutica, que também tem isenções ou tratamento diferenciado, tributário. Que se faça o mesmo também com relação a instrumento. Agora, fundamentalmente, Senador Saturnino, eu acho que o Senador Sérgio Zambiasi falou aqui. O que está havendo aqui é um processo. Quem é o culpado? Não sei, é o desempregado, que procura um bico. Seja lá o que for. É um processo de fato. A sensação que tenho, [soa a campainha] com toda a sinceridade, é de que a indústria fonográfica, instalada no nosso País, brasileira ou não, eu creio que ela ainda não se sintonizou com esse processo. A impressão que tenho. Eu acho que, por exemplo, o Estado se mete muito em todas as atividades. Acho que devia se meter menos. Mas nesse campo, por exemplo, música e educação. Música e educação formal, por exemplo. Não só o Estado se afastou, mas como aqueles envolvidos na produção musical se afastaram. Se afastaram das escolas. Qual é a gravadora que cerca as escolas lá na tentativa de sensibilizá-las...? Diga Carlos.

SR. CARLOS EDUARDO CEZAR DE ANDRADE JÚNIOR – Temos uma pessoa presente aqui que inclusive trabalha com Fundos de escola justamente para poder desenvolver conteúdo cultural...

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Pois é, mas é pontual. Isso é episódico é pontual. Não existe essa cultura no nosso País. Não existe... Esse processo não está em curso. Precisamos retornar a ele. Precisamos introduzir, sim, música nas escolas. Mas não aquela xaropada. É um negócio profissional, um negócio que forme músicos, que forme profissionais para a música. E que construa isso tudo. Porque, de repente, assim como o livro diz mais a ver com a escola, diz mais a ver com a educação, diz mais a ver com o ensino, daqui a pouco o disco vai também dizer mais com relação à escola, mais com

relação ao ensino. E talvez a gente coloque o pé, ou abra uma janela e grandes perspectivas para essa história da pirataria se tornar uma lenda. Daqui a pouco isso não existe mais.

Eu não sei, eu tenho muita preocupação com relação a isso. Eu acho que o caminho é a gente perseverar no sentido de reintroduzir a música na escola formal, no sistema de ensino. Desde o jardim primário, fundamental, ensino médio, curso superior, seja onde for. Enquanto o Estado, enquanto a indústria fonográfica, enquanto as pessoas que fazem parte da produção musical nesse País não se envolverem num processo como esse, nós vamos viver essa situação por muito mais tempo. Reclamando aqui sempre da pirataria. Olha, eu até hoje não ouvi de forma consistente alguém me dizer qual é a origem da pirataria. O que está por detrás disso de forma consistente mesmo. O que é que precisaríamos fazer para removê-la. Eu não consegui ouvir ainda de forma... Diga Carlos.

SR. CARLOS EDUARDO CEZAR DE ANDRADE JÚNIOR – Eu tenho uma sugestão. Reprima-se o comprador. Da mesma maneira... É lógico, isso está no Código Penal brasileiro. Recepção de mercadoria roubada. É entendido pelo País que a propriedade intelectual é mercadoria sim, de fato. Se nós temos uma pessoa negociando esse produto roubado, e uma pessoa comprando esse produto roubado na outra ponta, consciente de que está comprando um produto roubado, que está comprando de um camelô, um produto sem marca, ou coisa do gênero, essa pessoa, ao ser reprimida, a exemplo da Itália, o ônus dessa exposição não valeria a economia que ele estaria fazendo nesse momento. E esse camelô que hoje serve a um contrabandista internacional... Quando eu estava na ABPD, a ABPD financia uma outra associação, que é a APDIF, que é a Associação Produtora de Direitos Fonográficos. Essa associação junta com o FBI, estourou no Paraguai duas fábricas de CD pirata, sendo que uma delas pertencia ao terrorista que explodiu a Embaixada de Israel em 1982.

Então, o senhor vê que é música financiando, a pirataria financiando o terrorismo internacional.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Carlos, eu quero fazer justiça, inclusive, aos organismos policiais. Eu nunca vi nenhuma cena fora do Brasil, pode até ter acontecido, eu não vi ainda na televisão, ou seja, lá onde for, cenas inclusive aqui em frente ao Congresso Nacional, seja lá onde for, em todos os lugares do País, eu já vi a polícia reunindo uma quantidade imensa de produtos apreendidos, fruto da pirataria e passando o trator por cima.

Então, acho que a gente deve fazer justiça à atuação dos organismos policiais. Porque, nesse pon-

to, dadas as suas limitações, eles são até eficientes. Agora, acho que também o problema não é só esse. O problema é aquele... Eu acho que é um processo, como falou o Zambiasi.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Vou apelar para a objetividade.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – É o processo. E, sinceramente, desculpa, não estou querendo ofender nem agredir ninguém, mas acho que a indústria fonográfica, ainda não se deu conta de que ela está no epicentro de um grande processo que precisa soluções que não as convencionais adotadas até hoje, para que a gente supere essa grande dificuldade. Eu já falei demais, Senador, peço desculpas, inclusive.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu, antes de dar a palavra aos nossos convidados, pergunto ao Senador Marco Maciel se deseja fazer alguma intervenção.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Nobre Senado Saturnino Braga, eu quero iniciar minha intervenção cumprimentando a Comissão de Educação pela iniciativa de promover esta Audiência Pública. E, sobretudo, porque, óbvio, na medida que nós ouvimos as pessoas que vivem no setor, elas podem trazer informações extremamente importantes para o Governo, de modo geral, e para o legislativo de modo particular. Eu sempre tenho presente que toda vez antes de aprovar uma proposição fazemos audiências, melhora muito a qualidade do texto aprovado. Eu infelizmente somente agora pude chegar porque eu me encontrava na reunião de Comissão de Relações Exteriores, que é inclusive, a Comissão que V. Ex^a preside, mas que estava lá o Vice-Presidente, Senador Eduardo Azeredo. Mas eu apenas gostaria de limitar a minha intervenção a esse comentário, e dizer que foi muito boa essa iniciativa da Comissão de Educação, e espero que depois, examinando aquilo que foi não somente exposto pelos conhecedores da matéria, mas também pelo que foi debatido por parte dos Senadores, nós possamos ter uma boa direção com relação ao enfrentamento desse problema, que me parece que é um assunto de certa gravidade, tendo em vista o desenvolvimento que nós observamos no Brasil dessas ações que não podem deixar de ser consideradas ilícitas, como aqui foi lembrado.

Então essa é minha manifestação, e espero que com esse subsídio nós possamos dotar o País de um arsenal legislativo que consiga [inaudível] a essas práticas tão lesivas à nossa cultura e ao nosso desenvolvimento de modo geral.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado, Senador Marco Maciel.

Então eu vou passar agora a palavra na ordem em que fizeram suas exposições, aos nossos convidados. Começando pelo Felipe Radicetti.

SR. LUIS FELIPE RADICETTI PEREIRA – Bem, eu quero novamente agradecer o convite para essa audiência, e quero dizer que o que eu falei aqui e que os colegas falaram, tem a intenção de promover o desafogamento dos gargalos da atividade musical. E que da nossa parte, a nossa proposta também de estudarmos a revisão da taxa de importação dos instrumentos musicais, não nos interessa de forma alguma trazer qualquer tipo de constrangimento à indústria nacional, de forma alguma. Até porque há que se fazer justiça às conquistas e o espaço importante que a indústria de instrumentos musicais ocupa no Brasil hoje. Mas existem casos específicos que, certamente, nós podemos estudar, e que em muito poderiam colaborar para o desenvolvimento da arte brasileira, que é um consenso que é um orgulho nacional. E há muito que ela pode se desenvolver. Eu que eu quero dizer é que a música, no caso do Brasil, ela é tão voluptuosamente produzida por esse País, por esse povo, que ela é uma questão estratégia. A música tem que ser uma questão de Estado. A música é estratégia. Tanto o que ela significa para o exterior da imagem do Brasil que é também um reconhecimento em todo mundo de que a música brasileira é de altíssima qualidade. Mesmo as que nós percebemos aqui como as mais populares, são percebidas no exterior como música sofisticada.

Então, a percepção é muito positiva da música brasileira no exterior. E também assim como ela é aqui no Brasil. Ela é motivo de orgulho de todos os brasileiros. Então é para nós importante examinarmos os fatos que estão afogando a atividade, principalmente naquilo que atinge, o eu citei logo na minha primeira exposição. A diversidade da música do Brasil. É muito importante nós observamos porque a maior parte das músicas dos “brasis” não está presente na vida desses “brasis” que nós estamos aqui.

Então, eu quero agradecer a oportunidade. [Soa a campainha] Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Passar a palavra ao Alberto Bertolazzi. Antes, uma indagação. Há algum conflito entre a isenção de imposto para importação de instrumentos musicais e um incentivo à fabricação brasileira. O Brasil produz saxofone, produz clarinetes, produz violino, enfim, uma “provocaçõzinha”.

SR. ALBERTO BERTOLAZZI – Honestamente a minha posição, Senador e da Associação, nós reconhecemos o que o Felipe está dizendo. Nós estamos investindo muito na melhoria de instrumentos musicais. Mas ainda nem todos os setores conseguiram atingir

um grau que atenda a necessidade de alguns músicos. Isso nós aceitamos. E como disse há pouco, se você não tem condição de ser competitivo, ter um bom produto, um bom preço, mude de ramo. O que prejudica muito o setor é essa concorrência desleal de instrumentos que, por exemplo, vem do oriente. Já são baratos e vêm subfaturados. Vamos falar claramente o problema. É isso que nós não podemos admitir. E gostaríamos de contar com o apoio das autoridades para combater esse... Da mesma forma como ele estava falando em pirataria nós estamos falando de subfaturamento. Tem instrumentos musicais que não paga a matéria-prima, a gente sabe disso. Nós estamos no mercado e sabemos disso. Então isso é uma grande verdade.

Vamos competir no que podemos em condições igual. Esse é o primeiro ponto. O segundo ponto, quando a gente fala em incentivos tributários para o mercado, vamos tentar quantificar isso. O mercado mundial de instrumentos musicais está na ordem de trinta bilhões de dólares. Sete bilhões e pouco nos Estados Unidos, uns dez na Europa, cinco e pouco no Japão, enfim, mercado mundial é trinta bilhões de dólares. No Brasil é cerca de quatrocentos milhões de reais. O que daria um dos menores per capita do mundo. Eu tento justificar isso, porque o brasileiro é muito criativo. O brasileiro consegue tocar até com uma caixinha de fósforo. Então vamos dar um desconto nessa estatística.

Então, o que representaria para o Governo um incentivo tributário, se o mercado é de quatrocentos milhões de reais, quanto que o mercado deve contribuir para os cofres da União ou dos Estados. Quarenta, cinquenta, sessenta milhões de reais? Eu acho que qualquer incentivo [soa a campainha] é tão pequeno, diminuiria tão pouco a arrecadação do Estado, que principalmente comparado com os benefícios que traria, como estamos dizendo há pouco, o setor de fabricantes de instrumentos musicais é setor que mais agrega mão-de-obra e mão-de-obra boa, mão-de-obra especializada, artesãos. Não vamos deixar acontecer o que aconteceu com o setor de brinquedos, por exemplo, que hoje em dia está sucateada a indústria. Grandes empresas com 12.500 empregados, hoje está tem 200 empregados.

Então, esse incentivo tributário, fiscal, seria tão pequeno para os cofres da União e dos Estados comparado com os benefícios que nós poderíamos ter. E só finalmente respondendo a pergunta do nobre Senador, as empresas têm procurado, sim, ajudar a música através de doação de instrumentos musicais. A minha empresa particularmente tem mais de 200 músicos que a gente apóia cedendo instrumentos musicais ou até pagando horas de gravação, estúdio e permitindo que eles gravem o primeiro CD.

Então, pelo menos empresa por empresa, digamos, talvez de uma forma organizada como poderia ser feito, mas o senhor pode ter certeza que a indústria da sua forma está apoiando os músicos, os [inaudível], digamos, inclusive com viagens para o exterior. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Esses quatrocentos milhões de reais, duzentos milhões de dólares é venda total de instrumentos nacionais e importados?

SR. ALBERTO BERTOLAZZI – Nacional e importado. Eu diria que 35% é importado. Pelo valor contábil.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Maestro Edino Krieger.

SR. EDINO KRIEGER – Eu saio daqui com a convicção de que esse encontro é realmente um momento muito importante. Porque se estabeleceu um primeiro contato que certamente não será o último, com esta Casa Legislativa, que é exatamente o Fórum adequado capaz de dar solução a uma série de problemas diversificados que fazem parte exatamente da problemática de todo o universo da música. Eu queria apenas pegar uma carona no que mencionou o Senador Romeu Tuma, sobre a importância da prática musical, da atividade musical, da criança, sobretudo, do jovem carente, do jovem quase que marginal da sociedade. E em como ele pode ser recuperado através da música. Eu citei aqui um exemplo da Venezuela, que faz um trabalho de musicalização através de instrumentos de orquestra, e que com isso formou centenas de orquestras jovens em todo o País que retiraram da marginalidade milhares de jovens venezuelanos.

Eu queria dizer que também no Brasil existem alguns núcleos de formação desse tipo, e o mais importante deles, que na verdade deveria servir de exemplo, de modelo para todo o resto do País, existe em Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro. Onde um maestro também iniciou há cerca de 15, 20 anos um trabalho de musicalização nas escolas públicas de Município com o apoio exclusivo da Prefeitura local. Da Prefeitura de Volta Redonda. E ele trabalha com cerca de... Permanentemente com cerca de quatro mil crianças. E organiza com essas crianças [soa a campainha] bandas sinfônicas, orquestra sinfônica, orquestra de corda, coro sinfônico. E as crianças realmente participam disso com alegria e são crianças exatamente da escola pública, grande parte delas de uma classe social bastante carente. Enfim, eu queria fazer esse registro, porque eu acho que é trabalho importante que se realiza nesse País.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Qual é o nome desse maestro?

SR. EDINO KRIEGER – Maestro Nicolau de Oliveira.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado, Edino Krieger. Vou passar, então, a palavra ao Carlos de Andrade.

SR. CARLOS EDUARDO CEZAR DE ANDRADE JÚNIOR – O cara que mais demora nessa Mesa aqui. Bem, a colocação é a seguinte. Todos os senhores são pessoas que... Ou melhor, expoentes do nosso legislativo. Nossa missão hoje aqui é sensibilizá-los com relação à nossa causa. Nós não viemos aqui trazendo números e estudos ou coisas que o valha. Mas esses estudos estão sendo feitos para que nós possamos pleitear isso profissionalmente junto a vocês. Demonstrando como o que a situação atual dessas cargas tributárias afetam a nossa indústria, como ela cria hoje um desequilíbrio crasso, e o senhor mencionou, por exemplo, que o nosso Estado, o Estado do Rio de Janeiro, teria uma legislação diferenciada, inclusive para beneficiar esse segmento. Nós estamos morrendo de medo de utilizar essa legislação, esse benefício do ICMS porque não está compactuado com o CONFAZ. Então nós temos um problema de aceitar esse tipo de coisa, de trabalhar com isso, que é uma iniciativa muito louvável do Governo do Estado. Mas tradicionalmente depois o Governo volta lá e nos cobra todas as taxas retroativas. Isso simplesmente aniquila às nossas empresas. Este é o maior imposto de todos, o ICMS.

Então, só para colocar para o senhor uma questão, nós temos uma assimetria na indústria que é o seguinte – Uma fábrica foi à SUFRAMA, muito bem localizada em Manaus, e exercitou junto ao Poder Legislativo que permitisse uma série de economias de impostos, caso a distribuição do disco fosse feita através da fábrica, das fábricas [soa a campainha] localizadas em Manaus. Essas fábricas não têm, em sua missão, ou em sua operacionalidade, condição de atender aos não 1.495 que aquele é um número espúrio, mas 495 produtores fonográficos efetivos que existem hoje trabalhando. Principalmente meus 113 associados, que sim, representam uma enorme fatia dessa comunidade produtora fonográfica.

Então, o que acontece? Quem consegue se locupletar disso, são grandes gravadoras. Não apenas as multinacionais, mas gravadoras muito fortes que têm permeabilidade no mercado fonográfico, no mercado de distribuição do País. Ou seja, vendem para supermercados, vendem para as lojas americanas, coisas que, por exemplo, num disco regional vai atingir. Essa assimetria é desleal. A própria gravadora que hoje se beneficia disso, está ressentida desse tipo de operação. Porque, por exemplo, só para vocês terem uma idéia, a Universal, e Sony BMG conseguem trabalhar dessa

maneira. Mas a Warner multinacional também não tem autorização de sua matriz para licenciar os discos dos fonogramas que é obrigatório que ela faça à fábrica para que ela consiga distribuir. Ou seja, isso nem dentro do universo multinacional é justificável. Então a gente precisa de legislação que equalize isso.

Outra coisa, o senhor colocou muito bem colocada a questão da volta ao ensino das escolas. Ora, uma das nossas propostas, justamente a proposta que foi elencada pelo nosso colega Felipe Radicetti, é que nós, com a isenção dos impostos, nós contribuímos para a sociedade hoje. Mas de maneira absolutamente relevante. Que 5% da arrecadação, ou melhor, da venda, do resultado de venda, de comercialização do produto fonográfico, reverta para um Fundo para a educação musical na escola. Por quê? Porque hoje os senhores entram numa loja num supermercado, e pagam 50 reais numa garrafa de vinho que há dez anos atrás custava cinco reais. Mas por quê? Começaram a dizer que aquilo era uva Carbenet Suavignon e aí mostra lá o pedigree da uva. “Não, mas a uva quando ela é redonda assim, ela dá um gosto melhor. Quando você produz abaixo desse meridiano...” Ou seja, quando você educou o público com relação àquele produto, você ingressou valor. Nós precisamos, sim, Senador, ensinar o nosso público o valor do conteúdo. Porque nós não estamos falando de uma bolacha com um buraco no meio. Nós estamos falando do conteúdo musical. Que hoje tem o suporte no CD, teve no passado no LP, inclusive está sendo revivido hoje, e tem o seu suporte nos aparelhos celulares que tocam aí nas mesas dos senhores e tudo mais. Esses serão os suportes da música no futuro muito próximo hoje, eu diria. Já estão sendo, já representam significativamente fatias gorduchas do mercado fonográfico na Europa e nos Estados Unidos.

Então, o que eu queria colocar para os senhores é isso. Esse momento é um momento de sensibilização. Ou seja, nós estamos aqui tentando levantar a questão de que a música é tão importante... Olha, eu aplaudo os senhores pela inserção da legislação que premiou as publicações, os livros, dentro dessa seleção. É necessário que se faça, que se tenha esse carinho com a cultura e com a educação. Agora, tenham consciência de uma coisa, a música é o alicerce de tudo isso. Ela é básica e ela permeável em todas as camadas da sociedade. Coisa que a literatura não é.

Então, por favor, mantenham, idolatrem a literatura, coloquem ela no mais alto patamar possível. Mas façam a mesma coisa com a música. Ela merece e precisa. Senão ela morre. Ela hoje, o senhor está falando, Senador Marco Maciel, ele está numa Comissão de Comércio Exterior. Estaria falando numa Comissão de

Comércio Exteriores. Política e Relações Exteriores. A música, e eu elenquei isso logo no início da minha apresentação, através do estudo SEBRAE, foi determinada como o fator de maior orgulho do brasileiro com relação à sua Pátria. É a melhor representante da qualidade do povo. E permeia qualquer ação que os senhores queiram fazer. Você quer levar o Brasil, quer expor o Brasil lá fora, exponha com música. Não exponha com mulata e futebol apenas. Vamos expor com música, vamos expor com coisas que têm real relevância cultural dentro da nossa história.

O Brasil é extremamente, como disse o Felipe, voluptuoso nessa questão, e nós precisamos justamente beneficiar para que essa produção possa chegar aos alunos, amanhã. Chegar... Ou melhor, contemplar as micros e pequenas empresas que hoje estão achataadas por uma carga tributária desigual, inclusive. O que é mal para a sociedade. E ressaltar de que toda vez que o Governo legislou e participou conosco em ações que premiassem o mercado de música, eu não estou falando simplesmente do mercado fonográfico. Premiasse em si o mercado de música, da música, nós fomos vencedores. Nós fomos vencedores nos Estados Unidos com o Movimento da Bossa Nova quando o Itamaraty nos apoiou fortemente lá e hoje a nossa música recolhe direitos autorais até hoje. Nós fomos vencedores quando vocês aprovaram acordos tributários na área do ICMS através de convênio com o CONFAZ, nós fomos vencedores quando o Governo mandou que se tocasse 50% de música nas rádios brasileiras. Nós somos vencedores hoje através do art. 39 que vocês aprovaram para as distribuidoras de TV a cabo. Porque o que ganha é o País. Nós ganhamos formalidade, nós ganhamos mais empregos, nós ganhamos melhores condições.

O Governo investiu seis bilhões e meio no Recife para a geração de emprego na área da indústria agrícola, gerou quatro mil empregos, investiu cinquenta milhões de reais numa ação chamada Porto Digital que trabalha justamente na área de formação e desenvolvimento de *softwares* e esse tipo de cultura intelectual gerou três mil e quinhentos empregos, só que com um detalhe. O emprego do campo é de um ou dois salários mínimos. O emprego do Porto Digital é de dez salários mínimos.

Então, vamos prestigiar o pensamento, vamos prestigiar a intelectualidade. E por conta disso, vamos prestigiar a música. Porque ela é o alicerce de todas essas intelectualidades, e ela não procura berço. Ela é permeável por todas as camadas da sociedade. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Bem, agradeço muito a todos os

convidados, e acho que foi um encontro extremamente importante e motivador. Tanto a prova disso é o interesse dos Srs. Senadores, e quase que a obrigação do Presidente em de certa forma em algum momento cercear um debate que ganhava uma dimensão em que extrapolava, enfim, as nossas possibilidades de atendimento. [risos] De forma que eu quero manifestar o meu regozijo por ter participado e até presidido esse encontro. Agradecer muito a presença de todos os Senadores e dos nossos convidados, que enriqueceram enormemente o debate sobre esse tema tão importante, e declaro, então, encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 12h52min.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ata da 1ª Reunião Extraordinária da Subcomissão de Ciência e Tecnologia da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 9 de maio de 2006

Às doze horas e cinco minutos do dia nove de maio de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Flávio Arns e com a presença dos Senhores Senadores, Marco Maciel, Lúcia Vânia, Valdir Raupp, Augusto Botelho, Gilberto Mestrinho e Antônio Carlos Valadares, reúne-se a Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Roberto Saturnino e Wellington Salgado de Oliveira, que justifica a ausência. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns registra a presença, para acompanhar a reunião, do Senador Paulo Paim (PT/RS) e Mão Santa (PMDB/PI) não membros da Comissão. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, submete à Subcomissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da Pauta. **Item Único – Requerimento nº 001, 2006-CESCT e 004, 2005-CECTCS** – de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Romeu Tuma e Paulo Paim que, “Com amparo no art. 58, § 2º, II e V da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiências Públicas, no âmbito da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social e da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, para tratar da pirataria na indústria do audiovisual, convidando todos os setores envolvidos na discussão do tema”. Antes de submeter o Requerimento a deliberação o Senhor Presidente co-

munica que este mesmo requerimento já foi aprovado na Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social, por se tratar de audiência pública conjunta. O requerimento é aprovado. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e dez minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia** lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Flávio Arns**, Presidente da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR) – Declaro aberta a 1ª Reunião Extraordinária da Subcomissão permanente de Ciência e Tecnologia da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, para analisar o Item único da pauta, de caráter não terminativo, que é um Requerimento, com amparo no art. 58, § 2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinados com os art. 90, II e V e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal.

“Requeiro a realização de Audiências Públicas no âmbito da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social e da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, para tratar da pirataria na indústria do audiovisual, convidando todos os setores envolvidos na discussão do tema”.

A autoria do requerimento dos Senadores Romeu Tuma e Paulo Paim. O requerimento foi aprovado, no dia 1º de junho de 2005 já, na Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social. Como é um pedido para Audiências Públicas conjuntas das duas Subcomissões Permanentes, no dia de hoje, este requerimento, de autoria dos nobres Senadores mencionados, está sendo colocado para apreciação e votação nesta Subcomissão permanente de Ciência e Tecnologia. Está em discussão, portanto, o requerimento lido.

Senador Paulo Paim, com a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, de forma muito rápida, por ser membro da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, um requerimento semelhante a esse já foi aprovado lá, entenderam os membros daquela Subcomissão que seria fundamental que tivéssemos a audiência conjunta com a Subcomissão de Ciência e Tecnologia, para tratar desse tema, que preocupa a todos nós, que é a pirataria na indústria do audiovisual. E, por isso, esse requerimento vem de encontro àquilo que querem aqueles que atuam nesse setor. Por isso

eu faço um apelo a todos os Senadores e Senadoras que aprovelem o requerimento, oxalá por unanimidade, e que participem do debate previsto aqui mediante uma Audiência Pública com as duas Comissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço ao Senador Paulo Paim. Continua em discussão a matéria. Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente, ilustre Senador Flávio Arns, eu gostaria de, secundando aquilo que expressou o nobre Senador Paulo Paim, de dizer que estou inteiramente de acordo com o Requerimento apresentado, e creio que isso reflete o sentimento da Casa, inclusive do Senador Mão Santa, que se encontra aqui presente, do Senador Valdir Raupp, porque eu acho que é uma matéria que preocupa a todos nós e hoje é uma questão que se converteu assim numa “comunalidade”, se assim posso dizer, num assunto que todo mundo discute, porque é algo que está prejudicando o País. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O assunto é da mais alta importância, sem dúvida alguma, pirataria na indústria do audiovisual e, nada mais importante, interessante e necessário que as duas Subcomissões permanentes, através de Audiências Públicas, possam abordar este tema, os problemas e os encaminhamentos que podem ser oferecidos para esta área. Quero lembrar inclusive que nós temos a própria CPMI, que está em andamento também, cujo objetivo é o mesmo tema. Mas é interessante também que façamos estas Audiências Públicas aqui na Comissão de Educação, nas Subcomissões.

Muito bem. Encerrada a discussão, coloco em votação o requerimento. Os Srs. Senadores que estão de acordo, permaneçam como se acham. Aprovado.

Quero ressaltar que a primeira Audiência Pública será realizada na quarta-feira da próxima semana, para a qual já convido todos os Senhores e Senhoras, membros das Subcomissões. Agradeço, e está encerrada esta Reunião Extraordinária. Obrigado.

Sessão encerrada às 12h10min.

Ata da 1ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social e 2ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 17 de maio de 2006

Audiência Pública

Às dez horas e trinta minutos do dia dezessete de maio de dois mil e seis, na sala de reuniões da comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Flávio Arns e com a presença dos Senhores Senadores Valdir Raupp, Geraldo Mesqui-

ta, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma e Augusto Botelho, reúnem-se a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social e a Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Marcelo Crivella, Leonel Pavan, Sérgio Cabral, Wellington Salgado de Oliveira, Roberto Saturnio, Aelton Freitas, Marco Maciel, Jonas Pinheiro e Lúcia Vânia. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, registra a presença, para acompanhar a audiência pública, do Senhor Gustavo Dahl, Presidente da Agência Nacional do Cinema – ANCINE. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, submete às Subcomissões a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nºs 004-CECTCS de 2005 e 001-CESCT, de autoria dos Senhores Senadores Romeu Tuma e Paulo Paim, que tem como objetivo tratar da Pirataria na Indústria do Audiovisual. Comparecem à Audiência Pública os Senhores Gustavo Starling Leonardos, Presidente da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual – ABPI; Alvacyr H. F. Resende, Consultor Jurídico da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos – ELETROS; Marcio Gonçalves, Diretor do Programa de Antipirataria da Motion Picture Association – MPA e Sérgio Torres, Assessor do Secretário Executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual do Ministério da Justiça. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros das Subcomissões Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social e Ciência e Tecnologia presentes. Usam da palavra os Senhores Senadores Romeu Tuma, autor do Requerimento, Sérgio Zambiasi e Augusto Botelho. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, solicita ao Senhor Sérgio Torres, (Representante do Ministério da Justiça), que encaminhe os estudos já realizados por este ministério acerca das questões suscitadas no debate. A Presidência solicita a Secretaria o envio de ofício formalizando o pedido. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e trinta e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social e da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**. – Senador **Flávio Arns**, Presidente da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR) – Esta é a 1ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social e 2ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, que tem por objetivo realizar a Audiência Pública com o tema PIRATARIA NA INDÚSTRIA DO AUDIOVISUAL. Autoria do Requerimento para a realização desta Audiência Pública é dos Senadores Romeu Tuma e Paulo Paim.

Com prazer recebemos os convidados para esta Audiência Pública. À minha direita o Dr. Gustavo Starling Leonardos que é Presidente da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual, ABPI. À minha esquerda o Dr. Márcio Gonçalves, que é Diretor do Programa de Antipirataria da Motion Picture Association, MPA. Também à minha esquerda o Dr. Sérgio Torres que é Assessor do Secretário Executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra Propriedade Intelectual do Ministério da Justiça.

Como já mencionado, a autoria do Requerimento para realização desta Audiência Pública é dos Senadores Romeu Tuma e também do Senador Paulo Paim, inclusive, a realização desta Audiência Pública mereceu por parte do Jornal Correio Braziliense do dia de hoje uma reportagem, uma abordagem bastante extensa e que está, inclusive, nas pastas dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras, bem como a Folha de São Paulo também mencionou a realização desta Audiência Pública.

Só gostaria de perguntar para a Assessoria se havia problema com o som anteriormente? Estava baixo? Então só para mencionar novamente, caso tenha ocorrido algum problema. Quero... Estava baixo.

Na minha direita o Dr. Gustavo Starling Leonardos, Presidente da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual, ABPI, à minha esquerda, repetindo novamente, os convidados, me desculpem só pela repetição, o Dr. Márcio Gonçalves, Diretor do Programa de Antipirataria da Motion Picture Association, MPA, Dr. Sérgio Torres, Assessor do Secretário Executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra Propriedade Intelectual do Ministério da Justiça. O assunto – Pirataria na Indústria do Audiovisual. Autoria do Requerimento Senadores Romeu Tuma e Paulo Paim.

Sejam muito bem-vindos e esperamos que esta Audiência Pública, bem como os desdobramentos da realização desta Sessão possam contribuir para o enfrentamento das dificuldades e dos desafios da área.

Eu quero mencionar aos senhores convidados que cada um disporá num primeiro momento de 15 minutos para apresentação e na sequência abriremos para questionamentos e comentários dos Srs. e Sras. Senadores.

Então, em primeiro lugar, com prazer, passo a palavra a V.S^a, Dr. Gustavo Starling Leonardos, Presidente da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual, ABPI. Com a palavra V.S^a.

SR. GUSTAVO STARLING LEONARDOS – Muito obrigado. Vou tentar resumir em 15 minutos. A ABPI, Associação Brasileira de Propriedade Intelectual é uma Associação sem fins lucrativos, foi fundada em 1963. Conta com seiscentos e sessenta e poucos associados, entre empresas, escritórios de Advocacia, outras associações que integram também a ABPI. E ela tem por objetivo o estudo da matéria e o desenvolvimento da doutrina, da jurisprudência e da legislação.

A ABPI nota com preocupação o crescimento desenfreado da economia informal no País. A tolerância para a informalidade incentiva a pirataria, a sonegação, o contrabando e o descaminho, levando à diminuição de ofertas de empregos transferidos para outros Países com conseqüente perda de divisas em moedas fortes. De fato, o ex-Presidente do Superior Tribunal de Justiça, o Ministro Edson Vidigal, divulgou estatísticas informando que grupos piratas impedem que um milhão e meio de pessoas tenham acesso ao mercado legal de trabalho. E são responsáveis pela sonegação algo entre 10 bilhões a 30 bilhões dependendo de como se efetue o cálculo em impostos a cada ano. Ademais, a Interpol há pouco tempo, reconhecendo que há um crescente elo entre esses grupos piratas e o crime organizado, criou no ano de 2002 um grupo de ação específico para os delitos contra a propriedade intelectual.

No Brasil uma investigação conjunta da polícia, do Ministério Público, em São Paulo, identificou esse mesmo fenômeno de ramificação da pirataria. Mostrou que metade dos produtos comercializados pelos ambulantes, em pelo menos duas regiões de São Paulo, é falsificada, contrabandeada, ou fruto de roubo de carga. E verificou o envolvimento de quadrilhas de crime organizado, reportagem da Revista Veja.

O papel da ABPI no combate à pirataria, portanto, não poderia se limitar à divulgação de seus estudos sobre a matéria. A ABPI busca perante os Poderes Públicos aperfeiçoar regarantia dos instrumentos jurídicos direto ou indiretamente relacionados com a propriedade intelectual. Mas releva notar, em primeiro lugar, que 75% ou algo perto disso de toda pirataria no País é oriunda do exterior. Necessário, portanto, várias modificações legislativas em relação às alfândegas. Eu vou citar algumas delas aqui.

Primeiro em relação ao Decreto 4.543 de 2002 que regulamenta a administração das atividades aduaneiras e a fiscalização, controle e a tributação das operações do comércio exterior deveria ser modificado

para, entre outras medidas, prever prazos mais longos para a efetivação de medidas judiciais em casos de violações a direitos de propriedade intelectual. Hoje em dia você tem dez dias para obter uma Liminar, senão o produto é liberado. Deveria obrigar a Receita a entregar os dados do importador, dados mínimos até para poder acionar esse importador. Hoje solicitamos esses dados à Receita Federal e dizem que não podem entregar o dado do contrabandista por causa do sigilo bancário.

Então, os clientes ficam em dúvida se devem acionar, ficam com medo de acionar a própria Receita. Deveria ser possível registrar perante as alfândegas informações sobre esses direitos como, por exemplo, o canal autorizado de internação dos produtos no País, vendo que aquelas marcas ou aqueles direitos autorais estão chegando ao País de outra fonte, que não aquela já esclarecida com o canal autorizado. Facilitaria a Receita Federal, a alfândega identificar, portanto, o que aquele carregamento deveria ser examinado. Mas talvez tenha um fator ainda mais grave em relação às alfândegas. A ex-Presidenta da Unafisco, Maria Lúcia Fattorelli Carneiro. Unafisco é o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita. Ela, criticando a Lei 10.833 de 2003, ressaltou – o mais gritante da Lei 10.833 de 2003 foi o seu Art. 77 do qual reproduzimos alguns trechos – A fiscalização aduaneira poderá ser ininterrupta, o que é quer dizer que eles não têm que funcionar ininterruptamente, porque ela pode funcionar ininterruptamente.

Então, há uma autorização legal para que seja interrompida a fiscalização. Esse Art. 77 ainda dispensa a Receita Federal de participar da visita a embarcações, ou seja, a noite continua ela... O contrabando entra livremente no País e a Secretaria da Receita Federal não mais terá de realizar a inspeção prévia dos navios que chegam ao nosso território, oportunidade na qual se poderia verificar a consistência dos planos de carga, a existência dos documentos, a eventual periculosidade das cargas transportes não declarados ou a própria rota do navio, a fim de evitar o contrabando ou descaminho.

Como resultado da falta de pessoal, equipamentos obsoletos, por exemplo, scanners defeituosos que não permitem a visualização das cargas dentro dos contêineres e da edição de todas essas normas, hoje apenas 5% das exportações são fiscalizadas e o canal verde é adotado para 70, 93% das declarações de exportação, dependendo da região, ou seja, em média 80% das declarações de importações não são alvos de conferência, sendo liberadas automaticamente.

Depois, exemplificando o fato de que à noite o contrabando entra livremente no País, ela cita no seu artigo imposto aduaneiro de mundo novo.

Mato Grosso do Sul, fronteira com o Paraguai, fica perto do Paraná. Diz que esse posto aduaneiro somente funciona em determinado período do dia. Ele deveria fechar às 7h da noite, mas já fecha às 6h. Às 5h da tarde tem um posto de gasolina do outro lado da rua onde começa fazer a fila de caminhão. O Mundo Novo, Posto Leão da fronteira em Mato Grosso do Sul. À noite permanece apenas uma câmera de vídeo, diz ela, que por diversas vezes foi alvejada de tiros.

Recentemente o fiscal que ocupava o posto foi alvo de atentado. Também porque ele resolveu ficar à noite. Ficou sozinho à noite, foi alvo de atentado em seu carro, que foi alvejado por vários tiros, por milagre não lhe atingiram. Esse não é o único posto em reportagem publicada no Globo em novembro de 2005, relativa à operação batizada de Plata, foi a maior apreensão de produtos eletroeletrônicos já feita no País. O Delegado se explicava quando indagaram porque passava aquela quantidade de contrabando na fronteira com o Rio Grande do Sul. E ele dizia – “Existem seis postos de controle na fronteira, três deles funcionam só até as 18 horas. Eles esperam chegar esse horário – diz o Delegado, publicado no jornal – e atravessam. Uma explicação simples. Rio Grande do Sul.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone].

SR. GUSTAVO STARLING LEONARDOS – Aqui não está dizendo. Tem seis postos na fronteira, diz o Delegado, que três deles, ele não disse quais eram. Essa com o Uruguai.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Presidente, desculpe, eu estou interrompendo, mas acho muito interessante que se possa interagir com o depoente até porque acrescenta, com certeza, eu sou gaúcho e me interessa essas informações. Na realidade o fenômeno de fronteira com o Sul é muito interessante. Nós temos mil quilômetros de fronteira seca com o Uruguai e, portanto, é quase impossível a fiscalização. É uma situação, realmente, complexa, não é mais séria que a questão da fronteira com o Paraguai, que não é seca, e ainda assim, pelos números que eu li das informações, elas são impressionantes, uma importação de 280 milhões de CDs e DVDs com um consumo de 23 milhões no Brasil. Quer dizer, o centro de abastecimento sul-americano é a importação, me parece legal, paraguaia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu agradeço ao Senador Sérgio Zambiasi, e até peço aos Srs. Senadores que quando houver alguma dúvida em relação só ao dado mencionado,

que realmente possa haver esta interrupção, mas assim até fazendo comentários, eu pediria a gentileza para ficarem para depois para não haver uma quebra da sequência da apresentação.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – É que o tema é tão envolvente, Presidente, que às vezes a gente não contém a ansiedade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, eu quando... também o Dr. Gustavo está falando e comentando a gente fica de cabelo arrepiado só escutando o que ele vem relatando. Medidas que, sem dúvida, devem ser assim oficializadas por parte desta Subcomissão, destas Subcomissões para a Receita, para o Ministério, para as autoridades competentes para que tenhamos informações em relação àquilo que está sendo mencionado aqui na fala do Dr. Gustavo. Mas V.S^a. pode continuar.

SR. GUSTAVO STARLING LEONARDOS – Só um esclarecimento, então, quer dizer, esses postos de fronteiras, nós estamos falando de estradas asfaltadas, não é no meio do mato, ou tendo que atravessar rio, é estrada asfaltada onde faz fila de caminhão do outro lado na rua, em frente ao posto de fronteira e pode ser esburacada. Mas isso é o estado geral das estradas. Os próprios funcionários da Receita assistem a fila de caminhão se formando do outro lado do posto antes de irem embora.

Mas continuando. Há pouco tempo, só citando. Há pouco tempo um artigo publicado no Jornal do Comércio, de julho de 2005, relatava a apreensão de 800 mil CDs virgens ilegais no Porto de Suape no Recife. Mercadoria oriunda da China, havia também outras mercadorias. Mas dizia o fiscal que iria liberar aqueles CDs virgens que infringiam a patente da Philips que é detentora da tecnologia de gravação. Porque, segundo eles, não havia falsificação, e como o material não violava direito autoral, só violava a patente, que poderia resolver o problema pagando a taxa de licenciamento, ele ia doar, segundo ele, esses 800 mil CDs virgens para instituições públicas, 800 mil CDs virgens, mas isso acontece todo hora com DVD, CD.

O maior problema em relação ao audiovisual oriunda do exterior é a mídia virgem. Ela chega aqui subfaturada por contrabando, portanto, ajudando ao barateamento do produto pirata que é vendido no meio da rua. A gravação normalmente é feita aqui no País, mas como acabamos de ver, até os produtos eletroeletrônicos que fazem a gravação também vem por esse meio de contrabandos. A inefetividade da proteção legal pelo Poder Judiciário agrava esse quadro. Apesar da previsão legal até hoje... [soa a campainha]

Apesar da previsão legal até hoje ninguém cumpriu pena privativa de liberdade por violar exclusiva-

mente direitos de propriedade intelectual. E as indenizações nesses casos, salvo honrosas exceções, são pífias. Realmente no Direito Penal o entendimento que a pena privativa de liberdade deve ser um último recurso autoriza a substituição da pena quando a mesma não for superior a quatro anos. Que é o caso do direito autoral. Marcas e patentes têm penas ainda inferiores. Além disso, são freqüentes os casos de prescrição da pretensão punitiva ou executória, o que também prejudica a eficácia dos procedimentos criminais. Assim devemos aguardar com cautela os resultados concretos da Lei 10.695 de 2003 que elevou para dois anos de reclusão a pena mínima por violação do direito do autor, mas manteve a pena máxima em quatro anos. A ABPI vem apoiando Projeto de Lei Kandir o 333 de 99 que aumenta as penas em relação à propriedade industrial, mas que até hoje já voltou do Senado para a Câmara, mas não foi aprovado. Existem vários outros projetos, inclusive, por iniciativa dos Deputados da CPI da Pirataria, também aumentando pena, tentando lidar com esse problema. E eu sou um dos membros do Conselho Nacional de Combate à Pirataria onde também nós estamos realizando um trabalho legislativo, amplo, tentando abordar todos esses aspectos, propondo mudanças no Código Penal, Processo Penal, Lei de Propriedade Industrial, Direito Autoral e de Informática.

A iniciativa privada já preparou um texto básico e estamos discutindo esse texto junto ao Governo. É claro que este é um grupo interministerial, as discussões levam mais tempo. Mas acredito que possamos chegar a algum consenso dentro do Ministério da Justiça e espero que em tempo hábil do Ministério da Justiça de submeter alguma proposta. Mas como o meu tempo já se esgotou, se não... O assunto é muito amplo, mas a ABPI fica à disposição de todos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Gostaríamos também, como duas Subcomissões Permanentes da Comissão de Educação, que é a Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social e a Subcomissão de Ciência e Tecnologia, que V.S^a. pudesse depois deixar um documento também oficial, fruto desta Audiência Pública, para que os desdobramentos possam assim ser tomados também por estas Subcomissões para se averiguar, se investigar, se pedir informações em função dos fatos levantados por V.S^a.. Um documento que está sendo gravado, naturalmente, as pessoas do Brasil estão acompanhando pela TV Senado e depois na sequência isto é reprisado também e todos poderão contribuir para que medidas sejam tomadas e estes problemas citados sejam ultrapassados na medida do possível. Agradeço então. O documento está sendo entregue e este servirá também,

sem dúvida alguma, para os encaminhamentos que faremos na sequência. Passo ao Sr. Secretário.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Presidente, eu prometo não interromper mais o depoimento. Eu sou bastante disciplinado, mas eu quero apenas aproveitar mais uma janelinha. Primeiro cumprimentando o Gustavo pelo depoimento que eu achei muito importante. Quero fazer o registro que está presente aqui o Jornalista Fernando Vieira, ele é da Rede Pampa de Comunicação do Rio Grande do Sul, um complexo de comunicação com jornais, rádio e televisão. E na próxima semana, segunda-feira da semana que vem ele, é o responsável pela reedição de um projeto chamado Festa do Disco que há uma época quando ainda não havia o problema da pirataria, apenas se copiava eventualmente uma aqui e outra ali fita k7 e o problema não era tão grave. Fez muito sucesso e está agora reeditando a segunda edição, o ano passado foi a primeira com apoio do Ministério da Justiça e do Governo Federal através do Ministério da Justiça, onde o tema principal da discussão é exatamente a pirataria. No ano passado já se fez uma ampla discussão e este ano, na semana que vem, lá em Canela, Rio Grande do Sul na Festa do Disco vai abordar intensamente esse tema porque se prevê a presença de inúmeros artistas que levam como principal assunto desta que é uma reunião que acontece exatamente durante a semana, segunda, terça e quarta-feira para que o artista possa estar presente, já que normalmente de quarta a quinta em diante ele está envolvido em suas apresentações, seus shows e atividades específicas. Eu queria fazer esse registro para mostrar que esse é um tema abrangente que envolve, obviamente, interesses em todo o Brasil e nós vemos um evento grande previsto para a próxima semana lá no Rio Grande do Sul, na cidade de Canela.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Muito bem. Agradeço ao Senador Sérgio Zambiasi, inclusive, dizendo que esta Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social, na sequência então será acrescentada, inclusive, a Área da Música também, e espera-se que isso aconteça até o final deste mês e discutir-se a pirataria não só no audiovisual, mas também nas iniciativas, como V.Ex^a mencionou, na Área da Música.

Eu quero também colocar que quando bate a campanha não é uma iniciativa do Presidente que está batendo a campanha para encerrar a fala, é uma campanha automática, então não se preocupem, não é indelicadeza da nossa parte, mas claro que a gente dá o tempo necessário para que a fala seja assim explicada e terminada com tranquilidade.

Em seguida, eu passo a palavra ao Dr. Márcio Gonçalves, Diretor do Programa de Antipirataria da Motion Picture Association, MPA. Com a palavra o Dr. Márcio.

SR. MÁRCIO GONÇALVES – Muito obrigado, Senadores. Então, antes de começar eu vou só tentar apresentar um pouco o que é que é a MPA e o que a gente faz, para a gente poder ter uma discussão sobre o assunto com um pouco mais de informação.

(Podemos passar para o próximo?)

Só agenda o que a gente é, o que a gente trabalha, como funciona a indústria cinematográfica e qual o problema da pirataria no Brasil e no mundo, como que ela funciona e o que é que a MPA está fazendo, o que é que o Governo está fazendo, especialmente, através da coordenação do Conselho Nacional de Combate à Pirataria que está aqui representado pelo Dr. Sérgio e que tem feito um trabalho que é exemplar no mundo inteiro. E ainda o que precisa ser feito para a gente tentar reverter a situação atual que, realmente, é bastante grave, apesar de todos os esforços que estão sendo feitos.

(Podemos passar para o próximo?)

Bom a MPA ela representa os estúdios de cinema, e aí eu elenquei alguns deles, DISNEY, MGM, PARAMOUNT, SONY, FOX, UNIVERSAL e WARNER. Uma associação que existe desde 1922 e desde o final da década de 50 está presente no Brasil. No Brasil o nosso escritório é em São Paulo, é o escritório regional para a América Latina.

Então, a partir do Brasil a gente coordena também o trabalho da MPA do México até a Terra do Fogo. E para dar um pouquinho da idéia do que é que é a indústria cinematográfica. Custo médio para produzir um filme é por volta de 100 milhões de dólares. Um em cada 10 filmes que são produzidos, somente um em cada 10 recuperam o investimento através das exhibições, e quatro de cada dez nunca recuperam, seja através da venda de DVD ou através do licenciamento para televisão, para televisão a cabo, ou por internet, nunca chegam a recuperar o investimento. Esse, realmente, é um grande desafio, especialmente hoje para o Brasil que tem uma indústria de produção local crescente e cada vez mais importante no cenário internacional. Mas é importante para a gente poder exemplificar o impacto da pirataria. E aí, só para entender um pouquinho como é que funciona a distribuição no segmento. Toda vez que um novo filme é criado, inicialmente ele é lançado em cinema.

Então, é a primeira forma de comercialização. Depois do cinema normalmente ele vai ser comercializado através de suportes físicos como DVD, VHS no passado, hoje, praticamente, DVD. Depois que foi

comercializado em DVD e VHS ele vai ser comercializado através de TV a cabo e, finalmente TV aberta. E hoje a gente está vendo cada vez mais a internet como uma possibilidade de comercialização desse filme. Então dentro desse panorama aqueles 100 milhões de dólares em média que foi investido é o que vai dar o retorno. E como eu falei, quatro em cada 10 nunca chegam a ter esse retorno, mesmo no final dessa cadeia de distribuição.

E o que é a indústria no Brasil? O Brasil hoje é o maior mercado do setor audiovisual de produção de filme na América Latina e é o nono maior mercado do mundo. Dentro desse mercado a gente tem não só os associados da MPA, que eu citei anteriormente, mas a gente tem mais de duas mil salas de cinema espalhadas pelo Brasil, oito mil videolocadoras, duas mil lojas de varejo que comercializam os produtos que geram milhares de empregos diretos e indiretos. Hoje a gente não tem uma estatística atual sobre esses empregos, a gente está fazendo uma pesquisa, mas realmente são milhares de empregos diretos e indiretos que o setor gera no País através de toda essa cadeia de distribuição e produção, no mundo. E isso não é novidade para ninguém, mas é sempre importante a gente ressaltar, a pirataria não é um fenômeno brasileiro, é um fenômeno mundial.

Uma recente pesquisa que a MPA conduziu em 28 Países mostra que as perdas anuais no mundo inteiros ocasionadas pela pirataria chegam a mais de seis bilhões de dólares. A América Latina representa aí um pouco mais de 15% dessas perdas, e o Brasil é um dos Países, como eu falei, como é o maior mercado para região, é um dos Países mais afetados pela pirataria, as perdas chegam a ser 5,6 milhões de dólares.

Dentro dessa pesquisa a gente tentou analisar o que é que representa essas perdas em termos de formato, a maior parte das perdas hoje vem através da comercialização de DVDs piratas que a gente encontra facilmente nos mercados piratas e nos camelôs aí nas ruas. Mas também tem uma crescente preocupação com a pirataria na internet, que muitas vezes é feita através do próprio *download* do filme, o que muitas vezes ainda pela penetração de banda larga no Brasil não é o problema maior, mas está começando e, muitas vezes, também pela comercialização de DVDs falsificados que são colocados à venda através da internet como em *sites* de leilão ou em *sites* mesmo de pirataria.

Os segmentos mais afetados aí, só para colocar um pouquinho o termo do setor, é o que a gente chama de *homevideo* e *theatrical* que são segmentos de comercialização de DVDs e de distribuição para salas de cinema.

E dentro dessa pesquisa a gente viu também que o principal consumidor de produto pirata é o público jovem e eu quis destacar isso porque parte das ações que o Conselho Nacional está desenvolvendo e o próprio setor privado também está tentando desenvolver são iniciativas para tentar convencer e educar esse segmento da população dos prejuízos que a pirataria causa para toda a sociedade.

Aqui eu me permiti copiar um slide da nossa matriz, está em inglês, mas eu vou explicar rapidamente como funciona a pirataria. Normalmente a pirataria começa quando um filme é lançado.

Então, por exemplo, amanhã vai ser o lançamento mundial de um filme que está sendo amplamente discutido que é o filme o Código da Vinci.

Então, o lançamento é mundial, Brasil, Estados Unidos, Europa, todos esses filmes vão sair amanhã nos cinemas. O que acontece normalmente é que alguém, principalmente, Canadá, Estados Unidos, muitas vezes também, entra numa sala de exibição com uma câmera, cada vez mais as câmeras têm uma qualidade melhor, conseguem filmar esse filme que ainda não existe num suporte, num DVD. Eles, a partir dessa primeira gravação que foi obtida de forma ilegal dentro de uma sala de cinema, ele cria um máster, coloca na internet, existem grupos de... A pirataria é um fenômeno organizado também. Existem grupos que são especializados em distribuir isso para *sites* de distribuição em várias regiões do mundo. Esses sites, esses grupos produzem as legendas para, no caso do Brasil, em Países onde o filme, normalmente, é visto dublado na Europa, Itália, França, por exemplo. Esses grupos fazem a dublagem do filme e a partir daí há uma pulverização para a produção do filme que depois é encontrado nas ruas das cidades que a gente visita.

Então, só para dar um exemplo, um caso que a gente conseguiu identificar e a gente consegue identificar a gravação porque tem algumas microfilmagens nos filmes, e a gente sabe o filme, para que sala foi distribuído, para que exibidor foi distribuído, a gente consegue identificar.

Em um caso que a gente pegou um filme que foi filmado nos Estados Unidos, ele foi encontrado em 38 Países com sete idiomas e 15 diferentes legendas em dois dias depois do lançamento mundial.

Aqui é só uma ilustração de uma operação que foi feita pelo grupo da MPA com as autoridades locais em Taiwan... um pouco mostrando o arsenal que o grupo tinha no momento da apreensão. E isso aqui eu acho que é importante realmente a gente destacar, já foi falado aqui e acho que o Dr. Sérgio talvez possa dar mais elementos. Mas realmente, a pirataria está extremamente ligada ao crime organizado, não só no

Brasil e no mundo. A gente identifica muito dos insumos para produção de produto pirata aqui no Brasil, ou seja, os CDs virgens, os DVDs virgens e os queimadores, o que a gente chama de *burners* para copiar esses produtos, a maioria deles vem do sudeste asiático, Taiwan é um dos principais exportadores dessa matéria-prima. O que, na verdade, muitas vezes nem é crime exportar o CD virgem ou o DVD virgem, ou o queimador, o que acontece é que o pirata é um ser ganancioso. Então, muitas vezes ele exporta esse produto com declarações falsas, o importador traz esse produto, o preço médio de um CD virgem ou um DVD virgem gera em torno de 20, 30 centavos, ele importa com uma declaração falsa como se fosse um centavo, ou como se fosse isqueiro para pagar menos impostos. Então o fato do CD virgem poder ser utilizado para fins legais, para copiar arquivos, enfim... mas essas máfias utilizam mecanismos ilegais para trazer esses produtos que são grupos extremamente organizados.

E aí eu quis falar um pouquinho do Paraguai, que é um dos problemas que a gente tem visto como uma fonte de exportação de produto pirata em insumos para o Brasil. No ano passado, de importações legais declaradas para as autoridades paraguaias, o Paraguai importou 280 milhões de CDs e DVDs virgens. A gente não consegue saber o que é que entrou de contrabando, o que entrou de mercadoria que pode ter entrado como ursinho de pelúcia, ou isqueiro, enfim, outras mercadorias. E o mercado brasileiro de DVDs é de 23 milhões de unidades, quer dizer, dez vezes mais, por baixo, que está sendo importado, só importado legalmente pelo Paraguai sem falar de importação que chega no Brasil também, em contrabando que eventualmente também acontece no Brasil.

A Receita Federal tem feito um trabalho realmente impressionante na fronteira, a gente tem visto até a reação dos piratas, isso mostra que o trabalho tem sido, realmente, exemplar. No ano passado foi quase 1000% de aumento nas apreensões na fronteira, é claro que ainda estamos longe de solucionar o problema, mas realmente são essas iniciativas que deixam a gente com esperança.

E eu quis citar um exemplo, realmente se a gente caminhar em Ciudad del Este a gente vê claramente que os grupos de distribuição dos produtos piratas são controlados por árabes ali, eles só falam em árabe, e a gente sabe que as importações, já pela identificação também dos documentos desses 280 milhões de CDs e DVDs que são importados. é controlada por grupos chineses.

E aí a MPA, a gente trabalha com a DEP(F) que é o nosso braço operacional aqui no Brasil e faz parte, tem um assento permanente dentro do Conselho Na-

cional de Combate à Pirataria, tenta levantar as informações, passar para as autoridades policiais e fazer com que as ações sejam realizadas e a UBV, que é a União Brasileira de Vídeo, que também representa as empresas brasileiras para a gente poder fazer ações educativas. No passado vocês devem ter visto toda a fita de vídeo, DVD tem um anúncio, alguma mensagem educativa sobre o tema para a gente tentar conscientizar e também os estudos de mercado.

Então, a gente trabalha em conjunto e em parceria para a gente tentar minimizar esse problema. A gente tem estratégias de curto, médio e longo prazo. Claro que todas elas estão interligadas, e a gente não pode fazer isso sozinho. A gente tem buscado apoio não só das autoridades, mas também de outros setores que também são afetados. A ABPI é um exemplo de coordenação muitas vezes dessas ações que os setores de propriedade intelectual têm trabalhado em conjunto.

Então, a gente tem um trabalho constante de repressão e de identificar as origens do produto pirata. Um trabalho de internet que também já está começando até em virtude dos números que a gente mostrou anteriormente. O apoio às autoridades é fundamental e aqui mais uma vez eu quero ressaltar o trabalho do Conselho Nacional de Combate à Pirataria. [soa a campanha]

Já existem alguns Conselhos Estaduais que também estão trabalhando bem. E em longo prazo a gente está começando fazer a partir de campanhas educativas para conscientizar a população e, obviamente, sempre o treinamento a autoridade, principalmente no segmento policial.

E para a gente finalizar, estamos quase acabando. Aqui é só um gráfico das operações dos inquéritos que a DEP(F), o nosso braço operacional faz. Tem mais de oito mil processos em andamento, em matéria de pirataria de audiovisual, tem alguns casos de reincidência, tem mais de 460 casos de reincidência, e eu quis destacar isso porque é um dos desafios que a gente tem para a gente mudar essa situação. As prioridades e as dificuldades encontradas também não é nenhuma novidade. A pirataria tem mudado isso daí, especialmente através do trabalho do Conselho, mas ainda não é uma prioridade das nossas polícias. O Judiciário, muitas vezes é lento. Existe um desconhecimento técnico, existe o problema de corrupção, existem muitas vezes falta de estrutura dos Institutos de Criminalística, e às vezes a suspensão dos processos é feita sem nenhuma reparação de dano, o que gera uma sensação de impunidade pelos piratas. São algumas das dificuldades encontradas no dia-a-dia do combate à pirataria e que ajuda a gente a identificar quais são as propostas.

E aqui eu só quis destacar para chamar um pouco a atenção. A gente pegou esses dados do Alício WEB, são dados disponíveis ao público. Nos últimos dois anos foram importados mais de 218 milhões de CDs virgens e 145 milhões de DVDs virgens. Como eu falei, são alguns portos, só quatro portos que a gente elencou, pode ser que tenham produtos entrando por outros portos e a gente não está identificando contrabando e também os queimadores, os *burners*. Só em Santos 734 mil. É importante destacar isso aí porque realmente é preciso do apoio das autoridades para fazer um levantamento e fazer um trabalho de inteligência para ver quem são os grupos organizados que estão atuando nesse segmento.

E só para vocês terem uma idéia, o preço médio de uma unidade importada por Santos em DVD-R é 10 centavos, enquanto que o preço de custo de um DVD-R é 35 centavos de dólar, quer dizer, aí está claro que tem um subfaturamento e eles estão realmente tendo mais lucro do que já têm.

O que ainda precisa ser feito é um trabalho constante, temos que dar um apoio ao Conselho Nacional. Existe um plano de 99 ações, o Dr. Sérgio talvez fale sobre isso, mas tem alguns pontos que são essenciais nesse trabalho. A repressão aos mercados principais piratas, é inadmissível que a gente tenha na Av. Paulista em São Paulo, no *Stand Center* à luz do dia. Tem sido feitas muitas ações, é preciso que esse trabalho seja constante, temos que buscar as condenações, o apoio do Judiciário para a gente tirar essa percepção de sensação de impunidade que os piratas tem. Um maior controle nas fronteiras.

E aqui só para fazer um adendo ao comentário do Senador Zambiasi. Como a fiscalização na fronteira tem sido mais forte, na fronteira com o Paraguai tem sido mais forte pela Receita, os piratas também são criativos e estão usando o Uruguai como uma nova forma de entrada.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Uruguiana é na fronteira com Argentina.

SR. MÁRCIO GONÇALVES – Não, não, Uruguiana é no camelódromo do Rio de Janeiro, ali, desculpe. É na fronteira com... Uruguai está sendo agora utilizado como porto de...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – A feira do Paraguai é em Brasília.

SR. MÁRCIO GONÇALVES – É, a feira do Paraguai em Brasília. Então são iniciativas que a gente precisa buscar para tentar minimizar o impacto. Então é isso e desculpa por tomar um pouco mais do tempo, mas eu me coloco à disposição para perguntas depois.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço ao Dr. Márcio Gonçalves. E passo, em seguida, a palavra ao Dr. Sérgio Torres que é Assessor do Secretário Executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a propriedade intelectual do Ministério da Justiça. Com a palavra V.S^a.

SR. SÉRGIO TORRES – Agradeço o convite, uma excelente oportunidade do Conselho mostrar o trabalho que vem desenvolvendo. O Conselho é um órgão misto, ele foi instalado em novembro de 2004 no âmbito do Ministério da Justiça atendendo uma indicação da CPI da Pirataria. É uma atitude governamental pioneira no mundo, ou uma das poucas que a gente tem notícia, onde o setor privado e o setor público trabalham juntos no combate à pirataria.

Pelo setor privado a gente tem representantes do setor de software, setor fonográfico, setor literário, do audiovisual, do fumo, bebidas e combustíveis, a Associação Brasileira de Propriedade Intelectual e agora recentemente também a Confederação Nacional das Indústrias.

Pelo setor público compõe o Conselho do Ministério da Justiça, o da Fazenda, das Relações Exteriores, Ciência e Tecnologia, Indústria e Comércio Exterior, Cultura, Trabalho e Emprego, além da Secretária Nacional de Segurança Pública, já que hoje a gente faz uma vinculação da pirataria com o problema de segurança pública por estar sendo operado por grandes máfias internacionais, principalmente. A Polícia Federal, a Rodoviária Federal e a Secretária da Receita Federal, além de também da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

A pirataria é uma grande ameaça ao Brasil, ela provoca uma enorme evasão fiscal, podendo chegar, segundo dados do Unafisco cerca de 30 bilhões de reais. Ela descapitaliza a indústria nacional porque ela promove uma concorrência desleal. O preço praticado pelos piratas é extremamente danoso porque ele não respeita nenhum custo, tem somente aquele custo de copiar uma obra onde diversas... para compor aquela obra diversas pessoas trabalharam, ele simplesmente copia aquilo. Então isso gera uma grande descapitalização da indústria nacional. Causa desemprego pelo mesmo motivo, podendo chegar, segundo alguns cálculos a cerca de dois milhões de empregos. Afeta decisões de investimentos internos e externos, financia crimes de maior poder ofensivo como tráfico de armas, drogas e munições também. Enriquecimento e aumento de poder de máfias internacionais. Eles capitalizam muito rapidamente.

Segundo dados da Interpol a pirataria já movimenta hoje no mundo mais que o narcotráfico. Expõe

o comércio exterior a perdas. Recentemente a gente teve aquele caso do SGP onde o Brasil ficou durante muito tempo ali podendo perder alguns, vamos dizer, concessões do Governo Americano que envolve uma pauta enorme de produtos de exportação, onde poderiam ter afetado as indústrias que passam ao largo da pirataria. Esse processo foi encerrado, embora o País ainda continue na lista de prioridades. Expõe a saúde do consumidor a riscos, são brinquedos com tintas tóxicas, produtos, enfim, remédios falsificados, produtos de beleza, enormidade de produtos que expõem a saúde do consumidor a um risco muito grande.

O Conselho, ele tem como uma das suas atribuições principais a elaboração de um plano nacional de combate à Pirataria. E o Conselho instalado em novembro de 2004, ele, logo em fevereiro de 2005, já numa grande reunião com todos os seus representantes titulares e suplentes, consensuou 99 ações de curto, médio e longo prazo para atacar o problema da pirataria. Esse plano está no nosso *site* na íntegra onde temos diversas ações totalmente consensuadas, nenhuma foi objeto de votação, todas tiveram 100% de acordos entre os representantes. Esse plano tem um tripé que tem de medidas educativas, repressivas e econômicas. É uma atitude que a gente acha bastante refinada de atacar o problema.

Com as medidas econômicas a gente pretende difundir a disciplina da propriedade intelectual, que até pouco tempo atrás constavam de poucos cursos de Direito. Defendemos que isso possa ser ampliado para diversos outros cursos superiores, bem como a conscientização do consumidor em relação aos malefícios causados por produtos piratas. As ações repressivas que têm por finalidade coordenar os órgãos de inteligência, e aí a gente pode botar tantos os órgãos públicos como também as empresas que também têm a sua inteligência e usar todo esse arcabouço para com ações articuladas enfrentarmos essas máfias criminosas. As medidas econômicas que buscam aproximar o preço do produto original e do produto pirata. Um grande apelo que tem hoje o produto pirata é exatamente o seu diferencial de preço. E essa vertente do plano, ela busca exatamente isso, procurar diminuir esse diferencial para que o consumidor tenha uma alternativa de consumo legal.

Em 2005 o que mais foi desenvolvido foi a vertente repressiva, as apreensões de CDs e DVDs ilegais representaram mais do que o dobro do que foi apreendido em 2004. Mais de 33 milhões de mídias ilegais foram apreendidas. A Receita Federal superou a cifra de 600 milhões de reais em apreensões, um montante superior em 32% ao que foi feito em 2004.

Alguns exemplos de apreensões representativas – o Porto de Santos mais de quatro milhões de CDs e DVDs virgens, Porto de Itajaí mais de sete milhões de CDRs e DVDRs fabricados em *Taiwan* e *Hong Kong*, Porto de Vitória mais de 70 mil malas, 46 mil frasqueiras, 15 mil maletas do tipo executiva de uma famosa marca francesa, mais de sete mil e 800 mochilas, tudo isso em 56 contêineres, Porto de Suape apreensão de mais de 50 mil relógios, 10 mil bolsas de diversas marcas, além de 50 mil DVDs e 850 mil CDs virgens.

A Secretaria da Receita Federal também numa grande apreensão conseguiu pegar 204 milhões de luvas cirúrgicas que não tinham documentação fiscal e que também não tinham autorização da ANVISA, o que é realmente bastante preocupante. A Polícia Federal também atuando fortemente com a Receita Federal fez grandes operações no ano passado. Eu destaquei essa para a gente ver o montante e a abrangência desse crime no nosso País. A apreensão daquela organização comandada pelo Sr. Law King Chong, aquela feita na Rua do Bucolismo nº 81 em São Paulo. A Polícia Federal demorou meses para fazer a contagem do que estava naqueles depósitos. E aí nós temos alguns nºs levantados pela polícia. Mais de 80 toneladas de relógios e componentes, além dos 726 mil relógios que foram contados um a um, cerca de 18 milhões e 500 mil unidades de mídias de CDs e DVDs virgens, 141 mil caixas de produtos de beleza, 11.384 pares de calçados, mais de um milhão 335 mil óculos, 4.676 bolsas femininas, 11 mil peças de vestuário, 6.430 pares de tênis. Somente para o transporte de CDs e DVDs foram utilizados 36 caminhões baú, isso estima que para o restante das mercadorias sejam necessárias ainda outros 350, 450 caminhões.

A Polícia Rodoviária também que passou a trabalhar articuladamente com a Polícia Federal e com a Secretaria da Receita Federal no combate à pirataria cobrindo mais de 65 mil quilômetros de estrada, apreendeu no ano passado mais de dois milhões de unidades de CDs e DVDs virgens. Em uma única apreensão em março deste ano pegou um milhão e 400 mil unidades de CDs e DVDs em Cuiabá, Mato Grosso.

E aí eu destaco também de algumas ações conjuntas, Secretaria da Receita Federal, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, operações cataratas, fronteira blindada, hidra, comboio nacional e sagitário. Só fazendo um pequeno destaque, é que antes da gente empreender essas operações houve aquela Operação Trânsito Livre onde vários policiais foram presos porque cooperaram, eram corruptos e cooperavam com as máfias criminosas. Primeiro fizemos uma limpeza na própria carne para depois irmos com essas outras operações. Volume de produtos ilegais apreendidos

foi de 86% maior se comparado a 2004 somente em Foz do Iguaçu. Produtos de informática foram 138% a mais, mídias óticas gravadas 242% a mais. Isso eu estou me referindo somente na fronteira Foz do Iguaçu com Ciudad Del Este no ano passado. Mídias óticas virgens 265% a mais. A Operação Hidra deflagrada em diversos Estados brasileiros desmantelou uma das maiores quadrilhas de contrabando do País, foram presas 59 pessoas durante a operação. As apreensões de cigarros relacionadas a essas quadrilhas totalizaram cerca de quatro milhões, 150 maços de cigarros. Na Operação Comboio Nacional foram apreendidas cerca de 1.300 veículos, dos quais 641 ônibus, 612 carros, caminhões, carretas, todos transportando mercadorias ilegais. A Operação Sagitário atacou pontos emblemáticos de vendas de produtos piratas na cidade de São Paulo, como *Stand Center*, *Promo Center* e *Shopping* 25 de Março. Essa foi no final do ano passado, teve grande repercussão, em seguida durante essas operações o Ministério da Justiça chegou a ser procurado pelo Embaixador da China.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone].

SR. SÉRGIO TORRES – Aí falamos que vamos seguir em frente. Estamos atacando o crime. Aí a exemplo do que ocorria antes, a Operação Comboio Nacional, a gente tinha fila de ônibus que impedia completamente qualquer ação da Polícia Rodoviária. Era um quadro que muitos achavam como desolador e como se não tivesse mais solução para isso. Hoje não estamos mais desta forma. Ônibus que somente tinham algumas cadeiras e o resto era somente para... Verdadeiros contêineres sobre rodas somente para o transporte da mercadoria ilegal. Aí o pátio da Receita lotado de ônibus apreendidos. Aí algumas ações apreendidas em centros emblemáticos.

E a outra vertente do Conselho, a vertente educativa. O Conselho tem procurado levar a importância de se respeitar a propriedade intelectual em todos os fóruns para os quais é convidado. Somente no ano passado participamos de mais de 30 seminários, entre eles aqueles que já foram aqui destacados pelo Senador Sérgio Zambiasi a Festa Nacional da Música, onde estivemos debatendo com diversos artistas o problema da pirataria. Diversos cursos de treinamento e capacitação de agentes públicos também foram realizados nos Estados com o apoio da DEP(F) e dos PROCONS. Destaque para o de Roraima, Espírito Santo, Mato Grosso, Maranhão, Goiás e Pernambuco, a semana que vem teremos também com a DEP(F) no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. E o Conselho também tem sempre atendido aos jornais, revistas, TV e rádio, dado diversas entrevistas para formadores

de opinião para levar essa mensagem e difundir cada vez mais a importância de se respeitar a propriedade intelectual.

Alguns exemplos de campanha educativas que pretendemos implementar. Essa, a que está mais adiantada, a “Pirata, tô fora! Só uso original.” Uma campanha formulada por Sindi-Receita, o Sindicato dos Técnicos da Receita Federal com apoio institucional do Conselho Nacional de Combate a Pirataria e com o apoio, principalmente, financeiro da CNI.

Somente uma frase do Ministro Márcio que destaca bem a importância da gente investir em campanhas educacionais. No caso da pirataria esse trabalho passa pela construção de uma consciência de repúdio aos produtos piratas, o que esta campanha mostra bem.

Aí alguns itens da Campanha “Pirata, tô fora! Só uso original”, iniciada já no carnaval somente na cidade de Salvador e agora deve se ampliar com apoio da CNI com um termo que estamos assinando já para essa semana um protocolo de intenções CNCP, CNI e Sindi-Receita.

Alguns outros itens da campanha. [soa a campanha]

Essa foto é de um evento realizado em agosto no Ministério da Justiça, ela é bastante interessante que ela mostra os Três Poderes unidos para enfrentar o mesmo problema. Temos ali a Deputada Vanessa Grazziotin, o Ministro Márcio, o Presidente do CNCT, Luiz Paulo Barreto, o Ministro do STJ, Gilson Dipp e ela nos é bastante educativa exatamente por isso, são os Três Poderes dispostos a enfrentar esse problema.

Alguns itens da nossa amostra de produtos piratas que é bastante abrangente. Uma amostra permanente que nós temos no CNCP.

Nós temos um *site* do Conselho na página do Ministério onde também temos o “clique denúncia” a oportunidade onde todo cidadão pode apresentar denúncias sobre qualquer produto pirata que ela vai ser encaminhada aos órgãos competentes, seja ao PROCON, seja a polícia, ela será encaminhada.

Aí a página do “clique denúncia”. E aí no dia três de dezembro, Dia Nacional de Combate à Pirataria, o evento realizado aqui em frente ao Congresso Nacional onde houve uma forte destruição de CDs e DVDs piratas. E as ações econômicas, que é aquela vertente, como já expliquei, que visa reduzir esse diferencial de preço entre produtos originais e produtos ilegais.

E aí temos alguns exemplos que merecem destaque. Esse da venda de CDs e DVDs originais em lojas de departamentos e supermercados ao preço de 8,90. Time de futebol com a matéria lançando linhas populares de camisetas a 20 reais. Um fabricante nacional de jogos de cartas a COPAG que lançou uma linha de

baralhos a 1,50 e a isenção de impostos principalmente para componentes de informática, a MP do bem permitiu que a pirataria nessa área reduzisse bastante.

Um exemplo também significativo da Autocad onde ele oferece na troca de um software pirata por um original, um desconto significativo. O produto deixa de sair por mais de 5.800 dólares para 1.900 dólares, um exemplo bastante importante e que mostra como é importante de reduzir preço para enfrentar a pirataria. As nossas perspectivas para 2006, continuar fortemente com as ações repressivas, sempre investindo em ações articuladas da Polícia Federal com a Receita Federal e a Rodoviária Federal, destacando que a Rodoviária somente este ano já apreendeu mais de dois milhões de mídias ilegais [soa a campainha]. E supera o seu ano de 2004, a Receita Federal também nesses quatro primeiros meses mais mil veículos apreendidos principalmente em Foz do Iguaçu, transportando mercadorias ilegais que gerou que autoridades paraguaias nos procurasse também interessadas em que a fiscalização fosse arrefecida nessa área. Ações de caráter educativo que estamos alavancando nesse exercício nesse ano e também as medidas econômicas, buscando cada vez mais encorajar a indústria a lançar produtos populares e diminuir o diferencial de preços. Essa é uma frase que o Presidente usa muito, “acabou a era da pirataria romântica” porque antigamente a pirataria, ela se dava naquela forma de o cidadão ir ao Paraguai, buscava alguns produtos para revender aos amigos, aos colegas de trabalho acima da cota e hoje não, hoje a gente não tem mais esse tipo de comércio, hoje a gente tem um comércio em grande volume, operados realmente por grandes organizações. E somente com o apoio de todos, somente com a união de todos, não existe somente um lado para combater esse tipo de crime, somente todos podem... Somente o Brasil pode enfrentar a pirataria. Por enquanto eu fico por aqui, já extrapolei meu tempo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço ao Dr. Sérgio Torres. Passo em seguida a palavra ao Dr. Alvacyr Resende que já se encontra presente e é Consultor Jurídico da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos, ELETROS. Quero destacar também antes disso, Dr. Alvacyr, a presença do Dr. Gustavo Dahl que é Presidente da Agência Nacional de Cinema, ANCINE, seja muito bem vindo. Com a palavra o Dr. Alvacyr, que é a última pessoa a expor nessa Audiência Pública. Em seguida abrimos a palavra para os Srs. Senadores.

SR. ALVACYR H. F. RESENDE – Obrigado a todos, obrigado à Mesa, Senador. Em nome da ELETROS, a minha manifestação ela se faz em apoio a tudo que aqui foi exposto, obviamente decorrente da

lesão à pátria que tudo isso aqui apresentado causa. Nós também como fabricantes de produtos eletroeletrônico de consumo, e aí nós estamos falando de geladeira, fogão, DVD, televisor, liquidificador, nós sofremos esse assédio econômico advindo de um mercado hoje internacional.

Eu quero colocar a vocês que, realmente esse mercado internacional é forte e ele trabalha de uma forma bastante agressiva. Não vamos aqui lançar a pecha de dizer que tudo vem da China, porque até há poucos dias eu estava num lançamento do livro de um Deputado que trabalhou na CPI da Pirataria e à minha frente tinha uma pessoa dizendo – “Não, na China se trabalha por um prato de comida”. Eu falei – “Você já esteve lá?” Lá tem técnica, tem tecnologia e tem gabarito, não é bem assim, nós estamos hoje socializando o pirata, porque a figura do pirata foi socializada. Ao meu tempo de estudante, isso que eu tenho aqui não é rinação não, é tempo mesmo, nós tínhamos o bando, depois surgiu a quadrilha, figura tipicamente do Código Penal Brasileiro, depois surgiu o crime organizado, que é a máfia, máfia italiana não usa japonês, máfia japonesa não usa italiana. E hoje nós temos as organizações criminosas que são extremamente eficientes com logísticas internacionais que grandes empresas transnacionais não as têm.

Então, quando aqui se colocou que amanhã começa o filme “Da Vinci” eu quero anunciar, já existe a cópia. Quisera eu ter trazido hoje, eu pedi para o meu pessoal comprar ontem que era justamente para trazer, isso já existe. O que se anunciou aqui deve ser combatido, porque isso é uma violência do direito autoral, isso é uma qualificação, que eu não consigo classificar, é muito forte. Mas eu acho que nós temos que retrabalhar o tema, e eu estou praticamente usando esta Mesa para lançar essa idéia.

Sou Advogado, durante muitos anos trabalhei com a situação prevista em lei e nós temos bastantes leis nesse País, da busca e apreensão, da defesa da marca que deve continuar, mas nós temos que repensar o tema. Quando eu disse organização criminosa, nós temos que entender que essas pessoas hoje têm uma agilidade, uma facilidade incomensurável, e do lado de cá nós continuamos a adotar as mesmas posturas que dantes tínhamos.

Ora, pois, se nós trabalharmos com a inteligência, quando eu chamo de inteligência é uma central de inteligência, nós vamos ter obviamente um planejamento e uma ação mais eficaz. E isto por quê? O grande problema da mídia de áudio e vídeo que está aqui o que é? É a mídia virgem. Se eu tivesse aqui hoje nesse Plenário falando sobre direito autoral de edição de livro, eu ia sugerir ao pessoal que vá a Sepetiba

dentro da área do Porto, onde estão lá quatro mil copiadoras de 600 mil cópias/hora de diversas marcas, inclusive, de uma que nem tem representatividade no Brasil, copiadoras essas analógicas que estão entrando ao território nacional graças a uma preciosidade legislativa, não oriunda daqui desse Parlamento, mas do Executivo. Aonde até trouxe para fazer uma leitura rápida, se me permite, material usado, em tese nós não deveríamos permitir a entrada de material usado no País, que aqui afinal de contas não é lixo tecnológico que nós queremos, se somos um País com poucos recursos e outras coisas, muito que bem. Mas o que acontece? Existe uma norma administrativa que reza que você pode trazer equipamento usado e o mercado americano está lotado de equipamento analógico sendo trocado por digital, que talvez você não pague um dólar por equipamento, porque o pessoal quer se desvencilhar daquilo e ele está sendo trazido para cá. E aí diz aqui esse texto, que é uma pérola. Olha, Castro Alves iria chorar de remorso por não ter feito isso. Mas vamos ver aqui. Máquinas e equipamentos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O senhor acha poético?

SR. ALVACYR H. F. RESENDE – Não, eu só acho poético porque isso aqui eu só posso entender que foi uma poesia.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Porque para mim sangra o coração.

SR. ALVACYR H. F. RESENDE – Não, não, sangra, o Castro Alves ia sangrar.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. ALVACYR H. F. RESENDE – Então diz aqui – “Máquinas e equipamentos, aparelhos e instrumentos destinados à reconstrução no País por empresas”, olha que pérola, “que atendam às normas técnicas de padrão internacional”, eu não sei que empresa é essa, só conheço as multas. “E que após o processamento atinjam estado tecnológico aqui não disponível e que tenha garantias idênticas ao análogo no exterior”.

Quer dizer quem tiver esse padrão tecnológico dentro do Brasil deve pedir um empréstimo no BNDES para instalar uma empresa, porque está superando as internacionais. E aí o que acontece? As autoridades administrativas não têm competência, estrutura ou o que seja para fiscalizar e o sujeito manda desembarcar aqui em Sepetiba mais de quatro mil equipamentos de cópia. A indústria de livro vai sofrer alguma consequência porque cada uma delas com seiscentas mil cópias/minuto, eu vou imprimir tudo. E analógica. Se for digital melhor a performance. Então eu entendo que este enfoque aqui ele serve para que a gente possa amadurecer a legislação. Eu até sugeriria que a gente

antes de começar a trabalhar com qualquer texto, ou com esta intenção que fizéssemos sim um enxugamento da disponibilização legislativa que nós temos, porque o crime organizado, o que eu chamo agora de organização criminosa, ele se legaliza através de um ato como esse você legaliza a entrada no País desse equipamento e não adianta ir atrás da marca, porque o Juiz vai acabar dizendo que ele está legal, porque tem um documento da autoridade competente assim permitindo.

Então nós temos que fazer uma varredura interna para fazer uma limpeza nestas arestas que permitem a legalização do crime, que permitem com que essas ações venham. Nós temos que trabalhar com uma inteligência formatando uma conjugação dessa sociedade que aqui está representada para, efetivamente, diminuir sensivelmente as características que hoje existem. Se é a mídia virgem que gera toda essa situação, nós temos que ir atrás da mídia virgem, mas temos que ir atrás do *máster*, foi o que gerou a primeira cópia e, necessariamente não foi dentro do cinema, pelo que eu bem conheço, foi em outros lugares, e nós temos que ir atrás deles.

A Uruguaiana citada aqui como rua e eu vou citar como cidade, é porque hoje as zonas francas colocadas dentro do Uruguai permeiam a possibilidade de processamento dentro das regras do Mercosul e este é o motivo, não outro em que as organizações criminosas se legalizam, onde elas lá estando aplicam a famigerada regra 4060 que na realidade é nada, porque também lá não tem autoridade para fiscalizar com essa competência toda, e como esse material vai para o Brasil, o problema é da fiscalização do Brasil e isso atravessa as nossas fronteiras e vai gerar toda essa situação.

Esses equipamentos usados, eu estive na semana passada no Porto de Santos com o Sr. Maurício a pedido da Receita, onde nós identificamos essas torres de computador com cinco ou seis gavetas para colocar CD já preparadas para duplicação, isso é óbvio, ninguém vai usar aquilo de outra forma que não seja essa. Então era um lote de 1600 torres sem nenhuma indicação, sem nenhuma marca e nós sabíamos o que é que era, só que aquele lote estava sendo trazido por 200 dólares; o lote inteiro, mas autorizado pela autoridade brasileira porque o sujeito disse que tinha tecnologia e competência superior a internacional. Quer dizer aonde vai desembocar isso? Vai desembocar contra os que aqui estão. Vai desembocar na duplicação de produto, vai desembocar nessa outra situação que é desconfortável, bem dito pelo Senador, sangra no coração e o País, terrivelmente.

Agora nós precisamos nos reorganizar, criarmos uma atuação de inteligência para dar subsídios à Receita, à Polícia Federal para que eles... Porque eles não entendem de CD, DVD. Eu não vou exigir que um policial entenda de A a Z. Eu tenho que sustentá-lo com informações fortes e precisa, senão pode sair besteira. Então este alcance é um alcance que nós temos que integrar mais na nossa sociedade. Os jovens são os maiores usuários inegavelmente. Preços, pode ser que esteja, mas eu acho que se nós tivermos um trabalho mais conjugado, nós vamos conseguir chegar a objetivos muito mais fortes, porque o que eu vejo hoje, já ouvi no passado, não vamos fazer CDs mais baratos, os DVDs. Eu vou lá perto da minha casa, nos supermercados, em alguns lugares e vejo mais barato, mas com títulos que, sinceramente, meus filhos nunca vão ver, os três patetas, não é para eles, eles querem a coisa de hoje. Então eu já trabalhei em gravadora, sei que quando você está com a música no catálogo, aquilo já pagou os direitos autorais, então lançar aquilo não adianta, não vai educar ninguém, o sujeito quer o “Da Vinci” que está saindo amanhã.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. ALVACYR H. F. RESENDE – Então eu temo que a gente em um dado momento possa desconsiderar essas situações, eu estou colocando aqui hoje para que a gente passe a considerá-las. Nós estamos lidando com uma coisa chamada organização criminosa. Porque no crime organizado interessa é o objeto que o crime trabalha.

Então, a máfia italiana, ela tem dedicação às situações de sexo, às situações de bares, às situações de jogo de cavalo, sei lá o que. Mas a organização criminosa não, ela não tem nacionalidade, ela não tem fronteira, o interesse dela é o lucro. Se hoje ele está comercializando pneu e amanhã DVD, o que interessa é o lucro. A Polícia Federal estourou aqui em Joaçaba um dos maiores *cybers* de contrabando há um mês, mais ou menos, aonde ninguém da sociedade percebeu que Joaçaba, que eu não sei quanto tem de população, mas vamos dizer 20 mil habitantes. 100 mil? Era o maior posto de distribuição dos CORREIOS via Sedex, dois milhões de dólares/mês, quer dizer, nós temos que ter a inteligência trabalhando, gente, não tenho como dizer outra coisa, porque se nós não fizermos isso, este trabalho vai se perdurar sempre na mesma batida. Nós vamos encher uma rua de CD, achar um trator para passar em cima e achar que solucionamos o problema, não é esse mais o objeto. Nós temos que mudar esse conceito, nós temos que avançar, nós temos que criar a inteligência para combater essa criminalidade que hoje é internacional,

que por internet. Está aí São Paulo, que por celular os caras comandam o que eles quiserem, é isso que nós estamos enfrentando. Vamos mudar o enfoque porque senão nós vamos nos desgastar bobamente. Todo o nosso esforço vai se perder e rios de dinheiro vai ser gastos. Então a minha palavra é combater este processo, chamando ele de contrabando pirata, que eu gosto de chamar organização criminosa, tem que ter um trabalho muito dedicado, muito específico, muito dirigido e lembrando, grandes escritórios hoje de Advocacia estão assessorando o crime. A legalização do crime é um fato notório e necessário porque eles necessitam de uma parte legal do negócio deles para poder fluir. Então a gente precisa tomar um pouco de cuidado para que a gente não seja pego a frente com um prejuízo muito maior do que estamos imaginando. Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço a participação do Dr. Alvacyr nesse primeiro momento, inclusive, na seqüência, eu pediria para que o Dr. Sérgio Torres, em função das observações do Dr. Alvacyr, também fizesse as colocações do que o Ministério da Justiça vem fazendo para os pontos levantados e a mesma coisa do Dr. Márcio para dizer se realmente o “Código da Vinci” já é possível ser obtido em contradição àquilo que você mencionou antes.

Muito bem, mas isso na seqüência, nas falas, porque agora nós vamos abrir a oportunidade para os Senadores, dando a palavra, em primeiro lugar, ao Senador Romeu Tuma, que é um dos autores junto com o Senador Paulo Paim do Requerimento para a realização desta Audiência Pública. Com a palavra V. Ex.^a

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu peço desculpa, até porque não tive a oportunidade de ouvir a todos, em razão de estar sendo sabatinado na CCJ na nova Ministra para o Supremo Tribunal que, provavelmente, agora ao interpellá-la vou fazer alguma referência ao que aqui ouvi. Nós temos o diagnóstico, doutor, nós sabemos praticamente o que vem acontecendo. Nós temos uma prioridade que eu acho que o próprio Ministério da Justiça... O senhor está no Ministério da Justiça. E os setores, principalmente, Polícia e Receita têm que combater de imediato que é a corrupção, ela é concorrente ao Serviço de Inteligência. Provavelmente a inteligência da corrupção ultrapassa com mais rapidez a informação, eu vi isto agora em São Paulo, claramente tudo que aconteceu, por mais que a gente queira aprender alguma coisa, mas a repetição de fatos que ocorrem há muito tempo. Então se o senhor remove alguém que é chefe de uma quadrilha para evitar um desdobramento de uma operação de vulto, a seqüência da substituição

da chefia é imediata. Então não é uma organização pré... vamos chamar máfia, ela é uma organização subversiva, terrorista na área do crime. Então nós temos lutado muito, eu tenho acompanhado de perto, V.Exª falou na 25 de Março. A 25 de Março tem casos muito sérios. Eu ainda comprei uma camisa do Brasil por 75 reais com desconto e na esquina estava 15, uma pirata. É claro que a gente percebe a qualidade, não há dúvida sobre isto. Mas lá também, só que os pontos aonde a pirataria, o contrabando, infelizmente, sem acusar, vamos dizer, as comunidades que vieram para o Brasil, mas se ocuparam por chineses e coreanos. A 25 que era de árabes, José Paulino de judeus, são hoje de coreanos e de chineses. Por que é que eles se instalaram nesses pontos e só vendem contrabando? Criaram minishoppings para vender tudo que é ilegal, praticamente. A polícia vai e fecha e no dia seguinte a mercadoria é substituída sem prejuízo do intermediário. Quando o Governo acresce o imposto, eles diminuem, aumentam o desconto paralelo. Então hoje nós não temos mais comércio, doutor, nós temos indústria da pirataria.

Está aí o exemplo dessa mercadoria usada que vem para cá. Quem é que assina? É Portaria do Ministério da Fazenda?

SR. ALVACYR H. F. RESENDE – É Portaria da DECEX. Exemplo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Nós temos que por uma lei que impeça isso.

SR. ALVACYR H. F. RESENDE – É como eu sugeri, Senador, esta é uma que eu trouxe de exemplo. Eu tenho identificado e depois passo à Mesa, mas de 15 outras, dentre os órgãos todos nacionais.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu proporia que entrasse com Mandado na Justiça para impedir o cumprimento dessa medida, porque tem uma prática de crime por trás disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu peço a V.Sª. só que envie a esta Subcomissão ou na sua ótica, pelo menos, quais são os documentos que estão facilitando esse processo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E a gente propor aqui à Comissão, Presidente, que façam as leis correspondentes ao impedimento de que isto possa continuar dessa forma.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Se V. Exª até permite, o Ministério da Justiça, eu sei que vem trabalhando num conjunto de leis nessa área de combate à pirataria, que já enviasse a esta Subcomissão os estudos nesta área para que nós possamos examinar de imediato o que vem sendo estudado, pelo menos, no Ministério da Justiça. Nós vamos requerer isso na sequência, já antecipando.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Dr. Sérgio, hoje nós estamos discutindo na CCJ medidas judiciais que possam abrandar a volúpia desses crimes que estão sendo praticados em São Paulo e deve se desdobrar para outros Estados. Houve críticas na área dos Advogados, porque claro o Advogado precisa de clientela. Se o senhor põe o cara na cadeia, 50% da pena que ele é condenado não tem mais recurso para impetrar. Então não é uma ação abafada, mas é fechar as portas, porque o Judiciário tem que se basear na legislação para por na rua um bandido perigoso. Então como é que a gente fecha essa porta? Com uma legislação mais dura, por quê? Porque não está beneficiando a sociedade, está trazendo um prejuízo muito grande.

Eu incluo tranqüilamente o tráfico de drogas e a pirataria como alimentadora do crime organizado. Eu não tenho dúvida sobre isto porque o investimento, Presidente, de quem faz o tráfico de drogas tem que ser diversificado. É falsificação de gasolina, é mistura de álcool, é mistura de outros componentes energéticos, é pirataria de TV, de vídeo, de tudo que possa existir com nome e marca internacional que custa uma fortuna para a publicidade de quem tem a empresa e indústria legalmente constituída. Então quando nós fizemos esse Requerimento, o Senador Paim e eu já era isso, era objetivar o que se pode fabricar em matéria legal para impedir a continuidade, porque nós estamos no topo da lista da pirataria no mundo. É uma vergonha para gente.

Por isso que eu disse que sangra o coração. Estamos no topo da lista, é inacreditável. A gente vê o combate, mas a corrupção por baixo, a violência. O senhor vai a Foz do Iguaçu, esse pessoal sacoleiro, não é esse o contrabando não, esses portos e aeroportos estão descendo milhares e milhares, e hoje já com as máquinas fabricando em território brasileiro. Qual é o posto de gasolina que tu não tem música caipira fajutada? Qual é? Então, não adianta ficar prendendo cem, duzentos, quinhentos, mil; se a indústria não pára. Faz quantas por dia?

SR. ALVACYR H. F. RESENDE – Seiscentas mil cópias/minuto.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – No usado. Analógico. Seiscentas mil. A gente vê na 25 as banquinhas, hoje não tem mais o produto dentro, só tem a capa para não ter apreensão. Então o senhor vai lá e escolhe, eu não, mas quem for comprar, escolhe e o sujeito vai entregar, traz depois. Então já tem...

SR. ALVACYR H. F. RESENDE – Mas há pouco até foi dito aqui, é isso mesmo, Senador, essa rapidez com que de um dia para o outro os caras trazem. Se esses equipamentos que eu falei, que são copiadoras,

fossem as reproduções torres que são as que estão apreendidas lá em Santos, quer dizer, o filme “Da Vinci” é um estouro a nível mundial, é ótimo porque no dia seguinte está tudo duplicado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então, não pode ser liberado e nem reexportado porque no momento, o sujeito quando tem apreensão pede a reexportação do produto.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Bom, eu queria um aparte. O senhor representa...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Só para efeitos da taquigrafia do Senador Sérgio Zambiasi e antes o Dr. Alvacyr que usou a palavra.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Veja bem, eu estou ouvindo e tentando imaginar alternativas. O Senhor representa os fabricantes de produtos eletroeletrônicos. Eu lembrei agora que a gente lê seguidamente anúncios – “DVD toca tudo”. Veja bem, a fábrica, a indústria contribui muito com isso. Quando nós vemos um anúncio nos jornais, quando a gente vê um anúncio na televisão de um DVD a 180, 190 reais e um dos chamados para a venda desse DVD é – “Toca tudo”.

SR. ALVACYR H. F. RESENDE – Primeiro esse “toca tudo” é a característica de leitura do produto.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Quer dizer que ele é indutivo. Ele induz o cidadão a pensar que se comprar esse DVD toca o pirata também e toca mesmo.

SR. ALVACYR H. F. RESENDE – Mas certamente que ele toca. Ele faz leitura. Ao contrário, o pirata nesses equipamentos ele destrói a ótica, o leitor ótico. Então até uma recomendação, se o senhor ler o manual, o senhor vai ver que tem uma recomendação – “Cuidado com DVD pirata”.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Eu quero dizer o seguinte que quando há um anúncio desse dizendo que é um “DVD toca tudo”, o cidadão ao comprar o DVD ele imagina que toque o pirata.

SR. ALVACYR H. F. RESENDE – Mas toca, a leitura ótica, ela não faz ...

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – O toca tudo faz isto, alguns DVDs não tocam. Ele vem com uma garantia, ele vem com um selo. Então alguns DVDs não tocam tudo, tocam só o legal, outros tocam tudo isso mesmo, inclusive...

SR. ALVACYR H. F. RESENDE – O que o senhor está falando é zona de leitura, que é outro departamento.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Eu estou lhe dizendo que é uma forma também de indutiva, quer dizer, que a própria indústria tem um pouquinho de culpa nesse processo.

SR. ALVACYR H. F. RESENDE – Mas esses equipamentos não preocupam porque o custo deles é infinitamente maior do que por duzentos dólares as 1800 torres, 1400 torres que estão lá. Então, não são esses os indutores, os agentes causadores são esses que vêm nessa legislação estúpida.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone]

SR. ALVACYR H. F. RESENDE – Claro, mas todos são válidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu retorno a palavra ao Senador Romeu.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Para não abusar do tempo, eu acho que a gente tem que analisar todas as exposições que foram feitas, algumas que foram seguidas pelo nosso grande Secretário e fazemos uma reunião já administrativa de trabalho para buscarmos a legislação competente que realmente possa minimizar essa situação de dificuldade no controle e na repressão que está sendo feita, mas ela encontra muita dificuldade, até porque o número são operações esporádicas e não são permanentes, e não dá para fazer permanente. Então eu vejo a própria estrutura, quantas operações nós fizemos na região de Foz de Iguaçu, mas ela não pode ser permanente, se eu ponho dois, três policiais ali, ou um ou dois fiscais, eles só não atendem aquele que é quer pagar o imposto já estão ocupados...

E o Rio, ninguém fiscaliza o Rio, ninguém fiscaliza uma série de outras... Porque o bandido, o criminoso onde tem policiamento e já recebeu o alô – “Cuidado com a ponte”. Ele já sabe que a 10 quilômetros ele passa ser nem ser molestado. Então é uma estrutura bem organizada hoje, tem financiamento, tem muito dinheiro por trás disso. E eu acho que o Brasil está tendo um prejuízo enorme. Agora o que mais me preocupa é o fato concreto dessas copiadoras usadas que a gente não deve aceitar. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Muito bem. Em função da fala do Senador Romeu Tuma, nós vamos, na sequência, solicitar ao Ministério da Justiça através do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos Contra a Propriedade Intelectual que remeta para esta Comissão de Educação e as Subcomissões que realiza essa Audiência Pública, da sistematização dos trabalhos, de propostas de Projeto de Lei e também os estudos que se relacionem, vamos dizer, não propriamente à legislação, mas à normatização através de Portarias, Decretos mencionados e que vamos receber os documentos e vamos também fazer essa análise para ver se isto está contribuindo para o processo de pirataria, para o favorecimento, eventualmente, da pirataria em nosso País.

Eu, em função das observações do Senador Tuma, eu diria o seguinte, vamos passar primeiro a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi para que daí as pessoas possam responder, o Senador Augusto Botelho, também fazemos as perguntas, os comentários e depois exista o reforço, provavelmente, de algum argumento usado pelo Senador Romeu Tuma por parte dos outros Senadores também.

Então passo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi do Rio Grande do Sul.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado, Presidente. Não sou de Uruguiana, mas sou do Rio Grande do Sul, inclusive, Uruguiana. E nós temos uma longa fronteira, uma fronteira de mil quilômetros com a Argentina, mas esta é uma fronteira, a divisão é o rio, rio Uruguai e, portanto, há uma pouco mais de dificuldade, temos mil quilômetros de fronteira com o Uruguai.

Então boa parte dessa fronteira é uma fronteira seca e, quer dizer, em muitos locais não se sabe se a propriedade está no Brasil ou no Uruguai, mas há uma certa facilidade. Mas eu, inclusive, acredito que o Uruguai não é um problema tão grave, nós temos no Brasil 17 mil quilômetros de fronteiras, de fronteiras muito menos guarnecidas, muito mais desguarnecida e muito menos fiscalizada do que as fronteiras do sul, à medida que nós estamos subindo, pegando o Paraguai e depois a Bolívia e aí para cima, a fiscalização é mínima.

Quem esteve, por exemplo, lá na Amazônia, quer dizer, o máximo que você encontra na nossa fronteira são alguns postos do Exército, postos avançados que tem multiplicado as responsabilidades, cuidar das nossas populações indígenas, especialmente, para que tenham condições mínimas de sobrevivência e etc. Então nós temos uma questão realmente muito séria de fronteiras, eu acredito, e um detalhe que me chama atenção aqui muito, eu vejo aqui nesse levantamento do MPA que 41% dos consumidores dos produtos piratas são jovens de 16 a 24 anos de idade.

E aqui, mais uma vez, eu acredito que campanhas educativas não só na televisão, mas eu acho que seria tema do Ministério da Educação colocar dentro da sala de aula, pode até parecer um pouco romântico, mas eu acho que tratar esse tema como cidadania em sala de aula é uma coisa extremamente importante, vem ao encontro das propostas que se faz através da mídia seja lá da televisão, do rádio, do jornal, das revistas, mas também como tema de cidadania em sala de aula, porque se a criança receber esta orientação e esta informação ali nos seus primeiros anos de escola ela terá mais consciência, ela pode até errar, mas ela terá mais consciência e mais chance de acertar, por-

que é um número, realmente, que impressiona, 41% entre 16 e 24 anos de idade. Vamos considerar que hoje dos 12 em diante já são clientes potenciais, já 10, talvez, manipulam um computador com mais facilidade do que os de mais de 30.

Então, tem todos esses acessos, a internet é uma parceira desse processo também. Porque um tem uma cópia e transmite para o outro colega e por aí vai. Eu entendo que, realmente é um tema de cidadania, e como cidadania deve estar também como tema de sala da aula. O professor, a professora entre as suas múltiplas responsabilidades incluir também esta questão que é uma questão moderna, moderníssima. Mas eu acho que nós temos que nos adequar aos tempos, nos adaptar. Eu entendo que estas entidades e a própria Comissão deve sugerir ao Ministério da Educação, levantar esse tema como discussão.

E outra questão que me chamou atenção, que o Dr. Gustavo comentou e esta Lei 10.833 de 29 de dezembro de 2003 que realmente ela talvez até por falta de condições humanas, por falta de pessoal, onde ela permite uma fiscalização aduaneira ininterrupta em horários determinados [soa a campainha] ou eventual nos portos, aeroportos, pontos de fronteiras e recintos alfandegados, são os locais já fiscalizados. Eu procuro, de alguma maneira, e os locais não fiscalizados, não alfandegados que são talvez os grandes trajetos dessa questão da pirataria internacional, sem considerar a local. E apenas eu queria dizer que quando eu abordei a questão do “toca tudo” eu quis alertar que quando a fábrica sugere como mais uma alternativa o “toca tudo”, ela de, alguma maneira, está induzindo o consumo, quer dizer, essa expressão ela acaba de, alguma maneira, contribuindo para que o cidadão – “Toca tudo é bom, então eu posso até colocar um piratinha e vai tocar também”. Quer dizer, você confunde. Às vezes essa conjugação de fatores contribui também para o consumo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Em todo caso a expressão “toca tudo” tem que servir como um documento nosso para perguntar para a indústria o que é quer dizer com “toca tudo”.

Passo a palavra ao Senador Augusto Botelho para as suas considerações e na sequência passaremos aos expositores para também os comentários decorrentes das observações e perguntas feitas.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Eu também não ouvi todas as exposições, peguei só parcialmente a do Sérgio e a do Dr. Alvacyr. É assim, realmente a propriedade intelectual é uma briga que nós temos que fazer e tudo, e a indústria por outro lado. Eu queria saber se essa diferença entre o pirata e o legal. Eu telefonei agora para saber o preço de um

DVD de música pirata é de cinco reais e o preço médio de mercado é 8,75, mas aqueles DVDs, os mais antigos. E o do filme, o DVD é muito mais a diferença, é de 5 para 40 reais, 50 reais. Essa diferença toda é propriedade intelectual que é gasta em propaganda, ou como é que é que fica isso aí? Vai para os autores das músicas, os autores das invenções. Eu queria saber por que essa diferença é tão grande? Será que a indústria não tem um jeito de achatar um pouco mais isso para poder competir mais. Eu acho que o pirata vai achar outra forma de baixar mais o custo também quando houver. Porque a gente está chegando numa época do mundo que a gente não consegue, daqui a pouco vai ter forma de o próprio indivíduo montar um próprio aparelho em casa que consiga copiar qualquer coisa que ele quiser, logo, logo vai ter isso. E ninguém consegue segurar o desenvolvimento, a criatividade humana. Vê os *hackers* aí que toda vez que faz uma barreira, eles furam aquelas barreiras. E eu acho também que, discordo dessa importação de coisas usadas, ainda mais para competir mais com essa forma de ilegalidade de produção das coisas, mas eu acho que nós temos que trabalhar todos em conjunto, inclusive, a indústria e a gente e todo mundo para tentar baixar mais esse custo das coisas. Porque é lógico, principalmente os jovens, o jovem vai onde é mais barato, ele não está interessado, a única coisa que ele ainda admite gastar um pouco na marca é no vestuário, “eu quero o original”, quase todo jovem procura isso. E atualmente já não está muito assim, eles estão partindo para o pirata mesmo.

Então, nós que fazemos as leis, mas as pessoas que produzem os produtos, talvez tenham que reduzir um pouco, colocar... Não sei se essa diferença está na margem de lucro, se realmente os que produzem as músicas, e os artistas recebem grande parte desse lucro ou fica só com a indústria. Eu li a palestra do MPA que a cada dez filmes só apenas quatro recuperam o investimento, aliás, quatro não recuperam o investimento e tudo.

Então, eu me preocupo assim, eu gostei de ver a idéia da indústria porque nós estamos partindo nesse sentido de conseguir achatar o custo mesmo, a forma, agora... Nós aqui no Brasil, realmente, a nossa propriedade intelectual é muito desprestigiada pelo próprio Estado, as nossas organizações que protegem e que registram as invenções estão com um quadro de trabalhadores reduzidos assim a metade do que era há dez anos, quer dizer, o mundo cresceu, as coisas cresceram e nós estamos indo para trás, nós temos que trabalhar nesse sentido também, proteger a indústria, mas proteger os nossos intelectuais, os nossos produtores de invenções também.

Então, eu queria saber por que é que essa diferença é tão grande e o que é que está sendo feito para diminuir isso aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço. E passo, então em primeiro lugar a palavra ao Dr. Gustavo Leonardos.

SR. GUSTAVO STARLING LEONARDOS – Eu acho que eu poderia afirmar que o grande diferencial é o custo Brasil, no caso de CDs, música 40% do custo é imposto que o pirata não paga.

Então, você pode reduzir quase a metade do preço se não fossem os impostos. Já começaria por aí. Ou talvez em relação a cinema, eu não sei qual o percentual exato dos impostos, mas deve ser por aí também, quase a metade do preço é imposto. O pirata não paga imposto. A mídia virgem entra através do contrabando no País, não paga nada. Então o custo da mídia para o CD e DVD legal é muito superior do que aquele que entra por contrabando e não paga nada. Esses são alguns fatores, é claro que na atividade legal você tem que ter um percentual de lucro em relação ao seu custo. Esse percentual de lucro na pirataria é muito maior, é muito maior porque o custo é muito inferior. Então percentualmente o lucro da pirataria é muito maior do que o lucro daqueles que estão na legalidade.

Agora, uma das vertentes do Conselho Nacional de Combate à Pirataria, eu até reclamei a última Medida, a 99, era exatamente discutir com o Governo essa redução de encargos. Eu me lembro do Rachid dizendo, eu acho que na única vez que ele foi à reunião que via com muito maus olhos essa redução porque tinha medo que isso virasse margem de lucro, mas é um dos principais fatores, é o custo Brasil. Se alguém quiser complementar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Passo a palavra ao Dr. Márcio Gonçalves.

SR. MÁRCIO GONÇALVES – Então tentar complementar isso aí tocar alguns pontos que foram abordados antes. No caso, realmente dos custos, realmente é impossível para qualquer indústria legalmente estabelecida competir, mas acho que todos os setores, não só o setor de audiovisual, o setor de música, de software e as empresas que compõem esses setores estão tentando buscar alternativas para chegar ao consumidor com preço acessível. No caso do setor audiovisual a gente ainda tem uma vantagem porque o consumidor consegue ter acesso ao produto através do aluguel, por exemplo, de uma locadora que custa o preço de um pirata, com cinco reais ele consegue alugar o filme. Agora, muitas vezes, ele não tem a paciência de esperar o filme sair na locadora porque o filme pirata sai muito antes de ser comercializado para

a locadora. Mas só para dar um exemplo também, o Dr. Sérgio mencionou a MP do bem e eu não trabalho mais na área dos softwares, mas eu tenho a informação que através da MP do bem a pirataria que reduziu impostos para o setor de equipamentos de informática, a pirataria de softwares diminuiu 12%, só nos últimos seis meses em razão disso.

Então, realmente é uma das vertentes. Agora o pirata também não tem o custo de produção, não tem o risco do negócio, não tem que fazer o marketing, inclusive, ele se aproveita do marketing da indústria legalizada. Mas eu queria tocar dois outros pontos que foram levantados um é em relação à legislação, eu não sou especialista nisso. Mas eu acho que o Brasil tem, obviamente, algumas necessidades de legislação até porque a pirataria é ágil, então sempre haverá novas oportunidades para melhorar a legislação, mas eu acho que a gente tem boas leis, leis modernas, a gente precisa mais do que novas leis, talvez fazer com que as leis que já existam sejam melhoradas e aplicadas, que é o principal desafio, realmente que a gente tem. Agora sempre vai ter, e aí eu deixo para os especialistas falarem com mais propriedade, sempre vai ter alguma coisa para melhorá-lo.

Em relação à parte educativa, realmente é uma das questões fundamentais e a gente tem que trabalhar, é um trabalho de médio e longo prazo e a gente precisa, realmente conscientizar as pessoas dos prejuízos que a pirataria causa, não só porque alimenta o crime organizado, mas justamente por questão de cidadania. Qual é o País que a gente quer? Quer um País que essas gerações que estão na escola, que estão na universidade acabem virando comércio informal, ou que eles tenham um trabalho digno, bem remunerado e empresas que realmente produzem e que geram riquezas para o País. E o último ponto que eu queria tocar que é em relação à forma como os piratas atuam.

O Dr. Alvacyr mencionou o caso do Código da Vinci já estar na rua, eu, realmente não duvido, espero que não esteja, com certeza a empresa produtora do filme, todos os envolvidos estão tomando todos os remédios para evitar que isso aconteça, porque se isso acontecer o prejuízo vai ser maior. Agora, eu não duvido que isso aconteça, porque como é máfia, é crime organizado, é possível que alguém tenha comprado essa matriz em algum lugar. Agora, tem dois pontos aí, um é que os piratas são realmente gananciosos e não tem nenhum compromisso com o cliente. A gente fez um alerta sobre esse filme, e a gente foi em alguns camelôs procurar esse filme e, realmente já tinha, só que quando a gente toca o CD, na verdade, é um documentário sobre o filme, não é o filme, é um documen-

tário sobre o livro, enfim, são coisas que, efetivamente não é o filme, na verdade o pirata que ele está fazendo é uma pré-venda, ele está fazendo um *teaser* ali para o consumidor, o consumidor compra e como ele tem essa relação muito próxima, quando o cara chega em casa e vê que não é, no dia seguinte ele vai trocar, na sexta-feira seguramente o pirata vai ter, ou no sábado, o mais tardar. Mas a gente tem tentado evitar [soa a campanha] e trabalhar para evitar isso.

Agora, para citar um exemplo, no ano passado o filme mais visto, e o filme de maior sucesso de bilheteria e de venda de DVD no Brasil, foi um filme nacional que é o filme “Os Dois Filhos de Francisco” e esse foi um filme que realmente os piratas conseguiram roubar dentro do processo de produção antes do lançamento em cinema, apesar disso, o filme foi o filme mais visto no Brasil e foi o DVD mais vendido no ano passado. Agora, realmente causou enormes prejuízos para o associado que é o titular desse filme.

Então, a gente tem tomado todas as medidas, é claro que não é infalível, mas a gente está tentando evitar que isso aconteça.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Antes de passar a palavra para o Dr. Sérgio e na sequência o Dr. Alvacyr, quero só voltar a palavra, ao Dr. Gustavo Leonardos para uma observação.

SR. GUSTAVO STARLING LEONARDOS – Obrigado. Eu peço desculpas, mas eu vou ter que me ausentar, porque eu tenho uma reunião no Superior Tribunal de Justiça daqui a pouco.

Só para comentar em relação à modificação da legislação, a lei hoje, por exemplo, prevê uma indenização, você não consegue obter a indenização porque ela é muito genérica, a lei prevê pena de prisão até quatro anos, mas dentro da sistemática do Código Penal até quatro anos ninguém vai para a cadeia, a pena é suspensa como está, mas ninguém vai para a cadeia. Eu tive uma longa discussão sobre esse assunto com o Presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o Desembargador Sérgio Cavaleri, ele esclareceu – “A gente tem que aplicar a lei dentro da sistemática de toda legislação”. Essa lei hoje ela é insuficiente claramente. No Conselho Nacional de Combate à Pirataria nós estamos trabalhando numa proposta que veio dos membros da iniciativa privada que procura reformar alguns artigos do Código Penal, Processo Penal, Leis de Propriedade Industrial, direito autoral, software. Mas nós nem começamos a trabalhar ainda na reforma do Regulamento Aduaneiro nas Leis relativas às Alfândegas, que talvez seja um dos grandes problemas hoje. A gente estava falando aqui no início que hoje as alfândegas são autorizadas

a interromper o seu trabalho por lei, está na lei, elas podem trabalhar ininterruptamente, o que é quer dizer que elas não precisam trabalhar ininterruptamente, e hoje vários postos de fronteiras abrem à noite. Em Foz do Iguaçu, na Veja dessa semana está dizendo que dos 40 fiscais ficam só dois à noite. Em outros postos não fica nenhum, até posto que tem estrada asfaltada para o Paraguai, seis horas da tarde não tem ninguém. Então é urgente uma reforma legislativa. Só queria deixar esse recado. Novamente, eu fico à disposição dos Senhores, me desculpem por eu ter que me ausentar, realmente agora, problemas de Advogado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço ao Dr. Gustavo Leonardos, entendemos V.S^a. já havia explicado anteriormente essa dificuldade e realmente depois dessa Audiência Pública várias iniciativas vão ser tomadas também a partir das exposições feitas, com a contribuição de todos os expositores, não depoentes, mas expositores. Agradeço a V.S^a. pela participação. Passo, em seguida, a palavra ao Dr. Sérgio Torres que é Assessor do Secretário Executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria do Ministério da Justiça.

SR. SÉRGIO TORRES – Com as alterações legislativas o Conselho tem um grupo de trabalho exatamente com essa finalidade para analisar e propor alterações de aperfeiçoamento. Como disse aqui o Dr. Márcio, a legislação brasileira ela é recente e é considerada até moderna na área de defesa à propriedade intelectual. Mas aperfeiçoamentos sempre são cabíveis. Foi um dos grupos mais disputados para se participar dentro do Conselho. Praticamente todos os membros queriam participar desse grupo. Os trabalhos avançam e assim que as discussões internas estiverem concluídas elas serão encaminhadas como proposta para aperfeiçoamento da legislação.

Em relação à parte de custo no início da nossa reunião do planejamento estratégico, a gente ouvia basicamente a seguinte queixa do setor privado. Nós precisamos diminuir impostos, precisamos prender os camelôs que estão nas ruas e precisamos aumentar as penas. A pirataria é um crime complexo, atacar um crime complexo como a pirataria e ágil, articulado, operado por organizações criminosas fortes não é simplesmente prendendo camelôs ou diminuindo impostos. O que a gente tem feito nesse sentido? A inteligência da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária e da Receita trabalham priorizando a desarticulação da produção e da distribuição. A linha dorsal das organizações criminosas. A operação de camelôs, se a gente fosse prender mil camelôs hoje, amanhã teríamos outros mil na rua, porque é uma mão-de-obra que se repõe muito facilmente. É claro que a polícia continua fazendo esse serviço também junto às feiras até

para poder educar a população, não deixar que isso se alastre como uma cultura legal, legalize a cultura da pirataria, vamos dizer assim. A parte de impostos, o que a gente tem dito para o setor privado? Propõemham, o que vocês tem a nos propor? A gente pode encaminhar para a Receita.

O Conselho é um órgão consultivo, ele não delibera, ele não tem poder para definir carga tributária, mas ele pode encaminhar os estudos para a Receita Federal. Se for comprovado que uma redução da carga tributária que hoje em torno de CD de 40% poderia gerar um aumento da vendas e essa perda, digamos assim, unitária se compensaria no volume, isso plenamente possível de ser encaminhado e eu acho que é plenamente possível de ser também implantado porque a gente não tem até o presente momento, embora esse estudo já tenha sido solicitado a diversos setores. A carga tributária hoje de 40% reduziria, vamos dizer, em torno de 50% o preço de um CD, arredondando, vamos dizer assim. Ainda ficaria uma distância grande para o produto pirata. Ainda teremos um apelo muito grande para o produto pirata. É claro que a produção de um CD original tem músicos, temos arranjadores, temos compositores, todo mundo precisa ser remunerado nessa cadeia, mas o que a gente percebe é que tirando alguns produtos do catálogo onde os preços, realmente são reduzidos, as empresas procuram de certa forma compensar essa perda do faturamento nos lançamentos e aí colocam preços muito elevados nos lançamentos que desencoraja a compra pelo consumidor.

A gente tem levantado a necessidade da se investir nesse consumidor, principalmente jovem, como foi colocado aqui que é o principal consumidor dos produtos piratas, a necessidade de propor para ele alternativas de adquirir um CD legal, por exemplo, com desconto, não como tem o estudante para o cinema, mas um desconto que pudesse fidelizar o consumidor a compra de um produto legal. E diversas alternativas para se combater esse tipo de crime. Eu acho que um crime complexo exige medidas criativas, exige atitudes criativas para se combater.

A gente tem falado também na questão da janela que foi colocada aqui pelo Dr. Márcio, a janela entre cinema, DVD, locadoras, TV fechada e TV aberta. Essa janela embora tenha uma lógica de interesses dos exibidores, enfim, que não podem ser prejudicados, mas essa janela é campo fértil para a pirataria, porque ir ao cinema hoje não é uma diversão barata, não é um lazer barato, enfim, hoje os cinemas se concentram nos shoppings, você tem o custo do estacionamento, você tem o custo da pipoca, você tem uma série de... Que não é barato também, o ingresso não é barato. E se aquele consumidor quiser adquirir um produto legal, ele não tem alternativa no primeiro momento. O filme

está saindo, está sendo lançado agora, O Código da Vinci, se alguém quiser assistir em casa só vai poder comprar o pirata, porque não tem o legal disponível. Então a pirataria encontra terreno fértil para se desenvolver. A gente entende que precisamos de muito mais criatividade para combater esse crime, não podemos ficar restritos ao discurso de redução de carga tributária... porque não é só isso. Eles são ágeis, eles são habilidosos e eles têm um terreno fértil pela frente, se a gente permitir eles vão ocupar.

O nosso próximo passo no Conselho agora são reuniões setoriais, a gente tem a vontade de, primeiramente, chamar logo o setor, por exemplo, de relógios que está sendo bastante afetado para discutir junto com eles, eles que têm inteligência também, tem as informações de inteligência para discutir com o Conselho junto com esses órgãos de repressão formas da gente melhor atacar o problema. A gente quer fazer isso setorialmente, fazer troca de informações, a gente tem que trabalhar juntos, não dá para trabalharmos separados, somente o trabalho de todos é que vai permitir a gente enfrentar a organização criminosa, poderosa como é a da pirataria que hoje, como já disse, movimenta mais recursos do que a do narcotráfico.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço a participação do Dr. Sérgio Torres e, inclusive, comentava com o Dr. Márcio durante a fala que, realmente já tem um acúmulo de reflexão, de conhecimento, de discussão e creio que seria extremamente útil para a área um entrosamento ainda maior com o Congresso Nacional, para que esta via de mão dupla possa facilitar o trabalho, que possamos repercutir aqui dentro das Comissões, das Subcomissões tomando iniciativas enquanto esse trabalho está sendo feito, inclusive, esse trabalho junto às escolas, sugeridos, saber a opinião do Ministério da Justiça porque aqui é Comissão de Educação também, podemos já nos antecipar em certas coisas, naturalmente outros caminhos demandam estudos maiores, aprofundamentos, debates, mas à medida que o trabalho for sendo feito já fazermos os encaminhamentos possíveis de serem feitos pelo Congresso Nacional. Vamos nos aproximar bastante a partir disso aí. Mas quero parabenizar V.S^a., bem como o Dr. Márcio também, e o Dr. Alvacyr, o Dr. Gustavo pela apresentação.

Passo em seguida a palavra ao Dr. Alvacyr Resende.

SR. ALVACYR H. F. RESENDE – Para finalizar e encerrar o mais breve possível de fala. O que eu quis mostrar é que o segmento de produtos sofre com o mesmo processo que a propriedade industrial sofre. Eu acho que nós temos que mudar a ótica de encarar esse assunto. A legislação, ela tem que vir, talvez inovando, às vezes eliminando algumas leis que estão

aqui, criam a possibilidade de legalidade pela organização criminosa, e até para que subsidie estudos e comprovações, que há pouco alguém colocou a redução dos impostos, também nesse aspecto nós temos que retrabalhar o tema para poder justificar perante às autoridades, porque na minha ótica se as empresas amanhã deixarem de existir por contingência da pirataria, a Receita não vai arrecadar nada. Então é uma contrapartida que tem que ser muito bem trabalhada porque não é só um mote emocional de que precisamos reduzir impostos, calma. Eu acho até que há exageros, há uma força muito grande de impostos, mas até para se fazer isso a gente tem que ter uma inteligência coletiva agregada de toda sociedade, porque senão, realmente, eles são muito mais rápidos, eles são muito mais eficientes e mais lucrativos.

Então eu quis mostrar isso, vamos criar uma nova etapa, não abandonando nenhuma das ações passadas que temos, porque elas são eficientes, estão calcadas em patamares legais e elas devem continuar, mas nós temos que também ser ágeis como a evolução desse pessoal todo que ocorreu até agora e vai ocorrer muito mais. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço a participação. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Era só para fazer uma observação em relação às organizações criminosas, como o Senhor falou, elas são ágeis, hábeis e nós é que temos que agir, inclusive, nesse problema de São Paulo, por exemplo, que o celular era a arma principal. Nós não temos ainda uma lei que permita desligar os celulares daquela região do presídio, por exemplo, porque nós temos que mudar isso, são coisas que têm que ser mudadas. O nosso Código Penal tem que ser modificado, até o processo, os senhores são Advogados e sabem muito bem disso. Eu estou aqui há três anos e meio e vejo falar isso há três anos e meio, e não vejo nada sendo feito nesse sentido. Então nós temos que mudar esse negócio, Senador, claro. O senhor que carrega a bandeira das causas sociais, que segura o mastro da bandeira, nós temos que mudar, porque geralmente somos todos nós que sofremos com isso, e as organizações, como ele fala, criminosas, são organizações mesmo, agora elas estão reagindo numa guerra diretamente com a polícia. Então nessa parte da propriedade intelectual e tudo é mais difícil de trabalhar.

Então nós estamos apanhando numa coisa bem óbvia, como essa dos prisioneiros com a polícia. Nós temos que lutar para... E tem que ser em conjunto. Nós todos que viemos para essa Casa aqui viemos aqui representando os senhores, no meu caso do meu Estado, ele no Estado dele, mas nós viemos representando

do os brasileiros e queremos modificar, e quem sabe, realmente onde o calo aperta são os senhores que estão lá com o sapato, não nós. Então as sugestões têm que ser encaminhadas, mandadas e essa nossa Comissão está à disposição para cooperar no que for possível para contribuir para diminuir essas injustiças. Os impostos do Brasil, realmente são exagerados, nós temos que partir para impostos mais aceitáveis como em todo mundo, e isso é uma coisa que nós não vamos conseguir mudar do dia para noite, mas dos 40% já estão sufocando todo mundo, nós temos que baixar isso nos próximos anos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O que o Senador Augusto Botelho colocou é de fundamental importância. Eu acho que esta Audiência Pública tem justamente por objetivo trazer as pessoas especialistas na área, para que estas pessoas especialistas na área sugiram, inclusive, para o Congresso Nacional, para o Executivo, mas particularmente aqui dentro do Senado Federal iniciativas que possam ser estudadas e se possíveis de serem levadas a cabo viabilizadas também pelo Congresso Nacional. Então nós gostaríamos que esta Audiência Pública fosse um momento desta caminhada, um momento importante onde possamos ter desdobramentos e um canal de discussão, de debate, de reflexão sobre estas situações todas. Então nós até já pedimos ao Dr. Alvacyr que ele até mencionou na fala que há um conjunto de fatores aí a serem examinados e que possivelmente contribuindo para o processo de pirataria que recebamos essa relação com argumentação e todos nós Senadores estamos à disposição para examinarmos isso para que se dê continuidade a estes processos. A mesma coisa do Dr. Sérgio Torres que também já sabermos no detalhe como é que os trabalhos no Ministério da Justiça, através do Conselho no Combate à Pirataria vem acontecendo para que possamos em termos de Projeto de Lei, de estudos a questão mesmo que o Dr. Alvacyr colocou em termos de... Quer dizer, que a gente sabe que é uma coisa complexa, mas a carga tributária e um fator que naturalmente tem que ser estudado e coisas mais ágeis, novas, como montar esse sistema de inteligência, aliás, os episódios ocorridos em São Paulo, em outros Estados mostraram claramente a necessidade de que setores de inteligência sejam fortalecidos em qualquer área em nosso País.

E a mesma coisa do Dr. Márcio Gonçalves, que também fez apresentação e tem tantas sugestões, inclusive, nas transparências já colocadas, nas projeções e com cópia aqui para a Comissão que já foram também colocadas. E da mesma forma o Dr. Gustavo Leonardos que também já deixou o documento inscrito. Mas de qualquer forma o Senador Augusto Botelho e todos os Senadores e Senadoras componentes das

Subcomissões Permanentes, eu diria que a Audiência Pública tem que ser este momento de parada, de reflexão, de atenção, mas que não paremos nesta Audiência Pública, que até as pessoas que nos acompanham pelo Brasil através da TV Senado, da Rádio Senado, dos mecanismos, da Agência Senado, dos mecanismos, enfim, de comunicação do Senado, que se sintam totalmente livres porque certamente muitas pessoas no Brasil vêm pensando sobre esse tema e que sugiram, remetam informações, pontos de vistas para que possamos, na verdade, coordenar esses esforços e frutos dessas iniciativas termos uma melhoria do estado de coisas em nosso País nessa área que é essencial em termos da pirataria, dos crimes contra propriedade intelectual, no audiovisual, no livro, em todas as áreas, nos softwares também, na biopirataria que tivemos aí a conferência também internacional no Brasil, recentemente.

Então nesse sentido todo o esforço deve ser feito. Então agradeço a participação dos expositores que vieram a esta Audiência Pública que eu diria que foi importante, interessante e vendo como o assunto implica em possibilidades de desvio de recursos extraordinários de uma diminuição de um dos aspectos fundamentais em nosso País que é o emprego, que é a renda e no combate, eu diria. E todos enfatizaram isto, que é a complexidade do crime organizado e esta discussão, este debate deve levar, inclusive, a criação de instrumentos, de metodologias e de trabalho para diminuição do crime organizado em nosso País. Até foi levantado que talvez as duas áreas mais abordadas por estas organizações criminosas esteja em relação a pirataria e em relação ao tráfico de drogas.

Então, é um problema extremamente sério e que merece de todos nós o esforço no sentido de melhorarmos a situação. Quero também comunicar aos Srs. Senadores que um representante da Unesco irá procurar os Srs. Senadores e Sras. Senadoras, membros da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia para tratar da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, ocasião em que se discutirá, entre outros assuntos, a importância do progresso científico e tecnológico para a sociedade.

Agradeço novamente a participação dos expositores, faço novamente o apelo para que todas as pessoas que acompanham essa Audiência Pública mandem sugestões, propostas, pensem sobre o tema e quero antecipar que haverá uma nova Audiência Pública sobre esse tema em que outras áreas serão convidadas para que esse debate, essa discussão e esse aprofundamento continuem.

Obrigado a todos. Está encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 12h39min.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE,
DEFESA DO CONSUMIDOR
E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, do dia 31 de maio de 2006 às 10 horas

Às dez horas e cinquenta e seis minutos do dia trinta e um de maio de dois mil e seis, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **HERÁCLITO FORTES, FLEXA RIBEIRO, GILVAM BORGES, LUIZ OTÁVIO, VALDIR RAUPP, ANA JÚLIA CAREPA, JOÃO RIBEIRO, ÁLVARO DIAS e NEY SUASSUNA**. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A pauta de reunião da Comissão consta de três partes – **Primeira Parte – Audiência Pública** para “instruir o relatório final da Proposta de Fiscalização e Controle nº 01, de 2004, “referente a denúncia apresentada pelo Sr. Floriano Marques da Silva relativa a alegadas irregularidades na condução de contratos administrativos firmados pela empresa pública municipal EMLUR, de João Pessoa”, com os seguintes convidados Dr. Antônio Edílio Magalhães Teixeira e Dr. Fábio George Nóbrega, Procuradores da República. **Observação** – Em conformidade com os Requerimentos nºs 08 e 09/2006-CMA, de autoria da Senadora **ANA JÚLIA CAREPA**, aprovados em 11.04.2006. Após a exposição dos dois convidados, usam da palavra a relatora da matéria, Senadora **ANA JÚLIA CAREPA** e o Senador **NEY SUASSUNA**. A seguir, o Senhor Presidente, Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, agradece a presença dos convidados e suspende a reunião às doze horas e doze minutos. Às doze horas e trinta e quatro minutos é reiniciada a reunião com o prosseguimento da pauta, a partir do que estava agendado como **Segunda Parte – Audiência Pública** para “tratar sobre a situação do setor florestal-madeireiro na região Oeste do Pará, áreas de abrangência das BRs 163 e 230 e o Termo de Ajuste de Conduta referentes a planos de manejo e a transição para implantação da recém aprovada Lei de Gestão de Florestas, com os seguintes convidados – Sr. Tasso Rezende, Diretor do Programa Nacional de Florestas e o Sr. Marcus Barros, Presidente do IBAMA, (representando o Ministério de Estado do Meio Ambiente), Sr. Marcos Kowarick, Diretor do Departamento de Ordenamento da Estrutura Fundiária (representando o

Ministério de Estado do Desenvolvimento Agrário) e o Sr. Pedro Aquino de Santana, Superintendente Regional do INCRA em Santarém – PA, Sr. Leocir Antonio Spinelli Valérios, (representando o Sindicato das Indústrias Madeireiras do Sudoeste do Pará – SIMAS-PA); Sr. Wagner Kronbauer, Presidente da União das Entidades Florestais do Estado do Pará – UNIFLOR (representando, também, a Federação das Indústrias do Estado do Pará – FIEPA)”. **Observação** – Em conformidade com o Requerimento nº 14/2006-CMA, de autoria da Senadora **ANA JÚLIA CAREPA**, aprovado em 09.05.2006. Após a exposição dos convidados, usam da palavra a Senadora **ANA JÚLIA CAREPA** e o Senador **FLEXA RIBEIRO**. A seguir, o Senhor Presidente, Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, agradece a presença dos convidados e diante da falta de quorum, comunica o adiamento da deliberação da **Terceira Parte**, que consta de – **Item 1) Requerimento s/nº, de 2006-CMA**, que “requer, nos termos do art. 71, IV, da Constituição Federal, que seja solicitada ao Tribunal de Contas da União, a realização de auditoria destinada a fiscalizar a execução do convênio federal firmado com a Prefeitura de Pinheiro (MA) citado no Ofício nº 139/2005, da Câmara Municipal daquela localidade, destinado à reforma da barragem da Comporta do Rio Pericumã”. **Autoria** – Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. **Resultado** – ADIADO. **Item 02) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 114, DE 2005 – NÃO TERMINATIVO**, que “dispõe sobre o atendimento pessoal ao consumidor nas empresas que oferecem atendimento por telefone, internet ou outro meio similar”. **Autoria** – Deputado WELLINGTON FAGUNDES. **Relator** – Senador **AELTON FREITAS**. **Parecer** – Pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta. **Resultado** – ADIADO. **Item 03) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, DE 2006 – TERMINATIVO**, que “acrescenta dispositivo ao Código de Defesa do Consumidor, para determinar que, no fornecimento de bens e serviços executados de forma contínua, o fornecedor deverá estender aos contratos em vigor, a critério do consumidor, as condições oferecidas para adesão de novos consumidores”. **Autoria** – Senadora **MARIA DO CARMO ALVES**. **Relator** – Senador **AELTON FREITAS**. **Parecer** – Pela aprovação do projeto. **Resultado** – ADIADO. **Item 04) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 176, DE 2005 – TERMINATIVO**, que “dispõe acerca da veiculação de advertência sobre consumo e escassez de água nas hipóteses que discrimina”. **Autoria** – Senador **MARCELO CRIVELLA**. **Relator** – Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. **Parecer** – Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo aprovado na Comissão de Educação. **Resultado** – ADIADO. **Item 05) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, DE 2005**

– **NÃO TERMINATIVO**, que “dispõe sobre o pagamento do seguro-desemprego ao pescador artesanal e ao pescador profissional, na condição de empregado, por ocasião do período do defeso, e dá outras providências”.

Autoria – Senador **LEONEL PAVAN**. **Relatora** – Senadora **IDELI SALVATTI**. **Parecer** – Pela rejeição do projeto. **Resultado** – ADIADO. Na sequência, o Senhor Presidente passa a dar conhecimento aos membros da Comissão o recebimento dos Avisos de números 639, 708, 763, 774, 767, 101, 230, 430, 431, 499, 513, 521, 532, 538, 540, 561, 584, 603, 610, provenientes do Tribunal de Contas da União, no corrente ano, bem como dos Avisos de números 164/2006 e 228/2006 recebidos da Controladoria-Geral da União. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente.

Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. Aprovado.

Primeira parte desta Sessão, desta reunião destinar-se-á Audiência Pública no âmbito dessa Comissão, para instruir o relatório final da Proposta e Fiscalização e Controle nº 1 de 2004, referente a denúncia apresentada pelo Sr. Floriano Marques da Silva, relativa a alegadas irregularidades na condução de contratos administrativos, firmado pela empresa pública municipal EMLUR, de João Pessoa com os seguintes convidados – Dr. Antônio Edílio Magalhães Teixeira e Dr. Fábio George Nóbrega, Procuradores da República. Isso atendendo a requerimentos nº 8 e 9 de 2006 de autoria da eminente Senadora Ana Júlia Carepa e aprovados em 11 de abril do mesmo ano.

Convidamos os ilustres Procuradores Antônio Edílio Magalhães Teixeira e o Dr. Fábio George Nóbrega para comporem a Mesa conosco. Nós iniciaremos essa Audiência Pública ouvindo a exposição a respeito da denúncia apresentada pelo Sr. Floriano Marques da Silva, relativo alegadas irregularidades na condição de contratos administrativos firmado pela empresa pública EMLUR. Nós iniciaremos ouvindo o Dr. Fábio George Nóbrega, Procurador da República. Tem V.Sª. a palavra por 15 minutos.

SR. FÁBIO GEORGE NÓBREGA – Exmº. Sr. Presidente, desta Comissão, Senador Leomar Quinta-

nilha, demais ilustres membros do Congresso que aqui se encontram, minhas senhoras e meus senhores.

Gostaria de iniciar, Senador, fazendo um pequeno registro em relação a pauta que nos foi enviada, constava a indicação de que seria objeto de análise nesta data eventuais irregularidades ocorridas em contrato realizados pelo Município de João Pessoa com a empresa EMLUR para a recuperação do Lixão até então existente, e nós, por medida de cautela, mantivemos um contato com a Assessoria dessa Comissão, eu e o Dr. Edílio, porque o Dr. Edílio em relação a esse assunto pontual não teve nenhuma atuação e a minha participação também foi pequena, eu até trouxe um relatório nesse sentido. Mas como nos foi dito que haveria aqui a abordagem de todo o aspecto relativo a uma fiscalização que o Senado realizou e que detectou, portanto, a inexistência de licitações regulares para justificar a realização de obras públicas na capital da Paraíba de 1996 a 2003. Resolvemos, então, eu o Dr. Edílio vir munidos dessa documentação caso, obviamente, seja feito a apreciação de forma ampla como indicado no dia de ontem pela Assessoria.

Quanto ao aspecto pontual tratado na denúncia do Sr. Floriano, o que eu poderia dizer, inclusive já adiantei ontem a Assessoria que o Município de João Pessoa realizou um contrato com a empresa chamada LIMP FORTE para a realização de obras de recuperação do Lixão do Roger e houve a indicação por parte do Município, que essas obras seriam urgentes e, portanto, haveria necessidade de dispensa de licitação.

Em relação a esse assunto, puxei então um relatório de um procedimento de investigação aberto no Ministério Público Federal no Estado da Paraíba, para tentar rememorar os fatos que até então tiveram a minha participação nesse episódio. Esse relatório indica que a Prefeitura Municipal da João Pessoa em 14 de junho de 2000 solicitou apoio ao Ministério do Meio Ambiente para o Projeto de remediação do Lixão do Roger, aprovada a solicitação municipal. Ainda no ano 2000, foi celebrado um convênio onde o Ministério do Meio Ambiente participou com cerca de um milhão e quatrocentos mil reais e o Município deu a sua contrapartida de cento e cinquenta e cinco mil reais. Após realizadas e concluídas as obras, como eu falei, pela empresa LIMP FORTE ENGENHARIA AMBIENTAL, o órgão concedente, no caso do Ministério do Meio Ambiente, procedeu a competente vistoria tendo considerado cumprido esse acordo e esse contrato, a partir de denúncia apresentada no Tribunal de Contas da União pelo cidadão Floriano Marques da Silva, o TCU abriu um procedimento de investigação para analisar a argumentação que tinha sido posta de que houve contratação direta, ou seja, sem o procedimento de

licitação, quando não existiu as condições de urgência que a lei garante como exceção para a realização desses atos.

O Tribunal de Contas da União, portanto, analisando essa matéria e prolatando o acórdão 288/2002, conheceu a representação e no mérito considerou procedente, decidindo pela aplicação das seguintes penalidades – Imposição de multa no valor de cinco mil reais para cada uma dos gestores co-responsável, haja vista que o Tribunal de Contas da União considerou que a contratação direta de empresa LIMP FORTE, mediante dispensa de licitação, não tinha amparo legal, uma vez que não havia urgência para a realização daquele ato, e poderia, portanto, ter sido realizado todo o procedimento licitatório.

Recomendou ainda a anulação do contrato administrativo e oficiou ao Município João Pessoa para que informasse se essa anulação havia sido cumprida.

Entretanto, houve recurso dessa decisão do Tribunal de Contas da União, repito a decisão é do ano de 2002 e esse recurso de reexame, Senador, ainda pende de apreciação por parte do Plenário, do egrégio Tribunal de Contas da União, que são quatro anos, mais ou menos, e a apreciação dessa matéria em grau de recurso não foi realizada. O posicionamento atual, portanto, tende de uma decisão definitiva por parte do Tribunal de Contas da União e essa razão pela qual o procedimento administrativo que foi instaurado no Ministério Público Federal na Paraíba, ainda aguarda a definição do órgão de contas quanto ao reconhecimento ou não do caráter de essencialidade e emergência das obras que foram realizadas de forma a justificar ou não a situação de dispensa de licitação que envolveu, repito, a empresa LIMP FORTE.

O Dr. Edílio talvez possa falar um pouco, porque na verdade houve uma ação civil pública do Ministério Público Federal o que levou ao encerramento das atividades do Lixão e que foi em razão dessa decisão judicial na ação civil pública, que a Prefeitura teve que adotar essas medidas no sentido de construir um aterro sanitário, e, portanto, de recuperar aquela área degradada do Lixão.

Toda a condição dessa ação foi por parte do Dr. Edílio, ele pode fazer um histórico a respeito desses fatos. Agora, nesse contrato, repito, de ontem com a Assessoria desta Comissão foi dito que também haveria abordagem de diversos outros convênios e contratos que foram realizados, sem a realização de regulares licitações, razão pela qual nesse aspecto mais amplo, eu trouxe o histórico. Não sei se V.Ex^a. entende que já deva ingressar nessa seara. Se não eu aguardo a definição por parte de V.Ex^a. uma vez que, pelo menos, eu relação ao ponto da pauta, é um ponto mais

amplo e apenas nos foi dito no dia de ontem que essa abordagem mais ampla iria acontecer, razão portanto, das nossas cautelas em virmos munidos dessa documentação.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Perfeitamente.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Só um esclarecimento, Senador Quintanilha.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Com a palavra V.Ex^a.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Realmente... É o seguinte, a Comissão recebeu originariamente a denúncia em relação ao contrato sobre a obra do Lixão, a obra no caso para acabar com o Lixão.

Bem, só que é natural, quando nós vamos fazer um trabalho de fiscalização, tem outros convênios que foram percebidos por nós junto ao TCU, que também demonstravam irregularidades.

Então, nós também fizemos uma análise sobre essa linha de fiscalização dessas obras que foram também... O TCU tem ressalvas em relação a várias situações.

Então, a gente tem aqui algumas perguntas. Então, eu acho que talvez no momento que a gente for fazer a pergunta, possa entender melhor.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Senadora Ana Júlia, para nós darmos uma sequência como de hábito na Comissão, seria interessante que nós ouvíssemos a manifestação do eminente Procurador que acompanha o que inicialmente fez. Para depois nós formularmos as questões.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Eu estava falando isso por causa do que ele falou, do que o Dr. Fábio falou. Se ele entraria agora. Disse – “Não, eu acho que poderia entrar depois quando ele fizer as perguntas que aí ele responde especificamente”.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Muito bem, então eu acho que nós ouviremos então o Dr. Antônio Edílio e aí, sim, os Srs. Parlamentares formularão as questões que acharem pertinentes. Com a palavra V.S^a.

SR. ANTÔNIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA – Exm^o. Sr. Senador Presidente desta Comissão, demais Senadores, Deputado Inaldo Leitão, demais pessoas presentes nessa Audiência Pública. Ao receber esse convite, eu, inicialmente, fiquei sem saber qual seria a minha contribuição. E por isso fiz alguns contatos com o Secretário dessa Comissão e dizendo que a respeito exatamente desse contrato da EMLUR a que se refere a pauta, eu tenho pouco conhecimento, e no que diz respeito especificamente a ele, eu posso dizer que não tenho conhecimento algum.

No que diz respeito ao Lixão do Roger, eu tive uma atuação muito presente em respeito ao Lixão do Roger, mas a minha atuação ela se resumiu a parte ambiental. Na época, eu era Procurador Ambiental do Estado da Paraíba e acompanhei realmente os trabalhos de execução da remediação do Lixão do Roger, que foi um trabalho feito em quatro etapas em cumprimento a um convênio que foi feito com o Ministério do Meio Ambiente para fazer essa [interrupção do áudio] relativa a implantação do aterro sanitário de João Pessoa. Porque paralelamente a remediação e ao encerramento das atividades do Lixão do Roger, havia as obras de instalação do aterro sanitário. E no que diz respeito ao aterro sanitário, inclusive surgiu alguma informação de eventual irregularidade na execução desse Projeto, irregularidade não só do ponto de vista ambiental, mas irregularidade também de cunho patrimonial, mas não avançamos mais nessa questão patrimonial do aterro sanitário, porque não havia recurso da União até aquele momento.

Eu tive o cuidado de verificar se existia recurso do orçamento da União para o aterro sanitário. O que eu constatei é que havia um convênio com o objetivo de liberação de recurso. Inclusive era um convênio relativamente pequeno, um milhão de reais para o tamanho da obra.

Então, existia esse convênio, havia uma previsão de alocação de recursos da União para o aterro sanitário. Havia alguma informação sobre irregularidade, informação não confirmada, mas como eu constatei a inexistência de recurso da União, até aquele momento, não pude avançar. Porque a gente só avança onde há recurso da União.

Então, ficamos no que diz respeito ao aterro sanitário, somente na questão ambiental. A mesma coisa ocorreu em relação a desativação do Lixão do Roger. Fizemos um acompanhamento de cunho ambiental, de observação de cumprimento das regras ambientais no que diz respeito ao encerramento no Lixão. Porque inclusive esse trabalho de encerramento do Lixão, acredito eu, que ele iniciou-se depois de uma provocação do Ministério Público Federal do ano de 1997, que desde 97 que a gente vinha cobrando o encerramento do Lixão do Roger. Inclusive, tem ações civis públicas propostas por mim, liminares que foram concedidas para encerrar o Lixão do Roger e depois liminares foram caçadas.

Então, a gente vinha numa luta, vinha fazendo acordo e vinha negociando, vinha conversando com a EMLUR, vinha conversando com o Município de João Pessoa, no sentido de tentar se encerrar o que realmente se conseguiu algum tempo após transportando o local de disposição de lixo para o aterro sanitário.

Então, especificamente em relação a esse problema, irregularidade em um contrato da EMLUR, eu não conheço porque não trabalhei nesse processo.

Então, não tenho informações e já até antecipei ao secretário da Comissão. Tenho informação de cunho ambiental, e tenho outras informações de cunho patrimonial, mas não especificamente a esse contrato que estão falando de uma denúncia que eu nem sei que contrato é.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Agradeço a V.Ex^a. e gostaria de ouvir aí agora sim a participação dos Srs. Senadores. Com a palavra Senadora Ana Júlia Carepa. Nós registramos a presença ilustre do Deputado Inaldo Leitão.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Só para esclarecer como eu coloquei ainda há pouco. Como essa aqui é uma Comissão de Meio Ambiente Fiscalização e Controle, então cabe a nós fiscalizar realmente também a utilização dos recursos da União, quando parecem denúncias, enfim, quando a gente julga procedente.

Então, nós percebemos que não foi só a situação do Lixão. Como é obrigação nossa, como ente público fiscalizar a boa utilização dos recursos públicos, nós avançamos nessa fiscalização e vimos que o TCU já tinha levantado. E por isso que as perguntas também serão feitas sobre outros processos.

Por exemplo, eu queria, inclusive, vocês já falaram aqui, mas como nós estamos numa Casa que às vezes, se fala muito em termos político. Eu queria saber... Houve alguma influência política na determinação de fazer essas investigações, algum Deputado, algum Senador foi lá no Ministério Público solicitar na Procuradoria, provocar essas investigações? A primeira coisa. É porque normalmente quando tem uma investigação, um lado sempre faz esse tipo de acusação.

Então, eu queria saber claramente aí dos senhores.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Senadora vai formular outras perguntas?

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Vou formular. Então, vamos fazer outras.

Primeiro – Quais são os contratos e quantos são os contratos que estão sendo investigados? Quais são as irregularidades que são apontadas? Por exemplo, tem um Relatório de Auditoria da Corregedoria Geral da União, o relatório 00190004543/2003-67, sobre os contratos envolvendo recursos públicos federais no Município de João Pessoa, e nesse relatório, no item conclusões, ele apresenta diversas irregularidades em diferentes convênios e contratos, por exemplo. Ausência de licitação, pagamento por serviços não executados.

dos, prejuízos com aplicações financeiras dos recursos de forma diversa da estabelecida pela Instrução Normativa 0197 da Secretaria do Tesouro Nacional, manipulação de notas fiscais, prorrogação indevida de vigência de convênios, contrato, ausência de prestação de contas, simulação de reajuste de preço para aumentar indevidamente o valor total das obras, e o quantitativo dos serviços, sobre preços nos serviços entre outras questões.

Isso na conclusão desse Relatório de Auditoria da Corregedoria Geral da União. Os senhores têm condições de informar as etapas que foram seguidas pelas investigações? Ou seja, onde exatamente o processo começou e o nível de envolvimento, inclusive, de cada agente público? No caso, Ministério Público da União, Tribunal de Contas da União, Corregedoria Geral da União, Polícia Federal, Justiça Federal. Também queria saber se foram quebrados sigilos bancários, fiscais e telefônicos, pessoas físicas, jurídicas. Houve autorização judicial para fazê-lo? É uma pergunta quase que lógica, porque só pode fazer dessa forma, mas... E se esse conteúdo das fitas, se houve quebra de sigilo, se elas atestam realmente as irregularidades. Se ficou evidenciado também a participação do Prefeito nessas irregularidades e de maneira ficou evidenciado? E como é que os senhores receberam, por exemplo, na “Operação Confraria”, foi tornada pública a ação criminosa de vários agentes públicos. Essa “Operação Confraria” foi... Todos nós lemos na imprensa. E inclusive o desenvolvimento com o “Comendador Arcanjo” que também é uma figura que tem parecido em várias denúncias diversas, aí. Nesse contexto, quantos e quais contratos foram investigados? E se for possível, estabelecer um vínculo entre as investigações da Procuradoria e também aquelas que foram levadas pela Polícia Federal, no caso. E se for possível, estabelecer esse vínculo em que circunstâncias foi estabelecido? Se além do Prefeito Cícero Lucena, a investigação envolveu também outros nomes da Paraíba, como Governador, Secretários, empreiteiros, empresas prestadoras de serviço, enfim? E mais uma vez o “Comendador Arcanjo” tinha em sua *factoring* um cheque da Prefeitura de João Pessoa. Qual o valor e como esse cheque é possível, os senhores relatar para nós, como esse cheque chegou? Se havia outros cheques inclusive, qual a origem o destino deles? Se foram encontrados depósitos de algum dos investigados nas contas do Prefeito, no caso do ex-Prefeito Cícero Lucena. Foi investigada a declaração de bens do ex-Prefeito Cícero Lucena? Essa declaração é compatível com a renda declarada e os bens que ele têm? As atividades econômicas que ele têm são compatíveis?

Segundo consta, ele teria atividade econômica como postos de combustíveis, vidraçaria, cemitério privado, centrais de concreto, cadeia de *fast food*, enfim, fábrica de tinta, cerâmica. Parece que é uma pessoa... E se foi analisado também o patrimônio de familiares, no caso, os irmãos do Prefeito, Paulo e Pedro Lucena. Foi constatado algum vínculo no caso das empresas da família do ex-Prefeito com a Prefeitura de João Pessoa que tenha caracterizado um tratamento privilegiado?

Então, eu quero dizer também, tem um outro fato que foi inclusive estranho no noticiário, desaparecimento dos computadores da Secretaria de Planejamento, logo após as denúncias e a demissão do Diretor da CAGEPA. Os computadores já apareceram, o conteúdo dos discos rígidos foram apurados? O que continha neles? E quem são os agentes responsabilizados até agora nesses processos?

No tocante às obras inacabadas, houve responsabilização dos agentes públicos? De quem? E qual o destino dos recursos alocados? Foram analisados contratos de locação dos carros a disposição da Prefeitura? Essa daqui, se tiver, obviamente, recurso federais que pertencem aos irmãos do Prefeito, quais as conclusões das análises?

Eu tenho... E como é que os senhores reagiram no caso a uma declaração do Prefeito Cícero de que ele era um preso político? Eu quero a opinião de vocês, se existe um respaldo legal e fático para essa declaração. E ele foi preso no ano passado naquela operação.

Então, eu queria que os senhores comessem... No caso eu fiz todas as perguntas.

Então, pronto, está aqui. Eu já tenho uma cópia aqui. É mais fácil.[Risos] Facilita para os Procuradores.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Com a palavra o Procurador Antônio Edílio.

SR. ANTÔNIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA – Sr. Senador...

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Se vocês quiserem dividir, também...

SR. ANTÔNIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA – Pois não. Sr^a. Senadora, na verdade a gente vai fazer uma divisão, porque eu funcionei na parte inicial dessa questão. Inclusive, eu só funcionei na parte cível, eu não tive nenhuma atuação em termo de responsabilização criminal nessa história que se chama “Confraria”, a minha parte foi a cível, foi a parte inicial, porque nós tínhamos uma questão urgente, que era encerrar aquilo, nós tínhamos que cessar, botar um dedo no suspiro.

Então, estava havendo contratações e mais contratações, coisas que vinham ocorrendo de muitos anos sem licitação, simplesmente através de contrato de repasse. Eu estava tentando encerrar aquilo, foi uma batalha jurídica enorme, me consumiu muito tempo, muito trabalho nessa questão. E somente depois de conseguir encerrar, que a gente partiu para a parte de responsabilizações, que foi que gerou essa parte de “Operação Confraria”, que eu não participei. Particularmente, não tenho conhecimento da parte criminal, mas o Dr. Fábio acompanhou alguma coisa e tem como informar.

A senhora perguntou como isso começou? Houve alguma provocação política? Aí eu lembro aquela história, uma expressão que se diz, “Atirou no que viu, e acertou no que não viu”. Foi exatamente o que aconteceu nessa história aqui.

Então, se descobriu a ponta dessa história praticamente por acaso. A EMBRATUR celebrou um convênio com o Município de João Pessoa para a implantação de uma ciclovia na praia do Cabo Branco e praia de Tambaú. Então seria uma ciclovia que percorria todo o calçadão. E como eu era o Procurador encarregado da questão ambiental, eu verifiquei... Visualmente eu constatei que tinha problemas ambientais, que era uma ciclovia que estava sendo executada na parte do calçadão para a areia. Então é uma ciclovia que ainda hoje não se utiliza, porque essa ciclovia vive coberta de areia e não dá para andar de bicicleta em cima de um piso de cimento cheio de areia da praia porque cai. É uma coisa que não funciona. Verifiquei logo, isso não vai funcionar.

Então, eu abri um procedimento para apurar a questão ambiental em relação a essa ciclovia. Quando eu abri esse procedimento, eu oficieei o Dr. Eduardo Sanovicz que era o Presidente da EMBRATUR, e requisitei ao Dr. Eduardo, isso em 5 de maio de 2003, toda a documentação referente àquela obra da ciclovia. E, ao mesmo tempo, requisitei ao Dr. Joaquim Levy que à época era Secretário do Tesouro Nacional, que me informasse sobre os recursos liberados para o Município de João Pessoa para a implantação daquela ciclovia. Quando me chegou a documentação da EMBRATUR, já comecei perceber que tinha alguma coisa estranha na execução daquela ciclovia, porque os Projetos da EMBRATUR não estavam batendo com que a gente estava visualizando.

Então, eu fiz uma nova requisição, isso em 8 de julho de 2003, eu tenho toda essa documentação, posso repassar para a senhora, pedindo ao Dr. Eduardo que é o Presidente de Embratur, que me mandasse todo o processo referente à contratação daquela obra. Desde o convênio, desde a proposta de convênio até

a formalização do convênio e a prestação de contas relativas aquele convênio. Foi quando eu recebi essa documentação e verifiquei que não houve licitação para a contratação das empresas. Eu lembro que eram mais de uma empresa. Não lembro o nome.

A Prefeitura, naquele caso, havia se utilizado de um contrato do ano 92 que resultou de uma licitação realizada em 91, então foi uma licitação que uma empresa chamada COESA que tem sede na Bahia, se eu não estou enganado, e tem filiais em todos os Estados da Federação, todas as capitais e as grandes cidades, isso eu verifiquei na Receita Federal. Consegui verificar também que essas filiais seriam filiais de papel. É uma construtora, mas não tem uma estrutura de construtora para fazer nada. Sequer uma reforma.

Então, eu consegui verificar que existia essa empresa que ganhou essa licitação em 1991, que realizou um contrato em 1992 e que essa empresa estaria redistribuindo o objeto desse contrato para outras empresas no decorrer de vários anos. E o mais estranho na história é que tanto a licitação como o contrato, não tinham objeto específico. A Prefeitura de João Pessoa em 1991 fez uma licitação que o objeto era para a realização de obras de infra-estrutura em diversos bairros de João Pessoa.

Então, já verifiquei uma coisa muito estranha aí, porque o básico na licitação é que saiba o que é o objeto a se contratar. Qual o produto que se quer comprar, qual o serviço que está querendo contratar.

Então, nessa licitação não tinha o produto, não tinha o serviço. Era uma licitação para tudo. Se é uma licitação para tudo não tem como concorrer. Como é que eu vou participar de um processo de licitação, se eu não sei o que eu vou fazer? Como é que eu vou dizer qual é o meu preço, por quanto eu faço, se eu não sei o que é que eu vou fazer? Então, tinha uma coisa estranha nessa história.

Então, por conta da verificação dessa cessão...

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Eu, como Arquiteta, quero dizer que realmente é difícil.

SR. ANTÔNIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA

– É impossível. Não dá. E verifiquei inclusive, a gente verificou, inclusive, que não foi apenas uma cessão, eram várias cessões que vinham sendo feitas para realizações de diversas obras, obras diferentes.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Ou seja, foi feito uma licitação quase que um contrato “guarda-chuva”.

SR. ANTÔNIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA

– Depois eu tomei conhecimento que se chama popularmente isso, de contrato “guarda-chuva”, que é um contrato que serve para tudo. E geralmente quando se faz esses contratos é porque a empresa quer

o contrato para sair renegociando esses contratos. Então ela sai renegociando obras. Não estou dizendo que foi isso...

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – O senhor me desculpe, mas eu lembrei que eu vi um tipo de contrato desses, mas ele era assim para pavimentação de rua.

Então, tinha como medir, tinha como colocar preço, entendeu? Pavimentação de rua dá para você dizer.

SR. ANTÔNIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA – Esse era mais ampla ainda. Que era para realização de obras de infra-estrutura em toda a João Pessoa. Desde a pavimentação de rua até a construção de uma hidroelétrica ou uma reforma que se faça no Gabinete. Tudo entrava dentro dessa licitação. Então, tudo estava debaixo desse “guarda-chuva”.

Então, o que a gente fez? Então a gente resolveu separar os processos. Vamos abrir um novo processo. Deixa esse processo só para a história ambiental da calçadinha e vamos abrir um processo para saber que história é essa desses repasses desses contratos. E a primeira providência foi ir ao Tribunal de Contas da União.

SR. ANTÔNIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA – Então nós fomos ao Tribunal de Contas da União e relatamos – “Olha, tem ocorrido isso aqui”.

Então, o Tribunal de Contas da União, através de Secretaria de Controle Externo, afirmou – “Olha, Doutor, esse problema não é isolado, esse problema de Prefeitura de João Pessoa não se resume a essa história da ciclovía. Nós temos aqui diversas situações, estamos apurando isso que a Prefeitura de João Pessoa utiliza esse contrato, é um contrato que decorreu da licitação 06 do ano de 91, para poder fazer várias contratações através de cessão de contratos de outras empresas”.

Então, de posse dessa informação, buscamos levantar que contratos seriam esses, e verificamos de imediato que havia 13...

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – De onde é a informação que o senhor conseguiu?

SR. ANTÔNIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA – Do Tribunal de Contas da União que deu essa informação que existia outros contratos, com base nisso.

Então, nós identificamos junto com o TCU imediatamente a existência de 13 contratos com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e um com a EMBRATUR, todos eles tendo essa licitação de 1991 aproveitada para esses contratos que eram posteriores para a execução das obras. Ou seja, a licitação, além desse problema todo da licitação sem objeto definido, ela foi realizada muitos anos antes da realização do próprio convênio para execução da obra. Ou seja, antes de saber que a obra ia existir, já existia a licitação lá atrás.

Então, de posse disso, o que é que fizemos? Requisitamos a EMBRATUR, a FUNASA e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, isso eu tenho toda a documentação depois a repassa, isso em 26 de agosto de 2003, que abrisse imediatamente, tomadas de contas especial, relativas a todos aqueles contratos, e fizessem uma apuração rigorosa, e que imediatamente fizesse cessar a liberação de todo e qualquer recurso para a Prefeitura de João Pessoa que dissesse respeito a esses convênios, porque esses convênios estavam sendo executados de forma irregular. O serviço estava havendo contratações sem licitação. O Superintendente da CAIXA imediatamente me procurou, juntamente com o Procurador da CAIXA, me trouxe um ofício, tenho também ele em mãos, informando que estava encaminhando para a Diretoria da CAIXA em Brasília, mas que a partir daquele momento estava atendendo a requisição do Ministério Público Federal e estavam bloqueados os recursos. A partir dali não haveria mais liberação de recurso para a Prefeitura de João Pessoa, enquanto não se apurasse a irregularidade dos recursos já utilizados até aquele momento.

Inclusive uma coisa que o Superintendente me questionou e eu abro esse parêntese, ele deixou bem claro que a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL não tinha qualquer responsabilidade com o processo de licitação. Eles deixam isso bem claro. Diz – “Olha a função da CAIXA é liberar o recurso e verificar se a obra foi feita. Não cabe a CAIXA verificar se houve ou não licitação”. Eu digo – “Você está errado. A CAIXA tem um contrato com os Ministérios – nesse caso aqui era com o Ministério das Cidades – tem contrato com os Ministérios, recebe 2,5% dos recursos ficam com a CAIXA, a CAIXA é muito bem remunerada. E a CAIXA ao fazer convênios com as Prefeituras, ela não fica desobrigada de exigir que haja licitação não. Isso está lá na Instrução Normativa 01 de 1997 da Secretaria do Tesouro Nacional. O órgão conveniente, o conveniente aqui é a CAIXA, tem a obrigação de exigir a comprovação que houve licitação, para poder realizar o recurso, para poder liberar o recurso”.

Em não se verificando a licitação a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL tinha por obrigação, imediatamente suspender o repasse das demais parcelas, mas a CAIXA não fazia isso e não queria fazer isso. Tanto é que a CAIXA foi objeto de uma ação civil pública, proposta por nós, por mim, Dr. Fabio e mais dois outros Procuradores. Ganhamos essa ação civil pública, ganhamos a cautelar, ganhamos a liminar. Foi dado efeito nacional e hoje não existe mais isso.

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL só pode liberar recurso para a Prefeitura, depois que a Prefeitura prova que fez licitação por conta dessa ação judicial,

que ainda esta pendente de recurso. Inclusive é uma proposição, uma sugestão que eu faço ao Senado é que se verifique essa situação. O que está ocorrendo hoje é que nesses contratos de repasse a CAIXA recebe o recurso do orçamento da União faz convênios e não quer verificar se houve licitação ou não. Hoje ela está verificando porque houve uma decisão judicial, mas essa decisão ainda é precária. Essa decisão pode cair no Tribunal. Eu acho que é uma questão que pode se ver em nível legislativo, inclusive, para resolver de logo essa questão.

Então, eu abri esse parêntese só para dizer da questão da CAIXA. Porque eu disse isso? Porque quando eu vi essa situação de João Pessoa do contrato “guarda-chuva”, eu fui fazer pesquisas no Tribunal de Contas da União. E verifiquei que isso não era um caso isolado de João Pessoa, vários Municípios grandes faziam a mesma coisa. Eu vi pelo [inaudível] TCU. Vários e vários. Tem muitos precedentes do TCU dizendo isso, condenando Município por fazer exatamente a mesma coisa. E chamando a atenção da CAIXA por não cumprir com o seu dever de verificar se houve ou não licitação. Porque naquele momento o que a gente estava querendo não era que a CAIXA fizesse a análise da legalidade ou não de licitação. A gente estava exigindo a CAIXA que verificasse pelo menos se existiu licitação, licitação contemporânea. A licitação só é válida em princípio se ela for realizada depois do convênio. Porque só depois do convênio é que se sabe qual é o objeto do convênio. E o objeto do convênio é a obra e é o serviço.

Então, você sabendo qual é a obra, qual é o serviço pode-se abrir um processo de licitação.

Então, o que a gente estava exigindo naquele momento era somente isso, mas eu acho que tem que se exigir até mais. Tem exigir que a CAIXA inclusive faça a verificação se esse processo é legal ou não.

Então, eu fecho aqui o parêntese em relação à CAIXA que a gente fez essa requisição, e continuando eu estava naquela parte que o Superintendente de CAIXA nos procurou e comunicou que bloqueou os recursos. Foi quando o Município de João Pessoa entrou com um mandado de segurança contra ato meu, e eu informei para ao Juiz – “Olha, o ato não é meu. O ato é de quatro Procuradores da República”.

Então, o Município emendou a inicial e mandou chamar os outros três Procuradores da República por pólo pacífico. Prestamos as nossas informações, mas a Justiça Federal mandou liberar. Libera os recursos sem licitação, em primeiro grau. Os recursos ficaram liberados. Recorremos ao Tribunal Regional Federal, fui falar pessoalmente com o Relator, mostrei a relevância da coisa, mostrei a importância, são muitos

milhões de reais, até aquele momento a gente já havia identificado trinta e quatro milhões de reais. Em torno disso.

Então, são trinta e quatro milhões de reais contratados sem licitação. Falei com o Relator, mas então o Relator também não deu. Deixou liberado para o Município continuar contratando sem licitação.

Então, mudamos a estratégia, entramos com uma ação cautelar na Justiça Federal contra a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL no Município de João Pessoa. O Juiz Federal deu a liminar mandou bloquear de novo.

Então, pára de novo tudo a liberação de recursos. O Município entrou com um pedido de suspensão junto a Presidenta, na época, Presidenta do Tribunal Regional federal aqui da região, ela mandou liberar novamente. Então, está liberado de novo para o Município de João Pessoa.

Então, entramos com uma ação civil pública depois dessa ação cautelar, que foi julgada procedente e foi onde mandou cessar de vez, então cessar de vez e está pendente de recurso, que é a história que eu falei a vocês agora.

Então, esses foram os enfrentamentos judiciais que a gente teve. Paralelamente a esses enfrentamentos judiciais o que é que fizemos? Já tínhamos tomados as providências administrativas, requisitamos a CAIXA ECONÔMICA, requisitamos a FUNASA, requisitamos a EMBRATUR que não liberasse mais recursos. Mas a justiça afastou isso aí. A gente ficou lutando, tentando ganhar na justiça e acabou ganhando muito tempo depois. Paralelamente a isso, nós requisitamos ao Ministro da Controladoria Geral de União, através do Procurador-Geral da República, na época o Dr. Cláudio Fonteles. Eu tenho aqui o Ofício, deixa eu ver o que é o pedido. “Por essas considerações, dirigimos a V.Ex^a. – o Ministro da Controladoria – na forma do Art. 8º de lei tal, para solicitar que seja encaminhado o presente Ofício ao Dr. Francisco Valdir Pires de Souza requisitando que seja determinada a realização por fiscais de equipe do Programa Corrupção Zero de uma ampla e completa auditoria de todos os convênios de repasse nos último oito anos que importaram em liberação de recursos federais ao Município de João Pessoa, especificamente aos acima referidos”. Que são aqueles 14 que eu tinha identificado.

Então, essa foi uma requisição que a gente fez no dia 26 de agosto de 2003 para a Controladoria Geral da União, utilizar essa estrutura de fiscalização que ela tinha, em vez de ficar fazendo sorteio, fosse lá onde estava a irregularidade, estava mostrando – “Olha, vocês estão fazendo sorteio, mas eu estou lhe mostrando que a irregularidade está é aqui. Aqui você não precisa fazer sorteio, aqui você vai lá e constata a coisa”. Mos-

trei, mandei toda a documentação. Isso em agosto de 2003. O Procurador-Geral da República encaminhou a nossa requisição. Quando foi no começo de 2004, a gente não havia percebido ainda nenhuma medida da Controladoria Geral da União, então a gente fez uma requisição ao Chefe da Controladoria no Estado onde a gente pedia para informar o que foi feito. “Olha, tem essa requisição que providência foi tomada?”. E ao mesmo tempo mandamos um outro Ofício ao Procurador Geral da República Cláudio Fonteles, pedindo a ele que cobrasse do Ministro da Controladoria Geral da União que tomasse as providências. E foi aí onde começaram as providências, isso em março de 2004. O Ministro oficiou, mandou um Ofício dizendo que houve um atraso realmente por conta de problema de pessoal, mas que estava tomando as providências a partir daquele momento.

Além disso, encaminhamos... Aí eu já não participei mais, foi o Dr. Fábio, porque aí eu fui promovido no começo de 2004 para Recife.

Então, isso foi encaminhado para Procuradoria Regional da República da 5ª Região para tomar providência em relação a improbidade administrativas, em relação criminal no que diz respeito aos responsáveis por isso aqui. E houve realmente uma ação criminal proposta contra o ex-Prefeito e algumas pessoas e houve ação de improbidade administrativa, isso está tramitando. Foi proposta lá na Procuradoria Regional da República da 5ª Região, junto ao Tribunal Regional Federal. Como o Supremo decidiu que ex-autoridades não têm mais prerrogativa de foro, isso voltou e hoje está correndo na justiça federal de primeira instância no Estado da Paraíba.

Depois de promovido, eu tomei conhecimento que esse trabalho que foi requisitado a Controladoria Geral da União gerou o que a gente conhece por “Operação Confraria” que foi aquela história toda criminal. Mas aí já havia encerrado a minha participação, porque eu já estava promovido.

Então, é o que eu digo a senhora a minha participação...

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – A Polícia Federal também estava fazendo na verdade outras investigações, não é isso?

SR. ANTÔNIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA – Não. A Polícia Federal começou depois dessa da conclusão da Controladoria Geral da União por informações, não tenho certeza.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Certo.

SR. ANTÔNIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA – Ouvi dizer, porque eu já não estava mais do Estado da Paraíba. Eu funcionei na parte cível.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Mas foi a partir da investigação.

SR. ANTÔNIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA – Que começou tudo foi aquela história lá da calçadinha...

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Cíclovia.

SR. ANTÔNIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA – Atirou no que viu e acertou no que não viu.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Dr. Edílio, o senhor me permite uma pergunta?

SR. ANTÔNIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA – Pois não. Fique à vontade.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – O senhor acabou de fazer o relato, eu queria perguntar ao senhor. Alguma vez na vida eu pedi alguma audiência ao senhor?

SR. ANTÔNIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA – Nunca.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Nunca tivemos contato pessoal?

SR. ANTÔNIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA – Eu acho que o primeiro contato que eu tenho com o senhor é hoje. Uma vez eu vi o senhor no Mangai e só cumprimentei. Mas o primeiro contato foi aqui.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Mas eu estou muito feliz com essa declaração do senhor aqui, porque eu paguei muito caro na Paraíba esse tempo todo, dizendo que tudo era ação minha. Que era eu que tinha agido, que era eu que tinha empurrado... Eu e outros Parlamentares. E o senhor acaba de mostrar que não tem absolutamente... Que o senhor iniciou uma coisa pensando num assunto e encontrou outro. Eu fiquei muito feliz com isso e o senhor não imagina o peso que tirou das minhas costas, porque muita gente acha que sou eu que estou por trás desse assunto, que sou eu que estou... E eu sei que é um assunto de eficiência dos órgãos públicos, pura e simplesmente, eficiência. Eu só posso parabenizar os senhores. Muito obrigado.

SR. ANTÔNIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA – Obrigado. senhor me permite, Presidente? Inclusive o atual Prefeito da João Pessoa, na época, dizia que foi a representação dele que gerou tudo isso. Não foi também. Não teve representação de ninguém, não teve iniciativa de ninguém. Esse negócio surgiu por acaso, como eu disse. A gente foi verificar uma coisa e viu outra. E como disse o senhor, o Ministério Público Federal, ele não precisa de provocação, embora é muito importante que haja a provocação para que chegue ao Ministério Público Federal as informações. Provocação da classe política, da classe empresarial, dos movimentos sociais, provocação quem quer que seja.

Mas é importante que chegue, mas nesse caso não houve provocação de ninguém. Essa história começou sozinha, essa história começou por acaso, começou uma coisa e gerou outra.

E só para completar, a senhora fez uma pergunta sobre os cheques. É a mesma história, funcionei nisso na parte inicial dos cheques na conta da Prefeitura de João Pessoa. Porque a senhora perguntou o cheque, qual é o valor. Não é um cheque, são quatro cheques.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Você está falando isso em relação à *factoring* do Arcanjo?

SR. ANTÔNIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA – Confiança, exato. Não é um cheque, são quatro cheques. Os quatro cheques, eu não sei exatamente quanto soma, mas é cinco milhões e alguma coisa.

O que é que aconteceu? O Procurador de Mato Grosso, na época, Pedro Táxi, me ligou. “Edílio – ele trabalhou nessa questão do Arcanjo -apareceram quatro cheques na Prefeitura de João Pessoa na conta da *factoring* confiança que era do comendador Arcanjo. Esse negócio é muito estranho. Eu vou te mandar isso”. Eu digo – “Pode mandar”. Aí ele mandou esse material, inclusive em CD. Quando chegou o material, a gente verificou que existiam quatro cheques na conta lá na *factoring* que somava cinco milhões e pouco. Mas vem aquela história a gente só tem intervenção onde o recurso é federal.

Então, fui atrás de rastrear esse cheque, peguei o número da conta. Eu só tinha o dado, peguei cópia do cheque, peguei o número da conta. E verifiquei que era uma conta de convênio com o Governo Federal.

Então, o recurso era federal e é federal o recurso desses quatro cheques. Se eu não me engano era um convênio com o Ministério das Cidades para a execução da obra do Canal do Beça ou do Jaguaribe. Não lembro exatamente, porque eu só funcionei no começo.

Então, teve essa parte inicial, que demorou um bocadinho para identificar que conta era essa, e foi exatamente quando eu fui promovido também porque essa história do cheque vem depois.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O cheque de pagamento de obra que foi parar na *factoring*?

SR. ANTÔNIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA – Que o recurso é do Ministério das Cidades é. É, porque a conta é do Ministério das Cidades.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Comprovou que o recurso era da União, repassado pelo Ministério das Cidades...

SR. ANTÔNIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA – Para uma conta de convênio específico.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Uma conta de convênio e foi parar na *factoring* do “Comendador Arcanjo”.

SR. ANTÔNIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA – Estavam lá. Agora um detalhe, o convênio era de dez milhões de reais e os quatro cheques somavam cinco milhões e pouco ou seis, não era tudo. Mas aí também encerrou a minha participação por conta da minha promoção, o Dr. Fábio que deve ter a informação que destino isso tomou. Eu não sei. A mesma história que eu não sei nada da “Operação Confraria”, nunca vi o processo criminal da “Operação Confraria”, sequer cheguei a ver. Não tenho conhecimento. Eu só sei como começou a coisa. Agora, o que gerou essa Confraria... Não tive qualquer atuação em matéria criminal de improbidade em relação a esses dois casos. Minha atuação foi meramente ambiental e a minha atuação foi cível tentando cessar essas contratações com base nessas licitações, e é onde tem a minha participação.

Então, em linhas gerais é isso que eu tenho conhecimento. Fico a disposição do Senado Federal, fico a disposição de todos para qualquer esclarecimento que eu possa vir a dar alguma contribuição. E agradeço a atenção.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Eu agradeço Dr. Antônio Edílio pelo seu esclarecimento. Eu provoquei essa pergunta se tinha alguém porque isso é muito comum quando acontece alguma investigação, nós normalmente somos muito acusados. Tem CPI aqui que inclusive pode ser chamada a CPI do PT, porque ela só investiga coisa de Prefeitura do PT e mais nada. E nós estamos vendo que tem irregularidades também grandes e seriíssimas, e eu quero parabenizar o senhor pelo cuidado como cidadão já que viu uma obra na orla de João Pessoa, e preocupado com o meio ambiente acabou achando uma montanha de irregularidades. Então eu lhe agradeço e acho que o Dr. Fábio poderá talvez responder as outras questões.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Senadora, o Dr. Fábio quer tecer comentários também a respeito do assunto. Com a palavra o Dr. Fábio.

SR. FÁBIO GEORGE NÓBREGA – Exm^a. Sr^a. Senadora Ana Júlia, Senador Ney Suassuna e demais membros que aqui se encontram. O Dr. Edílio já realizou muito bem esse histórico, eu queria apenas completar para ficar claro do início até o fim que medidas foram adotadas para que a Polícia Federal viesse a realizasse essa atividade.

Quero fazer, então, um registro para tentar realçar dois pontos. Nós estamos tratando aqui de duas irregularidades, ambas, graves. A primeira irregularidade,

o ponto nº 1, é a ausência de licitações para justificar, durante sete anos, a realização de quase todas as obras de infra-estrutura que foram realizadas no Município de João Pessoa. Esse é um ponto. O Dr. Edílio já realçou muito bem que nós entramos com todas as medidas judiciais, extras-judiciais cabíveis para parar essa sangria. Não é possível admitir que licitações realizadas no ano de 1990 ou 91, viesse a justificar que 11 anos depois, outras obras que não estavam incluídas no objeto daquela licitação originária, até porque o Dr. Edílio disse muito bem, o objeto era genérico, obras de infra-estrutura, viesse a justificar que um seleto grupo de 12 ou 15 empresas viesse a ter o direito de realizar todas as obras de infra-estrutura no Município de João Pessoa, sem que tivesse em nenhum momento participar de qualquer licitação.

Quero fazer um realce em relação a esse aspecto que o Dr. Antônio Edílio mencionou, porque essas ações que nós adotamos inicialmente diziam respeito a uma licitação que era a Licitação 06/91, que envolvia cerca de trinta e quatro milhões de reais, 90% dos quais de recurso da União, uma vez que o restante dos 10% entram na contrapartida do Município. Mas, depois, aprofundando a apuração, nós viemos descobrir que inúmeras outras licitações de 90 e 91 estavam servindo para realização de outras obras de infra-estrutura. A título de exemplo – A Licitação 01/90 que justificou a implantação do sistema de drenagem no Beça, algo em torno de quinze milhões de reais. Exemplo nº 2, a Licitação nº 03/91 que dizia respeito a execução de obras de infra-estrutura no Vale do Jaguaribe que também mencionada pelo Dr. Edílio. Somando apenas essas três licitações, foram setenta e cinco milhões de reais utilizados, 90%, repito, de recursos da União, sem que houvesse, sem que tivesse havido qualquer licitação para justificar a realização dessas obras por parte desse grupo de empresas.

Mas não pára por aí. Nós não tínhamos avançando ainda para verificar se haviam também convênios firmados com a FUNASA. E chegamos, portanto, a descobrir depois que diversas outras licitações, agora dirigidas para a realização de obras de saneamento básico, tinham passados pelas mesmas irregularidades e aqui eu cito três. As Licitações 04/91, 01/91 e 03/92. Somando apenas essas seis licitações, ultrapassam cem milhões de reais os recursos que foram utilizados durante sete anos pelo Município de João Pessoa, só somando essas seis licitações...

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – São seis licitações? O senhor poderia... Bom, depois o senhor me passa os números, não tem problema.

SR. FÁBIO GEORGE NÓBREGA – Certo. Eu repito inicialmente que o Dr. Edílio tenha mencionado,

a 06/91 que é para a realização de obras urbanísticas na orla de João Pessoa, depois a 01/90 implantação do sistema de drenagem no Beça e depois a 03/91 obras de infra-estrutura no Vale do Jaguaribe. Só essas três já alcançavam setenta e cinco milhões de reais. E depois nós descobrimos que outras três agora vinculadas ao Ministro da Saúde, através da FUNASA, nº 03/93, 04/91 e 01/91, também tinham passado pelas mesmas irregularidades, repito, só somando esses seis licitação mais de cem milhões de reais foram utilizados mais de 90% dos quais recursos da União, de forma a justificar a realização de obras de infra-estrutura, dez, onze anos depois da licitação originária, que como bem disse o Dr. Edílio, era uma licitação aberta, onde se cabia tudo.

Bom, esse é o aspecto formal. Todos os órgãos de auditoria e órgãos públicos que analisaram esse aspecto formal constataram que isso era irregular. O Tribunal de Contas da União disse que era irregular por duas vezes e puniu os ex-gestores. A Controladoria Geral de União disse que era irregular. Nós entramos com uma ação na Justiça Federal que reafirmou que isso era irregular. O Ministério Público, desde o início, entende que isso era irregular. E mais recentemente a Polícia Federal quando desenvolveu o inquérito, ligados as atividades que V.Ex^a. acabou de mencionar, também disse que isso era irregular, e indiciou formalmente aqueles gestores pela dispensa indevida da realização de licitação dessas obras.

Então, esse o aspecto formal. Não sei se deixe claro esse registro. Agora, nós temos que partir para uma outra análise. E o mérito? Quando nós vimos que mais de cem milhões haviam sido utilizados sem licitação por empresas que não participaram desse processo, surge uma desconfiança clara, eu acho que é uma seqüência de raciocínio que boa parte desses recursos, não poderiam ou poderiam melhor dizendo, não ter sido assim tão bem usados, empregados nessas obras. E aí é que surge a iniciativa muito clara, já dita aqui pelo Dr. Edílio, de requisitar o auxílio da Controladoria Geral da União para que viesse analisar outra coisa, o mérito. Vamos pegar todos esses convênios, todos esses contratos, inicialmente foram 13 depois nós requeremos a inclusão de mais três, ao final, portanto, o trabalho da CGU analisou 16 convênios e contratos de repasse. Agora no mérito, para saber esses recursos foram usados, já havia constatação inicial de que a irregularidade existia com relação a inexistência de licitações.

Pois bem, aí eu faço um gancho nesse aspecto, porque todas as ações que foram ditas pelo Dr. Edílio, e realmente foram muitas e graças inicialmente a atividade desbravadora dele que é uma idealista e um

atuante muito forte no combate ao desvios de recursos públicos, e também a defesa do meio ambiente, disseram respeito ao aspecto de forma. E eu posso falar um pouco mais porque o Dr. Edílio com todo o êxito do mundo, acabou sendo promovido para atuar na regional em Recife, não teve conhecimento dessa seqüência.

Pois bem. A requisição do Dr. Cláudio Fonteles para o Ministro Waldir Pires, realizar ou dar espaço para que a CGU fizesse essa auditoria, repito, inicialmente em 13 obras, em 13 contratos de repasses e convênios, ela foi feita em setembro de 2003. Aqui eu quero pontuar o aspecto histórico. Em setembro de 2003 o Procurador-Geral de República requisitou ao Ministro da Transparência que a CGU fizesse essa análise de mérito. Como o Dr. Edílio bem disse, a CGU não atendia, não cumpria e nós insistimos durante muito tempo. Porque nós sabemos que investigando desvios de dinheiro público que quanto mais rápido se fizer, mais chances você vai ter de detectar a irregularidade. Entretanto, apenas no final de 2004, ou seja, mais de um ano depois, a CGU designou um grupo de auditores que fizeram esse trabalho, cujo resultado entregue ao Ministério Público Federal e a Polícia Federal, ao mesmo tempo, esse registro é relevante, o resultado dessa auditoria entregue entre março de 2005 e abril de 2005, portanto, durou cerca de cinco meses, resultou na indicação de que analisando apenas aqueles 13 mais três, 16, portanto, contratos de repasse e convênio, a CGU detectou um dano a União, portanto, de recursos federais de doze milhões e meio de reais, portanto 25% das obras empregadas pela União nessas obras. Indicando a existência de uma série de irregularidades, repisa que não houve processo licitatório, disse que houve a utilização indevida de reajustes, disse que pagamentos por obras e serviços não realizados foram feitos, mostram indícios de sobrepreço em vários pontos dessas obras, e mais ainda a não efetivação da contrapartida que o Município deveria pôr para a realização de todas essas obras.

Pois bem, foi o resultado de mérito dessa auditoria, repiso entregue mais ou menos em março de 2005 e abril de 2005, que levou a Polícia Federal de imediato a abrir inquérito e o Ministério Público abrir um procedimento administrativo. Porque enquanto a Polícia Federal estava investigando já ciente de que as irregularidades tinham ocorrido, quem seriam as pessoas responsáveis no aspecto penal, nós estávamos dando seqüência no aspecto civil, porque o objetivo também era de entrar na julga para reaver esses recursos da União que foram desviados.

Esse é um ponto muito relevante, porque esse inquérito aberto pela Polícia Federal em março, abril

de 2005, levou apenas dois meses e meios depois, no máximo três meses, que julho de 2005 um Desembargador do Tribunal Regional Federal acolhendo o pedido da Polícia Federal e de um colega nosso que atua na regional em Recife, decretar a prisão de várias pessoas e, portanto, desencadear aquilo que restou conhecido como “Operação Confraria”.

É óbvio que tudo isso se deu mediante a autorização judicial, é óbvio que houve a quebra de sigilo bancário e fiscal, tudo realizado com a devida autorização judicial.

Eu já quero, inclusive, adiantar em relação a esse aspecto, já estou Senador perto de concluir, que esse inquérito polícia foi relatado no início desse ano. A Polícia Federal indiciou cerca de 27 ou 28 pessoas e o Ministério Público Federal ainda está, três meses depois, a analisar essa matéria e pelos dados que eu obtive, vai encaminhar o resultado a justiça, não sei se para oferecer essa denúncia ou para pedir o arquivamento, isso é uma decisão intrínseca para quem está realizando essa análise, agora no mês de junho. Eu não sei se deixei bem claro, esses passos que foram ocorridos. É óbvio, Senadora, que como em todo o trabalho que realiza hoje em dia, eu quero realçar esse ponto, houve uma ação integrada de todos os órgãos. O Tribunal de Contas da União, a Controladoria Geral, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal do Estado, porque houve também ações no Estado, já que havia recursos de contrapartida, sempre atuaram em parceria e em conjunto. Essa é uma regra, e eu quero inclusive pontuar a esse respeito, que vem sendo observada Brasil afora.

Os órgãos de controle, os órgãos que tem a incumbência de reprimir esses desvios de recursos estão cientes de que se não houver uma ação integrada, nós não vamos avançar de forma significativa no combate a essas irregularidades.

No Estado da Paraíba, inclusive, nós criamos um Fórum Estadual de Combate a Corrupção que tem um dos pontos essenciais, essa ação integrada. Nos reunimos ao menos uma vez por mês desenvolvendo operações outras. Essa foi apenas uma delas. Outras já foram realizadas este ano, também sempre tendo por enfoque a questão de coibir os desvios de recursos públicos, e mais relevante, também, de tentar reaver esses recursos irregulares.

Foi indicado aqui, houve alguma influência política na operação? Não acredito que tenha havido nem nessa e nem uma outra. E aqui quero fazer um registro, eu acho que tanto no Governo passado do Presidente Fernando Henrique Cardoso, quanto no atual houve em seqüência de ações políticas para garantir a isenção dos órgãos de controle. Eu acho que não

se pode, em momento algum, levar essa discussão para o aspecto político como enfoque de criticar essas ações. Muito pelo contrário. Nas duas administrações, houve um avanço, eu acho que é uma seqüência, para que esses órgãos de controle, independentemente de quem esteja sendo investigado cumpra o seu papel, porque a situação realmente de desvios de recursos em nosso País é muito grave.

O Senador Ney Suassuna indagou ao Dr. Edílio se haveria em algum momento mantido contato com ele e eu também registro o mesmo raciocínio. Eu acredito, Senador, que nunca cheguei sequer a cumprimentá-lo, estou vendo aqui pela vez inicial, como também não recebi ligação de quem quer que fosse. Eu assumi a chefia da Procuradoria da República no Estado por dois anos e meio, Senadora, nunca qualquer político seja do lado A, B, C ou D tentou influenciar. E olha que nós fizemos apurações complexas que envolviam lá no Estado questões políticas latentes. Com um rompimento da barragem de Camará que aconteceu no Estado, e houve uma discussão política muito grande. A administração anterior acusava a atual, a atual a anterior, e o Ministério Público teve que entrar com a sua isenção reconhecida na sociedade do nosso Estado, pudessem definir ao final de quem seria a responsabilidade. Também nesse aspecto, embora houvesse discussões políticas latentes que se explora até hoje, em nenhum momento eu recebi ligação de quem quer que fosse. O que demonstra o respeito também da classe política e o reconhecimento dessa isenção.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Dr. Fábio o senhor me permite?

SR. FÁBIO GEORGE NÓBREGA – Claro, Senador.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Eu, o Dr. Edílio, eu conhecia de vista de encontrar, sim, mas não ligava nome a pessoa. Eu achava que o senhor era uma pessoa muito mais velha. Quando falava com o Dr. Edílio, eu achava era um Procurador muito mais velho. Com o senhor nunca tive o prazer sequer de cruzar com o senhor.

Então, eu fico muito feliz quando eu vejo que os senhores chegam e declaram a verdade, a inteira verdade, que não houve influência política nenhuma. Porque quem lê os jornais na Paraíba vê que toda hora há essa acusação, e eu fico muito feliz de ver a independência dos senhores. Não só a independência dos senhores, como da Polícia Federal, como da Justiça Federal, e acho que qualquer acusação é indevida e só faz atrapalhar a quem faz a declaração, porque realmente os senhores nunca sequer, como acabaram de declarar, tiveram pedido de seu ninguém.

SR. FÁBIO GEORGE NÓBREGA – Eu agradeço, Senador, o registro. Queria apenas para fechar, porque a Senadora fez inúmeros registros aqui, eu anotei apenas alguns. Queria dizer que como também em relação ao Dr. Edílio, eu tive o prazer de ser promovido para atuar no órgão regional em Recife, exatamente naquele momento em que as investigações eram conduzidas pela Polícia Federal e, portanto, não sei qual foi o raciocínio da Polícia Federal para indiciar vinte e poucas pessoas. Portanto, é, digamos assim, deixando claro a responsabilidade por essas irregularidades que foram aí mencionadas.

Certamente o Ministério Público Federal, ao levar a acusação em juízo ou não, levar agora no mês de junho, vai indicar na sua peça de acusação ou não, quem são as pessoas que foram indiciadas e que segundo o Ministério Público entende que tenham culpa em relação a essas ações.

Eu acho que era isso, não sei se a Senadora aqui se encontra, não sei se deixei passar porque foram tantas dúvidas e indagações. Eu me reservo também ao direito, se houver necessidade, de prestar outros esclarecimentos e agradeço de pronto a atenção de todos que aqui se encontram.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Nós agradecemos a manifestação. E passamos a palavra ao Senador inscrito Ney Suassuna, tem V.Ex^a. a palavra.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Durante a exposição de ambos, eu fiz a única pergunta que me interessava que era a de perguntar se havia, se eu tinha pedido audiência a algum deles, se os conhecia oficialmente, nem oficiosamente tampouco, e era esse o único questionamento.

Eu tenho me poupado de entrar no debate desse assunto, porque é um assunto que tem repercussões na Paraíba, e eu acho que não é da minha, não cabe a mim... A Relatora é a Senadora Ana Júlia e ela tem sido extremamente independente em relação a isso.

Então, eu queria agradecer a palavra concedida, mas a pergunta eu fiz no curso que era exatamente essa que eu acabei de declinar.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Bom, eu...

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Senadora Ana Júlia quer usar a palavra? Tem V.Ex^a. a palavra.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Como eu já distribuí as perguntas, poderiam depois até enviar para nós, porque fala em nomes de pessoas, aquelas perguntas, certo? Nós queremos agradecer e queríamos colocar o seguinte – Além dessas que vocês que estão nos relatando... Vocês estão vendo

essa montanha de papel aqui. Pois é. São os processos dos seus anexos. Mas o volume 2, ele é um resumo de outros processos cujos indícios de desvios somam valores maiores do que esses.

Então, eu gostaria de passar também a mão dos senhores para que... O volume 2, aquele que é o resumo... Até porque se a coisa foi assim, eu acho que esses outros também merecem... Tirar cópia? Então, tá. Então nós vamos tirar cópia e encaminhar aos senhores. Senador, nesse caso então a gente agradece muito a presença dos Procuradores, parabenizo pelo trabalho feito. Isso aqui é para subsidiar uma proposta de fiscalização que eu estou relatando. E me sinto extremamente agradecida, e esclarecida dos pontos importantes aqui.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Estando devidamente satisfeitos os Srs. Senadores, eu gostaria de saber se os eminentes Procuradores gostariam, em linhas gerais, tecer suas considerações finais. Doutor Antônio Edílio, com a palavra, por favor.

SR. ANTÔNIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA – Sr. Presidente, agradeço mais uma vez. Eu falava a Senadora Ana Júlia desse problema da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL que resiste em verificar a regularidade nas licitações referentes aqueles convênios que a CAIXA chama de contrato de repasse, mas é um convênio que é realizado pela CAIXA. E relatei que isso é um problema geral. Vários Municípios incorreram nesse mesmo problema no Município de João Pessoa. E fiz aquela sugestão, de encaminhamento na questão normativa, para que obrigue o órgão conveniente, o órgão que libera o recurso, a verificar se o processo licitatório foi realizado e se foi realizado da forma devida.

E uma outra coisa que verifico e o trabalho da gente, às vezes, nos deixa angustiados com algumas questões, porque as normas deixam margens para tantas interpretações e, às vezes, as pessoas escolhem as piores interpretações possíveis, as menos construtivas. E uma coisa que eu verifico na Lei de Licitações e que contribui para esse tipo de coisa, é essa história de permitir cessões de contratos. Isso é realidade, todo mundo sabe que ocorre com alguma frequência. A empresa “X” ganha a licitação tal e algumas delas objetiva tão somente a estar cedendo para outras empresas. Diz até que...

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Chama-se sublocação, subempreitada.

SR. ANTÔNIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA – Exatamente. Fala-se não sei se é verdade, que existe empresas que são empresas de papel. É uma pasta. A

empresa é uma pasta debaixo do braço para ganhar a licitação e depois estar negociando essas licitações.

Então, é um outro ponto que eu queria tocar. Eu sei que essa Audiência Pública ela tem um conteúdo apuratório, mas sei que também tem um conteúdo de apurar as disfunções do sistema, e propor algumas medidas. Então, fica mais essa minha sugestão.

E finalizando gostaria de agradecer, agradeço em meu nome e do meu colega, ele vai falar, evidentemente, do Ministério Público Federal, a oportunidade de vir trazer ao Senado Federal, vir mostrar ao Senado Federal. Evidentemente que o Senado já sabe o que é o Ministério Público Federal, mas nunca é demais vir mostrar o que é que se está fazendo. Porque a nossa função é essa, nossa função é apuratória, eu posso dizer que somos felizes por isso, somos pessoas realizadas. E não precisamos de favores políticos ou de apoios políticos, porque somos, pelo menos eu digo por mim, e posso dizer pela grande maioria dos nossos colegas que somos realizados. Não precisamos de mais apoio. Evidentemente, que esse tipo de sugestão que estamos atuando politicamente não faz sentido. Pelo menos em relação a mim, não faz sentido nenhum. Não tenho porque atuar politicamente, não tenho porquê.

Eu tenho que atuar de acordo com que manda as minhas convicções, que manda a minha consciência, que manda o meu dever obrigacional como representante do Ministério Público Federal. E estou sempre a disposição da Sr^a. Senadora, dos Srs. Senadores para o que for necessário para comparecer nesse Senado sempre que precisarem, para que a gente possa prestar contas ao Senado Federal da nossa atuação, da nossa atividade, do cumprimento do nosso dever como representante do Ministério Público.

E agradeço a atenção e agradeço a oportunidade de participar dessa reunião, inclusive ao Presidente da Comissão.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Perfeitamente. Dr. Fábio.

SR. FÁBIO GEORGE NÓBREGA – Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha, Senadores que aqui se encontram, Deputados, eu queria dizer que foi uma honra muito grande, Senador, pela vez inicial, visitar essa Casa tentando contribuir com as atividades aqui desenvolvidas. Eu tenho certeza que o Senado, tem um papel fundamental na evolução desses aspectos de controle, não só porque pode aperfeiçoar a legislação em vigor, mas porque pode também juntamente com o Tribunal de Contas da União, desenvolver essas ações pontuais que demonstre qual é a realidade desse quadro de desvios de recursos, e possam sair daí, como

disse o Dr. Edílio, propostas de mudanças legislativas que venham a aprimorar esse trabalho.

Corroborar no todo o que disse o Dr. Edílio quanto à necessidade, principalmente de que a lei venha dizer de uma forma clara. Em se trabalhando de obra de engenharia, principalmente não há qualquer possibilidade de que ocorra cessão, sub-rogação, ou dê-se o nome que queira se dar a esse repasse de responsabilidade. Se a empresa ganha a licitação, porque detém qualidades, atributos dela empresa para fazer aquela obra, é manifestamente ilegal responsabilizar ou repassar essa incumbência para que outras empresas possam desenvolver essa atividade.

O Tribunal de Contas da União, desde 2002, já veda essa cessões, essas sub-rogações envolvendo obras de engenharia, mas muitas vezes as empresas acabam entrando na justiça e ganhando decisões liminares que possibilitem que isso a meu ver é até um risco. Quer dizer, a empresa vai executar uma obra, mas não teve a análise quanto o aspecto sequer de habilitação para a execução da obra, porque foi outra empresa que passou pelo processo licitatório.

Eu acho que esse seria um avanço sensacional, e iria impedir, como disse o Dr. Edílio, a existência dessas empresas de fachada, que muitas vezes ganham apenas a licitação para poder depois economicamente ceder e repassar essa incumbência a outras empresas.

Então, fico muito lisonjeado e contente por ter... Acredito eu e o Dr. Edílio, tido a oportunidade de contribuir para essa discussão, e estamos às ordens, seja aqui depondo, seja nas nossas atribuições, para que possamos ajudar esse trabalho tão relevante que essa Comissão realiza. Agradeço.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Eu queria solicitar a eles que deixassem conosco os documentos, se já vieram com cópia, se não, para que a gente possa fazer cópias dos documentos que os senhores trouxeram aqui nessa Comissão.

SR. FÁBIO GEORGE NÓBREGA – Quase tudo existe cópia. E do que não existir, nós aproveitamos o contato para poder tentar enviar, seja amanhã ou depois, via Ofício.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Ou até tirar aqui, não é Senador? Se for...

SR. ANTÔNIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA – A gente pode deixar aqui, depois o Secretário manda para a gente. Pode ser? Para ele fazer com calma?

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Pode ser. Perfeito.

SR. ANTÔNIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA – Deixo tudo aqui e depois ele nos manda por sedex. Fica mais fácil.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Muito obrigado, Dr. Edílio. Eu acho que ficou claro também na sua fala, que eu fiz uma pergunta que o ex-Prefeito Cícero Lucena disse se era um preso político.

Então, parece que eu perguntei se isso tinha alguma realidade fática. Pelo que o senhor falou, não.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Agradecemos a inestimável contribuição que os eminentes Procuradores, Dr. Edílio Magalhães Teixeira e Dr. Fábio George Nóbrega deram a concepção dos trabalhos e compromisso desta Comissão. Nós encerramos a primeira parte, suspendendo então por cinco minutos a Sessão, para que os Procuradores possam deixar a Mesa.

Sessão suspensa às 12h12min.

Sessão reaberta às 12h31min.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Reiniciamos os trabalhos e vamos dar consequência a Audiência Pública no âmbito dessa Comissão para tratar da situação do setor florestal-madeireiro na região Oeste do Pará, áreas de abrangência das BRs 163 e 230, e o Termo de Ajuste de Conduta referentes a Planos de Manejo e a transição para a implantação da recém aprovada Lei de Gestão de Florestas, com os seguintes convidados. [Soa a campanha]

Eu solicitaria a todos que tomasse o seu lugar para que nós pudéssemos reiniciar os trabalhos dessa Comissão. São convidados – O Sr. Tasso Rezende neste ato representando o Ministério do Estado do Meio Ambiente, o Sr. Marcos Kowarick, Diretor do Departamento de Ordenamento da Estrutura Fundiária, o Sr. Pedro Aquino de Santana, Superintendente Regional do INCRA em Santarém no Pará, representando o Ministério do Estado do Desenvolvimento Agrário, Dr. Ubiratan Cazetta, Procurador da República não compareceu e apresentou um documento justificando aqui a sua ausência, o Dr. Cazetta. Sr. Leocir Antônio Spinelle Valério, representando o Sindicato das Indústrias Madeireiras do Sudeste do Pará e o Sr. Wagner Kronbauer, Presidente da União das Entidades Florestais do Estado do Pará, UNIFLOR, também representando a Federação das Indústrias do Estado do Pará.

Eu convidaria a todos os nominados a conosco comporem a Mesa.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – O Presidente do IBAMA.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Marcos Kowarick?

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Não. Marcos Barros, Presidente da IBAMA.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – E o Sr. Marcos Barros, Presidente do IBAMA, por gentileza.

Sobre a Mesa correspondência datada de 29 de maio de 2006, de autoria do Sr. Ubiratan Cazetta. “Honrado em cumprimentar, vem a presença de V.Ex^a., para tendo em consideração ao Ofício acima mencionado que expressa convite para a minha participação em Audiência Pública a ser realizada no próximo dia 31 de maio às 10 horas, consternado em informar a V.Ex^a. a impossibilidade do comparecimento”. Ele registra as razões da sua ausência, o Sr. Ubiratan Cazetta.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Presidente, me permite fazer o encaminhamento?

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Tem V.Ex^a. a palavra, Senadora Ana Júlia Carepa. Autora do Requerimento.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – A idéia dessa Audiência Pública que eu fiz, foi exatamente pela situação de dificuldades porque passa, não apenas preocupada, lógico, com o setor, mas principalmente preocupada com o desemprego que isso tem causado na região do meu Estado, e como representante do povo do meu Estado, eu tenho que me preocupar com isso e é lógico com quem também está gerando emprego. Então, além do setor produtivo, esse impacto social.

Então, eu proporia que começasse exatamente para que fosse colocada a situação, o problema, e depois os órgãos oficiais. Porque a idéia nossa é exatamente a de caminhar numa solução desse momento de transição que a gente vive.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Entendemos aí, então seria importante que começássemos ouvindo o representante do Sindicato das Indústrias Madeireiras do Sudoeste do Pará.

Então, nós concederíamos a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Com a palavra V.Ex^a. pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu acho importante esta Audiência Pública para tratar de um assunto que está resolvido. Nós vamos ouvir os empresários do setor madeireiro e vamos ter a oportunidade de ouvir pela enésima vez o IBAMA, que insiste em não cumprir um TAC que o Ministério de Meio Ambiente já se pronunciou favorável. O Ministério Público já se pronunciou favorável, mas de qualquer maneira vamos mais uma vez, o Senado Federal colocar a disposição do seu tempo para resolver um problema que está resolvido. Basta que o IBAMA queira cumprir o seu papel que não o faz.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – V.Ex^a. diz que está resolvido, mas não estar resolvido. E essa Audiência Pública foi provocada pelo Requerimento, e aqui aprovado, pelo Requerimento assinado pela eminente Senadora Ana Júlia Carepa em 9 de maio de 2006.

Então, nós ouviríamos, eu acho que pela quantidade de pessoas inscritas, nós vamos procurar restringir o tempo para ver se cada um possa contribuir, usando da sua capacidade de síntese, possa contribuir para que nós possamos de maneira mais objetiva discutir a questão levantada.

Então, nós ouviríamos o Dr. Leocir Antônio Spinelle Valério, representante do Sindicato das Indústrias Madeireiras do Sudoeste do Pará, SIMASPA. Tem V.S^a. cinco minutos.

SR. LEOCIR ANTÔNIO SPINELLE VALÉRIO – Bom-dia, Senador Leomar Quintanilha, demais Senadores e autoridades aqui presentes, a nossa situação no Sudoeste do Pará, mais especificamente na região da BR 163, é gravíssima. A situação é de penúria, verdadeira miséria que se instalou, lá. Vem causando problemas sociais quase que irreparáveis, esperamos, como disse o Senador, o Exm^o. Sr. Senador Flexa Ribeiro, venham cumprir um pouco daquilo que foi nos prometido em várias reuniões, desde que eu estou atrás dessa situação, em 30 de agosto de 2004, onde podemos estar debatendo a Ministra, com o Dr. Sebastião que aqui se encontra, o Dr. Marcos Barros e enfim a cúpula do meio ambiente e da situação fundiária, também, que se encontrava na época, conosco no Ministério. E de lá para cá, o que se viu foi só paralisação de empresas, a situação se agravando cada vez mais, o desemprego, e as pessoas virando sem-terra. Quando a gente vê na TV que fala sobre a situação de escravidão em fazendas o que aconteceu lá, foi uma verdadeira escravidão que está acontecendo na beira da rodovia, da BR Cuiabá-Santarém, que é pessoas, pais de famílias, famílias esperando um pedaço de terra que se os senhores foi lá, vocês vão ver a miséria que vive esse povo e causado pelo desemprego, se não no mínimo 50% funcionários que eram de carteiras assinadas das indústrias madeireiras e outros segmentos da sociedade que veio efeito dominó, a consequência que está lá hoje.

Então, a nossa situação começou em 2004, nunca mais se avançou em Projetos. Os Projetos aprovados, eu acho que são mínimos, os Projetos que se tem para trabalhar hoje, quase nada. Corresponde 5 a 10% do que tínhamos em 2004, e veio uma bateria de situações. O TAC, e começamos com o TAC, o INCRA até que cumpriu, por sua vez, alguns combinados de 2004. Mandou fazer as vistorias nas áreas os quais

pleiteávamos os Projetos que foram assinados pelo TAC, o INCRA fez as vistorias. Chegou a ter... Teve alguns problemas com o Superintendente que teria que ter assinado essa documentação para repassar para o IBAMA que foi o Zé Roberto do INCRA de Belém, com a queda do Zé Roberto, isso veio a complicar mais. Nunca mais ninguém honrou nada. Voltamos a procurar a fazer o TAC, o qual foi assinado agora no ano passado em setembro, 15 de setembro, se não me falha a memória. E esse TAC foi assinado, um TAC entre as entidades, devidamente avaliado pelo Ministério Público na pessoa do Dr. Ubiratan Cazzeta, e assim o qual foi designado pela 4ª Câmara dos Procuradores, e assim veio sucessivamente. E após isso foi criando-se Portarias, foi criando situações as quais estão aí hoje, o imbróglio que você não sabe mais para que lado vai, e acredito que o próprio Governo está faltando um pouco de decisão, nesse sentido, de pôr em prática um pouco.

O TAC estava... Para 16 Projetos serem aprovados, Sr. Presidente, para o senhor entender essa situação. Estavam 16 Projetos para serem aprovados. Foi aprovado três ou quatro, aí veio uma nova situação, um novo contrato que vai ser ainda, esse contrato está sendo avaliado, vai colocar em prática para regulamentar a gestão de florestas que foi aprovados pelos senhores. E já suspendeu [Soa a campainha] os Projetos dos TACs, então essa situação lá, ela está gravíssima e precisa ter uma decisão concreta, porque de papéis tem muitas medidas tomadas e nenhuma está conseguindo chegar em prática. Seria isso que eu teria para falar.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Obrigado. O senhor cumpriu o tempo, aliás, até com economia de 30 segundos. E passamos a palavra ao Sr. Wagner Kronbauer, Presidente da União das Entidades Florestais do Estado do Pará, UNIFLOR, que aqui também representa as Federações das Indústrias do Estado do Pará FIEPA. Tem V.Sª. a palavra também por cinco minutos.

SR. WAGNER KRONBAUER – Muito obrigado. Em nome do Senador Leomar Quintanilha, eu queria cumprimentar os membros da Mesa e não poderia deixar de cumprimentar a Senadora Ana Júlia e o Senador Flexa Ribeiro do meu Estado.

Eu estou representando aqui além da Federação das Indústrias a UNIFLOR, também a AINEX, a Associação das Indústrias Exportadoras, porque o problema é uma só, nós temos uma visão conjunta desse problema.

Então, resolvemos ter aqui dois representantes do setor produtivo, o SIMAR, porque eles sentem no Oeste do Pará. Mais de perto o problema é mais grave

lá, é grave no Estado do Pará todo, mas no Oeste é... Acho que grave não pode mais nem ser usado, pelo problema que está lá no Oeste do Pará.

Para relatar, Sr. Presidente, o problema do setor madeireiro no Estado do Pará, se fosse fazer um relato por mais breve que fosse, demoraria um pouco para explicar todo o problema e tal. A verdade é que os Senadores que aqui estão do Estado do Pará sabem do problema, conhece porque estamos discutindo isso já há alguns anos, dois ou três, quatro anos pelo menos. Os representantes do Governo aqui Ministério do Meio Ambiente, INCRA, IBAMA também sabem do problema.

Então, não preciso explicar o que é um manejo florestal, a importância do manejo florestal, que o manejo florestal é talvez, a única forma de se usar a floresta nativa, gerando emprego e renda sem acabar com ela e etc. Mas nós enviamos a FIEPA, a Federação das Indústrias e AINEX e a UNIFLOR, no dia 4 de maio, um Ofício nº 105 de 2006, para o Ministério do Meio Ambiente, relatando um breve relato de como está, depois eu posso encaminhar para a Mesa, para os Senadores, de como se sucederam os fatos e chegamos até o ponto que nós estamos hoje.

Por várias vezes, vários acordos foram feitos ao longo desse período que ficaram só acordos feitos em reuniões e não foram posto em prática. Já em 2003, o IBAMA deixou de aceitar as declarações emitidas pelos órgãos fundiários, INCRA e TERPRA(F) que estavam baseados num Termo de Ajustamento de Conduta de 1999, feito pelo Ministério Público Federal, ainda em vigor, naquela época, ele passou a desconsiderar aquelas declarações do INCRA e TERPRA(F) para dar prosseguimento nos Planos de Manejo. Foi já um primeiro problema para o setor florestal-madeireiro legalizado do Estado do Pará.

Em 2004, o INCRA e o Ministério do Meio Ambiente instituíram uma Portaria conjunta exigindo uma série de procedimentos para comprovação da simples posse da ocupação nas áreas do Estado do Pará. Essa Portaria tinha um prazo de validade para que os detentores disso apresentassem os documentos, etc. Ocorre que o IBAMA, quatro dias depois, muito antes do prazo vencer, já suspendeu os planos de Manejo nessas áreas. Nessa Portaria previa-se que o INCRA e o IBAMA fariam um relatório da situação de cada uma dessas áreas, que pelo nosso conhecimento nunca foram feitos até hoje, mas os planos foram suspensos.

Diante desse problema, em 2005, os representantes do Ministério do Meio Ambiente, INCRA, IBAMA firmaram o compromisso perante representantes do setor público, políticos e etc. de dar continuidade aos Planos de Manejo dado ao caos social e econômico

no Estado do Pará. Para os que não sabem, que não são do Estado do Pará, a indústria madeireira é a indústria que mais emprega no Estado do Pará, e 80% das empresas no Estado do Pará, madeireiras, são pequenas e micros empresas. Ao contrário do que o imaginário popular de muita gente pode pensar.

Portanto, querem, alguns gostem ou não, importante para o Estado do Pará e para a Amazônia o [Soa a campanha] setor florestal-madeireiro. Eu peço só mais um pouquinho de tempo, porque... Bom, eu março de 2005, foi finalmente assinado um acordo de cooperação técnica entre o INCRA e o IBAMA para que... Basicamente diz o seguinte – A situação fundiária dos Planos de Manejo, o IBAMA iria requisitar ao INCRA se poderia dar continuidade aos Planos de Manejo e o INCRA iria responder etc. Essa situação de novo, não foi resolvida, porque o IBAMA passou a alegar que apesar desacordo precisaria da assinatura de um novo Termo de Ajustamento de Conduta para dar prosseguimento nos Projetos de manejo.

Em setembro de 2005, depois de longos meses de negociações que envolveram Senadores do PT, Senadores do PSDB, outros políticos de partidos diferentes, o Ministério Público Federal, o IBAMA, o INCRA, a Casa Civil, foi uma coisa transparente não foi feita em Gabinete escondido de ninguém, foi assinado o TAC, assinado pelo Presidente do IBAMA, pelo Secretário de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente, Dr. Capobianco, representando a Ministra do Meio Ambiente, pelo Ministério Público Federal, aprovado na 4ª Câmara do Ministério Público Federal, aqui em Brasília. Quer dizer, todos reconhecendo a necessidade da continuidade disso. Mais transparente que isso impossível, para se dar prosseguimento aos Planos de Manejo que estavam suspensos por todos esses problemas que já foram alegados. O setor florestal, em nenhum momento, o setor florestal organizado do Estado do Pará, em nenhum momento defendeu, nem com nenhum político, nem com o Ministério do Meio Ambiente e nem com o IBAMA, que essa solução fosse uma solução definitiva para o setor florestal. Nós temos um problema que vem de anos atrás, uma falta da política. Nós nunca defendemos isto. Sempre defendemos que a solução faria parte de uma política florestal que no Brasil até hoje não tem. Existe uma idéia de se ter. O Ministério do Meio Ambiente, agora com a provação da Lei de Concessão, está trabalhando numa proposta de política florestal. Mas na prática, não existe nada, não existiu e não existe. Nem no Governo passado, nem nesse, até o momento. [Soa a campanha]

Então, nós deveríamos ter uma política que regulasse o setor florestal, que permitisse o setor flo-

restal trabalhar dentro de todos os preceitos de bom manejo florestal, de dar respostas econômicas sociais e ambientais para o setor florestal. Essa política ainda não existe.

Então, foi feito o Termo de Ajustamento de Conduta, para dar uma transição até que essa política fosse implementada, que é prevista pelo Governo Federal que começasse uma implantação ainda esse ano. Espero que sim.

Apesar de tudo isso, dessa grande expectativa do TAC ter sido assinado, apenas quatro Projetos de manejo foram reativados com o TAC. Dr. Rummel, Diretor de Floresta do IBAMA, mandou circular para os gerentes do IBAMA no Estado do Pará, dizendo que não assinasse o Projeto de Manejo do TAC, apesar do chefe dele, Dr. Marcos Barros Presidente do IBAMA ter assinado o TAC.

O que eu devo pensar? O que a sociedade deve pensar? Quem decide, quem toma decisão, quem manda? Porque se o Presidente do IBAMA assina um TAC, eu acho que não era para fazer, para simplesmente brincar com os políticos, com a sociedade, com o Ministério Público que participou disso. A Ministra do Meio Ambiente, o seu representante assina. O Dr. Rummel disse que, na imprensa inclusive, declarou na imprensa, inclusive, que não iria dar procedimento no TAC que era ilegal. Opinião dele. E aí simplesmente parou ali. Ele continua lá, continua não assinando. Não sei que conclusão chegar. A conclusão que eu posso chegar é que na verdade todo esse processo de discussão do TAC foi um tempo usado para levar o setor produtivo, o setor florestal produtivo no Estado do Pará, com a barriga. Porque não é possível que o Diretor de Floresta do IBAMA decida não cumprir nada, continue lá, o IBAMA continua não tomando atitude. Eu não sei o que pensar, sinceramente.

Então, não cabe a nós, como sociedade, resolver o problema. Resolver o problema, quem tem que resolver é o setor público, os representantes do serviço público estão aqui para resolver o problema da sociedade.

O que eu espero agora nos próximos momentos ouvir dos representantes, qual é a solução para esse problema da transição, não é solução definitiva. Que esse eu espero que a política do Governo Federal seja implantada ainda esse ano. Mas nós temos uma situação grave, econômica, social no Estado, que precisa de uma solução transitória. Obrigado.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Com a palavra o Sr. Tasso Rezende, representante o Ministério do Estado de Meio Ambiente.

SR. TASSO REZENDE – Obrigado, Senador Quintanilha. Em nome do Ministério, talvez fazer uma abordagem rápida sobre os aspectos relativos à estratégia que está sendo adotada em relação a esse tema, obviamente o Dr. Marcos Barros pode falar mais especificamente sobre os temas relacionados a questão do IBAMA em si.

Em resumo, desse tema como forma geral, o que nós temos é um processo histórico em que se fazia utilização de áreas públicas a partir de uma lógica que se tratavam e encaravam a área como uma área de uso privado.

Então, tem várias razões históricas que todos são profundos conhecedores, então não vale a pena a gente ficar tratando muito dela. Mas, o fato é que os órgãos públicos tratavam as áreas, não só florestais, mas as áreas públicas de forma em geral, a partir do viés privado. O que quer dizer isso? Que é o sistema de crédito, por exemplo, ele oferecia crédito para atividades privadas, numa área pública, sem que houvesse... Tratando aquela área como área pública, inclusive usando, por exemplo, como garantia a área pública para um empréstimo privado.

Usava-se esse tipo de mecanismo também para, por exemplo, aprovar autorizações de plano do manejo e assim por diante. Esse tipo de situação, ela foi ao longo do tempo, em relação à questão do manejo florestal, ela foi se procurando, ao longo do tempo, contornar essa situação a partir de uma série de instrumentos paliativos que não atingiam diretamente o cerne do problema, que é o tratamento da coisa pública como coisa privada. Falo isso porque, inclusive, antes de estar envolvido diretamente com o problema [inaudível] de florestas, eu estive do outro lado, trabalhando a questão do manejo florestal e muitas vezes nós fomos mesmo demandantes, até estando na sociedade civil, de que existisse algum mecanismo simplificado para viabilizar que se aprovasse Planos de Manejo, mesmo que a questão fundiária não tivesse resolvida, porque seria uma forma de você proteger a floresta. Seria melhor que eu estivesse o plano manejo na área, mesmo que essa questão fundiária não estivesse tão resolvida.

O fato é que todas essas medidas foram medidas protelatórias para lidar com o fato real. E elas foram, digamos, o cerco foi fechando. Até que em 2003, a despeito de existir o TAC de 1999, porque era um TAC que tinha um problema de origem, o TAC geralmente era para você resolver o problema. Você sair da situação enfim, da situação de ilegalidade e passar para uma situação de legalidade. E o TAC não propunha isso. O TAC na verdade, propunha simplesmente você empurrar o problema para

frente. Você continua aprovando em tais condições, mas não resolve o problema da tese especificamente.

Então, o que aconteceu em 2003, foi que nós recebemos uma orientação da Ouvidoria Agrária da União e do Ministério Público, vários sinais do Ministério Público de que a aprovação de Planos de Manejo em áreas públicas, sem o devido processo de licitação, etc. porque era necessário, tornava ele, enfim, um instrumento inválido e não deveria ser aplicado. Uma vez que você recebe essa orientação, se você não seguir ela, aí você está prevaricando como ente público.

Então, nós tivemos um problema crítico em agosto de 2003, que foi o momento que se tomou a decisão de que não se aprovaria mais novos Planos de Manejo em terras públicas sem que houvesse uma regulamentação para tal. Imediatamente começamos a trabalhar numa solução para isso, não contornar de novo, mas tentar uma solução mesmo que é toda a história da Lei de Gestão de Florestas Públicas [Soa a campainha] que é o processo que todos conhecem, foi aprovado nessa Casa depois de uma discussão longa.

O drama é que embora a gente tenha começado essa discussão da lei de gestão em florestas públicas em 2003, isso só foi possível, enfim, para os vários aspectos que tem da natureza da lei, ele ser aprovado no começo deste ano. E, portanto, a agonia do setor que era lidar com a fase que você não tem... Você, por um lado, tem uma pressão para que não se criem mais coisas em terras públicas sem regulamentação. E por outro lado, você não tem a regulamentação, ela se estendesse de tal maneira que talvez o ano passado tenha sido o pior ano para o setor florestal na Amazônia, se é que esse não vai ser o pior ano, dadas as condições.

Bom, esse é o quadro geral. O fato é que para poder lidar com essa transição, foram-se tentados alguns mecanismos, que são Termos de Ajustamento de Conduta para que aí sim, se fizesse uma transição mesmo, sair da situação de um Plano de Manejo que está irregularmente em terras públicas e ele transitar para chegar a um modelo em que ele possa estar regularmente em terras públicas. E foram feitos esses instrumentos do TAC.

O TAC, houve uma decisão do IBAMA, em 2004, de mediante a Portaria que pediu cadastramento das áreas, se suspender os Planos de Manejo que estivesse nessas áreas, até que fosse confirmado CCIR que é uma decisão soberana do IBAMA sobre esse tema, e que casou a suspensão de parte dos Planos de Manejo, principalmente na região do Oeste do Pará, abrangendo cerca de 60 Planos de Manejo.

E depois, em seguida, nós trabalhamos para fazer esse TAC que permitiria que mesmo esses Planos de

Manejo que tiveram uma suspensão, eles pudessem ter uma solução de continuidade, enquanto não se aprovava a Lei de Gestão de Florestas Públicas que já traz em si um mecanismo de transição. Por vários motivos que o IBAMA pode explicar melhor e o INCRA, esses TACs, não puderam... Bom, poucos TACs puderam ser assinados até o momento em que a lei foi aprovada. Na verdade, são seis TACs, quatro ou seis são irrisórios do mesmo jeito. Só para informar que são seis. E existem condições de serem aprovados mais uma quantidade de Planos de Manejo.

Eu queria só ressaltar que em relação ao TAC, ele tem dois problemas na natureza do TAC que foi assinado e ele era de conhecimento, esse problema era de conhecimento de todos que estavam envolvidos que ele significava duas coisas. Primeiro, ele significava [Soa a campanha] abrir mão da posse da área que estava objeto do Plano de Manejo.

E o segundo é que ele tratava, o TAC tratava com quem tinha o Plano de Manejo e a posse. E a realidade que nós temos naquela região é que grande parte dos Planos de Manejo que tem naquela região. Eles são Planos de Manejo que estão, digamos, funcionando como uma espécie de arrendamento de posse que por si só é uma outra irregularidade que casou um constrangimento como se soluciona para a assinatura dele.

Bom, então essa é uma das razões dos vários dos TACs não puderam ser assinados. E o segundo tema que nós tivemos foi que com a criação das unidades da conservação na região da BR 163 no Oeste do Pará, uma série de Planos de Manejo que incidem sobre essas áreas, eles não puderam ter solução de continuidade, dada a decisão do IBAMA sobre esse tema também.

Por fim, o que é importante salientar que uma vez aprovada a Lei de Gestão de Florestas Públicas, que é realmente a solução de longo prazo, ela prevê um mecanismo de transição que ele está plenamente em andamento agora e em regulamentação. Nós já circulamos a Instrução Normativa que regula como funciona esse mecanismo de transição, a versão final deve estar sendo editada nas próximas semanas. E hoje termina o prazo da consulta pública para o modelo de contrato que deve ser assinado pelos detentores de Planos de Manejo para ter continuidade por 24 meses a gestão dessas florestas, enquanto se faz a transição para as licitações. E esse instrumento deve estar sendo viabilizado na medida em que as solicitações vão acontecendo nos próximos meses. E a gente acredita que ele vai viabilizar que a gente tenha esses Planos de Manejo que estavam então suspensos, uma boa parte deles possa voltar a operar e aí sim já sobre a égide

da lei, da nova lei, a Lei 11.284 com a assinatura dos contratos, que são assinados com o serviço florestal brasileiro, o Ministério do Meio Ambiente e que dão a necessária cobertura para que o IBAMA possa, então, aprovar as autorizações por ação e dar continuidade a esses Planos de Manejo nos próximos meses enquanto implementa-se a lei. É isso.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Obrigado, Dr. Tasso. Eu acho que a propósito da abordagem sobre o Termo de Ajustamento de Conduta, seria interessante ler o expediente por inteiro, exarado pelo Procurador da República Ubiratan Cazetta, justificando a sua ausência quando ele menciona a questão da necessidade do reajustamento nesse termo de reajustamento de conduta e aí eu gostaria de ler para conhecimento dos debatedores, o expediente que eles não remeteu no dia 29. Primeiro justifica a impossibilidade do seu comparecimento. Já no segundo parágrafo, ele diz que, “por oportuno, com o intuito de contribuir para o debate do tema que reconheço essencial para o momento, tomo a liberdade de indicar para V.Ex^a. que a minha ausência diante da tal audiência ter por objeto a situação florestal, madeireiro da região Oeste do Pará, áreas da abrangência das BRs 163 e 230 e o Termo de Ajustamento de Conduta referentes a Planos de Manejo e a transição da implantação da recém aprovada Lei de Gestão de Florestas poderá ser suprido com um convite aos membros do Ministério Público Federal, lotados nas Procuradorias da República nos Municípios Santarém e Altamira responsáveis únicos pela região objeto de discussão. Minha participação nesses fatos restringe-se ao Termo de Ajustamento de Conduta do qual participei como membro do Ministério Público Federal, mas que tinha por objeto um grupo específico de Planos de Manejo Florestal sustentados a saber aqueles que já estavam aprovados até 30 de novembro de 2004, em cuja única pendência fosse de origem fundiária. O âmbito de discussão que hora se propõe extrapola objeto daquele Termo de Ajustamento de Conduta, devendo ser construído uma solução adequada ao novo quadro normativo, decorrente da efetiva vigência da Lei de Gestão Florestal e a realidade específica do setor madeireiro daquela região do Estado do Pará, sob a qual, por regra constitucional, não tenho atribuição, e qualquer manifestação configuraria mera opinião pessoal não expressando o posicionamento do Ministério Público Federal. Como contribuição aos trabalhos da referida Audiência Pública, encaminho o teor o Termo de Ajustamento de Conduta antes mencionado, juntamente com o Ofício que encaminhei a época da aprovação a 4^a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal”.

Então, ele disse que apesar de ter trabalhado no Termo de Ajustamento de Conduta, a área específica discutida está fora da área da jurisdição dele.

Então, nós ouviríamos agora o Dr. Marcos Barros, Presidente do INCRA. O Dr. Marcos solicitou que ele se manifestasse depois da manifestação do IBAMA. Como é que nós faríamos aí? Pode ouvir o Sr. Pedro de Aquino, há necessidade? Tem dois representantes do INCRA.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Se for julgado necessário, mas eu gostaria que o Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA se colocassem...

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Tem problema? Dr. Marcos com V.S.^a. a palavra, então.

SR. MARCOS BARROS – Senador Quintanilha, Presidente dessa Comissão, senhores que compõe a Mesa de trabalhos, Senadora Ana Júlia, Senador Flexa Ribeiro, companheiros do IBAMA, senhores e senhoras, pelos expositores que me antecederam talvez eu trouxesse objetividade em começando pelo fim do processo. O que é o fim do processo? Dos 42 Planos de Manejo, ou candidatos a exploração florestal que a mim foi dado por razões aqui já explicitados, nós conseguimos extrair depois dos seis em que já tem autorização para efetuar o desmatamento, 12, perdão, para efetuar o manejo, 12 desses planos, em 46, repito, a nossa avaliação merecem em associação IBAMA e INCRA, uma vistoria conjunta na área. A autorização especificamente está dependendo exclusivamente disso perfazendo de 46 um total, portanto, de 18 Planos de Manejo para essa safra, por enquanto.

Com objetividade, terça-feira próxima, o INCRA e o IBAMA estão começando na área essa tal vistoria através de uma Programação de vistoria que eu tenho aqui especificada. Seis áreas para o Plano de Manejo, no que nós chamamos rota Santarém Uruará, e seis áreas da rota Santarém Castelo dos Sonhos. Em cima disso, existe uma especificação detalhada de quilometragem, existe, inclusive, um orçamento que para as duas instituições perfaz trinta mil e oitocentos reais.

Então, terça-feira, nós damos seqüência a essa atuação, trazendo para a prática, dando uma resposta ao que está ao nosso alcance. E quando eu falo ao que está ao nosso alcance, aí eu quero retomar para o início e deixar claro, dito pelo presidente da instituição que não vejo e não há qualquer intenção, muito pelo contrário, do IBAMA criar obstáculos, objetivos a partir dele, instituição, e de qualquer vinculação política ideológica em relação ao respeito a indústria madeireira, especificamente do Estado do Pará.

Eu quero lhes dizer, Srs. Empresários, Srs. Senadores, que não há a mínima intenção. O que há, o

nosso Procurador Federal aqui já disse e os expositores também explicitaram, todo um processo de acordo na perspectiva de nós atingirmos uma meta e que a nós foi deixado para o nosso Governo. Se eu posso dizer numa palavra, o nosso grande problema é ordenamento. Nós precisamos dar ordem a uma situação e que, por outro lado, eu não acho uma palavra mais doce do que diz respeito a questão fundiária o nosso Governo encontrou um caos, principalmente naquela região. E como há um pré-requisito para que o centro dessa abordagem que é o manejo florestal e o centro da lei que os senhores aprovaram nessa Casa se concretize esse processo de orneramento passou por Termos de Ajustamento de Conduta como disse aqui o Dr. Tasso Azevedo. Eles procuram corrigir distorções e dar uma certa ordem, sem [Soa a campainha] parar o processo para começar do início.

O nosso Governo fez um esforço supremo com o auxílio dessa Casa para criar uma legislação de caráter permanente que definisse concretamente uma política para a Amazônia, pelo respeito e pela consciência que tem a Ministra Marina de que sem este ordenamento, a degradação ambiental na Amazônia iria continuar no mesmo ritmo que estava.

Então, a síntese é que há que se ordenar isso. Esse processo que eu chamo doloroso de ordenamento, e que nós temos o maior respeito pela crise do desemprego que isso gera é uma pré-transição. O que eu chamo pré-transição é exatamente isso que nós estamos trazendo com concretude a operacionalização desses Planos de Manejo que estão ao nosso alcance. Senador Flexa Ribeiro, quando V.Ex.^a. e o representante da UNIFLOR, FIEPA aqui mencionam o TAC, onde o Presidente do IBAMA assina e no momento em que se executa esse plano, o nosso Diretor do Florestas tem a visão de que partes importantes desse plano, uma visão que eu chamo de cautelar em relação a execução *in totum*, é porque há pendências técnicas que na visão da nossa Diretoria de Florestas por seu caráter executivo e eu tenho aqui explicitado, o Plano de Manejo a Plano de Manejo, há tendências técnicas que instâncias outras como o Ministério Público Federal simplesmente iriam nos cobrar com conseqüências sérias para quem, não só para quem assina, mas para quem está não ponta do processo em execução. Tentar operacionalizar ao máximo, nós estamos fazendo isso. E iremos dar tudo de nós, um esforço conjunto, INCRA-IBAMA, na perspectiva de avançar nessa direção. Mas quando eu pego a listagem dos 42, só para pinçar um aqui, um Plano de Manejo que diz assim – “Proximidade de terra indígena”. Isso é constitucional, então esse eu não posso avançar. E há outras pendências de caráter jurídico aqui definido

pela DIJU(F), onde também as limitações são técnicas mas tem uma base jurídica muito importante onde se cria um empecilho da gente avançar.

Então, a frustração também não é vossa exclusivamente, mas é também nossa quando nós não podemos por certas limitações, seguir mais a diante. Mas, por fim, eu quero lhe dizer, que há essa determinação, a Ministra Marina Silva tem muita angústia em relação a essas questões que nós explicamos para ela, às vezes, para os técnicos do Ministério que são obstáculos a concretude desses Planos de Manejo, mas que nós vamos avançar tendo a perspectiva da lei realmente aqui aprovada, a ordenar por fim todo esse processo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Obrigado Dr. Marcos, vamos ouvir agora o Dr. Marcos Kowarick, Diretor do Departamento de Ordenamento da Estrutura Fundiária. Tem V.S^a. a palavra por cinco minutos.

SR. MARCOS KOWARICK – Boa-tarde a todos, cumprimentos a todos, Senador Leomar Quintanilha. É um prazer está aqui trazendo esclarecimentos sobre essa questão que envolve a produção madeireira no Sudoeste do Pará.

Nós estamos trabalhando aqui e a figura utilizada por todos e insistentemente é a resolução de uma questão da transição. A transição, ela quer dizer ligação de um lugar a outro, é uma passagem. E nós temos que ter clareza, vou colocar isso rapidamente, transição da onde para onde. E do ponto de vista fundiário, nós estamos trabalhando uma transição de exploração madeireira de um processo produtivo de extração de madeira de terras públicas federais, sem a anuência do Governo Federal, sem pagar arrendamento que deveria ser previsto na lei, sem a posse efetivamente regularizada, sequer a posse quanto mais a propriedade.

Então, nós estamos tratando da transição desse quadro, objetivamente, absolutamente ilegal em que setores privados estão tendo exploração de patrimônio público, sem o devido documento e fundamento legal. E uma atividade privada, portanto, para beneficiamento de um setor que ocupou essa área. Eu estou colocando, essa é a realidade encontrada. Qual a causa disso, eu não vou delongar aqui, mas uma eu sei com certeza não existia até esse Governo, no PPA e agradeço aos Senadores e a essa Casa pela aprovação da lei da inclusão e do fortalecimento do Programa 0138 que diz, “regularização e cadastro em terras públicas”. Esse Programa saiu agora para uma média de quase setenta milhões por ano, porque na Amazônia legal, eu não estou entrando nem no Pará, o Governo Federal em terras públicas tem 110 milhões de hectares de

terras públicas federais. Eu vou repetir, 110 milhões de hectares de terras públicas federais que em 20 anos, ficaram sem uma, nos últimos 15 anos, ficaram sem uma gestão efetiva sequer da documentação.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Dr. Kowarick, o senhor me desculpe, mas eu vou por o motivo se depender da minha vontade, tive que me levantar, e eu queria que o senhor fizesse um resuminho do que o senhor falou, pronto.

SR. MARCOS KOWARICK – De que nós estamos trabalhando uma transição de que produção madeireira em terra pública federal não legalizada. E qual é a transição? Nós queremos ir para que o sistema e a produção florestal-madeireiro, a cadeia produtiva que tem como início, a exploração de uma madeira em cima de uma terra, essa floresta tem uma terra por baixo que é de propriedade em parte do Governo do Estado, em parte da União, mas nós estamos tratando de terra pública, seja legal. Os instrumentos adotados por este Governo foi a criação de um Programa 0138, com destinação de recursos que essa Casa aprovou na Lei Orçamentária, e que permitiu uma ação forte do Governo no Pará. E nós estamos tratando também de uma transição aonde? No Pará, a maior crise agrária do País, com vários crimes e com vários problemas que quem quiser mais detalhe pode pedir o relatório do GSI, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que envolvem na questão, envolvendo a questão da posse agrária e de ocupações de diversas atividades ilegais. Diversas. Todas comprovadas. E não é por isso, por menos, o que o Ministério Público Federal está nessa ação. Eu não estou querendo dizer com isso de que o setor madeireiro não deva existir, pelo contrário, ou deva ser estimulado, pelo contrário, é a vocação da Amazônia, é a vocação do Pará.

Então, agora, nós tínhamos que trabalhar com uma pauta de mais de 20 anos distorcida, porque os Planos de Manejo que o IBAMA nos passou para fazer plotagem, eu sou engenheiro agrônomo, o polígono apresentado de 120 Projetos, nenhum poderia ser chamado de um polígono fechado, nenhum. Portanto, estavam sendo aprovado propostas de manejo [Soa a campanha] de floresta, em áreas que não podem ser definidas ou materializadas.

Então, no papel podia estar bonito, mas nem no desenho no computador fechada. E nós estamos caminhando embora com dificuldade ainda pelo tempo, e eu entendo o clamor do setor, corroboro com esse clamor e foi com isso que se criou a Superintendência de Santarém que agora estão entrando 85 técnicos na área lá que foi comprado mais de dezenas viaturas para aquela região, que o recurso está sendo colocado

na região, que nós regularizamos mais oito milhões e quinhentos de mil hectares de terra, só no Pará, o ano passado, e que vamos trabalhar junto, já com a Regulamentação da Lei 11.196 dos quinhentos hectares que eu não posso adiantar o dia, porque isso vai para o Presidente da República, mas ela já está aprovada no INCRA, eu lhe asseguro é da minha área, foi votada e aprovada. Não tem o que modificar nela, até o presente. E, ao mesmo tempo, saindo daqueles Projetos de assentamentos convencionais que nós também sofriamos com o IBAMA, porque acabava o desmatamento e o próprio processo do setor, a dificuldade de investimento na área, levando a degradação ambiental ou desmatamento ilegal dentro dos assentamentos. Nós mudamos todas as modalidades para PDS, PAV, etc. Não criamos mais assentamentos convencional na Amazônia legal e principalmente no Pará.

Então, este é um caminho da transição para onde nós queremos chegar. Os recursos, aí corroboro aqui com a posição e as informações, endosso as informações dadas pelo Presidente do IBAMA de que dos doze aptos, e cabe a nós dizer isso. Nós faremos a vistoria, estamos a disposição. Apesar da greve, lá não tem greve, nós conseguimos que não tivesse a greve. Estão todos em estágio probatório, estão em começo, são funcionário, as viaturas estão a disposição e nós vamos fazer o quê? Cotejar o que foi nos entregue de documento virtual e direito fundiário, ele é geográfico, ele no papel é um poço de confusão, pode ser um poço de confusão [Soa a campainha] e nós vamos fazer essas vistorias rapidamente com quantas equipes forem necessárias, os recursos estão disponibilizados para viabilizar esses doze TACs. E na sequência esse ano, os 18 PDS estão sendo contratados com Planos de Manejo. Ou seja, a nossa preocupação, também, com a oferta de madeira legal dentro dos assentamentos está sendo atendido. E tem esses recursos para isso, além da infra-estrutura para esses novos PDS.

Então, esse esforço também, nós não estamos só em volta de Santarém, abrimos um escritório em Novo Progresso, com cinco funcionários ainda, duas viaturas, três agrônomos e tal com recursos, vamos estruturar e construir o nosso escritório permanente lá por causa do distrito florestal em conjunto com o IBAMA e outras entidades, e as ações do exército este ano que foi um sucesso ano passado de georeferenciamento e regularização, nós vamos ter em Anapu o primeiro Plano de Manejo aprovado dentro de um PDS. Já esse ano, vai ser anunciado agora, eu não posso adiantar muito da pauta, mas está pronto e outros também.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Para concluir, Dr. Marcos.

SR. MARCOS KOWARICK – Concluindo eu quero dizer que a ação do Exército este ano, não mais com 42 equipes, mas somando as do INCRA com mais 100 equipes, nós vamos trabalhar prioritariamente entre Castelo dos Sonhos, Santarém, nesse triângulo e Altamira para que possamos regularizar ao máximo todos que for possível em PDS, tudo que for possível dentro da norma e da legalidade até os 500 hectares, e dar subsídios a todos os outros órgãos sobre a legalidade ou não das terras.

Então, esse é o nosso entendimento, e essas são, no meu entender, as dores da transição que não queremos que ninguém mais sofra com isso, os trabalhadores que realmente foram desempregados, mas é também para sair de uma situação muito ruim, absoluta ilegalidade para uma situação de legalidade e de sustentabilidade para o setor, que eu acho interessa essa tranquilidade também ao setor privado, ao setor madeireiro e como eu digo para a vocação do Pará que é o manejo de floresta sustentável.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Obrigado Dr. Kowarick. Os Srs. Senadores que quiserem se manifestar. Senadora Ana Júlia Carepa, tem V.Ex^a. a palavra.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Obrigada. Sr. Presidente, eu vou tentar aqui exatamente não repetir o que já foi colocado, o que a gente já discutiu tantas vezes, mas eu quero colocar o seguinte – Nós sabemos da falta de regularização fundiária que o próprio Poder Público Federal, realmente, em outras administrações, outros governos, simplesmente lavou as mãos e não fez. Era mais fácil não fazer, era mais fácil deixar do jeito que estava a ocupação.

Bom, eu quero dizer e aí eu vou falar como uma pessoa que tem dado muito apoio ao Ministério do Meio Ambiente, as ações do Projeto de Gestão de Floresta, que tem sim uma responsabilidade aí do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA nessas dificuldades criadas, também. Eu quero aqui reconhecer, porque me parece, Dr. Marcos Barros, e eu estou falando aqui de coração aberto, que tem pessoas no IBAMA, tem Procuradores que tem mais preocupação, inclusive que fizeram parte de outros Governos, que preferem que não dê certo isso aqui. Preferem perseguir pessoas do que efetivamente se preocupar com soluções dentro da legalidade, não estou colocando aqui... Eu acho que o nosso Governo agiu corretamente ao procurar a legalidade. A minha preocupação está numa situação que se criou o seguinte – Eu vejo aqui o Wagner que é Presidente de UNIFLOR, eu vejo aqui o Leocir Valério do SIMASPA, que foram pessoas que quando a gente fez Audiência Pública no Estado do Pará para discutir o Projeto de Gestão de Florestas, foram a frente defender o Projeto.

Enquanto bandidos, bandidos travestidos, inclusive de Presidente de Sindicato, como o Sr. Mário Rubens, lá do Sindfloresta foi para frente defender contra. Porque é grileiro de terra, um sindicato que nem é filiado a UNIFLOR, inclusive, né Wagner? Porque nem reconhece esse tipo de grileiro que se associa que tem de pior naquele Estado. A região, inclusive, se associa com pessoas que se desconfia, exatamente fazem parte, inclusive, desse consórcio da violência, do consórcio da morte. Então, quer dizer, hoje são as pessoas que apoiaram o Projeto é que são sendo prejudicadas, é essa a nossa preocupação. Porque o bandido, ele não está nem aí, ele vai fazendo, ele não respeita, ele não está preocupado com legalidade ou não. Ele é bandido. Alguém já viu bandido se preocupar com legalidade. Não, bandido é bandido.

Então, eu acho que, eu queria colocar que eu mesma sou uma pessoa que combato e muito. O Wagner sabe disso. Extração ilegal, grilagem de terra, violência no campo. Todo mundo sabe dessa minha característica inclusive, tenho até perseguição por causa disso. Mas a gente tem que saber separar o joio do trigo. Porque se é verdade que tem pessoas que estavam, digamos, trabalhando em área pública, é verdade também que isso se deu por uma ausência do poder público. E tem o que a gente chama de um ocupante de boa fé. Que não eram pessoas que estavam ali para fazer desmatamento, não eram pessoas que estavam ali participar do consórcio, para matar trabalhador rural, para matar apoiadores dos direitos humanos, como a Irmã Dorothy, entendeu?

Então, é essa a situação, Dr. Marcos, que eu quero dizer que nós estamos preocupados. Se tem algum problema de técnico do polígono, então vamos discutir para cada um para consertar, o que não pode é ficar parado. É isso que eu fico preocupada. Assim, nós não vamos suportar, Tasso que esse ano seja pior. E eu estou falando aqui como Senadora do PT, porque quem vai para a Tribuna falar criticar o Governo e o Ministério do Meio Ambiente sou eu, se isso acontecer. Porque entre uma posição do Ministério do Meio Ambiente e o meu Estado, o meu povo, desempregado sofrendo, eu fico com meu povo, vou ficar com o meu povo em primeiro lugar. Porque é esse povo que eu devo satisfação.

Então, eu acho que nós não estamos aqui defendendo nenhum tipo de ilegalidade. Estamos defendendo que tenha uma solução dentro da legalidade. Que eu creio que tem, porque a transição, dizer que o Projeto de Gestão de Floresta vai funcionar esse ano é enganar a gente. Não vai funcionar. E tem mais, com as dificuldades que têm, com as dificuldades que começam a parecer de dificuldade dos pequenos produtores terem

acesso, que isso eu quero dizer que também não admito o pequeno produtor ter dificuldade, eu acho que nós temos que facilitar para o pequeno, nós temos que ter, sim, um processo de transição. E temos que entender isso, e temos que fazer isso de uma forma conjunta, de uma forma que célere. O Kowarick aqui já deu aqui algumas saídas. Está saindo já o Decreto em relação aos 500 hectares. Eu acho que isso é uma saída plausível.

Eu queria saber porque, por exemplo, tem assentamentos... Para ler eu tenho que colocar óculos, Santa Júlia, Nova Fronteira que é lá em Novo Progresso e o PDS de Anapu, você falou aí do PDS de Anapu. Está há muito tempo para poder ser aprovado e eu acho que é possível ser feito isso breve para que possa atender. [Soa a campainha]

Então, eu acho que é necessário haver uma concentração, que pelo que eu vejo o INCRA já está fazendo, dessa regularização na região mais problemática e você já falou aqui que está exatamente abrindo um escritório para fazer essa regularização dos 500 hectares em Novo Progresso. Já está lá. Então, ótimo. Isso daí pode também numa parceria já ajudar.

Então, o que eu chamei, eu resolvi chamar essa Audiência Pública, porque eu quero discutir isso de forma transparente. Para não ficar só vou fazer uma audiência lá com o Ministério, vou lá na Casa Civil... Não. Vamos fazer uma Audiência Pública para toda a sociedade inteira ver, inclusive, nós aqui estamos discutindo e reivindicando a legalidade. E eu sei que essas pessoas que estão aqui, estão reivindicando a legalidade, eles não estão reivindicando a ilegalidade, porque eles sabem dos problemas anteriores, das situações anteriores, é verdade, da falta de regularização ocasionou esse problema. Mesmo que a gente reconheça que, digamos, que tenha uma centena de Projetos, digamos que nem todos possam ser atendidos, mas que tenha pelo menos um percentual, de que pelo menos metade pudesse acontecer, que seja em parceria com assentamentos, que seja em relação a regularização dos 500 hectares que aí nós vamos poder, graças a Deus, ultrapassar. Eu acho que a regularização dos 500 hectares, ela vai regularizar a maior parte das posses na Amazônia, essa que é a verdade. A grande parte das posses está regularizada com os 500 hectares.

Então, eu acho que isso é uma saída e uma concentração de esforços. Eu sei que nós enfrentamos as greves...

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Senadora, para concluir.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Então eu queria colocar isso aqui já... Eu já estou fazendo,

inclusive, um encaminhamento. Eu estou propondo aqui já alguma saída em relação a isso, mas fiz questão de registrar, porque eu fui Relatora inclusive do Projeto de Gestão de Florestas, aqui nesta Comissão. E eu fui para a Tribuna defendê-lo, e V.S^{as}. sabem disso.

Então, e eu quero que ele funcione da melhor forma, inclusive, quero ter informações e já me coloco a disposição para verificar quais os problemas em relação as pequenas empresas, para que a gente resolva porque eu tenho certeza que o Ministério do Meio Ambiente sempre bateu nessa tecla que as pequenas empresas não teriam dificuldade. E eu também já quero me colocar, Tasso, para que gente resolva e não criemos dificuldade do acesso às pequenas empresas, também.

Então, é isso que eu já queria encaminhar. Que a gente já saísse daqui com as coisas encaminhadas.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Para concluir Senadora. Senador Flexa quer se manifestar?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Gostaria de ouvir primeiro os comentários. Não haverá comentário dos convidados?

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Alguém da Mesa? Sr. Marcos Barros.

SR. MARCOS BARROS – Sr. Presidente, o IBAMA ele tem, eu diria, sorte e orgulho para o tema de ter na sua Procuradoria-Geral o Dr. Sebastião Azevedo que é ex-presidente do INCRA e um dos mais profundos conhecedores da questão agrária no Brasil. E isso, o que ele tem contribuído, o Dr. Sebastião Azevedo com o IBAMA em todo esse processo aqui o Dr. Tasso e demais pessoas, no que diz respeito a busca de soluções, eu queria dar esse destaque e esse registro. E o segundo ponto, Senadora Ana Júlia, são as perspectivas de saída e eu vou aqui enumerá-las, dos doze Planos de Manejo e que nós enumeramos aqui. Eu, quando consulto a minha listagem dos 42, além dos 12, por exemplo, no plano técnico há sete planos a mais com pendência, são pendências técnicas. Isso é fruto da nossa relação da Diretoria de Florestas com os empresários da região. E as pendências são – “Olha, precisa o senhor fazer isso, isso, isso e mais isso”. São orientações que nós damos. Esses processos caminham... Se essas pendências são sanadas são mais sete, e aí são 25 planos, já ultrapassa a metade. Agora, por outro lado...

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. MARCOS BARROS – Nós estamos aguardando. Como a gente diz no jargão, não está mais no nosso colo. Se isso volta para a análise, está nessas pendências...

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Já foi devolvido para que eles façam esses ajustes? Porque ele está dizendo que não foi. Eu quero... Eu estou aqui, eu sou pragmática. Eu chamei essa audiência para a gente sair com o encaminhamento.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Senadora, deixa o Dr. Barros concluir e o Kronbauer, já pediu a palavra, também.

SR. MARCOS BARROS – Com as pendências técnicas. Uma pendência técnica [Soa a campainha], pode ser o que o Dr. Kowarick aqui mencionou, não fecha o polígono. O senhor está falando de uma coisa que nós não podemos conceder uma licença, porque nós não estamos falando com o mesmo discurso.

Então, a só a título de exemplo. Por outro lado existem nos 42, 11 com indeferimentos de cara. O que é esse indeferimento? É o arrendamento em terra pública. Isso a legislação não permite, isso é um bloqueio. Quando bate na nossa Diretoria, isso volta lá na nossa DIJU(F) isso retorna. Então nessa situação são 11 planos. Uma outra situação é não ter preenchido o dado do TAC, por exemplo. Eu estou querendo enumerar três pontos para mostrar o que são esses 42. O terceiro ponto é o seguinte – O que é que diz o TAC? Que se mencionou. A data limite era de 30 de 11 de 2004. Esses Projetos eles foram indeferidos porque eles não chegaram até 30 de 11 de 2004. É como se diz na justiça queimaram o prazo e não cumpriram o prazo.

Então, a legislação não permite que a gente conceda uma licença quando esse prazo não foi cumprido. E aí tem acima da gente, muita gente a dizer, o senhor cometeu um crime ambiental, o senhor cometeu peculato, o senhor cometeu não sei o quê. Uma série de distorções.

Então, há uma decupagem desses processos aqui me fornecido por Santarém, por exemplo. Onde há maneiras e saídas de avançar mais nessa direção.

Bom, o Dr. Kowarick aqui já mencionou e para suprir essa safra uma saída importante são dois ou três hectares que o INCRA traz nos seus PDS, na implantação dos seus PDS. Isso no conjunto é muito expressivo para o setor produtivo ter essa madeira legal.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Só lhe dizer, Dr. Marcos Barros, que o próprio setor produtivo defendeu, inclusive, a solução do PDS. Eu estou falando que especificamente o SIMASPA defendeu, inclusive, publicamente na imprensa os PDSs.

SR. MARCOS BARROS – Sem dúvida, é também para mostrar que a gente precisa desse respaldo e o Presidente do IBAMA não tem muito medo. Tanto que assinou o TAC, tanto que assinou com todos os riscos assinou o TAC. A penúltima, a saída são as unidades de

conservação que se criou nesses oito milhões. Qual é a pendência nas unidades de conservação? Os Planos de Manejo. A legislação outra vez, não permite que eu conceda exploração, mesmo por manejo florestal em Resques(F) e em Flonas(F) cuja unidades não tenham o manejo. Esse é o caminho. E tem um prazo de até cinco anos que dê esse manejo nas unidades criadas. Por fim a Lei de Florestas que todos conhecem.

Então, há um rol de caminhos a seguir que se os senhores estiverem outros, os senhores digam que a gente vai cotejar os dois lados que são saídas.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Dr. Leocir com a palavra.

LEOCIR ANTÔNIO SPINELLE VALÉRIO – Com relação ao Tasso. O que o Tasso colocou e com relação às áreas privadas.

Tem uns quatro tópicos aqui que eu quero colocar. Essa situação do TAC, de que forma que foi, como área privada, no nosso ramo, eu desconheço essa situação de que foi usado, se foi usado foi por algum pecuarista nesse sentido. Nós nunca usamos áreas como se fossem privadas. Nós sempre nos submetemos a tudo que existia de lei do INCRA na época e uma das coisas mais absurdas que eu achava na época quando foi feito o TAC, que eu acompanho há 13 anos essa situação na Amazônia, em 99/2000 tinha uma nota técnica, o Dr. Sebastião vai lembrar disso, talvez ele estaria no INCRA nessa época, e quando nós tivemos na reunião IBAMA, eu trouxe duas situações, e trouxe essa nota técnica e ele achou um absurdo. Eu lembro bem que eu entreguei nas mãos do Tasso e dele lá no Ministério do Meio Ambiente na reunião de agosto de 2004, aonde dizia na nota técnica que uma simples declaração bastava para a declaração da unidade do INCRA da jurisdição que se encontrava no nosso caso na unidade de Cachimbo, que bastava da declaração da unidade para desmate, e isso me deixou assim, profundamente decepcionado. E para liberar manejo, nós tínhamos que se submeter a fazer um processo para tirar a certidão na Superintendência, então as coisas eram invertidas e nós brigávamos com isso para que a declaração fosse então para manejo. Nós não estávamos pedindo a terra para ser privado. Nós estávamos pedindo para liberar manejo, que nós assinávamos em cartório 25 anos a preservação daquele lugar. Se um polígono estava errado ou não, mas estava lá. Nós defendíamos e tomávamos o cuidado de quem nós íamos filiar ao sindicato, qual o Projeto, conheço 90% disso que o senhor está falando. Dr. Marcos, os Projetos de arrendamento e os Projetos que são em nomes de terceiros feito por empresas. Conheço e desde 1999 que eu batalho junto e estou na região a há 13 anos lá.

Quanto a transição, essa situação, nós sempre tivemos a preocupação. Fomos a favor, como a senhora falou, Senadora do Projeto de Lei de Gestão que achamos a saída para nós, mas a transição sempre foi cobrada. O Tasso dizia demorado, mas nós sabíamos que era demorado isso, portanto nós estávamos procurando esse TAC essa situação. Quando você vem preparando o TAC, vem uma outra situação que ainda não está que é o contrato que aprovou a lei, e não conseguimos colocar os 16, não foi por causa de pendência, e sim por causa do tempo que chegou essa nova Portaria, chegou criação de florestas e um emaranhado.

A situação dele, da vistoria dos Projetos, Dr. Marcos, esses doze planos tem mais Projeto. Eu tenho certeza disso, que eu tenho a lista que nos foi nos enviada pelo sindicato, tem mais Projetos que estão fora das áreas, e não estão na lista dos senhores.

Então, tem mais de doze que poderiam ser [Soa a campanha] incluídos nessa gerência de Santarém, eu estou falando. No Pará tem mais.

Então, o que poderia ser incluído nessa operação que vai ser feita em conjunta, para esses Projetos que não fiquem, um ou dois ou três ou quatro para trás, que depois tem que mobilizar uma equipe, uma situação muito complicada. E essa situação da demora das ações não combina com a fome. Pelo amor de Deus. Nós estamos correndo atrás dessa situação, o Estado é demorado, a iniciativa privada anda mais rápido, tem as peripécias, a gente sabe da situação, mas pelo amor de Deus, vamos colocar isso, vamos sentar com os sindicatos, vamos ouvir, não só ouvir que eu reclamo muito do Tasso, isso. Não é só ouvir o povo, está lá as audiências públicas as Atas Notoriais lá, foi ouvido o povo, foi feito a diverso, muitas coisas.

Então, é esse é que é o problema. Está faltando ouvir um pouco do povo onde ele vive. Aquela situação lá da 163, se tivesse ouvido um pouquinho as entidades lá sérias, entidades que existe estão brigando por legalidade, com certeza, não estaria essa transição na situação que está hoje. E com relação, Dr. Marcos Kowarick, eu só tenho a colocar que eu conheço os 33 Projetos que foram levantados e pautados pela equipe do INCRA e que tem pendências técnicas, e conheço casos que foi equipe da Cristina Galvão que foi pelo IBAMA detectou e plotou. O que estava no IBAMA e o que estava... É que a sua equipe plotou foi lá, ficou na Câmara Municipal com toda a aparelhagem. E teve um polígono de 100 metros que deu diferença, já considera que aquele Projeto já não serve mais. E são pendências são pequenas que falta um pouco de vontade de ouvir que está acreditando que só o lado oposto, que não houve nós, assim dizer, vamos sentar, vamos

mostrar aquelas pendências que o Dr. Marcos falou, vamos sentar, vamos buscar essas pessoas. Mas coloca como um problema num polígono de 100 metros, eu com vários lá que dá 80 metros num deles, são cinco, seis, às vezes, depende da situação é beira de rio que falta, que são esses 33 que nós batalhamos pelo TAC que foi concedido o TAC e esses seriam inclusos e acabaram ficando dentro de área de floresta.

Então, esses eu conheço porque acompanhei a equipe do INCRA pessoalmente, a equipe do INCRA que lá esteve na época foi designada que eu falei que a parte do INCRA foi lá, fez o trabalho só não andou. Continuou essa situação. E quando detectou o problema não buscou chamar cada detentor e dizer – “O teu problema está aqui”. Escondeu, não era para nos mostrar, era para esconder que tinha problema e a gente descobriu, foi indo, foi buscando, batendo e não foi nos mostrado. Descobrimos porque dentro do IBAMA estava lá num dos Projetos que eu era Procurador, fui lá busquei e pedi e posso até dar o nome para os senhores, que o senhor vai lá ver. A posse, a ocupação que o senhor fala que foi de uma forma mais criminosa possível, vamos falar assim, talvez a ocupação desses 20 anos, tem pessoas lá que vieram das usinas dos alagados do sul que foi colocado pelo Governo. Isso tem que ter respeito, são Projetos, não é extração só ilegal que existe, são pessoas que foram colocadas no Governo Militar ainda lá. Que estão lá, tem o seu CPCV pago, quitado que o INCRA não dá o título ainda, não sei porque situação, talvez essa regulamentação dos 500 hectares vem agora a acontecer isso. E tem alguns com títulos. E tem ocupantes de posse lá, que viveu, criou a sua família, já está os seus netos lá, então não pode generalizar. Tem que fazer isso que o senhor fez, colocar o escritório lá, colocar a equipe e essa situação eu acho que vai se ajeitar, mas sempre vocês têm que ouvir um pouco, pelo menos um pouco, ouvir e acreditar no povo. Se não a situação vai continuar dessa forma. Vocês achando que todo mundo é bandido, aonde nesse meio pode ter certeza que tem gente boa. E se o senhor olhar os índices de criminalidade no eixo da BR 163, com relação a posse de terra, o senhor vai ver que a nossa região é muito pacífica pelos problemas causados na ausência do Estado. Porque se o Estado tivesse presente talvez não teria, tudo que aconteceu, mas o que aconteceu é irrisório perto dos problemas do sul do Pará de outras regiões.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Para concluir, Sr. Leocir.

LEOCIR ANTÔNIO SPINELLE VALÉRIO – Então seria isso que eu tinha e agradecer a Senadora por ter pedido a audiência para nós. E ela sabe do nosso esforço e sabe com relação ao que nós buscamos. A

legalidade. Se nós quiséssemos a nossa ilegalidade, eu não teria fechado a minha indústria no dia que eu saí do Gabinete da Ministra Marina Silva e está lá fechado até hoje aguardando liberar os meus Projetos. Seria isso.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Kronbauer.

SR. WAGNER KRONBAUER – Muito obrigado. Primeiro eu queria agradecer a Senadora Ana Júlia pelas palavras de reconhecimento da briga das nossas entidades pela legalidade. É importante isso quando a maior parte da sociedade tem dificuldade de entender.

Então, sendo uma Senadora do PT e pela defesa que tem contra a grilagem, é importante esse reconhecimento. E é a pura verdade, é isso mesmo que a gente tem feito. Mas eu acho que nós estamos numa discussão aqui dogmática. Apesar da negação do IBAMA, de que não é essa, eu afirmo aqui que a Diretoria de Florestas do IBAMA, desde que assumiu o IBAMA, tem uma atuação dogmática contra o setor florestal-madeireiro. Eles são contra, não querem que funcionem, fazem tudo para não funcionar. Não no discurso, Dr. Hummel no discurso é muito bom. Eu demorei dois anos e meio para perceber que realmente o negócio era só discurso. Porque a ação era outra, falar é fácil, agora nós reconhecemos a intenção nas ações. E é uma decepção muito grande porque eu botava muita fé no conhecimento e na seriedade do Hummel, na competência do Hummel. Infelizmente é uma decepção muito grande. Há um ano de meio atrás eu disse para ele e para as pessoas que eu represento, os meus pares, diretores das entidades na qual eu participo, que em reunião, que o Dr. Hummel Diretor de Floresta do IBAMA, fosse o encarregado de decidir, eu não iria, porque era perca de tempo. E eu não iria perder o meu tempo, eu tenho mais coisas para fazer na vida, ainda sou novo. Se o setor madeireiro não der, de fome eu não vou morrer. Infelizmente, outros trabalhadores vão ter mais dificuldade. Mas as entidades vão participar com outros representantes, comigo não. E eu posso citar, se o senhor quiser, Dr. Marcos, todas as atitudes tomadas desde 2003. A primeira foi adoção no mês de entrada da safra que os senhores sabem, quem conhece o Pará, nós temos um período de safra, chuva e período seco. No mês de entrada da safra, Diretoria de Florestas instituiu tal, em 2003, DA-APMF, Declaração... Sempre é um nome bonito, justificando que aquilo ali ia resolver, ia dar números para o IBAMA para justificar quem estava sendo... Nunca resolveu nada, nunca fez nada. Mas atrasou a safra de grande parte das empresas em pelo menos três quatro meses e o período é cinco, seis meses, quer dizer,

inviabilizou a safra de algumas empresas e inclusive certificadas. E depois vieram outras, com o cumprimento daquele TAC, mudança desse. Nesse TAC que nós estamos discutindo aqui agora, que me parece que o Dr. Ubiratan Cazetta talvez tenha interpretado errado a requisição para essa discussão. É óbvio que a coisa está mais concentrado... O problema maior é no Oeste do Pará, mas o TAC é para o Estado do Pará todo. E esses números que o senhor diz de 42 Projetos, é só da região Oeste, é só da região de Santarém, no Estado do Pará são cento e tantos Projetos. Quer dizer, são mais Projetos que estão lá aptos ao TAC.

Então, acho que o Dr. Ubiratan interpretou que era uma questão específica do Oeste, mas não é. Tanto é que a UNIFLOR, FIEPA e a AINEX que são entidades do Estado do Pará estão aqui. O problema mais grave é no Oeste.

Então, Dr. Marcos, eu acho que talvez o senhor deveria passar por cima da Secretaria de Floresta e ir direto em campo conversar com os gerentes que estão lá na ponta. Lá no Estado do Pará são três Superintendência, ficar lá alguns dias lá no Pará e ver a dificuldade que nós temos lá. Porque me parece que os senhores aqui em Brasília, tem uma dificuldade muito grande de perceber a questão social O problema social. E vou lhe dizer uma coisa, um País tem que ser administrado, não pode ser administrado só por técnicos. Ele precisa de políticos, justamente porque o político é que tem a capacidade de ter uma visão holística da sociedade. O técnico enxerga muito aquele problema, só.

Então, o problema do movimento ambientalista é engessar a questão... Alguns, porque eu aprendi nesse tempo que existem bons ambientalistas, ambientalistas sérios. Infelizmente, os que fazem mais barulho, eles não querem solução, eles querem simplesmente parar lá não sei com o intuito, ou com o acordo internacional de quem. Mas querem parar tudo, tudo. No Pará, hoje, é proibido atividade madeireira, é proibido atividade agropecuária, e é proibido a atividade mineral. Tudo está ilegal, tudo está ilegal. Se for no irrestrito, na interpretação dogmática, tudo está ilegal. E são as únicas três atividades que tem no Estado para sustentar o Estado.

Então, nós estamos, sim, numa discussão dogmática. Me desculpe Dr. Marcos Barros, mas é isso. Falta agora uma decisão política. Eu acho que os políticos têm que ouvir os técnicos, os técnicos têm que dar respaldo aos políticos que tomar a decisão. Mas o político que tem a condição de enxergar lá, Srs. Senadores, Senador Flexa, Senadora Ana Júlia, o resto do problema da sociedade. Porque o problema da sociedade é muito complexo, não é só esse que está falando. E toda essa discussão do INCRA de legalidade, dizer

que tudo é ilegal, isso tudo é discutível inicialmente. Ilegal é a visão do INCRA que é ilegal. Que também é dogmática, porque se for na justiça discutir, é discutível. Essas pessoas forem levadas lá há 20 anos atrás pelo Governo Federal prometendo dar o título de terras para eles. Não deram por incapacidade administrativa dos órgãos fundiários, estadual e federal, diga-se de passagem, não é só o federal, estadual também. Mas incapacidade de regularizar. Nós temos 500 anos de história e não sabemos no Brasil, que pedaço de terra pertence a quem nesse País. Não sabe. Ninguém sabe. Dizer que tem 110 milhões de hectares de floresta pública, eu quero ver o mapa com o polígono que vocês tanto dizem, com o polígono certinho de onde estão as terras públicas. Eu quero ver, eu duvido. E as alegações que os senhores fazem de polígono aí é uma alegação técnica para levar a gente, dá a impressão de que está tudo errado. O polígono agora tem uma nova tecnologia o tal do GPS Geodésico que dá uma precisão de centímetros que nós não tínhamos essa tecnologia. Diga-se de passagem, é caríssimo, no Pará não tínhamos, pelo menos até o final do ano passado, sequer os marcos geodésicos para fazer essa aferição e essa justificativa que o IBAMA usa.

Então, esse relatório que está aí que esses Projetos não podem, é um relatório dogmático que a Diretoria de Floresta do IBAMA procura desculpas para não botar a frente. Eles não estão procurando solução, eu tenho certeza disso. Estou afirmando que tenho certeza disso. A Diretoria de Florestas do IBAMA não tem intenção de arrumar solução. Todo o acordo que nós fizemos, Senadora Ana Júlia, Senador Flexa, todo, vão arrumar uma vírgula numa legislação qualquer do GPS Geodésico “X” ou “B” ou sei lá o que para não aprovar porque a legislação é confusa, é subjetiva, a aprovação do Projeto de Manejo é subjetiva.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Para concluir Sr. Kronbauer.

SR. WAGNER KRONBAUER – E diga-se de passagem, Presidente Senador Leomar Quintanilha, que os documentos usados para aprovar o Projeto de Manejo estão previstos nas Instrução Normativa nº 4 do IBAMA, esses que eles dizem que são ilegal. Está previsto na Instrução Normativa no quadro do IBAMA. E foi referendado, o Dr. Tasso deve lembrar que ele não era do Governo, ainda era do Governo Fernando Henrique, mas ele fazia parte de uma Comissão, que tinha um nome bonito lá também que eu não me lembro agora. Comissão de Meio Ambiente, não sei o quê, e essa Comissão referendou com várias ONGs ambientalistas com o IBAMA, com o Governo Federal referendou a aprovação dos Projetos de manejo com aqueles documentos de posse precário, porque era en-

tendido pelos próprios ambientalistas, uma vontade de se aprovar o Projeto de Manejo. Aprovar o Projeto de Manejo é a melhor forma de você envolver a sociedade na defesa da floresta, gerando emprego e renda. Mas, infelizmente, me desculpe, vou falar de novo, a Diretoria de Florestas do Meio Ambiente do IBAMA não tem intenção de resolver. Posso citar depois várias outras. Inclusive, na discussão do TAC, como já era interesse de não cumprir o TAC, na discussão do TAC que nós tivemos lá em Belém antes da aprovação do TAC, na qual o Dr. Tasso participou, o Dr. Ubiratan Cazetta participou, na Federação das Indústrias, porque, diga-se de passagem, nós sempre tivemos o apoio irrestrito da Federação das Indústrias, nessa questão florestal, eles entendem bem o problema. O Dr. Hummel deveria está lá para discutir o TAC. Ele estava em Itaituba, iria pegar um avião para ir lá, ligou dizendo que desse marcou a passagem, não foi. Disse que alguém tinha dito que a reunião tinha sido mudada. Mas o representante do Ministério do Meio Ambiente estava lá na reunião. A gente já sabia naquele momento que ele não tinha intenção de fazer cumprir.

Então, eu queria deixar isso claro, mas acho que temos que partir agora para a solução, porque eu estou dizendo isso porque eu não quero agora que a palavra volte para lá para ficar havendo desculpas. “Não é, é isso, é ilegal, porque nós temos um problema histórico de 20 anos e tal e tal”. Todo esse processo foi construído justamente por causa desse problema e nós demos apoio irrestrito não só aprovação da Lei de Concessão Florestal, como todas as propostas do Ministério do Meio Ambiente. Quando o Ministério do Meio Ambiente lançou em 2003 em 2004 a proposta de assentamento Florestal a UNIFLOR, AINEX apoiou, disse – “Podem fazer que nós vamos arrumar parceria para essas entidades”.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Para concluir, Sr. Kronbauer.

SR. WAGNER KRONBAUER – Mesma coisa do PDS. Agora, não dá mais para escutar desculpa, é preciso ter solução. E a solução, Tasso, eu queria já lhe pedir já aqui, com relação ao contrato, que nós ficamos realmente, quando recebemos um contrato que agora a lei fala no contrato, a lei que foi aprovada agora prevê a transição, é lei. Agora tem prevendo transição. Espero que não seja mais usada a desculpa do ilegal. Ela prevê um contrato. Só que esse contrato que nos foi mandado lá, Tasso, sinceramente, nós desse animamos quando ouvimos, que são 17 páginas, você imagina com pequeno. 90% dessas pessoas são pequenos e médios produtores na região Oeste do Pará, a maioria deles.

Então, você imagina um pequeno e um médio produtor, um contrato de 17 páginas, só para ele entender é um problema. Mas principalmente as certidões que vocês estão pedindo num contrato, que eu acho que para um pequeno e médio é complicado, tem que ter uma coisa diferente, e as garantias, garantias de uma pessoa que não está tendo dinheiro para nada, como é que eles vão dar garantia? E que Banco vai dar a garantia. Tem algum? Banco oficial, se o BASA avalizar, tudo bem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Banco Popular.

SR. WAGNER KRONBAUER – Pois é, mas o Banco que seja, seja o Banco Popular, seja qualquer que seja, como é que eles vão avalizar uma pessoa que está aprovando um Projeto de transição por dois anos por uma situação melhor, sendo que o Governo Federal não reconhece a área dele? O que é que ele vai dar em garantia para esse Banco avalizar ele? Não há como. Essa garantia tem que precisa revista principalmente para os pequenos e médios, vocês têm que definir a questão do preço. Então eu peço que vocês prorroguem, porque sinceramente nós desanimamos na hora que vimos o contrato, não mandamos as sugestões de propósito para pedir aqui para você, que nós vamos mandar as propostas entre hoje e amanhã, que você prorogue esse prazo de consulta pública para o setor florestal até o final dessa semana, mas que leve em consideração as nossas propostas, não são propostas para fazer de conta e para passar por acima. São propostas para ser exequível pelas pessoas que a gente representa.

Então, eu queria que agora a gente partisse para a solução e esquecesse das desculpas dos problemas que a gente tem. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Um minuto.

SR. LEOCIR ANTÔNIO SPINELLE VALÉRIO – Eu só esqueci de fazer... Me redimir com o senhor, da sua luta junto conosco de todo o tempo, de todas essas audiências que a gente esteve, então eu quero lhe agradecer. E outra pendência que eu esqueci de colocar que o Dr. Marcos Barros falou que, pelo amor de Deus, Doutor, dez quilômetros, quando fala no entorno, o senhor falou uma pendência que está no entorno, já está excluída. É a Instrução Normativa nº 4 que rege os Planos de Manejo, fala que quando se encontra no entorno de dez quilômetros a área indígena, qualquer área de preservação ambiental, precisa ter uma certidão do órgão competente da área vizinha.

Então, esse é uma também das desculpas que a gente estava falando que é uma das pendências que a gente fala que já está descartado por essa situação.

Então, eu só queria colocar essa situação, que isso se resolve com a certidão do próprio IBAMA, às vezes, do gerente dessa floresta e da área indígena atestado administrativo como rege a lei, deixa de ser pendência e são alguns que estão parados aguardando isso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Sr. Marcos Kowarick.

SR. MARCOS KOWARICK – Alguns esclarecimentos das colocações. Quando eu me referi no início sobre os Planos de Manejo, nós recebemos uma caixa de Planos de Manejo que eu tinha acabado...

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – O senhor poderia se posicionar, eu me esqueci de pedir para vocês também sobre aquilo que eu falei dos 500 hectares e dos PDSs. Se é possível essa saída.

SR. MARCOS KOWARICK – Sim. Olhando essa construção, eu vou começar por ela. Essa construção dos... Constituição dos PDS e os Planos de Manejo, quatro áreas já estão com o Plano de Manejo aprovado. E já vão começar a ter esse fornecimento de manejo.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. MARCOS KOWARICK – Isso ele já vai responder. E os outros 18, nós estamos tratando de um milhão e meio de hectares, nós não estamos tratando de cem, nem de quinhentos, é um milhão de meio de hectares. Nós estamos ultimando, porque Plano de Manejo, em geral não existe, em linguagem popular, para pobre, Plano de Manejo sempre foi para rico, para quem tem mais empresa e tal. Para o povo, não tem.

Então, nós, o INCRA vai começar a fazer os Planos de Manejo para esses 18 PDS no Pará e nós estamos ultimando agora os recursos para junto com a assistência técnica, já eles serem executados. Ou seja, nós estamos falando de safra em 18 PDS. Fora os outros quatro, este ano, só nessa região. E não é pouca coisa, não é pouca coisa. É muita coisa.

Então, essa é uma situação bastante, vamos dizer assim, objetiva e esse tem sido o nosso esforço apesar das chuvas, apesar das dificuldades dos contatos. Está secando graças a Deus.

Aqui, qual é a outra questão? Eu deixei bem claro aqui, e eu quero deixar que a minha fala fique clara, porque nós estamos numa Audiência Pública, de que nós temos todos os polígonos de terras públicas federais plotados [Soa a campainha] matriculados em cartório, com registro e é terra pública federal, sim. E essas terras públicas federais, matriculadas, sem discussão de domínio, eu não tenho nenhuma discussão de domínio, nós estamos discutindo Plano de Manejo em terra pública, não estamos falando de terra privada

e de apossamento dessas terras e safra de madeira nessas terras. Nós vamos encontrar desde CATP, CPCV que ficaram largados no canto porque terminaram com toda a área de regularização do INCRA, terminaram e esse Governo recuperou, restaurou, apesar da imprensa dizer ainda que está contratando funcionário público, contratou mais 1.300, todos especialistas, todos de nível superior e está dando qualificação ao nosso trabalho. Além da compra de mais de 250 GPS, além da compra de mais de 500 computadores e o grosso disso sendo colocado na Amazônia.

Então, nós não estamos fazendo um planejamento, Sr. Presidente da UNIFLOR, no vazio. Nós estamos tratando patrimônio público e nós temos zelo por ele e vamos fazer de acordo com que a lei está colocando.

A outra questão, nós não inventamos essa questão de GPS e outras coisas, isso são normas técnicas. Nós temos um CONFEA e nós temos um CRAE nesse País. Nós ainda estamos nesse prédio muito bem edificado, porque tem uma fiscalização e norma e tem padrões.

Então, o mínimo nós estamos exigindo, e o poder público foi a campo em mais de 100 processos particulares fazer o trabalho que era do particular, para ver o que estava certo e o que estava errado.

Então, eu estou dizendo polígono daqueles primeiros 100 lá, lá de 2003 para 2004 que eu vi, eu estava assumindo a Diretoria, quando eu olhei o desenho que ele dava, eu falei – Você errou o Programa, é outro *software*, não é possível isso não tem nome de polígono. Era rabisco alguns, “Olha isso aqui é rabisco de jardim de infância, menino fazendo desenho”. A grande maioria de 100, nenhum fechou, nenhum fechou o polígono. Não encontrou uma ponta com a outra, com dado que me deram. Eu não fabriquei dado nenhum. Eu peguei o memorial descritivo e coloquei no *software*. “Troca o *software*, bota um universal”. Deu tudo da mesma forma.

Bom, a partir daí essa insegurança nós transmitimos ao IBAMA, “Olha aí, como é que nós vamos localizar uma área dessa?”. E nós mesmos, o Sr. Raimundo Lima, o Diretor que estava acompanhando a área, porque eu fico mais na execução foi lá colocou, nós colocamos os nossos técnicos para ir fazer onde era possível corretamente.

Então, há de convir que nós estamos para colaborar, e nós temos feito um esforço nesse sentido. E toda a transição, nós estamos numa transição com coisas graves, com coisas muito sérias, e nesses dois, três anos que nós estamos entrando no terceiro ano, eu vejo uma luz muito forte no final do túnel que não é o trem vindo para acima da gente. Eu estou vendo a solução do setor madeireiro no Pará, da cadeia pro-

ditiva, da legalidade, inclusive do selo de ser justo socialmente porque é um selo também que pode vir da Reforma Agrária, de um PDS, do selo ambiental de forma correta e de forma justa.

Então, nós e hoje temos recurso, o Presidente Lula, o Ministro Rosseto, garantiu para o Pará uma fatia do bolo para a Reforma Agrária e para a regularização fundiária enorme. O Exército está lá e agora volta numa atividade bem maior assim que secar.

Então, eu quero dizer que reiterar, nós somos parceiros, não vamos tentar e não é nossa tarefa encontrar chifre em cabeça de cavalo e nem criar problema de qualquer espécie. Agora, nós sabemos da onde vem a questão agrária. Eu morei nessa região e acompanhei mais de 20 anos.

Então, eu não estou falando do que eu não conheço, eu estou falando do que eu conheço. E eu estou falando de uma situação nesse País de desmatamento desenfreado, de ocupação ilegal, de violência, de cadeia de narcotráfico, cadeia de grilagem, cadeia de desvio de recurso público na SUDAN. E olhe, nós vamos embora puxar uma pauta que nós não temos saudade dela, e nem é o ambiente para colocar, mas eu quero lhes dizer que a gente está falando isso, não é com frieza de Brasília, mas é com o compromisso que foi assumido o Governo de regularizar essas áreas e promover a produção florestal sustentável em grande quantidade que é uma base importante desse processo.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Para concluir, Sr. Marcos.

SR. MARCOS KOWARICK – Eu já conclui, e me coloco a disposição para lhe mostrar as informações, mostrar os mapas, mostrar os registros todos das terras públicas, porque na ausência do Estado, não foram poucas as empresas que eu conheço no Mato Grosso, de São Paulo que é o meu Estado, no Paraná, no Rio Grande do Sul que praticaram grilagem, venderam, verdadeiros cartolas, está na Internet e venderam os lotes, e muita gente desavisada foi lá. E eu estou excluindo dessa pauta daquele posseiro, daquele que tem o CATP, daquele que tem uma situação jurídica constituída, e que também nós fomos encontrar nos porões do INCRA 124 mil documentos, que nós estamos recuperando que estavam em linguagem Cobol, que era o arquivo dos documentos que foram dados. E hoje nós vamos botar em Excel para todo mundo ter aquele seu documento primeiro lá na Diretoria de Santarém ou na Superintendência com uma informação resgatando esse Programa. E estamos reconhecendo posse com um ano, com dois anos, então não tem essa questão. E se nós tivermos, queremos estar junto com vocês. E se nós tivermos errados, está aqui o Aquino.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Para concluir, Sr. Marcos. Vamos concluir.

SR. MARCOS KOWARICK – Ele é bom de conversa, ele é bom de fazer é a Superintendência que mais produziu no ano passado. Então, obrigado.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Vamos ouvir então o Sr. Pedro Aquino de Santana, Superintendente do INCRA, tem V.S.^a a palavra.

SR. PEDRO AQUINO DE SANTANA – Boa-tarde, em seu nome, Sr. Presidente eu cumprimento a Mesa, em nome da Senadora Ana Júlia cumprimento os demais membros aqui da Casa, e eu queria aproveitar o momento para parabenizar o Senado pela sabia decisão de aprovar a regularização até 500 hectares. Só um número aqui para dar os senhores e para as senhoras. Essa ação dessa Casa aqui vai atingir 96% das ocupações no Estado do Pará. 500 hectares, até 500 hectares.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Total?

SR. PEDRO AQUINO DE SANTANA – Não tenho o dado aqui no momento, mas dizer que se vier grito aqui contra essa Casa e contra as ações que foram tomadas é 4% apenas. Que o problema, o nosso problema lá na Amazônia no Estado do Pará, não são 500 hectares, é grilo, é grilagem de 20 mil, de 50 mil e de 100 mil e de 80 mil, de um milhão de hectares. Esse é o problema que tem lá, não são 500 hectares.

Então, se alguém gritar aqui contra a ação dessa Casa que foi sabia, grita em vão. Eu queria aproveitar para registrar isso aqui, porque é quem está lá na ponta sofre bastante, e quando tem uma guarida desse porte tem que agradecer. Com relação a questão do Santa Júlia que a Senadora se manifestou e do Nova Fronteira já era para estar com a autorização, inclusive. Só que [interrupção no áudio] denúncia de que a área não tinha mais madeira, tinha sido totalmente devastada, e ameaçando que iam para as revistas denunciar o INCRA e o IBAMA e o SIMASPA. Chegou essa denúncia, nós já estávamos com a equipe em Novo Progresso, que nós estamos com três postos funcionando no INCRA na Superintendência de Santarém. Estamos com um no Município de Pacajá, um no Município de Anapu e outro no Município de Novo Progresso, postos se Deus quiser, até dezembro para ajudar a resolver o problema.

Então, ontem chegou à equipe do IBAMA lá em Novo Progresso, deve nesse momento estar na área do assentamento fazendo a vistoria para poder liberar, para verificar *in locu* a denúncia, porque o alvo da denúncia era o SIMASPA, o INCRA e o IBAMA de que nós estávamos...

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Eu já conheço de onde vem a denúncia. Vem de mesmo lugar, sempre. É a mesma revista inclusive, os mesmos Jornalistas, mesmo bandido e o mesmo Advogado do bandido.

SR. PEDRO AQUINO DE SANTANA – Eu não sei lhe dizer da onde vem a origem, mas que ela chegou... [Risos] E dizer que, se nós conseguirmos, do jeito que nós estamos trabalhando para o licenciamento para a implantação da infra-estrutura dentro dos PDSs e o manejo dos PDSs, a gente consegue resolver grande parte dos problemas. Para se ter... Nós estamos com PDS já em vias de aprovação do Plano de Manejo. Estão os dois de Anapu, e um em Santarém, o PDS Anta... Eu não sei lhe responder, eu espero que seja breve. Já está praticamente resolvida a situação. E dos outros, num primeiro estágio vai ser a parte que nós vamos tirar o licenciamento para a implantação que é para a construção das habitações, são seis mil habitações que serão construídas nos PDSs, a abertura de estradas e nós não queremos destruir esse, não queremos que seja destruído, queremos o licenciamento para o aproveitamento dessa cobertura vegetal. [Soa a campainha]. E estamos paralelo a isso trabalhando o que o Dr. Kowarick já adiantou, a contratação do inventário, e do manejo paralelo a assistência técnica do INCRA que, se Deus quiser, essa semana nós estamos fechando os contratos com as empresas prestadoras de serviços. Obrigado.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Senador Flexa, tem V.Ex^a. a palavra. Eu só solicito que seja um pouco mais objetivo, são 14 horas a 30 minutos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – 15 minutos. 14 horas e 15 minutos. Eu vou falar mais do que a Senadora, fique certo disso, se o Presidente me permitir.

Presidente, eu acho que eu tive o bom senso, após a intervenção da Senadora Ana Júlia de pedir aos nossos convidados que pudessem tecer comentário sobre aquilo que foi dito aqui e realmente nos estendermos por praticamente uma hora sobre esses comentários. Da forma que eu queria dizer a V.Ex^a., como disse no início dessa Audiência Pública, de que a solução estava dada, precisava ser cumprida. E está provado isso aí. Eu acho que essa audiência teria que ser transformada numa acareação. Porque existem duas verdades e nós temos que buscar qual a verdadeira, porque me parece que alguém aqui está com amnésia que é uma marca registrada desse Governo. Eles dizem, não se lembram, não vêm, não cumprem e isso é permanente.

Eu queria objetivamente para depois passar aos comentários. Essa é uma questão, Presidente Leomar Quintanilha, eu assumi o Senado Federal dias 11 de janeiro de 2005, dia 4 de fevereiro de 2005, participei de uma reunião do Ministério do Meio Ambiente com a participação do INCRA, do IBAMA do ouvidor agrário, do setor produtivo... Eu acho que dezenas de representantes naquela reunião, foi assinado uma Ata, uma Ata com a assinatura de todos dando prazo para que fosse resolvido o problema da tal fome gerada Portaria nº 10 do IBAMA. Lamentavelmente, passado um ano e meio depois disso, nós continuamos discutindo e aí talvez o que o Governo Federal queira, o Governo do Presidente queira, o Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA, o INCRA. E eu quero dizer aqui que, ao meu juízo, o INCRA, ele está aparelhado pelo MST como o IBAMA está aparelhado pelas ONGs. Quem manda no INCRA é o MST, quem manda no IBAMA são as ONGs e por consequência no Ministério do Meio Ambiente. Eu quero aqui ressaltar e até que me prove o contrário, quero dar um voto de confiança a Ministra Marina da Silva, mas acho que ela está sendo envolvida por esse manto todo, e levando ao desespero milhares de brasileiros que acreditaram nos Governos, porque o Brasil não foi descoberto 1 de janeiro de 2003, e o Governo é impessoal para a Amazônia.

Então, objetivamente, como a situação é de emergência, é de caos total, que V.Ex^a. proponha ou aprove a criação de uma Comissão, de uma Subcomissão no âmbito da Comissão de Meio Ambiente para acompanhar *pari passu* diuturnamente esses entendimentos, porque foi dito aqui, ainda há pouco, que graças a Deus está suspendendo o período da chuva na nossa região. Eu fico até preocupado, porque é o início da safra. Que safra? Que nós já não temos safra há dois anos. Que safra nós vamos ter? O próprio Presidente do SIMASPA disse que fechou a indústria dele, porque ele não quer trabalhar na ilegalidade, como nenhum Empresário quer trabalhar na ilegalidade. Só que o Governo está empurrando o setor para a ilegalidade. Então que se crie essa Subcomissão para que a gente possa acompanhar.

Essa Subcomissão, eu quero já propor que seja composta pelo menos dos três Senadores do Pará, porque a crise é nacional, mas o que está emergindo aqui é no Pará, que a gente possa acompanhar essas reuniões, fazer já uma reunião, Dr. Marcos, na semana que vem, uma reunião produtiva, traga seus pontos quais são os Projetos que não se enquadram, quais são os pontos que o INCRA diz que não fecha o tal do polígono, que o Ministério do Meio Ambiente diz que não pode, que o IBAMA diz que não pode e o setor produtivo diz – “Não, isso aqui nós vamos resol-

ver em tantos dias”. E que a gente possa, pelo Senado Federal, pela Comissão de Meio Ambiente, acompanhar isso para que a gente aprove, se não aprove os cento e tantos, que aí em termos de Pará, que se aprove aqueles que sejam possíveis. Porque eu mesmo, eu mesmo já tive a oportunidade de me referir ao Dr. Marcos na reunião lá na Casa Civil, no Planalto quando eu lhe propus, por sugestão que me foi dada de lhe entregar um Projeto que dormitava nas gavetas do seu IBAMA e que não tinha acompanhamento por ele, porque não atendia burocraticamente. Não havia sentido burocrático de fazer acompanhar o Projeto na área, numa área que não era pública, uma área privada, documentada e que não tinha sido aprovado. V.Ex^a. não aceitou naquela altura dizendo que não ia defender interesses particulares. Não era em particular, não. Como eu lhe disse, podia pegar qualquer um dos cento e tantos que estavam sobre análise para que tomasse um como exemplo de como o IBAMA não funciona quando não quer funcionar.

Então, eu proponho que a gente possa fazer esse acompanhamento e isso possa já na próxima quarta-feira, daqui a uma semana, os dois segmentos. O setor de Governo diga o que é que não pode ser feito, que o setor produtivo diga como fazer para atender o Governo. E a gente possa conciliar, pelo Senado Federal esses interesses e já se possa dar algum alento a essa... Há outra solução, lamentavelmente, é muito cara. Seria fazer aqui a criogenização, me parece que o termo é esse, do setor madeireiro e esperar que o Governo se entenda e daqui há alguns séculos a gente possa retomar a vida ativa desse setor. Mas essa é uma proposta concreta que eu acho que a gente possa levar a coisa.

Agora, se V.Ex^a. me permitir Presidente, eu passo aos comentários da reunião, só foi a proposta que iria fazer.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Com relação a proposta de V.Ex^a., acho pertinente. Só gostaria que ela fosse formulada por escrito, para eu submeter a apreciação da Comissão que hoje visivelmente não tem *quorum* para deliberar esse tipo de matéria.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Se V.Ex^a. me permitir eu vou repetir a proposta, porque a Senadora Ana Júlia está tendo que se deslocar repetidas vezes e ela não escutou. Eu propus Senadora Ana Júlia uma Subcomissão com a participação de pelo menos dos três Senadores do Pará, para que a gente acompanhe *pari passu* junto ao Governo Federal e junto...

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – É pertinente a proposta. Formule por escrito, por favor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Farei por escrito. É lamentavelmente, como eu dizia... É lamentável que novamente se volte aqui a essa Casa e se discuta, entrando pela parte já do Plenário do Senado às 14 e 22, estou registrando o horário para ver se eu resumo nos 15 minutos.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Eu solicitaria a V.Ex^a. que seria o mais objetivo, porque nós vamos encerrar a Sessão com mais 15, 20 minutos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Farei isso, Sr. Presidente. Eu tenho aqui uns cem números de documentos demonstrando a situação calamidade, de caos em que se encontra o setor produtivo madeireiro do nosso Estado, todas as gestões que já foram feitas ao longo em dezenas de reuniões que não proliferam, elas não avançam porque todas as vezes, que se procura chegar a um bom termo se criam novos acontecimentos, como esses que ocorreram. Espero em Deus, repito aqui, que dêem resultados positivos o Projeto de Gestão de Florestas, que todos nós fomos favoráveis. O setor madeireiro, o setor empresarial em peso apoiou a Ministra Marina eu dizia naquela altura, ao Tasso, ao Capobianco, a própria Ministra, dizia – “Ministra, não use o Projeto de Manejo de Gestão de Floresta como ação de terrorismo junto ao setor produtivo no sentido de deixá-los sem material de trabalho para que seja aprovado o Projeto de Gestão. Nós vamos aprovar o Projeto de Gestão que achamos que ele é bom para a região e bom para o Brasil”. E lamentavelmente foi isso que aconteceu, quer dizer, os TACs não foram aprovados para que pressionassem os gestores de floresta, aprovamos o Gestão de Floresta, Tasso, e aí? Continua os TACs sem serem aprovados. Então o que nós vamos esperar? Agora, para adequar os TACs ao Projeto de gestão, criar novos contratos como aqui estão colocados de 17 folhas? Então isso é o prova concreta de que nós não queremos resolver.

Lamentavelmente no IBAMA, acontece o contrário do que a natureza mostra. Lá não é o cachorro que abana o rabo, é o rabo que abana o cachorro, porque o Dr. Hummel ele foi a imprensa, Dr. Marcos Barros. Ele foi a imprensa e disse que ele não ia aprovar os TACs. Primeiro, alegou que iriam ser criadas unidades de conservação a serem criadas, depois alegava outras coisas. Em nenhum momento o senhor foi a imprensa para desmentir o Dr. Hummel. Em nenhum momento. O IBAMA se calou às declarações do Dr. Hummel a imprensa nacional. Eu tenho aqui inúmeras delas, poderia lê-las, mas em nenhum momento, “Não, o Dr. Hummel

não tem razão”. Aqui já foi dito pelo setor produtivo que ele desmerece de confiança do setor produtivo, porque ele está a serviço de terceiros, de outros que não tem interesse do desenvolvimento brasileiro.

Então, é importante que o IBAMA tome uma atitude, o Presidente do IBAMA tome uma atitude, e é por isso que eu proponho essa Subcomissão, porque aí nós, Senadores, Senadora Ana Júlia. E eu faço aqui um apelo, Senadora Ana Júlia, vá hoje a Tribuna do Senado, eu estou escrito, eu cedo a minha vez. Peço para a liderança do PSDB lhe dar o tempo que for necessário, mas vá hoje a Tribuna do Senado denunciar o que o Governo, o que o IBAMA, o que o MMA o que V.Ex^a. disse aqui que faria, não dê mais tempo. Porque o tempo é contra a qualidade de vida desses brasileiros. V.Ex^a. sabe que lá na nossa região, nós só trabalhamos por cinco, seis meses e que esses meses começam agora em junho, começam agora, começam amanhã, se a natureza for cronologicamente positiva. Mas a partir de junho. Então vá hoje, não espera. O meu tempo está cedido a senhora, o tenho da liderança do PSDB está a disposição de V.Ex^a. Vá fazer essa denúncia hoje na Tribuna, porque eu poderia fazê-lo, mas como Senador da oposição o que é que vai... O Presidente Lula vai até achar graça, como acha graça de tudo aquilo que diz, porque ele não vê, não sabe, nunca viu. V.Ex^a. não, V.Ex^a. vai dizer que como parte do Governo, quer cobrar ações concretas desse Governo que aí está, em benefício do povo do nosso Pará.

Então, Presidente, eu ia fazer algumas leituras, não vou fazer, só vou fazer uma, só uma aqui para... É do SIMASPA aqui que eu recebo todo o tempo [Soa a campanha]. Só a questão dos PDS, porque foi falado aqui, me parece o Dr. Márcio colocou que um milhão e meio de hectares vão ser agregado aos planos. Aqui tem uma observação do SIMASPA que diz o seguinte – “Nós do SIMASPA – e é verdade porque isso foi dito aqui em outras reuniões – oferecemos em torno de um milhão de hectares para se criar os PDSs. Quanto a Irmã Dorothy defendia o PDS ao máximo, mas quando o setor florestal impõe esta maneira, ele é menos-prezado. As áreas que foram oferecidas pertenciam a sociedade civil organizada, posses mansas, pacíficas e dentro do direito constitucional de 2.500 hectares e todas as posses com mais de cinco anos. Depois de muitas reuniões com o INCRA, onde ficou claro que todos abririam mãos de suas posses, do direito de indenização de suas benfeitorias, e sem nenhum custo para o INCRA, o INCRA hoje compra terras para se criar assentamentos. Queríamos mostrar para o Brasil que juntos faríamos a melhor e mais humana Reforma Agrária que esse País já viu, fixando o assentado na terra e lhes dando renda para viver com dignidade.

Pasmem, o IBAMA e o MMA boicotaram o Projeto dos PDSs, prejudicando o INCRA, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o assentado, afinal de contas para quem o MMA governa?” É um trecho de um documento me encaminhado pelo SIMASPA, presidido, com muita competência, pelo Sr. Leocir Valério.

Então, eu queria Sr. Presidente, ao concluir, pedir encarecidamente. Presidente Marcos Barros, vamos resolver esse problema, não vamos empurrar de barriga como nós estamos fazendo a anos. Vamos tentar encontrar uma solução de consenso, mas que ela seja eficaz. Até para dizer não, porque aí o não é até a solução, dizer – “Olha, nós não queremos madeireiros na Amazônia”. Então eles saem da Amazônia, fecham as indústrias vão fazer outra atividade. Mas é muito mais honesto olhar nos olhos daqueles que estão lá e dizer – “Vocês não podem trabalhar na Amazônia”. Do que ficar com ações que só postergam e agonizam o fim desse setor que é muito importante para o Brasil, para a Amazônia e para o Pará.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Senadora Ana Júlia dois minutos. Improrrogáveis.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – É proposta de encaminhamento. Eu quero propor aqui concretamente, que pelos próximos 15 dias o SIMASPA, o INCRA, através talvez do escritório novo lá de Novo Progresso, que forme essa Comissão e o IBAMA, se possível, forme Comissão exatamente para que resolva as pendências. Vamos resolver as pendências. Eu quero solução, eu vou falar aqui ainda tenho um minuto e dez segundos dizer o seguinte – Eu ainda não vou fazer o discurso cobrando e contra um setor do Governo que eu faço parte por enquanto, mas eu estou dizendo, e já tenho dito isso já há algum tempo que eu estou começando a ficar cansada de esperar e eu tenho visto muitos comentários ruins em relação ao Ministério do Meio Ambiente por pessoas que tem uma história de vida em defesa do meio ambiente. Não é por qualquer pessoa que eu tenho, não é por Senadores, nem Deputado de oposição não. São pessoas que têm um histórico, semelhante ao que eu tenho. É isso que me preocupa. Lá, porque não se sensibilizar com o problema social e querer achar que um contrato de 17 páginas para a maioria das pessoas que mal sabem ler, sinceramente, é desconhecer a nossa realidade e desconhecer o problema social que está aí.

Então, eu quero ainda acreditar, porque eu sou uma pessoa de muita fé. Eu sei do esforço, porque eu ouço isso deste rapaz aqui, Pedro Aquino. Sei do esforço dele, sei do esforço do MDA, sei da preocupação, inclusive, que tem. Mas eu, infelizmente, não vejo o mesmo esforço no IBAMA e no MMA. Não é em todo

o IBAMA e em todo o MMA, não, não é. É verdade que não é. Seria injusto aqui se dissesse que é. Mas tem pessoas ali Dr. Marcos, tem pessoas que se puderem atrapalhar e não fazer, não o fazem. Não adianta. Não adianta é assim mesmo. Tem pessoas, não, tem pessoas que têm idéias, que têm preocupação com geração de emprego, que tem uma visão desenvolvimentista, mas tem pessoas que querem realmente só paralisar a floresta e preferem que não tenha atividade, mas não tem coragem de dizer isso. Isso é verdadeiro. Olhe, todo mundo sabe aqui que eu tenho... É o abismo que me separa do Senador Flexa Ribeiro em relação a questão política, é um abismo. Mas eu quero dizer que em muitas coisas eu estou concordando.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Fizeram uma ponte. Uma ponte para superar esse abismo. Encerrou o seu tempo, Senadora.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – [Risos] É para dizer o seguinte – “Olha, pessoal, entre o povo da minha terra e um setor...” “E eu aqui discordo de falar que é o Governo. Não, não é não. Não é verdade. Eu desconfio do Presidente Lula nem sabe desses absurdos-

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Ele não vai ler um contrato de 17 laudas.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – ...Porque eu sei o quanto ele está fazendo pelo MDA, e outros setores do Governo estão trabalhando muito, muito. Essa é que é a verdade. Mas tem os setores que atrapalham. E eu quero acreditar, porque sei que o Presidente Marcos Barros vai afastar esses empecilhos para que a gente possa resolver.

Então, eu quero essa Comissão aí formada, quero saber se os setores concordam com isso e junto com a nossa Subcomissão que a gente campanha para ter as soluções.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Para encaminhar, Presidente.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Para encaminhar, Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu farei por escrito a solicitação da Subcomissão e já tinha proposto, Senadora Ana Júlia, vamos já agendar para quarta-feira da semana que vem, vamos se Deus quiser aprovar na terça-feira a Subcomissão, já na quarta-feira faríamos a primeira reunião e já teríamos essa semana para que o IBAMA, o MMA, o INCRA já pudesse fazer a relação de todos os Projetos de manejo que estão encaminhados, as pendências e o setor produtivo também de sua parte pudesse fazer essa relação com que eles já atenderam para a gente fazer o fechamento disso.

Então, a minha proposta é que aprovado na terça-feira, a gente faça essa reunião na quarta-feira. E ainda só para concluir por trinta segundos, para que não fique aqui como a Senadora Ana Júlia disse, nós temos um abismo partidário só, porque somos amigos e defendemos o Estado do Pará.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Percebo que está diminuindo esse abismo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Mas, a Senadora Ana Júlia disse que o Presidente, ela tem certeza que o Presidente Lula não sabe. Como ele não sabe, nunca viu e nunca soube, eu só quero ler aqui duas linhas que o SIMASPA me encaminhou dizendo seguinte – “No dia 6 de março de 2005 – tem mais de um ano Senadora Ana Júlia – o cantor Sérgio Reis – está nominando a pessoa, Senadora Ana Júlia – esteve no Planalto, almoçando com o Presidente e levou um dossiê da nossa situação e falou para o Presidente que ele esteve na região e que a situação era muito grave, que não se fazia reforma dessa maneira, e sugeriu ao Presidente que fosse visitar a região”. Até hoje ele não foi lá, o que nunca ocorreu. Portanto, com relação a nossa situação o Presidente Lula não pode dizer que não sabe de nada, só para esclarecer a V.Ex^a.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Eu não disse isso, eu quero aqui dizer que o Presidente Lula não sabe dos entraves que órgãos públicos do Governo dele estão fazendo. Pessoas inclusive em cargos de confiança desse Governo estão fazendo. Eu não posso deixar de dizer isso, porque isso não é verdade.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – O Presidente do IBAMA foi citado inúmeras vezes. Eu gostaria de saber se ele tem interesse em fazer alguma consideração a respeito das colocações feitas e das propostas apresentadas de constituir uma Comissão para elencar, os projetos e as pendências respectivas.

SR. TASSO REZENDE – Muito obrigado Sr. Presidente. As propostas aqui elencadas, eu acho que tem um fundamento operacional muito bom. E nós estamos dispostos a compor essa Comissão de Senadores, na perspectiva de buscar solucionar o que aqui se traz como pendências. Obrigado.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Muito bem, eu agradeço a compreensão e a participação de todos que integraram essa Audiência Pública e aos Srs. Senadores e está encerrada essa Audiência Pública. Ainda não encerrou a Sessão, eu vou dar conhecimento aos Srs. Senadores.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) –

Uma coisa, os órgãos concordam e os setores em relação a isso. Pedro, SIMASPA, INCRA?

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Realmente, manifestou concordante só o IBAMA. Os demais órgãos também concordam?

SR. WAGNER KRONBAUER – Por parte do setor produtivo concordamos. Eu quero fazer uma declaração de dez segundos que eu estou muito feliz de ter no meu Estado ter dois Senadores de um gabarito desse e declarar que na minha próxima eleição tem dois votos para o Senado, quando vocês forem concorrer um voto de cada um. Se todos os Estados tivessem dois Senadores de Partidos diferentes com essa competência que conseguem entender o problema.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Aviso 639, referente ao relatório de atividade no primeiro trimestre desse ano. Aviso 708, referente ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura do Transporte. Aviso 763, referente ao Departamento Penitenciário Nacional, DEPEN. Aviso 774, referente ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura dos Transportes. Aviso 767, referente a Secretaria Adjunto de Fiscalização. Aviso 101, referente a Secretaria de Macroavaliação Governamental. Aviso 230, referente a manifestação do Deputado Alberto Fraga relativo a unidade fechada da Previdência Privada. Aviso 430, referente do Departamento Nacional de Infra-Estrutura do Transporte DENIT. Aviso 431, referente ao Banco do Nordeste do Brasil. Aviso 499 recebimento de Requerimento nº 12 de 2006 da CMA referente a Companhia Docas do Estado da Bahia. Aviso 513, referente ao DNER. Aviso 501 referente ao Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região. Aviso 532, referente a Secretaria de Atenção à Saúde, SAS. Aviso 538, referente ao Instituto Nacional do Seguro Social. Aviso 540, referente da Procuradoria Federal Especializada no Instituto Nacional de Seguro Social. Aviso 561, referente a EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Aviso 584, referente ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. Aviso 603, referente a Secretaria da Educação Média e Tecnológica do Ministério de Educação. Aviso 610, referente ao Comando Aéreo Regional 5º Comar, Ministério da Defesa e Secretaria do Estado da Infra-Estrutura de Santa Catarina. A presidência informa ainda os seguintes avisos recebidos da Controladoria Geral de União. Aviso 164 de 2006, aviso 228 de 2006, todos esses avisos encontram-se na Secretaria da Comissão a disposição dos Srs. Senadores. Terceira parte itens 1, 2, 3, 4 e 5 ficam para a próxima reunião desta Comissão. Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a reunião às 14h38min.)

Ata da 8ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, do dia 6 de junho de 2006 às 11h30min.

Às doze horas e vinte e nove minutos do dia seis de junho de dois mil e seis, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **HERÁCLITO FORTES, FLEXA RIBEIRO, LUIZ OTÁVIO, VALDIR RAUPP, AELTON FREITAS, JOÃO RIBEIRO, SERYS SLHESSARENKO, JOSÉ JORGE, LEONEL PAVAN e NEY SUASSUNA**. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente passa à deliberação da pauta de reunião da Comissão, que consta de – **Item 1) Requerimento nº 15, de 2006-CMA**, que “requer, nos termos do art. 71, IV, da Constituição Federal, que seja solicitada ao Tribunal de Contas da União, a realização de auditoria destinada a fiscalizar a execução do convênio federal firmado com a Prefeitura de Pinheiro (MA) citado no Ofício nº 139/2005, da Câmara Municipal daquela localidade, destinado à reforma da barragem da Comporta do Rio Pericumã”. **Autoria** – Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. **Resultado** – APROVADO. O Senhor Presidente inverte a pauta e a Comissão passa a deliberar o **Item 03) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 114, DE 2005– NÃO TERMINATIVO**, que “dispõe sobre o atendimento pessoal ao consumidor nas empresas que oferecem atendimento por telefone, internet ou outro meio similar”. **Autoria** – Deputado WELLINGTON FAGUNDES. **Relator** – Senador **AELTON FREITAS**. **Parecer** – Pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta. **Resultado** – APROVADO. **Item 04) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 134, DE 2005– NÃO TERMINATIVO**, que “altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (amplia o conceito de fornecedor e o prazo para reclamação referente a vícios aparentes)”. **Autoria** – Deputado CELSO RUSSOMANO. **Relator** – Senador **VALDIR RAUPP**. **Parecer** – Pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. **Resultado** – APROVADO. Retorna-se ao **Item 2) Requerimento nº 16, de 2006-CMA**, que “requer, nos termos regimentais, a criação de uma subcomissão no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para acompanhar as ações que darão solução para a crise do setor florestal-madeireiro no Estado do Pará, e, em especial, na região oeste, áreas de abrangência das BR’s 163 e 230 e o Termo de Ajuste de Conduta refe-

rente a planos de manejo e a transição para implantação da recém aprovada Lei de Gestão de Florestas Públicas.” **Autoria** – Senadores **AELTON FREITAS e FLEXA RIBEIRO. Resultado** – APROVADO. Em seguida, é incluído com aquiescência da Comissão para apreciação **extra-pauta o Requerimento nº 17, de 2006-CMA**, que requer, “nos termos do art. 93 inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença do Delegado Ricardo Trigueiro para instruir o relatório final da PFS 01/2004”.

Autoria – Senador **AELTON FREITAS. Resultado** – APROVADO. **Item 05) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, DE 2006 – TERMINATIVO**, que “acrescenta dispositivo ao Código de Defesa do Consumidor, para determinar que, no fornecimento de bens e serviços executados de forma contínua, o fornecedor deverá estender aos contratos em vigor, a critério do consumidor, as condições oferecidas para adesão de novos consumidores”. **Autoria** – Senadora **MARIA DO CARMO ALVES. Relator** – Senador **AELTON FREITAS. Parecer** – Pela aprovação do projeto. **Resultado** – ADIADO. **Item 06) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 176, DE 2005 – TERMINATIVO**, que “dispõe acerca da veiculação de advertência sobre consumo e escassez de água nas hipóteses que discrimina”. **Autoria** – Senador **MARCELO CRIVELLA. Relator** – Senador **LEOMAR QUINTANILHA. Parecer** – Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo aprovado na Comissão de Educação. **Resultado** – ADIADO. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Havendo número regimental e disposição dos Srs. Senadores, declaro aberta a 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, permaneçam como se encontram. Aprovado. Passamos à pauta do dia.

O Item 1 é o Requerimento de nossa autoria. Requeiro, nos termos do art. 71, inciso IV da Constituição Federal que seja solicitado ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria destinada à fiscalização e execução de convênio federal firmado com

a Prefeitura de Pinheiro, no Maranhão, citado no Ofício 139/2005, da Câmara Municipal daquela cidade, destinada à reforma da barragem de comporta do Rio Pericumã. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Item 3. Projeto de Lei da Câmara nº 114/2005, dispõe sobre o atendimento pessoal ao consumidor nas empresas que oferecem atendimento por telefone, Internet ou outro meio similar. De autoria do eminente Deputado Wellington Fagundes, cujo Relator é o Senador Aelton Freitas. Tem V.Exª. a palavra, para exarar o seu relatório.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha, Sras. e Srs. Senadores. O Projeto da Lei da Câmara nº 114/2005, Projeto de Lei nº 3.432/2004 na origem, de autoria do Deputado Wellington Fagundes, do Mato Grosso, dispõe sobre o atendimento pessoal ao consumidor nas empresas que oferecem atendimento por telefone, Internet e outro meio similar.

Há justificação explícita que diversos fornecedores substituem o atendimento pessoal pelo atendimento telefônico com o intuito de reduzir seus custos operacionais.

Tal medida, Sr. Presidente, afeta de maneira adversa o número de pessoas empregadas, bem como a qualidade do atendimento prestado ao consumidor, especialmente àqueles que possuem menor grau de instrução.

Na Câmara, o Projeto sob o nº 3.432/2004 foi o projeto apreciado pelas Comissões de Defesa do Consumidor e Constituição Justiça e Cidadania, ao final, aprovado em sua redação original.

Sob o enfoque de constitucionalidade formal, foram observadas as regras pertinentes à competência do ente federativo, dado que cabe à União concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal legislar sobre o direito econômico, produção e consumo.

Acerca da constitucionalidade material, o projeto não apresenta vícios, porquanto a restrição que opera o direito de liberdade de iniciativa econômica, Constituição, do art. 170, *caput*, representada pela impossibilidade de escolha de formas de atendimento ao consumidor que sejam exclusivamente à distância não impede o exercício da atividade de fornecimento de bens ou serviços no mercado de consumo.

No que respeita à técnica legislativa, merece o projeto três reparos. Primeiro, não se recomenda a edição de mais de uma lei por objeto tratar do mesmo assunto, restrições à liberdade de iniciativa do fornecedor, dos bens ou serviços ao mercado de consumo, hoje regulada pela Lei 8.078, de 11 de setembro de

1990. O projeto deve, assim, inserir o dispositivo nessa lei. Na hipótese do inciso XIV do art. 39, ao invés de contemplar a lei autônoma, a fim de observar o disposto no inciso IV do art. 7º de Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Segundo, como consequência, o item anterior deve o projeto resumir-se a originalmente o disposto no art. 2º que convém a efetiva obrigação dirigida ao fornecedor no art. 3º e traz a regra de vigência.

Terceiro, a redação conferida ao originário no art. 2º do projeto deve ser alterada a fim de conferir maior clareza, precisão e a ordem lógica à regra, como exige o art. 11 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 98. A exigência da oferta de atendimento pessoal não deve ser endereçada apenas a quem fornece atendimento por telefone, Internet e similar, mas a todo e qualquer fornecedor. À melhor leitura da regra inserida no art. 2º da redação original, deve-se considerar que a oferta de atendimento por telefone, Internet ou similar não dispensa atendimento pessoal. As adequações necessárias à melhor técnica legislativa serão solucionadas em substitutivo, ao final apresentado.

Acerca do mérito, deve-se observar que a exigência de atendimento pessoal aos consumidores de produtos e serviços ofertados no mercado assegura, efetivamente, maior proteção aos direitos do consumidor, porque facilita a defesa de seus direitos. Note-se também que a oferta de postos de atendimento pessoal por fornecedores efetivos ao princípio social da busca do pleno emprego dos fatores de produção, previsto no art. 170, inciso VIII de Constituição, dado que o fornecimento de tais estabelecimentos demandará a contratação de mão-de-obra, utensílios e espaços físicos com fins empresariais.

Por fim, digno da nota de pleno atendimento na hipótese ao princípio da proporcionalidade, porque a restrição imposta ao direito de liberdade de iniciativa econômica não é plena, mas relativa. Dado que a manutenção do posto de atendimento pessoal não inviabiliza por completo a atividade desenvolvida pelo fornecedor.

Portanto, Sr. Presidente, o nosso voto é em consonância com as justificativas apresentadas e opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara 114/2005, na forma do seguinte substitutivo.

Art. 1º. O art. 39 de Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido do inciso XIV, de § 2º, renomeado o atual parágrafo único como § 1º da seguinte redação – Art. 14. Ofertar produtos ou serviços sem disponibilizar ao consumidor atendimento pessoal em estabelecimento vinculado a essa finalidade. § 1º e 2º. A oferta do atendimento ao consumidor por meio

de telefone, televenda, Internet ou similar não afasta a exigência do atendimento pessoal previsto no inciso XIV desse artigo. E o 2º. Esta lei entra em vigor após os decorridos 90 dias de sua publicação oficial.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos ao Item 2.

Passamos ao Item 4. Projeto de Lei da Câmara 134/2005, que altera a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, que amplia o conceito de fornecedor e o prazo para reclamação referente a vícios aparentes. Projeto de autoria do eminente Deputado Celso Russomanno e de relatoria do eminente Senador Valdir Raupp. Tem V.Exª. a palavra.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, essa Comissão examina o Projeto de Lei da Câmara, PLC, de nº 134/2005, PL nº 2.390/2003, da Casa, de origem, de iniciativa do Deputado Celso Russomanno, que pretende ampliar o conceito de fornecedor e dilatar o prazo para reclamação relativa a vícios aparentes. Para tanto, acresce um § 3º ao art. 25 da Lei 8.078/1990, Código de Defesa do Consumidor, para definir fornecedor como aquele que coloca no mercado produtos novos e usados, fazendo disso o seu negócio. Da mesma forma, modifica o art. 26 de referida lei, para estender de 30 para 60 dias o prazo máximo de reclamação por vícios, no caso de fornecimento de serviços e de produtos não duráveis, e de 90 para 180 dias quando se tratar de fornecimento de serviços e de produtos duráveis.

Aqui eu faço apenas uma modificação no § 4º. Devolvido ao consumidor o produto ou executado o serviço objeto da reclamação limitado ao prazo da garantia legal será reiniciada a partir do atendimento de reclamação pelo fornecedor a contagem dos prazos mencionados nos incisos I e II do *caput* desse artigo, alcançando, no entanto, somente a parte do produto substituída ou porção do serviço novamente executada.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi apreciado e aprovado por unanimidade da Comissão de Defesa do Consumidor, juntamente com a PL 4003/2004, a ele apensado, com o substitutivo. Recebeu parecer favorável também unânime na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, na forma do substitutivo apresentado pela CDC. Com fundamento no *caput* do art. 65 da Constituição Federal, no art. 134 do Regimento Comum, a proposição foi encaminhada ao Senado Federal em 7 de dezembro de 2005.

Da análise. Cabe a esta Comissão opinar sobre assuntos atinentes à defesa do consumidor, de acordo com o disposto do inciso III do art. 102, “A”, do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 01/2005.

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade são atendidos pela proposição, tendo em vista que compete concorrentemente à União legislar sobre direito econômico, produção e consumo, a teor do disposto no art. 24, inciso I e V da Constituição Federal, bem como por não ter sido vulnerada cláusula pétrea alguma.

Ademais, a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, de conformidade com o *caput* do art. 48 de Carta Magna, sendo livre a iniciativa parlamentar.

No que concerne à juridicidade o projeto se figura irretocável, portanto, o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos é normatização via edição de lei, e o adequado, a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico, possui o atributo da generalidade, se figura dotado de potencial coercitividade e revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

No tocante ao mérito, note-se que, ao longo dos últimos anos, cresceu a demanda por produtos usados em face da conjuntura sócio-econômica do País, e com isso tornou-se necessário o aperfeiçoamento da norma consumista no tocante à proteção dos consumidores desses bens.

Vale ressaltar que a proposta está em perfeita consonância com a política nacional das relações de consumo incutida no art. 4º do CDC que encerra importantes princípios, dentre os quais o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo.

Além disso, foi proposta, acertadamente, a alteração dos incisos I e II de art. 26 da Lei 8.078/1990, com vistas a aumentar os prazos para reclamação referente aos vícios aparentes, tendo em vista exigüidade dos prazos estipulados nesses dispositivos.

Em relação à ocorrência de vício aparente ou oculto, devidamente registrado ou reclamado pelo consumidor, entendemos legítima a determinação de reiniciar a contagem dos prazos mencionados nos incisos I e II do *caput* do art. 26, a partir da data da resolução do problema pelo fornecedor do produto ao serviço.

Cabe, no entanto, duas Emendas, destinadas a aprimorar o texto do PLC 134/2005. A primeira aperfeiçoa a Ementa, atribuindo-lhe a objetividade exigida pelo rigor da técnica legislativa. A segunda consiste em encaminhar a ampliação do conceito de fornecedor, decorrente da comercialização de produtos usados.

No *caput* do art. 3º do CDC, mediante inclusão dos verbetes “novos e usados”, esclarecer que o reinício da contagem de prazo, sugerida se refere aos casos de reparo do produto ou reexecução do serviço, alcançando apenas a parte substituída ou a porção novamente executada. Determinar que a renovação de prazos será controlada mediante a emissão de nota fiscal pelo serviço autorizado do fabricante. Essas duas últimas alterações se encontram no bojo dos § 4º e 5º, acrescidos do art. 26 do CDC.

Do voto. Em face do exposto, nosso parecer é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara 134/2005, com as Emendas a seguir. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Em discussão o voto do eminente Senador Valdir Raupp. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Tem V.Exª. a palavra, pela ordem.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Eu queria pedir a permissão a V.Exª. para incluir mais um Requerimento, de autoria do Senador Ney Suassuna em que nós fazemos *ad hoc* e, se V.Exª. permitir eu lia nesse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Perfeitamente. O requerimento está formulado?

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Requeriro, nos termos do art. 93 inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, a presença do Delegado Ricardo Trigueiro para instruir o relatório final da Polícia Federal, do PFS 01/2004.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Em discussão a proposta apresentada pelo Senador Aelton Freitas de admissão extra pauta do Requerimento e a aprovação do mesmo Requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

A Mesa passa a dar conhecimento aos membros desta Comissão de expediente recebido do Procurador-Geral de República a respeito da constituição de Grupo de Trabalho. Em atenção ao pedido da Subprocuradora-Geral da República, Dra. Sandra Cureau, formulado por meio do Ofício 670/2006, de 5 de maio, encaminho a V.Exª., para conhecimento, cópia da Portaria nº 01/2006, que instituiu no âmbito da 4ª

Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, Grupo de Trabalho de acompanhamento legislativo, integrado por membros do Ministério Público Federal visando a acompanhar as discussões, debates e encaminhamentos de conflitos de interesses dos Projetos de Lei em trâmite no Congresso Nacional, atinentes ao meio ambiente e ao patrimônio cultural, além de outros temas correlatos.

Item 2. Requerimento. Requer, nos termos regimentais, a criação de uma Subcomissão no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para acompanhar as ações que darão solução para a crise do setor florestal madeireiro no Estado do Pará e, em especial, na região oeste, áreas de abrangência das BR 163 e 230 e o termo de ajuste de conduta referente a plano de manejo e à transição para a implantação de recém-aprovada Lei de Gestão de Florestas Públicas, de autoria dos eminentes Senadores Flexa Ribeiro e Aelton Freitas. Em discussão o requerimento.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Tem V.Ex^a. a palavra.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Srs. Senadores, o requerimento de autoria do Senador Flexa Ribeiro, com o qual a gente subscreve, requer, nos termos regimentais, a criação de uma Subcomissão no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para acompanhar as ações que darão solução para a crise do setor florestal madeireiro no Estado do Pará, em especial, na região oeste, nas áreas de abrangência das BR 163 e 230, no termo de ajustes de conduta referentes aos planos de manejo e transição para a implantação da recém-aprovada Lei de Gestão de Florestas Públicas. Sugerimos como membros da Subcomissão, os três Senadores do Estado do Pará. Os demais membros que participarão da Subcomissão deverão ser deliberados *a posteriori* em reunião da Comissão. A vigência da Subcomissão será extinta ao final desta Sessão legislativa. Sala das Comissões, 31 de maio de 2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Em discussão. Em votação. Os Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Esta Comissão será constituída de cinco membros, cujos nomes serão designados *a posteriori*. Os demais itens da pauta. Itens 5 e 6, por serem terminativos, ficam adiados para a próxima reunião. Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a Sessão.

(*Levanta-se a reunião às 12h47min.*)

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ata da 13ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, convocada para no dia 26 de outubro de 2005, quarta-feira, às 11 horas.

Às onze horas e quinze minutos do dia vinte e seis outubro de dois mil e quatro, na sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ROMEUTUMA**, Presidente Eventual, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores **REGINALDO DUARTE, LEOMAR QUINTANILHA, ÍRIS DE ARAÚJO, GARIBALDI ALVES FILHO, FLÁVIO ARNS, FÁTIMA CLEIDE, PAULO PAIM, FLEXA RIBEIRO, MÃO SANTA, VALDIR RAUPP, SIBÁ MACHADO, MOZARILDO CAVALCANTI E CRISTOVAM BUARQUE**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte Pauta – **Item único – Eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para continuidade do biênio 2005/2006, em decorrência das vagas deixadas pelo Senador Juvêncio da Fonseca (ex-presidente) e Walmir Amaral (ex-vice-presidente) que deixaram de pertencer à Comissão, na condição de membros**. O Presidente Eventual, Senador **ROMEUTUMA**, distribui as cédulas e é procedida à votação. Em seguida, convida o Senador **Mão Santa e a Senadora Íris de Araújo**, para servirem como escrutinadores. É verificado o seguinte resultado – para Presidente o Senador **CRISTOVAM BUARQUE**, por unanimidade, com quatorze votos favoráveis e para Vice-Presidente o Senador **PAULO PAIM**, por unanimidade, com quatorze votos. Declarados eleitos, o Presidente Eventual solicita ao Presidente eleito e ao Vice-Presidente que tomem assento à mesa. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Paulo Paim, Cristovam Buarque, Sibá Machado, Valdir Rauup, Fátima Cleide, Mão Santa e Íris de Araújo**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e nove minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Romeu Tuma**, Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Está aberta a reunião da Comissão de Direitos Huma-

nos e Legislação Participativa, cuja finalidade, em razão do afastamento do Presidente da Comissão, Senador Juvêncio da Fonseca, que mudou de Partido...

Peço licença, inicialmente, para homenagear o Senador Juvêncio, o Senador Paim e os demais que aqui estão, que acompanharam de perto a implantação desta Comissão e as medidas adotadas pela Mesa que dirigia esses trabalhos tiveram uma importância vital na vida do Senado Federal. O Senador Paim sempre voltado para esses temas importantes de direitos humanos, como no caso dos quilombolas, que pouco ouvíamos falar e foi discutido aqui, um problema no Rio Grande do Sul. Tive oportunidades de falar de outros em São Paulo. O Senador Flávio Arns também é um homem direcionado a esse aspecto de direitos humanos. O Senador Cristovam, o Senador Raupp, o Senador Mozarildo, que como médico já tem nas veias essa questão social, como o Senador Mão Santa, que deve abençoar sempre os amigos para que tenhamos sorte.

Então, a reunião de hoje tem a finalidade de eleger dois nomes que, para mim, merecem o maior respeito deste Congresso, deste Senado e desta Comissão, pelo trabalho e pela história de vida de cada um dos dois.

Comunico aos Srs. Senadores que as indicações para Presidente e Vice vieram em favor, respectivamente, do Senador Cristovam Buarque, pelo PDT e do Senador Paulo Paim, pela Base de apoio do Governo. Sinto-me feliz de indicar os dois e estar presidindo esta reunião em que escolheremos o novo Presidente, que vai dar continuidade, sem dúvida, ao trabalho excelente que representou a criação desta Comissão.

Sabemos que, no início, Senador Cristovam, diziam que esta Comissão havia sido criada para dar mais um cargo a alguém. Essa era a teoria. E aí apareceu o problema da morte dos índios lá em Mato Grosso e outros assuntos e, de repente, a Comissão começou a ter uma profusão de trabalhos intensa e, hoje, aqueles que sofrem qualquer discriminação têm onde bater à porta.

Pediria o voto – nessa campanha eleitoral – para que os dois fossem eleitos por unanimidade.

Parece que o Senador Paulo Paim quer falar antes do início da votação.

O SR. PAULO PAIM (PT – SP) – Sr. Presidente, sei que, hoje, diversas Comissões e CPIs estão em andamento e quero agradecer a todos os Senadores que vieram aqui para votar no nosso Senador Cristovam, que tem de nós todos um carinho e respeito muito grande. E como a vaga de vice estava aberta, eu consegui que o Bloco de apoio ao Governo me indicasse e estou muito satisfeito de ser vice dessa grande liderança que é Cristóvam Buarque.

Mas, neste momento, quero mesmo é elogiar – e sei que Cristóvam entenderá – o Senador Juvêncio da Fonseca, pelo trabalho que fez nesse primeiro ano da Comissão. Ele comprou um debate importante, que é a questão indígena, principalmente na área da saúde. Esta Comissão se deslocou, inclusive, ao seu Estado e interagimos como Ministério da Saúde, com a Funai, com o Ministério da Reforma Agrária. Diversos Ministérios estiveram aqui para apontar caminhos para a morte de crianças indígenas.

Tivemos aqui outros debates, como a questão racial, fomos ao Rio Grande do Sul, para uma audiência da Comissão e conseguimos influir, junto com outras forças do Estado, para que o quilombo Silva, que seria despejado naquela madrugada, não o fosse. Nessa ida ao Rio Grande, todas as forças vivas do Estado estavam com o Senado – estava o Governo do Estado, estava a Prefeitura de Porto Alegre, estava o Ministério Público, estava o Ministério da Reforma Agrária, a Cepir, a Fundação Palmares, enfim, todos os Partidos. Não houve um Partido que não estivesse conosco lá, participando daquela grande audiência pública. O Senador Mão Santa esteve lá comigo, viu, acompanhou, interveio.

Eu diria que foi um grande momento, no Rio Grande, essa audiência do Senado da República.

Sr. Presidente, quero só dizer que estamos aqui à disposição para colaborar, porque entendo que esta Comissão é uma das mais importantes, para mim, do Congresso Nacional. Trata-se da Comissão de Direitos Humanos. Por isso, a minha alegria de estar aqui.

Não vou falar mais para ajudar no encaminhamento da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senadora Fátima Cleide, Senador Sibá, eu só queria agradecer a presença de ambos nesta Comissão e lembrar o sofrimento do povo de Rondônia, com todos os acontecimentos que lá se desenrolaram, e essa traição ao povo, ferindo principalmente aqueles que acreditam nos políticos e que têm a esperança de ver reconhecidos os direitos individuais de cada um. E foram traídos. Então, não sei se é hora de se falar nisso, mas é uma angústia profunda.

Hoje, pela manhã, eu estava falando com o Senador Pedro Simon e com o outro Senador que estava lá, na Secretaria, sobre como temos a obrigação de tentar um tipo de intervenção política para buscar resolver, Senador Cristovam, porque aquilo é uma coisa tão amarga! Por quê? Porque precipitaram uma reunião para evitar a chegada do laudo da Polícia Federal, que reconhecia como perfeitas as gravações feitas pelo Governador, que também está comprometido.

Então, creio que esta Comissão também não se despreza, em relação a se discutir alguns aspectos de ordem moral que dizem respeito à sociedade.

Senador Cristovam, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr. Presidente Romeu Tuma, fico muito feliz de tê-lo na Presidência...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Como o mais velho!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Pelo Regulamento, como o mais velho, mas, sentimentalmente, em relação a todos nós, pelo carinho que temos.

Quero dizer da satisfação, por indicação do PDT, de prestar a minha homenagem ao Senador Juvêncio da Fonseca. Lamento muito que ele tenha saído do PDT na hora em que entro. Mas não foi por isso, como ele me disse. De qualquer forma, isso serviu para que eu pudesse entrar em uma Comissão da qual entendo que todos os Senadores deveriam participar. O nosso papel é zelar pelos direitos humanos.

Agora, a grande alegria que realmente tenho é a de que o Paim seja o meu vice. Creio que, juntos, poderemos fazer um grande trabalho pelos direitos humanos. S. Ex^a tem sido um grande defensor dos direitos humanos, não só dos direitos dos negros, mas também dos aposentados, que é um direito humano; das minorias em geral. Creio que poderemos fazer um bom trabalho aqui.

Trata-se de uma Comissão que não chama muito a atenção, que não tem o *glamour*, como se diz, da Comissão de Relações Exteriores, onde eu estava, mas que tem os pés no chão, para que, mais do que dar pareceres em cima de processos – que acho que nesta Comissão há menos –, que abra audiências, que seja uma espécie de ombudsman do povo brasileiro junto ao Senado.

Espero contar com a sua colaboração e com a de todos os outros, como a do Raupp, que está a minha direita, um velho conhecido; a do Mão Santa, obviamente com a do Flávio e, com muita satisfação, com a dos representantes do Partido dos Trabalhadores, que estão aqui presentes.

Então, Senador, muito obrigado.

Vou fazer o possível para que a sua Presidência, neste momento, nunca seja um arrependimento seu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não, pelo contrário. Estou aproveitando a chance de colocar o coração em dia, porque esta é uma comissão do coração.

Tenho certeza, Presidente Cristovam, que V. Ex^a vai ter oportunidade de fazer o papel de Presidente da Comissão de Relações Exteriores aqui. Por quê? Pela emigração ilegal. A emigração ilegal é um problema

que está agredindo muito as pessoas que estão sendo enganadas. E creio que esta Comissão tem de desempenhar o papel da busca de soluções e, é claro, promovendo uma ação contra essas quadrilhas que agem enganando aqueles que têm esperança de, lá fora, conseguirem uma vida melhor.

Então, V. Ex^a vai ter de desempenhar esse papel aqui. Não tem jeito. E ela tem muito em comum com a Comissão de Relações Exteriores.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Quero dizer a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, que a sua impressão sobre a situação de Rondônia é muito desgastante, acredito que por também estarmos cumprindo uma missão em nome do Senado Federal. Preside esta Comissão, que é relatada por Demóstenes Torres, acompanhada por diversos Senadores, um deles V. Ex^a.

Nessa última vez em que fomos a Rondônia, já ficou claro que havia uma mudança muito forte de perfil do encaminhamento das coisas. Da primeira viagem para essa de agora, mudou completamente. Imaginava-se que havia, inclusive dentro da Assembléia, uma predisposição para se fazer algum tipo de punição, tanta era a certeza que ambos tinham da mácula que foi gerada ali dentro.

Quero dizer a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, e aos demais, que o que mais nos impressionou nos documentos expostos pela Polícia Federal é que havia uma folha de pagamentos paralela, que envolvia valores da ordem de até R\$1 milhão por Parlamentar. Essa folha, Sr. Presidente, foi paga em todo o ano de 2005, conforme a denúncia do sistema nacional de TV. Essa folha foi paga de abril a outubro e, agora, suspeita-se que haja fraude na própria folha oficial da Casa.

Então, é uma coisa complicada, para a qual, realmente, é preciso que se encontre uma solução. A Polícia Federal diz que as fitas são verdadeiras e que as acusações que estão lá podem ser matéria de prova ou coisa parecida.

É inevitável que a nossa Comissão tenha que sugerir alguma coisa e que tenhamos que encontrar um órgão competente para tratar do caso, já que é uma Comissão especial.

Falando desse assunto, quero lembrar aos Senadores que direitos humanos são um tema mundial que caminha em direção à paz. A paz é tema, inclusive, do Prêmio Nobel, que, anualmente, paga a alguma pessoa uma referência por seu brilhante trabalho em relação à defesa dos direitos mais sagrados das pessoas.

Esta Comissão, no meu entendimento, cresce conforme o nível de vontade de cada um de nós. De-

posito, aqui, minha total confiança na nova coordenação que assumirá os trabalhos. Estou disposto, com toda a minha vontade, a votar para a Presidência e a Vice-Presidência.

Pelo que consta, já quero saudar os sugeridos – Senador Cristovam Buarque para assumir a Presidência, e Senador Paulo Paim para assumir a Vice-Presidência.

Ambos, no meu entendimento, são pessoas, pela própria relação de vida, pelo testamento de vida, que mostram o carinho, a competência, a qualidade que temos nos trabalhos, sem nenhum demérito aos que os presidiram anteriormente.

Assim sendo, Sr. Presidente, se V. Ex^a iniciar de imediato a votação, eu queria começar, porque temos mais dois projetos na Comissão vizinha para fazer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Já está aberta a votação.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Já aproveito para saudar os dois novos colegas na coordenação destes trabalhos e eu gostaria de estar presente aqui, na medida do possível.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador Valdir Raupp, só um minutinho.

Quem quiser votar, é só assinar a lista e preencher a cédula de votação.

Com a palavra, o Senador Valdir Raupp e, em seguida, a Senadora Fátima Cleide.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acredito que com a saída do Juvêncio, em que pese ter feito um brilhante trabalho, estará sendo muito bem preenchida a direção desta Comissão pelo nobre Senador Cristovam Buarque e pelo Senador Paulo Paim, dois brilhantes homens públicos, de uma história fantástica no nosso País.

Desejo a eles que tenham todo o sucesso do mundo à frente desta Comissão.

Quanto aos direitos humanos, Sr. Presidente, V. Ex^a parece até que leu meu pensamento. Eu estava querendo falar exatamente sobre esse assunto da emigração.

Sou Vice-Presidente da CPMI da Emigração Ilegal e estivemos, recentemente, no Estado de Massachusetts, nos Estados Unidos, em Boston e em algumas cidades da região dessa grande metrópole. Tive a oportunidade de visitar um presídio e ouvi histórias lindas, maravilhosas, de pessoas que estão lá há 10, 15 ou 20 anos e que já conseguiram adquirir uma pequena fortuna, um capital de até mais de US\$7 milhões, de pessoas que nada tinham. Ouvi também muitas histórias tristes, inclusive visitei um presídio em que 17 brasileiros estavam detidos. Podemos considerar que havia poucos brasileiros presos, porque, no Estado Te-

xas, há presídios que têm até 200 brasileiros presos. Então, uma das reclamações, quando há a necessidade de eles irem ao Consulado brasileiro para assinarem algum documento, já na fase de deportação, é que eles têm de ir acorrentados. Refiro-me ao sistema de correntes, que são colocadas nos braços, no peito e nas pernas, como se escravos fossem, causando-lhes verdadeira humilhação. Acredito que o Presidente Cristovam Buarque e o Vice-Presidente Paulo Paim podem ajudar a CPMI a resolver esse problema.

Nos reunimos com o Senador Ted Kennedy*, que está aprovando, no Congresso americano, a fusão de três projetos, que estão em tramitação naquele Parlamento, um do Partido Democrata e dois do Partido Republicano, portanto, trata-se de um projeto suprapartidário, dando o direito de permanência por três anos daqueles, uma anistia portanto, aos que, hoje, estão ilegalmente no País.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Trata-se de uma anistia mitigada, que pode se transformar...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Exatamente. Uma anistia de três anos, prorrogável por três anos, até que se adquira a cidadania americana.

Então, é humilhante a situação vivenciada pelos brasileiros nos Estados Unidos. Para os que estão trabalhando legalmente, ou mesmo os que estão ilegais no país, mas que não foram presos ainda, principalmente por que onde mais prendem brasileiros é no trânsito, isto é interessante, porque muitos trabalham lá há 20 anos, mas não se documentaram, e aí, por uma infração no trânsito, eles são presos e deportados. Então, 90% dos brasileiros presos ilegalmente naquele país pela imigração é pelo fato de eles não terem carteira de habilitação, porque, lá, os brasileiros não têm como obtê-la. Esta é uma situação bastante complicada. Inclusive, com a vinda do Presidente Bush ao Brasil, creio que nos dias 4 ou 5 de novembro, penso ser a oportunidade de os Senadores Cristovam Buarque e Paulo Paim conversarem com o Presidente Lula e com o Chanceler Celso Amorim* para, nesta visita que o presidente americano fará ao nosso País, abordarem este assunto, que é sério. Temos aproximadamente um milhão e duzentos mil brasileiros vivendo nos Estados Unidos, e boa parte deste percentual vive ilegalmente naquele país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Parabéns pelo trabalho, Senador.

Tem a palavra a Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sr. Presidente, ao cumprimentar os Senadores Cristovam Buarque e Paulo Paim, quero dizer da minha satisfação

em, hoje, eleger S. Ex^{as} para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desta Subcomissão Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior.

Ano passado, houve dificuldades no trato das questões indigenistas, que precisam ser aprofundadas por serem bastante sérias. Além disso, temos também essa grave situação em que a população brasileira se sente ameaçada em seus direitos diuturnamente.

Sr. Presidente, nesta oportunidade que fazer um registro especial, tendo em vista a participação de todos os Membros desta Subcomissão, que aqui compareceram para votar. Acredito que estamos começando uma nova etapa nesta Subcomissão. Até as dificuldades existentes para nos reunirmos, a partir de agora, parece-me, que serão superadas. Quero também registrar a participação efetiva e brilhante de um ex-Membro desta Subcomissão, o ex-Senador João Capiberibe, que, para mim, será sempre Senador.

Sr. Presidente, V. Ex^a foi muito feliz ao lembrar a situação por que passa a população do Estado de Rondônia hoje. Não é uma situação nova – vem de vários governos. Toda a população conversa em qualquer boteco, em qualquer esquina, sobre esses acontecimentos e se sente extremamente ofendida pela forma com que as nossas instituições reagem às denúncias. Esta Comissão, que tem o objetivo de ajudar os Estados no que se refere à conduta das instituições, com certeza, será muito bem vinda.

Estamos apresentando uma proposta de emenda à Constituição. Espero que esta Comissão já colabore conosco no sentido de trazer a responsabilidade para a resolução desses problemas. Quando temos uma Câmara de Vereadores, uma Assembléia Legislativa, cuja maioria de seus Membros está envolvida em escândalo, que o Senado se debruce sobre essa discussão e tenha o poder de cassação. Estamos apresentando como uma proposta para resolução desses problemas que eu sei que não acontecem apenas no Estado de Rondônia, mas que o Estado de Rondônia, neste momento, evidencia isso; assim como vários Municípios brasileiros – infelizmente, nossa legislação tem um vácuo com relação a isso. E essa é a dificuldade que a Comissão externa enfrenta neste momento, para encaminhar o seu trabalho para o fim a que foi proposto.

Mais uma vez parablenzo o Senador Cristovam Buarque e o Senador Paulo Paim – uma escolha brilhante desta Comissão. Estamos aqui para participar dela ativamente, como sempre estivemos, com muita disposição de contribuir com o trabalho e melhorar os direitos humanos no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Muito obrigado, Senadora.

Peço aos Srs. Senadores que ainda não votaram que o façam, por favor.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Aqueles que quiserem ir votando já podem fazê-lo.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, gostaria de usar da palavra.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Cedo primeiro a vez à Senadora Íris de Araújo, que fala e encanta. Posso falar, mas ela fala e encanta.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Eu gostaria de ouvi-lo primeiro, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Fala, encanta e entoa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente Romeu Tuma, este é um grandioso momento do Senado.

Professor Cristovam Buarque e Senador Paulo Paim, entendo ser esta a mais importante Comissão do Senado, daí eu estar aqui – até estou de suplente, se puderem me colocar como titular, eu gostaria, se estiver alguém cansado. Todos nós que chegamos aqui lemos muito e, de todas as leituras, a que mais me impressiona, a que mais contribuiu pelo menos para a nossa formação, são os dez mandamentos da lei de Deus. Mas há uma que não perde para eles, inspiração de homens inspirados por Deus, filhos de Deus, ou seja, a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esse documento, quis Deus – Deus escreve certo por linhas tortas – que o Professor Cristovam Buarque – atentai bem – desse uma maneira de difundir isso, porque cada vez que leio me arrepiro.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos deveria ser difundida a todos os cidadãos. Essa é a constituição global e universal. A nossa é rasgada a toda hora. Mas essa é tão sintética, tão curta, e isso traduz a cara disso aqui, que seria a sucursal daquele pensamento, daquela filosofia.

Falo isso com uma emoção de verdade. Estou aqui e vim participar feliz. Um dos momentos mais felizes de minha vida foi acompanhar o Senador Paulo Paim ao Rio Grande do Sul. Não bastassem os encantos do Rio Grande do Sul, o churrasco, o vinho, além disso, foi a bela causa. Quero dar esse quadro, porque um quadro vale por dez mil palavras.

Senador Romeu Tuma, o Senador Paulo Paim é um justiceiro, é o herdeiro dos lanceiros negros da nossa história pátria, é o Martin Luther King do nosso País. Ocorreu o seguinte – cheguei em Porto Alegre, que nos encanta a todos os brasileiros pela sua gente, aliás, digo isso porque os meus melhores colegas de toda minha existência foram

dois que estudaram pós-graduação, Léo Gomide, do Rio Grande do Sul, e Jaime Pieta... Encontrei com eles.

Meio quarteirão, meia quadra, meio hectare... Vê-se que os poderosos são insaciáveis; são pecadores e não têm noção, e os empresários poderosos... Há um século, habitava a família Silva lá. Atentai bem, Senadora Iris de Araújo, há um século, umas 16 famílias, mas famílias naquilo que é a riqueza da nossa história, história africana, história portuguesa, história cristã, porque a base de tudo é a família. Este País está desmoralizado por causa dos valores. Então, havia umas 16 famílias, e fomos lá. Já estavam despejados; ontem, lutávamos contra essa injustiça. O Presidente foi fraco, fraquíssimo! Olha, entendo, e bem – fui prefeitinho, e os poderes são um para frear, e o outro para... – aí está o equilíbrio. Não é para se agachar e se desmoralizar. Nós nos desmoralizamos a cada instante nas medidas provisórias; nos desmoralizamos no mais vergonhoso episódio de 181 anos de Senado, quando o truculento presidente do Cefet veio aqui e pegou um pobre coitado, Severino, e fechou com ele de dar R\$27 mil. Então, é só? Não! Equilíbrio. Tem que ter noção de Física – um vetor para cá e outro no outro sentido, para dar equilíbrio. Nós só estamos cedendo; um Poder tem de frear o outro.

Fui e fui fundamental. Estou aqui e represento essa história; o meu rosto e as cicatrizes vêm do sol e da luta. Enfrentei, como prefeitinho, em defesa...; enfrentei quando governador do Piauí – todos sabemos que prevaricam... ontem mesmo, um juiz estava aqui, e todos sabem das prevaricações. A minha admiração por Antonio Carlos Magalhães, ao lado de quem estive em um momento difícil, e foi fazer campanha contra mim, porque teve a coragem de frear o Poder Judiciário... Ele fez uma CPI, e nós fomos lá, e essa minha história de experiência participou, liderado, como Cirineu de Paim – o mérito, a luta e a inspiração são dele! Já estava transitado em julgado, já estava o fato feito, mas a esperança de justiça – bem aventurados os que têm fome de justiça... Vamos lá! Já estavam expulsas mesmo as famílias – casebres, um século de tradição. Família, família! Tomamos café de manhã lá. Que beleza! Eu e Adalgisa*. E fomos para a assembléia, repleta; estava lá Jair Soares, que fez questão de me cumprimentar, porque eu era deputado e o recebi no Piauí quando era governador Lucídio Portella*, que era muito amigo de Petrônio Portella. Fez questão de me chamar. Estava lá Raul Ponte assistindo à nossa fala, lutando conosco, e já estava transitada em julgado a decisão. A toga é humana. **Errare humanum est.** E, humanos, quanto corruptos há lá? Há muitos. Ontem mesmo, tinha um aqui. Para aqueles que são São Tomé, que vendia

sentença, então, um poder tem de frear o outro. E nós fomos lá e mudou – a vitória foi a justiça, e foi um dos dias mais felizes deste Senado. Este líder obstinado, quando digo e estou aqui, é o Martin Luther King; foi uma vitória. Eu mesmo... jogamos duro com minha experiência. Cheguei e disse que ali estava faltando era macho. Essa expressão, a imprensa veio e saiu que o Piauí... porque isso aqui é o seguinte – qualquer despesa dividida é pequena; eu briguei e contei ontem, no Senado, peitei, freei a maior indignidade da minha terra, os poderosos, ricos e insaciáveis. Tirando pobre, processos mentirosos... e Deus me fez... Eu disse que havia a lei – pode-se desapropriar por uma causa útil e social, que fosse útil e justa. Um século! Um século e as famílias moraram lá. Iam só pagar, colocar no banco. Está feita. A lei garante, e isso também fiz quando Governador de Estado. Isso, acho, foi o que fez o povo do Piauí ser bravo, enfrentar injustiças.

Então, o momento mais bonito foi ser liderado por Paulo Paim nessa quilombada. O exemplo arrasta. Não foi só aquele meio hectare em torno dos poderosos, dos ricos – aquilo irradiou lá do Rio Grande do Sul, como irradiou a luta de Bento Gonçalves e irradiou a luta de Paulo Paim pelo respeito aos negros que construíram este País.

Estamos aqui, portanto, para apoiar essa chapa, chapa que não poderia ser melhor. Aliás, se essa chapa fosse candidata à Presidência e à Vice-Presidência da República do Brasil, teríamos a perspectiva de um país muito melhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Apoiamos, Senador.

Com a palavra, a Senadora Iris Araújo.

A SRA. IRIS ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, só teria a me associar às palavras de todos os que dela já fizeram uso. Gostaria, porém, de me estender um pouco mais para dizer da minha satisfação de ter sido indicada pela Liderança do meu partido para compor esta Comissão, Senador Cristóvam.

A questão dos direitos humanos me apaixona, apaixona todos nós que para aqui viemos por delegação popular para lutar por causas populares. Hoje, no País, o que não vai nos faltar, diante do que encontramos em nosso dia-a-dia, são propostas.

O nosso dia-a-dia é uma afronta aos direitos humanos. Se sairmos daqui, imediatamente vamos sentir isso. O ser humano é afrontado em filas, quando busca saúde, a oportunidade de se curar; os direitos humanos são afrontados quando, nos semáforos, encontramos uma quantidade enorme de crianças que estão a pedir que tenhamos, pelo menos naquele momento, misericórdia e lhes demos – e muitas vezes

fazemos isso para acalmar a nossa consciência – um dinheirinho em troca de um chiclete ou uma balinha. Aquilo é uma afronta ao direito daquela criança, Senador Mão Santa!

Em nosso dia-a-dia, vemos acontecer a todo instante uma afronta ao ser humano neste País que poderia ter tudo, conquistar tudo. No entanto, precisamos lutar para que, pelo menos, possamos diminuir o sofrimento do nosso povo.

Faço minhas as palavras de V. Ex^a – esta talvez seja a Comissão mais importante, não só pela presença de V. Ex^{as} – Senador Cristóvam como Presidente e Senador Paulo Paim como Vice-Presidente –, mas principalmente pelo contexto que vivemos. Logicamente não será nesta Comissão que poderemos mudá-lo, mas poderemos auxiliar para que haja uma mudança.

Tive oportunidade, juntamente com o Senador Eduardo Suplicy, no período em que estive no Senado em 2003, mesmo não fazendo parte desta Comissão, de buscar nos Estados Unidos e tirar da mão dos coitotes um goiano que pediu ajuda. Sinto-me agora plenamente realizada por compor esta Comissão e ser presidida por V. Ex^a.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito obrigada, Senadora Iris.

Senador Paulo Paim, V. Ex^a, ontem, prestou homenagem a uma mulher que faleceu aos 90 anos. O grito dela mudou o comportamento dos americanos com relação à discriminação racial. Provavelmente esta Comissão tem mais do que um grito, tem mais de uma dezena. Se todos gritarmos juntos, vamos mudar muito esse País. Comungo da esperança de V. Ex^a de tentar modificar o comportamento dos que desprezam os menos favorecidos.

Peço a todos os Srs. Senadores que não votaram que o fizessem. Estou ansioso para passar a Presidência ao Senador Cristovam Buarque. (Pausa.)

Acredito que todos as Sr^{as} e os Srs. Senadores presentes já votaram. Cumprimos o **quorum**. Pediria que trouxessem a urna e que o Senador Mão Santa e a Senadora Iris de Araújo sejam os escrutinadores. (Pausa.)

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, foram 14 votantes. Para Presidente, o Senador Cristovam Buarque; e para Vice-Presidente, o Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Ao ser anunciada a vitória e a eleição dos Senadores Cristovam Buarque e Paulo Paim, convido S. Ex^{as} para assumirem seus lugares à Mesa, desejando e pedindo a Deus que os abençoe para que efetuem realmente um trabalho em benefício daqueles que precisam do apoio do nosso Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Talvez tenha sido o Senador Mão Santa que disse que devemos saber entrar, mas entrar devagar, do que sair, e quando sair fazer barulho, mas a minha memória pode me enganar. De qualquer maneira, penso que temos que entrar aqui devagar. Seria, portanto, precipitação falar em alguma agenda hoje, mas quero dizer, e creio que falo também em nome do Vice-Presidente, muito na linha do que falou a Senadora Iris de Araújo – os direitos humanos representam quase tudo no Brasil.

Nesse sentido, esta Comissão pode se transformar em um fórum de debates importantes para os problemas que a Senadora colocou quando se referiu aos meninos na esquina, aos analfabetos. É uma falta de direito humano a pessoa querer se alfabetizar e não ter um professor assegurado pelo Estado para que ele aprenda. Muitas vezes, ainda consegue aprender porque algumas pessoas se dão ao trabalho de fazer essa caridade.

Então, vamos trabalhar no sentido de fazer desta Comissão um grande fórum de debates sobre os problemas das injustiças no Brasil. Fico muito feliz que o meu Partido tenha me indicado e agradeço a nobre representação do PDT. Fico muito contente também que o PT tenha indicado o Senador Paulo Paim, porque creio que faremos uma grande combinação.

Embora tenhamos combinado que eu iria falar e encerraria esta reunião – vamos deixar para marcar a próxima depois que olharmos a agenda, pois creio que é feriado na próxima semana por causa do dia 2 de novembro – passo a palavra ao Vice-Presidente, Senador Paulo Paim.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Começamos bem, quebrando o protocolo, porque havíamos combinado que S. Ex^a falaria também em meu nome. Assim, respeitando o que havíamos combinado, vou apenas dizer que as palavras do Senador Cristovam Buarque são também as minhas.

Estou muito orgulhoso de ser seu Vice-Presidente, Senador Cristovam Buarque, pela sua caminhada, pela sua história. Mas agradeço também ao Bloco de Apoio ao Governo, na pessoa do Senador Ney Suassuna. Foi a ele que liguei e S. Ex^a disse – Paulo Paim, essa vaga poderia ser do PMDB, mas acho justo que você esteja na Comissão de Direitos Humanos. Eu sempre quis estar aqui e sempre trabalhei nesse sentido.

Mas como disse que não ia falar, quero fazer minhas as palavras do Senador Cristovam Buarque, meu Presidente.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Senador Mão Santa, apenas uma coisa que

esqueci de falar. Uma das nossas primeiras tarefas seria publicar, conforme sua sugestão, a Declaração dos Direitos Humanos, talvez com alguns comentários, e publicá-la em nome de todos os membros da Comissão.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite, Sr. Presidente?

Gostaria de dizer que V. Ex^a é realmente um extraordinário educador brasileiro. Todos temos muita confiança na convicção de V. Ex^a. Mas, Senador Paulo Paim, vem a minha mente aquilo que digo, valorizo muito ter sido prefeitinho, e a D^a Iris, que está aqui ao lado, foi primeira-dama de prefeitinho por duas vezes. Acredito no estudo e no trabalho. Antes, eu ia à biblioteca da minha cidade e lá tem uma revista de prefeitura. E, na biblioteca, vi um exemplo lá do Rio Grande do Sul e quero que V. Ex^a, Paulo Paim, detecte essa professora. Era uma mulher, e eu a segui. Fui prefeito em 1989, 1990, 1991 e 1992, depois governei o Estado do Piauí, logo em seguida. Então, professor Cristovam, vi um trabalho dessa professora, secretária municipal de Porto Alegre. Quero conhecê-la. Aí, levei a revista e disse – vou adotar. Uma mulher dedicada. Senador Cristovam, tenho-me debruçado, porque, depois, tive outras posições ligadas à área de educação, pois governava um Estado, mas não vi, ainda hoje, um programa mais objetivo do que o da professora gaúcha, naquela década, antes de 90, em Porto Alegre. Eu o plagiei, eu o copiei. Só Albert Einstein inventa, nós copiamos, e devemos copiar.

Então, plagiei a cartilha dele durante quatro meses. Programa – nenhum analfabeto, nenhum adulto analfabeto. Eu a plagiei, professor Cristovam. Não conheço nenhuma tese melhor do que a dela. Vou dizer uma particularidade. Ela disse que o analfabeto é assim envergonhado, professor Cristovam. Ele é quase um doente mental, é envergonha, complexado. Então, não adianta o prefeito ou governador ou presidente fazer uma escola, ele é analfabeto e não vai. Ele é adulto; então, ele é, como a Igreja Católica fala, um discriminado, um excluído, um distanciado, um envergonhado. Então, pode-se colocar um palácio, oferecer tudo que ele não vai, porque tem aquele complexo. Convivi depois, por isso sou empregado como prefeitinho. Segui o método à risca, plagiei, só os vocábulos eu os trocava, porque os vocábulos do gaúcho não são os mesmos do Piauí. Lá, ninguém toma chimarrão, toma caldo de cana, chá de burro. Eu trocava essas palavras, os vocábulos, mas plagiei a professora e fui o momento mais feliz. E por que compensava? Porque cada um era padrinho de um analfabeto. O analfabeto adulto só vai se tiver confiança.

E vou dizer-lhe o que ocorreu comigo. Convidei a Secretaria Municipal, toda a Igreja Católica, Igreja cristã, bispo, convidado, e eu lá, prefeito, importante, Senador Paulo Paim, com o modelo, com as apostilas que o Município ia dar, eram quatro módulos, um por mês. Nunca me esqueço disso. Convidamos as Igrejas cristãs evangélicas que estão dominando aí, cada uma é altruísta, levavam cinco a seis alunos, uma confusão doida, em um auditório. Professor Cristovam, eu estava lá e, de repente, vem um jovem cujo nome era Pedro Doido, que eu tinha operado. Era filho de um carroceiro. Essas coisas de Deus. Ele estava em cima de uma corroça, veio um ônibus e o pegou. Eu estava numa Santa Casa de Misericórdia, que tem freiras, essas de cidade, que às vezes não tem nem plantonista. Estava na sala e a freira, freiras são muito humanitárias, me chamou, dizendo que havia chegado um paciente. Eu estava terminando de operar e o anestesista, Dr. Narciso, que já morreu. Quando chegou, o Dr. Narciso já o havia atendido, dado sangue, como politraumatizado. Senador Paulo Paim, ele tinha quebrado o fígado, o baço eu tirei, a costela. Mas Deus ajuda. Mas ele já estava na sala; o anestesista já o havia trazido e o Pedro Doido se recuperou. Lembro-me de quando sempre o via na rua. Uma vez, eu estava num banco, quando olho no vidro da casa bancária – era Banco Lavoura, naquela época –, no espelho, estava ele lá mostrando a barriga aberta, toda aberta. Ele ouviu essa confusão; e eu prefeito, encantado. Aí, Senador Paulo Paim, ele chega e diz, na frente do Bispo, das autoridades todas – “Eu quero. E o meu professor vai ser o prefeito.” Atentai bem! Estávamos naquele auditório. “Eu quero me matricular, mas o meu professor vai ser o prefeito”, pois eu o tinha operado. Diante daquele momento, eu disse – “Está certo, pode fazer”.

Então, Professor Cristovam, não podia o meu aluno ser pior do que os outros, o do prefeito. Lembro que eu estava lá na prefeitura, aí o secretário disse – “O Pedro chegou aí”. Eu disse – “Deixe entrar”. Eu ia dar a lição lá. Ele entrava, vinha todo mundo e dava... Mas, para ele não ficar muito atrasado, eu marcava sábado e domingo, para sair no meu carro, eu mesmo guiando, para ele ir lendo os muros. “Pedro, leia ali, leia ali”, porque o meu não podia ser pior... Então, eu alfabetizei um que era até “coisa”, e senti, e ganhei. Então, ele é capaz de ver isso na televisão.

Um dos dias mais felizes não foi quando fui agora para a Suíça, não. Eu fui, representando o Senado. É bom danado viajar a outro mundo. Mas o dia mais feliz foi na colação de grau. Eu sou empolgado por isso. E quero homenagear essa professora, quero conhecê-la, e ela vai fazer esse programa aqui. Nós vamos ganhar o mundo. Então, eu, prefeito esperto, tradicional, fazia

a festa dos alfabetizados no melhor clube da cidade, o Igara Clube. Junto, convidava, o diploma. Olha, o momento mais feliz da minha vida foi ver a oradora – evidentemente, não era o Pedro, que, para ser alfabetizado, foi um esforço extraordinário que fiz, e estou contando como uma das glórias. Era uma senhora de óculos, no melhor clube da cidade. Não custa nada aquilo ali, a família, orgulhosos, os adultos – por isso que falo com prefeitinho, com carinho.

O erro do Lula... Tem jeito não, tem que apagar, o Lula não deu certo. Isso aqui... É preciso acreditar nos prefeitos; o prefeito é que está perto. O Lula nunca foi prefeitinho. O que eles fizeram? Centralizaram, criaram 38 Ministérios e desvalorizaram o dinheiro do prefeitinho. Então, o prefeito... Estou contando uma história que é o retrato de todos os prefeitos. Prefeito é gente boa.

Olha, o dia mais feliz – e já fui a muita festa, em muitos clubes – foi no Igara Clube. Atentai bem, Senador Paulo Paim! No clube mais importante, havia aquela senhora e o orador, lendo o discurso. E ele disse assim – “Dr. Prefeito, lhe chamam doutor, operador, doutor das mãos santas, mas você, para nós, é um doutor oftalmologista, porque nós todos éramos cegos, e V. Ex^a nos deu a visão”. Esse foi o dia mais feliz da minha vida pública.

Então, Senador Paulo Paim, quero convidar essa mulher do Rio Grande do Sul, que foi secretária municipal um pouco antes, saiu... E fiz, como Governador do Estado, o mesmo projeto, que irradiou, e talvez esses que não tinham luz é que me tenham feito Senador da República.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Chama-se Esther Grossi.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Esther Grossi? Não estou dizendo que o professor sabe tudo?

Mas eu quero dizer que o maior administrador é aquele da GE, que tem uns livros aí, o Jack Welch. É o maior administrador do mundo. Sabem qual é o segredo dele? Ele disse que esse negócio de inventar é para o Einstein. Disse que manda seus executivos para o mundo todo; quando encontra alguma coisa boa, aplica na empresa dele. Então, eu copiei dela com essa intenção.

Vamos, com essa moça, irradiar esse programa no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Vamos trazer esse assunto da alfabetização para cá também. Não o deixemos só para a Comissão de Educação.

(Interrupção da gravação.)

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 9 minutos.)

Ata da 14ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, convocada para no dia 23 de novembro de 2005, quarta-feira, às 10 horas.

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e cinco, na sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **CRISTOVAM BUARQUE**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores **EDISON LOBÃO, GILBERTO GOELLNER, JUVÊNCIO DA FONSECA, REGINALDO DUARTE, IRIS DE ARAÚJO, JOSÉ MARANHÃO, SÉRGIO CABRAL, GARIBALDI ALVES FILHO, FÁTIMA CLEIDE, PAULO PAIM, ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, ÁLVARO DIAS, FLEXA RIBEIRO, LUIZ OTÁVIO, VALDIR RAUPP, SIBÁ MACHADO, MOZARILDO CAVALCANTI E AELTON FREITAS**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte Pauta – **1ª parte** – item único extrapauta – Discussão e votação do Relatório da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre as propostas de emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 40, de 2005-CN (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2006), e ao Projeto de Lei Nº 41, de 2005-CN (Revisão Anual do PPA) nos termos da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional, tendo como Relator o Senador Paulo Paim. Após lido, discutido e votado é aprovado o relatório, por unanimidade. Ficam assim definidas as emendas – **Emenda nº 1**, de UO 20126 – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, ação 0770 – Apoio a iniciativas para a promoção da igualdade racial, no valor de R\$ 100.100.000,00. **Emenda nº 2**, de UO 20155 – Subsecretaria de Direitos Humanos, ação 0b08 – Apoio a serviços de prevenção e combate a homofobia, no valor de R\$ 105.000.000,00. **Emenda nº 3**, de UO 20122 – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, ação 0911 – Apoio a serviços especializados no atendimento as mulheres em situação de violência, no valor de R\$ 250.000.000,00. **Emenda nº 4**, de UO 20928 – fundo nacional para a criança e o adolescente – FNCA, Ação 0878 – apoio à construção, reforma e ampliação de unidades de internação restritiva e privatória, no valor R\$ 140.000.000,00. **Emenda nº 5**, de UO 55901 – fundo nacional de assistência social, ação 2060 – ações sócioeducativas para crianças e adolescentes em situação de trabalho, no valor de R\$ 166.600.000,00. Passa-se à **2ª parte da pauta** e libera-se sobre as seguintes matérias – Item nº 01 – **Requerimento nº 14-CDH, de 2005**, de audiência

pública, nos termos do art. 93 do Regimento Interno, para instruir o PLS nº 281, de 2005, que “Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão do incentivo fiscal”, com a presença dos Presidentes da Sociedade Brasileira de Pediatria, da OAB, da Fundação Abrinq, do Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes e da Secretária de Políticas para as Mulheres, de autoria do Senador Reginaldo Duarte. Resultado – **Aprovado**. Item nº 02 – **Requerimento nº 15-CDH, de 2005**, de audiência pública, com vistas a tratar das questões indígenas atinentes ao “Dia de Luta dos Povos Indígenas”, no Município de São Gabriel/RS, objetivando sua inclusão social e concessão de cidadania, com os seguintes convidados – Ministro de Estado da Cultura, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Presidente Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Presidente da Assembléia Legislativa/RS, Presidente do Fórum Nacional de Defesa dos Direitos Indígenas, Presidente de Caciques do Rio Grande do Sul, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Indígenas, Presidente do Conselho Indigenista Missionário–(CNBB), Presidente da Funai, Secretário Especial de Direitos Humanos, Subprocurador Geral da República, Presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa/RS e outros a serem definidos pela própria Comissão”, de autoria do Senador Paulo Paim. Resultado – **Aprovado**. Item nº 03 – **Requerimento nº 16-CDH, de 2005**, de audiência pública, com vistas a discutir a posição do Brasil no Ranking social elaborado pela ONG Internacional Social Watch, que avalia o desempenho de 163 países na área social e combate às desigualdades, classificando o país na 94ª posição, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Cristovam Buarque. Resultado – **Aprovado**. Item nº 04 – **Sugestão nº 03, de 2004**, que “Dá nova redação a dispositivos da lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências”, de autoria da Associação Comunitária de Chonin de Cima (ACOCCI) e relatoria do Senador Aelton Freitas, com voto pelo arquivamento. Resultado – **Aprovado o arquivamento**. Item nº 5 – **Sugestão nº 18, de 2004**, que “Visa estabelecer a obrigatoriedade de se fazer constar nos editais de licitação pública, medidas de proteção à saúde e seguridade do trabalhador”, de autoria da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região. Relator – Senador Aelton Freitas. Voto – Pela aprovação nos termos do projeto que apresenta. Resultado – **Aprovado o relatório**. Item nº 06 – **Sugestão nº 01, de 2005**, que “Acrescenta parágrafo ao art. 33 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que

dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências”, de autoria da Associação Comunitária de Chonin de Cima (ACOCCI). Relator – Senador Leomar Quintanilha, que vota pelo arquivamento. Resultado – **Aprovado o arquivamento**. Item nº 07 – **Sugestão nº 14, de 2005**, que “Propõe a revogação da Emenda Constitucional nº 15, de 1996, que dá nova redação ao parágrafo 4º do art. 18 da Constituição Federal”. Autor – Associação Comunitária de Chonin de Cima (ACOCCI). Relator “ad hoc” Senador Mozarildo Cavalcanti, que faz a leitura do relatório do Senador José Agripino concluindo pelo arquivamento da matéria. Resultado – **Aprovado o arquivamento**. Item nº 12 – **Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2004**, terminativo, que – “Acrescenta artigo à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para isentar do pagamento de taxas bancárias as contas de cidadãos maiores de 60 anos que recebam aposentadoria da Previdência Social até o valor equivalente a 1 (um) salário mínimo”, de autoria do Senador Sérgio Cabral e relatoria do Senador Reginaldo Duarte que vota pela aprovação da matéria com 3 (três) emendas que apresenta. Resultado – **Aprovado o Projeto e as 3 emendas**. Item nº 15 – **Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2003**, terminativo, que “Modifica o parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dispõe sobre a prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências”, autoria do Paulo Paim e relatoria do Senador Flexa Ribeiro que vota pela aprovação na forma da emenda substitutiva que apresenta. Resultado – **Aprovado na forma da Emenda Substitutiva**. Item nº 20 – **Projeto de Lei do Senado nº 309 de 2004**, terminativo, que “Define os crimes resultantes de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem”, de autoria do Senador Paulo Paim, relatado “ad hoc” pela Senadora Fátima Cleide que lê o relatório do Senador Romeu Tuma concluindo pela aprovação do Projeto, com as emendas apresentadas aprovadas na CCJ. Resultado – **Aprovado o projeto e, em bloco, as 3 emendas– CCJ**. Ficam adiados os demais itens constantes da pauta. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Sibá Machado, Fátima Cleide, Íris de Araújo, Reginaldo Duarte e Flexa Ribeiro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às onze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Bom dia a cada um e a cada uma. Cumprimento os nossos visitantes que ilustram, alegram e encantam a nossa reunião.

Havendo número regimental, está aberta a 14ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, convocada para o dia 23 de novembro de 2005, quarta-feira, às 10h, na Sala de Reuniões nº 13, Ala Senador Alexandre Costa.

Temos uma longa pauta, mas vamos começar pelas emendas ao Orçamento.

Diversas emendas foram propostas. O Senador Paulo Paim fez um excelente trabalho e preparou um relatório do que é possível, eliminando, obviamente, emendas de alguns Senadores e compondo outras. Se pudermos aprovar esse relatório o mais rápido possível será extremamente positivo, dado o prazo que temos.

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim para dizer algumas palavras e, depois, abriremos para votação, se não houver discussões.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Podemos ir direto ao relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Então, vamos direto ao relatório.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – O Presidente desta Comissão, Senador Cristovam Buarque, delegou-me que fizesse o relatório das emendas desta nossa importante Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Primeiro, eu queria cumprimentar a todos e, com carinho especial, em nome de toda a Comissão, tenho certeza, do meu Presidente, que me pediu que fizesse a saudação, à comunidade negra aqui presente, e, Senador Cristovam, eu diria, por dois motivos – esta Comissão, tenho certeza, há de aprovar aqui a destinação, dentro das suas emendas coletivas, uma verba para a igualdade racial, como também para as mulheres, enfim, para uma série de atuações que vão na linha do combate às discriminações; e o outro motivo, tenho certeza também, será a aprovação do Projeto de Lei nº 309, de nossa autoria, que endurece as penas contra aqueles que cometerem qualquer tipo de ato de racismo, enfim, de preconceito, que foi aprovado por unanimidade em todas as Comissões, tanto a Oposição como a Situação deram parecer favorável, e, como é terminativo, vocês aqui presentes vão poder acompanhar uma votação que termina aqui no Senado e vai direto para a Câmara dos Deputados, onde esperamos, ainda este ano, seja aprovado.

Então, se o Presidente permitir, de imediato vou para o relatório das emendas ao Orçamento.

Relatório

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa até o encerramento do prazo de apresentação de proposição de emendas recebeu para analisar e discutir em torno de 22 proposições, sendo 21 propostas ao Projeto de Lei nº 40, de 2005, Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2006, e uma, ao Projeto de Lei nº 41, de 2005, Revisão Anual do PPA.

Proposta nº 14, nos termos do disposto no art. 25/1 da Resolução nº 1, de 2001, Congresso Nacional.

Em seguida, passo a ler, então, depois do relatório, de forma sintetizada, a análise. V. Ex^{as} podem ver que há um grande número de folhas, mas vou direto para a análise, a fim de ganharmos tempo.

Análise.

Diante do elevado número de propostas, todas de inegável mérito, propõe-se a adoção dos seguintes critérios para a seleção das cinco emendas a serem apreciadas e aprovadas – esta Comissão, assim como as outras, só podem aprovar cinco emendas, vejam que recebemos 21:

- considerar a abrangência e a importância social da proposta;
- distribuir as emendas de forma a beneficiar o máximo de unidades orçamentárias que exerçam ações situadas no âmbito desta Comissão, levando-se em consideração, naturalmente, a igualdade racial, a questão das mulheres, a questão das crianças e o Fundo Nacional de Assistência Social;
- contemplar as ações que apresentarem o maior número de propostas à emenda dentro de cada peça orçamentária;
- no caso de empate do critério acima, contemplar a ação de maior valor proposto.

Com base nesses critérios, propomos a seguinte distribuição:

Proposta nº 1, de nº 2126 para a Secretaria Especial de Políticas da Promoção da Igualdade Racial. Apoio à iniciativa para promoção da igualdade racial. Proposta foi apresentada por um Senador e é natural que fosse este Senador, porque eu inclusive presido a Subcomissão de Igualdade Racial.

Então, nós propomos aqui que, para o combate aos preconceitos, em resumo é isso, sejam destinados cem milhões e cem mil reais.

Depois, nós unimos as propostas de nºs 3, 19 e 22. Apoio a serviços de prevenção e combate a homofobia, cento e cinco milhões de reais, e vieram aqui três contribuições.

Depois, a Secretaria Especial de Política para as Mulheres. Tivemos as propostas de nºs 4, 5, 11, 12 e 21. Apoio a serviços especializados no atendimento às mulheres em situação de violência. Vocês vão notar aqui – e a comunidade negra está aqui para receber explicações – que temos duzentos e cinquenta milhões. Mas aqui, naturalmente, são as mulheres negras e brancas, não é? Então, todos estão contemplados, o universo é bem maior e foram propostas por um, dois, três, quatro, cinco. Naturalmente as duas Senadoras presentes aqui e outros Senadores.

Depois veio o Fundo Nacional para Criança e Adolescente, que também, na verdade, vai contemplar brancos e negros. Apoio à construção e reforma e ampliação de unidades de internação restritiva e provisória, cento e quarenta milhões. E, a última, Fundo Nacional de Assistência Social. Aqui é para ações socioeducativas para crianças e adolescentes em situação de trabalho nacional. Aqui tem todo um campo da educação que, na verdade, contempla a todos.

Eu resumi, mas entendo que praticamente todas as propostas dos Senadores estão compiladas, estão resumidas aqui na abrangência que foi possível. Eu quero dizer que este relatório eu não fiz sozinho. Eu pedi à Assessoria da Casa e à Assessoria do Presidente para que contemplasse, dentro do possível, a todas as propostas que foram encaminhadas. Eu entendo que dessa forma, pelo menos no meu ponto de vista, nós estaríamos assegurando nesta Comissão quase que um bilhão de reais. Vou ser preciso, setecentos e sessenta e um milhões, setecentos mil reais para investimento em políticas na área dos direitos humanos.

Em síntese, procurou-se, dentro das naturais limitações, utilizar critérios justos para priorizar as ações de maior relevância no momento atual.

Voto

Em face da análise apresentada, voto pelo encaminhamento à Comissão Mista de Plano e Orçamentos Públicos as emendas listadas a seguir, conforme distribuição do quadro por Unidade da Nação. É mais ou menos o quadro, aquele que eu li.

Propomos, assim, que a Secretaria da Comissão dos Direitos Humanos seja incumbida de proceder à adequação necessária para que esse encaminhamento aqui proposto seja, de uma vez por todas, votado, deliberado e encaminhado à Comissão de Orçamento Público e Fiscalização.

Este é o relatório. Tentei sintetizar ao máximo. Nós acabamos reunindo em cinco grandes emendas aquilo que, no meu entendimento, seria a vontade do conjunto da Comissão.

É o relatório, meu Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Eu consulto se alguém quer fazer algum pronunciamento.

Tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, Senador Paulo Paim, eu gostaria só de uma informação. Eu propus uma emenda à Comissão para aparelhamento e reaparelhamento dos estabelecimentos penais. Eu acho que isso é um fato de extrema importância face à violência que grassa em nosso País. E a emenda não foi acatada em função de ela estar... “Não pode ser admitida por envolver matéria não afeta regimentalmente a CDH”. Só que a informação que eu tenho da área técnica que essa emenda tem respaldo regimental na Comissão.

Então, eu gostaria de ter só a informação a respeito disso e saber se há possibilidade de discutirmos essa proposta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Flexa Ribeiro, eu, naturalmente, tive todo o cuidado com a Assessoria da Comissão, com a Assessoria da Casa e a do Orçamento, que fizeram um trabalho coletivo. E o que eles me disseram? Que não somente a sua, como tem uma do Senador Romeu Tuma que vai na mesma linha – construção do edifício sede da Superintendência da Polícia Federal, que tem como objetivo também interagir em nome das crianças, dos adolescentes, dos índios, dos negros no momento em que o crime seja cometido. Mas, nos dois casos, eles dizem que contraria o art. 25, inciso I, da Resolução nº 1, de 2001-CN, e essa matéria tem que ser remetida ao Relator da CCJ. Só ele poderia destinar tanto a emenda encaminhada por V. Ex^a como, também, a emenda encaminhada pelo Senador Romeu Tuma. Mediante esses dois fatos que nos foram apresentados pela Assessoria da Comissão e a da peça orçamentária, e como tínhamos somente 5 emendas num universo de 22 proposições, nós tivemos de adotar a unificação daquilo que era possível. Para nós não custaria nada, se assim fosse possível, inserir essa emenda numa outra aglutinativa, mas só que não foi essa a recomendação que nos foi dada pela Comissão Orçamentária.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Apenas para parabenizar o Senador Paulo Paim pelo brilhante relatório, dizer ao Senador Flexa que essa preocupação com as unidades de segurança também é uma preocupação que temos. Apresentamos emendas nesse sentido na CAS e na CCJ. Esperamos que por lá possamos

fazer um trabalho para realmente fazer passar essas emendas, pois é muito necessário a gente melhorar as unidades de segurança, principalmente a Polícia Federal, que tem feito um trabalho excelente no País e precisa de re-adequação. No Estado de Rondônia, a nossa bancada já deliberou que toda ela apadrinhará a construção da nova sede da Superintendência no Estado de Rondônia, porque realmente o que existe lá é um prédio que não tem mais a menor condição.

Então, parabeno mais uma vez o relatório do Senador Paulo Paim porque nós conseguimos abranger vários setores que, de certa forma, não têm visibilidade na nossa sociedade, muito menos recursos no Orçamento, como a questão da igualdade racial, da homofobia. Penso que só nisso já demonstramos o brilhantismo desta Comissão. Quero lamentar e fazer aqui uma **mea culpa** também. Apresentei várias emendas; das que apresentei, três estão contempladas, junto com outros Senadores, mas trabalhamos o ano inteiro praticamente discutindo a questão das populações indígenas e, infelizmente, nós, neste ano, não apresentamos emenda. Quero fazer aqui a minha **mea culpa** porque também passou um pouco...

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Só para ajudar, Senadora, mas quando a gente fala na igualdade racial a gente entende que podemos trabalhar com esse tema, porque virão outras emendas, em outras Comissões, inclusive na Câmara, que vai contemplar a questão indígena.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Mas acho que essa questão do corte étnico da população indígena... Diante do trabalho que fizemos nesta Comissão, durante este ano, a gente percebeu que há necessidade de implementarmos tanto o corte, para darmos visibilidade, da mesma forma como fizemos com a questão da população negra, quanto também trabalharmos no sentido de termos mais e mais recursos financeiros para trabalhar com essa área. No mais, dizer que estou muito satisfeita com o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Senadora Iris.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Assim como a Senadora Fátima Cleide, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria, Senador Paulo Paim, de cumprimentá-lo pela oportunidade do relatório que V. Ex^a apresenta, levando em consideração que várias emendas aqui apresentadas, que dizem respeito à política voltada para as mulheres, nos remetem a um momento muito importante do trabalho feminino.

Ao sentir aqui que houve um tratamento acurado em relação ao que acontece no Brasil e que temos inclusive discutido em plenário, não só em plenário, mas

em pequenos plenários, não é, Senador Cristovam, que são aqueles do povo, isso que nos dá a oportunidade de falarmos e repercutirmos aqui o sentimento das pessoas.

Percebo que caminhamos não só por meio dessas emendas e do relatório que V. Ex^a nos apresenta, para uma mudança no quadro político no que diz respeito à violência contra a mulher, e ao espaço que tem conquistado. Considero-me plenamente, como mulher, contemplada neste momento. Parabéns, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Não havendo nenhuma outra opinião, eu lamento não poder fazer a votação ainda, porque ela é nominal e não temos **quorum**. (Pausa.) Ah, mas nesse caso pode.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a proposta da Comissão.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Senador, permita-me.

Tenho todo o carinho pelo Senador Flexa Ribeiro – e S. Ex^a disse –, mas quero dizer que não tinha como contemplarmos todas, Mas entendo que o Senador Flexa Ribeiro, pela forma como tem atuado nesta Comissão e mesmo na emenda maior que é a das mulheres, que são 250 milhões, estão contempladas as mulheres índias, as mulheres negras, as mulheres brancas, enfim, todas as mulheres deste País, já que o nosso princípio aqui é o da igualdade. Entendo que V. Ex^a, pelo trabalho que aqui tem realizado, como os outros Senadores e Senadoras, está contemplado no conjunto da obra, que não é minha. A obra foi concedida buscando um grande entendimento. Um abraço a V. Ex^a e desculpe não poder atendê-lo no caso específico.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não tenho porque desculpá-lo, Senador Paulo Paim. Quero parabenizá-lo pelo relatório que atende realmente a grande massa das pessoas necessitadas de atenção do Governo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Bem, eu gostaria de passar, invertendo a ordem, diretamente a um assunto que interessa aos nossos visitantes, mas a votação do item que interessa a eles é terminativa, significa que vai exigir votação nominal e precisa ter **quorum** mínimo. Enquanto não chega esse **quorum** – e garanto que vamos consegui-lo –, passo à votação do Requerimento nº 14, de 2005, de fazer-se uma audiência pública, nos termos do art. 93, do Regimento Interno, para instruir o PLS nº 281, de 2005, de autoria da Senadora Patrícia Sabóia, que cria o programa

empresa cidadã, destinada a prorrogação da licença-maternidade mediante concessão do incentivo fiscal.

Com a sugestão dela e da presença dos Presidentes da Sociedade Brasileira de Pediatria, da Fundação Abrinc, do Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, e da Secretaria de Política para as Mulheres. O Relator é o Senador Reginaldo Duarte, a quem concedo a palavra.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, sou Relator deste projeto da Senadora Patrícia Sabóia Gomes. É um projeto que amplia ainda mais a ausência da mulher quando no período da maternidade. Hoje, parece-me que são poucos dias; aqui aumenta para seis meses. Então, é um projeto que beneficia muito bem a mulher. Mas, para que o projeto seja bem discutido, eu dividi em duas fases – coloquei esse requerimento e chamo todas as pessoas ligadas à área social, junto às mulheres. Por outro lado, devolvi... Depois vou mandar a esta Comissão um outro requerimento chamando empresários e pessoas ligadas à Federação da Indústria e Comércio para que possam também analisar os fatos desse projeto, a fim de que eu possa fazer o meu relatório mais circunstanciado e baseado na opinião de todas as pessoas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Em discussão.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o Senador Reginaldo Duarte pela forma como está encaminhando esse debate, inclusive pedindo audiência pública para que todos os agentes interessados nesse tema – que interessa a todos nós, a todos os brasileiros – possam participar de audiência pública, colocar a sua posição. Tenho certeza de que pelo mérito do projeto da nossa querida Senadora Patrícia Saboya Gomes será aprovado. Mas, independente do mérito, é importante que se ouça toda a sociedade.

Por isso, os meus cumprimentos e a nossa opinião favorável à proposta encaminhada pelo relator.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Algum outro comentário?

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Trago à votação um outro requerimento.

Requerimento do Senador Paulo Paim, a quem passarei a palavra logo depois de ler os termos do requerimento, que é de uma audiência pública, visando o tratar das questões indígenas atinentes ao Dia de

Luta dos Povos Indígenas, no Município de São Gabriel, no Rio Grande do Sul, objetivando sua inclusão social e concessão da cidadania. Com os seguintes convidados – Ministro de Estado da Cultura, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Presidente Nacional da Comissão Pastoral da Terra, Presidente da Assembléia Legislativa, Presidente do Fórum Nacional de Defesa dos Direitos Indígenas, Presidente de Caciques do Rio Grande do Sul, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Indígenas, Presidente do Conselho Indigenista Missionário, Presidente da Funai, Secretário Especial dos Direitos Humanos, Subprocurador-Geral da Procuradoria-Geral República, Presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, e outros a serem definidos.

Passo a palavra ao Senador Paim, para fazer a defesa do seu requerimento.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, vou sintetizar o máximo, porque acredito que até deu **quorum** com a chegada do nosso Senador Sibá, para votar o projeto que a comunidade negra está na expectativa.

Na verdade, no ano que vem, nós lembramos os 250 anos – Senadora Fátima Cleide, sei que V. Ex^a inclusive vai ao Rio Grande do Sul – da morte do grande Líder Sepé Tiarajú. Nós que falamos tanto na luta daqueles que são eliminados, sem sombra de dúvida, negros, mulheres, crianças, idosos e os índios são muito discriminados neste País.

Então, estamos propondo que haja uma audiência pública no Rio Grande do Sul, em data a ser marcada, onde a comissão seria toda ela novamente convidada para discutir uma situação dos povos indígenas. Estamos propondo o Rio Grande do Sul devido a essa homenagem que queremos fazer ao grande líder Sepé Tiarajú, que, no enfrentamento com os portugueses e espanhóis em defesa do solo pátrio, disse aquela frase histórica – “Aqui não, esta terra tem dono”. E acabou morrendo junto com 1500 índios, mas estabeleceu uma luta muito bonita na chamada Batalha de Cayboaté. Há, inclusive, um livro que lançamos recentemente na Feira do Livro.

Enfim, o objetivo é esse. Por isso tenho certeza de que o requerimento será aprovado e, quem sabe, a Comissão de Direitos Humanos toda esteja no nosso Rio Grande para fazer esse grande debate.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Submeto à discussão do Plenário. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Quero dizer que temos agora o **quorum** mínimo para votação. Por isso, proponho aqui uma inversão de ordem para um projeto terminativo que diz respeito à definição de crimes resultantes de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, religião e origem.

Creio que esse projeto, não apenas pela sua importância, mas, sobretudo, pela presença, como vemos aqui, de pessoas interessadas, merece a inversão da ordem.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores estão de acordo com a inversão da ordem? (Pausa.)

Então, vamos passar direto ao Item 20.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Sim, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Com o mesmo objetivo, eu pediria uma inversão de pauta, em seguida à desse item, para que pudéssemos discutir o Item 15, que também é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Submeterei imediatamente, mas já tem a minha simpatia para isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Para ganhar tempo e sabendo das outras obrigações dos Srs. Senadores, como o Senador Romeu Tuma era o Relator, e não se encontra, passo a palavra à Senadora Fátima Cleide como Senadora **ad hoc**.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de registrar a imensa satisfação de relatar, neste momento, esse projeto que compreendo ser de grande importância para toda a população brasileira, porque corrige uma distorção histórica de desigualdade social entre a nossa população.

Vamos ao relatório.

Relatório.

Chega à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para exame de mérito e emissão de parecer, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2004, de autoria do nobre Senador Paulo Paim. Composto de treze artigos, a proposição em exame define os crimes resultantes de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem. Para tanto, pretende substituir a Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989, descrevendo mais detalhadamente o aspecto objetivo da ação discriminatória.

O projeto inova também ao definir os crimes de atentado à identidade étnica, religiosa ou regional, e associação criminosa racista. Dessa forma, a legislação penal passa a proteger a pluralidade cultural e as tradições ancestrais que marcam a sociedade brasileira e são protegidas pela Constituição Federal.

Em sua justificção, o nobre autor do projeto argumenta que no Brasil o racismo é encoberto pela difusão de uma cultura de assimilação e de convivência harmônica entre as raças. A realidade concreta, entretanto, desmente cotidianamente o mito da democracia racial. Por isso, a ação firme do Estado nesse contexto é imprescindível.

Assim, observa o nobre autor da proposição, ao lado de mecanismos de reparação, como os programas de ação afirmativa, não se pode deixar de aperfeiçoar os instrumentos de reprovação penal do racismo, em obediência ao disposto na Lei Maior, art. 5º.

O projeto foi, inicialmente, encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para decisão em caráter terminativo. Antes de ser apreciado por aquele Colegiado, entretanto, a Presidência do Senado Federal redistribuiu a proposição àquela Comissão e a esta, CDH, em virtude da promulgação da Resolução nº 1, de 22 de fevereiro de 2005.

Ao retornar para a CCJ, a proposição recebeu parecer favorável com as emendas de nºs 1 a 3, da CCJ.

Análise.

O Brasil foi a segunda maior nação escravista da era moderna, o último país do mundo ocidental a abolir a escravidão, o penúltimo país da América a abolir o tráfico de escravos e o maior importador de toda a história do tráfico atlântico.

Esses traços históricos, nada honrosos, estão na base das profundas desigualdades raciais que ainda hoje marcam o nosso País. Seus efeitos podem ser sentidos nos dados sobre a educação, emprego e, principalmente, de renda e pobreza.

É impressionante, conforme destacam estudiosos do tema, a persistência das enormes diferenças entre os indicadores socioeconômicos de brancos e negros no Brasil.

A falta de políticas públicas consistentes para o enfrentamento da questão faz com que essa herança seja transmitida de geração a geração, o que torna o racismo, a discriminação e o preconceito traços marcantes da sociedade brasileira.

São muito recentes as iniciativas do Estado brasileiro no sentido da reparação das injustiças perpetradas contra os afro-descendentes. E, embora louváveis, seus efeitos ainda não se fizeram sentir nos indicadores sociais mais importantes.

Há, portanto, muito que fazer nessa seara para a consolidação de uma cultura de respeito e inclusão social.

O aperfeiçoamento da legislação penal em muito contribuirá para inibir práticas discriminatórias que, infelizmente, encontram-se inscritas em nossa cultura e que contribuem para a perversa naturalização de um fenômeno social – A hierarquia historicamente construída entre brancos e negros no Brasil.

As desigualdades raciais configuram um fenômeno social complexo e, como tal, seu enfrentamento demanda ações em diversos setores.

Se por um lado é fundamental a ampliação das políticas de combate à pobreza e à exclusão social, afinal, no Brasil, o percentual de negros aumenta significativamente entre os mais pobres, por outro, é imprescindível que se adotem políticas específicas.

Para a compreensão do problema e o consequente entendimento da importância do aperfeiçoamento da legislação penal relacionada às práticas racistas, é importante destacar a relação existente entre o preconceito e a discriminação racial. O preconceito configura um traço eminentemente cultural, consolidado ao longo de anos de estigmatização sofrida pelos negros, e encontra-se no plano dos valores vigentes na sociedade. Já a discriminação racial envolve conduta com o propósito de impedir a pessoa de exercer um direito em função de sua raça. Há entre preconceito e discriminação uma íntima relação. O preconceito, como construção mental, justifica e informa as condutas discriminatórias. A discriminação, disseminada como prática social, consolida o preconceito como fundamento da estigmatização dos negros e contribui para a sua permanência como valor estruturante de determinada organização social.

Dessa forma, pode-se afirmar com segurança que o PLS nº 309, de 2004, com as emendas apresentadas pela CCJ, aperfeiçoa as normas penais relacionadas à discriminação, ao delimitar o objeto da conduta reprovável, por meio da criação de novos tipos penais, contribuindo significativamente para a construção da cidadania plena do negro brasileiro e para a superação das profundas desigualdades raciais que marcam o nosso País.

A proposição em análise é constitucional, jurídica e redigida de acordo com a adequada técnica legislativa.

No que concerne ao mérito, representa a iniciativa legislativa que muito contribuirá para inibir a prática de atos discriminatórios e difundir uma cultura de respeito e tolerância no País.

Por essas razões, o voto do Senador Romeu Tuma [que eu acompanho, como Relatora **ad hoc**] é

pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2004, com as emendas apresentadas pela CCJ.

É este o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Em discussão.

Pergunto ao autor do projeto se quer fazer algum comentário.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, quero dizer que eu abro mão da minha fala, porque sei que a correria é grande. Eu sei que a melhor forma de eu e nós todos homenagearmos a comunidade negra é votando o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Algum outro Senador quer se pronunciar? (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

(Processa-se a votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Está aprovado o projeto, por unanimidade dos presentes.

Nós temos algumas emendas. Gostaria de votá-las em bloco.

Votação das emendas, em bloco.

(Processa-se a votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – As emendas estão aprovadas. (Palmas.)

Eu quero manifestar a satisfação que eu sinto em estar presidindo esta sessão, porque creio que aqui estamos dando um passo importante para, por um lado, pagar essa dívida que o Brasil tem com o passado, na sua história – como foi lido pela Senadora Fátima Cleide –, e, segundo, para construir um futuro sem os preconceitos e, sobretudo, sem o uso do preconceito para perseguições e para tratamentos diferenciados das nossas pessoas.

Parabenizo o Senador Paulo Paim por mais esta vitória que S. Ex^a tem na defesa de um Brasil sem preconceitos e onde os direitos humanos sejam respeitados plenamente. Agradeço muito a presença de todos os senhores e senhoras, que aqui vieram nos prestigiar e os convido, se quiserem, para continuarem presentes conosco. Quero dizer que, se não fosse a presença dos senhores, talvez este projeto ficasse para outro dia. (Palmas.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro, pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PDT – DF) – Sr. Presidente, eu solicitei a inversão e peço aos meus Pares para que permanecessem, porque o projeto é também do Senador Paulo Paim, que tem uma atuação permanente e brilhante em defesa das minorias, para que nós votássemos o item 15 que também é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam a inversão da pauta queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, peço, também, a inversão de pauta para o item nº 12.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Com a palavra V. Ex^a pela ordem.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sr. Presidente, apenas para facilitar os nossos trabalhos e organizá-los, eu peço a retirada do item nº 9, que seria de minha relatoria, para que nós possamos colocá-lo na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDF – DF) – Creio que a Presidência tem a prerrogativa de atender V. Ex^a, não é isto? Não é necessário que se vote. Quanto às outras duas inversões, eu submeto-as à votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

Vou dar início à discussão. Só alerta que houve uma deserção, talvez por descuido nosso, mas enquanto se lê nós vamos atrás de mais uma pessoa para que haja **quorum**. Nós iremos conseguir o **quorum**.

Trata-se do Projeto de Lei nº 181, de 2003 – item nº 15, para quem quiser acompanhar –, cujo autor é o Senador Paulo Paim, que modifica o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, que dispõe sobre a prioridade de atendimento às pessoas que especifica e dá outras providências.

Com a palavra ao Relator, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, em cumprimento às determinações do art. 102, Incisos IV e VI, do art. 91, Inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, vem à análise da

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2003.

De autoria do Senador Paulo Paim, a proposição modifica o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000. Essa norma jurídica dispõe sobre o atendimento prioritário às pessoas que especifica, em repartições públicas, empresas concessionárias e instituições financeiras.

O art. 1º da proposta dá nova redação ao parágrafo único do art. 2º da mencionada lei, de forma a incluir os hospitais entre as entidades obrigadas a propiciar tratamento prioritário às pessoas portadoras de deficiência, idosos, gestantes, lactantes e pessoas acompanhadas por crianças de colo.

O art. 2º estabelece a vigência da lei a partir da data em que a norma seja publicada.

Em sua Justificação, o eminente Senador do Rio Grande do Sul afirma que são freqüentes as situações constrangedoras a que são submetidas as pessoas idosas nos hospitais do País. Registra, igualmente, o fato de determinada novela exibida pela televisão expor a toda a sociedade o desrespeito de familiares, especialmente os mais jovens, para com os idosos.

Por fim, declara que “todos sonhamos com uma sociedade em que o ser humano possa envelhecer com a preservação plena dos seus direitos, em condições de liberdade, respeito e dignidade”.

A proposição fora inicialmente distribuída à Comissão de Assuntos Sociais, onde foi objeto de relatório de autoria do Senador Sibá Machado. Antes de sua apreciação, contudo, a matéria foi redistribuída à CDH em virtude da edição da Resolução nº 1, de 2005, que cria no Senado Federal Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, altera a denominação e atribuição de comissões permanentes e dá outras providências.

Na elaboração do presente relatório, valem-nos do texto oferecido à CAS pelo Senador Sibá Machado.

A proposição não recebeu emendas.

Análise

A Lei nº 10.048, de 2000, determina que as pessoas portadoras de deficiência física, os idosos com idade igual ou superior a 65 anos, as gestantes, as lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo terão atendimento prioritário nas repartições públicas, nas empresas concessionárias de serviços públicos. A prioridade deve ser observada mediante a prestação de serviços individualizados que assegurem tratamento diferenciado e atendimento imediato às mencionadas pessoas.

O parágrafo único do art. 2º da mencionada norma jurídica, por sua vez, manda as instituições financeiras atenderem prioritariamente as pessoas por ela especificadas.

Desafortunadamente, o legislador não incluiu os hospitais entre os estabelecimentos obrigados a prestar atendimento prioritário. Sem dúvida, houve um lapso do legislador, uma vez que o hospital presta um tipo de serviço em que é de particular relevância a exigência de prioridade no atendimento às pessoas em consideração. Ademais, os portadores de deficiência física, os idosos, as gestantes, as lactantes e as crianças de colo compõem um contingente que apresenta maior risco de contrair doenças, motivo por que deve constituir clientela preferencial do atendimento hospitalar.

Por isso, somos de opinião que o projeto em exame corrija imperfeição da norma jurídica, que dispõe sobre prioridade de atendimento. Julgamos, todavia, que o atendimento preferencial da clientela enumerada não se deve dar apenas nos hospitais, mas também em instituições como postos de saúde e clínicas de exames laboratoriais.

Por esse motivo, propomos a adequação do texto da proposta de forma a estender a prioridade de atendimento a todos os estabelecimentos assistenciais de saúde.

Observamos, ademais, que a proposição grafa erradamente o número da norma que pretende modificar. De fato, trata-se da Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, e não da Lei nº 10.148, de 08 de novembro de 2000, tal como se encontra expresso na ementa e no art. 1º da proposta em análise. As imprescindíveis correções são feitas no substitutivo que propomos ao final do presente relatório.

Ressaltamos, por fim, que não há óbice a opor à proposta quanto à sua constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

Voto.

Em razão do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2003, na forma do seguinte substitutivo:

Projeto de Lei do Senado nº 181-Substitutivo, de 2003, que modifica o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, que dispõe sobre a prioridade de atendimento às pessoas que especifica e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º

Parágrafo único. É assegurada em todas as instituições financeiras e em todos os

estabelecimentos assistenciais de saúde a prioridade de atendimento às pessoas mencionadas no art. 1º

E aí, Presidente, este foi o relatório que eu apresentei, mas eu queria fazer uma emenda de redação. Eu fui procurado, após ter entregado o parecer, pelos assessores parlamentares das Forças Armadas pedindo que fosse feita uma alteração de redação nesse parágrafo único. Onde se lê “em todos os estabelecimentos assistenciais de saúde”, que se acrescentasse “no âmbito de sua clientela”. E eles explicaram o porquê. É porque, senão, da forma como estava redigido, poderia haver uma afluência aos hospitais das Forças Armadas com clientela não de atendimento, e eu entendi ser merecedora essa emenda de redação e quero também fazê-la neste instante.

Então, com essa emenda de redação, o art. 2º passa a ter a seguinte redação:

Parágrafo único. É assegurada em todas as instituições financeiras e em todos os estabelecimentos assistenciais de saúde, no âmbito de sua clientela, a prioridade de atendimento às pessoas mencionadas no art. 1º.

Art. 2º esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Este é o voto.

E ao encerrar, Sr. Presidente, com a sua permissão, eu quero parabenizar mais uma vez o Senador Paulo Paim pela autoria desse projeto, que acho da maior importância para o atendimento privilegiado desse segmento da sociedade necessitado dessa prioridade.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Solicito ao Senador Flexa Ribeiro que formalize as suas sugestões de mudança para facilitar o trabalho da Secretaria.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Encaminharei à Comissão.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o Senador Flexa Ribeiro que apenas melhorou a redação final do projeto e, com isso, repito o que disse antes – a melhor forma de fazer a defesa é votar. Tenho certeza de que essa é a vontade dos Senadores, e quem ganha com isso são todos que, de uma forma ou de outra, precisam de um atendimento de emergência e não são atendidos devidamente, como é o caso da gestante, dos deficientes e dos idosos.

Parabéns, Senador Flexa Ribeiro. É com orgulho que votaremos a proposta de acordo com as mudanças propostas por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Não havendo ainda **quorum** passo à outra inversão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, não poderíamos tomar os votos dos Senadores presentes, enquanto aguardamos a chegada dos demais?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Eles estão chegando.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – A minha preocupação é que algum Senador tenha outro compromisso e tenha que se ausentar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Peço que segurem 2 minutos mais enquanto a gente tenta arrastar algum Senador para cá.

Acho que a gente não deveria dar direito humano de Senador ficar fora, mas eles estão em outras coisas.

Solicito à Lúcia que tente trazer alguém.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, na medida do possível, eu queria relatar os itens 4 e 5, apesar de estar em quatro comissões e a liderança estar me ligando para estar na Comissão Mista de Orçamento. Os meus não são terminativos, mas se der – enquanto chega algum Senador – eu relataria os itens 4 e 5. Por isso, solicito a compreensão de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Sem dúvida alguma. É um requerimento?

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Não, é um projeto de lei do Senador Sérgio Cabral. Item 14.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Sim, mas vamos avançar.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – O meu é terminativo também, a exemplo do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte, para que V. Ex^a leia o relatório enquanto esperamos criar o **quorum**.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, posso demorar um pouco e cedo a minha vez para o ilustre Senador Aelton Freitas.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – O seu caso é terminativo, não é isso?

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – É terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Como temos **quorum**, vamos aproveitá-lo.

Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte para ler o item 14, que acrescenta artigo à Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, para incluir entre os beneficiários do passe livre os portadores de doenças graves e incapacitantes, inclusive em empresas de transporte aéreo, quando o motivo da viagem... (Pausa.)

Acho que é o 12, pois o 14 o Relator é o Senador Romeu Tuma.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – É o item 12. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Senador, concedo a palavra a V. Ex^a.

Senador, solicito que faça da maneira mais resumida possível para que possamos votar.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este projeto é do Senador Sérgio Cabral e sou o Relator do mesmo.

O Projeto de Lei do Senado nº 173, de 1º de junho de 2004, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigo à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, para isentar do pagamento de taxas bancárias as contas de cidadãos maiores de 60 anos que recebem aposentadoria da Previdência Social, até o valor equivalente a um salário mínimo.

Compõem-se de dois artigos:

No seu art. 1º, acrescenta o art. 31-A ao texto da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, com o objetivo de isentar do pagamento de quaisquer taxas bancárias, as contas de instituições financeiras públicas ou privadas de idosos que recebem proventos de aposentadoria da Previdência Social, até o valor de um salário mínimo.

Então, Sr. Presidente, o meu voto é favorável com a emenda de redação que fiz. Fiz uma emenda de redação ao projeto:

Acrescente-se ao art. 31-A da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, com o objetivo de isentar do pagamento de taxas bancárias as contas mantidas em instituições financeiras públicas ou privadas, por cidadãos maiores de 60 anos que recebam proventos de aposentadoria da Previdência Social, até o valor equivalente a um salário mínimo.

Emenda de redação.

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do PLS nº 173, de 2004:

Art. 1º Acrescente-se ao art. 31-A da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, a seguinte redação:

Art. 31-A. Ficam isentas do pagamento de taxas bancárias as contas mantidas em instituições financeiras públicas ou privadas,

por cidadãos maiores de 60 anos, que recebiam proventos de aposentadoria da Previdência Social, até o valor equivalente a um salário mínimo.

Essa próxima emenda foi a que fiz a este projeto.

Emenda CDH. Acrescente-se ao art. 2º do PLS nº 173/04, com a redação abaixo, remunerando-se para o art. 3º o atual art. 2º.

Art. 2º. Ficam isentas do pagamento de taxas bancárias as contas mantidas em instituições financeiras públicas ou privadas por cidadãos maiores de 70 anos, independentemente do valor de seus proventos de aposentadoria ou de quaisquer outras formas de remuneração de que dispõem.

Sr. Presidente, acho essa emenda justa porque antigamente, nos anos 60 e 70, ninguém pagava nenhuma taxa aos bancos. Naquela época, antes da informatização dos bancos, os bancos tinham um número grande de funcionários. Na minha terra, uma agência do Banco do Brasil tinha 135 funcionários; hoje ela tem menos de 40 funcionários. Ainda mais, naquela época, se o ilustre Presidente tivesse saldo positivo na conta, o banco ainda contava juros a favor de quem tinha o saldo positivo e, também, quem tinha o saldo negativo, contra.

De forma que acho que esta emenda é muito justa e peço aos meus Pares que a aprovem.

É o relatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Havendo **quorum**, passo à votação nominal.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem. Qual item nós estamos votando?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Muito boa pergunta. Primeiro, vamos votar o Item 15. Depois o Item 12.

Em votação o Item 15.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Está aprovado o substitutivo.

Aprovado o substitutivo, o projeto fica prejudicado. Irá a turno suplementar na próxima reunião, podendo até lá receber emendas, senão será definitivamente adotado.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, se me permitir, já que temos **quorum** privilegiado, se todos os Líderes concordarem, como foi a questão do Estatuto da Igualdade Racial na CCJ, o turno suplementar poderia ser feito hoje, desde que houvesse

unanimidade. Daí nós votaríamos, como fizemos antes nas emendas. A matéria seria encerrada e iria para a Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Preciso colocá-la em votação nominal outra vez? (Pausa.)

Se não há nenhuma emenda, fica aprovado definitivamente. (Palmas.)

Em votação o Item 12.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Está aprovado o projeto.

Votação em globo das emendas.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Estão aprovadas as emendas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não havendo mais nenhuma votação terminativa, parablenzo a Presidência e os autores dos dois projetos terminativos, Senador Paulo Paim e Senador Sérgio Cabral, pelo trabalho de hoje desta Comissão. Aprovamos, em caráter terminativo, três projetos da maior importância para o atendimento das minorias da nossa sociedade.

Em especial, parablenzo o Senador Paulo Paim porque, dificilmente, numa única reunião, temos dois projetos terminativos de um mesmo autor. Isso demonstra o trabalho de todos os Senadores em defesa da sociedade brasileira e, em especial, neste caso, dos Senadores autores Paulo Paim e Sérgio Cabral.

Parabéns a todos os Senadores. (Palmas.)

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Se me permitir, cumprimento, além do Presidente e todos os presentes, os meus Relatores, Senadores Reginaldo Duarte, Flexa Ribeiro, e a Senadora Fátima Cleide, que relatou o projeto da igualdade racial, com a mesma salva de palmas. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Agradeço o Senador Flexa Ribeiro. De fato, é uma grande vitória não só por ser um trabalho do Senador Paulo Paim, mas, também, pelo mérito desses projetos, que podem revolucionar a realidade brasileira em alguns pontos.

Pegando carona no prestígio do Senador Paulo Paim, coloco em votação o Item 3, requerimento assinado por S. Ex^a e por mim.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Que humildade do nosso Presidente! Por isso, V. Ex^a é Presidente, e eu, Vice.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Nos termos dos incisos II e V do art. 90 do Regimento Interno, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para discutir a posição do Brasil no *Ranking Social* de Direitos Humanos, elaborado pela ONG Internacional *Human Wright Social Watch*, que avalia o desempenho de 163 países na área social e no combate à desigualdade e que classificou o Brasil na 94ª posição.

Nossa idéia é a de que deverão ser convidados a expor e a debater seus pontos de vista sobre a matéria autoridades públicas, especialistas e com atuação funcional, profissional ou política ligados à temática, cujos nomes deverão decorrer de sugestões encaminhadas pelos Srs. Senadores à Presidência da Comissão.

O requerimento visa a que venha aqui aquele encarregado da elaboração do relatório, que colocou o Brasil em posição tão negativa para que nos diga, na visão dele, por que o Brasil tem posição tão negativa em matéria de direitos humanos 116 anos depois da Proclamação da República, 117 anos depois da abolição da escravidão e 20 anos depois da redemocratização?

Se houver algum comentário ou sugestão, colo-o em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o requerimento assinado por mim e pelo Senador Paulo Paim.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permanecerão sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos tomar as providências para convocar ainda este ano esta reunião. (Palmas.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Pela ordem. Estamos no item 4.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não, não. Com a presença do Senador Sérgio Cabral, autor do projeto terminativo que foi aprovado há pouco, quero aqui parabenizar S. Ex^a, como já o fiz anteriormente, pela autoria do projeto que foi aprovado por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Um mérito tão importante que, mesmo sem sua presença, foi aprovado.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – É verdade, Presidente Cristovam Buarque. Quero agradecer a todos os nossos colegas pela aprovação, especialmente as palavras do Senador Flexa Ribeiro, e o Relatório do Senador Reginaldo Duarte, que acrescentou e aperfei-

çoou. Acho que esta Comissão dá uma demonstração cabal de sua função, de sua importância, por se tratar exatamente de direitos humanos, de se preocupar com aquela faixa da população, e que o Senado Federal já saiu na frente. Está aqui o Senador Paulo Paim, fizemos uma grande dobrada no Estatuto Nacional do Idoso. Em sete meses o Senado Federal, em 2003, aprovou uma lei dessa envergadura que, aos poucos, o Brasil tem percebido sua importância. Já temos aí a Receita Federal entregando ao idoso sua restituição como prioridade, já temos programas de habitação por parte do Poder Público se preocupando em estabelecer um percentual para o idoso, já há a penalização, usando a mudança do Código Penal por conta do Estatuto do Idoso, daquele que comete maus-tratos, agravada a pena em função de ser o cidadão um idoso. E nós demonstramos hoje mais essa preocupação que o Senador Reginaldo Duarte, com muita propriedade, ampliou para a partir dos 70 anos de idade, todos os cidadãos da terceira idade, esse benefício.

Sabemos que os bancos, somente com a receita dos serviços, pagam a seus funcionários, Presidente Cristovam Buarque, pagam sua folha de pagamento apenas com os serviços cobrados aos seus clientes.

Portanto, estamos absolutamente fazendo justiça. Se formos, V. Ex^a que é um homem viajado, convidado pelo mundo inteiro para fazer palestras em todo o mundo, homem respeitado internacionalmente, o que nos orgulha...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – V. Ex^a sabe que, em qualquer lugar digno deste planeta, onde o cidadão é tratado como cidadão de primeiro mundo, o idoso, o estudante... Além da criança que tem prioridade, desde os museus, as atividades artísticas, até mesmo a direitos como esse, que permitem ao cidadão da terceira idade uma vida com melhor qualidade.

Então, muito obrigado aos Srs. Senadores por esta aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Quero dizer ao Senador Cabral que não esperamos sua presença porque o **quorum** estava difícil. Então, para ganhar, preferimos fazer sem sua presença, o que lamentávamos, mas sei que V. Ex^a também estava em outras Comissões e cada um daqui está de olho em outra Comissão. Então, não foi falta de respeito, ao contrário, foi excesso de respeito não esperar sua presença. Mas fico muito contente que tenha encontrado tempo para vir aqui.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Não, e fiz questão. Eu estava numa reunião de meu Partido, o PMDB, e pedi licença – sou membro da Executiva Na-

cional do Partido – para vir aqui a esta reunião, porque eu não poderia deixar de, a tempo, agradecer a essa ação, digamos, de guerrilha de V. Ex^a, para que fosse aprovado a tempo. E aproveitar a audiência com todos os Senadores da comissão-mãe que V. Ex^a preside, que é a Comissão de Direitos Humanos, para informar que a Subcomissão do Idoso, que tenho a honra de presidir aqui, debaixo da Comissão de V. Ex^a, está a todo o vapor.

Estamos agora, Sr. Presidente – e assinamos ainda com o Presidente José Sarney uma parceria com o SESC nacional, que, por razões burocráticas etc. demorou-se um pouco, mas agora já está em implantação – lançando o Programa Cidade Amiga da Terceira Idade. Toda cidade que tenha um programa exemplar voltado para o idoso será avaliada por uma comissão técnica do SESC nacional e será dado o diploma por esta Comissão de Direitos Humanos e pela Subcomissão do Idoso, de Cidade Amiga da Terceira Idade. Para V. Ex^a ter uma idéia, já há 300 cidades do Brasil inscritas, e hoje temos já equipes do SESC avaliando mais de 20 cidades no Brasil. Então é um programa que está a todo vapor e é um programa que tem a chancela da Subcomissão do Idoso e da Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Só para não perder a oportunidade, o senhor falou em guerrilha. Não se ganham direitos humanos sem guerrilha, pode ser armada ou desarmada, mas sempre é necessário haver alguma guerrilha.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador, de preferência desarmado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – De preferência desarmado. (Risos.)

Item 4:

Dá nova redação ao dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Autor – Associação Comunitária de Chonim de Cima. Relator – Senador Aelton Freitas, a quem eu passo a palavra.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, Sr. Vice-Presidente, Senador Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, com base no art. 102-E, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, vem à Comissão de Legislação Participativa a Suggestão nº 3, de 2004, da Associação Comunitária de Chonim de Cima, da Cidade de Governador Valadares, Minas Gerais.

A proposta encaminhada ao Senado Federal, por meio de seu art. 1º, visa modificar os arts. 15 a 34 da Lei nº 10.741, de 2003.

No caso do art. 15, altera a redação dos seus dois primeiros incisos, no que versa sobre o cadastramento

da população idosa, inciso I; prevê a emissão de cartão social do idoso, CSI, inspirado nos cartões magnéticos dos programas sociais do Governo Federal.

No que trata do atendimento geriátrico e gerontológico em ambulatório no inciso II, inclui o atendimento oftalmológico e a disponibilização de ambulâncias nas unidades básicas de saúde para atendimento ao idoso.

Procurando sintetizar, Sr. Presidente, julgamos que a legislação vigente, no que se refere à assistência à saúde do idoso, já determina o atendimento prioritário e diferenciado dessas pessoas, inclusive por meio de portarias do Ministério da Saúde, tornando desnecessária, portanto, a alteração proposta no inciso II do art. 15 da Lei nº 10.074, de 2003.

Igualmente, a criação de um cadastro da população idosa com a emissão de um cartão social do idoso revela-se tarefa de que, de um lado, sobrepõe aos cadastros já existentes e, de outro, aponta-nos para as imensas dificuldades de organização e manutenção do cadastro nacional, incluindo o uso por idosos de cartão magnético.

Considerando-se pertinentes as avaliações da equipe de auditoria operacional do TCU (Tribunal de Contas da União), no que se refere ao cadastro único de programas sociais do Governo Federal; considerando ainda que tanto a Lei nº 8.842, de 1994, como o recente Estatuto do Idoso definem idosos como a pessoa com idade igual ou superior a 60 anos, a modificação no art. 34, na forma proposta, acrescentaria mais um elemento de incoerência à situação atual no que se refere à idade.

Com isso, o nosso voto é pelo arquivamento da Suggestão nº 3, de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Submeto à discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Quero aproveitar um pequeno intervalo para falar da presença aqui da Sr^a Iracilda Toledo. Ela é Presidente da Associação de Parentes das Vítimas da Chacina de Vigário Geral, no Rio de Janeiro. Representa, portanto, as vítimas de uma das maiores tragédias que nós vivemos dos direitos humanos brasileiros – Vinte e um trabalhadores foram mortos naquele evento.

Fico muito feliz que a senhora esteja presente, prestigiando nossa Comissão, embora infeliz que neste País nós precisemos ter associações de vítimas de chacinas. Em outros países, existem associações de

combatentes de guerra; no Brasil, são vítimas de chacinas. Lembro que ela ganhou o Prêmio de Direitos Humanos Wladimir Herzog, em 2005.

Muito obrigado, D. Iracilda, por estar prestigiando nossa Comissão.

A SRA. IRACILDA TOLEDO – (Fora do microfone. Inaudível.) Também quero agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Muito obrigado.

Passo ao **Item 5**:

Sugestão nº 18, de 2004.

O assunto visa a estabelecer a obrigatoriedade de se fazer constar, nos editais de licitação pública, medida e produção à saúde e segurança de trabalho. Autor – Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região. Relator – Senador Aelton Freitas.

Passo a palavra ao Relator.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, o objetivo da sugestão é a proposição de projeto de lei com o fito de estabelecer a obrigatoriedade de se fazer constar nos editais da licitação pública medidas de proteção à saúde e à segurança do trabalhador, que deverão ser observadas pelas empresas licitantes e que pretendam participar de licitações da administração pública para realização de obras e serviços.

A viabilidade ou admissibilidade das propostas apresentadas pode ser considerada em pelo menos dois aspectos – o formal e o de mérito. Quanto à forma, é cabível a intenção da Sugestão, uma vez que se pretende, com o projeto de lei, dispor sobre a matéria de competência legislativa da União, nos termos do art. 22, do § 27, da Constituição Federal.

No que respeita ao mérito, afigura-se a inquestionável importância da proposta do Ministério Público por representar um esforço viável de fazer convergir disposições legislativas do âmbito administrativo com a legislação e as políticas sociais, voltadas para a preservação da saúde e da segurança do trabalhador.

É, sem dúvida, ao mesmo tempo, engenhosa e realista a idéia de utilizar o potencial da indução econômica e social das chamadas compras de governo no caso da contratação de obras e serviços para a busca de eficácia e ganhos de qualidade na implementação de políticas sociais, especialmente as tratadas na Sugestão, que tem de ser constitucional, e o teor no art. 7º do § 22 da Carta da República.

Com isso, Sr. Presidente, o nosso voto, em face do exposto, é pela aprovação da Sugestão nº 18, de 2004, nos termos do seguinte projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Passa-se ao item 6, que acrescenta parágrafo ao art. 33, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Peço ao Senador Mozarildo Cavalcanti que substitua o Senador Leomar Quintanilha, que é pela rejeição da proposta.

Se V. Ex^a desejar, pode ler somente a conclusão.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, o parecer do ilustre Senador Leomar Quintanilha, após analisar todos os aspectos do referido projeto, é pela rejeição da Sugestão nº 1.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O item 7 propõe a revogação da Emenda à Constituição nº 15, de 1996, que dá nova redação ao § 4º. Vem da Associação Comunitária Chonim de Cima. O Relator é o Senador José Agripino.

S. Ex^a não se encontrando presente, peço ao Senador Mozarildo que leia. Como é pelo arquivamento, não tem grandes debates, creio que se justifica para limparmos a pauta, mesmo com o **quorum** pequeno. Basta ler o parecer.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, à vista do que foi exposto no relatório, o Relator concluiu por considerar atendidas nos termos de diversas proposições que tramitam no Senado Federal, com a mesma finalidade, em especial a PEC nº 13, de 2003, votando pelo arquivamento da Sugestão nº 14, de 2005.

Portanto, pelo arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Temos outros itens que, a meu ver, merecem uma discussão mais aprofundada, inclusive um requerimento

meu que visa convocar aquele fato que foi denunciado na televisão sobre tortura em um quartel, cujo responsável, o comandante, já foi destituído. Antes de colocar esse requerimento em votação, quero ouvir também as autoridades militares. Além disso, prefiro colocá-lo em votação quando houver um número maior de Parlamentares presentes.

Portanto, dou por suspensa esta reunião, agradecendo a todos os presentes e, especialmente, às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores, pela velocidade com que realizamos os trabalhos e pela “guerrilha” para conseguirmos o **quorum** necessário.

(Levanta-se a reunião às 11h45min.)

Ata da 17ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, convocada para no dia 15 de dezembro de 2005, quarta-feira, às 10 horas.

Às onze horas e onze minutos do dia quatorze de dezembro de dois mil e cinco, na sala 19, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Cristovam Buarque**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores **Romeu Tuma, Juvêncio da Fonseca, Reginaldo Duarte, Leomar Quintanilha, Iris de Araújo, Garibaldi Alves Filho, Flávio Arns, Marcelo Crivela, Paulo Paim, Demóstenes Torres, Flexa Ribeiro, Valdir Raupp e Aelton Freitas**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte pauta – **Item 1(da pauta extra) – Requerimento nº 18-CDH, de 2005**, de audiência pública, com vistas a esclarecer a “reportagem publicada pelo jornal Correio Braziliense, de 11/12/2005, pág. 13, intitulada “*Cobaias humanas na Amazônia*”. Com a presença das seguintes autoridades – José Saraiva Felipe – Ministro de Estado da Saúde; Sérgio Machado Rezende – Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia; Haroldo Franco – Promotor do Estado Amapá; Maria Siqueira – Líder da comunidade São Raimundo do Piratiba e de Alan Kardec Galardo – Suposto Coordenador da pesquisa. Resultado – **Aprovado**, para ser realizada em data a ser definida. Item nº 1 – **Projeto de Lei da Câmara nº 51 de 2004** – que – “Altera a redação do art. 260 e acrescenta artigos à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (dispõe sobre a dedução do Imposto de Renda para doação aos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais em favor da criança e do adolescente)”, de autoria da Deputada Angela Guadagnin e relatoria do Senador Flávio Arns, com voto pela aprovação do projeto. Resultado – **Aprovado o relatório** e a matéria segue a

Comissão de Assuntos Econômicos. Item nº 02 – **Projeto de Lei da Câmara nº 34 de 2004**, é adiado para reexame da relatora. Item nº 03 – **Projeto de Lei do Senado nº 452, de 2003**, que altera os artigos 16 e 77 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, de autoria do Senador Fernando Bezerra. Relatado “ad hoc” pelo Senador Paulo Paim, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, com voto pela aprovação do Projeto. Resultado – **Aprovado o relatório**. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. A Comissão aprova requerimento da Senadora Íris de Araújo para inclusão do **item nº 2 (da pauta extra) – Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2003**, que “Dispõe sobre a proibição do uso de métodos de recrutamento de pessoal que possam causar dano à honra e à dignidade do trabalhador”, de autoria do Senador Paulo Paim e Relatoria da Senadora Íris de Araújo, com voto pela aprovação da matéria. Resultado – **aprovado o relatório**, a matéria vai a Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

Ficam adiados os demais itens constantes da pauta, tendo em vista a falta de quorum. O Senador Paulo Paim presta esclarecimentos a respeito da reunião realizada na sede da Funai no último dia 13, informando que foi firmado acordo entre o INCRA, a Funai e os povos Indígenas Kraô/Kanela. Comunica, também, possível confronto entre índios Guaranis, do Mato Grosso do Sul, e supostos proprietários das terras por eles ocupadas e por fim sugere que a Comissão entre em contato com o Ministro da Justiça, alertando e solicitando providências no sentido de evitar o referido confronto. Fica definido que o Presidente e o Vice-Presidente farão contato com o Ministro. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Íris de Araújo e Flávio Arns. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às onze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Havendo **quorum**, declaro aberta a 17ª reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

A ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa. Solicito às Sr^{as} e aos Srs. Senadores a dispensa de sua leitura e a coloco em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos à apreciação da pauta.

Passo a presidência ao Senador Paulo Paim, para que eu possa apresentar requerimento de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Assumindo a presidência, concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para que faça a devida argumentação do requerimento proposto por S. Ex^a, extrapauta, sobre o qual esta Comissão deve deliberar de imediato.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr. Presidente, apresento, nos termos do art. 90 do Regimento Interno, requerimento para audiência pública nesta Comissão, com o objetivo de esclarecer reportagem publicada pelo jornal **Correio Braziliense**, de 11 de dezembro de 2005, na página 13, intitulada “Cobaias Humanas na Amazônia”. Essa matéria teve por base outros artigos publicados na imprensa local do Amapá e trata da informação de que haveria uma organização não-governamental financiada por uma universidade norte-americana usando pessoas como cobaias para estudo de malária na comunidade de São Raimundo do Piratiba, no interior do Amapá, mediante a remuneração de R\$12,00.

Para discutir esse assunto, sugiro convidemos as seguintes autoridades – o Ministro da Saúde, José Saraiva Felipe, até porque lá está a Conep, Comissão Nacional de Ética e Pesquisa; o Dr. Sérgio Machado Rezende, Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia, até porque é preciso ver se isso não está acontecendo em outras áreas científicas, em outras regiões do Brasil; o Dr. Haroldo Franco, promotor público do Estado do Amapá, que já tomou a iniciativa de cuidar do assunto; o Dr. Dardeg Aleixo, presidente do Conselho Regional de Medicina do Amapá; a Sr^a Maria Siqueira, líder comunitária da comunidade de São Raimundo do Piratiba; e o Dr. Allan Kardec Galardo, coordenador da pesquisa, que tem dado declarações no sentido de que não há nenhum indicativo de que o assunto seja feito fora das regras normais.

Devo dizer, Sr. Presidente, que nos contatos que tive com a área científica e com o Ministério da Saúde, recebi, no primeiro momento, a informação de que essa pesquisa não estava registrada junto à Conep – isso foi informado pela Dr^a Eliana; depois, o Dr. Jarbas me disse que, sim, está registrada, que tinha havido uma falha e que não se tinha visto no primeiro momento a autorização.

Ao mesmo tempo, as informações que recebi de cientistas e do Dr. Allan Kardec indiretamente são de que, de fato, as pesquisas relacionadas à malária exigem o

uso não de cobaias humanas, mas de iscas humanas. A diferença – eu aprendi – está em que a cobaia humana seria no caso de a pessoa ser picada pelos mosquitos para fins de pesquisa. Isca seria quando as pessoas são usadas apenas para atrair o mosquito, sem que se permita que haja a picada. Alguns cientistas me disseram que isso é usual em todo o mundo. Não é absolutamente usual e é proibido o pagamento; isso se faz por meio de pessoas que, voluntariamente, se submetem a ser usadas como iscas em nome do progresso científico que vai beneficiar essa população inteira se, de fato, ou quando – creio que isso é uma questão de tempo – se descobrir a maneira de evitar a malária. Então, há opiniões de que há cobaias e há opiniões de que há iscas. Apurei também que, em casos raros, mesmo sendo isca, a pessoa pode ser contaminada. Segundo alguns cientistas, esse risco é muito pequeno, mas, quando acontece, é preciso um cuidado extremo com a pessoa que foi picada e contaminada. Há informações locais de que não estaria havendo esse atendimento, não estaria havendo esse cuidado com as pessoas. Como as informações são contraditórias, devemos estudar se o que ali se faz é de acordo com a ética e em nome da ciência ou, mesmo sendo em nome da ciência, é feito fora de critérios éticos. Portanto, o meu requerimento é para que sejam convocadas essas autoridades para um debate que, certamente, não acontecerá mais este ano, o que é uma pena.

Em relação à emergência, tomei a iniciativa de pedir ao Ministério Público Federal que se envolvesse no assunto.

Fica aqui a minha sugestão de convidar o Ministro da Saúde e o da Ciência e Tecnologia e essas outras autoridades para que apuremos os fatos com cuidado a fim de saber se o que saiu no noticiário reflete a triste verdade de cobaias humanas sendo usadas na Amazônia ou se reflete um trabalho sério de pesquisa que usa, como eles chamam, iscas e não cobaias humanas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Em discussão o requerimento de autoria do Senador Cristovam, intitulado “Debate sobre Cobaias Humanas na Amazônia”. Seria uma audiência pública e o Senador discorreu aqui sobre os convidados.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o teor do requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passamos a Presidência ao Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Cristóvam Buarque. PDT – DF) – Agradeço ao Vice-Presidente e retomo a Presidência.

Colocarei em discussão e em votação dois itens em relação aos quais não há necessidade de votação nominal.

O primeiro deles é o item nº 1, de autoria da Deputada Angela Guadagnin, que altera a redação do art. 260 e acrescenta artigos à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente. O relator é o Senador Flávio Arns, a quem passo a palavra, pedindo, se possível, que profira seu voto de maneira bem concisa em razão da grande quantidade de atividades que temos hoje no Congresso.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Agradeço a V. Ex^a.

Como vejo que V. Ex^a pegou uma gripe forte, desejo pronta recuperação. Esse tempo de umidade, de chuva, não nos favorece, além disso, a imunidade no final do ano, tende a cair.

O SR. PRESIDENTE (Cristóvam Buarque. PDT – DF) – Acho que deveríamos trocar a imunidade parlamentar por uma possível imunidade de saúde. O problema é que, para essa última, temos de apelar para autoridades muito superiores.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – É verdade.

Quero dizer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que considero este projeto da mais alta relevância. Fizemos, na semana passada, ainda na Comissão de Assuntos Sociais, uma audiência pública em que entidades que atendem crianças e adolescentes em risco social, pessoal ou em conflito com a lei expuseram as dificuldades que enfrentam no que diz respeito a recursos. Existe a possibilidade, já definida dentro do Estatuto da Criança e do Adolescente, de a sociedade, pessoas físicas e jurídicas, contribuírem com o Fundo da Criança e do Adolescente. Existem, porém, muitas dificuldades para fazer isso. Entre elas, está o fato de as doações terem de acontecer agora, no final do ano, quando as pessoas e empresas não estão muito ligadas à questão do Imposto de Renda e, ao mesmo tempo, as pessoas físicas e jurídicas têm que antecipar o dinheiro, o que causa muitas dificuldades para a constituição dos Fundos da Criança e do Adolescente, dentro da renúncia fiscal já prevista pelo Governo Federal em legislações anteriores.

A mudança do projeto é essencial para a criança e o adolescente do Brasil. E qual é a mudança? Ao invés de fazer a doação agora, a pessoa física e jurídica passará a fazer a doação no momento da declaração de ajuste anual, quer dizer, no ano que vem. Quando estiver fazendo o Imposto de Renda, a pessoa vai verificar que tem que pagar R\$100 de imposto. Se a lei

permite que ela separe R\$2, vai deixá-los para o Fundo da Criança e do Adolescente, já em campo próprio que seria acrescentado na Declaração de Ajuste pela Secretaria da Receita Federal.

Na minha ótica, isso fará com que os recursos sejam destinados para os Fundos da Criança e do Adolescente, conforme previsto em legislação.

Este projeto ainda vai para a Comissão de Assuntos Econômicos; não é terminativo nesta Comissão. Ou seja, ainda haverá o debate do ponto de vista econômico. Mas do ponto de vista de direitos humanos, que é a nossa Comissão, isso é a solução para o Brasil. Haverá dinheiro, porque a sociedade quer ajudar, para o Fundo da Criança e do Adolescente, para atividades educativas, atividades de iniciação para o trabalho, para o atendimento da criança e do adolescente em conflito com a lei, apoio a essas iniciativas, tudo isso porque junto com o projeto vem a necessidade de divulgação, de se dar publicidade, de se ter critérios bem definidos e transparentes.

Portanto, todo o Brasil espera que esse projeto de lei seja aprovado. Existe uma unanimidade em torno disso. Todos queremos que o projeto de lei seja aprovado. O projeto que está nesta Comissão é de autoria da Deputada Angela Guadagnin, já tendo passado pela Comissão de Assuntos Sociais e, agora, indo para a Comissão de Assuntos Econômicos. Assim, em função de todo esse arrazoado, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2004. E é com muito prazer que relato isso, ressaltando a importância de que aprovemos este projeto aqui também.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristóvam Buarque. PDT – DF) – Coloco o projeto em discussão.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, estive conversando comigo hoje o Sindicato dos Fiscais – Fenafisp. Como eles estão na Câmara neste momento, onde está havendo um debate longo de interesse da categoria, pediram que eu reforçasse suas argumentações, ao que respondi que não precisava reforçar, pois eu iria apenas concordar, já que o Senador Flávio Arns, Relator do projeto, já havia conversado comigo sobre a importância deste projeto. Penso que a própria ementa já diz tudo – dispõe sobre a dedução de Imposto de Renda para doação ao fundo nacional, estadual e municipal em favor da criança e do adolescente. E ao projeto da Deputada Angela Guadagnin ainda foram apensados os projetos do Deputado Moreira Ferreira e da Deputada Rita Camata, que foi Deputada junto conosco, que seguem a mesma linha.

Assim, pela questão social, humana e econômica para a criança e o adolescente, não tenho nenhuma dúvida que o projeto deve ser aprovado.

Por isso, endosso todos os argumentos colocados pelo Relator, Senador Flávio Arns, e cumprimento S. Ex^a, como também a Deputada Angela Guadagnin e todos aqueles que tiveram seus projetos apensados ao dela.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Não havendo nenhuma outra manifestação, vou encerrar a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores e Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o projeto.

Em relação ao item 2, houve uma solicitação da Senadora Fátima Cleide, que é a Relatora, no sentido de adiar a discussão.

Ponho em votação o item nº 3, último item não-terminativo, que altera o art. 1.677 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefício da Previdência Social e dá outras providências. Autor – Senador Fernando Bezerra.

Como se refere a assunto da Previdência Social, pergunto ao Senador Paulo Paim se poderia ser Relator **ad hoc**, lembrando outra vez a idéia de fazermos um relatório conciso.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, é com satisfação que leio o relatório, representando o Senador Marcelo Crivella, elaborado devido ao projeto apresentado pelo Senador Fernando Bezerra.

Sr. Presidente, lerei a conclusão do relatório, no que se refere à análise. A concessão desse direito corresponde à garantia de que a pensão do portador de deficiência mental não se vai extinguir quando o beneficiário completar 21 anos, mas tão-somente no caso de deixar de ser judicialmente absoluto ou relativamente incapaz. O objeto do inciso IV é a proposição em exame que pretende ser incluída no § 2º, art. 77 da Lei nº 8.213, de 1991.

Em resumo, Sr. Presidente, trata-se de propiciar a proteção do poder público às pessoas que, mediante decisão do Poder Judiciário, com base nos arts. 13, inciso II, e 4º, inciso II, da Lei nº 10.902, de 2002, do Código Civil, sejam consideradas respectivamente absoluta ou relativamente incapaz, em decorrência de serem portadores de deficiência mental.

O projeto visa a assegurar que as pessoas portadoras de deficiência mental, independente de ter 21 anos ou mais, tenham direito ao benefício que lhes é assegurado.

Pela importância do projeto e pelo alcance social, o voto do Senador Marcelo Crivella e, conseqüentemente, o meu são pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 452, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Sei da ansiedade de todos nós para terminarmos a reunião e voltarmos a outras atividades. Inclusive, ao lado, o Vice-Presidente da República está fazendo um depoimento com os comandantes das Forças Armadas, convocados por mim quando eu era Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para discutir a situação das nossas Forças Armadas. É um absurdo que um país como o Brasil deixe as Forças Armadas ficarem nessa situação, sem os investimentos necessários. Apesar da ansiedade, há uma solicitação da Senadora Iris de Araújo para apreciarmos um projeto extrapauta. Eu jamais me negaria a isso, primeiro, porque é um pedido de S. Ex^a; segundo, porque ela deve se despedir hoje, pelo menos, por um tempo, até para cuidar da sua candidatura a Senadora, e, terceiro, pela importância do assunto.

Trata-se do Projeto de Lei nº 262, de 2003, que dispõe sobre a proibição do uso de métodos de recrutamento de pessoal que possam causar danos à honra e à dignidade do trabalhador. Isso tem tudo a ver com esta Comissão.

Consulto os Senadores presentes se estão de acordo que esse projeto seja posto em discussão. (Pausa.)

Estão de acordo. Então, Senadora Iris de Araújo, passo a palavra a V. Ex^a como Relatora.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, agradeço ao nobre Senador Cristovam Buarque pelas palavras e pela oportunidade que me dá de proceder à leitura do relatório de um projeto do Senador Paulo Paim.

Lerei a análise do projeto, porque o Presidente tem de estar em outro acontecimento no plenário, de onde saí também, Senador.

O tema da proposição está incluído na competência desta Comissão por determinação do inciso II do art. 102-e do Regimento Interno do Senado Federal, pois trata de “garantir a promoção dos direitos humanos”. Sob o ponto de vista do Direito Humanitário Internacional, a matéria é, em nosso entendimento, meritória. A declaração universal dos direitos humanos, aprovada pela Assembléia da Organização das Nações Unidas, em 1948, adota inciso, em algumas traduções aparece como art. 23, em defesa do direito ao trabalho. Todo homem tem direito ao trabalho, à livre

escolha do emprego, às condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego. Todo homem, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho. Todo homem tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como a toda sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social. Todo homem tem direito a organizar sindicatos e neles ingressar pela proteção de seus interesses. Não se trata somente de um direito ao trabalho, mas do direito às condições justas e favoráveis do desenvolvimento da atividade, direitos relativos ao emprego. Além disso, havendo um direito ao trabalho, com fundamento nos direitos humanos, não são admissíveis processos de seleção que sejam danosos à honra e à dignidade do trabalhador. Seria permitir tratamento desumano incompatível com a moral e ética e tantos outros princípios que regem o ordenamento jurídico internacional e nacional.

A proteção deve estender-se, portanto, ao candidato ao emprego, sujeito do direito ao trabalho. A boa doutrina defende que os direitos humanos não existem dissociados. Eles precisam ser considerados em sua integralidade e relacionados entre si para que tenham eficácia plena. Então, o direito à honra e à dignidade devem ser associados ao direito humano ao trabalho, para que este seja usufruído com plenitude.

Destaque-se, assim, ainda mais, que a Constituição de 1988 capitulou os direitos trabalhistas entre os direitos e garantias fundamentais enquanto, nas Constituições anteriores, eles pertenciam ao capítulo da “Ordem Econômica e Social”. Trata-se de mais um passo na direção do reconhecimento de fato dos direitos sociais com os direitos humanos.

Cumpra registrar, por fim, que as concepções de honra e de dignidade são bastante subjetivas. Na prática, os cidadãos podem ser mais ou menos sensíveis às exigências irregulares de um processo de seleção. Só a análise de cada caso no âmbito judicial permitirá avaliar a extensão dos danos causados. Mas a proposta possui, no mínimo, elevado valor sócio-educativo e merece, na nossa visão, a aprovação do Poder Legislativo. Alguns aspectos redacionais e técnicos podem ser melhor analisados na Comissão de Assuntos Sociais, para onde a matéria retornará.

Por todas essas razões, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, consideramos as normas constantes do Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2003, compatíveis com os direitos humanos consignados no Direito Internacional.

Votamos, portanto, pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, não tenho como não falar, pois o projeto é de nossa autoria. Quero, mais uma vez, cumprimentar a Senadora Iris de Araújo, pela forma como discorreu para fazer a defesa do projeto e lamentar que esta seja, talvez, uma das últimas reuniões este ano com a participação de V. Ex^a. Mas sei que será uma licença muito provisória...

A SR. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Assim espero também, Senador.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – E voltará a nos dar a alegria do convívio com V. Ex^a, principalmente pela competência, pela qualidade e pela forma como trata questões sociais. Percebi que V. Ex^a fez um esforço para que esse projeto entrasse extrapauta. De fato, é um projeto que consideramos importante, relevante porque de tudo aquilo sobre o que V. Ex^a discorreu ele é fruto da montagem dessa proposta de inúmeras denúncias que já recebi no meu gabinete sobre a forma abusiva, desrespeitosa, discriminatória, inclusive com o uso de detectores de mentira para ver se o candidato que se estava apresentando a uma vaga estaria mentindo ou falando a verdade. Um constrangimento enorme; desrespeito para com as mulheres, com os mendigos, com os índios enfim. Por isso é importante esta Comissão e V. Ex^a foi muito feliz ao trazer aqui a debate a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos. Aqui no seu relatório está muito claro e por isso cumprimento V. Ex^a.

Claro que de minha parte uma alegria enorme pelo relatório, mas fica a tristeza de saber que por algumas sessões talvez V. Ex^a não esteja trabalhando conosco e dando a sua contribuição. Senador Cristovam que me desculpe, sei que está com um pouco de pressa, mas a Senadora Iris tem feito um trabalho brilhante aqui na Casa não só nas comissões. Quando nós assumimos a Comissão de Direitos Humanos ela referiu que estaria aqui, e esta é uma prova. Esta deve ser a última reunião do ano, ela esteve em todas e está aqui com um projeto extrapauta, pedindo para aprovar pela sua relevância social, ética e moral que é o desrespeito de alguns na hora de contratar um trabalhador.

Mas a Senadora contribui não só aqui, no plenário também. A forma emotiva com que se apresenta. Acho bonito isso porque se perdemos as emoções vamos para casa então. E mesmo em casa temos que ter as emoções. Como V. Ex^a quando vai à tribuna e defende com muita convicção os seus pontos de vista

principalmente no campo social. Por isso estou muito feliz com seu relatório, mas triste porque vai nos deixar por alguns dias.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Muito obrigada pelas suas palavras, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Consulto se há mais algum Senador que gostaria de se pronunciar. (Pausa)

Em votação.

As Srs. e os Srs. Senhores Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Antes do encerramento da reunião, Senador Cristovam, eu gostaria de me pronunciar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Pois não. Mas eu quero dizer também da minha satisfação de ter a Senadora Iris nesta comissão. Sinceramente, ela vai fazer falta não apenas com o seu trabalho como Senadora, mas também pela simpatia que inspira todo o tempo em todos os lugares. Eu espero que volte aqui como titular a partir de 2007.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Vou lutar muito, Senador, para que isso ocorra realmente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Senador Paulo Paim.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Senador Cristovam, a Senadora Iris participou, na segunda feira, de uma audiência pública que realizamos aqui, respaldado naturalmente pela Presidência, sobre a situação dos índios Krahô-Kanela. Eu posso hoje anunciar que fomos bem na audiência pública, ontem à tarde estivemos na Funai com a presença do Incra representando o Ministério da Reforma Agrária e construímos lá, como mediadores, o nosso papel da Comissão de Direitos Humanos, um bom entendimento. Eles vão ter acesso a garantia, a titularidade da terra lá em Tocantins. O Incra vai comprar de imediato em torno de 7 mil hectares, ficou protocolado e acertado isso lá, o Ministro Miguel Rosseto enviou o Presidente do Incra, o Sr. Rolf, e eles saíram felizes, eu diria. Claro, eles esperam que isso não fique no papel, e nós nos comprometemos inclusive a visitá-los, quem sabe em janeiro ou fevereiro, algum membro da Comissão de Direitos Humanos, que veja que eles estão efetivamente instalados, com a titularidade da terra naquela região de Tocantins.

É importante isso porque houve um grande acordo, o tipo de acordo em que todos ficaram felizes. O proprietário da terra queria vender, mas queria naturalmente o pagamento a que tinha direito; o Incra queria comprar, e os índios queriam a terra. Então por 12 milhões de reais, conforme o Presidente do Incra, foi

providenciada a compra de um pedaço respeitoso, eu diria, e importante da terra para que eles possam, de imediato, se deslocar para lá.

Nós nos comprometemos a, dentro das possibilidades da comissão no orçamento do ano que vem, fazer uma emenda para os povos indígenas, mas o acordo foi firmado entre o Incra, os dirigentes indígenas, o cacique, os advogados e a Funai. Foi um belo acordo, e fiquei animado com esse encaminhamento dado pelo Incra, pela Funai e pela concordância dos povos indígenas Krahô-Kanela.

Creio que a Senadora Iris de Araújo deseja falar algo, já que participou da audiência e ajudou no encaminhamento.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – É verdade. Fico feliz com a maneira como os Senadores Paulo Paim e Cristovam Buarque conduziram essa questão dos Krahô-Kanela. Na audiência pública que realizamos aqui, com representantes do Incra e da Funai, o advogado e o cacique, tivemos aquela presença importante de um povo que está em busca da sua identidade real, pelo espaço que ocupa.

Sr. Presidente, considere oportuna a medida tomada, no sentido de ouvirmos ambas as partes e de estabelecermos um diálogo, o qual se concretizou, segundo a notícia que recebo, com alegria, do Senador Paulo Paim – porque não pude estar presente.

Gostaria de cumprimentar V. Ex^a e o Presidente, pela maneira correta, séria e, principalmente, equilibrada com que está sendo conduzido esse processo. Todos temos a ganhar.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, com a permissão de V. Ex^a, como esta é a Comissão de Direitos Humanos, informo que recebemos uma demanda em caráter de urgência, e a única forma de solucionar o problema é trazê-lo para a Comissão, para vermos o que podemos fazer.

Resumirei a demanda em um minuto.

Sr. Presidente, as terras dos povos indígenas Guarani-Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, foram homologadas pelo Presidente da República, porém, uma decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, São Paulo, suspendeu a homologação, por medida liminar. A decisão da Justiça permite ação de despejo desses indígenas.

A informação que nos chega, por uma carta que recebi hoje da própria CNBB e do Cimi, é de que os ânimos estão alterados. Os ruralistas, mediante a liminar que receberam, cobram o despejo imediato, e os indígenas estão dispostos a resistir. São quinhentas famílias, em torno de três mil índios.

A preocupação, neste momento, do Cimi – órgão ligado à CNBB – é que poderá haver um confronto, na

área, com morte de índios e daqueles que alegam que são proprietários da terra, conforme a liminar.

Eu gostaria, Sr. Presidente, se for possível um encaminhamento rápido, de que a Comissão fizesse contato com o Ministro da Justiça, para que S. Ex^a interceda no sentido da negociação, do entendimento, para que esse confronto não aconteça. A Comissão poderia, de alguma forma, colaborar, porque sabemos que, por ser uma medida liminar, ela pode, em um segundo momento, ser cassada. Conseqüentemente, se cair a liminar, mas o confronto acontecer, haverá talvez mortes dos lados e o conflito continuará o mesmo.

Então, se V. Ex^a assim entender e concordar com o meu encaminhamento, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa faria contato com o Ministério da Justiça, com o Ministro Márcio Thomaz Bastos, para que S. Ex^a nos informe e, enfim, interceda por uma saída negociada. Não estou aqui julgando o fato – nem poderia fazê-lo –, mas, já que recebi o documento, podemos pedir que S. Ex^a interceda, evitando o conflito, considerando a denúncia que chegou à Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Pelo comportamento, vejo que todos estamos de acordo. Creio que nós dois – Presidente e Vice-Presidente – possamos fazer isso hoje à tarde.

Antes de encerrar, quero dizer que a proposta do Senador Paim de que houvesse um debate, no Senado, sobre o problema das drogas, do consumo e do tráfico, foi levado ao Presidente, que adotou imediatamente a idéia. O Presidente Renan Calheiros vai, de fato, levar a proposta adiante, não apenas para esta Comissão como para outras.

Temos preparado um observatório dos fatos que saem no noticiário relacionados com Direitos Humanos e vamos enviá-lo a todos os Senadores.

Ontem, fiz uma reunião com a comunidade das organizações de defesa dos direitos humanos de negros, de mulheres, de homossexuais de todos os tipos. E eles querem estar próximos de nós, como, aliás, têm estado da Câmara dos Deputados, me disseram. E a gente vai tentar fazer um trabalho conjunto das duas Comissões, do Senado e da Câmara, para tratar do assunto e ver como isto aqui se transforma num autofalante de defesa dos direitos humanos no Brasil.

Eu desejo um feliz Natal, um próspero Ano Novo e agradeço o trabalho de cada um dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 47 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Ata da Décima Quarta Reunião Extraordinária da Quarta Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia primeiro de junho do ano de dois mil e seis, às nove horas e trinta minutos.

Às nove horas e trinta minutos do dia primeiro de junho do ano de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **ROBERTO SATURNINO**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **JEFFERSON PÉRES, ROMEU TUMA, SERYS SLHESSARENKO, ANA JÚLIA CAREPA, MARCO MACIEL, FLEXA RIBEIRO, EDUARDO AZEREDO, AELTON FREITAS, EDUARDO SUPPLY, NEY SUASSUNA, SÉRGIO ZAMBIASI, HERÁCLITO FORTES e JOSÉ AGRIPINO**. Presença também do Senhor Senador **MAGNO MALTA**, não-membro desta Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada e faz a leitura de Comunicados à Comissão. Fazem uso da palavra os Senadores **JEFFERSON PÉRES, ROMEU TUMA, EDUARDO SUPPLY e EDUARDO AZEREDO**. O Senhor Presidente requer a inversão de pauta. **Item 02** – Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 198, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que “Aprova o texto do Acordo entre o a República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul, no campo da Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado em Pretória, em 8 de novembro de 2003”. O Senhor Presidente designa relator “Ad Hoc”, Senador **ROMEU TUMA**. Aprovado. **Item 03** – Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 212, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que “Aprova o texto do Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia, celebrado Moscou, em 14 de janeiro de 2002”. O Senhor Presidente designa relator “Ad Hoc”, Senador **JEFFERSON PÉRES**. Aprovado. **Item 04** – Projeto de Resolução do Senado Nº 25, de 2006, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Cria o Grupo Parlamentar “Amizade Brasil-Zâmbia”. Faz uso da palavra o Senador **NEY SUASSUNA** para ler o seu parecer. Aprovado. **Item 05** – Projeto de Lei do Senado Nº 404, de 2005, de autoria do Senador João Batista Motta, que “Altera a Lei nº 10.826, de 2003, para flexibilizar as condições de aquisição de Armas de fogo de cano longo e proibir a comercialização de

revólveres, pistolas e similares”. Faz uso da palavra o Senador **ROMEU TUMA** para leitura de seu parecer. Aprovado. O Senhor Presidente convida o Embaixador Antonino Lisboa Mena Gonçalves para compor a Mesa. **Item 01 – Mensagem (SF) Nº 119, de 2006, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Antonino Lisboa Mena Gonçalves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia, e, cumulativamente, exercer o de Embaixador do Brasil na República da Letônia, desde que obtido o agrément do governo desse país”.** Faz uso da palavra o Senador **NEY SUASSUNA** para leitura de seu relatório. O Senhor Presidente passa a palavra ao Embaixador **ANTONINO LISBOA MENA GONÇALVES**, para sua exposição de motivos. Fazem uso da palavra os Senadores **JEFFERSON PÉRES** e **EDUARDO SUPLYCY**. A Reunião torna-se secreta. Reaberta a Sessão, o Senhor Presidente comunica a aprovação do indicado pela unanimidade, tendo sido escrutinador o Senador Eduardo Suplicy. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às doze horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Roberto Saturnino**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. Se todos Senadores estão de acordo fica dispensada a leitura.

Eu quero antes de entrar na pauta, comunicar aos Srs. Senadores a indicação dos membros para compor a Subcomissão Permanente para a Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras, os seguintes são os membros, os titulares, os Senadores Romeu Tuma e Eduardo Azeredo pelo Bloco da Minoria, o Senador Pedro Simon pelo PMDB. O Senador Sérgio Zambiasi, pelo Bloco de apoio ao Governo, e o Senador Jefferson Peres pelo PDT. Como Suplentes, os Senadores Marco Maciel e Flexa Ribeiro pelo Bloco da Minoria, o Senador Valdir Raupp pela PMDB. O Senador Eduardo Suplicy, pelo Bloco de apoio ao Governo e o Senador Osmar Dias pelo PDT.

Fica então, composta esta Subcomissão Permanente para a Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas. Vamos marcar a sua instalação tão brevemente quanto possível.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Era o que eu dizer Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador Romeu Tuma.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Senhor Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Pela ordem.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Eu queria lhe propor até marcar o dia da instalação dessa Sucomissão, porque estamos chegando ao fim do período útil.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Terça-feira da semana que vem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Terça-feira da semana que vem de manhã, dez horas.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador Jefferson, terça-feira, dez horas, está bom?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Terça-feira, 10h00. É uma instalação rápida.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Simbólica.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – [Fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Não, não.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não. E a gente vem, três minutos termina tudo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Fica estabelecido marcada, a instalação na terça-feira próxima.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Na quarta-feira próxima teremos a presença do senhor Marco Aurélio Garcia, que vem por aprovação de um requerimento, de convite, ele aceitou e marcou para quarta-feira próxima.

Sobre Bolívia, América do Sul e tudo em geral.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É o Assessor Especial do Presidente, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – É. Bem, Então, vamos passar a nossa pauta. No seu primeiro item, é a mensagem de indicação do senhor Antonino Lisboa Mena Gonçalves, para a Suécia.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, o senhor desculpe, pela ordem.

Eu poderia fazer uma consulta a V.Ex^a.?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Claro.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu ontem, fiz um requerimento e entreguei a Secretaria da Mesa, pedindo para que a Comissão Especial de Fiscalização do Setor de Informações, convidasse o representante da CIA ou da Embaixada para vir nos explicar se participou ou não de investigações com a KROLL.

Eu só estou comunicando por que...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – O seu requerimento foi feito à Comissão de Fiscalização?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu fiz para a Comissão Especial que o senhor é o Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Ah, sim! Para àquela Comissão Especial...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Especial de Fiscalização do setor de Inteligência, que eu acho bem melhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Sim, é mais adequada do que...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Reuniões secretas e tudo, só que pediram para ir através da Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Sim.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu estou só comunicando, antes que eu esqueça. Não sei se há discordância do senhor?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Não. Acho que enfim, é um tema oportuno que está no...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Todo dia tem uma matéria e a gente está...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Muito bem.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Confunde, porque vai agride o Presidente, é um negócio muito...

Muito Obrigado. Desculpa interromper V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – De nada.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Pela ordem, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Pela ordem.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Eu só estou lembrando que na quarta-feira, na Comissão de Constituição e Justiça haverá um depoimento que

provavelmente vai envolver a atenção de muitos porque em princípio está prevista a presença do senhor Daniel Dantas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Daniel Dantas?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – É. Então, com o propósito de se dar a devida importância também a audiência do Assessor Especial Marco Aurélio Garcia, eu só iria sugerir de V.Ex^a. saber com o Senador Antônio Carlos, qual é o horário em que estará se realizando aquela audiência e eventualmente combinar para haver pelo menos, um momento de não... Quem sabe, começar mais cedo uma e depois a outra. E assim, por diante, mas é só uma sugestão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Bem lembrado, agora... O Assessor, o Dr. Marco Aurélio, professor, marcou essa data.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Marco Aurélio.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Marco Aurélio. Ele tem naturalmente uma agenda também difícil.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Tudo bem, mas é às vezes...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu entendo.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Se uma se iniciar as nove, a outra as onze e, assim por diante. Algo só para...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Está bem.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Quem sabe seja importante esse diálogo para...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – A nossa em princípio está marcada para onze, mas nós podemos antecipar para dez ou para nove, dependendo. Isso é claro, que teríamos que falar com o Presidente.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – É a solução que eu formulo...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Sem precisarmos adiar, só o ajuste do horário Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado.

Bem, eu peço a presença do...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Presidente, antes ainda do...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Sim.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Antes de começarmos, eu queria fazer um breve registro. Eu fiz através de um pronunciamento no Plenário, só a questão da visita que fui – representando essa Comissão – a Amazônia junto com o Exército.

E dizer realmente da excelente impressão que deixou todos nós. Fui eu como Senador e dez Deputados Federais de vários Partidos e de vários Estados. Pudemos ir a quatro locais, cinco locais contando Manaus, além de Manaus, São Gabriel da Cachoeira, Maturacá, não é Senador Jefferson?

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) –

Maturacá.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Maturacá, depois Tabatinga e Estirão do Equador.

Realmente o trabalho que o Exército realiza ali, nos deu impressão muito boa, mas sempre precisando de mais investimento porque ainda assim, a distância de um pelotão a outro é na média de 250 quilômetros. E mesmo o Brasil tendo a presença mais efetiva do que os outros países, mas ela precisa ser aumentada dentro do Projeto Calha Norte.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) –

Me dá um aparte, Senador?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Sim, Perfeitamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) –

Eu conheço bem a região, como Diretor da Polícia Federal e posteriormente como Senador, fui por três vezes com as Forças Armadas. Eles se superam, não só na parte individual, como na parte financeira. Períodos difíceis de destruição nas pistas de pouso, porque não tinham recuperação.

Então, a Comara que constrói as pistas na região para atendimento dos pelotões de fronteira, tinham muita dificuldade e o Projeto Calha Norte, o Governo durante um período cortou toda e qualquer verba. Eu acho que o Senador Jefferson Peres é uma testemunha melhor que a minha, de ressuscitar aqui a possibilidade de orçamentar novamente verbas para lá.

E não existe outra presença mostrando que o Brasil é realmente... Sua soberania impera naquela região senão for a área do Exército, que plantou os pelotões, cuida das escolas do ensino das crianças indígenas, os pelotões tem praticamente 99% de membros originários das comunidades indígenas.

E lá a ordem de comando, o comandante para uma demonstração, faz com que eles falem sempre nas línguas originais dos seus povos lá. Eu não sei se fizeram isso... Mas uma coisa maravilhosa é essa dedicação ao país, que é demonstrado por aqueles que vão servir naquela região.

Só isso, desculpe.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-
TURNINO (PT-RJ) –**

Eu faço uma indagação aos Srs. Senadores, nós temos um Embaixador, que é o Embaixador Antonino que vem da Bolívia e que vai para Suécia. E temos quatro projetos de acordo de resolução, que são relativamente rápidos, porque não são polêmicos.

Pergunto, se invertemos a pauta. Se todos estão de acordo vamos começar pelo Item nº 2, que é o Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 198 de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que “aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul, no campo da cooperação científica e tecnológica, celebrado em Pretória, em 08 de novembro de 2003”.

O Relator é o Senador Marcelo Crivella. Não estando presente, eu peço ao Senador Romeu Tuma que faça a leitura do voto respectivo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) –

É o dois?

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-
TURNINO (PT-RJ) –**

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senhores Senadores e Sr. Presidente. É o projeto que aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul no campo da cooperação científica e tecnológica celebrada em Pretória em 08 de novembro de 2003.

O Relatório é da lavra do Senador Marcelo Crivella que viveu alguns anos na África, portanto, tem todas as condições de apresentar esse Relatório. Eu me limitaria, se V.Ex.^a concordar a ler o voto.

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do país a ratificação do acordo em análise.

Ele opina pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo Nº 198/06.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-
TURNINO (PT-RJ) –**

O Parecer é favorável. Em discussão.

Se nenhum dos Srs. Senadores deseja discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permanecem como estão. Aprovado.

Vamos ao Item nº 3, que é o Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 212, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que “aprova o texto do Tratado de Extradição entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia celebrado em Moscou a 14 de janeiro de 2002”. O Relator é o Senador Álvaro Dias. Não estando presente, eu pediria ao Senador Jefferson Peres que lesse o seu Parecer.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – É o três?

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-
TURNINO (PT-RJ)** – É o três. Brasil, Rússia, Extra-
dição.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) –
Pois, não. Vou ler a análise apenas.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-
TURNINO (PT-RJ)** – Sim.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Eu
vou ler apenas a análise.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-
TURNINO (PT-RJ)** – Perfeito.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – O
acordo em tela visa a coibir a criminalidade, apresen-
tando mecanismos que evitem que o deslocamento do
criminoso de um território nacional a outro, hoje extra-
ordinariamente facilitado, possa gerar impunidade.

Tal questão tem merecido crescente atenção por
parte dos formuladores da Política Externa Brasileira,
tendo o Brasil firmado um grande número de Tratados
de Extradicação com os mais diversos países.

Ao proibir a extradição de nacionais ou extra-
dição perseguidos políticos ou daquelas vítimas de
perseguição religiosa ou racial, ou ainda a extradição
para julgamento por Tribunal de Exceção, o texto do
Diploma em tela respeita os dispositivos constitucio-
nais pertinentes.

Ressalte-se ademais, a presença no Diploma In-
ternacional em apreço de previsão quanto à extradição
de pessoas que tenham cometido crimes de natureza
financeira, como os relativos a impostos e contra as
finanças públicas. Trata-se, portanto, de matéria de
grande relevância social, pois pretende evitar a impuni-
dade configurando também um importante instrumento
de cooperação entre países soberanos.

Pelo exposto, voto favoravelmente a aprovação do
Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 212, de 2006.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-
TURNINO (PT-RJ)** – O voto é favorável. Em discus-
são.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejam discutir,
em votação. Os Srs. Senadores que aprovam perma-
neçam como estão. Aprovado.

Vamos ao Item nº 4, que é o Projeto de Reso-
lução do Senado Nº 25, de 2006, que “cria o Grupo
Parlamentar Amizade Brasil-Zâmbia”, de autoria do
Senador Marcelo Crivella. O Relator é o Senador Ney
Suassuna, a quem concedo a palavra.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Obri-
gado, senhor Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. A influ-
ência dos Parlamentos nas relações internacionais

vem ampliando, em razão da crescente participação
de legisladores em Organizações Parlamentares de
Âmbito Regional e Internacional, tais como a União
Interparlamentar e o Parlamento Latino-Americano.
A par dessa tendência é possível identificar também
o interesse maior por parte dos Parlamentares pelos
rumos que tomam as relações externas do Brasil.

De fato, as decisões concernentes à política in-
ternacional vêm produzindo cada vez maiores e mais
profundos impactos no interior dos países, reverbe-
rando também como é de se esperar nos Congressos
Nacionais desses países. Recorde-se ainda, que em
suas diretrizes de política externa o Brasil vem con-
ferindo crescente atenção aos países do Continente
Africano.

Cumpra ainda ressaltar que do ponto de vista
regimental, nada há que obste a criação de grupos
Parlamentares de natureza internacional.

Quando o Senador Crivella fez essa proposta nós
por todas essas razões, optamos pelo parecer favorá-
vel para esse projeto.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-
TURNINO (PT-RJ)** – Parecer favorável, em discus-
são. Se nenhum dos Srs. Senadores deseja discutir
em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam
como estão. Aprovado.

Vamos ao último projeto, último Item da pauta. O
Item nº 5, que é o Projeto de Lei do Senado Nº 404, de
2005, que “altera a Lei nº 10.826 de 22 de dezembro
de 2003, para flexibilizar às condições de aquisição de
armas de fogo de cano longo e proibir a comercializa-
ção de revólveres, pistolas e similares”.

É um projeto de autoria do Senador João Batista
Motta. O Relator é o Senador Romeu Tuma, a quem
concedo a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Pre-
sidente, o Relatório está sobre a mesa.

Nós tivemos um plebiscito sobre a proibição ou
não de porte de arma. Há já um controle rigoroso sobre
a venda. A expedição de porte caiu praticamente quase
a zero, de forma que eu dei um parecer negativo pe-
dindo a rejeição desse projeto, porque é um processo
que vai mexer com o Estatuto do Desarmamento, que
é uma coisa que está ainda numa situação delicada,
pelo avanço que tem tido às discussões a respeito da
proibição ou não de venda de armas.

Como o plebiscito já foi favorável à possibilidade
do porte, então, a proibição, a comercialização, ela está
dentro do Estatuto já.

Então, eu fui pela rejeição para evitar que a gente
possa complicar, ainda mais, a situação das autorida-
des que fazem esse tipo de fiscalização.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-TURNINO (PT-RJ) – O Parecer do Senador Romeu Tuma é pela rejeição. Está em discussão.

Se nenhum dos Srs. Senadores deseja discutir, em votação o Parecer.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. Aprovado o Parecer, rejeitado o projeto. Vamos, Então, ao Item nº 1 da pauta.

Eu peço, então, a presença do Embaixador Antonino Lisboa Mena Gonçalves. Item nº 1 da pauta, que é a Mensagem (SF) Nº 119, de 2006, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Antonino Lisboa Mena Gonçalves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o Cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia, e, cumulativamente, exercer o de Embaixador do Brasil na República da Letônia, desde que obtido o Agrément do Governo desse País”. O Relator é o Senador Ney a quem concedo a palavra.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, acompanha a mensagem presidencial o curriculum vitae do indicado fornecido pelo Itamaraty, do qual cabe destacar o seguinte – Nascido em Niterói, Rio de Janeiro, em 03 de fevereiro de 47, o senhor Antonino Lisboa Mena Gonçalves é filho de Sózimo da Costa Mena Gonçalves e de Ozilda Lisboa Mena Gonçalves.

Após concluir o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco, foi promovido a 3ª Secretário em 03 de fevereiro de 1970, Segundo Secretário em 1º de janeiro de 1973, a 1º Secretário em 02 de março de 79, a Conselheiro em 21 de março do ano seguinte. E finalmente, a Ministro de Primeira Classe, no dia 28 de junho de 2000 sempre por merecimento.

É licenciado em Língua Inglesa, pela Faculdade de Filosofia de Ciências e Letras pela Faculdade Federal Fluminense em 1967, e Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Brasília em 1983.

Dentre os relevantes cargos que exercer na Secretaria de Estado cumpre citar – Chefe Substituto da Divisão de Programas de Promoção Comercial em 1979, Secretário Substitutivo da Secretaria de Informações Exterior em 1990, Assessor Especial da sub-Secretaria Geral de Planejamento Político e Econômico em 1993, Diretor-Geral do Departamento das Américas em 1999.

No Exterior serviu na Embaixada em Ancara em 1971, no Consulado Geral em Milão em 1974, na Embaixada em La Paz em 77, Embaixada em Washington,

em Caracas em 1985 e 1988. Respectivamente novamente, na Embaixada de Washington em 1994, onde foi Encarregado de Negócios e na Embaixada de La Paz, como Embaixador a partir da 2003.

Chefiou em muitas ocasiões Delegações Brasileiras enviadas às reuniões de Conferências Internacionais, dentre as quais cumpre destacar o seguinte – Grupo de Trabalho Brasil-Venezuela, sob Cooperação para a Construção da Rodovia BR 174, em 1988, 22º Período de Sessões da Comissão Econômica para a América Latina, em 1990, Reunião do Conselho de Cooperação Amazônica em 2000, novamente em 2002.

É autor da tese para o Centro de Altos Estudos do Instituto Rio Branco “O Sistema Brasileiro de Controle de Exportações de Material de Emprego Militar, Origem, Evolução e Reflexões Sobre os Possíveis Aperfeiçoamentos”, apresentado em 1989. Consta do processado informação anexa do Itamaraty sobre as relações Brasil-Letônia e sobre o Reino de Suécia.

No tocante às relações Brasil-Letônia o documento dá conta da existência da colonização letã no Brasil, havendo o fluxo de imigrante se intensificado durante o começo do século XX. Hoje a população brasileira de origem letã alcança 20 mil habitantes, constituindo a maior comunidade letã na América do Sul.

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a Letônia em 1992, após a dissolução da União Soviética e o reconhecimento por parte do Brasil, da independência da República Letã em 1991.

No contexto da agenda bilateral Brasil-Letônia, permanecem pendentes dois temas – A extensão aos cidadãos letões da reciprocidade na isenção de vistos de turismo concedida unilateralmente pela Letônia, que eu quero elogiar – a Letônia abriu, acabou o visto, quando se pede reciprocidade ela unilateralmente suspendeu isso. E a proposta de negociação de acordos, para evitar dupla tributação e a prevenção de evasão fiscal e de assistência múltipla de matéria alfandegária.

O documento informa ainda que a Letônia manifestou-se, favoravelmente à resolução sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, apresentando pelo G-4, Alemanha, Brasil Índia e Japão, em Nova Iorque.

O comércio bilateral entre os dois países vinha apresentando déficit para o Brasil, mas em 2005 houve redução do fluxo comercial na ordem de 56,7%, tendo o mesmo atingido o montante de 12,35 milhões, quando o Brasil registrou um superávit de 12 milhões. Os principais produtos de exportação do Brasil para a Letônia, são – Café, calçados, instrumentos musicais de percussão, madeiras compensadas e suco de laranja.

No que diz respeito às relações do Brasil com o Reino da Suécia, o documento enviado pelo Itamaraty relembra a chegada de duas levas de imigrantes suecos no Brasil em 1890 e em 1910, e o estabelecimento da primeira linha de transporte marítimo regular, Brasil-Suécia, em 1909.

A primeira empresa sueca a investir no Brasil foi a ERICSON, havendo o fluxo de investimentos suecos no Brasil se intensificado. Foi intensificado a partir de 1946, concentrando-se em São Paulo esse investimento.

Nos dois últimos anos investiram no Brasil a VOLVO, fábrica de motores. A SCANIA, fábrica de cabines. A TESS, operadora de telefonia celular. A VERACEL, fábrica de papel e celulosa e a SKF, fábrica de rolamento. O documento registra ainda a intensa troca de visitas entre autoridades suecas e brasileiras, havendo o Presidente Fernando Henrique Cardoso visitado aquele país em 2002, para participar da reunião sobre a Governança Progressista.

No tocante a agenda bilateral Brasil-Suécia o documento registra o fato da rainha Silvia ser filha de brasileira e nutrir grande amizade pelo Brasil, circunstância que contribui para aprofundar a cordialidade dessas relações. Destaco os aspectos econômicos comerciais da agenda, assinalando a possibilidade de intensificação de investimentos suecos no Brasil.

Porém, o desequilíbrio da balança comercial a favor da Suécia, aponta para a conveniência de traçar-se uma política de exportação de produtos brasileiros que melhor explore o potencial do mercado sueco. No plano político a convergência de posições como questões sobre o desarmamento, meio-ambiente, democracia, direitos humanos, combate ao crime organizado, etc.

Existe importante intercâmbio na esfera da cooperação militar e de defesa e na área científica e tecnológica e ao marco institucional, na forma de acordo bilateral de cooperação econômica da indústria e tecnologia firmado em 1984. Ainda no tocante a agenda econômica comercial a par dos investimentos diretos já mencionados, o documento encaminhado pelo Itamaraty informa que o intercâmbio comercial Brasil-Suécia, somou os 782 milhões de dólares em 2002 com o superávit para Suécia.

Os principais produtos exportados pelo Brasil para a Suécia são aparelhos elétricos, estéreos, televisões, máquinas e instrumentos, café, máquinas e instrumentos, veículos automotores e suas partes, soja, carne, madeira, ferro, aço, calçado e tabaco. Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir considerações do âmbito desse relatório.

E o voto nosso é pela aprovação do nobre indicado, Antonino Lisboa Mena Gonçalves.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Muito bem, agradeço ao Senador Ney Suassuna. Vou passar a palavra para sua exposição ao Embaixador Antonino, entretanto, eu quero informar, esclarecer e recordar aos Senadores, de que houve um requerimento aprovado por esta Comissão, de convite ao Embaixador, que é ainda é Embaixador do Brasil na Bolívia, para nos informar, nos trazer esclarecimentos sobre os acontecimentos da Bolívia.

Mas como ele está sendo indicado, agora para Suécia, na sua exposição que vai fazer, agora, ele vai falar tão brevemente quanto possível sobre a Suécia, mas na segunda parte, nas indagações ele poderá discorrer brevemente sobre a Bolívia e os Senadores fazerem as indagações necessárias.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Nobre Presidente permite apenas uma observação? O Embaixador deve ser extremamente religioso e deve ter muita força em oração, porque sair da situação que estava e passar para uma outra, como essa, realmente deve ser mérito de orações.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Com certeza. Bem, concedo a palavra ao Embaixador Antonino Lisboa Mena Gonçalves, para fazer sua exposição sobre seu próximo cargo, seu próximo posto.

SR. ANTONINO LISBOA MENA GONÇALVES – Muito obrigado, senhor Presidente...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, permita apenas uma observação, V.Ex^a... Eu acho que o Embaixador Antonino, poderia mesmo na parte inicial, falar um pouco das relações com a Bolívia, até porque ainda neste ano e de uma forma muito recente, o Embaixador Antonino Gonçalves teve a oportunidade de estar presente, tanto na posse do Presidente Evo Morales com a presença do Presidente Lula. E há uma série de questões que obviamente, seriam de grande interesse para todos sabermos e, inclusive àqueles que acompanham as nossas reuniões na TV Senado.

Então, aquilo que ele considerar importante e relevante nos falar na própria exposição inicial, também sobre a Bolívia, e a parte da Suécia eu acho que seria interessante. Obrigado.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sr. Presidente, eu não me oponho que ele fale agora sobre a Bolívia, mas eu acho que a situação das relações Brasil-Bolívia são tão delicadas que se o Embaixador já não poderá dizer tudo, mesmo em Sessão reservada, muito menos numa Sessão aberta, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-TURNINO (PT-RJ) – Eu lembro ao Senador Suplicy que foi inclusive conversado e acordado na Comissão, que a exposição dele quando viesse a convite, seria em Sessão reservada.

Então, acho que realmente, ele dirá tudo que puder ser dito mesmo em Sessão reservada, mas agora na Sessão aberta, acho que é mais conveniente que ele se limite a sua exposição sobre a Suécia.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-TURNINO (PT-RJ) – Concedo a palavra ao Embaixador Antonino.

SR. ANTONINO LISBOA MENA GONÇALVES

– Sr. Presidente, senhor Relator, senhores membros dessa Comissão, eu antes de tudo quero dizer que é privilégio estar aqui. Já é a segunda vez que eu tenho esse privilégio de estar presente na Comissão de Relações Exteriores, que é um foro de altíssimo nível intelectual e um altíssimo nível de cavalheirismo, razão pela qual eu reitero o privilégio de estar aqui.

Sr. Presidente o Governo Sueco publicou no ano passado um interessantíssimo estudo sobre a imagem da Suécia no mundo. Esse estudo estava centrado em 23 países entre os quais o Brasil. A grande maioria dos brasileiros têm poucas informações sobre a Suécia e os entrevistados nessa maioria, basicamente associam a Suécia a Copa do Mundo de 58, a caminhões de grande qualidade, a um país frio e – o que tornou a Suécia pelo menos bastante conhecida em determinado momento – a alta taxa de suicídios.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-TURNINO (PT-RJ) – Ainda é alto?

SR. ANTONINO LISBOA MENA GONÇALVES

– Não. Mas na mesma pesquisa uma faixa de pessoas com nível educacional maior, revelou uma imagem muito positiva da Suécia, uma sociedade quase perfeita, formada por gente muito reservada, mas com alto nível educacional e uma acentuada ética profissional.

Os principais ícones da Suécia para este segmento da população brasileira pesquisada, são obviamente a Rainha Silvia que tem raízes familiares em nosso país, o cineasta Ingmar Bergman, as atrizes Greta Garbo e Ingrid Bergman e produtos de alta qualidade como são VOLVO, SCANIA, SKF, ELETROLUX, algumas dessas marcas inclusive, já são meio consideradas um pouco brasileiras. O país para o qual o Presidente me indicou para chefiar a Missão Diplomática Brasileira e para qual tenho a esperança de contar com a aprovação do Senado Federal é, no entanto, muito mais importante para o mundo e para o Brasil do que essa visão impressionista que eu acabo de mencionar.

Os primeiros registros de presença humana na Suécia datam de 12 mil antes de Cristo. Eram nômades, caçadores, provavelmente ancestrais da Dinastia Sami que hoje habita o Norte da Suécia e que avançavam aos poucos, numa região que durante milhares de anos tinha sido coberta de gelo na área glacial. Muito mais tarde vieram os vikings, muito conhecidos na história mundial e muito conhecidos dos filmes de Hollywood, que habitavam o que é hoje a Suécia, a Noruega e Dinamarca. Tiveram seu apogeu entre os anos 800 e 1050 da Era Cristã, incursionaram e aterrorizaram boa parte da Europa naquele período chegando até a Ásia e muito provavelmente até a América, para a qual eles tinham inclusive um nome que era Vinland.

Durante a Idade Média os reis suecos eram eleitos pela nobreza. O Parlamento que data do século XV, representava quatro classes sociais a nobreza, o clero, os burgueses e os proprietários da terra. Na primeira metade do século XVI, durante o Reino de Gustavo Vasa, a Monarquia tornou-se hereditária e permaneceu absoluta durante quase dois séculos, o segundo dos quais, coincidiu com o período de grande apogeu da Suécia, no plano político militar e econômico ela se tornou efetivamente uma das grandes potências européias.

Após uma série de disputas entre os soberanos e o Parlamento uma nova Constituição foi adotada em 1809, baseado no princípio da separação dos poderes. Essa Constituição permaneceu válida até 1975, o que fez dela o segundo texto constitucional mais duradouro após o norte-americano. Em 1866 o Parlamento estabelecido no século XV, foi substituído por duas Câmaras que perduraram até 71, quando o sistema voltou a ser unicameral, com 349 cadeiras. O voto universal masculino foi estabelecido em 1909 e para as mulheres em 1921.

O Partido Social Democrata atualmente no poder chegou ao Governo pela primeira vez em 1920, e em seguida, em 1932. E com breves interrupções mantêm-se no poder até os dias de hoje. É interessante observar que poucas vezes ao longo desses mais de 70 anos, o Partido Social Democrata teve maioria absoluta. Ele sempre, quase ao longo de todo esse período, ele se mantêm no poder graças a coligações. Hoje em dia ele está coligado com o Partido Verde e o chamado Partido de Esquerda.

Essa tendência às coligações e ao consenso, diz muito bem da cultura política sueca, do seu caráter consensual, do seu caráter pragmático. Foi o Partido Social Democrata o grande responsável pela política de bem-estar, a política de seguridade social que impera na Suécia – e como os suecos gostam de dizer,

lhês dá segurança desde o berço até o túmulo em termos de renda, em termos de saúde e em termos de educação.

O Sistema é sustentado por impostos muito elevados, impostos na Suécia equivalem a 50% do PIB, o Estado tem uma presença muito forte, mas a economia é de base essencialmente capitalista. A segurança social sueca, esteve ameaçada durante um breve período em que o Partido Social Democrata não esteve no poder no início dos anos 90, mas graças a uma política de austeridade, com o retorno do Partido Social Democrata ao poder, foi possível estabelecer esse sistema de que tanto se orgulham os cidadãos suecos.

A Suécia entrou para a Comunidade Européia, a União Européia em 95, mas um referendun em 2003, rejeitou a incorporação do euro como moeda nacional, a moeda permanece sendo a coroa. A economia sueca ela tem raízes de um processo tecnológico que se inicia no século XVIII, uma vocação muito específica nas áreas de siderurgia e mecânica.

Grças a sua política de neutralidade, a Suécia permaneceu ao largo das duas guerras mundiais do século XX, o que lhe deu ao final do segundo conflito uma vantagem comparativa com relação aos demais países europeu. Ela saiu da guerra, quer dizer, a Europa saiu da guerra com a Suécia tendo mantido absolutamente intacto o seu Parque Industrial e a sua força de trabalho.

A economia sueca moderna ela está baseada essencialmente em quatro pilares, engenharia mecânica, telecomunicações, indústria florestal e indústria química, mas também estão se desenvolvendo muito rapidamente, setores de alta tecnologia, sobretudo na área de informática, tecnologia da informação e de serviços.

O território sueco é relativamente grande para os padrões europeus, mas a população é muito escassa são apenas nove milhões de habitantes, mas apesar dessa base populacional bastante restrita, a Suécia logrou no ano de 2005 um PIB muito respeitável, 361 bilhões de dólares, que tem crescido, tem crescido para os padrões europeus a taxas bastante razoáveis. O crescimento entre 2004 e 2005 foi de 2.70. O PIB per capita é de 34 mil de dólares. Muito alto. As exportações chegaram a 126 bilhões de dólares em 2005, com superávit registrado da ordem de 14 bilhões de dólares.

Em matéria de política externa, sobretudo, durante o século XX, como eu já disse, a Suécia pautou sua atuação pelo princípio da neutralidade durante guerra e não alinhamento em tempos de paz. Isso acabou levando a Suécia a adotar políticas muitas críticas com relação a guerra do Vietnã, com relação a invasão do Iraque, mas também ela adotou posturas muito críticas com relação a supressão da “Primavera de Praga”, pela então, União Soviética.

A partir da década de 70, a Suécia buscou um protagonismo bem maior na cena internacional a partir dos valores do Partido Social Democrata, e que busca criar uma terceira via entre os sistemas puros do Capitalismo e do Comunismo. Esse ideário leva a defesa da democracia, defesa dos direitos humanos, do desenvolvimento, das aspirações dos países pobres, que é um dos lineamentos centrais da política externa sueca, defesa do multilateralismo e da solução pacífica de controvérsias.

A Suécia é um país muito ativo nas Nações Unidas promovendo iniciativas na área de desarmamento, de proteção ambiental, de abolição da pena de morte e da tortura. Defende como o Brasil, uma reforma do Conselho de Segurança e já contribuiu desde que entrou para a Nações Unidas, com 80 mil efetivos para operações de paz.

A amizade entre o Brasil e a Suécia tem laços muito profundos. A dona Amélia, segunda mulher de D. Pedro I, era irmã da Rainha Josefina, da Suécia. Esses laços foram reforçados por uma imigração importante para o Brasil no final do século XIX e pela circunstância, repito, de que a atual Rainha da Suécia tem origens familiares no Brasil. As relações foram estabelecidas em 1826, e já em 1808, foi criada uma primeira linha direta de comunicação marítima com a Suécia.

Há uma convergência muito ampla de posições na agenda multilateral, eu mencionei aos senhores os pontos principais da política externa sueca, que são muito semelhantes àqueles que o Brasil defende. Mas é no plano econômico e comercial que se concentra a maior densidade da relação entre o Brasil e a Suécia.

Em 1810, instalou-se aqui na realidade o primeiro pequeno investimento sueco, uma pequena mineradora em São Paulo, dedicada a exportar ferro. Mas é óbvio que como disse o ilustre Relator, o investimento de maior monta é que marca historicamente o início de um fluxo de investimentos ao Brasil veio da Ericsson em 1924, num fluxo permanente, que hoje leva às empresas suecas no Brasil a um número que se aproxima de 200 empresas.

O Brasil é um dos principais destinos dos capitais suecos no mundo, não sei se ainda hoje, mas enfim, durante muito tempo São Paulo era considerada a segunda maior concentração de indústrias suecas no mundo, após a cidade de Gotemburgo. Entre essas empresas estão os nomes já citados VOLVO, ERICSON, SCANIA, ELETROLUX, TETRAPARK, FACIT, SKF, ATLAS COPCO, e até mesmo a FIAT LUX, que fabrica fósforos ela é de origem sueca. Os suecos durante muito tempo eram os monopolistas mundiais da fabricação de fósforos e chegaram ao Brasil através da FIAT LUX.

A balança comercial Brasil-Suécia é deficitária para o lado brasileiro, mas se caracteriza por uma total estabilidade no seu conteúdo. A Suécia nos exporta basicamente manufaturados e nas nossas vendas ainda estão presentes matérias-primas, como café, soja, carne, mas crescentemente, nós estamos importando também manufaturados para a Suécia, dentre os quais aviões, eles são grande exportadores de álcool do Brasil.

E o que é interessante observar é que vários tipos de produtos estão presentes, tanto na pauta de importação quanto na pauta de exportação. Por exemplo, automóveis, veículos automotores e suas partes, maquinaria, produtos eletrônicos, isso deriva basicamente do fluxo entre matrizes e filiais. Uma série de produtos fabricados pelas indústrias suecas no Brasil, são exportados para a Suécia e de lá vem também uma série de produtos o que acaba tornando uma pauta muito interessante, porque ela tem os mesmos produtos indo de um lado para o outro.

No ano de 2005, o Brasil deu 546 milhões de dólares à Suécia e comprou 912 milhões.

Eu acho Sr. Presidente, que essa conversa poderia se estender por muito mais tempo, mas eu prefiro disciplinadamente, manter-me dentro do tempo que meu aconselhado. Eu queria dizer que eu me sinto muito honrado, pelo senhor Presidente da República me ter indicado para mais um desafio na minha vida profissional.

Eu quero dizer que V.Ex^{as}. multiplicariam essa honra, caso houvessem por bem aceitar essa indicação do Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Nós é que agradecemos, senhor Embaixador. E agora, por imposição do Art. 52 da Constituição e do nosso Regimento, eu devo transformar a Sessão em secreta, pedindo aos que não são Senadores que nos deixem sós.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Senhor Presidente, enquanto... Os dados aqui estão um pouco desatualizados, eu queria só duas informações adicionais. É sobre o PIB da Suécia e a questão da balança comercial, porque a balança comercial aqui está parada em 2000 e...

Sessão torna-se secreta às 11h34min.

Sessão reaberta às 12h37min.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Completada as interpelações e feita a apuração, o Embaixador Antonino Lisboa Mena Gonçalves foi aprovado por unanimidade, assim sendo, cumprimento o Embaixador.

Agradecendo a presença de todos, dou por encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 12h38min.

Ata da Décima Quinta Reunião Extraordinária da Quarta Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia oito de junho do ano de dois mil e seis, às nove horas e trinta minutos.

Às nove horas e trinta minutos do dia oito de junho do ano de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO AZEREDO**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **FLEXA RIBEIRO, GILVAM BORGES, EDUARDO SUPPLY, NEY SUASSUNA, ROMEU TUMA, PEDRO SIMON, SÉRGIO ZAMBIASI, HERÁCLITO FORTES, ALVARO DIAS, JOSÉ AGRIPIANO, MÃO SANTA e JOSÉ JORGE**. Presença também do Senhor Senador **CRISTOVAM BUARQUE**, não-membro desta Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Senador Romeu Tuma requer a inversão de pauta. **Item 01 – Extra-Pauta** – Projeto de Lei Câmara Nº 138, de 2006, de autoria da Presidência da República, que “Fixa os efetivos do Comando da Aeronáutica em tempo de paz e dá outras providências”. Faz uso da palavra o Senador **ROMEU TUMA** para leitura do seu parecer. Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores **EDUARDO SUPPLY, ROMEU TUMA e HERÁCLITO FORTES**. O Senhor Presidente convida os Embaixadores Pedro Motta Pinto Coelho, Haroldo Teixeira Valladão Filho e Marília Sardenberg Zelter Golçalves para comporem a Mesa. **Item 01 – Mensagem (SF) Nº 149, de 2006**, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Pedro Motta Pinto Coelho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel”. O Senhor Presidente designa relator “Ad Hoc”, Senador **HERÁCLITO FORTES**. O Senhor Presidente passa a palavra ao Embaixador **PEDRO MOTTA PINTO COELHO**, para sua exposição de motivos. Fazem uso da palavra os Senadores **EDUARDO SUPPLY e ROMEU TUMA**. **Item 02 – Mensagem (SF) Nº 150, de 2006**, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Haroldo Teixeira Valladão Filho, Ministro de Segunda Classe da Carreira de diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Croácia”. Faz uso da palavra o Senador **EDUARDO SUPPLY** para ler o seu relatório. O Senhor Presidente

passa a palavra ao Embaixador **HAROLDO TEIXEIRA VALLADÃO FILHO**, para sua exposição de motivos. Fazem uso da palavra os Senadores **PEDRO SIMON** e **NEY SUASSUNA**. **Item 03** – Mensagem (SF) Nº 151, de 2006, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Senhora Marília Sardenberg Zelner Gonçalves, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Tunísia”. O Senhor Presidente designa relator “Ad Hoc”, Senador **ROME U TUMA**. O Senhor Presidente passa a palavra à Embaixadora **MARÍLIA SARDENBERG ZELNER GOLÇALVES**, para sua exposição de motivos. Fazem uso da palavra os Senadores **NEY SUASSUNA** e **EDUARDO SUPLCY**. A Reunião torna-se secreta. Reaberta a Sessão, o Senhor Presidente comunica a aprovação dos indicados pela unanimidade, tendo sido escrutinador o Senador Mão Santa. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às treze horas e treze minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Eduardo Azeredo**, Presidente em Exercício.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Havendo número regimental declarado aberta a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Submeto a Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada. Passamos agora a apreciação da pauta que temos a oitiva, a sabatina de três Srs. Embaixadores, dois Embaixadores e uma Embaixadora. Mas antes, teremos... Senador Romeu Tuma pediu a palavra. Senador Romeu Tuma, com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, tem um Projeto do qual eu sou o Relator sobre o aumento efetivo da Aeronáutica, onde se cria um cargo principalmente na área dos fuzileiros. É extrapauta. Se V.Exª. permitisse adiantando e eu pudesse relatá-lo, agradeço a V.Exª. Se os demais...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – A solicitação do Senador Romeu Tuma para invertermos a pauta, aprovarmos inicialmente um Projeto Extrapauta, que trata do contingente da Aeronáutica. É o Projeto de Lei da Câmara nº 138 que fixa o efetivo do comando da Aeronáutica em tempo de paz e dá outras providências. Não havendo quem

coloque objeção, faremos, portanto, a inversão de pauta. Com a palavra o Senador Romeu Tuma. Logo em seguida iniciaremos, portanto, a sabatina.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Projeto de Lei 3.969/2004 na origem que fixa os efetivos do comando da Aeronáutica em tempo de paz e dá outras providências. Por força do Art. 61 da Constituição Federal, vem a esta Comissão, para exame, o Projeto de Lei da Câmara 138 de 2005, de autoria do Poder Executivo. O Projeto em apreço altera o limite do efetivo de Oficiais e Praças do comando da Aeronáutica, atribui ao Presidente da República a competência pela distribuição anual dos efetivos e Oficiais, Comandantes da Aeronáutica, a tarefa também anual dos efetivos dos Praças por quadros e por graduações do Corpo de Praças da Ativa. CPA. Determina os postos de Oficiais e Praças que não serão computados para efeitos de determinação daqueles efetivos. Confere ao Comandante da Aeronáutica a incumbência de estabelecer o efetivo de alunos, de acordo com o critério da necessidade das escolas e cursos de formação e estágio da adaptação, e finalmente prevê que as despesas decorrentes da execução da futura lei, serão cobertas por dotações constantes do orçamento.

Venho à exposição de motivos, principalmente dar implementação do Sistema de Vigilância da Amazônia, o SIVAM, que há um ônus, e a Aeronáutica tem que estar sempre presente para poder atender às informações obtidas através do SIVAM poder se deslocar ou em perseguição em aeronaves que possam estar transportando drogas ou armas ou outras missões que obriguem a Aeronáutica a desenvolver sua atividade.

Então, mais missões foram dadas e o efetivo estava estagnado. De forma que nós somos favoráveis pela conveniência da oportunidade de dificuldades que atravessa até no caso do pessoal pela aprovação desse Projeto de Lei nº 138 da Câmara. É nosso parecer favorável à sua aprovação, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – O parecer do Senador Romeu Tuma é favorável ao Projeto nº 138 da Câmara, que fixa os efetivos do Comando da Aeronáutica em tempo de paz e dá outras providências.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir coloco em votação. Estando todos de acordo permanecem como estão. Aprovado.

Passamos, portanto, agora aos itens da pauta. Convido os Srs. Embaixadores aqui para que tomem seu assento. Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho, Embaixador Haroldo Teixeira Valladão Filho, e a Embaixadora Marília Sardenberg Zelner Gonçalves.

Agradeço a presença do Senador Alvaro Dias, que completa também o número regimental. Passamos ao Item 1 da pauta. Mensagem 149 de 2006...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, até aproveitando a presença do Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho, indicado para Israel mas esteve recentemente voltado para a área do Oriente Médio, da África e do Oriente Médio, inclusive o Iraque, mas eu gostaria aqui de dar a informação, Sr. Presidente, que eu recebi recentemente uma carta da Sr^a. Isabel Vasconcelos El Cury que pediu-me fosse enviado ao Ministro Celso Amorim a solicitação para que pudesse o Sr. Sharid Meri El Cury(F), Diretor da Interpol no Líbano, colaborar nas investigações para localizar o cidadão brasileiro João José Vasconcelos Júnior, seqüestrado no Iraque em janeiro do ano passado. E, para isso, seria necessário que o Itamaraty pedisse a colaboração...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O senhor permite um aparte? É só porque é um ponto importante da Interpol. A Interpol provavelmente não necessita intervenção do Itamaraty. Eu fui Vice-Presidente da Interpol e nós temos a agência da Interpol brasileira, que tem contato direto com a Interpol de qualquer lugar do mundo, e principalmente com a sede em Lyon, que poderá, por ofício, a Interpol determinar na área que V.Ex^a. precisa, podemos até convidá-lo aqui para falar com o senhor e acertar isso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – É que o próprio Sr. Sharid Meri El Cury(F), que coincide de ser primo do marido da Sr^a. Isabel Vasconcelos El Cury, pediu que ele poderia fazer esta colaboração desde que houvesse a solicitação do Governo Brasileiro específica para o caso, e em decorrência desta solicitação, a pedido do Embaixador José Felício, a Sr^a. Eugênia Barthelmess, Secretária-Geral da América do Sul do Ministério das Relações Exteriores, levou ao conhecimento que o Itamaraty solicitou ao Coordenador-Geral da Polícia Criminal Internacional, Dr. Alberto Lassere Cassel Filho(F), examinar a possibilidade da participação oficial da Interpol, nas investigações relativas ao desaparecimento do Sr. João José Vasconcelos Júnior. Então...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Chefe da Interpol Brasileira...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Suplicy me permite um aparte?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Portanto, de encaminhar a V.Ex^a. cópia desta documentação, porque nós temos acompanhados os passos...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Tuma, antes da sua palavra balizada eu queria apresentar aqui uma sugestão. E quero que o Senador Suplicy compreenda, uma vez que nós tivemos aqui uma audiência reservada tratando sobre esse assunto. Eu quero lembrar ao Senador Suplicy que tem aí, Senador Tuma, uma participação que para mim não ficou muito clara da ABIN nesse episódio. E a ABIN age com muita cautela, porque o seu funcionário que foi para lá, além das atividades que exerceu, ele também serviu de tradutor do Presidente da República numa viagem que fez à Haria. Então eu gostaria, Senador Suplicy, eu participei daquela reunião do Conselho de Segurança composto pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara e do Senado, e foi uma reunião fechada, eu sugeriria que esse assunto fosse tratado, Senador Tuma, numa reunião reservada, porque tem algumas questões que eu recomendo que sejam melhor avaliadas. Até para se poder...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – ...Convidar o Jornalista que fez uma carta para mim que tinha sido escolhido pela ABIN para ir fazer a investigação, e não sabe por que razão não pôde viajar. Mas ele tem conhecimento profundo de vários fatos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É exatamente dentro disso tudo, Senador Tuma, e mais, em função do tal funcionário que foi, é um nome árabe, salvo engano, eu não estou com o nome dele aqui, e a ABIN fez muitas restrições a que se... Inclusive, convocasse ele aqui. De forma, Senador Suplicy, eu queria apresentar essa sugestão que fosse marcada uma reunião reservada para se tratar desse assunto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Neste caso aqui, eu já fiz o registro e não vejo nenhum problema de que a providência tomada de...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Encaminharemos para o Ministério das Relações Exteriores.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pedir ao Itamaraty para que a Interpol, atendendo ao pedido da família colabore para se achar o Sr. João José Vasconcelos Júnior. O paradeiro dele. Então eu encaminho a V.Ex^a. a informação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy que desde o início tem buscado realmente o esclarecimento dessa questão. Trata-se, inclusive, de um minério da cidade de Juiz de Fora. E eu como mineiro, também, eu agradeço o seu interesse, e as observações feitas também pelos Senadores Romeu

Tuma e Heráclito Fortes. Nós podemos, portanto, passar para o item um, que é a mensagem 149 de 2006 que submete à apreciação do Senado a escolha do Sr. Pedro Motta Pinto Coelho, aqui minha esquerda, Ministro de primeira classe da carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel. A autoria é da Presidência da República, Relatoria do Senador José Agripino, que não estando presente, eu peço ao seu colega de partido, Senador Heráclito Fortes do Piauí que seja Relator *ad hoc*. Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, Sr^{as}. E Srs. Senadores, Srs. Diplomatas aqui presentes, para nós nessa Comissão é sempre um prazer e uma alegria quando participamos de sabinas que envolvem profissionais do Itamaraty. É bem melhor do que quando vem nome de fora da carreira. Uns exóticos e outros nem tanto. Mas sai um pouco da rotina diplomática. Esses casos nós cumprimos aqui apenas uma formalidade. Não se tem conhecimento, na Casa, de nenhuma reação nesta Comissão a esse tipo de indicação. Até porque o Itamaraty é uma escola muito positiva nesse País. E a maior comprovação disso é que os governos, qualquer que sejam eles, requisitam nos seus quadros funcionários qualificados para auxiliá-lo. O Itamaraty às vezes perde quando se colocam aprendizes que querem falar de diplomacia eventualmente sem dominar o assunto. Os Assessores internacionais que os governos escolheram, e poderia citar vários deles, são exemplos da maneira profissional como atuam.

Com relação ao Sr. Pedro Motta Pinto Coelho, eu vou falar muito pouco. O Relatório está aqui, o Relatório muito bem elaborado pelo Senador José Agripino, que tem, inclusive, ligações atávicas com a carreira, e dizer que se trata de um Diplomata dessa nova geração que tem se sobressaído em todas as funções que exerceu. Já serviu em Washington, serviu em vários Países, e hoje, como Secretário-Geral adjunto, é responsável por uma área de importância para o Ministério das Relações Exteriores, e, acima de tudo, para a política diplomática brasileira.

Sr. Presidente, os predicados visíveis e públicos dele estão aqui. Agora, eu queria chamar a atenção de V.Ex^a, Sr. Presidente. Eu estou querendo pedir o adiamento da votação dele. Ele deve a todos nós alguma coisa que nós deveríamos testá-lo. É um excelente cozinheiro e um bom tocador de pífaro, nós poderíamos testá-lo, realmente, e após isso, fazer a sua aprovação. Tocador de flauta, porque no Piauí a gente chama pífaro, que é um derivado, que V.Ex^a não sabe o que é.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Ah, pífaro?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Flauta. Aquela flauta encantada.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – É, eu sei. É que eu não tinha compreendido que tinha dito pífaro. Eu sei que pífaro é flauta.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Aquela flauta que levanta tapete, cobra...

[Risos]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não é o caso dele.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – V.Ex^a. sugere que ele toque um pouco de pífaro para sabermos...? Ele trouxe a...? [Risos]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não, aqui. Em outra ocasião. E depois nós votaríamos. Mas infelizmente nós não vamos fazer isso. Nós temos que...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG) – Uma comemoração aqui ou em Israel. [Risos]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pois é. Temos que fazer aqui e votar agora e eu recomendo com muita segurança aos companheiros que faça a aprovação, até porque um posto como Israel na circunstância em que nós estamos vivendo, necessita de titular com a maior urgência possível. Quero também cumprimentar o Diplomata Haroldo Valladão, e a Diplomata Marília Sardenberg que tem também diplomacia no sangue, na raça, e uma das maiores Diplomatas que o País tem e ex-Ministra das Relações Exteriores, e os três, por si só, pelas suas carreiras justificam essa aprovação que infelizmente o regimento não permite que seja por aclamação. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes. Concedo a palavra, portanto ao Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho, para fazer a sua exposição pelo tempo que julgar necessário. Antes, desalentando também...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, Questão de Ordem. Eu solicitaria a V.Ex^a, que abrisse o processo de votação, uma vez que todos têm aqui o currículo para aqueles que já tiverem consciência para exercer o voto. Nós temos hoje um dia de muita atividade na Casa, e inclusive com o Relatório de CPIs. Então eu pediria a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG) – Perfeito. Já está liberado. A votação já está liberada para início. Mas eu queria, antes, dar a palavra ao Embaixador Pedro Motta, dizer também da minha satisfação pessoal em poder aqui

presidir essa Sessão hoje, como Vice-Presidente da Comissão, na ausência do Senador Roberto Saturnino, o Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho é mineiro de Santa Bárbara, já o conheço há muito tempo. [Risos] Já estou fazendo campanha por ele. Então da maneira que o Embaixador tem todas as condições para ser um grande Embaixador do Brasil em Israel, a quem eu concedo a palavra então nesse momento.

SR. PEDRO MOTTA PINTO COELHO – Muito obrigado. Sr. Presidente, Senador Eduardo Azere-do...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu queria só pedir desculpa, é que eu tenho que voltar aqui. É que a TV Senado atua e funciona. Acabam de me puxar as orelhas aqui, que eu cometi um erro. Eu disse que o Sardenberg tinha sido Ministro das Relações Exteriores quando na realidade foi da Ciência e Tecnologia. No momento que eu parabeno a TV Senado através do... Eu quero fazer essa retificação e dizer que aliás que foi um extraordinário Ministro nessas funções.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Senador Pedro Simon chama a atenção que não podemos falar nada errado que a TV corrige na hora.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Chegou um e-mail aí corrigindo.

SR. PEDRO MOTTA PINTO COELHO – Bem, eu queria, Sr. Presidente, Exm^{os}. Sr. Senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, eu antes de mais nada, queria agradecer essa oportunidade de dirigir a palavra a V.Ex^{as}. no sentido de apresentar e pleitear essa designação como Embaixador do Brasil em Israel. Eu antes, porém, me permito também agradecer ao Senador Heráclito Fortes as palavras que me dirigiu a respeito da minha carreira, e, sobretudo, a respeito do fato de que somos Diplomatas de carreira e que isso recebe aqui da Casa uma especial atenção e apreço.

Com relação à promessa de um eventual concerto de flauta, fica aqui a minha afirmação e convicção de que, caso haja interesse realmente de me escutar, com maior prazer, nós podemos depois marcar uma seresta. Mas eu gostaria de dizer a respeito disso que Aristóteles, no livro “A Política”, enfatiza o fato de que a música é determinante no que se refere à vida política. E que, sem a música, e que naquela época significa norma, nós dificilmente teríamos aqui hoje essa oportunidade de estar vivenciando uma experiência democrática com o Parlamento, que no fundo representa a proposta de normatividade da sociedade. De forma que eu acho que a música está muito ligada a isso. Por isso que eu segui a música.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Por isso que quando o Presidente Lula designou V.Ex^a. para ir a Israel, considerando que a música, segundo Aristóteles, poderá contribuir para a paz entre Israel e os palestinos e os árabes, quem sabe V.Ex^a., tocando flauta em Israel, e na Palestina promova a paz que de há muito, tem sido difícil, será alcançada. Que tenha boa sorte nessa missão.

SR. PEDRO MOTTA PINTO COELHO – Nós temos que usar de todos os recursos Senador. Acho que contexto da nossa missão eu acho que são difícil, desafiadora e sem dúvida eu acho que a música contribuirá.

Eu gostaria de dizer muito rapidamente, eu sei que o tempo é pouco, e não vou me prender ao texto que preparei e que estará disponível a V.Ex^{as}., hoje. Aqui poderá ser distribuído. Eu apenas gostaria de mencionar alguns fatos específicos com relação à nossa proposta, caso seja aprovado, de trabalho em Israel.

Em primeiro lugar, é importante dizer que Brasil e Israel sempre mantiveram relações bilaterais corretas. Tanto no plano diplomático, quanto no plano da cooperação. Em que pese conjunturas diferentes, diversas, houvesse percepções também diferentes, sobre questões políticas de grande significado na agenda internacional, em especial com relação à Palestina. Mas nós temos um compromisso com Israel que vem da sua própria formação, da instituição de Israel como Estado, e que foi, digamos, simbolizado na Presidência da Assembléia Geral, segunda Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1947 quando o ex-Chanceler Oswaldo Aranha teve esse grande momento de presidir a aprovação da resolução famosa sobre a partilha, 181, que definiu as bases para a formação do Estado de Israel e também para a formação do Estado da Palestina.

Nós não temos a respeito dessa questão, muitas vezes Israel alega que o Brasil, em conjunto com outros Países, tem um comportamento relativamente automático nas votações. O que é não verdade, porque nós sempre tivemos uma votação nas Nações Unidas e em outros órgãos que se fundamenta no mérito das questões. Muito mais do que em qualquer tipo de automatismo. Mas temos, a respeito da questão Palestina, e de todo o que decorre da situação da partilha dos territórios palestinos em 47, acompanhado e lutado em favor dos palestinos e do processo de paz. O Brasil é ativo e se coloca, atualmente, numa atitude de buscar uma participação tão ativa quanto possível em apoio a esse processo de paz. Não é apenas uma posição, uma atitude de acompanhamento ou uma atitude de equilíbrio passivo, buscamos muito mais um processo de aproximação, participação ativa nesse processo, nessas negociações.

Ao longo do período de formação do Estado de Israel, marcado por diversos conflitos com os Países vizinhos, nós pudemos também testemunhar de um acompanhamento bastante intenso do Brasil desses conflitos, e, ao mesmo tempo, jamais deixamos de manter com Israel um relacionamento estreito, do ponto de vista bilateral, da cooperação bilateral. Muitas das tecnologias que hoje são desenvolvidas no nordeste a respeito de irrigação, decorrem de Projetos de Cooperação com Israel. Mas, não podemos negar que Israel mereceu, sobretudo a partir de 1967, e depois de 1973, com a ocupação dos territórios ocupados, ocupação dos territórios palestinos, um certo isolamento do ponto de vista da comunidade internacional. Esse isolamento começou a dissipar-se na década de 90, com a retomada das negociações da Conferência de Madri, os Acordos de Oslo, e a partir daí houve uma aproximação também do ponto de vista bilateral entre Brasil e Israel. Seguiram-se uma série de visitas, inclusive do Chanceler Luis Felipe Lampreia a Israel em 1995. Outras visitas ocorreram nesse período, visitas de importância, e que tem se intensificado nos últimos anos. A partir, sobretudo, do ano passado, 2005, mas, sobretudo, a partir Governo Lula houve uma intensificação bastante significativa com Israel. E isso eu tenho a impressão que foi consequência direta do fato do Brasil buscar desenvolver uma política com os Países do Oriente Médio, de uma forma geral, bastante equilibrada.

Os próprios palestinos, muitas vezes, vieram conversar comigo, e indicar que é de interesse dos palestinos que o Brasil desenvolvesse uma cooperação intensa com os Países... Com Israel. Quer dizer, não há nenhuma incompatibilidade entre a nossa posição em defesa dos direitos palestinos e uma aproximação estreita com Israel. Ao contrário, eu acho que isso vai facilitar um processo de desenvolvimento da região como um todo. Uma participação maior do Brasil, e, sobretudo, não deixar que o Brasil apenas desenvolva de uma forma desequilibrada a iniciativa e estimule a cooperação, apenas com uma ou algumas das partes envolvidas de um processo que pela sua complexidade, apresenta um grau de interação muito grande, interligação muito grande. Eu gostaria de mencionar também que essas visitas de alto nível que ocorreram em anos recentes, como, por exemplo, a visita do Ministro Furlan, ou a própria visita, na ocasião o Ministro de Comércio e Indústria de Israel, e hoje... Na época Vice-Ministro e hoje Primeiro Ministro, Olmert ao Brasil, a visita do próprio Chanceler Celso Amorim, a visita do ex-Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, a visita do Ministro da Educação do Brasil, e outras. Todas essas visitas não apenas se restringiram a uma

demonstração, uma manifestação de boa vontade no relacionamento. Elas estão gerando possibilidade de cooperação intensas em diversas áreas, que vão desde a área espacial, nós temos hoje um acordo de cooperação espacial e uso do espaço exterior prontos para serem assinados, já com a aprovação do Executivo Brasileiro. Há um acordo na área de agricultura pronto para ser assinado, foram assinados acordos de entendimento na área política, consultas política que já estão em curso. De forma que na área de saúde, por exemplo, há entendimentos muito importantes também em curso nesse momento. De forma que eu, hoje, diria que nós temos uma pauta de relacionamento com Israel que cresceu nos últimos anos de uma forma bastante significativa. E mostra o potencial desse relacionamento, o potencial dessa relação que até pouco tempo atrás, não havia ainda por diversos motivos, inclusive motivos ligados à própria instabilidade regional sido aproveitada.

Hoje a situação política de Israel é diferente, a situação política na região apresenta sinais muitas vezes contraditórios, mas que no seu conjunto poderiam ser interpretados como uma resultante positiva. Há uma disponibilidade de negociação por parte das partes envolvidas, ainda que a complexidade e a tradição política na região não permita fazer uma afirmação muito direta a respeito de como seguirá o processo negociador nas próximas semanas, meses. Mas a expectativa que nós podemos fazer, a avaliação que nós podemos fazer dentro da comunidade internacional, seja nas Nações Unidas, seja mesmo aqui no Ministério das Relações Exteriores, é de que os esforços não são, hoje, totalmente inúteis.

Ao contrário, há uma série de canais de negociação que estão sendo estabelecidos, inclusive, tendo em vista a conformação nova do quadro político, tanto em Israel, com a formação de um Estado, de um Governo diferente e marcadamente diferente do que existia até o final do ano passado, e do ponto de vista dos palestinos a conformação de um Governo palestino marcado pela vitória do Hamas, que era um movimento tido como movimento terrorista por parte de Israel e de alguns outros membros da comunidade internacional e Governo que hoje, apesar de não atender a determinadas exigências que são feitas pelo Governo de Israel e por parte da comunidade internacional, não atender pelo menos aparentemente dá amostras de uma disposição de aproximação, de negociação. Seja do ponto de vista do Governo hoje totalmente composto por membros do Hamas, seja do ponto de vista da autoridade Palestina e da Presidência hoje a cargo de Abu Mazen.

A conjuntura política em Israel, portanto, ela é tida como favorável, porque há um certo equilíbrio político no País. A vitória do partido de centro, o partido novo criado por Sharon, que depois foi agora liderado pelo Primeiro-Ministro Olmert, é um partido que chama Kadima, avanço, espero que realmente possa refletir essa idéia, é um partido que representa... Tenta pelo menos representar o grosso das inspirações da população de Israel com respeito ao processo negociador com os palestinos. Tem ameaçado, também tem dito que na eventualidade da falha das negociações, do processo negociador, o Governo de Israel tentará proceder de forma unilateral naquilo que eles chamam de plano de convergência. Uma retirada unilateral que de qualquer forma já começou a partir de 2005, com a saída de Gaza de algumas partes da margem, dos territórios da margem ocidental.

Com relação à conjuntura econômica, eu gostaria de mencionar ela hoje também em Israel, uma conjuntura bastante auspiciosa. Israel conseguiu vencer a recessão de 2001 e 2002, em parte gerada pelas questões Intifada e também pelo fato de que naquela época o mercado internacional era pouco animador com respeito aos produtos típicos de Israel, que são produtos de alta tecnologia, e hoje Israel representa sinais de franca recuperação, taxas anuais de crescimento acima de 4%, inflação muito reduzida abaixo de 2%, e com um crescimento extraordinário das exportações de comércio exterior. A renda *per capita* em Israel, hoje, gira em torno de vinte mil dólares, e para um PIB de 140 bilhões de dólares e uma população de cerca de sete milhões de pessoas, dos quais 80% são judeus. Crescem os investimentos em Israel como sintoma especificamente do fato de que Israel hoje se estabiliza e se mostra como um País capaz de promover um desenvolvimento intenso interno, e, ao mesmo tempo, nós como Países, como parceiro, como receptor de tecnologia, de investimentos, temos na nossa avaliação um interesse muito grande em avançar nesse relacionamento com Israel, buscar uma aproximação maior, e há uma predisposição muito grande do Governo de Israel e das instituições israelenses, sim, fazer com que esse relacionamento com o Brasil seja um relacionamento concreto em diversas áreas, porque é como eu dizia, abrange desde cooperação na área de espaço exterior, agricultura, saúde, educação, à parte todo os entendimentos e a manutenção de um diálogo aberto, com relação aos aspectos políticos, propriamente ditos, e da sua segurança.

E finalmente, eu gostaria apenas de dizer que o comércio nosso com Israel está hoje na casa dos setecentos e cinquenta milhões de dólares, tem crescido

a passos largos. Há um déficit com relação ao Brasil, importamos uma quantidade muito grande de fertilizantes de Israel e essa importação é responsável pelo déficit. Nós temos cerca de duzentos milhões de dólares em média por ano. As exportações de Israel para o Brasil são em torno, atualmente, em torno de quinhentos milhões, e a do Brasil em torno de trezentos. Um pouco menos que isso em cada lado. Eu, finalmente, apenas gostaria de citar o exemplo de cooperação na área de saúde como um exemplo típico do que podemos fazer com Israel.

Recentemente houve uma missão do Ministério da Saúde em Israel, onde se mantiveram entendimentos que significam abertura extraordinária da área altamente promissora para a cooperação e estabelecimento de parcerias empresariais. Além dos contatos com a TEVA, que é uma empresa de fabricação de medicamentos genéricos, a segunda maior do mundo e que deve se instalar proximaamente no Brasil, de acordo com entendimentos que estão sendo levados adiante com Farmanguinhos, com maior interesse do ponto de vista do Ministério da Saúde, há outras empresas que também estão em entendimentos conosco, como, por exemplo, a GENSIME(F), a OGÊNIX e SAVION(F) e a INSITE(F) FARMACÊUTICO. Todos eles dispostos a trabalhar com o Brasil, inclusive na área de fornecimento de tecnologia.

Eu falo da saúde porque eu acho que é um ponto significativo dentro do contexto geral de um trabalho positivo, de uma agenda positiva que nós possamos desenvolver caso aprovados por V.Ex^{as.}, com o País amigo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Muito obrigado ao Embaixador Pedro Motta Pinto coelho. Eu quero, então, passar ao Item 2, antes registrando também a presença do Senador Cristovam Buarque, ex-Presidente desta Comissão aqui conosco. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, para relatar a mensagem nº 150 de 2006, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Haroldo Teixeira Valladão Filho, Ministro de segunda classe da carreira de Diplomata do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Croácia.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, Srs. Embaixadores e Sr^a. Embaixadora, nós...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, pela ordem. O problema da votação do Embaixador da Croácia no Plenário seria quando?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Nós ontem conseguimos votar

quatro Medidas Provisórias. Agora ainda tem mais uma trancando a pauta ainda. Então, eu acho que vai demorar mais algumas semanas.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Se vai demorar, não sei se deveria deixar para votar outro dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Depois do jogo do Brasil e da Croácia? [Risos]

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Termina a Croácia ganhando do Brasil e o pessoal vai se vingar no Embaixador.

[Risos]

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Eu não sei. Ninguém sabe. Termina a Croácia fazendo um estrago com toda essa onda que estão fazendo, e na quarta-feira o Embaixador vai pagar a conta.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Logo no jogo de estreia. [Risos]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Terça-feira, dia 13. Terça-feira, às três e meia.

Sr. Presidente, há um enorme interesse hoje sobre a Croácia, sobretudo nessa semana, até hoje o Presidente da República, quando estiver dialogando através de videoconferência com a seleção brasileira, vai estar obviamente considerando a importância e a força da Croácia no futebol, mas obviamente, todas as qualidades desta Nação de cerca de cinco milhões de habitantes, e que tem uma qualidade esportiva tão significativa.

O Embaixador Haroldo Teixeira Valladão Filho nasceu em 1948, filho de Haroldo Teixeira Valladão e Margarida Bandeira de Melo, fez o seu curso de preparação no Instituto Rio Branco em 1969 e tornou-se Bacharel na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro e foi promovido para as diversas funções até que chegou hoje ao posto em que se encontra. Diplomou-se no curso de Altos Estudos no Instituto Rio Branco com a monografia “Reservas a tratados multilaterais”, e esteve realizando missão da ONU em 74 como Segundo Secretário, na Embaixada brasileira em Bogotá como Segundo e Primeiro Secretário em 78. Na Embaixada do México como Primeiro Secretário e Conselheiro em 80, em Madri em 92. Foi Ministro e Conselheiro encarregado do negócio, foi Cônsul-Geral em Genebra em 95, em 2000, Coordenador-Geral de Direito Internacional e Consultor Jurídico do Ministério de Relações Exteriores. Foi agraciado com Ordens do Ipiranga em 82, Marechal Cordeiro de Farias em 90, mérito das Forças Armadas, e em 2001, Ordem do Rio Branco.

A Croácia é resultante da desagregação da Iugoslávia, ao leste da Sérvia e Montenegro e Bósnia-Herzegovina, e ao sul e oeste em fronteira com o Mar Adriático, sua capital é Zagreb. Após a invasão da Alemanha nazista em 41, a Iugoslávia foi desmembrada e Ante Pavelic tornou-se o líder do Estado independente da Croácia. Ao final da Segunda Grande Guerra, Josip Broz Tito derrotou os invasores nazistas e unificou as Repúblicas Iugoslavas. Com a morte de Tito, em 80, iniciou-se um processo de fragmentação das Repúblicas Iugoslavas. Tal quadro agravou-se com a crise econômica decorrente do fim dos regimes sobre partidos comunistas no leste europeu, e em 25 de junho de 91, após plebiscitos que deram vitória esmagadora aos separatistas os croatas anunciaram a sua separação da Iugoslávia. O território croata foi invadido pelo Exército Federal em seguida que interveio em favor das minorias sérvias residentes na Croácia, mas as Nações Unidas asseguraram a paz. E em 92 o País foi reconhecido como independente. A Croácia é País parlamentarista, o Parlamento, Sabor, é um corpo legislativo unicameral com 160 Deputados. O Brasil reconheceu a independência da Croácia em 92, estabelecendo relações diplomáticas em 23 de dezembro de 92. Foi estabelecido um Consulado Honorário do Brasil em Zagreb. Desde 96 a Croácia mantém a Embaixada residente em Brasília, e, entretanto, o Embaixador Haroldo Valladão Filho é o primeiro que estará lá nesta condição.

Julgamos que temos os elementos suficientes para avaliar como tão positiva a indicação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, à luz da carreira do Embaixador Haroldo Valladão Filho, que a exemplo da Embaixadora Marília Zelter Gonçalves e do Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho, também se destaca nos quadros do Itamaraty, que tanto tem causado a admiração e o respeito desta Comissão. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy, e quero também já de antemão manifestar a minha concordância e o aplauso da decisão do Governo Brasileiro de criar esta Embaixada do Brasil na Croácia, já que desde 96 a Croácia mantém a Embaixada aqui no Brasil.

Então, nessa reciprocidade nós tínhamos ainda o Embaixador na Áustria respondendo pela Croácia e agora teremos o Embaixador Haroldo Valladão como primeiro Embaixador do Brasil naquele País. Eu pessoalmente estive na Croácia acerca de dois anos atrás, e é um País realmente muito interessante, num progresso muito grande, e eu quero registrar também o grande trabalho feito pelo Cônsul Honorário do Brasil, até então na Croácia. Ele esteve aqui no Brasil por mais de

uma vez e esteve em Minas Gerais em encontros com industriais mineiros, e agora poderá continuar o seu trabalho exatamente suportando, apoiando o trabalho do Embaixador Haroldo Valladão, a quem eu concedo a palavra para fazer sua exposição pelo tempo que julgar necessário.

SR. HAROLDO TEIXEIRA VALLADÃO – Muito obrigado. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, eminente Senador Eduardo Azeredo. Excelências, com a devida vênua gostaria de dividir minha exposição em três partes – A primeira parte versaria sobre uma rese- nha recente, histórico institucional, e dados básicos da República da Croácia. A segunda parte seria dedicada a uma apreciação do Estado das relações entre o Brasil e a Croácia. E, por último, faria uma avaliação do que seria o aprimoramento dessas relações. No fundo, seria um pouco aquilo a que me proporia a fazer em prol do desenvolvimento maior dessas relações.

Ao término da Segunda Guerra Mundial, os vencedores favoreceram a criação de uma República Popular Federativa da Iugoslávia. Por razões de equilíbrio geopolítico na Europa Central e nos Bálcãs. Essa criação foi de certa forma, artificial. Uma vez que configurava, na verdade, uma confederação. Dela, da Federação, da República Federativa dela a Croácia fez parte ao lado de outras cinco Repúblicas. Eslovênia, Bósnia-Herzegovina, Macedônia, Montenegro e Sérvia. A Macedônia, não. Perdão, Macedônia é independente. O que acontece é que como faz fronteira com a Macedônia da Grécia, que pertence à Grécia, a solução política desenhada foi no sentido de chamar a Macedônia República independente da ex-Iugoslávia, de antiga República Iugoslávia da Macedônia, uma vez que os gregos não gostariam de que o mesmo nome fosse aplicado às duas.

SENADOR EDUARDO SUPLEY (PT-SP) – Ficou um nome complicado. Ficou um nome todo complexo.

SR. HAROLDO TEIXEIRA VALLADÃO – Exatamente. Inclusive, nas reuniões internacionais, na bancada o nome está antiga República Macedônia da ex-Iugoslávia.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Podia colocar um nome mais fácil. [Risos]

SR. HAROLDO TEIXEIRA VALLADÃO – E a Macedônia grega obviamente é uma província da Grécia, não entra à parte. Como eu dizia, essa criação foi de certa forma artificial, porque no fundo configurava uma confederação, isto é, unidades que têm uma certa latitude de atuação. Como foi, como é atualmente a Confederação Helvética, como durante muito tempo foi a confederação até hoje a Confederação Canadense,

e, de certa forma, a Federação Americana, em que as unidades constitutivas têm muito poder para cuidar independentemente de vários assuntos. Destacado combatente da presença militar alemã nos Bálcãs, o Marechal Tito torna-se Presidente da República. Defende uma postura independente de socialismo próprio, de autogestão, aproximando-se de Países ocidentais e sendo um dos fundadores do movimento dos Países não alinhados. Consciente da situação delicada e potencialmente explosiva da Iugoslávia, Tito timbrava em proclamar que governava seis nações, duas províncias autônomas, todas, no entanto, integradas num Estado único. Numa maneira de manter ou tentar manter a coesão do bloco. A Croácia sempre se surgiu contra a hegemonia e as pressões da Sérvia. Com população majoritária e com a capital em Belgrado.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – O Marechal era de qual nacionalidade?

SR. HAROLDO TEIXEIRA VALLADÃO – O Marechal nasceu perto de Zagreb, por conseguinte era croata. Mas tinha ramificações em Montenegro, ramificações familiares. Croata com família, ramificações familiares em Montenegro. A Croácia sempre se rebelou contra a hegemonia e as pressões da Sérvia, por quanto a Sérvia detinha a capital da República, em Belgrado, e por quanto a Sérvia tinha uma população majoritária. O falecimento do Marechal em 1980 marcou uma década de crise, com o agravamento das tensões étnicas nacionalistas de minorias e religiosas. Num prenúncio da trágica guerra de 1992 a 1995. Primeiro a declarar-se independente em 1991, a Croácia teve o seu reconhecimento imediatamente dado pela República Federal da Alemanha, o que influenciou muito a questão. Tanto assim que, logo em seguida, numerosíssimos Países também reconheceram a Croácia como País independente. Obviamente que este reconhecimento acirrou os ânimos na região, o que terminou com a desagregação do federalismo iugoslavo. O conflito causador de milhares de vítimas e com acusações mútuas, recíprocas de limpeza étnica opôs a Croácia de Tudman a Sérvia de Milosevic.

O teatro de operações travou-se no território da Bósnia-Herzegovina por se situar geograficamente entre a Croácia e a Sérvia, e por conter populações proporcionalmente distribuídas de origem croata, sérvia e muçulmana. A Croácia, e posteriormente a Sérvia...

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – A Croácia é católica ou é misturada também?

SR. HAROLDO TEIXEIRA VALLADÃO – A Croácia é majoritariamente católica, enquanto que a Sérvia é majoritariamente ortodoxa.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – E os muçulmanos estão...?

SR. HAROLDOTEIXEIRA VALLADÃO – Os muçulmanos estão na Bósnia. A Croácia e posteriormente a Sérvia aceitaram um plano de paz proposto pela ONU e pela OTAN, com o envio de uma força de proteção da qual o Brasil participou. Os Acordos de Dayton, Ohio, patrocinados pelos Estados Unidos, resolveram pôr fim ao conflito, e isto se deu em dezembro de 1995, após tensas negociações. A Croácia manteve praticamente incólume seu território, uma vez que a fértil região da Eslovênia, que fora ocupada pela Sérvia foi restituída à Croácia em 1998. Em função das atrocidades cometidas na guerra, o Conselho de Segurança da ONU instituiu um Tribunal Penal Internacional para a antiga Iugoslávia, que tem conseguido avançar no julgamento, condenação e encarceramento de diversos Comandantes sérvios e croatas.

A Constituição da croata prescreve o regime republicano e o sistema de Governo Parlamentarista. O Primeiro-Ministro é, por conseguinte, politicamente responsável perante o Parlamento. O legislativo, no molde unicameral é formado pela Câmara dos Representantes das 21 regiões administrativas. A Suprema Corte assegura a aplicação uniforme das leis e a Corte Constitucional se volta para dirimir controvérsias relativas à interpretação da Constituição.

Os três principais partidos são – O Partido do Povo Croata, de tendência liberal; a União Democrática Croata, de centro-direita, ligada à democracia cristã, e a qual se filia o atual Primeiro-Ministro Ivo Sanader. E, por último, o Partido Social Democrata, de corte centro-esquerda. Dados básicos da República da Croácia. Situação centro-sul da Europa, superfície 56 mil e 500 quilômetros quadrados. População em torno de cinco milhões, quatro milhões oitocentos mil habitantes. Capital Zagreb, com um milhão e duzentos mil habitantes. Principais cidades – Zagreb, Dubrovnik e Rijeka. Grupos étnicos – Croatas 76%, Sérvios 12%, Húngaros e Eslovênios. O que significa que ainda há uma minoria Sérvia vivendo na Croácia. Religião, como V.Ex^a. acabou de perguntar, é católica. E, em minoria, ortodoxa. Idioma – Croata, mas com o uso do alfabeto romano, ao invés de determinados Países Balcânicos que usam o cirílico. Crescimento, 3,5% ao ano e inflação em torno de 6% ao ano. Moeda – Kuna. Exportações, oito bilhões e duzentos milhões de dólares. Importações – Dezesesseis bilhões e quinhentos e cinquenta e quatro milhões de dólares. Produto Interno Bruto – Trinta e sete bilhões e quatrocentos milhões de dólares. Renda per capita, oito mil dólares. Principais atividades econômicas – Indústria, mineração, agricultura e pecuária, pesca, serviços. Aqui cabe uma nota dizendo para dizer que o turismo é uma grande fonte de receita que equilibra o balanço de pagamentos. Junto com as re-

messas de trabalhadores croatas no exterior. Ingresso na União Européia. A Croácia que em 2001 assinara um acordo de estabilização e associação com a União Européia é forte candidata a ser membro da organização. É interessante notar que a atual Presidência de turno da União Européia, a Áustria, é conhecida como forte defensora da adesão croata. O que não causará espécie que a Croácia bem proximamente seja incluída no rol dos Países da União Européia.

Agora passaria brevemente ao Estado das relações Brasil/Croácia. Brasil e Croácia compartilham dos valores e princípios democráticos básicos da convivência internacional. Participam e colaboram nas principais organizações internacionais do sistema das Nações Unidas, havendo a Croácia manifestado apoio à postulação do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. O Brasil reconheceu a independência da Croácia em janeiro de 1992, junto com grande número de Países que então a reconheceram. O estabelecimento de relações diplomáticas ocorreu em dezembro de 92, por conseguinte 11 meses depois. Em junho de 96 abrimos, como ressaltou o Sr. Presidente, Embaixada em Zagreb cumulativa com a Embaixada em Viena. A Embaixada residente em Zagreb foi estabelecida em setembro de 2005. Em 2002 instalamos Consulado Honorário em Zagreb. A República da Croácia conta com Embaixada residente em Brasília a partir de 1996, e Consulado Honorário em São Paulo, onde funciona a Câmara de comércio Brasil/Croácia.

Diversas missões políticas e econômicas, comerciais, a traduzir o interesse para o nosso País, como aquela a que fez referência o Presidente, em que houve contatos com a Federação da Indústria do Estado de Minas Gerais, visitar o Brasil, e em 1997, 2004 e 2005. Avistamos como parlamentares, empresários e autoridades.

O Brasil tem comparecido regularmente à tradicional Feira Internacional do Outono de Zagreb. A PETROBRAS e a INA, companhia estatal de petróleo e maior empresa do País, tem manifestado interesse em colaborar no tocante à prospecção e a lavra de petróleo em terceiros Países. Sobreretudo na África e Oriente Médio onde a INA já se faz presente.

No plano cultural, o Ministro Gilberto Gil participou do Congresso Internacional de Opatija, em 2003, quando foi recebido em Zagreb pelo Chanceler e pelo Presidente da República, no que constituiu a primeira visita de autoridade brasileira de alto nível à Croácia. Possuímos quatro acordos firmados com a Croácia. Sobre isenção de vistos importadores de passaportes diplomáticos; isenção parcial de vistos importadores passaportes comuns; sobre turismo e sobre sanida-

de animal. A importância dos acordos sob isenção de vistos consiste em permitir um tráfego mais fluido de autoridades, funcionários, empresários, professores, acadêmicos e turistas. No campo da cooperação na área de turismo, os dois Países muito tem a se beneficiar. Com a troca de especialistas e, sobretudo, com a capacitação profissional. A Croácia, bem aparelhada no setor vem recebendo, creiam os senhores, cerca de seis milhões de turistas por ano. Enquanto se não me falha a memória nós estamos na casa dos dois, três milhões. Quer dizer, o dobro, como bem apontou V.Ex^a.

Acordos sobre sanidade animal com o controle da produção de questão abrem portas para o comércio desse produto, item expressivo da pauta brasileira de exportações. Dados de 2005, por conseguinte bem recentes, do intercâmbio comercial indicam um montante de noventa e um milhões de dólares, sendo o Brasil superavitário, uma vez que exportou 88 milhões de dólares, ao passo que a Croácia nos vendeu a soma de três milhões de dólares. O saldo a nosso favor é, portanto, de 85 milhões de dólares.

Em 2004 foi de 69 milhões de dólares e em 2003 de 44 milhões de dólares. Os principais produtos exportados pelo País na linha do chamado agronegócio constituíram em grãos e óleo de soja, açúcares, carnes desossadas de bovinos e peles e couros. De parte da Croácia recebemos caldeiras, máquinas, instrumentos mecânicos e antibióticos, como condutores e antibióticos.

Aprimoramento das relações Brasil/Croácia por fim. Pode-se examinar a possibilidade do Brasil e a Croácia, firmarem no plano da cooperação jurídica três acordos que temos firmado ultimamente com diversos Países. Os de extradição e de cooperação judicial em matéria civil e penal. No que tange ao transporte aéreo, revitalizada a aviação comercial brasileira, vôos diretos e regulares para Viena seriam retomados. Com conexão imediata para Zagreb a trezentos quilômetros da capital austríaca. Semelhante esquema incrementaria favoravelmente, positivamente a movimentação de passageiros e de cargas leves.

O transporte marítimo vem operando satisfatoriamente. Em favor de sua melhoria com a almejada intensificação da relação comercial poderiam ser abreviados transbordos de cargas que hora se efetuam em terminais do Mar Mediterrâneo.

No horizonte cultural seria proveitoso o intercâmbio de professores universitários para ministrar cursos e palestras. Manifestações artísticas, de outro lado, igualmente deveriam ser estimuladas na área de música, de pintura e da gravura, entre outras, além da cooperação entre as indústrias cinematográficas, com

semanas de filmes brasileiros na Croácia e o inverso no Brasil. O relacionamento desportivo é bem-vindo. Os croatas, assim como os brasileiros, destacam-se nas modalidades de futebol, basquetebol e tênis. A cooperação técnica, representada pela transferência e absorção de conhecimentos se desenvolve no plano de acordos básicos, que poderiam subscrever com a Croácia, complementados por ajustes setoriais, não raro – isso me parece muito relevante – a cooperação técnica bem sucedida conduz a posteriores transações comerciais envolvendo bens e serviços.

O esforço para o crescimento econômico comercial mais equilibrado deverá ser cumprido mediante pesquisas de mercado identificando-se novos produtos de interesse mútuo, promoção periódica de seminários, troca de emissões e participação em feiras de exposições nos dois Países. Visitas presidenciais de Ministros de Estado e de Parlamentares contribuem significativamente para o adensamento da parceria bilateral. Atenção muito especial, creio eu, deve ser conferida ao apoio consular a nossos compatriotas, por quantos numerosos tem sido os que se deslocam além fronteira, por razões de melhores condições de trabalho, turismo, e acadêmicas. Deve ser estendida com serenidade e cortesia toda gama de serviços consular. Por fim devemos orientar nossos patrícios em sua interlocução e entrosamento com autoridades no meio local, intercedendo junto a elas toda vez que necessitarem de auxílio.

Srs. Senadores, com o generoso beneplácito de V.Ex^{as}., aprovando meu nome para chefiar a missão diplomática do Brasil na Croácia, o que muito me honraria, empenharei o melhor de meus esforços para estreitar os laços de cooperação e amizade entre o Brasil e a Croácia. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Agradeço ao Embaixador Haroldo Valladão, e passo imediatamente para o Item 03, que é a mensagem nº 151 de 2006, que submete à apreciação do Senado a escolha da Sr^a. Marília Sardenberg Zelter Gonçalves, Ministra de Segunda Classe da carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Tunísia.

O Relator é o Senador Roberto Saturnino, Presidente desta Comissão, que não estando presente, eu peço ao Senador Romeu Tuma que, como Senador *ad hoc*, faça a leitura do Relatório.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, Sr^a. Marília, eu visto lido a Ementa de apresentação passo ao Relatório. Perguntaria se a senhora é parente do Embaixador Sardenberg. Ministro.

SRA. MARÍLIA SARDENBERG ZELNER GONÇALVES – Irmã.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ele nos é muito querido aqui.

SRA. MARÍLIA SARDENBERG ZELNER GONÇALVES – Muito obrigada.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não só pela simpatia, mas pelo grande trabalho desenvolvido em favor do País, ainda quando trabalhou com o Ministro Delfin, tinha muito contato com ele, e acho que a senhora... Deve ser uma dupla muito boa no Itamaraty.

SRA. MARÍLIA SARDENBERG ZELNER GONÇALVES – Há muito ciúme. [Risos]

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – [Risos] É? Eu acredito que soma muito. Mas a senhora está sendo indicada para Embaixadora junto à República da Tunísia, e tem aqui o currículo nascido em Curitiba, não vou dar a idade, que aí é pecado, Deus castiga. A senhora é jovem, graduada na Fundação Getúlio Vargas, no curso sobre “Problema do mar e seu regime jurídico”. Senador, eu sou apaixonado por essa discussão sobre o problema do mar, em razão do grande interesse brasileiro pela sua extensão marítima, hoje chamada da Amazônia Azul. Eu tive oportunidade de relatar alguns Projetos de interesse de vigilância da Marinha e da Aeronáutica.

Então, eu acho que essa especialidade só vai ficar no Mar Mediterrâneo, não é isso? Então vai ser importante o seu papel. Quem sabe traz bons acordos de pesca para nós aqui, e a exploração do mar eu acho que é o grande futuro das nações, em razão do crescimento das populações mediterrâneas, e acho que o Brasil faz parte desta permanente pesquisa do que o mar pode realmente nos oferecer.

Então, acho que escolheram bem V.Ex^a. para ir para a Tunísia. Se bem que está bem cercada. A Tunísia faz fronteira com os dois Países que eu vi aqui que teve historicamente um passado bastante atuante naquela luta... Cartago, mas a proximidade com os dois Países que tiveram... A Líbia, a Argélia, que tiveram grandes problemas com o Brasil no tempo da época difícil da subversão, e muita gente foi refugiado para lá. Não sei se ainda há esses remanescentes, que o Brasil teve uma aproximação muito grande. E na recente visita aqui da Reunião da Secretaria Geral das Ligas Árabes que houve aqui em Brasília se fizeram presentes esse grupo com bastante destaque.

Então, V.Ex^a. foi agraciada com várias condecorações, e eu chamaria atenção, para mim uma das mais importantes pela discussão que tem se feito aqui no Senado em razão desse assunto, que é Prêmio Criança e Paz do Programa das Nações Unidas para

a infância, a UNICEF. Cumprimento V.Ex^a não só pelas outras comendas, mas principalmente por esta, que mostra a sensibilidade humanística de V.S^a., que tão bem representa o Brasil. Eu sei que o Itamaraty tem os melhores quadros profissionais do País. Não só pela formação cultural, mas pelas exigências na seleção daqueles que possam ingressar no Instituto Rio Branco, e esta cultura adquirida durante este tempo todo que faz a carreira do Diplomata, nos dão a indicação da grandiosidade da formação profissional de cada um dos senhores. Eu sempre aqui luto e acho importante que Diplomata de carreira não tem indicação política. Sou contra. Pouco me importa a qualidade que ensaja, mas a experiência nos indica, e ela está descrita aqui no currículo de V.S^a. De forma que todos os requisitos exigidos trazem, sem dúvida nenhuma, as condições para que os Senadores decidam já para votar. Eu já votei e botei a bolinha branca. Então, estou tranqüilo e desejo boa sorte e tenho certeza que a senhora bem representará o Brasil nesta região tão importante hoje, do desenvolvimento internacional pela globalização.

Obrigado, Presidente. Não li o Relatório, porque vai valer o do nosso Relator Saturnino. Eu só quis acrescentar alguma coisa de ordem pessoal.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Perfeito. Eu agradeço ao Senador Romeu Tuma, e antes de passar a palavra à Embaixadora Marília Sardenberg Zelner Gonçalves, eu concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, eu também já cumpri a minha obrigação de sufragar o nome dos três e eu queria lamentavelmente como líder do PMDB, e está havendo ainda uma CPI ali ao lado onde temos hoje prestar muita atenção. Nós não vamos poder permanecer aqui, mas eu queria desejar muita sorte aos três. Fui à Tchecoslováquia quando ela ainda estava inteira. Não voltei depois. Imagino que deve ter havido grandes mudanças. A Iugoslávia. Perdão, a Iugoslávia. Não voltei depois. A cabeça está em outra sintonia. Na Tunísia é um País lindo, eu estive também. Sei que nós podemos aumentar enormemente o nosso comércio com a Tunísia. Lamentei que no dia que eu fui, foi o dia que mataram o Vice-Presidente da Nação Palestina e houve uma...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O senhor foi suspeito?

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Não, mas nós não podíamos sair, nenhum ocidental podia sair nas ruas, porque todo mundo nas mesquitas saíram, e estavam quebrando os carros todos. Era uma sexta-feira, portanto dia feriado, mas é um País muito bonito, muito aberto, e tenho certeza que lá nós vamos poder aumentar muito. Quando eu fui Presidente da

Comissão de Economia nós fizemos estudos para ver Países que podíamos fora de cota aumentar. Esse é um País que nós temos condição. Líbia, Tunísia, todos os Países árabes, não tem cotas, a gente tem condição de aumentar muito a nossa capacidade, e já tivemos como no caso da Líbia dois bilhões de dólares de venda, e hoje estamos reduzidos a míseros duzentos milhões. Nem isso. E até de tanto ir à Líbia terminei ficando amigo do Presidente Khadafi, líder Khadafi, e acho que a gente tem muito espaço lá nos Países árabes como um todo. Nós estamos usando mal.

Estou muito feliz de ver que o Itamaraty tem mudado o enfoque. Antes era festa, era aspiração, todo mundo que passava pelos Países periféricos, mas sonhava com o Circuito Elizabeth Arden, que era Nova York, Paris, Roma, Londres, e que hoje todo mundo pensa na parte econômica, como fazem os Países desenvolvidos.

Então eu queria desejar muita sorte, tanto ao que está indo à Croácia, tanto a senhora que está indo para a Tunísia, mas, com certeza, a missão mais dura vai ser o do nosso companheiro Pedro Motta Pinto Coelho, que recentemente eu e Suplicy fomos lá ver se ajudava no caminho da paz e realmente é uma situação muito difícil. É um País que tem tudo, aliás, temos muito que possamos não só na área de comércio, mas temos muito que podemos ter na área de tecnologia. Nós ficamos perplexos de ver o Ministro da Ciência e Tecnologia lá mostrar coisas que foram feitas. Eles compraram foguete dos Estados Unidos, caros, estudaram, transformaram e os Estados Unidos foram de volta comprar a eles as novas versões. Inclusive, fizeram de alguns sistemas a miniatura, como é o caso da cápsula que você engole e passa radiografando todo o tubo digestivo. Temos muito que aprender com aquela gente. É um povo guerreiro que... Quando eu digo guerreiro não estou falando em guerra, estou falando em guerreiro de não se dobrar e de lutar.

Quando a gente vai... Eu tive a honra de batizar o Senador Suplicy no Rio Jordão, e ele me batizou também no Rio Jordão. Então eu fui o João dele e eu era o Cristo. E depois ele foi o Cristo e eu era o João, e aí nós vimos que diferença do nosso País. Como nós temos rios largos, água em quantidade e como eles têm conseguido exportar frutas sem ter quase recursos naturais.

Então, eu sei que nesse caminho da paz...

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Me tornei melhor depois de batizado no Rio Jordão.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Todos nós. Nos sentimos melhores, não é verdade? E fizemos tudo que podíamos para ajudar naquele caminho do mapa. Mas não é fácil. A missão não é uma

missão fácil, porque as diferenças são atávicas e eu sei que do ponto de vista de expansão comercial nós temos chances, sim, mas nós temos muito que aprender com eles na área de tecnologia. E na área de irrigação, na área de agricultura, e o meu nordeste já está copiando muitas coisas deles. Mas eu tenho certeza que o senhor vai incentivar tudo que puder para a gente aumentar esse intercâmbio.

Então, muita sorte aos três, e eu queria, Sr. Presidente, para não ser só uma louvação, apresentar o Requerimento de urgência para os três. Se nós hoje à tarde tivéssemos esses três, nós podemos lá vários Embaixadores, quem sabe se hoje a gente não consegue as boas graças da oposição e a gente consegue votar todos. E eu peço inclusive ao meu querido amigo Eduardo Azeredo que a gente faça força para votar todos os Embaixadores.

Precisamos agilizar. Ontem conseguimos limpar a pauta, hoje nós temos condição de votar os Embaixadores, e se houver urgência, pedido que estou fazendo nesse momento, nós podíamos incluir esses processos hoje também para não ficarem aguardando e aguardando e aguardando.

Semana que vem vai ser mais difícil com copa do mundo e feriado, então se nós pudéssemos hoje, e aí peço à nossa secretária que é a mais dirigente das secretárias de todo o Senado, que ela acelere isso para ver se a gente consegue chegar hoje, e se a gente consegue um milagre hoje de fazer votar também esses Embaixadores.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Temos o Embaixador na Croácia antes do jogo de terça-feira.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Eu acho melhor, Embaixador, o senhor só ir depois do jogo, quando a gente já tiver ganhado e já chega com tudo consumado.

SR. HAROLDO TEIXEIRA VALLADÃO FILHO – E espero que não seja repudiado e nem reprimido pelo fato de que o Brasil tenha ganho pela sexta vez a copa do mundo.

[Risos]

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Será, porque sabem o nível dos nossos jogadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Senador Ney Suassuna, da minha parte estou de pleno acordo, acredito que a oposição não tem nada a opor. A vontade nossa é poder votar ainda hoje, pelo menos a Maria Lúcia que ela encaminhe rapidamente à Mesa.

Passo a palavra à Embaixadora para fazer sua exposição. A Embaixadora Marília Sardenberg Zelner Gonçalves.

SRA. MARÍLIA SARDENBERG ZELNER GONÇALVES – Muito obrigada. Sr. Presidente. Exm^{os}. Srs. Senadores dessa Comissão, eu queria em primeiro lugar agradecer as palavras tão generosas do Relator, e inclusive em relação ao meu irmão, que terei o prazer de transmitir tão logo possa estar com ele. E eu queria primeiro lugar também dizer da honra que tenho de estar aqui hoje para submeter o meu nome como candidata a Embaixadora na Tunísia. E devo dizer que tenho certeza que vou me beneficiar nessa função do excelente trabalho realizado na Tunísia pelos dois Embaixadores do Brasil, e que lá estiveram. O Embaixador Ruy Pinheiro Vasconcellos, já falecido, e o Embaixador Sérgio Barcellos Telles, que realizaram um trabalho duro, difícil, porque foi depois da reabertura da Embaixada, e que já ofereceu frutos importantes a ponto de eu poder dizer que essa minha função, caso seja aprovada, será uma missão de ampliação da cooperação e aprofundamento das atividades que já existem nas relações bilaterais.

Eu gostaria de dizer também que a Tunísia é um dos Países mais antigos do mundo. O nome que os romanos deram à Tunísia foi Ifríquia. Esse nome depois passou à África, e passou a denominar o continente inteiro. Então aí nós podemos ter a idéia da história milenar desse País. Realmente inúmeras civilizações passaram. E o que é interessante quando se lê a respeito, é que há sempre uma ênfase no fato de que nenhuma civilização propriamente dominou a outra, mas que houve um entrelaçar de fios, talvez por causa da cultura e dos tapetes. Então há essa mistura de culturas e que hoje em dia, segundo se pode perceber lá no País, se manifesta em diferentes áreas da vida do País.

Então, a Tunísia conjuga esse passado extremamente rico de história com o presente, surpreendentemente, próspero, moderno e com o futuro bastante positivo. Para ter uma idéia, a previsão do crescimento do PIB para esse ano de 2006 é de 5.8. E na verdade, a Tunísia vem apresentando indicadores socioeconômicos que a fazem sobressair na região entre os Países árabes também e na sub-região. Como exemplos eu citaria a renda *per capita*, que está em torno de dois mil e quatrocentos dólares, o índice de alfabetização do País que é de mais de 70%, sendo que quando se fala em termos de força de trabalho é de 90% o índice de alfabetização. O percentual de pobreza limitado a 7% da população...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Dentro da África...

SRA. MARÍLIA SARDENBERG ZELNER GONÇALVES – Se destaca. São indicadores que se destacam também na sub-região, além da África inteira.

Por exemplo, dizem que aproximadamente 80% das famílias possuem casa própria.

Então, esses números nos dão uma indicação de um País...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Desculpa.

SRA. MARÍLIA SARDENBERG ZELNER GONÇALVES – Pois é. [Risos] Então, o País está num ciclo positivo de desenvolvimento. Talvez até se nós guardássemos as devidas proporções pudéssemos dizer que é praticamente um País também de economia emergente. Está na linha das economias médias do mundo. E a partir desses parâmetros eu acho que há um espaço e a vontade política de ambas as partes para imprimir uma nova dinâmica à cooperação bilateral e alargar as parcerias já existentes. Eu não vou me estender muito por causa do adiantado do tempo. Eu trouxe um texto que eu vou deixar aqui, mas eu gostaria de fazer uns breves comentários sobre a situação do relacionamento bilateral e algumas propostas que eu considero prioritárias, mas que naturalmente terão que ser, caso eu seja aprovada e vá para a Tunísia, terão que ser amadurecidas já estando lá ocupando o cargo.

Eu queria dizer, em primeiro lugar, que o nosso diálogo com a Tunísia tem sido extremamente fluído e cordial. O Brasil, aliás, foi um dos primeiros Países que reconheceram a independência da Tunísia. E a Tunísia abriu a sua primeira embaixada na América Latina em 1989, no Brasil. Os dois Países têm também uma tradição comum de atuar de uma forma moderada e construtiva na esfera internacional. E também nos foros regionais. Portanto, há uma certa tendência e facilidade de consertação de posições no plano internacional.

O Chanceler Celso Amorim fez uma visita de trabalho a Tunísia em fevereiro de 2005. Nessa ocasião se discutiram questões relacionadas à cúpula América do Sul e Países Árabes e a reforma das Nações Unidas. E o que se pode notar foi que houve uma crescente, a partir daí, coordenação entre os dois Países nas várias áreas. Em janeiro de 2006 se realizou uma Comissão Mista aqui em Brasília. Como se sabe a Comissão Mista tem esse momento em que os dois Países se reúnem para fazer uma avaliação de todo o espectro de relações bilaterais. Não só do ponto de vista de passado, mas também prospectivo e de apresentar propostas. Nesse sentido a Comissão teve enorme êxito e, de certo modo, marcou o novo patamar nas relações com a Tunísia. Por exemplo, se acentuou a evolução satisfatória registrada nas relações econômicas Brasil/Tunísia nos últimos anos. O comércio bilateral, embora ainda aquém do seu real potencial, como já foi dito

aqui, tem crescido nos últimos 10 anos a taxas superiores a 30% ao ano. Só depois na reabertura da Embaixada em 2001 o intercâmbio comercial cresceu de quarenta milhões para sessenta e seis milhões. Sendo os principais produtos brasileiros exportados açúcar, óleos e ceras, café, máquinas, caldeiras, ferramentas e minérios. A Tunísia vem exportando para o Brasil adubos e fertilizantes, produtos químicos inorgânicos, sal, enxofre, combustíveis, totalizando cerca de sessenta milhões em 2005.

Essa mesma dinâmica positiva se revela em outras áreas como educação, a cultura e a área de agricultura. Naturalmente que a presença de dez milhões de descendentes de árabes aqui no Brasil, constitui também um estímulo a essa aproximação mútua. Em termos de propostas de segmento e ampliação da relação, eu diria que há, nesse momento, uma janela de oportunidades nas nossas relações bilaterais. E eu tracei aqui algumas propostas fruto um pouco dos resultados da Comissão Mista realizada em janeiro, aqui em Brasília. Na área política, eu acho que é muito importante que haja uma intensificação das visitas oficiais no alto nível, seja no Executivo e também no Legislativo. O próprio Senador Cristovam Buarque é que aqui esteve mencionou que existe uma Comissão chamada Brasil– Tunísia, mas que está quase paralisada. A Comissão Parlamentar. Então, seria muito interessante que nós pudéssemos revitalizar essa Comissão.

Se sugere também uma troca de emissão de autoridades governamentais e convites a Jornalistas e formadores de opinião para visitar o Brasil, de modo que se estimule um pouco mais esse conhecimento mútuo. Eu acho que a distância, as diferenças de cultura e a própria... Os indicadores de comércio, etc, revelam que é necessário haver um esforço para o maior conhecimento mútuo.

Na área internacional é muito interessante porque o Brasil tem papel na área social, o Brasil teve esse papel importante de combate à fome e à pobreza, com o lançamento do Programa de Ação de Combate à Fome, e a Tunísia tem uma atuação bastante convergente, porque através de uma Resolução da ONU, que foi da Assembléia Geral da ONU, que foi iniciativa da Tunísia se aprovou também um Fundo De Solidariedade de Combate à Fome e à Pobreza.

Portanto, eu acho que aí há um campo em que nós poderemos trabalhar para haver uma maior quantidade de projetos, políticas, programas, olhar um pouco os casos que deram certo, os casos bem sucedidos para que sejam reaplicados em ambos os Países.

Na área também do direito da mulher, a Tunísia se destaca na região. Porque desde 56, foi oficialmente

estabelecida a igualdade de direitos entre homem e mulher. Esse fato faz com que nós possamos também pensar um pouco em trabalhar na área da eliminação da discriminação contra a mulher e exclusão social. Hoje em dia temos uma Secretaria de Promoção de Direitos da mulher, que sei que seria muito interessante talvez encontrar áreas de cooperação com a Tunísia, uma vez que eles são uma sociedade que tem lutado na região para elevar mais alto ainda a situação da mulher. A mulher está entrando no mercado de trabalho na Tunísia, há uma mudança grande nas famílias, uma diminuição de filhos. Há controle populacional na Tunísia desde 1960. Para vocês terem uma idéia, hoje a taxa de natalidade é de 0,9 na Tunísia, que também é um fato que nos chama atenção na região. E houve uma baixa de natalidade bastante rápida desde 1960. Portanto, temos aí uma outra área, a área de saúde reprodutiva da mulher, área de prevenção, imunização em que eu acho que há espaço para trabalharmos para melhorar o nível da relação.

Eu gostaria ainda de fazer algumas referências à importância de que se trabalhasse um pouco na área de investimento, além da área de comércio. E gostaria de citar em relação à parte comercial, a importância do que já aconteceu em termos de uma promoção, de um acordo com a EMBRAER. Já houve um contato com o Embaixador anterior, houve, inclusive, um vôo de demonstração muito bem sucedido, e a possibilidade de compras de dois aviões para cem passageiros e reserva de um adicional, que seriam aproveitados para turismo interno e regional, substituindo algumas aeronaves muito antigas que eles têm. Então, eu acho que aí seria meu plano, inclusive, caso aprovado, poder visitar a EMBRAER, onde eu nunca estive, para poder subsidiar esse meu trabalho de tentar tirar o entrave dessas negociações com a EMBRAER, que nesse momento se encontram paralisadas.

Acho que seria importante também a promoção de maior participação de empresários brasileiros em eventos, feiras e exposições, revitalizar um pouco as respectivas câmaras de comércio. Ou seja, criar oportunidades e condições para que o conhecimento mútuo venha aumentar o comércio e as relações.

Queria dar uma ênfase especial à Área de Tecnologia de Informação de Comunicação. A Tunísia sediou a segunda fase daquela reunião internacional que foi a Cúpula Mundial da Sociedade de Informação. Eu chefei o Departamento de Cooperação Científica e Tecnológica durante cinco anos e trabalhei na preparação da participação brasileira nessa reunião.

Então, sei que a Tunísia durante todo esse período, para sediar a segunda fase da reunião, fez um trabalho de casa muito intenso na área de informatiza-

ção e na área de tecnologias da informação. Creio que aí haveria um espaço interessante para trabalharmos, porque há, por exemplo, necessidade de montagem de um sistema de informatização do Governo, o que poderia ser feito com empresas e técnicos brasileiros. Além do mais, há uma necessidade de estabelecimento de redes entre os parques tecnológicos e as instituições encarregadas de desenvolvimento tecnológico e inovação. Portanto, outra área em que o Brasil já demonstra progressos muito visíveis.

Gostaria de citar ainda a área da agricultura. Creio que há uma experiência interessante da EMBRAPA na área de desertificação e sua experiência no semi-árido brasileiro, que poderia ser aproveitada na Tunísia. E nesse esforço de alargar a cooperação. O Senador mencionou a questão das águas, e realmente aqui nas minhas propostas, como o senhor depois verá pelo meu texto, há também uma menção à possibilidade de desenvolver a cooperação com o Ministério da Agricultura e Recursos Hídricos da Tunísia. Realmente a Tunísia tem uma indústria pesqueira importante, e, além disso, há espaço para maior cooperação na área de pesquisa agrícola, manejo e exploração de florestas, recuperação de áreas degradadas, tecnologia de madeiras entre outras.

Na área de saúde eu ainda gostaria de citar que uma proposta que surgiu durante a Comissão Mista, foi convites a médicos tunisianos para realizarem estágios de especialização no Brasil em áreas onde o Brasil tem Excelência, como a cirurgia cardíaca, cirurgia ortopédica, cirurgia plástica, transplantes etc. Creio, isso seria interessante.

Há também já um esforço começado na área de educação. Houve um acordo sobre o ensino superior que foi assinado entre os dois Países, e creio que seria um momento propício para desenvolvermos cooperação entre as universidades com professores visitantes, participação em eventos, e também durante a Comissão Mista surgiu a proposta de um estabelecimento de um leitorado do Brasil na Universidade de Manouba, com vistas à divulgação da língua portuguesa, literatura e cultura brasileiras.

Finalmente, não vou me alongar, mas ainda há iniciativas na área cultural e também na área de esporte. A Tunísia não vai jogar com o Brasil, mas a Tunísia tem dois jogadores brasileiros na sua seleção. Eu estava vendo televisão lá em Portugal, outro dia, e estavam aparecendo todos os jogadores, e de repente, para a minha surpresa eu vi que na seleção da Tunísia há dois jogadores brasileiros. E o futebol é um esporte absolutamente popular na Tunísia.

Então eu creio que aí nessa área de esporte há uma idéia de expandir ou procurar incentivar o treinamento de equipes, etc. Creio que há um espaço.

Portanto, creio que falando da maneira como eu falei, parece que há muita promessa e pouca realidade. Mas a realidade é que há um espaço, uma vontade política. Há uma janela de oportunidade e eu gostaria de reiterar aqui o meu empenho de defender os interesses brasileiros na Tunísia e de trabalhar para dar maior visibilidade ao Brasil naquele País, e também adensar as relações bilaterais de modo a atender os nossos interesses. Muito obrigada a todos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu vou pedir licença que iniciou-se a CPI, eu tenho que estar...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Eu agradeço a Embaixadora. Passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Cumprimento os três Embaixadores. Muito obrigado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – [pronunciamento fora do microfone]

SRA. MARÍLIA SARDENBERG ZELNER GONÇALVES – É verdade. [Risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Nós já estamos encaminhando para a conclusão. Os Srs. Senadores já votaram, mas de qualquer forma, de acordo com o disposto no Inciso IV do Art. 52 da Constituição Federal, combinado com o Parágrafo Único do Art. 383 do Regimento Interno, teremos que transformar a reunião da Comissão em secreta, a fim de que os Embaixadores façam exposição e sejam argüidos pela Comissão, caso necessário.

Eu acredito que não há nenhuma pergunta desta forma, mas de qualquer maneira nós temos que fazer a transformação da reunião em secreta e logo em seguida, portanto, reabriremos para a apuração dos votos e encerramento da reunião.

Sessão passou a ser secreta às 13h11min.

Sessão passou a ser aberta às 13h12min.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Reaberta a reunião. Eu solicito ao Senador Mão Santa que faça... O Senador já fez...

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – [pronunciamento fora do microfone] ... Senado ao Itamaraty, quando são do quadro eles...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG) – Perfeito. Então, já feita a apuração pelo Senador Mão Santa, por unanimidade foram aprovados. Portanto, os Embaixadores Pedro Motta

Pinto Coelho para a Embaixada do Brasil em Israel, o Embaixador Haroldo Teixeira Valladão Filho, para a Embaixada do Brasil na Croácia, e a Embaixadora Marília Sardenberg Zelner Gonçalves para Embaixada do Brasil na Tunísia. Eu desejo felicidade a todos e declaro encerrada a reunião. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 13h13min.

Ata da Décima Sexta Reunião Extraordinária da Quarta Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte e um de junho do ano de dois mil e seis, às nove horas e trinta minutos.

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e um de junho do ano de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **ROBERTO SATURNINO**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **JEFFERSON PÉRES, MOZARILDO CAVALCANTI, EDUARDO AZEREDO, ROMERO JUCÁ, GILVAM BORGES, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, HERÁCLITO FORTES, SÉRGIO ZAMBIASI, AELTON FREITAS, EDUARDO SUPICY, ARTHUR VIRGÍLIO, ALVARO DIAS, SERYS SLHESARENKO, JOSÉ AGRIPINO e RODOLPHO TOURINHO**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Senhor Presidente faz a leitura de Comunicados. Fazem uso da palavra os Senadores **HERÁCLITO FORTES, EDUARDO SUPICY e ARTHUR VIRGÍLIO**. **Item 03** – Mensagem (SF) Nº 159, de 2006, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Jacques Claude François Michel Fernandes Vieira Guilbaud, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné”. Retirado de pauta a pedido do relator. O Senhor Presidente convida a Embaixadora Renate Stille e o Embaixador Carmelito de Melo para comporem a Mesa. **Item 01** – Mensagem (SF) Nº 99, de 2006, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora Renate Stille, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Armênia”. Faz uso da palavra o Senador **HERÁCLITO FORTES** para leitura de seu relatório. **Item 02** – Mensagem (SF) Nº 124, de 2006, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Carmelito de Melo, Ministro de Segunda Clas-

se da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Benin”. Fazem uso da palavra os Senadores **HERÁCLITO FORTES e ALVARO DIAS**, para leitura de seu relatório. O Senhor Presidente passa a palavra a Embaixadora **RENATE STILLE** e ao Embaixador **CARMELITO DE MELO**, para exposição de seus motivos. A Reunião torna-se secreta. Reaberta a Sessão, o Senhor Presidente comunica a aprovação dos indicados por unanimidade, tendo sido escrutinador o Senador Eduardo Azeredo. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às onze horas e trinta e três minutos, lavrando eu, Maria Lúcia Ferreira de Mello, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com o Registro da Es-tenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Roberto Saturnino**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Há número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. Se todos os Senadores estão de acordo, fica dispensada a leitura da ata. E eu quero aproveitar para fazer duas comunicações.

A primeira, é que na Subcomissão Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas, a indicação do Senador Flexa Ribeiro que tinha sido feita para suplente, ela foi tornada uma indicação para titular, sendo o Senador Flexa Ribeiro o Vice-Presidente da Comissão. E, em consequência, o Senador Eduardo Azeredo que era titular passa a ser o suplente nesta Comissão.

Outrossim, comunico o recebimento de correspondência da Embaixada da República da China, em que a Comissão de Assuntos Exteriores da Assembléia Popular Nacional da China, sugere o mês de dezembro do corrente para a visita da Comitativa desta Comissão àquele país. Uma visita que estava sendo articulada para novembro, mas a pedido da Assembléia Popular da China, fica programada para o mês de dezembro. Vamos, então, à nossa pauta.

E eu peço a presença dos senhores indicados...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, uma preliminar. Para evitar constrangimentos maiores eu pediria a V. Ex^ª. que suspendesse o convite ao Embaixador Jacques Guilbaud, porque recebemos aqui algumas informações que acho necessária a apuração.

E gostaria de, com a permissão e com a concordância do Senador Suplicy, preliminarmente pedir vista, para evitar o constrangimento dessa Comissão de discutir essa questão na presença do Diplomata.

Me comprometendo a pedir, inclusive à Secretaria que passe ao Senador Suplicy toda a documentação referente à exposição anterior, e se possa ouvir também o Ministro Rubens Ricupero, para se possa votar a aprovação do Sr. Embaixador sem nenhuma questão que possa pairar dúvidas quanto a sua atuação, quanto a sua carreira.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu entendo às razões e o pedido de vista é regimental, a Presidência atende se não houver nenhuma objeção. Aliás, não tem por que objetar, o pedido de vista é regimental e tem que ser respeitado...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu quero deixar bem claro, que não conheço o assunto, me trazido, agora, no início da Comissão, mas é para preservar o Embaixador e preservar essa própria Comissão de qualquer...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Entendo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Entendeu?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Concedida vista ao Senador Heráclito...

SENADOR EDUARDO SUPlicy (PT-SP) – Sr. Presidente, a vista normalmente se concede a após a vista do Parecer...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Do Parecer, é...

SENADOR EDUARDO SUPlicy (PT-SP) – Do Parecer e exposição, então, o Sr. Jacques Claude François Michel Fernandes Vieira Guilbaud, ele em 2001 – é possível que o Senador Arthur Virgílio, se lembre do episódio – mas ele veio à Comissão de Relações Exteriores expor. O Sr. Jacques Guilbaud, essa informação que eu li Senador Arthur Virgílio, não está correta.

O Ministro, o Sr. Jacques Claude François Michel Fernandes Vieira Guilbaud, em verdade, ele sofreu perseguição, foi afastado por razões que não são essas que estão aí. Ele veio à Comissão de Relações Exteriores em 2001, expôs sobretudo o que aconteceu. Foi à Comissão de Anistia, era ainda Governo o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. E, na Comissão de Anistia, levando em conta tudo o que ele expôs aqui e também na Comissão de Anistia ele foi anistiado, de maneira que este assunto, inclusive, podemos solicitar.

Eu requeiro, Sr. Presidente, que a Secretaria disponibilize as notas taquigráficas da exposição que ele fez aqui e que se tenha toda a informação. Inclusive, junto ao Embaixador Rubens Ricupero, eu estou tentando até chamá-lo, para ver se consigo, porque em tudo que eu pude tomar conhecimento, inclusive quando da exposição dele aqui, estes episódios que causaram preocupação ao Senador Heráclito Fortes e ao Senador Arthur Virgílio, foram esclarecidos e superados.

Então, em função disto não foi o Governo atual, a anistia concedida ao Sr. Jacques Claude François Michel Fernandes Vieira Guilbaud, foi tomada a decisão de anistia durante o Fernando Henrique...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI):SR. Presidente, eu apenas gostaria de saber como preliminar se está aprovada a minha...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Está aprovada, a menos que V. Ex^a. retire diante dos esclarecimentos...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Está mantida e agradeço a V. Ex^a...

SENADOR EDUARDO SUPlicy (PT-SP) – Mas uma coisa Senador Heráclito, eu quero, uma coisa é se V. Ex^a. quer pedir vista, então, é seu direito, mas se pede vista depois da exposição e...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, tendo em vista o impasse criado eu peço verificação de *quorum*.

SENADOR EDUARDO SUPlicy (PT-SP) – Senador Heráclito, por que não chegar a uma situação de bom senso...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, eu peço verificação de *quorum*.

SENADOR EDUARDO SUPlicy (PT-SP) – O *quorum* existe está lá...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu quero contagem, não vamos atropelar o regimento, é a qualquer tempo...

SENADOR EDUARDO SUPlicy (PT-SP) – Tem *quorum* para iniciar...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É a qualquer tempo.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, o senhor me permite?

SENADOR EDUARDO SUPlicy (PT-SP) – Perdão, nós nem iniciamos qualquer processo de votação...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mas é exatamente um dos momentos em que você pode pedir.

SENADOR EDUARDO SUPlicy (PT-SP) – Nós vamos chegar a um entendimento, Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não vamos, não Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Como não!

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu tentei por todas as maneiras evitar o constrangimento...[tumulto]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu nem ouvi aqui o Senador Arthur Virgílio...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não, não, não, mas quem apresentou não fui, foi apresentado...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Para evitar o constrangimento...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O Senador chegou posteriormente. Eu pensei que pudéssemos chegar a um entendimento, mas já que não...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E quem sabe conseguimos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não, não, não. Nós não vamos trazer esse assunto a público — [tumulto]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu acho que V. Ex^a. quer ser intransigente...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não, não. Eu quero usar o recurso regimental que eu tenho. Sr. Presidente, é evidente a falta dos Srs. Parlamentares.

Peço que se verifique o *quorum*.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – O pedido do Sr. Senador Heráclito tem que ser atendido, é regimental. E é óbvio que não há, nós temos apenas cinco Senadores e não há *quorum* suficiente...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Fica para a semana que vem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Fica...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Apenas Sr. Presidente, eu gostaria, Sr. Presidente, que a informação completa sob o episódio, inclusive a exposição que ele fez em 2001, aqui, seja transmitida a todos nós, que possamos... Eu próprio vou conversar com o Embaixador Rubens Ricupero, para saber exatamente do que se passou.

Eu peço que ainda, possamos ouvir o Senador Arthur Virgílio, porque...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – V. Ex^a. é o Relator, e na próxima reunião V. Ex^a., prestará todos os esclarecimentos, na qualidade de Relator, naturalmente, se informando devidamente. Senador, Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, eu tenho assim pavor a sofrer injustiça e pavor maior, ainda, a cometer algo parecido com injustiça.

Aliás, nem sei o que pesa mais, se é sofrer, o que revolta, ou se cometer, o que me deixaria com remorso. Eu tenho uma nota técnica da minha Assessoria – isso nasceu no Blog do Prefeito César Maia – reconheço que teve esse momento de anistia, que anistiou não só os que estavam do meu lado – aqueles que combatiam o regime militar – como anistiou, também, os que estavam do lado do regime militar.

Eu faço uma correção formal, porque a nota técnica que eu recebo, me diz que estaríamos hoje sabatinando o Diplomata aposentado, Jacques Guilbaud, me parece que não é bem Diplomata aposentado. Existe a figura do Quadro Especial, é o Quadro para o qual vão os Diplomatas que atingem determinada idade, ou seja, 58 anos para o Primeiro Secretário, 60 anos para o Conselheiro, 62 anos para o Ministro de Segunda e 65 anos para o Ministro de Primeira. O que não impede que o Sistema use esses profissionais do Quadro Especial quando e se julgar necessário.

Então, no Governo passado por exemplo, não deu para se dispensar o concurso brilhante do Embaixador Paulo Tarso Flexa de Lima. Não deu para se dispensar neste Governo, o concurso de outros Embaixadores e de outros Diplomatas de escalão menor, mas que tinham folhas de serviços prestadas ao Itamarati e ao país.

Então, não me parece que se trata de Diplomata aposentado, mas sim, Diplomata lotado no Quadro Especial. Eu não vou aqui discutir, tanto o fato de ser... Enfim, eu tenho contestações a fazer a Política Externa Brasileira, eu se fosse Presidente da República, não mandaria abrir uma Embaixada Guiné Conacri, por entender que sai pouco caldo comercial dali e corresponde, enfim, no fundo acaba sendo o mesmo dinheiro, acaba havendo uma assistência menor aos locais nos quais o Brasil deveria centrar o seu fogo essencial.

Mas reconheço que o Presidente Lula venceu eleição e, se venceu a eleição, ele tem direito de implementar correta ou incorretamente suas políticas. E, resta nesse meu arrazoado, resta a questão de ter sido ou não alguém do sistema de delação, o que para mim pesa. O que para mim pesa, por isso é que sem dizer que vou revogar a anistia – que também me teria beneficiado – eu entendo que o mais sábio seria mesmo nós pedirmos vistas, para inclusive, termos com ele conversas pessoais, para termos conversas com o Ministro Celso Amorim.

E, se eu pudesse, Senador Heráclito fazer um apelo, no sentido de que V. Ex^a., não pedisse a verificação de *quorum*, recuasse dela, no sentido de nós aprovarmos os demais Embaixadores...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A minha proposta foi essa...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Os demais Embaixadores, e esse caso ficaria pendente para a semana que vem, mas sem o risco de nós cometermos uma injustiça agora; porque refugá-lo, agora, seria talvez, uma injustiça; aprová-lo, agora, talvez, fosse premiá-lo. Enfim, eu queria na verdade...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Tempo para se informar...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Uma semana. E, que isso, não seja visto como o povo da Guiné Conacri, como um desprestígio.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Certo.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Seria esta a minha sugestão, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Este foi o entendimento preliminar, o Senador Heráclito havido pedido vista, eu concedi vista.

O Senador Suplicy, na qualidade de Relator, achou por bem prestar esclarecimentos. E, neste intervalo o Senador Heráclito, pediu a verificação, realmente, tenho que conceder e encerrar a Sessão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O Senador Heráclito de maneira intransigente, sem querer ouvir o Líder do PSDB, quis que fosse requerida aqui, a verificação de *quorum* para a Sessão.

Eu não consegui ainda, falar com o Embaixador Rubens Ricupero, que não se conseguiu ainda, ele está lá em Genebra, porque eu quero obter todas as informações a respeito. Diante das dúvidas levantadas, eu até conversei há pouco com o Embaixador Guilbaud, o Dr. Guilbaud, ele tem toda à disposição de esclarecer inteiramente os fatos.

Pedido de vista só se obtém, depois de ler o Parecer e até da exposição. Eu acho que é melhor que tenhamos a informação completa, inclusive, a exposição que ele fez na Comissão de Relações Exteriores em 2001, e que isso possa ser objeto de distribuição aos membros e que possamos ler.

Então, eu não tenho objeção. É que todo o processo de apreciação do nome do Sr. Guilbaud, possa ser realizado na semana próxima até com a garantia, que eu pediria aqui o entendimento com os Líderes do PSDB e do PFL, no sentido de que, em havendo a apreciação do seu nome que haja

garantia de uma reunião na semana que vem, para que não deixemos isso para o segundo semestre.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Sim.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Então, havendo esse entendimento, eu concordaria em que possamos apreciar. Eu acho que inclusive, eu vou explicar que é no interesse dele próprio, para que a informação, para que possam os senhores membros decidirem aqui com todo o conhecimento. Então...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A sugestão é que eu fiz Senador Suplicy, é que V. Ex^a.... [tumulto]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu só peço a V. Ex^a., que sempre tem me tratado com muita cortesia, que possamos sempre chegar a um entendimento sobre o bom senso das coisas. E assim o faremos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mas eu procurei o bom desde o começo...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador Suplicy... [tumulto]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu estou verificando que uma concordância de todos. E que V. Ex^a., como Relator, peça a retirada de pauta por uma semana, com o compromisso de trazermos a indicação na próxima reunião, V. Ex^a. nesse ínterim, tomará todas as informações e as prestará à Comissão.

Nesse sentido, o Senador Heráclito retira o pedido de vista, concordando com a retirada de pauta por uma semana.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Aliás, Sr. Presidente, eu invoco...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Me Permite? Apenas para que V. Ex^a. tenha a informação completa. Foi no dia 21 de agosto do ano de 2001, que por requerimento do Senador Roberto Requião, aprovado na reunião, que foi feita uma exposição, viu, Senador Arthur Virgílio?

Foi feita uma exposição pelo Sr. Guilbaud a requerimento do Senador Roberto Requião aqui, para explicar as causas da demissão dele. Então, este assunto foi inclusive objeto do exame...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Por esta Comissão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Por esta Comissão, eu pediria, então, que todos os Srs. Senadores possam ter o conhecimento...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado. Muito bem, então, eu acho que.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu gostaria apenas de um esclarecimento a bem da verdade. A primeira proposta que eu fiz, antes do início da Sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – É verdade.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Foi que tirasse de pauta o caso, até para evitar essa discussão...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – É verdade.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – E poupar até o Embaixador. Eu não conheço o caso dele, tomei conhecimento, agora. Pedimos o apoio da Secretária, que lembrava-se vagamente do fato, mas por ter sido um período distante não tinha como naquele momento nos socorrer.

Foi aos arquivos, eu quero até elogiar os arquivos da Comissão, porque em pouco tempo trouxe aqui a solução. Diante disso, é que eu fiz o apelo ao Senador Suplicy, de que nós adiassemos a discussão dessa pauta até para preservá-lo, principalmente, para isso.

De forma que eu agradeço ao Senador Suplicy pela compreensão. E, dizer que este gesto é um gesto de proteção da Casa, do Diplomata e de uma entidade respeitada, como é o Ministério das Relações Exteriores.

Para mim, está resolvido o problema, vamos ao primeiro item.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Agradeço a V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Estamos todos com esse entendimento. Vamos, então, aos dois primeiros itens da pauta, ficando o terceiro retirado de pauta, a pedido do Relator, Senador Suplicy.

Vamos, então examinar, os dois itens primeiros.

O primeiro, Item 1 – MSF 99/06, é o que submete à apreciação do Senado, a indicação da Sra. Renate Stille, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil, junto à República da Armênia.

O Relator é o Senador Heráclito Fortes, a quem concedo a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI):SR. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, me cabe a honra de Relatar, o nome da Sra. Renata Stille, Ministra de Segunda Classe, do Quadro de Carreira Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Armênia.

Eu quero dizer, que é a primeira Embaixadora que vai exercer esse posto como representante do Brasil naquele país, enunciando-se, pois, um novo relacionamento e um estreitamento de relações. Eu repito, que não tenho por costume Sra. Embaixadora, me alongar nesse Parecer, uma vez que todos os Srs. Senadores, recebem previamente e analisam caso a caso.

No mais, trata-se de uma Diplomata de Carreira, que nós vemos pelo currículo Sr. Presidente, que ocupou postos importantes na sua carreira, se saindo muito bem em todos eles. Daí porque, eu acho e repito, mais uma vez, a ocupação de postos diplomáticos, de postos estratégicos do Itamarati, por profissionais de carreira, é para nós – que temos o dever e a obrigação regimental de aprová-lo – um motivo de satisfação, porque nós estamos exatamente cumprindo o exercício de estimular e preservar a carreira diplomática.

É com muita satisfação, portanto, que relato, favoravelmente, o nome da Embaixadora Renata. E, apenas, quero finalizar, dizendo que nos conhecemos, agora, e temos um ponto em comum. Ela cria, ela tem uma filha piauiense, que é de Campo Maior. Imagine, Senador Roberto Saturnino, e essa menina vai ter o privilégio, depois de ter vivido em várias partes do mundo, agora, ter o privilégio de falar o “catingles” do meu Piauí, lá na distante Armênia.

Sou pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado, Senador Heráclito. Eu vou entrar no Item 2 – MSF 151/06, que submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. Carmelito de Melo, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Benin.

O Relator é o Senador Alvaro Dias, a quem concedo a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Eu apenas solicitaria à V. Ex^a., que abrisse o processo de votação, nós temos várias atividades na Casa, inclusive, eu tenho Convenção do meu Partido, eu pediria à V. Ex^a....

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Tendo em vista, que os pareceres são do conhecimento da Casa porque previamente encaminhados, àqueles que tiveram outros afazeres, sabemos que hoje quarta-feira, é um dia de funcionamento de muitas Comissões, pedimos que deixem os votos respectivos, mas para que possam atender às suas outras atribuições.

Com a palavra, Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, Srs... Diplomatas, já há justificativa da Presidência, de que as atividades inúmeras da Casa esvaziaram esta Comissão...

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-
TURNINO (PT-RJ)** – Esta reunião.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – A reunião desta Comissão, a Comissão, não. Isso não significa nenhum despreço aos Diplomatas, que hoje aqui comparecem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-
TURNINO (PT-RJ)** – Claro.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Muito pelo contrário, aqui há muito apreço pela Diplomacia e por aqueles que a representam. Eu vou resumir o Relatório.

O Ministério das Relações Exteriores elaborou *curriculum vitae* do interessado, do qual extraímos para esse Relatório as seguintes informações – O Sr. Carmelito de Melo, que é Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério de Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, junto à República do Benin.

Nascido no Paraná, filho de Carlos de Melo e de Helena Gorski de Melo, do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco, realizado em 1979, foi nomeado 3º Secretário, sendo subsequentemente promovido a 2º Secretário em 81, 1º Secretário por merecimento em 87, Conselheiro por merecimento em 96, e Ministro de Segunda Classe por merecimento em 2002.

Dentre os cargos exercidos e as Missões importantes de que participou, cumpre destacar os seguintes – Embaixada em Ottawa, como 2º e 1º Secretário; Representante do Governo Brasileiro no Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho em Genebra; Chefe de Gabinete Interino da Secretaria Geral da Presidência da República; Sub-Secretário de Auditoria da Secretaria de Controle Interno do Ministério das Relações Exteriores; Conselheiro junto à Delegação Permanente da Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura – Unesco; Assessor e Coordenador Geral da Agência Brasileira de Cooperação e Ministro Conselheiro em La Paz.

O Sr. Carmelito de Melo é Bacharel em Ciências Sociais e Pós-Graduado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas, possui diversas condecorações dentre as quais, a Medalha do Mérito Santos Dumont do Ministério da Aeronáutica, a Ordem de Rio Branco, no Grau de Oficial e a Ordem do Mérito Judiciária do Trabalho no Grau de Comendador. Quanto ao posto para o qual foi indicado o Sr. Carmelito de Melo, destaque-se que a República do Benin, antigo

Reino de Daomé, é um país de dimensão territorial reduzida, 112 mil quilômetros quadrados, fica na África do Sul, confinado entre a Nigéria, Togo, Burkina e Niger, banhado ao Sul pelo Atlântico, possui população estimada de 07 milhões e 400 mil habitantes, com um produto interno bruto per capital, da ordem de 642 dólares.

Embora, fortemente dependente de suas exportações de algodão, o país é rico em fosfato, ferro e cromo, dispondo também de reservas petrolíferas; de história conturbada por sucessivos golpes e contragolpes, o país esteve constantemente sobre juntas militares. Hoje vive em normalidade democrática, restabelecendo suas relações com a Comunidade Internacional e os Regimes e Organismos Internacionais, como Fundo Monetário Internacional, o FMI, do qual passou a receber desembolsos periódicos, por ter atingido as metas econômicas pré-estabelecidas.

No plano histórico, é relevante o fato de ter o país sido origem de expressivo contingente de escravos que veio para o Brasil na época colonial. Após a conclusão de nosso processo abolicionista, muitos voltaram ao país de origem, principalmente os então, residentes em Pernambuco e na Bahia, dando origem a uma incipiente classe média, já sob o período colonial francês.

Quanto à cobertura da Embaixada Brasileira no país, para o qual é indicado o Sr. Carmelito de Melo, a medida é muito oportuna, em razão dos fortes vínculos históricos que unem dos dois países, materializados na presença no Benin, de comunidade de cerca de cinco mil descendentes de brasileiros, ex-escravos retornados em sua maioria. Essa comunidade faz questão de manter seus sobrenomes brasileiros, Souza, Silva, Martins e outros. E mantêm a tradição de organizar festas e manifestações folclóricas tipicamente brasileiras.

Conforme informação prestada pelo Ministério de Relações Exteriores, o Benin ao lado da Nigéria e de Gana, pode ser considerado um dos países da África Ocidental, onde o Brasil detém maior capital político, haja vista os imensos desafios e potencialidades que se apresentam para o relacionamento bilateral, Brasil-Benin, tomando-se em conta, ainda, os grandes interesses brasileiros no Continente Africano.

A missão a ser desempenhada pelo futuro representante brasileiro, constitui estimulante desafio profissional para o qual estamos certos estar o Sr. Carmelito de Melo, devidamente preparado. Diante do exposto, em cumprimento ao que dispõe o Artigo 52, da Constituição Federal, submeto a escolha do Sr. Carmelito de Melo a esta Comissão, certo de que seus integrantes já dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a Indicação Presidencial.

É o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado, Senador.

Eu passo a palavra, imediatamente, a Sra. Renata Stille, indicada para a Embaixada junto à República da Armênia, para sua exposição.

SRA. RENATA STILLE – Muito obrigada. Eu vou apresentar, rapidamente, a Armênia.

É um país mediterrâneo, tem ao Norte a Geórgia, a Leste Azerbaijão, ao Sul Irã e o enclave de Azeri de Najichevan e a Oeste a Turquia. Depende, portanto para a importação de petróleo e gás, totalmente de boas relações com os vizinhos.

Acontece que há dois conflitos que dificultam a sua situação. Com Azerbaijão há o enclave de Nagorno-Karabaj, onde moram pessoas de origem Armênia, mas que estão dentro do território do Azerbaijão, que é rico em petróleo.

Portanto, é muito difícil eles chegarem a um acordo de que isso passe efetivamente para a Armênia. A Oeste com a Turquia, eles têm o problema que houve, na época da Primeira Guerra Mundial o genocídio entre um milhão e um milhão e 500 armênios, pelos turcos ainda do Império Otomano, mas mesmo a Turquia moderna, se recusa a reconhecer.

A versão turca seria era levante e que nas lutas eles teriam morrido. Por isso, eles têm fronteiras fechadas tanto com a Turquia quanto com o Azerbaijão. Felizmente, esse ano, começaram a negociar com os dois, de forma que se espera que se possa chegar a uma solução. A Turquia pressionada um pouco pelos europeus, que dificilmente ela conseguirá acesso a União Européia, se não reconhecer essa situação e estabelecer relações diplomáticas com a Armênia. Apesar dessa situação, eles conseguiram, eles ficaram independentes em 1991, quando acabou a União Soviética e estavam já, então, em péssima situação econômica, porque tinham sofrido um terrível terremoto em 88, três anos antes, e apesar disso, nos últimos anos, eles conseguiram uma surpreendente recuperação econômica.

E eles privatizaram já 80% de todas as empresas, porque na época soviética era tudo do Governo. Então, os dados econômicos, hoje em dia são bastante favoráveis, de forma que se espera também poder intensificar relações econômicas com o Brasil. Do ponto de vista político, para o Brasil é muito importante ter uma Embaixada lá, porque é um ponto de observação político muito interessante numa região fronteira entre a Europa e Ásia.

É um país cristão, aliás, é o país oficialmente cristão mais antigo do mundo. A Igreja Apostólica Armênia é a mais antiga religião cristã do mundo, cercada de

países muçulmanos. Então, o enfoque talvez de observação que se pode ter aí, é um pouco diferente do que nos países vizinhos.

Quanto ao relacionamento econômico comercial é muito pontual, muito variado, mas nos últimos três anos nossas exportações têm variado em torno de nove, dez milhões de dólares. Só que as importações são 20% disso, de forma que se espera tanto estando lá, poder aumentar ainda mais as exportações, inclusive, porque eles têm grande desemprego.

Eventualmente, motivar empresas como temos, por exemplo, a Grendene no Brasil, que a proprietária é de origem Armênia. Os armênios na diáspora, eles tentam sempre ajudar ao país, de repente, estabelecer uma indústria lá ou algo assim, que montaria para re-exportar para outros países, porque o mercado efetivamente é pequeno.

Há uma possibilidade, também, de se encontrar âncoras, talvez, em construção civil que eles precisam muito de construção de estradas, ferrovias, através de empresas brasileiras, como já aconteceu ano passado com outros países como a Angola, por exemplo, que sempre quando se inicia uma obra maior, isso acarreta uma grande corrente de comércio depois nos dois sentidos, de forma, que eu acho que vai ser um trabalho muito interessante para eu poder iniciar essas providências todas.

E eu acho que já deu para dar uma idéia, para não tomar muito seu tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Muito obrigada, Embaixadora. Eu vou passar a palavra, ao Sr. Carmelito de Melo, indicado para a Embaixada do Brasil na República do Benin.

SR. CARMELITO DE MELO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, permita-me, em primeiro lugar, expressar a minha mais profunda satisfação e o quanto me sinto honrado em poder comparecer a essa Comissão.

Para um Diplomata Brasileiro vir a essa Comissão, representa o ápice o coroamento da realização profissional, diante perspectiva de poder exercer a chefia de um posto no Exterior, na mais alta representação do país.

Sou grato a V. Ex^a. Sr. Presidente, pela oportunidade que me concede de dirigir-me a Comissão, da mesma forma que manifesto, também o meu reconhecimento ao Sr. Ministro das Relações Exteriores e ao Sr. Presidente da República, pela confiança com que me distinguem, ao indicar meu nome para representar o Brasil na República do Benin.

Permita-me, também, Sr. Presidente, manifestar a minha alegria e satisfação, por ter como Relator do

meu processo o Senador Alvaro Dias, uma das glórias políticas do meu Estado natal, o Paraná, e na hoje distante década dos anos 70, início dos anos 70, eu estudava em Arapongas e tivemos vários contatos.

Então, essa é alegria dupla, portanto, que eu tenho de estar nesta Comissão. A República do Benin como o ilustre Sr. Senador Álvaro Dias, acabou de relatar, é um pequeno país na Costa do Golfo da Guiné, vizinho a Nigéria, e com o tamanho equivalente ao do Estado de Pernambuco, para termos uma idéia mais precisa.

Foi também como já assinalado, a sede do antigo Reino do Daomé, inclusive, até a independência e pouco mais da independência, dez anos depois, continuou com esse nome de República do Daomé. O antigo reino persistiu até 1894, quando o último rei de Daomé foi derrotado pelas tropas francesas e o Benin e seu território passaram a fazer parte da Federação Francesa da África Ocidental.

Os primeiros europeus que chegaram a essa região, chegaram entre os séculos XV e XVI, na esteira das grandes navegações, dos descobrimentos e do descobrimento da América, basicamente. Chegaram atraídos em primeiro lugar, pelo ouro que existia em toda essa região africana, um pouco mais a Oeste do Benin, que se chama ainda hoje, ou é conhecida como “Costa do Ouro”.

Mais tarde, diante da demanda de mão-de-obra nas plantações nas Américas e no Caribe, a região foi transformada num entreposto comercial voltado, tristemente para o tráfico de escravos. A cidade de Ouidá no litoral do Benin tornou-se o centro principal de tráfico e foi a origem de grande parte dos escravos brasileiros na Bahia e Pernambuco especialmente.

Esse triste comércio de seres humanos foi à fonte da glória e da riqueza do Reino do Daomé. E para essa glória e essa riqueza muito contribuiu a presença, infelizmente, um ex-escravo brasileiro, baiano, Francisco Félix de Souza, que no começo de século XIX, instalou-se nessa mesma cidade de Ouidá, que fica a poucos quilômetros da capital administrativa hoje do Benin, Cotonu, e tornou-se um dos maiores traficantes de escravos e também contrabandista traficante de dendê da Costa Ocidental Africana.

E, em conseqüência, um dos homens mais ricos do mundo na época. OSR. Francisco Félix de Souza, manteve ligações muito estreitas com o Monarca de Daomé, e recebeu o título de Vice-Rei de Ouidá, com o apelido, com o Título de Chachá, virou Chachá Primeiro. É o patriarca da família Souza, que foi também indicada pelo ilustre Relator e que conta atualmente, com mais de cinco mil descendentes. E, todos eles, todos devotos do Senhor do Bonfim e muito orgulhosos de suas raízes brasileiras.

O Chachá Oitavo, já estamos na oitava geração, chamado Honoré Feliciano Julião de Souza, descendente direto do baiano Francisco Félix, ainda hoje, em algumas solenidades ele costuma envergar uma faixa verde e amarela. Entre meados do século XIX, e abolição da escravidão no Brasil, muitos escravos brasileiros alforriados, principalmente da Bahia e Pernambuco, volto a dizer, retornaram ao Benin, onde acabaram por constituir uma espécie de classe média, que foi aproveitada, cujas habilidades foram aproveitadas para assessorar a administração francesa depois de 1894. Esses retornados receberam o nome de agudás, que na língua fon, significaria “os que vieram da Bahia”.

E muitos deles se destacaram como líderes depois, já no século passado, nos anos 50, como líderes pró-independência, a qual o país chegou em 1960, sem maiores atropelos. Ao longo dos anos 60, início dos anos 70, aí sim, houve um período de instabilidade política muito grande, com uma sucessão de golpes de Estado, havendo 11 governos em 12 anos, até que essa instabilidade acabou com a tomada, com a chegada ao poder de um Coronel formado na França, um beniniano formado na França, Mathieu Kérékou e que estabeleceu um Governo baseado em princípios marxistas-leninistas, mas pelo pouco de afinidade com a ideologia, na qual se inspirava o regime de Mathieu Kérékou, foi jocosamente classificado por alguns como laxismo, belinismo.

A ditadura durou até 1899, quando ocorreu uma transição pacífica para o sistema representativo. Uma transição consertada que foi a primeira experiência de sucesso desse tipo na África. Muito do mérito da consagração dos princípios do pluralismo democrático no Benin, deveu-se ao Bispo de Cotonu, ele também um descendente do mercador de escravos baiano, Francisco Félix de Souza.

O Bispo, Dom Isidoro de Souza, já falecido, presidiu a Conferência Nacional, da qual resultou a atual Constituição do Benin, que data de 1990. As relações diplomáticas do Brasil com o Benin, estabelecidas em 1961, um ano após a independência, tem sido poucas expressivas, limitaram-se praticamente a algumas visitas de autoridades entre os dois países, depois da visita o ex-Chanceler Mário Gison Barbosa em 1972 – eu nem tinha entrado no Itamarati ainda – longos 34 anos se passaram, até a recente visita do Presidente Lula, em fevereiro último.

A ida do Presidente, portanto, a primeira visita de um chefe de Estado Brasileiro, representou um importante esforço para impulsionar as relações entre a aproximação e a cooperação de lado a lado. E também, serviu para ratificar alguns acordos que já tinham assinados no ano anterior.

Enfim, apesar da forte ligação histórica e humana e os laços culturais que unem os dois países, também assinalados pelo Relator, as relações diplomáticas com Benin, foram exercidas, cumulativamente, com a Embaixada do Brasil em Lagos. A criação da Embaixada em Cotonu, por decreto de dezembro passado, veio assim, resgatar o que poderia ser chamado de uma dívida história nossa, com um país da origem de grande parte desse formador da nação brasileira que é o negro africano.

No plano da vizinhança imediata africana, o Benin tem expressão regional, em razão da qualidade de sua de sua diplomacia, Escola Francesa, da fama de ser um dos países de maior cultura política na África Ocidental e do bom desempenho macroeconômico. Ele fez o dever de Casa, também, como assinalado pelo Senador Álvaro Dias, que está facilitando enormemente o meu trabalho.

Pela localização e infra-estrutura de transportes, ele apresenta condições para se constituir na porta de entrada de produtos brasileiros no Golfo da Guiné. O comércio bilateral é pequeno, já foi melhor, mas isso indica também com essa recuperação econômica no Benin, significa que há um amplo espaço para dinamizar o intercâmbio comercial bilateral, já que o Brasil conta com amplo setor exportador de manufaturados, alimentos e bens de capital que atualmente o Benin exporta de terceiro países. Além do comércio, a presença brasileira poderá ser reforçada por meio de programa de cooperação técnica já solicitada pelo Governo Belinense.

Basicamente nas áreas de cotonicultura, o algodão é o principal produto de exportação do Benin, no combate a malária, já há um projeto solicitado pelo Governo do Benin nessa área, e também, na área de esportes. Outras possíveis áreas de cooperação existem, e basicamente no setor primário, cultivo da mandioca, caju, cítricos e abacaxis, para o qual será muito importante a presença da decidida, da EMBRAPA no país vizinho em Gana.

A EMBRAPA vai abrir um escritório regional para a África Ocidental, em Acra, com isso seguramente a cooperação com o Benin vai receber um impulso muito grande. Na área de cooperação cultural há também campo para a dinamização das Casas de Cultura e Amizades que já existem. Existe uma Casa do Benin em Salvador e, existe uma Casa do Brasil em Ouidá, onde em Ouidá, está localizado o “Portal do Não Retorno”, um monumento que relembra o tráfico negreiro.

Agora, em julho, entre os dias 12 e 14 de julho, vai ser realizada em Salvador, a 2ª Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora, e a municipalidade de Salvador pretende reinaugurar a Casa do Benin

naquela cidade. Enfim, nessa nova fase que se abre para as nossas relações com o Benin, não faltam projetos e não faltam propostas para ampliar a presença brasileira na África Ocidental, para reafirmar os laços culturais e afetivos entre os dois países, para alargar o diálogo e a concentração dos fóruns multilaterais, bem como explorar as perspectivas para atuação comercial e empresarial brasileira.

E, com a confiança de V. Ex^{as.}, de V. Ex^{a.}, Sr. Presidente e dos Srs... Senadores, espero poder enfrentar esse desafio que se me apresenta. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado, Embaixador Carmelito de Melo.

Neste momento, por exigência constitucional, antes de começar às indagações, eu devo transformar a Sessão em Sessão secreta, pedindo a todos que compreendam e nos deixem a sós.

Sessão suspensa às 11h22min.

Sessão reaberta às 11h33min.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Feita a apuração dos votos verificou-se que a Sra. Renata Stille, indicada para a Embaixada junto à República da Armênia e o Sr. Carmelito de Melo, indicado para a Embaixada do Brasil junto à República do Benin, foram ambos aprovados por unanimidade.

Sendo o que havia a tratar agradeço a presença de todos e encerro encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 11h33min.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Ata da 7ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, 9ª da Comissão de Assuntos Sociais e 1ª da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinárias, e 9ª da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em conjunto, no dia 25 de abril de 2006, às 10 horas, na Sala de Reuniões nº 13, Ala Alexandre Costa.

Às dez horas e quarenta e seis minutos do dia vinte e cinco de abril do ano de dois mil e seis, na sala número treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Heráclito Fortes, reúne-se a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença dos Senhores Senadores **Demóstenes Torres, José Jorge, Marco Maciel, Leonel Pavan, Tasso Jereissati, Gerson Camata, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Mão Santa, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Serys Slhessarenko, Siba Machado, Aelton Freitas, César Borges, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Juvêncio da Fonseca, Arthur Virgílio,**

Romero Jucá, Luiz Otávio, Pedro Simon, Wellington Salgado, Paulo Paim, Fernando Bezerra, Flávio Arns, João Ribeiro e Augusto Botelho. Comparecem, ainda, o Senador Eduardo Suplicy e os Deputados Alceu Collares, Jandira Feghali, Henrique Fontana, Luciana Genro, Babá, Luiz Perondi, Alex Canziani. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Heráclito Fortes, declara aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Em seguida, a Presidência dá início aos trabalhos com a realização de Audiência Pública destinada a ouvir os seguintes convidados – Dr. Pedro Caldas Pereira, Gerente Executivo de Produtos de Aviação da BR Distribuidora; Tenente Brigadeiro José Carlos Pereira, Presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO; Dr. Milton Sérgio Silveira Zuanazzi, Diretor-Geral da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; Dr. Marcelo Gomes, Gerente Geral da Empresa Alvarez e Marsal; Comandante Márcio Marsillac, Coordenador dos Trabalhadores do Grupo VARIG – TGV e o Dr. Elnio Borges, Diretor do Sindicato Nacional dos Aeronautas, com a finalidade de discutir a grave situação a que vem passando o Grupo VARIG, em atendimento aos Requerimentos nº 15, de 2006-CI e nº 09, de 2006-CAS, de autoria dos Senadores Heráclito Fortes e Antônio Carlos Valadares, respectivamente. Após, o Senhor Presidente passa a leitura dos seguintes expedientes – Ofício P-264/2006, datado de 24 de abril do corrente, subscrito pelo chefe do Gabinete da Presidência, Dr. Elvid Lima Gaspar, informando da impossibilidade de comparecimento do Dr. Demian Fiocca, Presidente do BNDES, a referida Audiência Pública e o Ofício GAPRE-24/2006, datado de 24 de abril deste, subscrito pela Dra. Lúcia Regina Guimarães Motta Zalan Gerente Executiva do Gabinete da Presidência da Petrobrás, informando da impossibilidade de comparecimento do Dr. Rodolfo Landim, Presidente da PETROBRÁS, indicando o Representante Dr. Pedro Caldas Pereira, Gerente Executivo de Produtos de Aviação para participar da audiência pública. Em seguida, a Presidência convida os expositores para tomarem assentos à Mesa dos Trabalhos. Antes de passar a palavra aos convidados, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Pedro Simon e Ramez Tebet, que foi aparteado pelo Senador Edson Lobão. Logo após, o Senhor Presidente concede a palavra inicialmente, ao Dr. Milton Sérgio Silveira Zuanazzi e, em seguida aos demais expositores, por um tempo de dez minutos. Assume a Presidência o Senador Antônio Carlos Valadares, concedendo a palavra aos Senadores Pedro Simon e Paulo Paim. Fizeram uso da palavra de acordo com a lista de inscrição, os Senadores Eduardo Azevedo, Wellington Salgado, Roberto Saturnino, Eduardo

Suplicy, Lúcia Vânia, Garibaldi Filho, José Maranhão e Flexa Ribeiro. Dando continuidade aos trabalhos, o Senador Paulo Paim assume a Presidência, concedendo a palavra aos Senadores Arthur Virgílio, Serys Slhessarenko, Romeu Tuma e ao Deputado Babá. Após, passa a palavra aos expositores para responderem aos questionamentos dos Senhores Parlamentares. A Comissão aprova, Extra Pauta, os seguintes Requerimentos – **Item um** – Requerimento nº 017, de 2006-CI, de autoria do Senador Heráclito Fortes e outros, requerendo seja convidado para participar de Reunião de Audiência Pública em conjunto com as Comissões de Serviços de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais, Assuntos Econômicos e Desenvolvimento Regional e Turismo, o Dr. Demian Fiocca – Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, agendada para o próximo dia 27 de abril do corrente, quinta-feira, com a finalidade de discutir a grave situação a que vem passando o Grupo VARIG. **Item dois** – Requerimento nº 018, de 2006-CI, de autoria do Senador Heráclito Fortes e outros, requerendo sejam convidados para participar de Reunião de Audiência Pública em conjunto com as Comissões de Serviços de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais, Assuntos Econômicos e Desenvolvimento Regional e Turismo, os Senhores Dr. Luiz Roberto Ayoub – Juiz da 8ª Vara Empresarial no RJ; Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos – Procurador de Fundações; Dr. Adacyr Reis – Secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Professor Paulo Rabello de Castro – Consultor da TGV, para discutirem sobre a grave situação da VARIG. **Item três** – Requerimento nº 019, de 2006 – CI, de autoria do Senador Heráclito Fortes e outros, requerendo seja convidado para participar de Reunião de Audiência Pública em conjunto com as Comissões de Serviços de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais, Assuntos Econômicos e Desenvolvimento Regional e Turismo, o Dr. Valdir Pires, Ministro de Estado de Defesa, para discutir a grave situação da VARIG. **Item quatro** – Requerimento nº 020, de 2006-CI, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, requerendo sejam acrescentados os nomes das Presidentas do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Graziela Baggio e do Sindicato Nacional dos Aeroviários, Selma Balbina, para serem ouvidas na Audiência Pública da próxima quinta-feira sobre a **VARIG**, uma vez que é importante a sua cooperação sobre o Tema. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, *Dulcília Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião de Audiência Pública da Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura, da 9ª Comissão de Assuntos Sociais, 1ª da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinárias e 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Antes de iniciar a presente reunião, solicito aos Srs. Senadores a dispensa das Atas das reuniões anteriores. Os Senadores que aprovarem, permaneçam como se encontram.

Há expediente para ser lido. Da PETROBRAS Distribuidora. “Fazendo referência ao requerimento dessa honrosa Comissão, informamos que, por motivos alheios à nossa vontade, o Presidente da PETROBRAS Distribuidora, Sr. Rodolfo Landim, não poderá comparecer à Audiência Pública, que se realizará no dia 25 de abril nessa Comissão. Dessa forma, os representantes da PETROBRAS Distribuidora na audiência serão o Sr. Pedro Caldas Pereira, Gerente-Executivo de Produtos de Aviação, que fará parte da Mesa, e o Sr. Aurélio Cardoso Sampaio, Gerente-Executivo de Operações Financeiras, e a Srª. Marina Sobral Pernambucano, Gerente do Contencioso”. Recebem os Exmºs. Srs. Presidentes das Comissões de Infra-Estrutura e tal... Quem assina é a Drª. Regina Guimarães da Mota Zalan.

Evidentemente que o documento é inadequado, não é ela quem define quem ocupa a Mesa, está a Drª. Regina extrapolando as suas funções, é uma prerrogativa do Senado, e das Comissões. No entanto, se for realmente o nome indicado para representar a PETROBRAS Distribuidora, que seja feito, mas não por uma indicação externa, e sim por uma decisão desta Casa.

Ofício do BNDES. “Ao Ofício 39, pelo qual V. Exª. convida o Presidente do BNDES, Sr. Demian Fiocca, a comparecer a Audiência Pública conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Assuntos Sociais, Comissão de Infra-Estrutura e Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para tratar de assuntos sobre a recuperação empresarial da Companhia VARIG. Em resposta, informo a V. Exª. que, apesar dos esforços para remanejamento de diversas reuniões coincidentes, não será possível a participação do Presidente Demian Fiocca no referido evento, nem o envio de um representante, uma vez que não houve tempo hábil para que fossem tomadas as providências necessárias visando à representação do BNDES”.

Diante do exposto, proponho a esta Comissão a renovação da presença do Sr. Demian, quinta-feira próxima, numa reunião extraordinária. Os Srs. Sena-

dores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Portanto, à Secretaria comunicar ao Sr. Demian o comparecimento aqui na quinta-feira. Espero que haja agora tempo hábil para que ele atenda à convocação desta Casa.

Convido para fazer parte da Mesa o Tenente Brigadeiro José Carlos Pereira, Presidente da INFRAERO; Dr. Milton Silveira Zuanazzi, Diretor-Geral da Agência Nacional de Aviação Civil; Sr. Marcelo Gomes, Gerente da empresa ALVAREZ & MARSAL; Dr. Pedro Caldas Pereira, Gerente-Executivo de Produção de Aviação da BR Distribuidora; Comandante Márcio Marsillac, Coordenador dos Trabalhos do Grupo VARIG TGV; Dr. ELNIO BORGES, Diretor do Sindicato Nacional dos Aeronautas.

Fomos informados que o Dr. Elnio encontra-se em deslocamento para esta Comissão, tendo em vista dificuldades de deslocamento de sua origem até o presente momento, mas já se encontrando em Brasília. Tão logo chegue à Comissão, fará parte dos trabalhos.

Esta Mesa será presidida simultaneamente pelo Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e Comissão de Assuntos Sociais.

Agradecemos aqui a presença dos Srs. Deputados Federais que aqui se encontram – Jandira Feghali e Alceu Colares.

Esta Audiência Pública foi convocada por iniciativa de um grupo de Senadores, tendo à frente o Senador Pedro Simon, o Senador Paulo Paim e o Senador Zambiasi, da bancada do Rio Grande do Sul.

É uma preocupação desta Casa e das Comissões, de uma maneira muito especial com os fatos que ocorrem envolvendo uma companhia aérea com a tradição e a repercussão que tem a VARIG. Daí porque o Senado, através dessas Comissões, achou por bem trazer para uma oitiva nesta Comissão os que já aqui se encontram e, posteriormente, caso necessário, continuar a ouvir autoridades no sentido de prestar esclarecimentos sobre o que vem ocorrendo com a nossa VARIG.

Senador Pedro Simon, como autor da matéria, vamos acionar o microfone, quero saber se V. Exª. quer fazer alguma manifestação inicial.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – V. Exª. já colocou com toda clareza, Sr. Presidente. A iniciativa aqui na Comissão e nas três Comissões é uma tentativa no sentido de fugir desse debate permanente, que vem de longa data, sem consequência, sem se ter uma continuidade.

Então, já se falou com 10 Ministros diferentes, já se fez 200 reuniões diferentes, e o que se pretende é nessa oportunidade a gente ir até o fim. Quer dizer, falar com as pessoas, botar no papel, analisar, debater e chegarmos a uma conclusão definitiva, “a conclusão é esta”. Então, nós estamos sabendo aonde é que nós vamos chegar.

Por isso, Sr. Presidente, é que está se ouvindo essas pessoas que hoje estão aqui, outras virão, membros do Governo inclusive, a Ministra Dilma, o Ministro da Defesa, e vamos tentar, através de um estudo concreto e objetivo, chegar a uma solução que seja realmente concreta.

Era isso, Sr. Presidente.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pois não, Senador João Ribeiro. Aceito a palavra de V.Ex^a.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Sr. Presidente, eu estou observando, e V.Ex^a. e todos nós que estamos aqui, que o Plenário realmente ficou pequeno, desta Comissão. Devido à importância do assunto, um assunto com bastante publicidade na imprensa, eu consultaria V.Ex^a. se não temos condições para transferir para o Plenário do Senado, porque eu estou vendo que realmente muitos Parlamentares que aqui estiveram estão saindo porque realmente não têm como sentar, e até mesmo as Assessorias, o pessoal da área técnica, que vieram para participar e assessorar os setores que aqui estão participando. Eu queria ver se a gente poderia, se tem condições de ser feito isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador João Ribeiro, a minha preocupação é com o transtorno que essa transferência possa provocar agora. Realmente houve uma falha desta Presidência de não ter feito essa previsão antes. Mas, no momento, essa transferência, inclusive os equipamentos do Senado, a movimentação poderia trazer transtornos. Nós ficamos agora de sobreaviso e na próxima convocação, tenho certeza que haverá, nós já tomaremos essa providência.

Quero registrar também aqui a presença do Líder do PT na Câmara, Henrique Fontana. Deputado Francisco Turra, também presente.

SENADOR RAMEZ TEBET (PMDB-MS) – Sr. Presidente, não é pela ordem, não é uma questão de ordem, é um apelo que vou fazer a V.Ex^a. para que me conceda a palavra só por dois minutos, porque tenho

um compromisso pessoal e inadiável e não posso trazer a minha palavra nesse momento aqui para que ela seja ouvida pelo Governo.

Muitos aqui são testemunhas, Senador Tasso Jereissati colaborou demais, para que nós fizéssemos aqui no Senado um substitutivo à Lei de Falências, que eu sempre que dou entrevista peço que ela tenha outro nome, que é a “Lei de Recuperação das Empresas”. A maior dificuldade que nós tivemos foi com a Fazenda, foi na área econômica do Governo, foi com a Receita Federal, que não queria abrir mão, como não abriu, o assunto foi transferido para a lei que promoveu algumas modificações no Código Tributário Nacional, e que não satisfazem, a Lei de Recuperação de Empresas poderia ser muito melhor com a colaboração do Governo. E eu acho que chegou, essa é a oportunidade.

É impossível o Governo ter lutado tanto para a modificação de uma lei que realmente vinha prejudicando o País no seu todo. A nova lei, a Lei de Recuperação de Empresas, ninguém nega, e as estatísticas já estão demonstrando que ela não é mais instrumento de cobrança, como era usada antigamente, e a revogação da antiga Lei de Falências, que durou no País meio século, as estatísticas estão demonstrando que aquilo que o Congresso fez, a nova Lei de Recuperação de Empresas, diminuiu, no primeiro trimestre desse ano, em cerca de 36% os pedidos de falência no País.

Ora, esta audiência que está sendo aqui realizada ela não será concretizada satisfatoriamente ao desejo nacional. Eu reconheço que tem muito de corporativismo nisso a atrapalhar as *démarches*, mas é preciso entender que esta é a primeira oportunidade, a meu ver, Senador Paulo Paim, que, com o apoio dos outros dois Senadores do Rio Grande do Sul, Sérgio Zambiasi e Pedro Simon, eu fui ao Rio Grande do Sul para falar a mil e quinhentos trabalhadores, demonstrando, ou procurando demonstrar a nova Lei de Recuperação de Falências, demonstrando que se ela não continha um aspecto econômico, ela continha um aspecto social.

Pois bem, se nós tivemos discutido a questão da VARIG naquela hora, eu não teria dúvida nenhuma em afirmar que isso é uma questão econômica, é uma questão nacional e é uma questão patriótica. Porque a VARIG passou a ser um patrimônio nacional a ser defendido coerentemente, a ser defendido com espírito público.

Daí porque eu não queria sair daqui sem fazer um apelo ao Governo, que demonstre agora efetivamente, com dados concretos, a sua participação nisto.

Eu não posso imaginar que haja polêmica quanto a encontro de contas. Quer dizer, como é que pode? O Governo sabe que deve, vai ter que pagar um dia, e não temos uma palavra definitiva do Governo que não vai compensar, não vai haver compensação de dívida, não está concordando com compensação de dívida, matéria transitada em julgada, ou que está em precatório.

Então, eu entendi de vir aqui, por coerência. O Senador Tasso Jereissati sabe o sofrimento para fazer essa Lei de Recuperação de Empresas. Só não foi maior porque colaborou o Congresso como um todo, colaboraram as forças da sociedade. A CUT sentou-se numa das salas, na sala onde se reúne a Comissão de Assuntos Econômicos, que é essa mesma, ao que me parece. É a outra. A Força Sindical compareceu. Todos aplaudiram essa lei. Está na hora do Governo agora, que tem a oportunidade e instrumento, tinha instrumento...

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Senador Ramez Tebet, uma ligeira interferência.

SENADOR RAMEZ TEBET (PMDB-MS) – Acertar essa posição. É só isso que eu vim aqui falar. É uma oportunidade grande. E que isso não pode. Porque até, vamos falar a verdade, vamos derrubar mais uma. Como é que nós vamos explicar a Lei de Recuperação de Empresas, com a falência da VARIG? Eu pergunto. Que prejuízo econômico este País vai ter? Que prejuízo social este País vai ter? Ela está em processo de recuperação, foi um Juiz de Direito que, graças à Lei de Recuperação de Empresas, declarou, e a simples declaração fez as ações da VARIG subir. Eu ainda não encontro condições para decretar a falência da VARIG. E isso já ajudou.

Eu concedo o aparte e peço desculpa por ter ultrapassado os dois minutos.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – É rapidinho, Senador. É que V.Ex^a. abordou o ponto em relação ao qual acho que devemos voltar o nosso pensamento. Porque, não sendo resolvido este ponto, não se chegará a parte alguma. Que é o encontro de contas das dívidas da VARIG para como o poder público e do poder público para com a VARIG. E não é só esta companhia. Também com a TAM, acabo com a VASP, que deixou de funcionar em razão disto. São créditos que essas empresas possuem junto ao Governo, decididos pelo Poder Judiciário, e o Governo não cumpre. O Governo cobra, impiedosamente, das companhias aéreas, e de todas as empresas, aquilo que essas empresas devem ao Governo. Mas, não

paga às empresas o que ele, Governo, deve. Eu cheguei a fazer um projeto aqui do Senado, de encontro de contas entre o Governo e empresas privadas. Sempre, quando houver devedores, Governo devedor e empresa de devedora faz-se o encontro de contas desde logo, e quem ficar devendo acerta o seu saldo. Então, é neste ponto que nós devemos insistir, sem o qual resolvido não se chegará a parte alguma. O Governo tem que admitir que perdeu na Justiça, no STJ, Superior Tribunal de Justiça, já perdeu definitivamente para a TRANSBRASIL, para a VARIG, a VASP também, a TAM, na mesma situação. Então, é preciso fazer esse encontro de contas com urgência. E aí os problemas estarão razoavelmente resolvidos.

SENADOR RAMEZ TEBET (PMDB-MS) – Senador, eu agradeço muito, o aparte de V.Ex^a. foi muito oportuno.

Sr. Presidente, muito obrigado, e aos companheiros que me ouviram e permitiram tudo isso a partir do Presidente, os meus agradecimentos por terem me ouvido.

Não fora uma questão pessoal, eu ia permanecer até o fim aqui. Porque não posso admitir que um País da dimensão continental do Brasil, querendo crescer internacionalmente, já tem poucas companhias aéreas, e fique com três a quatro. Está tão pouco, que havia companhia aérea ontem de onde vim, de São Paulo, e para onde talvez tenha que retornar dependendo de alguma coisa que vou fazer aqui agora, que teve passagem aérea que custava ontem, de São Paulo para Brasília, novecentos reais, enquanto em outras companhias, em uma companhia ou outra que foi consultada, custava quatrocentos e sessenta. Não preciso dizer qual é uma e qual é outra. Muito obrigado.

[Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Nós vamos iniciar o depoimento testemunhal de cada um dos Srs. convidados, e lembrando que cada um dispõe de 10 minutos. Em primeiro lugar, concedo a palavra ao Dr. Milton Zuanazzi, Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC, que terá 10 minutos para expor, sob a ótica da empresa, o detalhe sobre a crise em que a VARIG se encontra.

SR. MILTON SÉRGIO SILVEIRA ZUANAZZI – Senador Tasso Jereissati, demais componentes da Mesa, Sras. e Srs. Senadores, Deputados, Deputadas, eu quero, inicialmente, registrar a presença dos meus três colegas de direção da ANAC, Dr^a. Denise Abreu, Dr. Veloso e nosso caríssimo Leur Lomanto, conhecido de vocês. Estamos os quatro aqui, aprovados, aliás, nesta Comissão de Infra-Estrutura, sabatinados aqui e aprovados no Plenário, para dizer que sempre procuramos estar os quatro nas decisões importantes

que envolvam a aviação civil, se porventura nós, um ou outro, não pudermos estar, alguém, representando o nosso órgão colegiado da agência, estará sempre presente.

A agência é o poder concedente, recebeu, no momento da aprovação da Lei 11.182, a unção de ser o poder concedente da aviação civil. E também de ser aquele poder que é consultado para as devidas soluções que se encontram nos nossos concessionários.

Na questão específica da VARIG, mas isso evidentemente vale para qualquer empresa, a agência, constituída 35 dias atrás, tem estado dia e noite e, como eu digo, até nas madrugadas, porque a gente sonha com a VARIG, aguardando uma solução que venha surgir desse processo, Senador Pedro Simon. Essa solução o Senador Alberto Silva ele colocou que a VARIG está em recuperação judicial. Portanto, a solução tem que partir do processo de recuperação judicial. A não ser que apareça um investidor, um capitalizador, que pudesse trazer os recursos que a VARIG S/A necessita. Isso não se tem notícias, de que esse capitalista, esse recurso esteja disponível.

Com a Lei de Recuperação Judicial, também o passivo da empresa está lá, de certa forma, no congelamento da lei. Está lá no FIP-Controle. Portanto, está sob a coordenação do Juiz e das Consultorias e Assessorias que ele contratou e da própria Direção da VARIG.

Portanto, a questão do acerto de contas ela é, de certa forma, até relativa, neste momento, ela é importante num segundo momento.

Eu diria que agora o que se trata é de como fazer a VARIG continuar operando, manter os seus fluxos de caixa e, portanto, corresponder aos compromissos na Lei de Recuperação Judicial. O que se trata é isso, em questão. E dentro da lei, em juízo, encontrar quais são os caminhos de se capitalizar a empresa, de alguém que queira capitalizar a empresa, ou de parte da empresa, ou da forma que se construir.

Evidentemente que a agência não é a pessoa que deve falar esses caminhos. Ela acompanha, analisa, em última instância ela tem que dar a palavra final, como poder concedente, mas, a engenharia disso parte da própria lei, a própria lei da recuperação dá a engenharia para isso, e dá instrumentos ao Juiz para construir essa engenharia. Agora, se ela é fácil, evidentemente que ela não é. São muitos componentes.

Dentro da lei também tem um papel significativo do comitê de credores. Alguns estão nessa Mesa. O comitê de credores também tem que fazer a aprovação prévia dessas soluções.

O que interessa para nós é que haja uma solução que seja viável, ou seja, apareça esse capitalizador,

apareça alguém que tenha desejo de colocar recursos na VARIG, que a operação que vai se fazer para o futuro dela também lhe dê as garantias de um fluxo de caixa corrente, que ela possa ter sobrevivência, que ela possa ir daí, paulatinamente, saldando suas dívidas. É um tempo suficiente, porque é dois anos, dentro da Lei de Recuperação Judicial. Até o próprio acerto de contas, de repente, num determinado momento, isso pode ocorrer, porque em dois anos muitas coisas vão ocorrer. Mas, enfim, estará lá sob o controle da lei que foi votada aqui nesta Casa.

Então, me parece que tem que se encontrar esse caminho, que não venha a ferir determinados aspectos legais outros, como aqui o aspecto das Leis de Concessão, porque nós não podemos ferir outras leis, em detrimento dessa. Mas, dá para se construir essa engenharia. Eu vejo essa boa vontade do Juiz. Essa declaração que ele deu, na minha opinião, ela somente reparou um debate que estava errado na opinião pública. Porque o debate estava “o Governo ajuda, o Governo não ajuda”. O Governo vem ajudando muito a VARIG. Eu até posso afirmar, se o Governo, eu não estou falando do Governo do Presidente Lula, eu estou falando do Governo Brasileiro, há anos não viesse ajudando a VARIG, o desfecho da VARIG já teria sido outro. Isso é fácil de ver, basta verificar o seu balanço, seus endividamentos.

O que o se discute é a forma de capitalizá-la. Aí, tem até uma revista que lançou a idéia de uma estatização, enfim, aí é outro debate. Como buscar recurso para viabilizar a empresa. Isso é um outro debate. Se esse recurso vem do Governo, não vem do Governo, vem do investidor privado, não vem do investidor privado. O mais importante é que se encontre essa engenharia que, como eu digo, tem um papel significativo hoje na pessoa da 8ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro. Ela tem um papel na condução da construção dessa engenharia. É um papel que é muito importante. Depois de construída essa engenharia, evidentemente a agência tem um papel a cumprir, ou seja, ela tem que dizer se aquela engenharia é possível ou não é, dentro da Lei de Concessões. Se nós podemos aceitar que aquilo seja construído daquela forma, ou se teria que haver mudança em relação àquela construção.

Então, eu posso transmitir aos Senhores, Senador Heráclito, que nós temos conversado diariamente com o Juiz e com a equipe de Consultoria por ele e pelos credores contratada, a agência evidentemente está atenta a ser colaboradora nisso.

Eu não vejo ninguém nesse País, muito menos vai ser nós, que não tenha vontade de achar uma solução para a VARIG. Não vejo mesmo. Aliás, não vejo nem nos concorrentes essa palavra, falo isso até fran-

camente, porque a importância da permanência da VARIG ela é reconhecida por todos. E se tem uma Lei de Recuperação Judicial, que joga a favor de recuperar a empresa, e a lei tem esse espírito, o espírito da lei é esse exatamente, recuperar empresas em situação concordatária, ou em pré-falimentar, se é esse o espírito, é nesta lei, que teve esse espírito, é que nós temos que nos pegar para encontrar essas soluções. Se isso for plenamente possível, nós saímos vitoriosos desse episódio. Se isso não for possível, aí realmente o episódio pode ser aquele que todos não desejamos.

Mas, eu sou daqueles que acham que existe essa perspectiva, nós podemos ajudar a construí-la, estamos tentando de todas as formas construí-la, e eu tenho certeza que essa capacidade, essa inteligência e, especialmente, conseguir conjugar esse conjunto de interesses, que são díspares, não é meramente do Governo ou de alguns organismos do Governo, tem um conjunto de outros credores, tem o Fundo AERUS, tem os trabalhadores, que precisam ser atendidas determinadas demandas nessa hora, afinal são 11 mil funcionários também em jogo. Se nós conseguirmos conjugar tudo isso, nós podemos estar encontrando o caminho para uma solução, mesmo que não definitiva, mas, pelo menos, uma solução mais longa para a nossa VARIG.

Por enquanto, era isso, Senador Heráclito, depois eu fico à disposição dos Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu queria indagar aos companheiros Senadores se nós deveríamos ouvir todos e após, então, se fariam as perguntas.

Vamos tentar intercalar os depoimentos. Ouvimos agora o Dr. Milton Zuanazzi, vamos ouvir agora o Comandante Márcio Marsillac, que é o Coordenador de Trabalho do Grupo VARIG TGV. 10 minutos.

SR. MÁRCIO MARSILLAC – Senador Heráclito Fortes, Senador Tasso Jereissati, demais componentes da Mesa, Senadoras e Senadores, Deputados e Deputadas, que aqui comparecem para discutir, mais uma vez, essa questão da VARIG.

Para nós do grupo de trabalhadores da VARIG, da TGV, este não é um assunto novo, nós já o trouxemos para cá há muito tempo atrás, vejo aqui a Senadora e Ministra Emília Fernandes, quando Senadora foi o nosso primeiro contato dentro da Casa Parlamentar sobre este assunto, então, isso já mostra que já se vão anos discutindo esta questão. De parte dos trabalhadores da VARIG sempre houve um reconhecimento de que os problemas corporativos, os problemas internos da VARIG eram de fato o problema-raiz dentro dessa questão. Um modelo de governança corporativo inadequado, uma gestão, a gente ousa dizer, em muitos

momentos, temerária, fez um patrimônio desta empresa sair de dois bilhões de reais para hoje um patrimônio líquido negativo da ordem de seis a sete milhões de reais. Isso em valores nominais, sem considerar inflação, e tudo o mais, significam realmente uma inversão muito preocupante.

Não queremos dizer com isso, e assim como na aviação, um fato, um incidente, não ocorre por um único fator, aqui, numa empresa deste tamanho, nós não temos a VARIG nessa situação tristemente pré falimentar por um único fator. Tivemos planos econômicos, tivemos uma abertura dos céus feita de maneira atabalhoada, que levou a hoje nós estarmos com, praticamente, as quatro maiores empresas americanas voando para o Brasil, enquanto somente duas empresas brasileiras voam para os Estados Unidos. A mudança da monodesignação para multidesignação foi efetivamente feita de forma muito complicada para as empresas aéreas.

Então, foi um conjunto de fatores. E por que não citar o congelamento tarifário dos anos 80? Este congelamento tarifário que hoje trouxe um crédito, traz um crédito para essa empresa, da ordem de 4,6 bilhões de reais, calculados pela Fundação Getúlio Vargas, ao final do ano de 2005. E ICMS cobrados indevidamente que montam à ordem de 1,2 bilhão de reais. Ou seja, essa empresa tem, entre ações que estão transitadas em julgado ou ações que já transitaram em julgado no STJ, que é a questão do congelamento tarifário, 6,8 bilhões de reais em créditos contra a União e Estados.

Ver uma empresa que tem esses créditos ir a falência, enterrar 11 mil postos de trabalho, jogar fora 1.2 a 1.5 bilhão de dólares em divisas anuais para o País, deixar de fazer ligações que só a VARIG faz, porque algumas outras empresas aéreas não se dispõem a fazer aquilo que essa empresa já fez por muito tempo, como os vôos diplomáticos para a África. Muitos vôos eu mesmo fiz, ligando o Brasil à África, por interesse diplomático brasileiro. Esta foi a empresa que, decolando de Luanda, em Angola, quando na revolução, trazendo os brasileiros, teve seus aviões alvejados. E, num dos vôos eu mesmo estava.

Então, é uma empresa que tem uma ligação muito forte com esta Nação. Eu tenho certeza de que crédito moral essa empresa tem de sobra para com o País e para com a sociedade brasileira. Mas ela também tem créditos que são de ordem econômica e financeira. E é isso que vai fazer a recuperação da VARIG.

Nós estávamos ouvindo aqui o Presidente da ANAC, Dr. Milton Zuanazzi, e entendemos a posição da ANAC quando diz que continua aguardando um processo de recuperação judicial que envolve os credores e a própria empresa. Mas nos parece que, pela impor-

tância pública desta empresa, que é privada, deveria o Governo ser pró-ativo, como me parece, busca a ser a ANAC ao comando agora do Dr. Milton Zuanazzi. Nós precisamos disso, mas precisamos disso com muita urgência. Muita urgência.

Infelizmente, a gente não se dá conta, mas esta foi uma empresa que quando nós mesmos, a TGV, veio ao Senado e à Câmara dos Deputados levantar a questão da governança corporativa e da ponta do *iceberg* financeiro que nós já tínhamos desvendado, nós operávamos VARIG com 123 aeronaves. A VARIG hoje está operando, o Dr. Marcelo Gomes, da ALVAREZ, poderá confirmar em dados mais precisos, mas em torno de 53 aeronaves.

Esta empresa já paralisou-se, na verdade, em mais da metade dela. O espaço tem sido ocupado e, como isso ocorre a intervalos regulares, é como nós todo dia nos olhando no espelho, sem sentir que envelhecemos. Nós não sentimos, mas esta empresa está a sumir.

Temos problemas sérios de ordem de transporte aéreo aqui, porque se poderá haver no âmbito do transporte aéreo nacional doméstico uma substituição por outras empresas e que trará problemas sérios para os consumidores, o Senador Ramez Tebet já aponta alguns. É óbvio que se nós trocarmos aqui uma concorrência de três ou mais empresas aéreas por um monopólio ou por um duopólio, nós teremos, sem sombra de dúvidas, consumidores pagando muito mais por essas passagens. Para que possam arcar as companhias com os pesados tributos, com as pesadas taxas que são obrigadas a pagar. Há um estudo aqui, que mostra, por exemplo, que o combustível de aviação subiu três vezes mais do que o combustível para os automóveis, do que o combustível para o transporte rodoviário de carga. Mas, para a aviação, o querosene de aviação subiu três vezes mais do que esses dois combustíveis. Nós temos taxas e, me parece, foram revistas há pouco tempo atrás, mas as taxas aeroportuárias, porque foi dado reajuste pelo Governo de três vezes mais.

Eu poderei, Senador Pedro Simon...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone].

SR. MÁRCIO MARSILLAC – Eu, particularmente, não saberia responder, deixaria para o Governo responder isso. Mas eu acho que falta uma visão, nos parece, essa é a nossa percepção, de que falta uma visão de que a aviação aérea, de que o transporte aéreo tem aqui um forte fator para o desenvolvimento e integração nacional. Obviamente nós poderíamos restringir a aviação a ligar pontos das nossas principais capitais. Mas o Brasil, que já foi servido por aviação

aérea regular em 330 cidades, hoje não serve mais do que 120. Enquanto o mundo se expande na aviação, o Brasil se retrai no serviço de aviação.

Nós temos aqui o Senhor, Senador Pedro Simon, Senador Zambiasi e Paulo Paim, eu mesmo, em 1986, quando trabalhava na RIOSUL, uma subsidiária da VARIG, fazia todo o interior do Rio Grande do Sul com os nossos Bandeirantes fabricados pela EMBRAER. Praticamente cobríamos todo o Rio Grande do Sul. Hoje sobraram talvez uma ou duas cidades servidas pela aviação regular.

Então, nos parece faltar aos Governos que passaram por esse País uma visão estratégica para a aviação nacional. É preciso, e nós temos uma grande esperança de que a ANAC, ao se constituir, faça o debate nesse Fórum e promova as ações, as políticas necessárias para que nós tenhamos uma política nacional para a aviação que seja estratégica, que seja desenvolvimentista.

Mas, nos preocupa muito, porque esta é uma questão, a questão da VARIG, nos parece, ela, de certa forma, se politizou muito, e isso até é natural, porque a VARIG é importante para a Nação brasileira. [Soa a campainha]. E várias são as informações contraditórias.

Eu vou citar um dos itens que nos toca direto, porque na discussão feita na semana passada, dentro do Plenário do Senado Federal, quando foi chamada esta Audiência Pública conjunta entre quatro Comissões, houve manifestações, por exemplo, de alguns Senadores que, com informações equivocadas que, tenho certeza, foram passadas a eles, levantaram que havia Comandantes da VARIG, Pilotos da VARIG, que ganhavam cinquenta mil reais. Esse seria um sonho para nós. Não há, eu posso lhes assegurar. Eu mesmo, com dezoito anos de empresa, o Comandante ELNIO BORGES, do outro lado, que representa aqui o Sindicato Nacional dos Aeronautas, com praticamente 30 anos de empresa, nós não ganhamos sequer metade disso. Essa informação está equivocada.

Nós temos certeza que há uma percepção geral na sociedade de que esta empresa é extremamente corporativista. Eu quero lhes informar, e temos dados para tanto, de que, com relação à massa de trabalhadores, com relação aos trabalhadores que fazem esta empresa acontecer, isto não é uma realidade. Pode ser para uma casta, que tomou conta da Fundação Ruben Berta, desviou dos seus princípios e objetivos, da sua finalidade e foi uma causa raiz, como eu já disse aqui, com relação à gestão e ao modelo de governança corporativa, para o problema que hoje enfrentamos. Mas, não nos parece que o País deva se render e entregar este patrimônio nacional, fruto deste obstáculo que,

graças a Deus, hoje já não mais está, porque, roubando as palavras do Diretor-Presidente da ANAC, Dr. Milton Zuanazzi, o Juiz da 8ª Vara afastou completamente a gestão ligada à Fundação Ruben Berta da responsabilidade de condução do plano de reestruturação e colocou à frente a empresa ALVAREZ & MARSAL, aqui representada pelo Dr. Marcelo Gomes, para conduzir o processo de recuperação da VARIG.

Com isso, nos parece, existe um contexto diferente que justifica, mais uma vez, porque reconhecemos muitas vezes o que os Governos aqui fizeram. [Soa a campainha]. Mais uma vez, o Governo se empenhar, participar desse processo de reestruturação. Para finalizar aqui, eu gostaria de dizer o seguinte, nós, em discussão junto com a empresa ALVAREZ & MARSAL, temos consciência do esforço que temos que fazer. Já estamos em negociação da adequação necessária de quadros de funcionários. Nós estamos discutindo, Senhores, nada menos do que 2.900 demissões de trabalhadores altamente especializados, muitos deles terão que buscar emprego fora do País, no Oriente e na Ásia, longe de seus familiares e de sua pátria, como forma de manter as suas famílias com alimento, com escola, para poderem gerar receita para as suas famílias. Estamos negociando também uma redução de 30% nos salários para os trabalhadores que aqui remanescem, como forma de colaboração e de conscientização do problema que aqui vivemos.

Então, não há que se falar em corporativismo da parte dos trabalhadores que fazem esta empresa acontecer. Isso nós podemos asseverar e assegurar a todos os Senhores de que a defesa da empresa, que os Senhores certamente farão junto ao Governo Federal e junto à sociedade brasileira, será uma defesa responsável.

Eu gostaria só de salientar a questão da gestão novamente, porque este é um fato, sem sombra de dúvida, muito importante.

Nós entendemos, como disse o Dr. Milton, que temos que manter a VARIG viva. A VARIG exige hoje uma solução de curtíssimo prazo, para que possa aplicar o plano de recuperação aprovado no final de dezembro, o seu plano de recuperação. Não são as dívidas concursais, que hoje estrangulam esta empresa, elas foram repactuadas em três anos de carência e alongamento de quatro e sete anos, totalizando sete e dez anos, com IGPM mais 4,75.

O que estrangula essa empresa hoje é o seu fluxo de caixa, porque os credores também sabiam, porque lá estava eu representando os trabalhadores credores que a empresa passaria por um estresse financeiro no início deste ano, durante o primeiro semestre, que é naturalmente um semestre fraco em vendas para a

aviação. O desempenho do segundo semestre é muito melhor. As empresas inclusive procuram jogar os seus custos, as suas despesas, para o segundo semestre. Nós já sabíamos de antemão que esse primeiro semestre exigiria mais esforço dos credores, dos fornecedores e dos trabalhadores da VARIG. Isso já tinha sido discutido. Mas nos parece que só surgirá...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Mesa solicita, estourou já seu tempo, e eu queria que colaborasse, poderemos ter inclusive uma segunda rodada para a conclusão.

SR. MÁRCIO MARSILLAC – Nós acreditamos, e temos convicção, investidores só surgirão na medida em que o dever de casa desta empresa, e em cooperação com seus fornecedores e trabalhadores, seja feito.

Daí a participação do Governo ser fundamental, tanto na questão da BR quanto na questão da INFRAERO quanto agora na questão da Secretaria de Previdência Complementar, porque, com a liquidação, fechou uma oportunidade que os trabalhadores tinham vislumbrado de usarem os seus próprios recursos para viabilizar o curtíssimo prazo da empresa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra, o Tenente Brigadeiro José Carlos Ferreira, Presidente da INFRAERO.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Ex^a. vai ter a oportunidade de responder.

SR. JOSÉ CARLOS FERREIRA – Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, Senador Tasso Jereissati, Exm^{os}. Srs. Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas. Eu tentarei ser rápido e objetivo, no que concerne à relação VARIG-INFRAERO. Me parece importante que os Senhores tenham a exata noção de qual é o problema hoje em relação a INFRAERO.

No dia de ontem, a dívida da VARIG com a INFRAERO totalizava quinhentos e quinze milhões e cento e noventa e quatro mil reais.

A história dessa dívida não é de agora. Em dezembro de 2002 a dívida da VARIG já somava trezentos e vinte e cinco milhões, houve recuperação parcial, houve securitização dessa dívida em 2004. A coisa evoluiu e chegamos hoje a quinhentos e quinze milhões de dívida. Essa dívida cresce novecentos mil reais por dia, que é o quanto a VARIG deve pagar pelos serviços prestados pela INFRAERO.

É importante que os Senhores entendam, Srs. Senadores, Srs. Deputados, a posição da INFRAERO como uma empresa estatal. Nós estamos sujeitos a controles extremamente rigorosos, do Conselho Fiscal

da empresa, do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público, da Controladoria-Geral da União.

Desses quinhentos e quinze milhões, de fato, cento e trinta e três milhões é o que representa a dívida corrente. O restante está resguardado pelo processo de recuperação judicial. Os contratos comerciais da VARIG, que somam em torno de quatrocentos e quinze mil reais por mês, a VARIG tem pago em dia. As taxas de embarque, que precisam ser repassadas da empresa para a INFRAERO, têm sido repassadas em dia. O problema é constituído pelos novecentos mil reais das tarifas de pouso, decolagem e permanência.

Ao longo do tempo, é importante também que os Senhores tenham em mente que, em junho de 2005, toda a exigibilidade de pagamentos da VARIG foi suspensa, por força da recuperação judicial. Então, nós consideramos que essa dívida está *sub judice* e será resolvida no momento oportuno pelo processo de recuperação judicial.

Em agosto do ano passado, uma liminar judicial proibiu a cobrança de qualquer taxa por parte da INFRAERO para a VARIG. E assim foi feito. Nada foi cobrado da VARIG, até que esta liminar caiu, e imediatamente nós fizemos a cobrança à VARIG, conforme manda a lei. A partir daí, uma série de ações ocorreram, judiciais e não judiciais, e o que nos preocupa, no momento, a INFRAERO, é um acórdão do Tribunal de Contas da União, que não foi ainda publicado em Diário Oficial, mas esse acórdão é bem taxativo, é muito claro, eu já tive acesso à minuta dele, ao que será enviado ao Diário Oficial, que determina que a INFRAERO cumpra a lei. E a lei é a cobrança das taxas diárias da VARIG. Isso para nós é extremamente preocupante.

Nós temos sentido, tanto no Tribunal, quanto no Ministério Público, quanto no Ministro da Defesa, uma enorme preocupação. Como disse o Zuanazzi, “às madrugadas, sonhando com a questão da VARIG”. A preocupação é grande, mas esta preocupação termina esbarrando nos limites da lei. Esses limites da lei, para nós, INFRAERO, está chegando na beira do precipício. Essa é a nossa preocupação, tudo que nós pudemos fazer para ajudar, a INFRAERO, nós fizemos. Alongamos dívida, tudo o que foi possível. Mas, estamos agora a poucos dias, talvez, depende do Tribunal de Contas, da publicação de um acórdão, e eu espero que... Isso aí independe da INFRAERO, como empresa pública, que essa questão seja encaminhada.

Senhores, era isso. E eu me coloco à disposição para qualquer assunto, qualquer pergunta que os Senhores tenham.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Mesa agradece a V.S.^a pela precisão e síntese. É só uma informação. Quem é o Relator desse processo do Tribunal de Contas? Para informação da Comissão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – [inaudível] 2^a Região?

SR. JOSÉ CARLOS FERREIRA – Eu gostaria de registrar também que nós estamos aqui com o Diretor Financeiro, Procuradora Jurídica, Assessores da INFRAERO, para qualquer dúvida, qualquer esclarecimento mais profundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Vamos ouvir agora o Dr. Marcelo Gomes, Gerente-Geral da empresa ALVAREZ & MARSAL. O Senhor tem 10 minutos.

SR. MARCELO GOMES – Senadores, Mesa, muito obrigado, inicialmente, pelo convite.

Eu acho que a ALVAREZ ela pode ajudar aqui hoje a homogeneizar um pouco o conhecimento em relação à VARIG, e, principalmente, falar um pouco sobre a cronologia da recuperação judicial no qual a VARIG está inserida. Acho que são as coisas mais importantes para que todos tenham uma idéia clara da situação atual e do que realmente está sendo pedido. Porque se fala muito em dinheiro público, que a VARIG está solicitando dinheiro do Governo, e não existe isso. Quer dizer, a solicitação não é essa, e eu acho que valeria muito a gente explicar a situação atual de caixa da companhia e explicar a cronologia.

Dia 17 de junho de 2005 a VARIG entrou na Lei de Recuperação Judicial, e ela tinha seis meses para apresentar um plano de recuperação. Esse plano foi apresentado no dia 23 de dezembro e aprovado por 96% dos credores. No dia 23 de fevereiro foi aprovado o detalhamento desse plano por 98% dos credores.

Então, o que é que isso significa? Que todos os credores que tinham dívida com a VARIG aprovaram um plano de recuperação da companhia. Esse plano de recuperação exigia, pelo menos, quatro a cinco meses de operacionalização dos fundos de investimento, que eu vou explicar rapidamente. Nessa recuperação, nessa aprovação, participaram entidades como AERUS, BR, INFRAERO, os funcionários que eram credores também... Quer dizer, todas essas empresas credoras participaram e aprovaram esse plano.

Só que a VARIG tinha um problema que poucos verificaram, poucos prestaram atenção, que era a sazonalidade da operação de aviação no primeiro semestre do ano. Que é uma sazonalidade negativa que provoca um descasamento de caixa. A VARIG precisaria, do

mês de março até pó mês de maio, aproximadamente cento e cinquenta milhões de dólares, para continuar a operação dela.

Eu vou voltar um pouquinho, porque a Lei de Recuperação é uma lei muito nova, e ela ainda não foi testada. Eu posso falar bastante sobre a lei americana, que é onde nós atuamos há muito mais tempo, mas, normalmente, quando você entra numa Lei de Recuperação para recuperar a companhia, você faz um ato preventivo. O que é que é esse ato preventivo? Você forma caixa, você deixa de pagar alguns credores, forma caixa dentro da sua companhia, para que você sobreviva durante o prazo de recuperação. Porque, normalmente, os credores tiram os seus prazos de capital de giro durante a operação de recuperação. Isso é uma coisa normal.

Então, como eles tiram esse giro seu, você tem que ter capital no seu caixa para te sustentar durante esse período. Isso não aconteceu com a VARIG. A VARIG entrou na Lei de Recuperação sem caixa, sem ter dinheiro para conseguir honrar os seus compromissos correntes. E isso pioraria muito, no mês de março, abril e maio, que é a época que estamos agora.

Porém, todos os credores que aprovaram o plano em 23 de fevereiro sabiam dos números da VARIG, e sabiam que essa situação iria acontecer.

Nós fomos convocados pela Direção da companhia e a convite de dois credores para estruturar um plano de recuperação emergencial da companhia, dentro do plano de recuperação judicial. Por quê? Porque a companhia não iria sobreviver até a finalização do plano de recuperação judicial, que era a criação dos fundos de investimento, a definição do gestor desses fundos, a subscrição do capital da Fundação Ruben Berta nesses fundos, a avaliação das ações da Fundação Ruben Berta, isso demoraria três a quatro meses, e a companhia não iria viver durante esse período. Então, eles nos convocaram para que a gente fizesse um plano de recuperação emergencial.

E o que é que foi feito? Foi feito um plano ortodoxo, um plano claro, que foi a convocação dos credores correntes da companhia. E quem são os credores correntes mais importantes? Os Leasors, são as empresas que fazem *leasing* de aeronave, o meu Fundo, que é o AERUS, a BR Distribuidora, a INFRAERO, e os funcionários. E nós convocamos esses cinco grupos, para que eles, como a gente brincou no começo, “cortassem a mão juntos”, para que mantivessem a VARIG viva durante esse processo de recuperação, que a VARIG estava honrando. É importante citar que a VARIG honrou todo o processo de recuperação judicial até o momento. Quer dizer, tudo que foi combinado com os credores anteriormente foi executado.

Hoje, que qual é a situação atual? Foi proposta para esses cinco grupos, a ALVAREZ & MARSAL fez uma proposta formal para que eles dessem apoio durante esses três meses, três a cinco meses de problema de giro da companhia, até a viabilização dos fundos de investimento.

Então, não foi pedido dinheiro público. Foi pedido apoio dos credores correntes da companhia para sustentabilidade do capital de giro da empresa durante um período curto. É isso que foi solicitado.

E foi solicitado o quê? Foi solicitado de uma BR Distribuidora dois meses de prazo de fornecimento. A BR está presente e ela tem todos os dados do fornecimento da BR com a VARIG e nós já chegamos a ter um dia na história, a VARIG teve 75 dias de prazo de fornecimento com a BR e, antes da recuperação judicial, tínhamos 60 dias e chegamos a ter 10 dias em dezembro, quando a BR cortou esse prazo de fornecimento da VARIG. Hoje, nós pagamos em dia, a VARIG. Pagamos até, vamos dizer, antecipado, baseado no fluxo projetado de utilização das nossas aeronaves.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Pagar em dia quer dizer antecipadamente?

SR. MARCELO GOMES – É. Porque eu projeto quanto eu vou utilizar hoje, para receber amanhã. Eu posso estar até, em alguns casos, pagando a mais, se eu estiver voando menos. Desculpa, Senador.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Em dia, é antecipado?

SR. MARCELO GOMES – É antecipado. E eu posso até estar pagando a mais, se eu estiver voando menos. Isso pode acontecer.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Amigona a PETROBRAS, não é?

SR. MARCELO GOMES – Como eu disse anteriormente, é comum quando você entra dentro de um processo de recuperação, os credores não darem prazo de fornecimento mais. Mas, o que foi solicitado é que esses credores dessem um prazo de fornecimento para a companhia, porque a companhia ela é sustentável, ela é viável economicamente. Ela precisa de uma recuperação? Precisa sim. Precisa readaptar a estrutura de funcionários? Precisa sim. E os funcionários estão comprometidos para isso. Precisa reestruturar, e hoje eu tenho 74 aeronaves, tendo 24 aeronaves paradas, que eu pago o *leasing* delas. Elas não voam e eu estou pagando por elas.

Então, se eu reestruturo essa companhia, ela se transforma numa companhia viável rapidamente. E não foi solicitado dinheiro, investimento do Governo, ou investimento de nenhuma parte para isso.

O que se esperava é que, desde o dia 23 de fevereiro até o momento, aparecesse algum investidor

interessado em colocar dinheiro na companhia. O problema é que para se colocar dinheiro na companhia, os fundos de investimentos teriam que ser criados, e eles não foram criados, porque não teve tempo para isso ainda. O gestor foi definido agora, está se criando o fundo, a Fundação Ruben Berta está colocando as ações dela dentro desse fundo, mas isso toma um tempo, e esse tempo tem que ter a complacência dos credores para isso.

Então, alguns credores, sim, têm apoiado a companhia. Nós continuamos a voar. [Soa a campainha]. As empresas de *leasing* não tiraram aeronave da VARIG até o momento. A gente ainda continua a voar. Mas, a gente não conseguiu prazo de nenhum dia com a BR, nós não conseguimos ainda, claro, uma situação do Fundo AERUS, porque houve uma intervenção da SPC no Fundo AERUS, no qual nós já havíamos negociado um prazo de carência com eles, estamos tendo todo o apoio da INFRAERO para isso, estamos tendo todo o apoio da ANAC, e nós estamos trabalhando para uma solução de mercado para a companhia. Não uma solução de dinheiro público, e sim, uma solução de mercado. Quer dizer, a contribuição que a gente tem a dar, e nós estamos abertos à discutir com vocês, no momento que quiserem, é da viabilidade econômica da companhia hoje, reestruturada. Essa companhia ela precisa ser reestruturada? Realmente, precisa. E ela é viável? Realmente, é.

Eu não vou falar da importância nacional da companhia, porque todos vocês conhecem muito mais do que eu. Quer dizer, a importância que a VARIG tem para o Brasil.

O que me interessa aqui é deixar bem claro para vocês que isso é um processo de mercado, que está sendo executado corretamente, dentro dos padrões, e que, infelizmente, temos uma sazonalidade que provoca uma necessidade de caixa adicional. E está sendo solicitado para esses credores nos apoiarem durante esse período. Basicamente é isso a contribuição que a gente tem a dar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Mesa agradece a V.S^a. e concede a palavra ao Dr. Pedro Caldas Pereira, Gerente-Executivo de Produtos de Aviação da BR Distribuidora. Nós temos já aprovado aqui a convocação, o convite do Presidente do BNDES, que não pode vir hoje, remarcando. E eu queria sugerir para aprovação conjunta das Comissões, o convite ao Juiz Luiz Roberto Ayoub, da 8ª Vara. Concordam? Aprovado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Seriam os dois? O do BNDES e ele juntos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sim, na mesma. Se faria, mais

ou menos, o que está se fazendo aqui. O Dr. Paulo Rabelo de Castro, que participa de um plano de recuperação, e vem acompanhando já há algum tempo, o Sr. Adacir Reis, que é o Secretário de Previdência Complementar...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Na próxima semana?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não entendi, Pedro. Sim, na próxima quinta-feira. Faria na quinta-feira. O Procurador da República, Antônio Carlos Avelar Bastos, que é o Curador de fundações.

Então, nós colocaremos na quinta-feira esses convidados aqui participando dessa audiência com todas as Comissões. Quinta próxima.

A Ministra virá juntamente com o Ministro da Defesa. Os dois juntos. Com outra, talvez para terça-feira. Consultar apenas a agenda do Ministro e da Ministra. A Ministra já está aprovada. Então eu queria saber também se teríamos a aprovação do Ministro Valdir Pires? Viriam os dois. Aprovado. Vou formalizar apenas aqui. Então, estas convocações estão aprovadas.

Com a palavra V.S^a.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pois não, Senador. No microfone.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – O ex-Presidente do BNDES, Dr. Carlos Lessa. Tenho um pedido para ouvi-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mas nessa audiência, ou numa outra?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Numa outra.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Numa outra, posterior.

Então, se concordam com a aprovação da convocação do Dr. Carlos Lessa para um depoimento posterior, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SR. PEDRO CALDAS PEREIRA – Exm^o. Sr. Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, Senador Heráclito Fortes, demais componentes da Mesa, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados. Inicialmente, eu gostaria de me escusar pelo fato de o Presidente Rodolfo Landim não estar aqui presente, em razão dos fatos que já foram veiculados na imprensa, ele está demissionário da PETROBRAS, da Presidência da BR, e a Diretoria da BR me incumbiu de aqui vir, junto com mais três representantes do nosso corpo gerencial, prestar os esclarecimentos que estas Comissões julgarem pertinentes.

Gostaria de me apresentar, meu nome é Pedro Caldas Pereira, eu sou o Gerente de Aviação da companhia, sou funcionário de carreira do sistema PETROBRÁS há 34 anos, já passei por diversas áreas da empresa, área industrial e outras áreas comerciais e, no momento, eu estou ocupando a Gerência de Produtos de Aviação, que é o órgão que se relaciona comercialmente com o segmento de Aviação, de Transporte Aéreo.

Junto comigo, estão aqui a Dr^a. Marta Sobral, que é a nossa Gerente de Contencioso, o Pedro Sampaio, que é o Gerente de Operações Financeiras da companhia e o José Eduardo Barrocas, que é o Gerente de Relações Governamentais. Essas pessoas elas têm acompanhado *pari passu* todo o processo de recuperação judicial, de todas as reuniões, de todas assembléias, e estarão aptas a prestar qualquer esclarecimento que, porventura, a apresentação que eu vou fazer não traga os esclarecimentos devidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Dr. Pedro, só um minuto. Baseado no que ele acabou de dizer agora, é até um ato falho, nós criamos uma Comissão para acompanhar essa crise da VARIG, capitaneada pelos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Zambiasi. E essa Comissão pode a qualquer momento necessitar de informações. O que eu queria sugerir, o Presidente da INFRAERO já apresentou a sua equipe, V.S^a. está apresentando, e que todos fizessem a mesma coisa e houvesse um entrosamento aqui com a Assessoria Técnica, dando telefone e endereço para o caso de uma necessidade de informação.

Eu acho que quanto mais ágil, mais rápido, a gente puder trabalhar nessa questão, é melhor para o País. De forma que eu queria também que isso fosse aprovado e colocar... A maior dificuldade que nós temos aqui de acesso é com a ANAC, por causa do Deputado Leur Lomanto, que tem horror a esta Casa. Fora isso, o acesso aberto, direto, com todos, não tem nenhuma dificuldade. Então, eu gostaria que ficasse aprovado isso. Muito obrigado.

SR. PEDRO CALDAS PEREIRA – Eu gostaria de esclarecer que a Companhia PETROBRAS Distribuidora se coloca inteiramente à disposição, não só através dos técnicos que estão aqui presentes, como de todo o seu corpo técnico, para qualquer questão que diga respeito ao processo de recuperação da VARIG.

A PETROBRAS Distribuidora é a subsidiária integral da PETROBRAS, do qual 68% desse capital é privado. De origem privada. Embora pertencente à Administração Pública Federal indireta, ela exerce atividade econômica, nos termos da Constituição.

A VARIG possui outros fornecedores, que disputam esse mercado com a BR. E a BR é uma companhia prestadora de serviço de distribuição de combustíveis, que é remunerada através de uma margem, que é um percentual diminuto, bastante pequeno, em relação ao preço do produto de uma maneira geral.

O nosso relacionamento com a VARIG vem desde 73. O último contrato, como já foi colocado, ele se encerrou em dezembro de 2005, 31 de dezembro de 2005, a VARIG vem comprando, segundo a média do primeiro trimestre deste ano, cerca de 56 mil metros cúbicos de querosene de aviação, um faturamento médio mensal em torno de oitenta e um milhões.

E, como já foi dito também, a forma de pagamento dela é a vista, ou antecipado, como foi colocado. E o porquê disso? A VARIG, desde 2001, quando ela apresentou um primeiro processo de dificuldade financeira, a PETROBRAS Distribuidora financiou a dívida dela que, naquela época representava cerca de duzentos e quarenta milhões, se não me falha a memória, e o valor que remanesceu desse processo de financiamento, que são os cinquenta e sete milhões, que são aqueles que hoje estão cobertos pelo processo de recuperação judicial.

Do ponto de vista das operações correntes, a VARIG não tem nenhum tipo de dívida conosco.

E a questão do prazo é que todo o fornecimento de prazo que era concedido à VARIG, eram prazos pequenos, não se falava nunca em prazos da ordem de grandeza que está sendo solicitado agora, eram prazos de dez dias, esses prazos eram concedidos, mas estavam lastreados em garantias, garantias de recebíveis de cartões de crédito de vendas de passagem.

Com o término do contrato e com a necessidade da VARIG de negociar esses recebíveis para fazer caixa para outras necessidades financeiras que ela tinha, a BR abriu mão dessas garantias e, por conseguinte, teve que recorrer ao fornecimento a vista. Isso com base numa decisão do próprio Conselho de Administração da companhia. Portanto, uma decisão que transcende à competência individual de um Gerente, ou do próprio Presidente, ou de um Diretor, na medida em que o caso VARIG dentro do sistema PETROBRAS hoje é acompanhado pelo Conselho de Administração da empresa.

Com relação ao plano de recuperação judicial, esse plano prevê três formas de pagamento, o plano que está aprovado no momento. Que é a quitação no prazo de sete anos, como foi colocado, com IGPM mais 4,75% ao ano, a conversão do crédito em cotas do fundo de investimentos e participações, do FIP-Controle ou a conversão de créditos em títulos mobiliários, que seriam negociados no mercado, tipo cédulas de crédito

bancário, certificados de depósitos, enfim, certificados que seriam lastreados por esses créditos e seriam, então, negociados no mercado.

A BR, dentro do processo de recuperação judicial, optou por receber a dívida mediante o financiamento, exatamente em razão dos riscos que a companhia vinha sofrendo e do grau de exposição que isso poderia acarretar para os administradores e para a própria empresa, do ponto de vista financeiro, no caso de um eventual insucesso do prosseguimento do plano de recuperação judicial, conforme previsto, conforme aprovado originalmente. O que, de fato, vem ocorrendo. Na verdade, como já foi colocado pelo Dr. Marcelo Gomes, os fundos ainda não foram lançados, então essa opção, no momento, ela inexistente, à medida que essa parte do plano não foi possível de ser concretizada. E a VARIG vem honrando o pagamento desse financiamento, dentro do processo de recuperação judicial, da forma como previsto nesse plano.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Sr. Presidente, só para uma informação rápida, aproveitando que já ele está falando, para saber aquela questão que foi colocada com referência ao aumento do combustível, que foi informado pelo Dr. Marsillac, que subiu três vezes mais do que os outros combustíveis. Se ele já pudesse esclarecer essa questão para o Plenário, seria importante.

SR. PEDRO CALDAS PEREIRA – Eu vou seguir aqui a seqüência e, em seguida, eu falo sobre a questão do preço.

Do ponto de vista da Consultoria, ALVAREZ & MARSAL, esse diagnósticos indicam que a VARIG não teria fluxo de caixa suficiente para as despesas correntes, que ela está com problema de crédito junto a fornecedores, não se dispunha de novas fontes de recursos, estaria com uma estrutura operacional super dimensionada para suas operações, a questão do processo de recuperação judicial, que ainda está na fase de implementação, ainda inconclusa, dificulta a entrada de novos entrantes, de novos investidores, e isso gera uma incapacidade de cumprimento do plano, no que diz respeito a outras questões que dizem respeito ao plano, como a questão do lançamento dos fundos etc., que pudesse ser colocada em leilão e atrair investidores.

Diante desse diagnóstico, a Consultoria recomendou para os credores estatais, BR inclusive, INFRAERO e AERUS, a dilatação dos prazos de pagamento.

No caso específico da BR, nos foi solicitada uma dilatação de prazo para 60 dias, e eu gostaria de mostrar o impacto que isso pode provocar na questão financeira da companhia. A BR é uma empresa que teve em 2005 um lucro de 650 milhões, de lucro

líquido, esse prazo de 60 dias representa 24,4% desse lucro. Ou seja, representa 160 milhões. Quer dizer, é um grau de exposição ao risco extremamente elevado para que a companhia possa aceitar isso sem que esteja lastreado em algum tipo de garantia. A gente entende que esse esforço dos credores é necessário para poder fazer com que a companhia possa superar essa fase, nesse momento de baixa estação, que são esses meses até meados do ano, mas, por outro lado também, os administradores da companhia, eles são fiscalizados pelo Tribunal de Contas da União, e a eventual exposição a esse risco financeiro, no caso de um determinado insucesso, isso pode levar os administradores a responder por gestão temerária, coisas desse tipo, perante os órgãos controladores.

Então, a PETROBRAS Distribuidora não se furta a analisar e a contribuir para esse processo. Apenas, o que a companhia está solicitando é que se encontre nessa discussão que está tendo, e para nós isso é importantíssimo porque a VARIG é o nosso principal cliente do segmento aviação aérea, é o nosso maior cliente na aviação aérea, ainda é o nosso maior cliente de companhias aéreas no País, é um cliente com quem nós temos relacionamento extremamente cordato e fraterno, de longa data. Nós sempre participamos, em socorro, nas fases anteriores em que ela teve dificuldade de operação, mas o tamanho do risco financeiro, o tamanho do sacrifício que nos está sendo colocado, a direção da empresa vem entendendo que, a menos que haja uma garantia que possa lastrear esses prazos, fica extremamente complicado de ser atendido.

A BR vem participando ativamente dos trabalhos, do processo de recuperação judicial, votando e discutindo e acrescentando e, enfim, participou de todas as assembléias. Depois que ela entrou em recuperação judicial, nós já flexibilizamos prazos de pagamento por diversas vezes. Toda vez que tem um feriado grande, Carnaval, Páscoa. Tiradentes, semana que vem, que é um feriado grande, a gente procura flexibilizar, a gente concede prazos, um, dois, três dias, para poder evitar que haja uma sangria de recursos muito intensa nas vésperas desses feriados. Então, a gente entende que o sacrifício que a gente pode fazer nós estamos fazendo. E a gente torce para que seja encontrada uma solução que seja de conforto, não só para a VARIG, mas que seja também de conforto para os credores, em face do risco financeiro que essa concessão de prazo, que é o que está sendo solicitado a nós, possa representar.

Do ponto de vista do mercado, o mercado de aviação aérea, por ser um mercado em que o capital empregado na aquisição de produtos é muito alto, ele é um mercado que trabalha essencialmente com pa-

gamento a vista, isso não é exceção. Ou, quando há concessão de prazo, essa concessão era de prazos extremamente reduzidos. Eu acho que o maior prazo que nós temos hoje é para companhias comerciais, tirando [Soa a campainha] órgãos de Governo, é da ordem de sete dias.

Então, eram essas as considerações que a gente gostaria de fazer.

Sim, respondendo a questão que o Senhor colocou. O querosene de aviação, como a nafta, como o óleo combustível, como todos os derivados de petróleo, à exceção da gasolina e do diesel, eles têm seus preços fixados pela PETROBRAS, segundo uma regra que é determinada pela agência, que é paritária com os preços do mercado internacional. Essa aí não é uma decisão da empresa, da BR, que é uma distribuidora, porque ela não produz o querosene, e uma decisão que também não é da PETROBRAS, que é quem nos vende o combustível para ser distribuído, e isso é uma política de Governo em termos de prática de preços.

Então, essa flutuação, essa volatilidade que existe no preço do querosene de aviação, existe em outros derivados de petróleo, que não a gasolina e o diesel, que é em função da variação cambial e em função dos preços praticados para esses derivados no mercado internacional. É isso o que explica a flutuação desses preços. Mas insisto, isso aí não somos nós, a PETROBRAS Distribuidora, que fixa o preço. A PETROBRAS é que fixa o preço que nos vende a nós e aos demais distribuidores, com base numa regra que é definida pelo órgão regulador, e que leva em conta, no caso específico do querosene, assim como outros derivados do petróleo, a variação e a flutuação dos preços desses derivados no mercado internacional.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Mas por que é que lá aumentaram três vezes mais?

SR. PEDRO CALDAS PEREIRA – Porque o petróleo e o querosene de aviação, no mercado internacional, sofreram esse aumento. Quer dizer, a combinação da variação dos preços da *commodity*, no caso, do que houver, e da variação cambial, fez com que essa variação se desse, 3,6. É uma regra de contrato, quer dizer, as distribuidoras têm um contrato com a PETROBRAS, que tem com as outras distribuidoras também, e a regra de preços que a PETROBRAS pratica ela é regulada pela agência.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Quer dizer que confere essa informação de que subiu três vezes mais do que os outros combustíveis? Porque o ideal seria que trouxesse os números para que a Comissão pudesse avaliar bem.

SR. PEDRO CALDAS PEREIRA – Esses números podem ser disponibilizados, sem problema nenhum. Como isso é uma série histórica, eu não tenho essa série histórica aqui disponível no momento, mas nada que não possa ser informado, por isso aí é público, não tem...

Agora, insisto, a gasolina, diesel e GLP não têm acompanhado essa regra, por uma política de preços do Governo. Agora, os demais derivados de petróleo, tirando gasolina diesel e GLP, eles têm seus preços flutuando de acordo com o mercado internacional. É um reflexo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Nos chega aqui um documento com um demonstrativo exatamente sobre os aumentos. Eu passaria, farei chegar às mãos de V.Ex^a. A fonte, é do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Leia para nós, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É um documento longo. Por isso é que eu estou mandando copiar. Traz várias explicações.

SR. PEDRO CALDAS PEREIRA – Sr. Presidente, só um último esclarecimento. A questão do preço do combustível não é o fator determinante na discussão desse processo que nós estamos tendo aqui. É um fator acessório, sem dúvida que é, mas nós estamos falando aqui de questões estruturais, financeiras, da companhia, que transcendem a questão do preço em si. É a questão de fluxo de caixa, como foi colocado, é a questão desse vale aí de demanda por passagem, que cria uma dificuldade adicional para as companhias, mas eu acho que seria precipitação a gente discutir a questão do preço do combustível como sendo o fator que é condicionante para essa problemática toda que nós estamos discutindo. Acho que está longe disso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Antes de passar a palavra ao próximo orador, eu quero registrar aqui, em nome de todas as Comissões a presença de funcionários da VARIG, que se encontram assistindo essa Audiência Pública, acho que é positivo essa participação e a Casa acolhe como uma forma de estimular a sobrevivência da empresa. Eu faço esse registro aqui na pessoa da Das Dores, que é uma funcionária da VARIG aqui na Casa há muitos anos e que tem nos procurado e tem nos cobrado muito solução para essa questão. Com a palavra, o Dr. ELNIO BORGES, Diretor do Sindicato Nacional dos Aeronautas.

SR. ELNIO BORGES – Sr. Presidente, Srs. membros das Comissões, Srs. Parlamentares, presentes, bom dia.

Eu pretendo abordar, com muita objetividade, alguns pontos, todos interligados e me colocarei, posteriormente, à disposição para explorá-los.

Primeiro, é que eu estou aqui como Diretor do Sindicato Nacional dos Aeronautas por determinação da Assembléia dos Trabalhadores que afastou a Diretoria Executiva do Sindicato, como porta-voz dos trabalhadores a respeito deste assunto. Por quê? Porque esses dirigentes, especialmente os que se declaram dirigentes cotistas, vêm defendendo uma proposta impossível para a solução da VARIG e, na verdade, isso só se dá para possibilitar a recusa da solução para essa companhia, especialmente daqueles que repetem quase como um mantra que dinheiro público não será entregue à VARIG. Quando, de fato, a VARIG não precisa e não pede dinheiro público. Isso, na verdade, se conserta com a série de interesses que querem ver essa empresa ou falida, ou entregue à concorrência, ou a interesses especulativos de investidores.

O segundo ponto é para apontar o que consideramos uma incoerência que leva essa situação toda à baila.

Em dezembro, foi aprovado por todos os credores, inclusive os de origem governamental, um plano de recuperação para VARIG. E em janeiro, sobre a alegação principal de que o risco VARIG havia aumentado, a PETROBRAS parou de dar os créditos que nós tínhamos e sacou, só em janeiro, trinta milhões de dólares do fluxo de caixa da empresa. Nos parece incoerente. Quando o plano foi aprovado só pode ter melhorado o risco VARIG.

O terceiro ponto passa um pouco agora pelo que foi dito aqui da questão do custo do trabalhador da VARIG, folha de pagamento etc. Aliás, coloco à disposição da Mesa, por acaso recebi o meu último contracheque ontem e vou disponibilizar para Mesa, dez mil reais, no mês passado. Esses dados também podem ser abertos. Fato concreto, os pilotos da VARIG, considerando-se o faturamento da empresa e sua folha de pagamento...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – E dez mil é a média, é alto ou é baixo? Quanto se tem que ganhar? Porque foi feito aqui na última reunião que nós fizemos com um ilustre Senador, Líder de Bancada, disse que tem os que ganhavam 50 mil.

SR. ELNIO BORGES – Eu gostaria de abrir mão de 50%, aliás, como os trabalhadores estão abrindo mão de 50% dos seus pagamentos, nós vamos reduzir a folha de pagamento em 50%, vamos recuperar essa companhia, e ainda ganharia bem mais do que eu ganho, na média. A média de um Comandante como eu, Comandante 777, sou um dos mais antigos na empre-

sa, voando normalmente, não leva para casa quinze mil reais por mês. De qualquer maneira, os números estarão disponíveis para a Mesa.

O fato mais importante, todavia, quanto a isso, é que comparado às demais empresas brasileiras, os Pilotos da VARIG, olhando-se o faturamento da empresa e o seu custo com folha de pagamento, levam para os cofres da empresa de 7% a 9% mais dinheiro do que os Pilotos da TAM e da GOL. É esta situação, na verdade, que demonstra a posição dos trabalhadores, estamos dispostos a todos os sacrifícios para capitalizar a empresa, como a ALVAREZ & MARSAL aqui colocou, investindo.

O quarto ponto diz respeito à questão AERUS e à Secretaria de Previdência Complementar, dirigida pelo Dr. Adacir Reis.

Os trabalhadores da aviação consideram criminosa a liquidação que está-se procurando impor na SPC. Ela só tem um fito. Quando os trabalhadores da VARIG finalmente tomaram as medidas necessárias para que os trabalhadores ativos sacassem um quarto das reservas existentes, do dinheiro existente, de modo a investir na companhia, a liquidação é feita para fechar os cofres da empresa. Essa é parte do nosso plano para resolver. Plano, aliás, que é o que está aprovado. Aqui se falou da aprovação do plano, o plano foi aprovado em dezembro, estamos há quatro meses, basta implementar, não precisa esperar ainda o fundo de investimento. É implementar o plano. O plano está aprovado, a parte operacional da empresa pode ser leiloada, os trabalhadores têm proposta, apesar de que existem interesses, inclusive estrangeiros, tentando comprar a companhia a preço de “Bacia das Almas”. Nesses quatro meses os trabalhadores estiveram cem dias dentro da empresa tentando reduzir sua folha de pagamento, cem dias tentando reduzir, sem sucesso. Tentamos trabalhar cem dias.

Enquanto isso, cientificamente, foi vendido recebível para os primeiros quatro ou cinco meses, levando a empresa hoje a não ter dinheiro. Mês passado, faturamos acima de duzentos milhões de dólares. O custo operacional, consideradas as despesas fundamentais, cem milhões de dólares, e não tem dinheiro hoje para pagar o combustível de amanhã. Temos que faturar hoje o combustível de amanhã.

Basicamente, é preciso apontar que a questão de que o Governo tem ajudado a VARIG e, para isso, a gente precisa olhar o balanço. Eu, com todo o respeito às pessoas de boa-fé dentro do Governo, o fato é que, olhando o balanço da VARIG, nós vamos verificar que o Governo deve à VARIG. De sorte que não é o Governo que está financiando a VARIG. Quem financia a VARIG há algum tempo, pode-se olhar o balanço, é

o trabalhador da VARIG. E financia com mais de três bilhões de reais. O trabalhador da VARIG não tem apenas o dinheiro dos seus salários atrasados, 13º etc. Tem também o Fundo de Pensão, que não é um ente separado. O AERUS, dirigido pelos próprios administradores da VARIG, criou este rombo. Este dinheiro é dos trabalhadores, e os trabalhadores estão dispostos a com ele investir na companhia. O plano existe, está pronto, está aprovado pela Justiça, o inexplicável é que ele não seja aplicado imediatamente.

Eu finalizo essa intervenção preliminar trazendo um dado, que este sim eu considero fundamental para a sociedade brasileira. Eu desconheço, estou há 26 anos na aviação, tenho trabalhado com segurança de voo muito dessa parte, sou Dirigente Sindical e sou Ativista Sindical desde 1982, eu desconheço história de empresa de aviação que, perto da falência, com a situação crítica econômico-financeira que tem a VARIG, tenha um terço da sua frota no chão porque a cultura de segurança de voo da empresa não admite a menor flexibilidade colocando aeronaves que não tenham total segurança em voo. 30% da nossa frota está parada porque nós não trocaremos a sobrevivência dos nossos empregos pela segurança dos nossos passageiros. É este valor que o Brasil está prestes a perder. Isto é que deveria ser considerado. Eu agradeço a atenção. [Palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Vamos iniciar agora a fase do debate e, para que haja rodízio da Direção dos trabalhos, eu vou passar a Presidência para o Senador Antônio Carlos Valadares, que preside a Comissão de Assuntos Sociais.

[Troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Obrigado, Presidente Heráclito Fortes, da Comissão de Infra-Estrutura. Nós ordenaremos o trabalho do debate ouvindo, em primeiro lugar, os Senadores que participaram da assinatura do requerimento de convocação conjunta das Comissões. Sendo assim, Senadores como Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Gerson Camata, Paulo Paim, Roberto Saturnino serão chamados, pela ordem, nesta ordem que eu me referi. Eu sou também um dos signatários, o primeiro signatário na Comissão de Assuntos Sociais, mas eu deixarei a minha participação *a posteriori*.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, pela ordem. É só uma pergunta, porque apresentaram uma lista de inscrição para...

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – A lista de inscrição será obedecida religiosamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Como a CAE foi aprovada depois de iniciada a Comissão aqui, nós interrompemos a discussão lá para poder participar dessa importante reunião. Então eu não sei se isto vai convalidar a presença dos membros da CAE.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Os membros da CAE terão possibilidade de participar do debate. Afinal de contas, todas essas Comissões, as quatro Comissões, estão participando desta reunião conjunta.

Como eu anunciei, pela ordem dos signatários do requerimento, nós vamos dar a palavra, em primeiro lugar, ao Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, ao Senador Pedro Simon.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Eu acho que o Senador Pedro Simon deve ter precedência. Então, eu agradeço se ele puder... Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Com a palavra, então, o nobre Senador Pedro Simon, que se referiu a este assunto com muito destaque, não só no Plenário do Senado, como também defendendo uma reunião conjunta das Comissões no sentido de proporcionar à VARIG uma recuperação completa de suas atividades, com o apoio da justiça, com o apoio do Senado Federal. Com a palavra V.Exª., Senador Pedro Simon, um grande lutador em favor da VARIG.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Eu agradeço a gentileza de V.Exª. e a gentileza do Senador Suplicy. E quero dizer, Sr. Presidente, que eu acho que nós estamos enveredando por um caminho que nos levará a algum resultado. Eu acharia muito importante que V.Exª., ao final da reunião, fizesse chegar a todos os Parlamentares a cópia dos depoimentos que foram prestados aqui, para nós juntarmos. Acho, por exemplo, muito importante que a cópia desses depoimentos possam chegar à Ministra Dilma e ao Ministro Valdir, se é que eles virão aqui na terça-feira.

Eu digo o seguinte – Fica muito claro aqui que a situação da VARIG tem solução. Fica muito claro aqui também que, com o maior respeito, a gente não vê, por parte da representação do Governo, uma atitude que não seja de frieza com relação à VARIG. É uma empresa, atravessa dificuldades, e estamos dando a atenção que devemos. Agora, uma preocupação a mais, um *plus* a mais, a gente não consegue sentir.

Eu vejo que houve muitos equívocos para nós chegarmos até aqui. Quando apareceu o problema, o Governo interveio e nos procurou. E tese era a fusão da VARIG com a empresa TAM. Fusão essa que, na verdade, significava a incorporação. A VARIG, se não me engano, ficava com 5% da TAM. Um negócio que não tinha chance de a gente aceitar. Era uma propos-

ta tão incompreensível na sua lógica que não dava para aceitar. Aí veio uma boataria que não dá para se chegar aqui, mas ela andou pelo ar, de que há uma coincidência nos prazos do PT e da criação da TAM. E que, lá no início, quando ambos estavam iniciando, houve, e é natural, não vejo nada demais, uma simpatia, os Parlamentares do PT normalmente tiravam suas passagens na TAM e a TAM dava a gentileza a um partido que estava começando.

Mas que o Chefe da Casa Civil, esse, e que estou vendo agora, que é ex-Chefe da Casa Civil, mas parece que é o coordenador político da campanha, está nos jornais de hoje com a maior tranquilidade. Eu até não entendo como um cidadão pode estar sendo processado no Supremo ser coordenador político de uma campanha.

Mas disse ele, quando nos procurou, com toda clareza, era um assunto para ser resolvido naquele mês. Estava resolvido, estava equacionado e não se falava mais. Aquela boa vontade, aquela rapidez que existia no sentido de resolver o problema se transformou numa morosidade que nada dava certo, no momento em que não foi aceita a proposta da fusão. E aí vem uma série séria de questões.

Eu não vou deixar de reconhecer que entre essas questões, está aqui o que o Dr. Brizola dizia que era uma maravilha, a Fundação Ruben Berta, que era um exemplo a ser seguido pelo Brasil, porque era uma fórmula diferente de um capitalismo onde os trabalhadores participavam da organização do capital e, na verdade, se nós analisarmos com calma, e se foi um processo que deu certo durante muito tempo, a VARIG se transformou numa das melhores e mais competentes empresas de aviação do mundo durante um monte de tempo. Mas está provado também que, quando a coisa vai muito mal, complica. Porque aí a fundação passa a ser uma competição, uma briga interna, os Pilotos estão aqui, as Aeromoças estão lá, o serviço de terra está ali adiante, e aí a coisa realmente complicou. E parece realmente, a Ruben Berta complicou a situação.

Mas, no meio dessa discussão, não se sentiu, por parte do Governo o interesse de equacionar a questão no sentido de “vamos equacionar”. E aí me perdoe, Presidente, mas eu acho que o Senado e a Câmara também. Fizemos 500 audiências, falamos com mil Ministros, fizemos mil reuniões, conversamos mil vezes, mas nunca se deu seqüência, nunca se deu continuidade, nunca se teve um plano “nós vamos entrar num esquema para ajudar”, e nós estamos nisso aí.

Acho que, dessa vez, a tentativa é essa, quando se reúnem as quatro Comissões. E quando se faz esse esforço é no sentido de que vamos tentar equacionar

uma solução. Eu não sei, e Deus me perdoe, mas, de quinta-feira para cá, a gente vê uma mudança de linguagem do Governo. O Governo que, no Rio Grande do Sul, tanto o Presidente Lula quanto a Ministra foram duros, quando indagados com relação à VARIG, o Presidente, quando perguntado por um Deputado Federal, ele foi até um pouco ríspido, e disse – “Então encontre alguém que queira resolver”. E a Ministra disse que ajuda, mas não bota um tostão nesse “saco sem fundo” que é a VARIG.

Mas, já agora, desde sábado, que tanto a Ministra quanto o Governo vêm falando com simpatia que está na hora de resolver a questão. Eu acho que está na hora de resolver a questão.

Pelo que eu senti aqui, em primeiro lugar é a pessoa do Juiz. Que, com a maior tranquilidade, conhecedor da matéria, e ele vai ser ouvido por nós, ele diz que se nega a decretar a falência da empresa, e que não tem nada na empresa que prevê para agora, nem para um futuro ali adiante, a falência. Pelo contrário, que a empresa reúne todas as condições de ser levada adiante. E esse é um depoimento de alguém que não que não é nem Executivo, nem Legislativo, nem agente comercial. É um Juiz, que todo o processo está passando por ele, e ele dá com a imparcialidade e a responsabilidade que deu.

Segundo a gente vê, e já tem chegado aqui, que os representantes dos trabalhadores dizem – 1) Que estão dispostos a demitir mil e quinhentos; 2) Estão dispostos a abrir mão do seu salário; 3) Que estão dispostos a abrir mão de seu Fundo de Pensão. Como forma de contribuição para se encontrar uma saída. Isso é algo que me parece altamente positivo e altamente concreto.

A INFRAERO. Eu vejo na análise da INFRAERO [Soa a campainha] uma praticamente de indiferença.

A PETROBRAS, quero felicitar V.Ex^a., afinal V.Ex^a. representa a PETROBRAS aqui, temos auto-suficiência. V.Ex^a. merece o nosso respeito. Tem trinta e tantos anos de PETROBRAS. Meus cumprimentos. E eu acho que é por essa rigidez de cobrar antecipado que a PETROBRAS está chegando lá. Mas essa questão de cobrar antecipado e essa questão que nós estamos vendo documentos que foi distribuído aqui onde o combustível representa 20% do valor, e nos Estados Unidos é 7,5%, na Europa é 16,5% e no Brasil é 35%. É uma análise a ser feita. É uma explicação a ser dada no sentido da situação que nós estamos vivendo. Acho que é realmente muito importante. O Sr. MARSAL, que é a empresa que foi encarregada de fazer o trabalho, disse que o trabalho é viável, que a saída é normal. Ou eu não me engano, ou V.Ex^a. disse que não precisa de dinheiro público? Não precisa de dinheiro público, e que a saída é absolutamente tranquila.

Então, é quem está responsável, quer dizer, não se fala mais agora na fundação, a fundação está fora. Não se fala mais nas brigas internas, elas foram colocados de fora. O Juiz colocou a representação e a representação vem dizer aqui que tem condições, que ela leva a questão adiante.

Eu não sei se o Sr. ELNIO BORGES, porque ele deixou muito no ar. Mas que interesses estranhos são esses aí?

SR. ELNIO BORGES – Os interesses passam desde os que desejam entregar essa empresa à concorrência até os empresários que pretendem comprar na “Bacia das Almas”, passando por administradores da empresa, que não desejam ver mudar muita coisa dentro da governança da companhia. Esse é o conjunto de interesses que tem trabalhado contra a VARIG nesses quatro anos que os trabalhadores têm vindo aqui inclusive nesta Casa e recebendo apoio para buscar uma solução.

Por isso, essa empresa tem um plano aprovado, que prevê uma VARIG operacional ser leiloada, os trabalhadores conseguiram que a Justiça do Trabalho acelerasse esse processo, posto que na Justiça Civil há quatro meses nós não conseguimos andar e continuam os interesses. Dia 2, agora, de abril está colocado uma Ordem do Dia para a Assembléia Geral de credores que visa a alterar o plano, não conseguimos entender porquê, e ver uma proposta de compra do Sr. Lap Chan, que é o atual controlador da VARIG LOG, que oferece quatrocentos milhões de investimento numa VARIG totalmente limpa, para ele, enquanto deixa as dívidas todas para a União, para os trabalhadores e para os demais credores.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – É, eu acho que a VARIG precisa de oração de nós cristãos e do Sr. Antônio Carlos e companhia ir lá na Bahia fazer alguma reza contra seus inimigos.

Eu acho muito importante a vinda da Ministra e do Ministro aqui. Eu acho que é significativa a vinda desses companheiros que estão aqui, mas, a vinda do Ministro e da Ministra é fundamental. E, principalmente, Sr. Presidente, a decisão que V.Ex^a. tomou de que aqui não é uma reunião apenas, aqui [Soa a campainha] tem um grupo que vai se reunir aqui, e eu já pedi a V.Ex^a. de nós fazermos uma outra reunião para discutirmos uma Assessoria para esse grupo, quer dizer, vamos trazer uma Assessoria Técnica para esse grupo, porque não adianta, vamos pedir inclusive a essas pessoas que estão aqui que indiquem um representante para a nossa Assessoria Técnica, para nós conseguirmos fazer um estudo em condições de discutir com a representação da empresa, com os empresários, com os trabalhadores e com a Ministra Dilma.

Eu quero dizer que acho que nós podemos encontrar uma solução e quero dizer, com toda a sinceridade, não fica bem para o nosso amigo Lula ele ficar assistindo o que está acontecendo com a VARIG sem fazer nada. Não fica bem para nós brasileiros acontecer isso com a VARIG sem fazer nada.

Eu tenho casos aqui, que eu poderia ler, de intervenção do Governo, com dinheiro, até em frigorífico de abate de aves. Tem Ministro importante aí e conseguiu. E o Governo interferiu e botou dinheiro do BNDES e resolveu. Tem casos aqui, que eu tenho, que eu poderia citar, de interferência do Governo em empresas inclusive multinacionais ultra bilionárias, e que o Governo interveio e o Governo respondeu. O que eu digo...

SR. ELNIO BORGES – Intervenção para ajudar.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Para ajudar. O ex-Presidente da BNDES está dizendo na Isto É, com todas as letras, que é muito simples, é só querer fazer. Querer ou não querer.

Por isso é que eu digo que tem gente que fala, Deus me perdoe, cala-te boca, que se a VARIG fosse paulista seria diferente. “Seria diferente, mas ela é gaúcha”. Mas ela nem é gaúcha, meu Deus do céu. Ela está em São Paulo e no Rio de Janeiro. Ela só tem o nome que é VARIG, e também se usa um VARIG pequeninho, desse tamanhinho, e ninguém sabe o que é que é VARIG, Viação Aérea Rio-Grandense. Mas ninguém sabe. “Porque o Brasil é desse tamanho”.

Agora, eu não entendo essa antipatia, juro por Deus que eu não consigo entender essa antipatia. E, que não fica bem para o Presidente Lula assistir acabar com a VARIG, não fica bem.

Uma empresa para adquirir a credibilidade, para ser recebida nos aeroportos do mundo inteiro como uma empresa de categoria internacional, leva um bocado de tempo. Nem querendo dava para transferir isso da noite para o dia para uma outra companhia. Isso para uma outra companhia. Nem querendo, se transfere isso para uma outra companhia. O que vai acontecer é que nós vamos perder uma tradição de 50 anos e outra empresa vai ter que trabalhar 40 anos para chegar a esse ponto. Não sabendo o que acontecerá em termos de comunicação internacional daqui a 40 anos.

Por isso, Sr. Presidente, eu felicito V.Ex^a. por realizar esta reunião. Agradeço a presença dos Senhores. Digo, com certa frieza também, que eu noto que a representação do Governo está aqui por obrigação de ofício. Mas não vi por parte de S.Ex^{as}. nenhuma preocupação. Eu não vi nenhuma angústia por parte dos representantes do Governo, das entidades que eles representam com relação à VARIG. “Não, mas nós estamos preocupados. Nós estamos tentando fazer isso tudo”. Quer dizer, inclusive a própria PETROBRAS,

com todo o respeito, na sua grandiosidade, ela... Eu não vi. Uma preocupação zero com uma empresa que, cá entre nós, entre os compradores da PETROBRAS é difícil que tenha alguém que tenha pago mais, ao longo desses 40 anos que existe a PETROBRAS, do que a VARIG. Quer dizer, quem mais tem pago, quem mais tem contribuído com os cofres da PETROBRAS, ao longo da sua existência, do que a VARIG? No entanto, eu não vi, como não tenho visto, por parte do Governo, nenhuma simpatia.

Acho, e fui procurado com informações, que eu acho muito importantes. o Governo, a partir de segunda-feira, vai, e inclusive seria essa a causa da não vinda da Ministra hoje, para vir na próxima semana, porque o Governo está reconsiderando, e estaria estudando uma forma de apresentar aqui uma proposta que seria concreta. Queira Deus que isso seja verdade. E quando eu vejo o representante da empresa dizer que ela está preparada para isso e que a firma está preparada para isso, é só querer, eu acho que a Dra. Dilma e o Ministro Valdir nos trarão uma grata surpresa na próxima terça-feira. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço a V.Ex^a., Senador Pedro Simon. Vamos fixar um tempo da fala dos oradores. Cinco minutos, prorrogável por mais cinco.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de dar prioridade primeiro aos três Senadores do Rio Grande do Sul, conforme inscritos, o Zambiasi e Paulo Paim e, em seguida, eu falarei. Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço a V.Ex^a. a compreensão.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Repara-se que é um *gentleman*, que tem que retornar. É impossível que o PT negue legenda para um homem desse gabarito.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – E V.Ex^a. ainda fala mal de São Paulo, Senador Pedro Simon.

[Risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – São Paulo merece os nossos aplausos. Com a palavra, o Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul. Grande defensor também da VARIG.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Valadares, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, Senador Tasso Jereissati, Presidente

da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, e o Luiz Otávio, nosso Senador da Comissão de Assuntos Econômicos.

Primeiro eu quero cumprimentar os quatro Senadores pela importância desta Audiência Pública. Como aqui foi dito, nós já participamos de, no mínimo, umas três dezenas de eventos. Até na Casa do Vice-Presidente da República, por duas vezes. E como também lá no Palácio, com o próprio Vice-Presidente, Ministro da Defesa, e Ministros das mais variadas áreas. Audiências, eu presidi uma, aqui no Auditório Petrônio Portella, com a presença de cerca, creio eu, de uma mobilização gigantesca das entidades dos trabalhadores lideradas pelo Márcio, eu acho que com a presença de setecentos, oitocentos trabalhadores. E realizamos audiências, voltamos para outra audiência, e o caso continua igual.

Eu sou obrigado a repetir, infelizmente, um discurso que fiz numa outra vez numa audiência. Não dá também para dar a impressão que do problema da VARIG o culpado é o PT. Aí não dá. E todo mundo sabe minha posição, de uma certa independência. Mas também não dá. O problema da VARIG o culpado não pode ser o PT. O problema da VARIG começou a partir do Governo Lula? Não começou. Eu pergunto a qualquer um dos Senhores que estão aqui. O problema da VARIG antecede o Governo Lula, que vem se avolumando e ninguém deu resposta. Oxalá, a exemplo da PETROBRAS, que está agora numa situação privilegiada, Oxalá o Presidente Lula consiga apontar caminhos. Aí depois também não digam que ele não pode dizer que os Presidentes anteriores não responderam e ele respondeu. Eu acho que esse não é o debate. Mas, eu me obrigo a fazer essa fala. Esse não é o debate. Nós estamos aqui numa posição suprapartidária, ouvindo todos os setores envolvidos, para tentar buscar uma saída. Porque aqui, como foi dito, que não significa aporte de dinheiro público. Mas por que não fazer? E aí eu concordo sim, um encontro de contas. Ou é mentira o encontro de contas? Porque cada um conta uma versão. Tem ou não tem, três bilhões, quatro bilhões de uma dívida acumulada que deve ser ajustada? Isso nós temos que fazer esse debate e fazer esse acerto.

Eu tenho uma preocupação, sim, com o Fundo de Pensão dos trabalhadores. Tem ou não tem dinheiro? Dizem para mim que ele já está falido, já foi usado, de uma forma ou de outra, para sustentar a VARIG voando. E digo mais, e me assusta e me preocupa se é verdadeiro essa grandeza de um Fundo usado indevidamente para a VARIG continuar voando, mas que faz com que os trabalhadores não tenham perspectiva nenhuma no futuro de ter a sua aposentaria.

Eu encontrei aqui um Senhor que é, eu acho, Comandante também, ou Piloto, ele disse que o pai dele, que foi Comandante, está previsto o pagamento por mais dois meses. A situação, de fato, é gravíssima. É gravíssima, em todos os sentidos.

Agora, eu não quero ficar aqui somente numa fala que dê a impressão de que nós estamos em campos opostos, porque não é verdadeiro. Eu, o Senador Simon, Senador Zambiasi e todos os Senadores estamos com uma única preocupação aqui. Achar caminhos para a nossa VARIG. Estou aqui com um documento, que já está com 78 assinaturas de Senadores. Tenho certeza que vai chegar nos 81 que gostaríamos inclusive, Senador Heráclito Fortes, liderado por V.Ex^a. porque foi a partir de um discurso, e quero que se faça justiça ao Senador Jefferson Perez, no Plenário, num longo debate que alongou por três, quatro dias, com a participação do Senador Simon, do Senador Zambiasi, Senador Valadares, Heráclito Fortes e tantos outros [Soa a campainha] que nós encaminhamos, a partir, quero repetir, da liderança do Heráclito Fortes, essa Audiência Pública com as quatro Comissões.

Então a nossa posição aqui é achar caminhos. Quem sabe, depois dessas Audiências Públicas, se necessário, eu tenho certeza que uma Comissão representativa de Senadores vai ao Presidente, mostrando a boa vontade do Senado de contribuir. É verdadeiro que o BNDES, por exemplo, está disposto a financiar investidores. Eu não vejo problema nenhum. Financiar, não é dar dinheiro público, financiar investidores para que haja a possibilidade de a VARIG voltar a voar normalmente.

A BR Distribuidora disse aqui que foi sempre pedido prazos pequenos. Mas é possibilidade de um prazo maior? Eu acho que é. Mas claro que não sou eu que vou discutir, e não posso decidir.

Eu quero terminar dizendo que eu estou convencido de que a VARIG tem todas as condições de voltar a voar normalmente. E vou terminar com o episódio de ontem. Eu tive que ir a São Paulo ontem. Num debate sobre a Comissão do Salário Mínimo, em benefício dos aposentados, o Senador Pedro Simon estava lá. O vôo da companhia, atualmente voando em grande escala, atrasou duas horas. Na volta, eu sentadinho lá, da companhia, entra alguém no avião e diz o seguinte – “Quem aceita trezentos reais para descer desse vôo e ir no vôo da VARIG, vai sair daqui a duas horas”. Ofereceram assim trezentos reais para quem descesse e aceitasse, devido à superlotação em que estava o avião devia estar uma meia dúzia de pessoas sem poder voar e a VARIG sairia num vôo dali a uma hora e meia.

Então, essa situação, para mim, aponta que o tal de monopólio é assustador. E para onde vamos. E sem querer aqui fazer um discurso somente apaixonado, porque o Senador Pedro Simon fez, o Zambiasi tenho certeza que fará também, da nossa VARIG, meu amigo Zuanazzi, companheiro de longas jornadas também, eu tenho certeza que nós podemos achar um caminho. E esta Comissão, que a gente faz parte com muito orgulho, eu tenho certeza que ela só vai dar certo, e quero fazer aqui esse pronunciamento, se nós deixarmos de lado a disputa político-partidária. Não há partido contra, nem a favor. Eu duvido que tenha aqui um partido que não esteja a favor do retorno da nossa VARIG. E é com esse espírito, que o PMDB, que o PTB, que o PFL, que o PSDB, que o PSB, que o PV, enfim, que o PCdoB, enfim, não esqueci nenhum partido, que a gente há de se encontrar. E vamos caminhar juntos.

Então, o apelo que eu faço é que para a construção de uma alternativa, se ficar no jogo de um campo ou de outro, e polarizando o debate, devido ao processo que estamos aí há cinco meses, não vai ajudar. Por isso é que o apelo que eu faço é nesse sentido. E, se necessário for, por que não irmos a numa Comissão representativa ao próprio Presidente Lula entregar, quem sabes esse documento de 81 Senadores e, por que não dizer, um outro documento com a assinatura dos 503 Deputados Federais, dizendo que o Congresso está disposto a colaborar numa negociação, numa discussão da construção de uma alternativa para a nossa VARIG.

Quero dizer de novo, e os Senhores todos sabem, o carinho que eu tenho pelo meu querido amigo e Senador Simon. E sei que a intenção dele aqui, Simon, e quero que você entenda nesse sentido, pelo carinho que eu tenho por você, e você sabe disso, foi numa linha de provocar mesmo o debate. E eu acho que é na provocação do debate que a gente vai encontrando as soluções.

Por isso, meu Presidente Valadares, eu estou convicto que essa é mais uma Audiência Pública. Faremos outras, se necessário, mas haveremos de, juntos, construir uma saída alternativa para os 11 mil trabalhadores da nossa querida VARIG e dos tantos aposentados e pensionistas, que estão desesperados, não sabendo se vão receber efetivamente o salário nos próximos meses. Era isso. Obrigada, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu indago se algum representante aqui da Mesa deseja fazer alguma explicação, explanação, sobre o pronunciamento do Senador Paulo Paim. Eu concedo a palavra ao Dr. Marcelo.

SR. MÁRCIO MARSILLAC – Senador Paim, a sua preocupação, e histórica preocupação, com os trabalhadores, com os aposentados, obviamente a gente só poderia assistir a um pronunciamento como este aqui.

Nós podemos lhe assegurar. O Fundo de Pensão AERUS está efetivamente em seriíssimos problemas.

Existem dois planos, um plano de benefício definido aonde se reúne a maior parte dos aposentados. E o plano dois, chamado plano dois, o plano de contribuição definida, que é aonde estão a maior parte dos ativos. O nível de recursos, líquidos e não líquidos, para o plano um, é da ordem de 10 ou 12% do que lá deveria haver. No plano dois, é entre 45 e 50%.

Quando nós sugerimos, como forma de fazer a capitalização de curtíssimo prazo desta empresa, para que justamente ela se mantenha viva e possa honrar com as notas promissórias para pagamento da dívida junto ao AERUS, porque é só desta maneira que os trabalhadores aposentados do plano um haverão de receber, por longo período, as suas aposentadorias, era que os trabalhadores da ativa resgatassem parte das suas poupanças, limitados a um valor, estimado pelos nossos técnicos em cem milhões de dólares, duzentos milhões, dos setecentos e trinta e sete que lá existem, para investir esses cem milhões de dólares para duas coisas – Fazer a adequação de quadro, e não ver os nossos colegas que vão ser demitidos saírem daqui sem o pagamento das suas rescisões, ao menos e recuperar 10 aeronaves, para que a gente possa aumentar o faturamento da empresa, aumentar a sua receita líquida em função das negociações, inclusive de ordem salarial que estamos fazendo, para que ela possa, tendo resultado positivo, honrar com as promissórias de dez milhões de reais ao mês, para pagamento junto ao AERUS.

É justamente esta a operação que estamos oferecendo. E isso nos dizem os nossos técnicos, pois nós estamos especializados nesta questão atuarial, de que inclusive a minha saída e a saída de outros da ativa trará um equilíbrio atuarial maior inclusive ao plano dois. Nós saímos de uma aposentaria que, até mesmo com a liquidação já se provou, não mais existe, e vamos para a empresa correr o risco junto com a empresa para vermos se, convergindo os esforços, podemos manter os nossos empregos e pagar as aposentadorias daqueles que lá já estão aposentados. É esse o raciocínio, simplificada e falando.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço ao comandante Márcio Marsillac, Coordenador dos trabalhadores do Grupo VARIG pela sua participação e despendi-

mento, demonstrando publicamente que os trabalhadores do grupo VARIG estão dispostos a recuperar a sua companhia. Eu concedo a palavra ao Dr. Marcelo Gomes, Gerente-Geral da empresa ALVAREZ & MAR-SAL, por três minutos.

SR. MARCELO GOMES – Senador, em relação ao plano de recuperação e à participação que todos, nós estamos falando sempre sobre o Governo ajudar ou não ajudar, e o representante da BR Distribuidora foi muito claro aqui, dizendo que quem decide esse tipo de crédito é o Conselho da BR, que é formado por Ministros que compõem a base, que está sendo discutida, de apoio à VARIG.

Então, eu acho que esses Ministros deveriam ser sensibilizados em uma liberação de crédito para a VARIG.

Para a BR, a VARIG hoje ela representa 5% do faturamento anual da BR, de toda a BR, e representa, talvez, o maior cliente em querosene de aviação da BR no Brasil hoje.

Então, perder um cliente desse, para a BR, eu também não acho que seja uma coisa simples. Eu não acho que seja uma coisa vazia, de falar “Ok, se quebrar quebrou, isso não é problema nosso, nós somos uma empresa de mercado e temos que trabalhar com ferramentas de mercado”. Isso não é realidade. A BR, se nós analisarmos a rentabilidade da BR, a VARIG, pelo menos, representa vinte milhões de reais de lucro para a BR por ano. Então, isso é uma conta importante. Isso é uma conta de um bilhão de reais por ano. Isso não é uma conta pequena, não é uma conta que eu possa deixar de receber.

Então, a BR ela sempre deu crédito para a VARIG em todos os momentos da parceria que existia entre as duas empresas. E hoje esse crédito não existe por não existir um contrato também. A BR e a VARIG hoje trabalham sem contrato. Então, existe um caminho para isso. É só se executar um contrato novo, no qual se tenha garantias e, quando se fala sobre garantias, nós estamos falando sobre garantias dos próprios cartões de crédito que a BR tinha anteriormente. Porque a VARIG continua vendendo, a VARIG continua voando. A VARIG faturou, em março, duzentos e vinte milhões de dólares. Então, a VARIG continua sendo uma empresa que fatura, que tem os seus recebíveis, que nós podemos utilizar para dar como garantia em um processo de fornecimento de combustível. Basta que, obviamente, o Conselho da BR tenha uma flexibilidade. Eu entendo que no mercado é muito complexo você pedir crédito para uma empresa que está em recuperação judicial. Mas é uma parceira da BR desde 1973. Então é uma empresa que apoiou a BR em muitos momentos, que hoje está solicitando um apoio, que foi retirado dela desde dezembro.

Então, só para poder explicar o cenário, existe, sim, uma possibilidade de o Governo ajudar, que seria o Conselho da BR ter essa flexibilização em dar crédito para a VARIG. Eu entendo a posição da Diretoria, e quem define isso hoje é o Conselho. E o Conselho pode definir uma ajuda à VARIG hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Há um requerimento da Mesa, da autoria do Senador Eduardo Suplicy, dirigido aos Senadores Heráclito Fortes e Antônio Carlos Valadares. E o Senador está solicitando a presença da Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Graziella Baggio e do Sindicato Nacional dos Aeroviários, Selma Balbino, para serem ouvidas na Audiência Pública da próxima quinta-feira.

Este requerimento depende de aprovação do Plenário. Eu gostaria de ouvir o Plenário. Os Senadores que aprovam e as Senadoras que aprovam...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, eu gostaria de encaminhar, se possível, a gente sabe que num momento difícil como esse existe alguma divergência, eu recebi também um documento correspondente às entidades aí citadas, e eu acho muito bom, já que eu fiz esse apelo inclusive aqui suprapartidário que, independentemente alguma divergência sindical na base, todos sejam ouvidos e a gente possa com isso estar construindo um grande entendimento.

Então, totalmente favorável ao documento do Senador Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Os Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Próximo orador é o Senador Zambiasi, do Rio Grande do Sul, a quem concedo a palavra.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Acho, Sr. Presidente, Senhores componentes da Mesa, que esse encontro ele talvez seja o pontapé inicial de, finalmente, notícias positivas para a VARIG. Eu ouvi depoimento, a manifestação emocionada do Senador Simon, a defesa intransigente do Senador Paim, o registro da viagem do Senador Paim inclusive com a proposta de um passageiro abrir mão, em função da lotação, o que é uma coisa maravilhosa, eu sou testemunha disso, porque nós fazemos o discurso e tentamos, especialmente os Parlamentares gaúchos, pelo vínculo histórico com a VARIG, viajarmos pela empresa.

E eu testemunhei, sexta-feira passada, Paim, um desabafo, não foi comigo, eu apenas ouvi, à chegada do voo em Porto Alegre, era feriado e, ainda assim, no voo seguramente tinha mais de 60% de lotação, que acho que é uma base mínima para voar com uma certa tranquilidade, não dar ainda mais prejuízo, e me

comoveu ouvir uma das aeromoças comentar com a outra – “E aí?” E a resposta dela – “Só notícia ruim”. Aquilo ficou no meu ouvido. Foi o que eu ouvi da conversa no corredor na chegada do aparelho.

Eu, sinceramente, acho que esta reunião de hoje, quem sabe, comece a transmitir notícias boas. Eu sei que o Dr. Milton Zuanazzi, que representa aqui a ANAC, o nosso Brigadeiro, Dr. José Carlos Pereira, da INFRAERO, o Dr. Pedro Caldas, da BR, não podem trazer aqui a posição oficial do Governo, mas a sua presença aqui dá uma demonstração, seguramente, do compromisso de encontrar soluções para essa empresa, que, aliás, Marsillac, Dr. Braga, Dr. Marcelo, da Consultoria, está completando, dia 7 de maio agora, 79 anos, daqui a doze dias.

É bom referir, eu busquei aqui num levantamento que a Folha fez, a leitura da cronologia da VARIG é muito interessante – Fundada em 7 de maio de 1927, vem todo um histórico, a criação do Fundo dos funcionários, depois Ruben Berta, em 1945, e veio um histórico muito interessante até 1986. O Plano Cruzado começa a criar os primeiros problemas com a VARIG.

Então o problema de gestão é tanto empresarial como governamental. É gestão empresarial e gestão governamental. O Plano Cruzado, que congela os preços das passagens, mas não os custos da companhia.

Em 90, o Presidente Collor abre o mercado da aviação nas rotas internacionais. Aí, abre concorrência da VARIG com a VASP e TRANSBRASIL. VASP e TRANSBRASIL quebram, mas a VARIG resiste heroicamente. [Soa a campainha]. 91, começa a Guerra do Golfo. Outro impacto em cima da empresa. 99, crise cambial. 2003 VARIG e TAM assinam o memorando de intenções para se unirem nesse compartilhamento que, de alguma maneira, eu não sei se ajudou ou não, mas minimizou os problemas.

E agora, finalmente, esta reunião que reúne quatro Comissões do Senado, tem aqui o apoio parlamentar da Câmara também, trazendo aqui toda esta representação e a expectativa de, na semana que vem, finalmente, então, o Governo institucionalmente estará aqui para, quem sabe... Olha, eu vou ler apenas um trechinho de uma manifestação do Presidente Lula, e eu quero aqui me associar ao Senador Paim, que disse que a crise não é do atual do Governo. Eu fiz questão de ler aqui a cronologia para se ver que a crise ela começa lá em 86 realmente a se acentuar, e vem crescendo até aqui.

E agradeço ao Senador Azeredo, que me cede aqui uma manifestação do Presidente, ainda Presidente de honra do PT, e ele diz, muito interessante isso aqui e, por isso, eu acredito que o Presidente Lula quer, sim, a solução do problema. Acredito. Acredito que o

Governo queira e, quem sabe, na próxima semana, nestes dias, já maio, nestes dias que antecedem os 79 anos da empresa, o Governo realmente interceda em favor da empresa, não colocando dinheiro público, como foi colocado aqui, ontem eu fui questionado sobre, por exemplo, a participação do BNDES, sendo o BNDES dinheiro público. Como faria. E eu entendo que se o Governador admitir a dívida, a admissão da dívida pelo Governo, será uma forma de contrapartida para que haja garantia da concessão do dinheiro público, se for o caso. Isso é uma questão técnica bastante complexa que acredito que não seja o momento para discutir. Mas, apenas para lembrar, dizia aqui, então, o Presidente Lula – “Para o setor sair da crise seriam necessárias medidas governamentais voltadas para assegurar a isonomia tributária e de financiamento às empresas brasileiras compatíveis com a realidade internacional”. Ou seja, as condições de concorrência teriam de ser equalizadas. Seria urgente a revisão dos acordos bilaterais vigentes. Isto, à época. E o Senador Azeredo quer, Presidente Valadares, pegar uma coroa num aparte aqui para, inclusive, ganharmos tempo. Eu tenho alguns minutinhos, e eu cedo esses minutos ao Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Só um aparte, Presidente, eu quero só mostrar realmente esse texto aqui do Presidente Lula, que é de 2002, em que ele diz exatamente que “Entretanto é preciso avaliar a parcela de responsabilidade do setor público e, mais especificamente, da política macroeconômica no enfraquecimento dessas companhias. Os altos juros praticados pelo Governo Brasileiro desde o início da década – dizia o Presidente Lula – juntamente com a carga fiscal elevada incidindo sobre as atividades produtivas afetaram negativamente esse e outros setores da economia brasileira”. E mais adiante ele dizia – “Nesse sentido vale, sim, uma intervenção das autoridades competentes, não para presentear com recursos públicos, mas para dar as condições macroeconômicas de sobrevivência e de competitividade, antes que elas sejam engolidas pelas grandes companhias estrangeiras”.

Quer dizer, esse é um texto importante, e eu acredito que o Presidente Lula quando o disse, o disse com uma boa intenção. Agora, que ele tem as condições como Presidente, eu diria, quero até fazer uma proposta aqui, se o Governo é obrigado a recorrer, e é verdade, é obrigado a recorrer quanto à decisão do STJ, por que não o Governo pedir ao Congresso uma autorização especial para fazer esse acordo? Nós já fizemos pelo Congresso um projeto, que foi o PRO-ER, que foi exatamente para evitar que o País tivesse uma bancarrota dos Bancos e que, no fundo, eram os

brasileiros que eram afetados, não eram os Bancos, se falou, na época, muita bobagem, que era dinheiro para Banco. Não era. Foi para evitar que os correntistas tivessem prejuízo. Eu acredito que nós poderíamos ter uma aprovação no Congresso de uma autorização para que o Governo fizesse o acordo, respeitando a decisão, que já existe, do STJ, sem precisar de recorrer.

SR. ELNIO BORGES – [pronunciamento fora do microfone] Aos Senhores que já existe um estudo técnico, está dentro do BNDES. Nós vimos tentando há quatro anos ter acesso a ele, Fundo garantidor do crédito aeroviário, tem todas as condições para resolver esta questão, inclusive, mais uma vez, sem desembolso efetivo de Fundos públicos, de dinheiro público, através da garantia para empresas em recuperação [Soa a campainha] das diferenças que essas ações de congelamento tarifário vão sendo favoráveis a essas empresas.

O Fundo garantidor, e eu me comprometo a trazer aqui os dados que nós temos, é um projeto da CONSULTEC, que está no BNDES há muitos anos, e nós não conseguimos ter acesso. Talvez esse, sim, fosse um grande passo que os Senhores pudessem nos ajudar a dar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Srs. Senadores, Sras. Senadoras, existem créditos da VARIG que estão sendo objeto de ação judicial inclusive no STJ, por parte da VARIG. Eu gostaria que o Dr. Marcelo Gomes informasse à Comissão em que pé andam essas ações e se já foi votada esta matéria no STJ e quais as providências que podem ser tomadas junto aos Governadores de Estado, já que os Estados devem mais de um bilhão à VARIG, a União, quatro bilhões e meio, quais as providências que poderiam ser tomadas, nos Estados, para amenizar essa situação da VARIG. Agradeço a V.S^a.

SR. MARCELO GOMES – Em relação ao crédito federal, a VARIG tem um débito com o Governo, ela tem um crédito com o Governo Federal. Então, esse encontro de contas, no fundo, ele não afeta o caixa da companhia em nada. Ele melhora o balanço. Mas, afetar o caixa e afetar a geração de caixa, ele não faz. Ele poderia ser uma ferramenta de eu resolver a minha situação de balanço, fazendo um encontro dos meus créditos e dos meus débitos com o Governo Federal. E esses créditos são referentes a defasagem tarifária, que se calcula algo em torno de 4.6 bilhões.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Congelamento de tarifas na época Collor, por exemplo?

SR. MARCELO GOMES – Congelamento de tarifas, e são 4.6 bilhões. Porém, existe um outro crédito, de aproximadamente 1.2, que a VARIG tem com

os Estados. Somente um Estado aprovou a cessão desse crédito até hoje. Foi o Estado do Rio de Janeiro. Nenhum outro Estado aprovou a cessão. A cessão foi aprovada em 2004 pela Governadora Rosinha, ela cedeu cento e cinquenta milhões, para uma empresa comprar esse crédito.

Hoje, os Governadores, obviamente que com o apoio da Procuradoria, poderiam ceder esse crédito, para empresas terceiras aproveitarem esse crédito. Porém, já foi discutido, e que os Senhores poderiam ajudar muito em relação a isso, era se nós montássemos um grupo de Governadores, e o Governador Germano Rigotto, do Rio Grande do Sul com que eu estive ontem, disse que irá solicitar aos outros Governadores esse apoio, da criação de um grupo de Governadores, no qual a VARIG se proporia a dar um desconto nesses recebíveis, quer dizer, dar um deságio no recebimento desses valores, dar um prazo longo para pagamento, e o Governo assumiria a obrigatoriedade de pagar, os Governos estaduais. Seria feito um acordo com os Governos estaduais. O que é que isso provocaria? Com esses recebíveis, nós poderíamos securitizar esses recebíveis e ter acesso a esse dinheiro no mercado. Os Governos estaduais não precisariam disponibilizar esse capital imediato, e sim, o mercado securitizaria esses recebíveis de longo prazo do Governo para com a VARIG. Esse projeto está com o Governador Germano Rigotto, ele se comprometeu a entrar em contato com todos os outros...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – São quantos Estados?

SR. MARCELO GOMES – São aproximadamente 15 Estados. Mas nós temos nove Estados...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Seria interessante disponibilizar a relação desses Estados.

SR. MARCELO GOMES – Nós temos a relação de valores por Estado. Você tem oito ou nove Estados que são mais representativos, mas 15 Estados têm esse valor devido com a VARIG. [Soa a campainha]. Então, isso seria de uma importância enorme, se a gente conseguisse viabilizar.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Deixa eu fazer uma pergunta direta, porque eu não entendi bem. Entra mais dinheiro diretamente para a VARIG, desse encontro de contas, se me permite usar o termo, dos Estados ou com a União?

SR. MARCELO GOMES – O Estado não é encontro de contas. O Estado é uma dívida que o Estado tem com a VARIG, e a VARIG não deve ao Estado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Melhor ainda. Veja aonde é que eu quero chegar. Entra mais dinheiro para o caixa da VARIG se os Estados pagarem a sua dívida que a União?

SR. MARCELO GOMES – Com certeza entra dinheiro imediatamente no caixa da VARIG, se os Estados pagarem a dívida. É imediato. O Governo Federal...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Dá a impressão que é só a União.

[Soa a campainha]

SR. MARCELO GOMES – O Governo Federal, a VARIG tem um débito com o Governo Federal também. Então, quando a gente fala encontro de contas com o Governo Federal, é eu eliminar o meu débito com o meu crédito. E aí eu melhoro o meu balanço para que eu possa ir ao mercado ter acesso a capital.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu acho que o Senador Paim queria saber é se o crédito da VARIG com os Estados ou esse acerto de conta é maior ou menor do que a União. Pelo que o Senhor colocou é 1.2, não é isso?

SR. MARCELO GOMES – A União é 4.6 bi e o Estado é 1.2. É uma conta diferente da outra. Bem diferente. Só que esse 1.2 é uma dívida que os Estados tem com a VARIG e a VARIG não tem uma dívida com os Estados.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Mas esta dívida é diferença de semestre? A origem desta dívida. Nós estamos perguntando é de onde ela sai.

SR. MARCELO GOMES – Essa dívida é de 89 a 94, uma inconstitucionalidade na cobrança de ICMS pelos Estados. Já transitado em julgado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – E essa inconstitucionalidade já foi decretada pelo...

SR. MARCELO GOMES – Transitado em julgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, só para perguntar essa questão dele, que ele está falando.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Wellington, com a compreensão de V.Ex^a., eu darei a palavra. Existem oradores inscritos, e...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu só queria saber qual o deságio em que foi vendido no mercado esse crédito. Só isso. Porque, se vendeu com deságio de quanto? A VARIG? Nos quinze milhões que a Governadora Rosinha autorizou, por quanto o Senhor conseguiu vender no mercado?

SR. MARCELO GOMES – Foi um deságio de 25%.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Um quarto do valor foi perdido?

SR. MARCELO GOMES – O mercado comprou, foi uma empresa de telecomunicações do Rio que comprou isso com o deságio de 25%, que é o mesmo deságio que está sendo proposto para os Governos. Quer dizer, em vez de esse deságio ser ao benefício de uma outra empresa, vai ser ao benefício do próprio Governo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Então você não deu um crédito de 1.2. Você tem 1.2 menos 25%.

SR. MARCELO GOMES – Se eu der o deságio em cima do meu crédito é 1.2.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu me comprometo a levar ao Governador de Minas essa resposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Dr. Marcelo, eu darei a palavra agora, concessão mais uma vez do nobre e compreensivo Senador Suplicy, ao eminente Senador do Rio de Janeiro, Saturnino Braga.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. convidados, eu agradeço a gentileza do Senador Suplicy, porque realmente tenho um compromisso daqui a poucos minutos.

Mas eu queria, enfim, saudar a realização desta reunião porque sinto eu, sentimos todos nós que aqui estamos, que nunca esteve tão próxima a solução para o caso da empresa VARIG, que constitui realmente um patrimônio deste País e uma afeição da Nação e do povo brasileiro. E quero dizer que esta solução, que acho que será encontrada, e eu estou acreditando que será encontrada, ela deriva de toda uma mobilização nacional que esta questão suscitou. Claro que os trabalhadores da VARIG e suas lideranças tiveram um papel muito importante nisso, Parlamentares, Senadores e Deputados também tiveram importância, Jornalistas que escreveram sobre o assunto tiveram importância. Mas o fato é que a população brasileira, a Nação brasileira, está reconhecendo claramente que este é um problema da Nação. Que é uma questão que envolve a nação brasileira. E que, por conseguinte, é necessário que se encontre uma solução, e esta solução se aproxima na medida em que fica mais claro e cada vez amadurece mais essa certeza, essa convicção de que está em jogo o interesse da Nação, o patrimônio da Nação, a afeição que a Nação tem por essa grande empresa, o valor que a Nação dá a esta empresa que tanto representou e tanto representa.

Eu teria algumas indagações a fazer, mas eu vou simplesmente mencioná-las, a começar pela ques-

tão da sazonalidade, Dr. Marcelo Gomes, quer dizer, o plano de recuperação, que foi aprovado por quase 100% dos credores ele tinha que ter levado em conta essa questão da sazonalidade, tinha que ter previsto uma fonte de financiamento para isso, e parece que não levou, agora, emergencialmente...

SR. MARCELO GOMES – Não levou, porque o fluxo de caixa demonstrado era um fluxo de caixa anual. Não considerava mês a mês. Então, muitos não perceberam que existia essa sazonalidade.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Daí a necessidade de emergencialmente se ter que buscar essa fonte de financiamento.

Outro ponto que eu queria tocar é na questão do preço do combustível, que foi levantado aqui. Tudo bem, eu acho que o Dr. Pedro Caldas explicou muito bem. Agora, não é que o preço do combustível seja o fator que levou a VARIG a essa situação, porque as tarifas têm que levar obrigatoriamente em conta o preço do combustível. Então, não é este fator que terá determinado a situação de dificuldade da VARIG.

Agora, eu só gostaria, para encerrar a minha intervenção, de fazer uma demanda, especialmente ao Comandante Marsillac, mas também ao Dr. ELNIO BORGES no sentido de que aproveitassem esta audiência, que está tendo uma assistência muito grande, para dar uma afirmação categórica de que não há nenhum problema de segurança nos vôos da VARIG. Porque isso começa, obviamente, a ser levantado. Hoje sai nos jornais a notícia de que o Cônsul americano proibiu os cidadãos americanos de voar pela VARIG porque não há segurança nesses vôos. E é claro que a população acaba evitando os vôos na VARIG, porque essa onda vai crescendo. Então, eu faço um apelo aos dois representantes aqui que, [Soa a campainha] categoricamente, os Senhores que estão dentro da empresa, da vida da empresa, reafirmem publicamente que não há nenhum prejuízo na questão da segurança nos vôos da VARIG.

SR. MARCELO GOMES – Mas esse comentário feito pelo Cônsul, ou outros comentários, são de uma tremenda irresponsabilidade. E a ANAC, que eu acho que pode responder isso muito bem, ela tem investigado e olhado e analisado todos os vôos da VARIG. Nós temos duzentos e poucos técnicos tomando conta hoje dos vôos, que tem a garantia que esses vôos hoje não tem nenhum problema de segurança. Então, isso é uma de uma tremenda irresponsabilidade alguém, com o poder de uma pessoa dessa, falar que os passageiros não deveriam voar com uma empresa como a VARIG.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Concedo a palavra a V.S^a.

SR. ELNIO BORGES – Obrigado. Eu espero que aquela minha manifestação exatamente a respeito de segurança de vôo seja efetivamente uma manifestação ilustrativa. E eu até proporia que V.Ex^{as}. atribuíssem às suas Assessorias uma tarefa impossível. Encontrar outra empresa, seja no Brasil, seja no mundo, que os funcionários tenham paralisado 30% da frota por razões de segurança de vôo, nesta situação. E o comentário do Cônsul americano é efetivamente lamentável. Assim como seria lamentável, ainda que justificável, dizermos que esses cidadãos americanos que foram por ele alertados deveriam estar proibidos de se locomover via aérea de volta aos Estados Unidos, teriam que ir de navio. Porque o que lhe restaria seriam as empresas americanas, estas sim, constantemente sob risco, de várias maneiras. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Dr. Milton.

SR. MILTON SÉRGIO SILVEIRA ZUANAZZI – Aqui a agência, como órgão responsável pela fiscalização, pela segurança de vôo, por todos os aspectos de homologação, seja dos Pilotos, das aeronaves, o Brasil tem padrão de Excelência nesta área. As aeronaves brasileiras voam em absoluta segurança. Nós temos um dos menores índices de acidentes do mundo. Não por acaso colocou o Brasil numa posição destacada nessa questão da aviação civil brasileira e eu quero fazer minhas as palavras aqui do Elnio, a VARIG tem uma cultura de segurança, e isso é absolutamente verdadeiro.

Evidentemente que a nossa fiscalização está junto com a VARIG. Nesse momento então tem que se ter o maior rigor possível, qualquer problema pode vir, essa acusação muitas vezes extemporânea ou precipitada, mas a VARIG tem essa cultura, é da história dela, da história dos funcionários da VARIG, e por isso eles realmente não tergiversam e a agência também não vai abrir mão de observar isso com absoluta atenção. O Senhor pode crer que essas críticas aí não têm fundamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu queria uma palavrinha, bem breve.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Pois não, Senador Saturnino.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador, Eu faço minhas as palavras do Comandan-

te ELNIO BORGES, as palavras do Diretor-Geral da ANAC, e eu posso tranquilizar, com muita serenidade e muito positivamente. Os passageiros que embarcam nos aviões da VARIG não correm risco algum maior do que qualquer outra empresa de primeira linha no mundo inteiro. Não há, esse é um dogma para nós, a questão de segurança de vôo é algo que não tem flexibilidade para nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço a V.Ex^a. Concedo então a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, do Estado de São Paulo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senador Antônio Carlos Valadares, Presidentes destas quatro Comissões, em primeiro lugar, eu gostaria de fazer a seguinte sugestão. Que possamos, os membros todos desta Comissão, fazer um requerimento para ser apreciado em Plenário, levando em consideração o que acaba de ser dito, e sugiro que a própria Secretaria da Comissão possa prepará-lo, tendo em conta os depoimentos dos que aqui se expressaram, que o Senado Federal, levando em conta o que foi expresso, venha a encaminhar um apelo tanto ao Cônsul dos Estados Unidos quanto à autoridade, acredito que foi no Reino Unido, na semana passada, que teria feito uma recomendação semelhante no sentido de que venham a reconsiderar esta recomendação que fizeram, de que sejam cidadãos do Reino Unido, sejam cidadãos dos Estados Unidos, não utilizem a VARIG para sua locomoção, seja para o Brasil, seja para outros territórios.

Então, Sr. Presidente, a minha sugestão é que tenhamos todos requerer no Plenário do Senado Federal que estas autoridades, o Cônsul dos Estados Unidos e ali do Reino Unido, possam, diante das informações aqui prestadas sobre a segurança dos vôos da VARIG, que continuam seguros, fazer uma recomendação diferente ou retroagir na recomendação que fizeram, dada a gravidade, conforme o Dr. Marcelo Gomes expressou da recomendação feita. Primeiro ponto.

SR. MARCELO GOMES – Senador, é só para lembrar, UNITED AIRLINES e US AIRWAYS estão também em recuperação judicial. E ninguém aqui no Brasil recomendou que parássemos de voar em UNITED, parássemos de voar de US AIRWAYS. Só para lembrar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Quem sabe possam os Senhores aqui convidados inclusive contribuir com os argumentos para a feitura deste documento que me disponho ainda na tarde de hoje, mas, acredito, coletando a assinatura dos Srs. Senadores, e na direção do que o Senador Paulo Paim tem inclusive proposto.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Suplicy, me permite um aparte, rápido? Eu queria fazer um apelo a V.Ex^a. e, se me permitir, Senador Valadares, acho que todos os Senadores, os três de cada Estado, é importante essa relação dos Estados devedores, porque, pela lista preliminar que recebi, São Paulo é o maior devedor da VARIG, que os três Senadores de São Paulo fizessem um apelo ao Governo de São Paulo, que quite a sua dívida com a VARIG, e eu entendo que os outros Senadores, dentro do seu tempo, farão também o mesmo pedido, independente do partido, já que todos nós temos Governadores, de uma forma ou de outra, dirigindo os Estados.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu acato a sugestão do Senador Paulo Paim e, como ele descreveu uma situação de vôo da VARIG, eu vou descrever duas aqui, bem recentes. Uma, hoje de manhã, eu quero informar que voei pela VARIG no vôo das 6h56 para Brasília, e o avião estava lotado, e saiu no horário e chegou no horário, que é um registro que eu acredito que seja positivo. E na última quinta-feira, quando eu voltei para São Paulo, tinha um compromisso e precisava chegar lá às 17h [Soa a campainha] e queria informar que notei que o avião estava lotado. Inclusive foi nesse dia que a autoridade do Reino Unido tinha recomendado para não voar nos aviões da VARIG. Pois bem, o avião estava lotado. Quando eu cheguei no avião até havia três Senhoras na torcida para que eu não chegasse, mas eu cheguei no horário e entrei. Quer dizer, tinha mais pessoas querendo entrar. Saiu no horário, e chegou no horário. Pois bem, diante daqueles episódios e dessas notícias que estavam chegando, eu resolvi escrever no guardanapo uma pequena mensagem ao Comandante e disse – “Quero registrar que o avião está lotado, saindo no horário, e isto é muito positivo para todos nós que estamos torcendo para que a VARIG funcione bem e, portanto, longa vida para a VARIG”. Mande para o comandante. Ele resolveu fazer um registro, e sabe o que aconteceu? Fez o registro pelo som, agradecendo a solidariedade à VARIG, que estava caminhando o ano bem, e eis que todos os passageiros, grande parte, pelo menos, aplaudiram. Eu faço esse registro para dizer que há uma energia positiva muito grande em defesa da VARIG, desses cidadãos brasileiros, dos seus usuários.

Então, quando nós chegamos nos aeroportos, ainda hoje de manhã, eu noto que, sejam os servidores, os aeroviários nos aeroportos, sejam os aeronautas, sejam os Comissários de bordo, os Pilotos, todos estão numa energia muito positiva e interagindo conosco que viajamos nos aviões, e eu viajo em todos as companhias, a TAM, a GOL, e assim por diante, mas eu que-

ro registrar que inclusive o Presidente Lula, o Ministro Valdir Pires, o Comandante da Aeronáutica, a Ministra Dilma Rousseff certamente estão sentindo isto.

Eu quero também solidarizar-me com a palavra do Senador Paulo Paim em relação à questão suprapartidária. Porque avalio que o Senador Pedro Simon sabe o quanto que nós, inclusive Senadores do PT, estamos também empenhados para procurar resolver este assunto. Quero registrar, eu queria inclusive explicar ao Dr. ELNIO BORGES que recebi uma comunicação da vontade das Presidentas do Sindicato dos Aeronautas, dos Aeroviários e também contribuir, conforme o Senador Paulo Paim disse, há algumas divergências de pontos de vista, mas há um ponto uníssono, todos querem colaborar.

E há um ponto que eu gostaria até de, como o Dr. Marcelo Gomes está, pelo que entendi, estudando a solução possível, como percebo na disposição dos aeronautas, aeroviários, trabalhadores na VARIG em geral, de estarem contribuindo com uma solução, há um ponto que eu avalio como, eu pessoalmente acho positivo, a possibilidade de os trabalhadores da VARIG, desde os comandantes até os aeroviários e todos, estarem eventualmente abrindo mão de parte da sua remuneração para que isto seja transformado em quotas de participação, crédito ou algo assim.

Pois bem, [Soa a campainha] há um grande debate em meio aos que trabalham na VARIG, ao conjunto dos onze mil servidores, sobre “como seria isso?” Será que isso iria significar um corte da sua remuneração, dos seus direitos e tal? A minha pergunta é – Em que medida esta consideração, que avalio como positiva, poderá ser efetuada de maneira voluntária? Ou seja, digamos que haja onze mil e poucos servidores, trabalhadores, de pilotos [Soa a campainha] aos aeronautas e aeroviários, e assim por diante. Em que medida poder-se-ia implantar um caminho em que estes trabalhadores dissessem – “Aqueles que desejarem irão poder transformar a sua remuneração por tanto tempo em, não um pagamento, mas que se transforme em crédito para eventualmente isto ser transformado em quota de participação, ou nome que for, para estes trabalhadores”. Isto teria que ser necessariamente, nos estudos até agora elaborados, ao compulsório para todos ou poderia haver, digamos, uma grande consulta a todos, mediante o debate e o esclarecimento, e essa pergunta tem um sentido de relevância na medida em que, se há débitos ou dívidas para com os diversos credores da VARIG, que a VARIG precisa pagar, claro, a VARIG precisa pagar mensalmente os que colaboram com ela. Se estas pessoas estiverem dispostas a abrir mão temporariamente daquilo que iriam receber, mas transformando isto numa quota de participação em resultados futuros, isso pode ser uma

solução interessante. Quanto melhor esclarecido isto, provavelmente, maior será a vontade das pessoas [Soa a campanha] participarem disso. Então essa é a minha indagação. Em que medida esse pode ser voluntário ou compulsório. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Antes de conceder a palavra ao Dr. Marcelo, eu gostaria de indagar aos Srs. Senadores e Senadoras se melhor não seria, neste final de debate, que ouvíssemos os últimos oradores inscritos e, logo após, a resposta, a participação dos membros da Mesa, dos convidados. Os Senadores que aprovam esta sugestão permaneçam como se encontram. Aprovado.

Então, após o Senador Suplicy nós vamos ouvir os inscritos e, logo em seguida, os convidados. Concedo a palavra ao Dr. Marcelo.

SR. MARCELO GOMES – Senador, essa consideração da adesão dos funcionários a um plano de capitalização da companhia com os seus próprios salários ela está sendo executada. Existe um modelo dentro do plano de recuperação judicial, a criação dos fundos, nos quais os funcionários eles são credores também. Então eles podem converter esses créditos deles em ação da companhia. Paralelamente a isso, obviamente existem as dívidas correntes com os funcionários, que são os salários do dia-a-dia hoje. A VARIG hoje tem um número de funcionários superior ao tamanho dela, devido ao enxugamento das operações da VARIG. Então, com certeza, algum plano de redução de funcionários vai ter que existir. Quer dizer, se são mil e quinhentos, se são dois mil ou são três mil funcionários, vai ser definido ainda. Nós estamos estudando a forma de nós não perdermos esses funcionários, porque custou muito caro para você treinar um funcionário desse e você perder para a concorrência, o melhor seria mantê-lo de alguma forma que com o crescimento da companhia eu pudesse tê-lo de volta. Mas a consideração sua de como seria feito, isso só pode ser feito através de acordo sindical. Quer dizer, você tem que ter um acordo com todos os sindicatos, permitindo que parte do salário seja transformado em participação na companhia.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O Presidente que disse.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Tem a palavra.

SR. ELNIO BORGES – Seria interessante, com muita brevidade, abordar essa situação, iniciando pelo seguinte.

O Senador Suplicy é conhecido de todo o Brasil hoje pela sua boa-fé e a sua consistente perseguição da ética e imparcialidade em todas as suas interven-

ções. O Senador Paim é um homem de origem sindical, conhece bem o que é sindicato.

Para todos os presentes, e para que fique registrado, não existe absolutamente nenhuma divergência entre os trabalhadores da VARIG. Os trabalhadores da VARIG estão unidos, unanimemente unidos. Unidos para fazer a recuperação da empresa. Sr^a. Graziella, ex-aeronauta, está proibida pela assembléia de se manifestar em nome do Sindicato Nacional dos Aeronautas. Os Senhores precisam entender isto. Não temos problema nenhum de que ela venha, pelo contrário, acho que o debate é sempre bom, e se houver, e onde houver interesse de salvar a VARIG, todas as ajudas são bem-vindas para nós.

A parte objetiva de sua questão, Senador, não há uma possibilidade de se fazer voluntariamente. O plano é este. Está aprovado. Os trabalhadores da VARIG já têm as suas assembléias para acordo coletivo de trabalho. Os cem dias que passamos dentro da VARIG tentando implementá-lo, inclusive um dos presentes aqui, o Comandante Marsillac, é membro da Comissão de Acordo Coletivo do Sindicato Nacional dos Aeronautas, só foram frustrados pelo volume excessivo, exagerado volume de interesses em torno da Direção da companhia.

E finalizo lhe dizendo que isso remete a uma questão outra, que é esta dos Governadores se mobilizarem em torno do ICMS, a possibilidade do Fundo garantidor. Tudo isso deve ser, de alguma maneira, condicionado à efetiva mudança da VARIG. Não ajudou a contribuição da Governadora Rosinha com o ICMS. Absolutamente. Não ajudou. Primeiro, porque com deságio exagerado e indevido. E segundo, porque só ajudou a financiar a situação que nós estamos.

Então, a solução já existe, eu quero repetir aqui, está aprovada. A Justiça do Trabalho autorizou e os trabalhadores da VARIG, acelerando o processo de recuperação, são os primeiros lançadores em um leilão de compra da VARIG operacional. Há prazo judicial, é uma liminar vigente hoje. E está aprovado no plano. Eu acho que o que nós precisamos fazer aqui é ter oportunidade.

E eu lamento que hoje o Professor Paulo Rabelo não tenha tido a oportunidade de lhes mostrar o projeto que existe e a proposta de compra que existe e acelerar isto. Nós precisamos acelerar isto, para libertar a VARIG.

Imaginem os Senhores, uma empresa com um débito baixo, que é a VARIG operacional, com treze milhões de passageiros transportados no ano passado, com cinco bilhões de dólares faturados no passado, no mercado, ela, em si, é garantia para qualquer empréstimo do BNDES, por exemplo. Ela, em si, é garantia. Não é mais risco. Ela

se afasta do risco da VARIG, que está pendurada, sem deixar, dentro da nossa proposta, que a VARIG matriz, que a VARIG continue com ativos suficientes para continuar pagando a União, pagando o AERUS e pagando a todos. O AERUS vai ser tremendamente convertido por nós.

Então, o plano existe, a proposta existe, é plenamente viável, os trabalhadores não vão se manifestar sobre ele? Os trabalhadores já se manifestaram sobre ele. Os trabalhadores estão prontos, os trabalhadores estão sendo impedidos. Estão sendo impedidos. Por isso a nossa revolta efetivamente com o ato da Secretaria de Previdência Complementar, que impediu pessoas que estão contribuindo para este Fundo, desde 1982, que foi a época que nós começamos esse fundo, possam sacar parte desse dinheiro, de uma maneira criteriosa, que não exaure o Fundo, pelo contrário, permite que ele sobreviva e faça com que a VARIG continue. Esta é a situação. Todos nós estamos unidos. Não há divergência. A ex-funcionária, a ex-aeronauta Graziella Baggio, faz apenas um reflexo do aparelhamento político sindical partidário que está em todo o sindicalismo brasileiro. Não representa, absolutamente, os trabalhadores.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Se me permite um aparte, é que se esse debate vai se encaminhar, e nós conhecemos muito bem o mundo sindical, não é produtivo, porque eles virão aqui na semana que vem, em vez de fazer o debate em defesa da VARIG, farão novamente o debate das divergências no campo sindical. Quero cumprimentar V.S^a. pela forma que expôs aqui, e muito bem, só quero, se me permitir, quero só ajudar. Não vamos trazer as divergências sindicais, que são naturais, por isso tem doze centrais sindicais no País, para esse debate, porque daí não ajudará. Se me permite, só esse aparte. E, no mais, meus parabéns pela sua fala.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, eu queria dizer ao Dr. ELNIO BORGES, primeiro eu achei positivo que tenha dito que não há a que a Sra. Graziella Baggio e a Sr^a. Selma, Presidentes dos Aeronautas e dos Aeroviários, possam vir aqui. Eu expressei aqui há pouco que resolvi apresentar o requerimento porque elas são Presidentes dos Aeronautas e dos Aeroviários, e é uma entidade legalmente constituída e seria normal que pudessem ser ouvidas. Não sei as divergências que existem ali dentro com o detalhe que V.S^a. aqui registrou. Mas como mencionou que não tem objeção que elas também possam aqui trazer a sua contribuição, acho que isso é importante. E da mesma maneira como o Senador Paulo Paim, vamos agora então unir-mos no objetivo de [Soa a campanha] recuperar a VARIG.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Srs. Senador, Sras. Senadoras, antes de conceder a palavra...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – A audiência seria quinta-feira desta semana, Sr. Presidente? Não é na próxima, é depois de amanhã.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Não. Nós temos quinta e temos terça uma outra, por sugestão já dos Srs. Senadores presentes a esta Comissão. Eu, antes de conceder a palavra à Senadora Lúcia Vânia, eu gostaria de mencionar aqui a sugestão que foi feita pelo Senador Eduardo Azeredo, que foi colocada no papel aqui pelo nosso Comandante Marsillac, no sentido de formarmos uma Comissão Mista, de Comissões ou de Senadores, da Câmara dos Deputados, que também está interessada neste problema, e amanhã tem reunião. A Deputada está aqui prestigiando e naturalmente vai participar amanhã do debate. A Deputada [inaudível].

Então, é no sentido de viabilizar o encontro de contas e também fazer com que a BR Distribuidora e a INFRAERO, que são credoras da VARIG, e são prestadoras de serviço da VARIG, que manifestem também o seu interesse em dar um prazo de carência para o fornecimento dos serviços, como também, que se analise tecnicamente a possibilidade de usar recursos do Fundo de Pensão dos trabalhadores ativos para capitalizar a empresa. Naturalmente que esse Fundo de Pensão seria utilizado de forma voluntária. Aqueles trabalhadores que quisessem entrar na empresa através dos seus direitos poderiam entrar voluntariamente. Então é uma sugestão que aqui foi formulada em primeira mão pelo Senador...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Se me permitir um adendo, eu quero insistir com a questão dos Governadores. Que fique bem claro nesse documento que nós também gostaríamos muito que todos os Governadores que estão devendo para a VARIG, esse é o termo correto, não é? Que restituam à VARIG, de preferência na íntegra, sem deságio.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Exatamente. Houve 25% de deságio no Rio de Janeiro. Mas já foi um avanço, já foi um bom começo. A Governadora foi a única que fez e temos que registrar este fato auspicioso. Eu concedo a palavra...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, sobre aquela sugestão que eu havia feito, eu acho que se for enviado aos Embaixadores dos Estados Unidos e dos Reino Unido, abrange todos os Cônsules. Então, seguindo a sugestão da Secretaria e pediria então que possa ser preparado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – O Requerimento será alterado, nesse sentido. Senadora Lúcia Vânia, com a palavra.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, Srs. expositores. Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar os expositores e dizer, aqui foi colocado pelo Dr. Marcelo que, pela primeira vez, nós estamos testando a Lei de Recuperação de Empresa. Essa lei demandou um debate aqui na Comissão de Assuntos Econômicos por seis meses. E eu tive a honra de aprovar 54 Emendas na lei. Isso, ajudada pela minha filha, que é economista. E eu vejo, pelo que os expositores colocaram, eu perguntaria ao Dr. Marcelo, onde está o gargalo da lei? Porque, na verdade, o que nós temos aqui são credores, os trabalhadores credores em 52%. Eu acho, Sr. Presidente, V.Ex.^a, que é Presidente da Comissão de Assuntos Sociais tem que atinar bem para isso. Não se entende que uma empresa constituída por credores, por diversos credores e, dentre esses credores, 52% são trabalhadores, eu acho que, por si só, isso aí demandaria uma atenção especial. Principalmente nossa, na Comissão de Assuntos Sociais. Nós temos aqui como credores também a AERUS, que se predispôs a dar um percentual, que me parece que seria na ordem de duzentos milhões, para ajudar e, no entanto, o Governo vem e promove uma intervenção. Então, onde é que está a lei nisso aí? E temos um bilhão de reais, mais ou menos, como credores, a GE, BR, BANCO DO BRASIL e outros. E, por fim, 1.3 bilhões dos *leasings*.

Então, veja bem como é que está dividido os credores deste plano. E o que nos assusta é que, de repente, nós temos uma lei, a lei está determinando, ou pelo menos o objetivo e o princípio dela é recuperar uma empresa para evitar perda de trabalho, para evitar uma série de danos que poderia provocar ao meio empresarial e ao meio trabalhador. Então, eu perguntaria a V.Ex.^a, onde é que está o gargalo da lei, se a lei não responde ao plano, ou se o Governo está desconsiderando a lei, ao intervir nos planos, ao não permitir que todo esse processo seja feito de forma mais independente com a decisão geral dos maiores credores, que seriam os próprios trabalhadores.

E eu perguntaria ao Dr. Elnio – O que é que falta, na sua visão, para que o plano seja implementado? Então me assusta, me parece, quando V.Ex.^a, coloca a questão da dívida dos Governadores, é bem verdade que é um débito fiscal. Mas me parece que está faltando um operador. Um operador para ir atrás. E eu não sei como é que esse plano [Soa a campainha] está sendo aprovado e como é que isso dividiria com o este operador. Então essa é a minha pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Conforme ficou anteriormente combinado com a Comissão, nós ouviremos os oradores inscritos e, em seguida, os debates. Em primeiro lugar, o nosso grande Relator, o Senador Garibaldi, Relator da CPI dos Bingos.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, autoridades e dirigentes de instituições presentes à Mesa, claro que num Fórum como esse, numa reunião como essa, nós não podemos aprofundar os números em torno da crise da VARIG.

Mas me parece que uma solução só virá se realmente o Governo participar deste processo, desta operação ou desta solução. Se o Governo não participar, nós não teremos a saída tão esperada para que esse patrimônio, que não é da VARIG, mas que é do País, quer dizer, o que a VARIG representa para o País, possa ser recuperado.

Foi dada aqui uma sugestão de que deveríamos ir ao Presidente da República, através de uma Comissão, a despeito do que o Governo tem dito, para saber se o Governo ainda pretende participar. Eu gostaria, não sei exatamente qual foi o Senador que deu, foi o Senador Paulo Paim, porque eu não pude acompanhar todos os debates, eu gostaria de me associar à idéia do Senador Paulo Paim, e gostaria de sugerir ao Presidente que designasse o Senador Paulo Paim para ser o interlocutor que iria possibilitar essa audiência. Para que se procurasse tornar objetiva a questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – V.Ex.^a, está se referindo a audiência com o Presidente? É uma ótima escolha.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Foi uma sugestão do... A sugestão não é minha. Estou me associando ao Senador Paulo Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Da minha parte a sugestão de V. Ex.^a, está aceita e gostaria de consultar a Comissão se existe alguma divergência a respeito dessa indicação. Como não há nenhuma divergência, pelo contrário, acho que unanimidade na sua aprovação, fica então designado, em nome das quatro Comissões, o atuante Senador Paulo Paim para agilizar, articular a Audiência com o Presidente da República, com os Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas na solução desse grave problema que é a recuperação da nossa VARIG.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Claro que a gente aceita como uma missão. Vamos fazer de tudo para que seja o mais rápido possível e que essa Audiência Pública, de preferência, seja quando terminarmos as Audiências Públicas das quatro Comissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Exatamente. V.Ex^a. então terá tempo suficiente para agilizar esse ato que será histórico, o Presidente da República receber todos nós interessados em resolver esse problema. Vamos conceder a palavra... O Senador Garibaldi já terminou sua participação? Ao final, antes de ouvirmos os convidados, sempre nós concedemos a oportunidade aos Deputados, porque eles também concedem a nós quando vamos a Câmara dos Deputados. Por exemplo, a Deputada... O Deputado Babá também já solicitou, a Deputada Luciana Genro também está presente. Se por acaso desejar falar ao final depois da ouvida dos Senadores nós concederemos a palavra a V.Ex^{as}. com muito prazer. O Senador Maranhão e em seguida e o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB) – Sr. Presidente, autoridades convidadas que fazem parte da Mesa, eu acho que o Congresso Nacional está cumprindo o seu papel, analisando democraticamente as questões relacionadas com a crise da VARIG, sobretudo na busca de soluções para que a empresa e o transporte aéreo como um todo, saia dessa crise, saia desse impasse. A mim me parece que não nos é dado agora nessa busca quase emocional de solução emergencial, me parece que nós não podemos deixar de levar em consideração as causas, pelo menos uma parte delas ou a parte que me parece fundamental, na crise da VARIG pela qual já passaram outras companhias, como a TRANSBRAZIL, como a VASP e outras tantas. Naturalmente que existem diferenças e diferenças. Não vamos... Vamos procurar dentre esse elenco de causas que determinaram as crises de outras companhias, e agora a crise da própria VARIG, vamos procurar os pontos comuns. E me parece que um ponto comum é a questão da manutenção. Incluído aí não somente a manutenção técnica, a manutenção dos equipamentos em si, a parte mecânica e tudo que envolve a segurança do voo, porque tudo está dolarizado, e ainda por cima incide sob suas importações pesados encargos, essa é a questão crônica do Brasil, a questão dos encargos fiscais que incide. Mas, sobretudo, a questão que me parece fundamental, porque afora o próprio investimento nos equipamentos, a despesa maior que as companhias têm é a despesa com o combustível.

O combustível no Brasil é indiscutivelmente o mais caro do mundo. Eu não diria... Não posso garantir que seja o mais caro, mas um dos mais caros do mundo. O combustível seja o querosene de aviação, que é utilizado pelas companhias comerciais, quase que exclusivamente, e a gasolina de aviação, sobretudo, que é utilizada pelas empresas de táxi aéreo, muitas

delas que operam, sobretudo, no Brasil remoto, na Amazônia, e que são essenciais ao processo até de ocupação do território nacional, como a aviação geral, de modo geral.

Nós estamos aqui buscando a solução emergencial para essa crise da VARIG. [Soa a campainha]. E vamos ter que encontrar essa solução. Não é lícito, não é justo, não é admissível que o Brasil queira ignorar que a crise da VARIG afeta a economia nacional. Não só porque é um transporte estratégico, um transporte fundamental, mas, sobretudo porque a VARIG é um produto que internacionalmente projeta o Brasil. É uma empresa que emprega milhares de trabalhadores especializados e que, se ela for levada à falência, se a sua falência for declarada, evidentemente que esses trabalhadores não vão encontrar mercado de trabalho. De vez que o seu trabalho, os pilotos, os mecânicos, os aeronautas de modo geral, mas os aeroviários também são trabalhadores especializados. Eles se prepararam a vida toda para ser esse quadro de Excelência que o Brasil e o mundo inteiro reconhece.

Aliás, já que estamos falando na questão da segurança, na Excelência dos quadros e na própria organização da aviação comercial brasileira, eu quero me dirigir aqui especialmente ao Dr. Milton Sérgio Silveira, que é Diretor-Geral da Agência Nacional de Aviação. O Brasil precisa reagir, Sr. Diretor. Diante dessa declaração insólita e irresponsável do Cônsul americano em conjunto com o Cônsul da Inglaterra. Os dois sempre estão juntos quando se trata de discriminar os Países emergentes. A história que o diga, em outros momentos da vida, da relação internacional desses Países com Países da própria América Latina. Mas isso não está interessando aqui. [Soa a campainha]

Agora, o Governo Brasileiro precisa reagir, e de forma exemplificar, contra esse ato de irresponsabilidade. Esse ato atrevido de querer malsinar uma empresa que é um orgulho nacional de todos os brasileiros. E, sobretudo, porque a acusação ela é leviana, ela não procede, ela não tem fundamento. E ninguém melhor do que a Agência Nacional de Aviação sabe disso. Porque compete à Agência Nacional de Aviação, entre outras atividades, fiscalizar o bom funcionamento e a segurança das empresas brasileiras da aviação comercial e da aviação geral, assim como os táxis aéreos brasileiros. Então é preciso que haja uma reação.

Não é justo que o Brasil se limite a dizer – “Não, eu não concordo com isso”. Eu acho que esse ato é um ato de relação diplomática, a própria embaixada dos Estados Unidos tem que ser interpelada para desautorizar esse precipitado...

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Parece até um boicote.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB) – Claro que é. E nos é dado o direito, diante do que houve, de suspeitar que há algum interesse subalterno nisso aí. Não sei se há. Não estou querendo fazer juízo temerário, mas nos dá todo o direito de suspeitar que existe alguma coisa por trás disso tudo. Aqui já foi citado que nunca uma autoridade brasileira ou de qualquer outro País ousou fazer a mesma coisa em relação às empresas americanas que entraram em crise. Já agora tem pelo menos duas que estão em crise aí. Essa crise das empresas de aviação comercial no mundo ela é sempre recorrente. Ora é uma crise do terrorismo, mas mesmo sem terrorismo as grandes empresas americanas já enfrentaram grandes crises. Não adianta aqui querer analisar o porquê, mas essas crises aconteceram, mas elas acontecem.

Mas o que eu queria dizer, para concluir, é que nós não devíamos apenas ficar nas medidas emergenciais e específicas para o caso da VARIG. Um dos fatores que agravou a crise da VARIG foi, sem dúvida nenhuma, os custos da manutenção. Sobre tudo os combustíveis brasileiros que são escandalosamente caros. Estão entre os mais caros de mundo se não o mais caro do mundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Uma viagem internacional, por exemplo, se um avião sai lá de Porto Alegre e descer no Rio de Janeiro, o combustível é pago em dólar. Nossa moeda não é dólar.

[Soa a campainha]

SENADOR JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB) – Nós não vendemos, as empresas comerciais brasileiras não vendem passagem em dólar. Sem falar de outras coisas. Por exemplo, nós não vemos os aviões da EMBRAER serem vendidos no Brasil. Por um princípio geral de comércio, não se exporta imposto. Então um avião que vai para os Estados Unidos, que vai para muitos dos Países do mundo e que comprem porque o produto é bom, porque o produto é tão seguro quanto os melhores do mundo, eles não estão pagando impostos. Já as empresas nacionais não comprem os aviões da EMBRAER porque se comprarem os aviões vão ser onerados pelos pesados impostos que são cobrados aqui. Claro que eu não estou aqui querendo fazer... [Risos] pregar a política de renúncia fiscal, pura e simplesmente. Mas há que se ter um tratamento que permita, inclusive, a EMBRAER se sustentar também no mercado interno. Nenhum País industrializado pode ter uma economia forte se não tem consumidor interno. Já era tempo de se cuidar disso.

Mas eu volto à questão do combustível. Não teria sido uma das razões que levou a VARIG a essa situação? Todos reconhecem isso. Pelo menos nós lemos isso todos os dias nos jornais. Todos os dias nós lemos isso nos jornais. Por que então o Governo Brasileiro não... E nós aqui que temos também responsabilidade com isso, não estudarmos a questão pela causa que não está sequer sendo tangenciada nesse momento. Eu sou favorável a qualquer solução que permita a VARIG sair dessa situação. Pelos aspectos econômicos, pelos aspectos até de auto-estima do povo brasileiro, mas, sobretudo, pelos aspectos sociais. O prejuízo imenso [Soa a campainha] que nós vamos causar a uma parcela altamente classificada dos trabalhadores brasileiros. Os aeronautas, os aeroviários, enfim, todos aqueles que estão envolvidos com essa questão. Nem sequer discuto. Cabe aos técnicos, cabe ao próprio Ministério... Eu não sei porque é que a Ministra Dilma Rousseff não está aqui, porque todas essas soluções, como disse o Senador Garibaldi muito bem, passam pelo Governo Federal, passam pelo Executivo, o Legislativo discute, o Legislativo formula, propõe, etc., mas a decisão é uma decisão típica de Executivo. Não só o Federal, mas o Estadual também. Um bilhão e duzentos milhões de débitos com a VARIG. Quatro bilhões e meio do Governo Federal.

Então, eu acho que a solução não pode ignorar também a causa primária dessa crise, no meu entender. Posso até estar dizendo uma heresia, mas acho que não estou, porque conheço razoavelmente essa questão do custo dos combustíveis, não só para a aviação comercial, mas para a aviação de modo geral. Essa é a colocação que eu queria fazer, Sr. Presidente, que ficasse registrado aqui essa preocupação com as causas da crise, também. E no meio de todas elas, como principal crise no meu entender, a questão dos combustíveis, a questão da manutenção em geral.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Para conhecimento dos membros das quatro Comissões, a pauta das reuniões de Audiência Pública com as Comissões de Serviço de Infra-Estrutura, Assuntos Sociais, Assuntos Econômicos e Desenvolvimento Regional e Turismo, é a seguinte – Na próxima quinta-feira, às 10 horas, dia 27, portanto, estarão aqui presentes como convidados o Dr. Luiz Roberto Ayoub, Juiz da 8ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro. Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos, Procurador de Fundações. Dr. Adarci Reis, Secretário da SPC, Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência. Prof. Paulo Rabelo de Castro, Consultor da TGV. A Srª. Graziella Baggio, Presidenta do Sindicato Nacional dos Aeronautas. A Srª. Selma Balbino, Presidenta do Sindicato Nacional dos Aero-

viários, e o Dr. Demian Fiocca, Presidente do BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, BNDES. No dia 2 de maio, terça-feira, de hoje a oito, às 10 horas, Ministra Dilma Rousseff, Ministra da Casa Civil, e o Dr. Valdir Pires, Ministro da Defesa. Esta é a relação dos participantes dos próximos debates a serem realizados no âmbito das quatro Comissões que tratam da questão VARIG.

Eu concedo a palavra neste momento ao Senador Flexa Ribeiro, mas antes, porém Senador, eu gostaria de passar a Presidência dos trabalhos, tendo em vista que eu irei a Plenário tentar me inscrever para falar. Eu concedo a Presidência... Passo a Presidência ao Senador pelo Rio Grande do Sul, nosso Paulo Paim, para dar continuidade aos nossos trabalhos, e agradeço a todos os convidados pela deferência e cordialidade com que trataram todos aqueles que presidiram essa Sessão e todos aqueles que participaram dos debates.

Eu acho que esse debate foi construtivo, vai resultar positivamente em favor do Brasil. Porque se falando da VARIG, nós estamos falando do Brasil. De um patrimônio inalienável do povo brasileiro.

Portanto, com a Presidência o nobre Senador Paulo Paim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Paulo Paim, o Senador Arthur Virgílio solicitou-me que invertesse a ordem. Que ele tem um compromisso em Plenário, e da minha parte não há nada contrário. Posso passar então ao Senador, se V.Ex^a. concordar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos de imediato a palavra ao líder Arthur Virgílio, conforme já decidido pelo Presidente que me antecedeu, com cinco minutos, mas com a tolerância de mais cinco.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Muito bem, Presidente. Antes de mais nada, eu ressalto quando cumprimento todos os integrantes desta Mesa, tão consistentes, eu ressalto... Estava acompanhando no que podia o debate por informações de Assessoria e por televisão, o nível alto, a conversa construtiva, a busca efetiva de soluções. Mas faço aqui uma... E vou me ater a questões basicamente técnicas, mas evidentemente que manifestando a minha estranheza com algumas incoerências, uma delas básica. Eu vou ter que por uma incoerência ou outra, eu não sei se somas de incoerência, dá incoerência. Na matemática eu saberia da resposta, aqui eu não sei. É o Brasil abrir as burras do BNDES para o metrô de Caracas, numa hora em que Caracas não só esbanja... Eu diria até que desperdiça petrodólares como os aufere cada vez mais, e essa outra posição que se choca com a primeira do Governo de fazer o papel da Ms. Thatcher.

Ou seja, deixa quebrar, estou nem aí. Porque a Ms. Thatcher diria deixa quebrar. Bush não deixou quebrar as empresas após o 11 de setembro, mas a Ms. Thatcher diria deixa quebrar. Mas a Ms. Thatcher não colocaria nenhum tostão no metrô de Caracas. Ela procuraria trabalhar realidades nacionais, realidades brasileiras. Mas eu não vou por essa vereda. Primeira pergunta que faço dirigida, Sr. Presidente, à Mesa, ou seja, quem imaginar que pode respondê-lo ou deve respondê-la que o faça, não estou direcionando a quem quer que seja.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Todos Senadores falarão e responderão em bloco, no final.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Ah, muito bem. Então, a primeira pergunta – A VARIG que aufere somente com vôos internacionais, ou seja, traz para o Brasil moeda dita forte, um bilhão e duzentos milhões de dólares por ano, apenas com vôos internacionais, ela não seria viável economicamente? A segunda pergunta – Não seria de interesse do Governo Brasileiro, seria de interesse do Governo Brasileiro perder a marca VARIG no exterior? Isso demora décadas para se construir e eu não sei se não é algo a ser pesado à base do Meta comércio. Meta comércio é aquele que não aparece em dinheiro. Ou seja, se o Chile e a Bolívia, que já tiveram problemas de fronteiras terríveis, se diz assim – "Olha, eu gasto menos em armamento e você gasta menos em armamentos, aí você aplica em educação, eu aplico em saúde". Significa que eu passei a ter dinheiro com o qual eu não contava porque o dinheiro estava dirigido a armamentismo – isso em linguagem de economia de política internacional se chama de meta comércio. Então, não seria de se levar em conta esse dado de meta comércio que é o tempo que se leva para construir uma marca desse peso no exterior? Pergunto algo que – não sei se estou aqui repetindo outros colegas, se estou me perdendo – o prejuízo de socorrer a empresa não é menor do que a perda de arrecadação, dívidas tributárias hoje existentes? Se eu quiser ser bastante econômico, ou seja, o que é que é mais? O que a empresa tem a pagar ou o que seria o aporte necessário para ela com as intervenções todas necessárias para ela se soerguer.

Não seria possível se montar... Não estou falando de estatização, eu até sou contra a figura da estatização. Não quero voltar àquele passado, não. Tenho o maior medo de que muita estatização termine "delubizando" a economia. E eu não quero isso. Quero o Brasil a favor da correnteza que exige produtividade, exige competitividade sistêmica a partir de medidas que passam por reformas estruturais que precisam

ser retomadas nesse País, e passam, inclusive, por nós, entendemos como objeto de acerto o conjunto de privatizações que esse País vivenciou recentemente e que significaram muito.

Eu ouvi a palavra do Presidente da PETROBRAS outro dia dizendo que chegamos à auto-suficiência porque a PETROBRAS é estatal. Não é verdade. Chegamos à auto-suficiência por causa do esforço de décadas de brasileiros, e técnicos da PETROBRAS, de investimento de sucessivos governos e chegamos apesar da PETROBRAS ser estatal. Eu que sou a favor de mantê-la estatal. Chegamos porque se quebrou o monopólio estatal do petróleo e porque se fez uma reforma administrativa na PETROBRAS muito séria. Então não estou encampando a opinião do ilustre Prof. Carlos Lessa. [Soa a campainha]

Mas muito bem, não seria possível se estruturar a empresa... Aí sob a supervisão do Governo e não o Governo como dono da empresa, cumprir seus compromissos num projeto que levaria uma empresa com a sua credibilidade restabelecida a pulverizar ações no mercado? Pergunto ainda – Se a nova direção da VARIG desistir do negócio com os portugueses, quem pagará a conta de 12.5 milhões de dólares imposta pela TAP a título de indenização? Eu temo por um certo vácuo que vejo estabelecido aí.

Muito bem, aí eu volto àquela história da Ms. Thatcher. O Presidente Lula e os Ministros Guido Mantega e Dilma Rousseff afirmaram que não seria papel do Governo socorrer a VARIG, que teria que encontrar uma solução sem recursos públicos. Qual seria uma solução sem recursos públicos? Ou seja, mais simples é realmente deixar quebrar com os prejuízos todos que estamos vendo, mas eu insisto que nós devemos exercitar os nossos neurônios ao máximo para encontrarmos uma saída, uma saída que seja compreendida, inclusive pelas concorrentes. Não é hora da concorrente tal querer ganhar a outra, abocanhar. Não. Está na hora de pensarmos grande, e não abrir mão de uma empresa com características multinacionais, transnacionais como a VARIG que deveria ser... só entregar se não tiver mesmo outro jeito. Se for essa, de fato, no consenso, a melhor saída para o País.

Muito bem. Aí essa aqui é a minha Assessoria... Eu tenho um pessoal perverso na Assessoria. Eles falam assim – “Em seus tempos de sindicalista, Lula assinou artigo defendendo ajuda do Governo à VARIG. Porque está se negociando ajudar?” Eu não estou aqui querendo discutir o passado do Presidente Lula porque eu não sou psicanalista, eu entrei por outro ramo de atividade. Eu enveredei por outro ramo de atividade humana, enfim, de atividade profissional. Eu sou mais do ramo das ciências sociais, mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – A gente acaba tendo que ser. Mas eu não tenho essa ambição... Psicólogo, assim aquele Psicólogo meio rábula, aquela coisa... Mas o fato é que eu não estou dando bola para os artigos que o Presidente assinou. Não quero questioná-lo, ou seja, o Presidente assinou artigos ingênuos, como quase tudo que dizia era ingênuo, como quase tudo que dizia não era prático, como quase tudo que dizia não era para realizar, como quase tudo que dizia visava mesmo a manter aquela aura do líder popular que faria o Governo ideal quando esse Governo ideal se apresentasse à frente dele. Então não quero questionar a figura. Me interessa muito pouco essa figura. Me interessa saber do Presidente da República de hoje, se ele é capaz de compreender a importância de uma grande empresa nacional. Com ramificações no exterior forte. Com características transacionais. Se ele é capaz de entender hoje, agora, neste momento, o Presidente Lula se ele é capaz de entender neste momento agora que nós poderíamos perfeitamente tentar uma saída que fosse a de menor custo para os cofres públicos e que redundasse com muita rigidez em relação às cobranças a se fazer à VARIG do ponto de vista de não dispensar dinheiro público lá, mas com a saída com o menor custo de dinheiro público que mantivesse voando uma empresa que a mim... Eu vejo, imagine o Paim, o Pedro Simon, imagine o Zambiasi, eu vejo com dor. Eu olho no aeroporto, toda hora estou no aeroporto e vendo no aeroporto, até quando isso vai ficar aqui, quando é que nós vamos ter de novo? E eu vejo e é muito fácil. Algumas pessoas escrevem com lucidez, “Ah, mas as empresas nascem e morrem como as pessoas”. É verdade. Nos Estados Unidos a PAN AM morreu. É verdade. Mas é verdade que com o 11 de setembro o Presidente Bush entendeu que estava na hora de dar uma injeção naquelas empresas lá, ate pelo trauma que a sociedade e o turismo americano sofreram com o gesto deslocado da Al Qaeda.

Eu não gostaria... Não ficaria bom para minha consciência não fazer um gesto. “Ah, mas está adotando posições nacional-desenvolvimentista”. Não, não estou querendo aceitar a posição do ilustre e respeitável Prof. Carlos Lessa. Não é essa posição que eu quero, não. Eu só estou querendo saber se na lógica de um País moderno, de um País que se insere cada vez mais no mundo da economia dos mercados globalizados, se nós temos ou não temos saída para uma grande empresa brasileira. Se a saída mais simples é essa. É essa “*a la Thatcher*”. E aí eu queria o dinheiro do BNDES de volta, aquele do metrô de Caracas, para

sermos pelo menos minimamente incoerentes, nesse mar de incoerência que eu estou vendo grassar neste País. [Soa a campanha]

Eu vou correr no Plenário, porque eu tenho uma fala para fazer e volto para ouvir a resposta, porque eu sei que ainda tem gente na minha frente. Muito obrigado aos Senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – O Senador Arthur Virgílio ficou exatamente dentro do tempo. Cinco com mais cinco.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Como sempre. [Risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro, cinco minutos com mais cinco.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente Senador Paulo Paim, eu quero saudar a todos os nossos convidados e dizer a V.S^{as}. que escutei atentamente os quatro primeiros. Tive que me ausentar para participar de uma outra Audiência Pública na Comissão de Meio ambiente e retornei aqui face à importância do tema que estamos aqui discutindo. Tão importante é que une quatro Comissões Permanentes da Casa, e traz com muita satisfação para nós, muita honra, os Deputados Federais dessas também Comissões da Câmara, de discutir em conjunto, já o Congresso Nacional mobilizado para discutir a questão da VARIG, que é uma questão que eu diria nacional.

Há uma comoção da sociedade brasileira no sentido de encontrar, de se ver uma saída para a permanência da VARIG no setor da aviação civil do nosso País. E aí, Senador Paulo Paim, V.Ex^a. que tem sido defensor permanente aqui da causa da VARIG, e de todos, todos os Senadores, todos os Deputados, eu diria todos os brasileiros defendem a causa da VARIG. Eu até pelo que eu pude depreender das informações dos quatro primeiros convidados, nós já temos uma análise aprofundada da situação da VARIG. Nós temos um diagnóstico da questão da VARIG. Nós temos que ter é o receituário, agora, para que a gente possa tirar esse paciente. Senador Arthur Virgílio disse ainda há pouco que as pessoas nascem e morrem. Mas a morte do ser humano é inexorável. Nós temos que aqui lamentar o fechamento de qualquer empresa, seja ela de qualquer porte. Porque quando se tenta diminuir a taxa de desemprego, nós temos que começar lutando pela manutenção dos empregos atuais. Porque cada vez que a gente cria emprego nós perdemos outros, nós vamos ficar sempre numa aritmética de resultado pelo menos zero. E nós temos que ter resultado positivo na diminuição da questão do desemprego.

Então, eu ouvi atentamente. Me parece que a primeira questão que é sobejamente de consenso, foi

o afastamento da gestão da VARIG que levou a essa situação que a VARIG se encontra. Houve a mudança de gestão. Há o engajamento de todos os trabalhadores da VARIG. O Dr. Marcelo colocou aqui com propriedade, fazendo uma avaliação do teste que está passando a nova Lei de Recuperação das Empresas, e fazendo um paralelo com a legislação americana, no sentido de que a VARIG não teve o cuidado – a Senadora Lúcia Vânia há pouco perguntou qual seria o motivo – a VARIG não teve o cuidado de se preparar para ser atendida pela Lei de Recuperação das Empresas. Ou seja, ela não... Não sei qual o motivo, mas ela não fez um caixa para manter a necessidade, ou o não atendimento que é natural, é de mercado, dos credores e dos fornecedores dela quando entrasse no plano de recuperação, que ainda é visto a nível nacional como uma falência, apesar de não ser mais, e de forma acertada aprovada aqui no Congresso Nacional.

Então eu acho que a primeira coisa que nós tínhamos que fazer, e quero dizer que o Senador Sulyc ainda há pouco disse que voou pela VARIG, eu tenho desde que possível, voado pela VARIG. Eu tive uma reunião quarta-feira à noite em São Paulo, fui ao início da noite e retornei de lá pela VARIG, porque tinha que estar aqui cedo no Congresso, no Senado, e saí de lá nesse mesmo vôo que ele fez referência 6h56 de Congonhas e saiu pontualmente. Lamentavelmente o número de passageiros não era aquele talvez adequado.

Então, primeira coisa que temos que fazer, ao invés de fazer o que o Cônsul dos Estados Unidos e do Reino Unido fizeram, é de instar à população brasileira que faça, de preferência nesse momento, a voar pela VARIG, para que a VARIG possa ter a capacidade de voltar a ter a sua saúde financeira para atender as necessidades imediatas quais sejam aqui já colocadas.

E apenas para colocar aqui, Senador, e sou solidário à questão da VARIG, tenho vários amigos que são comandantes da VARIG, e tenho pessoa de família minha que era do Grupo VARIG Cruzeiro do Sul, que foi incorporada, então eu tenho e sou solidário como os outros Senadores, também, a todas as propostas que aqui foram postas. Acho que nós temos que acelerar essas Audiências Públicas para que se chegue, porque o processo que leva a insolvência de um Banco é a corrida dos clientes a retirar o dinheiro. O que pode levar a insolvência da VARIG é a ausência de passageiros para manter a sua atividade do dia-a-dia.

Então, é por isso que eu digo – Quem puder que voe pela VARIG nesse momento que a VARIG precisa de apoio de todos nós, mas precisa do apoio também dos passageiros brasileiros que o façam.

E aí eu queria colocar aqui como provocação, até para tentar... Provocação no bom sentido de se tentar encontrar uma saída. Foi colocado que havia um interesse dos aeroviários da VARIG, trabalhadores da VARIG, de utilizar parte do seu Fundo de Pensão para capitalizar a VARIG, algo em torno de duzentos milhões de reais. Me parece que esse seria o número e que em face do Governo Federal no AERUS, não foi possível. Não sei o caso, Senador Paulo Paim, isso já foi feito em outras oportunidades, não para essa finalidade, mas para capitalizar a PETROBRAS, para capitalizar a VALE DO RIO DOCE, no sentido de trocar as suas ações pelo FGTS dos trabalhadores. Não seria o caso agora de haver um estudo nesse sentido, já que é uma ação de escolha pessoal, não é nada impositivo que se possa fazer uma capitalização da VARIG via o uso do FGTS, troca de ação. Seria uma questão de risco. Quem acreditar na VARIG vai lá e pode comprar o número necessário de ações no sentido de tentar capitalizar a VARIG.

Eu coloco isso aqui no sentido de abrir essas oportunidades para que a gente possa encontrar um caminho que de uma forma bastante ágil possa então dar o reforço necessário. Porque eu tenho certeza absoluta, que assim como as outras companhias estão em condições de terem auto-suficiência e terem lucro, a VARIG também. Resolvido esse problema emergencial que já se arrasta há bastante tempo, ela possa então, a partir daí, saudar seus compromissos. Aí é ganho para todo mundo. Porque nós estamos falando de 11 mil funcionários, mas não estamos falando dos indiretos. Aqueles que dependem dos que prestam, e o comandante me ajuda aqui dizendo que são outros 50 mil trabalhadores que também serão penalizados, que aí eu acho que ninguém lucra. O próprio governo e os próprios credores não terão como, já que o patrimônio é negativo, não terão como se retornar, terem de volta os seus créditos junto à VARIG.

Então, é preciso que haja um esforço de todos no sentido que com uma injeção de recurso a gente possa revigorar e ter esse patrimônio nacional continuado. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Quero dizer que a sua sugestão nós vamos encaminhar à Comissão para um debate adequado. De imediato, Senadora Serys Slhessarenko. Cinco minutos com mais cinco.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Bom, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Senhores que participam dessa Audiência Pública, eu diria da maior relevância e acredito que muita coisa aqui já foi discutida, muita mesmo, e como nós já temos mais duas audiências, foi isso que eu entendi quando

eu adentrava aqui, dois momentos de audiência e talvez até mais nos próximos dias, eu diria que a gente vai... Que a nossa crença de que vai se encontrar uma saída. Todo mundo junto buscando.

Não precisa dizer da minha crença na importância da VARIG. Pela sua tradição, pela história, etc., etc., etc. Pelos trabalhadores, são milhares e milhares, estão sendo falados aí, 11 mil diretos, 50 mil indiretos, e isso aí é uma questão que tem que ser considerada, sim. É o turismo brasileiro. Me preocupa grandemente. Por exemplo, eu sou Senadora pelo Estado de Mato Grosso. A VARIG já parou lá em Mato Grosso tem algum tempo. Nós brigamos do jeito que pudemos, tentamos segurar pelo menos um vôo da VARIG e não conseguimos. Aí existe lá um entendimento, passam os vôos internacionais, para as outras companhias, enfim, o turista chega lá. Mas chega já com muito mais dificuldade do que chegava quando tinha o vôo da VARIG.

Mato Grosso que é um Estado em potencial gigantesco turístico, que está começando agora a se organizar, tem muito para se tornar muitíssimo maior. Eu diria que hoje ele é 10% do que ele tem de potencial. Mas uma questão como essa da VARIG já atrapalha até os 10% que a gente já tinha.

Então, eu acredito que essas questões todas têm que ser consideradas. Não é simplesmente vai a falência e acabou. Agora, por outro lado, eu me questiono também, eu diria que isso tem que ser aprofundado grandemente, o entendimento que levou a VARIG a essa situação. Porque de repente tem gente que se beneficiou. Eu não sei, não estou fazendo nenhuma acusação aqui. Eu só quero saber. Eu acho que a gente precisa saber. Porque essa história de não vamos olhar para o passado, deixa os culpados para lá, é isso que vai levando uma coisa atrás da outra. Essa é uma questão. Acho que tem que esclarecer essa questão. Como vai se buscar esclarecimento, eu não sei. Não sei mesmo. Em termos de investigações, etc. Não é só simplesmente deixa como está e vamos ver daqui para frente. Tem muita gente que adora esse discurso por aí em todos os sentidos. E eu não gosto, não. Eu gosto de tocar daqui para frente, mas eu gosto de ver por que é que isso ficou lá para trás. Não é só no caso da VARIG, em tudo, mas na VARIG, também.

Então eu acho que essa questão seria importante. Agora vejo que a gente tem que achar uma alternativa, tem que achar uma saída. Sei também que o Brigadeiro João Carlos é uma pessoa que tem um grande conhecimento como todos os outros, eu não estou discutindo, até porque eu não assisti de todos, [Risos] assisti os dois primeiros, que eu tinha várias outras Comissões, como tenho já, já, aqui para a Co-

missão do orçamento. E eu gostaria de fazer uma pergunta bem direta – Qual a solução para o caso da VARIG, tanto no que tange a VARIG nacional quanto a VARIG internacional? Ponto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – De imediato a palavra ao Senador Romeu Tuma, cinco minutos com mais cinco, se necessário.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu vou procurar ser rápido, que infelizmente como disse a Senadora Serys, vai para cá e vai para lá, essa correria a gente acaba perdendo mais da metade do que é colocado aqui.

Então, praticamente a gente fica quase sem pergunta a fazer. Eu queria só fazer uma sugestão para BR para falar com a PETROBRAS, fazer uma campanha através dos aviões da VARIG. O Brasil conseguiu auto-suficiência em petróleo e pagar em querosene de aviação. Provavelmente ajude a VARIG a voar com essa publicidade pelo País e pelo mundo inteiro. Não estou falando de brincadeira, estou falando que já que há um investimento enorme da PETROBRAS na campanha da auto-suficiência, eu não estou criticando a campanha, eu estou apenas achando que poderia usar o avião da VARIG e botar ali e a VARIG receber em combustível. Talvez isso aliviasse e desse condições de voo.

Mas eu vôo pela VARIG. Ainda semana passada, Senador Paulo Paim, o Paulo Paim é gaúcho, tem um amor especial pela VARIG. Eu como paulista também tenho. Eu passo toda semana na Ruben Berta, porque eu moro pegado ao aeroporto. Então mesmo para ir ao aeroporto ou não, eu passo pela Ruben Berta. Então o Senador Simon talvez tenha cometido um pouco de injustiça em dizer que se a VARIG fosse paulista estava resolvido. Não é verdade. Eu acho que o amor que se tem pela VARIG ele é histórico, Senador Paulo Paim. Ela tem a vida toda a serviço do País, em divulgar... Era considerada... Sempre a gente procurava vôos internacionais a VARIG pelo atendimento elitizado que ela dava ao passageiro. Ainda semana passada eu pedi para ir a São Paulo num vôo de um horário que eu precisava, a secretária disse, “Só tem da VARIG. Eu vou ver da TAM e de outras...” Eu disse, “negativo. Por que é que não da VARIG? Eu vôo na VARIG”. “Mas estão cancelando”; “Não importa, eu vou ao aeroporto, se cancelar eu procuro outra”. E eu fui e sofri muito nesse vôo, Senador. Sofri porque a chefe da equipe sentou ao meu lado e começou a chorar pelo desespero que os funcionários da VARIG estão sofrendo com a possibilidade de ficarem desempregados. E não há a possibilidade de repor essa mão-de-obra especializada em outros setores de trabalho. Porque a maioria tem mais de 15, 20 anos de serviço e não vão encontrar emprego fácil. Alguns pilotos conseguiram ir para

Ásia, para outros lugares que eu já cruzei com eles, mas a grande mão-de-obra que é especializada, a VARIG antiga, ela não tem como recompor os empregos se a VARIG fechar.

Então aqui tem propostas de sacrifício de funcionários, de sacrifício até da Previdência. Eu até li com atenção do Grupo VARIG e do Jorge Lobo a apreciação, inclusive o comentário do consultor, estão gerenciando, e ele fala que o plano emergencial da ALVAREZ & MARSAL negociando com os credores. Fora a BR Distribuidora e a INFRAERO. Porque V.Ex^a. disse aqui, que uma estatal não pode. Depende do Tribunal. Se o Tribunal decidir o contrário, não tem como socorrer. Mas a BR é uma estatal relativa, porque a PETROBRAS tem ações de fora. Ela é o capital misto. Então não sei se ela pode ou não negociar a BR essa parte de financiamentos novos para a VARIG continuar voando. Eu faço um pouquinho de... Para trás. Eu tenho um minutinho ainda. Mais para trás, eu estou aqui há 10 anos. Oito do primeiro mandato e dois do segundo mandato. [Soa a campainha] Acho que mais de cinco, seis anos nós temos Audiências Públicas dedicadas às companhias áreas. Pelas dificuldades que elas atravessam, inclusive do período de intervenção. Que tiveram que ir à justiça e a grande maioria... Não sei se já falaram sobre isto aqui, a grande maioria teve vitórias na justiça e querem fazer um encontro de contas.

Eu tenho muito respeito pela Ministra, acho que ela virá aqui, mas eu não entendi por que é que é um saco sem fundo, Senadora Lúcia Vânia. Eu não entendi. Porque quando se fala um saco sem fundo é porque tem algum ralo grave ali que não dá para segurar o dinheiro. Você tem que equacionar a dívida para pagamento de dívida e direto. Do Banco que financiar direto com o credor. Não vai para mão da administração. Então tem que ser um crédito fixado já para fazer o acerto de contas. Então eu não sei o que é saco sem fundo. Não entendi. Sei que a Ministra é uma pessoa correta, tem respeito pela sociedade, e acho que a empresa é uma empresa que eu vi todos aqui ninguém aqui falou uma palavra contra a recuperação da VARIG. Ou como diz o Senador Arthur, Margareth Thatcher. Nenhum deles falou com a Thatcher da Inglaterra. Todos querem ver qual é o caminho que dá para solucionar. Estão tão desesperados, provavelmente, como os funcionários. Porque não querem ver a VARIG se afundar completamente nessa luta que se desenvolve.

Eu acho que o País inteiro, Senador, não são só os Senadores gaúchos, não. Acho que eu queria me incorporar como paulista à luta do Senhor e sei que os outros paulistas também têm isso, em Goiás também, todos nós queremos que a VARIG se salve de alguma forma. Eu não... Eu vi aqui. O que é que é garantia de

penhor do *Smiles*? O Senhor falou sobre isto aqui. Pelo menos está nesse VARIG um patrimônio nacional, um estudo que foi feito pela Advocacia, fazendo referência à empresa ALVAREZ & MARSAL. Não é isso? TOUTCHE TOHMATSU e ALVAREZ & MARSAL que está fazendo a busca de uma solução técnica e econômica para isso. E essa intervenção, no fundo, que o Governo fez para seqüestrar os bens do fundo, para evitar que esse capital pudesse servir de geração de capital para a VARIG, qual foi a fundamentação correta e legal que foi dada para que isso houvesse uma intervenção em 24 horas? Praticamente de um dia para outro quando houve o compromisso dos funcionários de abrirem mão dos fundos para poder ajudar a VARIG com o saldo de quinhentos milhões, se não me engano, que tem no fundo. Não é isso?

Então, Sr. Senador, é isso aqui. Estou pronto para colaborar no que for possível. Acho que a luta é grande e tem que se encontrar uma solução talvez dentro desse plano de recuperação das empresas e ver se tem um espaço, um *stand-by* que o Governo, já que o Juiz tem uma decisão favorável, uma perspectiva de solução, que os outros setores públicos que também acompanhem num prazo em *stand-by* para ver se consegue alcançar aquele fundo para tentar equacionar os problemas da VARIG como pagamento do passado e ter um presente mais ativo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Todos os Senador já fizeram uso da palavra. Por uma decisão do Presidente anterior, ele havia já anunciado que depois que os Senadores falassem, ele abriria mão para os Deputados presentes. Como só está presente o Deputado Babá, e o horário já ultrapassa às 14 horas, Deputado Babá fará uso da palavra e em seguida, independente da chegada de um outro Parlamentar, a gente vai passar a palavra à Mesa por cinco minutos com mais cinco. Eu peço ao Deputado Babá se possível ficar dentro dos cinco minutos. Está com a palavra.

DEPUTADO BABÁ (PSOL-PA) – Pois não. Muito obrigado, Paim. Primeiro que eu queria falar que a minha companheira Luciana que estava agora há pouco aqui comigo não vai poder vir porque nós estamos com outro compromisso de bancada. Então, eu vim aqui falar pela bancada do PSOL.

Eu acho que o importante desse debate, primeiro, é constatar que a VARIG é uma realidade nesse País. Mesmo com problemas. Uma empresa que é um patrimônio nacional, não apenas de seus funcionários. E efetivamente os funcionários sempre nessas crises, são os que saem mais prejudicados. Podem ir atrás como andam hoje os trabalhadores da VASP, como andam os trabalhadores da TRANSBRAZIL, que no

caso é diferente da VASP, porque efetivamente o Sr. Canhedo e o proprietário da TRANSBRAZIL deram belos canos nesse País, no orçamento público, e que levaram aquelas empresas a uma situação de insolvência, mas quem pagou o preço alto foram seus trabalhadores. Pilotos, Comissários de bordo, Comissárias de bordo, pessoal da manutenção. E a VARIG tem um patrimônio acumulado de profissionais com a maior qualidade, sem sombra de dúvida desse País, é um exemplo. Aliás, a aviação brasileira tem tido um grau de respeitabilidade pela sua atuação e a VARIG é um exemplo disso. Inclusive pela dedicação desses trabalhadores que estão aí, dos aposentados que estão na iminência de dentro em pouco não receberem mais nada do AERUS, e que é preocupante.

Pessoas que estão aí, que dedicaram a sua vida à empresa e a esse País, que daqui a alguns meses terão que cair, na verdade, da aposentaria que recebem para uma aposentaria simplesmente do INSS que todo mundo sabe o baque que é para essas famílias. Mas, aos milhares que trabalham na VARIG, os familiares deles, infelizmente eu não trouxe uma cartinha que uma menina tentou entregar para o Lula, filho de um Comissário e uma Comissária mostrando qual a situação dessas famílias.

E eu queria pegar essa discussão por um lado. Eu participei domingo num ato, no Rio de Janeiro, dos companheiros, como a companheira Luciana participou lá no BRIC da Conceição, que nós estamos acompanhando efetivamente esse caso, e é interessante perceber, e aí eu falo ao Governo aqui, tanto a INFRAERO como a BR Distribuidora que é uma companhia estatal, por mais que seja capital aberto, é Governo. Não adianta tirar agora, dizer que é uma empresa de capital aberto, por isso tem que dar responsabilidade aos seus... A principal responsabilidade da BR Distribuidora efetivamente é com a população brasileira porque é uma empresa estatal. E mais. O Governo deve à VARIG quase cinco bilhões de reais. Só isso praticamente já resolveria em grande parte o problema da VARIG. A Ministra Dilma Rousseff disse que vira as costas e diz que não vai injetar dinheiro público na VARIG, como se esse Governo não tivesse devendo nada para VARIG. Só isso já resolveria em grande parte este problema.

Mas é interessante, o mesmo Governo que vira as costas para a VARIG, uma empresa nacional, com todos os profissionais aqui nesse País que voa, que tem vôos internacionais, que eu acho que o Governo Brasileiro em retaliação deveria também colocar ao Sr. Ministro das Relações Exteriores para dizer para a população brasileira não voar nas companhias norte-americanas e nem européias que viessem para fa-

zer esse vôo internacional para o Brasil, porque não é possível que a gente fique recebendo todos esses ataques e não faça nada.

Mas, vejam bem a contradição ao Governo. Vira as costas para a VARIG dizendo que não pode injetar dinheiro público na VARIG. Mas na Brasil Ferrovias o BNDES entrou com um bilhão e quatrocentos milhões, há pouco tempo atrás, de uma empresa que, na verdade, deu um prejuízo brutal a esta Nação, que foi privatizada, o Governo Lula teria todas as condições morais de reestatizá-la, porque era uma empresa estatal, porque foi entregue na época do Governo Fernando Henrique Cardoso como toda a crise que fizeram com as ferrovias brasileiras argentinas, que também está causando o mesmo problema naquele País. O Governo injeta um bilhão e quatrocentos milhões.

Na ELETROPAULO, onde a ENRON, que deu aquele cano internacional, que comprou a ELETROPAULO, a AES. E qual foi o papel do Governo? Que deu também outro rombo. Qual foi o papel do governo? Foi reestatizar a ELETROPAULO como deveria ter sido feito? Não. Injetou dinheiro público na ELETROPAULO porque o Bush assim queria. Porque o Bush não permitiria. Infelizmente é essa a situação. Um Governo refém do capital internacional, que não pode despendar nem os cinco bilhões que deve à VARIG, mas pode pagar 11 bilhões ao mês só de juros da dívida pública, em média. Porque nos últimos meses foram 15. Ora, vejam – No último mês o Governo paga 15 milhões de juros aos banqueiros [Soa a campanha] – Eu pediria dois minutos para concluir – E se nega a pagar um terço disso à VARIG que corresponde na verdade, três vezes a dívida da VARIG. Em um mês de juros da dívida. Não estou nem querendo entrar na questão social, do País, tudo mais. Só para dar um exemplo de como o Governo age com relação quando é uma empresa multinacional, ele ajuda. Quando é uma empresa nacional, ele vira as costas e nem paga o que deve.

Portanto, nós queremos chamar atenção da população brasileira que ela tem que sair às ruas, porque essa luta não é apenas uma luta dos trabalhadores da VARIG. Essa é uma luta da população brasileira, se não quer ver essa empresa parar na mão da TAP ou das empresas multinacionais ou ser incorporada por empresas brasileiras de menor capacidade do que a própria VARIG no jogo que está aí por trás, na penumbra, que não se sabe efetivamente a quem beneficia, apesar de...

[Soa a campanha]

Eu vou concluir, Paim. Para dizer ao Governo Lula que não é possível tratar esses milhares de pais de família que trabalham perfeitamente para esta Nação e não destinar a dívida e, inclusive, da mesma forma que

fez com a Brasil Ferrovia. Por que é que o BNDES não pode também pegar, virar sócio da VASP em parte para ajudar na recuperação da empresa? Por que é que não pode? É por que ela não é comandada pelos Estados Unidos? É para beneficiar a AMERICA AIRLINE? É para beneficiar a BRITISH? Efetivamente, é.

Portanto, Tenente Brigadeiro da INFRAERO e vocês, inclusive, são um exemplo de trabalho. Felizmente não foi privatizada a INFRAERO. Felizmente. Porque aí nesse ponto os militares tiveram um peso importante nesse País, porque na Argentina foram privatizados todos os aeroportos. Foram privatizados AEROLÍNEA ARGENTINA [Soa a campanha] e entregue na mão do capital espanhol e está na mesma crise ou maior do que a própria VARIG que atravessa no Brasil.

Então eu concluo aqui, em nome do Partido Social da Liberdade, nós temos que entender que o Governo tem que dar uma saída. Quem pode dar a saída a essa situação? O Governo primeiro, pagando a dívida que deve à VARIG, a BR Distribuidora que tem que compreender que é uma empresa pública e não uma empresa privada. Que tem que atuar assim não para objetivar e, aliás, o Juiz que tomou a decisão de impedir a entrega do avião da VARIG à empresa norte-americana agiu corretamente, como agiu corretamente o Juiz que não aceitou pedir a falência da VARIG. Agora, o Governo tem que ser pressionado a destinar o orçamento dessa Nação em parte para pagar a dívida e até para ajudar na recuperação da VARIG. Porque esse é o interesse também nosso, do País, de cada brasileiro, efetivamente sabendo com todos os problemas que hoje atravessa. É isso, Senador Paim, que nós queremos colocar aqui em nome do PSOL. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS) – Essa Presidência abre mais uma exceção. O Deputado Perondi pediu um minuto. A Mesa vai dar dois minutos. Um mais um.

DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS)

– Parabéns, Senador Paim, Senador Simon, Zambiasi, por marcarem essa Comissão e trazer esse assunto que é importante. Que o Brigadeiro, Tenente Brigadeiro José Pereira disse muito bem da revista Isto que a VARIG tem posição estratégica no País. Parabéns, Brigadeiro José Pereira. O Senhor, o Ministro Valdir Pires, Ministro Marinho estão com essa visão maior, mais profunda do que significa a VARIG. A VARIG, no mês de março, transportou quase um milhão de passageiros, quase meio bilhão de receitas, e em termos de divisas traz um bilhão e duzentos, meu caro Dr. Milton Zuanazzi, gaúcho, que conhece mais do que quase todos aqui a importância da VARIG para o Rio Grande do Sul e para o Brasil. Um bilhão e duzentos

na nossa conta corrente, nossa balança comercial. [Soa a campainha]

Então precisa, sim, a visão maior do Governo. A VARIG que nós gaúchos, os cariocas, enfim, funcionários todos, aonde tem ponto da VARIG não querem meu caro Pedro Pereira da nossa querida BR Distribuidora. A VARIG não quer esmola, não quer intervenção, não quer dinheiro público. Quer uma relação comercial, apenas comercial, meu caro Senador Paulo Paim. E eu tenho certeza que não passa pela cabeça do núcleo duro do Governo que o caminho é o capital paulista assumir, através da TAM, a VARIG. O que havia dois anos atrás, há dois ou três anos atrás, pelo Chefe da Casa Civil. Não passa pela cabeça. E mais, temos o Dr. Ayoub, firme e claro. [Soa a campainha] o Juiz que mergulhou, que administra como Juiz a recuperação judicial, acha que é viável. E realmente é viável. E já tomou a decisão de passar as ações para a Fundação Ruben Berta, já tem aí Dr. Marcelo representando a ALVAREZ para fazer a gestão judicial com competência.

Para encerrar, Senador Paim, eu não acredito que o Presidente Lula que quando sindicalista, que quando Presidente do PT, escreveu muitos artigos da importância para os trabalhadores da VARIG, e para o Brasil da VARIG, talvez Senador Paim, e isso é importante, o Congresso como está se manifestando, a Câmara e agora o Senado com força, passar mais informações. E aí tem Dr. Milton, o Brigadeiro e o Pedro Pereira de passar essas informações seguras. E mais, para encerrar de fato, o Tribunal de Contas aberto. [Soa a campainha]

Então, é confiar na recuperação. Retirar da Fundação Ruben Berta. Os dráculas lá que mamaram, sangraram ao longo dos últimos 15 anos, têm que ir embora. Têm que ir embora de uma forma ou outra. Mas o Governo não pode ficar com essa marca. E está claro. É incrível com toda campanha negativa até semana passada. De semana passada para cá a imprensa começou ver que a VARIG é viável. E o Governo começou a reavaliar, o povo continua viajando, não é comandante? Continua viajando.

Então, evidente, não se quer dinheiro público. Não se quer. É uma relação comercial, meu caro Pedro. A PETROBRAS comemora a auto-suficiência. A PETROBRAS não pode comemorar o enterro por simplesmente um rigor comercial. A VARIG está no ar, a VARIG vai continuar no ar. E essa Casa, o parlamento está se levantando e com muita força. Parabéns, Senador Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Obrigado Deputado Perondi. Passamos de imediato a palavra aos nossos convidados, pela ordem

aqui de inscrição. Eu vou dar também à Mesa cinco minutos, com mais cinco, se necessário. Eu passo a palavra ao Dr. Pedro Caldas Pereira, Gerente-Executivo de produtos de aviação da BR Distribuidora.

SR. PEDRO CALDAS PEREIRA – Finalizando a nossa participação eu queria registrar que a PETROBRAS Distribuidora é solidária nesse esforço de recuperação da VARIG. Desde a primeira hora ela tem prestado a sua colaboração naquilo que é possível, e a solução que a Comissão encontrar e que for a solução de consenso e solução de Governo, a BR irá cumprir. Nós não temos nenhuma restrição quanto a seguir com a solução que for de consenso e que for a solução que vier a ser recomendada por aquelas autoridades que assim determinarem.

Lembro apenas que a BR Distribuidora ela presta contas das suas ações, das suas atitudes ao Tribunal de Contas da União, e ela atua especificamente no que diz respeito às ações em relação à VARIG, em estrito acordo com as orientações que emanam do seu Conselho de Administração. Era só isso que eu tinha a falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu vou ter que é quebrar o protocolo, porque o nosso Senador Jefferson Peres, e eu dizia aqui Senador, que V.Ex^a. mediante aquele discurso que fez, naquela quarta-feira, desencadeou uma série de debates, foi quarta, quinta e sexta, sobre a VARIG, e dessa iniciativa sua é que foi articulado pelas quatro Comissões essa Audiência Pública e outras que virão na seqüência. E eu ia encerrar aqui com a fala da Mesa, mas antes de passar para os outros painelistas V.Ex^a. está com a palavra.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Pois não, Senador Paim, eu creio que V.Ex^a. está sendo generoso. Não fui eu quem desencadeou o processo. Já vem de longo tempo. O Comandante Marsillac que é testemunha que um grupo de Parlamentares, um grupo ao qual V.Ex^a. pertencia, vem há três anos neste esforço coletivo pela salvação da VARIG. E eu nunca percebi. Não está falando aqui o Senador oposicionista, de forma alguma. Está falando o Parlamentar que procura ser isento. Eu nunca percebi muita vontade do Governo de intervir na VARIG. Até mesmo se fosse o caso para estatizar, Senador Paim. Se fosse o caso. A VARIG é uma empresa tão especial, uma empresa emblemática, uma empresa que diz relacionada à auto-estima do brasileiro, até. Que ela deveria ter um tratamento especial. Não para injetar dinheiro público em empresa falida, como estão dizendo autoridades. Não, de forma alguma. Saldar, estatizar, sanear, e não para entregá-la à fundação Ruben Berta. Me desculpe se alguém da fundação está

presente aqui. Nunca. Sejam quais forem os outros fatores que concorreram para a debacle da VARIG, a fundação também tem sua parcela de culpa por má gestão. Mas intervir na VARIG efetivamente, fazendo encontro de contas, transformando débitos, créditos do Governo em ações da empresa, injetando dinheiro do BNDES também diante compra de debêntures conversíveis em ações, enfim, uma ação efetiva de dura do Governo para salvar a empresa. Isso há três anos. Quando a situação não se agravou a este ponto. Eu numa entendi isto, não sei o que foi dito aqui nos debates, eu estava numa reunião do meu partido de presidenciável, e não pude deixar de ir lá, eu era um dos expositores, mas é isso.

Parabéns a V.Ex^a., parabéns a todos os Presidentes de Comissões que promoveram este encontro, meus agradecimentos aos que compareceram, e realmente eu noto, Senador Paim, quase uma unanimidade do Senado. [Soa a campainha] Será que todo o Senado Federal está enganado ao dizer que há um clamor popular, se não de todos os brasileiros, claro, mas de uma grande parcela da sociedade brasileira no sentido de que a VARIG seja salva? Eu acho que estamos, sim, vocalizando sentimentos de grande parte do povo brasileiro. Meus parabéns, mais uma vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu cumprimento V.Ex^a., Senador Jefferson Peres, já havia falado quando usei aqui meu tempo, da sua iniciativa na Tribuna que suscitou um aparte nosso, enfim, uma sequência de debates no Plenário do Senado que foi importantíssimo. Continuamos aqui então com os convidados. Passo a palavra nesse momento ao Tenente Brigadeiro José Carlos Pereira, Presidente da Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária, a INFRAERO.

SR. JOSÉ CARLOS PEREIRA – Muito bem, Sr. Presidente. A Senadora Serys me fez um pergunta direta de qual seria a solução para a VARIG. A Senadora teve que se retirar por razões de Plenário, mas eu gostaria de dizer à Senadora que como eu gostaria de ter essa resposta. Eu daria alguma coisa da minha vida para ter essa resposta. De qualquer forma, Presidente, nós na INFRAERO temos acompanhado muito de perto através do trabalho principalmente da nossa Dr^a. Josefina, todo o drama da VARIG já há alguns anos. E temos visto, Sr. Presidente, soluções, muitas soluções foram apresentadas ao longo desse tempo. O que eu poderia dizer para a minha querida Senadora Serys era que qualquer solução ela primeiro tem que ser adequada, Presidente. Ou seja, tem que ter certeza que aquela solução resolve o problema. Mas não basta ser adequada, ela tem que ser praticável. É fácil dizer pegue dez bilhões do Governo e

aplique na VARIG. Resolve o problema? Resolve, mas é impraticável. Ela não pode ser praticada. Então nós temos que ter uma solução adequada, que resolva o problema, e possível de ser feita. Ou seja, obedece a lei, temos tempo para fazer isso? Temos Recursos Humanos, temos recursos materiais? E não basta ser só adequada e praticável. Tem que ser aceitável também, em termos de risco. A velha pergunta – E se não der certo isso? Nós vamos sobreviver ao fracasso? O sistema sobrevive a uma derrota? Então, dentro desse critério de soluções tem que ser necessariamente... Se ela não for adequada, abandone-se. Se ela não for praticável, abandone-se. Eu acho que ao longo desse tempo perdeu-se muito tempo discutindo soluções inadequadas e soluções impraticáveis, principalmente em termos de lei, principalmente em termos do cumprimento da lei.

E esse é um ponto de vista, Presidente, e eu gostaria de acrescentar que num critério crítico para se chegar a uma solução, eu vejo os interesses estratégicos do Estado, porque a empresa VARIG tem um fortíssimo potencial estratégico para o Estado brasileiro, e em segundo plano, o interesse dos trabalhadores. Segundo plano que eu digo, no mesmo nível. Os interesses dos trabalhadores e o interesse dos consumidores brasileiros que, afinal de contas, são os grandes usuários disso.

Eu, apenas para completar, eu gostaria de deixar claro que eu devo a minha vida à VARIG. Como piloto da Força Aérea, eu me vi em uma situação extremamente crítica, levei um raio no meu avião, perdi todos os sistemas, ia morrer e fui salvo por um piloto da VARIG que eu nunca tive oportunidade de conhecer. Pelo rádio ele me orientou e me fez chegar no aeroporto seguro. Nunca conheci esse piloto e espero que não seja um dos demitidos.

[Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra ao Dr. Milton, Diretor-Geral da Agência Nacional de Aviação Civil, a ANAC.

SR. MILTON SÉRGIO ZUANAZZI – Presidente Senador Paim, Srs. Senadores, Senadoras e Deputados. Eu quero tentar manifestar nesse final de debate o mínimo de passionalidade possível. Apesar de para nós gaúchos esse é um tema sempre muito passional. A VARIG tem muita relação com a nossa história, com o nosso Estado.

Primeiro responder ao Senador Maranhão sobre a questão do Cônsul norte-americano. O papel da agência, e isso está sendo feito, é comunicar o organismo brasileiro que é responsável pelas nossas relações internacionais, que é o nosso Ministério das Relações Internacionais. A VARIG e todas as empresas regulares

brasileiras voam com segurança operacional de primeira qualidade. Nós temos um dos menores índices de acidentes no mundo na aviação comercial e na aviação civil. E, portanto, nós temos absoluta segurança, tranquilidade de fazer essa afirmação.

Afirmação da Inglaterra, acho que teve um outro caráter, se é que eu estou me referindo da mesma, porque teve um caráter mais do ponto de vista de consumidores, que aí é um outro debate, de preservar os consumidores ingleses.

Agora a manifestação sobre segurança de voo da VARIG essa realmente não podemos admitir. A agência dará todo um instrumental para que o Itamaraty tome as devidas providências. Apesar de que o Senado nessa reunião mesmo, tomou uma medida requisitada pelo Senador Suplicy. A Senadora Lúcia Vânia colocou uma questão importante. A Lei de Recuperação Judicial ela veio para recuperar as empresas. Esse é um fato novo que nós estamos vivendo aqui. Se nós tivéssemos na lei antiga, tecnicamente, sem passionalidade a VARIG estava falida. Porque ela tinha patrimônio líquido negativo. Esse é o que diz que uma empresa faliu ou não. A entrada na recuperação judicial, numa lei que é a favor da recuperação da empresa, é que torna possível nós resgatarmos as saídas para a VARIG. E nesse sentido, nós temos que distinguir duas coisas que se misturou muito nesse debate aqui. Uma, são as coisas de curto prazo. Estamos falando de fluxo de caixa para ela chegar até a solução na Lei de Recuperação Judicial, porque apesar da lei ser positiva, ela precisa de prazos, tempos, *times*, leilões, separação de ativos e passivos, enfim, é um conjunto de ações que o Juiz e seus assessoramentos têm que tomar.

Então, primeiro estamos tratando de uma questão de curto prazo. Tem que se tratar, portanto, de fluxo de caixa, sobrevivência da empresa voando. Porque se ela parar de voar, aí sim é o fim. Então essa é uma questão. Nesse sentido surgiu uma dívida que essa é real, transitada em julgado que é com os Estados, com de um bi e duzentos que só um Estado até ou. Essa é real, isso é fluxo de caixa. A dívida, o encontro de contas que o Governo Federal voltou-se esse debate novamente aqui, outros Parlamentares, o Marcelo já tinha dito. Ele hoje tem efeito somente de balanço, não tem efeito nesta sobrevivência de curto prazo, nenhum. Por quê? Porque, enfim, o Governo também tem créditos na empresa. Então tem o efeito de balanço. A médio prazo é importante a discussão do encontro de contas. Ela não está morta. E nem é desnecessária. Mas nesse curto prazo ela não resolve nada. Você precisa que ela voe cotidianamente.

Então acho que a primeira coisa tem que se tratar dessa questão. Que ela é absolutamente essencial. E

é isso que o Juiz, através da consultoria, da MARSAL e da outra consultoria do administrador judicial estão conversando com os credores. É nesse debate também que foi procurado o BNDES. É nessa busca de uma questão de curto prazo. Infelizmente essa questão do curto prazo está misturada com salvar a VARIG. Que é uma questão que está se tratando mais do longo prazo. E aí eu pego as palavras da Senadora Serys. O passado é importante, sim, para analisar o futuro. O futuro da VARIG ele é possível, tem luz no fim desse túnel e não é um trem, há essa possibilidade, mas não pode ser um futuro onde a gente negue o que ocorreu no passado. E eu não estou falando de Fundação Ruben Berta. Não estou falando. Estou falando exatamente de questões de fluxo de caixa, competitividade da empresa. Esse é um setor, setor aéreo no mundo, trabalha com baixas lucratividades. Grandes movimentos de recursos e baixas lucratividades. O ajuste de um setor como esse no ano de 2006 é absolutamente distinto do ajuste que se tinha na década de 80 ou de 70. Mudou muito. O próprio Brasil mudou muito. A VARIG hoje tem monodesignação em sete Países, somente. Os Estados Unidos está aberto à multidesignação desde 91. [Soa a campainha] A América do sul está aberta desde o tratado de Fortaleza em 1996. As empresas brasileiras e empresa da América do Sul podem viajar para cá e vice-versa. Não há mais monodesignação. A monodesignação da VARIG, mesmo nos Países de monodesignação não é mais em todos. A TAM já opera com Paris e vai começar a operar com Londres. Então o tempo da monodesignação, que lhe permitia determinadas atitudes empresariais, não é mais possível.

Então, o futuro da VARIG passa também pela compreensão do futuro da empresa enquanto uma empresa competitiva no mercado doméstico, no mercado internacional da América do Sul, norte-americana e no mercado mesmo da monodesignação. É necessário isso. Se nós não fizermos essa análise, o Brigadeiro J Carlos tem absoluta razão. Nós vamos continuar postergando, tomando atitudes muito intempestivas, tomando atitudes emocionais.

Então, eu quero dizer com isso, isso aqui não é um banho de água fria, muito pelo contrário, eu acho que a gente ter a visão rigorosa e crítica é o início da solução. Nós precisamos ter essa encomenda acertada. E nesse aspecto minhas conversas, nossas, estamos aqui os quatro Diretores da agência, com o Dr. Ayoub. Cotidianamente. O Marcelo tem participado de várias delas. Ou seja, nós queremos buscar uma solução.

Na questão do longo prazo é que o Governo tem dito que não quer ser o capitalizador da empresa. Não quer colocar o recurso, não quer estatizá-la. Não quer

intervir. A intervenção, Senador Jefferson Peres, ela tem os seus problemas. Houve uma intervenção na TRANSBRASIL no ano 2000, se não me falha a memória. Houve uma intervenção, e até hoje o Governo paga um preço muito caro pela intervenção. Porque de repente, todos os passivos, como é o Governo, assume, voltam. Gente que nem está mais cobrando aspectos do passivo, volta. Então a intervenção ela pode ser analisada, mas ela tem que ter todo um conjunto de cuidados. Se nós tivermos uma alternativa que é essa que está se tentando construir na Lei de Recuperação, e eu volto a dizer, somente a Lei de Recuperação permitiu isso. Portanto, nós estamos falando de algo que ocorreu a partir do dia 23 de fevereiro. O acordo lá, quando a VARIG entra, é em junho do ano passado, mas é em 23 de fevereiro que dá o acordo com o Comitê de Credores. Portanto, estamos falando de algo de 23 de fevereiro e hoje é 25 de abril. Estamos falando de algo de dois meses e dois dias de vida. Portanto, algo novo. Isso precisa ser entendido. Porque senão a gente fica imaginando soluções que eram antes desse período e que foram tentadas. Eu não estou aqui com... Ungido pelo Governo para defendê-lo. Foram tentadas várias. A citação de uma, a difusão com a TAM é uma delas. Em cima de um *code-share*. Aliás, um *code-share* que o Governo autorizou. E no caso o DAC, hoje ANAC, autorizou. E foi absolutamente fundamental naquele momento. Se não autoriza, talvez ali tivesse sido decretado o fim da VARIG. Foi absolutamente fundamental aquele *code-share*.

Então, são ações de Governo... Eu volto a afirmar. Não é justo dizer que o Governo não faz nada. É um conjunto de ações que vêm ocorrendo no período, e eu não quero colocar culpa em ninguém mesmo, mesmo sendo tentado, quer dizer, tentado a culpar alguém. Eu quero dizer que não é justo que nós façamos simplesmente esta crítica. Há um conjunto de ações feitas, muitas feitas que esbarrou, ora na não vontade dos dirigentes da empresa, ora porque não compôs todo o conjunto de interesses que compunha aquilo.

Mas hoje, se isso ajuda, se isso coloca uma pá de cal nessa questão do passado no sentido de ficar achando culpados, nós estamos numa lei. O Juiz não tem jurisprudência nessa lei. Ele não tem doutrina. É uma lei absolutamente nova. A VARIG, aliás, entrou nesta lei numa décima hora, porque não havia nos artigos que a criavam, a possibilidade das empresas concessionárias públicas ingressarem. Esse artigo é o 199 que na décima hora é colocado exatamente olhando para VARIG. Olhando para achar uma saída para a VARIG, já que a lei é uma lei que busca alternativa nas empresas brasileiras. O espírito da lei é esse. Mas, enfim, ela é uma lei nova, o Marcelo colocou que a

VARIG não se precaveu com recursos para fazer seu fluxo de caixa.

É muito natural que os credores que vão lá e negociam e congelam seus créditos, que ocorre isso, congelamento, é muito natural que o credor diga o seguinte – “Bom, eu estou congelando para nós lá na frente discutirmos”. Então não está a discussão que os créditos como o INSS, com INFRAERO, com BR, com ninguém. É natural que o credor diga – Mas a partir de agora, aliás, está escrito, esse é o acordo, a partir desse momento, 23 de fevereiro, eu quero ser pago em dia.

Então, esse é o debate. Nós estamos há dois meses. Então eu olho ali para o meu companheiro do INFRAERO [Soa a campainha] e ficando que ele não merece tanta crítica. Há dois meses se tomou essa decisão. Está lá congelada com o endividamento da BR Distribuidora e a partir de então está inscrito e eu vou receber em dia no fluxo de caixa. E aí viemos com os problemas de fluxo de caixa. Eu quero tentar repor com isso um pouco da realidade de cada um. A ANAC até fica um pouco acavaleiro nesta hora, apesar de que ali na frente é na ANAC que essas decisões vão acabar desaguando. Que nós somos o Poder Concedente, e temos a obrigação de achar essa solução. Hoje nós estamos aqui com observadores atentos desse processo. E como observadores estamos olhando o problema de cada um de que está nessa Mesa, inclusive dos trabalhadores aqui da VARIG. E é realmente um problema bastante sério, bastante crítico. Estamos olhando o problema individual de cada um. Tentando somar isso numa composição.

Então, Senador Paim, eu quero encerrar porque acho que as suas palavras foram sábias ali na sua manifestação antes de estar presidindo a Mesa. Se nós não tivermos a capacidade de buscar os consensos agora, eu sei, essa é uma Casa política, é um ano político, os movimentos, mas o consenso é generalizado. É também não só entre os partidos, muito pelo contrário, é um consenso entre os trabalhadores, é um consenso entre a sociedade brasileira em achar esses caminhos, é buscar dentro dos limites que a lei impõe a cada um de nós, soluções para tudo isso. E as suas palavras foram sábias, porque eu acho que o Senhor colocou um pouco de água mais branda nesse processo e eu não vejo outra saída. Eu acho que há saída, a agência está trabalhando no sentido de ser colaboradora nesse caminho, existe alguma perspectiva, tem complexidades. O próprio futuro da VARIG precisa de um debate mais efetivo para que ela seja uma empresa que venha para o futuro, competitiva, para que nós aqui a seis meses, oito meses, um ano, não estejamos voltando aqui a debater o mesmo assunto.

Mas, enfim, só tem um jeito. Se nós tivermos essa capacidade de compor e de entender os limites de cada um e dentro dos limites de cada um encontrar as soluções necessárias.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passo a palavra ao Dr. Marcelo Gomes, Gerente-Geral da empresa ALVAREZ & MARSAL.

SR. MARCELO GOMES – Eu vou tentar inicialmente responder a Senadora sobre os gargalos da lei. Na verdade, não existe nenhum gargalo na lei. A lei está sendo interpretada corretamente, muito bem interpretada pelo Poder Judiciário que tem apoiado durante todo esse processo. O que acontece é que a lei ela tem etapas que têm que ser cumpridas. E o nosso problema foi de *timing* dessas etapas. Quer dizer, não foi da interpretação, e sim de *timing*. E também da VARIG não estar preparada quando ela entrou para essa lei. Então são os dois grandes problemas hoje da lei.

Em relação ao questionamento do Senador Romeu Tuma, em relação ao penhor dos *Smiles*, foi solicitado para o BNDES, a VARIG tem um ativo que é o ativo muito importante. É o ativo que tem cinco milhões de clientes que gera seis milhões de dólares/mês de caixa, livre, que esse ativo poderia ser dado em garantia a um empréstimo do próprio BNDES para capital de giro da empresa durante esse período de baixa sazonalidade. E esse ativo não foi aceito. Aliás, esse mesmo ativo foi ofertado para a BR Distribuidora como garantia do fornecimento de combustível.

Eu vou tentar, só para homogeneizar novamente, informar o que é que nós estamos solicitando realmente do Governo Federal e dos Governos Estaduais. Dos Governos Estaduais são basicamente que eles... Eu ia falar – paguem o que eles devem, mas não, é mais *light*... Que eles façam um acordo com a VARIG de assunção dessa dívida e que a VARIG tenha a flexibilidade de poder pagar e receber essa dívida em cinco anos, seis anos, mas que eu tenha a confirmação desses Governos Estaduais que eles vão pagar a dívida que eles têm com a VARIG. Que é uma dívida de 1.2 bi. Esse processo eu acho que já se iniciou com o Governador Germano Rigotto, e acho que vocês Parlamentares poderiam ajudar bastante no apoio e na cobrança aos Governadores para que eles fizessem um acordo, um acordo geral. Vamos chamar um “acordão VARIG”, que eles assumissem a dívida que eles têm com a VARIG. A VARIG poderia dar um deságio, poderia fazer qualquer negócio para que a gente recebesse esse dinheiro que nós temos a receber em curto prazo.

Então esse é o problema com os Governos Estaduais. Com o Governo Federal, a VARIG tem a situação do encontro de contas que realmente o Milton

está corretíssimo, isso não gera caixa, mas resolve, me ajuda muito a minha situação de balanço para que eu tenha mais crédito e que eu possa recorrer ao mercado para soluções de crédito. Então, realmente ajuda a minha situação ter balanço.

A segunda coisa que o Governo Federal poderia ajudar é influenciar o Conselho da BR para que se executasse um novo contrato com a VARIG, um contrato que a VARIG não tem com a BR hoje, e que nesse contrato fosse dado um prazo de pagamento para a VARIG. Esse prazo poderia ter as garantias que eu já falei anteriormente que são as garantias dos recebíveis que a VARIG tem com os cartões de crédito, ou com o próprio *Smiles*. [Soa a campanha]

Em relação à INFRAERO, a solicitação da VARIG, uma solicitação de carência durante um prazo para que a VARIG possa se reerguer durante esse momento de baixa sazonalidade. Em relação à ANAC, e o Milton falou muito bem falado, nós estamos discutindo muito em relação à interpretação da lei. A lei é uma lei nova e a VARIG entrou no último momento dentro dessa lei que as concessões não estavam dentro dessa legislação.

Então, tem uma questão de interpretação de rotas, interpretação de horários de trânsito que tem que ser mais flexível da parte da ANAC para com a VARIG nessa nova interpretação, que acho que a ANAC está totalmente aberta para que a gente chegue a um acordo em relação a isso.

E a última ferramenta do Governo Federal, que é o BNDES. Sem um capital de giro para esse momento de recuperação, a VARIG vai ter problema de continuidade. E nós não estamos pedindo para o *free lunch* para o BNDES. Nós estamos pedindo para o BNDES que ele dê uma linha de financiamento para a VARIG com as garantias de uma empresa dentro do art. 60, que é o *Smiles*, que ele poderia ter a garantia total dessa companhia para emprestar o dinheiro para a VARIG durante o período necessário para a recuperação da companhia. E nós estamos pedindo cem milhões de dólares, nós não estamos falando de dinheiro que foram falados hoje, montantes para Brasil Ferrovia, para a GOL. Não estamos falando disso, estamos falando do montante de mercado de cem milhões de dólares com garantia de um ativo que a VARIG tem, que é um ativo pode acabar. Porque se a VARIG acabar, esse ativo acaba. Que é um ativo maravilhoso que é o ativo *Smiles* hoje.

Então, o que está sendo solicitado para o Governo é um apoio nas suas entidades aonde ele participa, que é BR, INFRAERO, ANAC, BNDES, que ele apóie essa recuperação da VARIG.

A única coisa que eu posso dizer para vocês de uma empresa que conhece recuperação mundial, que já foi a centenas de recuperação pelo mundo inteiro,

é que a VARIG é totalmente viável economicamente, ela é recuperável, tem que ser feita várias alterações. É um fato. Mas ela é viável economicamente. E com esse apoio, com esse momento, a VARIG vai voltar a ser uma empresa extremamente rentável dentro da rentabilidade das empresas aéreas internacionais. Muito obrigado.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, eu poderia...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Só um minutinho. Eu vou passar a palavra ao Dr. ELNIO BORGES, Diretor do Sindicato Nacional dos Aeronautas. Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Às vezes quando V.S.^a fala da ajuda do Governo, da presença do Governo quando se trata do encontro de contas, aí fica a minha dúvida. A lei não exige isso?

SR. MARCELO GOMES – Exige sim, mas obviamente que poderia ser acelerado com a ajuda do Governo. Mesma coisa quando a gente fala com relação à BR, nós pedimos ajuda para os *resources*. Os *resources* deram. São empresas internacionais que nós estamos há dois meses sem pagar a eles. Quer dizer, eles deram essa ajuda que foi uma ajuda importantíssima para a VARIG continuar operando até o momento.

Então, se o *resources*, vamos dizer, aquela empresa de *leasing* fosse do Governo, talvez eu não tivesse tido essa ajuda. Porque o Conselho não poderia provar, porque o mercado não pode aprovar, porque TCU não pode aprovar.

[Soa a campainha]

Estamos falando de negociações de mercado, negociações solicitadas por uma empresa que está em recuperação e que quando eu falo de mercado é por quê? Porque são grandes clientes. A VARIG é um grande cliente hoje da BR como é da INFRAERO. É importante a sobrevivência dela para continuar gerando caixa para a BR e para a INFRAERO.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Só mais um pouquinho, só mais “umazinha”. É minha curiosidade com a Lei de Falência. Também não foi indevido à intervenção do Governo no AERUS, quando a gente lê aqui o § 7º do art. 50 que exige o repasse, o arrendamento de estabelecimento, inclusive a sociedade constituída pelos próprios empregadores.

SR. MARCELO GOMES – Olha, em relação ao AERUS, eu não posso falar aqui que a intervenção é indevida. A intervenção pode ser até devida. A liquidação talvez seja indevida. A AERUS, como outros fundos, como existem vários fundos como PREVI, PETROS, normalmente eles têm participação em ações da própria patrocinadora. E o AERUS é muito criticado. Mas ele não tem nenhuma ação da VARIG hoje. Poderia

ter. O AERUS poderia comprar até 10% das ações da VARIG e ajudar a VARIG. Porque se a VARIG for salvo, o AERUS é salvo também. Então isso poderia ser feito e foi proposto para o AERUS um dia antes da intervenção. Era uma solução de mercado dentro da lei. O AERUS investir na própria patrocinadora com títulos da patrocinadora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passo a palavra ao Dr. Elnio, como já havia anunciado, depois vou permitir uma pergunta antes do encerramento dos trabalhos.

SR. ELNIO BORGES – Passando rapidamente pela observação da imagem que a Ministra Thatcher deixou para o mundo num passado recente, vale a pena lembrar que o Estado inglês interveio para recuperar a ROLLS-ROYCE e a BRITISH AIRWAYS. Quanto às perguntas que o Senador Virgílio colocou aqui, se é viável a VARIG. Sim, é viável. Por todas as informações que existem e por todas as informações que foram aqui trazidas. Se vale a pena recuperar a VARIG em face da dificuldade para reposicionar uma empresa brasileira no mercado? Sim, sem dúvida. Nenhuma empresa brasileira vai conseguir ter a dimensão que a VARIG tem dentro do mercado devido à grande disputa existente. Se é coerente agir para prevenir um prejuízo ao erário nacional com a falência da VARIG? Sem dúvida também. A VARIG é credora de 4.6 bilhões e é devedora de 3.5. Com a falência nem a União vai receber seus 3.5 e nem deixará de ter obrigação de pagar a massa falida os 4.6. Se é possível reestruturar a VARIG com sucesso e pulverizar as suas ações, sem dúvida nenhuma. Inclusive para se tornar uma empresa pública como deveria ser efetivamente uma empresa de interesse nacional. Quanto à fundamentação para liquidação do AERUS, indagado pelo Senador Tuma, a resposta é nenhuma. Nenhuma fundamentação. Os trabalhadores estiveram ao longo dos últimos quatro anos implorando à Secretaria de Previdência Complementar que fizesse uma intervenção para promover o saneamento do plano, aliás, objetivo primário da lei quando determina a intervenção. Isso foi negado ao longo desse tempo todo, de todas as maneiras. A liquidação foi feita apenas para inviabilizar que os trabalhadores da VARIG pudessem fazer o investimento do seu próprio dinheiro na companhia e recuperá-la. Esperamos, inclusive, que nas próximas Assembléias-Gerais de Credores, o Governo não se valha agora da condição de ter tomado o nosso fundo como liquidante para votar tanto como devedor da companhia de quatro bilhões e seiscentos, como credor interposto entre os trabalhadores e o verdadeiro patrimônio dos trabalhadores, de forma a propiciar com o seu voto ou a falência da VARIG ou a sua entrega a preço vil, como foi feito com a VEI(F),

VARIG LOG, também por interferência do mesmo AERUS já sob administração especial.

Com respeito a Fundo Garantidor do Crédito Aeroviário, o pedido de esclarecimento aqui vai. Seria lastreado no congelamento tarifário, na verdade, além da parte que ajuda no balanço da companhia, ou seja, com a diferença entre o valor que é devido pelo Governo e o valor que a companhia deve, que soma pelo menos 1.1 bilhão. É melhor do que apenas o balanço. É favorável à VARIG essa diferença, mas o 1.2 de ICMS nós teríamos 2.3 bi no fundo garantidor de crédito aeroviário que poderia lastrear perfeitamente operações de crédito para esta nova VARIG, a VARIG operacional. Esse benefício não deveria ser estendido aos maus gestores ou aos maus controladores. Ele deveria servir de instrumento de recuperação da empresa em prol da Nação. Para isso, deveria ser restrito a empresas que passem por um processo de recuperação judicial e cujo plano ou quite ou permita converter créditos trabalhistas e Previdenciários. Além disso, ele poderia ser feito mediante instrumento do Congresso Nacional que autorizasse a União compor as ações de congelamento tarifário.

Com respeito ao que falta para o plano ser implementado, indagação da Senadora Lúcia Vânia, o que falta, Senadora, é vontade política de implementar um plano que já está aprovado. E ressalvo mais uma vez, faço das minhas palavras ao que o Dr. Marcelo Gomes aqui colocou, com uma ressalva – Não para a VARIG atual. Tudo isso deve ser feito para a VARIG operacional, com passivo e ativo equilibrado e leve. Capaz de efetivamente ser uma empresa competitiva como merece ser. Confio nesse aspecto que o Prof. Paulo Rabelo, na próxima reunião dessas Comissões [Soa a campainha], poderá demonstrar com clareza os efeitos saneadores da decisão judicial que homologou o plano de recuperação judicial, assim como da decisão judicial trabalhista que aceitou a proposta dos trabalhadores como lance inicial da alienação dessa VARIG operacional, e que garante a venda desta VARIG com a prestação que a situação da empresa impõe.

Quero registrar que esta solução é aceitável, é totalmente praticável, é legal, e é prontamente implementável como o nosso Brigadeiro José Carlos com o seu discurso patriótico aqui ponderou que seria a necessidade.

E finalmente, quero mencionar que durante ao longo das últimas duas semanas, um pouco antes do feriado da páscoa, a VARIG praticamente deixou de vender. Graças aos insistentes e repetitivos cânticos do mantra, “Não se dará dinheiro público”, aliás para uma empresa que não merece esse tratamento porque não precisa de dinheiro público. Bastou que a ANAC,

juntamente com um dos juizes da 8ª Vara desse uma declaração de que a empresa não ia falir, que não seria motivo de falência neste momento, e que a empresa voa com segurança e continuará voando com segurança, para que as vendas da VARIG repicassem acima do seu nível normal, nada excepcional, mas veio praticamente do zero para o seu nível normal.

Significa que a VARIG é uma empresa que recusa a se deixar matar. E eu tenho certeza que os trabalhadores, como investidores e com a solidariedade por meio da solidariedade do povo brasileiro, seja pelos nossos clientes, sejam pelos Parlamentares de todo o Brasil, como representantes deste povo, não vamos permitir que a VARIG tenha solução outra que não seja a sua recuperação. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Com a tolerância devida aqui da conciliação, meu amigo Deputado quer fazer uma perguntinha que o nosso amigo aqui, Márcio, responderá na sequência.

DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS) – A grandeza de um homem se mede pela sua sabedoria e capacidade de mudar quando erra. O Presidente Lula afirmou que não ajudaria a VARIG porque era falida. Agora se vê nos últimos 15 dias de que é possível. Então o Presidente Lula tem a oportunidade excepcional de mostrar que é um homem sábio.

A pergunta que eu faço, acho que é para o Dr. Marcelo, ou para o Comandante, como ficou em termos práticos a decisão desse extraordinário e corajoso Juiz, Dr. Ayoub, que enfrentou o Governo e a própria imprensa, num momento, e transferiu 87% das ações da VARIG para o FIP, para o fundo da BRASCAM. Em que pé está e que passo será dado, houve uma conta reação desse grupo da Fundação Berta que se fosse sábio se afastaria imediatamente, sem ação judicial.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Conforme combinado, Deputado, Dr. Marcelo, se V.Exª. puder em um minuto.

SR. MARCELO GOMES – Vou fazer, sim. A Fundação Ruben Berta tem 10 dias para se pronunciar. Ela não se pronunciou ainda em relação à subscrição das ações dela no FIP-Controle. E com as ações dela no FIP-Controle, a partir desse momento todo o modelo de governança da empresa muda.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passo a palavra de imediato, devido ao nosso tempo, ao comandante Márcio Marsillac, coordenador dos trabalhos do Grupo VARIG TGV.

SR. MÁRCIO MARSILLAC – Obrigado, Senador Paim, Deputado Darcísio Perondi, pelas conversas que temos tanto com o Dr. Ayoub quanto com o Procurador de fundações do Rio Grande do Sul, Dr. Avelar Bastos, nós temos certeza que se a fundação em suas

Instâncias de decisão oferecer qualquer resistência a isso, eles agirão de pronto para viabilizar um processo que seja construído de consenso pelo Governo, pelos trabalhadores, pelos consultores, pelo juízo da 8ª Vara empresarial. Essa é a informação que temos e a certeza disso.

Começando com o Senador Arthur Virgílio, repetindo um pouco, mas economizando as palavras porque o Comandante ELNIO BORGES já respondeu em alguns pontos sobre a viabilidade econômica dessa empresa. Essa empresa, com todas as dificuldades e em plena crise, faturou como já salientado aqui, no mês de março 220 milhões de dólares. Ou seja, é uma empresa que vai... E nós não estamos falando de um mês de alta estação, mas se nós multiplicarmos isso por 12, encontraremos 2.6 bilhões de dólares de faturamento. Quantas empresas no Brasil têm este faturamento? Ela equilibrada operacionalmente, tendo o seu caixa equilibrado, e para isso todos sabemos terá que ser reestruturada, como salientou o Dr. Marcelo Gomes, será uma empresa economicamente viável, financeiramente viável. O prejuízo para socorrer a VARIG é maior ou menor do que as perdas para a União. A gente pode numa conta muito rápida. O PAES, a VARIG deve ao Governo, em PAES, 3.4 bilhões em contingências tributárias 1.1 bilhão, para a BR, INFRA-ERO e BANCO DO BRASIL em torno de 600 milhões de reais. Nós estamos falando de 5.1 bilhões. A VARIG tem em contingências ativas 4.6 bilhões e contra Estados, 1.2 bilhões. 5.8 bilhões. Nós estamos falando que se essa empresa falir não pagará à União 5.1 e a massa falida receberá da União e dos Estados 5.8. Totaliza 10.9 bilhões de reais, sem falar no prejuízo social e econômico que eu acredito, Prof. Paulo Rabelo tenha passado aos Senhores, já essa tabela fazendo algumas avaliações.

Qual seria a solução sem recursos públicos, perguntou o Senador Arthur Virgílio. Eu acho que está colocada. O plano de emergência que foi elaborado ALVAREZ & MARSAL, com prazos e carências, agregado à disposição dos trabalhadores de usarem uma parcela das suas poupanças previdenciárias em torno de duzentos milhões de reais viabilizam um pagamento de rescisão dos funcionários para adequar o quadro de funcionários, como para colocar em operação 10 aeronaves das 20 que estão paradas. Isso aumenta o faturamento e a rentabilidade da empresa colocando-a num ciclo virtuoso.

Em seguida foi colocada aqui a questão do ICMS junto aos Estados na viabilização de capital de giro, não incidindo aos Estados um descaixe de dinheiro num curto prazo. Isso garante, como salientou o Diretor-Geral da ANAC, a VARIG, num curto prazo voando

e pronta para implementar as medidas do plano de recuperação aprovado ao final do ano.

O movimento seguinte, a segregação e venda do ativo operacional. Não deveria ser feita antes do encontro de contas. Porque é justamente isto que vai agregar um valor monstruoso a esse ativo quando for vendido a novos investidores e controladores. Isso é importante não só para os credores privados, para os trabalhadores, mas principalmente para os credores públicos, porque esta será a forma de se ressarcirem dos créditos que têm contra a VARIG.

Nós estamos falando numa atitude da União que vai trazer benefícios a estatais. Nós estamos fazendo uma atitude do Governo Federal que representa os interesses públicos da sociedade brasileira e que, com esta atitude, estará satisfazendo outros interesses públicos, o recebimento das dívidas, dos créditos que as estatais têm, junto à VARIG.

Aí esta empresa, sem sombra de dúvida, sai equilibrada e [Soa a campainha] e competitiva dentro do mercado de aviação, sob novo controle e uma gestão profissional. O BNDES pode participar com financiamento por garantias dadas por esta empresa agora limpa e bem gerida ou então financiando, como disse e afirma que disse, o Presidente Demian Fiocca em encontro que tivemos na semana passada, Deputado Darcísio Perondi estava junto, que o BNDES já se colocava à disposição para financiar interessados em participar da capitalização com investimentos na VARIG.

O Senador Suplicy tocou num dos pontos que é o que mais temos insistido nesses últimos tempos. A vontade dos trabalhadores de contribuírem na conversão de seus créditos e em aportes, seja através da redução salarial, seja através do uso de suas poupanças. Isso diminui substancialmente o passivo da VARIG e coloca dinheiro de curto prazo na empresa. E volto a salientar, são movimentos que devem ser feitos antes de uma alienação, pois valoriza uma empresa e contempla a satisfação como previsto na no art. 47 da Lei de Recuperação de Empresas para a satisfação dos credores. É isto que deve ser respeitado dentro dessa lei. Senadora Lúcia Vânia e o Senador Flexa Ribeiro acrescentaram a isso a possibilidade de se analisar o uso, inclusive, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço dos Trabalhadores para a capitalização da empresa. Sabemos do receio de vários dos Parlamentares, se isso aberto para todas as empresas possa provocar um movimento, inclusive dos controladores pressionando os próprios trabalhadores a participar.

Já podemos antecipar aos Senhores que no caso da VARIG o nível de conscientização dos trabalhadores é enorme. Os trabalhadores aqui realizam funções

altamente especializadas, e o prejuízo aos trabalhadores com a falência e parada desta empresa será enorme. Volto a dizer. A disposição é total de todo e qualquer sacrifício para manter essa empresa voando. E nossos empregos em patamares condizentes com os de mercado.

A Senadora Serys falou sobre responsabilização. No tocante a isso nos sentimos confortáveis. As associações, desde muito, tem ações de gestão temerária contra várias das administrações desta empresa VARIG. E fizeram uma representação ainda no ano passado sobre a gestão do nosso Fundo de Pensão. Não precisamos discutir esse assunto, basta ver os números, tanto da empresa quanto do fundo, para descobrir que há mais do que relações para isso. O Ministério Público Federal está promovendo inquéritos, tanto civil quanto criminal para apurar responsabilidades.

O Senador Romeu Tuma falou sobre a INFRAERO e a BR e a questão de eles facilitarem prazos e carências. Se estas empresas não entenderem que há um contexto diferente, sob uma nova gestão, um novo momento também político dentro do País, aonde nós temos Senadores de todos os partidos, Deputado de todos os partidos, a sociedade brasileira de norte a sul, voltada para essa questão, nós não lograremos êxito nisso. O que nós entendemos é que os grandes prejudicados será a sociedade brasileira, até mesmo no não recebimento dos créditos que BR e INFRAERO têm, junto a esta empresa.

Com relação à SPC e a intervenção colocada aqui. Se existem razões para intervenção, existem questionamentos muito fortes quanto à liquidação principalmente do Plano 2, aquele que serviria para gerar recursos para o investimento de curtíssimo prazo na empresa. O *Smiles* já foi colocado aqui como garantia, existem avaliações que transformam esse ativo, que dão a esse ativo valores de centenas de milhões de dólares. São 5.6 milhões de clientes que geram, como falou o Dr. Marcelo, praticamente vinte milhões de recursos mensais para a empresa. [Soa a campainha]

O Deputado Babá falou da questão do uso do BNDES para investimento em empresas como ELETROPAULO, Brasil Ferrovias. Na nossa concepção não será preciso acessar o BNDES, mas, sem sombra de dúvida, o envolvimento do BNDES nos mesmos parâmetros do que se usou com a ELETROPAULO e com a Brasil Ferrovias seria um facilitador enorme dentro desse processo.

Darcísio Perondi, nosso Deputado, estava acompanhando também numa reunião junto ao TCU em função dessa questão principalmente com relação à INFRAERO, e o nosso Presidente Adilson Motta, com muita tranquilidade falou que o Tribunal de Contas da União não será empecilho para que INFRAERO ou BR possam, dentro de um projeto equilibrado e que se en-

tenda, dê solução adequada. Participar deste processo que o TCU não seria este empecilho. Por quê? Porque já fez em outros casos especiais e excepcionais esta mesma atitude.

Quanto ao Deputado Jefferson Peres o que nós podemos fazer é agradecê-lo, porque o seu pronunciamento transformou dentro desta Casa a VARIG de uma preocupação para uma ação, para uma resolução. E isso, para nós, foi importantíssimo.

Brigadeiro J. Carlos talvez não esteja lembrado, mas ainda em 2002, Brigadeiro, nos encontramos no Congar. Fomos lhe fazer uma visita porque tínhamos o seu histórico, e sabíamos da sua preocupação com esta empresa. Tivemos conversando por algumas horas sentados na sua sala no Congar, discutindo essa questão da VARIG. E já lá falávamos e concordávamos que a solução deveria ser uma solução adequada, praticável e de risco aceitável. Mas aí salientamos – Se nós ainda não a temos completamente e acabada, é inadmissível que a sociedade brasileira, que o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, o Governo Federal, os trabalhadores não consigam construir uma solução para essa questão. Esta empresa é privada e de interesse público. E pelo interesse público, tudo se pode fazer, porque é de interesse público. Nós temos certeza que, juntando, convergindo as idéias, agregando valor, nós construiremos. Só pedimos uma coisa ao Senado, a todos os presentes e a Governo, rapidez, muita rapidez. Porque este é um mercado extremamente competitivo. E cada dia aqui é pior para a VARIG.

Eu agradeço a oportunidade, Senador Paulo Paim, agradeço a todos os Senadores e Deputados e volto a dizer – Dos trabalhadores da VARIG não faltará esforço e sacrifícios para manter essa empresa voando e de pé por outros 79 anos. Obrigado.

[Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Antes de encerrar a presente reunião, quero cumprimentar o Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, Senador Heráclito Fortes, que se moveu rapidamente para esse evento acontecer. Senador Antônio Carlos Valadares, Senador Tasso Jereissati, e Luis Otávio das respectivas Comissões.

E lembrar a todos que, no próximo dia 27 de abril, às 10 horas, teremos aqui Dr. Luiz Roberto, Juiz da 8ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos, Procurador de Fundações, Dr. Adarci Reis, Secretário de Previdência Complementar, Professor Paulo Rabelo de Castro, Consultor, Srª. Graziella Baggio, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Srª. Selma Balbino, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários, e também Dr. Demian Fiocca, Presidente do Banco nacional BNDES. E no

dia 2 de maio, a Ministra Dilma Rousseff, Ministra da Casa Civil e Ministro Valdir Pires e Ministro da Defesa. Está encerrada a reunião, agradecendo a todos os convidados presentes.

Sessão encerrada às 15h38min.

Ata da 8ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, 10ª da Comissão de Assuntos Sociais e 2ª da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, extraordinárias, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em conjunto, no dia 2 de maio de 2006, às 10 horas, na Sala de Reuniões nº 2, Ala Senador Nilo Coelho.

Às onze horas e treze minutos do dia dois de maio do ano de dois mil e seis, na sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência interina do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com a presença dos Senhores Senadores **Heráclito Fortes, Leonel Pavan, Valdir Raupp, Sérgio Zambiasi, Serys Slhessarenko, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Juvêncio da Fonseca, Pedro Simon, Paulo Paim, Augusto Botelho, Jefferson Peres e Geraldo Mesquita**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Em seguida, a Presidência dá início aos trabalhos com a realização de Audiência Pública destinada a ouvir os seguintes convidados – Dr. Luiz Roberto Ayoub, Juiz da 8ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos, Procurador de Fundações da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul; Dr. Demian Fiocca, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; Dr. Adacir Reis, Secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social; Professor Paulo Rabello de Castro, Consultor da TGV; Sra. Graziela Baggio, Presidenta do Sindicato Nacional dos Aeronautas e Sra. Selma Balbina, Presidenta do Sindicato Nacional dos Aeroviários, com a finalidade de discutir a grave situação a que vem passando o Grupo VARIG, em atendimento aos Requerimentos nº 17, 18 e 20, de 2006-CI, de autoria dos Senadores Heráclito Fortes, Antônio Carlos Valadares, Luiz Otávio, Tasso Jereissati, Ana Julia Carepa e Eduardo Suplicy, respectivamente. Após, o Senador Paulo Paim passa a Presidência ao Senador Antônio Carlos Valadares que lê os seguintes expedientes – Ofício nº 1377/MPS/SPC/GAB, de 02 de maio de 2006, assinado pelo Dr. Adacir Reis, Secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, lamentando não poder comparecer a Audiência Pública, por problemas intransponíveis de

agendamento de outros compromissos e colocando-se à disposição para outra data; expediente datado de 02 de maio de 2006, assinado pelas senhoras Selma Balbino e Graziela Baggio, lamentando não poderem comparecer a Audiência Pública, em função da realização de Assembléia de Credores da VARIG na mesma data; Ofícios P-264/2006, datado de 24 de abril de 2006 e P-280/2006, datado de 02 de maio de 2006, assinados pelos Senhores Elvio Lima Gaspar, Chefe de Gabinete da Presidência do BNDES e senhor Denilson Ribeiro de Sena Nunes, Subchefe de Gabinete da Presidência do BNDES, substituindo, comunicando a impossibilidade de comparecimento à Audiência Pública do Dr. Demian Fiocca, tendo em vistas outros eventos agendados para a mesma data. Em seguida, a Presidência convida os expositores para tomarem assentos à Mesa dos Trabalhos, concedendo, inicialmente, a palavra ao Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos e, em seguida, ao Professor Paulo Rabello de Castro. Ato contínuo, assume a Presidência dos Trabalhos o Senador Heráclito Fortes. Fizeram uso da palavra de acordo com a lista de inscrição, os Senadores Jefferson Peres, Paulo Paim, Pedro Simon, Valdir Raupp, Geraldo Mesquita e Eduardo Azeredo. Os Senadores Paulo Paim e Geraldo Mesquita encaminharam proposta à Mesa dos Trabalhos, no sentido de que fosse constituída uma Comissão de Parlamentares, designada pela Presidência, para tratar da questão da Varig junto ao Superior Tribunal de Justiça e aos Governadores dos Estados, que foi aprovada. A Comissão aprova, **Extra Pauta**, os seguintes Requerimentos – **Item um** – Requerimento nº 21, de 2006-CI, de autoria do Senador Jefferson Peres e outros Senhores Senadores, requerendo seja convocado o Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Dr. Luiz Fernando Furlan, para comparecer a reunião de Audiência Pública conjunta das Comissões de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais e Desenvolvimento Regional e Turismo, acompanhado do Senhor Demian Fiocca, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, agendada para o próximo dia 09 de maio do corrente, terça-feira, com a finalidade de discutir a grave situação a que vem passando o Grupo VARIG. **Item dois** – Requerimento nº 22, de 2006-CI, de autoria do Senador Jefferson Peres e outros Senhores Senadores, requerendo seja convocado o Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, Dr. Nelson Machado, para comparecer a reunião de Audiência Pública conjunta das Comissões de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais e Desenvolvimento Regional e Turismo, acompanhado do Senhor Adacir Reis, Secretário de Previdência Complementar, agendada para o próximo dia 09 de maio do corrente, terça-feira

ra, com a finalidade de discutir a grave situação a que vem passando o Grupo Varig. **Item três** – Requerimento nº 23, de 2006 – CI, de autoria do Senador Paulo Paim, requerendo a realização de Audiência Pública com vistas a tratar das questões atinentes à “Recuperação Judicial da VARIG”, notadamente quanto a sua relação com os Estados devedores, e que fossem convidados os Governadores ou Vice-Governadores, ou seus Secretários de Fazenda dos Estados de São Paulo, Amazonas, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Distrito Federal. **Item quatro** – Requerimento nº 24, de 2006-CI, de autoria do Senador Heráclito Fortes e outros Senhores Senadores, requerendo seja convidado para participar da reunião de Audiência Pública conjunta com as Comissões de Serviços de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais e de Desenvolvimento Regional e Turismo, o Dr. Erno Dionízio Brentano, Liquidante dos Planos VARIG no AERUS. **Item cinco** – Requerimento nº 25, de 2006-CI, de autoria do Senador Heráclito Fortes e outros Senhores Senadores, requerendo seja convidado para participar da reunião de Audiência Pública conjunta com as Comissões de Serviços de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais e de Desenvolvimento Regional e Turismo, o Dr. Luís Roberto Pontes, Reestruturador Empresarial do Plano do Grupo VARIG e o Comandante Marcio Marsillac, Coordenador dos Trabalhadores do Grupo VARIG / TGV, a fim de discutirem a grave situação da VARIG. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e três minutos, lavrando eu, *Dulcília Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião de Audiência Pública das Comissões Permanentes de Serviço de Infra-Estrutura, 10ª da Comissão de Assuntos Sociais e também a 2ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinárias, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Como chegou aqui o meu Presidente eu passo de imediato a ele a condução dos trabalhos. Farei somente a leitura, então.

Antes de iniciar os trabalhos proponho a dispensa da leitura das atas das reuniões anteriores. Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Há expedientes a serem lidos. A presente reunião de Audiência Pública vem em atendimento aos Requerimentos nº 17, 18 e 20, de 2006-CI, de autoria dos Senadores Heráclito Fortes, Antônio Carlos Vala-

dares, Luiz Otávio, Tasso Jereissati, Ana Julia Carepa e Eduardo Suplicy, respectivamente e de outros Senadores, com a finalidade de discutir a grave situação que passa o Grupo VARIG. Nesse momento eu passo a Presidência para chamar os nossos convidados presentes, nesse momento então o Presidente já pede que eu convide o Antônio Carlos Avelar Bastos, Procurador de Fundação da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, e o Sr. Professor Paulo Rabello de Castro, Consultor da TGV, Trabalhadores do Grupo VARIG. Depois o Presidente vai ler a justificativa da não presença de alguns outros convidados, e também o Senador Cristovam, que justifica aqui a sua não presença, e há também Presidente, eu faço questão de estar no Plenário, um requerimento de minha autoria que eu queria que V.Exa. colocasse em votação antes de iniciarmos a fala dos convidados.[Troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço a V. Exª, Senador Paulo Paim. Eu me encontrava ao lado de outros companheiros na Comissão de Assuntos Econômicos, onde estão sendo votadas diversas matérias do interesse do Senado e do País. O requerimento do Senador Paulo Paim tem a finalidade da realização de uma Audiência Pública, com vistas a tratar das questões atinentes da recuperação judicial da VARIG notadamente quanto a sua relação com os Estados devedores, para o dia 09 de maio de 2006, às 10h00. Para tanto gostaríamos que fossem convidados os Governadores ou Vice-Governadores, com seus Secretários da Fazenda, dos Estados de São Paulo, Amazonas, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e do Distrito Federal. Sua Excelência, o Senador Paulo Paim, em determinado trecho do requerimento, disse que o crédito que a VARIG teria com os Estados é relativo ao pagamento de ICMS no período de 89 a 94, considerado inconstitucional em processo já transitado em julgado. Sem dúvida alguma que esse requerimento tem um grande valor, desde quando esse crédito que pode chegar a um bilhão e trezentos milhões de reais, aproximadamente um bilhão e 385 milhões de reais, pode servir como desfogo para resolver a questão financeira da VARIG.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, de forma muito rápida, é um convite onde eu digo que pode vir quem o Estado entender melhor para dialogarmos sobre esse tema. A idéia é efetivamente fazer a exemplo do Rio de Janeiro, os Estados, que são 25 Estados devedores possam nesse momento apontar caminhos na linha de pagar o que eles devem à nossa VARIG. E também dizer Sr. Presidente, que eu entendo que o requerimento ele vai na linha de

uma construção, por isso que nós colocamos que ou o Governador ou vice-Governador ou o Secretário da Fazenda, seria convidado para dialogar conosco sobre essas dívidas, que eu entendo que é fundamental que a gente encontre uma saída negociável.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Pois não. Eu colocarei, então, em votação esse requerimento. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram aprovado. Existem aqui algumas justificativas que foram apresentadas pelos convidados. O Sr. Presidente do BNDES, através do Chefe de Gabinete que não pôde comparecer por que não houve tempo hábil para que fossem tomadas as providências necessárias, visando a representação do BNDES na referida audiência.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone] – Quem assina?

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Quem assina é o Chefe de Gabinete. O Presidente do BNDES. O Secretário da Previdência Complementar também manda um ofício, problemas intransponíveis na agenda. E o Sindicato também apresenta alguma justificativa, o Sindicato dos Aeroviários e o Sindicato Nacional dos Aeronautas. Tendo em vista que lá estão sendo realizadas algumas assembléias, justamente para tratar do assunto da VARIG. Então, os funcionários justificaram e com credibilidade e fundamentação a sua ausência, desde quando a sua não presença nessa assembléia geral dos credores da empresa – e os funcionários são credores da VARIG – poderia prejudicar o bom andamento do sistema de recuperação que está sendo objeto de apreciação pela Justiça Federal.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Jefferson Peres pela ordem.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sr. Presidente, três Comissões do Senado Federal convidaram o Presidente do BNDES para participar de uma Audiência Pública. Ele não veio. Enviou um ofício assinado pelo Chefe de Gabinete. Disse que ele não pôde vir porque tinha outras reuniões agendadas e nem podia mandar representantes. E nem se pôs à disposição próxima vir em outro dia. Não teve a gentileza de dizer que se colocava à disposição para a próxima semana em outro dia. Este expediente é grosseiro é um menosprezo ao Senado Federal. Sr. Presidente, não sei quem foi o autor do requerimento que o convidou. Mas eu sugeriria ao autor do requerimento, apresentar um outro requerimento convocando o Ministro da Indústria, que é o superior hierárquico

para vir aqui em companhia dele. Eu faria isso. Eu o convocaria, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu acho que V. Ex^a tem toda razão. A Assessoria da Comissão de Infra-Estrutura entrou em entendimento com o Gabinete do Presidente do BNDES e foi confirmada a sua vinda, por telefone. E a agora, a Comissões recebem esse ofício do Presidente do BNDES, dizendo não houve tempo hábil para a sua presença nesta Audiência Pública. Então, eu gostaria que V. Ex^a formalizasse o requerimento, que contaria inclusive, com a minha assinatura. Contaria não, contará com a nossa assinatura. Eu passo a palavra em primeiro lugar, ao Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos, ele é Procurador de Fundações da Procuradoria Geral do Estado de Justiça do Rio Grande do Sul e agradeço a V. Ex^a, e também ao Paulo Rabello de Castro, Consultor da TGV, Trabalhadores do Grupo VARIG que aqui comparecem espontaneamente, para debater esse assunto tão importante para todos nós que somos brasileiros, que é a recuperação da VARIG. Portanto concedo a palavra ao Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos.

SR. ANTÔNIO CARLOS AVELAR BASTOS – Eminente Senador Antônio Carlos Valadares, receba a minha saudação. Eminente Professor Paulo Rabello de Castro, igualmente os meus cumprimentos. E uma saudação toda especial e destaco aos Senadores do meu Estado que estão todos aqui presentes, numa demonstração clara do interesse que têm pela questão VARIG.

Assim também, como o Eminente Senador Jefferson Peres, a quem apresento meus cumprimentos. Destaco, portanto, a presença aqui do Senador Pedro Simon – o mais antigo – e dos jovens Senadores Paulo Paim e Sérgio Zambiasi.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone] – ... são todos jovens.

[Risos]

SR. ANTÔNIO CARLOS AVELAR BASTOS – Cumprimento a todos os Senhores e especialmente aos variguanos que eu aqui enxergo, presentes mais uma vez com aquela garra que eu aprendi a admirar cada vez que se trata das questões da VARIG. Convém que eu explique inicialmente a razão da minha presença. Eu sou Procurador de Fundações do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e esta Procuradoria de Fundações é encarregada pelo velamento de todas as Fundações privadas do Estado do Rio Grande do Sul. Daí porque efetivarmos o acompanhamento e o controle sobre o funcionamento da Fundação Ruben Berta. E a Fundação Ruben Berta é intimamente ligada a VARIG, numa relação onde o que ocorra com uma

repercuta com a outra. Daí porque estarmos acompanhando em todos os seus desdobramentos a questão da VARIG, por que ela interfere diretamente nas questões da Fundação, assim como a Fundação vem interferindo nos destinos da VARIG. Penso e seguramente não é novidade nenhuma que o Estado Brasileiro tem uma responsabilidade extraordinária no processo de manutenção da VARIG, porquanto este mesmo Estado é o grande responsável pelo estado de penúria em que ela se encontra. Porquanto segundo dados que pesquisei, foi o congelamento de tarifas imposto pelo Estado, que iniciou o problema de descompasso financeiro da empresa. A época o prejuízo teria se situado em torno de 30%.

É inconcebível que o poder concedente por uma medida arbitrária, ele que é responsável pela manutenção do equilíbrio financeiro da empresa concessionária dos serviços que ele conferiu, cause tamanho dano e depois ao longo do tempo além de outras providências, outros congelamentos, enfim, depois tente afastar a responsabilidade que é flagrante e inquestionável. Então, por esta razão, vemos tanto quanto possível defendendo o encontro de contas, que não será favor nenhum nem por parte do Estado, mas é uma obrigação do Estado para com a VARIG. O encontro de contas é perfeitamente viável, basta uma decisão de Governo no sentido de operacioná-lo. Foram percorridas a nível de STJ desde a Primeira Instância é até o Superior Tribunal de Justiça, referendando ganho de causa para a VARIG. Não acredito que houvesse qualquer oposição de parte dos Srs. Ministros, no sentido de se fazer uma composição. Composição que viria dar o oxigênio que a VARIG está precisando. Então penso, que é o caso de aprofundarmos a questão do encontro de contas, a fim de possibilitarmos uma solução imediata para a questão VARIG. Muito se têm falado também ao longo do tempo que um dos grandes responsáveis pela crise da VARIG é a Fundação Ruben Berta. Não represento a Fundação Ruben Berta aqui, porque como fiscal da lei não tenho esta representação. Agora, venho acompanhando as atividades da Fundação Ruben Berta e do ponto de vista de obrigações perante o Ministério Público, ela vem ao longo do tempo se portando adequadamente, mantendo absolutamente em dia todos os compromissos de prestação de contas, de prestação de informações ao Ministério Público do Rio Grande do Sul. Portanto, a Fundação está em situação de absoluta regularidade perante o Ministério Público. Mas retomo. Disse e critica-se muito, inclusive até no exterior – o que eu acho extremamente inadequado e até no mínimo deselegante, que se critique no exterior uma Instituição Nacional -, mas isso vem ocorrendo o que é lamentável. Então, se atribui à Fundação toda a res-

pensabilidade pelos desvios de rota da VARIG. Penso que essa história deva ser reescrita. Não que a Fundação não tenha parcela de responsabilidade. Agora, há que se estabelecer uma linha de equilíbrio, porque se esta Fundação pode e deve ter tido equívocos na gestão da VARIG – seguramente teve – também é esta Fundação, que em meio a esta crise da VARIG tem suavizado esta mesma crise através da efetiva assistência que vem prestando a todos os trabalhadores do Grupo VARIG. Isto é importante que se diga.

Esta Fundação não recebe dividendos da VARIG, seguramente há mais de cinco anos. E a Fundação não foi para o espaço. Que fez a Fundação? Ela encontrou maneiras de se tornar auto-suficiente, efetivando, prestando serviços e consegue se manter sem a percepção desses dividendos, que deveriam ser creditados e que não são, em função da crise econômica financeira da VARIG. Então, entendo que existam condições para que se supere a questão da VARIG. Segundo dados que já devem ser do conhecimento do Srs, o crédito seria da VARIG, acho que há um mês atrás, em torno de quatro bilhões e 600 aproximadamente seria o crédito. O débito seria aqui INSS e outros débitos, em torno um acerto de contas, de 03 bilhões e meio. Nós teríamos, fazendo esse acordo de contas, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, que já estão desatualizados, isso aqui eu coletei há um mês, um mês e meio atrás, então, nós teríamos em torno de 01 bilhão disponível para a VARIG, feito o encontro de contas que possibilitaria a superação desta situação de angústia em que está mergulhada a empresa e todos os segmentos da sociedade brasileira, que vivem a apreensão desta crise sem precedentes na História, porque há um potencial que precisa ser trabalhado e surge cada dia uma dificuldade e outra e outra.

Outra questão que eu gostaria de chamar a atenção de V. Exas., é para as tropelias que acontecem a cada lance deste processo. Eu assisti uma assembléia dramática em 19 de dezembro de 2005, onde se colocou a faca no peito de credores da própria Fundação, sob o argumento – “Ou aprova-se o plano de recuperação judicial tal como concedido, ou se decreta a falência da empresa”. E num esforço admirável, conjunto de compreensão coletiva, tantos os credores quantos os agentes da Fundação Ruben Berta, compactuaram um chamado Plano de Recuperação Institucional. Esse plano não estava acabado, mas as linhas mestras estavam lançadas. E nessa mesma assembléia ficou decidido que uma nova assembléia ocorreria no mês de fevereiro, para que se fizesse o detalhamento jurídico deste plano. Não era um novo plano. Não era a reformulação. Era o detalhamento jurídico. E qual não é a surpresa? Numa assembléia feita em 13 de

fevereiro, algumas linhas mestras do plano, inclusive a colocação em determinadas categorias, aconteceram sendo modificadas pela empresa que dava Assessoria e que era encarregada tão-só de elaborar os instrumentos jurídicos, não de mexer na estrutura do plano que acabou sendo alterado. Isto é uma questão que posteriormente nós pretendemos questionar juridicamente, na medida em que a Procuradoria de Fundações venha a ser instada a manifestar-se. Mas, então, o que eu gostaria de registrar é a apreensão também, com relação a essas assembléias que são marcadas em cima da hora. Agora, teria outra assembléia de credores que estaria se desenvolvendo no Rio de Janeiro, neste momento e onde também se diz – Ou se aprova tal proposta, ou então, a empresa vai falir. Eu entendo que há necessidade de se encarar com mais seriedade essas ações dando um tempo mínimo necessário, a fim de que todos os credores que a Fundação, que todos os segmentos interessados possam examinar as questões que são de extrema gravidade, sem esta ameaça constante – Ou se decide, agora, ou a VARIG vai falar. Lamentavelmente essa prática vem sendo reiterada e é extremamente prejudicial para os interesses que estão sendo discutidos. Então essas eram as primeiras colocações que eu tenho. Eu fui convidado gentilmente por esta Casa e aqui estou à disposição, para trocar idéias a respeito da questão VARIG. Como Curador de Fundações o que me ocorre colocar nesse primeiro momento, são estas referências. Permanecendo ao dispor na medida que se avance na discussão, se outras questões surgirem e sobre as quais eu possa me manifestar. Eu agradeço ao Eminentíssimo Senador Heráclito Fortes, que agora está presidindo a Sessão, pela oportunidade da manifestação nesse primeiro momento.

Permaneço ao dispor da Mesa e dos Srs. Senadores.

[Troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Presidência agradece as palavras do Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos, que é o Procurador de Fundações da Procuradoria de Justiça do Estado de Rio Grande do Sul. Passo a palavra para seu uso por quinze minutos, ao Professor Paulo Rabello de Castro, que é Consultor do Grupo de Trabalhadores da VARIG.

Tem V. Sa., a palavra.

SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Bom dia a todos. Devo em primeiro lugar, registrar a minha satisfação de estar aqui nesse momento representando as diversas Associações de Pilotos, Comissários, Mecânicos de Vôo, Pilotos da Nordeste, enfim, Aeroviários,

Sindicatos diversos, a Comissão Especial do Sindicato Nacional dos Aeronautas, enfim, a Comunidade Trabalhadora do Grupo VARIG, que eu com muito orgulho, nesse momento e por esses poucos minutos, tenho a honra de representar.

Agradecer ao Presidente dessa Mesa o Senador Heráclito Fortes, que ainda na semana passada me convocou a estar aqui. Convocatória que atendo com o máximo prazer e com muita honra. Tanto mais, quando o privilégio é de estar repartindo esta Mesa, com o nobre Procurador do Estado de Rio Grande do Sul, Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos que tem muito se dedicado ao tema da VARIG, pela via do acompanhamento das ações da sua controladora que é a Ruben Berta e acaba de nos prestar importantes esclarecimentos.

E cumprimentando os demais Senadores presentes, a quem dedico muita simpatia, eu gostaria de convidá-los para mais ou menos em dez minutos repassar um tema que é por natureza complexo, é um tema financeiro, mas também com fortes aspectos e tonalidades de vinculação do setor público a esta empresa de serviço concedido que é a VARIG. E como já foi ressaltado pelo Dr. Bastos, um poder concedente que concedeu, mas não deu nem os poderes e nem muito menos em várias ocasiões, não deu às condições econômico-financeiras para que essa empresa trabalhasse equilibradamente.

E desde já eu pontuo o seguinte, a VARIG vai comemorar no próximo mês de maio de 2007, 80 anos de vida. Nós estamos, portanto, entrando a partir de 07 de maio próximo, semana que vem, no octogésimo ano de vida. Eu convidaria a todos e instaria o Brasil inteiro, para levantar essa estrela da VARIG, de novo no céu do Brasil, no seu octogésimo aniversário como sendo o ano da virada. Nós que vamos torcer pelo Brasil no hexa, muito mais importante do que 06 vezes, são 80 vezes. 80 anos, 200 milhões de passageiros voados e uma história gloriosa, principalmente no plano do heroísmo pessoal e no plano técnico, também, porque é uma empresa que alta tecnologia. Razão pela qual eu diria, que fazemos muito mal e se trata do ponto de vista financeiro, um péssimo negócio deixar que a VARIG soçobre no momento em que ela tem plena viabilidade financeira. É o que eu pretendo demonstrar nesse momento em dez minutos apenas, percorrendo sete pontos fundamentais, com a ajuda do Comandante Marsilac que hoje está pilotando o Power Point.

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer alto e bom som que a VARIG é recuperável. Digo isso como um Consultor Econômico com prática, porque sou também classificador de riscos de crédito, através da Empresa RS Rating, da qual eu sou o Sherman e, portanto, diu-

turnamente analiso empresas do ponto de vista do seu risco de crédito. Acho que a VARIG, e assim pensa o Comitê da RS Rating, que prestou um laudo econômico-financeiro de viabilidade daquele plano original do 19 de dezembro, até agora ainda não implementado, que a VARIG é recuperável sim. E por isso fez muito bem o Juiz Luiz Roberto Ayub, quando em 28 de dezembro homologou o plano de recuperação judicial, à vista do detalhamento dos meios da sua recuperação, da viabilidade econômica demonstrada pelos inúmeros gráficos e tabelas que acompanharam o plano.

E finalmente, o nosso laudo de viabilidade econômico-financeira. As ferramentas jurídicas, portanto, a partir da homologação do plano estão prontas, muito mais ainda, agora que o gestor é profissional interino também já está apontado, e o Banco Administrador do chamado Fundo de Investimento em Participações que controlará a VARIG, recepcionando as ações da Fundação Ruben Berta também. O plano, portanto, é viável. E isso é muito importante, porque a estratégia brasileira não deveria ser desperdiçar patrimônio que é de todos. Aliás, sabemos muito bem que o patrimônio de um país pertence a todos, que se o regime constitucional é da propriedade privada é que somos inquilinos dos bens e dos serviços. Aqui estamos na nossa vida para colaborar com a comunidade. Somos apenas tomadores de conta do patrimônio que deixamos para a nossa família e deixamos para a comunidade. Portanto, esse patrimônio público da VARIG merece ter a sua viabilidade garantida. Credores clientes e contribuintes ganham com a recuperação. E só a recuperação esse é o ponto que talvez seja fundamental, salvará o Fundo de Aposentadoria e Pensões dos Funcionários da VARIG, que e o AEROS.

E o que é mais interessante. A solução não empata um só tostão do Governo. Diferentemente do que se alega, a VARIG não é um caso de precisar de dinheiro público. Como o Senador Jefferson Peres teve oportunidade no Jornal “A Crítica”, do qual ele é Emérito Economista fez questão de alegar, poderia até se pensar. Dada a característica estratégica da empresa na interferência direta do poder concedente, pelas múltiplas razões e motivos que teríamos para manter a Bandeira Brasileira, principalmente no exterior, só que não é necessário. Ocorre que temos uma boa notícia para dar.

E é isso que vamos, agora, com uma certa rapidez mostrar, pelo lado onde a nossa especialidade nos indica, que é começando daquilo que está sempre nos jornais. Uma dívida total, que quando olhada pelos números bilionários 8,5 bilhões, dos quais 3,5 bilhões é o plano de parcelamento de débitos já referidos pelo Dr. Bastos, INSS o imposto de renda, que

estão fora do plano de recuperação, porque entendeu o Congresso Nacional ao aprovar a Lei de Recuperação de Empresa, deixar fora os créditos tributários. 4,5 bilhões é à parte concursal, ou seja, aquela parte que em 19 de dezembro do ano passado, foi devidamente repactuada e renegociada. E lamento dizer, mas 500 milhões de reais que a incúria, a imprevidência e a falta de ação das pessoas que estão encarregadas de fazer este plano ter vida deixaram acontecer. Porque a VARIG desde, então, não tem ainda o seu plano de recuperação devidamente implementado.

Então, cogitamos hoje, inclusive na reunião que hoje se realiza no Rio, dessa coisa esdrúxula que é alterar e modificar um plano que ainda nem começou. E não começou, e é preciso então, que se pergunte, que se cogite – Por que não? Porque não foram tomadas as medidas. E antes que me perguntem por quê? Dou um exemplo de todos o mais banal. Esta empresa chegou sem em dezembro sem um Diretor-Financeiro e passem! Até hoje não tem um Diretor-Financeiro. Como nós poderíamos conceber uma recuperação quanto mais judicial, onde um Diretor-Financeiro quatro meses após iniciado o processo, ainda não foi apontado.

De qualquer maneira a boa notícia já apontada pelo Dr. Bastos é que ao lado de uma dívida fiscal, que está espalhada para ser paga em 15 anos, no valor de 3,5 bilhões, a ela se contrapõe por dados recalculados recentemente pela Fundação Getúlio Vargas, de modo conservador, porque com correção monetária inferior àquela praticada neste período de acumulação desses créditos nos deixam um saldo de 1,1 bilhão de reais para o Governo. Ou seja, se esta Casa determinar, através quem sabe, de uma resolução do Senado, talvez esclarecendo aquilo que me parece que a legislação já permite que esse encontro de contas se faça, rapidamente nós temos condição com esse 1,1 bilhão de criar um Fundo de Créditos Aeroviários, que não seja inclusive só para a própria VARIG, mas para qualquer empresa que esteja num processo recuperacionista, utilizando esses recursos securitizados devidamente. O Governo nem precisa desembolsar isso, não se alegue que vai alterar execução do superávit primário e nós teríamos condição de o BNDES, amparado nesse colateral realizar um Fundo Nacional Aeroviário.

Eu gostaria de apresentar-lhes o quadro geral que parece complicado, mas rapidamente percorrendo, se os Srs, tiverem paciência, estão lá vendo a Fundação Ruben Berta, Controladora em cima. O FIP que já tem o Banco Brascam como seu administrador, portanto, a questão da Ruben Berta está equacionada. A Empresa Reestruturadoras AM, Álvares e Marçal de categoria internacional e a RG, a VARIG Rio-Sul e Nordeste que são as devedores, que tem do lado esquerdo os

ativos judiciais, àqueles a que eu me referi, da ordem de 4,6 bilhões e ativos operacionais os mais diversos South Smiles da ordem de 250 milhões de dólares, que é a sua avaliação. Os flots lá fora. Os direitos de aterrisagem e de decolagem e assim por diante. Do lado do passivo, o grande passivo tributário de 3,5 bilhões e os passivos operacionais. Os contratos diversos de fornecimento que a VARIG tem normalmente. E agora, temos além do mais que nos enfrentar com o passivo extra concursal, que não precisava estar lá senão tivéssemos tido essa incúria tremenda nesses quatro meses passados. E o passivo concursal que está aqui 4,5 bilhões, distribuídos entre 200 milhões dos credores da classe 1, trabalhadores; 2, 1 bilhão de novo dos trabalhadores, agora, representados pelo AEROS, entre ativos 800 bilhões e inativos 1,3 bilhões; e outros 2, 2 bilhões. O que nós vamos fazer?

Basicamente o que se pretende no plano de recuperação judicial, que não precisa ser modificado, a VARIG Operacional ela é uma unidade produtiva isolada. A VARIG que voa. E ela passa a ser separada, deixando na parte de cima o encontro de contas a ser feito, que deixa um saldo positivo. Andando um pouquinho mais rápido Comandante, a VARIG Operacional fica com os ativos operacionais e passivos operacionais, e pelo plano de recuperação já aprovado, voluntária e opcionalmente os trabalhadores que já assinaram procurações a esse respeito manifestaram-se desejosos para colaborar com a empresa, de converter créditos trabalhistas 200 bilhões. Seu saldo de contas no AEROS – e lamento muito a ausência do Dr. Adacir Reis, que muito contribuiria nesse momento, já que esse AEROS foi inopinadamente liquidado, teve os planos da VARIG inopinadamente liquidados exatamente no momento na véspera dos trabalhadores verterem recursos importantíssimos e líquidos e certos, porque está no Fundo de Renda Fixa do AEROS, o dinheiro que é desses trabalhadores da ativa e que salvaria os inativos que hoje estão liquidados.

E vejam, que praticamente o que se tem é que os outros vão ser, os outros 2,2 bilhões que estão renegociados em até 13 anos de prazo, eles serão pagos através do leilão judicial dessa VARIG, sem a parte financeira e a eventualmente comercial. Pagos através do resultado do leilão, das debêntures de participação de lucros que essa VARIG Operacional pode verter para os credores e através das conversões já estabelecidas. E mais interessante ainda, a própria União com aquele 1,1 bilhão que deve, ela poderia perfeitamente verter isso para o Fundo AEROS, a quem ela deve responsabilidade por esse 1, 3 bilhões, porque este Fundo AEROS deixou de ser acompanhado, devidamente pelo órgão fiscalizador e regulador a Secretaria

de Previdência Complementar. Portanto, nós estamos diante de uma situação que embora complexa, eu quis mostrar aos Senhores, que é perfeitamente plausível a recuperação desta VARIG, apenas com o movimento já previsto no plano, que é a separação da VARIG Operacional de um lado e ficando a VARIG Comercial e Financeira na parte superior. Portanto, as ferramentas estão prontas. O detalhamento aprovado...

[Soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL -PI) – Dr. Paulo.

SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL -PI) – Eu vou pedir a V.Sa., um minuto.

SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Claro, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL -PI) – Porque tendo em vista que questões burocráticas nós temos urgência na aprovação de dois requerimentos. Eu gostaria que fosse feito agora que são de autorias. Do Senador Jefferson Peres. O primeiro – “Requeiro nos termos do art. 52, § 2º, do inciso III, da Constituição Federal, combinado com art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, Dr. Nelson Machado, para comparecer a reunião de Audiência Pública Conjunta das Comissões de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais e de Desenvolvimento Regional, acompanhado do Dr. Odacir Reis, Secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência. Sala das Comissões, Senador Jefferson Peres, Senador Paulo Paim, Senador Pedro Simon e Senador Heráclito Fortes”. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Nos mesmos termos – “Requeiro nos termos do art. 58, § 2º, do inciso III, da Constituição Federal, combinado com art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Indústria e Comércio e Exterior, Dr. Luis Fernando Furlan, para comparecer a reunião de Audiência Pública Conjunta das Comissões de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais e de Desenvolvimento Regional, acompanhado do Sr. Damian Fiocca, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Sala das sessões, os mesmos autores”.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Srs. Senadores, antes de devolver a palavra ao Dr. Paulo, eu quero mostrar o desrespeito do Presidente do BNDES, para com o Congresso Nacional, fato que vou levar ao conhecimento do Sr. Presidente da República.

Foi convidado para vir aqui, duas vezes, e remeteu ao Senador Pedro Simon, através do Chefe de Gabinete dele, como resposta, o mesmo ofício com a mesma data, apenas trocando a data aqui do fax. É o apreço e o respeito que o Sr. Damian tem para com o Congresso Nacional numa hora como essa. Daí por que a convocação do Senhor Ministro, que eu tenho impressão que ele terá outro tipo de comportamento com esta carta.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sr. Presidente, me permita?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL -PI) – Com a palavra V. Ex^a.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Além da convocação devemos levar o fato ao conhecimento do Presidente do Senado e do Congresso, Senador Renan Calheiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL -PI) – Acho Sr. Presidente, que é uma medida que deve ser tomada e isso tem que ser repellido de maneira enérgica. Aqui estão os dois fatos e as duas respostas do Chefe de Gabinete, datado do dia 24, o ofício é o número P 264, apenas o Chefe de Gabinete teve o trabalho de repetir a convocação. Fica feito o registro. Com a palavra novamente V. Sa.

SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Sr. Presidente, espero que eu possa ter uma ligeira correção monetária do tempo, aproveitando para poder encaminhar a conclusão do meu raciocínio, apenas dizendo que eu acho que vocalizo os trabalhadores do Grupo VARIG, em desagravo ao seu descontentamento, dizer que o Senado Federal fez, tem feito e continuará fazendo muito, por esse estratégico tema que é soerguimento da VARIG. Na realidade, tratamos aqui não do soerguimento da recuperação da recuperação da VARIG. Eu me atreveria a dizer que nós estamos aqui tratando Sr. Senador Presidente da Mesa, do soerguimento da cidadania e do bom senso. Não se trata só do assunto VARIG.

O Brasil está precisando de mais bom senso, mais senso estratégico, de dar demais importância às coisas que de fato são importantes, e mais atenção àquela falência do que é produtivo, como ainda hoje podemos dizer, que setores importantes da atividade nacional como o agronegócio de grão, está submergindo diante de um tremendo desequilíbrio entre preços e custos e tal como a VARIG não precisa de tostão do Governo, mas perecerá por causa da incúria pública.

Mas voltando ao assunto VARIG, nós gostaríamos de dizer que está tudo pronto, faltando apenas desbloquear os recursos do AEROS, motivo pelo qual lamento, mais uma vez, porque o preparadíssimo Ad-

vogado Odacir Reis que tem conduzido a SPC com grande maestria, poderia estar nos ajudando muito nesse momento a superar a infausta liquidação dos planos, nesse momento, onde esses planos mesmo poderiam ser a ferramenta de soerguimento da VARIG. Segregaram a VARIG Operacional como consta do plano aprovado e mencionado aqui pelo Dr. Bastos no dia 19 de dezembro. E liberaram o empréstimo ponte do BNDES, pelo que lamentamos a ausência do Sr. Presidente aqui, porque poderíamos já estar aqui saídos com todos o entendimento a respeito com constituição de um Fundo Aeroviário, com créditos não de privados, mas do próprio Governo, não só dos ICMS dos Estados, como o Governador do Rio Grande do Sul em boa hora se lembrou de captanear a securitização desses créditos estaduais, como também dos créditos federais.

E concluo que obviamente a VARIG voando, tem o serviço, tem o Smiles, tem pagamento, o Governo receberá os 3,5 bilhões através da transação que fará, isso constitui custo zero para os contribuintes. As pensões estarão garantidas, empregos e salários racionais estarão garantidos. A VARIG parada não tem serviço. não tem Smiles, o Governo perde os 4,5 bilhões, que poderia... Obviamente, os credores perdem os 4,5 bilhões que teriam a receber no tempo. O Governo não recebe nada e ainda paga. Os Senhores já podem ver que o custo nesses dois itens já chegam a 08 bilhões. E seguramente com toda certeza, por causa da imprevidência do órgão fiscalizador, fatalmente e, por favor, não se desesperem os pensionistas, heróicos pensionistas e aposentados, muitos dos quais aqui estão acompanhando a gente hoje, porque o Governo, se não deixar que a própria VARIG honre os créditos estando viva – e ela quer pagar, porque os próprios trabalhadores através do seu Plano pretendem dar garantia do pagamento aos seus colegas aposentados ou pagará o Governo. Pagará como pagou o Plano da VASP por não ter feito adequada provisão desses recursos no momento em que a Administração estava em crise.

E concluindo, obviamente que só a recuperação, como eu dizia, vai conseguir dar cobro a isso que eu gostaria de encaminhar ao Presidente da Mesa, [Soa a campainha], que é lamentavelmente – se pudesse alguém também distribuir para os Srs. Senadores -, é uma carta que realmente merece um descontentamento muito grande, porque ela entre outras coisas, Srs. Senadores, diz o seguinte – “ Informamos ainda – e é uma carta endereçada ao participante assistido pelo liquidante do AEROS, Sr. Senador Jefferson Peres – que os convênios prestados aos assistidos da VARIG com desconto no contracheque do AEROS, ou seja,

AMIL, AMIL Dental, SAMOC, UIT, AMICO, PLANAF e outros, cujo Instituto seja interveniente, condicionados a existência de saldo para o desconto em referência deixarão de estar disponíveis para os aposentados e pensionistas, sendo o pagamento efetuado em 03 de outubro próximo, o último sobre o qual incidirão descontos. Assim, sendo caso V.Sa., esteja associado a algum deles, solicitamos que efetue a devolução das respectivas carteiras de identificação após o período de cobertura”.

Isto é uma injúria contra esses trabalhadores que durante décadas – e muitos aqui estão – muito provavelmente simbolicamente, gostariam de estar nesse momento, devolvendo seus cartões de cobertura de saúde. E simbolicamente entregarão ao Presidente Heráclito Fortes, que obviamente os receberá com muito carinho, porque representa de certa forma um singelo e simpático, por assim dizer, mas trágico protesto contra uma maneira atabalhoada de lidar com pensões e aposentadorias de brasileiros que nos carregaram com segurança até aqui nesta VARIG.

Portanto, para concluir, e já me penitenciando pelo excesso de tempo, apenas para dizer – Gasto zero para o Governo. Não faz sentido um custo total que eu estimo da ordem de 10 bilhões de reais, que é o custo total para o país, para os contribuintes em termos de perda de produto interno bruto, de empregos destruídos, de marca destruída, marca internacional de presença do Brasil no exterior. E faz sentido isso? Bastaria que nós conseguíssemos carências e prazos na BR e na INFRAERO e para isso gostaria de me referir a uma carta do Governador Germano Rigotto e do Deputado Fernando Zákia, Presidente da Assembleia Legislativa, e mais uma série de outros subscritores, que resume o que está aí, não precisa nem interferir na VARIG, basta obter as carências e prazos da BR e da INFRAERO, pedir a Secretaria de Previdência Complementar que levante o processo de liquidação e que implante um plano de recuperação da empresa, que seja compatível com o plano de recuperação judicial. Solicitar ao BNDES que disponibilize linha amparada nos próprios créditos do Governo, que podem constituir um Fundo Aeroviário e, finalmente, a Advocacia da União que transacione débitos contra créditos, uma idéia generosa, que já devia ser implementada no Brasil há muito tempo, fazer encontros de contas, como se fez no setor elétrico amparado por esse Congresso Nacional em 1993, por exemplo, salvou o setor elétrico. E, poderíamos, agora, com esse encontro de contas salvar também a nossa querida VARIG.

Portanto, eu encerro dizendo o seguinte – a VARIG permanecerá. Nós continuaremos voando com segurança, posso dizer pelos meus aqui representados.

Vamos continuar atendendo os clientes com alegria, apesar de tudo, e simpatia. Vamos continuar nas ruas fazendo os protestos, com cada vez maior firmeza e apoio desta Casa e da Câmara Federal. Vamos contar com a ajuda do Juiz da Recuperação Judicial, Dr. Luiz Roberto Ayub, que tem se empenhado muito neste processo. E finalmente, vamos contar com a ajuda de Deus, orando, não só que nos dê forças, mas que principalmente ilumine o Governo, para que ele comece a pensar, estrategicamente, nos destinos e no patrimônio da Nação. Muito obrigado.

[Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Agradecemos as palavras do Dr. Paulo Rabello de Castro...

Questão de ordem?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone] – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Em seguida eu passarei a palavra a V.Exa. Agradecemos aos dois convidados que aceitaram de pronto esse chamamento. De uma coisa a Nação brasileira pode ter certeza, que não há omissão por parte do Congresso Nacional nessa questão. Tanto Câmara como Senado, há três ou quatro anos vêm lutando, procurando informações, procurando interferir no que é possível dentro das suas limitações.

Essa Comissão por iniciativa da Bancada do Rio Grande do Sul e com o apoio das outras Comissões tem se reunido e tem feito rodadas de negociações, principalmente com o objetivo de tornar essa discussão a mais transparente possível, para evitar que se diga nos Gabinetes uma coisa quando se é procurado pela VARIG ou pelos seus funcionários, e se diga outra em praça pública. Essas Audiências Públicas, meu caro Senador Zambiasi, têm servido, pelo menos para que a Nação tome conhecimento do que vem acontecendo. Acho que é positivo e essa nova tomada de posição do Governo nas últimas semanas, já admitindo a abertura de crédito. É um começo que nós temos que continuar avançando no sentido de que se encontre uma solução que seja satisfatória ao país. Eu queria sugerir e perguntar aos Srs. Senadores, se não era chegado o momento de se convocar, convidar no caso, para vir aqui o liquidante do Plano VARIG, exatamente o autor dessas medidas, numa das próximas Audiências Públicas. Caso seja de concordância eu mandarei formalizar. Todos concordam?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone] – Convite.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É convite, ele não pode ser convocado. Então está aprovado. Peço à Mesa que formalize.

Vamos iniciar então as perguntas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [50:15:00] – Não é pergunta, Sr. Presidente, é apenas lamentar não ter podido acompanhar todo o depoimento do Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos, mas a urgência da votação do projeto no Conselho da Educação, do qual eu sou Relator e o Paulo Paim, o autor, nos obrigou nos afastarmos no depoimento. Peguei às últimas palavras do Professor Paulo Rabello de Castro, a quem tanto quanto o Dr. Bastos, admiramos muito o trabalho que vem fazendo e entendemos fundamental.

Aliás, eu na minha manifestação, eu pedi autorização para o Masilac... Mas não deixa, eu não poderia deixar de colocar aqui essa preocupação e da urgência de uma solução. Exatamente pelos impactos negativos que situações vivenciadas no cotidiano acabam provocando com relação à VARIG.

Ontem, por exemplo, o voo Buenos Aires, Porto Alegre, Brasília foi cancelado. Eu e praticamente todos nós Parlamentares gaúchos, temos como oposição voar VARIG. E quero registrar o esforço dos servidores da VARIG em Porto Alegre, no sentido de colocar todos os passageiros em voos, seja da TAM ou de outros. No meu caso, os funcionários da VARIG em Porto Alegre, me colocaram num voo e VARIG, São Paulo/VARIG e Paulo Brasília. Mas eu quero fazer este registros e com certeza não foi por falta de passageiros, porque o voo de sexta-feira passada para Porto Alegre Porto Alegre/Buenos Aires, estava lotado, presume-se, portanto e o retorno, também, na segunda-feira teria perspectiva de lotação. Isso registra exatamente essas forças ocultas que de alguma maneira insistem em manter a VARIG no chão. Por isso, eu acho que essas reuniões, esses depoimentos, o Dr. Bastos, o Dr. Paulo Rabello, esses próximos convidados e convocados devem estar aqui sim, porque através deles nós passamos a conhecer melhor esse processo todo e quem sabe a gente consiga reafirmar caminhos para uma solução deste problema, que realmente não é apenas da VARIG, não. É um problema nacional e nós temos obrigação de buscar uma solução. Era esse um registro Presidente, de uma situação vivida há poucas horas, e que não afetou apenas o passageiro, afetou principalmente a VARIG. E acima de tudo seus servidores, porque se via em todos eles a angústia, a expectativa. Eu tinha comentado a semana passada que me comentou muito ouvir de uma aereção na chegada em Porto Alegre, àquela pergunta – “E aí?” E a resposta do colega. “Só notícia ruim” Quer dizer, ontem a notícia foi pior, ainda, portanto, porque o voo não se realizou. Então, nós temos que lutar para que as notícias comecem a melhorar com relação à VARIG.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com palavra o Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Bom dia, aos convidados Dr. Bastos. Bom dia, meu amigo Dr. Paulo Rabello. Dr. Paulo Rabello, o assunto VARIG está movimentando o Senado há várias semanas, embora estejamos acompanhando o problema, VARIG há três anos. Mas com o agravamento da situação, já houve a primeira Audiência Pública, semana passada, a segunda agora. E vários aspectos da questão obviamente já foram levantadas e discutidas. Mas eu li uma entrevista de V. Sa., numa revista da semana passada, Istoé Dinheiro, a qual V. Sa. dizia que o fechamento da VARIG, a derrocada da VARIG custará cerca de 10 bilhões de reais à sociedade brasileira. Ao Estado e à sociedade em geral. É uma estimativa, claro. Mas eu gostaria que V. Sa., explicasse melhor isto, e aproveito para pedir a confirmação do seguinte – Se a VARIG deixar de voar, as outras duas empresas podem assumir as linhas domésticas, mas as linhas internacionais não pertencem ao Brasil, pertencem a VARIG. Portanto, provavelmente, serão rateadas com outras empresas, que não as duas brasileiras, é isso mesmo?

SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – [Falha no áudio 55:19:00] Jefferson Peres, respondendo a sua pergunta, eu gostaria de dizer que sim, o cálculo de 10 bilhões de reais de custo para o país, portanto, um custo social, como se diz, para a sociedade brasileira, ele é um cálculo estimativo, mas que parte de um item que sozinho já responde, na minha estimativa por cerca de quatro bilhões de perda, que é o valor estimado e defasado no tempo 2006, 2007, 2008 até que outros serviços possam percorrer os mesmos caminhos deixados por uma VARIG falida, eventualmente, que corresponderia à redução das divisas líquidas brasileiras.

E falo líquidas, porque obviamente, há que deduzir apenas o valor agregado pelo serviço, retirado todos os custos que são pagos e alguns inclusive, no exterior e que alguns economistas inclusive me repreenderiam dizendo que se nós fizéssemos uma conta mais vantajada, certamente passaríamos dos quatro bilhões de reais. Mas como o nosso objetivo não é tornar esse número fantasmagórico, porque nem precisamos só esses quatro bilhões de reais, já constitui motivo para uma grande preocupação, por quê? A bandeira brasileira, a VARIG não voa e não tem voado por uma estratégia brasileira, apenas nas chamadas rotas lucrativas. Até uma rota como Lisboa – pelo que entendo e não entendo muito, não sou um profissional do ramo – não é uma rota lucrativa propriamente dita. Poucas

são as rotas lucrativas. É por isso que uma empresa concorrente – e vou citá-la porque cito de cabeça de uma declaração de seu Diretor-Financeiro ainda esta semana nos jornais. Disse – “Não o meu interesse é uma nacional que está crescendo muito ultimamente. O meu interesse é na rota de Londres. Só estou interessado em voar para Londres”. De forma que se o Senador Paulo Paim quiser, por exemplo, voar para Beijim de quem que é um estratégico para o Brasil, é algo que hoje pode ser deficitário durante um ano ou dois, mas tem uma importância fundamental, porque sabemos que as rotas asiáticas hão de ter para as para o Brasil. E para os sojicultores brasileiros, no dia que conseguirem sair da falência em que a política cambial os meteu, e eles voltarem à China para voltar à soja em 2009, 2010, que voltarão certamente a plantar, cadê o avião brasileiro? Não há o avião brasileiro, porque do ponto de vista estritamente privatistas, estas companhias vão estar só fazendo o que chama o inglês *shery piking*, vão só estar pegando as amoras que lhe interessarem.

A VARIG é uma empresa de serviço que concedido, que sempre envergou o brasileiro. E o interesse brasileiro com um certo equilíbrio entre rotas deficitárias é rotas lucrativas, portanto, esse prejuízo de fato ocorrerá, o Senhor tem toda razão. As demais empresas com a visão estritamente privatistas não vão fazer cobertura de rotas deficitárias pela bandeira brasileira e tem uma outra mentalidade. Se somarmos a isso Senador os empregos líquidos perdidos, porque alguns vão ser alocados. Os nossos profissionais brasileiros como o Senhor são respeitados no mundo inteiro e disputados como excelentes profissionais. Então serão realocados no exterior, mas a renda perdida aqui no Brasil ocorrerá, vão ser mais como muito brasileiros que vão para o exterior mandar recursos para suas famílias, eles serão mais brasileiros exportados, trabalhando no exterior e mandando recursos para cá.

Obviamente teremos um prejuízo em termos de aumento de tarifa sim, porque teremos. E aí falo, sem nenhum demérito para as empresas e digo, faço até vênica que são empresas bastante eficientes as duas que permanecerão. E que deterão mais de 80% do mercado, e constituirão uma duopólio, num país cuja Constituição reza pela livre iniciativa e pela concorrência tão perfeita quanto possível. Óbvio que no campo tributário vai ser resto da perda a lamentar porque uma empresa falida não paga PAES, nem transaciona contra crédito. E o Governo Federal vai ficar numa situação, aliás, que é uma situação, desculpe a expressão, Senador, burra”. Porque ele de qualquer maneira, quando vencida a ação que resta por um triz no STJ – se é que resta alguma coisa, e se houver pronunciado o Supre-

mo Tribunal Federal, o contribuinte brasileiro haverá de pagar sofredamente os 4,6. Mas muito provavelmente, não haverá PAES para se confrontar e ser transacionado mais. Com isso já temos uns bilhões, ao qual eu somo e repito, o Governo senão deixar que a VARIG viva pague as aposentados do AEROS, eu posso dizer tecnicamente que não há muito que escapar de uma ação, pela qual ele será responsabilizado, por não ter feito a adequada fiscalização no momento certo – não vamos entrar nesses pormenores aqui, até porque não estamos na presença do Dr. Odacir que nos ajudaria, mas ele vai pagar esses dois milhões do déficit do AEROS, que de outra forma os próprios trabalhadores gostariam de investir e eliminar passivo da VARIG, colocando parte acionária na nova VARIG. Uma pena Senhor Senador, apesar dos esforços nossos Senadores aqui presentes, que um problema tão resolvido nós não tenhamos a capacidade como sociedade de fazê-lo implementar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Satisfeito Senador Jeferson? Com a palavra o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, Heráclito Fortes, cumprimentar V. Ex^a, em nome das quatro Comissões que estão realizando essas Audiência Públicas, pela sua importância e pela repercussão positiva que tem dado junto à sociedade e mesmo junto ao Governo. A partir do momento que essas Audiências Públicas começaram, com certeza, eu posso dar aqui o testemunho que sinto uma movimentação maior junto ao Governo, para contribuir para essa situação da nossa querida VARIG se resolva o mais rápido possível.

Quero cumprimentar também o Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos pela sua posição, e o Professor Rabello que eu conheço há muito tempo já. Eu quero dizer que na semana retrasada ou passada, li na tribuna do Senado na íntegra o seu artigo, onde V. Ex^a, fala dessa questão específica que foi comentada agora, que o Brasil teria um prejuízo de no mínimo 10 bilhões, senão acharmos uma saída para a nossa VARIG. Mas a pergunta que vou fazer veja bem, eu sempre digo que, nós aqui os três Senadores e tantos outros, somos tanto defensores da VARIG, com certeza, como os Srs., que estão na Mesa, por tudo que ela representa. Mas tem uma coisa que me intriga, que intrigou eu diria. Na última reunião, até foi uma fala feita, muito pela intervenção que fizemos, eu e o Senador eu Zambiasi.

Eu fiz a pergunta para a empresa que está administrando essa situação contratada de forma correta pelas partes interessadas. Eu perguntava o seguinte – eu tenho insistido muito com a palavra encontro de conta, até o momento ele me corrigiu, que na segunda

fala não era adequado que eu usava aquele termo. Eu perguntei a ele o seguinte – “No encontro de contas entre a União e a VARIG, entra ou não entra o dinheiro para a VARIG?” Diz ele – “Não entra”. Perguntei de novo – “Mas então, você diz que esse encontro de contas tão falado, porque a gente vê e a gente participa do debate, inclusive junto à imprensa, em televisão, em rádio, enfim. Uns falam – “Não, o Governo deve 08 bi para a VARIG”. O outro diz – “Não, a VARIG que deve 08 bi para o Governo”. Depois outro diz – “Não é 08 bi, é 4,5”. O outros diz – “Não, é 4”. O outros – “É 5”. Daí eu insistir muito com ele. Sabe o que ele disse – “Nós estávamos na reunião. “Paim, efeito de balanço. É muito importante para efeito de balanço o encontro de contas, mas não entra dinheiro de imediato”. Ele repetiu isso diversas vezes. Depois entrou na mesma discussão, uma questão dos Estados. Eu estou inclusive aqui com o documento já que mostra, são 26 Estados devedores, um pagou, ficou 25, só quem pagou foi o do Rio de Janeiro, com deságio – e ele mesmo falou aqui – de 25%. Se fosse paga essa dívida a 01 bilhão 385 milhões de reais. Este sim, eu digo que entra. E mais. Eu fiz um requerimento a Mesa, Senador Heráclito aprovado na abertura. Onde eu digo – “Qual é o critério que tu adotou para botar 04 Estados”. “Eu não ia convidar os 26, então, eu fiz os 04 tem uma dívida acima de 100 milhões”. E pega Santa Catarina, pega o Amazonas, pega o Rio Grande do Sul e pega São Paulo. Rio Grande do Sul e esses Estados é mais de 100 e São Paulo é mais de 400 milhões.

Mas eu deixei muito claro, não é nem situação dos atuais Governadores, então não tem aqui ninguém que diga que nós levantarmos esse debate estamos fazendo críticas aos atuais governadores. Não tem nada a ver. São dívidas que nós sabemos muito bem, do período de não paga o ICMS – eu tinha aqui documento – que vai até 94, se não me engano.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Isso, é dessa época, então...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone] 85, 94.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – 85, 94, ninguém está fazendo nenhum debate político. Queremos ver se os atuais Governadores que herdaram essa dívida se tem como fazer aí sim, esse devido pagamento para resolver em parte, a questão da VARIG. Sei também da situação dos Estados. A maioria vai alegar que nesse momento não teria esse aporte de recursos de uma dívida passada. Por isso que eu acho que... Eu estou muito esperançoso. Eu acho que na linha que o Dr. Rabello coloca aqui, o BNDES pode sim, fazer

um empréstimo que a VARIG mostrará que tem lastro, até com outros parceiros que estão interagindo nesse momento para serem compradores de parte, de todo o poder, que eu diria a VARIG.

Dois. Acho que a BR Distribuidora pode dar um prazo maior, diz aqui que eram 10 dias, que seja no mínimo dois meses para pagar o combustível pago no momento adequado. E acho também que o Governo tem que naturalmente, como é na audiência que teremos hoje do Conselho do Rio de Janeiro, não é isso? O Governo é que tem maioria, ele pode encaminhar nesse sentido, dando a sua contribuição. Mas eu quero insistir muito aqui, que eu estou muito preocupado com nosso Fundo de Pensão da nossa VARIG. Eu acho que esse Fundo de Pensão tem que ser tratado com muito carinho. Acho até que deve ser suspendida na minha avaliação a dita intervenção. Eu posso daqui de fonte segura, que naquele diálogo que V. Ex^a, Presidente, me autorizou a fazer em algumas instâncias de Governo, já há setores de dentro do Governo que entende que achando uma saída viável da forma que está sendo colocada deve se rever essa intervenção, porque para salvar o Fundo de Pensão dos nossos aposentados e pensionistas que têm assegurado, pelo documento que nós recebemos e também a mesa recebeu, está garantido mais três, quatro meses, e daí como é que fica? Como é que fica a situação dos aposentados e pensionistas? Eu quero apenas reforçar que nós temos que encontrar uma saída. Eu acho que essa linha do BNDES como foi dito, nenhum centavo de dinheiro público. Eu também quero reafirmar isso, porque nos debates que participei nesse fim de semana – “Não, mas o dinheiro público!” Que dinheiro público?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone] – Exatamente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Os trabalhadores e aqueles que estão participando ativamente não querem um centavo. E o BNDES empresta dinheiro para tanta gente, que todos nós sabemos, porque se tiver lastro, se mostrar que pode pagar por que não fazer o empréstimo? Até eu, se eu estou endividado eu vou ao Banco, se eu mostrar que tenho lastro eu posso pagar no futuro, o Banco me emprestar o dinheiro. é mais do que legítimo esse movimento que a VARIG faz.

Então, muito mais do que uma pergunta, porque a pergunta mais é essa, é a do chamado encontro de contas, eu quero aqui dizer de toda a nossa satisfação. Eu estou esperançoso que no máximo em 10, 15 dias a gente tenha uma saída mediante um amplo entendimento entre todos. Governo do Estado, Governo Federal, naturalmente o BNDES, prováveis novos investigadores que estão a surgir e naturalmente a tolerância da BR, na linha dos combustíveis. É isso, no

mais cumprimentar V. Exas., pela forma firme e clara que sempre defenderam a VARIG. E eu sei que eles vão falar, que eu acho que é a linha desses três Senadores que estão aqui no Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra.

SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Obrigado, Senador Paim. Para mim é um orgulho poder receber um questionamento de V. Ex^a, pela inteligência, pelo descortino, principalmente pela sua coragem e pelos grandes temas da sociedade, da cidadania brasileiras. Eu gostaria de em primeiro lugar, falar sobre a questão do encontro de contas, porque esse encontro de contas é a pedra de financeira, com a qual passaremos dos entretanto para os finalmente. Vamos partir das considerações gerais para a linha conclusória, porque a empresa precisa de resolver com urgência os problemas.

Pois bem. Eu gostaria de lhe dizer que a Fundação Getúlio Vargas – pelo que sei, estou informado – ela recentemente foi chamada – e praticamente foi à única medida pró-recuperação, quem sabe, que tenha sido tomada pela atual administração. Convocou a FGV que entregou um trabalho e pelo qual Sr. Presidente, eu teria a ousadia de sugerir a V. Ex^a, que convocasse, através do Presidente da Fundação Getúlio Vargas, o técnico que desenvolveu esses trabalhos, porque ele muito ajudaria a elucidar em definitivo ao Senador Paim e a todos os demais Senadores, qual na avaliação na Fundação Getúlio Vargas seria essa conta, que o Ministro Edson Vidigal – brasileiro ilustre – já no ano passado dizia – “Eu acho que o Judiciário, no início posso parecer que esteja exorbitando mas não estou – assim dizia ele, parafraseando – eu acho que o Poder Judiciário deve recomendar que o Executivo centre com esse credor e faça um encontro de contas”. Um Ministro, Presidente – e nisso provooco até o nosso Procurador, que é uma pessoa conhecidíssima e eterno candidato a uma daquelas cadeiras no STJ, que nos diga, se isso é uma exorbitância do Ministro Edson Vidigal, ou se é uma recomendação séria que esse Presidente do Tribunal fez já no ano apresentado.

Pois eu diria, Senador Paim, que o representante da Álvares e Marçal, não respondeu equivocadamente quando lhe disse que não há desembolso, no sentido de que não há necessidade de se verter recursos, se fazer um saque no Ministério da Fazenda e com isso se diminuir em 01 bilhão, nesse exercício fiscal, o penoso superávit fiscal que tanto ambicionamos. O que é possível é simplesmente haver o reconhecimento da diferença entre os 3,5 bilhões devidos pela VARIG ao país – e quanto a isso, não há problema, porque está

no balanço – e os 4,6 bilhões que não estão ativados, como é o linguajar das auditorias. E, portanto, o patrimônio líquido da empresa sempre aparece nos jornais como dramática, bilionariamente deficitário, é por causa de uma prudente maneira de proceder dos auditores independentes, que se recusam a não ser que tudo tenha transitado em julgado, etc e tal, colocar no ativo, embora o passivo esteja completamente passivado, por assim dizer. Então, a empresa fica contabilmente desequilibrada. Agora, há um crédito líquido a favor da VARIG de 1.1 bilhão. Como fazer esse pequeno milagre financeiro e aí vai a boa notícia para V. Ex^a, milagre das estruturas financeiras. Ela pode ser feita em menos de um mês, Senhor Senador. Em que medida? Se o Governo transaciona, senta, reconhece que entre débitos e créditos tem um 1.1 para a VARIG receber, ele não quer impactar isso no exercício presente. Ele emite uma OTN Especial, uma Obrigação do Tesouro. E essa Obrigação do Tesouro vai para um para fundo que os Senhores, podem quem sabe por Resolução do Senado, constituir especialmente, poderia até ter um nome – Fundo Nacional de Créditos Aeroviários, desta empresa VARIG e quem quer mais que possa ter habilitação para esses créditos. Uma vez constituído o Fundo, a VARIG deterá cotas desse Fundo. Então, veja só, o crédito vai ficar lá, não há desembolso de nenhum real. Cotas, Senhor Senador, serão emitidas em favor da VARIG, no valor de 1.1 bilhão e a VARIG ou vende essas cotas no mercado, ou inclusive, ela deposita essas cotas como colateral e garantia no BNDES. O BNDES poderá tranquilamente, a não ser que o BNDES comece a desconfiar do rating também do Governo Federal, que é o próprio controlador dele mesmo, acho que não é esse o problema. Então, estamos resolvidos. Agora, vejam que interessante, se o Sr. Fizer esse mesmo raciocínio, em relação a esse 1.3 bilhão de reais que o Senhor tão corretamente aponta que são créditos dos Estados, cujos Estados estão desejosos de fazer esse acerto, que se escondem atrás do biombo de uma argumentação de que é o passageiro que receberia como credor final este crédito e não em relação à VARIG. E até se tivesse tempo seria ocioso, porque andei falando sobre isso num programa de rádio, imediatamente recebi, meia hora depois, já havia recebido dezenas de e-mails de pessoas que me haviam identificado, dizendo – “Como posso eu devolver o meu ICMS para a VARIG?”. Isso que eu achei bonito, ou seja, o povo brasileiro disposto a devolver o seu suposto crédito de ICMS, se isso fosse realmente necessário. Muito interessante essa corrente de solidariedade, mas não é necessário. Esse 1.3 poderia ser depositado da mesma forma no Fundo Aeroviário. O Governador Germano Rigotto

não desembolsaria um só tostão a curto prazo, esse Fundo seria eventualmente distribuído para pagamento ao longo dos próximos, cinco, seis, dez anos, e as mesmas cotas seriam recepcionadas no balanço da VARIG. Está resolvido o problema, para quem quiser resolver está resolvido.

Igualmente o Senhor, está tão correto, que eu que me atrevera a ler o art. 46 que é a que a Lei Complementar 109, que diz o seguinte – “A intervenção do Fundo de Pensão, cessará quando aprovado o plano de recuperação da entidade pelo órgão competente, que é o SPC ou se decretada a sua liquidação extrajudicial”. Ou seja, na realidade o que nós deveríamos estar objetivando hoje no AEROS, é o plano de recuperação, irmão gêmeo do plano de recuperação judicial que corre na 8ª Vara. E não a falência do plano da VARIG, diante de uma recuperação que queremos ver implantada.

E para complementar, no art. 52, a liquidação extrajudicial poderá a qualquer tempo ser levantada, desde que constatados fatos supervenientes que viabilizem a recuperação da entidade de previdência complementar.

O Senhor está certíssimo, deve ter de cor e salteado as legislações brasileiras na cabeça, porque está realmente enquadrada a possibilidade a qualquer momento de estabelecermos a recompatibilização do AEROS aos desígnios de salvar a nossa empresa VARIG.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O próximo orador é o Vereador Pedro Simon, mas eu queria pedir permissão para mostrar mais uma vez, Senador Paulo Paim, como setores do Governo tratam esta Casa. O Senador Simon acabou de receber do BNDES um outro ofício *ipsis literis*, nos mesmos termos dos dois anteriores, só que agora corrigido para a data de hoje. E postado da sede do BNDES do Rio de Janeiro, às 12h14 minutos, o que prova que estão assistindo a TV Senado e sabem o que está se passando aqui

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone] – Por outro lado é bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Só que dessa vez, já não é mais o Chefe de Gabinete Sr. Elvino é o sub-Chefe de Gabinete. Vamos terminar recebendo correspondência...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Daqui a pouco vai ser o porteiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O porteiro. Que não chegue ao caseiro, porque aí complica.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Com caseiro ele já tem um antecedente perigoso.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Agora, é o Sr. Denílson Ribeiro de Sena Nunes. Ele responde o mesmo ofício da convocação para a sessão de hoje que o Presidente não pôde comparecer, só que a resposta de hoje é das 12h14, quando o Presidente deveria estar aqui 10h00/11h00. E repete exatamente, o conteúdo dos dois ofícios anteriores. Como já foi aprovado aqui o encaminhamento desses fatos ao Presidente do Congresso, eu vou pedir que outra cópia seja enviada aos Srs. Senadores e ao Senador Jefferson Peres, que é quem vai em nome da Comissão tratar desse assunto hoje no Plenário. Mas apenas para ficar o registro de como é que o BNDES trata o assunto da importância para o país como é a VARIG. Infelizmente os empréstimos externos que aqui tanto se falou são tratados de outra maneira.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – É que não dá para entender esse ofício, porque eles devem estar assistindo à televisão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pois é, exatamente.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Ouviram as dúvidas levantadas...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Exato.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Ouviram o pronunciamento de V. Ex^a., e do Senador Peres e vem com uma outra grosseira igual...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pior.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Só mudam a data, não dá para entender!

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Por. O ofício é o mesmo...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Porque anteriormente, a gente levava para anarquia, o negócio está uma desorganização, “mandaram lá não sei o quê”. Então, aconteceu. Mas agora não, agora, é um troço deliberado...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É uma agressão, é um desrespeito...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Agora é deliberado, agora foi feito, o cara viu, assistiu, ouviu, viu que viu que está errado e muda a data. Isso se chama reincidência.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É. O conteúdo é o mesmo. Vamos dar conhecimento ao Ministro Furlan, que pelo seu comportamento e o seu respeito por esta Casa, sendo ele Chefe Superior Hierárquico do Presidente do BNDES, a mim me parece que não concorda com atitude dessa natureza. Pelo menos tem sido até agora o seu comportamento. E comunicar, como já foi dito

anteriormente ao Presidente do Congresso Nacional, para que fique feito o registro.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pela ordem, só um minuto Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Tem V. Ex^a. A palavra pela ordem.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É que o Dr. Paulo fez uma referência com a minha chegada, eu sei que o Paulo Paim conhece de cor e salteado tudo que diz respeito ao interesse do trabalhador. Ele é o melhor especialista, mas como V. Ex^{as}., falou 8, 5, 10 anos, eu só queria lembra aqui no Time Mania, nós concedemos 180 meses. O pedido era de 240, a Receita queria dar 120 e nós dividimos em 180.

Então, pode Senador, parcelar por que o Estado tem capacidade para agüentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu quero apenas fazer uma correção Senador Simon. A Assessoria me avisa que a TV Senado não está no ar. Então, eu quero parabenizar o funcionário do BNDES que está aí. E que passou a informação por telefone, lamentar apenas que não levassem a sério, lá no Gabinete, no Rio de Janeiro, as ponderações feitas pelo funcionário que assiste a essa Audiência Pública. Com a palavra V. Ex^a, Senador Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, eu manifesto a satisfação pelas explicações do bravo companheiro Antônio Carlos Avelar Bastos, Ilustre Procurador do Rio de Grande do Sul Janeiro e pelo nosso amigo Paulo Rabello de Castro, cuja atuação é por demais conhecida. Eu não sei, mas me parece Sr. Presidente, não vou ter a vaidade de dizer que foi a Comissão presidida por V. Ex^a, embora V. Ex^a tenha um prestígio muito grande que mudou isso que está acontecendo, mas que mudou, mudou. Que mudou, não há dúvidas que mudou. Eu acho que nós estamos com um atraso perdendo não sei quantos anos, mas nós estamos no caminho certo.

Nós estamos no caminho certo. Dá gosto ouvir o Presidente da República. Dá gosto ver os jornais de hoje, dizendo que o Presidente da República se reuniu com a Ministra Chefe da Casa Civil, o Ministro da Defesa, que o Ministro da Defesa já falou com o Presidente do BNDES e que estão buscando uma solução. Eu acho que nós vamos evitar que se cometesse um absurdo, um equívoco desses que ficaria carimbado para o resto da vida na História do Brasil, que era crime de assassinar a VARIG, com a eu não digo omissão, eu não digo com a ação, mas com a omissão de todos nós, que a gente fazia. Todo mundo discursava, todo mundo falava, todo mundo protestava, mas ficava por

isso mesmo, não tinha nenhuma atitude no sentido de fazer. Eu quero confessar aqui com toda a sinceridade, a gente participa da VARIG, nós, a Bancada Gaúcha inclusive, desde a primeira discussão.

E na primeira discussão que nós fomos chamados, na verdade, o que tinha naquela reunião era um objetivo – A TAM incorporar a VARIG. O Governo estava fechado com essa tese, quer dizer, e nós fomos convocados de uma maneira muito tranqüila, para aceitar a tese de que a TAM incorporaria a VARIG. E isso foi feito de uma maneira muito bonita, quer dizer, muito tranqüila, muito serena, “vamos resolver todos os problemas e vamos questionar todas as questões”. Eu lembro que na hora se levantou duas questões. Primeiro. Por que não há incorporação das duas, porque não a junção das duas? Então, por que não a VARIG pegar a TAM? Porque fica bem lógico a TAM ser incorporada pela VARIG.

Segundo lugar. A VARIG teria na nova empresa 5%. 5% seria... Quer dizer era um negócio, assim para dizer que... Mas o que chamava a atenção e é uma coisa que eu já falo, agora com mais tranqüilidade, porque acho que passou, mas que o chamava a atenção era que a gente sentia, não apenas nas conversas externas, mas nas conversas internas de que o havia era uma simpatia enorme da TAM e o PT. Isso vinha do tempo. A TAM iniciou quando o PT iniciou. Os dois começaram juntos a trajetória e começaram lá embaixo. E a TAM foi crescendo e o PT foi crescendo. E Justiça seja feita, quer dizer às informações que se têm, é que o PT quando cresceu fez uma simpatia pela VARIG, no sentido de fazer um esquema e eu acho que um esquema correto – “Nós vamos trabalhar com a com a TAM”. Quer dizer os Deputados do PT, Prefeitos do PT, “os trabalhos do PT serão via TAM”. O que é correto, repito, porque a TAM estava começando e deve ter feito uma vantagem ou coisa que o valha, que a VARIG já estava acostumada e cansada com isso, não tinha condições de fazer. Chegando lá no poder, e dando esse estorno, todas as informações que eu tive foi que o Chefe da Casa Civil tinha uma determinação – diz ele que falava em nome do Lula em nome de não sei o quê – mas o objetivo era um só – Fechar com a TAM, e aí vem mil informações. Eu não quero nem discutir de que por fora teria a empresa X, sócios ocultos e não sei mais o quê. Eu nem vou entrar nesse debate. Só vou entrar que eles foram muito duros nesse sentido. E na medida que nós dissemos “não”, foi uma guerra para cima da VARIG. Aí foi um mata, “não aceito, não discuto, não converso, não dialogo”, foi um corte. Não se aceitava nenhuma discussão. E foi levado, quase que eu diria a um estrangulamento.

E foi nessa fase que eu digo que a gente ficava só falando, discursando, protestando, mas não tendo uma atitude concreta, uma atitude objetiva de se fazer alguma coisa. E por outro lado o Governo também ficava nesse de dizer não e também não está preocupado, “isso é problema de mercado, é uma empresa particular, se regula lá fora”. Quer dizer, hoje eu acho que a coisa está numa situação altamente positiva. E eu acho que não é momento nem se cobrar, buscar culpado e nem responsável nem buscar solução.

Eu acho que o Dr. Rabello coloca muito bem quando fala da Fundação, eu me criei gurizinho – criança eu tenho a idade da VARIG – ouvindo falar bem dessa Fundação, principalmente o Dr. Brizola. O Brizola apon-tava na Fundação Ruben Berta um exemplo de economia que o Brasil deveria copiar, que era um exemplo de economia onde os funcionários, os trabalhadores se reuniam e eles eram trabalhadores e proprietários. Então, ele dava isso como um exemplo de realmente a VARIG foi longe, cresceu uma barbaridade. E era um ambiente que durante anos a fio, havia um regime de alegria de convivência pacífica entre a Fundação e a VARIG e o crescimento da VARIG, que parecia que era realmente... Eu era um dos que achava realmente um exemplo a ser feito e o Rio Grande do Sul tem coisas interessantes. O Rio Grande do Sul no campo social, nós temos lá atrás no início da nossa história as Fundações Jesuítas, quando as Missões foram um exemplo de socialização feita, que hoje a gente mostra estudos analisados que senão houvesse o pacto Espanha-Portugal destruindo as Missões, se elas pudessem serem levadas adiante, hoje ali naquela região, nós teríamos uma das regiões mais modernas do mundo, tal o avanço que se tinha na produção, na tecnologia, na cultura que tinha naquela época. Nós temos o exemplo das Indústrias Renner, onde o Egon Renner era muito antes de qualquer legislação social, ele fez um plano de construção de casas populares. Ele fez um plano de destruição mensalmente de super – naquela época ninguém era super, mas de...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone] – Compra de supermercado.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – De compra de compra para o fulano. Ele criou uma espécie de supermercado, para os trabalhadores comprem e pagarem a preço de custo. Ele fez um plano de assistência social, de colégio de educação, foi uma coisa 50 anos na frente de todo mundo. E essa outra questão da VARIG era uma outra questão importante, que lamentavelmente ficou nela. E não dá para dizer que a VARIG foi mal, por causa da Fundação, isso eu não admito a tese que dizem alguns – “Não a Fundação foi, foi, foi e terminou no que deu”. Com Fundação VA-

RIG, sem Fundação VARIG, tendo na frente da VARIG o maior economista privado e inteligente do mundo, daria no que dava, se acontecesse o que aconteceu. Quer dizer a VARIG foi destruída no momento que o Sr. Collor, quer dizer a VARIG queria, degrau por degrau, degrau, por degrau, chegou aonde chegou. Tinha uma das maiores companhias áreas do mundo. A primeira classe com maior credibilidade no mundo. O vôo São Paulo/Nova Iorque, que não tinha nenhuma empresa americana, ninguém que pudesse concorrer, porque era realmente espetacular. O Sr. Collor houve por bem dizer que era monopólio da VARIG, que era ridículo, e abriu o comércio internacional para outras empresas nacionais e internacionais.

No mundo inteiro, a aviação internacional é feita por uma empresa. Nos Estados é uma. Na Inglaterra é uma. Na Alemanha é uma. Na Itália é outra. É uma empresa que faz o serviço internacional. E no Brasil era a VARIG, o Sr. Collor resolveu abrir. Então, a Empresa Santa Catarina, a TRANSBRASIL, o vôo mais lucrativo da VARIG era São Paulo/Nova Iorque. A TRANSBRASIL botou um vôo Rio/São Paulo/ Brasília/Washington/Nova Iorque, era um terço mais barato que o vôo da VARIG. Um terço mais barato que o vôo da VARIG! Então a pessoa... E a propaganda era essa – “Vá, conheça Washington e pague o mesmo preço”.

Quer dizer, foi isso aí que começou. E a outra foi essa que não tem lógica. Num sistema capitalismo que a gente vê, uma hora como a gente vê, vê que o custo de vida aumenta, 100 e preço da passagem aumenta 07, não tem explicação. Não tem explicação! Como o cidadão da PETROBRAS aqui não soube explicar por que a gasolina para avião é três mais cara do que a gasolina para táxi! Ele não deu nenhuma explicação, ele ficou aqui, enrolou e enrolou, mas não de nenhuma explicação – “Ah, pois é, não sei o quê...” Não deu nenhuma explicação. Então, são essas coisas que estão mostrando que é uma autenticidade de má-fé. Quer dizer, com a TRANSBRASIL o Governo deu o dinheiro, por que não deu para a VARIG? Isso é uma demonstração em primeiro lugar, que a Justiça Brasileira é um caos, quer dizer, ali na parte jurídica o Governo já perdeu a ação. É bom que se esclareça isso, não tem mais nenhuma chance... O Governo não tem nenhuma chance de ganhar essa ação, ela está perdida.

Agora, juridicamente o nosso Código de Processo é uma anarquia, e dá chance para o cara entrar com o negócio para ganhar tempo, só para ganhar tempo. Não vale 2000 réis, mas leva dois anos e o Governo se aproveitou desse detalhe.

Então, eu acho que agora, Sr. Presidente, em primeiro lugar eu sinto que o Governo entendeu que ele continuar nessa posição, inflexível de deixar que-

brar, ia cair na cabeça dele. Não ia ser um troço que acontece, era uma coisa que ia ter consequência mais séria do que se imaginava. Então, agora você vê. E foi uma coisa muito interessante, foi questão de 48 horas. O Lula estava lá no Rio Grande do Sul, o Lula foi visitar – Tu estava comigo meu patrício, meu parceiro ali, a gente vai ficar junto, o Lula estava no Rio Grande do Sul...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone] – Quando?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Nesta última viagem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Infelizmente, eu não pude estar presente, iria com muito prazer. Eu tenho muito respeito pelo Presidente da República e quando convidado vou.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – O Lula estava no Rio Grande do Sul, e o nosso Deputado Federal, o Zicarazinho(F).

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Osvaldo Biolchi.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – É. Ele foi para cima dele.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Foi essa abordagem foi em Erechim, Senador Simon. E pela repercussão da imprensa, o Sr, está dando a maior repercussão, inclusive a manifestação. Efetivamente o Presidente, deu uma resposta dura, mas é exatamente o que os próprios trabalhadores estão colocando, que não há dinheiro público para solução do problema lá.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Mas a resposta foi no sentido – “O problema da VARIG é problema da VARIG”. Quer dizer, que ele quer se livrar do (?), depois a Ministra também falou muito dura – “Nós não vamos botar nenhum dinheiro...” Quer dizer, não vamos botar nenhum dinheiro – “A VARIG é um saco sem Fundo. Botar dinheiro lá é botar dinheiro fora. O Governo não vai botar um tostão”. Isso foi na quinta-feira, saiu nos jornais de sexta-feira. Segunda-feira aparecia a Ministra dizendo – “Não nós estamos estudando. O Presidente da República... Não.” Quer dizer, houve nessa 48 horas uma alteração muito profunda, muito positiva, diga-se de passagem. Muito positiva no sentido que o Governo retomou uma outra posição.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Me permita? Pedro Simon.

Eu acho que muito disso tem muito a ver com as reuniões que as Comissões estão fazendo de forma conjunta. As suas posições têm sido muito fortes, muito críticas e muito verdadeiras...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Alguma coisa me diz...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Tem repercutido, com certeza, intensamente junto ao Governo Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Alguma coisa me diz que o Ministro Valdir Pires, o novo Ministro da Defesa, que é uma pessoa que tem um passado, que tem uma história, que tem uma biografia e que conhece a VARIG, ao contrário desses moços que estão aí. Eu acho que a atitude dele funcionou. Que ele falou com a Ministra. Falou no BNDES. Falou com o Lula. E deu declaração. A primeira declaração que saiu nesse sentido foi a dele – “Nós vamos encontrar uma solução”. Então, eu acho que nós agora devemos fazer um esforço – e eu estava dizendo para o Presidente, e repito aqui, para não ficar no oba, oba. Nós temos que ouvir as nossas manifestações, ouvir os pronunciamentos. Eu acho que a manifestação feita por V. Ex^a, Procurador, foi muito importante, os estudos feitos pelo Rabello, foram excepcionalmente completos. Nós temos que nos preparar para chegar no momento e levar para a Ministra, uma coisa concreta e receber uma resposta concreta. Eu acho que vai ser uma saída positiva. Nós não temos que ter o objetivo de dizer – “O Governo recuou”. Eu acho que o Governo não recuou. O Governo estava estudando e o Governo vai encontrar uma solução. O Governo vai encontrar uma solução. Não é problema de ter nem vitoriosos e nem derrotados, mas que nós estamos em condições de encontrar uma saída. E acho meu Presidente, que será uma saída excepcional para todos nós. E será com orgulho que a gente vai ver a VARIG retornar ao seu caminho. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Pedro Simon, eu não nenhuma dúvida de que o trabalho dessa Comissão, com também o gesto de V. Ex^a, de convocar a Ministra Dilma para vir aqui, em data inclusive que está discutida, ajudaram e muito – já não digo nem o Governo a recuar, mas acordar o Governo a acordar. O Governo acordou. A sensação que eu tenho é que o Governo abriu os olhos. Mas eu queria lembrar aqui, V. Ex^a puxou um assunto fantástico. Eu queria lembrar aqui a V. Ex^a, que na CPI dos Correios, em determinado momento, o assunto evoluiu quando se chegou a aprovar que foi feito uma viagem a Portugal, por pessoas ligadas ao Governo para tratar da venda da VARIG. Esse assunto colocou-se uma pedra em cima e ninguém sabe a mando de quem, por que preço e como seria feita essa venda. Esse foi um dos assuntos que a CPI ficou a dever a Nação.

Assunto grave. Discutiu-se durante uma semana, deu-se nome das pessoas que foram a Portugal, deu-se tudo. Mostrou-se os roteiros, Bancos que estariam

envolvidos. Pronto. Mas de repente a maioria impôs o desejo sobre a minoria e este assunto não foi mais falado, o que é um mistério.

O segundo ponto. Agora, os jornais de ontem ou de hoje, fala novamente de que um grupo com capital Venezuelano – as más línguas falam até do Hugo Chávez, mas tenho a impressão de que ele não vai se meter nisso – estaria se preparando para comprar ou assumir a VARIG. E cita inclusive uma aquisição feita através das ações da Pluma, que é filhote hoje da VARIG. E as coisas ficam por isso mesmo.

V.Exa falou de combustível. Esse fato dessa Comissão faz com que e a abertura com o que se está discutindo isso. Quinta-feira passada eu fui para São Paulo e um piloto sentou-se ao meu lado, um piloto que estava viajando civil, e me fez um desafio sobre a questão do combustível – “Senador, pegue um avião, um monomotor – ele é a gasolina, mas o parâmetro de preço é a mesma coisa – decole de Santos Dumont, desça em...” – aquele aeroporto pequeno de São Paulo, como é o nome dele.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não, não o aeroporto de...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone] Campo de Marte.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – “Campo de Marte. Decole de campo de Marte e me deu o nome de um aeroporto do Interior de Minas Gerais, desça no Santos Dumont, volte para o Aeroporto de Jacarepaguá e retorne a Congonhas. Você vai diferencial de preço de combustível de 40%”.

É o monopólio das grandes, sem querer deixar que as pequenas entrem. E aí mostrando exatamente que o preço mais caro era de Santos Dumont e Congonhas, porque essas que vendem o combustível mais barato, através da pressão das empresas não entram. Eu estou inclusive entrando em contato com a televisão, para que alguém faça, pagando com cheque a cada abastecimento desse, para que se tenha condições realmente de se verificar se isso é verdade. Se for verdade é um absurdo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone] – Preço de monopólio.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Exatamente é o monopólio impondo o seus caprichos para o mercado. Mas antes de conceder a palavra ao próximo orador, eu gostaria de saber do Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos, se tem algum comentário a fazer.

SR. ANTÔNIO CARLOS AVELAR BASTOS – Não, de momento não.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Dr. Paulo Rabello, inclusive uma colaboração, que ele podia com relação a assunto VARIG, desde quando começaram essas tratativas de venda, de não venda ou pressão, para que a VARIG chegasse ao ponto que está hoje?

SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria em primeiro lugar de cumprimentar os Senadores que, agora estão no recinto, em particular o nobre Senador Pedro Simon, pela sua valentia, pelo seu senso absoluto de brasilidade que nós tanto admiramos Senador. É um privilegio estar recebendo seus comentários nesse somente. A Senador a Serys, do nosso Estado do Mato Grosso e cumprimentando o Senador Gelnar, aqui também presente entre outros. O objetivo, Sr. Presidente desse rápido esclarecimento é apenas dizer, que a saga desses trabalhadores da VARIG em busca de uma solução começa em março de 2002.

Em 2001, após os eventos inclusive do colapso das Torres Gêmeas e o agravamento interno da crise VARIG em si. E é preciso que se diga uma crise fratricida, por que de trinta comandantes foram de uma vez só demitidos por justa causa, felizmente já a grande maioria já reintegrados, nas lamentando que nem todos o foram numa perseguição política. E que me motivou a mim, digo isto, Senador, para apenas esclarecer por que estou aqui. Um pouco também motivado um pouco por esse espírito público que anima o Senador Pedro Simon, a idéia de que é preciso lutar por aqueles que lutam, e eu não concebia como é que aqueles, não eram trinta, mas uns 10 comandantes que vieram me procurar, aqueles comandantes que pareciam pessoas tão ponderadas, tranquilas, que nos carregam pelo Atlântico enquanto nós dormimos distraidamente na cabine, que fossem esses os agitadores que estivessem botando a sua própria empresa em risco. Não me fazia sentido.

E aí resolvi adentrar um pouco mais na questão técnica e logo descobri que havia um estudo que jamais veio a lume, mas cujas cópias obtivemos. Um estudo de muitos bons estudos reservados do BNDES, que tratava do setor aéreo, porque o Banco ele faz estudos objetivos sobre diversos setores. Mas lá dizia uma coisa meio complicada, eu diria como classificador de risco, um pouco audaciosa – Que havia no Brasil duas empresas sadias e duas empresas áreas doentes e citava as duas. Não preciso dizer que a nossa VARIG estava entre as duas empresas, supostamente doentes. E eu acabava de ter feito um primeiro estudo a pedido da Associação dos Pilotos da VARIG, identifiquei que essa doença é dupla, mas perfeitamente curável, uma doença do Governança realmente como foi objetivado

aqui pelo Procurador Avelar Bastos a Fundação Ruben Berta, estava se tornando cada vez mais disfuncional, não como Fundação, mas como uma controladora de empresa comercial. Ela não conseguia pelas dificuldades de articulação, é como se uma Fundação fosse dona de uma empresa, de uma frota de táxi. Não é o perfil desta empresa. Ela já tinha tentado remediar organizando-se como Fundação Ruben Berta Par, e assim mesmo os problemas continuavam. Portanto, ela tinha um problema sério de governança a ser superado. Tinha que arrumar investidores para compartilhar com ela a futura governança.

E o segundo problema era o problema previdenciário. Longe de ser o Governo quem já financiava a empresa, quem já financiava a empresa era o Fundo AEROS, esse mesmo Fundo que o Governo hoje vem a liquidar. Ele primeiro Governo, como poder concedente, como dito pelo Procurador Bastos, afundou a empresa no congelamento tarifário mencionado pelo Senador Simon e não satisfeito, depois a VARIG foi pagando aos seus fornecedores de créditos, Bancos um a um e os Senhores podem... Os dados são públicos na CVM, basta à assessoria puxar para ver, Senador, que a partir do ano 2000, todas as Instituições Financeiras vão saindo do financiamento da VARIG, até que hoje só temos basicamente, um pequeno crédito Banco do Brasil, lastreado no Centro Empresarial VARIG e o nosso Banrisul, que diz que até ficou, para não dizer que tinha saído completamente. Não há Bancos nessa recuperação. É uma curiosidade. O maior credor da VARIG é o próprio trabalhador da VARIG, através do seu Fundo AEROS e dos atrasados de salário que financiam. E no entanto, o Governo está sempre e enchendo a boca, para dizer que os créditos são estatais. E a partir de 2003, o Governo FHC, pouco pôde fazer – também não fez muita força, o assunto parecia complexo, ele já estava de saída. E entrou um Governo... É uma indiferença, inclusive, a pessoa que era o Presidente do BNDES a época, interessou-se pelo assunto, mas não pode animar-se para fazer nada. E depois veio a ser agora, um vice-Presidente, agora, recentemente ao início da recuperação judicial como pessoa física privada. O que importa é que em 2003, essa é a pergunta do Senador, cabe esclarecer que eu tive a honra de acompanhar, o então novo Secretário Luis Roberto Ponte, do então novo Governo, Germano Rigotto e o Rio Grande do Sul, já nos primeiros dias daquela governança, ele tirava o Secretário Pontes das suas atribuições no Rio Grande do Sul, viemos juntos e eu tive o privilégio de acompanhá-lo na única audiência que eu tive o prazer e o privilégio de estar junto com o então Ministro José Dirceu. “E fomos recebidos pelo Ministro José Dirceu, no dia 31 de janeiro de 2003, mas

ele nos deu uma má notícia, para nós que sabíamos que a solução não era essa. Ele disse, repetindo um pouco a tese do BNDES, que haviam duas empresas doentes, e uma e meia que eram boas, fez um ressalva inclusive que tinha uma lá que não era tão boa assim, diferentemente é a que mais vale hoje no mercado, e disse-nos:” A VARIG desse jeito não tem jeito”. Então, nós saímos de lá um pouco desanimados e seis dias depois, foi anunciada a fusão patrocinada pelo Governo, com as condições e se estabeleceram. Logo a seguir, ano depois, foi tentada uma Medida Provisória, que liquidaria extrajudicialmente a VARIG.

Por isso me estranha, Sr. Presidente, que numa entrevista numa palestra que o Valor Econômico cobriu, do dia 27 de abril deste ano, que o ex-Ministro José Dirceu, dando essa palestra que, aliás, parece que foi muito bem recebida na UFRJ, ele disse que se a VARIG tivesse sido vendida há um ano e meio atrás estaria voando sem problemas, quando ele alegava há três anos atrás que a VARIG parecia inviável. E ressaltava o ex-Ministro, mais uma vez, que não trabalhou contra a companhia quando esteve no Governo, o que é uma alegação, que às vezes, os jornalistas nos traem, portanto não necessariamente, é a observação dele. Mas sei lá. Freud explica, eu diria, porque quem é que teria dito que ele estaria trabalhando contra a principal bandeira aérea brasileira. E reforçou que aérea, ainda existe porque a União a subsidia violentamente. E aí eu gostaria de saber porque já é no plano técnico, que subsídios são esses, até porque eu gostaria...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Não, subsidia a VARIG. A alegação do ex-Ministro é de que a empresa área, não é o AEROS, a empresa área só existe ainda, porque a União a subsidia violentamente. E ele finalmente conclui, ou pelo menos a matéria conclui, dizendo – “A idéia era trocar parte das dívidas da VARIG por ações. Como o Governo é o maior credor a estatização seria inevitável”.

Um outro erro técnico, lamentavelmente, porque como sendo o maior credor da VARIG e que pretendia ser acionista da VARIG é o trabalhador da VARIG. Seria muito bonito se captaneando modernamente o pensamento social de Ruben Berta, que naquele momento teve um pensamento, Senador, tão comunitário quanto das antigas Missões Jesuítica, pensamento socializante com o qual eu compactuo como liberal, já que nesse país todas as polaridades estão trocadas. Eu venho aqui como liberal defender a socialização do capital no nosso país, a socialização que deveria começar pela educação, que é a grande e verdadeira socialização. E a socialização do capital tão mal dis-

tribuído, principalmente que se distribui o capital contra as atividades produtivas e contra quem produz e contra quem trabalha. E aí do trabalhador que pensar em participar acionariamente do capital neste país é muito perigoso.

E nós estamos a quatro anos tentando fazer a proposição de utilizar os recursos do trabalhador da VARIG para se tornar um acionista minoritário, compartilhando a gestão com o investidor. Temos grande dificuldade nesse país, infelizmente, de tradição, escravocrata, de tradição imperial no mal sentido, de tradição autoritária, de não permitir que emergam as forças sociais mais generosas e que o país seja, realmente, como diz a propaganda do Governo um Brasil de todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp. Em seguida teremos o Senador Geraldo Mesquita, como o último orador inscrito.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, Sras, e Srs, Senadores, Srs, convidados eu queria me somar aqui a esse trabalho forte do Senador Pedro Simon, do Senador Paulo Paim e do Senador Sérgio Zambiasi, em defesa da nossa VARIG. Eu tenho voado muito na VARIG inclusive para o Rio Grande do Sul, tenho parentes, a minha mãe em Capão da Canoa, no Estado do Rio Grande do Sul, então, anualmente a gente está viajando para Porto Alegre, e sempre sendo bem atendido pela VARIG. Eu acho um crime deixar a VARIG quebrar. É claro que houve aí talvez, falta de competitividade da VARIG, em relação às outras empresas as mais novas de mercado, mas nem por isso nós devemos penalizar a VARIG. Agora, se o Governo quiser que a VARIG quebre é retardar esse socorro, esse apoio a VARIG. Cada dia que passa a VARIG vai enfraquecendo, vai atrasando seu vôos, vai perdendo credibilidade no mercado nacional e internacional. Basta aquela frase daquele Cônsul dos Estados Unidos, aconselhando seus patrícios a não voar mais pela VARIG e ter cuidado quando for comprar passagem aérea. Isso já é suficiente para que a VARIG vá perdendo força. Eu vejo que o Governo já está demorando nesse entendimento.

Eu fico preocupado quando eu vejo aqui mais uma série de requerimentos para ouvir mais autoridades, mais pessoas em relação à VARIG e mais semanas que vai se perdendo. Eu acho que não temos mais uma semana, duas semanas, três semanas, mais um mês. Eu acho que tem que ser logo, já. Esse entendimento para que a VARIG possa pelo menos, retomar a sua credibilidade para não perder mais mercado como eu já falei. Então, fica aqui a minha palavra de apoio irrestrito a essa operação de salvação da nossa grande empresa que é a VARIG. Muito obrigado.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

(PMDB-AC) – Sr. Presidente, Senador Pedro Simon, Srs e Srs. Senadores, Ilustres convidados, Dr. Paulo Rabello, Dr. Antônio Carlos, eu fico quando se trata de VARIG, eu fico na dúvida se a gente mantém a emoção ou se tira à emoção para refletir, e depois eu vi os Senadores do Rio Grande do Sul, com a ênfase do Senador Simon. Eu resolvo, vamos manter a emoção quando se trata de VARIG. Eu queria deixar aqui uma sugestão, que eu vou declinar ao final, mas eu queria lembrar aqui Senador Paim, da importância de se manter particularmente aqui no Senado, no Congresso Nacional e particularmente no Senado esse Foro. A VARIG hoje precisa como ninguém de um Foro como esse. Manter viva. Eu ouvi aqui comentários, por exemplo, particularmente do Senador Simon de que a mobilização das Comissões do Senado, talvez tenham gerado o efeito de sensibilizar um pouco mais as Instâncias Governamentais, no sentido de se buscar com mais ênfase uma solução para a VARIG.

Então, o Senador Valdir Raupp tem razão, nós não temos mais três semanas, quatro semanas, um mês, dois meses. A solução requerer uma agilidade que talvez não tenhamos tido em todo esse período. Há três anos que o assunto VARIG é recorrente nesse Senado Federal. Vai e vem, vai e vem. A gente acompanhando com aflição com angústia terrível, Dr. Paulo. Um dia desses, por exemplo, eu vim do Acre na VARIG, e no avião estava pensando ir à tribuna, propor, por exemplo, que os amigos da VARIG, os brasileiros, àqueles que tem amor por essa companhia, fizessem uma tentativa de capitalização da empresa, por exemplo, comprando ações. E aí alguém vem para mim e me diz – “Geraldo, isso não capitalizaria a VARIG”. Eu não entendo patavina disso. É o lado da emoção. A gente fica uma busca de uma solução. E muito pouco a gente tem evoluído, no sentido de...

É por isso que eu trago aqui, Senador Heráclito, uma sugestão à V. Ex^a, em particular, e as Comissões que estão aqui reunidas. O Dr. Paulo, provocado pelo Senador Paim, pintou com cores fortes a importância de que é dessa demanda judicial, pendente ainda de uma decisão final no Superior Tribunal de Justiça. O Dr. Paulo frisou aqui a importância que é o deslinde dessa questão. O que se passa em torno da discussão do assunto VARIG é, por exemplo, eu abro o jornal e leio lá que a Fundação seria hoje a coveira da VARIG. Eu vi o Senador Simon aqui resgatar a história da Fundação e da importância que foi a sua autuação na construção da empresa, reconhecida hoje internacionalmente. Então são informações que deixam a gente... Pessoas como Dr. Paulo e outras pessoas que estão debruçadas tecnicamente sobre o assunto, tem muito

mais condições. E eu louvo a presença de V. S^{as}, aqui no sentido de trazer esclarecimento para que a gente possa evoluir nessa questão.

Encerro trazendo então a sugestão, Senador Heráclito, é de que se é tamanha a importância dessa demanda judicial que pende ainda de uma decisão final, eu gostaria de sugerir que V. Ex^a designasse uma Comissão de Parlamentares, presidida inclusive por V. Ex^a, e fossemos a instância judicial onde essa demanda tramita, fazer um apelo dramático. Eu sei que os Magistrados, a partir da atuação do Juiz, muito equilibrado, muito ponderado que hoje se debruça sobre essa questão com muita responsabilidade, partir dele. Eu sei que os Magistrados no Superior Tribunal de Justiça, que podem decidir uma questão dessa, por que a gente não antecipa essa decisão? Pelo que eu estou informado, o recurso da União é meramente protelatório. É um recurso que teria que ser interposto, pena de o profissional que representa a União, sofrer sanções, mas que o recurso seria meramente protelatório. Então, a sugestão é de que V. Ex^a designe uma Comissão de Senadores para irmos ao STJ e conversarmos com os Magistrados daquele Tribunal, fazendo um apelo para que essa demanda seja imediatamente colocada uma pauta, no Tribunal, e seja decidida em última instância, para que se esse é um ponto tão importante na tentativa de solução VARIG, que ele seja imediatamente elucidado e colocado à disposição, para num quadro complexo como esse, que envolve essa empresa tão importante para o país, que possa ser uma peça a mais no sentido de favorecer a solução que todos nós certamente buscamos.

Era isso que eu gostaria de deixar, Senador Heráclito.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O Senador Paulo pede a palavra e eu concedo com muita honra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Heráclito, de forma muito rápida, primeiro dizer ao Senador Valdir Raupp e também na mesma linha ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, que eu entendo que a posição do Senador Heráclito Fortes, na linha de a gente fazer com que as Audiências Públicas continuem é uma forma de estarmos de manter o Fórum, de mostrar que o Senado da República está fazendo uma Audiência Pública por semana, buscando que a solução venha com rapidez. Nós sabemos que entre hoje e amanhã poderá até termos alguma solução, já a nível federal, porque pelo que sei haverá uma reunião hoje ou amanhã no Rio de Janeiro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Senador, houve hoje, mas parece que o próprio Governo não deu *quorum*, pelo que eu sei.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – O intervenor do AEROS.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Curiosa, o próprio intervenor do AEROS, talvez, com receio de aparecer, haver aposentados por lá, ele não compareceu.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Mas essa reunião terá que acontecer, ou seja, mais hoje, ou no mais tardar a semana que vem...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – No dia oito está marcado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – No dia oito está marcado. Então, essa posição nossa de ficarmos, e já existem audiências marcadas para a semana que vem, inclusive para o dia 09, é uma forma de manter o Fórum Permanente.

Pelo outro lado eu não vejo problema nenhum de uma Comissão ir ao Judiciário, mas com essa preocupação, buscando as duas soluções, o encontro de contas da União com a VARIG, que eu acho corretíssimo e também que os Governadores paguem esses um bi e quatrocentos milhões que eles estão devendo, que no meu entendimento é maior, vamos ver depois no encontro de contas, do que o próprio encontro de contas. A dívida dos Governadores para mim é bem maior do que o encontro de contas, mas para tirar essa dúvida, vamos fazer com que efetivamente o encontro de contas aconteça e os Governadores assumam da forma que o Dr. Rabello colocou muito bem, qual vai ser a sua contribuição com essa dívida que vai em torno de um bi e quatrocentos pelos documentos que eu tenho aqui em mãos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Paim, o calendário nos favorece. A reunião é na segunda-feira dia 08 e nós favorecemos aqui, Audiência Pública no dia 09, convocando os dois Ministros, convidando o liquidante do Fundo, os Ministros virão respectivamente com o Presidente do BNDES e com o Presidente da Secretaria de Previdência Complementar. Queríamos convidar para participar no caso de necessidade inclusive fazer uso da palavra, o Presidente da Associação dos Pilotos e o Dr. Paulo Rabello de Castro.

SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – [pronunciamento fora do microfone]. Eu teria que pesquisar, porque eu vou dar uma palestra na Academia Internacional de Direito.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O Paulo Rabello, está nos avisando aqui, que tem compromissos já assumidos, então nós tentaremos pediríamos a V. Ex^a, como gaúcho que trouxesse, seus colegas, Secretário Roberto Ponte...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Ponte, do qual eu tenho uma excelente relação também.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Algum comentário a fazer sobre questão da participação judiciária.

Com a palavra o Antônio Carlos Avelar Bastos.

SR. ANTÔNIO CARLOS AVELAR BASTOS – Eu penso que as sugestões, vão ao encontro dessa busca de efetividade que a todos preocupa. Então, aplaudiria, mais não posso fazer esta decisão de criar Comissão para fazer contatos com o Judiciário e também com os Governadores. E não sei dos outros depoente, mas talvez, fosse o caso também de endereçar um questionamento, e até convidar, o responsável pela execução do plano aprovado, que poderá dizer das eventuais dificuldades, porque este plano já aprovado é para estar em curso. E ele não tem tido andamento que seria esperado, talvez por dificuldades operacionais. Mas seria o caso também de uma convocação do gestor responsável pelo andamento do plano, para esclarecer a V. Exas., por que e que providências efetivas para implementação ainda não foram tomadas.

É a sugestão que eu daria nesse sentido dentro da preocupação que vejo coletiva, no sentido de se agilizar as tratativas para resolver problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O gestor do plano.

SR. ANTÔNIO CARLOS AVELAR BASTOS – O gestor do plano que é o liquidante.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Coloco em votação. Os Senadores que aprovam a convocação do Sr. Marcelo Gomes, permaneçam como se encontram. Aprovado. Vamos formalizar.

SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O seguinte, do Sr. Márcio Masilac. Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

E do Secretário Luis Roberto Ponte. Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado

Com a palavra o Dr. Paulo Rabello, que tem um requerimento a fazer.

SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – [Falha no áudio] Por um segundo, eu estou ansioso para ouvir os demais Senadores, mas eu queria cumprimentar o Senador Geraldo, por oportunismo de cabeceador na pequena área, de chamar a atenção para a necessidade de manter a emoção que foi corroborado pelo Senador Paim. Emoção da racionalidade porque nós estamos aqui num protesto permanente de cidadãos,

para não jogar dinheiro fora. A VARIG morta é patrimônio jogado fora. E eu gostaria de corroborar então financeiramente, para dizer que com emoção, mas com razão, o Senador Paim, insiste nos dois grandes créditos públicos, tanto o encontro de contas em plano federal e o não encontro de contas, porque nem encontro há. Há só crédito de um lado e uma relutância de pagá-los, até por dificuldades pelas quais passam os Estados do outro, mas que eu acho que já ficou sanada aqui, Senador Geraldo, e o Sr, que alega talvez por excesso de modéstia não entender das questões financeiras, mas para lhe dar a boa notícia de que a constituição de um Fundo Nacional de Créditos Aeroviários é matéria que pode ser resolvida em menos de um mês, certamente. Ela securitiza como é a palavra da moda, tanto o resultado líquido do encontro de contas, quanto os créditos de ICMS, coloca num pacote todos esses créditos, que não precisam ser vertidos naquele ano, nem precisariam ser vertidos neste ano, de forma que inclusive esses pagamentos poderiam ser começados no ano de 2007. Eventualmente as próprias notas promissórias que o AEROS tem a seu favor contra a VARIG, poderia fazer-se um mata a mata, aí já um encontro de contas, ao nível da recuperação, a VARIG detentora dos créditos contra o Governo, fazendo então o aporte desses certificados.

Uma vez constituído um Fundo de Crédito Aeroviários e quem os estiver, estiver a empresa em recuperação, seja a Vasp, TRANSBRASIL ou quem quiser, tiver esses créditos líquidos e certo pode aportá-los, detentores desses certificados descontarão esses certificados no mercado. Ou no mercado privado, ou o BNDES antecipando-se, como é a sua função social, contra um Rating, que é do Governo Federal ou dos Estados, porque na realidade os pagantes finais vão ser ao longo do tempo o Governo Federal e os Governos Estaduais, pode descontar esses certificados e em menos de 60 dias, nós temos 100, 200, milhões de dólares aportados a nova empresa, VARIG, com a nova governança. E muito antes disso, como lembrou o Dr. Avelar, Bastos, o que nós precisamos é no dia 07 de maio estarmos aqui no Senado Federal, com alguém dando conta de que o plano de recuperação judicial começou a ser implantado. Porque nós já passamos janeiro, fevereiro, março e abril e paradoxalmente, nenhum Diretor-Financeiro existe nesta empresa. Vou repetir. Nenhum Diretor-Financeiro a VARIG tem. Como uma empresa pode estar em recuperação financeira, sem um Diretor-Financeiro? Então eu acho que no dia 08 de maio, que é a data da VARIG – e ela vai fazer seus 79 anos de idade – eu acho que o Senador Heráclito Fortes foi feliz em marcar essa data, porque eu acho que é o início, o pontapé inicial aqui desse Se-

nado Federal, de uma marcha pela virada da VARIG, e quando chegarmos aos 80 anos essa empresa será nova e o Sr, estará indo ao Acre de VARIG.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Srs. Senadores que aprovam a proposta do Senador Geraldo Mesquita, de formalização desta Comissão para tratar junto ao Judiciário da questão permaneçam como se encontram. Aprovado.

Tendo em vista sua aprovação solicito ao Senador Paulo Paim, como Coordenador do Grupo de Trabalho da nossa Comissão, que se articule com os demais companheiros de Comissão sobre a sua liderança para que seja marcada essa Audiência, de preferência com a presença dos Presidente da Comissões envolvidas. Em segundo lugar, eu queria propor ao Senador Paulo Paim, há um convocação feita por ele de uma audiência, para o dia 09, com a presença de Governadores ou Vice-Governadores e seus Secretários de Fazenda, São Paulo, Amazonas, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Distrito Federal. Eu queria propor a transferência dela para quinta-feira e que terça-feira, nós fizemos a Audiência com o nomes que estão aqui, até mesmo porque...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Aprovado. Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Essa Comissão só age por unanimidade, o que é bom. Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, eu quero apenas me manifestar à concordância com a continuidade dessas Audiências, eu acho que é fundamental que se mantenha a participação do Senado na busca da solução desse assunto. É lamentável como disse o Professor Paulo Rabello, não é possível que uma empresa em recuperação não tenha um Diretor-Financeiro. Eu ainda dizia na semana passada que o fundamental é esse caminho que haja uma percepção da população de que a empresa está em recuperação, esse que é o processo fundamental, para quebrar toda essa onda de boatos a questão toda. Agora, eu tenho uma informação da Secretaria da Fazenda de Minas que não é boa é de que esses créditos de ICMS, na verdade, não seriam cabíveis em pagamento pelo Estado, porque o Estado, na verdade, deveria pagar aos passageiros que pagaram a passagem mais cara, não sei. Essa é a posição da Secretaria de Fazenda de Minas, que eu procurei a semana passada, essa informação tentando exatamente buscar uma abertura de caminho nesse sentido.

E a outra questão em relação a esse encontro de contas, dos créditos que a VARIG tem junto ao STJ, na semana passada eu aventei a hipótese, que o Dr. Antônio Carlos pudesse dizer, sendo que nós tivéssemos aqui um projeto autorizativo, que eu já pedi até um estudo...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Fazer no Plenário um outro projeto autorizado do Congresso, autorizando o Governo a fazer o encontro, independentemente de ir até o último recurso.

Eu não sei se é cabível realmente ou não...

SR. ANTÔNIO CARLOS AVELAR BASTOS – Eu acho que pode ser uma grande medida, no sentido de estimular o Governo e para evitar restrições que podem de fatos existir da área técnica, porque ainda predomina num certo sentido e não é desse Governo, mas tradicionalmente dos Governos, esta filosofia de ir até o último recurso, mesmo em se tratando de causa perdida, o que um dia eu acredito que a sociedade vá cobrar dos Governos. Eu já foi Curador de Acidentes do Trabalho no Rio Grande do Sul e via com absoluta tristeza as condenações do Estado a pagar segurados que tinham sofrido acidentes, e a orientação que existia à época de que o Estado, no caso, o Procurador do INSS, recorresse até a última instância, atrasando o pagamento devido daqueles segurados. Esta é uma filosofia deturpada do Estado que eu acho que está na hora de se modificar. E essa idéia do Estado autorizativo eu acho que pode facilitar essa conscientização do Estado Brasileiro, no sentido de que as ações que já estão perdidas sejam alvo de composição, porque ganha o Estado e ganha também àqueles que já têm o crédito praticamente assegurado...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Senador Azeredo me permite um aparte.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Permito, com muito prazer o aparte.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu acho que esse Decreto Legislativo que Vossa Excelência fala, pode ser um caminho, porque uma coisa é certa, os Estados devem, não podem, e aqui o Professor Rabello foi muito feliz, dizendo que há diversos caminhos para resolver isso. Eu cito inclusive o Rio Grande do Sul e vejo, deixar bem claro, a dívida não é do atual Governo, é dívida de 84.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sim, claro.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – É dívida lá de 84.

Vamos fazer nesse Decreto Legislativo, que tenha também validade para os Governos.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Os Governos estaduais...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Os Governos

têm que pagar também esse 01 bi e 400.

E quero dizer a V. Ex^a, porque no Plenário, um aparte que V. Ex^a me fez, eu disse que o resultado do encontro de contas à consequência era zero, aqui o Professor Rabello me explica que não é zero, que dá no mínimo 01 bi.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– A favor da VARIG.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Então, o en-

contro de contas é fundamental...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Está certo.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Para ver se

isso é verdadeiro.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Senador Heráclito, então, vamos continuar também nesse caminho. Eu vou entrar em contato com a Consultoria do Senado para poder ultimar a apresentação desse projeto em caráter de urgência.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O Dr. Paulo Rabello de Castro tem esclarecimento a prestar concedo-lhe a palavra.

SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Sr. Presidente, apenas para dizer que a Consultoria Jurídica da VARIG, já tem esse trabalho feito que muito ajudaria as observações super pertinentes do Senador Azeredo e que muito as aproveitará porque o Estado de Minas Gerais, por exemplo, está com a perícia exatamente nesse momento, em andamento para verificar se o ICMS teria sido parte da composição do prego ou não, ou seja, que essa transferência houvesse sido feita ou não. Mas para corroborar mais uma vez o Senador Paim na sua insistência de que podemos e devemos enfrentar a tarefa, nos dois casos de reconhecer a dívida seja para quem for, fazemos no caso do Fundo Nacional Aeroviário, idéia muito oportuna do Procurador Bastos, que acaba de me passar à idéia uma parte que fique contingenciada para eventuais reclamantes pessoas físicas, porque isso também é possível 20%, 30% desse valor em certificados já securitizados, mas eu gostaria de dizer que se fizéssemos uma corrente brasileira, porque eu tenho certeza, que ninguém mais entre esses passageiros tal como no período das saudosas simonetas, lembra, Senador?

Também poucos vieram reclamá-las, que apenas uma intervenção na rádio Globo, no ouvidíssimo Programa do Carlos Alberto Sardenberg, em que eu explicava sobre o caso VARIG, trouxe umas duas, três, de muitíssimos e-mails de recebi, dizendo – “Acabo de ouvir a entrevista com o Sr. Paulo e gostaria de doar

os ICMS meu e de minha filha, as viagens realizadas com a VARIG, só não sabemos a partir de quanto valeria, não sei o quê, não sei o que lá mais”. O outro faz comentário sobre a Ministra Dilma Rousseff, não sei o quê, e no final – “Em tempo, eu dou o meu ICMS para a VARIG”. Eu acho que o Brasil está devolvendo as colherinhas, às vezes, de cafezinho que simbolicamente nós levávamos, outro dia, eu vi uma minha lá em casa, que também deveríamos quem sabe devolver para a VARIG. Eu acho que uma corrente de devolução de carinho e de amor por esta empresa, é um pouco o resgate da nossa auto-estima nacional e que o Senador Azeredo tão oportunamente... Eu diria, na hora que os mineiros resolverem devolver aí está devolvido de vez.

[Risos]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Conte com o meu apoio. Eu também abro mão do meu ICMS.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Por uma questão de Justiça o Rio de Janeiro já devolveu.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sem dúvida, sem dúvida. Eu acho que devolveu tanto, que o Governador teve que fazer agora uma dieta.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu tenho certeza que o ICMS, do Senador Eduardo Azeredo é bastante gordo e a VARIG terá uma boa ajuda de V.Exa. Não há mais oradores eu queria encerrar. Antes, porém houve manifestação de servidores que querem trazer as famosas carteirinhas aqui, então eu pediria que àqueles que o quisessem fazer que o fizessem, agora, e nós vamos depositar na Comissão essas carteiras, para que sirva exatamente como uma atitude simbólica para um fato desta natureza.

SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Tem uma informação, última., Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mais uma informação prestada aqui pelo Dr. Paulo Rabello de Castro.

SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Mais uma informação para o Senador Paim e para o Senador Azeredo, é importantíssimo, Senador Paim, já há no BNDES um projeto analisado, inclusive aprovada pela Diretoria, passo a informação que é o FGCA, é Fundo Garantidor de Créditos Aeroviários, ele simplesmente, ainda não foi implementado, portanto, temos todo um estudo agilizador do processo, se houvesse a decisão política, nós eu acho que em trinta dias teríamos esse Fundo Garantidor e o fim dos nossos problemas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Bom, vamos aguardar aqui a entrega das carteiras de benefício, que eles estão fazendo a entrega, o AEROS tornou nulas e ao invés de entre-

gar ao AEROS, estão fazendo de maneira simbólica a esta Comissão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador, só para que fique claro, pelo que eu entendi, se refere ao seguinte, o AEROS está pedindo de volta...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – De volta as carteiras de saúde.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eles não terão direito nem sequer mais ao plano de saúde, acho que é uma denúncia da maior gravidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É da maior gravidade, por isso eu estou pedindo aos Srs. Servidores, que todos que queriam fazer essa entrega aqui, nós seremos o depositários das carteiras.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Vamos espelhar para que eles não percam o plano de saúde.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Exatamente. Estamos recebendo, vamos colocá-las em depósito aqui na Comissão. E os demais servidores que queriam fazer pode remeter pelo correio ou entregar à VARIG do Congresso. Eu acho esse fato um fato da maior gravidade o Senador Paim, alerta para isso, e nós vamos tomar as medidas que forem necessárias para que este fato não tenha a sua confirmação realizada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença do Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos e do Dr. Paulo Rabello de Castro, e encerro esta sessão.

Sessão encerrada às 13h33min.

Ata da 9ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, 13ª da Comissão de Assuntos Sociais e 4ª da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, extraordinárias, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em conjunto, no dia 16 de maio de 2006, às 10 horas, na Sala de Reuniões nº 02, Ala Senador Nilo Coelho.

Às dez horas e quarenta minutos do dia 16 de maio do ano de dois mil e seis, na sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Antônio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com a presença dos Senhores Senadores Heráclito Fortes, José Jorge, Rodolpho Tourinho, Leonel Pavan, Tasso Jereissati, Cristovam Buarque, Flexa Ribeiro, Romero Jucá, Pedro Simon, Paulo Paim e Augusto Botelho. Deixam de comparecer os demais Senadores. Presentes, também, o Senador Eduardo Suplicy, Deputado Ricardo Barros e Henrique Eduardo Alves. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Em seguida, a

Presidência dá início aos trabalhos com a realização de Audiência Pública destinada a ouvir os seguintes convidados – Dr. Demian Fiocca, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; Dr. Adacir Reis, Secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social; Sr. Erno Dionízio Brentano, Liquidante dos Planos Varig no Aerus; Sr. Luiz Roberto Pontes, Reestruturador Empresarial do plano do Grupo Varig e o Comandante Márcio Marsillac, Coordenador dos Trabalhadores do Grupo Varig – TVG, com a finalidade de discutir a grave situação a que vem passando o Grupo VARIG, em atendimento aos Requerimentos nº 21, 22, 24 e 25, de 2006-CI, de autoria dos Senadores Jefferson Peres e outros. Em seguida, a Presidência convida os expositores para tomarem assentos à Mesa dos Trabalhos, concedendo, inicialmente, a palavra ao Dr. Demian Fiocca. Ato contínuo, assume a Presidência dos Trabalhos o Senhor Senador Heráclito Fortes. A Presidência lê o seguinte expediente – INTER-038/06, datado de 15/05/2006, em que o Interventor dos Planos Varig no AERUS, Sr. Erno Dionízio Brentano, comunica a impossibilidade de comparecimento à Audiência Pública. A Presidência propõe seja convidado, novamente, o Sr. Erno Dionízio Brentano, dando ciência ao Dr. Adacir Reis, que é aprovado. Em seguida, a Presidência concede a palavra aos Senhores Adacir Reis, Márcio Marsillac e Luiz Roberto Pontes. Fizeram uso da palavra de acordo com a lista de inscrição, os Senadores Paulo Paim, Pedro Simon, Cristovam Buarque, Leonel Pavan e Eduardo Suplicy. A Presidência registra a presença do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Senhor Germano Rigotto, convidando-o a tomar assento à Mesa dos Trabalhos, concedendo-lhe o uso da palavra. A Comissão aprova, Extra Pauta, os seguintes Requerimentos – Item um – Requerimento nº 026, de 2006-CI, de autoria do Senador José Jorge, requerendo a realização de Audiência Pública no âmbito das Comissões de Serviços de Infra-Estrutura e Assuntos Sociais, com a participação do Senhor José Gabrielli, Presidente da Empresa Petróleo Brasileiro – Petrobrás; do Senhor Eike Batista, Empresário; Senhor Samuel Pinheiro Guimarães, Secretário-Geral do Itamaraty e do Professor Adriano Pires, Diretor do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura, para analisarem a estatização e ativos da Petrobrás e a expulsão da empresa EBX pela República da Bolívia. Item dois – Requerimento nº 027, de 2006-CI, de autoria do Senador Valdir Raupp, requerendo a realização de Audiência Pública, no âmbito das Comissões de Serviços de Infra-Estrutura e Assuntos Sociais, com a participação do Senhor José Gabrielli, Presidente da Empresa Petróleo Brasileiro – Petrobrás e do Senhor Aloísio Marcos Vasconcelos

Novais, Presidente da Eletrobrás, para debater as causas do atraso na implantação do Gasoduto Urucu-Porto Velho. Item três – Requerimento nº 028, de 2006-CI, de autoria do Senador Paulo Paim e outros, requerendo seja promovida, no âmbito do Senado Federal, Reunião de Trabalho destinada a debater soluções de curto e médio prazo para a crise financeira que assola o caixa da Varig, com a participação das autoridades e representantes dos seguintes órgãos – Sra. Erenice Guerra, Secretária Executiva da Casa Civil da Presidência da República; Sr. Wagner Bitencourt, Diretor do BNDES; Sr. Adacir Reis e Sr. Erno Dionísio Brentano, Representando a Secretaria de Previdência Complementar – SPC; Sr. Adésio de Almeida Lima, Vice-Presidente do Banco do Brasil; Sra. Maria das Graças, Presidente da BR Distribuidora; Sr. Adenauher Figueira Nunes, Diretor Financeiro da Infraero; Sra. Josefina Valle de O. Pinha, Procuradora da Infraero; Senadores Jefferson Peres, Paulo Paim e Heráclito Fortes, Representando o Senado Federal; Deputados Beto Albuquerque, Yeda Crusius e Jandira Feghali, Representando a Câmara dos Deputados; Comandante Márcio Marsillac e Professor Paulo Rabello de Castro, Representando os Trabalhadores do Grupo VARIG; Sr. Milton Zuanazzi, Representando a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e Sr. Marcelo Gomes, Representando a Empresa Alvarez e Marsal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, *Dulcídia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – **Senador Heráclito Fortes**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – [o áudio inicia aqui]... 4ª da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e extraordinárias da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, propomos a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores, os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovadas. Pela ordem concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Meu caro e querido Presidente, V. Exª. Senador Antônio Carlos Valadares tem sido um baluarte nessa luta pela recuperação financeira e moral da VARIG. Senador Paim, foi à tribuna outro dia e nos descreveu todo o trabalho que está sendo desenvolvido, e com alegria no rosto, com um sorriso no rosto Senador Paim. Agora, isto não pode deixar cair por terra. Essa manutenção das audiências públicas que V. Exª., vem e faz questão

de abrir, pouco importa o número de Parlamentares presentes, mas a sociedade brasileira está toda ela atenta a isto que vem acontecendo. Ontem eu voei pela VARIG, fiz questão. Falei – “Tem vôo para VARIG nesta hora? Quero ir na VARIG”. E vim na VARIG, e cumpriu quase que o horário, perfeitamente determinado pelo DAC. Não sei nem se tem mais DAC, mas estou no passado.

E todo dia eu passo pela Ruben Berta, todos os dias, eu sou vizinho lá. E essa história da VARIG, nós não podemos esquecer, e os funcionários na própria angústia de perder o emprego, estão sempre em lágrimas, tiraram aquele sorriso natural da aeromoça que vem servir o passageiro, e a gente entende a extensão desta angústia, desse sofrimento que as famílias da VARIG, e nós somos famílias da VARIG também Senador, V. Exª., como é do Rio Grande do Sul, sabe como ela nasceu, a pioneira em várias...

Eu estava lendo a revista ontem, os hidroaviões que circularam no transporte de passageiros, hoje estão tentando recuperar. Eu acho que o Governo hoje, tem dado demonstrações claras, e o Senador Paim, Augusto Botelho, outros que estão nesta luta, Heráclito, sabe e são testemunhas que... O Senador Pedro Simon, também um grande lutador, bancada toda ela do Rio Grande do Sul, tem sentido que hoje, o Governo tremeu na base. Tremeu, porque é uma história tão árdua para se chegar até a agora, a VARIG, 70 anos. Não é isso Senador Paim? 78. 78 anos. 79 anos. Não pode ser morta, porque ela não envelheceu, a juventude dela está nos componentes que pilotam, que tratam da aviação e assistência técnico/mecânica. O que fizeram? Uma campanha deletéria Senador Heráclito, fazendo com que ninguém queira voar na VARIG, é uma violência, o que foi feito dentro de tudo àquilo que foi colocado, até por autoridades do Governo. Eu vôo pela VARIG, com confiança total, e acho que nós temos que lutar pela sobrevivência, pela história que a própria VARIG representa para nós. E no exterior, eles faziam mais do que embaixadores, Senador, muito mais do que embaixadores. A VARIG era uma presença marcante em vários países da Europa, da Ásia, da América do Sul, enfim, do mundo inteiro, e ela não pode perder, e o Brasil não pode perder esse cartão de visita. Então, eu quero cumprimentar V. Exª., por esta permanente vigilância até ver a VARIG em condições de continuar voando.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço a V. Exª. Senador Romeu Tuma. Realmente... [Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – V. Exª. também é um dos Senadores mais atuantes e permanentes da de-

fesa desta grande instituição nacional, que é a VARIG. A VARIG é uma companhia que tem um respeito, tem um carinho e tem a solidariedade de todos nós que compomos essas Comissões, que aqui se reúnem para ouvirmos conjuntamente, autoridades que podem sem dúvida alguma, participar do processo de integração nesta luta para recuperação total desta empresa, que proporciona milhares e milhares de empregos, segurança às famílias, a milhares e milhares de famílias, como também proporciona não só no âmbito interno do Brasil, como em caráter internacional, viagens maravilhosas onde nós somos bem tratados, onde nós somos bem orientados, sempre bem recebidos, como disse V. Ex^a., em qualquer país, como se a própria VARIG representasse uma embaixada de brasileiros, de brasileiros de todos os segmentos sociais, pobres, ricos e remediados, enfim, não há nenhuma discriminação e preconceito desta empresa para com brasileiro que lá fora precisa de uma ajuda, de uma orientação, um verdadeiro guia internacional que nós dispomos através da bandeira da VARIG.

Nós temos ao nosso lado aqui o Presidente da Comissão de Infra-estrutura que é também como disse V. Ex^a., e temos que reconhecer, um dos grandes batalhadores e conhecedor profundo dos problemas de transporte aéreo do Brasil, e afinal, graças a ele e as demais Comissões, inclusive, a Comissão de Assuntos Sociais, a de Desenvolvimento Regional e Turismo, e graças a essa luta conjunta que nós tomamos empreendemos com a participação do Senador Heráclito, é que desencadeamos esse processo e sem dúvida alguma teremos resultados auspiciosos para o transporte aéreo brasileiro. Notadamente para a VARIG, que sem dúvida alguma as autoridades estão reconhecendo o seu valor no conserto nacional e internacional para o desenvolvimento do nosso país. Eu quero fazer um convite, tenho a honra de convidar para compor a nossa Mesa... Tem dois requerimentos que serão lidos aqui pelo nosso Presidente da Infra-Estrutura, Senador Heráclito Fortes.

[Troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Queria pedir a permissão dos companheiros para leitura desses dois requerimentos e convites, e aproveitar a presença dos Senhores para aprovação. Requeiro nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com a participação do Presidente da Empresa Petróleo Brasileira, José Gabrielli, o empresário Eike Batista, o Secretário do ITAMARATI, Samuel Pinheiro Guimarães, o Diretor do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura, Professor Adriano

Pires, para analisarem a estatização de ativos da Petrobrás e expulsão da empresa EBX pela República da Bolívia. O autor é o Senador José Jorge, que faz uma justificativa fundamental. As Sras. e Srs. Senadores, que aprovam permaneçam como se encontram.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador, eu fiz também um requerimento nesse sentido, só que foi em outra Comissão, se puder fazer conjunto...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Poderíamos...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – agradecer, porque desde o primeiro, dia em que o novo Presidente da Bolívia cessou a atividade, mandou paralisar, impediu que se retirasse o material, porque o proprietário iria transferir para o território brasileiro, houve uma convulsão dentro da Bolívia, porque vários empregos seriam perdidos por pessoas que tem necessidade de trabalhar. Então, eu fiz o requerimento da presença dele... Mas acho que foi nas Relações Exteriores...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – De qualquer maneira V. Ex^a. pode mandar anexar.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O que me entristece é que eu não sou da sua Comissão. Por isso que eu fico amargurado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V. Ex^a. é dessa Comissão. É dessa Comissão e não sabe.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu vou me autoconvidar para esse debate e acho que tem que ser aprovado com urgência.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Está certo. As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. O segundo requerimento é de autoria do Senador Valdir Raupp. Nos termos do inciso 2º do § 2º do art. 51 da Constituição, combinado com inciso 2º do art. 90, do Regimento Interno do Senado, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito dessa Comissão, para com a participação do Dr. Sérgio Gabrielli de Azevedo, Presidente da Petrobrás, e do Sr. Aloízio Vasconcelos Novaes, Presidente da ELETROBRÁS, para debater as causas do atraso na implantação do Gasoduto Urucu. As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Eu queria apenas fazer uma ponderação. Eu sei que o Presidente da Petrobrás deve ter várias atribuições, como ele tem dois requerimentos...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ele já está presente na Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A sugestão que eu faço, é que no dia,

são duas convocações para dois assuntos diferentes, embora muito conectados um ao outro que é o Gasoduto de Urucu e essa questão da Bolívia. Pois é, que ele viesse aqui e tratasse do mesmo assunto dos dois assuntos no mesmo dia. Se for o caso se dividiria em primeira e segunda etapa a Sessão. Mas para evitar...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas é bom ele trazer o planejamento...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Exatamente. Se evitaria a vinda dele aqui duas vezes, poupando gasolina da Petrobrás. Aprovado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Esperamos que o carro de corrida que...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Comissão da Infra-Estrutura. Você quer se associá-lo? A sua Comissão vai participar? Faz logo aqui a aditivo. É o adendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Colocar um adendo. Comissão de Assuntos Sociais. Então, como eu disse, antes de eu convidar os Srs., as autoridades que farão parte da Mesa, eu queria registrar a presença do Deputado do Estado do Paraná, Ricardo Barros, que é um dos grandes, também, lutadores em favor desta causa na VARIG e na Comissão de Orçamento, é um dos líderes, um homem que conhece profundamente a situação orçamentária do Brasil, e sem dúvida alguma irá colaborar para regularização e termos uma Comissão de Orçamento que seja respeitada, e não apenas pela sociedade, principalmente pelo Executivo. Eu, então, convido o Dr. Demian Fiocca, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES o Dr. Adacir Reis, Secretário da SPC, Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, o Comandante Márcio Marsilac, Coordenador dos Trabalhadores do Grupo VARIG, TGV.

[interrupção do áudio]

[Troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu ouviria em primeiro lugar, nós ouviríamos em primeiro lugar, o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Agradeço a V. Ex^a., a prestimosidade com que comparece a essa Reunião, o Dr. Demian Fiocca. V. Ex^a. terá 15 minutos, que poderão ser prorrogados por mais 5 minutos, dependendo da necessidade de V. Ex^a.

V. Ex^a. tem a palavra.

SR. DEMIAN FIOCCA – Senador Heráclito Fortes, Senador Antônio Valadares, demais Senadores, Senadoras e autoridades presentes. Gostaria de di-

zer, antes de mais nada, que é uma satisfação ter a oportunidade de vir ao Senado para trazer as informações de como o BNDES vem atuando no caso da VARIG. Eu estou um pouco gripado, mas fiz questão de vir assim mesmo. Gostaria de transmitir também os cumprimentos do Ministro Furlan, com quem estive ontem no Conselho de Administração do BNDES, e que pediu que transmitisse aos Senadores o seu, o seu abraço, seu cumprimento em meu nome. Preparei rapidamente uma visão do contexto, sobre o qual nós abordamos agora a questão da VARIG, e em seguida um pouco do que o BNDES tem feito para o setor e para a VARIG.

Bem, o primeiro aspecto que gostaria de destacar é que nós tivemos, apesar de turbulências de diferente natureza, nos últimos 35 anos até que um desenvolvimento positivo do setor de aviação no Brasil, e mais recentemente, tomando final da década de 90 a 2005, tivéssemos o crescimento da demanda de passageiros, passageiro por quilômetro, superior a da oferta de quilômetro por passageiro. E isso colocou hoje o setor, no seu conjunto, em uma situação de ocupação que é a última linha abaixo e à direita mais para auspiciosa, ou seja, nós temos que a taxa de ocupação do conjunto do setor está no nível mais alto dos últimos 8 anos. Esse é um elemento positivo, digamos para o contexto geral da aviação. O que no entanto, temos observado é uma mudança que vem de vários anos também, na disputa pelo mercado.

Nós vemos que algumas das empresas vieram, em trajetória descendente de captação de passageiros a TRANSBRASIL e a VASP, encerrando atividades, vemos que tem duas empresas que tem ganhado mercado na competição, e a VARIG tem infelizmente perdido mercado, do ponto de vista operacional, como eu disse há vários anos, um cenário de 8 anos. No entanto, há também o surgimento de novas empresas, é um mercado com um certo dinamismo, e o número de passageiros cresceu bastante bem, nos últimos anos.

Se não me falha a memória, tem uma tabela que eu me lembro de 3,5 milhões de 2002, subiu para 4,5 acho que em 2004. Se não for 2005, é 2004.

(Pode passar). E temos um mercado no qual, além da VARIG, outra empresa brasileira começa a entrar no mercado internacional, a VARIG ainda ocupa 33% do mercado de vôos internacionais. Se feita à conta apenas entre as empresas nacionais, aí a VARIG tem cerca de 70%, e temos outras, hoje outras aerolíneas que dividem o conjunto do mercado internacional.

Nós temos uma participação importante no PIB, com impacto também importante sobre a geração de empregos, efetivamente o número de empregos, no setor de aviação, vem crescendo, ainda que há taxas

moderadas, mas cerca de mil empregos, entre 2002 e 2004.

E eu gostaria agora, de comentar um pouco sobre a atuação do BNDES. O Banco vê o setor de aviação, como setor da maior importância para o país, tem trabalhado no aperfeiçoamento das suas linhas de financiamento, envolvendo, seja a questão da indústria de aeronaves, seja a questão da operação, mesmo das empresas aéreas, e eu gostaria de destacar duas operações feitas também com outras empresas, ainda recentemente. O BNDES apoiou o plano de investimento da TAM, com ampliação do centro tecnológico, aquisição de equipamento, aquisição de materiais nacionais, provocando um efeito positivo sobre a cadeia produtiva, a geração de empregos indiretos e também aprovou o plano similar da GOL por 3 anos também com apoio ao centro de manutenção, aquisição de equipamentos, materiais, softwares e outras adaptações, incluindo capacitação técnica.

Você tem de cabeça a quantia? Da GOL 80 milhões... Pouco menos de 100 milhões cada uma. Cerca de 90, GOL certa de 80. Também aprovamos uma nova linha, no que se refere ao estímulo à indústria de aviação nacional. As empresas estão em discussão com o BNDES e com os fabricantes de aeronaves. Mas no que se refere à nossa parte, por assim dizer, nós atendemos a um pleito que o setor entendia necessário para dar início a esse... A possibilidade de venda de aeronaves nacionais, para operações do Brasil que é o financiamento em reais. Como as grandes empresas nacionais, especialmente a EMBRAER, tem a maior parte das suas vendas para o exterior, o BNDES financiava linha de aeronaves em dólares, porque era adequado, uma vez que se tratava de exportação.

Quando surge a perspectiva de também fomentar a venda de aeronaves para o mercado local, houve um pedido das empresas operadoras e também dos fabricantes, para que o BNDES pudesse criar uma nova linha em reais e efetivamente o Banco, após analisar o setor, atendeu, e hoje existe essa possibilidade. Com a linha em reais, nós pretendemos possibilitar às empresas, reduzir a exposição à variação do dólar, que foi um problema de empresas nacionais em várias empresas, em vários momentos da sua história, reduziu o custo de leasing, por conta dos créditos do BNDES, um custo melhor do que poderia obter no mercado, pelo menos para os prazos que o BNDES oferece, para melhoria da estrutura de capital. A velocidade do endividamento cai, mas pela mesma razão de não ter a vinculação ao dólar, e por fim, continuar fomentando uma indústria que tenha dado bem no Brasil.

A situação atual da VARIG. O Governo Federal e o BNDES, como parte do Governo Federal, tratam

com a maior importância a VARIG, nós sabemos da importância da sua marca, da sua simbologia, da importância dos empregos lá envolvidos. E é por isso que o BNDES tem atuado e se oferecido a atuar dentro dos seus limites de rigor técnico e de, enfim, bons critérios bancários no sentido de contribuir para uma solução o mais ordenada possível da situação da VARIG.

Aqui tem uma descrição do Grupo VARIG, nos últimos 12 meses, tem havido alguma redução de empregos.

E na verdade há um histórico que contribuiu para a situação atual. Mesmo antes do pedido de recuperação, em meados do ano passado, a empresa enfrentou certas dificuldades devido a mudanças na sua administração, com uma certa frequência, ela sofreu com as guerras tarifárias, com o aumento do preço dos combustíveis, que afetaram o conjunto das empresas, mas a VARIG pelo visto se posicionou de maneira menos bem-sucedida nessa situação. Ela hoje tem um número de funcionários, por aeronave, superior ao dos concorrentes, o que talvez lhe tire um pouco da competitividade, e também tem custo operacionais mais elevados por conta de uma frota com idade maior e sofreu ao longo da sua história, é conhecido, com flutuações cambiais, com perdão dos seus passivos.

Quanto aos acontecimentos recentes, o plano foi aprovado em dezembro, ele foi detalhado, também, com ampla aprovação das Assembleias de credores em fevereiro. Em março a empresa contratou a consultoria ALVAREZ & MARSAL, para fazer a reestruturação, ainda no mês de março, houve a eleição do Banco BRSCAN, como gestor FIP Controle. Em abril houve um acordo com o sindicato e associações para redução da folha salarial. Eu estou apenas descrevendo, o BNDES não tem intervenção nesses eventos até aí. Onde o BNDES teve, sim, alguma atuação? Mesmo não sendo originalmente credor da VARIG, o BNDES por entender sua importância e por compartilhar da preocupação que o Governo Federal tem com a empresa, agiu de maneira bastante rápida, posso dizer para os padrões que a qual empresas em situações diferentes são submetidas.

Em novembro de 2005, para financiar a venda de dois ativos, que àquela época o Conselho da VARIG recomendava como saída para obter o caixa necessário a um período de transição, o BNDES se dispôs a financiar 2/3 dessa venda, de tal modo a facilitar a atração de potenciais investidores. E efetivamente desembolsou num prazo muito rápido cerca de 40 milhões de dólares, 42 milhões que eram 91 milhões de reais, e permitiu com isso que as empresas que compraram a operação da VEM e VARIG LOG, aportasse a VARIG 60 milhões de dólares, que o Juiz norte-americano exi-

gia como aporte imediato em uma conta judicial nos Estados Unidos, para não promover o arresto imediato de mais de 20 aeronaves.

Os técnicos do BNDES foram à Corte de Nova Iorque para indicar os Juízes que estavam trabalhando nessa medida, o Juiz deu um prazo curtíssimo depois de uma primeira Sessão, e o Banco trabalhou nesse prazo curtíssimo, noites, madrugadas, finais de semana etc. E como efetivamente os gestores da VARIG, naquela ocasião apresentaram, ofertaram a venda das empresas e houve um investidor que decidiu investir, o BNDES pôde financiar 2/3 daquela operação e contribuir para que se aportassem cerca de 130 milhões de reais à empresa naquela época.

A idéia naquele momento, segundo os gestores da empresa, é que aquele recurso daria um fôlego para a empresa implantar um plano de recuperação, reverter à trajetória de perda de passageiros, criar uma perspectiva de fluxo de caixa mais positivo e se recuperar, inclusive, junto aos seus credores.

De novembro de 2005 para cá, entretanto, houve mais uma mudança na, enfim, nas consultorias contratadas pela empresa para a gestão desse processo. Houve algumas idas e vindas, houve um anúncio de redução de funcionários, depois uma reversão de anúncio de retorno de funcionários, aquela do Conselho da Administração ter sido contratada atualmente, enfim, o plano daquela época não foi implementado como imaginado, o BNDES não tinha gestão sobre isso, apenas tomava conhecimento, à parte do BNDES tinha que fazer esse financiamento. Mas de todo modo àquela operação além de conseguir um caixa para evitar o arresto imediato das aeronaves, permitiu tirar, separar da VARIG que hoje continua sob um forte estresse financeiro, as operações de VEM e VARIG LOG que tem cerca de 6 mil empregos. Claro, são empresas que têm forte relacionamento comercial com a VARIG, portanto, algum grau de relacionamento, de dependência existe, mas já não estão no mesmo grupo sob a pressão das grandes dívidas que hoje complicam a situação da VARIG. Qual é o plano de recuperação judicial desenhado pelo Juiz e pelos atuais gestores da VARIG? A idéia é fazer a alienação de uma unidade isolada livre dos passivos, ou seja, a venda de parte da operação da VARIG deixando na outra parte os passivos, e a idéia é que essa alienação gere recursos para dar fôlego à segunda parte, que num processo de reestruturação de melhora de gestão e etc. Possa então, voltar ter uma perspectiva de funcionamento positivo.

Como seriam utilizados os recursos? Os recursos recebidos pela parcela da VARIG não vendida, deveriam destinar-se a reforma de aeronaves, a devolução das aeronaves excedentes, ao pagamento dos lessors, ao

pagamento de dívidas extraconcursais, enfim, e outras medidas necessárias para a implantação do plano de recuperação. Como é que está desenhado hoje, como estão desenhadas, que na verdade são duas alternativas, esse plano? A idéia é que a VARIG possa caminhar para uma VARIG e uma VARIG Operações, ou uma VARIG e uma VARIG Regional.

No caso da primeira opção, que seria a VARIG Relacionamentos. O que seria? A VARIG Relacionamento, fica como a VARIG original com as dívidas. A VARIG Operações, leva o conjunto das operações, ela é vendida sem os passivos. Os recursos obtidos pela VARIG Relacionamento, servem para dar o fôlego que se espera, permita a recuperação da empresa volta a sua normalidade. E quem comprar a VARIG Operações não leva passivos. Nesse caso os gestores e o Juiz, indicaram como preço mínimo, 860 milhões de dólares. A Assembléia aprovou duas alternativas a serem decididas no leilão judicial. A primeira alternativa é que em vez de dividir entre uma VARIG Relacionamento, seria a operação mais comercial, e outra que leva toda a operação, sendo a operação a doméstica e a internacional.

A segunda alternativa seria que a VARIG, fica com a VARIG Internacional e vende apenas a operação nacional. Então, no mesmo modelo da anterior a VARIG Internacional fica com os passivos e a VARIG Regional é vendida livre de passivos. Nesse caso o preço indicado pelos gestores e pelo Juiz é de 700 milhões de dólares, esses recursos serviam para a VARIG Internacional, de novo, recuperar aeronaves, funcionar, pagar lessors, pagar credores.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone]

SR. DEMIAN FIOCCA – Não. Os passivos são muito maiores. A idéia não é que os recursos sirvam...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone]

SR. DEMIAN FIOCCA – Não. Seria o total dos passivos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone]

SR. DEMIAN FIOCCA – É da ordem de sete bilhões, talvez os gestores aqui presentes tenham os valores mais preciso. A idéia não é que os recursos sejam para pagar, é que eles serviriam para dar a operação e torná-los gerenciáveis. Detalhando um pouco, então.

Na primeira opção, na verdade, se aliena toda a operação, se cria unidade de negócios que ficaria com os slots e com a malha de serviços da VARIG. Isso eu já mencionou. O produto seria injetado na operação

remanescente. A idéia é que permita a reestruturação operacional e agora, no que se refere ao BNDES o pagamento do empréstimo-ponte.

Deixa eu chegar... Passa a segunda opção, acho que também já mencionei. [Soa a campainha]

A segunda opção é divisão intra-regional e internacional, que é apenas um detalhamento.

Vamos passar, então, para o empréstimo-ponte, uma vez que está terminando o meu tempo. Esse é o desenho feito pelos gestores e pelo Juiz. Agora, além disso, os gestores e o Juiz manifestaram ao BNDES o seguinte – que a empresa precisa de recursos, talvez, antes do tempo hábil necessário para realização do leilão, que é de 60 a 75 dias. Então, por conta dessa necessidade da empresa, os gestores e o Juiz desenharam o seguinte – Nós vamos aceitar que algum dos investidores que tenha planos de entrar no leilão, possa fazer um empréstimo-ponte à VARIG. Nesse empréstimo-ponte, esse investidor adquiriria algumas vantagens para depois participar do leilão, assim atualmente ele teria a vantagem de comprar a um preço mínimo, supondo que depois do leilão, pode ser que o preço suba e ele terá adquirido parte das ações da VARIG a um preço mais baixo. Ele também, caso ele não vença, ele recebe o estorno desse empréstimo-ponte, como uma remuneração mais alta do que a do mercado. Tudo isso, foi enfim, desenhado pelos gestores e pelo Juiz.

Onde entra o BNDES? O BNDES se dispôs para, digamos, tornar mais atraente essa solicitação de um investidor, que faça um empréstimo-ponte, financiar em 2/3 esse empréstimo-ponte. Isso em prazo curtíssimo. Com base nisso, a empresa pediu que o BNDES anunciasse a sua disposição. Nós fizemos em quase todos os jornais do país. E que desse um prazo curto. O prazo foi a pedido dos gestores e do Juiz. Por quê? Porque a empresa tem necessidade rapidamente disso. Nós demos o prazo até ontem às seis horas. E houve uma reunião do Juiz com credores e gestores, ontem a tarde, e nós recebemos a solicitação de dar mais 48 horas. Estamos aqui atendendo apenas ao que a empresa achar o mais adequado, demos mais 48 horas. Então, o prazo é até amanhã.

Já passei as principais características dos empréstimos. Ele vai até os 250 milhões, não significa que chegue nisso. Se a empresa conseguir algum crédito com fornecedores ela provavelmente precisará de menos do que isso. E além disso a empresa nos solicitou que fosse, que tipo de empréstimo o BNDES poderia analisar em poucos dias? Então, temos – “Olha, a análise do Banco é uma análise rigorosa, uma análise tradicional do Banco, não dá para fazer em poucos dias”. Agora, se houver um investidor, que venha no empréstimo-ponte, digamos, ou mais até de um investidor, achamos isso

possível, ele certamente terá Bancos que o conhecem. Então, os Bancos que o conhecem podem dar uma fiança para o BNDES. Com uma fiança, nós passando por cima de todo o nosso rito natural, não por cima da prudência, mas por cima dos prazos normais, estamos criando uma disposição de acelerar empréstimo para liberar em poucos dias, esses 2/3 do empréstimo-ponte. Se houver mais de um investidor, a idéia é que seja dividido entre os vários investidores, porque só um deles deve ganhar, mesmo que se consorcie. Então, nós não poderemos aportar várias vezes, mas dividiríamos proporcionalmente a número de investidores.

O empréstimo-ponte se esgota no leilão, quando então, haveriam as ofertas mais firmes pela, ou a VARIG regional ou a VARIG operacional.

A questão de incentivo do investidor... O que ocorre se o vencedor do leilão não for quem tomou o empréstimo-ponte? Que queria o empréstimo-ponte para VARIG e tomou os recursos do BNDES. Chega alguém no leilão e paga ainda mais do que é quem se adiantou?

Bom, nesse caso o pagamento do vencedor liquidado o empréstimo. Então, dessa maneira nós estamos conseguindo, tornar mais atraente, apoiar sem submeter o BNDES aportando recursos públicos a um risco de fazer o empréstimo sem ver como chega ao seu final. E o Juiz informou que se não for alcançado o preço mínimo, ele fará um leilão reverso, ou seja, o vencedor será aquele que for fazendo a melhor oferta.

É isso. Estou à disposição para esclarecimentos. Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço o eminente Presidente do BNDES. Felicito pela brilhante palestra que fez nesta Sessão. O próximo convidado a falar é o Secretário da SPC, Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, Dr. Adacir Reis. A quem concedo a palavra.

SR. ADACIR REIS – Bom dia a todos. Bom dia Senador Antônio Carlos Valadares, Senador Paulo Paim, Senador Simon, Senador Mesquita Júnior. A Secretaria de Previdência Complementar foi convidada a participar desta Audiência Pública, por conta do Fundo de Pensão Aerus, patrocinado pela VARIG. O Fundo de Pensão Aerus é uma entidade fechada de Previdência Complementar. Tem hoje, além da VARIG outros patrocinadores, tem vários planos de Previdência Privada administrados. O Aerus é um fundo criado em 1982, fundo privado criado em 1982. E as suas patrocinadoras dentre elas a VARIG, a VARIG é a patrocinadora de planos mais importante. Todas essas empresas são empresas privadas. O Aerus agora em abril, sofreu um processo de decretação de inter-

venção e de liquidação. E por conta aí de problemas de desequilíbrio e problemas que se acumularam ao longo de anos.

Os problemas do Aerus em relação aos planos da VARIG, decorrem fundamentalmente de dívidas não honradas pela empresa patrocinadora. Em dezembro de 2002, o Aerus fez várias modificações nos planos de benefícios da VARIG, encaminhou pedidos de alterações da Secretaria de Previdência Complementar. E esses pedidos foram aprovados. Ali se fazia uma mudança importante na formatação dos planos. Se criou um plano novo de contribuição definida, e a partir de janeiro de 2003, por essa aprovação em dezembro de 2002, a VARIG poderia optar a cada ano, se aportaria ou não recursos para o plano de previdência.

E a partir daí em relação a contribuições novas a sua contribuição passou a ser praticamente zero. Uma contribuição pequena inferior a um milhão de reais, a título de despesa administrativa e uma parte para benefícios de risco. Mas o fato é que não houve ingresso de contribuição nova, em razão do redesenho do plano, então, existente desse novo plano. Portanto, nós passamos a falar de planos um e dois patrocinados pela VARIG. E assumiu ali a responsabilidade de bancar as dívidas já pactuadas e houve sucessivas repactuações ao longo dos anos. No início de 2003 nós chamamos a VARIG e o Aerus à Secretaria de Previdência Complementar, e colocamos que aquele quadro era um quadro que precisaria ter, exigir um compromisso maior da empresa, na assunção das suas responsabilidades.

E foi o Aerus orientado à época, a agir efetivamente enquanto credor porque a essa altura e já com assunção de explicitação de um déficit assunção. Isso somado às dívidas existentes. Nós estávamos falando de algo em torno de 2,3 bilhões de reais. Portanto, o Aerus, como Fundo de Pensão já com essa dependência da patrocinadora, na ordem de 2,3 bilhões de reais. Houve um processo de saneamento do plano, em termos de explicitação da sua situação atuarial, ajustes de premissas, houver o provisionamento de alguns ativos, considerados ativos duvidosos, participação em algumas empresas, participação, aquisição de debêntures. Houve, então, o provisionamento e houve a assunção de uma dívida, fruto dessa explicitação de déficit pela empresa VARIG. Passamos a acompanhar de perto a situação da Aerus, inclusive, com reuniões periódicas na Secretaria de Previdência Complementar com a direção do fundo, que nos reportava à evolução dos acontecimentos e todo esse processo de explicitação da real situação do fundo de pensão. Foi fixado um fluxo mensal de entrada de recursos da VARIG para o Aerus e aí em razão de

compromissos assumidos na ordem de 9 milhões de reais/mês.

Então, todo mês a VARIG aportava esse valor de 9 milhões, como resultado dessa assunção de compromissos. Alguns pagamentos seriam iniciados em janeiro de 2008, na outra parte de todo esse processo de assunção e consolidação de dívidas. Houve mês em que a VARIG chegou atrasar salário, chegou atrasar 13º, mas não atrasou a sua parcela para o Aerus, já numa visão de que o quadro do fundo era um quadro delicado. Em meados de 2005, no contexto da lei de recuperação de empresas, a nova Lei de Falências, cotado aqui nesse Congresso, a VARIG requereu os benefícios da Nova Legislação, que a lei acabou incluindo as Companhias Aéreas, alcançando as Companhias Aéreas e ela então, requereu os benefícios da Nova Legislação e suspendeu os pagamentos ao Aerus, assim, como aos demais credores, inclusive, com homologação judicial desse pedido, dentro do processo da Nova Legislação, já com os benefícios da Nova Legislação. Então, inclusive, foi suspensa a exigibilidade desses créditos junto à VARIG. E aí alcançando todos os credores, inclusive, esse credor privado Aerus.

À época, dada essa situação já peculiar, essa situação diferenciada, e uma expectativa de que a empresa patrocinadora abrigada pela Nova Legislação, pudesse negociar com os credores e dali se viabilizar um plano de recuperação da empresa, nós na Secretaria, para acompanharmos mais de perto esse processo, já estávamos acompanhando bem perto a situação do Aerus, mas para acompanharmos, inclusive, essa interlocução do Aerus, enquanto credor, com a empresa devedora, nós nomeamos um administrador especial, que é uma figura nova da legislação, da Lei Complementar nº 109/2001, onde no ato da nomeação nós damos, definimos qual a competência desse administrador. Ele não remove a Diretoria, ele não substitui a Diretoria, mas tem ali poderes de co-gestão e de acompanhamento. Então...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Compartilhado?

SR. ADACIR REIS – Pode ser compartilhada. Mas ali foi com esse intuito maior de fazer o acompanhamento *in loco* de todo esse processo de interlocução do Aerus, enquanto credor, com a empresa devedora.

Então, todas as reuniões, o administrador especial passou a acompanhar, e ficou ali *in loco* dentro do Aerus. Inclusive, aí há de se ressaltar que o Aerus à época, passou a figurar na classe 2 de credores, que é um credor com garantia. Então, houve um reconhecimento pelo juízo da Vara Empresarial do Rio de que o Aerus tinha, era um credor, e um credor com uma

garantia que foi algo conseguido em 2003, nesse processo de envolvimento maior da Secretaria e à época, então, a VARIG ofereceu em garantia o suposto crédito que ela tem junto à União, em razão daquela ação judicial que versa sobre a defasagem tarifária.

Então, o resultado daquela ação foi dado em garantia nesse processo, e na época da renegociação isso foi reconhecido pelo juízo da Vara empresarial do Rio de Janeiro, que foi considerado, inclusive, uma conquista importante para o Fundo de Pensão.

Em dezembro de 2005, teve um processo com algumas idas e vindas, em relação à condução do processo. Em dezembro a VARIG apresentou aos credores, inclusive, ao Aerus, a proposta de plano de recuperação dentro de toda essa concepção da nova Lei de Falências.

Esse plano foi levado à Assembléia dos credores, foi aprovado e foi depois homologado em juízo. Nesse plano aprovado e homologado judicialmente, o Aerus, enquanto credor, não se submeteria a uma carência, ou seja, ele já voltaria a receber em janeiro de 2006, isso, porque já se via e era reconhecido por todos, uma situação diferenciada do Aerus em relação aos demais credores. Ele já estava bastante fragilizado, e com esse grau absolutamente anormal de dependência em relação à VARIG. Então, não submeteu à carência. Voltaria a receber em janeiro de 2006, que seria a retomada daquele fluxo em torno de 9 milhões/mês, em janeiro, a empresa pagou, houve o pagamento. No entanto, em fevereiro deixou de pagar.

Depois em março novamente deixou de fazer o aporte tal como definido. E aí diante desse quadro, um quadro absolutamente dramático, um quadro absolutamente delicado, a área técnica da Secretaria de Previdência Complementar propôs a liquidação dos planos 1 e 2 da VARIG. Então, houve a decisão em função de um fato novo negativo, em todo esse período. Pela primeira vez de maneira objetiva, um fato novo negativo é que ensejou essa medida extrema, lembrando aí que o ato do Estado entrar num Fundo de Pensão que é um fundo privado é um ato extremo. Significa o Estado entrar num Fundo de Pensão que é privado. Então tem que se dar em situação absolutamente excepcional e era ali o caso. Então, se decretou a liquidação desses planos e por consequência a intervenção no Aerus.

E aí, inclusive, por problemas de governança uma vez que a liquidação desses planos somados aos planos da TRANSBRASIL o montante de recursos era superior a 80%. Então, até em termos de governança era preciso fazer, se promover à intervenção. E é então, o que foi feito. E aí é preciso realçar, que a liquidação dos planos estanca uma situação, ou seja, evita que aquela situação se deteriore, interrompe o

fluxo de direitos e obrigações no âmbito desse plano de previdência. E conforme diz a legislação, de maneira muito clara, esse movimento é feito para proteger prioritariamente, os interesses dos assistidos, os interesses dos aposentados, numa situação em que se caracteriza insuficiência de recursos do plano, para honrar todos os seus compromissos, a lei pede que se faça uma opção, e essa opção é feita prioritariamente em favor dos assistidos.

Então, a liquidação ali naquele momento significou – 1) Estancar uma situação. Evitar que aquela situação do plano de previdência do Aerus, patrocinado pela VARIG, se deteriorasse; 2) Isso em favor dos assistidos que terão diante desse quadro, a prioridade de pagamento em relação aos seus direitos, junto ao plano de previdência.

E por outro lado, é importante assinalar que a liquidação, se por um lado ela interrompe e impede que o quadro se deteriore, ela por outro lado não cria nenhum embaraço para que diante de um fato novo essa liquidação venha ser levantada. E aí eu acredito que todo esse esforço de diversos atores, inclusive, aqui deste Senado Federal, o Senador Heráclito, para que se construa esse fato novo em relação à empresa e ao se construir esse fato novo em relação à empresa, por consequência, nós possamos ter alguma repercussão positiva no plano, ou nos planos de previdência, patrocinados pela VARIG.

Então, é uma situação delicada, como toda a questão VARIG, complexa. Fruto aí de uma situação que se agravou ao longo dos anos. Se promoveu, esse ato, como um ato extremo. E agora, diante de um eventual fato novo isso pode ser revertido. Então, em linhas gerais, essas eram as palavras iniciais e me coloco aí à disposição dos Srs. Senadores. Muito obrigado.

[Troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sobre a Mesa, o expediente que vou ler.

Prezado Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Infra-estrutura. Novamente agradeço o convite objeto do expediente ofício 090/2006 de 08/05/2006, relativamente à participação de Audiência Pública, para discutir soluções para a questão da Viação Área Riograndense VARIG. Tendo em vista outro compromisso assumido anteriormente, informo não ser possível a presença nessa data de 16 de maio corrente. Atenciosamente, Erno Dionizio Brentano, Interventor.

Eu acredito que... Dr. Adacir, é da maior importância o compromisso do Dr. Brentano, mas seria muito importante que ele estivesse aqui, juntamente com V.

S^a., para que se discutisse essas questões. Tendo em vista, estamos fazendo o terceiro expediente para ele. Agora, pedindo que seja por intermédio de V. Ex^a., de V. S^a.. que é o responsável pela sua nomeação, ficando-lhe já acertado que mais uma negativa, nós iremos convocar o Ministro da Previdência. Nós não podemos de maneira nenhuma, permitir que se trate o Senado da República, com desleixo e com a falta de respeito com que o Senhor Erno, nos trata. [Palmas]

Quero lembrar que esse ofício dele com os compromissos anteriores é datado de ontem. Não foi... Não é uma coisa datada... Foi datado de ontem. Estou comunicando ao Presidente do Congresso, essa correspondência. Acho que não se pode tratar um assunto dessa natureza, da maneira como vem sendo tratado. De forma que eu pediria à V. Ex^a. que colaborasse nessa Comissão. Nós estamos reconvocando ou reconvidando, nós não temos poderes para aqui... Há, inclusive, agora um estudo para modificar o nosso regimento. Possibilitando a convocação. Porque nós podemos convocar o Ministro, mas não podemos convocar o segundo ou terceiro escalão. Mas vamos ver se essa questão é corrigida. Mas enquanto isso eu pediria a colaboração de V. Ex^a. no sentido de...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Se me permite?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pois não. Com o maior prazer.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O Sr. Brentano, me ligou ontem à noite, dizendo que realmente não poderia aparecer, por conta aí de algumas reuniões que estariam ocorrendo hoje. E aí como foi até dito pelo Presidente do BNDES, algumas coisas aí que estão sendo processadas em horas ou em dias, mas quero crer que da parte dele não houve nenhum despreço à este Senado Federal, mas de qualquer maneira vou levar até ele, inclusive, aquela outra reunião, que tinha sido agendada depois acabou sendo cancelada, inclusive, pela própria...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pela própria Comissão...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Com o agendamento da Assembléia de credores, mas isso de qualquer maneira, quero crer que não significa nenhum despreço, porque entendemos, e aí falo em nome da Secretaria, que esta Comissão tem dado uma contribuição importante para esse Debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O primeiro convite foi negado, sem nenhuma justificativa plausível de hoje datado ontem. Refere-se a compromissos anteriores. Mas tudo bem. Com a palavra o comandante Márcio Marsilac, Coordenador dos Trabalhadores do Grupo VARIG.

SR. MÁRCIO MARSILAC – Senador Heráclito Fortes, Dr. Adacir Reis, Dr. Demian Fiocca, Senador Paulo Paim. Em nome dos trabalhadores do Grupo VARIG, eu gostaria de mais uma vez agradecer ao Senado no seu todo, ao Congresso no seu todo, melhor dizendo, especialmente à Comissão de Infra-Estrutura, Comissão de Assuntos Sociais, assuntos econômicos e Desenvolvimento Regional e Turismo que tem promovido uma série de audiências públicas tentando aprofundar o conhecimento e as discussões em torno, não só da crise da VARIG, como também da crise do Fundo de Pensão Aerus.

O plano de recuperação foi aprovado e novamente consolidado na Assembléia geral de credores, promovida no último dia 9. Foi também aprovado nessa mesma Assembléia, um modelo de alienação judicial, como aqui exposto pelo Presidente do BNDES, Dr. Demian, onde nós temos duas opções para o leilão. Nos parece, por análise que os nossos Consultores e assessores fizeram, que o Brasil estaria muito melhor servido e a sociedade brasileira muito melhor servida, se nós tivéssemos uma única opção de leilão, que seria manter a VARIG, com as suas operações integrais, ou seja, a parte doméstica e a parte internacional funcionando dentro de uma mesma unidade produtiva, em função das várias sinergias que existem entre a operação de vôos internacionais e as operações dos vôos domésticos, vamos assim dizer.

A operação unida da força de trabalho também traz com grande escala a empresa e um melhor aproveitamento da mão-de-obra, dois fatores, o de aeronaves e o da mão-de-obra, que pesam muito nos custos de qualquer empresa aérea. Ocorre que definido o plano, definido o modelo de alienação e definido um prazo de 60 dias para que ele ocorra, a VARIG precisa sobreviver precisa urgentemente implementar as ações previstas neste plano de recuperação. Sob pena de não conseguir sobreviver se manter operando até a data deste leilão. Ou seja, precisamos de recursos, e aí eu abro um parêntese para falar com relação à operação que foi aqui trazida em outubro, setembro e outubro do ano passado, quando da venda da VEM e VARIG LOG, para AERO-LB e para a VOLO, os recursos que foram obtidos com a alienação daqueles dois ativos, foram unicamente suficientes para o pagamento dos *leasings* atrasados.

Nós, à época e hoje, ainda temos uma ação tramitando na justiça pedindo a nulidade daquele ato por entendermos que foram alienados dois ativos de maneira estressada, à empresa enforcada no seu fluxo de caixa, os ativos foram vendidos muito rapidamente sem um processo que pudesse trazer o preço próximo da sua avaliação. Se eu não estou enganado os

recursos totais obtidos com aquela venda, foram em torno de 70 milhões de dólares, o que digo cobriu por muito pouco os recursos que foram depositados em Nova Iorque, para o pagamento desses lessors. E o que ocorreu é que não sobraram recursos suficientes em caixa, para promover as ações previstas no plano que trariam um aumento do faturamento por trazer as aeronaves de novo para operacionalidade e para implementar ações que trouxesse uma redução dos custos operacionais da empresa.

Bom, ocorre que nós estamos hoje, vivendo uma situação semelhante, ao nosso entender. Talvez vejamos, antes dos 60 dias, temos que reunir os credores de maneira urgente, para promover a alienação do ativo, seja doméstico, ou seja, internacionais domésticos nas operações, para que possamos viabilizar o pagamento de alguns créditos concursais. E nada mais, ou muito pouco restará à empresa VARIG original.

Então, essa é uma observação que trazemos aqui, e precisamos encontrar com urgência uma solução para essa questão. O BNDES tem colocado algumas exigências, com relação ao empréstimo-ponte, que são a carta de fiança bancária por aqueles pretendentes e pela informação que tenho, ainda não oficial, mas oficiosa, de que o empréstimo seria dado com uma taxa Selic. A análise dos próprios reestruturadores da empresa é de que isso inviabilizará a participação de qualquer pretendente dentro desse leilão. É uma informação que passo e que foi recebida por mim e pelos próprios reestruturadores e corroborada pela análise preliminar, feita por alguns dos nossos Consultores.

Então, o que nós trazemos à Mesa é a necessidade de abrirmos um debate muito rápido, sobre como viabilizaremos os recursos para que a empresa possa sobreviver, se manter viva e implementar as ações previstas no plano para redução dos seus custos e recuperação das aeronaves que estão paradas por falta de peças, por falta de peças nos almoxarifados. Isso tem ferido de morte a capacidade da empresa de manter o seu faturamento, quanto mais recuperá-lo nos moldes do ano passado.

Então, essa é uma questão para discutirmos e entendemos muito boa a presença, não só do Presidente Demian, como de alguns técnicos do BNDES, para que a gente possa respeitando os regulamentos e as normas do próprio Banco, a que o Banco está sujeito, de forma criativa, viabilizarmos recursos para a empresa poder fazer essa reestruturação e sobreviver esses 60 dias.

O que nos informam é que esses recursos girariam na ordem de 150 a 160 milhões de dólares. Seriam os recursos necessários para colocar em torno de 20 aeronaves novamente em vôo e implementar não só

os desligamentos que já foram, já tiveram um número de 1700 funcionários aderindo a planos de demissão voluntária e planos de incentivos à aposentadoria e que vai impactar positivamente dentro do fluxo de caixa da empresa.

O Deputado Ricardo Barros esteve preocupado quando da apresentação do slide sobre a questão do passivo. E posso tranquilizar a todos que ao menos no modelo de VARIG Relacionamento com VARIG Operações, com um valor mínimo de leilão estabelecido é perfeitamente factível dar viabilidade econômica e financeira tanto para a VARIG Relacionamento quanto para a VARIG Operações. Então, este é um ponto fundamental de que nós possamos, de que nós abrirmos um debate aqui sobre a participação do BNDES ou do próprio Banco do Brasil que já manifestou possibilidade de entrar nessa discussão, de participar deste empréstimo-ponte para que viabilizemos este empréstimo-ponte em valor condizente, com o necessário pela empresa para se reestruturar e poder, inclusive, agregar valor ao leilão daqui a 60 dias.

Uma das informações que temos é de que mesmo previsto na lei de recuperação, não há tranquilidade no mercado financeiro suficiente para garantir que os empréstimos que sejam feitos à empresa depois do deferimento do pedido de recuperação tenham primazia, preferência na eventualidade de uma falência, que faltaria uma regulamentação do Banco Central nesse encaminhamento. É preciso se verificar isso e entendemos que o Senado Federal pode contribuir muito, não só na verificação como também no encaminhamento rápido para que o Banco Central regulamente esta questão.

Onde se insere o Aerus neste processo de recuperação da VARIG? Nós entendemos que o Aerus é merecedor não de um plano de liquidação, mas de um plano de recuperação. Inserido e sinergicamente colocado dentro do plano de recuperação da VARIG. Nos agrada muito ver o Secretário, Dr. Adacir, colocar aqui que a liquidação, veio como forma de prevenir a eventualidade de um encaminhamento que pudesse comprometer mais o fundo. Mas que a Secretaria já se coloca aberta a discussões e disposta, inclusive, a levantar a liquidação, caso haja um plano colocado sobre a Mesa que seja entendido tecnicamente viável e que também promova uma melhora da situação atual do Aerus.

Bom, sobre isso e sobre a situação atual, nós nos sentimos como representante dos trabalhadores da VARIG, perfeitamente confortáveis. No nosso entender, o Dr. Adacir tem conhecimento disso, o pedido de intervenção no Fundo de Pensão, para a sua recuperação à época, foi feito em 2002, ainda no Governo

Fernando Henrique Cardoso, pelas Associações de Trabalhadores da VARIG, por comprovarem e apresentarem à Secretaria à época, dentro de um processo administrativo que o fundo contemplava 7 dos 8 itens previstos pela Lei Complementar 109, que justificaria uma intervenção do plano.

Então, quanto ao processo de intervenção em si nós estamos perfeitamente confortáveis. Para nós isto deveria ter ocorrido em 2002, e foi, é um processo que se arrasta desde lá, que justificou, inclusive, uma ação no Ministério Público Federal do Rio de Janeiro, desencadeando dois inquéritos para investigação e tomada de conhecimento sobre o que ocorreu em relação ao fundo durante este processo, durante este tempo. Mas o mais importante para nós, além da verificação de responsabilizações, do que efetivamente ocorreu, de onde foram criados os rombos, é nós sentarmos e debatermos e discutirmos uma solução, porque isso que efetivamente poderá garantir as aposentadorias dos assistidos e recuperar se não de pleno ao menos parcialmente os recursos dos trabalhadores da ativa que depositaram durante anos e anos, durante décadas de 8 a 12% dos seus salários mensais, dentro dos fundos cientes ou crentes, de que estavam garantindo o seu futuro com relação às suas aposentadorias.

Então, com relação a isso, nós temos uma proposta de encaminhamento que, no nosso entender, apesar de criativa, não colide com a lei, precisando talvez de alguns esclarecimentos no âmbito do ordenamento jurídico e no âmbito de dentro da própria lei de recuperação de que é possível inserir o plano de recuperação do Aerus, dentro do plano de recuperação da VARIG. E com relação a isso, já posso informar e nos agrada, em contato ontem ainda, com o Dr. Adacir, e hoje antes desta Audiência, a disposição da Secretaria de sentarmos no dia de amanhã para discutirmos esta questão, para discutirmos de que modo nós poderemos encaixar o plano de recuperação do Aerus dentro do plano de recuperação da VARIG.

Nós temos uma proposta. Já é do conhecimento. Queremos discuti-la. Queremos estudar a viabilidade técnica que acreditamos tenha para que possamos trazer ela para dentro da seara da recuperação, levantando aquisição do Aerus, melhorando a condição dos assistidos, recuperando de certa forma os recursos que os ativos colocaram lá. E mais, liberando talvez as garantias que foram dadas em parte para o Aerus em relação à ação de defasagem tarifária para que possamos promover aquilo que já é um consenso eu diria dentro do Congresso Nacional e que precisa ser levado ao Governo Federal, não só a questão do encontro de

contas com relação aos créditos e débitos que a VARIG tem junto à União, como também de promover como defendido pelo Senador Paulo Paim, a viabilização dos recursos seja, como garantias, sejam como recursos propriamente dito dos créditos de ICMS.

Para entender isso, a dimensão disso, somando-se os créditos que a VARIG tem da defasagem tarifária e os créditos com relação a ICMS, com relação a 25 Estados somam a bagatela de 5,9 bilhões de reais, ou seja, mais de 2/3 da dívida que a VARIG tem. E que isso não seja, obviamente, impeditivo para se prosseguir no processo de recuperação, implementar o plano, dando uma nova estrutura societária a essa empresa, uma capitalização necessária à ela, a tornando competitiva, eficiente e lucrativa com os postos de trabalho, na relação condizente com o mercado, para que possamos retomar o marquetier(F) no mercado da VARIG, e com isso resgatar aqueles trabalhadores que porventura tenham ficado temporariamente sem o emprego aqui dentro dessa empresa. Era isso e muito obrigado Senador. [Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Srs convidados, Sras. e Srs. Senadores. O Senado entende que por ser a VARIG brasileira e essa discussão está sendo travada entre brasileiros não tem ninguém contra a VARIG. É impossível que de bom senso alguém esteja contra esta empresa às portas de completar 80 anos. O fato de termos chamado à discussão para o Senado, unindo quatro Comissões, o que é pelo menos nessa atual Legislatura um fato inédito, é exatamente de se fazer com que a discussão se unificasse.

Até então, Dr. Demian, o que se ouvia eram informações desencontradas na maioria dos casos de pessoas bem intencionadas, mas cada uma com uma estratégia e uma proposta diferente. Então, você ouvia declarações de autoridades de que a VARIG estava no poço, ou que a VARIG não se salvava, e enquanto isso nada de prático era feito.

A partir da primeira Audiência Pública, inclusive, eu quero até declarar aqui, recebi um telefonema da própria Ministra da Casa Civil, que tinha dado declarações em outra direção, e que achou que a partir da primeira rodada de conversas, poderia se tomar um outro caminho e outro rumo. Nós estamos tentando até por causa do tempo desburocratizar ao máximo e dar velocidade a essas oitivas. Daí porque a minha preocupação. Acabei de fazer uma proposta ao Dr. Adacir, que me parece que vai resolver a questão, que seria a vinda do Dr. Erno Dionísio Brentano, ou a Comissão ou nós iríamos à Secretaria para uma conversa. E aí os representantes do Senado, representantes de VARIG e a Secretaria de Previdência Complementar.

A única dificuldade que eu estava vendo aqui é que para o funcionamento externo eu tenho que ter, passar em processo de votação o que não seria o caso hoje. Então, o que o nós poderíamos fazer era disponibilizar uma sala e se faria aqui numerário à tarde ou a manhã, já que há um grupo reduzido, a não ser que os Senadores todos queiram participar, o que o eu não acredito, se faria numa sala, apenas para que se trocassem idéias objetivas.

Falei com o Dr. Demian, e ele vai disponibilizar também, um assessor categorizado, para que se discuta isso até a exaustão. Eu acho que é o trabalho que essa Comissão e que essa Casa, pode fazer e vem fazendo, o Comandante Marsilac é testemunha, há dois anos nós fizemos a primeira reunião juntando essa Comissão, a Comissão de Turismo com o Senador Tasso Jereissati à frente, Dr. Paulo Abílio de Castro, está aqui, apresentou o primeiro plano, a primeira saída.

Eu quero que os funcionários da VARIG aqui, eu quero que todos fiquem com absoluta certeza que o objetivo desta Casa, primeiro é esclarecer e dar transparência a todos os fatos que estão sendo tomados.

Segundo, dar velocidade a uma solução positiva para esse caso. E para se evitar que se abra jornais e diga – “Uma empresa da Venezuela vai comprar, uma empresa da Bolívia, ou uma empresa...”, E quando você vai ver todas as empresas na maioria das vezes que apresentaram agora, são bem menores do que a VARIG, aumentando a insegurança, porque como diz um ditado popular que se usa no Piauí – “Cachorro mordido de cobra, corre com medo de salsicha”.

Nós tivemos um episódio da TRANSBRASIL, uma venda, feita por um real. Uma semana depois o comprador foi preso. Era o dono de uma empresa de turismo, completamente complicado. Então, para evitar repetições dessa natureza é que nós... Acho que a obrigação dessa Casa, tomar esses cuidados. E tenho certeza que os que aqui estão e que representam o Governo, procurarão e estão procurando soluções que amenizem esse problema. Antes de passar a palavra ao Dr. Luís Roberto Pontes, extraordinária figura de ex-Parlamentar, ex-Ministro, que hoje, empresta a sua inteligência ao Rio Grande do Sul e agora entrou nesse mutirão de salvação da VARIG.

Eu queria passar a palavra ao Presidente do BNDES, Dr. Demian Fiocca, para alguns esclarecimentos. E depois se o Dr. Adacir quiser também, ou se alguém tiver algum reparo a fazer vamos... Isso é que nem um casamento, que seja agora.

Queria convidar o Secretário para tomar assento aqui.

SR. DEMIAN FIOCCA – Gostaria apenas de fazer os esclarecimentos sobre dois pontos levantado

pelo Comandante Marsilac. O primeiro deles é sobre a questão da fiança bancária. O BNDES não tem condições, dentro da sua respeitada a sua técnica, de fazer empréstimo diretamente com o risco VARIG. Isso é o conhecido, isso já foi explicitado em novembro, e continua sendo apresentado sob um nível de estresse que o Banco não conseguiria justificar um empréstimo à VARIG, tal como ela está. Por isso, mas na busca de contribuir para melhor solução possível, desenhamos a proposta, “podemos financiar rapidamente a alguém que venha investir”. Mas a um terceiro. Então, sobre a questão da fiança, se o desejo for, se não então... “dispense fiança, entre no risco VARIG”, isso realmente não é possível.

Agora, entre as alternativas para o tipo de fiança de terceiros a opção pela fiança bancária, foi por conta da solicitação da empresa e do Juiz de que se fizesse o formato mais rápido possível. Se houver desejo que o BNDES, por exemplo, financie garantias reais, também é possível. Mas análise do valor real toma muito mais tempo do que na fiança bancária. Então, a questão da fiança, como alternativa à garantia real, podemos fazer, mas leva muito mais tempo, acredito que não é o desejo da empresa.

Se o desejo for sem nenhuma garantia e aí realmente o BNDES infelizmente não pode apoiar diretamente a VARIG.

Sobre a questão do custo desse empréstimo-ponte, de fato nós estamos trabalhando com a hipótese de fazer um empréstimo em Selic. Por que isso? Esse é um empréstimo de natureza que não é de grande investimento, longo prazo etc. Sobre o qual nós temos lá, toda nossa política de prioridades. É um empréstimo emergencial, como demonstração de esforço do Governo para contribuir com essa solução. Agora, a informação que o BNDES obteve dos gestores da VARIG, é que o investidor que fará o empréstimo-ponte e tomará para isso 2/3 dos recursos do BNDES, será remunerado 200% da Selic ou do CDI, ou seja, se o investidor que tomou empréstimo-ponte, chegar no leilão e não vencer, se ele vencer ele ficou com as ações e teve algum prêmio, digamos, que o leilão andou bem e ele comprou mais barato, mas se ele não vencer a VARIG pagará a ele, financiador do empréstimo-ponte, ele investidor, 200% da Selic ou do CDI.

Então, nós achamos que fazer um empréstimo, que é neutro do ponto de vista do custo dos recursos, para uma coisa de 60 dias ou 75 dias, algo adequado, estávamos falando neutro, quer dizer, ninguém procura especular para mais ou para menos sobre o empréstimo-ponte do BNDES. E também os técnicos do BNDES quando trouxe esta situação para a Diretoria, disseram o seguinte – “Esse também é um padrão que

o Banco usou em Governos anteriores várias vezes em operações desse tipo de curto prazo e capital de giro, o Banco até cobrou Selic mais um, muitas vezes nós achamos que Selic estava adequada”. Mas é por essa razão a Selic, que quem tomar o nosso recurso, vai receber se não encontrar efetivamente as ações 200% da Selic. Então, achamos que isso não está especificamente onerando a operação... Está puxando para curto prazo. Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Dr. Adacir.

SR. ADACIR REIS – Ok, rapidamente algumas considerações. Primeiro registrar que tem havido aí esse esforço importante dos trabalhadores da VARIG, por meio de várias entidades, dentre elas a TGV, a PIVAR (F), todo esse trabalho aí sendo feito, inclusive, com o Dr. Paulo Rabelo de Castro, aqui presente. Isso tem merecido a nossa atenção. É preciso assinalar também que o Aerus, ele hoje se encontre em dificuldade, porque ao longo dos anos, dinheiro deixou de entrar no Aerus. É por isso que ele tem esse grau de dependência, hoje em relação à patrocinadora. Em relação à VARIG. Patrocinadora. Então, há um cuidado aí especial para que também, o que entrou, uns diria, o pouco que entrou, venha eventualmente a sair do Aerus. E aí é preciso levar em conta obviamente à legislação complementar que é uma legislação que dá ao Fundo de Pensão, uma finalidade exclusiva de gerenciar ativos, recursos para uma finalidade previdenciária. O Marsilac aqui registrou que em 2002, havia sido endereçado um pedido de intervenção à Secretaria de Previdência Complementar, e depois a partir de 2003 tivemos, inclusive, oportunidade de apreciar esse pedido que já se encontrava lá. E por que não acolhemos esse pedido? Acho que vale aqui também essa, essa consideração.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Qual é o valor dos recursos não repassados? Tem...

SR. ADACIR REIS – É o valor de 2,3 bilhões. 2,3 bilhões. Então, vejam os Senhores. A intervenção pela lei, ela tem por objetivo buscar, interferir na gestão do plano, o Estado assume a gestão do plano do Fundo de Pensão, e tem por objetivo a sua recuperação. Àquela altura, a solução para o Aerus, já dependia umbilicalmente da solução para a VARIG, quer dizer, o Estado entrar numa entidade que é privada, com o objetivo de sanear a entidade, mas já com diagnóstico claro, que um dos objetivos, inclusive, da intervenção é o ingresso na entidade, para diagnosticar a situação. E então, adotar medidas com vistas ao seu saneamento.

Bom, diagnóstico já havia, inclusive, houve mudanças no plano em dezembro de 2002, com deso-

neração da empresa. Saneamento do plano, o que foi possível adotar em termos de saneamento foi feito, quer dizer, todo o processo de exigir que a empresa oferecesse garantias ao fundo. Então, a questão da defasagem tarifária, o suposto crédito contra a União, os 5% da VARIG LOG dados em garantia pela VARIG ao Aerus. Isso se processou em 2003. Todo o processo de depuração do plano para que fosse explicitada a realidade do plano. Então, um ou outro ativo lá de retorno duvidoso, então, se optou pelo provisionamento, se fez o ajuste atuarial e se teve uma situação que ali efetivamente correspondia à realidade. A contratação de nova dívida, que foi em razão dos benefícios concedidos, dívidas em relação aos assistidos, contratado também ofertada a garantia. E dali esse monitoramento.

Então, é por isso, Dr. Marsilac, que houve o entendimento sóbrio, abalizado, seguro a nosso ver, de que uma intervenção ali além de não ir além do que estava sendo feito, poderia, inclusive, trazer efeitos deletérios, periféricos negativos, com uma intervenção dentro do fundo, a repercussão negativa disso.

Enfim, então, tecnicamente não havia, a nosso ver, a motivação para essa intervenção. Quando vem o plano de recuperação, a suspensão da exigibilidade dos créditos, toda uma aposta, um envolvimento dos credores para buscar recuperar essa empresa, isso aprovado, homologado judicialmente e depois fevereiro, março, o não pagamento, aí nós estivemos pela primeira vez em todo esse período, diante de um fato novo negativo que exigiu a nossa ação. E aí lembrando também que a intervenção se ela não interrompe o fluxo de direitos, e obrigações e alguns pensam na intervenção como tendo esse poder, esse alcance e não tem. Ela também, vamos dizer assim, seria de efeito limitado, daí a liquidação. E como observei aqui na primeira manifestação, a liquidação é preciso que todos tenham clareza em relação a isso, porque a lei é muito clara em relação a isso. Diante de um fato novo que demonstre a viabilidade de recuperação do plano, essa liquidação pode ser levantada.

Por isso, inclusive, a Secretaria está aberta a eventuais proposições que dentro, naturalmente, da legislação da Previdência Complementar e na convergência desses esforços, nós estamos abertos ao debate e ao diálogo e enfatizo mais uma vez que a gente tem aí uma clareza e uma sensibilidade quanto a esse esforço todo das entidades de representação dos trabalhadores, para que se construa uma solução que seja adequada, que seja realmente uma solução duradoura.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Comandante Marsilac. Mas antes eu queria só fazer uma pergunta. Em 2003,

houve a indicação de administração compartilhada? A Secretaria mandou alguém monitorar?

SR. ADACIR REIS – O que houve foi uma fiscalização e reuniões periódicas com a direção do Fundo de Pensão, onde todas essas tratativas se deram, inclusive, com essa melhora de posição do Aerus enquanto credor frente à empresa.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Doutor...

No nosso entender tínhamos que salientar, porque é uma questão para nós fundamental. As causas que trouxeram a esse desequilíbrio absurdo, do Plano de Pensão dos Trabalhadores da VARIG. Porém, o principal e o nosso foco aqui é o encaminhamento de solução. E nós esperamos que o entendimento da Secretaria de que a recuperação deva ser do plano e se não for no Plano, os trabalhadores da ativa principalmente, terão perdido todas as suas poupanças, as suas economias feitas, como no meu caso, durante 18 anos, e de muitos outros por mais de 30 anos, nos parece que seria uma visão restrita, mas volto a dizer, eu acho que são discussões para ter de maneira técnica e a gente buscar contemplar, na verdade, não o plano, mas as pessoas que fazem parte do plano. Os interesses daqueles que lá estavam. E eu falo com tranquilidade porque este é o meu interesse. E o plano só existe no nosso entender para estabelecer o interesse de cada...

SR. ADACIR REIS – Me permita?

SR. MÁRCIO MARSILAC – Claro.

SR. ADACIR REIS – Aí obviamente quando me refiro ao plano, estou me referindo aos participantes e assistidos do Plano.

SR. MÁRCIO MARSILAC – Tá. Tá ótimo. Claro.

SR. ADACIR REIS – Porque ele se confunde com esse contingente de pessoas.

SR. MÁRCIO MARSILAC – Eu acho que só tivemos essa visão de que, na verdade, temos buscar um equilíbrio dos interesses, daqueles que fazem parte do Plano. Eu acho que abre e nós temos um caminho bastante positivo para uma discussão de solução de encaminhamento, que volto a dizer, não acredito que a gente consiga recuperar tudo aquilo que investimos lá, mas hoje se recuperarmos uma parcela considerável daquilo, garanto que o grande contingente de trabalhadores ativos da VARIG, de assistidos da VARIG, se darão por satisfeitos dentro desse processo. Porque de muitos sabem que sacrifícios terão que passar e estão dispostos para garantir um futuro minimamente tranquilo, discutir e aceitá-los. É basicamente nessa questão.

E se me permite ainda, Senador Heráclito, eu gostaria de fazer um questionamento ao nosso Presidente

Demian. Se o BNDES ou como o BNDES encararia emprestar com garantias reais a VARIG Operações, naquele modelo primeiro, devidamente segregado num veículo próprio mesmo antes do leilão. Se a VARIG Operações fosse segregado mesmo antes do leilão sem o passivo, usando-se da lei de recuperação, se haveria a possibilidade de o BNDES emprestar a esta empresa?

[interrupção no áudio 1:28:20]

SR. DEMIAN FIOCCA – ... até se debruçou sobre essa possibilidade, porque tinha vindo, tinha sido aventada efetivamente. E a constatação infelizmente de que não, quer dizer, a gente não visualizou a possibilidade tecnicamente de justificar um empréstimo diretamente a empresa mesmo que é um segmento da empresa. Por isso é que nos dispusemos, assim, recursos com rapidez, com tipo de fiança mais simples etc. Mas há um investidor que tem interesse. E, na verdade, nós temos essas limitações sobre procedimentos bancários, mas efetivamente o desafio de encontrar um investidor para VARIG, eu acho que ele é o desafio central, porque a busca de mais recursos, mais recursos, um pouco mais de crédito daqui, quer dizer, a VARIG se financiou por meio de financiamentos, digamos, de fornecedores, por meio de atraso de pagamento de tributos, por muito tempo. O desafio claramente é encontrar um investidor que crie uma nova realidade para a empresa. Então, nós achamos que também que nesse caso das nossas limitações, do ponto de vista bancário, projeto é a questão que eu importante – achar de fato um novo investidor.

SR. MÁRCIO MARSILAC – Senador, só rapidamente é só, porque mesmo...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Vamos esgotar. Esse capítulo é interessante.

SR. MÁRCIO MARSILAC – Mesmo eu não sendo especialista e o nosso consultor Professor Paulo Rabello, certamente discorreria muito melhor sobre essa questão, mas me parece que, há que se analisar, Senador Heráclito, uma forma de garantir uma linha de financiamento, para as empresas que adentrarem a recuperação judicial, sob pena de nós vermos este instrumento que, já no caso da VARIG, se mostra extremamente eficaz, estar fortemente comprometido por não conseguirmos viabilizar recursos para a empresa em recuperação judicial, fazer ou implementação as ações de reestruturação que precisa, porque muitas delas demandam recurso, demandam investimento. E devido ao estresse que levou justamente a empresa a solicitar a recuperação judicial, realmente nós encontramos um nó dentro desse caminho. De que modo

nós encontramos e talvez seja replicando o modelo americano que reestruturou as empresas aéreas lá, possamos viabilizar uma linha de financiamento para as empresas que adentrem a Lei de recuperação judicial. É algo que eu entendo, poderá ser discutido e talvez pensado pelo Congresso Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu quero dizer que compreendo perfeitamente a cautela que o Dr. Adacir, teve em 2003, em não tomar nenhuma providência mais drástica com relação ao fundo, evitando talvez aquela época uma corrida no caso até de credores a questão VARIG. Tecnicamente compreendo. Agora eu queria fazer ao Dr. Adacir, uma colocação e gostaria que ele se pudesse nos explicasse. Na última reunião que nós tivemos aqui, os servidores da VARIG encaminharam a esta Mesa, basicamente a Comissão de assuntos sociais. Uma correspondência do liquidante, pedindo a devolução dos planos de saúde, dos cartões, houve até uma entrega simbólica aqui de alguns cartões. Essa é uma questão que cria insegurança e acima de tudo desespero. Principalmente aqueles que já estão aposentados, que tem dependência médica permanente, que merece maiores cuidados, a indagação, e se não há um outro mecanismo por parte da secretaria, para evitar a antecipação dessa angústia por parte desse pessoal? Porque no momento que todo mundo tenta encontrar uma solução eles passam a previamente ser punidos, a partir do momento em que estão com os seus direitos de assistência suspenso, de acordo com a tabela. Eu poderia até mostrar a V.S^a., a correspondência que chegou a Comissão e eu já pedi que fosse até a Comissão pegar uma cópia.

SR. ADACIR REIS – Obrigado ao Senador Heráclito, pela oportunidade. Bom, queria fazer esse esclarecimento. O Aerus, não opera planos de saúde. Ele não opera planos de saúde, ele só opera planos de previdência, há fundos que operam planos de previdência e de saúde, Fundos de Pensão. No caso do Aerus só se opera plano de previdência. Então, onde entra aí o plano de saúde? É que os Aerus ele fazia no desconto, no espelho, ali no espelho mesmo, ele fazia o débito da contribuição do aposentado para o plano de saúde e repassava. Então, ele era um mero interveniente. Como ele já fazia, emitia a folha para o benefício, então, ele aproveitava, houve um convênio e ele fazia então, o recolhimento da contribuição dos aposentados para o plano de saúde, que é fora e repassava para o plano de saúde. Então, ele era um mero repassador.

No momento em que se decreta a liquidação dos planos, e se interrompe esse fluxo do plano de previdência com o dos aposentados. Então, não vai ha-

ver mais recolhimento nem pagamento, porque o que está sendo feito agora, num processo de liquidação, é pagamento não de benefício, mas antecipação de pagamento de reserva matemática. Então, tecnicamente é essa a situação. Então, não há mais, vamos dizer assim, operacionalmente não há mais como se fazer essa dedução. Por isso, então, é que se comunicou que lamentavelmente não poderia haver mais esse recolhimento, quer dizer, o Aerus dada a essa situação, ele não tem como operacionalizar esse recolhimento e esse pagamento para o plano de saúde, que é fora do plano de previdência. E aí estava se buscando um entendimento, com a Fundação Ruben Berta, para que houvesse por lá, a operacionalização desse desconto para que não prejudique os aposentados. Então, não sei se isso já foi concluído, mas todo o esforço é para que, por algum meio disponibilizado pela Fundação Ruben Berta, se fizesse esse recolhimento da contribuição para o plano de saúde.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador, eu estou todo o tempo aqui assistindo, é claro, entusiasmado com o debate, eu acho que seria importante, nós ouvíssemos o Luiz Roberto Pontes, para fazermos o debate, até com a participação nossa e V. Ex^a., eu estou entusiasmado com sua proposta, eu quero falar sobre ela um pouquinho depois, uma proposta que V. Ex^a. encaminhou.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Para falar sobre?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – A sua proposta, que fiquei entusiasmado com a sua proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Qual delas?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Aquela que o senhor apresentou antes de passar a palavra para os debatedores, da possibilidade de uma reunião para aprofundarmos tecnicamente caminhos que apontem uma solução. Espero o Dr. Luiz Roberto Pontes.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – E V. Ex^a. como coordenador desse movimento, não só por ser gaúcho, mas por ter viajado uma vez para África do Sul, na VARIG e não se esquecer nunca dessa viagem. [Risos]

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – 10 vezes, a história...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – [Risos] V. Ex^a., estará, já está de antemão convocado para tarefa. Eu passo com muita satisfação, a palavra para o Dr. Luiz Roberto Pontes, que está como reestruturador empresarial do plano do grupo VARIG, como ele é campeão em reestruturar as coisas, eu tenho certeza que dessa vez vamos. Tem a palavra V. Ex^a.

SR. LUIZ ROBERTO PONTES – Queria saudar o Senador Heráclito Fortes, com quem eu tive a alegria e a honra de conviver durante a constituinte, queria saudar meu direto conterrâneo que já me considero meio gaúcho, Senador Paulo Paim, Paulo Rabello que sugeriu nós sermos ouvido aqui e meus demais companheiros de Mesa. Presidente, eu começo fazendo uma correção, eu não estou aqui nessa condição de reestruturador empresarial, é um nome extremamente, não só pomposo, mas de grande profundidade. Eu apenas estou aqui representando o Estado do Rio grande do sul. O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que se envolveu desde o início deste debate na busca de ajudar a resolver essa questão da VARIG. A minha contribuição neste momento não vai ser muito grande, porque graças a Deus, e eu vejo pelas palavras finais do Senador Paulo Paim, que estamos aqui na busca de reuniões deliberativas e não mais conceituais. Ainda sim eu acho que posso e que é útil para o debate...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu quero pedir para registrar a chegada a essa sala, com muita honra para todos nós da Líder do Governo Senadora Ideli Salvatti, que nos abrilhanta com sua presença. Evidentemente que estava em outras Comissões, defendendo o Governo, cuja tarefa desempenha nesta Casa com muita... Fica feito o registro

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu agradecer o Senador Heráclito, a gentil referência e registrar o desejo de paz.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Esse seu branco deveria ser permanente.

SR. LUIZ ROBERTO PONTES – Eu acho, portanto, Presidente, que talvez fosse conveniente eu ler pequenos trechos de uma correspondência que reproduzi a posição do Estado do Rio Grande do Sul, e a análise que naquela ocasião nós dispúnhamos com os números que envolviam a VARIG, dirigida ao então, Ministro da Defesa e Vice-Presidente da República, isso já há um ano e pouco atrás, depois de já ter a VARIG se desgastado bastante por uma postergação da solução, que não querendo buscar culpados, vinha se dando. Eu, apenas para situar, porque foi também referida a VARIG como empresa, o Governador começava assim – “A VARIG é uma empresa grandemente vinculada ao Rio Grande do Sul, onde nasceu há 78 anos, e carrega no seu nome o próprio nome deste Estado”.

Agora, o importante é isso, ainda sim, não é essa a razão maior que tanto nos faz batalhar por uma solução para as dificuldades que a tem atingido, e que vem

comprometendo a normalidade do seu funcionamento e ameaçando a continuidade das suas operações.

E para não me alongar, eu vou a três informações de grande relevância que naquela época eram rigorosamente o retrato da realidade. Dizia o Governador, os dois maiores credores da companhia são – o Governo com mais de 60% da sua dívida total e os trabalhadores. Quer por salários e direitos não pagos, quer por falta de aporte ao Aerus para a sua Previdência Complementar, com cerca de 25%. Os restantes 15%, são substantivamente de alguns grandes fornecedores dos aviões ou de suas peças, que concordam até por óbvio interesse na continuação da sua atividade, em renegociar essas dívidas ou transformá-las em ações da própria VARIG, num processo de negociação racional. Portanto, em termos financeiros a falência da VARIG atingirá basicamente, a União e os seus ex e atuais funcionários. Eu acho que faltou esta visão.

Claro que, quem são os culpados? Nessas alturas não importa. Eu acho que o registro vale a pena, um pouco pelo que eu ouvi do BNDES. Porque quando fica o BNDES cuidando de fazer o empréstimo, com o juro que seja simétrico ao rendimento que vai ter, eu acho que o BNDES como braço operacional, o mais importante que o Governo dispõe, tem que olhar isto aqui, o interesse econômico da União. Não é só o interesse do que é VARIG, isto aqui está cheio aqui de argumento, e por certo nesta Casa, não há mais dúvida. O movimento de defesa da VARIG, não só por razões sentimentais que também são válidos, mas por milhões de outras razões, entre as quais, aqui estava também informado, o fato de que a falência ou a não continuidade da VARIG, implicava em não fazê-la preservar um patrimônio de cerca de quatro bilhões de reais, estimado na época pelos especialistas, do seu ativo intangível. Isto tudo era jogado no lixo para pagar o próprio Governo. O Governo não viabilizando, perderia a possibilidade de receber a sua renegociações da Previdência Social no refiz. Falou alto, três bilhões e tanto, renegociado e que durante muito tempo teve rigorosamente em dia, até que já na dificuldade, por não se encontrar uma operação, ela teve que sustar o pagamento. Ao mesmo tempo tem essas, essa peculiaridade, que o maior credor é o maior devedor e, portanto, o maior interessado em semear a VARIG, isso tem que ficar registrado. Porque não é esse negócio de não botar dinheiro públicos, nunca se cogitou de botar dinheiro público, é evitar que o dinheiro público se esboroe como pó, perdendo primeiro os seus ativos intangíveis que são quatro bilhões, e queriam ajudar a pagar as contas que ela tem com o Governo. Portanto eu acho, Presidente, meu caro Presidente do BNDES, meu Presidente, que esta visão tem que ser mantida,

já no detalhamento que aqui se dão. Eu não sei de lá para cá, isso faz um ano e dois meses, certamente a VARIG se deteriorou muito, naquela ocasião ela gerava fluxo de caixa positivo. Isso já decorridos dois anos, de vai e vem, de todos eles. Então, não tinha nada mais lógico.

Eu acho que houve unidade, sabe, Paulo Rabello? Sabe, Marcio Marsilac? É que eu cansei de fazer reuniões com a força do trabalho da VARIG, com a Fundação Ruben Berta, na busca de uma coisa só. “Se unam!”. Porque os trabalhadores diziam – “Nós estamos dispostos a abrir mão de uma parte do que temos de crédito”. Que eu estou vendo aqui, reafirmar, e mais do que isso, da outra parte, entramos como sócio. Os credores, obviamente, fornecedor de turbina, não vai querer que a VARIG continue, até para continuar fornecendo e por saber que falindo não recebe os seus créditos, todo empresário sabe disso, e o Governo tinha que saber disso e tem que saber. Porque esse crédito que a VARIG tem com ele, que agora é só protelatória, quem tem que julgar já julgou, este vai ser pago, mesmo que ela entre em falência e vai ser pago para acudir o Aerus, pelo que me informaram. Então, o débito da União, se ela falir, vai ser pago e o seu crédito não vai ser recebido. Não precisa ir longe para mostrar a conveniência econômica para o país, jamais esse negócio de colocar – “dinheiro público dentro da VARIG, alta sociedade botar...” Nunca se cogitou disso, pelo menos no que concerne às intervenções que o Estado fez, como não se cogita ainda. O que se cogita é de salvar dinheiro público, fazer com que ela siga por mil outras razões, não só por causa dos empregos, que eu acho que esse argumento, até os empregos adiante serão gerados por outra companhia que venha. Para preservar a Previdência Social, sim, que era outro grande interesse do Governo. Era e é! Porque, como todos sabemos, o Governo fez uma reforma previdenciária e sobretudo no Setor Público, pelo qual os brasileiros vão ser iguais, os funcionários públicos dali para frente vão se aposentar iguais aos do Setor Privado. Mas para evitar o transtorno de você ter altamente reduzido os seus ganhos, criou-se a aposentadoria complementar, que ainda falta uma regulamentação.

Agora, se você pega, talvez um dos maiores fundos de previdência privada, e deixa se esboroar botando 20 mil pessoas aí, isso não mutila a idéia central de que é possível fazer a aposentadoria complementar de fato, confiável que as pessoas não fiquem com a idéia que eu vou entrar nisso, contribuo a minha vida toda, como já houve no passado alguns exemplos, e depois, BROAP(F), como está acontecendo agora, com a VA-

RIG. Agora, com a VARIG! Era mais uma razão, que tinha que ter feito o Governo se empenhar mais.

E eu não estou aqui para fazer crítica de caráter político nenhum! A finalidade desta exposição é dizer o seguinte. Eu acho que o BNDES, que tem o instrumento, eu não sei as suas limitações jurídicas e a idéia do Senador Paulo Paim, que pede uma reunião, que foi propondo refortalecimento da proposta do Senador Heráclito Fortes, que se debruce de fato, que tragam especialista em Direito, fica um Presidente de um Tribunal Superior, dizendo que pode fazer acerto de conta, propondo que se faça acerto de contas. Um Presidente de um Tribunal Superior, o penúltimo na idéia hierárquica, e aí chega um advogado da União e diz – “Não pode fazer”. Contraria a lei. Quem sabe? Quem que julga a constitucionalidade? Quem julga se não pode? Quem julga é o Tribunal não é o Advogado da União. Portanto, houve uma inversão naquele momento, e eu refiro só para nós resgatarmos isso, a VARIG agora, já tem, naquela época o seu, a sua dívida era seis bilhões, nesta composição. Vejam só que loucura não termos feito isso lá atrás. A VARIG hoje estava voando em céu de brigadeiro, porque o setor aéreo, que também passava dificuldade por conta das decorências de 11 de setembro, já não estava mais, já começava a se limpar, a gerar todas as empresas estão indo bem, gerando lucro. Por que não a VARIG? Por que não a VARIG?

Esse equívoco é registrado para isso, não vamos ficar de novo pensando que eu quero salvar esse pedaço e daqui, daqui a pouco é BROAP(F). Essa coisa de achar, o que é que vai ser do Brasil sem a VARIG? Morre como passarinho! Todos os dias, tem milhões de passarinhos que morre, vocês não enxergam nem os esqueletos. Vocês já viram esqueletos de passarinhos? Morre milhões. Companhia aérea é assim, começa a botar o torniquete, vai diminuindo, vai diminuindo, outros vão ocupando, daqui a pouco não existe mais. Então, é momento... Com todo o prejuízo econômico para o Governo. Prejuízo econômico para o Governo. A denúncia tem que ser o contrário, o Governo para não botar dinheiro público, tem que achar um jeito de viabilizar a VARIG. Tirarmos bairrismo, o amor enorme pela VARIG no Rio Grande do Sul, o Governador está empenhado nisso até a medula.

Eu fiz chegar essa correspondência, que eu vou deixar aqui com essa Comissão, que já esteve e agora já está com o Valdir Pires de novo, quando ele assume, de novo não. Com o Ministro Valdir Pires também, que diz uma posição com os argumentos da conveniência de o Governo se empenhar de fato. De fato! Mergulhar, se os trabalhadores, se a estrutura da VARIG não está unida, o Governo tem que forçar a unidade dela, for-

çar a unidade dela e é possível fazer isso dentro de, fechando nas quatro paredes e dizer – “Vocês querem que a VARIG continue isso aqui, ou senão eu vou deixar liquidar”. E aí na hora do aperto, eu e tu, que se vai para o entendimento, porque eu sempre encontrei a melhor das boas vontades, nas várias peças que não se entendiam.

Era isso que eu queria deixar aqui, meu caro Presidente, Senador, me permita dizer, a amizade diz que não se perde com o tempo. Temos aí já mais de 10 anos que não convivemos, posso lhe dizer, amigo Presidente, que tem um poder muito grande, coordenando que está uma Comissão.

Quero, por fim, agradecer ao Paulo Rabello, com quem tanto discutimos essa matéria, está certo? O Marsilac também foi. E eu acho que estamos no bom caminho. Eu acho que ainda dá tempo. Ainda é tempo da racionalidade prevalecer nos processos deliberativos da VARIG. Muito obrigado.

[Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A liberalidade dessa Comissão tem feito com que se permita, inclusive, aplauso. Nós sabemos da motivação dos senhores aqui, e essas manifestações, quando elas são feitas com respeito, como está sendo feita agora, nós acatamos, esquecendo um pouco o Regimento.

Eu gostaria de indagar se algum dos senhores tem alguma consideração, comentário a fazer sobre as palavras do grande Secretário Luiz Roberto Pontes. Com a palavra o comandante Marsilac.

SR. MÁRCIO MARSILAC – Talvez seja o momento oportuno, com a presença do Secretário Luiz Roberto Pontes, que de anos em anos vem buscando colaborar nesse processo de rendimento e reestruturação da VARIG. Muito participei das reuniões promovidas pelo Secretário, no Rio Grande do Sul, entre os trabalhadores e a Fundação Ruben Berta, buscando, porque sempre disse, deixou muito claro a esses dois atores, que era preciso unidade de propósito, unidade de alternativa para que depois pudéssemos caminhar efetivamente, junto ao Governo Federal, junto a outros segmentos, que pudessem colaborar dentro desse processo. E nesta intenção, Secretário, e conscientes da precariedade econômica, com que os Estados da Federação têm em relação ao seu próprio caixa, mas talvez, seja o momento para que a gente possa trazer à Mesa, uma idéia aqui já defendida pelo Senador Paulo Paim, e também defendida pelo Professor Paulo Rabello de Castro, de viabilizarmos dentro desse processo de convergência de esforços, para o seu erguimento da empresa, também uma discussão com relação aos ICMSs. Sabemos e temos consciência de que várias

das ações estão em fases processuais muito distintas, sabemos que no Rio Grande do Sul, por exemplo, essa ação recém nasce. Mas há um dado importante trazido aqui pelo reestruturador, a empresa ALVAREZ & MAR-SAL, dentro de uma das audiências, que revelou em uma tabela mostrada, que o valor total dos ICMSs, em relação a 25 Estados, chega a ordem de um bilhão de reais, e que poderia ser estruturada, e aí aproveito a presença do Dr. Demian aqui, uma operação entre os Estados nos moldes do que fez o Rio de Janeiro, com o BNDES, buscando, talvez, a criação de uma idéia defendida pelo Professor Paulo Rabello, a criação de um fundo garantidor de créditos, que pudesse viabilizar esses recursos, como um fundo onde a VARIG pudesse obter recursos para a sua reestruturação.

É uma idéia que talvez possa ser discutida, inclusive, dentro da reunião de trabalho que eu acredito tenha sido a idéia do Senador Heráclito Fortes e do Senador Paulo Paim. Mas desde já, em nome dos trabalhadores, nós gostaríamos de agradecer o senhor, em nome do Governador Germano Rigotto, também que o senhor leve esse nosso agradecimento ao Governador, de todo o empenho que o Estado tem feito durante esses anos na discussão da questão da VARIG.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Quero fazer o registro à presença aqui do Deputado Federal, pelo Rio Grande do Norte, Henrique Eduardo Alves, que tem sido lá na Câmara um dos defensores da salvação da empresa VARIG. Mas eu queria lhe dizer Dr. Luiz Roberto Pontes, ele falou de um fato aqui para a aviação mundial é emblemático. Foi o episódio de 11 de setembro, onde as empresas americanas entraram em colapso e foram socorridas, de uma maneira ou de outra, pelo Governo Americano, que é na realidade o Governo menos intervencionista do mundo. Aqui, o nosso 11 de setembro, para as empresas de aviação, aconteceu lá atrás naqueles planos. Em todas elas tiveram dificuldades, se a gente lembrar a VASP, foi salva pelo Governo de São Paulo e depois privatizada.

As questões da VASP, geradas pelo fim da VASP, vieram depois, mas ela foi a primeira a ser socorrida. Depois foi a TRANSBRASIL, que recebeu, inclusive, com a intervenção do Congresso àquela época, aporte, tinha entrado em intervenção, foi suspensa a intervenção, e recebeu. A única que ficou ao largo, foi a VARIG, sem ter recebido direta ou indiretamente, esse tipo de ajuda do Governo. De forma que, dizer que o Governo não intervém, não, pode até não intervir, mas o Governo já participou. E nós temos dois exemplos. Agora, o plano, em primeiro lugar o plano cruzado, depois o plano verão, ao impor tarifas que não cobriam os custos das empresas, e não foi por pouco

tempo, foi tarifa que varou um ano um ano e meio, fez com que a saúde das empresas à época existentes no país, ficassem debilitadas. A sobrevivente é a VARIG, e ficou no entanto na UTI, esperando salvação. Como continua ainda, as palavras do nosso Luiz Roberto Pontes, são estimulantes acima de tudo orientadoras, eu tenho certeza de que nós haveremos de encontrar uma solução para esse problema.

Com a palavra Dr. Luiz Roberto Pontes.

SR. LUIZ ROBERTO PONTES – Eu queria primeiro agradecer as palavras a referências ao trabalho do Estado do Rio Grande do Sul, na busca desse interesse comum da sociedade brasileira.

E apenas dizer, que a menção de créditos de ICMS, em vários Estados, é verdade. Estão, em várias fases do Rio Grande do Sul, esta numa fase de recurso, que em tese não seria impossível se cogitar de um entendimento, há uma ação do Governo contra a VARIG, de valor menor, que também teria que ser feito um acordo. Evidentemente, que o Estado dentro das suas dificuldades financeiras, não tem todos aqui conhecem, estará disposto a analisar uma proposta nessa direção. Há uma outra, são duas ações e os valores não são tão elevados assim, a do Rio Grande do Sul. Há uma outra que já foi julgada, e esta sim, pela interpretação melhor do Supremo, ela tem obrigatoriamente que entrar na relação de precatórios do Rio Grande do Sul, e está em fase de execução de sentença, não são valores grandes.

Mas queria também realçar aqui a importância da sua referência de que faltou essa unidade no reconhecimento de que o esforço para isso tem que ser cada vez mais firmes, se é que ainda não foi atingida, e se não foi atinjam isso, pelo bem de vocês próprios, da VARIG e da própria nação brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Senador Paulo Paim, em seguida V. Ex^a., Pedro Simon.

Agora, convido o Senador Tasso Jereissati, que também preside essa Comissão, esse mutirão de Comissões, como Presidente da Comissão de Turismo e Desenvolvimento Regional, a tomar parte aqui na Mesa dos trabalhos.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes. Eu queria primeiro me dirigir a V. Ex^a. que, sem sombra de dúvidas, com todo o respeito a todos os Presidentes das outras Comissões, e está aqui o Presidente Tasso Jereissati. V. Ex^a. tem sido o grande comandante desse movimento aqui no Congresso, e claro que os três Senadores do Rio Grande, estão com V. Ex^a., como estão os Presidentes das Comissões, e se outros Senadores não estão aqui, pela importância des-

sa Audiência, é que nós temos quatro, cinco, seis, Comissões, debatendo nesse momento, uma delas a questão da segurança pública, a questão de São Paulo, que chocou, sem sombra de dúvida, a todo o país.

Mas eu queria dizer, Senador, a V. Ex^a., que nós estamos num grande momento. Eu confesso, meu comandante Márcio, que temos conversado muito, o Presidente do BNDES, o Demian, e também o Dr. Adacir e o meu amigo Luiz Roberto Pontes, que nesses anos todos que eu estive no Senado, eu estou no Congresso há 20 anos.

A crise da VARIG, o Márcio pode me ajudar, é mais ou menos 10 anos, só para arredondar, uma década, e nunca atravessamos um momento como esse. Tem momentos que eu vi o BNDES, abrindo convenção e mostrando toda a sua disposição de fazer um empréstimo-ponte, e para mim esse empréstimo-ponte é fundamental, quer dizer, não criando nenhum obstáculo, dando mais prazo, vamos fazer o empréstimo! Falando em torno, eu diria até de 400 milhões de reais, que foi a proposta que eu vi aqui, colocada pela empresa que está apontando nesse caminho, e o BNDES estaria disposto a contribuir nessa caminhada com 2/3, mais ou menos que eu peguei. Vi aqui o Dr. Adacir falando pela nossa previdência, que está totalmente aberto, disposto a sentar com todas as partes e todos sabem a preocupação e nosso vínculo, com a questão dos inativos e também com a questão dos ativos. Falando até que houve sim, a interferência direta do Estado, quando solicitado por três, quatro vezes e houve nesse momento, já havia sido solicitado pelos trabalhadores, e querendo sentar para buscar uma saída até para levantar essa forma, como o Estado teve que agir no momento adequado.

Eu acho que é um grande momento, eu quero cumprimentar o BNDES, pela forma como a exposição foi feita, quero cumprimentar o Senador Heráclito Fortes, pela proposta que apresentou, que nós aqui já debatemos tudo, ninguém mais tem dúvida, e a Assembleia dos credores apontou caminhos, e conforme o Márcio me forneceu documentos, que eu fiz um discurso apaixonado, aí vem a questão sentimental da nossa VARIG, no Plenário dizendo que os trabalhadores viam com bons olhos o encaminhamento que estava sendo dado. Conversei algumas vezes, e sei também que o Heráclito Fortes fez, com a Ministra Dilma, com o companheiro Milton Zuanasi(F), que tem trabalhado muito nesse sentido, e por isso que eu estou muito animado, que essa vez nós, efetivamente, vamos achar saída para que a nossa VARIG continue, efetivamente, voando e não só voando, preservando os direitos dos

trabalhadores na ativa, e aqueles que estão aposentados e pensionistas, que são os inativos.

Eu quero, Senador Heráclito Fortes, muito mais do que só falar aqui nesse momento, que é um momento histórico, é uma das reuniões mais produtivas que nós fizemos, depois da Assembléia dos Credores, com a proposta que V. Ex^a., mais uma vez apresentou muito bem aqui. Que a gente faça uma outra reunião, e que possa aprofundar os debates no campo técnico, para ir construindo uma saída que, efetivamente, garanta o direito dos trabalhadores, e também dos aposentados e pensionistas. Todos sabem, e eu repito seguidamente isso, minha forma um pouco, eu acho, exagerada de independência, mas sem sombra de dúvida o Governo está tendo uma postura nesse momento da questão da VARIG, muito positiva. E é importante que a gente não perca esse momento da história, de nós viabilizarmos efetivamente a VARIG, eu quando eu olho aqui para trás e aquela, se me permitirem assim, aqueles companheiros e companheiras que eu sei, que viajaram de todo o país. Quantas vezes vocês vieram aqui, no longo, eu diria, no mínimo desses 10 anos? Quantos e-mails, quantas correspondências? Principalmente o Aerus, ainda meu amigo Márcio, que você tem me dado todas as informações. A preocupação que eles estão, aquela perspectiva da primeira Audiência, meu Presidente Heráclito Fortes, onde a previsão era que só até outubro, havia ainda a possibilidade de receberem a diferença que eles têm de direito, e que hoje nós podemos projetar, que esse direito pode ser assegurado pelo longo das suas vidas.

Então, para mim essa reunião, Senador Heráclito Fortes deixou muito claro, Senador Tasso Jereissati, eu sempre disse desde o primeiro momento, se nós tirarmos o viés, político partidário e pensarmos somente na causa, que é isso que interessava, nós íamos buscar uma saída. Eu apostei muito nisso. Eu, Senador Simon, Senador Zambiasi e todos os Senadores. Por isso que V. Ex^a. ajudou e o Senador Cristovam que está aqui, foi um dos que sugeriu, inclusive. V. Ex^a. ia viajar, Senador Cristovam, quero fazer aqui essa referência. Paim, por que você não colhe assinaturas? Já estamos com, em torno de 80 assinaturas dos Senadores, se pondo à disposição para ajudar no que for possível, para que efetivamente, aquilo que até ontem, até ontem eu diria, ontem, anteontem, dava a impressão que era um sonho distante de nós vermos a VARIG, com toda sua força, voando pelo país e pelo mundo, pode se tornar realidade.

Eu quero mais na sua figura, Senador Heráclito Fortes, que V. Ex^a. foi fundamental ao convocar todos os Presidentes e a convocar nós, para

que fizéssemos essa cruzada em defesa da VARIG, que eu estou entendendo que vai dar certo. Então, parabéns a essa Mesa toda, e parabéns a vocês que estão aqui, que nunca vacilaram e sempre acreditaram que a VARIG ia dar certo. Era isso. Muito obrigado.

[Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra, o Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, eu estou aqui há um mês esperando o pronunciamento do Secretário Luiz Roberto Pontes, e ele faz uma injustiça comigo, eu estou lá assistindo o pronunciamento do Governador do Rio Grande do Sul, lá no Petrônio Portela, e ele aproveita para falar exatamente no momento que o Governador estava falando lá. E eu não nego, eu teria deixado o Governador e teria vindo para cá, mas é que eu não sabia que V. Ex^a. estava falando. Soubera eu, eu viria. Mas o Senador Paim, me pôs a par do que diz o Senador, o querido Secretário Pontes. E acho que realmente nós estamos hoje, meu amigo Pontes, numa situação bem mais serena do que nós estávamos há um mês atrás. A primeira reunião que nós fizemos aqui foi uma reunião áspera. Olha que o representante da PETROBRAS, ele foi duro. Mas duro, duro, duro! Dizendo com a maior frieza, é assim e vai continuar assim. A VARIG, para viajar tem que pagar hoje a gasolina que vai usar amanhã. Então, tinha que pagar a gasolina para o dia, e no dia anterior. E o representante do aeroporto, qual é o nome dele? A empresa?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – BR Distribuidora.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Não...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – ...João Carlos, JK era conhecido.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – A dívida era aquela, iria para a execução, não tinha mais como esperar. Como é que ele ia esperar? Mas falou no Banco, no BNDES, não estava o BNDES, mas falaram para o BNDES, dizendo que o BNDES não tinha como dar dinheiro para a VARIG, a VARIG era um saco sem fundo. Inclusive, eu lembrei aqui, duas manifestações que não foram felizes, do próprio Presidente e do próprio Ministro, lá no Rio Grande do Sul, quando eles foram fazer uma visita no Rio Grande. O Lula respondendo para um Deputado – “Problema é da VARIG, a VARIG que resolva”. E a Ministra também dizendo – “Eu resolvo tudo, mas dinheiro, não boto nenhum tostão, nesse saco sem fundo”.

Eu não sei o que aconteceu, mas... Isso foi na quinta-feira, lá no Rio Grande do Sul, na quarta-feira na Comissão aqui, mas como diz o Senador Paim, tem suas injustiças, pode se dizer que a situação inverteu. E hoje a gente vê que o Governo, está bem intencionado no sentido de encontrar uma solução. É bom a gente dizer que essa confusão, que se chama a VARIG hoje, não nasceu de uma confusão interna, na minha opinião pessoal, nem nasceu numa briga de mercado.

Nasceu, fatídico Presidente Collor de Melo, quando abriu a viação internacional para outras empresas. Enquanto no mundo inteiro, cada país tem sua empresa internacional. Isso na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Alemanha, na Itália, na França... O Brasil de repente abriu, a Inglaterra e o Brasil, que era a VARIG que era considerada o melhor serviço internacional, comparado com os melhores do mundo, de repente sofreu uma concorrência enorme. Me lembro da TRANSBRASIL, que colocou... A galinha dos ovos de ouro da VARIG, era o vôo São Paulo para Nova Iorque. Que era uma loucura e ela ganhava, o serviço dela era tão bom, que ela ganhava das Americanas, quer dizer, ela ia voltava sempre lotada. Aí a TRANSBRASIL botou um vôo – Rio, São Paulo, Brasília, Washington, Nova Iorque, por um preço deste tamanhinho. Quer dizer, começou... E o que era mais grave, não era esse vôo da TRANSBRASIL, com o vôo da TRANSBRASIL, os americanos puderam botar outro vôo. Então, vem outra empresa americana para fazer... E aquilo que anos a fio, quer dizer, eu não consigo entender isso, quer dizer a tarifa estava 10 e o Governo obrigava vender por 8, quer dizer... E na hora de pagar, não pagou. Um serviço de má-fé. Essa é a justiça brasileira, quer dizer, a justiça brasileira, o Governo perdeu na primeira, na segunda, na terceira, perdeu não tem mais o que fazer, mas tem 10 anos de levar chincana(F) que nunca... Quer dizer ganhar o Governo sabe que não ganhou, mas pagar não paga, porque entra com... Isso que para outra companhia, ele abriu mão e concordou com a VARIG, ele não concordou.

E me desculpe, mas eu tenho um mal-estar de sentir em certo momento que o que houve por parte do Governo, uma vontade de transformar a TAM numa super companhia, em cima da VARIG. Tanto que a proposta que veio, que era praticamente para resolver imediatamente da chefia da Casa Civil da época, era a TAM compra a VARIG. Era uma, quer dizer, unir, mas uma união que a VARIG ficava com 5% e a TAM com 95%. E quando houve uma reação geral, principalmente aqui no Congresso negativa a isso, o Governo sentou para trás, aí deixou a crise afundar, afundar, afundar, afundar e não houve nada. Parece que agora vamos encontrar uma solução. Eu acho que o Pon-

tes disse uma grande verdade, pelo que me contou o Paim, quer dizer, não é dinheiro fora que o Governo está botando, não é aventura. Eu ia perguntar para o Presidente do BNDES, ele foi consultado pela Ford, quando pegou dinheiro que V. Ex^a. e depois ia fechar as fábricas e demitir não sei quantos trabalhadores. Ali foi um dinheiro... E nós tínhamos vários casos que nós conhecemos, que o Governo bancou as causas interrogativas, se era o melhores lugar de aplicar.

Agora, a VARIG não me parece isso. Agora, é que a VARIG foi muito humilhada, ela está numa situação assim, que ela está vivendo de caridade. Quer dizer, então, parece que... Ela fica sempre na UTI, e não se sabe se ela vai da UTI para dissolução ou se vai ser comprada por caridade, por preço de galinha de uma hora para outra. Por isso que essa empresa que entrou, essa questão que apareceu ela é importante. Por isso que quando se disse e a VARIG falou e o Governador do Rio Grande do Sul, Rigotto, falou com outros Governadores que há, inclusive, um crédito da VARIG com relação ao ICMS, que envolve vários Estados, que podem ser analisados, pode ser colocados na balança. Isso é uma verdade, como é verdade o problema do crédito que a VARIG tem com o próprio Governo. Como é verdade essas questões que podem ser equacionadas, e que eu acho que a VARIG é uma questão de honra brasileira. Eu já não falo isso como rio-grandense, porque a VARIG é, foi uma companhia rio-grandense, mas hoje é uma empresa nacional. E eu... Fizerem uma pesquisa no Brasil via internet – O que quer dizer a VARIG? Nem no Rio Grande do Sul, os cara vão dizer que a viação aérea rio-grandense, ninguém sabe, porque a VARIG é uma empresa nacional, com a cara do Brasil.

Então, não é paixão gaúcha, agora é, quem acompanhou durante a vida inteira, porque tem algumas histórias do Brasil que merecem serem contadas. A história do crescimento, do avanço da VARIG é uma dessas. É uma experiência que foi feita e que deu absolutamente certo. Os trabalhadores serem trabalhadores e sócios do negócio. Deu certo durante muito tempo. E dizer que depois deu errado, porque gastaram demais, porque exorbitaram na comida de primeira grandeza, exorbitaram no luxo. Eu tenho visto empresas particulares que caíram no mesmo erro, cresceram, cresceram, de repente pareciam que estava uma maravilha e exageraram e erraram.

A VARIG entrou num negócio e chegou em determinado momento, que era importante mostrar que o serviço de alimentação da VARIG era o melhor, de primeira classe. Então, contrataram grandes cozinheiros, aí a gente comia na primeira classe em talher de prata, era um serviço realmente, que era um luxo,

mas era um luxo que estava dentro de um contexto que estava vivendo. Eu acho que lá na VARIG, não é fácil morrer um Ruben Berta e aparecer um outro cara com as mesmas condições, quer dizer, deu a confusão que tinha que ser dada. E eu não sei, mas eu acho que, fora eu dirigente a nível federal, eu teria resolvido o problema da VARIG há 10 anos atrás, meio que na marra. É assim, está assim, está acabado e vai ser feito. Não esperava esses 10 anos, não fazia esses trabalhadores sofrer o que estão sofrendo, não fazia encontrar mil soluções e é claro que nunca encontra, cada vez tem uma melhor do que outra, aí chega agora quando vê que tem o entendimento, nós vamos ter o entendimento.

Então, eu felicito essa Comissão, esse conjunto que desde que nós nos reunimos aqui nessa Comissão, e desde que as pessoas tem vindo aqui, falando, depondo que nem V. Ex^a., que estão com muita tranquilidade, como os depoimentos que não foram felizes, os que vieram aqui e ficaram sabendo que não foram felizes e a informação que eu tenho, é que a nível de Governo Federal, também foi chamado atenção. Até o momento, que nós estamos esperando, quando vem a, eu digo isso com respeito, a toda poderosa primeira dama de ferro, a Ministra chefe da Casa Civil. Que eu acho que vai bater o martelo, absolutamente a nosso favor. Era isso. Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque, quero lembrar. Acho até por requerimento de V. Ex^a., salvo engano, chefe da Casa Civil está convidado para comparecer a esta Comissão, faltando apenas essas conversas dessa semana e no caso seria marcada para a semana que vem, a sua presença.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Para dar a resposta positiva a grande resposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Será positivo se viesse, se tiver uma solução.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, só para explicar que hoje, ela está no Rio Grande do Sul, devido a crise do calçado, enfim, na FIERGS e na FEDERASUL. Se ela ficar um mês e meio lá e resolver essa crise, eu fico feliz.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores. Eu quero manifestar aqui em primeiro lugar, e especialmente ao amigo que eu vejo aqui defendendo esse assunto. Eu quero dizer que hoje em dia, eu sinto uma admiração maior do que eu já tinha pela VARIG, pelo heroísmo dela continuar

voando. Quando eu chego nos aeroportos que vejo os aviões da VARIG, eu sinto uma emoção de alegria e de reconhecimento. Porque a crise, agrava a crise. Se o saco estava furado, mantendo esse clima, o saco vai abrindo esse buraco cada vez mais. A gente precisa ter uma resposta e uma solução urgente. E essa solução não pode, Senador Tasso Jereissati, ser pelo fechamento da VARIG. Porque não é uma empresa apenas, é um símbolo nacional, é um pilar de uma estrutura nacional. O Brasil só tem dois grandes símbolos lá fora, os jogadores de futebol e a VARIG. Não tem outro símbolo mundial do Brasil. Não tem! Há outros países que conseguiram grandes símbolos nas artes, na ciência, na literatura, a gente não conseguiu isso. Os nossos símbolos são – Pelé, da minha geração e que continua e outros mais novos, e a VARIG. Então, deixar que a VARIG desapareça, é apagar um símbolo nacional no cenário mundial.

Agora, deixar que ela fique na situação atual, que eu vou chamar, desculpe a expressão, moribunda como estão deixando, é não só fazer com que ela desapareça, mas também maltratar de uma maneira perversa a situação, dizer que a VARIG é um saco sem fundo, então, o papel do Governo é começar costurando esse fundo, também eu não sou favorável a jogar dinheiro em saco sem fundo, nem mesmo para símbolo nacional. Mas é um saco sem fundo? Vamos tapar esse buraco? Até porque, nada indica que é um buraco que não tenha jeito de ser tapado, é uma empresa de um ramo que tenha lucro na sociedade. É uma empresa de um ramo que tem outras empresas crescendo. Se as novas empresas estão crescendo. Por que é que a VARIG não pode ser também uma empresa rentável? Vamos definir como, e vamos tomar as medidas duras que sejam necessárias para costurar. Além disso, eu queria falar de uma coisa chamada omissão, que a gente não tem levado em conta o custo da omissão nas decisões que toma. E está aí o resultado em São Paulo, nesses dias, isso aí é fruto de omissão, não está no DNA desses bandidos, desde que nasceram fazerem maldade. Eles puxam o gatilho hoje, porque não usaram lápis na hora certa, salvo um ou outro que deve ser de fato biologicamente perverso, porque pode ser, mas é raro. Foi a omissão que a gente teve no passado. Ou foi a omissão de muitos, que deixou a VARIG chegar a essa situação. Mas eu temo que acabar com ela agora, seja uma omissão, Senador Heráclito, quando daqui a 20, 30 anos a gente analisar que não conseguimos construir um patrimônio igual ao que a VARIG conseguiu nessas suas décadas de funcionamento.

Esse documento que eu fiz pedindo a assinatura dos Senadores, que o Senador Paim, é quem está

levando, e eu acho que ele quer ter unanimidade, por isso que não fez ainda, é pedindo ao Presidente da República, que diga do Congresso, o que ele precisa para que se encontre uma saída para a VARIG. Que leis precisamos fazer e mudar? Onde precisam tocar onde for preciso? Eu acho que, Paim, é que se não der para os 81 é melhor a gente mandar com os que estão, porque demorar demais essa é uma UTI, que joga contra o doente. Tem UTI que é favorável, mas na empresa ficar muito tempo na UTI agrava a doença. Contamina-se cada vez mais, pela falta de confiança das pessoas. Eu ultimamente tenho dito que quero que me ponha para viajar sempre pela VARIG, como uma questão até de solidariedade. Para poder evitar que seja parte do jogo dos que com medo fogem da empresa, e aí jogam a empresa na situação ainda pior. Como Senador, quero dizer que eu estou esperando dizer e faça isso, faça isso, faça isso. Eu não consigo saber exatamente o que a gente pode fazer, salvo reuniões como essa, documentos como esse, discursos como esse que eu estou fazendo aqui.

Senador Heráclito, como Presidente da Comissão, da qual eu faço parte, por favor, o que é que eu posso fazer, como Senador brasileiro, para que a gente não tenha essa tragédia nacional de qualquer dia abrir o jornal e ler – “A VARIG não existe mais.”?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O que acabou de fazer, participar, falar, e eu acho que a nossa posição no Senado é exatamente essa. Trazer esse debate para cá, tornando-lhe o mais transparente possível, eu acho que o Senador Pedro Simon, foi muito feliz quando disse que a partir do momento em que nós iniciamos as quatro Comissões, essas rodadas de conversa. O Governo viu que o caso era mais grave e merecia mais agilidade nas suas soluções. Na sua solução.

Daí, porque eu acho que esse é o nosso papel, meu caro Senador Cristovam, é continuar aqui lutando pelo um patrimônio nacional. Lutando contra 11 mil empregos diretos e 40 mil empregos indiretos. E acima de tudo lutando pelo nome, que tem respeitabilidade não só no Brasil, mas como também lá fora. Nenhum de nós é acionista da VARIG, nenhum de nós tem nenhum interesse, que não seja a da manutenção desta empresa e acima de tudo uma solução que não provoque desempregos num país de desempregados. Senador Leonel Pavan, com a palavra V. Ex^a.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, Presidente Heráclito. Eu apenas também, quero deixar aqui o nosso apoio, pró à VARIG. Eu estava comentando há pouco que, o Senador Paulo Otávio, que acho que na existiu outro tema tão discutido como a VARIG, aqui nesse Senado, mas isso

já acontece há três anos, há três anos. É claro agora agravou-se ainda mais.

Nós, no Senado Federal, Senadores, estamos preocupados há muito tempo. Ainda quando se anunciava a crise. Ainda quando estavam avisando “olha, vamos socorrer a VARIG, porque as coisas poderão ficar pior”. Talvez o Governo, não tenha acreditado em tudo que foi dito, e todos os avisos que foram anunciados, mas há mais de três anos, nós aqui nessa Casa, estamos discutindo o futuro da VARIG, na Comissão de Turismo, de Assuntos Econômicos, Assuntos Sociais, no Plenário, principalmente a Bancada do Sul, do nosso país tem feito muito essa discussão, inclusive, em seus Estados, o Rio Grande do Sul, através de nossos brilhantes Senadores do Rio Grande do Sul, e nós também no Estado de Santa Catarina.

Parece que as coisas já estão chegando num ponto final, vamos ter que ter um investimento bem maior, do que se tivéssemos socorrido no passado. Se o Governo tivesse investido no passado nós estaríamos hoje passando por esse momento de dor até, de tristeza, de insegurança da VARIG e de seus funcionários, e não estaríamos debatendo hoje novamente esse tema. Se tivesse o Governo no passado, quando foi anunciado tudo isso que está ocorrendo hoje, a cada dia que passa aumentava a dívida, a cada dia que passa, mais insegurança, e o Governo foi levando com a barriga, deixou as coisas acontecerem. Chegou a um ponto que tem que abrir as portas, abrir as malas. Não tem mais jeito.

Então, eu queria apenas deixar aqui também registro, mais uma vez, o nosso apoio à VARIG, e talvez o Governo Federal, até pela proximidade de eleição, tome uma posição agora, concreta, para salvar a VARIG. Aquilo que tinha que ser feito no passado, vai fazer com atraso, com prejuízo maior, mas deverá fazer nos próximos dias. É o que todos nós esperamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, Deputado Luiz Roberto Pontes, Senhor...

SR. ADACIR – Secretário de Previdência Complementar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Secretário da Previdência, Adacir. Prezados Presidente do BNDES, Demian Fiocca e comandante Márcio Marsilac. Também quero aqui expressar, o meu apoio às iniciativas, que os Senadores de todas as bancadas, do Rio Grande do Sul e de todo o Senado, estão unidos neste propósito de procurar criar uma solução viável para a continuidade, o fortalecimento da VARIG, tão importan-

te ela é para a economia brasileira, e a afirmação de algo tão importante, e sobretudo tendo em conta, está aqui o comandante Márcio Marsilac, vendo o esforço que percebemos no cotidiano daqueles que trabalham na VARIG. Sejam os que trabalham em terra, sejam os que estão como aeroviários, como aeronautas nos aviões, que nós toda a semana temos a oportunidade de estar voando, temos visto o empenho dessas pessoas no sentido de realizar um trabalho que seja o melhor para resguardar essa empresa.

O Presidente do BNDES, Demian Fiocca, que colocou os termos de como o BNDES estará provendo um empréstimo para a empresa compradora, o grupo acionário comprador da VARIG, viabilizando, ou pelo menos facilitando a sua recuperação. Ao longo da história da VARIG, como houve a fundação Ruben Berta, que de princípios tinha um forma de participação dos que trabalhavam na VARIG, mas de alguma maneira eu não conheço todos detalhes e histórico, mas se diz que a Fundação Ruben Berta, acabou de alguma maneira tendo procedimentos que não foram os melhores, depois de um longo período em que ela era considerada tão exemplar e positiva, mas eu considero muito importante que caso haja da parte de todos aqueles que trabalham na VARIG, que sejam 11 mil pessoas ou até mais, ou que venham a ser se possível até mais.

Se for a sua vontade, como parece estar sendo, de estar cooperando para a recuperação da VARIG, num momento de dificuldade, se puder haver, do ponto de vista até voluntário dessas pessoas que trabalham na VARIG, desde os que trabalham em terra até os comandantes pilotos e assim por diante. Uma disposição de estar, digamos, se propondo a fazer algo. Olha, dada esta dificuldade nós nos exporíamos a ter uma remuneração menor do que a que temos hoje. Transformar isso como que numa cota de participar junto VARIG, como se fosse, então, a transformação disso em cotas de participação dos trabalhadores que trabalham na VARIG, como muitas vezes isto ocorre. Nós temos tido casos de empresas que, inclusive, estavam para ir a falência, estavam praticamente em falência, e os trabalhadores resolveram se juntar, formaram cooperativas e, inclusive, foram ao BNDES e conseguiram empréstimo que viabilizaram a continuidade, sobrevivência e depois o sucesso destas empresas. Certamente conhece exemplos, que hoje são considerados importantes caminhos até de alto gestão.

É possível perfeitamente se combinar a participação privada de acionistas, com a participação de trabalhadores, nos mais diversos níveis, que teriam cotas de participação. Eu pergunto se isso está sendo considerado, ao comandante Márcio Marsilac, eu

sei que houve dentre os que trabalham na VARIG, até pontos de vista diferentes, mas na medida em que isso possa ser algo oferecido voluntariamente, ou se puder haver um mecanismo pelo qual eles decidam em suas respectivas Assembléias, algo que pudesse, inclusive, significar um salto de bom entendimento para a continuidade, recuperação fortalecimento e bom sucesso da VARIG. Se isso está sendo cogitado? Essa é a minha pergunta, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu vou passar a palavra ao Dr. Demian, e quero fazer justiça. Desde o primeiro momento em que nós levantamos a idéia da discussão conjunta, lá no Plenário do Senado, o Senador Suplicy, foi um dos primeiros que a pôs a sua assinatura, para que esse debate fosse realizado e a partir daí nós começássemos essa discussão. Passo a palavra ao Dr. Demian, para as suas respostas.

SR. DEMIAN FIOCCA – Senador, houve indiferentes momentos, discussões sobre a possibilidade de conversão de determinados direitos e trabalhadores em participações da futura empresa. O BNDES tomou conhecimento dessas questões como observador à medida em que o Banco não é credor da VARIG, e tampouco conduz o processo de reestruturação que é conduzido hoje, pela justiça, o Banco tampouco está na assessoria das diferentes consultorias, que assessoraram gestores da empresa durante esse período, e hoje a assessoria quem faz é ALVAREZ & MARSAL. O BNDES, ele está...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu pediria permissão a V.S.^a para registrar aqui a presença do Governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto.

[Palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Demian, continua V.S.^a com a palavra.

SR. DEMIAN FIOCCA – Eu dizia então, que o BNDES tomou conhecimento de discussões nesse sentido, destacava que o BNDES, ele não conduz o processo, uma vez que ele não está nem assessorando a empresa, nem é credor da empresa, e muito (?). Na condução que a justiça faz. O BNDES está se dispondo a contribuir como demonstração do desejo do Banco Central, perdão do Governo Federal, de contribuir na medida do possível, resguardar, também naturalmente, inclusive, com os recursos públicos para uma solução mais ordenada possível, nós não somos parte interessadas, estamos apenas procurando ajudar.

Agora, a possibilidade de conversão de direitos de trabalhadores, de algum grau de participação maior dos trabalhadores, eu entendo que é algo que a con-

sultoria ALVAREZ & MARSAL, contratada atualmente pelos gestores da VARIG, que faz um pouco a gestão, devem estar considerando. A única coisa que eu gostaria de, entretanto, comentar é que na avaliação da própria consultoria e dos gestores da VARIG e do Juiz que conduz o processo, hoje está claro que apenas a idéia de fazer a auto-gestão e conseguir empréstimos, ela seria insuficiente para uma solução duradoura da VARIG. A Assembléia de credores, aprovou a venda da parte da operação da VARIG, de duas modalidades diferentes, mas sempre com... Nas duas alternativas como a venda de recuperação, pelo entendimento dos próprios Consultores, na sua análise técnica, de que a empresa precisa hoje de um aporte de capital. Vocês não precisam, não é apenas refazer uma gestão e conseguir crédito, ela precisa de investimento em capital. Daí a solução conduzida pelo Juiz, de propor duas alternativas de venda de parte dos ativos, uma com valor mínimo de 700 milhões de dólares, outra com valor mínimo de 860 milhões de dólares, mas sempre supondo que haverá um investidor de capital. Então, a combinação de participação dos trabalhadores, eu entendo que a consultoria e a empresa está examinando, o BNDES não é parte nisso. O BNDES pode financiar uma solução tal como encaminhado, adiantar recurso etc. Mas a minha impressão é que a consultoria, quem analisou os fluxos da empresa concluiu que é necessário um aporte, sim, de capital, não bastaria apenas entregar a empresa aos trabalhadores.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Permita uma brevíssima observação, mas vamos supor que 11 mil trabalhadores, em média, disponibilizassem por ano, 11 mil vezes mil, 11 milhões de recurso, e que o fizessem isso por cinco anos. E isso significaria também um aporte de capital, que poderia ser transformado em cotas de participação dos trabalhadores, ou seja, a idéia eventual, se eles concordassem em abrir mão de parte da sua remuneração transformando-a num aporte de capital, que por outro lado seria transformado em cota de participação, então, algo assim. Que é algo que pode ser viabilizado, mas... Então, é algo que pode ser considerado, que poderá contribuir em acréscimo a injeção de recurso que grupos de acionista fariam. Essa... Nesse sentido, Sr. Presidente.

SR. MÁRCIO MARSILAC – Se for possível Senador Heráclito.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Dr. Marsilac.

SR. MÁRCIO MARSILAC – Nessa intenção, Senador Suplicy e Presidente Demian, os trabalhadores do grupo VARIG, chamado TVG, ontem protocolaram no BNDES, uma carta justamente tratando deste assunto. Nós, ontem, ao meio dia e quatorze, protoco-

lamos a intenção dos trabalhadores, através de uma empresa constituída, uma limitada constituída, pelas próprias associações de trabalhadores, para que seja o veículo de um clube de investimento de empregados na VARIG, como forma de solicitar ao BNDES, um empréstimo-ponte para a empresa da ordem de 150 milhões de dólares, justamente tratando da viabilidade de um empréstimo-ponte para a empresa. Nós, algum tempo atrás, trouxemos a idéia de usar recursos de parcela da poupança previdenciária dos trabalhadores ativos. Infelizmente a liquidação e a atitude preventiva, como esclareceu hoje o Secretário da Secretaria de Previdência Complementar, acabou inviabilizando o uso desses recursos. Nós, ontem então, através dessa outra fonte, que é uma parcela dos trabalhadores que aderissem a participação, de um percentual dos seus salários dentro de um clube de investimentos, poderíamos ser o canal de viabilização do empréstimo-ponte necessário à empresa, para que ela não só sobrevivesse os 60 próximos dias, como pudesse começar a implementar as ações de retorno da aeronaves ao vôo, recuperando o seu faturamento, e também a implementação de ações de diminuição dos seus custos. E por paradoxo que seja, dentro dessas ações, nós sabemos, já existem 1700 a 1800 trabalhadores, que aderiram a planos de demissão voluntária e que não estão podendo concretizar essa demissão por falta de recursos em caixa.

Então, eu até aproveito para passar ao Dr. Demian, Presidente do BNDES, a carta apresentação e a carta de termos desta proposta, para que o BNDES possa analisar efetivamente, se há condições de ele financiar antecipando justamente esses descontos em folha. Porque o que nós precisamos, se temos resolvido o médio e o longo prazo da VARIG, através da repactuação da Assembléia Geral de credores, nós vivemos uma crise de curtíssimo prazo, que deve ser resolvida para que a empresa se mantenha viva e possa angariar condição de sobreviver, quando do leilão da alienação judicial. Então, é isso, eu aproveito também para passar ao Senador Heráclito Fortes, uma cópia dessa carta que estamos encaminhando ao...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – [pronunciamento fora do microfone].

SR. MÁRCIO MARSILAC – Das duas. Então, nesse sentido se puder tomar mais um minuto, Senador Pedro Simon. Eu diria o seguinte – Se nós reconhecermos que há problema de gestão, houve problema de governança corporativa, quando da falta, daquele que foi o patrono desta empresa, Ruben Berta, nós temos que reconhecer que a história dessa empresa se confunde com a história do Estado Brasileiro. Nós, como corporação, somos a única corporação do

transporte aéreo viva, depois da abertura dos céus brasileiros na era Collor, enfrentamos vários planos econômicos, com problemas cambiais dentro de uma indústria que tem basicamente todos os seus insumos dolarizados, todos os seus insumos, até mesmo o combustível de aviação. A única empresa que se propôs a manter fazendo os vôos de integração nacional, para lugares onde as outras empresas, dentro do moderno conceito de só voar em rotas de alta demanda, não mais atuavam. Porque VASP e TRANSBRASIL, já se foram dentro desses fatores externos. Empresa que fez diversos vôos chamados vôos diplomáticos, não só para a África, como Maputo, como África do Sul, Joanesburgo, como Lagos, como Angola. Eu mesmo tive a oportunidade de participar de um vôo, que foi buscar os brasileiros que estavam na Angola, quando da revolução. Então, esta empresa cumpre papel que é do Estado, e não consegue cumpri-lo com lucratividade. Isto é óbvio.

E como disse um brigadeiro, essa foi a empresa que quando se discutiu no Brasil, que os chamados VDC, Vôo Direto ao Centro, iriam ser feito por aeronaves de até 50 lugares. Porque a EMBRAER, acabava de fabricar o RG 145, com 50 lugares, foi a EMBRAER junto com o BNDES financiando, adquiriu 15 aeronaves, para que 2 meses depois, fosse rasgado o projeto e as outras empresas pudessem usar aeronaves 737, dentro desses vôos, e a VARIG foi obrigado através da Rio Sul, a canalizar esses aviões em outras rotas que não eram rentáveis. E como disse um Brigadeiro ligado à operação na época – “Infelizmente a VARIG viveu de ingenuidade patriótica”. Esse foi o conceito gerencial que ele disse que solapou a Varig, ingenuidade patriótica.

Eu não concordo com essa observação, eu acho que as empresas de transporte aéreo, faziam e devem retornar a fazer algum papel de integração nacional, e cumprindo por ser uma concessão públicas, obrigações que são do Estado, mas que isso deve estar inserido dentro dos seus custos e da sua viabilidade econômica. Basicamente era isso. E trazer a conhecimento dos senhores, que o Juiz da 8ª Vara Empresarial, tomou decisões ontem importantíssimas.

Uma delas é de que não há sucessão, seja no modelo da VARIG Operações, mantendo as operações internacionais e nacionais juntas, seja através da VARIG regional, separando a VARIG da internacional da VARIG nacional. Acompanhado no seu Parecer pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, e também tomou a decisão de manter a BR fornecendo combustível para a empresa, mesmo sem o pagamento, e agora na parte da tarde está promovendo uma Audiência unindo a empresa reestruturadora e a BR

Distribuidora, para tentar encontrar um denominador comum. Então, a gente vê que há uma convergência de atores buscando uma solução para a empresa, nós precisamos urgentemente discutir. E aí volto a idéia do Senador Heráclito e do Senador, Senador Paulo Paim, de promovermos, e a nossa proposta é que isso seja feito, ainda no dia de amanhã, uma reunião entre o Governo Federal, com todas as suas instâncias, BNDES, BANCO DO BRASIL, INFRAERO, BR Distribuidora, a Secretaria de Previdência Complementar, representação dos Estados que tem de alguma forma ICMS, como um crédito da VARIG junto a esses Estados. O Governador Germano Rigotto já capitania o movimento nesse sentido. Então, era unir esforços em relação a isso do Congresso Nacional com a representação do Senado e da Câmara, e a representação dos trabalhadores com seus Consultores, para poder agregar também dentro desse processo. Essa é a nossa proposta e eu agradeço, Senador.

**SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-
TES (PFL-PI)** – A Mesa acolhe as sugestões de V.S^a., e está solicitando ao Senador Paim, para formalizar.

SR. MÁRCIO MARSILAC – A informação que temos é assim, é que está confirmado o transporte oficial ser pela VARIG, da Seleção.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente. Eu vou providenciar o requerimento, mas eu sei que a agenda do Governador não é fácil, se nós dêssemos agora a oportunidade...

**SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-
TES (PFL-PI)** – Eu vou passar exatamente agora, queria apenas fazer um pequeno comentário aqui com o Senador Suplicy.

Senador Suplicy, no dia que nós votamos, no Plenário do Senado, a criação e as convocações feitas, o Senador Sibá Machado, colega de V. Ex^a. indagou o que é que os funcionários da VARIG estariam dispostos a perder. Só que essas negociações já tinham sido feitas. E uma das coisas mais importantes nessa discussão toda é a disposição de sacrifício que os servidores, os funcionários da VARIG se dispõem desde que a solução seja encontrada.

Agora vejo V. Ex^a. com a mesma preocupação, eu fico muito feliz, porque há tentativa de buscar um caminho para resolver. Mas só fico triste, porque V. Ex^a. é de um partido que durante 20 anos defendeu o trabalhador brasileiro. E eu acho que nós não podemos iniciar a discussão, sabendo o que é que o trabalhador pode perder, o que o trabalhador pode perder é discussão final do projeto. Estou apenas fazendo essa referência, porque eu acho oportuno, sei que V. Ex^a. é um dos Senadores mais bem intencionados que essa República tem, mas acho que

não só eles já deram a sua parte, estão dispostos a dar a sua parte, mas eu acho que num momento da discussão, ela tem outras vertentes e eu prefiro continuar lhe olhando como homem que defende a renda mínima.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Permita, Sr. Presidente. A proposta que eu formulei não tem sentido de perda dos trabalhadores, tem o sentido de os trabalhadores transformarem a sua própria remuneração...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Redução de salário foi falado aqui.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – em um crédito, que significaria um investimento, uma cota de participação nos resultados a exemplo do que tem, inclusive, acontecido em diversas empresas, que onde os trabalhadores tendo os empresários até... Se fosse continuar o procedimento, iriam inviabilizar a empresa, iriam levá-lo a falência, e esses trabalhadores resolveram assumir, e transformaram muitas vezes a sua remuneração em cotas de participação, tendo uma diminuição de remuneração temporária, mas no futuro acabaram tendo resultados muito positivos. Então, é apenas uma maneira de transformar, que é considerada adequada e que não significa a perda de direitos. Se não ganhos para o futuro. Este é o sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O que me preocupei, foi apenas quando falei na redução de salário. Agora a minha preocupação cresce, porque na Câmara tramita...

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – É transformação do salário em crédito, em cota de participação.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O que ganha muito até que agüenta, o que ganha pouco começa a tirar do sustento do dia-a-dia. Mas eu estou preocupado não é por isso, é porque tem um Deputado que é, inclusive, no meu Estado na Câmara, que tem um projeto defendendo a renda máxima, o meu medo é esse.

Com a palavra, com muita alegria, o Senador, o Governador Germano Rigotto foi um extraordinário companheiro na Câmara dos Deputados, teve uma atuação brilhante, inclusive, percorrendo o Brasil todo, mostrando o seu projeto sobre a reforma tributária. Essa extraordinária figura que se encontra hoje aqui, a quem passo a palavra.

GOVERNADOR GERMANO RIGOTTO – Eu gostaria de cumprimentar...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Pedro Simon. A segunda vez. A primeira foi defendendo a reforma tributária.

GOVERNADOR GERMANO RIGOTTO – Eu gostaria de cumprimentar o nosso Senador Heráclito Fortes, dizer da alegria de reencontrá-lo. Nós trabalhamos juntos aqui no Congresso Nacional, e eu tenho que agradecer o Senador Heráclito Fortes, meu ex-colega na Câmara Federal, porque hoje ele tem esse trabalho importante de discussão de encaminhamentos para solução de todo esse quadro de instabilidade, de insegurança que gera o problema da VARIG. Mas o Senador Heráclito Fortes, há pouco tempo atrás também tinha a famosa convenção quadro, que poderia atingir fortemente o setor fumageiro do Brasil, e ele com muita competência conseguiu buscar os entendimentos que precisávamos buscar, acredito muito na sua capacidade de aglutinação e de ajuda, momentos tão difíceis como esse.

Quero da mesma forma cumprimentar cada um dos nossos Senadores aqui presentes, Senador Eduardo Suplicy, Senador Paulo Paim, Senador Pedro Simon, dizer da alegria de reencontrá-los. Dois Senadores do meu Estado, Senador Paulo Paim e Senador Pedro Simon, e o Senador Eduardo Suplicy que eu tive a possibilidade de ser o Relator do seu Projeto de renda mínima, na Câmara Federal, e estudar com profundidade...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – E ele nunca esquece de dizer que V. Ex^a. deu o Parecer favorável.

GOVERNADOR GERMANO RIGOTTO – Favorável ao projeto de renda mínima, e é bom que se diga que todos os programas de renda mínima que existem hoje no Brasil, todos, eles foram gerados a partir do projeto de, do programa de renda mínima do Senador Eduardo Suplicy. Não é exatamente o que o Senador Eduardo Suplicy, gostaria que nós tivéssemos, mas os programas de renda mínima, inclusive, o bolsa família, e aquilo que tivemos no Governo anterior, surgiram do trabalho do Senador Eduardo Suplicy.

Então, eu quero cumprimentar a todos, cumprimentar o meu Secretário de desenvolvimento e assuntos internacionais, que foi um dos participantes desse encontro, Secretário Luiz Roberto Pontes, Paulo Rabello de Castro que está conosco também, o Deputado Perondi. Mais uma saudação muito carinhosa ao nosso Presidente do BNDES, Dr. Demian Fiocca que está prestigiando essa reunião. E o papel tão importante que tem o BNDES, nesta quadra de definição, das questões que envolvem a nossa VARIG. Da mesma forma na pessoa do comandante Márcio Marsilac, eu cumprimento todos aqueles que compõem a família VARIG, que estão aqui, funcioná-

rios, representantes de entidade, a minha saudação carinhosa na pessoa do comandante Márcio, a todos os senhores e as senhoras e na pessoa do Dr. Adacir Reis, também, o nosso Ministério da Previdência Social, ele como Secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social. O meu abraço à imprensa.

E eu quero rapidamente, meu prezado Presidente, Senador Heráclito Fortes, dizer que eu estou vendo luz no fim do túnel, finalmente. Depois de tanta apreensão, intranquilidade e até imobilismo no agravamento da situação da VARIG, porque nós já podíamos ter tido essa luz surgindo antes, mas não vamos olhar para trás, vamos olhar para frente. Há tanta empresa reestruturadora, como a Assembléia que determinou a repactuação, com a Assembléia dos credores que foram passos importantes que nós tivemos nesses últimos dias, mas principalmente a decisão do Governo Federal, e eu sinto essa decisão do Governo Federal, entrar nesse processo para ajudar que tenhamos uma solução, que preserve um patrimônio nacional que é a VARIG, é um patrimônio que o país tem e tem que ser preservada. E eu sinto uma mudança.

A presença aqui do presidente do BNDES, significa a certeza que nós vamos ter o BNDES com as suas limitações, com os cuidados que tem que ter, ajudando nesse processo de reestruturação. Eu fico muito feliz, Presidente, com isso. Fico muito feliz, viajei com o Presidente Lula, com a Ministra Dilma, há poucos dias atrás, uns 20 dias atrás. Conversamos sobre o que é que representaria para o país o fim da VARIG, não apenas nos empregos, mas a perda deste patrimônio que é a VARIG que foi construída ao longo de tantos anos e com tanto trabalho. O que é que se representaria para a imagem do Brasil, o fim da VARIG? E felizmente eu acho que está havendo esta compreensão, da importância da presença do Governo Federal, e capitaneado pelo Presidente Lula, com os seus Ministros, com o agente de fomento tão importante como o BNDES, e tendo este trabalho de diálogo, Senador Heráclito Fortes, com todas as partes. A presença dos funcionários da VARIG, que vão dar a sua contribuição, e já estão se disponibilizando a dar sua contribuição, quero dizer que recebi uma tarefa com relação aos créditos que a VARIG teria de ICMS com os Estados.

E eu lembro que numa reunião, recebi o resultado da reunião, pediram uma interferência minha. Levei à Procuradoria Geral do Estado a proposta que foi feita. Porque isso tem que ter um acordo judicial. Não tramitou em julgado. É um processo que na verdade por exemplo no Rio Grande do Sul, ele está apesar no início, apenas nas primeiras etapas de debate judicial, diferente do que aconteceu com STJ, diferente

com que aconteceu com a decisão do Superior Tribunal de Justiça, que praticamente no meu modo de ver é definitiva, a busca do Supremo Tribunal Federal é apenas para ganhar tempo, o Supremo Tribunal Federal decidirá a favor da VARIG, eu não tenho a menor dúvida disso. Pela forma como a definição ocorreu no Supremo Tribunal Federal, no Superior Tribunal de Justiça diferentemente dos créditos de ICMS quando o processo está iniciando, mas a proposta feita pela VARIG é uma proposta que ela tem que ser analisada pelos Estados. O que é que diz a VARIG? Ela dá um tempo de pagamento, dá um prazo de pagamento. Ela determina uma redução do valor que os Estados tem que ser pagos com período de carência. Então, é uma proposta possível de ser aceita pelos Estados, é claro que não é fácil o entendimento com todos os Estados, pode ter Estado que avance e Estado que não avance. Nós determinamos à Procuradoria que em cima da proposta feita pela VARIG nós possamos chegar a um entendimento. Se aquela proposta da carência, dos meses para pagar, da diminuição do valor total. Se aquela proposta que foi apresentada ou é aquela proposta modificada. E qual o entendimento que nós podemos buscar no judiciário.

Eu acredito que se nós tivermos alguns Estados, reconhecendo esses créditos, isto para o BNDES, isto para a VARIG, para a companhia e para os próprios credores, outros fornecedores da VARIG, isto tem uma importância muito grande por isso que pedi pressa à nossa Procuradoria para encontrar alternativa que signifique, a busca desse acordo judicial. Que nos dê proteção. Porque o Governador não pode, comandante ser responsabilizado de ter um crime de responsabilidade, ou digamos um processo de crime de responsabilidade sobre Governador, de aceitou uma dívida que o Estado poderia não ter. Então, os cuidados que nós temos que ter, tanto o Governador do Rio Grande do Sul, como todos os Governadores de Estados da Federação, que teriam essa pendência, é algo que passa por esse Parecer e por esse entendimento das nossas procuradorias, mas eu vejo que é muito possível, que nós possamos avançar e dar a VARIG, mais este oxigênio fundamental que a VARIG teria.

Eu quero cumprimentar a todos aqueles, cumprimentar o nosso Senado Federal, o nosso Congresso Nacional, pelo trabalho que estão fazendo, e quero me colocar à disposição, Senador Heráclito Fortes, meu Presidente, toda vez que entenderem que nós pudermos estar aqui para participar de alguma reunião que signifique, quem sabe o bater martelo para o entendimento final, e que nós possamos dar a contribuição, a VARIG é do Brasil, a VARIG não é de um ou outro Estado da Federação, talvez o Rio Grande do Sul, tenha

historicamente a maior vinculação com a VARIG, talvez não tem, porque ela surgiu no Rio Grande do Sul, viação aérea rio-grandense, mas é do Rio Grande do Sul, se transformou nessa grande empresa nacional e internacional que é a VARIG. Ela como patrimônio nacional, todos os Governadores devem estar nesse momento, preocupados em ajudar a que tenhamos um final feliz nesse processo. E o final feliz obrigatoriamente, tem que ser a preservação da companhia. Muito obrigado e me coloco a disposição da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sobre a Mesa requerimento do Senador Paulo Paim, que propõe uma reunião de trabalho nesta Casa do Senado, para debater a curto e médio prazo, a crise financeira que assola a VARIG. Ele sugere aqui a participação de um representante da Casa Civil, de um representante do BNDES, do SPC, do BANCO DO BRASIL, da BR Distribuidora e da INFRAERO. Representante do Senado, representante da Câmara, representante dos trabalhadores do grupo VARIG e representantes de Estados que têm ICMS com a VARIG. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Para discutir, V.Ex^a. com a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu só faço um apelo que o requerimento seja no nome dos três Senadores do Rio Grande, e dizer o que Senador Zambiasi, Governador Germano Rigotto, só não está aqui, porque ele está presidindo nesse momento uma Sessão do Mercosul; pediu que eu justificasse a V. Ex^a., o telefonema que ele me deu há 10 minutos atrás.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Então, Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Pedimos à Secretaria das Comissões que comunique, e evidentemente que nesse caso aqui nós temos que ter uma certa compreensão, porque estamos a menos de 24 horas da realização, da Reunião, de forma que vamos pedir a colaboração de todos os convidados para que se possa fazer.

Na quinta-feira está marcada a Reunião, vamos acertar apenas o local com Dr. Adacir.

Bom, queremos agradecer a presença de todos... Quinta-feira, 23. A presença do comandante Marsilac, do Dr. Demian, do Dr. Adacir, do Dr. Luiz Roberto Pontes e a presença aqui, muito boa, do Governador Rigotto, Senador Arthur Virgílio acaba de chegar e pelo sinal quer a palavra e suspendemos o encerramento e concedemos a palavra a S. Ex^a.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Governador, saúdo na sua pessoa, todos os presentes a começar por todos os convidados... a começar, enfim por V. Ex^a. mesmo. Mas eu vou ser bastante breve. Dizer que eu estranhei muito esse ataque de *Margareth Thatcher* que o Governo teve nesse episódio da VARIG. Ou seja, tão generoso, colocando recursos do BNDES à disposição de um país que não precisa desses recursos, está cheio de “petrodólares”, a Venezuela, metrô de Caracas eu considero isso aberrante até, pouco tem a ver, inclusive, com exportações brasileiras, não dá nem para dizer que está financiando exportações, que Brasil auferirá, porque era meramente um equipamento urbano para Caracas. Eu entendo que esforços devem ser feitos para se salvar a VARIG, várias formas foram muito discutidas, debatidas e sugeridas, uma delas pediu um esforço de Governos Estaduais e Municipais, que devem a essa empresa.

Uma outra fórmula seria se fazer o cálculo entre o que uma injeção de recursos custaria mais ou menos do que, ou seja, a relação custo/benefício, o que se investiria lá, seria menor do que o que se perderia, isso do ponto de vista do raciocínio matemático do Governo Federal. Mas sobretudo eu vejo uma empresa que tem toda uma tradição de vôo internacional, isso não se obtém de uma hora para outra, isso demanda décadas e décadas de construção de uma reputação, essa reputação precisa ser preservada, tanto quanto possível.

Em outras palavras, é trazer aqui a minha palavra de solidariedade aos servidores da VARIG, aos funcionários da VARIG, numa hora em que essa empresa, com muita garra, com muito luta, ela ficou mais pontual do que antes, ela está fazendo tudo que pode para sobreviver. Uma empresa que representa muito para o Brasil. E trazer de fato a palavra de solidariedade do meu partido, da liderança do PSDB nesta Casa, aos funcionários da VARIG e a essa marca. É uma grande empresa brasileira de renome mundial que não pode ser tratada assim como se fosse algo dispensável. Ela que, e eu digo mais, o ataque de *Margareth Thatcher*, que o Governo teve, não casa sequer com a atitude do Presidente Bush, que após o 11 de setembro, reconheceu que era preciso enfrentar junto com as empresas aéreas americanas, a crise da falta de turistas em Nova Iorque, por via de consequência nos Estados Unidos, e injetou substanciais bilhões de dólares nas empresas aéreas americanas.

Não prego que se abra torneirinha em vão, que se jogue dinheiro a fundo perdido, mas a VARIG tem, a meu ver, credenciais, possibilidades e viabilidades, de modo a ressarcir o Governo, tostão por tostão, eu que gostaria muito que saísse uma solução, até que

não demandasse recursos do Governo, mas em outras palavras, que não bancássemos o moderninho, deixando pura e simplesmente quebrar. Não é simples. Tem reflexos diretos e indiretos no Governo de V. Ex^a., Governador Germano Rigotto, e reflexos diretos e indiretos, em turismo brasileiro, tenho certeza absoluta, que muita gente foi passar a viajar por outras companhias, na hipótese, e eu sei que as outras têm tudo para crescer e torço para que cresçam. Na hipótese de faltar a VARIG de repente crescerá a demanda, não pelas nacionais que a substituiriam, mas pelas empresas internacionais que sempre concorreram com ela. Portanto, eu não poderia deixar, Senador Heráclito Fortes, de trazer essa palavra em meu nome, em nome do meu partido. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Dr. Demian, para esclarecimentos.

SR. DEMIAN FIOCCA – Apenas o esclarecimento sobre um tema que ressurgiu por vezes com certa imprecisão na informação, a questão do financiamento a exportação de serviços, por parte do BNDES, foi citado já em outras ocasiões a questão do metrô de Caracas. Eu queria fazer dois esclarecimentos, o BNDES ele financia a exportações de bens e serviços brasileiros, não financia um importador estrangeiro, quando não esteja pagando um contrato de remuneração a uma empresa brasileira. E no caso específico desse empréstimo, inclusive, o primeiro empréstimo ao próprio metrô de Caracas foi feito no Governo Fernando Henrique, pelo BNDES, mas na gestão ainda no Governo anterior. É uma linha corriqueira do BNDES, o financiamento a serviços, e realmente eu gostaria apenas de esclarecer isso, porque de algum mal-entendido que surgiu, em algum momento, vem se repetindo uma idéia que é equivocada.

O financiamento a exportações de bens e de serviços, sempre tem um comprador no outro país. Sempre tem. Se é uma construção em outro país, pode ser uma construtora brasileira, se há venda de um caminhão, tem uma empresa que comprou o caminhão e uma empresa brasileira que o vendeu. Se a venda de um trem, de metrô tem uma empresa que comprou o trem de metrô e uma empresa brasileira que vendeu. Então, eu queria apenas reparar essa falha de informação, e saudar a postura do Senador, no sentido de nos apoiar, no sentido de que não haja, haja sim um esforço do Governo, como está havendo por meio do BNDES, mas não de maneira imprudente que nas palavras do Senador configuraria, colocar recursos a fundo perdido. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Agradecemos portanto a presença

das autoridades que já mencionamos, mais uma vez a presença do Governador Germano Rigotto, dos funcionários da VARIG que estão aqui acompanhando *pari passu* essas discussões, e Senador Pedro Simon, parece que é a segunda vez que o Rio Grande do Sul terá sucesso nas suas empreitadas. Como disse o Governador Rigotto, a primeira foi na questão do fumo. Agora parece que as coisas começam a clarear. É só questão de persistência.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – E casualmente sempre com V. Ex^a. na frente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Portanto, agradecemos a presença de todos e está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada 13h46min.

Ata da 10ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, realizada em 23 de maio de 2006, às 10 horas.

Às onze horas e vinte e cinco minutos, do dia vinte e três de maio de dois mil e seis, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Heráclito Fortes, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença dos Senhores Senadores **José Jorge, Marco Maciel, Leonel Pavan, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Mão Santa, Antônio João, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Serys Slhessarenko, Sibá Machado, Aelton Freitas, César Borges, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Flexa Ribeiro, Juvêncio da Fonseca, Romero Jucá, Luiz Otávio, Wellington Salgado, Flávio Arns e Eduardo Azeredo.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a deliberação do **Item único** da Pauta – **Mensagem do Senado Federal nº 131, de 2006, que “submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Nelson Narciso Filho, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP”,** de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Luiz Otávio. Foi designado Relator “ad hoc” o Senador Roberto Saturnino. Em seguida, a Presidência convida o Dr. Haroldo Lima, Diretor-Geral da ANP para compor a Mesa dos Trabalhos. Ato contínuo, o Senhor Presidente concede a palavra ao Relator para proferir o seu relatório. Após a leitura do parecer, a Presidência dá início ao processo de votação e concede, em seguida, a palavra ao Senhor Nelson Narciso Lima, para suas considerações iniciais. Foi

convidado para escrutinador o Senador Ney Suassuna. Assume a Presidência dos trabalhos o Senador Ney Suassuna, proclamando o resultado da votação – dezenove votos sim, nenhum voto não e nenhuma abstenção, totalizando dezenove votos. Foi aprovada a indicação. Usam da palavra para sabatar o indicado, os Senhores Senadores Roberto Saturnino, Romero Jucá, Ney Suassuna e Gilberto Mestrinho. Ao final, a Presidência agradece a presença de todos e convoca os senhores membros da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura para a próxima reunião extraordinária a realizar-se às dezessete horas do dia de hoje, na sala de reunião da Comissão. A seguir, declara encerrada a reunião, às doze horas e vinte minutos, lavrando eu, *Dulcília Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Serviço de Infra-Estrutura Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciar os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente Reunião destina-se à apreciação da seguinte matéria. Parágrafo único – “Mensagem do Senado Federal 131 de 2006 que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Nelson Narciso Filho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível, ANP. O Relator é o Senador Luiz Otavio, mas na sua ausência passo à designação do Senador Roberto Saturnino, para exercer a função de Relator. A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação havendo inclusive, cópia sobre a Bancada...”

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Está bom, pensei que vocês estivessem falando do Relatório. Convido para tomar assento à Mesa dos trabalhos, em primeiro lugar o Dr. Aroldo Lima, Presidente da ANP. Ex-Deputado, grande Parlamentar. Convido também para tomar assento o indicado Dr. Nelson Narciso Filho. Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino para proferir o Parecer.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Nelson Narciso e o nosso amigo Deputado Presidente Aroldo Lima,

Presidente da ANP. Nos termos do Art. 52 da Constituição Federal o Presidente da República submete à apreciação do Senado o nome do Sr. Nelson Narciso Filho para ser conduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, ANP. O Curriculum Vitae do candidato que acompanha a mensagem presidencial de conformidade com o Art. 383 do Regimento Interno evidencia ampla experiência profissional do Sr. Nelson Narciso Filho. Graduiu-se em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia Souza Marques no Rio de Janeiro em 80. Em 84 concluiu o curso de Pós-Graduação e Administração Industrial em Engenharia Econômica pela UFRJ Federal do Rio de Janeiro e entre suas principais experiências profissionais relacionadas com a iniciativa privada, encontra-se a sua atividade ligada ao Raribulton(F) de Angola, de maio de 2005 até a presente data, onde é responsável pelo gerenciamento do cliente e o relacionamento com os altos níveis de direção da Sonangol, e do Ministério de Petróleo daquele País.

Nesta função recomenda as estratégias para os recursos humanos e materiais bem como libera o programa de desenvolvimento da capacitação local. Destaca-se também a sua função como Gerente Geral da ABB Óleo, Gás e Petroquímica Angola, de janeiro de 2001 até fevereiro de 2005, onde foi responsável entre outras atividades pelos contatos diretos e negociações com as altas gerências de diversas empresas privadas mundiais, bem como com os órgãos estatais.

Anteriormente já havia ocupado a função de Gerente Geral da ABB Óleo, Gás e Petroquímica Brasil, de janeiro de 95 até dezembro de 2000, onde foi responsável entre outras atividades pelas áreas de engenharia de exploração e produção, qualidade, suprimento, fabricação, serviços pós-vendas, comercial e financeira da divisão VECTO GRAY no oeste da África. Além disso, exerceu a função de Diretor de Operações da ABB VECTO GRAY BRASIL de outubro de 88 a dezembro de 94, onde se responsabilizou pela performance de toda área operacional da empresa.

Por último destaca-se a sua função como Gerente Industrial da RIURGS(F) WKN BRASIL de dezembro de 82 até outubro de 88.

As funções e cargos exercidos pelo indicado demonstram um nível de qualificação profissional compatível com o requerido para o cargo, para o qual está sendo indicado. Assim sendo esta Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do Sr. Nelson Narciso Filho para ser conduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Petróleo e Gás Natural e Biocombustível, ANP. Este é o Parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Após a leitura do Parecer, e antes de passar a palavra ao Dr. Nelson, eu quero dizer que tendo em vista inúmeras tarefas dos Srs. Senadores hoje nas demais Comissões dessa Casa, inclusive, a Comissão Parlamentar de Inquérito, nós vamos excepcionalmente abrir a possibilidade de votar... Do voto imediato para aqueles que já têm convicção sobre como decidir. Faço isso porque é do conhecimento de todos que o Parecer já se encontra sobre as Bancadas, todos os Srs. Senadores tiveram acesso, e algum Senador que por motivo de compromisso em outra Comissão ou fora da dependência da Casa queira exercer o direito de voto imediatamente, poderá fazer sem nenhum prejuízo. Feito isso passo a palavra ao Dr. Nelson Narciso Filho para proferir os seus comentários sobre a sua indicação para a presidência da ANP.

SR. NELSON NARCISO FILHO – Muito obrigado, Senhor. Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura Senador Heráclito Fortes, Exmo. Sr. Aroldo Lima, Diretor geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Sras. e Srs. Senadores. Recebi como desafio da mais elevada responsabilidade a indicação para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Muito me honra a confiança em mim depositada e registro os meus agradecimentos a todos os que me estimularam a assumir esse desafio. Em particular, este momento é uma especial oportunidade que os senhores me dão de apresentar a esta Comissão alguns pontos importantes sobre o que creio poder contribuir como membro da Diretoria Colegiada da ANP caso V.Ex^{as}. decidam aprovar a minha indicação.

Em primeiro lugar, o objetivo de prover elementos de juízo para avaliação dessa Comissão apresento-lhes um breve resumo da minha trajetória. Dediquei toda a minha vida profissional à indústria de petróleo. Ao longo de 30 anos no setor acumulei experiência em atividade do chamado Upstream Produção, Exploração do Petróleo e Gás Natural.

Como engenheiro e funcionário de empresas internacionais líder do setor de tecnologias, de exploração e produção estive envolvido em diversas etapas de superação dos desafios tecnológicos que marcaram a conquista pela PETROBRAS das águas profundas e ultraprofundas da costa brasileira. Nesse contexto tive responsabilidades técnicas e gerenciais de participar de grupos multidisciplinares de especialistas. Pude contribuir coletiva e cooperativamente com atividades de planejamento e de operação de grande escala.

Foram experiências inéditas para abrimos uma fronteira mundialmente desconhecida na exploração

petrolífera, sob a liderança da PETROBRAS e especialmente com os parâmetros estabelecidos pelos programas de capacitação mil metros e dois mil metros.

E Angola, País onde hoje resido e trabalho, assumi a responsabilidade de participar ativamente da concepção e desenvolvimento de um importante programa chamado Angolanização do Setor de Petróleo, no momento de reconstituição nacional após três décadas de guerra civil. É uma tarefa que tem exigido de mim uma combinação de conhecimento técnico e capacidade de coordenação gerencial ao lado da mobilização e qualificação de pessoal especializado.

Em síntese, senhoras e senhores, minha trajetória profissional esteve permanentemente centrada no provimento de soluções tecnológicas e no desenvolvimento dos recursos humanos. Sempre em processos coletivos, cooperativos e multidisciplinares orientados para a superação de desafios de grande responsabilidade no setor de petróleo e gás.

Nesse quadro geral, e caso a Comissão venha referendar a indicação do meu nome, considero que este convite para uma das diretorias da APN constituirá um momento importante da minha trajetória pessoal e profissional. Acredito que será uma nova etapa da minha vida em que poderei dar minha contribuição de forma mais direta e concentrada ao setor público. Tenho plena confiança de que estou capacitado para isto, sobretudo, pelo que já acumulei de experiência técnicas e gerencial ao participar de coordenação de um grande número de missões em contextos complexos reunindo grupos das mais diversas origens técnicas e culturais. Tal possibilidade de participar da Diretoria Colegiada da ANP vem em um momento de minha vida pessoal e profissional em que me sinto plenamente maduro.

Aos 50 anos de idade, e 30 atuando profissionalmente no setor de petróleo e gás, acredito ter vivido uma sequência sólida de experiências relevantes no meu universo de trabalho. Como pai sinto ter cumprido um boa parte do meu dever ao celebrar a graduação em nível superior dos meus dois filhos.

Como brasileiro negro de origem muito humilde, tendo vivido o que já vivi, passado o que passei, de incriveis obstáculos e duras superações, sinto a responsabilidade ética e étnica de difundir entre a juventude negra do Brasil o valor dos estudos, do trabalho, da seriedade e da perseverança.

Senhoras e senhores, permito-me aproveitar esta ocasião para ressaltar a crescente relevância do setor de petróleo e gás na economia brasileira. O Diretor-Geral da ANP, Dr. Aroldo Lima tem corretamente insistido na importância que o setor do petróleo e do gás natural adquiriu para o desenvolvimento nacional. Agora

em 2006 a contribuição do petróleo e gás ultrapassará a marca dos 10% do PIB brasileiro destacando-se como atividade número um da economia nacional. E há espaço para crescimento ainda maior. Modelo regulatório adotado que pôs fim ao monopólio ilegal de exploração e produção exercidos pela PETROBRAS demonstra um notável sucesso. O modelo, aliás, foi bom para a própria PETROBRAS.

A empresa foi estimulada a competir com as chamadas Medions(F) do mundo do petróleo, assim se fortaleceu, ganhou eficiência, investiu mais em novas tecnologias e se transformou numa gigante internacional na área de águas profundas e ultraprofundas. Hoje é cada dia mais respeitada em todo o mundo como líder em tecnologia de exploração e produção *offshore*. É um fato incontestável que as atividades de exploração no Brasil foram pesadamente concentradas no *offshore*. Tal decisão foi acertada como prova os resultados alcançados pelo País que comemora com grandes méritos a auto-suficiência no petróleo. Mas estou convencido Srs. Senadores de que é preciso agora dar ênfase e concentrada a exploração on shore em terra, inclusive, para fomentar novas descobertas que assegurem uma auto-suficiência em petróleo de longa duração e, sobretudo, para que possamos nos proteger frente à crescente e preocupante dependência externa no fornecimento do gás natural.

O Brasil tem 4,8 milhões de Km² de bacias sedimentares terrestre e a exploração sistemática dessas bacias foi ínfima até o presente. Há imensas áreas a desbravar, sobretudo, em Estados da Federação, como Piauí, Pará, Maranhão, Bahia, Minas Gerais, Amazonas, Acre, Tocantins, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, que em muito se beneficiarão do desenvolvimento da exploração e produção petrolífera e, sobretudo, do gás natural. No momento em que estamos vivendo, por uma questão de responsabilidade cívica, não podemos minimizar a gravidade da situação nacional de crescente dependência externa do gás natural. Vivemos em semanas recentes um choque de realidade com essa preocupante ameaçadora situação.

Para tanto, acredito ser essencial que todos assumamos uma postura positiva, corajosa e construtiva. É crucial juntarmos forças dos setores públicos e privados para que possamos superar essa fragilidade de maneira a obtermos de forma racional auto-suficiência no provimento de gás natural. Nós temos dentro do próprio território nacional a solução para superarmos esse gravíssimo problema, a solução sustentável está tanto nas reservas confirmadas no *offshore* como no imenso potencial “*onshore*” a ser explorado como prioridade absoluta resultante da necessidade mesmo do mais alto interesse nacional.

Em termos de suprimento de gás natural não podemos repetir ou manter erros de opções fragilizadoras tanto para o consumo da população em geral, como para o uso produtivo pelas indústrias, em particular. Um País do tamanho do Brasil com uma população já quase alcançando 200 milhões de habitantes e um dos maiores complexos industriais do mundo não pode ficar submetido a alternativas fragilizadoras e ameaçadoras de nossa autonomia energética. Para tanto a ANP em conjunto com as demais entidades nacionais públicas e privados podem e devem exercer um papel ativo para acelerarmos a execução de soluções estruturadoras e de longo prazo. Precisamos atingir a autonomia essencial em gás natural o mais rapidamente possível. As decisões recentes do Conselho Nacional de Política Energética, CNPE e as ações, as novas ações da PETROBRAS apontam em grande parte nessa direção.

A maior lacuna que ainda está para ser preenchida é a necessária ênfase no desenvolvimento das bacias sedimentares terrestres. Tal lacuna deve merecer uma atenção concentrada da ANP que em colaboração com o Ministério das Minas e Energia e do CNPE devem estimular a ampliação da presença de novos *players* nacionais e internacionais nesse esforço estratégico para o Brasil.

Srs. Senadores, outra questão que gostaria de também de mencionar é o acerto da ANP, do Ministério das Minas e Energia e do CNPE em dar prioridade às licitações diárias com acumulações marginais. Os avanços obtidos vêm ocorrendo sob a coordenação do diretor Newton Monteiro que conta com o inestimável apoio do Diretor-Geral Aroldo Lima e de todo o corpo técnico da ANP.

Eu gostaria de, nesta oportunidade, parabenizar toda a ANP, o Ministério das Minas e Energia e o CNPE por isso. Licitar blocos devolvidos pela PETROBRAS porque não lhes é economicamente racional explorar pequenas acumulações de petróleo e gás, pode se transformar num importante segmento produtivo para micro, pequenas e médias empresas petrolíferas nacionais.

O Brasil tem hoje uma grande empresa, a PETROBRAS. É preciso, no entanto, incentivar a existência de muitas micros, pequenas e médias empresas de petróleo e gás natural no País. Basta lembrar que nos Estados Unidos há mais de 20 mil dessas empresas. Os dados do Departamento de Energia Norte Americano indicam que as micros, pequenas e médias empresas são diretamente responsáveis por 60% de todo o petróleo produzido naquele País, em terra.

Essas pequenas, médias e micros empresas produzem algo em torno de 2,5 milhões de barris por

dia, ou seja, mais de 30% acima de toda produção brasileira. Em contraste, o Brasil tem 25 empresas nacionais produzindo em terra, quatro das quais, efetivamente, produzindo. Daí podemos ter uma idéia da importância que empresas produtoras de petróleo de médio porte poderão e deverão assumir para o Brasil. O crescimento do número dessas empresas resultará em importante mudança no setor petrolífero e gaseífero brasileiro, inclusive, para provocar o aumento da capacidade interna da oferta de serviços e tecnologias a bom preço e elevada qualidade, que poderão em seguida, inclusive, serem exportadas. Tudo isso vai gerar mais e melhores empregos, bem como novas tecnologias e receitas que seguramente serão reinvestidas para descobertas de novos campos.

Não posso deixar de mencionar que o sucesso do programa brasileiro de biocombustíveis é uma grande conquista nacional, é uma das grandes conquistas nacionais. Tudo começou com o programa do álcool e que agora está vivendo um momento histórico com o programa do biodiesel. Seguramente a ANP deve aprofundar o seu papel nesse segmento que é também de sua responsabilidade regulatória e que representa enorme potencialidade interna e externa para o Brasil.

Nesse quadro geral espero poder contribuir para o esforço coletivo e cooperativo orientado ao aperfeiçoamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Para tanto defenderei intenso investimento na crescente qualificação dos recursos humanos de forma a treinar cada vez mais os quadros da ANP, em particular, e de todo setor, em geral. Espero também poder contribuir ainda para que a ANP venha a ampliar a cooperação intensa e de longo prazo com institutos nacionais e internacionais de pesquisas e universidades de ponta para melhorar dinâmica e permanentemente sua capacidade regulatória e promotora do setor.

Em especial, vou me dedicar, a partir da minha experiência profissional, a promover no contexto das atribuições da ANP um crescente incremento do conteúdo local em todas as operações de exploração e produção que sejam possíveis. Espero assim poder contribuir para o esforço coletivo com vistas ao fortalecimento da indústria nacional de equipamentos, produtos e serviços para a indústria de petróleo, gás natural e biocombustíveis.

Srs. Senadores, no caso de ser confirmada a minha indicação, tenho a intenção de vir regularmente a Brasília para, de forma sistemática, prover os Srs. Parlamentares de informações e, ao mesmo tempo, colher suas valiosas contribuições.

Dessa forma poderei colaborar com a Diretoria colegiada da ANP para que o Congresso Nacional

acompanhe o setor de forma permanente e interativa. Poderemos, efetivamente, intensificar ainda mais o trabalho coletivo e cooperativo da defesa dos interesses nacionais num setor que é crítico no presente e continuará sendo por muito tempo no futuro.

Gostaria de deixar claro o meu entendimento de que a ANP é um ente do Estado Brasileiro com papel regulatório autônomo, cuja missão é de assegurar em conjunto com os demais órgãos do Executivo, Legislativo e Judiciário a estabilidade das regras e segurança no setor crítico para a sociedade e economia do Brasil. Aproveito a oportunidade para informá-los de que nunca tive e não tenho nenhuma militância política, sou simplesmente um técnico e executivo que vem dedicando toda a sua vida ao setor do petróleo. Meu único engajamento ativo é de participar do setor com meus conhecimentos técnicos e de executivo com vistas a dar a minha melhor contribuição profissional possível. É com essa postura que espero ser avaliado pelo Senado Nacional.

Tenho certeza, Srs. Senadores, de que caso seja aprovado nesta Comissão e posteriormente pelo Plenário desta Casa dedicarei o melhor de mim no sentido de contribuir para o êxito da missão de ANP, algo vital para o fortalecimento e crescimento do setor do petróleo e gás e biocombustíveis no Brasil. Muito obrigado pela confiança e pela atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Mesa indaga aos Senadores se têm alguma pergunta.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Uma observação muito rápida ao Dr. Nelson, não me restou nenhuma dúvida sobre a sua capacidade técnica, administrativa, até pessoal, sob o ponto de vista ético e de maturidade para assumir as funções relevantes de Diretor da ANP. Mas eu queria aproveitar a experiência sua, recente na Angola e pedir uma breve, muito breve informação sobre como vai este País irmão nosso, Angola, quer dizer, agora que conseguiu pacificar sua política interna, quer dizer, como vai a situação da Angola, especialmente, a exploração de petróleo, muito brevemente, se o senhor tivesse a gentileza de nos informar.

SR. NELSON NARCISO FILHO – Perfeitamente Sr. Senador. Eu estou trabalhando em Angola há cinco anos e meio. Eu cheguei em Angola ainda num período de guerra, num período ainda com uma certa dificuldade de trânsito e tudo isso mais.

Fui muitíssimo bem recebido lá em Angola. A Angola, naquela ocasião estava com uma produção da ordem de 800 mil barris de petróleo por dia, hoje a Angola está com um milhão e quatrocentos, chegando a um milhão e meio, com planos efetivos para 2008,

está chegando na casa dos dois milhões barris por dia. A exploração em Angola é predominantemente em águas profundas, como do Brasil. Aqui, eu diria até que há bastante similaridade de formações geológicas, então, águas profundas.

A Angola tem um sistema de licitação um pouco diferente, e que ela tem um sistema chamado de partilha, que chamam de PSA de partilha de produção. Hoje está num processo muito grande do que se chama programa de angolanização, ou seja, cada vez mais de buscar criar oportunidade, desenvolver a indústria nacional, a Angola vem de 30 anos de guerra civil e está num processo de retomada bastante interessante.

E nesses cinco anos você consegue ver, eu diria até que mensalmente, você consegue ver mudanças efetivas. Tem investimentos bastante forte dos aspectos sociais, tem investimento bastante forte, bastante forte, particularmente na exploração e produção do petróleo.

Traz uma característica interessante a Angola hoje porque tem muitos interesses, e eu queria até aproveitar a oportunidade para trazer informações que acho que são de interesses nossos.

A Angola hoje, os blocos licitados em Angola têm apresentado valores de licitação muitíssimo elevados. Só para lhes dar uma idéia, parte de um bloco, dito bloco 15, é uma das empresas que a ESSO já está explorando nesse bloco e tinha descoberta da ordem de dois bilhões de reserva, de óleo. Parte desse bloco que foi devolvida ao Governo pela ESSO não ter explorado em tempo, uma das empresas ofereceu alguma coisa em torno de 920 milhões de dólares. Isso acontece exatamente pela disponibilidade de informações que dão certeza de que pode se trazer e buscar *players* que acreditem no negócio.

Daí a minha fala, da importância de nós explorarmos em terra, porque as nossas formações, também lá em Angola tem muito óleo em terra, e as nossas formações são muito semelhantes.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – A presença da PETROBRAS lá é grande?

SR. NELSON NARCISO FILHO – A presença da PETROBRAS nesse momento não, mas eu acompanho bem de perto e vejo o trabalho muito interessante que o Diretor-Geral da PETROBRAS está fazendo lá, no sentido de reaproximar e de fazer com que a coisa realmente caminhe.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado Dr. Nelson. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O Senador Romero Jucá quer fazer uso da palavra naturalmente para saber das potencialidades de Roraima.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, também. Sr. Presidente, eu quero, primeiro em nome do Governo dizer da nossa satisfação do Governo poder indicar um técnico experiente com o currículo do Dr. Nelson, portanto, fazê-lo colaborar com a grandiosidade do programa de petróleo brasileiro que com o momento que se vive, sem dúvida, vai ampliar mais ainda. Nesse momento é importante que nós tenhamos nos quadros da ANP também visões que se complementem. E V.Ex^a traz uma visão, efetivamente, de uma exploração com dificuldades no processo de reconstrução, inclusive, política e que, sem dúvida nenhuma, será muito importante para essa ação para dentro do Brasil que V.Ex^a defende e que eu também defendo.

É muito importante que nós tenhamos a condição realmente de explorar o País, é muito importante que nós tenhamos condições de explorar as áreas mais longínquas. Esse processo do petróleo pode ser um fator decisivo de interiorização de desenvolvimento.

E eu sou de um Estado, o Senador Heráclito brincou, mas é verdade, eu sou de um Estado que faz fronteira com a Guiana Inglesa, que é a ex-Guiana Inglesa, a Guiana e com a Venezuela. E nos dois Países vizinhos existe ocorrência abundante de petróleo. Nós já gestionamos junto à ANP, junto à PETROBRAS, é importante que se façam pesquisas, é claro que a matriz de distribuição de produção vai chegando para o interior, mas é importante que nós tenhamos a condição de fazer pesquisas, realmente, e quem sabe com pequenas e médias empresas como V.Ex^a defende e eu também defendo, a gente possa, efetivamente, explorar essas potencialidades. Pode ser que não seja um campo para a PETROBRAS, mas seja um campo, efetivamente, para um tipo de empresa média ou pequena que vai, sem dúvida nenhuma, mudar o panorama econômico de qualquer região que se instalar.

Então, eu não quero fazer nenhuma pergunta, eu quero parabenizá-lo pela indicação, pelo seu currículo, pela experiência de vida que o senhor tem e dizer que junto com o nosso companheiro Aroldo V.Ex^a vai ter uma equipe colegiada em condições efetivas de buscar a ampliação da produção de gás, que eu acho que hoje é uma meta que a PETROBRAS começa a se readequar e é importante que se busque e também a valorização do biocombustível, do biodiesel, eu sou de uma região também que, sem dúvida nenhuma, a região Amazônica, o biodiesel através do dendê, os estudos da EMBRAPA estão aí, é um potencial imenso, inclusive, de trabalho junto agregando a agricultura familiar, o que é importante para a ocupação racional, principalmente, da Amazônia.

Então eu quero desejar uma boa gestão à frente da ANP, e eu tenho certeza que o Senado com o currículo de V.Ex^a vai referendá-lo e indicá-lo para mais essa missão a favor do nosso País. Meus parabéns.

SR. NELSON NARCISO FILHO – Muito obrigado, Senador. Eu queria fazer um comentário quanto à pesquisa de petróleo, de fato, coisa que precisa realmente ser conduzida. Eu queria trazer um exemplo rápido. Hoje nos Estados Unidos tem para mais de 400 mil poços com produção da ordem de dois a três barris por dia. Ou seja, e que está produzindo, e que são pequenos, são micros e que estão conduzindo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Uma pergunta, dois barris ou dois mil barris?

SR. NELSON NARCISO FILHO – É isso mesmo, dois, três barris mesmo por dia. Então eu acho que nós precisamos e devemos mesmo buscar a pesquisa, saber o que nós temos na nossa bacia sedimentar.

Quanto ao biodiesel, sem dúvida nenhuma, eu faço uma menção de que isto começa-se com um programa do álcool e hoje o biocombustível é uma opção muito grande para o nosso País, pela limpeza, pelas oportunidades sociais que o senhor enunciou e também pelos aspectos ecológicos e tudo mais. Eu faço parte desse mesmo pensamento, senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Antes de passar a palavra ao Senador Ney Suassuna, meu caro Senador Romero Jucá, eu congratulo com V.Ex^a pela abordagem do tema e quero dizer que um dos grandes projetos que a ANP realiza hoje em convênio com a USP é exatamente o estudo de solos, inclusive, na minha região nordeste, lá no Piauí de maneira muito especial, na Bacia do Parnaíba eu acho fundamental, espero que esse projeto esteja no... Se V.S^a souber de como é que anda esse projeto, tiver conhecimento dele poderia até nos dar informações já que falou na possibilidade de pesquisa no Piauí.

Eu acho que esse levantamento está sendo feito pela ANP no momento é fundamental, evidentemente, que se V.S^a não souber eu vou dar uma quebrada no protocolo e vou pedir depois para o Aroldo que fale alguma coisa sobre isso aqui.

SR. NELSON NARCISO FILHO – Eu conheço o projeto de uma maneira superficial, conheço o que é levantamento aerogeofísico que permite rapidamente se definir da existência ou não de hidrocarboneto, ou seja, da possibilidade de existir ou não hidrocarboneto. Mas eu, especificamente com o projeto do ANP e da USP, eu não tenho muitas informações não, talvez o Dr. Aroldo possa aqui complementar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu gostaria desde que o Dr. Aroldo

Lima concorde em quebrar o protocolo, porque eu acho interessante ouvi-lo nessa oportunidade. Com a palavra, doutor... [problema na gravação]. Diria ao PT formalmente, informalmente nós já sabíamos, é a Bancada do PT. V.Ex^a ainda pertence ao PMDB.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não, eu pensei que V.Ex^a que era o único voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Na Bancada do PT. Não faça isso. O PMDB não abre mão do seu concurso, Senador Suassuna. Com a palavra o Sr. Aroldo Lima.

SR. AROLDO LIMA – Sr. Presidente, quem quebra o protocolo é V.Ex^a, mas com vossa autorização eu aqui acrescento informações básicas a respeito dessa pergunta.

Na verdade uma das grandes bacias sedimentares brasileiras é a Bacia do Parnaíba, é claro que não é a maior, a Bacia do Amazonas, dos Solimões, mas a Bacia do Parnaíba é das maiores bacias brasileiras, e das mais desconhecidas, como disse o Professor, Dr. Nelson que agora está se apresentando a esta Comissão.

O nosso conhecimento geral a respeito das bacias sedimentares brasileiras, ele usou a expressão “ínfimo”, é da ordem de 7%, nós conhecemos, eu falo assim geograficamente, geofisicamente, geologicamente 7% das bacias sedimentares brasileiras, concluindo a parte de mar.

Por conseguinte, o desafio que nós temos de avançar no conhecimento é extremamente grande, desafio esse que às vezes fica barrado em função da disponibilidade de dinheiro, de recursos para nós prosseguirmos nos convênios que temos feito com o objetivo de fazer esse levantamento.

No caso específico do levantamento da Bacia do Parnaíba, foi feito em duas etapas. A primeira etapa já está cumprida, foi feito através de um convênio com a USP, convênio esse que implica duas etapas, um convênio, mais ou menos grande com a mobilização de, inclusive, algumas aeronaves, e foi feito, e agora nós estamos recebendo já quase duas centenas de mapas da região, estamos recebendo agora, inclusive, o convênio será pago nessa primeira etapa quando acabarmos de recebermos essas duas centenas de mapas da região com dado que nós não tínhamos; e a segunda etapa vai se iniciar em seguida, logo após que nós vamos, digamos, prorrogar ou fazer um outro convênio com a USP para aprofundar essas investigações.

Então, no que diz respeito ao Vale do Parnaíba tudo indica que as coisas estão indo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu agradeço o esclarecimento feito

pelo Deputado Aroldo Lima que, embora baiano, tem ligações profundas com o Piauí, é um piauiense... Nós temos por ele, emprestado para a Bahia, o Piauí tem por ele o maior apreço, de forma que eu espero que nessa sua gestão o Piauí tenha possibilidade de aprofundamento nessas pesquisas que é fundamental para o Estado. Outro dia eu estava, Senador Ney Suassuna, eu fui ao sul do Estado e aonde um desses aviões passou, e um Prefeito já de idade bem avançada disse – “Olha, depois dos americanos, é a primeira vez que alguém procura estudar o nosso subsolo”. Porque a história do americano é aquele folclore no fim da década de 40, no começo da década de 50, era uma missão, não lembro agora aqui o nome, eu sei que era da época de uma missão americana que andou aqui pelo Brasil, fez umas marcações em vários lugares.

Eu sei que de vez em quando lá na Amazônia tem muito, o Mestrinho sabe melhor, porque ele é que vai falar agora em seguida, ele pode até dizer então. A esperança de que, realmente, se encontre alguma coisa de positivo ali naquela região. Não só os indícios de que o homem americano teve início ali, começou por lá. Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, Sr. e Srs. Senadores, hoje nós estamos aqui sabatinando o Sr. Nelson Narciso Filho. O Senador Mercadante me ligou e me fez uma recomendação dizendo que ele conhece profundamente o Sr. Nelson Narciso, mas não era preciso o Senador Mercadante ligar, porque o próprio currículo já mostra que o senhor não é homem de teoria, é um homem da prática, embora com pós-graduação na Universidade Federal do Rio de Janeiro que eu tenho muita honra porque de lá eu sou professor desde 67.

Embora tendo feito o seu curso de Engenharia, é um homem que está no campo, está atuando no campo, por isso tem o *know-how*, tem conhecimento e isso nos deixa muito tranqüilo. Isso é muito bom porque já que o senhor está ocupando o lugar de um técnico, vai ocupar o lugar de um técnico, é bom que tenha um técnico que conhece o *know-how*, que sabe como fazer. Com toda certeza nós precisamos de muito mais recursos e muito mais apoio à Agência Nacional de Petróleo.

Nós tivemos aqui um debate profundo sobre o gás da Bolívia e presentes estavam o Presidente da PETROBRAS e o Ministro das Minas e Energia e eu cobrava exatamente recursos, porque não é possível que a gente possa gastar um bilhão de dólares para fazer um gasoduto, gasoduto esse que já foi feito no Governo anterior e que tinha uma cláusula *take of pay* que obrigava a se pagar, transportasse ou não em 12 milhões de dólares/mês que agora estaria em

30 milhões de dólares/mês, tirássemos ou não de lá o gás. O que nos obrigou a dar incentivo ao gás e a gerar uma dependência muito rápida da Bolívia. Mas nós temos gás e temos petróleo no Brasil, com toda certeza, Deus é brasileiro. E eu vejo o Presidente dizer que já 7% do nosso território é conhecido, eu sabia da cifra de 3 a 4, é até otimismo já dizer de 7%. Mas nós temos hoje várias bacias, como é o caso da bacia lá na área toda do Piauí, ou mesmo lá na nossa Paraíba e Pernambuco, a Bacia Potiguar. Tivemos com muito sacrifício, o Presidente sabe da força que nós fizemos para arrumar 40 milhões para terminar a pesquisa lá em Souza, vai agora para o leilão em novembro. Não é isso, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – 28 de agosto.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Então até antecipou.

Então, em 28 de agosto nós estaremos fazendo um leilão para os 15 mil barris mínimos que está quantificado Souza. Mas estamos precisando ultimar a pesquisa no litoral, na região de Touros, Touros já encontramos gás e petróleo ainda não quantificado, mas está lá a comprovação de que existe e também mais para cá, para a banda de Pernambuco.

Se quando os dois continentes se separaram a rocha era a mesma, se do lado da África encontraram 18 bilhões de barris é óbvio que a rocha do lado de cá também tem, mas cadê o dinheiro da Agência? Dois bilhões num ano, 4 bilhões no outro e a Agência recebe minguidos milhões, 30, 40, 50, 60 milhões, foi o que nós conseguimos no ano passado, se não me engano, para poder tirar esses 40 da Paraíba. E eu me cobrava se não era mais barato a gente investir na pesquisa. Na pesquisa lá de toda bacia do Piauí, se da bacia do Amazonas, se da Potiguar, em tantos lugares que nós temos, gás até temos, encontramos na Amazônia muito gás, só que não tem ainda como transportar, está se injetando o gás de volta para poder tirar mais petróleo.

Tudo bem, o gás não vai sumir, está sendo reinjetado, mas com certeza esse quadro precisa ser acionado, aumentado. Vocês contem conosco aqui do Senado para o que precisar. Agora eu queria perguntar a V.S.^a o que é que vocês prevêem na hierarquização? Quais são os campos que nós temos que avançar mais? Nós já sabemos que o Rio de Janeiro, que a Bacia de Santos está muito bem no mar, mas é muito profundo. Temos alguma prioridade já, Presidente e Dr. Narciso, já pensada na banda do nordeste? Já temos alguma coisa na hierarquização dessas prioridades além desse leilão porque o que me consta o estoque nosso conhecido para leilão está acabando, isso é verdade.

E eu queria ouvir os senhores sobre isso. Como fazer para incentivar, para acelerar essa pesquisa e estou dando como exemplo costa da Paraíba, costa do Pernambuco, área do Piauí que nós precisamos rapidamente. E tem agora a boa vontade do Ministro e do Presidente da PETROBRAS que garantiram aqui neste Senado, nesta Comissão de que têm pressa em fazer essa pesquisa nacional, é possível. Eu queria que V.S^{as}. também dissessem o número de poços que nós temos hoje. Eu ouvi falar em 25 mil, 26 mil poços contra 1 milhão e pouco nos Estados Unidos. Isso é verdadeiro?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O Dr. Aroldo Lima com a palavra.

SR. AROLDO LIMA – Utilizando de novo a benevolência da Mesa, nós temos no Brasil hoje aproximadamente 22 a 23 mil poços. Nos Estados Unidos não é um milhão não, são aproximadamente 4 milhões de poços que têm toda...

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Ou seja, nós não temos nada.

SR. AROLDO LIMA – É uma coisa insignificante, inequivocamente. Respondendo a outra pergunta sua, Senador Suassuna, a ANP completou um plano decenal de pesquisas, estabelecendo, digamos assim, metas em função de recursos, são recursos módicos bem aquém dos recursos que nós legalmente teríamos direito, mas sentimos que as conjunturas não favorecem a liberação de grandes recursos, então resolvemos dividir os recursos ao cabo de dez anos. Seria um plano decenal que gastaríamos por ano aproximadamente 200 milhões de reais. Esse programa está feito.

Nós estamos dispostos, ou estamos desejosos de procurar imediatamente o Ministro Mantega para expor esse plano e dizer para ele que nós queríamos que, pelo menos, esses 200 milhões aproximados em todos os anos relativos à pesquisa não fosse contingenciado, porque na nossa tese que é a mesma de V.Ex^a isso seria dar um tiro no pé. Você está matando os ovos de ouro. Se você não faz a pesquisa você não consegue fazer uma exploração bem feita, ou então faria um leilão, digamos assim, sem conhecimento, como disse o Dr. Nelson aqui agora, em Angola quando se faz um leilão de um bloco pequeno, as empresas interferem ou colocam bônus de seiscentos, novecentos milhões ali, de dólares. Aqui, às vezes, é muito menos porque o cabedal de conhecimento que nós apresentamos é bastante inferior. Nós precisamos adensar o nosso conhecimento de todos esses blocos para que eles sejam suficientemente valorizados, e é isso que nós pretendemos fazer.

SR. NELSON NARCISO FILHO – Se eu pudesse trazer uma contribuição, uma colocação do Sr.

Presidente, Diretor Geral da Agência e do Sr. Senador, pesquisa e essencial, pesquisa é a base.

Nós não temos como iniciar um processo de exploração ou apresentar e fazê-lo atrativo se nós não apresentarmos dados suficientes que demonstre de que a probabilidade de encontrar hidrocarboneto, ela é grande, essa probabilidade é que atrai os potenciais, o que eu chamei aqui de pequena, de micro e de média empresa. Então pesquisa é essencial, é a certeza da continuidade, sem a pesquisa nós não sabemos bem, exatamente o que pode vir a acontecer, é a certeza da continuidade.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Apenas para concluir, o estoque praticamente de campos para serem leiloados está esgotado se não tiver novas pesquisas em curto prazo. E a segunda coisa que eu queria que V.S^a afirmasse de novo, ao leilão, no caso da Paraíba, no Campo de Souza, na Bacia Potiguar vai ser agora em agosto.

SR. AROLDO LIMA – Exatamente, Senador, como V.Ex^a escutou. Nós tínhamos previsto o leilão para novembro, este ano. Recentemente discussões feitas já no âmbito do Governo, no Ministério de Minas e Energia com a ANP nós achamos que era conveniente trazê-lo para 28, porque nós tínhamos condições de fazer isso diminuindo certos prazos e certos intervalos e etc. No dia 28 de agosto nós estaremos fazendo o leilão. Nesses próximos dias nós estaremos apresentando a relação completa de todos os blocos que serão apresentados no leilão.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – No caso de Souza é mais de um bloco?

SR. AROLDO LIMA – É bem mais do que um bloco, blocos pequenos são dezenas de blocos. É muito bloco lá em Souza.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Antes de passar a palavra ao Senador Gilberto Mestrinho, eu comunico à Comissão que votaram 19 Senhores Senadores, portanto, está encerrado o processo de votação e eu peço à Assessoria que traga a urna aqui para a Mesa, eu vou, com a concordância dos demais companheiros, eu vou fazer aqui a contagem dos votos. Com a palavra o Senador Mestrinho.

SENADOR GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Sr. Presidente, Sr. Diretor da Antac, Srs. Senadores, lamentavelmente, eu não assisti a...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O Senador Suassuna será o escrutinador.

SENADOR GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Não assisti a parte inicial da reunião e as colocações feitas pelo indicado para a direção da Antac, o

Dr. Nelson Filho. Mas ouvi as colocações do Presidente e do próprio Dr. Nelson e quero dizer o seguinte, a questão da pesquisa é importante, é importante, efetivamente. Agora é preciso que a pesquisa se efetive voltada para uma realidade já existente. Pela experiência havida, todos os furos praticamente feitos na Bacia do Juruá indicaram gás, pouco petróleo, mas muito gás e do Meridiano, de Manacapuru para lá até a fronteira onde furar vai aparecer gás porque aquela região é a maior bacia sedimentada do mundo, e o que houve no início da exploração de petróleo foi que as sondas não tinham profundidade suficiente para alcançar o jazimento de petróleo que estavam no antigo fundo do mar que havia na região. E somente o tempo é demonstrou as [inaudível] da reserva de óleo em Urucu e estão aparecendo outras reservas lá.

Ao mesmo tempo, já foram detectados, segundo a PETROBRAS local 80 bilhões de m³ de gás na Bacia de Urucu e 4 bilhões na Bacia Cios(F) que está ainda em pesquisa. Isso aí seriam 84 bilhões de m³ de gás suficientes para abastecer o Brasil durante muito tempo. No entanto, há oito anos eu estive lá com o Presidente da República para assinar o Protocolo de Construção do Gasoduto. E há oito anos nós lutamos por esse gasoduto.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Mestrinho, eu vou pedir apenas, eu estou sendo chamado para outra Comissão, eu vou ter que sair, o Senador Ney vai assumir e proclamará o resultado.

SENADOR GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Certo, eu vou ser rápido. Esse gasoduto até hoje não saiu. No início do Governo atual foi prometido a continuidade, mas nós estamos agora presos a uma discussão correta, é questão de preço do gasoduto. Os preços foram absurdos apresentados, apresentados e por isso só agora que parece que vão iniciar a construção na questão do gás. E é possível que com essa orientação que foi dita aqui nós tenhamos em breve uma solução para os problemas por quê? Porque essa questão da Bolívia não é uma questão para ser resolvida de hoje para amanhã, isso vai demorar e o Brasil tem que tomar as precauções se quiser continuar o crescimento econômico com produção de gás e óleo. Porque o nosso desenvolvimento não pode ficar dependendo de fecharem ou não a torneira do gás para a Bolívia. Assim, eu faria um apelo à ANTAC, a Agência Nacional de Petróleo, para que desse uma certa prioridade ao gás de Urucu e mais, a continuidade das pesquisas de Silvios(f), porque fica muito perto de Manaus. E com isso teria o abastecimento muito mais fácil, e um gasoduto muito mais econômico até. Esta é uma opinião de um leigo, mas que observa e vive

o dia-a-dia da região amazônica. Isso aí eu acho que seria um grande ganho apesar dos limites financeiros com que contam a Agência. Obrigado.

[Troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – V.S^a quer usar a palavra ou era apenas uma comunicação ou expressou apenas o nobre Senador Mestrinho a sua solicitação?

SR. NELSON NARCISO FILHO – Eu quero dizer que entendi muito bem o que o senhor colocou e concordo literalmente e vamos buscar, e se aprovado for, se conduzido for vamos buscar em consideração ao que o senhor colocou. **SR. PRESIDENTE SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB)** – Então, aproveitando o final das intervenções, eu queria dizer as V.Ex^{as}. que fim da apuração, proclamo o seguinte resultado – 19 votos “sim”. Portanto, o candidato, Dr. Nelson Narciso Filho está aprovado. A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

E ao finalizar, eu queria convocar os Srs. Senadores, membros desta Comissão, para a próxima reunião que realizar-se-á hoje às 17h neste mesmo Plenário.

Muito obrigado a todos. Declaro encerrada a Sessão. Está encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 12h18min.

Ata da 11ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, realizada em 30 de maio de 2006, às 10 horas.

Às onze horas e dez minutos, do dia trinta de maio de dois mil e seis, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Heráclito Fortes, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença dos Senhores Senadores **José Jorge, Marco Maciel, Leonel Pavan, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Serys Slhessarenko, Sibá Machado, Aelton Freitas, Antônio Carlos Magalhães, César Borges, Jonas Pinheiro, Flexa Ribeiro, Juvêncio da Fonseca, Romero Jucá, Luiz Otávio, Wellington Salgado, Paulo Paim, Fátima Cleide e Flávio Arns**. Presente também o Senador João Alberto de Souza. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a deliberação do **Item único** da Pauta – **Mensagem do Senado Federal nº 155, de 2006**, que “**submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Fernando Antônio Brito Fialho, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – AN-**

TAQ”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Romero Jucá. Em seguida, a Presidência concede a palavra ao Relator para proferir o seu relatório. Após, a Presidência dá início ao processo de votação, concedendo, em seguida, a palavra ao Senhor Fernando Antônio Brito Fialho para suas considerações iniciais. Foram convidados para escrutinadores o Senador Roberto Saturnino e a Senadora Serys Slhessarenko. A Presidência proclama o resultado da votação – dezoito votos sim, nenhum voto não e nenhuma abstenção, totalizando dezoito votos. A indicação foi aprovada. Usam da palavra para sabatar o indicado, os Senhores Senadores Siba Machado, Roberto Saturnino e Serys Slhessarenko. Ao final, a Presidência agradece a presença de todos e comunica que o Grupo de Trabalho reunir-se-á, às 14 horas, do dia de hoje, na sala de reunião da Comissão. A Presidência declara encerrada a reunião, às doze horas e dez minutos, lavrando eu, *Dulcília Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata da Reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. A presente Reunião destina-se à apreciação da seguinte matéria – Item Único da pauta, Mensagem do Senado 155 de 2006 que submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Sr. Fernando Antonio Brito Fialho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários ANTAQ. O autor é a Presidência da República, tendo como Relator o Senador Romero Jucá. A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação. Convido para tomar assento à Mesa dos trabalhos o indicado, o Sr. Fernando Antonio de Brito Fialho.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá para proferir o seu relatório.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por meio de mensagem 155 do Presidente da República encaminhou a indicação do Sr. Fernando Antonio Brito Fialho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários ANTAQ, no período remanescente do mandato do Sr. Ronaldo Herbst Dotta.

Os temos do Art. 52 da Constituição Federal compete privativamente ao Senado aprovar previamente por voto secreto após a arguição pública a escolha de titulares de cargos enunciados.

Autarquia vinculada ao Ministério dos Transportes a ANTAQ foi criada e dispõe sobre a reestruturação do transporte aquaviário e terrestre. Criou o Conselho Nacional de Integração de Política de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes. Em seu Art. 53 a Lei 10.233 estabelece que os membros da Diretoria da ANTAQ serão nomeados pelo Presidente da República após aprovação pelo Senado nos termos mencionados.

Nascido em 24 de outubro de 1963 na cidade de Fortaleza, Ceará, Fernando Antonio Brito Fialho graduou-se em Engenharia Civil pela Universidade Estadual do Maranhão, tendo-se especializado em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas.

Dotado de elevada capacidade de liderança e habilidade na criação, desenvolvimento e implementação de projetos, tem exercido diversas funções relevantes tanto na iniciativa privada, quanto no âmbito da administração pública.

Como empresário, na condição de gestor sócio de companhias regionais de porte médio realizou empreendimentos imobiliários e outras importantes atividades na área de construção civil de infra-estrutura.

No setor público foi titular entre 2002 e 2003 na Gerência de Estado de Articulação e Desenvolvimento Regional de São Luís, cargo equivalente ao de Secretário Estadual, responsável pelas ações governamentais nas áreas de educação, saúde, infra-estrutura, na região metropolitana constituída em torno da capital do Estado do Maranhão.

Entre 2003 e 2005 presidiu a Empresa Maranhense de Administração Portuária EMAP, empresa pública vinculada ao Governo do Estado do Maranhão que atua como autoridade portuária do Porto de Itaqui e exerce entre outras atribuições as de promover a infra-estrutura adequada às atividades portuárias. Coordenar a movimentação de cargas, regular o uso da área do porto organizado e induzir o desenvolvimento regional.

Nessa última função cujas atribuições guardam estreita relação com o cargo de direção do qual foi indicado, se responsabilizou pelo programa de modernização da infra-estrutura e inserção dinâmica do Porto de Itaqui no mercado e na cadeia logística do corredor norte de exportação.

Pela negociação de contratos com grandes clientes das operações portuárias como a Companhia Vale

do Rio Doce e de convênios com o Governo Federal voltados para o financiamento de projetos estratégicos. Teve também a oportunidade de participar de missões internacionais na Holanda, Índia, Vietnã, China e Estados Unidos da América.

Em síntese, as informações contidas no currículo anexadas à Mensagem 155 demonstram que a par de possuir adequada formação acadêmica profissional, o Sr. Fernando Antonio Brito Fialho reúne os demais tributos requeridos para o exercício do cargo para o qual foi escolhido pelo Sr. Presidente da República.

Desta forma submetemos a indicação constante da referida Mensagem Presidencial à apreciação e julgamento desta Comissão com o parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Antes de conceder a palavra ao Dr. Fernando Fialho, eu quero dizer que, tendo em vista, o relatório com o currículo do Dr. Fernando em contraste à Mesa de cada um dos Srs. Senadores, e sabendo dos afazeres que os mesmos tem em outras Comissões, eu, a partir de já, abro o processo de votação para aqueles que já se sentirem em condições de expressar seu voto. O Senador João Alberto pede a palavra.

SENADOR JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB-MA) – Presidente, uma Questão de Ordem. Eu não sou membro da Comissão, mas a minha presença aqui é para prestigiar este rapaz que se chama Fernando Fialho.

Eu conheço de longas datas. É filho de um Fialho ex-Deputado Federal, ex-Prefeito de São Luís, ex-Prefeito de Fortaleza, é um rapaz dinâmico, trabalhador, sério, competente.

Ele, escolhido para essa função, eu não tenho a menor dúvida que irá se portar muito bem, e que será um excelente Administrador como sempre foi. Eu gostaria de dizer aos meus pares em rápidas palavras que em votando no Fernando Fialho, tenham a certeza que tão votando num excelente cidadão, num excelente homem público que irá prestar um grande serviço ao Governo Federal.

Era só, Sr. Presidente, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Ouvindo o Senador João Alberto, passo a palavra ao Dr. Fernando Fialho para as suas considerações.

SR. FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO – Exmo. Senador Heráclito Fortes, Presidente desta Comissão, Exmo. Senador Romero Jucá, Relator do Processo, em nome de quem gostaria de cumprimentar os demais Senadores.

Eu queria, em primeiro lugar, agradecer as palavras carinhosas do amigo, Senador João Alberto e dizer aos Srs. Senadores da honra de ter sido indicado

pelo Presidente Lula para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

A Agência que tem um importante papel nesse cenário atual do nosso País. O Brasil enfrenta um desafio muito grande no sentido de estar cada vez mais preparado para a sua inserção no mercado internacional.

E não é através de outro meio, e sim do transporte aquaviário que nós vamos conseguir ampliar a nossa pauta de exportação e as nossas trocas comerciais.

Esse desafio tem sido muito bem correspondidos ao longo dos últimos anos pelo setor portuário brasileiro que, cada vez, tem demandado mais investimentos e que tem propiciado com que o Brasil tenha este crescente superávit que só nos últimos cinco anos o Brasil saltou de alguma coisa em torno de 60 bilhões para 120 bilhões de dólares de trocas internacionais.

A nossa pauta é composta essencialmente e, principalmente, por produtos de menor valor agregado, o que implica numa grande necessidade de um cuidado muito grande com a questão da infra-estrutura do País. Por isso essa Comissão tem um papel fundamental e importante porque está apoiando o trabalho do Governo no sentido de que nós possamos ter as condições de infra-estrutura necessária no País para atender a essa demanda.

Os setores do agronegócio brasileiro, o setor minero-metalúrgico são setores que têm por questões de pequeno valor agregado tem uma necessidade de que nós façamos uma revisão até na nossa matriz de transporte brasileiro.

Os Estados da região norte do Brasil já têm os rios como parte da vida dos seus cidadãos. Os rios são os meios de transporte, fazem parte do dia-a-dia dos cidadãos.

Mas no Brasil nós temos uma utilização ainda muito incipiente com o transporte de carga das nossas hidrovias, por isso precisamos melhorar as questões regulatórias, melhorar as questões para que nós possamos ter uma análise ambiental mais completa e mais complexa, e que possamos utilizar as hidrovias de forma muito mais eficiente e mais marcante, não só para o transporte de pessoas como é largamente utilizada em toda a região Amazônica, mas para o transporte de cargas, fortalecendo alguns corredores fundamentais para o desenvolvimento do País.

A produção brasileira se desloca muito para a região central, e é uma região que é carente de acesso aos portos, e isso faz com que nós tenhamos alguns portos com congestionamentos e outros portos que têm infra-estrutura disponível e que não são facilmente

acessados pela infra-estrutura. Por isso essa infra-estrutura das hidrovias brasileiras precisam ser fortalecidas e é com esse objetivo também que acredito que vamos trabalhar na ANTAQ para que nós possamos regulamentar melhor as questões hidroviárias para utilizar não só as hidrovias no transporte interior de mercadorias, como também o transporte de cabotagem que é muito pouco utilizado no Brasil.

O Brasil tem uma costa com mais de 4500 quilômetros, e essa costa nós temos uma grande aquavia a ser utilizada fortemente. Nós hoje temos transporte de mercadorias sendo feitos, saindo do Rio Grande do Sul para toda a região norte do País, por exemplo, levando arroz e que nós temos utilização de caminhões para fazer esse transporte.

Precisamos tornar mais eficiente o nosso transporte de cabotagem e tenho certeza que na ANTAQ poderemos contribuir para melhorar a regulamentação e tentar fomentar esses investimentos.

O Brasil tem uma lei, a Lei 8.630 é uma Lei muito eficiente no sentido de atrair investimentos para o setor portuário brasileiro. Conseguiu atrair alguns bilhões de dólares de investimentos e foi através dessa Lei que já tem uma característica de parceria público-privada muito interessante que nós conseguimos dotar os portos de uma eficiente infra-estrutura para atender o desafio das exportações crescentes notadamente dos principais complexos brasileiros que situam em São Paulo e no Rio de Janeiro, e que são os principais complexos de exportação de produtos de maior valor agregado.

Os terminais de contêineres hoje existentes têm condição de atender essa demanda porque tem recebido fortes investimentos do setor privado. Então essa nossa legislação precisa apenas de algumas regulamentações.

A ANTAQ tem feito regulamentações através das suas resoluções, e nós vamos procurar ter um diálogo mais permanente com o setor produtivo, porque acredito que é com esse diálogo com o setor produtivo que nós vamos conseguir tornar mais eficientes o nosso sistema de transporte. E, principalmente, garantir um arcabouço jurídico que permita que novos investimentos sejam feitos e que o Brasil possa enfrentar esse grande desafio de se tornar cada vez mais um grande exportador e, notadamente, com alguns cenários que surgem na questão energética, o Brasil tende a ser um grande exportador de produtos para geração de energia renovável. Então nós temos um desafio que tem que ser encarado com muita seriedade, que é o desafio de dotar toda a nossa infra-estrutura portuária e a infra-estrutura de transportes para que nós possamos fazer com que o Brasil continue com esse cres-

cimento e gere superávit para gerar desenvolvimento e riqueza para o povo brasileiro.

Eu quero agradecer a atenção dos Srs. Senadores e me colocar à disposição para qualquer solicitação. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Senador Sibá Machado para considerações e perguntas ao depoente.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, primeiro saudar aqui o Dr. Fernando Antonio Brito Fialho, vendo aqui o seu currículo, jovem, mas com larga experiência na área da qual se propõe a contribuir com o nosso País.

O Dr. Fernando para essa Agência de Transporte Aquaviário que é uma das áreas que me interessa muito, também tenho algumas preocupações que eu gostaria de considerá-las e depois algumas perguntas. O processo de ocupação brasileira usou muito pouco o sistema hidroviário, no meu entendimento, e pelo que eu pude compreender, dizem que porque os portugueses procuravam um grande rio que pudesse praticamente fazer a interligação com o coração da América do Sul. Dizem que procuravam, na época, um tal de um grande lago que emanava dois grandes rios. Coincidentemente quando descobriram o rio da prata e dois o rio Amazonas estão no caminho certo, e aí procuravam o tal do grande lago.

Este lago nunca apareceu, embora que exista o Titicaca lá no Peru, se não me engano, e se pensava que teria lá um Eldorado, um grande filão de ouro e que deixaria a Espanha e Portugal como os dois Países dominantes da Europa e da economia.

Então, eu acho que essa foi a inversão da forma da utilização dos rios. Como não chegou a realização desses sonhos os rios basicamente foram abandonados.

No caso da Amazônia eles foram utilizados por um bom período da borracha porque era a forma natural da ocupação seguindo o fluxo das águas se chegou ao grande interior amazônico.

Mas agora nós estamos vivendo num País das rodovias, num País das rodovias. Os brasileiros, aqui eu vou plagiar uma fala de George Bush que diz que os americanos estão com mania de petróleo, eu vou dizer que os brasileiros tem mania de carro, manias de rodas de pneu. E nunca o sistema ferroviário foi, digamos, levado muito a sério no Brasil e muito menos no sistema aquaviário. V.Ex^a já fala aqui da história da cabotagem.

Se nós pensarmos aqui, eu fiz umas contas uma vez, se o Brasil atingir 200 milhões de toneladas de produtos, seja para exportação, seja para o consumo interno, fazer esse fluxo de carga, as cargas de menor

valor agregado, inevitavelmente, vão precisar de maior volume de transporte para poder ter compensação.

Se imaginarmos que o Centro-Oeste vai atingir sozinho 70, 80 milhões de toneladas e o Centro-Oeste não tem acesso a grandes rios, nós tínhamos que pensar nessas integrações, em alguns pontos as ferrovias têm que fazer interligações de grandes rios.

O planalto central acessa as três maiores bacias brasileiras, três grandes bacias de acesso ao mar, as três com acesso ao mar e passamos por altos pólos de produção. Nós temos do Centro-Oeste Sul, Centro-Oeste Norte e Centro-Oeste Nordeste com o rio São Francisco.

Então, eu acho que V.Ex^a pode nos ajudar muito nessa reflexão de como que possamos criar um outro cenário, um outro tipo de pensar no Brasil de utilizar essa importante via de transporte.

Mas a pergunta que eu quero fazer, que eu não entendo muito, juro que não entendo dessa preocupação. O rio madeira foi prometido para os bolivianos à renda em 1903 que seria grande hidrovia de transporte dos produtos da Bolívia de acesso ao Atlântico, como tem as cachoeiras no rio Madeira ajuzante(F) da cidade de Porto Velho, o que é que ocorreu? Colocaram ferrovia, Madeira Mamoré que saíria de Porto Velho até o Município de Guajará-Mirim passando pelos pontos que não dão acesso de barco.

Então isso nunca foi utilizado, isso nunca foi levado a cabo. Se fala na hidrovia do rio Paraná, levando então produção do Centro-Oeste para o Sul, e se fala até da utilização de uma hidrovia do rio Tocantins, do rio Araguaia. Mas se fala de um alto impacto ambiental, se se utilizar estas hidrovias. Até uma pergunta que eu faço para V.Ex^a é qual é o grau de verdade sobre este alto grau de impacto e que medidas poderíamos pensar de solução de um problema, mas que isto não pare, no meu entendimento, com uma ambição desse tipo que eu acho que é muito bom para o Brasil e o barateamento das grandes cargas que o nosso País teme em ser o campeão da exportação de produtos de primeira necessidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Dr. Fernando Fialho.

SR. FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO – Senador, realmente, a sua reflexão é perfeita. Nós temos que ter cada vez mais um equilíbrio na matriz de transporte brasileira. Há um desequilíbrio muito forte no sentido do setor rodoviário.

O setor rodoviário é responsável hoje por mais de 60% do transporte de cargas no Brasil, o que não significa dizer que nós devamos, com isso deixar de ter um zelo absoluto com as nossas rodovias, até porque

o equilíbrio da matriz de transporte é feito com a utilização, no trecho aonde aquele modal é mais econômico daquele tipo de transporte. Por exemplo, o setor rodoviário até 400, 500 quilômetros, todos os estudos mundiais mostram que há uma viabilidade econômica na utilização do transporte rodoviário.

Acima disso e, principalmente, para transporte de grandes volumes como a produção agrícola da região Centro-Oeste que o Senhor citou e a produção mineral também que tem na província Amazônica e também na região de Minas Gerais, do Complexo Mineral-Metalúrgico Brasileiro nós temos que ter outros modais que venham a contribuir para que nós tenhamos um transporte de carga mais barato, mais eficiente. No setor Mineral-Metalúrgico isso já tem acontecido, as soluções têm sido rapidamente adotadas pela própria iniciativa privada, e de forma muito eficiente tem utilizado as ferrovias. No setor do agronegócio nós temos um desafio muito grande de utilização das hidrovias integrando mais a região Centro-Oeste brasileira, principalmente, é a região para onde a produção está se deslocando.

O Senhor colocou muito propriamente que é uma região que tem crescido vertiginosamente na produção agrícola, e por condições naturais, por terras planas, mecanizáveis, então em função disso nós temos a tendência de deslocamento cada vez maior porque é a região que é um dos seleiros do mundo.

A ocupação dessas áreas vai fazer com que o Brasil, cada vez mais, se torne um grande produtor de alimento e de energia renovável para o mundo.

Então, nesse desafio nós temos sim, que analisar como muito cuidado a questão das hidrovias. As questões ambientais, a legislação brasileira hoje é uma legislação ambiental muito boa. Acontece que tem o foco que tem sido dado a abordagem é que o meio ambiente é um problema, é um problema porque tem que ser contornado o problema do meio ambiente. A partir do momento que nós conseguimos mudar um pouco esse foco, enxergar que há que se preservar o meio ambiente, mas que o impacto ambiental direto de hidrovias ele é insignificante.

A hidrovia, propriamente, não gera impacto ambiental significativo, porém a ocupação das suas margens, a ocupação com o desmatamento das margens dos rios, isso sim que gera um impacto ambiental muito grave e muito sério e que pode vir a prejudicar.

Então é nesse sentido que eu acredito que nós temos que fazer os estudos de impacto ambiental, os EIA/RIMAs de todas as nossas hidrovias levando em consideração o fator de proporção econômica para o País, da utilização dessas hidrovias e o impacto ambiental correlato e colocar em todas as determinações a

importância da preservação das margens, porque não há necessidade de que nós venhamos a fazer desmatamento nas margens para utilizar o leito dos rios.

Os rios que são navegáveis, por exemplo, a hidrovia do Araguaia com muito pouco investimento pode vir a transportar alguma coisa em torno de 15 a 20 milhões de toneladas por ano.

Agora precisamos sim, ter o cuidado com a questão ambiental, mas tratar preparando os relatórios de impacto do meio ambiente com o cuidado de observar a questão da navegação, propriamente, e da preservação do seu entorno. A preservação que é fundamental para que nós possamos ter um desenvolvimento sustentável, mas que não pode também ser motivo de impedimento desse desenvolvimento porque no final das contas nós vamos acabar prejudicando o beneficiário da preservação que é o homem.

Então nós temos que encarar isso com muita tranquilidade e, recentemente, inclusive, num simpósio que participamos foi feita uma discussão pela promotoria do meio ambiente, de forma muito clara de que se nós mudarmos a forma de encarar o problema ambiental, que é colocado como problema e passarmos a encarar como um aliado na questão do desenvolvimento econômico, e ver que tipo de benefício a gente pode tirar da nossa legislação, que é uma legislação muito boa e muito rica, eu acho que nós vamos conseguir sim, ter um transporte hidroviário eficiente, e que vai, sem causar danos maiores aos nossos rios, contribuir significativamente para o desenvolvimento do País.

Outra questão importante é na questão das hidrovias são as eclusas, nós temos que ficar atentos para que nós não fiquemos fazendo mais em rios que podem ser navegáveis, porque tem rios que não são economicamente viável para ser navegável, mas em rios que são economicamente viáveis para ser navegável nós não podemos ficar fazendo hidrelétrica sem a eclusa correspondente, isso é uma coisa muito importante que tem que ser observado.

Sei que existe, inclusive, um projeto aqui no Congresso Nacional em análise nesse sentido de exigir que os rios que estão no plano nacional de vias como hidrovias, tenham as questões de eclusas observadas na hora de fazer as novas hidrelétricas, que são também muito importante para o desenvolvimento do País, mas que precisam manter a navegabilidade como acontece nos Países, como Estados Unidos, na Europa que todos os rios são... Aqueles que não navegáveis são transformados em rios navegáveis porque são importantes para a economia dos Países.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Antes de conceder a palavra ao Senador Roberto Saturnino, eu comunico que os votos

do bloco de apoio ao Governo PT, PSB e PL já foram todos computados, de forma que a bancada de apoio ao Governo já não tem mais direito a voto. Com a palavra o Senador Saturnino.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ)

– Dr. Fialho, a sua apresentação, enfim, reflete as condições muito boas de V.Ex^a assumir o cargo de Diretor da ANTAQ, mas eu queria lhe perguntar sobre as empresas de navegação.

O Brasil, outrora, e esse outrora não é muito longe, porque quando eu comecei a exercer a minha profissão, jovem como Engenheiro do BNDE, o Brasil tinha uma frota mercante que era uma das grandes do mundo, do mundo mesmo.

Então era o Lloyd, eram empresas estatais como o Lloyd, a Costeira, mas tinham empresas privadas, a Frota Oceânica, Netumar, eu me lembro muito bem. Esta frota desapareceu, ela entrou em falência quase total e desapareceu quase totalmente, resta ainda aliança que a navegação, aliança que foi comprada também pelos chilenos ou pelos alemães, não sei bem.

Eu queria lhe fazer uma pergunta sobre... Uma notícia sobre como está em termos de dinamismo, de evolução, essa frota mercante brasileira, está se recompondo, a própria indústria de construção naval que foi implantada para, exatamente, fazer a renovação dessa grande frota brasileira, também entrou em colapso porque a frota acabou.

Então, eu queria um pouco a sua informação sobre o Estado em que encontra-se a frota mercante brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Dr. Fialho.

SR. FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO – Senador, realmente, nós temos um problema sério na questão navegação do Estado do Brasil.

O Senhor que é do Estado do Rio de Janeiro onde a indústria naval já foi um grande impulsionador da economia, hoje, felizmente, começa a se recuperar.

Acredito que um dos fatores importantes que aconteceram foi a própria exploração de petróleo, a PETROBRAS tem contribuído fortemente para a geração de demanda para embarcações de apoio marítimo e isso tem impulsionado novamente, dado um novo alento à indústria naval brasileira.

Na questão da navegação internacional nós ainda temos alguns desafios, e é por isso mesmo que a nossa cabotagem ela ainda tem muitos entraves, e os nossos maiores desafios estão nas questões tributárias.

As regulamentações da ANTAQ tem procurado a incentivar a colocação de frota nacional e é nesse sentido que os afretamentos são liberados quando não há capacidade de atendimento da frota nacional como

uma forma de impulsionar, mas acredito que poderemos fazer alguns estudos para avaliar essa questão tributária e trazer sim, aqui à Comissão de Infra-Estrutura do Senado que deverá ser um aliado nessa solução para que nós possamos incentivar mais o transporte de cabotagem.

A navegação marítima é, sem dúvida, a mais econômica do mundo, não é a toa que em Países grandes como os Estados Unidos, quer dizer, a navegação permeia toda costa além dos rios internamente, mas permeia toda costa e faz um sistema de abastecimento funcionar de forma muito eficiente e econômica.

Então nós temos uma costa espetacular, temos portos que podem atender a essa demanda, com certeza, até porque a nossa legislação que a 8.630 que é a legislação de 1993 que agora completa 13 anos, ela vem cada vez mais se consolidando como uma grande ferramenta de atração de investimentos. Então, eu tenho certeza que havendo uma desregulamentação, e uma melhoria na análise das questões tributárias que envolvem a navegação no Brasil, nós poderemos sim, fortalecer o setor e fazer com que a indústria naval brasileira ocupe novamente um espaço importante, não só na navegação de cabotagem, mas também na navegação internacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Obrigado, Dr. Fialho. Temos aqui a complementação do quorum.

Eu gostaria de pedir ao Dr. Fernando Fialho que discorresse mais um pouco exatamente sobre essa questão da navegabilidade, principalmente, no que se diz respeito a construção de algumas eclusas, que como já foi dito aqui cria alguns transtornos para o escoamento de produção. O caso específico da eclusa de Tucuruí sobre o rio Tocantins no Estado do Pará. Se ele tem noção precisa de que em fase está aquela obra, quanto falta para a sua conclusão, qual a previsão de conclusão e recursos orçamentários estão alocados, enfim, o que sabe o nobre depoente sobre esta questão.

E a Mesa pergunta, também gostaria de fazer sobre a eclusa de Boa Esperança no rio Parnaíba.

SR. FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO – Senador, o sistema de navegação hidroviária brasileira tem, realmente um problema grave nas suas limitações com relação às eclusas.

As eclusas de Tucuruí é um retrato muito claro disso, a eclusa de Tucuruí já está há mais de dez anos em construção, e em função disso acaba se tornando uma obra muito mais cara.

Em primeiro lugar ela já ficou uma obra muito mais cara porque não foi previsto no projeto original da barragem de Tucuruí a implantação da eclusa,

somente depois os estudos foram realizados e isso, para o Senhor ter uma noção da importância e da relevância de que na aprovação dos projetos das novas hidrelétricas sejam analisadas as eclusas, nós temos um custo só pelo fato de que a eclusa não foi prevista originalmente, nós vamos ter uma ampliação de custo de mais de 30% do valor total da obra durante o seu processo de implantação porque normalmente quando não é previsto no projeto original da barragem, tem que se fazer um desvio muito maior, tem que se implantar obras servis muito mais vultosas.

Então, nesse sentido que é importante essa análise que o Senado, que o Congresso tem feito para que nos nossos rios navegáveis, nos nossos rios que tem capacidade de ser hidrovias, e isso está muito claro no cenário brasileiro, as novas hidrelétricas não sejam implantados sem o projeto original contemplar a eclusa.

A eclusa de Tucuruí ainda demandará um esforço financeiro muito grande do Governo Federal. Esforço que eu acho que é fundamental, é necessário, mas o último levantamento que foi feito monta da ordem por volta de 500 milhões de reais para a conclusão da eclusa de Tucuruí. É um volume de recurso significativo, mas terá um impacto muito grande na economia da região.

Existe todo um setor de minero-metalurgia implantado no Pará e que vai, através da eclusa de Tucuruí poder fazer uma exportação de forma muito mais competitiva do seu produto no mercado internacional. E isso é definitivo na competitividade desses produtos, já que são produtos de menor valor agregado.

As indústrias de ferro-gusa já fazem hoje, estão fazendo uma experiência. A COSIPAR está fazendo uma experiência agora de um transbordo rodoviário subindo rio e fazendo um transbordo rodoviário para contornar a eclosão de Tucuruí. Isso demonstra um pouco o descaso... Isso já está sendo feito e aumenta tremendamente o custo, e está sendo feito como uma forma de ter alternativas a escoamento da produção ao complexo ferroviário implantado pela Vale do Rio Doce que sai pelo Porto da Ponta da Madeira lá no Complexo Portuário de São Luís.

Então, é fundamental que a gente tenha esses investimentos no País para que nós possamos consolidar corredores de exportação e corredores que sejam eficientes. Então nós temos também outras eclusas no Brasil e temos projetos de hidrelétricas que estão já em fase de implantação sem a previsão de eclusas. Volto a dizer, isso em alguns rios não tem um impacto tão grave porque tem alguns rios que já não têm uma facilidade de navegabilidade. No próprio rio Araguaia há trechos em que o investimento para derrocamen-

tos e o custo, tanto financeiro quanto ambiental para transpor alguns trechos é muito alto e aí há que se avaliar a possibilidade de não fazer nesses trechos, mas aí sim fazer integração com modal ferroviário. Mas o trecho em que é navegável o rio e ele tem um grande trecho de mais de 1400 quilômetros que pode ser navegável trazendo toda a produção da região tanto do Tocantins, do Mato Grosso para exportação através do Porto Itaqui no Maranhão, nós temos que manter esses rios navegáveis.

Então as eclusas têm um papel fundamental na manutenção da navegabilidade desses rios, e elas têm que ter um arcabouço jurídico que proteja as hidrovias brasileiras. Porque há dentro do plano nacional de vias que o Ministério do Transporte já fez no passado, há claramente a definição de quais são as hidrovias.

Então, é importante que nos rios que são considerados hidrovias nós tenhamos uma proteção legal que não permita o impedimento através da colocação de hidrelétricas sem as correspondentes eclusas.

Nós temos nos Países da Europa, principalmente, uma utilização dos rios de forma muito marcante, porque é através dela que as cargas são todas interiorizadas pela Europa, e temos essa possibilidade de fazer através da integração ferroviária da Ferrovia Norte-Sul que, inclusive, o Presidente Lula agora inaugurou mais um trecho, fez uma visita recente à obra e que é uma ferrovia fundamental de integração do Brasil, integrar Ferrovia Norte-Sul com a Hidrovia do Araguaia Tocantins é uma coisa importantíssima para que nós possamos ter cada vez mais competitividade, porque nós vamos, com isso, elevar o valor que acaba ficando para o produtor rural, isso é uma coisa fundamental. Quando a gente mexe na matriz de transporte e torna o transporte mais econômico, o que acontece é que fica mais dinheiro na mão do produtor lá no interior do País. Hoje o custo, o valor que o produtor recebe lá no Estado do Mato Grosso, lá no Estado do Mato Grosso do Sul é exatamente o valor da cotação da bolsa de Chicago menos o custo do transporte, para chegar do porto até a região produtora.

Então quando você desagia(F) isso e esse custo ainda é muito alto, acaba ficando menos dinheiro para o nosso produtor e provocando assim até uma possibilidade de que com qualquer turbulência na economia o produtor acabe sendo muito prejudicado. Então é fundamental que a gente tenha um transporte multimodal eficiente para que fique mais dinheiro na mão do produtor, para que fique mais dinheiro dentro do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Saturnino, eu tive agora a oportunidade de percorrer trechos do rio Tucuruí, in-

clusive, a região da eclusa, está construído, mais ou menos, 50%. Evidentemente que isso foi uma falha da construção dessa barragem lá no período revolucionário e, lamentavelmente, essa paralisação faz com que a obra não seja concluída e esse prejuízo que ele acabou de dizer aqui, o que demonstra que está acompanhando de perto o problema, é muito grave, aumenta o custo, é uma quantidade imensa de indústrias, de beneficiamento de aço a partir da [inaudível] Se instalaram ali.

Eu confesso que conheço bem o Brasil, mas fiquei impressionado com o que a região tem para oferecer e acho que o investimento que se faz numa obra dessa natureza é um investimento retornável.

SR. FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO – Não, e a eclusa quando era construída junto com a barragem, evidentemente que o custo dela é muito mais baixo do que agora concluída a barragem e a hidrelétrica em funcionamento fazer a eclusa.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Para V.Ex^a ter noção, a porta de aço de uma das partes da eclusa, devido ao tempo e a não continuação da obra começou a ameaçar a estrutura da obra, caso viesse a ruir.

Então tiveram que fazer uma parede provisória de concreto. Imagine o custo dessa parede para depois ser dinamitada e dar continuidade a obra.

Realmente é uma coisa que nós devemos daqui para frente, inclusive, o Congresso tomar providências com relação a obras futuras no sentido de que essas eclusas sejam imediatamente construída e não haver nenhuma possibilidade de repetição do erro.

Eu vou fazer outra pergunta, mas antes a Senadora Serys pediu a palavra, e ela que é do Estado das chalanas, evidentemente, o Estado que tem o transporte aquaviário como uma das suas alternativas, eu concedo a palavra e depois continuo.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Obrigada Senador Heráclito, Senador que preside esta Comissão, Srs. Senadores, Dr. Fernando. Dr. Fernando o Mato Grosso, como disse o Senador Heráclito, ele brincou que é o Estado das chalanas porque tem muita água, tem muito rio e tem muita água e tem pouca hidrovia. Nós, como um dos maiores produtores de soja do mundo, o Estado do Mato Grosso, o maior produtor de algodão e de carne, fora os outros produtos.

A gente vê hoje já quase na eminência de não ter formas de escoamento da produção de Mato Grosso. Está num gargalo assim de alta periculosidade, inclusive, toda essa mobilização do agronegócio em Mato Grosso passa grandemente para a questão de infraestrutura de escoamento, não só, mas a de escoamento também, e a gente sabe que a 163, que é uma

estrada que pode carregar a produção por Santos ou Paranaguá, mas pode ir por Santarém também, que hoje é uma busca, assim quase que desesperada das pessoas que têm a produção para escoar para que faça a 163 acontecer no Pará, que hoje ela no Pará é tão importante para o Pará quanto para o Mato Grosso, se não é mais importante ainda para o Mato Grosso. Porque o que ela reduz em termos de preço da saída da produção para exportação, quanto para a entrada dos insumos para a produção. E nós temos muita clareza de que precisamos tocar a 163, para sair por Santarém, para mim era decisivo e determinante.

Mas também tenho clareza, Dr. Fernando que isso é uma coisa quase que imediata que tem que acontecer, que num prazo médio e longo nós precisamos de ferrovias, de hidrovias e etc.

E aí quando o Senhor fala na importância da Norte-Sul chegando junto com a hidrovia Araguaia Tocantins, como que está esse projeto, eu não sei aí, tem informações, eu sou meio fanática por esta questão das ferrovias.

Nós temos a Ferronorte em Mato Grosso, um pedacinho de Mato Grosso, mas a gente precisa que ela chegue a Rondonópolis, a gente precisa que a Ferronorte chegue a Cuiabá, e a gente precisa que a Norte-Sul chegue ali na região de Lucas e Sorriso que é uma região assim de um gigantismo imenso de produção e, com certeza, depois a Ferronorte vai encontrar a Norte-Sul por ali num futuro e, com certeza, a Norte-Sul vai nos ajudar a escoar via hidrovia Araguaia Tocantins. Mas concretamente como o Senhor vê essas possibilidades até em termos de tempo, potencial e etc da Norte-Sul e Araguaia Tocantins?

SR. FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

– Senadora, quando eu estive à frente do Porto de Itaquí, procurei aprofundar os estudos na questão do corredor Centro-Norte porque compreendi claramente que o Porto não é apenas um ponto de passagem de mercadorias, ele tem que ser um elemento indutor de desenvolvimento.

Foi nesse sentido que nós procuramos trabalhar lá no Porto de Itaquí, e passei a estudar profundamente o Corredor Centro-Norte. Posso dizer que hoje eu sou uma das pessoas que conhece bem essa questão do Corredor Centro-Norte e estive no seu Estado, e tenho acompanhado com muito otimismo o movimento.

Fizemos, inclusive, agora, recentemente na semana passada em São Luís do Maranhão um evento que foi o XIII Encontro do Corredor Centro-Norte e que aconteceu lá em São Luís com um conjunto de palestras muito interessante e que visou trazer todos os elementos de informações para que o empresariado possa se atrair e investir na infra-estrutura logística.

Eu sou muito otimista com relação ao Corredor Centro-Norte. Não tenho dúvidas de que a região nordeste do Estado do Mato Grosso, que tem crescido imensamente, aquela região de Porto Alegre do norte vai se tornar, a região próxima ao Araguaia toda vai se tornar num dos maiores produtores dentro do próprio Estado do Mato Grosso que já é um grande produtor. Porque é uma nova fronteira agrícola que está sendo aberta e tem sido aberta de forma muito rápida e eficiente. E a competitividade da logística do Corredor Centro-Norte, na integração da hidrovia do Araguaia que tem um trecho navegável hoje, já durante o período das cheias que é o período da safra, ela com pouco investimento poderá se transformar num importante elo de ligação com a Ferrovia Norte-Sul que tem estudos, inclusive, de um ramal que interligue com a hidrovia do Araguaia, mas mesmo com esse ramal é viável economicamente e mesmo ainda sem implantação desse ramal, hoje eu fiz uma visita recente a obra da Ferrovia Norte-Sul e lá está em ritmo muito acelerado para chegar já em Araguaína, deve chegar ainda este ano em Araguaína, o que é muito alvissareiro porque torna mais próximo do Mato Grosso, chega a logística mais próxima do Mato Grosso.

Concordo com a Senhora em relação à Rodovia 163, mas eu queria também colocar que a BR 158 que faz a interligação paralela à hidrovia do Araguaia. Porque a gente considera os esqueletos principais desse Corredor Centro-Norte que sai pelo Porto de Itaquí, que é um Porto que tem calado apropriado para receber os maiores navios do mundo, porque tem 19 metros de profundidade e pode receber os grandes [inaudível] 49:10 e através desse tipo de logística que nós vamos transformar o produto do Mato Grosso mais competitivo no mercado internacional deixando mais dinheiro na mão do produtor.

Então essa interligação da BR 158 que com muito pouco investimento acaba constituindo com a BR 153 que passa por dentro do Estado do Tocantins, o rio Araguaia e o rio Tocantins nos esqueletos principais do Corredor Centro-Norte que contribui com a Ferrovia Norte-Sul alimentando lá no Porto do Itaquí.

Outra notícia importante que o processo de licitação para que a ferrovia, para uma subconcessão da Ferrovia Norte-Sul que exige na licitação a contrapartida da implantação do trecho até Palmas, até as cercanias de Palmas, também deve ser ainda licitada este ano e nós temos a perspectiva de que nos próximos dois anos essa ferrovia chegue em Palmas dando sim uma alternativa muito eficiente e uma alternativa para escoamento da produção do Estado do Mato Grosso.

Eu fico muito satisfeito e teria o maior prazer de discutir porque o Corredor Centro-Norte é um assunto que é fundamental para o desenvolvimento do País e

essa integração, como eu falei no início, multimodal, a rodovia alimentando as hidrovias e alimentando a ferrovia para chegar lá no Porto.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT)

– Sr. Presidente, só um complementosinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Ex^a tem toda a palavra e todo o tempo que necessitar para o uso da palavra, até porque da sua emoção com essas notícias que está recebendo do Mato Grosso justifica.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT)

– O Senador Heráclito é uma figura extremamente ímpar pela sua simpatia.

Mas ele começou a rir ali na mesa, e eu aqui, porque há dias eu fazia uma fala na tribuna e eu dizia que o Araguaia é um potencial gigantesco como realmente é o Senhor confirma, e nós tínhamos a 158 que, felizmente, depois de 10 anos parado o asfalto, foi retomado, já tem sessenta dias que as máquinas estão nas estradas, na 158, é fundamental.

E eu anunciava também na tribuna que na semana que passou, não só foi aprovado como foi liberado 115 milhões para a energia, a questão da energia, o linhão que vai de Querência à Vila Rica com os tentáculos, muitos daqueles municípios do entorno do chamado Araguaia do Norte, antes era o Vale dos Esquecidos, mas eu chamo o Vale vitorioso, porque essa região tão rica, tão próspera de terras tão boas e povo trabalhador não tinha energia e nem estrada, agora com energia e estrada, com certeza, o desenvolvimento ali não vai estourar, vai explodir.

E eu ria porque eu falava de turismo, que além da produção nós teríamos o grande potencial turístico na região com a beleza do rio Araguaia e seu entorno. E o Senador Heráclito falou que... Eu achei ótimo porque até ele reconhecer como membro da oposição, quando eu disse que o Presidente Lula estava levando a Rodovia 158 e a energia para o Baixo Araguaia ele falou para mim que o Presidente Lula tinha acabado de fazer o rio Araguaia. Eu falei para ele que ele não fez o rio Araguaia, mas ele iluminou o Araguaia.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A verdade não foi essa. Ela, na emoção, disse que o Presidente Lula ia inaugurar o rio Araguaia. Ela confundiu, não a energia...

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Presidente não exagera. Mas como ele é muito simpático eu fiz questão de lembrar aqui, porque ele começou a rir, porque ele fez graça comigo lá no Plenário, que o Presidente Lula ia inaugurar o rio Araguaia, mas até isso ele faz, com certeza.

Obrigada.

[interrupção no áudio].

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não tenho dúvida. Já atingimos ao número de 18, Srs. Parlamentares, vou encerrar o processo de votação, solicitando aos Senadores Roberto Saturnino e Serys Slhessarenko que procedam a apuração.

Enquanto isso, Senador Saturnino, para gente ganhar tempo eu pediria ao Dr. Fernando que nos falasse um pouco sobre essa polêmica do rio São Francisco. Transposição, revitalização, ou qual seria a alternativa que V.S^a teria a dar como sugestão para esse problema que envolve o maior rio genuinamente brasileiro.

SR. FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO –

Bom, Senador, o rio São Francisco, na verdade, tem sofrido, eu acho que a preocupação de que a utilização de hidrovias seja feita de forma mais efetiva no País talvez até seja em função do que ocorreu no passado com a ocupação do rio São Francisco, infelizmente, essa ocupação acabou degradando muito as margens do rio São Francisco, e com isso provocando danos ambientais seriíssimos, inclusive, danos que prejudicam, e muito hoje a navegabilidade do rio São Francisco.

A polêmica em torno da transposição das águas do rio São Francisco acaba se fortalecendo em função das questões ambientais, por isso mesmo acredito que o primeiro aspecto a ser considerado deva ser a questão realmente ambiental. As questões ambientais que foram colocadas de lado no passado, hoje tomam um impulso no sentido de que sem que elas sejam devidamente equacionadas, sem que a gente tenha uma restauração da capacidade de sobrevivência do rio, dificilmente nós vamos conseguir avançar no projeto de transposição que eu acredito ser importante para a segurança hídrica de uma região muito pobre e muito atingida pela seca.

Eu, como o Senhor sabe, sou do Ceará, e meu pai é de uma região das mais secas do País, Taboa no interior do Ceará. E eu tenho uma ligação muito forte com o sertão nordestino porque convivi a minha infância toda indo muito à fazenda e convivendo com a escassez e com a falta de água. E o Senhor que é do Piauí conhece isso muito bem, porque é uma deficiência gravíssima.

Então, eu tenho certeza de que, em primeiro lugar, equacionadas as questões ambientais que tem que trazer uma revitalização não só na recomposição de mata ciliar para que o rio não tenha mais barramentos, também...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Está sendo feito...

SR. FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO – Isso é um projeto que tem que estar em andamento.

Eu lhe confesso que não sei exatamente do andamento, mas é um assunto que nós temos que lidar com muito clareza e o rio São Francisco tem que ter uma preocupação especial do Governo porque foi extensamente explorado e que hoje precisa de uma atenção especial, todas as cidades à margem do rio precisam de um tratamento de esgoto para que também não venha poluir imensamente não só no rio São Francisco, mas os outros rios brasileiros.

Eu fico satisfeito de saber que hoje a nossa legislação e começo a ver um controle hídrico maior. O meu pai teve a oportunidade, quando esteve no Ministério da Irrigação começar a implantar essa consciência do controle hídrico. Se o Senhor vai comprar uma fazenda nos Estados Unidos, a terra não vale nada, vale o certificado da água que aquela terra tem. Então isso é um controle que nós temos que avançar no Brasil de forma muito séria e marcante porque o controle da água disponível para abastecimento humano e para a produção agrícola, tem que estar sob um controle rigoroso de instituições que tem uma visão clara da escassez desse recurso.

Fala-se muito no mundo hoje que o grande problema do futuro vai quer a questão da água, e será e o Brasil é privilegiado nas questões de água, só que tem que ter um zelo absoluto para que nós possamos manter os nossos rios vivos. O Estado do Mato Grosso também tem, já tem rios que dão sinal de exaustão.

Então nós temos que ter uma preocupação muito séria em encarar as questões ambientais como parceiras do desenvolvimento sustentável, e não como problema simplesmente a ser equacionado num relatório e depois deixar de lado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Vou proclamar o resultado que me foi encaminhado pelos Senadores Saturnino e Serys. Dezoito Senhores Senadores votaram, e houve unanimidade dos votos, portanto, 18 votos sim pela aprovação do Dr. Fernando Fialho.

A matéria vai à Secretária Geral da Mesa para as devidas providências, ou seja, para o encaminhamento ao Plenário. Comunico aos Srs. Senadores que o Grupo de Trabalho criado no âmbito desta Comissão destinado a debater a grave crise que enfrenta a VARIG irá se reunir em caráter reservado hoje às 14h neste Plenário.

Declaro encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 12h10min.

Ata da 12ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, realizada em 06 de junho de 2006, às 10 horas.

Às dez horas e cinquenta minutos, do dia seis de junho de dois mil e seis, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Heráclito Fortes, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença dos Senhores Senadores **José Jorge, Marco Maciel, Leonel Pavan, Sérgio Guerra, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Magno Malta, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Serys Shhessarenko, Aelton Freitas, César Borges, Jonas Pinheiro, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Romero Jucá, Luiz Otávio, Fátima Cleide, Flávio Arns e João Ribeiro**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a deliberação do **Item único** da Pauta – **Mensagem do Senado Federal nº 153, de 2006**, que “**submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor José Henrique Coelho Sadok de Sá, para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT**”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador João Ribeiro. Em seguida, a Presidência concede a palavra ao Relator para proferir o seu relatório. Após, a Presidência dá início ao processo de votação, concedendo, em seguida, a palavra ao Senhor José Henrique Coelho Sadok de Sá para suas considerações iniciais. Foram convidados para escrutinadores o Senador João Ribeiro e a Senadora Serys Shhessarenko. A Presidência proclama o resultado da votação – dezoito votos sim, um voto não e nenhuma abstenção, totalizando vinte votos. A indicação foi aprovada. Usam da palavra para sabatar o indicado, os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Eduardo Azeredo e Ney Suassuna. Ao final, a Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às doze horas, lavrando eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

Antes de iniciar o nosso trabalho, proponho aos Srs. Senadores a dispensa da Ata da Sessão anterior. Aqueles que aprovarem permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente Reunião destina-se à apreciação da seguinte matéria. Item Único da Pauta, mensagem do Senado Federal nº 153 de 2006 que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. José Henrique Coelho Sadock de Sá para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, DNIT. O Projeto é de autoria do Presidente da República e tem como Relator o Senador João Ribeiro que já se encontra em Plenário.

A Comissão dispõe, portanto, de todos os elementos necessários para deliberar sobre essa indicação.

Convido para tomar assento à Mesa dos trabalhos o indicado, o Sr. José Henrique Coelho Sadock de Sá.

Antes de passar a palavra ao Senador João Ribeiro eu queria, Senador Saturnino, prestar um esclarecimento.

Eu fui procurado por todos os Senadores, um telefone do Arcebispo de Brasília que não sabia se era para tratar esse assunto, mas quero crer que sim, querendo que eu colocasse o segundo nome hoje aqui. Uma pressão dispensada, completamente, eu compreendo a ansiedade do indicado, mas eu quero que compreendam também o que está ocorrendo. Nós estamos com engarrafamento de nome no Plenário, de nada adianta sair daqui e ficar enganchado lá.

Acabamos a nossa Pauta da Comissão, nós temos poucos assuntos, esvaziamos a Comissão e não resolvemos o problema do Plenário. Não há nada, pelo menos, que tenha chegado até agora contra o indicado. Quero apenas que ele compreenda. Como eu entendo que ele entende de estradas, que ele entenda o processo legislativo. E esse tipo de pressão, às vezes se torna desagradável, porque coloca os companheiros em situação de constrangimento.

Nós procuramos aqui e esse tem sido o rito desta Comissão de atender essas questões e depender de qualquer outra situação quer de natureza política, ou que seja. Agora não tem nenhum sentido citar, Senador João Ribeiro, remetendo, eu tenho a impressão que no Plenário só de agência. Quantos tem? O senhor tem idéia de quantas agências foram aprovadas aqui e não foram votadas lá. Temos Embaixadores de uma quantidade imensa. Deviam pressionar, aí sim as lideranças para votar em Plenário. Não é questão da Comissão.

Então, inclusive, já informei que se houver desobstrução de pauta e se caso haver essa necessidade, nós poderemos fazer uma Sessão quinta-feira. Faremos

outra Sessão quinta-feira. Está aqui o Presidente da Comissão de Relações Exteriores. Outro dia nós fizemos um grande esforço aqui, aprovamos uma quantidade de Embaixadores. Eu acho que o da Bolívia não foi sequer votado no Senado, nós estamos com essa situação delicada de relacionamento com a Bolívia, e estamos funcionando com o encarregado de negócio que é transitório, não é isso?

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – É Presidente, agora na semana passada ou na anterior, eu não me recordo bem, o Presidente Renan Calheiros abriu um precedente na medida em que permitiu a votação de várias autoridades com a Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – E nós votamos várias autoridades, aí de repente o quorum ficou baixo e nós tivemos...

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Então nada impede que ele retorne a essa Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pois é, eu acho que o que devia se fazer era um apelo, exatamente para isso. Tem-se matérias polêmicas, que se tire essas matérias polêmicas. Agora as questões das agências. Nós temos agência aqui, Senador Zambiasi, que estão paralisadas por falta de Diretor, com situações complicadas e aqui não há demora nessas apreciações.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Nós concordamos, acho que talvez, inclusive, V.Ex^a. na condição de Presidente da Comissão pudesse levar ao Presidente do Senado, o Senador Renan Calheiros esta preocupação, porque de um lado lêem-se constantemente críticas ao próprio Governo de que os indicados não foram nomeados às vagas nas agências, as agências estão impossibilitadas de fazer o seu trabalho, de desempenhar o seu trabalho. De outro lado, nós estamos com os nomes aqui para serem aprovados, ou não e a pauta está trancada em Plenário o que, obviamente, dificulta, o senhor tem toda razão em esclarecer esse aspecto.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O meu esclarecimento é porque eu compreendo também a ansiedade do indicado, e às vezes há de passar pela cabeça que é alguma questão política, alguma dificuldade. Não há nenhum problema. A gente tem aprovado aqui, nós tivemos uma exceção que foi um caso mais de desentendimento de base de Governo do que qualquer outra coisa, de um nome que não foi aprovado. O restante, Senador Saturnino, tem sido aprovado aqui sem nenhuma dificuldade porque são pessoas que a gente vê pelo currículo, que são pessoas da área, de forma que não é essa dificuldade.

Bom, feitas essas explicações, essas justificativas, passo a palavra ao Senador João Ribeiro para relatar o nome do Sr. José Henrique Coelho Sadock de Sá.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura sobre a Mensagem Presidencial nº 153 de 2006, nº 379 de 17 de maio de 2006 na origem, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. José Henrique Coelho Sadock Coelho de Sá para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, DNIT. Vamos ao Relatório, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente da República, por meio de mensagem nº 153 de 2006, nº 379 de 17 de maio de 2006 na origem, submete a exame do Senado Federal o nome do Sr. José Henrique Coelho Sadock de Sá para exercer o cargo de Diretor Nacional de Infra-Estrutura de Transporte, DNIT do Ministério dos Transportes.

O Sr. José Henrique Coelho Sadock de Sá é cidadão brasileiro, graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1973 com especialização em Transportes, Higiene e Segurança, Segurança do Trabalho pela mesma universidade.

Sua vida profissional iniciada em 1971 no Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, DNER órgão que deu origem ao próprio DNIT, foi inteiramente dedicado ao transporte. Nessa autarquia exerceu as mais diversas atividades relacionadas com infraestrutura rodoviária tais como construção, restauração e manutenção de estradas; segurança de tráfico, operação e concessão de rodovias, gerenciamento de sistema de transportes. Tendo ocupado entre outros os seguintes postos – Chefe de Divisão de Registro de Passageiros, Chefe de Divisão de Engenharia e Segurança de Trânsito, Chefe de Divisão de Controle Operacional, Coordenador Técnico de Engenharia, Chefe de Assessoria Técnica, Assessor do Diretor do DNER. Exerceu ainda cargos de relevância junto ao Ministério dos Transportes entre os quais destacam os de Coordenador Geral de Articulação e Acompanhamento do Departamento de Logística da Secretaria de Desenvolvimento. Coordenador Técnico do Programa de Concessões de Rodovias Federais. Atualmente é Chefe de Gabinete do Diretor Geral do DNIT, cargo que ocupa desde dezembro de 2002. Sua experiência profissional incluiu ainda participações em negociações de âmbito internacional, entre as quais citam-se contrato internacional com o BANCO MUNDIAL e o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO para o programa de restauração e descentralização de rodovias federais. Participação em reuniões sobre transporte no âmbito do Mercosul.

A análise do *curriculum vitae* demonstra que o indicado atende plenamente às disposições do Art. 88 da lei nº 10.233 de 2001 que define os atributos requeridos para os diretores do DNIT, quais sejam, cidadania brasileira, idoneidade moral e reputação ilibada. Formação acadêmica apropriada e indiscutível experiência profissional, razão pela qual está sobejamente credenciado ao desempenho do cargo pelo qual foi indicado pelo Exm^o. Sr. Presidente da República.

Isso posto, submetemos à apreciação e julgamento dessa douta Comissão a indicação do Sr. José Henrique Coelho Sadock de Sá, o nosso popularmente conhecido Dr. Sadock, constante da referida mensagem, em cumprimento às exigências contidas no Art. 52, 3º F da Constituição Federal, combinado com o § Único do Art. 88 da Lei nº 10.233 de 5 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3 de 4 de setembro de 2000, Sala das Comissões.

Sr. Presidente, eu quero ainda, no final deste meu breve Relatório, dizer que o Dr. Sadock, como popularmente é conhecido no Ministério dos Transportes e no DNIT, é um homem como aqui foi demonstrado que está no DNIT desde 1971, tanto com vasta experiência, longa experiência na área de transportes e que está apenas, no ditado popular, fazendo um *up grade*, passando de Chefe de Gabinete para Diretor Executivo do DNIT, cargo, que eu tenho certeza, que ele vai desempenhar com a maior capacidade e competência, um homem de um relacionamento extraordinário com esta Casa, e a minha experiência já aqui no Congresso Nacional ao longo de mais de 10 anos, eu sempre tive um bom relacionamento com o Dr. Sadock que muito atencioso e quero cumprimentar ele por estas qualidades de sempre dá retorno às ligações, de sempre dá atenção aos congressistas, porque nós é que vamos, normalmente, buscar sempre as informações, buscar sempre procurar atender os Estados que nós representamos, os Estados e as Prefeituras e, portanto, o Dr. Sadock é essa pessoa.

Quero, portanto, Dr. Sadock, desejar muito sucesso, que o senhor tenha pleno êxito nessa sua nova missão, capacidade e competência para exercer, eu sei que o senhor tem, e, portanto, meus cumprimentos, e meu desejo de que o senhor se saia muito bem nessa nova missão deste órgão, tão importante que o Brasil tem, que é o DNIT.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Antes de passar a palavra ao Dr. Sadock, eu queria lembrar aos Srs. Senadores, de maneira muito especial, ao Senador Zambiasi, que hoje às 2h30 da tarde nós vamos ter aquela reunião do grupo de trabalho da VARIG. E queria convidar o Senador Saturnino para presidi-la. Hoje nós temos um problema,

o nosso Senador Paim está acamado no Rio Grande do Sul e não veio essa semana, e como a gente está fazendo um rodízio, eu queria que V.Ex^a, que é um dos baluartes dessa luta, desse essa colaboração hoje à tarde, às 2h30. Eu vou pedir, inclusive, à Secretária, para lhe passar o roteiro de hoje.

Segundo ponto – a questão do DNIT. Senador João Ribeiro, na realidade não tinha nenhuma necessidade de passar por esta Casa. É um departamento, os nomeados são admissíveis *ad nutum*. Houve um problema, eu acho que de ordem política, na época da transformação do DNER e DNIT, e criou-se a figura da sabatina que, mas na realidade, acho que é uma coisa que a gente deve corrigir, o Senador José Jorge, inclusive, já se manifestou com relação a esse assunto, até porque, ele, para ser aprovado, é a Comissão. E se tiver que ser demitido passa pela Comissão? Não tem mandato. Então é uma questão... Senador José Jorge.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Na realidade, Presidente Heráclito, é para concordar com V.Ex^a. Eu, inclusive, quando era Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, que antecedi antes de V.Ex^a, eu apresentei um projeto, porque isso veio na lei de criação do DNIT. Então apresentei um projeto tirando esse art., porque eu achava que, na verdade, os órgãos do Executivo devem ser designados pelo Executivo, mesmo porque amanhã o Executivo pode retirar porque não tem mandato e não tem nada. É diferente das agências, as agências são órgãos do Estado, não é propriamente do Executivo, aí é natural que passe pelo Senado. Mas o que aconteceu é que o projeto foi considerado inconstitucional, por quê? Exatamente porque é um órgão do Executivo e não cabe aos Parlamentares ter a iniciativa de apresentar projeto.

Mas, sem dúvida, era importante que o Executivo apresentasse um projeto, e eu faço, inclusive, um apelo aos líderes do Governo que estão aqui presentes, inclusive, temos a presença do líder do Governo na Câmara, ele não pode falar, mas pode ajudar, no sentido de... pode balançar a cabeça, no sentido de apresentar um projeto, que o Governo apresente o projeto para que esse nome do DNIT não precise mais passar por aqui.

Era só isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – ...Chinaglia entendeu o que é o problema aqui. Essa Comissão aprova ou não o nome das agências?

Na lei da criação do DNIT colocou-se um parágrafo também condicionando a nomeação à aprovação, mas aqui o DNIT, o sucessor do DNER é um Departamento, os Diretores são admissíveis *ad nutum*, na

realidade, ou se colocaria todos os Departamentos do Brasil para se passar por aqui, o que travaria não só a Comissão, mas também a Administração Federal, mas eu acho que a exclusividade ao DNIT não é justa. De forma que o Senador José Jorge já tem um projeto retirando esse parágrafo e tenho certeza que em nome da desburocratização, V.Ex^a. poderá ajudar, porque é uma coisa, na realidade, sem nenhum sentido prático.

Concedo a palavra ao Dr. José Henrique Coelho Sadock de Sá.

Aviso também, Dr. Sadock, que quem tiver já juízo formado sobre a escolha e queira exercer o voto, que possa fazê-lo.

SR. JOSÉ HENRIQUE COELHO SADOCK DE SÁ – Exm^o. Sr. Presidente desta Comissão de Serviço de Infra-Estrutura, Senador Heráclito Fortes, Exm^o. Sr. Senador João Ribeiro, a quem manifesto minha sincera gratidão pelo relato referente à minha indicação para o cargo de Diretor Executivo do DNIT, honrando-me muito com suas palavras. Aos demais Exm^{os}. Srs. Senadores, integrantes desta Comissão, a minha cordial saudação.

Nesta oportunidade registro os meus sinceros agradecimentos ao Exm^o. Sr. Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva e ao Sr. Ministro dos Transportes, Paulo Sérgio de Oliveira Passos pela indicação do meu nome para o cargo. Não posso deixar de manifestar também meus agradecimentos ao Sr. Mauro Barbosa da Silva, Diretor-Geral do DNIT e aos demais dirigentes da respeitosa autarquia, da qual muito me orgulho de ser Servidor de carreira desde 70 e hoje, na presença de todos, ser sabatinado para assumir a Diretoria Executiva, essa função recém-criada pela Medida Provisória nº 283 de 23 de fevereiro de 2006 que originou a criação da nova estrutura regimental do DNIT, por meio do Decreto 5.765 de 27 de abril de 2006, publicado no Diário Oficial de 28 de abril de 2006.

Prezados senhores, o modal rodoviário foi, ao longo da década de 50 e de 60, o grande responsável pelo crescimento do Setor de Transportes no Brasil. Contribuindo desde então como mola mestra para o desenvolvimento do País. O avanço do rodoviarismo se iniciou no Governo do Presidente Washington Luís, cujo lema era de – Governar é abrir estradas. A modalidade se destacou dos demais de uma forma um pouco desproporcional fazendo a maior fatia de nossas riquezas escoar pelas estradas brasileiras. Os números atestam que mais de 60% do transporte de carga e mais de 90% de transporte de passageiros usufruem o modal rodoviário.

Esta desproporcionalidade vem causando transtornos ao próprio meio de transporte. O excessivo uso

de nossas estradas reduz sobremaneira a sua vida útil. O desgaste das rodovias, por sua vez, gera um aumento no número de acidentes e a ocorrência de gargalos que dificultam a trafegabilidade, tanto para os passageiros, como para o escoamento para o transporte de cargas.

Um exemplo disso são as cargas de baixo valor agregado que poderiam ser transportadas com o menor custo se utilizando o trem ou embarcações, mas optam pela rodovia. É o que se comprova com base em dados técnicos desses custos.

Considerando a distância a ser transportada, a qualificação da carga e o custo do transporte por tonelada/quilômetro temos a seguinte diferença em nível intermodal do custo do frete – Na modalidade aquaviária, em torno de 25 *cents* de dólar, no modal ferroviário, 64; e no rodoviário, 84.

Operacionalmente a capacidade entre as modalidades poderia ser assim entendida – pela via aquática uma carga de 1500 toneladas pode ser transportada por uma única barça. A mesma carga nos trilhos vai ocupar 15 vagões. Já pelas estradas, a mesma carga serão necessários 60 caminhões.

O transporte ferroviário que possui uma malha operacional de 28 mil quilômetros de extensão tem hoje 100% da operação concedida à iniciativa privada, este modelo de concessão restringe atualmente a aplicação de investimentos em melhorias operacionais e ampliações dessa malha. Portanto, fica a cargo do Governo Federal adotar políticas de proteção à sua operação através de investimentos no aprimoramento da malha ferroviária, bem como eliminar os pontos críticos hoje, o principal fator inibidor do crescimento do modal.

Consciente de tais entraves, o Governo Federal amplia suas ações no setor, como também aprimora o planejamento através dos investimentos para o crescimento da malha atual como catalisador do transporte da produção de baixo valor agregado. A retomada da construção de ferrovias norte e sul e da transnordestina são grandes exemplos desses investimentos em benefício do povo brasileiro que é o nosso maior patrimônio. No que diz respeito ao modal aquaviário, o primeiro meio de transporte do mundo, o Governo precisa investir na ampliação da capacidade de exportação e importação dos portos através de investimentos nas suas instalações, no aumento da segurança e atualização tecnológica de equipamentos que proporcionem sua operação compatível aos padrões dos grandes portos internacionais.

Outra vertente do aquaviário são as nossas hidrovias e portos interiores. Pelo PNV são cerca de 43 mil quilômetros de hidrovia dos quais 28 mil somente

em condições de navegabilidade, um baixo investimento comparado aos outros modais poder-se-ia viabilizar a navegação dos outros 15 mil quilômetros de hidrovias.

Com relação ao meio ambiente as hidrovias precisam de um tratamento especial, para que se comporte um crescimento adotando medidas que levem a um desenvolvimento sustentável, um entrave a essa navegabilidade dos rios tem sido a construção de barragens destinadas à produção de energia elétrica sem as respectivas eclusas. Pela ausência no passado de uma visão de intermodalidade, cada modal de transporte cresceu individualmente, sem planejamento e investimentos adequados à sua integração.

Para unificar os sistemas em infra-estrutura de transporte e, principalmente, para ampliar o crescimento e desenvolvimento do Brasil dentro de uma perspectiva moderna e eficaz considerando os preceitos de multimodalidade foi que o Governo Federal em 2001 criou o DNIT. Portanto, prezados senhores, o DNIT foi criado pela Lei 10.233 de 5 de junho de 2001 juntamente com a criação das Agências Reguladoras ANTAQ e ANTT no âmbito do Ministério dos Transportes. Ao DNIT coube a administração direta da malha rodoviária, ferroviária e vias navegáveis e seus portos, ficando as agências responsáveis pelas concessões dos respectivos modais.

O transporte rodoviário tem o potencial de concessão de aproximadamente entre 10 a 15%, o modal ferroviário se encontra totalmente concedido à iniciativa privada, da mesma forma os portos. O DNIT é um órgão novo, com pouco mais de quatro anos de existência na Administração Federal. É natural que ainda esteja em processo de ajustamento, de estruturação e de definição de suas atribuições. Para cumprir com suas competências multimodais o DNIT conta com uma equipe própria de 2.331 funcionários dos quais 510 são de nível superior e 1.821 de nível intermediário ou administrativo. Comparados aos 16 mil funcionários que possuía o DNER em dezembro de 87, já em fase descendente, eu sou da época que quando entrei, o DNER tinha 34 mil funcionários, é menos de 15% desse total. Essa queda não é sentida quantitativamente, mas, sobretudo, qualitativamente tendo um número de engenheiros que constituem por assim dizer a mola mestra do DNIT reduzido a cotas inaceitáveis.

Atualmente na sede do DNIT nós só contamos com 30 engenheiros da Casa para trabalhar. Assim, senhores, é facilmente compreensível que nesse patamar estritamente exíguo deva ser complementado o contrato de assistência técnica especializado que ocorreu sem as quais as atividades centrais do DNIT

ficariam seriamente comprometidas. Até que se tomar as providências legais para não só inserir por meio de concurso público, mão-de-obra técnica capacitada, mas também para treiná-los e equipá-los para o desempenho de suas funções.

Essa interação, muitas vezes ocorrerá dentro do contexto das relações dos recém admitidos, com a contribuição por parte dos atuais servidores do DNIT e dos contratados. Esse cenário, hoje é possível, pois a partir deste mês de junho o DNIT receberá mais 630 servidores oriundos do primeiro concurso público da autarquia que serão distribuídos para todas as superintendências regionais do órgão.

Outro grande desafio do DNIT é o reequilíbrio dessa matriz transporte ao qual citamos no início, através de um planejamento adequado, com investimentos em corredores de transportes buscando sempre a redução dos custos de forma a desmistificar o que chamamos de custo Brasil, que se trata do aumento do custo das mercadorias entre o pólo gerador de carga e o seu destino em função do excessivo custo de transporte. Para isso o Governo Federal vem ampliando os recursos do Ministério dos Transportes. Nos últimos dez anos a média de investimento do setor ficava em torno de 1 bilhão e 200 mil reais. Agora a realidade é outra. Em 2004 foram executados 2,7 bilhões. Em 2005 constou do orçamento 6,9 bilhões, dos quais passaram 3 bilhões para [inaudível] a pagar em 2006. E para este ano o orçamento é de 6,4 bilhões.

O nível de investimento, realmente aumentou porque as necessidades são grandes, prementes e ainda é pouco. O DNIT vem aplicando esses recursos em diversos programas de transporte cujo principal é o Programa Piloto de Investimento, PPI no qual se sobressaem ações de ampliação e recuperação da malha rodoviária que chegou num nível inaceitável de declaração. Eliminação de segmentos críticos, construção de contornos ferroviários e melhorias em portos. Dentre as principais obras em andamento no DNIT, podemos mencionar a duplicação de várias vias como a BR-101 no sul e no nordeste, a 050 em Minas, a 060 em Goiás e ainda em andamento estão a adequação de capacidade da 381 em Minas, a recuperação da 153 em Goiás, a recuperação da 116 Rio-Bahia com 1600 quilômetros, aproximadamente, de recuperação, a recuperação da 174 entre Manaus e Roraima até a fronteira com a Venezuela com quase mil quilômetros conquistando, o que a gente chama lá o norte do País para se criar um Merconorte, a recuperação da 319 entre Manaus e Porto Velho que hoje isola Manaus por via rodoviária do resto do País, e mais a, construção dos contornos ferroviários São Félix na Bahia, São Francisco do Sul em Santa Catarina, adequação

ferroviária do perímetro urbano de Barra Mansa e a construção das eclusas de Lajeado em Tocantins e Tucuruí no Pará.

Assim sendo, Sr. Presidente, e demais autoridades presentes, quero dizer que me sinto preparado e motivado para exercer o cargo para o qual fui indicado, e caso seja aprovado tenho absoluta convicção de que a importância e prioridade que está sendo dada pelo Sr. Presidente da República para a aplicação dos recursos em infra-estrutura de transporte permitirá ao DNIT mostrar que é possível reverter o atual quadro de degradação de nossa malha rodoviária, bem como viabilizar os corredores de transporte, elevando nossas exportações, gerando empregos e contribuindo para o crescimento socioeconômico do nosso País.

Como funcionário de carreira, com mais de 35 anos de serviço público construída no extinto DNER tenho como meta dar minha parcela de contribuição ao setor de transporte através do reequilíbrio da sua matriz, lutar por recursos suficientes para a recuperação, ampliação e operação de cada modal de transporte, adotando o princípio da economia, proporcionando conforto e segurança aos usuários com pleno apoio do Congresso Nacional para a construção desse sonho. Será um orgulho muito grande poder participar deste processo como Diretor Executivo do DNIT, caso os senhores assim o decidam. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Ouvindo a exposição do Dr. José Henrique Sadock de Sá, passo a palavra para o primeiro orador inscrito, o Senador Gilberto Mestrinho.

SENADOR GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr. José Henrique. A exposição de V.S.^a retrata fielmente o estado da infra-estrutura dos transportes no País. O grande problema é que a criação do DNIT resultou ou foi consequência apenas de um impulso natural e quase comum no País, todas às vezes que existe um problema em um determinado órgão o que se faz? Extingue o órgão e cria um novo, como se isso resolvesse o problema. Isso aconteceu com a SUDAM, com a SUDENE e com o DNER.

Então, o DNIT foi criado com a mentalidade de DNER, mentalidade rodoviária porque no Brasil, efetivamente, houve a escolha de um modelo de transporte malfeita no passado, remoto porque privilegiou as estradas numa época em que era preciso fortalecer as multinacionais, os pneus dos automóveis, dos caminhões, dos combustíveis e etc.

Então deixamos cair do desalento as ferrovias e ficamos construindo rodovias no País inteiro. Rodovias que difíceis até de serem mantidas. E o resultado é que chegamos a uma situação em que as nossas rodovias

estão totalmente em Estado calamitoso, não adiantou Operação Tapa-Buraco que falaram tanto aí, porque com dois meses estavam perdidas.

Se houve falar no investimento disso e daquilo, mas na verdade não melhorou nada, ou se melhorou, melhorou muito pouco. As ferrovias foram concedidas, depois querem voltar ao Poder Público e foi feito isso assim da maneira mais desastrosa possível com prejuízos totais para a União. Resultado – A nossa malha ferroviária hoje enfrenta grandes dificuldades e está praticamente falida, em liquidação, está em liquidação. Os 43 mil quilômetros de hidrovias aí nunca mereceram, efetivamente, uma ação oficial, esta é a realidade. Na minha região, por exemplo, nós temos a Hidrovia do Madeira, há 6 anos não é dado 1 centavo de recursos para aplicação nas hidrovias, na Hidrovia do Madeira. E por lá nós começamos com cerca de 5000 mil toneladas de soja, hoje nós estamos importando quase 1 milhão e meio de toneladas de soja pela Hidrovia do Madeira com grande sacrifício dos exportadores que estão mantendo as hidrovias.

As eclusas de Tucuruí, se debate isso desde o início do processo Tucuruí, e elas ficam sempre para depois.

A Hidrovia do Araguaia Tocantins não é levada adiante, não é feita porque a razão alegada é que tem 36 índios na margem do rio e isso ia prejudicar o sossego dos índios, então não se faz a hidrovia.

E a Hidrovia Paraná a mesma coisa. Então por quê? Porque é tão abandonado o setor de hidrovias que na resolução, na Medida Provisória 283 esqueceram até das superintendências regionais. Então acabaram com as superintendências regionais. Os órgãos controlavam aquelas hidrovias que eram oito que foram esquecidas. Assim ficou.

A rede ferroviária tem uma série de funcionários que tem experiência, longa experiência, engenheiros, administradores e etc, tem uma longa experiência no trabalho ferroviário e agora não foram aproveitados, não estão sendo aproveitados e querem abrir concurso para preencher 1500 cargos, quando tem mais de 1500 aí que vão ficar a ver navios. Não vêm navios porque navios quase não têm vindo mais aos portos brasileiros porque há uma série de problemas também.

Então a sua colocação aí que analisou friamente o quadro, eu acredito que a sua intenção não é fazer com que se desperte para esses problemas, e que olhar que o Brasil, o melhor transporte para o Brasil, o mais barato é o transporte hidroviário. A questão de hidrovias é importante para o País, a utilização da hidrovia dá uma redução considerável no custo dos grãos transportados através de hidrovias nos mercados internacionais e não trazem dano nenhum, porque o

que se vê, o que se quer hoje, querem fazer aqui uma espécie de indigenismo como o Morales está fazendo na Bolívia. No nosso País é diferente. Lá na Bolívia 90% da população é indígena, no Brasil entre 181 milhões de brasileiros há 350 mil que se dizem índios, porque mais da metade vivem no meio da gente.

Eu sempre digo isso contando comigo. Mas eu acredito que o seu trabalho, dentro do que foi exposto aqui poderá ser muito produtivo para o País e para o transporte brasileiro. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra V.S^a.

SR. JOSÉ HENRIQUE COELHO SADOCK DE SÁ – Senador, a tese como o senhor acabou de dizer que a gente está levantando aqui dentro do nosso trabalho é exatamente da intermodalidade.

Nós precisamos tratar os três modais, não mais como um transporte rodoviário, ferroviário, hidroviário, mas como corredores de transporte e a integração entre eles, se utilizando da hidrovia, da ferrovia e da rodovia naqueles pontos aonde o custo seja menor, aonde não se puder fazer por outro modal e fazendo a integração para diminuir este custo de transporte que está realmente trazendo dor de cabeça para o País, porque o senhor vê uma coisa, agora nos grãos, na soja, por exemplo, que baixou por conta do desequilíbrio do câmbio.

Nós estávamos tranquilos, portanto, porque o câmbio estava favorável, de repente, desequilibrou o câmbio, vai ter que baixar em algum lugar para poder continuar exportando, para não ter o caos que teve no momento. Mas eu poderia comentar algumas coisas, Senador, por favor? É o seguinte, pelo programa de recuperação emergencial, por que é que ele surgiu? E existe uma grande realidade no que o senhor acabou de dizer, é o seguinte – Os investimentos na infraestrutura vieram decaindo, não foi só no ferroviário, no aquaviário, no rodoviário também. Essa malha que a gente tem aí de quase 60 mil quilômetros, ela teve investimentos muito curtos, em 2004 nós estávamos com 60% da malha degradada, 2004, 2005, gerando quase uma comoção social.

Nós tivemos no final do ano passado, nós estávamos com Juizes decretando e mandando a gente fazer estrada, quando devia ser o próprio Executivo fazendo, até que culminou com o TCU entrando nesse negócio e dando decisões para que a gente fizesse aplicação.

Nesse meio do caminho teve um negócio chamado MP 82 que atrapalhou todo o processo e que, graças a Deus, a gente conseguiu retomar, mas o que ficou patente nessa história toda dos 26 mil quilômetros, 20 mil são de contratos que a gente está

utilizando e 7 mil ficaram patentes que nós não tínhamos contrato quase que nenhum para fazer, e o que não é possível, nós nos reunimos com o Diretor Geral que assumiu, que foi o Mauro, no final do ano passado, isso não é possível que você tenha 7 mil quilômetros de malha sem contrato de manutenção, pelo menos, de conservação e ocorreu isso. Eu acho que o Programa PETS(F) 0 fez um grande serviço para o País, “botou o rei nu”, vamos chamar assim, deixou clara as deficiências que nós estávamos tendo e hoje estão assimiladas e nós queremos corrigir. Nesse caso, o senhor disse que alguns buracos começaram a aparecer, vão reaparecer mesmo porque na hora que chove, o senhor tapa um buraco aqui e a chuva abre outro ali. Mas o Programa PETS(F), eu posso dizer para o senhor, no seu todo, eu diria que ele foi vitorioso, por quê? Nós estávamos numa condição de caos mesmo. Não estava dando trafegabilidade. Tinha gente que andava nos seus 100 quilômetros da sua Casa para uma outra cidade no interior e levava 20 minutos para correr e que estava levando agora três horas, quatro horas, cinco horas.

Então, estava realmente uma situação muito grave. Essa gravidade já baixou. Nós garantimos a trafegabilidade, não houve reconstrução, mas foi garantida a trafegabilidade e nós estamos num trabalho, pelo menos, já nesses 7 mil quilômetros de colocar contratos em cima licitando contratos de manutenção para não deixar que fique a malha sem cobertura. Logo em seguida virá então a recuperação, é o planejamento que está sendo feito lá para não deixar mais que o estágio que chegou a malha rodoviária venha cair. Outra observação que eu gostaria de fazer, Senador, que eu acho que não é que o modal rodoviário cresceu mais do que os outros, eu acho que os outros não cresceram junto com o modal rodoviário.

A gente tem que investir nesses outros modais. O senhor vê aí que desses 28 mil quilômetros que eu citei para o senhor que tem de hidrovia, só 15 mil quilômetros são balizados, isso é verdade o que acabou de dizer aí. Só 15 mil quilômetros têm condições de segurança de trafegabilidade com balizamento, com limpeza de canal e etc. Então, os outros 13 mil é porque Deus ajuda e o pessoal usa as hidrovias.

Então, o que nós precisamos, realmente é investir, eu estou com o senhor, acho que tem que fazer isso. Nós temos que botar recursos, e sem recursos a gente não consegue fazer nada, tanto para hidrovia quanto para ferrovia, que hoje o grande entrave da ferrovia, as concessões foram feitas, como o senhor bem disse, tem gente querendo até entregar as concessões,

por quê? Porque não foram previstos investimentos em crescimento, em melhoria operacional no que diz respeito à travessia de cidade, contorno ferroviário, ou viadutos.

Hoje a gente está trabalhando e correndo atrás do prejuízo para poder dar viabilidade a essas concessões que foram feitas em ferrovias. Mas de qualquer maneira, o que eu queria dizer para o senhor, é que com o DNIT, com o essa criação que o senhor acabou de dizer, que foi meio arrumada, vamos dizer assim, ele está aí e a gente tem que fazer ele funcionar, é a minha posição hoje. Eu sou do rodoviário, eu brigava pelo rodoviário. Agora eu faço parte do DNIT e já enxergo essa situação diferente, eu enxergo já que a gente tem que reequilibrar a matriz transporte, e esse sentimento está dentro da Casa. E a gente vai lutar por isso. O senhor está certo no que disse e está dentro do que, mais ou menos, eu estou colocando e dentro dessa idéia eu pretendo, se os senhores me aprovarem aqui trabalhar nesse sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu queria, dentro dessa linha que perguntou o Senador Mestrinho. Foi anunciado aí o começo da construção, a continuação da construção da Transnordestina, eu não consigo entender se nós temos no Brasil o DNIT e nós temos o Ministério dos Transportes, por que é que esse programa está sendo feito pelo Ministério da Integração. Tirando de vocês exatamente a função, é um fato curioso, não é isso? Talvez que V.S.^a. pudesse. Mas não justifica, por que é que não fica o DNIT com tudo? A existência dele, é daí que começa a burocracia, começa o encarecimento de obra; e outra coisa perigosa, não se averba quando não tem recursos.

O Ministro da Integração anunciou que vai recomençar com 30 milhões. Sem aprovação de impacto ambiental e sem aprovação de todas as questões ecológicas, é uma coisa complicada, a mesma coisa vale para o anúncio que a Ministra Marina fez ontem, com a melhor das intenções. Agora quando você faz um anúncio da estrada num período como esse. Onde é que estão essas licitações? São licitações antigas, vai se aproveitar? Por que isso? É uma estrada fundamental, mas é preciso que essa coisa seja tratada com responsabilidade.

Eu estive agora em Petrolina, Senador Mestrinho, o senhor, aliás, que é um curioso das questões do Brasil, e vi uma coisa que me deixou estarecido. Nós passamos aqui falando sobre a transposição do São Francisco, um projeto que ninguém é contra, mas há dúvidas sobre a maneira como está fazendo. Pois vi em Petrolina que a falta de capacidade de Governo por verbas ou sei o que lá, de terminar um projeto de

irrigação de 60 quilômetros que já tem mais da metade feito. E aí fica difícil da gente entender. Mas se o senhor pudesse falar um pouquinho sobre essa questão.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Sr. Presidente, eu queria até para ajudar a contribuir na resposta do Dr. Sadock.

Há duas semanas nós fomos ao Tocantins para visitar um trecho da Ferrovia Norte Sul e estive com o Presidente da República, o Ministro dos Transportes e presenciei, quando ele, na presença do Presidente Sarney solicitou ao Ministro Paulo Sérgio que é um homem da Casa também, trinta e tantos anos de Ministério, e ele solicitou do Presidente Lula, naquela oportunidade, que a Transnordestina fosse tocada pelo Ministério dos Transportes, e o Presidente disse – “Realmente, os primeiros estudos foram feitos, naquela época o Ministro Ciro havia me solicitado e a gente acabou deixando ele tocar, mas eu acho que realmente você está certo.”

Então quero fazer coro com V.Ex^a. para dizer que presenciei este fato e ficou, mais ou menos, acertado verbalmente que o Ministério dos Transportes é que vai tocar a Transnordestina, assim como a Ferrovia Norte Sul que está sendo tocada pela VALEC, mas que, na verdade, tem a supervisão e o comando do Ministério dos Transportes.

Então isso, Dr. Sadock, que o senhor leve essa preocupação da Comissão, o Senador Heráclito tem razão e leve esta preocupação ao Ministro, e assim que eu, por acaso, conversar com o Ministro, vou também falar com ele sobre isso porque, realmente não tem sentido um outro Ministério tocar uma obra como esta que é desta área, se tem alguém que entende de ferrovia neste País tem que ser o Ministério dos Transportes, não pode ser outro Ministério. É lá que estão as equipes, os engenheiros e há uma experiência longa sobre isso. Se fez pouca ferrovia no Brasil nos últimos anos, se deu pouca importância a isso. Enquanto no mundo inteiro, o principal meio de transporte, sobretudo, de carga, de passageiros hoje acaba sendo...

Eu andei a Europa quase toda num trem. Fui ao Japão e lá andei de trem-bala. Peguei o trem-bala em Paris e fui à Inglaterra. Tem o trem-bala, tem outro trem mais lento, sei lá, de acordo com as possibilidades de cada região. E no Brasil, inclusive, há poucos dias eu dizia dentro, nessa mesma viagem, o Ministro falando sobre a questão do trem-bala Rio-São Paulo.

Olha, Senador Heráclito, os italianos estão dispostos a assumir, desde que seja lhe dado a concessão para exploração, colocam se nenhum centavo de capital brasileiro, em funcionamento o trem-bala, dentro de um curto período, São Paulo-Rio de Janeiro. Já aparece alguém e diz o seguinte – “Mas a questão

da ponte área, como é que fica?” Eles vão ter que se modernizar. Vão ter que entrar na concorrência. Nós não podemos é ficar protegendo um setor que está falido, está mostrando aí que o setor, esta questão da VARIG, um setor complicado, e nós temos sim que dar andamento a isso, eu vi, presenciei este fato também, quando o Ministro falava com o Presidente, o Presidente animado, mas preocupado como é que a população ia receber. Eu disse – “Presidente, vai receber com muita alegria, faça uma pesquisa e o senhor vai ver.” Porque realmente um trem-bala Rio-São Paulo, se fosse Brasília-Tocantins, eu sei que talvez não desse certo porque não teria passageiro... Com certeza terá. Então era essa a contribuição que eu queria dar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – João Ribeiro, essa idéia jurássica de deixar as coisas como estão, não tem nenhuma justificativa, só se fosse, nós ainda estaríamos, por questão de fidelidade, voando de DC-3. Não tem nenhum sentido... ou então a Maria Fumaça, para que mudar se está tão bom? Então, essa é uma questão que não justifica.

Agora, Senador Mestrinho, eu vou sair daqui bastante preocupado, essa dica dele aqui do trem-bala, que vem trem-bala por aí, pelo menos, promessa, até porque não é de se estranhar, o trem-bala e o fura fila tem a mesma origem que é o Duda Mendonça, pode esperar que vai dar trem-bala por aí, é só questão de dias.

Com a palavra.

SR. JOSÉ HENRIQUE COELHO SADOCK DE SÁ – O Senador João Ribeiro já colocou bem o problema da Transnordestina, ela tem que ser tocada pelo DNIT, eu entendo que assim seja, tanto é que o Ministro colocou o Presidente, e até porque os projetos, não é Senador, foram feitos lá dentro da Casa, então não tem porque, os técnicos estão lá para tocar.

Então, eu acho que a nossa luta agora com o apoio de vocês para conseguir fazer dentro do DNIT a ferrovia.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo. Reivindique e aproveite o trem-bala também para Belo Horizonte, senão V.Ex^a. vai ficar muito mal na foto. Com a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Eu sou bem mais humilde.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone] São Paulo já estava brigando por isso.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – A minha demanda é bem mais modesta, não precisa chegar no trem-bala não. Sr. Presidente, Srs. Senado-

res, Dr. Sadock, é evidente que nós temos aqui o seu currículo, todo o seu conhecimento na área como engenheiro e como profissional que está preparado para poder exercer essas funções. São funções que eu diria que são extremamente desafiantes.

Olha, lamentavelmente, essa Área de Infra-Estrutura do Governo Presidente Lula é uma área com resultado muito, mais muito aquém do que podia ser. E, olha, que no Governo passado já não foi grandes coisas, mas conseguiu nesse Governo ser mais, eu diria, mais ineficiente ainda, mais acanhada, a decisão é difícil, não se toma decisões, é uma coisa tão impressionante, V.Ex^a. conhece bem, conhece bem um caso específico, eu vou citar aqui outra vez. Nós temos a Rodovia BR-040 que liga o Rio a Brasília, por dois anos eu consegui aprovar a Emenda de Bancada para a retomada da duplicação das estradas num trecho que tecnicamente está mais do que comprovado, que está saturado, e há necessidades da duplicação. Pois, olha, três anos e meio! E não se consegue começar uma obra dessa com recurso existente. E aí vai a questão do ano passado, em julho nós vamos comemorar um ano, eu vou ter que fazer um discurso aqui no mês que vem, um ano se fez Audiência Pública sobre a duplicação dessa estrada. O projeto está pronto, a concorrência foi marcada para 31 de dezembro, aí se adiou a concorrência, quando estava chegando 31 de dezembro passou para 2 de março, quando estava chegando em março adiou outra vez a concorrência. Aí na semana passada me deram a notícia. Não, eu tive com o Ministro há, mais ou menos, um mês, o Ministro me disse – “Não, a questão está evoluindo, acho que agora nos próximos dias sai.” Na semana passada me disseram que ia sair e não saiu.

Quer dizer, eu não entendo uma coisa dessas, é uma falta de decisão mesmo. Porque eu sei que não é fácil fazer obra hoje no Brasil hoje, tamanha é a dificuldade que se tem para a aprovação de licenças prévias, as questões ambientais, as questões de Tribunal de Contas, Ministério Público, tem uma série de condicionantes verdadeiramente para se fazer uma obra hoje. Tudo é suspeito antes de fazer qualquer coisa. Infelizmente, estamos vivendo uma época no Brasil que todo mundo é suspeito, em vez de se ter ao contrário que a Justiça manda que você tenha realmente uma confiança, e depois se houver alguma coisa errada que se puna quem fizer alguma ação errada. Mas não, nós estamos vivendo numa época que tudo é suspeito.

Então essa rodovia, para mim é um exemplo claro. Três anos e meio, projeto pronto, dinheiro existente, concorrência marcada, Audiência Pública feita e não se consegue começar uma obra como essa. E isso aí

vai se repetindo, eu poderia citar outros exemplos lá mesmo no meu Estado de Minas Gerais que, evidentemente, onde estou, estou mais acompanhando de perto. Nós temos o tal do Viaduto das Almas que é um viaduto nessa mesma estrada ligando Belo Horizonte ao Rio. É um viaduto local de vários, vários acidentes, o nome já diz bem, Viaduto das Almas, e o que tem acontecido é que é um viaduto que custa 30 milhões de reais. 30 milhões de reais, o que é isso para uma obra da rodovia federal e não se faz esse pedaço.

Se formos falar aqui no triângulo, os Senadores do triângulo não estão aqui, os dois Senadores mineiros que são do triângulo, os triângulo têm lá a Rodovia ligando Uberaba a Uberlândia, é uma duplicação que já tem dez anos que está fazendo a duplicação também. Quer dizer, quando eu estava ainda no meu Governo, conseguimos fazer, pelo menos, de Uberaba até a divisa com São Paulo, mas de Uberaba a Uberlândia nunca mais que termina. Então é essa colocação que eu faço aqui, evidentemente, que o meu voto é favorável, eu estou dando o meu voto de confiança em que o seu conhecimento do DNIT vá fazer com que esse desafio seja enfrentado.

Mas olha, investimento em infra-estrutura é o investimento que traz retorno para o progresso do País. O Governo está gastando muito agora, mas está gastando mais aumentado número de funcionários, aumentando número de funcionários comissionado. Se o Governo tivesse gastando mais em infra-estrutura, nós todos estaríamos batendo palma. Agora, aumentar os gastos públicos deixando a infra-estrutura de lado, aí realmente é muito difícil que a gente possa concordar, de maneira que essa é a colocação que eu queria fazer, realmente com um certo desânimo já. V.Ex^a. sabe bem, quantas vezes já liguei para o Ministro, já trocou de Ministro... E as questões continuam como estão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Antes de passar a palavra para o Dr. Sadock. O Senador Eduardo Azeredo, Dr. Sadock, trás aqui um ponto realmente que é curioso, são essas recuperações de estradas, as famosas Operações Tapa-Buraco.

Eu não conheço o resto do Brasil, mas no Piauí é sonrisal, a primeira chuva acaba e vem pior. Eu tenho certeza que até o Tapa-Buraco não é o ideal de vocês, o ideal do DNIT é construir estradas definitivas, mas não sei porque... Eu acho que é uma coisa que nós devemos tomar providências com relação a isso, Senador, a Comissão, inclusive, pedir a colaboração do Tribunal de Contas para trocar idéia sobre o que está sendo feito lá. A gente lembrava no ano passado, Senador Mestrinho, nós tivemos recursos do FMI que

não eram contabilizado para o déficit primário, para infra-estrutura e as obras escolhidas foram exatamente as Tapa-Buracos, e se você observar você vai ver que tem concentração de empresas.

Nós temos que nos conscientizar que o orçamento do Brasil tem que ser da Nação e não de empreiteira, e não de empreiteira, é uma questão que é preciso ser vista, ser atacada com mais firmeza. É muito fácil você ver pelos corredores do Congresso, os representantes de empreiteiras não têm culpa porque eles estão cumprindo o papel deles. Chamando Parlamentar no canto da parede para definir obras que às vezes não são as melhores para o Estado. Mas isso não ocorre só na área de estrada não, ocorre com barragem, ocorre com tudo.

Então é uma questão que é preciso, realmente ser vista com urgência, porque, primeiro se baixa o custo Brasil. Essa questão das eclusas de Tucuruí é um exemplo triste disso aí, o ato de parar obra, tira equipamento, remove um canteiro, traz o canteiro de volta. Quanto é que nós não estamos pagando por isso? E quanto é que o Brasil não está perdendo? De forma que como a gente não vai conseguir resolver fica, pelo menos, o registro, um tom de desabafo. Só avisar o seguinte, atingimos 19 votos.

Vamos dar mais cinco minutos e vamos fazer a abertura da urna e já nomeando os Senadores Eduardo Azeredo e João Ribeiro para exercer a escrutinação do pleito.

SR. JOSÉ HENRIQUE COELHO SADOCK DE SÁ – Senador Eduardo, eu sou a presença viva do que as palavras que o senhor acabou de dizer são totalmente até aflitivas. A gente acompanhou junto com o Senador, desde a época do projeto, não é Senador? Porque foi uma demora grande, sei lá, quase um ano para a gente conseguir arrumar o projeto, finalmente a Audiência Pública e a marcação da licitação no ano passado. O senhor tem razão que existem alguns meandros que têm que ser resolvidos quando se marca alguma licitação. Nós estávamos numa mudança de Diretoria, essa licitação foi prorrogada. Agora, a informação que eu tive, antes de vir para cá, com o Dr. Mauro, é que ela já seria, como o senhor esteve com o Ministro, imediatamente marcada. Eu me comprometo com o senhor, chegando lá agora e ver com o Dr. Mauro e com o Ministro, a data e lhe dá um retorno dessa data, porque ela já está mais do que madura para colocar essa licitação na rua e necessária.

Quem corre daqui de Belo Horizonte para Brasília é que sabe qual é a dificuldade de rodar naquele trecho, a quantidade de caminhões que tem e precisa realmente se fazer aquela licitação, é importante para o País que se faça, porque é um eixo de transporte muito importante. Então me comprometo com o senhor

de lhe dar um retorno hoje ou até amanhã, porque o Mauro está viajando, mas, com certeza, até amanhã porque precisa ser marcada essa licitação que não tem mais porque postergar.

Foi uma luta, realmente violenta que o senhor teve, e que nós também tivemos lá dentro da Casa, e temos que fazer acontecer.

Eu acho que precisa fazer acontecer. O Viaduto das Almas, nós estamos tentando dar um tratamento para iniciar a licitação dele esse ano. Licitação, perdão, nós estamos querendo aprovar uma licitação que já foi feita para tentar colocar recursos e ver se dá início a construção dele. Não existem recursos, a gente está tentando uma solução lá junto com o Ministro e...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone]

SR. JOSÉ HENRIQUE COELHO SADOCK DE SÁ – Pelo menos, para dar partida, começava e completava, talvez não dê nem para faturar esse ano um valor desse. Mas para iniciar a obra, eu acho que já estaríamos em condições. A duplicação lá também está em andamento. Está em passos lentos. Lá da terra do Senador, mas está andando a 050, não está, Senador lá? Está andando. [Risos].

Então, Senador, me comprometo com o senhor de, amanhã, se Deus quiser, lhe dar uma data, a data tal.

Senador Heráclito Fortes, é o seguinte, a informação que a gente tinha quando começou a nossa Operação Tapa-Buraco, nosso Superintendente que era Coordenador, agora é Superintendente, ele afirmava de pé junto que no Piauí não tinha buraco. Aí um dia o Ministro disse para ele assim – “Olha, o senhor tem certeza? Que amanhã eu vou mandar ver.” Ele disse – “Até ontem não tinha.” [Risos].

Mas o fato é o seguinte, a Operação Tapa-Buraco, Senador, o senhor tem razão, eu acabei dizendo agora. Ela veio num momento de caos social, praticamente, que foi para a gente poder garantir trafegabilidade e a partir de agora a gente começar os investimentos para que não deixe mais acontecer o que ocorreu.

O senhor tem razão em alguns pontos, em alguns locais o trecho estava tão ruim que você tapava um buraco aqui, vinha a chuva em seguida e aparece outro buraco ali. E tem que fazer uma solução mais aprimorada, melhorada para que não venhamos a sofrer de novo o problema.

E com relação à Tucuruí, eu tenho uma notícia para o senhor, é o seguinte, Tucuruí se encontra com recursos previstos para esse ano, e nós estamos só operacionalizando um problema legal dentro lá do DNIT para colocar o contrato em condições de reinício, para começar a terminar a obra. Com isso, Senador, eu acho que respondo o seu quesito.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A questão da colocação dos recursos elas acontecem todo ano, o problema é na hora da liberação, vai contingenciado e as obras ficam aí paralisadas, daí porque essa luta que se tem aqui.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Nobre Presidente, se for possível eu queria a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com o maior prazer eu lhe darei logo em seguida. Daí porque a necessidade de ser aprovado também aqui um orçamento que seja independente, e o Senador Ney Suassuna, Líder do PMDB é um dos que defendem essa idéia.

Eu acho que nós temos que ter um orçamento impositivo e acabar com essa falsa felicidade, de ficar se brincando aqui de que se aprova e reduz o que é aprovado em nome de contingenciamento, quem perde são os Estados, quem perde é o País. Eu falo isso muito movido pela nordestinidade, é uma coisa que para nós, Senador Mestrinho, é triste, você vê pequenas obras que estão faltando recursos insignificantes com relação ao resto do País, e os Parlamentares, muitas vezes, se esforçam em colocar essas Emendas, elas são aprovadas e, na realidade, não chegam ao seu destino.

Com relação à Operação Tapa-Buraco gritante é uma das estradas principais que nós temos no Piauí, inclusive, que é responsável por todo o escoamento da produção da soja. V.Ex^a. falou sobre o aumento de produção, no Piauí saímos em 10 ou 12 anos de 40 mil toneladas de grãos para 1 milhão. E agora nós estamos com dificuldades de escoamento, exatamente por conta das estradas. Senador Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Nobre Presidente, muito obrigado. Dr. Sadock.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Suassuna, eu pediria só para antes de começar a escrutinação, porque já completamos aqui para ganhar tempo. Senadora Serys, V.Ex^a. está convocada para contar os votos. Fiscalizando de maneira rigorosa o Senador João Ribeiro.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Mas nobre Presidente, não tenha dúvida, nobre Presidente, Senadores aqui presentes, Senador Mestrinho, Senador João, Senadora Serys que enquanto nós não tivermos o orçamento impositivo nós estaremos a mercê dessa boa vontade, boa vontade que nem sempre é racional. Eu vou dar um exemplo aqui, Dr. Sadock, e eu queria que o senhor anotasse isso. Por exemplo, entre Itaporanga e Patos, nós já tivemos duas Operações Tapa-Buraco.

As Operações Tapa-Buraco são importantes para uma área que esteja extremamente vulnerabilizada

porque tem, e foi esse o objetivo. A estrada está, mais ou menos, boa, mas tem lugar que está intransitável, se atacava esse lugar intransitável enquanto se fazia um recapeamento, uma manutenção geral. Pois bem, depois de duas manutenções, perdão, depois de duas Operações Tapa-Buraco o asfalto é apenas uma capinha, e aí com essas chuvas de agora que, graças a Deus chegaram, porque a gente agradece a chuva e lamenta a estrada que acaba, porque está realmente muito vulnerável. Nós acabamos essa estrada. Itaporanga a Patos. E aí saiu, conseguimos com muita luta, 5 milhões e pouquinho para fazer o recapeamento dessa estrada. Foi contratada a empresa, já está lá.

E vejam os senhores o que é o problema do orçamento, faltam 600 ou 700 mil reais para chegar a Patos. O dinheiro só dá para chegar a 20 quilômetros antes, e não completa a estrada. Eu queria já deixar com V.S^a. essa solicitação que se complemente, eu acho que não chega nem a 600 mil reais, mas acaba o asfaltamento, o recapeamento de toda essa estrada que é a que liga um vale como o Vale do Piancó altamente produtivo na Paraíba, um Estado que tem terras muito difíceis, porque quase todas elas estão no Cristalino é o Cariri, é o Curimataú com uma terra boa do Vale do Piancó que tem água e tem produção. E essa estrada é de suma importância para nós.

Uma outra coisa que nós não conseguimos entender, é como é que uma obra vem andando, como foi o caso da BR-230. A BR-230, o Governo do Estado para fazer 2/3 dela tirou dinheiro do seu cofre e adiantou 56 milhões. Pois bem, foi pago não os 52, acertaram de pagar trinta e poucos, o que já foi um lesa(F) Paraíba. Está tudo muito bem, mas o dinheiro está sendo pago, eu acho que já se pagou quase 20 milhões e não foi feito um metro de estrada desse 1/3 que falta. Era muito bom que o DNIT daqui para adiante só fosse fazendo adiantamentos com o trabalho real e lá, infelizmente, dessa 230 que é uma duplicação não foi feito um metro sequer. Então eu queria, eu sei das dificuldades, eu sei que toda hora que a gente fala de estrada no Brasil, a gente olha para um monstro de sistema que é Minas Gerais, toda vez que a gente fala em estrada no Brasil a gente olha para o contingente gigantesco que é a Bahia, mas a gente esquece que, lamentavelmente, como numa família, a gente tem que olhar todos os irmãos proporcionalmente, e eu vejo a Paraíba, que não podemos reclamar não, as nossas estradas são estradas boas, nas falta na BR-230 1/3 e para a nossa infelicidade áreas importantes como esta de Itaporanga até Patos precisa de uma bobagem para a gente recapear. A empresa já está lá, já iniciou, e eu pediria a V.S^a. que por gentileza anotasse isso como prioridade.

Eu vou conversar também com o Presidente do DNIT, mas V.S^a. hoje que está aqui recebendo a confiança dessa Comissão, por favor, leve esse dado e veja o que pode fazer para equacionar esse estrangulamento, poucos quilômetros que faltam e que são importantes para a nossa Paraíba.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra.

SR. JOSÉ HENRIQUE COELHO SADOCK DE SÁ – Senador Ney Suassuna, com certeza, a gente vai olhar o que é que é possível fazer para viabilizar a construção toda. Como o senhor acabou de dizer, realmente a Paraíba tem uma boa malha rodoviária, é histórico isso desde o DNER, os gestores lá fizeram um bom trabalho em nível de malha da Paraíba, mas tem alguns problemas. Realmente, isso aqui a gente vai verificar e depois eu dou um retorno ao senhor.

Com relação a 230, nós estamos tratando da seguinte forma. Realmente o Governador foi lá e executou 2/3 da estrada e agora está junto com o Governo Federal tentando recuperar parte desse dinheiro.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Foi o Governador José Maranhão foi quem fez os 2/3.

SR. JOSÉ HENRIQUE COELHO SADOCK DE SÁ – E agora está o Governador tentando recuperar parte já investido.

Nós já fizemos reconhecimento de dívida de uma parte das medições. Já foram pagos, aproximadamente, reconhecidos lá em torno de 25 milhões e já foram pagos, aproximadamente, 19, faltam 10 milhões para zerar os 25. E o atual Governador entrou com uma solicitação de outras medições que faltariam para tentar fazer o mesmo caminho. Com relação a esse 1/3 nós estamos lavrando um novo convênio com recursos, inclusive, do ano passado para que a gente comece a terminar a obra que é importante para o Estado, a duplicação desse trecho aí. A gente tem um convênio em andamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Vou proclamar o resultado. Votaram 20 dos Srs. Senadores. O Dr. José Henrique Coelho Sadock teve 19 votos, um voto não. Não fique desconsolado não, porque esse voto é regimental. [Risos] Esse voto aqui nós vamos ainda um dia descobrir quem é o autor. Isso eu quero atribuir, meu caro Senador, à divisão na base do Governo. É alguma divisão interna que tem entre vocês. Esse voto não é da oposição, não.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Aliás, V.Ex^a. que é muito espirituoso, Presidente, V.Ex^a. sempre registra isso, é incrível, no Plenário, nós também temos sempre um contingente que nunca é identificado de votos que saem negativos. Mesmo para Embaixadores,

apesar do elogio, não é verdade, Senador Mestrinho? Sempre tem alguém que pratica para a democracia ficar constatada de que não é unanimidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Nós vamos chegar a um ponto que quando não houver esse voto aqui, nós vamos suspeitar da apuração e vamos ter que anular, porque pode ter havido fraude. Eu quero agradecer a presença de todos. Pedir desculpa por esse lado mais leve, a maneira de desconstrair esses tempos difíceis que a gente vive.

Parabenizo o indicado, desejando boa sorte também no Plenário. Declaro encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 12h01min.

Ata da 13ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, realizada em 20 de junho de 2006, às 10 horas

Às onze horas e cinco minutos, do dia vinte de junho de dois mil e seis, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Heráclito Fortes, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença dos Senhores Senadores **José Jorge, Leonel Pavan, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Antônio João, Magno Malta, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Aelton Freitas, Jorge Bornhausen, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Juvêncio da Fonseca, Romero Jucá, Luiz Otávio, Wellington Salgado, Paulo Paim, Fernando Bezerra, Fátima Cleide e João Ribeiro**. O Senhor Presidente solicita registrar a presença do Dr. Mário Antônio Garcia Picanço. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a deliberação do **Item único** da Pauta – **Mensagem do Senado Federal nº 154, de 2006**, que “**submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Luiz Fernando de Pádua Fonseca, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT**”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Siba Machado. Foi designado Relator “*ad hoc*” o Senador Roberto Saturnino. Ato contínuo, a Presidência concede a palavra ao Relator para proferir o seu relatório. Após a Presidência dá início ao processo de votação, concedendo, em seguida, a palavra ao Senhor Luiz Fernando de Pádua Fonseca para suas considerações iniciais. Foram convidados para escrutinadores os Senadores Valdir Raupp e Flexa Ribeiro. A Presidência proclama o resultado da votação – dezessete votos sim, nenhum voto não e uma abstenção, totalizando dezoito votos.

A indicação foi aprovada. Usam da palavra para saba-tinar o indicado, os Senhores Senadores Ney Suassu-na, Flexa Ribeiro e Wellington Salgado. A Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às doze horas e vinte minutos, lavrando eu, *Dulcídia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-TES (PFL-PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Serviço de In-fra-Estrutura Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente Reunião destina-se à apreciação da seguinte matéria – Mensagem do Senado Federal nº 154 de 2006, que submete à apreciação do Sena-do Federal o nome do Sr. Luiz Fernando de Pádua Fonseca para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, DNIT. O projeto é de autoria da Presidência da República, e o Senador escolhido como Relator é o Senador Sibá Machado, encontrando-se ausente fica designado o novo Senador Roberto Saturnino para ser o Relator *ad hoc*.

A Comissão já dispõe de todos os elementos ne-cessários para deliberar sobre a indicação.

Convido para tomar assento à Mesa dos trabalhos, o indicado o Sr. Luiz Fernando de Pádua Fonseca.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturni-no para proferir o seu parecer.

SR. RELATOR SENADOR ROBERTO SATUR-NINO (PT-RJ) – Sr. Presidente, Srªs. E Srs. Senado-res, Sr. Luiz Fernando Fonseca indicado, por meio da Mensagem nº 154 de 2006, o Presidente da República submete ao exame do Senado Federal a indicação do Sr. Luiz Fernando de Pádua Fonseca para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Transportes, o DNIT, autarquia vinculada ao Ministério dos Transportes criada pela Lei 10.233 de 5 de junho de 2001.

A Lei de criação do DNIT no seu Art. 88 de-termina que os Diretores deverão ser brasileiros, terem idoneidade moral e reputação ilibada, forma-ção universitária, experiência profissional compa-tível com os objetivos, atribuições e competências do DNIT e elevado conceito no campo de suas es-pecialidades. Condições que o Sr. Luiz Fernando

de Pádua Fonseca satisfaz plenamente, tendo em vista o currículo apensado à Mensagem que enca-minha o seu nome.

O indicado é Engenheiro Civil, formado pelas Faculdades Integradas de Uberaba com MBA de Re-gulação e Defesa da Concorrência e Concessões pela Fundação Getúlio Vargas.

Iniciou sua carreira na iniciativa privada como Engenheiro, em seguida atuou em órgãos e empre-sas públicas sempre vinculados a área de transportes, Companhia Docas do Pará, do Rio de Janeiro, POR-TOBRÁS, Ministério dos Transportes, além, do próprio Departamento Nacional de Infra-Estrutura, DNIT.

Adquiriu experiência em diversas áreas do se-tor de transporte, com destaque para os segmentos portuário e ferroviário, envolvendo atividades como – Execução de obras, elaboração de editais e contra-tos, desestatização e operação de terminais, regula-ção e fiscalização de serviços públicos concedidos. Foi Presidente dos Conselhos de Autoridade Portuária do Complexo Portuária de Suape e de Manaus, além, de Suplente dos Conselhos de Porto Alegre e de Ilhéus.

As características e a importância dos cargos exercidos pelo Sr. Luiz Fernando de Pádua Fonseca demonstram sobejamente a pertinência de suas ati-vidades profissionais com as atribuições de Diretor do DNIT. Dessa forma submetemos à sua escolha cons-tante da Mensagem nº 154 de 2006, 380 de 2006 na origem à apreciação e julgamento desta Comissão.

É o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-TES (PFL-PI) – Antes de passar a palavra ao Saba-tinado, eu quero dizer que a partir de agora, tendo em vista, os afazeres que os Srs. Senadores e outras dependências da Casa, aqueles que já se sentirem em condições de exercer o direito de voto, poderão fazê-lo.

Eu queria também indagar do Senador Zambiasi se na próxima terça-feira ele estaria em Brasília. Eu queria então designá-lo para relatar o nome do Dr. Josef Barat como Diretor da ANAC. Acabou de chegar e há uma certa pressa da entidade. Então eu vou passar a V.Exª. o relatório pedindo que na terça-feira então nós façamos aqui a sabatina do Barat.

Com a palavra o Sr. Luiz Fernando de Pádua Fonseca. V.Exª. Dispõe de até 10 minutos.

SR. LUIZ FERNANDO DE PÁDUA FONSECA – Exmº. Sr. Presidente desta Comissão, Senador He-ráclito Fortes, agradeço a oportunidade pelo senhor concedida. Exmº. Sr. Senador Roberto Saturnino a quem manifesto a minha sincera gratidão pelo relato referente a minha indicação para o cargo de Diretor Ferroviário do DNIT, honrando-me com suas palavras.

Exm^{os}. Senadores e Senadoras integrantes desta Comissão e demais autoridades presentes, minha cordial saudação.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, registro meus sinceros agradecimentos ao Exm^o. Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por acolher a indicação do Exm^o. Sr. Ministro de Estado e dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, ao qual manifesto os meus agradecimentos por indicar-me e, principalmente, pela confiança em mim depositada para assumir ao honroso cargo de Diretor Ferroviário do DNIT.

Prezados senhores, início a minha apresentação relembrando que a Constituição Federal estabeleceu que o transporte ferroviário, entre outros são de competência da União, podendo ser exercido direta ou mediante autorização, concessão ou permissão. Portanto, para exercer tal competência a União criou em sua estrutura governamental o Ministério dos Transportes estabelecendo inúmeras atribuições de suma importância como a de formular a política nacional de transportes ferroviários, rodoviários e aquaviários. Desenvolver planejamento estratégico do setor de transportes, planejar, coordenar e avaliar a política nacional de transporte, como também a de coordenar e orientar a implantação de planos, programas e ações destinados ao desenvolvimento do Sistema Nacional de Aviação.

Com o intuito de dinamizar a atuação do Ministério dos Transportes, bem como descentralizar as suas atribuições, o Congresso Nacional aprovou o Lei 10.233 de 2001, criando as Agências Reguladoras dos Transportes Terrestres e Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, DNIT como órgão Executivo. Essa autarquia é responsável pela implantação das ações concernentes ao gerenciamento dos projetos de obras de construção, recuperação e ampliação de rodovias, ferrovias, portos e hidrovias, fato que caracteriza o comprometimento da União com o desenvolvimento da infra-estrutura de transporte do País.

É importante também ressaltar que no período de 96 a 98 a União privatizou a operação dos serviços de transportes ferroviários de carga, porém, mesmo com essa privatização a União continua responsável, em parte, pelo desenvolvimento do transporte ferroviário por sua atualização tecnológica e pela consolidação de uma logística de transporte que atenda às necessidades do mercado interno e externo, onde o transporte ferroviário tem importante papel de regulador de fluxo e na redução de custos.

Consciente ainda da pequena, mas significativa participação ferroviária na matriz de transporte do País e da baixa integração do setor com demais modalida-

des de transporte, o DNIT voltou as suas atenções para a integração das ferrovias e reconstituição dos corredores operacionais de transporte, atendendo as exportações e a demanda interna.

A prioridade dos investimentos é concentrada na segurança do tráfego, na solução dos conflitos ferroviários em áreas urbanas, na superação de trechos críticos e na expansão e integração da malha ferroviária do País. Dentro dessa perspectiva o DNIT por intermédio da Coordenação Geral Ferroviária desenvolveu o Programa Nacional de Segurança Ferroviária em Áreas Urbanas, PRONURB. O objetivo do Programa é melhorar as condições de convivência entre as ferrovias e as comunidades lindeiras, elevando os níveis de segurança e qualidade da vida da população, bem como da segurança e melhoria da operação ferroviária. Esse Programa, embora não institucionalizado ainda, tem contado com valiosa cooperação de Parlamentares que alocam verbas no Orçamento Geral da União para implantação de contornos ferroviários, construção de viadutos e demais obras para segregar o tráfego ferroviário do tráfego urbano. Cabe ressaltar que já foram concluídos dois contornos e se encontram em fase conclusiva a construção de viadutos e passagens inferiores em diversas localidades do território brasileiro.

Prezados senhores, atualmente estão em licitação ainda seis contornos ferroviários, duas travessias urbanas, três adequações de parques ferroviários urbanos e quatorze viadutos de passagens inferiores. Em fase de estudo e projeto estão sete contornos ferroviários, dois projetos de adequação de capacidade de via, cinco obras de transposição e três projetos de novas ligações. Pode-se destacar também o projeto de expansão da malha de grande porte, sobretudo, a Ferrovia Transnordestina, recentemente, anunciada pelo Exm^o. Presidente da República.

Como consequência dos investimentos realizados pelo DNIT e das concessionárias e aos investimentos já programados ocorrerá um grande aumento da produção de transporte ferroviário acompanhada também de uma evolução do sistema gerencial. Sensível a este fato, o Poder Executivo já providenciou a adequação organizacional e administrativa do DNIT com a criação das Diretorias Executiva e de Infra-Estrutura Ferroviária. Resumidamente, cabe à Diretoria de Infra-Estrutura Ferroviária administrar e gerenciar a execução de programas e projetos de construção, manutenção e operação e restauração da infra-estrutura ferroviária. Gerenciar a revisão de projetos de engenharia e exercer o poder normativo relativo à utilização da infra-estrutura de transporte ferroviário.

Dentro dessas atribuições e como parte da estratégia de implementar as ações em desenvolvimentos ou a iniciar serão priorizadas as seguintes tarefas – Providenciar a institucionalização do PRONURB que visa assegurar recursos da União de maneira sistêmica e contínua para eliminar interferências críticas entre o transporte ferroviário e comunidades adjacentes, priorizando as obras de maior impacto sócio-econômico e operacional, apoiar a implantação de novos trechos como uma Nova Transnordestina, apoiar a implantação de novos trechos ferroviários por intermédio de parceria público-privado, PPP. Entre estas obras destacam-se os trechos Guarapuava-Ipiranga, Curitiba-Paranaguá, Anéis Ferroviários de São Paulo, Corredor de Exportação Minas Gerais-Espírito Santo, entre outros. Executar a implantação de novos trechos com investimentos diretos da União através do Projeto Piloto de Investimento constantes do PRONURB, destacando-se o Contorno Ferroviário de São Félix e Cachoeira no Estado da Bahia, São Francisco do Sul no Estado do Santa Catarina, e adequação do trecho urbano de Barra Mansa no Rio de Janeiro. Todas essas obras se encontram em licitação.

Também serão envidados esforços na criação do Instituto Nacional de Pesquisas Ferroviárias para resgatar o conhecimento e promover o desenvolvimento da engenharia ferroviária, como também atualizar tecnologia do setor, através da realização de pesquisas científicas, certificações, normas de procedimentos, formação técnica para gestão pública e privada e preservação da memória ferroviária nacional. Pretende-se criar este Instituto por meio de parcerias com entidades privadas e públicas, construtores e fabricantes do setor e também por meio da geração de recursos próprios para venda de serviços.

Esta série de ações de investimentos visa complementar a atuação das concessionárias ferroviárias que no período de 97 a 2004 aumentaram a produção de transporte de 39,5 bilhões de toneladas por quilômetro úteis, para 77,3 bilhões, proporcionando um crescimento médio de 10,2% ao ano. Resultado, este alcançado mediante à realização de 5,5 bilhões de investimentos no setor. Para o período de 2006 a 2009 estão estimados investimentos da ordem de 11 bilhões, cabendo ao Governo Federal cerca de 4,5 bilhões. Os crescentes investimentos por parte da União justificam-se pelos benefícios que atualmente trazem e continuarão proporcionando a sociedade brasileira, merecendo destaque a diminuição de custos operacionais na matriz [Soa a campanha] De transporte brasileira, com reflexo na competitividade dos produtos destinados à exportação e diminuição dos custos de bens voltados ao mercado interno. Melhor integração

entre as modalidades de transporte facilitando as ações logísticas como um todo. Melhor integração regional e inter-regional com reflexos na dinamização, expansão das economias locais. Geração de empregos diretos nas ferrovias e indiretos nas áreas agregadas economicamente pela construção de novos trechos. Contribuição para a redução das desigualdades sociais, aumento na arrecadação de impostos, fixação do homem nas regiões beneficiadas pelas obras ferroviárias, redução dos custos de manutenção das rodovias pela transferência de cargas para as ferrovias, redução de acidentes rodoviários pela redução de viagens nesta modalidade, redução do consumo de combustível pela utilização de modalidade de transporte de maior eficiência energética, e a diminuição da poluição ambiental pela utilização de modalidade de maior eficiência energética. Assim sendo, Sr. Presidente e demais autoridades presentes, quero dizer que me sinto preparado para exercer o cargo para o qual fui indicado, caso seja aprovado. É fato que o desafio é grande quanto à adequação e expansão do setor ferroviário por parte do DNIT. Entretanto, sinto-me motivado a assumi-lo. Como Engenheiro Civil desde 1985, servidor de carreira há 20 anos do Ministério dos Transportes, aonde desde maio de 2005 venho contribuindo com minha experiência profissional, exercendo cargo de Coordenador Geral Ferroviário do DNIT, estou convicto de que com o apoio dos meus colegas de trabalho, todos de reconhecida competência e com o apoio de todos desta honrada Casa, daremos respostas que o País necessita e que a sociedade brasileira tanto merece.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Passo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino Braga.

SR. RELATOR SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Sr. Presidente, pelo relato e pela exposição do Dr. Luiz Fernando, fica-se convencido de que o Governo Federal, através do Ministério dos Transportes e do DNIT se propõe a incrementar os investimentos na área ferroviária e melhorar a matriz de transporte, quer dizer, melhorar no sentido de elevar a participação do modal ferroviário na matriz de transportes do Brasil, na participação essa, que ainda é muito baixa.

O Dr. Luiz Fernando tem todas as condições, as capacitações técnicas e experimentais para exercer bem essa Diretoria. E na sua exposição fez referência a duas obras que interessam profundamente ao meu Estado, ao Estado do Rio, e eu gostaria de ouvir a confirmação de S.Exa., é o anel ferroviário de São Paulo no seu tramo norte que é muito importante para a ligação do Porto de Sepetiba, isto é, Itaguaí com toda a região servida pelo modal ferroviário no Estado de São Paulo

e sul de Goiás. E a outra é a superação, quer dizer, é a solução do problema urbano de Barra Mansa com a urbanização, o aproveitamento das áreas do Pátio de Barra Mansa, o Pátio Manobra de Barra Mansa para utilização urbana, ou seja, são dois investimentos extremamente importantes. Eu acho que S.Exa. se referiu ao de Barra Mansa como já tendo uma licitação aberta. Eu gostaria de ter essa confirmação e também indagar sobre esse Instituto de Pesquisa Rodoviário, eu acho da maior importância e que se busque um aperfeiçoamento continuamente, um aperfeiçoamento tecnológico da operação ferroviária, da construção ferroviária e gostaria de ver esse Instituto instalado e funcionando tão brevemente quanto possível. Então pergunto também ao Dr. Luiz Fernando se há uma previsão razoável para instalação desse Instituto de Pesquisa?

SR. LUIZ FERNANDO DE PÁDUA FONSECA

– Com relação à primeira colocação, o Ferroanel, é uma das obras mais importantes que o País tem que achar meios de implementar, a implantação de um trecho ferroviário que vai retirar do centro de São Paulo o tráfico ferroviário de cargas, criando especificamente, com relação ao tramo norte, criando um canal de escoamento também para o Porto de Sepetiba no Rio de Janeiro.

Esta obra é estimada em cerca de 800 milhões de reais. Já existe um projeto de engenharia desenvolvido pela Concessionária MRS e um estudo de viabilidade, e está sendo analisado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT. Então o DNIT, em especial, nesse projeto está sendo modelado pela Agência e a gente, em algum momento, se for chamado, a gente deve colaborar no acompanhamento técnico, no desenvolvimento dos projetos, se for o caso.

Com relação à obra de Barra Mansa...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O projeto de engenharia já está à prova do DNIT?

SR. LUIZ FERNANDO DE PÁDUA FONSECA

– Não, o projeto de engenharia foi desenvolvido pela Concessionária e a Agência está modelando uma parceria público-privada. Então o DNIT, em algum momento, poderá ser chamado a participar tecnicamente.

Com relação à obra de Barra Mansa que a gente denomina ela de adequação do trecho ferroviário num perímetro urbano de Barra Mansa, é uma obra que devido às dificuldades de você fazer a remoção do trecho ferroviário existente para um outro traçado em área urbana, devido às condições técnicas aonde se desenvolve o traçado a opção mais barata e possível de realizar em menor tempo de implantação foi fazer intervenções, uma série de intervenções no trecho já existente de forma a minimizar ao máximo o conflito hoje existente entre a ferrovia e a população

de Barra Mansa. Esse projeto foi iniciado no âmbito do DNIT, está agora, na semana que vem, ultimando a sua aprovação. A obra foi incluída no Projeto Piloto de investimentos do Governo Federal para o ano de 2006 com recursos assegurados. Então nós Esperamos estar colocando ao público a obra em licitação até setembro desse ano.

Então uma obra estimada em cerca de 60 milhões de reais, consiste basicamente em você confinar as quatro linhas ferroviárias hoje existentes numa calha ferroviária mínima, segregar e criar obras de transposição de linha e reordenamento viário adjacente a essa nova calha. A gente acredita que com essa obra será possível o Município minimizar ao máximo o conflito hoje existente.

Com relação à última indagação, com relação ao nosso Instituto. Nós hoje temos no âmbito do setor de transportes, nós temos o INPH, Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias, temos o IPR, Instituto de Pesquisas Rodoviárias, e devido ao declínio das atividades ferroviárias no País e com a liquidação da rede ferroviária o setor ferroviário carece de um instituto que seja capaz de acompanhar o setor dentro das tecnologias que, porventura, venham a ser necessárias para minimizar custos e desenvolver ainda mais essa modalidade do transporte.

Então nós temos no âmbito do DNIT já um trabalho de criar esse instituto, já tem um posicionamento favorável da Diretoria na criação desse instituto, que na sua estrutura a gente pretende que ele sobreviva de prestação de serviços diferentemente dos outros institutos que sobrevivem de alocação de recursos no Orçamento Fiscal da União, o que a gente acha que o País não comporta mais esse tipo de instituto.

SR. RELATOR SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Um parêntese. O setor de transportes não dispõe de nenhum daqueles fundos setoriais e desenvolvimento científico tecnológico? Não foi criada...

SR. LUIZ FERNANDO DE PÁDUA FONSECA
– Não.

SR. RELATOR SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Ao meu juízo, é um lacuna.

SR. LUIZ FERNANDO DE PÁDUA FONSECA
– É uma lacuna importantíssima.

SR. RELATOR SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – É um setor que demanda sempre o esforço de desenvolvimento tecnológico e não é coberto pelo FNDCT que compõe os fundos setoriais para todos os setores importantes da economia e da infra-estrutura, e o setor de transportes ficou de fora. Um pouco inexplicável isso.

SR. LUIZ FERNANDO DE PÁDUA FONSECA

– Nós temos hoje o NPH com dificuldades de recursos, o IPR também.

SR. RELATOR SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – É um Instituto importante, O INPH tem tradição o IPR também.

SR. LUIZ FERNANDO DE PÁDUA FONSECA

– Com a extinção da PORTOBRÁS o INPH foi institucionalmente ligado à Companhia Docas do Rio de Janeiro, presta serviço, mas os recursos vão diretamente para o [inaudível] das CDRJ e não revertem em benefício para o Instituto. No caso do IPR as dificuldades orçamentárias são grandes. O IPR vem sobrevivendo com muita dificuldade, e a gente enxerga que criar esse modelo de instituto, aonde ele seja custeado em parte com recursos oriundos de prestação de serviços de organismos internacionais e prestação de serviço, é uma maneira da gente fortalecer o Instituto.

SR. RELATOR SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado ao Dr. Luiz Fernando.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o nobre Senador Ney Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Dr. Luiz Fernando, eu já não só votei, como já pedi para o outros do PMDB chegarem, mas realmente a área que o senhor vai assumir é uma área de extrema importância para País e, lamentavelmente, tão descuidada por todos nós. Esse devia ser o modelo majoritário do País. E, lamentavelmente, foi-se o tempo em que a gente pegava um trem e seguia, passava por vários Estados. Espatifaram toda essa rede.

E mesmo as redes que estão sendo criadas, como é o caso da Transnordestina, a gente vê que não privilegia, o meu Estado, por exemplo, está fora, pode ser que a gente encontre um ramal, uma coisa no futuro, mas a Transnordestina passa ao Lago da Paraíba no projeto atual. Pode ser que a gente tenha um tramo a fazer no futuro e nós estamos esperando que isso ocorra.

Agora, me surpreende ver o tanto de gente que vem aqui ao Senado da República pedir a nossa interferência para ver se consegue transportar alguma carga nas áreas de minério em redes que foram privatizadas, como é o caso, por exemplo, da rede principal mineradora do País.

E me surpreende mais ainda de ver que a própria mineradora, no caso a Vale do Rio Doce, pagou no ano passado uma infinidade de milhares de dólares, de milhões de dólares, porque não dizer, foram 125 milhões de dólares de multa, porque ela mesmo não consegue dar vazão às encomendas que ela tem de entrega de minério. E eu pergunto, no plano do Governo nós te-

mos alguma coisa, vejo também que em vários outros lugares o minério de ferro está sendo descoberto, até no meu Estado mesmo. Nós estamos lá com uma jazida muito grande e eu fico surpreso de ver que a gente não tem, ao que me parece, porque eu não tomei conhecimento e tenho procurado ver, um plano para fazer o escoamento, principalmente, nessas safras no que se refere à soja, que a gente fica preocupado de ver milhares de caminhões na fila, ou no caso do minério de ferro que me parece são os dois itens da nossa exportação que mais estão sofrendo com esse não planejamento na área ferroviária. Eu acho que a soja até se beneficiou, de alguma forma, com um pouco de transporte fluvial, agora ferroviário eu não tenho conhecimento de nenhum projeto. O senhor poderia me dar uma informação sobre isso.

SR. LUIZ FERNANDO DE PÁDUA FONSECA

– Senador, primeiramente, o DNIT possui a competência, as suas atribuições para trabalhar na implantação dos projetos de infra-estrutura de transporte. A questão sobre a regulação e fiscalização do serviço de transporte ferroviário de cargas ela está dentro das atribuições e competência da Agência Nacional de Transporte Terrestre.

Então, as informações que estão chegando com relação às dificuldades para se transportar o minério nas ferrovias concedidas, esse é um aspecto que, provavelmente, deve estar sendo monitorado e acompanhado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres. Agora, veja bem, de fato o senhor tem razão com relação a que a carga de vocação ferroviária é aquela carga de grandes volumes de baixo valor agregado, onde se inclui aí o minério e a soja. Então a competitividade desses produtos no mercado interno e externo está, de fato, ligado a uma logística de transporte eficiente e de baixo custo. Então os projetos ferroviários, geralmente estão alavancados em grande parte, a sua viabilidade a essas cargas.

Então, nós temos hoje no âmbito de estudos, vários projetos em desenvolvimento, em estudo para exatamente criar corredores de transportes capacitados para esse transporte. Por exemplo, nós temos aí hoje a Ferronorte que chegou até a Alto Araguaia e agora com a sua reestruturação da Concessionária Brasil Ferrovias que foi assumida pela LL deve ter agora condições de ser continuada a sua implantação e chegar a Cuiabá e abrir ali dois tramos, um a Porto Velho e outro o Santarém. Temos aí em andamento, pelo Governo Federal, a Ferrovia Norte-Sul e já entrou no Estado do Tocantins, e está se dirigindo a Araguaína e deve chegar logo a Palmas, Tocantins. Temos a Ferrovia Nova Transnordestina que ligará Eliseu Martins ao Porto de Pecém e Suape,

cuja carga principal a ser transportada e predominante nos estudos de viabilidade à soja e alguma coisa do gesso.

Temos em estudos a Ferrovia conhecida como Bahia Oeste, onde a gente pretende fazer uma ligação de Luís Eduardo Magalhães até o litoral da Bahia, ou entroncando em Brumado ou uma linha implantada paralela a isso indo até algum ponto do litoral. Esse estudo de viabilidade está em fase de elaboração em termos de referência no âmbito do DNIT e deve ser logo, logo contratado.

Então hoje nós temos projetos pensando na necessidade de escoamento dessa riqueza.

O que dificultou foi que o País após um declínio acentuado da capacidade de investimento que o País teve com o declínio da rede ferroviária, em 96 o Governo Federal decidiu desestatizar esses serviços passando à iniciativa privada. E de 96 até antes da criação do DNIT, os investimentos da União no setor ferroviário foram esquecidos. Estão retornando agora a partir da criação do DNIT.

Então a partir do momento que o Governo sinalize com investimentos cada vez mais significativos no setor, eu acredito que a gente vá ter um número maior de projetos que avançando nas áreas de produção agrícola e de exploração mineral.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Permita-me fazer uma pergunta só de curiosidade? O que é que custa hoje um quilômetro de ferrovia, e o que é que custa hoje uma locomotiva?

SR. LUIZ FERNANDO DE PÁDUA FONSECA – O quilômetro de ferrovia em torno de 3 milhões e meio de reais o quilômetro. Uma locomotiva, quando a gente adquire material... Eu acho que a gente não adquire material rodante. 2 milhões de dólares. Agora, 3 milhões e meio de reais o preço médio do quilômetro de ferrovia.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o nobre Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Presidente, eu quero, primeiro fazer aqui uma defesa do nome do Dr. Luiz Fernando pela sua qualificação, e quero fazer algumas observações a respeito desse setor ferroviário.

Primeiro, eu quero defender o Presidente Juscelino Kubitschek, de vez em quando se fala que Juscelino abandonou as ferrovias, que ele foi o responsável por nós termos mudado a nossa matriz de transporte. Na verdade, não é isso, o Juscelino não abandonou as ferrovias, é que ele deu um impulso extraordinário

às rodovias. Nós não tínhamos rodovias, praticamente, no País, rodovias nacionais de grande porte, e foi o Juscelino que, realmente, teve esse grande projeto e também com a indústria automobilística.

Então a ênfase que foi dada às rodovias e a indústria automobilística acabou, digamos, que escondendo a atuação no setor de ferrovias, onde também houve a atuação do Presidente Juscelino naquela época, já passados 50 anos.

Então, eu sempre fico preocupados com essa questão, que é uma injustiça que se faz, que o Juscelino teria sido contra a ferrovia, ele nunca foi contra a ferrovia, é porque ele foi tão extraordinário nas rodovias que isso, de alguma maneira, colocou uma sombra sobre o setor de ferrovias.

Por outro lado, eu quero também lembrar aqui que a privatização do setor de ferrovias no Brasil é uma área de sucesso, são poucas as ferrovias que não deram certo, tiveram que voltar a ter alguma atuação, mas na maioria das ferrovias que foram privatizadas elas tiveram um aumento significativo no transporte, tiveram a melhoria na renovação da frota que circula. Então não se pode também criticar a privatização como se tivesse dado errado. Ela deu certo. Agora, se um ou outro trecho não se mostrou adequada, a empresa não conseguiu ir em frente, o que tem que se fazer é rever o projeto, rever e até mesmo fazer um investimento pelo Governo Federal.

E aí é que eu entro com a minha pergunta em relação a um investimento que diz respeito à ferrovia em Minas Gerais, que é a Ferrovia Unaí-Pirapora, essa é uma ferrovia que chegou a ser prevista quando a Vale do Rio Doce era ainda estatal. Na época da privatização foi publicado um fato relevante e no qual constava que estava previsto esse investimento, mas depois que ela foi, aí no caso, privatizada acabou que esse fato relevante ficou esquecido e esse trecho abandonado.

A região de Unaí, próxima aqui a Brasília, é uma região nova, do ponto de vista agrícola, é um grande pólo agrícola e essa Ferrovia teria um grande objetivo que seria este, escoar a produção do cerrado brasileiro, e desse cerrado que tem se mostrado como um grande celeiro, na verdade. Aproveito até para lembrar que o ex-Secretário de Agricultura, Allison Paulinelli, foi recentemente premiado exatamente pelo trabalho que ele fez de mostrar que o cerrado não era uma terra perdida, pelo contrário, é uma área de grande produtividade.

Então, Dr. Luiz Fernando, a colocação que eu faço é em relação à retomada do projeto da Ferrovia Unaí-Pirapora.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Antes de passar a palavra ao Dr. Luiz Fernando, eu queria fazer um registro aqui da presença do Dr. Mário Picanço, que tem toda uma vida dedicada ao transporte brasileiro.

Eu faço isso também registrando a presença de todos os companheiros do Dr. Luiz Fernando que trabalham nesse setor e que estão aqui para presenciar a sua sabatina de uma maneira de solidariedade.

SR. LUIZ FERNANDO DE PÁDUA FONSECA – Senador, o senhor, de fato, tem razão a desestatização dos serviços de transportes ferroviário de carga foi um sucesso, o saldo é positivo, o processo se iniciou em 96, se concluiu em 98, desde então nós saímos da participação na matriz de transporte de 13%, para hoje cerca de 24 a 26 de participação, o resultado é bastante significativo, o setor vem investindo consideravelmente e a União tem já melhorado o seu nível de investimento, ainda é pequeno o investimento já bastante significativo e a gente entende que com a Concessionária e a União por intermédio do DNIT trabalhando juntos nessa parceria dos investimentos, a gente tem certeza que o aumento será gradativo na participação da matriz de transporte.

Então a gente concluiu que essa desestatização foi salutar, foi benéfica para o setor.

Com relação ao Projeto Pirapora-Unai, de fato, ainda quando a Vale tinha o controle acionário da União, esse Projeto esteve em ponto de implantação. Porém, com o processo de transferência do controle da Vale para a iniciativa privada, esse projeto saiu um pouco das prioridades da Companhia Vale do Rio Doce. Hoje o que nós estamos sentido é que já existe uma movimentação no sentido de retomar esse projeto, os estudos, aonde, inclusive, existe uma indicação que ele não iria mais a Unai, ele iria a Formosa aqui no Goiás. Então esses assuntos já estão retornando às discussões. Mas a gente ainda não tem razões e nem horizonte que ele será imediatamente implantado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Eu quero só que ele não fique esquecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu queria perguntar ao Dr. Fernando, enquanto a gente completa, inclusive, o quorum. Ele falou aqui sobre a Transnordestina que é não só uma aspiração, mas uma necessidade de todo o Nordeste, principalmente do Estado do Piauí. O modelo continua sendo através de PPP, execução?

SR. LUIZ FERNANDO DE PÁDUA FONSECA – Não, veja bem, não chegou a ser uma PPP não. A Nova Transnordestina é um empreendimento privado. A Companhia Ferroviária do Nordeste é que está res-

pensável pela implantação dessa ferrovia, entretanto, parte dos recursos é oriundo do FINOR, do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste de recursos captados no BNDS e recursos próprios.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Toda a origem do recurso é BNDS e recurso próprio da empresa?

SR. LUIZ FERNANDO DE PÁDUA FONSECA – Recursos próprios da empresa, FINOR e Fundo do Desenvolvimento do Nordeste.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Qual, mais ou menos, o percentual de...

SR. LUIZ FERNANDO DE PÁDUA FONSECA – Ele está orçado em cerca de 4,5 bilhões, o projeto todo, recursos próprios, cerca de 1 bilhão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Ex^a., evidentemente, que no momento pode até não ter os dados que eu lhe pediria, como é que está a questão do impacto ambiental dessa obra? Esse trecho do Piauí porque é uma obra nova.

SR. LUIZ FERNANDO DE PÁDUA FONSECA – Veja bem, é uma obra nova, do trecho do qual já existe projeto que as obras estão se iniciando, que é o trecho Missão Velha, Salgueiro, esse projeto executivo de engenharia foi desenvolvido pelo DNIT, os estudos ambientais realizados e elaborados no âmbito do DNIT, e com seu licenciamento de instalação concedido pelo Ibama. Com relação a esse trecho não existe...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Na verdade, é recuperação de...

SR. LUIZ FERNANDO DE PÁDUA FONSECA – Na verdade, ele é um misto das duas coisas, ele tem um trecho de Eliseu Martins a Salgueiro de trecho novo. E quando ele chega em Salgueiro aí é recuperação aos dois portos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É um trecho que, na realidade, no passado existiu?

SR. LUIZ FERNANDO DE PÁDUA FONSECA – Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Foi abandonado na década de 60, 70. Abandonado mesmo, tirado, inclusive...

SR. LUIZ FERNANDO DE PÁDUA FONSECA – Não, é recuperação.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A previsão de início dessas obras do Trecho Eliseu Martins e Salgueiro, há uma previsão por parte do...

SR. LUIZ FERNANDO DE PÁDUA FONSECA – Eu acredito que ele deve iniciar, mas ainda está na

fase de elaboração dos projetos de engenharia, de Salgueiro a Eliseu Martins. O que, efetivamente, se tem é o trecho Missão Velha a Salgueiro que as obras já devem estar se iniciando agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Seria a primeira etapa?

SR. LUIZ FERNANDO DE PÁDUA FONSECA – Primeira etapa. Esse trecho é de 100 quilômetros.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O velho Salgueiro é 100 quilômetros? E Eliseu Martins a Salgueiro dá, aproximadamente, quanto?

SR. LUIZ FERNANDO DE PÁDUA FONSECA – Cerca de 650 quilômetros. Ele, no total é cerca de 1800 quilômetros de novas ferrovias recuperadas ou implantadas de novo trecho.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Há uma previsão de uma segunda etapa que é a interligação do Trecho Eliseu Martins com o Maranhão, não é isso?

SR. LUIZ FERNANDO DE PÁDUA FONSECA – Mas seria o quê? Ligar no ramal Estreito-Balsas? Existem estudos preliminares de se fazer futuramente essa ligação.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mas não há nada, nenhum contrato, nenhuma previsão imediata?

SR. LUIZ FERNANDO DE PÁDUA FONSECA – Não. O que se tem de concreto é no âmbito da VA-LEC, da Norte-Sul, desenvolvimento dos projetos do trecho Estreito-Balsas. E no âmbito da Nova Transnordestina a sua ligação até Eliseu Martins.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Quando V.S.^a. Fala da Nova Transnordestina é a mesma... O que é a Nova Transnordestina?

SR. LUIZ FERNANDO DE PÁDUA FONSECA – Não, a Nova Transnordestina que é denominada na Transnordestina é diferente da Transnordestina, aquela estudada nos anos de 89, detalhada pelo GEIPOT que era uma ligação sentido norte-sul, essa ferrovia é denominada Transnordestina.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Qual era o trecho da antiga? A antiga Transnordestina, qual era o percurso?

SR. LUIZ FERNANDO DE PÁDUA FONSECA – A antiga Transnordestina tem vários trechos que seariam implantados.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não, não é isso. Qual o percurso da antiga, ia de onde a onde?

SR. LUIZ FERNANDO DE PÁDUA FONSECA – Eram trechos segmentados, na verdade, ela discorria no sentido norte-sul. O objetivo da Transnordestina era

ligar, que é um corredor de transporte norte e sul. Mas hoje o projeto da Transnordestina continua sendo desenvolvido no âmbito do DNIT através de convênio com o Governo do Ceará e o Governo do Pernambuco.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Senador Sérgio Guerra. Até por dever de justiça, dizer que é um dos Senadores que muito trabalhou aqui pela viabilidade da Nova Transnordestina.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Quero dizer que eu considero importante os esforços do Ministro dos Transportes e do Ministro Ciro Gomes nessa questão da Ferrovia Transnordestina.

SR. LUIZ FERNANDO DE PÁDUA FONSECA – Oi.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Eu estou afirmando e considero muito importante e positiva as intervenções do Ministério dos transportes e do Ministério da Integração Nacional nessa questão da Ferrovia Transnordestina. Faço, porém, algumas ponderações. Que é verdade que no âmbito do DNIT se desenvolvam projetos para aquela área, também do Governo de Pernambuco e também do Governo do Ceará. Inclusive, os recursos que foram alocados para essa finalidade foram da nossa iniciativa, numa Emenda da bancada no Nordeste feita há dois ou três anos.

Agora, não é verdade que haja projeto nesse instante para execução de nenhum outro trecho da ferrovia. Apesar da ferrovia estar, ou da sua pedra fundamental, do seu início de obra estar anunciado, rigorosamente obra naquela área, pelo menos, até quando eu sei, não se dará senão a partir de 2007. Se vai fazer um trecho da ordem de 100 quilômetros que têm projetos que são aqueles aos quais você refere, o senhor fez referência e que tem um custo mínimo em relação ao conjunto do empreendimento que pode custar 4 ou 5 bilhões de reais.

Então, é um projeto que nós consideramos fundamental para o Nordeste, de todos os anunciados e há vários para a região, refinaria em Pernambuco, siderurgia no Ceará, transposição das águas do Rio São Francisco. São todas obras virtuais, rigorosamente não acontecem, são iniciativas anunciadas, porém, já inauguradas alguma vezes. No caso da Ferrovia, eu acho que o Governo Federal deu um passo adiante, deu um passo adiante e é inegável o esforço do Ministro Ciro, de uma maneira especial nesse quadro. Ele comandou esse esforço, enfrentou resistências, que eu conheço todas, acompanhei desde o primeiro momento. Nunca houve problema, do ponto de vista, do Ministério dos Transportes, mas houve problema na área da Fazenda relevantes, o BNDS foi inconsistente, num determinado momento apoiou o projeto, num outro momento não

apoiou, num terceiro momento apoiou. O Ministério do Planejamento também e no Ministério da Fazenda os impasses sempre foram relevantes.

Nesse instante, aparentemente, o projeto está desenhado, evidentemente, que o Dr. Luiz Fernando não tem nada a ver com isso, e não há nisso nenhuma crítica, ao contrário, as informações que lhe dizem respeito são todas positivas. Nós aqui da oposição atuamos sempre na seguinte orientação, indicações que têm um conteúdo técnico, que tem uma adaptação real aos cargos para os quais se processam essas indicações, são sempre aprovadas por nós. Interessa que as instituições funcionem bem, e que os indicados sejam compatíveis com essa idéia de bom funcionamento.

Do ponto de vista do Governo, porém, fica na Comissão de Infra-Estrutura que é a Comissão na qual esse assunto tem mais relevância, então terá na Comissão de Desenvolvimento Regional, mas principalmente na Comissão de Infra-Estrutura. Fica claro que não há ferrovia sendo construída. O trecho em execução, inclusive, não liga nada a coisa alguma. Não há mais ferrovia em Pernambuco e a ferrovia que chega até Eliseu Martins, no Ceará é uma ferrovia de bitola estreita que terá que ser...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eliseu Martins, não, Missão Velha.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Missão Velha é uma ferrovia bitola estreita que terá que ser também recuperada, portanto, é inadequado esse pequeno trecho que está sendo construído.

Nós compreendemos que, inclusive, por ali começa a construção, primeiro porque é um trecho que separa os dois Estados, é um trecho que atenda dois Estados, segundo, porque havia projetos, e havendo projeto, evidente, que a prioridade foi merecida, porque era preciso fazer assim. Mas o que não é real, o que não é verdade se afirmar que a ferrovia está sendo construída e está resolvida, não está. Há convênios, há acordos, há contratos; mas rigorosamente é preciso haver muita determinação ainda para que essa ferrovia aconteça, de fato. É preciso não esquecer que ela já começou uma vez e ficou no caminho, e para que isso não aconteça outra vez. Concorro que o projeto na sua nova forma é muito mais adequado, muito mais estratégico, muito mais estruturante, muito mais viável do que o projeto na forma anterior, como o senhor estava explicando e acho que a sua nomeação, a sua indicação e provável nomeação atende aos requisitos daqueles que esperam que uma conduta segura, profícua, competente nessa área.

Desejo ao senhor um bom resultado nessa sua sabatina pela Comissão de Infra-Estrutura.

SR. LUIZ FERNANDO DE PÁDUA FONSECA

– Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mais algum questionamento? Foi muito importante o que o Senador Sérgio Guerra abordou agora porque foi anunciado no meu Estado já a continuação da Transnordestina fazendo, a interligação com esse outro trecho que liga ao Maranhão. O Governador, inclusive, anunciou que o Presidente assinou já um aditivo ampliando essa estrada. Eu achei esquisito, estranho, principalmente, porque se trata de uma participação da iniciativa privada, e essa ampliação não seria tão fácil assim, até mesmo pelos interesses privados da empresa que participa desse projeto. A minha dúvida era essa, mas agora o Senador Sérgio Guerra me parece que deu esclarecimento necessário que nós tínhamos sobre a questão. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente Sr. Senador Heráclito Fortes, Dr. Luiz Fernando Fonseca. Eu não tive a oportunidade de ouvir a explanação de V.S^a, mas nos preocupa muito no Estado do Pará a inércia no Governo Federal em relação às estradas da maior importância para o desenvolvimento do nosso Estado. Entre elas eu citaria as que são mais comentadas e que o Estado espera, a população, por mais de vinte anos o asfaltamento da Santarém-Cuiabá que é a BR 163 e da Transamazônica que é a BR 230. Essas duas estradas que são eixos importantes, sendo que a Santarém-Cuiabá é uma estrada, que eu diria, de importância nacional, porque ela servirá para escoamento da safra agrícola do norte do Mato Grosso, aumentando a competitividade dos produtos agrícolas, principalmente, a soja e diminuindo o fluxo de tráfego para o sul do País, para os Portos de Paranaguá e Santos, porque trará essa produção para o Porto de Santarém.

Mas, lamentavelmente, o Presidente, me parece, que por esses dias vai estar no Pará, ele fez um anúncio de que iria dar início ao asfaltamento da Santarém-Cuiabá, mas são promessas que não se tornam realidade.

Ainda há um tempo, coisa de um mês, um mês e pouco atrás, eu fiz um pronunciamento a respeito de uma estrada federal, se não me falha a memória, é a Transcamaeté que liga Tucuruí até passando por Cametá até Baião, e essa estrada está totalmente intrafegável, eu mesmo para visitar um assentamento do INCRA numa distância de 50 quilômetro que fica da Sede de Tucuruí, levei mais de quatro horas para chegar lá. E não há recursos, nesse caso, não seria nem para o asfaltamento, mas, pelo menos, para a manutenção da estrada, obras emergenciais –

Eu perguntaria a V.S^a. Se existe no programa do DNIT, no programa do Governo Federal alguma ação no sentido da pavimentação da 163 e da 230, da Santarém-Cuiabá e da 230 e de manutenção emergencial porque estamos saindo agora na Amazônia da época de chuva do nosso inverno, e o que se trabalha na nossa região é exatamente nesse período de junho a novembro, se não fizermos nada agora só faremos para o ano que vem.

SR. LUIZ FERNANDO DE PÁDUA FONSECA

– Senador, quanto ao detalhe desse plano de rodovia, eu vou procurar me informar, porque estou mais ligado na área ferroviária e para lhe dar, com certeza, o planejamento com relação às estradas mencionadas no Estado do Pará. O que eu posso dizer é que o DNIT vem tentando buscar alternativas e acelerar a necessidade, a velocidade de que os investimentos na área rodoviária precisam. E todos nós sabemos que hoje você precisa da ordem de quatro anos para colocar cerca de 1,2 bilhão por ano só para restauro e conservação de rodovias, mas eu vou procurar me interar com relação, especificamente, às rodovias que o senhor mencionou para lhe poder transmitir com certeza a posição que está cada projeto desse.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Então, especificamente, na área de V.S^a., na área de ferrovias, eu gostaria de lamentar o isolamento total do Pará nas ligações ferroviárias. Existe em projeto uma linha ligando Barcarena com a Norte-Sul, e isso seria da maior importante também, porque nós perdemos novamente... O Pará é um Estado que tem sido discriminado pelo Governo Federal porque nós não conseguimos fazer as vias naturais de escoamento da nossa produção que seria a hidrovía, principalmente, Araguaia-Tocantins e a Teles Pires-Tapajós não são concretizadas a primeira, porque não conseguimos também através do Ministério dos Transportes os recursos para concluir as eclusas de Tucuruí que viabilizaria parte da hidrovía no trecho do rio Tocantins, ficando faltando a parte do rio Araguaia. Mas na questão da ferrovia, se existe então alguma ação de Governo no sentido de fazer essa ligação ferroviária com o Estado do Pará via a Ferrovia Norte-Sul.

SR. LUIZ FERNANDO DE PÁDUA FONSECA

– O projeto da Ferrovia Norte-Sul, inicialmente, ele previa a ligação até Belém, por motivos estratégicos, pelo motivo de você já ter a estrada de ferro carajás e ela cruzando com Carajás ali em Açailândia, de momento foi descartada essa ligação até Belém, optando-se, na ocasião, por iniciar a partir de Açailândia e descendo. Mas essa possibilidade existe, essa possibilidade poderá ser admitida e adotada porque com o crescimento da Ferrovia Norte-Sul no seu transporte, você vai ter, provavelmente, um congestionamento quando ela en-

trar ali em Açailândia na Carajás com destino a Itaqui. Então essa posição de se levar até Belém já é uma alternativa que poderá ser adotada, dependendo do futuro congestionamento de uma demanda maior que houver. Mas existe esse estudo dela ir até Belém.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Obrigado Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Trouxe aqui exatamente a matéria que eu ia perguntar. A Transnordestina no Piauí será interligada a Ferrovia Norte-Sul. O Governador Wellington Dias disse hoje que já acertou com o Presidente Lula a interligação do trecho piauiense da Transnordestina à Ferrovia Norte-Sul, assim que a obra chega ao Município de Eliseu Rezende. Segundo ele, a cláusula do contrato já foi inclusa –

Em primeiro lugar, a Comissão gostaria de pedir que V.S^a. Remetesse a esta Comissão uma cópia desse contrato com esta cláusula de inclusão desse trecho do Piauí, segundo palavra do Governador do Estado.

Eu já acertei com o Presidente Lula e ele já colocou a cláusula do contrato no acordo que foi firmado, tão logo essa primeira etapa via Eliseu Martins, vamos fazer uma etapa seguinte na direção norte-sul. Qual é a direção norte-sul, Dr. Luiz Fernando? Qual é a Ferrovia Norte-Sul.

SR. LUIZ FERNANDO DE PÁDUA FONSECA

– Norte-Sul é a que o nobre Senador mencionou.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O Governador comentou o atraso da construção do trecho piauiense. O Presidente queria estar inaugurando esta obra, ao mesmo tempo, que em Pernambuco e Piauí, e ele começou agora no Estado do Ceará porque não foi liberada a licença ambiental nos outros Estados. Esse trabalho deve ser concluído até agosto, um pouco diferente do que... Garantindo o início dos serviços ainda esse ano, informou o Governador.

A pedido do Governo, a Transnordestina deve ter início no Estado do Piauí pela região de Marcolândia, a meta mais importante é a gente começar por Marcolândia na região de... E ao começar em vários trechos... Eu queria que V.S^a. Pudesse explicar um pouco esse contrato, como é que foi feito esse contrato?

SR. LUIZ FERNANDO DE PÁDUA FONSECA

– Veja bem, Senador. A concessão da Malha Nordeste já previa que a operação da Transnordestina já estaria automaticamente concedida à empresa ganhadora do leilão da Malha Nordeste.

Então, veja bem, esse projeto ele já tinha a sua operação, a sua exploração concedida à empresa que à época ganhou o leilão da Malha Nordeste, a Companhia Ferroviária do Nordeste, a empresa denominada assim, após o leilão. O que é que acontece? Toda a

questão institucional e jurídica que possibilitou a implantação da Nova Transnordestina, a sua construção por parte da CFN foi autorizada no âmbito da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Então, qualquer aspecto relacionado à concessão de mais um trecho de implantação, permissão, tudo isso ocorre no âmbito da Agência Nacional de Transportes Terrestres. Com relação à competência do DNIT ficou acordado por um protocolo de intenções que o DNIT ficaria responsável pela aprovação dos projetos de engenharia e supervisão das obras.

Então, as nossas atribuições com relação específica ao projeto da Nova Transnordestina elas ficam limitadas à aprovação dos projetos, à fiscalização das obras e ao processo de desapropriação das áreas.

Então é isso que nós estamos fazendo.

Por que o DNIT ceder projeto? Porque ele já vinha desenvolvendo projetos de engenharia da Transnordestina, aquela antiga Transnordestina que o senhor tem conhecimento, que o Dr. Mário Picanço tem conhecimento, um grande projeto estruturante e importante para o Nordeste. E esse trecho Missão Velha e Salgueiro ele é coincidente com o projeto antigo, motivo pelo qual nós já tínhamos, ele desenvolvido com o seu licenciamento todo concluído, o que possibilitou que fosse dado o *start* no projeto da Nova Transnordestina a partir desse trecho. O que a gente sabe é que o projeto da Nova Transnordestina está previsto até Eliseu Martins. Que existe uma intenção futura de se promover a sua ligação com a Norte-Sul que seria através dessa ligação em Balsas e em Estreito. Agora, se existe, se isso foi ajustado internamente pela ANTT, o DNIT desconhece.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Dr. Luiz Fernando, aqui diz o seguinte – A cláusula já foi inclusa no contrato. É inadmissível que uma cláusula dessa natureza seja inclusa no contrato sem passar pelo DNIT. Não há a menor possibilidade, lógica nenhuma. O que é que o DNIT tem a esse respeito? Algum documento tramitou na área do DNIT pedindo essa inclusão? Há esse projeto ou é só sonho, é só intenção? Porque o nordestino já foi enganado tanto, que esse tipo de *plug* de falsa felicidade não nos sensibiliza mais. Não se pode afirmar uma coisa sem ter o menor fundo de verdade. A Comissão de Infra-Estrutura acompanha com todas as suas limitações esses fatos. Nós estamos diante aqui de uma declaração de um Governador, da expansão de uma cláusula, de um contrato feito por iniciativa privada com participação de recursos públicos e financiamento público. O que nós gostaríamos de saber de maneira clara, o que é que existe no DNIT a respeito desta ampliação?

SR. LUIZ FERNANDO DE PÁDUA FONSECA
– No âmbito do DNIT nós temos que por força do

protocolo de intenções de acompanhar até Eliseu Martins a Ferrovia Transnordestina.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – E há possibilidade de começar essa obra em agosto, existe?

SR. LUIZ FERNANDO DE PÁDUA FONSECA
– Qual, a ligação?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não, não, o primeiro trecho entre...

SR. LUIZ FERNANDO DE PÁDUA FONSECA
– Missão Velha e Salgueiro?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não, começando por Marcolândia, segundo declarações do próprio Governador.

SR. LUIZ FERNANDO DE PÁDUA FONSECA – O que está sendo iniciado é Missão Velha a Salgueiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O trecho do Piauí não tem nada definido para quando começar?

SR. LUIZ FERNANDO DE PÁDUA FONSECA
– Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senhor, é irritante, você perde até o espírito da... É isso que está sendo anunciado no meu Estado em véspera de eleição. Se vai para uma região carente, e se anuncia obra dessa natureza. É revoltante que essa seja a metodologia. O Dr. Picanço está aqui e sabe o que eu estou dizendo. Se carregar três vagões do metrô de Fortaleza para andar seis quilômetros em ar condicionado e dar-se a entender que é o início de uma obra, vá lá, que é o uso do bem público, do patrimônio público em inaugurações de pedras fundamentais privadas, mas isso é um absurdo.

Eu convidaria os Senadores Flexa Ribeiro e Valdir Raupp para escutinar a presente votação. Está encerrado o processo de votação.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB -MG) – Sr. Presidente, eu estava relatando o processo que estava em discussão lá na Comissão de Educação. Eu queria saber se eu poderia fazer uma pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pode, tem V.Ex.^a a palavra enquanto é feita a escrutinação. Com a palavra o Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB -MG) – Ok. Fernando, desculpe o atraso. Eu queria saber se o senhor tem conhecimento sobre tirar de dentro de Juiz de Fora aquela ferrovia que hoje pára a cidade por seis horas todo dia, com a passagem de 26 trens pelo centro da cidade. O senhor tem conhecimento a respeito desse contorno, se está no orçamento, se está previsto alguma coisa? Porque

eu conversava com o Prefeito, onde ele não pode fazer nada. A ferrovia deu um lucro absurdo agora na apuração, ele não pode cobrar IPTU sobre os trilhos, porque, na verdade, é uma concessão e vem prejudicando a cidade de Juiz de Fora assustadoramente. Porque imagina uma cidade parar seis horas por dia, onde essa locomotiva passa 26 vezes por dia no centro da cidade, que corta a cidade ao meio.

Então, eu queria saber se V.S^a. Tem algum conhecimento, em que pé está essa discussão do contorno lá em Juiz de Fora?

SR. LUIZ FERNANDO DE PÁDUA FONSECA –

Veja bem, ainda no âmbito do Ministério dos Transportes foi desenvolvido o Projeto Executivo de Engenharia do contorno ferroviário da cidade de Juiz de Fora. Seria o quê? Erradicar o trecho ferroviário existente no perímetro urbano e relocá-lo numa área rural. Esse projeto encontra-se disponível, e tem um custo bastante elevado. Eu acredito que hoje, se a gente atualizar porque teria que fazer... Cerca de 300 milhões de reais. Então o que é que acontece? Nós temos esse projeto que seria a solução ideal, seria eliminar, de fato, todo este conflito, mas que vai demandar ainda todo um esforço no sentido de se alavancar orçamento fiscal para que isso possa ser feito. Uma outra coisa que a gente estuda e que aí depende de uma decisão de Prefeito, de Estado é de você fazer alguma coisa semelhante ao que está sendo feito no Município de Barra Mansa. Que seria fazer adequação do trecho ferroviário no perímetro urbano de Juiz de Fora. Seria você segregar a faixa, confiná-la no menor espaço possível, criar dispositivos de transposição de linha e fazer o reordenamento viável da adjacente a essa calha, que teria um custo certamente bem menor do que o contorno. Mas, de fato, a gente conhece a situação de Juiz de Fora, sabemos dessa necessidade, mas ações já foram feitas, já existem alternativas, o que a gente precisa agora como passo subsequente é tentar viabilizar os recursos para iniciar e concluir essa obra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB -MG) – Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com relação ao questionamento, eu vou proclamar o resultado e quero parabenizar o Dr. Luiz Fernando, são 17 votos sim e uma evolução fantástica, aquele voto não regimental hoje evoluiu hoje para abstenção.

Então, V.Ex^a., na verdade, não teve ninguém contra, [risos] teve alguém duvidoso, mas continua sendo regimental. Está de parabéns. Desejo-lhe muito sucesso nas suas novas funções.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, agradecendo a todos os presentes.

Sessão encerrada às 12h17min.

**COMISSÃO DE AGRICULTURA
E REFORMA AGRÁRIA**

Ata da Vigésima Oitava Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 5 de outubro de 2005, quarta-feira, às 9 horas e 30 minutos.

Às dez horas e trinta e seis minutos do dia cinco de outubro de dois mil e cinco, na Sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senador GILBERTO GOELLNER, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, com a presença dos Senadores – ANA JÚLIA CAREPA, GÉRON CAMATA, PEDRO SIMON, OSMAR DIAS, HERÁCLITO FORTES, RODOLPHO TOURINHO, DELCÍDIO AMARAL, JUVÊNCIO DA FONSECA, LÚCIA VÂNIA, FLEXA RIBEIRO, RAMEZ TEBET, AELTON FREITAS, NEZINHO ALENCAR, REGINALDO DUARTE, ÁLVARO DIAS, SÉRGIO ZAMBIASI E PAULO PAIM. Havendo número regimental, é declarada aberta à reunião, dispensando-se a leitura da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta – ITEM 01 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, DE 2004 (TERMINATIVO) – EMENTA – Dispõe sobre a anistia, o rebate, a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. AUTOR – Senador Efraim Moraes. RELATOR – Senador Demóstenes Torres. RELATÓRIO – Pela aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta. RESULTADO – RETIRADO DE PAUTA PELA PRESIDÊNCIA. ITEM 02 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003 (NÃO TERMINATIVO) – EMENTA – Altera os artigos 47 e 56 da lei nº 5764, de 16 de dezembro de 1971. (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas). AUTOR – Deputado Alberto Fraga. RELATOR – Senador Pedro Simon. RELATÓRIO – Pela aprovação. RESULTADO – CONCEDIDO VISTA AO SENADOR GILBERTO GOELLNER. ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 229, DE 1995 (NÃO TERMINATIVO) – EMENTA – Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e Drenagem e dá outras providências. AUTOR – Comissão Temporária “VALE DO SÃO FRANCISCO”. RELATOR – Senador Pedro Simon. RELATÓRIO – Pela aprovação, na forma do substitutivo que apresenta. Iniciada a fase de discussão da matéria fazem uso da palavra os Senadores – Sérgio Zambiasi e Reginaldo Duarte. Na fase de votação, a matéria foi aprovada pela maioria dos membros presentes. RESULTADO – APROVADO O SUBSTITUTIVO. À Secretaria Geral da Mesa. ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 158, DE

2002 (NÃO TERMINATIVO) – EMENTA – Acrescenta artigo à Lei nº 4771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal, permitindo que nas propriedades rurais a área de preservação permanente seja incluída no cálculo da reserva legal. AUTOR – Senador Álvaro Dias. RELATOR – Senador Gilberto Goellner. RELATÓRIO – Pela aprovação. RESULTADO – RETIRADO DE PAUTA, a pedido do Relator, Senador Gilberto Goellner. ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 39, DE 2003 (NÃO TERMINATIVO) – EMENTA – Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul, e dá outras providências. AUTOR – Senador Paulo Paim. RELATOR – Senador Flexa Ribeiro. RELATÓRIO – Pela rejeição. RESULTADO – CONCEDIDO VISTA À SENADORA SERYS SLHESSARENKO. ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 180, DE 2003 (NÃO TERMINATIVO) – EMENTA – Acrescenta dispositivo ao artigo 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. AUTOR – Senador Delcídio Amaral. RELATOR – Senador Amir Lando. RELATÓRIO – Pela aprovação com três emendas que apresenta. RESULTADO: ADIADO. ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, DE 2003 (NÃO TERMINATIVO) – EMENTA – Altera a redação do artigo 18 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), para, nas propriedades rurais privadas, responsabilizar o proprietário pelo florestamento ou reflorestamento das áreas de preservação permanente. AUTOR – Senador Gerson Camata. RELATOR – Senador Pedro Simon. RELATÓRIO – Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. Iniciada a fase de discussão da matéria, não havendo oradores inscritos, passa-se a votação da mesma, ocasião em que foi aprovada pela maioria dos membros presentes. RESULTADO – APROVADO O SUBSTITUTIVO. À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, DE 2003 (NÃO TERMINATIVO) – EMENTA – Corrige distorções na correção dos cálculos dos financiamentos rurais passados, regula suas execuções e dá outras providências. AUTOR – Senadora Heloisa Helena. RELATOR – Senador Álvaro Dias. RELATÓRIO – Pela aprovação na forma do substitutivo que apresenta. RESULTADO – CONCEDIDO VISTA AO SENADOR VALDIR RAUPP. ITEM 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 360, DE 2003 (NÃO TERMINATIVO) EMENTA – Dispõe sobre a instituição de fundos agronegócios para captação externa de recursos e dá outras providências. AUTOR – Senador Álvaro

ro Dias. RELATOR – Senador Sérgio Zambiasi. RELATÓRIO – Pela aprovação. Obs – Concedida vista ao Senador Gilberto Goellner sem apresentação de voto em separado. Iniciada a fase de discussão da matéria fazem uso da palavra os Senadores – Gilberto Goellner e Álvaro Dias. Na fase de votação, a matéria foi aprovada pela maioria dos membros presentes. RESULTADO – APROVADO. À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 392, DE 2003 (NÃO TERMINATIVO) – EMENTA – Autoriza a criação do Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Fornecedores de Cana-de-açúcar – PROAF – Cana de Açúcar. AUTOR – Senador Renan Calheiros. RELATOR – Senador Aelton Freitas. RELATÓRIO – Pela aprovação com 4 (quatro) emendas que apresenta. RESULTADO – ADIADO. ITEM 11 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 2004 (NÃO TERMINATIVO) – EMENTA – Altera o art. 6º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação de dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, do Título VII da Constituição Federal, e estabelece os critérios pelos quais uma propriedade pode ser considerada produtiva. AUTOR – Senador Cristovam Buarque. RELATOR – Senador Osmar Dias. RELATÓRIO – Pela rejeição. RESULTADO – ADIADO. ITEM 12 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 64, DE 2005 (NÃO TERMINATIVO) – EMENTA – Altera o art. 928 do Código de Processo Civil, de modo a tornar obrigatória a inspeção por parte do juiz da reintegração de posse a visitar a propriedade esbulhada sempre que envolver imóvel rural. AUTOR – Senador Álvaro Dias. RELATOR – Senador Delcídio Amaral. RELATÓRIO – Pela aprovação com três emendas que apresenta. RESULTADO – ADIADO. ITEM 13 – REQUERIMENTO Nº 24, DE 2005 – CRA – EMENTA – Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública a fim de tratar de assunto de interesse público relevante, relativo à controvérsia que envolve a regulamentação de processo de registro diferenciado para insumos com uso regulamentado para a agricultura orgânica, com a participação dos convidados que menciona. AUTOR – Senador Aelton Freitas. Iniciada a discussão da matéria e não havendo oradores inscritos, passa-se a votação da mesma, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. RESULTADO – APROVADO. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 14 – REQUERIMENTO Nº 25, DE 2005 – CRA – EMENTA – Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

do Senado Federal, com a finalidade de verificar a conjuntura atual dos Registros de Defensivos Genéricos observando, por conseguinte, a possibilidade de concentração de oferta de produtos no mercado e aumento de preços dos insumos agrícolas. Neste sentido, solicito que instruem esta questão os representantes das instituições relacionadas. AUTOR – Senador Sérgio Guerra. Iniciada a discussão da matéria e não havendo oradores inscritos, passa-se a votação da mesma, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. RESULTADO – APROVADO. Será cumprida a deliberação da Comissão. EXTRA-PAUTA – ITEM ÚNICO – REQUERIMENTO Nº 26, DE 2005 – CRA – EMENDA – Requeiro, nos termos regimentais, que se realize, no dia 10 de novembro de 2005, uma Audiência Pública conjunta desta Comissão com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, cujo objetivo será o de avaliar o resultado econômico da safra 2004/2005, o cenário atual da agropecuária nacional, bem como as perspectivas para a safra 2005/2006. AUTOR – Senador Gilberto Goellner. Iniciada a discussão da matéria e não havendo oradores inscritos, passa-se a votação da mesma, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. RESULTADO – APROVADO. Será cumprida a deliberação da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Gilberto Goellner**, Presidente, Eventual da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. PFL – MT) – Há **quorum** regimental. Declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Aprovado.

Passo ao Item 2 da pauta, tendo em vista que o Item 1 é terminativo e não há **quorum** de presença.

Item 2 – Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003, cujo Relator é o Senador Pedro Simon, a quem concedo a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A reclamação que tenho é que V. Exª pediria vista?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. PFL – MT) – É, conforme nós falamos, a um atendimento no sentido de pedir vista para...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Em razão de uma solicitação da OCB.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. PFL – MT) – Isso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Então, penso que devemos conceder a vista e deixamos para discutir, na volta, quando V. Exª apresentar os argumentos da OCB.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. PFL – MT) – Certo. Então, pedido de vista por mim ao Item 2, concedida pelo Relator.

Passemos ao Item 3 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº 229, de 1995, que dispõe sobre a política nacional de irrigação e drenagem e dá outras providências.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. PFL – MT) – Pois não.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Posso relatar?

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 229, de 1995, dez anos, dispõe sobre a política nacional de irrigação e drenagem e dá outras providências, resultado dos trabalhos da Comissão Especial Temporária para o desenvolvimento do Vale do São Francisco. Presidida pelo Senador Renan Calheiros, a proposição foi apresentada em 11 de agosto de 1995.

Trata-se de matéria complexa e já conta com longa tramitação, tendo recebido ao todo 21 emendas e 14 subemendas, distribuídas inicialmente à Comissão de Assuntos Econômicos. Após a designação de vários Relatores, apresentamos relatório favorável à matéria na forma de um projeto de lei substitutivo. No entanto, em virtude das alterações promovidas no Regimento Interno do Senado pela Resolução nº 1, foi redistribuído para a Comissão de Agricultura. Em face disso, nossa manifestação não chegou a ser submetida ao voto da Comissão de Assuntos Econômicos. Sendo assim, nesta oportunidade, cabe a nós relatar a matéria.

No mérito, como já foi afirmado por outros Relatores da matéria, é indiscutível a importância e a oportunidade da proposição que ora se analisa. Há muito, setores privados e públicos demandam uma revisão da Lei nº 6.662, de 25 de julho de 1979, em face das grandes transformações que dizem, então, ocorrerem no setor agrícola brasileiro.

A necessidade de atualização se mostra mais evidente se considerarmos a expansão da área irrigada, o desenvolvimento da tecnologia e as mudanças na concepção sobre a fundação do Poder Público ocorrido nos últimos 25 anos. Assim, o melhor diagnóstico

aponta para a necessidade de uma revisão ampla da legislação vigente a fim de adequá-la no momento atual, bem como abrir espaço e avanços no setor agrícola.

Mesmo o Substitutivo do Senador Freitas Neto, apresentado na CAE, em fins de 2002, carece de atualização mais eficaz, pois apenas procede a adaptações pontuais no texto original da proposição, sem, contudo, promover as profundas alterações que a matéria merece.

A Comissão Especial Temporária para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco apresentou a proposição em 1995. Vários substitutivos foram apresentados, nenhum aprovado, sendo que o último foi analisado até o oferecimento de subemendas.

A contribuição do Poder Executivo, por intermédio do Ministro da Integração Nacional, com um belíssimo trabalho, foi decisiva para a reavaliação crítica do processo de discussão do projeto. Segundo o Ministro, a minuta encaminhada representaria a contribuição da Câmara de Infra-Estrutura, composta por 13 Ministérios.

Decidimos cotejar o substitutivo do Senador Freitas Neto com a importante contribuição do Ministério da Infra-Estrutura, pois esta condensaria a avaliação técnica dos diversos órgãos do Governo Federal, envolvidos com a questão. E foram realizadas diversas reuniões técnicas com representantes do setor público, da iniciativa privada e do terceiro setor. Entre as entidades consultadas, destacam-se os Ministérios de Integração Nacional, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Meio Ambiente, Agência Nacional de Águas, Articulação do Semi-Árido Nordeste e do Segundo Segmento de Irrigação Privada, Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia, Associação do Sudoeste Paulista de Irrigantes e Plantio de Palha.

Superada essa fase, percebemos que não seria possível adotar na íntegra o texto apresentado pelo Ministério do Interior. Em que pesem os pontos meritórios e o extraordinário trabalho feito pelos técnicos daquele Ministério e pelos técnicos dos 13 Ministérios que compõem a coordenação da área.

Em que pesem os pontos meritórios da proposta que foram acolhidos por este Relator, a minuta foi considerada inadequada, cristalizando um modelo de aplicação de recursos públicos em projetos de irrigação que não têm se mostrado eficaz. A sugestão atribuía muitos poderes ao Ministério de Integração Nacional em detrimento de outros agentes envolvidos. Ademais, havia problemas de injuridicidade e inconstitucionalidade que precisavam ser resolvidos.

A proposta do PLS 229, de 1995, é estabelecer um marco regulatório para a prática da irrigação no Brasil. Para tanto, seu escopo deveria ser amplo, de

cunho nacional, menos restritivo a questões federais. Assim, entendeu-se que haveria necessidade de, além de legislar sobre projetos públicos, atender também a demandas de irrigação privada que responde por 90% de toda a irrigação do País. No âmbito da irrigação pública, era preciso consolidar a mudança de enfoque que vem se delineando ao longo dos anos do assentamento de colonos para a geração efetiva de trabalho e, por meio do argumento da produtividade e da competitividade do praticante da agricultura irrigada.

Não obstante a irrigação pública responder por apenas 10% da área irrigada no Brasil, o dispêndio de recursos públicos é significativo. Tendo em que vista que, em sua maioria, os perímetros irrigados existentes são deficitários, não gerando renda, sequer, para fazer frente aos gastos com a manutenção da infra-estrutura do uso comum, com efeito, o Tribunal de Contas da União, em auditoria operacional apreciada em 2002, revelou uma série de problemas na condução do programa de irrigação e de drenagem do Ministério de Integração Nacional. O Tribunal de Contas da União identificou inadimplência dos irrigantes com as tarifas de amortização do investimento e de manutenção da infra-estrutura de uso, pouca integração entre os órgãos responsáveis por ações ligadas à irrigação, exigência de grandes áreas irrigáveis ociosas nos perímetros de irrigação, pouca organização os irrigantes para a comercialização da sua produção. Deficiências no gerenciamento do programa e baixo grau de sustentabilidade dos perímetros irrigados.

Outra questão que merece especial atenção é a adaptação da proposição às inovações legislativas ocorridas nos últimos dez anos, em especial no que tange à proteção do meio ambiente. Por exemplo, a edição da Lei nº 9.433, de 14 de março de 97, que entre outras providências institui a política nacional de recursos hídricos, traz implicações da mais alta relevância para a política nacional de irrigação.

Tendo em vista a agricultura irrigada ser reconhecimento atividade econômica responsável por intenso consumo de água, esse deve ser rigorosamente controlado com o intuito de promover o uso responsável e evitar ao máximo o desperdício.

Outras normas jurídicas recentes também ter reflexo direto na disciplina dos projetos de irrigação. As Leis nº 8.987, de 13 de janeiro de 1995, e a de número 9.074, de 07 de julho de 1995, trazem toda uma regulamentação referente às concessões públicas que devem ser seguidas também para perímetros irrigados. A Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública. Trata-se de um instrumento que se propõe a carrear

investimentos privados para empreendimentos de interesse do Estado, como é o caso da implantação de projetos de irrigação.

Uma preocupação constante na análise da matéria foi a instituição de meios de avaliação da qualidade por intermédio da criação de um mecanismo de gestão participativa. Esses mecanismos estão previstos no âmbito do controle dos projetos de irrigação, que se estende desde os planos de irrigação até a publicidade do emprego das verbas arrecadadas com a cobrança pelo uso da infra-estrutura colocadas à disposição dos irrigantes, passando inclusive previsão de pesquisas de opinião para aferir o grau de satisfação dos usuários com os serviços prestados.

Dentre os pontos que vêm sendo debatidos há muito, merecem destaques as discussões sobre o caráter social dos programas de irrigação, especialmente na região do Nordeste; a necessidade de critérios para a seleção de irrigantes; a outorga do direito de uso de recursos hídricos; a cobrança da tarifa referente à amortização de investimento público e ao uso da infra-estrutura; os critérios para a emancipação econômica dos projetos; os direitos dos irrigantes já estabelecidos em projetos públicos e a alienação ou arrendamento da infra-estrutura em projetos públicos.

Quando exercemos o cargo de Ministro da Agricultura, em 15 de março de 1985 a 14 de fevereiro de 1986, tivemos o prazer e a honra de lançar o projeto Irrigar, que pretendia beneficiar 500 mil hectares no semi-árido brasileiro. Para muitos uma utopia, para nós uma meta ambiciosa que buscava melhorar a vida do sofrido povo do Nordeste.

Infelizmente, o projeto não surtiu os efeitos desejados, principalmente após termos deixado a Pasta para concorrer ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Mas à época persiste o desejo de fomentar aquela idéia tão importante para nossos irmãos nordestinos.

Ao termos a oportunidade de relatar o projeto de lei para estabelecimento da política nacional de irrigação, temos como brasileiros a obrigação de incluir dispositivos que garantem condições para que o Governo possa resgatar e apoiar aquela idéia que garantiria melhores condições de vida para o povo daquela região.

Assim, não poderíamos nos furtar à contribuição que ora agregamos ao PLS nº 229, de 1995, para atendimento desse desiderato.

Propomos assim o acréscimo do novo capítulo denominado “Valorização Hidro-Agrícola da Unidade Familiar de Produção”. O dispositivo refere-se à prioridade ao Nordeste semi-árido e à preferência que deve ser dada à parceria com a sociedade civil. Servindo

como modelo o Programa I, um milhão de cisternas, com abordagem abrangente do grave problema social presente nos sertões nordestinos, nossa proposta consiste em aglutinar os recursos da administração pública e das entidades civis existentes para a promoção do fortalecimento da pequena unidade familiar, com a melhoria da infra-estrutura de aproveitamento e do gerenciamento dos recursos hídricos.

Em resumo, as alterações propostas ao PLS nº 229/95 decorrem, em síntese, da conjuntura de duas necessidades imperiosas – atualizar a proposição, em virtude dos intensos avanços tecnológicos e sociais experimentados nas últimas duas décadas e, em especial, nos últimos dez anos; adaptar a matéria às recentes inovações legislativas, em particular na gestão do Estado e na proteção do meio ambiente.

Era o parecer, Sr. Presidente.

Quero dizer, apenas, que considero muito importantes os dois anos. De um lado, o Ministro Ciro Gomes faz e apresenta um substitutivo de grande importância e de grande significado em que essa questão da irrigação praticamente não tem consequência, não tem continuidade, em que não há fiscalização, em que não há controle. Pode-se reconhecer – e deve-se reconhecer – que a irrigação é um fato real e que tem propiciado, principalmente na área frutífera, resultados altamente positivos, na qualidade, na quantidade e no valor econômico, notadamente nas exportações. Isso é bom, é positivo.

Somos obrigados a reconhecer que favorece um pequeno grupo de famílias, um pequeno grupo de pessoas que têm benefícios, que têm condições, que têm patrimônio, que têm terras, e que fazem todo um trabalho, espetacular inclusive, exportando por avião. Têm hoje clientes da maior importância, principalmente naqueles momentos, naquelas áreas, em que a produção frutífera é o inverso dos Estados Unidos e da Europa. Quando lá não tem, ao invés de esperar – quando têm que esperar a nova safra –, são abastecidos em grande quantidade pelo Brasil. Não podemos gastar a importância que gastamos. Por outro lado, temos um problema dramático como o do Nordeste e não olham para a parte social, para a irrigação familiar, a melhoria de condições, de produção, para as pessoas menos abastecidas, que não têm grande capital, o que é necessário, que não têm áreas de irrigação, áreas espetaculares. Hoje, a indústria frutífera irrigada do Nordeste é uma das mais modernas do mundo. Não perde para absolutamente ninguém em qualidade e quantidade. Falo também do preço. Ela se equipara à grande produção irrigada da Alemanha e de Israel. Não vejo, não busco, preocupar-me com que não aconteça, mas

não aceito que enquanto isso está acontecendo, o nordestino que sofre, que luta, que não tem água, que não tem chance, fica de ano em ano esperando uma oportunidade de ter um pouco mais de água para que possa produzir. É quase que uma produção de sustentação, de auto-sustentação, em que o valor econômico é praticamente zero.

Dou como exemplo o projeto que apresentei enquanto Ministro da Agricultura. Passei um grande tempo na Índia. Era o país que a gente via na televisão, no cinema, e onde havia milhares de pessoas que morriam de fome, todos os dias. Isso me impressionou tanto que passei um mês na Índia. Percorri toda aquela região, andei, vi como era. Nunca me esqueço do que me disseram – “Olha, levanta cedo, bem cedo, de madrugada, e vai lá perto da região do rio para ver o que acontece!”. E, realmente. Eu me levantei cedo, ainda escuro, e vi, à beira do rio, milhares e milhares de pessoas dormindo no chão, ao relento. Dormindo ali, sem absolutamente nada! De repente, as pessoas começavam a acordar e iam todas se lavar no rio. Faziam as necessidades, o que podiam e o que na podiam, iam fazer o seu asseio no rio, e 15 minutos depois, vinha um carro, uma espécie de carro de bombeiro, com um jato d’água. Era um jato gelado e violento. E os jatos d’água eram atirados nas pessoas que ainda não tinham acordado, que estavam deitadas. Pouco depois, passava um segundo jato, e, logo após, passava um caminhão, e as pessoas, com pás, pegavam os corpos e os jogavam no caminhão. Quer dizer, não acordou, está morto, vai embora! Era uma coisa profundamente dramática!

E aí a Índia lançou um projeto de irrigação, diferente do que conheciam, pois o que a Índia conhecia eram uns projetinhos de irrigação da Inglaterra, que era ultramoderna. Os projetos de irrigação que conhecemos, e que são até hoje utilizados no Brasil, são, por exemplo, os de uma indústria de irrigação infrutífera, que é o modelo de Israel. São 2 mil dólares por hectare. Lá no Rio Grande do Sul, temos, até hoje, o projeto de arroz irrigado mais moderno do mundo. Ninguém produz arroz de melhor qualidade do que o nosso, ninguém produz em maior quantidade do que nós e com maior firmeza de garantia do que nós. Mas é uma irrigação que leva uma montanha de dinheiro. O cara tem de ter um patrimônio para fazer isso!

Então o projeto que apresentei, como Ministro, copiou o da Índia, porque a Índia fez um projeto de irrigação, à época, contrário a tudo o que se conhecia no mundo. O projeto de irrigação que ficou famoso e é espetacular é o de Israel, que tirou água da pedra, como Moisés. Ou seja, era um deserto, onde

não havia nada, e fizeram um projeto espetacular, mas saiu uma fortuna. É um projeto feito nos vales de cimentos, onde não há um trabalhador. Aperta-se um botão aqui, aperta-se outro ali. É um projeto espetacular. É o que há de mais fantástico em termos de tecnologia. Na Alemanha, é a mesma coisa. O projeto de irrigação da Alemanha é espetacular! Nos Estados Unidos, idem. Parece mentira, não nos lembramos mais, mas a Califórnia era praticamente um deserto, quando o americano pegou as águas do Rio Colorado e fez o que penso que deva ser feito aqui, nas águas do Rio São Francisco, que é pegar um desses rios e transpor para o Nordeste. Aí vai sobrar água, porque água há. Fizeram isso com o Colorado, e, com a irrigação, a Califórnia se transformou na região mais rica dos Estados Unidos, e era um deserto! E a Índia também fez isso, lançou um projeto de irrigação. Ao invés de cimento, da aparelhagem técnica mais moderna do mundo, era um negócio de bambu, de madeira, totalmente manual, não tem um botão para apertar, as pessoas levam, empurram...

Então, o primeiro sucesso da irrigação da Índia é um aproveitamento de mão-de-obra, é onde mais se aproveita mão-de-obra, e enquanto, no Brasil, onde entra a irrigação a mão-de-obra desaparece. Não é mais necessário ter mão-de-obra. Mas lá não, é um negócio primitivo, simples, são as barricas de madeira, não tem cimento, são um passando por outro, entra-se em uma área irrigada e dá trabalho para um monte de gente. Esse sistema tem bons resultados.

A Índia hoje, é verdade, ela é pobre, é verdade que ainda pode ter gente passando fome, mas exporta alimento. Ela consegue exportar alimento em um processo tremendamente demais.

Parece que o Brasil tinha que ter essa humildade.

Em primeiro lugar, é que o Brasil, infelizmente, é uma elite que dirige, mesmo com o PT no Governo é uma elite que dirige e dirige sempre. É muito difícil encontrar um projeto endereçado às classes mais humildes. Quanto tem um projeto endereçado às classes mais humildes como, por exemplo, o Fome Zero, é difícil ele “arrancar”. É que a nossa sociedade, nós todos não estamos acostumados com isso. Nós estamos acostumados com os projetos que vão, que mandam e que enviam, tem uma classe que intermedeia. E uma vez o Dr. José Sarney, Presidente da República, eu era Ministro dele e ele me dizia – “O que me machuca é que quando eu estou aqui na Presidência da República, cada vez que eu assino um projeto social de grande preocupação social, eu estou compenetrado. E se eu estou assinando cem, lá na base, no cara que

precisa, ele não recebe mais do que vinte, os oitentas se perdem na intermediação, entre a base daqui e o Governo Federal e o Governo Estadual e não sei mais o quê. Vinte por cento chegam lá no fim.”

Por isso que esse projeto visa isso, Sr. Presidente, continuar com a irrigação oficial do Governo, dando força aos projetos de irrigações tradicionais que já existem para que eles continuem, apenas dando um sentido um pouco mais responsável porque assim como na agricultura, e eu fui um Ministro, se bem que eu fui voto contra o Conselho Monetário, que votou contra o fim da conta movimento do Banco do Brasil. A conta movimento era uma conta que o Ministério da Agricultura ia lá e tirava dinheiro, tirava e não tinha fundo. Quer dizer, o Ministério da Fazenda acabou com aquela conta e de lá para cá é aquela briga permanente que os caras não têm condições de levar adiante.

Então, eu acho que ao lado disto, nós temos por obrigação fazermos um projeto de irrigação para a agricultura familiar no Nordeste. Eu acho que é ensinar o povo a pescar, não é mandar comida aqui, comida ali, um ano ou um mês, produz um ano, cinco anos não produz, essa coisa triste de vender água, usar água politicamente a favor do fulano, a favor do beltrano. Eu acho que o projeto da irrigação deveria ter a grandeza de cuidar da irrigação familiar da gente simples. E para fazer isso não adianta pegar o dinheiro e fazer uma irrigação espetacular lá apenas as plantações frutíferas. Não. É ter a humildade de fazer um projeto de irrigação voltado para o social, o gasto será o mínimo do que se imagina. Primeiro gasta o mínimo que se possa imaginar porque usa madeira, e, segundo lugar, já exerce de saída o efeito espetacular que é a mão-de-obra. Enquanto nos formos olhar a produção dela, eu já visitei várias vezes essa espetacular região de fruticultura do Vale do São Francisco, nós vamos ver que tem de tudo, menos gente trabalhando. O negócio é tudo automático.

Eu nem vou propor porque se eu propuser vai sair nas manchetes e é capaz de o nosso Presidente do Senado querer bancar o bacana, às nossas custas. Se bem que era diferente, quer dizer, os Deputados queriam fazer uma viagem religiosa, conhecer os momentos religiosos lá de Israel.

E o Presidente agora, mostrando que é um novo PT disse – Vão, mas por conta própria. Mas parece que ele vai conseguir um empréstimo ali, por fora... Como é o nome dele? O que financiou o PT?

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O Marcos Valério?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Valério vai financiar os Deputados que querem viajar.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. PFL – MT) – Sr. Relator, o senhor enriqueceu sobremaneira este projeto. Esperamos que esse substitutivo realmente traga uma melhoria ao setor de irrigação, principalmente do Nordeste, que é para onde ele se dirige.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu só diria o seguinte, falo de coração, que comportava à Comissão de Agricultura ir à Índia e ver como isso funciona na Índia, como existe ali e o resultado que dá.

Eu juro por Deus que valeria a pena.

Muito obrigado e desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. PFL – MT) – Não, o senhor enriqueceu sobremaneira e o senhor conclui pela aprovação, nos termos do substitutivo que apresenta.

Eu coloco o projeto em discussão.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Eu queria apenas cumprimentar o relato da experiência vivida pelo Senador Pedro Simon, como Governador, como Ministro e, especialmente, essa experiência que ele pôde vivenciar pessoalmente na Índia, de onde ele traz essas riquíssimas informações.

Olha, eu acho que um debate desses se enriquece, ele realmente se valoriza quando alguém relata a dimensão dessas experiências e nos oferece essas alternativas.

Quero cumprimentar a sensibilidade do Senador Pedro Simon que traz essa enorme contribuição para esta comissão.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. PFL – MT) – Continua em discussão.

Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, lembro-me perfeitamente quando o Senador Pedro Simon foi Ministro da Agricultura.

Hoje estamos sentindo os efeitos da semente que ele plantou àquela época quando Ministro, tendo feito várias viagens por países como a Índia, não sei se Israel, atrás de tecnologia para implantar em nossa terra, principalmente no Nordeste do Brasil.

No Nordeste hoje nós temos grandes pólos de fruticultura, todos eles irrigados. Mas a grande maioria do Nordeste não tem acesso à irrigação, primeiro porque na maioria dos casos é preciso buscar água no subsolo e torna-se muito caro buscar essa água, porque o custo da energia para irrigação ainda é muito alto, muito embora tenha um incentivo razoável. Mas ainda é muito alto, tornando-se quase que inviável a extração da água para irrigar pequenas glebas de terra.

Quero parabenizar o Senador Pedro Simon pela semente que ele plantou e que já germinou. Hoje a árvore da irrigação já está bastante crescida.

Obrigado, Senador Pedro Simon, principalmente por ter apresentado um projeto que hoje está desenvolvendo a fruticultura do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. PFL – MT) – Em discussão.

Em votação.

Como não há mais nenhum inscrito coloco em votação o parecer do relator, inclusive o seu substitutivo.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam sentados.

Aprovado o substitutivo.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Passo ao Item 4.

Projeto de Lei do Senado nº 158, de 2002, de autoria do Senador Alvaro Dias, que acrescenta artigo à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal, permitindo que nas propriedades rurais a área de preservação permanente seja incluída no cálculo da reserva legal.

Com a palavra o Relator, que no caso sou eu.

Peço para retirar a matéria de pauta para uma revisão do Relatório.

Retirada de pauta, com a concordância do plenário.

Podemos votar o Item 1 da pauta, que é uma matéria terminativa, de autoria do Senador Efraim Moraes. Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2004, que dispõe sobre a anistia, o rebate, a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural e dá outras providências.

Com a palavra o Relator, Senador Demóstenes Torres.

Nomeio Relator **ad hoc** o Senador Reginaldo Duarte.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria de fazer uma sugestão – que V. Ex^a submetesse à apreciação inicialmente os projetos cujos relatores estão presentes, até porque existem outras Comissões reunidas no mesmo horário, e vários Senadores pertencem a várias Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. PFL – MT) – Então vamos retirar o Item 1, por sugestão do Senador Alvaro Dias.

Passamos ao Item 5.

Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

Com a palavra o Relator, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, vou solicitar ao Presidente que coloque também em discussão a retirada de pauta desse projeto. Já fiz isso na semana passada. Estou em contato com o autor do projeto, Senador Paulo Paim, estamos buscando uma forma de reexaminar nosso relatório, que é para rejeição do projeto. O projeto é da maior importância. O Senador Paulo Paim propõe criar um Fundo de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária para o Rio Grande do Sul, só que, no seu bojo, o projeto, como é um fundo estadual, está usando recursos federais, inclusive do Imposto de Renda, o que o torna inconstitucional. Por isso nosso relatório foi pela rejeição.

Em entendimento com o Senador Paulo Paim, estamos buscando fazer um substitutivo que possa criar esse fundo em nível nacional com outras fontes de recursos para atender esse setor da maior importância para a economia brasileira, que é o setor da agricultura e da pecuária.

Então, eu pediria que o nobre Presidente pudesse colocar à apreciação dos pares da Comissão a proposta de nos dar mais esta semana até encontrarmos uma possibilidade de, junto com o Senador Paulo Paim, reexaminar nosso relatório e criar um substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. PFL – MT) – Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Eu gostaria de pedir vista. Já asseguro o tempo e fica resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. PFL – MT) – Com a anuência do Plenário, então, o Relator pede para retirar de pauta, e a Senadora Serys Slhessarenko pede vista do processo.

Item 6:

Projeto de Lei nº 180, de 2003, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que acrescenta dispositivo ao art. 18, de 8.629 e 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais, relativos à reforma agrária, previsto no Capítulo III – Título 7º, da Constituição Federal.

Concedo a palavra ao nobre Senador Relator, Senador Amir Lando, novamente colocando-se um Senador ...

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. PFL – MT)

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Existem dois Senadores aqui ainda que são Relatores do caso, o Senador Alvaro Dias, de projetos que estão em pauta e também o Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. PFL – MT) – Podemos inverter a pauta, retiramos o Item 6, aguardando o Senador Amir Lando e passamos então ao Item 07, que tem como Senador Relator Pedro Simon, que eu passo a ler. É o Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2003, de autoria do Senador Gerson Camata, que altera a redação do art. 18, da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que é o Código Florestal, para nas propriedades rurais privadas, responsabilizar o proprietário pelo reflorestamento das áreas de preservação permanente.

Concedo a palavra ao nobre Relator, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Relatores, submete ao exame da Comissão de Agricultura, o projeto de autoria de Gerson Camata, pela modificação proposta o Senador Camata afirma que o detentor de crédito rural ficou obrigado a realizar ao florestamento ou reflorestamento das áreas de preservação permanente, mediante o plantio em cada ano de pelo menos 1/10 da área total necessária a complementação da APP.

Ainda de acordo com o projeto a recomposição prevista deverá seguir as normas e os critérios estabelecidos pelo órgão ambiental competente.

A matéria inicialmente foi distribuída à Comissão de Assuntos Sociais. Todavia em decorrência da promulgação da Resolução do Senado, que altera a denominação e as atividades permanentes, o PLS foi distribuído para a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para fixação em decisão terminativa.

Com a aprovação do requerimento de autoria do Senador Sérgio Guerra o Projeto será realizado previamente pela CRA e posteriormente para CMA. Analise a figura jurídica da área de preservação permanente encontra-se especificamente nos artigos 1, 2, 3, da Lei nº 4.771, de 15 de setembro com a nova redação dada pela medida provisória.

De conformidade com a Lei considerada a APP uma área protegida nos termos dos artigos 2 e 3, da norma coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos paisagens e estabilidade geológica, a biodiversidade, o fulcro gênico da fauna e da flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações. Nesse rol inclui-se por exemplo as áreas situadas às margens de rios ao redor das Alagoas, lados ou reservatórios de águas ou nascentes no topo do morros, montanhas e serras, nas restingas e nos mangues.

Os danos da vegetação dessa área são inclusive tipificados como crimes puníveis de detenção de um três anos e multa pela Lei nº 9000, de 12 de fevereiro

de 1998. em sua forma vigente no seu artigo 18 do código florestal estabelece que nas terras de propriedade privada onde seja necessário florestamento ou reflorestamento da Comissão Permanente, o Poder Público poderá fazê-lo sem desapropriá-lo se não o fizer o proprietário.

A leitura do dispositivo pressupõe o raciocínio de que as áreas de preservação permanente devem ser mantidas intocadas e caso a vegetação seja suprimida ou degradada, incumbe ao proprietário da terra promover a recomposição, podendo o Poder Público intervir na propriedade, sem, no entanto, desapropriá-la.

Ocorre que na prática, como bem argumenta o autor da proposição, tal disposição legal vem estimulando a omissão tanto do Poder Público como do proprietário rural, uma vez que não obriga a nenhum dos dois. E esse fato decorre indubitavelmente da pouca clareza do art. 18 que não explicita a obrigatoriedade do proprietário rural a recompor as áreas degradadas. A obrigação permanente do proprietário rural é a manutenção ou, se necessário, a recomposição da vegetação da área de vegetação permanente.

Ainda que cessem sobre a área os impactos antrópicos negativos impostos à regeneração natural da APP, estará sujeito a um complexo conjunto de fatores extrínsecos como, por exemplo, o nível de perturbação ao qual a área foi submetida e os condicionamentos climáticos, o que torna imperativa na maior parte das vezes a intervenção humana no processo de recomposição da cobertura vegetal.

É importante ressaltar que a finalidade dessa ação é garantir a recomposição das coberturas vegetais originais, de modo que as condições necessárias ao equilíbrio ecológico sejam restauradas. Ademais, em face da conjuntura econômica nacional, não se justifica o Estado investir, em terras privadas, os poucos recursos financeiros disponíveis à consecução das políticas públicas ambientais.

Essas razões levam-nos a julgar apropriada a alteração do art. 18 de modo a fixar textualmente – cabe ao detentor da propriedade rural adotar as ações necessárias com vistas a recomposição das áreas de preservação permanente. Ressalta-se, inclusive, que tal medida coaduna-se com o princípio ambiental da responsabilidade civil objetiva, explicitando no § 1º do art. 14 da Lei 6.938, que estabelece a política nacional do meio ambiente, princípio posteriormente recepcionado pela Carta Magna.

Sugerimos, todavia, algumas alterações pontuais no texto do projeto, que em nada compromete o mérito da matéria, para uniformizar conceitos e trazer mais clareza à proposta. Nesse sentido, optamos por substituir os termos florestamento e reflorestamento

por recomposição da cobertura vegetal, uma vez que nem sempre a fisionomia original da APP caracteriza-se como uma formação florestal.

Propomos ainda permutar o termo recuperação, de cunho muito amplo e pouco preciso, por recomposição que melhor atende os objetivos perseguidos pelo PL 201.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2003, nos termos do substitutivo apresentado a seguir.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. PFL – MT) – O Relator conclui pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta.

Em discussão a matéria.

Em votação o parecer do relator.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O projeto será encaminhado à Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em decisão terminativa.

Item 8 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2003, de autoria da Senadora Heloísa Helena, que corrige as distorções da correção dos cálculos dos financiamentos rurais passados, regula suas execuções e dá outras providências.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias, Relator da matéria.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto corrige distorções na correção dos cálculos dos financiamentos rurais passados, regula suas execuções e dá outras providências.

A proposição de iniciativa da Senadora Heloísa Helena pretende autorizar o recálculo de todas as dívidas no âmbito do crédito rural até R\$200 mil contraídas até 31 de dezembro de 2002, no intuito de corrigir distorções na correção dos financiamentos rurais passados, decorrentes, em boa parte, dos diversos planos econômicos. Estão excluídos dos benefícios as indústrias, os armazenadores, os comerciantes e outros setores que não sejam produtores. Dessa forma, o benefício destina-se somente aos agricultores, pessoas físicas e suas cooperativas.

Igualmente vedado está o acesso de depositários infiéis, daqueles que deveriam ou que desviaram recursos do crédito rural, e mutuários em débito com tributos federais. Não há emendas ao projeto.

Com a criação desta Comissão, por intermédio da Resolução nº 01, de 2005, requereu-se também a oitiva desta Comissão.

Conforme o art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, incumbe a esta Comissão a apreciação de matérias que tratam de financiamento rural, como é o caso deste projeto.

De início, registramos que nada temos a reparar quanto aos aspectos jurídicos da proposta. Com respeito à técnica legislativa, destacamos a necessidade de se adaptar o Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2003, aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001. Desejamos consignar que algumas das modificações se destinam a conciliar o propósito dos artigos com a presunção de constitucionalidade, que deve permear toda a legislação.

Nesse sentido, optou-se por apresentação do texto alternativo nos termos de substitutivo.

Outras alterações que julgamos relevantes referem-se à citação das leis, à forma como se grafam as datas e números e à eventual inocuidade do texto. No art. 3º, é necessário explicitar que a taxa média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) será o índice oficial para pagamento de correção dos valores aos mutuários. É essencial esclarecer, no art. 4º, que a capitalização seguirá o cronograma de pagamento da operação. Como as Leis de Diretrizes Orçamentárias não apresentam dotações orçamentárias, reformulou-se o art. 7º do projeto original. Os arts. 5º, 8º e 9º sofreram também pequenas alterações, ao passo que o art. 6º foi excluído por repetir o texto constante do art. 2º.

Das observações anteriores, emerge o fato de que as alterações propostas por este Relator não mudam o mérito do projeto apresentado pela nobre Senadora Heloísa Helena, que realmente merece ser acolhido por esta Comissão.

O recálculo propõe a exclusão da dívida fundada dos mutuários os seguintes itens – a – descasamento entre índices de correção das dívidas e índice de correção dos preços mínimos; b – valores cobrados indevidamente pelos bancos a título de capitalização mensal das taxas de juros em desacordo com o Decreto nº 167, de 1967; c – taxa de juros de mercado sobre operações prorrogadas em desacordo com o estabelecido pelo art. 4º da Lei nº 7.843, de 1989; d – lançamentos feitos pelos bancos a título de multas, juros de mora, comissão de permanência e honorários advocatícios. Essas medidas procuram, por um lado, resgatar as recomendações da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Endividamento Agrário e, por outro, corrigir distorções de diversos planos econômicos. Assim, o projeto tem o mérito de procurar fazer justiça social a esse sofrido segmento rural brasileiro.

O voto. Destarte, à vista do exposto, opinamos pela aprovação do projeto de Lei, com o substitutivo apresentado, e já sobre ele dissertamos. Sobretudo neste momento de crise aguda da agricultura, em que os pequenos agricultores sofrem as conseqüências dessa crise, é de inteira justiça a proposição da Senadora Heloísa Helena.

Por isso, recomendamos a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. PFL – MT) – O Relator concluiu pela aprovação, nos termos do substitutivo que apresenta.

Em discussão.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. PFL – MT) – Tem a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Peço vista deste projeto tendo em vista que está tramitando na CAE o PLS nº 517, que trata, mais ou menos, desse mesmo assunto que está sendo discutido neste projeto.

Então, diante disso, para fazer uma comparação entre um e outro, eu peço vistas.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. PFL – MT) – Vistas concedida.

Passamos ao Item 9 da pauta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. PFL – MT) – Pois, não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu gostaria de fazer algumas observações. Já que o Senador Valdir Raupp pediu vistas, não sei se seria oportuno fazer as observações neste instante ou no retorno do processo à pauta.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. PFL – MT) – Eu creio ser mais adequado no retorno, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Atendendo a experiência do Senador Alvaro Dias, eu assim farei no retorno.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. PFL – MT) – Muito bem.

Item 9 da pauta.

Projeto de Lei do Senado nº 360, de 2003, de autoria do Senador Alvaro Dias, que dispõe sobre a instituição de fundos de agronegócios, para captação externa de recursos, e dá outras providências.

Com a palavra o Sr. Relator, Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente, Senador Gilberto Goellner, nós já apresentamos um relatório na reunião passada do Projeto

do Senador Alvaro Dias que dispõe sobre a instituição de fundos de agronegócios, para a captação externa de recursos, e dá outras providências.

V. Ex^a, então, solicitou vistas; e estamos aguardando a sua manifestação, o seu posicionamento, a respeito. Do nosso ponto de vista, nós, então, havíamos opinado pela aprovação do Projeto n. 360, de 2003, nos termos já apresentados.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. PFL – MT) – Nós não temos nenhuma outra consideração a fazer, à vista do que solicitei.

Nós mantemos. Se V. Ex^a desejar ler o relatório, nós colocaremos a matéria em discussão.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Pois, não.

Relatório

A proposição que ora analisamos é o Projeto de Lei n. 360, de 2003, que dispõe sobre a instituição de fundos agronegócio para a captação externa de recursos, e dá outras providências.

O Projeto, de autoria do Senador Alvaro Dias, tem por objetivo permitir a captação direta de recursos estrangeiros por cooperativas de crédito e demais empresas brasileiras que operam no setor de agronegócios, mediante a colocação de papéis de médio e longo prazo nos mercados internacionais.

Em conformidade com o art. 104b do Regimento Interno do Senado Federal, incumbe a esta Comissão, entre outras, a apreciação de matérias relacionadas à política de investimentos e financiamentos agropecuários, seguro rural, e endividamento rural, como é o caso do Projeto em tela.

De princípio, registramos que nada temos a reparar quanto aos aspectos constitucionais e jurídicos da proposta. Ela se insere nas atribuições do Congresso Nacional, conforme definidos no art. 48, inciso XIII, da Constituição Federal, matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações.

A análise do Projeto quanto ao mérito é igualmente positiva. A permissão para que pessoas jurídicas que atuam na área de agronegócios possam captar diretamente empréstimos externos é razoável. Entendemos que, caso o projeto seja aprovado e implantado, ele deve proporcionar uma redução do custo financeiro das operações destinadas ao financiamento de investimentos agropecuários. Isso será muito bom para a agricultura brasileira.

Analisando a proposta do ponto de vista da forma tampouco temos o que objetar. O Projeto é tecnicamente bem elaborado e detalha as características financeiras dos títulos cuja criação está sendo proposta.

O Projeto contém várias restrições que devem impedir eventuais distorções. Os títulos devem necessariamente apresentar garantias reais ou financeiras. Os valores das captações deverão observar limites rígidos e estarão respaldados por garantias reais ou financeiras.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto n. 360, de 2003, nos termos apresentados.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. PFL – MT) – O Relator concluiu pela aprovação da matéria.

Em discussão. (Pausa.)

V. Ex^a me permitiria, dentro das vistas que solicitei ao Projeto, a abrangência dos investimentos em infra-estrutura ficam restritos a uma parte da infra-estrutura. A nossa dúvida é se não poderia ser simplesmente colocada a palavra “estrutura”, pois ela é abrangente, porque ali ela restringe colocando que tipo de infra-estrutura.

Então, pergunto se essa matéria poderia ser colocada dessa forma.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O texto é abrangente, porque ele diz – dentre outros. Ele cita alguns dentre outros. Então, ele é abrangente.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – O art.2º...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ele apenas cita para exemplificar.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Para exemplificar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exato.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – O art.2º

...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exato. No art.2º.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Ele define os investimentos no setor de agronegócios. Aqueles ensinados. Dentre outros, irrigação. Há o aumento da oferta de energia elétrica; a mecanização; a ampliação da capacidade de armazenamento, a modernização da cadeia de frios, frigoríficos, laticínios.

No texto existe, realmente, a expressão “dentre outros”.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Dentre outros. O que torna abrangente.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – O que o torna realmente abrangente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Concorde.

SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. PFL – MT) – Somente queria, então, enriquecer um pouquinho dizendo que esse fundo aqui, se nós o aprovarmos, ficará complementado agora com um novo papel, que

foi aprovado pela BMV, recentemente – a agrinote, que foi encaminhada pela RC Consultoria. O economista Paulo Rabelo de Castro nos passou. Ele é específico para ser colocado no mercado pelas cooperativas e pessoas jurídicas. Então, ele vem ao encontro, inclusive, da aprovação desse fundo. Pessoas jurídicas e cooperativas poderão trabalhar muito mais livremente no mercado e colocar esse papel como garantia. Então, tudo está se fechando.

Cumprimentamos o autor da proposta, Senador Alvaro Dias, que vê o seu projeto aprovado na Comissão e esperamos que logo ele possa beneficiar esse setor tão importante da economia brasileira.

Bom, em votação o parecer do relator.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto será encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Passamos ao Item nº10, que é o Projeto de Lei do Senado nº392, de 2003, de autoria do Senador Renan Calheiros, que autoriza a criação do Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Fornecedores de Cana-de-açúcar – PROAF – Cana de açúcar.

Bom, o Senador Aelton Freitas pede, como é o relator dessa matéria, para nós invertermos a pauta e passarmos para frente.

Iniciamos com o Item 13 da pauta, que é o Requerimento nº24, de 2005, de autoria do Senador Aelton Freitas, que requer a realização de audiência pública, a fim de tratar de assunto de interesse público relevante relativo à controvérsia que envolve a regulamentação de processo de registro diferenciado para insumos, com uso regulamentado, para agricultura orgânica, com a participação dos convidados que menciona.

Em votação a matéria.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Serão tomadas todas as providências cabíveis.

O Requerimento similar é o Item nº14 da pauta, Requerimento nº 25, de autoria do Senador Sérgio Guerra, que requer audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, com a finalidade de verificar a conjuntura atual dos registros de defensivos genéricos, observando, por conseguinte, a possibilidade de concentração de oferta de produtos no mercado e aumento de preços dos insumos agrícolas. Nesse sentido, solicita que instrua nessa questão os representantes das instituições relacionadas.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Serão tomadas todas as providências cabíveis.

Passamos ao item extrapauta, que é o Requerimento nº26, de minha autoria.

Requeiro, nos termos regimentais, que se realize no dia 10 de novembro de 2005, uma audiência pública conjunta dessa Comissão com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, cujo objetivo será o de avaliar o resultado econômico da safra 2004/2005, o cenário atual da agropecuária nacional, bem como as perspectivas para a safra 2005/2006.

Justificação. A agropecuária nacional enfrenta atualmente uma grave crise em decorrência da conjunção de diversos aspectos negativos, que estão refletindo nas finanças do produtor rural. Como consequência, o produtor rural não está conseguindo quitar ou renegociar suas dívidas e, muito menos, custear a próxima safra. O que pode levá-lo a uma situação de insolvência.

Em face dessa preocupante situação, é oportuno e necessário que o Congresso Nacional, por meio das comissões técnicas afins do Senado Federal e da Câmara dos Deputados assumam a liderança das negociações com o Poder Executivo e tome a iniciativa de aprofundar a discussão sobre a atual crise da agropecuária. À par disso, que busque também identificar e negociar a implementação de medidas para evitar o lamentável retrocesso desse segmento produtivo e que essa crise não cause maiores danos irreparáveis à saúde financeira do produtor rural, aos trabalhadores do campo, ao bolso do consumidor da cidade e à economia do país como um todo.

Em votação a matéria.

Só colocaria aqui como seria formulada essa agência. Já foi previamente acordada com a Câmara dos Deputados, com o objetivo de avaliar o resultado econômico da safra 2004/2005, debater o cenário atual da agropecuária e as perspectivas da safra 2005/2006. Seria realizado no Auditório Petrônio Portella, dia 10 de novembro, uma quinta-feira, às 9 horas da manhã, sendo convidados, entre outros que esse Plenário poderia sugerir – a CNA, o OCB, a ABRARROZ, a ABRAPA – Associação do Algodão; a ABRASEM – Associação de Sementes; ABITRIGO; ABAG; ABIOVI; o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; o Ministério da Fazenda; o Banco do Brasil; a Empresa de Consultoria AgroSecurity e produtores rurais.

Em votação.

Para encaminhar a votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Serão tomadas as providências cabíveis.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner) – Estão faltando, para análise, os Itens 6, 10, 11 e 12. E o item 1 também já foi retirado.

Como não se encontram aqui os Srs. Senadores relatores dos projetos, esse projetos serão adiados para a próxima reunião.

Declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 44 minutos.)

Ata da Trigesima Sexta Reunião (Extraordinária) Da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 22 de novembro de 2005

As dezesseis horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e cinco, na sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **SÉRGIO GUERRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores – **LÚCIA VÂNIA, FLEXA RIBEIRO, GILBERTO GOELLNER, HERÁCLITO FORTES, ANA JÚLIA CAREPA, REGINALDO DUARTE, SERYS SLHESSARENCO, CRISTOVAM BUARQUE E ROMERO JUCÁ**. O Senhor Presidente da Comissão, Senador **Sérgio Guerra**, propõe a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é aprovada. A presente reunião tem a finalidade de apreciar as Emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA ao Projeto de Lei Orçamentária/2006 (PLN nº 40/2005-CN) e Projeto de Lei de Revisão do Plano Plurianual para o período 2004-2007 (PLN nº 41/2005-CN). Em seguida, o Presidente esclarece que, dentre as trinta e nove emendas apresentadas, as cinco representantes da Comissão foram aprovadas de acordo com a relevância para o País. A Comissão aprovou, tendo como Relatora a Senadora Lúcia Vânia, as seguintes emendas ao Projeto de Lei Orçamentária/2006 (PLN nº 40/2005-CN) – **Emenda nº 1-CRA/2005 – Ação – Mecanização Agrícola. Valor – R\$ 150.000.000,00. Emenda nº 2-CRA/2005 – Ação – Pesquisa e desenvolvimento para competitividade e sustentabilidade das cadeias de produtos de origem vegetal. Valor – R\$ 100.000.000,00. Emenda nº 3-CRA/2005 – Ação – Apoio a projetos de infra-estrutura e serviços em territórios rurais. Valor – R\$ 486.162.578,00. Emenda nº 4-CRA/2005 – Ação – Apoio à defesa agropecuária. Valor – R\$**

300.000.000,00. Emenda nº 5-CRA/2005 – Ação – Apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário. Valor – R\$ 200.000.000,00. Usaram da palavra para apreciar a matéria, os Senadores – Lúcia Vânia, Romero Jucá, Ana Júlia Carepa, Serys Slhessarenko e Gilberto Goellner. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e dezesseis minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da CRA e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Sérgio Guerra**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Declaro aberta a 36ª reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal. Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação das emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ao Projeto de Lei Orçamentário nº 2006 e ao Projeto de Lei de Revisão do Plano Plurianual, para o período de 2004 e 2007.

Foram apresentadas 39 emendas, pelos Senadores Mão Santa, Demostenes Torres, Gilberto Goellner, Flexa Ribeiro, Valdir Raupp, Osmar Dias, Serys Slhessarenko, Ana Júlia Carepa, Flávio Arns, Romero Jucá, muito bem vindo a essa Comissão, Lúcia Vânia, Cristovam Buarque, Sérgio Guerra e João Ribeiro.

Desta forma, passo a palavra à relatora, Senadora Lúcia Vânia, para apresentar seu relatório.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Boa-tarde a todos. Conforme regularmente convocada, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária reuniu-se no dia 22 de novembro de 2005, para analisar e discutir as propostas de emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 0040, de 2005, Congresso Nacional, nos termos do disposto no art. 25, § 1º, da Resolução nº 01, de 2001, Congresso Nacional.

No prazo estabelecido na convocação, foram apresentadas 39 propostas de emendas ao Projeto de Lei Orçamentário, de 2006, conforme a seguir discriminadas.

Não vou citar todas as emendas, porque o Senador Sérgio Guerra já mencionou o autor das propostas.

Análise

Importa, preliminarmente, ressaltar que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, nos termos do art. 25, § 1º, da Resolução nº 01, de 2001, Con-

gresso Nacional, pode apresentar até cinco emendas relativas as matérias que lhes sejam afetadas regimentalmente.

A análise por nós empreendida focalizou, inicialmente, o exame da adequação das propostas de emendas apresentadas, as disposições da legislação vigente, especialmente quanto ao disposto nos arts. 21 e 25, § 1º, da Resolução nº 01, de 2001, Congresso Nacional, detalhadas abaixo e, ao final, o mérito de cada uma delas.

Não vou detalhar os critérios, pois encontram-se no relatório e os Senhores Parlamentares podem ver que as emendas que não forem aprovadas de forma aglutinada, ou tinham um vício de origem, ou seja, de ordem técnica, ou eram emendas com algum erro.

Diante do elevado número de propostas, todas de inegável mérito, propõe-se a adoção dos seguintes critérios para a seleção das cinco emendas a serem apresentadas pela Comissão:

1º Cumprimento dos art. 21 e 25, § 1º, da Resolução nº 01, de 2001;

2º Verificação da duplicidade das emendas apresentadas na Comissão de Agricultura do Senado Federal com aquelas já apresentadas na Comissão Mista de Orçamento, pela Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. Procuramos não repetir as emendas já aprovadas pela Câmara dos Deputados.

3º Relevância e prioridade do pleito no momento atual.

Com base nesses critérios, propomos a seguinte distribuição de emendas por autor, por unidade orçamentária e ação.

Números das propostas – 19, 27, 30 e 38. Senadores – Serys Slhessarenko, Romero Jucá, Lúcia Vânia e Sérgio Guerra. Ministério da Agricultura e Pecuária. Mecanização agrícola – 150.000.

Números das propostas – 06 e 35. Senadores Gilberto Goellner e Sérgio Guerra. Embrapa. Pesquisa e desenvolvimento para competitividade e sustentabilidade das cadeias de produtos de origem vegetal. Esta foi uma sugestão da própria Embrapa, uma vez que as demais emendas foram apresentadas na Câmara dos Deputados.

Número da proposta – 01. Aglutinei as emendas dos Senadores Mão Santa, Cristovam Buarque e Ana Júlia dentro da emenda da Senadora Ana Júlia Carepa, que era uma emenda mais ampla e que poderia atender as três, com o seguinte nome – Fomentos a Projetos de Diversificação Econômica...Não é essa, essa é uma delas, do Senador Cristovam Buarque. Fomentos a Projetos de Diversificação Econômica e Agregação da Agricultura Familiar, do Senador Cristovam, aglutinada com a emenda da Senadora Ana Júlia.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Se V. Ex^a permitir, Senadora Lúcia Vânia, gostaria de ler.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Pois não, Senadora Ana Júlia.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – A emenda é exatamente para apoio a projetos de infraestrutura e serviços em territórios rurais e tem um grande alcance social. Vou ler apenas dois pontos – ela pode atuar na área de educação, em investimentos; na área da comercialização da produção, em investimentos e também em custeio; na área de recursos hídricos, tanto em investimento quanto em custeio; na área da produção e abastecimento de sementes, tanto em investimento quanto em custeio; e na área de assistência técnica para territórios rurais. Portanto, quero dizer que se trata de uma emenda ampla e, por isso, engloba todas as outras, inclusive uma da Senadora Serys, que fala sobre assistência técnica. A emenda, englobando todas as outras, abre uma possibilidade muito grande e, por isso, a fiz desta forma.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Apenas para ficar registrado, seria bom que a Senadora Ana Júlia registrasse o número da emenda, para que conste da Ata e que não permita nenhuma dúvida.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Emenda nº 21.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Gostaria de aproveitar a presença do relator setorial da Agricultura, que está aqui, Senador Romero Jucá, e solicitar que englobasse também – vamos colocar isso na justificativa – a emenda do Senador Mão Santa, que é aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar.

Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – A decisão da Comissão é englobar, deve constar da justificativa e, sem dúvida nenhuma, vamos acatá-la, porque é uma ação que, efetivamente, cabe dentro do espectro que a Senadora Ana Júlia colocou no texto de sua emenda.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – A Emenda nº 21.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – A Emenda nº 21.

Vamos a Emenda nº 16, do Senador Osmar Dias. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, apoio à defesa agropecuária. Valor – R\$300.000.000,00.

Emendas nºs 17, 24 e 28, dos Senadores Serys Shessarenko – que foi agraciada com todas as emendas –, Romero Jucá e Sérgio Guerra. Ministério da

Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário. Também tenho uma emenda aí, que assino junto com o Sérgio Guerra.

O exame das propostas permitiu-nos constatar que as propostas da Emendas nºs 05, 34, 37 e 39 contraria o disposto no art. 25, § 1º, da Resolução nº 01, de 2001, Congresso Nacional.

O não-atendimento das Emendas nºs 08, 16, 20 e 32 se dá pelo critério da verificação de duplicidade com emendas já apresentadas na Câmara dos Deputados.

Propomos, ainda, que a Secretaria da Comissão seja incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias a formalização e apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Autor, Senador Sérgio Guerra, que é o Presidente, e relatora, Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – A Relatora concluiu pela aprovação dessas emendas.

Em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, queria primeiro louvar o trabalho da Senadora Lúcia Vânia. Como Relator da área de reforma agrária e agricultura, quero registrar que todas as emendas estão perfeitamente compatíveis com o espírito nacional das emendas de Comissão e, mais do que isso, abrangem uma série de atividades que se complementam e entendo que são extremamente importantes de serem aprovadas. Portanto, no mérito, quero registrar e aplaudir o trabalho da Senadora Lúcia Vânia.

Queria apenas fazer uma sugestão – como não conheço todas emendas no detalhe, gostaria que as emendas, na modalidade de aplicação, fossem 99, exatamente porque pode ser aplicação direta, convênios com Estados ou convênios com Municípios. Portanto, seria mais fácil de, efetivamente, atingir qualquer tipo de objetivo, já que são emendas genéricas. Essa seria a sugestão.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, a Secretaria da Mesa tem toda a nossa aprovação para fazer a alteração proposta pelo relator setorial.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Quero saudar a presença do Senador Romero Jucá entre nós, por várias razões. Entre outras, porque é o relator da matéria e todos reconhecemos nele uma extrema competência no exame da questão do orçamento e, seguramente, não estaremos trabalhando mal aqui, se tivermos a aprovação dele.

Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Uma informação não ficou clara para mim, porque não deu para marcar todas. Das cinco emendas, quantas ficaram destinadas ao Ministério da Agricultura, considerando, inclusive, os órgãos ligados ao Ministério da Agricultura, como a Embrapa? E quantas ficaram destinadas ao Ministério de Desenvolvimento Agrário, que trata mais da parte de agricultura familiar?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Pela distribuição aqui, temos uma emenda para a Embrapa, uma emenda para o MDA e três emendas para a Agricultura.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Só queria fazer uma ponderação a esta Comissão, Senadora Lúcia Vânia. Não à Senadora, até porque ela apenas avaliou as emendas, mas a esta Comissão, inclusive na presença do relator na área de orçamento, Senador Romero Jucá.

Creio que na divisão das cinco emendas, colocamos uma emenda para o Ministério do Desenvolvimento Agrário e fiz questão de fazê-la ampla, mais abrangente. Inclusive vou lhe passar uma cópia depois, Senador Romero Jucá, para mostrar a amplitude da possibilidade. Ela tem um valor de R\$ 150.000.000,00, as outras têm um valor maior – não digo que serão exatamente esses valores – mas todas estão ligadas ao Ministério da Agricultura. Também tinha feito uma emenda para a Embrapa e uma outra para o Ministério da Agricultura, mas me sinto absolutamente contemplada com as outras emendas. Apenas gostaria de propor, para uma forma mais equânime e uma divisão mais justa, que fizéssemos uma emenda num valor maior para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, caso contrário, acabaremos criando uma desigualdade, pois quatro emendas dizem respeito a um Ministério, que é o da Agricultura. Faço apenas essa ponderação.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Senadora Ana Júlia, quando pedi a aglutinação das três emendas, obviamente cada uma delas tinha um valor. A do Senador Mão Santa tem valor de R\$100.000.000,00 e a do Senador Cristovam tem outro valor, portanto, acredito que, ao fazermos a aglutinação, iremos somar esses valores e, obviamente, a emenda final ficará com um valor expressivo.

Quero também explicar que a patrulha mecanizada é um apelo muito grande...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Foi colocada a patrulha mecanizada?

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Foi colocada.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Não sabia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Ela é um apelo muito grande dos assentamentos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Para a agricultura familiar, com certeza. Concordo com isso.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Do jeito que está no Ministério da Agricultura, cabe não só para os assentamentos como também para Municípios...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Exatamente, ela é ampla.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Penso que não há mais dúvidas, Senadora Ana Júlia.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Não. Já me sinto contemplada com o que disse V. Ex^a em relação à ampliação dos recursos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Gostaria de, rapidamente, saudar as Sr^{as} e Srs. Senadores, especialmente o Presidente e a relatora desta Comissão, porque, pelo menos nas Comissões em que faço parte, como titular ou suplente, é a primeira que está discutindo a questão de emendas, já trazendo um relatório e conseguindo aprovar, acredito que por um consenso aqui.

Quero parabenizar o trabalho do senhor e da senhora, porque, geralmente, quando essas coisas acontecem ninguém se pronuncia, viemos apenas para briga, mas temos que vir também para dizer a respeito da competência técnica e do compromisso político com que foi realizado esse trabalho aqui, como também a rapidez.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – Gostaria também de me manifestar, congratulando a Relatora desta Comissão, dessas emendas a essas propostas ao orçamento que foram aqui aglutinadas, e dizer que a nossa proposta, juntamente com o Senador Sérgio Guerra, poderá propiciar o desenvolvimento da pesquisa genética da soja e de outras culturas, objetivando resistência as principais doenças que estão hoje atacando, dizimando e, inclusive, impossibilitando os produtores de arcarem com todos os custos operacionais de controle de doenças, a exemplo da ferrugem da soja. Atualmente, os produtores desembolsam R\$ 1.500.000.000,00 a cada ano, e torna-se cada vez mais crescente, objetivando o controle da doença ferrugem asiática da soja.

Já fiz um pronunciamento a respeito da Embrapa, que está consciente da responsabilidade que tem de executar essas pesquisas e tem necessidade de ter um aparato técnico maior e maiores investimentos

em equipamentos, a fim de obter resultados em curto prazo – diria uns três, quatro anos, que é uma visão deles. Com recursos financeiros, conseguirão resolver e doar à sociedade brasileira, a toda a sociedade agrícola do País, variedades de soja resistentes à ferrugem asiática.

Quero parabenizar pela escolha dessa emenda de R\$ 100.000.000,00 para a Embrapa, que poderá ajudar muito nesse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Quero agradecer a contribuição da Senadora Lúcia Vânia, dizer que o trabalho feito por ela é racional e que procurou, no máximo, equilibrar as diversas emendas, pois, como os senhores viram, a maioria delas incide sobre o mesmo tema, o que dá uma medida do grau de responsabilidade daqueles que a subscreveram.

Temos a participação do Senador Romero Jucá, que vai nos dar uma grande ajuda. É o relator da matéria, não apenas no capítulo do relator setorial, mas no capítulo do relator geral. Há demanda dos funcionários, mas, por razões formais, não pôde ser atendida. Entretanto, a Comissão irá se empenhar junto ao Senador Romero Jucá e ao Relator-Geral, para que se configure uma forma de equacionamento da legítima aspiração considerada por todos nós, da reivindicação de vocês.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação a matéria.

As Senhoras e Senhores Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 17 horas e 16 minutos.)

Ata da Trigésima Sétima Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 24 de novembro de 2005

Às dez horas e quarenta e três minutos do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e cinco, na sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senador **DELCIDIO AMARAL**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores – **LÚCIA VÂNIA, FLEXA RIBEIRO, HERÁCLITO FORTES, GERSON CAMATA, AELTON FREITAS, ANA JÚLIA CAREPA, JOÃO RIBEIRO, REGINALDO DUARTE, ROMERO JUCÁ, VALDIR RAUPP, SERYS SLHESARENCO E CRISTOVAM BUARQUE**. O Senhor Presidente em exercício da Comissão, Senador **Delcídio Amaral**, propõe a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião tem a finalidade de

tratar de assunto de interesse público relevante, relativo à controvérsia que envolve a regulamentação de processo de registro diferenciado para insumos com uso regulamentado para a agricultura orgânica, com a participação dos seguintes convidados – **Dr. Luís Cláudio Meirelles**, Gerente Geral de Toxicologia do Ministério da Saúde; **Sra. Sérgio Oliveira**, Representante do Ministério do Meio Ambiente e Membro do Comitê Técnico de Assessoramento de Agrotóxicos (CTA); **Dr. Rogério Pereira Dias**, Coordenador-Geral de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (MAPA); e **Dr. Paulo D. Andréa**, Representante da Brasil-Bio – Diretor da Microbiol Indústria e Comércio Ltda. Fazem uso da palavra, para tecerem comentários sobre os assuntos abordados os Senhores Senadores – **Delcídio Amaral** e **Aelton Freitas**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, **Marcello Varella**, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da CRA e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio Amaral**, Presidente eventual da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Havendo quórum regimental, declaro aberta a 37ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

V. Ex^{as} estão-me estranhando aqui na Presidência, não é? É que o Senador Sérgio Guerra é Relator de emendas que estão sendo discutidas. Estamos fechando o Orçamento da União, e, por isso, S. Ex^a está ausente. Mas, daqui a pouco, S. Ex^a comandará, com muito brilho, como sempre o fez, a Comissão de Agricultura.

Requeiro a dispensa da Ata da reunião anterior. (Pausa.)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Com a anuência do Plenário, está aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, objetivando tratar de assunto de interesse público relevante, relativo à controvérsia que envolve a regulamentação de processo de registro diferenciado para insumos com uso regulamentado para a agricultura orgânica.

Gostaria de chamar para compor a Mesa o Dr. Luiz Cláudio Meirelles, Gerente-Geral de Toxicologia do Ministério da Saúde; a Sr^a Sérgio Oliveira, representante do Ministério do Meio Ambiente e membro do Comitê Técnico de Assessoramento para Agrotóxicos (CTAA); o Dr. Rogério Pereira Dias, Coordena-

dor-Geral de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Regimento Agropecuário e Cooperativismo; e o Dr. Paulo D'Andréa, representante da Brasil-Bio e Diretor da Microbiol Indústria e Comércio Ltda.

Gostaria de passar a palavra ao Dr. Luiz Cláudio Meirelles, Gerente-Geral de Toxicologia do Ministério da Saúde.

Por solicitação do Dr. Rogério Pereira Dias, se todos estiverem de acordo, farei uma inversão na pauta, o que aparentemente foi combinado.

Quero passar a palavra ao Dr. Paulo D'Andréa, para que ele faça a sua exposição, como representante da Brasil-Bio, Diretor da Microbiol Indústria e Comércio Ltda.

O SR. PAULO D'ANDRÉA – Bom dia a todos!

Em nome da Brasil-Bio, venho aqui externar nossos agradecimentos ao Exm^o Senador Delcídio Amaral, que está presidindo a Mesa. Agradecemos todo o empenho e trabalho do Senador Aelton Freitas, que, por meio dos seus encaminhamentos, permitiu a realização desta audiência, com a nossa presença. Inclusive, como colega agrônomo, tenho pessoalmente gratidão pelo seu trabalho.

Como vamos referendar essa questão dos insumos, o registro dos insumos, de modo a facilitar para a agricultura orgânica, isso nos remete a falar da agricultura orgânica. E falar de agricultura orgânica nos remete à vida. Todos nós somos orgânicos, porque somos vivos.

Por conta disso, tomo a liberdade de iniciar a minha exposição por essa imagem, falando da minha vida, porque faço parte de uma família de agricultores que está na atividade desde 1919. Meu bisavô, meu avô e meu pai, nenhum deles era técnico. Na minha família, hoje, são dois agrônomos. E, se há dez anos eu não tomasse algumas ações alternativas, buscando algumas mudanças, eu seria mais um agricultor excluído dessa atividade, ou seja, eu não conseguiria perpetuar essa sequência que vem de longa data.

Tomei a liberdade de mostrar meu bisavô ao lado de um pé de café. Demorou muitos anos para eu entender o que estava escrito no verso dessa foto, numa época em que ainda estávamos entrando na chamada Revolução Verde. Como profissional agrônomo, exerci, ao longo de muitos anos da minha vida, todos aqueles ensinamentos que eu tinha aprendido, dentro desse foco da Revolução Verde. Porém, nesse ambiente, logo depois ainda da Segunda Guerra Mundial, as ações que esse agricultor exercia ainda eram orgânicas.

Como ele relata, era café com vinte meses, plantado em terra velha com quarenta anos de pasto. Então, ele chama terra velha a que tem quarenta anos de pasto, porque, nessa época, era comum o agricultor

derrubar a mata, e essa mata, então, era terra nova. E aí ele já estava praticando essa cultura do café num pasto – e é por isso que ele a chama de terra velha. Imaginem que, nesse período, em 1951, um agricultor chamava uma terra de quarenta anos de velha! O que seria hoje?! E está com uma carga de café exagerada. É uma demonstração de que, em terra velha e já cansada, pode-se formar café tão bem como em terra nova.

Passaram-se muitos anos para eu entender isso, para eu interpretar isso. E isso nos remete ao entendimento de que um solo vivo nunca vai ficar velho e muito menos cansado de produzir. Porém, eu, com as minhas ações... O que aconteceu? Se eu não tivesse mudado nesses últimos dez anos, eu faria parte... Uma das minhas atividades é a citricultura; sou produtor em São Paulo. Nesses últimos dez anos, que culminam com minhas mudanças, quase 50% dos citricultores deixaram a atividade. Por quê? Ameaça e futuro incerto para a citricultura. Onde? O combate à praga é caro e insuficiente.

Então, independentemente de se tratar de banana, de soja, de laranja, de cacau, de café ou de qualquer outra cultura, a própria vulnerabilidade técnica, ao surgimento de cada nova praga e doença, obrigando os agricultores a cada momento a ações de alto valor agregado, remete-nos a uma insustentabilidade econômica. Então, dentro desse processo, a exclusão social é muito clara. É uma situação insustentável mesmo.

E por que acaba acontecendo isso? Todo agricultor entende facilmente que uma planta liga o sol ao solo, porque ele vê, ele enxerga isso. Então, todos os ciclos que regem o processo de vida do nosso globo, seja o ciclo do carbono, o de hidrogênio, o de oxigênio, todos os ciclos que mantêm viva a nossa casa, o globo terrestre, dependem dessas relações. Entender que a planta liga o sol ao solo é fácil, mas entender que o microorganismo liga a planta ao solo fica mais difícil, porque a gente não enxerga essa relação. Esse entendimento nos remete ao fato de que precisamos trabalhar em sistemas vivos, o que nos remete – por que não? – à agricultura orgânica.

O homem, na própria ânsia da chamada Revolução Verde, sempre fez essa revolução, sempre travando uma guerra para matar alguma coisa, gerando alguns impactos no sistema como um todo. Então, as substâncias que são estranhas à vida, desenvolvidas por nós técnicos, acabaram impactando esse sistema e deslocando para essa vulnerabilidade, para essa inconsequência clássica, como já citei anteriormente.

Dentro dessa visão de sistema vivo, o próprio Ministério da Agricultura instituiu um programa que se chama Pró-Orgânico, em que enfatiza, dentro da

visão de pesquisa e desenvolvimento, que produzir organicamente é trabalhar processos produtivos e não mais produtos isoladamente, é ressaltar o caráter sistêmico. E por que sistêmico? Porque a vida é uma teia de processos.

Então, devemos começar a privilegiar as parcerias, as redes, e não mais os sistemas lineares. Isso nos leva a algumas quebras de paradigmas. Se referendamos a pesquisa e o desenvolvimento, a própria geração de conhecimento, a pesquisa brasileira, os técnicos brasileiros estão muito focados para essas alternativas. Se há quebra de paradigma, o conhecimento permite-nos buscar essas soluções, que são chamadas de alternativas até que se consolidem como clássicas.

Então, eu poderia mostrar para os senhores vários encontros e congressos de ambientes de agroecologia, de cursos de agricultura orgânica, mas peguei algumas referências de congressos clássicos e, como sou de São Paulo, tomei a liberdade de mostrar alguns eventos que aconteceram lá.

Então, houve a primeira reunião brasileira sobre indução de resistência em plantas, realizada pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Esalq), USP, em que se referendou, por exemplo, a indução de resistência sistêmica, a opção do controle das doenças no século XXI. São essas as mudanças que vêm acontecendo.

Ainda há o uso de rizobactérias, também como indutoras de resistência. Os silicatos também são apresentados como resistência. E, nesse congresso, falou-se, por exemplo, em trofobiose. “Trof(o)” significa alimento, e “biose”, vida, o que mostra que, por meio da nutrição, temos resistência.

Então, começamos a sair daquele ambiente de tentar matar, matar e matar – para nós, seriam um efeito as doenças, as pragas – e vamos trabalhar as causas. Com uma nutrição equilibrada, vamos conseguir resistência. Por isso, saímos de um ambiente quase reativo, como dizia o próprio nome Revolução Verde. Por que não tentar obter uma “paz verde” e não uma Revolução Verde?

E, dentro dessas mudanças, vemos que não é só o Brasil que busca essas soluções, até clássicas, antigas. O solo de hoje foi a pedra de ontem.

A própria UnB sediou esse congresso, que também teve a participação de pesquisadores da Universidade de Guelph no Canadá, mostrando a importância, hoje, da remineralização do solo por meio de farinhas de rocha.

Então, todas as situações nos remetem para ações diferenciadas. Essas ações diferenciadas nos remetem a produtos diferenciados. São produtos que

não se encaixam num ambiente de morte, de “-cida”, mas sim em um ambiente em que se busca a nutrição, o equilíbrio, a resistência por nutrição, o que nos obriga a um registro diferenciado e – por que não? – simplificado, em função das próprias demandas e necessidades do ambiente no qual vivemos.

Então, alguns exemplos e insumos listados na regulamentação da agricultura orgânica remetem-nos a substâncias que existem há muito tempo. Por exemplo, essa calda existe há mais de 170 anos. Os biofertilizantes, há mais de mil anos, são utilizados na agricultura. Então, não é uma questão de reinventar a roda, mas, simplesmente, de privilegiar essas ações que são clássicas. São até produtos genéricos de conhecimento público, o que também nos remete a um registro diferenciado, porque não são produtos que estão protegidos por patentes. Repito – são produtos genéricos de conhecimento público. Então, por isso, exigir-se-ia essa questão.

Há outro aspecto importante – se ele está focado na agricultura orgânica, como ele poderia estar enfocado dentro de uma Lei de Agrotóxicos? Nesse caso, já se estaria dizendo que é agrotóxico. Então, o foco realmente exige isso, e daí a importância deste nosso debate.

E aí vem a importância da horta comunitária. Hoje, a própria FAO, falando da fome no mundo, que dizima mais de seis milhões de crianças e de pessoas por ano, trata de ações importantes nesse sentido, de investimentos. Mas estamos no Brasil, onde isso pode ser feito com poucos investimentos. Para nós, esse investimento é o conhecimento, com o qual podemos fazer isso com muita realidade. Por que não evitar a exclusão social?

Todos os atores engajados, como o Sebrae, a Epagri, que é um órgão de extensão de Santa Catarina, e cooperativas de grande renome e importância, buscam ações num projeto de citricultura orgânica, para ela ficar também nesse mercado de *commodities*, achando seu nicho, porque a indústria dela é de pequeno porte. São ações que permitem evitar a exclusão social e garantir a continuidade do agricultor em sua atividade.

Faço minhas palavras as desses agricultores, que diziam o seguinte – “Tocava 22 alqueires, e nunca sobrava nada de lucro, porque ficava tudo em gastos com veneno. Colhia muito, mas as despesas eram maiores ainda. Esse ciclo de produção e gasto tornou-se um poço sem fundo. Todos duvidavam que eu fosse conseguir plantar soja sem veneno, mas eu estava endividado e não podia comprar defensivos. Só restou colocar minha confiança no que eu tinha aprendido em um curso, um curso promovido pelo Sebrae. Colhi

acima da média do convencional em 140 sacos por alqueire. Conclui que a minha vida não mudou 100%; mudou 1000%!”.

Então, esse é meu apelo a V. Ex^{as}, Senadores, e às demais autoridades, às pessoas competentes que fazem com que este Brasil possa consolidar-se com aquilo que temos de mais precioso, que é a própria agricultura. O próprio mundo está caminhando para essas ações; se temos essas dificuldades e temos de mudar, o mundo está mudando.

Só para reiterar aqui, seis milhões de hectares da América Latina, no ano de 2005 – até confirmando com o pessoal do Ministério –, seis milhões já é o número do Brasil hoje.

Então, vejam a importância das ações que temos de empreender aqui, hoje, para consolidar o Brasil nesse ambiente que é irreversível, porque se trata da própria vida.

Então, tomo a liberdade também de usar as palavras de um índio – “Só quando a última árvore tiver sido cortada, só quando o último rio tiver sido envenenado, só quando o último peixe tiver sido pescado, então se descobrirá que o dinheiro não pode ser comido”.

Era o que eu tinha, então, a dizer a V. Ex^{as}.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Paulo D’Andréa.

Passo a palavra ao Dr. Luiz Cláudio Meirelles, Gerente-Geral de Toxicologia do Ministério da Saúde.

O SR. LUIZ CLÁUDIO MEIRELLES – Bom dia a todos!

Em nome do Ministro da Saúde, Dr. Saraiva Felipe, e do Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dr. Dirceu Raposo, eu gostaria de cumprimentar o Senador Delcídio Amaral, que preside nossos trabalhos, e de agradecer o convite para que pudéssemos contribuir com essa discussão relativa à avaliação e ao registro de produtos de baixa toxicidade, que é como denominamos esse grupo de produtos.

Primeiramente, gostaria de dizer que, como profissional de saúde, agente de saúde pública, temos imenso interesse em que a agricultura e nosso modelo agrícola incorporem, cada vez mais, produtos que tenham menos toxicidade. Nós, que trabalhamos no âmbito da saúde, sabemos qual é o custo social hoje dos agrotóxicos de elevada toxicidade aguda e crônica e o quanto o Governo tem de gastar para monitorar resíduos em alimentos, para tratar intoxicado, para monitorar sangue de trabalhadores permanentemente expostos.

É uma área de muito interesse. Trabalhamos, para que, no futuro, todos os produtos que estiverem dispo-

nibilizados nas mãos do agricultor e os alimentos que chegarem à mesa dos consumidores tenham o mínimo de resíduos de agrotóxicos considerados perigosos para a sua saúde. Nessa área, vimos incentivando e estimulando esse processo, na medida do possível, e respeitando todo o conhecimento científico que é necessário para se proceder a essa avaliação.

Quero deixar isto demarcado – nosso objetivo, como profissional de saúde, é o de reduzir a quantidade de produtos de elevada toxicidade nas mãos dos agricultores e na mesa do consumidor.

Vimos trabalhando nesse sentido desde a criação da Anvisa, buscando esse trabalho com essa regulamentação. Discutimos aí – vou apresentar no próximo *slide* – que não há necessidade de regulamentação diferenciada, em função de esses produtos estarem bem diferenciados em relação aos químicos, e não seria necessário exigir dossiês completos em relação a eles. Mas mantemos ainda a idéia de que esses produtos precisam de uma avaliação do Governo. Na medida em que eles viram marca comercial e vão à prateleira, na medida em que se define eficácia e em que, de fato, pode haver risco com um determinado tipo de concentração, é necessário que se faça uma avaliação.

Posso dar alguns exemplos aqui. Já recebemos pedidos de registro, principalmente na área de campanha de saúde pública, de salmonela, para controle de roedores, sem passar por nenhuma avaliação. Isso pode significar um risco elevadíssimo para os humanos, porque essa salmonela pode ter elevada virulência, espalhar-se e causar vários casos de intoxicação alimentar.

A questão do **Bacillus thuringiensis** também é extremamente preocupante, porque sabemos que ele é eficaz no controle do **Aedes aegypti**, mas que, se não usado em determinadas condições, não produz o mesmo efeito nesse controle. E, dependendo do veículo utilizado – muitas vezes, alguns produtores usaram sabugo de milho –, pode-se contaminar, com fungos ou com outros microorganismos indesejados, a caixa d’água das pessoas que vão consumir a água. Em alguns casos, ele pode ser pior que a química em termos do seu uso. Toda essa forma de utilização precisa estar especificada, porque, quando se controla o **Aedes aegypti** para evitar uma dengue, não se pode abrir mão desse controle, porque senão a dengue vai-se espalhar. Por outro lado, não se deve aumentar o risco de contaminação. Então, ele exige cuidado. Normalmente, os produtos desse grupo são específicos para as pragas que se querem controlar. Eles são de baixa toxicidade – o que é do nosso interesse –, mas são específicos, e isso deve ser observado, para que

não haja uma perda nesse processo. Daí a responsabilidade do Governo e do Estado na regulamentação e na orientação dos usuários, o que é importante.

A base legal que utilizamos hoje para avaliação dos agrotóxicos, incluindo esses produtos, por serem utilizados no controle de pragas e doenças, é a Lei nº 7.802; antes, era o Decreto nº 98.816, que foi revisado em 2002, num trabalho conjunto entre as áreas de agricultura, de saúde e de meio ambiente. Publicou-se, em 2002, o de nº 4.074. A Portaria nº 3, da Anvisa, prevê todos os parâmetros para avaliação toxicológica. E há também a elaboração de normas específicas num grupo de trabalho.

A Anvisa, desde 1999, no ano da sua criação... Esse foi um dos problemas colocados na Mesa. Assumimos a área de avaliação de agrotóxicos, e o problema que se levantava era a dificuldade do registro desses produtos. Então, em 1999, fomos convidados, pela Plataforma FeroBio do CNPq, que é ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para fazer uma discussão sobre como melhorar essa questão da regulamentação. Cabe dizer – acho que a Sêrgia vai esclarecer aqui – que o Ibama já tinha uma regulamentação para a facilitação desse tipo de registro, antes desse período de 1999.

Então, na Plataforma, saíram várias propostas, inclusive a indicação de algumas pessoas que constituiriam um grupo técnico na Anvisa para desenvolvimento de uma norma que tratasse, de forma diferenciada, como foi dito aqui pelo primeiro palestrante, desse grupo de produtos que são os principais utilizados na agricultura orgânica.

Foram feitos vários estudos para elaboração e regulamentação de normas específicas. Trabalhamos com isso e fizemos uma norma para semioquímicos e microbiológicos. Verificaram-se a quantidade e a qualidade dos produtos que deveriam ser avaliados; os procedimentos de pesquisa; o estabelecimento de limites máximos de resíduo que poderiam conter os alimentos, quando se fizesse necessário; as modalidades de aplicação que deveriam estar especificadas; a manipulação e a toxicidade, para diferenciar os produtos no procedimento de avaliação, entre outras solicitações.

Dessa forma, em 2002, saiu a RDC nº 194, que regulamentou produtos microbiológicos, e a RDC nº 195, que regulamentou os semioquímicos. Mas, mesmo antes desse período, já vínhamos flexibilizando esses registros. Quer dizer, não exigíamos das empresas o dossiê completo para registro de um produto, a não ser se ele se fizesse necessário em função da toxicidade ou de alguma característica inerente àquela substância.

Então, os instrumentos regulatórios foram desenvolvidos no sentido de flexibilizar esse tipo de registro, pois entendíamos ser complicadíssimo desenvolver para um feromônio utilizado numa armadilha um dossiê de crônicos, que, muitas vezes, não se aplica àquele caso como se aplica aos químicos. Um dossiê de crônicos é a parte mais pesada não somente em termos de desenvolvimento pelas empresas, como de avaliação, pelo custo que embute.

O que fizemos? Todas essas informações foram avaliadas como um conjunto, que especifiquei anteriormente. E dividimos toda essa avaliação em fases. Haveria uma fase de avaliação química e, depois, uma fase de avaliação de agudos, e, nessas primeiras fases, ele poderia estar autorizado, sem a necessidade da entrega de um dossiê completo. Ensaios de resíduos seriam feitos somente para aqueles produtos que fossem aplicados diretamente sobre a cultura. Quanto a isso, também houve uma dispensa dessas exigências.

De lá para cá, também na discussão do Decreto nº 98.816, que resultou no de nº 4.074, incluímos a questão da priorização de análise de produtos de baixa toxicidade. Entretanto, esse item não está regulamentado, até porque aguarda regulamentação também da Lei de Orgânicos, do Decreto de Orgânicos. Mas, nesse meio tempo, aquelas normas que eram da Anvisa e do Ibama foram transformadas em Instruções Normativas Conjuntas, que já estão assinadas pela maioria dos órgãos e que estão na fase de publicação.

Então, há normas para semioquímicos, para microbiológicos e para predadores naturais. Essas normas, hoje, estão a ponto de serem publicadas, já foram trabalhadas pelos três órgãos. Será uma Instrução Normativa Conjunta das áreas de agricultura, de saúde e de meio ambiente. Fundimos toda a normatização, que já permitia o registro diferenciado desses produtos, por conta da normatização do Ibama e da Anvisa, e hoje estamos discutindo somente a priorização desse tipo de produto. Provavelmente – e tivemos a oportunidade de conversar sobre isso, um pouco antes, com os colegas da agricultura, da saúde e do meio ambiente –, saindo essa regulamentação agora, vamos trabalhar normas específicas para extratos vegetais e minerais – isso ainda não existe –, para podermos proceder a essa avaliação.

Mas quero deixar claro que essas normas já flexibilizam esse tipo de registro. Essas normas têm de existir. Não temos como abrir um mercado, na medida em que esses produtos viram produtos comerciais, sem dar as devidas garantias aos produtores, que vão utilizar essas substâncias no controle de pragas, e aos consumidores que poderão estar expostos a essas substâncias.

Então, esses são passos necessários, porque se o Estado legitima ou qualifica um produto para comer-

cialização, esse papel tem de ser mantido. Quero dizer que, na medida em que ele é utilizado para essa finalidade, ele passa por um procedimento de avaliação. E tem de ser simplificado – concordamos plenamente com isso – e tem de ser priorizado, em detrimento dos químicos, que são muito mais tóxicos.

Trago uma lista, só para os senhores terem uma idéia do que aconteceu na Anvisa. Fizemos um levantamento rápido, porque a convocação foi um pouco em cima da hora.

Em 1999, antes da criação da Anvisa – e a Anvisa já publicava monografias técnicas de ingredientes ativos desde 1985 –, só havia dois ingredientes ativos desse grupo de feromônios autorizados; de 1999 a 2005, incluímos mais 26. Então, essa é uma informação importante. Isso dá uma demonstração clara de que houve um trabalho no sentido de priorizar e de incluir essas substâncias com essa flexibilização que foi proposta. Então, passamos de dois a vinte e seis ativos e estimamos que os formulados sejam em torno de quarenta hoje no mercado.

Com relação aos inseticidas biológicos, não houve uma revolução grande, porque, na realidade, eles se repetem – na maior parte, trata-se de **Bacillus thuringiensis**. São ingredientes ativos. Eram três, e hoje temos cinco. E os formulados são em torno de 35. Então, houve uma compreensão por parte dos três órgãos para fomentar a entrada desses produtos no mercado, regularizados e autorizados pelo Governo.

Hoje, infelizmente – trago essa tabela para mostrar para os senhores –, não há muitos pleitos tramitando. Na realidade, seis produtos estão tramitando hoje na Anvisa para registro. Gostaríamos que o número fosse muito maior, para procedermos a essa avaliação. Entretanto, só temos seis pedidos. Trouxe isto aqui, para os senhores terem uma idéia de como está essa questão do pleito.

Estamos abertos a todos que têm interesse em registrar outros produtos e em conversar sobre como estruturar o processo, de acordo com a legislação, e sobre as dificuldades que têm de entender toda a parte legal. Tentaremos esclarecer como se deve proceder para construir o processo.

Então, fiz um levantamento rápido na Anvisa, e são esses os produtos que estão em trâmite processual hoje.

Não sei o que houve nesse *slide*, que o título desapareceu.

Algo que se coloca – e tive a oportunidade de ler neste documento aqui – é a questão do cenário internacional, do modelo europeu e do modelo alemão, em que há certificação e uma série de procedimentos que garantem a flexibilização e a autorização do uso desses produtos. O nosso sonho é alcançar isso. Não

dá para negar as diferenças em termos de formação e de informação que há nesses países, de todos os mecanismos de controle que eles têm, de todos os mecanismos de responsabilização que estão estabelecidos e que permitem, às vezes, uma atuação em parceria muito mais ágil que a que temos hoje.

Essa é uma questão que, no Brasil, ainda está em processo de discussão. Está saindo, agora, o primeiro Decreto de Agricultura Orgânica. A certificação é um problema ainda para essa área. É bom dizer isso, porque não temos grandes certificadores ainda. Temos um Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos, o PARAA, em que monitoramos somente alimentos produzidos de forma convencional, quer dizer, com o uso de agrotóxico. E somos cobrados, permanentemente, por resultados nos produtos oferecidos da agricultura orgânica, para saber se eles contêm ou não agrotóxico, para saber se, de fato, correspondem àquilo. E, hoje, não temos bancos disponíveis no País que informem a qualidade dos orgânicos que são comercializados.

Só estou dando exemplo aos senhores de coisas que precisamos aprimorar no Brasil, para podermos dar resposta a esse setor de como é que está a qualidade, se de fato não houve nenhum agrotóxico, tanto residual quanto aplicado, em termos dos produtos que estão sendo comercializados. As certificadoras, sejam elas do próprio setor, sejam elas do Governo, terão de dar resposta disso à população, na medida em que esse mercado se amplia e cresce.

Então, chamei a atenção para alguns pontos. Às vezes, não é possível comparar nossos sistemas, nossos controles de mercado, com os da União Européia. Queremos, sim, alcançar isso, e estamos inteiramente abertos, o Ministério da Saúde, para uma discussão sobre esse tema. Se a flexibilização for possível, sem trazer prejuízo aos segmentos envolvidos nesse setor, queremos avançar e não voltar atrás. Entendemos que houve avanços, nesses últimos anos, em relação a isso, houve uma ampla discussão. E entendemos também que temos muito que fazer.

Na medida em que os segmentos que estão atuando no setor tiverem interesse para trabalhar conjuntamente, a Anvisa e o Ministério da Saúde se colocam inteiramente à disposição, para que possamos avançar.

Gostaria de lhes agradecer. Deixo toda a nossa direção à disposição. Para quem quiser mais informações sobre como proceder ao registro, sobre como proceder à avaliação e sobre detalhes do que dissemos aqui, estamos à disposição.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Dr. Luiz Cláudio Meirelles.

Concedo a palavra à Sr^a SÉRGIA OLIVEIRA, representante do Ministério do Meio Ambiente e membro do Comitê Técnico de Assessoramento para Agrotóxicos.

A SRA. SÉRGIA OLIVEIRA – Bom dia a todos!

Eu queria cumprimentar o Exm^o Sr. Senador Dalcídio Amaral, todos os Senadores presentes e os demais presentes nessa sala.

É com muita honra que estou aqui representando a Ministra Marina da Silva, como funcionária do Ministério do Meio Ambiente e como membro do Comitê Técnico de Assessoramento para Agrotóxicos (CTAA).

Antes de começar, quero fazer um breve relato apenas do que é o CTAA, esse Comitê Técnico de Assessoramento. Foi criado no âmbito do Decreto nº 4.074, que já citamos aqui e que foi o decreto regulamentador da legislação de agrotóxicos. É um comitê do qual participam os Ministérios da Saúde, do Meio Ambiente e da Agricultura. A coordenação é rotativa anual. Cada ano, um Ministério é o coordenador. Neste ano, o coordenador é o Ministério da Agricultura. O Dr. Júlio Brito é o nosso coordenador durante este ano 2005. No ano que vem, será a Anvisa a coordenadora.

Então, nesse Comitê, discutem-se procedimentos de implementação da legislação. Todos os temas que necessitam de posição técnica mais aprimorada, reunimo-nos para discuti-los e para propor algumas alternativas de solução.

Já foi citado, aqui, o art. 12 do Decreto nº 4.074, de 2002, que diz que os produtos de baixa toxicidade e periculosidade terão tramitação prioritizada, desde que os órgãos federais justifiquem como competente o pedido de prioridade, que deve ser devidamente justificado. O parágrafo único desse Decreto diz que os órgãos federais competentes definirão normas complementares com relação a esse artigo. Então, definimos uma tramitação diferenciada para os produtos de baixa toxicidade.

No âmbito do Ministério do Meio Ambiente, temos essa preocupação há um tempo bastante longo. Eu e o Rogério já discutimos bastante sobre isso há muitos anos, não é, Rogério?

Em 1996, já existia uma portaria do Ibama em que se colocavam os testes em formações necessárias para avaliação ecotoxicológica de produtos atípicos. Então, desde 1996, já discutimos isso, já se prioriza esse tipo de trabalho, e do que necessitamos agora é aprimorar esse processo de tramitação, para que ele se torne cada vez mais expedito e para que estejam em disponibilidade esses produtos que, do ponto vista ambiental, são altamente necessários – nós os vemos com muito bons olhos.

Sou gerente de redução de riscos ambientais do Ministério do Meio Ambiente, e uma de nossas atividades lá é a implementação da Convenção de Estocolmo de Poluentes Orgânicos Persistentes, da qual fazem parte oito agrotóxicos que foram largamente utilizados em muitos países, inclusive no nosso. Alguns devem conhecê-los. São eles – DDT, Aldrin, Dieldrin, Eptacloro, Clordano. São produtos que hoje lidamos como passivos ambientais, com problemas altamente complexos de solução.

Então, acreditamos que essa mudança de paradigma é extremamente necessária, porque não conhecemos produtos que foram usados ao longo de 40 anos. Desde 1998, por exemplo, não usamos mais DDT em saúde pública. E não conhecemos ainda qual o passivo que esses produtos deixaram no nosso País, nos nossos habitantes. Então, o Ministério do Meio Ambiente realmente tem uma simpatia muito grande por esse pleito de priorização desse tipo de produto.

Falarei bem rapidamente, para não ficar muito maçante.

Essa Portaria define para esses produtos, principalmente espalhantes adesivos, cobre inorgânico, enxofre inorgânico, óleo mineral, óleo vegetal, que tipo de teste seria solicitado. Então, há características físicas ou químicas. Ali, há o que eles colocam como “Sim/I”, ou seja, só é preciso apresentar uma informação referenciada; não há necessidade de elaboração do teste. A mesma coisa se dá para os produtos também da parte físico/química, em que se verifica densidade, hidrólise.

Esses testes, como o Dr. Cláudio Meirelles falou, são necessários, tendo em vista a competência, ou seja, a necessidade do controle sobre esse uso de uma forma que acreditamos que possa ser muito mais simples, mas que ainda denota uma responsabilidade do Governo Federal.

Há aqui a toxicidade para organismos não-alvo. Esse “Sim/B” quer dizer que a bibliografia citada, que algum estudo que exista sobre o trabalho pode ser apresentado com relação a cobre inorgânico e a enxofre, porque nem é muito adequado. Para a maioria dos produtos, é colocado “Não”, pois não há necessidade de apresentar nenhuma informação para a obtenção desse registro.

No caso de comportamento no solo, há o “Sim” apenas para biodegradação imediata. São considerados da Classe IV e como altamente persistentes os cobres, em função dos minerais. O óleo vegetal é considerado pouco transportável (Classe IV). Os outros testes, não é necessário fazê-los para espalhantes adesivos.

Na toxicidade para animais superiores, nos testes para toxicidade oral aguda para ratos, apenas o de

espalhante adesivo é necessário; nos outros, apenas a bibliografia é necessária; o de óleos mineral e vegetal não é necessário. A maioria dos testes não é exigido para esse tipo de produto.

A questão de crônicos, há potencial genotóxico para óleo mineral, e, para a maioria dos outros produtos, para o de óleo vegetal, não há necessidade de apresentação de nenhum dos testes crônicos que estamos colocando aí.

Devemos dizer que “CR” equivale a “Condicionalmente requerido”, podendo ser necessário ou não. Com relação a informações adicionais, são solicitadas informações de resíduos sulfonados para os óleos minerais, em função do seu processo natural; pode haver resíduos não sulfonados, como resíduo da própria síntese da extração do óleo. Os hidrocarbonetos aromáticos também servem para os óleos minerais, principalmente por conta do seu processo de produção. Então, o óleo mineral é o produto, dentro desses que são colocados como atípicos, que deve ter maiores considerações.

Consta na bibliografia por que o teste de cobre e enxofre inorgânicos é considerado Classe I para microorganismo. É natural.

O Ministério do Meio Ambiente não executa o processo de registro. Quem faz a avaliação do potencial de periculosidade ambiental é o Ibama, cujo representante, infelizmente, não pôde estar aqui conosco. Trocamos algumas idéias. Temos uma posição fechada com relação a isso. O Dr. Márcio é o coordenador, e o Dr. Adriano, o Gerente da Área de Registro de Agrotóxicos.

No âmbito do CTAA, estão em elaboração as Instruções Normativas (INs), citadas pelo Luiz Cláudio, inclusive a IN para baixa toxicidade, que interpretamos como sendo aquela que possibilitará a execução exata do art. 12 do Decreto.

No Ibama, existem várias discussões com relação à priorização desses produtos. Discutem, inclusive, a possibilidade de benefícios fiscais, ou seja, de isenção de taxas.

Atualmente, para se registrar um produto técnico, pagam-se quase R\$22 mil; para um formulado, pagam-se 50% menos. Esse é apenas um exemplo. Para a manutenção anual de registro, os produtos Classe I e II, que são os de maior periculosidade, têm um valor maior do que o de um produto da Classe III e IV, a fim de se estimular que os produtos incluídos nestas últimas categorias sejam mais registrados. Está sendo discutida a possibilidade de isenção dessas taxas para produtos caracterizados como atípicos no âmbito da agricultura orgânica.

Além de ter grande interesse nisso, temos consciência das dificuldades aventadas pelo Dr. Luiz Cláudio, dos problemas, das considerações que devem ser feitas com relação ao uso adequado desses produtos. É preciso determinado controle sobre o produto, tendo em vista o tamanho do nosso País e a nossa diversidade cultural e socioeconômica. Precisamos de mecanismos de controle, para que possamos assegurar que esses resíduos, por mínimos ou menos impactantes que sejam, não apareçam no produto final.

Como química, sei que o veneno depende da dose. Até amor demais faz mal! Realmente, devemos ter cuidado com relação ao que estamos colocando no nosso produto, a fim de garantir que teremos produtos de qualidade, que garantam a sustentabilidade da agricultura e do planeta.

Era isso o que pretendia apresentar.

Estou à disposição de todos no Ministério.

Obrigada.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Agradeço à Sr^a Sêrgia Oliveira.

Concedo a palavra ao Dr. Rogério Pereira Dias, Coordenador-Geral de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo.

O SR. ROGÉRIO PEREIRA DIAS – Bom dia!

Cumprimento o Senador Delcídio Amaral, os demais Senadores e todos aqui presentes. Para nós, é bastante gratificante a oportunidade de participar dessa discussão.

Nesse assunto relacionado à agricultura orgânica, estamos envolvidos há muitos anos. O Senador Aelton Freitas nos deu grande apoio, na época da discussão e da aprovação da lei que trata da agricultura orgânica, a Lei nº 10.831. Tivemos grande participação quando da discussão e da aprovação dessa Lei.

Este é um local bastante oportuno para discutir algo que faz parte de uma demanda grande tanto de quem trabalha na área dos insumos, quanto de quem trabalha na área de produção pela demanda por esses insumos.

Entendemos que o Estado tem um papel fundamental. Na realidade, devemos defender ambos os lados – temos de defender os bons produtores de insumos dos maus produtores de insumos e também os consumidores dos produtores dos maus produtos. Sabemos que, em todas as áreas, em todos os setores, esse é o papel do Executivo, do Poder Público. Temos a preocupação em como trabalhar isto – juntar essas duas necessidades – a agilização e uma demanda crescente – com os cuidados e os controles que o Estado tem de exercer.

Depois das apresentações que aconteceram aqui, temos uma certeza bastante grande – a de que existe a vontade, bem como o interesse, de todos os órgãos envolvidos de buscar uma solução para essa questão.

Aqui também cabe fazer uma ressalva maior. Na realidade, quando discutimos a questão de registro de insumos, não discutimos só o registro dos insumos que hoje estariam dentro da Lei de Agrotóxicos, que é exatamente a que tem o envolvimento direto com o meio ambiente e com a saúde. Há também uma série de outros insumos que estão, muitas vezes, exclusivamente no Ministério da Agricultura – registro de sementes, de rações, de produtos veterinários, de fertilizantes. Hoje, existe uma demanda por algumas diferenciações em insumos para a agricultura orgânica que não são específicas da Lei de Agrotóxicos. Talvez, a que dê maior complexidade seja os que estão no âmbito da Lei de Agrotóxicos, em função de que é uma legislação que tem regras que envolvem outros órgãos, envolvem muito mais análises, muito mais avaliações, que, muitas vezes, fazem com que o processo fique mais demorado, mais caro. Isso, muitas vezes, tem uma repercussão maior nessa situação dos produtos que se encaixam na Lei de Agrotóxicos.

É importante também verificarmos que, se não encontramos uma solução, uma alternativa viável, acabamos chegando à situação em que muitos produtos ficam no mercado informal. Então, hoje, muitos produtos para a agricultura orgânica estão sendo utilizados num comércio paralelo, num comércio clandestino, porque as pessoas dizem que não têm meios de oficializar e de regularizar o seu produto e começam a entrar num processo de comércio clandestino. Isso é muito ruim para quem está vendendo o produto, porque ele vive no constante receio de que o produto dele seja apreendido, de que receba multa, de que tenha penalidade. E é ruim para quem está consumindo também, porque não há nenhuma garantia de que aquele realmente é o produto que se deseja. Uma vez, pode-se comprar de uma pessoa; outra vez, pode-se comprar de outra pessoa. E, assim, não tem como haver garantias de que aquele produto é idôneo.

Temos uma preocupação no Ministério da Agricultura, mais especificamente na nossa coordenação, que está à frente do processo de regulamentação da lei de que trata da agricultura orgânica. No art. 9º dessa lei, está claramente determinado que os insumos com uso regulamentado para a agricultura orgânica deverão ser objeto de processo de registro diferenciado, que garanta a simplificação e a agilização de sua regularização. Na época da constituição dessa lei, já se

demonstrava esta preocupação – como pode haver no mercado esses produtos de forma mais rápida?

Por exemplo, na agricultura orgânica, trabalha-se muito com extratos vegetais. É tradição se usar extrato de camomila, extrato de nim, extrato de uma série de plantas que hoje têm um efeito – muitas vezes, não é nem só o efeito de controlar uma determinada praga, mas de estabelecer um equilíbrio da planta ou de estabelecer mecanismos de resistência.

Esses produtos teriam o mesmo procedimento, o mesmo processo que um agrotóxico com uma molécula mais complexa, com todas as garantias, como o Paulo D'Andréa já disse aqui. Realmente, o nosso desafio é criar essa alternativa.

Tivemos uma conversa aqui, antes de começar a reunião, com a presença de um representante do Ministério da Agricultura. Foi ótimo contarmos aqui com a presença do Dr. Júlio Brito, que, no Ministério, é o responsável pela área de agrotóxico e que participa do CTAA e o coordena. Isso foi bom, porque, nessa conversa, já se chegou a um acordo do que precisamos fazer agora. Já foi dado um primeiro passo para esse processo de simplificação, com a criação das Instruções Normativas Conjuntas, que estão tratando dos semioquímicos e dos produtos de controle biológico. Na época em que essas INs estavam sendo discutidas, levantamos que tínhamos duas demandas principais, que seriam os extratos vegetais e os produtos minerais, que são hoje bastante utilizados.

Dessa conversa anterior aqui, já colocando quase como um encaminhamento, seria interessante que saíssemos com uma organização, inclusive, com a participação do setor interessado – sei que há vários representantes aqui –, para que a gente trabalhe no texto dessas duas Instruções, já no mesmo bloco do que já vinha sendo feito com relação às outras INs. Então, esse poderia ser um processo rápido, para resolvermos esse problema.

No contexto ainda da regulamentação da Lei de Agricultura Orgânica, deveria ficar definido mais claramente como seria esse processo de agilização. Talvez, seja isso que essas INs ainda não contemplem. Essas instruções contemplam um processo mais definido, mais simplificado de exigências, mas não estabelecem a priorização. Então, talvez tivesse de haver outro ato conjunto dos três Ministérios envolvidos que regulamentasse a questão de priorização desse processo, que também está no art. 12 do próprio Decreto que regulamenta a Lei de Agrotóxicos.

Então, teríamos como demanda uma instrução que estabelecesse a priorização e que a regulamentasse – isto é, como estabelecer isso –, e penso que isso será facilitado a partir do momento em que a

regulamentação da Lei de Orgânicos tiver uma lista positiva de quais produtos são aprovados, porque um produto para ser incluído nessa lista passa por uma discussão que não é só brasileira, mas internacional. Hoje, no **Codex Alimentarius**, há uma lista do que é permitido para uso na agricultura orgânica, como referência internacional, e, para que se consiga incluir um produto ali dentro, é preciso escutar representantes de mais de cem países que participam dessa discussão dentro do **Codex**. Então, já é um crivo em cima do que pode ou não ser utilizado.

Acredito que isso dá até respaldo para nós, do setor público, na hora de entender se aquele produto deve ou não estar colocado como um produto de menor risco, a partir do momento em que passa, inclusive, por essa discussão internacional de ser um produto de baixa periculosidade para ser aprovado para uso na agricultura orgânica.

Vejo que estamos saindo daqui, talvez, já com um encaminhamento bastante interessante. O próprio Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, o Dr. Guedes, recebeu um grupo de produtores de insumos alguns dias atrás, no Ministério, que demandou uma solução. O Dr. Guedes, então, numa reunião com os dois Diretores das áreas de insumos de produtos de uso agrícola e de uso na produção animal, determinou que fosse dada prioridade ao estabelecimento dessa regulamentação que está prevista no art. 9º, que fala que os órgãos federais competentes definirão em atos complementares os procedimentos para aplicabilidade no disposto nesse artigo.

Então, já estamos colocando dentro da regulamentação da Lei nº 10.831 uma proposta de uma instrução específica que diga como será feito esse processo. E eu gostaria de lembrar que, na realidade, o problema não está só nos produtos que se encaixam especificamente na Lei de Agrotóxicos. Hoje, uma série de novos produtos utilizados na agricultura orgânica não se encaixa em legislação alguma. Na realidade, eles entram em mais de uma legislação, porque têm um efeito nutricional, que gera uma resistência, e aí o produto fica sem ter uma definição de onde teria de ser registrado – em alguns casos, há uma situação até um pouco esdrúxula de o produto ter de ser registrado em dois setores, num dos quais, no rótulo, pode-se dizer que ele tem efeito nutricional, e, no outro, pode-se dizer que ele tem um efeito, por exemplo, fungicida ou fungistático, o que causa até uma situação diferente.

Então, essa regulamentação se insere numa área complexa, porque mexe com legislações diferentes, com diferentes pormenores, o que faz com que esses processos demandem bastante estudo. E tenho a certeza de que não é interesse de ninguém do setor da agri-

cultura orgânica nem dos produtores de insumos para a agricultura orgânica de que se criem regulamentos que também abram uma janela para que possa entrar por aí uma porção de produtos que impliquem risco e que criem maiores problemas do que soluções, que é o que está sendo buscado.

Portanto, é preciso que isso seja feito com bastante cuidado, com bastante zelo, para que realmente atendamos à demanda sem criar esse risco de abertura para que outros produtos que não tenham essa segurança possam entrar juntos.

Era isso que eu queria dizer aqui, reiterando que o Ministério da Agricultura, então, por determinação do próprio Secretário-Executivo, deve priorizar a discussão da regulamentação desses pontos. E, depois dessa conversa que tivemos aqui, penso que temos essa mesma indicação dos Ministérios do Meio Ambiente e da Saúde. Então, podemos sair daqui com uma proposta de encaminhamento efetivo para solucionar essa demanda.

Obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Quero agradecer ao Dr. Rogério Pereira Dias e passar a palavra ao Senador Aelton Freitas, autor do Requerimento nº 24, de 2005.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente,

Senador Delcídio Amaral; Sr. Representante do Ministério da Agricultura, Dr. Rogério; Sr. Representante do Ministério da Saúde, Dr. Luiz Cláudio; Sr.^a Representante do Ministério do Meio Ambiente, Dr.^a Sêrgia Oliveira; e Sr. Representante da BrasilBio, Dr. Paulo D'Andréa, senhoras e senhores, companheiros, colegas dessa área, o que me deixou muito satisfeito é que esse foi um dos primeiros relatórios que tive oportunidade de concluir aqui a quatro mãos, principalmente com o Ministério da Agricultura, com o Ministério do Meio Ambiente e com o segmento dos orgânicos no País. Fizemos um trabalho que, felizmente, trouxe um resultado e significou um avanço muito grande.

Quero justificar para todos os que estão presentes a ausência dos Senadores, principalmente da Comissão de Agricultura. Inclusive, neste momento, há uma reunião da CPI da qual é o Presidente o Senador Delcídio Amaral, que aqui está na Presidência dos nossos trabalhos. Assim, o acúmulo de trabalho nesta data, neste momento, faz com que se divida o grupo.

Está havendo uma audiência muito importante no Auditório Nereu Ramos, de homenagem a Celso Furtado, e a maioria da Casa se faz presente lá. Eu estava olhando a minha agenda – há quatro reuniões neste momento. Não é pouco caso o que está acontecendo aqui.

Graças a este Governo e aos Parlamentares que aqui estão, foi criada novamente a Comissão de Agricultura nesta Casa. Esta Comissão tem trabalhado muito bem. O Secretário da Comissão, o Dr. Marcelo, está aqui. Peço desculpas pela ausência de todos os membros da Comissão, porque a maioria deles faz parte da CPI da Terra, onde está sendo fechado um relatório muito importante e polêmico agora. Eu também deveria estar lá, mas foi aprovada, por unanimidade, esta reunião da Comissão de Agricultura. Tivemos a aquiescência de todos. Gostei muito do que ouvi e do que estou presenciando aqui – os três Ministérios e os segmentos interessados têm o mesmo ponto de vista. Estou sentindo que o processo vai avançar bastante.

Tomo a liberdade, em nome do nosso Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Sérgio Guerra, como mais um do segmento, de dizer que, como engenheiros agrônomos, estamos aqui procurando representar nosso segmento e fazer o melhor pela produção.

Quero parabenizá-lo pela foto de seu bisavô e pelo que ele já disse há 54 anos, ou seja, que tínhamos de crescer a partir dali na vertical e não na horizontal.

Quero referir-me também aos dizeres daquele índio, o que, para nós, é uma reflexão. Apesar da falta de oportunidades, aquele índio tinha uma visão perfeita e disse exatamente o que todo brasileiro, o que todo produtor tem de ter na sua alma.

Estou sentindo, Presidente Delcídio, que, apesar da ausência de vários Parlamentares, está aqui quem deveria estar – os três Ministérios, muito bem-representados, todos com o mesmo ponto de vista, sabendo do problema, das suas causas e da possível solução.

Na realidade, nós, Parlamentares, legisladores, somos meio entre a necessidade e a possibilidade. Assim, coloco-me aqui, em nome da Comissão de Agricultura, em nome do Senado Federal, à disposição de V. S^{as}. Façam da nossa Comissão um palco realmente de discussão, que é o que está acontecendo aqui hoje! Façam da pessoa do Senador Aelton e do seu Gabinete mais um instrumento do nosso segmento, para fazer o que for possível, defender o segmento no que for possível, aprovar e modificar as leis que tiverem de ser modificadas, que é o que nos cabe!

Quero parabenizá-los e cumprimentá-los pela boa vontade que estou sentindo da parte de todos os atores envolvidos nesse projeto. Quero também terminar dizendo que devem contar conosco, com o Senado, com esta Comissão de Agricultura, que voltou a ser permanente aqui. Esta Comissão realmente une as áreas da agricultura, do meio ambiente e da saúde. Todos aqui têm o mesmo ponto de vista e, em sua maioria, ou são filhos de produtores rurais ou são produtores rurais que estão passando pelas mesmas

dificuldades daqueles que estão no campo neste momento. Essas dificuldades se referem não só à produção, mas também à comercialização.

Já dizia um produtor que, quanto mais produzia, mais se afundava. Não é diferente o que está acontecendo exatamente no ano de 2005. Nossa maior preocupação é o ano de 2006, que refletirá o resultado negativo das dificuldades que estamos enfrentando neste ano, em todos os sentidos, no nosso segmento.

Precisamos procurar salvar o produtor rural, que tem sido sacrificado de todas as maneiras e que, na realidade, é o que mais merece nosso apoio, nossa atenção e nossa preocupação.

Parabéns!

Mais uma vez, termino pedindo desculpas pela ausência dos Srs. Senadores. Não é má vontade, é a situação de final de ano que está levando a isso, com tanta coisa de tamanho interesse e tamanha relevância neste mesmo momento.

Parabéns a todos! Bom dia! Que este encontro continue no nível em que está!

Obrigado, Senador Delcídio.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Senador Aelton. Quero registrar o trabalho, Senador Aelton, de V. Ex^a não só na Comissão de Agricultura, em que V. Ex^a é um dos Senadores mais ativos, defendendo a agricultura do nosso País. Esta é uma Comissão recém-criada, é o primeiro ano de funcionamento da Comissão de Agricultura do Senado. Lavramos um tento absolutamente importante.

Gostaria também de registrar – e peço desculpas, em nome do Presidente Sérgio Guerra, do Senador Sérgio Guerra, a todos os expositores, a todos os convidados que fazem parte da Mesa Diretora e ao público interessado nesse assunto – que, para esta reunião, houve realmente dificuldade de quórum, porque estamos hoje num dia muito complicado. Além do que o Senador Aelton acabou de relatar, de que hoje está sendo fechado o relatório final da CPI da Terra, também devo dizer que a CPMI dos Correios está realizando agora uma reunião administrativa e que as outras Comissões Permanentes do Senado hoje estão reunidas. Por exemplo, a Comissão de Infra-Estrutura discute as emendas de Comissão, cujo prazo se encerra hoje, que vão compor o Orçamento-Geral da União. Além disso, temos esse encontro no Auditório Nereu Ramos em homenagem a um grande brasileiro, Celso Furtado.

Então, este pequeno quórum de Senadores e Senadoras não está, de maneira alguma, ligado à matéria em si, ao assunto que está sendo tratado, mas é que, efetivamente, o dia está absolutamen-

te conturbado. Aliás, há muitos dias e semanas, o ambiente aqui anda extremamente conturbado.

Mas ouvi atentamente as exposições e compactuo com as afirmações do Senador Aelton. Os Ministérios avançaram bastante, tanto o Ministério da Agricultura como o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Saúde. Acredito, porque sei da competência dos dirigentes dos Ministérios diretamente envolvidos nessa questão, que as coisas caminharão bem, principalmente no que tange à regulamentação tão exigida e tão necessária.

Para mim, a agricultura orgânica precisa ser efetivamente um dos pontos fortes de atenção, de determinação, de trabalho para o Brasil. Temos uma grande avenida pela frente, e isso não só se aplica ao nosso País, mas a todo o nosso continente, ao continente europeu e também ao continente americano.

Vão surgindo janelas de oportunidade, e não só não podemos ficar na contramão, mas também não podemos tomar medidas e acompanhar esse movimento mundial numa velocidade menor do que tudo que tem acontecido. Infelizmente, temos verificado que, em vários setores, em vários segmentos da economia brasileira, muitas vezes o Governo corre atrás daquilo que os produtores já estão muito à frente. E aí, nessa corrida eterna atrás de quem produz, ao invés de ajudar, o Governo acaba atrapalhando. Essa, infelizmente, é a realidade. Mas, pela sensibilidade, pela percepção, pela competência de todos os expositores aqui, não tenho dúvida nenhuma de que vamos... Esse é um tema importantíssimo em que precisamos avançar bastante.

Em nome do Senador Sérgio Guerra, que também não está aqui porque S. Ex^a é Relator de emendas ao Orçamento da União, quero agradecer a presença de todos e, acima de tudo, colocar – como disse muito bem o Senador Aelton – a Comissão de Agricultura à disposição de todos vocês. Não tenham dúvida de que teremos o fruto desse trabalho, dessa apresentação que foi feita, meu caro Senador Aelton. A Comissão de Agricultura vai cobrar essa fatura. Vamos acompanhar muito de perto os acontecimentos. Eventualmente, se na sua maioria os membros desta Comissão entenderem que as coisas não caminham como foi desenhado aqui claramente, nós convidaremos V. S^{as} novamente para que, com apoio do Congresso Nacional, tenhamos condições de estruturar uma regulamentação, instruções normativas compatíveis com a importância que a agricultura orgânica tem não só para o Brasil, mas para todo o mundo.

Quero agradecer a presença de todos, desejando-lhes um bom dia. Ainda são 11h48min.

Que Deus ilumine e abençoe a todos.

A reunião está encerrada.

Obrigado.

(Levanta-se a reunião 11h48min.)

Ata da Trigesima Oitava Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 30 de novembro de 2005, quarta-feira, às 9 horas e 30 minutos.

Às dez horas e cinquenta e oito minutos do dia trinta de novembro de dois mil e cinco, na Sala 9, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual da Senadora **ANA JÚLIA CAREPA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores – **LÚCIA VÂNIA, FLEXA RIBEIRO, SÉRGIO GUERRA, GILBERTO GOELLNER, DEMÓSTENES TORRES, GERSON CAMATA, AELTON FREITAS, ANA JULIA CAREPA, JOÃO RIBEIRO, OSMAR DIAS, REGINALDO DUARTE, EDISON LOBÃO, MÃO SANTA, SERYS SLHESSARENKO, DELCÍDIO AMARAL E CRISTOVAM BUARQUE**. A Senhora Presidente em exercício da Comissão, Senadora **Ana Julia Carepa**, propõe a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião reúne-se em cumprimento ao REQUERIMENTO Nº 29, de 2005-CRA, de autoria da Senadora **Ana Júlia Carepa**, de Audiência Pública, objetivando instruir o Projeto de Lei do Senado nº 153/2002, que “Institui o Programa Agrícola Fronteira Norte e dá outras providências”. Com a presença da Senhora Laís Costa, Secretária de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional; do Senhor Raimundo Lima, Diretor de Programas para as Regiões Norte e Centro-Oeste do Instituto Nacional de Colonização Agrária e Reforma Agrária (Incra); da Senhora Eliany Maria de Souza Gomes, Coordenadora Geral de Desenvolvimento Regional da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA; e do Dr. Manoel Valdemiro Francalino da Rocha, Assessor Especial do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Fazem uso da palavra, para tecerem comentários sobre os assuntos abordados os seguintes Senadores e Senadoras – Ana Júlia Carepa, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Gilberto Goellner. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente Reunião às treze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Marcello Varela, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente em exercício e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Júlia Carepa**, Presidente eventual da Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. PT – PA) – Declaro aberta a 38ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada. Pergunto aos Srs. Senadores se aprovam a Ata. (Pausa.)

Aprovada.

Gostaria de informar à Comissão que dezenove projetos encontram-se distribuídos a relatores, com prazos esgotados para sua apreciação, e seis matérias com vistas concedidas. Dessa forma, solicito a compreensão dos eminentes Senadores para que devolvam os projetos que se encontram em seus gabinetes e assim esta Comissão possa apreciá-los com a maior agilidade possível.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2002, que institui o Programa Agrícola Fronteira Norte e dá outras providências. Com a presença de representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Ministério da Integração Nacional, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos termos do Requerimento nº29, de 2005, da CRA, de autoria do Senador Flexa Ribeiro e da Senadora Ana Júlia Carepa, aprovado em 19/10/2005.

Convido para compor a Mesa os convidados desta audiência pública – aliás eu queria fazer um registro aqui, ela também é uma audiência pública conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Regional, onde esse projeto também se encontra.

Peço a Secretaria que entre em contato com os membros da outra Comissão.

O SR. (ORADOR NÃO IDENTIFICADO) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. PT – PA) – Esta audiência foi aprovada também na Comissão de Desenvolvimento Regional, da qual também sou vice-Presidente, para discutir o mesmo projeto que está nas duas Comissões. Então, achamos por bem fazer uma única discussão das duas Comissões. Não haveria por que fazer duas audiências públicas, uma em cada Comissão.

Estamos otimizando o tempo, a energia de todos.

Senador Flexa, na verdade foram aprovados requerimentos nas duas Comissões, tanto na Comissão de Desenvolvimento Regional, como na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Convido, para compor a Mesa, a Srª Laís Costa, gerente do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, aqui representando o Ministério da In-

tegração Nacional; o Sr. Raimundo Lima, Diretor de Programas para as regiões Norte e Centro-Oeste do Incra; Srª Eliane Maria de Souza Gomes, Coordenadora-Geral de Desenvolvimento Regional da Suframa; Dr. Manoel Valdemiro Francalino da Rocha, assessor especial do Ministro da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento.

Já estão todos na Mesa e enquanto a Secretaria chama os Senadores da CDR, vou passar a palavra à primeira convidada, no caso, que é a gerente do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira do Ministério da Integração Nacional, Srª Laís Costa, visto que o objeto desta audiência pública foi até para que pudéssemos nos subsidiar melhor sobre um projeto; um projeto que cria um programa das fronteiras agrícolas da Região Norte, do Senador Mozarildo. Entendemos que é mais conveniente se pudéssemos fazer isso em forma de audiência. Ele institui o programa fronteira agrícola norte e dá outras providências.

Então, mesmo que achemos que há muita semelhança com outros órgãos, é por isso mesmo que entendemos que é importante fazer esta audiência, até para que possamos ter uma avaliação – se cabe, se não cabe; se é superposição ou não, em relação ao que já existe, inclusive, de programas dentro dos próprios ministérios ou da Sudam, que está sendo discutida também na Comissão de Desenvolvimento Regional.

Com a palavra a Srª Laís Costa.

A SRA. LAÍS COSTA – Bom dia, Senadora, e demais integrantes da Mesa!

Eu gostaria de agradecer, primeiro, a oportunidade deste convite. Creio que é uma iniciativa trazer para a mesa a discussão e evitar duplicar esforços. Acho que isso já é uma mudança no procedimento e uma aproximação até do Legislativo com o Executivo, o que é muito importante para o desenvolvimento do País.

Eu queria saudar todos os presentes e tecer alguns breves comentários sobre o projeto de lei.

Estávamos analisando a justificativa e, enfim, o Ministério da Integração Nacional, recentemente, reestruturou e relançou o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, inclusive com a presença do Vice-Presidente da República.

No processo de reestruturação, houve um cuidado, quer dizer, todo o papel da fronteira, e não só particularmente da fronteira norte, mas, com todo o papel da fronteira com a mudança de referencial do geopolítico para o geoeconômico, a fronteira passa a desempenhar um papel estratégico para a competitividade e o desenvolvimento das nações, na realidade. E, fora essa questão, é toda a nossa plataforma de Governo. O Brasil – isto está na justificativa – acho que

é uma proposta cujo mérito é inquestionável. Está-se pensando no desenvolvimento regional, está-se tratando das desigualdades de uma área que, de fato, tem tido mais dificuldade, tem sido mais esquecida pelas políticas públicas.

Seguindo aquela lógica de que o recurso acaba acompanhando onde existe uma infra-estrutura para recebê-lo, assim como a população, vem a segunda questão da justificação da proposta, que é muito importante – a fixação do homem no campo. Todos esses processos em que não houve um planejamento, na realidade, não houve um plano, uma política nacional de desenvolvimento regional, acabaram, ao longo das últimas décadas, acirrando as desigualdades, as iniquidades observadas no Brasil.

Quando se pensa, quando se começa a planejar e se pensa assim – “Não, preciso reverter esse quadro”, isso já é um passo muito importante. Temos de tomar alguns cuidados, entretanto. A faixa de fronteira, em particular... E, sempre que falamos em faixa de fronteira, é curioso; aqui, estamos falando em faixa norte e, mesmo a norte, poder-se-ia subdividir em diversos espaços, porque as peculiaridades – são 16 mil quilômetros; imaginem! –, a questão de processos migratórios, etnias, raças, infra-estrutura econômica e social do Sul até o Norte são muito diferenciadas.

Então, a faixa de fronteira, na realidade, vem tratando como algo que as pessoas pouco entendem; o que é a faixa de fronteira. A própria legislação que rege a faixa de fronteira é de 79, regulamentada por decreto de 80; portanto, elaborada e publicada em regime de exceção. Ela não consegue contemplar o que é prioridade em termos de fortalecimento de cidadania, em termos de desenvolvimento nacional, que estão contemplados aqui, na justificativa.

No processo de reestruturação do programa, a primeira coisa que o Ministério da Integração Nacional fez foi seguir um norte de uma política nacional de desenvolvimento regional, onde essas justificativas e outras tantas estão apontadas. Você precisa estar promovendo o desenvolvimento ao longo de todo o território e, nessa própria política de desenvolvimento regional, a faixa de fronteira é apontada como uma área especial. Ela é importante não só para a política externa, como para a política interna brasileira. Aí, como vamos planejar – primeiro, vamos ver a atuação passada, ver o que teve de acerto e de erro, vamos ver as prioridades atuais e vamos ver que local é esse para a gente atuar.

Bom, com relação à atuação passada, não tem muita novidade. A atuação foi bastante fragmentada e acabou não dando sustentabilidade ou gerando duplicação de esforços. Teve uma desarticulação do Execu-

tivo com o Legislativo também grande não tinha essa política para nortear os investimentos, enfim. Então, a primeira coisa que se pensou foi – “Não, mas a gente tem que trabalhar de forma articulada para esse desenvolvimento”. Eu acho que essa é uma tentativa aqui.

A segunda coisa que se fez foi contratar um estudo para poder saber que faixa é essa. Não é um estudo econômico, não é um estudo social. É um estudo que vê todas essas relações para poder, com a base de inter-relacionamento, inclusive com país vizinho, analisar onde estão as semelhanças, complementaridades e diferenças, para ver como atuar, então, nas regiões.

A partir daí, o programa foi relançado. Na realidade, algumas coisas com relação ao projeto de lei, conquanto não dê para ir contra nenhuma dessas justificativas, parece que precisamos conversar, detalhar e desenvolver um pouco mais. Em que sentido? Por exemplo, a primeira questão é essa faixa dos 450km de fronteira, quer dizer, você a tem definida constitucionalmente – 150km para dentro do território nacional –, que se pode questionar que deveria ser diferente no Norte e no Sul, mas não me parece que a justificativa – se não estou equivocada, não acompanha o processo desde o começo – foi aquela como foi determinada a grande fronteira do Mercosul. Estou equivocada ou não?

O critério de escolha dos 450km teria, sim, fui informada de novo, porque não acompanhei o processo de começo. Que não parece ter... acho que isso precisa ser estudado.

Talvez na proposição da lei, valha-se analisar – no caso específico do Norte, até pela característica, pelo caráter estratégico da Amazônia legal e tudo mais – o quanto se pode pensar num programa, numa faixa complementar para esse desenvolvimento. Não me parece que esses 450km sejam exatamente a resposta, parece que faltam dados para isso.

A outra questão que acho que a gente precisa apontar, também, e que preocupa um pouco, é que, na gestão, está apontado quem comporia a gestão desse programa, mas não exatamente a forma da gestão.

A própria composição de quem formaria a gestão me parece insuficiente, tanto pelas ações listadas, como justamente pelo inter-relacionamento dos setores. Então, já há, hoje, uma Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, de que 23 Ministérios e Secretarias especiais participam, em que uma das três áreas eleitas para priorização de desenvolvimento é a faixa de fronteira – aí, de novo, o quanto deve ser tratada de forma diferente a Região Norte.

Aí, você já tem Ministérios que estejam representando a área social, que não estão aqui. Se você

está falando de fortalecimento de cidadania, de fixação das pessoas, você tem diversas outras necessidades a serem atendidas. Parece-me que, sem elas, fica difícil a gente ter sustentabilidade nas ações. Há alguns mais óbvios, como os Ministérios de Minas e Energia, Transportes, etc, em que se fala muito da infra-estrutura.

Uma outra questão, e acho que isso também pode ser ajustado, é o que precisa ser melhor conversado. No próprio Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – posteriormente à sua reestruturação –, a sua priorização é o quê? É o desenvolvimento da faixa de fronteira a partir da estruturação física, econômica e social, valorizando potencialidade local. As diferenças, as diversidades, que são muito importantes para a competitividade neste mundo globalizado, e a integração regional. A gente entende que essa relação com os países, também, como pode avançar, pode não impactar o Município que está há 450km da faixa, ou até muitos que estejam a 150 km daquilo que é constitucionalmente definido como faixa de fronteira, mas impacta diretamente aqueles que dependem, para fazer políticas ambientais, políticas de saúde. Aqui também há referência ao meio ambiente, enfim. Impacta diretamente com países que conseguem se articular e planejar em conjunto. Não posso promover vigilância de um lado, de uma linha imaginária, e achar que estou resolvendo uma situação se o outro lado não está. Então, algumas questões estão contempladas no programa; está suficiente? Não. O programa, em termos de diretrizes gerais, é até um pouco mais abrangente do que está colocado aqui. Cabem essa articulação e essa priorização. Quando falamos de potencialidades locais não estamos falando o que é bom para o Sul ou para o Norte, estamos falando o oposto. Cabe a articulação desses autores mais interessados para o desenvolvimento daquela região, então para ações específicas.

A outra questão, e aí volto para o que comecei a falar, da fragmentação das ações. Parece-me que se queríamos um programa ou outro, ou outro, vamos acabar incorrendo em erro passado. O ideal seria unirmos esforços. Pelo que entendi do projeto de lei, os recursos seriam oriundos de convênios, que temos isso na Constituição, temos essa demanda, mas, na realidade, isso não garante um desenvolvimento com norte político – sabemos disso. Isso não garante que os recursos aportados sejam suficientes. Quer dizer, mesmo que se consiga instituir ou passar um projeto de lei, acaba faltando uma mobilização que me parece que é nela que devemos avançar um pouco mais. Então, a preocupação basicamente que tivemos no Ministério da Integração Nacional, e uma felicidade de

vermos isso já andado a esse ponto, de fato, no período que foi proposta ainda não tinha sido reestruturado o programa, tinha um espaço vazio, e que ainda tem, porque ainda precisamos reunir esforços e apoio político para poder implementar as ações minimamente necessárias. Mas me parece que se houver uma segmentação vamos tender a não alcançar os objetivos para o desenvolvimento da faixa de fronteira.

Essa é uma fala inicial. Devo, mais uma vez, parabenizar a importância de se pensar em fixar o homem na terra, fala também do setor primário, que acaba sendo colocado em segundo plano. A questão da segurança nacional é uma evolução muito importante para as pessoas que trabalham e estão sensíveis, afetadas pela faixa de fronteira e segurança nacional; de fato, está incluindo a questão da ocupação do solo, a questão do desenvolvimento, da cidadania, da educação, da saúde. É uma iniciativa de muito mérito que se deve conversar um pouco sobre como reunir os esforços.

Por ora é isso. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. PT – PA) – Obrigada, Sr^a Laís, que aqui representa o Ministério da Integração Nacional.

Passo a palavra para o nosso próximo convidado, o Sr. Raimundo Lima, que é o Diretor de Programas para a Região Norte e Centro-Oeste do Incra.

O SR. RAIMUNDO LIMA – Senadora Ana Júlia, Presidente desta Comissão, Senador Flexa, Senador Gilberto, demais presentes, inicialmente, gostaria de me reportar ao Projeto de Lei apresentado pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, de Roraima, para que em seguida pudesse fazer algumas considerações mais voltadas para as ações do Incra na Amazônia.

Primeiro, do ponto de vista da concepção e dos objetivos, o projeto é muito importante, não tenha dúvida.

Do ponto de vista da definição da região, ele inclui apenas a Região Norte. Se verificarmos o projeto que foi apresentado em 2002, que tinha toda uma expectativa de ocupação e exploração racional dos recursos naturais da Região Norte, da fixação do homem na terra, da supressão ou da redução do êxodo rural, enfim, da organização da produção agropecuária extrativista na Amazônia.

Mas, em 2003, o Governo lançou o PAS, Programa Amazônia Sustentável, subscrito por todos os Ministérios do Governo, que define as estratégias de intervenção na Amazônia e também disciplina as atividades que podem ser desenvolvidas, tanto as agropecuárias quanto as florestais, dentro desse guarda-chuva que chamamos PAS – Programa Amazônia Sustentável. Prevê, dentro disso, não só a inclusão da Região

Norte, como de toda a Amazônia Legal, com foco mais específico para o asfaltamento da BR-163, a Cuiabá-Santarém, o ordenamento territorial, a reorganização de um setor extremamente importante para a Amazônia, que é o madeireiro, tanto no aspecto da geração do emprego como no da geração de renda.

Por conta disso, foi apresentado o projeto de lei de gestão de florestas públicas, já aprovado na Câmara dos Deputados; encontra-se no Senado inclusive com o autor do Projeto de Lei nº 153, Senador Mozarildo Cavalcanti. Esse projeto prevê a licitação de florestas públicas em um prazo de 30 anos, prorrogáveis por mais 30, em áreas que vão até 200 mil hectares, para que o setor possa ter as condições de exploração sustentáveis num ciclo de 30 anos. E também, ainda dentro do PAS para toda a Amazônia e com base no projeto de ordenamento territorial, o combate à grilagem de terras públicas, tanto terras federais como estaduais, e o combate ao desmatamento ilegal na Amazônia.

Do ponto de vista do tamanho da área, da faixa de 450 quilômetros, do ponto de vista fundiário, temos uma faixa que estabelece a ação do Governo Federal no aspecto das ações fundiárias, das ações da reforma agrária, que é a faixa de fronteira de 150 quilômetros. A primeira faixa foi instituída pela Lei nº 601, de 1850, de 60 quilômetros, que eram dez léguas. Depois, essa faixa se alterou para 100 quilômetros, e hoje temos a faixa de 150 quilômetros.

O projeto do Senador Mozarildo apresenta uma área bem mais ampla, que é a faixa de 450 quilômetros para todos os Municípios dos Estados do Amapá, Pará, Roraima, Amazonas, Rondônia e Acre. Se pegarmos o Projeto Amazonas Sustentável e fizermos uma avaliação do projeto do Senador Mozarildo Cavalcanti, vamos verificar, até pela data em que o projeto foi apresentado – bastante importante do ponto de vista da concepção dos objetivos – que o projeto de S. Ex^a já está inserido dentro do PAS, que só permite na Amazônia; aí a área do PAS tem uma abrangência maior, porque entra o Estado do Mato Grosso e também parte do Estado do Maranhão. E há previsão de que todas as atividades nessa região sejam desenvolvidas de forma sustentável, levando em consideração inclusive os aspectos que o Senador coloca aqui, de respeito às populações tradicionais; de respeito ao meio ambiente; de respeito aos biomas e a toda a realidade amazônica.

Quando se coloca a questão de assegurar de forma articulada os recursos públicos e privados, as áreas selecionadas para criação dos pólos de desenvolvimento, essa é uma idéia extremamente importante para a realidade da Amazônia, seja para o desenvolvimento das atividades extrativas, em especial a atividade florestal, seja para a organização da produção

no que diz respeito à exploração de grãos, tanto no Estado de Mato Grosso como nos Estados de Roraima, Pará, Amapá, principalmente nas áreas de cerrado, tendo como pano de fundo o ordenamento territorial, a definição da dominialidade ou, então, da destinação de terras públicas.

Quando o Senador fala aqui no projeto do desenvolvimento sustentável das comunidades extrativistas, temos inclusive um crédito, o Pronaf específico para desenvolver essas atividades e também três modalidades de intervenção que o Governo Federal tem feito na região. Uma dessas modalidades de intervenção se dá através das unidades de conservação, através das reservas extrativistas, que permitem o manejo sustentável dessa floresta pelos extrativistas que compõem as populações tradicionais; há os projetos de desenvolvimento florestal coordenados e implantados pelo Incra; e há a nova modalidade, que são os projetos de assentamentos florestais, que estão sendo, já hoje, implantados no Acre, no Amazonas, no Amapá e já há propostas para o Estado do Pará.

Com relação à consolidação da infra-estrutura dos assentamentos – destacamos novamente que o projeto do Senador é de 2002 e que essas propostas do Governo Federal não estavam em curso –, nós temos o projeto de recuperação de assentamentos, que é onde temos alocada a maior parte dos recursos, que objetiva recuperar e também implantar infra-estrutura. Se forem alocados todos os recursos do orçamento do Incra só para atividades de infra-estrutura, ainda assim faltarão recursos, porque nós temos meio milhão de famílias assentadas no País, e muitas delas foram assentadas sem a implantação prévia ou concomitante dessa infra-estrutura. Nós temos um passivo muito grande de infra-estrutura. Evidentemente que ele se tem reduzido, mas ainda é bastante significativo. Esse item também estaria contemplado dentro do PAS.

Com relação às ações articuladas, nós temos um grande problema neste País principalmente pela modalidade de convênio. Tivemos agora um exemplo no Estado de Pernambuco, onde todas as ações do Incra de infra-estrutura foram desenhadas através de convênio com prefeituras. Na hora de se assinar os convênios, quando são consultados os sistemas, verifica-se que a maioria das prefeituras, quase todas, estão inadimplentes. Isso é um problema que nós temos quando vamos aplicar recursos com prefeituras. A inadimplência das prefeituras é muito próxima de 95%. Por mais que se queira articular essas ações, integrá-las, temos sempre esse problema.

Com os Estados, no aspecto da política fundiária, da política de ordenamento ou mesmo da política de assentamento, nós temos alguns problemas que

dizem respeito à infra-estrutura dos institutos de terras. Temos, no Acre, um recém-criado; no Estado de Rondônia, foi criado um para organizar as questões fundiárias exigidas pelo Planaforo, mas em seguida ele foi extinto; no Estado do Amapá também temos um instituto ainda em fase de consolidação; no Estado de Roraima também. Então, temos institutos estruturados somente nos Estados do Pará e do Mato Grosso, na nossa Amazônia. Isso dificulta muito uma ação integrada na área da reforma agrária.

Concluindo essa primeira participação, destacamos a importância do projeto do ponto de vista de seus objetivos, de sua concepção, mas concluímos que esse projeto e todas as suas atividades estão totalmente inseridos no Programa Amazônia Sustentável, que foi lançado em 2003 e que, inclusive, é âncora também para a portaria do Ministro da Agricultura – a portaria tem como objetivo criar grupo executivo permanente para assistir ao Ministro de Estado na articulação, formulação, coordenação, execução e supervisão de planos, programas, projetos, ações e atividades desenvolvidas na Amazônia Legal pelas secretarias e tal. Mas o objetivo desse grupo de trabalho é, exatamente, definir o aspecto da sustentabilidade das atividades agropecuárias do agronegócio na Amazônia.

Por aqui encerramos esta participação, destacando a importância do projeto, mas destacando também que ele está amplamente contemplado pelo Programa Amazônia Sustentável.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Agradeço ao Sr. Raimundo Lima, Diretor de Programas para a Região Norte e Centro-Oeste do Instituto de Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra.

Passo a palavra à Sr^a Eliane Maria de Souza Gomes, Coordenadora-Geral de Desenvolvimento da Suframa.

A SRA. ELIANE MARIA DE SOUZA GOMES

– Bom dia! Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Senador que está presidindo, os demais Senadores presentes e as pessoas presentes aqui na platéia.

Analisando este projeto de lei, vemos algumas iniciativas que temos que colocar como destaque. Em relação à questão da Amazônia, as ações têm sido feitas de forma isolada e desarticulada, o que tem comprometido, inclusive, o resultado dos investimentos públicos federais na região. Temos tido a oportunidade de fazer o que chamamos de avaliação socioeconômica dos investimentos feitos pela Suframa em toda a sua área de atuação. E detectamos uma série de problemas onde o investimento tinha sido feito, mas o benefício não tinha sido gerado para a população, ou melhor, a população não tinha sido beneficiada.

Esse foi um primeiro momento quando pudemos repensar os investimentos públicos do ponto de vista da atuação da Suframa na região, para começarmos a fazer um trabalho realmente de forma articulada com várias instituições, a fim de que não fossem feitos investimentos que não resguardassem o contexto de levar o desenvolvimento para aquele Município ou localidade.

Este projeto de lei é salutar neste sentido, até porque traz, em sem bojo, a intenção de unir instituições que estão mais próximas da realidade local. E cito aqui a ADA, a Suframa e o próprio Incra com as suas regionais. Quem conhece a realidade é quem está presente, e é quem pode implementar e discutir políticas públicas. Não se pode fazer política pública de gabinete. Este é um ponto.

É isso é fundamental, pois levanta uma discussão a fim de que essas instituições que estão presentes nos locais possam unir esforços no sentido de estabelecer programas e ações que levem realmente algum resultado para a comunidade.

Vejo aqui, na primeira introdução do projeto, com relação à Suframa, a questão da sua área de atuação. A nossa área de atuação é a Amazônia Ocidental e, por força de lei, com a área de livre comércio, a cidade de Macapá e Santana, no Estado do Amapá.

Pela legislação, hoje, no ato da criação, a nossa atuação tem uma delimitação geográfica. E com relação aos Estados englobados na área de atuação da Suframa, se excluirmos a questão da Zona Franca de Manaus, especificamente, e olharmos o interior do Estado do Amazonas e do Estado do Acre, perceberemos enormes desigualdades regionais. Há, pois, falta e presença de políticas públicas por parte do Governo Federal e, muitas vezes, dos próprios governos estaduais em levar esse desenvolvimento, em criar atividades econômicas que possam levar benefício e assentar esse homem na sua localidade, dar condições para que ele possa permanecer no seu local.

A grande questão que observo é em relação à participação da Suframa no projeto em função da delimitação da área geográfica. Entendo que isso não é impeditivo porque a própria atuação pode estar no bojo, ou seja, atuar somente onde seja legal.

Em relação aos objetivos, já estamos há algum tempo articulando e trabalhando com os governos dos Estados e com as prefeituras em vários desses objetivos que aqui estão expostos. E partimos do pressuposto que a primeira condição para poder levar atividade econômica ou gerar emprego e renda seria ver a vocação daqueles Municípios, o potencial que eles tinham, para fazer os investimentos em parceria com os Estados.

Em seguida, avançamos na questão dos arranjos produtivos locais. Hoje, temos o que denominamos Programa de Interiorização do Desenvolvimento. Em função da falta de investimento na região e da grande dificuldade logística, o que a região mais necessita é infra-estrutura básica.

A outra questão é que se deve agregar valor aos produtos regionais daquela localidade. Não adianta continuar produzindo produtos da floresta, simplesmente extrativo, sem agregar valor, porque ele não vai gerar benefício ou desenvolvimento para aquela comunidade.

Se extrair a matéria-prima e levá-la para ser beneficiada, estará gerando emprego na capital e continuará não desenvolvendo o interior. A Suframa entende que precisamos levar empreendimentos produtivos e com agregação de valor para essas comunidades.

Fizemos uma experiência em Codajás, onde se dizia que a grande potencialidade do Município era o açaí. Era disso que a comunidade vivia. Esse era o principal produto daquela comunidade. Entretanto, falava-se, mas não se agia. Então, implementamos um projeto desde o diagnóstico e estudo até a implementação e articulação de condições para a comunidade local se organizar por meio do cooperativismo e implementamos uma agroindústria. Hoje, essa ação está beneficiando várias famílias no interior, onde essa é a principal atividade econômica. Eles já estão produzindo, colocando o produto no mercado, com agregação de valor e não mais vendendo a própria matéria-prima para ser processada em Manaus. Isso está gerando emprego no local.

Entendemos que essas iniciativas devem ser implementadas na região. Para isso, serão necessários vários investimentos em infra-estrutura, porque, muitas vezes, é preciso começar do zero. Tem de levar desde o início da cadeia – o processamento, a capacitação, a matéria-prima – até a industrialização e a comercialização. Tem-se de trabalhar toda a cadeia produtiva para que possamos fazer com que esses efeitos fiquem no local.

Acho que há alguns objetivos que têm a vertente de explorar as potencialidades regionais de forma sustentável e de fixar o homem, gerando condições para que ele permaneça no local. No Estado do Amazonas, por exemplo, é preciso que o cidadão não saia do interior por falta de oportunidade e vá inchar a capital, gerando uma série de problemas sociais que, a cada dia que passa, se tornam piores.

Esse é um passo a frente. O programa tem convergência com vários programas, porque muitas vezes ele está inserido no programa ou complementa programas. Tem-se de verificar se ele está ou não inserido em

determinados programas para fazer os devidos ajustes. O importante é estabelecermos um foco. Muitas vezes, não temos recursos suficientes para atuar em toda a Amazônia e é preciso começar a atuar com foco em determinados espaços geográficos para estabelecer um aprendizado para as próprias instituições que atuam no desenvolvimento regional.

Outra questão que me chamou atenção é condição **sine qua non** para promover o desenvolvimento na Amazônia, que é a não implementação de políticas públicas sem o zoneamento do que deve ser implementado na região. O zoneamento econômico ecológico é de fundamental importância.

Quanto à participação de outras instituições no processo, elas têm de ser agregadas. Há várias outras instituições, que já trabalham na faixa de fronteira com infra-estrutura. Há o próprio Ministério da Defesa e outras instituições que não percebemos que estão incluídas.

A outra questão é o comitê gestor, que trabalha com planejamento, execução e, principalmente, avaliação de cada ação realizada. Percebemos as propostas, questões de política pública, de recebimento de recursos, mas não vemos a preocupação de medir os resultados para avaliar se essa ação deve ser continuada e avaliada para ver se pode ou não se dar continuidade a esse processo. A outra questão que considero importante, e acabou de ser mencionada pelo colega do Incra, é a inadimplência. Não se pode pensar o desenvolvimento sem avaliar se o município está adimplente ou inadimplente. Temos de buscar alternativas para que os investimentos cheguem naquelas localidades e, portanto, temos de abrir espaço para as instituições públicas federais ou estaduais ou municipais. É no momento em que o município está inadimplente que se pode continuar implementando ações naquela localidade. Esse é um outro fator. Principalmente as instituições de pesquisa que não vejo contempladas, os institutos de pesquisa, as universidades, que são fundamentais para implementação de ações na área tecnológica, de pesquisa etc.

Há um outro ponto fundamental. Não adianta criarmos programas e programas sem a garantia dos recursos. Realmente, criar, implementar programas e não se ter garantia de que esses recursos sairão para a execução desses programas de nada adianta. Vão continuar no papel. E aí o Ministério “A” vai continuar implementando parte de sua ação porque o todo não consegue. Então, as garantias dos recursos para o programa, para implementar essa ação, são de fundamental importância.

Entendo que, na realidade, percebemos uma preocupação em desenvolver uma parte da região que,

infelizmente, hoje, ainda está isolada. É uma parte da região que tem carências enormes. Quem vive a realidade sabe disso. A distância do poder central até Santa Rosa do Purus, no Acre, ou Itamarati, no Amazonas, é uma coisa absurda. Para o deslocamento, não é possível chegar de avião, tendo de usar barco, por muitas horas. Então, a logística é complicada.

É preciso discutir e trabalhar essas estratégias. Não vejo a preocupação enfática de se pensar qual é a logística para implementar esse tipo de programa na Amazônia. São questões fundamentais, que requerem que repensemos. As instituições envolvidas nesse processo teriam de estar discutindo isso para ver de que forma essas questões podem realmente acontecer de forma articulada. O que percebemos é que esse é um processo lento. Culturalmente, estamos acostumados a cada instituição ou cada ministério trabalhar de forma isolada. Não estamos habituados a trabalhar em conjunto, com esforços comuns. E isso aqui seria um grande exercício para se promover esse tipo de ação, apesar de percebermos convergências ou complementariedades entre vários programas e que poderiam ser repensados.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – MG) – Passo a palavra ao último convidado, Dr. Manoel Valdemiro Francelino da Rocha, representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O SR. MANOEL VALDEMIRO FRANCELINO DA ROCHA – Em primeiro lugar, quero saudar a Senadora Ana Júlia Carepa, demais Senadores e Senadoras presentes.

Em nome do Ministro Roberto Rodrigues, externo a nossa gratidão ao autor do projeto, Senador Mozarildo Cavalcanti, e à Relatora, Senadora Lúcia Vânia.

Esse projeto trata de matérias extremamente importantes, principalmente na área de atuação do Ministério de Agricultura e que são fundamentais para o desenvolvimento sustentável da região, tanto no aspecto da agricultura, pecuária, do extrativismo, da área florestal quanto questões citadas no projeto, de agroindustrialização, considerando também a necessidade de infra-estrutura de que a região é muito carente.

Cito, dentre as ações que contemplam esse projeto, uma das mais importantes para viabilizar qualquer atividade na área vegetal ou na área animal, que a questão da defesa sanitária animal e vegetal, que é um dos grandes desafios nossos, principalmente nas zonas de fronteira, tanto na zona de fronteira que chamamos seca como nas zonas de fronteira fluvial. É um dos grandes desafios para impedir que tanto pragas como doenças contaminem nosso rebanho e

a lavoura, a parte agrícola desenvolvida pelos nossos colonos ou pecuaristas.

Quero destacar algumas preocupações do Ministério da Agricultura. Primeiro, consideramos que, por ser uma área muito extensa, de difícil acesso e de baixa densidade demográfica, está claro que ela necessita de um apoio governamental forte para atingir o desenvolvimento sustentável. Esse é o principal desafio nosso. Conforme a visão do Ministério da Agricultura para a região, desde 2003, principalmente, o Ministro vem trabalhando e estabelecendo diretrizes para que todo e qualquer desenvolvimento na área de agricultura e pecuária seja considerado componente de sustentabilidade, o que é fundamental para a região.

Para que possamos conseguir essa sustentabilidade, em primeiro lugar, temos que intensificar o uso das áreas já desflorestadas e também recuperar áreas degradadas da região, com foco sempre na questão do desenvolvimento das comunidades locais, preservando e levando em consideração a própria cultura e as próprias condições regionais.

Em segundo lugar, cremos que o grande desafio também é administrar os recursos naturais, que são abundantes na região, mas levando em consideração a preservação ambiental, para, dessa forma, evitar críticas internacionais sobre a devastação da natureza, que, em muitas situações, criam barreiras que consideramos não-sanitárias à entrada de nossos produtos em alguns países da Comunidade Européia e em outros continentes também.

Outra preocupação é que, para se desenvolver qualquer atividade produtiva da Amazônia, é preciso levar em consideração a legislação atual, que estabelece que deve haver 80% de reserva legal nas propriedades das pessoas que desenvolvem atividade produtiva na região. Então, essa é uma outra consideração que julgamos relevante.

O grande desafio do Ministério é levar tudo isso em consideração, com foco no desenvolvimento da região, intensificando também o uso de tecnologias, principalmente utilizando a Embrapa e a Ceplac, duas instituições nossas voltadas para transferência de tecnologia e geração de conhecimento adequado para a região.

Além de trazer essas preocupações, faço questão de registrar que os temas abordados nesse projeto já vêm sendo debatidos no Grupo de Trabalho Intermistério que trata da Amazônia Legal, já vêm sendo debatidos também no Grupo Executivo que faz parte da Câmara de Políticas de Integração Nacional e, como o colega já citou, também vêm sendo debatidos no Plano Amazônia Sustentável.

Afora isso, fizemos um outro trabalho que chamamos de “Agricultura Sustentável na Amazônia”, em que foi construído um documento em parceria com todos os Secretários de Agricultura da região, com o aval de todos Governadores. E consideramos, nesse plano que chamamos de “Agricultura Sustentável na Amazônia”, tudo o que já vinha sendo discutido dentro dos grupos interministeriais que levantam essas preocupações de como desenvolver, de forma sustentável, não só a Amazônia – estão citados os Estados –, mas a Amazônia Legal como um todo, incluindo o Maranhão e o Mato Grosso.

Depois de tecer essas primeiras considerações, quero registrar também que, diante de todas essas discussões feitas em vários grupos interministeriais e com as próprias federações de agricultura e pecuária da região, o Ministro decidiu criar, por meio da Portaria nº 345, um Grupo Executivo Permanente para definir diretrizes e traçar políticas claras para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária e a parte de abastecimento na região. E, por meio de outra portaria, a de nº 445, que foi editada agora no dia 26 de outubro, o Ministro nomeou as pessoas para comporem esse grupo. E, no dia 24 deste mês, o Ministro fez a instalação do grupo e estabeleceu um período de 120 dias para que o grupo apresente para sua aprovação o Plano Executivo de Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio na Amazônia Legal. E, no nosso conceito, consideramos agronegócio desde agricultura familiar dentro de gestão eficiente até a média e a grande atividade agrícola e pecuária.

Então, o Ministro tem demonstrado tem demonstrado essa preocupação desde 2003, quando ele tomou posse no Ministério da Agricultura. Ele também fez questão de nomear, para compor esse grupo, pessoas de todas as cinco Secretarias nossas, além de Embrapa, Ceplac, Unimet e Conab. Colocou nesse grupo pessoas com capacidade de tomar decisões e implementar diretrizes.

Num primeiro momento, eram essas as considerações que eu teria a fazer e estou à disposição de todos. Obrigado

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. PT – PA) – Obrigada, Sr. Manuel Valdomiro da Rocha. Eu vou abrir o direito à palavra para os Senadores. E a primeira inscrita é a Senadora Lúcia Vânia, que é a Relatora do projeto.

Senadora, V. Ex^a dispõe de dez minutos.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Expositores, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer à Presidência por conferir a mim a responsabilidade de relatar um projeto tão importan-

te de uma região extremamente sensível e delicada como é a Região Norte do País.

Pelas ponderações que foram aqui apresentadas, eu acredito que o projeto responde aos anseios daqueles que estão trabalhando na área. Acredito mesmo que alguns aperfeiçoamentos podem ser feitos. E eu gostaria de perguntar aos três expositores quais seriam esses aperfeiçoamentos, principalmente no que se refere ao art. 2º.

Chamou-me atenção o fato de se estabelecer no projeto a articulação entre as três esferas do Governo e as entidades. Essa articulação talvez seja o eixo mais importante do município, embora seja apenas um projeto de lei, ele necessitará do órgão operacional para que isso se promova. O que eu acho interessante é que, sendo um projeto de lei, isso se perpetua para outros Governos. Pode ser que este Governo queira trabalhar de forma articulada e outros poderão não querer. Portanto, num projeto de lei, isso se torna mais claro.

Outro ponto que eu poderia...Primeiro eu queria perguntar quais seriam os aperfeiçoamentos que poderíamos fazer no art. 2º. Os senhores teriam uma idéia? Os senhores teriam uma idéia de quanto recurso seria necessário para a implementação do programa?

Outro ponto para o qual eu gostaria de chamar a atenção seria a preocupação – a qual foi muito bem colocada aqui – em garantir os recursos. De nada adianta um projeto de lei, se ele não vier acompanhado de recursos. Acredito que tenhamos que ter responsabilidade, aqui no Parlamento, de, ao aprovar um projeto de lei inseri-lo no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária. Dessa forma acredito que o projeto de lei deixa de ser uma letra morta para ser efetivamente um programa de Governo.

Há um outro aspecto que eu gostaria de enfatizar. Foi interessante quando o Sr. Ministro da Agricultura disse que já existe um trabalho nessa direção, principalmente no que se refere à agricultura pecuária. Se fosse possível, nós gostaríamos de conhecer esse plano nacional, para que a gente possa fazer algum acréscimo que se fizer necessário.

Por fim, são apenas essas as dúvidas que tenho. É importante que a articulação seja prevista no projeto de lei. Quanto ao orçamento, o próprio autor do projeto terá de fazer essa inserção no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária. Quanto aos acréscimos, gostaria de saber o que poderíamos fazer de forma a tornar o projeto ainda mais completo.

Muito obrigada, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. PT – PA) – Senadora Lúcia Vânia, o Senador Flexa Ribeiro fez uma proposta que poderíamos acatar – todos

os Senadores presentes poderiam falar e, depois, os convidados.

Tenho uma audiência às 12h. Se eu não conseguir, convidarei a Senadora Lúcia Vânia para presidir a reunião.

Concedo a palavra ao próximo inscrito, Senador Gilberto Goellner.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – Sr^a Presidente e senhores expositores, vejo que todo projeto sempre tem objetivo meritório.

O Senador Mozarildo Cavalcanti, preocupado em fortalecer toda a fronteira norte, apresenta o projeto como um programa de desenvolvimento que visa basicamente à fixação do homem no campo para diminuir e desestimular o êxodo rural, promover o fortalecimento da agricultura familiar e o associativismo econômico, além das ações integradas de inserção no mercado, e promover o desenvolvimento sustentável nos locais que seriam selecionados como pólos de desenvolvimento.

Verificando a explanação dos nossos quatro expositores, cujos Ministérios comporiam a gestão do programa Fronteira Norte, esse esforço conjunto, dentro dos objetivos de cada Ministério, existem programas, como o PAS, que não digo que se contrapõem, mas que um completa o outro. Esse programa poderia ser muito bem estruturado, sendo que os gestores são esses Ministérios. A principal fonte de execução seriam os Estados e Municípios. Isso é muito importante. Vejo tudo o que conseguimos descentralizar.

Hoje, o Incra, por exemplo, que já está sobrecarregado nas suas atribuições, não tem estrutura de pessoal, estrutura física, estrutura de mobilidade já para assumir todas as incumbências que lhe compete, não está conseguindo nem atender à demanda de simples georeferenciamentos, certificação do georeferenciamento. Tudo é demorado.

Parabenizo o Dr. Raimundo e toda a equipe do Presidente do Incra pela oportuna tomada de decisão de ter delimitado a necessidade atual de georeferenciamento somente para áreas acima de mil hectares, dando prazo para essas áreas menores organizarem, fazerem os estudos e os trabalhos.

Com isso, liberou-se muito o serviço dentro do Incra, mas nada que hoje consiga desobstruir. Qualquer esforço maior que se dê, qualquer programa que venha a fazer desenvolvimento dessas áreas, dessa população que reside nessas áreas de fronteira agrícola, é mais um trabalho que se não vier, como disse nossa Presidente da Mesa Senadora Lucia Vânia, instruído deverá sê-lo e ser contemplado com um programa de recursos suficientes porque, do contrário, vamos criar

mais um programa, um projeto de lei aprovado, que não terá respaldo para ser executado convenientemente.

Nesse aspecto do zoneamento, de verificarmos realmente quais as áreas que seriam abrangidas, como se trata especificamente de áreas de fronteira, eu gostaria de fazer uma emenda a este projeto, qual seja, que se incluíssem então todas as fronteiras com outros países. E nisso o Estado do Mato Grosso e de Maranhão deveriam ser contemplados. Se fosse colocado bem explicitamente, seria atendida também a Amazônia legal. Se não fizermos isso não teremos a delimitação por Estado e sim pela Amazônia legal, áreas de fronteira da Amazônia legal.

Dentro de outros aspectos, eu gostaria de ponderar que achei muito interessante que se incluísse no projeto especificamente uma atenção a agro industrialização e cadeia de transformação e não se efetivar mais um extrativismo sem uma relação de renda correspondente, como bem salientou a senhora Eliane, da Suframa, que deve ter muita experiência nisso, na região do Amazonas, do Estado do Amazonas e que de nada adianta fazer um simples extrativismo.

Eu colocaria hoje, Senador Flexa Ribeiro, Senadora Ana Júlia, como uma grande renda, o Estado do Pará, que está dando hoje um exemplo do biodiesel. É uma geração de renda muito interessante, o Governo está prestigiando, dando preferência a certificações de biodiesel oriundo de atividade familiar. Isso é muito importante e vem a promover inclusão social de forma diferente, uma energia que nós podemos economizar na importação, já colocando em curto espaço de tempo. Dois por cento de tudo seriam 800 mil toneladas de biodiesel que serão acrescentados ao uso da energia brasileira de motores a diesel. Todo e qualquer incentivo a esse projeto ser desenvolvido com um programa deste, de fomento a essa atividade de geração de óleos vegetais, deveria também ser incluído neste projeto porque é algo de inclusão social muito importante para este País e também de economia de divisas na importação porque hoje se importa de 17% a 20% de todo o óleo diesel consumido no País.

Além disso, eu gostaria de perguntar por que ninguém tocou no aspecto de gestão de floresta pública. Vejo hoje que só se fala em extrativismo, em desenvolver pecuária, com o que, possivelmente, seriam desmatadas mais áreas na amazônia. Claro que isso deveria ocorrer nas regiões permitidas e dentro dos 20% previstos na lei. Nós devemos ter em mente que, com a nova gestão de exploração de florestas públicas, podemos incluir aí essas pequenas famílias, de forma organizada, como, por exemplo, em cooperativas, de modo a fazer o manejo florestal dando à terra uma ocupação diferente em vez de simplesmente pensar

em agricultura, principalmente pela falta de logística que existe nesses locais distantes e pela dificuldade que teria uma exploração agrícola de ter uma renda suficiente.

Para concluir, deixo essas sugestões, pedindo que se faça uma emenda incluindo todos os Estados que têm fronteira com outros países. Acho que é muito meritório um zoneamento agroecológico, assim como a intensificação de tecnologias disponíveis para a região. Realmente a Embrapa, a Ceplac, todas as empresas de pesquisa possuem um cabedal grande de conhecimento, que deveria ser contemplado. Essas entidades deveriam ser incluídas como gestoras ou co-gestoras desse programa.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Muito obrigada, Senador Gilbert Goellner.

Passo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Senadora Lúcia Vânia, conforme eu havia dito, tenho um compromisso.

Já ouvi todos os convidados e agradeço a presença de todos que tiveram essa atenção, esse cuidado com a nossa Comissão e que vão nos ajudar.

Essa foi uma iniciativa nossa, minha e do Senador Flexa Ribeiro. É sempre positivo aquilo que registrou aqui a Sr^a Laís, ou seja, a importância de discutir com diversos órgãos do Executivo projetos do Legislativo que nos ajudem a tomar posições, a aperfeiçoar, ou mesmo a apresentar aquilo que, inicialmente, era uma opinião minha. O projeto do Senador Mozarildo Cavalcanti é meritório, mas se sobrepõe a vários programas, a vários projetos, à atuação da Sudam e à atuação do Incra. Sobre esse projeto já falou aqui a representante do Ministério da Integração como o representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Precisamos ter a coragem de dizer que nossas iniciativas são meritórias, mas, muitas vezes, quando temos iniciativas legislativas, passado algum tempo, percebemos que elas já estão contempladas. Então, eu creio que a fragmentação de esforços não é boa. Nós já sofremos esse mal no País. Isso já é uma realidade, infelizmente. Temos dificuldade de otimizar os recursos, de fazer com que haja soma de esforços no sentido de fazer com que os diversos órgãos trabalhem em conjunto. Tenho visto esse esforço imenso em diversos locais.

Nós estamos, inclusive, discutindo a nova proposta de recriação da Sudam. Eu comentava com o Senador Flexa Ribeiro que esse poderia ser um programa da própria Sudam. Além do que já existe, dentro da própria Sudam – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – poderia ser aprovado

um programa específico, porque as áreas de fronteira realmente são importantes.

Eu queria manifestar essa opinião.

Acho que o Senador Mozarildo Cavalcanti teve, e tem, méritos muito grandes. A Senadora Lúcia Vânia, Relatora, também se preocupa com o desenvolvimento de nossa região, principalmente nas áreas de fronteira. Acho que dessa forma, como ele não define recursos, até porque teria que, realmente, para poder definir recursos, o Poder Executivo tinha que dar parecer, por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal, não posso criar despesas no Legislativo. Ele é um projeto que dependeria, digamos assim, de programas, etc. então, acho que é meritório, mas seria uma fragmentação de programas já existentes inclusive, mais um programa, para dizer que foi criado um outro programa, que está dentro de vários programas. Nós fizemos aqui várias audiências públicas para discutir o Plano Amazônia Sustentável. Então, esse é um programa que, na verdade, abrange vários Ministérios, abrange várias ações. Não é um programa único, mas algo bastante amplo. É um programa para a Amazônia dentro do qual há várias ações, como deve ser um programa de forma abrangente. Você não faz só um tipo de ação, mas diversas ações.

Quero só dar essa opinião, Senadora Lúcia Vânia. Com todo o mérito, com toda a boa vontade do Senador Mozarildo, acho que é um projeto que não soma neste momento porque é praticamente indicativo. Foi por isso que pedi a audiência, para me esclarecer mais, e acho que isso confirma o que eu pensava, reforçou o meu entendimento em relação a esse projeto.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Senadora Ana Júlia, respondendo a V. Ex^a, eu gostaria – é claro que os expositores vão responder –, mas eu gostaria de dizer que não vejo dessa forma. Entendo que um projeto de lei como esse vem ordenar a série de programas que estão espalhados. Ele não cria despesa, mas simplesmente articula as ações do Governo, pois um Governo tem um entendimento e o outro tem outro entendimento. Tem Governo que entende que a descentralização é importante e tem outro que entende que não, que a centralização é mais importante. Então, aqui ele está dando o perfil de como essa articulação tem que ser feita.

Acho que o eixo do projeto está centrado em três aspectos – articulação, preocupação com a região de fronteira, que é um grande apelo que se faz no Brasil inteiro, e a questão orçamentária, que pode ser inserida no Plano Plurianual com os programas já existentes. Ele não cria nenhum programa novo. Ele institui ações integradas entre as diversas ações que

já existem no Ministério da Agricultura, no Ministério de Desenvolvimento Agrário. Enfim, não vejo nenhuma dubiedade. Pelo contrário, vejo uma articulação. Acredito que quem opera esse trabalho tem essa dificuldade de articulação. Já fui do Executivo e sei o que é trabalhar com um Ministério, outro e outro, porque, na verdade, cada um tem uma cabeça. No entanto, uma vez que há uma exigência legal, acho que é extremamente positivo.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr^a Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Srs. Senadores, nossos convidados, a quem agradeço pela presença e pelas orientações que nos transmitiram, quero dizer à Senadora Lúcia Vânia que fico bastante feliz porque S. Ex^a, nessa resposta à indagação da Senadora Ana Júlia, tirou uma dúvida que também acometia a mim.

Quero, como pressuposto, colocar que qualquer ação que venha em benefício da região amazônica terá meu total apoio. Acho que há um total desinteresse dos Governos, não só deste, de todos que estiveram à frente do Poder Executivo federal com relação à nossa região, Senadora. A Amazônia é cantada em prosa e verso como... Vários adjetivos já foram colocados sobre a Amazônia, mas falta somente vontade política da Nação brasileira de encarar aquela região como uma solução para os nossos problemas de tal forma que possa ser inserida no contexto nacional. Nós somos marginalizados. A realidade é esta. Os recursos são escassos, as vontades políticas inexistem. São feitas ações pontuais, muitas delas para prejudicar o desenvolvimento da região e impulsionadas de interesses que eu diria até suspeitos em relação à Nação brasileira. Esta é a realidade. Estamos tomados por Ongs, por pessoas de outras nacionalidades que estão em todo o território amazônico. Isso nos preocupa sobremaneira. A soberania daquela região tem que ser olhada e enfrentada pela Nação brasileira como um projeto que a integre ao restante do desenvolvimento nacional.

Voltando ao pressuposto, quero parabenizar o Senador Mozarildo Cavalcanti e V. Ex^a pelo seu parecer dando apoio ao projeto. Acho que, por ser da Amazônia e ainda por ser uma área de fronteira, a preocupação aumenta enormemente. A preocupação que tinha ao ler o projeto – daí por que foi pedida essa audiência pública, e V. Ex^a foi bastante didática na explicação – era exatamente entender o princípio do pensamento do Senador Mozarildo. Ele também estava preocupado com a questão dos recursos. Inclusive a nota técnica diz da possível inconstitucionalidade em função de o Legislativo não poder criar um fundo, que ele proporia aqui, teria de ser o Poder Executivo, e também da

superposição de ações dos diferentes programas dos diferentes ministérios.

V. Ex^a abordou de forma perfeita. Na realidade, eu tenho que entender o projeto do Senador Mozarildo como sendo um projeto que tenta conciliar as diversas ações dos diversos Ministérios na região, tentando dar um rumo, tentando dar eficácia às ações que estão dispersas nos diversos Ministérios. Nesse sentido, o projeto é importante. Não adianta o Ministério caminhar em uma direção, o outro em direção diferente, e a resultante, ao final, é nula. Nós temos é que convergir as ações, direcionar o foco e aí, sim, usar os recursos que já estão distribuídos nos diversos Ministérios, através de uma convergência, e aplicá-los corretamente no desenvolvimento das áreas de fronteira.

V. Ex^a também foi muito feliz, quando colocou em seu parecer, em determinado instante – “Onde não há povo não há Estado.” É isto exatamente que acontece em nossa região – a inexistência, a ausência efetiva do Estado. Esses brasileiros que estão lá defendendo a realidade da Amazônia, defendendo a Amazônia como território brasileiro, estão totalmente desprovidos da atenção do Estado. Então, é necessário que essas ações sejam eficazes para que o Estado chegue a apoiar esses brasileiros.

Parabéns ao Senador Mozarildo, parabéns a V. Ex^a. As informações que nos deram aqui todos os quatro representantes dos órgãos e dos Ministérios nos possibilitam já a dar encaminhamento a esse projeto.

Agradeço por tudo aquilo que nos foi transmitido nesta audiência.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Gostaria de agradecer ao Senador Flexa Ribeiro. Realmente, V. Ex^a entendeu o espírito do projeto. Não há necessidade de fundo propriamente dito. Basta que o próprio Orçamento rubrique com prioridade esta região nos programas. Isso focaliza e maximiza o Orçamento na região.

Foi assinalada aqui, pela representante da Suframa, a importância da avaliação de um projeto. Um projeto sustentável tem que ser articulado. Não tendo ele os recursos focados numa direção só, a avaliação se torna incipiente. Portanto, eu acho que o projeto é importante nesse sentido – ele articula as ações. Isso podemos fazer. Eu posso citar até o exemplo de um trabalho que nós fazemos em Goiás, que é a Ride. No Orçamento, tudo que precisamos para saneamento, para infra-estrutura, para educação, para saúde, colocamos na rubrica correspondente prioridade para a Ride. Então, ao pegar o Orçamento todo, a pessoa que está gerindo já determina que tanto por cento é para a área de fronteira, tanto por cento é para aplicar em educação, no Pronaf, nessa região. Então se maxi-

mizam os recursos e, obviamente, com isso, teremos uma avaliação muito mais positiva.

Eu gostaria de passar a palavra a cada um dos expositores para que os senhores possam fazer as suas considerações finais, ou alguma sugestão, ou algum comentário a respeito do que foi discutido.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Senadora Lúcia Vânia, peço a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Eu vejo que existe um programa no qual todos esses Ministérios estão incluídos. Todos fazem parte do programa Amazônia Sustentável, até onde sei. Então, seria importante ouvir desses representantes de Ministérios se eles estão conseguindo trabalhar o programa, se é possível adaptar a idéia do Senador Mozarildo Cavalcanti àquilo que já funciona, como seria a melhor forma, já que se terá de alterar o projeto de qualquer jeito, porque não se pode criar o fundo. Mas de que forma isso poderia ser feito apenas para ajudar a não dispersar ações.

Eu sei que os Ministérios estão trabalhando de forma conjunta, mesmo que muitas vezes tenham alguma dificuldade, mas eu sei do esforço que está sendo feito para isso. Seria importante ouvir sobre esse aspecto os Ministérios.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Com a palavra a Sr^a Laís Costa.

A SRA. LAÍS COSTA – Obrigada, Senadora.

Ouvi as falas dos companheiros da Mesa e as colocações também dos Senadores. Neste ponto, o posicionamento do Ministério da Integração Nacional acaba se aproximadamente com o da Senadora Ana Júlia Carepa.

Qual é a preocupação? Penso que algumas questões apresentadas aqui são muito importantes. Primeiro, não perder o mérito, a vontade e a busca desses objetivos. Um ponto pacífico é necessário, é relevante, é meritoso, precisa ser visto, pois a Amazônia não pode ser deixada de lado.

Parece-me que ficam um pouco mais complicadas determinadas análises. Por exemplo, a proposta de emenda que se estendesse esse programa para toda a faixa de fronteira. Por um lado, o programa fala de fronteira e de 450 km que estão estabelecidos na lei como sendo 50 km, sem uma justificativa que consiga responder à questão.

Então, penso que temos duas coisas que são complementares, andam em conjunto, mas estamos tratando aqui de...

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Eu pediria aos Srs. Senadores que prestassem aten-

ção, porque a expositora está falando algo muito importante, principalmente para o Senador Gilberto, que está pretendendo oferecer uma emenda.

A SRA. LAÍS COSTA – Parece-me que é difícil ir contra a motivação. Todos entendem a necessidade de fixação do homem na terra, a necessidade de se ocupar de forma sustentável a Amazônia, que não pode ficar abandonada, porque é estratégica. Todos concordam quanto à motivação.

Volto a uma questão que coloquei no início da fala. Que 450 km são esses? A proposta é falar de algo que abrange a Amazônia Legal? A proposta é falar de toda a faixa de fronteira? Qual é a proposta? São propostas, inclusive, coincidentes em alguns trechos. O Município, de novo, a 450Km da faixa de fronteira não tem muita característica da faixa de fronteira. Então, ele demanda algumas iniciativas. Ele não demanda algumas iniciativas que a fronteira, que os Municípios mais próximos característicos demandam, mas demandam outras iniciativas.

Se eu me estender, daqui a pouco vamos acabar falando de todo o território nacional, e vamos incorrer nas dificuldades, nas igualdades e diferenças todas. E quanto mais generalizamos o plano, surgem algumas dificuldades.

É importante a colocação do Senador Gilberto Mestrinho no sentido de que se eu estou falando – e aí reside a minha confusão – da fronteira, e nesse sentido você fala de infra-estrutura em algumas questões que precisam avançar com relação à fronteira, por que não de todo o País? E nesse ponto é um pouco confuso estarmos falando de... Confuso, acredito que para operacionalizar. Estamos falando de fronteira ou de Amazônia?

De toda forma, uma colocação muito importante do representante do Incra foi a menção do PAS – Plano Amazônia Sustentável. Assim como existe o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira para uma situação e para outra. Eles se comunicam.

Então, primeiro ponto – definindo a abrangência, define os seus objetivos. E aí não dá para se pensar em... Uma de suas demandas foi a sugestão para o art. 2º, não é? Bem, do que é a abrangência do projeto, porque aí são situações diferenciadas que demandam iniciativas diferenciadas.

A segunda questão que muito me preocupa, quer dizer, por mais que todos nós concordemos com a importância e com o mérito, e aí há essa boa intenção do desenvolvimento do Norte, essa necessidade, resgate de dívida social, tudo isso, com o que acabamos tendo que tomar cuidado, o que preocupa é uma iniciativa que pode vir bem intencionada, mas que pode acabar desagregando. Vou explicar. Conversando aqui com co-

legas, não me lembro de quem foi a colocação – “Olha, muda eventualmente o Governo, e o que garante que esse programa vai ser priorizado, vai ter continuidade?” O que vai garantir isso? A lei, nesse sentido, dá um respaldo maior. É um fato. E não é um fato também. Quer dizer, dar um respaldo é interessante. De novo, para definir o que a lei deve dizer, precisamos definir o que está sendo tratado aqui. Em fronteira, vamos pensar em Amazônia legal, e vamos falar de um programa específico dentro de um outro? O que é? É um fato e não é um fato. No caso específico, por exemplo, da grande fronteira do Mercosul, estabelecida nos 450Km, na prática, isso não funciona.

Existem programas, 23 Ministérios, secretarias especiais articuladas para o desenvolvimento da grande fronteira do Mercosul, que é estratégica, mas o território de atuação vai para uma lógica de desenvolvimento regional que não contempla esses 450Km. De fato, é uma segurança. Mas só é uma segurança se está articulada com aquilo que está acontecendo na região, com o formato do desenvolvimento. Quer dizer, a lei também não assegura isso. Ela pode assegurar em uma justificativa nossa, mas, na prática, para o desenvolvimento do dia-a-dia, não assegura. Especificamente, se estamos falando mais de faixa de fronteira do que da questão da Amazônia, de novo entendendo que há espaços e iniciativas que são coincidentes, ou seja, o espaço coincidente, se você está falando da faixa de fronteira, e estamos falando de legislação, onde está a atualização da legislação que rege a faixa de fronteira?

Todos os dias, criamos problemas para fortalecer o Mercosul em função disso, criamos problemas para avançar para os demais países. Eventualmente, comparecemos a reuniões, e eles dizem – “Olha, eu tenho dinheiro para colocar no Brasil”. Eles têm muito dinheiro, nós precisamos de muitas coisas, mas isso a legislação não permite. Esse instrumento supranacional não funciona. Existem algumas questões que, para dar sustentabilidade ao desenvolvimento, à fixação do homem no campo, elas têm um impacto muito maior. Elas são mais delicadas, são mais complicadas, mas, de fato, conseguem exercer o impacto.

E aí, novamente, se estamos falando de fronteira ou daquele trecho da faixa de fronteira também conhecido como Amazônia Legal, com relação à cidadania, por exemplo, tive meu filho em um país vizinho, em que havia hospital, porque no meu país não havia. A questão de falsificação de CPF, ações de vigilância, tarifas internacionais para uma pessoa que está a uma rua de distância, são questões envolvimento para serem tratadas no corpo de uma lei que é importante para a política externa brasileira, para a política interna

brasileira – e aí nos diversos Ministérios está sendo conversado. Enfim, parece que asseguram muito mais a reversão desse descaso do que eventualmente essa proposição, porque é importante que essas diretrizes sejam colocadas onde estão esquecidas.

Existem situações que não podem mais serem deixadas de lado. Se essa é a solução melhor, acho que um caso a discutir, por exemplo, uma das garantias que é de fato importante – mudou o Governo, como é que funciona o pacto federativo, como será a atuação das três esferas? É importante estar colocado? É. Está colocado em lei garante? Não. Isso vai diminuir a lei? De jeito nenhum. A gente precisa de leis que dêem mais espaço para que essa atuação articulada possa acontecer.

A colocação do colega do Incra com relação ao CAUC, fala das nossas dificuldades em executar o Orçamento. O que é lógico, continua se entendendo que é com as Prefeituras que temos que fazer os convênios, que ali estão as prioridades, que tem que haver transparência. Essa priorização que está sendo dada, como é que se dá um peso político. Porque, de novo, com lei ou sem lei, mudando o Governo, mudando diretrizes políticas, não se garante nada. O que vai garantir é o quanto conseguimos articular os atores e o quanto estão institucionalizadas essas iniciativas.

E aí é importante, de novo, ou leis que de fato vêm impedindo o desenvolvimento. A minha questão, por exemplo, quando você cita aqui o cinco Ministérios, hoje estamos nessa atuação com 23 Ministérios e Secretarias especiais. Se mudar o Governo, pode acabar? Pode. Que impacto a gente consegue exercer até lá para que a ação por si só não acabe, porque o que presenciamos – e são mensais essas reuniões – é o seguinte – Ministérios que não pensavam na faixa de fronteira, não tinham ações. Mas conversando com outros, todos na mesma mesa falando sobre o que vai ser feito, alguns que não tinham políticas começaram a desenhar. A própria região do Alto Solimões, que não ia ser priorizado pelo Ministério A, B e C, começou a ser priorizado.

Existe uma articulação. E restringir a esses Ministérios será que é o ideal? Se o importante é institucionalizar, será que a gente deve institucionalizar com uma base...é importante, os atores são todos importantes, mas será que não se deve acompanhar pelo menos o que já se conquistou e tentar garantir que aquilo permaneça?

São essas as preocupações. E, de novo, se a gente estende a proposta de emenda do Senador, se a gente estende esse programa para toda a faixa de fronteira, OK. Como é que ele é coerente com o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira? Ah,

não é importante, vamos apagar o Programa e vamos manter só isso daqui por hipótese.

Isso daqui será que está contemplando as questões transfronteiriças que o Faz Fronteira já pensou nos últimos três anos, já conversou, já discutiu?

A intenção, acho que todo mundo compartilha dela, acho que dá para seguir trabalhando e avançar para uma proposta mais fechada e mais definitiva, que se consiga – uma preocupação muito legítima – institucionalizar na medida do possível. Se a preocupação for ao longo da faixa de fronteira, então, essa legislação que nunca consegue e que tem impedido muitos avanços do Brasil, como se conversa sobre ela? Se for mais com relação a Amazônia Legal, acho que o companheiro do Incra já colocou, como se fazer para eventualmente uma iniciativa meritória anterior – e portanto válida pela iniciativa, pela preocupação –, eventualmente, o tempo e a morosidade características para que isso seja discutido, algumas questões já conseguiram avançar. Então, pelo menos, para que essas questões sejam contempladas, porque, eventualmente, do jeito que está a minha percepção – que eu compartilho com a Senadora Ana Júlia – é que a gente tende a fragmentar mesmo as ações, coisa em que nenhum de nós aqui está interessado. Eventualmente, não fragmentando, tentando contemplar, articulando esses meios, planos e programas, a gente consiga com mais facilidade a prioridade para carimbar no PPA “isso é prioritário para isso, aquilo e aquilo outro.”, do que eventualmente “olha, esse projeto de lei articula esses cinco Ministérios, tem essa iniciativa aqui” e a gente acaba voltando para onde não queremos, que é não dar sustentabilidade às ações, não estruturar e aí ficar uma região refém das mudanças todas de poder ou de uma letra da lei que não se faz cumprir.

Houve duas outras perguntas. Acho que elas, talvez, já estejam contempladas.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Eu gostaria de fazer algumas observações em relação a sua fala.

Acho que, na verdade, você tem razão quando exprime o desejo de ver uma legislação muito mais ampla, muito mais ambiciosa. Acho que essa legislação é limitada, é interna, ela não trata das questões propriamente ditas legais, no aspecto da justiça com a fronteira, porque acho que isso é outro fórum. Agora, acho que ela não deixa de ser importante e em nenhum momento acho que ela venha a fragmentar nada, porque, na verdade, ela vai apenas ordenar os cinco ou os dez programas que estão mencionados de forma a que haja oportunidade de se mensurar resultados. Do jeito que está – foi até colocado aqui pela Eliane

–, dificilmente, os programas executados na região podem ser mensurados, podem ser avaliados, porque eles se dispersam.

Então, o objetivo maior desse projeto é integrar essas ações. Então, ele não vem para fragmentar; pelo contrário, os demais programas podem andar normalmente, mas aqueles têm de se medir por meio de um resultado. E se opino aqui no sentido de fazer esse projeto coordenando... porque tive experiência no passado – tínhamos o Projeto Alvorada, que concentrava as ações nas regiões onde o IDH era mais baixo, e isso produzia um efeito extremamente importante. No entanto, não foi dado prosseguimento em função de que não havia uma legislação assegurando aquela coordenação. À medida que não se tem o orçamento coordenando aquelas ações, cada um é distribuído de acordo com a demanda de cada Município, e não por meio de uma análise, de um diagnóstico da região e, ali, por meio daquele diagnóstico, centrar o volume de recurso necessário.

Acho que esse é o objetivo do projeto, mas não quero polemizar, quero mais é ouvir.

Acho que a Laís tem razão em dizer que se pode, talvez, ampliar aqueles projetos que estão mais sedimentados, que não estão incluídos aí; podemos incluí-los.

Mas vejo com muita temeridade não se aprovar um projeto dessa envergadura, porque acredito que ele terá resultado.

Com a palavra Raimundo Lima.

O SR. RAIMUNDO LIMA – Bem, continuo destacando a importância do projeto do Senador Mozarildo Cavalcanti, até porque ele foi apresentado em 2002. Pelo trâmite na Casa, muitas coisas ocorreram.

O Governo, ao estabelecer, no seu plano de governo, que elaboraria um programa para a Amazônia, no dia 11 de abril de 2003, numa reunião com 11 Ministros e o Presidente da República, no Acre, decidiu-se que teríamos uma proposta que levasse em conta o desenvolvimento da Amazônia conciliado com os diversos aspectos, principalmente os seus biomas. Então, foi elaborado o PAS; e o PAS disciplina, ele estabelece as diretrizes e disciplina a forma de atuação das instituições e também das atividades econômicas na região.

A Senadora Lúcia Vânia, quando pergunta quais as contribuições que poderiam ser dadas, no art. 2º... E, como todos os programas, como todos os projetos para a Amazônia vão estar dentro do PAS, não vejo incompatibilidade, não; não vejo nenhuma incompatibilidade.

Mas uma contribuição que poderia ser dada é com relação à área de abrangência do projeto.

Acredito que se o projeto fosse para a Amazônia legal, ele estaria muito mais consubstanciado de defesa e, vamos dizer, lógica e coerência interna com os demais planos definidos aqui nos seus objetivos, está certo?

Então, acredito que se extrapolar a área de intervenção do projeto para a Amazônia legal, incluindo aí o Mato Grosso, que acredito que vai ser a emenda do Senador Gilberto, e também o Maranhão, nós teríamos uma coisa mais compacta, mais homogênea, para implantação desse projeto, porque os programas os Governos substituem de acordo com a sua vontade, de acordo com seus planos de Governo. Os projetos ficam. Evidentemente, o projeto dá essa condição de você organizar, de você estabelecer ações integradas e tal, até porque ele coloca coisas centrais aqui.

O Senador Mozarildo estabelece os objetivos, mas esse projeto tem como pano de fundo a redução das desigualdades sociais. Ele tem razão quando coloca o esquecimento da Amazônia, até porque não se levam em conta as duas décadas em que a Amazônia segurou o PIB deste País e, no entanto, não teve o retorno para que pudesse se desenvolver.

Hoje, é uma região que, como disse o Valdemiro, tem baixa densidade populacional, difícil acesso e uma série de problemas, principalmente o da questão da sua ocupação e dos projetos de desenvolvimento, que, durante um determinado momento, foram extremamente equivocados para a Região.

Então, eu teria essa contribuição na pergunta que a senhora fez.

Com relação ao volume de recursos, não teríamos condições de colocar qual o volume de recurso, mas acredito que todos os recursos estão já previstos, tanto no PPA como nas propostas orçamentárias para as instituições. Tanto no que diz respeito à recuperação de assentamentos, à infra-estrutura, à questão da fixação, à questão da regularização, do ordenamento territorial, esses recursos estão previstos, já, no Orçamento, como, com certeza, para a vigilância animal e vegetal vão estar contidos no Ministério da Agricultura e os das demais ações nos demais Ministérios.

Como resolver o problema da articulação? Até acredito que a gente avançou muito nessa questão da articulação, da descentralização, mas tem este problema – o Prefeito sai, a Prefeitura está inadimplente, o que entra não pode assinar convênio. Esse é um problema que a gente tem que resolver. Os Prefeitos novos têm sido apenas pelas ações dos anteriores e têm dificultado uma ação efetiva da Prefeitura dentro do seu Município.

O Senador Gilberto colocou a complementariedade dos programas. Eles, realmente, se completam, eles

não são excludentes, de forma alguma e, com relação à questão da política florestal para a Amazônia, dentro do PAS houve a elaboração do projeto de gestão de florestas públicas. Ele foi amplamente debatido, foi para consultas públicas, ficou na *Internet* durante muito tempo. As contribuições tanto da população brasileira, como da população internacional foram adicionadas ao projeto. Houve, na Câmara, vários debates e está no Senado, com o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Esse prevê a licitação de florestas públicas, para que a gente possa, realmente, explorar a nossa floresta a partir de planos de manejos florestais, explorando, também, recursos não florestais pelas comunidades tradicionais, e a floresta por empresas, inclusive atendendo os nossos pequenos assentados, tanto com os projetos de desenvolvimento florestais, como com os projetos de assentamentos florestais. Estamos fazendo, inclusive, com reserva legal em bloco, porque a reserva de 80% pode ser explorada, sim. Nós não podemos fazer a supressão da reserva legal, nem das áreas de preservação permanente, porque é preciso que a gente leve em conta que ela adiciona de 3,5 a 5% à reserva legal.

Então, quando se diz – “Não, na Amazônia, o cidadão explora 20%.”. Nem sempre essa afirmativa é verdadeira. Ele explora, com o corte raso, muito menos do que isso.

A área de reserva legal pode ser explorada através de planos de manejo, tanto pelo proprietário da área, como por terceiros por ele autorizados, e, com o projeto de gestão de florestas públicas, vamos, sim, modificar toda a questão da estrutura produtiva da Amazônia, assegurando a geração de emprego e renda e o desenvolvimento sustentável da região.

Não temos atividade alguma na Amazônia – e o Senador é da área, é agrônomo – atividade agropecuária, soja, qualquer que seja o grão, qualquer que seja a atividade pecuária que seja mais rentável do que a exploração da floresta por meio de planos de manejo. Não temos nenhuma. Então, apenas esse dado já justificaria pararmos com o desmatamento na Amazônia. Temos um produto que é estratégico. Não há previsão de saturamento desse produto no mercado, nacional ou internacional.

Portanto, é a madeira, na minha concepção, que vai enriquecer a Amazônia, desde que ela seja manejada mediante manejos florestais. Já temos vários exemplos, várias comunidades, várias empresas. Temos, no Estado do Amazonas, Amil em Itacoatiara; temos (*Incompreensível.*) no Pará, e tantas outras empresas que precisamos apoiar e trazê-las para a legalidade – tem sido um esforço muito grande do Governo nes-

se sentido – para que elas possam explorar de forma sustentável.

Participamos apenas com 2% do mercado internacional. O Estado do Amazonas, que está num processo acelerado de alienação das florestas públicas e que tem 154 milhões de hectares, quando o Estado do Amazonas estiver manejando apenas 15 milhões de hectares, uma área equivalente ao Estado do Acre, a zona franca verde vai superar a zona franca tradicional, tanto na geração de emprego como na geração de renda.

Essa é uma discussão que, na nossa opinião, está superada. Precisamos agora avançar na questão do projeto de gestão de florestas públicas e pedimos o apoio dos senhores para que o Senador Mozarildo apresse a análise desse processo, para que o Senado vote esse processo, para que em 2007 possamos estar com as florestas licitadas, com os inventários prontos e as empresas possam realmente fazer o manejo dessas florestas e possamos, tanto no mercado interno como no mercado externo, ter uma participação maior com esse produto.

Por solicitação do Senador Gilberto, modificamos o decreto e ampliamos o prazo para que os detentores de imóvel de até mil hectares possam realmente fazer já o referenciamento. E aí o Brasil tem um grande problema, porque tem a maior rede geodésica do mundo, tem a maior rede topográfica, tem o maior número de IGPS do Planeta, aliás, do que todos os países juntos, mas não temos a melhor tecnologia. Estamos discutindo com o governo alemão, com o governo espanhol e com o governo canadense para que possamos trazer a tecnologia, provavelmente será a tecnologia alemã, para que possamos, a cada 50 quilômetros, montar uma estação virtual e aí podermos utilizar equipamentos mais simples, mais baratos e aí facilitar o georeferenciamento de todos os imóveis do País. Com certeza, com a tecnologia alemã, vamos poder fazer isso no período de 12 meses, porque é simples – as coordenadas são corrigidas em tempo real, o técnico que está digitando a coordenada manda para a estação digital e esta, por satélite, já dá a correção, e ele já sai de lá com planta, com todas as peças técnicas necessárias para colocar no Incra para fazer o referenciamento.

Sem querer transferir a bola para governos anteriores, mas uma das instituições que mais sofreram com o desmonte foi o Incra; o Ibama também sofreu, e a Funai. E para que possamos resolver todos os problemas agrários e fundiários do País é preciso que a casa seja reestruturada. Estamos, neste Governo, com o segundo concurso marcado para o dia 11; vão ingressar mais 1.300 servidores, engenheiros flores-

tais para essa questão da Amazônia, agrimensores, cartógrafos, engenheiros agrônomos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. PT – PA) – Tem topógrafos também?

O SR. RAIMUNDO LIMA – Topógrafos também. Pergunto por que isso é fundamental. Para poder fazer a vistoria, o assentamento, são necessários esses técnicos, que são os agrimensores. Então, não basta o engenheiro florestal; se não tiver o profissional de nível técnico, o serviço não é feito, surgindo dificuldades.

Então, isso precisa ser colocado, porque, por coincidência, além de o Estado do Pará ter a maior quantidade de assentamentos do Brasil, é infelizmente também o Estado campeão de mortes, violência, de incidência de trabalho análogo ao escravo, apesar de isso ter sido esquecido, excluído ou omitido no relatório, ou melhor, naquela excrescência aprovada ontem na CPMI da Terra.

Então, 80% desses servidores trabalharão na Amazônia – 340 no Estado do Pará, porque tem três superintendências; 120 no Estado do Mato Grosso e nos demais Estados. Dessa forma, com o concurso já aprovado para o próximo ano, vamos superar esse problema da deficiência de pessoal.

Com relação a veículos e equipamentos, já gastamos nesse período o que não se gastou nos últimos 20 anos, tanto na compra de veículos como na compra de GPS e equipamentos de informática. No próximo ano, teremos uma atuação mais efetiva na reestruturação física das superintendências; dessa forma e com o sistema que estamos trazendo da Alemanha, poderemos ter a malha fundiária brasileira totalmente conhecida. Quando pegamos tudo o que está registrado em nome da União, dos Estados, dos Municípios e de particulares, faltam mais de 200 milhões de hectares neste País. Precisamos resolver esse problema.

Com certeza, o grande instrumento que esse Governo teve a ousadia – com muitas críticas de ambientalistas, dentro do próprio governo e dos próprios partidos da Base apoio – de lançar foi o projeto de gestão de florestas públicas, que, infelizmente, está demorando muito no Senado, apesar de ter sido rápido na Câmara. Precisamos aprová-lo ainda neste ano, para que as florestas públicas sejam exploradas em 2007.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – Dr. Raimundo, o senhor me permitiria um aparte nesse sentido?

O SR. RAIMUNDO LIMA – Pois não.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – Em que esse programa, que é um projeto de lei, dentro dos seus objetivos, poderíamos acrescentar no tocante à gestão de florestas públicas. Quer dizer, dentro desse

programa, seria possível analisar e colocar que realmente não está objetivado aqui, não estão bem explícitos a extração e o manejo da floresta. Fala muito de extrativismo, mas não contempla esse salutar mercado que, inclusive, melhora o desenvolvimento de todas as espécies de árvores, que poderiam ser renovadas com um manejo exemplar e dentro de técnica.

Como o senhor falou – e concordo –, o Brasil está esquecendo a maior renda que possui, que está aí – a madeira. Isso está sendo feito de forma desordenada. Se houvesse o georeferenciamento, a localização de florestas públicas e áreas devolutas, essas áreas poderiam estar sendo exploradas convenientemente, dando renda a essas populações do Norte, que moram na Amazônia Legal, mas realmente, pensando no homem. Isso não deve ser entregue para empresas externas, que terão o maior interesse em alugar uma área por 20, 40 anos e que vão explorar todo o bioma, e não só aquelas árvores. É isso o que me preocupa. Vejo que teríamos de contemplar isso aqui com mais cuidado, trazendo a coisa para o homem do campo, os verdadeiros donos, que ali moram e conhecem a floresta. O que poderia ser contemplado. Essa é a pergunta.

O SR. RAIMUNDO LIMA – No art. 2º, §4º, que estabelece modelos de desenvolvimento sustentável, está implícito, mas nós poderíamos explicitar aqui neste parágrafo a questão do manejo sustentável das florestas da Amazônia.

Qualquer estudo que desagregue a renda da pecuária e a renda da agricultura mostrará que o setor madeireiro, mesmo desorganizado e mesmo na ilegalidade – temos de fazer um esforço para, juntos, trazê-lo para a legalidade, mesmo que seja em terras públicas não-destinadas –, é o responsável por uma contribuição maior para o Produto Interno Bruto deste País se comparado com a contribuição da pecuária e a da agricultura brasileira. Quando calculamos o PIB, juntamos todas essas atividades e as colocamos como PIB da agropecuária, mas se essas atividades forem desagregadas, separadas, verificaremos a grande importância desse setor, ainda que desorganizado, sem florestas públicas licitadas.

É claro que a preocupação do Senador, que é a questão dos grupos, principalmente dos asiáticos, deve ser vista – pode-se prever um ciclo de sessenta anos. A Deputada de Roraima, Deputada Maria Helena, fez uma emenda ao projeto permitindo a participação apenas de empresas brasileiras na concessão de florestas públicas. Então, esse problema ela resolveu. Acredito que poderíamos incluir aqui no parágrafo 4º do artigo 2º.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu não ia me pronunciar mais, mas o Dr. Raimundo está entrando num terreno perigoso; está fugindo da audiência – talvez até por sugestão do Senador Gilberto – e entrando num terreno perigoso. Ele aderiu ao discurso do Presidente Lula, sobre o qual já fiz um comentário da tribuna; só falta ele dizer que o Brasil foi descoberto em 1º de janeiro de 2003, dizer que nada existia antes; que tudo o que foi feito foi feito a partir de agora. Acho que esse discurso é um discurso perigoso. Como técnico, ele é político – político desvirtuado, mas é. Acho que não deveríamos, tecnicamente, entrar nessa história.

Folgo em saber que o Incra tem esse pensamento com respeito ao setor madeireiro, mas ele pensa assim e age de outra forma – por isso é que eu disse que nós iríamos fugir do tema da audiência. Talvez seja até uma ação do Ministério do Meio Ambiente, que centrou toda a sua ação política sobre o projeto de manejo de florestas e inviabilizou o setor madeireiro nacional, especialmente o amazônico, ao suspender todos os projetos de manejo aprovados no início do ano. Isso já foi objeto de diversas reuniões, com a participação do Ministério do Meio Ambiente, do Incra, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ibama. Inclusive, vou fazer um pronunciamento de hoje para amanhã da tribuna cobrando do Governo a responsabilidade pela quebra das empresas e pela perda de milhares de postos de trabalho em função de não haver sido dada uma solução para esse problema.

A Ministra, repetidas vezes, sistematicamente, diz que a solução para o setor madeireiro é a aprovação do projeto de florestas, mas não é verdade isso. Isso é uma falácia. Nós todos sabemos que esse projeto de florestas, mesmo que aprovado este ano – dificilmente isso acontecerá... Quero até, para tranquilizar a Ministra e tranquilizar o Dr. Raimundo, dizer que vou votar favoravelmente ao projeto, apesar de todas as preocupações que esse projeto traz – esse projeto, na realidade, é uma caixa-preta.

O Senador Gilberto colocou muito bem aqui o problema da ocupação dessas terras por empresas estrangeiras. A emenda da Deputada Maria Helena não impede isso por causa dos contratos de gaveta e por causa da participação das ONGs, nós sabemos disso. Então, o que preocupa é que não há uma ação, não há vontade de resolver o problema do setor madeireiro, lamentavelmente.

Perdi um amigo, na quinta-feira – e estava dizendo isso para a Senadora Ana Júlia Carepa –, o Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará, Danilo Remor, que morreu de um infarto súbito e uma das pressões que ele sofria era por parte dos madeireiros, pois ele não agüentava mais tratar com

o Ibama, com o Ministério do Meio Ambiente, com o Incra. O *stress* chegou a um nível tal que, acumulado com outras coisas, levou-o à morte.

Dr. Raimundo, o senhor esteve conosco em uma reunião na Casa Civil, há uns cinco meses, para tratar do Termo de Ajuste de Conduta – TAC e o Ministério dizia, Senadora Lúcia Vânia, que era o Ministério Público que era contra o TAC. Pois bem, o Ministério Público concordou com o TAC, assinou o Termo de Ajuste de Conduta há mais de 60 meses. E aí eu quero fazer um ato de justiça com o Incra – o Incra já tem mais de 50 projetos autorizados concordando que a terra está OK. São duzentos e tantos projetos na área do oeste do Pará, dos quais, segundo informação que eu tenho, 50 o Incra já tinha liberado para que o Termo de Ajuste de Conduta fosse selado e pudesse retomar a atividade. Mas simplesmente o Ibama não aprova. Aprovou dois, para não dizer que não aprovou nenhum!

Esse tipo de incursão nessa audiência pública em que estamos buscando soluções vai entrar em um problema perigoso, pois hoje... Daqui a pouco vou receber, em meu gabinete, um grupo de empresários do Pará que estão desesperados porque esperaram o TAC, o TAC veio e não há solução. E mais, Senadora, o que vai acontecer em um futuro próximo é uma ação dos trabalhadores, porque estes são os mais penalizados, pois estão perdendo o emprego, o que os leva a uma situação de desespero, pois não sabem como manter suas famílias. E não há ser humano, pai de família que agüente uma situação dessas.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Gostaria de passar a palavra ao Dr. Raimundo, mas antes queria chamar a atenção para que voltemos ao tema em discussão em respeito aos próprios expositores que estão aqui e que naturalmente têm os seus compromissos.

Com a palavra o Dr. Raimundo para as suas considerações. Em seguida, concederei a palavra à Dr^a Eliane.

O SR. RAIMUNDO LIMA – Eu já havia encerrado, mas gostaria de comentar rapidamente o que o Senador colocou.

As pessoas ocuparam o oeste do Pará, principalmente, por meio de um processo de grilagem de ocupação de terras públicas. Chegamos lá e um cidadão tem posse de 200 e tantos mil hectares sem que tenha pelo menos um indício de que ali mora alguém.

Tivemos, então, vários problemas – tivemos planos de manejo aprovados com coordenadas colocadas dentro de reserva indígena, dentro de unidades de conservação, dentro de projetos de assentamento. E como não há base legal para que o cidadão possa explorar qualquer atividade em terras públicas, o Go-

verno cancelou. E foi preciso construir um TAC para que pudéssemos salvar o setor madeireiro. Mas foi preciso trazer o Ministério Público para o jogo, foi preciso vir na Quarta Câmara do Ministério Público Federal, o Ministério aprovar e estarmos liberando aqueles que realmente encontramos, são plotáveis e que não incidem sobre terras públicas destinadas. Em relação àqueles que estão dentro de terras públicas destinadas, não podemos autorizar.

Então, por parte do Incra, todos foram autorizados. Além disso, há o fato de que qualquer terra pública acima de 100 hectares só pode ser disponibilizada a terceiros por intermédio de processo de licitação. Recentemente, passou aqui na Medida Provisória do Bem, aprovada pela Câmara e pelo Senado, um projeto que permite ao Incra alienar terras em até 500 hectares somente, sem licitação. De 500 até 2.500 hectares, com licitação; e a partir de 2.500 hectares, só com autorização do Congresso Nacional.

Em relação ao Projeto de Gestão de Florestas Públicas, ele não vai alienar terra, mas apenas a floresta. O cidadão não vai ter nenhuma vinculação com a posse. É como a questão da exploração mineral.

Com isso, entendo, está encerrada a participação neste bloco.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Com a palavra a Dr^a Eliana Maria de Souza Gomes.

A SRA. ELIANA MARIA DE SOUZA GOMES – Deixe-me resgatar algumas falas para fazer uma colocação. Foi muito citado o PAS. Quero lembrar as palavras do Senador Flexa Ribeiro sobre o setor madeireiro.

Dia 6 estaremos promovendo um seminário de madeira e móveis exatamente porque estamos trabalhando a questão dos arranjos produtivos com várias instituições locais no Estado do Amazonas.

O setor madeireiro vem enfrentando uma grande dificuldade de matéria-prima. Isso é claro e evidente em todas as conversas com os micro e pequeno empresários, que estão quebrando literalmente. Um empresário local tem acordos comerciais internacionais com várias empresas, fornece o produto dele, mas está literalmente parado. Por quê? Porque a matéria-prima que ele usa é de madeira de lei que vem do Alto Solimões. Com o período de seca, não teve como retirar a madeira, portanto ele não está atendendo aos compromissos e irá perder mercado.

São vários os problemas. O Estado tem 98% de sua área destinada à preservação e há problema de matéria-prima, que se chama madeira, para a indús-

tria de móveis. Estamos fazendo essa discussão com o setor, inclusive levando o Ibama.

Espero, dentro em breve e em um futuro bem próximo, que o Centro de Biotecnologia da Amazônia venha a contribuir efetivamente para que possamos explorar de forma sustentável a biodiversidade brasileira e não só a madeira. Vamos chegar, quiçá, Deus nos ajude, a dizer que dá muito mais renda a uma família manter uma árvore em pé do que deitada. Quem sabe chegaremos a isso!

Como disseram em uma palestra a que assisti, talvez a Amazônia seja ainda o único espaço no mundo que nos permite ou que nos permitirá exercitar o tão propalado desenvolvimento sustentável. Na realidade, isso não existe, é figurativo. O nosso desejo é alcançar isso, mas sabemos que não é fácil, porque não existe modelo pronto que possamos seguir em lugar nenhum do mundo. A Amazônia ainda é o espaço que podemos exercitar isso.

Volto ao tema, dizendo que, por trabalhar na Amazônia e ser do interior, do Alto Juruá, sei os problemas que a região enfrenta. Não trabalho política pública de gabinete, porque conheço a realidade. Sei que contribui muito entender a realidade. Há dois pontos importantes – se analisarmos os investimentos do Governo Federal e olharmos o Plano Amazônia Sustentável, os investimentos do Governo Federal centralizam recursos em áreas que têm um certo desenvolvimento, seja por emendas parlamentares, seja por recursos aplicados diretamente nos programas.

Aqueles Municípios que têm baixíssimo IDH, uma população dispersa, em geral, não estão sendo priorizados. Digo isso, porque avaliamos a situação com os investimentos feitos.

O foco deste projeto é resgatar a questão e dizer que essa população tem direitos e o Governo brasileiro tem obrigação de levar investimentos para essas áreas. Só quem conhece a realidade pode defender um projeto como esse. Quem já viveu lá sabe como é difícil fazer política pública e trabalhar projeto nessa Região. E uma das coisas mais importantes que eu não vi aqui é que não se desenvolve sem a formação de recursos humanos. Isso é prioritário para a Amazônia. Tem de ter recursos humanos, pessoal preparado e bem capacitado para defender e entender a Região, até para sua própria defesa. E isso passa por educação. Se não tivermos investimentos pesados em educação na questão da Amazônia, estaremos sempre sendo ocupados e invadidos por quem vem de fora. Como diz o outro, se você tem espaço vazio, alguém vem e o ocupa. Então, essa é a grande questão. Um ponto fundamental é pensar esse projeto de forma que se possa levar realmente investimentos práticos. O PAS é

fantástico. Participei das discussões do programa, que tem um conceito fantástico, tem diretrizes, política, mas a execução dele está muito lenta. O que esperamos é que possamos efetivamente levar um programa muito menor, com um foco talvez muito menor, para que as instituições se articulem no sentido de realmente levar políticas públicas ou investimentos para essas áreas.

Na minha concepção, isso está dentro das linhas do PAS e dos programas que discutimos, dentro da própria Suframa, que atua e tem as áreas de livre comércio, como a de Guajará-Mirim, que é fronteira com a Bolívia; Brasília, fronteira com a Bolívia também; tem o Peru; Tabatinga, na Colômbia; Bonfim e Pacaraima, em Roraima, uma fronteira com a Venezuela, a outra com o Suriname, com a Guiana. Então, há ali toda uma área que necessita de ter uma presença efetiva.

Há necessidade de se articular isso com a soberania. E é questão de se ter essa vinculação com outros programas, como o programa de faixa de fronteira, do próprio Ministério da Defesa.

Outra questão colocada foi a das florestas. É fundamental ter a visão dessas reservas de desenvolvimento sustentável. A questão de gestão de florestas, de ter reservas de desenvolvimento sustentável em prol da comunidade local, ou seja, inserir a comunidade num processo de preservação ambiental e de aproveitamento daquilo que pode proporcionar de forma sustentável. Pode-se ter o exemplo de um exercício, que foi Mamirauá, um projeto que contempla atividades econômicas dentro do modelo de reserva. Claro que foi um modelo que, na minha visão, teve várias falhas. Houve um volume de recursos muito grande investido ali, pois aquele projeto poderia ter-se tornado sustentável se tivessem sido dadas condições para que a própria comunidade pudesse comandar o projeto ou a reserva. Ela tomar conta da reserva e se responsabilizar, porque é ela que tem de se comprometer com a preservação. Não adianta criar, fiscalizar, colocar um monte de fiscal se a própria comunidade não assumir para si a responsabilidade pela preservação ambiental.

São questões que eu queria colocar e encerro minha fala por aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Dr. Manoel Valdemiro.

O SR. MANOEL VALDEMIRO FRANCELINO DA ROCHA – Anotei algumas considerações do Senador Gilberto, em que fala sobre a inclusão de outros Estados. Acho fundamental, principalmente, a inclusão, do ponto de vista do Ministério da Agricultura, do Estado do Mato Grosso, porque, se trabalharmos bem as fronteiras do Estado de Rondônia e não trabalhar bem as fronteiras do Mato Grosso em relação à defesa sanitária animal

e vegetal, o efeito não será o mesmo que trabalhar de forma conjunta, uma vez que, no momento em que surge um problema em Mato Grosso, afeta os Estados fronteiriços. Controlar as fronteiras tanto do Mato Grosso quanto de Rondônia, Acre e Amazonas, nessa área de defesa animal e vegetal, é primordial para o agronegócio não só da região, mas de todo o Brasil.

Outra consideração feita pelo Senador referente a essa questão da agroindustrialização é fundamental também com foco nos arranjos produtivos, nas cadeias produtivas, agregando valor para que esses Estados ou essas comunidades de fronteiras, cidades gêmeas etc, não sejam apenas exportadores de matéria-prima, mas comercializando a sua produção valores agregados. Não produzir o grão para exportação para Estados e países vizinhos, mas como fonte de matéria-prima para produção de aves, suínos etc. Isso é fundamental.

A questão que o Senador comentou sobre gestão de florestas públicas é um tema mais afim do Ministério do Meio Ambiente. Por isso, o Senador notou uma certa ausência de comentários.

Relativamente ao fomento às atividades que o Senador citou sobre óleos vegetais, hoje criamos uma estrutura no Ministério da Agricultura chamada Secretaria de Produção e Agroenergia, sendo que metade dessa Secretaria está voltada para a agroenergia, principalmente para os biocombustíveis. O Dr. Lineu e o Dr. Ângelo Bressan é que tocam essa área. Então, o Ministério realizou uma reestruturação completa para se tornar mais contemporâneo, já que a última reforma estrutural do Ministério, tanto de atribuições como de cargos e funções, ocorreu na década de 70.

Outro aspecto que considero fundamental é questionar em que esse grupo pode melhorar. Creio que temos de focar mais em alguns verbos, nessa proposta. Pode-se melhorar, tanto no art. 2º como no art. 3º, onde for mais conveniente, com os verbos de que gosto muito – “articular, formular, coordenar, executar e supervisionar planos, programas, projetos, ações e atividades desenvolvidas nas áreas de fronteira da Amazônia Legal”. Acredito que esse projeto de lei pode ser melhorado no sentido de ter realmente os verbos necessários para aglutinar os esforços de todos os entes federais, dos Estados e dos Municípios. Inclusive, passei um material nosso de que consta essa Portaria, que foca bem nesses verbos. Participei do processo de construção da Portaria e nos espelhamos em todos os outros decretos que criam os grupos interministeriais. Considero fundamental termos os verbos corretos dentro desse projeto.

Outra questão que penso que vale a pena avaliar com bastante cuidado, ou melhor, com bastante atenção é essa questão dos 450 quilômetros. No nosso enten-

der, é uma faixa muito extensa; eu preferia considerar a que foi citada pelo companheiro do Incra. Com uma faixa de cento e poucos quilômetros, 150 quilômetros, ainda é possível trabalhar de forma adequada e considerar realmente zonas de fronteira, porque há as cidades geminadas, e temos que ter um foco principal nas zonas habitadas, principalmente nas cidades geminadas. Quando se extrapola para 450 quilômetros, considerando o Estado do Acre, por exemplo, chega-se praticamente ao Estado do Amazonas. Na fronteira do Acre com os países vizinhos, se considerarmos 450 quilômetros, estaremos dentro do Amazonas praticamente, em algumas situações.

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*) Com 150 já se chega no Amazonas.

O SR. MANOEL VALDEMIRO FRANCELINO DA ROCHA – Então, creio que teríamos que considerar, aproximadamente, 100 a 150 quilômetros. Falo isso em relação a como o Ministério da Agricultura tem experiência – com Embrapa, Ceplac e outros entes do Ministério – de ação. Então, não adianta considerar 450 quilômetros, porque abraça tanta área que acaba não tendo foco.

Há outro aspecto que temos discutido, sobre o qual o Ministério tem uma preocupação forte e já tentou buscar mecanismos legais, mas ainda não encontrou. Em janeiro de 2003 – sou do Acre e passei dois anos como Secretário Nacional de Desenvolvimento Agropecuário no Ministério –, a maior dificuldade nossa foi que tentamos trabalhar o que chamamos de regionalização da execução do Orçamento. Se o Ministério – vamos supor – tem 600 milhões, que houvesse uma fatia desse orçamento quase obrigatória para ser aplicada na Amazônia Legal e, mais especificamente, nas zonas de fronteira. Esse projeto também deveria buscar uma alternativa, um processo indutivo dos gestores de todos os entes ministeriais para aplicar uma determinada porcentagem do Orçamento – o que já existe no PPA; já existem os programas, as ações – nas zonas de fronteira e na Amazônia. Se o projeto não tiver isso, se não houver mecanismos legais para o projeto contemplar isso, a decisão será sempre do gestor que estiver naquele Ministério, que estiver naquela empresa pública, etc.

Então, creio que este será o coração do projeto – buscar um mecanismo para induzir a aplicação de uma porcentagem determinada do Orçamento de cada Ministério na Amazônia Legal, com foco específico nas zonas de fronteira, acredito que avançará muito esse projeto de lei.

E, indo além – estamos trabalhando isto no Ministério da Agricultura – além desses x% indutivos, que

cada Ministério, ente ministerial, ou empresa pública federal que atua na autarquia na região, que se apresentar junto à proposta de plano de aplicação nacional, tivesse um plano, um plano executivo, um plano de execução tanto de programas quanto de ações e de orçamento para região. Tem que ter essa peça. É o que estamos buscando. Esse plano – desejo agradecer por a senhora ter usado parte da Portaria que o Ministro editou... Coloca lá que... qual a intenção do Ministro em falar que esse grupo de especialistas com foco na Amazônia Legal vai construir um Plano de Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio na Amazônia. Nada mais, nada menos, será sistematizar todos os programas e ações que são feitos pelas cinco Secretarias do Ministério, mais os quatro entes vinculados e pegar o orçamento e os programas e sistematizar isso numa peça única. O Ministro aprova. Começamos esse exercício em 2006. Isso, sim, dará as condições necessárias para que aquilo sobre o que se dialogou seja implementado na prática.

Então, se cada Ministério, se cada autarquia, se cada empresa pública focar num plano executivo, faz-se a sistematização e aperfeiçoa-se na execução, dando importância à sustentabilidade.

Tem aqui no nosso – e faço questão de registrar aqui – “Temos, portanto, o desafio de desenvolver um modelo de exploração sustentável – o que já vem sendo feito por este Governo – interessante e rentável que possibilite a fixação do homem sem agredir a natureza, mantendo a soberania nacional sobre a área fronteira e atento sobre os procedimentos da comunidade internacional preservacionista que tem a região amazônica como único Patrimônio Ecológico da Humanidade”.

Então, quer dizer, é assumirmos a nossa responsabilidade – desenvolvimento de forma sustentável – respeitando a questão ambiental, mas não abrindo mão da nossa soberania nacional. Vou citar um exemplo. Como países da Europa questionam a nossa forma de buscar o desenvolvimento no Brasil se os exemplos – e vamos pegar os 100 últimos anos – do que praticaram lá não são condizentes com o discurso teórico dos últimos meses?

Então, quanto à nossa contribuição, a nossa equipe está à disposição dos Srs. Senadores, da Comissão, para, na medida do que formos demandados, ajudarmos e colaborarmos para o aperfeiçoamento do projeto.

Parabenizo, por este brilhante trabalho, o Senador Mozarildo, a Senadora Relatora Lúcia Vânia e todos os Senadores que têm contribuído. O Ministério da Agricultura está à disposição dos senhores. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Quero dizer ao Dr. Manuel que nosso sonho seria realmente estabelecer o percentual, mas acredito que o Governo não vai aceitar essa situação, porque engessa o orçamento. Se não for aplicado, aquele recurso fica praticamente parado. Acho difícil a gente conseguir avançar até definir o percentual. Mas as demais contribuições, eu acredito que sejam possíveis. Vamos trabalhar agora procurando manter contato com os senhores, para que possamos fazer um projeto que venha ao encontro daquilo que todos nós desejamos. Agradeço a todos os expositores – Dr^a Laís Costa, Dr. Raimundo Lima, Dr^a Eliana Maria de Souza Gomes, Dr. Manuel Valdomiro Francelino da Rocha.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h24min.)

Ata da Trigesima Nona Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 7 de dezembro de 2005, quarta-feira, às 9 horas e 30 minutos.

Às dez horas e vinte e um minuto do sete de dezembro de dois mil e cinco, na Sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência, em exercício do Senador **FLÁVIO ARNS**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores – **FLEXA RIBEIRO, GILBERTO GOELLNER, SÉRGIO GUERRA, GERSON CAMATA, FLÁVIO ARNS, AELTON FREITAS, SIBÁ MACHADO, ANA JULIA CAREPA, JOÃO RIBEIRO, OSMAR DIAS, WELLINGTON SALGADO, ROMERO JUCÁ, MÃO SANTA, VALDIR RAUPP, SERYS SLHESSARENKO, DELCÍDIO AMARAL, CRISTOVAM BUARQUE E EDUARDO SUPPLY**. O Senhor Presidente, eventual da Comissão, Senador **Gerson Camata**, propõe a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião reúne-se com o objetivo de instruir o PLS Nº 46, de 2004, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “altera o art. 6º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação de dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, do Título VII da Constituição Federal, e estabelece os critérios pelos quais uma propriedade pode ser considerada produtiva, nos termos do Requerimento nº 30, de 2005-CRA, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa com adendo do Senador Gilberto Goellner, com a presença dos seguintes convidados – Senhora Patrícia Souto Aldi, Coordenadora Nacional do Projeto de Combate ao Trabalho Forçado da OIT; Dr. Valdez Farias, Chefe da Procuradoria Federal Especializada

do INCRA – Ministério do Desenvolvimento Agrário: Dr. Luiz Carlos Balcewicz, Assessor Técnico da Secretaria de Biodiversidades e Florestas – Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. O Senador Flávio Arns assume a presidência da reunião, às dez horas e cinquenta e um minutos.

EXTRA-PAUTA – Item Único – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 171, DE 1999 (TERMINATIVO) (Tramitando em conjunto com os PLS nºs 428 e 605/99).

EMENTA – Dispõe sobre as Sociedades Cooperativas. **AUTOR** – Senador Osmar Dias. **RELATOR**

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Declaro aberta a reunião para a 39ª Reunião

da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com a dispensa da leitura da Ata e sua conseqüente aprovação, mantenham-se como se encontram.

Aprovada a Ata.

Comunico à Comissão o recebimento do Aviso nº 601-GM/Mapa, datado de 5 de dezembro corrente, do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Dr. Roberto Rodrigues, convidando membro da CRA para a reunião conjunta do Conselho Nacional de Política Agrícola – CNPA, e do Conselho do Agronegócio.

Oportunamente, a Presidência designará um Senador para atender ao convite do Sr. Ministro.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2004, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 6º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação de dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. E estabelece critérios pelos quais uma propriedade pode ser considerada produtiva.

Estarão presentes a Sr^a Patrícia Souto Audi, Coordenadora Nacional do Projeto de Combate ao Trabalho Forçado da OIT, o Dr. Valdes Farias, Chefe da Procuradoria Federal Especializada do Incra, o Dr. Luis Carlos Balcewicz, Assessor Técnico da Secretaria de Biodiversidades e Florestas e representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Mas, antes da audiência, temos alguns projetos. Há um projeto extrapauta da Agricultura.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Com a palavra, pela ordem, a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Obrigada, Sr. Presidente.

Senador, gostaria de fazer uma ponderação — Esse projeto foi colocado extrapauta agora. Não sabíamos, não tínhamos conhecimento de que ele vinha para pauta. É um projeto de caráter terminativo. Embora tenhamos conhecimento de que é um projeto que já tramita há alguns anos aqui, quero ponderar a V. Ex^ª que não o coloque em votação porque não temos conhecimento, até porque não queremos votar contrariamente ao projeto. Não gostaria de pedir vista, mas gostaria de fazer essa ponderação. Temos dezenas de projetos para discutir. O projeto entrou extrapauta e é óbvio, mesmo que o assessor diga diferente, é natural que possamos ter mais tempo. Tanto é natural que,

por exemplo, estamos pedindo uma audiência pública para subsidiar um projeto aqui do Senador Cristovam, que é esse agora.

Portanto, em relação ao outro, gostaria de fazer essa ponderação, que não votássemos hoje, que votássemos semana que vem. E existe até proposta do Senador Suplicy de que possamos inclusive fazer uma audiência, chamar o professor Paul Singer. Já foi proposta uma audiência pública para esse projeto, foi rejeitado o requerimento, mas, mesmo assim, quero dizer que acho que votar hoje é uma posição que eu, se for para forçar a barra para votar hoje, aí vou ter que pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Um dos autores do projeto que está em discussão é exatamente o Senador Osmar Dias, que tem a palavra pela ordem. Logo a seguir, o Senador Eduardo Suplicy, pela ordem.

O SR. OMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, solicitei a inclusão desse projeto na pauta depois de conversar com o Ministro Roberto Rodrigues, do Governo, que solicitou que eu me empenhasse para que esse projeto fosse votado ainda este ano. Relatou-me o Ministro Roberto Rodrigues que, numa audiência que teve com o Presidente da República, o Presidente Lula disse que gostaria de fazer uma homenagem às cooperativas brasileiras aprovando, pelo menos no Senado, esse projeto de lei.

Lamento a falta de comunicação entre o governo e os Parlamentares da base de apoio ao governo. Porque se eu, que sou da oposição, estou sabendo disso, imagino que os Senadores que compõem a base de oposição deveriam estar informados. Ou então eu fui enganado, então não é verdade que o Presidente Lula quer fazer uma homenagem às cooperativas brasileiras.

Se é verdade que Sua Excelência quer fazer essa homenagem, o projeto deve ser votado hoje, porque só temos esta semana e a próxima semana antes do final do ano.

De outro lado, esse projeto está tramitando desde 1999, foi quando eu apresentei o projeto que tem o número 171. Esse projeto tramita em conjunto com um projeto apresentado pelo Senador Eduardo Suplicy e pelo ex-Senador José Fogaça. Ele ficou na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania até ser criada a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Lá, foi aprovado o requerimento de audiência pública, feito pelo próprio Senador Eduardo Suplicy; 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005, seis anos, seis anos se passaram e a audiência pública não foi realizada. Vamos agora parar tudo de novo para pedir uma audiência pública? Se levar mais seis anos, Sr. Presidente, as coopera-

tivas não agüentam mais. Esse projeto já deveria ter sido aprovado para resolver o problema do ato cooperativo, que define o ato cooperativo. Nesse projeto que apresento fica definido o ato cooperativo. E não precisaríamos ter feito todo aquele esforço, todo aquele empenho para melhorar a situação das cooperativas brasileiras que entraram em crise em função da alta carga tributária que pesava sobre as cooperativas brasileiras, principalmente PIS e Cofins. Poderíamos já ter resolvido esse problema do PIS e Cofins das cooperativas, pela definição do ato cooperativo.

Fortalecer as cooperativas do Brasil é uma exigência hoje da sociedade brasileira, não é uma vaidade de quem fez um projeto, é uma necessidade para o Brasil. A economia está morro abaixo e estamos fragilizando ainda mais a economia ao postergarmos a votação de projetos de lei que poderiam se transformar em leis que abrigariam empresas funcionando de forma mais clara, empresas, como as cooperativas, funcionando de forma mais produtiva, mais eficiente. Mas, toda vez que esse projeto entrava alguém do governo – também do governo passado, vou fazer aqui justiça –, dizia – Ah! A gente não teve tempo de estudar. O projeto está aqui há seis anos e não tiveram tempo de estudá-lo. Vamos agora pedir outra audiência pública. Seis anos e a audiência pública não foi realizada. Que interesse teve o governo de fazer a audiência pública? Que interesse tiveram os Senadores da base do Governo de fazer audiência pública, se seis anos se passaram e esse projeto não foi apreciado em audiência pública, não foi debatido em audiência pública? Não dá mais para aguardar, Sr. Presidente.

Solicito mesmo que esse projeto seja colocado em pauta. Quem quiser pedir vista, é um direito que tem, regimental, que peça vista. Agora, não é a forçação de barra. Falar em forçação de barra para votar um projeto que está aqui há seis anos soa como brincadeira.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, só para colocar uma questão.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência, antes, responde à questão de ordem do Senador Osmar Dias, logo a seguir, concede ao Suplicy e depois a V. Ex^a.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Era só para colocar uma questão, aqui tem Senadores novos também, entendeu? Esta Comissão não tem um ano.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Também esse povo fica elegendo Senador novo.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Então, Senador novo tem isso. Eu não sou Senadora há seis anos. E como eu têm vários aqui. Ainda bem, não é?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente. Os mais novos Senadores da Casa estão aqui há quase dois anos. Se em dois anos não deu para estudar o projeto, não vai ser em uma semana.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Aqui no Senado, o Poder Legislativo, sempre tenho dito, tem que trabalhar profundamente na mudança dos Regimentos Internos para aumentar a resolutividade do Poder Legislativo. Em qualquer empresa, se você demorar cinco anos para tomar uma decisão, a empresa quebra. Aqui, demoramos dez anos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Mas nada justifica também, Senador, colocar uma questão extrapauta e não ter uma discussão maior. Nada justifica.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência está respondendo à questão de ordem do Senador Osmar Dias.

Portanto, aqui há audiências públicas e audiências públicas. Audiências públicas são para instruir o projeto e outras para mandar o projeto para as agendas gregas. Pedir uma audiência pública, já sabe, é obstrução, o projeto nunca mais volta. Essa audiência pública foi negada, porque tinham pressa para apreciar o projeto. Entretanto, o Regimento prevê as obstruções, tudo que pode ser feito para que um projeto não tramite. Agora, se não aumentarmos o poder de resolutividade do Legislativo, vamos cada vez mais para uma crise entre aqueles que nos elegem e nós, que estamos aqui para fazer o que eles pretendem que a gente faça. Estamos nos distanciando, demorando para tomar decisões. E, às vezes, é melhor não tomar uma decisão do que demorar a tomar uma decisão ou acenar com ela.

Senador Suplicy, pela ordem, um dos autores de um dos projetos que tramitam conjuntamente com o do Senador Osmar Dias.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente Senador Gerson Camata, preciso conversar com a atenção do Senador Osmar Dias, e assim não vou conseguir. Se me permite, por favor, porque, primeiro, até pelo respeito que tenho pelo Senador Osmar Dias e também pelo conhecimento profundo que tem da agricultura brasileira e o entusiasmo pela forma cooperativa de produção, da qual também sou entusiasta. Aliás, foi exatamente por causa desse interesse na formação das sociedades cooperativas, na vontade de estimulá-las, que abracei essa causa, apresentando também um projeto.

Tenho tanto interesse, quanto o Senador Osmar Dias, que o projeto sobre as sociedades cooperativas seja votado de maneira célere. Comungo com S. Ex^a o sentimento quanto aos anos de tramitação, que foram exagerados, não por minha responsabilidade, porque a minha intenção nunca foi de atrasar. É fato que, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, propus que fosse realizada uma audiência pública, onde houvesse a presença de especialistas, de interessados, seja no Governo, seja nas organizações, as mais diversas, para estarem presentes e conosco dialogar.

Eu próprio já estive participando de audiências em outros locais com o Senador Osmar Dias. E houve entidades que nos convidaram para dialogar sobre esse tema, sempre com o propósito de esclarecer.

Sr. Presidente, há um ponto muito importante. É muito melhor decidirmos de maneira que as partes sejam devidamente ouvidas e consideradas do que, simplesmente, aprovar o projeto, digamos, goela abaixo, de um lado ou do outro sem a consideração pelo outro lado. Então, o que proponho aqui é que tenhamos uma forma civilizada de apreciarmos e aprovarmos o projeto de uma maneira bem informada.

Quero ressaltar que a própria Assessoria da Bancada do PT e do Governo soube hoje, de manhã, que esse projeto ria ser colocado extrapauta. Acabo de telefonar para o Secretário de Economia Solidária, que é o organismo no Governo Lula que tem enorme interesse em acompanhar as formas cooperativas de produção, o Professor Paul Singer, e a sua Secretária-Executiva Sônia Recker informou-me que estava sabendo naquele instante, pelo meu telefonema, que o projeto está tramitando agora. O Sr. Paul Singer terminará às 11 horas uma atividade importante na Universidade de Brasília e tomará conhecimento desse fato.

Mas o que gostaria de ponderar é que pudéssemos ao menos ouvir duas pessoas no Governo, que têm enorme interesse nesse assunto. Uma delas, conforme o Senador Osmar Dias mencionou, é o Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues. Sobre o assunto tenho dialogado com S. Ex^a. Nós dois, inclusive, Senador Osmar Dias e eu estivemos dialogando com S. Ex^a a respeito.

O Ministro da Agricultura que foi, inclusive, Presidente da OCB, tem bastante interesse no ponto de vista defendido pelo Senador Osmar Dias, de que possam as cooperativas obedecer ao que está no seu projeto sobre a representação do sistema cooperativista, que afirma o princípio da unicidade e de seu sistema de representação no plano local, estadual e nacional. A representação do sistema no plano nacional cabe, portanto, conforme o Senador Osmar Dias defende em seu projeto e aqui referendado pelo Senador De-

móstenes Torres, autor do parecer, à Organização das Cooperativas Brasileiras, entidade constituída pelos órgãos estaduais de representação.

O projeto que apresento, Senador Gerson Camata, leva em conta o princípio firmado no art. 5º, inciso XVIII da Constituição que estabelece que, a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento e, com base nisso, é também no inciso XX do art. 5º que estabelece que ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado, garantida a total e irrestrita liberdade de associação, tanto a pessoas físicas e jurídicas, defendo, portanto, um outro ponto de vista.

Não sou dono da verdade e procuro defender aqui o que diz a Constituição. O Senador Osmar Dias tem um outro ponto de vista. Só quero que entre nós haja assim o clima de respeito e civilidade que sempre ambos tivemos um pelo outro e que possamos, pelo menos, a Comissão tomar uma decisão que levaria, sugiro, possamos, quem sabe, ter a presença, na próxima semana, do Ministro da Agricultura, do Professor Paul Singer.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Mesa informa que eles não podem mais comparecer porque o comparecimento de ambos foi rejeitado no requerimento rejeitado aqui. O comparecimento, tanto do Ministro da Agricultura, quanto do Sr. Paul Singer foi rejeitado e eles não podem mais comparecer.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – E a Comissão não pode rever esse ponto de vista?

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Acredito que não pode. Ela já rejeitou e como é que vai fazer outro requerimento?

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – E havia **quorum** quando foi decidido?

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Só se fizemos uma reunião informal que não seja da Comissão; então eles viriam aqui. Mas havia **quorum** e foi rejeitado.

Um dos autores que é o Senador Eduardo Supply concorda em retirar. A Mesa pergunta ao Senador Osmar Dias se concorda.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Retirar o quê?

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Retirar de tramitação o projeto.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Eu gostaria que pudesse haver uma...Eu não quero atrasar...

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Podemos passar a próxima sessão, por exemplo?

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Não, mas o que gostaria é que pudesse haver a exposição, tanto do Ministro da Agricultura quanto do Sr. Paul Singer e, daí, decidir porque não quero atrasar.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Vamos fazer uma reunião informal da Comissão porque, como foi rejeitado o requerimento, acho que não se pode fazer um outro requerimento desrejeitando.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – A Comissão é composta de Senadores inteligentes, de bom senso que podem até rever uma decisão tomada. Não fui informado dessa solicitação de audiência pública, não sei qual o debate havido aqui a respeito.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, foi aprovado o requerimento de audiência e o Senador Antonio Carlos Magalhães só não o marcou pelo excesso de atribuições que aconteceram nesse período sobretudo no que diz respeito a toda a questão da tramitação da reforma do Poder Judiciário. Então, não está aqui inclusive o Senador Demóstenes Torres que é o autor.

Estamos os dois autores...

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Mesa solicita ao Senador Eduardo Supply que encaminhe por escrito o requerimento de audiência e a Mesa vai propor ao Plenário que aprove ou não.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Eu o faço de pronto, Sr. Presidente e, para simplificar...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Como sou membro da Comissão posso fazer oralmente e votarmos depois.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Sr. Presidente, quero simplificar no propósito do Senador Osmar Dias, ou seja, a proposta original de audiência pública na CCJ era de muitas pessoas.

Quero simplificar e, assim, vamos propor trazer aqui duas pessoas com quem me dou muito bem, tenho uma relação de amizade, de respeito que são as duas pessoas com dois pontos de vista que acredito que, ao estarem aqui nos informando, vão contribuir para trazer luz.

Eu fiquei sabendo agora do parecer do Senador Demóstenes Torres. Olhei só esse ponto que sei ser um dos pontos...

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – De divergência.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Uma divergência amiga porque sei do propósito do Senador Osmar Dias. Quero, tanto quanto ele, que cooperativas funcionem muito bem no Brasil e quero estimulá-las, não quero atrasar a tramitação do projeto e, quem sabe, se na próxima semana pudermos ter aqui a oitiva

e, vou simplificar, para pedir a presença dos dois, do Professor Paul Singer e Ministro Roberto Rodrigues. Os dois conhecem muito bem o tema e, assim, quem sabe, chego a um entendimento com o Senador Osmar Dias e proponho até que ele assine conjuntamente comigo sem atrasar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em discussão o requerimento do Senador Eduardo Suplicy.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, primeiro quero fazer um reparo na fala do Senador Eduardo Suplicy porque, embora ele tenha dito que sempre nos respeitamos, colocou uma frase que não cabe no caso de que estou tentando enfiar “goela abaixo” a votação desse projeto.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Não V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Mas fui eu quem pedi a votação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Pedi para que ninguém o faça para um lado ou para o outro.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Não, mas serviu para mim a sua observação porque fui eu quem pedi a inclusão em pauta.

Fico até perplexo com essa observação do Senador Eduardo Suplicy porque parece que eu que tenho a maioria dos Senadores e não o Governo. Só estou pedindo para votar, não estou pedindo para enfiar “goela abaixo”. Se não querem votar, não votem mais uma vez e vamos levar mais seis anos e, quem sabe, daqui a seis anos eu não esteja mais aqui e o projeto seja votado e alguém se lembre que esse projeto existiu um dia.

Não sei por que um projeto tem que tramitar seis anos para ser votado e as pessoas acham que não tiveram tempo de discutir o projeto. Aí, a Senadora Júlia diz “não, mas estou aqui só agora, sou uma Senadora nova”. Não é tão nova assim, estou dizendo em relação ao Senado. Tem três anos de Senadora e, em três anos, dá tempo de estudar, dá tempo de ver.

Estou também admirado com a falta de comunicação que existe entre o Governo e os seus Senadores porque fui chamado para uma reunião, ontem a noite, pelo Ministro da Agricultura que me comunicou que esse projeto deveria ser votado hoje, que eu deveria me empenhar para que esse projeto fosse colocado na pauta e o Ministro da Agricultura é o Ministro do Governo Lula.

Os Senadores do PT que estão aqui contestando a votação são da base do Governo Lula e é o Ministro do Governo Lula que está pedindo dizendo que esteve

com o Presidente e que o Presidente gostaria de votar o projeto este ano e, eu, estou colaborando com o Governo tentando votar o projeto este ano. Não estou tentando enfiar “goela abaixo” nada.

Fui autor de um dos três projetos, já houve o pedido de audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que nunca se realizou, aquela audiência pública foi pedida pelo Senador Eduardo Suplicy, mas nunca ninguém se empenhou para que ela fosse realizada. Fiquei esperando a realização da audiência pública, tanto que esgotada a paciência pedimos para tirar da Comissão de Justiça e trazer para a Comissão de Agricultura com a esperança de aqui votar.

O projeto veio para cá em caráter terminativo e também não foi uma decisão minha colocar aqui em caráter terminativo. Foi uma decisão da Mesa e aqui está em caráter terminativo e precisa ser votado. Se não querem votar hoje, tudo bem. Agora, que se entendam com o Governo porque sou um Senador apenas, de um partido que tem quatro Senadores e que só tem um representante nesta Comissão. Não tenho força para fazer esse projeto ser votado se as pessoas que representam o Governo aqui não quiserem. Apenas estou pedindo para que ele seja votado e para não ficar mais seis anos aqui dentro.

A Comissão de Agricultura para ser criada levou oito anos em um projeto do Senador Pedro Simon. Oito anos para se criar a Comissão de Agricultura. Então, tudo aqui demora muito tempo e não sei se, no dia em que esse projeto for votado, não vai ser preciso fazer outro porque ele estará desatualizado. Uma lei não pode ficar assim tanto tempo para ser votada. Não é possível isso.

Sr. Presidente, faço um apelo então – que se dê esta semana para que os Senadores estudem o parecer, conversem com o próprio Governo e que a gente vote na semana que vem. Não acho que haja a necessidade de debater esse assunto com o Ministro Roberto Rodrigues e com o Professor Paul Singer porque já debatemos, tanto o Senador Suplicy, quanto eu e quem quis debater já debateu esse projeto. Agora, acho que se esse projeto não for votado na semana que vem, dificilmente esse projeto será votado um dia porque perderemos essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Então, temos dois requerimentos para o Plenário decidir – um solicita a audiência do Ministro da Agricultura e do Sr. Paul Singer e o outro solicita o adiamento, por uma semana, da votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Paul Singer e o Ministro Roberto Rodrigues, os dois.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Está aqui o requerimento de V. Ex.^a que deverá ser encaminhado à Mesa.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT – SP) – Estou acabando de escrever, Sr. Presidente.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Pode fazer uma combinação dos dois?

Eu gostaria de fazer uma combinação das duas propostas. Eu não tenho nenhum interesse como colocou o Senador Eduardo Suplicy. Sabemos, como é natural, que os projetos – são três projetos – têm algumas diferenças, têm diferenças que remetem à Constituição. Então, acho que não tem, absolutamente, nada de improdutivo que essa Comissão possa ouvir e logo após votar. A minha proposta era nesse sentido, que pudéssemos ouvir e votar no mesmo dia, na próxima semana Senador Osmar Dias. Acho que isso é ponderado. Porque aqui não vou entrar no mérito, não vou discutir, o Ministro lhe chamou, e tenho respeito tanto por V. Ex.^a quanto pelo Ministro, se não quis nos colocar, isso aí é uma outra situação. Mas quero dizer que não sabíamos.

Acho que essa questão de cooperativa é um assunto importante, sério que devemos valorizar; e estamos valorizando quando queremos discutir esse assunto. V. Ex.^a sabe que, muitas vezes, questões são discutidas, aprofundadamente, exatamente nesses momentos, e é por isso que estou propondo uma fusão dos dois requerimentos, das duas propostas.

Quer dizer, uma proposta que é para votar na próxima semana logo após ouvir essas pessoas. Compromisso de que votemos na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Para discutir, com a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Para discutir a proposta da Senadora Ana Júlia, gostaria de dizer que aí fica um probleminha, probleminha que é decisivo. E se os dois não vierem, porque os Ministros não estão aceitando convites. Por exemplo, o Ministro Palocci está convidado para vir aqui nesta comissão desde abril, até hoje ele não veio. Vamos supor que o Ministro Roberto Rodrigues não possa vir na semana que vem, então não votaremos?

Essa é uma pergunta que faço.

Só aceito se ficar o acordo de votar semana que vem, senão peço para manter o projeto em pauta hoje.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT – SP) – Estou de acordo que, na impossibilidade física de eles comparecerem, nós iremos discutir e votar. Mas, pelo menos, faremos o convite a ambos.

Agradeceria se o Senador Osmar Dias tivesse a oportunidade de assinar o requerimento que nós apresentamos, levando em consideração essa observação dele, se eles não puderem vir, teremos o tempo de votar e não pediríamos vistas.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Senador Osmar Dias com a palavra.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Então, gostaria que registrasse na Ata dessa reunião que foi feito um acordo com todo o Plenário da Comissão. Primeiro, aprovamos um requerimento com audiência pública com os dois, Ministro Roberto Rodrigues e Professor Paul Singer. Segundo, no caso do impedimento de eles comparecerem, com a ausência de um deles ou dos dois, votaremos, em qualquer hipótese, o projeto na semana que vem. Sendo assim assino.

O PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Senador Suplicy concorda?

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT – SP) – Concordo.

O PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Então, está aprovado o requerimento.

A votação será dia 13 com ou sem audiência pública.

O Senador Aelton ia ser o relator **ad hoc**, fica relator **ad hoc** para próxima reunião.

Atenção que vamos solicitar que compareçam ao plenário...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Só para ficar claro, o Senador Osmar Dias e o Senador Suplicy também concordaram com uma questão que também foi colocada aqui, fora do microfone, para ficar registrada uma preocupação que o Senador Sibá teve – É óbvio que se o Ministro Roberto Rodrigues, por exemplo, quiser designar alguém que sabe e entenda do assunto, é natural isso também, Mas já temos o compromisso de discutir e votar na próxima semana.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pela ordem, o Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Obrigado.

Sr. Presidente, veja bem, o que está acontecendo é o seguinte – em todas as comissões que participo, Educação e as demais, toda vez que fazemos convite nenhum Ministro vem. Isso não é só aqui, é em qualquer uma, então acho que temos que começar a usar outro termo que não o convite. Sei que V. Ex.^a é um homem político, educado, fino e sempre procura. Mas o que esta havendo é uma desrespeitabilidade a qualquer comissão; não vem e não vem mesmo. E não é só

o Ministro da Agricultura. É o Ministro da Agricultura, Educação, etc. Nós convidamos e não vêm.

O PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES)

– Mas em compensação, quando queremos ir lá, também eles não recebem. Então fica zero a zero.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Então vamos obrigá-los a vir, acho que a Comissão tem poder para isso. Isso não é descortês, e nem sinônimo de autoritarismo. Acho que tínhamos que começar a usar essas prerrogativas da Comissão, senão vamos começar a perder autoridade. Se perder autoridade, Sr. Presidente, aí vira o caos.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB

– ES) – Muito obrigado, Senador Wellington Salgado.

A audiência pública vai instruir um projeto de lei muito importante, cujo autor é o Senador Cristovam Buarque. Esse projeto de lei altera o art. 6º da Lei nº 8.629, que trata do problema de titularidade, de reforma agrária etc.

O Presidente entrega ao Senador Flávio Arns a Presidência da Comissão, para que S. Exª solicite a presença dos convidados para esta importante audiência pública.

Passo a Presidência ao Senador Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Dando continuidade a esta reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, agradeço ao Senador Gerson Camata por ter dado início aos trabalhos.

Esta audiência pública tem a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2004, conforme já dito, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 6º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação de dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III do Título VII da Constituição Federal, e que estabelece os critérios pelos quais uma propriedade pode ser considerada produtiva, nos termos do Requerimento nº 30, de 2005, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, aqui presente.

Destaco a presença dos seguintes convidados, aos quais convido para se dirigir à mesa para esta audiência pública – Srª Patrícia Souto Audi, Coordenadora Nacional do Projeto de Combate ao Trabalho Forçado da OIT; Dr. Valdez Farias, Chefe da Procuradoria Federal Especializada do Incra, Ministério do Desenvolvimento Agrário; e Dr. Luiz Carlos Balcewicz, Assessor Técnico da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Sejam bem-vindos!

Passo a palavra, em primeiro lugar, à Srª Patrícia Souto Audi, Coordenadora Nacional do Projeto de Combate ao Trabalho Forçado da OIT.

Cada um dos senhores convidados disporá, em princípio, de 15 minutos. Há uma marcação automática, e os senhores e a senhora poderão acompanhá-la pelo relógio. Quando faltar um minuto, um sinal automático soará – não é de minha autoria, mas é da sistemática da mesa –, alertando que falta um minuto para o término dos 15 minutos.

É um prazer muito grande contar com a presença de todos os convidados. Devo dizer da importância desta audiência pública, convocada por meio do requerimento da Senadora Ana Júlia Carepa.

Tem a palavra a Srª Patrícia Souto Audi.

A SRA. PATRÍCIA SOUTO AUDI – Bom dia a todos, ao Senador Flávio Arns, à Senadora Ana Júlia Carepa, em nome da qual saúdo os demais Senadores e as pessoas aqui presentes!

Foi-nos incumbido de falar um pouco sobre a questão do trabalho escravo no Brasil e no mundo e sobre a importância do envolvimento do Legislativo, exatamente para confirmar – vou explicar aos senhores o porquê – a posição de destaque internacional que o Brasil vem recebendo no combate a esse grave problema.

Inicialmente, é interessante falar que, infelizmente, o problema do trabalho forçado acontece no mundo inteiro, não respeita nenhum tipo de economia ou de região.

O relatório global, que foi lançado simultaneamente no Brasil e em Genebra em maio deste ano, contempla o Brasil como um modelo a ser seguido pelos demais países no mundo, pelos esforços que vem fazendo, desde 1995 e, principalmente, desde 2002, para, de uma vez por todas, erradicar esse mal que ainda assola o nosso País.

Esse relatório aponta que existem ainda 12,3 milhões de pessoas submetidas a essas condições, que quase 70% dessas pessoas se encontram na Ásia e na África e que 13% dessas pessoas se encontram na América Latina e no Caribe. Entretanto, se fizermos uma comparação entre o número de pessoas sujeitas à escravidão e o número de habitantes, percebemos que essa diferença simplesmente desaparece. A cada mil habitantes na Ásia, existem três pessoas em regime de escravidão. Para cada mil pessoas na América Latina e no Caribe, existem 2,5 pessoas submetidas à escravidão.

O conceito utilizado pelo Brasil para definir o que vem a ser trabalho escravo está dentro dos padrões da OIT, que define o trabalho forçado. Então, o trabalho escravo seria simplesmente uma denominação nacional daquilo que a OIT vem defendendo e que o Brasil já ratificou, por meio de suas Convenções nºs 29 e 105, que dizem respeito ao trabalho forçado. O

conceito diz que trabalho forçado é todo serviço ou trabalho que se conclui de maneira involuntária, ao qual a pessoa pode, inclusive, ter-se oferecido, mas sem o qual a pessoa simplesmente não pode mais romper esse vínculo.

Existem duas situações cujas características, indiferentemente das formas com que o trabalho forçado se apresenta no mundo, são comuns no mundo inteiro – o uso da coação e a falta da liberdade.

Então, quando falamos de trabalho escravo no Brasil – e esse conceito é facilmente defendido pela Organização Internacional do Trabalho –, estamos falando muito mais do que o desrespeito a qualquer uma das cláusulas da CLT, embora, na maior parte das vezes, todas essas cláusulas estejam sendo descumpridas. Falamos da restrição da liberdade desses trabalhadores por quatro principais razões. Uma delas é a famosa servidão por dívida. Os trabalhadores que são aliciados em Municípios muito carentes, principalmente do Nordeste brasileiro, são levados para fazendas situadas a milhares de quilômetros de distância, principalmente no Norte do País, envolvendo pecuária, algodão e soja. Esses trabalhadores, quando chegam a essas fazendas, já devem recursos de transporte e despesas de alimentação em valores muitas vezes superior ao salário inicialmente acordado, e isso os transforma em devedores eternos.

Além disso, a retenção de documentos e o isolamento geográfico desses trabalhadores impedem qualquer tipo de fuga. Aliado a isso, em muitos casos, existe ainda a presença de guardas armados que ameaçam e matam, caso esses trabalhadores venham a fugir.

Essa situação inacreditável ainda acontece no Brasil do século XXI e no mundo do século XXI.

O Brasil vem sendo reconhecido, e esse relatório aponta para isso. É interessante falar a respeito disso, porque esse relatório global, que foi lançado em 12 de maio deste ano, aponta o Brasil como referência. O Brasil é o País mais citado nesse relatório global, e o Presidente Lula é o único Presidente citado nominalmente nesse relatório, em função dos esforços obtidos no combate a esse problema.

Uma das medidas fundamentais, que, inclusive, faz com que esses esforços venham a ser reconhecidos, é a atuação do Grupo de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho, que vem exatamente resgatar esses trabalhadores. Nos últimos três anos, foram resgatados dessa situação mais brasileiros que em todos os demais anos anteriores. Hoje, resgatados da escravidão existem mais de 17 mil brasileiros. As estimativas – e são apenas estimativas – calculam que existam pelo menos 40 mil brasileiros submetidos a essa condição. A verdade é que a situação é tão grave,

quando pensamos em cerceamento da liberdade em pleno século XXI, que, se houver pelo menos um brasileiro submetido à escravidão no Brasil, à escravidão contemporânea, isso deverá ser motivo de indignação de todos nós, do Estado e da sociedade.

Um dos importantes avanços obtidos e identificados nesse relatório diz respeito à corajosa atuação do Governo em lançar a lista suja do trabalho escravo. O que vem a ser essa lista suja? É exatamente o reconhecimento oficial de 188 empresas hoje – e acabou de ser feita a atualização em mais 150 – que, reconhecidamente, se utilizam da prática de trabalho escravo.

Essas empresas, hoje, com base nessa lista suja, não podem mais receber financiamentos públicos. Antigamente, o Estado ainda financiava aquilo que vinha combatendo, por intermédio dos fundos constitucionais. Hoje, essas empresas não recebem mais financiamentos públicos, não recebem mais financiamentos do Banco do Brasil e têm tido a sua cadeia dominial e produtiva investigada, o que mostra, inclusive, que, além do crime de trabalho escravo, esses fazendeiros vêm cometendo o crime de grilagem de terra. Existe um estudo do Incra, ainda não concluído, que aponta que aproximadamente 70% dessas empresas da lista suja não possuem sequer qualquer tipo de registro no Incra e têm a sua cadeia produtiva sendo investigada, o que originou a assinatura, em maio deste ano, por intermédio do Instituto Ethos de Responsabilidade Social, de um grande pacto nacional contra o trabalho escravo. Grandes empresas brasileiras foram convidadas a conhecer quem são essas empresas dessa lista oficial do Governo Federal. Com base nisso, os contratos de fornecimento foram suspensos, e essas empresas, hoje, começam a ter algum tipo de constrangimento.

Um grande avanço obtido também, que diz respeito a esse relatório global, aponta a aprovação, em primeiro turno, da PEC nº 438, oriunda do Senado, que prevê a expropriação de terras nas glebas em que forem encontrados trabalhadores escravos. Essa PEC, que foi aprovada há anos no Senado, é de autoria do Senador Ademir Andrade.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – É do Senador Ademir Andrade, do Estado do Pará.

A SRA. PATRÍCIA SOUTO AUDI – Foi aprovada com êxito na Câmara no primeiro turno e aguarda votação em segundo turno. Existe uma alteração de mérito nesse projeto. Então, provavelmente, esse projeto retornará ao Senado.

Com base nessa lista suja, também foi proposto pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário a desapropriação de uma dessas fazendas, exatamente pela reincidência, porque me parece que era a quarta ou

a quinta vez em que essa fazenda era flagrada submetendo as pessoas a essas condições. Foi proposto que a fazenda Cabaceiras fosse finalmente desapropriada. Existe, inclusive, um parecer que o Dr. Valdez deve entregar aos senhores.

Com relação ao projeto de lei do Senador Cristovam, existe a Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, que é ligada à Presidência da República. Eu sugeriria que essa Comissão pudesse vir a opinar com relação a esse projeto, uma vez que é formada pela Associação de Juízes Federais, por magistrados do trabalho, pelo Governo, por representantes da CNA, da CPT, da Contag, da sociedade civil.

Como existe essa proposta de emenda à Constituição que a Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) apóia completamente, a OIT não poderia emitir qualquer tipo de opinião de um projeto de lei que tramita no País – isso é lógico, porque somos uma organização internacional. Mas, como membro dessa Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, eu sugeriria que houvesse um apoio a essa PEC, que já está em fase conclusiva na Câmara, e que, então, pudéssemos futuramente discutir com mais propriedade um projeto que não prevê a expropriação e sim a desapropriação das terras nas glebas em que forem encontrados trabalhadores escravos e infantis. Seria essa a sugestão da OIT.

Concluí a tempo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Agradeço a brilhante exposição da Sr^a Patrícia Souto Audi, que é Coordenadora Nacional do Projeto de Combate ao Trabalho Forçado da OIT.

Passo a palavra ao Dr. Valdez Farias, que é chefe da Procuradoria Federal Especializada do Incra, do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O SR. VALDEZ FARIAS – Bom dia a todos! Bom dia, Senador Flávio, na pessoa de quem cumprimento os demais.

Esse assunto é muito polêmico. Foi um dos grandes debates da Constituinte a questão da função social da propriedade. Até hoje, tem reflexos o art. 185, inciso II, da Constituição Federal, que foi acrescentado, dizendo que a propriedade produtiva não poderia ser desapropriada. Ao mesmo tempo, na seqüência, o art. 186 diz que a propriedade deve cumprir a função social – e, para cumprir a função social, tem de cumprir simultaneamente os requisitos ambientais e trabalhistas, a questão da produtividade e a função do bem-estar.

Esse conflito existente entre o art. 185, inciso II, e o art. 186, ambos da Constituição Federal, fez com que o Incra, até hoje, com exceção desse exemplo que a Dr^a Patrícia citou, sempre desapropriasse só o imó-

vel considerado improdutivo. Mesmo que, no imóvel, houvesse trabalho escravo ou mesmo que houvesse devastação do meio ambiente, bastava que o imóvel cumprisse o Grau de Utilização da Terra (GUT) de 80% e o Grau de Eficiência na Exploração (GEE) de 100% para ser considerado produtivo. E aí estaria imune da desapropriação-sanção.

Nós enfrentamos esse assunto do ponto de vista de interpretação na consultoria jurídica do Ministério e na Procuradoria do Incra, porque, pelo nosso entendimento, não há como aplicar um dispositivo constitucional e negar outro. O que o Incra vem fazendo é aplicar o art. 185, II, da Constituição, que imuniza a propriedade produtiva, e deixar de aplicar o art. 186 da Constituição, que diz que a função social tem de ser cumprida simultaneamente. Deixa também de aplicar o art. 5º, inciso XXIII, da Constituição Federal, que diz que a propriedade tem de cumprir a função social, como deixa de aplicar o art. 170 da Constituição, que fala da ordem econômica da função social, e o art. 225 da Constituição, que trata do meio ambiente.

Para nós, essa não é a melhor interpretação. Deve haver uma interpretação sistemática que aplique todos os dispositivos sem negar nenhum deles. E, para nós, o art. 185, II, da Constituição, que imuniza a propriedade produtiva, deve ser lido em conjunto com o art. 186 da Constituição – é uma interpretação sistemática. Aliás, o Ministro Eros Grau diz que não se interpreta a Constituição em tiras, mas sim em conjunto. E vários juristas dizem que a interpretação ou é sistemática ou não. Então, chegamos à conclusão de que a propriedade produtiva só está imune da desapropriação-sanção se cumprir o art. 186 da Constituição. Vale dizer que a propriedade produtiva está imune da desapropriação-sanção se também respeitar o meio ambiente e as normas trabalhistas.

Essa iniciativa do Senador Cristovam é louvável, porque consolida essa interpretação que a gente vem dando. Nesse caso que a Patrícia citou da desapropriação da Fazenda e Castanhal Cabaceiras, pela quarta vez havia sido constatado na propriedade o trabalho escravo; também havia uma devastação ambiental muito grande, com autuações do Ibama. Então, do nosso ponto de vista, desrespeitava-se a função social ambiental.

Essas conclusões a que chegamos administrativamente também foram decorrentes de recomendações do próprio Tribunal de Contas da União, que recomendou que o Incra passasse a efetivar os dispositivos constitucionais, em especial o art. 186.

A iniciativa, do nosso ponto de vista, é louvável, mas em parte. E por que em parte? Porque, na linha do que a Patrícia falou, o trabalho escravo é objeto da

PEC nº 438. E também propriedades com culturas ilegais de plantas psicotrópicas já são objeto de previsão constitucional e de expropriação. Isso é confisco. A PEC nº 438 também prevê o confisco e a expropriação. A violação ao sistema é tão grave, que o sistema não garante o direito à propriedade naquelas condições.

É importante estabelecer que a existência de crime ambiental seria uma das hipóteses para se caracterizar a propriedade improdutiva, como está previsto no inciso II, sem se levar em conta o conceito economicista de produtividade, que é considerado hoje. No conceito de produtividade, seria considerado esse elemento da questão ambiental, que estaria em consonância com as demais normas e com a própria Lei nº 8.629, que fala em racionalidade na exploração. Do nosso ponto de vista, a propriedade que produz em detrimento do meio ambiente não faz uma produção racional. Então, nesse ponto, entendemos ser importante essa alteração legislativa, mas só em relação, então, ao inciso II, considerando-se crime ambiental uma das hipóteses de propriedade improdutiva.

Essas são as nossas considerações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Agradeço a participação, neste primeiro momento, do Dr. Valdez Farias, chefe da Procuradoria Federal Especializada do Incra, que nos trouxe uma visão bastante necessária, importante e ampliada do conceito de propriedade produtiva também.

Passo a palavra ao Dr. Luiz Carlos Balcewicz, que é assessor técnico da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal.

O SR. LUIZ CARLOS BALCEWICZ – Obrigado. Bom dia a todos!

Saúdo todos os Srs. Senadores, por meio do Exmº Senador Flávio Arns, que preside esta reunião, e do Exmº Senador Cristovam Buarque, autor do PL nº 46.

O Ministério do Meio Ambiente, desde a posse da Ministra Marina Silva, tem procurado apoiar de forma integral todas as ações que possam desencadear um alavancamento do processo de reforma agrária no País.

Na sua gestão frente ao Ministério, temos realizado um trabalho bastante integrado com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e com o próprio Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o Incra. Ao mesmo tempo em que temos procurado contribuir para a permanência do pequeno agricultor no campo, também temos procurado garantir que suas propriedades se tornem efetivamente sustentáveis do ponto de vista econômico, social, ambiental e, inclusive, ético.

Por isso, desde o primeiro instante à frente do Ministério, a Ministra Marina tem feito um trabalho envolvendo as entidades, os vários movimentos sociais, no sentido de dar transparência a esse processo e de possibilitar o controle dessa participação social. Tem trabalhado também no sentido de fomentar a transversalidade das ações do seu Ministério.

Quando se fala em desenvolvimento sustentável, é preciso também se falar em conservação da biodiversidade, ou seja, não se faz desenvolvimento sustentável, sem se conservar a biodiversidade. Nesse sentido, também prevendo o fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente, temos desenvolvido esses trabalhos junto ao MDA.

Recentemente, desenvolvemos a implementação dos Centros Irradiadores do Manejo da Agrobiodiversidade, que vêm trabalhando com o resgate de sementes crioulas e de plantas medicinais, que estão ligadas, normalmente, ao conhecimento tradicional associado e que, de certa forma, garantem a autonomia dos pequenos agricultores ou com ela contribuem. Muito se fala – e com razão! – que nem só de terra vivem os assentados, pois precisam de ações concretas no sentido de se manterem na propriedade. Certamente, essas ações que vêm sendo desenvolvidas têm possibilitado que pequenos agricultores, das mais diversas regiões do País, façam o agroextrativismo sustentável e semeiem variedades crioulas, para que não tenham a necessidade de ficarem todo ano comprando das grandes empresas, diminuindo, assim, sua independência econômica.

Nesse sentido, temos obtido bons resultados. E o que é mais interessante de se observar é que as propriedades que estão sendo beneficiadas com esse processo têm um respeito muito grande pelo meio ambiente. A reserva legal, as áreas de preservação permanente estão sendo respeitadas! Ou seja, os pequenos produtores e os assentados rurais estão conscientes da sua dependência do meio ambiente, porque não é possível degradá-lo e, ao mesmo tempo, obter a sua sustentabilidade.

Após fazermos essa rápida introdução, passamos a analisar agora o inciso III do PL nº 46, que se refere ao crime ambiental nos termos da legislação especial. Pelo Diário Oficial, consta como duas vezes o Item 2, mas, pela lógica, pois penso que tenha havido um erro gráfico aqui, deve ser inciso III.

Não vou comentar a questão do trabalho escravo, também apresentada pela Patrícia, da OIT, e do trabalho infantil e a questão das culturas ilegais de plantas psicotrópicas, porque parece que já existe um entendimento de que isso estaria já coberto pelo art. 243 da Constituição, que prevê a expropriação.

Mas, certamente, temos que considerar extremamente louvável a inclusão, sim, da questão do crime ambiental, nos termos da legislação especial, como fator de desapropriação. Agora, resta saber se aquele crime, se aquele mal causado ao ambiente vai ser pago por quem causou esse mal. Porque não é possível, talvez, Srs. Senadores, desapropriar, pagar alguém que causou algum mal à natureza e ficar por isso mesmo! Então, não sei como equacionar isso, Srs. Senadores, mas, além das multas cabíveis, da recomposição da área danificada etc, deveria ser abatido e reduzido do processo de desapropriação, se é que fosse mantida a questão como passível de desapropriação.

Entendemos que seja preciso, sim, incorporarmos novas áreas para a reforma agrária. Existe, em alguns Estados do Sul, especialmente, a falta de estoque de terras. Está faltando terra para se desapropriar. E, sem dúvida nenhuma, esse tipo de legislação viria a incluir, de forma clara, essa variável conservação ambiental na conceituação da propriedade produtiva, que é o que, hoje, está deixando muito a desejar. Não é possível que um cidadão, como aconteceu na minha cidade do oeste do Paraná, Toledo, que é agrônomo como eu, feche o rio que abastece a cidade! Ele represou o rio que abastece a cidade, a principal fonte de abastecimento da cidade – mas isso já há 15, 18 anos –, e isso, simplesmente, ficou por isso mesmo. Quer dizer, ele acabou sendo, de certa forma, não penalizado como deveria. É uma coisa que coloca em risco todo o abastecimento d'água à população.

Um exemplo mais recente ocorreu aqui no Rio Grande do Sul, onde estivemos semana passada – um cidadão do Município de São Sepé simplesmente desviou onze quilômetros de rio. É possível se aceitar esse tipo de coisa, sem autorização alguma, sem estudo de impacto ambiental algum, como se a água fosse dele? Isso certamente está contrariando os preceitos constitucionais.

Então, sintetizando, é preciso, sim, incluir a variável ambiental no conceito de propriedade produtiva. Não pensamos que possa ficar simplesmente reduzida à questão economicista, à questão econômica, à análise de a propriedade ser produtiva ou não. A pergunta que todos temos de responder é – será que é normal um cidadão produzir determinados quilos, por hectare, de um produto qualquer, mas causar intoxicação aos nossos mananciais, jogando agroquímicos de forma totalmente irresponsável, matando peixes, poluindo os rios, podendo comprometer as populações ribeirinhas que estão a jusante? Será que isso é normal? Creio que seja essa a discussão que está em jogo certamen-

te, Srs. Senadores, e entendemos que essa questão deva, sim, ser regulamentada.

A outra questão que certamente permeia esta Comissão de Agricultura e as outras Comissões também é a dos índices de produtividade. Assim como existem propriedades produtivas, considerando até as de baixíssimos níveis de produtividade – e não estou falando em situações especiais de calamidades, de secas e tal –, é preciso começar a achar no mínimo estranho que propriedades, ano a ano, de forma recorrente, produzam, vamos supor, 1.200 quilos, por hectare, de soja, durante cinco, dez anos. Quer dizer, será que, todo ano, está havendo seca nessa região, nesse Município? Então, é uma coisa que temos de rever – temos de rever, não, estou levantando isso aos Srs. Senadores como uma possibilidade de análise, de aprofundamento ou, até mesmo, de melhoria e adequação dos índices de produtividade.

Basicamente, então, é isso. Estou com bastante tempo, mas, concluindo, penso que seja muito louvável a proposta de se introduzirem essas variáveis ambientais no conceito, que entendemos que deve estar bem claro no próprio atendimento ao art. 186 da Constituição. Penso que as coisas não podem estar separadas, segregadas, divididas. O que é função social? A função social – e aí incluímos a questão ambiental, é óbvio – tem de estar ligada e estreitamente relacionada à questão do conceito de propriedade produtiva. Não entendemos como uma propriedade pode ser considerada produtiva se não respeita as condições necessárias para se deixar um ambiente mais saudável para as gerações futuras. Não entendemos que isso seja possível.

Seria isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Agradeço a participação do Dr. Luiz Carlos Balcewicz, assessor técnico da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, do Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, V. Ex^a me concede a palavra pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, é só para registrar que está presente nesta audiência pública o Presidente da Anamatra, Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Dr. Pandelot. Era esse o registro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)

– Muito bem! Agradeço a V. Ex^a.

Passamos agora aos comentários, indagações e reflexões das Sr^{as} e dos Srs. Senadores. No primei-

ro bloco, vamos ouvir o Senador Osmar Dias, que é o Relator da matéria, e, em seguida, a Senadora Ana Júlia Carepa, que é a autora do requerimento para esta audiência pública, e, na sequência, o Senador Cristovam Buarque, que é o autor desse projeto de lei, fundamental, como foi bem ressaltado pelos membros da audiência pública, em termos também dessa grande discussão que se faz a respeito de propriedade produtiva.

Então passo, em primeiro lugar, a palavra ao Senador Osmar Dias, Relator desse projeto de lei.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, senhoras e senhores convidados, Sr^{as} e Srs. Senadores, sou Relator do projeto apresentado pelo Senador Cristovam Buarque.

Quando peguei o projeto para analisar e para estudar, sendo do Senador Cristovam Buarque, o meu espírito foi o de recebê-lo já para dar parecer favorável. Mas mandei para a Consultoria do Senado, e, junto com o consultor, analisamos inconstitucionalidades no projeto. Até, talvez, se houver dúvida em relação ao meu parecer, que é pela rejeição do projeto, deveria ser encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, porque considero que o projeto do Senador Cristovam Buarque contraria a Constituição num ponto, e, em outros, torna mais amena até a situação daqueles que teriam as suas propriedades expropriadas, e não desapropriadas. Querem ver?

No caso de plantas psicotrópicas, o que a Constituição define é que aquela propriedade onde tenha sido encontrado o cultivo de plantas psicotrópicas não seja desapropriada e o seu proprietário tenha direito à indenização, ao contrário, ela será expropriada. Portanto, o projeto do Senador Cristovam Buarque ameniza a situação para quem cometer esse ilícito, ou seja, cultivar plantas psicotrópicas. Então, nesse caso, já rejeitaria o projeto de lei nesse ponto de plantas psicotrópicas em função disso.

No caso de trabalho escravo, existe uma PEC tramitando na Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda Constitucional nº 438/2001, que teve origem na PEC nº 57/99, que também coloca no rol do art. 243 o trabalho escravo como motivo para expropriação da propriedade. E, nesse caso do projeto de lei, qual seria o resultado da detecção de um trabalho escravo numa propriedade? Seria a desapropriação, segundo proposta do projeto de lei. Então, acredito que, no caso de aprovarmos esse projeto de lei e, depois, a Câmara dos Deputados aprovar a emenda constitucional, a emenda constitucional teria um efeito muito mais punitivo ao trabalho escravo do que essa proposta contida no projeto de lei do Senador Cristovam Buarque. Acredito que a intenção do Senador tenha sido até punir

mesmo; mas, no caso, ela pune menos e acho que a proposta de emenda constitucional deveria prosperar e não o projeto de lei.

Com relação à questão ambiental e o trabalho infantil, acho o seguinte – é um risco muito grande se generalizar, e fico preocupado quando ouço, numa audiência pública, uma discussão onde as pessoas generalizam, como se todo produtor de algodão fosse alguém que contrata trabalhador e coloca em regime de escravidão, como se todo pecuarista fizesse isso também, como se todo fazendeiro... Porque o termo fazendeiro, de repente, passou a ser pejorativo. Ser fazendeiro, então, é manter trabalho escravo, trabalho infantil, é ser latifundiário, é ser destruidor do meio ambiente? Não.

Até tive uma conversa demorada, esses dias, com a Ministra Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente, dizendo a S. Ex^a o seguinte – que o dia que o Governo entender que quem faz as coisas direitinho, contrata de acordo com as leis trabalhistas, obedece às leis ambientais, cumpre tudo direitinho, deveria por isso ter o reconhecimento do Governo, da sociedade, e ser beneficiado por isso e não atravancado nos seus negócios, porque, quando alguém vai pedir uma licença ambiental, se está tudo direitinho, por que essa licença demora tanto tempo, por que essa licença se arrasta dois, três anos e aquele projeto não pode ser executado? Será que não seria uma forma de valorizar a legalidade, de valorizar quem faz as coisas direito, agilizando os processos dessas pessoas? “Olha, foi feita uma vistoria, está tudo certinho na propriedade, está lá a mata ciliar, está lá a reserva legal, está lá a preservação do meio ambiente, os trabalhadores estão com alojamento, estão se alimentando direito, está sendo dada assistência de saúde...” Por que essa pessoa que está fazendo tudo direitinho tem que ser punida, como se fosse um criminoso igual a alguém que destrói, alguém que contrata trabalho infantil e que não teve o cuidado de obedecer à legislação trabalhista?

Outra coisa, é preciso diferenciar bem trabalho escravo de desobediência à legislação trabalhista. Esse é um ponto muito importante, porque de repente alguém vai ter sua propriedade expropriada até por desconhecer algum dispositivo, ou por não estar cumprindo um pequeno dispositivo.

Fui convidado para participar de uma audiência pública – era ainda Ministro do Trabalho o atual Presidente do PT, o Berzoini – e para lá fui sem saber do que se trataria na audiência pública, e lá estavam dezesseis produtores de Mato Grosso que estavam na lista do trabalho escravo que tinha sido encaminhada para a OIT. Tinha gente ali cuja propriedade eu conheci por fotografia – não posso afirmar em relação àquilo que

não conheço visualmente –, mas, pela fotografia, eu vi alojamentos com todas as condições, o refeitório... Eu mesmo, quando estou andando pelo Paraná, me alimento em restaurante em beira de estrada em condições muito piores do que as daquele refeitório que eu vi ali. E o sujeito foi colocado na lista porque alguma coisa não estava certa, não sei se não tinha azulejo, alguma coisa não estava certa. Outro foi colocado no relatório porque não usou copo descartável, quer dizer, tinha que usar copo descartável. São exageros que são cometidos, às vezes, pela ânsia de fiscalizar, detectar e punir. Esse é o perigo. Penso que se deve separar muito bem o que é trabalho escravo do que é desobediência à legislação trabalhista, para que, por causa dessa confusão, não se cometam injustiças ou até se desanimem aqueles que dão emprego, para que continuem a fazê-lo.

Todos gostariam de que as condições de trabalho fossem as melhores possíveis para todos os trabalhadores. Aqueles que empregam muitas vezes procuram dar as melhores condições, mas há muitos que não o fazem. Esses têm de ser punidos. Aqueles que cometem crime, que desobedecem à legislação trabalhista, que têm trabalhadores em regime de escravidão têm de ser punidos – aliás, têm de ser presos. É preciso ser drástico mesmo em relação a esses.

O que quero dizer é que as pessoas que procuram cumprir tanto a legislação trabalhista quanto a ambiental, ou o que diz a Constituição em relação à produtividade, deveriam receber um estímulo e não viver sempre sob o foco da fiscalização policial. Não. Penso que deve haver um novo procedimento e que isso adiantaria, e muito, pois geraria uma valorização muito grande daqueles conceitos sustentados por quem defende o meio ambiente e o trabalho regular, com emprego garantido, carteira assinada, alimentação decente, tudo certinho.

Também não considere adequado aprovar a lei no que se refere à questão ambiental e ao trabalho infantil, porque seria inconstitucional. É preciso mudar a Constituição. Uma lei não é suficiente para descrever um crime ambiental e a propriedade passível de desapropriação. Teria de ser alterada a Constituição. Para isso, precisaria ser apresentada uma proposta de emenda constitucional. Foi esse o parecer da Consultoria do Senado, com quem conversei muito.

Analisei essa questão profundamente, com muito cuidado, não só por se tratar de um projeto de lei de um companheiro do meu Partido, o Senador Cristovam Buarque, mas por ser uma proposta que mexe com assuntos muito delicados e que precisam, portanto, de um cuidado muito especial.

Gostaria de fazer outro comentário sobre essa questão de cumprir a função social. O meu conterrâneo, do Paraná, falou da função social. O espírito da lei foi segregar a questão econômica da questão social. Isso está hoje na legislação. Ele defende que isso seja considerado, mas não há como separar, mesmo que o espírito da lei seja o de separar.

Chamo a atenção para um detalhe. Cito um exemplo deste ano. Planta-se soja a um custo, por saca, de R\$30,00 e vende-se a R\$24,00, em algumas regiões, e, em outras, a R\$20,00. Planta-se arroz a um custo de produção de R\$28,00 e os produtores venderam a R\$12,00, R\$13,00, R\$14,00. Planta-se milho atualmente a um custo de R\$18,00 e vende-se a R\$10,50 ou R\$11,00. Se o agricultor não plantar, não cumprirá os índices de produtividade e de utilização da terra. Nem o GUT, nem o índice de produtividade. O que acontecerá? Esse produtor deverá decidir entre pagar para produzir ou ter a área desapropriada porque não cumpriu os índices de produtividade, os critérios estabelecidos na Constituição e na legislação.

Por que o preço está baixo e temos um custo de produção que, em alguns casos, é o dobro do preço do produto? Há alguns fatores externos, mas alguns dependem do Governo. Por exemplo, a taxa de juros e a taxa de câmbio dependem do Governo e não de fator externo. É o Governo quem cria condições para que as taxas de câmbio sejam tão irreais, a ponto de US\$1.00 valer R\$2,18, R\$2,17 hoje. Isso significa o seguinte – que o preço do produto, quando plantado, que era avaliado quando o dólar valia R\$3,10 ou R\$3,20, na outra safra, foi vendido a R\$2,20. É claro que houve uma defasagem enorme. Essa responsabilidade não é do produtor, mas ele é obrigado a plantar, senão sua área pode ser desapropriada.

Não seria o caso de se fazer também uma emenda à Constituição para desapropriar o Governo, que não cumpre a função social? O Governo atual não está cumprindo a função social, mas não sofre problema nenhum com desapropriação.

Outra questão – se remetemos isso para outros negócios, para outras atividades econômicas, quando um sujeito faz um cálculo e toma conhecimento que seu balanço será negativo, sua contabilidade será negativa, pensa – “Se eu produzir com capacidade plena em minha empresa, vou ter x de prejuízo, então vou reduzir para apenas 30% da produção para não ter todo esse prejuízo”. Ele pode fazer isso. A única atividade que não pode fazer isso, porque a terra é desapropriada, que não pode se adequar ao momento do mercado, à situação econômica do País, é a atividade agrícola.

Nesse caso, parece-me exagerada a punição dos produtores, que, num ano como este em que estamos,

são obrigados a plantar e terão de vender parte do patrimônio para pagar suas dívidas. Não tenho dúvida de que, este ano, grande parte dos produtores brasileiros terão de vender parte do seu patrimônio para pagar dívidas, porque não conseguirão fazê-lo apenas com sua produção.

É muito perigoso generalizar. É muito perigoso fazer uma lei sem levar em conta essas variáveis.

São esses os comentários que queria fazer. Não faço nenhuma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Flávio Arns. PT – PR) – Dando seqüência, após as três exposições, os participantes desta audiência pública terão oportunidade de fazer considerações também em função do que disseram os Senadores e as Senadoras.

O Senador Osmar Dias abordou questões fundamentais, que, sem dúvida, merecem uma reflexão bastante cuidadosa por parte de todos nós.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa, autora do requerimento para a realização desta audiência pública.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Cristovam Buarque, autor do projeto, solicitamos esta audiência também para um esclarecimento maior. O Senador Osmar Dias nos ajudou nesse processo. Concordo com alguns pontos abordados pelo Senador Osmar Dias. No que diz respeito ao fato de que o projeto do Senador Cristovam Buarque – e S. Ex^a dirá isso, inclusive, porque é natural –, quando foi votada a PEC do trabalho escravo e da expropriação, nós não estávamos aqui. Ele já estava na Câmara. Particularmente, conheço o projeto. Estamos numa campanha há anos para votar essa PEC, que considero mais avançada.

Tenho um projeto diferenciado sobre o trabalho escravo, que impede o financiamento; trata-se de um outro aspecto que não consta da PEC. Penso que o Poder Público não pode financiar com uma mão o que ele combate com a outra; é uma contradição, por isso deve ser proibido.

Há também a questão relativa ao trabalho escravo, aos psicotrópicos, no projeto que está tramitando.

O Senador Cristovam Buarque falará sobre a PEC que irá apresentar. Eu disse ao Senador que a assinaria, juntamente com S. Ex^a, mas como a proposta foi pensada pelo Senador Cristovam, penso que S. Ex^a é que deve anunciá-la.

Quero apenas tecer alguns comentários acerca da demora na votação da PEC. Apesar de todos concordarem com a proposta, estranhamente ela não é votada. É uma situação estranha – dizem que na OCB, Organização das Cooperativas Brasileiras, 80% de seus

associados são pequenos produtores, o que é verdadeiro, mas a sua direção não representa, infelizmente, o pensamento dos pequenos; representa o pensamento dos grandes ruralistas, dos grandes latifundiários, daqueles que sempre falam da falta de clareza da legislação em relação à definição do trabalho escravo, o que não é verdadeiro. Ouço muito essa história.

Tenho muito orgulho de ser Senadora e de ser paraense não só de coração, mas de nascimento. Sabemos que o Estado do Pará concentra 45% de toda a violência e morte no campo e também, infelizmente, a grande maioria das diligências em relação ao trabalho escravo.

Sabemos que não é uma questão de azulejo. A legislação é clara. Além de constar da CLT, consta do Código Penal, art. 149. Se houver uma ou outra situação, quem estará sujeito à pena é o funcionário que não enquadrar na legislação correta, não fez a identificação daquele trabalho como análogo ao trabalho escravo. Sabemos que todos são contrários, mas todos alegam essa questão, que, no meu entendimento – e falo isto não em relação ao Senador Osmar Dias, mas à grande maioria dos produtores e dos grandes produtores –, temos de separar. Todas as vezes faço esta ressalva – Não confundamos, muitos produtores deste País realmente são contrários à violência e não a praticam, não a incentivam, nem a financiam. Mas, infelizmente, muitas entidades fazem esse discurso, mas são omissas, coniventes e, assim, incentivam a impunidade. Quando alguém se omite – Senador Flávio Arns, V. Ex^a conhece bem a questão –, está incentivando a violência, está sendo conivente ou cúmplice. Hipoteticamente, quando alguém se omite, acaba incentivando isso.

Penso que não se votou a PEC na Câmara por conta do peso, da força da bancada ruralista, mas já deveria ter sido votada. Considero o projeto do Senador Cristovam Buarque meritório, mas há outras legislações na mesma direção que são mais avançadas. A bancada ruralista pode achar bom o projeto, porque, pelo menos, poderão essas pessoas receber indenização em caso de desapropriação – a legislação permite a desapropriação pelo menos em relação aos bens, às benfeitorias.

Apesar do mérito do projeto e da vontade que o Senador Cristovam Buarque tem de fazer esse combate, penso que ele está sendo feito de uma forma até mais avançada – já passou pelo Senado, está em votação na Câmara e apenas aguarda que aqueles que dizem ser favoráveis realmente ao combate ao trabalho escravo tornem isso mais do que um discurso e o façam na prática, aprovando a PEC.

O SR. PRESIDENTE (Senador Flávio Arns. PT – PR) – Agradeço à Senadora Ana Júlia Carepa, autora do requerimento.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, autor do projeto de lei em discussão nesta audiência pública.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^a Senadora, senhores membros da Mesa, em primeiro lugar, agradeço à Senadora Ana Júlia Carepa por ter convocado esta audiência, que está sendo extremamente proveitosa não só para os trabalhos do Senado, mas para mim, pessoalmente. Em segundo lugar, agradeço o parecer do Senador Osmar Dias. Eu deveria rebatê-lo, mas confesso que não tenho nenhum argumento para rebater tudo o que foi dito pelo Senador Osmar Dias ao mostrar falhas no projeto, apesar de a intenção ser muito boa.

Neste sentido, vou retirar esse projeto e tentar segurar a parte da boa intenção, tomando o cuidado de colocar uma PEC, de colocar expropriação e de concentrar no que se refere ao trabalho infantil, mas fazendo uma explicitação – trabalho infantil nos horários de aula, porque também não podemos expropriar terra porque os adolescentes, filhos do proprietário, durante período de férias, ajudam na colheita ou, até mesmo durante o período de aula, mas fora das aulas ajudam na colheita.

Não quero, em nenhuma hipótese, que um projeto de lei que visa trazer justiça para uma parcela da população – por exemplo, as crianças – sirva de injustiça para outra parcela que são os fazendeiros, que são os agricultores. Estive recentemente no Rio Grande do Sul e vi o que vive hoje um produtor agrícola. Eu vi hoje o que é resultado, Senador Flávio Arns, de uma preocupação do Governo apenas com o presente, sem olhar uma estratégia de médio e longo prazo.

Do ponto de vista do presente, é corretíssimo jogar o preço lá para baixo para abaixar a cesta básica, para segurar a inflação. Agora, no médio prazo, o que estamos fazendo é desarticular a produção agrícola e, mais à frente, em vez de segurar os preços, explodirão os preços quando não tivermos dólares para comprar os produtos.

Agradeço bastante tanto à Senadora Ana Júlia Carepa quanto ao Senador Osmar Dias pelas colocações que fizeram e vou trabalhar essa idéia de uma PEC junto com a Senadora Ana Júlia restrita ao caso do trabalho infantil, mas colocando o trabalho infantil em horário de aula, porque não podemos expropriar terra, estava dizendo há pouco, quando o proprietário, o fazendeiro, usa o trabalho de seus filhos no momento da colheita, fora do horário de aula e quero dizer que compartilho totalmente com a sua preocupação com o

setor agrícola hoje, pois um governo que se preocupa com o curto prazo está sacrificando uma estratégia de longo prazo do setor agrícola como vi, há pouco tempo, com os arrozeiros do Rio Grande do Sul.

Eu não gostaria de terminar sem aproveitar para discutir outros assuntos aqui porque tenho uma curiosidade minha em relação à fala, sobretudo, da Dr^a Patrícia. Primeiro, quando a senhora fala em 2,5 por mil na América Latina, queria saber se a proporção no Brasil é igual, maior ou menor. A segunda pergunta – queria saber se já se encontrou algum trabalhador forçado, escravo, que tenha o ensino médio completo; e, terceira, qual a percentagem de analfabetos ou semi-alfabetizados que compõem o trabalho forçado. De repente, estamos querendo punir um fazendeiro quando, na linha do que disse o Senador Osmar Dias, devia punir o Governo por não dar escola. Porque se você não encontrar ninguém com ensino médio escravo, a melhor maneira de acabar com a escravidão é dar o ensino médio a todos.

Ficam essas três perguntas aproveitando e agradecendo muito, porque, graças aos esclarecimentos e exposições de vocês que foram muito respeitosos com a intenção, mas mostraram que esse projeto de lei merece ser substituído por um estudo melhor, que eu vou fazer.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Agradeço ao autor do projeto de lei, Senador Cristovam Buarque, e passo a palavra à Sr^a Patrícia Souto Audi para as considerações em função das observações feitas.

A SRA. PATRICIA SOUTO AUDI – Inicialmente, gostaria de agradecer aos Srs. Senadores a oportunidade de, mais uma vez, estar falando em nome da Organização Internacional do Trabalho.

Gostaria até de concordar com o que o Senador Osmar Dias disse. Quando nos referimos a trabalho escravo, não nos referimos ao descumprimento das cláusulas trabalhistas e, muito menos, à não colocação de azulejos em alojamentos. Estamos falando de brasileiros que hoje têm a sua liberdade restrita e que, se tentam sair dessas propriedades rurais, simplesmente são mortos. É uma situação impensável, mas que segue critérios rigorosos do Ministério do Trabalho, tanto que – e eu estava até fazendo uns cálculos aqui – existem aproximadamente dezessete milhões de brasileiros que trabalham no campo.

O Ministério do Trabalho considerou trabalhadores resgatados, libertados no ano de 2004 e, agora, em 2005, esse número deverá se aproximar de cinco mil trabalhadores, o que mostra que isso representa um percentual de 0,03% dos trabalhadores no campo. Tão criteriosos seriam então, e não existe nenhuma inten-

ção dessa fiscalização e de qualquer outra instituição que representa e que busca reprimir esse problema em generalizar essas questões.

Falando-se em generalizar, existe uma preocupação, Senador Osmar Dias, não só da OIT quanto de todos os membros da Comissão em não generalizar o setor produtivo brasileiro com a mancha do trabalho escravo, com a mancha do trabalho infantil ou com qualquer outra mazela social.

Também somos muito criteriosos – e posso falar em nome da Comissão Nacional da qual a OIT é simplesmente a observadora – em não causar qualquer tipo de dano que possa vir a representar prejuízo para a economia brasileira, tanto com relação ao setor pecuário, quanto com relação ao setor algodoeiro ou de soja.

Estamos falando de cento e oitenta empresas em um universo de quantas empresas no setor agrícola? Milhares. Estamos exatamente em dialogo constante com a CNA para definir, separar o que é o joio do trigo e não punir absolutamente aqueles que pagam seus impostos e geram empregos para o Brasil, geram divisas ao Brasil. Essa é uma preocupação nossa constante.

Com relação aos comentários do Senador Cristovam Buarque, posso dizer, Senador, que é lógico que não podemos justificar a escravidão e a condição a que essas pessoas são submetidas pela miséria e a falta de oportunidade, até mesmo porque, senão, em todo país pobre do mundo teríamos que encontrar a situação de trabalho forçado, o que não é verdade.

A principal causa apontada pela OIT para a existência do trabalho escravo no mundo é realmente a impunidade, mas não podemos negar que, se existem fatores que contribuem para a existência dessa questão, existe a vulnerabilidade desses trabalhadores que, em noventa por cento dos casos, são analfabetos ou possuem até dois anos de estudo, embora se encontrem nessa condição pessoas com ensino médio concluído, que são oriundas principalmente do Estado do Maranhão, em quase 40%; do Piauí, em 19%; do Tocantins, em mais 10%, em municípios de baixíssimo IDH.

Não podemos restringir o fluxo migratório e a oportunidade de emprego desses migrantes nordestinos, principalmente, para as fazendas ou para as empresas do Norte do País que geram emprego, até mesmo porque, na maior parte das vezes, essa migração se dá sob aspectos absolutamente legais.

O que a Comissão vem defendendo é exatamente buscar garantir que essa migração se faça com um mínimo de garantias de direitos – que seja um contrato assinado, com a informação da família para onde esse trabalhador está indo, porque, quando ele perde o vínculo com a família, simplesmente se criam dois

problemas – uma situação de restrição de liberdade no local em que trabalha e o abandono completo, sem o envio de dinheiro, porque ele não recebe absolutamente nada nos meses ou anos em que permanece escravizado, de sua família nessa localidade.

Neste sentido, estamos e, convido a todos os senhores, lançando, em parceria com o Governo Federal, em nome da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, uma campanha de prevenção – e não sei se os senhores conhecem – toda voltada para o trabalhador, exatamente para que essa migração se dê sob aspectos normais. É uma campanha feita pelo xilogravurista J. Borges, pernambucano, que tem como instrumento a literatura de Cordel e os repentes. A cerimônia de lançamento deverá acontecer no próximo dia 13 de dezembro, no Palácio do Planalto, com a presença do Presidente da República.

Mais do que isso – o perfil do trabalhador, além de contar com pouquíssimos anos de estudo, Senador, ele é homem e jovem, entre 25 e 40 anos, cujo capital, o único que possui, é a força bruta. Por isso, quando falamos, eles não são utilizados na área-fim desses empreendimentos. Eles não são utilizados, por exemplo, para dirigir um trator; eles são utilizados para a devastação da floresta; e é por isso que esse crime se dá, principalmente, no arco do desenvolvimento amazônico, com o consórcio de outros crimes, como o crime de grilagem de terras e os crimes ambientais. E eles são utilizados para devastar a floresta ou para limpar a área já devastada para o plantio de pastos ou de insumos agrícolas.

Toda vez que o Ministério Público Federal pede o indiciamento dessas pessoas que estão na lista suja – e elas estão respondendo a processos criminais por denúncia crime do Ministério Público Federal –, ele o faz desde o enquadramento no art. 149, que é a sujeição de alguém à condição análoga a de escravo, aos crimes de grilagem de terras, crimes ambientais, crimes previdenciários e de formação de quadrilha. Então é uma sorte de crimes pela qual essas pessoas estão sendo responsabilizadas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Só para complementar – o índice, ou seja, se o Brasil é maior ou menor do que os restantes dos países arrolados.

A SRA. PATRÍCIA SOUTO AUDI – Nós não fizemos essa classificação por países, até mesmo por falta de dados, por se tratar uma atividade ilícita. Nós nos detivemos, mundialmente, a fazer essa definição apenas por região.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – É que foi dito algo aqui que acho que tenho obrigação de corrigir. Foi dito que as cooperativas têm, na sua composição, 80% de pequenos produtores, mas que os seus dirigentes são todos representantes dos grandes negócios, dos latifundiários etc.

Isso, no meu Estado, é uma inverdade; é completamente equivocada essa afirmação. Nós temos cooperativas no Paraná em que os dirigentes, que são eleitos, inclusive, em assembléia...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Só para ajudá-lo, Senador, não são representantes das cooperativas, mas da associação nacional.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – É que V. Ex^a disse cooperativas.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Então, eu corrijo, para me referir à representação nacional.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Qual entidade de nacional?

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*) A OCB.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Mas a OCB é também eleita pelos representantes das cooperativas nos Estados; e as cooperativas fazem assembléia. Nada é decidido numa cooperativa sem o voto, inclusive, de 80% dos seus membros, que são os pequenos produtores. Então, se a maioria vence no voto, a maior é de pequenos produtores; então, as decisões são dos pequenos produtores.

A meu juízo, é preconceituosa essa afirmação de que as cooperativas são representantes do grande negócio, do grande agronegócio. Pelo contrário, não fossem as cooperativas, a agricultura familiar estaria fuzilada neste País, principalmente com os governos que há por aí.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Concedo a palavra ao Dr. Valdez Farias para algum comentário.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem.

Estou inscrito, gostaria quem sabe se fosse cedida a palavra para depois vermos as considerações finais?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Os Senadores Wellington Salgado, Gilberto Goellner e o Senador Mão Santa estão inscritos.

Sugiro o seguinte – como houve comentário de Senadores, já numa primeira rodada, para não perdermos as observações que foram feitas, não nos distanciarmos no tempo das observações, que haja... Não sei se o Dr. Luiz Carlos quer fazer alguma obser-

vação... E já voltamos aos Srs. Senadores para a segunda rodada.

O SR. LUIZ CARLOS BALCEWICZ – Bem objetivamente.

O Senador Osmar Dias e o Senador Cristovam Buarque citaram os problemas por que passa a agricultura. No médio prazo, corremos, sim, o risco de ter redução da oferta de alimentos. Isso é uma coisa que é possível. Quer dizer, esse é o lado negativo – a menor oferta de alimentos. Não vou aqui comentar a política econômica do Governo, que não compete a mim. Mas queria só citar um lado positivo – redução da pressão sobre o meio ambiente, o que facilita, de certa forma, o acesso a terra, porque reduz os preços da terra – e o preço da terra compõe os custos de produção –, e força a redução dos insumos agrícolas. Porque todo economista, todo agrônomo sabem que as grandes fornecedoras de insumos do País, tanto de agroquímicos, como sementes, fertilizantes, adotam um preço em função da perspectiva de lucro do agricultor. Num momento que tivemos dois bons anos, para a soja principalmente, onde se atingiram preços espetaculares – o dobro da média histórica –, o que aconteceu? As multinacionais forçaram os preços, e muitos agricultores e muitas cooperativas compraram insumos com preços elevados.

Então, é preciso saber também que, num curtíssimo prazo, os preços dos insumos vão cair, como estão caindo. É lógico que não vou entrar no mérito.

Para concluir, isso força a redução do preço da terra também, o que é muito importante.

Na questão do acesso a terra, a gente, que circula pelo Brasil afora, pode dizer que é maravilhoso ver o agricultor na terra, não passando fome. Nas margens das grandes cidades, nas periferias, se vê miséria; no setor agrícola, nas áreas assentadas, nas áreas reformadas – embora ainda ocorra no Maranhão, Piauí –, dificilmente se vêem famílias deixando de comer. E o leite, apesar dos R\$0,35 que o agricultor do Sul está recebendo, por litro – não vamos citar que a gente paga R\$1,30, R\$1,40 –, é o grande fornecedor de renda do agricultor. Ele está se mantendo com o leite, apesar dos preços baixos e talvez, eventualmente, da falta de incentivo que poderia haver para o consumo do leite por parte de governos estaduais, municipais.

Então, independentemente da situação do momento, acho que nós temos boas coisas para o futuro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Até pediria que, em função do objetivo desta audiência pública, como o Dr. Luiz Carlos disse, nós não entrássemos no detalhe dos problemas realmente sérios que o Brasil vem enfrentando com o agronegócio de uma

maneira geral. Isto tem que ser objeto desta Comissão também, mas talvez não nesta audiência pública.

Só gostaria de lembrar a V. S^a, Dr. Luiz Carlos, que o Senador Osmar Dias perguntou algo em relação ao projeto de lei e que se refere ao Ministério ao qual V. S^a pertence, ou seja, sobre a possível facilitação se ao proprietário... Por que existe essa demora grande para a concessão de uma licença ambiental? Não seria o caso de privilegiar aquele que cumpre toda a legislação?

O SR. LUIZ CARLOS BALCEWICZ – Essa questão está afeta ao Ibama, e essa reclamação do Senador é extremamente procedente. A meu ver, sinceramente, existem exigências burocráticas que poderiam ser simplificadas. Agora, não sou a pessoa mais adequada para responder o que poderia ser simplificado Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – V. S^a, em todo caso, leva essa preocupação, que considero extremamente pertinente.

Passemos à segunda rodada.

Antes de passar a palavra ao Senador Gilberto Goellner, concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa, que a solicitou invocando o art. 14 do Regimento Interno.

Em vista disso, V. Ex^a tem preferência.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Senador Flávio Arns, vou preferir falar no final.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Muito bem.

Concedo a palavra ao Senador Gilberto Goellner.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. convidados, Srs. expositores, Senadora Ana Júlia, minhas origens estão na produção agrícola, estou bem inteirado de todas as situações. O meu Estado é o Mato Grosso. Sou hoje um produtor que iniciou como pequeno, sou engenheiro agrônomo também. E, depois de muito tempo, consegui me inserir na atividade, o que era meu sonho. E, hoje, faço parte desse termo um pouco pejorativo que se está usando no País e que foi copiado dos Estados Unidos, o *agribusiness*, o agronegócio. Infelizmente, esse termo negócio da agricultura é extremamente prejudicial. Vejo que ele perturbou a produção de alimentos; ele se coaduna com o lucro, com o negócio, com atividade lucrativa, exploratória. Então, ele está pagando muito mal.

Na realidade, o Senador Osmar Dias foi muito competente nas suas afirmações quando abordou esses índices de preços, que já são desde o ano passado. É uma utopia dizer, como ouvi, que a soja teve 100% do preço aviltado no ano passado. Não foi verdadeiro. Durante uma semana, ele passou, no mercado inter-

nacional, de dez dólares para quatorze. Daí os chineses descobriram lá um motivo para devolver os navios porque eles não queriam pagar 14 dólares no mercado internacional. E o dólar estava bom, alto. Até poderia dar um lucro, mas ninguém ganhou; todo mundo perdeu; os navios voltaram. Encontrou-se alguma semente que realmente podia ter sido tratada com fungicida e que foi numa carga dessa. E, depois, esse preço caiu e realmente se estabilizou num valor histórico.

E, infelizmente, com a valorização do Real, temos hoje essa dificuldade de se produzir. Estamos produzindo com prejuízo em todo o País, em todas as atividades agrícolas, inclusive na exploração do óleo vegetal de palmáceas. O trabalho da agricultura familiar, o trabalho dos assentados não está encontrando renda, dificilmente. Se se ganha tudo e se ainda ganha os insumos para plantar, poderá sobrar. Agora, comprando os insumos num mercado cujo preço onera o custo de produção de uma empresa, hoje, no País, não encontra resposta para essa atividade.

Portanto, é uma atividade que deveria ser muito mais estimulada pelo governo, notadamente numa situação como a que se passa hoje, em que o Presidente já alardeou que conseguiu fazer baixar o preço do arroz. É uma atividade extremamente importante. Mas se ele fosse competitivo, se o produtor tivesse produzindo pelo menos para pagar seus custos, o que não é realidade. Ele está ganhando 40% menos. Então, se o povo está comendo barato, como está, o óleo de cozinha, o frango, o milho – tudo proveniente da soja – o óleo de soja, o frango, que é alimentado com o farelo de soja –, tudo enfim está muito barato no País, o prejuízo está muito grande, o endividamento está muito grande. As consequências disso serão desastrosas para o País, a partir de agora até o ano que vem. E, infelizmente, o produtor não pode reclamar, porque saiu plantando de novo. O Estado do Paraná vai plantar milho suficiente; o Rio Grande do Sul vai plantar toda a área. O Mato Grosso, por incrível que pareça, vai plantar tudo. Os produtores quebraram, deram lugar para outros, que arrendaram as áreas, achando que vão ter resultado. Não vão! Estão previstos prejuízos gravíssimos.

Portanto, é uma situação muito grave, promovida também por esses subsídios internacionais. Agora, até o Ministro Antonio Palocci entrou na jogada, defendendo, junto com o Ministro Celso Amorim, das Relações Exteriores. Vamos ver se eles têm êxito, fazendo valer realmente esses ganhos internacionais na OMC, que tivemos, tanto do açúcar, como do algodão, fazendo com que a gente consiga diminuir esses subsídios para que realmente a atividade não desapareça aqui no País. Porque, dificilmente, depois, poderemos recuperar esses produtores.

E o que vejo também, no caso de fazendeiros, produtores de algodão, produtores de cana, que precisam do trabalho eventual, trabalho às vezes de capina manual e que contam às vezes com migrantes do Nordeste do País, estão passando fome lá, não têm dinheiro para dar para a família. Mas vejo que, no agronegócio, termo pejorativo, que não gosto de usar, mas eu diria assim, na cultura algodoeira e na cultura de soja do Estado do Mato Grosso, que represento aqui no Senado também, como um dos três Senadores, vejo que muito se está fazendo para que, infelizmente, com todos os entraves que existem na legislação trabalhista para com a agricultura, que faz com que o produtor que tenha uma semana de chuva, um dia sequer de chuva, tente recuperar no dia seguinte essas horas de trabalho, pois nem balanço de horas é permitido. Então, se trabalhar mais que oito horas, uma ou duas horas extras, você simplesmente já está cometendo um ilícito trabalhista, submetendo o trabalhador a condição análoga à de escravo.

Eu perguntaria – e os banheiros que foram notificados, como muito bem citou o Senador? E às vezes não é tanto a questão do azulejo, mas do tamanho dos banheiros, a proporção. Aqui, no Congresso Nacional, avaliei o número de pessoas que utilizam os banheiros, tanto no plenário da Câmara dos Deputados como no plenário do Senado, e constatei que eles estão fugindo completamente às dimensões de adaptação ao número de usuários. Então, aqui se submete também à condição de trabalho análoga à de trabalho escravo. E os banheiros desses produtores foram notificados, porque não se adaptam.

E os nossos motoristas – cada Senador tem disponível, às vezes, um motorista – ou alguns outros funcionários que trabalham dez, doze, quatorze, quinze horas por dia? Também estamos cometendo ilícitos, infelizmente.

Mas todo o trabalho do comércio, da indústria ninguém critica. Mas há um questionamento muito grande se o agricultor, mesmo que ele tenha uma usina de transformação do algodão... O algodão precisa ser usinado para se separar o caroço da pluma. O Nordeste era campeão de produtividade, mas, infelizmente, por causa de uma praga – não é, Senador Mão Santa? –, o bicudo, pequenos produtores, que viviam do algodão, hoje não podem mais ter algodão. Essas usinas não podem trabalhar mais que nove horas por dia em cada turno. Então, você precisa contar – dois turnos, dezoito horas. Não pode trabalhar dezenove horas. Então precisaria contratar três turnos para poder trabalhar.

Portanto, vejo o seguinte – é de se elogiar o trabalho da Sr^a Patrícia, que eu já conhecia, da OIT. In-

clusive, a parceria que agora existe com uma entidade de classe. E daí vejo, Senadora, que as entidades não são omissas. No Estado de Mato Grosso, temos uma parceria, que se está iniciando, que é o Instituto Algodão Social. Ele surgiu dentro da Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão. Do Conselho da entidade fazem parte o Ministério do Trabalho, a OIT e várias outras entidades que já estão em funcionamento. Ali realmente se trabalha; eles estão operando realmente na prática. Eles visitam todas as propriedades, todos os produtores. São mais de seiscentos produtores no Estado que se dedicam à atividade. Este ano houve uma redução de 30% da área, porque quebraram, porque não têm preço, não há viabilidade econômica para continuar produzindo. E os que vão produzir sabem que vão produzir com prejuízo. São obrigados a produzir, senão vão ser desapropriados. Têm que cumprir a produtividade; procuram, de toda forma, cumprir a função social, função trabalhista, tudo direitinho. Mas não pode ter um deslize, como esses que citei. E foram vítimas de excessos cometidos pela Polícia Federal, de alegações diretas que foram prestadas. Inclusive não foram objeto nem de análise, nem de defesa estão tendo. Foram julgados sem defesa. Foram obrigados a fazer, às vezes, um ajuste de conduta, e esse ajuste de conduta tinha uma pegadinha. Fez o ajuste de conduta, assumiu que havia trabalho escravo.

Então, o que isso estragou da imagem do Brasil no exterior, Senador Cristovam Buarque! E faria o seguinte questionamento – será que não haveria uma ONG muito interessada, patrocinada pelos produtores de algodão americanos, que hoje são os que mais criticam o trabalho escravo, ou europeus, que criticam o trabalho escravo aqui no Brasil? Quando perguntamos – e aqueles mineiros que trabalhavam em minas na Alemanha e em toda a Europa e que foram obrigados a se aposentar, porque tinham fuligem não por fora, como o cortador de cana, mas por dentro, nos pulmões. E esse pessoal – hoje ninguém fala –, esses, sim, foram escravizados, e a Europa fez o desenvolvimento à custa dessas pessoas.

E aqui no Brasil, como a senhora citou, há essas aberturas diárias, possivelmente no Pará, como temos visto muito, as carvoeiras, aberturas diárias de produtores, fazendeiros inescrupulosos. Realmente toda a sociedade não pode nem ver aquelas imagens na televisão, aquelas fotografias, aquelas barracas de lona, o pessoal escravizado, que ficam 60, 90 dias sem receber. Não são registrados, não têm carteira de trabalho. Isso aí, sim, é um trabalho muito produtivo que se instalou no País, que é tirar a informalidade que existe no campo, mas essa também existe na cidade, existe na cidade. E hoje se sabe que, na cidade, mais

de 40% dos trabalhos são informais. E se realmente fizessemos um pente fino nisso aí, encontraríamos barbaridades.

Mas vejo que essas entidades omissas não são tão omissas. Vejo que todos estão preocupados. O setor é muito organizado, o setor é muito eficiente, apesar de toda essa crise por que passa o processo de custo-produção.

Para concluir, a OCB, como foi citado pela Senadora, é hoje um exemplo de organização cooperativista, e teve excelentes presidentes, como o atual, Márcio Freitas. O Ministro Roberto Rodrigues foi longamente Presidente da OCB. E são todos exemplos de produtores. Inclusive eles não defendem os grandes produtores do agronegócio. Eu até não vejo qual é o pretexto de hoje de ser grande produtor e muito menos vejo razão para se dizer que, tanto a OCB como a CNA hoje, estão defendendo algo que seja contra atividade, contra a legislação. Ninguém defende isso. Todo o mundo procura o melhor.

Senador, não faço nenhuma pergunta e verifico que este assunto precisa ser mais amplamente discutido para que realmente façamos uma PEC, Senador Cristovam Buarque, que atenda realmente a todas essas situações. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Agradeço ao Senador Gilberto Goellner e concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado de Oliveira.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, Srs. Componentes da Mesa, realmente debater um assunto desses depois da posição do nosso Senador filho de agricultor, que detém todas as informações do mercado e das cooperativas não é fácil. Já fiquei muito entusiasmado com a posição. Quero dizer-lhes algo – sempre que acompanhava os noticiários, ouvia falar em trabalho escravo. É uma coisa que não é bem definida. Claro que, ao se ver, sabe-se que é um trabalho escravo, mas não conseguia uma definição. E hoje a Sr^a Patrícia usou uma palavra para a qual eu não tinha tido ainda a sensibilidade, que é o trabalho forçado.

Há uma diferença muito grande entre trabalho forçado e trabalho escravo. Então, eu tentava distinguir o que é um trabalhador com carteira assinada, com tudo o que a lei manda e o que é um trabalhador escravo. E agora, você cita o trabalho forçado, que pode ser o que acontece no campo. Quer dizer, eu não sei ainda qual é a definição de trabalho forçado. Eu queria que você me esclarecesse realmente a diferença entre trabalho forçado e trabalho escravo, segundo seu entendimento, Patrícia.

Sou um homem urbano. Meu irmão já investiu muito na terra. Percebi hoje que não entendo nada. O máximo, para mim, era dizer que meu irmão estava no agronegócio. O Senador, como um grande, já pensa que é uma coisa ruim dizer que é agronegócio. Então, já vou dizer-lhe – “Não vamos mais falar em agronegócio, que nós não estamos mais em agronegócio”. Para mim, era bom isso. Sou um homem urbano. Outro dia, ele disse que havia uma cascavel na porta do quarto da fazenda. Então, não vou mais lá, de jeito nenhum. Eu não ia e não vou, havendo cascavel. O meu irmão, especificamente, está, há três anos, investindo na terra, e não tirou dinheiro nenhum da terra. É correção de pH de solo, é colocar cerca, é plantar capim, é comprar boi. Quer dizer, esse capital urbano está indo para o interior. Observo isso procurando, de alguma maneira, vislumbrar resultado, e, pelo que estou vendo agora, não vai haver resultado nenhum. O Senador é do campo, está acompanhando isso e já me disse – “Não tem jeito”. Então, já percebi que estou cumprindo, no fundo, uma atividade social. Não é isso que estou fazendo? Gerando emprego e transportando esse capital urbano em capital rural. É isso que venho fazendo. É isso que estou vendo aqui. E sobre isso vou conversar com ele. Se é para fazer isso, vamos cumprir. Mas vamos entender que estamos fazendo um trabalho social, e não um negócio, não esperando um retorno de capital. Dessa discussão, estou notando isso.

Observei, por exemplo, que o Senador Cristovam Buarque, no momento em que verifica que as questões que apresenta têm umas deficiências, ele retira e corrige. E isso eu não tenho sentido... Participei da CPMI da Terra e o que notei? Uma intransigência das duas partes que estavam na discussão. Foi derrubado um relatório, e surgiu um outro relatório que também teria que ser derrubado, falando sinceramente aqui, porque, se queremos melhorar o nosso País e a questão agrária, temos que ter sensibilidade e fazer o que o Senador Cristovam Buarque fez – retirar e melhorar. Isso não acontece nesse embate constante sobre a terra. Queira ou não queira, a reforma agrária é uma etapa do capitalismo e tem que acontecer para poder melhorar.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

É impressionante como o tempo passa rápido, quando estamos falando.

Ressalto que, a continuar esse estado de coisas, só as grandes empresas vão ficar donas do campo. Só alguém que domina toda a produção até a venda é que vai ficar dona. Cada vez mais, com as exigências, só as multinacionais é que vão comprar terra, vão

plantar. É o caso dos frigoríficos, que, hoje, compram o boi, criam o boi e vendem a carne. Então, dominaram todo o sistema. E, quando ele faz isso, chamam de monopólio. Dizem que é monopólio, que tem que ir para o Cadê, e começa o que está acontecendo aí. Todo o mundo é amigo, faz acordo. Mas, na hora em que há uma crise, como aconteceu com a carne, todo o mundo começa a atacar o outro. Os frigoríficos entram em conflito, e vão ter que se acertar.

Então, Sr. Presidente, se queremos melhorar o Brasil, vamos ter que, primeiramente, saber negociar e saber o que é bom. Não podemos ficar aqui com informações totalmente contrárias, quando se discute. Vim aqui para absorver informações e, quando estou captando, quando jogo para dentro da cabeça, dizem – “Está errado o que se disse”.

Portanto, temos que saber disso e caminhar juntos, para verificarmos aonde queremos chegar, porque, da maneira que está indo o debate – penso... Até usei uma frase, pois fiquei inspirado. É até bonito o que escrevi – “A essência da sua luta é gloriosa. Os caminhos para alcançá-la é que me levam a discordar”. Refiro-me ao caso da Sr^a Patrícia. Entendeu? Considero sua luta gloriosa, mas o caminho seguido não é inteligente.

Uma coisa importante que o Senador Cristovam fez foi perguntar – qual é a posição do Brasil com relação à América Latina? Um dado importante, e a senhora deveria tê-lo. O Brasil está abaixo da média da América Latina ou está acima da média da América Latina? Esta era a primeira conta que a senhora deveria ter feito na questão do trabalho escravo, e a senhora não tem esse dado, não analisou. Eu, por exemplo, sempre analiso alguma coisa comparando com alguma média, porque aí é possível saber se está bem ou não.

Era só essa colocação. Dr. Luiz Carlos, achei que quando o senhor começou a falar em produtividade da terra e começou a analisar, demonstrou que é como se o senhor tivesse o domínio de todo o mercado, e isso não acontece. Quando o senhor começa a dizer assim – por que há dez anos a produção é de tanto na terra? Eu acho que aí há um pouco de intransigência. Alguma razão existe, então tem que se procurar como melhorar ou se existe alguma esperteza pra continuar. Acho que o senhor analisou assim. Sou contra a mudança da água; não sei se a mudança foi dentro da terra dele, mas acho que tem que haver alguém que autorize? Mas vamos procurar ver se conseguimos tirar alguma coisa realmente produtiva. Caso contrário, vamos vir para o debate, mostrando posições contrárias e vamos sair daqui sem nada, tal como aconteceu no relatório final da CPMI da Terra.

Foram dois anos e meio de trabalho, a Senadora Ana Júlia brigou muito por isso, e, chegada a hora, a

Sr^a Heloisa Helena, com o jeitinho dela e com a força dela, conseguiu negociar duas ou três coisas, no final, que ninguém conseguiu durante dois anos e meio.

Era isso que eu queria colocar pra ver se chegamos, se conseguimos as informações verdadeiras e facilitamos o trabalho.

Quanto à questão do documento que não sai, e demora a sair, Senador, acho que, na verdade, demora a sair porque as pessoas têm medo de meter a caneta. É isso. Não é burocracia, não. É que, na hora – tal como acontece com INPS, Receita Federal – que alguém tem algum direito, pra alguém assinar e dar o direito, meu amigo, ninguém tem peito pra meter a caneta ali. Então, o que está faltando é coragem. Por quê? Porque se criam tantos meios, mas depois todo mundo é processado por dar a assinatura, que o sistema pára.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Agradeço ao Senador Wellington Salgado, dizendo que este realmente é o grande objetivo da audiência pública – ter o projeto, debatê-lo, ter o posicionamento do relator, do autor, trazermos instâncias que possam debater e chegarmos à conclusão de que, como todo projeto, existem muitos caminhos a serem seguidos, muitos dados que precisam ser consolidados e, a partir daí, formarmos um juízo do que seja melhor realmente. Mas, dentro da linha de V. Ex^a, este é o grande objetivo desta confusão saudável a partir de uma determinada discussão.

Passo a palavra ao Senador Mão Santa para concluir esse segundo grupo de observações.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Flávio Arns e expositores, bela expositora também, não é? Olha, Professor Cristovam Buarque, V. Ex^a sabe quanto eu e o Brasil admiramos V. Ex^a pela cultura, pelo seu currículo brilhante, o mais extraordinário professor do Brasil, reitor, ministro extraordinário. Nunca, em tão pouco tempo, se pensou tanto pela educação e se amou tanto. V. Ex^a foi extraordinário governador, governamos juntos um período no Brasil, não tem nada a aprender comigo, mas com Franklin Delano Roosevelt, quatro vezes presidente dos Estados Unidos. Os expositores e a expositora e principalmente o Lula têm que aprender, e têm que aprender muito, e também esse e Miguel Soldatelli Rosseto. Franklin Delano Roosevelt disse – “todo homem que eu vejo é superior a mim em alguma coisa e nesse particular eu procuro aprender”. Indubitavelmente ficou claro que nós temos esse homem no Senado, e isso é a cada instante porque ninguém esconde. N dia de hoje ficou mais uma vez claro isto – é o Senador Osmar Dias.

Eu queria – Senador Flávio Arns, sentai e atentai bem – dizer que... Olha eu queria aconselhar. Eu acho que as palavras do Senador Osmar Dias hoje, eu as ouvia atentamente. Tenho sessenta e três anos, desde 1978 eu me envolvi com política. No Piauí, não tem uma pessoa nesse negócio de trabalho escravo. Se há em alguns Estados, o Governo Federal deve decretar uma intervenção federal. Eu garanto e estou dizendo porque conheço e andei em todo o Piauí, que tem 224 municípios, dos quais Deus me permitiu criar 78. Então, tem prefeito, tem responsabilidade, tem espírito cristão. Pode haver um trabalhador que não tenha carteira, que não tenha as condições, mas isso não é trabalho escravo.

É o ilícito, mas não é o escravo. Escravo? Vamos no Aurélio Buarque pra definir. Não é essa a questão. Escravo eu entendo outra coisa. Não há no Piauí. Mas o trabalho talvez seja espelhado naquele de Deus que diz – “comerás o pão com o suor do teu rosto”. Essa é a verdade. Escravo eu não conheço. E tem a comunicação. Pode ter analfabeto? Sim, tem, mas tem a comunicação, o audiovisual, a televisão está em todo lugar, as emissoras, o rádio, a liberdade, os políticos a toda hora. Concorde em que a hora também não é limite, não. Eu concordo.

Eu trabalhei muito, mas não sei se o Presidente da República trabalhou muito, eu sei que foi um acidente e ele se aposentou.

Mas eu quero dizer é que, em muitos dias, Senador Cristovam Buarque, fiz, e contei, treze cirurgias – onze, dez, o maior dia foi treze. Eu fazia porque gostava. Eu não ganhava dinheiro, mas ganhava experiência.

Mas eu quero dizer a V. Ex^a – pegue todo o conteúdo, as frases – eu estava atentamente ouvindo, todos nós, os jornalistas – do Senador Osmar Dias. Então, pegue as gravações e forme um grande livro, que é a luz, a luz no trabalho do campo.

Então, faço minhas as palavras dele, porque elas traduziram muita vivência, muita ciência, muita experiência, muita luta, muita fé no campo. V. Ex^a e essa Comissão poderia pegar as gravações dele, só dele, e editar um livreto, para mandar para o Presidente da República e para o Miguel Rosseto. Eu mesmo queria rever esse material para aprender.

Então essas são minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Agradeço pela participação, Senador Mão Santa.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Pois não.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Não, eu quero agradecer as palavras do Senador Mão Santa, a generosidade dele para comigo, ele que é sempre muito generoso com os Senadores. Comigo, hoje, ele foi generoso em excesso. Eu agradeço as palavras do Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Muito bem. Com justiça. Generoso com justiça. (Risos)
Passo a palavra à Sr^a Patrícia para...

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Presidente, eu fui chamado para uma reunião dos Líderes no gabinete do Senador Renan Calheiros, porque está sendo constituída a comissão que vai avaliar o salário mínimo. Então, peço licença para me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Pois não. Inclusive há outros Senadores que estão sendo chamados nas CPIs. Então, peço brevidade para a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Eu vou ser breve, acho que dois minutos são necessários para compreendermos. Eu não vou entrar no mérito da questão da CPMI, Senador Wellington, porque, como estou há dois anos nela, penso que somente quem participou sabe o que foi aquilo e sabe que a tentativa de se fazer um relatório foi negada. O que se retirou, ao final, foi ínfimo, quero lhe dizer, foi muito pouco significativo. Essa é que é a verdade, o que se conseguiu retirar ao final foi ínfimo. Mas o que se queria o Deputado manteve – indiciar as entidades. Foi isto que ele disse pra mim – “não faço porque quero indiciar as entidades”. Ele manteve e indiciou – está lá no relatório – mesmo com todo constrangimento, já que não reflete nem de longe a realidade do que foram os dois anos de trabalho, as audiências etc.

Pedi a palavra até porque não quero constranger as pessoas, mas infelizmente vou ter que colocar uma questão verdadeira. Acho que, em relação ao projeto do Senador Cristovam, nós já nos esclarecemos.

É verdadeiro, em relação a algumas entidades de caráter nacional, o fato de trabalharem – veja bem, temos que saber separar aqui algumas entidades – para atrapalhar e não acelerar a reforma agrária. Trabalham para não aprovar esta PEC que foi aprovada aqui no Senado e está na Câmara. Vou aqui citar um exemplo tão claro, mas não vou citar pessoas para não constranger pessoas da minha terra. Eu fui procurada por produtores rurais de uma região do meu Estado, que queriam conversar exatamente com a chefe da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho sobre algumas questões. Eles achavam essa questão do trabalho escravo uma coisa ruim, havia algumas situações como a ausência de documentação

dos trabalhadores e uma série de coisas. Eles queriam conversar sobre algumas questões.

Eu os levei a esse departamento, e eles começaram a dialogar. A Dr^a Patrícia sabe disso. Infelizmente, eles foram orientados por uma entidade nacional – nacional! – a CNA, a não fazer mais o diálogo. Então, essa é uma situação que constrange, mas é verdadeira. Eu não posso mentir, porque não faço isso, não vou fazer isso aqui. Não vou fazer isso. Quando as pessoas vêm me pedir alguma coisa – isso é normal, a todo momento nos fazem pedido, é óculos, é remédio – eu digo – “olha, eu não faço esse tipo de coisa e não vou começar com você. Eu estou há vinte anos na militância política, mais de vinte anos, exercendo cargo público há treze, então eu não vou começar agora a fazer esse tipo de coisa.” Eu sou honesta com as pessoas e não posso ser desonesta perante a sociedade como Senadora, perante os Senadores, perante uma comissão. Isso é verdadeiro, Senador, isso é verdade, isso é real.

As entidades trabalham – muitas vezes não é claro, não é explícito – dessa forma. Aqui a Dr^a Patrícia Audi colocou de forma clara – é uma minoria de trabalhadores que está submetida a essa condição. Eu vou lhe dizer que condições são essas, vou lhe dar alguns exemplos. Por exemplo, desses trabalhadores é cobrada a hospedagem, é cobrado deles tudo, eles compram no armazém, eles são obrigados a comprar no armazém, tudo é anotado num livro, coisas inclusive com preço mais alto, e, ao final, eles ficam devendo. Eles não podem sair, eles estão sempre devendo. Então, há essa questão de ser mantido sem liberdade. Ela colocou – “sem a liberdade de se retirar”. Quer dizer, eles trabalham em condições subumanas inclusive. Eu conheço. Não é falta de banheiro azulejado, não, Senador. É em barraca com lona, no meio do mato, não tem banheiro nenhum, entendeu? Sujeitos a beberem água nas piores condições. Enfim, são essas as condições que mantêm o sujeito preso, literalmente preso. É lógico que, quando se fala em condições análogas ao trabalho escravo, não existe o grilhão que existia na escravidão. Mas essa é uma situação real. Vereador, prefeito, infelizmente, Senador, são às vezes coniventes. Isso é uma realidade, não adianta querermos esconder essa realidade. Ela é minoritária, mas existe em pleno Século XXI em muitos países, infelizmente ainda existe no Brasil, mesmo sendo um dos pontos em relação ao qual se avançou muito – e os movimentos sociais reconheçam que o País avançou bastante no combate ao trabalho análogo ao trabalho escravo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)
– Agradeço à Senadora Ana Júlia Carepa.

Aproveitando um pequeno aparte desta Presidência, digo que, quando alguém pergunta ao Senador, por exemplo, se pode dar um aparelho auditivo, se tem acesso, eu digo que não é papel do Senador ir atrás do aparelho auditivo, mas, se é algo que está previsto na legislação e é um direito do cidadão o acesso, temos que ver por que esse cidadão não está tendo acesso ao aparelho auditivo tal como está previsto na legislação. Então, nós temos que trabalhar junto ao Ministério Público, essencialmente, e junto à sociedade e junto a outras instâncias para que os direitos fundamentais da pessoa sejam realizados. Isso não significa, no entanto, dar o aparelho, e, sim, trabalharmos para que a pessoa tenha acesso ao aparelho independentemente da participação do Senador. Então, isso é algo que eu diria que é importante.

Passo a palavra...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(PMDB – MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)
– Pois não.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(PMDB – MG) – Eu também estou enrolado porque tenho que ir pra a comissão do salário mínimo. Eu queria, pra ficar na minha cabeça, a diferença entre trabalho forçado e trabalho escravo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Nós vamos passar agora a palavra para os participantes da audiência pública, inclusive para as considerações finais, para então concluirmos os trabalhos.

Passo em primeiro lugar a palavra a Sr^a Patrícia Souto Audi.

A SRA. PATRÍCIA SOUTO AUDI – Inicialmente, foi uma pena porque minha assessoria tinha pedido, inclusive a essa comissão, para projetarmos alguns *slides* que talvez esclarecessem de maneira mais clara uma confusão que, na verdade, não existe com relação ao conceito. O que se tenta todo tempo é banalizar essa questão exatamente para dificultar o enquadramento do que vem a ser trabalho escravo.

Trabalho escravo é quando se sujeita alguém à condição análoga à de escravo. É uma situação prevista há mais de quarenta anos no Código Penal, e não existe dúvida com relação a isso. O que se procura na verdade é esclarecer. Se nós tivermos uma pessoa sem registro de carteira, sem salário, submetida à jornada exaustiva em condições degradantes, nem assim nós teríamos trabalho escravo.

O que define o que vem a ser trabalho escravo é se, em algum minuto, essa pessoa não pode romper esse vínculo e não pode sair daquela situação. É disso que estamos falando. É dessa situação grave que estamos falando e que, infelizmente, ainda existe no Brasil.

A diferenciação entre trabalho escravo e trabalho forçado, que também está muita clara no relatório, é que trabalho escravo é um tipo de trabalho forçado nas condições em que se apresenta no Brasil. O conceito de trabalho forçado é um conceito mais amplo que engloba, inclusive, a exploração sexual, engloba o trabalho forçado nas prisões, engloba o trabalho forçado submetido pelo Estado. É um conceito mais amplo que é utilizado e que mesmo assim foi referendado nas Convenções 29 e 105, ratificadas por este País.

O conceito de trabalho escravo tem quatro vertentes. Aliado ao trabalho degradante, e aí sim, a todos esses desrespeitos das cláusulas da CLT, existe ainda a restrição da liberdade. E como a Senadora falou, não é a restrição da liberdade nos termos da escravidão do século passado; é uma situação de restrição de liberdade muito mais sutil. Se você é uma pessoa analfabeta e a você é imputada uma dívida muito maior do que os salários anteriormente submetidos e você é uma pessoa minimamente honrada, você jamais vai sair daquela situação se não puder honrar aquela dívida, até porque, quanto mais tempo se passa naquela situação, mais direito se teria com relação a salários.

Então, os trabalhadores permanecem naquela situação na esperança de um dia vir a receber aquele salário e, quanto mais tempo passa, mais esses direitos, teoricamente, ele teria e mais investimento pessoal ele teria feito naquela empreitada.

Então, a OIT aceita o termo trabalho escravo, que é um termo utilizado no Brasil, dentro de um conceito mais amplo de trabalho forçado; absolutamente não fere esse conceito mais amplo.

Queria fazer alguns esclarecimentos, principalmente em relação à CNA. Estamos em permanente diálogo com o representante da CNA, Dr. Rodolfo Tavares, mas existem algumas divergências. Entre elas, na Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, em relação até mesmo a essa lista suja, que é tão elogiada pelo Brasil, inclusive pelo setor produtivo brasileiro. A CNA entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo contra essa lista suja, contra essas 180 empresas que reconhecidamente utilizaram mão-de-obra escrava. Não foi a falta de azulejo, posso lhes garantir; talvez tenha sido a falta de liberdade que não esteja na parede desses... que não existe parede. Aqui há algumas fotos para mostrar para os senhores, que mostram bem...

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – Desculpe, Presidente, o debate, mas vou dizer, Sr^a Patrícia, por que isso está na minha cabeça. Uma pessoa que conheço, que defende a liberdade, é propriedade de terra e foi enquadrado como trabalho escravo na terra dele. Não consigo ver essa pessoa como alguém que

tenha trabalho escravo na fazenda dele. Ele defende tudo que eu acredito – a questão da liberdade e tudo o mais. Então, ou houve um enquadramento errado ou essa pessoa consegue me enganar. Uma das duas situações está acontecendo.

O cartão está vindo e vou te dar para você mandar o material seu. Já que estamos aqui debatendo o assunto, quero te dar chance de me convencer que a outra pessoa também engana. Ele foi enquadrado, gerando um problema seriíssimo e, de repente, ele está enquadrado nessa lista suja, cujo nome inclusive já é preconceituoso, porque deve haver o direito de defesa e tudo o mais. Desculpe-me interrompê-la. Obrigado, Presidente.

A SRA. PATRÍCIA SOUTO ALDI – Senador, absolutamente não vou lhe convencer, porque não tenho subsídios para isso, não conheço e não cabe à OIT isso. Coloco-me à inteira disposição não só para mandar a V. Ex^a a apresentação mas como para voltar ao Senado quando V. Ex^{as} tiverem interesse, inclusive podemos trazer a Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, que é composta de 20 instituições, que falam a mesma coisa que estamos falando. Nós somos observadores dessa comissão. Existem instituições, como a Anamatra, cujo representante esteve aqui presente, que representa todos os juízes do trabalho, a Associação dos Juízes Federais, as Associações dos Procuradores da República e do Trabalho, que também fazem parte dessa comissão e têm exatamente a mesma postura.

Acho importante colocar que isso não é a luta de um e não merece nenhum tipo de elogio. Trata-se de uma ação articulada do Governo, da sociedade, quadripartite, na verdade, e que vem sendo reconhecida pela OIT, que tem buscado ajudar da forma como pode. Por acaso, fomos convidados para falar.

Sugiro Senador que, com relação a esse caso específico, que o senhor procure a Secretária de Inspeção do Trabalho, Dr^a Ruth Vilela, que tem os autos de infração, inclusive com fotos. Tenho muitas das fotos aqui, com fotos que podem ajudar a esclarecer essa situação de fiscalização.

O que podemos garantir, como membro da Conatrac, é que todas essas fiscalizações seguem critérios muito rígidos e o enquadramento, com relação ao que vem a ser trabalho escravo, também se dá em moldes muito rígidos. São fiscalizadas por ano 300 fazendas e, ao longo desses dez anos, só 180 foram colocadas nessa lista suja. Mesmo assim.

Uma outra informação pública é que a OIT não faz parte do Conselho do Instituto Algodão Social; embora referente essa iniciativa dos produtores de algodão

do Mato Grosso, a OIT não faz parte; nem o Instituto Ethos, como foi falado anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Agradeço a participação da Sr^a Patrícia Souto Aldi.

Concedo a palavra ao Dr. Valdez Farias para as considerações finais.

O SR. VALDEZ ADRIANI FARIAS – Queria agradecer o convite e dizer que esta discussão é importantíssima. É uma discussão que o Estado brasileiro tem de fazer – a questão do trabalho escravo, a questão da reforma agrária. Só com bom senso, como teve o Senador Cristovam Buarque e como falou o Senador Wellington Salgado de Oliveira, esta discussão vai avançar sem revanchismos e sem posições extremadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Agradeço a participação do Dr. Valdez Farias, Chefe da Procuradoria Federal Especializada do Incra.

Concedo a palavra ao Dr. Luiz Carlos Balcewicz para as considerações finais.

O SR. LUIZ CARLOS BALCEWICZ – Quero iniciar agradecendo a oportunidade que a Comissão nos deu para contribuir com algumas questões. De certa forma, não vou me defender, mas vou comentar a contradição que o ilustre Senador Gilberto Goellner colocou, em termos de produtividade.

Realmente, não sou o dono da verdade, mas as produtividades são colocadas pelo próprio Conab. É de conhecimento público e é muito visível a diferença que existe de Estado para Estado, do Rio Grande do Sul para o Paraná, por exemplo. É visível que há alguma coisa, que eventualmente pode acarretar várias análises, várias inferências, além das questões climáticas.

Com relação ao preço que ele contrapôs – só foram 40% de diferença e eu havia falado 100% –, falei isso porque, durante alguns anos, lecionei Economia, disciplina que me obrigava a ficar atualizado com determinadas informações, até para efeitos didáticos. Certamente, eu vou fazer questão de pegar os dados com a assessoria ou com a secretaria e vou encaminhá-los para o Senador não para contrapor a sua afirmação, mas para comprovar que os preços, em determinados momentos de 2002/2003, bateram o dobro da média histórica. Esses dados estão, inclusive, disponíveis para todos.

Por fim, quero dizer que concordo que, num processo de negociação como se dá nesta Casa e em várias associações e sindicatos, não se conseguem construir propostas duradouras se não houver um mínimo de bom senso e de poder de negociação. Acho que a intransigência e o sectarismo só atrapalham. Estou de pleno acordo com o Senador.

Quero dizer que nós do Ministério achamos que a proposta de se chegar ... O Senador Cristovam Buarque colocou sobre a PEC só o trabalho escravo, mas acho que caberia a sugestão de que a questão ambiental realmente fosse contemplada, porque é uma possibilidade a mais de atrelar melhor essa questão ambiental nas questões do enfoque social e da propriedade produtiva. Coloco isso para reflexão de todos. Será possível que uma propriedade que não esteja, vamos supor, respeitando o meio ambiente, que esteja poluindo rios, que esteja desmatando áreas impróprias ou indevidas, não-autorizadas possa ser enquadrada como uma propriedade que está cumprindo a função social, sendo que ela está destruindo para todas as gerações futuras árvores que levam 250 anos para crescer, por exemplo?

São questões que, sinceramente... A sociedade vai avançando com suas instituições e, certamente, o Senado é uma das mais apropriadas para discutir o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Agradeço a sua participação, Dr. Luiz Carlos Balcewicz. Quero dizer que mesmo que sejam dados para contrapor algum ponto de vista externado, não vejo dificuldade alguma nesse sentido, porque o objetivo da audiência pública é justamente esclarecermos, discutirmos com base em dados que são compartilhados. Se houver divergências, elas têm de ser esclarecidas, os encaminhamentos têm de ser feitos, os vários pontos de vista devem ser levantados. Isso tudo nos ajuda a refletir sobre o objeto da audiência pública.

Então, nesse sentido, também diria que não deve haver nenhum temor de haver algum ponto de vista conflituoso, divergente, porque tem de ser assim mesmo, para que o esclarecimento aconteça.

Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Só para dar uma informação; na verdade, fazer um registro. Está no Brasil a Dr^a Hina Jilani, representante da Comissão de Direitos Humanos da ONU. Ela foi – acredito que já tenha ido – ao Estado do Pará; hoje está em Marabá; amanhã, em Belém. Inclusive, vou acompanhar as atividades a partir de amanhã.

Sexta-feira inicia o julgamento dos assassinos da Irmã Dorothy Stang que estão presos. Não dos mandantes, ainda; aliás, até hoje, no Brasil, apenas três mandantes, de mais de 1.300 assassinatos – em mais de 30 anos –, foram condenados; três mandantes apenas. Esta é uma demonstração de extremo a que não se deve ter chegar, assassinar pessoas, e de quanto a impunidade tem incentivado esses extremos, infelizmente, porque a falta de condenação, tanto dos

assassinos quanto dos mandantes é muito grande. Como todos sabem, a impunidade acaba interferindo muito fortemente.

Então, queria dizer que se iniciará o julgamento nos dias 9 e 10, ainda que se tenha tentado, em vão, que se fizesse junto o julgamento de quem apertou o gatilho e de quem financiou, de quem mandou apertar o gatilho juntamente com que o apertou, mas infelizmente, não se conseguiu. Uma informação interessante – um dos mandantes, uma das pessoas que está sendo acusada como mandante foi multado tanto por crime ambiental como também por ter, na sua propriedade, além de ser grileiro, de estar grilando terra pública, trabalhadores em condições análogas ao trabalho escravo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Só quero dizer que gostei de uma expressão que a Patrícia usou no sentido de que alguém que se envolve com a exploração do trabalho escravo também está incluído num pacote de outros crimes, entre os quais – formação de quadrilha, grilagem, crimes ambientais e assim por diante. É o que habitualmente acontece. Achei interessante a expressão “incluído num pacote”.

De qualquer forma, acho que foi uma audiência extremamente interessante, com muitas informações, com debates proveitosos, embora ainda sejam necessários, como o Senador Wellington Salgado de Oliveira colocou, desdobramentos, esclarecimentos, inclusive, para assim se ter uma posição em relação a fatos específicos. Sugiro a V. Ex^a, assim como o fez Patrícia, que se aprofunde no caso levantado, que examine o auto de infração, as fotografias.

Tenho interesse também em acompanhar o caso, já que este foi levantado durante esta audiência pública, para ver se, de fato, está adequadamente embasado – suponho que sim. Acho que essa checagem será interessante inclusive para se ter mais certeza ainda do trabalho de investigação e de acompanhamento que vem sendo feito nessa área.

Gostaria também de especificamente acompanhar esse caso levantado na audiência pública.

Agradeço aos participantes da Mesa, aos parlamentares, às pessoas presentes.

Está encerrada a audiência pública.

(Levanta-se a reunião às 13h02min.)

Ata da 8ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada no dia 31 de maio de 2006

Às onze horas do dia trinta e um de maio de dois mil e seis, na sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador SÉRGIO GUERRA,

reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, com a presença dos Senadores – **LÚCIA VÂNIA, FLEXA RIBEIRO, HERÁCLITO FORTES, RAMEZTEBET, PEDRO SIMON, FLÁVIO ARNS, AELTON FREITAS, SEBÁ MACHADO, ANA JÚLIA CAREPA, ÁLVARO DIAS, RODOLPHO TOURINHO, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, ANTÔNIO JOÃO E SÉRGIO ZAMBIASI**. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Sérgio Guerra, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta – **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2003 (TERMINATIVO). EMENTA** – Altera o artigo 49 da Lei nº 8171, de 17 de janeiro de 1991, com o objetivo de incluir como beneficiários de crédito rural os arrendatários de terras, os parceiros, os consórcios e os condomínios de produtores rurais, bem como os quilombolas. **AUTOR** – Senador Tasso Jereissati. **RELATOR** – Senador Flávio Arns. **RELATÓRIO** – Pela aprovação. Iniciada a discussão, usaram da palavra para tecerem comentários sobre a matéria os seguintes Senadores(a) – Flávio Arns e Flexa Ribeiro. **RESULTADO – Lido o relatório. Encerrada a discussão. OBS** – A matéria será votada na próxima reunião. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, DE 2004 (TERMINATIVO). EMENTA** – Dispõe sobre a anistia, o rebate, a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **AUTOR** – Senador Efraim Morais. **RELATOR** – Senador Demóstenes Torres. **RELATOR “AD HOC”** – Senador Flexa Ribeiro. **RELATÓRIO** – Pela aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta. Iniciada a discussão, usaram da palavra para tecerem comentários sobre a matéria os seguintes Senadores(a) – Flexa Ribeiro e Flávio Arns. **RESULTADO – Lido o relatório. Iniciada a discussão da matéria. OBS** – Em 24/01/2005, foram encaminhadas aos membros da Comissão cópias do AVISO nº 480/MF, do Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Antônio Pallochi, referente ao Requerimento de Informações nº 1036, de 2005, de autoria do Senador Romero Jucá, que solicitou estimativa de impacto fiscal do presente projeto. Deste modo, foi prejudicado em 15/12/2005, o Requerimento nº 31/05-CRA (RQS. 1491/05 – SGM) de autoria da Comissão (Art. 245 § Único, do RISF). **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003. (PL. nº 02820, de 2000, na origem) (NÃO TERMINATIVO). EMENTA** – Altera os artigos 47 e 56 da Lei nº 5764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas). **AUTOR** – Deputado Alberto Fraga. **RE-**

LATOR – Senador Pedro Simon. **RELATÓRIO** – Pela aprovação. **RESULTADO – RETIRADO DE PAUTA.**

OBS – Em reunião realizada em 5/10/2005, foi concedido vista ao Senador Gilberto Goellner. O Senador Jonas Pinheiro apresentou Voto em Separado, o qual concluiu pela aprovação com emenda substitutiva.

ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 448, DE 2003 (NÃO TERMINATIVO). EMENTA – Dispõe sobre a isenção do IPI a aguardente de cana-de-açúcar, e dá outras providências. **AUTOR:** Senador Efraim Moraes. **RELATOR** – Senador Aelton Freitas. **RELATÓRIO**

– Pela rejeição do projeto. **OBS** – Matéria Terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos. Iniciada a discussão, usaram da palavra para tecerem comentários sobre a matéria os seguintes Senadores(a) – Aelton Freitas e Flexa Ribeiro. **RESULTADO – APROVADO O PARECER PELA REJEIÇÃO. ITEM 5 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, DE 2006. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA** – Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **AUTOR** – Deputado Assis Miguel de Couto. **RELATORA** – Senadora Ana Júlia Carepa. **RELATÓRIO** – Pela aprovação do projeto. Iniciada a discussão, usaram da palavra para tecerem comentários sobre a matéria os seguintes Senadores(a) – Flávio Arns, Ana Júlia Carepa, Lúcia Vânia, Flexa Ribeiro e Sibá Machado. **RESULTADO – APROVADO O PARECER PELA APROVAÇÃO.**

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, conjuntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Sérgio Guerra**, Presidente da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Há *quorum* regimental. Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada. Aprovada.

A presente Reunião destina-se à apreciação de matérias.

Comunico a V. Ex^{as}. que haverá Reunião Conjunta desta Comissão com a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados e com a Frente Parlamentar da Avicultura, para discutir e analisar o Plano Nacional de Prevenção da Influenza Aviária, em cumprimento ao Requerimento de nº 4/2006 da CRA, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, a realizar-se no dia 06 de junho corrente, próxima terça-feira, às 14:30 horas,

no Plenário 6, Anexo 2, da Câmara dos Deputados, com a presença do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministro do Desenvolvimento Agrário, Ministro do Trabalho, Ministro da Saúde e vários convidados, Deputados e Senadores.

Nós vamos passar ao Item 1, mas estamos esperando, por um segundo, a presença do Senador Flávio Arns.

Item 1. Projeto de Lei do Senado de nº 265/2003, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que altera o Art. 49 da Lei de nº 8171, de 17 de janeiro de 1991, com o objetivo de incluir, como beneficiários de Crédito Rural, os arrendatários de terras, os parceiros, os consórcios e os condomínios de produtores rurais, bem como os quilombolas. Esclareço que o presente Projeto é de natureza Terminativa e exige *quorum* qualificado e votação nominal. Com a palavra o Relator, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Esse é um Projeto de Lei de autoria do Senador Tasso Jereissati, que eu tenho a honra de relatar, já foi lido, inclusive, Sr. Presidente, o Relatório nesta Comissão que inclui como beneficiários de Crédito Rural os arrendatários de terras, os parceiros, os consórcios e os condomínios de produtores rurais, bem como os quilombolas. Portanto, uma abrangência social bastante grande. Até para ler novamente, só uma parte, assim, fundamental, de acordo com a justificação do Senador Jereissati, a vantagem dessa nova instituição jurídica é permitir, principalmente, aos pequenos agricultores a ampliação da escala de produção, aumento do poder de barganha na compra de insumos agrícolas e na venda da produção, além da facilidade na obtenção do Crédito Rural.

Entretanto, o arrendamento rural ainda não é um instrumento amplamente utilizado no Brasil. A razão por não ser utilizado, está na insegurança inerente aos arrendamentos e às parcerias, devido, em grande parte, aos contratos informais estabelecidos entre as partes. Sobre os problemas que limitam a expansão dos contratos de arrendamento, a coordenadora da Bolsa de Arrendamento e Parcerias, que tem atendido gratuitamente uma média de 12 produtores rurais por dia, inclusive agricultores do Estado do Paraná e Rio Grande do Sul e foi responsável por um salto no plantio de soja da região, explicou que, um dos motivos pelos quais os proprietários não se sentem encorajados a arrendar suas terras por mais tempo é, justamente, o pavor de perdê-las, ele explica, para Sem-Terras que reivindicuem a sua posse.

Os arrendatários, por sua vez, são prejudicados pelos contratos de aluguel de curto prazo, que inviabilizam investimentos, bem como pela incerteza dos

contratos informais, muito comuns no meio rural. Assim, torna-se necessária a criação de mecanismos de incentivo à formalização dos contratos agrários e um desses mecanismos seria, justamente, o reconhecimento dos arrendatários e parceiros, que possuam contrato agrário formalizado, para serem beneficiários do Sistema Nacional de Crédito Rural. Ainda segundo o Senador Jereissati, a inclusão das comunidades indígenas e das remanescentes de quilombos, constitui uma forma de fazer justiça.

Lembra ainda, na justificação, que Resoluções do Conselho Monetário Nacional, que regulamentam o Crédito Rural, já os consideram como beneficiários. Também no mérito, portanto, também na constitucionalidade, juridicidade, somos... Opinamos pela aprovação do PLS 265/2003, na forma em que se apresenta. No Relatório anterior, eu havia proposto a inclusão, no Crédito Rural, de pequenos negócios que pudessem ser feitos para dinamizar, inclusive, a economia rural, mas houve um debate, assim, muito intenso, inclusive particularmente, com membros do meu Partido, do Partido dos Trabalhadores, no sentido de mostrar que, talvez, não fosse o caminho, apesar do apoio dos outros Partidos Políticos eu tomei a decisão, Sr. Presidente, de retirar aquela proposta de Emenda para não causar polêmicas maiores em relação ao Projeto do Senador Tasso Jereissati, que é relevante, que é importante e que vai atender uma demanda fundamental para o Brasil. Então o Parecer é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – O Relator concluiu pela aprovação do Projeto. Em discussão. Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Sérgio Guerra, Senador Flávio Arns, Srs. Senadores. Eu quero, ao discutir o Projeto de Lei nº 265, do nobre Senador Tasso Jereissati, aproveitar para parabenizá-lo, no sentido de que ele, ao propor a inclusão, como beneficiários do Crédito Rural, os arrendatários de terras, os parceiros, os consórcios, os condomínios de produtores rurais, bem como os quilombolas, ele amplia o universo das pessoas que possam ser atendidas com o financiamento ao pequeno agricultor.

É importante e o Relator, de forma bastante consciente e competente no seu Relatório, ele complementa e define a idéia do Senador Tasso Jereissati, quando ele diz que, ao tornar-se, no seu Relatório, ao tornar-se necessária a criação de mecanismos de incentivo à formalização dos contratos agrários, essa criação desse mecanismo seria, justamente, o reconhecimento dos arrendatários e parceiros que possuam Crédito Agrário formalizado, para serem beneficiados no Sistema Nacional de Crédito Rural, ou seja, a pos-

sibilidade deles acessarem ao crédito, vão fazer com que eles regularizem os contratos de parceria, de arrendamento, das terras para que eles possam, então, legalizados, terem acesso ao Crédito. Então amplia sobremaneira o acesso ao Crédito Rural, ao micro, pequeno produtor rural.

Eu quero parabenizar ao Relator, Senador Flávio Arns e ao autor do Projeto Senador Tasso Jereissati e meu voto é favorável pela aprovação, Senador Sérgio Guerra.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – O Projeto, como não há quorum para decisão, ele será... A discussão fica encerrada, para a votação, na próxima Reunião Ordinária desta Comissão.

O Item 2. Dispõe sobre a anistia, o rebate, a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de Crédito Rural e dá outras providências. Eu designaria o Senador Flexa Ribeiro para Relator *ad hoc*.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente Senador Sérgio Guerra, o Projeto de Lei do Senador Efraim Morais que tem, como Relator, o Senador Demostenes Torres, ele dispõe sobre a anistia, o rebate, a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de Crédito Rural e dá outras providências. Farei, como Relator *ad hoc*, a leitura do Relatório do Senador Demostenes Torres.

Vem a essa Comissão, para exame em caráter Terminativo, o Projeto de Lei do Senado de nº 259/2004, de autoria do ilustre Senador Efraim Morais, que dispõe sobre anistia, o rebate, a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de Crédito Rural e dá outras providências.

O mencionado Projeto, em seu Art. 1º, pretende anistiar dívidas oriundas de operações de Crédito Rural contratadas por agricultores familiares, mini e pequenos produtores, bem como por suas Cooperativas e Associações, no valor total, originalmente financiado, de até 35 mil, em uma ou mais operações do mesmo beneficiário, nos casos de frustração de safra por fenômenos climáticos, em Municípios decretados em situação de emergência ou em estado de calamidade pública, decretada em situação... Estado de calamidade pública, com reconhecimento do Governo Federal.

O Art. 2º, para mesma situação descrita no Art. 1º, destina-se a autorizar a renegociação de dívidas, no valor originalmente contratado de 75 mil e conceder rebate de 40% para operações de investimento e de 60% para operações de custeio, para os valores que ultrapassam 35 mil, mas limitado aos 75 mil. Ademais, além da concessão de bônus de adimplência o artigo propõe a concessão de dois anos adicionais para

pagamento dos empréstimos e redução dos juros do Crédito Rural de 3% e 4%, para operações de custeio e investimento, respectivamente. O Art. 2º estabelece, ainda, prazo de 360 dias, após a data em que for publicada a regulamentação da Lei, para formalização do instrumento da repactuação e de, até 180 dias, para que Agentes Financeiros informem os montantes envolvidos nas repactuações à Secretaria de Agricultura Familiar, do Ministério de Desenvolvimento Agrário e à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

O Art. 2º, de acordo com a numeração do PLS, institui que, os recursos necessários ao cumprimento da Lei devem constar em rubrica específica do Orçamento Geral da União e, também, que o impacto financeiro das disposições da Lei, no que diz respeito aos fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, deverá ser arcado pelas transferências devidas a cada um desses fundos.

O Art. 3º, de acordo com a numeração do PLS, o cria a possibilidade dos custos decorrentes da Lei serem compensados com o resultado do contingenciamento estabelecido pelo Poder Executivo, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente e do Art. 9º da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

O Art. 4º, de acordo com a numeração do PLS, por seu turno, estabelece que o Conselho Monetário Nacional regulamentará a Lei no que couber.

E, por fim, o Art. 5º, de acordo com a numeração do PLS, que estabelece a cláusula de vigência.

Não foram apresentadas Emendas.

Vamos à análise, Sr. Presidente.

Quanto à análise da matéria, em face do caráter Terminativo, cabe a esta Comissão manifestar-se sobre os aspectos de constitucionalidade e juridicidade [inaudível]. No tocante à constitucionalidade estão obedecidos os requisitos constitucionais que dizem respeito à competência legislativa da União, Art. 22, XXVIIº, da Constituição Federal. As atribuições do Congresso Nacional, Art. 48, *caput*, da Constituição Federal e a iniciativa, Art. 61, *caput*, da Constituição Federal, o Projeto de Lei em tela não fere a ordem jurídica vigente.

Vamos ao voto, senhor.

Por todo o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 259/2004, com as seguintes Emendas...

Emenda de número, dê-se à ementa do PLS 259/2004, a seguinte redação – Dispõe sobre o rebate, a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de Crédito Rural e dá outras providências.

Emenda de número, Comissão de Agricultura, exclua-se o Art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 259/2004, renumerando-se os demais. Sala da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Em discussão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Senador Flávio.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Existem algumas dificuldades em relação a este Projeto de Lei naquilo que se refere às recentes medidas adotadas pelo Governo Federal para a área da agricultura. Há necessidade de se cotejar as iniciativas para se ver se existem, eventualmente, pontos discrepantes, divergentes.

Há, inclusive, notas solicitando o posicionamento do Ministério da Fazenda e da Secretaria do Tesouro Nacional em relação aos possíveis impactos financeiros desse Projeto, em termos de Orçamento e, também, uma nota, inclusive, que deve ser aprofundada nos debates dessa discussão, de que, eventualmente, a aprovação desse Projeto incentivaria a inadimplência, ou a inadimplência se tornaria mais vantajosa que a adimplência em relação aos débitos.

De qualquer forma, eu considero fundamental que se faça o debate em relação à área do endividamento agrário, isso é o desafio nosso, temos que nos debruçar sobre isso como Sociedade, como Comissão, para que caminhos sejam encontrados. Então... Também, por outro lado, a gente tem que pensar nisso. Mas em função desses aspectos, Sr. Presidente, eu peço vista do presente Projeto para esse aprofundamento, esse debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – A decisão da Mesa já seria no sentido de, como há polêmica, debate, em torno da matéria, não encerrar a discussão hoje e deixá-la para a próxima Reunião...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Então eu retiro meu pedido de vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – para que ela possa ser votada.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Isso. Continuará em discussão na próxima semana. Está bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Eu gostaria de dar dois informes.

O primeiro – Falei, há poucos minutos, com o Senador Fernando Bezerra, Relator da Medida Provisória de nº 285/2006, que trata do refinanciamento das dívidas na área do semi-árido de uma maneira geral e do Nordeste legal que incluiu trechos de Mi-

nas Gerais e de outros Estados. Essa questão está suscitando discussão, tem chance de avançar, o Senador Fernando Bezerra, acabo de falar com ele, está em Natal, doente, no Estado dele, doente, não teve como tratar da matéria essa semana, ela está na pauta do Senado, mas não será votada agora. Ele se compromete conosco de, na próxima Reunião da Comissão, na terça-feira, vir à presença dessa Reunião, para discutir com os Senadores do Nordeste, que já se propuseram a vir, dessa Comissão e outros Senadores que, inclusive, não fazem parte dela, para fazer uma discussão ampla, aqui no Senado, sobre a questão dessa Medida Provisória que, inclusive, incorporará uma nova variável que tem origem nas medidas que o Governo anunciou para a agricultura que, de várias maneiras impactam, também, no Nordeste. Essa conciliação, esse ajuste, a gente vai ter que discutir, à semana que vem, com o Senador Fernando Bezerra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente!

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Ainda discutindo o Projeto do Senador Efraim Morais, estou de pleno acordo com as colocações do Presidente e do Vice-Presidente, Senador Flávio Arns e fico satisfeito de que o Senador Fernando Bezerra, na próxima Reunião nossa, possa trazer uma solução para esse problema que já se alonga há muito tempo e a situação, já de conhecimento de todos, de aflição porque passa o setor do pequeno, do micro, produtor rural, há que ter uma solução.

V. Ex^a. acabou de colocar que o Governo editou algumas medidas do bem, no sentido de trazer uma... Pelo menos atenuar a situação de [inaudível] do setor rural, tem se posicionado que ainda não é suficiente para resolver a crise. As medidas são paliativas, mas nós precisamos aprofundar o estudo dessas medidas para que a gente possa, realmente, já na próxima semana, discutir com profundidade esse Projeto, do nome Senador Efraim Morais, como outros Projetos que tramitam nesta Casa.

Eu farei um Requerimento, a essa Comissão, pedindo um levantamento, que eu acho que o Senado Federal precisa ter uma visão mais clara da situação dos financiamentos através do PRONAF. As verbas são bastante substanciais e há necessidade que se tenha um levantamento da situação real, hoje, dos financiamentos tomados anteriormente e que se encontram em situação de adimplência ou de inadimplência, para que possamos ter, no âmbito da agricultura familiar, a crise que é, por que está passando a agricultura brasileira.

Então eram essas considerações que eu queria fazer a respeito do assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – A propósito [interrupção no áudio] do PRONAF, eu quero comunicar, a esta Comissão, que recebi correspondência de vários Prefeitos de áreas do Nordeste; de Pernambuco, uma maneira especial, sobre operação de, quase micro-créditos, do PRONAF. Financiamentos na ordem de um mil reais que estão sendo distribuídos com imensa facilidade, numa temporada pré-eleitoral. E isso não é coisa de um, dois, 10 nem 100, não. É coisa de milhares de financiamentos. Em regiões extremamente pobres. Eu vou, essa semana, em Pernambuco, pedir à Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa, que também já anda discutindo a questão, um pronunciamento sobre isso. Mas enfim, os sinais são preocupantes. Ninguém é contra financiar pequeno produtor, mas não parece sensata a distribuição de recursos. Numa manhã alguém financia alguns milhares de reais, sempre sob a proteção política de aliados, num período desses, que já tem toda a característica de período eleitoral. Não tem aparência de operação bancária. Mas não vamos prejudicar isso tudo, vamos ter o exame disso, para fazer aqui, nessa Comissão, a discussão sobre a matéria.

O Item 3. O Projeto de Lei da Câmara de nº 6/2003, PL de nº 02820/2000, na origem, de autoria do Deputado Alberto Fraga, que altera os artigos 47 e 56 da Lei de nº 5764, de 16 de dezembro de 1971. Dispõe sobre a Administração e o Conselho Fiscal das Sociedades Cooperativas. Matéria não Terminativa. Em Reunião realizada em 05/10/2005, foi concedido vista ao Senador Gilberto Goellner. O Senador Jonas Pinheiro apresentou voto em separado, concluindo pela aprovação do Projeto, com Emenda Substitutiva que apresenta. Com a palavra o Relator, Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Eu creio, Sr. Presidente, que, considerando os termos do Substitutivo apresentado pelo Senador Jonas, é interessante que ele esteja presente, para podermos debater, analisar e fazer a comparação do Substitutivo dele com o original. Eu pediria, eu acho que seria importante isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Senador Pedro Simon, o Senador Jonas acaba de se comunicar com a Comissão, dizendo que participa, nesse instante, de uma Audiência Pública, sobre a questão das medidas da agricultura do Governo Federal e, na linha da sua sugestão, já pede, solicita, que essa discussão se faça na próxima Reunião da Comissão. Consistente, portanto, com a sua

proposição. Portanto, a matéria fica retirada de pauta, está retirada de pauta.

Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 448/2003, de autoria do Senador Efraim Morais, que dispõe sobre a isenção do IPI a aguardente de cana-de-açúcar e dá outras providências. Matéria não Terminativa. Com a palavra o Senador Relator, Aelton Freitas.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Sr. Presidente, Senador Sérgio Guerra, Srs. Senadores, eu peço compreensão, Sr. Presidente, porque, por ser uma matéria que eu considero polêmica e parece, por um lado, muito interessante a proposta mas, por outro, tem o nosso Parecer pela delonga, mas acho que é necessário ler boa parte do nosso Relatório. Por força da aprovação do Requerimento nº 487/2005, do Senador Sérgio Guerra, vem, à apreciação dessa Comissão, o PLS 448/2003, que dispõe sobre a isenção de IPI a aguardente de cana-de-açúcar e dá outras providências. De autoria do Senador Efraim Morais, proposição que será, também, apreciada pela CAE, Comissão de Assuntos Econômicos.

O Projeto em exame estabelece a isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados, IPI, para a aguardente de cana-de-açúcar. A manutenção do crédito do IPI relativo às matérias-primas, aos produtos intermediários e ao material de embalagem, utilizados na industrialização de aguardente. A estimativa, pelo Poder Executivo, da renúncia da receita decorrente do benefício fiscal e inclusão do respectivo montante no demonstrativo de benefícios tributários do Projeto de Lei Orçamentária, referido ao § 6º do Art. 165 da Constituição Federal.

O Senador Efraim Morais pretende, com a proposta, criar condições para aprimoramento da qualidade da nossa aguardente, que é um dos produtos brasileiros mais conhecidos no exterior. O Autor argumenta que a isenção proposta permitirá que os recursos hoje despendidos no pagamento do IPI, pelos fabricantes de aguardente de cana-de-açúcar, possam ser redirecionados para aquisição de maquinários mais modernos, melhoraria salarial de seus funcionários e o aumento da remuneração dos fornecedores de matéria-prima, de produtos intermediários e materiais de embalagem.

A proposição atende aos requisitos constitucionais, no que diz respeito à competência da União. Não há óbice de natureza constitucional quanto à iniciativa. O Projeto também atende ao Princípio de Especificidade e Exclusividade das leis tributárias benéficas no instituto, pelo § 6º, do Art. 150, da Constituição. No entanto, Sr. Presidente, a proposta desrespeita o Princípio de Seletividade, estabelecido no Art. 153, § 3º, Inciso I da Constituição Federal, segundo a qual o IPI será seletivo em função da essencialidade do produto. A essencialidade, como critério de seletividade,

implica que a discriminação que o Imposto deve ter, é no sentido de não onerar, ou onerar de forma mais leve, os produtos mais essenciais e onerar mais pesadamente os produtos menos essenciais.

Embora o Legislador disponha de certa margem de liberdade quanto aos critérios definidores da essencialidade dos produtos, para orientar a definição de alíquotas ou concessão de benefícios relativamente ao IPI, não se pode admitir que tenha ampla e total liberdade na indicação do qual é e do qual não é essencial, sob pena de esvaziar o preceito constitucional. A atribuição de isenção à aguardente-de-cana, produto supérfluo, nocivo à saúde, com tributação elevada no Brasil desde o Império, a exemplo das demais Nações, seria uma afronta ao Princípio Constitucional da Seletividade, norteador da classificação de mercadorias e das alíquotas sobre elas incididas.

Ainda mais, considerando que os produtos de grande utilidade social continuariam sendo tributados a alíquotas positivas, certos alimentos e material de construção, por exemplo. O Projeto também contraria o Código Tributário Nacional, na Lei 5172, de 25 de outubro de 1996, recepcionado como Lei Complementar, sobre Normas Gerais de Direito Tributário, o que qual estabelece, em seu Art. 48, que o Imposto é seletivo em função da essencialidade dos produtos. Apesar do Projeto ter o mérito de tentar estimular o desenvolvimento de um importante setor para economia do País, a medida proposta pode surtir efeitos indesejados e, ao mesmo tempo, não atingir o objetivo principal de aumento das exportações.

O IPI e o ICMS, por exemplo, são, a rigor, os impostos sobre o consumo que não oneram a produção. A Constituição Federal consagrou o princípio de não cumulatividade desses impostos, onde se permite compensar, com o imposto devido, o imposto cobrado nas operações anteriores. Numa operação entre empresas cada um pode se livrar, através da dedução de impostos anteriores e do imposto dela cobrado pela outra e transferir, na etapa de circulação, o ônus do imposto devido ao adquirente e assim, sucessivamente, até o consumidor final. Assim, Sr. Presidente, o alívio do ônus do IPI seria, pela lógica do tributo, transferido ao contribuinte de fato, o consumidor final de aguardente, o que implicaria em incentivar, pela redução de seu preço, o consumo da cachaça. Esse impacto, além de ser desfavorável, iria de encontro ao objetivo de se conter o consumo de bebidas alcoólicas no País, tendo em vista os efeitos nocivos ao alcoolismo e na economia da sociedade.

De outra parte, nota-se que a rejeição do PLS 448/2003 não traria qualquer prejuízo à exportação da aguardente-de-cana, que vem conquistando espaço no

mercado exterior e externo, graças à competência do setor privado e ao apoio das entidades paraestatais, como a Agência de Promoção de Exportações do Brasil, a APEX, Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas, o SEBRAE e a cachaça exportada goza de imunidade do IPI e do ICMS, já goza dessa imunidade e das contribuições sociais, inclusive o COFINS e o PIS e de intervenção do domínio econômico.

A exportação do derivado de cana-de-açúcar conta, ainda, com os seguintes incentivos fiscais – Manutenção e aproveitamento do montante de ICMS cobrado nas operações e prestações anteriores à exportação, *ex-vide* alínea do Inciso X, do § 2º, do Art. 155 da Constituição, com redação dada pela EC, pela Emenda Constitucional nº 42 de 19 de dezembro de 2003. B) Crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem adquiridos para emprego na industrialização de produtos destinados a exportação para o exterior, principalmente, em decorrência do Art. 5º do Decreto Lei nº 491/1969 e do Art. 1º, Inciso II, da Lei 8402/1992.

Em resumo, a renúncia tributária proposta não traria o fortalecimento dos fabricantes de aguardente, pois o ônus de IPI recai sobre o consumidor e não sobre o produtor. Se, por outro lado, a eliminação do principal tributo incidente sobre a cachaça estimularia o aumento de consumo interno dessa bebida alcoólica no País, com impactos desfavoráveis para a saúde da população e, por outro lado, acarretaria o almejado aumento de vendas externas desse produto, pois à exportação já são beneficiados com incentivos fiscais, como disse anteriormente. Com isso, Sr. Presidente, votamos, o nosso voto é pela rejeição do Projeto 448/2003.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Relator concluiu pela rejeição do Projeto. Relator Aelton, inclusive, Senador de uma área que desenvolveu mais do que o Nordeste Brasileiro, a produção de aguardente. Seguramente, hoje, Minas Gerais é o centro da boa produção de aguardente brasileira. Principal núcleo de boa produção de aguardente brasileira.

Em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, em votação o Relatório do Senador Aelton.

Aqueles que concordam com seu Relatório permaneçam como estão. Aprovado, o Parecer, pela rejeição.

O Projeto será encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão Terminativa.

Item 5. Projeto de Lei da Câmara de nº 32/2006, de autoria do Deputado Assis Miguel de Couto e de outros Srs. Deputados, que estabelece as diretrizes

para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Matéria não Terminativa. Com palavra o Senador Flávio Arns, como Relator *ad hoc*.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Passo, a partir da leitura do encaminhamento da votação, passo à análise da matéria. Segundo informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário, hoje existem cinco milhões de estabelecimentos agropecuários em todo o Brasil. Desse total mais de 4,1 milhões, ou seja, 84%, são de agricultores familiares. O setor é fundamental para a produção agrícola respondendo a cerca de 40% do valor bruto da produção agropecuária. Além disso, a maior parte da produção dos alimentos básicos do País, feijão, leite, batata, mandioca, tomate, etc., vêm da agricultura familiar, que também contribui para o saldo positivo da balança de exportações, com a produção de carnes, principalmente de frangos e suínos, fumo, soja e café, para o mercado externo.

A agricultura familiar responde, ainda, por mais de dois terços dos postos de trabalho no campo. Cada uma das propriedades rurais familiares emprega entre dois e três trabalhadores. A diversificação de atividades e agregação de valor garante os empregos diretos nas propriedades. De um total de 17,3 milhões de trabalhadores ocupados na agricultura, mais de 12 milhões trabalham em regime familiar. Segundo Walter Bianchini, a dinâmica econômica e social da agricultura familiar leva à maior circulação de capital nos Municípios e aumenta, conseqüentemente, o número de empregos indiretos, como aqueles em atividades comerciais, serviços à agroindústria e transporte da produção. O maior impacto das ações do PRONAF está na sua capacidade de preservar e manter ocupações na área rural.

A atenção de políticas governamentais para o setor de agricultura familiar tem sido garantida desde na formulação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, PRONAF, lançado como uma Linha de Crédito, em 1995 e como Programa, pelo Decreto 1946 de 28 de junho de 96. O PRONAF encontra-se, atualmente, regulamentado pelo Decreto 3991/2001, após a revogação de diversos Decretos, dispondo sobre o assunto pelo Poder Executivo. As políticas públicas, voltadas para os empreendimentos rurais familiares, têm evoluído nos últimos dez anos, mas o principal programa governamental, o PRONAF, ainda permanece institucionalizado por um Decreto Presidencial.

Nesse sentido é de fundamental importância a aprovação de uma lei que institucionalize as categorias dos empreendimentos rurais familiares, particularmente

agricultura familiar, bem como determina os princípios e diretrizes que deverão nortear as políticas públicas voltadas para essas categorias. O PLC nº 32/2006 propunha, inicialmente, a elaboração da política nacional de agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. Dentre as Emendas recebidas na Câmara, uma recebida na CCJC, adequa a redação para o objetivo de estabelecer conceitos e princípios nortecedores para a formulação de políticas governamentais voltadas para o segmento da agricultura familiar.

Entendemos que uma política governamental estabelece, justamente, diretrizes, princípios, objetivos e conceitos que nortearão as ações governamentais aqui entendidas como as atividades estabelecidas nos planos e programas governamentais. Acrescente-se que não há vício de iniciativa no PLC nº 32/2006, uma vez que, dentre as atribuições constitucionais do Congresso Nacional, está a disposição sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre, entre outros itens, planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento, Art. 48, Inciso IV, da Constituição Federal.

Também não encontramos quaisquer óbices quanto à constitucionalidade e juridicidade no PLC. Uma lei dessa natureza pode ter implicações positivas, não somente na principal política de crédito para o setor, PRONAF, mas também em outras políticas de apoio ao desenvolvimento rural, como a previdenciária, tributária, educacional, trabalhista e etc., estabelecidos no Art. 5º do PLC.

Voto, pelas razões acima expostas, a Senadora Ana Júlia, que é a Relatora do presente Projeto, só estou servindo como Relator *ad hoc*...

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – E, como já cheguei...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – É, pois é. É favorável à aprovação do PLC nº 32/2006 e com aquiescência do Sr. Presidente, até eu passaria a devolver a Relatoria à própria Relatora. Agradeço, Sr. Presidente.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Eu agradeço ao Senador Flávio Arns e Senador Sérgio Guerra, hoje tem duas Audiências Públicas, daqui a pouco vai começar outra. Eu vou, inclusive, convidar o Senador Flexa, porque é um assunto que interessa a nós, paraenses, especificamente, mais, quer dizer, com maior interesse, na Comissão de Meio Ambiente.

Mas eu corri, literalmente, para chegar aqui, porque considero que esse Projeto sobre a agricultura familiar, ele é muito importante, exatamente, porque ele estabelece essas diretrizes para essa formulação da política nacional da agricultura familiar.

E eu quero dizer, quero parabenizar, inclusive, os parlamentares e toda essa discussão e dizer que eu acho que essa Comissão está dando um passo importante quando legisla sobre isso, deixando mais claro ainda, a importância, que já foi colocada aqui no Relatório, o peso que tem a agricultura familiar na produção e, principalmente, na geração de emprego, porque ela detém mais de dois terços dos empregos que são gerados, realmente, nas propriedades familiares rurais. Então, eu creio que nós vamos estar fazendo um grande avanço na agricultura familiar e legislando sobre essa situação.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Em discussão. Senadora Lúcia Vânia. A Senadora concluiu pela aprovação do Projeto. Em discussão. Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. parlamentares. Eu quero cumprimentar a Senadora Ana Júlia bem como o Senador Flávio Arns pela Relatoria desse importante Projeto. Esse Projeto trata de uma antiga reivindicação daqueles que estão envolvidos no Projeto e, sem dúvida nenhuma, vai trazer grande benefício para um Projeto que, eu gostaria de dizer aqui, que agricultura familiar é um Projeto que me é muito caro, porque eu participei, enquanto Secretária Nacional de Assistência Social do Governo Fernando Henrique, da sua formulação.

E quero, inclusive, cumprimentar o Governo atual por dar prosseguimento a esse trabalho e aperfeiçoá-lo porque, na verdade, esse é o caminho para o pequeno agricultor, esse é o caminho acertado por todos aqueles que querem produzir e trabalhar. Portanto, o meu voto é favorável e, a minha alegria, de ver o programa se desenvolver e crescer.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Senador Flexa com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente Senador Sérgio Guerra, quero também, da mesma forma, parabenizar os Relatores, Relator *ad hoc*, Senador Flávio Arns, Relatora Senadora Ana Júlia e os autores do Projeto, por tratarem de assunto da maior importância. Acho que esse programa, iniciado no Governo Fernando Henrique e ampliado no Governo atual, ele traz benefício direto, como bem coloca aqui no Relatório, a 84% do universo de agricultores brasileiros, que são os agricultores familiares, o micro agricultor. Então, no momento em que se estabelecem diretrizes para a formulação do PRONAF, é o momento importante para que se possa adequar e definir, de forma correta, a aplicação dos recursos nesse, no âmbito da agricultura familiar.

Nos preocupa, como já comentamos há pouco, a forma de aplicação desses recursos, que devam vir

a ser feita... Desculpem. A serem feitas no sentido de atender, evidentemente, ao pequeno, ao agricultor familiar, de forma que ele possa ter a sua produção, possa comercializá-la e devolver os recursos, para que possam ser, esses recursos, reaplicados. Mas, de qualquer maneira, acho que é um avanço que nós cometemos hoje, fazemos hoje, no sentido de dar uma clareza maior a um programa importante, como é o programa do PRONAF.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Eu quero até aproveitar, Senador e dizer o seguinte – Que exatamente esta lei, agora, que estabelece as diretrizes, vai contribuir, exatamente, para que os recursos sejam melhor aplicados, porque eles terão que seguir estas diretrizes e, nessas diretrizes, que vão desde o projeto, como ele deve ser, o que ele deve atender social, econômica e ambientalmente, assistência técnica, enfim, eu acho que essa lei, ela, exatamente... E eu quero, aqui, fazer um registro, ela vem ao encontro dessas necessidades, e eu quero, aqui, fazer um registro parabenizando as diversas entidades que aqui estão presentes, de trabalhadores rurais, que eu sei que está presente aqui a CONTAG e várias Federações de trabalhadores rurais, FETAG, que estão aqui presentes e que muitos anos lutaram para ver isso transformado em realidade. Então, eles também têm que ser cumprimentados, junto com os parlamentares, junto com essa Casa toda, mas é óbvio que, também, os trabalhadores rurais contribuíram, inclusive, na própria definição, aqui, desse Projeto. Obrigada.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu queria completar a discussão importante Projeto, cumprimentando a Senadora Lúcia Vânia. A Senadora Lúcia Vânia que é uma lutadora pelo Estado de Goiás e pelo Brasil, ela fez questão, logo no início da Sessão de hoje, ao passar por aqui, disse que esse Projeto era da maior importância, até porque, como ela bem colocou, por ocasião do Governo Fernando Henrique, ela foi Secretária Nacional de Assistência Social, ela participou da criação do PRONAF. Então, ela tem uma parcela importante, vê, hoje, através desse Projeto, regulamentadas diretrizes que consolidam a aplicação desses recursos. Parabenizo, então, a Senadora Lúcia Vânia, pelo trabalho pela causa social no nosso País.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente!

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Senador Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, eu quero fazer um testemunho, também, do resultado dessa sugestão feita pelos parlamentares da Câmara dos Deputados que, em 1991, eu estive presen-

te, em São Paulo, numa das reuniões sindicais e lá se apresentou, pela primeira vez, para nós, o surgimento do dispositivo constitucional criando os fundos do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. E havia uma burocracia pesada, difícil de acesso e quase ninguém acessava esses fundos. Nem grande nem pequeno nem médio; nem ninguém estava acessando os fundos.

E nós, então, fizemos um movimento, que ficou nacional, chamado de Grito da Terra, Grito da Terra Brasil. Passaram-se vários anos, mas os fundos condicionais só atendiam três Regiões, faltavam as duas demais. A do Centro-Oeste e a do Sul. E foi então que, no esforço desses movimentos, surge uma negociação com o Governo Federal, Governo de Fernando Henrique Cardoso, para criação de um instituto que atendesse todas as categorias no campo de ambiente familiar. E sai, então, o PRONAF. Agora, a legislação do PRONAF tem sido muito mais por Decreto Presidencial do que por legislação ordinária e isso deixa, no nosso entendimento, esta categoria em sérios riscos de futuro. Vai que muda, aí, por uma condição da mudança da economia, ou coisa parecida, então carece de uma legislação mais sólida, mais robusta.

Então é nesse caso, que eu quero louvar aqui, os parlamentares que compõem o núcleo agrário do PT na Câmara dos Deputados. Acho que estudaram muito bem estas matérias e, embora que tarde mas nunca... Embora que atrasada, mas nunca é tarde, é muito importante para nós. Agora com essas negociações, que avançaram, em todo o setor agrícola e agrário brasileiro, com as negociações que envolvem quase 60 bilhões de reais, isso mostra que a legislação estava carente, precisa de melhores condições. Então, acho que o Projeto vem nessa direção, resolve essa situação e eu quero, aqui, então, parabenizar nossa Relatora e já pelas palavras dos demais, que a votação por unanimidade, aqui, é o símbolo dessa compreensão desse momento que nós estamos vivendo, Sr. Presidente. Era isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Em discussão a matéria.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Senador, eu queria, já que o Senador Simon vai falar, ainda, eu queria o seguinte – Lá na Comissão de Meio Ambiente está começando a segunda Audiência Pública que foi solicitada por mim. Então, hoje, eu estou enlouquecida aqui, dividida em duas Comissões e eu não posso estar ausente. Então, eu queria aqui deixar registrado, lógico, como Relatora, o meu voto favorável consignado e convidar inclusive o Senador Flexa para ele ir comigo, porque a outra Audiência diz respeito ao Pará e eu sei que nós estamos juntos, absolutamente

juntos, nessa luta em relação ao que nós vamos discutir lá e ele vai contribuir.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Nessa luta e em outras tantas. Não é só nessa aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Eu quero apenas salientar que eu trago ofício aqui da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Sul, trazendo sua solidariedade, inclusive, o ex-Deputado Isídio(F) Pinheiro, um grande companheiro nosso para que nós aprovássemos esse Projeto. Então também, nós também estamos sendo atendidos nesse momento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Bem eu gostaria...

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, só homenagear, também, o grupo de Goiás que está aqui presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Queria dar minha palavra da Comissão, da Mesa, do Presidente, do Vice-Presidente, de reconhecimento aos Senadores que trabalharam nessa matéria, os Deputados também. Há um conjunto de parlamentares, Deputados Federais, que contribuíram bastante, energia, mesmo que dividida, sempre poderosa da Senadora Ana Júlia e a contribuição de Lúcia Vânia, que desde que eu conheço trabalha nisso de forma muito intensa e com grande competência, como sempre faz e dizer que, seguramente, essa é uma tarefa que nos agrada, que agrada à Comissão, cumprir. Aprovar Projetos que têm efetiva contribuição ao desenvolvimento da questão agrária no Brasil e a questão do financiamento a pequenos produtores, de uma maneira geral.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação, o Relatório.

Aqueles que são favoráveis ao Relatório, permaneçam como estão. Aprovado o Parecer pela aprovação.

[Palmas]

O Projeto será encaminhado à Secretaria Geral da Mesa.

Está encerrada a Reunião de hoje.

Sessão encerrada às 12h31min.

Ata da 10ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 7 de junho de 2006

Às onze horas do dia sete de junho de dois mil e seis, na Sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência, em exercício, do Senador FLÁVIO ARNS, reúne-se a Comissão de Agricultura e Refor-

ma Agrária, com a presença dos seguintes senadores – LÚCIA VÂNIA, FLEXA RIBEIRO, JONAS PINHEIRO, HERÁCLITO FORTES, ÁLVARO DIAS, EDISON LOBÃO, ROMERO JUCÁ E VALDIR RAUPP. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente eventual, Senador Flávio Arns, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta – ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2003 (TERMINATIVO) EMENTA – Altera o artigo 49 da Lei nº 8171, de 17 de janeiro de 1991, com o objetivo de incluir como beneficiários de crédito rural os arrendatários de terras, os parceiros, os consórcios e os condomínios de produtores rurais, bem como os quilombolas. AUTOR – Senador Tasso Jereissati. RELATOR – Senador Flávio Arns. RELATÓRIO – Pela aprovação. RESULTADO – ADIADO. OBS – Em 31/05/2006, encerrada a discussão, matéria em fase de votação. ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, DE 2004 (TERMINATIVO) EMENTA – Dispõe sobre a anistia, o rebate, a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. AUTOR – Senador Efraim Moraes. RELATOR – Senador Demóstenes Torres. RELATOR “AD HOC” – Senador Flexa Ribeiro. RELATÓRIO – Pela aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta. RESULTADO – ADIADO. OBS – Em 24/01/2005, foram encaminhadas aos membros da Comissão cópias do AVISO nº 480/MF, do Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Antônio Pallochi, referente ao Requerimento de Informações nº 1036, de 2005, de autoria do Senador Romero Jucá, que solicitou estimativa de impacto fiscal do presente projeto. Deste modo, foi prejudicado em 15/12/2005, o Requerimento nº 31/05-CRA (RQS. 1491/05 – SGM) de autoria da Comissão (Art. 245 & Único, do RISF). ITEM 3 – PROJETO DE LEI CÂMARA Nº 6, DE 2003 (PL. nº 02820, de 2000, na origem) (NÃO TERMINATIVO) EMENTA – Altera os artigos 47 e 56 da Lei nº 5764, de 16 de dezembro de 1971. EMENTA – Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas. AUTOR – Deputado Alberto Fraga. RELATOR – Senador Pedro Simon. RELATÓRIO – Pela aprovação. RESULTADO – ADIADO. OBS – Em reunião realizada em 05/10/2005, foi concedido vista ao Senador Gilberto Goellner. O Senador Jonas Pinheiro apresentou Voto em Separado, o qual concluiu pela aprovação com emenda substitutiva. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada

pelo Senhor Presidente eventual da CRA e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Flávio Arns**, Presidente em exercício.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Há quorum regimental.

Declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior que com a anuência do Plenário é dada como aprovada. Aprovada.

A presente Reunião destina-se à apreciação de matérias conforme pauta já em mãos do Srs. Senadores e Srªs.. Senadoras, essencialmente são três itens na pauta, o primeiro deles, inclusive, com minha Relatoria, o Autor é o Senador Tasso Jereissati e como tem natureza terminativa e por enquanto o número de Senadores presentes à Sessão impede a votação de matérias terminativas ainda aguardaremos algum tempo para a apreciação da matéria.

O Item nº 02 também de natureza terminativa e já discutido na última Reunião desta Comissão se refere à anistia, ao rebate, à repactuação e ao alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural e dá outras providências. E conforme debatido na nossa última Reunião isso será objeto de um debate mais amplo, inclusive, dentro do contexto das medidas que vêm sendo adotadas pelo Governo Federal e que estão sendo também objeto de análise, de aprofundamentos em trabalhos conjuntos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Então também esta matéria de natureza terminativa será apreciada posteriormente.

E o Item nº 03 da pauta que altera os Arts. 47 e 56 da Lei nº 5764 de 16 de dezembro de 71 que dispõe sobre a administração e o Conselho Fiscal das Sociedades Cooperativas, o Autor é o Deputado Alberto Fraga, o Relator é o Senador Pedro Simon, o relatório é pela aprovação, e o Senador Jonas Pinheiro apresentou voto em separado, a qual concluiu pela aprovação com Emenda Substitutiva.

Eu quero esclarecer ao Senador Jonas Pinheiro que na semana passada este item foi objeto também da pauta desta Comissão e o Senador Pedro Simon, inclusive, adiantou para a Comissão que preferiria que esta matéria fosse votada quando V.Exª. estivesse presente. Como V.Exª. está presente hoje, mas o Senador Pedro Simon não está, nós deixaremos esta matéria para uma próxima ocasião para que tanto Relator como V.Exª. que é uma autoridade neste assunto e cujas opiniões são respeitadas por todos os Partidos

Políticos, Senador Jonas Pinheiro, nós deixaremos esta matéria para uma próxima ocasião.

Seriam os três Itens da pauta, antes, porém, eu gostaria de passar a palavra ao próprio Senador Jonas Pinheiro que deseja de fazer uma comunicação a esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Com a palavra V.Exª.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, eu gostaria de dar satisfação a esta Comissão sobre alguns eventos que nós participamos em nome da própria Comissão.

Ontem na Câmara dos Deputados houve uma Sessão conjunta entre a Comissão de Agricultura da Câmara Federal, a Comissão da Agricultura do Senado Federal e a Comissão de Indústria e Comércio da Câmara Federal. O assunto foi influência aviária. E é evidente que nós estamos já preocupados em função da febre aftosa que nós descuidamos e deu muito prejuízo para o País na parte econômica. No caso da gripe aviária, é mais complicada ainda porque ela poderá dar prejuízo para a parte econômica, mas também ela influencia na saúde humana, na vida de cada um de nós.

Foi uma reunião muito boa com a presença do Ministério da Agricultura, do Ministério da Saúde, onde se discutiu todo o planejamento estratégico para evitar que a gripe aviária dê o prejuízo para o Brasil. Como disse, não só prejuízo econômico, como prejuízo da saúde humana. E na economia nós estamos vendo, sobretudo, V.Exª., Presidente que é de uma região, a maior região produtora de frango do Brasil, está sentindo já a dificuldade econômica em relação ao setor de avicultura. O fato de ter a gripe aviária já na Ásia, na África e alguns Países da Europa, Comunidade Européia, o reflexo já chegou no Brasil, porque esses Países, desses continentes eles são fregueses de aves no Brasil.

Como a restrição ao consumo de frango naquela região já é evidente, é claro que o Brasil que é o maior fornecedor de frango para o mundo também sofre a consequência, porque nós estamos com os nossos frangos, o estocado já em câmara fria ou estocado nos aviários, nos galpões.

E, portanto, ontem nós comparecemos lá em nome da Comissão de Agricultura do Senado Federal, fizemos a nossa participação como profissionais da área, e eu quero dizer a esta Comissão que nós saímos de lá mais tranquilizado, porque o plano para evitar, para prevenir a entrada da gripe aviária no Brasil ele será bem sucedido porque está bem planejado. Como eu disse, no caso da febre aftosa nós tivemos o surto dentro já de uma indicação que todos nós sabíamos que ia acontecer, só que não houve o plane-

jamento para evitá-la e agora no caso da gripe aviária nós estamos preparados para enfrentá-la.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só quero dizer, enquanto isso, dizer que bom, a notícia que V.Ex^a. está trazendo fruto desse debate e essa impressão que V.Ex^a. teve em relação a um trabalho preventivo de planejamento para mostrarmos que todos nós se tivermos planejamento, nos anteciparmos, tivermos os recursos, as pessoas, a competência e temos esta competência para isto, muita coisa boa pode acontecer para o Brasil. Quer dizer, o Brasil pode ser um País cada vez mais organizado e também assim enfatizando essas atividades preventivas.

Só desculpe ter interrompido, mas V.Ex^a. continua com a palavra.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, nós estamos, de certa forma, protegido pelo Oceano Atlântico, porque não há rota migratória de aves, aves silvestres da Europa, da África ou da Ásia para o Brasil. A rota migratória das aves que passam pelo Brasil, ela vem do Canadá, ou dos Estados Unidos, ou melhor, da América do Norte, e na América do Norte não tem sinais da febre aviária, portanto, isso para nós já é um estímulo positivo. Se não tem na América Central ou na América do Norte e a migração das aves passam por lá, vêm de lá, evidentemente, nós não vamos receber a gripe aviária no Brasil. Mas se por acaso isso acontecesse os pontos de apoio não só no litoral brasileiro, mas em todo o Brasil, esses pontos já estão preparados para fazer a análise da migração das aves que chegam ou que passam pelo Brasil.

Sr. Presidente, esse é o primeiro assunto.

O segundo assunto, eu gostaria de dizer que na quarta-feira passada houve uma audiência lá na Câmara dos Deputados da Comissão da Agricultura da Câmara, que eu participei também representando a Câmara da Agricultura do Senado. E nesta reunião foi tratado o pacote da Agricultura lançado pelo Governo Federal, e lá participaram os Ministros da Agricultura, Roberto Rodrigues e o Ministro Guido Mantega, que eu até disse no meu pronunciamento, se o pacote não foi satisfatório para os produtores rurais, pelo menos, serviu para fazer sentar não só os Parlamentares, como os líderes dos produtores, como o Governo Federal e pasme V.Ex^a. que foram seis horas que os Ministros tiveram conosco discutindo esse assunto. Lá, Sr. Presidente, como resultado desse debate todo saiu uma Comissão para detalhar ou para desembulhar o pacote, e na oportunidade eu pedi que a Comissão de Agricultura do Senado tivesse também representado, porque não é justo que lá estejam os Deputados Federais, estejam os representantes da Agricultura, seja da iniciativa privada ou do Governo sem a participa-

ção de Senadores nesse processo. Esta Comissão já está constituída e nós não temos representante lá de forma oficial. Por isso, Sr. Presidente, eu acredito que nós devemos fazer a nossa reivindicação para que esta Comissão que vai tratar do assunto até o dia 23, vai desembulhar o pacote para dar visão mais clara o que está incluído naqueles pacotes em favor da agricultura brasileira, e eu sei que já está andando esse processo e já tem muitos atos e muitos fatos que estão sendo já encaminhados de forma positiva, mas não é justo que a Comissão de Agricultura do Senado Federal esteja fora desse processo que é importante para o Brasil e que nós estivemos desde o início participando dele.

Essas são as informações, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – V.Ex^a. pode detalhar só a Constituição do grupo, seria o Ministério da Agricultura, da parte do Governo, Ministério da Agricultura e Ministério da Fazenda?

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Deve ter também o Ministério da Indústria e Comércio.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Da Indústria e Comércio e o MDA também ou não? Também está participando?

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – O MDA deve estar participando e aí vem CNA, OCB e os representantes dos Deputados dos Estados Federais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – V.Ex^a. teria disponibilidade para fazer parte desse grupo também? Indicando, se a Comissão indicar V.Ex^a.?

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sim, eu tenho porque na maioria das vezes a gente não participa pessoalmente, mas eu tenho Assessores que acompanham e que são respeitados nessa área dessa discussão do assunto, o Dr. Paulo Fanesi(F) já trabalha nisso comigo há vinte anos, portanto, ele poderá muito bem representar a Comissão da Agricultura em meu nome e em nome de toda a Comissão de Agricultura.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Muito bem. Então quantos Deputados que fazem parte da Comissão?

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Dois Deputados.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Dois Deputados, seria bom indicar talvez dois Senadores também, um ou dois Senadores, pelo menos. Mas V.Ex^a. realmente traz um assunto, dois assuntos fundamentais, a reunião havida na Câmara dos Deputados com a participação de V.Ex^a. também representando esta Comissão e com a participação do

Governo e das organizações da área. Temos relatos nos meios de comunicação, de fato, um grande resultado obtido nessa reunião foi, como V.Ex^a. enfatizou, ou todos os setores se sentarem durante horas a fio, não encerrarem o assunto nessa reunião, constituir um grupo de trabalho para desembrolhar o pacote, como V.Ex^a. colocou e achar os caminhos, os entraves, os obstáculos que estão impedindo a satisfação de uma área que é essencial para a balança comercial, para a geração de emprego, para a área econômica, para todas as áreas do País e que foi responsável pelo saldo da balança comercial positivo, dois anos atrás todo o saldo da balança comercial foi oriundo do agronegócio. Mas esta Comissão vai tomar, conforme sugerido por V.Ex^a., hoje mesmo a providência para a indicação oficial, entraremos em contato com a Presidência da Comissão de Agricultura da Câmara para viabilizarmos esse procedimento. E esta Comissão com muito honra indicará V.Ex^a. para ser o representante dessa Comissão, neste grupo de trabalho e V.Ex^a. tem toda condição, toda competência, conhecimento, diálogo também, sensatez que é muito importante nos dias de hoje, calma, abertura e escuta para que os resultados sejam os melhores possíveis.

Foram dois relatos dos mais fundamentais. Eu peço à Assessoria também para que nós tomemos as providências e conversando, inclusive, para que seja uma iniciativa antes ainda conversada com o próprio Presidente da Comissão de Agricultura, o Deputado Abelardo Lupion que, inclusive, é do meu Estado também.

Muito bem, só um minutinho, por favor.

Não sei se há mais alguma comunicação. Eu havia anunciado no início da reunião que o Item nº 01 tem natureza terminativa, já foi discutido na semana passada, é um item fundamental de autoria do Senador Tasso Jereissati. O Item nº 02 vai ficar dentro desse debate mais amplo com o relato do Senador Jonas

Pinheiro, pelo menos, foi o que foi decidido na última reunião, que tem que haver um aprofundamento no debate, anistia, repactuação, alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural. E o Item nº 03 que foi objeto de uma solicitação do Senador Pedro Simon na reunião passada, para que se trate de assuntos de sociedades cooperativas, o Senador Jonas Pinheiro tem um voto em separado. Então vamos deixar esse assunto que tem natureza não terminativa para um momento, que eu penso em que os dois Senadores estejam presentes.

Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, eu só queria dar algumas palavras a respeito desse 3º Item. Nós estamos aproveitando esse projeto do Deputado Fraga para dentro da Diretoria das Cooperativas, porque hoje o projeto do Fraga dá como Presidente da Cooperativa, todos eles escolhidos e eleitos pelos cooperados. Nós queremos apenas dar uma abertura, que no caso de uma Diretoria Comercial ela seja contratada até fora do quadro da Cooperativa. Se tiver ótimo, se não tiver busque no mercado o que existe de melhor para fazer a parte comercial de uma Cooperativa. É o que o Paraná já faz, é o que nós queremos deixar isso já estabelecido em [inaudível]. Eu acho que é um avanço extraordinário para as Cooperativas Comerciais do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Exatamente. Então nesse sentido, também vamos aguardar a presença do Sr. Relator Senador Pedro Simon para que esse debate possa acontecer.

Nesse sentido as matérias constantes da pauta ficam adiadas. E nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente Sessão.

Obrigado.

Sessão encerrada às 12h29min.



EDIÇÃO DE HOJE: 936 PÁGINAS